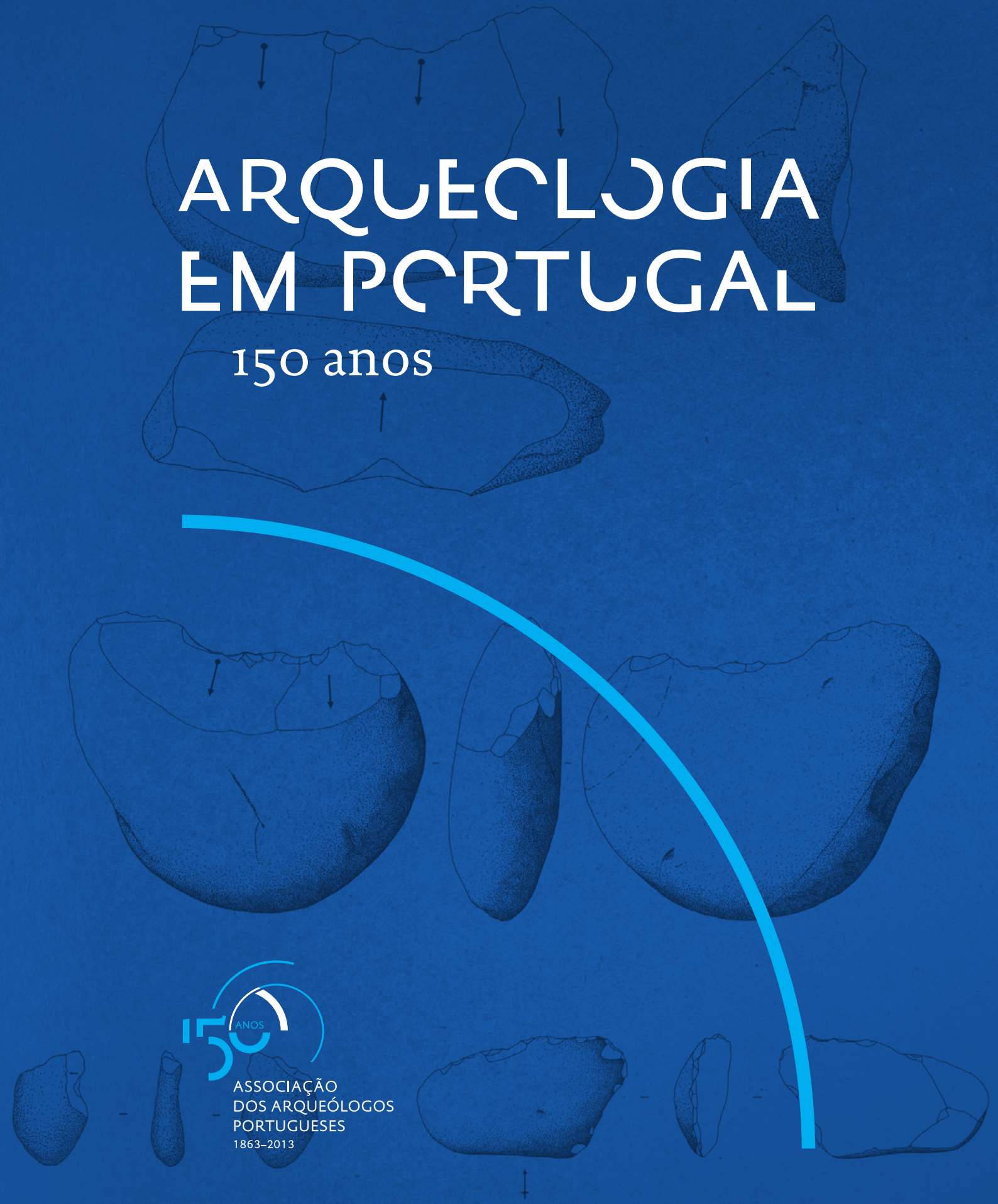
ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



150 ANOS

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

COMEMORAÇÕES DOS 150 ANOS DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Com o alto Patrocínio de Sua Excelência

O Presidente da República

Comissão de Honra

Primeiro Ministro
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana
Directora da Biblioteca Nacional de Portugal
Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian
Presidente do Centro Nacional de Cultura

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos

Textos

150 ANOS

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial

FUNDAÇÃO Millennium bcp

Apoio institucional

BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

GOVERNO DE PORTUGAL

Parques de Sintra Monte da Lua

Índice

15 Editorial
José Morais Arnaud

1. Historiografia

19 As mulheres na Arqueologia Portuguesa
Jacinta Bugalhão

25 História dos trabalhos arqueológicos no Vale do Rôto (Bombarral)
Cláudia Manso

31 Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de Estudo da Arte Rupestre do Vale do Tejo
Francisco Sande Lemos

39 Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967)
Maria Ribeiro / João Luís Cardoso

49 A descoberta do túmulo de São Torpes em 1591
Ricardo Pereira

57 Abel Viana e o mundo funerário romano do Norte Alentejano (Portugal) – perspectivas de uma leitura integrada
Mónica Rolo

65 Alguns aspectos da história da epigrafia do *conventvs Pacensis*
Pedro Marques

73 Cerâmica islâmica em Portugal: 150 anos de investigação
Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Isabel Inácio / Constança dos Santos / Catarina Coelho / Marco Liberato / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco

81 Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas
Manuela Martins / Luís Fontes / Armandino Cunha

89 Arqueologia Urbana em Valença. Metodologias e resultados
Luís Fonte / Belisa Pereira / Francisco Andrade

97 A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial
João Araújo / Bernardo Cardoso / Inês Castelo / Giovanni Muccioli / Helena Reis / Sara Ruela

103 Estradas de Portugal, SA – Retrospectiva de 18 anos de atividade arqueológica (1995-2013)
Carlos Ramos

2. Estudo, gestão e valorização

113 O registo arqueológico e a produção de conhecimento em Avaliação de Impacte Ambiental
Gertrudes Branco

119 A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a atividade arqueológica
Alexandra Estorninho / João Marques / Ana Nunes

127 Os sistemas de Informação Geográfica na Arqueologia Portuguesa
Célia Gonçalves

135 A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico
Ana Cristina Ribeiro / Maria Margarida Salvador

141 Contributo para o conhecimento do concelho de Arraiolos: o projeto LAPA
Leonor Rocha / Ivo Santos

151 Projeto de Investigação: História do Povoamento de Picote (HistPP)
Daniela Ferreira / Filipe Costa Vaz

157 O projeto de investigação arqueológica do Núcleo do Castelo de Leiria: enquadramento, objetivos e resultados
Vânia Carvalho / Isabel Inácio

165 Novos dados sobre o povoamento arqueológico na bacia do Rio Sado (Portugal). Resultados preliminares das prospeções do projeto SADO-MESO
Leonor Rocha / Enrique Cerrillo Cuenca / Mariana Diniz / Pablo Arias / Ivo Santos / Raquel Liceras Garrido / Sergio Quintero Caballero / Jairo Naranjo Mena / Adara López López

171 O que faz falta à arqueologia para ser melhor e mais eficaz: algumas reflexões
Vítor Oliveira Jorge / Florbela Estevão

179 Para a construção de uma Arqueologia Pública: memória e comunicação
Miguel Lago / Alexandre Sarrazola

189 A valorização patrimonial e educativa de sítios paleolíticos: o exemplo da Foz do Enxarrique
Luís Raposo / Silvério Figueiredo

197 Parques arqueológicos/culturais – espaços de socialização do Património: o caso do Vale do Côa
José Paulo Francisco

205 A valorização do Património Megalítico do Lousal (Grândola)
Nuno Inácio / Margarida Oliveira / Tânia Ferreira / Lara Alegre

213 O Projeto PAVT (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação de uma Paisagem Cultural
Luís Fontes / Bruno Osório / Mafalda Alves

219 A integração da memória da Mãe d'Agua de Mijavelhas na Estação do Campo 24 de Agosto
Manuel Teixeira

227 Forte de São Lourenço (Olhão): Contributos para a valorização do património local
Fátima Claudino

3. Pré-História

233 A utilização do quartzito no Pleistocénico médio em Portugal: exemplo do sítio da Ribeira da Ponte da Pedra (Alto Ribatejo)
Sara Cura / Stefano Grimaldi / Pedro Cura / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

243 Estruturas de habitat do final do Plistocénico Médio em Portugal: o caso dos Pegos do Tejo 2, Portas de Ródão, Nisa
Nelson Almeida

251 A indústria lítica do Paleolítico Médio da Lagoa do Bando (Mação, Alto Ribatejo)
Pedro Peça / Sara Cura / Pedro Cura / Hugo Gomes

259 A Gruta da Oliveira (Torres Novas, Portugal): arqueologia, estratigrafia e diacronia de uma jazida de referência para o Paleolítico Médio da Península Ibérica
João Zilhão / Diego Angelucci / Thierry Aubry / Ernestina Badal / Jean-Philip Brugal / Rui Carvalho / Cristina Gameiro / Dirk Hoffmann / Henrique Matias / João Maurício / Mariana Nabais / Alistair Pike / Liliana Póvoas / Daniel Richter / Pedro Souto / Erik Trinkaus / Karine Wainer / John Willman

269 O Solutrense em Portugal: novidades do século XXI
João Cascalheira

277 A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal
Cristina Gameiro / Thierry Aubry / Francisco Almeida

289 Uma primeira abordagem comparativa aos concheiros em Portugal e Japão – dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos nos extremos da Eurásia
Diana Nukushina

297 Crise no Mesolítico: Evidências Zooarqueológicas
Simon Davis / Cleia Detry

311 Paisagens partilhadas? Novos dados sobre o povoamento Mesolítico e Neolítico antigo na costa Sudoeste alentejana
Helena Reis

319 Fossas, fornos, silos e outros meios de produção: acerca da implantação das práticas produtivas no Neolítico antigo em Portugal
Mariana Diniz

329 O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura
André Nunes / António Faustino de Carvalho

335 Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História Recente em território português
António Valera

345 Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o *Google Earth* como ferramenta de prospecção sistemática
António Carlos Valera / Tiago do Pereiro

351 Sítios da Pré-história Recente da Ribeira de Enxoé (Serpa): apontamentos acerca da variabilidade das estruturas em negativo
Lídia Baptista / Sérgio Gomes

361 Estratégias de povoamento das comunidades do Neolítico final e Calcolítico no Vale da Ribeira de Alfundão (Ferreira do Alentejo, Portugal)
César Neves / Andrea Martins / Marco Andrade / Adelaide Pinto / Bruno Magalhães

373 Povoado Calcolítico do Porto Torrão – Elementos de adorno
Miguel Rocha / Paulo Rebelo / Raquel Santos / Nuno Neto

379 Povoado Calcolítico do Porto Torrão – Uma inumação em fossa
Nuno Neto / Miguel Rocha / Raquel Santos / Paulo Rebelo

387 Depósitos faunísticos dos enchimentos das estruturas em negativo de planta sub-retangular alongada e em forma de "osso" da Pré-história Recente do interior alentejano
Cláudia Costa / Sérgio Gomes / Lídia Baptista

397 Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4º/3º milénio a.n.e. dos povoados de S. Pedro (Redondo)
Catarina Costeira / Rui Mataloto / Conceição Roque

407 O Hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final / Calcolítico inicial em Aljezur
Elisabete Barradas / Silvina Silvério / Maria João Silva / Cláudia Santos

417 Em torno ao conceito de "necrópole megalítica" na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios
Marco Andrade

427 Astronomia e Paisagem no Megalitismo do Norte do País: problemas e perspectivas
Fábio Silva

435 *Ídolomania*: figuras antropomórficas e "ídolos de cornos" do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora)
Filipa Rodrigues

447 Reflexões em torno das placas de cerâmica com gravuras de Vila Nova de São Pedro (Azambuja)
José Arnaud

457 Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3º milénio a.n.e. no actual território português
Carlos P. Odriozola / Ana Catarina Sousa / Rui Boaventura / Rodrigo Villalobos

463 Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra)
Filipa Pereira / Maria João Furtado / António Monge Soares / Maria Fátima Araújo / Rui Silva / oão Luís Cardoso

469 Casal Cordeiro 5 e o povoamento (com) campaniforme na área da Ribeira de Cheleiros
Ana Catarina Sousa

481 O espólio campaniforme do sítio pré-histórico do Freixo (Reguengo do Fetal, Batalha)
Marco Andrade / Emili Ramos

489 O Povoado Pré-Histórico do Murtal (Cascais)
Paulo Rebelo / Nuno Neto / Raquel Santos

495 A Pintura Rupestre Esquemática em Portugal: muitos sítios, mesmas pessoas?
Andrea Martins

507 Abrigo Igreja dos Mouros – Esperança – Arronches no contexto da arte esquemática da Serra de S. Mamede
Jorge Oliveira / Clara Oliveira

515 Um novo abrigo com Pintura Rupestre Esquemática: o Abrigo de Segura, ou como, só se encontra aquilo que se procura
Andrea Martins / Luís Nobre

523 Pigmentos Pré-históricos na Península Ibérica: caracterização e técnicas de produção
Hugo Gomes / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

527 Trabalhos de Arte Rupestre do Vale do Tejo: cervídeos, análises e resultados
Sara Garcês

537 O santuário rupestre da Várzea Grande (Ourique)
Mário Varela Gomes / José Malveiro / João Ninitas

549 A Arte Rupestre Atlântica: Passado, Presente e Futuro
Joana Valdez

557 Arte Menírica: Comparação Sistemática entre o Alentejo Central e o Barlavento Algarvio
Eliana Goufa

4. Proto-História

563 Os metais da Idade do Bronze de Torre Velha 3 (Serpa) e os seus contextos arqueológicos
Eduardo Porfírio / Miguel Serra / Pedro Valério / António M. Monge Soares / Maria Fátima Araújo / Rui J.C. Silva

573 Dinâmicas de interacção cultural no Bronze Médio – a cerâmica decorada do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) como estudo de caso
Elsa Luís

581 O Sítio do Corgo. Uma estação da Idade do Bronze em Vila do Conde
Iva Botelho

591 Os Machados Bujões/Barcelos e as Origens da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular
Senna Martinez / Elsa Luís / J. Reprezas, / F. Lopes / E. Figueiredo / M. F. Araújo / R. J. C. Silva

601 A Arrábida no Bronze Final – leituras e narrativas
Ricardo Soares

609 Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja)
Pedro Valério / António Monge Soares / Maria de Fátima Araújo / Rui Silva / Ana Osório / Eduardo Porfírio / Miguel Serra

617 Afinal havia outra... Testemunhos de uma fase de ocupação mais antiga, na Vila de Arraiolos
Sara Almeida / Ricardo Costeira da Silva / Cidália Matos

625 As estelas de Castelões e as representações proto-históricas do poder
Armando Coelho / João Ribeiro Parente / Maria José Lobato / Raquel Jorge

633 Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo
Pedro Albuquerque

641 Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho
Marco Calado / João Pimenta / Lídia Fernandes / Victor Filipe

651 A cerâmica de tipo *Kuass* de Monte Molião (Lagos)
Elisa Sousa / Ana Margarida Arruda

661 A Necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação
Rui Monge Soares / Artur Martins

671 Um depósito fundacional do século II a.C. em Mesas do Castelinho (Almodôvar). Uma análise preliminar
Susana Estrela

681 Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/Portugal)
Teresa Pereira

693 Continuidade e mudança nas estratégias agrícolas na Idade do Ferro e Época Romana no noroeste peninsular
João Tereso

703 *Vissaium*. A Idade do Ferro em Viseu
Nádia Figueira / Carla Santos / Sónia Cravo

5. Antiguidade Clássica e Tardia

711 O conceito de "romanização" e o panorama académico português
Vicenzo Soria

717 A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar
Vanessa Dias

727 Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20
Catarina Viegas / Ana Arruda

737 50 anos depois: as ânforas romanas da Praça da Figueira
Rui Almeida / Victor Filipe

747 O fundeadouro romano da Praça D. Luís I
Jorge Parreira / Marta Macedo

755 Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos
Clementino Amaro / Cláudia Manso / Eurico Sepúlveda

765 Teatro Romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano
Lídia Fernandes

775 A *Terra Sigillata* do acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim)
Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Henrique Mendes

785 O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales
Carlos Batata

793 As termas medicinais romanas de Chaves
Sérgio Carneiro

803 O ritual funerário nos *agri olisiponensis*. Novos contributos para a sua caracterização
Alexandre Gonçalves

813 Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal em depósito no Museu Nacional de Arqueologia
Francisco Gomes

821 Notícia sobre a cerâmica comum da cidade de *Ammaia*: almofarizes de importação Bética
Vitor Manuel da Silva Dias

827 Uma *insula* em *Vissaium*
Sónia Cravo

835 Caracterização isotópica do Pb em glandes *plumbeae* do Alto dos Cacos (Almeirim)
Susana Sousa Gomes / Pedro Valério / Maria de Fátima Araújo / António M. Monge Soares / Amílcar Guerra

841 Torre Velha 1: uma *villa* na Antiguidade Tardia
Teresa Ricou / Ana Gonçalves / Consuelo Gómez

849 Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, (NARC), Lisboa
Carolina Grilo / Carlos Fabião / Jacinta Bugalhão

859 Enterramentos infantis Tardo-antigos na Rua de São Nicolau (Lisboa)
Sílvia Casimiro / Rodrigo Banha da Silva

865 O Casal Tardo-Romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal
António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Manuela C. S. Ribeiro

873 A desagregação do comércio Mediterrânico no Baixo-Guadiana Tardo Antigo: análise da *Terra Sigillata* Africana e Foceense tardia
Edgar Fernandes

883 O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e a ocupação Tardo-Antiga no Baixo Douro
António Manuel Silva / J. A. Gonçalves Guimarães

895 Um forno Alto-Medieval na *Villa* Romana da Herdade do Pomar/Monte da Ramada 1 (Ervidel)
Luís Fialho / Consuelo Gómez / Vânia Pirata

6. Época Medieval

903 Paisagem e povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média
João Marques

913 Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média
Cristina Gonzalez

923 O bairro de *Mādina Yābura*
Vanessa Filipe

931 Rituais Funerários na Necrópole Medieval Islâmica de Beja
Inês Martins e Raquel Santos

937 Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material
Carlos Boavida / Tânia Casimiro / Telmo Silva

947 Aspetos formais, técnicos e culturais do universo cerâmico da Santarém medieval. Uma análise preliminar
Marco Liberato / Helena Santos

955 Um fragmento de *maqabrīyya* mudéjar de Santarém
Gonçalo Lopes / Helena Santos

961 Castelo de Castelo Branco: achados fortuitos nas colecções do Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Carlos Boavida

969 A Torre de Anto na história das muralhas da cidade de Coimbra à luz das novas evidências arqueológicas
Susana Temudo / Luísa Silva

979 Estelas Funerárias Medievais, do Distrito de Beja – Formas, Suportes e Iconografia
José Malveiro

987 São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval
André Donas-Botto

995 Produção monetária em Portugal
Tiago Gil Curado

999 Contributo para o estudo de Monsaraz – Os resultados das escavações arqueológicas no revelim de São João
Margarida Ataíde

7. Época Moderna e Contemporânea

1011 Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos
Artur Rocha / Jessica Represas / João Miguez / Joana Rosa Inocêncio

1019 Prisão do Aljube no séc. XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola
Clementino Amaro / Vanessa Filipe / José Pedro Henriques / Cláudia Manso

1025 Redescobrindo a História de Carnide: a Intervenção Arqueológica no Largo do Coreto e Envolvente
Ana Caessa / Nuno Mota

1033 A evolução de um contexto habitacional de Idade Moderna, no Beco das Barrelas, Alfama
Filipe Oliveira / Vasco Vieira

1041 A memória de um espaço urbano - Trabalhos de acompanhamento arqueológico na reabilitação do n.º 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa)
Sara Prata, Diana Dias e Fábian Cuesta-Gómez

1049 Pátio Linheiro, Largo dos Trigueiros: um exemplo da Lisboa seiscentista
André Bargão e Sara Ferreira

1057 Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7
Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes / Mariana Almeida / Carlos Boavida / Dário Neves / Kierstin Hamilton / Carolina Santos

1067 Intervenção Arqueológica no Beco do Loureiro
Raquel Santos, Paulo Rebelo e Nuno Neto

1079 A Fonte Setecentista da Quinta de Santo António da Boiça – Olivais Velho (Lisboa)
António Valongo / Marco Calado

1085 A Casa dos Bicos: estudo arqueológico de um espaço e quotidiano palaciano na Lisboa ribeirinha (séculos XVI-XVIII). Análise preliminar
Inês Pinto Coelho

1091 Subsídios arqueológicos para a História da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa)
António Marques / Margarida Bastos

1103 Panorama geral do espólio osteológico exumado na necrópole do extinto Hospital Real de Todos os Santos (Lisboa, século XV a XVIII)
Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro / Sandra Assis

1111 A necrópole Medieval/Moderno de Arruda dos Vinhos
Nathalie Antunes Ferreira / Guilherme Cardoso / Filipa Santos

1119 Igreja Matriz do Colmeal (Góis): um espaço sepulcral do século XV ao século XIX
Rui Pinheiro / Zélia Rodrigues

1129 O Castelo de Almeida: origem medieval, reformas manuelinas e reutilização moderna. Balanço de um projecto de investigação e valorização arqueológica
André Teixeira / Luís Gil

1139 Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Pena (Castelo de Leiria) – primeiros resultados
Vânia Carvalho / Isabel Inácio / Marina Lourenço / Sandra Assis

1145 Objectos do quotidiano na pintura de Josepha d'Ayalla. Imaginário ou realidade arqueológica?
Joana Gonçalves

1155 As cerâmicas de importação do Convento de Jesus de Setúbal: majólicas italianas e porcelanas chinesas
Mariana Brito Almeida

1163 O Mercado da Aguardente no Jardim do Marquês do Pombal
Luís Gomes / Iva Botelho

1175 Contributos para uma arqueologia moderna e contemporânea em contextos terrestres do arquipélago dos Açores
Ana Catarina Garcia / Brígida Baptista

8. Paisagens Culturais Ribeirinhas e Marítimas

1185 Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa)
Cristóvão Fonseca / José Bettencourt / Teresa Quilhó

1193 Orla ribeirinha de Lisboa: contextos náuticos de Época Moderna (recentes descobertas)
Alexandre Sarrazola

1197 A paisagem cultural marítima da Ria de Aveiro (sécs. XV-XIX): uma primeira abordagem
Patrícia Carvalho

1207 Projecto de Carta Arqueológica do Concelho de Lagos (2006-2010): História e desenvolvimentos
Tiago Fraga

1213 A Paisagem Cultural Marítima de Cascais: o modelo de investigação e de Gestão do Litoral
Jorge Freire / António Fialho

Prefácio

No ano em que se comemoram os seus 150 anos de existência, a Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu promover um programa muito diversificado de actividades, para celebrar um passado de que muito se orgulha, mas também para encarar com coragem e determinação um futuro que se afigura especialmente incerto e difícil. Desse programa destaca-se a realização do I Congresso da AAP, organizado em moldes inéditos no meio arqueológico português, com pré-publicação de todos os trabalhos apresentados. Daí resultou um balanço da investigação arqueológica em Portugal, no qual participaram cerca de 250 arqueólogos de todas as gerações.

A maior parte dos autores iniciaram a sua carreira de arqueólogos já no século XXI, beneficiando do crescimento exponencial da actividade arqueológica resultante da criação do Instituto Português de Arqueologia (1997-2004) e de uma série de instrumentos legais que enquadraram e agilizaram a intervenção daquele instituto, podendo por isso integrar-se naquilo que se poderia designar por "geração IPA". Com efeito, esta obra, que será decerto uma referência incontornável para as próximas gerações, reflecte o crescimento não só quantitativo, mas também qualitativo, da Arqueologia em Portugal, em grande parte devido à concretização no terreno de uma política coerente de salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico.

Daí resultou a necessidade de reescrever todos os manuais, tarefa ainda por realizar, nas suas diversas vertentes, mas também de reorganizar a rede de museus e sítios arqueológicos, para que seja possível partilhar a enorme massa de informação recolhida com a população portuguesa e com os inúmeros visitantes estrangeiros, que procuram em Portugal não só o sol e a praia, mas também as raízes e o património cultural de um dos países mais antigos da Europa.

A concretização de uma obra desta dimensão e qualidade e a sua publicação em tempo útil não teria sido possível sem o cumprimento rigoroso e pontual das normas de publicação pela maior parte dos autores, sem o trabalho de edição e a dedicação da Comissão Executiva e sem o profissionalismo e a criatividade do designer Paulo Freitas.

Esta publicação constitui assim uma afirmação da vitalidade da Arqueologia, dos arqueólogos portugueses e da sua renovada Associação, e uma demonstração da importância estratégica desta área do conhecimento para o desenvolvimento social e económico do país e o reforço da sua identidade, factores que se afiguram de especial importância em épocas de grandes transformações como a que a sociedade portuguesa e o mundo ocidental atravessam. Resta esperar que isso seja reconhecido pelos poderes públicos, e que sejam dadas aos arqueólogos condições para poderem continuar a desenvolver a sua actividade, em benefício do desenvolvimento cultural e económico do país.

José Morais Arnaud
(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

1
Historiografia

AS MULHERES NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Jacinta Bugalhão / FCT / jacintabugalhao@gmail.com

RESUMO

Atualmente a profissão de "arqueólogo" é um exemplo conseguido de paridade plena. De facto, após a primeira direcção de trabalhos arqueológicos em 1950 e uma presença residual até aos anos 60 do século XX, as mulheres foram progressivamente ocupando o seu lugar na prática arqueológica. Nos anos 70, constituíam 20% dos arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos e em 1990, cerca de 30%. Com o dealbar do século XXI, o grupo profissional torna-se consolidadamente paritário. Neste trabalho procura-se um primeiro esboço histórico sobre este processo fortemente ligado à evolução recente da sociedade e cultura portuguesas, desde as primeiras pioneiras, até ao momento presente em que o género, aparentemente, deixou de ser uma questão no exercício da profissão.

ABSTRACT

The profession of "archeologist" is currently an achieved example of true parity. In fact, after the first direction of archeological field works in 1950 and an absolutely residual situation until the sixties of the last century, women began progressively taking their natural place in the archeological practice. In the seventies, nearly 20% of the authorized archeologists were women. In 1990, they were 30% of the professionals in activity. In the dawn of the twenty first century, the professional group became more and consistently equal. The present paper presents a first historical draft about this process, strongly related to the evolution of the Portuguese culture and society, from the first pioneers to the present times, when gender is no longer a question on the professional development.

NOTA INICIAL

A presença e actividade das mulheres na arqueologia portuguesa têm uma história por fazer. Aliás, a própria história da arqueologia portuguesa é uma área de estudo pouco aprofundada, sendo que os trabalhos de referência disponíveis debruçam-se sobre períodos em que a mulher como arqueóloga é ainda uma realidade inexistente. Não é fácil portanto desbravar este campo... Como primeira abordagem ao tema, muitas serão decerto as lacunas do presente trabalho. Contudo, considera-se que esta é uma tarefa a empreender, relevante quer do ponto de vista da história da disciplina científica e da actividade em Portugal, quer do ponto de vista da sociologia da profissão.

À semelhança do que se passa com outras actividades na área da ciência ou com exigência de formação académica superior, também a Arqueologia começou por ser uma actividade exclusivamente masculina. Neste caso, com a agravante de implicar deslocações frequentes para fora da área de residência, situação nem sempre compatível com os padrões culturais e sociais impostos às mulheres até há poucas décadas.

Há falta de estudos prévios, este pequeno ensaio baseia-se essencialmente na recolha crítica e trabalhada dos dados constantes no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* (relativamente à metodologia e metadados ver Bugalhão, 2011), na consulta do Arquivo da Arqueologia Portuguesa (na Direcção-Geral do Património Cultural) e do Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portuguesas (no que se refere à documentação sobre os sócios). Recorreu-se igualmente à consulta *on line* da PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos (http://porbase.bnportugal.pt/) e à consulta e tratamento de dados estatísticos contantes no *site* da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (http://www.dgeec.mec.pt/np4/home). Para pequenos apontamentos biográficos foi igualmente utilizado o motor de pesquisa da Google, Inc., versão portuguesa (https://www.google.pt/).

De referir ainda, em relação aos dados do *Endovélico*, que a informação constante neste sistema referente à actividade arqueológica e que originou grande parte dos valores numéricos aqui apresentados tem lacunas importantes, estando em curso o trabalho de verificação, correcção e actualização dos mesmos para o período entre 1970 e 2012 (no âmbito do projecto de doutoramento da signatária). Não obstante, considera-se que os dados para já disponíveis são fidedignos no que concerne às linhas de tendência, daí a sua utilização para este fim.

AS PIONEIRAS

A primeira arqueóloga a trabalhar sistematicamente em território português foi Vera Leisner (1885-1972) que a partir dos anos 40 do século XX, desenvolve com o seu marido Georg Leisner, trabalhos de campo no âmbito do projecto de estudo do megalitismo peninsular. Mantém-se em actividade com múltiplos trabalhos e publicações, até aos anos 60.

A primeira intervenção dirigida por uma mulher registada no *Endovélico* é uma acção de salvamento na Quinta de São João no Seixal, em 1950, onde a arqueóloga Maria de Lurdes Costa Arthur (de Ubieto) dirigiu os trabalhos de recolha de espólio na sequência de trabalhos agrícolas. Nos anos 50, a arqueóloga, participou em trabalhos em Almada, Santo André e Vila Nova de São Pedro (em colaboração com Afonso do Paço), desenvolvendo estudos sobre a romanização.

Irisalva Constância da Nóbrega Neves Moita (1924--2009), arqueóloga, olisipógrafa e museóloga, teve desde os anos 50 à década de 80, uma intensa actividade. Dedicou-se, no que respeita à arqueologia, a contextos desde a pré-história, à proto-história, ao período romano, aos estudos de território e às sínteses, mas com uma atenção muito particular à cidade de Lisboa (Leite, 2013), onde dirigiu, na Praça da Figueira durante a construção de rede de Metropolitano, a primeira grande intervenção de arqueologia urbana em Portugal.

A arqueóloga Maria Adília Rocha Moutinho Alarcão e Silva inicia a sua a actividade no final dos anos 50, entre Braga e o Algarve, mas especialmente em Conímbriga, dedicando-se ao estudo de conjuntos artefactuais de época romana, à museologia (um traço muito frequente nestas pioneiras) e à conservação e restauro.

Maria Amélia Abally Horta Pereira Bubner arqueóloga e museóloga, desenvolve trabalhos arqueológicos desde o final dos anos 60, dedicando-se essencialmente à Idade do Bronze do centro de Portugal, especialmente no concelho de Mação.

Deve referir-se que até 1969, apenas figuram no Endovélico cinco arqueólogas em direcção de trabalhos arqueológicos, constituindo apenas 7% dos arqueólogos registados (Figura 1). A estas juntam-se outras investigadoras que, sem se dedicar propriamente aos trabalhos de campo, se distinguiram nos estudos de contextos mas principalmente de espólio, nas décadas de 50 e 60 (Maria Helena da Rocha Pereira, na cerâmica grega; Maria de Lourdes Bártholo, na cerâmica pré e proto-histórica; Margarida Ribeiro, no espólio paleolítico, romano e não só; Manuela Delgado, na cerâmica romana; Maria Cristina Teixeira Pereira Santos Gonçalves Neto, sobre contextos paleolíticos).

Nos anos 70 e início dos anos 80, o número de direcções científicas no feminino cresce consideravelmente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, e as mulheres entram definitivamente na prática arqueológica (Figura 1). No trabalho de campo, investigação e publicação (Ana Cristina Reis da Silva Araújo, Françoise Mayet, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar, Maria Antónia Soares da Silva, Maria Clara Portas Matias, Maria da Conceição Monteiro Rodrigues, Maria de La Salete da Silva Brito da Ponte, Maria João do Carmo Rodrigues Coutinho, Maria Luísa Ferrer Dias, Philina Kalb), na gestão do património arqueológico (Ana Maria Cameirão Leite da Cunha, Ana Maria Mosa Carvalho Dias, Judite Cavaleiro Paixão, Maria Helena Simões Frade, Maria Teresa Fonseca Correia Marques, Susana Helena Bastos Correia da Fonseca), nos museus (Maria Isabel Sousa Pereira, Maria Clara Mendes Vaz Pinto, Maria Joaquina Coelho Soares) e na universidade (Ana Margarida Costa Arruda dos Santos Gonçalves, Helena Maria Gomes Catarino, Maria Adelaide de Figueiredo Garcia Pereira Andrade Maia†, Maria de Jesus Sanches, Maria Manuela de Brito Alves Dias Vaz Coelho, Maria Manuela dos Reis Martins, Maria Teresa Cordeiro Moura Soeiro, Maria Teresa Júdice Gamito†, Rosa Maria Mendonça Gonçalves Varela Gomes, Susana Maria Soares de Oliveira Jorge), muitas vezes em registo multifuncional, como aliás acontece com frequência com os arqueólogos deste período. É impossível referir individualmente todas as arqueólogas com actividade de campo e produção

bibliográfica registadas para este período e muito elevado o risco de incorrer em omissões injustas. Risco que contudo se corre…

Esta segunda vaga de pioneiras soube de forma muito particular conquistar o seu lugar natural na arqueologia portuguesa, pela competência, capacidade de trabalho, tenacidade, consistência e personalidade. São mulheres com carreiras arqueológicas longas e preenchidas e que felizmente, na sua grande maioria, continua em plena actividade.

Para o tema que nos ocupa, a década de 80 representa um período de viragem, pois não só o número de arqueólogos cresce, como a presença relativa das mulheres volta a aumentar significativamente, tendências que se consolidam nos anos 90 (Figura 1). Quando a realidade em análise passa para a casa das centenas deixa definitivamente de ser possível a referência a indivíduos. Deve contudo mencionar-se que, nas duas últimas décadas do século XX, a diversificação da actividade arqueológica e a progressiva profissionalização dos arqueólogos são marcadas pelo crescimento constante do número de arqueólogas e do seu valor relativo. No final do milénio, a profissão de arqueólogo revela já uma situação de plena paridade de género.

AS MULHERES E A PROFISSÃO

Particular expressão da paridade profissional de género entre os arqueólogos são os números disponíveis para a formação superior em Arqueologia, desde meados da década de 90 (Figura 2). As licenciaturas em Arqueologia registam uma tendência paritária, mas sempre com uma pequena vantagem para o sector feminino, tanto no número de alunos inscritos, como naqueles que efectivamente concluem a sua licenciatura.

Aparentemente, a paridade na aquisição da habilitação académica de base precedeu, em alguns anos, a efectiva paridade no grupo profissional. Contudo, os dados mais recentes (Figura 1) revelam que, na primeira década do século XXI, o número relativo de arqueólogas a dirigir trabalhos arqueológicos, que no intervalo temporal representam 52% do total, cresce progressivamente. Esta tendência parece abrandar nos últimos anos em que a representação volta a ser de 50% para cada género, produto, eventualmente, das dificuldades acrescidas que o exercício da profissão revela. Um dado a não descartar poderá ser a maternidade. De facto, após mais de uma década de fortes ingressos femininos jovens no grupo profissional, este poderá ser um factor a ter em conta, ainda que apenas em forma de hipótese. A dificuldade em conciliar a parentalidade com o exercício de uma actividade profissional muito instável e itinerante é uma realidade sociológica que, por motivos culturais, afecta de forma especial as mulheres.

Não haverá, para já e com a escassez de dados e estudos mais aprofundados já referida, muito mais a acrescentar, a não ser talvez que conforme se verificou desde os anos 70, a presença, acção e posição das mulheres nos diversos sectores da actividade arqueológica (investigação, arqueologia preventiva, museus, ensino, divulgação, gestão, produção bibliográfica, etc) é totalmente transversal. Destaca-se, embora sem dados numéricos que o sustentem, que aparentemente e ao contrário do que se passa noutros sectores, não parece verificar-se ao nível das posições de chefia e/ou liderança, uma presença menos expressiva de mulheres. Este aspecto merece contudo, um maior aprofundamento.

AS MULHERES NA AAP

A actual Associação dos Arqueólogos Portugueses foi, desde a sua criação em 1863, um dos principais palcos da afirmação da Arqueologia Portuguesa. Entre os seus sócios encontramos intelectuais, homens da cultura, da História e, claro, grande parte dos arqueólogos portugueses e numerosos arqueólogos estrangeiros. Numa primeira fase, a admissão na Associação era também um sinal de distinção social.

Como seria de esperar, inicialmente a Associação congregava apenas homens, surgindo as primeiras associadas nos anos de 1880 e 1881, tendo como característica comum pertencerem à alta aristocracia e burguesia portuguesas. Frequentemente, eram esposas de sócios da *Real Associação* e estrangeiras em número apreciável. Não existia portanto qualquer ligação entre estas mulheres e a Arqueologia propriamente dita, nem à sua prática, excepto, provavelmente, o *fino gosto* por assuntos ligados à cultura, história e património (Figura 3).

Não obstante, encontramos entre as primeiras sócias alguns casos de certa forma distintos. Em primeiro lugar, Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (sócia desde 1880), filóloga, escritora, professora universitária, ou seja, intelectual de pleno direito. Encontramos igualmente, e a título de exemplo,

Leonor Fernandes Barahona Caldeira (sócia desde 1917, após enviuvar), fundadora e primeira Presidente do Grupo Pro-Évora (Associação de Defesa do Património da cidade de Évora, correspondente oficial da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia e promotora das primeiras classificações de monumentos em Évora); Robélia de Sousa Lobo Ramalho (sócia desde 1924), autora em 1933 do *Guia de Portugal Artístico*; Mathilde Auguste Hedwig Fitzler-Kömmerling (sócia desde 1928), historiadora, especialista em estudos euro-brasileiros e professora universitária no Brasil; Maria Josefina Pires da Bandeira de Vasconcelos Abreu Andersen e Maria Madalena Mascarenhas Valdez Trigueiros de Martel Patrício (sócias desde 1937), ambas intelectuais e escritoras; e ainda Olga Nicolis de Robilant Álvares Pereira de Melo, Marquesa do Cadaval (sócia desde 1946), apoiante das artes e cultura e proprietária da herdade onde se localizam os concheiros de Muge… Em 1943, ingressa na Associação, Virgínia Robertes Rau, historiadora insigne, investigadora, intelectual e professora universitária.

Da pesquisa realizada, a primeira sócia da AAP que efectivamente era arqueóloga terá sido Encarnacion Cabré Herreros (sócia em 1934), espanhola, filha do arqueólogo Juan Cabré com quem trabalhou e a primeira professora universitária de Arqueologia da Europa (Díaz-Andreu e Sorensen, 1993).

A nível da arqueologia portuguesa encontramos também na AAP as já referidas arqueólogas Vera Leisner (1943), Maria de Lourdes Bártholo (1954), Maria de Lourdes Costa Artur (1955), Maria Adília da Rocha Moutinho Alarcão e Silva (1964), Maria Amélia Abally Horta Pereira Silva Pinto Bubner (1969) e Irisalva Constância da Nóbrega Neves Moita (1997).

A partir dos anos 70, as arqueólogas portuguesas vão ingressando regularmente na AAP, conquistando progressivamente o seu espaço entre os associados masculinos. Deve salientar-se que, de acordo com os Estatutos e Regulamentos em vigor, reúnem também condições de acesso à Associação pessoas com outras formações de base e profissões, nomeadamente na área da História.

Apesar de hoje ainda permanecer uma percepção de que a AAP tem um rosto essencialmente masculino, o facto é que nos últimos 25 anos as associadas representam 40% das novas admissões, marcando presença activa nas secções, comissões e em todos os corpos sociais. Há que reconhecer contudo que a representação relativa das mulheres na nossa centenária Associação dos Arqueólogos Portugueses ainda está aquém da realidade. Perspectiva-se que esta realidade se alterará nos próximos anos.

FINALIZANDO, SEM CONCLUIR…

Este foi o retrato possível do tema *As mulheres na Arqueologia Portuguesa*. Longe de estar esgotado, afiguram-se, neste primeiro relance, muitas dúvidas, questões e problemáticas. Problematiza-se até a pertinência ou interesse de uma abordagem deste tipo, de *género*. Será que a Arqueologia feita no feminino é diferente, faz diferença ou acrescenta algo? Esta abordagem não se afigura a mais interessante para o tema. Considera-se, sim, que este é um entre muitos enfoques que merecem a história da Arqueologia Portuguesa e a sociologia e balanço social do grupo profissional dos Arqueólogos. É portanto uma visão necessária à compreensão da nossa realidade.

Esta singela contribuição pretende também ser um tributo! Em primeiro lugar às pioneiras que trilharam os primeiros caminhos da nossa profissão, em Portugal. Fácil, não terá sido! Para além de referências por direito, são uma inspiração.

A homenagem é também extensível a todas as arqueólogas que trabalham hoje em Portugal, principalmente em trabalho de campo. Em condições tão difíceis, para todos, mas, nós sabemos, com frequência agravadas quando o arqueólogo em campo é, de facto, uma *arqueóloga*.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1938) – Catálogo dos sócios da Associação desde que esta se fundou. In Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, IV. Volume Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa: AAP, pp. 43-141.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. In Arqueologia e História. Lisboa, 60-61, pp. 19-43.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; SORENSEN, Marie Louise Stig (eds.) (1993) – Excavating Women: A History of Women in European Archaeology. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

LEITE, Ana Cristina (2013) – Irisalva Moita e a arqueologia em Lisboa. In Rossio, Estudos de Lisboa. Lisboa, 1, pp. 24-31.

Página na Internet da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Ministério da Educação e Ciência. http://www.dgeec.mec.pt/ (acedido durante o mês de Junho de 2013).

PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos. Biblioteca Nacional de Portugal. http://porbase.bnportugal.pt/ (acedido durante o mês de Junho de 2013).

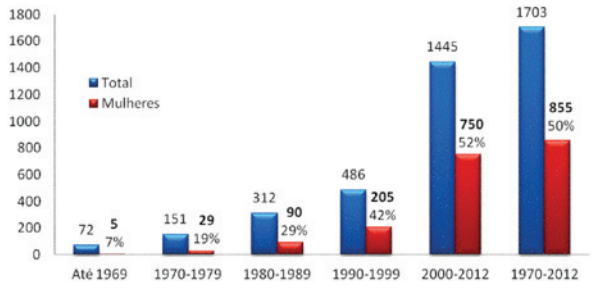


Figura 1 – Número de arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos.

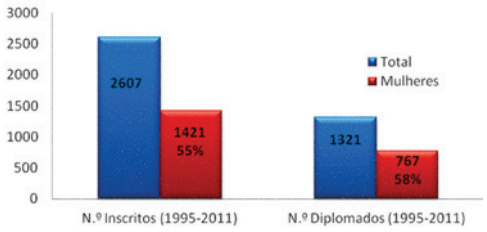


Figura 2 – Licenciaturas em Arqueologia: evolução no número de admitidos e diplomados.

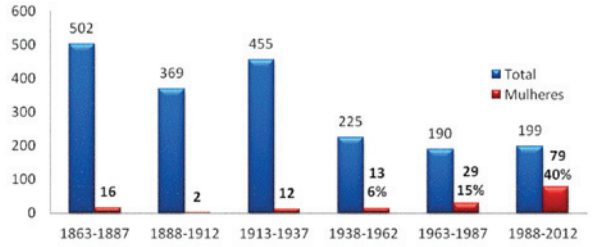


Figura 3 – Associação dos Arqueólogos Portugueses: evolução na admissão de novos sócios.

HISTÓRIA DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO VALE DO RÔTO (BOMBARRAL)

Cláudia Manso / Museu Municipal do Bombarral / claudia.manso@cm-bombarral.pt

RESUMO

Das descobertas e intervenções efetuadas no final do séc. XIX pelos primeiros pré-historiadores portugueses às iniciativas amadoras dos *arqueólogos do Bombarral*, fundadores do núcleo museológico da vila, com a colaboração da equipa dos Serviços Geológicos de Portugal e a subsequente instalação da Missão Arqueológica Francesa, orientada por Jean Roche, apresenta-se o historial dos trabalhos arqueológicos no Vale do Rôto e alguns aspetos de conteúdo da dinâmica administrativa desenvolvida entre a Tutela e os curiosos locais.

ABSTRACT

From the findings and interventions made in the late nineteenth century by the first Portuguese pre-historians to the efforts of amateur *archaeologists of Bombarral*, founders of the village's museum, with the collaboration of the team of Geological Survey of Portugal and the subsequent installation of the French Archaeological Mission, directed by Jean Roche, we present the history of archaeological work in Valley of Rôto and some contents of the administrative dynamic developed between the archaeological authority and local researchers.

PRIMEIRAS DESCOBERTAS E INTERVENÇÕES

O Bombarral conta-se entre os concelhos que atraíram pioneiros portugueses no campo da geologia e do estudo da Pré-história, interesse centrado sobretudo numa das unidades geomorfológicas que caracterizam a freguesia da Roliça – o planalto jurássico das Cesaredas. É nesta plataforma calcária que se rasga uma garganta meridional, o Vale do Rôto[1] cujas vertentes apresentam as cavidades cársicas onde, já no final do século XIX, se atestavam vestígios da presença humana.

E é precisamente no termo de oitocentos que a gruta denominada Lapa do Suão terá sido intervencionada por Carlos Ribeiro, membro da Segunda Comissão Geológica de Portugal, instituição cujo labor representaria nesse século a época alta da investigação arqueológica em território nacional. Porém, a hipótese da exploração de uma das grutas da Columbeira por Carlos Ribeiro foi lançada apenas a título póstumo pelo seu adjunto, Joaquim Filipe Nery Delgado, o qual estimaria ainda que os materiais recolhidos poderão ter integrado a coleção dos Serviços Geológicos de Portugal em 1880, ano da realização da 9ª Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (Santos Rocha, 1907a).

1. «Vale do Rôto» é o seu nome mais comum e, para legitimá-lo, há memória de que a maioria dos prédios rústicos e azenhas ali existentes foram propriedade de um "filho enjeitado" que terá feito grande fortuna. Contudo, em trabalhos científicos é frequente a alusão a «Vale Roto», topónimo geralmente interpretado como reflexo da multiplicidade de cavidades cársicas visíveis nas suas vertentes. Em termos cartográficos surge «Vale Flandres», um topónimo com hipotética conotação memorativa da Primeira Guerra Mundial, conflito em que o Corpo Expedicionário Português se distinguiu na *Batalha de La Lys* apesar das severas baixas sofridas. Esta assunção fundamenta-se no facto de um dos principais largos da aldeia da Columbeira se designar *Largo dos Heróis de França*, sendo certo que a mencionada batalha se deu na parte francesa da região da Flandres, a 9 Abril de 1818. Ao mesmo vale são ainda atribuídas as denominações de «Vale Frandes» (por corrupção do topónimo cartográfico?) e «Vale da Freira», denominação possivelmente relacionada com o topónimo *Freiria*, uma área localizada cerca de 1500m a Norte deste vale.

De facto, parte dessa coleção seria apresentada numa das comunicações do congresso (Ben-Saude, 1884).
O início do século XX arranca com as iniciativas dos membros da Sociedade Arqueológica Santos Rocha que, em 1903, conduzidos pelo próprio António dos Santos Rocha, efetuam sondagens infrutíferas na Gruta do Caixão e na Lapa Larga, determinando, ao invés, o alcance arqueológico da gruta da Lapa do Suão (Santos Rocha, 1907a). Esta última cavidade voltaria por isso a ser escavada no ano seguinte, trabalhos dirigidos pelo consócio Artur Sales Henriques (Santos Rocha, 1907b).
Seria contudo um grupo local de interessados nas questões arqueológicas que viria a atrair a colaboração dos Serviços Geológicos de Portugal, cujos técnicos chegam ao Bombarral em 1962 para reconhecer o potencial arqueológico de algumas grutas do Vale do Rôto, duas das quais consideradas por Octávio Veiga Ferreira como importantes jazidas pré-históricas. Eram elas a já mencionada Lapa do Suão e a Gruta Nova da Columbeira, descoberta aquando dos trabalhos de exploração de uma pedreira (Cardoso *et alii,* 2002).
A Gruta Nova, assim chamada para que em termos toponímicos se distinguisse das cavidades já conhecidas no lugar da Columbeira, foi imediato foco de atenção dos técnicos dos Serviços Geológicos pelo que a escavação quase integral do sítio arqueológico se realizaria no próprio ano da visita, registando-se a participação de alguns membros do recentemente criado núcleo museológico do Bombarral (Cardoso *et alii,* 2002). Ainda que convidado de antemão para dirigir os trabalhos, o esforço de campo decorreria na ausência de Jean Roche, investigador que só interviria no arqueossítio no ano de 1971, repetindo-se então a cooperação dos amadores do museu (Figura 1).

As seguintes intervenções registadas no Vale do Rôto ocorreriam na Lapa do Suão. Os arqueólogos locais contariam com a orientação de Octávio Veiga Ferreira desde 1963 até ao início da década seguinte (Figuras 2 e 3), resultando no primeiro trabalho publicado pelo grupo (Furtado *et alii,* 1969). A Gruta das Pulgas, localizada na vertente oposta do vale, viria a ser por eles sondada em 1970. O nome caricato derivaria da presença de uma significativa quantidade deste inseto no seu interior.
É o próprio Octávio da Veiga Ferreira quem envia ao Presidente da Câmara do Bombarral a síntese das pesquisas arqueológicas feitas no concelho em 1970 bem como o plano de trabalhos para o ano subserviente. Esta missiva, não datada, apresenta no frontispício a chancela do Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos e é pertença do Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.
Em 1972 remetem, ao Ministro da Educação Nacional, o primeiro pedido oficial de autorização para a já IIIª campanha de pesquisas arqueológicas na Lapa do Suão, com imediato parecer negativo da Junta Nacional da Educação. A continuidade dos trabalhos nesta cavidade dependeria pois da orientação de um arqueólogo qualificado, o que viria a acontecer sob a responsabilidade do abade Jean Roche, encetando-se no ano de 1973 a sua participação contínua na arqueologia do concelho do Bombarral, logo alicerçada na instalação da Missão Arqueológica Francesa em Portugal. A este propósito podem consultar-se na sede da Direção Geral do Património Cultural – Biblioteca de Arqueologia e no processo de arqueologia S-044 (Lapa do Suão), os ofícios com a referência de processo JN-11/1 (54) que deram entrada na 3ª Secção da Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes do Ministério da Educação Nacional às datas de 30 de março, 26 de maio, 14 de outubro e 17 de novembro de 1972.

OS ARQUEÓLOGOS DO BOMBARRAL

Desde o ano de 1962 que um grupo de residentes do Bombarral, composto por Antero Rodrigues Furtado, António Joaquim da Silva Maurício, Vasco dos Santos Cortes e liderado pelo artista Jorge de Almeida Monteiro, viria a dedicar o seu tempo livre à investigação arqueológica amadora, recolhendo espólio material tanto no próprio concelho como em concelhos limítrofes e reunindo um fundo bibliográfico especializado, na perspetiva de fundar uma célula museológica na vila do Bombarral.
A descoberta das novas grutas do Vale do Rôto efetuada por Jorge de Almeida Monteiro e a sua amizade com Leonel Trindade, o Diretor Adjunto do Museu de Torres Vedras, encetaria os primeiros passos da ligação entre os fundadores do futuro museu do Bombarral e três membros dos Serviços Geológicos de Portugal, Octávio Reinaldo da Veiga Ferreira, Georges Zbyszewsky e José Camarate Andrade França.
Volvidos oito anos, os legítimos proprietários do acervo arqueológico decidiram doá-lo à Câmara

Municipal do Bombarral, com a condição de serem criadas instalações condignas para a sua exposição ao público. E em 1970, em substituição da sede sita no nº10 da Rua D. Nuno Álvares Pereira (Figura 4), ser-lhes-ia cedido para o efeito o piso superior do Palácio do Gorjão. No mesmo ano, a imprensa local daria notoriedade à instalação de um Museu Municipal na vila, a ser dividido nas secções de arqueologia, etnografia, numismática e biblioteca, sendo a primeira a mais representativa, corolário dos trabalhos arqueológicos realizados no Vale do Rôto durante a década precedente.

Em reunião camarária seria porquanto nomeada a Comissão Instaladora do Museu Municipal. Era composta pelos habituais promotores da arqueologia e por outras figuras locais com aptidão para a defesa do património, tais como Abertino Monteiro Crespo, e organizava mostras do acervo cultural do concelho do Bombarral, das quais aqui se destaca a 'Exposição de Arqueologia' ocorrida a 30 de Agosto de 1977 (Figura 5). Providenciava igualmente apoio logístico às escavações feitas no Vale do Rôto, o que amiúde se traduzia na participação dos membros da Comissão em trabalhos de campo e, sobretudo, na resolução de questões urgentes como a execução de medidas de proteção aos sítios arqueológicos. Frequentemente denunciados pelos responsáveis científicos das intervenções, os atos de vandalismo incidiram mormente na gruta da Lapa do Suão. Neste sentido, podem consultar-se na sede da Direção Geral do Património Cultural – Biblioteca de Arqueologia e no processo de arqueologia S-044 (Lapa do Suão), os ofícios com a referência de processo JN-11/1 (54) que deram entrada na 3ª Secção da Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes do Ministério da Educação Nacional às datas de 13 de novembro de 1973, 22 de abril de 1977. E ainda os ofícios com a referência de processo JN-11/1 (54) assinados pelo Vice-Presidente do Instituto Português do Património Cultural às datas de 3 de julho de 1981 e 12 de maio de 1983.

A EQUIPA DOS SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL

Encabeçando outra importante fase do desenvolvimento dos estudos arqueológicos em Portugal, a equipa dos Serviços Geológicos de Portugal contribuiu ditosamente para o impulso da arqueologia no Bombarral, em especial pela mão de Georges Zbyszewski e de Octávio da Veiga Ferreira. A vasta experiência destes investigadores, bem como a de Jean Roche, pré-historiador francês que já colaborava com a instituição no ocaso da década de quarenta, consolidou o projeto do Museu Municipal desde a sua fase embrionária, muito graças à relação pessoal entre estes notáveis e, na expressão usada por Octávio Veiga Ferreira, os «amigos do Bombarral» (Cardoso *et alii* 2002). A duração dessa amizade pode ser atestada na correspondência seguinte[2] (Figura 6 e 7).

MISSÃO ARQUEOLÓGICA FRANCESA E A ESCOLA PRÁTICA DE PRÉ-HISTÓRIA

Nas décadas de setenta e oitenta, a Lapa do Suão receberia a Missão Arqueológica Francesa, tendo vindo a atingir uma importante dimensão no contexto académico do estudo da Pré-História e da Antropologia, pela adoção de novas metodologias de escavação de tradição acentuadamente francófona, orientadas pelo pré-historiador Jean Roche em colaboração com membros do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto – G.E.A.P. (Zilhão 1997) e algumas instituições de ensino superior, com realce para o apoio científico dado à Faculdade de Letras do Porto. O abade orientou ainda as pesquisas conduzidas por Vítor Manuel de Oliveira Jorge com vista ao doutoramento, tendo este investigador vindo a coassinar os seus pedidos de autorização de escavações na gruta da Lapa do Suão.

Assim, a cavidade acolheria, entre 1974 e 1977, alunos do Seminário de Pré-história da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia da Faculdade de Ciências do Porto e do Campo Arqueológico da Uni-

2. Transcrição da Figura 6: [Frente] Meu caro Antero, meu amigo: Com os votos que todos por aí estejam bem vinha pedir ao meu amigo para me mandar o original do caderno sobre a campanha de 1970 e os elementos de 1971 [Verso] que puder para começar a trabalhar nisso. Vamos apontar o de 1970 às II Jornadas de arqueologia que se realizam em Maio estão de acordo? Meus respeitosos cumprimentos à Sra. Vª Esposa e filha e um abraço para todos do sempre dedicado amigo [Rubrica de Octávio Veiga Ferreira].
Transcrição da Figura 7: [Frente] Caro amigo Antero: Já combinei com o D. Fernando a ida aí ver as vossas antiguidades, escavação, museu e o que mais os amigos entenderem. Escrevo-lhe já [Verso] para avisar o nosso amigo abade Jean Roche. Eu irei esta semana que entra 5ª feira fazer o corte. Até 5ª pois um abraço a todos do sempre e leal amigo [Rubrica de Octávio Veiga Ferreira]

versidade do Minho. Nessa altura, a Junta Nacional da Educação apresentaria pareceres favoráveis ao alargamento desta escola de escavações a outras Faculdades de Letras do país. Consulte-se também na sede da Direção Geral do Património Cultural – Biblioteca de Arqueologia e no processo de arqueologia S-044 (Lapa do Suão), o ofício com a referência JN/1 (54) que apresenta o parecer aprovado em sessão da 1ª Subseção da 2ª Seção da Junta Nacional da Educação, à data de 14 de Janeiro de 1977.

Em 1978, a escavação da gruta e da recentemente descoberta homónima, viriam contemplar a presença de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os relatórios de escavações descrevem agora os resultados das sondagens arqueológicas na Lapa do Suão I e na Lapa do Suão II, estando a segunda localizada na mesma vertente do vale, a cota superior.

A direção dos trabalhos na Lapa do Suão II passaria em exclusivo para Vítor Oliveira Jorge nos anos de 1979 a 1980 e, entre os seus colaboradores permanentes, já se liam os nomes de José Luís Meireles Batista e João Pedro da Cunha Ribeiro.

Em 1982, José Meireles Batista coassina com Jean Roche um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos na Lapa do Suão, retomando-se a escavação da cavidade original. Nos anos subsequentes, prevê-se uma série de sondagens na mesma cavidade no âmbito do projeto de investigação que Jean Roche concebe para o Paleolítico Superior português e que João Pedro Ribeiro viria a codirigir nos anos de 1984, 1986 e 1987.

É certo que as condições logísticas para a existência desta escola prática de Pré-História surgiram por acordo com a Câmara Municipal do Bombarral, município que manteve uma relação cordial com L'abbé Roche, ligação que subsistiria ao impulso renovador do núcleo museológico inaugurado em 1990. A esse propósito, apresenta-se a missiva de resposta do pré-historiador francês ao convite de participação no evento da inauguração da nova *roupagem* do museu municipal, o qual lhe fora dirigido pelo então presidente da Câmara Municipal (Figura 8)[3].

3. Transcrição da Figura 8: [Morada] Paris, le 10 Fèvrier 1990 [Destinatário] Monsieur le Présidente, Je vous remercie de votre lettre du 22 Janvier 1990 et de la preposition que vous me faites de participer au travail de présentation dês collections provenant de la grotte de Lapa do Suão dans le cadre du nouveau Musée Municipal. Vous savez combien je m'intéresse à l'Archéologie du concelho do Bombarral. Ce será pour moi une très grande joie de participer à ce travail. Je compte venir à Bombarral en Septembre-Octobre prochaine et je resterai le temps que será nécessaire pour accomplir ce travail. Je vous prie de croire, Monsieur le Président, à l'expression de mês sentiments très dévoués [Rubrica de Jean Roche].

BIBLIOGRAFIA

BEM-SAUDE, M.A. (1883) – Note sur la nature minérálogique de quelques instruments de Pierre trouvés en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques: compte rendu de la neuvième session au Lisbonne*. Typographie de la Academie Royale des Sciences. Lisbonne. 1880, pp 682-697.

CARDOSO, João Luís, RAPOSO, Luís, FERREIRA, Octávio Veiga (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira: Bombarral*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, pp 12-14.

FURTADO, Antero, MAURÍCIO, António, CORTES, Vasco, MONTEIRO, Jorge Almeida (1969) – Lapa do Suão (Bombarral). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 3, pp 1-15.

SANTOS ROCHA, António (1907a) – As grutas da Columbeira. In *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, I:4, pp 118-122.

SANTOS ROCHA, António (1907b) – Novas explorações na gruta da Lapa do Suão. In *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, I:5, pp 150-153.

ZILHÃO, João (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. Vol. II, p 598.

Figura 1 – Vasco Cortes e Jean Roche na entrada da Gruta Nova da Columbeira (década de 70). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

Figura 2 – Perspetiva Sul-Norte do Vale do Rôto no início da década de 70. Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

Figura 3 – Antero Furtado na entrada da Lapa do Suão (intervenção do início da década de 70). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

Figura 4 – Ao fundo e à direita, o edifício de três pisos onde existiu a sede do primeiro núcleo museológico do Bombarral (imagem datada de 31-05-1967). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

BOMBARRAL

FESTA-FEIRA

AGOSTO-77

Sábado, 30-7-77

Sabe que há cerca de 60.000 anos viveram, no Concelho do Bombarral, homens primitivos que deixaram muitos vestígios da sua existência?

Então vá, às **14,30 horas,** assistir à **CONFERÊNCIA SOBRE ARQUEOLOGIA** no Salão Nobre da C. M. B. e visite a **EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA** no **Palácio Gorjão.**

E, pelas **15** e **17 horas,** terá as **MEIAS FINAIS** do

Torneio Concelhio de Futebol

no campo do S. C. E. B.

22 horas - Na Mata Municipal

TEATRO

pelo **SATI,** com a estreia Nacional da Peça de **Maria Clara Machado, "CAMALEÃO NA LUA".**

Figura 5 – Folheto da Feira de Agosto, em que se divulga a «Exposição Arqueológica» patente na sede do Museu Municipal, o Palácio do Gorjão (original impresso na data de 23-07-1977). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

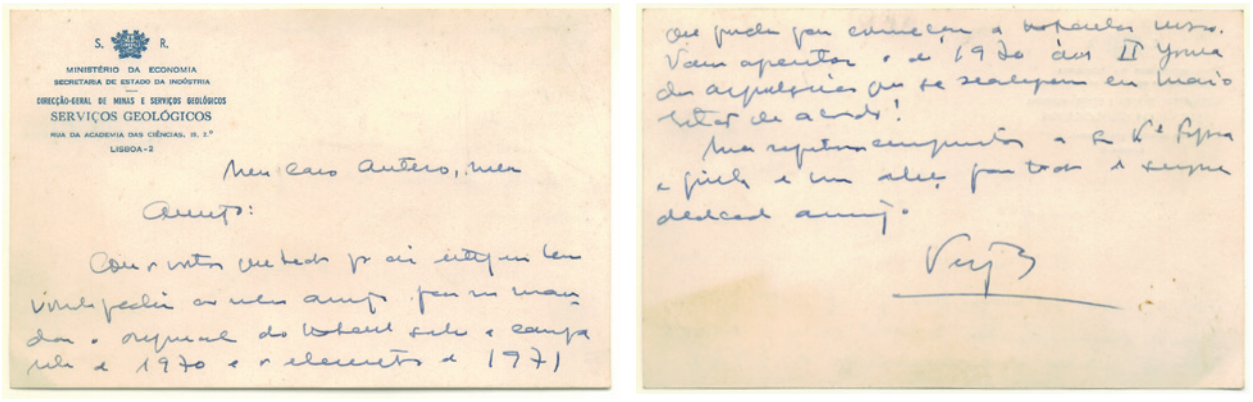


Figura 6 – Missiva enviada a Antero Furtado por Octávio Veiga Ferreira (data provável de 1972). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

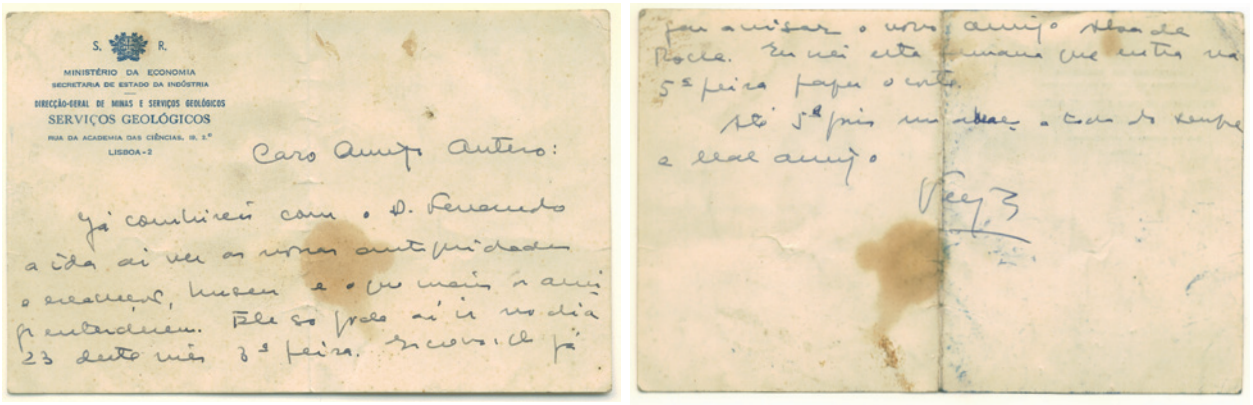
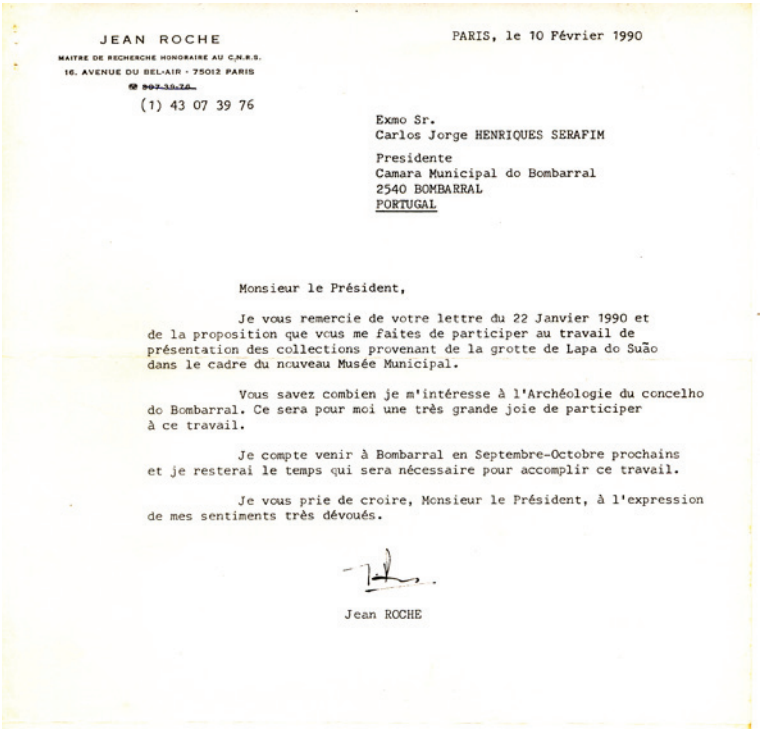


Figura 7 – Missiva enviada a Antero Furtado por Octávio Veiga Ferreira (data provável de 1971). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.



JEAN ROCHE
MAITRE DE RECHERCHE HONORAIRE AU C.N.R.S.
16, AVENUE DU BEL-AIR - 75012 PARIS
(1) 43 07 39 76

PARIS, le 10 Février 1990

Exmo Sr.
Carlos Jorge HENRIQUES SERAFIM
Presidente
Camara Municipal do Bombarral
2540 BOMBARRAL
PORTUGAL

Monsieur le Président,

Je vous remercie de votre lettre du 22 Janvier 1990 et de la proposition que vous me faites de participer au travail de présentation des collections provenant de la grotte de Lapa do Suão dans le cadre du nouveau Musée Municipal.

Vous savez combien je m'intéresse à l'Archéologie du concelho do Bombarral. Ce sera pour moi une très grande joie de participer à ce travail.

Je compte venir à Bombarral en Septembre-Octobre prochains et je resterai le temps qui sera nécessaire pour accomplir ce travail.

Je vous prie de croire, Monsieur le Président, à l'expression de mes sentiments très dévoués.

Jean ROCHE

Figura 8 – Missiva enviada ao Presidente da Câmara por Jean Roche (10 Fevereiro de 1990). Arquivo do Museu Municipal do Bombarral.

EDUARDO DA CUNHA SERRÃO, A AAP E O PROJECTO DE ESTUDO DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Francisco Sande Lemos / Arqueólogo / sandelemos@gmail.com

RESUMO

Eduardo da Cunha Serrão foi vogal da Secção de Pré-História, seu Presidente (1974-1987) e Presidente da AAP (1987-1990). O seu contributo foi decisivo numa das primeiras grandes operações de Arqueologia Preventiva em Portugal: o Salvamento da Arte Rupestre do Tejo (1971-1974). Como responsável máximo dos estudos, assumiu plenamente as funções de coordenador e dedicou ao Salvamento da Arte Rupestre do Tejo grande parte do seu tempo livre, tendo como colaboradores estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (agregados no GEPP). Manteve correspondência assídua e contactos pessoais quer com a entidade da tutela (Direcção Geral dos Assuntos Culturais), quer com Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado participou activamente na imediata divulgação científica e mediática das sucessivas descobertas, designadamente na Secção de Pré-História da AAP. Esta comunicação pretende evidenciar, numa perspectiva diferente da de outros textos já publicados, o valioso contributo de ECS no processo, nas diversas plataformas, desde a gestão ao planeamento das campanhas. O texto baseia-se nos artigos subscritos pela equipa que estudou a Arte Rupestre do Tejo, na ampla documentação (quatro volumosos dossiers do Arquivo do Direcção Geral do Património Cultural), no legado de Jorge Pinho Monteiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia) e na memória pessoal do autor.

ABSTRACT

Eduardo da Cunha Serrão (Chairman of the Prehistoric Section of the Archaeological Portuguese Association and after AAP Board President) had a key contribution to one of the first great's rescues operations in Portugal: the study of a wide complex of rock art later covered by the lake of the Fratel dam (Tagus River). This paper aims to underline his activity as director of the project in different fields: contacts with the heritage state authorities, the funding of the project; the planning of the field work; the preparation of the papers submitted to revues and scientific meetings. The material for this article are the documentation archived in Portuguese Heritage Authority, the papers of Jorge Pinho Monteiro kept in Archaeological National Museum and the memoir of the author.

"Pela sua dimensao qualitativa e quantitativa, este caso arqueológico será o mais importante dos meados deste século entre nós..."

Eduardo da Cunha Serrão

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros registos de Arte Rupestre em Portugal remontam ao séc. XVIII, no âmbito do inventário do Património promovido pela Real Academia de História. Trata-se dos desenhos do Cachão da Rapa registados nas Memórias de Ansiães (Morais & Magalhães). No entanto este primeiro registo não induziu um particular interesse dos antiquários pelas inscrições com sinais ilegíveis. A formação clássica da maioria dos eruditos iluministas centrou-se preferencialmente no inventário das epígrafes latinas que se enquadrava no projecto mais vasto de inserção da memória da Antiguidade Clássica no território como espaço cultural. Será na segunda metade do século XIX que a Arte Rupestre suscita um interesse generalizado. A implosão do tempo bíblico ocorrida em meados do século XIX, marca o interesse por todas as evidências do passado, mesmo as

mais abstractas e insondáveis. Nesta perspectiva os pioneiros da Arqueologia Portuguesa divulgam toda uma série de sítios, dispersos um pouco por todo o país. Por exemplo Francisco Martins Sarmento nas suas excursões arqueológicas, no território de Entre Douro e Minho, anota no seu caderno, desenha e fotografa, sempre que possível, numerosos conjuntos de gravuras, tendo mesmo adquirido um deles a Lage dos Sinais no Monte da Saia (Barcelos). Deste modo tal como em muitas outras nações europeias a Arte Rupestre estabeleceu-se como um dos marcadores arqueológicos frequentemente incluídos tanto nos trabalhos de âmbito temático como as Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcelos (1897-1913) como nos estudos regionais, de que é exemplo a obra do Abade de Baçal (Alves, 1910-1934).

Mário Varela Gomes publicou uma história muito detalhada dos sucessivos achados e trabalhos realizados ao longo do século XX (Gomes, 2002).

Todavia foi já no último quartel do século XX e na presente centúria que ocorreu a descoberta de vastos conjuntos, associados sempre a cursos de água: Tejo (1971); Douro (1981 e 1982); Côa (1989 e 1991) e Sabor (201?). Esta última descoberta demonstra que novos achados de grande magnitude podem acontecer nos próximos anos, justificando o interesse crescente em Portugal pela investigação em Arte Rupestre.

Neste "paper" vamos analisar a primeira dessas descobertas: a do Vale do Tejo, o contexto político e institucional vigente, os actores, o modelo segundo o qual se organizaram as campanhas de salvamento e estudo, destacando o valioso contributo de Eduardo da Cunha Serrão. Pretendemos contribuir não só para esclarecer como evoluiu este processo mas também para a História da Arqueologia em Portugal. Na verdade esta é considerada em Portugal como uma "arte menor", enquanto nos outros países proliferam os trabalhos sobre o tema. Dispomos de textos sobre o Património, instituições, de biografias das personalidades mais destacadas, mas falta o estudo dos mecanismos e das genealogias, da trama mais profunda na qual se formam os projectos, se estruturam os discursos e constroem os conhecimentos.

2. CONTEXTO POLÍTICO

As mais relevantes descobertas da Arte Rupestre Portuguesa ocorreram em contextos políticos diferenciados. A da Gruta do Escoural (1963) nos últimos anos do consulado de António Oliveira Salazar (Silva, 2008). A do Tejo na fase final do Estado Novo, quando este já se encontrava em estado de decomposição, dilacerado por graves contradições internas e enfrentando uma oposição cada vez mais aguerrida. A do Vale do Côa no último governo de Aníbal Cavaco e Silva no fim de um ciclo político. Finalmente a do Sabor, ainda escassamente divulgada, inscreve-se no âmbito das grandes obras que foram o apanágio dos dois governos de José Sócrates. Deste sumário esboço apenas se pode deduzir que não há, pelo menos numa análise mais superficial, uma relação directa entre os contextos políticos e a actividade arqueológica. Destaca-se no entanto uma coincidência entre um maior ritmo de descobertas, na derradeira fase do Estado Novo e após o advento do regime Democrático. Na verdade só a partir dos anos 1960 o regime ditatorial se preocupou em dotar o país com uma rede de infra-estruturas modernas. Esta tarefa iniciada com Marcelo Caetano, após uma fase transitória nos anos subsequentes a 1974, só assumiu um ritmo acelerado na década de 1980 e seguintes, já em Democracia. Em 1972, quando se realizaram os trabalhos arqueológicos de salvamento do Vale do Tejo parte das aldeias dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa ainda não dispunham de electricidade.

Aliás a nomeação de Marcelo Caetano como Primeiro Ministro não teve o efeito desejado, ou seja o de prolongar o Estado Novo e em simultâneo dotar o país de infra-estruturas, promovendo a industrialização de Portugal. A evolução na continuidade revelou-se ilusória. Pelo contrário a guerra colonial agudizou-se, bem como o isolamento diplomático de Portugal. No âmbito específico das Universidades os anos do marcelismo foram de permanente conflito com os estudantes, cada vez mais conscientes da sua força política. No entanto é forçoso reconhecer que Marcelo Caetano procurou renovar os quadros da Administração Pública e ensaiar tímidas reformas. Mas o ambiente geral era manifestamente o do fim de uma época.

Foi neste contexto político e académico, algo turbulento, que ocorreu a descoberta da Arte Rupestre do vale do Tejo, processo em que os estudantes tiveram uma intervenção relevante, embora com apoios institucionais.

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A arquitectura institucional manteve-se no essencial até 1974 e mesmo depois. A tutela do pa-

trimónio arqueológico competia à Junta Nacional de Educação, dividida em Secções. Os processos de Arqueologia eram apreciados na 2ª subsecção da 6ª Secção (Belas Artes). A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, dependente do Ministério das Obras Públicas conservava intactos os seus poderes.

Contudo no final dos anos 1960 dissipou-se (devido à reforma ou morte dos protagonistas) o demorado conflito entre o MNA e as instituições portuenses, aliadas à AAP (Fabião, 1999 e 2011).

Registaram-se por outro lado algumas mudanças, a nível dos responsáveis, o que teve um impacte positivo. Em 1966 Manuel Heleno aposentou-se dos cargos de Professor Catedrático da Faculdade de Letras e de Director do Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido nomeado Fernando de Almeida para as vagas deixadas em aberto. Fernando de Almeida distinguia-se pelo seu trato muito educado, calmo, sempre disponível para conversar com os estudantes. Entretanto também assumiu a Presidência da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Deste modo o poder que concentrou era muito significativo.

Foi nomeado para chefiar a Direcção Geral dos Assuntos Culturais Manuel Bairrão Oleiro, sem dúvida um dos arqueólogos mais notáveis da segunda metade do sécuo XX. A circunstância de se ter dedicado preferencialmente ao Património, em detrimento da investigação faz com que a sua relevância na Arqueologia Portuguesa esteja algo esquecida, o que é lamentável, embora lhe tenham sido dedicados, ainda em vida dois livros de homenagem, na revista *Conimbriga* e pela Universidade Nova. Acerca de José Manuel Bairrão é desejável consultar também outros textos (Adília, 2000; Alarcão, 2000; Encarnação, 2000; Lemos, 2000; Silva, 2008).

Em síntese, apesar da continuidade do sistema orgânico, no âmbito da Arqueologia, abriram-se novas portas, na Tutela e na Universidade, que vão facilitar o projecto do Vale do Tejo.

4. ANOS 70 DO SÉCULO XX: UM NOVO CONTEXTO INTELECTUAL

O movimento francês de Maio de 68 teve amplas repercussões em toda a Europa, incluindo Portugal, onde influenciou os estudantes que procuravam avidamente os livros dos novos filósofos (designadamente C. Lévy-Strauss; Michel Foucault; Gilles Deleuze) nas livrarias do Chiado. E as indispensáveis obras de André Leroi-Gourhan. De um modo geral as teorias marxistas eram perfilhadas pelos estudantes mais informados, embora sem dogmatismos. A ideia da Arqueologia como disciplina auxiliar da História era considerada obsoleta. Pelo contrário as questões de ordem epistemológica destacavam-se como prioritárias e as relações entre a Arqueologia e a Antropologia passaram a ser uma nova área de interesse. Como exemplo concreto deste movimento recordamos a constestação aos programas das disciplinas de Pré-História e de Antiguidade Oriental da Licenciatura em História da Faculdade de Letras de Lisboa em 1971/72. Fora do contexto do ensino, a criação do Grupo de Estudos para o Paleolítico Português, por um aluno finalista, Vítor Oliveira Jorge, inseria-se na mesma perspectiva, a um tempo epistemológica e antropológica (Jorge, 1970)

A adesão de alunos mais novos às actividades do GEPP foi pois natural. Realizaram-se assim, nas férias escolares, várias campanhas de prospecção designadamente no litoral estremenho (Loures) e no da Arrábida. Neste caso o pequeno grupo de estudantes acampou no jardim da casa de Eduardo da Cunha Serrão em Sesimbra. Aliás Sesimbra já tinha sido um dos locais de colaboração entre ECS e o GEPP, designadamente no estudo da Gruta da Lapa do Fumo.

5. EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

Tal como sucede com Manuel Bairrão Oleiro também a relevância de Eduardo da Cunha Serrão está a ser esquecida. Ambas mereciam estudos biográficos e referências mais dilatadas na História recente da Arqueologia Portuguesa. Na verdade Eduardo da Cunha Serrão (n. Lisboa em 25 de Dezembro de 1906 – f. Abril de 1991) destacou-se como um dos arqueólogos que mais contribuiu para alterar o panorama arcaizante que vigorou até aos finais dos anos sessenta do séc. XX na Pré-História de Portugal. Economista na vida profissional, quadro superior do CTT-TLP, E.C.S. não estava ligado as entidades oficiais, ou oficiosas, que pontificavam no mundo arqueológico da capital, na década de 1960. Interessado nos estudos de Pré-História Recente, Eduardo da Cunha Serrão, sem estar em ruptura com as entidades e figuras do pequeno universo lisboeta e nacional, mantinha uma certa distância. Detinha um compromisso com a Junta Nacional de Educação, mas ténue, na sua qualidade de delegado da mesma para o concelho de Sesimbra.

Entrou para a Associação dos Arqueólogos em 1959 através da Secção de Pré-História. Era sócio efectivo mas não exercia cargos directivos. Outro organismo oficioso com o qual mantinha um contacto mais estreito era a Sociedade de Geografia de Lisboa, de cuja Secção de Arqueologia, fundada por Mendes Correa, foi Vice-Presidente. A circunstância de estar à margem da Arqueologia oficial lisboeta não o impediu de realizar diversos trabalhos de grande impacto científico. Embora não fosse um profissional, no sentido estrito do termo, apreendera a importancia da "Field Archaeology". Segundo o seu próprio testemunho tomou consciência dos problemas teóricos e técnicos da Arqueologia durante uma viagem de estudo a Inglaterra, em 1952, organizada pelo British Council. Por essa altura era director do Instituto de Londres o professor V. Gordon Childe. Terminada a guerra, a Arqueologia britânica atravessava uma fase de grande dinamismo, influenciada pelo ensino e práctica de Mortimer Wheeler e de Gordon Childe, entre outros. Deste modo ECS introduziu no nosso país os métodos preconizados pelo célebre arqueólogo inglês, aplicando pela primeira vez a técnica da quadriculagem do terreno. Apesar de ter divulgado no I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1959) a nova metodologia usada nas escavações da necrópole de Azóia (Sesimbra), bem como nos povoados de Parede (Cascais) e Olelas (Sintra) em 1955, o impacto desta inovação no meio arqueológico nacional foi muito limitado. A generalidade dos arqueológos continuou a recorrer as longas valas ou poços, ou mesmo a metodos mais expeditos, com a inevitavel destruição de preciosas estratigrafias, em especial nas grutas e abrigos pre-históricos.

6. A DESCOBERTA DAS GRAVURAS DO VALE DO TEJO

Em 1971 os planos de actuação do GEPP, cuja área prioritária de investigação era o Paleolítico, orientaram-se para o Vale Superior do Tejo em Portugal devido ao facto de ser uma zona pouco estudada, não existindo publicações de monta. Ao saber do projecto Paulo Caratão Soromenho indicou ao seu genro (FSL) uma nota recolhida na década de 1940 acerca de sinais gravados nas rochas junto ao leito do rio, a jusante das Portas de Ródão. Pelo que a identificação destes vestígios passou a ser um objectivo complementar das prospecções planeadas para a zona das Portas do Ródão. As circunstâncias da descoberta em 31 de Outubro de 1971 já foram mencionadas em numerosos textos (Serrão *et alii*, 1972; Gomes, 2010) e com maior pormenor em: (Soromenho *et alii*, 1972). De qualquer modo é interessante transcrever uma frase de P. C. Soromenho: "..aguardámos os jovens arqueólogos que vinham de Vila Velha, onde na véspera já tinham estado a estudar o paleolítico da região" (Soromenho *et alii*, 1972). Nesse dia as prioridades mudaram. A quantidade de afloramentos xistosos gravados levou à conclusão de que se tratava de um achado excepcional, no âmbito da Arte Pré-histórica, para além do mais ameaçado pela futura albufeira da barragem do Fratel já em construção. O estudo do Paleolítico passou para um plano secundário, embora tenha sido retomado poucos tempo depois da conclusão do salvamento das gravuras.

Ao tempo, a entidade que "dominava" os estudos de Pré-História em Portugal eram os Serviços Geológicos. O GEPP tinha uma nítida consciência das forças em presença no pequeno universo dos estudos de Pré-História em Portugal e, embora mantivesse contactos com os Serviços Geológicos, considerava ultrapassada a metodologia da datação altimétrica das formações sedimentares quaternárias e o uso da análise das pátines como meio de estabelecer a antiguidade dos utensílios líticos. Não existia nos quadros da Faculdade de Letras nenhum Pré-Historiador. Assim, tendo em conta os laços de trabalho já forjados com Eduardo da Cunha Serrão estabeleceu-se uma aliança entre aquele arqueólogo e os estudantes, a fim de se constituir uma equipa para efectuar o estudo das gravuras. Eduardo da Cunha Serrão não era em bom rigor um arqueólogo profissional (tal como aliás os estudantes da FLUL) mas os padrões metodológicos pelos quais se guiava bem como as suas referências teóricas, estavam muito mais próxima das ideias que se discutiam no seio do GEPP.

Pelo que a aproximação entre ECS e os estudantes foi uma aliança geracional produtiva, em que a diferença de perspectivas não provocou fracturas: "Concretamente, no caso da arte rupestre de Fratel nós temos diversas opiniões, às quais os restantes jovens membros da equipa contrapoêm objecções muito prudentes e judiciosas, considerando melhor esperarmos os resultados finais dos estudos a que havemos de proceder e só, depois, tomarmos uma atitude" (Soromenho *et alii*, 1972).

De qualquer modo a parceria entre ECS e o GEPP não tinha por si mesmo força institucional suficiente. Foi necessário procurar apoios exteriores o que se concretizou em pouco tempo, nos meses seguintes à descoberta.

7. A REDE INSTITUCIONAL E A CONVERGÊNCIA DE APOIOS

Tendo em conta a dimensão dos achados e a circunstância de estarem ameaçados por uma hidro-eléctrica, se fosse nos dias de hoje o processo seria complexo. Na década de 70 do século XX os procedimentos decorreram sem problemas de maior. O projecto de estudar as gravuras teve bom acolhimento por parte de Fernando de Almeida, que recordamos era o Professor Catedrático de Arqueologia, Director do Museu de Belém e Presidente da AAP. Aliás Fernando de Almeida já cedera ao GEPP uma sala no Museu, onde o grupo se reunia com frequência.
Contudo o apoio decisivo foi o de Manuel Bairrão Oleiro a cuja política, como responsável da tutela, estava subjacente a ideia de renovar a Arqueologia Portuguesa. Assim o pedido de autorização apresentado por ECS e os elementos do GEPP foi deferido com relativa facilidade em Janeiro de 1972. Foi relator do processo Bandeira Ferreira que tinha sido assistente de Arqueologia na Faculdade de Letras.
Esta rede institucional de apoios foi reforçada através de uma divulgação rápida da Arte Rupestre.

8. DIVULGAÇÃO

8.1. Científica

Tendo em conta o modo como se organizou a equipa não surpreende que a divulgação científica se tenha processado no âmbito da AAP. Realizou-se uma primeira conferência em 29 de Maio de 1972 na Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, posteriormente publicada na *Revista Arqueologia e História* (Serrão *et alii*, 1972). Um pormenor interessante é a ordem como figuram os autores: Eduardo da Cunha Serrão, Francisco de Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol, Susana Rodrigues Lopes e Vítor de Oliveira Jorge. Ou seja alfabética, pelo primeiro nome, uma imposição "democrática" dos estudantes à qual ECS nunca se opôs. Um resumo da comunicação à Secção de Pré-História da AAP, subscrito pelos mesmos autores foi publicado na III Série de *O Arqueólogo Português*, no volume 6, 1972, sob o título "O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa) – Primeiras Hipóteses e Programa de Trabalhos".
E mais tarde no âmbito das II Jornadas Arqueológicas promovida pela AAP em 1972 foi apresentado um "update": "Notícia de novas descobertas no complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo" (Serrão *et alii*, 1973).

7.2. Mediática

A Imprensa de Lisboa deu ampla cobertura à descoberta (por exemplo no *Diário de Notícias* de 20-1-1972) e a notícia saíu mesmo em prestigiados jornais estrangeiros, designadamente no *Times* de 21-1-1972, no *New York Herald Tribune* de 21-1-1972, no *Le Soir* (Bruxelas) em 28-1-1972. Processou-se também noutro nivel, através de conferências designadamente em Novembro de 1972, na sede do Grupo dos Amigos de Lisboa, com intervenções de Paulo Cartão Soromenho, Eduardo da Cunha Serrão e Francisco Sande Lemos.
Através desta rápida divulgação científica e mediática a descoberta ficou claramente associada a ECS e à Faculdade de Letras de Lisboa, em pouco mais de seis meses. Se compararmos com o tempo da revelação dos achados de Foz Côa e do Sabor regista-se um notável diferença.
No entanto a equipa de Pré-Historia dos Serviços Geológicos não se coibiu de reagir pondo em causa a autenticidade da quase totalidade das gravuras. De acordo com o seu parecer somente duas ou três rochas com gravuras eram antigas. As restantes eram recentes e datavam da época da construção do Caminho de Ferro da Beira Baixa, tendo sido feitas por operários que para o efeito teriam utilizados os parafusos metálicos que prendiam as traves em que assentavam os carris. O facto de estarem pouco patinadas confirmaria a escassa antiguidade das gravuras. Esta opinião não teve qualquer efeito na sequência do projecto.

9. VIAGEM DE ESTUDO A PARIS (PRIMAVERA DE 1972)

Aprovada a equipa e em paralelo com a divulgação científica e mediática, ECS e o GEPP consideraram oportuna uma deslocação a Paris, que foi subsidiada pelo Ministério da Educação. Esta ida a França foi essencial para definir os modelos de registo e as es-

tratégias a aplicar nos futuros trabalhos de campo. Em Paris o GEPP encontrou-se com André Leroi--Gourhan no Collége de France, com A. Laming--Emperaire no Musée de l'Homme. Houve uma deslocação posterior a Pincevant, a fim de recolher junto de Michel Brézillon ensinamentos acerca das técnicas de moldagem com látex que este pré-historiador tinha aplicado no estudo das gravuras do Sahara. No âmbito da mesma viagem celebraram-se reuniões com investigadores do Paleolítico, no Institut de Paléontologie Humaine. Na sequência desta viagem de estudo foi entregue um relatório pormenorizado, o qual constitui um documento histórico, inexplicavelmente por publicar. Conservam-se pelo menos duas cópias: uma no Arquivo da actual Direcção Geral do Património Cultural Português e outra no legado José Pinho Monteiro, no Museu Nacional de Arqueologia.

10. A ORGANIZAÇÃO DAS CAMPANHAS

Em 1972 já depois de ter sido deferido o pedido de autorização Vítor Oliveira Jorge e Susana Jorge foram convidados (por Fernando de Almeida) respectivamente para Assistente e Monitora da Universidade de Sá da Bandeira (Huambo). Regressou à "Metrópole", a fim se ocupar da área de Pré-História na FLUL, Victor Gonçalves. O afastamento daquele dois elementos motivou correspondência entre VOJ e Direcção dos Assuntos Culturais e desta com ECS, ficando estabelecido que na eventualidade deste último pretender juntar outros elementos à direcção do projecto deveria comunicar previamente a fim de ser(em) apreciado o novo(s) nome(s). Até à fase final do salvamento não ocorreram mais alterações, tanto quanto é possível deduzir da documentação disponível. Porém, ainda em 1972, Maria dos Angeles Querol aceitou um convite do Martin Almagro Basch para ingressar na Universidade Complutense, pelo que a equipa dirigente ficou reduzida a três elementos: Eduardo da Cunha Serrão, Jorge Pinho Monteiro e Francisco Sande Lemos. Entretanto foi possível reunir uma vasta equipa de estudantes após uma sessão efectuada num auditório da Faculdade de Letras em Março de 1972: Vítor Serrão; António Martinho Baptista; João Ludgero; António Carlos Silva; Rui Parreira; Teresa Marques; Manuela Martins.

Por motivos óbvios, uma vez que ECS estava obrigado a comparecer diariamente nos CTT, as reuniões de trabalho passaram-se a realizar-se na sua casa em Campo de Ourique na Rua Saraiva de Carvalho nº 242, 1ºDT, à noite depois do jantar. Nestas reuniões, abertas aos novos colaboradores, eram discutidos a estratégia a seguir e os pormenores de cada campanha a realizar, bem como os contactos institucionais (incluindo a troca de correspondência com as entidades da tutela e financiadoras). Entre o Verão de 1972 e o seguinte tanto JPM como FSL dedicaram-se exclusivamente ao projecto e interromperam os estudos. Na verdade a condicionante da barragem não permitia adiamentos e as questões de ordem técnica eram inúmeras. Por outro as verbas concedidas pelo ME e pela Fundação Calouste Gulbenkian eram limitadas sendo necessário uma gestão rigorosa das contas. Não se concretizaram em pleno as campanhas do Verão de 1972 devido ao facto do subsídio da FCB não ter sido processado em tempo oportuno. A campanha destinada a aproveitar as férias do Natal não teve os resultados esperados (as condições atmosféricas revelaram-se adversas), embora contasse com um reforço de alunas da Universidade Complutense. Pelo contrário a campanha de Primavera de 1973 foi proveitosa, pois o tempo esteve excelente. Os trabalho finais efectuaram-se durante o Verão de 1973. A construção da barragem foi dada por concluída em 1973 e o enchimento da albufeira concretizou-se ao longo do Outono/Inverno de 1973/1974. Apesar de todas as dificuldades, a operação de salvamento do Vale do Tejo permitiu centenas de registos em latex, fotografia e diapositivos. A recente dissertação de doutoramento de Mário Varela Gomes (2010) é prova de que a documentação recolhida pode ser utilizada em estudos de grande fôlego, com pleno êxito.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intervenção que abriu o II Congresso Nacional de Arqueologia celebrado em Coimbra em 1973, Manuel Bairrão Oleiro desenhou as linhas de uma política para a Arqueologia Nacional (Oleiro, 1973). Texto pouco citado, apesar do seu interesse, antecipa a importância futura da Arqueologia Preventiva, ao mesmo tempo que enuncia a necessidade de se efectuar a Carta Arqueológica de Portugal. Entre os projectos de Arqueologia Preventiva Bairrão Oleiro destaca dois: o Salvamento da Arte Rupestre do Tejo e o do área de Sines. Tanto no caso da Arte do Tejo como no de Sines as intervenções tiveram repercussões científicas e não só.

No registo das gravuras do Ródão e Nisa formou-se um conjunto de arqueólogos que tiveram uma intervenção relevante na Arqueologia portuguesa nas décadas subsequentes, embora seja errado falar de uma Geração do Vale do Tejo (Silva 1996 e 1999; Lemos, 1997; Arnaud, 2002). O termo "Geração de Vale do Tejo" remete para um registo mágico, ou quase mitológico. O contexto foi muito mais complexo e envolveu várias pessoas e diversos pólos: Eduardo da Cunha Serrão, estudantes de História (salvo um de Arquitectura), Bairrão Oleiro, Fernando de Almeida, a Faculdade de Letras de Lisboa, a AAP, a Direcção dos Assuntos Culturais e o MNA.

A verdade é que fechadas as comportas o projecto de estudo das gravuras do Tejo fragmentou-se por ter havido uma quebra na direcção científica. Muitos dados continuam por explorar, pese a excelência do trabalho de Mário Varela Gomes (2010). Persistem em aberto numerosas hipóteses de trabalho. Seja como for, transcorridos 42 anos sobre a descoberta das gravuras do Fratel, é legítimo concluir que a formação científica, a inteligência e o empenho de um arqueólogo não inserido no sistema, Eduardo da Cunha Serrão (cuja participação não foi meramente simbólica, mas activa, tendo chegado mesmo a investir várias dezenas de milhares de escudos do seu bolso bolso, dinheiro que só reaveu vários meses depois das campanhas terem terminado) e o dinamismo de um grupo de estudantes, apoiados por instituições incipientes mas com responsáveis esclarecidos, asseguraram o registo mínimo de um complexo de Arte Rupestre de grande amplitude, um dos maiores da Europa.

Procurámos destacar o quadro político e institucional, o contexto, as genealogias, a rede de personalidades e os lugares que ocupavam, as alianças que se estabeleceram ou seja, em síntese, a malha de vectores que devem ser ponderados quando se pretende entrar no cerne da História da Arqueologia de um determinado país. A Associação dos Arqueólogos Portugueses foi o espaço preferencial para a divulgação dos resultados científicos. A ruptura democrática ocorrida em 1974 reconheceu o valor da obra de Eduardo da Cunha Serrão, que assumiu sucessivamente os cargos Presidente da Secção de Pré-História e depois Presidente da AAP.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco Manuel (1910-1934) – *Memórias Arqueologicas-Históricas do Distrito de Bragança* (10 volumes), Bragança.

ALARCÃO, Adília (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Monumentos*, Lisboa. 13, pp. 119-121.

ALARCÃO, Jorge (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 41: 1-2.

ARNAUD, José Morais (2002) – Prólogo. Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp. 9-12.

ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro. O Mestre, o Amigo, o Arqueólogo. *Al-Madan*. Almada. Série II. 9, p. 215.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I, *Al-Madan*. Almada. Série II. 8, pp. 104-126.

– (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Edição CTT.

GOMES, Mário Varela (2002) – Arte Rupestre em Portugal – Perspectiva sobre o último século, Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp.139-194

– (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico e Cultural Pré e Proto-Histórico,* Dissertação de Dutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 volumes.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa; Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. Braga. 5, pp. 91-110.

– (1991) – Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70 na Arqueologia do Sul de Portugal. *Forum*. Braga. 9-10, pp. 135-147.

– (1997) – A vã glória de escrever no presente a história que vai ser investigada no futuro. *Forum*. Braga. 22, pp. 85-92.

– (2000) – José Manuel Bairrão Oleiro. *Forum*. Braga. 28, pp. 195-201.

– (2011) – Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre, in 40 anos do Início da Descoberta do Vale do Tejo. Açafa on Line. Vila Velha de Rodão. 4, 22 p.

JORGE, Vítor M. de Oliveira (1970) – *Estatuto epistemológico da paleo-antropologia cultural,* «Novas Perspectivas das Ciências do Homem ». Lisboa: Presença. pp. 91-112.

MORAIS, Joao Pinto de e MAGALHAES, A. de S. Pinto (1985) – *Memórias de Ansiães*, Bragança. CMCA.

OLEIRO, João Manuel Bairrão (1974) – Palavras de Abertura. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto – 1993)*. Lisboa. pp.17-24

SERRÃO, Eduardo da Cunha; LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho QUEROL, Maria Angeles; LOPES, Susana Rodrigues; JORGE, Vítor Oliveira – (1972) – O complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa 9: Notícia preliminar. *Arqueologia e História*. Lisboa. 4, pp. 11-39.

– (1972) – O complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa): primeiras hipóteses e programa de trabalhos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 4, pp. 63-67.

– (1973) – SERRÃO, Eduardo da Cunha; LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho QUEROL, Maria Angeles – Notícia de novas descobertas no complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. pp. 7-17.

SILVA, António Carlos (1996) – A geração do Tejo, Linguagem das Coisas, Ensaios e Crónicas de Arqueologia: Publicações Europa-América, p. 293-323

– (1999) – Arqueologia Portuguesa no século XX, um testemunho muito pessoal. *Al-Madan*. Almada. Série II. 8, pp. 133-137.

– (2002) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996). *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp. 229-315.

– (2008) – O Museu Nacional de Arqueologia e a Salvaguarda do Património Arqueológico. Algumas reflexões tendo como fundo a actuação do Museu aquando da descoberta da Gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 26, pp. 299-344.

SOROMENHO, Paulo Caratão; Serrão, Eduardo da Cunha e LEMOS, Francisco Sande – (1972) Arte Rupestre Tagana,– *Olisipo*, XXV (135), Lisboa, pp. 75-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1897-1913) – *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. (3 volumes).

TRÊS DÉCADAS DE ESCAVAÇÕES EM VILA NOVA DE SÃO PEDRO (1937-1967)[1]

Maria Ribeiro / Mestranda em Estudos do Património da Universidade Aberta
João Luís Cardoso / Professor Catedrático da Universidade Aberta. Centro de Estudos Arqueológicos do Conselho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) / cardoso18@netvisao.pt

RESUMO
Com base na análise sistemática e exaustiva da documentação conservada em diversos arquivos, foi possível reconstituir a sequência das escavações realizadas no povoado calcolitico fortificado de Vila Nova de São Pedro entre 1937 e 1967, correspondendo às intervenções de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço e, depois, apenas deste último. Abordar-se-ão, sucessivamente, os diversos aspectos relativos à realização dos trabalhos de campo, através da caracterização: dos processos de autorização para a realização das escavações; dos apoios financeiros e dos seus requisitos; dos apoios logísticos e da metodologia utilizada para a sua obtenção; da relação com os arqueólogos portugueses da época.

ABSTRACT
Based on the systematic and intensive analysis of the documentation stored in several files, it was possible to constitute the sequence of the excavations made in the fortified Chalcolithic settlement from Vila Nova de São Pedro in 1937-1967, matching the interventions by Eugénio Jalhay and Afonso do Paço, and later by the latest only. It will be approached successively, the various aspects related to the field work, through characterization: of the allowance procedures for the excavations; of the financial support and its requirements; of the logistics support and methodology used to get it; of the relationship with Portuguese archaeologists.

1. INTRODUÇÃO

O povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, também designado como "Castro" de Vila Nova de São Pedro, encontra-se no Nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km de Lisboa, perto da localidade do mesmo nome.
Estrategicamente localizado num outeiro, a cerca de 100 metros de altitude, cuja toponímia local o designa por alto do "Castelo", nas suas proximidades corre a ribeira de Almoster e algumas outras linhas de água. O istmo ou promontório, assim isolado pelo entalhe das linhas de água mencionadas, constitui plataforma de topografia regular, oferecendo condições naturais de defesa, exceptuando-se o lado por onde ainda hoje se faz o acesso ao sítio arqueológico. Possui um dispositivo defensivo complexo de há muito conhecido, embora as vicissitudes da exploração arqueológica tenha determinado um desconhecimento muito desigual das diversas linhas defensivas que o integram, suas características, cronologia e desenvolvimento.
A pesquisa documental já efectuada, e de que neste trabalho se dá notícia preliminar, incidiu na análise de documentos existentes no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que recebeu o espólio arquivístico da antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Ministério das Obras Públicas (DGEM/MOP), na Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, onde se conserva o acervo da extinta Junta Nacional de Educação, antigo órgão consultivo, extinto em 1977, daquele Ministério. A consulta efectuada a tão vasta e diversificada documenta-

1. A primeira signatária encarregou-se da pesquisa documental nos Arquivos citados, das entrevistas no terreno e da organização do material assim reunido; coube ao segundo signatário a estruturação e a coordenação geral do trabalho, a utilização sistemática da informação bibliográfica tendo em vista o enquadramento dos temas tratados, bem como a redacção do trabalho.

ção, permite concluir que, ao longo de décadas, o trabalho desenvolvido pelos responsáveis por esta estação arqueológica, foi muito para além daquele que nos é apresentado através dos trabalhos que dela publicaram. Com efeito, o presente contributo evidencia a burocracia com que se depararam, as dificuldades e entraves, a morosidade dos processos administrativos, as carências económicas, a falta de condições de trabalho e de meios, entre outros, dando uma imagem da real importância que era conferida à Arqueologia no Estado Novo, dado que esta foi sem dúvida como uma das estações mais importantes das exploradas na vigência daquele regime, sendo os seus responsáveis iniciais, depois reduzidos a apenas Afonso do Paço, inquestionavelmente, um homem da confiança do regime. Com efeito, as prioridades culturais do Estado Novo não passavam pela investigação em Arqueologia e, muito menos, em Pré-História. È um mito acreditar que Afonso do Paço, por via dos seus compromissos profissionais – lembre-se que Afonso do Paço fez toda a sua vida profissional como Oficial do Exército, tendo atingido a patente de Tenente-Coronel (Ferreira, 1970) – tenha beneficiado em algum momento da sua carreira de arqueólogo de apoios especiais particularmente proveitosos do Estado Novo para as suas actividades arqueológicas. O resultado das pesquisas documentais feitas para este trabalho comprova, precisamente, o que já antes se escrevera a tal propósito (Cardoso, 2002): a ausência de importância política atribuída pelo Governo a trabalhos desta natureza, centrando-se as afirmações nacionalistas oficiais em outras áreas do conhecimento histórico, relacionadas com a etnogénese dos Lusitanos, considerados os antepassados directos dos portugueses actuais ou, num tempo muito mais recente, com a afirmação da nacionalidade e da independência, expressivamente ilustradas pelos templos e castelos medievais, então objecto de um ambicioso programa de recuperação, metodicamente concretizado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a mesma entidade que subsidiou, mas com as magras verbas que adiante se verá, os trabalhos que, pela mesma altura, decorreram em Vila Nova de São Pedro

E, no entanto, as publicações dos resultados das escavações que anualmente ali se realizavam, iam paulatinamente chamando a atenção dos poucos investigadores nacionais sediados nas escassas instituições que se dedicavam à investigação arqueológica, para a importância daqueles resultados, rapidamente projectados além-fronteiras, o que levou à vinda de arqueólogos estrangeiros a Portugal, atraídos pela bela fortificação que se ia a pouco e pouco pondo a descoberto, mas sobretudo, pelo ineditismo e diversidade do espólio encontrado e pela riqueza informativa que o mesmo proporcionava para o enquadramento desta sociedade pré-histórica no contexto peninsular e europeu.

2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A historiografia das escavações do povoado de Vila Nova de São Pedro, que constitui o objecto deste contributo, deve ser compreendida no contexto científico e institucional da época.

Aprovada a Constituição de 1933, assumia o Estado Novo o objectivo essencial de assegurar a identidade e a independência nacionais, por diversas vias, que iam do campo cultural até à área financeira, passando pelas medidas de carácter educativo e social, todas elas devidamente apoiadas num pensamento político, consubstanciado pela União Nacional, e estruturadas num sólido edifício legislativo-administrativo. Assim se providenciou a transformação de Portugal em um Estado Corporativo, com duas câmaras: a Assembleia Nacional, com o poder legislativo; e a Câmara Corporativa, de carácter consultivo da primeira, emitindo pareceres relativos a todos as actividades do País, por via de Procuradores que ali representavam os interesses de todos aqueles que as exerciam, incluindo as de carácter histórico-arqueológico ou patrimonial.

A legislação do Estado Novo no respeitante à regulamentação da actividade arqueológica, consubstancia-se no Decreto 23 125, de 12 de Outubro de 1933, o qual instituiu uma comissão consultiva, no seio da Junta de Educação Nacional, designada "Junta Nacional de Escavações e Antiguidades", antecessora imediata da 2.ª Subsecção – Antiguidades, Escavações e Numismática, da 6.ª Secção – Belas-Artes, da Junta Nacional de Educação, criada em 1936, a qual viria a superintender a actividade arqueológica em Portugal até 1977, ano em que foi extinta (Cardoso, 1999). Integravam aquela subsecção os seguintes elementos, conforme se estipula no art.º 2.º do referido Decreto-Lei: "o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, que presidia; o Presidente da Junta de Educação Nacional; o Presidente do Conselho Nacional de Belas-Artes;

o Director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos; o Engenheiro-Chefe dos Serviços Geológicos de Portugal; um delegado da Associação dos Arqueólogos Portugueses; três Vogais, nomeados pelo Governo de entre os Professores das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e individualidades de notória competência em investigações arqueológicas; e o Conservador do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, que servirá de secretário".

Foi, pois, aquele o quadro legal em presidiu a todas as iniciativas relacionadas com as escavações realizadas em Vila Nova de São Pedro por A. do Paço, começadas em 1937, para só terminarem em 1967. Importa, pois, antes de se abordar a sequência das iniciativas adoptadas e os resultados obtidos, caracterizar sucintamente os organismos ou instituições que foram chamados a intervir directa ou indirectamente nos trabalhos arqueológicos realizados: antes de mais, a Junta Nacional de Educação (1936-1977), sucedânea da Junta de Educação Nacional (1926-1936), organismo consultivo do Ministério da Educação Nacional, criada no âmbito da afirmação ideológica do Estado Novo. Sucessora do Conselho Superior de Instrução Pública, agregou todos os órgãos consultivos até então existentes nestas áreas; no caso específico, a referida Junta, através da 2.º Subsecção da 6.ª Secção superintendia às medidas conducentes à protecção do património arqueológico, incluindo a classificação de imóveis de interesse arqueológico, bem como a emissão de pareceres sobre a autorização de realização de intervenções arqueológicas, que careciam de homologação por parte do membro do Governo com a respectiva tutela.

O Instituto de Alta Cultura (1952-1976), organismo responsável pela condução da política de investigação científica durante o Estado Novo, sucedeu nessas funções à Junta de Educação Nacional (1929-1936) e ao Instituto para a Alta Cultura (1936-1952). Tinha como missão, entre outras, concorrer para o desenvolvimento da investigação científica e das relações culturais e funcionava no âmbito do Ministério de Educação Nacional.

À Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes (1930), estando na dependência do então Ministério da Instrução Pública, competia tratar de todos os assuntos relativos às Universidades e respectivo ensino, Sociedades Científicas e Literárias, Academias, Escolas de Belas Artes e Conservatórios e sua gestão. Superintendia os Museus cuja gestão era assegurada directamente pelo Estado, bem como Monumentos Nacionais e Teatros, Bibliotecas e Arquivos que se encontrassem naquelas mesmas condições.

Outro organismo, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929), anteriormente designada por Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos, integrava-se no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (em 1946 apenas Ministério das Obras Públicas, ano em que foi criado o Ministério das Comunicações). Esta Direcção-Geral centralizou até ao início dos anos 70 a quase totalidade das atribuições relativas à manutenção de monumentos nacionais do Estado e edifícios classificados.

O Comissariado do Desemprego (1932-1974), na dependência do Ministério da Obras Públicas e Comunicações, determinou através do decreto n.º 20222 de 15 de Agosto de 1931, a realização de um inquérito sobre a crise de desemprego, no intuito de resolver, tanto quanto possível, esse flagelo que em Portugal alastrava. Entre outras competências, tinha por base promover a colocação de desempregados, das mais diversas áreas, incluindo trabalhadores do meio rural, concedendo, em certos casos, o transporte para outras localidades onde houvesse ofertas de trabalho e falta de mão-de-obra. Este organismo foi extinto a 30 de Dezembro de 1974.

Ao nível dos organismos locais, a Câmara Municipal da Azambuja e a Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro tiveram papel modesto na realização dos trabalhos, encerrando esta grande e complexa rede administrativa.

É ainda de salientar o papel desempenhado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863, que assumiu um papel importante enquanto organismo oficialmente promotor das escavações em Vila Nova de São Pedro, cuja responsabilidade foi assumida, através da sua secção de Pré-História, por dois dos seus mais ilustres membros, o Rev. Eugénio Jalhay e o então Capitão Afonso do Paço.

3. TRÊS DÉCADAS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (1937-1967)

Em 1936, Hipólito Cabaço, levado pelo topónimo local "Castelo", com que era designado o pequeno outeiro que depois se verificou corresponder à imponente fortificação central, procedeu a sondagens arqueológicas limitadas, a suas expensas, que conduziram à identificação do notável sítio

pré-histórico. Dado conhecimento deste facto à Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi logo solicitada a autorização necessária para dar início às escavações, o que aconteceu, depois do local ter sido visitado pelo Prof. Mendes Corrêa, e de ter sido disponibilizado um pequeno subsídio pelo Instituto para a Alta Cultura.

Assumia-se, assim, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), através da secção de Pré-História, como a patrocinadora dos trabalhos logo em 1937, ano que marca o início de um período de trinta anos de escavações sistemáticas, até 1967, sob a direcção do Rev. Eugénio Jalhay e de Afonso do Paço inicialmente, e apenas de Afonso do Paço, depois da morte do primeiro, em 1950.

Do período anterior a 1940, as informações possíveis de reunir são poucas; contudo, uma acta[2] da Junta Nacional de Educação, datada de 1937 apresenta os aspectos processuais mais importantes que enformaram o início dos trabalhos arqueológicos, a saber:

a) Que a AAP seja autorizada a explorar a estação arqueológica de VNSP;
b) Que as escavações e o estudo dos resultados sejam dirigidos pelo Padre Eugénio Jalhay, assistido no local pelo Sr. Hipólito Cabaço;
c) A obrigatoriedade da AAP apresentar anualmente à JNE um relatório dos trabalhos;
d) O espólio recolhido é considerado propriedade do Estado e confiado à guarda da AAP;
e) Que o Ministério da Educação Nacional ordene a suspensão dos trabalhos e a entrada do material em estabelecimentos do Estado, caso não sigam o rigor científico exigido ou os materiais não estiverem devidamente acautelados;

É interessante verificar que a autorização é apenas conferida a um único arqueólogo, tal qual o verificado na actualidade, muito embora a responsabilidade possa ter sido apresentada de forma partilhada, sendo igualmente similar a obrigatoriedade de apresentação de relatórios anuais dos resultados obtidos, bem como a prorrogativa de o Estado poder mandar suspender os trabalhos caso estes estivessem a ser mal conduzidos, à semelhança das normas vigentes actualmente.

Fica claro que à AAP cabe a solicitação de todas as autorizações e licenças para a realização dos trabalhos de escavações, bem como comunicar o início e término dos mesmos. As verbas seriam entregues à Associação, que apresentará os relatórios e a relação das despesas efectuadas referentes a cada ano corrente.

Através da análise dos documentos constantes do processo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que é o mais rico dos acervos consultados, sabe-se que as verbas inicialmente concedidas eram bastante reduzidas para os fins a que se propunham. Os fundos eram destinados a diversas finalidades: os que provinham do Comissariado do Desemprego destinavam-se ao pagamento dos salários dos trabalhadores, enquanto que os da DGEMN eram para as despesas correntes. Destas despesas, que eram justificadas anualmente, consta o pagamento de diversos serviços, de entre os quais, despesas de comunicações (telefones, cartas e telegramas); de transportes (bilhetes de autocarro e comboio e ainda do transporte do espólio para o Museu do Carmo); de alojamento (para os responsáveis); de lavandaria (tratamento da roupa dos responsáveis); de aquisição de materiais diversos (pás, picaretas, pregos, caixotes, crivos, petróleo, etc.); e ainda serviços de levantamento topográfico, rolos de fotografias e revelação das mesmas, bem como de tipografia (execução das separatas) e pagamento das inscrições em Congressos.

Através do Comissariado do Desemprego era recrutado o pessoal necessário à execução desta *obra* (pois era assim que as escavações eram formalmente encaradas), sempre que possível de entre os inscritos no Comissariado. As folhas de férias[3] apresentadas neste processo (apenas são conhecidas as dos anos de 1944, 1946 e 1953), identificam os trabalhadores que foram recrutados para as campanhas efectuadas, bem como as remunerações pagas de acordo com os dias trabalhados. Sem prejuízo de algumas alterações que possam ter ocorrido ao longo dos anos, nomeadamente dos efectivos, pode afirmar-se que estes eram recrutados de entre os habitantes da aldeia de Vila Nova de São Pedro. Estes, na sua maioria camponeses que viviam da agricultura, pessoal indiferenciado, ou sem um ofício definido, não

2. Acta da 49.ª Secção do Conselho Permanente da Acção Educativa da JNE, Arquivo Histórico do Ministério da Educação, 06 de Abril de 1937, cota 2967.

3. Cf. Folhas de Férias, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT. 00375226 (ano 1944); SIPA TXT 00375276 (ano 1946) e SIPA TXT 00375472 (ano 1953).

tendo outros rendimentos, teriam reunido as condições exigidas pela legislação em vigor, para serem formalmente considerados como "desempregados". Tais informações foram corroboradas pela Sra. Graciete Moreira, uma das poucas pessoas ainda vivas que participaram nas escavações (nas campanhas de 1961 e 1962), afirmando que os trabalhadores eram recrutados directamente na povoação conforme as necessidades definidas para os trabalhos nesse ano e que auferiam uma remuneração. Quando questionada sobre as condições de trabalho, referiu que os trabalhadores não recebiam qualquer tipo de formação e que o trabalho era diferenciado, cabendo aos homens o trabalho mais árduo, o de escavar, e às mulheres a crivagem das terras provenientes do local e a separação dos materiais encontrados, agrupando-os segundo indicações (ex: fragmentos cerâmicos, fragmentos ósseos, pontas de seta, etc.), para posterior análise e estudo (Figs. 1 e 2). Outro facto, passível de ser observado nas folhas de férias, são as remunerações recebidas, sendo que as mulheres auferiam cerca de 50% do montante atribuído aos homens.

É fácil depreender que as escavações trouxeram uma nova dinâmica à população local, criando outras fontes de receita, por pequenas que fossem, para aquela pobre aldeia.

Analisando a Portaria que define as condições para a colocação de trabalhadores desempregados, recrutados através do Comissariado, e as dezenas de ofícios e comunicações trocadas entre os diversos organismos intervenientes, verifica-se que os trabalhos são sempre designados como uma *empreitada*, como se neste caso concreto, disso se tratasse. Assim sendo, pressupõe-se a existência de um *empreiteiro* e naturalmente a existência de uma *obra*, como já acima se referiu. O papel de *empreiteiro* caberia a Afonso do Paço (dado naturalmente não ser ocupação compatível com o estatuto de sacerdote de Eugénio Jalhay). Assim, o valor da *empreitada* era definido através de uma proposta apresentada pelo próprio ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), por forma a obter as verbas necessárias para a execução da *obra*. Afonso do Paço apresenta-se nestas propostas como sendo *tarefeiro de obras públicas*, e entre os anos de 1941 a 1948, a empreitada é adjudicada por ajuste directo. A partir de 1949 e até 1961, aparecem outros possíveis *empreiteiros* a concorrerem à mesma *empreitada*. Importa referir que estas alterações se devem ao enquadramento jurídico aplicável a estas *empreitadas*, sendo que um e outro caso (ajuste directo ou concurso) são contemplados na legislação vigente nos anos correspondentes. A variação é definida pelo montante das verbas envolvidas, prazos de entrega da *obra* e outros critérios pré-estabelecidos.

Naturalmente, o recurso a estes supostos *empreiteiros* não passava de uma mera "táctica de bastidores" para contornar as formalidades exigidas legalmente, dado que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais estava apenas vocacionada para contratualizar empreitadas de obras públicas no âmbito das inúmeras recuperações do património edificado do País, cuja gestão estava a seu cargo.

Em 1957 foi solicitado que fosse instalado um sistema de vagonetas (movidas sobre carris) para auxiliar remoção de grandes quantidades de terra, pedras e entulho, para poder ser escavado o "reduto" ou "morro" central", que então já se sabia cobrir o notável dispositivo defensivo actualmente à vista, depois da realização dos trabalhos de 1955, e da publicação dos mesmos, logo no ano seguinte (Paço e Sangmeister, 1956 a, 1956 b). Pelos dados disponíveis, a verba concedida para esse ano foi de facto bastante mais avultada comparativamente ao ano anterior, tendo sido instalado o referido sistema (com 50 metros) conforme foi solicitado. Contudo, este sistema já existia instalado na estação arqueológica desde pelo menos 1940, conforme se comprova por foto tirada às escavações nesse ano, publicada em 1942 (Paço & Jalha, 1942, Figura 10). Assim, o que se pretendia seria a ampliação do dispositivo, ou a sua simples substituição, dada a sua intensa utilização nas campanhas anteriores. Com efeito, no dia 1 de Agosto de 1946, "quando, pelas 16 horas, por ocasião do descanso do pessoal, nos dispúnhamos a repousar um pouco na nossa barraca, chegou a almejada camioneta de Lisboa com duas vagonetas e os respectivos carris para cerca de 50 metros de via (…). O novo material foi logo montado e entrou em serviço, modificando totalmente o ritmo das escavações" (Paço, 1954, p. 52). Este dispositivo era montado e desmontado todos os anos (Paço, 1954, p. 54). Em 1959, numa carta[4] dirigida ao Ministro das Obras Públicas, proveniente da Repartição dos

4. Cf. Comunicação N.º 518 da DGEMN de 8 de Junho de 1951, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT. 00375388.

Serviços Administrativos do mesmo organismo, datada de 04 de Junho de 1956, dá-se conta que o Tenente-Coronel Afonso do Paço passou à reserva e que pelo facto de ter dedicado grande parte da sua actividade a estudos arqueológicos, solicitou, através de uma carta, a sua contratação em regime de simples prestação de serviços em troca de uma remuneração. Em 1962, é autorizado pelo Ministério das Obras Públicas (MOP), a sua colaboração, mediante a remuneração anual de 12.000$00 a ser paga de uma só vez ou em prestações[5]. Documento de 1964 refere que Afonso do Paço não auferirá quaisquer lucros pela orientação dos trabalhos, dado que a referida verba será totalmente absorvida pelas despesas da campanha, incluindo transportes, salários e seguros de pessoal operário, materiais e ferramentas indispensáveis. [6]

Até ao final dos trabalhos de escavações, em 1967, as *empreitadas* foram sempre adjudicadas a Afonso do Paço, na modalidade de ajuste directo, tendo presente a sua grande experiência e prestígio como especialista.

Outra questão relevante e que é possível comprovar prende-se com o decorrer dos próprios trabalhos de escavação: nos anos de 1943, 1944, 1946, 1947 e 1951, estes pararam ou foram suspensos por terem sido esgotadas todas as verbas disponibilizadas para o efeito. Documento de 1950 [7], refere que Afonso do Paço algumas vezes adiantou o dinheiro necessário para que os trabalhos pudessem prosseguir, devido à morosidade administrativa que impedia que as verbas fossem entregues atempadamente, que criava obstáculos à concretização dos próprios trabalhos de escavação.

As verbas disponibilizadas ao longo dos anos de escavações a que respeita este estudo (1937-1967) conheceram grandes variações. Ainda assim, os dados disponibilizados, permitem obter algumas conclusões. Não tendo sido possível obter os valores para todos os anos económicos, as verbas incluíam as dotações feitas pela DGMN, as comparticipações do Comissariado do Desemprego e as verbas administrativas e de fiscalização. As verbas administrativas, compreendem a aquisição de material (resmas de papel, papel químico, papel vegetal, pastas de arquivo, lápis, borrachas, folhas de medição, folhas de orçamentos, entre outros). As que dizem respeito à fiscalização, remetem para a deslocação de um fiscal dos serviços, durante o período das escavações, para assegurar o cumprimento de todas as formalidades, nomeadamente no que diz respeito aos contratos de trabalho, e ao pagamento das deduções fiscais que teriam que ser feitas para o Fundo de Desemprego, dado que, como já foi referido anteriormente, as remunerações eram pagas com as verbas cedidas pelo Comissariado do Desemprego.

Os montantes disponibilizados constam dos documentos oficiais do processo do IHRU, mas só foram considerados aqueles que se encontram com o carimbo de autorização, à excepção do documento do ano de 1937, cuja verba foi disponibilizada para permitir o arranque das escavações, pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC), depois de visitado o local pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa (Paço e Jalhay, 1939). Em 1938 não há informação de qualquer montante atribuído; em 1939 e em 1940, as campanhas continuaram a ser financiadas pelo IAC, e em 1941 e 1942, conjuntamente por esta instituição e pela DGEMN (Paço e Jalhay, 1942, 1943). A partir de 1943, passou a ser a DGEMN a única entidade a suportar os custos dos trabalhos de campo; porém, uma parte das subvenções era aplicada, como já vinha sendo hábito, no pagamento de diversos serviços, como a impressão de separatas. Excepcionalmente, a impressão de separatas foi financiada também pelo IAC, que em 1945 concedeu 1.500$00 para tal finalidade (Paço, 1954, p. 42).

O valor total apurado para as três décadas de escavações financiadas pela DGEMN ascende 281.800$00. Este montante peca por defeito, pelo facto de não ter sido possível encontrar os montantes atribuídos nos anos de 1938 e 1939, conforme se indica no Quadro 1.

5. Carta de Afonso do Paço dirigida ao Director-geral do MOP datada de 06 de Maio de 1956, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935620/21/22/23/24/2526.

6. Documento n.º 2862 de 27 de Abril de 1962, da DGEMN, Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935670.

7. Of. N.º 4135 da DGEMN datado de 2 de Outubro de 1951, Processo da IHRU documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.00935522.

Quadro 1 – Vila Nova de São Pedro. Subsídios concedidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Ano	Refª	Valor Atribuído (Escudos)
1937	001	2.000$00
1938		?
1939		?
1940	002	1.500$00
1941	003	5.000$00
1942	004	5.000$00
1943	005	5.000$00
1944	006	6.000$00
1945	007	7.000$00
1946	008	10.000$00
1947	009	19.500$00*
1948	010	15.000$00
1949	011	20.000$00**
1950	012	9.500$00
1951	013	9.500$00
1952	014	9.500$00
1953	015	9.500$00
1954	016	9.500$00***
1955	017	9.700$00
1956	018	9.700$00
1957	019	19.200$00
1958	020	10.000$00
1959	021	10.000$00
1960	022	10.000$00
1961	023	10.000$00
1962	024	9.200$00
1963	025	13.000$00
1964	026	13.000$00
1965	027	10.000$00
1966	028	10.000$00
1967	029	4.500$00

(*) O montante indicado noutro lugar é de 20.000$00 (Paço, 1954).
(**) O montante indicado noutro lugar é de 19.000$00 (Paço, 1954).
(***) Dos quais 4750$00 do Comissariado do Desemprego (Paço, 1958).

Valor Total Apurado	281.800$00

As verbas mais avultadas foram atribuídas entre os anos de 1947-1949, posteriormente em 1957 e, por fim em 1963-1964.

As explicações para tal situação decorrem por certo da dimensão dos trabalhos que se pretendiam executar, exigindo um maior número de trabalhadores e mais dias de trabalho, dado que eram os próprios arqueólogos que orçamentavam os trabalhos a que correspondiam os subsídios solicitados.

As campanhas de escavações terminaram em 1967, sendo este o último ano em que foram atribuídas verbas para os trabalhos de campo, apesar de haver uma lacuna informativa no que diz respeito aos resultados obtidos nas campanhas ulteriores aos meados da década de 1950, devido ao facto de o último relatório de escavações publicado corresponder aos trabalhos realizados em 1956, em que se completaram 20 anos de campanhas arqueológicas (Paço, 1958), sem prejuízo de no IHRU existirem relatórios sucintos até aos inícios da década de 1960, que permanecem totalmente inéditos. Mas o seu interesse informativo é reduzido, no que diz respeito ao espólio e aos trabalhos realizados. Os últimos relatórios enviados por Afonso do Paço à DGEMN, respeitam à 28.ª campanha de escavações – 1964 e à 29.ª campanha de escavações – 1965, ficando por se conhecer os resultados respeitantes aos anos de 1966 e 1967. Esta situação deveu-se, por certo, à prolongada e constrangedora doença que atingiu Afonso do Paço, e que o viria a vitimar, em 1968.

Naqueles últimos relatórios, Afonso do Paço evidencia particular preocupação pelos aspectos de preservação, valorização e animação do sítio arqueológico. Assim, no relatório de 1964, chama uma vez mais a atenção para a urgência de encarar algumas situações importantes nomeadamente:

- a efectiva classificação do sítio como Monumento Nacional;
- a compra dos terrenos onde este está inserido;
- a construção, pela Câmara Municipal da Azambuja, de uma pequena estrada de acesso ao sítio arqueológico;
- a realização de uma maquete do povoado;
- e a concessão de meios para se executarem desenhos dos principais materiais recolhidos, fotografias e reconstituições de peças de cerâmica que valorizariam o espólio existente no Museu do Carmo.

Só na posse de todos esses elementos estariam reunidas as condições necessárias para a elaboração de uma memória definitiva sobre o povoado.

No relatório de 1965, reitera a urgência da aquisição dos terrenos, apelando para que, tendo em conta o preço exagerado que o proprietário pretendia, se recorresse à expropriação dos terrenos onde o sítio está inserido.

Contudo, só em 1971, o povoado "eneolítico" de VNSP, foi classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto-lei n.º 561/71 de 22 de Novembro de

1971, coroando os esforços que Afonso do Paço vinha desenvolvendo desde 1951.

Após longo período de cerca de 20 anos, só interrompido pela benéfica campanha de limpeza e consolidação das estruturas efectuada em 1983, que acompanhou a elaboração de uma nova planta do povoado (Oliveira e Ferreira, 1990), iniciaram-se novas escavações, em 1985/1986, dirigidos por Victor S. Gonçalves, cujos resultados ainda se não encontram publicados. Desde então, e até à data, passaram mais de 27 anos sem se vislumbrar mais nenhuma campanha de escavações nem a sua realização num futuro próximo, apesar de existirem ainda muitas questões a que esta estação arqueológica poderia dar resposta, através da escavação de vastas áreas ainda incólumes. Actualmente, o sítio arqueológico encontra-se em condições deploráveis, votado ao mais vil e total abandono e à mercê da degradação, que o tempo lhe vai impondo, embora se saiba que a actual Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses tenha intenções de apresentar superiormente um plano de valorização e de musealização da estação. Oxalá seja bem sucedida!

AGRADECIMENTOS

À Sr.ª Graciete Moreira, de Vila Nova de São Pedro, uma das últimas participantes nas escavações dirigidas em Vila Nova de São Pedro pelas informações prestadas.

Ao Sr. Lúcio Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de São Pedro.

Ao Dr. José Machado Pereira, do Museu Municipal Sebastião Arenque (Azambuja).

À Dra. Françoise Le Cunff, do Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

Aos Drs. Paulo Tremoceiro e Graça Barros, do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Inventário em suporte de papel com as seguintes designações:

– Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
- Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª e 3.ª Circunscrições, cotas actuais: AH327
- Livros de Actas - 1932/1962 – 2 Livros
- Processos Diversos – 1929/1966, cotas actuais, 3101

– Junta Nacional de Educação
- 2ª Subsecção – Arqueologia – 1938/1956, cotas actuais: 222, 245, 246, 249, 250, 251 e 277
- 5ª Subsecção – Protecção e conservação de monumentos e obras de arte – Processos de 1940/1956, cotas actuais: 202, 203, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 241 3 327

– Comissão dos Monumentos Nacionais
- Cota actual – 443

Arquivo Nacional Torre do Tombo – Inventário em suporte de papel com a Referência Junta Nacional de Educação – L695, com as seguintes designações:

– Secretaria-Geral – 1944/1977, cotas actuais: JNE 1 a 40; JNE 68 e 69; JNE 70 a 74

– 6ª Secção (SC) – 1937/1974, cotas actuais: JNE 95

– 2ª Subsecção (SSC) – 1949/1965, cotas actuais: JNE 107 a 109

– 7ª Secção (SC) – 1967/1969, cotas actuais: JNE 110

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) – Forte de Sacavém com o Nº IPA – PT03110380005, disponível para consulta online no site: www.monumentos.pt

Fontes Impressas

CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço (1895-1968). *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 9-35.

FERREIRA, O da Veiga; OLIVEIRA, H. N. (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 49-58.

PAÇO, A. (1954) – Castro de Vila de S. Pedro: VI – Campanhas arqueológicasde 1943 a 1959 (n.º 7 a n.º 14). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 3, p. 31-80.

PAÇO, A. (1958) – Castro de Vila de S. Pedro: X – Campanhas arqueológicasde 1956 (Aditamento: campanhas de 1952, 1953 e 1954). *Anais da Academia portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 8, p. 43-91.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1939) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 1ª e 2ª campanhas – 1937 e 1938. *Brotéria*. Lisboa. 28 (6); 29 (1, 4 e 5). Separata.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 3, 4ª e 5ª campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria*. Lisboa. 34 (6). Separata.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1943) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sôbre a 6ª campanha – 1942 *Brotéria*. Lisboa. 37 (1). Separata.

PAÇO, A.; SANGMEISTER, E. (1956 a) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, p. 93-114.

PAÇO, A.; S SANGMEISTER, E. (1956 b) – Vila Nova de S. Pedro eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*. 34 (3/4), p. 212-230.

Figura 1 – Afonso do Paço, ao centro, com grupo de trabalhadores e trabalhadoras. A seu lado direito, encontra-se Maria de Lurdes Costa Arthur. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).

Figura 2 – Crivagem das terras. De notar a utilização exclusiva de mulheres, tanto na operação de recolha de artefactos (existindo caixas de madeira compartimentadas onde estes eram recolhidos, como no abastecimento da água. Campanha de escavações de 1952. Foto cedida pelo Museu Sebastião Arenque (Azambuja).

A DESCOBERTA DO TÚMULO DE SÃO TORPES EM 1591

Ricardo Estevam Pereira / Câmara Municipal de Sines – Museu de Sines / sinescastelo@sapo.pt

RESUMO

Em 1591 escavou-se próximo de Sines um monumento funerário, de que nos chegaram relatos coevos e algumas gravuras posteriores. Não se tratou de um achado fortuito, mas de uma acção intencional alicerçada num contexto de Contra-Reforma onde se procura a legitimação das posições do presente num passado, de que se buscam os vestígios materiais e novas formas de os interpretar.

Esta nova disciplina – que virá a ser a arqueologia – que aqui se está a esboçar, surge assim com um com um papel de peso, poder interventivo e uma atenção por parte dos diversos poderes que hoje de alguma forma podemos invejar.

ABSTRACT

In 1591, near Sines, a funerary monument was excavated. From the excavation survive the contemporaneous accounts and some later engravings. This was not an accidental finding, but an action with an intention rooted in the Counter-Reformation context, when the legitimation of positions was sought in the past, searching for material remnants and new ways to interpret them.

The new discipline here taking shape – that would eventually became Archaeology – makes thus its appearance playing a role and deserving from the powers of those days an attention that somehow we can envy today.

INTRODUÇÃO – DA LENDA À REALIDADE DOS FACTOS

No dia 7 de Junho de 1591, foi escavado um monumento funerário, por ordem do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, junto da foz da ribeira da Junqueira, situada alguns quilómetros a sul de Sines. Os presentes não tiveram dúvidas de que estavam perante o túmulo de São Torpes, pelo que tiveram particular cuidado no registo minucioso do que encontraram e no acondicionamento de objectos e fragmentos ósseos, devido à importância devocional de que estes se revestiam, como relíquias de um mártir dos primeiros tempos da Igreja (Velho, 1746). Segundo a lenda, São Torpes vivera no século I e era descendente da casa imperial, onde ocupava elevada posição como valido e mordomo-mor de Nero. Ao ouvir a pregação de S. Paulo converteu-se ao cristianismo o que fez recair sobre si a ira do Imperador. Julgado e condenado à morte, foi decapitado a 29 de Abril de 64, nas margens do Arno, junta a Pisa e ao seu corpo foi dado o terrível destino dos parricidas: foi abandonado à deriva dentro de uma barca velha, na companhia de um cão e de galo. Mas miraculosamente nem os animais tocaram nos sagrados despojos, nem a barca se afundou e foi conduzida miraculosamente até uma praia onde uma virtuosa cristã, Santa Celerina, o esperava depois de ter sido avisada em sonhos por um anjo, para lhe dar sepultura, a 17 de Maio desse mesmo ano.

Esta antiga lenda consta já de velhos martirológios medievais, mas sem indicação precisa da praia de destino do Mártir, pelo que diversos lugares o reclamam ainda hoje para si. Mas não nos vamos centrar nos curiosos pormenores desta lenda, nem nas polémicas sobre o local de sepultura do santo, mas sim no que se passou nesse dia de finais do século XVI e na nova atitude que aí encontramos, perante os vestígios matérias do passado.

Se hoje é unânime que o que se escavou foi uma anta do Neolítico final (Silva & Soares, 1981, pp. 23-25), temos de concordar que, apesar de erradas as conclusões tiradas em 1591, a descrição minuciosa dos achados então feita é perfeitamente válida e é nela que nos apoiamos ainda hoje que os objectos desapareceram e o sítio sofreu profundas destruições.

Mas não nos chega dar aqui a conhecer o que se encontrou comprovadamente e como, procuraremos ir mais longe e desenterrar também algumas pistas que ajudem a perceber o que esteve na origem dessa escavação, pois é certo que não se tratou de um achado fortuito, mas sim de uma busca ordenada propositadamente pelo Arcebispo, num sítio preciso e num momento exacto da nossa história.

Este é apenas um capítulo, se bem que fundamental, da longa história das "Relíquias de São Torpes", que não podem ser hoje apenas vistas como vestígios do Neolítico, mas algo mais rico, como testemunhas da sua própria viagem no tempo, ao longo da qual foram acumulando outras importantes memórias. São assim um interessante testemunho da história da arqueologia em Portugal, de que outros capítulos igualmente importantes são a publicação da obra de Estevão Lis Velho sobre a vida do Mártir, em 1746, onde surge uma gravura pioneira da placa de xisto gravada, as escavações de D. Frei Manuel do Cenáculo (Delgado, 1940), o testemunho de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1914 e 1927), que igualmente publicou gravuras das peças, até ao presente onde destacamos o trabalho de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares que enquadraram os achados no contexto arqueológico da área de Sines (Silva & Soares, 1981).

AS FONTES

Os achados desse dia de 1591 estão bastante bem documentados, o que nos permite uma reconstituição com um elevado grau de segurança. Em primeiro lugar conhecemos o conteúdo da acta de encerramento do cofre onde foram guardados e onde se relatam os procedimentos realizados e a localização das peças e fragmentos ósseos em relação à estrutura. Este importante documento, redigido pelo protonotário apostólico Pedro Lopes, a 11 de Junho de 1591, foi por sua vez transcrito no termo de abertura deste mesmo cofre, realizado a 6 de Fevereiro de 1695, documento que foi encontrado mais tarde, por volta de 1740, no cofre da Matriz, por Estevão de Lis Velho, Governador Militar da Praça de Sines, que assim consegue dar maior solidez à obra que estava então a escrever, dedicada precisamente à vida de São Torpes e que é a principal fonte de informação para todos os que se debruçam sobre este tema. Curioso é que o autor não só transcreveu cuidadosamente o documento como o apresentou perante dois tabeliães locais que autenticaram a transcrição (Velho, 1746, pp. 164-171).

Outra fonte da máxima importância, mas a que não se tem prestado a devida atenção, é a carta enviada pelo Padre Bernardo Sobrinho, prior de Sines, ao carmelita Frei Manoel Ferreira, datada de 18 de Março de 1640 (Cardoso, 1666, p. 299). Nela são compiladas as informações que se conseguiram obter junto das testemunhas que à data ainda estavam vivas – quase 50 anos passados – como o de Manoel Pereira, de quase 90 anos e que tudo presenciou, Afonso Pirez Coresma e Manoel Fernandez Fogaça, "homens velhos, & dos principaes deste povo, que forão na companhia", assim como de testemunhos indirectos, como o do padre Francisco de Valladares que o ouvira a seu pai, Pedro Aires, que sendo juiz ordinário da vila acompanhara o Vigário Geral e abrira a sepultura.

Mas não só de palavras vive esta história. A informação contida na obra de Lis Velho é complementada por uma gravura, que representa a placa de xisto gravada e constitui por si só uma importante fonte de informação visual, pioneira na sua época (Velho, 1746, p. 178). O autor, fundador da Academia Problemática, em Setúbal, no ano de 1721, revela uma profunda erudição, assente em sólidas leituras – mais de uma centena de referências bibliográficas – e uma argumentação onde a retórica do Barroco Joanino tende já para um certo despojamento, apesar de permanecer um gosto pela retórica e para os jogos de palavras. Mas mais do que no texto, onde, como vimos, se procura o rigor atestado nas transcrições, é na nova atitude perante o objecto que se reproduz em gravura, como testemunho eloquente da sua própria história, que aos poucos se vai descodificando, que encontramos o maior contributo de Lis Velho para a História da Arqueologia em Portugal.

Cabe a Leite de Vasconcelos a inclusão de outras gravuras, primeiro num artigo do *Arqueólogo Português*, em 1914 e mais tarde em *De Terra em Terra*, publicado em 1927, onde reproduz não só a placa de xisto como a "pomazinha" de barro e o cofre onde se guardavam à data da visita – 1907 – fechado no sacrário da igreja da Misericórdia. O Arqueólogo ainda pensou em tentar obter as peças para o seu museu, mas por um lado pareceu-lhe difícil consegui-lo e por outro entendeu que deveriam ficar ali como testemunhos da obra de Lis Velho assumindo assim uma rara atitude para a época de respeito pela história moderna dos achados. No entanto o seu espírito

científico levou-o a desmistificar a lenda deixando dentro do cofre um cartão onde esclarecia que não se tratava de relíquias de São Torpes mas sim de peças do Neolítico.
São estas as bases de qualquer trabalho sobre este sítio, hoje que o paradeiro dos objectos é desconhecido e o próprio local, onde se erguera – muito provavelmente uma anta – sofreu profundas destruições, permanecendo aí apenas a base de um singelo cruzeiro erigido em fiais do século XVIII, em memória do Santo.
A última referência às relíquias, que até hoje conseguimos encontrar, consta de um artigo de Ferreira da Silva, datado de 16 de Maio de 1928, no n.º33 do jornal local *A Folha de Sines* de 18 de Junho:
"(…) hoje guardadas adride no sacrário do altar mór da mesma egreja [da Misericórdia], como objectos absuletos [sic] sem qualquer valôr, inacessiveis ao sentimento religioso e a adoração dos fieis.
Causou-se infinita tristeza o criminoso desleixo a que se acham votadas as reliquias do glorioso martir, como se, tanta impiedade, fosse bastante para lançar no ostracismo, a lenda impressionante que o meu espirito revive comovidamente. Mais do que impiedade é um crime sem remissão, este alheamento propositado, pelas coisas relembram o passado!
No referido sacrario apenas existe, alem da cabeça de Santa Celerina, o osso rádio de S. Torpes, encastoado num antebraço de madeira e uma caixa inteiramente desconjuntada, que envergou-a [sic] á mesa da Misericordia de Sines, contendo uns restos d'ossos atribuidos pela tradição ao glorioso santo, mas que na realidade, pertencem a uma sepultura prehistorica como afirma o distintíssimo ethnologista Dr. José Leite de Vasconcelos, Director do Museu Ethnologico Portuguez, que os examinou em 6 de Janeiro de 1905; una pedaços dum vaso de barro que um curioso tentou unir sem o ter conseguido, atribuídos como pertendo á alampada funebre encontrada junto do sepulcro e uma placa de ardosia ornamentada, nada se sabendo acerca do destino que tiveram os restantes ossos de S. Torpes e da lápide com inscrição latina indicando o dia do seu martirologio, encontrada nas escavações de 1595."
Apesar de alguma confusão com outras relíquias guardadas no sacrário, este testemunho comprova que as "relíquias de S. Torpes" desapareceram mais tarde do que habitualmente se crê.

OS ACHADOS

Se consideramos que esta escavação constitui um importante momento precursor da Arqueologia em Portugal, não é apenas por então se ter escavado em busca de vestígios do passado. É a elaboração da acta, com a descrição dos objectos e da sua disposição relativamente à estrutura edificada, bem como o cuidado posto no acondicionamento e na descrição do mesmo, para que não se perdesse a relação dos objectos com o contexto, que tornam a nosso ver este momento especial.
Apesar da estrutura encontrada não ser por si só descrita, percebe-se pelo testemunho escrito que era constituída por grandes esteios de pedra, dois dos quais foram levados do local e colocados a ladear a porta principal da igreja Matriz de Sines. O recinto estava claramente definido, assim como a sua entrada porque se descrimina o que se achou "na dita sepultura" e o que "foy achado à porta da sepultura da banda de fóra". Teria uma planta aproximadamente circular porque se refere "a ossada dos corpos, que estavão de fóra do circuito fóra da sepultura" (Velho, 1946, pp. 165-171). Estes dados lembra-nos naturalmente a planta de diversas antas conhecidas na região, o que é perfeitamente coerente com o espólio exumado.
Os objectos encontrados foram apenas dois: "Huma pomazinha quebrada de barro" e "Huma estampa de pedra preta debuxada", ambos encontrados no interior do monumento. Diversos fragmentos ósseos foram também descobertos, os quais mereceram grande atenção no registo do seu local assim como no seu acondicionamento, para não se confundirem os ossos atribuídos ao Santo com os que interpretava como sendo os enterramentos realizados posteriormente à sua volta. O fragmento de crânio encontrado no exterior estava associado a três dentes que foram cuidadosamente atados na ponta de uma toalha, onde por sua vez se embrulhou a ossada. Guardou-se mesmo a terra que este em contacto directo com as ossadas.
O Vigário Geral de Beja Simão Marques e o Notário Apostólico Pedro Lopes revelaram-se assim extraordinariamente cuidadosos no registo da informação de um contexto que estavam ao mesmo tempo a destruir. Não só registaram as peças encontradas, como o seu local, como garantiram no seu processo de embalagem e acondicionamento que essa informação não se perdia, realizando um verdadeiro

relatório, com os elementos necessários hoje à reconstituição do sítio.

OS INTERVENIENTES

Se podemos hoje ter esta certeza quando ao que foi encontrado junto da foz da Ribeira da Junqueira – e diversos autores já o analisaram em interessantes artigos – muito está ainda por esclarecer quanto aos motivos que terão levado o arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança a promover esta busca e o que terá chamado a sua atenção para Sines, onde apenas se deslocou uma vez, com grandes dificuldades devido à distância, no âmbito de uma visita pastoral realizada ao Campo de Ourique, entre finais de 1583 e inícios de 1584. Mas que outros personagens faltam nesta história? Qual terá sido o verdadeiro papel do Papa Cisto V, sempre citado também como tendo enviado um Breve que despoletou todo o processo, mas morto um ano antes da escavação? Estas e muitas outras dúvidas levaram-nos a uma leitura dos acontecimentos ao redor de 1590 em busca de possíveis respostas.

Revendo os documentos verificamos que alguns pormenores têm passado despercebidos e um dos mais surpreendentes, que se encontra na carta de 1640 (Cardoso, 1666, p. 299), é o testemunho do engenheiro militar Alexandre Massai, pronunciando-se favoravelmente sobre a autenticidade das relíquias, pelo pormenor de não se terem encontrado fragmentos do crânio dentro da sepultura, pois, como reza a lenda, o santo fora decapitado e a cabeça tinha-a ele visto na cidade de Pisa.

Não era de esperar encontrarmos um engenheiro militar a interferir num assunto sacro, mas este aspecto é da máxima importância, porque nos abre uma importante perspectiva sobre as mentalidades e o tempo em que tudo isto acontece, assim como nos sugeriu o caminho que aqui vamos seguir ao procurar pontos de contacto entre campos de investigação que habitualmente não se cruzam, como a História Militar, a História Religiosa, a Arqueologia, entre outros, provando que temos a ganhar com uma leitura pluridisciplinar dos acontecimentos.

Começamos assim por rever o papel de Alexandre Massi, nascido em Florença em princípios da década de 60 do século XVI (Quaresma, 2007, pp. 12-33) e que chegou a Portugal em 1589. Logo em 1590 é enviado ao Pessegueiro onde decorriam importantes obras de criação de um porto pelo prolongamento artificial da ilha, como base económica de uma futura povoação, projecto acarinhado pelo Vice-Rei, Arquiduque Alberto de Áustria e desenvolvido por Filipe Terzi.

Logo no ano seguinte à sua chegada à costa de Sines, descobre-se São Torpes, situado a meio caminho entre o Pessegueiro e Sines. Isto leva-nos a encara outros pontos de ligação entre São Torpes e o Pessegueiro, que a conjuntura política e ideológica da época ajudam a explicar como as duas faces de uma mesma moeda.

Esta ligação italiana consta da versão oficial dos factos, que atribui a iniciativa do Arcebispo ao cumprimento de uma ordem do Papa Cisto V. Não conseguimos encontrar até ao momento qualquer documento que comprove este facto, atribuído a um pontífice já falecido à data dos acontecimentos. Cisto V teve um curto pontificado, de apenas cinco anos, de grande impacto, implementado uma reforma urbanística de Roma e um activo papel na política internacional. A ele se deve o ter convencido um inicialmente renitente Filipe II a invadir Inglaterra para tentar por cobro à Reforma Anglicana. No desaire da *Invencível Armada*, em 1588, podemos ver o preâmbulo destes acontecimentos que se desenrolam logo em torno de 1590/91. As obras do Pessegueiro são então várias vezes atacadas por navios ingleses, obrigando à construção de uma plataforma em terra equipada com canhões e depois de um pequeno forte na ilha. Mas as dificuldades trazidas por estes ataques, juntamente com a força destrutiva do mar, inviabilizaram o avanço dos trabalhos e os esforços foram concentrados na defesa das povoações portuárias já existentes: Sines e Vila Nova de Milfontes.

A facilidade com que as tropas de Filipe II invadiram Portugal, em 1580, tinha posto em evidência a fragilidade das fortificações e da armada portuguesa, pelo que o seu reforço era uma preocupação na ordem do dia. A desprotegida Costa de Sines, palco de uma frente de batalha – se bem que bastante secundária – nesta guerra religiosa, vê muito oportunamente "revelar-se" nas suas dunas, um santo que vem reforçar a legitimidade das posições católicas aqui defendidas.

Olhando os acontecimentos neste prisma não podemos saber até que ponto o recém-chegado Alexandre Massai não poderá ter tido um papel activo na adaptação a Sines de uma lenda vinda, tal como ele, de Itália, assim como o crescente interesse pela escavação dos antigos cemitérios cristãos.

D. Teotónio de Bragança á aqui um protagonista de primeira linha, um homem que está na vanguarda do seu tempo, que visitou Roma e se correspondeu com alguns dos protagonistas da Contra-Reforma como Santa Teresa de Ávila ou São Carlos Borromeu (Agostinho, 1614). Num tempo de consolidação dos ditames tridentinos, o arcebispo procura reforçar a legitimidade do seu poder episcopal, pedindo a Filipe II uma relíquia de São Manços. O primeiro bispo de Évora, convertido directamente por Cristo e assim legitimar um mandato que se alicerçava nas próprias raízes da Igreja e por isso inquestionável. E é o mesmo arcebispo que ao mesmo tempo manda buscar São Torpes, que fora sepultado pelo próprio São Manços, obtendo assim os testemunhos visíveis da história, de que ele próprio era o sucessor legítimo.

Outro indício claro de que o Arcebispo delineou uma estratégia de reforço do seu poder ao redor de 1590 é o início da construção de um novo Paço Episcopal, que Túlio Espanca situa neste mesmo ano.

O culto das relíquias era um dos principais elementos de discórdia dos Protestantes, que colocavam o centro da sua fé na palavra escrita dos Evangelhos e desprezando o poder dos restos de ossos ou objectos tomados por relíquias. Muitos foram mesmo destruídos, para evitar que se lhes prestasse culto o que desencadeou processo inverso nos territórios católicos, procurando-se salvar as relíquias em perigo e mesmo promovendo-se a escavações – principalmente em Roma – para a obtenção de novos e mais importantes despojos. Grandes colecções se formaram, com destaque em Portugal para a da igreja de São Roque, engrandecida com a doação de D. João de Borja em 1587, quatro anos apenas antes da escavação de São Torpes.

Por certo que o Arcebispo de Évora não queria ficar em lugar secundário neste movimento, procurando criar para si uma colecção igualmente prestigiante.

Mas o que destaca o papel de D. Teotónio é a coerência do seu programa, que reflecte o ambiente humanista da cidade de Évora e em particular o pensamento de André de Resende, em grande parte responsável pela "criação" da biografia de São Manços a partir de uns poucos fragmentos. O mesmo André de Resende incluíra já São Torpes no seu *Breviário Eborense* elaborado para o Cardeal D. Henrique e impresso em 1548. Este humanista para além de completar os grandes vazios que encontrava na investigação com uma fértil fantasia – como era comum na época – chegou a fabricar falsos monumentos epigráficos para *comprovar* as suas teorias, alguns dos quais se guardam no Museu de Évora, pelo que a invenção de São Torpes pode ser responsabilidade sua, ou do seu círculo cultural, apesar de a escavação ter decorrido bastante depois da sua morte.

D. Teotónio tivera uma educação humanista que incluíra a sua passagem pela universidade de Coimbra e viagens pela Europa, bem patente na sua biblioteca, legada em testamento à Cartuxa de Évora e hoje em grande parte na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se encontram obras de Aristóteles, Heródoto, Juvenal, Séneca e Tácito entre outros autores clássicos. Uma figura do século I, descendente da casa imperial, valido e mordomo-mor de Nero, como o fora Torpes, ter-lhe-á certamente interessado.

O poder, a sua representação e as suas fronteiras são questões plenamente na ordem do dia, não só entre os dois grandes blocos religiosos em que dividira a Europa. São Torpes é um gesto claro do Arcebispo em pleno território sob a jurisdição da Ordem de Santiago, onde a sua jurisdição era limitada. Aconteceu por sua vontade expressa e por mandato do Papa que legitima o seu poder, duplamente reforçado pelos vestígios encontrados dos primeiros santos. Poderá ser também um marcar de posição claro perante a Ordem, no coração do seu amplo território.

Gestos como este são frequentes em D. Teotónio, que apesar da grande humildade pessoal, defende acerrimamente a posição do cargo de ocupa, chegando a desafiar a própria Inquisição ao discutir até o tipo de cadeira onde se senta e a sua localização, para sublinhar sempre a hierarquia superior do cargo de arcebispo.

Mas outros protagonistas presentes no território poderão ter sido responsáveis pela chamada de atenção do Arcebispo para São Torpes, como poderá ser o caso dos Eremitas da Serra de Ossa, que detinham um pequeno convento próximo do local da descoberta. No prólogo da sua *Chronica,* impressa em 1745, constatamos que o processo de recolha de dados foi difícil e longo, porque as suas origens míticas eram remotas e os arquivos antigos teriam sido incendiados por ocasião das invasões dos mouros, permanecendo os factos gloriosos do seu passdo apenas na memória dos anacoretas, escondidos em gruta durante séculos até à reconquista e à restauração da ordem já em pleno século XVI. Iniciou-se então um processo de recolha dessas velhas memórias, no ano de 1590. Uma coincidência? Ou pode-

rão ter sido os eremitas a desenterrar esta velha lenda de São Torpes – a quem dedicam amplo espaço na sua crónica – registada nos velhos martirológios mas sem indicação precisa do local da sepultura?

CONCLUSÃO

Como vimos nesse anos, ao redor de 1590, a costa de Sines está bem presente no pensamento militar, religioso, histórico, antiquário, condensando-se em São Torpes todo um mundo complexo mas de grande actualidade e com impacto que perdurará.
Apesar de se tratar de uma *pequena história* está perfeitamente em consonância com a grande História, num momento curioso, percebe-se que se trata de uma pequena peça da gigantesca engrenagem da *Máquina do Mundo,* pequeníssimo detalhe mas em perfeita sintonia com um série de mecanismos que fazem igualmente girar as grandes peças: o Papa, o rei Filipe II, o Arcebispo de Évora, bem como os engenheiros militares, até os velhos vaqueiros, os homens notáveis da terra, os pobres eremitas e ao escrivão, a quem se deve a preservação da memória do que aconteceu nesse dia.
E esta nova disciplina – que virá a ser a Arqueologia – que aqui se está também a esboçar, surge-nos com uma vitalidade, com um papel de peso, um poder interventivo e com uma atenção por parte dos diversos poderes que hoje de alguma forma podemos invejar.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Nicolau (1614) – *Relaçam Summaria da Vida do Illustrissimo, et Reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragãça, Quarto Arcebispo de Evora*. Evora: Officina de Francisco Simões.

ANTONIO, H. de S. (1745) – *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Tomo I. Lisboa: Officina de Francisco da Silva.

CAETANO, Joaquim Oliveira (2005) – Os Restos da Humanidade, Cenáculo e a Arqueologia. In *Imagens e Mensagen – Escultura Romana do Museu de Évora*. Évora: Instituto Português de Museus / Museu de Évora.

CARDOSO, Jorge (1666) – *Agiológio Lusitano*. Tomo III. Lisboa: Oficina de António Craesbeeck de Mello.

DELGADO, Manuel Joaquim (1949) – Sisenando Mártir e Beja sua Pátria (Cópia Fiel do Manuscrito Assim Intitulado. De D. Frei Manuel de Cenáculo Villas-Boas, Existente na Biblioteca Pública de Évora, e Considerações Preliminares). *Arquivo de Beja*, Vol. VI – Fascs. III e IV. Beja.

FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. N.º2. Fev. 1989.

GOMES, Pinharanda (1984) – *O Arcebispo de Évora Dom Teotónio de Bragança – Escritos Pastorais*. Braga: Edição do Autor.

OLIVEIRA, Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis; BALESTEROS, Carmen (1994-95) – Antas-Capelas e Capelas Junto a Antas no Território Português. In *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*. II Série n.º 1. Évora.

QUARESMA, António Martins (2007) – *Alexandre Massai. A "Escola Italiana" de Engenheiros Militares no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes.

SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1981) – *Pré-História da Área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972 – 77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

VASCONCELOS, José Leite de (1927) – *De Terra em Terra. Excursões Arqueologicó-Etnográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VELHO, Estevão de Lis (1746) – *Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.

EXEMPLAR
DA
CONSTANCIA DOS MARTYRES
EM A VIDA DO GLORIOSO
S. TO'RPES,
MORDOMO, E VALIDO DE NERO,
NA QUAL SE EXPÕE DESDE O SEU NASCIMENTO
até o seu glorioso triunfo, e se relata a vinda prodigiosa do seu
Sagrado corpo a este Reino á Villa de Sines, onde Santa Celerina,
conhecendo-o por especial revelação de Deos, lhe deo de-
centé sepultura, construindo-lhe hum magnifico Templo, que
foy o primeiro da Europa, e segundo da Christandade, o que se
justifica com indubitaveis fundamentos, deduzidos dos mais an-
tigos, e verdicos Escritores, com dissertações, e noticias muito
curiosas sobre o mais, que contém a mesma Historia,
DEDICADO
A' M. ILLUSTRE, E ESCLARECIDA MARTYR
SANTA CELERINA,
PORTUGUEZA.
ESCRITO POR
ESTEVÃO DE LIS VELHO.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA,
Impreſſor do Santo Officio.
Anno M. DCC. XLVI.
Com todas as licenças neceſſarias.

Figura 1 – Frontispício da obra de Estevão de Lis Velho, Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes, 1746.

Vida de S. Torpet. Livro III. 179

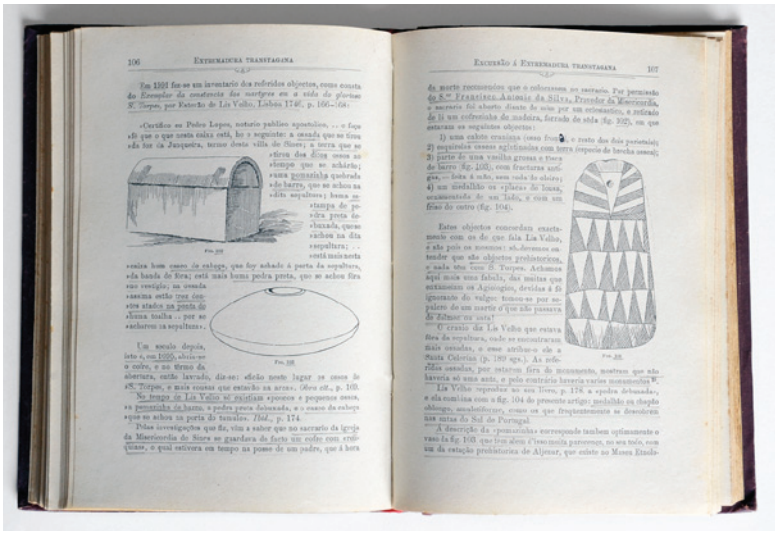
tes, e outros exemplos apadrinhão a ſua opi-
nião. O que ſe póde eſtabelecer he, que as
verdadeiras armarias principiárão no decimo,
ou undecimo ſeculo; mas que em todo o tem-
po ſe praticárão huns ſinaes ſymbolicos, uſan-
do-os nos eſcudos, e mais armas defenſivas,
nas bandeiras militares, nas eſpadas, nos Tem-
plos, e nos tumulos, mas não que foſſem de-
monſtração de nobreza mais, que fómente
huns emblemas, ou diviſas. Eſtas imagens
ſymbolicas, ou jeroglificos praticavão os an-
tigos Egypcios, ſignificando com elles os ſeus
principaes dogmas, e a ſua ſciencia moral, e
politica, fazendo abrir eſtas figuras em pe-
dras, e nos ſeus obeliſcos, ou piramides. Uſá-
rão tambem os Gregos de jeroglificos, que
no ſeu idioma vale o meſmo que imagens, ou
figuras ſagradas, e em todo o tempo foy myſ-
terioſa a ſciencia da ſua interpretação.

19 Praticárão tambem os Romanos eſtas
figuras, que com expreſsões metaforicas di-
zião o fim, a que ſe dirigião as ſuas empre-
zas; e como toda a Heſpanha era naquelle
tempo dominada pelos Romanos, e Santa
Celerina, ainda que por naſcimento Luſitana,
era tambem Romana por origem, uſaria da-

Z ii

quel-

Figura 2 – Gravura da placa de xisto gravada, *op. cit*, pp. 178 e 179.



106 EXTREMADURA TRANSTAGANA

Em 1901 fez-se um inventario dos referidos objectos, como consta do *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes*, por Estevão de Lis Velho, Lisboa 1746, p. 106-106:

«Certifico eu Pedro Lopes, notario publico apostolico, ... o seguinte: A onzada que se tirou da Ser.ta Jarqueira, termo desta villa de Sines, a terra que se tirou dos dittos ossos ao tempo que se achárão; uma gorgulha quebrada de barro, que se achou na ditta sepultura; huma tampa de pedra preta de boxarda, que se achou na dita sepultura; está mais neta caixa hum casco de cabeça, que foy achado á parta da sepultura, da banda de fóra; está mais huma pedra preta, que se achou fóra ao redor, na onzada, asima estão tres cantos atados na ponta de hima toalha, que se acharom na sepultura».

Um seculo depois, isto é, em 1906, abria-se o cofre, e ao tirmo da abertura, entre lavrado, diz-se: «Acha neste logar os ossos de S. Torpes, e mais cousas que estavão na arca». *Obra cit.*, p. 105.

No tempo de Lis Velho só existiam «ossos e pequenos ossos, a pemsinha de barro, a pedra preta lobrada, e o casco da cabeça que se achou na porta do tamalos». *Ibid.*, p. 174.

Pelas investigações que fiz, vim a saber que no sacrario da igreja da Misericordia de Sines se guardava de facto um cofre com cousas, o qual estivera em tempo na posse de um padre, que á hora

EXCURSÃO Á EXTREMADURA TRANSTAGANA 107

da morte reconheceu que o colocassem no sacrario. Por permissão do S.r Francisco Antonio da Silva, Provedor da Misericordia, o sacrario foi aberto diante de mim por um ecclesiastico, e retirado de lá um cofrezinho de madeira, forrado de sola (fig. 102), em que estavam os seguintes objectos:

1) uma cabeça craniana (osso frontal e resto dos dois parietais);
2) enquistes ossos epifisarios com terra (especie de brecha ossea);
3) parte de uma vasilha grossa e tosca de barro (fig. 108), com fracturas antigas, — falta-lhe o colo, sem rasto do oleiro;
4) um medalhão ou «placa de louça, ornamentada de um lado, e com um frizo do outro (fig. 104).

Estes objectos concordam exactamente com os do que fala Lis Velho, e não pois os nomeio: só devemos entender que são objectos prehistoricos, e nada tem com S. Torpes. Achamos aqui mais uma fabula, das muitas que enxameiam os Agiologios, devidas á ignorancia do vulgo: tomou-se por sepulcro de um martir o que não passava de *Talhos ou silos*!

O craneo da Lis Velho que estava fóra da sepultura, onde se encontraram mais ossadas, o esse attribue-o ele a Santa Celerina (p. 180 sqq.). As referidas ossadas, por estarem fóra do monumento, mostram que não haveria só uma santa, e pelo contrario haveria varios monumentos!

Lis Velho reproduz no seu livro, p. 178, a «pedra debuxada», e dá noticia com a fig. 104 do presente artigo; perdoldo os chapéo obliquos, anachronismo, como os que frequentemente se descobrem nas antas do Sul de Portugal.

A descripção da «pemsinha» corresponde tambem optimamente o vaso da fig. 108 (ao lado direito é reconhecia parecença, no seu todo, com um da estação prehistorica de Alpiarça, que existe no Museu Etnolo-

Figura 3 – Gravuras das "relíquias" e do cofre onde se guardavam em 1905, na obra de Leite de Vassconcelo, *De Terra em Terra*, 1927, pp. 106 e 107.

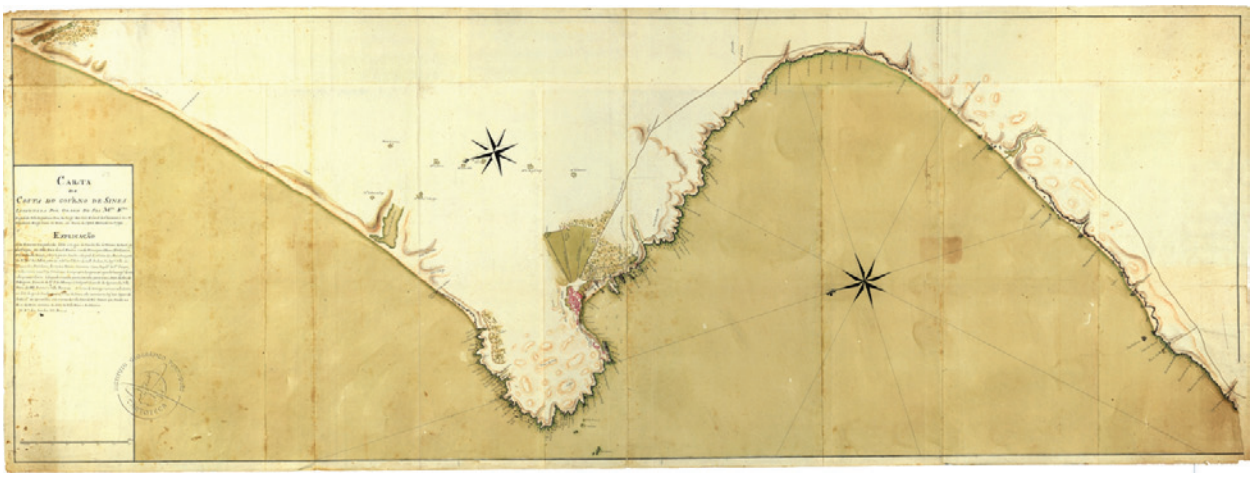


Figura 4 – Planta da Costa e Vila de Sines em 1791 por João Gabriel de Chermont. Instituto Geográfico Português.

Figura 5 – Base de cruzeiro de cantaria, colocada em 1783 no local dos achados.

ABEL VIANA E O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO DO NORTE ALENTEJANO (PORTUGAL) – PERSPECTIVAS DE UMA LEITURA INTEGRADA

Mónica Rolo / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Bolseira de Doutoramento FCT SFRH/ BD/ 77562/ 2011 / monicasrolo@gmail.com

RESUMO

Pretende-se ilustrar o alcance do contributo de Abel Viana (1896-1964), para o conhecimento das práticas funerárias romanas documentadas no território do actual Alto Alentejo. As intervenções arqueológicas de Abel Viana neste território, e em especial na região de Elvas, com a exploração das designadas «necrópoles céltico-romanas», decorreram da sua tomada de conhecimento, em 1948, da actividade exploratória desenvolvida por António Dias de Deus. A partir dessa altura iniciou-se uma parceria que se prolongaria até 1955, e da qual resultou a identificação, na região alto alentejana, de um conjunto de cerca de 19 sítios onde se terá verificado evidência arqueológica de enterramentos de cronologia romana; e a recolha de um vasto e variado espólio proveniente das estações romanas e romano-visigóticas exploradas.

ABSTRACT

This present work intends to illustrate the importance of Abel Viana's work (Portuguese archaeologist, 1896-1964) for the knowledge about roman funerary practices documented in the region of North Alentejo (Portugal). The archaeological work developed by Abel Viana in this region, especially in Elvas and nearby territory, is intrinsically related with the archaeological researches carried out by António Dias de Deus, employee in the Penal Colony of Vila Fernando (Elvas). These two men worked together from 1949 until 1955, and have been responsible for the identification of around 19 sites with archaeological evidence of roman burials. They have also gathered a large amount of archaeological artifacts, recovered from the roman and roman-visigothic sites explored.

Figura incontornável da Arqueologia nacional, Abel Viana (1896-1964) foi "*um dos mais dinâmicos, persistentes e produtivos arqueólogos do seu tempo*" (Fabião, 2011, p. 177). Os seus trabalhos e produção científica extrapolaram em muito os limites geográficos do Alto Minho natal, tendo-se destacado não só pelas pesquisas levadas a cabo no litoral minhoto, mas também nas regiões do Algarve e Alentejo (em especial, Baixo Alentejo e zona de Elvas). É neste sentido que, ao longo do presente artigo (e no âmbito de uma investigação em curso subordinada ao tema *O mundo funerário romano do Norte Alentejano*), nos propomos apresentar uma perspectiva do trabalho desenvolvido por Abel Viana nas designadas «necrópoles céltico-romanas» identificadas na área do actual Norte Alentejo, e ilustrar o seu contributo para o conhecimento da evidência arqueológica do mundo funerário romano documentada naquele território.

As intervenções arqueológicas de Abel Viana na região do Alto Alentejo decorreram da sua tomada de conhecimento, em 1948, através de Domingos Lavadinho (então Director da Biblioteca e do Museu Municipal de Elvas), da actividade de "*pesquisador*" levada a cabo por António Dias de Deus (1901-1955), funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando (Elvas), sempre que "*os acasos dos trabalhos agrícolas revelavam a existência de monumentos e estações arqueológicas*" (Viana, 1950, p. 19). Esta parceria ter-se-á iniciado em Julho de 1949, e prolongado até 24

de Abril de 1955, data da morte de A. Dias de Deus; e dela resultaram, não só a recolha de abundante e variado espólio, como também a produção de diversos artigos em publicações nacionais e estrangeiras (Deus, Louro & Viana, 1955; Viana, 1950; Viana, 1955; Viana, 1956; Viana, 1960-1961; Viana & Deus, 1950a; Viana & Deus, 1950b; Viana & Deus, 1955a; Viana & Deus, 1955b; Viana & Deus, 1956). Registe-se, porém, que os trabalhos de recolha de materiais arqueológicos na região elvense remontariam ao ano de 1934, altura em que Dias de Deus se terá associado a outro funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando, António Luís Agostinho, na exploração de vestígios de dólmens (Acervo Documental MRB, Pasta 39 – Carta da autoria de A. Viana, remetida a 10/04/1952). A partir de 1940, ter-se-ão iniciado as pesquisas e recolhas de materiais de época romana; numa primeira fase, ainda em conjunto com A. Luís Agostinho, e, a partir de 1942, com a colaboração (pontual) do Pe. Henrique da Silva Louro. A partir de Outubro de 1944, com o falecimento de A. Luís Agostinho, e até ao início da parceria com Abel Viana, A. Dias de Deus terá prosseguido as pesquisas a título individual, continuando apenas a contar com a colaboração ocasional do pároco de Vila Fernando (Acervo Documental MBFCB, Proc. 3.4: Carta da autoria de A. P. Luís Paúl, datada de 19/01/2011; Acervo Documental MRB, Pasta 40 – Documento intitulado *António Dias de Deus*; Deus, Louro & Viana, 1955, p. 568). São inúmeras as referências feitas por A. Viana ao antigo funcionário da Colónia Penal de Elvas, apontando-o como responsável pela descoberta da maioria dos sítios estudados – "*O Dias de Deus continua a descobrir imensas coisas. Aquilo é mina inesgotável, e o "mineiro" está-lhe à altura!*" (Acervo Documental MBFCB, Cópia de carta da autoria de A. Viana, datada de 6/03/1951; Viana & Deus, 1951, p. 89-90), e enaltecendo a sua "*paciente e acertada actividade exploratória*" (Viana, 1955, p. 7) e a forma como terá assegurado grande parte do trabalho de campo realizado nos sítios arqueológicos identificados: "*o mérito de António Dias de Deus é enorme. A ele se deve sempre o passo salvador. Sobre ele tem recaído quase totalmente a tarefa das escavações, visto que, da nossa parte, só há a registar uma ou outra intervenção directa nos trabalhos de campo, para confirmação de certas observações, à margem do estudo em comum dos materiais exumados* (Viana, 1955, p. 24). Note-se que estas intervenções não estiveram a salvo de alguma polémica à época, facto que certamente explica o "*enigma*" que, em grande parte, as necrópoles elvenses continuam a constituir (Fabião, 1988, I, p. 369), e que facilmente se deduz das recomendações de A. Viana que, consciente da importância de zelar pela legalidade oficial das explorações e recolhas realizadas, alertava assim A. Dias de Deus: "*Diz o que tem feito. NÃO O QUE ANDA A FAZER, NEM O QUE ESTÁ PARA FAZER./ a sua posição, bem como a minha – (. . .) – não é de realizar um programa de escavações préviamente* [sic] *organizado.*" (Acervo Documental MRB, Pasta 97, Carta da autoria de A. Viana, datada de 21/01/1951). Após o falecimento de Dias de Deus, A. Viana terá prosseguido com o trabalho de inventário e catalogação do espólio recolhido, paralelamente ao da organização da Secção Arqueológica do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, em virtude da dita Secção e núcleo museológico serem fruto de uma proposta feita pelo arqueólogo ao então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, Dr. António Luís Gomes, no sentido desta apoiar (logística e financeiramente) a salvaguarda do espólio que, desde meados da década de 30 do séc. XX, vinha sendo recolhido na região elvense (Nolen, 2004, p. 5; Acervo Documental MRB, Pasta 39 – Carta da autoria de A. Viana, remetida a 10/04/1952).

A partir dos dados disponíveis, e em particular das informações publicadas nas décadas de 50-60 do séc. XX, apurou-se um total de 19 necrópoles ou espaços onde terão sido identificados enterramentos, com cronologias compreendidas, grosso modo, entre os séc. s IV a.C. e os séc.s III-IV d.C. (e eventualmente posteriores), que terão sido intervencionados, ou simplesmente identificados e referenciados, por Abel Viana e/ou A. Dias de Deus na região alto alentejana. Os sítios em questão distribuem-se pelo território dos actuais concelhos do Alandroal (Monte da Cardeira, Juromenha), Vila Viçosa (Padrãozinho), Mora (Monte da Ovelheira), e em especial Elvas (A-do-Rico, Alcarapinha, Chaminé, Eira do Peral, Herdade da Camugem, Herdade das Carninhas, Herdade de Fontalva, Horta das Pinas, Horta da Serra, Nossa Senhora do Carmo, Padrão, São Rafael, Terrugem, Torre das Arcas, Serrones). Torna-se bem evidente a representatividade das necrópoles descobertas e escavadas por esta dupla se considerarmos que, do conjunto de nove necrópoles selecionadas por H. Frade e J. C. Caetano como

amostra para a elaboração do seu estudo sobre os ritos funerários romanos no Nordeste Alentejano, seis delas correspondem a necrópoles elvenses – Chaminé, Horta das Pinas, Torre das Arcas, Padrão, Padrãozinho, e Serrones (Frade & Caetano, 1993, p. 847-872). Trata-se de um conjunto de sítios com características e cronologias diversas, que, na sua maior parte, parecem testemunhar realidades arqueológicas complexas, amiúde com distintas fases de tumulações, sobrepostas ou não (FABIÃO, 1998, I, p. 370). À luz do estado actual dos nossos conhecimentos, contabiliza-se (com as devidas reservas) um total de cerca de 720 sepulturas exploradas. A maioria destes enterramentos estaria associada à prática da incineração, não obstante a constatada coexistência dos dois ritos (Chaminé, Padrãozinho, Serrones, Torre das Arcas) (Frade & Caetano, 1993, p. 859). Apesar de não caber no âmbito do presente artigo a apresentação do estudo de cada uma das necrópoles enunciadas, não podemos deixar de chamar a atenção para a relevância que assumem como instrumento de trabalho privilegiado para a construção de uma visão de conjunto da realidade funerária romana (e não só) documentada no território em análise. Para além dos designados «campos de urnas» da Herdade da Chaminé e Monte da Cardeira, que nos remetem claramente para um horizonte cultural pré-romano (Fabião, 1998, I, p. 369-392); destacamos os espaços de enterramento utilizados ao longo do período Romano Imperial, como é o caso das necrópoles de incineração de Padrão, Horta das Pinas, Serrones, Padrãozinho 4, A-do-Rico, Juromenha, ou ainda a (única) sepultura associada a espólio datável da segunda metade séc. I – meados do séc. II d.C. explorada no sítio da Chaminé (Viana & Deus, 1951, p. 91). Por sua vez, os núcleos de inumações identificados na Chaminé, Padrãozinho 1, Serrones, e Torre das Arcas, pelas respectivas características ao nível da arquitectura tumular e/ou espólio, indiciam momentos mais tardios da utilização funerária daqueles espaços, associados a cronologias tardo-romanas ou mesmo alto-medievais (Frade & Caetano, 1993, p. 852 e 860).

No que se refere ao espólio recolhido, A. Viana contabilizou, em 1956, um total de cerca de 1570 peças resultantes de todas as intervenções arqueológicas realizadas na região alto alentejana, das quais cerca de 936 se reportariam exclusivamente às estações romanas e romano-visigóticas exploradas, "*representadas por necrópoles e restos de vilas, e de simples habitações, nos concelhos de Arronches, Elvas, Monforte, Campo-Maior, Estremos* [sic] *e Vila Viçosa*" (Acervo Documental MNA, APMH/5/1/324/5.2 a 19 – 4/19). Este abundante espólio terá sido repartido, logo à época, e segundo critérios nem sempre facilmente destrinçáveis aos nossos olhos, por diferentes instituições museológicas. A quase totalidade do espólio das necrópoles escavadas por A. Viana e A. Dias de Deus integra o acervo do actual Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança), para o qual, com base nos dados avaliados até ao momento, se encontram contabilizadas cerca de 555 peças (cerâmica comum, *Terra Sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas, vidros, e metais) atribuídas às necrópoles alto alentejanas em análise (valor naturalmente sujeito a revisão e apuramento ao longo do nosso trabalho de estudo destes materiais). O restante espólio proveniente destas necrópoles encontra-se disperso pelos acervos do antigo Museu Municipal de Elvas, Museu Nacional de Arqueologia, e Museu Geológico (LNEG/LGM). À data da elaboração do presente artigo, desconhecemos a real representatividade dos materiais provenientes destas necrópoles alto alentejanas que se encontram à guarda da Câmara Municipal de Elvas, mas, e tomando como ponto de partida a informação constante da bibliografia publicada, pudemos apurar um total preliminar de cerca de 87 peças (cerâmica comum, *Terra Sigillata*, cerâmica de paredes finas, e vidros). No que se refere ao actual Museu Nacional de Arqueologia, do seu acervo constam duas colecções – Colecção MNA 3075 e Colecção MNA 0393, atribuídas, respectivamente, às necrópoles de Torre das Arcas e Chaminé, e que perfazem um total de 40 peças, sem indicação de contexto de sepultura. Por fim, e no que respeita ao Museu Geológico, contamos com um total de 71 peças atribuídas ao sítio romano da Herdade de Fontalva (Colecção 76). Neste caso particular, a recolha e depósito do espólio terá assumido contornos distintos das restantes necrópoles alto alentejanas em análise, uma vez que parece ter ficado a dever-se sobretudo a doações feitas pelo então proprietário da Herdade – Rui de Andrade, e não a explorações arqueológicas da dupla A. Viana e A. Dias de Deus (Sepúlveda & Carvalho, 1998, p. 245). Desconhece-se em que medida os materiais atribuídos ao sítio romano de Fontalva, e designadamente à "*sepultura romana*" (Paço & Ferreira, 1951, p. 416, (2)), resultaram de efectivos trabalhos de escavação ou se

correspondem apenas ao produto das recolhas realizadas por Rui de Andrade (incluindo de materiais alheios ao contexto funerário propriamente dito), que viriam a ser posteriormente estudados e publicados por Afonso do Paço, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana (Ferreira, 1966; Paço & Ferreira, 1951; Paço, Ferreira & Viana, 1957).

Esta abundância e diversidade de espólio suscitou, ao longo de toda a segunda metade do séc. XX, o interesse de vários investigadores, como atestam os estudos publicados sobre a *sigillata* (Alarcão, 1960-1961), as lucernas (Alarcão & Ponte, 1976), os vidros (Alarcão, J., 1968; 1975; 1978; Alarcão & Alarcão, 1967), a cerâmica de paredes finas (Mayet, 1975; Sepúlveda & Carvalho, 1998), a cerâmica comum (Nolen, 1985; 1995-1997), os metais (Ponte, 1986), e a epigrafia funerária (Encarnação, 1984). Não obstante todo o mérito reconhecido às intervenções de A. Viana e A. Dias de Deus (e em especial, ao empenho e preocupação que o arqueólogo sempre revelou em publicar e divulgar os resultados dos trabalhos realizados), a ausência da publicação de monografias finais sobre os arqueossítios em questão, volvido mais de meio século sobre os trabalhos de escavação e recolha de materiais, facilmente se explica pelas "*confusões e perdas de informação irreparáveis*" e pela impossibilidade de "*substituir a evidência que a alteração de um «depósito» selado – como é um conjunto funerário – destruiu*" (Alarcão, A., 1988, p. 205 e 207). De facto, a intenção de explorar todo o potencial informativo destas necrópoles revela-se uma tarefa condicionada, por um lado, pelas limitações inerentes às vicissitudes dos trabalhos de escavação, registo, e posterior tratamento e acondicionamento dos materiais; e, por outro, pelas lacunas de informação registadas ao nível da descrição e inventário das peças, e pelos lapsos nas ilustrações e legendas dos textos publicados à época, que se traduzem em dificuldades acrescidas na tentativa de reconstituição dos conjuntos funerários. Facilmente se compreende a ocorrência de tais lacunas e lapsos se tivermos em linha de conta a não presença e colaboração activa de A. Viana em todos os trabalhos de campo realizados, assim como o próprio ritmo de trabalho revelado por esta 'equipa' – "(…) *consegui, ainda na tarde desse mesmo dia,* (…), *iniciar em Vila Fernando, com António Dias de Deus, o estudo e inventariação dos materiais* (…). *Ficaram registados e fotografados mais de 400 objectos. Este trabalho continuou nos dias 22, 24, manhã de 25 e primeiras horas da manhã de 26. Em 23, ocupamo-nos* [sic]*, durante a manhã, em escavações na Herdade dos Serrones, e durante a tarde, na necrópole da Herdade do Padrãozinho. Na tarde de 25 fui examinar a necrópole do Padrão, e visitei a vila de Juromenha, onde colhemos notícias de novas estações arqueológicas*" (Acervo Documental MRB, Pasta 97 – Carta da autoria de A. Viana, datada de 30/04/1952). A escavação destas necrópoles parece ter sido cuidadosa mas não convenientemente documentada, situação que deverá sido particularmente gravosa até ao início da colaboração de A. Viana – "*Dias de Deus não tinha apontamentos das suas numerosas investigações, mas a sua viva memória permitiu que eu redigisse as seguintes notas*" (Viana, 1950, p. 290). O interesse fundamental dos autores recaiu sobre a morfologia das sepulturas, e, apesar de haver a noção da importância dos conjuntos funerários, as descrições do espólio tendem a ser bastante sumárias e superficiais (Alarcão & Alarcão, 1967, p. 1; Sepúlveda & Carvalho, 1998, p. 241). Para além disso, outra das inevitáveis dificuldades no tratamento desta realidade prende-se com o desconhecimento da real extensão destas necrópoles, visto que "*nenhuma das necrópoles* (…) *foi explorada em toda a sua área primitiva*" (Viana, 1955, p. 24), e algumas delas (como por exemplo, Horta das Pinas, Padrãozinho, ou Torre das Arcas) já se encontravam parcialmente destruídas à data das intervenções de A. Viana e A. Dias de Deus, desconhecendo-se o número e a representatividade das sepulturas arrasadas (Deus, Louro & Viana, 1955, p. 576; Viana, 1955, p. 24).

De entre as fontes disponíveis para o estudo destes espaços de enterramento, destacamos, para além de alguns relatórios oficiais e das fichas de Catálogo da autoria de A. Viana (Acervo Documental MNA; Acervo Documental MBFCB), um promissor conjunto de documentação constante do Acervo Documental do Museu Regional de Beja (instituição à qual está indissociavelmente ligada a figura do arqueólogo minhoto, que aí terá exercido as funções de Catalogador, desde 1939 a 1950, e à guarda da qual terá ficado a maioria do espólio documental que lhe pertenceu). Da documentação a que pudemos ter acesso, e que se encontra ainda em fase de estudo, encontra-se identificada, para além de documentação gráfica diversa (desenhos, fotografias, e estampas originais), um conjunto de documentação manuscrita, presumivelmente da autoria de A. Viana

na sua (quase) totalidade, composto por listagens de fotos, listagens de remessas de material arqueológico enviado para Vila Viçosa, folhas avulsas com descrição de achados ocasionais, e listagens com descrições de sepulturas e respectivo espólio (prováveis anotações de campo de A. Viana) referentes a algumas das necrópoles. Esperamos que a análise destes registos, apesar de aparentemente terem chegado aos nossos dias bastante incompletos, nos possa vir a auxiliar na fundamental tarefa de reconstituição dos conjuntos funerários, e na construção de uma visão multidimensional e o mais exaustiva possível do registo funerário fornecido por estas necrópoles. Conscientes de que a exploração das designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses» corresponde a uma pequena (ainda que inquestionavelmente significativa) parte da vastíssima e multifacetada obra de Abel Viana, acalentamos a intenção de que o nosso estudo possa cumprir uma dupla função e constituir assim, por um lado, um contributo válido para o conhecimento da realidade arqueológica romana no território actualmente Norte Alentejano; e, por outro, a nossa homenagem e reconhecimento ao 'mestre' Abel Viana, e a todos aqueles que nos precederam no estudo destas necrópoles.

AGRADECIMENTOS

À Doutora Adília Alarcão, pelas informações sobre a experiência do estudo de espólio proveniente das necrópoles alto alentejanas e da colaboração com Abel Viana.
Ao Dr. António Martins da Costa Viana, pela generosidade das informações e documentação fotográfica gentilmente facultadas.
Ao Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança e à Direcção do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, à Direcção do Museu Nacional de Arqueologia, à Direcção do Museu Geológico, e à Direcção do Museu Regional de Beja, pela possibilidade de acesso ao espólio (documental e/ou arqueológico) mencionado ao longo do presente artigo.

FONTES CONSULTADAS

Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança (MBFCB): Dossier *Museu de Arqueologia – Castelo*, Separador *Correspondência*; Processo 3.4.

Acervo Documental do Museu Nacional de Arqueologia (MNA): APMH/5/1/324/5.2 a 19.

Acervo Documental do Museu Regional de Beja (MRB): Pastas 39, 40, e 97.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Adília (1960-1961) – Algumas peças de *terra sigillata* na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conímbriga*. Coimbra. II-III, pp. 181-201.

ALARCÃO, Adília (1988) – Recensões Bibliográficas. *Conímbriga*. Coimbra. XXVII, pp. 205-207.

ALARCÃO, Adília; PONTE, Salete da (1976) – As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conímbriga*. Coimbra. XV, pp. 73-90.

ALARCÃO, Jorge de (1968) – Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. *Conímbriga*. Coimbra. VII, pp. 7-39.

ALARCÃO, Jorge de (1975) – Bouteilles carrées au fond décoré du Portugal romain. *Journal of Glass Studies*. New York. XVII, pp. 47-53.

ALARCÃO, Jorge de (1978) – Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Conímbriga*. Coimbra. XVII, pp.101-112.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal. Vol. II: Gazetter, fasc. 3: Évora – Faro – Lagos*. England: Warminster, Aris & Phillips Ltd, pp. 143-169.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1967) – Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conímbriga*. Coimbra. V, pp. 2-31.

DEUS, António Dias de; LOURO, Pe. Henrique da Silva; VIANA, Abel (1955) – Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). In *III Congreso Nacional de Arqueologia, Galicia, 1953 – (Actas)*. Zaragoza: [s.n.], pp. 568-578.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.

FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma história da Arqueologia Portuguesa*. [s.l.]: CTT Correios de Portugal.

FERREIRA, Octávio V. (1966) – Uma estela de tipo "Pedra Formosa", encontrada no Castro de Fontalva (Elvas). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76: 3-4, pp. 359-362.

FRADE, Helena; CAETANO, José C. (1993) – Ritos Funerários Romanos no Nordeste Alentejano. In *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas* (Coimbra, 1990). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 847-887.

HELENO, Manuel (1951) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, vol. 3, pp. 221-237.

MAYET, Françoise (1975) – *Les Céramiques à parois fines de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion du Boccard.

NOLEN, Jeannette U. S. (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.

NOLEN, Jeannette U. S. (1995-1997) – Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série, 13/15, pp. 347-392.

NOLEN, Jeannette U. S. (2004) – *Roteiro – Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*. [s.l.]: Fundação Casa de Bragança.

PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio V. (1951) – Antiguidades de Fontalva (Elvas). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 61: 3-4, pp. 416-425.

PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio V.; VIANA, Abel (1957) – Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca. Vol. 8, pp. 111-133.

PONTE, Salete da (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e Évora. *Conímbriga*. Coimbra. XXV (Separata), pp. 99-129.

SEPÚLVEDA, Eurico; CARVALHO, António (1998) – Cerâmica romana de paredes finas. *Conímbriga.* Coimbra. XXXVII, pp. 233-265.

VIANA, Abel (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12: 3-4, pp. 289-322.

VIANA, Abel (1955) – Notas da arqueologia alto-alentejana. (Materiais do Paço Ducal de Vila Viçosa). *A Cidade de Évora*. Évora. 10: 33-34 (Julho-Dezembro 1955), pp. 5-28.

VIANA, Abel (1956) – *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja: Minerva Comercial.

VIANA, Abel (1960-1961) – Vidros romanos em Portugal, Breves notas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 18: 1-2, pp. 5-42.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1950a) – A exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In *Actas do XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Lisboa: Imprensa Portuguesa. Tomo VIII, pp. 67-74.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1950b) – Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 23, pp. 229-254.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1951) – Notas para el estudio de la edad del hierro en el concejo de Elvas (Portugal). Separata de *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste, Alcoy 1950*. Cartagena: Publicaciones de la Cátedra de Arqueología, Epigrafia y Numismática, de la Universidad de Zaragoza.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1955a) – Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 28, pp. 244-265.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1955b) – Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 28, pp. 33-68.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1956) – Campos de urnas do concelho de Elvas. *O Instituto*. Coimbra. 118, pp. 133-193.

VIANA, António M. C. (1998) – Abel Viana – Pinceladas de um auto-retrato. Separata de *Estudos Regionais.* Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.

Figura 1 – Abel Viana (Beja, Setembro de 1950). Álbum Fotos Mário Viana. Reprodução gentilmente cedida por A. M. Costa Viana.

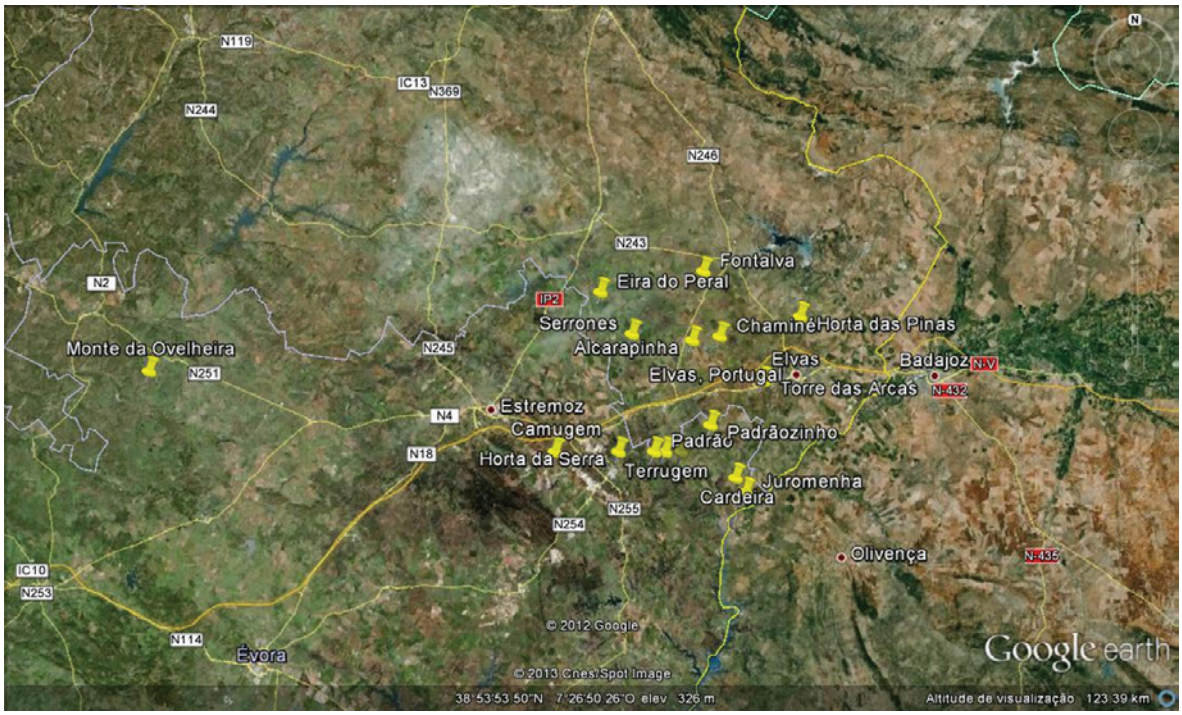
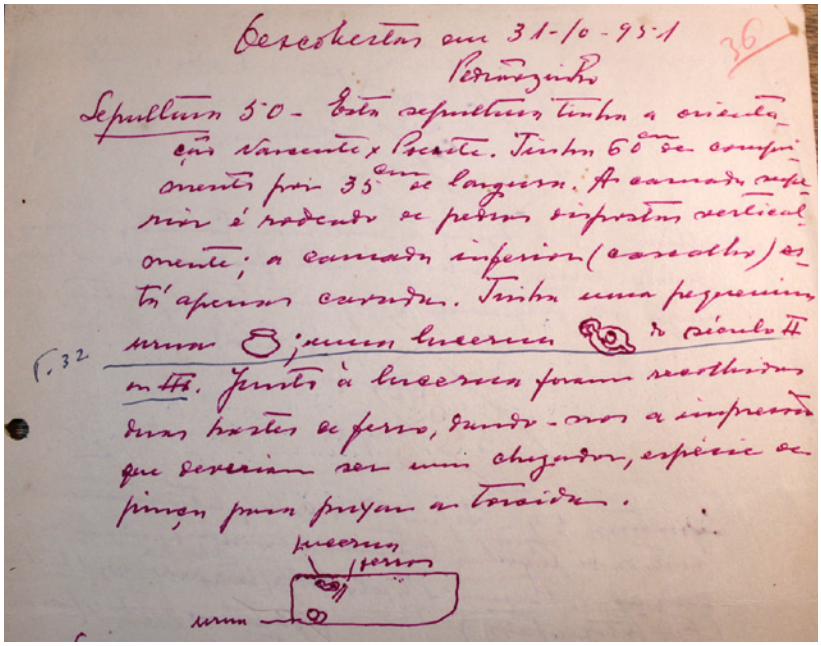


Figura 2 – Localização geográfica de algumas das principais necrópoles/ sítios com enterramentos de cronologia romana intervencionados (ou somente identificados) por A. Viana e A. Dias de Deus, na região do Alto Alentejo (Fonte: Google Earth).



Descobertas em 31-10-951
Padrãozinho

Sepultura 30 – Esta sepultura tinha a orientação Nascente-Poente. Tinha 60 cm de comprimento por 35 cm de largura. A cobertura superior é rodeada de pedras dispostas verticalmente; a cobertura inferior (caixão) está apenas coberta. Tinha uma pequena urna, uma lucerna do século II m.Ch. Junto à lucerna foram recolhidas duas hastes de ferro, dando-nos a impressão que deveriam ser um chuço, espécie de pinça para prender a traição.

lucerna
ferro
urna

Figura 3 – *"Descobertas em 31-10-951/ Padrãozinho"* – pormenor de anotações com descrição de sepulturas e respectivo espólio (autoria A. Viana – Acervo Documental MRB, Pasta 97).

ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EPIGRAFIA DO *CONVENTVS PACENSIS*

Pedro Marques / UNIARQ – FLUL / FCT / pmcmarques@hotmail.com

RESUMO

Com base no contributo de José Leite de Vasconcelos no trabalho de Hermann Dessau respeitante aos *Additamenta nova ad corporis volumen II*, propomo-nos a estudar o conjunto epigráfico do *conuentus Pacensis*, averiguando as hipóteses de trabalho que os dois investigadores colocaram na realização dos seus estudos científicos, assim como aferir a sua validade actual, obter pistas para examinar as hipóteses consideradas após os dois autores, sugerir novas hipóteses de leitura e interpretação dos textos epigráficos, actualizar os estudos científicos dos temas respeitantes às inscrições e contribuir por último para a nova edição do *CIL II*, fornecendo elementos para a história da investigação epigráfica.

ABSTRACT

Based on the input of José Leite de Vasconcelos in the work of Hermann Dessau concerning the *Additamenta nova ad corporis volumen II*, we propose to study the epigraphic set from the *conuentus Pacensis*, checking the working hypothesis that the two researchers considered in the accomplishment of their scientific studies, as well as to assess their current validity, obtain leads to examine the hypothesis after the two authors, suggest new hypotheses of reading and interpretation the epigraphic texts, updating the scientific studies of the themes concerning the inscriptions and ultimately contribute to the new edition of *CIL II*, providing elements for the history of epigraphic research.

1. HERMANN DESSAU E O *TERMINVS* DOS *ADDITAMENTA NOVA AD CORPORIS VOLVMEN II*

Quando Emílio Hübner faleceu, no dia 21 de Fevereiro de 1901, estava a preparar outros *additamenta* ao *Corpus Inscriptionum Latinarum* da Hispânia (*CIL II*; *EE I*; *EE IIa*; *EE IIb*; *EE IIIa*; *EE IIIb*; *EE IV*; *CIL II – S*; *EE VIII*; Vasconcelos, 1901; *EE IX*). Este facto implicou a nomeação de alguém que continuasse o trabalho. A escolha da Real Academia das Ciências da Prússia recaiu em Hermann Dessau. Neste sentido, este autor entrou em contacto com Leite de Vasconcelos, em carta de 14 de Março de 1902, com o objectivo de se apresentar e de lhe pedir auxílio, à semelhança do que o investigador lusitano tinha efectuado com o seu predecessor (*EE IX*, p. 12; Cardoso, Coito & Martins, 2008, pp. 88-181; Guerra, no prelo; Marques, em realização). O director do Museu Ethnologico Português terá anuído, como se pode aferir nas epístolas enviadas pelo epigrafista alemão (*EE IX*, p. 12; Coito, 1999, p. 89, n.º 1051). Os *Additamenta nova ad corporis volumen II* foram editados no nono volume da *Ephemeris Epigraphica*, em 1913 (*EE IX*).

Um dos meios de informação e permanente actualização de Hübner e em seguida de Dessau acerca dos estudos e descobertas epigráficas realizadas em Portugal foi através da revista *O Archeologo Português* (*EE IX*; Coito, 1999, p. 89, n.º 1051, p. 129, n.º 1619; Marques, no prelo; Marques, em realização). Em comunicação anterior considerámos que o último número deste periódico que Hübner teve conhecimento consistiu no fascículo 4 do volume V (Vasconcelos (dir.), 1899-1900, pp. 97-128; Marques, no prelo). Assim, centrámos a nossa pesquisa nas inscrições publicadas por Leite de Vasconcelos na sua revista do Museu Ethnologico Português, entre o fascículo 5 do volume V e o volume XVIII de 1913. Como da nossa procura inicial resultou um conjunto de monumentos que, não sendo muito numeroso, era demasiado para um trabalho destas dimensões, restringimos a nossa análise às epígrafes em suporte pétreo do *conuentus Pacensis*. São apenas

quatro e concentram-se num único artigo, no fascículo 6 do volume V (Vasconcelos, 1899-1900, pp. 170-175; Vasconcelos (dir.), 1899-1913, vols. 5-18).

2. *EE IX 6* = *IRCP* 104

MNA E4225A
Nossa leitura: *[D(is)] (hedera) M(anibus) (hedera) S(acrum) / [. C] ḶODIVS / [AN]Ṇ(orum) X̣* (ou *hedera*) (figuras 1-2)
Leituras anteriores: *[D] (hedera) M (hedera) S / [. C] LODIVS / [A]NNN[ORVM] [. . .]* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13); *[. . .] (hedera) M (hedera) S / [. . .]IODIVS / [. . .]NN[. . .]* (*EE IX* 6); *[D(is)] (hedera) M(anibus) (hedera) S(acrum) / [Marcus? C]LODIVS [. . .]* (Lambrino, 1967, pp. 135-136, n.º 51); *[D(is)] (hedera) M(anibus) (hedera) S(acrum) / [. . . C]ḶODIVS / [. . .]NV[S] [. . .]* (*IRCP* 104).

Hübner registou nove monumentos epigráficos oriundos de Mértola no *Corpus Inscriptionum Latinarum* e respectivo *Supplementum* (*CIL II* 15-20; *CIL II – S* 5178-5180; *IRCP* 96B, 99, 101, 103, 106, 108-109, 116, 118). Leite de Vasconcelos remeteu-lhe outras duas epígrafes após a publicação destas obras, que foram inseridas nos *Additamenta* (*EE IX* 4-5; *IRCP* 100, 115). Contudo, uma vez que foram comentadas epistolarmente pelo autor germânico, não as analisamos nesta conferência, mas sim na nossa dissertação de doutoramento (Coito, 1999, p. 129, n.º 1619; Marques, em realização).
No dia 2 de Março de 1899, António da Silva Pires escreveu ao director do Museu Ethnologico Português: "Descubri em Mertola uma pedra com parte d'uma inscrição. Tem pouco mais ou menos, o seguinte: (hedera) M (hedera) S / O DIVS. Tem outros signos que não entendo." (Coito, 1999, p. 214, n.º 2731: 18708). Depois desta missiva, o descobridor ofereceu a Leite de Vasconcelos o fragmento, sendo incorporado no espólio do seu museu. Este acontecimento facilitou certamente o trabalho do investigador luso. Assim, publicou um desenho da epígrafe e a sua proposta de reconstituição. Posteriormente, Hermann Dessau inseriu somente uma imagem com o texto daquele desenho nos *Additamenta* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; *EE IX* 6).
O monumento descoberto em 1899 corresponde ao canto superior direito de uma lápide em mármore. Não é contestável a sugestão [*D*(*is*)] *M*(*anibus*) *S*(*acrum*) de Leite de Vasconcelos, adoptada uniformemente pelos outros autores, para a linha inicial (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; *EE IX* 6; Lambrino, 1967, pp. 135-136, n.º 51; *IRCP* 104). O carácter universal desta fórmula e o facto de ela se encontrar abundantemente atestada na epigrafia peninsular não permite outra hipótese.
A primeira letra da segunda regra está danificada, o que complica a leitura. Seria certamente um dos "signos" que António da Silva Pires não compreenderia (Coito, 1999, p. 214, n.º 2731: 18708). No entanto, considerando o traço vertical restante e a distância para o caracter seguinte, aprovamos a letra *L* indicada pela maioria dos investigadores (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; Lambrino, 1967, pp. 135-136, n.º 51; *IRCP* 104). O fundador do Museu Ethnologico Português apontou o *nomen Clodius*, único gentilício terminado em *-lodius* existente na Península Ibérica e registado no *conuentus Pacensis* (*CIL II*, p. 715-733 (720); *CIL II – S*, p. 1053-1076 (1059); Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; *IRCP*, p. 860; Abascal Palazón, 1994; Solin & Salomies, 1994, pp. 231-232). Somente Dessau não o reconheceu, aparentemente (*EE IX* 6). O investigador luso defendeu ainda que antes do *nomen* existiria espaço para um *praenomen* em sigla, facto com o qual também concordamos. A variedade de *praenomina* e a ausência dessa parte do monumento impede, na nossa perspectiva, o seu apuramento. Assim, resistimos à ideia de Lambrino, que citou o *praenomen Marcus* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; Lambrino, 1967, pp. 135-136, n.º 51; *IRCP* 104).
Na terceira linha subsistem os vestígios da parte superior de alguns caracteres. Estes incluir-se-iam certamente nos "signos" incompreensíveis de António da Silva Pires (Coito, 1999, p. 214, n.º 2731: 18708). Leite de Vasconcelos, seguido por Dessau, apresentou os dois *NN* do vocábulo *annorum* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; *EE IX* 6). Lambrino, talvez adoptando uma posição mais cautelosa, não incluiu esta regra no seu artigo (Lambrino, 1967, pp. 135-136, n.º 51). José d' Encarnação leu *-NV*[*S*] (*IRCP* 104), hipótese que facilitaria a presença do *cognomen* do defunto. Da nossa análise à inscrição concluímos que os sinais remanescentes permitem-nos apenas restabelecer com alguma segurança uma letra *N*. Os indícios existentes antes destes traços revelam-nos os arranques de dois riscos, que podemos reconstituir igualmente como um *N*.
Após estes dois caracteres, subsiste um traço oblíquo seguido do arranque de outro risco. Devido à

inclinação que apresenta aquele traço, pensamos que ambos podem constituir o início superior de um *X*. É igualmente possível estarmos perante o começo de uma hera, pois o traço manifesta afinidades com a primeira hera patente e inicia-se abaixo do topo da linha, como ocorre amiúde na epigrafia com esta decoração. Contudo, contrariamente, as heras existentes na primeira regra parecem começar acima do topo da linha. Preterimos o caracter *V* devido à inclinação do risco, assim como um terceiro *N*, por fazer menos sentido (cfr. Vasconcelos, 1899-1900, p. 175, n.º 13; *IRCP* 104). Deste modo, propomos [*AN*]*Ṇ*(*orum*) *Ẋ* (ou *hedera*).

Leite de Vasconcelos publicou duas epígrafes de Mértola, nos fascículos 10-11 do volume VII (1902) e nos fascículos 1-2 do volume X (1905) d'*O Archeologo Português*, que poderiam ter figurado nos *Additamenta* (Vasconcelos, 1902b, pp. 241-243; Vasconcelos, 1905; *IRCP* 105, 107). Contudo, tal não ocorreu. Paradoxalmente, Dessau incluíu duas inscrições de Vila-Flor editadas pelo investigador luso no fascículo 1 do volume VII (1902) da revista do Museu Ethnologico Português (Vasconcelos, 1902a, pp. 11-12; *EE IX* 261a, 261b). Talvez o autor alemão tenha recebido apenas até este fascículo do periódico. O *corpus* epigráfico de Mértola cresceu ainda pela mão de Leite de Vasconcelos em número de três num artigo de 1927-1929 (Vasconcelos, 1927-1929, p. 215, 220, 225-227, n.ºs 4, 15, 35; *IRCP* 98, 102, 110). Após esta data, acrescentaram-se mais 8 inscrições e parte de outra a este conjunto (*IRCP* 95, 96A, 97, 111-114, 117, 119).

3. *EE IX* 11 = *IRCP* 132

MNA E7099=E7083

Nossa leitura (através da foto de *IRCP* 132): *[…?] / [L]ṾCIṾ[S] / [L]ICINỊ [V]/[S]? FVSC̣/VS . H(ic) . Ṣ(itus)*

Leituras anteriores: *[. . .] / [L]VCIV[S] / [L]ICINI[V]/S FVSC/VS . H(ic) . S(itus)* (Vasconcelos, 1899-1900, pp. 170-171, n.º 4); *[. . .] / [L]VCIV[S] / [L]ICINI[V/S] FVSC/VS . H . S* (*EE IX* 11); *[. . .] [L]VCIV[S] / [L] ICINI[V]/S FVSC/VS . H . S* (Vasconcelos, 1927-1929, p. 225, n.º 33); *[. . .] / [L]VCIV[S] / [L]ICINI[V]/S FVSC/ VS . H(ic) . S(itus)* (Lambrino, 1967, p. 146, n.º 65); *[L]VCIV[S] / [L]ICINI[V]/Ṣ FVSC/VS . H(ic) . Ṣ(itus)* (*IRCP* 132, com foto).

A epigrafia da freguesia de Garvão, concelho de Ourique, conta com três monumentos (*IRCP* 122, 132, 141). O mais antigo corresponde ao fragmento de estela encontrado na herdade da Crimeia e oferecida pelo seu proprietário, Coelho de Carvalho, ao director do Museu Ethnologico Português (Vasconcelos, 1899-1900, p. 170-171, n.º 4; *EE IX* 11; *IRCP* 132). Os restantes foram publicados somente em 1984 (*IRCP* 122, 141).

Em 1908, Leite de Vasconcelos editou nos fascículos 7-10 do volume XIII d'*O Archeologo Português* uma inscrição da freguesia de Panóias, também do concelho de Ourique, que deveria ter sido incluída nos *Additamenta*. À semelhança do que se indicou *supra* quanto a epígrafes publicadas nos volumes VII e X e provavelmente devido às mesmas razões, Dessau não a registou (Vasconcelos, 1908, pp. 283--284; cf. *EE IX*).

O autor germânico questionou o investigador português acerca da localização de Crimeia: "diga-me onde fica Crimeia (Alentejo), de onde provem a inscrição do Sr. Coelho de Carvalho . . . lVCIVs lICINIVS FVSCVS H . S (em que região do Alentejo? Até onde e em que direcção de Évora ou Beja?)" (nossa tradução do original em alemão) (Coito, 1999, p. 89, n.º 1051: 6655). Subsiste no espólio de Leite de Vasconcelos, guardado no Museu Nacional de Arqueologia, um pedaço de papel com o seguinte texto, escrito certamente por este, uma vez que se assemelha à sua letra: "f. de Stª Luzia, c. de Ourique, a inscr. da Crimeia off. pelo Coelho de Carvalho"[1]. Desconhecemos se a resposta enviada a Dessau incluiu estas informações. Pensamos contudo que o director do Museu Ethnologico Português indicou o distrito, uma vez que nos *Additamenta* foi redigido "na sua herdade na Crimeia (Alemtejo, distr. de Beja)" (*EE IX* 11). Esta questão poderia ser esclarecida através da análise das cartas remetidas pelo autor luso.

A leitura do texto não conheceu grandes alterações pelos vários autores. José d'Encarnação foi o único que descartou a existência de uma linha inicial (*IRCP* 132; cfr. Vasconcelos, 1899-1900, pp. 170-171, n.º 4; *EE IX* 11; Vasconcelos, 1927-1929, p. 225, n.º 33; Lambrino, 1967, p. 146, n.º 65). A outra diferença residiu na primeira letra da terceira linha restante, o *S*. Para o epigrafista germânico, na sua missiva a Leite de Vasconcelos, e posteriormente para Lambrino, o caracter estava visível, seguindo deste modo a opinião do correspondente de Lisboa (Vasconcelos,

1. "Freguesia de Stª Luzia, concelho de Ourique, a inscrição da Crimeia oferecida pelo Coelho de Carvalho".

1899-1900, pp. 170-171, n.º 4; Vasconcelos, 1927--1929, p. 225, n.º 33; Lambrino, 1967, p. 146, n.º 65; Coito, 1999, p. 89, n.º 1051: 6655). Contudo, nos *Additamenta*, Dessau colocou a letra como se se tratasse de uma reconstituição (*EE IX* 11). José d'Encarnação aperfeiçoou as publicações anteriores, observando que permaneciam restos de um *S*, mas que estes eram ténues (*IRCP* 132).

A proposta dos *tria nomina Lucius Licinius Fuscus* parece-nos inequívoca, devido à existência desta onomástica na Península Ibérica e concretamente no *conuentus Pacensis* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171; *IRCP*, pp. 859-865, 867).

A ausência da fórmula funerária *Dis Manibus Sacrum* e a exclusão do termo *est*, mesmo que este figurasse em sigla, são admissíveis, pois são factos comprovados na epigrafia peninsular (*IRCP* 132; cf. *v.g. EO*; *IRCP*; Redentor, 2002; Ferreira, 2004).

A nossa leitura da inscrição concretizou-se através de uma fotografia (*IRCP* 132), uma vez que não conseguimos encontrar em tempo útil o monumento na reserva do Museu Nacional de Arqueologia. Deste modo, não nos foi possível esclarecer as questões relativas à existência de uma regra inicial e aos vestígios do caracter *S*, com o qual se iniciaria a terceira linha remanescente.

4. *EE IX* 13 = *IRCP* 378

ME 4309

Nossa leitura (através da foto disponível na MatrizNet (http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=24521)): *VERN / L*

Leituras anteriores: *VERNACVL / L P* (Barata, 1878, p. 200, nota 18; Pereira, 1885, p. 18, n.º 27; *CIL II – S* 5200; *EE IV* 8; Barata, 1903, p. 33, n.º 53); *VERNACVLV*[*S*] / *L*(*ibens*) *A*(*nimo*) *P*(*osuit*) (Vasconcelos, 1899-1900, pp. 171-172, n.º 6; *EE IX* 13; *IRCP* 378).

Hübner reuniu 18 monumentos epigráficos de Évora, dois dos quais provinham do templo romano (*CIL II* 108-111, 113-114, 116-120, 5098; *CIL II – S* 5190-5191, 5194-5195, 5197, 5200; *EE IV* 8; *IRCP*, p. 442 - A), n.ºs 376, 378-381, 383, 388-390, 394--397, 400, 404-406; *RAP* 557, 621). Em 1898, Leite de Vasconcelos publicou mais uma inscrição, que foi incluída nos *Additamenta*, certamente ainda por Hübner e por isso não a analisamos neste local (Vasconcelos, 1898, p. 122; *EE IX* 15; *IRCP* 384).

O investigador luso incluiu no 6.º fascículo do volume V d'*O Archeologo Português* a epígrafe descoberta nas obras de 1871. Contudo, apenas citou António Barata, omitindo Gabriel Pereira e as duas publicações de Hübner. Hermann Dessau, por sua vez, indicou apenas o artigo do director do Museu Ethnologico Português, revelando um desconhecimento do próprio projecto que se encontrava a completar (Barata, 1878, p. 200, nota 18; Pereira, 1885, p. 18, n.º 27; *CIL II – S* 5200; *EE IV* 8; Vasconcelos, 1899-1900, pp. 171-172, n.º 6; *EE IX* 13; Marques, no prelo).

António Barata, Gabriel Pereira e Emílio Hübner propuseram o mesmo texto, *VERNACVL / L P* (Barata, 1878, p. 200, nota 18; Pereira, 1885, p. 18, n.º 27; *CIL II – S* 5200; *EE IV* 8; Barata, 1903, p. 33, n.º 53). Leite de Vasconcelos leu de forma diferente, acrescentando a letra *V* no final da primeira regra e o caracter *A* entre o *L* e o *P* na segunda linha. A sua sugestão *VERNACVLV*[*S*] / *L*(*ibens*) *A*(*nimo*) *P*(*osuit*) foi seguida por Dessau e José d'Encarnação (Vasconcelos, 1899-1900, pp. 171-172, n.º 6; *EE IX* 13; *IRCP* 378). Estes dois últimos investigadores portugueses registaram ainda que no início da inscrição teria figurado um teónimo (Vasconcelos, 1899--1900, p. 172, n.º 6; *IRCP* 378).

Desconhecemos as razões para a leitura diferente de Leite de Vasconcelos. Não nos foi possível aferir a referência a esta epígrafe no espólio documental deste autor existente no Museu Nacional de Arqueologia.

O monumento pertence ao Museu de Évora, subsistindo aparentemente somente a metade esquerda, que confirma as letras *VERN / L* (Barata, 1903, p. 33, n.º 53; http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=24521).

O *cognomen Vernaculus* é viável, na medida em que se encontra atestado noutras epígrafes da Península Ibérica. No entanto, os restantes caracteres admitem também as possibilidades *Verna*, *Vernacla*, *Vernaclus*, *Vernio* e *Vernus* (*IRCP* 378; Abascal Palazón, 1994).

José d'Encarnação acrescentou quatro inscrições ao *corpus* de Évora, descobertas nas décadas de 60 e 70 do século XX. Este autor fortaleceu ainda as dúvidas de Hübner quanto à veracidade de outra epígrafe, considerando-a falsa (*CIL II* 114; *IRCP*, p. 442 - A), n.ºs 385, 391, 398-399).

5. *EE IX* 14 = *IRCP* 423

ME 1832
Leituras anteriores: *D M S / IV[L]IVS E/[C]VS EBO / [AN] XXX / IILI / AC* (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8; *EE IX* 14); *D . M . S / [. . .] IVLIVS [. . .] EBO [. . .] / [. . .] XXXV [. . .] / SITL [. . .] / [. . .] IV [. . .]* (Barata, 1903, p. 80, n.º 214; Espanca segundo *IRCP* 423); *D(is) . M(anibus) . S(acrum) / D(ecimus) . IVḶḶ VS . Ḍ(ecimi) [FI?/LIVS?] [. . .?] EBO[r(ensis)] / [A] N(norum) XXX [H S E?] / STṬL . [L(ucius)?…] / [. . .] ẠÇ [. . .] / [F(aciendum) C(urauit)?]* (*IRCP* 423).

No concelho de Reguengos de Monsaraz foram descobertos quatro monumentos epigráficos. Dois foram editados por Borges de Figueiredo em 1889 e incluídos no *Supplementum* do *Corpus Inscriptionum Latinarum* por Hübner (*CIL II – S* 6263-6264; *IRCP* 424-425).
Leite de Vasconcelos publicou uma terceira inscrição no 6.º fascículo do volume V d'*O Archeologo Português*. Este autor não se pronunciou acerca da sua origem, mas apenas que pertencia ao Museu de Évora, local onde provavelmente observou a epígrafe (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8). Deve-se a António Barata a informação acerca da proveniência do monumento, Reguengos – de Reguengos de Monsaraz –, e o nome do doador, Fernando Palma[2] (Barata, 1903, p. 80, n.º 214). Dessau não incluiu estes dados nos *Additamenta*, restringindo-se ao mencionado pelo director do Museu Ethnologico Português (*EE IX* 14).
A leitura do texto variou entre os autores que a editaram. Leite de Vasconcelos e Hermann Dessau partilharam da mesma opinião (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8; *EE IX* 14). António Barata foi seguido por T. Espanca (Barata, 1903, p. 80, n.º 214; *IRCP* 423). José d'Encarnação propôs uma reconstituição diferente das anteriores (*IRCP* 423).
A primeira regra é consensual, à excepção das marcas de pontuação que o director do Museu Ethnologico Português e o epigrafista alemão não apresentaram (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8; Barata, 1903, p. 80, n.º 214; *EE IX* 14; *IRCP* 423). Na linha seguinte parece estar garantido o *nomen Iulius*, o mais frequente na Península Ibérica (Abascal Palazón, 1994), apesar de alguns problemas nas letras centrais – *LI* – (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8; Barata, 1903, p. 80, n.º 214; *EE IX* 14; *IRCP* 423). Na terceira linha, os caracteres *EBO* – revelam o etnónimo *Eborensis*, atestado noutras inscrições (*IRCP* 295, 386, 423; Guerra, 1998, p. 432-433). As três letras *X* da quarta regra indicam-nos seguramente a idade mínima que o defunto atingiu, pelo menos 30 anos (Vasconcelos, 1899-1900, p. 171, n.º 8; *EE IX* 14; *IRCP* 423; cfr. Barata, 1903, p. 80, n.º 214).
A leitura desta inscrição ficou condicionada pelo facto de não nos ter sido possível observar fisicamente o campo epigráfico. As fotos publicadas também não permitiram esclarecer as várias dúvidas (*IRCP* 423; http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=13271).
O último monumento epigráfico de Reguengos de Monsaraz foi publicado em 1982 (*IRCP* 417).

6. PALAVRAS FINAIS

Hermann Dessau editou nos *Additamenta* os quatro monumentos em suporte pétreo do *conuentus Pacensis* na maioria dos casos tal como Leite de Vasconcelos os apresentou no seu artigo. Este facto denota certamente uma total confiança, assim como consideração e respeito que o meio científico alemão nutria pela seriedade científica do trabalho do investigador português.
As quatro epígrafes apresentam dificuldades de leitura, que têm suscitado hesitações aos vários autores, não existindo ainda soluções pacíficas. O facto de não termos conseguido observar directamente todas as inscrições enfraqueceu de certo modo as lições que efectuámos, uma vez que impediu o esclarecimento de dúvidas suscitadas pela nossa investigação. Apesar da alteração do estado de conservação de alguns monumentos devemos abster-nos de uma atitude hipercrítica em relação às propostas anteriores, feitas em condições certamente mais favoráveis.

2. Não identificámos este indivíduo no conjunto de correspondentes de Leite de Vasconcelos (Coito, 1999; Coito, 2011).

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas

CIL II – HÜBNER, Emílio (1869)
CIL II – S – HÜBNER, Emílio (1892)
EE I – HÜBNER, Emílio (1872)
EE IIa – HÜBNER, Emílio (1875)
EE IIb – HÜBNER, Emílio; MOMMSEN, Theodor (1875)
EE IIIa – HÜBNER, Emílio (1877)
EE IIIb – HÜBNER, Emílio; MOMMSEN, Theodor (1877)
EE IV – HÜBNER, Emílio (1881)
EE VIII – HÜBNER, Emílio (1899)
EE IX – HÜBNER, Emílio; DESSAU, Hermann (1913)
EO – SILVA, A. Vieira da (1944)
IRCP – ENCARNAÇÃO, José d' (1984)
ME – Museu de Évora
MNA – Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
RAP – GARCIA, José Manuel (1991)

Bibliografia

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid--Murcia: Universidad de Murcia.

BARATA, António Francisco (1878) – *Miscellanea historico--romantica*. Barcellos: Typographia da Aurora do Cavado.

BARATA, António Francisco (1903) – *Catalogo do museu archeologico da cidade de Evora annexo à sua bibliotheca*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARDOSO, João Luís; COITO, Lívia; MARTINS, Ana Cristina (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia & Verbo.

COITO, Lívia (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento de *O Arqueólogo Português*: 1).

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Ana Paula Ramos (2004) – *Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às «Religiões da Lusitânia» de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes Pré-romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Doutoramento em História Clássica, apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado.

GUERRA, Amílcar (no prelo) – Emílio Hübner e os arqueólogos portugueses. In *Emil Hübner und die altertumswissenschaften auf der Iberischen Halbinsel / Emilio Hübner y las ciencias de la antigüedad en la Península Ibérica. Tagung zu ehren seines 175. Geburtstages / Coloquio en el 175 aniversario de su nacimiento (19-20/11/2008)*.

HÜBNER, Emílio (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim: Georgium Reimerum.

HÜBNER, Emílio (1872) – Additamenta ad corporis volumen II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 1, pp. 44-48.

HÜBNER, Emílio (1875) – Additamenta ad volumen II Hispanorum. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 2, pp. 233-249.

HÜBNER, Emílio (1877) – Additamenta ad corporis volumen II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 3, pp. 31-52, 190-202.

HÜBNER, Emílio (1881) – Additamenta ad corporis vol. II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 4, pp. 3-24.

HÜBNER, Emílio (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum. Voluminis Secundi Supplementum*. Berlim: Georgium Reimerum.

HÜBNER, Emílio (1899) – Additamenta nova ad corporis volumen II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Berlim. 8, pp. 351-528.

HÜBNER, Emílio; DESSAU, Hermann (1913) – Additamenta nova ad corporis volumen II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Berlim. 9, pp. 12-185.

HÜBNER, Emílio; MOMMSEN, Theodor (1875) – Lex coloniae Genetivae Urbanorum sive Ursonis data a. u. c. DCCX, additamentum ad volumen II. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 2, pp. 105-152.

HÜBNER, Emílio; MOMMSEN, Theodor (1877) – Legis coloniae Iuliae Genetivae fragmenta nova; Lex metalli Vipascensis. *Ephemeris Epigraphica. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum*. Roma. 3, pp. 87-112; 165-189.

LAMBRINO, Scarlat (1967) – Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 1, pp. 123-218.

MARQUES, Pedro (em realização) – *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre José Leite de Vasconcellos e Emílio Hübner. Dissertação de Doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia, em realização na UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o apoio da FCT.*

MARQUES, Pedro (no prelo) – José Leite de Vasconcelos e os Additamenta nova ad corporis volumen II de 1913: a epigrafia do conuentus Pacensis. *Comunicação apresentada no II Encontro Internacional organizado pelo HetSci: Internacionalização da Ciência e Internacionalismo Científico*. Évora: Universidade de Évora, 21 e 22 de Fevereiro de 2013.

PEREIRA, Gabriel (1885) – *Estudos eborenses. Historia e archeologia. Evora romana. 1ª parte. O templo romano. As inscripções lapidares*. Evora: Minerva Eborense.

REDENTOR, Armando (2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SILVA, A. Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SOLIN, Heikki; SALOMIES, Olli (1994) – *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms – Weidmann.

VASCONCELOS, José Leite de (1898) – Excursão archeologica ao Sul de Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 4:1-6, pp. 103-134.

VASCONCELOS, José Leite de (1899-1900) – Analecta epigraphica lusitano-romana. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 5:6, pp. 170-175.

VASCONCELOS, José Leite de (1901) – Emilio Hübner e a archeologia lusitano-romana. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 6:3, pp. 49-59.

VASCONCELOS, José Leite de (1902a) – Um archeologo esquecido. Manoel de Queiroga Correia Carneiro de Fontoura. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 7:1, pp. 1-14.

VASCONCELOS, José Leite de (1902b) – Archeologia lusitano-romana. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 7:10-11, pp. 241-248.

VASCONCELOS, José Leite de (1905) – Inscripção romana de Myrtilis. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 10:1-2, pp. 31-32.

VASCONCELOS, José Leite de (1908) – Inscripção romana de Panóias. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 13:7-12, pp. 283-284.

VASCONCELOS, José Leite de (1927-1929) – Epigrafia do Museu Etnologico (Belem). Inscrições romanas. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 28, pp. 209-227.

VASCONCELOS, José Leite de, dir. (1895-1913) – *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 1-18.

VASCONCELOS, José Leite de, dir. (1899-1900) – *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. 5.

Sites da Internet

http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=24521, consultado em 27/06/2013, às 13:13.

http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=13271, consultado em 28/06/2013, às 18:40.

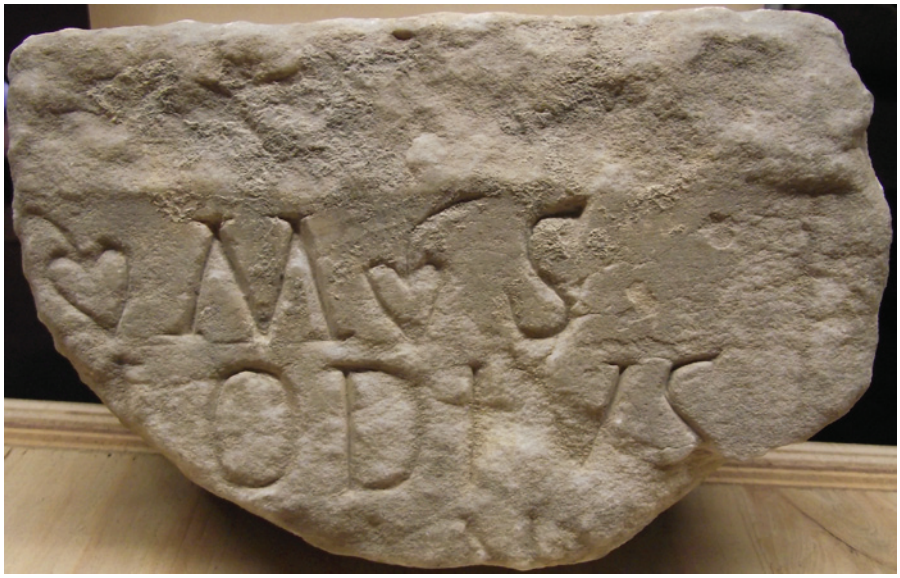


Figura 1 – *EE IX* 6.

Figura 2 – *EE IX* 6, linha 3.

CERÂMICA ISLÂMICA EM PORTUGAL: 150 ANOS DE INVESTIGAÇÃO

Jaquelina Covaneiro / Câmara Municipal de Tavira / CEAUCP-CAM / jcovaneiro@cm-tavira.pt
Isabel Cristina Fernandes / Museu Municipal de Palmela / CEAUCP-CAM / isacrisff@gmail.com
Susana Gómez / Investigadora do Programa Ciência 2008 / FCT / CEAUCP-CAM / susanagomez@sapo.pt
Maria José Gonçalves / Câmara Municipal de Silves / CEAUCP-CAM / maria.goncalves@cm-silves.pt
Isabel Inácio / CEAUCP-CAM / isabelminacio@gmail.com
Constança dos Santos / CEAUCP-CAM / constancavs@gmail.com
Catarina Coelho / DGPC / CEAUCP-CAM / catgcoelho@gmail.com
Marco Liberato / IEM-FCSH-UNL / CEAUCP-CAM / marcoliberato@hotmail.com
Jacinta Bugalhão / FCT / UNIARQ / DGPC / CEAUCP-CAM / jacintabugalhao@gmail.com
Helena Catarino / FLUC / CEAUCP-CAM / hcatarino@fl.uc.pt
Sandra Cavaco / Câmara Municipal de Tavira / CEAUCP-CAM / scavaco@cm-tavira.pt

RESUMO

As primeiras referências sobre cerâmica islâmica em Portugal remontam ao final do século XIX. A investigação evolui timidamente até aos anos 80 do século XX, quando se assiste ao incremento dos estudos sobre a temática, impulsionado pelos projectos estruturantes de Mértola e Silves. Nos anos 90, este incremento intensifica-se e, na última década, aumenta o número, a diversidade e a dispersão geográfica de trabalhos e projectos, nomeadamente com origem em arqueologia urbana.

O projecto CIGA (Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus), iniciado em 2008, insere-se nesta dinâmica, promovendo a sistematização, problematização e divulgação de toda a informação dispersa e apresentando aqui uma síntese histórica dos estudos sobre cerâmica islâmica em Portugal, suas principais tendências, problemas, virtudes e perspectiva futuras.

ABSTRACT

The first references on islamic pottery in Portugal go back to the end of the nineteenth century. The modest evolution of the research until the 1980s was replaced by the development of the studies on this subject, pressed forward by the fundamental projects of Mértola and Silves. In the 1990s, this development was intensified and, in the last decade, the number, diversity and geographical dispersion of studies and projects was remarkable, particularly those originated from urban archaeology. The CIGA project (Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus), started in 2008, is part of this dynamics, promoting the systematization, the discussion and the diffusion of all the information and presenting here a composite paper about the studies on islamic ceramics in Portugal, its main tendencies, problems, virtues and future perspectives.

NOTA INTRODUTÓRIA

O grupo CIGA (Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus) consagra um especial louvor à Associação dos Arqueólogos Portugueses, centenária instituição fundada por Possidónio da Silva, emérito pioneiro da Arqueologia portuguesa. Prestamos homenagem também ao Museu do Carmo, aos corpos sociais e a todos os sócios, juntando-nos às comemorações destes 150 anos de trabalho em prol da Arqueologia nacional. A nossa modesta contribuição é este ensaio histórico sintético sobre a evolução do estudo da cerâmica islâmica em Portugal, elaborado na sequência de anteriores experiências com idêntico propósito (Catarino, 1995/1997, 2002 e 2007; Gómez, 1998, 2006a e 2010; Gomes, 2002; Fernandes, 2005).

DO FINAL DO SÉCULO XIX A 1970: OS PRIMEIROS PASSOS

Quando se recua ao século XIX e aos trabalhos pioneiros da Arqueologia em Portugal, para cotejar referências sobre vestígios da época islâmica, deparamo-nos com um quase vazio de informações. Contudo, a qualidade tecnológica das produções cerâmicas e, sobretudo, as particularidades de algumas das suas concepções estéticas, desde cedo procuradas pelos antiquários, não deixaram indiferentes historiadores e arqueólogos, que as valorizavam essencialmente como manifestações artísticas, no capítulo das artes decorativas.

Nas primeiras explorações arqueológicas, sobretudo no Alentejo e no Algarve, apareceram vestígios muçulmanos, nem sempre porém catalogados correctamente. Um dos arqueólogos que mais mencionou cerâmicas islâmicas foi Estácio da Veiga (1828-1891) que, nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, teceu considerações laudatórias sobre o período em questão e sobre as "louças árabes" que encontrou (Catarino, 2007, pp. 179-194). Sobre essas "louças" e a título de exemplo, o arqueólogo algarvio explicou que, em Cacela: "não faltavam fragmentos dos preciosos jarrões ornamentados de relevo, que eram cingidos de inscripções cúficas" (Veiga, 1887, p. 401 e pp. 422-423), e a propósito de Torre dos Frades (Cacela), falou das "louças grosseiras, louças vidradas e vasos de barro amarelado com pinturas ordinárias (…). Todas (…) capituladamente árabes" (Veiga, 1887, p. 425). Sobre os achados no sítio de Vale Caranguejeiro (entre Tavira e Vila Real de Santo António), descreve e indica paralelos para alcatruzes: "de barro amarellado, com caneluras estreitas em relevo, similares aos alcatruzes inteiros [de] Silves" (Veiga, 1887, p. 422).

Reflexo da apreciação elogiosa sobre essa época é o que escreve acerca de Silves: "a soberba capital da província ou principado de Al-faghar" e seus importantes monumentos arquitectónicos, epigráficos e cerâmicas (Veiga, 1887, p. 357). Numa óptica de "interpretação estratigráfica", diz que no Ilhéu do Rosário (Silves) apareceram "muitas louças árabes vidradas e logo abaixo louças romanas" (Veiga, 1887, pp. 351-352). Sobre os vestígios de Vila Velha de Alvor, também indica "muitos pedaços de louça árabe vidrada, de que foram mestres na península os taes mouros, que os nossos chronistas designam quase sempre com o epitheto de bárbaros…" (Veiga, 1887, p. 343). Finalmente, num apurado sentido crítico, comenta que "embora o fanatismo dos nossos chronistas quizesse desauctorisar essa esmerada civilização (…) taxando-a de bárbara (…), mais bárbaros foram os que no furor da intolerância destruíram tudo quanto essa civilização havia erigido no torrão peninsular" (Veiga, 1889, p. 53).

Similarmente, nas explorações arqueológicas de Mértola levadas a cabo pelo mesmo investigador e compiladas na obra monográfica *Memórias das Antiguidades de Mértola* (1880), são de realçar, no capítulo intitulado *Epocha Arabe*, as "louças que deveriam ser comuns nos usos da vida doméstica, que são, a meu ver, as que mais conviria coligir todas as vezes que os seus próprios fragmentos se manifestassem em condições propícias ao estudo" (Veiga, 1980, p. 162). Critica, ainda, o facto de em Portugal existir uma pobreza de estudos sobre cerâmica islâmica e se estudarem apenas os objectos de luxo (*apud* Catarino, 1995/97, pp. 160-161).

Outros seguiram o exemplo do arqueólogo de Tavira, como foi o caso de António dos Santos Rocha (1853-1910), que procedeu a várias explorações arqueológicas no Algarve. Em 1895, escavou os silos de Bensafrim, já conhecidos de Estácio da Veiga, corrigindo a avaliação deste: "Divergindo o modo de ver do meu bom amigo, a cerâmica é, sem contestação, árabe" (Rocha, 1904, pp. 20-21 e Est. II e III). Na verdade, dos desenhos apresentados, só os das figuras 29, 30 e 31 são de época islâmica, sendo os restantes posteriores. As escavações em Santa Olaia permitiram-lhe identificar "uns povoados sobrepostos", restos de estruturas medievais e, sobre algumas cerâmicas pintadas, questiona se "Seriam árabes as louças pintadas de Santa Olaia? A afirmativa também não repugnava. Ali existiu um castelo, que foi ocupado pelos árabes" (Rocha, 1971, p. 143).

Outro pioneiro e grande vulto da arqueologia nacional, Leite de Vasconcelos (1858-1941), não deixou de mencionar vestígios dessa época, referindo, para além de epígrafes e moedas, sobretudo candis (lucernas ou candeias arábicas), por exemplo de Torre d'Ares e de Faro (Vasconcelos, 1917, p. 126), de Silves e de Cacela (Vasconcelos, 1902, pp. 119-123). Refiram-se, ainda, as suas observações sobre o sítio da Cola (Ourique), onde colheu "apontamentos breves" relativos a vestígios do período romano. A verdade é que um dos desenhos que ilustra (Figura 7) pertence ao fragmento de uma talha estampilhada, do mesmo tipo dos "jarrões ornamentados

de relevo" que Estácio da Veiga elogiava. Outro exemplo, menos fácil de identificar como islâmico, é a panela proveniente da mina de cobre da Serra de Caveira (Canal Caveira): "um vaso de barro, um tanto grosseiro, espécie de panela ou olla, com duas asas" (Vasconcelos, 1914, p. 311, Figura 31).

A partir da década de 40 do século XX, a revista *Arquivo de Beja* abre nova etapa na divulgação de trabalhos regionais do Baixo Alentejo, e cabe a Abel Viana, figura incontornável da arqueologia alentejana e algarvia, encetar pesquisas nas épocas visigótica e islâmica. Salienta-se o seu estudo sobre peças árabes do Museu Regional de Lagos, em colaboração com José Formosinho e Octávio Veiga Ferreira (1953). Este arqueólogo também refere achados de "cerâmica árabe" junto da muralha de Beja e estuda os objectos depositados no Museu Regional de Beja, incluindo cerâmica islâmica, por vezes atribuídos à época moderna (Viana, 1945, pp. 333-339). Das escavações que realiza no Castro da Cola (Ourique) a partir de 1958, divulga a planta das estruturas e cerâmicas árabes, embora ainda sem descrições detalhadas (Viana, 1958, 1959 e 1960). Finalmente, em 1962, surge a sua obra *Algumas noções elementares de arqueologia prática*, que inclui um capítulo sobre vestígios de época islâmica.

DE 1970 A 1998: AFIRMAÇÃO DA ARQUEOLOGIA ISLÂMICA E DA CERÂMICA COMO SEU FÓSSIL-DIRECTOR

Os anos 70 foram determinantes para a afirmação da arqueologia islâmica em Portugal. A intervenção – marco que definiu, no terreno, o início do interesse pela cultura material islâmica foi a do Cerro da Vila (Vilamoura), dirigida por José Luís de Matos, desde 1971, pioneira no que se refere ao estudo da cerâmica muçulmana em contexto. Este arqueólogo procede também ao reconhecimento de espólio islâmico do Museu de Beja, das colecções de Loulé e de Silves no Museu Nacional de Arqueologia e de materiais no Castro da Cola. A ele se deve a regência da cadeira de *Arqueologia Árabe Medieval* (1977/78) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde a cerâmica muçulmana assume protagonismo, proporcionando aos alunos o contacto directo com esses materiais e o ensaio do respectivo desenho arqueológico.

Pouco depois (1979/80) arranca o projecto de Mértola, encabeçado por Cláudio Torres e será a partir desta vila alentejana que crescentemente se torna evidente a dimensão dos vestígios islâmicos no território português, com destaque para a cerâmica. O significado do espólio cerâmico aí exumado, as suas qualidades, quantidade e o bom estado de conservação, justificaram que se tornasse o símbolo do Campo Arqueológico de Mértola e uma montra privilegiada para o exterior. O catálogo *Cerâmica Islâmica Portuguesa* (Torres, 1987) foi a primeira publicação chamativa de Mértola e um ícone da arqueologia islâmica em Portugal e dos estudos de cerâmica deste período. Nesse mesmo ano realiza-se, em Lisboa, o IV Congresso Internacional *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (Silva & Mateus, 1991), onde se apresentaram cerâmicas muçulmanas de Mértola, de Beja, do Cerro da Vila, de Silves e de Cascais. O contacto com o universo de estudos ceramológicos de Espanha e França transportou-nos para um maior reconhecimento das potencialidades destas produções e da necessidade de investir mais nesta área.

A actividade arqueológica em Silves, liderada por Rosa Varela Gomes, desde o início dos anos 80, tem destaque nas escavações do castelo. Os primeiros resultados são publicados no estudo *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves* (Gomes, 1988), que trata o espólio cerâmico a partir da sua contextualização estratigráfica. Sucedem-se outros estudos, nos quais a autora explora as diversificadas manifestações culturais e materiais da cidade. Ainda no Algarve, o estudo de fortificações e do povoamento rural islâmico será objecto de outros projectos, dirigidos por Helena Catarino, mormente nos castelos de Alcoutim (1984), Salir e Paderne (estes em 1987), com uma primeira síntese, apresentada em 1988. No final desta década e nos 15 anos seguintes, merecem também referência os trabalhos desenvolvidos por Teresa Gamito, tanto em meio urbano como rural, incluindo menção aos conjuntos cerâmicos (Gamito, 2003).

O impulso mais significativo, em termos de divulgação de estudos, a partir de 1992, é dado com a revista *Arqueologia Medieval*, editada pelo Campo Arqueológico de Mértola, que dedica um espaço significativo à cerâmica islâmica. Para além de Mértola, os primeiros números deram a conhecer cerâmicas islâmicas de Silves, Juromenha, Montinho das Laranjeiras, Mesas do Castelinho, Paderne, Alcácer do Sal e Milreu.

Ainda em Mértola, os estudos específicos sobre cerâmica sofrem um impulso considerável a partir dos anos 90 pela mão de Susana Gómez Martínez (cul-

minando na sua tese de doutoramento – 2006a), trabalho que se prolonga em numerosas colaborações com outros investigadores sobre conjuntos cerâmicos islâmicos de diversos sítios do Ġarb al-Andalus. A publicação dos resultados das escavações no bairro da alcáçova, por Santiago Macías (1996) consagrou a relevância dos conjuntos cerâmicos desta vila alentejana para o conhecimento do quotidiano doméstico das populações islâmicas medievais do Ġarb.

Após as primeiras intervenções de Lisboa, nos anos 80, assiste-se na década de 90, ao *boom* da arqueologia urbana. Para além das cidades já referidas, Santarém, Torres Vedras, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Juromenha, Évora, Moura, Silves e Tavira são exemplos de dinâmica na investigação arqueológica do período islâmico, expressa nos vários encontros de arqueologia urbana (1985, Setúbal; 1994, Braga; 1997, Almada), que também veiculam alguma informação sobre cerâmicas islâmicas (Silves, Alcácer do Sal e Almada). Os trabalhos arqueológicos dos anos 90, em Lisboa, permitiram definir ocupações islâmicas notáveis na Sé Catedral, na baixa pombalina (nomeadamente, no NARC/BCP, Mandarim Chinês, Praça da Figueira) e no Castelo de S. Jorge, com resultados muito interessantes no que respeita ao espólio cerâmico, publicados sobretudo a partir de finais da década. Ainda na região de Lisboa, há que mencionar os estudos sobre cerâmicas de Caparide (Cascais), Almada e Castelo de Povos – Vila Franca de Xira; bem como as escavações no Castelo de Sintra e em Santarém, que forneceram um conjunto apreciável de vasilhame de época muçulmana.

Junto à foz do Sado, o Castelo de Palmela foi objecto de intervenção arqueológica desde 1992, sob direcção de Isabel Cristina Fernandes, com registo de cerâmicas em contexto, num arco cronológico alargado até à segunda metade do séc. XII (Fernandes, 2004). Ao longo da linha de costa da Arrábida, em Setúbal, Creiro, Lapa do Fumo e Sesimbra foram registadas algumas cerâmicas muçulmanas. A intervenção no Castelo de Alcácer do Sal forneceu conjuntos cerâmicos de grande interesse, sobretudo para a fase almóada.

O conhecimento morfo-tipológico da cerâmica emiral até aos almóadas, proveniente de meio rural, ganhou expressão com o extenso estudo do Algarve oriental (Catarino, 1997/1998). Também a experiência de Alcaria Longa (Mértola) e a intervenção na fortificação de Mesas do Castelinho (Almodôvar) forneceram bons contributos neste âmbito. Mais a norte, na península da Arrábida, as escavações na alcaria do Alto da Queimada (Palmela), iniciadas em 1996, revelaram cerâmicas do período omíada, importantes para o entendimento dos espaços rurais (Fernandes, 2004).

No âmbito da divulgação, saliente-se a dinâmica em torno da cerâmica medieval e pós-medieval gerada pelas jornadas de Tondela, em 1992 (Abraços & Diogo, 1995) e 1995 (Abraços & Diogo 1998), com estudos sobre a cerâmica islâmica de Mértola, Silves, Évora, Castro da Cola e Olhão. Igualmente em 1995, o VI Congresso *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, realizado em Aix-en-Provence, contou com contributos portugueses sobre cerâmica islâmica de Mértola e de Palmela.

No que respeita à apresentação pública, na exposição *Lisboa Subterrânea*, no Museu Nacional de Arqueologia, em 1994, o islâmico teve já o seu lugar, reafirmado em obras como a *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira e *O legado islâmico em Portugal* de Cláudio Torres e Santiago Macias.

DE 1998 À ACTUALIDADE: ENTRE "O PORTUGAL ISLÂMICO. OS ÚLTIMOS SINAIS DO MEDITERRÂNEO" E O "X CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A CERÂMICA MEDIEVAL NO MEDITERRÂNEO"

A exposição *O Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo* (1998), patente no Museu Nacional de Arqueologia, teve uma importância singular na divulgação perante o público em geral, devido à sua abrangência territorial e número de visitantes. A esta exposição juntaram-se outras, com importantes conteúdos em cerâmica islâmica (por exemplo *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, 2001; *De Scalabis a Santarém,* 2002; *Tavira. Território e poder*, 2003; *Ribāt da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, 2007; *Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes, 2008; Do Garb ao Algarve: uma sociedade islâmica do Ocidente*, 2010; *Os signos do quotidiano*, 2011) e a inauguração de vários núcleos museográficos com colecções islâmicas (Silves em 1990, Loulé em 1995, Mértola e Faro em 2001, Castelo de São Jorge em 2009 e Tavira em 2012), sempre acompanhados dos respectivos catálogos. Não é de somenos importância a presença de peças portuguesas em importantes exposições internacionais como *Les Andalousies de Damas à*

Cordoue (Paris, 2000), *El esplendor de los Omeyas cordobeses* (Madinat al-Zahra, 2001), *Los Jarrones de la Alhambra. Simbología y poder* (Alhambra de Granada, 2007) ou *Lusa: a matriz portuguesa* (Brasília e São Paulo, 2008).

A partir da exposição *Portugal Islâmico* assistimos a um incremento exponencial de publicações sobre cerâmica islâmica: cerca de 3/4 das referências são posteriores a 1998. Na impossibilidade de enumerar exaustivamente os quase 300 títulos referenciados, limitar-nos-emos a assinalar as obras de referência, remetendo uma consulta bibliográfica mais exaustiva para as actas do encontro *O Gharb Al-Ândalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica*, que teve lugar em Mértola no ano de 2009 (*Arqueologia Medieval*, 12).

Nesta fase, as reuniões científicas foram um eficaz meio de difusão, com mais de 100 artigos publicados. As Jornadas de Tondela foram um veículo de publicação, mas sobretudo um foro de debate fundamental (Abraços & Diogo, 2004; Diogo, 2008). Desde 2001, os Encontros de Arqueologia do Algarve, organizados pela Câmara Municipal de Silves (publicados na *Xelb*), têm sido um palco privilegiado para a arqueologia do Algarve e do resto do país. Neles, os conteúdos islâmicos tiveram sempre uma ampla representação, sendo de salientar o *6º Encontro* realizado em 2008, com carácter monográfico: *O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo* (Gonçalves, 2009). No âmbito internacional, a participação nos congressos da *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* – Tessalónica, 1999 (Bakirtzis, 2003); Ciudad Real, 2006 (Zozaya *et alii,* 2009); Veneza, 2009 (Gelichi, 2012) – tem garantido repercusssão dos estudos portugueses a nível internacional. A estes congressos podemos acrescentar os encontros científicos monográficos *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb* em 2000 (Fernandes, 2002), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro* em 2003 (Barroca & Fernandes, 2005), *Al-Andalus espaço de Mudança* em 2005 (Gómez Martínez, 2006), etc.

Também foi exponencial o aumento de trabalhos académicos sobre o Ġarb al-Andalus nos quais a cerâmica é um aspecto fundamental. Registe-se as teses de doutoramento de Helena Catarino (UC 1997), de Rosa Varela Gomes (UNL 1998) e de Susana Gómez Martínez (UCM 2004) e ainda cerca de vinte dissertações de mestrado, umas exclusivamente sobre cerâmicas – Rocío Álvaro (2001), Nádia Torres (2004), Carlos Silva (2008), Inês Simão (2008), Maria Mulize Ferreira (2009), Liliana Serrano (2011), Marta Silva (2011), Marco Liberato (2012), Vanessa Filipe (2012), Patrícia Rodrigues (2012) e Sarah Henry (2012) –, outras onde a cerâmica tem papel importante na contextualização e compreensão dos monumentos e sítios estudados – Isabel Cristina Fernandes (2001, publicada em Fernandes, 2004), Maria José Gonçalves (2008), Sandra Cavaco (2011) e Luís Ribeiro Gonçalves (2012).

Nos últimos anos, grande parte da investigação desenvolvida residiu na enorme quantidade de informação trazida à luz pela explosão da arqueologia preventiva. Mesmo que muita dessa informação se mantenha ainda inédita, são meritórias as intervenções que resultaram em publicação, embora a análise dos materiais costume ser fugaz e carente do pormenor que desejaríamos. É de destacar o contributo decisivo que este tipo de intervenções teve no conhecimento de algumas cidades (nomeadamente, Coimbra, Lisboa, Santarém, Faro, Loulé, Silves e Tavira) e também alguns territórios rurais (estuários de Tejo e Sado e nas áreas afectadas pelo empreendimento do Alqueva) (ver sínteses nas Actas do encontro *O Gharb Al-Ândalus…*, 2012).

É neste período que se desenvolvem os primeiros trabalhos arqueométricos, em Mértola e Lisboa (Dias *et alii*, 2001; Dias *et alii*, 2008 e 2009). Contudo, são ainda poucos os projectos de investigação sistemática para a cerâmica do Ġarb al-Andalus. Destacam-se o projecto POILIX, sobre a produção e consumo de cerâmicas de Lisboa (1997 a 2006) (Bugalhão & *alli*, 2008) e o projecto *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular* (Lacerda & *alii*, 2001). Esta escassez de projectos de investigação sistemática de conjunto tem provocado uma acentuada falta de estudos de síntese, razão pela qual surgiu a iniciativa do grupo CIGA (http://www.camertola.pt/info/ciga). A necessidade de definir a funcionalidade dos objectos, as diferentes realidades no tempo e no espaço, a distribuição, o comércio e a elaboração de estudos de síntese são o grande móbil congregador deste projecto. Apesar da falta de financiamento, o projecto promoveu já estudos de conjunto (Bugalhão *et alii*, 2010; Catarino *et alii*, 2012; Cavaco *et alii*, 2012), com especial destaque para os incluídos nas actas do referido encontro *O Gharb Al-Ândalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica* (2012).

A evolução recente da investigação sobre cerâmica islâmica em Portugal espelha-se bem no con-

junto de trabalhos apresentados no *X Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, 2012). Das 44 comunicações e *posters* apresentados sobre Portugal, mais de metade (24) versavam sobre cerâmicas islâmicas.

Será que, a partir deste congresso, podemos esperar um salto qualitativo e quantitativo semelhante ao que aconteceu há 25 anos, após o *IV Congresso da Cerâmica Medieval no Mediterrâneo de Lisboa*? Obviamente a conjuntura socioeconómica não é nada favorável a que tal aconteça. À inexistência de financiamento público específico para a investigação arqueológica, junta-se o esperado decréscimo de financiamento pela FCT no âmbito das ciências sociais e humanas. Por outro lado, a diminuição do número de intervenções arqueológicas repercutir-se-á na quantidade de novos achados, situação que deverá ser compensada com o estímulo à realização de trabalhos académicos e com o estudo efectivo dos numerosos contextos exumados nas últimas duas décadas e que permanecem em grande parte inéditos.

CONCLUSÕES

Em regra geral, verifica-se uma grande disparidade na qualidade da informação disponível, decorrente do reduzido conhecimento da cerâmica islâmica, da dificuldade da maioria dos arqueólogos em reconhecê-la e da falta de uniformização na terminologia e nos critérios de representação gráfica. Do ponto de vista geográfico, as assimetrias são muito fortes, com lacunas relevantes a norte do Tejo e grande desequilíbrio entre os territórios rurais e urbanos. Do ponto de vista cronológico, os períodos finais de ocupação são os mais beneficiados, por evidentes razões estratigráficas: a mudança na cultura material provocada pela conquista cristã foi generalizada e muito mais forte do que as mudanças operadas ao longo dos séculos anteriores, onde os elementos de continuidade foram dominantes. É no âmbito da seriação crono-tipológica que se enquadra a maior quantidade de trabalhos, embora só em alguns casos signifique um esforço de síntese para um território. Do ponto de vista da produção, as maiores dificuldades prendem-se com o número diminuto de estruturas de produção encontradas: apenas foram publicadas as localizadas em Vilamoura, Lisboa e Mértola. Do ponto de vista da distribuição encontramos dificuldades semelhantes, embora alguns avanços se tenham alcançado relativamente às produções de luxo. A abordagem simbólica e iconográfica da cerâmica teve alguma expressão no estudo do Vaso de Tavira e na já referida exposição *Os Signos do Quotidiano*.

BIBLIOGRAFIA

ABRAÇOS, H.; DIOGO, J. M., eds. (1995) – *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal.

ABRAÇOS, H.; DIOGO, J. M., eds. (1998) – *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela: Câmara Municipal.

ABRAÇOS, H.; DIOGO, J. M., eds. (2004) – *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela: Câmara Municipal.

ARCHIMBAUD, G. D. D', ed. (1997) – *Actes du VI Colloque International sur la Céramique Médiévale in Méditerranée.* Aix-en-Provence: Narrations Editions.

Arqueologia Medieval, 1-12. Porto: Edições Afrontamento.

BAKIRTZIS, Ch., ed. (2003) – *Actes du VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée.* Atenas: Ministère de la Culture/Caísse des Recettes Archéologiques.

BARROCA, M. J.; FERNANDES, I. C., eds. (2005) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal/Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; SOUSA, M. J.; FOLGADO, D.; GONZÁLEZ-TINTURÉ, A.; MORENO-GARCÍA, M.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. (2008) – Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*. Porto. 10, pp. 113-134.

BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C. F.; GOMES, A.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; GRANGÉ, M.; INÁCIO, I.; LOPES, G.; SANTOS, C. (2010) – Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ândalus. *Xelb.* Silves. 10, pp. 455-476.

CATARINO, H. (1995/1997) – Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 13/15, pp. 457-484.

CATARINO, H. (1997/1998) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. Al-Ulyâ*. Loulé. 6 vol. I, II e III.

CATARINO, H. (2002) – Arqueologia Medieval: o estado da 'arte' e novas perspectivas. In ENCARNAÇÃO, J. d', ed. – *As Oficinas da História* Ed. Colibri/FLUC, pp. 131-148."

CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da Antiguidade tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb.* Silves. 7, pp. 179-194.

CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C. F.; GOMES, A.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; GRANGÉ, M.; INÁCIO, I.; LOPES, G.; SANTOS, C.; BUGALHÃO, J. (2012) – La céramique islamique du Ġarb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution. In *Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo*. Venezia: Edizioni All'Insegna del Giglio, pp. 429-441.

CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C.; GOMES, A.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; GRANGÉ, M.; INÁCIO, I.; LOPES, G.; SANTOS, C.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H. (2012) – O Gharb al-Andalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, pp. 5-6.

DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. Â. (2001) – Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 257-281.

DIAS, M. I. PRUDÊNCIO, M. I., BUGALHÃO, J., GOMES, S., SOUSA, M. J.; FOLGADO, D. (2008) - A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica. Primeiros resultados arqueométricos. *Promontoria Monográfica*. Faro. 11, pp. 157-167.

DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I., GOUVEIA, M. A., GOMES, A.; GASPAR, A. (2009) – Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séculos XI a XII do Castelo de S. Jorge (Lisboa, Portugal). In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo,* tomo II. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, pp. 963-966.

DIOGO, J. M., ed. (2008) – *Actas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal.

FERNANDES, I. C. F., ed. (2002) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Ed. Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2004) – *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2005) – Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação. *Portugália*, XXVI, Nova Série. Porto, pp. 149-173.

GAMITO, Teresa Júdice (2003) – *O Algarve e o Magreb (711 - 1249)*. Faro: Universidade do Algarve.

GELICHI, S., ed. (2012) – Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo. Venezia: Edizioni All'Insegna del Giglio.

GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb*. Silves. 1.

GOMES, R. V. (1998) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus. Arqueologia e História (séculos VIII-XIII)*. Tese de doutoramento em História, especialidade Arqueologia. Lisboa. UNL. FCSH. Cfr. Série *Trabalhos de Arqueologia*, 23 (2002), 35 (2004), 44 (2006) e 53 (2011).

GOMES, R. V. (2002) – O século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal. *Arqueologia & História*. Lisboa. 54, pp. 203-220.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1998) – A Cerâmica no Gharb al--Ândaluz. In *Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 121-131.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S., ed. (2006) – *Al-Ândalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Seminário de Homenagem a Juan Zozaya Stabel – Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2006a) – *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. http://cisne.sim.ucm.es/search*spi~S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&searchscope=7&SORT=D. [Consult. 14 Nov. 2007].

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2010) – Reflexão crítica sobre o estado da investigação para o período medieval islâmico no Algarve. *Xelb*. Silves. 10, pp. 497-508.

GONÇALVES, M. J., ed. (2009) – *O Gharb no al- Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Xelb*. Silves. 9.

LACERDA, M.; SOROMENHO, M.; RAMALHO, M. M.; LOPES, C., eds. (2001) – *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/ Junta de Extremadura.

Lisboa Subterrânea (1994) – Lisboa: Instituto Português de Museus.

MACIAS, S. (1996) – *Mértola islâmica – Estudo Histórico--Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séc. XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

O Gharb Al-Ândalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica, Mértola, 2009 (2012) – Porto: Edições Afrontamento (Arqueologia Medieval, 12).

Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo (1998) – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ROCHA, A. S. (1904) – Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, I: 1. Figueira da Foz, pp. 20-21.

ROCHA, A. S. (1971) – Memórias e explorações arqueológicas. Memórias sobre a Antiguidade. In *Acta Universitatis Conimbrigensis*. Coimbra. II.

SILVA, L. A.; MATEUS, R., eds. (1991) – *Actas do IV Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, C. (1987) – *Cerâmica islâmica portuguesa. Catálogo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

VASCONCELOS, J. L. (1902) – Candeias árabes do Algarve. *O Archeologo Português*. Lisboa. VII, pp. 119-125.

VASCONCELOS, J. L (1914) – Excursão arqueológica à Extremadura Transtagana. *O Archeologo Português*. Lisboa. XIX, pp. 300-323.

VASCONCELOS, J. L (1917) – Coisas Velhas. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXII, pp. 107-169.

VASCONCELOS, J. L (1933) – Excursão pelo Baixo Alentejo. *O Archeologo Português*. Lisboa. 29, pp. 230-246.

VEIGA, S. P. M. E. (1880) – *Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por...* Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. M. E. (1887) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S. P. E. (1889) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIANA, A. (1945) – Museu regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; cerâmica argárica; cerâmica árabe. *Arquivo de Beja*. Beja. II, pp. 309-339.

VIANA, A. (1958) – Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique). *Arquivo de Beja*. Beja. XV, pp. 25-35.

VIANA, A. (1959) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. 1. Castro de Nossa Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. XVI, pp. 3-24.

VIANA, A. (1960) – Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. XVII, pp. 138-226.

VIANA, A. (1962) – *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*. Beja: Livros Suméria.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. (1953) – De lo prerromano a lo árabe en el Museu Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueologia*: XXVI. Madrid, pp. 113-138.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, J.; RETUERCE VELASCO, M.; HERVÁS HERRERA, M. Á.; DE JUAN GARCÍA, A., eds. (2009) – *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. 2 Tomos. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval.

ARQUEOLOGIA URBANA EM BRAGA: BALANÇO DE 37 ANOS DE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Manuela Martins / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / mmmartins@uaum.uminho.pt
Luís Fontes / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minh / lfontes@uaum.uminho.pt
Armandino Cunha / Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga / arqueologia@cm-braga.pt

RESUMO

A arqueologia urbana iniciou-se em Braga em 1976, com a criação do Campo Arqueológico de Braga e a implementação de um conjunto de medidas legislativas que fizeram história na arqueologia portuguesa do pós 25 de Abril. Após mais de três décadas de trabalhos arqueológicos dirigidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e, a partir de 1992, também pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB), procede-se a um balanço crítico dos conhecimentos adquiridos, da gestão da informação e da difusão dos resultados. Pretende-se ainda refletir sobre os diferentes modelos de gestão da arqueologia urbana em Portugal e sobre o seu papel diferencial nas estratégias de planeamento e desenvolvimento das cidades históricas.

ABSTRACT

The urban archeology started in Braga in 1976with the creation of the Archaeological Field of Braga and the implementation of a set of legislative measures that made history in Portuguese archeology of post April 25th. After more than three decades of archaeological research directed by the Archaeology Unit of Minho University (UAUM) and, from 1992 onwards, also by the Office of Archaeology at the city of Braga (GACMB), one proceeds to a critical assessment of the acquired knowledge, data management and the dissemination of results. We also intend to reflect upon the different Portuguese models of dealing with urban archeology and on its differential role in planning and development strategies of historic cities.

INTRODUÇÃO

Em 1976 iniciou-se em Braga aquele que pode ser considerado como o primeiro projeto de arqueologia urbana portuguesa, nascido de condicionantes políticas, económicas e sociais particulares, que persiste ainda hoje passadas quase quatro décadas. A sua emergência prende-se com as nefastas consequências decorrentes do processo de expansão urbana da cidade de Braga, a partir das décadas de 60/70 do século XX, sobre os terrenos onde jaziam as ruínas da cidade romana de *Bracara Augusta*, que tinham mantido até então uma feição eminentemente rural, configurada desde a Alta Idade Média, quando o núcleo urbano sobrevivente se acantonou no quadrante nordeste da precedente cidade romana. As sucessivas destruições dos vestígios arqueológicos da antiga *urbs* romana desencadearam vivos protestos que acabariam por se consolidar num contexto de ativismo cívico, relacionado com a defesa do património histórico e cultural, emergente na década de 70 do século XX. A conjuntura política dos anos que se sucederam ao 25 de Abril de 1974 acabou, entretanto, por favorecer o protagonismo das vozes que clamavam contra a destruição do património arqueológico de Braga. Assim, graças ao dinamismo e poder de intervenção da CODEP, comissão criada para avaliar a situação decorrente da aplicação do plano de urbanização, datado dos anos 50, foi criado, em 1976, o Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela Universidade do Minho, encarregado de proceder a salvamentos na área urbana e delimitar a área arqueológica da cidade romana. Com a aprovação do Decreto-lei 640/76 de 30 de

Julho, que definiu uma Zona Arqueológica de Braga de apreciável extensão, que propôs um novo plano de urbanização para a cidade, que salvaguardasse os vestígios da cidade romana e a criação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, à qual caberia a direção científica do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, estavam reunidas as condições científicas, técnicas e legais necessárias ao funcionamento de uma prática consequente de arqueologia urbana na cidade de Braga, a qual persiste até hoje (Martins & Lemos, 1997-98, pp. 9-21).

A intervenção conjunta da UAUM, desde 1977 e do GACMB, desde 1992, salda-se por um número significativo de intervenções arqueológicas, com resultados científicos inovadores referentes ao urbanismo, à arquitetura pública e privada, ao sistema hidráulico da cidade, às atividades económicas e ao mundo funerário. Por outro lado, a preservação e musealização de várias áreas arqueológicas escavadas permitiu criar novos patrimónios na cidade que em muito enriqueceu a sua história. Por isso, se entendeu realizar neste trabalho um balanço dos principais resultados da arqueologia urbana de Braga que serve também para realizar uma breve reflexão sobre diferentes modelos de gestão da arqueologia urbana em Portugal e sobre o seu papel diferencial nas estratégias de planeamento e desenvolvimento das cidades históricas.

2. BALANÇO DOS RESULTADOS

2.1. Urbanismo romano

Os dados arqueológicos resultantes da georreferenciação de largas dezenas de vestígios associados a ruas, pórticos e construções documentam que *Bracara Augusta* foi objeto de uma precoce planificação, realizada no tempo de Augusto, que contemplou a projeção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais orientados N/NNO-S/SSE e E/ENE-O/OSO, estruturando-se em quarteirões quadrados, com cerca de 156 pés de lado entre o eixo das ruas, que contemplava ruas e pórticos de 12 pés e áreas construídas de 1 *actus* (120 pés). O traçado fundacional projetou uma cidade de planta retangular, com o eixo maior no sentido E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30Ha.

Na parte mais alta da cidade situava-se o *forum* administrativo e religioso, cuja localização é sugerida pela interpretação da *forma urbis*, por uma referência impressa num mapa datado do século XVI, que situa o *forum romanorum* nas imediações da capela de S. Sebastião e pelo aparecimento nas suas imediações de grandes bases de coluna, de diferentes dimensões, sugestivas da existência de edifícios públicos (Ribeiro, 2010, pp. 326-328). O espaço foral desenharia um retângulo, com o eixo maior disposto no sentido E/NE-O/SO (Figura 1), com um comprimento máximo de cerca de 450 pés (133,45m) e uma largura de 294 pés (87,17 m).

Dos eixos principais da cidade apenas se conhece arqueologicamente a parte norte do *kardus maximus*, com uma largura de 24 pés, possuindo, por isso, o dobro da dimensão dos eixos viários secundários.

Em torno da área urbana planificada foram sendo implantados diferentes equipamentos, que configuraram os subúrbios da cidade, ainda mal conhecidos, com alinhamentos dissonantes da malha urbana, como é o caso das áreas oficinais de fabrico de cerâmica e vidro que se desenvolveram a poente e a sul da cidade (Martins & *alii,* 2012, p. 57) e de um edifício de cronologia flávia construído na zona da atual catedral (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, p. 140).

Quando a cidade foi cercada, nos finais do século III / inícios do IV, por uma poderosa muralha com torreões, o seu perímetro abraçou os setores artesanais que se desenvolveram, ao longo do Alto Império, a nascente e a sul, bem como os equipamentos que existiriam na periferia norte, integrando uma área construída de cerca de 48 Ha.

As alterações do tecido urbano iniciam-se no século IV, na sequência da construção da muralha e da desafetação de alguns eixos viários que começam a ser invadidos por construções (Fontes & *alii*, 2010, pp. 255-256), tendência que persistiu nos séculos V e VI, período durante o qual se verifica também a desafetação de edifícios e espaços públicos sobrepostos por estruturas com funcionalidades diferenciadas, como ocorre no teatro, parcialmente reaproveitado por equipamentos com características rurais e artesanais (Martins & Ribeiro, 2013, pp. 25-26).

Na cidade intramuros, um dos factos mais relevantes do urbanismo deste período correlaciona-se com a definição da topografia cristã da cidade que, polarizada pela primitiva basílica paleocristã, localizada sob a atual catedral e então numa situação periférica junto à muralha (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, p. 141), vai evoluir fortemente vinculada ao *decumanus maximus* da anterior cidade romana. Articulando-se com as principais vias de saída da cidade para Norte e Este, é este eixo que vai estru-

turar a posterior evolução da malha urbana medieval, determinando a concentração da população no quadrante nordeste da cidade (Fontes & *alii*, 2010a; 2010b; Martins & *alli*, 2010).

2.2. Arquitetura pública e privada

Mau grado o elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga, são escassos os vestígios construtivos que podem ser atribuídos com segurança aos períodos de Augusto e júlio-cláudio. O único edifício seguramente datável dos inícios do século I localiza-se na Colina do Alto da Cividade e foi arrasado para a construção, nos inícios do século II, de umas termas públicas (Martins, 2005) e de um teatro anexo (Martins & *alii,* no prelo). Estes dois edifícios constituem os exemplares melhor conhecidos da arquitetura pública romana, situando-se nas imediações do *forum.*

O edifício das termas, identificado em 1977, ocupava uma área quadrada, com 150 pés de lado, que incluía as zonas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra/*jardim, com características panorâmicas (Martins, 2005, p. 24). O primeiro projeto define uma construção retangular alongada, com entrada a sul, que permitia uma circulação axial retrógrada, dominante nas termas mais antigas do ocidente do Império (Figura 3). A área de banhos ocupava uma superfície reduzida, com cerca de 172 m^2, sendo composta por um amplo *apodyterium*, associado a uma piscina, por um *frigidarium*, uma piscina, dois *tepidaria* e um *caldarium*. Estamos perante um pequeno balneário público com uma ampla *palaestra*, que reflete as inovações introduzidas nas termas romanas durante o século I, as quais valorizaram a interação dos edifícios com o exterior. O edifício foi objeto de sucessivas reformas até ao seu abandono, nos inícios do V, tendo mantido, contudo, a sua configuração inicial (Martins, 2005) (Figura 3).

O teatro anexo às termas, descoberto em 1999 e ainda em fase de escavação, possui uma *cavea* com diâmetro máximo de cerca de 70m, delimitada por um robusto muro perimetral com contrafortes (Figura 2). Parte da estrutura da *cavea* alicerçou-se na vertente oeste da colina, cortada para a criação da necessária pendente, estando apenas escavada parte da *ima cavea*, a qual conserva vestígios de fiadas de degraus. A *orchaestra* possui 20,80m de diâmetro máximo estando desprovida do pavimento, que seria constituído por grandes lajes de granito polido, tal como o *aditus* norte. O corpo cénico integrava o *pulpitum* com 7,37m de profundidade por 29,54m de comprimento, estando limitado por duas basílicas. Na parte traseira do teatro foi identificado um *porticus postscaenam.*

Pese embora o facto do teatro se encontrar ainda em estudo, ele parece representar um exemplar canónico deste tipo de equipamentos, que se revelaram essenciais no programa urbanístico das cidades romanas. Por outro lado, a associação registada entre as termas e o teatro, em termos de localização e de cronologia, assim como a sua localização perto do *forum*, parecem sugestivas de uma importante intervenção construtiva, relacionada com a revalorização da área central da cidade, realizada nos inícios do século II. No mesmo sentido, pode ser interpretada a construção de um anfiteatro (Figura 1), conhecido a partir das referências que lhe são feitas pelos eruditos bracarenses, entre os séculos XVII e XIX (Morais, 2001, pp. 55-76).

Os dados arqueológicos disponíveis sugerem a existência de outros edifícios públicos de fundação alto-imperial, designadamente de um outro complexo termal, situado a nordeste do *forum*, apenas parcialmente escavado, cuja cronologia aponta para o século II. Um outro edifício, de cronologia flávia, foi detetado no decorrer de escavações realizadas na Sé catedral, quer na zona do altar-mor (Rodrigues, Alfenim & Lebre, 1990, p.176), quer na R. Nossa Senhora do Leite, onde foi identificado um pórtico, orientado N/S (Gaspar, 1985, pp. 53-54). Embora não tenha sido possível definir com clareza a natureza da construção original, profundamente remodelada no Baixo-Império, é possível estimar-lhe uma área de 33 x 33 m, sendo certo que foi adaptada nos inícios do século V para aí instalar a primeira basílica cristã (Fontes, Lemos & Cruz, 1997-98, pp.140-141).

Uma das mais significativas evidências da arquitetura romana fundacional é constituída pela Fonte do Ídolo, situada num local periférico do núcleo urbano, onde existiria um santuário indígena dedicado à deusa *Nabia.* O referido santuário foi objeto de uma intervenção que o transformou num monumento romano, a expensas de um imigrante, de nome *Celicus Fronto*, natural de Arcóbriga, que aí mandou esculpir figuras e gravar inscrições, que foram envolvidas por uma parede de alvenaria granítica, hoje completamente desaparecida, cujos encaixes se conservaram na superfície frontal da fonte (Elena, Mar & Martins, 2008). O monumento foi objeto de uma renovação, datada da época flávia, as-

sociada à construção de um tanque frontal à fonte (Figura 10).

Elemento importante na evolução do espaço urbano terá sido a construção da muralha baixo-imperial, entre finais do século III/ inícios do IV, cuja cronologia coincide com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia* criada por Diocleciano. A muralha, identificada através de várias intervenções arqueológicas (Lemos, Leite & Cunha, 2007, pp. 329-345), oferece características semelhantes às conhecidas noutras cidades do NO, possuindo cerca de 5/6 m de largura e torreões semicirculares espaçados cerca de 18 m.

Tal como acontece em muitas outras cidades do ocidente do Império a maioria das casas romanas identificadas nas escavações datam dos finais do período júlio-cláudio e da época flávia, momento em que as elites urbanas disporiam já dos necessários dividendos para construir habitações de clara inspiração itálica e helenística. Trata-se maioritariamente de *domus* de peristilo, ladeadas de pórticos que bordejavam as vias e facilitavam o acesso às lojas que se desenvolviam na parte baixa das casas (Martins & *alii*, 2012, pp. 52-53.). A partir de finais do século III muitas dessas *domus* sofreram alterações substantivas, vendo desaparecer os pórticos que se integraram nas construções, ao mesmo tempo que adotam evidentes sinais de luxo, com a instalação de balneários privados, verificando-se igualmente o uso sistemático de mosaicos e de estuques a revestir os pavimentos e as paredes. Esta característica está presente em várias *domus*, muito embora sejam apenas conhecidas partes limitadas das mesmas (Magalhães, 2010).

A única casa romana integralmente escavada em Braga está representada pela *domus* das Carvalheiras, que ocupava a totalidade de um quarteirão urbano, possuindo uma área construída de 1152m2 (Figura 4), cujo primeiro projeto data da época flávia, oferecendo a particularidade de ser uma *domus* de átrio e peristilo (Martins, 1997-98, pp. 28-32). A construção exibe características que podem ser consideradas típicas da arquitetura doméstica provincial que era propriedade de uma elite urbana, onde se testemunham os clássicos espaços de receção e representação, em torno das áreas abertas e ajardinadas do *atrium* e do *peristylium*. A casa sofreu uma primeira remodelação no século II, altura em que um quadrante da habitação foi sacrificado para a construção de um balneário para uso público (*balnea*), (Martins, Ribeiro & Baptista, 2011, p. 92). As sucessivas reformas do conjunto doméstico da Carvalheiras até aos séculos V/VI são reveladoras da sua longa ocupação, mas também da sua paulatina metamorfose, refletindo a evolução urbanística e arquitetónica dos quarteirões residenciais de *Bracara Augusta*.

2.3. Atividades económicas

A atividade comercial de *Bracara Augusta* está documentada precocemente através de importações de cerâmicas itálicas desde a época de Augusto, sendo referenciada numa inscrição do tempo de Cláudio (41-54), em que os cidadãos romanos que negociavam em Braga prestam homenagem a *Caius Caetronius Miccio*, encarregado da cobrança de impostos, sendo possível que os referidos cidadãos fossem *negotiatores* que asseguravam o abastecimento da cidade nos produtos que esta não produzia (Morais, 2005, pp.69-71). Entre esses produtos destacam-se os alimentares, como os produtos piscícolas, o azeite e o vinho, transportados em contentores anfóricos de diferentes regiões (Morais, 1999; 2005, pp. 100-147). Assim, sabemos que a cidade se abastecia em vários centros produtores da Bética, da Tarraconense, da Gália, mas também de Itália e do Oriente. O mesmo acontecia com a cerâmica fina de mesa (sigillata) e com outros produtos de exceção que têm sido encontrados nas escavações (Morais, 2005, pp. 148-305). A presença destes produtos permite reconstituir alguns dos principais eixos comerciais que ligavam *Bracara Augusta* aos centros produtores do Império e avaliar o nível de exigência e o poder de compra dos consumidores urbanos.

Mas *Bracara Augusta* era também produtora de cerâmicas e de vidro, bem como de outros materiais, designadamente metálicos, indispensáveis à vida urbana.

A olaria está arqueologicamente documentada a partir de vestígios de uma oficina (forno, tanque de decantação e moldes) situada na periferia da cidade, por vários artefactos ligados ao fabrico de cerâmica e por peças com marcas de oleiros da cidade (Morais, 2005, pp. 84-89). Estas oficinas fabricavam lucernas e cerâmica comum de uso doméstico, usando a argila que seria explorada na região de Prado/Ucha (Delgado & Morais, 2009), mas também os caulinos do litoral, utilizados no fabrico de cerâmicas mais finas, como a bracarense (Morais 2005, pp. 305-318) e a cerâmica pintada (Gomes, 2000).

A produção de vidro, cujas oficinas se localizavam

na periferia da área urbana está igualmente documentada por vestígios de oficinas e por subprodutos de fabrico (Cruz, 2001; 2009a).As oficinas localizavam-se na periferia da cidade, sendo bem conhecida uma delas, identificada nas imediações da Via XVII, no decorrer das escavações realizadas no antigo quarteirão dos CTT (Martins & *alii*, 2010). Trata-se de um estabelecimento retangular, organizado em três alas, com entrada direta a partir da via (Figura 6), no interior do qual foram encontrados dois fornos de fundição (Figura 7), com características diferenciadas que terão laborado entre os séculos IV e V (Cruz, 2009b, pp. 25-27).

A atividade metalúrgica está referenciada por achados ligados à produção de peças, como cadinhos de fundição e moldes, alguns dos quais destinados à produção de placas com decoração geométrica, que ornamentavam a parte superior das sítulas e os respetivos suportes anelares das armelas (Martins, 1988, pp. 23-33; Morais, 2005, 95). Inúmeros objetos desde pregos, ferragens, dobradiças, ou chaves, indispensáveis na construção e ao mobiliário documentam também o trabalho do ferro. Referenciada está também a produção dos tubos de chumbo (*fistulae*), que conduziam a água a vários pontos da cidade, tendo sido identificado um fabricante ou proprietário de uma das oficinas (Martins & Ribeiro, 2012, pp. 28).

A construção seria uma das mais importantes atividades económicas da cidade, envolvendo a existência várias oficinas e corporações de artesãos e de artistas. Tendo por base as evidências dos equipamentos e edifícios públicos e privados da cidade, tem-se procurado compreender melhor a importância desta atividade, quer em termos dos processos construtivos, quer no que concerne à análise dos materiais e ao cálculo dos custos envolvidos na construção de edifícios (Ribeiro, 2010).

2.4. As necrópoles

Bracara Augusta possuía seis necrópoles situadas na periferia da área urbana e dispostas ao longo das principais vias que saíam da cidade, apenas setorialmente escavadas e desigualmente conhecidas. Estão nesse caso as necrópoles do Campo da Vinha (via XIX), de Maximinos (vias XX e XVI), da Rodovia (via XVI), de S. Lázaro (via para *Emerita*), da Via XVII e a da via XVIII (Martins & Delgado, 1989-90). As escavações realizadas nas diferentes necrópoles permitiram identificar numerosas sepulturas associadas, quer ao ritual da cremação, dominante até ao século III, quer ao da inumação, que se generalizou a partir de então. No entanto, foi a recente escavação de um amplo setor da necrópole da via XVII que permitiu documentar diferentes aspetos relacionados com o culto dos mortos e com a sua evolução entre o período fundacional e a tardo antiguidade (Fontes & *alii*, 2010a; 2010b; Martins & *alii*, 2010). Esta escavação permitiu reconhecer diferentes tipos de sepulturas (Figuras. 8 e 9), vestígios de piras funerárias, mausoléus e recintos que sugerem a monumentalização das áreas onde se tumulavam os mortos, estando todos eles associados ao ritual da cremação (Braga, 2010). Foi igualmente possível documentar algumas estelas funerárias *in situ*, dispostas ao longo da via e sepulturas associadas ao ritual da inumação, algumas das quais inseridas em recintos, bem como dois túmulos, datáveis dos século V/VI, um dos quais com sarcófago de chumbo.

3. BREVE REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA ARQUEOLOGIA URBANA EM PORTUGAL

A prática continuada de um projeto de arqueologia urbana na cidade de Braga permitiu trazer à luz do dia uma cidade romana praticamente desconhecida até aos anos 70 do século passado, apenas sumariamente referida nas fontes históricas da Antiguidade. Paulatinamente foi-se constituindo um conhecimento inovador relativamente ao urbanismo fundacional de *Bracara Augusta* e à sua posterior evolução até à Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, ao mesmo tempo que se foram revelando as características da sua arquitetura pública e privada. Simultaneamente o estudo de diferentes tipos de materiais permitiu caracterizar as importações, a produção artesanal, bem como a circulação monetária que enquadrava a cidade na economia imperial. A identificação arqueológica das várias necrópoles que se organizavam ao longo das vias permitiu igualmente analisar as características dos enterramentos e a evolução dos rituais funerários. Mais recentemente tem-se refletido sobre temáticas relacionadas com o sistema hidráulico, com as técnicas construtivas e os custos da construção pública e privada.

Muito embora estejamos convictos do elevado potencial informativo que ainda existe por explorar, a partir dos registos das escavações realizadas em Braga até ao momento, é justo considerar que foi a existência de um projeto científico de estudo da ci-

dade romana que assegurou o notável avanço nos conhecimentos, permitindo igualmente o estudo de outros períodos históricos representados no registo arqueológico das inúmeras intervenções que decorrem da prática da arqueologia urbana, sejam elas de carácter preventivo ou orientadas para a investigação. Na verdade, foi a persistência desse projeto que permitiu a centralização dos registos, hoje praticamente todos informatizados, a introdução de novas metodologias de levantamento, destinadas a agilizar os procedimentos de campo, bem como a rápida avaliação dos impactos que podem decorrer do planeamento de obras na cidade de Braga. Por outro lado, a centralização e informatização de todos os registos facilitam a rápida utilização dos dados, que têm vindo a ser trabalhados no âmbito de projetos de pós-graduação, facto que tem permitido um progressivo avanço dos conhecimentos no estudo dos edifícios e de diferentes categorias de materiais.

Sendo certo que a arqueologia urbana constitui um dos domínios mais complexos e exigentes da intervenção arqueológica, os seus resultados são fundamentais ao planeamento e reabilitação urbana, uma vez que estes só podem ser corretamente viabilizados quando os agentes neles envolvidos estão devidamente informados dos impactos sobre o subsolo.

Considerando a variabilidade de práticas de gestão da arqueologia urbana em Portugal, marcadamente casuísticas, realizadas por equipas diferentes e desprovidas de uma direção científica que possa debruçar-se sobre os resultados das intervenções, tendo em vista a produção de conhecimento útil sobre a história das cidades, julgamos que dificilmente se poderá aspirar no nosso país a um contexto em que os arqueólogos se possam constituir como parceiros num necessário e urgente diálogo com os arquitetos e urbanistas que planeiam as cidades (Martins & Ribeiro, 2011). Na verdade, o casuísmo da prática arqueológica nas cidades contradiz os objetivos científicos da Arqueologia como disciplina, não beneficia os espaços urbanos, raramente se traduz na produção de conhecimento útil ou de património musealizável e em nada contribui para dignificar a posição dos arqueólogos enquanto agentes indispensáveis no processo de pensar o futuro das cidades. De facto, muito embora a arqueologia urbana tenha sido um dos setores da atividade arqueológica que mais contribuiu para a afirmação profissional da arqueologia portuguesa nas últimas décadas, é legítimo questionarmos o real impacto social dessa afirmação, ou a utilidade cognitiva, social e económica da generalidade das escavações urbanas.

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Cristina (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII.* Braga: Universidade do Minho http://hdl.handle.net/1822/13913.

CRUZ, Mário (2001) – *Vidros romanos de Bracara Augusta.* Braga: Universidade do Minho.

CRUZ, Mário (2009a) – *O vidro romano do Noroeste peninsular: um olhar a partir de Bracara Augusta.* Braga: Universidade do Minho http://hdl.handle.net/1822/9883

CRUZ, Mário (2009b) – *VITA VITRI: O vidro antigo em Portugal*, Lisboa.

DELGADO, Manuela; MORAIS, Rui (2009) – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta.* Braga: CITCEM.

ELENA, Ana G.; MAR, Ricardo; MARTINS, Manuela (2008) – *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário*. Braga: UAUM/NARQ (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas; 4).

FONTES, Luís; LEMOS, Francisco S.; CRUZ, Mário (1997-98) – "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia.* Braga. Série II. 14/15, pp. 137-164: http://hdl.handle.net/1822/10299.

FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; CARVALHO, Helena (2010) – A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo, s. VI-VIII.* Toledo: Toletum Visigodo, pp. 255-262 http://hdl.handle.net/1822/13377

FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; ANDRADE, Francisco (2010a) – *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL): relatório final.* Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 2) http://hdl.handle.net/1822/10143.

FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; SENDAS, José; CATALÃO, Sofia (2010b) – *Salvamento de Bracara Augusta: ampliação do túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL), Relatório final.* Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 7) http://hdl.handle.net/1822/11048.

GASPAR, Alexandra (1985 – Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia.* Braga. Série II. 2, pp. 51-125.

GOMES, Ana (2000 – *Cerâmicas pintadas de época romana: tecnologia, morfologia e cronologia*. Braga: Universidade do Minho.

LEMOS, Francisco S.; LEITE, José M. F.; CUNHA, Armandino

(2007) – A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*. In RODRÍGUEZ COLMENERO, António; RODÁ DE LLANZA, Isabel, eds. - *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329-341.

MAGALHÃES, Fernanda (2010) – *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho http://hdl.handle.net/1822/13619.

MARTINS, Manuela (1997-98 – A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia.* Braga. Série II, 14-15, pp. 23-46. http://hdl.handle.net/1822/10409

MARTINS, Manuela (1988) – Moldes de sítulas com decoração geométrica, *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 5, pp.23-33.

MARTINS, Manuela (2005) – *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM / NARQ http://hdl.handle.net/1822/13410

MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989-90) – As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia.* Braga. Série II. 6/7, pp. 41-186. http://hdl.handle.net/1822/10272

MARTINS, Manuela; LEMOS, Francisco, S. (1997-98) – Duas décadas da vida de um projeto: o salvamento de Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 14-15, pp. 9-21. http://hdl.handle.net/1822/10372

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2009--2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, Ed Conselho Cultural da U. do Minho. http://hdl.handle.net/1822/13351

MARTINS, Manuela; FONTES, Luís; BRAGA, Cristina; BRAGA, José; MAGALHÃES, Fernanda; SENDAS, José (2010) – *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório final.* Braga: UAUM (TAUM: Memórias; 1). http://hdl.handle.net/1822/13345

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; BAPTISTA, José M. (2011) – As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana. In COSTA, Ana; PALAHÍ, Lluís; VIVÓ, David, eds. – *Aquea Sacrae: Agua y Sacralidade n la Antigüedad*. Girona: Institut de RecercaHistòrica de la Universitat de Girona, pp. 69-101, http://hdl.handle.net/1822/16168.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2012) – Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar, In MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel; VAL VALDIVIESO, Isabel, coord. – *Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração*. Braga: CITCEM, pp. 9-51. http://hdl.handle.net/1822/19872.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina (2012) – Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo, coord. – *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e Economia*, Braga: CITCEM, pp. 29-68. http://hdl.handle.net/1822/19522

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo (2013) – Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo, coord. - *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM, pp. 11-44. http://hdl.handle.net/1822/23983

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; MAR, Ricardo (no prelo) – A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*. In MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo, coord. – *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM.

MORAIS, Rui (1999) – As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*. Braga: UAUM (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 8).

MORAIS, Rui (2001) – Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*. Braga. 30, pp. 55-76.

MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial.* Braga: UAUM/Narq (Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas; 2).

RIBEIRO, Jorge (2010) – *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*. Braga: Universidade do Minho. http://hdl.handle.net/1822/12232

RODRIGUES, Miguel; ALFENIM, Rafael; LEBRE, Anabela (1990) – Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga.* I. Braga: Faculdade de Teologia /Cabido da Sé, pp. 173-188.

Fig. 2

Fig. 3

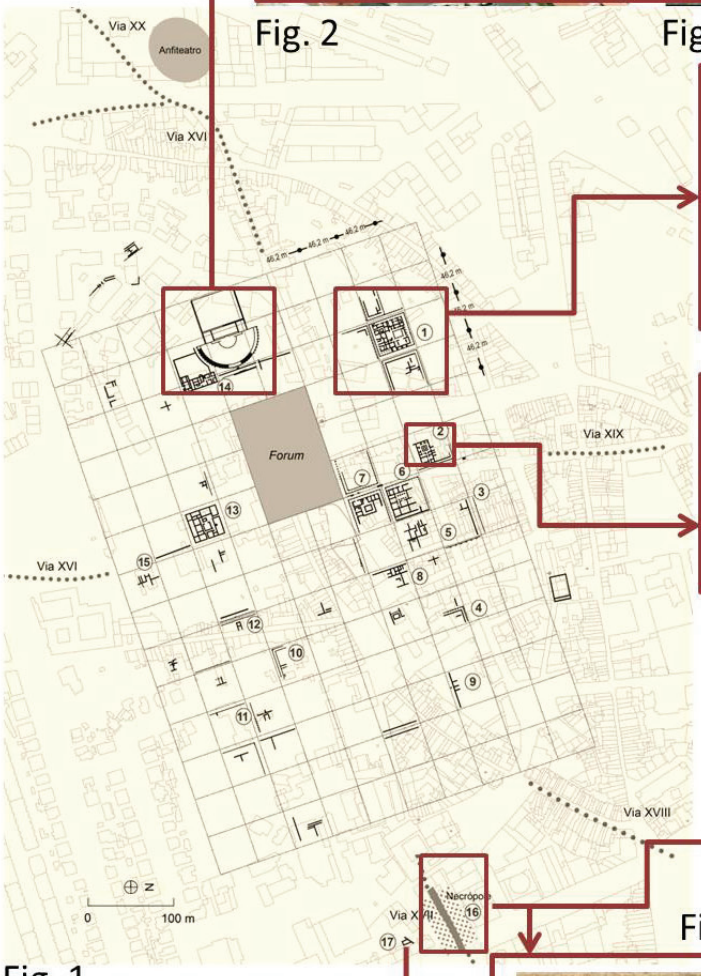


Fig. 1

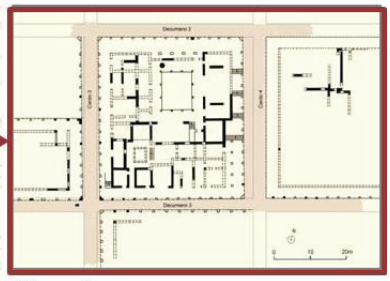


Fig. 4

Fig. 5

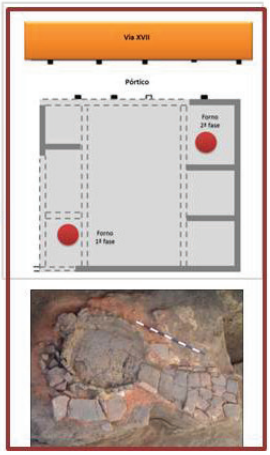


Fig. 6

Fig. 7

Fig. 8

Fig. 10

Fig. 9

Figura 1 – Planimetria alto imperial da cidade romana de *Bracara Augusta;* Figura. 2 – Conjunto das termas e teatro; Figura 3 – Restituição 3D das diferentes fases das termas públicas do Alto da Cividade; Figura 4 – Planta da *domus* Carvalheiras com os quarteirões anexos; Figura 5 – Perspetiva das ruínas da *domus* da Escola Velha da Sé. Núcleo musealizado; Figura 6 – Planta restituída da oficina de vidro da Via XVII; Figura 7 – Perspetiva do forno mais antigo da oficina de vidro da Via XVII; Figura 8 – Sepultura da necrópole da Via XVII com ossário cerâmico; Figura 9 – Urna em granito da necrópole da Via XVII; Figura 10 – Restituição 3D da Fonte do Ídolo com fachada e tanque anexo.

ARQUEOLOGIA URBANA EM VALENÇA. METODOLOGIAS E RESULTADOS

Luís Fonte / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / lfontes@uaum.uminho.pt
Belisa Pereira / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / belisa_vilar@hotmail.com
Francisco Andrade / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / fjsdea@hotmail.com

RESUMO

Em 2004, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e o Município de Valença implementaram na cidade de Valença um projeto de arqueologia urbana, vinculado a um ampla intervenção de requalificação urbana, que ainda decorre.

No âmbito desse projeto têm-se realizado levantamentos, sondagens, escavações e acompanhamentos arqueológicos, com o duplo objetivo de minimizar os impactes resultantes da execução de obras e de investigar a evolução urbana de Valença, das suas origens até à atualidade.

Pelas metodologias implementadas, pelo conceito de intervenção integrada e pelos resultados obtidos, considera-se que o projeto de estudo arqueológico de Valença realiza plenamente o conceito de Arqueologia Urbana entendida como atuação de investigação aplicada.

ABSTRACT

The Archaeology Unit of the University of Minho and the Municipality of Valença implemented in 2004 a project of urban archaeology, linked to a large-scale intervention of urban renewal, which is still on-going.

Under this project have been conducted surveys and archaeological excavations, with the double objective to minimize the impacts resulting from the implementation of works and investigate the urban evolution of the city of Valença, from its origins to the present.

Both by the methodologies implemented and by the concept of integrated intervention and the results obtained, the archaeological study of Valença fully realizes the concept of Urban Archaeology understood as applied research activity.

1. INTRODUÇÃO

Em 2004 e na sequência do "Projeto de Requalificação Urbana do Centro Histórico de Valença", promovido pela Câmara Municipal de Valença, este município e a Universidade do Minho celebraram um protocolo de colaboração com vista à satisfação das condicionantes arqueológicas estabelecidas pelo Ministério da Cultura / IGESPAR, I.P. / DRCN, no cumprimento das recomendações internacionais relativas a intervenções em monumentos históricos, pois a fortaleza de Valença é Monumento Nacional.

De facto, a fortaleza moderna de Valença é um dos mais notáveis monumentos militares portugueses, estando as Fortificações da Praça de Valença do Minho classificadas como Monumento Nacional (Decreto N.º 15178 de 14-3-1928), com Zona Especial de Proteção (Z.E.P., D.G., 2.ª Série; N.º 290 de 13-12-1958).

Nesse sentido, foi desenhado um Plano de Trabalhos Arqueológicos que, através de sondagens preliminares, escavações em área e acompanhamento arqueológico, realizasse o objetivo principal de obter dados para informar o projeto, minimizando o eventual impacte negativo das obras de construção das novas infraestruturas.

Garantida a direção científica pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e reunidas as condições técnicas e financeiras para a realização continuada de estudos arqueológicos, alargados a outros locais e edifícios de Valença, a intervenção arqueológica, inicialmente preventiva, evoluiu para um efetivo programa de arqueologia urbana, orientado para o estudo das origens e evolução de Valença.

No ponto 2 deste trabalho define-se, ainda que de forma sumária, o conceito de Arqueologia Urbana subjacente ao programa de estudo arqueológico de Valença e as implicações metodológicas da perspetiva adotada.
No ponto 3, tendo por base os principais resultados obtidos com as inúmeras intervenções arqueológicas realizadas desde 2004, ensaia-se uma primeira e cientificamente inovadora leitura da evolução da estrutura urbana de Valença.

2. ARQUEOLOGIA URBANA (EM VALENÇA)

A arqueologia urbana, com implicações específicas, de grande complexidade processual e também metodológica, desenvolveu-se por toda a Europa a partir da segunda metade do século XX, referenciando-se como projeto pioneiro os trabalhos de Martin Biddle em Winchester, entre 1962 e 1972, que então definiu a arqueologia urbana como "(…) o estudo no qual a investigação e a compreensão do fenómeno urbano são centrais, estudando-se a cidade no tempo longo, desde a sua origem, sem distinção de período, através das fases pré-urbanas, urbanas e pós-urbanas, até aos nossos dias (…)" (citado em Rodríguez Temiño, 2004, 60).
É uma definição assente numa perspetiva de investigação, isto é, orientada para a produção de conhecimento, suportado pela análise cientificamente rigorosa de todos os dados manejáveis e disponíveis, fixando-se como objeto de estudo o fenómeno urbano, o que exige um projeto de investigação.
Atualmente, porém, o conceito de arqueologia urbana aparece mais vinculado a uma perspetiva de gestão da atividade arqueológica, isto é, refere-se quase sempre ao exercício da atividade arqueológica nas cidades ou áreas urbanas atuais, "vivas", sendo igualmente frequente a sua associação ao conceito de arqueologia preventiva e à emergência da arqueologia profissional.
A aparente oposição entre os que reivindicam que a arqueologia urbana deve ser entendida como o estudo arqueológico das cidades e os que defendem que deve ser o exercício da arqueologia em contexto urbano, parece assentar no equívoco das contraposições 'arqueologia científica' *versus* 'arqueologia preventiva' ou 'arqueologia de investigação' *versus* 'arqueologia de contrato' ou ainda 'arqueologia programada' *versus* 'arqueologia de emergência ou de salvamento'.
Porém e recuperando a definição de Martin Biddle, uma e outra só serão arqueologia urbana se os resultados obtidos servirem a produção de conhecimento relativo à história das cidades, isto é, se a interpretação for contextualizada na explicação da evolução dos respetivos tecidos urbanos.
O que importa fazer é a arqueologia das cidades (e do urbanismo) e não arqueologia nas cidades. O interesse da investigação do fenómeno urbano está precisamente na possibilidade que se oferece aos arqueólogos de questionar a longa duração do urbanismo e explicar as mudanças e/ou as permanências, quer das cidades atuais, onde a investigação é mais premente, face à destruição que frequentemente acompanha as alterações urbanas em curso um pouco por todo o lado, quer das chamadas "cidades mortas", como Tongobriga e Conimbriga, ou de outros aglomerados urbanos que, não tendo o estatuto atual de cidades, são igualmente importantes para a compreensão do fenómeno de urbanização das sociedades (Fontes, 2002, p. 231).
Neste sentido, "(…) podemos considerar que é indispensável recuperar o paradigma que esteve na origem da moderna arqueologia urbana, quer no que respeita aos seus objetivos (o estudo das cidade), quer à constituição de equipas estáveis, quer ainda ao desenvolvimento de projetos de investigação. Estes servem para permitir, quer uma adequada programação dos trabalhos arqueológicos, tendo por base o conhecimento do potencial das áreas que se pretendem escavar, quer uma rigorosa avaliação dos resultados, que devem ser cruzados com a informação disponível. Importa, por isso, evitar a dispersão dos registos e dos materiais de modo a que seja possível revisitá-los sempre que necessário, permitindo o avanço dos conhecimentos. (…)" (Martins & Ribeiro, 2009/2010, p. 169)
É esta a nossa perspetiva, que metodologicamente se traduz na existência de uma equipa responsável pelo estudo dos diversos períodos históricos presentes nos registos arqueológicos de Valença e na centralização e informatização desses mesmos registos através da implementação de um Sistema de Informação Arqueológica, o que permite, não só responder com eficácia e rigor às exigências do planeamento da cidade, como desenvolver projetos temáticos de investigação em articulação com os projetos de pós graduação em Arqueologia da Universidade do Minho.
Embora responda prioritariamente às necessidades

de informar atempadamente os projetos de intervenção urbana, o projeto de estudo arqueológico de Valença não se esgota na execução das intervenções preventivas nem na escavação arqueológica.
A par destas, o projeto orienta-se para a investigação do urbanismo, das arquiteturas e das técnicas construtivas, das economias e das sociedades, contemplando o estudo das diversas estruturas e espólios correlacionados.
Orienta-se ainda para o reforço da identidade de Valença como valor patrimonial, afirmando-o como monumento qualificado que pode ser fruído na dupla vertente lúdica e de conhecimento, seja através da integração de ruínas arqueológicas nos espaços urbanos requalificados, como nas portas medievais da Gabiarra e do Açougue, seja ainda através do desenvolvimento de projetos complementares de criação de núcleos museológicos distribuídos por diferentes espaços da fortaleza, com conteúdos expositivos alusivos à arqueologia e história de Valença e seu território.
É também por esta perspetiva de intervenção integrada e de investigação aplicada que se considera que o estudo arqueológico em curso em Valença realiza plenamente o conceito de Arqueologia Urbana.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Para efeitos de registo arqueológico, a fortaleza de Valença foi dividida em duas zonas, A e B, correspondentes respetivamente aos recintos fortificados da Coroada e da Magistral (ou Vila Velha). Assim, a descrição dos resultados organiza-se de acordo com essa divisão, seguindo-se um subcapítulo com a síntese interpretativa.

3.1. Recinto da Coroada

Pode afirmar-se que a colina/outeiro onde se implanta o recinto da Coroada não conheceu qualquer ocupação estruturada antes da construção da fortificação em finais de Seiscentos, não se confirmando a hipótese de aí ter existido um arrabalde medieval, como sugeria a vista se sul desenhada cerca de 1509 por Duarte de Armas (1997).
Os dados arqueológicos permitem estabelecer a sequência do processo construtivo, que se iniciou pelo lado sul com a construção dos baluartes de São Jerónimo, Santa Bárbara e Santa Ana, com o revelim da Coroada a defender a porta do mesmo nome e o revelim e fossos 'imperfeitos' virados à Senhora da Cabeça (chamados 'imperfeitos' porque nunca se concluíram, ficando apenas com os taludes em terra). A obra de fortificação, perfeitamente adaptada à configuração do relevo, completou-se com a construção dos meios baluartes de São José e Santo António, que desenharam a retaguarda do recinto de modo a esta se abrir para a Magistral ou Vila Velha, com a qual se ligava pela chamada Porta do Meio.
Com uma função exclusivamente militar, destinada a proporcionar a defesa avançada da vila de Valença, a Coroada manteve-se livre de habitações até meados do século XVIII, momento em que, já fortificada também a Magistral ou Vila Velha, se desenharam os quarteirões entre a Capela do Bom Jesus e a Porta do Meio, com várias ruas e vielas a configurar um novo arrabalde da vila de Valença, que nos finais de oitocentos se estendia já até às proximidades do Paiol.
A par destas construções civis, o amplo terreiro do Campo de Marte foi sendo ocupado, no decurso do século XVIII, com instalações militares, como o paiol, quartéis e um poço, este último colocado a descoberto aquando do desaterro da zona circundante do Paiol do Campo de Marte. O seu desmonte e posterior aterro da zona foi acompanhado pela equipa de arqueologia, tendo todos os elementos pétreos que compunham o poço sido numerados e transportados para instalações municipais, pois o novo arranjo urbano não contemplou a sua conservação *in situ*. A face nordeste de um dos elementos do bocal apresenta a seguinte epígrafe, inscrita em cartela retangular de cantos recortados: "MANDADO ABRIR PELO SR TT CEL IZIDORO M. M. [DA] COSTA / [18?] 15".

3.2. Recinto da Magistral (ou Vila Velha)

A principal novidade proporcionada pela intervenção arqueológica realizada na zona da Vila Velha, foi a identificação de uma ocupação datável dos primeiros séculos da nossa Era, correspondente a um povoado fortificado tipo 'castro', com uma linha de muralha subcircular que deveria coroar o outeiro sobranceiro ao rio Minho.
Trata-se de vestígios encontrados na zona da designada Porta de D. Afonso ou Porta do Açougue, que corresponde a um dos troços melhor conservados da fortificação medieval de Valença e que foi objeto de escavações arqueológicas alargadas, pois tratava-se de uma zona arqueologicamente sensível.
De facto, para além de ter sido possível esclarecer que o baluarte de São João, construído no séc. XVIII,

foi montado sobre o aterro da vala de desmonte e saque da cortina medieval, sob o troço subsistente desta encontrou-se um lance de escadas com 10 degraus, formados por espessas lajes monolíticas de granito. Estas escadas aparecem associadas a um talude térreo, enquadrando-se numa espécie de porta de um recinto fortificado.

Ao contrário do recinto da Coroada e com base nos múltiplos dados arqueológicos registados, designadamente nas escavações realizadas na referida Porta do Açougue, mas também nos terrenos contíguos à igreja de Santo Estêvão e no adro da igreja de Santa Maria dos Anjos, pode afirmar-se que o local onde se veio a implantar a vila medieval de Contrasta/Valença conheceu uma ocupação estruturada que, de acordo com os materiais cerâmicos correlacionados, se terá prolongado entre os finais do século I a.C. e, pelo menos, o século IV d.C..

Esta ocupação, que genericamente se pode situar no período do domínio romano, não parece ter tido continuidade, apontando o registo arqueológico para um hiato de ocupação que parece retomar-se, com base nos dados arqueológicos e documentais, apenas nos inícios do século XIII.

Porém, esta hipótese de descontinuidade necessita ser confirmada, quer através de estudos aprofundados e comparados das produções cerâmicas recolhidas nos níveis medievais de aterro, quer através de escavações arqueológicas em locais da cidade que ofereçam maior potencial estratigráfico.

Relativamente à fortificação medieval de Valença, a intervenção arqueológica permitiu recolher dados mais detalhados relativos às caraterísticas construtivas de diversas partes da estrutura defensiva, desde torres e portas até às muralhas, bem como identificar partes desconhecidas (embasamento da muralha no Largo da República, no Largo do Governo Militar e no Baluarte de São Francisco, embasamento de torreão/cubelo na confluência da Travessa do Eirado com a Rua da Trindade e cisterna junto às Portas da Gabiarra), que permitiram restituir com maior fidelidade o traçado da fortificação medieval registada por Duarte de Armas.

A estrutura identificada na Travessa do Eirado/Rua da Trindade corresponde a um cunhal em cantaria granítica bem esquadrada, apresentando alguns dos blocos siglas de canteiro nas suas faces. Trata-se dos restos de uma construção, eventualmente relacionada com o reforço tardomedieval da fortificação de Valença, como sugere o achado, nas proximidades deste local e aquando da obra de construção do tribunal, de um nicho esculturado com uma inscrição alusiva a uma obra mandada fazer por D. João I na transição do séc. XIV para o séc. XV.

Poderá ser o resto de um torreão, que terá sido posteriormente reutilizado para assentamento de um outro edifício que, numa planta de 1766, é identificado como "Arcenal" e que esteve em uso até à construção do tribunal, embora já desprovido de funções militares.

Os dados arqueológicos obtidos permitiram igualmente confirmar e detalhar a evolução do processo construtivo da fortificação moderna correspondente à Magistral que, no decurso do século XVIII, envolveu a Vila Velha.

Adaptando-se às preexistências construídas e à morfologia do terreno, as obras começaram pela fortificação da Porta do Meio, por onde se estabelecia a ligação entre a Coroada e a vila, levantando-se os baluartes da Lapa, da Esperança e do Faro, abrindo-se entre estes dois últimos a Porta do Sol, defendida pelo revelim com o mesmo nome. Duas poderosas cortinas muralhadas, a nascente e poente, ligaram os baluartes às muralhas medievais.

Numa segunda fase, que genericamente se pode situar no último quartel de Setecentos, a fortificação abaluartada estendeu-se para norte, erigindo-se o baluarte de São Francisco, o revelim da Gabiarra, os baluartes do Socorro e finalmente o baluarte de São João e revelim da Fonte da Vila, num traçado que determinou a desmontagem quase total das muralhas medievais, reutilizando-se os materiais na elevação das novas muralhas, com exceção das portas medievais do Açougue e da Gabiarra, que se integraram nas muralhas modernas.

Com uma dupla função militar e habitacional, o recinto da Magistral ou Vila Velha conheceu, a partir do século XVIII, alterações da sua malha urbana, que passou a incorporar também instalações militares, quer construídas de raiz, como o Paiol do Açougue e a Casa do Governo Militar, quer reafectando edificações antigas, como a instalação do Quartel de Artilharia no Convento de Santa Clara.

3.3. Síntese da evolução urbana

Como regista a documentação escrita, a vila medieval de Valença foi fundada pelo rei Sancho I nos inícios do século XIII, chamando-se então Contrasta.

Graças aos estudos arqueológicos em curso desde 2004, sabe-se agora que o local escolhido corres-

pondia a um antigo povoado fortificado romanizado, estrategicamente implantado num outeiro que dominava a passagem do rio Minho, servida então pela via romana que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga), por Tude (Tui).
A vila medieval recebeu carta de foral de D. Afonso II em 1217, que em 1262 o rei Afonso III confirmou, mudando-lhe o nome para Valença, como atualmente se chama. Inscrevia-se no vasto conjunto de 'vilas novas' fortificadas que defendiam a fronteira do rio Minho, desde Melgaço até Caminha, no âmbito de um vasto programa da coroa portuguesa para fixar os limites territoriais de Portugal.
No decurso dos séculos XIV e XV documentam-se intervenções de manutenção e restauro, sempre de iniciativa régia. Da fortaleza medieval conservam-se ainda algumas partes importantes, como as Portas da Gabiarra e o lanço da Porta do Açougue, esta última ostentando ainda as armas afonsinas.
Devido ao seu posicionamento estratégico na fronteira, frente à cidade espanhola de Tui, a vila fortificada de Valença veio a ser objeto de um novo e ambicioso projeto de fortificação, para responder às exigências modernas da arte da guerra, levantando-se entre finais do século XVII e os inícios do século XVIII um complexo fortificado com quase 1000 m de comprimento e 400 m de largura.
Composta por dois núcleos principais interligados, a Coroada e a Magistral (ou Vila Velha), a fortaleza moderna de Valença, cujo projeto original nunca foi executado na totalidade, possui 12 baluartes e 4 revelins, formando um conjunto cuja dimensão e características arquitetónicas são bem a expressão da importância da fortaleza de Valença, que era a cabeça da defesa moderna do Norte de Portugal, ordenando todo o sistema defensivo fronteiriço da linha do rio Minho.
Desativada como estrutura militar em 1910 e classificada como Monumento Nacional em 1928, a praça-forte de Valença veio a ser objeto, nas décadas seguintes do século XX, de continuadas intervenções da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que realizaram inúmeras obras de conservação, restauro e requalificação (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3527).
Na Magistral (ou Vila Velha) como na Coroada, a expressão arqueológica destas intervenções traduziu-se no registo dos vestígios arqueológicos correspondentes às edificações demolidas no contexto dos programas de requalificação, que de acordo com as perspetivas da época buscavam o 'desafogo da fortificação'.

3.4. Conclusões

Os resultados proporcionados pelo conjunto de trabalhos arqueológicos de escavação, sondagens e acompanhamento das obras até esta data realizados em Valença, permitem tirar dois tipos de conclusões. Uma de caráter metodológico e outra de caráter científico.
Em relação à metodologia utilizada, a primeira conclusão é a de que esta se revelou plenamente adequada para responder às condicionantes estabelecidas, pois tanto possibilitou efetuar um diagnóstico prévio à execução das obras, com base no qual se minimizaram ou anularam os poucos impactes negativos identificados, como assegurou o registo gráfico e fotográfico de todos e quaisquer vestígios com interesse arqueológico, documentando-se simultaneamente toda a pré-existência e alterações que sofreu com as obras. Consequentemente possibilitou o desenvolvimento futuro dos estudos arqueológicos sobre Valença, suportando o desenvolvimento de um verdadeiro programa de arqueologia urbana.
Em relação aos resultados científicos, os dados arqueológicos obtidos permitiram estabelecer a sequência completa da evolução da ocupação do local e caraterizar detalhadamente as soluções construtivas correlacionadas. Sendo certo que ainda há muito que estudar, a partir dos registos das escavações realizadas, torna-se evidente que o avanço de conhecimento conseguido só foi possível pelo enquadramento científico da intervenção, que promove o estudo de todos os períodos históricos representados no registo arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

ARMAS, Duarte de (1997) – *Livro das Fortalezas* [fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo], introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed., Lisboa: A.N.T.T. e Edições Inapa, *fl.112*.

FONTES, Luís (2002) – Arqueologia Medieval Portuguesa. In *Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. "Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal" (25 a 27 Maio 2000)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Arqueologia & História; 54), pp. 221-238.

FONTES, Luís, ANDRADE, Francisco, MACHADO, André e PEREIRA, Belisa (2012) – Fortaleza de Valença. Projeto de requalificação urbana do centro histórico de Valença. Trabalhos arqueológicos. Sondagens preliminares na "Cadeia Velha". *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*. Braga. 28. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16009

LOBO, Francisco (2000) – Um olhar militar sobre Valença. *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.41-47.

MARTINS, Manuela e RIBEIRO, Maria (2009/2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*. Braga. 44-45, pp.149-177.

RODRÍGUEZ TEMIÑO, I. (2004) – *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Editorial Ariel.

SOROMENHO, Miguel (2000) – A fortificação moderna. 1659-1737. *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.19-23.

VALLA, Margarida (2000) – A estrutura urbana: da "*Bastide*" do século XIII à "*Praça Forte*" seiscentista, *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.25-31. URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3527.

Figura 1 – Ortofotomapa de Valença com localização das intervenções arqueológicas (assinaladas a cor vermelha).

Figura 2 – Da esquerda para a direita: Pormenor de ruínas modernas e contemporâneas no Baluarte de Santo António; Pormenor do poço do Campo de Marte; Pormenor da solução construtiva da cortina setentrional da Coroada.

Figura 3 – Da esquerda para a direita: Pormenor de escadaria do povoado fortificado romanizado, sob a muralha medieval na Porta do Açougue; Perspetiva de ruínas modernas e contemporâneas no Largo do Governo Militar; Pormenor de cunhal tardomedieval na Travessa do Eirado.

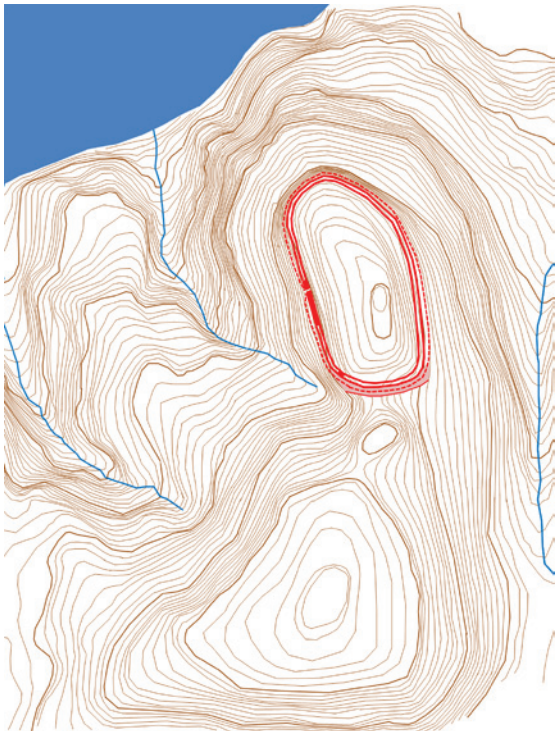


Figura 4 – 'Valença' nos séculos I-IV.

Figura 5 – Valença nos séculos XIII-XV.

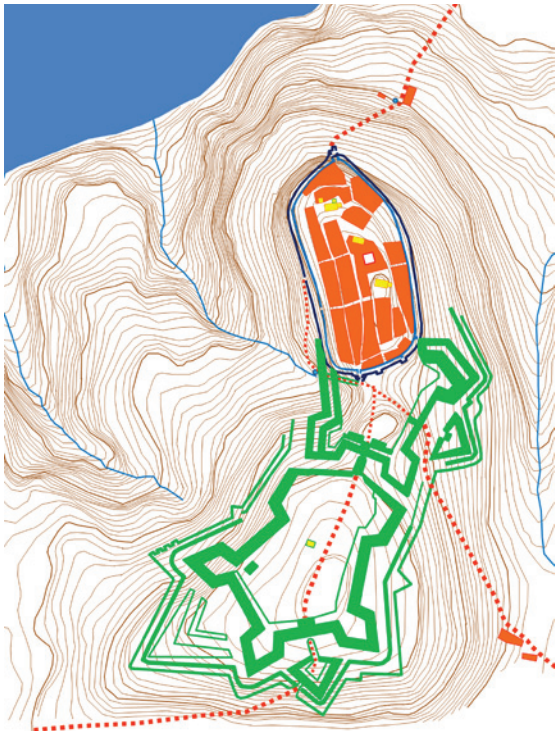


Figura 6 – Valença no século XVII.

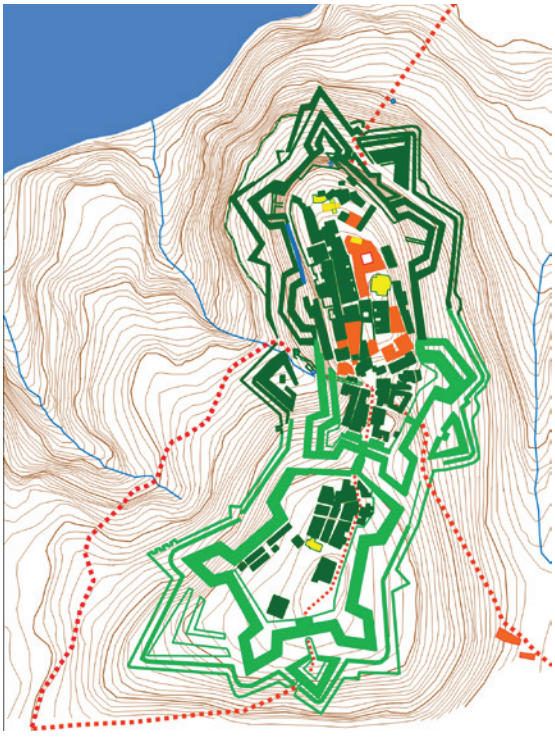


Figura 7 – Valença no século XVIII.

A ARQUEOLOGIA URBANA EM LISBOA: ANÁLISE DA ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA ENTRE 2006 E 2011 E DIVULGAÇÃO PATRIMONIAL

João Araújo / FL/UL / araujo.jng@gmail.com
Bernardo Cardoso / FL/UL / bernardo.agc1990@gmail.com
Inês Castelo / FL/UL / inesfrcastelo@gmail.com
Giovanni Muccioli / FL/UL / giovannimuccioli@libero.it
Helena Reis / FL/UL / hreis@campus.ul.pt
Sara Ruela / FL/UL / srgarridos@gmail.com

RESUMO

Com base em pesquisa arquivística, tentou-se fazer um enquadramento da realidade arqueológica da cidade de Lisboa, complementando este diagnóstico com a realização de inquéritos, a partir dos quais se pretendeu aferir o nível de fruição, por parte do público geral, das infraestruturas patrimoniais da cidade.

ABSTRACT

Based on archivistic research we attempted to get a framework of the archaeological reality in Lisbon, complementing this diagnosis with surveys intended to measure the level of enjoyment, by the general public, of the city's archaeological heritage.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem origem num trabalho realizado no Seminário de Arqueologia das Cidades (Mestrado em Arqueologia da FLUL), onde nos foi proposta a análise das práticas arqueológicas de carácter urbano na cidade de Lisboa.

Como ponto de partida tivemos o importante trabalho de Jacinta Bugalhão (2007), *Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança*, que sintetizou e explorou os dados respeitantes às intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa até ao ano 2005.

Esta análise de dados sobre a Arqueologia urbana praticada em Lisboa foi completada com um conjunto de inquéritos efectuados a visitantes de alguns dos mais importantes sítios arqueológicos e museus da cidade. O objectivo desta última parte prende-se com a necessidade de aferir o impacte da Arqueologia na população, nacional e visitantes estrangeiros, e averiguar em que medida é que esta contribui para a imagem de Lisboa como cidade histórica.

A ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA

Em termos metodológicos deve referir-se que a síntese dos dados que se apresenta infra só foi possível através da análise de todos os pedidos de autorização entregues à tutela entre 2006 e 2011. A informação relativa ao tipo de financiamento foi obtida através da identificação da entidade promotora e da consulta dos relatórios, tendo sido considerado Público os projectos de Água e Saneamento, Privado os projectos relacionados com o Metropolitano, o Gás, Telecomunicações e Electricidade, e Público/Privados os projectos de Electricidade em áreas de domínio público. A pesquisa das publicações relativas a esta temática foi realizada nos índices das principais publicações periódicas do género, restringindo-se apenas às publicações referentes a intervenções arqueológicas realizadas entre 2006 e 2011.

A análise dos dados relativos ao tipo de trabalho revela uma clara predominância de acompanhamentos arqueológicos, que apresentam um assi-

nalável aumento a partir de 2001, face às acções de escavação, dominantes até este ano. O número de acompanhamentos arqueológicos é o tipo de trabalho predominante e atinge um pico no ano de 2007, revelando uma queda a partir do ano de 2008. Os dados até 2007 seguem a linha de crescimento já revelada por Jacinta Bugalhão (2007). As alterações na linha evolutiva do número de acompanhamentos arqueológicos, a partir de 2008, poderão estar relacionada com a crise do sector da construção, consequência da crise económico-financeira que se abateu sobre o país. Seguem-se, por ordem de importância, os trabalhos de sondagem e escavação, revelando uma maior estabilidade percentual ao longo do período de tempo analisado. A representatividade das acções de levantamento, salvamento e prospecção é muito baixa relativamente aos trabalhos acima mencionados (Gráficos 1 e 2).

Os tipos de projecto que dominaram o panorama arqueológico neste período, revelaram uma grande afinidade com as acções de restruturação e reabilitação urbanas. Como tal, o tipo de projecto com maior relevância foi o de infraestruturas do subsolo, que apresenta um crescimento significativo a partir de 2002, seguindo-se as acções de reabilitação de prédios e espaços públicos. Os projectos de estudo e valorização de monumentos e/ou áreas de interesse histórico/arqueológico revelam uma baixa frequência (Gráfico 3).

Quanto ao tipo de financiamento, este revelou-se maioritariamente privado, mantendo-se relativamente estável no período analisado (Gráfico 4).

A maioria dos responsáveis pelas escavações arqueológicas na cidade de Lisboa enquadra-se, profissionalmente, em empresas de arqueologia. Seguem-se os responsáveis com enquadramento profissional de carácter individual e finalmente os profissionais que integram o sector público (administração local e central).

O absoluto domínio das equipas de profissionais de enquadramento privado não é uma característica específica de Lisboa, mas sim um padrão verificável em todo o país, e que se explica pelo crescimento exponencial do número e actividade destas empresas na última década. Este crescimento encontra-se fortemente ligado ao sector da construção civil, sendo de destacar o importante peso que as obras públicas representaram, neste domínio, nos últimos anos. Apesar disso, nota-se uma tendência decrescente nos últimos anos analisados no que respeita à expressividade do sector privado nas intervenções de Lisboa, que se explicará, facilmente, com o decréscimo do número de obras.

Os responsáveis pelas intervenções enquadráveis no sector público estão, na sua maioria, vinculados ao Museu da Cidade e, ao contrário dos do sector privado, encontravam-se integrados em projectos de investigação e valorização patrimonial, tais como o da «Cerca Velha» e do «Teatro Romano». A pouca flutuação dos responsáveis públicos está directamente ligada à natureza dos projectos de carácter científico e cultural, na sua maioria, plurianuais e, portanto, menos susceptíveis às flutuações económico-financeiras. As escassas intervenções que ficaram sob a responsabilidade de arqueólogos da Administração Pública realizaram-se em locais como o Palácio Nacional da Ajuda, o Castelo de São Jorge, o Convento e Igreja do Carmo e o Largo de Chafariz de Dentro. De destacar a existência de um único PNTA, dentro deste conjunto de intervenções: "PNTA 2004/2007 Mosteiro de São Vicente de Fora" (Gráfico 5). Quanto aos resultados relacionados com as recentes intervenções arqueológicas na área urbana de Lisboa, deve-se assinalar a existência de várias publicações em actas de congressos científicos, nacionais e internacionais. Deve-se, ainda, referir a publicação em revistas da especialidade de dados apresentados em várias teses de mestrado, defendidas na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa (Gráfico 6).

A ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO

Para este ponto do trabalho, a solução encontrada consistiu na construção de um questionário simples, feitos a visitantes de sítios arqueológicos, musealizados ou não, e de museus com colecções arqueológicas: Castelo de S. Jorge, Sé de Lisboa, Teatro Romano, Museu da Cidade e Museu Nacional de Arqueologia. Resolveu-se incluir, ainda, um conjunto de inquéritos realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Considerou-se pertinente incluir este último local, dado o interesse em inquirir um público universitário, que frequenta uma faculdade de Letras e Humanidades, onde existe o curso de Arqueologia desde o primeiro ao terceiro ciclo (segundo o modelo de Bolonha) (Gráficos 7 e 8).

Neste questionário foram contemplados vários aspectos, não só directamente relacionados com os inquiridos (sexo, idade, escolaridade, nacionalida-

de), mas também relacionados com aspectos específicos dos locais onde foram preenchidos esses mesmos inquéritos (sinalização, informação disponível, preçário, onde obteve conhecimento do sítio, etc…). Foram ainda realizadas questões de carácter cultural, em que se averiguou o conhecimento histórico dos visitantes sobre o passado da cidade e que permitiram, numa fase mais avançada, retirar algumas conclusões gerais sobre a gestão e práticas arqueológicas em Lisboa (Gráfico 9).

A análise estatística aos inquéritos foi feita a dois níveis[1]: um primeiro, onde foi abordado cada sítio em particular, e um segundo, mais geral, onde foi contemplada toda a amostra.

Da análise dos dados recolhidos emerge um quadro da tutela e da valorização da realidade arqueológica urbana de Lisboa ainda não suficientemente maduro, ao qual se contrapõe um forte desejo social de máxima fruição dos bens patrimoniais da cidade. Há um claro interesse dos turistas e dos próprios habitantes da cidade em Arqueologia, acompanhado, paradoxalmente, de um total desconhecimento da existência da mesma, sendo claros os exemplos do Castelo de São Jorge e da Sé de Lisboa, onde todos os visitantes inquiridos à saída admitiram desconhecer a existência de um Núcleo Arqueológico no seu interior. Um exemplo paradigmático, e preocupante, é o do Museu Nacional de Arqueologia, que apesar da qualidade da informação exposta no seu interior, apresenta deficiências ao nível da sinalização e informação sobre o mesmo, que poderia ser aproveitada pela localização privilegiada no Mosteiro dos Jerónimos.

Apesar de a Arqueologia ter vindo a desenvolver alguns espaços musealizados de qualidade, e do interesse, efectivo, do Público, regista-se um défice assinalável nas ferramentas de divulgação, tais como a Internet e os espaços de divulgação turística.

CONCLUSÃO

No âmbito desta investigação, tentou-se delinear um quadro geral das características, potencialidades e fragilidades da realidade arqueológicas de Lisboa. Valendo-nos de uma abordagem conjunta e bifocal, nas vertentes da prática arqueológica e da sua divulgação patrimonial, conseguiu-se enquadrar, por um lado, a evolução da prática arqueológica nos últimos seis anos e por outro sublinhar, com esta última, a forma como estes trabalhos se relacionam com o público. A prática arqueológica urbana aumentou, no seguimento da evolução geral já delineada por Bugalhão (*Op. Cit.*). Esta realidade conferiu um movimento oscilante como verificámos ao longo do texto, ao sabor das políticas de restruturação urbana de Lisboa, materializando-se, especificamente, nos acompanhamentos obrigatórios na zona histórica em contexto de reabilitação urbana.

Através do contacto com o público foi possível destacar que existe um desejo de conhecimento que só parcialmente se vê satisfeito através das actuais infraestruturas e estratégias turísticas criadas pelas entidades gestoras do património cultural.

Existem ainda muitos melhoramentos a realizar; correlacionar todo o património arqueológico de Lisboa numa trama mais organizada e acessível ao público é, seguramente, um grande desafio mas, simultaneamente, uma oportunidade que pode gerar um incontestável benefício para toda a cidade e para a Arqueologia em geral.

1. Apresentam-se neste artigo apenas os gráficos com dados mais relevantes.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Prof.ª Doutora Ana Margarida Arruda a coordenação deste trabalho. Agradece-se também à Dr.ª Filipa Bragança a disponibilização dos dados relativos à actividade arqueológica, a partir dos quais pudemos realizar este estudo. Por último, agradece-se à Dr.ª Jacinta Bugalhão, sem a qual realização da última fase deste trabalho não teria sido possível, o esclarecimento de algumas dúvidas relativas às intervenções arqueológicas e a cedência dos dados desde o ano de 1995 a 2005 que aqui apresentamos.

BIBLIOGRAFIA

BUGALHÃO, J. (2007) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança, *ERA – Arqueologia*, 8, Lisboa, p. 218-230.

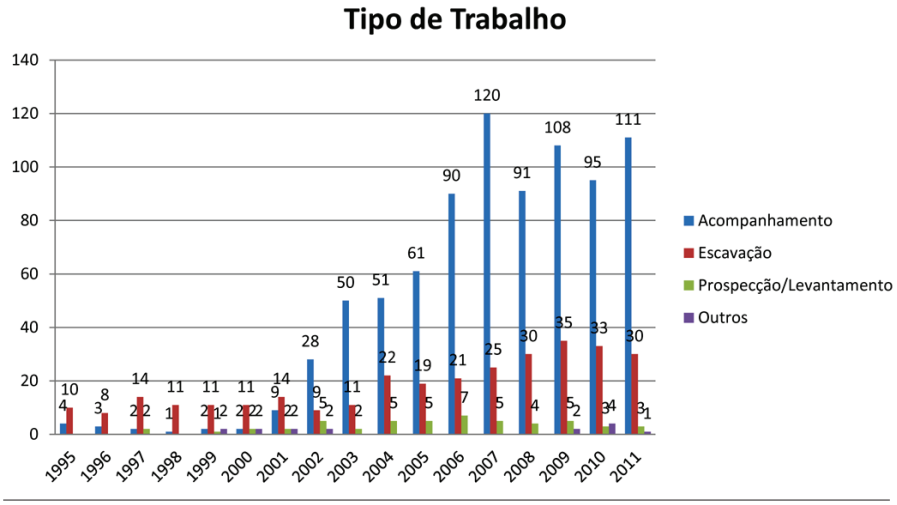


Gráfico 1 – Tipo de trabalho arqueológico.

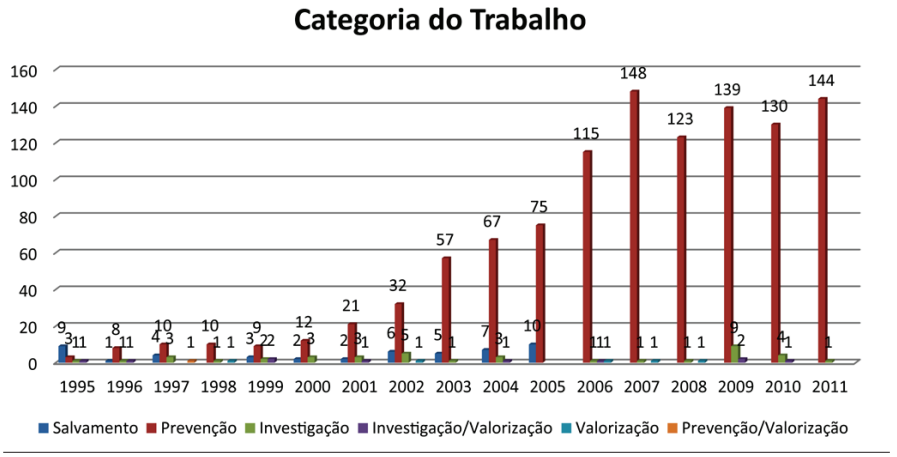


Gráfico 2 – Categorias dos Trabalhos Arqueológicos.

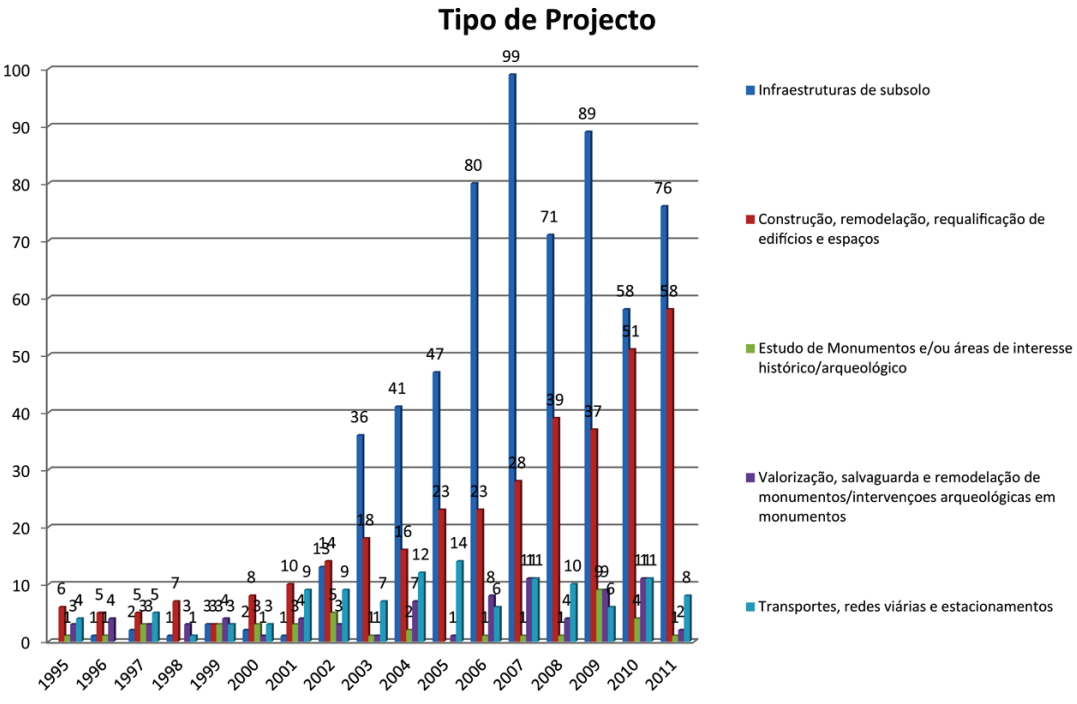


Gráfico 3 – Tipo de Projecto arqueológico.

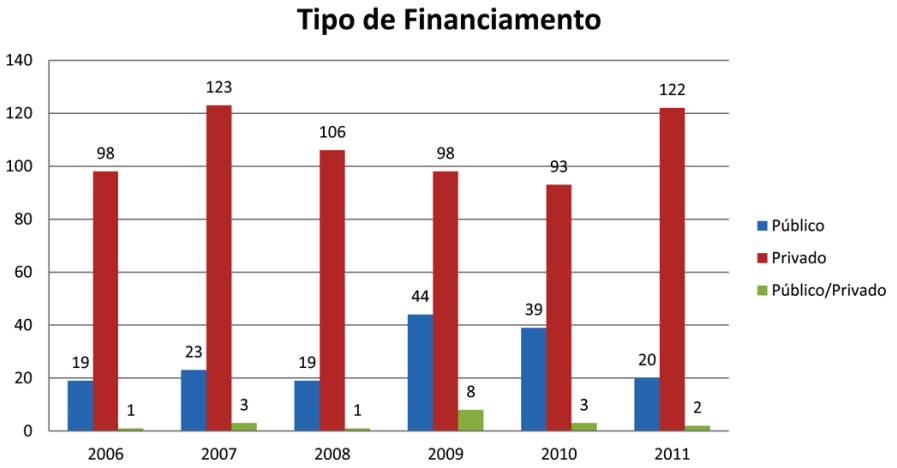


Gráfico 4 – Tipo de financiamento das intervenções arqueológicas realizadas em Lisboa de 2006 a 2011.

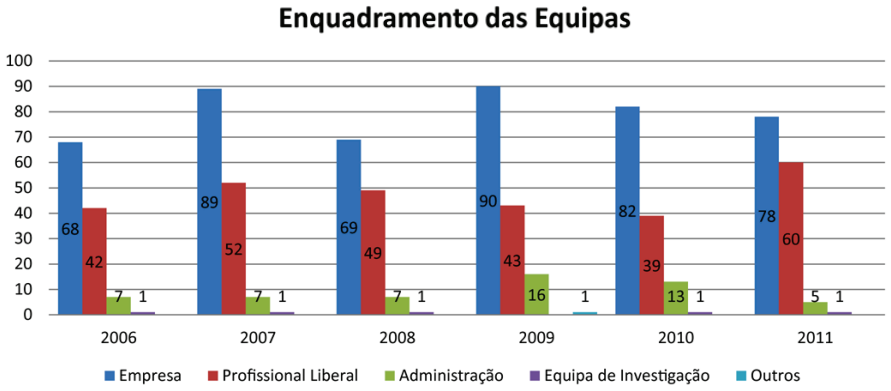


Gráfico 5 – Enquadramento das Equipas.

Gráfico 6 – Número de publicações referentes às intervenções arqueológicas efectuados em Lisboa.

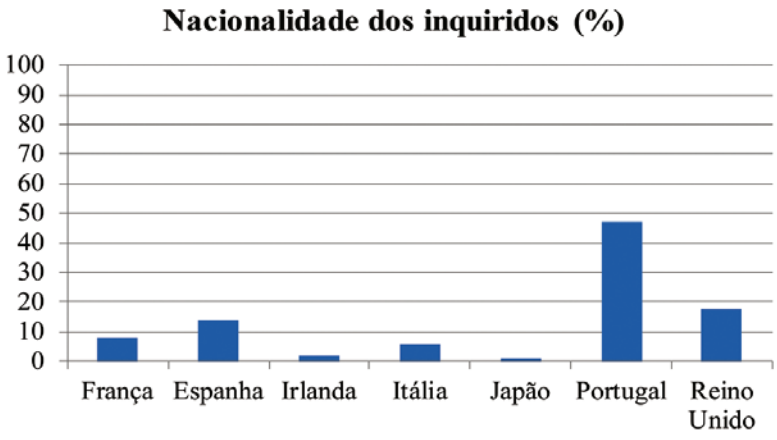


Gráfico 7 – Nacionalides dos inquiridos.

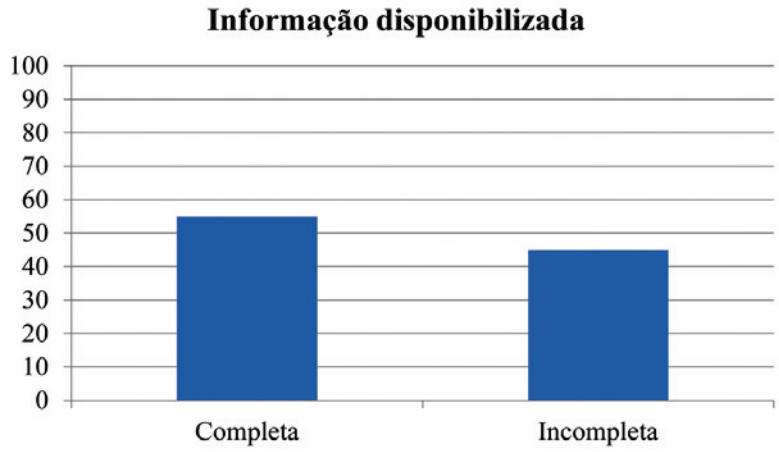


Gráfico 8 – Opinião sobre a informação disponibilizada em cada sítio.

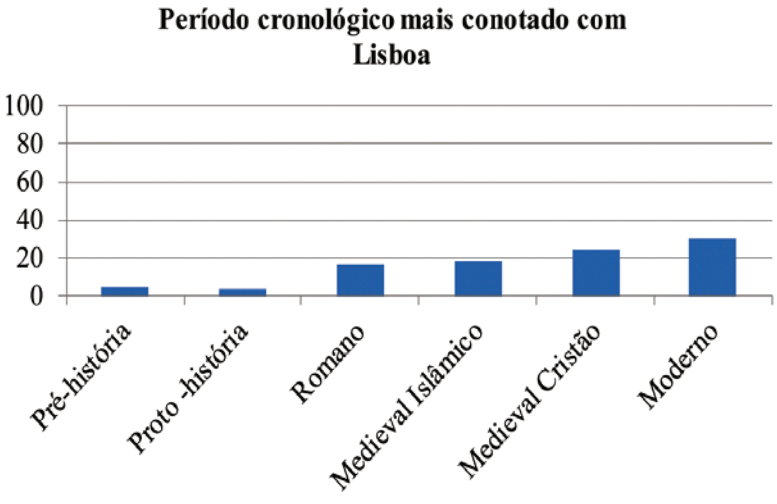


Gráfico 9 – Opinião dos visitantes sobre período da cidade com maior relevância.

ESTRADAS DE PORTUGAL, SA – RETROSPETIVA DE 18 ANOS DE ATIVIDADE ARQUEOLÓGICA (1995-2013)

Carlos Alberto do Rosário Ramos / Gabinete de Ambiente da EP – Estradas de Portugal, SA / carlos.ramos@estradas.pt

RESUMO

Propomo-nos sistematizar 18 anos de atividade arqueológica no âmbito de um setor que, por inerência, se reveste de caraterísticas potencialmente gravosas para a preservação do património arqueológico.

Será apresentada a forma como a Estradas de Portugal, e entidades que a antecederam, se organizaram para lidar com uma realidade que era nova e que adveio da introdução na legislação nacional de normativos comunitários, que impunham a obrigatoriedade dos grande empreendimentos públicos e privados serem submetidos a processos de Avaliação Ambiental. Serão apresentadas as medidas adotadas para então se compatibilizar a atividade construtora com a preservação dos vestígios do passado, as adversidades encontradas, o relacionamento com os diversos organismos da tutela e a evolução da atitude dos arqueólogos inseridos em processos tendentes à construção de infraestruturas rodoviárias.

ABSTRACT

We present a systematization of 18 years of archaeological activity on an industrial activity witch characteristics are potentially harmful for the preservation of the archaeological heritage.

We will show how "Estradas de Portugal" have organized a way to deal with a new reality introduced by European Community Directive and transposed to National Law trough the Diploma that regulates Environmental Assessment Procedures. The imposition of new rules, either to public or private sector was adopted to ensure the construction activity would contribute to the preservation of the traces of the past. Two perspectives will be analyzed, ones is the adversity associated to the relationship between various public agents and the other the evolution of the attitude of archaeologists involved in the processes of construction of road infrastructure.

NOTA PRELIMINAR

Os diversos aspetos que no presente texto serão abordados reportam-se a 18 anos de atividade arqueológica exercida no âmbito do designado setor rodoviário nacional, sendo por isso transversal a diversas entidades, genericamente designadas de "promotor" que geriram e implementaram os diversos Planos Rodoviários Nacionais, como é o caso, entre outras de efémera duração, da Junta Autónoma de Estradas (1927/1999), do Instituto das Estradas de Portugal (1999/2007) e da Estradas de Portugal (2007/até à atualidade – enquanto E.P.E. e S.A.).

A GÉNESE

O crescimento económico português verificado entre 1850 e 1913 levou à construção de cerca de 15.000 km de estradas, na altura ainda sob a égide da *"Administração Geral das Estradas e Turismo"*.

No entanto, é com a Junta Autónoma de Estradas que se registam as primeiras preocupações no estabelecimento de normativos técnicos, tendentes à uniformização e ao estabelecimento de padrões de qualidade construtivos, o que se verifica em dois momentos: O primeiro em 1929, quando integra a "*Direcção Geral de Estradas"*, assumindo assim a inteira responsabilidade sobre todas as matérias relacionadas com a "estrada"; e o segundo, a partir de 1932, ano em que é criado o *Ministério da Obras*

Pública e Comunicações, que teve como ministro o engenheiro Duarte Pacheco, o qual, logo após tomar posse, incube a JAE de promover a reconstrução de cerca de 4.000 quilómetros de estradas e de construir mais de 1.000 quilómetros de novas estradas, com critérios de modernidade, sendo então estabelecida a classificação de estrada nacional, municipal e vicinal, sendo as estradas integradas nas duas primeiras categorias as primeiras a utilizar macadame em Portugal. A segurança também é incrementada, sendo as curvas balizadas e as distâncias devidamente demarcadas. Foi igualmente no período da década de 30/40 do século XX que se deu especial atenção à sinalética, a qual foi integralmente redesenhada e construída e implantada em materiais como o mármore e o betão. Surgem as primeiras preocupações com os utentes das vias, sendo construídas e reparadas várias estruturas de apoio, como é o caso de parques de merendas, fontanários, abrigos, miradouros. Surgem igualmente as primeiras preocupação "ambientais", nesta primeira fase estritamente associadas com a plantação de arvoredo nas bermas das estradas, de modo a fornecer sombra ao automobilista. As responsabilidades ambientais no setor rodoviário são incrementadas quando em 1987, por força da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE). Assim, resultante da adoção de uma diretiva comunitária, em 1987 entrou em vigor a designada Lei de Bases do Ambiente (lei n.º 11/87 de 7 de abril de 1987). De forma a dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, a ex. JAE integrou na sua Direção de Serviços de Construção vários Arquitetos Paisagistas e começou a delinear o embrião do que seria a Divisão de Ambiente, a qual viria a ser criada oficialmente através do Decreto-Lei n.º 395/91 de 16 de outubro de 1991. Deste modo, para além para além dos já referidos Arq.os Paisagistas, a referida Divisão de Ambiente veio a ser apetrechada por elementos de diversos ramos do saber, como é o caso, dos Eng.os de Ambiente, Florestais, Agrónomos e Civis, Arqueólogos, Biólogos, Sociólogos e Antropólogos. Esta Divisão de Ambiente veio e ser oficialmente encarregada de *"Promover, coordenar ou acompanhar os estudos de impacte ambiental legalmente exigidos (...). Assegurar a aquisição ou actualização de conhecimentos e técnicas destinados a promover a harmonização das infra-estruturas rodoviárias com o ambiente em que se insiram, (...) Colaborar na definição de programas de formação e na difusão de informação científica e técnica relacionada com a preservação do ambiente (...). Colaborar na definição de condições técnicas relacionadas com a protecção do ambiente a incluir nos cadernos de encargos dos concursos de obras e (...). Elaborar ou coordenar estudos de paisagismo rodoviário, assim como prestar assistência técnica e emitir informações ou pareceres na área da protecção do ambiente a outros serviços da Junta Autónoma de Estradas."*, competências que se mantêm no atual Gabinete de Ambiente, ainda que com as necessárias adaptações e com o incremento de algumas outras aptidões, uma vez que é uma estrutura transversal a toda a atividade da atual Estradas de Portugal.

A ATIVIDADE EXERCIDA E A EXPERIÊNCIA ACUMULADA

Fruto do grande dinamismo existente no setor das obras públicas, nomeadamente rodoviárias, existente nos anos 90 do século XX em Portugal, tornou-se imperioso o estabelecimento de normativos que possibilitassem uma correta execução dos estudos arqueológicos promovidos pela ex. JAE em duas áreas fundamentais; a de estudo e a de acompanhamento de obra.

Importa aqui referir que á data a que aludimos anteriormente a experiência detida em Portugal na matéria relativa a trabalhos/estudos arqueológicos integrados em processos de minimização de impactes em virtude da implementação de grandes empreendimentos era praticamente inexistente, reportando-se, grosso modo; aos estudos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do levantamento da arte rupestre do vale do rio Tejo, realizado entre 1972-1978, aquando da construção da Barragem do Fratel; aos estudos de prospeção e escavação arqueológica realizados fundamentalmente entre 1972 e 1977 (apesar de terem continuidade até 1987), no âmbito da construção do porto de águas profundas de Sines e estruturas industriais (petroquímicas) associadas; e, posteriormente, aos trabalhos arqueológicos efetuados entre 1990 e 1994 pelo Gabinete de Estudos de Impacte Arqueológico do ex. *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico*, no âmbito da preservação de sítios arqueológicos localizados em áreas a florestar com espécies de crescimento rápido pelas empresas Celbi, Portucel e Soporcel.

Tornou-se assim imperativo da ex. JAE a adoção e transposição para os Cadernos de Encargos (CE), de

metodologias e dispositivos de controle que, sem colidirem com os normativos legalmente existentes, possibilitassem a elaboração dos estudos arqueológicos sem porem em causa, se não fosse disso o caso, o processo de AIA e as obras subsquentes, bem como os respetivos prazos e custos estimados.

Por ser pioneira nesta matéria os procedimentos adotados não foram isentos de críticas e de resistências, quer de arqueólogos, quer da tutela, motivadas, entre outros aspetos, pelo enquadramento legal que definia um relacionamento direto entre o responsável científico de um estudo arqueológico e a entidade da tutela, situação que deixava o promotor do projeto/empreendimento completamente de fora do processo. A situação era extremamente gravosa, não só porque se registava um constante incumprimento dos prazos de execução estabelecidos por parte dos arqueólogos, mas também porque as estruturas dos relatórios não abordavam muitos dos aspetos definidos e necessários para o processo de AIA, situação que levava a constantes pedidos de aditamentos por parte das Comissões de Avaliação (CA), com as consequências daí resultantes.

Em termos sucintos, no respeitante aos **estudos arqueológicos englobados em procedimentos de AIA**, a conduta adotada passou pelo estabelecimento em CE das metodologias a implementar no trabalho de campo, as caraterísticas mínimas dos elementos das equipas, nomeadamente em termos das habilitações académicas, os aspetos que obrigatoriamente o relatório arqueológico teria de abordar e avaliar e as peças desenhadas que teria de incluir, pormenorizando-se inclusivamente, as escalas de apresentação dos diversos elementos. Para que tudo ficasse registado no respetivo processo, foi também definido que as equipas de arqueologia e os planos de trabalhos seriam previamente validadas pelo promotor e só depois submetidos pelos arqueólogos a parecer da tutela.

Nos primeiros anos da década de 90 do século XX os CE foram validados pelo *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico* e, posteriormente, no final dessa mesma década, pelo Instituto Português de Arqueologia, tendo igualmente sido estabelecido um acordo de atuação, nunca protocolado mas mantido até à atualidade, em que a tutela passou a notificar, simultaneamente, o arqueólogo e o promotor das autorizações de realização de trabalhos arqueológicos e dos pareceres emitidos aos relatórios arqueológicos, conduta que quase de imediato foi adotada relativamente a todos os promotores de obras públicas e privadas.

Já no que concerne à realização de **estudos arqueológicos em contexto de obra** a atuação, mais complexa, e foi também objeto de análise conjunta com a tutela do setor. Assim, procedeu-se à inclusão em CE, e consequentemente no planeamento da própria empreitada, de todas as atividades relacionadas com o património cultural que tivessem sido definidas em fase de AIA e que pudessem ser medidas e orçamentadas. Deste modo, a execução destas atividades eram da responsabilidade do empreiteiro, que as subcontratava a arqueólogos e/ou empresas de arqueologia, que despontavam nos anos 90 do século XX. Á data definiu-se que o **acompanhamento arqueológico** duraria enquanto se registassem trabalhos que interferissem com o subsolo, destacando-se as atividades de abertura de acessos às frentes de obra, desmatação, decapagem e escavação. Deveria ainda incidir sobre a área do estaleiro e sobre as zonas de empréstimo e depósito de terras, quando existentes. Os relatórios de progresso mensais e o relatório final, originados pela atividade eram objeto de aprovação da tutela, sendo-lhes remetidos através do promotor, garantindo-se assim a inclusão deste no processo. A atividade era inicialmente paga através de um valor global (vg), após emissão da aprovação emitida pela tutela, situação que rapidamente evoluiu para uma unidade (un), tendo por referência um mês (22 dias), pois efetivamente verificou-se que numa construção de raiz as atividades da empreitada que careciam de acompanhamento arqueológico geralmente não ultrapassavam 1/3 do prazo total da empreitada.

Constatando-se com frequência que muitas das medidas minimizadoras que integravam os estudos submetidos a processo de AIA não tinham aplicabilidade na obra ou que a sua implementação carecia de adaptações, nos primeiros anos do século XXI foi tomada a decisão do acompanhamento arqueológico ter início com a elaboração do designado Relatório de Caraterização da Situação de Referência Atual (RCSR), o qual teve por objetivo inicial verificar a correta adequação dos estudos que antecederam a empreitada e verificar a necessidade de implementar medidas minimizadoras adicionais às constantes desses mesmos estudos, bem como de analisar a correta instrução e a exequibilidade dessas mesmas medidas minimizadoras. Na atual Estradas

de Portugal, uma vez que as empreitadas em curso são de pequena dimensão e ocupam áreas muito restritas, não sendo por isso objeto de processo de AIA nem de trabalhos prévios no âmbito do património cultural, o RCSR passou a ter o objetivo de analisar as áreas objeto da empreitada, viabilizar as áreas de estaleiro e de depósito e empréstimo de terras, quando existentes, e, por fim, definir a necessidade da empreitada ser objeto de acompanhamento arqueológico. Este relatório, para efeitos de contas, foi individualizado do acompanhamento arqueológico, sendo pago através de um valor global (vg), após emissão da aprovação emitida pela tutela.

No respeitante às **sondagens de diagnóstico e às escavações arqueológicas em área**, estas foram remetidas para a fase inicial da empreitada, sendo realizadas logo após a adjudicação ou, em última instância, após a consignação da empreitada, sendo competência do empreiteiro, no âmbito do seu planeamento, proceder à sua integração na empreitada, para que os prazos e custos das obras não fossem postos em causa. Estas atividades eram pagas através de uma unidade, correspondente a um determinado número de sondagens e/ou de áreas de escavação arqueológica em área, cuja dimensão constava no descritivo da rúbrica.

Por fim, a decisão que terá dado mais celeuma, nomeadamente no interior do promotor, terá ocorrido no âmbito da discussão relativa à vantagem de incluir no CE de obra um determinado número de áreas de escavação arqueológica sem localização definida. A questão levantou-se uma vez que situações houve em que o acompanhamento arqueológico da obra definiu a necessidade de se realizarem escavações arqueológicas que não estavam previamente programadas. Estas situações, para além dos custos dos trabalhos arqueológicos não previstos contratualmente, levavam sempre o empreiteiro a utilizar os estudos arqueológicos para justificar atrasos na empreitada e para requerer avultados custos compensatórios. No entanto, ultrapassadas as dúvidas sobre a legalidade da implementação do procedimento, a referida situação foi efetivamente ultrapassada com a inclusão em CE de um normativo que definia a possibilidade de se terem de realizar escavações arqueológicas em áreas a definir no âmbito do acompanhamento arqueológico da empreitada. Esta atividade, à semelhança das escavações arqueológicas programadas, se realizada, era também paga através de uma unidade, correspondente a um determinado número de áreas de escavação arqueológica, cuja dimensão constava no descritivo da rúbrica. No caso de não ser realizada era tido como um trabalho a menos, sendo por isso subtraído ao valor inicialmente contratualizado com o empreiteiro para a execução da empreitada.

Aspeto fulcral na preservação do património cultural, nomeadamente do arqueológico, prendeu-se com o facto do ex. Instituto das Estradas de Portugal (IEP), no início do século XXI ter criado a figura do Estudo de Impacte Patrimonial, aplicando-a a todos os projetos por si promovidos e que não se enquadravam em procedimento de AIA. Esta decisão, uma vez mais pioneira, significou que todos os projetos que foram desenvolvidos pelo ex. IEP, e entidades subsequentes do setor rodoviário, integraram estudos estritamente vocacionados para a preservação e proteção do património cultural, sendo que através deles foi possível adequar traçados, de forma a evitar ou minimizar interferências com elementos de interesse cultural e, em situações em que tal não era possível, foram a garantia que em fase de obra seriam implementadas as medidas minimizadoras tidas por necessárias, sendo estas definidas por arqueólogos e aprovadas pela tutela do sector.

ALGUNS CASOS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Concretizando a intervenção da Estradas de Portugal e entidades do setor rodoviário que a antecederam relativamente a bens culturais, são de seguida apresentados alguns exemplos dessa ação, reportando-se todos os casos à fase de obra.

Deste modo, as intervenções apresentadas inserem-se em projetos de construção e de beneficiação e incidem sobre bens culturais com e sem proteção legal.

Anta da Pera do Moço

EN 221 – Beneficiação entre Pinhel (Km 163+760) e Guarda Km (185+100)

Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 39 175, DG n.º 77, de 17-04-1953

O monumento megalítico, erguido em pleno neocalcolítico, localiza-se a cerca de 25m da berma da EN 221.

Sendo um importante monumento local, objeto de inúmeras visitas, o espaço apresentava um enquadramento museológico simples mas interessante,

encontrando-se delimitado, relativamente ao acesso de viaturas, e dispondo de um painel informativo. No entanto, o espaço de paragem para os visitantes era extremamente exíguo, não permitindo o estacionamento em condições de segurança aceitáveis, facto que se acentuava no caso de camionetas de transporte de passageiros (Figuras 1 e 2).

Assim, no decorrer da beneficiação da estrada em causa, foi equacionada a possibilidade de se proceder à execução de um espaço de paragem condigno e respeitando as regras de segurança, bem como de se proceder à colocação de sinalética rodoviária identificadora da aproximação ao monumento, de forma a possibilitar ao utente a tomada da decisão de parar em tempo útil.
De fácil conceção e baixos custos de execução, a presente intervenção assume uma grande importância ao potenciar a visita ao monumento em condições de segurança, constituindo-se por isso num fator de valorização da própria rodovia e da beneficiação efetuada.

Aqueduto das Águas Livres
IC 17 – CRIL – Sublanço Buraca / Pontinha
Monumento Nacional – Decreto n.º 5/2002, DR 42, 1ª série – B, de 19-02-2002
Apesar de se assumir como um projeto vital para o ordenamento do trânsito na cidade de Lisboa e áreas limítrofes, o sublanço Buraca/Pontinha teve várias versões e foi objeto de muitas discussões, sendo um dos principais motivos que a isso levou a reconhecida e inevitável interferência, na zona da Buraca, com o Aqueduto das Águas Livres, tido como um dos mais emblemáticos monumentos nacionais (Figura 3).

Na área do projeto, balizada entre o Pk 0+700 e o 0+800, o bem cultural em causa consiste num troço de galerias do Aqueduto das Águas Livres, associada a quatro respiradores. Nesta mesma área encontra-se o Aqueduto das Francesas, subsidiário das Águas Livres. A interligação entre ambos é efetuada no interior de um imóvel existente.
Em termos sucintos, a solução encontrada, passou pela criação de dois túneis. Um inferior, destinado ao tráfego rodoviário, outro superior, destinado unicamente a possibilitar a preservação dos bens culturais (Figura 4).

Desta forma, no túnel superior foi criada uma galeria, fixada a partir da laje de cobertura do mesmo, destinada unicamente a sustentar os aquedutos.
Neste âmbito, diversos foram os problemas que tiveram de ser resolvidos, muitos relacionados com infiltrações e escoamentos de águas, sendo que o mais problemático foi o método construtivo, uma vez que associado aos aquedutos está um imóvel onde os mesmos se interligam, cujo peso foi calculado como sendo equivalente ao de um Boing 747, ou seja, estamos a falar da suspensão de aproximadamente 166t.

IC 9 – Sub-Lanço Alburitel / Nó de Carregueiros
Fonte Quente II
Sem proteção legal
O povoado pré-histórico da Fonte Quente II foi um dos poucos arqueossítios de grandes dimensões detetado no decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, numa área de mato extremamente denso, o que poderá ter justificado a sua não deteção nos trabalhos de prospeção arqueológica que antecederam a obra.
Em termos práticos, foi demarcada uma área de aproximadamente 10.000m², onde se realizaram prospeções arqueológicas extremamente pormenorizadas, que levaram à identificação de 10 manchas de concentração de materiais arqueológicos.
Com base na análise efetuada, foi implementado um vasto programa de sondagens arqueológicas, que delimitou uma área de 600m² que foi integralmente escavada em termos arqueológicos, em simultâneo com o decorrer dos demais trabalhos da empreitada, sendo as estruturas detetadas compostas por *"(...) cabanas, lareiras, empedrados vários, alinhamentos, estruturas funcionais e duas muralhas monumentais."*
A monumentalidade das estruturas levou a que a Estradas de Portugal tomasse a decisão de alterar o projeto em obra, de forma a possibilitar a sua preservação.
O estudo arqueológico em causa foi provavelmente o maior realizado em contexto pré-histórico no território português. Decorreu durante vários meses, sendo demonstrativo de que a metodologia *"preventiva"* implementada pela Estradas de Portugal não está livre de percalços, uma vez que o património arqueológico reveste-se de uma grande *"invisibilidade"*, da qual o presente caso é exemplar, pois só perante a insistência na continuidade dos trabalhos

de escavação arqueológica é que se tornou possível detetar contextos arqueológicos preservados e proceder ao seu registo científico (Figuras 6 e 7).

A REALIDADE ATUAL E PERSPETIVAS FUTURAS

Considerando-se que o Plano Rodoviário Nacional está fortemente consolidado, o paradigma subjacente à atividade da Estradas de Portugal, enquanto entidade responsável por trabalhos potencialmente produtoras de impactes negativos sobre o património arqueológico, e consequentemente geradora de desenvolvimento nas atividades empresariais relacionadas com a implementação de medidas mitigadoras na área do património cultural, alterou-se fortemente. A atividade construtora deu origem a atividades, quase que exclusivamente, relacionadas com a beneficiação e manutenção das rodovias existentes, incluindo-se aqui as obras de arte.

Deste modo, entre 2000 e 2013 as principais atividades desenvolvidas pela Estradas de Portugal que implicaram trabalhos arqueológicos foram os Contratos de Conservação Corrente, cujas principais atividades centraram-se em repavimentações, reposição de sinalética horizontal e vertical e ceifas, e a beneficiação das obras de arte (pontes, viadutos, passagens hidráulicas e passagens superiores). Os trabalhos arqueológicos em causa estiveram relacionadas com a execução de RCSR e, pontualmente, com o acompanhamento arqueológico de trabalhos muito específicos e, geralmente, localizados em áreas de proteção de bens culturais.

Atendendo a que estas atividades abarcam a totalidade da rede rodoviária sobre jurisdição da Estradas de Portugal, houve a necessidade de desenvolver ferramentas e procedimentos que facilmente fornecessem indicação sobre eventuais interferências com património inventariado e classificado ou em vias de classificação.

Desta forma, foi desenvolvido, pelo Gabinete de Sistemas de Informação, o designado SIG Empresarial. Esta ferramenta, entre uma imensidão de dados, inclui os elementos constantes da base de dados da DGPC, os quais são frequentemente atualizados, possibilitando, de forma simples, uma análise preliminar das interferências que poderão ocorrer com os elementos integráveis com o património cultural. As referidas análises, em caso de necessidade, são posteriormente validadas por trabalhos arqueológicos complementares, uma vez que o posicionamento dos elementos culturais, nomeadamente arqueológicos, fornecidos pela DGPC, reportam-se a pontos centrais, carecendo por isso da definição da real área, e enfermam, em muitos casos, de erros de localização, que urgem corrigir, pois só assim se torna possível estabelecer os verdadeiros impactes que um determinado projeto pode exercer sobre elementos integráveis no património cultural.

Consciente da diversidade de elementos que podem integrar o património cultural, a Estradas de Portugal encontra-se a desenvolver um projeto através do qual a empresa está a transformar alguns troços do seu próprio património rodoviário, previamente selecionados, em bens culturais, promovendo a sua conservação com recurso a técnicas tradicionais e materiais de época e fomentando a sua integração na paisagem através de projetos de paisagismo específicos para o efeito, concebidos para usufruto dos utentes (Figura 8).

EM SÍNTESE

Sensível ao facto que o Património Cultural é um bem que a todos pertence, a Estradas de Portugal tem pautado a sua ação por uma atitude sobretudo preventiva, no sentido que, com a antecedência possível, tenta ter em sua posse os elementos que possibilitem a melhor adequação dos seus projetos aos bens culturais existentes na áreas limítrofes.

Da mesma forma, em articulação com a tutela do setor, tem procurado definir um enquadramento normativo que dignifique a atividade arqueológica e possibilite, no âmbito das empreitadas, a implementação das medidas minimizadoras necessárias à mitigação de impactes introduzidos em bens culturais por motivo da ação da Estradas de Portugal.

Figura 1 – Panorâmica da Anta da Pera do Moço.

Figura 2 – Aspeto final da zona de paragem, criada no lado contrário à localização do monumento.

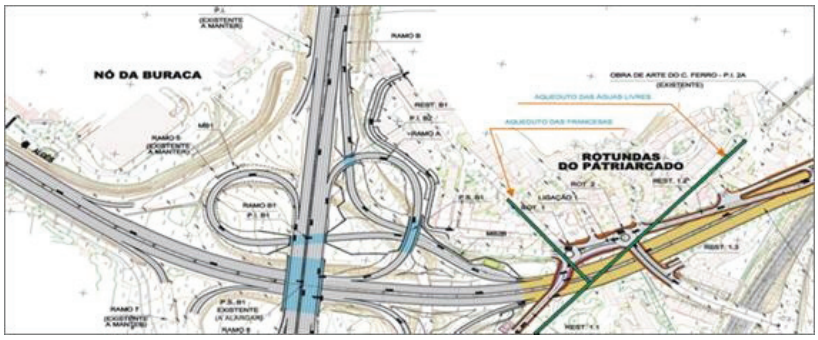


Figura 3 – Inserção do Aqueduto das Águas Livres e do Aqueduto das francesas no projeto da CRIL.

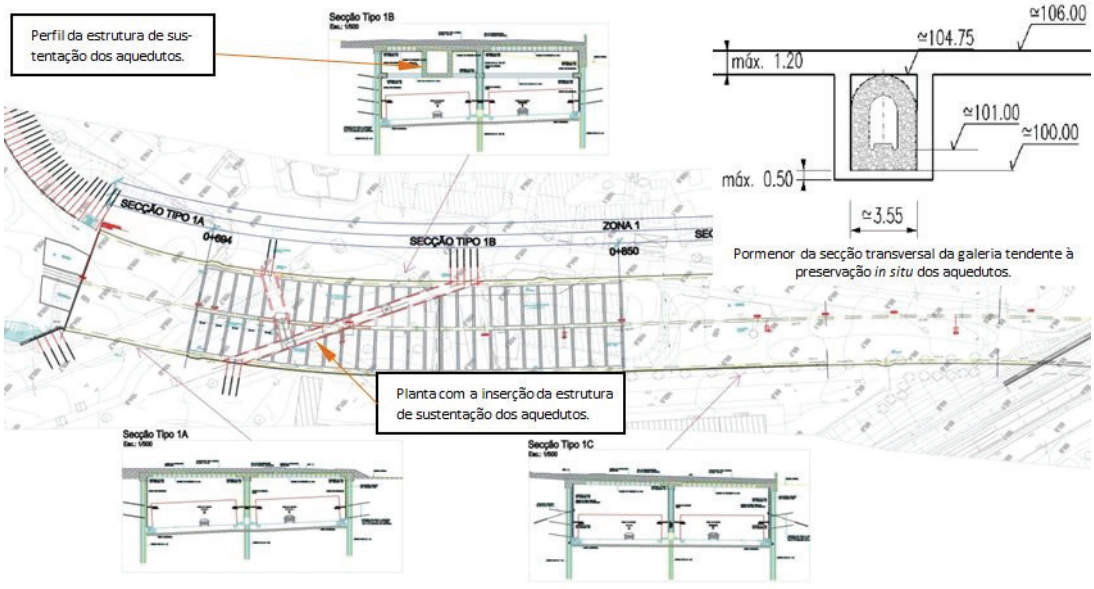


Figura 4 – Perfil da estrutura de sustentação dos aquedutos e sua inserção na planta de projeto.

Figura 5 – Ponte Romana de Vila Formosa na EN 369.

Figura 6 – Perspetiva do sítio arqueológico intervencionado em área.

Figura 7 – Pormenor de um dos troços de muralha detetada.

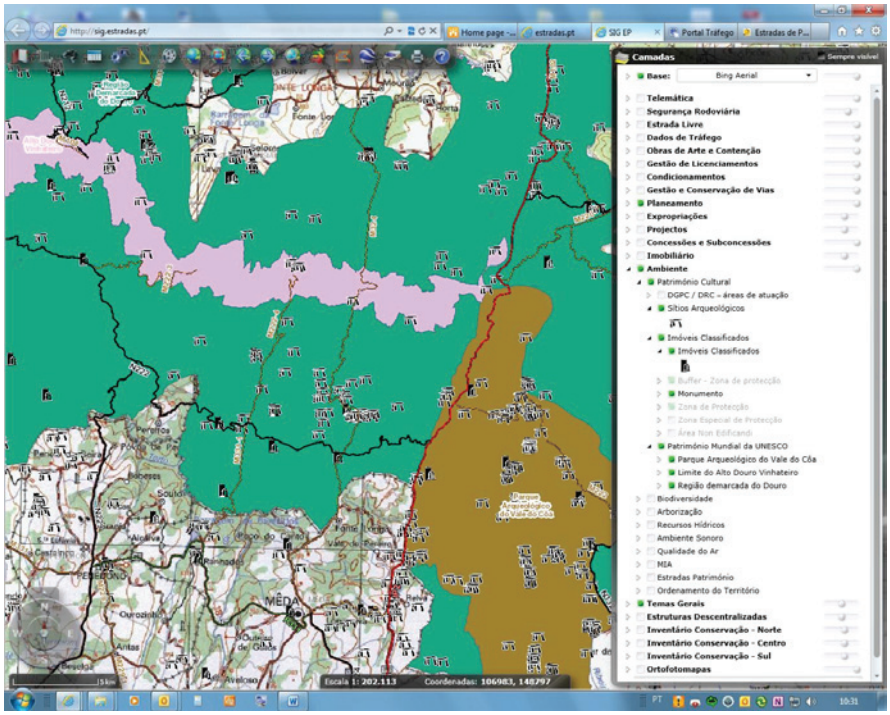


Figura 8 – Exemplificação dos dados referentes ao património cultural constantes do SIG Empresarial.

2

Estudo, gestão e valorização

O REGISTO ARQUEOLÓGICO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Gertrudes Branco / CHAIA/Uévora / gertrudes.branco@gmail.com

RESUMO

A prática arqueológica em território nacional conheceu nos últimos anos do séc. XX um importante desenvolvimento, que inverteu a polaridade das intervenções do campo da investigação científica, efetuada preferencialmente em meio académico, para o domínio das ações preventivas e de salvaguarda exercidas de forma liberal.
Muitas destas ações são potenciadas pelo cumprimento das exigências decorrentes da aplicação da legislação de avaliação de impacte ambiental, sejam prospeções arqueológicas efetuadas no âmbito da caracterização do património arquitetónico e arqueológico afeto a áreas de projeto, seja o acompanhamento arqueológico da sua execução, ou a realização de registos, sondagens ou escavações arqueológicas de minimização.
Face aos resultados obtidos para o Alentejo Central, compete-nos repensar os conceitos e as metodologias arqueológicas, otimizando-os em prole dos objetivos da denominada "*arqueologia preventiva e de salvaguarda*", garantindo a cientificidade e a utilidade futura dos resultados obtidos e dos registos efetuados.

ABSTRACT

The archaeological practice in Portugal experienced, in the last years of the twentieth Century, an important development which reversed the polarity of archaeological interventions, from the field of scientific research carried out preferably in universities, in to preventive research exercised liberally.
Many of the preventive research aim to fulfill the requirements from the environmental impact assessment, archaeological surveys are carried out as part of the characterization of the architectural and archaeological heritage affect in a project area.
Given the results obtained for the Alentejo Central, incumbent upon us to rethink the concepts and archaeological methodologies, optimizing them in function of the objetives of the so-called "*preventive archeology and safeguard*", ensuring the scientific and future usefulness of the results obtained.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E INSTITUCIONAL

A génese do procedimento de avaliação de impacte ambiental, assumida inicialmente pelos Estados Unidos da América através do *National Environmental Policy Act* (NEPA) permitiu, em finais dos anos sessenta do século passado, transpor a preocupação com a sustentabilidade da relação entre o homem e o meio natural da esfera dos movimentos ambientalistas para o domínio do bem comum, provendo, de forma institucionalizada, a avaliação sistemática das consequências ambientais implicadas na execução de determinados projetos.
Mercê da influência politica e do desenvolvimento económico, provido pelas agências federais norte americanas fora da sua área de jurisdição territorial, envolvidos numa conjuntura de crescente consciencialização ambiental, estimulada por organizações de credibilidade internacional como seja a Organização das Nações Unidas, a avaliação de impacte ambiental é atualmente adotada na maioria dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.
Portugal acompanhou as principais preocupações internacionais com as questões ambientais e, para além de se fazer representar na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* (Estocolmo, junho de 1972) na qual se compromete a adotar um conjunto de princípios ambientais significativos, entre os quais o princípio do de-

senvolvimento sustentável, consagra na primeira *Constituição da República Portuguesa* (1973), como princípio fundamental, o direito ao "*Ambiente e à qualidade de vida*" (art. 66º).

Esta predisposição da política nacional para as matérias ambientais sairá reforçada com a adesão à União Europeia (1986) onde se vê constrangida a observar aquelas que são as diretivas comunitárias nesta matéria. Entre estas, a *Diretiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de junho de 1985* permanece, ainda que com algumas alterações, como a principal referência europeia em matéria de avaliação de impacte ambiental.

Esta advoga a materialidade resultante da interação entre os seres humanos e a natureza como parte integrante do ambiente, tornando obrigatória a identificação, descrição e avaliação do impacte dos projetos sobre os "*bens materiais, incluindo o património arquitetónico e arqueológico*" (alínea 3, anexo III, *Diretiva 85/337/CEE do Conselho, de 7 de junho*). Esta conceção do património arquitetónico e arqueológico enquanto "*componentes ambientais humanas*" viria a revelar-se fundamental para a sua salvaguarda.

Os requisitos da legislação ambiental são acompanhados pelo desenvolvimento de legislação patrimonial específica, onde se inclui a *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (revista em 1992), a qual revela uma preocupação crescente com o impacte destrutivo das ações humanas. Esta defende como fundamental a participação dos arqueólogos na definição das políticas de planeamento e gestão territorial e ambiental, de forma a assegurar que os sítios arqueológicos e os respetivos contextos são considerados nas decisões tomadas, garantido o princípio da sua preservação e conservação *in situ*.

A *Diretiva* comunitária, em matéria de avaliação de impacte ambiental, será adotada pelo regime jurídico nacional através do *Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho*, decreto que viria a ser revogado pelo *Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio*, que se encontra atualmente em vigor, após as alterações e republicação efetuada pelo *Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro*.

A *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* (revista), aberta para assinatura em La Valetta (Malta), a 16 de janeiro de 1992 e ratificada por Decreto do Presidente da República (*n.º 74/97, de 16 de dezembro*) constitui-se como o principal documento orientador dos artigos, da lei de bases da politica e do regime de proteção e valorização do património cultural (*Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro*), relativos património arqueológico.

É neste contexto de concordância legislativa, entre os requisitos da legislação ambiental e os artigos específicos da legislação patrimonial, que se enquadra a realização de trabalhos arqueológicos, no âmbito da caracterização do património arquitetónico e arqueológico existente na área afeta à execução de um projeto submetido a avaliação de impacte ambiental.

REGISTO ARQUEOLÓGICO

As nossas considerações têm por base os resultados obtidos na análise da documentação produzida no âmbito dos 79 projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental no Alentejo Central entre 1995 e 2008, tendo-se verificado que a articulação entre a legislação ambiental e patrimonial possibilitou a crescente participação dos arqueólogos e da tutela patrimonial no procedimento de avaliação de impacte ambiental, com benefícios para a salvaguarda do património arquitetónico.

Tabela 1 – Tipologia dos projetos submetidos da AIA no Alentejo Central (1995–2008).

Tipologia de projeto	**Quant.**	%
Recursos hídricos	30	38
Indústria extrativa	17	21,5
Instalações de pecuária	5	6,3
Turismo	4	5,1
Vias de comunicação	10	12,7
Transporte de energia	3	3,8
Loteamentos industriais	5	6,3
Outros	5	6,3

Os dados que possuímos para a nossa área de estudo estimam que a participação dos arqueólogos na elaboração dos estudos de impacte ambiental, entre 1995 e 2000, se fixou na ordem dos 43%, ou seja, em 21 estudos submetidos a avaliação apenas 9 contaram com a colaboração de um arqueólogo. A conjugação das alterações legislativas e institucionais ocorridas em finais dos anos 90, viriam a criar as condições para a evolução significativa destes valores:

A criação do Instituto Português de Arqueologia (*Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio*) com uma intervenção particularmente incisiva na fiscalização da atividade arqueológica;

A insistência documentada do Instituto Português

de Arqueologia em integrar as comissões de avaliação dos diferentes projetos submetidos a procedimento de avaliação de impacte;
Clarificação das categorias de trabalhos arqueológicos que carecem de autorização da tutela, entre as quais se incluem as "*ações preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devido a empreendimentos públicos ou privados*" (alínea c, n.º 1, art.º 3, do *Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho*);
A publicação do *Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio* exigindo a interdisciplinaridade na formação das equipas responsáveis pela elaboração dos estudos de impacte ambiental;
A regulamentação da constituição e competências das comissões de avaliação, a qual contempla a possibilidade de se integrar um representante da tutela patrimonial;
A publicação da lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (*Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro*) a qual é perentória a afirmar: "*a realização de trabalhos arqueológicos será obrigatoriamente dirigida por arqueólogos*".
Estes foram alguns dos fatores conjunturais que permitiram aos arqueólogos tornarem-se na segunda profissão com maior representatividade na elaboração dos estudos de impacte ambiental, estando presentes em cerca de 88% dos estudos elaborados no Alentejo Central, a partir do ano 2000, não merecendo os restantes a sua aprovação por parte da Comissão de Avaliação. (Figura 1)
Reportando-nos ao conteúdo das fontes consultadas, subscrevemos as palavras de Maria José Almeida (2008) afirmamos que, na demissão de outros profissionais competentes e com o aval da tutela do património arqueológico, os arqueólogos assumiram em exclusividade a caracterização do património arquitetónico e arqueológico existente existente na área afeta aos projetos submetidos a avaliação de impacte ambiental.
No que respeita a caraterização do "*património arquitetónio*" verifica-se a ausência de uma definição legal que enquadre este conceito. A legislação contempla exclusivamente a proteção dos "*bens culturais imóveis*", entendidos como monumentos, conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação. Esta especificidade esvazia de conteúdo, e de tutela, o "*património arquitetónico*" requerido pela legislação ambiental, e assumido pelos arqueólogos, enquanto autores do estudo de impacte ambiental.
Neste contexto, os arqueólogos inventariam, como sendo "*património arquitetónico*", uma variedade infindável de edifícios e construções de natureza antrópica. Para a área em estudo, compilamos 522 registos de edifícios e estruturas construídas (29,5% da totalidade as ocorrências inventariadas), que organizamos em 11 categorias e 53 tipos, de onde se destacam pela quantidade os poços, os moinhos, os montes e as quintas, num conjunto onde se incluem chafurdos, muros, malhadas, currais e morouços.

Tabela 2 – Principais (5) tipos de edifícios e estruturas construídas inventariadas no Alentejo Central (1995–2008).

Categoria	Tipo	Quant.
Edifícios e estruturas construídas infraestruturais	Poço	78
Edifícios e estruturas construídas industriais	Moinho	68
Edifícios e estruturas construídas agrícolas	Monte	60
	Quinta	23
Edifícios e estruturas construídas residenciais	Casa	21

Os tipos registados vulgarizam a expressão Património, afastando-a do conceito de *Heritage*, enquanto herança coletiva de um povo, e generalizam a sua aplicação a todas as construções resultantes da ação humana, ainda que o seu valor se restrinja exclusivamente à utilidade prática que lhe é atribuída pelo seu proprietário.
Neste capítulo, mais do que questionar a pertinência dos registos questionamos a qualidade e utilidade dos mesmos. A maioria dos registos analisados foram efetuados em "*fichas de sítio arqueológico*", através de descrições sumárias, para os quais, de acordo com a afetação prevista pelo projeto, foram determinadas medidas de minimização específicas de salvaguardas, com custos imputáveis ao promotor do projeto, sem a garantia mínima de que estas são as mais adequadas para garantir a utilidade do registo para memória futura.
Ao assumirmos a descrição, caracterização e minimização dos impactes sobre o que entendemos por "*património arquitetónico*", estamos a assumir inapropriadamente o cumprimento de um dos requisitos da legislação ambiental, colmatando a necessidade de outros profissionais intervirem neste procedimento, garantindo uma melhor salvaguarda dos reais valores arquitetónicos.
Contrariamente ao que acontece com o património arquitetónico, a legislação nacional *Lei n.º 107/2001,*

de 8 de setembro – define o património arqueológico, em conjunto com o património paleontológico, como o somatório de "*todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: (i) cuja preservação e estudo permita traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; (ii) cuja principal fonte de informação*[1] *seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.*" (n.º 1, art. 74º)

Definido deste modo, o património arqueológico é indubitavelmente património histórico. A lei admite que a característica potenciadora do património arqueológico não reside na natureza do objeto, mas no conteúdo histórico que este representa e nos métodos de pesquisa utilizados.

A estreita relação entre o âmbito e a metodologia de estudo do património arqueológico atribui um papel especialmente relevante à componente técnica desta disciplina. Na prática, e na ausência de critérios legais que permitam a atribuição de "*interesse cultural arqueológico relevante*" é um parecer técnico que define o que é património arqueológico, considerando a pertinência ou não da utilização da metodologia arqueológica como principal fonte de informação.

É enorme a responsabilidade do arqueólogo e da tutela. O primeiro tem a competência para determinar, de entre um vasto conjunto de vestígios, aqueles permitem traçar a história da humanidade através da aplicação de metodologia arqueológica, atribuindo-lhes a designação de património arqueológico. Este passa a integrar o regime de proteção legal que lhe é reconhecido, e sobre o qual recai o ónus da minimização em avaliação de impacte ambiental. À tutela compete assegurar sua salvaguarda, de uma forma preventiva ou mitigadora.

A noção de património arqueológico é indissociável do conceito de sítio arqueológico, porque é escasso o conhecimento que advém do objeto isolado. São necessários os vestígios materiais da ação humana, o contexto espacial onde se produziu a ação, e a sua interpretação, para se produzir História.

Sobre o conceito de sítio arqueológico recomenda-se a leitura de Garcia Sanjuán (2005), na qual o autor após comentar algumas definições constantes da bibliografia especializada, conclui definindo sítio arqueológico como "*una agrupación espacialmente definida y funcionalmente significativa de vestígios materiales de atividades humanas deserrolladas en el Pasado*" (Garcia Sanjuán, 2005, p. 24).

São os sítios arqueológicos que, através da aplicação de metodologia adequada, permitem a obtenção de conhecimento histórico, convertendo-se em património arqueológico. Contudo, existem locais com vestígios materiais que não podem ser designados como sítios arqueológicos, porque nunca o foram e os materiais identificados resultam de deposições secundárias, ou porque um dia o foram mas devido a ações antrópicas e/ou pós-deposicionais (erosão, transporte de sedimentos, etc...), não preservam contextos ou estruturas significantes

À semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa (Kuna, 2002, Cottenceau e Hannois, 2001, Fernández Cacho, 2008) onde se diferencia o registo de sítios, vestígios e indícios arqueológicos, é necessário ponderar alternativas à designação exclusiva de sítio arqueológico, quando o objetivo é abarcar a diversidade de registos, resultantes da identificação superficial de vestígios materiais sobre os quais se ignora o conteúdo significante.

A necessidade de definir conceitos, de organizar e difundir definições justifica-se face os resultados obtidos pela nossa pesquisa documental. Ao reorganizarmos as informações disponibilizadas pelos registos patrimoniais, estas revelaram fragilidades dos conteúdos perpetuados, carentes de critérios explícitos, de conceitos prévios, de fundamentação, baseados em descrições sumárias e demasiado truncadas para permitir hoje, e amanhã, a sua utilidade como bases documentais para a construção do conhecimento.

Esta permitiu-nos compilar um total de 1224 registos identificados como "*sítios arqueológicos*", correspondendo, após uma análise com base nas descrições originais, a 834 indícios arqueológicos, a 307 sítios arqueológicos e a 13 não sítios, divididos por 22 tipos, maioritariamente inseridos na classe de "*religioso, ritual e funerário*" (59,6%) ou "*doméstico*" (32,5%). (Tabela 3)

A atribuição generalizada de uma designação significativa – *sitio arqueológico* – associada à definição prévia de um tipo de sítio, implica a valorização igualitária da diversidade dos vestígios identificados, com repercussões ao nível das medidas de minimização propostas, e da expectativa dos resultados a alcançar.

Quando contabilizados, apenas 50% dos vestígios arqueológicos identificados como significantes em

1. Sublinhado próprio.

Tabela 3 – Principais (5) tipos de sítio arqueológico inventariadas no Alentejo Central (1995–2008).

Sítio arqueológico	Quant.
Anta	106
Habitat	100
Arte rupestre	24
Menir	14
Necrópole	10

prospeção arqueológicos revelavam contextos ou estruturas arqueológicas significativas, após a realização de sondagens arqueológicas, contribuindo para o incremento do conhecimento arqueológico.

Perante aos resultados obtidos para o Alentejo central, compete-nos repensar os conceitos e as metodologias arqueológicas, otimizando-os em prole dos objetivos da denominada "*arqueologia preventiva e de salvaguarda*", garantindo a cientificidade e a utilidade futura dos registos efetuados.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria José (2008) – Avaliação de impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e o Património Arqueológico? *Praxis Archeológica*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 3, p. 161–166.

CONESA FDEZ.–VÍTORA, Vicente (2010) – *Guía Metodológica para la Evaluación del Impacto Ambiental*. Madrid: Ediciones Mundi–Prensa. 4.ª edición.

COTTENCEAU, Anne–Marie e HANNOIS, Philippe (2002) – Arm and GIS in France. From *Dracar* to *Patriarche*. In GARCÍA SANJUÁN, L. e WHEATLEY, D. W., eds. – *Mapping the future of the past: managing the spatial dimension of the European Archaeological Resource*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha, p. 53–60.

FERNÁNDEZ CACHO, Sílvia (2007) – Base de datos de atividades arqueológicas. In: *El sistema de información del património histórico de Andalucia (SIPHA). PH Cuadernos*. Sevilha: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. 20, p. 106–117.

FERNÁNDEZ CACHO, Sílvia (2008) – *Património arqueológico y planificación territorial: estrategias de gestión para Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha.

GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2005) – *Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio*. Barcelona: Editorial Ariel.

GOMEZ OREA, Domingo (1998) – *Evaluacion de impacto ambiental*. Madrid: Editorial Agricola Española. 3.ª ed. (corregida y aumentada).

KUNA, Martin (2002) – The archaeological record of Bohemia. An attempt at an analytical information system. In GARCÍA SANJUÁN, L. e WHEATLEY, D. W., eds. – *Mapping the future of the past: managing the spatial dimension of the European Archaeological Resource*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha. p. 45–52.

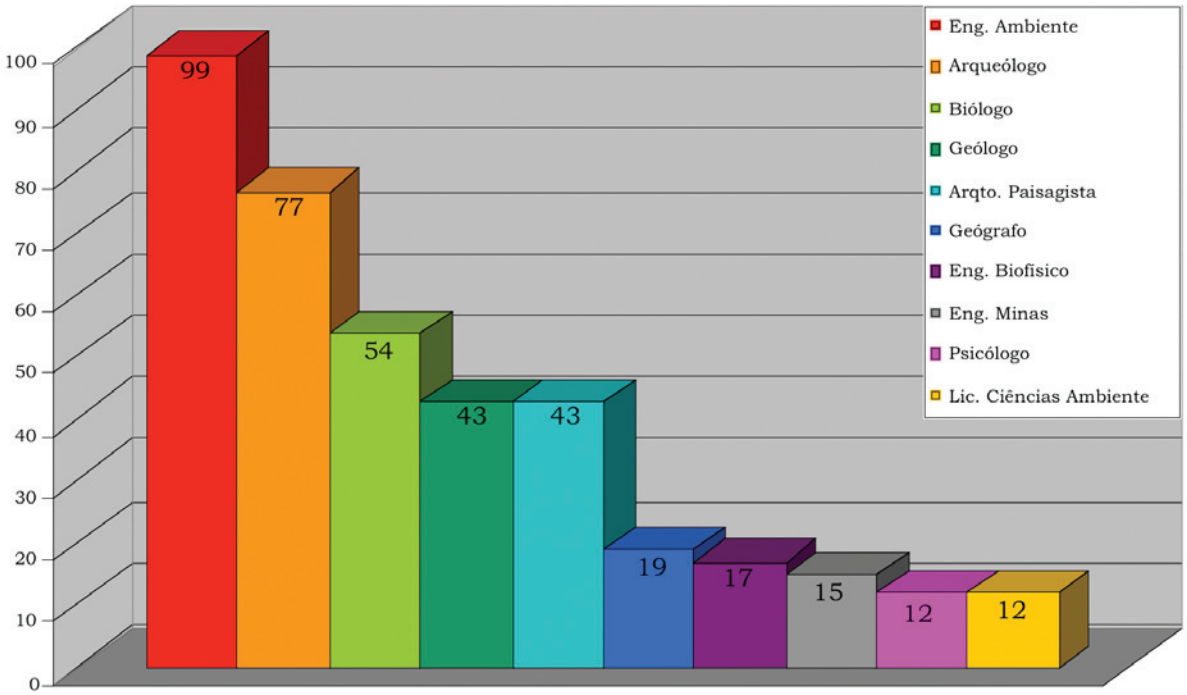


Figura 1 – Contabilização das 10 profissões com maior representação nas equipas técnicas dos EIA analisados (2000–2008).

A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (AIA) E A ATIVIDADE ARQUEOLÓGICA

Alexandra Estorninho / Direção-Geral do Património Cultural / aestorninho@dgpc.pt
João Marques / Direção-Geral do Património Cultural / jmarques@dgpc.pt
Ana Nunes / Direção-Geral do Património Cultural / anunes@dgpc.pt

RESUMO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) permite uma decisão sobre a viabilidade dos projetos baseada numa ponderação alargada dos fatores ambientais, entre os quais o Património Cultural. A participação nos procedimentos de AIA, iniciada de forma sistemática há cerca de 15 anos, constitui atualmente uma das principais tarefas da tutela e dela resulta a maior parte da atividade arqueológica nacional. Com o presente trabalho reflete-se sobre a forma como se procedeu no quadro da AIA à avaliação do Património Cultural, especificamente o Património Arqueológico para o qual a tutela estabeleceu um conjunto de procedimentos metodológicos. Apresentam-se dados sobre a atividade arqueológica decorrente destes procedimentos e analisa-se as consequências da participação nestes processos na tutela e nos profissionais da área.

ABSTRACT

The Environmental Impact Assessment procedure (EIA) enables a decision to be made as to whether a project is viable based on a thorough appraisal of environmental factors, including the Cultural Heritage. Participation in EIA procedures, started consistently about 15 years ago, is currently one of the main responsibilities of the competent government authority, as it represents the bulk of national archaeological activity. The present work provides an insight into how the EIA was applied to Cultural Heritage Assessment, specifically to the archaeological heritage, for which the government authorities established a number of methodological procedures. Data on the archaeological activity that resulted from such procedures is presented, while an analysis is made of the consequences of participation of government authorities and archaeological professionals in this process.

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 60 do século XX assistiu-se a uma atitude de preocupação na sociedade moderna com o meio ambiente por um lado, e com os vestígios do passado, por outro, ambos ameaçados pela ação humana, podendo-se falar no aparecimento de uma nova mentalidade relativamente à conservação do Património Natural e Cultural.

Estas atitudes foram plasmadas na legislação própria, especialmente nos países ocidentais, onde se formou a atual conceção sobre os bens patrimoniais, tendo-se igualmente estabelecido uma base para o desenvolvimento sustentável no tempo com o primado da prevenção em vez da correção em matéria ambiental.

Tal como se encontra definido no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA) – Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de maio alterado e republicado Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro – a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente visando a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projetos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projetos e respetiva pós-avaliação.

Ao fim de mais de uma década de participação sistemática na AIA por parte da tutela do Património, impõe-se uma reflexão sobre a forma como se procedeu neste quadro à avaliação do Património Cultural, realçando-se o Património Arqueológico. É possível analisar a eficácia deste mecanismo para

uma promoção ambiental, em geral, e patrimonial, em particular, e avaliar as suas consequências na atividade arqueológica.

2. HISTORIAL DA PARTICIPAÇÃO EM AIA

A realização de procedimentos de AIA e a participação das instituições da tutela do Património no processo é hoje um dado irrefutável. No entanto, até meados dos anos 80 do século XX, não havia praticamente planeamento e realizavam-se sobretudo trabalhos de arqueologia de emergência ou de salvamento.

Assistia-se em Portugal, a exemplo do que acontecia na Europa, a uma consolidação da consciência política para as preocupações de teor ambiental e patrimonial e a uma gradual tomada de consciência que o Património Cultural, particularmente o arqueológico, constituía um recurso territorial e que, consequentemente, ações sobre ele implicavam impactes sobre valores patrimoniais (Estorninho, 2011, p.14), de que é exemplo o levantamento da arte rupestre do vale do Tejo no início dos anos 70, atualmente submersa pela barragem de Fratel.

Em simultâneo, ocorria por todo o país o planeamento e a construção de diversas obras públicas, de grande envergadura, para instalação de infraestruturas de interesse social e económico, associados a um investimento massivo até então inédito e com uma calendarização apertada decorrente dos Fundos da Comunidade Europeia/União Europeia, pelo que se afigurava necessário por parte dos organismos estatais adotar procedimentos de salvaguarda patrimonial no âmbito de grandes projetos, públicos e privados, com impacte sobre o território (Real, 2004, p. 7).

Foi neste contexto que se desenvolveram os primeiros processos de salvaguarda de património arqueológico no âmbito de grandes projetos, nomeadamente através do estabelecimento de uma política de protocolos que visavam a proteção e salvaguarda dos sítios arqueológicos detetados nos mesmos.

A florestação intensiva de vastas áreas do país com a utilização de meios mecânicos originou a afetação/destruição de sítios arqueológicos, nomeadamente do Castelo Velho do Degebe em finais de 1988, um importante povoado da Idade do Ferro, localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1957.

Este facto levou no ano seguinte à celebração de protocolos de colaboração entre o então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e as empresas de florestação de maior dimensão (Soporcel, Portucel e Celbi), com vista à salvaguarda do património arqueológico, constituindo a primeira experiência de financiamento de ações preventivas dos impactes decorrentes de futuras intervenções através da realização de trabalhos de campo prévios (prospeções arqueológicas). Assumia-se não só a fragilidade do património arqueológico como a necessidade de conciliar a sua preservação com a construção de grandes infraestruturas.

Em junho de 1994, foi celebrado um protocolo entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e a Transgás, Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. com vista ao acompanhamento arqueológico das obras de construção do gasoduto nacional de alta pressão. No mesmo ano, foi ainda celebrado um protocolo com o Metropolitano de Lisboa, S.A., tendo em vista a realização de trabalhos arqueológicos (escavação e acompanhamento) no âmbito expansão da rede na baixa da cidade.

Em 1997, foi assinado no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva um protocolo entre a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, S.A. (EDIA), enquanto entidade responsável pela execução e gestão do Empreendimento, e o recém-criado Instituto Português de Arqueologia (IPA) com vista à promoção, coordenação e acompanhamento dos diversos trabalhos arqueológicos necessários.

Estes protocolos contribuíram para a proteção de sítios arqueológicos já referenciados, a descoberta de novos sítios com a inerente recolha de informação sobre os mesmos e, aspeto fundamental, o carregamento das bases de dados institucionais e a sua posterior disponibilização aos especialistas e ao público em geral (Estorninho, 2011, p.15).

Foi também no início da década de 90, no quadro do IPPC e, posteriormente, do IPPAR que se iniciaram as participações em processos de AIA, nesse primeiro momento casuísticas e motivadas quase sempre pelo conhecimento prévio da presença de valores arqueológicos nas áreas de intervenção dos projetos e com a preocupação com os impactes que poderiam ocorrer, sendo o Instituto apenas convidado a integrar comissões de acompanhamento de EIA nos projetos em que se "temia" a existência de impactes sobre o Património Arqueológico, limitando-se nos restantes casos a ser eventualmente ouvido na fase de consulta pública.

Essa participação da tutela do património através do Departamento de Arqueologia e dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC e, posteriormente, pelas Direções Regionais do IPPAR, era assegurada com dificuldade, não só pela tradicional escassez recursos humanos e pela multiplicidade das suas atribuições mas, também, pela relativa secundarização atribuída a essa tarefa.

Não obstante, essa participação dos arqueólogos do IPPC/IPPAR no processo de avaliação ambiental constituiu um progresso relativamente à situação anterior à diretiva comunitária de AIA (Diretiva 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de junho), e, também, relativamente à Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista) de La Valetta, Malta, em 1992, ratificada por Portugal em 1997.

Verificava-se igualmente que a maior parte dos EIA (40,04% nos EIA de 1992 a 1994) não avaliavam impactes sobre o Património Cultural e que a participação de arqueólogos na elaboração do descritor era muito reduzida: de residual em 1992, só em 4,3% dos estudos, a 22,9% em 1994 (Raposo, 1995, pp. 72, 81).

Em 1994, a projetada construção de uma barragem no vale do rio Côa, ao colidir com um património arqueológico único, provocou grande polémica e evidenciou que a incipiente estruturação da atividade arqueológica causava prejuízos ao país, tanto pela afetação/perda de valores patrimoniais e de informação de interesse relevante nacional ou mesmo internacional, como pela perda de investimentos vultuosos decorrente da identificação tardia (ou mesmo não identificação) de bens patrimoniais a cuja preservação o Estado Português estava obrigado. Era notório o considerável atraso na criação de estruturas estatais responsáveis pela salvaguarda e gestão do património de acordo com modelos atualizados, com as consequências conhecidas: não identificação de sítios arqueológicos; início de trabalhos de construção e posterior interrupção e abandono do projeto.

Com o processo do Côa a atividade arqueológica surgiu pela primeira vez equiparada a outras envolvidas na gestão e ordenamento do território. Este processo decorrente de uma AIA mal realizada, impulsionou uma concreta alteração na gestão do Património Cultural e acabou por conduzir à criação, em 1997, do IPA que pela primeira vez institucionalizou e promoveu os princípios e procedimentos de "Arqueologia Preventiva" como fundamentos orientadores das políticas de gestão patrimonial arqueológica. Procurava-se, assim, implementar uma estratégia para o sector que garantisse a salvaguarda dos bens arqueológicos enquanto recursos finitos, escassos e não renováveis, em particular para aqueles que não detinham uma proteção legal conferida pela classificação (Martins, 2012, p. 230).

Esta estratégia foi concretizada a nível legislativo através da aprovação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA), com o Decreto-Lei 270/99, de 15 de junho, que procurou "acautelar a salvaguarda e estudo do património arqueológico ameaçado por intervenções humanas de diversa natureza e dimensão, que passa, assim, a merecer atenção prioritária". Assume-se como prioridade o acautelar a salvaguarda e o estudo do património arqueológico ameaçado pela intervenção humana e surge a "Categoria C" de trabalhos arqueológicos, relativa às ações preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático.

Consciente da importância da AIA, foi adotada uma estratégia de atuação por parte da tutela do património arqueológico que passou pelo estabelecimento de contatos com as autoridades de AIA (responsáveis pelos procedimentos de avaliação e pela nomeação das Comissões de Avaliação) no sentido de as alertar para a necessidade e benefício dos seus representantes participarem nos procedimentos de AIA.

Um dos argumentos utilizados foi a necessidade de salvaguardar o património arqueológico não classificado na medida em que, pelas características intrínsecas dos vestígios arqueológicos (soterrados ou pouco percetíveis), só poderia ser protegido através da utilização de procedimentos de Arqueologia Preventiva. Tendo como exemplo o caso do Côa, procurou-se demonstrar que apenas a atempada caracterização patrimonial das áreas afetadas pelos projetos permitia a salvaguarda dos valores arqueológicos.

Simultaneamente propôs-se um conjunto de condições e requisitos, desde logo a participação no processo de AIA, que possibilitaria, caso se justificasse, a solicitação de informação adicional e reformulação dos EIA. Para a elaboração da vertente patrimonial dos EIA, deveria ser contratado um arqueólogo, ou uma equipa, que procederia às ações necessárias, nomeadamente ao trabalho de campo, após formalizar o pedido de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos. Assumiu-se igualmente como requisito sistemático, a necessidade de se proceder ao acompanhamento arqueológico das obras.

É em 2000, após a entrada em vigor do então novo regime jurídico de AIA e por via do procedimento que é instituído com a apreciação técnica do EIA por parte de uma Comissão de Avaliação – que passa a integrar técnicos com formação em Arqueologia, pertencentes ao organismo da tutela do património cultural com competência na área do património arqueológico que se opera uma alteração muito significativa na proteção do património arqueológico. (Martins, 2012, p. 228).

O conteúdo dos EIA passa a integrar progressivamente o "descritor património" (traduzindo-se por uma igualmente crescente qualidade técnica) elaborado por técnicos com formação superior em Arqueologia, procedendo-se, igualmente, à avaliação daquele documento, por técnicos da tutela, garantindo adequados níveis de exigência e qualidade. Foram igualmente desencadeados esforços no sentido de regular e definir procedimentos metodológicos do trabalho arqueológico realizados no âmbito dos estudos de Impacte Ambiental, através da elaboração e posterior divulgação de documentos normativos. Numa primeira fase, consequência da construção da Barragem do Alqueva, foi elaborada em 2000 uma Circular de *"Termos de Referência para Estudos de Impacte Ambiental de Grandes Áreas de Regadio ou de Reestruturação Fundiária"*.

Na sequência de algumas dificuldades sentidas com os trabalhos arqueológicos de minimização, surgiu ainda em 2000 a Circular sobre *"Trabalhos Arqueológicos no âmbito da minimização de Impactes em meio rural ou urbano – Os Arqueólogos, os Promotores das Obras e o IPA"*, através da qual se alerta para que os trabalhos arqueológicos só se consideram concluídos quando atingidos os objetivos constantes do plano apresentado com o pedido de autorização de trabalhos arqueológicos.

Em 2004, num esforço de operacionalização das metodologias aplicadas ao trabalho arqueológico na realização do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) nas diferentes fases em que é apresentado para avaliação, bem como na sua adaptação às diferentes tipologias de projeto, surge a circular "*Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*" (ainda em vigor), que procura simultaneamente articular os procedimentos definidos no RJAIA com os decorrentes do RTA.

Em 2007, a anunciada extinção do IPA e fusão com o IPPAR concretiza-se através da reestruturação na gestão do Património Cultural, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos do Programa do Governo no tocante à reorganização dos serviços desconcentrados de nível regional e sub-regional. O Decreto-Lei 215/2006, de 27 de outubro, estabelece a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, nela regulando-se quer o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.) quer as Direções Regionais de Cultura (DRC), sendo a participação nos procedimentos de AIA assegurada através destas instituições, de acordo com a localização geográfica dos projetos.

Em 2012 ocorreu uma nova reorganização institucional com a criação da Direção-Geral do Património Cultural (Decreto-Lei 115/2012, de 1 de junho) que resulta da fusão do IGESPAR, I.P., do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC, I.P.) e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT). Não obstante esta alteração, a prossecução dos objetivos de salvaguarda patrimonial e ambiental continua através da participação de técnicos da DGPC e das quatro DRC nos procedimentos de AIA.

3. ALCANCE DA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL NO PATRIMÓNIO CULTURAL

Com a construção no Egito da grande barragem de Assuão, e a pedido dos governos do Egito e do Sudão, foi empreendido pela UNESCO entre 1960 e 1980 o *Salvamento dos Monumentos e Sítios Núbios*, zona arqueológica excecional, composta por monumentos admiráveis, de Abu Simbel a Philae, Património Mundial desde 1979. O primeiro conjunto, composto pelos dois Templos de Ramsés II (século XIII a.C.) escavados na rocha de uma encosta situada junto ao rio Nilo, foi trasladado entre 1964 e 1966 para uma colina artificial situada cerca de 63 metros acima, de modo a evitar a sua submersão e previsível perda, constituindo um mais paradigmáticos e espetaculares casos de estudo do salvamento arqueológico de um conjunto patrimonial com grande visibilidade e reconhecido valor, relativamente ao qual não se poderia deixar de equacionar a sua salvaguarda perante a ameaça dos efeitos de uma grande obra pública.

Mas então, o salvamento arqueológico (ou patrimonial) não se encontrava conceptualmente enquadrado num conjunto de amplos instrumentos ligados à gestão territorial e ambiental, integrando com o

planeamento, a avaliação e a mitigação dos consequentes impactes.

Na maioria dos casos de grandes obras, públicas ou privadas, o desconhecimento dos bens patrimoniais afetados, nomeadamente devido à natureza do património arqueológico, ou ao desconhecimento do respetivo valor intrínseco, acabavam por contribuir para um efeito de invisibilidade dos efeitos desses projetos, com raras exceções.

Até novembro de 1994, seria por desconhecimento, e por lacunas no processo de avaliação, que a Arte Rupestre Pré-Histórica do Vale do Côa teria como destino inexorável a submersão, não que depois de reconhecida não se tivesse tentado implementar um "salvamento", sem que de facto a questão tivesse sido devidamente abordada do ponto de vista ambiental.

A necessidade de planeamento e da análise dos efeitos significativos sobre o ambiente desses projetos levaram com o tempo à constatação que o desenvolvimento sustentável deve ser baseado numa abordagem da gestão de recursos, em que o património cultural deve ser entendido como um recurso não renovável e, como tal, uma parte do ambiente a proteger e, consequentemente, parte do próprio desenvolvimento sustentável.

O ambiente cultural deve ser assim parte essencial das estratégias ambientais e do enquadramento legal, entendendo-se de forma lata que não há nenhuma diferença na gestão e salvaguarda do Património Natural e Cultural.

Como já referimos, desde o final dos anos 80 do século XX, foi-se consolidando a necessidade de adaptar os procedimentos de salvaguarda patrimonial no âmbito de grandes projetos públicos e privados com impactes sobre o território, sendo o Património Arquitetónico e Arqueológico identificado como recurso territorial.

Nesse âmbito, reveste-se de primordial importância a inventariação e a georreferenciação sistemática e atualizada dos bens que integram o património cultural imóvel nacional.

Ora para o conhecimento do território e para se poder enquadrar o respetivo planeamento, é essencial a existência, manutenção e atualização permanente de uma carta arqueológica nacional, conforme previsto na Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), de 1992, onde se refere a necessidade da criação de um regime legal de proteção do património cultural que previsse "a manutenção de um inventário do seu património arqueológico e classificação de monumentos e de zonas de protecção" (alínea *i)* do artigo 2.º), e consagrada na legislação nacional através da Lei 108/2001, de 8 de setembro – que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (LBPC) – a qual reconheceu como dever público, nomeadamente, "criar, manter e actualizar o inventário nacional georreferenciado do património arqueológico imóvel" (alínea *a)* do n.º 1 do artigo 76.º).

Cabe atualmente à DGPC, no âmbito das suas atribuições, "promover e assegurar o inventário geral do património cultural e o sistema de georreferenciação do património cultural arquitetónico e arqueológico imóvel, em articulação com o cadastro de propriedade" (alínea *f)* do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 115/2012 de 25 de maio), gerindo dois sistemas de informação (SI): um inventário relativo ao Património Classificado e em Vias de Classificação, baseado no SI Ulisses; um inventário georreferenciado do Património Arqueológico (sítios), o SI Endovélico. Refira-se que em julho de 2013 encontravam-se inventariados 3807 imóveis classificados (monumentos, conjuntos ou sítios) e 244 imóveis em vias de classificação. Relativamente a sítios arqueológicos, encontravam-se inventariados no SI Endovélico em julho de 2013, 31144 (29411 terrestres e 1733 em meio aquático), dos quais 23603 (em meio terrestre) se encontram georreferenciados. São estes dados dos SI que em primeira análise permitem que na fase de planeamento se estudem e verifiquem os principais impactes dos projetos, fornecendo um manancial de informação para os Estudos de Impacte Ambiental (EIA), desenvolvidos pelas equipas de consultores da área do ambiente, ou para os projetistas, no caso das grandes infraestruturas.

Através dos dados disponíveis neste último SI é possível verificar inúmeros dados sobre a arqueologia e a atividade arqueológica em Portugal continental e relacioná-los com a AIA. Constata-se desde logo que a partir de 1997 há uma crescente importância dos trabalhos arqueológicos preventivos e de acompanhamento versus os de investigação. As autorizações mais do que quadruplicaram passando de 356 em 1997, para 1616 em 2010, aliás atingindo os trabalhos da "Categoria C" nesse período cerca de 90% do total, correspondendo em 2009 a 1520 autorizações (Bugalhão, 2011, pp. 22, 26).

Com a implementação do RJAIA ao longo da primeira década do século XXI, a atividade arqueológica desenvolvida no âmbito desses processos que nos

anos 90 era incipiente, cresceu exponencialmente atingindo 51% do total da atividade arqueológica nacional em 2009 (Bugalhão, 2011, p. 30).

Não obstante a atual tendência de decréscimo no número de procedimentos de AIA, relacionada com a situação de crise económica do país, a arqueologia desenvolvida neste contexto continua a ser preponderante para as empresas da área e para os arqueólogos independentes, sendo uma das principais fontes de financiamento da atividade arqueológica. A tutela do Património, apesar das vicissitudes das várias sucessivas reestruturações, continua a ter um papel fundamental na avaliação de impactes sobre o património cultural, intervindo, em duas etapas, no âmbito de dois respetivos enquadramentos legais específicos: o do RTA, relativo à sua missão e atribuições, e o do RJAIA, como entidade com responsabilidades ambientais específicas. No âmbito legal do RTA e da autorização para a realização de trabalhos arqueológicos na "Categoria C", é analisada a adequação dos planos de trabalhos aos estudos de impacte patrimonial, nomeadamente à referida Circular do IPA de 2004 e aos vários guias metodológicos entretanto surgidos e aprovados, para a elaboração de EIA, como é o caso do referente aos projetos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), EDIA, de fevereiro de 2008. Para a elaboração nos EIA, da caraterização da situação de referência relativa ao fator ambiental Património Cultural, é inicialmente definida a área de estudo e elaborado um inventário patrimonial, envolvendo trabalhos de prospeção arqueológica. São avaliados os impactes sobre as ocorrências identificadas e propostos, raros, ajustes ao projeto ou a implementação de intervenções preventivas, através de sondagens de diagnóstico, ou da conservação pelo registo nos termos da LBPC, efetuando-se a escavação das ocorrências afetadas e o levantamento arquitetónico do património construído, ou do acompanhamento arqueológico na fase de construção.

Numa fase subsequente, analisados e aprovados os relatórios finais dos trabalhos de caraterização, é recolhida e integrada a informação pertinente – referente a sítios identificados ou relocalizados – no inventário georreferenciado do património arqueológico (SI Endovélico), disponibilizando esses dados ao público, nomeadamente através da internet, no Portal do Arqueólogo.

O estudo de impactes patrimoniais tem como fim último a respetiva integração num EIA que incluirá naturalmente no seu relatório, capítulos ou partes referentes ao fator ambiental Património Cultural (arqueológico, arquitetónico e etnográfico).

Por outro lado, e já no âmbito do RJAIA, a tutela do Património Cultural é nomeada pela Autoridade de AIA, APA ou CCDR, no âmbito desse procedimento jurídico, técnico e administrativo, para participar na avaliação do fator ambiental Património, integrando as respetivas Comissões de Avaliação (CA) (Figura 1).

Na primeira fase da participação da CA no procedimento, é conferida a conformidade ambiental do EIA, o principal instrumento da AIA, sendo fundamental verificar se o seu conteúdo é suficiente para poder prosseguir a avaliação.

O EIA constitui um documento técnico onde se descreve o ambiente afetado pelo projeto, se avalia a magnitude e significância dos impactes e se equacionam ajustes ou a viabilidade da minimização dos impactes e das condições em que será possível aceitar a execução do projeto, nomeadamente através da proposta de medidas de minimização, e/ou de monitorização, e/ou de compensação ambiental (Figura 2).

Refira-se que o Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, relativo à simplificação da instalação de unidades industriais no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (*SIR*), veio também a atribuir, nos procedimentos abrangidos, essa responsabilidade da verificação da conformidade dos EIA a "entidades acreditadas" privadas.

Numa segunda fase da AIA e tratando-se de um processo integrador de todas as partes interessadas, decorre um período de Consulta Pública (CP).

Segue-se uma análise do EIA e dos elementos recolhidos na CP e na visita à área do projeto, que constitui o núcleo fundamental do relatório final/parecer final da CA com a seleção das alternativas de projeto e a proposta de decisão. Esta, que toma a forma de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA), é proposta pela Autoridade de AIA ao membro do Governo responsável, o Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território (SEAOT), correspondendo a um ato administrativo de aprovação, desaprovação ou de correção do Projeto proposto, onde na generalidade se estabelecem as condicionantes à sua autorização/aprovação, nomeadamente através da implementação de medidas de minimização que possibilitem a aceitação da execução e exploração do projeto.

Apesar do conjunto de normas regulatórias existem diversos problemas ao nível da sua interpretação e aplicação que levam a pedidos de elementos, sendo

raros os EIA em conformidade total. Destacam-se as questões relativas sobretudo aos trabalhos de levantamento dos sítios ou ocorrências patrimoniais conhecidas e à insuficiência dos trabalhos de campo (prospeção) face ao projeto em análise que muitas vezes sofrem alterações na fase de elaboração do EIA. Em nosso entender, falta nesta última questão, alguma clarificação e precisão normativa, a ser fundamentada técnica e cientificamente.

Pode-se considerar que a AIA tem como principal objetivo evitar a afetação dos elementos patrimoniais identificados aquando da elaboração do EIA, introduzindo eventuais ajustes aos projetos de execução e/ou a minimização dos impactes através do registo do património arqueológico e arquitetónico. Também neste âmbito de AIA a compensação ambiental dos impactes e a valorização patrimonial têm lugar, se bem que na esmagadora maioria dos procedimentos sejam sobretudo estabelecidas medidas de minimização a executar na fase de obra.

Já a fase de pós-avaliação, correspondente à implementação e exploração do projeto, envolve a monitorização ambiental e o acompanhamento arqueológico, pelo menos da fase de construção.

O procedimento de AIA tem contribuído para a melhoria da qualidade dos projetos e para a incorporação dos valores ambientais e culturais no processo de tomada de decisão. No entanto, a AIA tem limitações intrínsecas uma vez que incide sobre o "Projeto" e, nessa medida, realiza-se numa fase em que foram já tomadas decisões das quais decorrem já impactes (por exemplo a localização).

Neste quadro a designada Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio – permite uma atuação planificada e global numa fase anterior ao projeto, sendo um instrumento de apoio à decisão que se aplica a decisões de índole estratégica, normalmente traduzidas em políticas, planos e programas. A AAE permite assim uma decisão mais sustentável em termos ambientais e melhora a realização da AIA dos projetos, aumentando a eficácia do procedimento mas sem o substituir.

4. BALANÇO E PERSPETIVAS

Da aplicação do RJAIA desde 2000 resultaram alterações na gestão arqueológica, na própria atividade arqueológica e no exercício da profissão pelos arqueólogos. Assistiu-se ao crescente número de participações em procedimentos de AIA com a ponderação das prováveis consequências dos projetos sobre os valores ambientais e culturais, ao aumento de trabalhos de arqueologia preventiva e ao aumento exponencial de arqueólogos profissionais.

Os recursos culturais, tal como os ambientais, não são renováveis. As perdas, físicas e memoriais, são irreversíveis pelo que a proteção do Património Cultural e do Ambiente cabe ao Estado e, de igual modo, aos cidadãos (Estorninho, 2011, p. 36).

Num contexto atual de permanente, rápida e profunda transformação do território e da paisagem, é imprescindível uma atuação eficiente por parte das instituições e agentes a quem compete a defesa do património.

A experiência demonstrou claramente que é fundamental desenvolver e concretizar um instrumento de gestão preventivo que permita identificar e corrigir antecipadamente problemas ambientais através de metodologias, critérios e procedimentos claros e rigorosos. Nessa medida, a AIA assume extrema relevância na salvaguarda do Património pelo que constitui uma das prioridades na atuação da tutela.

Mas esta não deve ser encarada apenas como uma obrigação legal decorrente da obrigatoriedade de aplicação de legislação europeia, mas como uma forma de antecipar impactes negativos sobre os valores patrimoniais e, nesse sentido, permitir a compatibilização das ações previstas com as políticas ambientais de políticas de património cultural.

Para alcançar os seus objetivos é necessário garantir a presença de representantes com formação específica, da tutela do Património nos procedimentos de AIA em geral, e nas Comissões de Avaliação dos projetos em particular. A presença esporádica ou a ausência constituiria um recuo inaceitável com consequências negativas para o Património e conduzindo a situações gravosas do passado.

É também indispensável a existência de uma tutela bem adequada organicamente às necessidades funcionais da gestão patrimonial e vocacionada para responder atempadamente às diferentes solicitações na área do ambiente e do ordenamento do território. Uma tutela vinculada em prevenir e evitar, quando possível, danos nos bens culturais, procurando ao mesmo tempo encontrar as soluções mais adequadas e menos lesivas no âmbito da avaliação de programas, planos ou projetos, num quadro que deve acautelar sempre os interesses ambientais, incluindo os do Património Cultural.

BIBLIOGRAFIA

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia nas últimas décadas em Portugal. *Arqueologia e História.* Lisboa. 60, pp. 19-43.

ESTORNINHO, Alexandra (2011) – Avaliação de Impacte Ambiental e Património Arqueológico: o olhar do arqueólogo. Trabalho apresentado no âmbito do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento sobre Direito do Ambiente, Ordenamento Território e do Urbanismo 2010/2011 (documento policopiado).

MARTINS, Ana Margarida Nunes Martins (2012) – A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa: volume 15, pp. 219-256.

RAPOSO, Jorge (1995) – Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural. *Almadan.* Almada, II Série, 4, pp. 60-86.

REAL, Fernando (2004) – Uma grande operação de Arqueologia preventiva e de salvamento. *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação.* Lisboa, pp. 7-8.

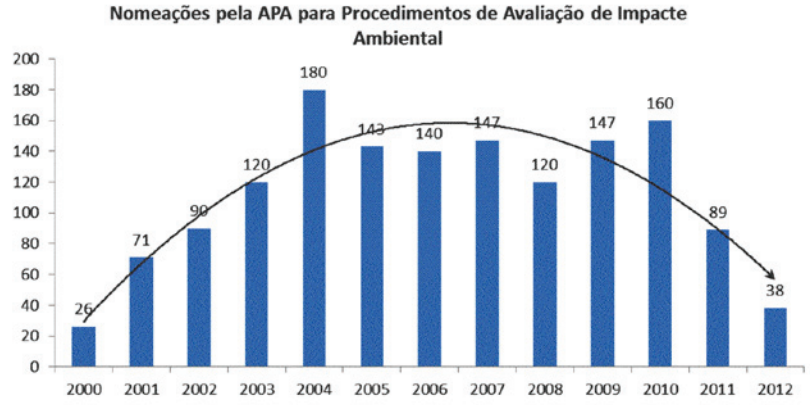


Figura 1 – Nomeações da tutela entre 2000 e 2012 pela Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade de AIA, para as Comissões de Avaliação (CA) – números absolutos (Bugalhão, 2011, p. 32, gráfico 12 – adaptado e atualisado).

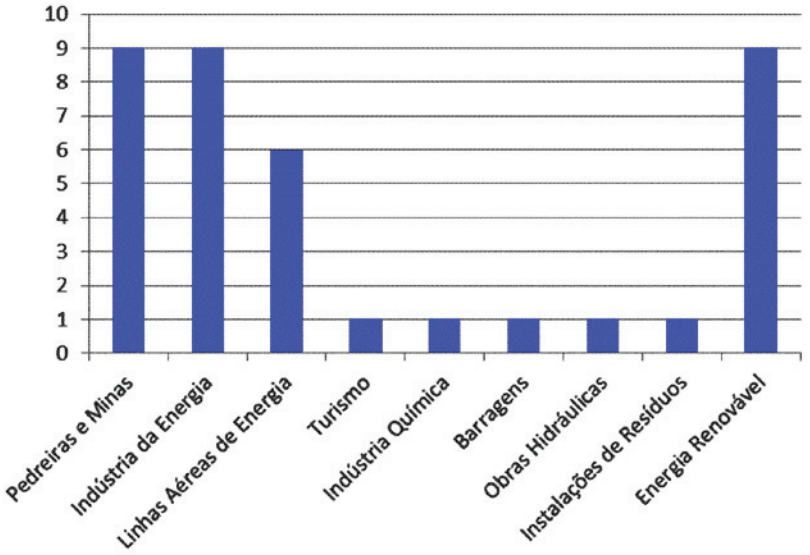


Figura 2 – Participação nas CA de AIA: Tipologia dos projetos, dados de 2012.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Célia Gonçalves / NAP – Universidade do Algarve /cmgoncalves@ualg.pt

RESUMO

Em Portugal apenas em 1993 surge a primeira referência aos SIG em âmbito arqueológico, aquando da realização das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Com exceção da plataforma *Endovélico*, e ao contrário do que se sucedeu na América do Norte e em alguns dos países europeus, a carga de iniciativas mais forte na relação SIG/Arqueologia em Portugal tem sido quase sempre feita por investigadores individuais no desenvolvimento dos seus trabalhos académicos. O presente artigo apresenta um balanço destes vinte anos de aplicação dos SIG na Arqueologia Portuguesa e pretende esboçar o panorama atual de utilização e tomada de consciência das potencialidades da ferramenta, através dos resultados de um inquérito realizado à comunidade arqueológica entre Maio-Junho de 2013.

ABSTRACT

The first reference to the use of GIS in the portuguese archaeological context was in 1993, during the 5th meeting of the Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP). With exception of the *Endovelico* online platform, and in contrast with the history of developments in North America and some countries in Europe, the stronger initiatives in the relation GIS/Archaeology in Portugal has been mostly done by individual researchers within their academic careers. This article gives an overview of these twenty years of application of GIS in the Portuguese Archaeology and intends to outline the current situation of use and awareness of the potential of the tool, through the results of a survey conducted among the archaeological community during May and June 2013.

1. OS SIG EM PORTUGAL

Apesar da quase total inexistência de referências historiográficas relativas à utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) em Portugal, sabe-se hoje que terá sido no decurso dos anos 70, de forma isolada em várias empresas privadas e organismos administrativos estatais, que a ferramenta é pela primeira vez utilizada (Grancho, 2003). As primeiras aplicações surgem, desta forma, pouco depois de terem sido dados os primeiros passos nos países pioneiros do continente americano e europeu. De entre as várias iniciativas identificadas nesta década, Grancho (2003) destaca como mais significativos os exemplos do Gabinete da Área de Sines, da Empresa Geral de Fomento, da Base de dados do Centro de Estudos e Planeamento, mais tarde substituído pelo Departamento Central de Planeamento, da Base de dados para análise regional CEG-LNEC, e do Sistema da Comissão para a Investigação Urbana e Regional. Simultaneamente, na área da produção da cartografia digital, os Serviços Cartográficos do Exército foram a primeira entidade em Portugal interessada em aplicar a ferramenta, tornando-se os primeiros clientes da empresa Intrergraph (Machado, 2000) e produzindo a sua primeira carta digitalizada em 1979.

Ao nível académico, o interesse nos SIG teve também início nos finais da década de 70, destacando-se neste âmbito a Universidade Nova de Lisboa, da qual vários alunos fizeram, durante esse período de tempo, formação especializada em SIG nos Estados Unidos (Grancho, 2003).

É ainda de destacar o papel que o Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG) e o Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) tiveram, quer pelo trabalho e iniciativas desenvolvidas, pioneiras a nível europeu na divulgação de metadados via *web*, quer pelo desenvolvimento que provocaram

noutras entidades públicas e privadas, marcando um ponto de viragem em Portugal (Grancho, 2003). Atualmente a tecnologia SIG continua em pleno crescimento em Portugal, com aplicações nas mais variadas áreas (telecomunicações, saúde, ordenamento do território, entre outras). De um tema restrito ao meio académico e a algumas entidades públicas e privadas passaram, de facto, a fazer parte das ferramentas básicas de muitas disciplinas, sendo vistos como uma tecnologia de informação holística, detentora de instrumentos que permitem melhorar e agilizar o planeamento e a tomada de decisão.

2. ARQUEOLOGIA E SIG

Ao contrário do sucedido nos Estados Unidos e em alguns dos países europeus, em que o recurso às novas abordagens teóricas e metodológicas trazidas pelos SIG são pela primeira vez aplicados com o advento da *Nova Arqueologia*, em Portugal, só a partir da década de noventa surge a primeira tentativa de aplicação da ferramenta em grande escala para fins arqueológicos. A iniciativa, desenvolvida pelo então Instituto Português de Arqueologia (IPA), pretendeu utilizar a ferramenta na construção e gestão da carta arqueológica nacional através de uma plataforma *online*, atualmente conhecida por *Endovélico*. A criação desta plataforma em SIG, hoje administrada pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) ofereceu para além da possibilidade de georreferenciação e disponibilização cartográfica digital dos sítios conhecidos, a respetiva associação de um conjunto de informação essencial para a sua caracterização. A sua aplicação revelou-se, portanto, um salto qualitativo a nível do armazenamento e tratamento da grande quantidade de dados acumulada, em tudo muito mais prática que a primeira tentativa de informatização de inventário de sítios arqueológicos durante os anos oitenta (Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia, 2002, p. 277).

No entanto, seria ainda em 1993, dois anos antes do começo da implementação da plataforma *Endovélico*, que surge a primeira referência aos SIG em âmbito arqueológico, aquando da realização das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A apresentação então proferida é publicada uma ano depois nas atas do encontro com o título *Sistemas de Informação Geográfica: um instrumento para a investigação arqueológica* (Pereira & Martins, 1994). A partir desta data é evidente o estatuto que os SIG têm vindo a alcançar na comunidade arqueológica nacional. Merecem destaque, pelo labor nos primeiros tempos, os trabalhos de Carlos Dantas Giestal, com a primeira dissertação totalmente dedicada ao tema em Portugal, intitulada *Sistemas de Informação Geográfica para a Arqueologia: o caso de Bracara Augusta* (Giestal, 1998); Natália Botica, cuja tese de mestrado foi subordinada ao tema da utilização de *data mining* com dados arqueológicos georreferenciados, como ferramenta auxiliar à construção de um modelo preditivo de apoio à prospeção arqueológica (Botica, 2004); Maria Helena Rua, com uma dissertação de doutoramento sobre a aplicação de modelos preditivos à identificação de *villae* romanas no território português (Rua, 2004); e Pedro Santos, pela dissertação de mestrado intitulada *Aplicações de Sistemas de Informação Geográfica em Arqueologia* (Santos, 2006). Outros nomes haverá que se debruçaram esporadicamente sobre o tema, mas com trabalhos de carácter esporádico que pouco acrescentaram à realidade até então conhecida. Fica patente, que contrariamente ao que se sucedeu na América do Norte e em alguns países europeus, os primeiros passos partiram, quase sempre, da iniciativa individual de investigadores que desenvolviam os seus trabalhos académicos ao nível da interpretação espacial do registo arqueológico (*e.g.* Carvalho & Bernardes, 2000; Cruz, Oosterbeek & Pizziolo, 2000).

Em âmbito coletivo são, no entanto, de louvar as iniciativas da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que entre 1997 e 1999, desenvolveu o SIABRA (Sistema de Informação Arqueológica de Bracara Augusta), um Sistema de Informação para tratamento e gestão da informação arqueológica do *Projecto de Bracara Augusta* (Martins & Giestal, 2000), e a dos arqueólogos responsáveis pelo acompanhamento do empreendimento do Alqueva e da EDIA, através do desenvolvimento de um sistema informático que integrou toda a informação ambiental e patrimonial disponível para apoio e gestão das múltiplas componentes territoriais do projeto (Silva & Perdigão, 2000).

Nos inícios do século XXI tem início uma nova vaga de consciencialização por parte da comunidade arqueológica para os SIG que ficou patente no workshop *Sistemas de Informação Arqueológica – SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica*, organizado no âmbito 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (Lemos & *alii*, 2000), e na organização

Tabela 1 – Incidência das classes etárias no grau de ensino.

	> 25	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	≤ 65	Total
Ensino Tecnológico ou Profissional	2	1	-	-	-	1	-	-	-	-	4
Licenciatura	15	5	11	8	4	1	4	1	1	1	50
Mestrado	7	13	13	12	8	4	2	2	2	1	63
Doutoramento	-	1	2	3	4	4	3	-	-	2	20
Outro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Total Geral	24	20	26	23	17	10	9	3	3	4	138

do primeiro congresso, até ao momento único, integralmente subordinado ao tema das novas tecnologias informáticas aplicadas à Arqueologia –, *O 1º Congresso do CAA Portugal* –, que teve lugar no Instituto Politécnico de Tomar em Abril de 2004. Estes dois eventos deram a oportunidade a investigadores nacionais e internacionais de apresentaram e partilharem os resultados da utilização de SIG nos seus projetos de investigação.

Após estes dois eventos, registou-se uma certa estagnação na discussão do tópico em Portugal, sendo que só sete anos depois é que, de novo, um encontro científico tem uma sessão dedicada às *Tecnologias digitais e metodologias computacionais no processo de investigação arqueológica*, realizada no âmbito das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica, em Maio de 2011 na Universidade do Algarve, que incluiu um grande número de comunicações sobre trabalhos desenvolvidos por jovens investigadores na área dos SIG (*e.g.* Cascalheira & Gonçalves, 2012; Infantini, 2012).

3. UM INQUÉRITO À COMUNIDADE ARQUEOLÓGICA

A realização de um inquérito a nível nacional é, por certo, crucial para compreender o uso e (re)conhecimento das potencialidades e importância atual dos SIG em Arqueologia. Foi, para este efeito, estruturado um questionário com 20 perguntas de escolha múltipla, que incidiram sobre os seguintes pontos:

- Avaliação dos conhecimentos possuídos sobre o que é um SIG;
- Caracterização dos utilizadores;
- Âmbito em que são utilizados;
- Aplicações mais usadas;
- Softwares SIG e a problemática *open source* versus *close source*.

A versão final do inquérito foi precedida da realização de um teste piloto a dez arqueológos que permitiu aferir a recetividade e clareza das perguntas. Optou-se pela aplicação do inquérito via *online*, através da plataforma Google Drive. O inquérito, com uma duração média de dois minutos, foi divulgado pela comunidade arqueológica em meados de Maio e foi desativado em meados de Junho de 2013.

A amostra foi estratificada segundo a idade, nível de escolaridade e profissão, para uma caracterização dos inquiridos. Dos 138 inquéritos validados, a maioria (67%) da população inquirida tinha entre menos de 25 e 39 anos, sendo que perto de 50% possuíam grau de ensino pós-graduado (Tabela 1).

Em relação à profissão exercida os valores dividem-se por Arqueólogos (43%), Bolseiros (17%), Estudantes (13%), Técnicos Superiores (9%), Docentes (7%), Técnicos profissionais e Assistentes de arqueologia (4%), Desenhadores (1%) e outras profissões (2%).

Do grupo de respostas recebidas constatou-se ainda que 84% das pessoas que responderam ao inquérito têm formação em Arqueologia, abrangendo especializações em vários períodos cronológicos e áreas de investigação. Assim, as cronologias de especialização mais relevantes foram a da Pré-História Recente (23%) e Antiguidade Clássica (21%), seguindo-se o período Medieval e Proto-Histórico (ambos com 16%), a Pré-História Antiga (14%) e Arqueologia Moderna (10%). Em relação aos domínios de especialização a maior percentagem de inquiridos dedica-se à Gestão Patrimonial (17%), à Arqueologia Espacial (16%) e Paleotecnologia (10%). Abaixo da faixa dos 10% ficaram as especialidades em Arqueologia Industrial, Subaquática, Urbana, entre outros.

À pergunta "Sabe o que são Sistemas de Informação Geográfica?" os resultados revelam que a quase totalidade dos inquiridos respondeu afirmativamente (97%). Cerca de 90% teve, em algum momento, contato, direto ou indireto com a ferramenta.

Tabela 2 – Incidência da utilização de SIG e formação adquirida.

		Utiliza os SIG no seu trabalho?		
		Não	Sim	Total
Tem formação em SIG?	Não	63	17	80
	Sim	19	39	58
	Centro de I&D	-	1	1
	Empresa de formação	4	10	14
	Universidade	14	19	33
	Universidade e Autarquia	-	1	1
	Universidade e Empresa de formação	1	5	6
	Outro	-	3	3
	Total	82	56	138

Desse grupo de inquiridos que teve contato com SIG, em grande parte tiveram-no através das suas funcionalidades de Mapeamento e visualização de mapas (34%) e Gestão de dados (20%).

Apesar dos resultados globalmente positivos no que toca ao conhecimento do que é um SIG, a aplicação desta ferramenta carece de um enquadramento não só técnico mas também formativo. Assim, dos 138 inquiridos 42% revelaram ter feito algum tipo de formação especializada, através sobretudo de universidades (62%), empresas privadas de formação (31%) e em menor escala de outros organismos não especificados (8%) (Tabela 2). Neste âmbito, é importante salientar que só há relativamente pouco tempo houve um investimento efetivo por parte das universidades em oferecer formação específica em SIG aos alunos de Arqueologia. Destacam-se, a título de exemplo, a Universidade do Algarve, que tem atualmente duas unidades curriculares de licenciatura (Técnicas de Informação e Comunicação aplicadas à Arqueologia, Cartografia) que utilizam os SIG como ferramenta de análise de dados e produção cartográfica, bem como a Universidade do Minho (na disciplina, também de licenciatura, de Arqueologia e Informática), a Universidade do Porto, e o Instituto Politécnico de Tomar. Por outro lado, a formação especializada na relação SIG/Arqueologia é atualmente uma das preocupações fundamentais, surgindo cada vez mais ofertas de cursos por entidades do sector privado da Arqueologia. Como é natural estas iniciativas de cursos de SIG específicos para profissionais da área têm vantagem de focar os conteúdos em temas específicos, com o principal objetivo de indicar ao utilizador o proveito que pode retirar de uma ferramenta tão complexa para o seu trabalho.

Comparando o número de inqueridos que têm algum tipo de formação em SIG e a dos que utilizam os SIG no seu trabalho constata-se uma certa discrepância (Tabela 2). Com efeito, nem todos os que tiveram formação utilizam atualmente esta ferramenta (14%), e alguns dos que usam frequentemente os SIG não tiveram formação específica (12%).

Em relação à frequência de utilização dos SIG na sua atividade profissional os resultados demonstram que o uso da ferramenta em âmbito arqueológico é em 23% dos casos diária, e em 34% pelo menos semanal (Figura 1). O *software* mais comum entre os utilizadores é o ArcGIS (44%) (Figura 2). Este resultado não é deveras surpreendente, uma vez que a empresa fabricante, ESRI®, foi pioneira no desenvolvimento de programas com interface de fácil utilização e se tem mantido, a nível internacional, uma das mais atualizadas em termos de oferta. Porém, a escolha do *software* pode ser influenciada, ou condicionada, por vários outros fatores, que por vezes, entram em conflito direto com a escolha fundamentada do próprio utilizador. Apesar do fator financeiro ser talvez o mais relevante, muitos investigadores preferem, por questões técnicas, utilizar softwares *open source* que hoje, aliás, estão disponíveis em grande número. Assim se percebem os resultados elevados obtidos de utilizadores de *softwares* livres e até mesmo dos que usam ArcGIS, 39% revelou usar simultaneamente outros *softwares*, na sua maioria livres de custos. Entre estes o QuantumGIS é o mais utilizando (32%).

Ao nível das aplicações, a comunidade arqueológica em Portugal segue o panorama europeu, inicialmente usados como ferramenta de gestão, no contexto de *Cultural Resource Management*, os SIG a partir da segunda metade da década de 80 cresceram drasticamente, despoletando o surgimento de métodos de análise e representação de dados até então impraticáveis, de onde se podem evidenciar quatro categorias principais:

1) criação e manipulação de bases de dados;
2) modelos de gestão do património;
3) interpretação e simulação da paisagem;
4) análise espacial, dentro da qual se enquadram uma multiplicidade de abordagens (*e.g.* modelos preditivos, análises de dispersão inter e intra-sítio).

Com base nos resultados do inquérito, no panorama português o uso mais comum para as ferramentas SIG é o mapeamento e visualização de mapas (33%), seguido pela gestão de dados (23%) (Figura 3). É esta também a tendência no que se refere ao tipo de ferramentas específicas comumente utilizadas, destacando-se a Gestão de dados (25%), Análise espacial (21%) e a Edição de dados (21%). O Geocoding e a Estatística Espacial são as menos utilizadas, com 2% cada (Figura 4).

A última pergunta do inquérito destinava-se a perceber qual é considerado o maior problema na utilização dos Sistemas de Informação Geográfica em Portugal. Dentre as hipóteses oferecidas, uma percentagem muito significativa dos inquiridos (44%) considera a aquisição dos dados a maior dificuldade (Figura 5). De facto, um dos principais problemas com que a generalidade dos utilizadores se deparam é a quase total inexistência de dados cartográficos disponíveis gratuitamente para o território português. Os elevados custos dos dados cadastrais e a sua frequente inexistência em formato digital são, de facto, as das principais razões para um certo estrangulamento da evolução dos SIG em Portugal. Noutros países, como França ou Espanha, a totalidade dos dados cartográficos nacionais encontram-se *online* em formato aberto, disponibilizados pelas entidades responsáveis.

4. CONCLUSÕES

Apesar de os dados apresentados poderem representar uma visão algo triada do papel que os SIG tem na comunidade arqueológica em Portugal, a análise dos resultados do inquérito permitiu aferir que, atualmente, a aplicação dos SIG, quer na vertente de investigação, quer na de gestão patrimonial ou mesmo empresarial, tem alcançado uma importância cada vez maior, estabelecendo-se como uma ferramenta de utilização básica em Arqueologia.

Questões relacionadas com o uso de softwares *open source* vs. *closed source*, a disponibilização de dados cartográficos digitais e os altos custos de aquisição dos mesmos, ou a falta de formação especializada na relação SIG/Arqueologia, precisam, no entanto, de ser debatidas e resolvidas num futuro próximo, para que todos possamos usufruir das vantagens incontornáveis do mundo digital na prática arqueológica.

BIBLIOGRAFIA

BOTICA, Natália (2004) – *Servator* – modelo preditivo de apoio à prospecção arqueológica. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.

CARVALHO, Helena e BERNARDES, João (2000) – O povoamento romano de Bracara Augusta e Collipo: exemplos de aplicação de um SIG. In LEMOS, Francisco; BAENA, Javier; GIESTAL, Carlos; ROCHA, Gustavo, coords. – *SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular.* Porto: ADECAP, pp. 125–134.

CASCALHEIRA, João e GONÇALVES, Célia (2012) – Spatial density analysis and site formation processes at the Mesolithic shellmidden of Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal). In CASCALHEIRA, João; GONÇALVES, Célia, eds. – *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica – JIA 2011*, vol. 1. Faro: Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia (Promontoria Monográfica 16), pp. 75–82.

CRUZ, Ana; OOSTERBEEK, Luiz; PIZZIOLO, Giovanna (2000) – ARQSOFT and GIS: an experience in the Nabão Valley. In LEMOS, Francisco; BAENA, Javier; GIESTAL, Carlos; ROCHA, Gustavo, coords. – *SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular.* Porto: ADECAP, pp. 97–109.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2002) – Endovélico. Sistema de Gestão e Informação Arqueológica.*Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, pp. 277–283.

GIESTAL, Carlos (1998) – Sistemas de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana: o caso de *Bracara Augusta*.

Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga. GRANCHO, Norberto (2003) – História dos SIG em Portugal. Texto policopiado.

INFANTINI, Leandro (2012) – Sistema de Informação Geográfica para a pré-história do Algarve. In CASCALHEIRA, João; GONÇALVES, Célia, eds. – *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica – JIA 2011*, vol. 1. Faro: Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia, pp. 53–58.

LEMOS, Francisco; BAENA, Javier; GIESTAL, Carlos; ROCHA, Gustavo, coord. (2000) – *Sistemas de Informação Arqueológica. SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. Vol. X.

MACHADO, João (2000) – *A Emergência dos Sistemas de Informação Geográfica na Análise e Organização do Espaço*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MARTINS, Manuela; GIESTAL, Carlos (2000) – O Projecto SIABRA: um Sistema de Informação Geográfica para a Arqueologia Urbana em Braga. In LEMOS, Francisco; BAENA, Javier; GIESTAL, Carlos; ROCHA, Gustavo, coords. – *SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular.* Porto: ADECAP, pp. 43-61.

PEREIRA, João; MARTINS, Ivone (1994) – Sistemas de Informação Geográfica: um Instrumento para a Salvaguarda do Património Arqueológico. *V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 9-15.

RUA, Helena (2004) – Os Sistemas de Informação Geográfica na detecção de *Villae* no Portugal Romano: Um Modelo Preditivo. Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

SANTOS, Pedro (2006) – Aplicações de Sistemas de Informação Geográfica em Arqueologia. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

SILVA, António; PERDIGÃO, José (2000) – Aplicação dos "Sistemas de Informação Geográfica" à minimização dos impactes arqueológicos. A experiência do Alqueva. In LEMOS, Francisco; BAENA, Javier; GIESTAL, Carlos; ROCHA, Gustavo, coords. – *SIG´s aplicados à Arqueologia da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, pp. 151-174.

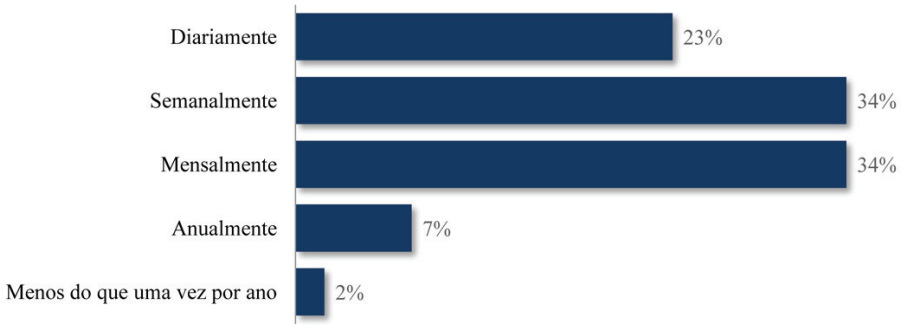


Figura 1 – Frequência de utilização dos SIG.

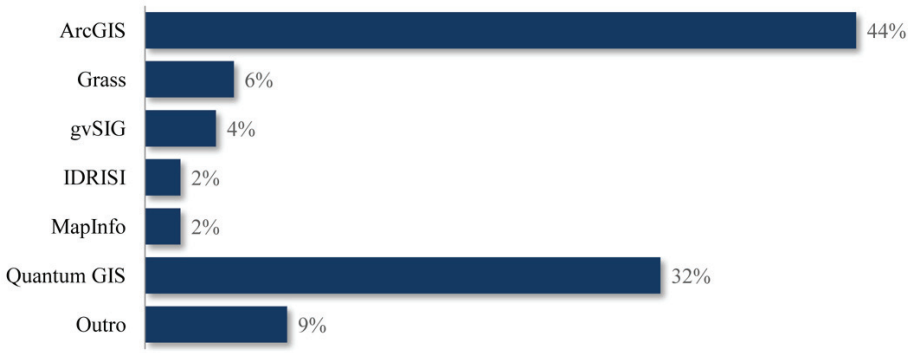


Figura 2 – Frequência de utilização dos vários softwares SIG.

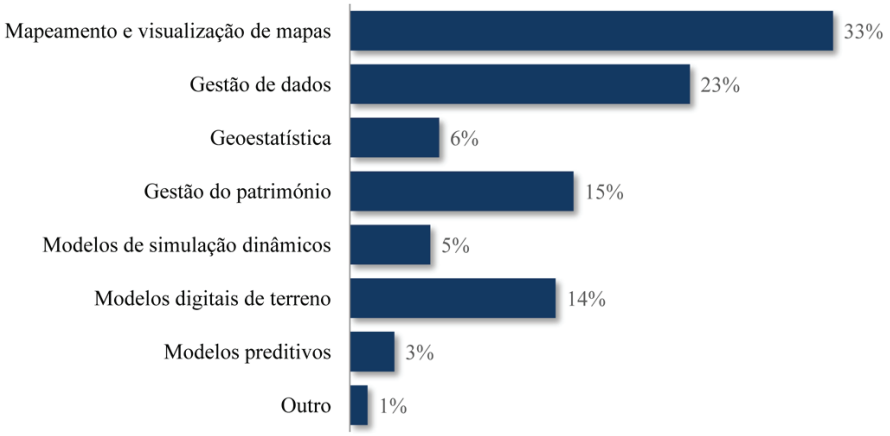


Figura 3 – Tipos de análise em SIG.

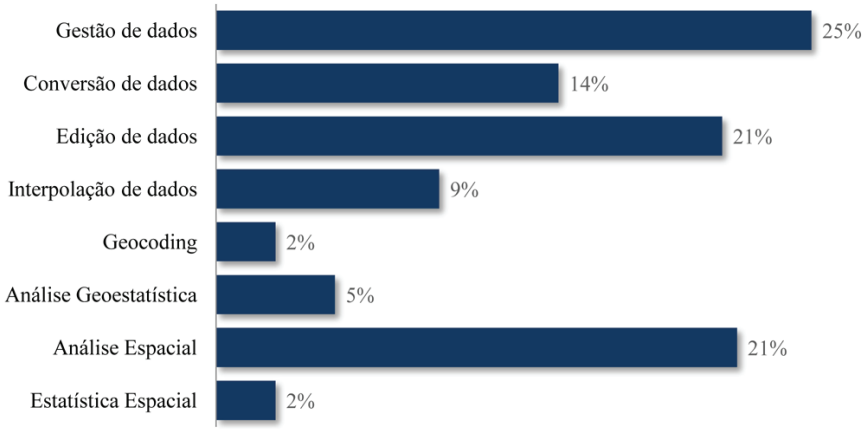


Figura 4 – Tipos de ferramentas utilizadas.

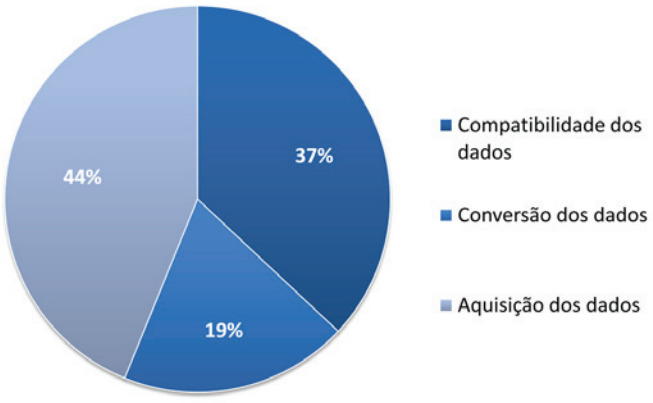


Figura 5 – Principais problemas da utilização de SIG.

A CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS. REFLEXÕES SOBRE O PALEOLÍTICO

Ana Cristina Ribeiro / Arqueóloga, Centro de Arqueologia de Avis / arqueologia@cm-avis.pt.
Maria Margarida Salvador / Arqueóloga, Investigadora Colaboradora do Centro de Arqueologia de Avis.

RESUMO

Avis correspondia, no que diz respeito à Pré-História Antiga, a um espaço vazio, localizado entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana. Pelas características deste território, marcado por duas linhas de água de grande importância, as ribeiras Grande e de Seda, era premente desencadear os trabalhos necessários que permitissem verificar a existência de vestígios paleolíticos. Neste sentido, foram definidas, no âmbito da Carta Arqueológica de Avis, prospecções direccionadas para a identificação de testemunhos das primeiras ocupações humanas.

Os resultados preliminares desses trabalhos, iniciados em 2011, são agora apresentados. Pretende-se ainda debater os principais obstáculos que poderão estar na origem das dificuldades de identificação de ocorrências de cronologia tão recuada, assim como as perspectivas de continuidade desta vertente do projecto.

ABSTRACT

The region of Avis was a blank space with regards to the Palaeolithic in the north-eastern half of the Alentejo, despite being made up of two important rivers the Ribeira da Seda and Ribeira Grande and located between two major Iberian river valleys the Tagus and the Guadiana, both of which have presented abundant Palaeolithic sites over the course of the last century.

As the research project "Carta Arqueológica de Avis" advanced with the mapping and localization of archaeological sites, it seemed obvious that it was the right time to investigate the lack of Palaeolithic in this specific region. Therefore as the work progressed a sideline of research was developed in 2011, focusing specifically on the Palaeolithic question. After analysing updated bibliography a plan for systematic surveying of the Pleistocene deposits was prepared and is in progress at this moment.

UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Avis situa-se no Alto Alentejo, no distrito de Portalegre, e tem como zonas limítrofes os concelhos de Ponte de Sor, a Norte e Oeste, Alter do Chão, a Norte e a Este, Fronteira e Sousel, a Oeste e Sudeste, e Mora, a Sudoeste. Com uma área de 606 km², distribuem-se pelo concelho as oito freguesias que o constituem: Alcórrego, Aldeia Velha, Avis, Benavila, Ervedal, Figueira e Barros, Maranhão e Valongo.

O território encontra-se fortemente marcado pela albufeira da barragem de Maranhão, abrangendo ainda, no limite oeste do concelho, parte da albufeira da barragem de Montargil.

A área em estudo situa-se numa zona de fronteira entre o limite oriental da Bacia do Baixo Tejo, onde predominam os sedimentos terciários e quaternários, mais evidentes na faixa Oeste do concelho, e o Maciço Antigo, associado a formações pré-câmbricas e paleozóicas constituídas por xistos, grauvaques, quartzitos, conglomerados e rochas carbonatadas.

O concelho apresenta um relevo fraco, que varia entre os 60 e os 240m, caracterizando-se por uma planura, de relevo ondulado suave a muito suave, marcado, em particular nas zonas de Aldeia Velha, Avis e Maranhão, por manchas destacadas de xistos. As rochas granitoides surgem, na sua maioria, na zona nascente do concelho, enquanto na zona sudeste predominam os calcários e os calcretos.

As principais unidades pedológicas identificadas no concelho correspondem a solos mediterrâneos pardos e vermelhos ou amarelos e solo litólicos não húmidos, registando-se também, em manchas mais dispersas, os solos podzolizados e litosolos.

Todo o território encontra-se bem irrigado, sendo

recortado por cursos de água que se encontram associados à margem esquerda da Bacia do Tejo, de onde se destacam as bacias hidrográficas das ribeiras Grande e de Seda e os seus principais subsidiários. Na extremidade poente do concelho encontra-se a ribeira de Santa Margarida, associada à bacia hidrográfica da ribeira de Sor.

O PROJECTO CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS. NOTAS GERAIS

A diversidade natural que caracteriza o território que hoje corresponde ao concelho de Avis constituiu, desde os tempos mais recuados, um atractivo para a fixação humana. De forma a criar uma visão global e integrada dos testemunhos deixados ao longo do tempo pelas diversas comunidades que ocuparam a região, foi iniciada, em 2005, a Carta Arqueológica de Avis, projecto de investigação promovido pelo Município de Avis, através do qual se pretende realizar o levantamento do património arqueológico do concelho e proceder à sistematização dos dados reunidos.

O início do projecto foi marcado pela insuficiência de referências ao património arqueológico do concelho, a qual contrasta com a diversidade de locais de interesse. Se uma parte dos sítios é hoje conhecida, tal facto deve-se aos trabalhos desenvolvidos neste território desde o final do século XIX, os quais permitiram, apesar de realizados com objectivos e metodologias bem diversificados, reunir um conjunto de elementos fundamentais para a caracterização arqueológica da região.

Porém, a documentação associada a esses trabalhos é em número claramente reduzido e insuficiente, em muitos casos, para retratar as realidades citadas, dificultando a interpretação dessas referências e a sua respectiva identificação no terreno. Perante este cenário, era essencial promover a revisão dos dados existentes, desenvolvendo-se, simultaneamente, estratégias orientadas para a identificação de novos sítios.

Os trabalhos realizados têm contribuído de forma determinante para a alteração do quadro de referência do património arqueológico local, promovendo, não só a identificação e inventariação de monumentos e sítios arqueológicos, mas também a caracterização preliminar da diversidade de formas de ocupação do território.

Os resultados obtidos entre 2005 e 2009 só poderiam adquirir expressão numa perspectiva de continuidade, pelo que o projecto foi retomado em 2011. Ao longo das 4 campanhas já concretizadas desde o início da Carta, foram documentadas 163 ocorrências, correspondentes a sítios conhecidos e relocalizados[1] e a sítios inéditos, estes últimos perfazendo um total de 94 registos do total da amostra reunida. Tendo por base o conhecimento adquirido ao longo do projecto, e tendo em consideração o amplo espectro cronológico associado à ocupação do território, procurou-se, na segunda fase da Carta Arqueológica, direccionar os trabalhos para áreas específicas de análise. Uma das prioridades definidas foi a identificação de testemunhos atribuíveis ao Paleolítico, período que correspondia a um espaço vazio para a área em estudo. Estes trabalhos, ainda a decorrer, tiveram início na campanha 03/2011, sendo desenvolvidos em parceria com Maria Margarida Salvador[2].

A CARTA ARQUEOLÓGICA DE AVIS E O PALEOLÍTICO: UMA PRIMEIRA LEITURA

Avis integra-se numa área geográfica caracterizada pela insuficiência de informação arqueológica no que diz respeito à Pré-História Antiga. De facto, e analisando os dados publicados ou contidos na base de dados de sítios arqueológicos, o número reduzido de ocorrências registado para o Alentejo, em particular para o Alto Alentejo[3], é pouco expressivo para um território tão vasto e com características naturais propícias à movimentação humana durante o Paleolítico.

---

1. Os locais referidos na bibliografia ou em trabalhos antigos que não foram confirmados no terreno não se encontram incluídos neste inventário.

2. A Arqueóloga tem colaborado, desde 2003, com o serviço de Arqueologia do Município de Avis na realização de diversas acções, tendo passado a integrar, em 2011 e como investigadora colaboradora, a equipa do Centro de Arqueologia de Avis, encontrando-se associada ao projecto Carta Arqueológica de Avis.

3. Os vestígios registados no Portal do Arqueólogo para o distrito de Portalegre correspondem a 36 ocorrências, distribuídas pelos concelhos de Alter do Chão (1), Fronteira (7), Monforte (2), Ponte de Sor (4), Nisa (4), Gavião (3), Castelo de Vide (1), Portalegre (1), Marvão (8), Arronches (3) e Campo Maior (2). A tipologia dos sítios é variada, incluindo habitats (3), acampamentos (2), estações de ar livre (10), manchas de ocupação (2), arte rupestre (2), depósitos (1), achados isolados (11) e vestígios diversos ou indeterminados (5).

Esta visão parcial tem vindo, progressivamente, a adquirir novos contornos decorrentes da identificação de vestígios paleolíticos associados, em muitos casos, a áreas para as quais a informação era escassa ou até mesmo inexistente.

Os trabalhos efectuados no decurso da construção da barragem de Alqueva foram, sem dúvida, determinantes neste processo, mas é com o desenvolvimento recente de estudos direccionados para o Paleolítico[4] que se desenvolvem focos relevantes de abordagem continuada e sistemática das ocupações paleolíticas em algumas zonas do Alentejo.

No caso de Avis, importava compreender o que poderia estar na origem da ausência de vestígios paleolíticos, e quais os fenómenos que determinaram, caso se confirmem os indícios de uma ocupação tão recuada, as movimentações e as formas de ocupação neste território.

Aproveitando a experiência de campo em Paleolítico de uma das signatárias, foi integrado, no âmbito da Carta Arqueológica, um plano de intervenção orientado para o estudo da Pré-História Antiga neste território. A sua concepção assentou na recolha de bibliografia e informação actualizadas e na análise prévia da geologia, geomorfologia e geografia da região, factores que permitiram definir, numa primeira fase, indicadores de potenciais zonas com condições favoráveis à permanência temporária de grupos de caçadores-recolectores, a confirmar posteriormente a partir de prospecções.

Este levantamento prévio incidiu, em especial, nas áreas de Quaternário/Plistocénico integradas na folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50000, opção inicial que teve em consideração a problemática das designações tradicionais e a correlação dos terraços quaternários, confirmando-se, através de prospecções, algumas discrepâncias entre a cartografia e realidade geomorfológica.

A evolução dos trabalhos e o conhecimento efectivo das realidades geomorfológicas em campo permitiram determinar que mais do que incidir a prospecção nas manchas cartografadas na Carta Geológica, era fundamental, para o caso de Avis e eventualmente para outros concelhos, efectuar, de forma sistemática, a cobertura de linhas de água, principais ou secundárias, com potencial estratigráfico.

As áreas prospectadas até ao momento incidiram nos depósitos quaternários (Q_f) identificados sobretudo na folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50000 e que correspondem a terraços fluviais atribuídos ao Plistocénico, constituídos por areias, com seixos e calhaus predominantemente de quartzo, rolados e sub-rolados, de grauvaque, de xisto e de granito, elementos que reflectem a geologia atravessada por essas linhas de água.

Estes depósitos estão localizados, na sua maioria, na zona oeste do concelho, estando associados à margem esquerda da Ribeira de Sor, actualmente integrada na albufeira de Montargil, e abrangendo os vales subsidiários, correspondentes às ribeiras de Santa Margarida e da Margem e ao ribeiro do Cortiço, onde os terraços apresentam cotas que variam entre 150-140m, 130-120m, 110-100m e 90-80m.

Para a restante área do concelho verifica-se a ocorrência de algumas manchas associadas a linhas de água e que correspondem às seguintes zonas: terraços baixos da Ribeira de Seda (90-80m) e da Ribeira de Almadafe (110-100m), na zona da freguesia de Maranhão; Ribeira de Sarrazola, a Este de Benavila, com cotas que variam entre 150 e 130m; na zona de Ervedal foram identificadas manchas de depósitos nas margens da Ribeira Grande, em contas que oscilam entre 153 e 130m; na Ribeira do Alcórrego existem depósitos de terraços fluviais, com cotas entre 200-190m; e os depósitos fluviais isolados que contemplam cotas situadas entre 140 e 80m e entre 160 e 140m (AAVV, 2009, p.16-17).

Na análise do território houve ainda a necessidade de se proceder à identificação de eventuais alterações geomorfológicas que pudessem estar na origem do desaparecimento de potenciais áreas de ocupação humana. Para este facto contribuiu também a construção, na década de 50, da barragem de Maranhão, com a submersão de uma parte significativa dos terraços adjacentes às principais linhas de águas.

Os vestígios identificados até ao momento encontrando-se associados a achados isolados ou dispersos e correspondem aos sítios Monte Velho 1, Camões 1, Maranhão 1 e Areeiro 2. Confirmou-se a existência de indícios nas zonas confinantes com os terraços plistocénicos, associadas, na Carta Geológica, à Formação de Vale de Guizo, e que integram os achados de Monte Velho 1, que poderá cor-

4. Sobre esta questão importa destacar o levantamento realizado na bacia hidrográfica do rio Sado (BURKE, A. et al, 2011), e os trabalhos desenvolvidos no Alto Alentejo, em particular na zona de Nisa (ALMEIDA, N., DEPREZ, S. e DAPPER, M., 2007; ALMEIDA, N., CARVALHO, V. e AVELEIRA, A., 2011).

responder a um local de depósito, e de Maranhão 1, o qual poderá resultar de escorrências.

Relativamente aos achados efectuados em Camões 1, a aparência rolada das peças sugere a deposição secundária das mesmas, sendo difícil a sua correcta classificação. Estes vestígios poderão estar associados ao artefacto recolhido, na década de 80, no sítio de Bembelide, localizado nas imediações (SISMET, 1984).

Já no que se refere ao local Areeiro 2, os materiais recolhidos poderão indiciar a existência de um potencial sítio arqueológico, facto que terá de ser confirmado com a cobertura mais extensa da área quando existirem condições de visibilidade para tal.

Neste momento, a tipologia dos materiais recolhidos, assim como a ausência de contextos estratigráficos conservados, dificultam a atribuição crono-cultural aos vestígios reunidos.

A identificação de vestígios, atendendo aos contextos geomorfológicos e geológicos a que se encontram associados, poderá alterar-se em função da eventual abertura de trincheiras nos depósitos quaternários, acções que poderão colocar a descoberto eventuais materiais que aí possam estar depositados. Por essa razão, considera-se que algumas áreas já prospectadas possam vir a ser objecto de novos trabalhos na sequência de movimentações de terras associadas, por exemplo, a actividade agrícola. O mesmo se aplica para algumas zonas que apresentam vegetação densa, impossibilitando a sua cobertura eficaz.

As realidades registadas, apesar de não constituírem dados conclusivos, permitem definir novas perspectivas de trabalho ao nível da identificação de vestígios correlacionáveis com eventuais ocupações atribuídas ao Paleolítico, e que se poderão materializar nas fases de trabalhos subsequentes.

Apesar de identificadas na cartografia, uma parte das áreas previamente definidas encontra-se, por factores de natureza diversa, por cobrir, pelo que a continuidade do projecto é fundamental para uma leitura mais ampla e completa do território.

Os dados reunidos até ao momento, não obstante o seu carácter preliminar, constituem um ponto de partida para a caracterização dos momentos mais antigos de ocupação do território, contribuindo para delinear a sua relação com outras áreas da região onde as indústrias líticas deste período se encontram documentadas, estabelecendo, deste modo, semelhanças e assimetrias.

Por conseguinte, é fundamental dar continuidade ao trabalho de forma sistemática e devidamente enquadrada numa perspectiva regional, uma vez que se confirmou que a ausência de informação não equivale à falta de vestígios. A orientação da investigação neste sentido e o contínuo aperfeiçoamento das metodologias e leituras aplicadas poderão, a longo prazo e numa perspectiva de investigação à escala regional, possibilitar a revisão dos materiais recolhidos no Alto Alentejo desde o início do século XX, ampliar a investigação, introduzir novas pesquisas e elaborar, de forma actualizada, uma Carta do Paleolítico no Alto Alentejo, desde as margens dos rios Caia e Sever às Ribeiras de Sor e Raia.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2009), Notícia Explicativa da folha 32-C da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia.

ALMEIDA, N. (2002), Os primeiros habitantes do Nordeste Alentejano. Ibn Marúan, n.º 12, p. 185-197.

ALMEIDA, N., DEPREZ, S. e DAPPER, M. (2007), As ocupações paleolíticas no Nordeste Alentejano: uma aproximação geoarqueológica. Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa, vol. 10, nº 2, p. 7-16.

ALMEIDA, N., CARVALHO, V. e AVELEIRA, A. (2011), Primeiros dados sobre a Pré-história antiga do Nordeste Alentejano. Comunicações das 3as Jornadas Arqueológicas do Nordeste Alentejano, Edições Colibri/C.M. Fronteira, p.35-43.

ANGELUCCI, D.E. e DEUS, M. (2006), Geomorfologia e ocupação pré-histórica no baixo curso do rio Sôr: primeiras observações geoarqueológicas. Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa, vol 9, nº 2, p. 5-26.

BICHO, N. (2006), Manual de Arqueologia Pré-Histórica, Edições 70, Lisboa.

BURKE, A. et al (2011), The Palaeolithic occupation of Southern Alentejo: The Sado River Drainage Survey. Trabajos de Prehistoria, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, nº 68, nº1, p. 25-49

CUNHA-RIBEIRO, J.P e CURA, S. (2004), A jazida paleolítica de Sapateiros 2 (Reguengos de Monsaraz). Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa, vol 7, nº 2, p. 5-26.

GASPAR, R. e ALDEIAS, V. (2004), O Sítio Paleolítico de Arneiro Cortiço (Benavente). Intervenções de Emergência no contexto dos terraços do Tejo. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontório Monográfico 02, Universidade do Algarve, Faro, p. 385-396.

MARTINS, A.A. e CUNHA, P.P. (2008), Terraços do rio Tejo em Portugal, sua importância na interpretação da evolução da paisagem e da ocupação humana. Publicado nas Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em território Português. CPGP Palmela, p. 163-175.

PONTIS – Grupo de Estudos Arqueológicos de Ponte de Sor (1999), Carta Arqueológica de Ponte de Sor, Câmara Municipal de Ponte de Sor.

RIBEIRO, A. (2008), Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis, in Al-madan, edição on-line, n.º 16.

SALVADOR., M.M.M.S. (2002), Contribuição para o Estudo do Paleolítico Inferior do Vale do Forno – Alpiarça, no seu Contexto Crono-estratigráfico. Tese de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, volume policopiado.

SISMET (1984), Estação romana de Bembelide (freguesia do Maranhão, concelho de Avis), volume policopiado.

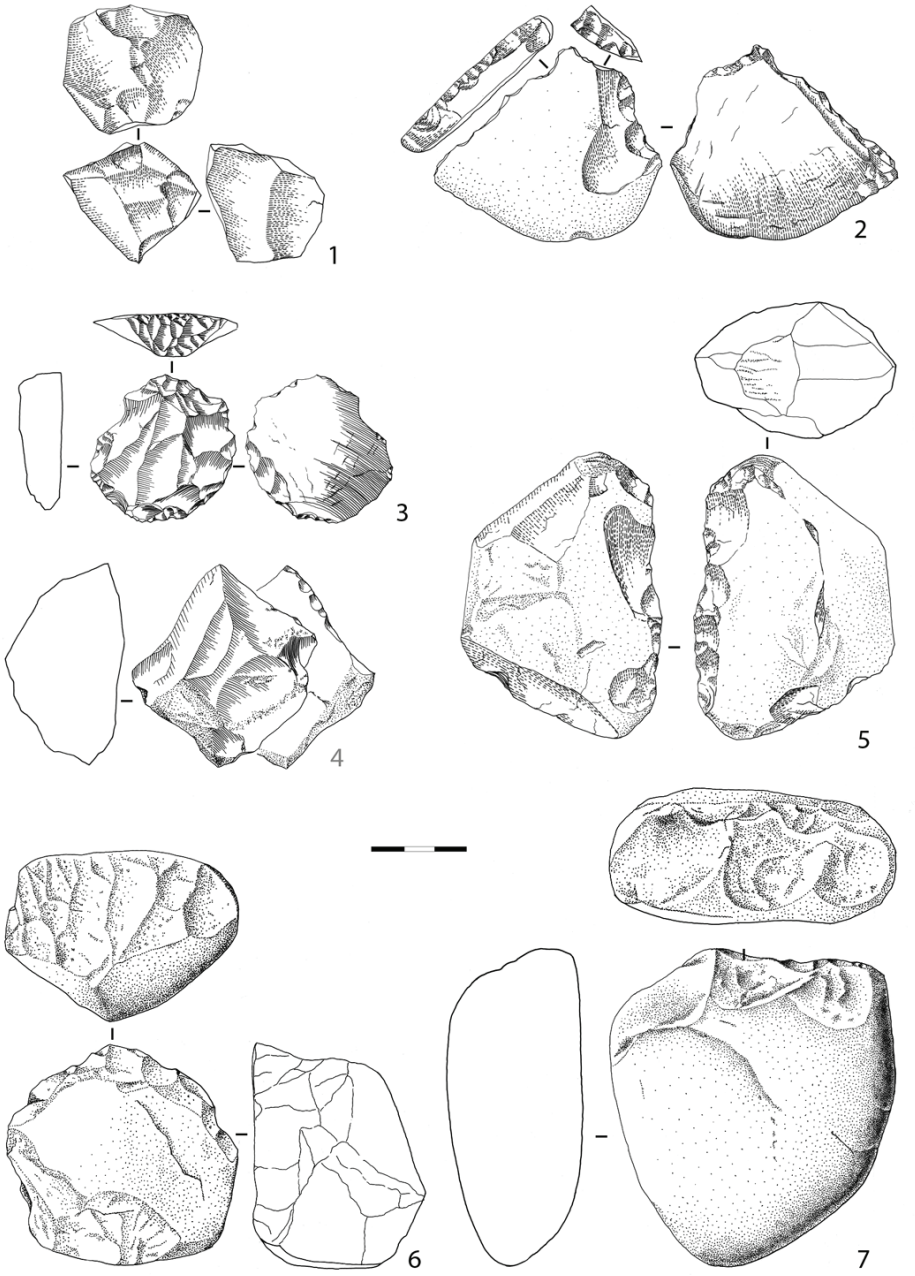


Figura 1 – Conjunto artefactual recolhido no decurso da Carta Arqueológica de Avis: 1 a 3 – Areeiro 2; 4 – Monte Velho 1; 5 – Maranhão 1; 6 a 7 – Camões 1. Desenhos de M. Fernanda Agostinho de Sousa.

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DO CONCELHO DE ARRAIOLOS: O PROJETO LAPA

Leonor Rocha / CHAIA / Universidade de Évora / lrocha@uevora.pt
Ivo Santos / CHAIA / Universidade de Évora / ivojfs@gmail.com

RESUMO

O projeto "Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos – LAPA", da responsabilidade dos signatários, tem por objetivo rever e atualizar os dados arqueológicos e patrimoniais referentes ao atual concelho de Arraiolos.

Os trabalhos de campo realizados nos últimos 3 anos incidiram nas áreas que se encontravam com maiores lacunas na investigação, quer por existir um aparente vazio, quer por a informação existente se reportar a trabalhos antigos. Os resultados obtidos permitiram colmatar algumas das lacunas existentes e, paralelamente, ampliar significativamente o universo de sítios conhecidos sobretudo no que diz respeito à Pré-História Recente e à Época Romana.

Esta comunicação pretende dar a conhecer os diferentes tipos de vestígios identificados até ao presente, nesta área, procurando simultaneamente perceber as suas dinâmicas de povoamento.

ABSTRACT

The project "Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos – LAPA", responsibility of the signatories, aims to review and update the data archaeological and heritage related to the territory of Arraiolos, Évora, Portugal.

The field work in the last three years focused on areas that were with larger gaps in research, either because there is an apparent void, either because the existing information was reported on ancient works. The results obtained allowed to fill some of the gaps and significantly expand the universe of known sites especially with regard to the Recent Prehistory and Roman era.

This communication aims to present the different types of findings identified to date in this area, while seeking to understand the population dynamics associated.

1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

O projecto "Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos – LAPA" foi apresentado em 2010, ao IGESPAR, no âmbito dos Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos (PNTA). Este trabalho surge na continuidade dos trabalhos anteriormente desenvolvidos por um dos signatários (LR) no Alentejo Central, os quais foram englobando, ainda que parcialmente, o atual concelho de Arraiolos.

Apesar de vários investigadores terem trabalhado na área, verificava-se que uma parte substancial do Concelho permanecia por prospectar; efectivamente, fora da folha 437, objeto de um primeiro estudo no âmbito de Carta Arqueológica (Silva & Perdigão, 1998) e dos trabalhos realizados pelo casal Leisner (Leisner & Leisner, 1959) os restantes dados disponíveis eram ainda muito parcelares e encontravam-se distribuídos em publicações diversas.

Assim sendo, pretendia-se dar continuidade aos estudos realizados neste Concelho, contextualizando, numa perspectiva mais ampla, a informação reunida, pelo que este projecto apresentava duas vertentes: por um lado dar continuidade aos trabalhos anteriormente desenvolvidos de identificação e/ou relocalização de sítios arqueológicos ou com valor patrimonial e, por outro, integrar e analisar a informação numa perspectiva de se poderem vir a desen-

volver, no futuro, outros trabalhos, nomeadamente de escavações arqueológicas.

Os trabalhos de campo realizados incidiram assim[1], em primeiro lugar, nas áreas que se encontravam com maiores lacunas na investigação, quer por se tratar de espaços aparentemente vazios de informação, quer por a informação existente se reportar a trabalhos antigos.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIAS

Para além dos avanços científicos que este tipo de trabalhos deve necessariamente aportar e que são fundamentais para o conhecimento e a valorização dos patrimónios concelhios, foram definidos à partida um conjunto de objetivos que considerámos essenciais:

1. Registar o maior número de sítios independentemente da sua cronologia ou tipologia;
2. Ampliar a base de dados sobre o património arqueológico concelhio, de forma a constituir um instrumento útil na gestão do território, cuja eficácia depende, naturalmente, da localização precisa dos vestígios;
3. Identificar, caracterizar e, eventualmente, valorizar os sítios arqueológicos com maior potencial turístico-cultural;
4. Realizar intervenções/sondagens arqueológicas em alguns dos locais com maior interesse científico ou em vias de destruição.

Atendendo a estes objetivos específicos estabeleceu-se uma metodologia genérica que se foi ajustando á medida que os trabalhos se desenvolviam:

a) Numa primeira fase, procurou-se obter um reconhecimento do território a nível geográfico, geológico e geomorfológico (o relevo, os solos, a rede hidrográfica, os recursos e as fontes de matérias primas), através de uma inspeção geral da área;

b) Através da análise dos dados conhecidos definiu-se um quadro cronológico – cultural da evolução do povoamento, definindo as áreas de ocupação preferenciais.

c) Deu-se também especial atenção a existência de arte rupestre (covinhas ou outro tipo) e, a eventual reutilização de menires.

d) A recolha exaustiva de materiais arqueológicos colocava-nos alguns problemas. A experiência anterior alertava-nos para dois tipos de situações; a gestão dos materiais recolhidos e a dificuldade do sítio poder vir a ser relocalizado por posteriores investigadores. Face a esta situação, optou-se por recolher o menor número possível de materiais. Os materiais eram recolhidos apenas para serem fotografados e foram deixados no terreno.

e) Em termos cartográficos, também se tem verificado que a maioria dos investigadores opta por localizar os sítios apenas com um símbolo (normalmente são usadas formas geométricas como bola, triângulo, quadrado). Esta opção parecia-nos viável para sítios de reduzida dimensão mas não é eficaz para uma villa romana, por exemplo. A deficiente delimitação de um sítio arqueológico tem implicações diretas na sua preservação, caso se venha a implantar um qualquer projeto na área. Sendo uma Carta Arqueológica, também, um instrumento auxiliar na gestão do território que deve ser usado pela autarquia na administração do concelho, optou-se por delimitar os sítios de maior dimensão através de polígonos.

f) A questão da variabilidade da visibilidade dos terrenos ao longo do ano foi outra das questões analisadas pela equipa. De modo a minorar este problema optámos por realizar trabalhos de campo em diferentes períodos do ano. Sempre que as condições de acessibilidade o permitiram realizaram-se prospecções sistemáticas nas áreas que nos pareciam mais favoráveis e prospecções selectivas, na restante área.

g) Seleção dos sítios com maior potencial para posterior elaboração de uma proposta de criação de roteiros arqueológicos, tendo como objectivo a valorização e divulgação, junto de públicos não especializados, do património do concelho.

h) Divulgação científica dos trabalhos realizados, através da publicação de artigos e, no final dos trabalhos, de uma monografia sobre o Concelho.

1. Agradecimentos: Os autores agradecem o apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal de Arraiolos e o apoio técnico e científico da Universidade de Évora / CHAIA / Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro. Agradecemos igualmente a todos os alunos de Arqueologia do 1º e 2º Ciclo da UE e da UAL que participaram nestes trabalhos.

3. O CONCELHO DE ARRAIOLOS: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O actual concelho de Arraiolos abarca uma vasta área, 684,08 km², e é constituído [atualmente] por sete freguesias: Arraiolos, Igrejinha, Santa Justa, Sabugueiro, S. Gregório, S. Pedro da Gafanhoeira e Vimieiro. Situa-se na parte Norte do distrito de Évora, perto do limite com os distritos de Santarém e Portalegre, na transição, segundo a carta das Regiões Naturais do Atlas do Ambiente, da região natural do Ribatejo com a do Alentejo, sub-região da Charneca de Ribatejo-Sul.

Geologicamente, abrange essencialmente o substrato antigo, na maior parte constituído por granitos. Junto à ribeira do Divor existe uma mancha de rochas graníticas, a que se segue o complexo montmorilonético com arcoses, formações de detritos grosseiros, mal rolados de aspecto torrencial e com episódios calcários (Carvalho, 1968, p. 155). As aluviões modernas encontram-se ao longo dos principais vales da região e são compostas por areias e cascalheiras com algumas intercalações argilosas. Os vales das ribeiras da Têra e do Divor apresentam este tipo de formações. A Norte aparecem ainda depósitos constituídos por grés argilosos, com seixos miúdos e também cascalheiras de elementos subangulosos.

Em termos hidrográficos, o concelho de Arraiolos pertence à bacia hidrográfica do rio Sorraia, subsidiária da margem esquerda do Tejo. Atualmente apresenta uma grande irregularidade fluvial, de estiagem mais severa e escoamento mais concentrado (Ramos, 1994, pp. 115-116). Estas condições devem-se, por um lado, à escassez pluviométrica, quer em quantidade, quer em número de dias de chuva e, por outro, à pouca permeabilidade do substrato predominantemente xistento, que dificulta a infiltração e favorece o escoamento superficial. Estes factores conduzem à pobreza das reservas hídricas subterrâneas, nos períodos não chuvosos, e a grandes caudais nos períodos de maiores precipitações. Mesmo as principais ribeiras do concelho, a do Sabugueiro, do Divor, da Têra, do Freixo, do Almansor e a de Arraiolos não têm, nos nossos dias, caudal permanente.

Segundo a carta do Atlas do Ambiente referente ao escoamento, esta área apresenta valores muito baixos tanto na quantidade de água na rede hidrográfica, na ordem dos 150 mm – valores médios anuais – como nos recursos aquíferos subterrâneos, com produtividades médias entre 50 e 100 m3/dia.km².

Em relação à topografia, podemos considerar que à cobertura terciária estão associadas formas de relevo suaves, enquanto, ao substrato antigo, embora peneplanizado, correspondem relevos mais irregulares, marcados pela presença de grandes afloramentos graníticos.

Quanto à qualidade dos solos, os granitos determinam, em geral, um fraco potencial agrícola (classes D e E), enquanto nas formações terciárias se observam duas situações distintas: nos terrenos argilo-calcários do Oligocénico, ocorrem boas manchas de solos agrícolas (classes B e C) e nos terrenos Mio-Pliocénicos do complexo greso-argiloso e conglomerático dos planaltos, predominam os solos sem qualquer aptidão agrícola (classe E).

De acordo com a Carta Agrícola e Florestal, do Atlas do Ambiente, os solos têm uma utilização agro-florestal. Os terrenos incultos surgem nas áreas de declives mais acentuados ou com afloramentos. Aqui a vegetação atual é constituída por montado de azinheira, estevas e outras espécies arbustivas, integrando-se, segundo a Carta Ecológica (Fito-edafo-climática), na zona ecológica submediterrânea com *Quercus suber, Pinus pinastes, atlantica, Pinus pinea, Quercus faginea e Olea europaea sylvestris*. No mapa de 1868 relativo à arborização geral do reino (Silbert, 1978, p. 81), esta área apresentava-se com extensas áreas incultas, povoadas por animais selvagens (Silbert, 1978, p. 406).

Nas Memórias Paroquiais de 1758 refere-se como principais "frutos" da terra o pão (trigo, centeio e cevada), o vinho e o azeite. Sobre as outras atividades existentes, menciona a pesca realizada na Ribeira de Têra "os pêxes que teem saõ pilões, bordallos, bogas, e pardelhas; as pescarias, que ordinariamente se fazem nella são de redes, e canna".

Em termos climáticos, e a nível geral, podemos considerar que existem grandes contrastes térmicos devido às elevadas temperaturas atingidas no verão. Os invernos apresentam-se moderados nas áreas topograficamente menos acidentadas e frescos nas áreas deprimidas do interior (Daveau, 1985, p. 48).

4. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Ao iniciarmos este trabalho estavam registados na base de dados Endovélico 337 sítios arqueológicos dispersos por uma trintena de categorias (Achados Isolados, Anta, Arte Rupestre, Chafurdão, Convento,

Forno, Fortificação, Fortim, Fossa, Habitat, Inscrição, Lagareta, Mamoa, Mancha de Ocupação, Menir, Moinho, Monumento Megalítico, Necrópole, Nicho, Pedreira, Ponte, Povoado, Povoado Fortificado, Recinto, Templo, Vestígios de Superfície, Vestígios Diversos, Via, Villa), da Pré-história recente ao Período Moderno (Figura 1).

A análise cartográfica dos dados existentes permite-nos, desde logo, verificar a desigualdade dos dados, na área do concelho, com uma maior concentração na Folha 437, resultante dos trabalhos mais sistemáticos de António Carlos Silva e José Perdigão, na última década do séc. XX (Silva & Perdigão, 1998). Os outros sítios referenciados resultam essencialmente de trabalhos de investigação realizados por M. Calado e L. Rocha (Calado, 2001, 2004; Rocha, 2005) e do casal Leisner (Leisner & Leisner, 1959).

Foi a partir desta situação de referência que se delinearam os trabalhos de prospeção arqueológica realizados no âmbito deste projeto. No primeiro ano ainda se realizaram alguns trabalhos de relocalização de sítios no entanto, face ao pouco tempo disponível anualmente (um mês), rapidamente se optou por investir sobretudo em áreas com menos informação. No decurso deste período foram identificados e/ou revistos 281 sítios. Destes 82 (29%) já se encontravam referidos por trabalhos anteriores e 199 (71%) são inéditos (Mapa 1). Se confrontarmos os dados obtidos por este projeto, com os registados na base de dados do governo, Endovélico, verificamos que, até ao presente, houve um acréscimo de 59% de sítios no concelho, da Pré-história ao Contemporâneo (Gráfico 1).

Em termos gerais, estes sítios encontram-se dispersos por todo o concelho, mas com menor incidência no lado Este do concelho, uma vez que se optou deixar a freguesia do Vimieiro para o último ano do projeto, a decorrer.

A evidência disponível deixa supor a existência de áreas preferenciais, em determinados períodos cronológicos. Os terrenos com condições favoráveis para a pastorícia, mais acidentados e pedregosos, por vezes associados a maiores concentrações de afloramentos graníticos, apresentam maior número de sítios mais antigos, dentro do Neolítico. Por outro lado, nas áreas mais aplanadas e abertas, com solos mais férteis e aptos para a agricultura de sequeiro temos uma maior concentração de sítios romanos e/ou posteriores. As sobreposições de ocupações também são relativamente recorrentes e ocorrem sobretudo entre sítios neolíticos e romanos e, posteriormente, entre os sítios romanos e medievais.

Paralelamente, os vestígios arqueológicos concentram-se sobretudo nas imediações dos principais cursos de água, em todos os períodos cronológicos. É de realçar o conjunto de moinhos de água existentes ao longo das principais ribeiras do concelho de Arraiolos os quais se encontram em diferentes estados de conservação. Associados a esta atividade identificou-se, nas imediações de vários moinhos, algumas mós. Umas estavam já concluídas mas nunca chegaram a ser removidas, outras estavam semi-acabadas.

Aparentemente o lado Noroeste do concelho apresenta menos vestígios de povoamento. De fato, não obstante as várias incursões que se fizeram nesta área, apenas identificámos mais alguns afloramentos com arte rupestre ou alguns achados isolados, pouco expressivos. Trata-se de uma área de terrenos arenosos que ainda hoje se encontra bastante desocupada, sendo mais vocacionada para o montado e pastoreio. Nas áreas de terrenos com maior aptidão agrícola devemos ainda atender ao fato de serem terrenos muito remexidos pelas lavouras e, nalguns casos, bastante alterados pelos antigos arrozais.

5. NOTAS FINAIS

O projeto de Carta Arqueológica encontra-se no último ano, prevendo-se a publicação da monografia no final de 2013.

Atendendo aos objetivos iniciais e aos resultados obtidos consideramos que se conseguiram cumprir praticamente todos os pressupostos iniciais. Na realidade, e apenas por falta de tempo, não chegámos a realizar nenhuma intervenção (escavação) arqueológica. Dos inúmeros sítios existentes neste concelho, destacaríamos como locais a intervencionar, num futuro projeto, pelo que poderiam aportar de conhecimento científico e valor cultural para o concelho:

- sondagens em sítios do Neolítico antigo;
- escavação e recuperação do menir da Caeira. Este sítio esteve para ser intervencionado em 1996, por um dos signatários (LR), mas que acabou por não se realizar;
- escavação e recuperação da anta do Telhal – primeiro monumento megalítico funerário onde se identificou, no âmbito deste projeto, gravuras similares às dos menires (báculo e crescentes), no esteio de cabeceira;
- sondagens em sítios de cronologia romana.

BIBLIOGRAFIA

Memória Paroquial da freguesia de Vimieiro, comarca de Estremoz [ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 41, nº 343, pp. 2077 a 2086. Em linha http://www.portugal1758.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/89-arraiolos-vimieiro

Memória Paroquial da freguesia de São Gregório, comarca de Vila Viçosa. [ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 42, nº 124, p. 71]. Em linha http://www.portugal1758.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/88-arraiolos-sao-gregorio

Memória Paroquial da freguesia de Arraiolos, comarca de Évora. [ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 5, nº7, pp. 599 a 604]. Em linha http://www.portugal1758.uevora.pt/lista-memorias/47-arraiolos/86-arraiolos-arraiolos

ALARCÃO, J. (1974) – Portugal romano. Lisboa: Ed. Verbo.

ALVIM, P: ROCHA, L (2011) – Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 14, pp. 41-55.

AZEVEDO, P. (1896) – Extractos Archeologicos das "Memorias Parochiaes de 1758". *O Archeólogo Português*. Lisboa. II, p. 137.

AZEVEDO, P.A. (1899 - 1900) – Extractos Archeologicos das "Memórias Parochiaes de 1758". *O Archeólogo Português*. Lisboa. V, p. 29.

CALADO, M. (2001) – *Da Serra d`Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 19).

CALADO, M; ROCHA, L. (1996-1997) – Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. In *A Cidade de Évora*. Évora pp. 35-55.

CALADO, M; ROCHA, L. (1997) – Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, pp. 99-130.

CALADO, M; ROCHA, L; ALVIM, P. Coord. (2012) – *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora.* Mora: Câmara Municipal de Mora.

GONÇALVES, J. P. (1957) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. *A Cidade de Évora.* Évora. XXXII: 58 Jan--Dez, pp. 241-261.

GONÇALVES, J. P. (1975) – Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. Separata de *A Cidade de Évora*. Évora: [s.n.]. 58, pp. 3-25.

HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. III, pp. 221-237.

LEISNER, G. e V. LEISNER (1965) – *Die Megalithgräber der Iberschen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

LOPES, B. (2008) – *O Castelo de Arraiolos*. Lisboa: Apenas Livros.

OLIVEIRA, C; ROCHA, L. (2010) – Intervenções arqueológicas em arqueosítios romanos nos últimos 10 anos: o caso do Alentejo. In *Espaços e paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. História, Arqueologia e Arte.* ed. 1, 3º vol., Coimbra: Classica Digitalia, pp. 69-80.

ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional.* Setúbal: Câmara Municipal de Mora.

ROCHA, L. (2005) – As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL.

ROCHA, L. (2009/2010) – As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno. *Promontoria.* Faro. 7/8, pp.45-98.

ROCHA, L; SANTOS, I. (2013) – O Neolítico do concelho de Arraiolos: um ponto da situação. In *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa, pp. 341-349

SILVA, A.C., PERDIGÃO, J. (1998) – *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos.* Setúbal: Câmara Municipal de Arraiolos.

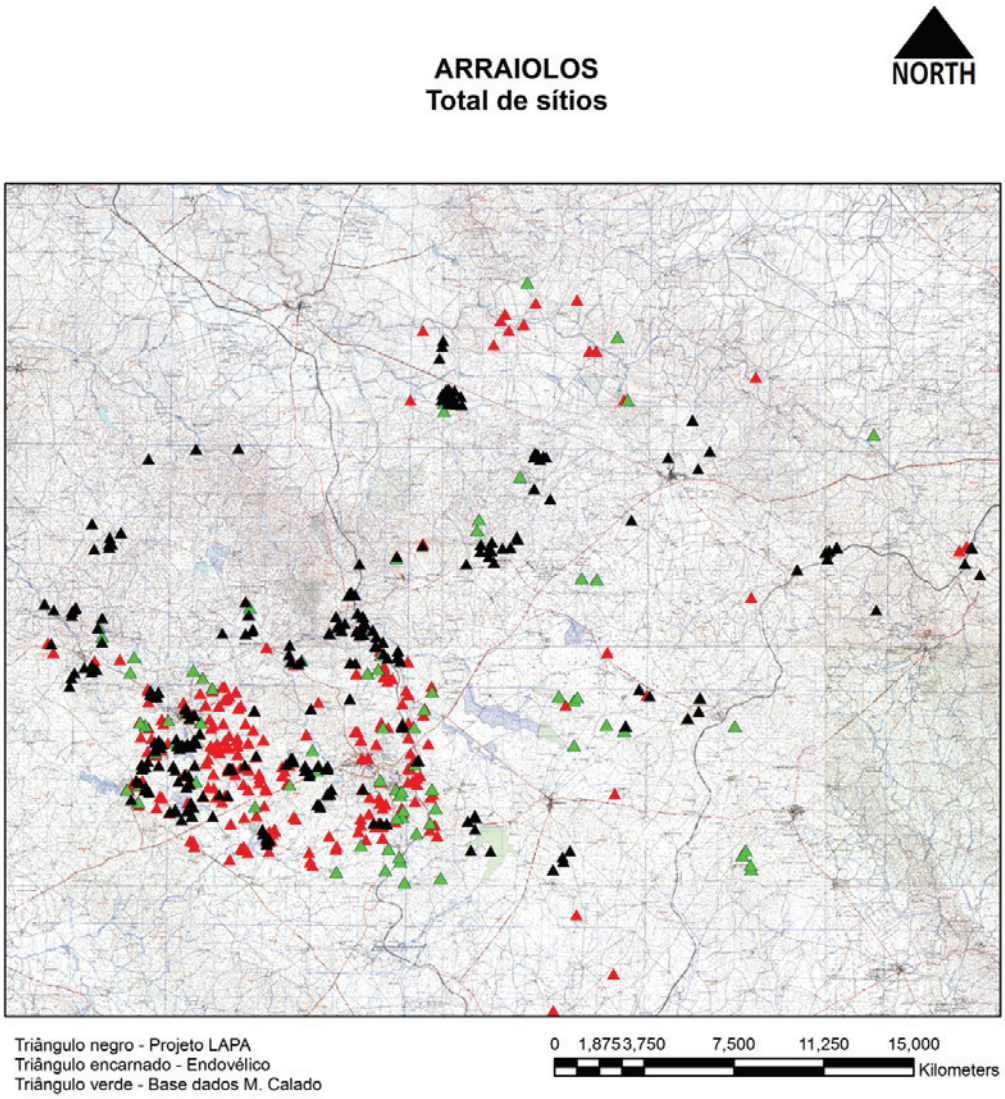


Figura 1 – Vista geral dos sítios registados no concelho.

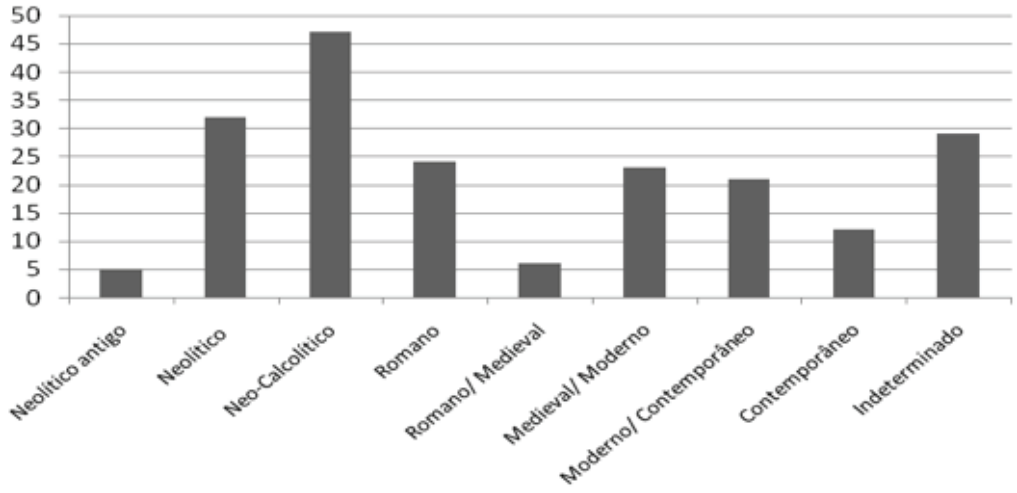


Figura 2 – Gráfico 1 – Total de sítios novos, por cronologia.

Figura 3 – Pedra das Gamelas (bibliografia).

Figura 4 – Anta de S. Gregório (inédita).

Figura 5 – Monte das Luzes 4 (inédito).

Figura 6 – Monte de Santo Estevão 6 (inédito).

Figura 7 – Monte das Luzes (inédito).

Figura 8 – Ermida de S. Gens (bibliografia).

Figura 9 – Trabalhos de prospeção arqueológica.

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO: HISTÓRIA DO POVOAMENTO DE PICOTE (HISTPP)

Daniela de Freitas Ferreira / Membro do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) / danielafilipaferreira@gmail.com
Filipe Costa Vaz / Membro do CIBIO / filipe.mcvaz@gmail.com

RESUMO

Numa época de profunda retração do investimento público no que diz respeito à investigação em Arqueologia, foi constituído o projeto História do Povoamento de Picote. Esta iniciativa, financiada pela REN através da associação Frauga, tem como principal ator o Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sob a coordenação científica dos docentes de arqueologia da UP, este projeto conta com uma vasta equipa especializada e multidisciplinar, abrangendo todas as áreas necessárias à boa condução da investigação a que o projeto se propõe. A sua finalidade última visa o estudo compreensivo do povoamento humano da região que contribuirá para impulsionar o desenvolvimento social, económico e cultural da povoação bragançana de Picote.

ABSTRACT

In a time of great decline of public investment in archaeological investigation, it was formed in 2012 the research project "História do Povoamento de Picote", proposed by Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote (Frauga) to the University of Porto (UP), with the aim objective of carrying out excavations in the archaeological site of Puio, in the outskirts of Picote's village.

1. INTRODUÇÃO

Descrito como "*um verdadeiro tesouro arqueológico*" por Francisco Alves (1934, p. 12), Abade de Baçal, copiosamente destacado pelos materiais arqueológicos que lhe são atribuídos por Albino Pereira Lopo (1900) e José Leite Vasconcelos (1895, p. 11), e caraterizado por António Maria Mourinho como «*a povoação do distrito que maior contingente de monumentos epigráficos Luso-romanos tem dado para o Museu do Abade de Baçal*» (1988), Picote destaca-se como um dos mais relevantes povoados do planalto mirandês. A sua importância, marcadamente ligada à proto-história e romanização, confirma-se pela descoberta de vários berrões e de uma coleção de vinte e uma estelas funerárias - a mais numerosa do nordeste transmontano. O reconhecimento de sepulturas medievais abertas em rocha, a identificação de uma gravura rupestre estudada por Maria de Jesus Sanches e Dulcineia Pinto (2002) e a descoberta de estelas calcolíticas que sugerem «sítios arquitetonicamente complexos» (2009, p. 143), sublinham uma vez mais a importância de Picote, demonstrando com caução científica, uma ampla e expressiva ocupação humana da região.

De entre as várias intervenções arqueológicas aí realizadas ao longo dos últimos 100 anos, destacam-se as dirigidas pelo Professor Santos Júnior em 1952-53, motivadas pelo aparecimento do "grande berrão de Picote" – achado que, até á data, se constitui como o mais importante elemento arqueológico descoberto na região.

Considerando o seu valor patrimonial e potencial arqueológico, a Associação Frauga e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto constituíram o **Projeto de Investigação: História do Povoamento de Picote (HistPP)**, com o objetivo de proceder ao estudo compreensivo do povoamento humano na freguesia de Picote, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança, abarcando uma vasta cronologia que integra os períodos compreendidos entre a pré-história e a época contemporânea.

2. O PROJETO

O HistPP surge em 2012 por iniciativa da direção da Associação para o Desenvolvimento Integrado de

Picote (Frauga), que propõe ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP-FLUP) a constituição de um Projeto de Investigação que proceda à escavação arqueológica e valorização científica do designado "Castro do Puio", tantas vezes referido mas nunca verdadeiramente alvo de um estudo aturado. A sua duração prevista é de quatro anos, tendo sido iniciado em Outubro de 2012 com a pesquisa, recolha e estudo bibliográfico prévio aos trabalhos de campo que ocorrerão nos Verões de 2013 e 2014.

2.1 Objetivos

Vários são os objetivos que nortearam a constituição do projeto de investigação que aqui se apresenta. Há já mais de um século que é conhecido o potencial arqueológico de Picote sem que nunca se tenha realizado uma investigação abrangente e holística dos vestígios humanos que sistematicamente afloram no termo da povoação. Apesar da tarefa hercúlea que tal empreendimento exige, é este o primordial objetivo do HistPP. Pretende-se proceder a um estudo compreensivo da ocupação humana da região, recorrendo para tal à realização de várias ações entre as quais se contam a recolha e sistematização de toda a informação arqueológica publicada sobre a povoação, a realização de prospeções, sondagens e escavações, e a publicação e divulgação dos respetivos resultados e conclusões científicas. Este objetivo acresce-se de maior importância considerando que foram até agora escassos os projetos de investigação desenvolvidos a esta escala na região, desconhecendo-se ainda muita da realidade regional do período proto-histórico e romano.

Dado o contexto socioeconómico da zona é igualmente fulcral para o projeto e para as instituições que o promovem e executam, a criação de uma mais-valia turística impulsionadora de desenvolvimento económico na povoação. Toda a iniciativa será desenvolvida com uma forte participação da comunidade local, estando previstas constantes ações de divulgação, integrando a população no desenvolvimento deste projeto de investigação.

Assumindo o ónus na inovação da investigação que atualmente é exigida às universidades públicas, o HistPP pretende introduzir novas metodologias tecnológicas de registo arqueológico de campo, de sistematização e de inventário, contando para tal com a colaboração de entidades externas.

A execução deste projeto surge ainda como uma oportunidade para o DCTP-FLUP implementar uma muito necessária escavação-escola direcionada para os estudantes dos vários ciclos de estudos em Arqueologia, permitindo uma aprendizagem de campo orientada.

2.2. Entidades Envolvidas

Fundada nos finais de 1996, a **Frauga – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote** - constitui-se como uma associação de desenvolvimento local da aldeia de Picote que tem como objetivos o estudo, salvaguarda e defesa do património cultural e natural da freguesia.

Desde a sua fundação que esta associação se assumiu como uma das mais importantes entidades na defesa e valorização da língua Mirandesa. Nos últimos anos tem sido igualmente promotora de diversos projetos de dinamização cultural e ambiental, entre as quais se destaca a requalificação do Miradouro da Fraga do Puio, a edição de um Roteiro Turístico da freguesia, a criação de vários percursos pedestres e a requalificação do núcleo urbano antigo de Picote, iniciativa que englobou várias e extensas intervenções arquitetónicas como a recuperação da extinta Guarda Fiscal de Picote, atualmente servindo como sede social da associação, e a recuperação de uma casa tradicional para a instalação de um Ecomuseu.

Para além destas iniciativas, a Frauga tem promovido e incentivado a realização de debates, conferências e colóquios, como o Fórum "Parque Natural do Douro Internacional, Desafios e Potencialidades" em 1998 e o Seminário de Etnobotânica "Cultibos, Yerbas i Saberes" em Julho de 2012, em parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, assim como várias ações no âmbito do Programa Ciência Viva.

A Frauga constitui-se assim como uma das entidades estruturais do Projeto de Investigação: História do Povoamento de Picote, facultando não só o financiamento do mesmo, através de contrapartidas compensatórias providenciadas pela Rede Elétrica Nacional (REN), mas também como veículo de comunicação e de integração entre o projeto e a comunidade local.

Por seu turno, o **Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, através da Comissão Científica do HistPP (CCHistPP), formada pelos seus docentes de Arqueologia, constitui-se como a instituição promotora e executante do projeto. Desta instituição partem também as contribuições

dos recém-formados Mestres Daniela de Freitas Ferreira e Filipe Costa Vaz, assim como vários outros investigadores.
Pelo facto de este projeto estar integrado na Universidade do Porto, obterá o apoio de outras entidades de cariz científico, permitindo a execução de tarefas e objetivos que de outra forma não seria possível realizar.
Como parceiros científicos, destaca-se assim o **Centro de Investigação Transdisciplinar Espaço Cultura e Memória** (CITCEM) ao qual pertencem vários dos investigadores envolvidos no HistPP, o **Laboratório de Conservação e Restauro da Faculdade de Letras da UP** (LCR-FLUP) que providenciará o necessário apoio ao nível de equipamentos, armazenagem, estudo e conservação dos materiais exumados, o **Centro de Materiais da Universidade do Porto** (CEMUP) que prestará apoio na condução de análises de microscopia eletrónica, e o **Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos** (CIBIO) que procederá ao estudo do material arqueobotânico resultante das amostras sedimentares provenientes das escavações arqueológicas.
O projeto contará ainda com o apoio técnico da empresa **Sistemas de Futuro** através de uma parceria com o objetivo de desenvolver ferramentas informáticas na área do inventário e da sistematização do tratamento de informação.
A ligação de vários dos membros da equipa de investigação a outras instituições nacionais e internacionais poderá também permitir o acesso a outras entidades, caso isso se justifique.

2.3. A Equipa

A constituição da equipa do HistPP teve em consideração não apenas a vasta diacronia potencialmente em estudo mas também as várias facetas de investigação que hoje se consideram indispensáveis a qualquer estudo arqueológico.
Apresentam-se como membros integrantes na Comissão Cientifica do HistPP os docentes de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto Rui Sobral Centeno, Maria Teresa Soeiro, Sérgio Monteiro-Rodrigues, Mário Barroca, Maria de Jesus Sanches, Rui Morais e Carlos Brochado de Almeida.
Para além destes constituintes, o projeto conta com uma vasta equipa especializada e multidisciplinar, abrangendo todas as áreas necessárias à boa condução da investigação a que o projeto se propõe. Destacam-se como subcoordenadores os mestres Daniela de Freitas Ferreira e Filipe Costa Vaz e como investigadores associados os docentes da Universidade do Porto Armando Coelho F. da Silva, Paula Menino Homem e Alberto Teixeira Gomes. O projeto conta igualmente com a participação do professor auxiliar na Universidade Nova de Lisboa Adriaan de Maan e com a docente Eugénia Cunha associada à Universidade de Coimbra. Acrescente-se o pós-doutorando João Tereso, investigador na entidade parceira CIBIO, o doutorando Fernando Cabral, consultor da empresa Sistemas do Futuro, assim como os doutorandos João Paulo Barbosa e Andreia Arezes e a mestranda Eliana Miranda de Sousa.
Os trabalhos arqueológicos de campo contam ainda com a participação dos arqueólogos César Leandro Guedes e Ana Mª da Costa Oliveira assim como de várias dezenas de alunos do mestrado de Arqueologia da FLUP, colaborantes em regime de estágio.

3. PLANO DE TRABALHOS

O plano de trabalhos para o HistPP, programado para quatro anos (2012 a 2015), foi dividido em três fases com diferentes ações e objetivos.

1ª Fase – 2012
Executada durante o último trimestre de 2012, a primeira fase de execução do Projeto de Investigação: História do Povoamento de Picote teve como objetivo estabelecer um *estado da arte* da informação arqueológica produzida sobre a povoação, preparando assim as posteriores fases do projeto.
Este objetivo foi concretizado através de três diferentes, mas complementares, ações:

– **a recolha e tratamento de toda a informação arqueológica publicada sobre a povoação**, procedendo-se à procura, reunião, digitalização e análise de publicações e referências arqueológicas com origem em Picote. Para além da utilização de recursos eletrónicos, foram também indispensáveis nesta recolha os acervos da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o acervo do Professor Santos Júnior na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Esta tarefa culminou na recolha de mais de cento e vinte títulos, que, depois de analisados, resultaram na elaboração de um relatório de súmula versando o estudo do povoamento de Picote.
– **a compilação, verificação e estudo preliminar**

de todos os materiais recolhidos ao longo dos últimos cem anos em Picote. De forma a puder concretizar esta importante tarefa, foram encetados contactos com diversas instituições museológicas referidas na bibliografia estudada como sendo depositárias dos materiais arqueológicos provenientes de Picote. Realizaram-se assim visitas ao Museu Grão Vasco em Viseu, Museu Terras de Miranda em Miranda do Douro, Museu do Abade Baçal em Bragança e Sala-Museu de Mogadouro. Esta iniciativa permitiu avaliar o grau de dispersão do material arqueológico procedente de Picote, levando-nos a concluir que muito do que é descrito na bibliografia recolhida se encontra em parte incerta.

– **a realização de prospeções localizadas nas áreas de maior sensibilidade arqueológica**. Depois de realizados os dois pontos anteriores, foi possível cruzar a informação providenciada pela bibliografia assim como a procedência dos objetos estudados e delimitar as áreas com maior recorrência de vestígios. Estas áreas foram posteriormente alvo de prospeção não sistemática que permitiram confirmar o potencial arqueológico das mesmas, tendo-se procedido à recolha de muito material de superfície.

A primeira fase de execução do HistPP, correspondente aos meses de Outubro a Dezembro de 2012, serviu desta forma para preparar as consequentes ações do projeto HistPP.

2ª Fase – 2013 e 2014

A segunda fase de execução do HistPP, a desenvolver durante o biénio 2013-2014, constitui o ponto fulcral do projeto e centra-se na realização de escavações e sondagens cujos locais foram determinados através das conclusões retiradas da 1ª fase (*vide supra*), sendo adaptado o método de escavação aos meios disponíveis e aos objetivos arqueológicos que as orientam. As áreas a intervencionar encontram-se na plataforma alvo de escavações por parte do Professor Santos Júnior em 1952 e 53, nos taludes a sul da primeira área e já numa zona de forte vertente em direção ao Douro e a sul do cemitério da aldeia – zona onde foi registado o aparecimento de grande número de estelas romanas.

As escavações decorrerão nos meses de Maio a Julho dos referidos anos e contarão com a intervenção de toda a equipa do projeto, assim como a participação de dezenas de alunos dos vários ciclos de estudos em Arqueologia da FLUP.

3ª Fase – 2015

Será durante o ano de 2015, findo o período de escavações arqueológicas, que se concentrará a grande parte do esforço de produção científica resultante da investigação dos anos posteriores, constituindo assim a terceira e última fase do HistPP.

Realizar-se-á igualmente a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos para o projeto HistPP e equacionar-se-á a elaboração um novo projeto de investigação para novo período de quatro anos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco Manuel (1926). Epigrafia Bragançana. In O Archeologo Português 1ª série, vol. XXVII, pp. 21-22. Lisboa.

ALVES, Francisco Manuel (1934). *Memórias Archaeologico--Historicas do districto de Bragança, Arqueologia, etnografia e arte, tomo IX*. Porto: Empreza Guedes, pp. 47, 143, 815, 844.

ALVES, Francisco Manuel (1938). *Memórias Archaeologico--Historicas do districto de Bragança, Arqueologia, etnografia e arte, tomo X*. Porto: Empreza Guedes, pp. 815-816.

ALVES, Francisco Manuel (1976). *Guia Epigráfico do Museu Abade Baçal*. Bragança.

BARROCA, Mário (2008). De Miranda ao Sabugal – Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num espaço de fronteira. In *Portugalia*, Nova série, 29--30, pp. 193-252.

BERNARDO, Hermínio Augusto (1989). Povoados castrejos portugueses e espanhóis da Bacia do Douro Internacional. In *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. 9, nº 1, pp. 20-22.

BERNARDO, Hermínio Augusto (2000). Para a carta arqueológica do concelho de Miranda do Douro. In *Separata de estudos mirandeses: balanço e orientações*. Porto: Granito, editores e livreiros, pp. 187- 220.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS; Henrique, OLIVEIRA; Carlos Prada (2007). As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758. Memória, História e Património. Braga: Colecção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1984). Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda? In *Estudos Linguísticos* vol. 1, 2ª ed. Coimbra, pp. 71-92.

CENTENO, Rui (1987). *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: edição de autor, pp. 182, 204.

CHAVES, Luís (1948). Pelourinhos Portugueses. O seu perfil histórico, artístico e etnográfico- folclórico. In *Revista de Guimarães*, vol. LVIII, pp. 202-224.

COSTA, António Carvalho da (1650-1715). *Corografia portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa, pp. 479-482.

FORTES, José (1906). As fíbulas do Noroeste da Península. In *Portugalia*, vol. II. Porto: Imprensa Portugueza, p. 20.

HÖCK, Martin e COELHO, Luís (1972). Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade Baçal em Bragança. In *O Arqueólogo Português* série III, vol. VI. Lisboa, p. 242.

LEMOS, Francisco de Sande (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, vol. II. Braga, Universidade do Minho, pp. 228-229.

LEMOS, Francisco de Sande (2002). Trás-os-Montes, Povoamento proto-histórico e romanização. In *A construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro*. Bragança: Arquivo distrital de Bragança, pp. 40-43.

LEMOS, Francisco de Sande (1995). Povoamento romano e medieval do nordeste transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação. In *Actas do congresso histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*, p. 124.

LOPO, Albino Pereira (1987). *Apontamentos arqueológicos*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 105-106.

LOPO, Albino Pereira (1902). Picote (Miranda do Douro). In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. VII. Lisboa: Imprensa Nacional; Museu Ethnologico Português, p. 54.

LOPO, Albino Pereira (1899-1900). Museu Municipal de Bragança. In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional; Museu Ethnologico Português, p. 336.

LOPO, Albino Pereira (1900). Picote (Miranda do Douro). In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional; Museu Ethnologico Português, pp. 145-145.

MARCOS, Domingos dos Santos (1994). Catálogo dos Monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês. In (dir.) AFONSO, Belarmino, *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. XIV, N.º 1/2 – Janeiro/Junho de 1994. Bragança: Assembleia distrital, pp. 97-134.

MOURINHO, António Maria (1949). Lápides funerárias luso-romanas na capela de Santo Cristo de Picote, em terras de Miranda. In *Ocidente*, vol. 36 (132), Lisboa, pp. 172-175.

MOURINHO, António Maria (1986). Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade Baçal – 1947. In *Brigantia - Revista de Cultura* Vol. 6 Nº 1, 2, 3, Jan. - Set./86, Bragança, pp. 3-36.

PINTO, Dulcineia (2005). Notas para a caracterização da estação do Puio – Picote, Miranda do Douro. In *Portugália* vol. XXVI, pp. 77-112.

PINTO, Ruy de Serpa (1931). As fíbulas do Museu Regional de Bragança. In *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 5, Porto, pp. 90-95.

PONTE, Salete da (1980). A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular. In *Actas do seminário de arqueologia do noroeste peninsular*, vol. 2, Barcelos, pp. 111-119.

PONTE, Salete da (1984). Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro. In *Lucerna Homenagem a D. Domingos de Pinto Brandão*. Porto: Ministério da cultura / delegação regional do Norte / Centro de estudos humanísticos, p. 111-144.

PONTE, Salete da (2001). *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas: Portugal.* Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, p. 159.

REDENTOR, Armando (2000). Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes. In (dir.) ALARCÂO, J., *Conimbriga* XXXIX, pp. 5-51. Coimbra: Instituto de Arqueologia.

REDENTOR, Armando; PEREIRA, Luís (2007). Uma nova escultura zoomórfica proto-histórica em Picote (Miranda do Douro). In *Tierra de Miranda. Revista do Centro de Estudos António Maria Mourinho, Miranda do Douro*, nº 2, 2007. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho, pp. 8-26.

REDENTOR, Armando (2002). Epigrafia romana na região de Bragança. In *Trabalhos de Arqueologia* 24. Lisboa: Instituto português de Arqueologia, pp. 21-35.

REDENTOR, Armando (2003). Representações zoomórficas na epigrafia funerária transmontana- zamorana ocidental da época romana. In *Iconografia e simbolismo nas civilizações clássicas* secção III, pp. 163-199.

ROSAS, Lúcia Mª Cardoso (2000). O eremitério Os Santos em Sendim/Picote. In *Douro - Estudos e Documentos*, vol. V (9), Porto, pp. 47-57.

SANCHES, Maria de Jesus (1988). *Contribuição para o estudo da pré-história recente do planalto Mirandês.* Trabalho apresentado no âmbito das provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica na Faculdade de Letras da Universidade do Porto PPAPCC. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, pp. 90-91.

SANCHES, Maria de Jesus (1989). Breve síntese do povoamento pré-histórico do planalto mirandês. In *Revista da Faculdade de Letras: série de História* série II. Porto, pp. 445-456.

SANCHES, Maria de Jesus (1992). Pré-história recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes). In *Monografias Arqueológicas 3*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

SANCHES, Maria de Jesus (2000). A pré-história da região mirandesa. Algumas notas. In *Estudos Mirandeses. Balanço e orientações*. Porto, Granito, editores e livreiros, pp. 179-186.

SANCHES, Maria de Jesus (2009). As estelas antropomórficas de picote – Miranda do Douro (Trás-os-Montes). In (coord.) VILAÇA, R., *Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal/Centro de estudos, pp. 143-166.

SANCHES, Maria de Jesus; PINTO, Dulcineia Bernardo (2001). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos realizados em Picote – Miranda do Douro – 2001*. Relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia.

SANCHES, Maria Jesus; PINTO, Dulcineia Bernardo (2002). O arqueiro da Fraga do Puio (Picote- Miranda do Douro). Estudo de uma estação com arte rupestre no Parque Natural do Douro Internacional. In *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Série I, vol. 1. Porto: Universidade do Porto/ Faculdade de Letras, pp. 51-72.

SANTOS, Júnior, J. R. (1975). A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal. In *Trabalhos de antropologia e etnologia*, vol. 22 fasc. 4, p. 352-516.

SANTOS Júnior, J. R. (1975a). A cultura dos berrões proto--históricos do Noroeste de Portugal. Conferência. In *Revista de Guimarães*. Centro de estudos do património Casa de Sarmento, p. 129.

SANTOS Júnior, J. R. (1983). The "berrões", protohistoric stone statues of the boars, worshipped as idols, object of zoolatry. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIV (fasc. III). Porto. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 533-537.

SANTOS Júnior, J. R. (1984). Dois testemunhos, um galego e outro transmontano, da remota Zoolatria. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIV (fasc. IV), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 689-693.

SANTOS Júnior, J. R. (1985). A cultura dos berrões proto--históricos fundamente radicada em Trás-os-Montes. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV (fasc. I). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 31-40.

SILVA, Mª Matos da (1988). Subsídios para o estudo da arte castreja. A cultura dos berrões: ensaio de síntese. In *Revista de ciências Históricas* 3. Porto, pp. 57-93.

SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu arqueológico da Citânia de Sanfins, p. 101 (nº 766; 767).

SOARES, Mª Antónia (2002-2003). *Representações escultóricas de carácter antropomórfico de Salgueiros - Picote (Miranda do Douro)*. Trabalho de seminário da licenciatura de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Publications du centre Pierre Paris, 7, p. 86.

VASCONCELOS, José Leite de (1898). Museu Municipal de Bragança. In *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional; Museu Ethnologico Português, pp. 153-155.

VASCONCELOS, José Leite de. (1895). Notícias de antiguallhas da terra de Miranda no século XVIII. In *O Archeologo Português*, vol. I. Lisboa: Museu Ethnologico Português/ Imprensa Nacional, pp. 11-12.

O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO NÚCLEO DO CASTELO DE LEIRIA: ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E RESULTADOS

Vânia Carvalho / CM Leiria / vcarvalho@cm-leiria.pt
Isabel Inácio / Arqueohoje, Lda. / isabelminacio@gmail.com

RESUMO
A Câmara Municipal de Leiria encontra-se a desenvolver, desde 2009, um projeto de investigação no Castelo de Leiria, no quadro do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos e incluído no Programa de Ação Local para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Leiria. Este projeto contemplou, entre outros, estudos paramentais, prospeção geofísica, escavação arqueológica e estudo de espólio, com vista à fundamentação de um projeto de valorização e requalificação do monumento. Os resultados agora apresentados, uma primeira abordagem ao estudo de ocupação do Castelo, pretendem-se mais aprofundados no futuro, abrindo hipóteses de interpretação, não só em relação às épocas de ocupação, como à sua relação com o espaço.

ABSTRACT
Since 2009, the Municipality of Leiria is developing a research Project at the Castelo de Leiria under the scope of the Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos and inserted in the Programa de Ação Local para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Leiria. Aiming the valorisation and requalification of the Castelo de Leiria, the project has included architectonical analysis, geophysic prospection, archaeological excavations and the study of the remains recovered. The preliminary results here presented constitute the first approach to the study of the human occupation at the Castelo de Leiria and intends to promote future interpretation hypothesis regarding the different periods of occupation and its possible relationship with the surrounding space and environment.

ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO PROJETO

O projeto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria corresponde ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, apresentado em 2009, o qual, no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) foi objeto de candidatura aprovada, ao instrumento de política de cidades "Parcerias para a Regeneração Urbana", inserido no Programa Operacional Regional do Centro. O projeto encontra-se incluído no Programa de Ação Local para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Leiria (PALOR). Corresponde a um projeto de valorização e investigação arqueológica do Castelo de Leiria, pretendendo-se um diagnóstico exaustivo do monumento, através da realização de levantamentos gráficos, estudos paramentais e análises preliminares de elementos físicos, prospeção arqueológica e geofísica, escavação arqueológica e estudo de espólio, com vista à fundamentação de um programa de valorização e requalificação do monumento. Deste modo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento do conjunto construído e fundamentar futuras análises e intervenções, promoveu-se a produção de documentação geométrica e fotogramétrica de alguns conjuntos edificados, com o objetivo de evidenciar os seus valores geométricos, dimensionais e estruturais; materiais e técnicas de construção e condições de degradação. Foi realizada prospeção geofísica aplicada à arqueologia, com a finalidade de detetar anomalias geofísicas que pudessem traduzir eventuais contextos arqueológicos, aplicando-se os resultados desta intervenção, na realização das sondagens arqueológicas manuais, implantadas na zona delimitada pela 2ª linha de muralhas do Castelo, em

sectores considerados como mais relevantes do ponto de vista científico e/ou com maior potencial para intervenções de requalificação futura.
Para a concretização deste projeto foi constituída uma equipa que integrou uma Comissão Científica de consultores nas áreas da Arqueologia, Conservação e Restauro, Antropologia e História, nomeadamente História Local, ligados a instituições de reconhecido mérito nestes domínios, procurando-se potenciar uma investigação efetivamente interdisciplinar. A somar à equipa técnica municipal, foi necessário proceder à adjudicação a empresas externas, para a realização de sondagens arqueológicas, prospeção geofísica e fotogrametria. Foi adjudicada à empresa de arqueologia *Arqueohoje* a execução dos trabalhos das sondagens arqueológicas e de prospeção geofísica. A execução dos trabalhos de arqueologia da arquitetura foi adjudicada à empresa *AMR, Levantamientos Arquitectónicos y Arqueológicos*.

LOCALIZAÇÃO, ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E CARATERIZAÇÃO GEOLÓGICA

O Castelo de Leiria integra a área do centro histórico da cidade de Leiria, localizando-se na freguesia de Leiria, concelho e distrito de Leiria. Classificado como Monumento Nacional, situa-se na Zona Especial de Proteção, definida em torno do próprio Castelo de Leiria e da Capela de S. Pedro (MN – Decreto de 16-06-1910, ZEP - DG, 2º Série nº 134, de 08-06-1967). Este monumento, de propriedade pública, estatal, está afeto à Câmara Municipal de Leiria, por auto de cessão de 27 de Setembro de 1978. O morro onde se encontra o monumento, que no topo da Torre de Menagem apresenta a cota máxima de 126,07 m, carateriza-se geologicamente como um domo dolorítico, emerso de um vale diapírico de formações hetangianas-retanianas do período jurássico. Nalguns casos a rocha, constituída por dolerito ofítico, *"aparece sulcada e estriada horizontalmente, devido a fortes deslocações tectónicas, testemunhadas também, pela brecha que acompanha o corpo eruptivo"*(Teixeira & Zbyszewski, 1968, p. 71).

O MONUMENTO – NÚCLEOS E ESPAÇO EDIFICADO

A definição dos diferentes espaços do monumento conservou as designações por núcleos, utilizadas por Saul Gomes (2004, pp. 43, 97), na sua monografia "Introdução à História do Castelo de Leiria", mantendo uma homogeneidade de critérios (*vide* fig. 1 - II). O Castelo de Leiria, recinto fortificado delimitado por três linhas de muralhas, é definido por áreas distintas: no núcleo A, são percetíveis três espaços: na zona mais elevada, o "último reduto" é delimitado por um alambor, e no seu interior uma área amuralhada, com Torre de Menagem (a norte) e uma torre ou torreão (a sul), delimita um espaço interno onde são visíveis vestígios de compartimentos e uma cisterna. A entrada efetua-se através de uma porta, a norte, aberta no alambor, permitindo o acesso a um caminho de ronda. Numa plataforma inferior, onde ainda são visíveis vestígios de construções, no solo e nos paramentos internos dos panos de muralha, localiza-se a Igreja de Nossa Senhora da Pena/Santa Maria da Pena e o Claustro da Colegiada. Este último, que se localiza nas traseiras da Igreja, e pela qual se acede, desenvolve-se em dois patamares, sendo ainda visíveis vestígios de compartimentos, e duas cisternas, encontrando-se circunscrito pela muralha que separa os dois núcleos. Neste espaço, no séc. XV e segundo o *Couseiro*, o vigário geral tinha a sua habitação (Anónimo[4], 2011, pp. 39-40). Fronteiro à Igreja e adossado ao pano de muralha sudeste localiza-se o "Paço Real", ou "Paço Novo", ao qual se acede por um terreiro, situado num patamar superior ao adro da Igreja. A linha de cintura externa de toda a fortificação coincide parcialmente com a linha de muralha que delimita este núcleo, localizando-se a "Porta da Traição" no tramo poente. O acesso entre os núcleos A e B efetua-se pela "Porta da Buçaqueira", a nascente, e por uma porta muito reconstruída, a poente. Entre estas, um patamar de circulação, com caraterísticas de barbacã, ladeia o pano de muralha que cerca este conjunto, o qual apresenta uma torre circular e um trecho com alambor, junto da porta poente.
O núcleo B, ou "Cerca Exterior", onde se localiza a "Porta da Albacara", atual acesso ao Castelo, compreende uma vasta área, com declives acentuados, circunscrita pela linha de muralha externa, que ao longo do tramo norte apresenta vestígios de estruturas à superfície. Atualmente, neste espaço, apenas subsistem os ditos "Celeiros", que terão funcionado efetivamente como cisternas, e a "Casa da Guarda", atual bilheteira.
O núcleo C corresponde ao antigo burgo medieval amuralhado, no qual se destacam a Igreja de S. Pedro e o edifício dos Paços Episcopais (atual-

mente ocupado pela P.S.P.), local dos antigos paços reais de S. Simão, construídos em época dionisina. Implantado numa plataforma sobrelevada, encontra-se bem definido por uma linha de muralha, integralmente flanqueada por uma barbacã, e na qual são visíveis cinco torres ou torreões. O acesso a este núcleo far-se-ia pelas Portas do Norte, protegidas por quatro torres, e pelas Portas do Sol, entretanto demolidas (localizadas na área da Torre Sineira da Sé). Vestígios da antiga muralha são ainda visíveis ao longo da encosta, no troço entre o antigo Governo Civil e um dos contrafortes do Paço Novo do Castelo.

O CASTELO ANTES DO CASTELO – DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DO CASTELO MEDIEVAL

A região de Leiria apresenta vestígios de ocupação humana desde a Pré-história Antiga, e no morro do Castelo foram identificados níveis arqueológicos que apontam para ocupações desde o Calcolítico. Na encosta, junto ao Largo de Sº Pedro, escavações arqueológicas na "*Casa do Fabião"* (em 2001, sob a direção de João Paulo Carvalho) permitiram identificar vestígios, como cerâmica de produção local/regional e de importação, que apontam para uma cronologia entre os séculos IX e VI a.C., as quais, pela sua variedade e tipologia, indiciam um povoado com um certo peso económico e de relativa importância (Coelho, 2005, p. 128). Os vestígios arqueológicos exumados junto à Igreja de Sº Pedro e nos edifícios do Ex-Ral 4 (entre 2007 e 2009, no âmbito da adaptação do Ex-RAL 4 a museu de imagem em movimento (m|i|mo), revelaram contextos arqueológicos preservados atribuíveis ao Bronze Final e à época romana, estes enquadráveis entre os séc. II e IV d.C. (Neves, Basílio & Couto, 2009, pp. 15-16). Nas muralhas do Castelo observam-se várias epígrafes reutilizadas, apontadas como provenientes de Sebastião do Freixo – *Collippo*, ou da *villae* de Martim Gil (Gomes, 2004, p. 110). Os dados arqueológicos relativos ao período entre finais da ocupação de época romana e o início da reconquista cristã são praticamente inexistentes. Durante as escavações realizadas na Torre de Menagem, entre 1996 e 1997 (Ruivo, 1996; AAVV, 2001), foi recolhido espólio cerâmico, de fabrico manual, que se reportará ao Calcolítico ou Idade do Bronze, mas também cerâmica pintada, que pelas suas caraterísticas se poderá atribuir a época islâmica, designadamente ao período Emiral/Califal, séc. IX-X (Lopes, 2001, p. 33).

NO INTERIOR DAS MURALHAS DO CASTELO

O Castelo de Leiria terá sido edificado por D. Afonso Henriques, em 1135, em terra "deserta" ou despovoada, conforme a carta de doação feita por D. Afonso Henriques aos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, em 1142. Segundo o *Couseiro*, esta fundação será apenas a da povoação, pois a fortificação seria de origem islâmica, "*e é obra sua, fundada por eles*", que teriam, inclusivamente, procedido a obras de reforço (Anónimo[4], 2011, p. 25). Em 1137, o Castelo sofre uma investida das tropas almorávidas, que o tomaram; na sequência de cercos e reconquistas passa definitivamente para a posse de D. Afonso Henriques em 1140 ou 1142/1143 e a Igreja de N.ª Sr.ª da Pena terá sido o primeiro edifício religioso a ser construído neste espaço ainda durante o reinado deste monarca (Anónimo[4], 2011, p. 26), mantendo-se como igreja matriz até à construção da Sé, em meados do séc. XVI. A D. Sancho I se deve a construção das muralhas, que cercam a vila, segundo alguns autores (Zúquete, 2003, p. 72).

No séc. XIII, no contexto de conflitos internos, o Castelo de Leiria assume algum protagonismo, e com D. Dinis o Castelo sofre importantes modificações. São efetuadas obras na Igreja de N.ª Sr.ª da Pena, e em 1324 inicia-se a construção da atual Torre de Menagem (Zúquete, 2003, p. 76), que vem substituir a antiga e da qual nenhum vestígio parece ter-se conservado. Segundo alguns grafitos e documentos, D. Afonso IV mandou fazer diversas obras no recinto fortificado (que engloba a vila), como a construção de um novo tramo de muralha. Já no reinado de D. Fernando, em 1373 está referenciada a presença de casas, junto da Igreja, e de "*muitas e boas casas"* dentro do Castelo (Gomes, 2004, pp. 297-298). D. João I manda construir os Paços Reais e reedificar a Igreja de N.ª Sr.ª da Pena, no mesmo local da anterior (Anónimo[4], 2011, p. 26). A presença real em Leiria será uma constante até ao reinado de D. Afonso V, o qual doa o senhorio, e o edifício do Paços, aos Condes de Vila Real. Na centúria de Quinhentos assiste-se ao abandono e gradual ruína do Castelo, mantendo-se em funcionamento a Igreja, na qual se constrói a sacristia, no espaço que contornava o topo do templo "*porque não havia a tal sacristia, mas era aquele sítio vão em roda da ca-*

pela" (Anónimo[4], 2011, p. 39). No claustro, um edifício, que existia junto da torre dos sinos, terá sido mandado demolir pelo primeiro bispo de Leiria, em 1548 (Gomes, 2004, pp. 380-381), e as casas do vigário geral, já estariam arruinadas "de que ainda se vêem as ruínas no canto do muro e quintais", existindo apenas um alpendre, pelo qual se acedia à sacristia, e as ruínas, como logradouros da igreja (Anónimo[4], 2011, p. 39). No século XVIII o Castelo é utilizado como pedreira pela população, mas a Igreja de N.ª Sr.ª da Pena continua em funcionamento (Gomes, 2004, p. 390). Em 1810, a Igreja foi desprovida e destinada a usos profanos, o que levou à sua degradação (Zúquete, 2003, p. 106). Em inícios do séc. XX é criada a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, com o objetivo de preservar e reabilitar as antigas ruínas desta fortaleza, segundo proposta, datada de 1898, de Ernesto Korrodi.

PROSPEÇÃO GEOFÍSICA – METODOLOGIA E RESULTADOS

Os trabalhos de Prospeção Geofísica, utilizando o método de Eletromagnetismo e de Georadar, tiveram como objetivo avaliar o potencial arqueológico do recinto, tentando identificar estruturas ou elementos arqueológicos. A recolha de dados e estudos foi desenvolvida tendo em conta as especificidades do terreno, cruzando-se os dados obtidos entre os dois métodos. Os resultados mais interessantes terão sido os obtidos na nave da Igreja, detetando-se a presença de um alinhamento, a cerca de 1m de profundidade, com eixo Nordeste – Sudoeste, o qual pode reportar-se à existência de uma construção anterior (vestígios da primitiva ermida?), bem como, eventuais estruturas de canalização. A presença de anomalias de tendência ovalada, na nave, e oblonga, na galilé, deverão estar relacionadas com eventuais sepulturas. Refira-se ainda a presença de alinhamentos, (muros de contenção, ou edifícios), presentes na encosta do núcleo B e no pátio interno da Torre de Menagem, onde também foi identificado um escoamento externo, alinhado ao interior do pátio, mas com o qual não foi possível estabelecer associação.

SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS – METODOLOGIA E RESULTADOS

A intervenção arqueológica realizada nos núcleos A e B, na qual foram efetuadas 25 sondagens num total de 100 m², procurou abranger as diferentes áreas/espaços do Castelo, pelo que se procede a uma análise geral conjunta dos resultados das sondagens (*vide* fig. 1 – I, III).

"ÚLTIMO REDUTO"

A zona mais elevada do monumento, e que se encontra delimitada por um pano de muralha/alambor, foi alvo de quatro sondagens arqueológicas. No pátio da Torre de Menagem (sond. 25), num nível de terras escuras entre grandes blocos pétreos, foram exumados materiais cerâmicos e líticos, atribuíveis ao Calcolítico; num depósito com caraterísticas idênticas (sond. 15), foi recolhido um conjunto muito fragmentado de cerâmica, atribuível à Idade do Ferro. Foi ainda identificado um pavimento, de cronologia incerta, cujo nivelamento era constituído por fragmentos de tégula e de telha digitada, uma estrutura de combustão e diversos artefactos cerâmicos e metálicos (entre os quais pontas de virote) de época medieval.

No exterior, na área sul do "caminho de ronda" (sond. 22), a escavação arqueológica revelou uma construção, apenas parcialmente definida, construída com grandes blocos de afloramento rudemente aparelhados, e que terá sido parcialmente desmontada, funcionando a sua base como alicerce da atual torre. A sua tipologia construtiva é semelhante a alguns tramos existentes na base das muralhas adjacentes, pelo que, e devido à impossibilidade de datação, não será de excluir a hipótese, entre outras, de se tratar do que uma possível torre, contemporânea da construção original medieval. No caminho de ronda, foi recolhido um conjunto de artefactos cerâmicos e metálicos de época medieval (sond. 16). Dada a sua localização, estes artefactos serão anteriores à construção da atual Torre de Menagem, séc. XII – XIII, cronologia coincidente com o período conturbado vivido neste espaço fortificado. Os conjuntos de escória recolhidos, coincidentes com a presença de virotes de besta, parecem apontar para atividades de fundição e fabrico de armamento no interior do espaço amuralhado. A existência de enrocamentos, identificados nas diferentes sondagens desta área, que dificultaram e condicionaram a escavação arqueológica, e a leitura dos resultados das prospeções geofísicas, deverá estar relacionada com a necessidade de criar uma plataforma para a construção deste reduto amuralhado.

"CLAUSTRO DA COLEGIADA"

As sondagens efetuadas no interior do "Claustro da Colegiada" obtiveram resultados bastante díspares. Na plataforma superior (sond.18), constatou-se que a edificação deste espaço, associada às obras de conservação e à erosão, não permitiram identificar qualquer tipo de depósito ou estrutura associada a ocupação anterior ao séc. XV/XVI. Na plataforma inferior, a escavação arqueológica (sond.5 e 24), permitiu a identificação de estruturas, associadas a um conjunto artefactual datável do séc. XV, certamente relacionados com as construções mencionadas em 1458, "*localizados ao longo do muro, entre a Igreja de Santa Maria da Pena e a Torre de Menagem, onde se recolhiam o vigário geral e os cónegos*" (Gomes, 2004, pp. 338-339), e que em 1548 o bispo de Leiria obteve autorização régia para demolir parcialmente (Gomes, 2004, pp. 380-381), situação a que parecem corresponder os níveis de derrube que colmatam a sondagem 5.

Refira-se ainda a presença de vestígios de pavimentos e estruturas, de funcionalidade desconhecida e de cronologia medieval, os quais poderão estar relacionados com a presença de casas, acima da "Porta da Buçaqueira", referidas desde finais do séc. XIII (Gomes, 2004, p. 258). Destaca-se ainda a presença de um grande conjunto de escória e uma ponta de virote (sond. 5), o que permite supor que, neste local se procedeu a atividades de fundição, numa fase de ocupação em que este espaço não estaria totalmente adscrito a atividades religiosas. Anterior à construção da sacristia será uma canalização, diretamente relacionada com a muralha, e cujo traçado parece coincidir com o detetado nas sondagens geofísicas, na nave da Igreja.

A construção da sacristia, localizada entre a cabeceira da igreja e a torre sineira, datada do séc. XVI, terá ocupado o espaço de circulação existente entre estas, não coincidindo a sua orientação com o alinhamento do restante conjunto construído. A base externa deste edifício, revelada pela sondagem efetuada, é revestida por argamassa de textura, cor e dureza semelhante à que reveste a Torre de Menagem, encontrando-se adossada pelas estruturas de época tardo – medieval. Pode-se colocar a hipótese de a construção da sacristia reaproveitar um edifício mais antigo, o qual respeita o traçado da canalização, e desativado com a construção do Claustro no século XV. A atual soleira da porta estará relacionada com a última utilização da Igreja, até inícios do séc. XIX, funcionando o "Claustro da Colegiada" como logradouro e quintais.

ESPAÇO FUNERÁRIO

A intervenção efetuada no adro/ galilé da Igreja de N.ª Sr.ª da Pena (sond. 6) revelou um espaço de necrópole, o qual aparenta estar diretamente relacionado com este templo, construído em finais do séc. XIV. Foram identificadas, nesta sondagem, nove sepulturas, dispostas paralelamente à Igreja, tendo a área sido criteriosamente utilizada, beneficiando de todo o espaço disponível até à parede da igreja (Lourenço, 2011). A presença de uma sepultura no exterior do atual adro (sond. 8), permite colocar a questão da real dimensão deste espaço, podendo também estar relacionada com a localização da primitiva ermida medieval. No interior da Igreja (sond. 21), foi identificado um enterramento com caixão, de cronologia mais recente, que poderá ter sido efetuado quando a Igreja ainda se mantinha aberta ao culto, mas as funções funerárias do espaço já seriam residuais. Identificaram-se em 2011, onze indivíduos em inumação primária (N=11) e um ossário (N=3). De referir que nas sondagens efetuadas no Claustro da Colegiada, em 2011, não haviam sido detetadas sepulturas, no entanto, em 2013, identificou-se nessa zona, a cerca de 5,00 m da sondagem 18, um enterramento, possivelmente em caixão. A existência de um outro espaço sepulcral, no interior do Castelo, não pode ser afastada pois, em várias sondagens do núcleo A (sond. 17, 22 e 25), foram recolhidos restos osteológicos humanos avulsos, pelo que não será de excluir a hipótese de que no topo ou na encosta do "último reduto", poderá ter existido um espaço de necrópole, de época indeterminada, destruído talvez em época medieval ou moderna.

PORTAS E ESPAÇOS COMUNS

No exterior da "Porta da Albacara" (sond. 1), foi possível constatar que a torre nascente assenta sobre uma base em degraus, ou zarpa, semelhante ao existente na base das torres do "Último Reduto", que assenta sobre uma camada nivelada e compacta que poderá ter funcionado como piso de circulação mas ao qual ainda não foi possível atribuir uma cronologia precisa. Na porta Oeste (sond. 14), foi possível confirmar que o muro/muralha, onde esta passagem foi aberta (possivelmente em época tardo - medieval), encosta à estrutura de alambor, o qual assenta diretamente

sobre a rocha de base. Nesta área, sob a construção existente foi identificada uma estrutura, muito destruída, associada a diversa cerâmica medieval, entre os quais um fragmento de bordo com pintura a branco, de época islâmica. Esta porta seria um acesso análogo da Torre da Buçaqueira, e o alambor, que poderá ser contemporâneo das primeiras ocupações do Castelo, reforça a defesa de um tramo de muralha, que deverá ser dos mais antigos. A "Porta da Traição", poderá ter sido aberta numa época tardia, talvez nas obras efetuadas por D. Dinis ou D. Afonso IV, pois apresenta semelhanças formais com as portas existentes na Torre de Menagem. A sondagem efetuada (sond. 13) revelou uma área muito intervencionada pela DGEMN, mas um corte da rocha de base, e alguns materiais atribuíveis a época medieval, parecem indicar a existência de uma passagem original nesta área. No caminho divisório dos núcleos A e B (sond. 4), foi possível constatar que a construção do talude de contenção datará de época medieval, com reconstruções já no séc. XV/XVI. No exterior da Torre da Buçaqueira (sond. 26), já em período moderno, terá sido efetuada a regularização do acesso, construindo-se uma escada, cujo resguardo lateral reaproveita diversos materiais de construção, realinhando o prolongamento do talude de contenção e criando um pequeno largo.

No Núcleo B, no interior de um compartimento ou casa adossada à muralha, junto da entrada do Castelo (sond. 3), foram identificados estratos com materiais medievais, pelo que este compartimento poderá ter sido construído em época tardo medieval/moderna, não restando vestígios de pavimento e da sua funcionalidade. Ainda neste local, já no contacto com a rocha de base, num nível de terras escuras e soltas, foram recolhidas cerâmicas atribuíveis à Idade do Bronze.

No Núcleo A, no terreiro de acesso à Torre de Menagem, onde são visíveis à superfície alinhamentos de paredes (sond. 17), foi possível identificar sucessivos momentos de ocupação e remodelação datados de época moderna e tardo – medieval, este último relacionado com um espaço de armazenagem ou oficina. Sob este compartimento foi parcialmente definida uma estrutura circular, que poderá corresponder a um forno medieval. Refira-se ainda a presença, em depósitos de aterro e escorrimentos, de materiais atribuíveis a período Islâmico e Calcolítico. No caminho ao longo do pano de muralha poente, foram identificados edifícios adossados à muralha, para os quais também não foi possível atribuir uma funcionalidade específica (sond. 11 e 12) mas, pelos materiais recolhidos, poderão remontar a época tardo-medieval. Um dos edifícios assenta sobre um derrube de telhas, que não foi possível escavar, mas que revela uma existência anterior nesta zona.

CONCLUSÕES GERAIS

Os resultados deste PNTA revelaram uma intensa ocupação do espaço amuralhado onde hoje se ergue o Castelo de Leiria (*vide* fig. 1 – III). Os vestígios de presença humana remontam ao Calcolítico, onde a população se terá estabelecido no topo do morro. Posteriormente, durante a Idade do Bronze, o local preferencial de ocupação terão sido as encostas, e as zonas mais baixas. Na Idade do Ferro, o topo do morro parece ter voltado ser habitado. Parece ter havido um hiato de ocupação deste espaço durante um largo período de tempo, nomeadamente nos núcleos A e B, uma vez que nestes, os vestígios romanos são residuais, e não foram identificados vestígios tardo antigos. A presença de cerâmicas imputáveis à ocupação islâmica reveste-se de alguma cautela, pois se alguns materiais poderão ser classificados de época Emiral/Califal, outros apenas poderão ser genericamente considerados islâmicos. Após 1135 o Castelo esteve efetivamente ocupado pelas tropas muçulmanas em dois períodos, muito próximos no tempo, até à sua reconquista por volta de 1140/1142. Os parcos vestígios islâmicos encontrados podem datar destas ocupações, pois não foram (ainda) identificadas estruturas que se possam atribuir a esta época. A presença de uma torre (que não foi possível datar), no recinto amuralhado da Torre de Menagem, e que terá sido parcialmente desmontada para a construção do torreão sul, demonstra que esta área terá sofrido profundas e importantes remodelações em época medieval. As sondagens arqueológicas revelaram grandes enrocamentos, que demonstram que os diferentes núcleos construtivos foram edificados sobre patamares artificiais, alterando e modificando de forma profunda a topografia original do terreno. A estas mutações juntam-se as obras de conservação e restauro, que modificam e alteram elementos base, dificultando uma leitura coerente do conjunto construtivo. O estudo e interpretação dos dados de escavação, relacionados com o estudo dos materiais, conjugados com os resultados dos estudos geofísicos e com os levantamentos fotogramétricos

conduzem a novas interpretações sobre a ocupação humana no morro do Castelo de Leiria, bem como à definição de novas hipóteses de investigação sobre o monumento.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2001) – *Torre de menagem do Castelo de Leiria.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

ANÓNIMO (2011) – *Couseiro ou memórias do bispado de Leiria*. 4ª Edição ou transcrição da 2ª edição, de 1898. Leiria: Textiverso.

COELHO, Rui (2005) – Leiria num tempo de mudança: Aproximação à transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. In CARVALHO, Susana (Ed.*Habitantes e Habitats: Pré e Proto-história na Bacia do Lis* Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 118-134.

GOMES, Saul (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

KORRODI, Ernesto (1898) – *Estudos de Reconstrucção sobre o Castelo de Leiria*. Leiria: Fundação Caixa de Crédito Agrícola de Leiria e Editora Imagens & Letras. Reedição.

LOPES, Gonçalo (2001) – Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria. In AAVV – *Torre de menagem do Castelo de Leiria.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.

LÓPEZ JIMÉNEZ, Óscar; RUIZ BRAVO, Rubén; TIJERA CARRIÓN, Ángel (2011) – PNTA – Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria: Trabalhos de Prospeção Geofísica aplicada à Arqueologia. Viseu: Arqueohoje, Lda. [Não publicado].

LOURENÇO, Marina (2011) – Relatório Antropológico. In INÁCIO, Isabel; CARVALHO, Vânia. PNTA – Castelo de Leiria: *Relatório Final das Sondagens Arqueológicas de Avaliação.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria e Arqueohoje, Lda.

NEVES, Maria João; BASÍLIO, Lília; COUTO, Rui (2009) – *Trabalhos Arqueológicos para a implantação de infraestruturas enterradas no edifício do MIMO/RAL4.* Relatório Preliminar. Coimbra: Dryas Arqueologia. [Não publicado].

RUIVO, José (1996) – *Relatório da intervenção arqueológica de emergência na Torre de menagem do Castelo de Leiria entre Julho e Setembro de 1996*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria. [Não publicado].

TEIXEIRA, Carlos; ZBYSZEWSKI, George (1968) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 23-C (Leria).* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ZÚQUETE, Afonso (2003) – *Monografia de Leiria: A cidade e o Concelho – 1950*. Leiria: Folheto.

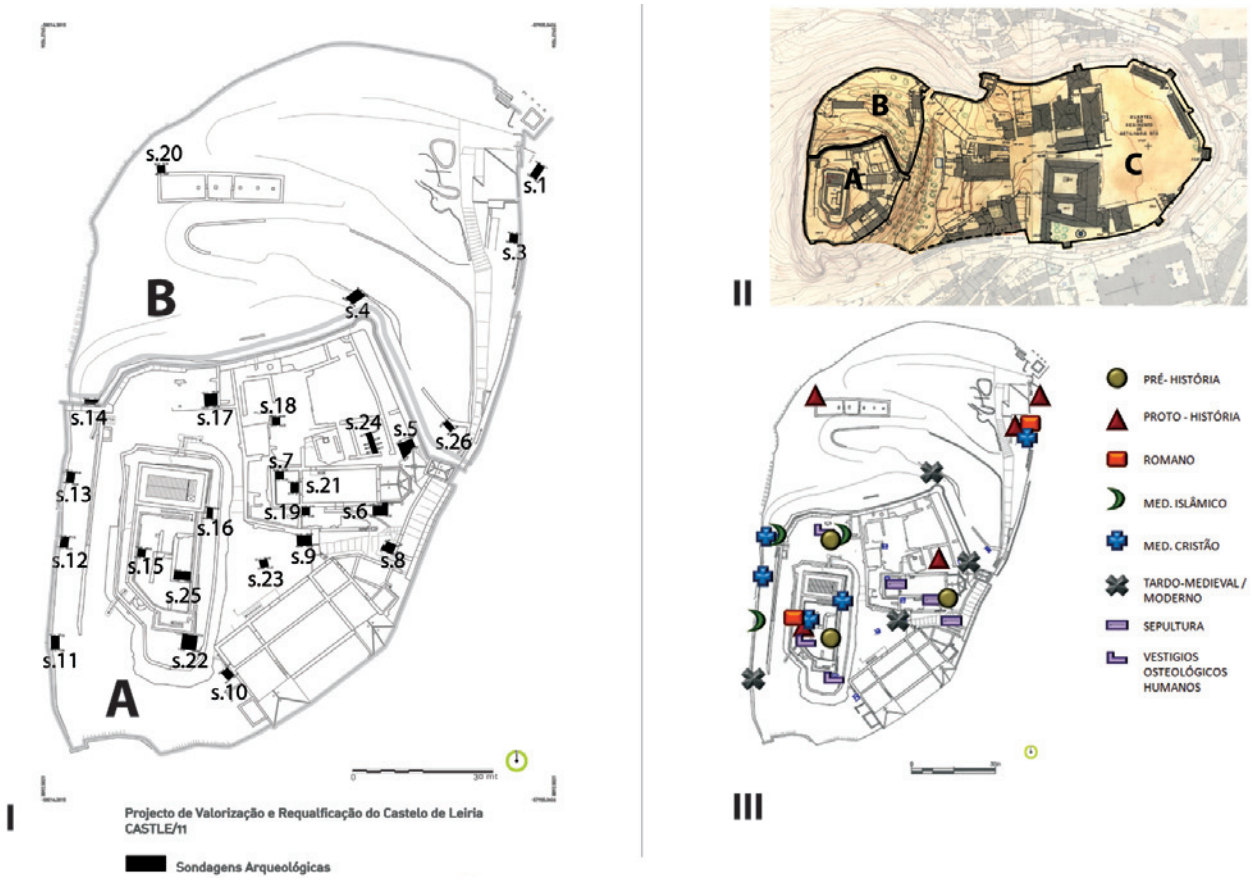


Figura 1 – I – Localização das sondagens; II – Identificação dos núcleos do Castelo; III – Dispersão de materiais por cronologia. Autor da imagem: Augusto Aveleira.

RESULTADOS PRELIMINARES DAS PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO PROJETO SADO-MESO: NOVOS DADOS SOBRE O POVOAMENTO HISTÓRICO NA BACIA DO RIO SADO (PORTUGAL)[1]

Leonor Rocha / lmprocha@gmail.com
Enrique Cerrillo Cuenca
Mariana Diniz / m.diniz@fl.ul.pt
Pablo Arias
Ivo Santos
Raquel Liceras Garrido
Sergio Quintero Caballero
Jairo Naranjo Mena
Adara López López

RESUMO

No âmbito dos projetos de investigação que se estão a desenvolver na área do Sado, sobre o estudo dos concheiros Mesolíticos, têm-se vindo a realizar prospecções arqueológicas com o intuito de se identificaram novos sítios e relocalizar os antigos.

As prospecções realizadas têm por objetivo obter uma sequência do povoamento do Sado, área que até agora não contava com dados de prospecções intensivas. Apesar de se tratar de um projeto centrado no estudo dos concheiros mesolíticos do vale do Sado, a metodologia proposta implicava uma cobertura total da área de prospecção, assim como o registo das evidências arqueológicas, independentemente das suas cronologias. Apresenta-se aqui um resumo destes novos sítios de cronologia histórica, como contributo para o conhecimento arqueológico desta área.

ABSTRACT

Within the framework of the project that we are conducting in the drainage of Sado River, mainly focused on the study of the Mesolithic shell mounds, we are carrying out archaeological surface surveys in order to identify new sites and relocate the already known ones.

The surveys conducted aim to obtain a sequence of prehistoric settlement in an area that until this date was not sistematically surveyed. Although this project is focused on the study of the Mesolithic/Neolithic transition, the proposed methodology involved a total coverage of the area, as well as the recording of archaeological evidence, regardless of their chronology. Here we present a summary of these new sites of historical chronology, as a contribution to the archaeological knowledge of the area.

1. Os trabalhos em curso são financiados no âmbito do: *Técnicas de prospección arqueológicas aplicadas al estudio del Neolítico en el área centro-occidental de la Península Ibérica*. HAR2011-29907-C03-02.

APRESENTAÇÃO

No âmbito do projecto SADO-MESO (Diniz e Arias, 2012), têm vindo a ser realizadas, pela equipa signatária deste texto, desde 2010, prospecções sistemáticas em diferentes áreas do vale do Sado, destinadas quer à identificação de novos sítios quer à relocalização de contextos já referenciados, mas hoje sem localização conhecida. O objectivo central desta linha de investigação é a criação de uma base cartográfica com uma resolução adequada para o registo das complexas variáveis subjacentes ao povoamento pré-histórico, que contribua para a reconstituição das redes de povoamento pré-histórico, com particular destaque para as ocupações mesolíticas e neolíticas, e cujos primeiros resultados foram já apresentados (Cerrillo e Rocha, no prelo).

Neste sentido, o projecto de prospecção em curso no vale do Sado pretende concretizar-se utilizando uma metodologia de cobertura sistemática do terreno, mediante a combinação de transeptos com prospecção selectiva, esta última orientada em particular para a cartografia de sítios já mencionados na bibliografia. A área em estudo não contava com trabalhos de prospecção sistemáticos prévios, o que limita as interpretações acerca do povoamento humano, nesta região. Este dado é particularmente claro no caso das ocupações mesolíticas que, até aos trabalhos presentes, apresentavam a mesma distribuição já referida por Farinha dos Santos, na década de 70 (Santos, 1985).

A metodologia de trabalho foi concebida para permitir o ensaio de modelos de explicação das paisagens antropizadas pelos últimos caçadores-recolectores e pelas primeiras sociedades agro-pastoris utilizando, para o efeito, recursos das Tecnologias de Informação Geográfica.

A classificação das unidades da paisagem que integram a bacia do Sado, assim como dos elementos topográficos, geológicos, geomorfológicos, e dos recursos susceptíveis de exploração constituem a informação com a qual se pretende correlacionar os dados do registo arqueológico.

No entanto, e porque a metodologia seguida pela equipa inclui o registo de todos os dados arqueológicos identificados, independentemente da sua cronologia, são aqui brevemente apresentados os sítios registados no âmbito desta prospecção e que se consideram um contributo pertinente para a reconstituição diacrónica dos modelos de ocupação deste território (Faria, 2002). O sistema de registo utilizado está orientado para a identificação e cartografia tanto de achados isolados, como de manchas de dispersão e concentrações de materiais, o que permite reconstituir uma imagem mais nítida dos sistemas de povoamento, no vale do Sado.

1. OS NOVOS DADOS

O catálogo dos dados aqui apresentado apresenta apenas os campos considerados básicos (Designação, Localização Geográfica – Concelho, Freguesia, Latitude, Longitude, Altitude e CMP – Tipo de Sítio, Cronologia, Descrição e Bibliografia), sendo a descrição dos sítios necessariamente sucinta.

1) Portancho – Alcácer do Sal / Santiago / M: 183040.12 / P: 143559.69 / 50m / 486. Achado isolado. Idade do Ferro (?). Num pequeno cabeço, sobre a várzea. Fragmento fundo plano. Inédito.

2) Quinta Nova – Alcácer do Sal / Torrão / M: 178715.1 / P: 143963.43 / 18m / 486. Habitat (?). Romano/Medieval. Área aberta e aplanada. Fragmentos de cerâmica comum e de construção. Inédito.

3) S. Romão 1 – Alcácer do Sal / Torrão / M: 179893.94 / P: 141973.54 / 60m / 486. Habitat (?). Indeterminado. O sítio localiza-se num esporão. Cerâmica de construção e comum. Inédito.

4) S. Romão 2 – Alcácer do Sal / Torrão / M: 180119.4 / P: 142119.48 / 52m / 486. Povoado (?). Idade do Ferro (?). O sítio localiza-se num esporão. Fragmentos de tijolo muito espesso; fragmentos de cerâmica de roda e manual; um bordo extrovertido. Inédito.

5) S. Fraústo 2 – Alcácer do Sal / Torrão / M: 191047.73 / P: 149033.77 / 123m / 487. Habitat. Romano. Topo. Cerâmica de construção e comum. Inédito.

6) Poças de S. Bento 6 – Alcácer do Sal / Santiago / M: 174106.22 / P: 143012.24 / 72m / 486. Habitat. Indeterminado. Num pequeno esporão. Cerâmica de construção e comum. Inédito.

7) Poças de S. Bento 8 – Alcácer do Sal / Santiago / M: 173612.1 / P: 144408.48 / 53m /486. Achados

isolados. Moderna/Contemporânea (?). Área aberta e aplanada. Cerâmicas de roda incaracterística. Inédito.

8) Sapalinho 3 – Alcácer do Sal / Comporta / M: 144700.88 / P: 159951.17 / 3m / 475. Povoado. Indeterminado. Pequena elevação sobre os arrozais. Cerâmica manual e de roda. Fragmentos de concha. Inédito.

9) Monte do Alto – Alcácer do Sal / Alcácer do Sal / M: 153009.02 / P: 159757.92 / 8m / 476. Habitat. Romano (?) / Medieval / Indeterminado. Pequena elevação sobre os arrozais. A área de dispersão dos materiais (conchas; ostras; tijolo espesso; cerâmica vidrada; faiança) é elevada. Inédito.

10) Montevil – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 157114.38 / P: 159380.12 / 10m / 476. Habitat. Moderno / Contemporâneo. Área aplanada junto ao Sado. Os materiais arqueológicos (cerâmicas, conchas e ossos) aparecem associados a areias com cinzas. Inédito.

11) Casas Novas 2 – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 159446.83 / P: 159420.2 / 10m / 476. Habitat. Indeterminado. Ligeiro micro – relevo. Cerâmicas de construção e comum. Inédito.

12) Considerado – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 163719.11 / P: 158287.5 / 20m / 476. Achados isolados. Indeterminado. Esporão. Cerâmica de roda, vidradas e conchas. Inédito.

13) Algarvios – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 163822.34 / P: 155223.15 / 23m / 476. Habitat. Indeterminado. Cabeço. Cerâmicas de roda e fragmentos de conchas. Inédito.

14) Monte do Pinhal – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 165820.66 / P: 159415.24 / 17m / 476. Habitat. Romano. Área aplanada. Cerâmicas de construção (tegulae) e comum, terra sigillata. Inédito.

15) Vale de Reis – Alcácer do Sal / S. Martinho / M: 167943.18 / P: 160751.86 / 45m / 467. Habitat. Romano. Pequena lomba. Cerâmicas de construção e comum, silhar de pedra. Inédito.

16) Fanais 2 – Alcácer do Sal / Santiago / M: 174411.82 / P: 157969.8 / 42m / 477. Habitat. Romano. Plataforma rodeada por cabeços suaves. Fragmentos de cerâmicas. Inédito.

17) Senhora da Esperança – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 194627.21 / P: 159574.29 / 282m / 478. Povoado. Proto-história. Cabeço. Possuí uma Igreja com estruturas associadas. Abundantes materiais (cerâmicas manuais e de roda) e restos de muralhas (2 linhas). Galamba, 2012.

18) Senhor da Pedra 2 – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 194700.44 / P: 159382.53 / 250m / 478. Calçada. Medieval / Moderno. Resto de calçada, de pedra miúda, maioritariamente de granito, visível desde a cerca do convento, passa junto à Ermida do Senhor da Pedra e vira para Sul. Inédito.

19) Moinho do Bigurilhas 2 – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 196493.77/ P: 161575.51 / 118m / 469. Poldra. Moderno / Contemporâneo. Passagem sobre a Ribeira das Alcáçovas constituída por 19 pedras. Inédito.

20) Moinho do Dieges – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 197618.87 / P: 162920.44 / 130m / 469. Açude. Moderno / Contemporâneo. A estrutura corta perpendicularmente a ribeira das Alcáçovas. Tem 7 contrafortes virados para Norte. Paredão com cerca de 50m de comprimento. Inédito.

21) Moinho do Dieges 4 – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 197753.51 / P: 163195.28/ 132m / 469. Estrutura. Indeterminado. Estrutura retangular junto ao leito da ribeira com 4,80m x 0,45m espessura x 1,20m de altura máxima. Parcialmente destruída. Inédito.

22) Monte Palmela – Viana do Alentejo / Alcáçovas / M: 197879.15 / P: 163152.08 / 132m / 469. Estrutura apiária. Indeterminado. Estrutura apiária com 7 degraus construídos com tijoleira grossa (0,45m x 0,45m x 0,5m espessura). Toda a estrutura é de taipa assente em pedra seca. Inédito.

23) Pantaleão – Alcácer do Sal /Santa Maria do Castelo / M: 162735.34 / P: 158814.56 / 25m / 476.

Habitat. Moderno/ Contemporâneo. Num pequeno esporão identificaram-se cerâmicas a torno, vidradas, fundos planos e material de construção. Inédito.

24) Horta Velha 4 – Alcácer do Sal / Santa Maria do Castelo / M: 165401.38/ P: 155359.02 / 15m / 476. Habitat. Tardo romano/ Medieval. Cabeço muito suave junto ao canal. Cerâmicas de construção (tegulae), cerâmicas de roda, fundos planos. Escórias. Inédito.

25) Horta Velha 2 – Alcácer do Sal /Santa Maria do Castelo / M: 165180.36 / P: 155402.15 / 15m / 476. Habitat. Romano. Indeterminado. O sítio localiza-se no cabeço onde se implanta o monte. Muitos fragmentos de cerâmica de roda, fragmento de tegulae; conchas. Inédito.

26) Vale de Éguas – Alcácer do Sal /Comporta /M: 147450.05 / P: 161426.35 / 12m / 475. Achados Isolados. Indeterminado. Cabeço alongado sobre os arrozais. Cerâmicas de roda e conchas. Inédito.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES E FUTUROS TRABALHOS

A interpretação dos dados agora apresentados depende da sua integração em distintas cartas de povoamento que coloquem em redes de uso dos territórios estes elementos dispersos e, regra geral, de escasso impacto na paisagem, mas que constituem traços inequívocos dos diferentes processos de antropização das paisagens. As observações realizadas pela equipa relativamente à evolução geomorfológica da região permite avaliar as áreas que, em função da sua estabilidade, são mais susceptíveis de permitir a conservação do registo arqueológico. As alterações na exploração dos solos, verificadas nas últimas décadas, parecem constituir um factor decisivo na estabilidade dos solos, por regra arenosos e muito dinâmicos. Note-se ainda que as extensas áreas cobertas por *montado* – tipo de exploração agrícola dominante na região – são particularmente difíceis de prospectar, uma vez que não existem revolvimentos do solo, que tende pelo contrário a apresentar uma camada, mais ou menos espessa, de coberto vegetal. Aspectos como a estabilidade dos solos e a sua visibilidade, em função do coberto vegetal, são características da paisagem consideradas no desenrolar do projecto, e cuja valorização tem um impacto directo sobre a interpretação das dinâmicas de povoamento na região. Estando ainda em curso, as prospecções no vale do Sado podemos, no entanto considerar algumas tendências na distribuição do povoamento, a partir dos dados recolhidos no terreno, e que serão objecto de posteriores análises. Em termos gerais, com base nos dados agora apresentados, três aspectos são de salientar.

1 – Os sítios de cronologia romana concentram-se ao longo do vale do Sado, (Fig. 1), ocupando de forma preferencial as suas margens, num padrão semelhante ao já expresso na carta de povoamento romano do curso inferior do Sado, de João Faria (2002, p. 84-85). A ausência, aparente, ou muito baixa densidade de povoamento romano, para além do vale do rio remete para problemáticas específicas da organização dos territórios em torno da cidade romana de Alcácer, neste momento, ainda não esclarecidas.

2 – Na área entre Alcácer do Sal e o litoral, foram registadas, com bastante frequência, pequenas acumulações de conchas, isoladas ou associadas a materiais não mesolíticos, o que comprova, num padrão de exploração de recursos próprio das regiões litorais/ribeirinhas, que a componente aquática, com destaque arqueográfico para os moluscos, fez parte integrante da alimentação das comunidades que ocupam em diferentes momentos estes espaços;

3 – Na área mais a montante, encontramos sítios de cronologias mais recentes (moderno/contemporâneo), também junto às principais linhas de água. Trata-se sobretudo de estruturas relacionadas com actividades ligadas aos processos de farinação de cereal.

Os trabalhos de prospecção da bacia do Sado, ainda em curso, têm permitido ampliar, numa perspectiva diacrónica, a cartografia arqueológica da região, associando as diferentes ocupações registadas em lugares nucleares a outros testemunhos aparentemente mais discretos, mas igualmente decisivos para a reconstrução e interpretação das antigas paisagens.

BIBLIOGRAFIA

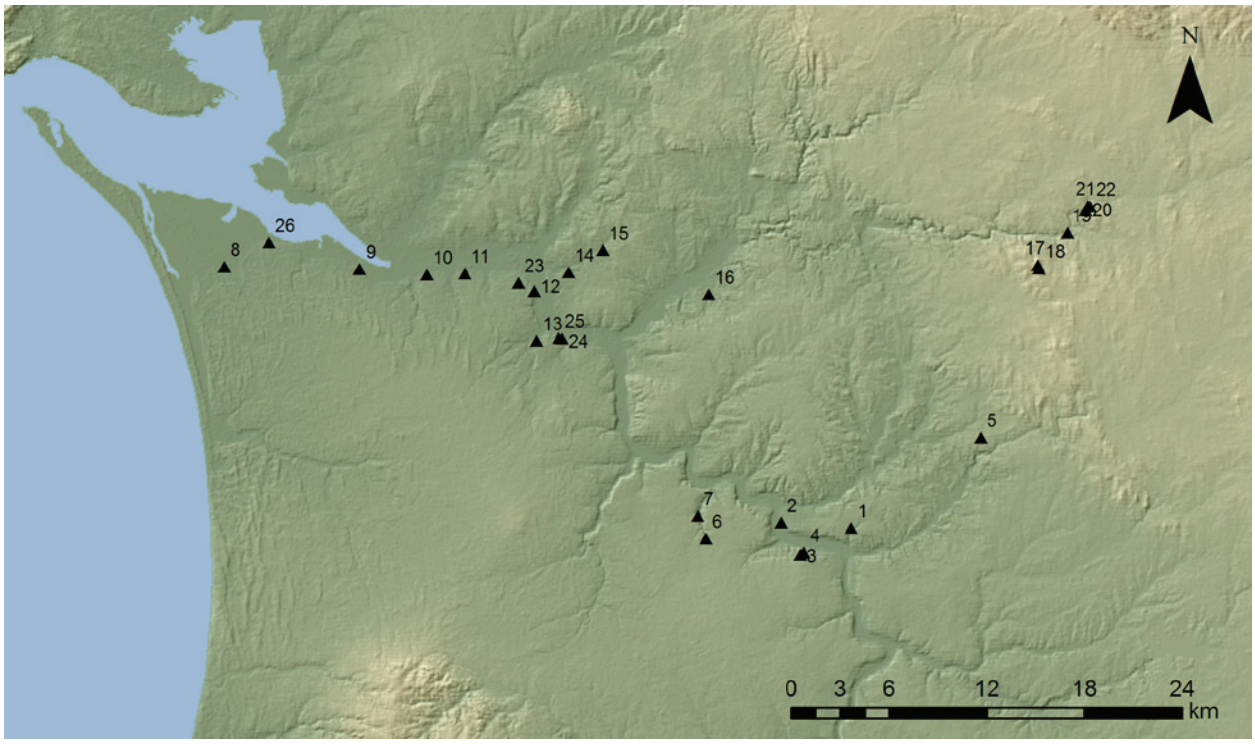
CERRILLO, Enrique; ROCHA, Leonor (no prelo) – Survey strategies for the interpretation of Sado shell-middens landscape. In *Muge 150th. 150th anniversary of the discovery of the Mesolithic Shellmiddens*. Salvaterra de Magos, 21-23 Março de 2013.

DINIZ, Mariana; ARIAS, Pablo (2012) – O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos. In Campar, António; Almeida, António; Bettencourt, Ana; Moura, D., Monteiro-Rodrigues, Sérgio; Alves, M.I, eds. – *Environmental Change and Human Interaction in the Western Atlantic Façade*. Coimbra: APEQ, p. 139-1581.

FARIA, João (2002) – *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibri.

GALAMBA, Ulrico (2012) – *O património arqueológico do Concelho de Viana do Alentejo. Estado do Conhecimento. Évora: Univ. Évora (tese mestrado policopiada)*.

SANTOS, Manuel Farinha. (1985) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.



Mapa 1 – Vista geral dos sítios identificados.

O QUE FAZ FALTA À ARQUEOLOGIA PARA SER MELHOR E MAIS EFICAZ: ALGUMAS REFLEXÕES

Vítor Oliveira Jorge / FL/UP / vitor.oliveirajorge@gmail.com
Florbela Estêvão / CM Loures / florestevao7@gmail.com

RESUMO:
Os autores, com base nas suas experiências no âmbito da arqueologia portuguesa reflectem sobre alguns dos múltiplos aspectos que têm obstaculizado a consolidação, no país, deste domínio de pesquisa. Concentram-se em duas vertentes principais.
1 – Relação dos elementos propriamente arqueológicos com o território - dificuldade de praticar uma "arqueologia preventiva" articulada com uma "arqueologia da paisagem".
2 – Necessidade de criar, a partir da arqueologia, narrativas que ultrapassem o historicismo cronológico e linear da sucessão de períodos, fases, horizontes, etc., ou seja, a mais comum "história dos historiadores", e também ajudem o público em geral a ver a arqueologia como a produção de conhecimentos que são fundamentais para a qualificação do ambiente humano. É necessário uma arqueologia ou genealogia da arqueologia.

ABSTRACT:
The authors try to reason on some of the multiple aspects that have been functioned as obstacles to the consolidation of a real archaeological research in Portugal, taking as a basis their experiences in this domain. Their argument is twofold.
1 – The relationship between the archaeological elements themselves and the territory – difficulty to put into practice a preventive archaeology related to an archaeology of the landscape.
2 – The need to create archaeological based narratives that overcome chronological historicism, the lineal succession of periods, phases, horizons, etc. Those narratives would be more profitable for the public to look at archaeology as a fundamental knowledge in order for us to live in a better human environment. We need an archaeology or genealogy of archaeology.

ARQUEOLOGIA E TERRITÓRIO

A arqueologia tem como âmbito teórico, como todos sabemos, a totalidade do espaço terrestre e do tempo da história (entendida evidentemente como incluindo a chamada pré-história). Os projetos de pesquisa organizam-se em função de territórios (definidos segundo critérios muito variáveis) e em torno de uma maior ou menor diacronia, e normalmente no quadro do Estado-nação (são raros os projetos verdadeiramente transfronteiriços), quadro esse que também é o da administração do património arqueológico. Estando a arqueologia intimamente ligada ao chamado processo de modernização (industrialização, desde o século XIX, etc.), como J. Thomas demonstrou (Thomas, 2004), e tendo Portugal sido sempre, nos últimos séculos, e no XX e XXI em particular, um país periférico e de "modernização" tardia no quadro europeu, a sua realidade arqueológica espelha claramente essa situação. Os factores desse "atraso" e dessa periferização são múltiplos e conhecidos. Traduzem-se ao nível da arqueologia por uma completa subalternização desta disciplina em relação a outras que mais diretamente interferem com a construção do espaço e a fabricação dos territórios. Apesar da nossa adesão a inúmeros princípios europeus e internacionais, da ação positiva de muitas autarquias, e da atualização que as nossas universidades e alguns politécnicos tentaram após o 25 de Abril ao nível do ensino, ape-

sar da criação da profissão de arqueólogo no fim dos anos 90 do século XX, e de grandes intervenções no terreno que se têm vindo a dar após a adesão à Europa, do crescente protagonismo das empresas do sector, a verdade é que o panorama da nossa arqueologia, nomeadamente no atual quadro da chamada "crise", é o de uma atividade muito debilitada, quer no plano pedagógico-científico, quer no da consciência pública, quer no da salvaguarda e valorização patrimonial. No plano do ensino, o sistema de Bolonha criou três ciclos que reduziram as licenciaturas e afunilaram o acesso às pós-graduações, muito dispendiosas em relação com o que as universidades têm condições para oferecer, nomeadamente em termos de pesquisa. Mais pessoas têm mestrados e doutoramentos, mas de uma maneira geral são provas que têm de se realizar dentro de prazos curtos que caracterizam as formas atuais de vida, e se conciliam mal com a lentidão e amadurecimento que a pesquisa científica imporia. A elitização acentua-se com a dificuldade crescente de obter bolsas, mesmo para pós-doutoramento, um sistema que foi inventado para colmatar a ausência de empregos na pesquisa para pessoas dotadas com o que dantes era a qualificação de investigador, ou seja, o doutoramento. Ensino e pesquisa estão sempre articulados, mas não há financiamento da investigação, e o Estado português (como a maioria das autarquias locais) não dispõe (nem aliás nunca dispôs) de meios necessários e suficientes para a manutenção (administração e coordenação) de um trabalho arqueológico digno desse nome, cobrindo o território, e articulado em rede com todos os potenciais intervenientes, a todas as escalas. A consciência pública da arqueologia, que aumentou com a subida dos níveis de escolaridade desde 1974 e com processos polémicos importantes como o do Côa, desencadeado nos meados dos anos 90 do século XX, está profundamente ligada ao desenvolvimento de uma classe média escolarizada, para a qual se voltam as chamadas indústrias culturais, certos programas dos órgãos de comunicação social, muitos eventos locais. Mas a classe média está em processo de destruição progressiva com a prática implacável do neoliberalismo; os órgãos de comunicação social não têm, em geral, qualidade nos seus programas culturais, e arqueológicos em particular; e as autarquias, sem dinheiro e/ou sem propriamente um programa para a arqueologia, vão entretendo os diversos agentes sociais com atividades lúdicas para preencher, fundamentalmente, uma crescente situação/sensação de vazio que tudo invade. Basta ver o que se (não) publica em Portugal sobre arqueologia, tanto ao nível da edição mais especializada, como ao do livro contendo informação e problemática, com visibilidade e qualidade, capaz de atrair não-arqueólogos e de aumentar a consciência pública: não existe mercado para ele. O património arqueológico português, às suas várias escalas, e salvo casos de exceção, também não está em boas condições, longe disso, como é bem conhecido e se articula plenamente com as situações a que já aludimos. As circunstâncias que, nomeadamente na segunda metade dos anos 90 do século XX, pareciam anunciar uma organização do sector ao nível central, decompuseram-se, estando hoje reduzidas a pura burocracia. Não há uma mobilização em torno de uma ideia para a arqueologia do país, goradas que foram todas as tentativas de a erguer a uma "idade madura". Ora, para o Estado-nação moderno, o controlo do território é fundamental e manifesta-se em múltiplos aspectos interligados. Na maior parte dos países europeus existem três instâncias escalonadas de decisão, as centrais, as regionais e as locais. Portugal não implementou nunca um processo de regionalização e a capacidade das autarquias locais é muito diversificada, estando sujeita, obviamente, aos ciclos eleitorais e à formação de pequenas elites locais, que se vão revezando ou perpetuando. A importância das indústrias culturais é enorme no capitalismo hiperindustrial, e corresponde à mercantilização da cultura (do que dantes se chamava "espírito"), manifestada, por exemplo, no desenvolvimento da ideia de direitos de autor, no incremento de práticas muito diversificadas para atingir uma grande diversidade de públicos, para satisfazer o desejo de consumo de entretenimento e lazer, na vontade generalizada de criar eventos e animação, articulada com a necessidade de cada entidade ter a sua agenda e de atrair públicos. O consumo da "cultura" tornou-se, assim, central – ligado à rememoração, comemoração, criação/invenção de tradições de toda a espécie, folclorismo, afirmação local, na qual a ideia de património, de autenticidade, de unicidade (carácter único) do que é mostrado é fundamental. Tudo é praticamente "cultura", a começar pela gastronomia e prática desportiva/recreativa, sendo visível tudo quanto produza lucro/êxito, e quase invisível (ou votado ao uso de uma minoria) tudo o que seja tentativa de uma prática reflexiva e crítica. Há uma descrença ge-

neralizada – para não dizer desdém – em qualquer alternativa ao "*status quo*". Sendo o turismo a grande indústria do nosso tempo, e estando cada vez mais vedado à maioria das pessoas a viagem ao estrangeiro, mesmo "low cost", as localidades afadigam-se na promoção de eventos e de destinos. A mobilidade é muito prezada neste tipo de eventos (passeios, caminhadas, percursos, rotas, etc.). A arqueologia tem aí um lugar, mas tradicionalmente o público menos letrado não é muito votado ao seu consumo. Os museus, sim, proliferam por todo o lado, embora a sua coordenação ao nível central seja diminuta. Significativamente, Portugal nunca dispôs, depois do 25 de Abril, de um museu que tentasse retraçar a história do país em termos arqueológicos (útil como discurso, nem que fosse pedagogicamente, para ser alvo de debate e até, se fosse caso disso, de contestação), como também já antes, na época salazarista, o aproveitamento político-propagandístico da arqueologia foi débil, em contraste com outras ditaduras (Gomes, 2011). Neste contexto, o planeamento e ordenamento do território, tão característico da modernidade, e no qual os valores patrimoniais – e arqueológicos - se deviam inserir a montante, como elementos de qualificação enraizados na consciência pública, articulados com valências ecológico-ambientais, numa concepção de arqueologia preventiva e de arqueologia da paisagem, nunca teve significativa concretização em entre nós, para além, obviamente, da criação de alguns organismos (parques, por exemplo), leis, regulamentos, etc. (sobretudo na área do ambiente). A noção de um espaço público qualificado, com fruição aberta de elementos integrados, pertencentes a uma narrativa (ou mais que uma, claro) histórico-cultural e ambiental, em rede, inteligível e moderna, nunca foi implementada em Portugal de forma duradoura: apenas casos isolados. Só temos três paisagens culturais classificadas pela Unesco, como é sabido (Sintra, Douro Vinhateiro e Ilha do Pico) e um património arqueológico com justeza colocado ao nível de património da humanidade (Vale do Côa e suas gravuras paleolíticas). E sabemos as vicissitudes por que tem passado, e está a passar, uma área tão crucial para a internacionalização da nossa arqueologia. A dificuldade da arqueologia portuguesa lidar com os territórios, isto é, com áreas de certa extensão (que ultrapassem a mera intervenção de escavação em sítios, a prospecção/inventariação de iniciativa pontual, ou local, descoordenada a nível mais geral) quer em termos de investigação, quer do que hoje se chama "gestão", tem sido enorme. Questão financeira, certamente, e em geral produto do nosso "atraso estrutural" em todos os domínios, mas também problema que tem a ver com as nossas limitadas possibilidades, tanto dos arqueólogos como dos responsáveis pela administração da arqueologia (uns e outros, parece-nos, já descrentes da eficácia de qualquer orientação colectiva), na sua maioria pouco sintonizados com a tradição de outros países europeus, como a Grã-Bretanha, por exemplo. Essa desconexão é grave, e tende a acentuar-se com a degradação das condições financeiras e com a própria realidade de uma Europa em acentuada "crise", ou seja, produto de uma vontade cada vez mais nítida de domínio de certo modelo económico e de subjugação de certos países, como o nosso, a esse modelo. A subalternização da arqueologia, para não dizer quase invisibilidade, ao nível dos produtores do território (toda a série de agentes decisores, com poder, que em geral apenas integram a arqueologia porque a lei os obriga, ou então porque ela pode dar um selo de qualidade – um logótipo – ao empreendimento) vai a par com uma enorme falta de debate crítico neste campo, um debate que o qualifique ao nível de qualquer outro debate cultural, científico e político contemporâneo. Aqui estamos perante um quase deserto, um ensurdecedor silêncio. E também precisaríamos de parar para pensar.

UMA ARQUEOLOGIA NÃO HISTORICISTA?

Como poderia ser uma arqueologia que procurasse libertar-se do historicismo, da história como narrativa contínua, linear, com uma origem e direcionada a um fim? Como seria uma arqueologia voltada para a diversidade, a singularidade, a descontinuidade, o imprevisto, o acontecimento? Uma arqueologia articulada com uma história não do tempo abstracto e homogéneo, mas da confluência de durações (no sentido francês de "durées") diferentes, múltiplas? Já em 1972 Foucault levantava problemas deste tipo relativamente à história tradicional, mostrando como os estruturalistas (que ele nunca considerou ser) e os novos historiadores estavam numa certa convergência (apesar do objectivo dele, Foucault, ser bem mais profundo): "O estruturalismo e a história contemporânea são instrumentos teóricos graças aos quais se pode, contra a velha ideia da continuidade, pensar realmente quer a descontinuidade dos acon-

tecimentos quer a transformação das sociedades." (Foucault, 2001, p. 1149). Poderíamos definir essa arqueologia pela negativa. Por exemplo: ela não visaria uma narrativa da história da humanidade, ou de qualquer subsector espacio-temporal dela, começando na pré-história e terminando na atualidade, como uma sucessão encadeada de "épocas", como se essa descrição fosse, em si mesma, portadora de racionalidade. Também tentaria evitar, tanto quanto possível, a prática da universalização forçada das coisas, espacializando-as em categorias *a priori* de todo o tipo, desde o mundo dos objetos (o que à vezes se chama as materialidades) até ao dos conceitos (por exemplo, recorrendo a explicações pré-fabricadas na antropologia cultural/social, ou noutros campos das ciências sociais/humanas ou na filosofia). O desafio seria grande, dado que implicaria um esforço conceptual e uma praxis anti-intuitivos, de tal modo são habituais e reconfortantes a ideia de história abrangente (tornando natural, explicável, a realidade que se nos apresenta hoje), por um lado, e, por outro, a apetência de um conhecimento totalizante (às vezes chamado inter ou transdisciplinar) que, na verdade, facilmente se enquista como sistema pronto para colmatar todas as lacunas. Ou seja, fazer uma arqueologia diferente da habitual significa afrontar a segurança domesticada e familiar do já conhecido, abrindo caminho para novas "práticas práticas" e novas "práticas teóricas", ambas evidentemente formando unidade entre si e com a vida. Trata-se de uma tentativa de desmitificação ideológica, arriscada, pois aquilo que passa como "ciência" (marca indiscutível de verdade) é, também para uma postura crítica, um "jogo de linguagem" (Wittgenstein) ou "jogo de frases" (Lyotard) legitimado por um certo contexto. A arqueologia confronta-se com o problema bem conhecido da ausência ou insuficiência de textos. Insuficiência na medida em que, mesmo para épocas ditas históricas, a razão de ser da arqueologia é precisamente a de se apoiar preferentemente em "documentos" não escritos, valorizando, por assim, dizer, a linguagem muda do mundo objectal. Se o homem é um ser pensante, e se não podemos aceder diretamente ao que a maior parte das pessoas pensaram, a arqueologia promete-nos, habitualmente, a possibilidade de acessos indiretos, precisamente através do estudo dessas "materialidades" ou da chamada "cultura material". Quer dizer, em parte importante da arqueologia, parece estarmos perante uma dupla ausência: na medida em que a ideia de passado aponta para uma realidade que já não existe, da qual só há traços ou vestígios (sobre os quais, inexoravelmente, também o tempo passou), por um lado, e pela circunstância desses vestígios não serem em geral textos (completos ou fragmentários), mas coisas, ou restos de coisas. Portanto, todo o pensamento em arqueologia passa pela investigação crítica das noções (pelo menos) de passado, de objecto, e de vestígio. A questão do passado apenas perturba se partirmos da noção da história como continuidade, como espelhando uma temporalidade linear, com três modos, o passado, o presente e o futuro. Basta pensar um pouco para se ver que cada uma dessas realidades é uma abstração, ou melhor, uma entidade metafísica, que apenas funciona em rede com as outras duas, para organizar a noção corrente, mensurável, de tempo. É um lugar-comum afirmar que toda a história – e também, podemos dizer, toda a arqueologia – é história do presente. Mas essa unidade de duração – "presente" – que significa, já que o momento, ou instante, a que o "presente" parece reportar-se, é algo de infinito (o presente de cada pessoa, de cada comunidade, o presente consciente e o inconsciente, etc.) e de indefinível (apenas os meios de comunicação modernos nos dão a ilusão de estarmos a viver o mesmo "presente" à escala mundial quando relatam um acontecimento de grande impacto, como por exemplo o 11 de Setembro). Nós não somos presentes ao (no) nosso tempo – já que no próprio facto de o pensarmos nos distanciamos dele (ver o que escreve Agamben sobre o que significa ser-se contemporâneo) (Agamben 2008). Cada "momento" histórico é um encadeamento infinito de durações, irredutíveis a uma só (ou mesmo a vários estratos sobrepostos como sugeria Braudel). No seu livro "Infância e História", e particularmente no capítulo "Crítica do instante e do contínuo", Agamben (Agamben, 2002, pp. 161-186) expõe uma reflexão fulcral sobre o conceito ocidental de tempo, desde os gregos, mostrando como as nossas narrativas históricas estão apoiadas em pressupostos epistemológicos muito antigos. De facto, embora o Cristianismo tenha mudado as concepções gregas do tempo circular, que passa a ser um tempo linear rectilíneo, por assim dizer (uma história que se desenrola entre um começo e um fim, a Criação e o Juízo Final), ele conservou o conceito de tempo como constituído por uma sucessão de instantes pontuais, que já vinha de Aristóteles, por exemplo. Ora, como escreve Agamben, "a concepção moderna do tempo é uma laicização do tempo

cristão, rectilíneo e irreversível." (op. cit., p. 170) É essa concepção que não só preside às nossas representações diárias do tempo e da temporalidade, como também está na base de tudo quanto nos ensinaram no campo da história, desde a escola primária até à licenciatura ou mesmo depois. Quer dizer que sem pormos isso em causa não avançamos um passo na superação do conceito linear, pontualista, de tempo histórico, que, se no século XIX parecia irrefutável com a noção de progresso, hoje aparece, ao contrário, como pouco crível. E no entanto todos continuamos a pautar as nossas narrativas por uma periodização, linear ou multilinear, mais simples ou mais complexa, em que as "idades" se sucedem: Paleolítico, Mesolítico, Neolítico… etc, por aí fora, até chegarmos à actualidade. Essa narrativa, em linha directa de uma tradição milenar vencedora, passando por muito "científica" (e absolutamente impossível de rebater, sintoma próprio de todas as crenças), faz emperrar qualquer tentativa para pensar as problemáticas da arqueologia de uma maneira mais interessante. Mas o interessante principia, a nosso ver, onde a ilusão do óbvio começa a abrir fissuras. Na realidade, Agamben lembra (trabalho citado), estas fissuras são antigas também na nossa tradição. Os gnósticos, por exemplo, tentaram pensar o tempo fora dessa moldura da duração ("durée") como tempo pontual e contínuo. Por seu turno, os estóicos davam importância, não ao tempo, afinal irreal, da ideologia dominante ocidental e do senso comum, mas antes a um tempo em que a coincidência "brusca e simultânea" (Agamben, op. cit, p. 180), o "kairós", se dá. E aquele autor escreve (id, ib.): "Subitamente, o tempo infinito e quantificado encontra-se delimitado e é presente: o *kairós* concentra nele mesmo os diversos tempos (…), permitindo ao sábio tornar-se mestre de si mesmo e sentir-se à-vontade em si mesmo como deus na eternidade. O "kairós" é a "mão possante" que o homem aplica à sua própria vida e que o arranca definitivamente à servidão do tempo (…)." Agamben refere então os pensadores contemporâneos que de algum modo se procuraram inscrever nessa tradição, minoritária, da crítica do tempo contínuo e quantificado, com relevo para Walter Benjamin e as suas famosas "Teses sobre a filosofia da história" (Benjamin, 2010, pp. 9-20). E Agamben escreve: "Ao presente tornado nada ["néantisé"] da tradição metafísica [é a velha questão do instante, que tanto angustiou os pensadores de todos os tempos, como vazio pontual, sempre "fugindo" para o passado e/ou para o futuro], Benjamin substitui "um presente que não é uma passagem, mas se apresenta imóvel no limiar do tempo." À ideia, cara à social-democracia e ao historicismo, de um progresso histórico da espécie humana, "inseparável da ideia de caminhada ao longo de um tempo homogéneo e vazio", ele opõe "a consciência revolucionária de fazer saltar o continuum da história." Ao instante vazio e quantificado, ele opõe um "tempo-agora" (*Jetzt-Zeit*), concebido como paragem messiânica do regime dos acontecimentos ["l' événementiel"] que "condensa num resumo grandioso a história da humanidade." (Agamben, op. cit., p. 182). O pensador italiano cita também o esforço que Heidegger fez no seu tempo no sentido de um novo pensamento do tempo e da história (Barash, 2003). O problema mantém-se actual. Claro que ainda poderíamos referir Aby Warburg e muitos outros. Mas, noutras linhas, o conceito de evento, tão caro a Alain Badiou, não se pode esquecer, como também, evidentemente, o modo como Hegel está a ser agora "relido", nomeadamente por autores como Catherine Malabou ou Slavoj Zizek (Zizek, 2013). Mas fiquemo-nos, por ora, em Agamben e no capítulo que vimos seguindo. Escreve ele, neste texto seminal, em que o prazer humano é apresentado como uma experiência kairológica, e que achamos dever citar demoradamente: "A experiência ocidental do tempo cinde-se em *eternidade* e *tempo linear contínuo*… o ponto de separação, que os faz comunicar um com o outro, é o instante como ponto inalcançável e sem extensão. A uma concepção assim, que condena ao fracasso qualquer esforço para dar conta do tempo, é preciso opormos uma concepção segundo a qual o lugar específico do prazer – como dimensão original do homem – não é nem o tempo pontual contínuo nem a eternidade, mas sim a história (…) é somente como lugar original da felicidade que a história pode ter um sentido para o homem. (…) Porque a história não é, como queria a ideologia dominante, a sujeição do homem ao tempo linear contínuo, mas a sua libertação: o tempo da história, é o *kairós* que permite à iniciativa humana agarrar a ocasião favorável e escolher instantaneamente a sua liberdade. Tal como ao tempo vazio, contínuo e infinito do historicismo vulgar é preciso opor o tempo cheio, descontínuo, finito e acabado do prazer, assim também devemos opor ao tempo cronológico da pseudo-história o tempo kairológico da história autêntica.

"O verdadeiro materialismo histórico [e aqui Agam-

ben vem bem na linha de Benjamin e das "teses" deste] não consiste em perseguir, ao longo de um tempo linear infinito, a vaga miragem de um progresso contínuo; mas em saber parar o tempo a qualquer momento, lembrando-se de que a pátria original do homem é o prazer. É esse o tempo que se experiencia nas revoluções autênticas, que sempre foram vividas, como lembra Benjamin, como uma suspensão do tempo e uma interrupção da cronologia; mas a revolução com maiores consequências, a única que nenhuma restauração poderia recuperar, é a revolução que se traduziria não numa nova cronologia, mas numa mutação qualitativa do tempo (numa *kairologia*). Aquele que, na *epoché* [suspensão] do prazer, se lembra da história como da sua pátria original, esse transporta por toda a parte essa lembrança e recorda continuamente esta promessa: esse é o verdadeiro revolucionário e o verdadeiro vidente, que não espera um milénio para se libertar do tempo, mas se liberta *agora*." (op. cit., pp. 185-186).

Estas palavras, de tom messiânico, soam certamente como utópicas, sobretudo no tempo extremo em que vivemos. Sim, elas serão u-tópicas no sentido etimológico de não terem lugar adentro de uma ideologia para a qual todo o pensamento de uma realidade que se situe fora do pragmático, funcional, imediatamente útil – isto é, do espírito do curto-prazismo que anima a actualidade (Stiegler, 2008), e caracteriza o capitalismo hiperindustrial – nos é apresentado como uma obscenidade, como impensável. Trata-se da ortodoxia contemporânea, uma verdadeira religião. Como escreve também Agamben (Agamben, 2006, p. 116), "Na sua forma extrema, a religião capitalista realiza a forma pura da separação [entre o sagrado e o profano], sem mais nada para separar. Uma profanação absoluta e sem resíduos coincide, agora, com uma consagração igualmente vazia e integral." E, adiante, termina assim: "A profanação do Improfanável é a missão política da próxima geração." (ib., p. 133). O nosso problema é, então: tendo chegado à conclusão de que a arqueologia é prisioneira de uma concepção do tempo que a impede de produzir uma história que não seja "mais do mesmo", isto é, o preenchimento de vazios e de detalhes dentro de uma narrativa contínua, que começa com o primeiro hominídeo e desemboca na actualidade hiperindustrial, como fazer para tentar profanar (des-sacralizar) essa realidade aparentemente improfanável?

Talvez que de novo aqui Agamben nos ajude um pouco, pelo menos a um nível muito geral, através do que propõe no capítulo "Arqueologia filosófica" do seu livro "Signatura Rerum" (Agamben, 2008, pp. 93-128), onde ele se inspira em Kant, Nietzsche, Benjamin, Foucault, Melandri, entre outros. Não vamos porém ter espaço para o resumir aqui. O conceito-chave é nesse texto o de genealogia, que se opõe à procura de uma origem (*arché*) (Foucault, 2001). Abandonar a busca da "origem" cronológica é abandonar a ideia de identidade original das coisas e seu "desenvolvimento" ulterior, isto é, é tentar escapar de qualquer tendência teleológica.

Que consequências práticas teria esta mudança de paradigma no domínio da arqueologia (obviamente no sentido comum da palavra, não foucaultiano ou agambeniano) e no nosso modo corrente de pensar, de viver a história? Essas consequências seriam tão abrangentes e revolucionárias que se tornam impossíveis não só de "cartografar", como de esboçar em tão poucas palavras. Tentemos dar um exemplo, através do que é e será uma operação fundamental da arqueologia, do seu método, do seu modo de abordagem da realidade: a "escavação".

Em vez de se preocupar com a definição de fases (estratos, etc.) de ocupação de um local, numa sequência estratigráfica que representaria o vestígio de uma história mais ou menos linear (com maior ou menor número de descontinuidades) desse local (a sucessão de culturas ou de épocas a que se vincularia, etc.), em que a rocha-mãe representaria o alfa e o topo do terreno actual o omega de um processo, a escavação abarcaria, por decapagem, uma área de terreno tão ampla quanto possível, como que "arrancando a pele" dessa área do sítio, sempre entendido como espacialmente extensível.

Sem nunca remover tudo quanto parecesse inadaptado a qualquer "modelo" prévio, mas antes concentrando a atenção em todos os "inexplicáveis" e inexplicados da escavação, o trabalho incidiria precisamente sobre as resistências (os detalhes…) do sítio a um modelo habitual, linear, de interpretação, de narrativa, tanto no tempo (estratigrafia vertical) como no espaço (o que às vezes se designa estratigrafia horizontal). Não pressuporia por exemplo funções nem sequências lineares para as diversas realidades que a equipa fosse "expondo/construindo", assumindo essas realidades não como vestígios incompletos e pré-existentes de um passado, mas como elementos de emergência das – pontos de chegada de perguntas pertinentes sobre as – próprias

"aporias" do sítio em si. A arqueologia realizar-se-ia num presente inapresentável, inconcluso, num futuro anterior, ou seja, num trabalho, colectivo e rigoroso, não em busca de uma narrativa confortante, mas de questões partilháveis e pertinentes.

Em cada momento do processo, cada um dos intervenientes daria as suas achegas para a construção desse modelo, que nunca seria a de um "futuro/passado" perfeito, com tudo "a bater certo", cronologia, fases de ocupação, áreas funcionais, etc. Pelo contrário, o interessante seria sempre a assunção de que o futuro anterior (o que ali, naquele sítio, se teria/terá passado) seria sempre emendável, não no sentido de um aperfeiçoamento para uma verdade iniludível, autorizada, categorial, mas antes no descarte sucessivo e negociado de implausibilidades, coisas que a demonstração de observações pudesse testemunhar como provavelmente absurdas. Assumir um passado como futuro sempre aberto; mas sem o relativismo fácil do "vale tudo".

Não se trataria de voltar a dar vida e voz a algo morto, mas de viver pela primeira vez o sítio como um sítio arqueológico, assumidamente sujeito a uma intervenção contingente, e procurando produzir o máximo de registos de molde não a provar uma tese a priori, ou em curso de construção, mas a constituir um suporte de debate e de controvérsia: de cotejar desfasamentos, de demonstrar alteridades.

Criação de histórias, sim, mas de histórias que pertencessem sempre ao futuro de todas as narrativas inconclusivas – e vividas, sentidas, assumidas com felicidade porque precisamente imperfeitas – do que ali se poderia ter passado. Essa arqueologia dos sítios, dos territórios, essa história do que poderá/poderia ter acontecido, sempre portanto como exercício de liberdade, não se deveria nunca confundir com um mero exercício "pós-moderno" relativista, uma vez que seria o seu contrário. O rigor, a necessidade de comprovar as hipóteses interpretativas, o exercício de uma disciplina colectiva imporiam regras, sempre em devir, negociadas entre os intervenientes da acção arqueológica, entendida (como toda a acção colectiva) como um campo de tensões criativas e não como a prática disciplinada de uma operação de rotina tendente a uma síntese, a uma narrativa de encerramento, redutora, ou seja, a uma derradeira morte do sítio.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio (2002) – *Enfance et Histoire. Destruction de l' Expérience et Origine de l' Histoire*. Paris: Éditions Payot et Rivages.

AGAMBEN, Giorgio (2006) – *Profanações*. Lisboa: Edições Cotovia.

AGAMBEN, Giorgio (2008) – *Signatura Rerum. Sur la Méthode*. Paris: Librairie Vrin.

AGAMBEN, Giorgio (2008) – *Qu'Est-Ce Que Le Contemporain?*. Paris: Éditions Payot et Rivages.

BARASH, Jeffrey Andrew (2003) – *Martin Heidegger and the Problem of Historical Meaning*. New York: Fordham University Press.

BENJAMIN, Walter (2010) – *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

CANTINHO, Maria João (2011) – *Walter Benjamin, Revolução e Messianismo: A História Secreta*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento policopiada).

FOUCAULT, Michel (2001) – Nietzsche, la genealogie, l' histoire. In *Dits et Écrits, I – 1954-1975*. Paris: Éditions Gallimard-Quarto, pp. 1004-1024.

GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2011) – *O Passado, A identidade e as Teias do Governo. Estudos Sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista*. Porto: Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento policopiada).

HARVEY, David (2005) – *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume Editora.

HARVEY, David (2012) – *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

NANCY, Jean-Luc (2004) – *La Communauté Désoeuvrée*, Paris: Christian Bourgois Éd.

STIEGLER, Bernard (2008) – *Économie de l' Hypermatériel et Psychopouvoir*. Paris: Mille et Une Nuits.

THOMAS, Julian (2004) – *Archaeology and Modernity*, London: Routledge.

ZIZEK, Slavoj (2013) – *Menos Que Nada. Hegel e a Sombra do Materialismo Dialéctico*. São Paulo: Boitempo Editorial.

PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA: MEMÓRIA E COMUNICAÇÃO

Miguel Lago / ERA-Arqueologia, S.A. / miguellago@era-arqueologia.pt
Alexandre Sarrazola / ERA-Arqueologia, S.A. / alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

RESUMO

A Arqueologia está hoje inserida num mundo complexo, participando de decisões sobre o futuro dos territórios e do Património que nos chega do passado. Neste âmbito, a comunicação do trabalho dos arqueólogos deve ser aberta e fluida, assente em rigor, simplicidade e criatividade. Sem esquecer que interferem num palco de interesses e decisões, os arqueólogos devem afirmar uma Arqueologia Pública, verdadeiramente de todos. Este é, hoje, o grande desafio da Arqueologia portuguesa. A partir do projecto da ERA propõe-se uma reflexão sobre novos caminhos de afirmação social da disciplina.

ABSTRACT

Archaeology is now embedded in a complex world, participating in decisions about the future of the territories and the heritage that comes to us from the past. In this context, the communication of the work of archaeologists should be open and fluid, based on rigor, simplicity and creativity. Without forgetting that they interfere with a network of interests and decisions, archaeologists must assert a truly Public Archaeology, for everyone. This is the big challenge for Portuguese archeology, today. Using the ERA project as a starting point, we propose a reflection on the new paths for the social affirmation of the discipline.

"Knowledge may have its purposes,/ but guessing is always/ more fun than knowing."
W. H. Auden, "Archaeology"

"Writers have it much easier than archaeologists"
Judith Schalansky, Pocket Atlas of Remote Islands

1. FILMOGRAFIA DE UMA ARQUEOLOGIA MUDA

Na sua autobiografia, Luis Buñuel relata um episódio que se pode resumir da seguinte maneira: nos alvores do século XX foi inaugurada em Zaragoza, cidade da sua juventude, uma sala de cinema. Durante as exibições de filmes mudos, era presença regular, junto da tela, um *explicador de filmes*. Os espectadores não estavam familiarizados com a narrativa fílmica pontuada pela montagem das sequências, planos e dinâmicas de campo/contra-campo, o que justificava a indispensável presença do explicador. Este episódio remete para a condição de arqueólogo. Face a uma série de aspectos conceptuais, taxonómicos e a um jargão muitas vezes inextrincável – um código que o público em geral não domina, nem disso tem certamente obrigação – compete aos produtores de conhecimento arqueológico desempenhar um papel com semelhanças ao do explicador de filmes de Zaragoza. Expor as narrativas da História a partir de evidências do registo arqueológico vale bem esse esforço e a audiência merece-o, já que, este é um filme de todos.

A Arqueologia está hoje inserida num mundo complexo, participando de decisões sobre o futuro dos territórios e do Património que nos chega do passado. Neste âmbito, a comunicação do trabalho dos arqueólogos deve ser aberta e fluida, assente em rigor, simplicidade e criatividade. Sem esquecer que interferem num palco de interesses e decisões, os arqueólogos devem afirmar uma Arqueologia Pública, verdadeiramente de todos. Este é, hoje, o grande desafio da Arqueologia portuguesa. A partir do projecto da ERA propõe-se, nas linhas que se seguem,

uma reflexão sobre novos caminhos de afirmação social da disciplina.

A História da Arqueologia Portuguesa está eivada de fluxos de maior ou menor divulgação popular (nos museus, autarquias e associações culturais) quase invariavelmente vinculados às características pessoais de quem desempenhava os cargos de liderança e direcção de tais instituições. Algo muito próximo – e intimamente relacionado – com o que Carlos Fabião apontou para o nexo causal entre a qualidade da Arqueologia produzida em Portugal e a personalidade e iniciativa de cada um dos indivíduos que ocupava, em certo tempo, determinado cargo institucional de proeminência, particularmente nos *museus*, *comissões* e *sociedades* (o primado do indivíduo sobre a instituição). Tais variações, com períodos de franco e notável incremento cultural e patrimonial, num contexto em que o amadorismo desempenhava um papel que o actual enquadramento jurídico não autoriza, conduziram, do ponto de vista da comunicação, à imagem e ao conhecimento de uma arqueologia casuística e politicamente pouco enquadrada. Isto é, se durante o Estado Novo, a título de exemplo, a questão *lusitana* da etnogénese (digladiada já pelo menos desde o século XIX entre Martins Sarmento e Alexandre Herculano) foi amplamente instrumentalizada pelo Poder Central (recorde-se a secção de proto-história do Congresso da Exposição do Mundo Português em 1940, tão profícua em *discurso* e parca em *materialidades* – o *Plano Fénix* e a iminência de uma invasão da Península pela Alemanha impunham-no), já o último quartel do século passado se caracterizou por intervenções sazonais, envolvendo as comunidades locais, num enquadramento político de modelos variáveis, um mosaico de facto muito mais dependente de iniciativas *pessoais* do que de programas do Poder Central na Política para a Cultura às suas mais diversas escalas. As escavações de Verão, nomeadamente até meados dos anos noventa constituíram em parte uma verdadeira incubadora de académicos e profissionais de arqueologia a partir de um ambiente que, curiosamente, apresentava profundas marcas de amadorismo: de facto, apenas nos anos noventa se afirmam e multiplicam os arqueólogos profissionais, inicialmente mais ou menos vinculados à administração pública, posteriormente enquadrados em empresas promotoras de grandes obras ou especializadas em prestações de serviços de arqueologia. Quantos de nós tivemos o primeiro contacto com a arqueologia naqueles campos de férias, autênticos pólos dinamizadores de cultura local e fomentadores da construção da(s) memória(s) colectiva(s)? Porém, essa proximidade às populações parece – paradoxalmente – ter sofrido um efectivo recuo desde que a arqueologia se *profissionalizou*.

Paradoxalmente, porque se nos últimos cerca de quinze anos – após o *Caso Côa*, a criação do Instituto Português de Arqueologia, a promulgação de legislação de base e regulamentar do Património Cultural e Ambiental e da actividade arqueológica – se propiciaram as condições para a emergência de diversas empresas especializadas e para o crescimento exponencial de projectos através dos quais se verificou um extraordinário e impar acumular de dados – aliado em muitos casos, há que dize-lo, a um limitado incremento dos processos de conhecimento, tal enquadramento político, social e económico não resultou num equivalente incremento da produção de conhecimento nem na desejável e concomitante ampliação das formas de articulação, participação e divulgação junto da sociedade civil. Tal constatação – para nos centramos a título de exemplo no caso de Lisboa – encontra fundamentação na eloquente demonstração de Jacinta Bugalhão a respeito do crescimento contínuo de intervenções na capital – entre 1995 e 2005 - sem que o número de publicações acompanhasse tal ascensão estatística. Afigura-se inevitável algum confrangimento de *classe*, quando lemos as seguintes palavras de Carlos Fabião, em artigo publicado cerca de dez anos antes - 1994 - e num contexto assaz diverso: "Ninguém entende porque razão se devem atrasar obras para a realização de escavações, se estas em nada resultam e em nada contribuem para o progresso dos conhecimentos sobre as antigas cidades do sítio de Lisboa. É claro que também a ausência de vontade política para inverter esta situação constitui um obstáculo de monta. E, neste particular, ninguém está inocente". É certo que a realidade descrita por ambos os autores se alterou para melhor. Mas tanto quanto seria expectável? Obviamente não.

Tal disparidade – entre o crescimento da actividade arqueológica ou da produção de conhecimento e a comunicação pública e generalizada dos seus resultados – suscita uma questão obrigatória: de quem é a responsabilidade por este desconfortável desequilíbrio? Não se pretende julgar a história recente e os seus protagonistas, mas todos os conhecemos;

conhecemo-los demasiado bem. Entre a plêiade de decisores, intervenientes públicos e cidadãos que nos possam ocorrer, os principais responsáveis somos nós: os arqueólogos. Se apesar dos problemas é justo afirmar que o panorama se alterou positivamente ao nível da produção de conhecimento científico é também manifesto que a largura do fosso entre as populações locais e a *arqueologia regional, local e de sítio*, parecer ter sofrido uma manifesta dilatação a par da profissionalização da Arqueologia. Sejamos claros: para a generalidade dos cidadãos, os inúmeros e por vezes extraordinários trabalhos de arqueologia que se realizam anualmente pelo país, passam totalmente despercebidos. Salvo raras e honrosas excepções, os avultados investimentos realizados em arqueologia têm como destinatários quase exclusivos os próprios arqueólogos. Em nosso entender, persistir neste erro coloca em causa a profissão e a responsabilidade social que devem ter os profissionais de arqueologia.

2. TORRE DE MARFIM E REDE BRASILEIRA

Uma perspectiva crítica como a que se expõe não autoriza *saídas de cena* após a primeira *deixa*. Impõe propostas e obriga a que se percorra o caminho entre o plano do programa de intenções e o terreno da prática. Comecemos por nos comparar, impulso muito português mas por certo útil se em lugar de mimetizar *o lugar do outro* nos fizer pensar no *nosso*. Um olhar comparado sobre a política e prática brasileira afigura-se inspirador e susceptível de potenciais projecções para a realidade portuguesa:

A legislação actualmente em vigor em Portugal e no Brasil impõe regras claras no que respeita à componente arqueológica das diferentes fases de implementação de projectos com potencial interferência em vestígios daquele tipo. No que respeita aos elementos arqueológicos, os pressupostos a considerar são claros para todos os intervenientes em processos de projecto, licenciamento e execução de determinadas obras, desde que estas careçam de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ou se situem em áreas com constrangimentos definidos, nomeadamente em função do prévio conhecimento relativo a bens nelas enquadrados (Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor, áreas de protecção de monumentos classificados, etc.):

- identificação dos sítios enquadrados em áreas territoriais de enquadramento de projectos;
- avaliação dos impactos estimados sobre o Património arqueológico, em função do projecto a implementar;
- definição de medidas de minimização a aplicar decorrentes da natureza e valor atribuídos aos bens patrimoniais e tendo em consideração o tipo de impacto a que estarão sujeitos pela implementação do projecto; em casos limite o projecto pode ser reprovado pelo forte impacto previsto;
- execução de trabalhos arqueológicos de campo em diferentes fases dos processos de AIA, incluindo aplicação de medidas de minimização.

Naturalmente, o pressuposto inerente a estes processos é a relevância social atribuída aos bens arqueológicos, encarados como herança finita do passado, cuja gestão, eventual "sacrifício" e conservação pelo registo deve ser muito ponderada e escrutinada, nomeadamente pelas populações das áreas envolvidas. Este pressuposto, é evidenciado nas convenções internacionais relativas ao património arqueológico, nomeadamente as de Lausanne e de Malta. Estas preocupações estão ainda na base da designada Educação Patrimonial que configura uma das mais vincadas diferenças entre as arqueologias portuguesa e brasileira. Implementada de forma sistemática apenas no Brasil, associada de forma obrigatória a projectos de Arqueologia agregados à implementação de obras, assenta numa perspectiva social e política claramente mais orientada para a cidadania, envolvendo comunidades locais e pessoal integrado nas obras projectadas.

A Educação Patrimonial, encarada como um processo educacional, visa o desenvolvimento das pessoas através do conhecimento e, através delas, contribuir para a preservação patrimonial, tendo por base que apenas podemos respeitar e preservar aquilo que conhecemos e entendemos. Neste contexto, a interacção entre profissionais do Património e pessoal dos promotores ou empreendedores, nomeadamente da área da construção civil, contribui para uma efectiva sensibilização e formação dos envolvidos, criando pontes de diálogo e de compreensão pelos trabalhos de Arqueologia a promover em contexto de obra. A difusão do modelo brasileiro afigura-se-nos fundamental para reforçar, no contexto português, a capacidade de comunicação por parte de arqueólogos e administração pública com os seus interlocutores, contribuindo para a harmonização dos processos arqueológicos com os ritmos de obra e promovendo,

através da ligação aos cidadãos, uma efectiva sociabilização da Arqueologia.

Apesar da esmagadora maioria da Arqueologia contemporânea acontecer a "reboque" de grandes obras, não devemos esquecer que ela prossegue objectivos específicos relacionados com processos educacionais, de produção de conhecimento e de salvaguarda patrimonial.

Interessa aqui destacar a notoriedade e o impacto internacional do ideário político de pensadores brasileiros como Augusto Boal (*Teatro do Oprimido*) e Paulo Freire (*Pedagogia do Oprimido*), particularmente este último no que concerne à democratização da cultura e do conhecimento na formação da consciência política.

Um paradoxo de remate nesta passagem transcontinental: a Convenção de Malta – notável no seu conteúdo programático, tem não raras vezes aberto portas à destruição *acompanhada* de sítios arqueológicos através de uma leitura demasiado *livre* do conceito de salvaguarda pelo registo. Em tais processos, uma mais vincada participação dos cidadãos pode ser factor de equilíbrio.

3. ARQUEOLOGIA NUMA ERA DE MUDANÇA (*IF*)

«Sabe que eu quando era jovem queria ser arqueólogo(a)?». A frase que amiudadas vezes ouvimos – em âmbito profissional, social ou familiar; em reuniões, vistas de campo, ou entrevistas – vem quase sempre adocicada por um sorriso simpático, condescendente e equívoco; um tom por vezes a raiar o amável paternalismo de quem nos diz «eu também queria passar a vida a brincar mas depois a vida adulta encaminhou-me para uma profissão a sério». Exageros à parte, não raras vezes nos confrontamos – nas entrelinhas da comunicação - com uma perspectiva da actividade arqueológica associada mais a uma dimensão lúdica e aventureira (*Deo Gratias*) do que a uma profissão dignificada em paridade com as demais, como seria naturalmente expectável. No cinema e na literatura, e em tantas outras expressões de arte, a Arqueologia ocupa um protagonismo temático invejável. Freud, Bruce Chatwin, Agatha Christie, Geoff Dyer, W. H. Auden, Hugo Pratt, Hergé, George Lucas, Spielberg, Judith Schalansky, Tonino Guerra, João Aguiar, Rui Pires Cabral, António Campos, Manuel de Freitas, Mário de Carvalho, Bruno Almeida - integram uma eclética lista de autores que facilmente preencheria as páginas reservadas a este texto. De forma mais ou menos aproximada à *real realidade das coisas* o interesse suscitado pelo tema assume contornos de inequívoca importância e – quanto mais não seja *em potência* – o público existe. A questão afigura-se deste modo inevitável: por que não comunicamos então - nós arqueólogos – mais e melhor?

O projecto da ERA tem vindo a associar o seu processo de maturidade e crescimento organizacional a uma paulatina e programada política de divulgação patrimonial cujos resultados constituem hoje um legado verdadeiramente público. Por outro lado, uma certa vocação e espírito de missão vinculados a esta dimensão pública (aliadas à importância dos sítios intervencionados) têm suscitado a atenção dos *media* num manifesto *acrescento de valor* à divulgação generalizada de informação arqueológica produzida pela ERA.

Atentemos nalguns casos de estudo, processos e práticas deste edifício comunicacional em permanente construção, também estes – em ocasiões várias - objecto de divulgação e tratamento mediático na imprensa local, nacional e estrangeira, nas rádios locais e nacionais, nos canais de televisão públicos e privados, assim como de projectos de investigação com financiamento público e privado. Todos os casos foram amiúde objecto de comunicações e palestras públicas em acções de divulgação, encontros científicos, assim como no colóquio anualmente promovido pela ERA ao longo da última década.

Complexo Arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) – o projecto do vasto sítio dos Perdigões, em continuidade desde a fundação da ERA em 1997, constitui o caso de estudo mais relevante e duradouro de uma experiência continuada de arqueologia aberta a diversas equipas, a diferenciadas perspectivas teóricas e em crescente diálogo com o contexto social. O conceito desenvolvido - *Arqueologia em Construção* - implica uma "musealização" do paulatino processo de investigação e produção de conhecimento, tornando o sítio efectivamente contemporâneo;

Cacia/ Marinha Baixa/Torre (Aveiro) – iniciado como um trabalho de minimização de impacte no âmbito de um grande empreendimento multimunicipal (SIMRIA), este caso suscitou, numa articulação entre a ERA, a autarquia e as escolas locais, sistemáticas visitas de turmas do primeiro ciclo às escavações arqueológicas em curso; repetidas apre-

sentações públicas à população (por iniciativa da Câmara Municipal e do Museu de Aveiro), assim como igual número de colaborações com o Museu de Aveiro (quer numa exposição temporária, quer actualmente na sua exposição permanente); um caso de envolvimento público que se desenvolve há catorze anos;

Fábrica romana de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém (Belém) - tendo constituído um caso de notável importância científica e patrimonial, registe-se o curioso impacto decorrente da colocação de um painel informativo da ERA num dos taipais do empreendimento - o contacto imediato com o transeunte surtiu um inusitado efeito em cadeia. Acresce que a maioria estatística das espécies piscícolas registadas nestas cetárias corresponde à *vulgar* sardinha que tão destacado lugar – volvidos dois milénios – ocupa na nossa gastronomia, festas populares e cartazes de Lisboa numa permanência identitária notável;

Estruturas portuárias modernas (séculos XVII--XVIII) e Fundeadouro Romano (séculos I aC-V dC) da **Praça de Dom Luís I** (Lisboa): neste caso de minimização de impacte do empreendimento de um parque de estacionamento a divulgação pública *em directo* foi um dos *motes* de um projecto verdadeiramente aberto à população: inúmeras reportagens, mais de trinta visitas institucionais durante as escavações arqueológicas; várias comunicações públicas a convite da Câmara Municipal de Lisboa e em sua sede; produção e exibição de filme documental pela Videoteca Municipal de Lisboa; produção independente de documentário sobre o fundeadouro romano; palestra na Escola Profissional de Arqueologia do Freixo (Marco de Canavezes);

Contextos navais modernos, urbanos e industriais da **Nova Sede Corporativa da EDP** (Lisboa): o volume e a qualidade dos achados contextuais decorrentes dos trabalhos na Avenida 24 de Julho suscitaram um interesse crescente dos *media*, tendo conduzido a inúmeras comunicações para público geral, promotores do empreendimento e respectiva equipa técnica.

Finalmente, não percamos de vista que a ERA se caracteriza por uma forte imagem identitária materializada, por exemplo, no seu equipamento (logótipo, coletes, capacetes, painéis informativos) e reconhecível numa clara diferenciação entre *o arqueólogo* e os demais profissionais especializados numa intervenção pública ou privada: apesar da articulação com o universo das obras, a arqueologia é afirmada como factor cultural de matriz científica. Nas redes sociais, particularmente no *facebook*, a ERA tem um impacto inequívoco no Público da Arqueologia. Na sua política de base e na sua acção concreta a ERA privilegia a pedagogia patrimonial: as recorrentes sessões de divulgação nas escolas públicas e privadas do primeiro e segundo ciclos constituem uma das faces de um dinâmica em crescendo que visa *informar, valorizar, conhecer*. O retorno social do investimento realizado em arqueologia é encarado como vital para dar sentido à profissão e ao património que é de toda a comunidade.

4. PÚBLICO E *COISA PÚBLICA (THIS LAND IS MINE)*

«This is your captain speaking»; a frase inspira segurança, os passageiros aceitam as informações a respeito de rotas, altitude, geografia, condições meteorológicas e afins. Uma informação debitada com desportiva cortesia, a partir de uma cabina fechada; um discurso de síntese formulado sobre a leitura de instrumentos, cifras e códigos incompreensíveis para o comum dos mortais. Gostemos muito, pouco ou nada de voar, não estamos aos comandos nem podemos entrar no espaço reservado aos pilotos. Resta-nos acreditar e evitar o mais possível pensar no sistema de *piloto automático*. Eis um ínvio sentido para o verso de W. H. Auden: «Knowledge may have its purposes». As informações transmitidas a partir dos laboratórios de arqueologia (as nossas cabinas fechadas) não são menos couraçadas que as de um cordial comentário de navegação, quer ser revistam de um pendor pretensamente *exacto*, quer oferecidas sob uma roupagem de tom *narrativo*. Ocorre, forçosamente, o resto da estrofe de Auden: «but guessing is always more fun than knowing». O carácter aparentemente sacrílego da asserção do poeta adquire contornos de alguma seriedade num debate actual se aceitarmos que, enquanto arqueólogos, lidamos com Memória (colectiva) e se a isso somarmos a ideia generalizada nos últimos anos pela Neurologia (numa curiosa aproximação epistemológica à Narratologia): a nossa memória é um escritor - rasura, acrescenta, apaga, troca coisas de lugar: ficciona. Mas se, para a Narratologia, *a ficção mais não é que o relato de uma história que nunca sucedeu em termos homólogos àqueles em que se contaria uma história real*, que papel nos é suposto desempenhar no palco que nos calhou em sorte?

Para nós (arqueólogos) a resposta é mais simples do que para um piloto de longo curso (esse não pode sair da sua cabina). No já longo curso da nossa disciplina é forçoso que tenhamos adquirido a noção de que *aprendemos sempre que ensinamos e ensinamos sempre que aprendemos.* A aparente ingenuidade da frase tem amiúde suscitado reservas *de classe* que redundam em discursos cristalizados num mundo em que a ignorância se afigura mais do que nunca (ou como sempre) a mãe de todas as guerras. Num mundo globalizado a afirmação das identidades não está livre de se revestir de elementos de alguma contundência (basta relancear a vista por alguns artigos de *Archaeology Under Fire* para o notar). A construção do mundo como um lugar possível pode ser uma tarefa sem fim. Mas nunca será empreendida sem reciprocidade, muita paciência e respeito *pelo outro*. Nas linhas que se transcrevem adiante expõe-se o mais paradigmático caso prático da ERA, em curso no Projecto dos Perdigões:

"Fruição pode se interpretada como posse, o que no caso concreto do património é muito interessante porque a fruição implica reconhecimento de valor e um acto de identificação. Esta noção é reforçada por Ashworth e Howard, para quem o património é tudo aquilo que as pessoas queiram conservar, preservar, proteger ou guardar.

Então, um sítio arqueológico só pode ser protegido e preservado mediante a criação de laços que levem alguém, na verdade muitos alguéns, a sentir um sítio como seu, numa cumplicidade que requer participação.

Ora, a participação da sociedade civil está no cerne do projecto de valorização do Complexo Arqueológico dos Perdigões, cuja implementação se baseia no conceito de arqueologia em construção. Assim, este não será um projecto onde décadas de escavação culminarão com a apresentação da "verdade" científica, mas antes um projecto onde o público em geral poderá participar no processo de geração do conhecimento e das mensagens que consome. "

5 "PLAY IT AGAIN SAM"

«You must remember this» não será, por certo, numa tradução livre para o *modo imperativo*, a forma mais cortês de comunicar para o Público o conhecimento arqueológico e as suas histórias, no sentido de contribuir para a memória colectiva. Poucos discordarão desta ideia. Porém, quantos casos nos ocorrem de transmissão de uma verdade histórica num discurso cristalizado como verdade inquestionável, sem que o público seja chamado a participar do seu questionamento? O carácter retórico desta questão encerra em si mesmo um dos mais graves problemas da Arqueologia dos nossos dias e da função e importância social dos arqueólogos.

Convocando os conceitos de Isaiah Berlin de *liberdade positiva e liberdade negativa*, o primeiro, na acepção daquilo "que eu sou livre de fazer", não dispensa que o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos contemple a obrigatoriedade de divulgação pública de resultados. Podemos divulgar e interagir com o nosso meio social mesmo que a lei não nos obrigue a fazê-lo, mas um enquadramento legal adequado inibiria por certo os que usam da *liberdade negativa* de o não fazer. Por outro lado, ainda a mote de I. Berlin e do seu ensaio "The Hedgehog and the Fox" (1953), se é certo que "the fox knows many things, but the hedgehog knows one big thing", uma Política da pedagogia/ divulgação cultural implica forçosamente uma abordagem holística que congregue estas duas *visões.* A divulgação e participação social nos processos de minimização de impactes deve ser devidamente legislada e aplicada de forma integrada. Ou seja, não existe minimização efectiva sem uma concomitante estratégia de Educação Patrimonial em paralelo, também financiada em paridade pelos promotores de empreendimentos. Os resultados de tais processos não podem ser encerrados em relatórios técnicos. Só a sua difusão alargada a todos a tornará pertença pública, comunicação sem a qual se tornará absente de justificação desde a raiz.

Nos últimos anos a comunidade arqueológica portuguesa parece acordar – uns demoradamente outros de supetão – para a necessidade (por genuína convicção ou necessidade ou ainda – a maior parte – por todas as tonalidades de cinzento que se estendem de permeio) de comunicar com o Público. Regressando à metáfora arquíloquiana de Berlin, não basta ser só raposa ou ouriço nem é forçoso que não possamos ser ambos num mesmo corpo (na acepção corporativa do termo e não na imagem de um ser híbrido que a ideia poderia suscitar aos mais incautos). Ironias de parte, terminemos por ora com três ideias fundamentais: urge legislar no sentido de que o conhecimento arqueológico decorrente de trabalhos de investigação, salvaguarda e mitigação seja em paralelo com o seu planeamento, processos de decisão e execução, verdadeiramente participado

pelas populações, divulgando-se resultados de forma generalizada por todos os suportes disponíveis e num código que a todos seja acessível sem prejuízo da sua qualidade; impõe-se na Academia, nos Serviços Públicos e nas Empresas o incremento de uma formação contínua conducente à comunicação alargada, implicando isto a prática efectiva de uma transversalidade temática conducente à aquisição e transmissão de conhecimentos numa dinâmica de abertura e reciprocidade socio-cultural. E, por fim, regressando à citação livre da biografia de Buñuel, recorde-se mais uma das frases que (convenhamos que aureolada da simpatia e generosidade que quase só é acessível a um idoso): «Só depois de velho é que percebi que as coisas que me passam pela cabeça não fazem mal a ninguém». A citação é livre. Livre como o pensamento criativo do vetusto cineasta. A terceira conclusão ocorre sob a forma de hipótese: talvez seja então isso: Criatividade. Urge incentivar a criatividade. E por que não se haveria de dar a esse generoso luxo uma tão velha ciência, loquaz e simpática como esta que a todos nos alberga no seu encantatório gabinete de curiosidades: a Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

BOAL, Augusto (1980) – *STOP: c'est magique*. Civilização Brasileira.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. *Era-Arqueologia*. 8.

FABIÃO, Carlos (1994) – Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa – *Penélope*. 13.

FABIÃO, Carlos (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. II Série, 8.

FELDMAN, Simón (2000) – *Guión argumental. Guión documental*, Gedisa editorial.

FREIRE, Paulo (2010) – *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*, São Pulo (Brasil): Paz e Terra.

LEÓN, Bienvenido (2001) – *O Documentário de Divulgação Científica*. Edições Cine-Clube de Avanca.

MESKELL, Lynn, ed. (1998) – *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2000) – *Dicionário de Narratologia*. Almedina.

ROMANO, Ruggiero, dir. (1989) – *Literatura – Texto.*

Enciclopédia Enaudi, vol. 17. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SCHALANSKY, Judith (2012) – *Pocket Atlas of Remote Islands*. Penguin Books.

SOUSA, Maria de, coord. (2007) – *Toda a Memória do Mundo*. Esfera do Caos editores.

TODOROV, Tzvetan (1973) – *Poética*. Teorema.

VALERA, António Carlos (2005) – *Holocénico [o blog]*, Era – Arqueologia/Colibri.

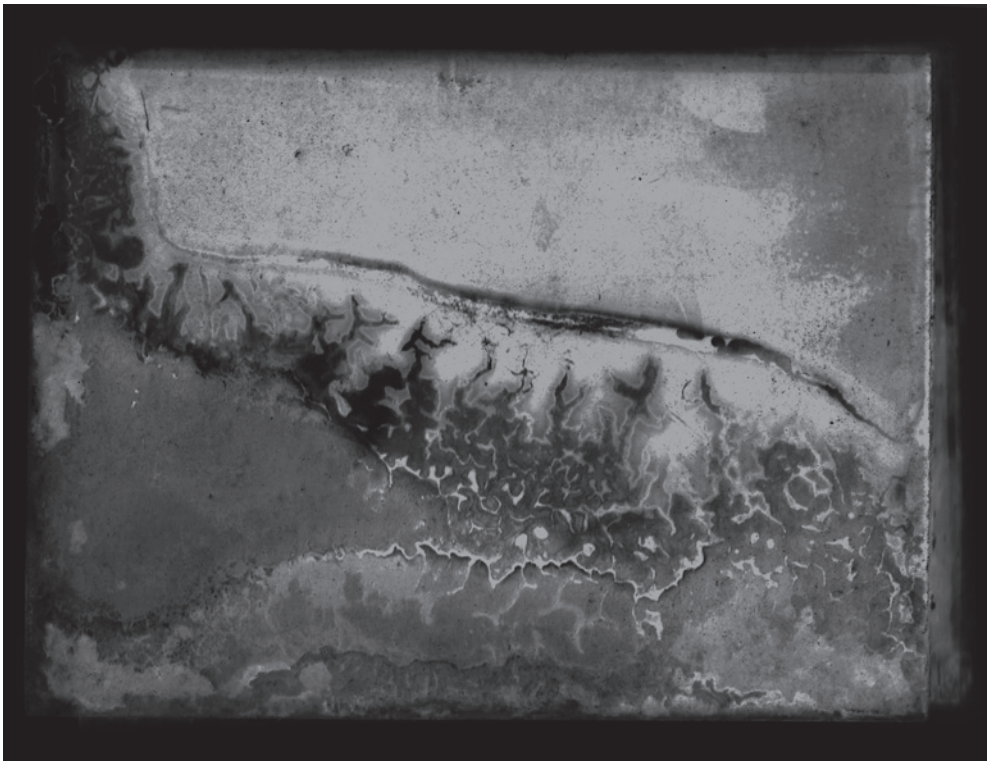


Figura 1 – Quatro negativos sobre vidro sobrepostos e ilegíveis pela deterioração do tempo.

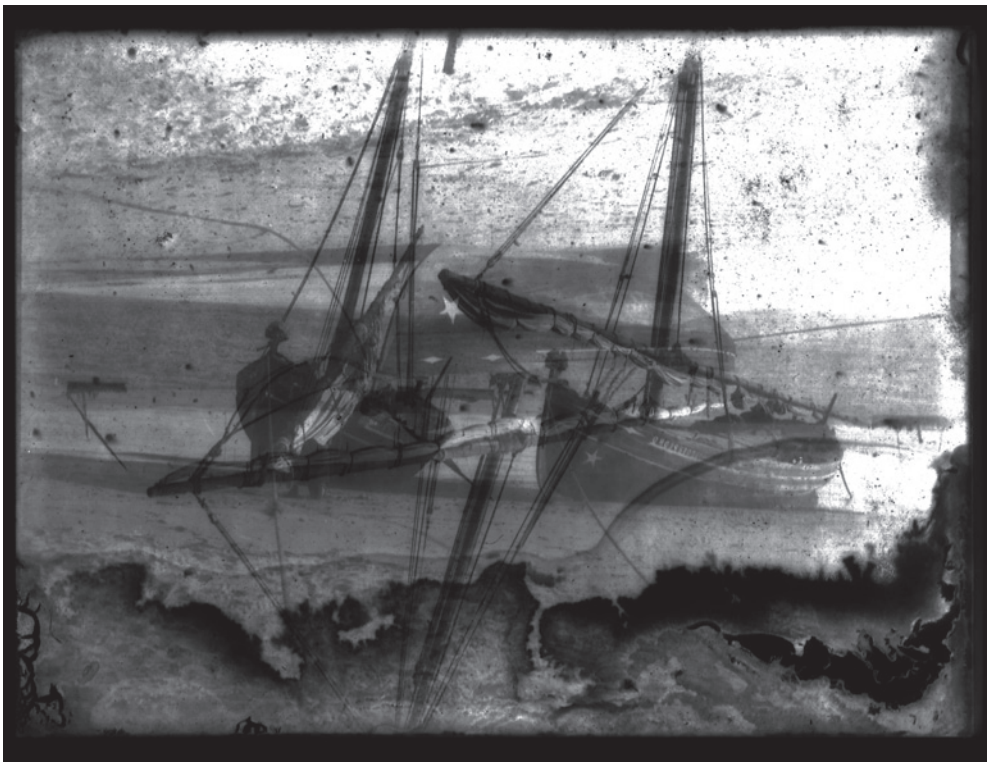


Figura 2 – Imagens fluviais de dois negativos sobre vidro sobrepostos e invertidos.

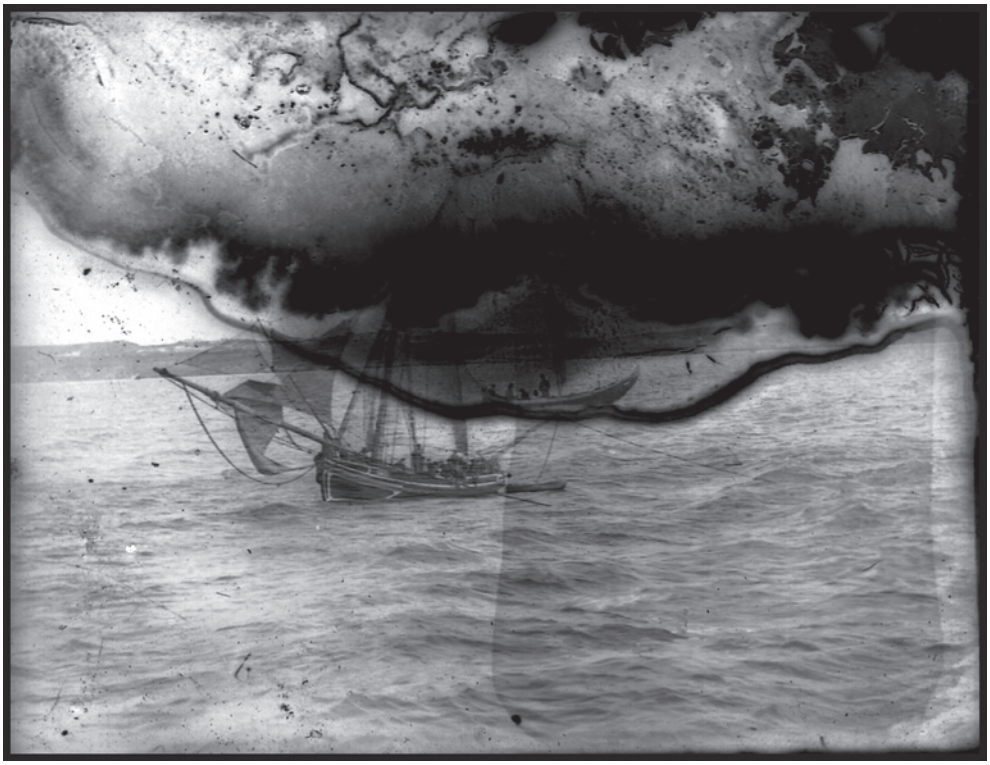


Figura 3 – Cena naval em negativo sobre vidro corroída na parte superior.

Figura 4 – Cena portuária em negativo sobre vidro de contornos esfumados.

A VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCATIVA DE SÍTIOS PALEOLÍTICOS: O EXEMPLO DA FOZ DO ENXARRIQUE

Luís Raposo / Museu Nacional de Arqueologia e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / luisraposo@mnarqueologia.dgpc.pt
Silvério Figueiredo / Centro Português de Pré-História e Geo-História e Instituto Politécnico de Tomar / silverio.figueiredo@sapo.pt

RESUMO

O sítio arqueológico da Foz do Enxarrique localiza-se nas margens do rio Tejo, em Vila Velha de Ródão. Apresenta uma ocupação principal do Paleolítico Médio, representada por um horizonte arqueológico *in situ* constituído por largos milhares de artefactos líticos e por um rico conjunto faunístico, em directa associação estratigráfica e espacial com a ocupação humana.

O acesso ao sítio, classificado como "imóvel de interesse público", foi recentemente beneficiado pela construção de ponte pedonal unindo as duas margens da ribeira do Enxarrique. Este facto, aconselha a adopção de medidas que melhor o protejam e potenciem socialmente, incluindo elementos de valorização patrimonial e educativa, numa perspectiva que se crê inovadora no plano nacional).

ABSTRACT

The archaeological site of Foz Enxarrique, is located on the banks of the Tagus river, in Vila Velha de Ródão. It presents a major occupation of the Middle Palaeolithic, represented by an *in situ* archaeological horizon consisting of several thousands of lithic artefacts and a rich assemblage of fauna in direct stratigraphic and spatial association with the human occupation.

The access to the site, classified as "property of public interest", has recently benefited from the construction of a pedestrian bridge connecting the two banks of the river Enxarrique. This advises the adoption of measures to better protect and potentiate it socially, including elements of heritage and educational valuation, in a perspective believed to be innovative national terms.

O sítio arqueológico da Foz do Enxarrique, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990) constitui, tanto do ponto patrimonial como do ponto de vista científico, um dos mais importantes locais da sua tipologia (acampamento de ar livre) e datação (Paleolítico Médio Final) conhecidos em Portugal e até em toda a Península Ibérica. Esta importância deriva de três características cumulativas:

1) Ocorrência de um horizonte de ocupação humana único, fisicamente bem individualizado e protegido por espessa cobertura siltosa, composto por grande quantidade (cerca de dez milhares) de artefactos, homogéneos e representativo da totalidade das cadeias operatórias líticas;
2) Conservação em associação e contexto fechado de um significativo pacote faunístico, verdadeiramente excepcional no contexto geo-sedimentar da região, no qual se incluem alguns exemplares de uma fauna-relíquia (elefante, rinoceronte) de que neste local se registam a últimas previvências peninsulares;
3) Datação absoluta muito fiável (c. 31 mil anos), de grande relevância para a discussão da extensão do Paleolítico, e por consequência, do Homem de Neandertal no território ocidental ibérico até cronologias muito tardias.

Entre 1982 e 2001 (embora de forma descontínua), o local foi objecto de escavações conduzidas por critérios unicamente científicos, segundo uma meto-

dologia de escavação sucessiva de áreas justapostas, até atingir uma superfície total de cerca de 270 m² (da qual 165 m² constituem um núcleo central de dimensão rectangular, susceptível de servir a análises de distribuições especiais mais desenvolvidas). O volume de dados assim obtido é considerado amplamente suficiente para as finalidades científicas, que visam a caracterização do sítio e da sua ocupação humana, ficando em reserva potencial para o futuro uma área muito superior e previsivelmente melhor conservada do que a já escavada (cf. planta em anexo, fig. 1, zonas A e H).

O conhecimento do local e das suas condições de jazida permite antecipar com alguma facilidade a existência, para além da área de reserva absoluta acima indicada, de outras zonas em que o horizonte arqueológico se encontrará presente, porventura em pior estado de conservação, mas ainda assim com vestígios (líticos e faunísticos) suficientemente interessantes para merecerem a atenção, sobretudo do ponto de vista patrimonial e educativo.

São raros, para qualquer época e mormente para períodos mais antigos da Pré-História, os locais em que possam estar reunidas as condições indicadas, ou seja: a) a satisfação de questionário científico, com a conservação de ampla reserva para o futuro e ainda b) a subsistência de sectores em que possam ser atendíveis outros usos sociais do local. Acresce que diversos factores de ordem logística contribuem para acentuar o potencial patrimonial e educativo do local:

1) O acesso fácil de pessoas (reforçado a partir de agora pela construção de ponte pedonal sobre a foz a ribeira do Enxarrique) e de equipamentos (através de caminho de terra batida que desemboca no local);
2) A inclusão potencial em programas patrimoniais e educativos mais amplos, nomeadamente os que visem o melhor conhecimento da arqueologia (arte rupestre, megalitismo, mineração antiga, etc.) e da natureza, física (Portas de Ródão, vale do Tejo) e biológica (avifauna), de uma região classificada como Monumento Natural (Decreto Regulamentar n.º 7/2009, de 20 de Maio), programas que na maior parte dos casos usam a via fluvial e têm como placa giratória o cais do Porto do Tejo, situado a cerca de duzentos metros do sítio da Foz do Enxarrique;
3) A mobilização de meios técnicos para os trabalhos de campo em arqueologia, seja no plano da escavação propriamente dita, seja nos planos crivagem (por água, no local) e tratamento elementar de dados (no que se conta com o apoio de retaguarda de instalações cedidas pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão);
4) A própria natureza dos sedimentos de cobertura (siltes de grande plasticidade, ideais para decapagem fina) e do horizonte arqueológico (nível carbonatado e por isso fisicamente individualizável com facilidade e materializado em solo ocupacional de grande poder ilustrativo).

Nestes termos, considerando o encadeamento de factores acima enunciados, teremos de concluir que tudo conduz a considerarmos o interesse da valorização patrimonial do sítio da Foz do Enxarrique, nomeadamente através da instalação no local de uma "escavação-escola", com carácter paradigmático.

Como se sabe, o ensino prático da arqueologia envolve necessariamente a actividade de campo, sendo frequentemente criticada, ou apenas lamentada, a sua ausência, ou insuficiência, em muitos dos jovens arqueólogos formados em ambiente universitário.

Quando existente, a prática referida é dada quase sempre com o estatuto de actividades de campo dirigidas por professores universitários, no âmbito dos seus respectivos programas de pesquisa. Ocasionalmente, os formandos podem também obter experiência de terreno através da participação em escavações dirigidas por investigadores não universitários, com finalidades diversas: investigação fundamental, valorização patrimonial (com ou sem musealização), prevenção ou minimização de impactes ambientais, etc. . . Porém, raramente, ou nunca, estas escavações têm finalidades propriamente educativas, sendo esta dimensão sempre subordinada a outras, consideradas mais relevantes.

Compreende-se a escassez, ou virtual inexistência, de trabalhos arqueológicos de campo, mormente escavações, orientados prioritária ou exclusivamente por finalidades educativas. Como estratégia destrutiva que é, a escavação de um local arqueológico dificilmente será compaginável com esse tipo de prioridades. Todavia, o conceito de "escavação-escola" tem já quase meio século no estrangeiro e constituiu o instrumento fundamental de formação prática de gerações sucessivas de investigadores, incluindo numerosos portugueses. Cite-se como exemplo mais paradigmático o do acampamento do Paleolítico Superior Final (Madalenense) de Pincevent, situado nas margens do rio Sena, junto a Montereau. Ou, ainda, mais tarde e na mesma zona, o acampamento de

Etiolles. Em ambos os casos, depois de atingido um conhecimento cientificamente suficiente dos locais, as escavações continuaram durante décadas (e no segundo caso continuam ainda), com fins essencialmente formativos, tirando partido de facilidades logísticas várias e da qualidade dos testemunhos preservados, tudo servido por métodos de escavação exemplares, onde as sucessivas tecnologias de ponta puderam, em cada momento, ser praticadas.

É este o sentido que pretendemos aplicar no caso da proposta da instalação de uma "escavação-escola" no sítio da Foz do Enxarrique.

Não se trata de equiparar este conceito ao de "campo de trabalho" ou sequer ao de "oficina-escola". No primeiro caso, porque no modelo ora proposto sobrelevam as intenções educativas e não as meramente ocupacionais; no segundo caso, porque se trata de formação não incluída em *curricula* de graduação arqueológica, seja de nível médio (escolas secundárias formadoras de vários perfis técnicos auxiliares em arqueologia), seja de nível universitário (universidades e escolas superior habilitantes à definição do perfil de arqueólogo). Isto sem prejuízo de poder a prática adquirida numa "escavação-escola" ser apoiada pelos programas ocupacionais para jovens e de ser também reconhecida, mediante protocolo prévio ou simplesmente através de aceitação *a posteriori*, como elemento curricular relevante adentro de plano de estudos de instituições de ensino que assim o entendam.

Na sua dimensão simultaneamente patrimonial e educativa, as "escavações-escola", tal como proposto, aproximam-se mais de instituições de natureza museológica, do que de outras quaisquer. Algumas deram mesmo origem a museus monográficos ou museus de sítio. No caso vertente, atenta a localização em posição susceptível de ser afectada por cheias do rio Tejo, e atentas as pesadas condições financeiras que tal desenvolvimento implicaria, considera-se por agora a relação privilegiada com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão e com o Museu Nacional de Arqueologia, organismos em que se encontram depositadas as colecções provenientes deste sítio arqueológico. A "escavação-escola" da Foz do Enxarrique poderá assim constituir elemento integrante dos seus respectivos planos de actividades.

Não abundam, na vasta bibliografia internacional sobre musealização *in situ* de sítios arqueológicos, exemplos de intervenções em sítios de *habitat* de ar livre do Paleolítico. Compreende-se que assim seja, porque se trata na maior parte dos casos de locais situados em depósitos de sedimentos finos, muito sensíveis à acção meteórica, desprovidos de estruturas construídas, nunca monumentais, e afinal constituídos "apenas" artefactos líticos e eventualmente restos ósseos, ambos frequentemente difíceis de interpretar ou até de visualizar a distância.

Em todo o caso, podem citar-se locais até certo ponto afins e com diferentes soluções de patrimonialização e/ou musealização. Alguns, como Cagny la Garenne (no Norte e França) são especialmente próximos, porque respeitam a sítios de ar livre representados hoje basicamente por sequência estratigráficas preservadas e explicadas. O mesmo se passa, aliás, com diversos casos de abrigos sob rocha (Le Moustier, La Ferrassie, etc. – ambos na Dordonha francesa), mas aqui as condições de protecção natural fornecidas pelas paredes dos abrigos constituem condições favoráveis importantes, inexistentes nos sítios de ar livre. Outros casos a considerar, com investimentos mais pesados dos aqui propostos, são os de Isernia la Pineta (próximo de Nápoles, em Itália), Torralba e Ambrona (ambos na Velha Castela espanhola). Em todos, ergueram-se estruturas de cobertura que deram origem a museus de sítio, alguns deles muito simples (meros volumes ocos, com varandas de observação pelo interior), outros bem mais complexos, na arquitectura e na concepção institucional, já que dotados de verdadeiros centros de investigação e formação. De referir ainda, em registo simples, o sítio de Ologersailie (no Quénia), onde se conserva um amplo horizonte de superfície com abundantes peças acheulenses (Paleolítico Inferior), observável a partir de passadiços e sem especiais estruturas de cobertura, dada a natureza árida do clima da zona.

Como se disse, os exemplos indicados e outros que poderiam também ser invocados, apenas parcialmente servem aos propósitos e às condições específicas do sítio da Foz do Enxarrique, sendo aqui necessário reflectir, propor e depois executar um plano próprio, necessariamente original, que passamos a detalhar.

À partida, é forçoso ter presente que algum tipo de intervenção patrimonial teria de ser feito neste local, por força dos riscos acrescidos decorrentes das maiores facilidades de acesso ao mesmo e sobretudo pela natureza de passagem que passará a apresentar para a maior parte dos seus frequentadores, no âm-

bito do percurso pedonal que passará a ligar o cais do Porto do Tejo a Senhora da Alagada.
Constitui um dado adquirido que a maior facilidade de acesso aos locais arqueológicos representa um factor potencial de perigo para os mesmos. Por isso, recomenda-se frequentemente que, na impossibilidade da tomada de outras estratégias cautelares, seja adoptada a medida radical do reenterramento das áreas escavadas, eventualmente protegidas por geotêxteis e materiais drenantes que garantem a conservação dos vestígios remanescentes. À superfície resta nestes casos proceder a arranjos paisagísticos simples, com a instalação de adequada cobertura vegetal herbácea.
Seria esta a solução mais apropriada, e também a mais económica, para este local, no caso de não haver perspectivas e/ou viabilidade para a execução de projecto de valorização como que ora propomos.
Nestes termos, um dos primeiros requisitos a ter em conta na Foz do Enxarique é o de garantir a existência de uma superfície capaz de satisfazer as seguintes requisitos básicos:

1) Ser funcional, permitindo a circulação no local, assim como o seu atravessamento, desde a saída da ponte pedonal e na direcção de Senhora da Alagada; adicionalmente, pode também considerar-se a preparação do local para a realização de actividades (por exemplo, ateliês educativos) compatíveis com a sua natureza e potenciadores da sua melhor percepção e valorização;
2) Ser segura, seja quanto à prevenção de possíveis acidentes (obstáculos, desnivelamentos de terreno, etc.), seja quanto à prevenção de actos de violência contra pessoas e bens;
3) Ser agradável visualmente, destacando-se pelo seu ordenamento paisagístico da "desordem" envolvente; o contrate entre espaços de ordem/desordem constitui um dos mais poderosos factores indutores de comportamentos civilizados, respeitadores das áreas intervencionadas; apetecível;
4) Ser educativa, permitindo percepcionar quer a natureza das intervenções científicas havidas no local (áreas escavadas, perfis estratigráficos, etc.), quer a soma dos conhecimentos adquiridos (ocupações humanas, quadros ambientais).

Tendo por bases estes requisitos, estabeleceu-se o seguinte elenco de medidas concretas (cf. fig. 1):

ACESSOS E NIVELAMENTOS GERAIS

Os acessos correntes ao sítio arqueológico devem ser exclusivamente pedonais, através da ponte sobre a foz da Ribeira do Enxarrique. Pode, todavia, admitir-se acessos de serviço para viaturas, através de caminho já existente, de ligação com a plataforma superior e o cruzamento entre a estrada da Pousada e a que une o Porto ao Tejo à Capela da Sra. da Alagada.

ÁREAS ESCAVADAS

A maior parte das áreas escavadas deve ser objecto de cobertura até à cota da superfície geral envolvente. Trata-se das áreas assinaladas na planta em anexo pelo código C2. Importa no entanto assinalar, à superfície, uma distinção entre estas áreas e todas as outras envolventes, de modo a não somente estabelecer um marcador que as identifique tendo em conta eventuais futuras escavações, como principalmente dar ao visitante deste local a informação de que ali se fizeram escavações em extensão. Fica ao critério da arquitectura paisagística a escolha da modalidade de marcação visual de superfície, podendo desde logo admitir-se soluções relacionadas com a natureza dos inertes (por exemplo, areão, gravilha ou seixos de cor, densidade e calibragem claramente distintas da envolvente) ou do tipo de cobertura vegetal, ou de ambos. Eventualmente poderia também marcar-se na superfície os principais eixos da quadriculagem da escavação, sugerindo uma figura de reticulado (xadrez), fisicamente marcado por alinhamentos de clastos, colocados em cunha (na vertical), de forma contínua ou descontínua sugerindo tracejados).
Uma proposta mais ousada seria a de instituir nesta zona uma "ilha" central, rodeada por espelho de água em três ou apenas dois lados (o que está virado para a ponte pedonal e os dois marginantes), simulando de algum modo a confluência entre a ribeira do Enxarrique e o rio Tejo, na qual se procedesse a uma reconstituição etno-arqueológica, uma "cena de vida" de alguns Neandertais, em tamanho natural, ocupados em actividades do quotidiano (talhar a pedra, raspar peles, assar carne, afiar chuços, etc.). Esta opção, certamente mais atraente do ponto de vista educativo, implica custos acrescidos tanto na execução dos modelos, como na infra-estruturação e manutenção geral do espaço. A ser adoptada, encontramo-nos em condições de assessorar tec-

nicamente na elaboração do diorama proposto e na selecção de técnicos ou empresa que o execute.
Seja qual for a solução, deve dar-se atenção à circunstância de se tratar de superfície que ficará exposta aos agentes meteóricos, devendo por isso ser antecipado o seu natural envelhecimento.
Um sector menor das áreas escavadas, imediatamente adjacente ao talude existente no local, deve ser preservado tal como foi deixado depois da escavação. Trata-se da zona registada na planta em anexo através do código C1. Aqui importa realizar uma limpeza geral profunda das superfícies escavadas e eventualmente aprofundar diferencial mente alguns quadrados de escavação, de modo a fornecer facilmente ao visitante as seguintes leituras: (a) percepção do método de escavação usado; (b) visualização do substrato rochoso (xisto-grauváquico) e dos seus sucessivos preenchimentos até à base do nível arqueológico, depois deste desmontado; estes preenchimentos poderão localmente ser: cascalheiras de base descontinuas, compostas por pequenos, médios e por vezes grandes blocos; argilas xistosas; areias e siltes.
A zona assim definida, deve ser envolvida por plataforma de observação a construir nos seus lados Sul (virado ao Tejo) e Oeste (virado ao Enxarrique), de modo a facilitar a sua observação (assim como a do perfil estratigráfica à retaguarda, conforme se referirá a seguir e dificultar/impedir o acesso directo à mesma.
Taludes / estratigrafias (fig. 2)

Sendo um dos aspectos mais importantes neste sítio a sua boa conservação estratigráfica, importa dar ao visitante informação desta realidade. Para o efeito considera-se a existência de um talude contíguo com as áreas escavadas, numa frente virada ao Tejo. Na planta em anexo é representado com o código E.
A intervenção que propomos passará aqui pela limpeza e regularização geral deste talude, tornando-o tão vertical quanto possível e pondo em evidência micro-estratigrafia e nomeadamente os sucessivos leitos de formações carbonatadas que o atravessam. O horizonte arqueológico, que constitui um destes leitos, o mais basal deverá ser especialmente salientado, se possível mantendo *in situ* algumas peças líticas e ósseas.
Em algum ponto do perfil assim obtido será aplicada uma faixa vertical explicativa da estratigrafia, identificando-a do ponto de vista sedimentar, arqueológico e cronológico.

Para que esta intervenção se justifique é forçoso tomar medidas, aliás prévias, que garantam a protecção do referido talude / perfil estratigráfico. Estamos a pensar em algum tipo de telheiro que impeça a acção directa da chuva sobre o mesmo, assim como as escorrências a partir da plataforma superior. Na planta em anexo marcámos com o código G a área a cobrir pelo dito telheiro. Deixa-se ao critério da arquitectura paisagística o exacto desenho e dimensionamento deste equipamento ou de outro similar que permita alcançar os fins desejados.

ÁREAS DE "RESERVA ARQUEOLÓGICA"

Uma parte considerável, desejavelmente a maior e melhor conservada, do horizonte arqueológico detectado neste sítio deve ficar como "reserva arqueológica" para eventuais futuras intervenções, orientadas por questionários científicos. Na planta em anexo registámos estas áreas com os códigos A e H.
No caso da área H não se espera nenhum tipo de intervenção, até porque se desconhece os condicionalismos que decorrem da sua propriedade, que se supõe privada. Em todo o caso, se for viável uma intervenção na mesma, então justificar-se-ia prepará-la à superfície para atravessamento e acesso a um ponto de observação sobre a plataforma inferior, o Tejo, o Porto do Tejo e as Portas de Ródão ao fundo.
Uma proposta especialmente relevante para esta plataforma superior seria da instalação nela de uma escultura de grandes dimensões de um elefante, visível de longe. A solução que se entende ser a mais adequada ao local seria a simulação do dito volume em arame de ferro ou equivalente, conferindo-lhe transparência. Tratar-se-ia de um poderoso elemento de atracção para o local, um verdadeiro marcador de paisagem.
No caso da área A sugere-se um coberto vegetal rasteiro (do tipo prado ou outro julgado adequado pela arquitectura paisagística), sem qualquer tipo especial de demarcação relativamente às zonas imediatas.

ÁREAS POTENCIAIS DE "ESCAVAÇÃO-ESCOLA"

Na perspectiva do que antes expusemos quanto à promoção neste sítio de uma "escavação-escola", forçoso é considerar uma área destinada a este tipo de uso. Na planta em anexo identificámos esta área com o código B. Trata-se de um sector em que é de

esperar encontrar, no todo ou em parte, o horizonte arqueológico, todavia previsivelmente pior conservado, porventura em posição derivada a partir da zona nuclear do sítio. Estas condições favorecem a utilização social indicada, a qual é também acrescida pela maior facilidade de acesso e circulação sem interferência nas zonas melhor protegidas e ainda pela proximidade da frente ribeirinha, onde se podem instalar estações de crivagem de sedimentos (área assinalada com o código F na planta em anexo). Em superfície esta área deve ser objecto de arranjo paisagístico semelhante á anterior (área A), sem qualquer artifício que a discrimine.

PLATAFORMA SOBRE O TEJO

A plataforma assinalada na planta em anexo com o código F, a que aludimos anteriormente por constituir suporte ideal para instalação de estação de crivagem durante as escavações, pode também servir outras finalidades. Desde logo a de ponto de observação e descanso, para o que a sugere a instalação de algum equipamento adequado. Mas também zona de acesso à bancada rochosa inferior, imediatamente sobre o rio, que costume ser frequentada por pescadores de cana. Não havendo nada da parte arqueológica a opor a este tipo de uso, fica ao critério da arquitectura paisagística e das autoridades municipais a sua possível consideração, assim com os correspondentes arranjos funcionais.

RESTANTE PLATAFORMA ENVOLVENTE

A restante plataforma envolvente (área D na planta em anexo) deve servir fins múltiplos, podendo ser objecto dos respectivos arranjos paisagísticos de superfície. Entre os fins sugeridos podem contar-se: (a) zona informativa (painéis documentais) e educativa (espaço livre para actividades tais como reconstituições de cenas de vida e animais pré-históricos, ateliês educativos, instalações artísticas, etc.); (b) zona de descanso e lazer, usada também como apoio às escavações (mesas, bancos, lixo) (água potável?); (c) zona de circulação; (d) zona de parqueamento de viaturas (em casos excepcionais, designadamente aquando das escavações) (3 lugares).

Algumas indicações quanto ao desenho gráfico e conteúdo dos painéis informativos a instalar no local (em anexo) poderiam estabelecer que: (a) deverá instituir-se uma "imagem gráfica" comum, da qual possa fazer parte um logótipo identificador e sugestivo, a incluir em todos os suportes (sugere-se uma silhueta de homem pré-histórico, eventualmente associada com silhueta de elefante); (b) deverão considera-se três tipos de painéis (cf. propostas em anexo): (b1) de aproximação e mera indicação de direcções (mais pequenos e eventualmente baixos e semi-horizontais); (b2) informativos temáticos (verticais e de dimensão média (c. 1,5 m alt x 1 m larg); (b3) panorâmicos (porventura somente um painel, de grandes dimensões, colocado na retaguarda da plataforma, em zona frontal à saída da ponte pedonal).

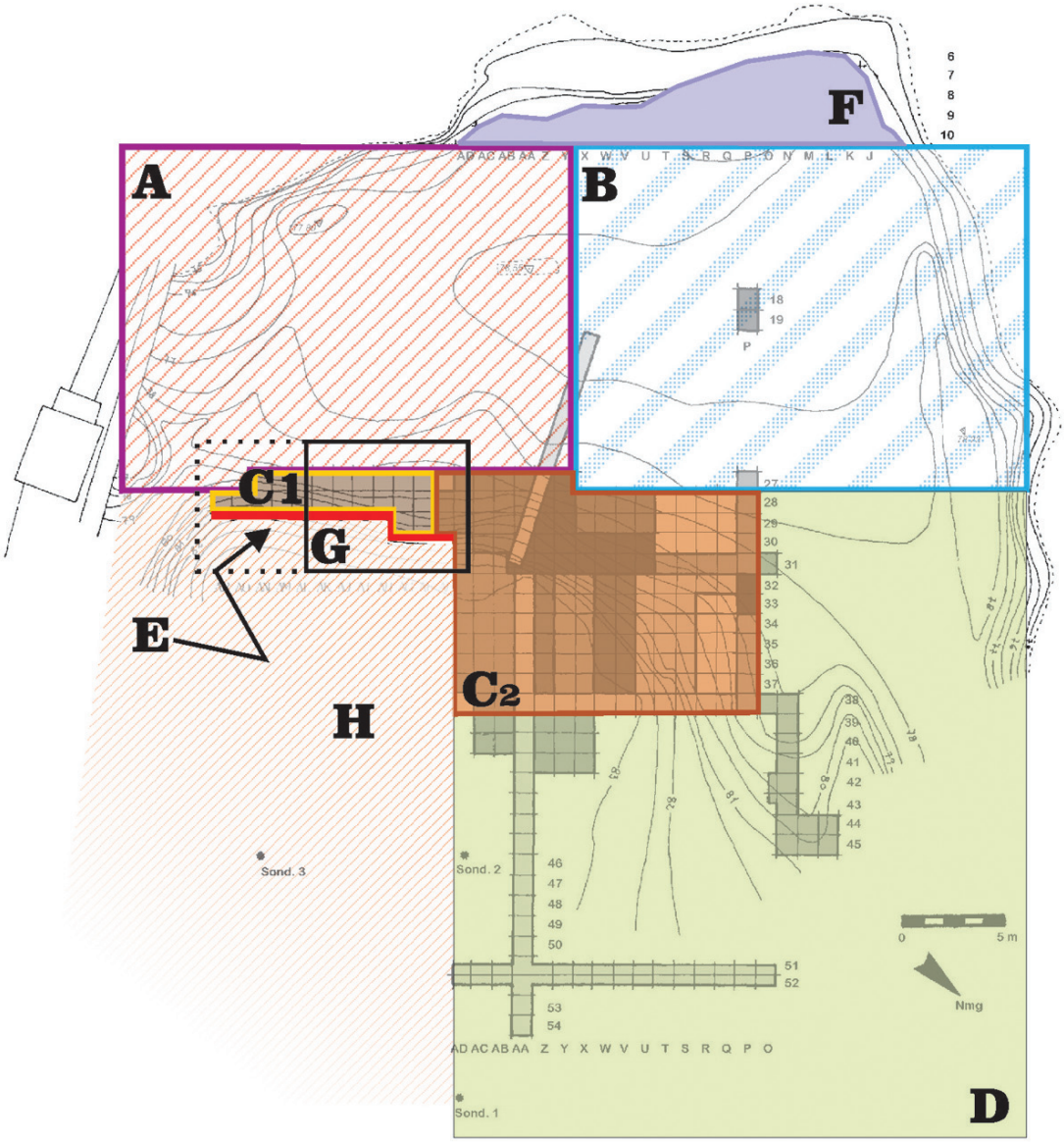
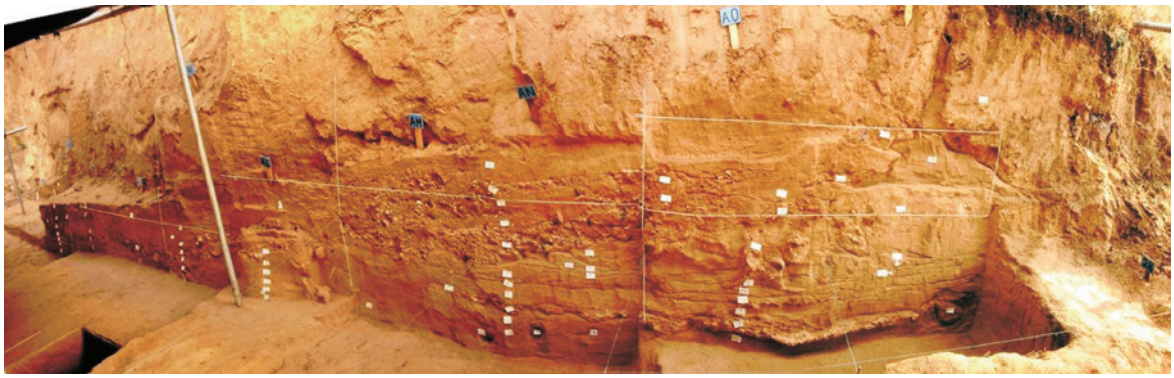


Figura 1 – Planta geral do local da Foz do Enxarrique, com indicação das diferentes áreas de intervenção na perspectiva patrimonial e educativa.



Figuras 2 e 3 – Pormenores de trabalhos arqueológicos realizados no sítio da Foz do Enxarrique, com relevo para os perfis estratigráficos e áreas escavadas que se pretendem manter visíveis (zona C1, na planta da Figura 1).

PARQUES ARQUEOLÓGICOS/CULTURAIS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: O CASO DO VALE DO CÔA

José Paulo Francisco / Arqueólogo / Mestre em Gestão do Património Cultural, na especialidade de Património Arqueológico, pela Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela / arqconsulting@gmail.com

RESUMO

O objectivo deste artigo é o de apresentar um novo modelo de protecção-gestão do património (sistema de protecção territorial), com maior validez para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa-Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa. Em detrimento da figura legal de parque arqueológico, devido ao seu carácter redutor para uma gestão integral do património, defendemos em alternativa, a figura de protecção zona patrimonial e do sistema de gestão da mesma (parque cultural), novo modelo de protecção--gestão integral do património, criado recentemente na comunidade autónoma da região da Andaluzia, e nos finais década de noventa do século passado, na região de Aragão, Espanha.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a new concept for the protection and management of heritage (with regard to a territorial protection system) with greater legitimacy for the management of the protected area trusted to the Côa Park Foundation for Côa Valley gentrification and safeguarding. Due to the limited nature of the Archaeological Park legal model for an integrated management of the heritage, we propose an alternative template, which considers the patrimonial area protection and the cultural park's management system, a new comprehensive concept of protection and management of heritage, recently conceived in the autonomous community of Andalusia, as well as at the end of the nineteen nineties, in the region of Aragon, Spain.

"La pregunta de los expertos suele ser: Qué podemos hacer por el patrimonio? pero las preguntas deberian ser: qué podemos hacer nosotros, la humanidad, por nosotros mismos, através del patrimonio? Qué podemos hacer los expertos para contribuir a ello?"

David Barreiro Martínez, Arqueología Aplicada y Patrimonio: memoria y utopia. Complutum 23(2): 37.

1. INTRODUÇÃO

A motivação que está por detrás deste texto, tem por base a convicção da necessidade de uma *gestão positiva do passado no presente,* pelo que o nosso âmbito de intervenção e acção dentro da nossa disciplina, a arqueologia, centra-se na gestão do património, com todas as dificuldades e limites da não existência de uma teoria da gestão do mesmo.

A arqueologia patrimonial, que se tem vindo a desenvolver nos últimos quinze anos em Portugal, responde às novas necessidades, que se estabeleceram em relação à gestão do património. Apesar de não pretendermos com este texto formular uma teoria arqueológica da gestão do património, base necessária para o estabelecimento de uma arqueologia pública, apresentaremos algumas linhas gerais, que deveriam ser seguidas para a sua formulação, tendo como finalidade a reconversão da arqueologia em uma tecnologia de gestão do património arqueológico, seguindo as propostas de Criado Boado (2012).

Pelo que esta reconversão, tem como objectivos dotar a arqueologia dos "*critérios, procedimentos e instrumentos de trabalho necessários, a uma gestão integral do património arqueológico",* e às necessidades de uma nova arqueologia pública, que tem por base a gestão do património, horizonte de referência na actualidade para a práctica arqueológica. Esta orientação iminentemente pragmática, da arqueologia pública necessita investigação aplicada, pelo que apresentamos como caso de estudo: os

parques arqueológicos/culturais-espaços de socialização do património e nomeadamente, o Parque do Côa, como âmbito de estudo privilegiado de uma arqueologia aplicada, que deve ter como objetivos "*produzir discursos sobre processos sociais pretéritos e valores sociais para o presente*" (Criado Boado, 2012, p. 125). A arqueologia aplicada, deve ser considerada como uma práctica pública e no caso de estudo apresentado, inscreve-se no campo do "desenvolvimento sustentável", gestão e ordenamento do território e da paisagem, turismo cultural e patrimonial.

Segundo a proposta de David Barreiro (Barreiro, 2013), não existe gestão integral (estudo, protecção, gestão e socialização) do património arqueológico, sem arqueologia aplicada, concebida como disciplina orientada à gestão dos recursos arqueológicos no presente.

A nossa proposta de uma arqueologia aplicada e uma gestão do património dos parques arqueológicos/culturais, estabelece uma colaboração com as distintas disciplinas, que participam nos processos de gestão do território.

2. CONTEXTO: ARQUEOLOGIA APLICADA

Neste sentido a arqueologia aplicada, não se limita a gerar conhecimento histórico, pretende gerir e socializar o património arqueológico. A nossa investigação está orientada, numa linha concreta enfocada na produção de conhecimento e centrada num objecto de estudo específico: os parques arqueológicos/culturais como espaços de socialização do Património.

Pelo que o património, constitui o meio para uma socialização da arqueologia, principalmente neste momento de reposicionamento da disciplina, que para garantir a sua função social, deve assumir-se como uma prática científica no seio das comunidades do património, o que nos leva mais além da arqueologia pública, para alcançar uma arqueologia em comunidade, no sentido da Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005[1].

Em linhas gerais a arqueologia pública, centra a sua acção na comunicação e divulgação social da actividade arqueológica e do conhecimento científico por si gerado, (Schadla-Hall, 1999; Ascherson, 2000; Merriman, 2004). O que só por si, nos parece insuficiente, pelo que reivindicamos e estamos conscientes da necessidade da integração no discurso arqueológico da sociedade e do público, constituindo os parques arqueológicos/culturais – importantes espaços de socialização do património e de multivocalidade (Hodder, 2008).

Neste sentido será necessário e urgente, praticar no Vale do Côa, uma" arqueologia em comunidade", a "community archaeology", amplia o horizonte da arqueologia pública, como prática integral e integradora, que tem por objectivo efectivar o encontro entre a comunidade e o seu património, através da sua inclusão nos processos de investigação (Derry & Malloy, 2003; Smith & Waterton, 2009; Moshenka & *alii*, 2009; Simpson, 2010).

Só assim será possível contrariar, as limitações interpretativas, existentes na generalidade dos parques arqueológicos/culturais e centros de interpretação, desenhados por funcionários e técnicos, nos quais a população tem sido colocada à margem do processo de investigação arqueológica. Pelo exposto, todos os projectos de gestão do património, devem integrar a comunidade, referenciamos como um exemplo de boas práticas de arqueologia desenvolvida na comunidade, o projecto de "A Lanzada – Sanxenxo, Pontevedra" (Ayan, 2010).[2]

A reconversão da arqueologia como técnica de gestão integral do património (González, 1999), que assumimos para a gestão dos parques arqueológicos/culturais, tem por base a *Cadeia de Valor do Património*, que parte da investigação básica para através da valorização e rentabilização do património, alcançar a divulgação e difusão social do conhecimento gerado (Criado, 1996).

Neste sentido os projectos de arqueologia pública, como é o caso do Vale do Côa, devem integrar os diferentes públicos em actividades didácticas, contribuir para uma consciencialização da Cidadania, para os valores do património, assim como diferencialmente, fomentar a participação das comunidades locais, nos processos de investigação, respeitando a multivocalidade das paisagens culturais.

O caso do Vale do Côa constitui um exemplo de "*discurso autorizado sobre o património"* (Smith, 2011),

1. Disponível em: http://www.aparqueologos.org/images/PDF/Documentos/RAR_47_2008.pdf

2. «A Lanzada. Un proxecto de recuperación e divulgación arqueolóxica en Pontevedra», blog disponível em: http://alanzada.wordpress.com/

criado por especialistas, que assumem funções administrativas de protecção do passado, e o dever profissional de comunicar os valores patrimoniais. No entanto o discurso patrimonial autorizado, não é, o único discurso patrimonial, este exclui todas as outras percepções do património existentes, pelo que não integra e rejeita o conceito de património, como processo de criação de sentido dos lugares patrimoniais, baseado no que Cornelius Holtorf, definiu como modelo educativo da comunicação da arqueologia, na sua relação com a sociedade (Holtorf, 2007: cap. 6; 2007a). Este modelo baseia-se na comunicação ao público (passivo), dos resultados da investigação científica, tendo por objectivo, um sector amplo da sociedade, que percepciona o passado nos mesmos termos, dos profissionais da arqueologia.

2. DA INVESTIGAÇÃO À CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PATRIMÓNIO: O CASO DO VALE DO CÔA

Os processos de gestão de um espaço patrimonial devem incluir de forma relevante os habitantes desses mesmos espaços, pelo que defendemos a criação no Vale do Côa, de um projecto de "arqueologia em comunidade", o que implica a integração das comunidades no controle da gestão dos projectos, visando alcançar uma "community archaeology" (Marshall, 2002), entendida como arqueologia com as pessoas (Criado Boado, 2010). Considerando que determinados bens patrimoniais, se revestem de excepcional interesse, a sua preservação é legitimada como elementos do património mundial da humanidade no seu todo, como é o caso dos bens culturais afectos à gestão da Côa Parque-Fundação para a Valorização e Salvaguarda do Vale do Côa, pelo que esta deve orientar-se numa perspectiva "Glocal".

No entanto parece por demais evidente a existência de uma lacuna importante, na gestão desta fundação pública de direito privado, a ausência de um Plano de Gestão actualizado (os órgãos de gestão dos lugares declarados Património mundial são obrigados desde 2002, a criar um plano de gestão-tanto os sítios novos como os inscritos anteriormente, que neste caso têm que realizar uma revisão da documentação). Um Plano de Gestão é um instrumento crucial, constitui uma declaração de princípios, que implica as partes interessadas a nível local, nacional e internacional e tem como objectivo a apropriação dos bens patrimoniais por parte das comunidades locais do território afecto à sua gestão, que alcance a harmonia com as actividades económicas, que desenvolvem os agentes locais, estabelecendo como princípios para a gestão da Paisagem: o bem-estar económico e social de todos os seus habitantes, a apropriação social do património cultural e a sustentabilidade ambiental.

Neste Plano devem ser identificadas três estratégias relevantes:

1) Incentivar o desenvolvimento de projectos produtivos e turísticos que gerem valor passível de ser aproveitados pelos habitantes;
2) Promover a participação social no processo de valorização, comunicação e divulgação do património cultural e dos valores sociais;
3) Integrar os objectivos da sua conservação na política regional, nacional e internacional.

O Plano de Gestão é uma ferramenta operacional para a conservação e proteção de sítios naturais, culturais e outros, mas também uma ferramenta de programação, deve ser actualizado e ou renovado com frequência e monitorizado ao longo do tempo. Deve ser integrado com outros programas de desenvolvimento económico/financeiro, planeamento e ordenamento do território a nível local. No entanto um dos aspectos cruciais é a sua validade jurídica e, portanto, a possibilidade de incluir um sistema de regras, que governem o território a um nível superior, através da aprovação de medidas legislativas.

A gestão do património deve ser integral, para alcançar este pressuposto utilizamos como modelo teórico, a *Cadeia de Valor do Património*, que propomos para organizar a investigação e gestão dos bens patrimoniais do Vale do Côa, para cujo desenvolvimento em muito contribuiu, a investigação do Laboratório de Arqueologia da Paisagem, CSIC, Santiago de Compostela, dirigido pelo Prof. Felipe Criado (Criado Boado, 1996; González Méndez, 1999). Este modelo apresenta uma proposta, através da qual as materialidades pretéritas se transformam em bens patrimoniais, por actos de identificação, documentação, significação, conservação, valorização, divulgação e recepção e estabelece, que as boas práticas em investigação e gestão desses bens patrimoniais devem incluir todas essas dimensões.

Segundo este modelo, a socialização do património é uma pré-condição para a sua preservação e conser-

vação, e deve estar na base das estratégias de conservação dos bens patrimoniais, que devem ser orientadas pela *Cadeia de Valor do Património*-sequência de fases: da investigação à recepção (processo de socialização dos bens patrimoniais). Seguimos os critérios, da 'Australia ICOMOS Burra Charter, 1999' – Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS da Austrália[3], (documento destinado a delinear as melhores práticas no âmbito da gestão do património da Austrália e dos processos de conservação, mas que desde então se tornou um padrão internacional para tais processos), na medida em que a Carta, tem sido usada como um ponto de referência, na promoção da inclusão da comunidade na conservação e preservação do património. Como refere (Smith, 2011), qualquer tentativa de envolver grupos comunitários deve ter em conta as relações de poder, que sustentam o discurso dominante (discurso autorizado sobre o património), uma vez que estes podem, inadvertidamente, trabalhar para desencorajar a participação equitativa dos diversos discursos. A aceitação acrítica de uma abordagem dominante (discurso autorizado sobre o património), passa na actualidade por uma processo de revisão crítica, pelo qual a prática da gestão do património está num processo de transição, em que as diferentes interpretações, competem pela autoridade.

3. ARQUEOLOGIA EM COMUNIDADE, PATRIMÓNIO PÚBLICO

No sentido do exposto, o trabalho de gestão do património deve ser participativo e implicar os diversos agentes. As comunidades querem participar nos projectos, os gestores e os especialistas, que não perceberem este novo tipo de prática, designada como "community science" (Marshall, 2002) e que implica os grupos locais no controle dos projectos, terão um problema prático. Uma arqueologia desenvolvida na comunidade, implica uma alteração do sistema de poder, que talvez possa não ser muito do agrado de alguns dos autores do discurso autorizado sobre o património.

Em nossa opinião, aqui radica o fracasso de muitos projectos de gestão do património e nomeadamente no caso do Vale do Côa, esta insensibilidade em relação à comunidade, só poderá ser ultrapassada em nossa opinião, através da aplicação do modelo teórico anteriormente proposto: a *Cadeia de Valor do Património* – programa de ciência pública, que visa a construção de um património público – múltiplas narrativas, sobre os bens patrimoniais (ver um excelente exemplo em Gianotti & *alii*, 2009).

A multivocalidade regulamentar empregada pela Carta de Burra, estabelece no artigo 12.º, relativo à participação, que "a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio, tem associações e significados especiais, ou quem têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio".

Esta construção participativa e dialógica com a comunidade parece ser em nossa opinião o desafio para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa. Assim como a compreensão da territorialização do património, e as suas dimensões espaciais. Existe em nosso entender, a necessidade desta avançar na criação de um sistema patrimonial mais amplo, que o de parque arqueológico, para construir um sistema científico, que aglutine os restantes componentes naturais e culturais, assim como as paisagens do território, que está incluído no perímetro confiado a esta instituição e promover um novo modelo de protecção-gestão, que aborde o Património desde uma perspectiva territorial. Recentemente, defendemos um novo modelo de protecção-gestão do Património (sistema de protecção territorial)[4], com maior validez para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, em detrimento da figura legal de parque arqueológico, devido ao seu carácter redutor para uma gestão integral do Património.

4. SISTEMA DE PROTECÇÃO-GESTÃO DA ZONA PATRIMONIAL DO VALE DO CÔA

Reafirmamos a nossa convicção, de que a figura legal de parque arqueológico é redutora para uma gestão integral do património do Vale do Côa, pelo que defendemos em alternativa a introdução na legislação nacional, da figura de protecção Zona Patrimonial e do sistema de gestão da mesma

3. Disponível em: http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf

4. Disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/maqueta_17_2_completa__online_

(Parque Cultural), novo modelo de protecção--gestão integral do património, criado recentemente na comunidade autónoma da região da Andaluzia, e nos finais década de noventa do século passado, na região de Aragão, Espanha.

As zonas patrimoniais constituem uma importante inovação da Lei do Património Histórico Andaluz (LPHA)[5] à escala peninsular, no que concerne à protecção da paisagem cultural e à introdução de um novo conceito de gestão do património à escala territorial. Respondendo à necessidade de contar dentro do quadro legislativo da administração cultural Andaluza, de uma figura de protecção legal, que permite que o território no qual se produz a evolução humana, e se encontram os testemunhos desta (materializados pelos diversos bens culturais de distinta natureza e cronologia), seja articulado através de um sistema patrimonial integrado.

Sistema patrimonial integrado no qual coexistem bens culturais de diversa natureza e cronologia, geridos a partir da figura de gestão dos parques culturais, criados pela Lei do Património Histórico Andaluz (LPHA), estes constituem uma nova figura legal para a gestão das zonas patrimoniais, que requerem um órgão de gestão, no qual participam as administrações públicas e sectores implicados na gestão do território delimitado.

A nossa proposta de introdução da figura legal de protecção de zona patrimonial, no quadro legislativo da gestão do património cultural nacional e nomeadamente aplicado ao caso do Vale do Côa, passa pelo seu reconhecimento como uma nova figura legal de protecção do Património, que responde à evolução das teorias de protecção do património e à ampliação do seu conceito à escala territorial. Assim como de uma visão integral do património, que parte da" *patrimonialização*" do território, considerado como um mosaico histórico assim como do conceito de "*territorialização do património*".

Enquanto tradicionalmente, os conceitos de património e paisagem se abordavam de forma separada, o processo de contextualização do património evidenciou nos últimos anos a necessidade do tratamento conjunto de ambos. Pelo que as zonas patrimoniais constituem uma importante novidade, no que respeita à protecção da paisagem cultural, assim como para a gestão do património à escala territorial. Efectivada pelos parques culturais, que se concebem fundamentalmente como ferramenta de gestão, extraordinariamente próxima a critérios de ordenamento do território, segundo uma visão do património, que consiste na abertura comprometida de um diálogo entre temporalidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente foram publicadas as actas do "I Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: Arqueología", celebrado em Menorca, Espanha, de 9 a 13 de Abril de 2012[6], nas quais se recolhe um importante conjunto de contributos de investigadores, estes nos demonstram que os bens do Património Mundial, podem acolher diversas utilizações, ecológica e culturalmente sustentáveis e contribuir para a qualidade de vida das comunidades locais envolvidas.

Recolhem também um documento de referência, no que concerne a Boas Prácticas para a Gestão de Sítios Arqueológicos Classificados como Património Mundial, que entre outros pontos com os quais estamos em total concordância, são de relevar a declaração de que a chave para o êxito de qualquer iniciativa de gestão do património, é a transversalidade no tratamento dos bens culturais, dos quais há que destacar a busca da sustentabilidade ambiental e a justiça social. Neste sentido, refere-se que a actividade arqueológica tem que ir mais além da interpretação histórica, como ciência humana e deverá assumir um compromisso social, através do envolvimento das comunidades locais na gestão dos bens patrimoniais, o que deverá constituir uma prioridade e uma constante na gestão do património.

Não se trata no entanto, do modelo educativo de comunicação da arqueologia, que se baseia na comunicação ao público (passivo), dos resultados da investigação científica, tendo por objectivo, um sector amplo da sociedade, que percepciona o passado nos mesmos termos, dos profissionais da arqueologia, mas sim da participação na criação de conhecimento. Estamos conscientes do risco desta proposta, que tendo por base a análise crítica do "discurso patrimonial autorizado", parece levar-nos do au-

5 Disponível em: http://www.parlamentodeandalucia.es/webdinamica/portal-web-parlamento/pdf.do?tipodoc=coleccion&id=23415&cley=14

6. Disponível em: https://portal.ucm.es/c/document_library/get_file?uuid=9b647ff2-7a17-4d68-b556--a5e4d3f1cf82&groupId=174465

toritarismo científico tradicional ao populismo (González Ruibal, 2012, p. 106)). Segundo este autor, o problema da arqueologia pública baseada em critérios participativos simétricos, é o de colocar todas as vozes ao mesmo nível e considerar, que a comunidade, por ser maioria tem sempre razão, ou algo importante a dizer.

Partilhamos a sua proposta alternativa, ao velho estilo do "discurso patrimonial autorizado", baseada no conhecimento especializado, capacidade crítica e no trabalho para o bem comum. Esta visão implica a prática de uma arqueologia pública, orientada para os problemas públicos, em diálogo com as outras disciplinas, implicadas no ordenamento do território e desenvolvimento local e regional, orientação necessária no caso do Vale do Côa. O anterior implica implantar o princípio de corresponsabilidade no estudo e gestão do património, que propicie a interação entre os vários níveis da administração-local, regional, nacional e comunitária, assim como entre estas e os agentes públicos e as comunidades locais.

Assim como uma necessária coordenação entre ministérios, que se relacionam com o património, a administração do património não se pode aliar das outras políticas sectoriais como meio ambiente, ordenamento do território, ciência, educação e cultura. Relembramos que a salvaguarda e valorização do património cultural, nomeadamente o histórico e arqueológico, constituem um dos objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, baseada na Estratégia de Lisboa definida pelo Conselho Europeu, que aposta no aproveitamento do potencial científico e cultural como suportes de coesão, qualificação e competitividade dos portugueses. Consequentemente, esse objectivo foi traduzido como um dos pontos estratégicos do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), sob a alínea denominada "Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural".

No caso de estudo, o Vale do Côa, a gestão do património, tem sido realizada com escassa participação social, as comunidades não tem sido protagonistas na sua planificação, pelo que dificilmente se poderá atribuir capacidade de coesão social, apenas se tem procurado alcançar, o gosto da contemplação, que supostamente exerce o "discurso autorizado do património", aos visitantes.

Sem a sua dimensão social, o património arqueológico reduz-se a meros vestígios do passado, neste sentido os parques e os museus arqueológicos devem em definitivo promover o desenvolvimento sustentável e o compromisso do desenvolvimento integral da sociedade, nesta perspectiva a arqueologia é uma prática social experienciada no presente.

BIBLIOGRAFIA

ASCHERSON, N. (2000) – Editorial. *Journal of Public Archaeology*. 1: 1, pp. 1-4.

BARREIRO, D. (2012) – Arqueología aplicada y patrimonio: memoria y utopía. *Complutum*. Madrid, 23: 2, pp. 29-46.

BARREIRO, D. (2013) – *Arqueológicas. Hacia una arqueología aplicada*. Barcelona: Bellatera arqueología.

CRIADO BOADO, F. (1996) – Hacia un modelo integrado de investigación y gestión del Patrimonio Histórico: la cadena interpretativa como propuesta. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Sevilha. 16, pp. 73-8.

CRIADO BOADO, F. (2010) – Què és avui l' Arqueologia? *Cota zero: revista d'arqueologia i ciência*, Barcelona. 25, pp. 51-56.

CRIADO BOADO. F. (2012*): Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Bellatera arqueología.

DERRY, L.; M. MALLOY, eds. (2003) – *Archaeologist and Local Communitites: Partners in Exploring the Past.* Washington: Society for American Archaeology.

GIANOTTI GARCÍA & al. (2009) – De la investigación a la construcción participativa del patrimonio. Un programa de educación patrimonial y divulgación de la cultura científica en Uruguay. *Arkeos: revista electrónica de arqueologia*. Lima. 4.

GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (1999) – *Investigación y puesta en valor del Patrimonio Histórico: planteamientos y propuestas desde la arqueología del paisaje*. Tesis Doctoral. Historia I de la Facultade de Xeografía e Historia de la USC. Santiago de Compostela. http://hdl.handle.net/10261/28279.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2012) – Hacia outra arqueologia: diez propuestas. *Complutum*. Madrid. 23: 2, pp. 103-116.

HODDER, I. (2008) – Multivocality and Social Archaeology. In J. HAB; C. FAWCETT; J. M. MATSUNAGA, eds.- *Evaluating Multiple Narratives Beyond Nationalist, Colonialist, Imperialist Archaeologies*. New York: Springer. pp. 196-200.

HOLTORF, C. (2007a) – *Archaeology is a brand. The meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture.* Oxford: Archaeopress.

HOLTORF, C. (2007b) – Can you hear me at the back? Archaeology, Communication and Society. *European Journal of Archaeology*. 10: 2-3, pp. 149-65.

MARSHALL, Y. (2002) – What is community archaeology?, *World Archaeology*. 34: 2, pp. 211–219.

MERRIMAN, N. (2004) – *Public Archaeology*. London: Routledge.

MOSHENSKA, G.; DHANJAL, S.; DOESER, J.; PHILIPS, S. y ALLEN, S. (2007) – Community Archaeology against the odds. Manifesto for Community Archaeology. *Current* Archaeology. 35, pp. 213-234.

SCHADLA-HALL, T. (1999) – Editorial: Public Archaeology. *Journal of European Archaeology*. 2: 2, pp. 147-58.

SMITH, L. J. y WATERTON, E. (2009) – *Communities and Archaeology*. London: Duckworth.

SMITH, L. (2011) – 'El "espejo patrimonial'. Ilusion narcisista o reflexiones multiples? *Antipoda: revista de antropologia y Arqueologia*. 12, pp. 39-63.

SIMPSON, F. A. (2010) – The Values of Community Archaeology: A Comparative Assesment between the UK and US. *BAR International Series*. Oxford. 2105.

A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MEGALÍTICO DO LOUSAL (GRÂNDOLA)

Nuno Inácio / Departamento de Prehistoria, Universidade de Huelva / nuno.inacio@dhis1.uhu.es
Margarida Oliveira / Centro Ciência Viva do Lousal / moliveira@lousal.cienciaviva.pt
Tânia Ferreira / Centro Ciência Viva do Lousal / tferreira@lousal.cienciaviva.pt
Lara Alegre / Centro Ciência Viva do Lousal / lalegre@lousal.cienciaviva.pt

RESUMO
A antiga aldeia do Lousal, localizada em plena Faixa Piritosa Ibérica, guarda um vasto conjunto patrimonial associado aos trabalhos mineiros que aí se desenvolveram durante o século XX. Na região, são conhecidos cerca de duas dezenas de monumentos megalíticos que atestam a ocupação deste território por comunidades que perpetuaram a sua memória através da construção de grandes túmulos que serviram de sepultura aos antepassados. O Centro Ciência Viva do Lousal, em colaboração com a Câmara Municipal de Grândola e a Junta de Freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede do Sádão, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas que visam a promoção e a salvaguarda deste vasto património megalítico, estabelecendo uma ponte entre o património geológico, mineiro e arqueológico da região.

ABSTRACT
Lousal village, located in the Iberian Pyrite Belt, has an important industrial heritage associated with the mining work developed during the 20th century. Moreover, in this region, two dozens of megalithic monuments are known, attesting the occupation of this territory by communities that perpetuated its memory by building large burial tombs. The Ciência Viva Centre of Lousal, in collaboration with local authorities, has developed a set of initiatives aiming promotion and protection of the ancient heritage, establishing a link between Geology and Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

A mina do Lousal (Concelho de Grândola) constitui, hoje, um exemplo de sucesso na reabilitação económica e social de uma mina abandonada da Faixa Piritosa Ibérica (Relvas, Pinto e Matos, 2012). Após o seu encerramento em 1988, a Câmara Municipal de Grândola e a antiga concessionária mineira SAPEC, através da Fundação Frédéric Velge, reuniram sinergias com o intuído de fomentar um desenvolvimento socioeconómico da aldeia do Lousal, concebendo um projeto integrado com a designação de RELOUSAL.
O sucesso alcançado tem passado, em grande medida, pela promoção do património geológico, arqueológico, industrial e mineiro como garante da perpetuação da memória e da identidade desta aldeia. Em 2012, o Centro Ciência Viva do Lousal, a Câmara Municipal de Grândola e a Junta de Freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede do Sádão iniciaram um projeto de valorização, salvaguarda e proteção do vasto património megalítico da região, estabelecendo uma ponte entre o património geológico, mineiro e arqueológico através do desenvolvimento de experiências lúdicas e pedagógicas sob o mote *Explorar Ciência, Extrair Conhecimento e Perpetuar Memórias*.

2. DO ESPAÇO FÍSICO AO ESPAÇO SOCIAL

A Faixa Piritosa Ibérica é uma das províncias metalogenéticas mais ricas do mundo em depósitos de sulfuretos polimetálicos (Oliveira *et al*, 2006). As mais antigas evidências de mineração remontam aos inícios do III Milénio A.N.E. (Nocete *et al*, 2011). É, contudo, durante o período romano que a mineração alcança grande dinamismo, ampliando, convertendo ou inaugurando novas minas, introduzindo novos métodos de lavra (poços e galerias)

e adotando complexos sistemas de escoamento de águas que permitiram a exploração das massas de minério localizadas a grandes profundidades. As principais áreas mineiras com exploração industrial, como por exemplo São Domingos, Aljustrel ou Caveira, apresentam inúmeras evidências de mineração e metalurgia romana, como poços, galerias, escoriais e materiais diversos que atestam a extensão destas atividades (Alarcão, 1988; Domergue, 1987; Matos *et al*, 2011).

A partir de meados do século XIX, assiste-se a uma verdadeira febre mineira para dar resposta à contínua industrialização do país. Importa mencionar que os primeiros direitos de exploração mineira em Aljustrel foram concedidos em 1847, em São Domingos a concessão data de 1858 e na Caveira a primeira concessão é de 1863 (Guimarães, 1996).

No que concerne à mina do Lousal, os testemunhos existentes, provavelmente de origem romana, resumem-se a uma galeria cortada transversalmente pela estrada de acesso ao complexo mineiro moderno e visível atualmente num talude. De época romana data também o denominado Castelo do Lousal, um conjunto fortificado com muralha e fosso situado a 1 km a norte da mina, implantado num esporão rochoso sobre a ribeira de Espinhaço de Cão e parcialmente amputado durante a construção do pilar sul da ponte ferroviária da Linha do Sul. Entre o material recolhido por Manuel Matheus (1895), contam-se algumas moedas, cerâmica de construção e de armazenamento e vestígios de escórias, demonstrando, deste modo, a vocação mineira e metalúrgica do sítio.

3. DO FUNDO DA MINA À ACTUALIDADE

O encerramento da mina do Lousal, em 1988, deixou uma pesada herança: uma paisagem deprimida, um tecido económico fragmentado, cicatrizes sociais insanáveis e um território degradado do ponto de vista ambiental (Rodrigues, 2005).

Menos de dez anos após o encerramento do couto mineiro, foi possível promover no Lousal um projeto de desenvolvimento integrado, capaz de reabilitar o tecido social e económico da região e promover a recuperação ambiental, dando ênfase às componentes museológica, cultural e turística. O Projeto RELOUSAL deu suporte a diferentes ações como a formação profissional de antigos trabalhadores, a valorização do património industrial e mineiro, a requalificação do espaço urbano e a minimização do impacto ambiental resultante dos antigos trabalhos mineiros, investindo, paralelamente, na divulgação e promoção científica, patrimonial, cultural e turística da aldeia do Lousal (Matos e Oliveira, 2003)

Para a realização da parte cultural foi convidada a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) que se encarregou de desenvolver o Projecto de Musealização da mina do Lousal (Santos e Tinoco, 1998; Tinoco, Matos e Santos, 1998). O Museu Mineiro do Lousal, instalado na antiga central elétrica, foi desenhado para ser um dos polos de dinamização da aldeia, orientando a sua estratégica na componente Cultural, Científica e Pedagógica. Esta infraestrutura foi pensada para ser um espaço polinucleado, centrando o seu protagonismo no património edificado e na identidade partilhada por mineiros, trabalhadores e familiares. O programa expositivo foi direcionado essencialmente para três vertentes: a história geológica, a história mineira e a arqueologia e história do Lousal. Entretanto, a abertura ao público do *Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência* em 2010, integrado na Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, constituiu um marco na divulgação, valorização e interpretação do património local. Este Centro, instalado na antiga casa do ponto, casa das lanternas, oficinas e balneários dos mineiros, está vocacionado para a temática dos georrecursos e privilegia a interatividade com o público através de módulos *hands on* (Matos e Relvas, 2006; Relvas, Pinto e Matos, 2012).

4. O PATRIMÓNIO MEGALÍTICO DO LOUSAL

As primeiras referências concretas à existência de monumentos megalíticos nesta região devem-se a Francisco António Pereira da Costa, distinto Geólogo da Comissão Geológica do Reino e Professor na Escola Politécnica, ao publicar, em 1868, um vasto *corpus* de antas e dólmenes de Portugal que havia apresentado um ano antes no Congresso de Antropologia e Arqueologia pré-histórica que decorreu em Paris (Costa, 1868). Nesta obra o autor descreve alguns monumentos da região do Lousal e Azinheira de Barros (Monte Branco, Panasqueira, Monte da Algeda 1 e Monte da Algeda 2) baseando-se, contudo, em informações orais sem nunca autenticar a sua veracidade. No que concerne aos casos do Monte da Algeda, as descrições reproduzidas por

Pereira da Costa deixam a hipótese de se tratar, na realidade, do monumento posteriormente intervencionado intervencionado por Octávio da Veiga Ferreira e Rodrigues Cavaco e denominado por anta da Pata do Cavalo (Ferreira e Cavaco, 1957).

Teremos que esperar até meados do século XX para encontrar novas referências ao património megalítico do Lousal. Em Abril de 1952, durante trabalhos de prospeção e sondagens do Serviço de Fomento Mineiro na zona, é detetado por António Rodrigues Cavaco, e ulteriormente escavado sob a direção de Octávio da Veiga Ferreira, o monumento megalítico do Lousal (Lousal 1) (Ferreira e Cavaco, 1952). Os mesmos autores publicam um novo trabalho em 1957 onde dão a conhecer outros monumentos na mesma zona (Lousal 2 e Lousal 3) e nas imediações da aldeia de Azinheira dos Barros (Monte das Boiças 1 ou anta da Pata do Cavalo, Monte das Boiças 2 e Monte das Boiças 3) (Ferreira e Cavaco, 1957).

Nos últimos anos têm vindo a ser identificados novos monumentos (Lousal 4, Lousal 5, Lousal 6 e Monte Serôdio), ampliando, ainda mais, a importância patrimonial e científica do megalitismo da região.

Atualmente, encontram-se inventariados doze monumentos megalíticos na região do Lousal e Azinheira de Barros, entre casos conhecidos e relocalizados, monumentos inéditos e outros dos quais apenas se dispõe informação bibliográfica (Figura 1). O fenómeno megalítico na região do Lousal distribui-se pelas faldas ocidentais da serra de Grândola, estruturado ao redor de uma paisagem de terrenos levemente ondulados que configuram um anfiteatro natural com ampla visibilidade para sul, dominando os terrenos da cobertura sedimentar do Sado, não sendo raro observar-se, desde alguns pontos, os relevos de Aljustrel e, no horizonte, a serra do Caldeirão. A sua distribuição geográfica permite vislumbrar a existência de duas concentrações que definem núcleos que aparentemente partilham laços territoriais e paisagísticos. As mais importantes ocorrências, em total de nove, registam-se a norte da aldeia do Lousal. Este núcleo, o mais extenso, define-se não só pela proximidade geográfica que os monumentos revelam como pela intervisibilidade que manifestam. Um outro núcleo, constituído por três sepulturas, localiza-se a noroeste e é formado pelos monumentos do Monte das Boiças, sendo a anta da Pata do Cavalo o único caso ainda conservado.

Neste conjunto sobressaem, pela sua singularidade tipológica assim como pelo espólio documentado durante as intervenções arqueológicas, os monumentos do Lousal e a anta da Pata do Cavalo, ambos classificados em 1990 como Imóvel de Interesse Público através de Decreto n.º 29/90, Diário da República, I Série, n.º 163, de 17-07-1990.

As características do monumento do Lousal revelam um dos exemplos mais expressivos do megalitismo alentejano. Amiúde descrito ou mencionado erroneamente como monumento de falsa cúpula (*tholos*) (Silva e Soares, 2006), trata-se de um túmulo megalítico com uma arquitetura atípica, constituído por um corredor longo orientado a sudeste e câmara funerária de planta de tendência circular formada por sete esteios de grauvaque. Através da câmara funerária acede-se a um pequeno nicho ou câmara secundária, com planta de tendência oval. A câmara funerária seria encimada por um único esteio de grauvaque que ainda hoje se encontra nas imediações do monumento. Todo o conjunto seria coberto por um *tumulus* artificial do qual ainda restam vestígios em todo o perímetro. Durante a intervenção arqueológica foram recuperados vários artefactos que se encontram depositados no *Museu do Instituto Geológico e Mineiro* em Lisboa, entre os quais cabe destacar alguns recipientes de cerâmica de fabrico manual, um braçal de arqueiro em xisto, uma ponta de lança e um punção em cobre, sugerindo uma utilização tardia deste sepulcro já na segunda metade do III Milénio A.N.E. Porém, não é possível aferir se o espólio mencionado é coetâneo da construção ou corresponde a reutilizações ulteriores.

Por sua vez, a anta da Pata do Cavalo apresenta uma estrutura arquitetónica monumental, constituída por câmara e corredor, diferenciados em planta e alçado. A câmara funerária, formada atualmente por oito esteios (originalmente seriam nove), todos eles inclinados para o exterior, exibe planta de tendência subcircular com cerca de 4 m de diâmetro. O corredor é curto em relação à câmara e é formado por dois esteios de cada lado e um batente, encontrando-se orientado sensivelmente a este. Segundo O. da Veiga Ferreira e A. Rodrigues Cavaco, o monumento já tinha sido objeto de escavações clandestinas conservando-se, contudo, alguns contextos arqueológicos preservados junto aos esteios da câmara e no corredor. Entre o material exumado, destaque para a presença de alguns fragmentos de cerâmica, lâminas de sílex, calcário oolítico silicificado e xisto, e um fragmento proximal de placa de xisto com decoração geométrica e orifício de suspensão. As caracterísi-

cas dos materiais, nomeadamente a presença de uma placa de xisto semelhante a outras identificadas em monumentos análogos no Sul de Portugal com datações por radiocarbono, sugerem uma cronologia de construção e utilização na transição do IV para o III Milénio A.N.E.

4. CONTRIBUIÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MEGALÍTICO DO LOUSAL

O património megalítico do Lousal faz parte da matriz identitária do concelho de Grândola. São os testemunhos de uma herança milenar de comunidades que marcaram e monumentalizaram a paisagem que hoje se vislumbra. O passado e o presente têm elementos que os aproximam, e é no seio desta relação que devemos procurar a história destas comunidades. Desta forma, o facto de terem sido registados artefactos de cobre (um punção e uma ponta de seta) no monumento do Lousal permite estabelecer uma genealogia para as atividades mineiras da região.

Conscientes da importância estratégica do património arqueológico do Lousal, o Centro Ciência Viva do Lousal, em colaboração com a Câmara Municipal de Grândola e a Junta de Freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede do Sádão, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas que visam a valorização e salvaguarda dos monumentos megalíticos, convertendo este conjunto num complemento à oferta cultural e científica já disponível: Centro Ciência Viva, Museu Mineiro, Centro de Artesanato, Corta Mineira e Arqueologia Industrial (Matos e Oliveira, 2003; Matos, Pereira e Oliveira, 2010; Relvas, Pinto e Matos, 2012).

O razoável estado de conservação de um conjunto significativo de monumentos e o abandono científico e patrimonial a que estavam votados determinou a seleção de aqueles casos suscetíveis de serem alvo de iniciativas que permitissem a melhoria das condições de apresentação e, consequentemente, a sua correcta valorização. Neste sentido, foi desenhado um circuito arqueológico, denominado *Lousal GeoMegalítico*, em estrita articulação com as características geológicas e geomorfológicas da região (Figura 2). Durante o percurso, que poderá ser acompanhado por arqueólogos, geólogos e biólogos, convidam-se os visitantes a fazer uma viagem no tempo, observando algumas peculiaridades que emergem da interação com estes sepulcros e na observação da sua envolvente paisagística, explorando, paralelamente, a bio e a geodiversidade. Pretende-se, deste modo, empregar o conceito de interdisciplinaridade no seio de propostas lúdicas e pedagógicas direcionadas para diferentes públicos, estabelecendo uma ponte entre o património geológico, mineiro e arqueológico.

Porém, a valorização patrimonial do conjunto megalítico não seria possível sem a participação ativa da população local em todo o processo (Figura 3). Este esforço de sensibilização e tomada de consciência coletiva só é possível se os seus legítimos herdeiros, as gentes do Lousal, se converterem nos protagonistas deste processo de valorização e proteção patrimonial. Certo é que a população local tem dado um inestimável contributo na valorização dos monumentos megalíticos, bem como na sua inventariação, facto que permitiu a relocalização de alguns casos que julgávamos destruídos e a identificação de outros inéditos.

No futuro, o património arqueológico local só poderá ser valorizado se este processo for potenciado pela informação procedente da investigação, integrando-a na cultura científica que prolifera ao redor do Lousal, onde vários organismos e universidades desenvolvem as suas pesquisas (ver Relvas, Pinto e Matos, 2012). Esta necessidade de conhecimento deve estar dirigida a proporcionar documentação capaz de providenciar dados empíricos para a sua correta interpretação histórica, já que a informação recuperada durante os trabalhos de limpeza se revelou manifestamente insuficiente e os dados das escavações antigas carecem de rigor científico. Só conhecendo melhor as comunidades que construíram estes monumentos seremos capazes de perpetuar a sua memória.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Centro Ciência Viva – Mina de Ciência, nas pessoas do seu Presidente, Jorge Relvas, Director, Álvaro Pinto, e colegas por todo apoio manifestado durante a realização deste trabalho, bem como os comentários e sugestões feitas ao presente texto. Os agradecimentos são ainda extensíveis a João Xavier Matos, geólogo do LNEG. Uma palavra de apreço à Câmara Municipal de Grândola e à Junta de Freguesia de Azinheira de Barros e São Mamede do Sádão pelas facilidades concedidas em prol da valorização do património megalítico do Lousal.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Publicações Europa-América, Mem Martins.

COSTA, F. A. P. (1868) – *Notions sur l'état prehistorique de la terre et de l'homme suivies de la description de quelques dolmens ou antas du Portugal*. Imprensa da Academia Real das Ciências, Lisboa.

DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Península Ibérique*. Serie Archeologie VIII, Madrid.

FERREIRA, O. V., CAVACO, A. R. (1952) – O monumento pré-histórico do Lousal, Grândola. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, vol. 33, pp. 247-255.

FERREIRA, O. V., CAVACO, A. R. (1957) – Antiguidades do Lousal (Grândola). Sepulturas descobertas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 15, pp. 190-202.

GUIMARÃES, P. (1996) – O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração. *Mineração do Baixo Alentejo*, C. M. Castro Verde, pp. 114-129.

MATHEUS, M. (1895) – Castello Velho do Loisal. *O Archeologo Português*, Série 1, Vol. 1, nº 9, pp.239-240.

MATOS, J.X., OLIVEIRA, V. (2003) – Mina do Lousal (Faixa Piritosa Ibérica) – Percurso geológico e mineiro pelas cortas e galerias da antiga mina. *IGME, Publicaciones Museo Geominero*, nº2, pp. 117-128.

MATOS, J.X., RELVAS, J. (2006) – Mina do Lousal (Faixa Piritosa Ibérica. *Livro Guia da Excursão C.4.1 VII Congresso de Geologia*, Universidade de Évora, pp. 23-25.

MATOS, J.X., PEREIRA, Z., OLIVEIRA, J.T. (2010) – A Rota da Pirite, uma rede de sítios geológicos e mineiros dedicada ao património e história da Faixa Piritosa Ibérica. *VIII Congresso Nacional de Geologia. Revista Electrónica de Ciências da Terra*, Vol. 18, nº 18.

MATOS, J.X., MARTINS, A., REGO, M., MATEUS, A., PINTO, A., FIGUEIRAS, J., SILVA, E. (2011) – Roman slag mine wastes distribution in the Portuguese sector of the Iberian Pyrite Belt. *Actas V Cong. Int. Minería y Metalurgia Históricas SW Europeo, León, Libro Homenaje a Claude Domergue, Eds. J.M. Mata-Perelló, L.T. Iabat, M.N.F. Prieto*, SEDPGYM Spain, pp. 563-572.

NOCETE, F., SÁEZ, R., BAYONA, M.R., PERAMO, A., INACIO, N., ABRIL, D. (2011) – Direct chronometry (14C AMS) of the earliest copper metallurgy in the Guadalquivir Basin (Spain) during the Third millennium BC: First Regional Database. *Journal of Archaeological Science*, 38, pp. 3278-3295.

OLIVEIRA, J.T., RELVAS, J., PEREIRA, Z., MATOS, J., ROSA, C., ROSA; D., MUNHÁ, J.M, JORGE, R., PINTO, A. (2006) – O Complexo Vulcano-Sedimentar da Faixa Piritosa: estratigrafia, vulcanismo, mineralizações associadas e evolução tectono-estratigráfica no contexto da Zona Sul Portuguesa. *Dias, R., Araújo, A., Terrinha, P., Kullberg, J.C. (eds.): Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*. Universidade Évora, pp. 207-243.

RELVAS, J., PINTO, A., MATOS, J. (2012) – Lousal, Portugal: a successful exemple of rehabilitation of a closed mine in the Iberian Pyrite Belt. *SGA News*, nº 31, pp. 6-16.

RODRIGUES, P. (2005) – *Vidas na mina: memórias, percursos e identidades*. Celta Editores.

SANTOS, L., TINOCO, A. (1998) – Um Projecto de Musealização para as Minas do Lousal. *Arqueologia & Industria*, nº 1, pp. 117-125.

SILVA, C. T., SOARES, J. (2006) – *Territórios da Pré-História em Portugal. Setúbal e Alentejo Litoral*. ARKEOS 19, Tomar.

TINOCO, A., MATOS, A.M.C., SANTOS, L. (1998) – Museu Mineiro do Lousal. Parte I – A musealização das minas do Lousal. *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras. Publicações do Museu do I.G.M.*, pp. 12-21.

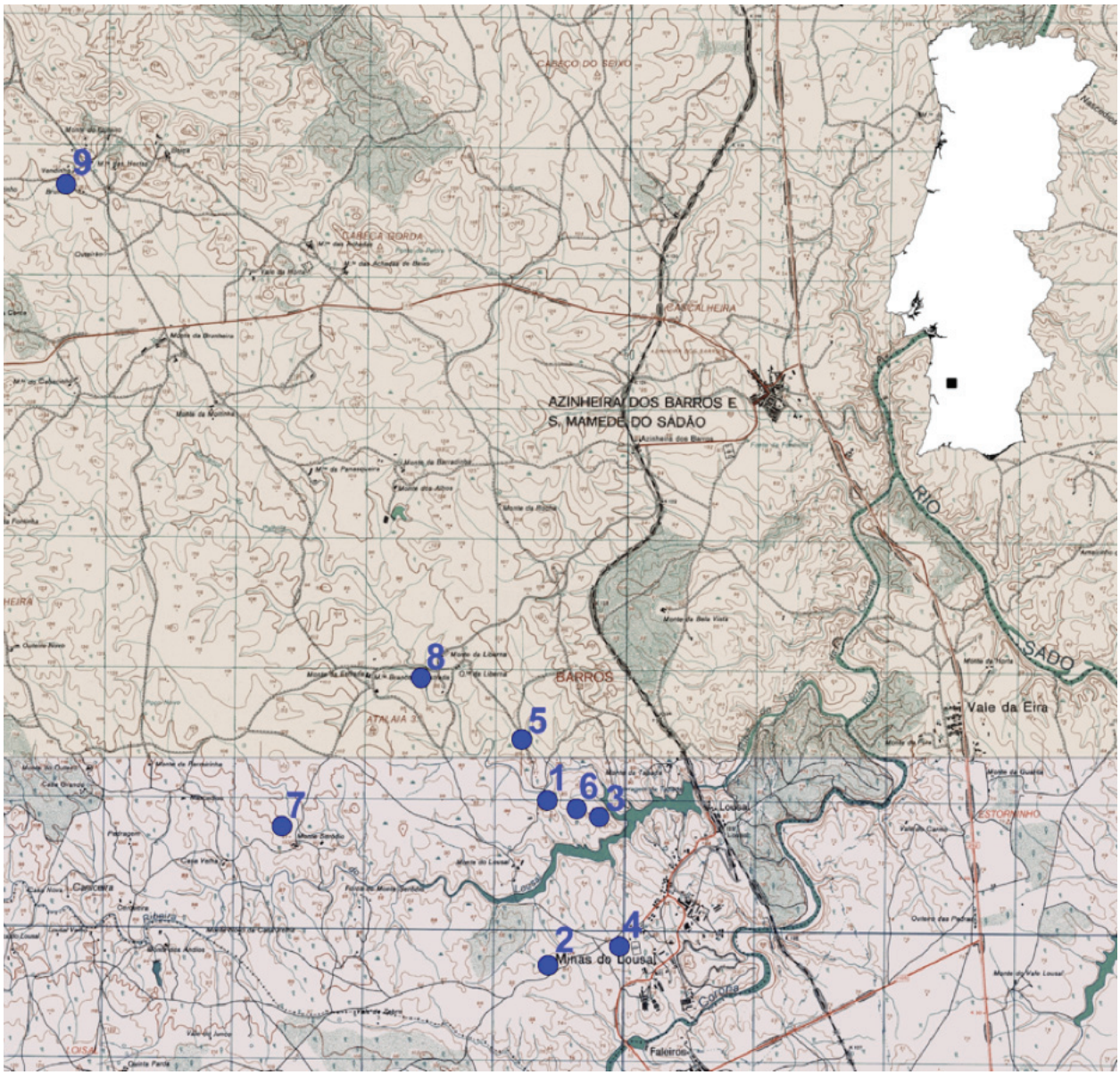


Figura 1 – Localização na Carta Militar de Portugal 1:25000 (CMP 507 e 518) dos monumentos conservados na região do Lousal e Azinheira de Barros. 1 – Lousal 1; 2 – Lousal 2; 3 – Lousal 3; 4 – Lousal 4; 5 – Lousal 5; 6 – Lousal 6; 7 – Monte Serôdio; 8 – Monte Branco; 9 – Pata do Cavalo.

Figura 2 – Percurso pedestre pelo circuito arqueológico: Lousal GeoMegalítico. Visita escolar ao monumento megalítico do Lousal (Lousal 1).

Figura 3 – Apresentação do projeto de valorização do património megalítico da região do Lousal à população local.

O PROJETO PAVT (BOTICAS, PORTUGAL). ESTUDO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL

Luís Fontes / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / lfontes@uaum.uminho.pt
Bruno Osório / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
Mafalda Alves / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

RESUMO

O Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT é um projeto conjunto do Município de Boticas e da Universidade do Minho, iniciado em 2006 com o programa de "Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas".

Pretende-se que o PAVT seja um parque arqueológico com carácter geográfico contínuo, integrando um conjunto de valores culturais e naturais que se constituem como recursos relevantes e representativos das diversas paisagens que se conformaram no território.

O PAVT desenha-se como uma unidade de gestão da paisagem cultural, incorporando infraestruturas de visitação, como o Centro de Interpretação e o núcleo etnológico da Casa das Memórias, em Bobadela, circuitos interpretados e plataformas de observação dos recursos patrimoniais.

ABSTRACT

The Archaeological Park of Terva Valley/PAVT is a joint project of the Municipality of Boticas and the University of Minho, started in 2006 with the program "Conservation, Study, Valuation and Disclosure of Old Mining Complex of the Terva River Valley, Boticas".

The PAVT is intended to be an archaeological park with a continuous geographical character, with a set of cultural values and natural resources that are relevant and representative elements of the diverse landscapes that existed throughout the long human occupation of the territory.

The PAVT draws itself as a unit of management of the cultural landscape, incorporating infrastructure of visitation, as the Interpretation Centre in Bobadela village and interpreted itineraries. The main objective will always be the promotion of this territory, supported by the promotion of its potential for historical, ethnographic and natural tourism.

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância das montanhas europeias para as populações do continente conduziu à promoção do aumento de conhecimento relativamente aos sistemas montanhosos. Este interesse pelas montanhas reflete, também, os progressos científicos nas abordagens das paisagens feitas numa perspetiva de conservação e desenvolvimento, consagradas na Convenção Europeia da Paisagem, Florença 2000 (European Treaty Series – N.º 176), e igualmente presentes no conceito de "Paisagem Cultural" como categoria patrimonial, estabelecida na Convenção Mundial do Património em 1972. De facto, a conservação, valorização e desenvolvimento das áreas de montanha exige, na perspetiva do desenvolvimento sustentável, uma abordagem que contemple as particularidades de cada sistema montanhoso, assente no conhecimento interdisciplinar e que assegure os interesses das suas populações (Dax e Hovorka, 2002). E nesta matéria importa assinalar o contributo que a arqueologia tem dado para o aumento desse conhecimento, precisamente por via da arqueologia da paisagem (Fontes, 2012).Foram as perspetivas acima enunciadas que orientaram o "Programa para a

Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas", da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e cuja execução, iniciada em 2006, evoluiu para a criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT, numa iniciativa conjunta do Município de Boticas e da Universidade do Minho, que convergiram no interesse mútuo de promover o desenvolvimento deste ambicioso projeto cultural (Fontes e Alves, 2013).

2. O VALE SUPERIOR DO RIO TERVA

O rio Terva é um afluente da margem direita do rio Tâmega, correndo de Norte para Sul. Nos 8 quilómetros iniciais do seu traçado é delimitado a nascente pela Serra de Lapabar e a poente pela Serra do Leiranco, relevos que se juntam a Norte, em Ardãos e Seara Velha, formando a cabeceira onde o rio Terva tem as suas origens, a partir de inúmeras linhas de água, como a Ribeira do Calvão, a Ribeira da Sangrinheira e a Corga do Vidoeiro, que drenam as encostas até se juntarem na zona de Sapelos.

É este troço inicial do rio Terva que se designa como vale superior, configurando um amplo alvéolo aplanado, pontuado por inúmeras colinas e outeiros, onde afloram as massas graníticas modeladas pelos movimentos tardi-hercínicos, apresentando muitas dessas massas graníticas veios ou filões quartzíferos que incorporam mineralizações correspondentes a jazidas primárias de ouro.

Foi neste espaço que se demarcou o PAVT, uma área geográfica contínua com cerca de 60 km^2, que desenha o lado norte do concelho de Boticas, no distrito de Vila Real. O território do PAVT inte-gra 5 aldeias, Ardãos, Bobadela, Nogueira, Sapelos e Sapiãos, nas quais residem atualmente cerca de 1300 habitantes.

É nestas aldeias de origem medieval (Sécs. XII-XIII), implantadas nas bordaduras do vale, associando-se a manchas agrícolas que se desenvolvem exclusivamente em torno dos aglomerados, que se concentra o povoamento humano atual do PAVT. As populações atuais, apesar das dificuldades crescentes associadas à regressão populacional, ainda mantêm uma economia de base agro-pastoril, preservando algumas das práticas do comunitarismo agrário, em que sobressai a entreajuda, expressão dos fortes laços de solidariedade forjados na concretização de tarefas de interesse comum, como o arranjo de caminhos, do regadio e da manutenção dos moinhos e dos fornos do povo.

3. DA HISTÓRIA DA PAISAGEM

Os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos no vale superior do rio Terva, no âmbito do desenvolvimento do referido "Programa para a Conservação, Estudo, …", possibilitaram já a elaboração de uma primeira leitura de síntese do quadro evolutivo das paisagens na longa duração (Fontes *et alli.*, 2011b). Trata-se, porém, de uma primeira abordagem, que necessita ser aprofundada.

Para a área do projeto, os primeiros contributos no domínio dos estudos arqueológicos devem-se a Santos Júnior, com o inventário sistemático dos povoados 'castrejos' do concelho de Boticas (Júnior *et alli*, 1983 e 1986).

Um inventário geral, abarcando todas as épocas, realizou-se em 1991-92 e foi atualizado em 2005 (Fontes e Andrade, 2011), beneficiando já de novos estudos sobre a região mais alargada do vale superior do rio Tâmega (Amaral, 1993) e da zona de Chaves (Teixeira, 1996), que revelam um quadro histórico cujas linhas estruturantes revelam elementos comuns com a área do PAVT.

A questão da eventual especialização do povoamento proto-histórico, neste caso vinculado à exploração de recursos minerais, revela-se de crucial importância não só para compreender a complexificação das sociedades desse período, como para compreender o posterior processo de "romanização".

Reconhece-se, por outro lado, que o domínio romano se consubstanciou num vasto processo de transformação da paisagem, evidenciada nas mudanças ao nível das modalidades de povoamento, da organização administrativa e jurídica, das sociabilidades e suas expressões religiosas, políticas e culturais (Carvalho, 2008; Martins e Carvalho, 2010).

A viação romana na região é bem conhecida. As mais recentes propostas de traçados de Ricardo Teixeira (1996) e de Rodríguez Colmenero (Rodríguez Colmenero *et alli*, 2004) sublinham a vinculação do traçado da via Bracara a Asturica por Aquae Flaviae, na zona do vale do Terva, à existência do complexo mineiro. Isso mesmo foi evidenciado com os estudos iniciados pela equipa do projeto PAVT (Fontes e Andrade, 2012; Fontes *et alli*, 2011a).

O tema da mineração antiga tem sido objeto de maior atenção nos últimos anos, graças aos avanços da

investigação na região promovidos por Carla M. B. Martins (2008a, 2008b e 2010), que integra a equipa do projeto. No entanto, é necessário averiguar que transformações houve nas paisagens em relação com a exploração mineira, durante os séculos I a.C. – I d.C., período fundamental para compreender o processo de consolidação do domínio romano.

As alterações da estrutura de povoamento e do correlativo contexto socioeconómico, que se vislumbram no período medieval (Fontes *et alli*, 2011b), denunciam um processo de mudança cuja análise exigirá especial atenção, de modo a compreender as origens e evolução das aldeias e das suas territorialidades (Figura 1).

Em síntese e para a área do PAVT constata-se que, a uma ocupação esparsa e residual na Idade do Bronze, se sucede uma ocupação intensa na Idade do Ferro (2.ª metade do 1.º milénio a.C.), conhecendo-se nove povoados fortificados ou "castros", implantados nos relevos montanhosos que circundam o vale. A densidade de ocupação parece relacionar-se com a exploração intencional dos recursos minerais e metalíferos existentes (jazidas de ouro e de estanho).

Esta estratégia de ocupação, orientada para a exploração dos recursos minerais, evidencia-se plenamente com a ocupação romana (Sécs. I a.C./IV d.C.), reconhecendo-se neste período a exploração intensiva dos jazigos desta área, visível nas frentes de exploração do Brejo, Sapelos, Limarinho, Poço das Freitas e Batocas, em articulação direta com povoados mineiros e uma rede viária bem estruturada.

Na paisagem do vale superior do Rio Terva, parece ganhar significado o distinto aproveitamento que as comunidades fizeram, ao longo de várias épocas, dos recursos naturais do vale, evidenciando-se duas orientações básicas: até ao fim do domínio romano, parece ter dominado a exploração dos recursos minerais; a partir da Idade Média, a exploração dos recursos agro-pastoris parece ter constituído a orientação estruturante do povoamento.

O vale superior do Rio Terva apresenta, assim, um interessante quadro evolutivo de ocupação, configurando-se, com os abundantes testemunhos arqueológicos identificados, como um verdadeiro palimpsesto, através do qual se poderá, com o desenvolvimento das investigações, vislumbrar as diversas paisagens que abrigou (Figura 2).

4. DO PROJETO PAVT

O capital de conhecimento adquirido, a par da reconhecida importância dos valores patrimoniais do vale superior do Rio Terva, alguns dos quais recentemente classificados, justificou um esforço de convergência de interesses e de ações, no sentido de garantir uma valorização sustentada e uma gestão integrada do valioso património identificado, tendo em vista promover a sua difusão alargada, a criação de serviços, o aumento da oferta cultural de Boticas e a internacionalização da história milenar e da identidade do seu território.

Pretende-se que o PAVT seja um parque arqueológico com carácter geográfico contínuo, com um conjunto de sítios arqueológicos e monumentos históricos que se constituem como elementos patrimoniais relevantes e representativos das diversas paisagens que se configuraram na longa ocupação humana do território.

O Centro Interpretativo de Bobadela será a porta de entrada para o PAVT – os conteúdos expositivos farão a ponte para a fruição da paisagem e do património in loco, proposta através de roteiros de visitação temáticos, estando atualmente desenhadas 5 Rotas (Aldeias, Castros, Minas, Natureza e Vias Antigas).

O objetivo maior será sempre o da promoção deste território, apoiado na exploração das suas potencialidades ao nível do turismo histórico, etnográfico e natural.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Paulo (1993). *O povoamento romano no vale superior do Tâmega. Permanências e materialidades medievais e modernas*, (tese de mestrado policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARVALHO, Helena (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: Universidade do Minho. http://hdl.handle.net/1822/8755

DAX, Thomas E HOVORKA, Gerhard (2002). A holistic approach to mountain development research: Experiences from the Federal Institute for Less-Favoured and Mountainous Areas, Austria. In *The Innovative Structures for the Sustainable Development of Mountainous Areas (ISDEMA) Conference*, Tessalónica: School of Agriculture, Aristotle University of Thessaloniki.

FONTES, Luís (2012) – *Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela*. Tese de doutoramento em Arqueologia (área de especialização em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento), Braga: Universidade do Minho. http://hdl.handle.net/1822/20982

FONTES, Luís e ALVES, Mafalda (2013). The Terva Valley Archaeological Park/ PAVT: building a landscape with archaeology, in *Landscape & Imagination. Towards a new baseline for education in a changing world*, Paris: École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-La Villette, pp.157-160.

FONTES, Luís E ANDRADE, Francisco (2010). Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, n.º 8. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11043

FONTES, Luís E ANDRADE, Francisco (2012) – O Traçado da Via Bracara – Asturica, por Aquae Flaviae, no concelho de Boticas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 24, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16561

FONTES, Luís; MARTINS, Carla; ALVES, Mafalda; DELFIM, Bruno (2011a) – Projeto "Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas". Trabalhos Arqueológicos PAVT 2010. (Levantamentos Topográficos, Prospeção e Sondagens Arqueológicas). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 20, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16887

FONTES, Luís; ALVES, Mafalda; MARTINS, Carla; DELFIM, Bruno; LOUREIRO, Eurico (2011b) – Paisagem, Povoamento e Mineração Antigas no vale alto do Rio Terva, Boticas. In *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, (coord. de Martins, C., Bettencourt, A., Martins, J. e Carvalho, J.), Braga: CITCEM / APEQ, p.203-219.

JÚNIOR, A. M., SANTOS, J. N. e JÚNIOR, J. R. S. (1983). "Castros do Concelho de Boticas", Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 22 (3), Porto: SPAE, pp.401-451.

JÚNIOR, A. M., SANTOS, J. N. E JÚNIOR, J. R. S. (1986). "Castros do Concelho de Boticas – II. Boticas 1986", Anais da Faculdade de Ciências do Porto, LXVI (1-4), Porto: FCUP, pp.5-96.

MARTINS, Carla (2008a). *A Exploração Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal*. Cadernos de Arqueologia – Monografias, 14. Braga: ICS, Universidade do Minho.

MARTINS, Carla (2008b) – A mineração romana no conjunto mineiro Chaves/Boticas/Montalegre. *Revista Aquae Flaviae*, 41. Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia: um património sem fronteiras (Montalegre). Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, pp.303-310.

MARTINS, Carla (2010). *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM/ Afrontamento.

MARTINS, Manuela e CARVALHO, Helena (2010). Bracara Augusta and the changing rural landscape, in *Changing Landscapes: The impact of Roman tows in the Western Mediterranean* (ed. by C. Corsi and F. Vermeulen. Bologna: Ante Quem, p.281-298.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A., SANTIAGO FERRER e R. D. ÁLVAREZ ASOREY (2004). *Miliários e Outras Inscricións Viarias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega (Seccion de Património Histórico), pp. 105-210.

TEIXEIRA, Ricardo (1996). *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, (tese mestrado policopiada), Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Figura 1 – Evolução do povoamento na área do PAVT.

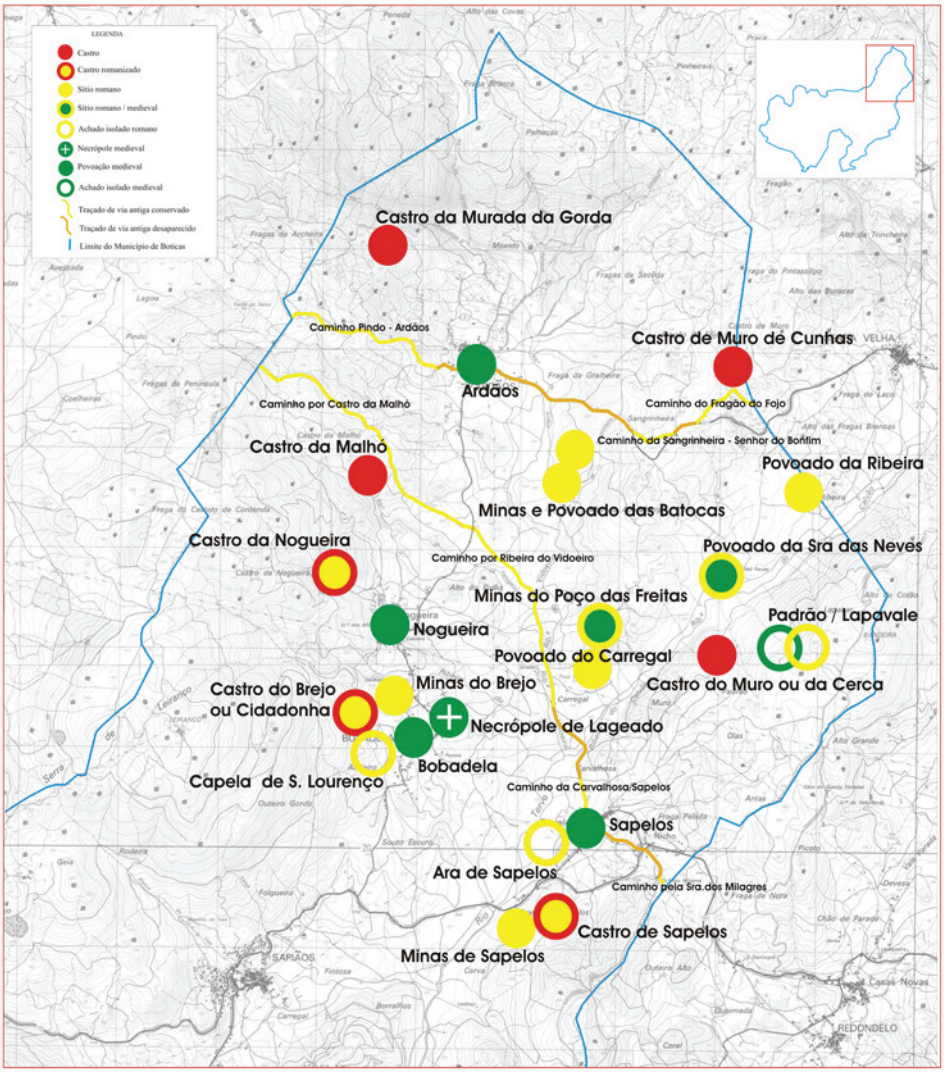


Figura 2 – Carta Arqueológica do PAVT.

A INTEGRAÇÃO DA MEMÓRIA DA MÃE D'AGUA DE MIJAVELHAS NA ESTAÇÃO DO CAMPO 24 DE AGOSTO

Manuel Paulo Teixeira / Metro do Porto S.A. / manuel.p.teixeira@metro-porto.pt

RESUMO

A obra de implementação do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, constituiu uma oportunidade única para colocar a descoberto, pedaços de história esquecidos no tempo. Entre eles encontra-se a Arca d'Água do Campo 24 de Agosto. Este sujeito arqueológico, arquitectónico e urbanístico, criou desde a sua descoberta um objctivo comum: - proceder à sua musealização. No entanto, a sua complexidade formal e subsequentemente interpretativa, obrigou os membros da equipa de projecto a saírem da sua área de conforto para iniciarem um diálogo profundo sobre: "O que preservar"; "como Expor"; e "como Explicar". É sobre este exercício dialético e sobre o seu resultado, que assenta esta comunicação.

ABSTRACT

In 1999, the beginning of the construction of the underground station "Campo 24 de Agosto" in Porto city, unveiled an important archaeological and architectural construction. Along 5 centuries, an water well became a water ark and latter on, after been buried by the nature, was improved to be a bigger reservoir. Following this evolution, several structures were made to better integrate it in the terrain, and at the same time improved his function. At the front wall of the Ark, the royal arms indicate the importance of the object and led the aim of Archaeologists, Architects and Engineers to preserve it, and show it inside the future station. But how? Which part of it? That's what I want to talk about in this article. How the same archaeological find induced different perceptions and problems.

1. INTRODUÇÃO

O processo de implementação do sistema de metropolitano ligeiro na área metropolitana do Porto, comumente conhecido por Metro do Porto, foi à época o maior projecto europeu na área dos transportes. Tratava-se de dotar uma vasta área intermunicipal do território nacional, de um novo modo de transporte de massas que representava o estado da arte ao nível da tecnologia e da sustentabilidade ambiental. Tal enquadramento fez com que se reunisse uma vasta equipa de técnicos, das mais diversas disciplinas e sensibilidades em torno de um objectivo comum. Entre este actores, importa destacar para esta história os arqueólogos, os arquitectos e os engenheiros.

Para melhor enquadramento, há que referir que o metro ligeiro é um modo de transporte urbano, normalmente implantado à superfície através de várias adaptações da malha urbana. No caso do Metro do Porto, e por dificuldades de vencer as cotas do terreno na área central da cidade do Porto, optou-se por criar dois troços subterrâneos. Para esse efeito, construíram-se dois túneis e várias estações subterrâneas.

É precisamente durante a execução dos trabalhos preparatórios da construção de uma destas estações, a do Campo 24 de Agosto, que se descobre acidentalmente um reservatório de água subterrâneo. Tal facto levou à suspensão destes trabalhos, à revisão do projecto, e reavaliação do potencial arqueológico do local.

As obras de cariz hidráulico no subsolo do Porto não são uma novidade. No entanto, a existência da gravação em alto-relevo das armas reais, numa das paredes interiores do reservatório (Figura 1), bem

como uma laje de pedra gravada com a letra "P" no tecto lajeado da cobertura (Figura 2), levantaram suspeitas sobre a natureza do que ali estava.

2. O TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Durante sucessivas campanhas, foi-se exumando meticulosamente aquela complexa estrutura, até se perceber que o reservatório era a última etapa da sua evolução arquitectónica. Ao mesmo tempo que se avançava no tempo actual com a ansiedade de quem tinha uma obra para concluir, percorriam-se os séculos até à génese do lugar.

A intervenção humana remonta à época medieval. Soubemos que no local corria um ribeiro numa orografia bastante mais acidentada do que a actual, e que perto deste havia uma nascente. O nome do ribeiro foi a primeira surpresa: – "Mijavelhas". Nome estranho que fez muitos dos actores corar quando se referiam ao local e ao seu achado! Aproveitando a nascente, terá existido no local uma construção para o seu aproveitamento. Tratava-se de um poço escavado na rocha mas coroado com aduelas e muretes de perpianho, e que estaria provavelmente coberto por uma abóbada de berço; configuração habitual das ditas fontes de chafurdo. Na sua envolvente, existiam 2 tanques separados entre si, e um canal que conduzia a água até ao ribeiro.

O detalhe da descrição, mesmo não estando ao nível da precisão arqueológica, pode induzir no pensamento que esta construção se encontrava quase intacta! Mas não. Desta fase existem apenas reminiscências, marcas de fundações e alguns lajeados lidos como pavimento. No trabalho de investigação esta estrutura aparece referenciada em Fernão Lopes como sendo o Chafariz de Mijavelhas. Sabendo-se hoje que chafariz poderia ter o significado de poço ou nascente naquela época, então estaria a falar certamente desta construção.

A segunda fase evolutiva acontece já na época moderna, provavelmente entre o 1º e 2º quarteis do séc. XVI, e é referente à construção da Arca d'Água. Esta construção é aquela que transporta a pedra com as armas reais sendo também aquela que maior interesse gerou entre os actores do nosso tempo. Ela foi construída sobre o antigo chafariz não só com o intuito de melhorar o abastecimento local, mas também para dotar o edifício da capacidade de armazenamento. Trata-se pois, de um edifício de planta quadrangular com 3,64m de lado e provavelmente a mesma dimensão na sua altura, construído contra a encosta do morro do Bonfim. No alçado frontal voltado a Poente (direcção Porto), para além das armas reais, existem duas bicas de abastecimento, cada uma delas com um pio na sua base. Justaposto ao alçado frontal, encontra-se um espelho de água com o fundo em lajeado de granito, dividido em duas secções tendo cada uma delas a área aproximada do alçado da arca. Na zona envolvente às taças, encontra-se ainda uma vasta área pavimentada com cerca de 400 m2 o que demonstra uma preocupação com o desenho urbano, mesmo estando a uma distância relevante do centro da cidade

Por fim o Reservatório. Esta terceira fase de evolução acontece já no séc. XIX, sendo que no séc. XVII as condições topográficas do local são significativamente alteradas. A abundância de água terá provocado uma enxurrada que soterrou a Arca e a sua envolvente próxima. Durante o séc. XVIII, o assoreamento da zona transformou a arca em poço acedendo-se a ela a partir da sua cobertura. Também neste período, e com a expansão da cidade, criaram-se várias ligações a esta por intermédio de pequenas galerias ou minas, as quais serviam para abastecer de água, outros pontos da cidade. Já no séc. XIX, procede-se então ao aumento da capacidade de armazenamento através da adição de uma estrutura arcada, criando-se deste modo uma galeria que circundava a arca.

Temos portanto 5 séculos de história concentrados numa única construção de contornos bastante complexos, cuja interpretação só foi possível decifrar graças à compreensão das camadas de terreno associadas.

3. AS DÚVIDAS

Durante o processo de descoberta das sucessivas fases evolutivas, o qual sucedeu pela ordem inversa e de acordo com a progressividade das campanhas arqueológicas, foi crescendo o entusiasmo em torno da equipa encarregue pelo projecto e construção da estação. Na fase final destes trabalhos, a musealização era já um compromisso assumido. Mas como fazê-lo? Desde logo surgiam 3 dúvidas de base, a saber:

1ª Onde expor?

As estações subterrâneas são por si só edifícios de grande complexidade e exigência funcional, onde a área pública representa apenas metade de toda a área

construída. A área técnica está destinada a albergar as salas e equipamentos que permitem o uso seguro do próprio edifício e o funcionamento do sistema de transporte.
Ora, a musealização deste sujeito arqueológico só poderia acontecer na área pública da estação, pelo que haveria de criar espaço destinado a este fim.

2ª O que expor?
Após o registo e armazenamento de todas as peças que compunham a construção, finalmente tínhamos a leitura completa do objecto. Este, era composto por sucintas fases de evolução, em que as camadas mais recentes encobriam as camadas mais antigas, como se de um fruto se trata-se. O epicarpo seria o Reservatório, o mesocarpo seria a Arca e o endocarpo seria o Chafariz, sendo a semente a Água.

3ª Como expor, e como explicar?
Esta dúvida estava directamente ligada com a anterior e assolava essencialmente a equipa de arquitectura e arqueologia. O complexo construtivo por si só, não explica a sua evolução. Ele precisava de contextualização, sendo que, o principal contexto que era o terreno e /ou a paisagem que originaram cada uma das fase, tinha desaparecido para sempre.

4. O DIÁLOGO

Dá-se então início ao diálogo árduo entre os diferentes actores, todos eles com a sua parte de responsabilidade na implementação do projecto.
Para a Engenharia, havia um problema que ultrapassava toda a valia e interesse patrimoniais, também por estes reconhecidos. Havia um amontoado de pedras matricialmente arrumadas e numeradas (Figura 5), que de alguma forma seriam transpostas para o interior da estação, adivinhando-se que esta carga significativa não seria distribuída por vários pisos, mas estaria concentrada num deles. Sendo estes os responsáveis contemporâneos por assegurar a *Firmitas dos edifícios, este facto obrigou a cuidados redobrados na elaboração dos projectos de estruturas.*
Para a Arquitectura, nomeadamente para o Arquitecto Eduardo Souto Moura (Figura 6), responsável pelo projecto da estação, havia que associar a um programa de organização espacial muito rígido, uma nova área que permitisse implantar o objecto patrimonial, sendo que este objecto tinha uma escala demasiado grande para ser integrada no edifício, podendo comprometer-se o sucesso da sua visualização e interpretação. Por outro lado, as estações subterrâneas do Metro do Porto seguiam um processo de padronização do desenho arquitectónico e dos materiais que o compunham. A integração deste novo elemento, representava um desafio à versatilidade das soluções até então encontradas.
Já no que é referente à Arqueologia, nomeadamente para a Arqueóloga Dr.ª Iva Botelho (Figura 6), uma das responsáveis pela direcção dos trabalhos arqueológicos; havia que assegurar a correcta e completa interpretação do achado, através da sua representação física e histórica, evitando depurações ou adições que o descaracterizassem. Por outro lado, coube à arqueologia o trabalho pedagógico e de sensibilização dos vários actores, ajudando à valorização das estruturas construtivamente menos definidas ou mais degradadas, e como tal menos valorizadas do ponto de vista arquitectónico. Subsistia ainda o cuidado com a preservação dos elementos achados ante, durante e após a sua remontagem.

5. O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO

A consciência comum de que estávamos perante uma nova fase da vida daquele palimpsesto de granito, ajudou à definição do caminho a seguir. Uma tentativa de "congelar" a estrutura e apresenta-la despida do terreno que a suportou e envolveu, era desprovida de sentido e levaria a uma leitura errada da sua organização, da sua composição e da sua função. Por outro lado existiam elementos mais do que suficientes para recriar com fidelidade uma contrução que, sendo nova, preservaria o valor arquitectónico e urbanístico do conjunto e das suas sucessivas fases.
Optou-se portanto pela remontagem parcial do conjunto, focada na fase de maior destaque ou seja a Arca e as suas taças, do séc.XVI. Para além desta, foi igualmente remontada uma parte da estrutura arcada do reservatório do séc. XIX, bem como o lajeado de cobertura que é comum à arca. A confirmar a contemporaneidade da remontagem decidida, e querendo evidenciá-la para as gerações futuras, caberia a um Engenheiro oferecer uma moeda de 1 Euro do ano de 2004 a qual foi colocada numa das juntas horizontais da construção.
Mas antes dessa comunhão de entendimentos, houve lugar um processo de aproximação de linguagens

de representação gráfica extremamente curioso! Efectivamente, os modos de representação gráfica da arqueologia, da arquitectura e da engenharia têm particularidades que turvam a leitura entre os diversos actores. Como tal, foram criados novos desenhos (Figura 7), com o estado de simplificação necessária à compreensão de todas as partes envolvidas.
Uma vez estabilizado o limite do que se iria remontar, foi reformulado o projecto de arquitectura criando-se um novo piso dedicado à exposição e musealização da Arca (mezanino baixo) (Figura 8). Este piso, situa-se a uma cota intermédia entre o nível – 1 (mezanino alto), destinado à preparação da viagem ou da saída à cidade; e o nível das plataformas de embarque.
Esta opção teve por parte da arquitectura a intenção de colocar a Arca no centro de toda a volumetria da estação, permitindo deste modo a sua visualização a cotas distintas, e ajudando a compreender melhor a evolução do conjunto.

6. OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Para a Engenharia, o desafio maior consistiu em encontrar soluções para dar resposta aos objectivos da arquitectura, nomeadamente à remontagem de parte significativa daquele conjunto construtivo em cima de uma laje situada num nível intermédia da estação, e por outro lado a criação de um negativo de grandes dimensões na laje do piso -1, de modo a permitir a vista superior do conjunto arquitectónico, nomeadamente do lajeado de cobertura onde se situa a pedra com a marca "P" (Figura 9).
A Arquitectura centrou o seu diálogo no modo como seria vencida a dificuldade de remontar num plano totalmente nivelado, uma construção que tinha crescido sempre adoçada às condições do terreno, existentes em cada uma das suas fases evolutivas, e que por sinal teria sofrido alterações significativas. Havia portanto que criar a base de sustentação a partir da cota de piso, e simultaneamente tinham de ser definido o tratamento da área envolvente de modo a conseguir uma integração pacífica entre o elemento patrimonial e a linguagem arquitectónica da própria estação. Ambas as soluções passaram pela criação de suportes e revestimentos planos e de cor neutra, de modo a priorizar a percepção do que se pretendia expor (Figura 10).
Mas o processo de musealização não se resumiu à exibição do espólio. Essa exibição, sem mais, não era suficiente para a compreensão do objecto. Como tal, houve também a necessidade de encontrar nesse espaço e com as ferramentas deste tempo, o modo de completar a informação. Neste âmbito utilizou-se uma das paredes para integrar um texto que, não sendo narrativo, abria caminho à interpretação do que se estava a ver. Em complemento, realizou-se um vídeo com uma simulação tridimensional de todo o processo evolutivo da construção e de transformação do terreno, desde a sua génese até aos nossos dias. A banda sonora deste vídeo resumiu-se ao som de água corrente, numa alusão directa ao motivo de tal edificação.

7. CONCLUSÃO

Em síntese, podemos afirmar que o que se pode ver actualmente na estação do Campo 24 de Agosto, não é mais do que o produto do compromisso entre as várias disciplinas envolvidas no processo da sua musealização. Mesmo tendo o objectivo e o entusiasmo comum em integrar a Arca de Mijavelhas no interior da estação, todos tinham as suas fronteiras de compreensão e de cedência. No entanto, todos se revêm nas opções tomadas, e todos reconhecem o papel enriquecedor deste processo, nomeadamente no diálogo interdisciplinar.
Há no entanto a noção, e mais do que isso a certeza, de que este processo de musealização está incompleto. Faltam ainda várias respostas às dúvidas de carácter científico que ficaram por apurar tais como: - Será abusivo afirmar-se esta arca como um dos exemplos relevantes da arquitectura renascentista portuguesa? Qual a data exacta da sua construção? Será o seu autor um dos conhecidos mestres pedreiros que viveram na cidade do Porto durante o séc. XVI? Sob que reinado foi mandada edificar?
Para estas perguntas existem já muitas pistas e algumas convicções. No entanto, parece verificar-se um estranho vazio documental referente a este período, e que poderia ajudar a compreender esta, e outras obras estudadas no âmbito dos trabalhos arqueológicos que foram realizados no âmbito da implementação do Metro do Porto. Fica a esperança de que um dia, algum dos viajantes em passagem por esta estação possa trazer as respostas.

Boa viagem!

BIBLIOGRAFIA

BOTELHO, Iva (1999) – *A arca d'Água do campo 24 de Agosto.* http://www.metrodoporto.pt.

BOTELHO, Iva (2000) – *Uma inspiração para o Arq.º Souto de Moura.* http://www.metrodoporto.pt.

BOTELHO, Iva; GOMES, Filipe (2011) – *Trabalhos Arqueológicos no Campo 24 de Agosto. Relatório Final.* Arquivos IGESPAR (CNS-14 321), e da Metro do Porto S.A..

SANTOS, Maria José (2012) – *Uma Descoberta no Campo 24 de Agosto Afinal são dois os sítios arqueológicos do Corgo.* http://www.metrodoporto.pt.

Figura 1 – Imagem da pedra gravura em alto-relevo com armas reais, quando esta foi descoberta no interior do reservatório. Arquivo Metro do Porto, por Arq. Tomás Allen.

Figura 2 – Imagem de pedra gravada em baixo relevo com a letra "P", ainda integrada no lajeado de cobertura do reservatório. Arquivo Metro do Porto, por Arq. Tomás Allen.

Figura 3 – Imagem aérea de uma das campanhas arqueológicas. Arquivo Metro do Porto, por Dr. Filipe Gomes, Arqueólogo.

Figura 4 – Imagem da estrutura arcada do interior do reservatório, registada em período anterior ao início das campanhas arqueológicas. Arquivo Metro do Porto, por Dr.ª Iva Botelho, Arqueóloga.

Figura 5 – Imagem da zona onde foram depositadas as pedras que compunham o espólio arquitectónico, após a sua exumação. Arquivo Metro do Porto, por Eng. Jorge Quelhas.

Figura 6 – Imagem do Arq. Souto Moura e da Dr.ª Iva Botelho, durante a fase de remontagem da Arca D'Água. Arquivo Metro do Porto, por Foto Engenho.

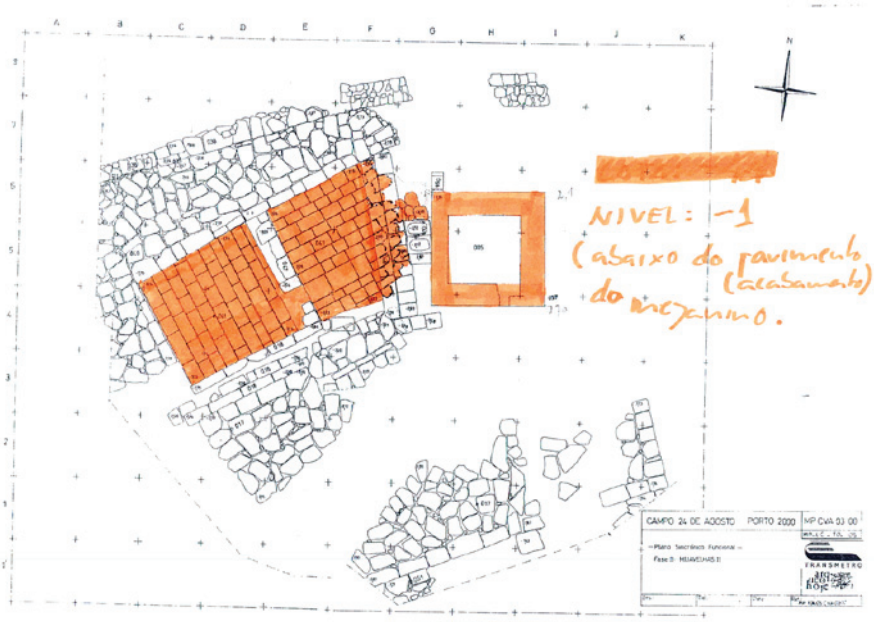


Figura 7 – Imagem de desenho de trabalho, concebido por Manuel Paulo Teixeira para explicação de uma das fases de remontagem da Arca D'Água. Arquivo Metro do Porto, por Arq. Manuel Paulo Teixeira.

Figura 8 – Imagem do Mezanino Intermédio da estação Campo 24 de Agosto, com a distribuição das pedras para posterior remontagem. Arquivo Metro do Porto, por Foto Engenho.

Figura 9 – Imagem do Mezanino Alto da estação Campo 24 de Agosto, nomeadamente do negativo criado para visualizar a arca de ângulo superior. Arquivo Metro do Porto, por Fernando Guerra – FG+SG.

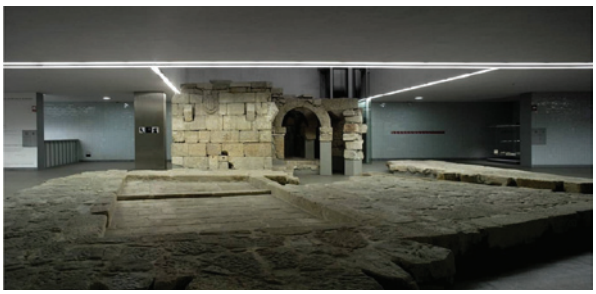


Figura 10 – Imagem panorâmica da Arca de Mijavelhas após a remontagem. Arquivo Metro do Porto, por Fernando Guerra – FG+SG.

FORTE DE SÃO LOURENÇO (OLHÃO): CONTRIBUTOS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO LOCAL

Fátima Claudino / Mestre em Arqueologia FCSH – UNL / CHAM (Centro de História de Além-Mar) / mfatimaclaudino@gmail.com

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo apresentar um projeto de valorização em arqueologia e história, situado em plena Ria Formosa, em Olhão. A construção do Forte de S. Lourenço em 1653, integrou-se na planificação da defesa marítima da costa algarvia e especificamente na defesa da barra de acesso a Faro. Proponho-me apresentar o trabalho de valorização e de sensibilização realizado junto da comunidade local, entre 2008 e 2012 sobre um património que apenas pode ser observado em períodos de baixa-mar. Os vestígios do Forte de S. Lourenço, perduram ainda hoje na memória local entre as comunidades marítimas de pescadores e mariscadores que vão à pesca "aos polvos do Forte" que se escondem dentro das três bocas-de-fogo que permanecem no sítio.

ABSTRACT

The aim of this communication is to present a project of valuation in archaeology and history, located in Ria Formosa, Olhão. The construction of São Lourenço Fortress in 1653, was integrated in the planning of maritime defense of the Algarve coast and specifically in the defense of the bar access to Faro. An awareness work among the local maritime community that was done between 2008 and 2012. An heritage that can only be observed in periods of low seas. The remains of the Fortress, still linger in the local memory between the maritime communities of fishermen and shellfish gatherers who go fishing "to the octopuses of the Fortress" that lurk within the three canons that remain in place.

A presente comunicação tem por objetivo apresentar um projeto de valorização em arqueologia e história, situado em plena Ria Formosa, em Olhão, e o qual fez parte da minha dissertação de tese de mestrado, em Março de 2013.

A construção do Forte de S. Lourenço em 1653, integrou-se na planificação da defesa marítima da costa algarvia e especificamente na defesa da barra de acesso a Faro, no contexto da guerra da Restauração e onde toda a costa foi reforçada com construções defensivas (Figura 1).

Nos últimos anos, a valorização do património arqueológico tem vindo a ganhar crescente evidência e interesse social junto das comunidades, no entanto, a sua introdução nas práticas urbanas ou nacionais, não tem acompanhado este desenvolvimento, *in loco*. Cumpre-me no entanto aqui felicitar a Câmara Municipal de Olhão que desde o início deste projeto de valorização tem apoiado o seu estudo e divulgação junto da comunidade local, desde sempre fortemente motivada para a defesa da sua identidade colectiva.

O sítio do Forte de São Lourenço, é um sítio arqueológico peculiar, visto ser a única estrutura militar que se conhece em território português submersa em água e imersa em areia. O forte foi erguido em plena Ria Formosa, rodeado de água, perto da Barra Grande, num contexto defensivo da entrada da cidade de Faro. Os solos arenosos onde o forte foi assente encontravam-se em constante movimentação, numa dinâmica permanente, levando a uma deslocação da barra para longe da fortificação. Os efeitos provocados pela sismicidade que ali se fizeram sentir, ajudaram ainda mais a fragilizar a estrutura ao longo dos anos.

A construção do Forte de São Lourenço, em 1653,

além de pretender dar resposta a uma necessidade estratégica que se impunha após a Restauração, veio também permitir a dinamização e o desenvolvimento de um pequeno núcleo populacional de pescadores olhanenses que viviam na praia, em simples cabanas construídas de madeira, canas e palha e onde hoje se ergue o centro histórico da cidade.

Datando de inícios do século XVII, a praia de *Olham* ou o lugar de *Olham*, detinha água em abundância e uma barra aberta para o oceano que em muito beneficiava os pescadores. Apesar de Faro não permitir o desenvolvimento do lugar, os pescadores rogaram a D. Maria I que lhes permitisse substituir as suas humildes cabanas de palha por alvenaria, o que lhes foi concedido em 1715. É instituída a freguesia, e a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em 1715. Na continuidade deste espírito arrojado, característico do povo de Olhão, os pescadores pedem a D. José I, em 1765, a criação do Compromisso Marítimo de Olhão, tornando-se assim o maior responsável pelo desenvolvimento do lugar.

Esta corajosa população, protagonizou a primeira sublevação bem sucedida contra as invasões francesas, em 1808. Alguns olhanenses arriscaram-se a bordo do caique "Bom Sucesso", e em junho de 1808 navegaram até ao Brasil a fim de dar a Boa Nova ao Rei, onde chegaram a 22 de Setembro. Este ato, foi o expoente máximo desta população audaz e corajosa pois D. João VI elevou o pequeno lugar de Olhão a vila, em 1808, com o epiteto de "Vila do Olhão da Restauração", por alvará régio de 15 de novembro, e igualando-a às vilas mais notáveis do Reino. Foi esta comunidade marítima que testemunhou os 168 anos de vida do Forte de São Lourenço, e que ainda hoje faz parte das suas memórias.

Achamos que variados factores têm ajudado a uma aproximação destas comunidades locais ao seu património. Um deles, tem a ver com o desenraizamento das sociedades atuais a um processo de (re) descoberta identitária, traduzindo-se num crescimento de uma procura pelo património.

Existe, de facto, uma participação ativa na descoberta de uma herança cultural comum, implicando o conhecimento da comunidade local sobre esse mesmo património, pelo que este projeto visou sobretudo reforçar o sentimento de uma identidade cultural e histórica, e de afirmação de um património comum e com o qual a população partilha a sua vivência quotidiana. Num trabalho exaustivo de arqueologia histórica, foi recuperada a história deste património e divulgada, de forma sistemática, junto da comunidade.

O contacto direto com as evidências arqueológicas e manifestações de cultura constitui sempre uma apropriação e valorização de uma herança cultural, propiciando uma consciêncialização para o estudo da história, em particular num sítio que se caracteriza apenas pela existência de evidências dispersas e visíveis em alturas de baixa-mar. Factores indispensáveis neste contexto, e que nos motivaram particularmente, são a leitura do mundo que rodeia o sítio arqueológico, a promoção do diálogo e a dinamização de atitudes geradoras de posturas cívicas em relação ao património.

Os vestígios do Forte de São Lourenço perduram na memória local desde há muitos anos. Desmantelado em 1821, desde então tem-se conservado na memória local até ao presente, entre as comunidades marítimas de pescadores e mariscadores da Ria, habituados a fazer as suas presas nas ruínas do Forte. As três bocas de fogo de ferro que se encontram *in situ*, são local constante de apanha de polvos pelos pescadores, que, quando se deslocam a este local, utilizam vulgarmente as expressões "vamos à pesca no Forte" ou, "vou buscar búzios ao Forte". Esta fortificação tem sido associada na memória da população a uma história recente de partilha e de vivências, pois em 1816 a população ainda assistia à missa na capela (Figura 2).

Sendo de uma importância vital a existência de uma educação patrimonial que não se quede apenas em atividades pontuais em programas culturais calendarizadas no tempo, porque achamos antes de mais que o património é um projeto de cidadania, no contexto deste estudo, e, porque, diz-nos a população local, "Olhão nasceu e cresceu virado para o mar", procurámos também envolver as escolas locais em projetos que currícularmente tivessem expressão durante o ano letivo. Foram assim dinamizados projetos de trabalho no âmbito da história local, a cidade e as suas tradições, como por exemplo, a arte de construir réplicas de antigas embarcações de pesca que navegavam na Ria Formosa. Com a ajuda do senhor José Joaquim, promoveu-se a divulgação da arquitectura naval olhanense na criação de embarcações típicas da região: o caíque, saveiro, lancha da sacada, o buque. Foi aqui reconhecido a importância do conhecimento patrimonial para o enriquecimento pessoal e colectivo.A escola, é, por excelência, o local ideal para a prática e defesa do património, mas é pelo envolvimento dos jovens em projetos que saem da

própria sala de aula, que a escola cumpre o seu papel como lugar de transmissão de valores da prática da cidadania e do saber.

Ainda neste âmbito, com o apoio da Câmara Municipal de Olhão, e no decorrer das férias escolares, as visitas que proporcionámos ao Museu Municipal e Igreja Matriz, vieram consolidar a existência da fortificação pois dois dos capitães do Forte de São Lourenço foram sepultados, respectivamente, na Igreja Matriz e na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário. Uma informação adicional foi partilhada relativamente à existência de uma capela na fortificação a que a população local acorria para assistir à missa. A comunidade local sempre interagiu com o Forte, numa relação de afectividade e de vivência partilhada com a sua guarnição.

As visitas proporcinadas *in situ*, também com o apoio da Capitania do Porto de Olhão, vieram consciencializar os jovens para o facto de que a estrutura ali foi erguida. Os mais jovens pisavam o solo arenoso com muito cuidado dizendo, "temos de ter cuidado para não estragar". A população conhecia a existência do Forte mas desconhecia a sua história e a sua importância estratégica, ou seja, o seu lugar na história comum e nacional.

No decorrer deste estudo que partilhámos desde o primeiro momento com a população, foi verdadeiramente interessante verificar ao longo do tempo, o envolvimento e o interesse manifestado pelos marítimos que nos procuravam ajudar na descoberta de mais este ou aquele vestígio numa interatividade diária. Estimular e motivar o envolvimento da comunidade local nas atividades do projeto durante as fases de intervenção consciencializa-se para o papel activo que podem ter na proteção do seu património local envolvente. É importante o papel social na produção do conhecimento cientifico, a reflexão sobre o passado, o presente e o futuro.

No entanto, sabíamos que ao longo dos anos, vários blocos de pedra tinham sido utilizadas pela população local para a delimitação dos viveiros locais e para o reaproveitamento pelas mesmas para a construção de habitações, mas com a consciência partilhada e nunca esquecida de que o *sitio era aquele mesmo*.

"A população [de Olhão] é marítima e de tanta habilidade que El-Rei só d´elles se serve nos seus escaleres da Ribeira das Naus, indo para lá todos os annos quasi quatro centos homens, que se rendem em leva"

Ataíde Oliveira (1999) – "Monografia do Concelho de Olhão", Algarve em Foco Editora, 3ª edição: Faro, p. 56

BIBLIOGRAFIA

Estudos

BELCHIOR, Joaquim Lopes (1988) – *Faro e a Ria Formosa*, Edição do Autor, [S.I.]

CALLIXTO, Carlos (1986) – "Apontamentos para a História da Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro", 1ª parte, *Separata dos Anais do Município de Faro,* Faro, Nº XV, pp 1-10 e pp 14-22

CALLIXTO, Carlos (1979) – "Apontamentos para a História das Fortificações da Praça de Faro", *Anais do Município de Faro*: Faro, NºVIII

GUEDES, Lívio da Costa (1988) – *"Descripção" de Alexandre Massai (1621)*, in: *Separata do Arquivo Histórico Militar*: Lisboa

IRIA, Alberto (1976) – *Da importância Geo-Polítia do Algarve, na defesa Marititma de Portugal nos séculos XV a XVII:* Lisboa, Academia Portuguesa de História

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993) – *O Algarve Económico*: Lisboa, Estampa

MAGALHÃES, Natércia (2008) – *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas*: Faro, Letras Várias, Edições e Arte

OLIVEIRA, Ataíde (1999) – *Monografia do Concelho de Olhão*: Faro, Algarve em Foco Editora, Câmara Municipal de Olhão

VAZ, Adérito Fernandes (2009) – *Olhão da Restauração no tempo e a 1ª Invasão Fancesa em 1808, no contexto Regional e Nacional*: Olhão, Elos Clube de Olhão

Fontes cartográficas

COUTINHO, Baltazar de Azevedo (1789) – *Fortificações do Algarve* , ANTT, Casa Forte – Tesouros Nacionais

Fontes impressas

BAPTISTA, Prior João (1778-1802) – *Livro de Óbitos de Olhão*: Olhão, fl 80

PALMA, Padre António Joaquim (1804) – *Livro de Óbitos de Faro*: Olhão

Alvará Régio de 15 de Novembro de 1808 [fac-símile] : Olhão, Edição da Câmara Municipal de Olhão, Outubro de 2008.

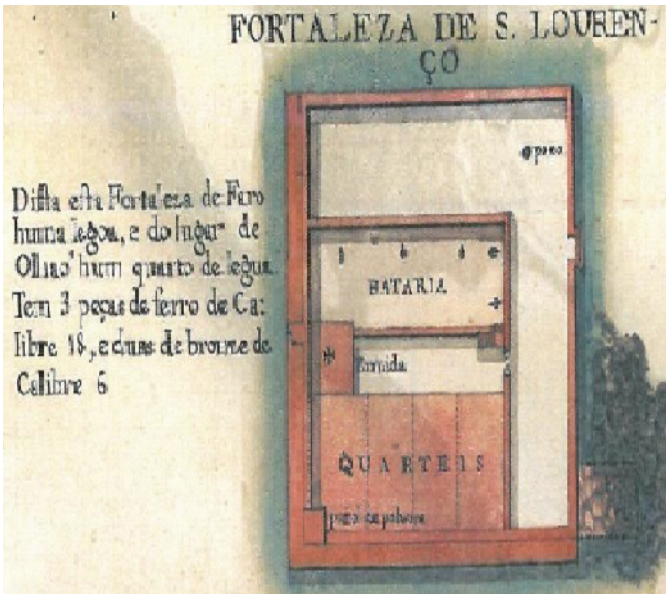


Figura 1 – Coutinho, Baltazar de Azevedo (1798) – Fortificações do Algarve, ANTT, Casa Forte –Tesouros Nacionais.

Figura 2 – Sítio do Forte de São Lourenço, 2012.

3
Pré-História

A UTILIZAÇÃO DO QUARTZITO NO PLEISTOCÉNICO MÉDIO EM PORTUGAL: EXEMPLO DO SÍTIO DA RIBEIRA DA PONTE DA PEDRA (ALTO RIBATEJO)

Sara Cura / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT) / osaracurao@gmail.com
Stefano Grimaldi / Universitá degli Studi di Trento, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT) / stefano.grimaldi@unitn.it
Pedro Cura / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT) / opedrocura@gmail.com
Pierluigi Rosina / Instituto Politécnico de Tomar, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT) / prosina@ipt.pt
Luiz Oosterbeek / Instituto Politécnico de Tomar, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT) / loost@ipt.pt

RESUMO
Durante o Pleistocénico Médio em Portugal o quartzito é a matéria-prima dominante nos conjuntos artefactuais. Discutimos a utilização desta matéria-prima dando como exemplo o estudo tecnológico da indústria lítica do sítio da Ribeira da Ponte da Pedra, localizada no médio vale do Tejo em território português e com datações absolutas entre os 300 000 e 175 000 anos. A indústria lítica foi produzida a partir da exploração de seixos rolados locais, maioritariamente de quartzito de boa qualidade, e é caracterizada por duas cadeias operatórias principais que resultam em abundantes seixos talhados, seixos retocados, lascas corticais e semi-corticais, poucos núcleos e raros artefactos bifaciais. Muitos artefactos apresentam modificações das margens, irregulares e variáveis, que descrevemos como retoque «informal», cuja origem pode ser atribuída à sua utilização.

ABSTRACT
Quartzite is the most common raw material in the Middle Pleistocene occupations of Portugal. We discuss the use of this raw material by presenting the technological of the lithic assemblage coming from Ribeira da Ponte da Pedra site (Portuguese middle Tagus valley) with an absolute chronology between 300 ka and 175ka. The lithic assemblage was produced, almost exclusively, over the exploitation of quartzite fluvial pebbles of good quality and is characterized by the application of two main reduction sequences that result in abundant worked pebbles, retouched pebbles, cortical and half-cortical flakes, few cores and rare bifacial artifacts. Some artifacts present irregular and variable edge modifications described as «informal» retouch that can be the result of the utilization of these blanks.

1. UTILIZAÇÃO DO QUARTZITO

Em Portugal, independentemente da região, o quartzito é a matéria-prima dominante na generalidade dos sítios com ocupação humana atribuídos ao Pleistocénico Médio (Meireles & Cunha-Ribeiro, 1991-1992). Na verdade a ubíqua presença desta matéria-prima é uma característica que se verifica neste período um pouco por toda a Península Ibérica (Moloney & *alii*, 1996). Excepção feita a algumas áreas onde o sílex é uma matéria prima acessível localmente como são exemplo os sítios identificados na região de Madrid nos vales dos rios Jarama e Manzanares, subsidiários do Tejo (Santonja & Villa,

2006). Em Portugal seriam também excepção os sítios na região de Lisboa, no entanto, uma avaliação objectiva não é possível já que as colecções conhecidas são de superfície com misturas de materiais de cronologias mais recentes. No entanto, mesmo em zonas onde o sílex estaria disponível o quartzito é a matéria-prima seleccionada para a produção dos grandes suportes «acheulenses», assim o demonstram-no, por exemplo, vários sítios na região de La Rioja (Utrilla & Mazo, 1996). Situação idêntica, em Portugal, verifica-se nos sítios em gruta, sobretudo identificados nas formações cársicas do Almonda, onde, apesar da proximidade de jazidas de sílex, o quartzito é a matéria-prima mais utilizada (Marks & *alii*, 2002; Zilhão & *alii*, 1991,1993). Assim, temos uma maioria de sítios arqueológicos de ar livre associados a terraços fluviais onde o quartzito, sob a forma de seixos rolados de pequenas, médias e grandes dimensões, se encontraria localmente largamente disponível e foi maioritariamente utilizado. Correspondendo, na maior parte dos casos, a estratégias de aprovisionamento pouco desenvolvidas e que definem áreas de intervenção limitadas ao território imediato.

As propriedades e acessibilidade da matéria-prima têm um grande impacto na morfologia, dimensão e tecnologia da produção dos grandes suportes («Large cutting tools») do Pleistocénico Médio. A morfologia, dimensão e textura dos blocos de matéria-prima são considerados factores determinantes na manufactura da utensilagem, em particular dos suportes bifaciais, bem como da sua variabilidade morfológica (Andrefsky, 1994a, 1994b, Sharon, 2008). Sendo os constrangimentos da matéria-prima uma questão central no estudo da tecnologia e tipologia lítica deste período. Diversos estudos têm focado distintos aspectos da utilização da matéria-prima: as diversas formas de aquisição (por exemplo Barkai & *alii*, 2006; Petraglia & *alii*, 1999; Sampson, 2006; Stiles, 1998, Beck & *alii*, 2002), os seus condicionamentos na tecnologia de produção (Clark, 1980; Jones, 1979) ou, por exemplo, a forma como a morfologia do bloco original condiciona e determina a tecnomorfologia da utensilagem bifacial (Ashton & White, 2003; Ashton & Mcnabb, 1994; White, 1995, Santonja, 1996; Santonja & Villa, 2006).

Há várias décadas que os estudos sobre as indústrias líticas do Pleistocénico Médio têm considerado o peso das condicionantes da utilização do quartzito na avaliação da variabilidade e distribuição geográfica dos conjuntos líticos (Clark & Kleindienst, 1974 Villa, 1981, Tavoso, 1978, Grimaldi & Cura, 2009). Esta situação assume particular importância na Península Ibérica (Moloney & *alii*, 1996) onde características como a elevada ocorrência de seixos talhados, menor apuramento das morfologias bifaciais, elevada presença de machados de mão, abundância de lascas corticais e semi-corticais simples a par de uma minoritária aplicação do método levallois, se podem, em parte atribuir à utilização dos seixos rolados de quartzito. No entanto, estas características, na nossa opinião, resultam mais de uma adaptação às vantagens técnicas na exploração do quartzito, do que a constrangimentos que este possa causar ao talhe. Na verdade, vários sítios (por exemplo o Vale do Forno/Milharós ou a Galeria Pesada) têm demonstrado a aplicação de métodos complexos como o levallois, bem como a existência de bifaces de extraordinária simetria em quartzito (Raposo, 1996, Marks & *alii*, 2002). Demonstrando que a textura e dureza desta matéria-prima não é um obstáculo à sua utilização de acordo com tecnologias mais complexas e pré-determinadas, simplesmente a morfo-volumetria dos seixos rolados favorece explorações mais simples, mas estandardizadas nos seus resultados e que resultam em elevadas percentagens de seixos talhados (enquanto núcleos e também instrumentos) e lascas corticais e parcialmente corticais simples (Cunha-Ribeiro, 2004, Cura & Grimaldi 2009, Grimaldi & *alii*, 1999, Meireles, 1992). Por outro lado, no que diz respeito à realidade portuguesa, estudos experimentais e funcionais têm demonstrado a aptidão e eficácia da utilização de suportes retocados e não retocados de quartzito em várias actividades de subsistência tanto no Pleistocénico Médio, como em períodos mais recentes (Cristiani & *alii*, 2010, Lemorini & *alii*, 2001, Gibaja & Carvalho, 2005, Gibaja, 2007).

No entanto, queremos deixar claro que embora a utilização dos seixos de quartzito tenha influência nos padrões comportamentais, nomeadamente técnicos e económicos, a presença ou ausência de certos artefactos pode ser também determinada por estratégias adaptativas contextuais num dado lugar e cronologia. Ou seja, as matérias-primas não têm necessariamente um papel determinístico, antes são um entre vários factores nas opções de produção, utilização e manutenção e abandono dos artefactos líticos (Andrefesky, 2008). As complexas interacções entre padrões de actividades e mobilidade, du-

ração e funcionalidade das ocupações aconselham a algum cuidado na atribuição da razão da variabilidade dos conjuntos líticos a um só factor.

2. O SÍTIO DA RIBEIRA DA PONTE DA PEDRA

O sítio da Ribeira da Ponte da Pedra, também conhecido por Ribeira da Atalaia, situa-se na vertente da margem esquerda da ribeira da Ponte da Pedra, tributária do Tejo, onde os depósitos fluvio-lacustres do Neogénico, os terraços fluviais e as coluviões do quaternário, se encontram alternados (Martins & *alii*, 2010; Rosina, 2002 e 2004).

A escavação apresenta um desnível de mais de 10 metros e corta distintas unidades geológicas e estratigráficas: substrato Miocénico, base do terraço fluvial médio (Q3 ou T4), topo do terraço fluvial baixo (Q4a ou T5) e depósitos coluvionares de cobertura. A base do terraço fluvial médio, aqui abordado, é formada por, pelo menos, quatro morfologias de deposição:uma barra, um canal que corta a barra; planície de inundação de depósitos de grãos finos e canais transversais com um contacto muito erosivo com o depósito de planície de inundação. Actualmente, reconhecemos 10 unidades estratigráficas/litológicas nos níveis do terraço fluvial médio (Rosina & Cura, 2010). A unidade litológica 47 foi datada entre cerca de 300 000 anos (Dias & *alii*, 2009) e 175 000 anos (Martins & *alii*, 2010).

3. TECNOLOGIA LÍTICA E FUNCIONALIDADE

A análise comparada dos artefactos provenientes das diversas unidades litógicas, ainda que com algumas variações cujas circunstâncias do contexto do sítio não permitem avaliar por completo, mostra que todo o conjunto da Ribeira da Ponte da Pedra é bastante homogéneo. Assim, discutimos as cadeias operatórias e seus objectivos técnicos considerando a totalidade da indústria. Esta é caracterizada pela presença de 10 grupos de artefactos (Gráfico 1), dos quais se destacam as lascas, lascas retocadas, seixos talhados e retocados e os núcleos.

Estes grupos resultam de, pelo menos, duas cadeias operatórias distintas, mas que não significam necessariamente conceitos técnicos muito diversos.

Uma das cadeias operatórias está orientada para a produção de lascas através do talhe de seixos de morfologias diversas, estes também são utilizados como utensílios massivos («large cutting tools»). Esta cadeia operatória subdivide-se em três, sendo a produção de artefactos bifaciais uma variante rara de uma delas (Figura 3). A outra cadeia operatória está orientada para o retoque de seixos de morfologia diversa geralmente de pequenas dimensões. Regista-se também a exploração de núcleos sobre lasca (Figura 3).

Na principal cadeia operatória os seixos foram talhados com o intuito de produzir lascas, sobretudo corticais ou semi-corticais, embora se registe uma percentagem assinalável de lascas sem cortéx. A leitura destes dados sugere que o objectivo técnico principal seria a produção de suportes corticais. Uma possível explicação para este comportamento poderá ser devida ao objectivo de se produzirem, de forma expedita, suportes corticais para obtenção de bordos funcionais resistentes utilizados eficazmente em actividades de corte e raspagem de materiais duros (embora os estudos funcionais tenham identificado também actividades de esquartejamento e tratamento de peles). Trata-se de uma cadeia operatória simples e curta o que estará relacionado com os objectivos técnicos-funcionais e com a enorme disponibilidade de matéria-prima. Desta exploração resultam seixo talhados que são eficazes enquanto utensílios massivos para o corte e fracturação de matérias duras (assim o demonstram variadas experimentações utilizando seixos talhados semelhantes no corte de madeira e fractura de ossos longos de *bos taurus*).

A debitagem é maioritariamente unidireccional com percussão directa por percutor duro. Só alguns dos núcleos registam debitagens centrípetas que estão em consonância com a tecno-tipologia destes (centrípetos e discoídes).

Os seixos talhados foram sobretudo talhados unidereccionalmente a partir de seixos de baixa esfericidade arredondada, sub-arredondada e angulosa, e com secções predominantemente oblongas e plano convexas. Apesar de quase todos terem sido talhados unidireccionalmente não parecer haver uma preocupação com a morfologia final. No entanto, os macro-traços que estes apresentam e as experimentações que efectuámos indicam que, independentemente da forma estes seixos talhados resultam ser eficazes enquanto «large cutting tools». Estamos assim perante uma dupla exploração da matéria-prima, os seixos são talhados para produzir suportes, mas também podem ser utilizados como

«large cutting tools». Excepção feita aos seixos que são talhados enquanto núcleos que nesta indústria não apresentam estigmas de terem sido utilizados de outra forma.

O número de negativos nos seixos talhados e núcleos raramente ultrapasam os 5, em termos de objectivos técnicos isto provavelmente significa uma produção rápida de suportes de médias e grandes dimensões e pode ainda indicar uma necessidade funcional baseada na quantidade em detrimento da qualidade dos suportes. Na verdade, no que diz respeito à morfologia das lascas não identificamos nenhum padrão predominante, no entanto registamos um grande equilíbrio dimensional, ou seja, independentemente da forma como o seixo é talhado, em termos dimensionais os suportes apresentam pouca variabilidade o que pode indicar uma necessidade funcional com base nas dimensões métricas das lascas. Ainda ao nível das lascas e da sua distribuição pelo número de negativos identificados nos seixos talhados e núcleos, chama-nos a atenção o número elevado de lascas sem córtex e com talão liso, até porque as plataformas de percussão dos seixos talhados e núcleos são maioritariamente corticais. Este facto leva-nos a considerar a possibilidade de manufactura e exploração de núcleos dos quais resultam estas lascas, mas que não estão presentes no sítio. A resposta pode ser um cenário em que elementos da cadeia operatória, como núcleos ou seixos talhados, tenham sido transportados para fora do sítio pelas próprias comunidades humanas. Embora não se possam descartar fenómenos pós-deposicionais dada a natureza dos depósitos.

Os núcleos da Ribeira da Ponte da Pedra não correspondem a explorações pré-determinadas no seu sentido convencional. A maior parte destes são seixos com extracções que não têm uma organização e planificação muito definida. Tal como no caso dos seixos talhados parece que estamos perante esquemas de talhe expeditos e oportunistas. Note-se que grande maioria dos núcleos tem uma plataforma cortical, o que está associado às características da matéria-prima, mas também às opções técnicas da sua exploração que optam por uma baixa preparação das plataformas de percussão.

Entre os suportes retocados, 43% apresenta um retoque «informal» (grosseiro e variável na sua morfologia, posição e localização), os estudos funcionais e experimentais até agora efectuados sugerem que esta modificação «informal» das margens activas pode resultar da sua utilização em variadas actividades de subsistência, sobretudo relacionadas com o trabalho de matérias duras e muito duras (por exemplo trabalho sobre madeira ou osso). Contudo, estes estudos indicam que neste sítio também foram efectuadas actividades de esquartejamento e inclusive tratamento de peles de animais (Cristiani & *alii*, 2010). As lascas retocadas ou com retoque informal são de dimensões superiores às restantes, o que poderia corresponder a uma selecção com base na maior extensão de gume útil.

A segunda cadeia operatória representada no sítio da Ribeira da Ponte da Pedra visa a produção de seixos retocados, na sua maioria de pequenas dimensões o que poderia sugerir que na falta de lascas seriam retocados pequenos seixos. No entanto o retoque também inclui seixos de médias dimensões, mas que apresentam espessuras reduzidas (ca 3 cm) tornando difícil a extracção de lascas. Uma possível explicação para este comportamento deverá ser procurada noutras características destes artefactos. Sugerimos que seja na combinação da obtenção das margens abruptas e côncavas, o que remete para uma possível utilização enquanto entalhes.

4. SUBSISTÊNCIA E APROVISIONAMENTO DE MATÉRIA-PRIMA

Após o estudo tecnológico é possível apresentar algumas hipóteses de explicação comportamental para interpretar a composição tecno-funcional da indústria, a funcionalidade do sítio e a sua implantação na paisagem em complementaridade com os restantes sítios do Pleistocénico Médio no Vale do Tejo. É certo que a interpretação comportamental implica a aferição de factores como a identificação dos limites territoriais ocupados pelos grupos humanos, a verificação da contemporaneidade dos sítios, a sua sazonalidade e funcionalidade. Ora, no estudo do Pleistocénico Médio do Vale do Tejo dificilmente temos um conhecimento simultâneo destes factores, mas isso não deverá ser impeditivo no avançar de hipóteses «como proposições a serem testadas com o avançar das pesquisas e não como reconstruções dos padrões comportamentais durante este período» (Zilhão, 2001).

A Ribeira da Ponte da Pedra pode representar um sítio que faz parte de uma paisagem de ocupação especializada e recorrente – ocupações sucessivas no tempo testemunhando uma sólida tradição de fre-

quentação deste tipo de paisagem e exploração dos seus recursos que correspondem a diferentes tipos de objectivos económicos – exploração provável de recursos bióticos e abióticos abundantes nas margens e planícies do rio, ou seja, os animais de médio e grande porte e os seixos rolados de quartzito de médias e grandes dimensões e de grande qualidade. As hipóteses que avançamos são válidas para a interpretação do sítio da Fonte da Moita que apresenta uma implantação e indústria lítica idêntica.

No âmbito da nossa interpretação consideramos que a ideia de controlo e captura, ou exploração de carcaças de espécies animais que se movem nas zonas baixas e ribeirinhas estaria em complementaridade com as zonas mais altas e cársicas. Entendemos que não se trata de uma mera especulação sem fundamento algum, mas sim de uma perspectiva que deve ser tida em conta como uma hipótese plausível ainda que não contrastável neste momento. Não podemos esquecer que os vales dos rios constituem biótopos muito ricos e activos, com diversidade biótica mais alta do que aquela que se encontra a maior altitude. A este respeito é de mencionar que no conjunto faunístico da gruta da Galeria Pesada espécies como o cavalo (*Equus* aff. *mosbachensis*), abundantes nas planícies do rio, não se encontram inteiras, sendo também improvável que outras espécies presentes, por exemplo os rinocerontes (*Stephanorhinus hemitoechus*) fossem capturadas e esquartejadas nas escarpas cársicas (Marks & *alii*, 1999). Os hominídeos que ocupavam as paisagens cársicas, ocupavam também os vales do Tejo e seus afluentes, onde poderiam ter capturado ou ter acesso a carcaças de várias espécies de animais que eram processadas em sítios como a Ribeira da Ponte da Pedra, seleccionando partes que transportavam para fora do sítio.

Esta complementaridade poder-se-ia ter verificado igualmente ao nível do aprovisionamento das matérias-primas. Não queremos com isto dizer que o sítio da Ribeira da Ponte da Pedra era um local de aprovisionamento de matéria-prima (se bem que possíveis pré-formas como os grandes seixos talhados com poucos levantamentos e grandes lascas estão presentes no sítio sugerindo que de forma minoritária também tivesse essa função), mas sim que era um sítio localizado numa zona onde existia uma enorme abundância de matéria-prima (seixos rolados de quartzito) de grande qualidade e de médias e grandes dimensões. Estas características da matéria-prima (abundância, qualidade e dimensões) fazem das imediações deste sítio uma zona ideal para se efectuar a configuração inicial de utensílios bifaciais e núcleos. Assim, a Ribeira da Ponte da Pedra encontra-se numa área onde existe matéria-prima em abundância, onde se obteriam os suportes de artefactos que poderiam ser transportados para outros sítios, ao mesmo tempo de aqui ocorreriam actividades de subsistência como indicam os estudos traceológicos. Aqui poderia ter lugar a produção de grandes lascas que seriam os suportes de bifaces e de pré-formas de núcleos transportados para os sítios do Monte Famaco, Galeria Pesada e conjunto de sítios do Vale do Forno onde existem estes artefactos. Nestes sítios decorreriam as fases finais da cadeia operatória de formatação e debitagem. A distância entre a Ribeira da Ponte da Pedra estes sítios está perfeitamente dentro de uma área de ocupação territorial de grupos de caçadores-recolectores: o Monte Famaco dista cerca de 85 km, a Galeria Pesada dista cerca de 30 km e o Vale do Forno cerca de 35 km. Esta hipótese porém, não implica necessariamente uma estrita contemporaneidade dos sítios pois é pensada em termos de área de aprovisionamento e não sítios de aprovisionamento.

BIBLIOGRAFIA

ANDREFSKY, W. (Ed) (2008) – *Lithic technology: Measures of Production, Use and Curation*, Cambridge University Press, 360p.

ANDREFSKY, W. (1994a) – Raw Material Availability and the Organization of Technology. *American Antiquity* 59, pp.21-35.

ANDREFSKY, W. (1994b) – The Geological Occurrence of Lithic Material and Stone Tool Production Strategies. *Geoarchaeology: An International Journal* 9, pp. 345–62.

ASHTON, N.; WHITE, M. (2003) – Bifaces and raw materials: flexible flaking in the British Early Paleolithic. In: Soressi, M., Dibble, H., eds – *Multiple Approaches to the Study of Bifacial Technology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, University Museum (Monograph; 115), pp. 109-124.

ASHTON, N.M.; MCNABB, J., (1994) – Bifaces in perspective. In Ashton, N.M., David, A., eds. – *Stories in Stones*. London (Lithic Studies Society Occasional Paper Number; 4), pp. 182-191.

BARKAI, R.; GOPHER, A.; LAPORTA, P.C. (2006) – Middle Pleistocene landscape of extraction: quarry and workshop complexes in Northern Israel. In Goren – Inbar, N., Sharon, G., eds. – *Axe Age: Acheulian Tool-making from Quarry to Discard*. London: Equinox, pp. 7-44.

BECK, C; TAYLOR, A.; JONES, G.; FADEM, C.; COOK, C.; MILLWARDE, S. (2002) – Rocks are heavy: transport costs and Paleoarchaic quarry behavior in the Great Basin. *Journal of Anthropological Archaeology*, 21, pp. 481–507.

CLARK, J.D., (1980) – Raw material and African lithic technology. *Man Environ*. 4, pp. 44-55.

CLARK, J. D.; M. KLEINDIENST (1974 – The Stone Age cultural sequence: Tenninology, typology and raw material. *Kalambo Falls Prehistoric Site,* vol. 2, pp. 77-106.

CRISTIANI, E.; CURA, S.; GRIMALDI, S.; GOMES, J.; OOSTERBEEK, L; ROSINA, P. (2010) – Functional analysis and experimental archaeology: the Middle Pleistocene site of Ribeira da Atalaia, (Central Portugal). In Araújo, M & Conte, I., eds. – *Proceedings of the workshop on "Recent Functional Studies on Non-Flint Stone Tools, Methodological Improvements and Archaeological Inferences", 23-25 May 2008 Lisbon*, em linha: http://www.workshop-traceologia-lisboa2008.com/.

CURA, S.; GRIMALDI, S. (2009) – The intensive quartzite exploitation in Midlle Tagus Valley Pleistocene open air sites – the example of Ribeira da Ponte da Pedra. In GRIMALDI, S., CURA, S., eds. – *Technological Analysis on Quartzite Exploitation, Proceedings of the XV World Congress UISPP (Lisbon, 4-9 September 2006)*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 1998), pp. 49-56.

CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1999) – *O Acheulense no Centro de Portugal: o Vale do Lis. Contribuição para uma abordagem das suas indústrias líticas e problemática do contexto cronoestratigráfico*. Tese de Doutoramento inédita. Lisboa: Universidade de Liboa. 3 vols, 692 p.

CUNHA-RIBEIRO, J. P. (2004) – O estudo dos seixos rolados sumariamente transformados por talhe no âmbito das indústrias líticas de quartzite do Paleolítico Português. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 453-467.

DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; FRANCO, D.; CURA, S.; GRIMALDI, S.; OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P. (2010) – Luminescence dating of a fluvial deposit sequence: Ribeira da Ponte da Pedra – Middle Tagus Valley, Portugal. In PRUDÊNCIO, M.I., DIAS, M.I., eds. – *Archaeometry, Proceedings of the XV World Congress UISPP (Lisbon, 4-9 September 2006)*. Oxford: ArchaeoPress (BAR-International Series; 2045), pp. 103-113

GIBAJA J. F., CARVALHO, A. F. (2005) – Reflexiones en torno a los útiles en cuarcita: el caso de algunos asentamientos del Neolítico Antiguo del macizo calcáreo extremeño (Portugal). *Zephyrus*, Salamanca, 58, pp. 183-194.

GIBAJA, J. (2007) – Estudios de Traceologia y Funcionalidad, *Praxis Archeologica*, 2, pp. 49-74.

GRIMALDI, S.; ROSINA, P.; BOTON GARCIA, F. (1999) – A behavioral perspective on "archaic" lithic morphologies in Portugal: the case of Fonte da Moita open air site. *Journal of Iberian Archaeology*. 1, pp. 33-57.

GRIMALDI, S., CURA, S., (Eds) (2009) – *Technological Analysis on Quartzite Exploitation, Proceedings of the XV World Congress UISPP (Lisbon, 4-9 September 2006)*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1998).

JONES, P.R., (1979) – Effects of raw material on biface manufacture. *Science*, 204 (25), pp. 835-836.

LEMORINI, C., GRIMALDI, S., ROSINA, P. (2001) – Observações funcionais e tecnológicas num habitat Paleolítico: Fonte da Moita (Portugal central). In: Cruz A.R., Oosterbeek L., eds. – *Territórios, mobilidade e povoamento no Alto-Ribatejo. II: Santa Cita e o Quaternário da região*. Tomar: CEIPHAR, (Arkeos; 11), pp. 117-140.

MARKS A. E.; MONIGAL, K.; CHABAI, V.P.; BRUGAL, J.PH.; GOLDEBERG, P.; HOCKETT, B.; PEMÁN, E.; ELORZA, M.; MALLOL, C. (2002) – Excavations at the Middle Pleistocene Cave Site of Galeria Pesada, Portuguese Estremadura: 1997-1999. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série IV, 20, pp. 7-38.

MARTINS, A. A.; CUNHA, P. P.; ROSINA, P.; OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; GRIMALDI, S.; GOMES, J.; BUYLAERT, J.-P.; MURRAY, A.S.; MATOS, J. (2010) – Geoarcheology of Pleistocene open-air sites in the Vila Nova da Barquinha – Santa Cita area (lower Tejo river basin, central Portugal). *Proceedings of the Geologists Association*, 121, pp. 128-140.

MEIRELES, J.; CUNHA-RIBEIRO, J.P. (1991-92) – Matérias-primas e indústrias líticas do Paleolítico Inferior português, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 31-41.

MEIRELES, J. (1992) – *As indústrias líticas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*. Cadernos de Arqueologia (Monografias; 7) 763 p.

MOLONEY, N.; RAPOSO, L.; SANTONJA, M. (Ed) (1996) – *Non-flint Stone Tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*. Oxford: Tempus Reparatum, (*British Archaeological Reports International* Series; 649).

PETRAGLIA, M.; LAPORTA, P.; PADDAYYA, K. (1999) – The first Acheulian quarry in India: stone tool manufacture, biface morphology, and behaviors. *J. Anthropol.* Res. 55, pp. 39-70.

RAPOSO, L. (1996) – Quartzite bifaces and cleavers in the final Acheulean assemblage of Milharós (Alpiarça, Portugal) In N. Moloney, L. Raposo, M. Santonja, eds. - *Non-Flint Stone Tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*, BAR, Oxfrod: Archeopress, pp. 151-165.

ROSINA, P. (2002) – Stratigraphie et Géomorphologie des terrasses fluviatiles de la Moyenne Vallée du Tage (Haut Ribatejo – Portugal), In: Cruz, A. R., Oosterbeek, L., coord. – *Territórios, mobilidade e povoamento no Alto-Ribatejo. IV – Contextos macrolíticos*. Tomar: CEIPHAR – Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. (Arkeos; 13), pp. 11-52.

ROSINA, P. (2004) – *I depositi quaternari nella Media Valle del Tago (Alto Ribatejo, Portogallo centrale) e le industrie litiche associate*. Tese de Doutoramento Universidade de Ferrara, p. 204

ROSINA, P.; CURA, S (2010) – Interpretation of lithic remains in fluvial terrace contexts: an example from Central Portugal. *Annales d'Université Valahia*, Targoviste, Section d´Archeologie et d´Histoire, Tome XII, Numero 1, Roménia, pp. 7-24.

SAMPSON, C.G., (2006) – Acheulian quarries at hornfels outcrops in the Upper Karoo region of South Africa. In: Goren-Inbar, N., Sharon, G., eds. – *Axe Age: Acheulian Tool-making from Quarry to Discard*. London: Equinox, pp. 75-108.

SANTONJA, M., (1996) – The Lower Palaeolithic in Spain: sites, raw material and occupation of the land. In Moloney, N., Raposo, L., Santonja, M., eds. – *Non-flint Stone Tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*. Oxford: Tempus Reparatum (BAR International Series; 649), pp. 1-20.

SANTONJA, M., VILLA, P. (2006) – The Acheulian of Western Europe, in *Axe Age Acheulian Tool-making from Quarry to Discard*, Ed. Naama Goren-Inbar e Gonen Sharon, pp. 429-478.

SHARON, G., (2008) – The impact of raw material on Acheulian large flake production. *Journal of Archaeological Science*, 35, pp. 1329-1344.

SEONG, C. (2004) – Quartzite and Vein Quartz as Lithic Raw Materials Reconsidered: View from the Korean Paleolithic. *Asian Perspectives*, 43 (1), pp. 73-91.

STILES, D. (1998) – Raw material as evidence for human behavior in the Lower Pleistocene: the Olduvai case. In: Petraglia, M.D., Korisettar, R., eds. – *Early Human Behaviour in Global Context*. London: Routledge, pp. 133-150.

TAVOSO, A. (1978) – *Le Paléolithique Inférieur et Moyen du Haut-Languedoc. Gisements des terrases alluvialles du Tarn, du Dadou, de l'*Ágout*, du Sor et du Fresquel*. Paris: Éditions du Laboratoire de Paléontologie Humaine et de Préhistoire (Études Quaternaires; 5), 404 p.

UTRILLA, P.; MAZO, C. (1996) – Non-flint raw materials in La Rioja: a tentative interpretation. In Moloney, N., Raposo, L., Santonja, M., eds. – *Non-flint Stone Tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*. Oxford: Tempus Reparatum (BAR International Series; 649), pp. 63-80.

VILLA, P. (1981) – Matiéres premiéres et provinces culturelles dans l'Acheuléen français, *Quternaria*. Roma, XXIII, pp. 19-35.

WHITE, M., (1995) – Raw materials and biface variability in Southern Britain: a preliminary examination. *Lithics*, 15, pp.1-20.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (1991) – A Arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas) Resultados das escavações de 1988-89. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dosArqueológos Portugueses, pp.161-171.

ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (1993) – Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda, *Nova Augusta*. Torres Novas, 7, pp. 35-54.

ZILHÃO, J. (2001) – Middle Paleolithic Settlement Patterns in Portugal. In CONARD, N., ed. - *Settlement Dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. Tübigen: Kerns Verlag, pp. 597-608

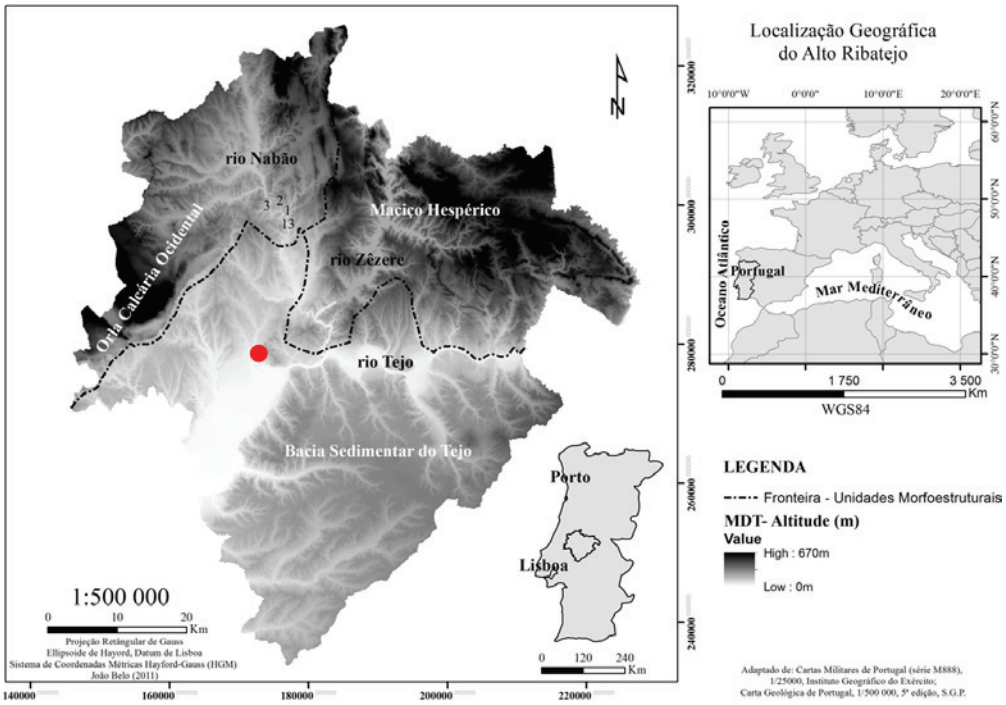


Figura 1 – Região do Alto Ribatejo, delimitação das três grandes unidades geomorfológicas e localização da Ribeira da Ponte da Pedra (Mapa de João Belo, 2012).

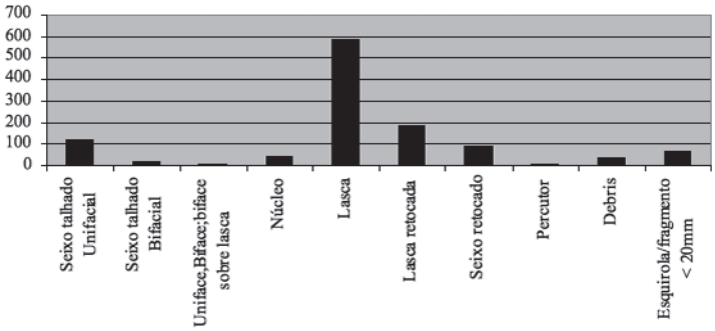


Figura 2 – Principais grupos de artefactos da indústria da Ribeira da Ponte da Pedra.

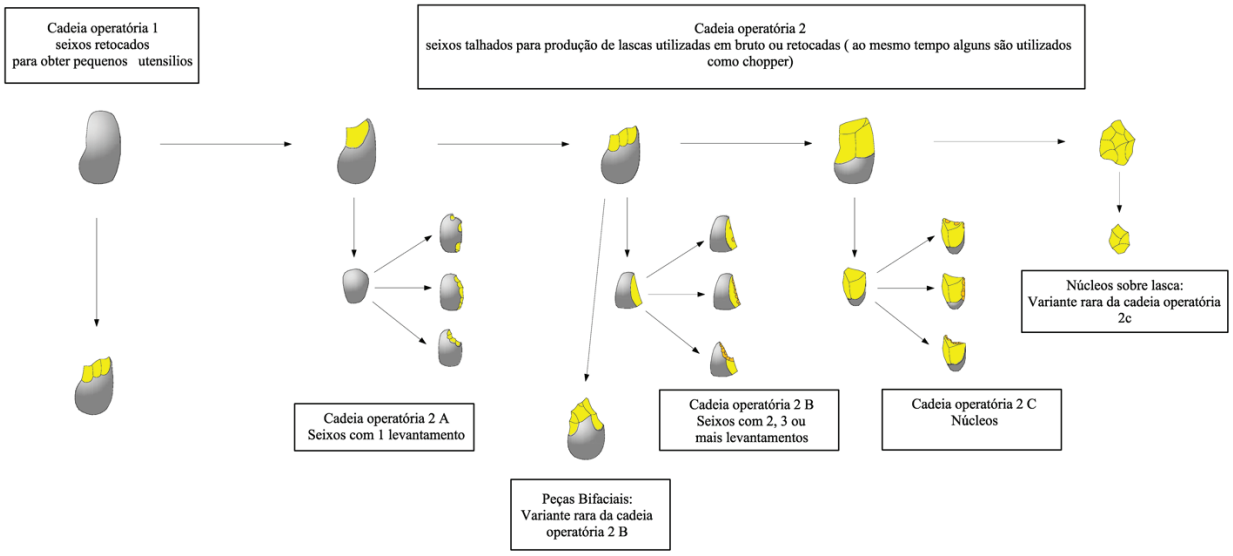


Figura 3 – Esquema de reconstrução das cadeias operatórias.

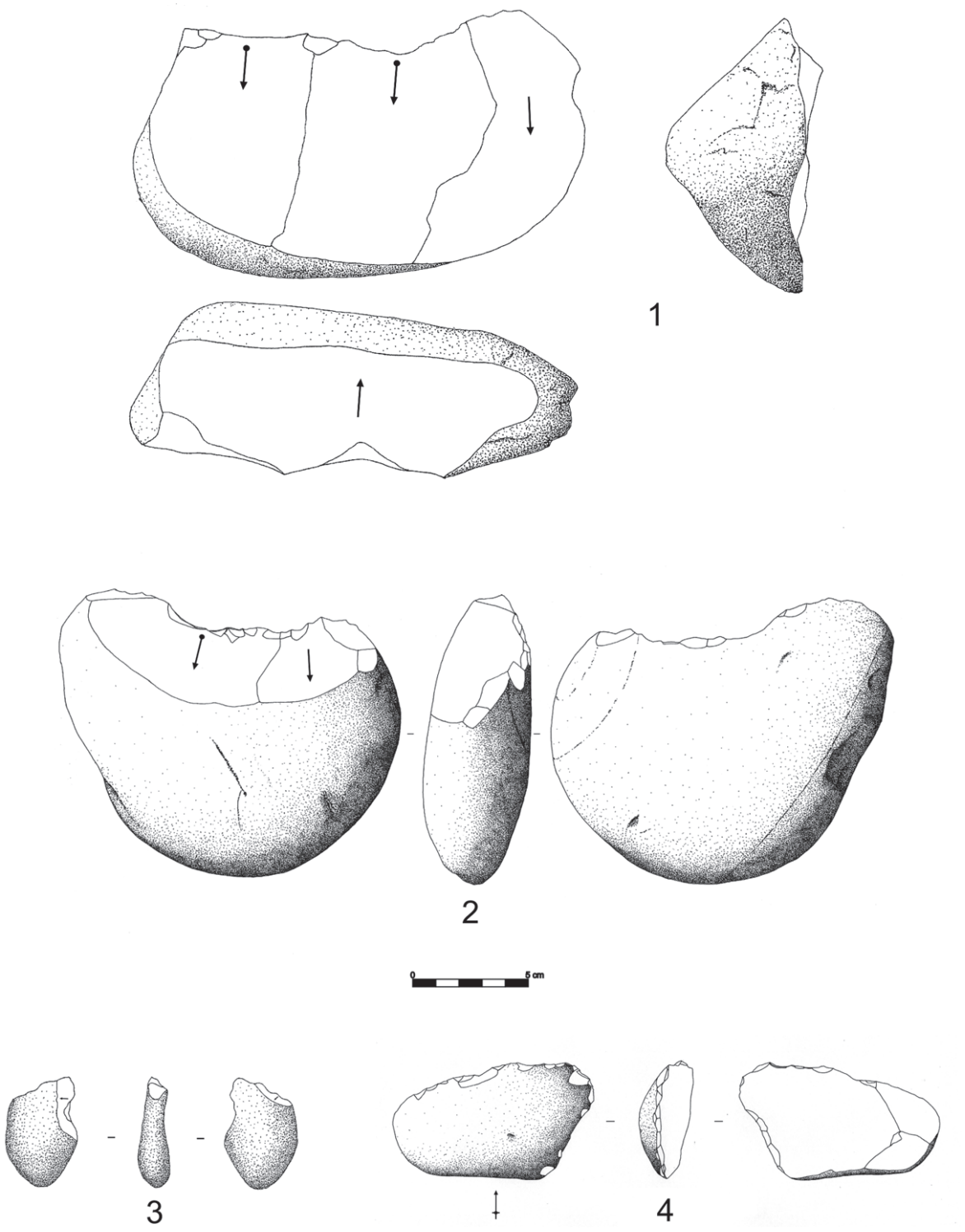


Figura 4 – Indústria lítica: 1 – Núcleo; 2 – Seixo talhado com retoque «Informal»; 3 – Seixo retocado; 4 – Lasca cortical com retoque «informal».

ESTRUTURAS DE *HABITAT* DO FINAL DO PLISTOCÉNICO MÉDIO EM PORTUGAL: O CASO DOS PEGOS DO TEJO 2, PORTAS DE RÓDÃO, NISA

Nelson A. C. Almeida / DRCALEN, Divisão de Serviços e Bens Culturais, Extensão do Crato. Universidade de Évora, CHAIA|Arqueologia / nalmeida@cultura-alentejo.pt

RESUMO

Parte substancial da primeira investigação sistemática alguma vez realizada no Nordeste alentejano, ao qual se deu o nome de *Pré-história antiga no Nordeste alentejano* (PHANA) realizou-se nas Portas de Rodão, no complexo do Arneiro, concelho de Nisa. Aqui, numa área de 3 x 3 km, perto da aldeia de Monte do Arneiro, foram localizados quinze sítios de cronologia pré-histórica. Entre estes sítios foram intervencionados três ocupações datadas do Paleolítico Médio: Pegos do Tejo 2, Azinhal e Tapada do Montinho. A adscrição cronológica assentou em características tecno-tipológicas e datações por OSL. A escavação realizada nos Pegos do Tejo 2, além de apresentar uma colecção lítica com alguma importância (548 peças), revelou estruturas que indiciarão a existência de uma zona residencial. A escavação que abarcou uma área de cerca de 8 m² , pôs a descoberto parte de um empedrado, uma lareira e algumas anomalias que poderão corresponder a buracos de postes.

ABSTRACT

Under the research project "Ancient prehistory in the North-eastern Alentejo" (PHANA – *Pré-História Antiga no Nordeste Alentejano*), a major archaeological survey was done in the Portas de Rodão area, in the "Arneiro cluster", municipality of Nisa. In an area of approximately 3 km x 3 km, near the village of Monte do Arneiro, fifteen sites were found. Three of these Middle Paleolithic settlements were excavated: Pegos do Tejo 2, Azinhal e Tapada do Montinho. The chronological attribution was the result of a techno-typological approach and OSL datations. From the archaeological excavation done in the Pegos do Tejo 2 site, besides the finding of an important lithic collection, some residential structures were identified. In the 8 square meters of the digged area, a pavement, a hearth and some postholes were found.

INTRODUÇÃO

Ao abrigo do projecto de investigação *Pré-história antiga no Nordeste alentejano* (PHANA) realizou-se na área das Portas de Rodão, no complexo do Arneiro, concelho de Nisa, um conjunto de intervenções arqueológicas com vista a clarificar o potencial desta zona relativamente a ocupações paleolíticas (Almeida & *alii*, 2008; Almeida, 2011; Almeida & *alii*, 2011). Aqui, numa área de 3 x 3 km, perto da aldeia de Monte do Arneiro, foram localizados quinze sítios cronologicamente atribuídos à Pré-história. Os trabalhos de prospecção arqueológica da zona permitiram, além de definir um primeiro padrão de distribuição da ocupação paleolítica nesta área, a localização de algumas estações de grande valor científico.

Destes sítios abordar-se-á mais pormenorizadamente, pela importância da realidade arqueológica investigada, um local de cronologia atribuída ao Paleolítico Médio inicial: Pegos do Tejo 2 (Figura 1). Neste sítio arqueológico foi possível associar, num único local, uma indústria lítica significativa, estruturas de origem antropogénica e uma estratigrafia bem definida. As datações absolutas recolhidas e as características do sedimento que embalam o nível arqueológico, atiram este sítio para o fim do Plistocénico médio.

ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO DA ESTAÇÃO

As características geomorfológicas da área das Portas do Rodão são o resultado de de processos geomorfológicos em que entram duas realidades físicas diferentes: o rio Tejo e as cristas quartzíticas. Neste sector da bacia do rio Tejo, este rio atravessa duas cristas quartzíticas que separam as depressões do Ródão (a montante) e do Arneiro (a jusante). Esta região tem sido recentemente alvo de investigação geomorfológica, o que permitiu uma melhor interpretação da evolução da paisagem durante o Plistocénico (Cunha & *alii*, 2005, 2008 e 2012). Desse estudo resultou a identificação de seis terraços (T1 a T6) localizados abaixo da unidade sedimentar culminante e acima do leito actual do rio. O complexo de terraços do Monte da Charneca, que compreende dois níveis distintos é agora diferenciado como T2 e T3 para coincidir com o código estabelecido para a Bacia do Baixo Tejo (Martins & *alii*, 2009). Os três terraços mais baixos do Tejo (T4, T5 e T6) e a camada de areias que os recobrem contém indústrias líticas do Paleolítico Inferior até ao Paleolítico Superior, foram datadas por Luminescência e Series de Urânio (Martins & *alii*, 2010a). Sendo assim o T4 desenvolve-se entre cerca 340-150 Ka (MIS 9-6); o T5 entre 136-75 Ka (MIS 5); o T6 entre 62-30 Ka (Mis 3) o coluvião inferior e as areias eólicas 30-12 Ka (MIS2). Foram ainda identificados deslocações verticais entre terraços pertencentes a sectores distintos que podem estar relacionadas com actividade tectónica com origem nas falhas do Pônsul, da Casa das Artes, da Sra. da Alagada entre outras (Cunha & *alii*, 2008).

PEGOS DO TEJO 2 E O PALEOLÍTICO DAS PORTAS DO RODÃO

No concelho de Vila Velha de Ródão, na depressão com o mesmo nome, vários foram os sítios de cronologia paleolítica localizados e escavados. No sítio do Monte do Famaco foi recolhida uma indústria constituída por 34 peças roladas em quartzito, numa cascalheira com cerca de 0,5 m de espessura do Terraço T4. Esta indústria foi atribuída ao Acheulense Médio Inicial (Raposo & Silva, 1985a, Raposo, 1987). No topo deste mesmo terraço foram recolhidos cerca de 1500 peças em quartzito, entre bifaces, machados e raspadeiras, com evidência de abrasão eólica, também associadas a Acheulense Médio Inicial (Raposo, 1987). A base do T4 foi datada por IRSL (Luminescência Estimulada por Infravermelhos) em 280 Ka (Martins & *alii*, 2010b). Verifica-se, no entanto, que esta idade está subestimada, podendo a idade da base do T4, e os materiais do Acheulense Médio Inicial aí recolhidos, chegar perto dos 340 Ka.

No sítio do *Caminho da Celulose* (perto da Foz do Enxarrique) foram recolhidos artefactos moustierenses *in situ* (G.E.P.P., 1977; Luís Raposo, comunicação pessoal).

A escavação arqueológica do sítio da Foz do Enxarrique (Raposo & *alii*, 1985; Raposo, 1987) revelou uma indústria Moustierense abundante (cerca de 10 000 peças em quartzito-67%, quartzo leitoso – 23% e sílex). Alguma desta indústria indiciando talhe Levallois. Esta indústria espalhava-se pelos depósitos do T4 e T5. Também foram identificados restos de megafauna (*Cervus elaphus*, *Equus sp*., *Bos primigenius*, *Elephas antiquus* e rinoceronte) outros mamíferos (ex. raposa, hiena e coelho) avifauna e ictiofauna (Brugal & Raposo, 1999; Cardoso, 1993). A indústria lítica e a fauna associada assentavam numa camada de seixos e estavam recobertos por uma camada de areias finas e siltes. Esta camada foi datada por IRSL em 39 e 32 Ka (Cunha & *alii*, 2008). Datações por Series de Urânio, realizadas em três dentes recolhidos durante a intervenção arqueológica, apresentaram uma idade de 33.6 ±0.5 ka (Raposo, 1995).

A escavação do sítio de Vilas Ruivas (G.E.P.P., 1980; Raposo & Silva, 1985b; Raposo, 1987) permitiu verificar que o T4 é composto por uma camada de 4 m de espessura de areias grosseiras compactas de cor vermelha que embalavam seis peças roladas de tipologia Acheulense e uma outra camada superior também com 4 m constituída por seixos. A superfície do terraço situa-se a 124 m a.n.m. Vilas Ruivas também apresenta no seu registo sedimentar vestígio do paleovale dum tributário do Tejo (provavelmente da ribeira de Vilas Ruivas antes de ser capturada), inciso no T4 (Silva & *alii,* 1981). É neste registo sedimentar que foram identificadas estruturas residenciais complexas como lareiras e corta-ventos (Raposo, 1987). A indústria Moustierense recolhida neste local, mais de 500 peças, foi maioritariamente obtida através de talhe Levallois. Estes artefactos foram encontrados num nível de siltes com espessura variando entre 0,5 e 1 m que se sobrepõe a um

nível de areão com cerca de 0,2-0,5 m de espessura, de onde forma obtidas datas TL subestimadas de 68 ka +35 ka/-26ka and 51 ka +13 ka/-12ka (Raposo, 1995) e datas IRSL de 113±6 ka e 105±5 ka (Cunha & *alii*, 2008). No topo da sequência sedimentológica foi recolhida uma indústria lítica, provavelmente Madalenense, associada a escassas areias eólicas (Raposo, 1987).

PEGOS DO TEJO 2

O sítio arqueológico identificado como Pegos do Tejo 2 localiza-se a cerca de 100 m da margem esquerda do rio Tejo, no limite da exploração mineira romano/medieval. Durante as prospecções de 2003 foram encontrados, nesta área, alguns materiais de tipologia paleolítica mas sem se conseguir uma localização pormenorizada da jazida. Durante uma nova visita à zona, que teve lugar em 2005, foi detectado um núcleo Levallois (Figura 3, nº 2) num corte originado pela abertura de um caminho. Iniciou-se uma campanha de escavação nesta estação, em Dezembro de 2006. Os trabalhos iniciaram-se com a remoção mecânica dos cerca de metro e meio de sedimento que recobria a ocupação paleolítica. Esta metodologia foi possível devido ao conhecimento da estratigrafia do local. Os últimos 40 cm foram removidos manualmente. A quadrícula implantada no terreno teve as dimensões de 2 x 4 metros. No entanto, a Sul área em escavação coincide com o talude do caminho que destruiu parte da estação arqueológica. Por essa razão os quadrados L2 e M2 apenas foram escavados em 70 cm² e 50 cm² respectivamente. A escavação permitiu verificar que o nível arqueológico se encontra bem conservado (a crivagem do sedimento permitiu recolher esquírolas com cerca de 4 mm).

O corte estratigráfico registado nesta estação tem um desenvolvimento de cerca dois metros. A sua descrição é apresentada de forma a inserir o nível arqueológico no seu contexto geológico (Figura 2). A ocupação paleolítica encontra-se precedida por outra quatro unidades estratigráficas. A primeira dessas unidades resume-se ao solo arável, apresentando uma matriz arenosa embalando seixos angulosos quartzíticos, originários da crista que domina a Norte da estação. O segundo nível caracteriza-se pela mesma matriz arenosa mas sem a matéria orgânica. No topo desta camada foram ainda detectados alguns seixos angulosos em quartzito. O terceiro depósito sedimentar é formado por argilas vermelhas que apresentam fissuras colmatadas pelo sedimento da camada anterior. Estes três primeiros estratos foram afectados pela camada 0 que corresponde a uma fossa para plantio de árvore que revolveu parte da C1,C2 e C3, no canto superior esquerdo. A quarta unidade estratigráfica, constituída por areias de cor alaranjada, apresenta alguns depósitos de argila branca de forma irregular. A camada arqueológica (C5), que lhe esta subjacente, apresenta as mesmas características mas com a presença de seixos rolados e indústria lítica. Pelo que se percebe da área exposta no corte natural, e porque a escavação terminou na base da camada 5, a camada que lhe é subjacente apresenta as mesmas características da C4.

Foi recolhida uma indústria lítica com alguma abundância (±60 peças por m²) que permite caracterizá-la como uma indústria sobre lasca (Figura 3). A matéria-prima utilizada é, preponderantemente, o quartzito autóctone (93%), seguido do quartzo (5%). Não foi recolhido nenhum material em sílex. Este quartzito é obtido na forma de blocos que se vai desprendendo naturalmente das cristas quartzíticas que formam as Portas do Rodão. O percutor utilizado é preponderantemente duro, em material mineral (96%), o que justifica a presença abundante de lascas com acidentes de Siret, aproveitadas para utensílios. A análise realizada às cadeias operatórias permitiu verificar que a debitagem preferencial é uma debitagem discóide e uma outra, já detectada no sítio da Tapada do Montinho, que se denominou de debitagem oportunista sobre bordo de seixo. Pela presença de lascas Levallois, pode-se afirmar a existência também desta técnica, já confirmado com a recolha de um núcleo típico deste modo de debitagem e que permitiu a primeira localização do sítio. Foram também identificados no sítio Pegos do Tejo 2 um núcleo acheulense e um biface. Os núcleos acheulenses são usualmente unipolares com levantamentos paralelos sendo o talão cortical aproveitando uma superfície direita (Turq, 2000). O biface, patinado, foi reutilizado como raspadeira (Figura 3 n.º1). Da análise realizada sobre esta colecção ressalta a presença de raspadeiras, entalhes e denticulados. Um dos denticulados sobre lasca recolhidos (Figura 3 n.º 6) apresenta alteração cromática que indica que o quartzito foi aquecido. Registou-se uma grande percentagem de lascas com córtex (77%) e reduzido número de lascas sem córtex, o que poderá indiciar que neste local se produziram muitos suportes que foram transpor-

tados para outros locais. A indústria lítica dos Pegos do Tejo 2 apresenta grande número de utensílios sobre lascas corticais e sobre fragmentos naturais.

No que a estruturas diz respeito, confirmou-se a presença de uma lareira localizada nas quadrículas L3/L2, já indiciada pela ausência de pedras nesta área aquando da 1.ª decapagem do sítio (Figura 4 e 5). A lareira apresenta uma forma sub-circular com um tamanho máximo de 65 cm. É constituída por uma base de blocos de quartzito proveniente das cristas quartzíticas e abundante em toda a encosta. O empedrado superior é composto pelo mesmo tipo de quartzito e algum quartzo leitoso (Figura 6). Durante a escavação do interior desta estrutura foram recolhidos seixos com indícios de alteração térmica acentuada. O sedimento do interior da lareira apresentava uma cor ligeiramente mais escura (Figura 7). Algumas das pedras que limitam o anel superior apresentavam sinais de ruborização, como também apresentam essa mesma ruborização as pedras de base, que também se preservaram (Figura 8). Além desta lareira verificou-se a presença de umas anomalias sedimentares que poderiam indicar a presença de buracos de poste (Figura 8). Estas anomalias estão alinhadas e apresentam um espaçamento entre si constante. Pelas características apresentadas poderão de facto representar buracos de poste realizados para suportar um qualquer tipo de estrutura perecível (Figura 9). Esta conclusão parece ser corroborada pela análise espacial da distribuição da indústria lítica recolhida (Figura 4). A presença de materiais líticos cessa junto à linha definida pelos buracos de poste o que poderá representar o que costuma denominar-se por efeito de parede. A projecção vertical do material coincide com o empedrado (Figura 10). O nível pétreo e os materiais arqueológicos estão distribuídos verticalmente e horizontalmente no mesmo nível.

A projecção de material arqueológico parece evidenciar dois níveis distintos de ocupação. O primeiro coincide com o limite espacial da couraça pétrea e com o limite definido pelos buracos de poste. O nível inferior parece alastrar para o corte Norte. No entanto os dois níveis estão interligados devendo corresponder a sucessivas ocupações do mesmo local.

A datação desta ocupação realizou-se com recurso a datação por OSL sobre os sedimentos da camada 4 imediatamente acima do nível arqueológico. Obteve-se uma datação de 135±21 ka (GLL code 050301). No entanto o relatório do Laboratório de Luminescência de Ghent indica que o quartzo desta amostra se apresenta saturado em termos de radiação natural, pelo que esta idade deve ser considerada como idade mínima. Esta datação mínima foi corroborada por uma outra, por IRSL (em feldspatos), de 129±8 ka, obtida no topo do mesmo terraço T4, nas imediações desta estação (Cunha & *alii*, 2008).

CONCLUSÕES

As prospecções e escavações realizadas até à data no Nordeste alentejano permitiram identificar uma presença humana significativa durante o Paleolítico nesta região de Portugal. Outra conclusão que se pode retirar dos trabalhos realizados ao abrigo do projecto PHANA assenta na existência, demonstrada pelas escavações realizadas e em curso, de ocupações paleolíticas bem conservadas.

A utilização de métodos de datação absoluta (OSL) permitiu controlar e afinar as cronologias baseadas em atribuições morfo-tipológicas das indústrias recolhidas. Esta mais valia evita distorções, que as atribuições apenas baseadas neste último parâmetro podem reflectir da realidade da evolução humana durante os tempos paleolíticos.

A boa preservação, apresentada pelas estratigrafias descritas e pelos sítios em si, contribui para a viabilidade de mais investigações. Neste contexto, as estruturas detectadas na estação dos Pegos do Tejo 2 surgem como um dado marcante par a percepção que existe em relação às comunidades de caçadores-recolectores que viviam em Portugal, no final do Plistocénico médio. Embora não existam vestígios antropológicos contemporâneos que permitam identificar o autor, presume-se que a elaboração desta área residencial, deverá ser atribuída ao *Homo sapiens neanderthalensis*. A elaboração das infra-estruturas criadas (buracos de poste, lareira) indicia uma reutilização do espaço. Os dados da distribuição vertical do registo arqueológico parecem evidenciar uma intenção de permanência sucessiva ou intermitente no mesmo lugar. Este pode ser um indicador que a deslocação destas comunidades não se regia por um padrão aleatório mas sim por uma migração sazonal entre diferentes áreas de permanência. Esta faceta comportamental pode indicar um planeamento de longo prazo. Os dados recolhidos na estação Pegos do Tejo 2 representam um contributo para a compreensão das práticas comportamentais e, subsequentemente, das capacidades cognitivas do Homem de Neandertal.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, N.; DEPREZ, S.; DE DAPPER, M. (2008) – The Palaeolithic occupation of the North-eastern of Alentejo (Portugal): a geoarchaeological approach. In BUENO-RAMIREZ, Primitiva; BARROSO-BERMEJO, Rosa; BALBÍN-BERHMANN, Rodrigo de, eds – *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula* (BAR International Series, 1765), pp.19-26.

ALMEIDA, N. (2011) – New data from the Arneiro/Nisa Palaeolithic cluster (Portugal): The Middle Palaeolithic occupations of Pegos do Tejo 2 and Tapada do Montinho. In BUENO-RAMIREZ, Primitiva; CERRILLO CUENCA, E.; GONZALEZ CORDEIRO, A. eds. – *From the Origins: The Pre-history of the Inner Tagus Region* (BAR International Series, 2219), pp.17-25.

ALMEIDA, N.; CARVALHO, V.; AVELEIRA, A. (2011) – Primeiros dados sobre a Pré-história antiga no Nordeste alentejano. In CARNEIRO, A.; ROCHA, L.; MORGADO, P.; OLIVEIRA, J., eds – Arqueologia do norte alentejano – Comunicações das 3.ªs Jornadas. Lisboa: Edições Colibri/ C.M. Fronteira, pp. 35-43.

BRUGAL, J.-Ph.; RAPOSO, L. (1999) – Foz do Enxarrique (Ródão, Portugal): preliminary results of the analysis of a bone assemblage from a Middle Palaeolithic open site. In GAUDZINSKI, Sabine; TURNER, Elaine eds. – *The Role of Early Humans in the Accumulation of European Lower and Middle Palaeolithic Bone Assemblages: Ergebnisse eines Kolloquiums* (Romisch-Germanisches Zentralmuseum Forschungsinstitut fur Vor- und Fruhgeschichte Monographien, 42), pp. 367–379.

CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Camara Municipal.

CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; DAVEAU, S.; FRIEND, P. F. (2005) – Tectonic control of the Tejo river fluvial incision during the late Cenozoic, in Ródão – central Portugal (Atlantic Iberian border). *Geomorphology*, 64, pp. 271-298.

CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; HUOT; S.; MURRAY, A.; RAPOSO, L. (2008) – Dating the Tejo River lower terraces in the Ródão area (Portugal) to assess the role of tectonics and uplift. *Geomorphology*, 102, pp. 43-54.

CUNHA, P. P.; ALMEIDA, N. A. C.; AUBRY, T.; MARTINS, A. A.; MURRAY, A. S.; BUYLAERT, J. P.; SOHBATI, R.; RAPOSO, L.; ROCHA, L. (2012) – Pleistocene sedimentary and human occupation records in the Arneiro depression (Lower Tejo River, central eastern Portugal). *Geomorphology Special Issue – Quaternary river terraces*, *165*-166, pp. 78-90.

G.E.P.P. (1977) – *O Paleolítico. As primeiras comunidades humanas de caçadores-recolectores. Grupo para o Estudo do Paleolítico Português*. Castelo Branco: Edição do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

G.E.P.P. (1980) – Vilas Ruivas: um acampamento do Paleolítico Médio. *História e Sociedade*, 7, pp. 29-33.

MARTINS, A. A.; CUNHA, P. P.; HUOT, S.; MURRAY, A.; BUYLAERT, J. P. (2009) – Geomorphological correlation of the tectonically displaced Tejo River terraces (Gavião--Chamusca area, central Portugal) supported by luminescence dating. *Quaternary International*, 199, pp. 75-91.

MARTINS, A. A.; CUNHA, P. P.; BUYLAERT, J. P.; HUOT, S.; MURRAY, A.; DINIS, P.; STOKES, M. (2010) – K-feldspar IRSL dating of a Pleistocene river terrace sequence of the Lower Tejo River (Portugal, western Iberia). *Quaternary Geochronology*, 5, pp. 176-180.

MARTINS, A. A.; CUNHA, P. P.; ROSINA, P.; OOSTERBECK, L.; CURA, S.; GRIMALDI, S.; GOMES, J.; BUYLAERT, J. -P.; MURRAY, A. S.; MATOS, J. (2010) – Geoarchaeology of Pleistocene open-air sites in the Vila Nova da Barquinha – Santa Cita area (Lower Tejo River basin, central Portugal). *Proc. Geol. Assoc*., v. 121, Issue 2, pp. 128-140.

RAPOSO, L. (1987) – Os Mais Antigos Vestígios de Ocupação Humana Paleolítica na Região de Ródão. In *Da Pré--história à História – Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Editorial Delta, pp. 153-178.

RAPOSO, L. (1995) Ambientes, territorios y subsistencia en el Paleolitico medio de Portugal. *Complutum*, 6, pp. 57-77.

RAPOSO, L.; SILVA, A. C. (1985) – A campanha de escavações de 1983 no Monte Famaco. *Informação Arqueológica*, 5, pp. 68-69.

RAPOSO, L.; SILVA, A. C. (1985) – A campanha de escavações de 1982 em Vilas Ruivas. *Informação Arqueológica*, 5, p.70.

RAPOSO, L.; SILVA, A. C.; SALVADOR, M. (1985) – Notícia da descoberta da estação Mustierense da Foz do Enxarrique (Ródão). In *I Reunião do Quaternário Ibérico (Proceedings)*, Lisboa, vol. 2, pp. 79-90.

SILVA, A.; PIMENTA, C.; LEMOS, F.; ZILHÃO, J.; MATEUS, J.; RAPOSO, L.; COUTINHO, M. (1981) – Vilas Ruivas: um acampamento do Paleolítico Médio. Breve história dos trabalhos arqueológicos realizados em Vilas ruivas. *História e Sociedade*, 7, pp. 29-33.

TURQ, A. (2000) – Le Paleolithique inferieur et moyen entre Dordogne et Lot. *Paleo*, 2, Supplement.

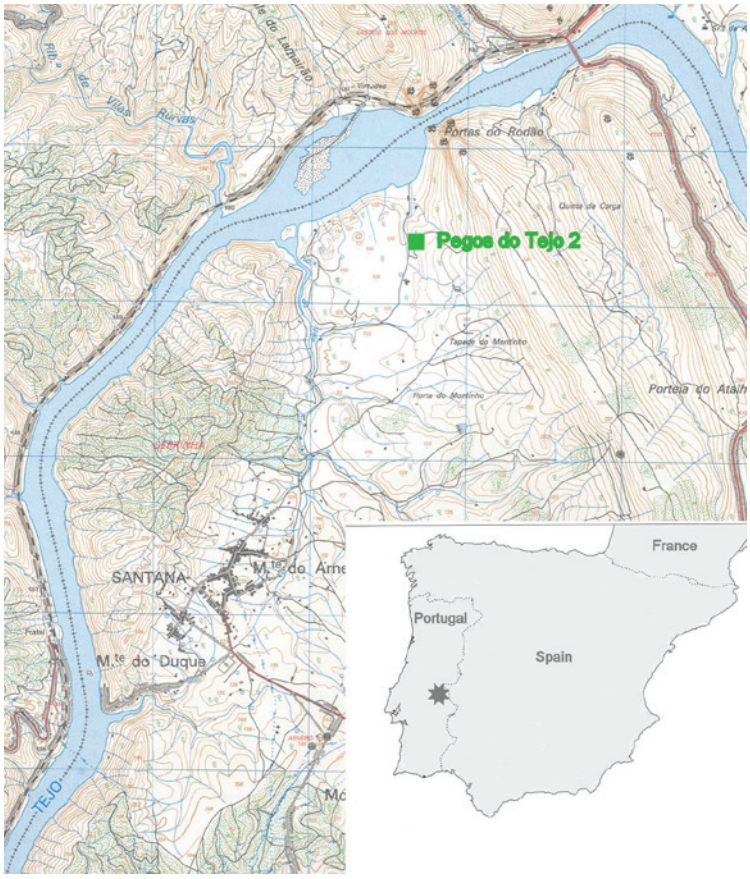


Figura 1 – Localização do sítio Pegos do Tejo 2 na Península Ibérica e na C.M.P n.º 315 esc.1/25000.

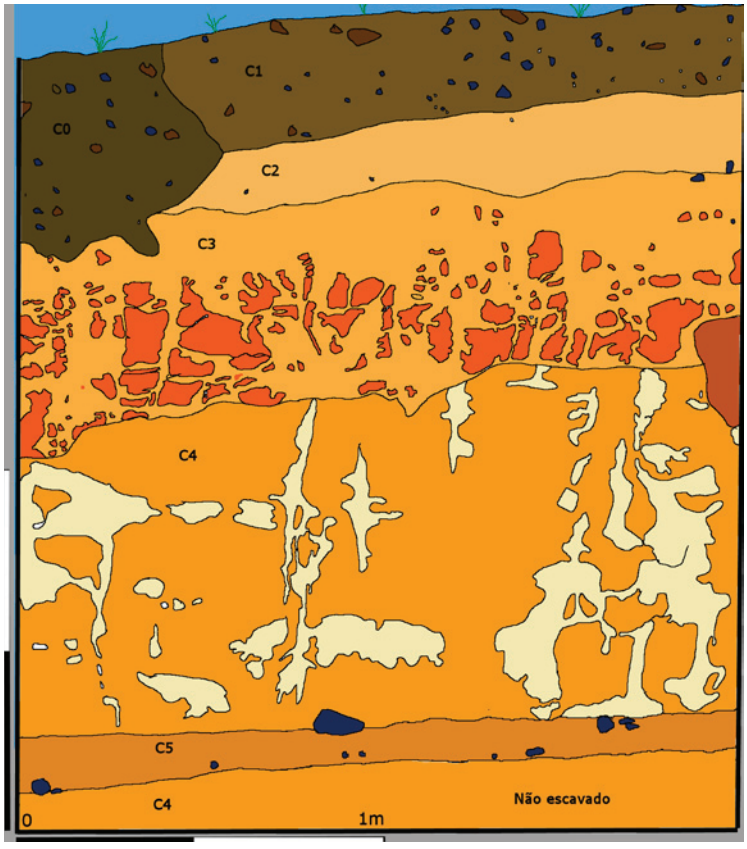


Figura 2 – Corte estratigráfico da estação Pegos do Tejo 2. C1 – solo arável, apresentando uma matriz arenosa embalando seixos angulosos quartzíticos. C2 – mesma matriz arenosa mas sem a matéria orgânica. C3 – depósito sedimentar formado por argilas vermelhas que apresentam fissuras colmatadas pelo sedimento da camada anterior. Estes três primeiros estratos foram afectados pela C 0 que corresponde a uma fossa para plantio de árvore que revolveu parte da C1,C2 e C3, no canto superior esquerdo. C4 – unidade estratigráfica, constituída por areias de cor alaranjada, apresenta alguns depósitos de argila branca de forma irregular. C5 – camada arqueológica que apresenta as mesmas características sedimentológicas que a C4 mas com a presença de seixos rolados e indústria lítica.

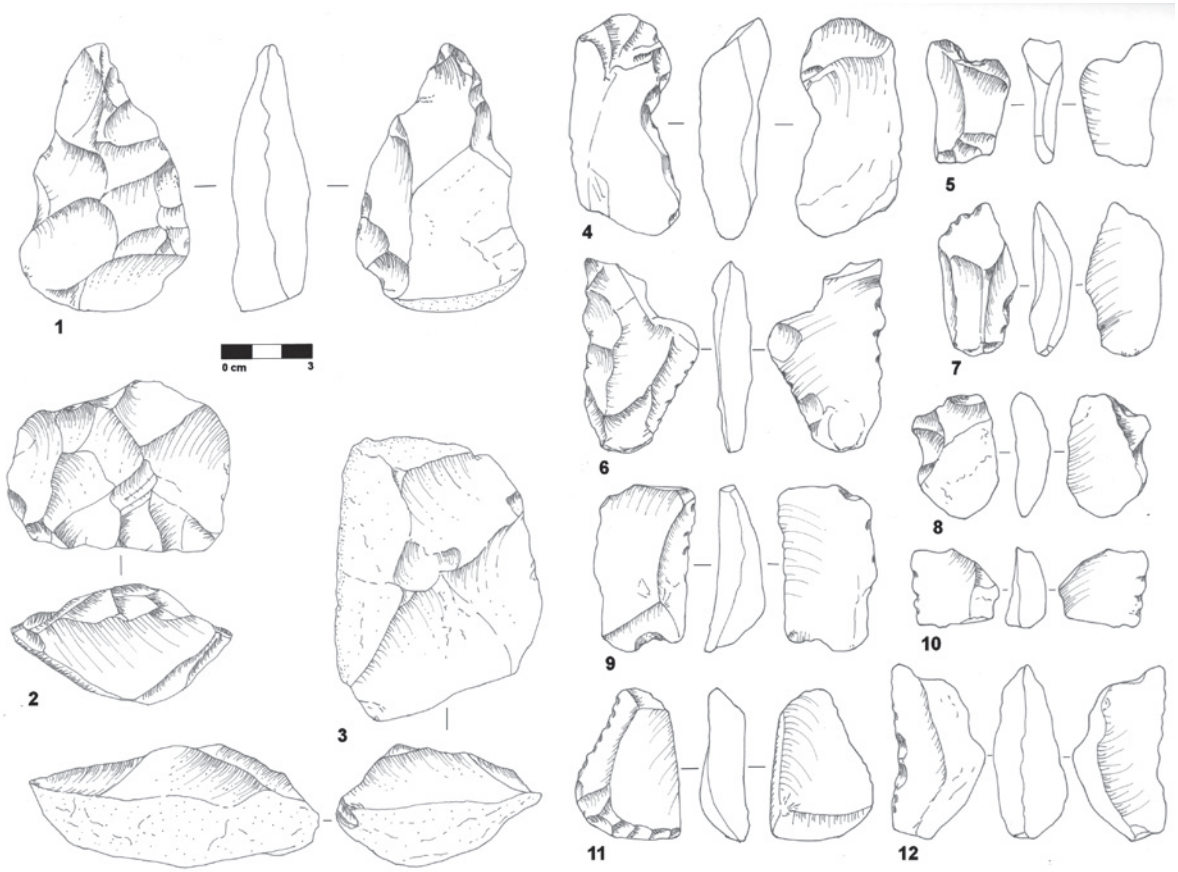


Figura 3 – Indústria lítica da estação Pegos do Tejo 2: 1 – Biface reutilizado como raspadeira; 2 – núcleo Levallois; 3 – núcleo discoide; 4 – utensílio duplo (raspadeira e entalhe); 5 – entalhe sobre lasca Levallois; 6 – denticulado sobre lasca alongada; 7 – denticulado sobre lasca; 8 – furador sobre lasca; 9 – raspadeira sobre lasca Siret; 10 – denticulado sobre lasca; 11 – raspadeira sobre lasca Siret; 12 – faca de dorso cortical. Todos em quartzito "menos nº 1, em calcedónia..

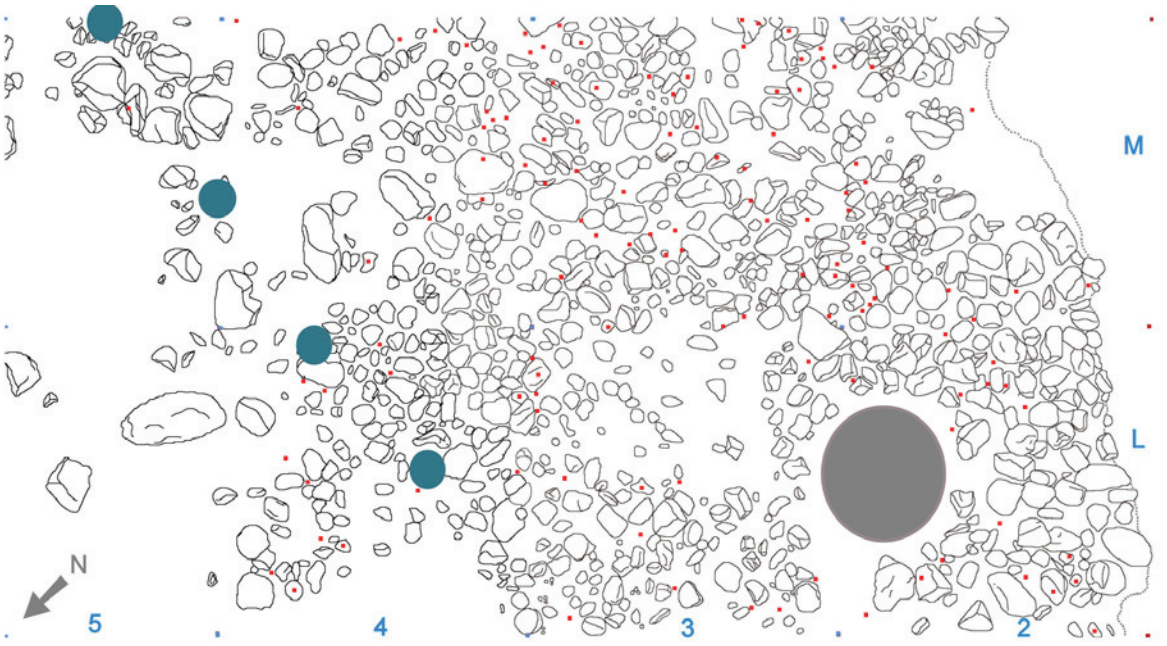


Figura 4 – Desenho da área escavada com localização da lareira (cinzento), buracos de poste (azul) e indústria lítica (vermelho).

Figura 5 – Vista geral da estação: são visíveis os limites norte do empedrado e o círculo sem pedras que define a lareira.

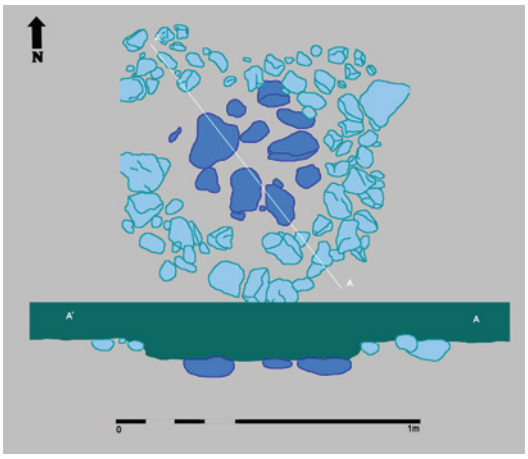


Figura 6 – Representação gráfica da lareira e respectivo corte.

Figura 7 – Pormenor da parte superior da lareira.

Figura 8 – Pormenor da base da lareira.

Figura 9 – Pormenor de um dos buracos de poste.

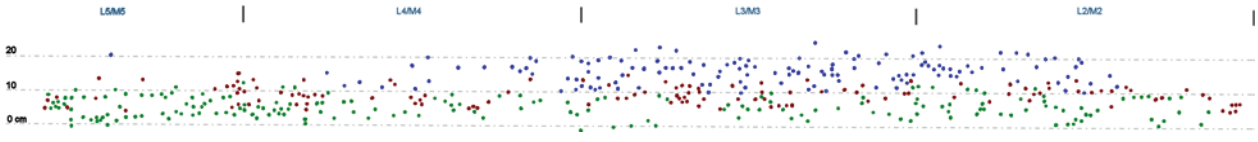


Figura 10 – Distribuição vertical da indústria lítica por decapagens (azul: 1.º decapagem; vermelho: 2.ª decapagem e verde: 3.ª decapagem.

A INDÚSTRIA LÍTICA DO PALEOLÍTICO MÉDIO DA LAGOA DO BANDO (MAÇÃO, ALTO RIBATEJO)

Pedro Peça / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT), Mação, 6120-750, Portugal / pedropeca@gmail.com
Sara Cura / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT), Mação, 6120-750, Portugal / osaracurao@gmail.com
Pedro Cura / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT), Mação, 6120-750, Portugal / opedrocura@gmail.com
Hugo Gomes / Instituto Terra e Memória, Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (uID73 – FCT), Mação, 6120-750, Portugal / hugo.hugomes@gmail.com

RESUMO
O sítio de ar livre da Lagoa do Bando localiza-se em depósitos lacustro-fluviais a 570m de altitude na Formação do Bando dos Santos correspondente a um complexo quartzítico. As matérias-primas utilizadas, porém, não são provenientes destas formações correspondendo a quartzitos de boa qualidade cuja proveniência é ainda desconhecida (alguns apresentam cortéx rolado de provável origem fluvial), quartzo e sílex de origem exógena (provável proveniência do maciço calcário estremenho).
As matérias-primas foram exploradas seguindo três cadeias-operatórias principais: discóide, levallois (recorrente e preferencial) e expedito oportunista. Sendo que as primeiras fases destas cadeias operatórias não se encontram representadas, encontrando-se os núcleos em avançado estado de exploração. Os suportes retocados são minoritários.

ABSTRACT
The open air site of Lagoa do Bando is located in fluvio-lacustrian deposits at 570m above sea level in the geologic formation of Bando dos Santos corresponding to a quartztitic complex. The raw materials present in the site, however, are coming from other locations, namely the quartzite with fluvial córtex and the flint.
The raw materials where exploited following 3 reduction sequences: discoid, levallois and expedite opportunistic. The initial stages of these reduction sequences are absent and the cores are in advanced stage of exploitation. The retouched implements are rare.

CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO

O Sítio da Lagoa do Bando localiza-se, administrativamente, no Concelho e freguesia de Mação, distrito de Santarém (Figura 1). Este Concelho, situado no centro de Portugal, enquadra-se na extremidade Este de uma unidade territorial denominada Alto Ribatejo.
A região de Mação é marcadamente caracterizada pelo contraste entre a Bacia Sedimentar do Tejo, no extremo Sul e Este e o Maciço Hespérico Antigo na área Norte e Oeste do concelho. Esta distinção é visível não só na litologia característica de cada um destes complexos, mas também no relevo, sendo que a Norte se implantam consideráveis elevações como o Bando dos Santos, com cerca de 640 metros acima do nível do mar, pertencente à sinforma Amêndoa-Carvoeiro. É precisamente num dos topos deste complexo que se situa a Lagoa do Bando. Integra-se, segundo a Carta Geológica de Portugal (28-A, Mação) na unidade litológica Formação de Bando dos Santos, correspondente a um complexo quartzítico (Romão, 2000; Peça, 2012). As coordenadas do sítio da Lagoa do Bando são 39º77'49.20"N.,

7º59'21.31"W, com uma altitude aproximada de 570 metros (acima do nível do mar). O sítio arqueológico implanta-se numa bacia de retenção de águas pluviais, alagada a maior parte do ano ainda actualmente, formando uma lagoa. De uma forma genérica, o sítio agora estudado põe em evidência um contexto geomorfológico e geológico inédito nesta região. Isto deve-se ao facto de se implantar num ambiente lacustre, assim como por ser um sítio de ar livre em alta altitude tendo em conta os relevos do médio Vale do Tejo e respectivos vestígios de ocupação humana. Esta implantação contrasta com os sítios Paleolíticos até agora estudados nesta região, identificados em depósitos de terraços fluviais, coluviões e ambientes cársicos de grutas e abrigos.

ESTRATIGRAFIA

A estratigrafia observada corresponde a uma sequência típica de ambiente lacustre, composto, essencialmente de argilas de granulometria inferior a 2mm. Nas sondagens efectuadas durante os trabalhos arqueológicos foi possível confirmar uma relativa uniformidade estratigráfica, quer no número de camadas observadas, quer na sua topografia. Registaram-se as seguintes unidades:

- **Camada A** – Nível de superfície, recente. Sedimento muito argiloso, de coloração negra, relacionada com a decomposição de matéria orgânica (vegetal);
- **Camada B** – Sedimento argiloso de coloração amarela com bolsadas siltosas de cor castanha, contendo restos de matéria orgânica. Com materiais arqueológicos identificados;
- **Camada C** – Sedimento argiloso de tom laranja.
- **Camada D** – Lentícula com sedimentos argilo-siltosos com carvões e óxidos de manganésio;
- **Camada P** – Sedimento argiloso de cor negra-acastanhada, textura e processo de formação semelhante ao nível de superfície (A), por se tratar da decomposição de matéria orgânica. Neste nível foram identificados materiais arqueológicos;
- **Camada E** – Sedimento argiloso de coloração branca-amarelada.;
- **Camada F** – Sedimento argiloso, compacto, de coloração laranja-cinza;
- **Camada G** – Sedimento argiloso compacto, de coloração laranja, com grumos castanhos.

INDÚSTRIA LÍTICA

Neste sítio foram recolhidos 361 artefactos líticos provenientes de duas camadas estratigráficas – P e B – bem como de recolhas de superfície. O quartzito é sempre e em maioria a matéria-prima mais utilizada, nomeadamente o de tipo Q1, que corresponde a material de granulometria fina, de cor azulada. Seguido do tipo Q1, surge em evidência outro tipo de quartzito, o de cor cinzenta de grão fino-médio (Q4). Todas as outras matérias-primas são residuais, como o quartzo e o sílex, muito embora a sua presença forneça importantes informações, uma vez que são materiais exógenos.
Atendendo aos tipos de Suportes, destaca-se a grande discrepância entre lascas e núcleos, havendo uma presença muito reduzida de núcleos no total geral do conjunto. Os principais suportes são sobre lasca, com evidência para as lascas sem caracteres de predeterminação, seguidas daquelas com características que as incluem nos métodos de Levallois e Discóide. Os debris, no que se inclui o material menor a 2mm, são uma categoria de suporte determinante a nível de quantidade em todas as Unidades Litológicas, podendo ser resultado de processos pós-deposicionais, mas também do processo de talhe in situ. (Tabela 1)

A observação da distribuição dos suportes por matérias-primas no material recolhidos na Unidade Litoestratigrafica P (Tabela 1) evidencia a esmagadora utilização do Quartzito Q1 nos diversos tipos de suportes. As lascas simples são o tipo de suporte mais preponderante, tendo os debris uma quantidade semelhante. De relevar o importante número de lascas Levallois recolhidos na unidade P, em equivalência numérica com os produtos da metodologia Discóide. Em relação aos núcleos, sublinha-se a sua variabilidade, nomeadamente a presença de Levallois e Discóide, sendo o Levallois preferencial, a categoria mais presente, nos suportes nucleares predeterminados. Apesar disso, a categoria de núcleos mais presente é a Multifacial, decorrente de um processo expedito. (Tabela 2)

Tal como na UL P, o Quartzito de coloração azul é preponderante na Unidade B (Tabela 2), seguido do cinzento. Neste contexto as lascas e debris também assumem uma quantidade dominante. É clara a discrepância na proporção entre lascas Discóides

Tabela 1 – Distribuição dos suportes pelas diferentes matérias-primas dos materiais provenientes da Unidade Litológica P.

Suporte	Matéria-Prima													Total
	A	O	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q8	Qt1	Qt2	S1	S2	
Núcleo			2			1				1				4
Núcleo levallois preferencial			4											4
Núcleo levallois recorrente			1											1
Núcleo discóide						1								1
Núcleo sobre lasca			1											1
Núcleo prismático			1											1
Núcleo multifacial			2			1	2			1	2			8
Seixos Talhados	1								1					2
Lasca			31		3	7	3			2	4		1	51
Lasca retocada			4								1			5
Lasca discóide			6			2	1				1			11
Lasca Levallois	1		13			1								15
Lasca Laminar			4		1	2								7
Ponta levallois				1										1
Debris			30			4	2			2	4	1		42
Fragmento de lasca			16	1		4	1	1		2				27
Fragmento indeterminável		1	2			1		5	1	3	1			16
Detrito e estalamento			1											1
Total Geral	1	1	118	2	4	27	9	5	1	11	13	1	1	195

Tabela 2 – Distribuição dos suportes pelas diferentes matérias-primas dos materiais provenientes da Unidade Litológica B*.

Suporte	Matéria-Prima													Total
	O	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Qt1	Qt2	S1	
Núcleo levallois preferencial		1			2									3
Núcleo discóide		1				1								2
Núcleo sobre lasca		3	1											4
Núcleo multifacial		2			1	1		1						5
Lasca		20	1		8	5			2		1			37
Lasca retocada		4						1				1		6
Lasca discóide		11			3	3				1		1	1	20
Lasca Levallois		3				2								5
Lasca Laminar		1												1
Ponta levallois		1												1
Debris		23	1	1	3	1		1			1	2		33
Debris retocado		1												1
Fragmento de núcleo		2												2
Fragmento de lasca		8			2	1								11
Fragmento indeterminável	3	3	1		1		1	2						11
Detrito e estalamento								1						1
Total Geral	3	84	4	1	20	14	1	6	2	1	2	4	1	143

A – Anfibolite; O – Outra; Q1 – quartzito Cinza-azul; Q2 – quartzito Beje; Q3 – quartzito Cinza-beje; Q4 – quartzito Cinzento; Q5 – quartzito Castanho-cinza; Q6 – quartzito Branco; Q8 – quartzito Cinza; Qt1 – Quartzo Hialino; Qt2 – Quartzo Leitoso; S1 – Sílex Castanho-avermelhado; S2 – Sílex beje.

e Levallois, tendo sido identificadas 20 do primeiro tipo e apenas 5 Levallois. Nesta Unidade os núcleos mais frequentes são aqueles sobre lasca, sendo que os Discóides e Levallois, nomeadamente o preferencial, têm proporções idênticas.

Tabela 3 – Distribuição dos suportes pelas diferentes matérias-primas dos materiais provenientes da prospecção geral.

Suporte	Matéria-Prima						Total
	Q1	Q2	Q4	Q5	Q7	Qt1	
Núcleo	1						1
Lasca	5	1	1	2	1	1	11
Lasca discóide	3						3
Lasca Laminar	1						1
Fragmento de lasca	4						4
Fragmento indeterminável	1	1					2
Total Geral	15	2	1	2	1	1	22

Q1 – quartzito Cinza-azul; Q2 – quartzito Beje; Q4 – quartzito Cinzento; Q5 – quartzito Castanho-cinza; Q7 – quartzito Castanho avermelhado; Qt1 – Quartzo Hialino.

Foram recolhidos nos trabalhos de prospecção apenas 22 peças (Tabela 3). Destaca-se o predomínio do quartzito Tipo Q1, em clara maioria e a preponderância das Lascas sem caracteres de predeterminação. Sublinhe-se, ainda, a identificação de 3 lascas Discóides, sendo que os produtos Levallois não estão presentes neste conjunto.

OBSERVAÇÕES TECNOLÓGICAS SOBRE A INDÚSTRIA LÍTICA

A proposta de cadeias operatórias está condicionada às vicissitudes do contexto de recolha dos materiais. Por se tratar de uma intervenção de emergência e, apesar de se ter acautelado uma relativa contextualização dos materiais na estratigrafia, a amostra recolhida é diminuta e a relação espacial entre os materiais carece de uma localização horizontal mais precisa. Como tal, a hipótese que aqui se coloca, deve sempre ser analisada precisamente como tal, isto é condicionada às circunstâncias.

Apesar da indústria lítica ser proveniente de duas Unidades Litológicas a análise tecnológica evidenciou uma similitude entre a camada P e a camada B. Tal semelhança é evidenciada através da homogeneidade dos recursos de matéria-prima utilizada, mas também pelas opções metodológicas adoptadas no processo de talhe. Como tal, a indústria da Lagoa do Bando será, neste ponto, analisada como um todo.

No que respeita à dinâmica de aquisição de matérias-primas, reconhece-se uma grande variabilidade, muito embora o Quartzito de grão fino de cor azulada seja preponderante. Apesar de o quartzito ser uma rocha muito comum na região, a recolha de tantos tipos distintos implica extensa mobilidade no território. Por outro lado, o sílex é uma rocha exógena, encontrando-se as fontes mais próximas a cerca de uma centena de quilómetros de distância. Até ao momento ainda não foi possível identificar a procedência exacta da matéria-prima, com excepção de uma bolsa de quartzitos cinzentos, num vale relativamente próximo do sítio e os afloramentos quartzíticos contíguos à Lagoa, muito embora estes últimos sejam de má qualidade. Ainda assim, a análise das superfícies corticais (raras) dos suportes estudados, permitem-nos concluir que terão sido utilizados tanto seixos de rio, como blocos mais angulosos, possivelmente procedentes de bancadas em contexto primário.

Para além disso, o facto de as matérias-primas utilizadas serem maioritariamente de grão fino, comprovam uma criteriosa selecção dos materiais. Este facto sublinha a dinâmica e conhecimento do território por parte do grupo que produziu esta indústria.

As deduções em relação à produção dos suportes são limitadas pela quase total ausência de vestígios das primeiras fases das cadeias operatórias. Aliás, os núcleos estudados encontram-se, na sua maioria em fase de exploração muito avançada ou de exaustão. Sem dados mais concretos que o comprovem, esta situação pode resultar de os materiais serem preparados noutro local e trazidos já com uma primeira configuração concluída, no entanto, sublinhe-se, a amostra ainda é reduzida para o afirmar de forma mais assertiva.

Tanto a diversidade de matérias-primas, como a ausência das primeiras fases de configuração dos suportes são transversais às várias cadeias operatórias identificadas na Lagoa do Bando. A não representatividade da primeira fase de formatação dos núcleos faz crer que se trata de um sítio especializado, onde

só os processos de redução mais específicos e dirigidos são efectuados no local, com a finalidade de se explorar os recursos bióticos disponíveis localmente. Através da análise tecnológica dos núcleos, assim como dos respectivos produtos de talhe propõe-se três cadeias operatórias distintas, uma de exploração expedita, outra Levallois e ainda a Discóide.

A quantidade de "Núcleos Simples", tendem a que se considere a cadeia operatória expedita como a mais utilizada na Lagoa do Bando. Os núcleos, sobretudo em quartzito de grão fino não apresentam uma clara padronização do processo de redução, sendo que se apresentam como Prismáticos, Multifaciais e sobre Lasca. Este recurso, parece consubstanciar uma redução desprovida de critérios de predeterminação, assumindo um processo "oportunista" de exploração, onde os levantamentos têm uma lógica aleatória, muitas vezes dirigida às convexidades naturais. Os suportes resultantes deste processo estão representados, sobretudo nas "Lascas Simples", desprovidas de caracteres diferenciadores, com grande heterogeneidade entre si, que se apresentam nesta colecção, em grande número. Esta opção não tem necessariamente a ver com a qualidade das matérias-primas, uma vez que nesta cadeia operatória foram usados os mesmos materiais que para os métodos mais complexos. Terá pois a ver com uma necessidade de obter os suportes de forma mais expedita, privilegiando a quantidade em detrimento da qualidade.

Regista-se também uma cadeia operatória predeterminada Levallois. Os suportes nucleares que a definem apresentam características de Levallois Preferencial e também Recorrente. Foram identificados 21 lascas Levallois, o que reforça a utilização deste método.

O método Discóide evidencia níveis de aplicação inferiores aos Levallois quando analisados os núcleos característicos desta modalidade, no entanto a amostra é importante no total geral da colecção. A presença de apenas 3 núcleos onde é evidente a utilização deste método não é proporcional à quantidade de produtos (38) dele resultantes, podendo, no entanto, querer dizer que será um método mais rentável para obtenção de lascas, do que o Levallois onde surgem apenas 21 e 9 núcleos. A presença em larga escala de debris pode ainda estar relacionada com preparações de pequena escala das margens dos núcleos para prosseguir a exploração através destes dois métodos.

Certamente que a opção diferenciada por estas 3 cadeias operatórias distintas terá uma relação directa com os objectivos técnicos e a funcionalidade dos suportes.

Os suportes que terão sido escolhidos para utilização e a sua funcionalidade não foram discerníveis através de análise macroscópica, sendo que só utilizando as metodologias da traceologia se poderão aferir conclusões neste sentido. A análise das Lascas Retocadas/ Instrumentos Formais, também não é conclusiva para perceber os suportes preferenciais para uso, uma vez que se dispersam, as várias categorias, equitativamente, entre os produtos de métodos predeterminados e expeditos.

Não existindo uma identificação de concentração de materiais em plano, a fase de descarte é de difícil definição. Neste sentido, apenas podemos considerar como produtos desta etapa da cadeia operatória os núcleos já esgotados, as lascas fracturadas e os debris.

INTEGRAÇÃO DO SÍTIO NO CONTEXTO MUSTIERENSE DO MÉDIO TEJO

Implantado em ambiente lacustre e ao ar livre, a uma altitude de 570 metros acima do nível do mar, o contexto geomorfológico da Lagoa do Bando é único quando comparado com os restantes sítios do Paleolítico Médio do Vale do Tejo. Recorde-se que os sítios identificados até agora se implantam maioritariamente nos terraços fluviais do Tejo e seus afluentes, como a Ribeira da Atalaia (Oosterbeek & *alii*, 2011), Santa Cita (Lussu & *alii*, 2001, Pedergnana, 2011), Estrada do Prado (Chacón & Raposo, 2001), Vilas Ruivas (GEPP, 1983, Raposo, 1995) e Foz do Enxarrique (Cardoso, 2006) ou em ambiente cársico, como a Gruta da Oliveira (Marks & *alii*, 2002). Este facto deverá implicar uma diferença na exploração dos recursos bióticos em torno da Lagoa do Bando.

Apesar de díspar na implantação do sítio, quando comparadas as estratégias de aprovisionamento de matéria-prima, a Lagoa do Bando é análoga à maioria das estações de Paleolítico Médio da região, sobretudo quando é evidente a exploração de matérias-primas locais. Veja-se que o sílex é residual nas estações arqueológicas mais afastadas dos ambientes cársicos estremenhos, como a Foz do Enxarrique e Vilas Ruivas, enquanto que a Estrada do Prado e a Gruta da Oliveira (mais próximas de fontes de sílex) apresentam, respectivamente, taxas de 20% e 50% de exploração desta matéria prima.

Atendendo à proximidade geográfica e aos méto-

dos técnicos utilizados, o sítio da Lagoa do Bando é muito idêntico aos identificados na região de Vila Velha de Rodão. É análoga a percentagem de utilização dos quartzitos locais, mas também a aplicação de métodos Levallois recorrentes e preferenciais e Discóides a par de uma reduzida taxa de artefactos retocados. A gestão centrípeta dos núcleos, em Foz do Enxarrique também tem semelhanças com a Lagoa do Bando.

Tendo em conta a reduzida amostra lítica e a inexistência ao momento de datações absolutas para a Lagoa do Bando, a proposta de uma cronologia para este sítio é de certa forma especulativa.

A proximidade geográfica permitem-nos pensar numa complementaridade nas estratégias de caça e recolecção do sítio da Lagoa do Bando em relação aos sítios da região de Vila Velha de Ródão e em menor grau com os restantes do Médio Tejo. O facto de as fases iniciais das cadeias operatórias não estarem presentes no sítio, bem como o elevado grau de exploração da maior parte dos núcleos, ou seja, estes são transportados para o sítio já em plena fase de exploração, também nos leva a propor que esta seja uma ocupação especializada na exploração de determinados recursos bióticos. É claro que temos consciência que nos faltam muitos dados, sobretudo faunísticos, para a interpretação do sítio, mas entendemos que devemos avançar com hipóteses a contrastar com os futuros trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

BICHO, N. (2004) – The Middle Paleolithic Occupation of Southern Portugal. In *Settlement Dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*, Volume II, N. Connard (ed.), Tübigen: Kerns Verlag, pp. 513-531.

CARDOSO, J. (2006) – The Mousterian Complex in Portugal. *Zephyrus*, 59, pp. 21-50.

CHACÓN, M.; RAPOSO, L. (2001) – Análisis comparativo de la industria lítica en sílex del yaçamento de Estrada do Prado (Portugal) y del nível k del Abric Romaní (Espanha). *ARKEOS – prespectivas em diálogo*, 11, pp. 141-161

G.E.P.P. (1983) – A estação Paleolítica de Vilas Ruivas (Ródão). *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 1, pp. 15-38.

LUSSU, T.; ROSINA, P.; OOSTERBEEK, L.; COSTA, F. (2001) – O Mustierense de Santa Cita (Tomar, Alto Ribatejo, Portugal): investigação e conservação. *ARKEOS – prespectivas em diálogo*, 11, pp. 13-70.

MARKS, A.; MONIGAL, K.; ZILHAO, J. (2002) – The lithic assemblages of the Late Mousterian at Gruta da Oliveira, Almonda, Portugal. In ZILHAO, J.; AUBRY, T. & CARVALHO, A. F., eds. – *Les premiers homes modernes de la Péninsule Ibérique*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 145-154.

OOSTERBEEK, L.; ROSINA, L.; CURA, S.; GRIMALDI, S.; GOMES, J. (2011) – A ocupação do Pleistocénico Médio e Superior da Ribeira da Atalaia (Médio Tejo, Portugal Central). *Arqueologia e História*, vol. 60-61, pp. 73-88.

PEDERGNANA, A. (2011) – *The Middle Palaeolithic open air site of Santa Cita (Portugal): Technological analysis and reduction sequences*. Master thesis in Quartenary and Prehistory, 154 p.

PEÇA, P. (2012) – *Análise Morfotécnica da Indústria Lítica Mustierense do Sítio da Lagoa do Bando (Portugal Central)*. Tese de Mestrado apresentada na Universitá di Ferrara, 108 p.

RAPOSO, L.(1995) – Ambientes, Territórios e Subsistencia en el Paleolítico Médio de Portugal. *Complutum*, 6, pp. 57-77.

ROMÃO, J.; ESPERANCINHA, A. (2000) – *Carta Geológica de Portugal*/folha 28-A. Mação. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

ZILHÃO, J. (2001) – Middle Paleolithic Settlement Patterns in Portugal. In Conard, N., ed – *Settlement Dynamics of the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. Tubingen: Kerns Verlag, pp. 597-608

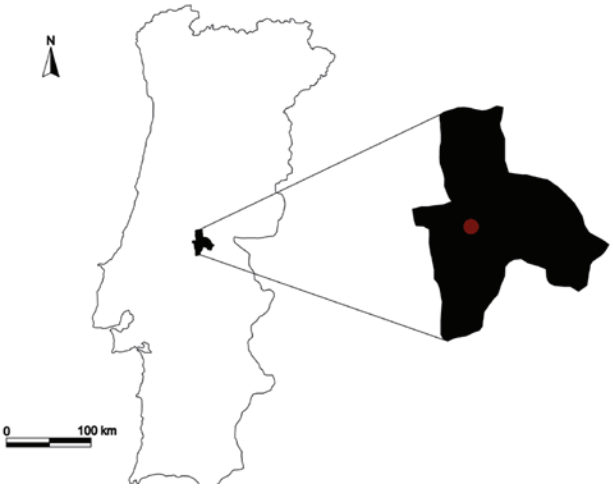


Figura 1 – Localização geográfica do Sítio da Lagoa do Bando no Concelho de Mação (desenho de Pedro Cura).

Figura 2 – Lascas provenientes da Unidade Litológica P: 1, 4, 5, 6, 7 e 8 – Lascas Levallois de quartzito, com excepção da 7 que é anfibolite; 2 – Lasca discóide de quartzito; 3 – Lasca retocada de quartzito.

Figura 3 – Núcleos provenientes da Unidade Litológica P: 1 – Núcleo Multifacial de quartzito; 2 e 3 – Núcleos Levallois de quartzito; 4 – Núcleo discóide de quartzito.

Figura 4 – Núcleos provenientes da Unidade litológica B*: 1 e 2 – Núcleos Levallois de quartzito; 3 e 4 – Núcleos discóides de quartzito.

A GRUTA DA OLIVEIRA (TORRES NOVAS): UMA JAZIDA DE REFERÊNCIA PARA O PALEOLÍTICO MÉDIO DA PENÍNSULA IBÉRICA

João Zilhão / Universitat de Barcelona; ICREA; UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / joao.zilhao@ub.edu
Diego Angelucci / Università degli studi di Trento / diego.angelucci@unitn.it
Thierry Aubry / Côa Parque / thaubry@sapo.pt
Ernestina Badal / Universidad de Valencia / Ernestina.Badal@uv.es
Jean-Philip Brugal / Université Aix-Marseille; CNRS-UMR 7269 LAMPEA / Brugal@mmsh.univ-aix.fr
Rui Carvalho / UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / ruivcarvalho@gmail.com
Cristina Gameiro / UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / gameiro.cristina@gmail.com
Dirk Hoffmann / CENIEH (Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana); University of Bristol / dirk.hoffmann@cenieh.es
Henrique Matias / UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) / hamatias@gmail.com
João Maurício / CRIVARQUE, LDA / jm@crivarque.net
Mariana Nabais / University College London (UCL) / mariananabais@gmail.com
Alistair Pike / University of Southampton / A.W.Pike@soton.ac.uk
Liliana Póvoas / Museu Nacional de História Natural e da Ciência / lipovoas@fc.ul.pt
Daniel Richter / Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology / daniel.richter@uni-bayreuth.de
Pedro Souto / CRIVARQUE, LDA / psouto@crivarque.net
Erik Trinkaus / Washington University / trinkaus@artsci.wustl.edu
Karine Wainer / CENIEH (Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana) / karinewainer@gmail.com
John Willman / Washington University / willman.john@gmail.com

RESUMO

A Gruta da Oliveira é uma jazida do Paleolítico Médio descoberta em 1989 no quadro da exploração espeleo-arqueológica do sistema cársico da nascente do rio Almonda. Uma vez desobstruído o espesso abatimento brechificado que selava a respectiva entrada, puderam escavar-se, entre 1992 e 2012, os ~9 m de estratificação arqueológica subjacente. Além de uma indústria lítica em sílex, quartzo e quartzito totalizando mais de 25.000 objectos, de restos do Homem de Neandertal, e de estruturas de combustão, os depósitos também forneceram abundantes restos de microfauna, fauna e carvão de madeira. Datada do intervalo ~35-105 ka por Radiocarbono, Urânio-Tório e Termoluminescência, esta sucessão é uma referência para o estudo paleoambiental e paleoantropológico do Plistocénico Superior da Península Ibérica.

ABSTRACT

The Gruta da Oliveira is a Middle Paleolithic site discovered in 1989 in the framework of the speleo-archeological exploration of the karstic system associated with the spring of the Almonda River. Removal of the thick brecciated rubble that sealed its collapsed entrance allowed excavation, between 1992 and 2012, of the underlying, ~9 m-thick archeological stratification. Besides lithic assemblages in flint, quartz and quartzite totaling >25,000 objects, Neandertal skeletal remains, and hearth features, the deposit also yielded abundant microfaunal, faunal and wood charcoal remains. Dated to the ~35-105 ka interval by Radiocarbon, Uranium-Thorium and Thermoluminescence, the Gruta da Oliveira is a reference succession for the paleoenvironmental and paleoanthropological study of the Upper Pleistocene of Iberia.

1. DESCOBERTA E ESCAVAÇÃO

Uma escarpa de falha de orientação NE-SW localmente designada como "Arrife" separa o Maciço Calcário Estremenho da Bacia Terciária do Tejo. Na nascente do Almonda, essa formação tem uma altura de ~70m (Figura 1). Com o progressivo encaixamento da rede fluvial endocársica que aqui conflui, as condutas sucessivamente abandonadas formaram um sistema de galerias fósseis dispostas em andares que se comunicam por um labirinto de fissuras e passagens estreitas. Aproveitando esta circunstância, um programa de prospecção espeleo-arqueológica iniciado em 1989 permitiu identificar a partir do interior do sistema uma série de jazidas do Paleolítico Inferior e Médio. Estas jazidas vieram juntar-se à já conhecida Galeria da Cisterna, que nos anos 40 do século passado tinha entregado um espólio da Pré-História recente e onde escavações realizadas em 1988-89 revelaram contextos habitacionais e sepulcrais do Paleolítico Superior e do Neolítico Antigo (Paço & *alii*, 1947; Trinkaus & *alii*, 2011; Zilhão, 2009; Zilhão & *alii*, 1993).

A Gruta da Oliveira (Figura 2), situada a meia encosta, à cota de ~115 m, foi a primeira destas novas jazidas a ser localizada, em Setembro de 1989. Ao depósito então reconhecido foi dada designação (Cone Moustierense) que subsumia tanto a cronologia do espólio recolhido como o processo de formação inferido: acumulação de sedimentos, fauna e indústria enchendo fissura situada na base de conduta que, outrora, teria funcionado como surgência (e depois, com a migração do nível freático para cota inferior, como galeria aberta ao exterior que, com o tempo, a sedimentação colmatou e o abatimento da entrada acabou por soterrar). Era nesse sentido que apontava o facto de as galerias de acesso ao Cone se abrirem ao longo da falha por que a rede de circulação hídrica subterrânea se foi progressivamente encaixando. É também nesta falha que se abrem condutas situadas a cota superior onde a continuação das prospecções viria a revelar a existência de jazidas de génese semelhante mas cronologia mais antiga, nomeadamente a Gruta da Aroeira (a entrada colmatada para o andar interior da rede conhecido como Galerias Pesadas).

No ano seguinte, o potencial arqueológico do Cone Moustierense foi confirmado por uma sondagem de ~0,5 m³ , e, a cota superior, descobriu-se a Sala 27 de Setembro, onde as tocas de animais fossadores e as numerosas raízes que atravessavam o tecto indicavam proximidade da superfície. Como a respectiva vertical no exterior, obtida com o sistema de localização SLOTER (Carvalho & Veiga, 1989), coincidia com a do Cone, confirmava-se que nessa zona da escarpa do Almonda, junto à grande oliveira epónima, existia realmente uma entrada abatida relacionada com o Cone Moustierense. A respectiva desobstrução foi realizada em 1991-92, e a escavação do depósito arqueológico subjacente, levada a cabo com a metodologia *standard* para jazidas paleolíticas de gruta, entre 1992 e 2012.

2. ESTRATIGRAFIA E OCUPAÇÃO HUMANA

De baixo para cima, a sequência da Gruta da Oliveira é formada por sete blocos estratigráficos (para uma descrição pormenorizada das diferentes unidades reconhecidas até à campanha de 2008, *cf.* Angelucci & Zilhão, 2009) (Figura 3). A saber:

Camada 27. É o depósito de colmatação da parte terminal da Galeria da Coluna. O respectivo conteúdo arqueológico encontra-se em posição secundária, e corresponde a restos acumulados por gravidade a partir de um lugar de deposição primária situado junto à entrada original. A distância envolvida, considerando o recuo da escarpa (>10 m) e a diferença na cota da rocha de base entre a Galeria da Coluna e a zona Corredor (~2 m) (Figura 2), explica a degradação mecânica dos bordos da indústria lítica.

Camada 26. Na zona dos quadrados O-P/16-17, a zona Corredor comunicava com a Galeria da Coluna através de fissura tapada por enormes blocos de abatimento atravessados de parede a parede em posição subvertical (Figura 4). A leste, a sul, e a oeste, esses abatimentos assentavam num lapiás de fundo que, a norte, era de relevo muito recortado e estava preenchido por cascalheira de blocos embalados em matriz arenosa – o Cone Moustierense. A densidade de achados arqueológicos, baixa nos níveis de colmatação escavados em 2012, era alta nos níveis superiores escavados em 1990. O bom estado de conservação do material lítico indicia acumulação por processos de baixa energia – por exemplo, transporte por gravidade e/ou escorrência a partir de área de ocupação em posição mais externa mas próxima.

Camadas 23-25. Com ~1,5 m de espessura, são as grandes massas rochosas e respectivo preenchimento intersticial de blocos e sedimento que, por um lado, sustentaram a sedimentação sobrejacente da zona Corredor e, por outro, criaram o espaço

vazio que permitiu a observação directa, a partir do interior do sistema, da sedimentação subjacente. A densidade de achados é baixa, reflectindo talvez a natureza catastrófica do evento que terá estado na sua génese (isto é, a formação de volume importante de depósitos em intervalo de tempo relativamente curto).

Camadas 20-22. São um depósito areno-argiloso com ~0,65 m de espessura formado durante um período de relativa estabilização estrutural do tecto e das paredes, possibilitando a utilização habitacional desta zona da cavidade, documentada por lareira com ~1,5 m de diâmetro cujo conteúdo e área envolvente se diferenciaram como camada 21 (Figura 4). Na base da camada 22 puderam ser escavadas as margens de duas outras estruturas de dimensão semelhante que se prolongam para leste, em direcção ao exterior, e se podem observar, deformadas por subsidência, no corte de referência N-R15>14 (Figura 3).

Camadas 15-19. São um depósito com ~1,3 m de espessura formado durante nova fase de desestabilização estrutural envolvendo pelo menos três episódios de abatimento de blocos com várias toneladas de peso (caídos sobre as superfícies das camadas 20, 19 e 15). Ao longo desta fase, a ocupação humana terá tido lugar em zonas mais exteriores, e a acumulação na área escavada dos abundantes restos de indústria e fauna recolhidos resultará de processos de transporte sin- ou pós-deposicional de curta distância, como sugerido pela boa conservação de bordos e arestas, pelas remontagens líticas, e pela preservação de conexões anatómicas.

Camadas 9-14. Formam um depósito acumulado entre o fundo da gruta e a massa de tecto com ~3 m de espessura abatida sobre a camada 15 na zona dos quadrados O-P/12-15. Em direcção ao interior, a cavidade corresponde, a esta cota, à confluência da conduta principal (Corredor) com duas áreas de topografia irregular desenvolvidas por alargamento de junta de estratificação (Sala 27 de Setembro e Divertículo; Figura 2). Numa primeira fase, a ocupação humana estendeu-se para a Sala, onde a sedimentação começa com a camada 16, cota a que o enchimento das zonas adjacentes do Corredor formou um chão de gruta contínuo, sub-horizontal, que a unia com a zona Exterior. A lareira da base da camada 14, quadrados K-M/20-22, e a área de dispersão de ossos queimados, fauna consumida, e restos de talhe que a envolve, são um bom testemunho das actividades humanas desta época (Angelucci & Zilhão, 2009; Zilhão & *alii*, 2010a). Com o enchimento da Sala e a colmatação da sua comunicação com o exterior, as ocupações humanas passaram a estender-se para o Divertículo, que até então era uma galeria suspensa a cota superior e onde a base da sedimentação é formada pelas camadas 11-12. As remontagens corroboram que estamos perante o lugar de deposição primária dos vestígios arqueológicos, cuja dispersão se explica principalmente por processos de bioturbação relacionados com a actividade das hienas e outros carnívoros.

Camadas 7-8. Existem no Exterior, no Corredor (onde recobrem o grande abatimento de O-P/12-15) e no Divertículo. Nas zonas mais interiores encontravam-se seladas por extensa e espessa crosta estalagmítica sobre que se acumulou o cone de depósitos de colmatação que o recuo da escarpa deixou exposto na vertente do Arrife. A camada 8 contém a ocupação humana mais recente da jazida. A camada 7 corresponde a um horizonte de abandono em que o papel de agente acumulador dos restos de fauna foi desempenhado pelos carnívoros.

3. VARIAÇÃO DIACRÓNICA

A tabela incorporada na Fig. 3 resume os resultados cronométricos actualmente disponíveis para a Gruta da Oliveira; os limites indicados para cada camada são os decorrentes da união dos intervalos de probabilidade de 95.7% dos resultados apurados para as amostras cuja medição não representa apenas um *terminus ante* ou *post quem* (Angelucci & Zilhão, 2009; Hoffmann & *alii*, 2013; Richter & *alii*, n.d.). Da idade dos espeleotemas cuja posição estratigráfica enquadra o enchimento escavado decorre para a totalidade deste último uma cronologia do Plistocénico Superior, entre a segunda metade do Estádio Isotópico 5 e o segundo terço do Estádio Isotópico 3.

Os caos de blocos formados no quadro dos diferentes episódios de abatimento acima referidos continham igualmente estalagmites caídas, originalmente formadas em nichos e patamares das paredes situados a cota superior. A datação destes espeleotemas indica que o início do seu crescimento é anterior a 170.000 anos e, portanto, que a migração do nível freático para andares inferiores da rede data seguramente do Estádio Isotópico 6, pelo menos. Porém, não se detectaram vestígios de que, no intervalo de tempo entre 100 e 200 ka, estas galerias tivessem

contido um enchimento sedimentar subsequentemente erodido, embora, na Sala 27 de Setembro, os interstícios do lapiás de fundo conservassem retalhos de um depósito fluvial (lentes de areão, areia e silte bem calibrados). É concebível que tais retalhos se relacionem com uma reactivação deste andar do carso durante o período de condições climáticas húmidas vigente no início do Estádio Isotópico 5. Esta hipótese poderia explicar a cronologia – Paleolítico Superior ou mais recente – de todos os depósitos arqueológicos em posição primária escavados nas galerias da rede fóssil do Almonda situadas a cotas inferiores aos 100 m.

Com a corroboração pelo Urânio-Tório dos resultados anteriormente obtidos pelo Radiocarbono, confirma-se que a última fase de ocupação humana da cavidade, registada na camada 8, teve lugar há cerca de 37.000 anos. Coincidindo com o Interestádio 8 da sequência isotópica dos gelos da Gronelândia (~36,6-38,2 ka), esta datação é consentânea com o facto de a fauna de roedores da camada 8 (NMI=352) ser composta em 38% por *Eliomys quercinus*, uma espécie de biomas florestais. A norte da cordilheira cantabro-pirenaica, a transição do Paleolítico Médio para o Paleolítico Superior deu-se entre 45 e 41 ka. A Gruta da Oliveira é portanto, juntamente com Cueva Antón (Murcia) e Gorham's Cave (Gibraltar), um dos poucos sítios ibéricos onde a hipótese de perduração do Paleolítico Médio (e, por inferência, do Homem de Neandertal) encontra apoio em dados cronométricos fiáveis (Zilhão & *alii*, 2010b).

A partir da camada 11-12, datada de há ~46.500 anos, a idade dos depósitos ultrapassa o limite de aplicabilidade do Radiocarbono, e os resultados obtidos por outros métodos apresentam intervalos de probabilidade muito amplos. No entanto, dada a ubiquidade do pinheiro-silvestre, indicador de clima frio, nos restos de madeira queimada recuperados nas camadas 11 a 22 (Badal & *alii*, 2012), podemos excluir a hipótese de a respectiva acumulação ter tido lugar durante o Estádio Isotópico 5. Tendo em conta esta informação paleoambiental, a sobreposição dos intervalos de probabilidade obtidos para as diferentes camadas, e os constrangimentos impostos pela ordem estratigráfica das amostras, a interpretação parcimoniosa da sequência subjacente às camadas 11-12 é a seguinte: camadas 26-27, final do Estádio Isotópico 5, ~70-100 ka; camadas 14-25, Estádio Isotópico 4, ~60-70 ka; camada 13, início do Estádio Isotópico 3, ~50-60 ka.

Ao longo do intervalo de tempo representado pelas camadas 7-16, para as quais se dispõe de dados preliminares, a composição dos conjuntos faunísticos, cuja acumulação é predominantemente antropogénica, mantém-se constante, embora com variações de frequência relativa. As formas mamalógicas determinadas são: entre os roedores, *Apodemus sylvaticus*, *Eliomys quercinus*, *Microtus brecciensis*, *M. (Terricola) duodecimcostatus/lusitanicus*, *Glis* sp. e *Castor fiber*; entre os herbívoros, *Cervus*, *Capra*, *Equus*, *Bos*, *Dicerorhinus* e *Sus*; entre os carnívoros, *Crocuta*, *Ursus*, *Canis*, *Vulpes*, *Lynx*, *Felis*, *Panthera* e *Martes*. Nas camadas 15-18 são especialmente abundantes os restos da tartaruga terrestre *Testudo hermanni* (Nabais, 2010). As camadas 9, 10, 17, 18, 19 e 22 ofereceram restos dentários e pós-cranianos do Homem de Neandertal (Trinkaus & *alii*, 2007; Willman & *alii*, 2012; Figura 5).

Ainda em fase inicial de estudo, as indústrias líticas (Marks & *alii*, 2001; Matias, 2012; Figura 5) caracterizam-se pelas muito baixas percentagens de material retocado: entalhes, denticulados e raspadores (raros). As observações de escavação sugerem que, da base para o topo, os factores de variação são os seguintes: diminuição do tamanho dos suportes; aumento da proporção do quartzo e do quartzito em detrimento do sílex; utilização decrescente do método Levallois; desaparecimento dos *hachereaux* e pequenos bifaces, presentes nas camadas 15-22 e ausentes nas camadas 7-14.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos, os trabalhos arqueológicos na Gruta da Oliveira foram apoiados, financeira ou logisticamente, pelas seguintes instituições: Associação Arqueológica do Algarve, Câmara Municipal de Torres Novas, Instituto Português de Arqueologia, Fábrica de Papel do Almonda, Fundação para a Ciência e Tecnologia (projecto PTDCHIS-ARQ0981642008) e Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

ANGELUCCI, Diego; ZILHÃO, João (2009) – Stratigraphy and Formation Processes of the Late Pleistocene Deposit at Gruta da Oliveira, Almonda Karstic System, Torres Novas, Portugal. *Geoarchaeology*. 24:3, pp. 277-310.

BADAL, Ernestina; VILLAVERDE, Valentín; ZILHÃO, João (2012) – Middle Palaeolithic wood charcoal from three sites in South and West Iberia: biogeographic implications. In BADAL, Ernestina; CARRIÓN, Yolanda; MACÍAS, Miguel; NTINOU, Maria, eds. – *Wood and charcoal. Evidence for human and natural History*. València: Universitat de València, pp. 13-24.

CARVALHO, Fausto; VEIGA, Francisco A. (1989) – *O sistema SLOTER e a sua utilização na Gruta da Nascente do Almonda*. Coimbra: Centro de Investigação e Exploração Subterrânea.

HOFFMANN, Dirk L.; PIKE, Alistair W. G.; WAINER, Karine; ZILHÃO, João (2013) – New U-series results for the speleogenesis and the Palaeolithic archaeology of the Almonda karstic system (Torres Novas, Portugal). *Quaternary International*. 294, pp. 168-182.

MARKS, Anthony; MONIGAL, Katherine; ZILHÃO, João (2001) – The lithic assemblages of the Late Mousterian at Gruta da Oliveira, Almonda, Portugal. In ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António F., eds. – *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 145154.

MATIAS, Henrique (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na Gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissetação de Mestrado, Faculdade de Ciências (Univesidade de Lisboa).

NABAIS, M. (2010) – *Middle Palaeolithic Tortoise Use at Gruta da Oliveira (Torres Novas, Portugal)*. Dissertação de Mestrado, Institute of Archaeology (University College London).

PAÇO, Afonso do; VAULTIER, Maxime; ZBYSZEWSKI, Georges (1947) – *Gruta da Nascente do Rio Almonda. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 11:12, pp. 171187.

RICHTER, Daniel; ANGELUCCI, Diego; DIAS, Isabel; PRUDÊNCIO, Isabel; GOUVEIA, Ângela; CARDOSO, Guilherme; BURBIDGE, Chris; ZILHÃO, João (n.d.) – Heated Flint from Gruta da Oliveira (Portugal): Dosimetric Challenges and Comparison of TL-dating Results with Radiocarbon and U-series Dating. *Journal of Archaeological Science* (no prelo).

TRINKAUS, Erik; MAKI, Julia; ZILHÃO, João (2007) – Middle Paleolithic Human Remains From the Gruta da Oliveira (Torres Novas), Portugal. *American Journal of Physical Anthropology*. 134, pp. 263-273.

TRINKAUS, Erik; BAILEY, Shara; DAVIS, Simon J. M.; ZILHÃO, João (2011) – Magdalenian Human Remains from the Galeria da Cisterna (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série V. 1, pp. 395-413.

WILLMAN, John C.; MAKI, Julia; BAYLE, Priscilla; TRINKAUS, Erik; ZILHÃO, João (2012) – Middle Paleolithic Human Remains from the Gruta da Oliveira (Torres Novas), Portugal. *American Journal of Physical Anthropology*. 149, pp. 39-51.

ZILHÃO, João (2009) – The Early Neolithic artifact assemblage from the Galeria da Cisterna (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal). In *De Méditerranée et d'ailleurs. M*élanges offerts à Jean Guilaine. Toulouse : Archives d'Écologie Préhistorique, pp. 821-835.

ZILHÃO, João; ANGELUCCI, Diego; ARGANT, Jacqueline; BRUGAL, Jean-Philippe; CARRIÓN, José S.; CARVALHO, Rui; FUENTES, Noemi; NABAIS, Mariana (2010a) – Humans and Hyenas in the Middle Paleolithic of Gruta da Oliveira (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal). In *1a Reunión de científicos sobre cubiles de hiena (y otros grandes carnívoros) en los yacimientos arqueológicos de la Península Ibérica*. Alcalá de Henares : Museo Arqueológico Regional, pp. 298-308.

ZILHÃO, João; DAVIS, Simon J. M.; DUARTE, Cidália; SOARES, António M. M.; STEIER, Peter.; WILD, Eva (2010b) – Pego do Diabo (Loures, Portugal): Dating the Emergence of Anatomical Modernity in Westernmost Eurasia. *PLoS ONE*. 5:1, e8880 (doi:10.1371/journal.pone.0008880).

ZILHÃO, João; MAURÍCIO, João; SOUTO, Pedro (1993) – Jazidas arqueológicas do sistema cársico da nascente do Almonda. *Nova Augusta*. 7, pp. 35-54.

Figura 1 – O Arrife do Almonda. Em cima: à esquerda, após o fogo que em 2004 consumiu a vegetação da parte superior; à direita, vista aproximada em 1999, observando-se os cones de terras de crivagem que os trabalhos de escavação tinham começado a acumular. Em baixo: à esquerda, nos anos 40, antes da ampliação da fábrica de papel (arquivo STEA); à direita, a parte terminal da Galeria do Crivo vista da entrada para a Galeria da Coluna (ou seja, de jusante para montante), observando-se a falha ao longo do qual se deu o progressivo encaixamento da rede fluvial subterrânea associada à nascente do Almonda. Os círculos indicam a localização das grutas da Oliveira (a meia encosta) e da Aroeira (no topo). No terreno desnudado dos anos 40 destaca-se claramente o enchimento de gruta cortado pelo recuo da escarpa que, em 1991, à data da desobstrução da Gruta da Oliveira, se encontrava completamente escondido pelo espesso *maquis* que entretanto se desenvolveu.

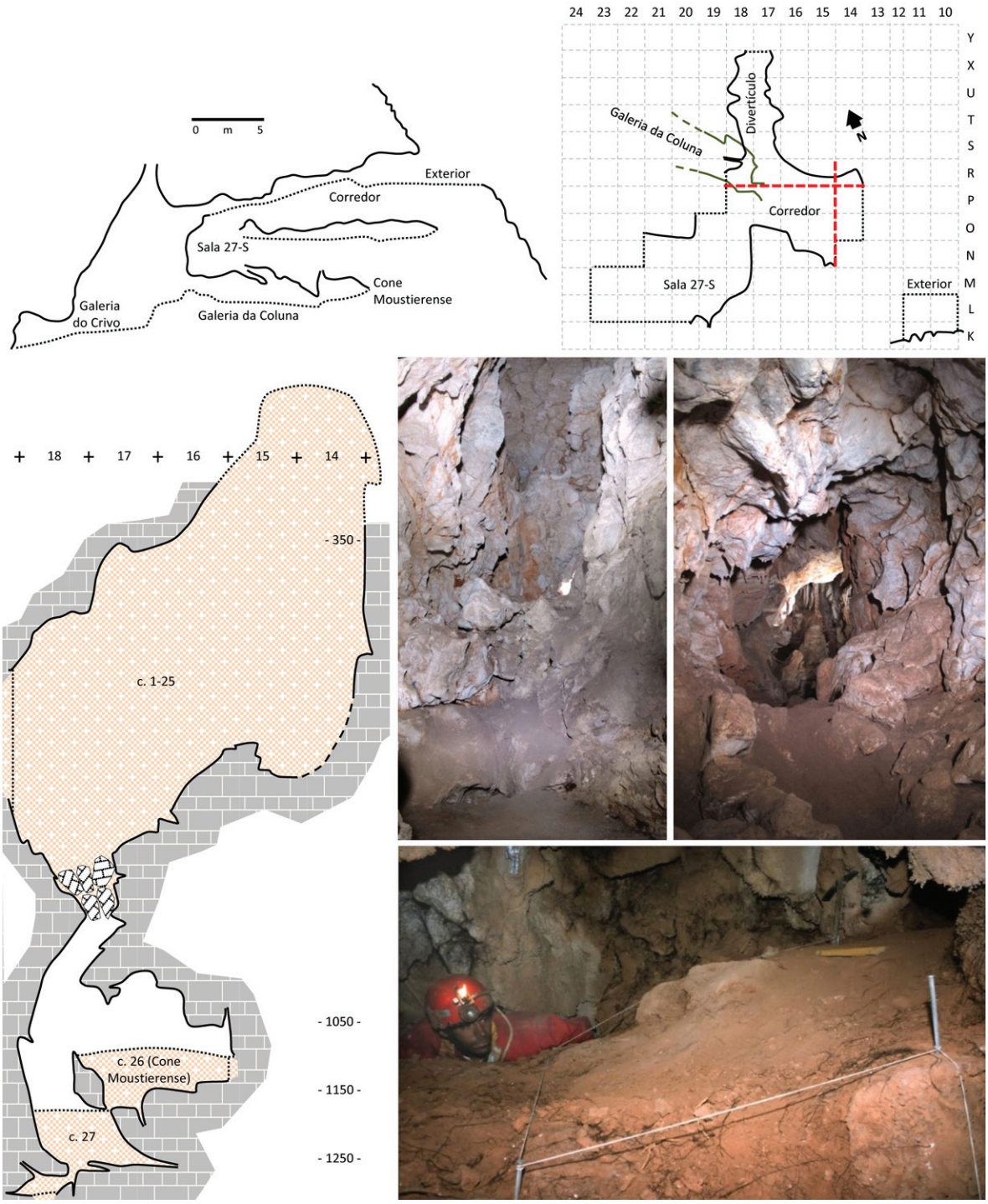


Figura 2 – O Cone Moustierense e a Gruta da Oliveira. Em cima: à esquerda, corte esquemático da cavidade colmatada e galerias adjacentes na altura da descoberta, em 1989; à direita, planta com os contornos da parede à cota da camada 10 e quadrícula de escavação (as linhas tracejadas indicam a posição dos cortes P>R e 15>14). Em baixo: à esquerda, corte topográfico ao longo da separação entre as fiadas P e R da quadrícula (cotas em cm abaixo do plano zero de escavação); à direita, segundo os ponteiros do relógio, vista de montante para jusante da entrada para a Galeria da Coluna, o interior da Galeria da Coluna, e o Cone Moustierense em 1990, no começo dos trabalhos de sondagem desse ano.

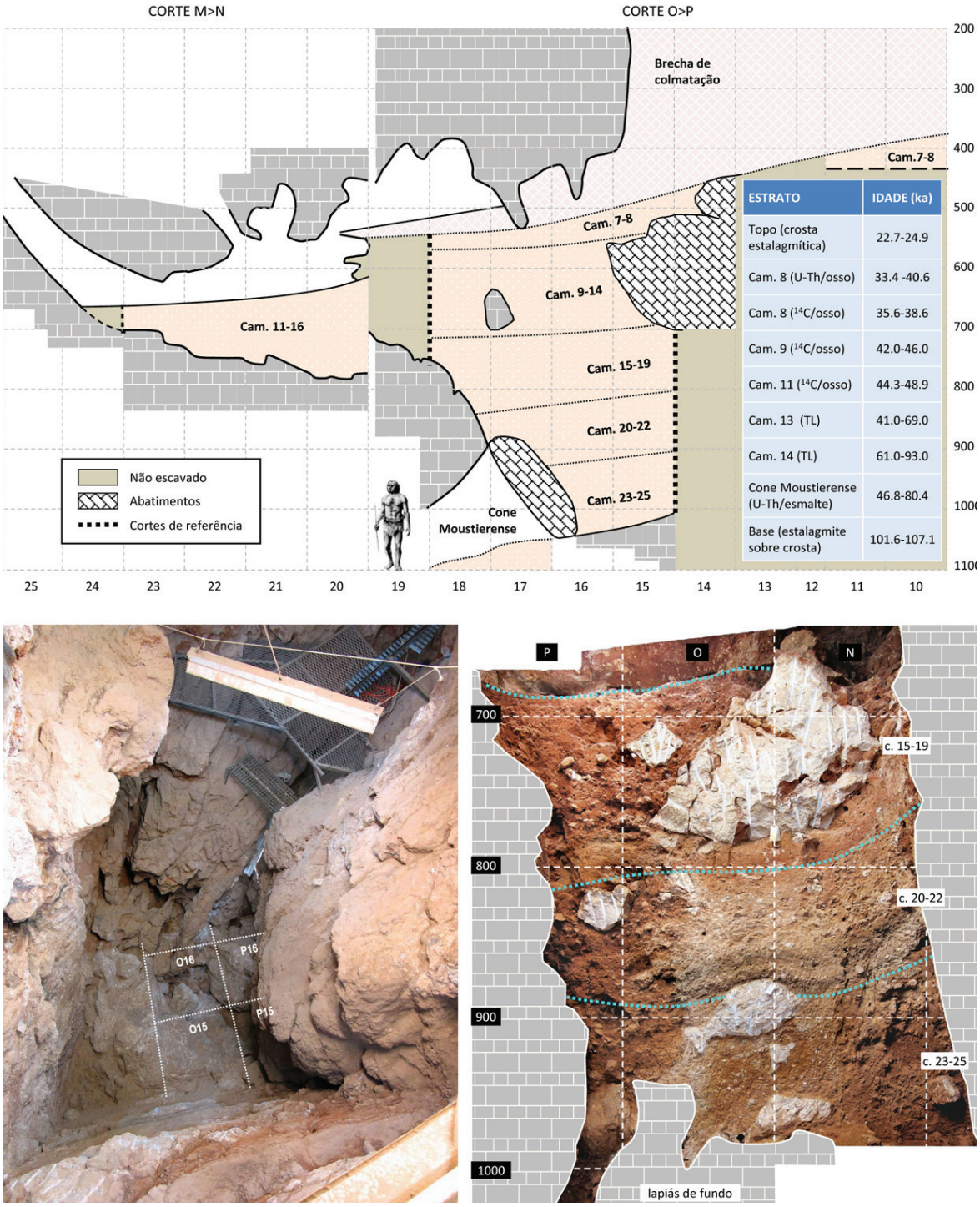


Figura 3 – Estratigrafia da Gruta da Oliveira. Em cima: sequência estratigráfica esquemática e tabela resumindo os elementos de datação disponíveis. Em baixo: à esquerda, vista sobre a base da escavação, observando-se o lapiás de fundo alcançado nas fiadas N e O e a comunicação lateral com o Cone Moustierense na fiada P, junto à parede norte; à direita, o corte de referência 15>14 (cotas em cm abaixo do plano zero de escavação).

Figura 4 – Escavação da lareira da camada 21. Em cima: à esquerda, a grande mancha negra da lareira começa a aparecer na base da decapagem A66, sob a grande lâmina de tecto cuja queda perturbou parcialmente o quadrante NW da estrutura; à direita, concluída a decapagem A66, observa-se o prolongamento da lareira para a zona brechificada do depósito situada ao longo da parede sul. Em baixo: à esquerda, durante a decapagem A67, já removida a lâmina de tecto, a estrutura começa a ser delimitada também a leste e a sul; à direita, concluída a decapagem A67, a estrutura está exposta em toda a sua extensão, embora já cortada para observação micro-estratigráfica a norte e a oeste. Observe-se ainda como, ao longo destas duas decapagens, a remoção dos blocos acumulados contra as paredes oeste e norte vai progressivamente expondo a passagem para o Cone Moustierense.

Figura 5 – Vestígios arqueológicos e paleoantropológicos. Em cima: restos do Homem de Neandertal (a. úmero direito, cam. 18; b.úmero direito, cam. 18; c. falange da mão, cam. 9; d. falange da mão, cam. 17; e. cúbito direito, cam. 10; f. tíbia esquerda, cam. 19). Em baixo: indústria lítica (a. núcleo Levallois, cam. 20; b. raspador denticulado, cam. 26; c. raspador, cam. 26; d. lâmina Levallois, cam. 20; e. denticulado, cam. 14; f. lasca Levallois, cam. 19; g. núcleo Levallois, cam. 13; h. denticulado, cam. 26; i. núcleo piramidal, cam. 10; j. hachereau, cam. 20; k. micrólito, cam. 14; a.-f. e k., sílex; g.-j., quartzito; b-k, fotos José Paulo Ruas).

O SOLUTRENSE EM PORTUGAL: NOVIDADES DO SÉCULO XXI

João Cascalheira / NAP – Universidade do Algarve / jmcascalheira@ualg.pt

RESUMO

Os dados disponíveis até à viragem de século sobre a ocupação Solutrense em Portugal eram sobretudo provenientes dos sítios localizados na Estremadura portuguesa e no Vale do Côa. Recentemente, contudo, a identificação de contextos fora destes âmbitos geográficos, nomeadamente no Algarve, e a consequente atualização da base de dados radiométrica solutrense, tem permitido lançar novos desafios à tradicional organização crono-estratigráfica do tecnocomplexo.

ABSTRACT

At the turn of the century data on the Solutrean occupation of Portugal were mainly available from sites located in the Portuguese Estremadura and in the Côa Valley. Recently, however, the identification of sites outside these geographical areas and the consequent updating of the solutrean radiometric database has allowed to set new challenges to the traditional, and generally accepted, chrono-stratigraphic organization of the technocomplex.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da história da investigação sobre o Paleolítico Superior em Portugal, o Solutrense tem sido repetidas vezes mencionado como um dos tecnocomplexos com melhor e mais numerosa representação (Roche, 1974). Para este facto muito tem contribuído a facilidade de identificação das indústrias solutrenses através do carácter distinto dos seus fósseis-diretores e particularidades tecnológicas. O reconhecimento das típicas pontas de retoque plano invasor uni e bifacial tem, de facto, permitido assinalar, de forma incontestável, a presença de horizontes solutrenses não só em depósitos estratigraficamente selados mas também em contextos remexidos ou de superfície. Esta agilidade no reconhecimento das ocupações tem, no entanto, estado na base da construção de um quadro interpretativo que, quando analisado a fundo e comparado com o de outros tecnocomplexos, se pode revelar frágil e até, por vezes, contraditório. Atentando aos números obtidos de uma simples análise feita às características do conjunto dos 24 sítios portugueses onde estão seguramente identificadas ocupações atribuíveis ao Solutrense (Tabela 1) rapidamente se apreendem algumas destas fragilidades.

A primeira será a da representatividade das indústrias líticas em cada uma das jazidas. Muitos dos sítios solutrenses contam, de facto, apenas com a presença de escassos elementos caracterizadores (maioritariamente pontas), sendo raros os casos em que estão disponíveis indústrias líticas relativamente numerosas e completas que permitam, além de uma atribuição cronológica genérica, estudos tecnológicos mais íntegros. Evidentemente, as diferenças na composição das indústrias e a existência de um grande número de sítios cujo espólio se restringe apenas a uma quantidade reduzida de armaduras, limitam previsivelmente as inferências que se podem fazer, intra e inter-sítio, sobre questões de funcionalidade, redes de contactos, regionalismos, reconstituição de cadeias-operatórias, entre outros.

Igual situação se pode reportar relativamente à análise faunística e à reconstrução dos padrões de subsistência e do sistema biótico do Último Máximo Glacial (LGM). Neste campo também as interpretações se veem de certa forma truncadas pelo facto de uma grande parte dos sítios identificados não incluírem coleções de material osteológico e/ou conquífero ou, quando presentes, não ser possível a sua atribuição estratigráfica correta.

Por último, é de salientar o número de datações ab-

Tabela 1 – Sítios atualmente atribuíveis ao Solutrense e as respetivas características.

Sítio	Tipo de Sítio	Localização geográfica	Década escavação	Atribuição cultural	Contexto	Datações absolutas	Restos faunísticos	Representatividade indústria lítica[a]
Cardina 1	Ar livre	Vila Nova de Foz Côa	1990	Médio	Estratigrafia	Não	Não	?
Olga Grande 4	Ar livre	Vila Nova de Foz Côa	1990	Superior	Estratigrafia	Não	Não	?
Buraca Grande	Gruta	Pombal	1990	Médio	Estratigrafia	Não	Sim	**
Ourão	Gruta	Pombal	1980	Superior	Superfície	Não	Não	P
Lagar Velho	Abrigo	Leiria	1990	Médio	Estratigrafia	Sim	Sim	***
Caldeirão	Gruta	Tomar	1980	Médio e Superior	Estratigrafia/ Remexido	Sim	Sim	**
Anecrial	Gruta	Porto de Mós	1990	Médio	Estratigrafia	Sim	Sim	P
Casa da Moura	Gruta	Óbidos	1800	Superior	Estratigrafia	Não	Sim	*
Almonda	Gruta	Torres Novas	1980	Médio e Superior	Estratigrafia	Não	Sim	P
Casal do Cepo	Ar livre	Torres Novas	1990	Médio	Estratigrafia	Não	Não	***
Olival da Carneira	Ar livre	Rio Maior	1990	Superior	Estratigrafia	Não	Não	***
Olival do Passal	Ar livre	Rio Maior	1940/1980	Médio	Remexido	Não	Não	*
Furninha	Gruta	Peniche	1800	Superior	Remexido	Não	Sim	P
Lapa do Suão	Gruta	Bombarral	1960-70	-	Estratigrafia	Não	Sim	*
Lapa da Rainha	Gruta	Lourinhã	1980	-	Remexido	Não	Sim	*
Vale Almoinha	Ar livre	Torres Vedras	1940-50	Médio	Estratigrafia	Sim	Não	***
Baío	Ar livre	Torres Vedras	1940-50	Superior	Superfície	Não	?	P
Correio-Mor	Gruta	Loures	1970	Superior	Estratigrafia	Não	Sim	*
Salemas	Gruta	Loures	1950-60	Superior	Estratigrafia	Sim	Sim	**
Poço Velho	Gruta	Cascais	1800	Superior	Remexido	Não	Não	P
Monte da Fainha	Ar livre	Estremoz	1950	Médio	Remexido	Não	Não	P
Escoural	Gruta	Montemor-o--Novo	1960	-	Estratigrafia	Não	Sim	P
Vala	Ar livre	Silves	1990	Superior	Remexido	Não	Não	**
Vale Boi	Abrigo	Vila do Bispo	2000	Superior	Estratigrafia	Sim	Sim	***

[a] P significa que apenas pontas estão identificadas, enquanto que os asteriscos demonstram a quantidade e diversidade das indústrias (quanto mais asteriscos maior número de elementos e maior diversidade dos elementos tecnológicos estão presentes).

solutas aceites para este conjunto de sítios, no total de 15 resultados (Tabela 2) provenientes de apenas seis das jazidas identificadas (Caldeirão, Vale Boi, Salemas, Vale Almoinha, Lagar Velho e Buraca Grande). Quando comparados com os resultados disponíveis para os contextos gravetenses e magdalenenses, para os quais o número de datações ultrapassa já a meia centena em ambos os casos (Bicho & Haws, 2012; Bicho, Haws & Marreiros, no prelo), os dados de cronologia absoluta Solutrense são claramente inferiores em número e, mais importante, cobrem uma percentagem muito reduzida (25%) dos sítios conhecidos. Consequentemente, a atribuição cronológica da maioria das jazidas dentro da evolução interna do tecnocomplexo tem ficado limitada à comparação tipológica com as sequências tradicionais definidas pela sucessão de fósseis-diretores nos contextos ditos chave de Portugal, Espanha e França, e na sua organização tripartida em Solutrense Inferior, Médio e Superior.

Todas estas particularidades do registo solutrense em Portugal prendem-se, logicamente, com a pró-

Tabela 2 – Datações aceites para o Solutrense em Portugal. Calibração feita com recurso ao programa OxCal online (https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal/OxCal.html).

Sítio	Nível	Ref. Lab.	Idade BP	Idade cal BP	Material	Atribuição cultural
Buraca Grande	9	Gif-9502	17850±200	21927-20518	carvão	Superior
Lagar Velho	9	OxA-8419	20200±180	24539-23552	carvão	Médio
Caldeirão	H	OxA-2511	20530±270	25167-23823	osso	Médio
Caldeirão	H	OxA-1939	19900±260	24460-23037	osso	Médio
Caldeirão	Fc	OxA-2510	18840±200	23305-22040	osso	Superior
Vale Almoinha	5SIII	ICEN-71	20380±150	24809-23885	carvão	Médio
Vale Almoinha	5AIII	OxA-5676	19940±180	24340-23364	carvão	Médio
Salemas	V.b.	ICEN-376	20250±320	24986-23436	carvão	Superior
Salemas	V.S	ICEN-385	19220±300	23715-22274	osso	Superior
Salemas	V.S	ICEN-367	17770±420	22280-20222	osso	Superior
Vale Boi	C4	Wk-26800	20620±160	25045-24196	carvão	Superior
Vale Boi	C1	Wk-24763	19533±92	23720-22684	carvão	Superior
Vale Boi	B6	Wk-24765	18859±90	22338-21566	concha	Superior
Vale Boi	Vert. 2	Wk-12131	17634±110	21405-20518	carvão	Superior
Vale Boi	Vert. 2	Wk-12130	18410±165	22357-21505	osso	Superior
Vale Boi	D2	Wk-26802	20570±178	25027-24046	carvão	Superior

pria natureza funcional dos sítios e as suas condições de preservação que muitas vezes não permitiram a conservação de um registo mais completo. Por outro lado, a própria história da investigação, nomeadamente as épocas de escavação de alguns dos sítios e os respetivos métodos e critérios de recolha e registo deixaram disponíveis coleções muito triadas e/ou sem proveniência estratigráfica segura.

As primeiras identificações de materiais solutrenses em Portugal são, de facto, feitas sobre os materiais escavados ainda no século XIX pelos Serviços Geológicos de Portugal (Zilhão, 1987): por Breuil e Zbyszewski (1942) nos espólios das grutas da Furninha e da Ponte da Lage, e treze anos mais tarde por França, Roche e Ferreira, (1961) que por entre os materiais da gruta da Casa da Moura reconhecem quatro pontas solutrenses. Desde essas primeiras publicações até sensivelmente meados dos anos 60 é recuperado um novo conjunto de materiais, através, sobretudo, dos trabalhos de Manuel Heleno em Rio Maior e Cambelas (Heleno, 1956), de Jean Roche nos sítios de Salemas e Vila Pouca e de Mendes Corrêa em Monte da Faínha. Enquanto estes últimos são logo objeto de publicação na síntese de Roche de 1974, os materiais recolhidos por Heleno permaneceriam inéditos até ao início dos anos 80 (Zilhão, 1987). Durante esta década, além do estudo das coleções antigas, inicia-se também uma nova vaga de escavações de onde são obtidas as primeiras datações absolutas para o Solutrense português. Os novos trabalhos integram-se num renovado ímpeto no estudo do Paleolítico em Portugal que se prolonga pelo início dos anos 90 através de vários projetos que visavam sobretudo a reconstrução das sequências crono-culturais da Estremadura. Foram precisamente estes dados, obtidos durante as décadas de 80 e 90 nos sítios estremenhos, que mais contribuíram para aquilo que se conhece atualmente do Solutrense em Portugal. A figura central durante este período foi a de João Zilhão, com vários trabalhos publicados sobre o enquadramento cultural e cronológico do tecnocomplexo no contexto peninsular (Zilhão, 1990; 1991) e o modelo da sua evolução crono-estratigráfica a nível regional (Zilhão, 1994), ainda hoje aceite.

Só a partir sensivelmente de meados da década de noventa é que o âmbito geográfico das ocupações solutrenses se alarga para além da região Centro e Alentejo, com a identificação de sítios no Vale do Côa (Aubry, 2009) e, mais tarde, no Algarve com o início dos trabalhos em Vale Boi (Bicho, Cascalheira & Marreiros, 2012). Em ambos os casos, as novas descobertas permitiram colmatar os vazios de conhecimento sobre os dois territórios de fronteira entre

o Solutrense da Espanha cantábrica e mediterrânica e a realidade solutrense da Estremadura portuguesa. Contudo, desde o início do século XXI, apenas o sítio de Vale Boi tem sido continuadamente alvo de trabalhos arqueológicos e publicações frequentes. Denota-se, desta forma, um decréscimo acentuado na investigação e publicação sobre o Solutrense em Portugal, muito provavelmente também como efeito colateral da crescente importância e quase que dominante investimento posto na investigação, a nível nacional e internacional, da transição entre Paleolítico Médio e Superior.

2. A SEQUÊNCIA SOLUTRENSE

O modelo crono-estratigráfico atualmente disponível e genericamente aceite para o Solutrense português é precisamente o sintetizado, com base nos dados da Estremadura, por Zilhão em 1994 e respetivas atualizações (Zilhão, 1997; 2013). A subdivisão crono-cultural é feita à imagem da proposta de Smith (1966) para o Sudoeste francês que organiza o tecnocomplexo em três momentos distintos com base no aparecimento sucessivo dos vários fósseis-diretores.

A sequência inicia-se com um Solutrense Inferior que terá ocorrido no intervalo entre c. 21 e 20.5 ka BP, mas que devido a processos erosivos não pôde, até ao momento, ser devidamente isolado e datado nos sítios conhecidos. Esta fase, intermediária entre o Proto-Solutrense e o Solutrense Médio, caracterizar-se-ia hipoteticamente, com base nos dados de França e de alguns elementos encontrados na ocupação Proto-Solutrense de Vale Comprido, pelo predomínio de pontas de face plana e pela ausência de elementos foliáceos bifaciais. A fase seguinte, denominada de Solutrense Médio, tem início a partir de c. 20.3 ka BP, segundo a datação mais antiga obtida para Vale Almoinha, e não perdurará para além de c. 19 ka BP, com base nos dados estratigráficos e radiométricos da gruta do Caldeirão. Do ponto de vista das indústrias líticas este momento é caracterizado por uma tecnologia completamente distinta da que se conhece para os momentos anteriores (*i.e.* Proto-Solutrense), com a produção preferencial de lâminas a partir de núcleos bidirecionais cuidadosamente preparados por microfacetagem dos planos de percussão. Tipologicamente predominam as folhas de loureiro e as pontas de face plana. Em Vale Almoinha está também identificada uma folha de salgueiro, cuja exclusividade em contextos do Solutrense Superior noutras regiões da Península Ibérica, levou Zilhão a argumentar que a ocupação desta jazida se dá já na transição entre Solutrense Médio e Superior. Esta afirmação recuaria o início da próxima fase para c. 20 ka BP, ainda que a mais antiga datação disponível para indústrias do Solutrense Superior seja mil anos mais recente. De facto, os fósseis-diretores associados ao Solutrense Superior (*i.e.* pontas de pedúnculo central e aletas e pontas crenadas) têm como datação mais antiga a obtida na camada Fc da gruta do Caldeirão, de c. 19 ka BP, e parecem persistir no registo arqueológico estremenho até pelo menos c. 18 ka BP segundo os resultados radiométricos do conjunto 9 da Buraca Grande. Na Estremadura apenas uma coleção oferece dados suficientes para uma análise pormenorizada dos padrões tecnológicos desta fase, a do Olival da Carneira. Apesar das estratégias serem aparentemente as mesmas que na fase anterior, denota-se uma certa microlitização das indústrias, cujo objetivo passa a ser a produção de produtos lamelares e não laminares. Para além das pontas pedunculadas, aparecem também nesta etapa folhas de loureiro, na sua maioria de reduzidas dimensões.

A esta subdivisão segundo o esquema tradicional, Zilhão adiciona ainda uma última fase que denomina de Solutreo-Gravetense com base nas similitudes com as últimas ocupações solutrenses do Levante e Sul de Espanha. Mais uma vez, no entanto, o autor refere que este momento não se encontra preservado nas sequências estratigráficas, particularmente das grutas da Buraca Grande e Caldeirão, esta última devido à forte bioturbação registada no topo das camadas solutrenses. Assim, a identificação desta fase é apenas justificada pela presença, na Buraca Grande, de uma zagaia de pequenas dimensões cujo bisel ocupa mais de um terço do comprimento, tipologicamente idêntica a outras recuperadas no Solutreo-Gravetense da Espanha mediterrânica e pelas pequenas pontas de pedúnculo lateral com retoque abrupto presentes no registo da gruta do Caldeirão (Zilhão, 1997) e do sítio da Vala (Zambujo & Pires, 1999).

Uma das principais características desta proposta de organização da sequência Solutrense é a existência de hiatos, seja na transição entre fases (*i.e.* entre o Solutrense médio e superior), seja cobrindo efetivamente a totalidade de algumas das etapas (*i.e.* Solutrense Inferior e Solutreo-Gravetense). Estas

descontinuidades, juntamente com outros fenómenos de redeposição e formação de palimpsestos são dados por Zilhão (2013) como espectáveis tendo em conta que as oscilações climáticas ocorridas durante o LGM terão tido um impacto bastante marcado na preservação e representatividade dos depósitos arqueológicos. Todavia, juntamente com os três pontos de fragilidade referidos anteriormente em relação ao conjunto de dados que efetivamente existem, estes vazios no conhecimento do desenvolvimento crono-cultural do Solutrense só trazem ainda menos solidez à sua reconstrução e interpretação. Por outro lado, o caracter hipotético que reveste parte das atribuições, particularmente a ausência de sobreposição cronológica entre cada uma das fases e inerente progressão evolutiva entre os vários tipos de fósseis-diretores, e a existência de um Solutrense Inferior ou de uma etapa Solutreo-Gravetense, torna-se ainda mais evidente se atentarmos a algumas particularidades dos sítios envolvidos na proposta. A gruta do Caldeirão, por exemplo, cujo papel na construção do modelo é, como vimos, fulcral, apresenta alguns problemas na sequência Solutrense, dos quais se salientam a posição estratigráfica insegura da totalidade dos elementos atribuíveis ao Solutrense Superior (Zilhão, 1997, p. 513) ou os problemas de inversão apresentados pelas datações rejeitadas do topo da camada Fa.

3. OS NOVOS DADOS

Como vimos anteriormente, desde o início do novo século que os trabalhos arqueológicos em jazidas com ocupações solutrenses têm estado limitados ao sítio de Vale Boi, na região do Algarve. São, portanto, provenientes deste sítio, os resultados que serão aqui resumidamente apresentados. Será principalmente focada a sequência crono-estratigráfica dos níveis solutrenses, uma vez que dados específicos sobre a tecnologia lítica, análise faunística, indústria óssea, ornamentos e arte móvel podem ser consultados nas várias publicações disponíveis sobre o sítio arqueológico (*e.g.* Bicho & Gibaja, 2007; Bicho, Cascalheira & Marreiros, 2012; Bicho & *alii*, 2007; Cascalheira, 2010; Évora, 2007; Manne & *alii*, 2012; Regala, 2011; Simón, Cortés & Bicho, 2012).

Os trabalhos em Vale Boi tiveram início precisamente em 2000 e permitiram desde então a identificação de pelo menos três áreas distintas com ocupação humana (Terraço, Vertente e Abrigo) e de uma sequência estratigráfica que se inicia com o Gravetense a c. 28 ka BP, passando pelo Proto-Solutrense, Solutrense, Magdalenense e que termina com uma ocupação neolítica datada de c. 6 ka BP. O sítio estende-se por mais de 10 000 m² na encosta de um amplo vale localizado a cerca de 2 km da atual linha de costa.

A ocupação Solutrense está presente nas três áreas referidas, porém em condições estratigráficas bastante distintas. No Terraço, localizado na base da encosta, a deposição dos materiais solutrenses parece ter resultado em grande parte de fenómenos de coluvião a partir da Vertente e portanto as condições de integridade das ocupações não podem ser asseguradas. Na Vertente, por outro lado, os materiais solutrenses apresentam-se maioritariamente *in situ*, como o provam, por exemplo, as remontagens feitas no decurso da escavação entre vários fragmentos de utensílios em osso dentro do mesmo nível de cinco centímetros e a concordância na sequência das datações obtidas. Por último, no Abrigo foram identificadas três camadas geológicas distintas (A, B e C) que continham materiais do LGM e cuja sequência estratigráfica aparenta ter sofrido muito poucas alterações. O facto de os depósitos estarem selados por um conjunto de blocos provenientes da queda da pala do abrigo imediatamente depois do LGM parece ter contribuído para uma boa preservação do registo. A confirmar este facto encontra-se a série de datações efetuadas ao longo das três camadas, com apenas um dos resultados das seis amostras enviadas para laboratório a ser rejeitado.

Em termos cronológicos a combinação dos dados radiométricos revela a existência de pelo menos três momentos-chave na sequência solutrense de Vale Boi (Cascalheira & *alii*, no prelo): (1) entre c. 20.5 e 19.5 ka BP; (2) a c. 19 ka BP; (3) e por fim, a ca. 17.5 ka BP. Cada um destes momentos está individualizado do ponto de vista da indústria lítica, sendo que as diferenças, contudo, não estão apenas relacionadas com a presença/ausência de tipos específicos de projéteis, como o comprova a presença de pontas de Parpalló e de pedúnculo lateral ao longo dos três momentos de ocupação. As diferenças são sobretudo ao nível das particularidades métricas e morfológicas dos projéteis de pedúnculo central e aletas, cuja distribuição pela sequência atesta um refinamento progressivo na sua manufatura: de pontas mais largas e espessas com retoque menos minucioso no momento mais antigo de ocupação, a projé-

teis mais finos, leves e de preparação mais cuidada no topo da sequência. Curiosamente o momento intermédio apresenta características que encaixam entre uma e outra tendência. Esta "evolução" na manufatura das pontas de pedúnculo central acompanha, também, uma certa redução no tamanho dos suportes líticos, bem como o aumento progressivo da importância das pontas crenadas sobre lamela com retoque abrupto (Cascalheira, 2010; Bicho, Cascalheira & Marreiros, 2012).

A variação nas particularidades tipológicas dos projéteis não pode ser contudo associada a diferentes esquemas tecnológicos, uma vez que ao longo da sequência a tecnologia de produção da utensilagem lítica é essencialmente idêntica. O mesmo se pode afirmar dos outros grupos de utensílios retocados que não apresentam variações significativas associadas aos três momentos referidos.

A presença de pontas pedunculadas em horizontes tão antigos como o de 20.5 ka BP em Vale Boi está em clara contradição com o modelo proposto para a Estremadura, tornando contemporâneos dois momentos de um esquema que é essencialmente evolutivo e não prevê sobreposições. Argumentos que tentem, no entanto, explicar este padrão com base na existência de processos pós-deposicionais que teriam, por exemplo, criado um palimpsesto de ocupações entre horizontes do Solutrense Superior e Solutrense Médio não podem, contudo ser utilizados. A ausência de pontas de face plana no Abrigo de Vale Boi, como as recuperadas nos contextos datados desta cronologia na Estremadura (*e.g.* Vale Almoinha ou Lagar Velho), não permite identificar quaisquer indícios de uma indústria lítica como as tradicionalmente definidas para o Solutrense Médio. O único elemento recentemente publicado como idêntico, no estilo das suas representações, aos elementos análogos atribuíveis ao Solutrense Médio do Levante espanhol foi uma pequena placa gravada recuperada dos horizontes mais antigos de Vale Boi (Simón, Cortés & Bicho, 2012). Este elemento não prova, contudo, por si só que Vale Boi tenha tido uma ocupação de Solutrense Médio no sentido tradicional do termo, mas apenas reforça a coincidência cronológica dos horizontes.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os dados disponíveis sobre o Abrigo de Vale Boi parecem, desta forma, colocar algumas interrogações na validade da aplicação genérica do modelo tradicional de evolução crono-estratigráfica do Solutrense da Estremadura. As principais diferenças aparecem relacionadas com a cronologia de aparecimento das pontas de projétil pedunculadas. O recuo deste marco cronológico pode efetivamente significar que existam diferenças regionais, nunca antes verificadas, nem mesmo nos dados disponíveis para o Vale do Côa, na cronologia do início das várias fases propostas por Zilhão (1994; 1997; 2013). Por outro lado, as idades mais antigas em Vale Boi podem relançar na avaliação do quadro cronológico uma das datações obtidas na jazida de Salemas que, em diversos trabalhos (Corchón & Cardoso, 2005; Zilhão, 1997), tem sido rejeitada por ser ou muito recente para datar a componente industrial gravetense da gruta ou muito antiga para poder ser associada ao conjunto de pontas pedunculadas solutrenses. Um olhar atento à distribuição acumulada (a 1 sigma) das datações calibradas de Salemas e Vale Boi (Figura 1) revela, de facto que, aceitando esta datação, em ambos os sítios as primeiras ocupações se dão por volta do mesmo limite cronológico mais antigo. Ainda que a conservação dos materiais de Salemas não permita um estudo tecnológico suficientemente relevante, algumas similitudes tipológicas exclusivamente partilhadas com Vale Boi foram já apontadas em trabalhos anteriores (Cascalheira, 2010, p. 116) e hipoteticamente justificadas pela maior proximidade geográfica destes sítios.

Com base nestes factos, pelo menos duas hipóteses podem ser delineadas para explicar os padrões discordantes: (1) as diferenças são fruto do aparecimento cronologicamente diferenciado das pontas pedunculadas nas várias regiões. Em concordância com o modelo de Tiffagom (2006) que assinala a progressiva entrada do conceito de ponta crenada na Península Ibérica, com origem nos seus congéneres centro-europeus gravetenses datados de entre 24 e 21 ka BP, esta hipótese supõem que a dispersão das pontas pedunculadas se dá primeiro no Sul da Península e só chega à Estremadura portuguesa em momentos posteriores. Desta forma se entenderiam as datações mais antigas de Vale Boi, bem como os novos dados radiométrico obtidos para a gruta de Ambrosio (Jordá Pardo & *alii*, no prelo) que apontam para a existência de pontas pedunculadas em momentos ainda mais antigos que os do Sul de Portugal; (2) as diferenças não são territoriais mas sim funcionais, e à semelhança do que ocorre no Solutrense cantá-

brico, os vários tipos de projeteis não têm validade enquanto fósseis-diretores das várias etapas, sendo sim indicadores de uma variabilidade funcional inter-sítio de caracter não cronológico.

Em suma a reavaliação da cronologia solutrense e da sua organização interna, no Sul e Oeste da Península Ibérica é, neste momento, uma tarefa urgente. Particular atenção se deve prestar, no futuro, às singularidades de cada uma das sequências regionais. Mais sítios são, no entanto, necessários para que as fragilidades do registo solutrense referidas ao longo deste artigo possam ser, a pouco e pouco, fortalecidas com novos dados, que permitam construir um modelo mais coeso para a ecologia dos caçadores-recoletores do LGM.

BIBLIOGRAFIA

AUBRY, T., ed. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: Igespar (rabalhos de Arqueologia; 52).

BICHO, N.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J. (2012) – On the (L)edge: the case of Vale Boi rockshelter (Algarve, Southern Portugal). In BERGSVIK, K.; SKEATES, R., eds. – *Caves in Context*. Oxford: Oxbow Books, pp. 65-81.

BICHO, N.; GIBAJA J. (2007) – El utillaje litico del asentamiento de Vale Boi (Algarve, Portugal): los níveles gravetiense y solutrense. *Munibe*. Nº 58, pp. 89-99.

BICHO, N.; HAWS, J. (2012) – The Magdalenian in central and southern Portugal: human ecology at the end of the Pleistocene. *Quaternary International*. Volume 272-273, pp. 6-16.

BICHO, N.; HAWS, J.; MARREIROS, J. (no prelo) – Desde el Mondego al Guadiana: la ocupación Gravetiense de la fachada atlántica portuguesa. In *Pensando el Gravetiense: Actas del Coloquio Internacional del Gravetiense Cantábrico*. Santilla del Mar: Museo de Altamira.

BICHO, N.; STINER, M.; MOURA, D.; LUCENA, A. (2007) – Rockshelter studies in South-western Iberia: the case of Vale Boi (Algarve, Southern Portugal). In KORNFELD, M.; VASIL'EV, S.; MIOTTI, L., eds. – *Proceedings of the XV World Congress UISPP: 14 On Shelter's Ledge: Histories, Theories and Methods of Rockshelter Research*. Oxford (British Archaeological Reports; 1655), pp. 75-82.

BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution àl'etude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal; XXIII).

CASCALHEIRA, J. (2010) *Tecnologia lítica do abrigo Solutrense de Vale Boi*. Lisboa: UNIARQ (Cadernos da Uniarq; 5).

CASCALHEIRA, J.; BICHO, N.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T.; ÉVORA, M.; CORTÉS, M.; GIBAJA, J.; MANNE, T.; REGALA, F.; GONÇALVES, C.; MONTEIRO, P. (no prelo) – Vale Boi (Algarve, Portugal) and the Solutrean in Southwestern Iberia. In *Proceedings of the Congreso Internacional "El Solutrense. Centenario de las excavaciones en la Cueva de Ambrosio"*.

CORCHÓN, Mª.; CARDOSO, J. (2005) – Reflexiones sobre el Solutrense português. A propósito de la industria Paleolítico superior de Correio-Mor (Loures). *Zephyrus*. Salamanca. Nº 58, pp. 89-110.

ÉVORA, M. (2007) – *Utensilagem óssea do Paleolítico Superior português*. Tese de mestrado em Arqueologia, Universidade do Algarve.

FRANÇA, J.; ROCHE, J.; FERREIRA, O. (1961) – *Sur l'existence probable d'un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal; XLV), pp. 365-370.

HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo português*. Lisboa. Série II. 3, pp. 221-237.

MANNE, T.; CASCALHEIRA, J.; ÉVORA, M.; MARREIROS, J.; BICHO, N. (2012) – Intensive subsistence practices at Vale Boi, an Upper Paleolithic site in southwestern Portugal. *Quaternary International*. Volume 264, pp. 83-99.

REGALA, F. (2011) – Os Adornos do Paleolítico Superior de Vale Boi. Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve.

ROCHE, J. (1974) – *État actuel de nos connaissances sur le Solutreéen portugais. Zephyrus*. Salamanca. Nº 25, pp. 81-94.

SIMÓN, M.; CORTÉS, M.; BICHO, N. (2012) – Primeras evidencias de arte mueble paleolítico en el sur de Portugal. *Trabajos de prehistoria*. Volume 69. 1, pp. 7-20.

SMITH, Ph. (1966) – *Le Solutréen en France*. Bordeaux: Delmas.

TIFFAGOM, M. (2006) – *De la pierre à l'Homme. Essai sur une paléoanthropologie solutréenne*. Liége: ERAUL.

ZAMBUJO, G.; PIRES, A. (1999) – O sítio arqueológico da Vala, Silves: Paleolítico Superior e Neolítico antigo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2. 1, pp. 5-24.

ZILHÃO, J. (1987) – *O Solutrense da Estremadura Portuguesa: uma proposta de interpretação paleoantropológica*. Lisboa: Departamento de Arqueologia do IPPC (Trabalhos de Arqueologia; 4).

ZILHÃO, J. (1990) – The Portuguese Estremadura at 18 000 BP: the Solutrean. In SOFFER O.; GAMBLE, C., ed. – *The World at 18 000 BP*. London: Unwin Hyman, pp. 109-125.

ZILHÃO, J. (1991) – Le Solutréen du Portugal: environnement, chronologie, industries, peuplement, origines. In KOZLOWSKI, K., dir. – *Feuilles de Pierre. Les industries à pointes foliacées du paléolithique supérieur européen*. Liège: Études et recherché archéologiques de l'Université de Liège (Actes du colloque de Cracovie), pp. 485-502.

ZILHÃO, J. (1994) – La séquence chrono-stratigraphique du Solutréen portugais. *Férvedes*. 1, pp. 119-129.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Lisboa: Colibri.

ZILHÃO, J. (2013) – Seeing the leaves and not missing the forest: a portuguese perspective of the Solutrean. In PASTOORS, A.; AUFFERMANN, B., eds. – *Pleistocene foragers on the Iberian Peninsual: their culture and environment*. Mettman: Neanderthal Museum, pp. 201-216.

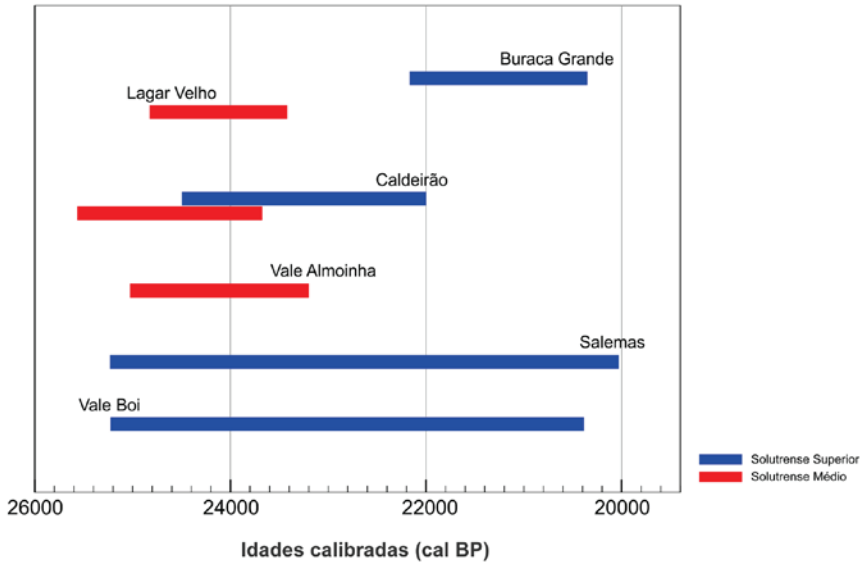


Figura 1 – Correlação das datações calibradas do Solutrense português. Denote-se a clara sobreposição do Solutrense Médio do Lagar Velho, Caldeirão e Vale Almoinha com o Solutrense Superior de Salemas e Vale Boi. Calibração feita com recurso ao programa OxCal online (https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal/OxCal.html).

A VARIABILIDADE REGIONAL DAS INDÚSTRIAS LÍTICAS DO FINAL DO PALEOLÍTICO SUPERIOR EM PORTUGAL

Cristina Gameiro / gameiro.cristina@gmail.com
Thierry Aubry / Fundação Côa Parque / taubry@sapo.pt
Francisco Almeida / Aboriginal Affairs Victoria. Department of Planning and Community Development / Francisco.Almeida@dpcd.vic.gov.au

RESUMO

O faseamento interno do Magdalenense português foi inicialmente definido de acordo com os tipos de armaduras e as modalidades de produção de suportes lamelares. A escavação de novos sítios e o desenvolvimento de novas metodologias de análise das indústrias líticas possibilitaram uma revisão da sequência magdalenense da Estremadura e a sua comparação com dados provenientes de outras regiões (Vale do Côa e Bacia do Guadiana). Esse trabalho de revisão dos dados existentes permitiu identificar um aumento progressivo da utilização de núcleos sobre lasca (tipo buril ou raspadeira) para a produção de suportes lamelares. Foi também possível constatar que as diferenças tipológicas existentes entre as armaduras devem-se, sobretudo, a diferenças nas modalidades de transformação dos suportes (retoque). A variabilidade regional identificada deve ser explicada por uma adaptação das populações a contextos geológicos com recurso a matérias-primas líticas diferentes mas este facto não impediu a persistência de opções técnicas comuns durante uma longa diacronia no território actualmente português.

ABSTRACT

The general chronology of the Portuguese Magdalenian has been previously defined with special focus on bladelet production technology and the typology of bladelet tools. The identification and excavation of new archaeological contexts and the development of new methodologies for stone artefact research has justified our decision to re-evaluate the Estremadura regional sequence and compare it with the data available for other Portuguese regions (namely in the Côa and Guadiana valleys). In spite of having identified a general increase, throughout the Magdalenian, of cores on flake (burin or scraper types) for bladelet production, we have concluded that the typological differences of bladelet production from phase to phase rest essentially on the retouch/blank transformation stage of the operational chains. The regional variability can be explained by an adaptation of local groups to different raw material environments, but some technological options are, nonetheless, maintained for extensive periods of time.

INTRODUÇÃO

Depois do trabalho de H. Breuil e J. Roche em Portugal, as indústrias paleolíticas foram classificadas e denominadas segundo a sequência clássica do Sudoeste francês, dando a ideia que esta seria semelhante à encontrada em Portugal. No entanto, a raridade da indústria óssea, sobre a qual se basearam as primeiras divisões do Magdalenense (Sacchi, 2003), a ausência de indústrias sobre lâmina e a miniaturização precoce da utensilagem são características fortes dos conjuntos líticos portugueses (e que tornam difícil a sua comparação além Pirenéus). Apesar destas limitações, a nomenclatura francesa foi adoptada pelos arqueólogos portugueses e o termo Magdalenense foi integrado na primeira sequência crono-cultural para o Paleolítico português, apresentada em 1995 (Zilhão, 1997). A fase final do Magdalenense Ibérico, diferente da identificada além Pirenéus, chegou a ser nomeada Altamirense

(Zilhão, 1997, p.259) mas tal designação nunca chegou a generalizar-se. Os faseamentos internos do Magdalenense propostos por J. Zilhão (1997, 1997a), A. Marks (1997) ou N. Bicho (2000) foram definidos pelo tipo de produção lamelar e pelos tipos de armaduras. A identificação de um número elevado de núcleos sobre lasca (Newcomer & Hivernel-Guerre, 1974; Tixier & Turq, 1999), tradicionalmente classificados como tipo buril ou tipo raspadeira e incluídos entre os utensílios, e o retoque de suportes produzidos sobre aresta de lasca (tradicionalmente designados por resíduos de golpe de buril), durante o estudo dos materiais provenientes da camada 3 da Lapa dos Coelhos (Gameiro, 2003; Gameiro, 2007; Gameiro & Almeida, 2004), alertou para a necessidade de utilização de uma nova terminologia e uma nova metodologia de análise. Um novo olhar sobre colecções antigas ou sítios recentemente escavados deveria partir do estudo da debitagem lamelar e seria primordial verificar se os diferentes tipos de armaduras, que servem de base ao faseamento crono-cultural, apresentam diferenças puramente tipológicas, ou seja, que dizem respeito somente à fase de transformação dos suportes, ou se as diferenças se encontram em todo o processo de fabricação, debitagem incluída. Para esse efeito, seria necessário proceder à observação dos núcleos lamelares (rever as peças classificadas como utensílios) e a uma descrição detalhada das lamelas retocadas, descrevendo os suportes (presença ou não de lamelas de buril) e as modificações dadas pelo retoque (modificação da largura do suporte, posição e tipo retoque, bordos paralelos ou procura de produtos apontados) (Gameiro & Almeida, 2004, Gameiro, 2007).

A PERTINÊNCIA DE UMA ABORDAGEM REGIONAL

De acordo com o contexto que acabámos de descrever e no âmbito de um trabalho académico[1] empreendemos uma revisão da sequência crono-cultural definida para o Tardiglaciar da Estremadura portuguesa. A identificação de novos sítios arqueológicos, que constituem *novos documentos* (Bon, 2002) e o desenvolvimento de novas metodologias de análise[2] (Christensen & Valentin, 2004) legitimaram e alicerçaram este trabalho. A nossa problemática de partida foi, à luz dos conhecimentos actuais, confirmar ou revogar o faseamento proposto anteriormente para a Estremadura, analisando as colecções líticas provenientes do nível inferior e superior do Cabeço de Porto Marinho I (Rio Maior), das camadas 3 e 4 da Lapa dos Coelhos (Torres Novas) e das camadas 3 e 4 do Abrigo 1 de Vale de Covões (Soure) (Figura 1).

Paralelamente, a identificação de sítios localizados noutras áreas regionais (Vale do Côa, Bacia do Guadiana, Algarve e mais recentemente vale do Sabor) permitiu uma análise comparativa inter-regional e levantou outras questões: A sequência crono-cultural definida para a Estremadura poderia ser generalizada ao resto do país? As eventuais diferenças identificadas no Vale do Côa e na Bacia do Guadiana poderiam ser explicadas pela ausência de sílex e a utilização maioritária de matérias-primas locais? Responder a estas duas questões tornou-se a nossa problemática subsequente e motivou o estudo de materiais líticos provenientes da camada 4 do Fariseu (Vale do Côa) e dos conjuntos provenientes da Malhada do Mercador I-SW e Monte da Ribeira 9 (ambos na Bacia do Guadiana). Tendo em conta a tradição da investigação nacional[3] e os diferentes tipos de substrato litológico optámos por estruturar o trabalho regionalmente e tentar compreender a evolução e a variabilidade inerente a cada região (Estremadura, Vale do Côa e Bacia do Guadiana). Em relação aos sítios situados na Bacia do Guadiana a ausência de datações absolutas obrigava a uma análise comparativa das colecções líticas por forma a confirmar as cronologias preliminarmente apontadas. O objectivo final deste trabalho consistiu em definir as características de continuidade do sistema técnico, ou seja, identificar o conjunto de traços culturais comuns durante uma longa diacronia (16 000 – 10 000 BP) e paralelamente identificar a variabilidade cronológica e/ou regional avançando explicações para essa variabilidade.

1. Tese de Doutoramento apresentada por C. Gameiro em Março de 2012 à Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne orientada por Nicole Pigeot e tendo como tutor Boris Valentin.

2. A metodologia utilizada foi apresentada em Gameiro, 2007.

3. Os vazios observáveis na Fig.1 correspondem, seguramente, a desertos artificiais explicados pela ausência de prospecções direccionadas para a identificação de sítios com esta cronologia.

OS CARACTERES TECNO-ECONÓMICOS COMUNS ENTRE 16 000 E 10 000 BP

Fase aquisição das matérias-primas

Independentemente do substrato geológico regional o aprovisionamento em matérias-primas é essencialmente local e entre 80 e 99% das matérias-primas utilizadas foram recolhidas num raio igual ou inferior a 5 km (Gameiro, 2012). No entanto, mesmo em regiões desprovidas de sílex e onde o uso do quartzo e do quartzito é maioritário, ocorreu sempre utilização de matérias-primas siliciosas que afloram em filões muito circunscritos, como é o caso das silicificações perifilonianas e silcretes do Vale do Côa (Aubry, 2009; Gameiro, 2012) e do lidito e os jaspes na Bacia do Guadiana (Almeida, 2013; Gameiro, 2012). Este facto traduz um conhecimento preciso do ambiente geológico regional por parte dos grupos humanos que o habitaram. Paralelamente, o sílex alóctone está sempre presente e no caso do Côa provém de regiões a mais de 150km (Aubry, 2009; Aubry *et al*., 2012). Os materiais líticos recolhidos nos sítios da Bacia do Guadiana não foram alvo de estudo petrográfico mas a análise macroscópica efectuada permitiu identificar sílex com características (grão, estrutura e cor) semelhantes ao sílex cenomaniano da Estremadura (Gameiro, 2012). Na Estremadura, e próximo de fontes de aprovisionamento de sílex de grande qualidade, identificámos o transporte de sílex, proveniente de territórios situados a mais de 30km de distância. Mesmo que em quantidades muito reduzidas (0,13 ou 0,27%, respectivamente, para o nível inferior e superior de Cabeço de Porto Marinho I, situado a menos de 5km de sílex de excelente qualidade), este transporte está sempre documentado e permite identificar territórios de exploração de recursos ou trocas entre grupos humanos (Zilhão, 1997; Aubry *et al.* 2012; Gameiro, 2012).

Fase de produção dos suportes

Em todos os conjuntos líticos estudados a debitagem foi orientada para a produção de lascas e lamelas. A produção intencional de lâminas é praticamente inexistente e a maioria dos suportes classificados como tal foram provavelmente produzidos durante uma fase inicial de debitagem lamelar. A debitagem intencional de pequenas lascas/esquírolas, frequentemente obtidas por debitagem bipolar sobre bigorna, encontra-se atestada e é frequente em contextos com utilização maioritária de quartzo (Vale do Côa e Bacia do Guadiana). Os volumes foram escolhidos antevendo a possibilidade de utilização da sua morfologia e das suas superfícies naturais. Qualquer que seja a matéria-prima e o tipo de suporte visado, as modalidades de preparação dos volumes são sempre simples: a técnica de crista é raramente utilizada e são escolhidos diedros naturais ou frequentemente arestas de uma lasca para iniciar a debitagem (cf. Fig.2). Os planos de percussão são raramente facetados. Frequentemente uma face plana natural do volume é utilizada como plano de percussão e por vezes o levantamento de uma grande lasca cria uma superfície regular a utilizar como plano de percussão. Em geral, a reduzida dimensão dos volumes e a fraca recorrência das séries de debitagem não exigem operações de manutenção das convexidades propícias ao talhe. A debitagem é tendencialmente unipolar. A exploração intensa da matéria-prima conduz a núcleos de dimensões muito reduzidas (por vezes inferiores a 2cm) e origina núcleos com várias superfícies de debitagem e vários planos de percussão mas estes são sempre sucessivos (opostos ou cruzados) ou do tipo principal-secundário (Figuras 2 a 5).

Fase de transformação dos suportes

As lascas constituem sempre a categoria principal entre os suportes dos utensílios retocados. As raspadeiras representam entre 15% a 20% da utensilagem retocada. Em geral dominam os tipos finos sobre lasca ou os unguiformes. No entanto, em regiões onde o quartzo é maioritário as raspadeiras espessas são mais numerosas. O grupo da utensilagem comum (raspadores, denticulados, entalhes e peças esquiroladas[4]) representa habitualmente uma percentagem apreciável entre os 10% e os 45%. A categoria das lamelas retocadas constitui sempre uma parte muito importante da utensilagem, não só em termos quantitativos (entre 13% e 38%) mas igualmente devido ao cuidado aplicado durante a fase de produção dos suportes e de posterior retoque.

Fase de utilização dos utensílios

A proporção dos diferentes grupos de utensílios pode ser utilizada para avançar hipóteses sobre a

4. A problemática distinção entre peças esquiroladas e núcleos bipolares sobre bigorna foi já apresentada (cf. Gameiro, 2009).

funcionalidade dos sítios de habitat: elevadas percentagens de utensílios «domésticos» podem corresponder a acampamentos residenciais enquanto elevadas percentagens de armaduras podem estar relacionadas com actividades cinegéticas. Apenas para a Estremadura podemos avançar dados sobre o papel e funcionalidade dos sítios. Cabeço de Porto Marinho corresponderá a um sítio de cariz residencial e Lapa dos Coelhos e Abrigo 1 de Vale de Covões deverão tratar-se de acampamentos temporários relacionados com a exploração de recursos. No Vale do Côa, a relação entre os sítios de habitat e a arte levanta outro tipo de questões[5]. Dispomos apenas de dados parciais resultantes da análise traceológica dos materiais do Abrigo 1 de Vale de Covões (Aubry & Igreja, 2008) e de algumas informações pessoais de Marina Igreja, no entanto, a observação macroscópica das fracturas presentes nas armaduras permitiram identificar, ao longo de toda a diacronia de ocupações, alguns estigmas[6] da sua utilização como ponta de projéctil. As lamelas de morfologia rectangular e bordos rectilíneos são mais comuns em fases antigas do Magdalenense enquanto as pontas microlíticas se tornam mais numerosas no Magdalenense Final. Estes factos podem significar uma alteração no armamento compósito. Para as fases mais antigas as extremidades do armamento poderiam ter sido produzidas recorrendo a elementos vegetais perecíveis, sendo as barbelas líticas armadas apenas lateralmente, ou utilizadas encabadas como utensílio de gume lateral. Uma percentagem mais significativa de pontas poderá significar a utilização de material lítico para as duas partes do armamento compósito. De momento não dispomos de dados para interpretar este facto como resultante de alterações de técnicas de caça, até porque os dados disponíveis para a fauna indicam um aumento progressivo de consumo de animais de pequeno porte[7] (Gabriel & Bearez, 2009; Haws, 2011) cuja captura não necessitaria de armamento complexo. Depois desta enumeração de características comuns que revelam a continuidade de opções técnicas e comportamentos contantes durante uma longa diacronia, propomo-nos a colocar em evidência alguns aspectos da variabilidade diacrónica e regional.

A VARIABILIDADE DIACRÓNICA E REGIONAL

A existência de lacunas estratigráficas entre 18 000 e 16 000 BP e entre 14 000 e 12 500 BP (Zilhão, 1997) torna mais difícil compreender as dinâmicas inerentes à variabilidade diacrónica da utensilagem lítica utilizada pelos grupos que habitaram o território hoje português durante o Tardiglaciar. Os sítios datados do Magdalenense antigo são raros, o Magdalenense médio continua por caracterizar e a maioria dos sítios conhecidos situam-se no espectro de datações indicada para o Bolling/Allerod e o Dryas III[8]. Apenas catorze sítios possuem datações radiométricas atribuíveis ao Tardiglaciar e destes onze situam-se na Estremadura, dois no vale do Côa e um no Algarve (cf. Figuras 6 e 7).

De momento os dados disponíveis parecem confirmar o faseamento proposto por J. Zilhão (1997). No entanto, pensamos que se torna urgente reavaliar os materiais provenientes do Olival Fechado (Silva, 2003), um dos poucos sítios com uma cronologia próxima dos 13 500 BP e confirmar a datação da sequência de base do Abrigo 1 de Vale de Covões (UE5-UE8b), com recurso ao método da luminescência. Estes dois contextos, aos quais poderíamos audaciosamente juntar a camada 4 da Lapa dos Coelhos (e talvez Vascas e Vale da Mata) podem constituir uma fase distinta do Magdalenense superior, mas são susceptíveis de documentar os resquícios de uma tradição técnica anterior ao Magdalenense superior e que nunca foi caracterizada devido ao hiato estratigráfico correspondente ao Magdalenense médio. As colecções líticas provenientes destes sítios apresentam sempre uma percentagem elevada de micrograveltes, cujos suportes são obtidos através da exploração de núcleos sobre lasca (tipo buril), e uma produção laminar independente. Os materiais do nível superior de Cabeço de Porto Marinho I podem corresponder a uma acumulação de materiais durante um longo período e o conjunto atribuível ao Magdalenense superior poderá incluir, igualmente, materiais do Magdalenense final, facto

5. Algumas hipóteses foram já avançadas (cf. Aubry, 2009; Gameiro, 2012) e serão desenvolvidas noutro âmbito.

6. Segundo as fracturas diagnósticas de impacto publicadas por Christensen e Valentin (2004, p.130).

7. Informação pessoal de Sónia Gabriel e Simon Davis a quem agradecemos.

8. A recente identificação de mais três sítios, provavelmente com esta cronologia, na região de Leiria reforça esta tendência (Andrade, Matias & Garcia, 2013).

que pode explicar a maior diversidade da tipologia das armaduras no nível superior deste sítio. Se recuarmos a cronologia dos sítios onde aparece um número significativo de micrograveTtes/pontas de dorso produzidas sobre lamela de buril (Olival Fechado, Abrigo 1 de Vale de Covões (UE5-UE8b), camada 4 da Lapa dos Coelhos, Vascas e Vale da Mata) as características definidas para o Magdalenense superior sobrepõem-se às características definidas para o *fácies* Rossio do Cabo do Magdalenense final. Assim sendo, a fase designada como Magdalenense final, fácies Rossio do Cabo poderia ser eliminada uma vez que as verdadeiras mudanças só se produzem cerca de 10 500 – 10 000 BP, ou seja, durante o Magdalenense final de *fácies* Carneira (Zilhão, 1997). A utilização de núcleos sobre lasca não foi identificada na camada 4 do Fariseu (Vale do Côa) e nos sítios da Bacia do Guadiana (Malhada do Mercador I e Monte da Ribeira) não atinge as proporções registadas nos sítios da Estremadura. Nestas duas regiões a utilização maioritária do quartzo para a produção de pequenos suportes microlíticos (lamelas e esquírolas) justifica o recurso à debitagem bipolar sobre bigorna, eficaz nestes casos. Paralelamente, documentámos no Fariseu a utilização de cristais em quartzo hialino para a produção lamelar (Gameiro, 2009 & 2012), estratégia já identificada na região durante as várias fases do Gravettense (Aubry, 2009; Klaric, 2009). Na Bacia do Guadiana, a reduzida presença deste tipo de estratégia pode, no caso do Monte da Ribeira 9 ter uma explicação cronológica. O conjunto lítico recuperado apresenta algumas características que nos levam a atribuir uma cronologia anterior (Magdalenense antigo ou superior) à do sítio vizinho da Malhada do Mercador 1-SW (Gameiro, 2012). Paralelamente, nesta região, o lidito e jaspes, por vezes recolhidos sob a forma de pequenas plaquetas, também foram explorados desta forma: a partir de uma aresta/diedro natural (Gameiro, 2012; Almeida *et al.* 2013). Pensamos que esta utilização de arestas/diedros naturais, apenas preparando o plano de percussão, pode atestar o mesmo conceito técnico: uma preparação mínima dos volumes a debitar para uma rentabilização máxima de um pequeno volume facilmente transportável.

Apenas dispomos de comparação inter-regional para sítios datados do Magdalenense Final (cf. Fig.8). No entanto, face ao que acabámos de expor, a variabilidade dos recursos litológicos aptos ao talhe está na origem da variabilidade regional do equipamento dos últimos caçadores-recolectores do Tardiglaciar do território actualmente português. A utilização de matérias-primas locais condiciona as opções técnicas mas existem sempre características comuns e conceitos base identificáveis nos esquemas operatórios de redução lítica analisados.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE FUTURA

A utilização de núcleos sobre lasca (tipo buril ou raspadeira carenada) aumentou progressivamente entre 16 000 e 10 000 BP. A utilização desta estratégia de debitagem permite uma produção eficiente de lamelas mais longas, estreitas mas espessas, de perfil rectilíneo e naturalmente apontadas. Este aumento foi acompanhado por um crescimento na variedade das armaduras. Algumas poderiam ser encabadas como barbelas laterais e outras como pontas de projéctil. As pontas microlíticas tornam-se progressivamente mais numerosas. Há uma grande versatilidade na fase de produção dos suportes mas é a transformação pelo retoque que origina os tipos identificados: a lamela é formatada segundo a concepção mental do artesão (Figura 9).

Em colecções onde se identifiquem lamelas de buril retocadas é urgente retirar das listas tipológicas peças classificadas como buris ou raspadeiras mas que, no entanto, foram utilizadas como núcleos. A adopção dos conceitos, mais genéricos, de núcleo sobre lasca ou debitagem sobre aresta de lasca facilitaria o trabalho de comparação entre sítios estudados por diferentes investigadores. Como critérios para esta substituição terminológica poder-se-á utilizar: a existência de lamelas de buril[9] retocadas, a existência de negativos de dimensão lamelar provando a sua utilização como núcleo, a ausência de um bisel definido (no caso dos buris) ou a ausência de um retoque fino ou um massacre na frente (no caso das raspadeiras). As peças duvidosas deverão ser encaminhadas para análise traceológica ou descritas à parte, considerando sempre a hipótese de uma dupla-utilização (núcleo e utensílio). No caso da transformação pelo retoque dos suportes produzidos sobre aresta de lasca defendemos, igualmente, a utilização da designação lamela de buril uma vez que não se trata de um «resíduo» como a denomi-

9. Identificáveis pela presença de vestígios da face inferior da lasca de onde foram extraídas.

nação tradicional sugere. Apenas a análise de conjuntos lamelares numerosos permitirá identificar os tipos produzidos intencionalmente, excluir as peças abandonadas em curso de fabrico e assim eliminar os «falsos tipos» que muitas vezes são incluídos em tabelas tipológicas. Apenas desta forma será possível o estabelecimento de um faseamento mais fino da sequência cronológica magdalenense.

Por outro lado, é imperativo proceder a novas datações absolutas e confirmar a cronologia do Olival Fechado (Silva, 2003) e do Abrigo 1 de Vale de Covões de forma a confirmar se esta fase caracterizada por barbelas de tipo microgravette corresponde a uma subdivisão (talvez de cariz funcional) do Magdalenense superior ou se faz parte de uma tradição tecnológica típica do Magdalenense médio (tecnologicamente desconhecido até à data) que sobrevive, nalgumas regiões, até cerca de 12 500 BP.

Seria importante delinear um projecto de prospecção, ancorado em dados geomorfológicos e orientado para a identificação de sítios arqueológicos com longas sequências estratigráficas. É vital identificar contextos estratigráficos, que permitam datações absolutas e caracterizar as indústrias líticas situadas no intervalo entre 15 000 e 12 500 BP. Sendo a fase correspondente ao Magdalenense final a melhor conhecida em território nacional seria interessante melhor documentar a sobrevivência, ou não, destas indústrias durante o Holocénico e compreender a relação entre as variabilidade técnica e as alterações climáticas deste período. Seria igualmente importante empreender um programa de comparação com as colecções Azilenses do Norte da Península Ibérica. Apenas o desenvolvimento das linhas de análise que aqui enumerámos poderá confirmar ou alterar as interpretações entretanto avançadas e permitirão uma melhor compreensão da evolução cultural do Magdalenense no território actualmente português.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é baseado nos resultados obtidos na elaboração de uma tese de doutoramento dirigida por Nicole Pigeot foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRA/BD/6709/2001). Agradecemos a Boris Valentin, Laurent Klaric, Ana Cristina Araújo e João Zilhão o apoio, comentários e sugestões durante todo o processo. A Henrique Matias, Marina Araújo Igreja, Simon Davis e Sónia Gabriel agradecemos a cedência de dados inéditos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F.; GAMEIRO, C.; PEREIRA, T.; QUELHAS, A. (2013) – O Paleolítico Superior. *In* ALMEIDA, F. (Dir.) – *Testemunhos do Paleolítico no Regolfo do Alqueva. Resultados do Bloco 1 do Plano de Minimização de Impactes*. EDIA/DRCALEN, [s.l.], pp. 93-245.

ANDRADE, M.; MATIAS, H.; GARCIA, M. (2013) – *Under Pressure.* Remontagens de pedra lascada no contexto de intervenções de emergência: o caso dos sítios do Tardiglaciar da área de Leiria. *Arqueologia & História*, 62-63, pp. 39-50.

AUBRY, T. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana do caçadores-artistas do Paleolítico.* Lisboa: IGESPAR (Trabalhos de Arqueologia 52).

AUBRY, T.; IGREJA, M. A. (2008) – Economy of lithic raw materials during the Upper Paleolithic of the Côa Valley and the Sicó Massif (Portugal): technological and functional perspectives. *In* IGREJA, M.; CLEMENTE-CONTE, I. (eds.) – *Workshop «Recent functional studies on non-flint stone tools: Methodological Improvements and archaeological inferences»*, Lisboa, pp. 1-25.

AUBRY, T.; LUÍS, L.; MANGADO LLACH, J.; MATIAS, H. (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the CôaValley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*, 31, pp. 528-550.

BICHO, N. (2000) – *Technological change in the final Upper Palaeolithic of Rio Maior*, Tomar: ARKEOS (8).

BON, F. (2002) – *L'Aurignacien entre mer et océan. Réflexion sur l'unité des phases anciennes de l'Aurignacien dans le sud de la France.* Paris: Mémoire de la Société Préhistorique Française.

GABRIEL, S.; BÉAREZ, P. (2009) – Caçadores-pescadores do Vale do Côa: os restos de fauna do sítio do Fariseu. *In* AUBRY, T. ed. – 200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico. Lisboa: IGESPAR (Trabalhos de Arqueologia 52), pp. 331-339.

GAMEIRO, C. (2003) – *L'industrie lithique de la couche 3 de Lapa dos Coelhos (Torres Novas, Portugal). L'usage des matières premières et la spécificité du débitage lamellaire dans le Magdalénien final de L'Estremadura portugaise.* [Tese de *DEA* apresentada na Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne exemplar policopiado].

GAMEIRO, C. (2007) – Bladelet debitage and microlith production during the Portuguese Tardiglacial. Presentation of a program for the revision of the available data. *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: papers in honor of Anthony Marks. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve: Faro, pp. 173-184.

GAMEIRO, C. (2009) – Utensílios e suportes microlíticos do Magdalenense final no Vale do Côa: o exemplo da U.E. 4 do Fariseu. *in* AUBRY, T. ed. – *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores--artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR (Trabalhos de Arqueologia 52), pp. 256-268.

GAMEIRO, C.; ALMEIDA, F. (2004) – A ocupação da camada 3 da Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). Novos elementos sobre a produção de suportes lamelares durante o Magdalenense Final da Estremadura Portuguesa. *Promontoria*. 2: 22, pp.193-238.

GAMEIRO, C.; AUBRY, T.; ALMEIDA, F. (2008) - L'exploitation des matières premières au Magdalénien Final en Estremadura portugaise: données des sites de Lapa dos Coelhos et de l'Abrigo dos Covões. *In* AUBRY, T.; ALMEIDA, F.; ARAÚJO, A. C.; TIFFAGOM, M. (ed.) – *Espace et temps: Quelles diachronies, quelles synchronies, quelles échelles? Procedings of the UISPP meeting (4-9 Setembro, Lisboa, 2006)*. BAR International Series 1831. Oxford, pp.57-67.

HAWS, J., (2011) – Paleolithic socionatural relationships during MIS 3 and 2 in central Portugal. *Quaternary International*. doi: 10.1016/j.quaint.2011.10.003.

KLARIC, L. (2009) – Les systèmes de production de supports d'armatures et leur place dans la gestion de ressources lithiques: une voie privilégiée pour la compréhension des sociétés gravettiennes de la Vallée du Côa. *In* AUBRY, T. ed. – *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR (Trabalhos de Arqueologia 52), pp.247-256.

MARKS, A; MISHOE, M. (1997) – The Magdalenian of Portuguese Estremadura. *In* FULLOLA, J.; SOLER, N. Eds. – *El món mediterrani després del pleniglacial* (18 000-12 000). Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 225-232.

NEWCOMER, M.; HIVERNEL-GUERRE, F. (1974) – Nucléus sur éclat: technologie et utilisation par différentes cultures préhistoriques. *B.S.P.F.*, 71, pp.119-127.

SACCHI, D. (2003) – *Le Magdalénien. Apogée de l'art quaternaire*. Tours : La maison des roches.

SILVA, C.M. (2003) – *O Olival Fechado no contexto peninsular*. [Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa].

TIXIER, J.; TURQ, A. (1999) – KOMBEWA *et alii*. *Paleo*. 11, pp.135-143.

ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Colibri.

ZILHÃO, J. (1997a) – The Paleolithic settlement of Portuguese Estremadura after the last glacial maximum. *In* FULLOLA, J.; SOLER, N. Eds. – *El món mediterrani després del pleniglacial* (18 000-12 000). Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya , pp. 233-242.

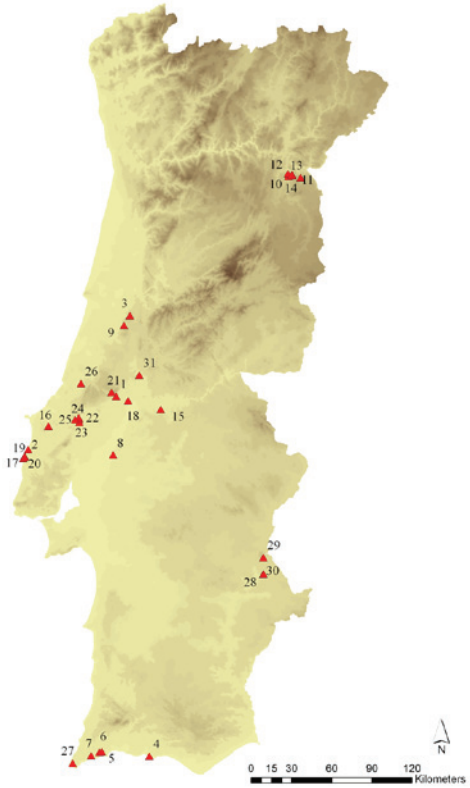


Figura 1 – Localização de sítios magdalenenses (cronologia indiferenciada): Vale do Côa: 10 - Cardina I e II; 11 - Ínsula; 12 - Quinta da Barca Sul; 13 - Fariseu; 14 - Olga Grande 4; Estremadura: 1 - Lapa dos Coelhos; 2 - Rossio do Cabo; 3 - Abrigo 1 de Vale Covões; 8 - Pinheirocas 2; 9 - Buraca Grande; 15 - Cadoiças; 16 - Lapa do Suão; 17 - Báio; 18 - Bairrada; 19 - Cerrado Novo; 20 - Vale da Mata; 21 - Lapa do Picareiro; 22 - Vascas; 23 - Carneira e Pinhal da Carneira; 24-Cabeço de Porto Marinho; 25 - Abrigo Grande das Bocas; 26 - Olival Fechado; 31 - Caldeirão; Bacia do Guadiana: 28 - Monte da Ribeira; 29 - Malhada do Mercador; 30 - Chancudos 3; Algarve: 4 - Praia da Galé; 5 - Monte do Januário; 6 - Cruz da Pedra; 7 - Vale Boi e 27 - Vale Santo 4 (A sublinhado= grutas e abrigos. Mapa realizado por A. Lucena segundo a base de dados Endovélico (IPA/IGESPAR)).

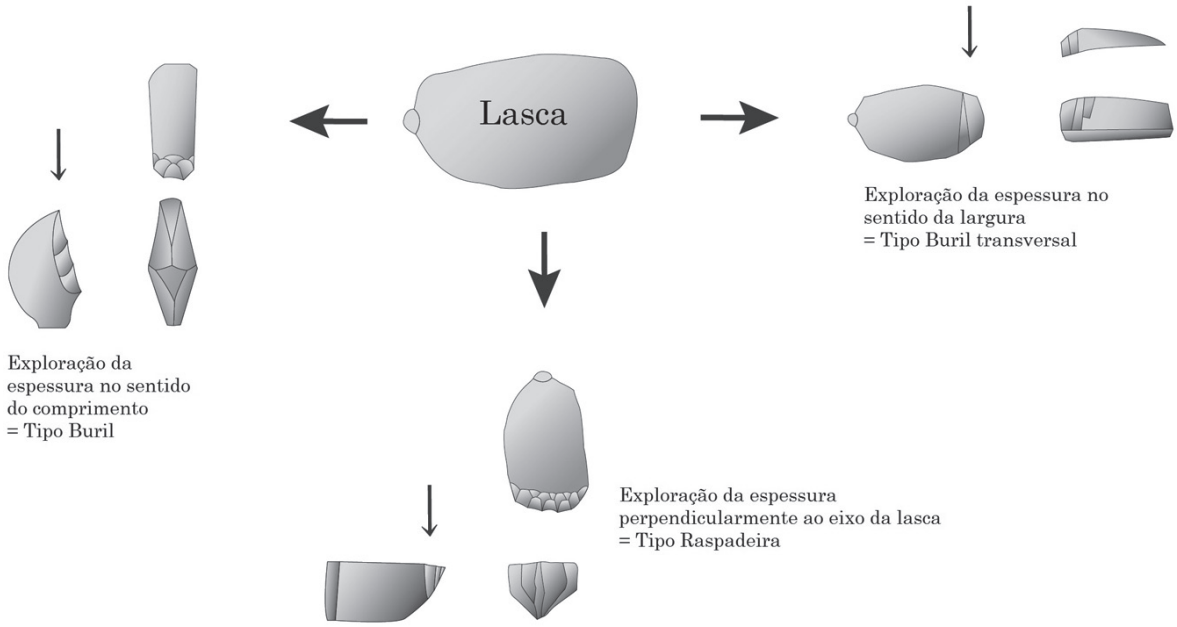


Figura 2 – Vocabulário descritivo proposto para núcleos sobre lasca (esquema realizado por C. Gameiro e M. Costa).

Figura 3 – Núcleo sobre lasca (exploração longitudinal) da camada 4 da Lapa dos Coelhos (Foto J. P. Ruas).

Figura 4 – Núcleo sobre lasca (exploração transversal) do nível superior (upper) do Cabeço de Porto Marinho 1 (Foto J. P. Ruas).

Figura 5 – Núcleo sobre lasca (exploração transversal) do nível superior (upper) do Cabeço de Porto Marinho 1 (Foto J. P. Ruas).

Sítio	Camada	Ref. Laboratório	Amostra	Date BP
Abri 1 Vale de Covões	4	Beta-201014	Micro-carvão	10 020±40
Abri 1 Vale de Covões	5	Beta-201013	Osso	12 340±50
Abri 1 Vale de Covões	5	UA33479	Osso	10 540±95
Abri 1 Vale de Covões	7	UA33480	Osso	9 725±75
Abri 1 Vale de Covões	8b	UA33481	Osso	9 315±90
Abri 1 Vale de Covões	8b	UA24593	Osso	10 010±90
Abri 1 Vale de Covões	8b	UA33482	Carvão	12050±70
Abri 1 Vale de Covões	8b	Gif-12080	Carvão	12 220±24
Lapa dos Coelhos	3	GrN-18376	Frag. osso – *Cervus elaphus*	
Lapa dos Coelhos	4	GrN-18377	Carvão – *Pinus sylvestris*	
CPMI	Lower	ICEN-542	Carvão – lareira	15 820±400
CPMI	Lower	SMU-2015	Carvão	16 340±420
CPMI	Upper	SMU-2011	Carvão	11 680±60
CPMI	Upper	ICEN-687	Carvão	12 220±110
CPMII	Middle	SMU-2476	Carvão	15 410±195
CPMIIIs	Lower	SMU-2668	Carvão	14 050±850
CPMIIIs	Lower	WK-3127	Carvão	15 040±210
CPMIIIsw	Lower	WK-3126	Carvão	16 180±290
CPMVI	Lower	SMU-2634	Carvão	15 420±180
Bocas 1	Fundo	ICEN-901	Osso	10 110±90
Bocas 1	0+	ICEN-900	Osso – *Bos primigenius*	9 880±220
Bocas 1	1	ICEN-903	Cerastoderma sp.	10 260±70
CPMII	Upper	SMU-2637	Carvão	11 110±130
CPMIII	Upper	ICEN-545	Carvão	11 160±130
CPMIIIS	Middle	ICEN-689	Carvão – lareira	11 810±110
CPMIIIT	Upper	ICEN-690	Carvão – lareira	10 940±210
CPM VI	Lower	SMU-2634	Carvão	15 420±180
CPM VI	Middle	SMU-2636	Carvão	10 160±80
Pinhal da Carneira	4	SMU-2635	Carvão – lareira	10 880±90
Buraca Grande	9	OxA-5522	Baguette demi-ronde	13 050±100
Buraca Grande	GC2	Gif-96307	Frag. Osso	11 390±110
Caldeirão	Eb	ICEN-72	Osso	10 700±380
Caldeirão	Eb	ICEN-70	Osso	14 450±890
Caldeirão	Fa	ICEN-69	Osso	15 170±740
Lapa do Picareiro	G	OxA-5527	Carvão – *Pinus*	12 320±90
Lapa do Picareiro	E-Middle	Wk-5431	Carvão	11 700±120
Lapa do Picareiro	E-Lower	Wk-4218	Carvão	11 550±120
Lapa do Picareiro	F	Wk-4219	Carvão	11 780±90
Lapa do Picareiro	F	Wk-6677	Carvão	12 210±60
Olival Fechado	2	Beta-179279	Charvão – *Pinus sylvestris*	13 460±80
Galeria da Cisterna	3	GrA -9722	Osso	10820±60
Galeria da Cisterna	3	OxA-11129	Falange – *Capra sp.*	11755±80
Fariseu	4	GX-32147-MAS	Dente incisivo de camurça	8 930±80
Fariseu	4	Beta -213130	Frag. Osso	10 510±40
Fariseu	4	Ua-32645	Frag. Osso	9 830±130
Fariseu	9	GrA -40167	Carvão	19 020±80

Figura 6 – Totalidade das datas de radiocarbono para o Tardiglaciar português.

Sítio	Camada	Método	Material	Idade Ka
Quinta da Barca Sul	3 (UA8)	TL	Quartzito queimado	11,9±1,1
Quinta da Barca Sul	3 (UA7)	TL	Quartzito queimado	11,6±1,2
Quinta da Barca Sul	3 (UA5)	TL	Quartzito queimado	12,7±1,0
Fariseu	4b	TL	Quartzito queimado seixo -17	11±1,1
Fariseu	4c	TL	Quartzito queimado seixo -2	10,8±1,7
Fariseu	4e	TL	Quartzito queimado seixo -8	11,8±9
Fariseu	6	OSL	Sedimentos - sedc6	15,2±1,6
Fariseu	7	TL	Quartzito queimado seixo -24	13,7±1
Fariseu	7	TL	Quartzito queimado seixo -9	14,3±1,1
Fariseu	8	OSL	Sedimentos - sedc8	18,4±1,6
Carneira II	60-70	TL	Sílex	10,5±7
CPM		TL	Sílex	14,1±1,1
Lagoa do Bordoal	LEPT2	OSL	Quartzo	14,8±2,9

Figura 7 – Totalidade das datas TL e OSL para o Tardiglaciar português.

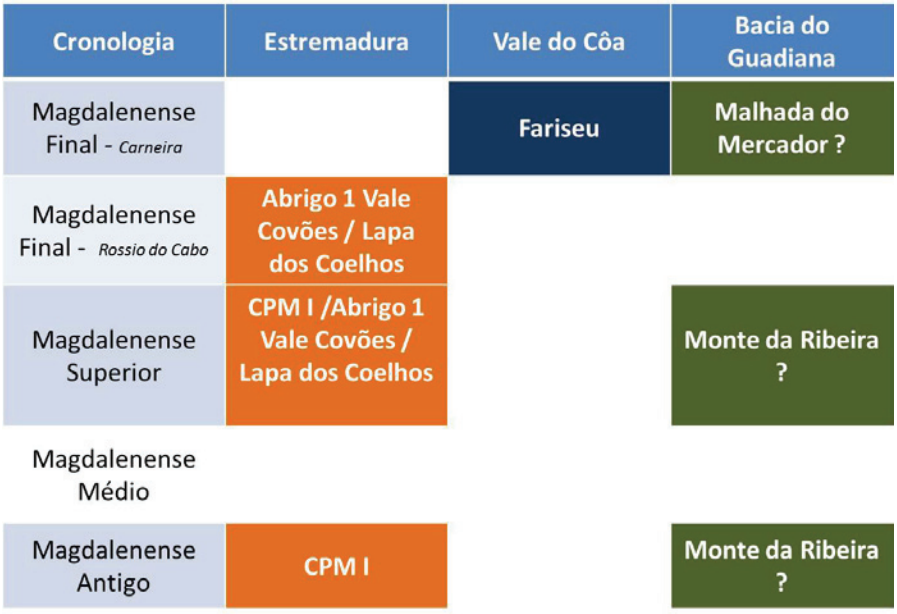


Figura 8 – Correlação entre cronologia e região dos sítios estudados.

Cabeço de Porto Marinho I -Nível Inferior

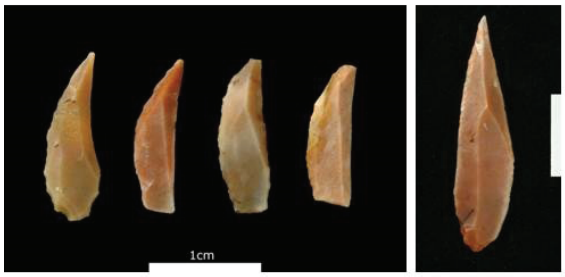
Magdalenense antigo

- Lamelas rectangulares (> 40%)
- O retoque regulariza o bordo
- Baixa percentagem de *lamelas de buril* (<10%)
- Retoque por percussão directa mineral ou *raclage* com haste ou osso para as peças mais finas

Lapa dos Coelhos – US4

Magdalenense superior

- Pontas de dorso e lamelas apontadas (>25%)
- Lamelas rectangulares ainda frequentes
- > 40% sobre *lamelas de buril*
- Retoque por percussão directa mineral ou *raclage* com haste ou osso para as peças mais finas

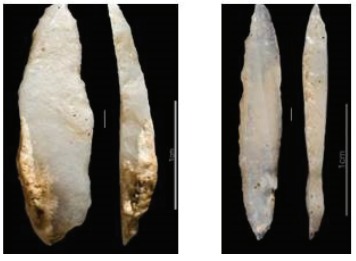


Lapa dos Coelhos – US3

Magdalenense final

- Lamelas de dorso marginal ou de Areeiro (> 50%)
- Lamelas apontadas ou bi-apontadas frequentes
- > 20% sobre *lamelas de buril*
- Retoque por percussão directa mineral ou *raclage* com haste ou osso para as peças mais finas

Fariseu – US4



Magdalenense final

- Grande variabilidade de pontas de dorso e lamelas apontadas (fusiformes, pontas de dorso curvo e pontas de Malaurie)
- Geométricos
- Lamelas de dorso marginal ou de Areeiro
- Retoque por percussão directa mineral ou *raclage* com haste ou osso para as peças mais finas e um caso de retoque por pressão no Fariseu

Figura 9 – Características gerais das armaduras líticas durante o Magdalenense.

UMA PRIMEIRA ABORDAGEM COMPARATIVA AOS CONCHEIROS EM PORTUGAL E JAPÃO – DOS ÚLTIMOS CAÇADORES-RECOLECTORES AOS PRIMEIROS PRODUTORES DE ALIMENTOS NOS EXTREMOS DA EURÁSIA

Diana Nukushina / Bolseira de Investigação (FCT, Uniarq) / diana_nukushina@hotmail.com / dnukushina@campus.ul.pt

RESUMO

Apresenta-se uma primeira abordagem à macro-escala sobre a transição dos últimos grupos de caçadores-recolectores holocénicos para os primeiros grupos produtores de alimentos, através da comparação de dados arqueológicos provenientes de sítios de tipo *concheiro* em dois territórios distintos – Portugal e Japão. Embora constituam casos de estudo diferenciados no tempo e no espaço, quer em Portugal, quer no Arquipélago Japonês, são conhecidos numerosos concheiros a partir do Holocénico, sendo o seu papel determinante no estudo das comunidades humanas pré-históricas, nomeadamente no conhecimento sobre os últimos caçadores-recolectores e os processos económico-sociais inerentes à emergência de grupos produtores de alimentos.

ABSTRACT

We present a first macro-scale approach to the transition from the Holocene last hunter-gatherers and the first food producer groups, through the comparison of archaeological data from shell midden sites in two different territories – Portugal and Japan. In spite of being two different case-studies in time and space, both Portugal and Japan are known for a high quantity of shell midden sites from the Holocene. Those sites have an important role on the study of the prehistoric human groups, namely on the research about the last hunter-gatherers and the economical and social processes that are inherent to the emergency of food producer groups.

"We can accommodate the study of complexity in all its complexity."

(Kim e Grier, 2002, p. 197)

1. OS SÍTIOS DE TIPO *CONCHEIRO* EM DOIS EXTREMOS – RAZÕES E OBJECTIVOS PARA UMA COMPARAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Precisamente em dois extremos da Eurásia, em Portugal e no Japão assistimos a um incremento na formação de concheiros a partir do Holocénico[1]. Estes sítios são emblemáticos no estudo das comunidades humanas pré-históricas, pela riqueza do registo arqueológico que proporcionam e que suscita o desenvolvimento de abordagens transdisciplinares a temáticas relacionadas com a interacção Cultura-Ambiente e as relações sociais entre grupos humanos.

Apesar da existência de um número significativo de estudos sobre os concheiros em Portugal, uma abordagem sistemática e diacrónica ao registo arqueológico destes sítios tem sido difícil, mantendo-se diversos problemas:

1. A ideia de "incremento" deriva da praticamente ausência de concheiros conhecidos para períodos anteriores, que tem sido justificada pelos processos de transgressão marinha a nível mundial no Holocénico e a consequente submersão de numerosos sítios costeiros de cronologia Pleistocénica.

– nos conceitos básicos – nomeadamente, a definição de Mesolítico e Neolítico no momento de transição e o que caracteriza os chamados "caçadores-recolectores complexos";
– na centralidade da investigação nos concheiros de época mesolítica, assumidos como testemunhos de grupos predominantemente caçadores-recolectores com economias de amplo espectro;
– nas interpretações estratigráficas, particularmente difíceis neste tipo de sítios;
– na detecção de variabilidade tipológica e funcional ao nível da cultura material.

Por outro lado, a riqueza de dados arqueológicos e de modelos interpretativos no Japão sobre os grupos Jomon, caracterizados por uma manutenção de economias predominantemente caçadoras-recolectoras durante milénios, os concheiros e os processos de adopção da agricultura intensiva (início do período Yayoi) representam um manancial de informação com potencial para a realização de comparações a uma escala global, constituindo uma inexplorada via para abrir o tradicional inquérito sobre os concheiros e a Neolitização em Portugal. Embora se considere que as abordagens individuais aos sítios arqueológicos e às realidades regionais tenham importância para a construção de bases de dados de pormenor, entende-se que as leituras não deverão ficar limitadas à micro-escala, devendo igualmente procurar dar resposta a questões globais em torno da História e dos comportamentos humanos, em muitos casos, transversais a grupos culturais distanciados. A comparação de diferentes cenários históricos e tradições científicas, apresenta-se, assim, como uma tarefa indispensável na abordagem aos mesmos processos evolucionários.

2. OS CONCHEIROS E A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL E NO JAPÃO

2.1. A definição de *concheiro* enquanto sítio arqueológico

Concheiro é o termo português normalmente traduzido para inglês como "shell midden" ou "shell mound", que designam uma acumulação antropogénica intencional de conchas (Balbo & *alii*, 2011), ou um sítio arqueológico onde se verifica a ocorrência deste tipo de estruturas. O termo português é relativamente neutro do ponto de vista funcional, ao contrário do que sucede com "shell midden", que aponta mais para uma acumulação de detritos alimentares, o que suscitou a crítica de alguns autores (Claassen, 1998), que preferem a utilização de termos mais imparciais, como "shell matrix site" ou "shell-bearing site".

Por outro lado, "kaidzuka" é o termo japonês equivalente ao de concheiro, ainda que a sua tradução designe, não apenas a presença de conchas ("kai"), mas também a de um monte ("tsuka"). Por essa razão, e pela existência de uma quantidade significativa de concheiros com acumulações densas que provocam nítidas alterações nas paisagens originais, o termo japonês é frequentemente traduzido para "shell mound". No entanto, nem todos os concheiros nipónicos têm este tipo de formação. Por outro lado, para autores como K. Suzuki (1989, p. 3), dada a diversidade de restos de origem antrópica que se encontra habitualmente nos concheiros japoneses, seria mais apropriada a tradução para "shell midden" ou "kitchen midden", conceitos que têm por base a ideia de acumulação de resíduos de ocupação humana.

Em ambos os casos, concheiro e "kaidzuka" constituem termos de classificação de sítios arqueológicos, ainda que existam casos não-categorizados segundo esta nomenclatura, em que se verificam acumulações de conchas em maior ou menor número. Esta situação parece frequente quando as acumulações são de reduzida dimensão, ou dizem respeito a uma pequena fase de ocupação em sítios de longa diacronia. Neste sentido, a inventariação de concheiros em Portugal e no Japão não constitui uma tarefa imediata, obrigando à avaliação dos próprios sítios. A dificuldade é acrescida pelo facto de concheiro ou "kaidzuka" poderem referir quer simples acumulações de conchas ou antes, sítios onde as populações viveram e/ou, por vezes, enterravam os seus mortos (Dupont, 2003, p. 3).

Graças às condições alcalinas proporcionadas pela acumulação de conchas, os concheiros caracterizam-se por um elevado potencial em termos de investigação arqueológica, ao possibilitarem um bom nível de preservação de materiais orgânicos e um tipo de registo arqueológico de pormenor. Embora o seu volume resulte primariamente da exploração de recursos aquáticos, os concheiros contribuem igualmente para a preservação de evidências de exploração de ambientes terrestres, sem que, no entanto, todos resultem necessariamente do abandono de detritos de actividades de consumo alimentar (Claassen, 1998, p. 11). Estes sítios não só têm permitido a obtenção

de dados importantes do ponto de vista paleo-económico, mas também ao nível dos padrões de organização espacial e de actividades rituais.

2.2. O lugar dos concheiros portugueses e japoneses no contexto global

A formação de concheiros encontra-se registada em ambientes costeiros, lacustres e fluviais em diversas áreas do mundo (Álvarez & *alii*, 2011, p. 1; Suzuki, 1989, pp. 5-6). Constituem um tipo de estruturas com uma distribuição geográfica e cronológica ubíqua, não obstante a maioria dos sítios conhecidos ser de cronologia holocénica (Claassen, 1998, p. 2). Por outro lado, caracterizam-se por uma grande variabilidade em termos da dimensão, forma, distribuição, cronologia e funcionalidade, dificultando a sua sistematização. A escassez de sínteses gerais e inclusivas sobre os concheiros tem sido sublinhada, apesar da sua longa história de investigação nos últimos dois séculos (Balbo & *alii*, 2011; Gutiérrez-Zugasti & *alii*, 2011).

A Europa Atlântica e o Arquipélago Japonês assumem-se no Hemisfério Norte como duas áreas-chave no estudo de concheiros, designadamente da Pré-história holocénica. Na Europa, com particular destaque para Portugal, é para o Mesolítico que se documenta uma grande quantidade de concheiros, razão pela qual a investigação destes sítios se tem centrado neste período. De igual forma, no Japão, para o período Jomon, é conhecida uma elevada quantidade, com um papel de inegável importância para o estudo dos caçadores-recolectores holocénicos (Habu & *alii*, 2011, p. 19).

A atenção dada aos concheiros em Portugal e no Japão possui uma longa tradição, remontando ao século XIX, quando se inicia, a nível global, o reconhecimento destes sítios enquanto produtos de actividade humana (Claassen, 1998, p. 2; Álvarez & *alii,* 2011, p. 1). Em Portugal, a identificação dos primeiros concheiros faz-se por Carlos Ribeiro, em 1863, com a descoberta do complexo de Muge, alcançando notoriedade a nível europeu. 14 anos depois, é num concheiro – Oomori, Tóquio – que se procede à primeira escavação arqueológica considerada de carácter científico no Japão, por parte de Edward Morse, zoólogo americano (Nishiyama, 1995, p. 548).

Embora tenham sido ensaiados esquemas de classificação de concheiros em algumas áreas, como a Fachada Atlântica Francesa, onde, ao nível da morfologia e volume, foram estabelecidas diferenças entre "amas coquillier", "dépot coquillier" e "lit coquillier" (Dupont, 2003), em Portugal e no Japão não se tem procedido a uma definição nesse sentido. Por outro lado, tem-se referido a necessidade de estabelecer uma classificação de concheiros que não se baseie apenas no tamanho, volume e forma, mas também, em relação às características internas, como a funcionalidade (Gutiérrez-Zugasti & *alii*, 2011, p. 80). Uma das principais distinções utilizadas no Japão diferencia os concheiros costeiros ("hama kaidzuka"), de carácter especializado, dos concheiros com vestígios habitacionais ("mura kaidzuka"), caracterizados pela abundância de vestígios de habitat (depósitos e estruturas) (Abe, 2009). Ainda que distanciadas e com diferentes tradições de investigação arqueológica, as abordagens científicas aos concheiros em Portugal e no Japão têm-se caracterizado por um enfoque em torno das sociedades de caçadores-recolectores e uma profusão de estudos de carácter localizado ao nível dos sítios, regiões e cronologias.

3. CONCHEIROS NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS – VISÃO DE CONJUNTO

Portugal constitui uma das áreas europeias em que os sítios de tipo concheiro estão bem representados, embora em termos quantitativos, o espectro não seja muito alargado – na base de dados da DGPC (Endovélico[2]), encontram-se registados 82 sítios, dos quais 58 têm cronologia pré-histórica holocénica atribuída, incluindo 49 sítios com ocupação mesolítica. Esta listagem, contudo, não engloba todos os sítios conhecidos.

Os concheiros com ocupação mesolítica são, na sua maioria, sítios de ar livre. Os sítios de maior dimensão encontram-se nos estuários do Tejo, Sado e Mira, sendo genericamente atribuídos ao Mesolítico final e interpretados enquanto acampamentos-base de natureza residencial, onde diferentes tipos de vestígios têm sido encontrados, nomeadamente restos faunísticos, estruturas de carácter doméstico, enterramentos e artefactos líticos (Gutiérrez-Zugasti & *alii*, 2011, p. 78). Uma das características mais destacadas a nível europeu é o seu carácter funerá-

2. ENDOVÉLICO [s.d.] – Base de dados do património arqueológico. Direcção-Geral do Património Cultural. http://arqueologia.igespar.pt/ (consultas efectuadas em 2013).

rio, contabilizando-se mais de 400 enterramentos humanos recuperados nos concheiros do Tejo e do Sado (Cunha, Cardoso & Umbelino, 2003).

Por outro lado, muitos concheiros conhecidos não apresentam outros vestígios culturais para além das conchas, dificultando a sua caracterização. As espécies mais frequentes apresentam uma diferenciação importante entre as áreas de costa rochosa, no Litoral Sul, onde se detecta a presença de *Patella* sp., *Mytilus* sp., *Osilinus lineatus* e *Thais haemastoma*, e o Litoral Centro, em contexto estuarino, onde são mais vulgares a *Scrobicularia plana, Cerastoderma edule, Ruditapes decussatus* e *Solen marginatus* (Gutiérrez-Zugasti & *alii*, 2011, p. 81).

Em Portugal, a investigação dos concheiros tem sido associada ao Mesolítico, ainda que a sua formação não ocorra exclusivamente nesta etapa. Os concheiros da Comporta, Setúbal (Silva & *alii,* 1986), com cronologias entre o Neolítico "médio" e o Calcolítico, de Castelejo (Soares & Silva, 2003) e da Rocha das Gaivotas, em Vila do Bispo (Carvalho, Valente & Dean, 2010), com ocupações entre o Mesolítico e o Neolítico antigo, e do recentemente intervencionado "Meu Jardim", Nazaré (Valera & Santos, 2010), com ocupação no Neolítico antigo, exemplificam a continuidade da formação destes sítios e da importância dos recursos aquáticos em cronologias posteriores. Por outro lado, alguns concheiros parecem ter ocupações de diversas cronologias, muitas vezes não sendo clara a sua extensão e associação aos depósitos de conchas (caso do concheiro das Amoreiras, Alcácer do Sal). Outro problema prende-se com a falta de informação estratigráfica e espacial que contextualize os resultados das análises multidisciplinares realizadas (Gutiérrez-Zugasti & *alii*, 2011, p. 79), dificultando o entendimento dos processos de formação e ocupação dos sítios, assim como a identificação de diferentes funcionalidades. Para além dos problemas nas metodologias de escavação utilizadas, por vezes mal conhecidas (por exemplo, o caso das campanhas de M. Heleno nos concheiros do Sado), para esta situação tem também contribuído o facto de muitos concheiros terem sido escavados parcialmente.

4. CONCHEIROS NO ARQUIPÉLAGO JAPONÊS – VISÃO DE CONJUNTO

Os concheiros no Japão encontram-se distribuídos por todo o Arquipélago, apontando-se um número aproximado de 3200 sítios (Nishiyama, 1995), que o torna numa das áreas com maior densidade a nível global (Tozawa, 1989, p. 72). Grande parte corresponde a sítios de época Jomon, razão pela qual a investigação destas realidades se tem centrado fortemente neste período (Suzuki, 1989; Habu & *alii*, 2011), genericamente balizado entre cerca de 14500 e 300 a.C.[3] (Habu, 2004). Os concheiros Jomon são frequentes em baías e estuários com reduzida profundidade, na costa Pacífica, destacando-se a área de Kanto (nomeadamente a Baía de Tóquio), as baías de Hunka, Ise, Mikawa e Ariake e a zona do Seto Naikai (Mar Interior do Japão) (Takahashi, Toizumi & Kojo, 1998). Encontram-se detectados mais densamente na área Oriental do Japão, correspondendo a um número superior de sítios de época Jomon (Habu & *alii*, 2011, p. 20). Por outro lado, o Japão Ocidental tem sido encarado enquanto uma área pobre em sítios Jomon, sendo o número de concheiros igualmente mais reduzido (*ibidem*, p. 24). Embora as espécies de moluscos predominantes variem temporal e espacialmente, a maioria destes sítios é formada por conchas de moluscos de água salgada ou salobra, sendo frequentes, entre as espécies marinhas, a *Crassostrea gigas* ("magaki", Pacific oyster), a *Tegillarca granosa* ("haigai"), a *Meretrix lusoria* ("hamaguri"), *Ruditapes philippinarum* ("asari"), e entre as espécies de água salobra, a *Corbicula japonica* ("yamato-shijimi") (Takahashi, Toizumi & Kojo, 1998).

Os concheiros têm proporcionado evidências para a produção de modelos antropológicos, sequências cronológicas da cerâmica e reconstituições dos sistemas económico-sociais do período Jomon (Nishiyama, 1995). A sua formação durante esta etapa tem sido encarada enquanto resposta ao aquecimento climático no pós-Glaciar e consequente transgressão marinha (Tozawa, 1989; Abe, 2009). No entanto, por exemplo, na região de Kanto, estes sítios não podem ser vistos apenas como resultado da exploração exclusiva dos recursos aquáticos, mas também de recursos terrestres, enquadrando actividades desde a recolecção para subsistência ao

3. O limite inferior de c. de 300 a.C. diz respeito à entrada da cultura Yayoi na região de Kanto. A delimitação temporal do período Jomon e do subsequente período Yayoi tem estado em forte discussão, fruto dos avanços recentes na obtenção de séries de datas de radiocarbono por AMS (Kudo, 2012; Fujio, 2013).

processamento intensivo, designadamente de moluscos, nem sempre para consumo imediato (Abe, 2009, p. 201).

Os concheiros Jomon apresentam grande variabilidade, mesmo dentro dos mesmos sub-períodos e regiões. Em termos dimensionais, verificam-se sítios que atingem áreas estimadas de milhares de m², como o caso do concheiro de Kasori, Chiba, e outros com pouco mais de 100 m² (Suzuki, 1989, p. 36). A implantação individual é também variada, ocorrendo quer em áreas de planalto, quer a cotas reduzidas (Abe, 2007, p. 3). Embora de forma não-exclusiva, muitos encontram-se em sítios de *habitat*, onde foram detectadas estruturas (Takahashi, Toizumi & Kojo, 1998). São frequentes os enterramentos, embora nem sempre se encontre registada a sua relação com os depósitos conquíferos (Takanashi, 1998, p. 11). Do ponto de vista funcional, e com maior ou menor complexidade, os concheiros têm sido considerados essencialmente como áreas de abandono de resíduos (Suzuki, 1989), assumpção que tem merecido algumas críticas (Nishiyama, 1995; Takanashi, 1998).

Numa perspectiva diacrónica, na região de Kanto, denota-se uma maior quantidade de concheiros durante os períodos *Early, Middle* e *Late Jomon*[4], diminuindo a partir do *Final Jomon* (Tozawa, 1989, p. 187). Mais especificamente, na Baía de Tóquio, surgem, a partir do final do *Middle Jomon* e ao longo do *Late Jomon,* grandes concheiros em forma de ferradura (Abe, 2007, p. 5). Para Ocidente da prefeitura de Aichi, é referido um aumento do número e tamanho dos concheiros a partir do final do *Late Jomon,* devido a alterações ambientais (Tozawa, 1989, pp. 187-188).

A partir do período Yayoi, assiste-se a uma diminuição generalizada do número e tamanho dos concheiros conhecidos no Arquipélago (Suzuki, 1989; Abe, 2009). Como causas, aponta-se a ocorrência de um arrefecimento climático entre o *Final Jomon* e o Yayoi inicial (c. 2500-2000 BP) e a diminuição da dependência dos recursos aquáticos com a emergência das economias baseadas na agricultura intensiva de arroz (Abe, 2009, p. 198). No entanto, não há um consenso quanto ao impacto das alterações ambientais, bem como à intensidade e rapidez das alterações económicas com o início do período Yayoi, encontrando-se mal conhecidas, nesta etapa, as práticas de caça, pesca e recolecção, incluindo de moluscos. Em Kanto, Y. Abe (2007, p. 8) refere que é difícil admitir que o arrefecimento tenha sido significativo ao ponto de causar impactos decisivos nos moluscos, apontando antes a mudança nos hábitos alimentares enquanto principal factor. Por outro lado, refere que a diminuição do número de concheiros no *Final Jomon* não pode ser dissociada do decréscimo de sítios arqueológicos conhecidos para esta etapa, admitindo a possibilidade de declínio demográfico ou de alteração dos padrões de implantação (Abe, 2009, p. 199), bem como a necessidade de maior investigação sobre a aparente redução dos concheiros neste período (Abe, 2007, p. 8). Na prefeitura de Chiba, em Kanto, são conhecidos alguns concheiros do final do *Final Jomon* e inícios do período Yayoi, com espécies de moluscos transportadas de distância relativamente longas, e no Yayoi médio, pequenas acumulações associadas a povoados e necrópoles (Abe, 2009, p. 206). Ainda na Baía de Tóquio, a Oeste, em Yokohama, alguns concheiros Yayoi surgem em povoados de altura e grutas costeiras, sendo que alguns parecem não se tratar apenas de depósitos de resíduos domésticos, mas também de palcos de práticas rituais, defendendo-se uma certa continuidade com as tradições do período Jomon (Yokohama-shi Rekishi Hakubutsukan, 2012, p. 6).

5. NOTAS PARA UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE PORTUGAL E O JAPÃO

5.1. Concheiros e as economias de caça-recolecção "complexas"

Em Portugal, a investigação recente tem sublinhado o carácter complexo das comunidades de caçadores-recolectores do Mesolítico final que estão por trás da formação dos concheiros de grande dimensão surgidos nos estuários do Tejo, Sado e Mira (Bicho & *alii,* 2010; Soares & Silva, 2003). No entanto, o uso dos conceitos de complexidade e de "caçadores-recolectores complexos", assim como o de *"affluent foragers",* tem sido sistematicamente alvo de discussão a nível internacional. De acordo com J. Kim e C. Grier (2006, p. 194), tem-se generalizado uma tendência segundo a qual, quando um grupo é con-

4. O período Jomon encontra-se convencionalmente dividido em seis sub-períodos, que se encontram traduzidos em inglês para *Incipient*, *Initial, Early, Middle, Late* e *Final Jomon* (Habu, 2004). Dada a dificuldade na sua tradução para Português, optou-se pela referência em língua inglesa.

siderado de "caçadores-recolectores complexos", as suas características são utilizadas para determinar se em outras regiões se desenvolveu o mesmo nível de complexidade, levando a excessos na generalização de elementos verificados nos grupos de caçadores-recolectores Jomon e do Noroeste Americano.

Comparativamente, parece-nos claro que no caso dos concheiros portugueses, há uma escassez de evidências de complexidade para os grupos caçadores-recolectores, entendida enquanto conjunto de variáveis, nomeadamente a organização logística complexa, a sedentarização, diferenciação sócio-económica e a armazenagem (Kim & Grier, 2006, p. 192), perspectiva aliás defendida por A. F. Carvalho (2009). No caso dos grupos Jomon, estes aspectos são mais evidentes, mesmo nas fases iniciais deste período, estando documentadas estruturas habitacionais desde o *Incipient Jomon* (Takahashi, Toizumi & Kojo, 1998). Um aspecto dos concheiros que poderá enunciar maior complexidade é a presença de enterramentos humanos, sem que, no entanto, se observem diferenças significativas nos rituais funerários (Carvalho, 2009, p. 54).

5.2. Concheiros e a emergência de sociedades produtoras de alimentos

Aparentemente, os concheiros, tão característicos dos grupos de caçadores-recolectores holocénicos, sofrem uma tendência global de declínio com a emergência de economias caracterizadas pela produção de alimentos.

Embora a emergência de sociedades produtoras de alimentos se inicie em épocas cronologicamente distintas em Portugal (2ª metade do 6º milénio cal BC) e no Japão (inícios do 1º milénio cal BC, no Norte da ilha de Kyushu) (Fujio, 2013), ambos os territórios partilham o facto de se distanciarem dos focos primários de "neolitização", iniciando-se o processo de forma tardia em relação ao restante continente (Europa e Ásia, respectivamente). Não obstante, problemas arqueográficos, diferenças regionais e outros factores necessitam de ser equacionados no momento de avaliar o impacto das alterações económicas na formação dos concheiros. As diferenças nos processos de adopção das práticas agrícolas constituem um dos aspectos, longe de lineares e afectados por uma série de elementos, como os contextos sociais prévios, as mudanças ambientais, bem como os objectivos e a intensidade das próprias práticas produtivas adoptadas. Por outro lado, a maior quantidade de sítios com acumulações conquíferas conhecidas em períodos caracterizados por grupos predominantemente caçadores-recolectores não deve levar a assumir a sua exclusividade para estas etapas, nem ao menosprezo destas estruturas em períodos posteriores, uma vez que constituem, igualmente, um registo arqueológico de elevado potencial de investigação.

Para o caso japonês, a diminuição dos concheiros no período Yayoi necessita de ser encarada com alguma relativização, uma vez que o período Jomon tem uma duração temporal muito superior por comparação com o período subsequente.

Em Portugal, para os concheiros do Sado, tem sido sublinhado que as evidências de ocupação a partir de 5000 cal BC se tornam mais débeis, sendo referido que a maior parte dos concheiros se encontra abandonada vários séculos antes do máximo da transgressão flandriana, sem que se encontre, porém, causas ambientais para o fenómeno (Diniz & Arias, 2012, p. 142). No entanto, tendo em conta a problemática da definição das fases de ocupação face à escassez de datas de radiocarbono e de dados estratigráficos, torna-se difícil atribuir uma cronologia exclusivamente mesolítica aos sítios e, em específico, à formação das acumulações conquíferas. Por outro lado, para o caso do processo de neolitização na Costa Sudoeste, C. T. Silva e J. Soares ressaltam que "… os recursos marino-estuarinos tiveram um papel não negligenciável…", ao permitirem, graças à sua abundância e estabilidade, criar "…condições de estabilidade social e de povoamento precursoras das sociedades neolíticas" (Silva e Soares, 2003, p. 51), defendendo a continuidade da mesma matriz de povoamento e de estratégias de subsistência em relação ao Mesolítico final.

5.3. Problemas transversais no estudo dos concheiros em Portugal e no Japão

Em Portugal e no Japão, as reconstituições paleo-ambientais e económicas constituem um objectivo central da investigação dos concheiros. De alguma forma, seguindo as tendências globais (Claassen, 1998, p. 15), há uma relativa menor atenção a temas como os processos de formação e os aspectos sociais da utilização destes sítios.

Para o caso japonês T. Takanashi (1998, p. 19) critica o carácter individualizado de muitas das análises especializadas de materiais provenientes de concheiros Jomon, situação que também se pode verificar

em Portugal e que tem levado a algum afastamento da investigação dos concheiros *per se*, isto é, dos concheiros enquanto realidades arqueológicas.
Apesar do seu historial de investigação, a escassez de análises gerais sobre os concheiros portugueses e japoneses impõe a realização de estudos comparados a uma escala global, que incidam sobre problemas transversais, como as causas e os processos da sua formação, a variabilidade física e funcional, a relação com os "caçadores-recolectores complexos" e as características do seu aparente declínio com a emergência de economias produtoras de alimentos (Figura 1).

BIBLIOGRAFIA

ABE, Yoshiro (2007) – Kaidzuka kara Jomon shakai wo yomi toku (Comprehension of Jomon society from shell mounds). *Koukogaku Jaanaru* (*The Archaeological Journal*). Tokyo: New Science. 563, p. 3-8 (in Japanese).

ABE, Yoshiro (2009) – Jomon bunka-teki kaidzuka wa naze syoumetsu shitanoka (Why did the Jomon culture-type shell middens disappear?) In SHITARA, Hiromi; FUJIO, Shin'ichiro; MATSUGI, Takehiko, eds. – *Yayoi Jidai no Koukogaku: Syokuryou no Kakutoku to Seisan* (*The Archaeology of the Yayoi period: Food Acquisition and Production*). Tokyo: Douseisha Publishing. (Yayoi Jidai no Koukogaku; 5), p. 198-212 (in Japanese).

ÁLVAREZ, Myrian; BRIZ GODINO, Ivan; BALBO, Andrea; MADELLA, Marco (2011) – Shell middens as archives of past environments, human dispersal and specialized resource management. *Quaternary International*. 239, p. 1-7. http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2010.10.025.

BALBO, Andrea; MADELLA, Marco; BRIZ GODINO, Ivan; ÁLVAREZ, Myrian (2011) – Shell midden research: An interdisciplinary agenda for the Quaternary and Social Sciences. *Quaternary International*. 239, p. 147-152. http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2011.03.032.

BICHO, Nuno; PEREIRA, Telmo; CASCALHEIRA, João; MARREIROS, João; PEREIRA, Vera; JESUS, Luís; GONÇALVES, Célia (2010) – Cabeço da Amoreira, Muge: resultados dos trabalhos de 2008 e 2009. In GIBAJA, Juan; CARVALHO, António, eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do Norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 15). p. 11-17.

CARVALHO, António Faustino (2009) – O Mesolítico Final em Portugal. In UTRILLA MIRANDA, Maria del Pilar; MONTES RAMÍREZ, Lourdes, eds. – El Mesolítico Geométrico en la Península Ibérica. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, Departamento de Ciencias de la Antigüedad (Monografías Arqueológicas; 44). p. 33-68.

CARVALHO, António Faustino de; VALENTE, Maria João; DEAN, Rebecca (2010) – O Mesolítico e o Neolítico antigo do concheiro da Rocha das Gaivotas (Sagres, Vila do Bispo). *XELB: revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. 10, p. 39-54.

CLAASSEN, Cheryl (1998) – *Shells*. Cambridge: Cambridge University Press. (Cambridge Manuals in Archaeology; 2). 284 p.

CUNHA, Eugénia; CARDOSO, Francisca; UMBELINO, Cláudia (2003) – Inferences about Mesolithic life style on the basis of anthropological data. The case of the Portuguese shell middens. In LARSSON, Lars; KINDGREN, Hans; KNUTSSON, Kjel; LOETTLER, David; AKERLUND, Agneta, eds. – *Mesolithic on the move. Proceedings of the 6th International Symposium on the Mesolithic in Europe, Stockholm 2000*. Oxford: Oxbow Books, p.184-190.

DINIZ, Mariana, ARIAS, Pablo (2012) – O povoamento humano do paleo-estuário do Sado (Portugal): problemáticas em torno da ocupação dos concheiros mesolíticos. In CAMPAR ALMEIDA, António; BETTENCOURT, Ana; MOURA, Delminda; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ALVES, Maria Isabel, eds. – *Environmental changes and human interaction along the Werstern Atlantic Edge (Mudanças ambientais e interacção humana na Fachada Atlântica Ocidental)*. Coimbra: APEQ, CITCEM, CEGOT, CGUP, CCT, p. 139-157.

DUPONT, Catherine (2003) – Les coquillages alimentaires des dépôts et amas coquilliers du Mésolithique récent/final de la façade atlantique de la France: De la fouille à un modèle d'organisation logistique du territoire. *Préhistoires Méditerranéennes*, p. 2-12. http://pm.revues.org/345

FUJIO, Shin'ichiro (2013) – Yayoi bunka no rinkaku: kangai--shiki suiden inasaku wa Yayoi bunka no shihyou nanoka (The Frame of the Yayoi culture: Is Wet Rice Cultivation with Irrigation System an Indicator of the Yayoi Culture?). *Kokuritsu Rekishi Minzoku Hakubutsukan Kenkyuu Houkoku. Kaikan 30 shuunen kinen ronbun shuu I* (*Bulletin of the National Museum of Japanese History. Special issue for the 30th anniversary of National Museum of Japanese History, vol.1*). 176, p. 85-120 (in Japanese).

GUTIÉRREZ-ZUGASTI, Igor; ANDERSEN, Soren H.; ARAÚJO, Ana C.; DUPONT, Catherine, MILNER, Nicky; MONGE-SOARES, António M. (2011) – Shell midden research in Atlantic Europe: State of the art, research problems and perspectives for the future. *Quaternary International*. 239, p. 70-85. http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2011.02.031.

HABU, Junko (2004) – *Ancient Jomon of Japan*. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press. 332 p.

HABU, Junko; MATSUI, Akira; YAMAMOTO, Naoto; KANNO, Tomonori (2011) – Shell midden archaeology in Japan: Aquatic food acquisition and long-term change in the Jomon culture. *Quaternary International*. 239, p. 19-27. http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2011.03.014.

KIM, Jangsuk; GRIER, Colin (2006) – Beyond Affluent Foragers. In GRIER, Colin; KIM, Jangsuk; UCHIYAMA, Junzo, eds. – *Beyond Affluent Foragers.* Proceedings of the 9th ICAZ Conference, Durham 2002, p. 192-200.

KUDO, Yuichiro (2012) – Nihon Rettou ni okeru doki shutsugen-ki no kousei nendai ni tsuite: IntCal04 to IntCal09 no chigai oyobi 13000 nen mondai (Calibrated Radiocarbon Dates of the Earliest Pottery in the Japanese Archipelago: Distinction between IntCal04 and IntCal09, and "the Year 13000 Problem"). *Kokuritsu Rekishi Minzoku Hakubutsukan Kenkyuu Houkoku* (Bulletin of the National Museum of Japanese History). 172, p.101-116 (in Japanese).

NISHIYAMA, Tarou (1995) – Mou hitotsu no kaidzuka kenkyuu-shi (Another research history about the the shell mounds). *Kenkyu kiyou 16: 20 syuunen kinen ronsyuu* (*Bulletin of Research 16: Journal on the 20th anniversary celebration*). Chiba-ken Bunkazai Senta [Center for Archaeological Operations of Chiba Prefecture], p. 546-564 (in Japanese).

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; CARDOSO, João Luís; CRUZ, Carlos Souto; REIS, Carlos A. Sousa (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia.* 14, p. 59-82.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (2003) – A transição para o Neolítico na Costa Sudoeste portuguesa. In GONÇALVES, Victor. S., ed., – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. II Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25), p. 45-56.

SUZUKI, Kimio (1989) – *Kaidzuka no Koukogaku* (*Shell Midden Archaeology*). Tokyo: Toukyou Daigaku Shuppankai (Tokyo University Publishing). 134 p. (in Japanese)

TAKAHASHI, Ryuzaburo; TOIZUMI, Takeji; KOJO, Yasuhi (1998) – Archaeological Studies of Japan: Current Studies of the Jomon Archaeology. *Nihon Koukogaku (Journal of the Japanese Archaeological Association*). 5, p. 47-72.

TAKANASHI, Tomoko (1998) – Tokyo-wan tougan-iki ni okeru Jomon kaidzuka to maisou (Jomon shell middens and burials in the East coast of the Tokyo Bay). *Kenkyuu Renraku shi.* Chiba: Kyouiku Shinkou Zaidan Bunkazai Senta (Foundation for the Promotion of the Education Cultural Heritage Center). 52, p. 9-22 (in Japanese).

TOZAWA, Mitsunori (1989) – *Jomon jin to Kaidzuka* (*Jomon people and shell mounds*). Tokyo: Rokkou shuppan. 213 p. (in Japanese).

VALERA, António Carlos; SANTOS, Helena (2010) – O concheiro do Neolítico antigo do "Meu Jardim" (Nazaré): informação preliminar. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 6, p. 21-27. www.nia-era.org.

YOKOHAMA-SHI REKISHI HAKUBUTSUKAN (2012) – *Umi ni kogidase! Yayoi-jin: Yokohama-shi Rekishi Hakubutsukan Kikakuten (Row toward the sea! Yayoi people: Yokohama History Museum Exhibition*). Yokohama: Yokohama-shi Hurusato Rekishi Zaidan (Yokohama History Foundation). 64 p. (in Japanese).

Figura 1 – Temas transversais no estudo dos concheiros em Portugal e no Japão. Fotos: em cima, corte estratigráfico do concheiro de Poças de S. Bento, Alcácer do Sal (Portugal), na sondagem 1 das escavações de 2012; em baixo, concheiro de Kasori, Chiba (Japão).

CRISE NO MESOLÍTICO: EVIDÊNCIAS ZOOARQUEOLÓGICAS

Simon JM Davis / Laboratório de Arqueociências da DGPC / simonjmdavis@gmail.com
Cleia Detry / NIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / cdetry@gmail.com

RESUMO

O auroque, veado e javali tornaram-se mais pequenos há c. 12.000 anos – uma mudança associada ao aumento da temperatura. Surpreendente é o retomar posterior de parte do tamanho original. Com o javali em Itália e auroque no Médio Oriente acontece o mesmo. A diminuição de tamanho do Plistocénico para o Mesolítico foi, provavelmente, "provocada" pela combinação do aumento de temperatura e caça excessiva. Este último, representa outro sinal de stress no Mesolítico, aliviado a seguir ao Neolítico com a introdução dos animais domésticos. Outros sinais incluem uma mudança para mamíferos de reprodução rápida, menor porte e aumento do consumo de moluscos. No Médio Oriente ocorreram eventos similares como o aumento da exploração de pequenos mamíferos, gazelas juvenis, peixes e aves. Estas especulações ajudam a compreender porque era necessário domesticar plantas e animais no Neolítico.

ABSTRACT

Portuguese aurochs, red deer and wild boar, became smaller c.12.000 BP – a change known elsewhere and associated with increased temperature. More surprising is a subsequent reversal – red deer, wild boar and aurochs recovered *some* of their former size. Italian wild boar and Near Eastern aurochs did likewise. Pleistocene to Mesolithic size decrease was perhaps therefore 'caused' by combined temperature increase *and* overhunting. The latter, another sign of Mesolithic stress, subsequently relaxed following the Neolithic introduction of domesticates. Other signs of stress include a shift to rapidly reproducing and small mammals and increased molluscivory. In the Near East similar events occurred with increased exploitation of smaller mammals, juvenile gazelles, fish and birds. These speculations help explain why people were forced to begin domesticating animals and plants in the Neolithic.

INTRODUÇÃO

Em História Natural o tamanho é uma variável importante. O tamanho do osso de um animal pode ser influenciado por inúmeros fatores e é possível usar o tamanho como um indicador de variáveis que são bastante interessantes quando se estuda o passado. Duas das mais óbvias, e que podem ser tidas em conta, são a idade de morte e o sexo do animal cujos ossos estão a ser medidos. A maioria dos ossos, ou partes de osso, cessam de crescer antes ou durante a fusão da epífise e os ossos das fêmeas são, em muitas espécies, mais pequenos do que os dos machos (Payne & Bull, 1988; Davis & *alii*, 2012). Depois de termos eliminado os efeitos desses potenciais desvios ou, pelo menos, tendo-os controlado, medem-se apenas ossos com o desenvolvimento completo e determina-se a composição sexual da amostra original. Podem-se também escolher espécies que não são afetadas pelo dimorfismo sexual. Restam mesmo assim outros fatores importantes que podem influenciar o tamanho de um animal selvagem. Muitos desses fatores serão de grande interesse para o arqueólogo compreender o passado (Boessneck & Driesch, 1978). Estes incluem a temperatura ambiente, a disponibilidade de alimento durante o crescimento, o isolamento, o estatuto doméstico ou selvagem e a pressão cinegética.

Por exemplo, indivíduos de muitas espécies são maiores em regiões mais frias (Bergmann, 1847). Nutrientes insuficientes podem prejudicar o crescimento de um mamífero nos primeiros meses de vida (Widdowson & McCance, 1975; Magnell, 2004). Mamíferos de grande porte são muitas vezes mais

pequenos em ilhas e os mamíferos mais pequenos aumentam de tamanho na mesma situação (Foster, 1964; Sondaar, 1977; Bromham & Cardillo, 2007).
A maior parte dos animais domesticados de grande porte são menores e os de menor porte maiores que os seus ancestrais selvagens (Darwin, 1885; Higham, 1968), e ainda, a pressão cinegética sustentada de uma espécie pode levar à diminuição do tamanho dos animais (Miłkowski & Wójcik, 1984; Coltman & *alii*, 2003).
O presente artigo concentra-se neste último fator – a caça excessiva. Tentou-se relacionar uma diminuição de tamanho de várias espécies no Sul de Portugal, durante o Mesolítico, com a pressão cinegética provocada pelo aumento sustentado da população humana. Alterações semelhantes de tamanho aconteceram provavelmente também na Dinamarca (Figura 1; Degerbøl & Fredskild, 1970); com o javali em Itália (Albarella et al, 2006) e auroques no Médio Oriente (Figura 2; dados de SD de Israel).

AS NOSSAS OBSERVAÇÕES

Cervus elaphus. Ao comparar-se uma pequena coleção de ossos de veado do final do Plistocénico da gruta do Caldeirão, perto de Tomar (Portugal), com espécimes do Holocénico, observa-se uma diminuição considerável de tamanho no fim da idade glaciar associada ao aumento das temperaturas. O que é concordante com a lei de Bergman (ver Figura 3, Davis, 2002). Esta lei afirma que indivíduos de inúmeras espécies (ou de grupos de espécies próximas) de mamíferos e aves são maiores em climas frios e de menor tamanho em climas quentes.
Por exemplo, os mamíferos têm tendência a ter um maior porte à medida que a latitude aumenta. Os coelhos demonstram atualmente uma relação de tamanho semelhante – os coelhos da Península Ibérica são de tamanho muito inferior aos da região de Paris. Uma relação semelhante parece ter existido no passado – os coelhos do Solutrense do Caldeirão são maiores que os coelhos modernos de Santarém (ver tabela 5 e 6 em Davis & Moreno-García, 2007).
Uma observação mais detalhada da variação de tamanho do veado ao longo da cronologia demonstrou uma situação mais complexa durante o Holocénico. O veado mesolítico era particularmente pequeno. Comparando com sítios mais recentes, não só era mais pequeno que o veado do final do Plistocénico, como também, provavelmente, "recuperou" algum do seu tamanho original talvez já no Calcolítico e certamente na Idade do Ferro e Período Romano (ver Figura 3, Detry, 2007; Davis & Mataloto, 2012). A diferença é reduzida e ao considerar individualmente os sítios arqueológicos a diferença nem sempre é significativa. No entanto, quando os dados são agrupados, as amostras parecem demonstrar um aumento global de tamanho depois do Mesolítico.
Bos primigenius. No auroque também é observável um padrão de variação semelhante (Figura 5). Algumas medidas de ossos desta espécie do final do Plistocénico, de várias partes da Península Ibérica, indicam que, tal como o veado e o coelho, também este animal era maior no final do Plistocénico, pelo menos durante o máximo glacial (c. 20.000 anos AP). Tanto no Mesolítico como no Calcolítico os auroques são menores do que no Plistocénico – uma diferença que provavelmente pode estar associada às diferenças de temperatura entre o Final do Plistocénico e o Holocénico. Uma observação mais atenta da Figura 5 revela ainda uma pequena diferença de tamanho. Esta pequena alteração deve-se a um ligeiro aumento de tamanho, depois do Mesolítico, sítios de Muge e do estuário do Sado, e anterior ao Calcolítico como indicam os 11 auroques do Zambujal (medidas obtidas em Driesch & Boessneck, 1976), seis de Cerro I de "Los Castillejos" (Estremadura espanhola; medidas obtidas em Castaños, 1994) e dois de São Pedro, Redondo (Davis & Mataloto, 2012).
Os astrágalos de *Bos* do Mesolítico (n = 22) pertencem a auroques já que eles datam de antes da chegada do gado bovino doméstico à Península Ibérica. Agrupando as medidas dos supostos auroques do Zambujal com os dois de São Pedro e os seis de Los Castillejos, e comparando-os com os 22 do Mesolítico de Muge e do Sado, obtemos uma diferença que é significativa para o GLl ($t = 3{,}7$; $p < 0{,}001$); Para o Bd, ($t = 2{,}2$; $p < 0{,}034$) e para o Dl, ($t = 3{,}16$; $p < 0{,}004$). Note-se que todos os astrágalos do Neolítico e Calcolítico do sítio das Lameiras são muito pequenos e por isso considerados como pertencentes a gado bovino doméstico.
Sus scrofa. Com um número muito reduzido de restos e medidas de javalis do Plistocénico superior em Portugal torna-se impossível confirmar se o *Sus scrofa* teve uma diminuição de tamanho no final do Plistocénico tal como o veado, auroque e coelho. Note-se, no entanto, o tamanho reduzido do úmero e tíbia de *Sus* do Mesolítico de Muge (Figura 6). Tal como no caso anterior, estes restos também perten-

cem seguramente a animais selvagens pois datam de antes da chegada do porco doméstico à Península Ibérica, (comparando-se estes com o pico de presumíveis javalis do Calcolítico do Zambujal).
Devido à reduzida diferença não é possível distinguir o javali do *Sus* doméstico. Ainda assim parece notável o tamanho dos espécimes maiores – sendo os do Calcolítico consideravelmente maiores. (Embora pareça pouco provável, não podemos excluir a possibilidade de isto se dever a uma amostra mais ampla dos suídeos calcolíticos). Este aumento de tamanho pós-mesolítico no javali foi já notado anteriormente por nós (Albarella & *alii*, 2005) ao escrevermos: "Some fluctuation has occurred in the size of Portuguese wild boars from Mesolithic to modern times. Chalcolithic wild boars were – on average – larger than either Mesolithic or modern wild boars …"
Assim o veado e o auroque sofreram uma diminuição de tamanho anterior ao Mesolítico. Posteriormente, estes dois taxa, bem como o javali, sofreram um aumento do tamanho, ou uma "recuperação" parcial, no Calcolítico ou pouco depois.
Oryctolagus cuniculus. Embora em Portugal o coelho tenha diminuído em tamanho depois do Plistocénico, no Mesolítico eles não eram significativamente diferentes dos do Neolítico, Idade do Ferro, período Romano e Medieval.
Sem medidas suficientes para outros mamíferos, não é possível perceber se também estas espécies sofreram padrões similares de variação no tamanho durante o final do Plistocénico, Mesolítico e ulteriormente. Teremos acesso a uma cronologia mais precisa da recuperação do tamanho do javali, auroque e veado quando mais restos do Neolítico português forem estudados.

PORQUE ERAM OS VEADOS, AUROQUES E JAVALIS TÃO PEQUENOS NO MESOLÍTICO?

O veado, *Cervus elaphus*, exibe algum grau de dimorfismo sexual, embora bastante menos marcado do que em *Dama*, *Bos* ou *Capra*. Os machos são maiores do que as fêmeas como fica demonstrado no gráfico de dispersão da Figura 3b, com medidas do úmero distal de animais modernos, cujo sexo se conhece, em Oise, Norte de França. O dimorfismo sexual no tamanho dos ossos dos membros apendiculares está provavelmente ligado à necessidade dos machos carregarem o peso das hastes. O seu peso é sobretudo suportado pelos membros anteriores. Consequentemente estes precisam de ser mais robustos (Fock, 1966; Higham, 1969; Berteaux & Guintard, 1995).
São os pequenos veados do Mesolítico, na sua maioria, fêmeas? Provavelmente não, pois a dispersão dos dados das duas medidas da tróclea do úmero (BT *versus* HTC; Figura 3b) mostram que a amplitude das medidas no Mesolítico é tão ampla como em amostras de outros períodos. E, tal como demonstra a Tabela 5 em Davis & Mataloto (2012), o coeficiente de variação (CV) do BT e HTC do úmero de todas as amostras arqueológicas é semelhante ao de uma amostra atual de Oise que inclui os dois sexos. Os valores de CV de ambos os sexos é consideravelmente superior à amostra de Oise só de machos ou só de fêmeas.
Se apenas um sexo estivesse representado na amostra, o grau de dispersão das medidas seria inferior, o que não acontece. Para além disso, quando se considera um osso do membro posterior com menor influência do dimorfismo sexual (ver Figuras 3a e 4 para o astrágalo), podemos observar a mesma redução de tamanho no astrágalo do veado do Mesolítico. Assim sendo é pouco provável que o tamanho médio reduzido no Mesolítico se deva a uma composição desviada no sentido de um dos sexos, nomeadamente composto sobretudo por fêmeas. Assim ambos os sexos parecem ter estado presentes em todas as amostras.
Para o astrágalo de *Bos,* bem como para a tíbia e úmero de *Sus,* é possível que todos os espécimes do Mesolítico tenham pertencido a fêmeas e no Calcolítico todos a machos. Não sendo possível excluir categoricamente esta hipótese, e embora o dimorfismo sexual seja menos pronunciado no membro posterior, ela é, no entanto, muito pouco provável.

TERÁ O AUMENTO DO TAMANHO PÓS-MESOLÍTICO RESULTADO DE UMA MUDANÇA NO AMBIENTE?

Dada a correlação negativa entre a massa corporal e a temperatura ambiente, é possível que uma explicação plausível para o *aumento* do tamanho do veado, javali e auroque no pós-Mesolítico em Portugal seja o reflexo da diminuição da temperatura. Não sendo, no entanto, conhecida nenhuma descida acentuada da temperatura neste período, o fator temperatura pode ser excluído.
Outra explicação pode estar na disponibilidade de

alimento durante o crescimento dos juvenis. Foi demonstrado que o tamanho do corpo nos ungulados como o veado, javali e corço podem variar de acordo com a disponibilidade de alimento, um aspeto que também pode ser relacionado com a densidade populacional (ver Magnell, 2004). Wolverton & *alii* (2009) argumenta que o tamanho do veado de cauda-branca, no Norte da América, está correlacionado com a quantidade de alimento disponível por animal. Pode compreender-se que a reduzida disponibilidade de alimento, devido a uma elevada densidade populacional, venha a prejudicar o crescimento do animal. Assim sendo, é possível que o tamanho reduzido dos mamíferos no Mesolítico reflita um aumento da densidade dos mamíferos nesta parte de Portugal durante esse período. Não percebemos, no entanto, como isso pode ter acontecido.
Talvez um aumento do tamanho pós-Mesolítico reflita a melhoria no crescimento dos juvenis depois da sua acentuada quebra durante o Mesolítico devido ao aumento do número de predadores humanos.

A NOSSA EXPLICAÇÃO PARA O TAMANHO REDUZIDO DO *SUS, BOS* E *CERVUS* NO MESOLÍTICO.

Anteriormente à introdução dos animais domesticados para a alimentação, o veado, javali e auroque, e ainda a cabra-selvagem e cavalo, constituíam a fonte principal de carne em animais de grande porte em Portugal. Poderá o pequeno tamanho do auroque, veado e javali no Mesolítico refletir a sua predação excessiva, tal como sugerido por Miłkowski and Wójcik (1984) para o javali na Polónia e por Coltman et al. (2003) para a ovelha-selvagem no Canadá?
Sabe-se que o período anterior à mudança da caça para a domesticação foi caracterizado por uma pressão mais acentuada nos recursos naturais. Será que a caça excessiva provocou a diminuição do tamanho do auroque, veado e javali? É difícil perceber como isso poderá ter acontecido. Talvez tenham sido caçados os animais maiores, deixando os mais pequenos sobreviver e reproduzir-se. Este é o cenário que Coltman & *alii* (2003) sugere ter acontecido à ovelha-selvagem em Alberta (Canadá), caçada para troféus desde os anos 1970's.
O subsequente retorno a um maior tamanho no Calcolítico (e que talvez tenha acontecido já no Neolítico) e períodos seguintes terá sido consequência de uma diminuição da pressão cinegética exercida sobre estes animais – as pessoas tinham agora acesso a animais domésticos para lhes providenciarem grande parte da carne de que precisavam. Ao reduzir-se a pressão humana sobre estes animais a seleção natural produziu animais de maior porte nos ungulados selvagens, retomando estes o seu anterior tamanho. A pressão natural inclui fatores como a competição intraespecífica, nomeadamente a luta dos machos para dominar os haréns e a necessidade de fugirem dos vários carnívoros durante o Neolítico e Calcolítico. Sendo pouco conhecida a relação entre a pressão cinegética e os seus efeitos no tamanho das presas – e nomeadamente em ossos que se possam medir – é difícil ter a certeza de que a diminuição de tamanho no Mesolítico, e posterior recuperação, reflete o aumento e posterior diminuição na pressão cinegética. Mas oferece-se aqui uma hipótese de trabalho.

HAVERÁ OUTROS PARALELOS?

Koch and Barnosky (2006), discutindo sobre a extinção no Quaternário, escrevem o seguinte: "... size reduction is also a possible outcome of selection by human predators if they preferentially targeted large animals either because of added food payoff or as trophies ...".
Parece que o registo fóssil pode providenciar situações paralelas. Não existe qualquer evidência de uma desconformidade ambiental entre o Mesolítico e o Calcolítico que pudesse explicar as alterações de tamanho.
Vários estudos relacionam a predação excessiva com o tamanho da presa, mas sobretudo em animais que crescem de modo contínuo. Durante a transição do Middle para o Late Stone Age, as tartarugas e moluscos recolhidos pelas populações na África do Sul tornaram-se, em média, mais pequenos (i.e. mais jovens). Isto terá sido resultado de uma redução na proporção dos indivíduos mais velhos e maiores que Klein & Steele (2013) correlacionam com o aumento da exploração dos recursos. Uma mudança semelhante de tamanho nos ossos dos membros de tartaruga, foi observada por Nabais (2012) na Gruta da Oliveira em Torres Vedras, há cerca de 44.000 anos, e que também é relacionada pela autora com o aumento da pressão humana sobre estes recursos.

HAVERÁ OUTRAS EVIDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE STRESS E/OU PRESSÃO DEMOGRÁFICA?

Uma grande alteração na dieta das populações pré-históricas em Portugal consistiu no elevado aumento do consumo de moluscos no Mesolítico – os moluscos eram nesta altura uma das fontes principais de alimento – produzindo assim os concheiros, grandes depósitos de conchas encontrados ao longo da costa portuguesa e no interior dos grandes estuários da primeira metade do Holocénico. Estes foram relacionados com os conhecidos concheiros ou *kjökkenmöddings* do Mesolítico na Dinamarca, e também noutras regiões costeiras da Europa. Esta transferência para a recolha de moluscos pode refletir a escassez de "pacotes" de carne de mamíferos terrestres de grande porte fáceis de caçar. A quantidade de energia gasta na recolha dos moluscos por quilograma de carne obtida torna certamente a recolha de moluscos uma opção em tempos de escassez. E os mamíferos terrestres? O aumento da frequência de restos de javali nos sítios arqueológicos do Mesolítico em Portugal, foram também notados por Davis e Moreno-García (2007) tendo sido interpretado como resultado do aumento da pressão cinegética nesse período. O javali, tal como o porco, é conhecido pela sua elevada capacidade reprodutiva. Uma fêmea de javali pode produzir até 12 leitões por ninhada (Dewey & Hruby, 2002). As populações desta espécie seriam assim mais capazes de resistir às pressões exercida pelo homem do que as espécies de taxa reprodutiva mais reduzida como o cavalo, veado e presumivelmente do auroque. Assim sendo, seria de esperar observar uma mudança ao longo do tempo no registo zooarqueológico - de animais de reprodução lenta para animais de reprodução mais rápida como o javali. Surovell (1999) simulou o que pode acontecer com espécies de pequeno porte de reprodução rápida como a lebre e a perdiz, e lentos como a tartaruga, quando a pressão de predação aumenta devido ao acréscimo da densidade de ocupação humana. Este autor verificou que espécies de reprodução mais rápida aumentam no registo arqueológico e os reprodutores lentos irão diminuir ou serão mesmo extintos.

E a idade de morte? Os padrões de abate podem também refletir o grau de intensidade da caça. Um exemplo bem conhecido vem do Missouri nos EUA. Elder (1965) estudou as mandíbulas de veado de três sítios pré-históricos (i.e. pré-europeus) e dois sítios históricos de índios. Nos sítios pré-históricos a distribuição das idades de abate dos veados mostraram um número moderado de animais mais velhos e senis, bem como de jovens. Elder sugere que esse padrão é semelhante ao observado numa população estável de ungulados. No entanto, nos dois sítios arqueológicos do período "histórico", ou pós-contacto, datados do século XVIII, as mandíbulas derivam sobretudo de animais jovens, com muito poucos animais mais velhos e senis. Este tipo de distribuição de idades é típico de uma população sujeita a uma rápida mudança causada pela elevada pressão de predação. Elder sugere que o lucrativo comércio de peles e uma caça mais eficiente com o uso de armas de fogo e a cavalo (ambos resultado da chegada dos colonizadores europeus) terão sido os dois principais fatores na origem da mudança no perfil de idades do veado no Missouri. Em Portugal, Detry (2007) notou um aumento dos juvenis de javali durante o Mesolítico, sendo que a autora admite, no entanto, que os seus dados são ténues pois apenas baseados em restos resultantes de escavações antigas. A autora sugere que este aumento da caça deste animal reflete o acréscimo substancial da população humana no Mesolítico.

E os ossos humanos – dizem-nos alguma coisa? Uma reanálise dos esqueletos humanos do Mesolítico e Neolítico português (Jackes & Meiklejohn, 2004) mostrou evidências do aumento da fertilidade humana – talvez um aumento de duas crianças por mulher, de cerca de cinco para sete crianças, no Mesolítico. Baseado em outros dados antropológicos Jackes e Meiklejohn colocam a hipótese de uma dieta mais suave e um estilo de vida mais sedentário. É conhecido, em exemplos modernos, que a mudança de povos nómadas para um estilo de vida mais sedentário leva a um rápido aumento da população (Sussman, 1972).

Existiu então uma crise alimentar no Mesolítico em Portugal? E será que esta crise levou à diminuição do tamanho do veado, auroque e javali, que levou ainda a uma substituição do veado pelo javali, alterando o perfil de idades do javali e forçando as pessoas a explorar mais os recursos marinhos – especialmente os moluscos? Deveu-se isso à pressão cinegética sobre os animais selvagens terrestres por causa do aumento da população humana?

CONCLUSÃO E SUMÁRIO

Os dados Zooarqueológicos que aqui reunimos, embora escassos, indicam que o veado e auroques no Mesolítico eram mais pequenos que os seus ancestrais Plistocénicos. Recuperaram parcialmente o seu tamanho original posteriormente, talvez já no período Calcolítico.

Um aumento de tamanho pós-mesolítico também é notado no javali. A diminuição do tamanho no final do Plistocénico, tal como em outras partes do mundo, pode estar ligado com o aumento da temperatura no final da idade glaciar.

A subsequente recuperação do tamanho nestes animais pode indicar que a sua pequenez mesolítica pode não se dever apenas ao aumento da temperatura mas também a outro fator – possivelmente a caça excessiva originada pelo acréscimo da população humana. Aquando da domesticação dos animais para comida - tal como a vaca, porco, ovelha e cabra - e sua introdução no Neolítico, a pressão da caça sobre estes animais foi "atenuada" e eles retomaram gradualmente o seu tamanho original. Se esta for a interpretação correta, para além da mudança para uma estratégia de caça de espécies de menor porte, mais mamíferos juvenis e recolha de moluscos intensiva, temos neste artigo mais uma evidência de stress no Mesolítico.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Ana Cristina Araújo, João Zilhão e Nuno Bicho pelo muito útil debate. Também agradecemos a Emmanuelle Vila que primeiro alertou a atenção de um de nós (SD) para o fenómeno de recuperação de tamanho dos auroques no Médio Oriente, bem como a Pedro e Jone Castaños, Tiina Manne, Carlos Fernandez, Joan Daura e Montse Sanz, Diego Álvarez-Lao. Todos nos enviaram medidas de espécimes das suas coleções ou cederam-nos espécimes. Miguel Ramalho, do Museu Geológico, muito simpaticamente, deu-nos acesso a coleções ao seu cuidado.

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLA, Umberto; DAVIS, Simon J. M.; DETRY, Cleia; ROWLEY-CONWY, Peter (2005) – Pigs of the "Far West": the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica.* Paris. 40, pp. 27-54.

ALBARELLA, Umberto; DOBNEY, Keith; ROWLEY-CONWY, Peter (2006) – The domestication of the pig (*Sus scrofa*): new challenges and approaches. In: ZEDER, M.; BRADLEY, D. G.; EMSHWILLER, E.; SMITH, B. D., eds. – *Documenting domestication; new genetic and archaeological paradigms*. Berkeley, Los Angeles/London: University of California Press, pp. 209-227.

BERGMANN, Carl (1847) – Ueber die Verhältnisse der Wärmeökonomie der Thiere zu ihrer Grösse. *Göttingen Studien*, 3, pp. 595-708.

BERTEAUX, Dominique; GUINTARD, Claude (1995) – Osteometric study of the metapodials of Amsterdam Island feral cattle. *Acta Theriologica.* Warszawa. 40: 1, pp. 97-110.

BROMHAM, Lindell and CARDILLO, Marcel (2007) – Primates follow the 'island rule': implications for interpreting Homo floresiensis. *Biology Letters* (Royal Society, London) DOI: 10.1098/rsbl.2007.0113.

CASTAÑOS, Pedro Mª. (1994) – Estudio de la fauna del Cerro I de "Los Castillejos" (Fuente de Cantos, Badajoz). *Norba* 14; *Revista de Historia*. Cáceres, pp. 11-46.

CASTAÑOS, Pedro; PÉREZ-HIDALGO, Trinidad de Torres; ORTIZ MENÉNDEZ, José Eugenio; BARQUÍN, Ramón Montes; FERNANDÉZ, Emilio Muñoz; EXPÓSITO, José Manuel Morlote; SANTAMARÍA, Silvia Santamaría; CASTAÑOS, Jone de la Fuente (2012) – Yacimiento Paleontológico de la Vertiente Sur de Peña Cabarga-Pico del Castillo (Medio Cudeyo, Cantabria). *Kobie. Paleoantropologia*. Bilbao. 31. pp. 5-20.

COLTMAN, David W.; O'DONOGHUE, Paul; JORGENSON, Jon T.; HOGG, John T.; STROBECK, Curtis; FESTA-BIANCHET, Marco. (2003) – Undesirable evolutionary consequences of trophy hunting. *Nature.* London. 426, pp. 655-8.

DARWIN, Charles R. (1885) – *The variation of animals and plants under domestication*. 2nd edn. In two volumes. London: John Murray.

DAVIS, Simon J. M. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 5, pp. 29-98.

DAVIS, Simon J. M.; MORENO GARCÍA, Marta (2007) – Of metapodials, measurements and music – eight years of miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA, Lisbon. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 25, pp. 9-165.

DAVIS, Simon J. M.; MATALOTO, Rui (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, pp. 47-85.

DAVIS, Simon J.M.; SVENSSON, Emma M.; ALBARELLA, Umberto; DETRY, Cleia; GÖTHERSTRÖM, Anders; PIRES, Ana Elisabete; GINJA, Catarina (2012) – Molecular and osteometric sexing of cattle metacarpals: a case study from 15th century AD Beja, Portugal. *Journal of Archaeological Science*. London. 39: 5, pp. 1445-1454.

DEGERBØL, Magnus; FREDSKILD, Bent (1970) – The Urus (Bos primigenius Bojanus) and Neolithic domesticated cattle (Bos taurus domesticus Linné) in Denmark with a revision of Bos-remains from the kitchen middens: zoological and palynological investigations. Det *Kongelige Danske Videnskabernes Selskab Biologiske Skrifter*. København: Munksgaard. 17, 1.

DETRY, Cleia, (2007) – *Paleoecologia e Paleoeconomia do Baixo Tejo no Mesolítico Final: O contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Unpublished Ph.D. dissertation. Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade de Salamanca.

DEWEY, Tanya; HRUBY, Jennifer (2002) – "Sus scrofa" (On-line), Animal Diversity Web. http://animaldiversity.ummz.umich.edu/site/accounts/information/Sus_scrofa.html.

DRIESCH, Angela von den; BOESSNECK, Joachim (1976) – Die Fauna vom Castro do Zambujal (Fundmaterial der Grabungen von 1966 bis 1973 mit Ausnahme der Zwingerfunde). In DRIESCH, A. von den; BOESSNECK, J., eds. – *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*, 5. München: Institut für Palaeoanatomie, Domestikationsforschung und Geschichte der Tiermedizin der Universität München. Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid, pp. 4-129.

ELDER, William H. (1965) – Primaeval deer hunting pressures revealed by remains from American Indian middens. *Journal of Wildlife Management. Bethesda MD,* 29, pp. 366370.

FOCK, Jonni (1966) – *Metrische Untersuchungen an Metapodien einiger Europäischer Rinderrassen*. Dissertation, University of Munich.

HIGHAM, Charles F. W. (1968) – Size trends in prehistoric European domestic fauna, and the problem of local domestication. *Acta Zoologica Fennica*. Helsingfors. 120, pp. 3-21.

HIGHAM, Charles F. W. (1969) – The metrical attributes of two samples of modern bovine bones. *Journal of Zoology*. London. 157, pp. 63-74.

JACKES, Mary; MEIKLEJOHN, Christopher (2004) – Building a method for the study of the Mesolithic – Neolithic transition in Portugal. *Documenta Praehistorica*. Ljubljana. 31, pp. 89-111.

KLEIN, Richard G.; STEELE, Teresa E. (2013) – Archaeological shellfish size and later human evolution in Africa. *PNAS* (in press).

KOCH, Paul L.; BARNOSKY, Anthony D. (2006) – Late Quaternary Extinctions: State of the Debate. *Annual Review of Ecology, Evolution and Systematics. Palo Alto CA*. 37, pp. 215-50.

MAGNELL, Ola (2004) – The body size of wild boar during the Mesolithic in southern Scandinavia. *Acta Theriologica*. Warszawa. 49: 1, pp. 113–30.

MAROM, Nimrod; BAR-OZ, Guy (2013) – The Prey Pathway: A Regional History of Cattle (*Bos taurus*) and Pig (*Sus scrofa*) Domestication in the Northern Jordan Valley, Israel. *PLOS one. San Francisco*. 8: 2.

MIŁKOWSKI, Lech and WÓJJCIK, Jan M. (1984) – Structure of wild boar harvest in the Białowiea Primeval Forest. *Acta Theriologica*. Warszawa. 29, pp. 337-347.

NABAIS, Mariana (2011) – Middle Palaeolithic Tortoise Use at Gruta da Oliveira (Torres Novas, Portugal). *Actas do Congresso dos Jovens Investigadores em Arqueologia*. Maio 2011. Universidade do Algarve. 16, pp. 251-258.

PAYNE, Sebastian; BULL, Gale (1988) – Components of variation in measurements of pig bones and teeth, and the use of measurements to distinguish wild from domestic pig remains. *Archaeozoologia*. Grenoble. 2, pp. 2765.

SONDAAR, Paul Y. (1977) – Insularity and its effect on mammal evolution. In HECHT, M. K.; GOODY, P. C.; Hecht, B. M., eds. – *Major patterns in vertebrate evolution*. New York: Plenum, pp. 671-707.

SUROVELL, Todd A. (1999) – Modeling occupation intensity and small game use in the Levant. In DRIVER, J. C., ed. – *Zooarchaeology of the Pleistocene/Holocene boundary. Proceedings of a symposium held at the 8th congress of the International Council for Archaeozoology (ICAZ) Victoria, British Columbia, Canada August 1998*. Oxford, (BAR International Series, 800), pp. 31-36.

SUSSMAN, Robert W. (1972) – Child transport, family size and increase in human population during the Neolithic. Chicago, IL. Chicago IL. *Current Anthropology*. Chicago. 13, pp. 258-59

VIGNE, Jean-Denis (2012) – Annexe 1. Données ostéométriques : 5. *Bos taurus* In GUILAINE, J.; BRIOIS, F.; VIGNE, J.-D. *Shillourokambos; un établissement néolithique pré-céramique à Chypre. Les fouilles du secteur 1*. Paris: Editions Errance.

WIDDOWSON, Elsie; McCANCE, Robert A.E. (1968) – The Effect of Growth Retardation on Postnatal Development. In LODGE, G. A.; LAMMING, G. E. – *Growth And Development In Mammals*. London: Butterworth .

WOLVERTON, Steve; HUSTON, Michael A.; KENNEDY, James H.; CAGE, Kevin; CORNELIUS, John D. (2009) – Conformation to Bergmann's Rule in White-tailed Deer can be Explained by Food Availability. *American Midland Naturalist.* Notre Dame, IN. 162, pp. 403-17.

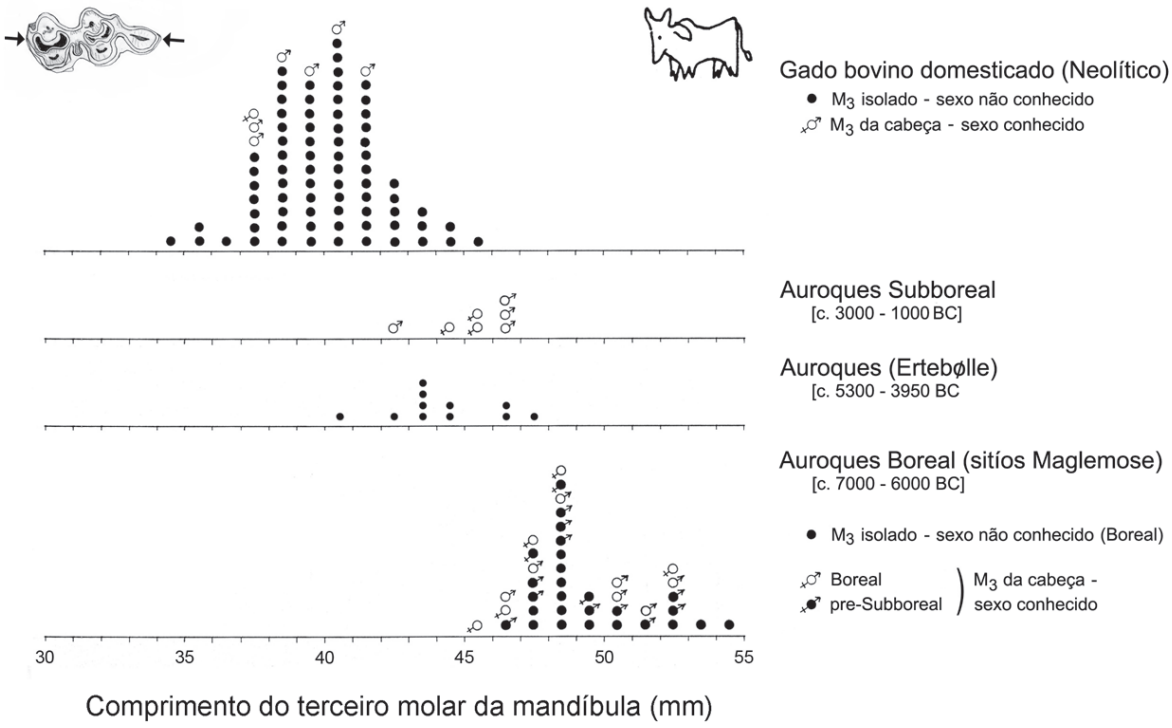


Figura 1 – Comprimento em milímetros do terceiro molar (M3) de auroque e gado doméstico na Dinamarca. Adaptado a partir da figura 17 de Degerbøl & Fredskild (1970). Note-se a redução do tamanho durante o Mesolitico.

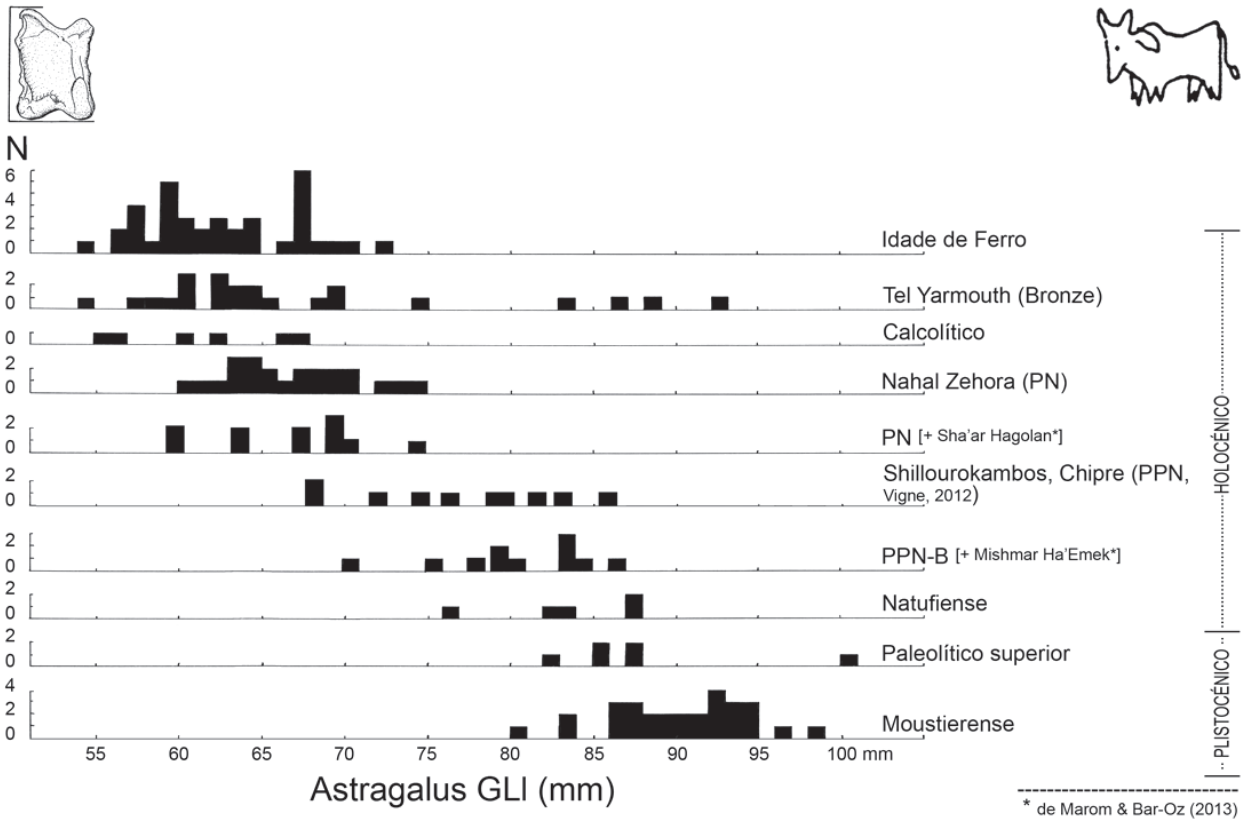


Figura 2 – Comprimento total lateral (GLl), em milímetros, do astrágalo de auroque e gado doméstico de sítios do Levante (a maioria de Israel) e Chipre. Cada quadrado preto representa um único astrágalo. Os espécimes provêm dos seguintes períodos/sítios (estão organizados cronologicamente, os mais antigos na base do gráfico e os mais recentes no topo. Existem duas principais reduções de tamanho: os auroques do final do Plistocénico eram maiores que os auroques do início do Holocénico (e.g. do Natufiense), o gado doméstico era consideravelmente mais pequeno (e.g. da idade do Ferro). A maioria dos espécimes datados da Idade do Bronze inicial em Tel Yarmouth são pequenos e por isso é depreendido que se tratam de animais domésticos, mas note-se os quatro espécimes à direita que parecem formar um "pico" separado – estes são maiores que os cinco astrágalos de auroque do Natufiense. Representa esta diferença um aumento do tamanho do auroque depois da sua domesticação?

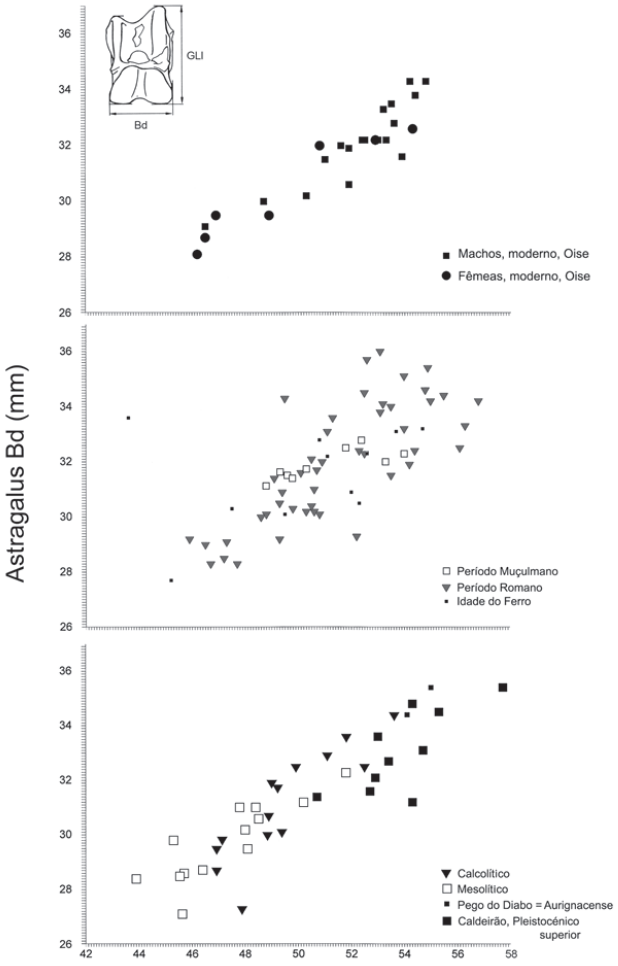


Fig. 3a

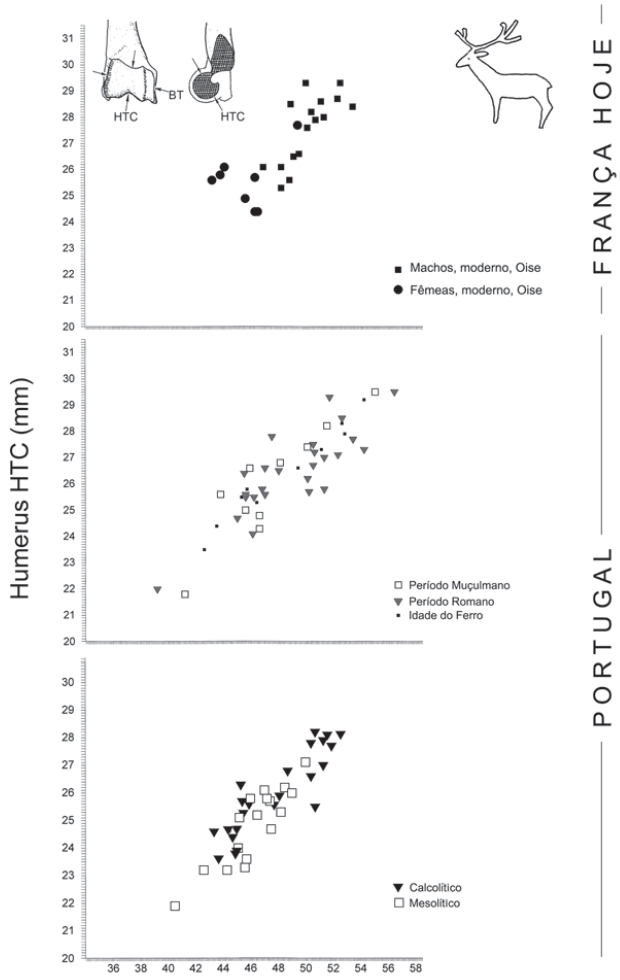


Fig. 3b

Figura 3a e 3b – Diagramas de dispersão que mostram a variação do tamanho no final do Plistocénico e Holocénico do veado de vários sítios portugueses no sul de Portugal.

a: A largura distal (Bd) do astrágalo *versus* comprimento total lateral (GLl).

b: O diâmetro mínimo da tróclea do úmero (HTC) *versus* a largura da tróclea (BT).

O gráfico no topo mostra animais modernos, machos e fêmeas, de Oise, França (material no Musée national d'Histoire naturelle, Paris). Tirando uma fêmea muito grande (talvez um erro?) o úmero parece apresentar um dimorfismo sexual acentuado, com os machos maiores do que as fêmeas. Nos gráficos centrais mostram-se os veados da Idade do Ferro, período Romano e Islâmico. Os gráficos na base incluem sítios do final do Plistocénico (Caldeirão, Pego do Diabo), e os sítios do Mesolítico e Calcolítico. Note-se o tamanho inferior dos exemplares do Mesolítico. A ver também Davis & Mataloto (2012).

Figura 4 – Medidas do astrágalo de veado – variação do tamanho desde o Musteriense até ao período Islâmico no sul da Península Ibérica – Portugal, Estremadura espanhola e Andaluzia. A linha horizontal mais pequena representa a média e a linha vertical delimita o intervalo de confiança de 95% em relação à média. Cada sítio arqueológico está representado separadamente.

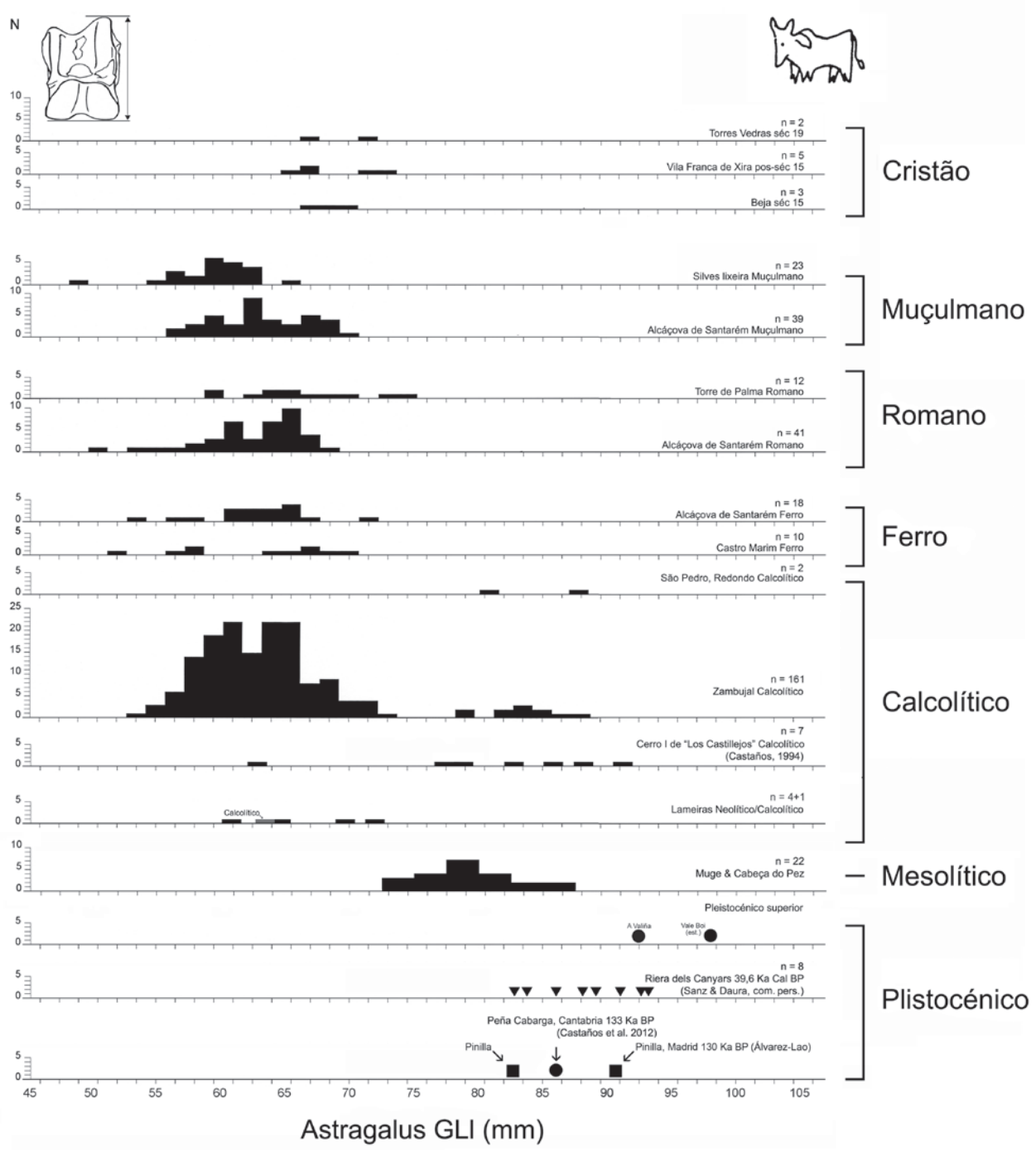


Figura 5 – Variação osteométrica do auroque e gado doméstico do Plistocénico e Holocénico em Portugal e Espanha. Série de histogramas com as medidas do comprimento lateral (GLl) do astrágalo de Bos. Os histogramas estão dispostos cronologicamente, na base estão os sítios mais antigos e no topo os mais recentes.

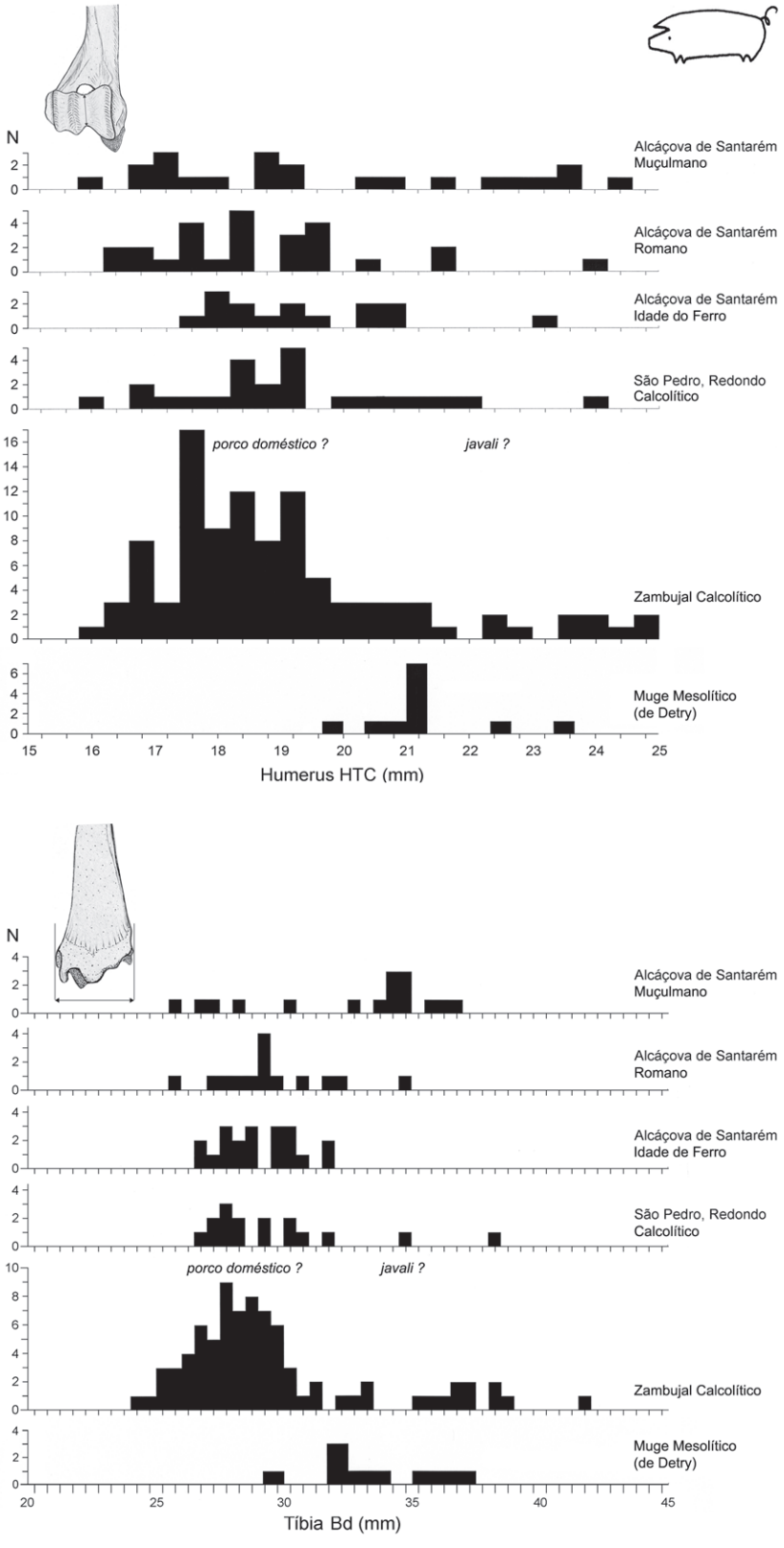


Figura 6 – Variação osteométrica do javali e do porco doméstico no Mesolítico – Período Islâmico português. Nestes gráficos que, mostram o diâmetro mínimo da tróclea do úmero (HTC) e a largura distal (Bd) da tíbia, observam-se uns poucos exemplares do Zambujal de maior tamanho identificados como javalis – úmeros com HTC superior a c. 20-22mm e tíbias com Bd superior a 29-35mm. O gráfico de São Pedro Redondo compreende sobretudo exemplares mais pequenos presumivelmente pertencentes a porco e um ou dois maiores que provavelmente pertencem a javali (ver também Albarella & *alii*, 2005). Se, de fato, os exemplares de maior porte pertencem a javali então estes são maiores que os javalis do Mesolítico, indicando talvez que, tal como o veado e o auroque, este animal pode ter sido mais pequeno no Mesolítico.

PAISAGENS PARTILHADAS? NOVOS DADOS SOBRE O POVOAMENTO MESOLÍTICO E NEOLÍTICO ANTIGO NA COSTA SUDOESTE ALENTEJANA.

Helena Reis / FL/UL / hreis@campus.ul.pt

RESUMO

Tradicionalmente parte integrante do debate da neolitização da fachada atlântica portuguesa, as paisagens litorais alentejanas têm visto o seu papel, outrora preponderante, sido relegado para um segundo plano. O estudo de materiais arqueológicos inéditos e a realização de prospecções no âmbito do projecto de investigação "O povoamento Mesolítico e Neolítico antigo no vale do Mira, no seu contexto regional" permitiram acrescentar ao debate novos espaços vividos e visualizar novos aspectos sobre a ocupação no início do Holocénico, numa paisagem múltiplas vezes revisitada.

ABSTRACT

Traditionally part of the neolithisation debate of the atlantic façade, the coastal landscapes of Alentejo have seen its main role been relegated to a peripherical place. The study of unpublished archaeological materials and the new archaeological surveys, on the extent of the investigation project called "The Mesolithic and Early Neolithic settlement on the valley of the Mira river, on its regional context", led to introduce new living spaces on the debate and to visualize new aspects of the Holocene occupation, on a landscape visited through multiple times.

ENQUADRAMENTO PRÉVIO

A história das investigações em torno dos concheiros desta região inaugura-se na bibliografia arqueológica em 1886 com a referência de Emile Cartaillac aos concheiros do Mira e da costa litoral. Este, informado pelo médico odemirense Abel da Silva Ribeiro, refere na sua obra "L'Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal" a existência de concheiros e compara-os com os de Muge, destacando a maior diversidade de espécies malacológicas e a existência de cerâmicas nos primeiros. (Cartaillac, 1886, vol.1, p. 58). Em 1891, Estácio da Veiga volta a mencionar os concheiros da costa sudoeste. (Veiga,1891,v.4, p.142). Não obstante, só nas primeiras décadas do século XX é que estes voltaram a ser referidos no âmbito das investigações de G. Zbyszewski. (Zbyszewski, 1940) Entre 1970 e 1990 são levados a cabo extensos trabalhos de prospecção na costa litoral alentejana e são realizadas escavações arqueológicas por diversas equipas. (Silva & Soares, 1997; Arnaud, 2002; Lubell *et alia*, 2007, Raposo, 1994).

O conjunto de sítios arqueológicos do Mesolítico e Neolítico em estudo[1] localiza-se na sub-região do Alentejo Litoral, concelho de Odemira. Geograficamente inseridos nas unidades naturais correspondentes à bacia hidrográfica do Mira, à plataforma litoral e à bacia da ribeira de Seixe, os sítios aqui mencionados apresentam-se como concheiros e estações de ar livre, essencialmente constituídas por grandes aglomerados de material lítico visíveis à superfície nas formações dunares.

1. Este estudo enquadra-se no âmbito da tese de Mestrado em Arqueologia da autora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Prof.ª Mariana Diniz.

ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO

A geomorfologia desta região apresenta-se dividida em três unidades naturais: a Planície Litoral Ocidental, as Serras Litorais e os Relevos Interiores. A Planície Litoral Ocidental, dominante a nível territorial, consiste numa plataforma de abrasão marinha, sendo uma estreita faixa que varia entre os 5 km e os 15 km de largura e que apresenta altitudes até aos 150 m, com ligeiros declives para o mar. Situa-se sobre as rochas do Paleozóico e é coberta por uma camada de areias homogéneas, finas e com inclusões de pequenos seixos rolados, atingindo, no máximo 20 m de espessura. Litologicamente, é composta, essencialmente, por rochas detríticas (areias, arenitos, cascalheiras). A referida existência de calcários brancos lacustres, com grandes nódulos de sílex, na zona de S. Teotónio, fornece pistas para possíveis fontes de matéria-prima na pré-história. (INAG, 2000, p. 4-6; Zbyszewski, 1984, p.57). A Este encontra-se limitada pelas Serras Litorais, das quais se destacam a Serra do Cercal e a Serra de S. Luís. (Feio, 1984, p. 11-14)

O ESTADO DA QUESTÃO

No concelho de Odemira encontram-se registados na base de dados Endovélico, desde o Mesolítico Inicial ao Neolítico Antigo um conjunto de 50 sítios arqueológicos. Não obstante, no segmento temporal da neolitização apenas se dispõe de cronologia precisa para dois sítios do Mesolítico Final – Fiais (González Morales & Arnaud, 1990; Lubell *et alia*, 2007) e Montes de Baixo (Soares & Silva, 1997)) e três sítios do Neolítico Antigo – Medo Tojeiro (Zbyszewski & Penalva, 1979; Silva, *et alia,* 1985), Praia das Galés 1 e Brejo da Moita 2 (Soares, 1997).

NOVOS DADOS: O CONCHEIRO DE PAÇO VELHO 2

No âmbito de prospecções arqueológicas realizadas no concelho de Odemira em 2012, foi identificado o concheiro do Paço Velho 2 (Reis, no prelo)[2] cuja ocupação é enquadrável cronologicamente na transição Mesolítico Final/Neolítico Antigo.

O sítio do Paço Velho 2[3] localiza-se numa pequena elevação com grande domínio visual sobre o vale da ribeira de Seixe, a cerca de 4,5 km da antiga linha de costa e junto a uma nascente de água doce (Figura 1). Encontra-se implantado sobre areias plio-plistocénicas. (Pereira, 1987, p. 75) O concheiro ocupa parte da plataforma em que assenta, registando-se também vestígios arqueológicos no corte de terras visível na base do cabeço e uma série de núcleos (vestígios líticos, faunísticos e por vezes cerâmicos) na plataforma sul para o vale da Ribeira de Seixe. A identificação, em zona próxima do concheiro do Paço Velho 2, de um sítio de habitat Neo-Calcolítico (Paço Velho 6) poderá estar relacionada com a dispersão de cerâmicas nas proximidades.

Para o sítio de Paço Velho 2 foi obtida uma datação enquadrável na 2ª metade do VI milénio BC (tabela 1).

Tabela 1 – Paço Velho 2: Datação de 14C.

Proveniência	**Amostra**	**Ref. Lab.**	**Idade BP**	**Idade cal. (cal BC)** 1σ	2σ
Superficial	Conchas marinhas	Sac – 2847	6930 ± 60	5465 – 5350	5519 – 5289

Data e calibração obtidas pelo Doutor A. Monge Soares, a quem se agradece. Calibração realizada a partir da curva de calibração IntCal09 (Reimer *et al*., 2009) e o programa Calib 6.1.0 (Stuiver, Reimer, 1993). A correcção para o efeito do reservatório oceânico foi baseada em Soares e Dias, 2006.

A amostra datada é proveniente de um contexto superficial de uma área restrita. O facto de as conchas datadas poderem ser originárias de contextos diferentes requer alguma caução na leitura da data, não podendo esta ser relacionável com um momento inicial ou final de ocupação do concheiro.

Tendo em conta as limitações decorrentes da análise de material de superfície, apresenta-se de seguida uma descrição do espólio arqueológico recolhido. O concheiro do Paço Velho 2 apresenta uma grande concentração de material conquífero, onde se pôde identificar espécies de proveniência costeira de substracto rochoso como a *Patella sp., Mytillus sp. e Thais haemastoma,* assim como espécies estuarinas de fundo arenoso como a *Cerastoderma edule, Rudi-*

2. Agradece-se ao colega Joel Rodrigues pela informação acerca deste sítio.

3. Localização administrativa: Distrito de Beja, Concelho de Odemira, Freguesia de S. Teotónio; Carta Militar de Portugal: 568; Coordenadas Geográficas: 37º26'16.169" N, 8º45'35.235" O; Altitude: 64 m.

tapes decussata,Ostrea edulis e *Crassostrea angulate.*
O restante espólio arqueológico presente neste sítio consistia em material lítico, não tendo sido encontrado qualquer exemplar cerâmico na plataforma onde se situa o concheiro, nem na base imediata desta.
O material lítico recolhido consiste maioritariamente em lamelas de sílex, com grande representação de peças não retocadas, restos de talhe, um núcleo em rocha metamórfica local, alguns utensílios retocados (um trapézio e duas raspadeiras em sílex e quartzo) e uma peça intermédia para percussão indirecta em xisto silicioso com marcas de utilização, que se descreverão de seguida (Figura 2).
O núcleo de lamelas recolhido é realizado sobre uma rocha metamórfica local, de forma/tipo prismático, apresenta um plano de percussão facetado e encontra-se exausto [4] (29mm x 18mm x 19mm).
O conjunto lamelar (20) apresenta uma largura média de 7,7 mm e espessura de 2,5 mm, não tendo sido possível realizar a média de comprimentos uma vez que apenas dois exemplares se encontravam inteiros.
A produção de lamelas apresenta características muito uniformes, sendo 85% desta realizada sobre sílex (restante indústria realizada sobre quartzo e xisto silicioso), apresentando-se maioritariamente sem córtex e com talões facetados, bordos paralelos e secções triangulares. Tratam-se sobretudo de exemplares brutos, tendo sido contabilizados quatro com retoque. Refira-se ainda a existência de um trapézio simétrico em sílex[5] (11 mm x 7 mm x 2 mm) com retoque curto, directo, rectilíneo e abrupto e com possível fractura de impacto na base maior. Os exemplares em sílex apresentam coloração branca, creme e tonalidades rosadas.
As lascas (9) são produzidas em sílex, quartzo e quartzito, sendo maioritariamente sem córtex, com talões lisos e facetados e perfis direitos. De bordos essencialmente irregulares, as lascas apresentam um comprimento médio de 33,5 mm, largura de 24,1 mm e espessura de 7,4 mm. Um dos exemplares trata-se de uma raspadeira em sílex que apresenta retoque curto, alterno, rectilíneo, contínuo, semi-abrupto, na extremidade distal (12 mm x 6 mm x 3mm).
As matérias-primas são maioritariamente não locais (sílex), tendo sido também registadas locais (quartzitos/grauvaques e quartzo). O sílex proveniente do Paço Velho poderá ser originário da região envolvente do Cabo de S. Vicente (cerca de 50 km de distância[6]). Foram recolhidas amostras de sílex da praia do Belixe que apresentam grande semelhança, quando analisado à lupa binocular, com o sílex de Paço Velho. A confirmação desta informação requereria uma análise mais aprofundada e a prospecção da área de S. Teotónio como possível fonte de recolha de sílex (cerca de 9 km de distância) de forma a verificar a informação disponível na Carta Geológica.
A cerca de 22 km a Norte do sítio do Paço Velho situa-se o concheiro de Medo Tojeiro (Zbyszewski & Penalva, 1979; Silva *et alia*, 1985; Lubell *et alia*, 2007), do qual foram estudados pela autora um conjunto de materiais arqueológicos de recolha de superficie[7] (materiais cerâmicos e líticos). Nas proximidades deste sítio encontram-se localizados outros núcleos de ocupação com vestígios líticos enquadráveis entre o Mesolítico e o Neolítico e com presença de cerâmicas pré-históricas, como são o sítio da Angra das Melancias/Foz dos Ouriços, Lapa das Pombas, Praia Grande do Almograve e na duna entre a Ponta da Ilha e Carriços. Todos estes núcleos constituem uma área grande de dispersão de vestígios sobrepostos de diversas épocas visíveis nas dunas.
O material disponível recolhido é escasso (como também é o material de escavação), tendo sido apenas recolhidos à superficie 19 peças líticas (Figura 3) (dois núcleos, uma peça esquirolada, dois restos de talhe, uma lasca, um entalhe sobre lasca, um furador, uma lamela retocada e 10 lamelas brutas) e 13 fragmentos cerâmicos (dois bordos, 10 bojos, alguns dos quais apresentando decorações e elementos de preensão).
Foram recolhidos dois núcleos em quartzo hialino (25 mm x 8mm x 11 mm) e quartzo leitoso (33 mm x 14 mm x 14 mm) e uma peça esquirolada (23 mm x 21 mm x 5 mm) sobre anterior núcleo, onde se pôde observar vestígios de extracção de lamelas-esquirolas.
O conjunto de lamelas apresenta-se maioritariamente fragmentado, pelo que não foi possível calcular uma média de comprimento. A média calculada para as larguras é de 8,33 mm e a espessura de 2 mm.
Registou-se a presença de um furador sobre lamela em sílex (46 mm x 12 mm x 3 mm) que apresentava tratamento térmico, com secção trapezoidal, retoque

4. Medidas efectuadas nos núcleos: comprimento máximo, largura máxima e espessura máxima em milímetros.

5. Medidas efectuadas nos produtos debitados (lamelas e lascas): comprimento, largura e espessura em milímetros.

6. Comunicação pessoal Nuno Pimentel.

7. Depósito de materiais arqueológicos da Câmara Municipal de Odemira.

curto, directo, abrupto e descontínuo na parte mesial e distal, perfil mesial direito e distal curvo.
Dentro da categoria das lascas, destaca-se a existência de um entalhe em sílex (22 mm x 14 mm x 4 mm).
A análise do conjunto cerâmico revelou pastas maioritariamente semi-compactas, com inclusões finas e grandes de materiais não-plásticos (quartzos, feldspatos e minerais negros), cores que se distribuem essencialmente pelo vermelho intenso, castanho avermelhado e laranja vivo, apresentando cozeduras essencialmente oxidantes ou redutoras com arrefecimento oxidante. Um pequeno conjunto apresenta superfícies externas e internas alisadas, encontrando-se a maior parte deste erodida. Os bojos apresentam uma espessura média de 11,9 mm. De entre o conjunto cerâmico destaca-se a existência de três fragmentos decorados que passamos a descrever seguidamente. Em primeiro lugar registou-se um recipiente cerâmico que apresenta forma ovóide, de cor vermelho acastanhado, com marcas de fogo disseminadas, sendo a superfície interna alisada e a externa alisada sobre aguada. A peça tem um diâmetro interno de bojo de 16 cm. Este fragmento apresenta-se decorado por um cordão horizontal impresso abaixo do bordo. Um outro recipiente de cor laranja vivo (cozedura oxidante) com bordo de forma aplanada e orientação recta (espessura 5 mm) apresentou abaixo do bordo uma linha de incisões aplicada sobre parede lisa, incluindo ainda uma asa de perfuração horizontal. O terceiro exemplar decorado deste conjunto trata-se de uma peça de cor castanho-alaranjado pálido (13 mm de espessura) com superfície externa erodida e interna alisada, cozedura oxidante e bordo biselado recto (4 mm de espessura). Possui um pequeno cordão paralelo ao bordo segmentado por impressões. Refira-se ainda a presença de uma pega em pasta compacta castanho alaranjado pálido. O conjunto cerâmico recolhido à superfície apresenta características muito semelhantes às já publicadas por Soares *et al.* (1985).
Face à incerteza quanto à proveniência estratigráfica dos materiais cerâmicos recolhidos em escavação e da amostra datada (Soares et alia 1985; Lubell et alia, 2007, p. 210) não se pode afirmar que este sítio tenha sido formado durante o Neolítico Antigo, excluindo uma ocupação durante o Mesolítico Final. (Tabela 2)

Tabela 2 – Medo Tojeiro: datação de 14C.

Proveniência	Amostra	Ref. Lab.	Idade BP	Idade cal. (cal BC) 1σ	2σ
C.4?	*Mytillus*	BM 2275 R	6820 ± 140	5460 – 5172	5557 – 4972
S3, C.4	carvão	Beta 11723	5450 ± 160	4451 – 4222	4619 – 3957

Datações retiradas de Lubell *et al.*, 2007, p. 221
Calibração realizada a partir da curva de calibração IntCal09 (Reimer *et al.*, 2009) e o programa Calib 6.1.0 (Stuiver, Reimer, 1993). A correcção para o efeito do reservatório oceânico foi baseada em Soares e Dias, 2006.

O POVOAMENTO NA TRANSIÇÃO ENTRE O MESOLÍTICO FINAL E O NEOLÍTICO ANTIGO

Diferentes interpretações têm sido apontadas para o processo de neolitização da costa Sudoeste alentejana, recorrendo essencialmente a modelos de exploração logística do território, teoricamente assentes em acampamentos base e acampamentos temporários no Mesolítico Final. (Silva & Soares, 1997; Arnaud, 2002). Para o Neolítico antigo tem sido apontado por alguns autores uma continuação das estratégias económicas precedentes (recolha de marisco) (Silva & Soares,1997) que revelam, no entanto, uma tendência na diminuição da importância destas práticas, tal como é sublinhado por Dean *et al.* (2011) para os sítios da Costa Vicentina.
A observação dos locais de implantação dos sítios datados do Mesolítico Final revela uma procura por locais perto de importantes cursos de água (ex. Fiais, Montes de Baixo e Paço Velho), enquanto os sítios do Neolítico Antigo (ex. Medo Tojeiro (?), Praia das Galés e Brejo da Moita 2) se localizam próximos da linha de costa (sobre a arriba) e de pequenos cursos de água.
A informação de carácter preliminar do concheiro do Paço Velho 2 não permite classificar com clareza a natureza deste espaço e o seu papel na paisagem, para tal, escavações arqueológicas seriam essenciais. No entanto, as leituras da indústria lítica,

reveladoras de uma grande variedade de utensílios, apresentando elementos de toda a cadeia operatória, a diversidade a nível malacológico, e o local de implantação do sítio são elementos sugestivos de que este se poderá tratar de um local de habitação mais permanente.

A datação obtida para Paço Velho 2 (5519 – 5289 2σ cal BC) e o facto de não terem surgido à superfície cerâmicas pode sugerir que este local terá tido uma ocupação protagonizada por um grupo de caçadores – recolectores, tal como em Fiais e Samouqueira I (Soares, *et al.* 2005-2007), num momento em que as paisagens litorais do Sudoeste português são partilhadas com grupos neolíticos – Vale Pincel, Samouqueira (Soares & Silva, 1981), Vidigal (Strauss *et alia*, 1990), Medo Tojeiro (?), Rocha das Gaivotas (Carvalho & Valente, 2005), Cabranosa e Padrão (Carvalho, 2008).

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, J. (2002) – O Mesolítico e o processo de neolitização: passado, presente e futuro. In *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Arqueologia & História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 54, p. 57-74.

CARTAILLAC, É. (1886) – *L'Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris. C. Reinwald.

CARVALHO, A., (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*, Faro, Universidade do Algarve.

CARVALHO, A.; VALENTE, M. (2005) – Novos contextos conquíferos pré-históricos na Costa Vicentina. In *Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve (Xelb, 5)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 9-26.

DEAN, R.; VALENTE, M.; CARVALHO, A. (2012) – The Mesolithic/Neolithic transition on the Costa Vicentina, Portugal. *Quaternary International* (264), p. 100-108.

FEIO, M. (1984) – Geomorfologia. In OLIVEIRA, J. – *Carta Geológica de Portugal, escala 1:200 000, Notícia Explicativa da Folha 7*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

GONZALÉZ MORALES, M., ARNAUD, J., (1990) – Recent research on the Mesolithic in the Iberian Peninsula. In *Contributions to the Mesolithic in Europe*, Leuven, Leuven University Press, p. 451-461.

INAG; HIDROPROJECGTO COBA; HIDROTÉCNIA PORTUGUESA; WS ATKINS; CONSUGAL-MOTT; MACDONALD & GIBB PORTUGAL (2000) – *Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mira*. Síntese da Análise e Diagnóstico da Situação Actual*., 1* [Em linha]. [Em linha] Ministério do Ambiente. [Consult. 27 de Dezemb. de 2011] Disponível em WWW: http://www.ccdr-a.gov.pt/app/PBHMIRA/.

LUBELL, D., JACKES M., SHEPPARD, P., ROWLEY-CONWY, P. (2007) – The Mesolithic-Neolithic in the Alentejo: archaeological investigations, 1984-1986. In *From the Mediterranian basin to the Portuguese Atlantic shore: Papers in Honor of Anthony Marks*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004. (Promontoria Monográfica). Universidade de Faro. Faro, p. 209-229.

PEREIRA, A., (1987) – *Acumulações arenosas eólicas consolidadas do litoral do Alentejo e Algarve Ocidental*. Linha de acção de Geografia Física, Centro de Estudos Geográficos*,* 27, 113 p.

RAPOSO, L. (1994) – O sítio dos Palheirões do Alegra e a "Questão do Mirense". In *Actas del Encuentro de Arqueologia del Suroeste*. Universidad de Huelva.

REIS, H. (no prelo) – The Mesolithic – Neolithic transition in the Southwestern coast and in the Mira river valley: perspectives on territory and culture. Actas da mesa redonda *Jeunes chercheurs: Des tecniques aux territoires: nouveaux regards sur les cultures mésolitiques*. Novembro de 2012, Toulouse.

SILVA, C., SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-história do Sudoeste Português: O concheiro de Montes de Baixo, *Setúbal Arqueológica,* 11-12, p. 69-108.

SILVA, C., SOARES, J., PENALVA, C. (1985) – Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo litoral: o concheiro do Medo Tojeiro. *Arqueologia*, 11, p. 5-15.

SOARES, A., M.; DIAS, J.A. (2006) – Coastal Upwelling and Radiocarbon. Evidence for Temporal Fluctuations in Ocean Reservoir Effect of Portugal during the Holocene. *Radiocarbon*, 48 (1), p.45-60.

SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na costa Sudoeste Portuguesa, In RODRIGUES CASAL (ed.) *O neolítico atlántico e as orixes do megalitismo:* actas do Coloquio Internacional, (Santiago de Compostela, 1-6 de Abril de 1996), Consello da Cultura Galega: Universidade de Santiago de Compostela; [Bruselas]: Unión Internacional das Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas, p. 587-608.

SOARES, J.; SILVA, C. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SOARES, J.; SILVA, C. ; CANILHO, M. (2005/07) – Matérias-minerais e mobilidade logística no Mesolítico da Costa Sudoeste. Os sítios de Samouqueira I e Armação Nova, *Musa*, 2, Setúbal, 47-62

STRAUS, L.; ALTUNA, J.; VIERRA, B. (1990) – The concheiro at Vidigal: a contribution to the late mesolithic of Southern Portugal. *In* Vermeersch P., Van Peer P. (eds) *Contributions to the Mesolithic in Europe*. Papers presented

at the fourth international symposium "The Mesolithic in Europe (Leuven, 1990)", Leuven, Leuven University Press, 463-474.

STUIVER, M., REIMER, P. (1993) – Extended 14C data base and revised CALIB 3.0 14C age calibration program. *Radiocarbon*, 35, 215-230.

VEIGA, E. (1891) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.

ZBYSZEWSKI, G (1940) – *Contribuition à l'étude du littoral quaternaire du Portugal*. Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências do Porto. Porto, 15

ZBYSZEWSKI, G. (1984) – Litoral Ocidental. In (Coord.) OLIVEIRA, J.T. – *Carta Geológica de Portugal, escala 1:200 000, Notícia Explicativa da Folha 7*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G.; PENALVA, C. (1979) A estação paleolítica do Medo Tojeiro (Baixo Alentejo). Contribuição para o estudo do "Languedocense" costeiro. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 65, p. 231-237.

Figura 1 – Vista Sul para o concheiro do Paço velho 2.

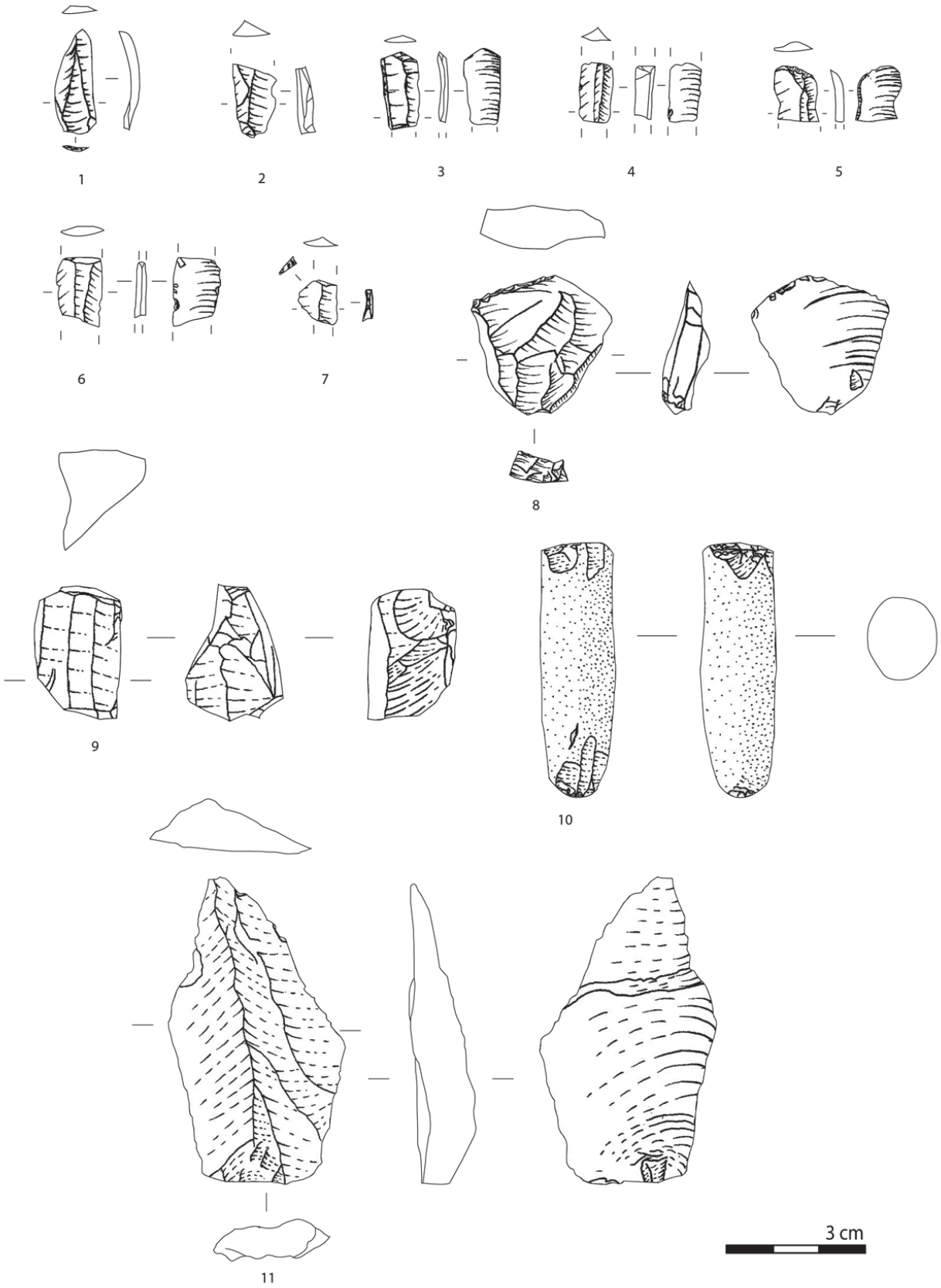


Figura 2 – Paço Velho 2 (Indústria lítica) Lamelas brutas em sílex: 1-3; Lamelas retocadas em sílex: 4-6; Trapézio: 7; Raspadeira em sílex: 8; Núcleo em rocha metamórfica: 9; Peça intermédia para percussão indirecta em xisto silicioso: 10; Lasca em quartzito: 11.

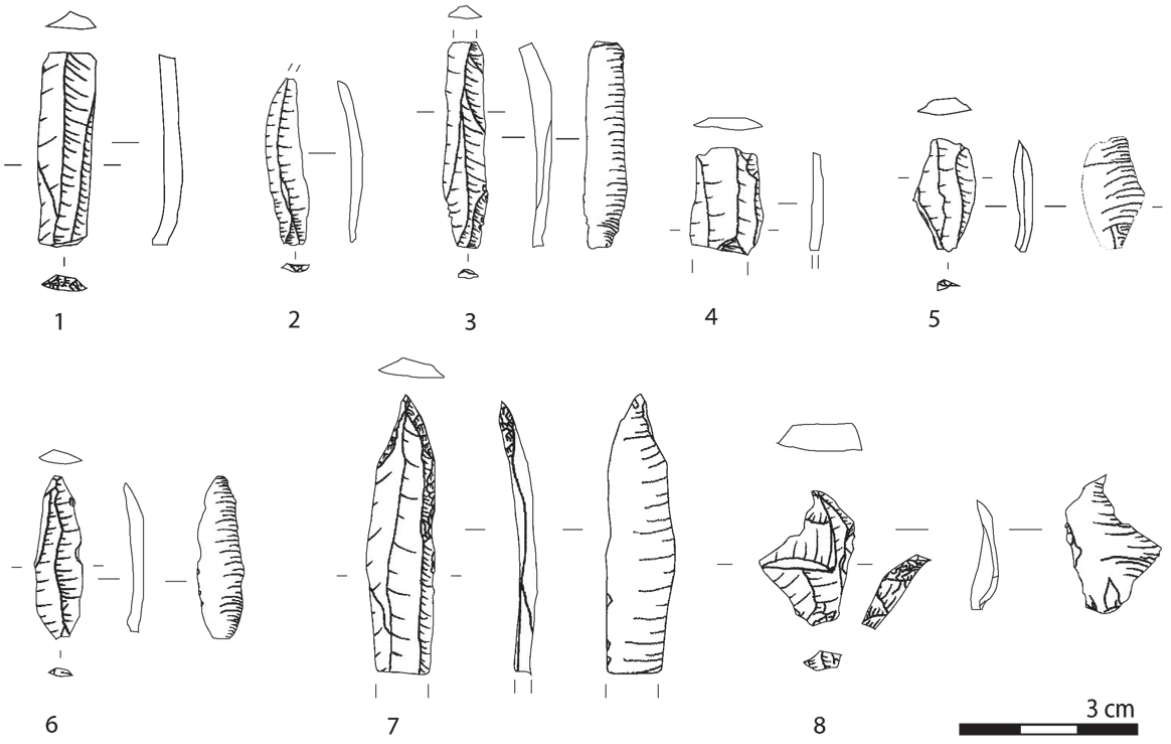


Figura 3 – Medo Tojeiro (Indústria lítica) Lamelas: 1-6; Furador em sílex: 7; Entalhe em sílex: 8.

FOSSAS, FORNOS, SILOS E OUTROS MEIOS DE PRODUÇÃO: ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS NO NEOLÍTICO ANTIGO EM PORTUGAL

Mariana Diniz / UNIARQ/FLUL; AAP / m.diniz@fl.ul.pt

RESUMO

Apesar da revolução empírica que reconstruiu nas últimas décadas, em Portugal, o registo arqueológico disponível para a análise das sociedades da Pré-história recente, a base de dados relativa às primeiras fases da neolitização foi pouco ampliada e a continuada ausência, ou efectiva escassez, de matéria orgânica nos sítios recentemente identificados torna difícil a reconstituição das primeiras práticas produtivas a partir de indicadores directos. Algumas estruturas domésticas conectadas com a transformação/processamento de produtos através da acção do fogo/calor, registadas em contextos do Neolítico antigo podiam contribuir para este debate, no entanto, e como abaixo se discute, o registo arqueográfico associado a estes fornos/silos em argila não permite a sua conexão imediata a processos derivados da produção de alimentos.

ABSTRACT

Despite the empirical revolution that reshaped in recent decades in Portugal, the archaeological record available for the analysis of Holocenic prehistoric societies, the database on the initial phases of Neolithic was only slightly enlarged and the continued absence, or actual scarcity, of organic matter in newly identified sites makes reconstitution of the first production practices from direct indicators difficult .

In this debate, some domestic structures connected with the processing of products through the action of fire and/or heating documented in Early Neolithic contexts could contribute to this discussion, however, and as discussed below, the archaeological record associated with these clay structures does not allow its immediate connection to domesticate products.

1. FOSSAS, FORNOS E SILOS NO NEOLÍTICO ANTIGO: BREVE HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Na reconstrução das paisagens pré-históricas do actual território português, o Neolítico antigo constitui, desde o momento da sua identificação, em 1970 (Guilaine e Ferreira), uma etapa insuficientemente caracterizada, para a qual se dispunha de um registo escasso, proveniente sobretudo de contextos de gruta, com pequenas áreas escavadas, e onde, entre os artefactos, a cerâmica decorada concentrava o essencial da análise (Diniz, 2006/2007).

Neste panorama arqueográfico, os trabalhos da equipa de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines (GAS), na Costa Sudoeste, representam uma ruptura decisiva, com a escavação de áreas muito amplas em habitats ao ar livre, como sucedeu no povoado da Salema, onde são pela primeira vez identificados, em contextos do Neolítico antigo, estruturas domésticas identificadas enquanto "silos" (Silva e Soares, 1981). Estas estruturas sub-circulares, de cerca de 70/80 cm de diâmetro, de paredes em argila, contendo no seu interior termoclastos, associadas a empedrados e lareiras, foram então designadas como "silos", ainda que a ausência de matéria orgânica tenha impedido uma classificação funcional mais precisa. Neste povoado, a uma indústria de pedra lascada onde são

dominantes as lascas, associa-se uma utensilagem de pedra polida relativamente abundante e um aparelho cerâmico, com morfologias e gramáticas decorativas próprias de uma fase evoluída do Neolítico antigo. Sobre estas estruturas referem, os seus escavadores, que estarão conectadas com a intensificação económica associada ao Neolítico Antigo Evoluído, mas a sua solidão no registo impede outras leituras.

Note-se ainda que a, já endémica, escassez de testemunhos directos de práticas produtivas nos contextos do Neolítico antigo em Portugal, em particular de práticas agrícolas – só muito recentemente ampliada a carta da "agricultura neolítica" com a introdução do povoado do Lapiás das Lameiras e de S.Pedro de Canaferrim – tornava a função destes "silos" em argila, menos óbvia.

Nos finais da década de 90, e nos primeiros anos do novo milénio, a escavação, na área de Évora-Reguengos, no âmbito de distintos trabalhos de minimização de impactos, dos sítios da Baixa do Xarez: Carraça 1, Xarez 4, Xarez 12 e Fonte dos Sapateiros (Gonçalves, 2002, 2003), da Defesa de Cima 2 (Santos e Carvalho, 2007), da Lajinha 8 (Gaspar, 2009), no Nordeste alentejano, do Habitat do Reguengo (Oliveira, 2006), e no litoral estremenho da Cova da Baleia (Sousa, 2008), põe a descoberto estruturas em argila semelhantes às detectadas na Salema e traz, para o debate, novos dados que tornam mais complexo o cenário explicativo. Estas estruturas serão designadas, em função das suas arquitecturas específicas, dos seus conteúdos e de funcionalidades admitidas, como fornos, como fossas ou como silos, numa demonstração clara – não tanto da sua eventual polivalência, que não pode ser descartada, mas sobretudo da sua ambiguidade funcional que não permite designações conclusivas.

Apesar da multiplicação de contextos escavados, a sistemática ausência de materiais orgânicos, ou inorgânicos significativos, no interior destas estruturas com excepção de alguns restos faunísticos e antropológicos provenientes do sítio do Xarez 12, impede uma definição exacta da sua funcionalidade, e abre também questões acerca da cronologia, da localização específica, da associação a outras componentes artefactuais e de aspectos tafonómicos, que importa discutir em torno destas estruturas.

2. FOSSAS, FORNOS E SILOS NO NEOLÍTICO ANTIGO: A COMPLEXA LEITURA DO REGISTO ARQUEOLÓGICO

Condicionantes tafonómicas e metodologias de escavação

O debate aberto, em torno destas estruturas domésticas, está, até à data, condicionado por aspectos ambientais decisivos. A acidez dos solos, que se desenvolvem sobre alguns dos substratos geológicos preferencialmente explorados durante o Neolítico antigo, nomeadamente areias e granitos – substrato geológico dos sítios da Defesa de Cima 2, Lajinha 8, Baixa do Xarez e Habitat do Reguengo – é responsável por processos intensos de lixiviação nestes contextos, cujos elementos da cultura material e estruturas domésticas reflectem ocupações mais ou menos intensas e/ou continuadas mas que, no entanto não possuem um registo orgânico compatível.

A baixa densidade destes restos exige o desenvolvimento de metodologias de escavação específicas, com recolha e flutuação sistemática de sedimentos na procura de testemunhos, nomeadamente macro-restos vegetais, que possam reflectir as modalidades de uso destas estruturas. O resultado desta operação não garante a obtenção de dados significativos, como sucedeu na Defesa de Cima 2, mas torna-se, nestes contextos, necessário esgotar as pistas de inquérito.

As excepções a este cenário estão documentadas nos sítios da Cova da Baleia, onde foi registada a abundância de carvão no interior destas estruturas, e no sítio do Xarez 12 onde, e para além de uma deposição funerária, foram recuperados alguns restos faunísticos, em diferentes estruturas. A deposição funerária do Xarez 12 coloca imediatas questões acerca da relação efectiva que os contextos deposicionais contendo ossos humanos e ossos, ou conchas, de animais, possuem com o pleno funcionamento destes fornos.

Concentração espacial

Como é visível na Tabela 1, a densidade destas estruturas nos contextos já escavados parece muito variável. Com uma densidade máxima registada no Xarez 12, e mínima registada na Salema, parecem no conjunto definir-se dois grupos: o que apresenta uma elevada concentração espacial de estruturas – Xarez 12, Cova da Baleia, Defesa de Cima; o que apresenta um número muito reduzido destas estruturas, Lajinha 8, Habitat do Reguengo, Salema.

No primeiro grupo, o carácter "industrial" dos sítios parece evidente, e ainda que associadas a outras estruturas de processamento doméstico – empedrados, lareiras, eventuais buracos de poste, estes contextos não possuem estruturas domésticas de tipo habitacional não sendo, ao que tudo indica, povoados, de facto. Para os contextos com menor número de estruturas, a informação disponível é mais escassa, não sendo claro se estão, ou não, efectivamente inseridas num contexto doméstico de natureza residencial.

Arquitecturas e tipologias de silos, fornos e fossas: em positivo, em negativo, ou ambos?

Depois da síntese apresentada por V.S. Gonçalves (2003), acerca dos tipos de fornos e de estruturas de argila presentes nos sítios da Baixa do Xarez, pretende-se aqui discutir, num quadro de referência alargado, alguns aspectos formais que poderão contribuir para determinar as funções desempenhadas por estas estruturas.

Alguns elementos parecem recorrentes, as paredes em argilas – que no acto de escavação permitem identificar estas realidades, mais ou menos espessas, delimitando áreas, que em média oscilam entre os 70/80 cm de diâmetro – as estruturas de 20/40 cm do Habitat do Reguengo parecem uma excepção, e a quase sistemática existência de uma placa térmica que, apresentando uma maior ou menor organização na disposição dos elementos pétreos, é muitas vezes constituída por blocos de granito, de morfologia irregular, e por vezes de média dimensão, como sucede na Defesa de Cima 2.

A estes elementos comuns associam-se elementos diferenciadores, como a topografia destas estruturas: positiva – na Salema, nos povoados da Baixa do Xarez, no Habitat do Reguengo; negativa – na Defesa de Cima 2, na Lajinha 8, na Cova da Baleia.

No caso dos sítios com estruturas de argila, em positivo, não é possível reconstituir a altura original das paredes de argila, de pequena dimensão no entanto, a avaliar pela inflexão de perfil que se detecta a cerca de 15/20 cm, no silo do Q.O6 da Salema (Silva e Soares, 1981, p. 65). Outro caso configuram as estruturas tipo vulcão associadas, no Xarez 12, ao Neolítico final (Gonçalves, 2003).

Para as fases mais antigas, estas estruturas parecem consistir, ou está apenas conservado, no essencial, (n)uma robusta placa térmica, delimitada por uma parede de argila.

Os sítios com estruturas em negativo permitem, dado o melhor grau de preservação das mesmas, uma reconstituição mais integral das suas formas e dimensão. Excluindo o sítio da Lajinha 8, cujas estruturas não foram ainda objecto de publicação, os dados, já disponíveis para a Defesa de Cima 2, permitem uma primeira caracterização destas estruturas negativas.

Neste sítio, as estruturas de contornos sub-circulares e perfis muitas vezes bitroncocónicos, escavadas, atingindo nalguns casos o substrato geológico, apresentam paredes revestidas a argila alisada, com espessuras da ordem dos 3 cm, e uma placa térmica na base, onde são evidentes os sinais de calor. As profundidades oscilam entre os 60/70 cm, e os diâmetros entre os 60/85 cm. Estas estruturas exibem um grau de elaboração significativo patente no imbricado muito sólido dos blocos, de pequenas e médias dimensões, que constituem a placa térmica, nas paredes de argila alisadas, nos anéis pétreo que delimitam a boca destas estruturas.

No sítio da Defesa de Cima 2, as estruturas negativas evidenciam uma cuidadosa, e repetitiva, técnica de construção que deve ter sido ditada pela função que desempenharam. As estruturas negativas da Cova da Baleia demonstram uma notável semelhança com as já descritas, e apesar da ausência de uma placa térmica organizada, o enchimento pétreo detectado desempenha o mesmo papel funcional.

Funcionalidades

Como foi atrás brevemente enunciado, definir a funcionalidade, mesmo que múltipla, destas estruturas parece tarefa particularmente complexa, atendendo ao escasso, ou mesmo nenhum, conteúdo que apresentavam no momento da sua escavação, a alguns aspectos arquitectónicos mais ou menos preservados, e a natureza positiva ou negativa das mesmas.

As designações dividem-se, foram considerados "silos" as estruturas positivas da Salema e as estruturas negativas da Defesa de Cima 2, foram considerados "fornos" as estruturas negativas da Cova da Baleia, da Lajinha 8, e as estruturas positivas dos povoados da Baixa do Xarez. Qualquer que tenha sido a funcionalidade, forno e/ou silo, destas estruturas, questão que adiante se retoma, a sua semelhança construtiva e o seu número permitem supor a existência de uma especialização funcional, e de uma relativa massificação de uma actividade ainda não percebida.

Fases de ocupação

Estas estruturas em argila estão documentadas em

contextos com distintas fases de ocupação. Com uma diacronia longa de uso dos sítios – de acordo com a tipologia dos materiais e observações estratigráficas – estariam o sítio da Xarez 12 e o sítio da Defesa de Cima 2. Em ambos os casos, está documentada, a partir de fósseis-directores, uma ocupação do Neolítico final, ainda que na Defesa de Cima 2 já sem conexão estratigráfica com as estruturas em argila e, uma ocupação do Neolítico antigo, estando para o sítio de Reguengos, a existência de uma fase mesolítica em discussão. Para o sítio da Lajinha 8, Habitat do Reguengo e Salema têm sido admitida uma fase única de ocupação, nalgum momento do Neolítico antigo e a cronologia da Cova da Baleia está, neste momento, em debate (Sousa e Goncalves, 2011).

Cultura material: a cerâmica

A presença, e a densidade relativa – baixa ou muito baixa – dos materiais cerâmicos, nestes contextos parece um elemento decisivo para a interpretação destas realidades.

Registada no Xarez 12, virtualmente ausente na Cova da Baleia, escassa na Defesa de Cima, elemento minoritário na Lajinha 8, os recipientes cerâmicos não parecem integrar o quadro da utensilagem associado às actividades que decorrem em tornos destas estruturas. Os números são expressivos da marginalidade deste artefacto para a leitura funcional destes contextos, em 231 m^2 escavados na Defesa de Cima, foram recuperados 34 bordos decorados. Na mesma região, no povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato, em 59 m^2, foram recuperados 337 bordos decorados (Diniz, 2007). A cerâmica que tende, em contextos domésticos neolíticos, a constituir a categoria artefactual mais representada é nestes sítios de fornos e/ou silos pouco frequente. Se esta é uma questão estritamente funcional ou se possui, também uma dimensão cronológica é um tópico a discutir.

Cultura material: indústria lítica

Pedra polida e afeiçoada

Esta é uma categoria de instrumentos mal documentada, nestes sítios, escassa ou inexistente por regra, com excepção do sítio da Salema, até à data, o único destes contextos para o qual é referida a abundância da pedra polida e afeiçoada.

Este dado aponta para um cenário já antes proposto, acerca das práticas quotidianas das sociedades neolíticas, a da existência de uma efectiva segmentação espacial da cadeia produtiva (Diniz, 2007, p.179). Esta segmentação traduz-se, ao nível do registo arqueológico, numa relativa especialização de pacotes artefactuais, e na presença/ausência de determinadas utensilagens, em função da natureza específica dos sítios. Ainda de forma mais expressiva que os recipientes cerâmicos, machados, enxós e mós não parecem constituir instrumentos fundamentais para o desenrolar das actividades processadas no interior destas estruturas.

Pedra lascada

Esta categoria tecnológica assume-se como um campo fundamental ao nível da classificação cronológica e da interpretação funcional destes contextos, uma vez que a presença de alguns tipos específicos de utensílios pode, em simultâneo, apontar para determinadas etapas cronológicas e/ou quadros funcionais.

Um primeiro aspecto a destacar é o do peso, no conjunto artefactual, da componente de pedra lascada, ao contrário de outros contextos do Neolítico antigo, onde a cerâmica se constitui como o mais abundante elemento do registo. No povoado da Valada do Mato, onde o número de fragmentos cerâmicos é quase o dobro do número de elementos de pedra lascada, desenha-se um gráfico com uma geometria artefactual muito distinta da apresentada para os povoados da Baixa do Xarez, nos quais a pedra lascada atinge os 95% de presenças (Gonçalves et al, 2008). No sítio da Defesa de Cima 2, de que se apresentam os primeiros resultados do estudo em curso, a pedra lascada é também mais abundante que a cerâmica, mas mais significativa que a variável quantitativa parece ser a tipologia dos utensílios presente.

Ao nível da componente geométrica – destaca-se o absoluto predomínio dos trapézios sobre lamela – também registado na Lajinha 8, no Xarez 12, e na Cova da Baleia. Os trapézios, ainda que presentes não são, de acordo com os dados disponíveis, o tipo de armadura dominante no Neolítico antigo do Ocidente peninsular, o que torna este um dado excêntrico justificável por aspectos cronológicos e/ou funcionais?

Para além dos trapézios, a importância das lascas na Defesa de Cima 2, pode desde já destacar-se a representatividade das lascas sobre quartzo com retoque marginal, e a abundância de entalhes, denticulados e raspadeiras (Fig.1 e Fig. 2)[1], aproxima este sítio dos

1. As figuras que acompanham este texto são da autoria de Diana Nukushina.

quadros já referidos para contextos semelhantes, como é visível na Tabela 1. Esta utensilagem, por norma produzida sobre lasca, em suporte espesso e robusto, faz parte de uma indústria onde núcleos, lamelas e restos de talhe estão bem representados, demonstrando o talhe local de diferentes matérias-primas, mas onde os produtos de quartzo ocupam um lugar de destaque. A indústria de pedra lascada da Defesa de Cima 2 encontra os mais imediatos paralelos nas indústrias da Lajinha 8 e da Cova da Baleia, nas quais trapézios, lascas retocadas, entalhes e denticulados constituem os grupos mais significativos. Ainda que mal percebido, é seguramente o mesmo quadro de actividades que origina, nestes sítios, uma tão explícita semelhança ao nível das estruturas e dos elementos da cultura material.

Tabela 1 – Tabela Sinóptica de sítios com fornos/silos de argila, no Sul de Portugal.

Cova da Baleia	Sousa, 2008; Sousa e Gonçalves, 2011
Área escavada	500 m²
Nº de estruturas	78 fornos
Tipologia	Estruturas negativas, revestidas a argila, enchimento pétreo
Conteúdo	Carvão, termoclastos
Cerâmica	Muito escassa, alguma impressa
Pedra lascada	Lamelas, trapézios, entalhes e lascas
Cronologia proposta	Mesolítico
Salema	Silva e Soares, 1981
Área escavada	+ 102 m²
Nº de estruturas	2?
Tipologia	Silos, estruturas positivas, paredes de argila, base de areia
Conteúdo	Fragmentos cerâmicos, termoclastos
Cerâmica	Abundante
Pedra lascada	Lascas, ausência de geométricos
Cronologia proposta	Neolítico antigo
Lajinha 8	Gaspar, 2009; Gaspar et al, 2009, Endovélico
Área escavada	185 m²
Nº de estruturas	4
Tipologia	Fornos, estruturas em negativo com o interior revestido a argila, placa térmica
Conteúdo	-
Cerâmica	Escassa, alguma impressa
Pedra lascada	Trapézios, lascas, entalhes e denticulados
Cronologia proposta	Neolítico antigo
Defesa de Cima 2	Santos e Carvalho, 2007, este artigo
Área escavada	231 m²
Nº de estruturas	21
Tipologia	Silos, estruturas negativas, revestidas a argila, placa térmica, blocos de granito de médias dimensões
Conteúdo	Raros carvões
Cerâmica	Escassa, alguma impressa
Pedra lascada	Trapézios, lascas, entalhes, denticulados, raspadeiras
Cronologia proposta	Neolítico antigo
Xarez 12 – Área 3	Gonçalves, 2002, 2003, Gonçalves et al.,2007
Área escavada	50 m²
Nº de estruturas	24 fornos
Tipologia	Estruturas positivas, placa térmica sobreposta a uma base de argila, paredes espessas de argila
Conteúdo	Fauna mamalógica, fauna malacológica, restos humanos
Cerâmica	Muito escassa, alguma impressa
Pedra lascada	Lamelas, trapézios, lascas
Cronologia proposta	Mesolítico final/Neolítico antigo/Neolítico Final
Habitat do Reguengo	Oliveira, 2006
Área escavada	40 m²
Nº de estruturas	2
Tipologia	Pequenas estruturas ovóides, positivas, paredes de argila, termoclastos na base
Conteúdo	-
Cerâmica	Frequente, decorada
Pedra lascada	-
Cronologia proposta	Neolítico antigo

3. PARA UMA LEITURA INTEGRADA DE ARTEFACTOS E ESTRUTURAS

Numa leitura necessariamente breve, é de destacar uma questão em aberto: pode interpretar-se a escassez de cerâmica, a indústria de pedra lascada com trapézios, entalhes, denticulados e raspadeiras, documentada na Defesa de Cima 2, como um conjunto especializado do Neolítico antigo – sendo a função do sítio que determina a ausência de outros tipos de material – ou pelo contrário, estas indústrias de pedra lascada estão associadas a outra etapa anterior – do Mesolítico? e nestes sítios, ocupados em diferentes momentos, e com sequências estratigráficas por vezes de baixa resolução, a pontual presença de cerâmicas do Neolítico antigo é sobretudo "ruído arqueográfico", sem conexão específica com o momento de uso destas estruturas de argila, como aliás foi documentado no Xarez 12 (Gonçalves et al, 2008, p. 175)?

Se a questão cronológica não está encerrada, numa perspectiva funcional o panorama não é mais claro. Estras estruturas, inicialmente conectadas a um momento de intensificação das práticas produtivas, não foram, no entanto associadas ao processamento de qualquer produto em particular. A, já mencionada ausência de matéria orgânica, não permite classificações funcionais definitivas e a própria duplicidade de designações forno/silo demonstra quão pouco óbvia permanece a sua utilização. Estruturas seguramente polifuncionais – como parece próprio destas sociedades – no entanto a tipologia dos materiais de pedra lascada, presentes nos sítios onde estas estruturas surgem em maior concentração, sugere pelo contrário uma especialização funcional – e uma relativa "industrialização" de uma actividade ainda não identificada. Registe-se que qualquer que seja a cronologia de utilização destas estruturas, mesmo quando indiscutivelmente neolítica, não está associada ao uso sistemático de recipientes cerâmicos.

O carácter industrial destas ocupações, ainda que se considere que nem todas estas estruturas funcionaram em simultâneo, é um elemento a destacar, uma vez que nos sítios mais amplamente escavados – Cova da Baleia, Xarez 12 e Defesa de Cima 2 – não foram identificadas outras estruturas habitacionais ou áreas funcionais que remetessem para a diversidade de actividades próprias de um espaço de habitat.

A tratarem-se de estruturas utilizadas por sociedades de caçadores- recolectores, está em causa apenas o processamento intensivo (?), de produtos silvestres, eventualmente sazonais? No registo etnográfico, estão documentados quadros desta natureza entre caçadores-recolectores complexos (Testart, 1982), ainda que seja, no caso do actual território português, pouco claro qual seria o recurso que está na base deste processo, quer estas estruturam tenham funcionado como fornos, como silos ou em ambos os papeis. O papel destes fornos/silos numa economia de produção de alimentos podia justificar-se no âmbito das actividades de processamento/transformação de produtos de origem cerealífera, e a imagem dos fornos de pão do Magreb parecia constituir o mais imediato paralelo, mas a absoluta ausência de restos orgânicos conclusivos – inclusivamente em contextos onde foi realizada flutuação aos sedimentos provenientes do interior destas estruturas como sucedeu na Defesa de Cima (Santos e Carvalho, 2008), torna menos óbvia a funcionalidade destas estruturas.

A presença de uma placa térmica, na base de uma estrutura de paredes argilosas, podia relacionar estas estruturas com a torrefacção, e conservação do cereal – um processo que prevê uma entrada baixa de oxigénio (Buxó, 1997, p.23), o que seria compatível com a morfologia que apresentam, no entanto a absoluta ausência de qualquer cereal carbonizado no seu interior parece afastar esta hipótese.

Ao mesmo tempo a sua associação, particularmente expressiva nos contextos onde se verificam as maiores concentrações destes fornos/silos, a uma utensilagem lítica, constituída por trapézios, entalhes, denticulados e raspadeiras, que não tem sido conectada com actividades agrícolas, não fornece elementos claros acerca das utilizações específicas destas estruturas.

A questão dos trapézios sobre lamela parece particularmente complexa neste cenário, uma vez que não é claro se o domínio quantitativo deste tipo específico de armadura, tradicionalmente associados à caça, um dos fósseis-directores do Mesolítico, está conectado com um momento cronológico ou se, ao invés é um critério funcional que determina a presença deste tipo nestes contextos.

Entalhes e Denticulados estão classificados enquanto instrumentos destinados ao processamento de madeira e a sua associação aos trapézios apontaria para um lugar de produção de instrumentos de caça.

As raspadeiras, conectadas com o tratamento da pele, confirmam esta imagem de área de actividades

próprias de sociedades de caçadores-recolectores.
Perante este quadro de actividades, talhe da pedra, produção armaduras, trabalho de madeira, trabalho de pele, que papéis podiam ter desempenhado estes fornos/silos?
Apenas no sítio do Xarez 12, as estruturas positivas tipo forno continham ainda, no momento da escavação, alguns restos faunísticos no seu interior, mas também num caso restos humanos. Estes restos, pouco abundantes, apenas 25 registos de fauna distribuídos por 7 estruturas (Gonçalves, 2003, p. 97), pertencem a espécies silvestres e domésticas. A ser esta a/uma modalidade de uso recorrente podiam associar-se estas estruturas a uma lógica de processamento de recursos com origem nas práticas das sociedades de caçadores do pós-glaciar e que parecem prolongar-se até momentos terminais do Neolítico. Estão, por isso, em aberto as seguintes cenários:

A – estas estruturas de argila e placa térmica/termoclastos são uma realidade associada ainda a economias predatórias – as datas obtidas para a Cova da Baleia e o domínio das armaduras trapezoidais no Xarez 12, mas também na Lajinha 8 e na Defesa de Cima – seriam portanto indicadores cronológicos para os sítios, sendo que, neste caso, a ocupação associado ao Neolítico antigo podia ser pouco expressiva;

B – estas estruturas tipo forno/silo datariam do Neolítico antigo, a escassez de cerâmica nestes contextos, assim como as especificidades da indústria lítica – domínio dos trapézios, associados a entalhes e denticulados, o peso das lascas, seria apenas um reflexo da especialização funcional destes espaços e não de uma cronologia recuada – ficando em aberto a problemática das datações obtidas para a Cova da Baleia;

C – apesar da intensificação/especialização relativa que subjaz a estes contextos, o quadro de actividades associadas a estas estruturas – inclusivamente àquelas de unívoca cronologia neolítica – não parece conectado com a manipulação de produtos domésticos, partindo da leitura dos dados da cultura material: escassa presença de cerâmica, características da indústria de pedra lascada, tipologicamente vocacionada para tarefas recorrentes entre caçadores-recolectores, número pouco expressivo de instrumentos de pedra polida/afeiçoada.

Neste momento, em que não se encontram em escavação contextos com este tipo de estruturas, o que significa que não estão a ser obtidos novos dados, em particular matéria orgânica, que esclareçam questões em aberto, são as análises da componente artefactual – em particular dos elementos de pedra lascada – que poderão fornecer os elementos mais decisivos para a caracterização funcional destes sítios. Aparentemente confirmada a transversalidade cronológica destas estruturas, que não são exclusivas do Neolítico antigo, parece também questionável a sua associação às novas práticas de produção de alimentos. Se os escassos restos faunísticos provenientes dos fornos culinários do Xarez 12 constituírem efectivamente o *segmento arqueológico do mundo real,* estaríamos perante lugares de processamento intensivo de produtos cárnicos, de preparação de instrumentos sobre madeira, com uso atestado de entalhes e denticulados, de produção de armaduras – com domínio claro dos trapézios, e a avaliar pela frequência de raspadeiras no sítio da Defesa de Cima 2, lugares também de tratamento de peles.
Neste cenário, os empedrados registados com frequência nas imediações destas estruturas – Salema, Xarez 12, Cova da Baleia, Lajinha 8, Defesa de Cima 2 – ainda que não conservassem, como no sítio de Vidigal (Straus et al, 1990), os restos faunísticos associados podem ter desempenhado semelhante função, e a realização de análises traceológicas sobre as utensilagens provenientes destes contextos com fornos/silos torna-se decisiva para a continuação deste debate.

BIBLIOGRAFIA

BUXÓ, R. (1997) – *Arqueología de las Plantas*. Barcelona: Editorial Crítica.

DINIZ, M. (2006/2007) – O Neolítico antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 59/59, p.17-34.

DINIZ, M. (2007) – *O sítio neolítico da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 48).

GASPAR, R. (2009) – *Estudo petroarqueológico da utensilagem lítica do sítio arqueológico Lajinha 8 (Évora, portugal). Análise de proveniências*. Mestrado em Geoarqueologia. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. (Repositório UL http://repositorio.ul.pt)

GASPAR, R.; PEDRO, J.; MATA, J. (2009) – Estudo arqueopetrográfico da utensilagem lítica do sítio neolítico da Lajinha 8 (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12, 1, p. 19-33.

GONÇALVES, V. S. (2002) – Intervenções arqueológicas em povoados das antigas sociedades camponesas na área a inundar pela Barragem de Alqueva. Um ponto da situação em fins de 2001. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, 2002, p. 153-189.

GONÇALVES, V. S. (2003) – Comer em Reguengos de Monsaraz. As estruturas de combustão da Área 3 de Xarez 12. In *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia 25), p. 81-100.

GONÇALVES, V. S.; MARCHAND, G.; SOUSA, A. C. (2008) – Mudança e permanência do Mesolítico final ao Neolítico (Reguengos de Monsaraz, Évora, Portugal). In HERNANDEZ PEREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LOPEZ PADILLA, J. ed. – *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Tomo II. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, II, p. 167-177.

GUILAINE, J.; FERREIRA, O., V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique française*. 67, 1 Paris. 67, 1, p. 304-322.

OLIVEIRA, J. (2006) – *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agro-pastoris*. Lisboa: Edições Colibri e Universidade de Évora.

TESTART, A. (1982) – *Les chasseurs-cueilleurs* ou *l'origine des inégalités* Paris: Société d'Ethnographie.

SANTOS, F.; CARVALHO, P. (2007) O sítio Neolítico da Defesa de Cima 2 [Torre de Coelheiros, Évora]. Primeiros resultados, *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, 26, 27 e 28 de Outubro de 2006,* Aljustrel, p. 56-68

SILVA, C. T., SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines. Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 411-497.

SOUSA, A.C.; GONÇALVES, V. S. (2011) – *Fire walk with me.* O sítio de Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra e fogo no Centro e Sul de Portugal. 5º Congresso do Neolítico Peninsular. Livro de Resumos. Lisboa, Abril de 2011.

STRAUSS, L., ALTUNA, J., VIERRA, B. (1990) – The Concheiro at Vidigal: a Contribution to the Late Mesolithic of Southern Portugal. In VERMEERSCH, P.; VAN PEER, P., eds. – *Contributions to the Mesolithic in Europe*. Lovaina: Leuven University Press, p. 463-474.

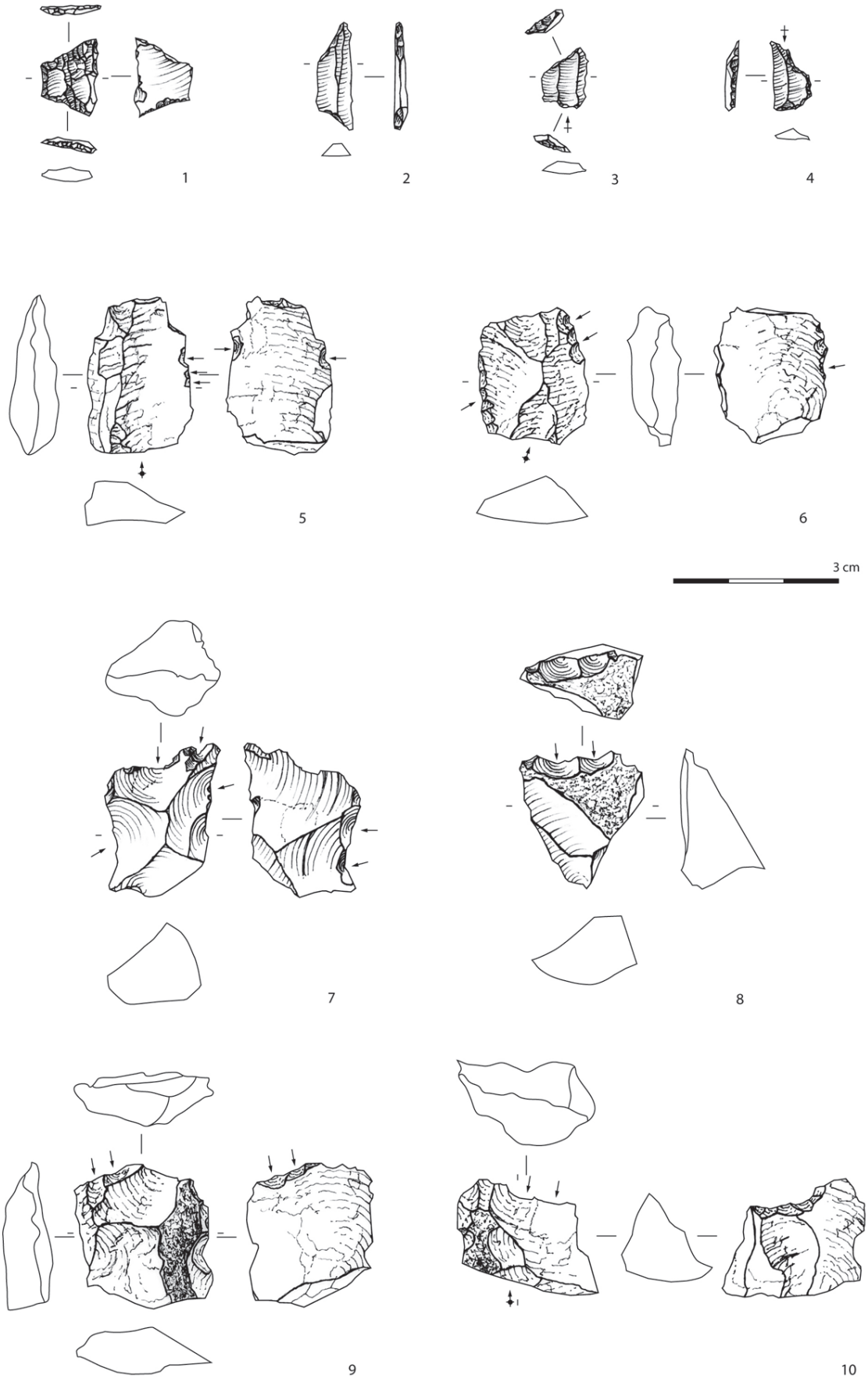


Figura 1 – Indústria de pedra lascada do sítio da Defesa de Cima 2 (Évora): 1-4 –trapézios sobre lamela; 5-10 – entalhes e denticulados sobre lasca.

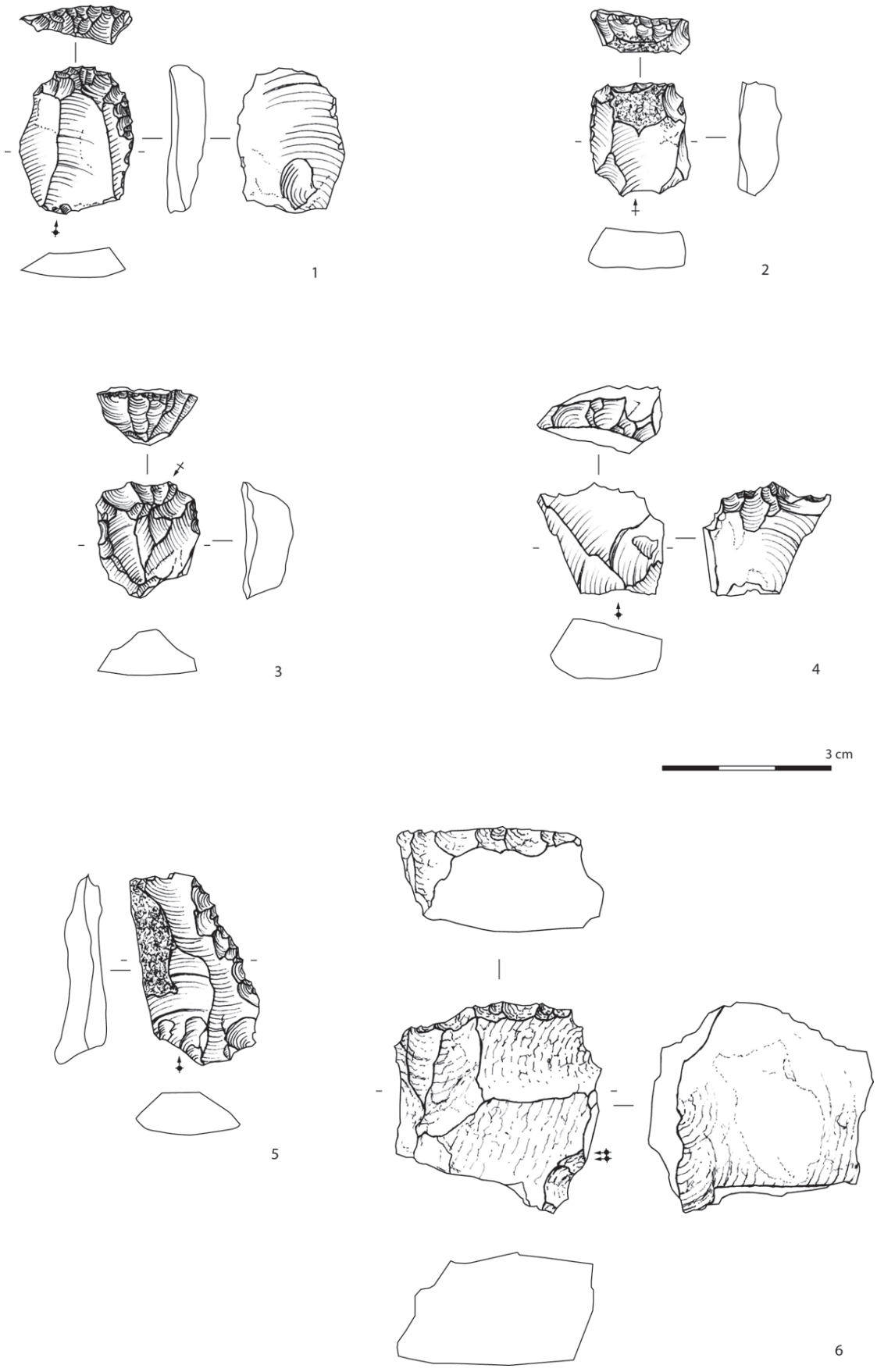


Figura 2 – Indústria de pedra lascada do sítio da Defesa de Cima 2 (Évora): 1-4 e 6 – raspadeiras; 5 – denticulado.

O NEOLÍTICO MÉDIO NO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO: ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

André Nunes / NAP/UAlg / ajmendesnunes@gmail.com
António Faustino Carvalho / UAlg / afcarva@ualg.pt

RESUMO
Na década de 1990 foi possível identificar e caracterizar uma fase média do Neolítico do Maciço Calcário Estremenho, tanto em contextos funerários como de caráter residencial. Estes últimos, que se têm vindo a estudar desde então, localizam-se ao longo Arrife da Serra d'Aire e, aparentemente, repetem o modelo cronocultural proposto para o Alentejo. Porém, tem sido possível obter também informação paleoeconómica direta que, conjugada com as características dos habitats conhecidos, aponta para uma sociedade relativamente móvel.

ABSTRACT
In the 1990's it was possible to identify a middle phase in the Neolithic of the Limestone Massif of Estremadura, both in funerary and residential contexts. The latter, which have been under study, are located along the Arrife of the Aire Mountain and apparently fit the chronocultural model proposed to the Alentejo. However, it has also been possible to obtain direct palaeoeconomic data which, associated to the characteristics of the known basecamps, points to a relatively mobile society.

1. A IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE UMA FASE MÉDIA NO NEOLÍTICO DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO (MCE)

O início precoce da investigação pré-histórica no MCE (isto é, as serras d'Aire e Candeeiros), que remonta aos trabalhos de Vieira Natividade nas grutas de Alcobaça na viragem do século XIX para o XX, e que prosseguiu intermitentemente através da escavação de numerosas outras cavidades, resultou num volume enorme de dados. Porém, a inexistência de estratigrafias claras e o recurso a critérios muito seletivos na recolha de restos arqueológicos, são fatores que resultaram em severas limitações no uso desses dados em moldes modernos. Assim, o estado dos conhecimentos sobre o Neolítico em inícios da década de 1990 circunscrevia-se *grosso modo* ao conteúdo artefactual de grutas-necrópole e, a partir daí, na busca de "influências" culturais do mundo megalítico alentejano ou estremenho (p. ex., Jorge 1990). Com efeito, os contextos habitacionais eram totalmente desconhecidos e o único monumento megalítico efetivamente conhecido no MCE era e ainda é a anta-capela das Alcobertas, em Rio Maior (Paço *et al*., 1959).

A elaboração da uma carta arqueológica da região, dirigida por J. Zilhão (1993-1995), seguida de um projeto de escavações sistemáticas (1998-2001), foram as circunstâncias que conduziram a um crescimento notável dos conhecimentos sobre o Neolítico no MCE. Partindo de um texto "fundador" (Zilhão & Carvalho, 1996), a investigação centrou-se, numa primeira etapa, no estudo da fase antiga do Neolítico, tendo daqui resultado numerosos trabalhos parcelares, designadamente de cariz interdisciplinar, recentemente interpretados no seu conjunto (Carvalho, 2008). Mas Zilhão e Carvalho (1996) haviam publicado ainda um outro elemento fundamental para o estudo do Neolítico regional: uma primeira identificação clara, estratigraficamente sustentada, da fase média do período, e o que é mais significativo obtida a partir de contextos habi-

tacionais. Nesse momento, tratava-se unicamente da longa sequência estratigráfica do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas), um depósito de 5,00 m de potência que abarca ocupações escalonadas entre o Cardial e o Neolítico final. A conservação de restos orgânicos permitiu, adicionalmente, a reconstituição das condições bioclimáticas locais e das estratégias de exploração antrópica do Meio, para além da obtenção de datações de radiocarbono (Carvalho, 1998, 2012).

As ocupações do Neolítico médio (Carvalho, 1998), conservadas nas camadas Da e Db, correspondem nos seus traços essenciais ao faseamento que tem vindo a ser proposto para este período no Alentejo (Soares & Silva, 1992; Silva *et al*., 2010), incluindo o momento de construção dos primeiros monumentos megalíticos. Assim, foi possível isolar uma primeira fase caracterizada por cerâmica lisa associada a raras decorações, entre as quais sulcos sob o bordo, autêntico fóssil diretor desta etapa. A este Neolítico médio inicial segue-se um segundo momento em que a quase totalidade da produção cerâmica é lisa. As armaduras líticas são sempre micrólitos geométricos de retoque abrupto e as morfologias cerâmicas, por seu lado, não incluem ainda as formas carenadas típicas do Neolítico final. Os restos faunísticos indicaram, desde o início, a coexistência de práticas pastoris e cinegéticas (Valente, 1998), o que parece confirmado pela recente análise da totalidade dos restos exumados (Luís *et al*., no prelo).

Dois outros contextos habitacionais do Neolítico médio foram entretanto intervencionados e encontram-se em fase terminal de estudo: o Cerradinho do Ginete e a Costa do Pereiro (Torres Novas). O último, quase inédito (Carvalho, 2008, p. 51-52), revelou dados que se podem considerar únicos. Tratando-se de um contexto residencial, revelou no entanto um enterramento infantil correlacionável com um palimpsesto arqueológico (camada 1b) que reúne ocupações recorrentes deste espaço ao longo do IV milénio a.C. De acordo com as duas datações de radiocarbono obtidas, estas ocupações decorreram entre 3900 cal BC (datação direta do enterramento) e 3100 cal BC (datação de uma lareira). A cultura material está representada por cerâmica lisa. As decorações, conquanto escassas, são porém muito diversificadas, apresentando sulcos sob o bordo, falsa folha de acácia, penteados incisos, impressões várias, etc. O talhe assenta na exploração de rochas locais (quartzito, quartzo) e do sílex, que serviu para a produção de micrólitos geométricos (segmentos e, sobretudo, trapézios). Acresce que este sítio ainda forneceu restos faunísticos (preliminarmente publicados em Carvalho, 2008: quadro 17) que são fundamentais, com os da Pena d'Água, para a reconstituição das estratégias de subsistência durante o Neolítico médio do MCE. Este aspeto será retomado nas conclusões.

O Cerradinho do Ginete, por seu lado, está ainda em escavação. Uma breve apresentação dos trabalhos realizados até à campanha de 2001 encontra-se em Carvalho (2008: 62-63), estando inéditos os resultados das campanhas de 2009 e 2012. As características físicas deste sítio e as limitações de que se reveste a sua estratigrafia e componentes artefactuais são ilustrativos da invisibilidade arqueológica destas realidades e da natural tendência para que passem despercebidas em prospeção e sejam ignoradas face ao fraco potencial científico que parecem evidenciar. Daí, no entanto, o interesse no seu estudo.

2. CERRADINHO DO GINETE (TORRES NOVAS): UM CASO DE ESTUDO

Não fora a existência de um terreno murado (de onde resulta o topónimo), regularmente lavrado, nunca teria sido possível recolher o fragmento de cerâmica campaniforme que denunciou a presença de ocupações pré-históricas neste local. Com efeito, toda a área compreendida entre as faldas da Serra d'Aire e este troço do Arrife está coberta por pinhais e por um mato denso que impede a visualização de qualquer vestígio arqueológico de superfície. Diversas sondagens abertas em 1993 e 1994 no denominado Sector IV identificaram vestígios arqueológicos que foram então atribuídos à Idade do Bronze, dada a quase exclusividade da cerâmica lisa. Já no decorrer deste século, foram levados a cabo novos trabalhos: em 2001, por M. J. Jacinto, para uma melhor caracterização daquela ocupação (mas que identificou também uma ocupação Cardial, subjacente); e em 2009, por F. Neto e G. Zambujo, para o esclarecimento de questões relacionadas com o processo de formação da jazida (Zambujo, 2010).

Os trabalhos de 2001 e 2009 permitiram, assim, o reconhecimento de uma estratigrafia mais complexa, com dois níveis arqueológicos principais:

Cardial: nível preservado sob formações de megalapiás, "ensanduichado", cerca de 40 cm abaixo da superfície, entre a camada lavrada superficial e a *terra*

rossa de base, em torno dos megalapiás que coroam o local. Com exceção dos resultados das campanhas de 2009 e 2012, este é o único contexto que está já estudado e publicado (Carvalho 2008, 2011).

Neolítico médio: muito afetado pelo crescimento da vegetação e por práticas agrícolas ancestrais, este nível arqueológico superficial (está contido numa delgada camada superficial de 30-40 cm de espessura) revelou um conjunto artefactual monótono, sem qualquer tipo de material orgânico associado, mas que encontra paralelos na camada Db da Pena d'Água, atrás descrita, e no espólio da vizinha gruta-necrópole da Lapa dos Namorados (Carvalho *et al.*, 2000). Estes contextos estão datados de c. 4200-3800 cal BC (ICEN-1147: 5180 ± 240 BP) e 4300 cal BC (ICEN-735: 5460 ± 110 BP), respetivamente. Apesar das incertezas associadas à data da Pena d'Água (amostra de carvões dispersos e elevado desvio-padrão), o intervalo de tempo indicado por ambas as datações deverá incluir, talvez no seu tramo mais recuado (finais do V milénio a.C.), este momento de ocupação do sítio.

A Lapa dos Namorados é importante também devido à sua proximidade. Com efeito, distando apenas cerca de 200 metros e ostentando semelhanças em termos de cultura material, é concebível que se trate do espaço sepulcral utilizado pelos habitantes do Cerradinho do Ginete.

A análise das produções artefactuais do Cerradinho do Ginete está presentemente em curso, havendo já um estudo preliminar em vias de publicação (Nunes, no prelo). O conjunto cerâmico é composto por 393 fragmentos, que correspondem a um número mínimo de 45 recipientes. Note-se desde já que a elevada fragmentação do material deve estar a inflacionar aquele número de recipientes, da mesma forma que impediu a caracterização morfológica fina do conjunto. Com efeito, foi possível obter apenas ilações gerais: os fragmentos de bordo que permitiram o cálculo do diâmetro indicam o domínio das forma abertas sobre as fechadas (57% contra 43%) e a reconstituição formal apenas permitiu observar a presença de hemisféricos, em 19 exemplares. Por outro lado, 377 (96%) daqueles 393 fragmentos não apresentam qualquer tipo de decoração.

A pasta destes recipientes apresenta por regra elementos não plásticos de dimensões inferiores a 0,001 m, tem consistências médias (fraturam-se com o emprego de uma ponta de aço), texturas essencialmente granulares (47%) ou homogéneas (45%), e cozeduras oxidantes (92%). Os recipientes analisados possuem acabamentos de superfície toscos (49%) ou alisados (40%).

As técnicas de decoração utilizadas são as linhas e traços incisos, caneluras e sulcos sob o bordo (em dois exemplares) e a impressões com possível recurso a concha e caule de planta. Em todos os fragmentos a decoração parece organizada numa estreita banda paralela ao bordo composta ora por incisões (69%), ora por impressões (31%).

A análise dos artefactos líticos identificou três matérias-primas principais: sílex, quartzito e quartzo, com 40%, 32% e 27% do número total de peças, respetivamente. No entanto, registaram-se ainda fragmentos inclassificáveis de xisto, grauvaque ou granito, que não existem na geologia da região, embora com valores muito reduzidos. Também a pedra polida se apresenta, à semelhança dos anteriores, em percentagem muito reduzida, contabilizando-se apenas três peças (um machado e dois fragmentos inclassificáveis) produzidas em rochas anfibólicas.

A indústria em pedra lascada é composta por 403 peças, no seio das quais as lâminas e lamelas perfazem 9% do total, ou seja, 38 exemplares. Esta componente apresenta-se tendencialmente inteira (39%), com talões esmagados (54%) seguidos dos lisos (30%). Predominam as peças de nervuras regulares destacadas (78%), secções trapezoidais (39%) ou triangulares (54%), e perfis direitos (69%) ou côncavos (31%). As formas de bordos paralelos retilíneos estão presentes em 52% do total.

A análise dos núcleos demonstrou que a matéria-prima mais frequente é o quartzo portanto, de aprovisionamento local e que o tipo dominante é o bloco com levantamentos avulsos aleatórios de lascas, sobre seixo ou fragmento de eixo (71%).

Entre as peças retocadas há onze geométricos em sílex. O tipo mais frequente é o trapézio (9 em 12 peças), seguindo-se dois segmentos e um triângulo. A restante utensilagem, de "fundo comum", é formada maioritariamente por lascas ou produtos alongados com retoques marginais.

3. CONCLUSÕES: DA DIFICULDADE DE RECONHECIMENTO A UM PRIMEIRO ENSAIO DE MODELIZAÇÃO DO NEOLÍTICO MÉDIO NO MCE

Perante o exposto na secção anterior relativamente à elevada fragmentação do conjunto cerâmico e ao

predomínio quase absoluto das peças lisas, facilmente se percebe a dificuldade no reconhecimento em prospeção de sítios como o Cerradinho do Ginete e, por consequência, na sua correta atribuição cronológico-cultural. A presença mais abundante de cerâmica decorada em sítios do Neolítico antigo, por vezes com técnicas ou motivos com acentuado cunho cronológico-cultural, facilita a sua classificação ao prospetor. Dito de outro modo, a invisibilidade arqueológica dos contextos residenciais do Neolítico médio resulta de fatores intrinsecamente ligados aos particularismos das culturas materiais desta fase da Pré-História.

Por outro lado, a tipologia de sítios como o Cerradinho do Ginete acrescenta dificuldades adicionais de identificação. Efetivamente, fatores como a implantação em terras baixas, a ausência de estruturas construtivas ou a baixa densidade de vestígios, não só concorrem para a sua invisibilidade na paisagem como são também, pelo menos tanto quanto os dados atualmente disponíveis permitem concluir, reflexo da densidade demográfica, dos padrões de mobilidade e dos modos de exploração do território levados a cabo durante o Neolítico médio. A este respeito, estudos zooarqueológicos e paleoisotópicos recentemente concluídos para o MCE revelaram padrões significativos:

Conquanto limitada pelo pequeno número de restos determinados taxonomicamente (n=27), a zooarqueologia da camada Db da Pena d'Água (Luís *et al*., no prelo) evidencia o predomínio do pastoreio de ovinos e/ou caprinos sendo reduzida a caça de veado (89% contra 11%, respetivamente, sem contabilização dos restos de aves, carnívoros e leporídeos). Usando os mesmos termos de comparação, na coleção da Costa do Pereiro (Carvalho, 2008), mais numerosa (n=73), predomina, ao invés, a caça de veado (64% contra 12% de ovinos e/ou caprinos). Neste sítio há ainda restos de bovinos e suínos, cuja domesticação não foi possível atestar, e que representam 4% e 14% do total de restos. O conjunto destes dados aponta, em suma, para uma oscilação entre dois extremos de especialização, um em recursos selvagens (a caça de cervídeos), outro em recursos domésticos (o pastoreio de ovinos e caprinos). Esta especialização não se verifica no Neolítico antigo regional, onde o boi doméstico e o javali são omnipresentes e podem mesmo representar percentagens significativas dos recursos animais (Carvalho, 2008, 2012), mas levanta a mesma questão: estamos perante comunidades autónomas política e economicamente (e portanto estes dados são retratos completos da realidade passada) ou as realidades arqueológicas do MCE indicam que este era um território marginal explorado por grupos radicados em povoados permanentes localizados no Vale do Tejo?

Seja qual for a resposta à questão anterior, duas conclusões são, para já, válidas: que qualquer das práticas de exploração animal referidas implicam um índice de mobilidade significativo (o que parece estar em concordância com as características das componentes artefactuais e dos contextos habitacionais, como o Cerradinho do Ginete), e que a análise de isótopos estáveis de restos humanos desta época, em concreto, do Lugar do Canto e do Algar do Barrão, indica o consumo exclusivo de recursos terrestres, sem casos de maiores percentagens de recursos marinhos ou ribeirinhos (Carvalho e Petchey, no prelo). Como referido por estes autores, "[t]he only exception is one individual from Barrão Cave [...] exhibiting a relatively high level of aquatic protein (sample #01: 21%), comparable to those recorded in the Lower Tagus [...]. This may indicate that this individual is an immigrant from the southern tip of the Estremadura region, or it could simply be a reflection of the consumption of large quantities of terrestrial protein". Isto significa que os territórios económicos destes grupos estavam confinados ao MCE ou estendiam-se na direção do Alto Alentejo (de onde, aliás, poderão ser provenientes as rochas anfibólicas de que são feitos os utensílios em pedra polida). O litoral contíguo ao MCE, entre a foz do Lis e a Lagoa de Óbidos, parece portanto não ter sido frequentado.

Estas e outras vertentes de investigação atualmente em curso de estudo, como a análise da estilística cerâmica ou, em particular, o estudo das práticas funerárias, permitirão o aprofundamento das considerações apresentadas acima. Isto significa que o MCE se poderá constituir a breve trecho, como no caso do Neolítico antigo, num *case study* do Neolítico médio do nosso País.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, A.F. (1998) – Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2. p. 39-72.

CARVALHO, A.F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 12).

CARVALHO, A.F. (2011) – Produção cerâmica no início do Neolítico de Portugal. In BERNABEU, J.; ROJO, M.A.; MOLINA, L., coords. - *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal AC en la Península Ibérica*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 12), p. 237-250.

CARVALHO, A.F. (2012) – Portugal. In ROJO, M.; GARRIDO, R., GARCÍA, Í., coord. – *El Neolítico en la Península Ibérica e su contexto europeo*. Madrid: Cátedra, p. 175–212.

CARVALHO, A. F.; JACINTO, M.J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. 12, p. 151-172.

CARVALHO, A.F.; PETCHEY, F. (no prelo) – Stable isotope evidence of Neolithic palaeodiets in the coastal regions of Southern Portugal. *Journal of Island & Coastal Archaeology*

JORGE, S.O. (1990) – A consolidação do sistema agro-pastoril. In ALARCÃO, J., coord. – *Nova História de Portugal. Portugal: das origens à romanização*, 1. Lisboa: Presença, p. 102-162.

LUÍS, S.; CORREIA, F.; FERNANDES, P.V. (no prelo) – Middle Neolithic Zooarchaeology at the Pena d'Água Rock-shelter (Portuguese Estremadura). *VI Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Barcelona: Universitat de Barcelona

NUNES, A. (no prelo) – O sítio do Cerradinho do Ginete (Torres Novas, Portugal). Um caso de estudo do Neolítico Médio português. *VI Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J.N.; BARBOSA, F.B. (1959) – Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). *I Congresso Nacional de Arqueologia*, I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 281-292

SILVA, C.T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (2010) – Arqueologia de Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento pré-histórico. *2.º Encontro de História do Alentejo litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, p. 10-33.

SOARES, J.; SILVA, C.T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. IX-X, p. 37-88.

VALENTE, M.J. (1998) – Análise preliminar da fauna mamalógica do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas). Campanhas de 1992-1994. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:2, p. 85-96.

ZAMBUJO, G. (2010) – *O sítio pré-histórico do Cerradinho do Ginete (Pedrógão, Torres Novas): uma abordagem geoarqueológica*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (dissertação de mestrado; policopiada).

ZILHÃO, J.; CARVALHO, A.F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. *I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*, 2. Gavà: Museo de Gavà (Rubricatum; 1), p. 659-672.

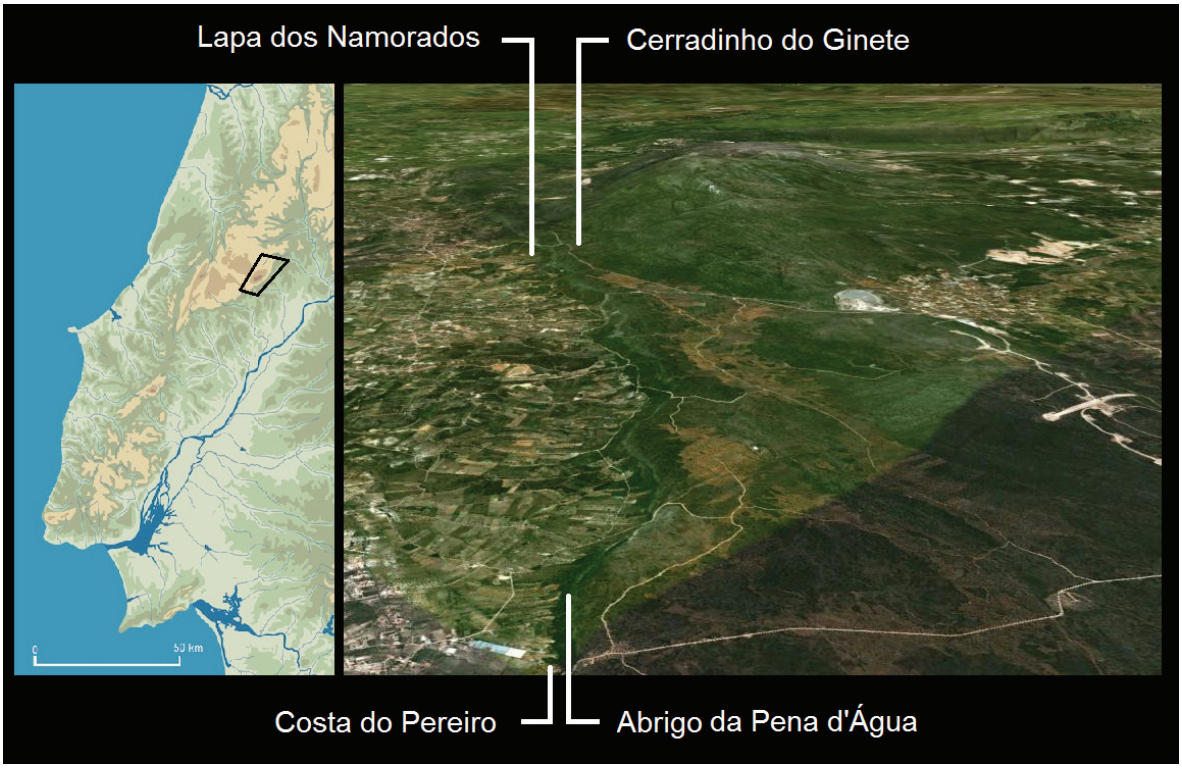


Figura 1 – Neolítico médio do Arrife da Serra d'Aire: localização dos sítios referidos em texto (à direita; imagem *Google Earth* adaptada) e indicação da área representada sobre mapa da Estremadura Portuguesa (à esquerda).

CRONOLOGIA DOS RECINTOS DE FOSSOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

António Carlos Valera / NIA – Era Arqueologia / antoniovalera@era-arqueologia.pt

RESUMO:
Nos últimos anos o número de recintos de fossos da Pré-História Recente conhecidos no actual território português tem vindo a aumentar consideravelmente, ainda que de forma regionalmente díspar. A expressão arqueológica que progressivamente apresentam transforma-os numa das "fenomenologias" mais relevantes para o entendimento das comunidades neolíticas e calcolíticas e respectivas dinâmicas sociais. No presente texto pretende-se apresentar um inventário actualizado dos contextos com fossos com datações absolutas, analisar a cronologia já disponível e sublinhar as linhas de força que se começam a traçar sobre o seu comportamento diacrónico.

ABSTRACT:
In the last years the number of ditched enclosures from Recent Prehistory known in Portugal has considerably increased, although in a regionally different way. Their actual archaeological expression makes them central to the understanding of the social dynamics of Neolithic and Chalcolithic communities. In this paper I intend to present an inventory of the contexts with absolute dates, analyse the available chronology and stress the tendencies that can be traced about their diachronic behaviour.

1. INTRODUÇÃO

A última década e meia têm vindo a revelar, de uma forma anteriormente insuspeita, uma significativa expressão dos sítios com estruturas tipo fosso em Portugal e, numa escala um pouco mais alargada, na Península Ibérica, demonstrando que o extremo ocidental da Europa participou deste fenómeno de dimensão continental.

Actualmente, e os números têm crescido permanentemente no último ano, o número de sítios com estruturas tipo fosso ultrapassa a meia centena em território nacional (Valera, 2013a; Valera e Pereiro, neste volume). A sua distribuição é ainda bastante dissimétrica, com a esmagadora maioria a concentrar-se no interior alentejano, facto que poderá vir a ser matizado a breve trecho, já que, ainda que pontualmente, estes contextos têm vindo a ser referenciados noutras zonas do país (à imagem do que vai acontecendo a nível peninsular).

Constituindo-se como parte da "revolução empírica" em curso na Pré-História Recente no sul de Portugal, os sítios de fossos revelam um fenómeno central para o conhecimento das comunidades neolíticas e calcolíticas e entendimento das suas formas de se organizarem no mundo. Neste âmbito, começar a estabelecer a sua cronologia e dinâmicas diacrónicas é uma tarefa premente, para a qual este texto pretende ser um patamar, naturalmente provisório, que permita começar a delinear as tendências que os dados disponíveis sugerem relativamente à emergência, desenvolvimento e ocaso dos contextos que apresentam este tipo de estruturas negativas.

Uma nota, porém, antes de avançar. Se o cimento desta análise é a presença de estruturas tipo fosso (definindo ou não recintos fechados), esta classe assim criada não deve ser percebida como correspondendo a uma categoria de sítios homogéneos, de sentidos uniformes e únicos, que possa ser entendida (e oposta a outras) de uma forma monotética. Como tenho vindo a defender, os sítios com fossos não apresentam todos a uma mesma natureza, ainda que a partir de certa altura, enquanto fenómeno global, tendam a partilhar determinadas condicio-

nantes e sentidos de foro ideológico e social com expressão de escala europeia.
Vejamos então o que a informação actualmente disponível nos diz relativamente à sua cronologia e dinâmica diacrónica em Portugal.

2. AS DATAS E O PROBLEMA DE DATAÇÃO DOS CONTEXTOS COM FOSSOS

Actualmente, dos 54 sítios com fossos da Pré-História Recente referenciados em Portugal apenas 10 possuem datações de radiocarbono, a que acresce mais um com uma datação de luminescência B-OSL (Tabela 1). Trata-se, pois, de um número ainda restrito de sítios datados, sendo que para a quase totalidade destes 11 contextos a própria qualidade da informação cronológica absoluta disponível é ainda francamente insuficiente, dados os problemas que envolvem a datação destas estruturas e dada a dimensão e pluralidade estrutural de vários dos sítios (Valera e Silva, 2011; Valera, 2013b; Valera, Silva e Márquez Romero, *no prelo*).
Um primeiro aspecto a considerar nestes contextos de estruturas negativas, que nos surgem frequentemente sem relações físicas directas que permitam inferir relações de anterioridade e posterioridade, é o de que não podermos generalizar datações obtidas para uma estrutura, por vezes nem mesmo a toda essa mesma estrutura (quando se tratam de fossos que podem ter reaberturas sucessivas ou serem construídos por secções de forma aditiva). Por outro lado, dada a natureza das estruturas negativas, das suas formas variadas de preenchimento (tanto naturais como antrópicas, onde materiais mais antigos são frequentemente incorporados nos enchimentos, seja de forma intencional ou aleatória) e das dinâmicas de escavação e re-escavação que apresentam (e que contribuem para essa mistura do novo com o mais antigo), só com séries de datações para várias secções de cada fosso poderemos aproximar-nos de forma sustentada à sua cronologia de abertura e sequências biográficas (*idem*), detectando e eliminando *outliers*. Temos, pois, que compreender o carácter prospectivo deste ensaio e o cunho ainda fortemente limitado dos dados disponíveis, os quais, todavia, começam a sugerir linhas de força que interessa desde já sublinhar.
Assim, tendo em conta os problemas acima brevemente enunciados (para uma discussão mais detalhada ver Valera e Silva, 2011, Valera, 2013b e Valera, Silva e Márquez Romero, no prelo), seleccionei apenas os contextos com datas provenientes de amostras recolhidas no interior de fossos (dado que frequentemente não há garantia de absoluta contemporaneidade entre os fossos e outras estruturas negativas que possam existir na mesma área, como é bem evidente em recintos como os Perdigões, Bela Vista 5, Horta do Albardão 3, Outeiro Alto 2, etc.), tendo igualmente excluindo as datas que nas séries existentes para um mesmo fosso se revelaram *outliers* ou se vinculam a processos posteriores aos enchimentos (Perdigões, Porto Torrão e Horta do Albardão). Deixei de fora, pois, datações obtidas para outro tipo de estruturas existentes em recintos de fossos (tipo fossas e sepulcros – como exemplifica o caso dos Perdigões, que a par de 19 datas coerentes para fossos tem igualmente 14 datações para outro tipo de estruturas que aqui não foram consideradas – sepulcros, fossas funerárias, etc.). Como excepções, decidi integrar a Torre do Esporão (que não tem datas para os fossos e apenas uma datação de uma fossa) e a Senhora da Alegria, que para as suas fases antiga e intermédia do Neolítico também não possui datações para os enchimentos dos respectivos fossos, mas sim para estruturas associáveis aos momentos de construção e utilização dos mesmos. Nestes dois casos é conveniente ter presente que estamos a assumir uma proximidade cronológica entre os fossos e as estruturas datadas com base nas estratigrafias e nos registos artefactuais.
Desta forma, para a análise que se segue foi utilizado um conjunto de 35 datas de radiocarbono (8 das quais ainda inéditas) e uma de luminescência, distribuídas de forma muito díspar por 11 sítios (Tabela 1): quase metade pertencem aos Perdigões (16, abrangendo seis fossos); 4 ao Porto Torrão (abrangendo dois fossos) e outras tantas a Jurumenha 1 (relativas ao mesmo fosso); 3 a Bela Vista 5 (dois fossos); 2 à Senhora da Alegria (dois momentos de construção de fossos); 2 a Moreiros 2 (dois fossos); finalmente 1 para cada um dos restantes sítios (S. Jorge de Ficalho, Outeiro Alto 2, Horta do Albardão e Torre do Esporão, a que acresce a datação de luminescência da Forca/Barca). As datas de rediocarbono (Tabela 1) foram calibradas através do programa OxCal versão 4.2, usando a curva de calibração IntCal09 (Ramsey 2013).

Tabela 1 – Datas utilizadas no texto, as de radiocarbono foram calibradas com recurso ao programa OxCal versão 4.2, fazendo uso da curva de calibração IntCal09 (Ramsey 2013).

Sítio	Estrutura	Ref. Lab.	Data BP	Cal 2	Bib. Ref.
Perdigões	Fosso 5	Beta-350352	4390±30	3093-2918	Inédita
Perdigões	Fosso 12	Beta-330092	4530±40	3365-3097	Valera, 2012b
Perdigões	Fosso 6	Beta-315242	4450±30	3336-2944	Inédita
Perdigões	Fosso 6	Beta-318359	4390±30	3093-2918	
Perdigões	Fosso 3	Beta-285098	4050±40	2851-2472	Valera e Silva, 2011
Perdigões	Fosso 3	Beta-285096	4050±40	2851-2472	
Perdigões	Fosso 3	Beta-285095	3980±40	2618-2347	
Perdigões	Fosso 4	Beta-285097	3980±40	2618-2347	
Perdigões	Fosso 4	Beta-289264	3940±40	2568-2299	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315725	3890±30	2469-2290	Márquez Romero et al, 2013
Perdigões	Fosso 1	Beta-315723	3820±30	2454-2144	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315722	3890±30	2469-2290	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315721	3840±30	2459-2202	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315719	3780±30	2296-2059	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315720	3860±30	2463-2209	
Perdigões	Fosso 1	Beta-315716	3770±30	2290-2050	
Juromenha 1	Fosso	Wk18487	4538±32	3365-3103	Mataloto e Boaventura, 2009
Juromenha 1	Fosso	Wk18488	4547±35	3368-3103	
Juromenha 1	Fosso	Beta-169263	4540±100	3519-2927	
Juromenha 1	Fosso	Beta-169264	4550±40	3486-3100	
S. Jorge de Ficalho	Fosso	OxA-5443	4540±60	3497-3027	Soares, 1996
Torre do Esporão	Fossa K8-K9	Oxa-5534	4010±70	2861-2301	Gonçalves, 1990/91
Outeiro Alto 2	Fosso	Beta-339604	3920±30	2480-2297	Valera e Filipe, 2013
Moreiros 2	Fosso 3	Beta-350350	4410±30	3310-2917	Valera, Becker e Boaventura, 2013
Moreiros 2	Fosso 1	Beta-350351	4350±30	3080-2901	
Porto Torrão	Fosso 1	Sac-2232	4390±50	3325-2901	Valera, 2013b
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2027	3810±50	2461-2064	
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2233	3910±80	2619-2141	
Porto Torrão	Fosso 2	Sac-2028	3700±60	2285-1926	
Horta do Albardão 3	Fosso	Beta261320	3770±40	2335-2037	Santos, et alli, 2009
Bela Vista 5	Fosso 2	Beta-324673	3810±30	2400-2140	Inédita
Bela Vista 5	Fosso 1	Beta-324674	3770±30	2290-2050	
Bela Vista 5	Fosso 1	Beta-324676	3650±30	2136-1938	
Senhora da Alegria	Estrutura XX	Beta-339602	6380±30	5468-5309	
Senhora da Alegria	Estrutura	Beta-339601	4730±40	3636-3376	
Luminescência					
Barca/Forca	Fosso	A6/318	4327±93	2414-2228	Valera e Rebuge, 2008

3. DIACRONIA DOS CONTEXTOS COM FOSSOS EM PORTUGAL: A SITUAÇÃO ACTUAL

3.1 Neolítico Antigo e Médio

A recente identificação e escavação do sítio da Senhora da Alegria (trabalho das empresas Omniknos e Era Arqueologia) veio recuar a cronologia de estruturas tipo pequeno fosso em Portugal. Neste notável sítio, situado perto de Coimbra, foi registada uma sequência de ocupação iniciada no Neolítico Antigo cardial, seguida de uma fase de abandono (formação de um coluvião) e de uma reocupação no Neolítico Médio, prolongada pelo Neolítico Final (Valera, Pereiro e Ramos, 2013) (Figura 1).

Na fase mais antiga foi identificado o troço de um pequeno fosso associado a um solo de ocupação com várias estruturas de combustão, uma das quais forneceu uma datação integrada no terceiro quartel do 6º milénio AC, perfeitamente compatível com o material cerâmico e lítico associado, e colocando esta ocupação entre as mais antigas do Neolítico Antigo do Centro de Portugal, a par das ocupações do Caldeirão e da Gruta do Almonda (Zilhão, 2001). Depois de ser identificada a presença de fossos no Neolítico Antigo em regiões orientais da Península Ibérica, nomeadamente em Mas D'Is (Bernabeu Auban *et al*, 2003) ou La Revilla (Rojo Guerra *et al*, 2008), reforça-se a ideia de que estas estruturas e recintos emergem em vários pontos da Península Ibérica logo com os primeiro momentos do processo de neolitização e que, embora apresentando características próprias, adicionam a região a um fenómeno de expressão continental.

O segundo momento de ocupação da Senhora da Alegria ocorre já durante o Neolítico Médio. Aí foram registadas várias linhas de fossos, por vezes sinuosos, e zonas de entrada. Trata-se de fossos igualmente estreitos e pouco profundos (cerca de 80 cm de profundidade máxima), podendo corresponder à implantação de paliçadas, alguns dos quais parecem formar espaços encerrados e ter planta sinuosa. Estão associados a uma cultura material caracterizada por cerâmicas de formas esféricas e em calote, totalmente lisas, e a uma indústria lítica ainda com uma importante componente microlítica, com geométricos e ausência de pontas de seta. Não forneceram material datante no seu interior, mas para uma estrutura de lareira associada a esta fase foi obtida uma datação da transição entre o segundo e o terceiro quartel do 4º milénio AC. Contextos semelhantes foram igualmente registados no oriente peninsular, como acontece por exemplo em Costamar (Flors, 2009).

3.2 Neolítico Final

Será a partir da segunda metade do 4º milénio AC que os recintos de fossos se começam a generalizar no registo arqueológico português (embora a recente "explosão" aconselhe prudência relativamente à percepção que temos para os períodos mais antigos do Neolítico). Esta generalização corresponde também ao aparecimento de recintos claramente definidos (embora para a grande maioria não tenhamos a real noção das suas plantas), a fossos de maiores dimensões (embora fossos pequenos continuem a ocorrer, como exemplifica o Torrão em Elvas), à associação a numerosas estruturas de tipo fossa e à associação a estruturas megalíticas e contextos funerários, como parece acontecer também no Torrão (Lago e Albergaria, 2001) ou nos Perdigões.

De momento esta proliferação é restrita ao interior alentejano, onde são vários os recintos que podem ser atribuídos ao Neolítico Final com base na cultura material: Perdigões, Porto Torrão, Senhora da Alegria, Jurumenha 1, Águas Frias, Malhada das Mimosas, Ponte da Azambuja, Torrão, Fareleira 3, S. Jorge de Ficalho, Moreiros 2 e eventualmente Paraíso (Valera, 2012a; Calado e Rocha, 2007; Rodrigues, 2008; Lago e Albergaria, 2001; Figueiredo, 2013; Soares, 1996, Boaventura, 2006; Mataloto e Costeira, 2008). Porém, apenas dispomos de cronologias absolutas para os fossos, 5, 6 e 12 dos Perdigões (Valera, Silva e Márquez Romero, no prelo), fosso 1 do Porto Torrão (Valera, 2013b), fosso de Ficalho (Soares, 1996), fossos de Moreiros 2 (Valera, Becker e Boaventura, 2013) e Jurumenha 1 (Mataloto e Boaventura, 2009), num total de 12 amostras do interior de fossos datadas. Os intervalos a 2σ destas datações concentram-se claramente entre 3400 e 2900 cal AC (Figura 1), com o fosso de Jurumenha, fossos 12 e base do 6 dos Perdigões e Ficalho totalmente enquadrados entre 3400 e 3000 cal AC, enquanto as amostras do topo do fosso 6 e fosso 5 dos Perdigões, do fosso 1 do Porto Torrão e de Moreiros 2 apontam para os finais do 4º / inícios do 3º milénio AC.

Nesta fase, a configuração dos recintos revela variações em torno da planta ovalada ou em segmento de círculo, de tendência concêntrica quando existe mais que um recinto (caso dos Perdigões, Águas Frias ou de Moreiros 2), mas temos que ter em consideração

que apenas temos uma percepção da tendência geral dos planos para os recintos dos Perdigões, para Águas Frias, Moreiros 2 e Torrão. Afirma-se igualmente, quando é possível de observar troços alongados, uma tendência para a planimetria sinuosa ondulada dos fossos, seja ela mais regular ou mais irregular. Este tipo de sinuosidade ocorre nos fossos de Jurumenha 1, Águas Frias, Fareleira 3, Moreiros 2 e Ponte da Azambuja, estando contudo ausente nos fossos até ao momento datados do Neolítico Final nos Perdigões e no Torrão. Verifica-se ainda uma tendência para um número reduzido de fossos por sítio. De facto, em todos os recintos de fossos já atribuíveis ao Neolítico Final, apenas nos Perdigões, Moreiros 2, Águas Frias e na Ponte da Azambuja se identificou mais do que um fosso: na Ponte da Azambuja com dois fossos (Rodrigues, 2008); nos Perdigões temos um recinto central definido pelos fossos 6, 5 e 12 (que poderão corresponder inicialmente a uma situação de um fosso com implantação de uma dupla paliçada pelo interior, posteriormente alterada) e um segundo mais amplo, definido pelo fosso 8, em Moreiros 2 temos os dois fossos interiores genericamente concêntricos (não tendo a noção da cronologia dos restantes) e em Águas Frias 3 fossos também tendencialmente concêntricos. Nos casos publicados, verifica-se que são fossos de médio tamanho, quase nunca ultrapassando os três metros de largura na boca ou os dois metros de profundidade (a excepção é o fosso 1 do Porto Torrão, com 3,5x3m), com perfis em "V" ou trapezoidais. As áreas abrangidas são também relativamente restritas. Dos recintos definidos por fossos atribuíveis ao Neolítico Final e com plantas gerais perceptíveis, apenas o fosso 8 dos Perdigões ultrapassa um hectare (1,3ha), estando todos os outros abaixo (Valera, 2013a).

3.3. Calcolítico

Tendo em conta a informação actualmente disponível, com o Calcolítico este tipo de recintos parece conhecer uma expansão significativa, quer com o aumento do número de sítios referenciados, quer com o aumento das suas dimensões e níveis de complexidade estrutural e de organização espacial. Actualmente, entre os 54 recintos contabilizados, mais de metade apresentam ocupações Calcolíticas (exclusivas ou não), sendo que alguns traduzem o crescimento e a complexificação de contextos com origem no Neolítico Final, de que Perdigões e Porto Torrão são as principais evidências de momento.

Para os contextos calcolíticos temos, de acordo com os critérios de selecção acima referidos, 22 datas distribuídas por seis sítios: Perdigões é uma vez mais o que apresenta o conjunto mais alargado com 12 datações (Valera, Silva e Márquez Romero, no prelo), seguido do Porto Torrão (Valera, 2013b) e da Bela Vista 5 com 3 datações e da Horta do Albardão 3 (Santos *et al*, 2009), Outeiro Alto 2 (Valera, Filipe e Cabaço, 2013), Torre do Esporão (Gonçalves, 1990/91) e Barca/Forca (Valera e Rebuge, 2008) com 1 cada (Tabela 1).

A distribuição dos intervalos destas datações faz-se ao longo do 3º milénio, essencialmente a partir do 2º quartel (Figura 1), estabelecendo uma clara demarcação relativamente aos contextos do Neolítico Final em torno a 2900 AC. Este momento de demarcação observável nos recintos alentejanos tem vindo genericamente a ser evidenciado em contextos funerários e noutros contextos abertos ou amuralhados.

Nesta distribuição ao longo do 3º milénio, reconhecemos a construção e enchimento de fossos no segundo quartel e meados do milénio (como nos indicam a datações dos fossos 3 e 4 dos Perdigões e eventualmente a Torre do Esporão). Porém, a construção e funcionamento destas estruturas prolonga-se por toda a segunda metade do 3º milénio. O intervalo da datação para o Outeiro Alto 2 cai integralmente no 3º quartel, enquanto a sequência de datações obtidas para o fosso 1 dos Perdigões (Márquez Romero *et alli*, 2013) revela que o mesmo terá tido o seu processo de colmatação inicial de origem antrópica no 3º quartel, mas que o mesmo se prolongaria, após um eventual episódio de re-escavação parcial, pelo último quartel do milénio, prolongamento que é igualmente sugerido pelas datações do fosso 2 do Porto Torrão (Valera, 2012a, 2013b). Para o sítio da Barca/Forca, na periferia do Porto, foi obtida uma datação de luminescência B-OSL para a base de um fosso, com o resultado de 2424-2228 AC (Valera e Rebuge, 2008), sugerindo que o início de colmatação se terá iniciado nesse mesmo 3º quartel. Já a datação para a Horta do Albardão 3 e a datação do fosso 2 de Bela Vista 5 documentam o começo dos enchimentos em torno à transição 3º/4º quartel do 3º milénio, enquanto que as duas datações existentes para o fosso 1 de Bela Vista 5 (compatíveis com a datação da fossa funerária que integra, mas que aqui não foi utilizada) colocam-no claramente no 4º quartel do 3º milénio AC.

Assim, os dados já disponíveis revelam-nos que fos-

sos e recintos de fossos são usados, e inclusivamente construídos (como Bela Vista 5 bem documenta), até ao final do Calcolítico / transição para a Idade do Bronze, contrariando a ideia que este seria um fenómeno que sucumbiria ao advento do campaniforme. Pelo contrário, convive com ele e alguns dos grandes recintos (como Perdigões ou Porto Torrão) parecem atingir o seu apogeu precisamente a partir de meados do 3º milénio e ao longo do seu 3º quartel. Neste contexto, o recinto de Bela vista 5 revela uma situação particularmente interessante, ao apresentar um enterramento "Ferradeira" num interior de um duplo recinto, com datações que colocam estes contextos nos últimos duzentos e cinquenta anos do milénio. Trata-se, aparentemente, do recurso a uma forma arquitectónica e de organização do espaço tradicional num contexto de profunda transformação social expressa pela sepultura individual, eventualmente configurando um recurso à tradição como factor de legitimação e enquadramento da mudança.

Durante o 3º milénio, o número de recintos parece aumentar significativamente, mas também tendem a aumentar as suas áreas (embora se continuem a construir pequenos, como o Outeiro Alto 2). Entre os que têm plantas perceptíveis atingem-se valores de 17ha na Salvada, 16ha nos Perdigões ou 8ha no Monte das Cabeceiras (Valera e Pereiro, neste volume), mas percebe-se que no Porto Torrão ou mesmo em Alcalar haverá áreas maiores. Por outro lado, constroem-se agora fossos que podem atingir grandes dimensões (par de outros mais pequenos), com larguras que rondam ou ultrapassam a dezena de metros – cerca de 9 no fosso 1 dos Perdigões – e profundidades que podem ultrapassar a meia dezena de metros – caso do Porto Torrão. A relação com as práticas funerárias torna-se mais evidente, com fenómenos de necropolização periférica ou integrada pelos recintos (nomeadamente nos que atingem maiores dimensões), assim como práticas complexas e diversificadas de manipulação de restos humanos e animais e de deposições estruturadas. No caso de Bela Vista 5 pode mesmo falar-se de um provável recinto funerário. A fundamentação cosmológica de muitos destes recintos torna-se igualmente mais visível, quer na escolha das topografias quer nas orientações, sendo vários os casos que revelam uma condicionante relacionada com Este, nomeadamente com solstícios (Perdigões, Xancra, Santa Vitória, Outeiro Alto 2, Bela Vista 5) e desenhos sinuosos muito padronizados. Em suma, durante o 3º milénio, os recintos de fossos parecem diversificar-se em dimensões, desenhos, localizações, complexidade de estruturas e de práticas sociais.

É a transição para o 2º milénio AC que, hoje, parece marcar o limite da construção de recintos de fossos de tradição neolítica em Portugal. Não que alguns não revelem prolongamentos de ocupações ou reocupações (ainda muito mal caracterizadas e compreendidas). Mas, de momento, não temos notícia da construção de raiz de nenhum recinto deste tipo (ou mesmo de fossos mais antigos ainda em uso ou em colmatação) após a transição para o novo milénio.

4. CONCLUINDO

A investigação orientada para as problemáticas específicas dos recintos de fossos é ainda recente em Portugal (sobretudo numa comparação com a Europa central e do norte), o que em parte se explica pelo ainda mais recente eclodir da real expressão destes sítios em território nacional (Valera, 2013a). A percepção que sobre eles se tinha está a alterar-se, mas ainda com uma natural fragilidade de dados, que se traduz num número ainda reduzido de sítios bem datados.

A investigação que no NIA se tem vindo a realizar relativamente aos recintos de fossos portugueses (nos Perdigões em colaboração com outras instituições) permitiu, nos últimos anos, a obtenção de um conjunto significativo de datações (29 das 36 aqui utilizadas), as quais se distribuem por 7 dos 11 sítios que actualmente tem cronologias absolutas. Este trabalho, aproveitando intervenções de emergência conjugadas com projectos de investigação fundamental, permite destacar as estruturas de fossos (associadas ou não a paliçadas) e dos recintos com elas definidos como um fenómeno arquitectónico intrínseco ao desenvolvimento e afirmação dos modos de vida neolíticos e calcolíticos no Ocidente peninsular, que mais não faz do que expressar, de uma forma particular e regionalizada, uma tendência de escala continental.

O aparecimento em Portugal de estruturas tipo fosso está agora referenciado nas etapas mais recuadas do Neolítico, ainda que aí possam assumir uma natureza distinta das que se manifestarão a partir do Neolítico Final, eventualmente traduzindo uma situação paralelizável com a que se regista na Europa central, onde estão bem documentados distintas fases de construção de recintos de fossos. De fac-

to, algum tempo depois de meados 4º milénio AC começamos a assistir a uma proliferação (ainda circunscrita ao interior alentejano) que revela que este tipo de contextos se torna central na organização social destas comunidades, nas suas formas de organizarem e experienciarem as suas paisagens, como uma expressão arquitectónica (no sentido mais holístico do termo) que incorpora em si "o espírito dos tempos".

Ao longo do 3º milénio o seu papel social parece crescer, tal como o tamanho, a complexidade, o apuramento de design e o diálogo com a paisagem que muitos evidenciam. Alguns crescem para atingirem dimensões há umas décadas insuspeitas, transformando-se em contextos extraordinariamente complexos de captar e entender com qualquer simplismo ou linearidade teórica, seja ela de que pendor for. O seu ocaso, aparentemente rápido e generalizado no fim do 3º AC, é igualmente revelador do carácter estruturante destes contextos na forma como se organiza a maneira neolítica de estar no mundo (da qual grande parte do que chamamos Calcolítico é pura extensão – Valera, 2012a), pois parecem desaparecer com ela.

Estas são as linhas de força relativas a este tipo de contextos que, de momento, extraio da informação cronológica disponível, e cujo carácter sintético é correlativo dos constrangimentos deste espaço de publicação. Veremos o que o futuro próximo nos trás, pois, se o ritmo de descoberta e investigação resistir aos "atritos" da actualidade, o PREC dos recintos de fossos ainda não terminou em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BERNABEU AUBAN, J.; OROZCO KÖHLER, T.; DÍEZ CASTILLO, A.; GÓMEZ PUNCHE, M. e MOLINA HERNANDEZ, F. (2003). Mas D'Is (Penàguila, Alicante): aldeãs y recintos monumentales del Neolítico Inicial en el Valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria*. 60. nº2. p.39-59.

BOAVENTURA, Rui (2006). Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.9. nº2. Lisboa. IPA. 61-73.

CALADO, Manuel e ROCHA, Leonor (2007). As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. (Cerrillo Cuenca, Enrique; Aladés Sierra, Juan Manuel, eds.) *Los primeros campesinos de La Raya: aportaciones recientes al conocimiento del Neolitico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo*. Cáceres. Museo. p. 29–46.

FIGUEIREDO, Margarida (2013). Fareleira 3 ditched enclosure. *http://portugueseenclosures.blogspot.pt*, entrada 153 (05/ 02/2013).

FLORS, Enric (2009). *Torre la Sal (Ribera de Cabanes, Castellón). Evolución del paisage antrópico desde la prehistoria hasta el medioevo*. Monografias de Prehistória i Arqueologia Castellonenques. 8.

GONÇALVES, V.S. (1990/91). Tesp.3: o povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. NS. XI-XII. Porto. p.51-72.

LAGO, M. e ALBERGARIA, J. (2001). O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. 4. Lisboa. Era Arqueologia / Colibri. p.39-62.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. e SUÁREZ PADILLA, J. (2013). Dataciones absolutas para el fosso 1de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Reflexiones sobre su cronologia y temporalidad. *SPAL*. 22. p.17-27.

MATALOTO, R. e BOAVENTURA, R. (2009). Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 2, Lisboa. p.31-77.

MATALOTO, Rui e COSTEIRA, Catarina (2008). O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11:2. IPA. Lisboa. p.5-27.

RODRIGUES, Filipa (2008). O recinto de fossos da ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 2. Lisboa. NIA. p. 49–56.

ROJO GUERRA, M.A., KUNST, M., GARRIDO PENA, R., MARTÍNEZ-DE-LAGRÁN e MORÁN DAUCHEZ, G. (2008). *Paisajes de la memoria: asentamientos del Neolitico Antiguo en el Valle de Ambrona (Soria, España)*. Valladolid. Universidad de Vallodalid.

SANTOS, F., SOARES, A., RODRIGUES, Z., QUEIROZ, VALÉRIO, P. e ARAÚJO, M.F. (2009). Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-História Recente, com fossos e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora). Revista Portguesa de Arqueologia. 12:1. Lisboa. p.53-71.

SOARES, A. Monge (1996). Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*. 5. Aljustrel. p.51-58.

VALERA, A.C. (2012a). Mind the gap": Neolithic and Chalcolithic enclosures of South Portugal, (Alex Gibson ed.) *Enclosing the Neolithic. Recent studies in Britain and Europe*. BAR. p.165-183.

VALERA, A.C. (2012b). Ídolos almerienses" provenientes de contextos Neolíticos do complexo de recintos dos Perdigões. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 8. Lisboa. NIA. p.19-28.

VALERA, A.C. (2013a). Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Almadan*. 18. CAA.

VALERA, A.C. (2013b). Cronologia absoluta dos fossos 1 e 2 do Porto Torrão e o problema da datação de estruturas negativas "tipo fosso". *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa. NIA. p.7-11.

VALERA, A.C., BECKER, H. e BOAVENTURA, R. (2013). Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisb. NIA.

VALERA, A.C., FILIPE, V. e CABAÇO, N. (2013). O recinto de fosso do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 9. Lisboa. NIA. p.13-23.

VALERA, A.C. e PEREIRO, T. Do (neste volume). Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospecção sistemática. *Actas do 1º Congresso da AAP*.

VALERA, A.C. e REBUGE, J. (2008). Datação B-OSL para o fosso 1 do sítio calcolítico da Forca (Maia). *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 1. NIA. p.11-12.

VALERA, A. C. e SILVA, A. M. (2011). Datações de radiocarbono para os Perdigões (1): contextos com restos humanos nos Sectores I e Q". *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 7. Lisboa. NIA. p.7-14.

VALERA, A.C., SILVA, A.M. e MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (no prelo). The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of structures and practices. paper presented to the VI EASP, (2012).

ZILHÃO, João (2001). Radiocarbon evidence for maritime pionner colonization at the origins of farming in west Mediterranean Europe, *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98 p.14180-14185.

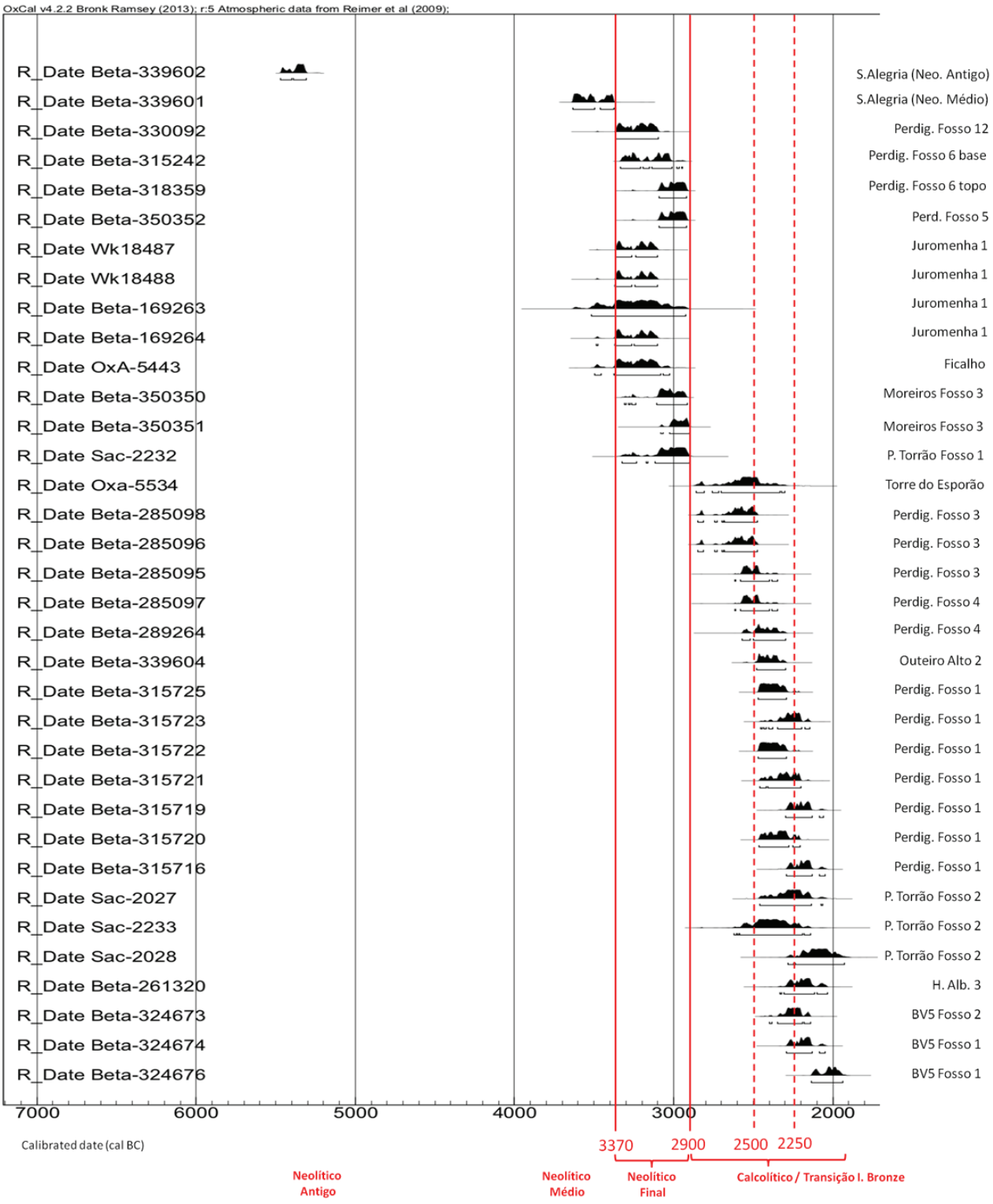


Figura 1 – Distribuição de datas calibradas com recurso ao programa OxCal versão 4.2, fazendo uso da curva de calibração IntCal09 (Ramsey 2013), anotada.

NOVOS RECINTOS DE FOSSOS NO SUL DE PORTUGAL: O GOOGLE EARTH COMO FERRAMENTA DE PROSPECÇÃO SISTEMÁTICA

António Carlos Valera / NIA – Era Arqueologia / antoniovalera@era-arqueologia.pt
Tiago do Pereiro / NIA – Era Arqueologia

RESUMO
O recurso sistemático ao Google Earth e outras imagens aéreas como ferramenta de prospecção com vista à identificação de recintos de fossos da Pré-História Recente tem permitido o aumento significativo do número de contextos deste tipo no interior alentejano, contribuindo decisivamente para uma imagem mais adequada da sua real expressão nesta área da Península Ibérica. Neste texto apresentam-se os procedimentos e os resultados preliminares de uma nova fase do projecto, nomeadamente de 12 novos contextos inéditos na região datáveis dos 4º e 3º milénios a.C..

ABSTRACT
The systematic use of Google Earth and other aerial images as tools of prospection aiming the detection of Recent Prehistory ditched enclosures has been increasing the numbers of this kind of contexts known in Alentejo's hinterland, being a major contribution for a more real and adequate image of their expression. In this paper we present the followed procedures and the preliminary results of the new phase of the project, namely 12 new contexts in the region dated from the 4th and 3rd millennium BC.

1. INTRODUÇÃO

No contexto de um projecto de investigação do NIA (dirigido pelo primeiro signatário e que decorreu em 2010 e 2011) sobre recintos de fossos da Pré-História Recente e fundamentação astronómica das suas arquitecturas ficaram patentes as potencialidades de utilização do Goggle Earth para a identificação deste tipo de contextos, como demonstraram os recintos de Xancra (Valera e Becker, 2011) e Monte do Olival 1 (Becker, Valera e Castanheira, 2012) sujeitos a posterior prospecção geofísica (Figura 2).
Este projecto foi recentemente renovado e no seu âmbito temos recorrido ao Google Earth como ferramenta para a realizar uma prospecção sistemática do sul de Portugal, com resultados consideravelmente satisfatórios, permitido aumentar significativamente o número de recintos conhecidos (Figura 1). Os resultados que têm vindo a ser obtidos têm profundo impacto nas problemáticas directamente relacionadas com a investigação das comunidades do 4º e 3º milénios AC no interior alentejano, alterando significativamente a "paisagem arqueológica", assim como nas questões relativas à gestão patrimonial e territorial (Figura 1).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é iniciada no Google Earth seguindo interflúvios entre linhas de água relevantes, centrando-se em áreas desarborizadas e de relevo mais suave. Estando disponível na ferramenta um histórico de imagens de diferentes anos (entre 2003 e 2012) e tiradas em diferentes épocas do ano, a "prospecção" é dominantemente feita com imagens de 2006, captadas em Outubro, após as colheitas, quando os campos se apresentam mais limpos e muitos já lavrados. Sempre que um possível recinto é detectado, procura-se confirmar a sua presença, primeiro em imagens de outros anos disponíveis

no histórico do Google Earth, depois em fotografias aéreas de 1995 no site do Centro Nacional de Informação Geográfica e, finalmente, nas imagens disponíveis no Bing Maps. A circunstância de elementos identificados poderem surgir em imagens de diferentes anos, nomeadamente nas de 1995 e em uma ou mais da última década, tem-se revelado como um factor que reforça a probabilidade de a identificação ser correcta.

As localizações são depois confrontadas com a informação geológica existente (à escala disponível). Por último, é realizada uma prospecção directa no terreno, procurando caracterizar a implantação topográfica, o substrato geológico concreto e identificar materiais à superfície que confirmem uma ocupação pré-histórica do local.

Os sítios que o permitirem serão, mais tarde, integrados num programa de prospecções geofísicas, de modo a obter as suas plantas de forma o mais integral possível, tal como se procedeu com Xancra, Monte do Olival 1 ou Moreiros 2 (Figura 2).

3. RESULTADOS PRELIMINARES

Iniciada no final de 2012, esta reedição do projecto produziu resultados consideravelmente satisfatórios, que têm permitido aumentar significativamente o número de recintos conhecidos. Entre Dezembro de 2012 e Março de 2013 foram identificados 17 possíveis novos recintos de fossos, dos quais 12 foram já confirmados no terreno (Tabela 1). Há data da elaboração deste texto (Junho de 2013) estão já referenciados e confirmados 54 contextos com fossos em Portugal. A grande maioria está concentrada no interior Alentejano, mas este tipo de estruturas vai progressivamente sendo identificado noutras zonas do país, sugerindo que a sua expressão poderá ser mais ampla do que a actual cartografia sugere.

Tabela 1 – Novos recintos detectados no Google Earth e já confirmados no terreno.

Designação de Sítio	Freguesia	Concelho	Distrito
Salvada	Salvada	Beja	Beja
Charneca	Monte do Trigo	Portel	Évora
Montoito	Redondo	Redondo	Évora
Monte das Cabeceiras 2	Cabeça Gorda	Beja	Beja
Monte da Contenda	Assunção	Arroches	Portalegre
Folha do Ouro 1	A do Pinto	Serpa	Beja
Borralhos	Aldeia Nova de São Bento	Serpa	Beja
Herdade da Corte	Vale de Vargo	Serpa	Beja
Figueira	Santa Clara do Louredo	Beja	Beja
Nobre 2	Beja	Beja	Beja
Lobeira de Cima	Beja	Beja	Beja
Barreiros	São Matias	Beja	Beja

A maioria nos novos sítios já confirmados localiza-se no distrito de Beja (nove), sendo os restantes nos distritos de Évora (2) e Portalegre (1). A sua dimensão, morfologia, complexidade e implantação topográfica é bastante variável.

Três correspondem a recintos de grandes dimensões: Salvada, Monte das Cabeceiras e Herdade da Corte. Salvada e Monte das Cabeceiras 2 são muito semelhantes, quer em desenho quer em implantação topográfica. A conjugação de imagens de diferentes anos permite obter plantas relativamente completas (pelo menos para os recintos mais exteriores) nestes dois sítios (Figura 3), possibilitando desde já uma série de considerações. Ambos apresentam vários recintos genericamente concêntricos (pelo menos 4 na Salvada e 6 no Monte das Cabeceiras), com uma área máxima de cerca 17ha o primeiro e 8,2ha o segundo. São, pois, recintos de médias dimensões, a Salvada de dimensões semelhantes às dos Perdigões e o Monte das Cabeceiras com cerca de metade dessas mesmas áreas. Ambos se localizam em topografias aplanadas, mas sendo cortados longitudinalmente por linhas de água bem encaixadas, que os cortam a 2/3, deixando o centro de um dos lados (a Oeste na Salvada; a Este no Monte das Cabeceiras). Estes centros são definidos pelo menos por dois re-

cintos. Já os recintos exteriores são, em ambos os sítios, constituídos por dois fossos: um exterior linear e um interior com sequências de lóbulos, muito padronizados na Salvada, mas possivelmente também no Monte das Cabeceiras.

As prospecções de superfície na Salvada, especialmente na área central, revelaram a presença de grande quantidade de materiais, com cerâmicas (grande preponderância de pratos, mas presença também de taças carenadas e globulares mamilados), abundante pedra polida, lâminas, elementos de mó, pesos de tear e um ídolo em mármore. Já o Monte das Cabeceiras, que já foi sujeito a trabalhos arqueológicos no âmbito da rede de rega da Edia (o que permitiu confirmar a existência dos fossos visíveis na imagem de satélite), revela igualmente uma preponderância de pratos, alguma cerâmica decorada (não campaniforme), fragmentos de peças idoliformes em cerâmica, elementos de moagem, lâminas e um recipiente em calcário (Figura 3).

Ambos apresentam claramente cronologias integráveis no Calcolítico pleno regional (sendo possível também a sua origem num momento ainda neolítico, como acontece com os Perdigões), mas em nenhum se identificaram materiais claramente atribuíveis a um momento final deste período. Tudo indica, pois, que terão sido em grande medida contemporâneos, distando apenas 3,5km entre si. Este facto, face às dimensões destes dois sítios, revela-se de extrema importância, pois poderá fazer rever alguns dos pressupostos com que se abordam as questões de povoamento nesta região.

Já a Herdade da Corte (Figura 4: 7) parece revelar a existência de dois recintos distintos: um de maiores dimensões, atravessado a meio por uma ribeira e definido por três linhas de fossos lineares e paralelos, de planta elipsoidal; outro de tendência mais circular, descentrado do anterior e ocupando um dos seus lados mais elevados, com duas linhas de duplo fosso, sendo alguns sinuosos. O facto de não ser possível ter uma visão da globalidade destes recintos impede, para já, determinar os seus tamanhos e configurações integrais, mas o primeiro (três fossos lineares) parece ser de dimensões semelhantes às da Salvada e Perdigões). Os materiais recolhidos à superfície (cerâmicas, pedra polida) apontam para uma cronologia Calcolítica.

Os restantes sítios são de menores dimensões, com áreas globais não superiores a dois hectares. Todos apresentam plantas tendencialmente circulares, com dois ou mais recintos (concêntricos), sendo a única excepção Magoito. Este sítio, localizado numa área aplanada sobranceira a uma ribeira, apresenta aparentemente fosso único, com uma planta elipsoidal (perfeita). Contudo a SE notam-se duas linhas que tanto poderão corresponder a um segundo fosso com extensões feitas a partir do anterior (Figura 4: 6). Forneceu bastante cerâmica à superfície, dominada por pratos de bordo espessado.

É interessante verificar o aparecimento de vários casos de plantas circulares perfeitas, com vários recintos concêntricos. Neste âmbito, Borralhos (Figura 4: 3) apresenta dois recintos concêntricos, localizando-se numa elevação ampla aplanada e com grande visibilidade sobre a paisagem em todos os quadrantes. A Folha do Ouro 1 (Figura 4: 9) localiza-se numa colina muito suave, tendo o centro não no topo, mas já na vertente virada a Norte. Parece apresentar quatro recintos concêntricos, sendo os dois interiores muito bem perceptíveis. Nobre 2 (Figura 4: 5) revela uma implantação topográfica semelhante, numa pequena e muito suave elevação do terreno, integrada na peneplanície de Beja, apresentando pelo menos três linhas de fossos concêntricos. Os materiais de superfície registados nestes três sítios apontam para cronologias dentro do 3º milénio a.C..

Com plantas tendencialmente circulares, mas traçados eventualmente menos regulares, temos Charneca, Lobeira de Cima, Figueira e Barreiros. Charneca (Figura 4: 4) localiza-se num interflúvio aplanado sem grande destaque na paisagem e apresenta aparentemente três fossos concêntricos de traçado algo sinuoso. Os materiais de superfície já recolhidos sugerem uma cronologia do Neolítico Final. Lobeira de Cima (Figura 4: 8), situa-se numa zona plana, mas relativamente elevada, com boa visibilidade sobre a planície envolvente. Apresenta dois fossos concêntricos, eventualmente de traçado irregular. Forneceu materiais integráveis no Calcolítico. Figueira (Figura 4: 2) situa-se no extremo, igualmente plano, de uma pequena elevação com pouco destaque na paisagem, sobranceira a uma ribeira. Apresenta pelo menos dois fossos concêntricos, eventualmente sinuosos. Forneceu materiais cerâmicos (presença de pratos de bordo espessado) e elementos de moagem.

Finalmente, o Monte da Contenda (Figura 4: 1) localiza-se numa pequena elevação, aplanada mas inclinada a sul. O sítio apresenta pelo menos três linhas de fossos, para os quais é bem perceptível um

traçado sinuoso, muito possivelmente constituído por lóbulos regulares à imagem de Xancra, Santa Vitória (do qual dista apenas 4,5km) ou Outeiro Alto. Cortado num extremo por um caminho rural, forneceu bastante cerâmica (pratos de bordo espessado, globulares), elementos de moagem e fauna, revelando uma cronologia calcolítica.

4. CONCLUINDO

Esta abordagem aos recintos de fossos da Pré-História Recente do Sul de Portugal não só tem permitido ao aumento significativo do número de contextos conhecidos, como tem vindo a demonstrar a diversidade e complexidade que os caracteriza. A imagem de densidade que está a ser construída gera uma nova percepção da natureza da ocupação do espaço no Neolítico e Calcolítico nesta região e obriga a repensar velhos pressupostos com que se abordavam as relações de proximidade e de tamanho entre sítios (ainda que falte, naturalmente, apurar com rigor o espectro cronológico concreto de cada um destes contextos). Por outro lado, este projecto constituiu-se como um valioso auxiliar das estratégias de gestão do património, ao permitir identificar sítios inéditos, verificar como estão a ser afectados por reconversões agrícolas que não são sujeitas a estudos de impacto ambiental e minimizar o impacto de alguns projectos em curso. Nesta última situação, destaque para a Salvada, sítio que seria atravessado pela rede de rega de Alqueva, mas que ao ser identificado no Google Earth possibilitou a alteração do projecto de forma a não ser afectado.
Trata-se, pois, de um trabalho consequente, cujos resultados preliminares são extraordinariamente relevantes, contribuindo significativamente para o conhecimento deste tipo de contextos da Pré-História Recente do sul de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, H; VALERA, A.C. e CASTANHEIRA, P. (2012). Monte do Olival 1 (Ferreira do Alentejo, Beja): magnetometria de césio num recinto de fossos do 3º milénio AC. *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 8. Lisboa, Nia-Era, pp11-17.

VALERA, A.C. e BECKER, H. (2011). Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospecção geofísica em Xancra (Cuba, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património. 7.* Lisboa. NIA-ERA Arqueologia. pp.23-32.

VALERA, A.C. e BECKER, H. (no prelo), Arqueoastronomia, geofísica e recintos de fossos e recintos de fossos da Pré-História Recente no Sul de Portugal. *Actas do 9º Encontro de Arqueologia do Algarve.* Silves.

VALERA, António Carlos (2012). Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica". *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.* Município de Almodôvar. pp. 25-38.

VALERA, António Carlos (2013). Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discurso, salvaguarda e divulgação. *Almadan.* 18. CAA.

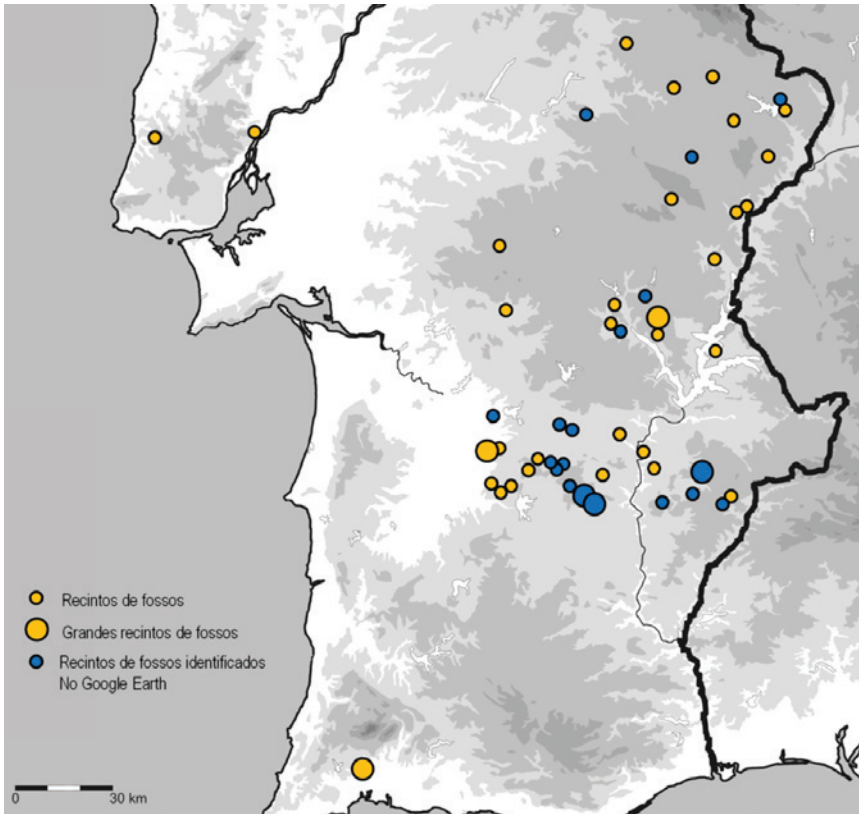


Figura 1 – Recintos de fossos no Sul de Portugal.

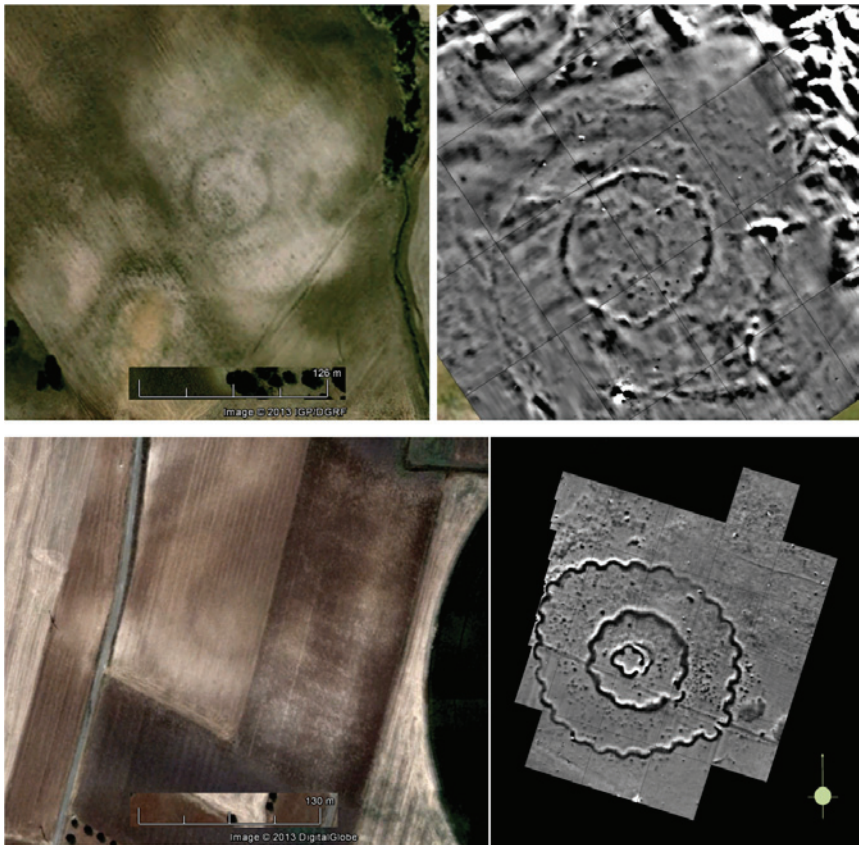


Figura 2 – Monte do Olival 1 (em cima) e de Xancra (em baixo). Imagens Google Earth e magnetogramas.

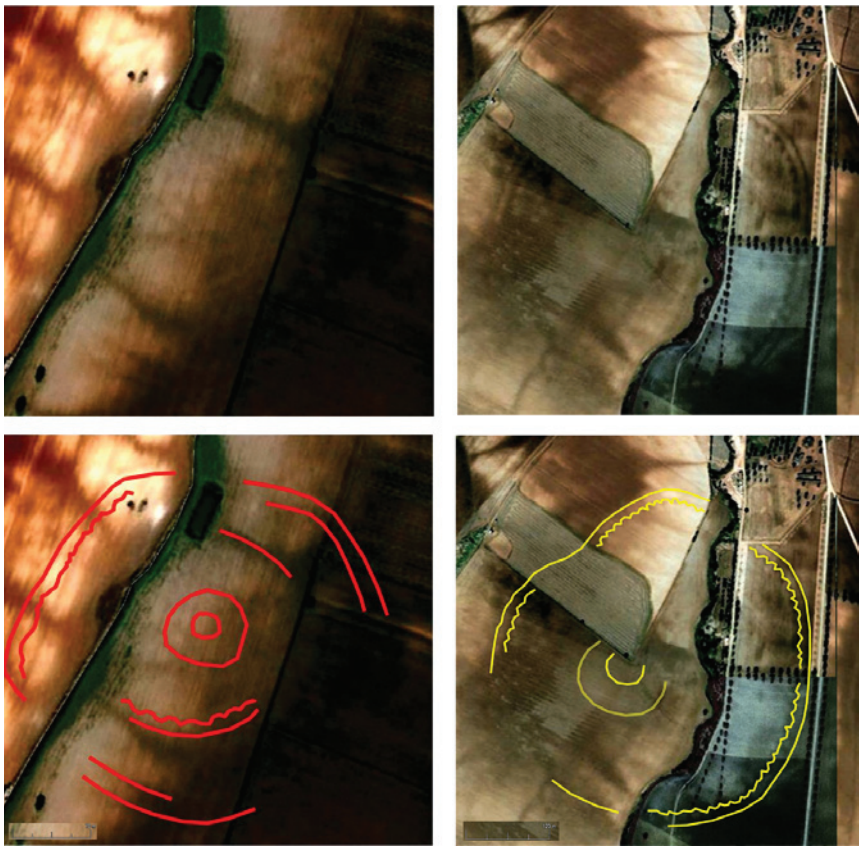


Figura 3 – Esquerda: Monte das Cabeceiras 2 (escala 0-70m) e Salvada (escala 0-123m).

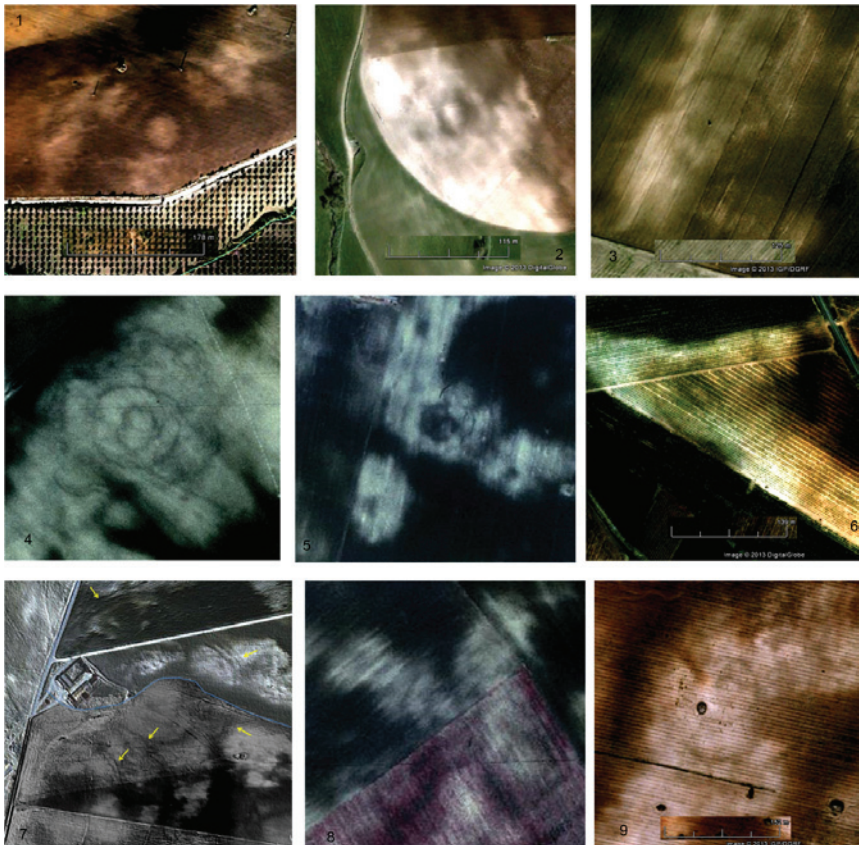


Figura 4 – 1. Monte da Contenda; 2. Figueira; 3. Borralhos; 4. Charneca; 5. Nobre 2; 6. Magoito; 7. Herdade da Corte; 8. Lobeira de Cima; 9. Folha do Ouro 1.

SÍTIOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA RIBEIRA DO ENXOÉ (SERPA): APONTAMENTOS ACERCA DA VARIABILIDADE DAS ESTRUTURAS EM NEGATIVO

Lídia Baptista / Arqueologia & Património Lda., CEAUCP-CAM, FLUP / lidiabap@gmail.com
Sérgio Gomes / Arqueologia & Património Lda.; CEAUCP-CAM / sergioalexandregomes@gmail.com

RESUMO
O presente texto versa sobre os resultados obtidos nos trabalhos realizados pela equipa da Arqueologia & Património Lda. no âmbito da execução do Bloco de Rega de Brinches-Enxoé (Serpa). Os trabalhos incidiram num conjunto de estações localizadas nas margens da Ribeira de Enxoé. Nestas estações foram identificados contextos cujo conhecimento contribui para a discussão da complexidade do "mundo em negativo" da Pré-história Recente do interior alentejano. Com efeito, estas estações apresentam um conjunto diversificado de estruturas em negativo, morfologicamente distintas e com diferentes enchimentos, sendo o objetivo deste texto a apresentação de uma síntese acerca desta variabilidade.

ABSTRACT:
This paper addresses the prehistoric sites dug during the construction of the Bloco de Rega Brinches-Enxoé (Serpa, Beja, Portugal). These sites present several "negative structures" morphologically distinct and presenting different fills. We will present some of the main aspects of this variability, aiming to contribute to the understanding of this "architecture tradition" during the Late Prehistory in Alentejo's hinterland (South Portugal).

0. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito da execução do Bloco de Rega de Brinches-Enxoé, promovidos pela EDIA SA, permitiram a intervenção em 24 sítios de estruturas em negativo de cronologia pré-histórica (figura 1). A análise preliminar destes sítios, que cronologicamente se situam entre o Neolítico Final/Calcolítico e a Idade do Bronze, permitiu constatar uma variabilidade acentuada no que diz respeito à morfologia e aos enchimentos das estruturas (Baptista & Gomes 2012a). Saliente-se que este cenário tem vindo a ser continuamente registado noutras áreas do interior alentejano (Valera & Brazuna, 2011, por exemplo). Assim, se por um lado, o conjunto de intervenções recentemente realizadas nesta região vem consolidando uma imagem de uma "longa tradição arquitetónica" que parece construir um "mundo em negativo" (Valera & *alii*, no prelo), por outro lado, mostra-nos também que a "formalização de tal tradição e de tal mundo" se constitui numa contínua integração de diferenças. Estamos, então, perante uma realidade que nos desafia a um estudo sistemático dos dados de modo a compreender tal variabilidade. Este texto pretende constituir um contributo para essa sistematização; decidimos escreve-lo na forma de "Apontamentos" porque, no atual estado da investigação que desenvolvemos e nos limites que nos foram concedidos para a redação do texto, é o modo possível de partilharmos o que o nosso estudo nos levou a conhecer.

APONTAMENTO 1. SOBRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DOS DADOS

O Bloco de Rega de Brinches-Enxoé localiza-se nas margens da Ribeira do Enxoé. Na área de implanta-

ção do projeto, este afluente da margem esquerda do Guadiana desenvolve-se num vale encaixado de orientação E-W. O relevo da margem Norte apresenta um ondulado mais acidentado onde se desenvolve o Barranco de Grafanes, que desagua na Ribeira do Enxoé. Do lado sul, é de salientar a presença de inúmeras linhas de água, que correm em vales abertos e ladeados por elevações suaves com uma orientação SE-NW. Do ponto de vista geológico, caracteriza-se por uma área de formações bastante heterogéneas, das quais se destacam o complexo gabro-diorito de Cuba e os Porfírios de Baleizão. O substrato local, comummente designado por "caliços", de tons esbranquiçados (por vezes rosados/alaranjados ou acinzentados), é fácil de esculpir.

As áreas de afetação do projeto correspondem, fundamentalmente, à abertura de corredores de valas de implantação de condutas que, na maioria dos casos, apresentam traçados perpendiculares à ribeira do Enxoé. Na margem Sul, tais corredores apresentam traçados mais ou menos paralelos aos afluentes da ribeira. Na margem Norte, o número de corredores é menor (estendendo-se entre as ribeiras do Enxoé e de Grafanes); nesta margem procedeu-se também à construção do Reservatório de Montinhos, permitindo a observação direta do subsolo de uma área correspondente a duas colinas. Comparando as áreas afetadas e os resultados obtidos, devemos ter em conta vários aspetos. O elevado número de estações identificadas na margem Sul, pode ser decorrente do maior volume de trabalhos efetuados. Com efeito, do lado Norte, durante a execução do Bloco de Rega de Brinches (Valera & Brazuna, 2011), a densidade de sítios ganha uma expressividade semelhante à registada na margem Sul. Ou seja, a menor densidade de ocorrências registadas na margem Norte pode, efetivamente, estar associada a um menor número de corredores de obra e, consequentemente, a uma menor possibilidade de observação do subsolo. A este propósito, refira-se que a construção do Reservatório de Montinhos permitiu a identificação de uma estação (Montinhos 6) cuja área de dispersão de estruturas em negativo se estende pelas duas colinas afetadas durante a execução desta construção, ou seja, esta imagem de menor densidade de sítios pode, efetivamente, ser decorrente de uma menor área de afetação do projeto.

Os corredores de obra se, por um lado, proporcionam a avaliação de áreas muito extensas (a partir das quais se pode ter uma imagem da densidade de distribuição dos sítios), por outro lado, limitam a observação em área, levantando uma questão de fundo: na ausência de marcadores espaciais delimitadores (um fosso, por exemplo), quais são os limites destes sítios? Neste momento, para a maioria dos casos, não foram reunidas as condições para responder a esta questão. Porém, os corredores de obra permitiram cartografar zonas de concentração de estruturas em negativo cuja análise articulada pode ir no sentido de explorar a possibilidade de constituírem partes de uma mesma organização do espaço.

Apesar das limitações dos dados obtidos nestes trabalhos, esses mesmos dados contribuíram de modo muito positivo para o conhecimento das dinâmicas de ocupação do espaço durante a Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular (Valera & *alii* no prelo, por exemplo), lançando elementos que permitem, por exemplo, compreender o modo como esta região se articula com o Sudeste Peninsular (Alves & *alii*, 2010). Estes dados possibilitam, então, uma problematização que, centrada numa escala de análise supra-regional, contribui para edificar uma sequência de continuidades e descontinuidades culturais durante a Pré-história Recente. Em articulação com esta escala de análise mais ampla, podemos também explorar a análise contextual das estruturas que, como veremos, nos remete para um conjunto diversificado e entrelaçado de práticas em associação com esta tradição arquitetónica.

APONTAMENTO 2. MORFOLOGIA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESTRUTURAS

O conjunto das estruturas em negativo identificado pauta-se por uma grande variabilidade morfológica, cuja sistematização passa por um exercício de tipificação que excede os objetivos deste texto. Deste modo, optamos por considerar categorias morfológicas muito abrangentes que nos permitem traçar, provisoriamente, uma cartografia das questões que podem ser colocadas ao modo como tais estruturas participam na delimitação/especificação do espaço. Essas categorias são as seguintes: "fossas"; estruturas de planta em forma de "osso"; estruturas de planta sub-retangular; hipogeus; valados (figura 2).

As "fossas" correspondem à categoria mais frequente, tendo-se registado a sua ocorrência em quase todas as intervenções efetuadas. O elevado número de estruturas é acompanhado de uma acentuada variabilidade formal. Com efeito, esta categoria aglutina

estruturas de formas e dimensões consideravelmente diferentes. Em termos espaciais, estas estruturas tanto ocorrem, aparentemente, isoladas, como em núcleos, sem uma estruturação aparente. Salienta-se que, como já referimos, a análise da distribuição espacial das estruturas se encontra condicionada pela área de observação possibilitada pelo corredor de obra. Mas acrescentemos mais uma dificuldade. Como veremos no próximo "apontamento", a análise da cronologia das estruturas remete para uma longa ocupação dessas áreas de concentrações de estruturas, dificultando, assim, a análise da sua distribuição espacial, nomeadamente no caso de estruturas para as quais não temos elementos datantes.

As estruturas de planta em forma de "osso" e as estruturas de planta sub-retangular não são tão recorrentes como as "fossas". Apresentam também alguma variabilidade morfológica e a análise da sua distribuição espacial apresenta as mesmas condicionantes. Porém, existem três casos, em que estas estruturas se apresentam concentradas e com uma logica de distribuição, que permitem ilustrar as suas possibilidades enquanto elementos estruturadores/delimitadores do espaço. Os dois primeiros casos dizem respeito a duas concentrações de estruturas de planta em forma de "osso" identificadas em Montinhos 6 e Santo Estêvão 1 (Baptista & Gomes, no prelo). Em Montinhos 6, a área de afetação do projeto permitiu a observação da totalidade do conjunto, permitindo constatar que as estruturas se distribuem num conjunto de linhas paralelas que parecem delimitar um espaço de planta poligonal. O terceiro caso diz respeito a um conjunto de estruturas de planta sub-retangular identificado em Horta da Morgadinha. Neste caso, as estruturas apresentam-se também em linhas paralelas que, considerando as relações estratigráficas que as estruturas apresentam entre si, sugerem a construção de "corredores" com um orientação NO-SE, cujos limites desconhecemos por excederem a área intervencionada.

Os hipogeus identificados nestes trabalhos apresentam sempre elementos que permitem a sua associação à Idade do Bronze. Esta categoria morfológica apresenta alguma variabilidade interna, que se traduz tanto na planta da câmara e da antecâmara que, por vezes, aparece associada a uma "fossa pré-existente" (Baptista, Rodrigues & Pinheiro, 2012). No que diz respeito às relações espaciais que estas estruturas estabelecem entre si, registaram-se diferentes cenários: em Montinhos 6, foram identificados catorze hipogeus, dez dos quais se encontravam na colina NE e os restantes na colina SW (na distribuição espacial destes elementos, para além de apresentarem quase todos uma orientação NE-SW, não se registou qualquer lógica de distribuição específica); em Torre Velha 12, os três hipogeus encontram-se afastados entre si, estabelecendo uma relação de proximidade com as "fossas" (Gomes, Baptista & Rodrigues, no prelo); em Maria da Guarda 3, foi identificado um hipogeu, aparentemente, isolado.

Quanto aos "valados", a análise morfológica encontra-se muito comprometida pelas áreas intervencionadas. Com efeito, apenas nos foi possível observar segmentos destas estruturas, a partir dos quais não é possível reconhecer o tipo de delimitação espacial que tais estruturas permitiriam. Apesar destas limitações, os segmentos intervencionados permitem constatar que esta categoria de estruturas também apresenta uma variabilidade formal significativa, podendo corresponder a interfaces verticais de perfil em U com pequenas dimensões (como é o caso dos valados de Horta da Morgadinha e Monte da Laje, por exemplo) ou a interfaces com dimensões maiores, aparentando tratar-se de fossos (como é exemplo o caso da estrutura identificada em Horta da Morgadinha 2).

APONTAMENTO 3. CRONOLOGIA E TEMPORALIDADE

O estudo da cronologia das estruturas encontra-se circunscrito à análise da componente artefactual. Assim, sempre que os conjuntos artefactuais apresentavam elementos datantes, foi possível a sua associação aos seguintes períodos cronológicos: Neolítico Final/Calcolítico; Calcolítico; e Idade do Bronze. A consideração destes períodos cronológicos permite constatar que a maioria dos sítios apresenta contextos articuláveis com os diferentes períodos. Neste sentido, alguns destes sítios correspondem a "áreas de construção" que persistem ao longo de mais de 2000 anos.

Nesta construção do espaço é de salientar que as estruturas de diferentes cronologias não apresentam uma relação direta entre si, isto é, podem situar-se numa mesma área, mas a sua construção não interfere com as construções anteriores. Este aspeto remete para uma apropriação do espaço num tempo longo no qual podemos ver uma lógica de "adição

de estruturas", cuja espacialidade se sobrepõe, sem alterar fisicamente uma lógica espacial anterior. Esta não sobreposição de estruturas de cronologia distinta, neste tempo longo de construção, sugere a existência de uma memória de marcações espaciais anteriores, cuja materialidade é preservada nos sucessivos períodos de construção do espaço. A exceção a esta "regra" é esporádica, tendo sido registada em Torre Velha 12 e Montinhos 6. Em Torre Velha 12, foi registado um conjunto de "fossas" de cronologia Neolítico Final/Calcolítico, que viria a ser cortado durante a construção de "fossas" e hipogeus da Idade do Bronze. Em Montinhos 6, a área de concentração de estruturas de planta em forma de "osso" apresentava várias estruturas que se encontravam cortadas por dois hipogeus da Idade do Bronze, ou seja, a modelação espacial definida pelas estruturas de planta em forma de "osso" dá lugar à construção de dispositivos arquitetónicos diferentes. Nestas duas estações temos casos em que a adição de estruturas, em períodos afastados no tempo, implica a alteração física de uma organização espacial anterior.

APONTAMENTO 4. PRÁTICAS DE INUMAÇÃO

Este Quarto Apontamento é relativo às estruturas que apresentam contextos associáveis a práticas de inumação de cadáveres humanos e animais (figura 3). Tais contextos estão articulados com diferentes períodos cronológicos, ocorrem em estruturas de morfologia distinta e apresentam formalizações também muito diferentes entre si.

As práticas de inumação do Neolítico Final/Calcolítico dizem respeito a três contextos de Horta da Morgadinha 2 (Gomes, Baptista & Oliveira, no prelo). O primeiro contexto é relativo à inumação de dois indivíduos sub-adultos, depositados em decúbito lateral, nos nichos parietais de uma "fossa" de planta sub-circular. Estes nichos, um localizado quase no topo e o outro a meio da parede da "fossa", encontravam-se colmatados por construções pétreas. As inumações não apresentavam qualquer elemento artefactual. O segundo contexto é relativo à inumação de um conjunto de canídeos quase na base do enchimento de uma "fossa". Foram identificados dois cadáveres quase inteiros de canídeos (num deles, o crânio está ausente e no outro não se identificaram as vértebras caudais), o crânio de um outro canídeo e 2 concentrações de ossos. Uma dessas concentrações localizava-se no centro da estrutura, sendo constituída maioritariamente por elementos de ovi-caprideos. A outra concentração diz respeito ao entrelaçamento de partes de animais e blocos pétreos localizada junto da parede Norte da estrutura, nesta concentração foram identificadas partes de canídeos (dois crânios e outras conexões anatómicas) e um membro posterior de bovídeo em conexão. Em associação com este nível registou-se a ocorrência de um elemento malacofauna (*Pectem Maximus*), de um pequeno recipiente inteiro, de uma colher inteira e de um conjunto de fragmentos cerâmicos e elementos líticos. O nível onde ocorrem estes cadáveres encontrava-se coberto por uma sucessão de depósitos argilosos de matriz argilosa; abaixo do nível, encontravam-se depósitos semelhantes, mas com concentrações de blocos pétreos. O terceiro contexto é relativo à inumação de um canídeo. Este cadáver foi inumado sem associação a outros elementos numa "fossa" de planta em 8. A inumação localizava-se quase no topo de um dos módulos da estrutura, numa zona em que as paredes são muito inclinadas. O cadáver encontrava-se encostado à parede Este, tendo sido depositado sobre uma estrutura pétrea, onde estavam apoiados o seu crânio e coxais. Este nível encontrava-se colmatado e assentava em depósitos de matriz argilosa.

No que diz respeito ao período Calcolítico, apenas foi identificado um contexto desta natureza em Santo Estevão 1. Trata-se de uma inumação em "fossa" de dois indivíduos de idade adulta do sexo feminino. A inumação foi efetuada sobre a base da "fossa", encontrando-se um dos indivíduos em decúbito lateral direito e o outro, possivelmente, em posição sentada, voltada para a parede Este da estrutura. O nível relativo aos restos ósseos encontrava-se colmatado por um depósito argiloso. Porém, considerando a dispersão dos elementos ósseos do indivíduo em posição sentada, é provável que os cadáveres estivessem expostos durante algum tempo, sendo a colmatação efetuada num período em que os cadáveres já se encontravam em elevado estado de decomposição. (Tabela 1)

Os contextos de inumação de Idade do Bronze ocorrem em "fossas" e em hipogeus. Quando consideramos a formalização dos níveis de inumação em função destas duas categorias de estruturas, constata-se que os níveis das "fossas" apresentam uma variabilidade formal muito mais acentua-

Tabela 1 – Contextos de inumação da Idade do Bronze. O "h" é relativo a cadáveres humanos e o "a" a cadáveres de animais.

	Maria da Guarda	Laje 2	Horta da Morgadinha	Montinhos 6	Torre Velha 12
"Fossa"	–	h1	a1	h7	h4
Hipogeu	h1	–	h1	h14	h2

da do que a variabilidade dos níveis dos hipogeus (Baptista, Rodrigues & Pinheiro, 2012).

No grupo de hipogeus em questão, os níveis de inumação localizam-se invariavelmente nas câmaras, onde os cadáveres são colocados, individualmente ou em grupo, em decúbito lateral; apresentando também, por vezes, níveis de ossário. Os indivíduos inumados tratam-se, na sua maioria, de adultos. Na maioria dos casos, os cadáveres estavam acompanhados por recipientes cerâmicos, artefactos metálicos e "oferendas cárneas". As câmaras encontravam-se seladas por estruturas pétreas e as ante-câmaras apresentavam-se colmatadas por depósitos de matriz semelhante ao substrato geológico (caliço); estes níveis de colmatação, de um modo geral, não apresentavam elementos artefactuais.

A variabilidade das "fossas" faz-se notar, desde logo, na presença de inumações de animais. Com efeito, ainda que se trate apenas de um caso, numa das "fossas" de Horta da Morgadinha foi identificado, quase no topo do enchimento da estrutura, a inumação de um carnívoro. Porém, a variabilidade é ainda mais notória quando consideramos o lugar que os cadáveres humanos ocupam no interior das estruturas, podendo ocorrer quase no topo, a meio do enchimento, na base da estrutura ou em nichos parietais. Esta variabilidade topográfica é acompanhada de uma variação no modo como são depositados os indivíduos (em decúbito lateral, em decúbito dorsal, em posição sentada, por exemplo). Os indivíduos tanto são sub-adultos como adultos de ambos os sexos, sendo depositados, na sua maioria, individualmente. No que diz respeito às oferendas, a maioria dos níveis de inumação não apresentava elementos deste tipo, tendo-se constatado três exceções a esta regra: duas delas em Montinhos 6, onde uma das "fossas" apresentava um indivíduo em posição sentada que exibia um dormente na zona do ventre e outra em que um indivíduo sub-adulto, inumado em decúbito lateral, apresentava um colar de búzios e uma conta tubular em osso; em Laje 2 foi identificado um nível de inumação de dois indivíduos adultos do sexo feminino em posição de decúbito lateral que apresentavam entre si uma "oferenda cárnea" e um depósito de malacofauna. É de salientar que, este último caso, apresenta um elemento que "evoca" as oferendas identificadas nos hipogeus. Neste sentido, se os contextos de inumação em "fossa" apresentam uma maior variabilidade do que os dos hipogeus, é de salientar que nessa variabilidade parece existir aspetos que sugerem um diálogo entre as práticas em questão.

Para além dos contextos acima mencionados, em Torre Velha 12 foram identificados três contextos de inumação que não permitiram a articulação com um período específico. O primeiro desses contextos trata-se de uma "fossa" onde ocorrem dois níveis de inumação de cadáveres animais; as peças ósseas encontravam-se em mau estado de conservação, porém parecem tratar-se de indivíduos que foram colocados inteiros, correspondendo um deles a um cervídeo. O segundo contexto corresponde a uma mandíbula humana identificada no topo de uma "fossa" que não foi intervencionada. Por último, após a remoção das terras de lavra, foram identificados dois conjuntos de peças ósseas compatíveis com um único indivíduo; a localização destes conjuntos ósseos era coincidente com uma área de concentração de estruturas, porém não foi possível estabelecer a sua associação a nenhuma das estruturas.

APONTAMENTO 5. CONCENTRAÇÕES E NÍVEIS DE MATERIAIS

As sequências de enchimento das "fossas" apresentam diferentes graus de complexidade, sendo que muitas das vezes, tal complexidade surge acompanhada de concentrações ou níveis de diferentes categorias de artefactos (figura 4). Tais contextos ocorrem, com uma frequência distinta, em quase todos os sítios intervencionados estando em articulação com diferentes períodos de ocupação desses sítios. A presença destas concentrações e níveis de materiais remete-nos para práticas de enchimento

que parecem estar em associação a práticas de deposição que se entrelaçam, assim, nas práticas de construção dos enchimentos destas estruturas. Essas práticas de deposição podem aparecer, por sua vez, associadas a práticas de fragmentação de materiais (nomeadamente cerâmicos) e de distribuição de fragmentos, que se entrelaçam também na construção destas estruturas (Baptista, no prelo; Baptista & Gomes, 2012b, por exemplo). No seu conjunto, as várias concentrações e níveis de diferentes categorias materiais remetem para uma "biografia" onde esses materiais são manipulados em diferentes cenários que "culminam" na sua deposição no interior destas estruturas.

Descrever os contextos e problematizar as "biografias" que podem ser analisadas nestes níveis e concentrações de materiais excede o âmbito deste texto. Neste sentido, vejamos apenas uma série de casos que ilustram a complexidade destes contextos. Existem situações em que o nível de materiais pode corresponder a um único recipiente inteiro que é colocado no centro da base de uma estrutura (Torre Velha 12, Estrutura 18), ou então a um conjunto de recipientes inteiros, ou quase inteiros, que se concentram também na zona da base da estrutura (Horta da Morgadinha, Estrutura N.º 11; Horta da Morgadinha 2, Estrutura 10/11). Outra das situações registada, corresponde a um conjunto de fragmentos cerâmicos, ou partes de vasos, concentrados em diferentes partes da estrutura: na base (Horta da Morgadinha 2, Estrutura N.º 36; Montinhos 6, Estrutura 146), no topo do último depósito de enchimento (Montinhos 6, Estrutura 42) ou a meio do enchimento da estrutura (Montinhos 6, Estrutura 120). Por vezes, as estruturas apresentam também diferentes partes do mesmo recipiente distribuído por diferentes depósitos de enchimento (Montinhos 6, Estrutura 34; Vale de Éguas 3, Estrutura 2). A análise dos fragmentos permite constatar que, em alguns casos, é possível estabelecer colagens entre estruturas (Montinhos 6, entre as Estruturas 34 e 42, entre as Estruturas 40 e 42, entre as Estruturas 100 e 120). Para além das situações em que os níveis são polarizados por elementos cerâmicos, existem casos que tais elementos surgem em associação a elementos faunísticos (Montinhos 6, Estrutura 100). Ou, a concentração pode ser exclusivamente constituída por elementos de fauna (Horta da Morgadinha 2, Sondagem 14; Montinhos 6, Estrutura 45 e 172). Uma situação recorrente é a presença de níveis pétreos, que tanto podem ocorrer no topo da estrutura, a meio do enchimento, na base ou apresentarem-se alternados com depósitos argilosos (Montinhos 6, Estrutura 149); frequentemente, estes níveis pétreos apresentam fragmentos de elementos líticos (nomeadamente fragmentos de elementos de moagem). Também existem casos em que os depósitos de enchimento apresentam uma elevada frequência de ocorrência de fragmentos de diferentes categorias, sem que seja possível definir um plano da sua ocorrência.

A falta de sistematização do parágrafo anterior não é decorrente apenas da dificuldade de sintetizar a realidade que se pretende enunciar. Com efeito, esta realidade a que nos referimos é, neste momento do seu estudo, de difícil sistematização. Trata-se de um conjunto de contextos que nos interpela pela sua estranheza e que nos desafia a uma análise de múltiplos aspetos, de modo a tentar encontrar associações, que nos permitam edificar uma ordem para a sua variabilidade. Talvez, com essa análise, consigamos reconhecer algumas das dinâmicas em que se compõem estes níveis e concentrações.

APONTAMENTO 6. APONTAMENTO FINAL

Começamos este texto por referir o extenso conjunto de dados que os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito da execução do Bloco de Rega de Brinches-Enxoé permitiu construir; salientamos, desde logo, o carácter diversificado dos contextos arqueológicos em questão. Nos Apontamentos que aqui partilhamos tentamos sistematizar tal diversidade, ensaiando a sua ordenação em função de aspetos decorrentes da análise morfológica das estruturas, da sua distribuição espacial e da cronologia dos contextos que apresentam. Quando passamos à análise dos enchimentos das estruturas, ficamos face a um conjunto de contextos cuja variabilidade nos desafia a encontrar as ordens dessa variabilidade; a ordem de associação entre os participantes que compõem este "mundo em negativo".

Procurar esta ordem é um percurso longo e laborioso de análise e sistematização. A convicção na necessidade deste percurso é, porém, acompanhada de uma inquietação. Uma inquietação que reconhecemos no modo como Marco Polo descreve o desafio da experiência da linguagem e da tradução em Hispácia das *Cidades Invisíveis* de Italo Calvino (2000 [1990], p. 50): "De todas as mudanças de língua que tem de

enfrentar o viajante em terras longínquas, nenhuma iguala a que os espera na cidade de Hispácia, porque não diz respeito às palavras mas sim às coisas". Na experiência da cidade, vai-se explorando as coisas e compreende-se, por exemplo, que "quando a minha alma não pede outro alimento e estímulo que não seja a música, sei que tenho de procurá-la nos cemitérios: os tocadores escondem-se nos túmulos; de uma cova para a outra correspondem-se trinados de flautas e acordes de harpas" (ibid.). O receio do visitante é o momento da partida porque "sei que não deverei descer ao porto mas sim subir ao pináculo mais alto da fortaleza e esperar que passe um navio lá por cima. Mas passará alguma vez? Não há linguagem sem engano" (ibid.). Talvez. Mas talvez também haja uma cidade sem lugar de chegada e de partida; sem lugar às perguntas que colocamos. O desafio é, então, como fazer emergir a possibilidade dessa diferença através das ordens de associação que conseguirmos registar.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO E.; SERRA, M.; SOARES, A. M. M.; MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa Portugal). O Sudeste no Sudoeste?!. *Zephyrus* LXVI, pp. 133-153.

BAPTISTA, L. (no prelo) – A Idade do Bronze no concelho de Serpa: um primeiro esboço de um conhecimento em construção. A ser publicado nas *Atas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, realizado em 4 a 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros (Badajoz).

BAPTISTA, L.; GOMES, S. (2012a) – *Trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Brinches-Enxoé: Relatório Final Global*. Beja: Arqueologia & Património, Lda.

BAPTISTA, L.; GOMES, S. (2012b) – Vale das Éguas 3 (S. Salvador, Serpa): fragmentação de materiais cerâmicos e enchimento de estruturas. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Novembro de 2010*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 597-604.

BAPTISTA, L.; GOMES, S. (no prelo) – Contributos para o estudo das modalidades de construção do espaço das estruturas de planta em "osso" e sub-retangulares alongadas. A ser publicado nas *Atas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, realizado em 4 a 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros (Badajoz).

BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z.; PINHEIRO, R. (2012) – Espacialidades dos cadáveres em Montinhos 6: contributos para uma compreensão das práticas funerárias da Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, de 2010*. Almodôvar: Município de Almodôvar, pp. 149-170.

CALVINO, I. (2000 [1990]) *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Teorema.

GOMES, S.; BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L. (no prelo) – Práticas de inumação e práticas de construção em Horta da Morgadinha 2 (Salvador, Serpa). A ser publicado nas *Atas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, realizado em 4 a 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros (Badajoz).

GOMES, S.; BAPTISTA, L.; RODRIGUES, Z. (no prelo) – Tradições de inumação durante a Idade do Bronze em Torre Velha 12 (Salvador, Serpa). A ser publicado nas *Atas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, realizado em 4 a 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros (Badajoz).

VALERA, A. C.; BRAZUNA, S. (2011) – *Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Brinches (Fase de Obra): Relatório Final* Global. ERA-Arqueologia

VALERA, A. C.; GODINHO, R.; CALVO, E.; MORO BERRAQUERO, F. J.; FILIPE, V. e SANTOS, H. (no prelo) Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa). In *Actas do IV Colóquio Arqueológico de Alqueva* (Beja, 2010), em linha http://www.academia.edu/953825/_Um_mundo_em_negativo_fossos_fossas_e_hipogeus_entre_o_Neolitico_Final_e_a_Idade_do_Bronze_na_margem_esquerda_do_Guadiana_Brinches_Serpa_

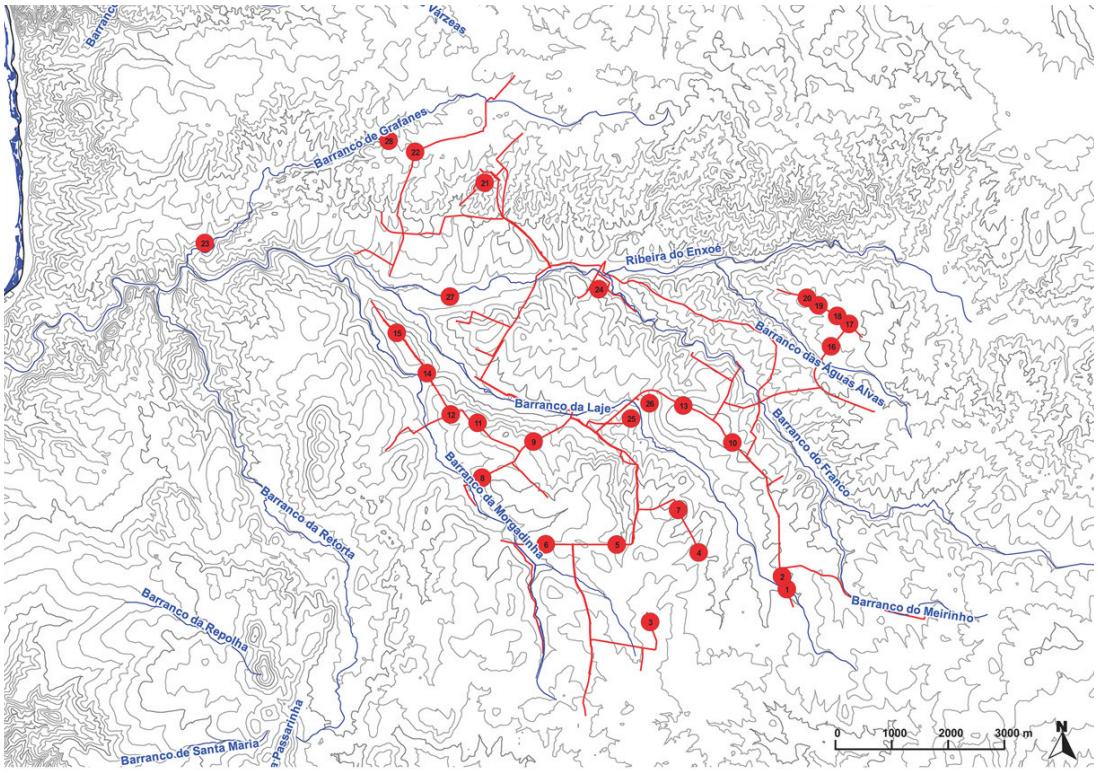


Figura 1 – Mapa de distribuição dos sítios pré-históricos identificados na área do Projeto do Bloco de Rega Brinches-Enxoé: 1 – Folha da Vereda 1; 2 – Meirinho 4; 3 – Vale de Éguas 3; 4 – Monte da Lage; 5 – Maria da Guarda 3; 6 – Cidade das Rosas 4; 7 – Lage 2; 8 – Alcaria 5; 9 – Alcaria 4; 10 – Santo Estevão 1; 11 – Espicharrabo 4; 12 – Horta da Morgadinha 2; 13 – Torre Velha 12; 14 – Horta da Morgadinha 1; 15 – Horta da Morgadinha; 16 – Águas Alvas; 17 – Águas Alvas 1; 18 – Monte da Chilra; 19 – Monte da Chilra 1; 20 – Monte da Chilra 2; 21 – Montinhos 6; 22 – Montinhos 3; 23 – Salsa 3; 24 – Escalfa Cães 1. Outros projetos EDIA: 25 – Torre Velha 3; 26 – Torre Velha 5; 27 – Entre-Águas 5; 28 – Corte do Poço 1.

Figura 2 – Morfologia das estruturas: A – Vale de Éguas 3 – concentração de estruturas de tipo "fossa"; B – Torre Velha 12 – concentração de estruturas de tipo "fossa" e hipogeus; C – Montinhos 6 – concentração de estruturas de planta em "osso"; D – Horta da Morgadinha 2 – valado/fosso de perfil em V (sond. N.º 31/32).

Figura 3 – Práticas de inumação: A – Santo Estevão 1 – nível de inumação humana em "fossa" com 2 indivíduos (um em decúbito lateral e outro em posição sentada) (sond. N.º 7); B – Montinhos 6 – nível de inumação em "fossa" de um indivíduo em posição sentada com um dormente junto ao ventre (sond. N.º 127); C – Montinhos 6 – nível de inumação humana em hipogeu com inumações primárias e ossário (sond. N.º 59); D – Horta da Morgadinha 2 – nível de inumação de animais (maioritariamente canídeos) (sond. N.º 19).

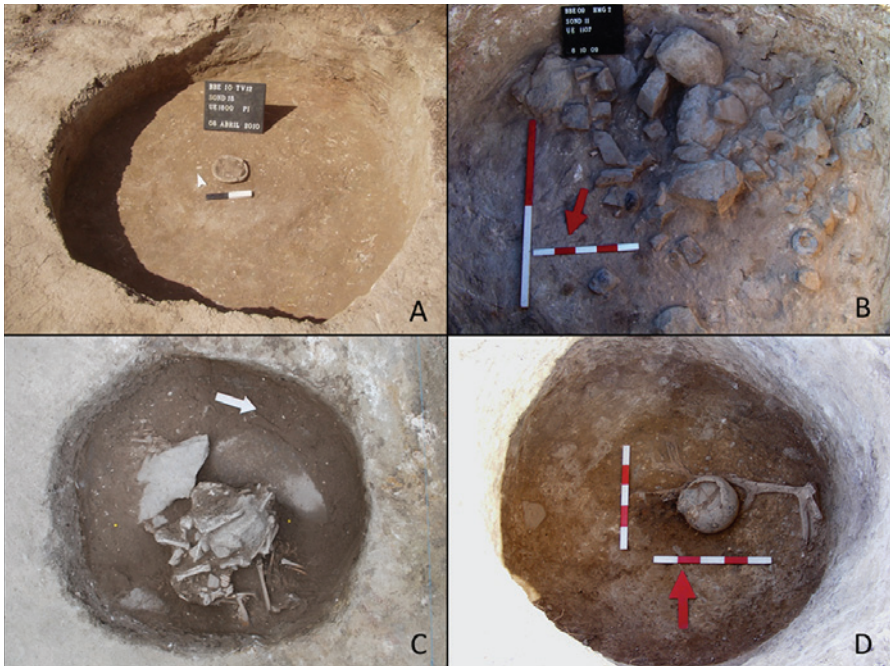


Figura 4 – Concentração de materiais: A – Torre Velha 12 – deposição de um prato no centro de estrutura (sond. N.º 18); B – Horta da Morgadinha 2 – nível de concentração de elementos pétreos e cerâmicos (sond. N.º 11); C – Horta da Morgadinha 2 – nível de elementos faunísticos (sond. N.º 14); D – Montinhos 6 – deposição de um vaso sobre uma haste de veado (sond. N.º 100).

ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO DAS COMUNIDADES DO NEOLÍTICO FINAL E CALCOLÍTICO NO VALE DA RIBEIRA DE ALFUNDÃO (FERREIRA DO ALENTEJO, PORTUGAL)

César Neves / FCT; UNIARQ; AAP / c.augustoneves@gmail.com
Andrea Martins / AAP; UNIARQ / andrea.arte@gmail.com
Marco António Andrade / FCT; UNIARQ / folha-de-acacia@iol.com
Adelaide Pinto / CRIVARQUE, Lda. / adelaide@crivarque.net
Bruno Magalhães / brunommagalhaes@sapo.pt

RESUMO

Ao longo do vale da Ribeira de Alfundão (Ferreira do Alentejo) foram realizadas intervenções arqueológicas de emergência no âmbito do projecto de "Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Alfundão", possibilitando a identificação de ocupações caracterizadas por agrupamentos de estruturas negativas (fossas e "fossos"), cronologicamente enquadradas entre o último quartel do 4º e meados do 3º milénio cal BC. Tentar caracterizar a tipologia funcional dos sítios identificados será um dos objectivos propostos deste trabalho. Neste sentido, procurar-se-á questionar e avaliar a sua singularidade (pequenas ocupações?) ou, por outro lado, uma eventual monumentalidade, em que os "distintos" sítios representarão, afinal, uma ocupação de grandes proporções geográficas e sociais, à imagem do "vizinho" Porto Torrão.

ABSTRACT

In the framework of the project of EDIA, S.A. in Alfundão, several archaeological emergency excavations were conducted along the valley of Ribeira de Alfundão (Ferreira do Alentejo, Portugal), enabling to identify occupations characterized by clusters of negative structures (pits and "ditches"), chronologically framed between the last quarter of the 4th millennium and the mid 3rd millenium cal BC. One of the goals of this paper will be the attempt to characterize the functional typology of the sites identified in Alfundão. Regarding this matter, it will be sought to question and evaluate their singularity (minor occupations?) or, on the other hand, an eventual monumentality in which the "distinct" sites ultimately represent an occupation of large geographical and social proportions, similar to the "nearby" Porto Torrão.

1. INTRODUÇÃO

O projecto de "Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Alfundão", desenvolvido pela EDIA S.A., permitiu a identificação de um conjunto significativo de ocupações humanas cronologicamente enquadradas entre o último quartel do 4º e meados do 3º milénio cal BC. Após a sua identificação no decorrer do acompanhamento arqueológico, a execução das medidas de minimização preconizadas (a cargo da empresa CRIVARQUE, Lda.) envolveu a escavação arqueológica dos vestígios observados, com o objectivo de caracterizar as realidades em questão e de, eventualmente, elaborar novas medidas de salvaguarda e registo. Dentro de um significativo número de intervenções realizadas no âmbito deste projecto, destacam-se as de sete ocupações (Monte da Barrada 2, Monte da Figueirinha, Alto do Pilar 3, Lancinha 2, Barranco do Rio Seco 4,

5 e 7), enquadradas num intervalo cronológico compreendido entre o Neolítico final e o Calcolítico. A sua intervenção possibilitou o registo de ocupações caracterizadas por áreas compostas por conjuntos de estruturas negativas de tipologia variável (fossas e, possivelmente, "fossos" e/ou "valas"). Este tipo de estrutura carece, ainda, de uma definição funcional precisa, visto que ocorrem tanto em espaços claramente habitacionais como, em oposição, em espaços de evidente carácter funerário. A ambiguidade e dificuldade de caracterização destas realidades sucedem, de igual modo, ao nível dos espólios recolhidos, onde se observam, em alguns casos, artefactos de uso doméstico em conjunto com artefactos, normalmente, identificados em contexto funerário. Apesar da homogeneidade artefactual e, aparentemente, das estratégias de ocupação registadas nos distintos sítios arqueológicos, a sua análise reveste-se de significativa relevância para a caracterização dos esquemas de utilização do espaço por parte das antigas sociedades camponesas do Sudoeste peninsular, principalmente numa paisagem geográfica e sócio-cultural marcada pela presença dos povoados do Porto Torrão, Monte do Olival 1 e Bela Vista 5, distando cerca de 5-7 km dos sítios aqui apresentados.

Neste sentido, este texto pretende abordar, de forma crítica e numa leitura global, a tipologia funcional dos sítios identificados ao longo da Ribeira de Alfundão, questionando e avaliando a sua singularidade (pequenas ocupações?) ou, por outro lado, se apresentam uma eventual monumentalidade, em que os "distintos" sítios representarão, afinal, uma ocupação de grandes proporções geográficas e sociais, à imagem do "vizinho" Porto Torrão.

A dificuldade em aferir com rigor científico estas leituras encontra claros obstáculos na escavação parcial de grande parte das estruturas (seccionadas transversalmente e pelo topo aquando a abertura da vala para a conduta de rega) e nas limitações inerentes ao tipo de intervenção arqueológica em questão, onde o espaço intervencionado é de dimensões condicionadas e se apresenta pré-definido, independentemente do tipo de dados arqueológicos que vier a produzir.

Além das ocupações abordadas no presente texto, surgem mais dois sítios (Alto de Beja 1 e Barranco de Rio Seco 6) que, apesar de não deterem elementos artefactuais claramente definidores dos contextos crono-culturais em análise, apresentam características que deverão ser tidas em conta na leitura que se pretende elaborar (proximidade espacial, estratégia de ocupação e implantação idêntica, possível paralelismo da tipologia funcional das ocupações, possibilidade de se constituírem como testemunhos de uma certa continuidade de ocupação do espaço, num momento cronológico relativo aos inícios da Idade do Bronze).

2. ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO

A área em que os sítios se implantam caracteriza-se por uma paisagem genericamente aplanada, sem grandes acidentes topográficos, coincidindo com os basaltos e doleritos anfibólicos do Complexo básico de Odivelas e os gabros de Beja, contrastando com os rebordos das "alturas do Sobrado" a Sul e os relevos erodidos do Paleogénico e Miocénico correspondentes ao enchimento do Sado a Oeste (Feio, 1951).

Esta área coincide basicamente com o curso terminal da Ribeira de Alfundão, da sua área mesial para montante, constituindo uma clara fonte de recursos bióticos e oferecendo condições favoráveis de assentamento para as comunidades agro-pastoris do Neolítico final e Calcolítico. Esta circunstância, associada à presença de recursos abióticos elementares, tais como as rochas anfibólicas do Complexo máfico-ultramáfico de Beja-Acebuches ou algumas ocorrências cupríferas cartografadas na Serra do Pinheiro e Tramagueira/Chaparral (entre Boavista e Alfundão, seg. Oliveira, 1992), concorre para a instalação e desenvolvimento de aglomerados populacionais desde os últimos séculos do 4º milénio e ao longo de todo o 3º milénio cal BC.

O paradigma destes "centros populacionais" será obviamente o povoado de fossos de Porto Torrão (Arnaud, 1993; Valera e Filipe, 2004), distando menos de 6 km da área em estudo e marcando geográfica e socialmente a paisagem incluída no seu território de influência directa. Neste se reconhecem aparentemente outros sítios de menores dimensões, igualmente providos de fossos, tais como Monte do Olival 1, Bela Vista 5 ou Xancra (Becker *et al*., 2012; Valera, 2008a; Valera e Becker, 2011), assim como espaços de carácter funerário, tais como os *tholoi* de Folha da Amendoeira, Cardim 6, Horta do João Moura e Monte do Pombal 1 e os hipogeus de Carrascal 2 (Viana, 1957; Valera, 2010; Valera *et al*., no prelo). Tais evidências confirmam uma rede

de povoamento bem estruturada, com uma certa hierarquização dos espaços ocupados. Os sítios aqui estudados inscrevem-se assim nesta rede de povoamento, possivelmente cadenciado de acordo com a funcionalidade específica de cada um destes sítios (Figura 1).

3. OS SÍTIOS ESTUDADOS

Os sítios em análise apresentam, no geral, um conjunto de elementos comuns que, aparentemente, lhes confere grande paralelismo ao nível da implantação e modalidades de uso do espaço. Neste sentido, observa-se uma grande proximidade com a linha de água mais relevante (Ribeira de Alfundão), estando esta a Norte da maioria dos sítios intervencionados, com excepção do Monte da Figueirinha, localizado na margem oposta. Em termos da estruturação do espaço ocupado, este é caracterizado pela presença de realidades em negativo, antropicamente escavadas no substrato geológico.

Este elemento é transversal a todas as ocupações aqui abordadas, apresentando-se como a única realidade estrutural registada, desconhecendo-se qualquer vestígio, *in situ*, que possa estar relacionado com outro tipo de estrutura comum aos ambientes ocupacionais deste período. No entanto, o facto de estes sítios terem sido identificados no âmbito do acompanhamento arqueológico pode dificultar a observação/preservação, em contexto primário, de outras realidades estruturais, sem que sejam em negativo.

Tal como se observa no Quadro 1, os sete sítios abordados apresentam um número reduzido de estruturas negativas, sendo que este dado poderá corresponder a um desvio arqueográfico, visto que só foram intervencionadas e registadas as realidades observadas na área de afectação da vala, sendo de crer que, nas áreas limítrofes, pudessem ocorrer mais vestígios desta e, possivelmente, de outra natureza estrutural. De igual modo, além do restrito número de estruturas, estas apresentavam-se, na totalidade, em mau estado, tendo sido cortadas longitudinal e transversalmente ou pelo topo, aquando da abertura das valas das condutas de rega.

Desta forma, qualquer leitura resultante do seu estudo estará sempre condicionada, pois a sua escavação e registo nunca foi integral. No entanto, no caso do Alto do Pilar 3, os arqueólogos responsáveis pelo acompanhamento arqueológico ainda conseguiram observar e recolher artefactos nos sedimentos resultantes da abertura da vala que cortou quatro estruturas. Os materiais arqueológicos correspondiam, no entanto, à ocupação alto-medieval do sítio estando ausentes aqueles que se pudessem enquadrar na ocupação pré-histórica. Nos restantes sítios, não se observaram nem recolheram materiais arqueológicos que pudessem pertencer ao enchimento das estruturas fisicamente danificadas pela máquina.

No conjunto dos sítios estudados registam-se tipologias variadas de estruturas negativas do género "fossa". Neste texto importará destacar as realidades que detinham enchimento relacionado com o Neolítico final e/ou Calcolítico, realizando-se, igualmente, a caracterização das estruturas que, embora não tendo qualquer elemento artefactual e arqueológico no seu enchimento, estavam inseridas numa ocupação que, presumivelmente, só terá sido efectuada no âmbito crono-cultural em análise. Para a caracterização destas realidades, optou-se, no geral, por adoptar os critérios descritivos elaborados por F. Cavulli (2008) e A. C. Valera (2008b) (Figura 2).

Em Lancinha 2 identificaram-se duas ocupações, referentes respectivamente ao Calcolítico e à Idade do Bronze. A única estrutura com preenchimento pré-histórico trata-se de uma fossa "em forma de saco", com planta circular, fundo plano, com 1,40m de profundidade, apresentando 1,40m de diâmetro na base e 0,75m de topo. Além de uma fossa integrada na Idade do Bronze, surgem outras duas, de arquitectura indeterminada.

A única sondagem levada a cabo no Monte da Figueirinha permitiu a identificação da única estrutura negativa aí intervencionada. Trata-se de uma fossa de grandes dimensões (0,80m profundidade e 3,5m de comprimento) com uma planta elíptica.

No Monte da Barrada 2 foram identificadas e intervencionadas três estruturas negativas. Somente na sondagem 3 foi registado espólio arqueológico, o que permitiu a aferição crono-cultural deste sítio (Neves, 2008-2009). A estrutura da sondagem 1 corresponde a uma fossa de perfil troncocónico, com fundo plano e, devido à afectação que teve no seu topo aquando a abertura da vala, apresentará uma profundidade superior a 0,46m e 1,20m de diâmetro na base. A realidade da sondagem 2 apresenta um perfil troncocónico, >0,44m de profundidade e 1,40m de diâmetro na base. No mesmo sentido, na sondagem 3 foi registada uma fossa de perfil troncocónico, fundo plano, 1m de profundidade e com 1,50m de diâmetro na base.

O Barranco do Rio Seco 4 trata-se de uma ocupação caracterizada pela presença de estruturas negativas tipo "fossa" e, outras, em forma de "fosso"/"vala". No enchimento de todas as realidades foi identificado espólio arqueológico calcolítico. A fossa da sondagem 1 caracteriza-se pelo seu perfil e parede côncava, planta circular, fundo plano, tendo de dimensões 1m de profundidade, 1,70m de diâmetro na base. Na sondagem 2 registou-se uma fossa de perfil cilíndrico, base plana, planta circular, com 1,20m de profundidade e 1,30m de diâmetro na base. A fossa da sondagem 7 é caracterizada por um perfil cilíndrico, um fundo plano, planta elíptica, 0,70m de profundidade e 0,80m de diâmetro na base. Um dos espaços dos "fossos/vala" foi identificado nas sondagens 3 e 8 (escavado em 3m de extensão), permitindo a caracterização de uma realidade de perfil cónico e fundo plano, com 0,90m máximo de profundidade, 1m máximo de largura e que apresentava uma planta sensivelmente encurvada (Figura 3). Nas sondagens 4 e 5 identificou-se uma realidade idêntica, seccionada pela vala de obra mas com clara ligação entre as sondagens, com perfil cónico e fundo plano, 0,70m máximo de profundidade e 0,60m máximo de largura.

Das sete sondagens efectuadas no Barranco do Rio Seco 5, só a nº5 revelou a presença de elementos arqueológicos e artefactuais. No mesmo sentido, só foi possível caracterizar a realidade em negativo verificada nesta sondagem, ficando as restantes com funcionalidade e arquitectura indeterminada. Trata-se de uma fossa com perfil troncocónico, planta circular, fundo plano, com 1,40m profundidade, 2,40m de diâmetro na base e 2,20m de diâmetro no topo.

No Barranco do Rio Seco 7 foram intervencionadas três estruturas negativas, embora somente as realidades registadas nas sondagens 2 e 3 tenham revelado espólio arqueológico. A realidade da sondagem 4, muito afectada pelas acções da obra apresenta, deste modo, uma tipologia indeterminada. A estrutura da sondagem 2 apresenta-se como uma fossa de perfil côncavo e parede introvertida, planta circular, com 1m de profundidade, 0,95m de diâmetro de topo e 1,60m de diâmetro de base. A realidade da sondagem 3 corresponde a uma fossa de perfil troncocónico, planta circular, fundo plano, com 0,94m de profundidade, 2,60m de diâmetro de base e 1,80m de diâmetro de topo.

No sítio do Alto do Pilar, a única fossa pré-histórica foi identificada na sondagem 1. A posterior afectação por uma fossa de período alto-medieval impossibilitou que se aferisse as suas características específicas. Ainda assim, o espólio pré-histórico recolhido resulta de um depósito sedimentar conservado.

Quadro 1 – Sítios arqueológicos intervencionados na vala de Rega da EDIA, S.A. – Alfundão, com ocupação do Neolítico final e Calcolítico.

Sítio	Total da Área Intervencionada	Nº Estruturas Negativas	Estruturas fisicamente perturbadas	Tipo de Estruturas	Observações
Alto do Pilar 3	11m²	4	4	Fossa	1 fossa corresponde à ocupação pré-história; 3 fossas correspondem a ocupação alto-medieval
Barranco do Rio Seco 4	41,29m²	5	5	Fossa e "Fosso"/"Vala"	Material arqueológico provém do enchimento de todas as estruturas
Barranco do Rio Seco 5	32,25m²	5	5	Fossa; Fosso"/"Vala"; Indeterminada	Só uma estrutura (fossa) tinha materiais arqueológicos no seu enchimento
Barranco do Rio Seco 7	10m²	3	3	Fossa	Material arqueológico provém do enchimento de 2 fossas
Lancinha 2	11,5m²	4	4	Fossa	Material arqueológico provém do enchimento de 2 fossas. 1 fossa corresponde à ocupação pré-história; 1 fossa corresponde à ocupação da Id. Bronze
Monte da Barrada 2	10m²	3	3	Fossa	Só uma estrutura tinha materiais arqueológicos no seu enchimento
Monte da Figueirinha	14m²	1	1	Fossa	Estrutura negativa alongada
Total	130,04m²	25	25	–	–

4. CULTURA MATERIAL

No cômputo geral dos sítios estudados (e independentemente dos contextos de recolha), a larga maioria do espólio refere-se a elementos cerâmicos (correspondendo a cerca de 98% do total da componente artefactual recolhida no conjunto dos sítios), sendo basicamente este o único factor a considerar para a definição crono-cultural destas ocupações – tendo em conta o seu volume e variedade. O restante espólio, pela sua escassez, não possibilita grandes considerações, sendo apenas sinteticamente referido.

Recipientes Cerâmicos

Uma avaliação geral, a nível tipológico, dos recipientes cerâmicos recolhidos permite, no conjunto global dos sítios e das estruturas escavadas, considerá-los como um grupo crono-culturalmente coevo. Refira-se, contudo, que, do total do espólio cerâmico recuperado, apenas 18,9% possuem elementos caracterizadores – referindo-se 81,1% a fragmentos incaracterísticos.

Será de destacar a presença, em qualquer um dos sítios (excluindo o caso particular de Alto do Pilar 3), de pratos e taças de bordo espessado, correspondendo a 34,2% do total dos elementos cerâmicos com forma reconstituível (6,5% do total dos elementos cerâmicos). As formas de fundo comum (taças em calote, taças rasas, tigelas e esféricos) correspondem a 47,7% do total dos elementos cerâmicos com forma reconstituível (8,0% do total dos elementos cerâmicos) – sendo de referir igualmente a presença de esféricos mamilados (2,7%) e achatados (0,9%). Trata-se, assim e à primeira vista, de um conjunto coetâneo, representando catálogos cerâmicos característicos do 3º milénio cal BC (cf. Gonçalves, 1989; Lago *et al.*, 1998). No entanto, elementos tradicionalmente atribuíveis aos últimos séculos do 4º milénio cal BC, tais como as típicas taças carenadas do Neolítico final, não estão ausentes no conjunto estudado. Foram recolhidas exclusivamente em Barranco do Rio Seco 5, encontrando-se aparentemente associadas a pratos e taças de bordo espessado no interior da estrutura S.7. Regista-se, contudo, um maior número destes últimos – contabilizando 7,8% do conjunto contra 3,3% de taças carenadas.

No campo das formas singulares, refira-se a recolha de um "copo" em Barranco do Rio Seco 4, e de um "mini-esférico", um grande pote com elemento de suspensão obtido por perfuração horizontal de aplicação plástica alongada e um "vaso-lucerna" em Barranco do Rio Seco 5. Este último vaso, carenado, apresenta boca elíptica e possivelmente três perfurações horizontais de suspensão obtidas sobre a pasta repuxada. É um tipo particular vaso que merece outro tipo de considerações, que serão abaixo apresentadas.

Quadro 2 – Quantificação dos tipos cerâmicos por sítio

	APL-3		BRS-4		BRS-5		BRS-7		LANC-2*		MTB-2		MTF		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pratos bordo não esp.	/	/	1	1,1	5	1,5	2	4,2	/	/	2	2,7	/	/	10	1,7
Pratos bordo esp. ext.	/	/	/	/	5	1,5	1	2,0	1	5,6	1	1,4	/	/	8	1,4
Pratos bordo esp. int.	/	/	/	/	3	0,9	/	/	1	5,6	/	/	1	4,3	5	0,8
Pratos bordo esp. int. e ext.	/	/	/	/	3	0,9	1	2,0	/	/	/	/	/	/	4	0,7
Taças bordo esp. ext.	/	/	/	/	1	0,3	/	/	/	/	/	/	/	/	1	0,2
Taças bordo esp. int.	/	/	/	/	2	0,6	/	/	/	/	/	/	/	/	2	0,3
Taças bordo esp. int. e ext.	/	/	/	/	7	2,1	1	2,0	/	/	/	/	/	/	8	1,4
Taças abertas	/	/	/	/	6	1,8	4	8,2	1	5,6	8	10,8	1	4,3	20	3,4
Taças rasas	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	3	4,1	/	/	3	0,5
Tigelas fundas	/	/	2	2,2	/	/	1	2,0	/	/	1	1,4	1	4,3	5	0,8
Copos	/	/	1	1,1	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1	0,2
Esféricos	/	/	4	4,4	12	3,6	/	/	3	16,6	4	5,4	/	/	25	4,2
Esféricos mamilados	/	/	/	/	2	0,6	/	/	/	/	1	1,4	/	/	3	0,5
Esféricos achatados	/	/	/	/	/	/	1	2,0	/	/	/	/	/	/	1	0,2
"Mini-esféricos"	/	/	/	/	1	0,3	/	/	/	/	/	/	/	/	1	0,2
Taças carenadas	/	/	/	/	11	3,3	/	/	/	/	/	/	/	/	11	1,8
Vasos carenados	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1	4,3	1	0,2
Potes com elem. susp.	/	/	/	/	1	0,3	/	/	/	/	/	/	/	/	1	0,2
"Vasos-lucerna"	/	/	/	/	1	0,3	/	/	/	/	/	/	/	/	1	0,2
Incaracterísticos	3	100	82	91,2	269	81,7	38	77,6	12	66,6	54	72,8	19	82,8	477	81,1
TOTAL	3	100	90	100	329	100	49	100	18	100	74	100	23	100	588	100

* Não se contabiliza o espólio associável à Idade do Bronze inicial recolhido na S.1.

No geral e a nível de fabrico, o conjunto cerâmico dos diversos sítios é muito semelhante. Apresentam maioritariamente pasta semi-compacta a compacta, de textura homogénea, com componentes não plásticos compostos por grãos de quartzo, feldspatos, gabros e alguns elementos ferruginosos. As superfícies são maioritariamente alisadas, registando-se alguns escassos exemplares com aguadas vermelhas (Figuras 4 e 5).

Artefactos líticos

O espólio lítico, no conjunto dos sítios, resume-se a um único artefacto de pedra polida e alguns artefactos de pedra afeiçoada.

O primeiro refere-se ao fragmento distal de um pequeno formão de rocha anfibólica recolhido em Alto do Pilar 3. Refira-se igualmente a recolha de uma lasca de anfibolito em Barranco do Rio Seco 5 e de uma lasca de xisto anfibólico em Barranco do Rio Seco 7 – podendo corresponder a elementos resultantes da conformação de blocos para produção de artefactos de pedra polida.

A pedra afeiçoada divide-se entre percutores de quartzito (Monte da Figueirinha), bigornas de anfibolito e granito (Barranco do Rio Seco 5), moventes de granito (Barranco do Rio Seco 4 e 5), dormentes de granito (Monte da Barrada 2) e uma "bala de funda" de granito (Barranco do Rio Seco 7).

Outros artefactos e objectos

Nesta categoria contam-se escassos elementos, tais como um fragmento de peso de tear rectangular com perfuração periférica recolhido em Barranco do Rio Seco 5 e um fragmento de possível elemento de adorno sobre valva de *callista chione* polida nos bordos, podendo corresponder a uma bracelete ou pendente. Refira-se igualmente a recolha de um fragmento de valva de *venerupis pullastra* em Barranco do Rio Seco 4.

5. NEOLÍTICO FINAL E CALCOLÍTICO NO VALE DA RIBEIRA DE ALFUNDÃO

Formular leituras e propostas interpretativas acerca das realidades em análise será sempre um exercício limitado pelo tipo de intervenção arqueológica e pela metodologia de identificação empregue durante a execução do projecto. Desta forma, esta leitura será sempre parcial, de acordo com os dados disponíveis. Tendo em conta estes dados, procura-se definir estas ocupações no âmbito particular de cada um dos sítios e, posteriormente, no contexto físico e crono-cultural em que se encontram.

A abordagem a ocupações caracterizadas pela presença, aparentemente exclusiva (cf. ponto 3), de estruturas negativas, oferece condicionantes à avaliação precisa da tipologia funcional dos sítios. Desta forma, torna-se impossível definir a funcionalidade primária (por exemplo, silo) destas realidades, visto que se intervencionou e registou apenas a sua última utilização (que não corresponderá, necessariamente e em termos funcionais, à primeira). Neste sentido, estas estruturas poderão possivelmente corresponder, na sua função secundária, a "lixeiras", tendo em conta os dados recolhidos no Barranco do Rio Seco 5 (sondagem 7) onde se observou, num mesmo enchimento, artefactos de uso claramente utilitário (elementos de mó, bigornas, peso de tear, recipientes de armazenagem) associados a espólio que se poderia incluir em ambientes funerários ("vaso-lucerna").

Como dito, o "vaso-lucerna" recolhido em Barranco do Rio Seco 5 merece um tipo de observação particular. Trata-se de um tipo de vaso normalmente presente (tendo em conta a literatura disponível) em contextos funerários claramente atribuíveis à primeira metade do 3º milénio cal BC, associado a placas de xisto gravadas, pontas de seta e grandes lâminas retocadas. Regista-se em monumentos ortostáticos (Ordem 1, Matalote 1, Brissos 1, Horta Velha do Reguengo Pedra da Anta 2, El Pozuelo 5), *tholoi* (Comenda 2b, Monte Velho, Barranco da Nora Velha, Monte Velho, Cerro de la Cabeza), grutas naturais (Buraca da Moura da Rexaldia), grutas artificiais (Carenque, São Pedro do Estoril 1), monumentos de arquitectura mista (Folha das Barradas e Tumba 3 de La Pijotilla) e enterramentos em fossa (Aljezur), distribuídos por uma área geográfica que cobre todo o Sudoeste peninsular, estendendo-se desde a Estremadura portuguesa à Andaluzia (Cerdán Marquez *et al*., 1952; Leisner e Leisner, 1951 e 1959; Leisner, 1965; Fernandez Gomez e Ruíz Mata, 1978; Hurtado Pérez, 1986).

A presença destes vasos em contextos quase exclusivamente funerários (regista-se um pequeno fragmento em Papa Uvas, seg. Martín de la Cruz, 1986) permite supor que estariam relacionados com cultos funerários. Dado tratarem-se de vasos de suspensão de pequeno tamanho, poderão tratar-se de queimadores ou luminárias.

No geral das ocupações, além de uma relativa homogeneidade existente na configuração das fossas, observa-se igualmente uma homogeneidade na cultura material, independentemente do tipo de fossa onde foram depositados ou das ocupações a que se referem.

Contudo, as fossas não se apresentam como as únicas estruturas negativas registadas nestas ocupações. Ocorrem igualmente realidades semelhantes a "valas" no Barranco do Rio Seco 4 e 5. Estas "valas" poderão corresponder a fossos pouco profundos, como os identificados (entre outros exemplos) em Murteiras 6, localizado no mesmo contexto geográfico a escassos quilómetros da área de Alfundão (Porfírio *et al.*, 2012). No entanto, a exígua dimensão da área escavada, tanto no Barranco do Rio Seco 4 como no Barranco do Rio Seco 5, não permite confirmar esta hipótese (principalmente em termos de definição do seu possível perímetro e funcionalidade). Com efeito, apenas se identificou espólio pré-histórico, no interior destas estruturas, em Barranco do Rio Seco 4 (mas, como referido, a extensão de área escavada é mínima).

A proximidade cultural que estas ocupações detêm entre si poderá sugerir que as mesmas se tratem de uma única realidade. No caso das ocupações designadas como Barrancos do Rio Seco (4, 5, 7 e, possivelmente, 6), além do paralelismo cultural, esta proximidade poderá também ser espacial, podendo serem interpretadas de acordo com duas leituras explicativas: 1) vários núcleos ocupados simultaneamente, configurando uma vasta área assentamento com dispersão horizontal; 2) vários núcleos ocupados intercaladamente num mesmo contexto crono-cultural, em que uma comunidade se instala sazonalmente na mesma área mas não necessariamente no mesmo local. Seja como for, independentemente da proposta interpretativa que se favoreça, e atendendo à estratégia de implantação destas ocupações, estas parecem caracterizar-se como sítios de aparente carácter agrícola.

Nesta leitura estruturalista do espaço e, consequentemente, dos padrões de assentamento destas comunidades, não se pode omitir a existência do Porto Torrão (e a sua consequente influência sobre os restantes sítios). Sendo este povoado encarado como "lugar central", marcando geográfica e socialmente o espaço ocupado, e tendo em conta a sua proximidade física com os sítios abordados (cerca de 6 km), estes parecem incluir-se dentro do seu território de influência, funcionando desta forma como espaços complementares. Não se trata de querer reconhecer aqui uma unidade semelhante a Monte do Olival 1 e Bela Vista 5 que, apesar de hipoteticamente integrarem a rede de povoamento representada (a nível de teórico) pelo Porto Torrão, poderão ter funcionado de forma autónoma, mesmo que dentro de um esquema subsidiário. No entanto, tendo em conta os dados disponíveis para o conjunto dos sítios referidos, esta "estruturação social" encontra-se ainda insuficientemente definida.

Crono-culturalmente, os sítios parecem reflectir as sequências ocupacionais do Porto Torrão, desde os últimos séculos do 4º milénio até finais do 3º milénio cal BC. Este facto é particularmente evidente no Barranco do Rio Seco 5 e Monte da Barrada 2, onde surgem recipientes mamilados e taças carenadas associadas a pratos de bordo espessado. Mesmo não se tendo identificado espólio campaniforme em qualquer um destes sítios, parece que se reconhece uma certa continuidade de ocupação do espaço, atestada em Lancinha 2 (fossas com materiais calcolíticos e fossas com materiais dos inícios da Idade do Bronze) e, também, no Alto de Beja 1 (localizado em Alfundão, mas não abordado neste estudo por apresentar estruturas com enchimentos exclusivos dos inícios da Idade do Bronze).

Em suma, esta abordagem procura definir, de acordo com os dados actualmente disponíveis, a cadência de ocupação verificada ao longo da Ribeira de Alfundão, incluindo os sítios aqui identificados nos diagramas de povoamento estabelecidos pelo grande "centro gregário" representado pelo Porto de Torrão, durante o Neolítico final e o Calcolítico. Neste sentido, os sítios aqui analisados deverão incluir-se nesse esquema populacional como espaços complementares, funcionando como factores dinâmicos de afirmação de um território explorado, reflectindo os processos de consolidação das comunidades camponesas estáveis. Inserem-se assim numa rede de povoamento complexa (que inclui povoados, espaços funerários, áreas de aprovisionamento de recursos e outros sítios com propósitos específicos), delineando modelos particulares de ocupação e exploração do espaço durante o Neolítico final e Calcolítico na área do Baixo Alentejo.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. 2, p. 51-61.

BECKER, H.; VALERA, A.; CASTANHEIRA, P. (2012) – Monte do Olival 1 (Ferreira do Alentejo, Beja): magnetometria de césio num recinto de fossos do 3º milénio AC. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 8, p. 11-17.

CAVULLI, F. (2008) – Abitare il Neolitico. Le piu antiche strutture antropiche del Neolitico in Italia Settentrionale. *Preistoria Alpina*, 43 (2008), suppl. 1:480.

CERDÁN MÁRQUEZ, C.; LEISNER, G.; LEISNER, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva*. Madrid (Informes y Memorias, 26).

FEIO, M. (1951) – *A evolução do Relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, p. 20-92.

FERNANDEZ GOMEZ, F.; RUIZ MATA, D. (1978) – El "tholos" de Cerro de la Cabeza en Valencina de la Concepcíon (Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*. 35, p. 193-224.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ.

HURTADO PÉREZ, V. (1986) – El Calcolítico de la cuenca media del Guadiana y la necrópolis de La Pijotilla. *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid, p. 51-75.

LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1: 1, p. 45-152.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western* (1: 2). Berlin: Walther de Gruyter.

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western* (1: 3). Berlin: Walther de Gruyter.

MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (1986) – *Papa Uvas II, Aljaraque, Huelva. Campañas de 1981 a 1983*. Madrid: Ministerio de Cultura.

NEVES, C. (2008-2009 [2011]) – Uma primeira leitura sobre a ocupação pré-histórica do sítio Monte da Barrada II (Alfundão, Ferreira do Alentejo). *Arqueologia & História*. 60-61, p. 149-162.

OLIVEIRA, J. T. (1992) – *Carta Geológica de Portugal 1/200000, folha n.º 8*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

PORFÍRIO, E; BARBOSA, R. P.; VALINHO, A.; COSTA, M. (2012) – O sítio de Murteira 6 (Mombeja, Beja) no contexto do Calcolítico do Sul de Portugal. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Câmara Municipal, p. 549-559.

VALERA, A. (2008a) – O novo recinto de fossos calcolítico de Xancra (Cuba, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 2, p. 23-26.

VALERA, A. (2008b) – Recinto Calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do Sector 1. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 3, p.19-27.

VALERA, A. (2010) – Gestão da Morte no 3º milénio AC no Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): um primeiro contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 5, p. 57-62.

VALERA, A. (2013) – Map of walled and ditched enclosures, in http://portugueseenclosures.blogspot.pt, consultado em Março de 2013.

VALERA, A.; BECKER, H. (2011) – Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospecção geofísica em Xancra (Cuba, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 7, p. 23-32.

VALERA, A.; FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era-Arqueologia*. 6, p. 28-61.

VALERA, A.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (no prelo) – Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Alqueva*. Beja: EDIA.

VIANA, A. (1957) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrus*. 4, p. 241-263

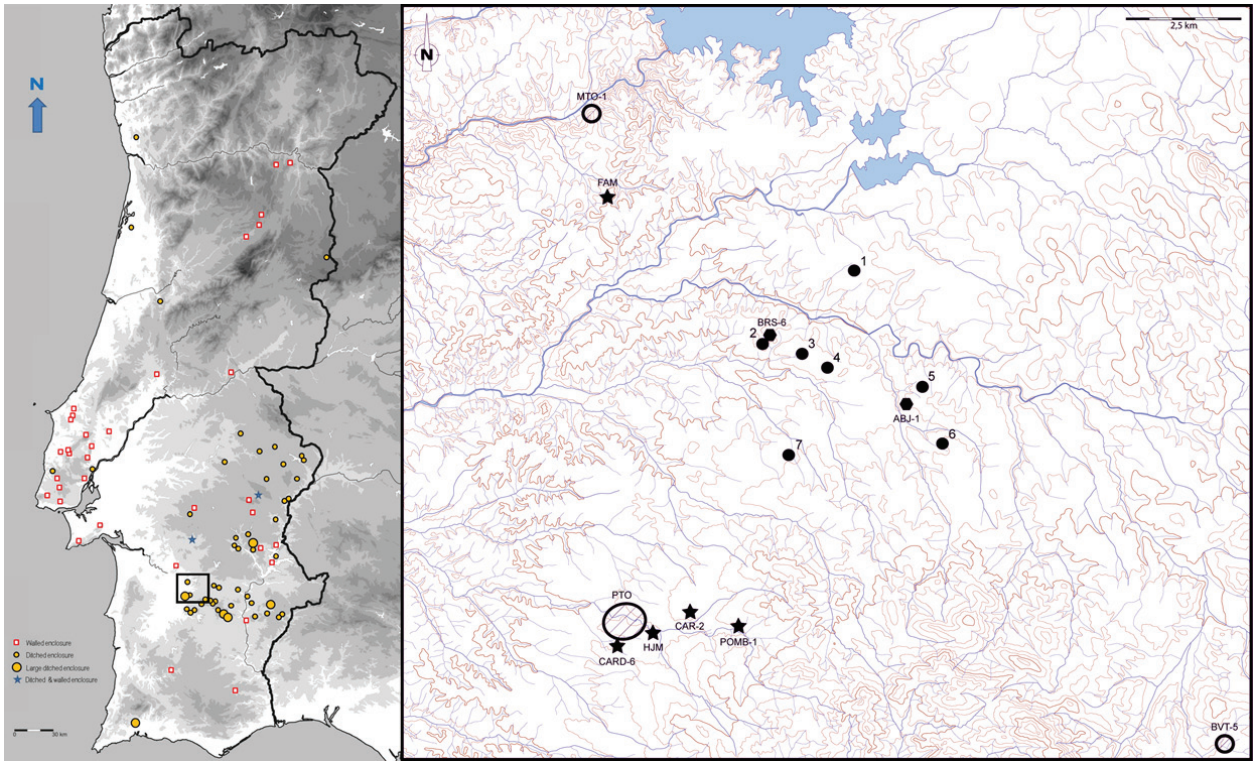


Figura 1 – A: A área em estudo no contexto dos povoados de fossos do Sudoeste peninsular (cartografia adaptada de Valera, 2013). B: Oro-hidrografia da área em estudo, com indicação dos sítios estudados. 1: Monte da Figueirinha; 2: Barranco do Rio Seco 7; 3: Barranco do Rio Seco 5; 4: Barranco do Rio Seco 4; 5: Lancinha 2; 6: Alto do Pilar 3; 7: Monte da Barrada 2. Indicam-se igualmente os grandes povoados de fossos de Monte do Olival 1 (MTO-1), Porto Torrão (PTO) e Bela Vista 5 (BV-5), assim como os contextos funerários de Folha da Amendoeira (FAM), Cardim 6 (CARD-6), Horta do João Moura (HJM), Carrascal 2 (CAR-2) e Pombal 1 (POMB-1); o contexto de Idade do Bronze inicial de Alto de Beja 1 (ABJ-1) e o contexto indeterminado de Barranco do Rio Seco 6 (BRS-6).

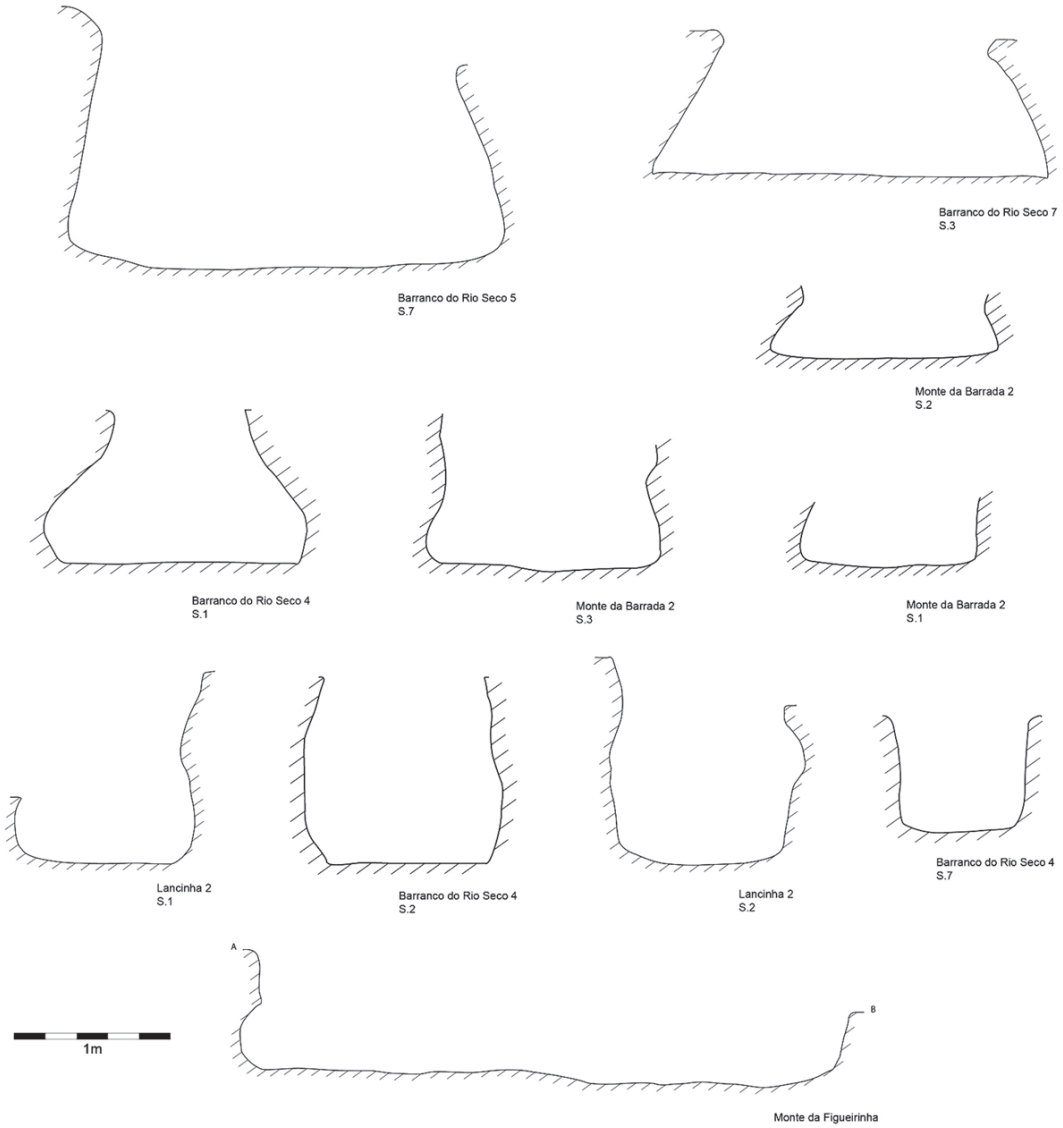


Figura 2 – Tipologia genérica das fossas identificadas no conjunto dos sítios estudados.

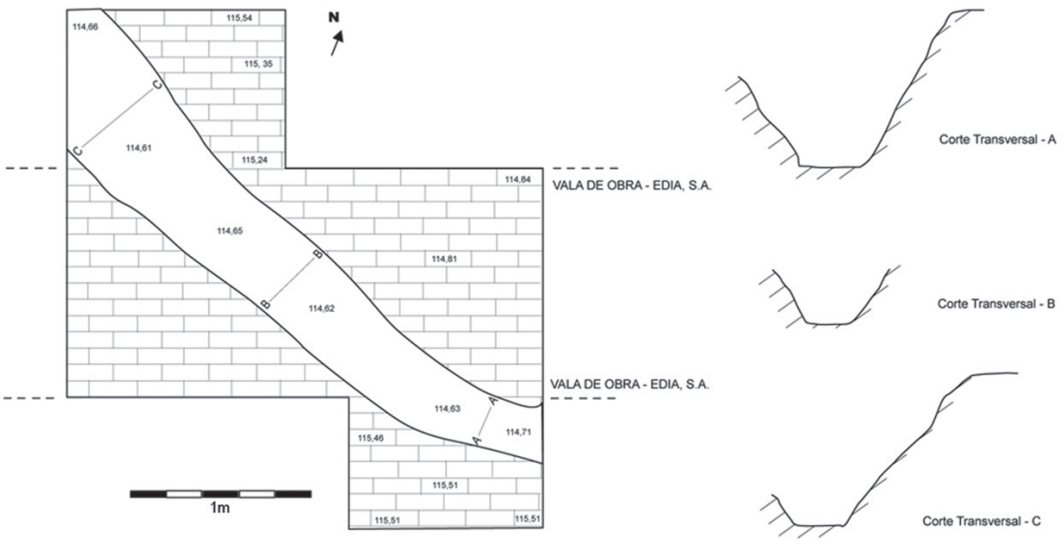


Figura 3 – Planta e secções transversais de segmento de "fosso" identificado em Barranco do Rio Seco 4.

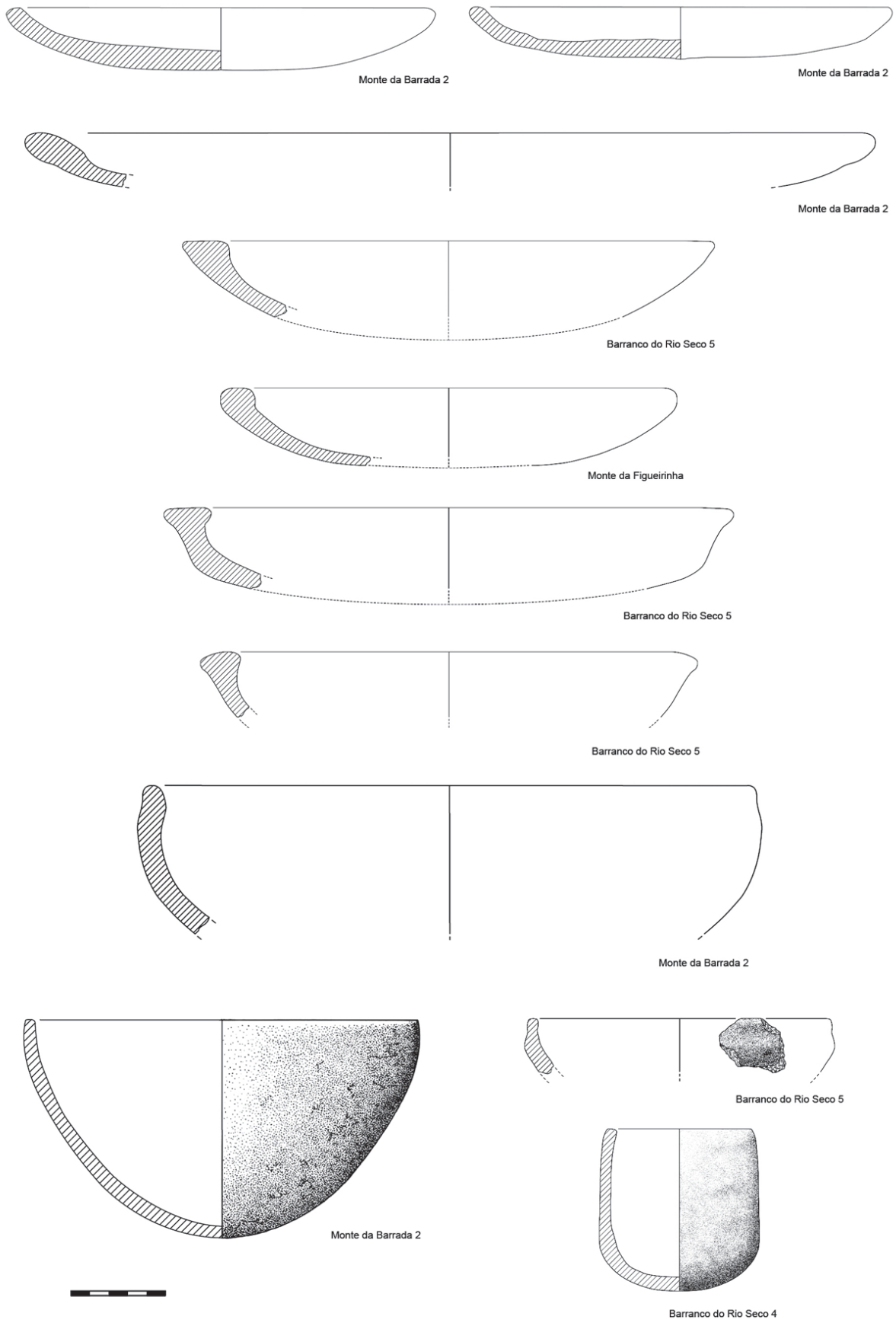


Figura 4 – Exemplos do espólio recolhido no conjunto dos sítios estudados: pratos de bordo não espessado (Monte da Barrada 2); pratos e taças de bordo espessado (Monte da Barrada 2, Barranco do Rio Seco 5 e Monte da Figueirinha); taças em calote (Monte da Barrada 2, Barranco do Rio Seco 5); copo (Barranco do Rio Seco 4).

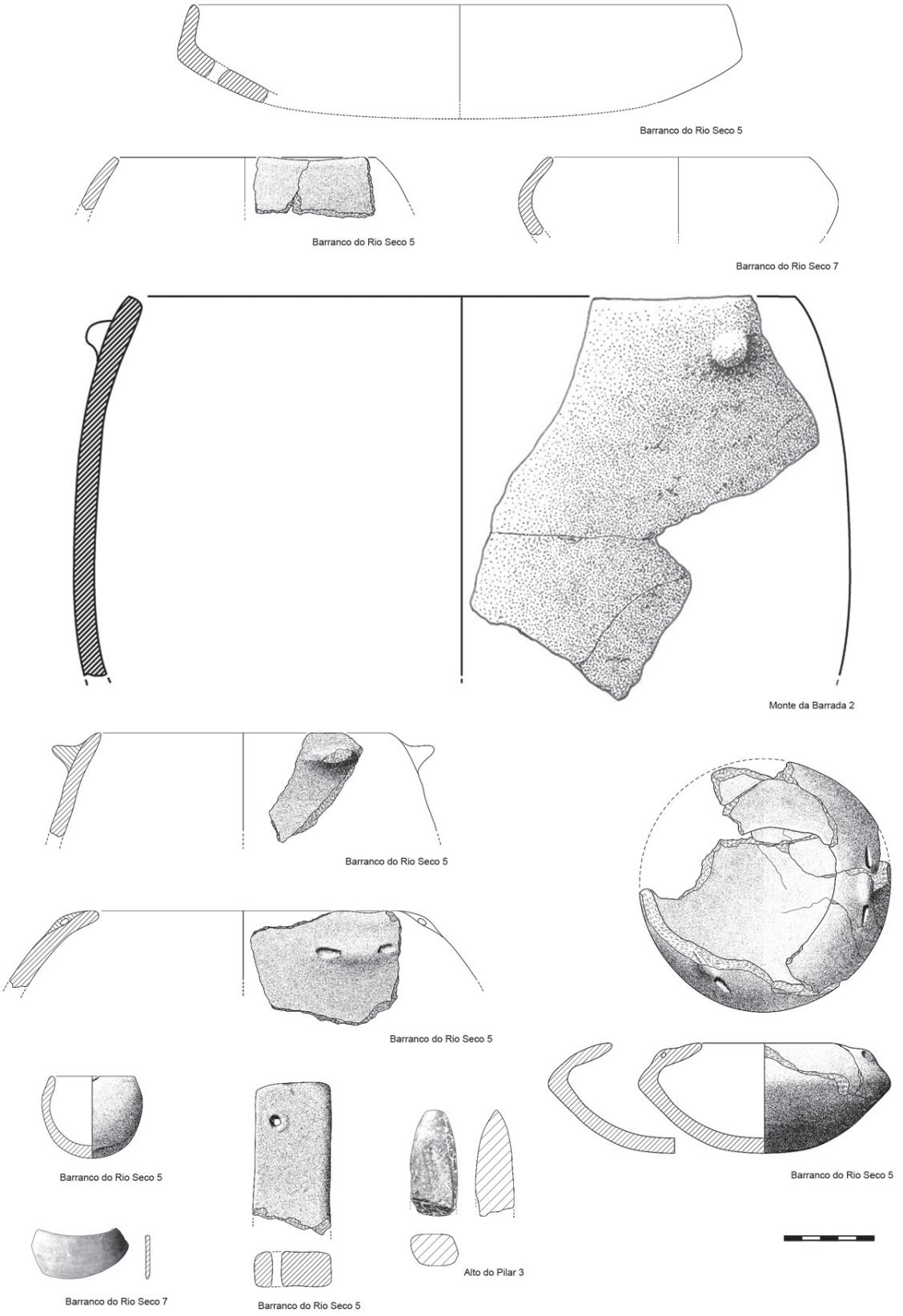


Figura 5 – Exemplos do espólio recolhido no conjunto dos sítios estudados: taça carenada (Barranco do Rio Seco 5); esférico (Barranco do Rio Seco 5); esférico achatado (Barranco do Rio Seco 5); esféricos mamilados (Monte da Barrada 2; Barranco do Rio Seco 5); pote com elemento de suspensão (Barranco do Rio Seco 5); "vaso-lucerna" (Barranco do Rio Seco 5); "mini-esférico" (Barranco do Rio Seco 5); elemento de adorno (pendente ou bracelete) sobre valva de *callista chione* (Barranco do Rio Seco 7); peso de tear (Barranco do Rio Seco 5); formão de rocha anfibólica (Alto do Pilar 3).

POVOADO CALCOLÍTICO DO PORTO TORRÃO – ELEMENTOS DE ADORNO

Miguel Rocha / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Paulo Rebelo / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Raquel Santos / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Nuno Neto / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com

RESUMO
A intervenção arqueológica em Porto Torrão permitiu recolher um variadíssimo espólio artefactual, bem como registar um vasto conjunto de estruturas negativas e positivas. O presente artigo foca um conjunto de objectos de adorno, provenientes de diversas áreas, cronologicamente enquadráveis em época Calcolítica.

ABSTRACT
The archaeological intervention in Porto Torrão allowed to collect a great number of artifacts and register a vast set of negative and positive structures. This article focuses on a set of adornment artifacts, collected in various areas, from the Chalcolithic period.

1. INTRODUÇÃO

O Povoado do Porto Torrão situa-se no concelho de Ferreira do Alentejo e tem vindo a ser intervencionado já desde a década de 80 do século XX, altura em que José Morais Arnaud aí realizou trabalhos de prospecção e escavação. Já em 2000, também a empresa ERA, Arqueologia efectuou naquela área trabalhos de escavação. Em 2008, a Neoépica, Lda. executou trabalhos na área do povoado, promovidos e financiados pela EDIA, S.A., os quais foram continuados numa segunda fase, já em 2009, no decurso da qual foram escavados mais de 3000m², divididos por três equipas distintas das empresas Neoépica, Archeoestudos e Crivarque.

2. DESCRIÇÃO DO CORPO DE DADOS EM ANÁLISE

A escavação de três sectores do sítio de Porto Torrão revelou diferentes tipos de contextos. Várias estruturas em negativo caracterizam de uma forma geral as realidades definidas. Em concreto, dois fossos, várias fossas, valas e buracos de poste. O registo ocupacional contou, ainda, com algumas estruturas positivas (estruturas de combustão, empedrados, alinhamentos e muros) e depósitos com grandes concentrações de material (inclusive uma área de talhe).
As estruturas em negativo contaram, por vezes, com enchimentos repletos de material arqueológico, que em certos casos denunciavam a presença de diversos tipos de funcionalidades, desde os próprios fossos de delimitação do espaço, a lixeiras, sepulcros e possíveis estruturas habitacionais. Dentro do material recolhido, identificaram-se alguns objectos de adorno, que parecem enunciar o consumo de bens de prestígio no Porto Torrão, bem como a sua actuação enquanto agentes de um sistema de comunicação visual reprodutor das realidades sociais.

2. 1. Os Contextos

Sector I – sondagem I – depósito [109]
Esta camada foi identificada na 1ª fase dos trabalhos, sendo superficial e encontrando-se a cobrir um dos fossos. Dos poucos materiais recuperados definiram-se artefactos de tradição neolítica e calcolítica (pratos com e sem espessamento, taças hemisféricas, taças carenadas, elementos de tear: placas e crescentes).

Sector I – área H e I – depósitos [138] e [1136], [1218] e [1307], enchimentos dos interfaces [1135], [1225] e [1125]
Nas áreas I e H identificou-se uma intensa concentração de fossas e outras estruturas negativas, entre

as quais uma inumação em fossa. Estas estruturas encontravam-se preenchidas por enchimentos de diferentes características físicas. Para além destes, registaram-se outros contextos mais à superfície, sob a camada agrícola, constituindo testemunho de uma ocupação humana efectiva desta zona, para mais em excelente estado de preservação. Trata-se de vários empedrados e estruturas de combustão, associados a algumas pequenas estruturas negativas, alicerçadas por blocos pétreos que poderão ter constituído suporte a uma estrutura habitacional ou outra.

Sector I – área J – depósitos [1292], [1321]/[1332] e [1375] e [1387], enchimentos das fossas [1374] e [1386]
A área J, em termos contextuais e cronológicos, apresenta realidades semelhantes às áreas H e I. Em concreto, várias estruturas negativas, positivas ou de combustão e até empedrados que documentam uma intensa ocupação do sítio durante o Calcolítico. Esta ocupação levou, em diversas ocasiões, à sobreposição e corte de várias realidades, uma situação que se desenvolve desde o estrato inicial. O depósito [1292] destaca-se pela existência de numerosas peças cerâmicas quebradas *in situ*, assim como uma possível área de talhe de onde se recolheram centenas de lascas e alguns núcleos, ocupando uma área de cerca de 30m² .

Sector 3 – Sondagem V – depósitos [3121], [3219] e [3228], enchimento da fossa [3132] e da [3220] e da vala [3227]
A escavação da sondagem V revelou uma estrutura habitacional e algumas fossas e outras estruturas negativas. O primeiro contexto em particular será analisado num outro artigo a sair nesta mesma edição. Guardamos, por isso, um maior aprofundamento sobre esta realidade para o mesmo. Das estruturas em específico que possuem elementos de adorno, a fossa [3220] terá ocorrido na 1ª fase de ocupação, estando relacionada com a ocupação inicial da estrutura e com as valas de fundação, encontrando-se relativamente ao centro da estrutura a 0,46m da vala norte. A vala [3227] encontrava-se a Oeste, delimitando a estrutura desse lado. Fora do espaço habitacional definiram-se várias fossas, uma das quais a [3132] a c.1,12m da entrada principal, estando relacionada com um momento de ocupação durante o Calcolítico Pleno.

Sector 3 – sondagem VII – depósitos [3094] e [3172], enchimento da fossa [3092]
A fossa [3092] apresentava grandes dimensões, com 43 enchimentos distintos, dois buracos poste, uma estrutura de combustão e um murete constituído por pedras de pequena dimensão. Tem c.3,30m de diâmetro máximo e 2,50m de altura. Perante as evidências materiais registadas é possível pensar em diferentes ambientes culturais para estes enchimentos: um primeiro do Calcolítico Inicial e um segundo do Calcolítico Pleno.

Sector 3 – sondagem IX – depósito [356], enchimento da fossa [310]
Na sondagem IX identificaram-se três estruturas em negativo, das quais a [310] cheia por três camadas de características diferentes. Em termos materiais, a maioria é de tradição calcolítica, existindo alguns escassos exemplares de taça carenada.

2. 2. Os Objectos
Dos objectos tidos e considerados como adorno tivemos em conta análises passadas sobre a cultura material calcolítica (Gonçalves, 2003[2]; Salvado, 2004). Para além de alfinetes de cabelo e de elementos de colar e outros adereços, como contas e pingentes, referenciamos o «ídolo-gola», tratado por nós em anterior artigo (Rocha *et alii*). Referimo-lo aqui pelo facto de alguns autores o interpretarem como elemento de adorno (Salvado, 2004, p.54), hipótese de análise que deixamos em aberto. Destaque ainda para um elemento indeterminado, de forma triangular, que aproveita um seixo de quartzito, com cerca de 1,3cm no seu lado maior (Figura 1).

Contas de colar
As contas de colar caracterizam-se por deterem perfuração central, transversal à peça, constituindo elementos de peças de adorno pessoal (Salvado, 2004,p.62-63). Os exemplares que possuímos foram realizados com recurso a diversas matérias, como barro, xisto[1] e minerais brancos e verdes de litologia indeterminada ou duvidosa (Figura 2 e 3). Para este mesmo sítio foi referida a existência de contas de variscite e «caliço» (Valera e Filipe, 2004, p.47). Podendo ser esse o caso das peças aqui analisadas, não afastamos a hipótese de estas serem de

1. Agradecemos o auxílio de António Monge-Soares na identificação de um destes elementos.

outra litologia. No caso das contas verdes, a malaquite, que se encontra muitas vezes próxima da superfície de jazigos de minérios de ferro (Deer, Howie e Zussman, 2000, p.613). Como é possível de observar na Tabela 1, a maioria das peças tem forma discóide ou cilíndrica, sendo provenientes de diversas fossas, com uma distribuição cronológica em torno do Calcolítico Inicial/Pleno (Figura 4 e 5).

No que respeita à relação forma/matéria-prima, todas as contas de mineral, com excepção do exemplar nº 414, revelam forma discóide. Os exemplares em xistos são ovalados e o de cerâmica de forma tubular. Quanto à técnica de fabrico saliente-se o polimento das peças, com excepção do exemplar em cerâmica, bem como a sua perfuração.

Tabela 1 – Descrição das contas de colar (medidas em milímetros e peso em gramas).

N.º Inv.	Forma	Diâm. (Máx.)	Esp.	Diâmetro da perfuração		Peso
				Anterior	Posterior	
Pto/08-09.[109].414	Tubular	7.48	5.73	2.99	3.33	0.07
Pto/08-09.[3094].2400	Discóide	6.22	1.27	1.75	1.75	0.09
Pto/08-09.[3121].2563	Tubular	21.60	17.90	1.85	3.68	7.97
Pto/09.[138].10388	Discóide	6.31	1.04	2.34	3.25	0.29
Pto/09.[138].10391	Discóide	5.21	2.65	1.95	2.17	0.10
Pto/09.[1218].10456	Discóide	33.09	7.17	2.06	2.17	6.14
Pto/09.[1292].10467	Discóide	5.73	1.86	1.90	2.37	0.07
Pto/09.[1375].8168	Discóide	7.01	3.09	1.77	1.77	0.24
Pto/09.[1387].8316	Ovalada	n.a.	1.84	3.34	3.63	1.15

Pingentes

Como pingentes identificaram-se dois búzios com uma perfuração em cada, num caso na zona superior, no outro na inferior, mas sempre do lado anterior. Tirando esta situação não se registou qualquer outra alteração à morfologia natural destes gastrópodes. Desta forma, podemos considerar que estes elementos terão sido seleccionados também pelas suas características físicas. Estas peças deveriam constituir elementos de colar, de forma isolada ou agrupada com outros elementos, como as contas (Salvado, 2004, p.65). É de destacar a decoração incisa no exemplar nº 2862 (Figura 6).

Como técnica de perfuração nota-se o polimento na zona perfurada, que terá resultado no orifício em si ou na diminuição da espessura a vencer pelo utensílio perfurante (Salvado, 2004, p.66). Num dos casos a perfuração apresenta uma forma ovalada, no outro sub-triangular. No que toca às espécies seleccionadas conseguimos identificar um exemplar de fam. *Cypraea* e da fam. *Nassariinae*, de ambiente marinho (Figura 7).

Tabela 2 – Discrição dos pingentes (medidas em milímetros e peso em gramas).

N.º Inv.	Comp. Máx.	Larg. Máx.	Esp. Máx.	Comp. Perf.	Larg. Perf.
Pto/08-09.[356].2862	31.71	18.61	18.12	6.73	6.29
Pto/09.[1136].2321	22.80	12.99	11.22	3.12	2.26

Alfinetes

Os alfinetes definidos distinguem-se pela zona proximal, identificando-se um com estrias circulares nesta área. Os outros têm a cabeça destacada, num caso através de perfurações laterais, no outro por intermédio de uma canelura circular. Nas medidas retiradas ressalva-se o facto de nenhum dos exemplares se encontrar completo. Funcionalmente são tidos como elementos de adorno de cabeça, colocando-se ainda em hipótese o uso na decoração de roupas (Salvado, 2004, p.82) (Figura 8).

Tabela 3 – Descrição dos alfinetes (medidas em milímetros e peso em gramas).

N.º Inv.	Secção Cabeça	Comp.	Larg./Diâm. (máx.)	Esp.	Peso
Pto/09.[1307].10469	Rectangular	69.54	5.87	4.01	1.63
Pto/09.[3172].9439	Circular	54.37	3.10	n.a.	0.63
Pto/09.[3219].10136	Sub-circular	62.77	6.10	n.a.	2.55
Pto/09.[3228].10011a	Ind.	62.28	4.42	2.63	0.75

3. CONCLUSÕES

Os elementos de adorno associados, no geral, a contextos da Pré-história recente, são reflexo de uma materialidade estética e ritual própria da sociedade e da cultura desses tempos. Surgem no registo arqueológico em associação ao designado mundo dos mortos, tendo aí um sentido ritual próprio. Mas são igualmente encontrados em contextos de *habitat*, onde espelham o sentir próprio de cada indivíduo, bem como do grupo como um todo. Para além destes aspectos, são importantes vestígios no estudo do sistema de trocas e transacção de matérias-primas e bens de prestígio. Os elementos de adorno encontrados nos contextos do Povoado do Porto Torrão são disto reflexo, problemáticas que iremos de futuro procurar desenvolver.

BIBLIOGRAFIA

DEER, William; HOWIE, Robert; ZUSSMAN, Jack (2000) – *Minerais constituintes das rochas: Uma introdução*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GONÇALVES, Victor (2003²) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Leituras críticas de realidades perdidas (Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. Cascais: Câmara Municipal.

ROCHA, Miguel; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel; NETO, Nuno (2011) – Contextos e objectos simbólico-religiosos do Porto Torrão: os ídolos e as placas de xisto. *Promontoria Monográfica, Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. Faro. 16, 399-406.

SALVADO, Maria Clara Barreto Ruivo da Silva (2004) – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa: As colecções do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 2.

VALERA, António; FILIPE, Iola (2004) – O Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste Peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, pp. 28-61.

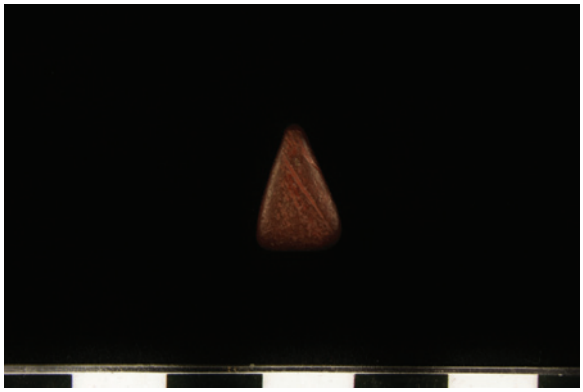


Figura 1 – Objecto indeterminado, nº 7507.

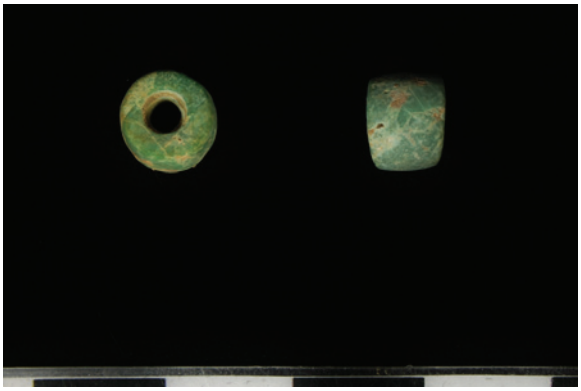


Figura 2 – Conta de colar, nº 414.

Figura 3 – Conta de colar, nº 2563.

Figura 4 – Conta de colar, nº 8316.

Figura 5 – Contas de colar, nºs 2400, 10388, 10391.

Figura 6 – Pingente sobre búzio, nº 2862.

Figura 7 – Pingente sobre búzio, nº 2321.

Figura 8 – Alfinetes, nºs 10469, 10136, 9439, 10011.

POVOADO CALCOLÍTICO DO PORTO TORRÃO – UMA INUMAÇÃO EM FOSSA

Nuno Neto / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Miguel Rocha / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Raquel Santos / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Paulo Rebelo / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com

RESUMO

A intervenção arqueológica em Porto Torrão permitiu recolher um variadíssimo espólio artefactual, bem como registar um vasto conjunto de estruturas negativas e positivas. O presente artigo foca o enterramento efectuado numa das estruturas negativas, junto ao qual foi possível identificar um vasto espólio funerário enquadrável cronologicamente em época Calcolítica.

ABSTRACT

The archaeological intervention in Porto Torrão allowed to collect a great number of artifacts and register a vast set of negative and positive structures. This article focuses on one of the burial negative structures, in which it was possible to identify a wide range of funeral artifacts from the Chalcolithic period.

PONTO I: INTRODUÇÃO

O Povoado do Porto Torrão situa-se no concelho de Ferreira do Alentejo e tem vindo a ser intervencionado já desde a década de 80 do século XX, altura em que José Morais Arnaud aí realizou trabalhos de prospecção e escavação. Já em 2000, também a empresa ERA efectuou ali trabalhos de escavação. Em 2008, a Neoépica executou trabalhos na área do povoado, promovidos e financiados pela EDIA, S.A., continuados numa segunda fase, já em 2009, no decurso da qual foram escavados mais de 3000m^2, divididos por três equipas distintas das empresas Neoépica, Archeoestudos e Crivarque.
No que respeita aos contextos funerários, os trabalhos realizados pela Neoépica permitiram identificar, na primeira fase, três enterramentos em fossa no Sector III e, na segunda fase, um enterramento em fossa na área I do Sector I, sobre o qual nos focaremos, para além de vários elementos osteológicos humanos descontextualizados.

PONTO II: FOSSA [1250] – O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A fossa [1250] foi detectada no limite Sul da área I do Sector I. Após a sua identificação, foi dividida em duas partes, de forma a manter um registo estratigráfico em corte, escavando-se primeiramente o seu lado Norte e, posteriormente, o lado Sul, altura em que surgiu o enterramento. Apresenta formato sub-circular, paredes introvertidas e fundo plano, com cerca de 1,70m de diâmetro e 1m de profundidade. Com apenas três camadas de enchimento ([1249], [1262] e [1264]), continha uma inumação de mulher jovem em posição fetal ([1289]), junto à qual se identificaram numerosos materiais que se poderão interpretar como espólio funerário (Figura 1).

PONTO III: CULTURA MATERIAL E PERSPECTIVAS CRONOLÓGICAS

Através de uma observação iminentemente morfológica, procuramos enquadrar cronológica e espacialmente a realidade arqueológica. A reconstrução dos momentos vividos, preservados neste contexto arqueológico, bem como os seus diferentes significados sociais são o objectivo único da nossa interpretação. Esta será sempre e apenas parte de uma visão da realidade então vivida, inevitavelmente de carácter interpretativo e sempre sujeita a revisão ou desconstrução.

III.1. Cultura Material

III.1.1 Recipientes e outros objectos cerâmicos

A análise dos recipientes cerâmicos tomou em conta vários critérios de diferenciação morfológica e os seus correlativos cronológicos, nomeadamente no que diz respeito às formas abertas de bordo espessado. Optou-se por formular uma seriação com base nas considerações de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1981 e 2011), João Luís Cardoso (1995), António C. Valera (1997 e 1998) e Victor Gonçalves (2003[2]).

De um modo geral, o conjunto cerâmico identificado (constituído pelo mobiliário funerário e restante espólio identificado na fossa) é marcado pela presença de pratos, taças carenadas e várias formas afins da esférica – taças, tigelas, potes e vasos. Para além destes, registaram-se formas em número pouco expressivo (copos, vasos troncónicos, mini-vasos e potes de paredes convergentes) (*vide* Tabela 1). A elevada fragmentação de parte do conjunto resultou na não determinação de algumas formas (16,67%). Apesar desta situação registaram-se vários casos em que as cerâmicas se encontram inteiras, de perfil completo ou com uma parte substancial do corpo reconstituída. Não se registaram decorações, apenas elementos mamilares em três potes esféricos. Igualmente em cerâmica registaram-se 67 crescentes e 11 placas de tear, de dimensões e morfologias variadas (Figura 2).

Tabela 1 – Frequências absolutas e relativas das formas de recipientes cerâmicos

Recipientes cerâmicos	[1249]		[1262]		[1264]		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prato de bordo simples	7	5,83%	0	0	0	0	7	4,35%
Prato de bordo espessado	20	16,67%	0	0	11	33,33%	31	19,26%
Taça de bordo simples	16	13,33%	0	0	3	9,09%	19	11,80%
Taça de bordo espessado	2	1,67%	1	12,5%	2	6,06%	5	3,11%
Taça carenada	5	4,17%	1	12,5%	1	3,03%	7	4.35%
Tigela	2	1,67%	0	0	0	0	2	1,24%
Pote de paredes convergentes	1	0,83%	0	0	0	0	1	0,62%
Pote esférico	37	30,83%	5	62,5%	11	33,33%	53	32,92%
Pote globular	6	5%	0	0	3	9,09%	9	5,59%
Vaso troncocónico	1	0,83%	0	0	0	0	1	0,62%
Copo	1	0,83%	0	0	0	0	1	0,62%
Mini-vaso	2	1,67%	0	0	0	0	2	1,24%
Indeterminado	20	16,67%	1	12,5%	2	6,06%	23	14,29%
Total	120	100%	8	100%	33	99,99%	161	100,01%

III.1.2 Material Lítico

Pedra lascada / Pedra polida

O conjunto em pedra lascada é composto por 14 elementos, na maioria em quartzo, única litologia sobre a qual surgiram vários subprodutos de debitagem. Em sílex recolheu-se uma ponta de seta de base côncava e duas lâminas de secção trapezoidal, intensamente retocadas com um retoque contínuo, abrupto e escaladiforme (FIGURA 3 e 4). O facto de ambas apresentarem fractura proximal e mesial dificulta a sua leitura. Foi ainda identificado um fragmento de xisto com retoque contínuo, escaladiforme.

No que concerne à pedra polida e afeiçoada registaram-se dois machados, um percutor, oito dormentes e um movente. Os machados encontram-se inteiros, em anfibolito, de secção transversal sub-rectangular, encontrando-se integralmente polidos. Apresentam índices de alongamento (IA) de 6,056cm e 5,934cm e de espessamento (IE) de 3,167cm e 2,528cm. O gume apresenta-se com ligeiros sinais de uso num caso e rombo noutro, indicando um claro uso prévio à sua deposição final (Figura 5). O percutor, de morfologia sub-rectangular, encontrava-se desgastado pelo intenso uso em todos os ângulos de embate possíveis. Possui as medidas de 9cm x 7,9cm x 5,9cm, com 688g.

Dos vários elementos de moagem identificados realçamos um que, pela acentuada concavidade que apresenta no centro e por ser numa rocha xistosa, deverá ter possuído outra função que não a de mo-

agem de cereais. Os dormentes encontram-se todos fragmentados, bem como o movente, todos constituídos por rochas graníticas.

III.1.3 Outros elementos: objectos ósseos, votivos e ecofactos

O registo material completa-se com três furadores, um objecto indeterminado em osso, uma placa de xisto, um ídolo-bétilo e um ídolo-falange. Os furadores encontram-se polidos e num caso com sinais de combustão. Em relação aos ídolos remetemos para o já abordado (*vide* Rocha *et alii*, 2011), realçando que no caso da placa de xisto a sua cabeça é definida por dois olhos solares perfurados, encimados por duas «sobrancelhas» preenchidas com traços de tendência vertical, tendo ao centro um elemento vertical (nariz?) reticulado (Figura 6). Reportório lido como sinal de uma nova divindade – a Deusa dos Olhos de Sol (Gonçalves, 2003. pp.43-46, 78).

III.2 Mobiliário funerário

O mobiliário funerário merecerá uma análise mais aprofundada que, por razões de espaço, não caberá aqui destacar. Dentro deste material, deve salientar-se o caso específico dos dormentes que, à excepção de um que se encontrava na base, foram colocados a cobrir o corpo. Quase sempre de grande dimensão, parecem ter funcionado como elemento estrutural, sinalizador do enterramento, cobrindo-o numa lógica ritual.

Quanto ao restante espólio, foram considerados como voto ao defunto os artefactos inteiros ou fragmentados em conexão que se encontravam sobre a inumação ou o conjunto de dormentes: três pratos, um pote esférico e um globular com quatro mamilos cada, uma tigela, um suporte cilíndrico, uma taça de boca elíptica e dois mini-vasos (Figura 7); dois machados, um percutor, uma ponta de seta, duas lâminas retocadas, dois ídolos e alguns instrumentos em osso. Destaca-se a placa de xisto que surge em todos os tipos de enterramento dos finais do 4º milénio à 1ª metade do 3º milénio a.C. (Gonçalves, 2003, p. 163-164). Desta forma, numa primeira análise, estaremos perante a presença de vários elementos que estariam ligados ao quotidiano do inumado (ou da comunidade em geral) e que iriam com ele para a sua próxima forma existencial.

III.3 Perspectivas Cronológicas

A cultura material identificada define-se pela presença de elementos de tradição neolítica e calcolítica (*vide* González Cordero, 1993 p.242; Soares e Cabral, 1993, p.221; Silva, Soares e Cardoso, 1995, p.160; Valera, 1998, Gonçalves, 2003[2]). Não se registaram discrepâncias estatisticamente significativas[1] que possam antever um faseamento lato no enchimento da estrutura em fossa: tudo se terá processado num mesmo momento ou em vários temporalmente próximos. O conjunto cerâmico caracteriza-se pela coexistência de taças carenadas e pratos de bordo simples e espessado, mas também pelas taças de bordo simples e espessado, bem como pelas formas fechadas com base na esfera, por vezes com pegas mamilares. Os crescentes dominam face às placas de tear, estando presentes machados, percutores e elementos de moagem, para além da indústria óssea e lítica típica destes períodos (*vide* Gonçalves, 2003[2], pp.95-99 e 162; Salvado, 2004).

Face a este quadro, é possível descrever esta realidade como pertencente a um período de transição entre o Neolítico (originário do sítio, *vide* Valera e Filipe, 2004) e o Calcolítico, ou, por outras palavras, de formação do segundo, com a incorporação de elementos característicos de ambos (*vide* González Cordero, 1993, p.255; Silva, Soares e Cardoso, 1995; Valera, 1998). Em termos cronológicos, este reportório material tem sido aduzido entre finais do IVº milénio e a 1ª metade do IIIº milénio a.C. (*vide* Valera, 1998; Silva e Soares, 2010). Todavia, um registo material semelhante tem sido interpretado quer no Calcolítico Inicial (Silva e Soares, 1987, p.65; Silva, Soares e Cardoso, 1995; Valera,1998, p. 97; 2000, p.35), quer no Pleno (Valera e Filipe, 2004). É expectável que a presença quantitativa de alguns dos elementos definidores destas fases crono-culturais possua variações conforme sítios ou áreas mais específicos, sendo que estas abordagens se referem à realidade do Sudoeste Peninsular.

Neste contexto concreto, convém salientar que o mobiliário funerário constitui-se de pratos espessados, entre outras cerâmicas, sem presença de qualquer taça carenada. Assim, a camada que cobriu o enterramento revelará numa única acção a deposição de vestígios materiais que não possuem um carácter ritual, podendo corresponder a várias fases crono-culturais do sítio, por oposição ao espólio fu-

1. A diferença visível, essencialmente na camada [1262], resulta de uma amostra demasiado reduzida para se poderem retirar conclusões profundas, do ponto de vista cronológico.

nerário que representa um momento mais localizado e concreto no tempo, em resultado da sua acção propositada. Isto é, resulta de um intuito de prestar voto ao defunto, enquanto os materiais da camada de enchimento poderão não ter esse fim. Portanto, se por um lado temos presente uma realidade material com elementos de tradição neolítica e calcolítica, por outro devemos considerar o espólio funerário como um possível indicador de uma cronologia mais recente do enterramento. Não consideramos, contudo, a ausência da taça carenada como um elemento que nos diga de forma *sine qua non* que estaremos perante um momento correspondente àquilo que vem sendo atribuído ao Calcolítico Pleno. Não negamos a sua localização no período inicial do Calcolítico, deixando em aberto uma possível pertença ao Calcolítico Pleno. Só um estudo crítico mais aprofundado, acompanhado de datações por radiocarbono, poderá esclarecer algumas dúvidas levantadas (Figura 8).

PONTO IV: ANÁLISE ANTROPOLÓGICA

Do ponto de vista antropológico, no que respeita à idade à morte do indivíduo exumado, os terceiros molares erupcionados e as epífises todas fundidas apontam para idade adulta. Já os indicadores sexuais presentes no coxal e no crânio são tipicamente femininos, tal como sucede com os indicadores osteométricos da tíbia. Relativamente à antropologia funerária, a inumação encontrava-se no fundo de uma fossa circular individual escavada na camada geológica, com orientação de 290º-110º (O-E), em posição hiperflectida, sobre o lado direito. Todas as conexões anatómicas se encontravam fechadas, pressupondo decomposição em espaço fechado (Figura 9).

PONTO V: CONCLUSÕES

A análise da inumação [1289] e o conjunto material em associação parece indicar uma estratégia de colmatação onde, após a colocação do corpo associado a diverso espólio, se foram sobrepondo diferentes níveis de sedimento onde se dispõem variados artefactos e elementos de moagem. Para além do diverso espólio que possuí um carácter votivo de oferenda, destaca-se a presença, ao longo de toda a sequência que colmata o enterramento, dos elementos de moagem. O emprego destes artefactos, relacionados funcionalmente com a moagem do cereal, numa estratégia consistente, terá tido por objectivo aspectos de carácter ritual ligados quer à sinalização da inumação, quer à marcação do género do defunto e/ou a sua ligação ao quotidiano do seu tempo de vida.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, José Morais (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas". *Vipasca*. Aljustrel. 2, pp. 41-61.

CARDOSO, João Luís (2010) – Leceia: a evolução do sistema defensivo. In GONÇALVES, Victor; SOUSA, Ana Catarina (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénio a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais, Câmara Municipal.

GONÇALVES, Victor (2003²) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Leituras críticas de realidades perdidas (Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. Cascais: Câmara Municipal.

GONZÁLEZ CORDERO, Antonio (1993) – Evolucion, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Extremadura. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33: 3-4, pp. 237-259.

ROCHA, Miguel; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel; NETO, Nuno (2011) – Contextos e objectos simbólico-religiosos do Porto Torrão: os ídolos e as placas de xisto. *Promontoria Monográfica, Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica*. Faro. 16, 399-406.

SOARES, António Monge; CABRAL, João Peixoto (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33: 3-4, pp. 217-235.

SALVADO, Maria Clara Barreto Ruivo da Silva (2004) – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa: As colecções do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 2.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1981) – *Pré--História da Área de Sines: trabalhos arqueológicos de 1972--77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (1987) – O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba I: Escavações Arqueológicas de 1982-86 (Resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, pp. 29-79.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (2010) – O povoado fortificado do Porto das Carretas. In GONÇALVES, Victor; SOUSA, Ana Catarina (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénio a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais, Câmara Municipal.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; CARDOSO, João Luís (1995) – Os povoados fortificados de Leceia e Monte da Tumba: elementos para um estudo comparado. In KUNST, Michael (coord.) – Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica (Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras. 3-5 Abril 1987). Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 7, pp. 159-168.

SOARES, António Monge; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina (2007) – A datação pelo radiocarbono das fases de ocupação do Porto das Carretas: algumas reflexões sobre a cronologia do Campaniforme. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, pp. 127-134.

VALERA, António (1997) – O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): Aspectos da calcolitização da Bacia do Alto Mondego. *Textos Monográficos*. Lisboa. 1.

VALERA, António (1998) – Análise da componente cerâmica. In LAGO, Miguel; DUARTE, Cidália; VALERA, António; ALBERGARIA, João; ALMEIDA, Francisco; CARVALHO, António Faustino – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, pp. 80-104.

VALERA, António (2000) - Moinho de Valadares e a transição Neolítico Final/Calcolítico na margem esquerda do Guadiana: uma análise preliminar. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 21-37.

VALERA, António; FILIPE, Iola (2004) – O Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste Peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, pp. 28-61.

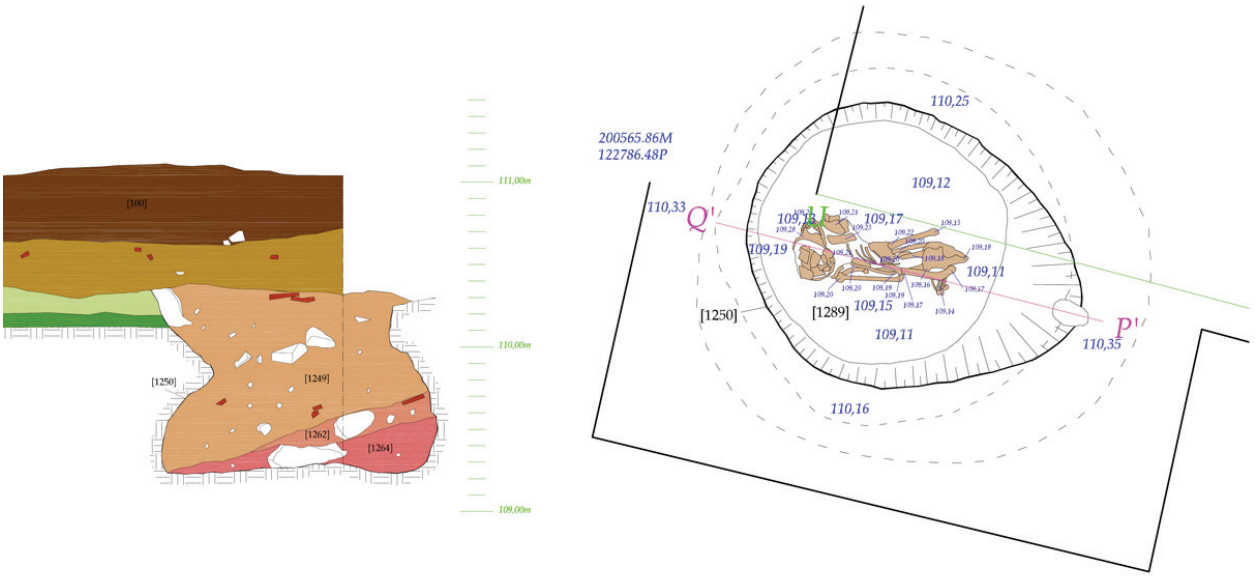


Figura 1 – Representação gráfica do contexto: corte estratigráfico e plano final da fossa [1250].

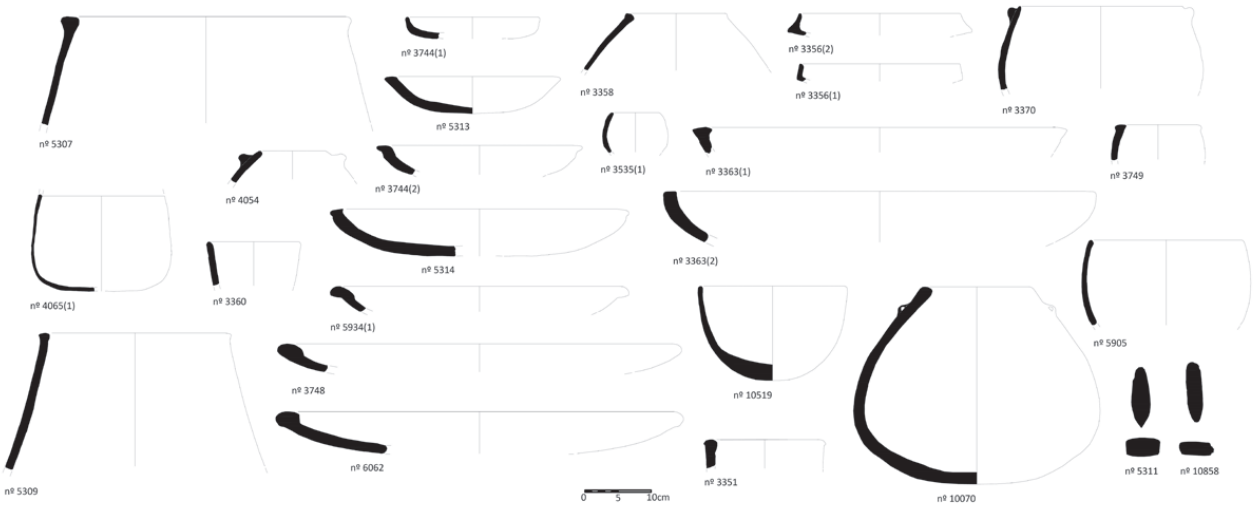


Figura 2 – Materiais cerâmicos exumados na fossa [1250]. Nº 3351 – Vaso hemisférico; nº 3356(1) – Taça carenada troncocónica; nº 3356(2) – Taça carenada hiperbolóide; nº 3358 – Globular bi-espessado; nº 3360 – Copo; nº 3363(1) – Taça de bordo bi-espessado; nº 3363(2) – Taça de bordo direito; nº 3370 – Esférico com mamilo; nº 3535(1) – Esférico; nº 3744(1) – Prato sem espessamento; nº 3744(2) – Prato espessado externamente; nº 3748 – Prato de bordo espessado; nº 3749 – Esférico de bordo espessado; nº 4054 – Globular simples com pega; nº 4065(1) – Pote de paredes convergentes; nº 5307 – Esférico de bordo espessado; nº 5309 – Vaso troncocónico; nº 5311 – machado; nº 5313 – Prato de bordo espessado internamente; nº 5314 – Prato de bordo bi-espessado; nº 5905 – Esférico; nº 5934(1) – Prato espessado internamente; nº 6062 – Prato de bordo almendrado; nº 10070 – Globular; nº 10519 – Tijela; nº 10858 – machado.

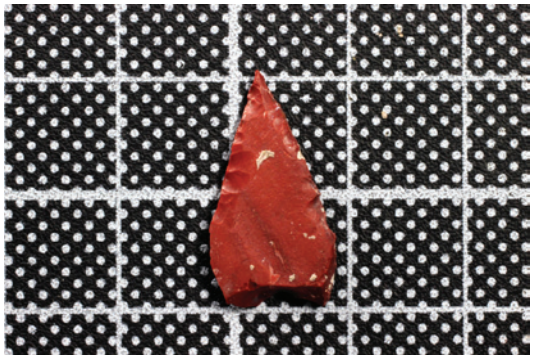


Figura 3 – Ponta de seta.

Figura 4 – Lâminas.

Figura 5 – Machado.

Figura 6 – Placa de Xisto.

Figura 7 – Conjunto cerâmico que consitui o espólio funerário.

Figura 8 – Escavação da fossa [1250], plano da camada [1249].

Figura 9 – Escavação da fossa [1250], plano do enterramento [1289].

DEPÓSITOS FAUNÍSTICOS DOS ENCHIMENTOS DAS ESTRUTURAS EM NEGATIVO DE PLANTA SUB-RETANGULAR ALONGADA E EM FORMA DE "OSSO" DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO INTERIOR ALENTEJANO

Cláudia Costa / UNIARQ, Universidade do Algarve; Colaboradora da Arqueologia & Património Lda. / ccordeirocosta@gmail.com;
Sérgio Gomes / Arqueologia & Património Lda.; CEAUCP-CAM / sergioalexandregomes@gmail.com
Lídia Baptista / Arqueologia & Património Lda., CEAUCP-CAM, FLUP / lidiabap@gmail.com

RESUMO

Neste artigo analisamos os elementos faunísticos de um conjunto de estruturas em negativo de planta sub--retangular alongada e em forma de "osso" de estações pré-históricas do interior alentejano. Com esta análise pretendemos contribuir para a caracterização da ocorrência destes elementos no enchimento destas estruturas e, no mesmo sentido, associar o enchimento das estruturas a um conjunto de práticas que pode ser identificado nos restos faunísticos. Deste modo, o estudo da fauna proveniente destes contextos abre as possibilidades de discutir o jogo das práticas que podemos considerar na discussão da construção do espaço "marcada" por estas estruturas.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the characterization of a particular "type" of negative structures: the bone shaped structures and long sub-rectangular plan structures. These features have been discovered in several prehistoric sites at Alentejo and it seems to be an important architectural device in the construction of the Late Prehistory landscape of the region. We focus our analysis on a group of structures with faunal remains, discussing how these elements can contribute to a better understanding of the practices within which these structures would have participated.

1. INTRODUÇÃO

As estruturas em negativo de planta sub-retangular alongada e em forma de "osso"[1] correspondem a um tipo de estrutura que ocorre, com alguma frequência, nas estações pré-históricas do interior alentejano (Baptista & Gomes, no prelo). O estudo que aqui apresentamos foi realizado com base na análise de 118 estruturas identificadas em 23 sítios intervencionados pela equipa da Arqueologia & Património Lda., no âmbito dos trabalhos de minimização de impactes decorrentes da execução dos Blocos de Rega de Brinches-Enxoé e de Ervidel e dos Circuitos Hidráulicos de Pedrógão e de Vale do Gaio (Fase de Obra) promovidos pela EDIA, S.A. (Figura 1). Neste artigo, o nosso propósito é contribuir para a caracterização e problematização dos enchimentos destas estruturas. Para tal, centraremos o nosso estudo

1. Correspondem a estruturas em negativo cuja planta apresenta uma morfologia semelhante à de um "osso longo estilizado", ou seja, trata-se de uma forma composta por duas áreas de planta sub-oval localizadas nas extremidades que convergem e estreitam para o "centro" da estrutura.

no caso das estruturas que apresentam elementos faunísticos. Neste sentido, é de salientar que a presença de elementos faunísticos não corresponde a uma situação recorrente, tratando-se de casos de exceção num universo de estruturas que se apresentam, maioritariamente, "vazias" (*Ibidem*). Assim, ao centrarmos a análise no conjunto das estruturas que apresentam fauna, estamos a discutir uma relação entre um "tipo de estrutura em negativo" e um "elemento que participa no seu enchimento". Na discussão dessa relação, usaremos a análise taxonómica e tafonómica dos elementos faunísticos para tentar inferir o conjunto de práticas em que se processa tal relação.

2. ESTRUTURAS QUE APRESENTAM ELEMENTOS FAUNÍSTICOS

No universo de estruturas em análise, a presença de elementos faunísticos foi registada em apenas nove estruturas. Como já referimos, estes casos correspondem a situações pouco recorrentes, contrastando com um universo onde as estruturas apresentam, maioritariamente, apenas um depósito de enchimento, que, de um modo geral, quase não apresenta componente arqueológica. Os fragmentos de recipientes cerâmicos e os fragmentos de elementos líticos são as ocorrências artefactuais mais frequentes, apresentando, contudo, uma expressão numérica pouco significativa e ocorrendo aleatoriamente no enchimento das estruturas (*Ibidem*). No caso dos restos faunísticos, como veremos, a situação contrasta com este cenário, ocorrendo em contextos formalmente mais complexos e diversificados. Considerando tal diversidade, nos próximos pontos iremos apresentar separadamente cada uma das estruturas.

2.1. MONTE DAS ALDEIAS (PEDRÓGÃO, VIDIGUEIRA)

2.1.1 Sondagem N.º 11

A estrutura da Sondagem N.º 11 (Baptista, Gomes & Mata, 2012) (Fig. 2 – A) apresenta uma sequência de enchimento que combina depósitos areno-argilosos de cor castanha e tonalidade variável que cobrem toda a área da estrutura e um nível de concentração de cinzas e madeira carbonizada circunscrito ao centro. Dividindo a estrutura em três partes (a superior, a média e a inferior), podemos considerar que: a) **à parte superior corresponde um conjunto de dois depósitos de enchimento** (as UE's 1100 e 1101) que ocupam toda esta área da estrutura; b) na parte média, localiza-se a concentração de cinzas e madeira carbonizada (as UE's 1103, 1104 e 1105) que parecem corresponder ao enchimento de uma interface vertical aberta no depósito que ocupa esta parte da estrutura (a UE 1107); c) a parte inferior da estrutura é ocupada por um único depósito (a UE 1111) que se destaca do anterior (a UE 1108) por apresentar uma coloração alaranjada.

Nestes depósitos, distribuídos de modo aleatório, foi identificado um conjunto artefactual constituído por oito fragmentos cerâmicos e seis fragmentos de elementos líticos (nomeadamente, de dois percutores em quartzito). O elemento faunístico foi recolhido na UE 1103 e corresponde a um fragmento inclassificável de reduzidas dimensões e completamente carbonizado.

2.1.2. Sondagem N.º 15

Os depósitos de enchimento desta estrutura (*Ibidem*) (Figura 2 – B) parecem estar em associação com a sua morfologia. A estrutura apresenta um perfil em Y, ou seja, a parte superior é bastante mais larga do que a parte inferior. Na parte superior da estrutura, encontravam-se dois depósitos com uma espessura de cerca de 0,5 m (as UE's 1500 e 1501); ambos apresentavam uma matriz argilosa, de cor castanha e tonalidade vermelha, compactos e heterogéneos, destacando-se o depósito inferior por apresentar uma inclusão frequente de nódulos de caliço alaranjado e amarelado e carvões de pequeno calibre. Após a remoção destes depósitos, a estrutura não só se apresentava mais estreita, como alguns dos seus depósitos de enchimento são colocados de modo a delinear esse estreitamento, ou seja, parece existir uma remodelação do espaço interior da estrutura delimitado pela interface vertical, na qual é criada uma área em negativo, de planta sub-retangular alongada, no centro da estrutura. Nesta área mais estreita, os depósitos apresentam-se menos espessos do que os da parte superior da estrutura, apresentado também um elevado número de fragmentos de carvões e madeira carbonizada. A remoção deste conjunto de depósitos (as UE's 1502, 1503, 1504, 1505, 1506 e 1507) permitiu identificar um nível de "buracos de poste", abertos no depósito UE 1528. Estes "buracos de poste" poderão corresponder a uma construção em madeira, correspondendo

os depósitos que sobrepõem a esta realidade, a um processo de destruição/desmantelamento de tal estrutura. Após a escavação deste conjunto de depósitos, foram identificados mais três depósitos (as UE's 1530, 1532 e 1533), de características semelhantes aos do topo, que correspondem à delimitação do estreitamento da estrutura.
A componente artefactual que estava em associação a esta sequência de enchimento é composta por 21 fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões, que ocorreram, fundamentalmente, nos depósitos do topo, e seis fragmentos de elementos líticos que se distribuem pelos depósitos do topo e da base. No que diz respeito aos elementos faunísticos, é de salientar que a sua ocorrência se circunscreve aos depósitos que se associam à estrutura de madeira carbonizada, onde se recuperou um conjunto de cinquenta e um fragmentos de ossos calcinados e carbonizados de dimensões reduzidas, claramente resultantes do estalamento pela ação do fogo. Para além dessa concentração, foi ainda detetado um conjunto de elementos desarticulados nas UE's 1504, 1505 e 1507, correspondente a um esqueleto completo de veado.

2.1.3. Sondagem N.º 40

A estrutura da Sondagem N.º 40 (*Ibidem*) (Figura 3 – A) apresenta um perfil em W no seu eixo longitudinal, ou seja, corresponde à articulação, ao nível do topo, de dois módulos de planta sub-elíptica. O enchimento da estrutura, num dos módulos, corresponde a um único depósito de matriz argilosa de cor castanha e tonalidade vermelha, compacto e heterogéneo, com inclusão de nódulos de caliço (UE 400); neste depósito foram recolhidos dois fragmentos cerâmicos muito corroídos. Esse mesmo depósito ocupa também a parte superior do outro módulo, cobrindo um depósito faunístico que corresponde a um esqueleto parcialmente articulado de veado. Os restos de animal foram depositados sobre um depósito semelhante ao que o cobria que, por sua vez, ocupa a parte inferior desta parte da estrutura.

2.1.4. Sondagem N.º 155

A estrutura da Sondagem N.º 155 (*Ibidem*) apresenta, do ponto de vista morfológico e da sequência de enchimento, muitas semelhanças com a estrutura da Sondagem N.º 15. Com efeito, ambas apresentam um estreitamento, que é reforçado pelos depósitos de enchimento, criando uma área central onde foi identificado um nível de buracos de poste. Em associação com este nível, foi também identificada uma sequência de depósitos, com muitos carvões e fragmentos de madeira carbonizada, que poderá corresponder ao desmantelamento de uma eventual estrutura em materiais perecíveis. O conjunto artefactual associado a este enchimento é muito reduzido, sendo constituído por dois fragmentos cerâmicos e cinco fragmentos de elementos líticos. Os restos faunísticos concentram-se num depósito, que ocorre quase no topo do estreitamento da estrutura, estando em associação com fragmentos de madeira carbonizada. Correspondem a elementos desarticulados de membro anterior direito de veado composto por fragmentos de escápula, úmero, rádio e metacarpo completamente carbonizados. Além destes elementos foram ainda recuperados elementos vertebrais e de ossos longos fragmentados de animal de médio porte não determinado, não manipulados termicamente. Na UE 15514 foi ainda recuperado um fragmento de pélvis de animal de grande porte indeterminado também sem marcas de manipulação térmica.

2.1.5. Sondagem N.º 159

A estrutura da Sondagem N.º 159 (*Ibidem*) apresenta uma morfologia e sequência de enchimento idêntica às das estruturas das Sondagens N.º 15 e N.º 155. Trata-se, então, de uma estrutura de perfil em Y, cuja parte mais larga (a do topo) se encontrava colmatada por um depósito compacto de matriz argilosa de cor castanha com uma espessura de quase um metro (a UE 15900). A parte mais estreita apresenta, quase na base, um nível de buracos de poste, correspondendo ao topo do enchimento deste estreitamento a um nível de concentração de madeira carbonizada (a UE 15904), sobreposto a uma sequência de depósitos argilosos de cor castanha, que cobre o referido nível de buracos de poste. No que diz respeito à componente artefactual, é de salientar o seu carácter vestigial sendo constituído por apenas quatro fragmentos cerâmicos e treze elementos líticos, nomeadamente percutores e alisadores em seixos de quartzito, concentrando-se a maioria dos elementos no depósito de topo da estrutura (UE 15900). Quanto à fauna, foi recuperado apenas um fragmento de tíbia de veado e quatro elementos não determinados e não queimados, localizados nos depósitos de enchimento da zona mais estreita, tendo sido registados numa pequena concentração (a UE

1505), após a remoção do nível de concentração de madeira carbonizada.

2.2. MONTE DA BARRADA 1 (PEDRÓGÃO, VIDIGUEIRA)

A estrutura da Sondagem N.º 15 do Monte da Barrada (Baptista & *alli*, no prelo) (Figura 3 – B) apresenta uma planta em forma de "osso", com um comprimento de 3,1m, 0,2m de largura ao centro e 0,8m nas extremidades e uma profundidade de cerca de 1,4 m. No seu enchimento, ao nível do topo, foi identificado um depósito, com cerca de 20 cm de espessura, de matriz argilosa de coloração castanha-escura, muito compacto, com inclusão de fragmentos de xisto, gabros esverdeados e esbranquiçados, manchas de argila alaranjada e raízes (UE 1500). Após a remoção do depósito de topo, foi identificado um depósito (a UE 1501) que ocupava quase toda a estrutura, apresentando uma espessura de quase um metro e uma matriz semelhante ao depósito superior, mas de tonalidade branca, com inclusão de nódulos de caliço e dioritos (UE 1501). Este depósito cobria um nível de elementos de fauna (UE 1502) que se concentrava num dos módulos da estrutura. Sob este nível, encontrava-se o último depósito de enchimento da estrutura; tratava-se de um depósito semelhante à UE 1501, com quase 20 cm de espessura. No enchimento desta estrutura não foi identificado qualquer elemento de natureza artefactual. O conjunto faunístico corresponde exclusivamente a elementos desarticulados de um indivíduo de *Bos* sp.

2.3. MONTE DO OUTEIRINHO NOVO (FERREIRA DO ALENTEJO, FERREIRA DO ALENTEJO)

A estrutura da Sondagem N.º 7 do Monte do Outeirinho Novo (Baptista, Pinheiro & Gomes, 2012) (Figura 4 – A) apresenta uma planta sub-retangular e perfil em U; trata-se de uma estrutura muito estreita, com 44 cm de largura, um comprimento de 3,8 m e 1,4 de profundidade. O seu enchimento era constituído por um depósito inicial com cerca de 60 cm de espessura, que apresentava uma matriz areno-argilosa, semelhante à do substrato, de cor castanha e tonalidade escura, com inclusão de nódulos de caliço. Após a remoção deste depósito, foi identificado um nível horizontal de partes de esqueleto de veado, compostos por elementos dos membros, principalmente membro anterior esquerdo e membro posterior direito, e alguns fragmentos de costelas. Este nível assentava num depósito semelhante ao do topo, mas mais claro e com uma maior inclusão de nódulos de caliço, que preenchia o resto da estrutura.

2.4. MONTINHOS 6 (BRINCHES, SERPA)

A análise da morfologia da estrutura da Sondagem N.º 12 de Montinhos 6 (Baptista & Gomes, 2011) (Figura 4 – B) apresenta um conjunto de aspetos que remete para a possibilidade da existência inicial de uma estrutura tipo "fossa" que, posteriormente, poderia ter sido reapropriada para a construção de uma estrutura de planta em forma de "osso". De qualquer modo, a sequência de enchimento registada parece fazer parte desta última configuração do espaço. Com efeito, trata-se de um conjunto de depósitos de matriz areno-argilosa, semelhante à do caliço onde foi aberta a estrutura com variações na coloração e compacticidade, que ocupavam, em níveis horizontais, a totalidade do espaço definido pela estrutura. Estes depósitos não apresentavam qualquer elemento artefactual, porém no depósito da base (a UE 1204) foram recolhidas duas diáfises de fémur de animal de grande porte inclassificável.

2.5. VALE FRIO 2 (FERREIRA DO ALENTEJO, FERREIRA DO ALENTEJO)

A estrutura da Sondagem N.º 19 de Vale Frio 2 (Baptista & *alli*, no prelo) (Figura 4 – C) apresenta uma planta em forma de "osso" com um perfil longitudinal em W. Trata-se de uma estrutura com 4,96 m de comprimento, uma largura média de 70 cm e cerca de 1 m de profundidade. O seu enchimento era constituído por um único depósito compacto de matriz areno-argilosa, semelhante à do caliço, cor castanha clara, onde ocorriam nódulos de caliço, de argila e carvões. Neste depósito não foi identificado qualquer elemento artefactual, apresentando exclusivamente um fragmento de haste de veado.

3. CONJUNTO ARQUEOFAUNÍSTICO

A leitura dos dados referentes ao estudo da arqueofauna demonstrou a existência de associações arqueofaunísticas que podemos ordenar em três

grupos: elementos indetermináveis isolados de reduzidas dimensões, conjuntos de elementos articulados ou parcialmente articulados e elementos determináveis anatomicamente mas isolados ou em pequenos conjuntos.

Os três grupos de associações arqueofaunísiticas acima referidos remetem para leituras distintas do modo como os elementos faunísticos participam no enchimento das estruturas. Por um lado, os fragmentos isolados cuja presença dentro do contexto arqueológico deverá ser interpretada como fazendo parte do próprio depósito (constituindo um clasto), como é o caso do elemento que se encontra isolado dentro da Estrutura Nº 11 e o elemento da UE 15514 da Estrutura Nº 155 do Monte das Aldeias. Por outro lado, encontram-se os conjuntos de elementos articulados ou parcialmente articulados que correspondem a um esqueleto ou partes esqueléticas pertencentes a um único indivíduo de um determinado táxon, veado ou bovino. São o caso dos esqueletos completos que se encontram nas Estruturas N.º 15 e N.º 40 e o membro anterior da Estrutura N.º 155, todos do Monte das Aldeias, e dos membros anterior e posterior da Estrutura N.º 7 do Monte do Outeirinho Novo. Por último, podem encontrar-se elementos soltos, isolados, em par ou em conjuntos diminutos. Neste grupo incluem-se as duas diáfises de fémur de animal de grande porte da Estrutura N.º 12 de Montinhos 6, a haste de veado da Estrutura N.º 19 de Vale Frio 2 e o conjunto de restos fragmentados e carbonizados (incluindo um fragmento de astrágalo de veado) da Estrutura N.º 159 do Monte das Aldeias. As dimensões dos elementos destes dois últimos grupos, a sua associação contextual bem como o seu estado de conservação, não são compatíveis com as características que os elementos isolados exibem, remetendo para uma outra leitura da sua ocorrência. Com efeito, se os elementos isolados podem ser interpretados como constituintes dos sedimentos, já os outros conjuntos apresentam uma formalização que sugere um "cenário de manipulação" mais complexo para explicar a sua ocorrência no enchimento das estruturas. Nas considerações finais voltaremos às leituras que estes contextos permitem.

Os elementos não submetidos termicamente encontram-se, na generalidade, muito afetados pela corrosão o que afeta a camada externa da superfície dos ossos, não permitindo, na maioria dos casos, a observação de marcas de corte. No que diz respeito aos conjuntos de ossos articulados, os elementos encontravam-se originalmente completos, todavia, foram recuperados muito fragmentados devido, por um lado, aos processos de meteorização que nalguns casos se apresentavam bastante avançados, e por outro, pelas condições de escavação que provocaram fraturas recentes. Por este motivo, a contabilização dos elementos preservados foi em larga escala afetada, não sendo possível classificar anatomicamente todos os ossos recuperados, particularmente dos elementos do esqueleto axial.

Não obstante, foi possível identificar três tipos de manipulação antrópica: marcas de corte, fratura intencional quando o osso se encontrava em estado fresco, a chamada fratura helicoidal, e marcas de submissão ao fogo. As marcas de corte foram registadas no atlas do esqueleto de veado da Estrutura N.º 40 e em ambos os fragmentos de tíbia do esqueleto de veado da Estrutura N.º 159 do Monte das Aldeias. Além disso, um dos fragmentos de tíbia mostrava ainda uma fratura intencional provocada quando o osso se encontrava em estado fresco. No esqueleto de bovino da Estrutura N.º 15 do Monte da Barrada 1 foram registadas marcas de corte no úmero, rádio e ulna do lado direito e no metatarso do lado esquerdo. Tratando-se de marcas de corte localizadas nas extremidades dos ossos longos relacionam-se com o desmembramento intencional dos elementos anatómicos, tal como se verifica com os cortes no atlas de veado que relacionar-se-á com a desarticulação do crânio.

Quanto às marcas de submissão térmica incidem exclusivamente sobre os restos nas Estruturas N.º 15 e N.º 155 do Monte das Aldeias. Nas unidades subjacentes e sobrejacentes ao "enterramento" de esqueleto de veado da Estrutura N.º 15, foram recuperados elementos faunísticos com marcas de intensa submissão ao fogo, quer carbonizados quer calcinados, estando os elementos correspondentes ao esqueleto de veado livres de marcas de fogo. Quanto aos restos queimados da Estrutura N.º 155, os únicos elementos integráveis num táxon encontravam-se completamente calcinados, correspondendo ao membro superior direito de veado.

A representação anatómica demonstra a preservação de todas as partes anatómicas de cada um dos esqueletos, sugerindo que a extração de carne tenha sido realizada no local depois do desmembramento da carcaça tendo os ossos permanecidos no interior da estrutura negativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de estruturas alongadas com perfil em Y/V/W tem sido realizada nalgumas regiões da Europa Central e do Norte desde os inícios do século XX, com integração cronológica genérica dentro da Pré-História Recente (Marcigny, Riquier 2009, Achard-Corompt & *alli,* 2010; 2011; 2012), um fenómeno que parece estender-se para a Península Ibérica.

Além da planta e perfis, as estruturas portuguesas têm algumas similitudes com as estruturas europeias nomeadamente na baixa frequência de elementos artefactuais e na percentagem baixíssima de estruturas com apresentação de restos de animais. Algumas intervenções recentes demonstraram que, no caso das estruturas onde se recuperam materiais de animais vertebrados, se regista uma tendência de acumulação desses mesmos restos na parte inferior da sequência de enchimento. Verifica-se também que os restos faunísticos se reportam a um naipe de espécies muito reduzida, normalmente animais selvagens de grande porte como auroque e cervídeos (*Ibidem*). Nos casos do território português regista-se a exclusividade de veado (Monte das Aldeias. Monte do Outeirinho Novo e Vale Frio 2) e bovino (Monte da Barrada 1). Outra similitude com as estruturas identificadas na Europa é a associação de algumas destas faunas a restos de madeira, havendo mesmo nalguns casos a presença de buracos de poste tal como se observou no Monte das Aldeias.

Várias têm sido as interpretações sobre a funcionalidade que têm sido avançadas pelos diferentes autores, desde a associação a ações rituais até a estruturas de apoio ao tratamento de peles. Recentemente uma linha de investigação tem sido desenvolvida, especialmente para os sítios da região da Normandia, sobre a utilização das estruturas como armadilhas utilizadas na caça a grandes mamíferos com paralelos etnográficos em comunidades indígenas da Escandinávia (Achard-Corompt *& alli,* 2011; 2012).

Embora escassos, os dados disponíveis para as estruturas portuguesas e até agora em estudo mostraram algumas evidências que contrariam esta hipótese. Em primeiro lugar, a associação dos restos faunísticos aos elementos de madeira queimada nos contextos do Monte do Outeirinho Novo e nas Estruturas N.º 15 e N.º 40 do Monte das Aldeias não é inequívoca, porquanto os materiais faunísticos não se encontram carbonizados como se encontram as madeiras, implicando que a deposição dos animais tenha que ser posterior à queima das madeiras. A associação de restos de animais à estrutura de madeira só poderá ser inferida no caso dos elementos faunísticos que se encontram carbonizados, como na Estrutura N.º 155 de Monte das Aldeias. Nestes casos porém, os restos faunísticos reportam-se apenas a partes esqueléticas e não a animais completos. Pelo que, a funcionalidade de uma eventual estrutura de madeira na captura de um animal parece estar comprometida, podendo apenas estabelecer-se uma relação entre a estrutura de madeira e um membro de animal que terão sido queimados conjuntamente. O estudo da ocorrência de fauna neste tipo de estruturas necessita de um aumento do *corpus* de dados de forma abrir outras perspetivas para a compreensão do modo como os elementos faunísticos participam no enchimento destas estruturas. No mesmo sentido, é necessário também avaliar as particularidades da sua ocorrência neste tipo de estruturas face ao variado leque de contextos pré-históricos que apresentam fauna. Deste exercício de sistematização de dados talvez resulte a emergência de outras relações que, no atual estado da pesquisa, ainda não são visíveis. Neste fazer saltar relações que ainda não vemos, joga-se com as diferenças que separam as cosmologias em diálogo na discussão destes contextos (Valera 2012).

BIBLIOGRAFIA

ACHARD-COROMPT, N., AUXIETTE, G., FROMONT, N., GHESQUIÈRE, E., GIAZZON, D., KASPRZYK, M., MARCIGNY, C. & RIQUIER, V. (2011) – "Les fosses à profil « en V-Y-W »/Schlitzgruben: retour sur une énigme", *RAP - n° spécial 28 - Le Néolithique du Nord de la France dans son contexte européen: habitat et économie aux 4e et 3e millénaires avant notre ère - Actes du 29e colloque interrégional sur le Néolithique,* Villeneuve-d'Ascq 2-3 octobre 2009, 549-558.

ACHARD-COROMPT, N. MARCIGNY, C., RIQUIER, V. & VANMOERKERKE, J. (2012) – «"Schlitzgruben", "fentes", "V-shaped pits"…: a European research for a European phenomenon", comunicação apresentada no *18th Annual Meeting of European Association of Archaeologists*, Helsinquia, 29 de Agosto a 1 de Setembro

ACHARD-COROMPT, G., ACHARD-COROMPT, N., DESBROSSE, V., AUXIETTE, G., FECHNER, K., MOREAU, C., PELTIER, V., RIQUIER, V. (2010) – «Chasse, culte ou artisanat? Premiers résultats du projet de récherce relative aux fosses à profil en "V, Y, W"», *Bulletin de la Société préhistorique française*, tome 107, 3, pp. 581-600.

BAPTISTA, L., FIGUEIREDO, M., GOMES, S. & TOMÉ, J. (no prelo) – *Trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Circuito Hidráulico de Pedrógão – Fase de Obra. Intervenção Arqueológica – Monte da Barrada 1.* Relatório Final, Beja: Arqueologia e Património Lda.

BAPTISTA, L. & GOMES, S. (2011) – *Bloco de Rega de Brinches-Enxoé. Intervenção Arqueológica em Montinhos 6*, Arqueologia e Património Lda.

BAPTISTA, L. & GOMES, S. (no prelo) – "Contributos para o estudo das modalidades de construção do espaço das estruturas de planta em "osso" e sub-retangulares alongadas." *Atas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular,* em 4 e 6 de Outubro de 2012, Villafranca de los Barros (Badajoz)

BAPTISTA, L., GOMES, S., FERNANDES, S. & PINHEIRO, R. (no prelo) – *Trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução* do Bloco de Rega de Ervidel – *Fase de Obra. Intervenção Arqueológica – Vale Frio 2.* Relatório Final, Beja: Arqueologia e Património Lda.

BAPTISTA, L., GOMES, S. & MATA, V. (2012) – *Trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Circuito Hidráulico de Pedrógão – Fase de Obra. Intervenção Arqueológica – Monte das Aldeias.* Relatório Final, Beja: Arqueologia e Património Lda.

BAPTISTA, L., PINHEIRO, R. & GOMES, S. (2012) – *Trabalhos de minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Ervidel – Fase de Obra. Intervenção Arqueológica – Monte do Outeirinho Novo.* Relatório Final, Beja: Arqueologia e Património Lda.

MARCIGNY, C., RIQUIER, V. COM COL. DE ACHARD-COROMPT, N., AUXIETTE, G., DESBROSSE, V., FECHNER, K., GUESQUIÈRE, E., GIAZZON, D., MOREAU, C., VANMOERKERKE, J. (2009) – "Les sites à "fosses en V-Y" Émergence d'une problémathique te d'un réseau au niveu national", *Archeopages*, 25, pp. 69-77.

VALERA, A.C. (2012) "A Vaca de Almada e o Problema das Relações Homem / Animal na Pré-História Recente", *Al-madan* N.º 17 (IIª Série), pp 22-29.

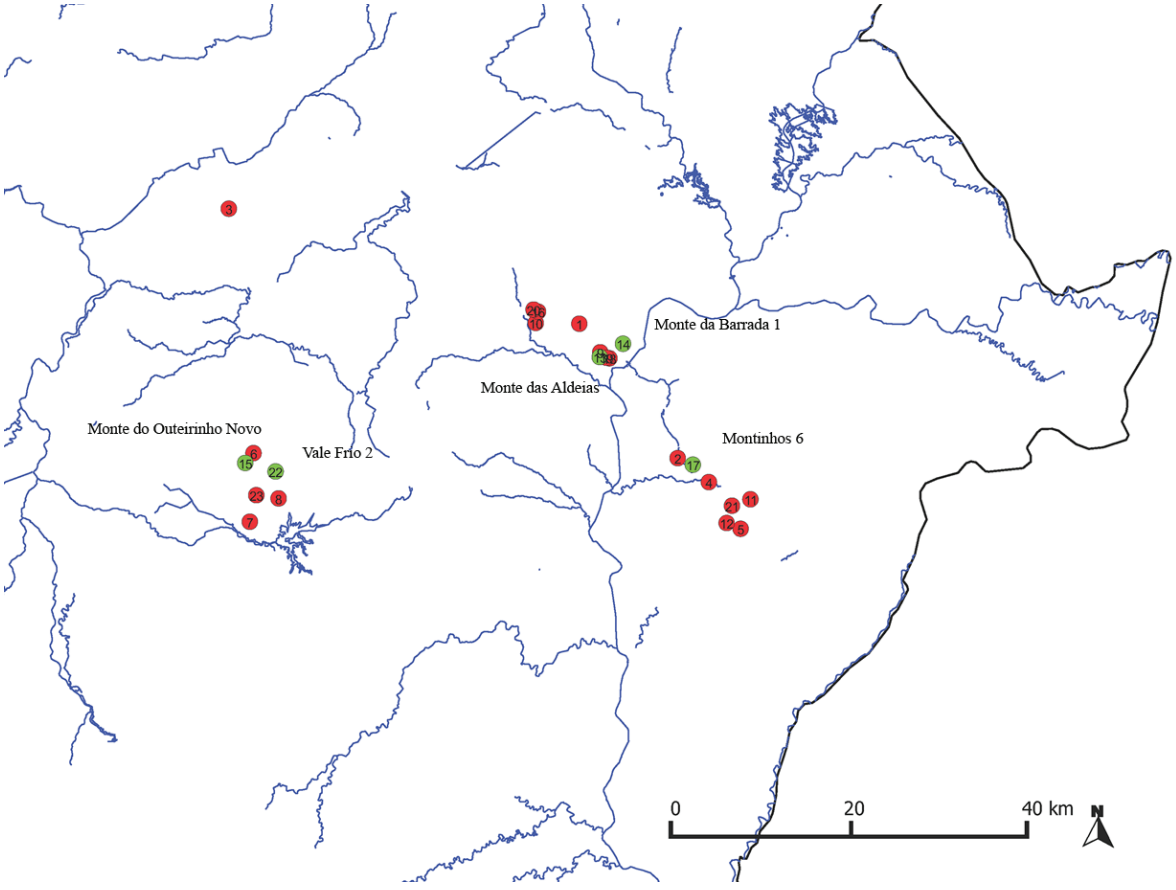


Figura 1 – Mapa de distribuição dos 23 sítios intervencionados pela equipa Arqueologia & Património, Lda.. Destaque dos sítios referidos em texto: 13 – Monte das Aldeias; 14 – Monte da Barrada 1; 15 – Monte do Outeirinho Novo; 17 – Montinhos 6; e 22 – Vale Frio 2.

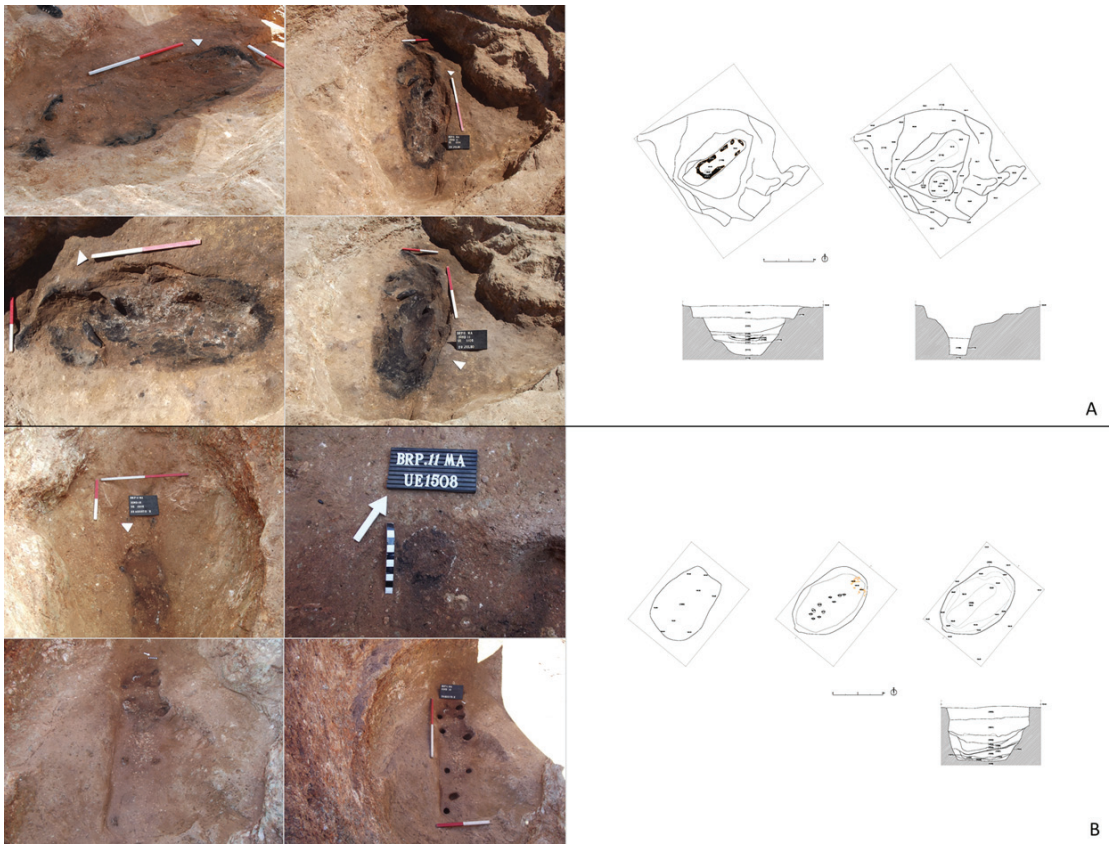


Figura 2 – Monte das Aldeias: A – Estrutura N.º 11 e B – Estrutura N.º 15.

Figura 3 – Monte das Aldeias: A – Estrutura N.º 40 e Monte da Barrada 1: B – Estrutura N.º 15.

Figura 4 – Monte do Outeirinho Novo: A – Estrutura N.º 7; Montinhos 6: B – Estrutura N.º 12; e Vale Frio 2: C – Estrutura N.º 19.

UMA PRIMEIRA ABORDAGEM À CERÂMICA DECORADA DO 4.º / 3.º MILÉNIO A.N.E. DOS POVOADOS DE S. PEDRO (REDONDO)

Catarina Costeira / Bolseira de doutoramento financiada pela FCT – SFRH/BD/76693/2011, Uniarq / catarinacosteira@gmail.com
Rui Mataloto / Arqueólogo Município de Redondo / rmataloto@gmail.com
Conceição Roque / Arqueóloga

RESUMO
Este artigo consiste numa primeira abordagem ao conjunto de cerâmica decorada proveniente do povoado do 4.º / 3.º milénio a.n.e. de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). Na região alentejana, na cronologia em análise, é comummente aceite a escassez e simplicidade da cerâmica decorada. Os dados apresentados, ainda que não alterem substancialmente este panorama, demonstram uma realidade numericamente mais expressiva e estilisticamente mais diversificada do que o expectável.
Pretendemos organizar as técnicas e os motivos decorativos em grandes grupos e enquadrá-los nos contextos e fases do povoado em estudo, bem como debater as principais leituras interpretativas apresentadas.

Abstract
This article is a first approach to the decorated pottery from the archaeological site of S. Pedro (Redondo, Central Alentejo), chronologically integrated in the 4th / 3th millennium BCE. In the Alentejo region, in the chronology under analysis, it is commonly accepted the rarity and simplicity of decorated pottery. However, the analyzed data are numerically more expressive and stylistically more diverse than expected.
We intend to organize the techniques and decorative motifs in large groups and located them into spaces and phases of the S. Pedro's site, as well as discuss major interpretive readings.

"A minha caneta, acostumada aos números, não consegue criar a música das assonâncias e dos ritmos. Farei os possíveis para descrever o que vejo, o que penso, ou mais precisamente, o que nós pensamos…"

I. Zamiatine, *Nós*, Antígona, p. 14

1. OS POVOADOS DO 4º/3º MILÉNIOS A.N.E. DO CABEÇO DE S. PEDRO

O sítio do 4.º/3.º milénio a.n.e. de São Pedro localiza-se no Alentejo Central, distrito de Évora, freguesia e concelho de Redondo, no topo de um cerro destacado que se eleva na margem Nascente da planície central de Redondo, adjacente à aba Sul da Serra d'Ossa. A sua implantação confere-lhe amplo domínio visual sobre o território que se estende para Poente e Sul, sendo mais limitado para Norte, onde se alarga, todavia, até à Serra d'Ossa, enquanto para Nascente se fica pela cadeia de elevações da crista de Redondo (Figura 1).
Entre 2004 e 2009 desenrolou-se um extenso programa de Arqueologia de Salvamento, prévio à construção da Circular externa de Redondo, que iria implicar a destruição de grande parte do sítio. A intervenção abrangeu aproximadamente 2000m², o que deverá corresponder a cerca de 2/3 da área total dos vestígios arqueológicos.
Até ao momento foram dados à estampa diversos trabalhos sobre os resultados obtidos, os primeiros consistiam em abordagens gerais da sequência registada, em particular na primeira campanha

(Mataloto, *et al.,* 2007 e 2009; Mataloto, 2010), enquanto nos últimos anos se tem vindo a privilegiar estudos parcelares, caso da Fase V – campaniforme (Mataloto, *et al*, np), os componentes de tear (Costeira, 2010; Costeira e Mataloto, np) ou os vestígios faunísticos (Davis e Mataloto, 2012). As datações de radiocarbono disponíveis para o local foram apresentadas num trabalho mais abrangente (Mataloto e Boaventura, 2009), enquanto aguarda publicação um trabalho específico sobre os seus contextos (Mataloto e Gauss, np). Esta bibliografia permitirá uma leitura mais aturada do faseamento interno do sítio do que aquela que nos é possível aqui apresentar.

Em suma, o cerro de São Pedro foi ocupado entre os finais do 4º milénio a.n.e. e grande parte do 3º milénio a.n.e., de que resultaram cinco grandes fases de ocupação, marcadas pela presença ou ausência de grandes estruturas perimetrais de fortificação (Figura 2). Na realidade, cremos que não terá existido um povoado do São Pedro, mas múltiplos que se foram sucedendo no tempo.

A uma ocupação inicial, aparentemente aberta, caracterizada por estruturas essencialmente em materiais perecíveis e enquadrada entre os finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e. (Fase I), sucede-se a primeira grande fase construtiva, com a edificação de uma linha de muralha, de planta poligonal, dotada de espessos torreões pelo exterior (Fase II). Na área central, nesta fase, registou-se a presença de duas grandes estruturas circulares, a modo de torres, desenvolvendo-se na sua envolvente uma ocupação em materiais perecíveis. Provavelmente nos inícios do segundo quartel do 3º milénio a.n.e, após o abandono e desmantelamento de grande parte das estruturas anteriores, desenrola-se uma ocupação aparentemente esparsa, (Fase III). Não é possível determinar, ao menos de momento, se esta fase se desenvolve em continuidade com a anterior, ou se resulta da reocupação do cabeço após o seu abandono temporário.

A fase IV caracteriza-se pela construção de uma pequena estrutura de fortificação, de planta circular, com cerca de 20m de diâmetro, dotada de torreões semicirculares pelo exterior. No interior da área fortificada registaram-se duas torres circulares, desenvolvendo-se grande parte da ocupação no seu exterior, como o atesta um conjunto bastante diverso de construções, tanto em pedra seca como em materiais perecíveis.

Após o abandono destas estruturas, em particular da fortificação, desenrola-se uma nova fase aberta, sem qualquer estrutura conhecida de delimitação (Fase V). Este momento caracteriza-se pela presença de um conjunto de cabanas, de embasamento em pedra, dispersas por toda a área intervencionada. O fim desta ocupação é marcado pela construção de um extenso empedrado que circundava a ruína do antigo povoado. Esta estrutura, com apenas uma ou duas fiadas de pedra, deveria responder a intuitos de monumentalização, eventualmente relacionados com estratégias de reforço da Identidade grupal nos finais do 3º milénio a.ne.

A forte dinâmica de construção, uso e desmantelamento das fortificações do São Pedro determina todo o processo de formação da realidade estratigráfica, impondo a raridade dos contextos primários de rejeição. Esta dinâmica terá condicionado bastante o conjunto material que, submetido a intensas remobilizações, se apresenta largamente fragmentado e parcelar.

2. A CERÂMICA DECORADA DOS POVOADOS DE S. PEDRO

O conjunto de elementos cerâmicos decorados é composto por 205 exemplares, correspondendo 198 a recipientes, 5 a componentes de tear e 2 a argamassas de argila. Se numa primeira abordagem este conjunto parece quantitativamente desajustado da área regional em estudo, o enquadramento destes dados na totalidade da cerâmica do sítio de S. Pedro torna-os claramente minoritários, certamente inferiores a 1% do conjunto.

O grau de fragmentação dos materiais decorados é muito elevado, tornando difícil a reconstituição de formas e o reconhecimento das gramáticas decorativas, contribuindo para a construção de uma imagem de diversidade que deverá ser relativizada.

Para a análise das decorações destes materiais utilizámos os seguintes critérios:

- área decorada: indicação da área da peça em que se localiza a decoração (bordo, bojo, carena ou base);
- posicionamento da decoração: indicação da superfície em que se encontra a decoração (superfície interna, superfície externa; superfície interna / externa);
- técnica decorativa: referência às técnicas decorativas utilizadas (incisão, impressão, aplicação

plástica, impressão/incisão, aplicação plástica e incisão, aplicação plástica e impressão). É importante salientar que a aplicação plástica foi considerada como decoração apenas nos casos em que se detectaram cordões plásticos, aplicações mamilares múltiplas, ou de dimensões muito reduzidas, e mesmo assim não excluímos completamente a atribuição de outras funcionalidades.

– Descrição da decoração: descrição da forma e orientação dos motivos.

O emprego das diferentes técnicas decorativas - incisão, impressão e aplicação plástica, no caso das cerâmicas decoradas de São Pedro - de que resultam variados motivos, faz-se, maioritariamente, sobre a pasta ainda mole ou no início da secagem. Em alguns exemplos é possível observar os restos de pasta arrastada pelo punção e deposta nas margens dos sulcos, em particular nas incisões mais profundas e finas, o que indica o manuseamento sobre o barro ainda fresco. Algumas impressões são efectuadas num momento mais tardio, de modo a que a pasta não adira à matriz.

As incisões são comummente conseguidas com punções de madeira, osso ou mesmo pedra, de diversas dimensões. As decorações executadas com punção de ponta aguçada resultam, habitualmente, profundas e finas, podendo ser realizadas oblíqua ou horizontalmente. Em alguns motivos, como as caneluras, o punção utilizado é de ponta romba, mais ou menos largo, conforme o pretendido. No caso das caneluras estreitas e de sulcos ténues é possível que resultem do arrastamento de um fino seixo polido, dando o efeito que muito se assemelha ao brunido.

No que concerne à decoração impressa é difícil estarmos certos das matrizes que dão origem a algumas das composições conseguidas. Supõe-se que repetem os materiais de que provêm os punções, podendo mesmo estes últimos serem usados como matrizes (como no caso da "falsa folha de acácia"). Em três dos exemplares de São Pedro a matriz utilizada parece ser uma concha. Os motivos com aspecto "martelado" poderão resultar da suave impressão com seixo rolado sobre a pasta em estado relativamente avançado de secagem. Em alguns dos pontilhados a matriz empregue parece tratar-se de um caule seco de herbácea (palhinha).

As aplicações plásticas resultam, maioritariamente, do acrescento de uma pequena bola de barro, no caso dos mamilos – ou rolos, para os cordões – com a peça ainda húmida de modo a facilitar a aderência. Outros efeitos plásticos são originados a partir do repuxamento da pasta ainda branda, como alguns dos pequenos mamilos em cadeia ou os cordões finos e simples. No caso de cordões impressos é provável que a decoração final fosse aplicada após uma ligeira secagem da peça de modo a dar-lhe estabilidade durante a execução da decoração.

2.1. Técnicas e composições decorativas

A decoração dos recipientes cerâmicos do povoado de S. Pedro localiza-se predominantemente na superfície externa (94,4%), registando-se apenas 10 casos em que ocorre na superfície interna, e um fragmento em que ambas as superfícies se encontram decoradas. A área preferencialmente decorada é o corpo do recipiente (165), normalmente a zona imediatamente abaixo do bordo. Identificámos 31 fragmentos de bordos decorados, sendo que na maioria dos casos os motivos se localizam no lábio (figura 3). Registámos apenas um fragmento correspondente à base do recipiente com decoração, o que em nosso entender se relaciona com a dificuldade na determinação desta área do recipiente num conjunto com um elevado índice de fragmentação e num momento onde as bases planas são bastante raras.

No que se refere à relação decoração/morfologia, nos setenta e quatro casos em que foi possível essa correlação, verificou-se uma aproximação quantitativa entre as formas simples abertas (34) e as formas simples fechadas (32), e um pequeno conjunto de formas carenadas (8). No conjunto das formas abertas, as taças de bordo espessado representam o suporte de decoração por excelência, no conjunto das formas fechadas as decorações ocorrem maioritariamente nas paredes dos vasos.

Tabela 1: Técnicas decorativas de recipientes cerâmicos.

Técnica decorativa	Ocorrências	%
Aplicação plástica	17	8,6
Aplicação plástica / Incisão	1	0,5
Aplicação plástica / Impressão	3	1,5
Impressão	42	21,3
Incisão	109	55,4
Incisão / Impressão	25	12,7
Total	197	100

A técnica decorativa mais frequente é a incisão (55,4%), seguindo-se a impressão (21,3%). A conjugação das técnicas de impressão e incisão representa 12,7 % do conjunto. A aplicação plástica simples ou conjugada com incisões ou impressões tem uma expressão minoritária, atingindo um total de 10, 6%.

Neste conjunto observámos que a utilização de pasta branca se associa a técnicas e motivos decorativos diversificados, com o objectivo de os realçar. Esta prática, com uma forte presença nos motivos triangulares e ponteados surge igualmente no campaniforme e nos raros fragmentos com padrões próximos da "folha de acácia".

Para uma leitura global e sintética do conjunto, optámos por organizar a descrição dos motivos segundo as técnicas decorativas utilizadas – Aplicação plástica, Incisão e Impressão. As limitações de espaço impedem a apresentação da devida documentação gráfica do conjunto.

As aplicações plásticas decorativas do São Pedro organizam-se em três grupos:

Aplicação em cadeia de mamilos e "pastilhas" de pequenas dimensões. A maioria dos fragmentos deste grupo apenas conserva dois mamilos sequenciais, com formatos tendencialmente cónicos e reduzidas dimensões, registando-se dois casos em que a parede externa do recipiente parece apresentar uma série de protuberâncias. Neste conjunto destacamos o fragmento [2204] 12 com três pequenos mamilos de topo arredondado que, a par de um eventual sentido estético, poderão corresponder verdadeiramente a pequenos pés salientes (v. Figura 5) e o fragmento [2957] 26, pertencente a uma pequena taça de "paredes finas", com superfícies de coloração escura, com dois pequenos mamilos muito angulosos localizados abaixo do bordo.

Aplicação de cordões simples, de espessura fina com orientações diversificadas (horizontal / vertical), localizados junto ao bordo ou nas paredes de recipientes fechados.

Aplicação de cordões impressos, localizados tendencialmente na horizontal, com impressões verticais de dimensões variadas (Figura 5,[2149]3).

As composições decorativas apresentam alguma variabilidade nos motivos, ainda que nos surjam bastante simples, organizadas principalmente em bandas de dimensão variada, e com a repetição de uma mesma matriz. Os motivos impressos organizam-se nos seguintes conjuntos:

Bandas de motivos impressos com diferentes morfologias (ovaladas, circulares sub-rectangulares e em forma de crescente) e orientações. Em alguns exemplares utilizaram-se linhas incisas como forma de organizar as bandas impressas.

Os fragmentos [14] 21, [14] 22 e [3126] 1 apresentam um conjunto de ligeiras depressões ovaladas irregulares, dispersas e de diferentes dimensões, que parecem resultar de uma acção de percussão com o objecto duro, dando a impressão de "martelagem" (Figura 5).

Impressão com conchas identificada nos fragmentos [0] 162, [2715] 22 e [1467] 27 cuja espécie não é ainda possível de determinar. O segundo exemplar, correspondendo a um vaso de bordo espessado, apresenta uma impressão muito cuidada, organizada na vertical, em duas fiadas, parcialmente paralelas (Figura 4). A utilização de concha, sendo uma técnica antiga, surge neste contexto associada a uma forma claramente integrada nas tipologias disponíveis regionalmente para o 4º/3º milénio a.n.e.

Padrão decorativo próximo da "folha de acácia", com motivos organizados na horizontal, com vestígios da presença de pasta branca.

Num pequeno grupo de peças, do qual [837] 99 é o exemplar mais expressivo, a identificação de bandas constituídas por várias linhas rectas muito próximas e regulares levou-nos a considerar que estaríamos perante decoração **"penteada"**, todavia, a reduzida dimensão dos fragmentos, impõe forte contenção nos considerandos sobre este motivo.

Os motivos **ponteados** são dos mais representativos deste conjunto (20 fragmentos). Todavia, o grau de fragmentação da maioria das peças impossibilita a descrição das suas composições decorativas; nos poucos casos em que isso é exequível observa-se que os pontos se organizam tendencialmente em bandas horizontais, nalguns casos delimitadas por finas linhas incisas, ou caneluras, localizadas abaixo do bordo, ou próximo da carena. A dimensão e profundidade dos pontos são diversificadas, estando alguns deles cobertos com pasta branca.

As decorações incisas têm como motivos essenciais as linhas e as caneluras, que constituem diferentes composições, localizando-se em diversas áreas dos recipientes.

Efectivamente, dentro deste grupo, as composições decorativas mais frequentes (52 fragmentos) baseiam-se em **linhas incisas** de diferentes dimensões e profundidades, paralelas, ondulantes ou ziguezagueantes, organizando triângulos simples,

que podem orientar-se na horizontal, vertical ou diagonal. A grande maioria destes fragmentos são bojos de pequenas dimensões, em que se observa a presença de linhas, mas não é possível descrever a sua composição. Neste conjunto destacamos o fragmento [413] 99, possivelmente pertencente a um grande recipiente, em que se observa uma série de semicírculos, formando um motivo vegetalista, e um grupo de bordos de recipientes fechados que contém pequenas linhas verticais abaixo do bordo.

A decoração com caneluras – de diferentes profundidades e dimensões – é muito expressiva, surgindo em composições diversificadas, principalmente nas superfícies externas de formas fechadas. As caneluras podem organizar-se na horizontal, estando paralelas entre si, na diagonal, ou tendo uma forma ondulante. Neste grupo destacam-se dois fragmentos que contêm caneluras largas organizadas em grinaldas semicirculares, localizadas abaixo do bordo espessado de vasos (Figura 5,[2247]).

Os **bordos espessados e aplanados decorados** de taças e pratos têm como principais motivos as linhas e caneluras com diferentes profundidades e dimensões. Estes motivos podem organizar-se na horizontal, ou na vertical, ou combinar as duas orientações, formando métopas, como no fragmento [2954] 1 (v. Figura 4).

Bordos denteados, que apresentam pequenos traços incisos profundos no topo do bordo.

A **decoração no interior** dos recipientes é numericamente pouco expressiva mas tematicamente muito diversificada. A reduzida dimensão dos fragmentos não permite reconstituir com segurança a forma dos recipientes, no entanto é plausível que se tratem de formas abertas. No que se refere aos motivos identificam-se conjuntos de pequenas caneluras, linhas incisas simples, espinhados e um motivo solar. Este motivo é constituído por um círculo, com linhas radiais no exterior e no interior e duas linhas ondulantes no interior (v. Figura 5 [1905]).

Nestes três grupos não destacamos apenas a organização do motivo e a técnica, mas também a área decorada, uma vez que nestes casos consideramos que é essencial para a descrição da composição decorativa.

O **motivo decorativo triângulos preenchidos por ponteado**, resultado da combinação das técnicas de incisão e impressão, identifica-se num conjunto significativo de fragmentos, no entanto a sua reduzida dimensão dificulta a definição dos vários padrões que pode organizar. Nos casos melhor conservados (v. Figura 4 [694; 969; 971]) observa-se que os triângulos são constituídos por finas linhas quebradas incisas, estando preenchidos por pontos de diferentes dimensões e profundidades, organizando-se em bandas horizontais, por vezes a este motivo associa-se uma pequena banda de pontos impressos, como é visível no fragmento [0] 1268 (Figura 4). As linhas incisas e os pontos impressos surgem frequentemente cobertos com pasta branca.

No povoado de S. Pedro identificaram-se 15 fragmentos **campaniformes**, que se inserem no estilo inciso, tendo como motivos mais frequentes as linhas horizontais, verticais, ziguezaguentes e os reticulados, dispostos em frisos, tendencialmente organizados em bandas horizontais e paralelas, separadas por espaços lisos de tamanho variável. Estas características aproximam o conjunto das decorações campaniformes do São Pedro das gramáticas decorativas incisas típicas da Meseta (Mataloto, *et al*, np).

No conjunto da cerâmica decorada estão igualmente incluídos cinco fragmentos de componentes de tear, duas placas e três crescentes (Costeira, 2010, p.73-75 e 2013, p.31), que apresentam decorações incisas, localizadas predominantemente nas duas faces das peças, em áreas centrais, sendo os motivos exclusivamente geométricos, baseados na linha e no triângulo.

Identificaram-se dois fragmentos de argamassas de argila, [804] 27 e [2776] 4, com evidências de decoração incisa. No primeiro detectaram-se quatro linhas perpendiculares entre si (Bruno, 2010, p. 146) e no segundo, uma sequência de impressões lanceoladas, oblíquas de base convergente, que formam um motivo "espinhado" (Figura 5). Apesar da sua raridade, o facto de se tratar de barro de revestimento, parece atestar que a presença de decoração se alargaria a outros elementos do quotidiano.

2.2. Contextos e faseamento da cerâmica decorada

Como se afirmou acima, o sítio arqueológico de S. Pedro caracteriza-se por uma estratigrafia complexa, resultante de longas etapas de ocupação e um forte dinamismo construtivo.

Os fragmentos de cerâmica decorada, na sua grande maioria de reduzidas dimensões, surgem normalmente isolados, em unidades estratigráficas localizadas nos vários sectores de escavação. Os contextos em que se identificam estes materiais são assim quase exclusivamente de rejeição e remobilização, sem que tenha sido possível documentar contextos de aban-

dono com fragmentação "*in situ*" dos recipientes.
O faseamento das unidades estratigráficas de proveniência da cerâmica decorada, ainda a carecer de um trabalho mais aturado, permite construir uma primeira imagem da distribuição e diversidade destes materiais ao longo da diacronia.
Em termos quantitativos, a cerâmica decorada parece surgir com maior expressão nas fases mais antigas, associadas ao primeiro quartel do 3.º milénio a.n.e. (I / II), registando-se uma tendência de diminuição nas fases mais recentes. A análise da totalidade da cerâmica decorada do povoado de S. Pedro alterou a imagem sugerida anteriormente, com base nos resultados das primeiras campanhas, onde os níveis inferiores haviam sido apenas pontualmente intervencionados (Mataloto, 2010 e Mataloto, et al, np.)
No que se refere às formas dos recipientes decorados, as formas abertas de bordo espessado e aplanado são muito frequentes nas fases mais antigas (I / II), tornando-se vestigiais nas fases seguintes. As formas fechadas, ainda que difíceis de determinar, uma vez que se encontram decoradas principalmente nos bojos, estão sempre presentes, podendo tornar-se mais expressivas a partir da fase III.
As diferentes técnicas decorativas identificam-se em todas as fases. A aplicação plástica e a impressão têm uma maior expressão e variabilidade nas fases mais antigas, a incisão domina ao longo de toda a diacronia. A utilização de pasta branca apresenta maior incidência nas fases IV e V.
Nas fases mais antigas, I e II, regista-se uma maior diversidade de motivos decorativos. Os cordões plásticos e os bordos metopados são exclusivos desta fase, e as caneluras apresentam uma grande expressão. Os triângulos incisos preenchidos por pontos impressos e o ponteado tornam-se mais representativos na fase IV. A decoração campaniforme identifica-se com a fase V.

3. *EPPUR SI MUOVE*: BREVE APONTAMENTO SOBRE A CERÂMICA DECORADA DO SÃO PEDRO E AS INTERACÇÕES REGIONAIS

As características da cerâmica decorada do S. Pedro enquadram-se no círculo cultural do Sudoeste peninsular, seguindo um perfil decorativo próximo ao registado no povoado dos Perdigões (Valera, 1998), e tal como neste com elementos de outras regiões peninsulares.
De facto, as decorações incisas à base de caneluras na superfície externa de grandes recipientes fechados, bem como os motivos impressos próximos da "folha de acácia" são características marcantes da Estremadura portuguesa calcolítica, que surgem em alguns exemplares do S. Pedro. A presença expressiva de bordos decorados, ainda que com algumas diferenças, documenta-se nalguns povoados estremenhos (Cardoso, 2006). Estes dados, a par da presença da matriz de conchas, com fortes probabilidades marítimas, na impressão de cerâmicas reforça o contacto entre o litoral estremenho e o Alentejo interior.
A identificação de raros fragmentos cerâmicos com decoração penteada pode evidenciar contactos com áreas interiores mais setentrionais, como a Meseta espanhola, eventualmente realizados via Estremadura espanhola (Valera, 1998), que parecem acentuar-se com o campaniforme (Mataloto, *et al*, np).
Nesta análise reforçamos as características decorativas de outras áreas regionais que identificamos no S. Pedro, mas obviamente que diversos elementos do Sul surgem igualmente nessas áreas, evidenciando que os contactos se efetuariam em múltiplas direcções.
A reduzida percentagem de elementos decorados, o que não é exclusivo do Sul peninsular, mais do que indicar o "gosto" pelas cerâmicas lisas, poderá antes representar o forte sentido simbólico da mesma, ao resultar de circunstâncias ou propósitos específicos (Fabian, 2006), que não essencialmente estéticos, que derivariam em presenças mais frequentes.
O elevado índice de fragmentação dos objectos decorados, ainda que se justifique essencialmente com a intensidade e dinamismo das várias fases de ocupação do sítio de S. Pedro, deverá ser analisado com maior detalhe, sem se excluir completamente eventuais acções de fragmentação e dispersão com alguma intencionalidade. Para tal contribui o facto de todos os fragmentos de cerâmica campaniforme corresponderem a recipientes distintos, amortizados principalmente num contexto de fundo ritual, como o grande empedrado que encerra o sítio (Mataloto, et al. np).

BIBLIOGRAFIA

BRUNO, C (2010): *Arquitecturas de terra nos espaços domésticos pré-históricos do Sul de Portugal – Sítios, estruturas, tecnologias e materiais*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vol.

CALADO, M. (1995): *A região da Serra d'Ossa: Introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (Edição policopiada).

CALADO, M. (2001): *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 19).

CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p.9-276.

COSTEIRA, C. (2010): Os *componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3.º milénio a.n.e.* Lisboa. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (Edição policopiada).

COSTEIRA, C. (2013): Placas e crescentes – análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S: Pedro (Redondo), 3º milénio a.n.e. *Arqueologia e História*. Lisboa, 62-63.

COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (no prelo): *Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central)*.

DAVIS, S.; MATALOTO, R. (2012): "Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol.15.

FABIÁN, J.F. (2006) – *El IV y III milénio AC en el Valle Amblés* (Ávila). Monografias 5. Arqueología en Castilla y León.

GONÇALVES, V.S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ; INIC., 2 vols.

HURTADO, V. (2004) – El asentamiento fortificado de San Blas (Cheles, Badajoz). Trabajos de Prehistoria. Madrid. 61:1, p.141-155.

MATALOTO, R., ESTRELA, S., ALVES, C. (2007) – As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In Cerrillo, E.; Valadés, J., ed. *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del neolitico y calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres*, 1, 2007. Cáceres. Consejería de Cultura y Turismo (Memórias, 6), p.113-141.

MATALOTO, R.; ESTRELA, S.; ALVES, C. (2009) – Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo), Alentejo, Portugal. *Madrider Mitteilungen* Wiesbaden. 50, p.3-39.

MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2009): Entre vivos e mortos nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, p. 31-77.

MATALOTO, R. (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds., 2009. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal, p.263-296.

MATALOTO, R.; COSTEIRA, C.; ROQUE, C. (no prelo): *Vivência e memória – a ocupação campaniforme do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central)*.

MATALOTO, R.; GAUSS, R. (no prelo): Construtores e metalurgistas: faseamento e cronologia pelo radiocarbono da ocupação calcolítica do São Pedro (Redondo, Alentejo Central) In, *Kupferzeitliche Metallurgie in Zambujal, in Estremadura, Südportugal und Südwestspanien: Vom Fertigprodukt zur Lagerstätte*. Arbeitstagung Alqueva-Staudamm, 27. bis 30. Oktober 2005. Série Iberia Archaeologica. DAI: Abteilung

NOCETE, F. ed. (2008): *El yacimiento de La Junta de los Ríos*. Sevilla: Junta de Andalucía.

SOUSA, A.C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vol.

VALERA, A. (1998): Análise da componente cerâmica do povoado dos Perdigões. In LAGO, M. [et. al.] (1998): O povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: 1:1, p.80-104.

VALERA, A. C. e FILIPE, I. (2004): O Povoado do porto Torrão (Ferreira do Alentejo): Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era Arqueologia*. Lisboa. 6, p.28-63.

VALERA, A. C. (2006): A margem esquerda do Guadiana (região de Mourão), dos finais do 4.º aos inícios do 2.º milénio AC. *Era Arqueologia*. Lisboa. 7, p.136-211.

Figura 1 – Vista do cabeço de S. Pedro pelo lado Sul.

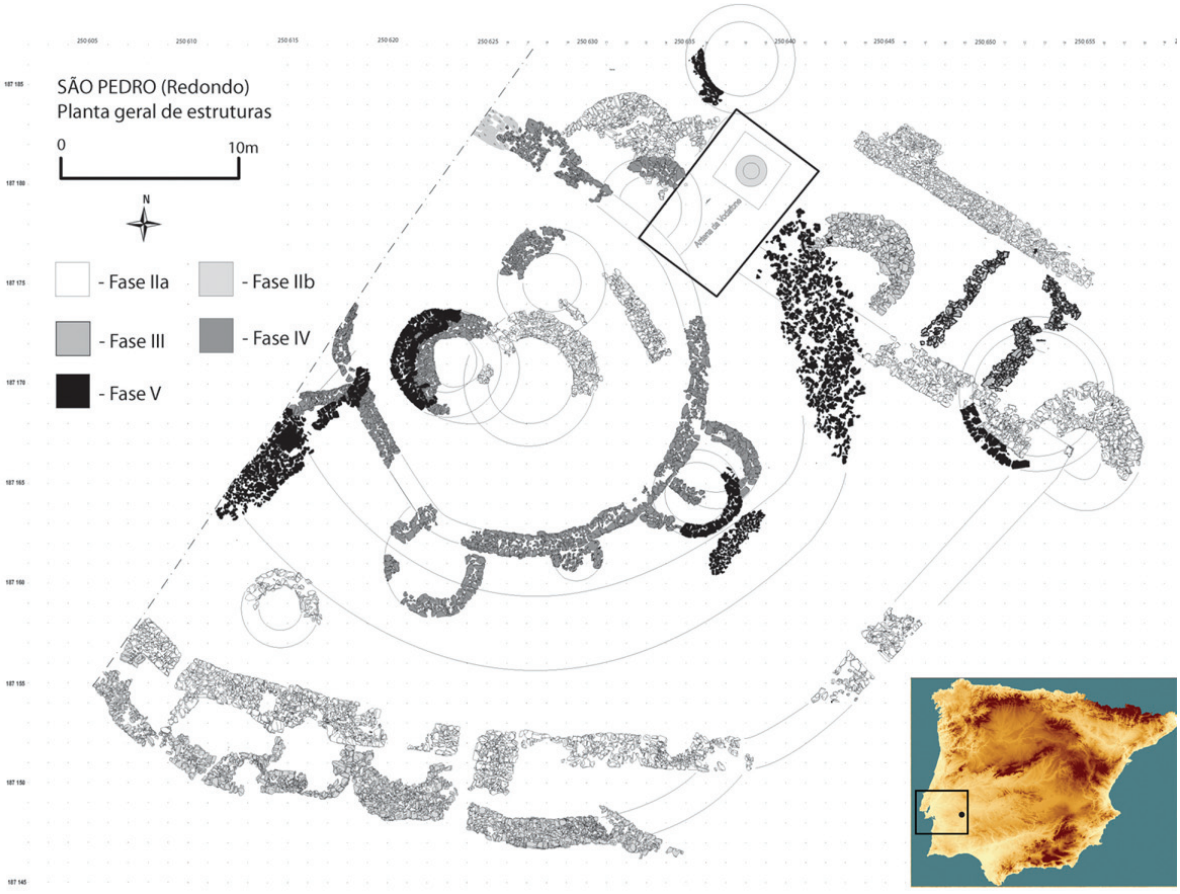


Figura 2 – Planta geral do povoado de S. Pedro e sua localização na Península Ibérica.

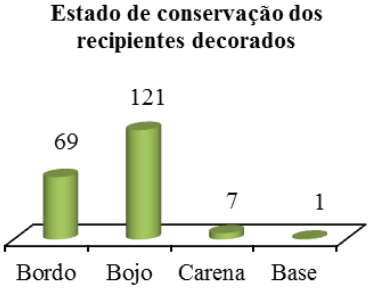


Figura 3 – Gráfico que representa o estado de conservação dos recipientes decorados.

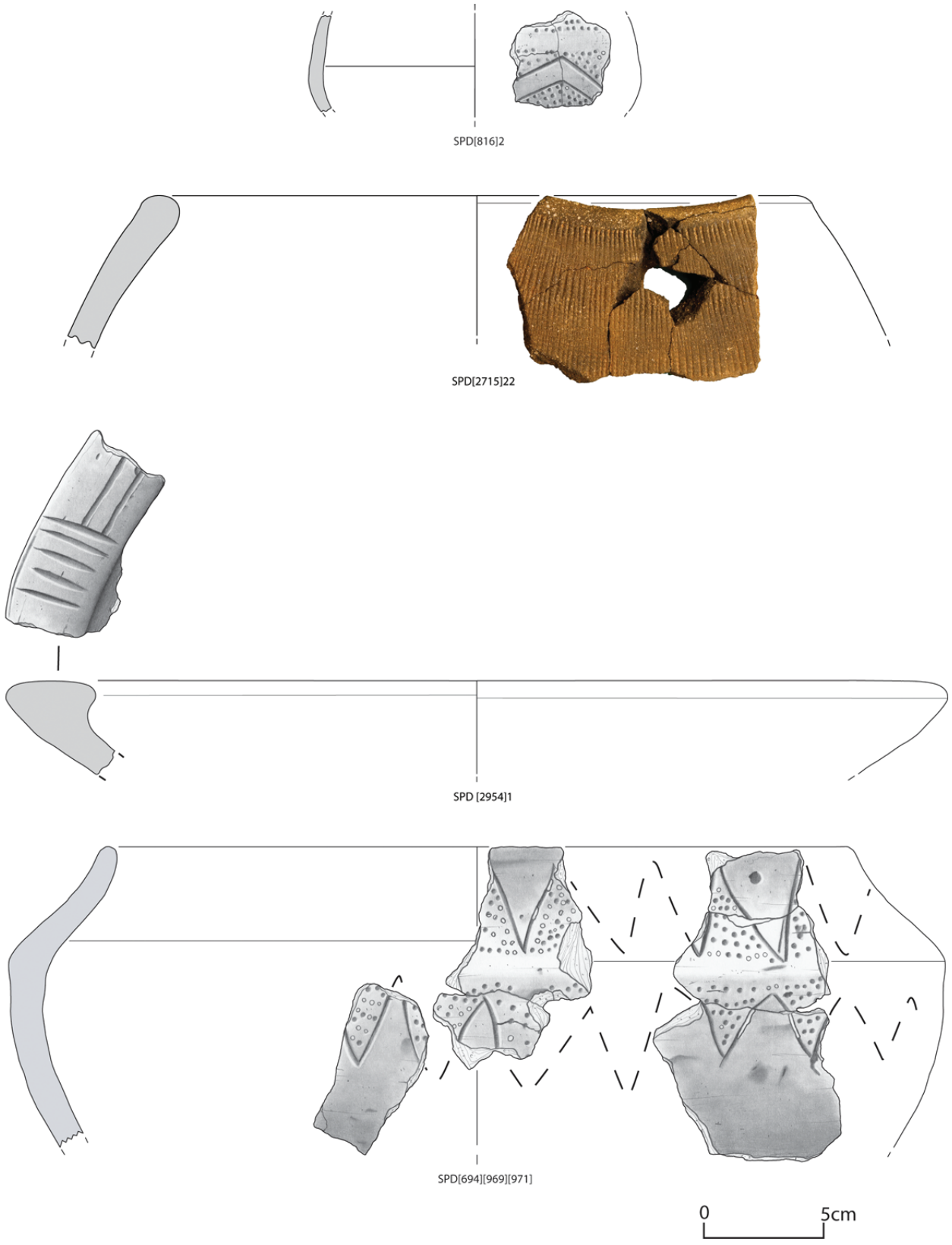


Figura 4 – Cerâmica decorada de São Pedro.

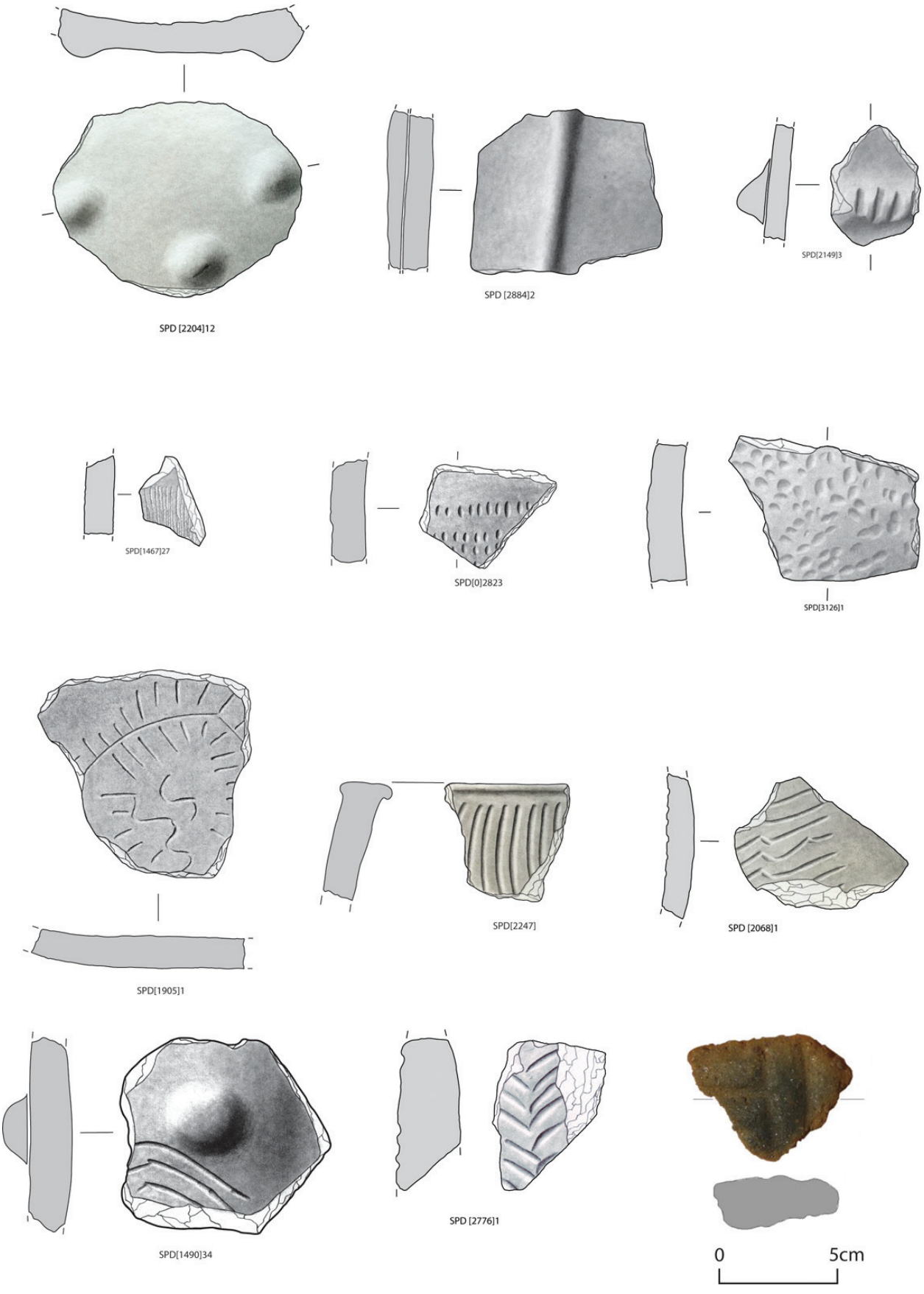


Figura 5 – Cerâmica decorada de São Pedro.

O HIPOGEU DA BARRADA: UM MONUMENTO FUNERÁRIO DO NEOLÍTICO FINAL / CALCOLÍTICO INICIAL EM ALJEZUR

Elisabete Barradas / elisbarradas@gmail.com
Silvina Silvério
Maria João Dias da Silva
Cláudia Santos

RESUMO:
O presente texto tem como objectivo a apresentação dos resultados da primeira campanha de escavação, realizada em 2011, no hipogeu da Barrada (Aljezur), de cronologia atribuível ao Neolítico final / Calcolítico inicial. O monumento funerário é uma gruta artificial escavada no calcário, constituída por dois espaços distintos: uma antecâmera e uma câmara funerária ligadas por uma passagem, sendo o acesso ao exterior realizado por uma rampa. No interior da câmara funerária, selados pelo abatimento da cúpula, surgiram restos osteológicos humanos, reconhecendo-se algumas conexões anatómicas, correspondendo a indivíduos de várias idades. Os rituais funerários contemplaram o uso de ocre e a deposição de instrumentos de pedra polida e pedra lascada em sílex.

ABSTRACTS
This paper presents the results of the first season of excavation (2011), of the Late Neolithic / Early Chalcolithic hypogeum of Barrada (Aljezur). The funerary monument is an artificial cave dug into the limestone, with two distinct spaces: the antechamber and the burial chamber connected by a passage; the access to the exterior is done by a ramp. Inside the burial chamber, sealed by the subsidence of the summit, there were human osteological remains, and it was possible to recognize some anatomical connections, corresponding to individuals of various ages. The funeral rites contemplated the use of ochre and deposition of polished stone tools and flint knapped stone.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico da Barrada foi identificado em 2004, devido aos trabalhos de construção de uma rotunda junto à escola EB/JI de Aljezur, e nessa sequência foi efectuada uma intervenção de emergência, a cargo do arqueólogo Luís Barros, para salvaguardar e caracterizar as estruturas arqueológicas parcialmente destruídas pela obra. Essa intervenção arqueológica permitiu verificar a existência de mais de uma dezena de silos e de um volume considerável de espólio cerâmico de cronologia islâmica no local.
Só em 2010 foi possível retomar a escavação do sítio, integrado num projecto de investigação plurianual – Projeto de Investigação e Valorização do Sítio da Barrada – Aljezur, subsidiado pela Câmara Municipal de Aljezur, com direcção de Silvina Silvério e Elisabete Barradas. Nesta campanha e na do ano seguinte escavou-se o contexto ocupacional de época medieval islâmica, datado dos séculos IX-XI, constituído por mais de quatro dezenas de estruturas de tipo silo ou fossa circular, negativos de outras construções e um abundante espólio. Sobre o sítio islâmico foram já realizados alguns estudos, centrados sobretudo no material cerâmico (Silvério *et alii,* 2013, pp.12-14; Silvério & Barradas, no prelo).
Na campanha de escavação de 2011 identificou-se um monumento funerário pré-histórico escavado

na rocha, de tipo hipogeu, cronologicamente enquadrável no Neolítico final/Calcolítico inicial (Figuras 3 e 4). A escavação deste monumento, dirigida pelas signatárias, ainda não está terminada, prevendo-se a sua conclusão no verão de 2013, pelo que os dados aqui apresentados são ainda preliminares[1].

2. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

O sítio arqueológico da Barrada localiza-se, administrativamente, no distrito de Faro, no concelho e freguesia de Aljezur, no lado Norte da vila com o mesmo nome, a cerca de 500 m do centro histórico. Está situado numa pequena colina de topo aplanado, com cerca de 36 m de altitude média, circundada a Oeste pela Ribeira de Aljezur, a Sul pela Ribeira da Cerca e a Norte pela Ribeira do Areeiro. Para Oeste desenvolve-se a faixa costeira de arriba alta; para Nordeste estende-se o vale da Ribeira de Aljezur que vai desaguar a cerca de 7 km, na Praia da Amoreira; para nascente surge o relevo acentuado da Serra de Espinhaço de Cão (Figuras 1 e 2). O sítio arqueológico não se destaca particularmente na paisagem, existindo vários outros pequenos cabeços em seu redor, mas permite um bom domínio visual para quase todos os ângulos, em particular para a várzea.

Aljezur insere-se na Planície Litoral Ocidental, já muito próximo da fronteira entre esta zona e as serras litorais. Geologicamente esta área integra-se no sector das Antiformas de Aljezur e Bordeira, um dos três sectores que caracterizam a designada Zona Sul Portuguesa, de substrato paleozoico. O sítio arqueológico e a colina onde este se insere estão situados numa formação do Miocénico, referida como formação carbonatada de Lagos-Portimão e depósitos de Aljezur (Manuppella, 1994, p. 4). Na envolvente existem formações de xistos argilosos, grauvaques e arenitos do período carbónico e também aluviões do período Holocénico.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA, ESTRATIGRAFIA E CONTEXTOS

O sítio da Barrada apresenta uma fraca potência estratigráfica, não considerando obviamente os sedimentos que preenchem as estruturas negativas, de profundidade e complexidade variáveis. As unidades estratigráficas que cobrem o geológico correspondem ao solo arável e são constituídas por sedimentos revolvidos pela acção do arado, pouco compactos, castanhos, arenosos, contendo pedra miúda e média, restos de fauna e alguns fragmentos de cerâmica medieval e moderna. A acção do arado está bem evidenciada em toda a área escavada, observando-se os rasgos deixados no geológico por este equipamento, inclusive sobre o hipogeu.

Quando se iniciou a escavação do hipogeu este configurava-se como duas estruturas de tipo fossa com formato ovalado ligadas entre si e preenchidas por duas U.E's bastante distintas, surgindo à superfície apenas material de cronologia islâmica. Para melhor se caracterizar e compreender as relações estratigráficas deste contexto arqueológico optou-se por escavar inicialmente metade de cada uma das estruturas, para a obtenção de dois cortes estratigráficos no sentido Norte-Sul. Assim foi possível detectar no lado Nordeste do monumento, coincidindo sensivelmente com a metade Este da cripta funerária, uma fossa realizada em época islâmica, colmatada por terras escuras, pouco compactas, com fragmentos de cerâmica islâmica, fauna mamalógica, fauna malacológica, carvões e por outros depósitos com coloração mais clara, igualmente com materiais islâmicos. Esta perturbação cortou os depósitos pré-históricos e foi bastante invasiva na metade Este da câmara onde atingiu quase um metro de profundidade, chegando mesmo a afectar as deposições funerárias. Apesar desta intrusão, devidamente circunscrita, os níveis pré-históricos apresentavam-se bem preservados nas restantes áreas da estrutura.

A unidade estratigráfica superior era constituída por terras castanhas claras de natureza calcária, extremamente compactadas, contendo grande quantidade de pedra diversificada, nomeadamente seixos rolados, blocos de calcário, quartzo, grauvaque, xisto e era quase estéril em materiais arqueológicos, surgindo apenas um fragmento de cerâmica pré-histórica e um machado mirense mesmo à superfície (U.E.63). Apresentava uma espessura de cerca de 36 cm e preenchia a antecâmara (Figura 6), a ligação entre as câmaras e o alvéolo sudoeste da câmara principal. Esta unidade, à semelhança do registado nos Hipogeus I e IV de Monte Canelas, onde tam-

1. Este artigo é um desenvolvimento da comunicação apresentada na Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 11 de Junho de 2012, intitulada *O Hipogeu da Barrada (Aljezur) – Resultados preliminares da campanha de 2011.*

bém surge um empedrado nas camadas superiores, poderá ser indicativo da existência de uma mamoa ou pequeno túmulo que constituísse um elemento de identificação exterior do monumento (Parreira, 2010, p. 405).

Por baixo seguia-se um depósito constituído por terra castanha clara/bege, muito compacto mas em menor grau que a unidade anterior, apresentando grande quantidade de blocos calcários de pequenas a grandes dimensões (muitos deles desagregados) e alguns seixos de grauvaque ou quartzito, oferecendo ainda algum espólio lítico e cerâmico pré-histórico, fauna malacológica e raros carvões (U.E. 67). Esta unidade corresponde ao abatimento da cúpula do hipogeu e selou as deposições funerárias.

Na antecâmara, imediatamente sobre o chão da estrutura, identificou-se um sedimento laranja avermelhado, impregnado de ocre, com cerca de 3 a 5 cm de espessura que continha material lítico pré-histórico (instrumentos de pedra polida, artefactos em sílex, alguns fragmentos de cerâmica) e fauna malacológica (U.E. 78), correspondendo ao nível de ocupação da estrutura. Na zona de entrada do monumento, por baixo da U.E. 67 e sobrepondo-se ao geológico, ou em certos locais à U.E. 78, surge um sedimento de coloração alaranjada, de composição muito heterogénea e com aspeto granuloso, integrando grande quantidade de partículas de natureza e coloração diversa, bem como carvões de pequena dimensão (U.E. 90). À excepção da U.E. 90, os carvões são quase inexistentes no contexto pré-histórico, razão pela qual se recolheu integralmente esta unidade para futuras análises palinológicas, carpológicas e antracológicas.

Os restos humanos ocorrem exclusivamente na câmara principal e encontram-se embalados num sedimento pouco compacto, de textura arenosa, granulometria fina, coloração avermelhada, com pedra miúda, partículas de calcário desagregado e alguns artefactos líticos, nomeadamente micrólitos em sílex (U.E.91). Quer os ossos, quer o sedimento onde estes se integram evidenciam o uso de ocre nas práticas rituais.

Verificou-se que a zona de ligação entre as duas criptas encontrava-se aterrada com pedras e terras extremamente compactadas; o nível superior apresentava blocos calcários, quartzos, xistos e grauvaques enquanto por baixo, junto à rocha, existiam apenas grandes blocos calcários ligados por um sedimento com um grau de compactação ainda maior, de difícil remoção. Não é claro se estamos perante vestígios do encerramento da entrada da câmara ou se estes grandes blocos foram originados pelo colapso da cúpula e se encontram aqui mais compactados com o sedimento devido às condições de jazida e processos geológicos relacionados. Nesse sentido registou-se, em vários locais da antecâmara, que o grau de compactação do sedimento é mais elevado junto à rocha, tornando-se por vezes difícil distinguir entre esta e o depósito. Por outro lado, o facto de a antecâmara não ter sido usada para deposições funerárias e de existirem no nível de ocupação depósitos votivos de materiais (dois machados depostos no lado direito da entrada do monumento e uma lâmina de sílex no eixo de acesso à antecâmara) são dados que pesam a favor do encerramento ritual do monumento.

4. ARQUITECTURA

Este monumento insere-se no grupo das sepulturas colectivas escavadas na rocha, que ocorrem no Neolítico final / Calcolítico inicial, designadas por grutas artificiais ou hipogeus. Integralmente escavado na rocha, é constituído por uma antecâmara e uma câmara funerária ligadas por uma passagem (Figuras 4 e 5). O acesso ao monumento seria efectuado a partir da antecâmara, por uma rampa orientada para Sudoeste, que se encontra alinhada com a entrada da câmara funerária. Desconhece-se, no entanto qual a configuração da entrada do monumento e se existiria ou não um corredor de acesso, elemento recorrente nas grutas artificiais. As paredes são de um modo geral côncavas ou sub-verticais com tendência côncava, evidenciando que a cobertura deveria ser em abóbada mas desconhece-se a sua altura e se teria claraboia. O comprimento total do monumento é de aproximadamente 5m, desde a rampa de entrada à parede Nordeste da câmara.

A câmara funerária tem uma configuração polilobada, formando pelo menos três absides ou alvéolos bem demarcados, dois dos quais se encontram separados por uma laje calcária fincada na vertical, o que parece corresponder a uma divisão do espaço. É mais profunda que a antecâmara mas por ora ignoramos a sua altura máxima. No alvéolo localizado a Este já se atingiu a base da estrutura, a 1,05 m de profundidade, pelo que se deduz que as várias áreas da câmara terão diferentes alturas. Os diâmetros da cripta principal variam entre os 3,15m e os 3,60 m. Como a escavação ainda não está concluída é preco-

ce estabelecer as dimensões das absides, sendo que a mais regular, com formato sub-circular, localizada a norte, mede 1,60 cm de diâmetro.
Os dois espaços do monumento estão ligados por uma passagem com um degrau, com cerca de 50 cm de largura na base e 40 cm de extensão. A antecâmara, já escavada[2], possui configuração riniforme e base plana. As dimensões são menores que as da câmara, apresentando aproximadamente 2,70 m de comprimento por 1,60 cm de largura e cerca de 70 cm de altura.

5. ESPÓLIO

O espólio recolhido até ao momento no hipogeu da Barrada não é muito abundante e contempla pedra polida, pedra lascada, alguns fragmentos de cerâmica, uma pulseira em concha de *Glycimeris sp.* (Figura 7) e fauna malacológica. Estes materiais são compatíveis com uma cronologia do Neolítico final / Calcolítico inicial, ainda que, comparativamente com as grutas artificiais da Estremadura e do Algarve, o espólio da Barrada seja consideravelmente menos diversificado e possua características mais arcaicas (presença de micrólitos em vez de pontas de seta, pulseira em concha de *Glycimeris*).
Até ao momento foram recolhidos 10 fragmentos de cerâmica, apenas um dos quais pertencente a um bordo, sendo os restantes inclassificáveis. Os fragmentos de cerâmica estão presentes em várias unidades estratigráficas mas não parecem estar relacionados com os rituais funerários.
A fauna malacológica está representada por uma grande variedade de moluscos do ambiente marinho e estuarino de Aljezur tal como percebes, mexilhão, púrpura, ameijoa, lapa, berbigão e lingueirão. Surge em todas as unidades estratigráficas mas os dados disponíveis não nos permitem para já validar, nem rejeitar a hipótese destes moluscos terem integrado os rituais funerários.
Já os artefactos líticos, encontrados nos níveis inferiores do monumento, constituem oferendas funerárias, destinados a acompanhar os mortos na sua última morada, excepção feita ao machado mirense que surgiu no topo do enchimento da antecâmara, integrado no empedrado.
Recolheram-se dois machados e três enxós fabricados em rocha anfibolítica, sendo que todos apresentam os gumes vivos, sem sinais de utilização, situação típica em contextos funerários. Os machados foram encontrados depostos lado a lado, junto à entrada da antecâmara. São semelhantes na morfologia e nas dimensões ainda que um apresente secção circular e o outro subquadrangular. Por seu turno as enxós apareceram em zonas distintas do monumento e são muito diferentes: a maior, surgiu junto à parede Norte da cripta principal, tem bordos paralelos e secção trapezoidal; a mais pequena surgiu no centro da câmara, próximo de uma conexão anatómica, possui gume convexo assimétrico e secção subrectangular; a outra foi encontrada na antecâmara, no nível de abatimento da cúpula e possui bordos côncavos e secção elipsoidal.
O artefacto mais representado é o geométrico em sílex, num total de 13 elementos dos quais três são triângulos e os restantes trapézios (seis assimétricos, dois irregulares, um simétrico e um indeterminado por estar fracturado na base). Este grupo artefactual é muito heterogéneo em morfologia e dimensões como se pode observar na figura 7. Seis exemplares destacam-se por apresentarem base côncava, quatro possuem entalhes na base menor e em alguns podem observar-se marcas de utilização.
A indústria leptolítica em sílex está também presente com três lâminas não retocadas, todas de secção trapezoidal, uma das quais com córtex num dos gumes e um fragmento mesial de lamela retocada. Uma das lâminas foi encontrada na antecâmara, entre a rampa e o acesso à câmara funerária, esmagada por um grande bloco de calcário que se sobrepunha ao nível de ocupação (U.E.78).

6. DADOS ANTROPOLÓGICOS

O estudo dos monumentos funerários colectivos pré-históricos constitui a única fonte de informação que permite aceder às populações humanas desse período remoto através da análise dos seus ossos. Uma das principais características dos sepulcros colectivos é a grande quantidade de indivíduos inumados, que se traduz, frequentemente, numa mistura de ossos em continuidade anatómica e ossos dispersos sem continuidade, fruto de um intenso manuseamento pós-deposicional.
O hipogeu da Barrada, não apresenta, até ao momento, um espólio osteológico humano que se considere muito abundante, comparativamente a ou-

2. Falta apenas concluir a escavação de uma pequena área a sul, mantida como testemunho.

tros sepulcros da mesma tipologia, nomeadamente o Hipogeu 1 de Monte Canelas que revelou um número mínimo de 171 indivíduos (Parreira, 2010).
A primeira decapagem realizada (ainda não concluída em toda a área), caracteriza-se principalmente pela presença de várias peças ósseas e dentárias (sobretudo de adulto) sem continuidade anatómica e dispersas pela câmara principal (Figuras 5 e 8). No total foram exumados 122 elementos ósseos dos quais ainda não se contabilizou o número mínimo de indivíduos. Na sua maioria os ossos estão muito fragmentados, sendo visíveis várias alterações tafonómicas, nomeadamente fracturas pós morte por compressão, corrosão da superfície óssea (acidez do sedimento envolvente) e deformação (associada à compressão).
A maturação esquelética e dentária permitiu constatar a presença de vários estádios etários, nomeadamente desde a 1ª infância (> 1 ano) ao estado adulto. Relativamente ao sexo, somente em duas peças ósseas isoladas (um fragmento de coxal e um fragmento de mandíbula) foi possível avançar com um diagnóstico mais provável, sendo ambas do sexo masculino.
Para além dos ossos soltos, identificaram-se quatro indivíduos adultos muito incompletos representados apenas por regiões esqueléticas que se mantiveram em continuidade anatómica: dois indivíduos representados pelo crânio e pela mandíbula; um indivíduo representado pelos membros inferiores flectidos; e outro representado pelo membro superior direito que se mantinha flectido. Os dados acima descritos, em especial no que se refere à representatividade dos ossos e às características de algumas conexões anatómicas (presença de articulações lábeis), parecem indicar a existência de inumações primárias.
Como só foi realizada uma decapagem na câmara principal não é possível, para já, definir se existe uma sucessão de depósitos osteoarqueológicos que correspondam a diferentes momentos de utilização funerária do hipogeu.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo difícil a apresentação de conclusões para um monumento cuja escavação ainda não está concluída, queremos no entanto deixar aqui algumas considerações sobre os dados desta primeira campanha e também levantar algumas questões pertinentes para a compreensão do monumento e do seu contexto.

Em primeiro lugar, as grutas artificiais, por norma, não surgem isoladas na paisagem mas sim agrupadas em necrópoles com dois ou mais sepulcros (Gonçalves, 1999). Também o hipogeu da Barrada integrava uma necrópole, juntamente com o sepulcro colectivo escavado na rocha identificado por Estácio da Veiga junto à Igreja N. Sr.ª de Alva no final do século XIX (Veiga, 1886). Este monumento, que corresponderia a uma gruta artificial, localizava-se a escassos 400 m para Sul-Sudeste da Barrada e nele foram encontrados restos osteológicos pertencentes pelo menos a 30 indivíduos, assim como espólio diversificado onde se incluem placas de xisto, alfinetes em osso, cerâmica, pedra polida e artefactos em sílex (lâminas, pontas de seta) que, segundo Victor Gonçalves (2005, p.21), se enquadram num contexto cronológico-cultural muito homogéneo, provavelmente da segunda metade do 3º milénio ou da transição do 4º para o 3º milénio. A planta deste sepulcro (Veiga, 1886, Est. A, fig. 37) mostra uma configuração complexa, muito semelhante à arquitetura do monumento funerário da Barrada mas numa escala maior. Relativamente ao espólio há diferenças notórias entre os dois sepulcros: na Barrada surgem micrólitos e uma pulseira em concha de *Glycimeris sp.*; estão ausentes as placas de xisto, as pontas de seta, a cerâmica votiva. Numa primeira leitura, isto parece indicar que o monumento da Barrada seria mais antigo mas aguardam-se novos dados, nomeadamente datações de C14.
Os materiais da Barrada assemelham-se no entanto, quer nas presenças quer nas ausências, aos materiais identificados nos hipogeus do Núcleo C do Outeiro Alto 2 (Serpa), atribuídos ao Neolítico final (Valera, 2012).
Vários são os factores que nos levam a considerar o hipogeu da Barrada como um sepulcro com características muito interessantes e de alguma raridade no quadro actual dos conhecimentos sobre as grutas artificiais do 3º e 4º milénio do território português:

- os depósitos originais encontram-se selados pelo abatimento da cúpula, o que permitiu a boa preservação dos vestígios, nomeadamente dos indícios relacionados com os rituais funerários praticados;
- o número de indivíduos sepultados não é muito elevado e as deposições ocorreram exclusivamente na câmara principal, o que parece indicar que o monumento deve ter tido uma utilização curta, contrariamente a outros monumen-

tos desta tipologia que tiveram consecutivas reutilizações do espaço sepulcral, por vezes numa diacronia muito alargada (cerca de mil anos, no caso das hipogeus da Quinta do Anjo, em Palmela [Soares, 2003, p.74]). Este factor reveste-se de grande importância e as futuras datações de C14 deverão contribuir para a afinação das tabelas cronológicas do Megalitismo do território português, bem como para uma melhor compreensão dos fenómenos que levaram à construção e utilização das grutas artificiais pelas antigas sociedades camponesas;

– a morfologia invulgar do monumento, que no território português só tem paralelos em Monte Canelas, Portimão (Parreira, 2010) e no outro hipogeu de Aljezur, parece aproximá-lo, em termos de tradição construtiva, dos monumentos andaluzes, como é o caso das grutas artificiais de Gilena, Sevilha (Cruz-Auñón Briones, no prelo).

Aguarda-se pois a escavação integral do monumento para, na posse de mais dados, se aprofundarem estas e outras questões relacionadas com o mundo funerário destas antigas comunidades que habitaram o território de Aljezur.

BIBLIOGRAFIA

BARRADAS, Elisabete; SILVÉRIO, Silvina; SILVA, Mª João Dias da (2012) – O Hipogeu da Barrada (Aljezur) – *Resultados preliminares da campanha de 2011. Comunicação apresentada na Associação dos Arqueólogos Portugueses*. 11 de Junho de 2012, Lisboa.

CRUZ-AUÑÓN BRIONES, Rosario, et al. (no prelo) – Apreciaciones en rituales funerários de cuevas artificiales, Gilena en ejemplo. *II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. 29 Abril a 1 de Maio de 2013*. Universidade de Évora.

GONÇALVES, Victor S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: IPM, CMRM, UNIARQ.

GONÇALVES, Victor S. (2005) – *As Placas de Xisto Gravadas dos Sepulcros Colectivos de Aljezur (3º milénio a.n.e.)*. Município de Aljezur, Aljezur, 168 p.

GONÇALVES, Victor S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2.ª edição. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, Victor S. (2009), Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na península de Lisboa. Algumas leituras prévias, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, Câmara Municipal Oeiras, Oeiras, p. 237-260.

JORDÃO, Patrícia; MENDES, Pedro (2006/2007) – As grutas artificiais da Estremadura portuguesa: uma leitura crítica das arquitecturas. *Arqueologia & História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, nº58/59, Lisboa, pp. 43-78.

MANUPPELLA, G. (1992) – *Carta Geológica da Região do Algarve (Folha ocidental)*, Escala 1:100 000 – Nota Explicativa, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

PARREIRA, Rui, (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcalar). *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Câmara Municipal de Cascais, pp. 399-419.

SILVÉRIO, Silvina; BARRADAS, Elisabete; NUNES, Daniel; NICOLAU, José (2013) – *O Legado Andalusino*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. 74 p. Catálogo da exposição do Museu Municipal de Aljezur.

SILVÉRIO, Silvina; BARRADAS, Elisabete (no prelo) – O Sítio Islâmico da Barrada (Aljezur), *Actas do 9º Encontro de Arqueologia do Algarve*. 20 a 22 Outubro de 2011. Silves.

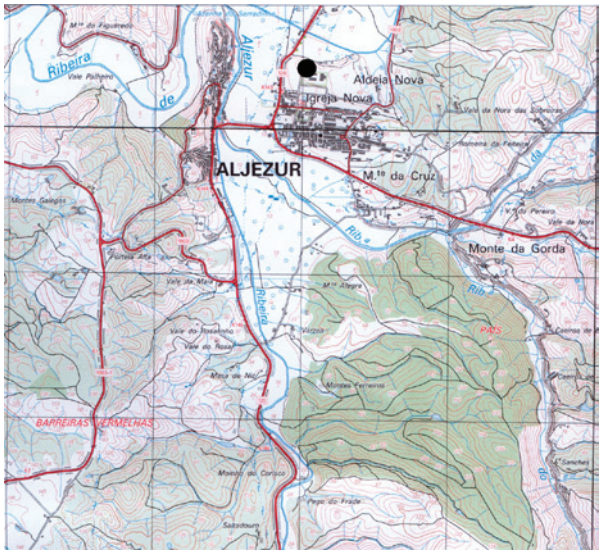
SOARES, Joaquina (2003) – Os Hipogeus da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico: MAEDS, Setúbal, 238 p.

VALERA, A. C.; SOARES, A.M.; COELHO, M.(2008) – Primeiras datas de radiocarbono para a necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2, pp. 27-30.

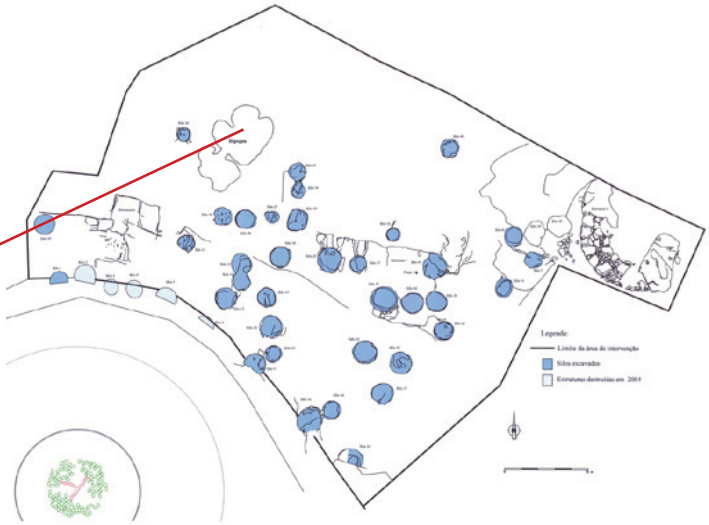
VALERA, António Carlos; FILIPE, Victor (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, NIA-ERA, Lisboa, pp. 49-56.

VALERA, António Carlos; FILIPE, Victor (2012) – A Necróple de Hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 8, NIA-ERA, Lisboa, pp. 29-42.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886) *Antiguidades Monumentais do Algarve – Tempos Pré-históricos*. Volume 1 e Volume 2, Imprensa Nacional, Lisboa.



Figuras 1 e 2 – Localização do Sítio da Barrada no mapa da Península Ibérica e na C.M.P. 584 (Aljezur).



Figuras 3 e 4 – O hipogeu integrado na planta geral da intervenção do Sítio da Barrada.

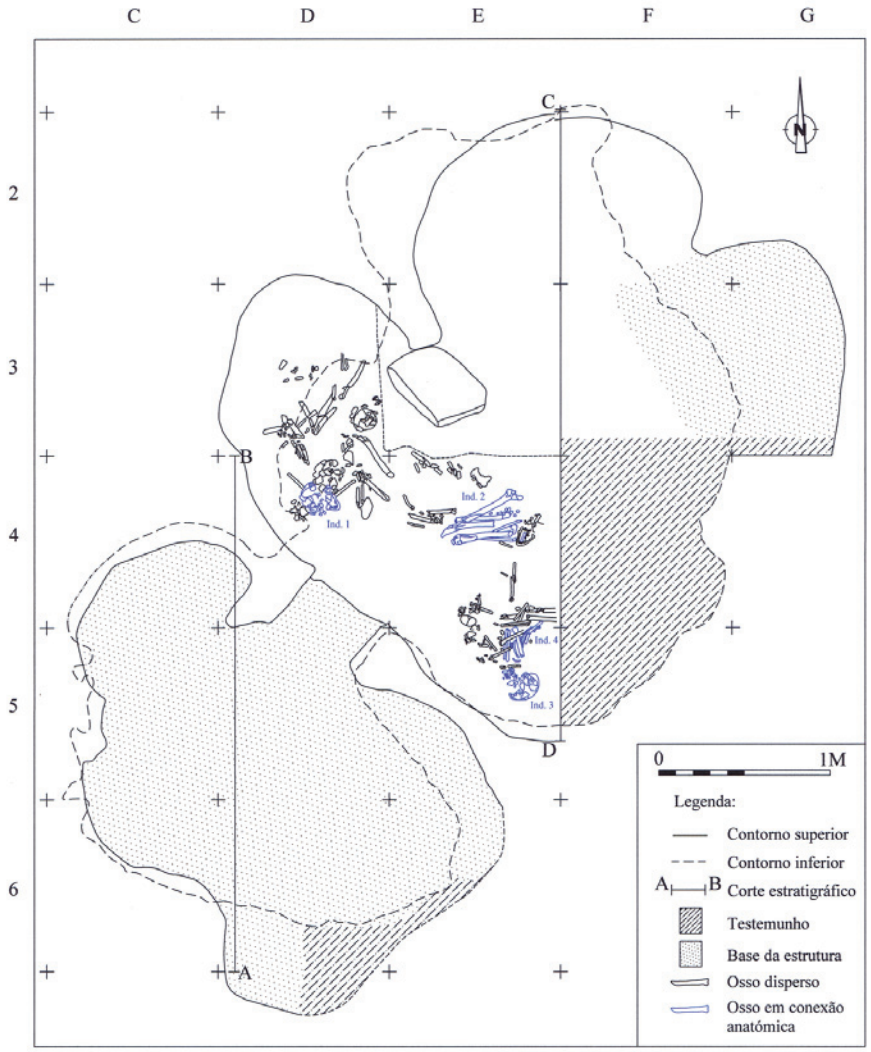


Figura 5 – Planta da estrutura com a localização dos ossos humanos detectados na primeira decapagem.

Figura 6 – Corte Oeste da antecâmara. Observa-se a grande concentração pétrea que caracteriza o nível de enchimento superior.

Figura 7 – Espólio recolhido no hipogeu: pedra polida, lâminas, lamela e micrólitos geométricos em sílex; pulseira em concha de *Glycimeris sp.* e machado mirense.

Figura 8 – Deposições humanas na câmara funerária.

EM TORNO AO CONCEITO DE "NECRÓPOLE MEGALÍTICA" NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE (ALTO ALENTEJO, PORTUGAL): MONUMENTOS, ESPAÇOS, PAISAGENS E TERRITÓRIOS

Marco António Andrade / FCT; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / folha-de-acacia@iol.pt

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre o conceito de "necrópole megalítica" com base nas observações realizadas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal). A ocorrência de agrupamentos de monumentos formando "espaços necropolizados", juntamente com a situação de monumentos aparentemente isolados na paisagem, permite levantar algumas questões sobre a localização destes monumentos no espaço ocupado, em relação concreta a pontos específicos da paisagem ou a áreas de ocupação preferencial – definindo os possíveis esquemas/diagramas de formação de uma necrópole megalítica, encarados como bases de análise na definição do fenómeno de "megalitização" da paisagem. Destaca-se aqui uma visão que não se baseia somente numa Arqueologia da Paisagem, mas também numa Arqueologia do Território, na óptica das antigas comunidades camponesas do Sudoeste peninsular.

ABSTRACT

This paper presents some considerations about the concept of "megalithic necropolis" on the basis of the observations made throughout the megalithic area of Ribeira Grande (North Alentejo, Portugal). The occurrence of clusters of monuments forming "necropolized spaces", along with the situation of monuments apparently isolated in the landscape, allows to raise some questions regarding the location of these monuments in the occupied space, in relation to specific points in the landscape or to areas of preferential occupation – setting out the possible schemes/diagrams of a megalithic necropolis formation, regarded as a basis of analysis in the definition of the "megalithization" of the landscape phenomenon. It is outlined here an interpretative vision based not only on Landscape Archaeology, but also in Archaeology of the Territory, in view of the ancient peasant communities of the southwestern Iberian Peninsula.

1. ABRINDO: O PROJECTO MEGAFRONT E O MEGALITISMO DA RIBEIRA GRANDE

O projecto *MEGAFRONT – Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande* pretende caracterizar e definir o fenómeno megalítico na área austral do Norte alentejano, baseado na implantação específica dos monumentos e sua relação com espaços de habitat e outros elementos crono-culturalmente coevos.

Estabeleceu-se como objectivo principal deste projecto a definição e caracterização do fenómeno de "megalitização" da paisagem na área em estudo, pretendendo-se realizar a análise das necrópoles megalíticas do contexto micro-regional em que se incluem. Com o desenvolver dos trabalhos de prospecção arqueológica, foi possível identificar diversos elementos inéditos, entre monumentos megalíticos, povoados, menires e rochas com "covinhas" (Andrade, 2009; 2010; 2011), colmatando os inventários de G. e V. Leisner (1959) e A. F. Isidoro (1966), assim como os trabalhos realizados no âmbito de levantamentos patrimoniais genéricos (Carneiro, 2005; Ribeiro, 2008; Rocha, 2011). O presente tra-

balho refere-se assim à apresentação de algumas considerações generalistas, baseadas nos dados até ao momento reunidos, sobre o conceito de "necrópole megalítica" – estabelecendo de que modo os monumentos se inscrevem no espaço, definindo paisagens e territórios (Figura 1).

2. O ESPAÇO FÍSICO: PAISAGENS E TERRITÓRIOS NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE

A área em estudo caracteriza-se como um espaço de relativa heterogeneidade orográfica, dividindo-se entre a pene-planície do Alto Alentejo e o enchimento terciário da bacia do Tejo. A zona oriental caracteriza-se como uma área de paisagens levemente onduladas, mas onde se encontram elevações imponentes e numerosos relevos residuais. A zona ocidental caracteriza-se por um relevo mais acidentado, com os vales dos principais cursos de água muito escavados e superfícies muito dissecadas, alternando com zonas planálticas que correspondem geologicamente aos depósitos terciários do Tejo.

É possível reconhecer duas grandes unidades geológicas de base que compõem o substrato hercínico dominante na região. A primeira corresponde aos xistos silúricos, cobertos em certas zonas pelos depósitos continentais pertencentes à bacia terciária do Tejo (arenitos e cascalheiras). A segunda corresponde a xistos, quartzitos e grauvaques câmbricos. Reconhecem-se, a par das unidades acima descritas, manchas de rochas intrusivas (granitos porfiróides e basitos) – registadas principalmente no vale da Ribeira Grande. Na parte Oeste da área em estudo, encontram-se, para além dos depósitos terciários, manchas de rochas intrusivas (grano-dioritos e micro-granitos, granitos gnáissicos e dioritos gnáissicos), a par de manchas de rochas hercínicas (micaxistos, metavulcanitos, calcários cristalinos, calcoxistos e anfibolitos). A área de Alter Pedroso, a Este, caracteriza-se por uma extensa mancha de basitos, em contacto com ortognaisses graníticos na transição dos xistos câmbricos para os xistos pré-câmbricos.

A área em estudo é cortada transversalmente pelo curso da Ribeira Grande, subsidiária da Ribeira da Seda e que, de certa maneira, estrutura o território e, consequentemente, a sua ocupação. Com efeito, grande parte inclui-se na bacia hidrográfica deste curso de água. Trata-se, no geral, de uma área bastante bem drenada, principalmente na metade oriental, com abundantes linhas de água, algumas delas de curso sazonal.

As escavações recentes conduzidas nos monumentos da Coudelaria de Alter do Chão (Oliveira, 2006), e o respectivo estudo antracológico, permitiram definir o coberto vegetal desta paisagem durante o Neolítico e o Calcolítico. Os elementos recolhidos nas antas da Horta e Soalheira permitiram evidenciar a uma redução da massa arbórea, com a diminuição dos bosques mistos de *quercus* e a extensão dos espaços abertos ou de mato arbustivo (contexto climático mais húmido que o actual), coincidindo genericamente com o processo de consolidação das comunidades camponesas (Duque Espino, 2005).

3. O ESPAÇO "MEGALÍTICO": MONUMENTOS E ESPAÇOS NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE

As ocorrências megalíticas da área da Ribeira Grande encontram-se registadas em cerca de 129 casos referenciados. Desde logo se salienta o reconhecimento de núcleos megalíticos, a par da ocorrência de alguns monumentos isolados que, pela sua específica localização, permitem algumas observações pertinentes para a definição do fenómeno de "megalitização" da paisagem. Foi possível definir, seguindo uma base metodológica puramente teórica, a existência de 15 "necrópoles megalíticas" e respectivos "monumentos-satélite". Foram assim definidas tendo em conta a relação espaço-visual que os monumentos mantêm entre si – não se defendendo a sua sincronia cronológica, impossível de delimitar no estado actual dos conhecimentos. Assim, os pressupostos metodológicos que orientaram esta caracterização suportam-se unicamente em bases teóricas especificadas em conceitos generalistas – tendo sempre consciência do carácter holístico que caracteriza tal definição.

Definem-se assim as "necrópoles megalíticas" de Pedro Tourez, Torrejana, Alter Pedroso, Serra das Penas/Arneirinhos, Cumeada, São Domingos/Ladeira, Monte das Freiras, Torre do Ervedal, Pessilgais, Arneiros, Lameira, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Herdade Grande, Vale de Maceiras e Burraz. Como monumentos isolados surgem Comenda, Quinta de São Romão, São Pedro, Herdadinha, Monte Barão, Cardosa, Monte do Rio, Chafariz 4, Barroca, Vale da Lousa, Cardoso 1,

Tapada Alta, Barba de Pele, Casas Altas, Defeza, Mortágua, Porto de Melões, Monte Branco do Mato, Aroeirais, Coutada de Baixo 2 e Sousel. Foram assim classificados por não apresentarem nenhuma óbvia relação directa com qualquer uma das necrópoles megalíticas identificadas – surgindo aparentemente isolados na paisagem (Figura 2).

Morfologicamente, é possível definir várias variâncias – seja entre necrópoles (desde necrópoles compostas por dois monumentos a necrópoles com mais de uma dezena de monumentos), seja entre monumentos componentes de uma mesma necrópole (com várias soluções arquitectónicas dentro do mesmo espaço megalítico).

Assim e apesar de certas coincidências, em relação às arquitecturas, a variabilidade é o ponto comum. Registam-se grandes monumentos (Herdade Grande 6, Penedo da Moura 1), alguns com Corredor muito longo (Arneirinhos 1) a par de pequenos monumentos de Corredor incipiente (como os registados na área dos xistos) e monumentos "proto-megalíticos" (São Martinho 1 a 3, Terrosa 2 a 5, Couto da Madalena 1). As Câmaras (e em especial o número de esteios) também parecem ser variável. Existem monumentos com sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira, monumentos com oitos esteios e monumentos com nove esteios com aparência de Câmara fechada. Refira-se também a arquitectura específica da anta da Horta das Antas, tendo o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara. Da mesma maneira, é de salientar a existência de monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados, dividindo-se entre os grandes monumentos de planta "piriforme" (Benavila) e os pequenos monumentos em forma de ferradura (Banejo, Vale da Lousa) (Figura 3).

Curioso é notar que uma mesma necrópole pode incluir monumentos de características arquitectónicas distintas, como Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa (com grande número de monumentos "proto-megalíticos"), Alter Pedroso ou Serra das Penas – podendo reflectir fenómenos diacrónicos ou ser apenas resultado de factores económicos e culturais actuando de forma diferencial. Esta realidade é igualmente comprovada para o grupo do Crato, em que o polimorfismo arquitectónico registado dentro de uma única necrópole é explicado como o resultado do "uso diferenciado dos monumentos e a diversidade dos rituais a eles associados" (Parreira, 1996, p. 85).

4. NECRÓPOLES MEGALÍTICAS DA RIBEIRA GRANDE: QUE PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO?

As mais importantes ocorrências registam-se na metade oriental da área em estudo, inseridas numa paisagem levemente ondulada, característica da pene-planície alto-alentejana. Situam-se em áreas bastante irrigadas, bem drenadas, dentro ou nas envolvências das manchas de granitos e basitos ou nas zonas de contacto entre estas e os xistos câmbricos.

Assim, as principais "necrópoles megalíticas" (e os mais evidentes vestígios de habitat) localizam-se nestas zonas específicas, onde se encontram as condições geológicas preferenciais para a construção de grandes monumentos (nomeadamente, as rochas granitóides), incluídas numa orografia favorável, com paisagens levemente onduladas e com condições de assentamento razoáveis, drenada por uma rede hidrográfica relevante, com áreas bastante irrigadas e com fácil acesso à importante fonte de recursos que constitui a Ribeira Grande, encontrando-se por aqui pequenas manchas de solos leves, ideais para a pequena agricultura de enxada. Com efeito, pelo que se conhece, as manchas graníticas identificadas na área em estudo reúnem todas as condições para o assentamento das comunidades megalíticas, assumindo-se como áreas preferenciais de exploração de recursos. Será por esta razão que os mais extensos agrupamentos de monumentos se encontram nestes contextos. As ocorrências de necrópoles pouco desenvolvidas ou de monumentos isolados surgem, por sua vez, maioritariamente em contextos de xistos silúricos.

A respeito da implantação específica dos monumentos, várias particularidades interessantes podem ser evidenciadas. Em relação à sua situação topográfica, apesar de (se os critérios topográficos forem avaliados individualmente) um maior número de monumentos se encontrar implantado em áreas baixas, se analisarmos os sistemas de implantação a uma escala geral (em termos de altimetria relativa, contabilizando, na mesma categoria, o número de monumentos implantados em planalto/rechã, esporão, elevação suave e outeiro elevado), denota-se uma clara predominância de monumentos implantados sobre elevações ou a cotas elevadas.

Assim, a implantação dos monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande obedece a certos padrões reconhecíveis, não tão coetâneos como o desejado

para uma análise básica, mas identificáveis e facilmente grupáveis. Identifica-se, assim, uma grande variabilidade na vinculação dos monumentos à paisagem, e da relação destes com o meio envolvente – podendo ser explicada em parâmetros económicos, rituais ou cronológicos (Gonçalves, 1992).

No entanto, quando analisados a uma escala mais pormenorizada, os padrões de implantação destes monumentos podem sugerir considerações interessantes, nomeadamente quando postos em relação com pontos específicos da paisagem. Com efeito, temos na área em estudo monumentos que podem ser considerados *visíveis* e monumentos que podem ser considerados *invisíveis* – estes últimos por se encontrarem em áreas muito elevadas (como a anta da Tapada Alta e os monumentos da necrópole da Serra das Penas) ou em áreas muito deprimidas (como as antas de Mortágua e Comenda). Existem, portanto, monumentos que parecem não obedecer a uma *lógica de visiblidade* explícita. Contudo, se associarmos estes monumentos a pontos específicos na paisagem, a sua posição aparentemente absurda ganha algum sentido.

Usando o exemplo dos monumentos do grupo do Crato (de certa maneira coincidente com o caso da Ribeira Grande), onde grande percentagem se implanta em contexto paisagístico aberto ocupando "segmentos da paisagem visivelmente bem delimitados" (Parreira, 1996, p. 61), é evidente supor que o objectivo lógico da erecção destes monumentos será precisamente a sua suposta perceptibilidade na paisagem, agindo sempre como marcas de um território ocupado, o que não invalida o facto de alguns elementos registarem implantações aparentemente absurdas – dado estarem incluídos num contexto específico de inclusão na paisagem, relacionados com elementos particulares da mesma, tais como pontos de passagem, eixos de "circulação", marcos geográficos – micro-áreas definidas como *locais*, espaços criados e conhecidos através de experiências, símbolos e significados comuns, segundo a definição de *place* defendida por Ch. Tilley (1994).

Assim, a anta de Mortágua, situada junto à Ribeira de Sousel, em pleno leito de cheia, há que ser pensada em relação com um vau deste curso de água, localizado próximo do monumento. Os monumentos da necrópole megalítica da Serra das Penas, implantados sobre uma crista rochosa de conglomerados, dominam toda a área baixa dos vales das Ribeiras de Pascoais e Chaminé. Noutro sentido, a Serra das Penas assume-se como marco na paisagem, registando-se um importante "ponto de passagem" na Portela das Penas. A anta de Vale de Maceiras 1 implanta-se numa vertente sobranceira à Ribeira de Ana Loura, em posição frontal a um "porto" deste curso de água, causando grande impacto visual para quem o atravessa vindo do lado oposto.

Tratam-se, obviamente, de monumentos instalados em função de vias de trânsito – relacionados directamente com pontos de passagem. A possível demarcação de um eixo de circulação regista-se na necrópole da Cumeada (complementada pela necrópole de Pedro Tourez e o monumento da Comenda), erguendo-se abaixo de uma linha de cumeada, numa área genérica de encosta sobranceira à Ribeira da Seda.

Implantada em função de um importante marco geográfico, apesar de se poder citar igualmente o caso da necrópole da Serra das Penas, parece estruturar-se a necrópole de Alter Pedroso. Com efeito, a óbvia imponência do perfil escarpado do conjunto de elevações em torno das quais se estrutura esta necrópole, terá configurado em tempos pré-históricos um notável marco na paisagem – podendo ter sido usado como ponto de referência/localização.

As restantes necrópoles megalíticas (não relacionadas com nenhum ponto específico da paisagem) poderão formar ou indicar áreas de ocupação de territórios preferenciais e de marcação destes, servindo como pontos de referência dos mesmos – tendo-se como exemplo na área em estudo os extensos conjuntos de Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Arneiros/Pessilgais, Herdade Grande e respectivos "monumentos-satélite", encontrando-se espacialmente associados a lugares de habitat.

O exemplo mais evidente deste tipo de vinculação à paisagem parece ser o da última necrópole referida, parecendo marcar o seu núcleo uma extensa área territorial disposta entre si e o curso da Ribeira Grande, área esta pontuada pelos diversos vestígios de habitat identificados. Os monumentos desta necrópole desfrutam de uma excelente condição de intervisibilidade, estando assim – e pelo menos do ponto de vista visual – relacionados entre si e com o território que marcam.

Noutro sentido, as necrópoles compostas por dois monumentos (e até mesmo os monumentos isolados), poderão corresponder a algo semelhante ao que foi avançado para o caso dos monumentos do

Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz, fazendo-o corresponder à área de necrópole de uma pequena quinta neolítica (Gonçalves, 1992; 1999), podendo assinalar uma área pouco extensa de exploração de recursos. No entanto, as evidências de povoamento identificadas nas imediações destas necrópoles (ou monumentos isolados) não permitem traçar qualquer tipo de considerações a este respeito.

5. CONCLUINDO: O CONCEITO DE NECRÓPOLE MEGALÍTICA ADAPTADO AO EXEMPLO DA RIBEIRA GRANDE

A análise dos modelos de ocupação e utilização do espaço pelas comunidades pré-históricas não se pode dissociar de uma definição clara da paisagem e de como esta influenciou a implantação de monumentos e sítios – porquanto estes podem ser entendidos como referências de significação dessa mesma paisagem, a nível social e cultural (Garcia Sanjuán, 2000).

Neste sentido, analisar e definir o fenómeno de "megalitização" da paisagem, enquanto vínculo entre o meio ambiental e as comunidades humanas neolíticas e calcolíticas que o percorreram e exploraram (e, como consequência, os padrões de assentamento destas mesmas comunidades), terá sempre como base a leitura estruturalista do espaço – assente em três dimensões de percepção, determinadas precisamente pela aferição da relação entre o Homem e o Meio (Criado Boado, 1999). Distinguem-se assim o espaço físico/ambiental (enquanto espaço onde se desenvolvem as actividades humanas), o espaço social (enquanto espaço onde se regulam as relações entre indivíduos e entre grupos) e o espaço simbólico (enquanto espaço cultural de significação emblemática).

Da adição destes três factores, duas questões podem ser levantadas: de que modo os monumentos megalíticos influem na paisagem (enquanto referências ou marcos "legitimadores" de ocupação do espaço) e de que modo a paisagem influi nos monumentos megalíticos (em termos de suporte construtivo, implantação topográfica, morfologia).

Assim, definir as variâncias de entendimento do espaço físico (enquanto factor de implantação de monumentos e sítios) ao longo de toda a diacronia cronológica do fenómeno megalítico, definindo igualmente a articulação entre monumentos funerários e povoados (e a inserção de ambos na paisagem) poderá resultar numa aproximação aos esquemas de entendimento do Meio por parte das comunidades megalíticas. Neste sentido, será talvez necessário reconhecer a desconformidade entre paisagem e território – referindo-se paisagem ao espaço físico propriamente dito e território ao espaço social e simbólico (incluído naquele espaço físico, mas "manipulado" de acordo com os sistemas sócio-culturais influentes). No entanto, a paisagem, enquanto conceito abstracto incluído em esquemas de percepção específicos, não se tratará também de território, na medida em que pode ser lida e interpretada de acordo com aqueles mesmos sistemas sócio-culturais definidos?

Poder-se-á, assim, distinguir Arqueologia da Paisagem de Arqueologia do Território? Entendendo a paisagem como um sistema complexo e dinâmico onde se regista a interacção de diversos factores (naturais e culturais), influenciando e sendo influenciada por estes (distinguindo-se, assim, a paisagem natural da paisagem construída ou humanizada), e o território como um espaço delimitado configurando uma ideia de apropriação geográfica, a resposta poderia ser afirmativa. No entanto, a paisagem pode ser igualmente entendida como factor estruturante do território e este como agente transformador daquela – sendo, assim, ambos elementos indissociáveis. Neste âmbito específico, o fenómeno de "megalitização" da paisagem poderá precisamente ser entendido como a condição causal da transformação da paisagem em território, na medida em que a regulamenta e delimita. Desta maneira, a paisagem deverá ser sempre entendida enquanto "construção" humana (mental ou material), sugerida pela óbvia interacção entre o ambiente natural e o ambiente social.

A leitura do território realizar-se-á, neste sentido, de acordo com a análise de modelos de assentamento (padrões de implantação de monumentos e sítios), com a definição de vias de trânsito e com a delimitação de áreas de exploração de recursos (áreas de ocupação preferencial). Tratar-se-á, pois, da construção da paisagem social, regulada pela interacção entre o espaço natural e o espaço humano (ou entre o espaço físico e o espaço sócio-cultural) – sendo que o conceito de percepção da paisagem é um conceito transmutável, passivo de ser sucessivamente revisto e reinterpretado. A própria ideia que se faz da paisagem, enquanto espaço de interacção e articulação entre o Homem e o Meio, descreve-se

em variantes graus de entendimento dependentes dos diversos domínios em que se desenvolve a actividade humana (nomeadamente, no âmbito económico, social e cultural).

Assim, o megalitismo, enquanto fenómeno de expressão cultural, manifesta a relação dos grupos construtores e utilizadores destes monumentos com a paisagem natural em que se encontram inseridos. A interpretação desta paisagem "cultural" obtém-se, desta maneira, pela percepção de todos os seus constituintes enquanto elementos de significação – legitimada pelo contexto sócio-cultural onde estão incluídos. Neste sentido, será sugerível, em detrimento de uma análise da paisagem enquanto todo orgânico pleno de significado, uma análise da sua estrutura – ou seja, uma análise da sua composição e não do seu significado estrito, pretendendo-se definir não a sua significação, mas estabelecer a relação entre os seus elementos constituintes.

Os contornos da paisagem na área em estudo encontram-se bem delimitados (cf. ponto 2). Será, portanto necessário definir como o território (enquanto espaço entendido e apreendido) se engasta nesta paisagem – ou seja, como esta foi percebida e usada, como as condicionantes paisagísticas influenciaram os modos de vidas das comunidades pré-históricas, definindo a "íntima relação entre as sociedades humanas e o seu espaço e [...] sobre a forma como essa relação se expressa materialmente" (Valera, 2000, p. 121). No âmbito específico da análise do fenómeno megalítico, tal realidade pode ser delimitada tendo em vista dois factores básicos: o contexto geológico (determinante a nível da distribuição espacial e da morfologia dos monumentos) e a implantação topográfica (em conexão com a visibilidade/invisibilidade dos monumentos e sua relação com vias de trânsito, marcos paisagísticos ou áreas de exploração de recursos). Com a clarificação destas duas condicionantes, a definição da relação entre monumentos ou grupos de monumentos (principalmente, a nível de contexto cronológico) e da relação entre monumentos e espaços de habitat revelar-se-á indispensável para um claro entendimento da percepção do espaço por parte das comunidades megalíticas.

Como ponto de partida e como acima referido, a análise do fenómeno megalítico enquanto factor dinâmico da paisagem, poderá ser conduzida tendo em conta quatro vínculos não necessariamente antagónicos (Afonso Marrero *& alli*, 2006, p. 41): 1) situação dos monumentos em relação ao contexto geológico ou importantes marcos naturais; 2) situação dos monumentos em relação a vias de trânsito; 3) situação dos monumentos em relação a outros monumentos; 4) situação dos monumentos em relação a espaços de habitat.

De um ponto de vista teórico, tais condicionantes poderão ser lidas da seguinte maneira: "De un modo descriptivo, podríamos decir que los factores y elementos que se conjugan para determinar el emplazamiento de aquellos [monumentos megalíticos], pertenecen a dos tipos distintos de realidades, a dos subsistemas diferentes de las culturas megalíticas [...] concebidas como un sistema. Por una parte su situación es consecuencia y reflejo de la distribuición espacial de las poblaciones megalíticas; isto quiere decir que en certa medida esta relacionada con su pauta de ocupación del territorio, con lo que podría denominarse su "subsistema de asentamiento", fenómeno que, a su vez, esta relacionada quando menos con el "subsistema económico" y con el "subsistema de organización social" de los grupos construtores de megalitos. Y por outra parte, el emplezamiento de éstos estará condicionado por el "subsistema de creencias religiosas y de ritual", lo que quiere decir que aquél ha de ser elegido en función de ciertas imposiciones culturales" (Criado Boado, 1984-85, p. 7) (Figura 4).

Em particular, os monumentos megalíticos da área em estudo primam pela sua heterogeneidade, caracterizada pela implantação específica dos monumentos (a nível topográfico e geológico), pela paisagem em que se incluem e pela sua própria morfologia – pelo que a caracterização das necrópoles megalíticas evidencia-se, efectivamente, pela relação espacial existente entres os monumentos, tendo sido aqui analisados do ponto de vista da sua vinculação a pontos específicos da paisagem, a possíveis vias naturais de trânsito ou a potenciais áreas de exploração de recursos (factor que se define especificamente pela identificação dos espaços de habitat).

A implantação de monumentos megalíticos em função de vias de trânsito (concretamente, em relação a rotas de transumância) foi já sugerida para o contexto regional em que se inclui o presente estudo (Chapman, 1979; em particular para o grupo megalítico do Crato, cf. Parreira, 1996, p. 93), ressalvando-se a coincidência da implantação megalítica com as linhas de cumeada.

Na área em estudo, é possível registar várias situa-

ções curiosas, no âmbito da localização específica dos monumentos megalíticos. Assim, é possível notar que um certo número de factores concorre para a coincidência de concentrações megalíticas em zonas específicas da área em estudo. Desde já, é curiosa a disposição nos limites ou no interior das manchas graníticas. E, por coincidência (ou não, já que aqui se encontram as melhores condições de assentamento) é neste espaço que se concentram os mais representativos indícios de povoamento – podendo ser encarada como áreas centrais de territórios de exploração de recursos, ficando as necrópoles votadas às áreas periféricas.

A formação de uma "necrópole megalítica" reflecte assim esquemas dinâmicos de entendimento do espaço, dependentes de uma multiplicidade de factores que condicionam a implantação dos monumentos. Desde logo se salientam dois aspectos nesta análise: um aspecto de carácter eminentemente prático procura avaliar a evolução dos espaços de necrópole, em termos de relação entre sepulturas "proto-megalíticas" e monumentos megalíticos típicos, de transição cultural entre Neolítico e Calcolítico e concentração ou periferização dos espaços funerários; um segundo aspecto, de cariz mais teórico, procura avaliar a evolução do próprio conceito de necrópole, explicando o polimorfismo dos contextos, seja em termos culturais, seja em termos cronológicos.

A conceito *necrópole megalítica* é assim encarado como simples meio de definição de um conjunto de monumentos partilhando um espaço determinado – tendo consciência de que, como referem F. Criado Boado e J. Vaquero Lastres, "sin duda son muchos los problemas que encierra esse término y por ello, en aras de rigurosidad, se ha preferido a veces dejarlo de lado y no utilizarlo. En un sentido estricto hablar de "necrópolis" implica reconocer una entidad de utilización y planteamiento que subyacería a todos los monumentos que configuran la "necrópolis", lo que conduce a suponer que todos ellos reunidos formaron un conjunto uniforme, creado por la misma práctica social y, incluso, por la misma comunidad" (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 236-237).

Como ponto de partida, poderíamos definir o conceito de "necrópole megalítica" em quatro pontos básicos: 1) grupo de monumentos megalíticos concentrados num espaço geograficamente bem definido, tendo em conta fronteiras naturais como o relevo e/ou cursos de água, ou implantados em locais específicos da paisagem; 2) grupo de monumentos megalíticos com proximidade relativa, existindo um alto coeficiente de visibilidade entre os monumentos; 3) grupo de monumentos megalíticos sincronicamente construídos e utilizados, resultando a homogeneidade do mobiliário votivo e contemporaneidade das manifestações rituais como factor de atribuição cronológica síncrona; 4) grupo de monumentos megalíticos construídos e utilizados por uma mesma comunidade ou por comunidades congénitas, definindo-se relações povoado/necrópole ou sincronia entre espaço dos mortos e espaço dos vivos, independentemente dos parâmetros cronológicos para a utilização de ambos contextos.

Tendo em conta estes apontamentos (entendidos como bases de análise), a área da Ribeira Grande apresenta grandes potencialidades em termos da definição do fenómeno de "megalitização" da paisagem no Sudoeste peninsular, esperando-se que o desenvolvimento da investigação venha trazer novas luzes sobre esta problemática.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

AFONSO MARRERO, José A.; CÁMARA SERRANO, Juan A.; HARO NAVARRO, Martín; MOLINA GONZÁLEZ, Fernando; MONTUFO MARTÍN, Antonio M.; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, Ignacio; SPANEDDA, Liliana (2006) – Organización territorial en el valle del Río Gor en la Prehistoria Reciente. In BICHO, Nuno F. (ed.) – *Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-História da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, p. 39-52.

ANDRADE, Marco António (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de "megalitização" da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, policopiado.

ANDRADE, Marco António (2010) – Rochas com "covinhas" no contexto do megalitismo alto-alentejano: o painel de São Domingos 2 (Fronteira). *Apontamento de Arqueologia e Património*. Lisboa. 6, p. 7-14.

ANDRADE, Marco António (2011) – Fronteira megalítica: algumas considerações gerais (enquanto as particulares não estão ainda disponíveis) a respeito das «necrópoles megalíticas» da área do Concelho de Fronteira. In CARNEIRO, André; OLIVEIRA, Jorge; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (coords.) – *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 63-82.

BOAVENTURA. Rui (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 21. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 61-74.

CHAPMAN, Robert (1979) – Transhumance and megalithic tombs in Iberia. *Antiquity*. Durham. 53: 208, p. 150-152.

CARNEIRO, André (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Lisboa: Câmara Municipal de Fronteira/ Edições Colibri.

CRIADO BOADO, Filipe (1984-85) – El tercer factor o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megalíticos gallegos. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compustela. 45: 100, p. 7-18.

CRIADO BOADO, Filipe (1999) – Del terreno al espacio: planteamiento y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. *Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compustela. 6.

CRIADO BOADO, Filipe; VAQUERO LASTRES, Jacob (1993) – Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalítos, nudos en el espacio: análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Série 1(*Prehistoria y Arqueologia*), 6, p. 205-261.

DUQUE ESPINO, David M. (2005) – Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 21-41.

GARCÍA SANJUÁN, Leonardo (2000) – Large stones, sacred landscapes. Inserting Megalithism within an analysis of Social Complexity in Recent Prehistory. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 122-135.

GONÇALVES, Victor S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC (Cadernos da Uniarq, 2).

GONÇALVES, Victor S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

ISIDORO, Agostinho F. (1966) – Contribuição para o estudo da Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*. Porto. 5 (*Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*), p. 384-414.

LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.

OLIVEIRA, Jorge (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.

OLIVEIRA, Jorge (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora.

PARREIRA, Rui (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, policopiado.

RIBEIRO, Ana C. (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan online – Adenda electrónica*. 2ª série, 16, p. 1-12.

ROCHA, Leonor (2011) – Contributo para o conhecimento do património arqueológico do concelho de Sousel. In CARNEIRO, André; OLIVEIRA, Jorge; ROCHA, Leonor; MORGADO, Paula (coords.) – *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri, p. 351-360.

TILLEY, Christopher (1994) – *A Phenomology of Landscapes: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Bloomsbury Academic.

VALERA, António C. (2000) – Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 112-121.

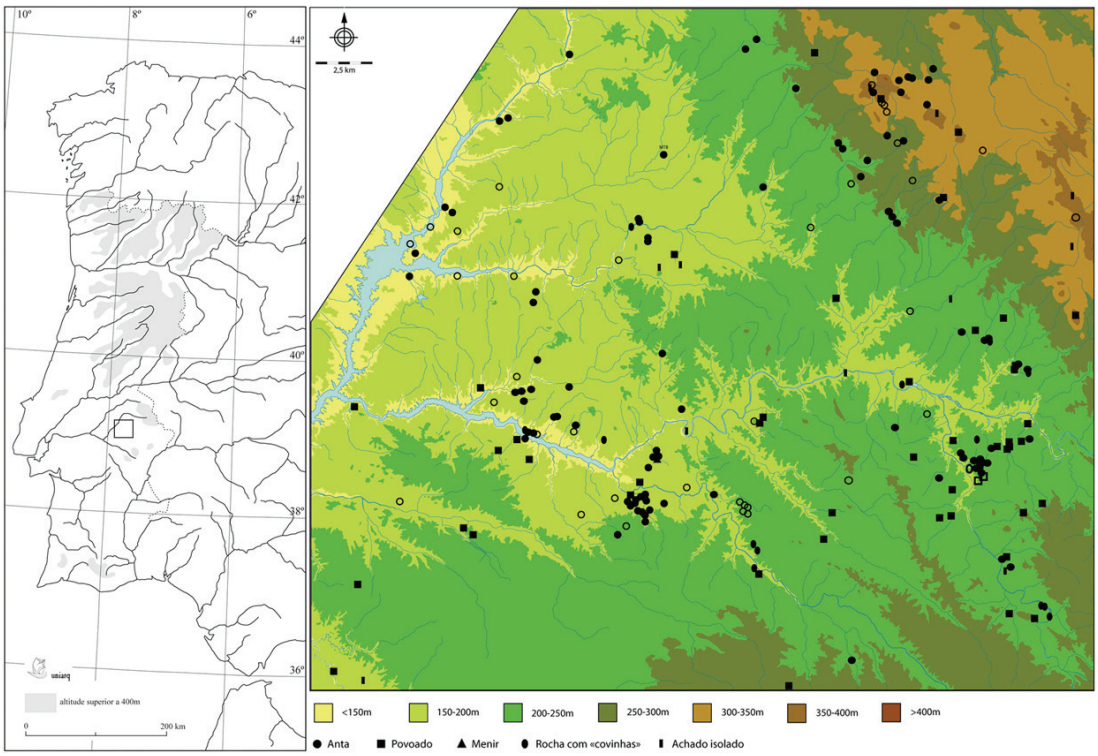


Figura 1 – Localização da área em estudo no Extremo Ocidente Peninsular (A). A área da Ribeira Grande com indicação dos monumentos e sítios cartografados no âmbito do projecto MEGAFRONT (B).

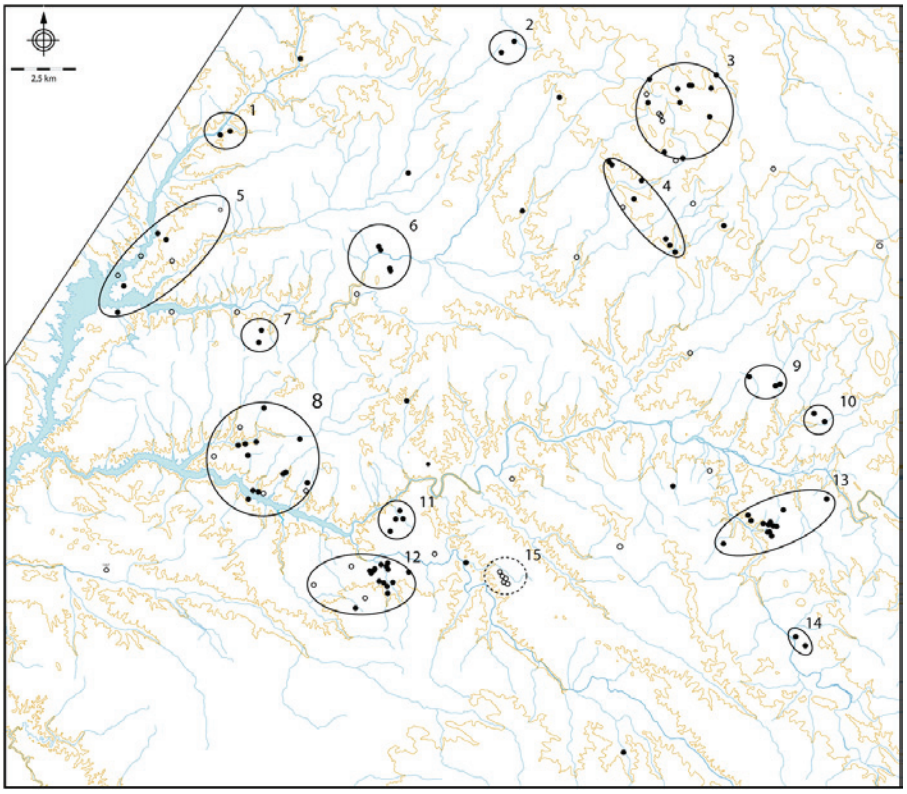


Figura 2 – "Necrópoles megalíticas" definidas na área em estudo: Pedro Tourez (1); Torrejana (2); Alter Pedroso (3); Serra das Penas/Arneirinhos (4); Cumeada (5); São Domingos/Ladeira (6); Monte das Freiras (7); Torre do Ervedal (8); Pessilgais (9); Arneiros (10); Lameira (11); São Martinho/Paço Branco/Terrosa (12); Herdade Grande (13); Vale de Maceiras (14); Burraz (15).

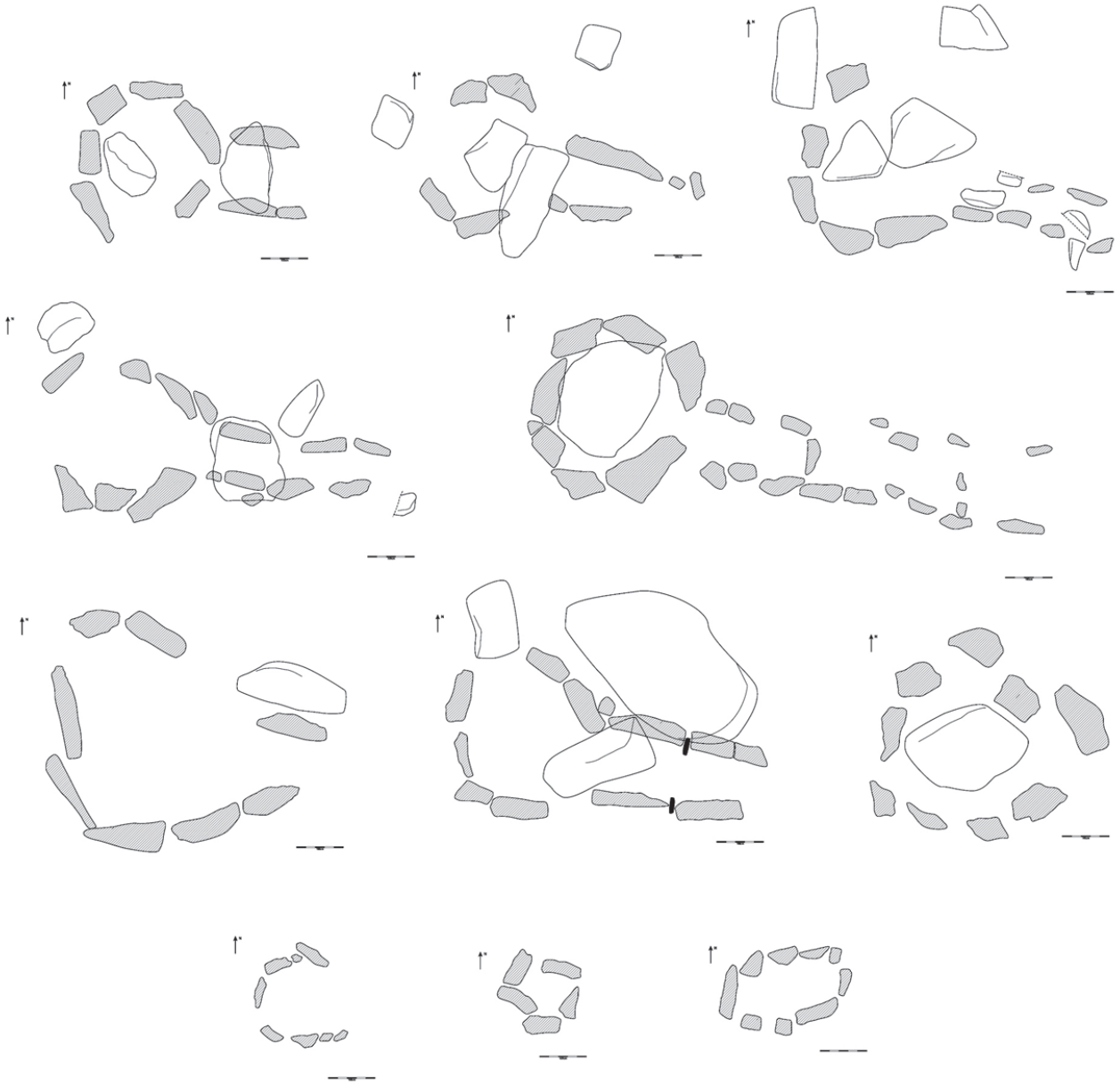


Figura 3 – Exemplos da variabilidade arquitectónica dos monumentos componentes das "necrópoles megalíticas" da área da Ribeira Grande: monumentos de Câmara e Corredor diferenciados, de Corredor curto (Lameira 1), Corredor médio (Lameira 4), Corredor longo (Torre do Ervedal 5 e Paço Branco 2) e Corredor muito longo (Arneirinhos 1); monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados, de planta piriforme (Benavila); monumentos com o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara (Horta das Antas); monumentos fechados, sem Corredor (Serra das Penas); monumentos "proto-megalíticos", de planta em ferradura (Vale da Lousa); de Câmara poligonal fechada (Almanhares 3) e de tendência cistóide (Terrosa 5).

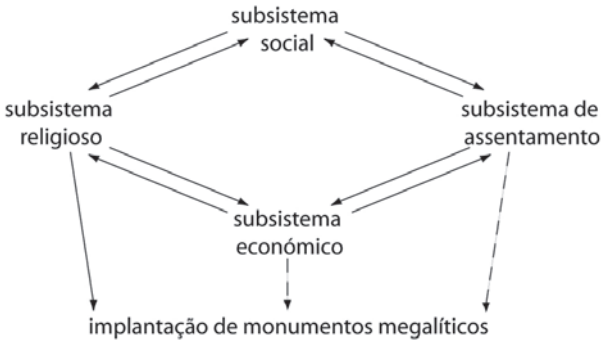


Figura 4 – Esquema básico da implantação de monumentos megalíticos, de acordo com a interacção dos diversos subsistemas (segundo Criado Boado, 1984-85, p. 8).

ASTRONOMIA E PAISAGEM NO MEGALITISMO DO NORTE DO PAÍS: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Fábio Silva / University of Wales Trinity Saint David & University College London / fabio.silva@ucl.ac.uk

RESUMO

A investigação arqueoastronómica dos megálitos nacionais foi iniciada nos anos 90, mas não gerou massa crítica para continuar a levantar questões e gerar conhecimento. Esta contribuição retoma o debate, tendo em conta os resultados preliminares de um projeto iniciado em 2010 focado nos dólmens entre o Douro e o Mondego. Através da aplicação de uma metodologia que integra Arqueoastronomia e Arqueologia de Paisagem são observados padrões ao nível do núcleo/necrópole que se integram na narrativa arqueológica, proporcionando mais um elemento para a sua interpretação, mas também levantando novas questões relativas ao fenómeno do megalitismo na região. Esta contribuição pretende estabelecer o ponto da situação relativamente ao papel interpretado pela Astronomia na concepção e utilização dos dólmens do Norte do País.

ABSTRACT

Archaeoastronomical research among the Portuguese megaliths was started in the 1990s but it failed to generate critical mass to continue to raise questions and generate knowledge. This contribution reboots the debate, taking into account preliminary results of a project begun in 2010, centred around the dolmens in-between the *Douro* and *Mondego* rivers. Through the application of a methodology that integrates Archaeoastronomy and Landscape Archaeology, patterns are observed at the level of the cluster/necropolis that agree with the archaeological narrative, providing another element to its interpretation, but also raise new questions concerning the phenomena of megaliths in the region. This contribution aims to establish the state of play regarding the role of astronomy in the design and use of the dolmens of the North of Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A Arqueoastronomia está interessada em estudar como as sociedades conceptualizam e se relacionam com o céu e os seus habitantes, através da análise da cultura material por eles deixada no registo arqueológico. Enquanto disciplina, a sua história remonta à era Vitoriana, com Norman Lockyer (um dos fundadores do jornal científico *Nature*)[1]. No entanto, foi só nos anos 50, com a controvérsia em torno de Stonehenge gerada por Gerald Hawkins, que a Arqueoastronomia começou a ter impacto tanto a nível académico como popular. Embora o trabalho de Hawkins tenha atraído grandes críticas, os subsequentes trabalhos de Alexander Thom nos megálitos da Grã-Bretanha eram mais difíceis de refutar. Thom baseou-se em medições altamente precisas de um elevado número de sítios para defender que os monumentos megalíticos tinham sido estabelecidos de acordo com princípios geométricos exatos e continham alinhamentos solares, lunares e estelares com precisões elevadas. Thom gerou um número considerável de seguidores e a arqueoastronomia começou a definir-se como uma disciplina com uma metodologia própria, baseada na prospecção cuidada de sítios arqueológicos. Os resultados de Thom começaram também a chamar a atenção dos arqueológos. Mas não foi senão com uma nova geração, liderada principalmente por Clive Ruggles (1999), que arqueoastrónomos e arqueólogos começaram a dialogar e a trabalhar para uma compreensão holística da pré-história europeia. Ruggles e outros, como

1. O leitor interessado em saber mais sobre a história da Arqueoastronomia encontrará uma extensa análise em Ruggles (1999, pp. 12-90).

Michael Hoskin – de quem falaremos mais abaixo –, reformularam a "arqueoastronomia de precisão" de Thom assentando-a numa base estatística. A ênfase em alinhamentos precisos, elemento central do chamado *paradigma de Thom*, foi abandonada e substituída por um tratamento estatístico das medições efectuadas. Este permitiu refutar a hipótese nula e encontrar validação estatística para a importância e papel que os alinhamentos astronómicos teriam tido na orientação dos megálitos europeus. Formulou-se assim a actual base metodológica da Arqueoastronomia pré-história: alicerçada na medição de um grande número de estruturas semelhantes e na identificação de padrões estatisticamente significativos (Ruggles, 1999, pp. 125-143). Estes podem depois ser interpretados com recurso a reconstruções dos céus pré-históricos que, hoje em dia, e através de pacotes de software bastante acessíveis, se conseguem com um grau de exatidão considerável.

2. A ARQUEOASTRONOMIA EM PORTUGAL

Em Portugal, assim como na Ibéria em geral, a vaga moderna de Arqueoastronomia começou com os trabalhos de Michael Hoskin nos anos 90 (Hoskin, 2001). Hoskin colaborou com arqueológos e arqueoastrónomos locais na prospecção de mais de 2500 monumentos no Mediterrâneo Ocidental. Os resultados de Hoskin, tal como os de Ruggles para a Grã-Bretanha, demonstraram que existiria um patente interesse em orientar as estruturas megalíticas para direções preferenciais, uma grande parte das quais podiam ser explicadas por alinhamentos astronómicos. Enquanto Ruggles, nos mais de 300 monumentos prospeccionados, encontrou um interesse preferencial nos movimentos da Lua, Hoskin só conseguia justificar a variabilidade de orientações por ele encontrada através de uma explicação solar: os monumentos estariam alinhados para o nascer do Sol ou a sua subida (isto é, a posição do Sol pouco depois de nascer), no dia do início da sua construção. Em alguns casos a interpretação encontrada por Hoskin encontrou um lugar na narrativa arqueológica local (Senna-Martinez *et alii*, 1997).

Mais recentemente, há uma nova geração de investigadores que, na sua maioria, inspirados pelos trabalhos de Hoskin, tem considerado o papel do céu na arqueologia e história nacional. A importância, e relevo internacional destes trabalhos, culminou na realização da edição de 2011 da conferência anual da Sociedade Europeia para a Astronomia na Cultura, um dos mais importantes órgãos mundiais dedicados à Arqueoastronomia e à Astronomia Cultural, que decorreu na Universidade de Évora. O foco desta nova vaga tem sido junto do maior centro de megalitismo do país: o Alentejo. Entre outros merecem especial destaque os trabalhos de Marciano da Silva reinterpretando a orientação das antas do Alentejo como alinhamentos com a Lua Cheia Primaveril (2004); os de Pimenta e colaboradores, que se centraram na análise da orientação de cromeleques (2009); e, mais recentemente, os trabalhos interdisciplinares de Valera e colaboradores junto dos recintos de fossos do Sul do País (2011).

O Norte do País, que contém um não menos importante centro de megalitismo nacional (que se estende para a Galiza), tem nisto sido menosprezado. Exceptuando análises da orientação de antas relativamente à arte encontrada nos seus esteios (Sanches, 2006), após Hoskin a Arqueoastronomia não tem sido considerada. Foi neste contexto que, em 2010, o presente autor embarcou numa reavaliação, reconsideração e expansão dos trabalhos de Hoskin nesta zona do país.

3. METODOLOGIA DE CAMPO

Este projeto focou-se inicialmente nos dólmens da zona entre os rios Douro e Mondego e tinha como objectivos primários a extensão do número de dólmens medido por Hoskin, assim como uma reconsideração dos seus resultados. Esta secção apresenta um resumo da metodologia de campo usada. Para mais informação e discussão o leitor é remetido para as outras publicações resultantes deste projeto, principalmente Silva (2010; 2013).

3.1. Metodologia base

Para estudar a orientação de estruturas é importante medir duas grandezas no campo: o *azimute* da orientação e a *altitude do horizonte* nessa direção (Ruggles, 1999, pp. 164-171). Ambas as medidas são importantes na medida em que o azimute onde um evento astronómico ocorre muda para diferentes altitudes do horizonte (ver figura 5 em Silva, 2013). Estas grandezas podem ser medidas usando uma bússola (cujos valores têm de ser corrigidos para o Norte verdadeiro) e um clinómetro. Para este efeito é necessário, previamente, definir o que se deseja medir. Para o caso dos dólmens de corredor esta di-

reção foi definida pela marcação da entrada da câmara e da entrada do corredor com hastes de topografia cuidadosamente niveladas (círculos a laranja na figura 1). Estes foram então usados como *backsight* e *foresight*, i.e., a bússola é colocada de tal modo que ambas as hastes se encontrem sobrepostas no campo de visão, definindo assim uma linha recta (seta cor de laranja).

3.2. Janela de Visibilidade

No entanto, não se deve supor que as nossas noções ocidentais e modernas de eixo, ortogonalidade, ou até mesmo de corredor e de linha, eram populares há seis mil anos atrás. Além disso, tendo em conta o estado dos sítios arqueológicos, assim como o seu tipo arquitetónico, podem definir-se várias direções para o corredor. Aquela usada neste projeto, descrita acima, difere propositadamente da empregue por Hoskin, que definiu a direção a medir "do centro do esteio de cabeceira até ao centro da entrada ou corredor" (2001, p. 12) (tradução do autor). Posteriormente verificou-se, por comparação direta, que os desvios entre ambas podiam ascender aos 6º. É, portanto, difícil dizer se a direção que se escolheu medir é a "mais correta", uma vez que a intenção dos seus construtores poderia ter sido diferente. É possível que o corredor apenas pretendia indicar uma direção em geral, e que uma característica da paisagem indicaria o ponto exato do alinhamento, ou que este fosse "óbvio" para as comunidades do Neolítico.

De modo a não excluir *a priori* esta hipótese tornou-se necessário desenvolver novas metodologias de campo. Para este efeito o autor avançou com o conceito de *janela de visibilidade*. Esta é definida como a faixa do horizonte que, dada a extensão e arquitetura do corredor do dólmen, pode ser vista a partir da câmara. Isto equivale a um intervalo de azimutes, entre um valor mínimo e um máximo, definido pelas diagonais do corredor e a entrada da câmara (setas azuis na fig. 1). A seta laranja deve, portanto, ser entendida apenas como uma orientação *média* ou *mais provável*, uma primeira aproximação, mas não necessariamente a mais significativa, como discutido acima.

A análise estatística das orientações médias não revelou respostas concretas, no entanto demonstrou que outras explicações, não solares, poderiam estar por detrás de alguns dos dólmens (Silva, 2010, no prelo). Tendo então verificado a necessidade de uma reavaliação mais pormenorizada dos dados disponíveis, incluindo as janelas de visibilidade, começou-se por prestar atenção às necrópoles e núcleos individuais. Durante este processo, desenvolveu-se uma nova metodologia de análise, que se demonstrou ser de extremo valor.

4. O NÚCLEO DO CARREGAL DO SAL E A NOVA METODOLOGIA ANALÍTICA

A análise focou-se então na plataforma do Mondego, mais concretamente nos núcleos do município de Carregal do Sal por se apresentarem em bom estado de restauro e conservação mas também por formarem um núcleo geográfica- e arqueologicamente bem definido. Esta secção resume a metodologia desenvolvida para análise dos dados assim como os principais resultados. Para a análise completa e discussão detalhada o leitor é remetido para Silva (2013; em preparação).

4.1. O problema do horizonte

Vários dólmens da plataforma do Mondego, em especial os do município de Carregal do Sal, encontram-se em zonas florestais. Isto impediu, na grande maioria dos casos, a observação e medição *in situ* do horizonte. Foi então necessário recorrer a métodos virtuais para recriar o horizonte distante de cada um dos sítios. Com acesso a um Modelo Digital de Elevação, pode-se usar um pacote de software SIG para criar uma reconstrução virtual do horizonte em qualquer local e calcular a altitude do horizonte em qualquer direção. HeyWhatsThat é um pacote online e gratuito que usa dados SRTM para fazer exatamente isto, exigindo apenas a latitude e a longitude do sítio arqueológico[2]. Usando esta aplicação, a maioria dos horizontes que foram impossíveis de medir e observar no campo foram assim reconstruídos.

A figura 2 mostra um panorama de 360º da vista em torno da Anta da Arquinha da Moura. As diferentes cores representam diferentes distâncias das características topográficas (verde é a mais próxima, em seguida, azul, magenta e finalmente rosa). Os triângulos vermelhos invertidos marcam picos identificados pela base de dados do HeyWhatsThat. Os pontos cardeais também se encontram marcados.

2. Este aplicativo pode ser acedido online em www.heywhatsthat.com

4.2. Um padrão emerge: Aldebarã e a Serra da Estrela

A vista da Anta da Arquinha da Moura é extensa, com cadeias de montanhas na distância criando um horizonte acidentado. As antas da região em estudo estão localizadas em paisagens que produzem vistas e horizontes semelhantes (figura 3). A mais importante cadeia é a da Serra da Estrela, entre o Leste e o Sudeste. O significado da Serra da Estrela para as comunidades neolíticas locais já foi identificada por outros arqueólogos (Senna-Martinez & *alii* 1997, pp. 663-4; Cruz, 2001, p. 313), que sugerem que os invernos eram passados em cotas baixas enquanto que nas estações da Primavera e Verão, as altas pastagens da Serra da Estrela ofereciam as condições necessárias tanto para humanos como para os seus animais domésticos. É, portanto, interessante que esta mesma cordilheira é tão conspicuamente destacada nas paisagens destas comunidades. A importância de elementos topográficas para os povos Mesolíticos e Neolíticos tem sido destacado por Tilley quando refere que os mesmos "foram capturados na orientação de características morfológicas dos monumentos e na sua implantação na paisagem" (1994, pp. 202-3, tradução do autor).

Podemos agora usar as janelas de visibilidade medidas para verificar se a Serra da Estrela não só é destacada na paisagem megalítica mas também, nas palavras de Tilley, "capturada na orientação" das antas. A figura 3 mostra as panorâmicas reconstruídas para todas as antas com corredor, com as janelas de visibilidade sobrepostas: a extensão do horizonte que não é visível a partir do interior da câmara encontra-se acinzentada. Como se observa, os corredores telescópicos dos dólmens da plataforma do Mondego estão todos orientados para a Serra da Estrela, destacando o seu papel na cosmologia destas comunidades, e até mesmo sugerindo uma ligação entre a função e significado dos dólmens e a Serra (Silva, em preparação).

É importante notar que há uma faixa do horizonte que é visível de dentro da câmara de todos os dólmens (marcada a amarelo na figura 3). Esta corresponde ao intervalo de azimutes 98-111º. O interesse destas comunidades Neolíticas nesta estreita faixa está especialmente patente nas antas mais complexas da região, a Anta da Arquinha da Moura e o Dólmen da Orca, que apresentam as janelas de visibilidade mais estreitas. A haver um interesse astronómico comum a todos os dólmens deste núcleo este teria de ser direcionado para um evento que ocorreria neste intervalo de azimutes.

Não há eventos solares ou lunares visualmente bem definidos e estabelecidos na literatura em torno desta faixa do horizonte (Silva, 2013; em preparação). No entanto, entre cerca de 4,300-3,700 cal BC, o período de construção megalítica na Beira Alta, a estrela Aldebarã nasceria exatamente nesta faixa do horizonte (Silva, 2013, p. 108). Apesar das estrelas sempre serem vistas nascer no mesmo lugar no horizonte ao longo do ano, as estrelas que estão tão longe do pólo celeste passam por um período em que não são vistas no céu noturno. Após este período de invisibilidade, a sua primeira aparição é de madrugada, nascendo imediatamente antes do Sol: este momento é conhecido como um *nascimento heliacal* de uma estrela (Schaefer, 1987). Na época em questão, o nascimento heliacal de Aldebarã acontecia nos finais de Abril / inícios de Maio (Silva, 2013, p. 109).

O modelo económico sazonal para estas comunidades diz que, na Primavera e no Verão, os construtores de dólmens levariam os ovicaprídeos para a Serra da Estrela para tirarem proveito das suas pastagens. Se estas comunidades neolíticas observavam o nascimento heliacal de Aldebarã, como os alinhamentos dolménicos sugerem, eles poderiam tê-lo usado como um marcador temporal para este movimento para cotas mais elevadas. O período de invisibilidade de Aldebarã – do final de Fevereiro até ao final de Abril – proporcionaria a perfeita quantidade de tempo para fazer os preparativos para os rituais que seriam executados nos dólmens, bem como para a migração sazonal para a Serra da Estrela. Os registos históricos e etnográficos encontram-se repletos de exemplos de outras sociedades que usaram os nascimentos heliacais de estrelas como importantes marcadores sazonais dos seus calendários económicos (Silva, 2013, p. 112). Esta narrativa, que advém de evidências arqueológicas e arqueoastronómicas, é em tudo semelhante às várias versões da lenda que explica a origem do nome da Serra da Estrela (Silva, 2013, pp. 109-110).

4.3. Resumo da metodologia analítica

A metodologia analítica desenvolvida e aplicada ao núcleo de Carregal do Sal permitiu a identificação de um padrão que é observado em todos os dólmens desta região. A globalidade deste padrão não era patente nas análises estatísticas efectuadas previamente e, portanto, a sua interpretação arqueoastro-

nómica envolvendo o nascimento heliacal de uma das mais brilhantes estrelas do céu iludiu os investigadores. O facto de que a explicação arqueoastronómica não só encaixa bastante bem na narrativa arqueológica mas também parece ter sobrevivido sob a forma de folclore local, parece demonstrar a validade desta metodologia. É portanto relevante sistematizar a aplicação da mesma ao estudo das orientações dos megálitos nacionais. Em suma, e para benefício de trabalhos futuros, esta metodologia resume-se a ter os seguintes pontos em conta:

a) A metodologia de campo não pode impor, *a priori*, restrições à metodologia analítica baseadas em conceitos ocidentais e modernos de precisão. Para o caso dos dólmens de corredor é aconselhada a medição da *janela de visibilidade* definida acima.
b) O estudo da orientação de monumentos, quer ao nível da Arqueoastronomia quer da Arqueologia da Paisagem, requer a identificação de padrões primeiramente a nível local (mesoscópico) e só posteriormente, e se as evidências assim o sugerirem, a nível regional (macroscópico).
c) As janelas de visibilidade medidas, assim como os horizontes panorâmicos fotografados (se possível) ou reconstruídos através de SIG, podem ser usados para detectar tais padrões.
d) A interpretação das orientações deve então proceder com base nos padrões identificados.

Ao adicionar uma pitada de Fenomenologia e Arqueologia da Paisagem ao trabalho de campo e à busca de padrões (que é o objectivo da estatística), e ao focar a análise a níveis mais arqueológicos, como seja ao nível da necrópole, são observados padrões previamente invisíveis. Procedendo deste modo intenta-se que os monumentos pré-históricos e as paisagens onde os mesmos se implantam falem por si.

5. PERSPECTIVAS E CONCLUSÃO

O presente projeto tem, agora na sua segunda fase, dois objectivos: primeiro, a aplicação da metodologia desenvolvida a todos os dólmens já prospeccionados; segundo, a contínua expansão dos trabalhos de campo para norte do rio Douro, potencialmente incluindo os dólmens da Galiza e de outras regiões circundantes. Relativamente a estes objectivos já se podem antever alguns resultados preliminares.

Uma análise prévia dos dólmens já prospeccionados nas bacias do Vouga, Torto e Paiva, assim como na Serra da Aboboreira, indica que pelo menos 60% das janelas de visibilidade medidas permitiam observar o nascimento de Aldebarã (Silva, inédito). Embora isto possa adumbrar uma importância mais vasta de Aldebarã na ideologia Neolítica do Norte do País, esta estrela não estaria sozinha: também as Plêiades e Alnath, a segunda estrela mais brilhante da constelação do Touro, podem ter sido alvo de alinhamentos megalíticos. Alnath é o possível alvo dos dólmens das necrópoles da Senhora do Monte e da Lameira de Cima (Penedono), e o seu nascimento seria também visível do interior das câmaras dos dólmens da Serra da Aboboreira, enquanto tanto as Plêiades como Aldebarã poderiam ser o alvo da grande maioria dos alinhamentos dos megálitos da bacia do Paiva (Silva, inédito).

Será importante agora realçar que, para as antas do Alentejo, tanto as Plêiades como Aldebarã são também potenciais explicações para as suas orientações, como aliás já foi proposto anteriormente (Oldham, 2001). Podemos também olhar para o histograma das "orientações médias" dos 1576 dólmens prospeccionados por Hoskin na Ibéria e na Bretanha (2001, p. 214). Segundo este verificamos que uma combinação de interesse em Aldebarã, Alnath e nas Plêiades (faixa de azimutes de 80º a 115º) consegue desde já explicar 54% de todas as orientações, podendo este número aumentar quando a janela de visibilidade destes dólmens for medida e considerada. Isto parece demonstrar um interesse nesta região do céu que se estende por uma vasta área geográfica, mas é importante realçar que, com base nos dados dos dólmens entre o Douro e o Mondego, comunidades independentes nunca parecem ter abdicado do seu individualismo e livre-arbítrio, uma vez que diferentes núcleos megalíticos concentram-se em diferentes alvos astronómicos desta mesma região do céu. Antevê-se assim, de um ponto de vista da componente arqueoastronómica da arquitetura e da cultura Neolítica, um fundo cosmológico semelhante partilhado por comunidades ocupando uma vasta região (o Noroeste Ibérico, senão mesmo toda a Ibéria), mas com ideologias e escolhas individuais. Este modelo, meramente hipotético, não seria muito diferente do que se observa entre sociedades caçadoras-recolectoras e horticultoras, por exemplo, da América do Norte, da Amazónia ou da Austrália. No entanto apenas a extensão da aplicação das metodologias descritas neste artigo a toda a Ibéria podem fundamentar esta hipótese.

Talvez mais importante ainda é levantar a questão do porquê: porquê alinhar megálitos com acontecimentos astronómicos? A hipótese calêndrica, sempre na ponta da língua dos arqueoastrónomos, não é aqui válida. Embora o nascimento de estrelas como Aldebarã e as Plêiades, ou mesmo outros acontecimentos como seja o pôr do Sol no Solstício de Inverno ou uma Lua Cheia Primaveril, possam ser usados como marcadores sazonais, e portanto "proto-calendários", não é necessário construir um monumento alinhado com estes, para eles serem observados e usados nesse sentido, como o confirmam os registo etnográficos de várias culturas (Aveni, 2000, pp. 167-184).

A Arqueoastronomia levanta então novas questões sobre a concepção e utilização dos megálitos: seriam as suas orientações meramente simbólicas ou teriam também uma função? Se esta última, estariam os alinhamentos relacionados com quaisquer ritos que aconteceriam dentro e/ou fora deste recintos? Ocorreriam estes rituais em sincronização com os acontecimentos astronómicos? Estas são algumas das questões que vão preocupar/propulsionar os estudos arqueoastronómicos das construções pré-históricas do nosso país nos próximos anos.

BIBLIOGRAFIA

AVENI, Anthony (2000) – *Empires of Time: Calendars, Clocks and Cultures*. London: Tauris Parke Paperbacks.

CRUZ, Domingos (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*. Dissertação, Universidade de Coimbra.

HOSKIN, Michael (2001) – *Tombs, Temples and their Orientations*. Bognor Regis: Ocarina Books.

MARCIANO DA SILVA, Cândido (2004) – The Spring Full Moon. *Journal for the History of Astronomy*. 35, pp. 1-5.

OLDHAM, Robert (2001) – *Antas of the Portuguese Alentejo: Structural Orientation*. Comunicação pessoal, não publicada.

PIMENTA, Fernando; TIRAPICOS, Luis; SMITH, Andrew (2009) – A Bayesian Approach to the Orientations of Central Alentejo Megalithic Enclosures. *Archaeoastronomy*. 22, pp. 1-20.

RUGGLES, Clive (1999) – *Astronomy in Prehistoric Britain and Ireland*. New Haven and London: Yale University Press.

SANCHES, Maria de Jesus (2006) – Passage-graves of North-western Iberia: Setting and Movements: an approach to the relationship between architecture and iconography. In OLIVEIRA JORGE, Vítor, ed. – *Approaching "Prehistoric and Protohistoric Architectures" of Europe from a "Dwelling Perspective"* Porto: ADECAP, pp. 127-158.

SCHAEFER, Brad E. (1987) – Heliacal Rise Phenomena. *Journal for the History of Astronomy*. 18, pp. S19-S33.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos; LÓPEZ-PLAZA, M. Socorro; HOSKIN, Michael (1997) – Territorio, ideología y cultura material en el megalitismo de la plataforma del Mondego (Centro de Portugal). In CASAL, A. A. R., ed. – *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 657-676.

SILVA, Fabio (2010) – Cosmology and the Neolithic: A New Survey of Neolithic Dolmens in Central Portugal. *Journal of Cosmology*. 9, pp. 3094-3106.

SILVA, Fabio (2013) – Landscape and Astronomy in Megalithic Portugal: the Carregal do Sal Nucleus and Star Mountain Range. *Papers from the Institute of Archaeology*. 22, pp. 99-114.

SILVA, Fabio (no prelo) – Equinoctial Full moons and Non-Gaussianity: Portuguese Dolmens as a Test Case. In RAPPENGLUECK, Michael, ed. – *Astronomy and Power*. Oxford: Archaeopress.

SILVA, Fabio (em preparação) – The View from Within: a 'time-space-action' approach to Megalithism in Central Portugal. In SILVA, Fabio; Campion, Nicholas, eds. – *Skyscapes in Archaeology*. Oxford: Oxbow.

TILLEY, Chris (1994) – *A Phenomenology of Landscape*. Oxford: Berg Publishers.

VALERA, António Carlos; BECKER, Helmut (2011) – Cosmologia e Recinto de Fossos na Pré-História Recente: Resultados da Prospecção Geofísica em Xancra (Cuba, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 7, pp. 23-32.

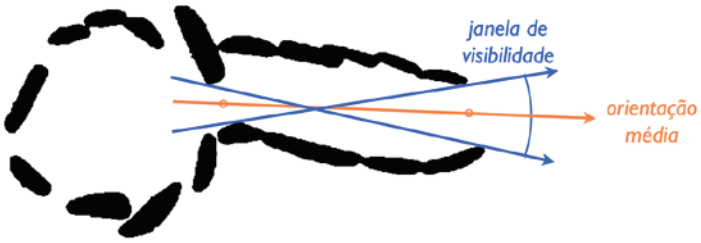


Figura 1 – Orientações medidas a laranja (*orientação média*) e azul (*janela de visibilidade*).

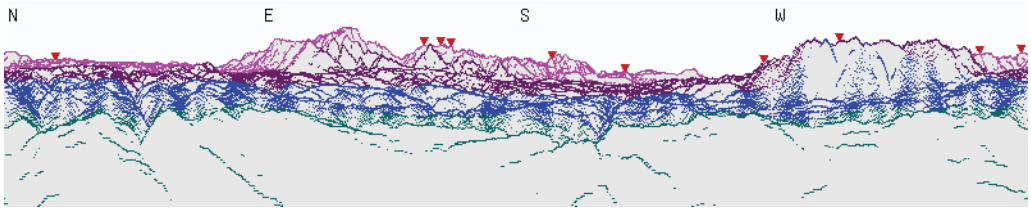


Figura 2 – A vista a partir da *Anta da Arquinha da Moura* (Tondela), reconstruída usando um Modelo Digital de Elevação (DEM).

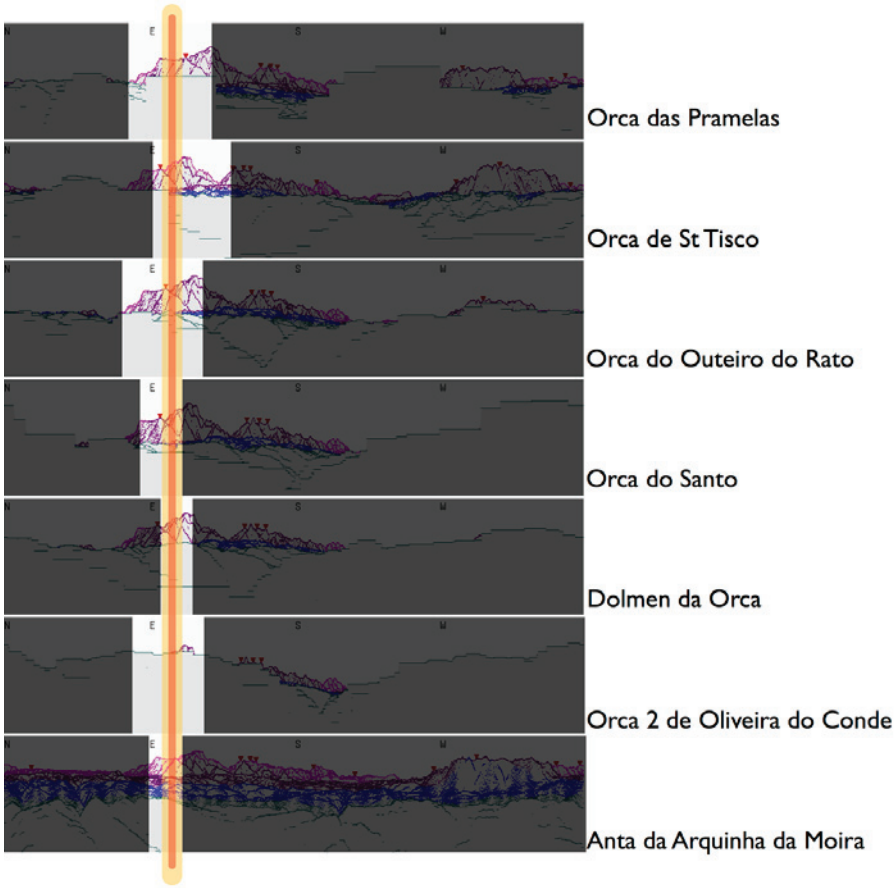


Figura 3 – Panoramas da vista de todos os dólmens com corredor da zona considerada, reconstruídos usando um Modelo Digital de Elevação. O que não pode ser visto a partir de dentro da câmara está acinzentado, realçando assim a janela de visibilidade. A fita vertical amarela marca a faixa do horizonte que é visível a partir do interior de todas as antas, enquanto a fita vermelha marca a localização do nascimento de Aldebarã.

ÍDOLOMANIA: FIGURAS ANTROPOMÓRFICAS E "ÍDOLOS DE CORNOS" DO RECINTO DE FOSSOS DO NEOLÍTICO FINAL DA PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA)

Filipa Rodrigues / Crivarque; FCT; UAlg / frodrigues@crivarque.net

RESUMO

Pretende-se neste texto apresentar as figuras antropomórficas e os "ídolos de cornos" identificados no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). Procura-se não só efectuar uma descrição morfo-estilística destes elementos, mas também interpretá-los em função do contexto em que surgem na Ponte da Azambuja 2, discutindo o seu efectivo significado.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the anthropomorphic figurines and "idols of horns" from the ditched enclosures of Ponte da Azambuja 2. Both morphological and stylistic features will be presented, discussing its function and its role in the archaeological site.

1. INTRODUÇÃO

O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) localiza-se no Alentejo Central, território paradigmático do megalitismo funerário português. A sua identificação ocorreu num momento de "verdadeira revolução empírica" (Valera, 2008:112) no estudo da pré-história recente do Sul de Portugal, fruto da implementação de uma efectiva "arqueologia preventiva/emergência", proporcionada, em grande parte, pela execução do *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva* (EFMA), promovido pela EDIA, SA.

De facto, até à última década do século XX, a etapa final da diacronia neolítica no Alentejo Central era constituída por um conjunto significativo de monumentos funerários megalíticos (>130), sem paralelo numérico na rede de povoamento, que se resumia a alguns "povoados abertos" e raros "povoados fortificados".

Este desvio arqueográfico não decorreu, no entanto, da falta de projectos de investigação nesta área regional, mas sim da "invisibilidade" superficial de muitos dos novos sítios identificados, que correspondem, na sua maioria, a recintos de fossos[1]. Entre estes novos sítios arqueológicos conta-se a Ponte da Azambuja 2, assim como o complexo arqueológico dos Perdigões, Reguengos de Monsaraz, (Lago *et alii*, 1998; Evangelista, 2003; Valera, 2008-a; Valera, 2010; Marquez Romero *et alii*, 2013), Juromenha 1, Alandroal (Calado, 2000: 38; Calado e Rocha, 2007:35), Águas Frias, Alandroal (Calado e Rocha, 2007:37), Malhada das Mimosas, Alandroal (Calado, 2000:38), Moreiros 2, Arronches (Boaventura, 2006), e Horta do Albardão 3, Portel (Santos *et alii*., 2009).

Enquadrados por um terreno que agora se sabe "opaco", nasceram, nas décadas de '80 e '90 do século XX, discursos enviesados sobre as estratégias de ocupação do território centro-alentejano, durante o Neolítico Final. Assim, num primeiro mo-

1. Esta "invisibilidade" foi já apontada como uma característica intrínseca deste tipo de sítio arqueológico, atestada num número significativo de contextos do Sudoeste Peninsular (Marquez Romero e Jimenez Jáimez, 2008).

mento da investigação, a diferença entre "espaços da morte" e "mundo dos vivos" era explicada pela existência de uma sociedade segmentaria, na qual os excedentes de produção seriam canalizados para a construção dos grandes megálitos (Soares e Silva, 1992: 48-51). Actualmente, já com os novos sítios identificados, propõe-se que as grandes estruturas comunitárias, nas quais se encontra incluído o elemento *fosso*, integrem a mesma unidade cultural, simultaneamente emergente, indiciadora de uma efectiva sedentarização do grupo (Mataloto e Boaventura, 2009).

Outra leitura tem sido desenvolvida com base nos trabalhos de investigação efectuados no Complexo Arqueológico dos Perdigões. Nesta narrativa, de carácter pós-processual, os recintos de fossos reflectem uma organização da paisagem megalítica, onde diferentes dicotomias têm, aparentemente, lugar. Neste caso, e considerando quer a implantação deste sítio arqueológico, quer a sua arquitectura, para a qual são já conhecidos diferentes acessos ao interior dos recintos, a dicotomia Este-Oeste, Nascer e Pôr do Sol, teve um papel fundamental na organização de um cosmos, no qual o Homem é cada vez mais interveniente e, simultaneamente, dependente (Valera, 2008b).

É neste contexto de profundas alterações empíricas e teóricas, muitas vezes opostas e contraditórias (diria mesmo, com um toque maniqueísta!), que a temática dos recintos de fossos neolíticos e calcolíticos se desenvolve como uma unidade de estudo específica, no Sudoeste Peninsular.

Com o presente texto pretende-se dar um contributo para o debate em curso, através dos dados procedentes da Ponte da Azambuja 2. Especificando o grupo artefactual dos objectos ideotécnicos, e fugindo deliberadamente à discussão dos ídolos-placa que têm dominado esta temática na região em estudo, procura-se reacender a questão dos "ídolos de cornos" / suportes de lareira, assim como apresentar as figurinhas antropomórficas provenientes deste contexto. Com este intuito serão expostos: (1) a proveniência dos objectos, (2) a sua iconografia, e o (3) o debate enquadrando não só os pontos anteriores, mas também a respectiva relação com a actual discussão sobre os recintos de fossos no Sudoeste Peninsular.

2. O CONTEXTO

O sítio arqueológico da Ponte da Azambuja 2 implanta-se numa plataforma de vertentes muito suaves, que culmina na Ribeira da Azambuja, um dos poucos cursos de água permanentes da região, situada na margem direita do Rio Degebe. A sua implantação não corresponde a nenhum parâmetro de defensibilidade natural, detendo boa visibilidade para a área envolvente.

A escavação arqueológica na Ponte da Azambuja 2 limitou-se à área de afectação da obra supramencionada, o que dificultou a caracterização geral da arquitectura do sítio. Deste modo, recorreu-se à fotografia aérea, disponível quer no Instituto Geográfico Português, quer no programa informático da Google (Google Earth), para consolidar a representação genérica do sítio arqueológico.

A observação de diferentes imagens revelou a eventual existência de pelo menos três aglomerados de recintos na mesma plataforma, sem que haja uma estrutura delimitadora de todos eles (fosso/muralha). Deste conjunto de recintos, dois foram confirmados em trabalhos de campo (escavação – Recinto 1, e prospecção – Recinto 2), estando ainda por corroborar o terceiro (Recinto 3). Trabalhos de prospecção geofísica, recorrendo ao método do georradar, foram já ensaiados, porém sem resultados (Figura 1).

No Recinto 1 foram identificados os seguintes contextos:

2.1. *Locus 1* (Fosso 1)

Estrutura negativa de traçado sinuoso, com perfil em U, identificada numa área com12m de extensão; foram identificadas as seguintes unidades: [Ø] = depósito de superfície (coluvião), que cobre a estrutura negativa, ocultando-a e preservando o seu recheio; [101] = depósito argiloso, extremamente duro, de cor negra, com presença comum de seixos de diferentes morfologias, apresentando, em alguns casos, sinais de rubefacção; apresenta uma grande densidade de artefactos; [102 = 103] = depósito argilo-arenoso, moderadamente duro, de cor castanho amarelado, no qual se observou uma redução significativa de seixos e um aumento, quer em percentagem, quer em tamanho, de blocos pétreos granitoides; verifica-se uma redução artefactual,

nomeadamente no que respeita à indústria lítica; no caso da cerâmica, apesar de se verificarem menos fragmentos, observa-se um padrão de fragmentação menor; na base desta camada foram identificados 2 "buracos de poste", nas quadrículas M/ 4 e 7.

2.2. *Locus* 2 (Fosso 2)

Estrutura negativa de traçado rectilíneo, com perfil em U, de menores dimensões que a registada no *Locus 1*; no seu interior foi registada apenas uma unidade de enchimento [201], cujas características sedimentares (cor, matriz, granulometria, resistência, componente artefactual), permitem relacionar com [101] do *Locus* 1, admitindo-se uma simultaneidade no seu preenchimento. (Rodrigues, 2008 e *no prelo*)

Apesar da inexistência de datações absolutas para a Ponte da Azambuja 2, pode-se afirmar, a partir da análise da cultura material exumada do interior dos fossos, que este contexto se enquadra na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., não se conhecendo qualquer ocupação posterior a este patamar cronológico, cultural e tecnológico.

3. FIGURAS ANTROPOMÓRFICAS E "ÍDOLOS DE CORNOS": DESCRIÇÃO MORFO-ESTILÍSTICA

Os artefactos sobre os quais incide o presente estudo encontram-se subdivididos, no título deste texto, em dois grupos distintos – "ídolos de cornos" e figuras antropomórficas. Esta subdivisão advém, principalmente, dos contextos de proveniência de cada um destes grupos: os "ídolos de cornos" são, todos eles, procedentes da área escavada em 2007 (*Loci* 1 e 2), enquanto as figuras antropomórficas são provenientes de recolhas de superfície, realizadas junto ao corte onde foi identificado um segmento de fosso do Recinto 2.

Porém, as suas características formais permitem admitir que ambos são representativos do mesmo método de concepção: (1) ambos são elaborados em argila cozida, e (2) ambos ilustram um conceito que privilegia a mobilidade e o transporte do objecto.

Esta última característica poderá estar relacionada com o eventual carácter doméstico destas figuras, até ao momento associadas em exclusivo a espaços de *habitat*, tais como o Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Kalb e Hock, 1980), Leceia, Oeiras (Cardoso, 1992), Vila Nova de São Pedro, Azambuja (Gonçalves, 1994), Penha Verde, Sintra (Cardoso e Ferreira, 1990), Olelas e Serra das Éguas, Sintra (Gonçalves, 1993) Monte da Quinta 2, Benavente (Valera, Tereso e Rebuge, 2006), Foz do Enxoé, Serpa (Diniz, 1999) Quinta das Longas, Elvas (Gonçalves, Carvalho e Pombal, 2003), Ponta da Passadeira, Moita (Soares, 2001), povoados da área da Comporta/Sines, dos quais se destaca o Possanco (Silva *et alii*, 1986) Cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim (Gonçalves, 1989).

Para além destas características, outros pontos em comum unem estas figurinhas: (1) a morfologia da peça; (2) a pasta de fabrico e (3) a decoração.

Muito embora se desconheça a configuração do tronco das figuras antropomórficas, a morfologia e orientação do elemento conservado destas imagens indica um eventual paralelismo com os "ídolos de cornos" recolhidos nos *Loci* 1 e 2 do Recinto 1.

No que respeita ao fabrico, observa-se a utilização sistemática do mesmo tipo de pasta, semelhante ao restante aparelho cerâmico (elementos não plásticos abundantes, visualizando-se, macroscopicamente, o quartzo, a mica e o feldspato), o que pode evidenciar um fabrico local.

O mesmo acontece com a temática registada: quer nuns, quer noutros, repetem-se não só os atributos, mas também as técnicas decorativas.

Desta forma, para uma descrição detalhada das peças que se encontram inteiras ou cujo perfil permite a reconstituição da mesma, efectua-se abaixo a sua descrição mediante uma distinção baseada na ausência/ presença de decoração.

3.1. Sem decoração

(Tabela 1)

Tabela 1

Designação[2]	Proveniência[3]	Dimensões (mm)		Morfologia	Observações
		Altura	Diâm.[4]		
IC 569	*L1*/ M8/ [101]/n.a. 2	109	T= 43 B=74	Cilindroide, de secção oval, com a base côncava; Verifica-se o achatamento de uma das superfícies, na qual foi efectuada a perfuração (Ø=19mm); Topo arredondado, sem demarcar arestas.	Estado: Fracturado (durante processo de escavação); Tratamento de Superfície: Ausente; Marcas de Fogo: Ausentes.
IC 570	*L2*/ E21/ [201]/ n.a. 4	132	T= 43 B= 119	Tendencialmente cónica, de secção sub-oval, com a base plana; Verifica-se o achatamento de uma das superfícies, na qual foi efectuada a perfuração (Ø=16mm); Topo arredondado, com espessamento no lado da perfuração.	Estado: Ligeiramente fracturada, junto à base, na superfície oposta à da perfuração; Tratamento de Superfície: Ausente; Marcas de Fogo: Ausentes. (Figura 2)
IC 571	*L2*/ E21/ [201]/ n.a. 4 e 5	138	T= 65 B= 92	Cilindroide, de secção oval, com base plana; Topo plano, com aresta demarcada; Perfuração central (Ø=19mm); Peça composta por dois fragmentos que se encontravam no mesmo contexto, embora em n.a. distintos.	Estado: Fracturada longitudinalmente a meio da peça e, transversalmente ao nível da perfuração; Tratamento de Superfície: Alisamento; Marcas de Fogo: Presente na fractura da peça (pós-deposicional).
IC 572	*L2*/ E21/ [201]/n.a. 5	143	B=79	Corniforme, de base plana; Arqueamento da peça conseguido a partir do afeiçoamento da superfície onde foi efectuada a perfuração, executada ao nível da base (Ø=19mm); Peça composta por dois fragmentos que se encontravam dispostos no mesmo contexto; destaca-se a proveniência de um dos fragmentos, que se encontrava abaixo de uma mandíbula esquerda de *Bos taurus* (Nabais, 2013).	Estado: Fracturado longitudinalmente, faltando a lateral esquerda ; Tratamento de Superfície: Ausente; Marcas de Fogo: Ausentes.

2. IC= Ídolo de Cornos; FA= Figuras Antropomórfica, seguido do número de inventário.

3. *Locus* / Quadrícula / Camada/ nível artificial

4. T = Topo; B = Base.

3.2. Decorados

Tabela 2

Designação	Proveniência	Dimensões (mm)		Morfologia	Observações
		Altura	Diâm.		
IC 559	*L1*/ M7 [101]/n.a.2 *L1*/ M7 [103]/n.a.1 *L1*/ M8 [103]/n.a.1	136	T= 40 B= 66	Cilindroide, de secção circular, com uma base plana; Verifica-se um ligeiro achatamento na superfície onde foi efectuada a perfuração (Ø=21mm); Topo arredondado.	Estado: Fracturado longitudinalmente e transversalmente pelo eixo central, neste caso, demarcado pela perfuração; Tratamento de Superfície: Ausente; Marcas de Fogo: Ausentes.
	Decoração	No topo da peça, foi efectuado, após a cozedura da peça, um rebaixamento da superfície, tendencialmente oval; esse rebaixamento foi posteriormente preenchido por uma pasta castanha, distinta da utilizada no fabrico, prefigurando, claramente, dois olhos.Abaixo dos olhos denota-se uma pequena incisão, eventualmente representativa das "tatuagens faciais". Destaca-se a cozedura da peça – oxidante, que contribui para a temática e método decorativo.			
IC 573	*L1*/ E21/ [201]/n.a.5	134	B= 80 (ao nível da fractura)	Cilindroide, de secção oval; Verifica-se um achatamento na superfície onde foi efectuada a perfuração central que é, neste caso, oblíqua (Ø=19mm); Topo arredondado.	Estado: Fracturado na base; Tratamento de Superfície: Alisamento; Marcas de Fogo: Ausentes. (Figura 3)
	Decoração	Imediatamente acima da perfuração central, regista-se a temática decorativa que confere ao objecto características antropomórficas. Verifica-se: (1) dois olhos circulares, em baixo relevo; (2) "tatuagens faciais" representadas por três linhas paralelas, dispostas na oblíqua, em cada uma das faces da figura. Eventualmente, teria um nariz moldado na argila, facto sugerido pelo arranque verificado numa zona da peça que se encontra fracturada. Na lateral esquerda da peça verifica-se um linha incisa vertical, que demarca o espaço decorativo.			
*FA*1	*Recinto 2*/ Rec. Sup.	60	T= 50	Tendencialmente cilindrico, de secção oval, de topo plano; Verifica-se um achatamento na superfície onde foi efectuada a decoração. Não se conhece perfuração.	Estado: Fracturada longitudinalmente a meio e, transversalmente abaixo da da superfície decorada; Tratamento de Superfície: Ausente; Marcas de Fogo: Ausentes. (Figura 4)
	Decoração	A antropomorfia desta peça é sugerida pela conjugação de diferentes técnicas decorativas, que permitem a figuração de um rosto. Verifica-se: (1) a representação dos olhos, em baixo-relevo, executada através de impressão digital, dando-lhes uma forma oval; (2) um nariz, moldado na argila, com a exibição inequívoca das duas narinas; (3) "tatuagens faciais", reproduzidas mediante a técnica da incisão, constando, na face direita da figura, duas linhas paralelas, disposta na oblíqua, e, na face esquerda, quatro linhas, com a mesma disposição.			
*FA*2	*Recinto 2*/ Rec. Sup.	69	T= 80	Cilindroide, de secção sub oval, de topo plano; Verifica-se um achatamento na superfície onde foi efectuada a decoração; Não se conhece perfuração.	Estado: Fracturada transversalmente ao nível do plano decorativo; Tratamento de Superfície: Aguada; Marcas de Fogo: Ausentes. (Figura 4)
	Decoração	A superfície onde foi efectuada a decoração encontra-se aplanada, para que, através da aplicação de diferentes técnicas decorativas, surja um rosto anatomicamente antropomórfico. Encontram-se representados: (1) dois olhos ovais, em baixo-relevo, realizados através da impressão digital; (2) o nariz, moldado na argila, com indicação das duas narinas; (3) duas linhas paralelas, disposta na oblíqua, na face esquerda da peça, facilmente conectáveis com as "tatuagens faciais".			

3.1.3. Outros

Nesta categoria foram incluídos os fragmentos de "ídolos de cornos" (14), que pertencem claramente a esta tipologia de artefacto, mas cujas dimensões permitem apenas identificar a que parte da peça corresponde o elemento conservado (*topo*, *troco*, *base*). De um modo geral, aparentam um aspecto cilindroide, com pastas semelhantes aos restantes ídolos já descritos, sem que se tenham observado sinais de fogo.

Todos os fragmentos são provenientes do *Locus* 1.

	Topo	Tronco	Base	
			Plana	Côncava
Locus 1	1	6	3	4

4. *"DEPOSIÇÕES INTENCIONAIS OU NATURAIS?"* (Evangelista e Jacinto, 2007)

A pergunta que serve de título a este capítulo reflecte uma das problemáticas que, nos últimos anos, tem sido colocada para o preenchimento dos fossos delimitadores de recintos, do Sudoeste Peninsular. Por oposição a uma abordagem dita "funcionalista" e "materialista" destas realidades, na qual se admite um uso primário das estruturas, onde estas adoptam um papel *defensivo* e/ou de *condução/drenagem de águas*, para, numa segunda fase de "abandono", serem colmatadas mediante processos naturais ou de despejo de detritos ("lixeiras"), nasce, no seio das tendências pós-modernas, a perspectiva de que estas estruturas são um elemento integrante de um vasto conjunto de práticas intencionais, simbólicas e rituais.

Fazer a avaliação desta situação na Ponte da Azambuja 2, a partir da dispersão horizontal e vertical dos artefactos ideotécnicos, é um exercício que permitirá, num primeiro plano, especular acerca dos diferentes cenários de utilização das figuras que constituem o objecto deste texto, e, num segundo plano, contribuir para o debate em curso sobre o papel dos recintos de fossos nas comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e.

Se para as figuras antropomórficas da Ponte da Azambuja 2 não existe um contexto fiável de proveniência, o que invalida de imediato a realização de qualquer exercício de natureza interpretativa, o mesmo não acontece para os "ídolos de cornos", procedentes do interior dos fossos identificados e escavados no Recinto 1.

4.1. *Locus 1* (Fosso 1)

Os fragmentos de "ídolos de cornos" recolhidos do interior do fosso do *Locus 1* encontram-se dispersos na estratigrafia e planta da estrutura.

Verifica-se uma maior concentração de fragmentos provenientes da última camada de preenchimento da estrutura ([101]). Nesta unidade surgem 9 fragmentos isolados, (*tronco* e *base*), e, um ídolo inteiro, sem que haja um clara associação entre eles.

Da primeira camada de enchimento do fosso ([102 = 103]) apenas foi recolhido 1 fragmento em M/4.

Representativo de eventuais perturbações pós deposicionais, como por exemplo a bioturbação, é o *"ídolo de cornos"* 559, composto por fragmentos que provêem de diferentes camadas e quadrículas (ver Tabela 1).

Abaixo segue a representação do Corte W do Fosso 1, com a indicação da distribuição destes artefactos (Figura 5).

4.2. *Locus 2* (Fosso 2)

Se o exercício efectuado para o *Locus* 1 revela que não há uma organização na dispersão dos "ídolos de cornos", a aplicação do mesmo método de análise no *Locus* 2 permite resultados, já perceptíveis nos trabalhos de escavação, que abalam os alicerces do "funcionalista" mais convicto.

Na quadrícula E.21 do Fosso 2, surgem, na camada 201, os quatro "ídolos de cornos" anteriormente descritos (nº.570, 571, 572 e 573). Verticalmente, encontram-se dispostos num intervalo de 32cm (níveis artificiais 4, 5 e 6), e, horizontalmente, num espaço inferior a 2m^2.

O estado de conservação destes artefactos, assim como a possibilidade de efectuar colagens entre os vários fragmentos de ídolos recolhidos nessa área, são bons indicadores do grau de preservação do contexto, facto igualmente corroborado pela obtenção de recipientes praticamente inteiros, que se encontram no mesmo ambiente.

Para além da associação entre os ídolos de cornos, registam-se ainda as seguintes relações artefactuais:

– Junto ao corte E desta quadrícula, identificou-se, na base do n.a. 4, uma mandíbula esquerda de *Bos taurus*, que cobria o fragmento de *topo* do *"ídolo de cornos" 572,* de morfologia tendencialmente corniforme; note-se que esta mandíbula não apresenta, à semelhança dos "*ídolos de cornos*", sinais de exposição ao fogo, refutando assim, a hipótese de integrar uma es-

trutura de combustão;
– No mesmo nível artificial – 4, recolheu-se o "ídolo de cornos" 570;
– No nível artificial 5 recolheram-se os dois fragmentos do *"ídolo de cornos" 571*, e a base do "*ídolo de cornos" 572*; no mesmo contexto, recolheram-se vários fragmentos de cerâmica de um recipiente de paredes rectas, com "mamilos pega" junto ao bordo, cujas colagens permitem a visualização da totalidade da forma;
– Na base do Fosso 2, correspondente à base do nível artificial 6, recolheu-se o "*ídolo de cornos" decorado 573*, assim como um fragmento de uma taça carenada de pequenas dimensões, com decoração "raiada" no seu interior.

Salienta-se a presença, em todos os níveis artificiais, de abundantes fragmentos de cerâmica, nomeadamente um "vaso lucerna" e vários fragmentos de taças carenadas do sub-tipo "Crato/Nisa" (Andrade, 2009 e *no prelo*), habitualmente patentes em contextos do megalitismo funerário alentejano. Um pequeno "ídolo-placa" em xisto reutilizado, foi igualmente recolhido nesta área (Figura 6).

5. *"AGARRAR O TOURO PELOS CORNOS"*: DISCUSSÃO

Na última década, a discussão sobre o significado/ funcionalidade dos chamados *ídolos de cornos/ suportes de lareira* estagnou, parecendo, em definitivo, que a última designação venceu o debate (Cardoso, 2003). A favor desta interpretação estão os seguintes argumentos: (1) surgem apenas em contextos habitacionais; (2) em alguns casos, aparecem associados a fornos (Ponta da Passadeira), estruturas de combustão (Cerro do Castelo de Santa Justa) ou em unidades de produção de sal (Monte da Quinta 2); (3) possuem uma morfologia favorável à sua utilização enquanto "suportes de lareira", propondo-se a utilização de um número distinto de peças, consoante a forma – corniforme simples (3 peças), corniforme duplo (2 peças), topo aplanado ou ligeiramente côncavo (1 peça) (Cardoso, 2003).

Os obstáculos que se levantam a esta proposta, tais como a perfuração central, a decoração e a miniaturização, são explicadas da seguinte forma: as primeiras servem para facilitar a cozedura da peça, as segundas, não explicam o carácter simbólico, já que se reconhecem nos "pesos de tear" as mesmas temáticas decorativas, e, por fim, os pequenos objectos poderão corresponder a eventuais "brinquedos" pré-históricos (Cardoso, 2003).

No que concerne aos "ídolos de cornos" da Ponte da Azambuja 2 existem alguns entraves no que respeita à atribuição de uma funcionalidade enquanto "suportes de lareira". O polimorfismo destas peças, o contexto em que foram identificadas, e a temática decorativa presente em alguns objectos, são características que não permitem o "encaixe" nessa proposta interpretativa. Vejamos:

1. <u>Morfologia</u>

Do ponto de vista da forma, a hipótese da utilização destes objectos enquanto "suportes de lareira" é absolutamente inaplicável neste contexto.

Se a perfuração central não pode ter sido utilizada enquanto fixador de um espeto, conforme defende João Luís Cardoso (Cardoso, 2003), a morfologia da maior parte dos objectos da Ponte da Azambuja 2 também jamais terá sido aproveitada como suporte dessa haste.

Note-se que quase todos os exemplares detêm um topo ligeiramente convexo, o que impede a estabilidade de qualquer espeto, havendo apenas um exemplar com o topo aplanado ("*Ídolo de Cornos 571*"), que também não oferece qualquer ponto de equilíbrio para a sua utilização enquanto "suporte de lareira".

2. <u>Contexto</u>

Nenhum dos objectos recolhidos na Ponte da Azambuja 2 se encontra associado a uma estrutura que implique a utilização do fogo, e apenas um exemplar demonstra sinais de exposição a altas temperaturas, ocorrida num momento pós-deposicional.

Tal facto invalida de imediato a hipótese da sua utilização enquanto *suportes de lareira*. A sua utilização enquanto tal deixaria claros indícios na superfície da peça, conforme é possível atestar em alguns dos recipientes cerâmicos recolhidos no sítio.

O exercício de distribuição espacial efectuado para os contextos escavados demonstrou, no caso do *Locus* 2, uma associação artefactual que remete para um cenário dificilmente explicável à luz de uma interpretação funcional. Anulada a hipótese de integrarem uma estrutura de combustão, a associação evidente de quatro "*ídolos de cornos*" morfologicamente distintos, num espaço reduzido, assim como a sua relação com artefactos facilmente "transportáveis" para o universo funerário, permitem conjecturar acerca da realização de práticas mágico-simbólicas, que não são desconhecidas nas comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e.

3. Decoração

Neste ponto, o debate é obrigatoriamente alargado às figuras antropomórficas. Embora tenham sido aqui tratadas separadamente, há evidentes paralelos entre estas e o "*ídolo de cornos*" decorado, recolhido no *Locus 2* ("*Ídolo de Cornos 573*"). Mesmo no plano morfológico tudo indica, conforme foi já anteriormente referido, que são semelhantes. Desta forma, e assinalando-se as devidas reservas quanto à morfologia geral das peças antropomórficas, questiona-se: porquê considerar uns objectos funcionais e outros artefactos ideotécnicos? O que os distingue? Não representam a mesma figura?

Mas mesmo que se tente negar o inegável paralelismo entre ambos os tipos de figuras reconhecidas na Ponte da Azambuja 2, é impossível recusar as simetrias existentes entre a figura do *Locus 2* ("*Ídolo de Cornos 573*") e o ídolo antropomórfico do Possanco, também conhecido como "ídolo da Comporta". Este artefacto, ao qual foi imediatamente atribuído um valor simbólico, detém não só a morfologia da figura da Ponte da Azambuja 2, mas também a mesma temática decorativa: olhos, nariz e "tatuagens faciais".

A partir daqui, é fácil aplicar o seguinte silogismo:

O "ídolo da Comporta" pertence ao grupo dos artefactos ideotécnicos;

A figura recolhida no *Locus 2* da Ponte da Azambuja 2 ("*Ídolo de Cornos 573*") é semelhante ao "ídolo da Comporta";

Logo a figura recolhida no *Locus 2* da Ponte da Azambuja 2 ("*Ídolo de Cornos 573*") pertence ao grupo dos artefactos ideotécnicos.

Há, no entanto, um elemento que os distingue: a existência da perfuração central no caso do "*Ídolo de Cornos 573*". Se a presença da decoração permite estabelecer paralelos entre este objecto e outras peças idoliformes, a existência da perfuração central permite conectá-la com os restantes "*ídolos de cornos*" identificados neste sítio. Ou seja, se o "*Ídolos de Cornos 573*" da Ponte da Azambuja 2 não tivesse perfuração central seria exactamente igual ao "ídolo da Comporta". No entanto, se não tivesse decoração seria exactamente igual a qualquer outro "ídolo de cornos" identificado neste sítio. Pode-se inferir então, que todos os "ídolos de cornos" com ou sem decoração, com ou sem perfuração central, pertencem ao grupo dos artefactos ideotécnicos do Neolítico Final.

Pelo que foi acima exposto, considera-se que as figuras recolhidas na Ponte da Azambuja 2 fazem parte do quotidiano mágico-simbólico das comunidades que construíram, ocuparam e abandonaram aquele espaço, durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e.

Muito embora se discorde da sua utilização enquanto *suporte de lareira*, conforme tem sido defendido por João Luís Cardoso, considera-se, à semelhança deste autor, que "[...] a designação de "ídolos de cornos" numa base estritamente morfológica não é [...] aplicável" (Cardoso, 2003:79) a estes objectos. Mas esta é uma questão que levaria a uma revisão terminológica que não é, de todo, o objectivo deste texto.

6. NOTA FINAL

Admitindo o paralelismo entre as figuras antropomórficas e o "ídolo de cornos" decorado da Ponte da Azambuja 2, e destes com o designado "ídolo da Comporta", verifica-se que a presença deste tipo de figuras abarcam fronteiras latas no espaço geográfico e amplas na diacronia de utilização.

Do Médio e Baixo Tejo, às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, passando pelo território alentejano e estendendo-se até à Andaluzia (Martínez Sánchez e García Benavente, 2009), estes objectos aparecem associados a contextos que vão desde o Neolítico Final até ao Calcolítico Pleno, não obedecendo a qualquer padrão no tipo de sítio arqueológico. Eles estão presentes em povoados abertos, povoados especializados, povoados fortificados, recintos de fossos...

No que respeita à sua presença em recintos de fossos e considerando os contextos escavados na Ponte da Azambuja 2, pergunta-se: qual o seu papel na vida daquela comunidade? Farão parte do paulatino processo de complexificação social, contribuindo para os diferentes sistemas de coerção que eventualmente terão existido? Ou, pelo contrario, fazem parte de práticas deposicionais intencionais, desenvolvidas em rituais relacionados com o fim de ciclo do lugar? Estarão todas as possibilidades de reconstrução do passado esgotadas nestas duas hipóteses?

Por agora apenas se afirma que aceitar o hipotético uso das figurinhas de barro em eventuais práticas de cariz mágico-simbólico não significa, necessariamente, aceitar a aplicação desse mesmo conceito nos recintos de fossos do Sudoeste Peninsular...

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. A- (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo). Definição e caracterização do fenómeno de "megalitização" da paisagem na área austral no Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, exemplar policopiado.

ANDRADE, M. A. (no prelo) – "Contextos perdidos, obscurantismos helénicos: espólio de um monumento megalítico de Alter do Chão pertencente à colecção de Manuel Heleno", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 17.

BOAVENTURA, R. (2006) – "Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2". IN: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 9:2, pp.61-73.

CALADO, M. (2000) – "Neolitização e megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial. IN: *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, pp. 33-45.

CALADO, M.; ROCHA, L. (2007) – "As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento". IN: *Los primeros campesinos de La Raya: aportaciones recientes al conocimiento del Neolitico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo: actas de las Jornadas de Arqueología del Museo de Cáceres*, Cáceres, pp. 29-46.

CARDOSO, J. L. (1992) – "Acerca de um suporte de lareira do povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)", IN: *Al-Madan*, Almada, II Série, 1, pp.23-26.

CARDOSO, J. L. (2003) – "Ainda sobre os impropriamente chamados "Ídolos de Cornos" do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste". IN: *Al-Madan*, Almada, II Série, 12, pp.77-79.

CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V. (1990) – "Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra)". IN: *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, 1, pp.5-12.

DINIZ, M. (1999) – "Povoado Neolítico da Foz do Enxoé (Serpa): primeiros resultados". IN: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 2:1, pp. 95-126.

EVANGELISTA, L. (2003), *O complexo arqueológico dos Perdigões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz*, Dissertação de Mestrado, Porto.

EVANGELISTA, L.S.; JACINTO, M.J. (2007) – "Deposições intencionais ou naturais? Análise estratigráfica e material do fosso exterior dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz)". IN: *Vipasca. Arqueologia e História*, 2:2, pp.122-125.

FABIÃO, C. (1989) – "Para a História da Arqueologia em Portugal". IN: *Penélope. Fazer e Desfazer História*, Lisboa, pp 10 – 26.

GONÇALVES, J. L. (1993) – "Ídolos de Cornos" de Olelas e Serra das Éguas". IN: *Al-Madan*, II Série, 2, pp.38-40.

GONÇALVES, J. L. M. (1994) – "Ídolos de cornos" e suportes de lareira do Castro de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)". IN: *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 2.º volume, Lisboa, pp. 147-162.

GONÇALVES, V.S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, 2. Vols., Lisboa.

GONÇALVES, V.S.; CARVALHO, A.; POMBAL, S. (2003) – "A ocupação pré-histórica da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas)". IN: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6:2, Lisboa, pp. 109-142.

HURTADO, V. (2009) – "Ídolos, estilo y teritorios de los primeros campesinos en el sur peninsular". IN: *Ojos que nunca se cierran. Ídolos de las primeras sociedades campesinas*, Madrid, pp.1-11.

KALB, P.; HOCK, M. (1980) – "Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém) vorbericht uber die Grabung im Januar und Februar 1979". IN: *Madrider Mitteilungen*, Heidelberg, 21, pp. 91-104.

LAGO, M.; Duarte, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. e CARVALHO, A. (1998) – "Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997." IN: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1:1, Lisboa, pp. 45-152.

MARTÍNEZ SANCHEZ, R. M.; GARCÍA BENAVENTE, R. (2009) – "Una terracota figurada del IV milénio AN en la Vega media del Guadalquivir". IN: *Trabajos de Prehistoria*, 66:1, pp.115-122.

MÁRQUEZ ROMERO, J. E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. J. (2008) – "Claves para el estúdio de los recintos de fosos del Sur de la Península Ibérica". IN: *era-arqueologia*, Lisboa, n.º8, pp.159-171.

MÁRQUEZ ROMERO, J.E.; MATA VIVAR, E.; JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. e SUÁREZ PADILLA, J. (2013) – "Dataciones absolutas para el fosso 1de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Reflexiones sobre su cronologia y temporalidad",. IN: *SPAL*, 22, p.17-27.

NABAIS, M. (2013) – *Estudo Zooarqueológico do sítio do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Évora, Portugal)*. Exemplar policopiado.

RODRIGUES, F. (2008) – "O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2: primeira notícia". IN: Apontamentos de Arqueologia e Património, 2, pp 49-56.

RODRIGUES, F. (no prelo) – "O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2", no prelo.

SANTOS, F. J. C.; SOARES, A.M.; RODRIGUES, Z.; QUEIROZ, P.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F. (2009) – "A Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-História recente, com fosso e fossas, na Encosta do Albardão (S. Manços, Évora)". IN: Revista Portuguesa de Arqueologia, 12:1, pp. 53-71.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOS, J. L.; CRUZ, C. S..; REIS, C. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas ^{14}C) e paleoambientais. IN: *Arqueologia*, Porto, 14, pp. 59-82.

SOARES, J. (2001) – "O povoado Pré-Histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV-III milénios a.C.". IN: *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, Lisboa, pp. 101-127.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – "Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos". IN: *Setúbal Arqueológica*, n.º 9-10, pp.37-88.

VALERA, A. C. (2008a) – "Intervenção arqueológica de 2007 no interior do recinto pré-histórico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz)". IN: *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 1, pp.15-22.

VALERA, A. C. (2008b) – "Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente", *ERA Arqueologia*, 8, Lisboa, p.112-127.

VALERA, A. C. (2010) – "Construção da temporalidade dos Perdigões: contextos neolíticos da área central". In: *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, pp. 19-26.

VALERA, A. C.; TERESO, J.; REBUGE, J. (2006) – "O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/ Calcolítico do estuário do Tejo". IN: *Promontoria Monográfica. Do Epipaleolítco ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, 4, pp. 291-299.

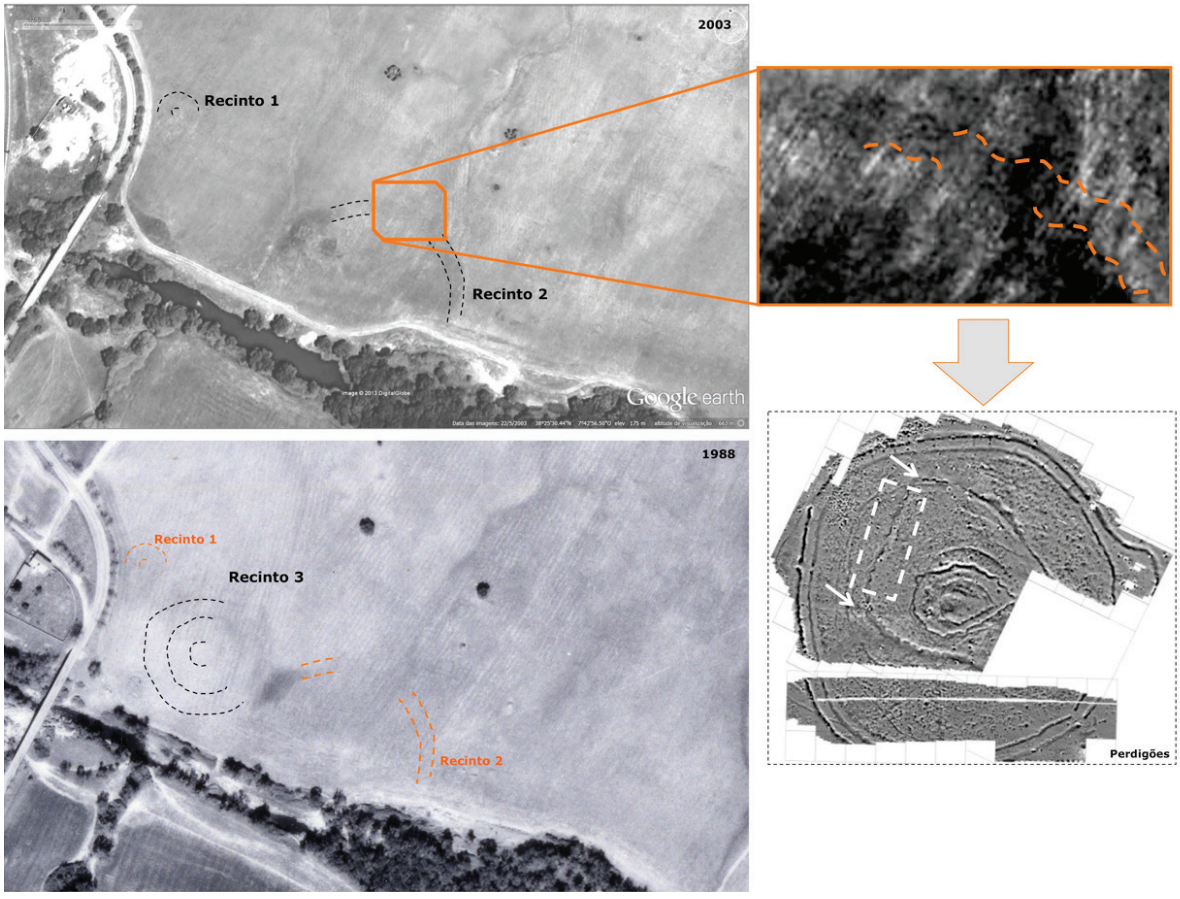


Figura 1 – Fotografias aéreas com indicação dos recintos da plataforma da Ponte da Azambuja 2. A escavação arqueológica de 2007 ocorreu no Recinto 1. Note-se ainda a eventual arquitectura sinuosa dos fossos que compõem o Recinto 2, com paralelo nos fossos 3 e 4, do Sector I, dos Perdigões (salienta-se que, em ambos os casos, os fossos captam linhas de água).

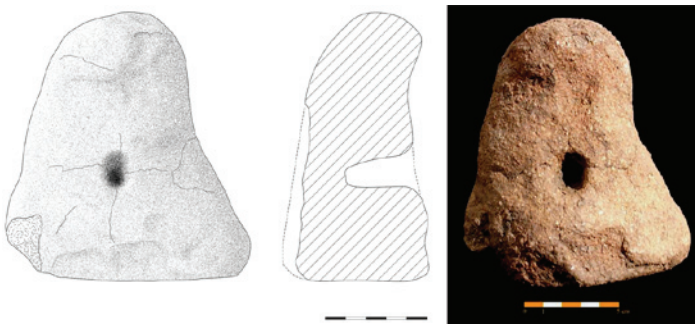


Figura 2 – "Ídolo de Cornos" 570 (Desenho: Marco António Andrade; Foto: Pedro Souto).

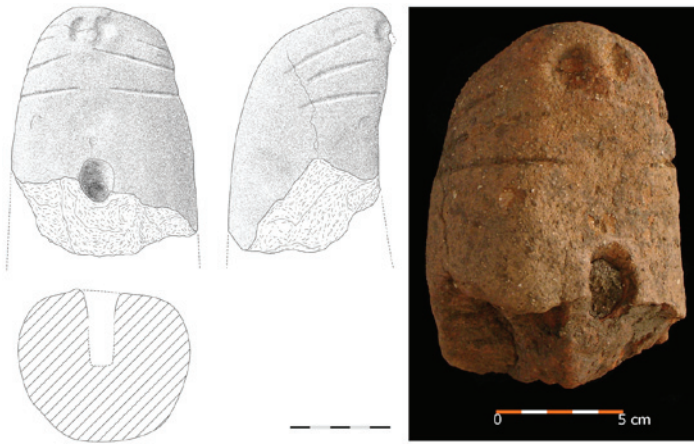


Figura 3 – "Ídolo de Cornos" 573 (Desenho: Marco António Andrade; Foto: Pedro Souto).

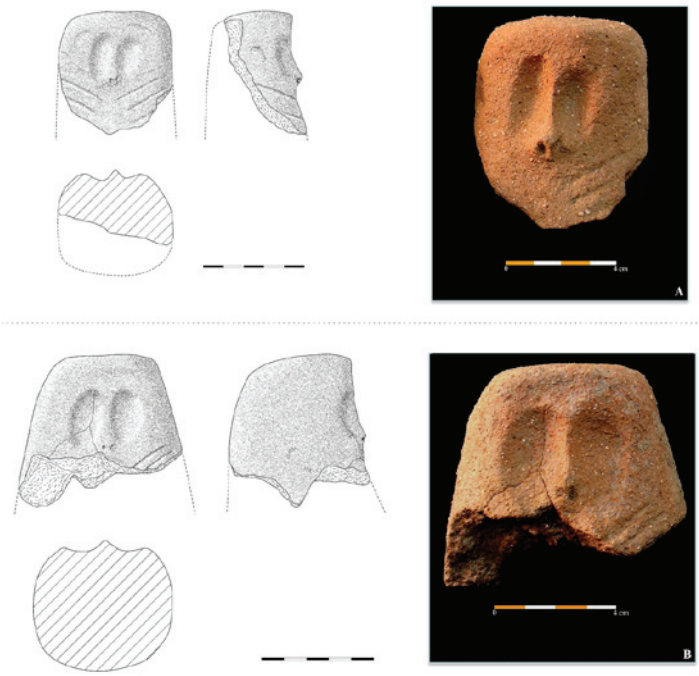


Figura 4 – Figuras Antropomórficas (A – Recinto 2 / Rec. Sup. / F.A.1; B – Recinto 2 / Rec. Sup. / F.A.2) (Desenhos: Marco António Andrade; Fotos: Pedro Souto).

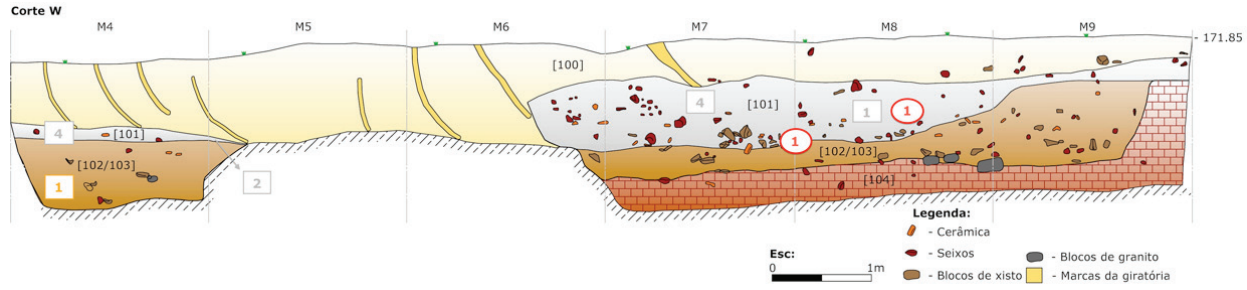


Figura 5 – Corte W, do *Locus 1* (Fosso 1). Os números inseridos na caixa rectangular indicam os fragmentos de "ídolos de cornos" enquadrados na categoria Outros, e os da caixa oval indicam os "ídolos de cornos" inteiros. (n.º 559 e 569, respectivamente) (Desenho: Filipa Rodrigues / Joaquim Pinhão).

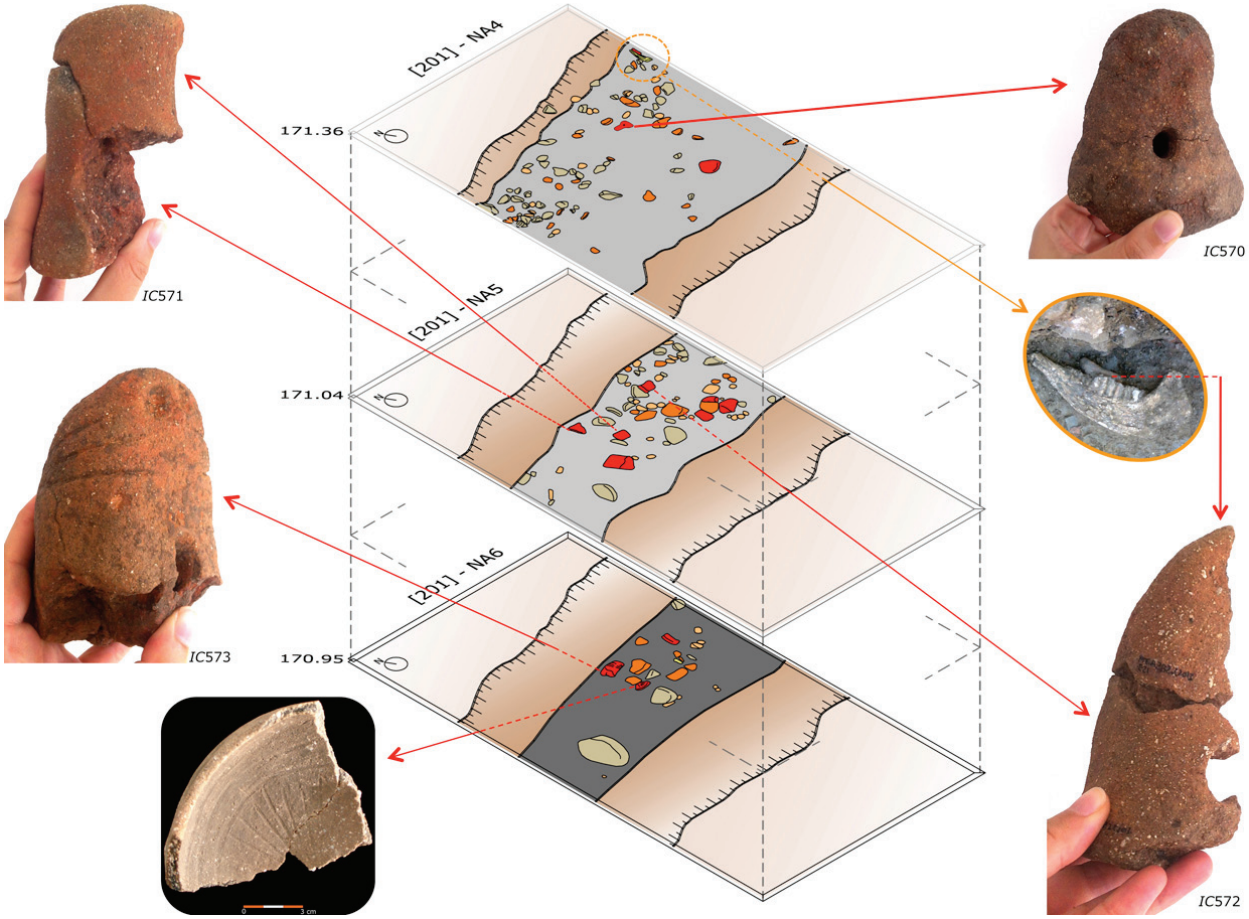


Figura 6 – *Locus 2*. E21. [201]: sobreposição dos níveis artificiais 4, 5 e 6, com indicação da proveniência dos "ídolos de cornos" 570, 571, 572, e 573 (Desenho: Filipa Rodrigues / Joaquim Pinhão; Fotos: Filipa Rodrigues).

REFLEXÕES EM TORNO DAS PLACAS DE CERÂMICA COM GRAVURAS DE VILA NOVA DE S.PEDRO (AZAMBUJA)

José Morais Arnaud / Associação dos Arqueólogos Portugueses / jarnaud@sapo.pt

RESUMO

Entre o numeroso espólio proveniente das escavações realizadas por Afonso do Paço e Eugenio Jalhay na fortificação calcolítica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) entre 1937 e 1964, que integra o acervo do Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, merecem especial destaque as cerca de 220 placas de cerâmica que apresentam representações gráficas. A maior parte dos motivos são geométricos e abstratos, mas encontram-se também motivos solares e zoomórficos, bem como símbolos de carácter desconhecido e algo enigmático. Geralmente classificados como "pesos de tear", a função destes artefactos é objecto de discussão, com base em dados etnográficos e na análise dos vestígios de uso apresentados. Analisam-se ainda as técnicas utilizadas para gravar estar representações, apresenta-se uma tipologia genérica das mesmas, e discute-se o seu possível significado.

ABSTRACT

Among the numerous artifacts collected during the excavations carried out by Afonso do Paço and Eugenio Jalhay at the Chalcolithic hill-fort of Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) between 1937 and 1964, in the collections of the Carmo Archaeological Museum, in Lisbon, the 220 clay tablets with graphic representations deserve special attention. Most of the motives are geometric and abstract, but we also find some solar and zoomorphic ones, as well as representations of unknown and enigmatic symbols. Generally classified as loom-weights, their function is discussed, based on ethnographic parallels and on the analysis of traces of wear. Finally, the engraving techniques are analysed, a general typology of motives is proposed, and their meaning is discussed.

INTRODUÇÃO

Entre o vasto espólio encontrado ao longo de pelo menos 28 campanhas anuais de escavações realizadas de 1937 a 1964 contam-se centenas de placas sub-rectangulares de argila cozida, 220 das quais apresentam em uma ou em ambas as faces gravuras feitas antes da cozedura, representando uma grande variedade de motivos geométricos e abstratos, símbolos solares e zoomórficos, bem como representações de símbolos desconhecidos e enigmáticos. O facto de todas as peças que foram encontradas completas terem quatro furos em cada canto levou a que fossem interpretadas pelos seus achadores e pela maior parte dos investigadores que a elas se referiram como tendo servido de "pesos de tear", embora entre os paralelos etnográficos conhecidos não se tenha encontrado nenhum tipo de tear que justificasse a existência de pesos com quatro perfurações, como se verá na parte final deste artigo.

O primeiro estudo dedicado a estas placas foi apresentado por Afonso do Paço ao Congresso do Mundo Português (Paço, 1940). Embora as escavações estivessem ainda longe de estar terminadas, são publicados desenhos simplificados de 58 placas com gravuras. Apesar de não se fazer nenhuma referência ao seu contexto espacial e estratigráfico, tendo em consideração que entre 1937 e 1940 as escavações incidiram exclusivamente na zona envolvente da muralha interior, onde se encontraram inúmeros "fundos de cabana", e em 1945 já se teriam já recolhido cerca de mil placas, inteiras ou fragmentadas (Paço 1945, p.239), parece poder afirmar-se que estes objectos, qualquer que tenha sido a sua função e significado, terão sido encontrados em contextos domésticos, e não numa área de actividades especializadas, à semelhança do que se verificou num

povoado do Alto Alentejo escavado em área em que se encontrou grande abundância de placas com perfurações, embora só 5 dos cerca de 9050 exemplares estudados apresentem gravuras (Costeira, 2013).
Os dados estratigráficos são muito escassos, e embora a noção da existência de duas grandes fases de ocupação, separadas por uma fase de incêndio e abandono temporário do local, já tivesse surgido na campanha de 1946 (cf. Paço, 1947, p.47-54; Arnaud, 1990, p. 32), é só a partir de 1951, numa campanha realizada com a colaboração de Maria de Lurdes Costa Arthur, que se começa a prestar maior atenção à estratigrafia, tendo-se verificado que nos estratos inferiores escasseiam os fragmentos de cadinhos, os "pesos de tear" e os cossoiros, que abundam nas camadas médias e superiores (Paço & Arthur, 1952, pp. 289-293; Arnaud, 1990, p. 34) . O primeiro corte estratigráfico de VNSP foi porém realizado em 1959 pelo arqueólogo galês H.N. Savory que, no entanto, só o publicou anos mais tarde (Savory, 1970). Esse corte permitiu-lhe a definição de três períodos de ocupação, em todos os quais se encontraram placas de barro com perfurações nos cantos. Porém, como não se sabe quais as placas que se encontraram em cada um desses estratos, não é possível determinar a partir de que período é que passaram a apresentar gravuras em uma ou em ambas as faces, ou se sempre coexistiram placas gravadas e não gravadas.
O facto de muitas das placas ainda apresentarem uma ou ambas as faces muito concrecionadas, e de ainda conservarem nas perfurações vestígios do sedimento em que estiveram envolvidas desde a sua estratificação, parece confirmar que a prática de gravação de vários motivos remonta às fases iniciais de ocupação calcolítica de VNSP.
Os dados contextuais relativos a outros povoados calcolíticos da antiga Estremadura são também relativamente escassos, pois quer no Zambujal, quer em Leceia, este tipo de peças, com ou sem decoração, são relativamente raras, apesar da vasta área escavada, e da cuidada metodologia utilizada nestes dois sítios de referência.

CARACTERIZAÇÃO

Apesar de os escavadores se referirem, em 1945, quando ainda só se tinha escavado menos de um terço do povoado, ao achado de mais de mil placas, com ou sem gravuras, a maior parte das que integraram as colecções do Museu Arqueológico do Carmo (MAC), apresentam gravuras, o que indicia uma recolha selectiva das peças com gravuras, e dificulta uma comparação com uma amostra significativa de exemplares sem gravuras. Uma análise dos desenhos publicados em 1940 mostra, porém, que só 37 das 58 peças representadas deram entrada naquele Museu, presumindo-se que muitas outras tenham sido dispersas por outras colecções, públicas ou privadas, como era então costume. Na verdade, dada a enorme abundância de espólio, Afonso do Paço tinha o hábito de oferecer pequenas colecções de referência a diversas instituições, com finalidades didáticas, prática que muito dificulta o trabalho dos investigadores. Para o bom êxito deste projecto, seria muito importante conseguir localizar as placas com gravuras dispersas por todo o país, pelo que apelo aos leitores deste artigo que dêm a sua colaboração nesse sentido.
Apesar dessa dispersão de materiais, a colecção de placas com gravuras do MAC é sem dúvida a mais completa, integrando 220 exemplares, inteiros ou fragmentados. O seu estado de conservação é muito variável, contando-se 149 que podem ser consideradas completas, ou seja, com pelo menos 3 perfurações conservadas, e com a possibilidade de se medir o comprimento, a largura e a espessura originais, estando as restantes mais ou menos fragmentadas. Para efeitos de avaliação do peso só se pode, no entanto, contar com 87 placas consideradas inteiras.
O comprimento médio das 149 placas consideradas completas é de 8,07cm, com um desvio padrão de +/-1,16, tendo a maior 12,65cm, e a menor 3,14cm.
A espessura média é de 2,17cm, com um desvio padrão de +/- 0,44cm, tendo a maior 3,5cm e a menor 1,14cm.
O peso médio é de 190g, mas enquanto a placa maior, só com duas perfurações, pesa 488g, a menor pesa apenas 20g, pelo que se afigura difícil admitir que tivesse a função de peso de tear, pois o seu reduzido peso não lhe permitiria manter os respectivos fios suficientemente tensos. Trata-se porém de um caso isolado, sendo duvidoso que tivesse sido usada para a mesma função.

FUNÇÃO

Os paralelos formais mais próximos, os teares de cartões, referidos por Leroi-Gourhan (1971, p.284) e estudados em pormenor por van Gennep (1916), são hoje, como o nome indica, feitos com peças

de cartão, e se este material ainda não existia no Calcolítico, existiam decerto materiais muito mais leves do que a cerâmica para esta forma primitiva de tecelagem, outrora muito disseminada por toda a Eurásia, e que ainda hoje subsiste na Birmânia e na Tailândia, e que só permite a obtenção de peças relativamente estreitas, embora de comprimento quase ilimitado, que depois teriam que ser cosidas longitudinalmente (cf. Leroi-Gourhan, 1971, pp. 284 e 285, e figs.516 e 581). Resta ainda a hipótese de terem servido como pesos de tear verticais, utilizando só duas perfurações de cada vez, servindo as restantes como reserva, como defendia A. do Paço (Paço, 1940). Mas só com uma análise mais pormenorizada do padrão de desgaste das perfurações se poderá confirmar esta hipótese.

REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

A gravação foi sobretudo feita por incisão, com a argila ainda crua, usando um instrumento pontiagudo, de largura variável entre 0,5 e 1mm, podendo nalguns casos atingir 2 a 3mm de largura, mas ocorrem também alguns exemplares gravados com incisões mais finas, ou por impressão com instrumentos pontiagudo, circular, ou por matriz em forma de pente.

Uma análise deste conjunto de placas permite distinguir três grandes grupos:

1. Placas com motivos geométricos, de maior ou menor complexidade (fig.1);
2. Placas com representação de motivos solares, zoomórficos ou sexuais mais ou menos estilizados (fig.2);
3. Placas com motivos bem definidos e recorrentes, cujo significado não é determinável (fig.3);

A maior parte das 283 faces com gravuras das 220 placas estudadas pertence sem dúvida ao primeiro grupo (54,06%), sendo os motivos mais frequentes os reticulados (figs. 1.1 e 1.5), os ondulados (fig. 1.8) e os espinhados (figs. 1.2, 1.5. e 1.6). A análise do possível significado destes motivos poderá ser feita dentro dos mais diversos parâmetros. Com efeito, a sua ocorrência nos mais variados contextos geográficos e cronológicos poderia sugerir que tivessem tido uma função meramente "decorativa". Porém, tendo em conta a tradicional interpretação destas peças como "pesos de tear", seria tentador interpretar estes motivos como eventuais padrões que iriam ser tecidos em cada tear. Mas, nesse caso, como interpretar os restantes ? Outra interpretação possível, tendo em conta que se trata de sociedades de pastores e agricultores, seria considerá-los como representações simbólicas das actividades agrícolas da comunidade e propiciatórias da fertilidade dos campos, dos animais e das pessoas. Assim, os ondulados poderiam simbolizar a água fertilizando a terra lavrada, os quadriculados poderiam simbolizar a divisão dos campos, os pontilhados a colocação das sementes, os espinhados as espigas de cereais, e assim por diante. Por muito simplista que este tipo de interpretação possa parecer, não deverá, no entanto, ser desprezado à partida.

Quanto às representações solares (figs. 2.2, 2.4, 2.5 e foto 3) e lunares (fig. 2.1 e foto 4) (28 exemplares) integram-se também numa ideologia de culto da natureza, propiciatória da fertilidade. Particularmente sugestiva desta possível associação entre o Sol e a fertilidade da Terra é uma representação constante de uma placa encontrada no povoado da Pedra do Ouro (Leisner & Schubart 1966), que apresenta no centro uma representação solar convencional, rodeada por reticulados, preenchidos com pontilhado, que parecem representar campos cultivados. Reforçando esta interpretação, a referida placa apresenta ainda no reverso uma série de linhas onduladas, uma forma de representação convencional da água, fertilizadora da terra cultivada. Representação semelhante, em ambas as faces, embora sem o símbolo solar no centro, pode-se ver também num exemplar fracturado em três dos cantos (fig.1.9).

Mais raras são as representações de cervídeos e bovídeos (16 exs), estas últimas mais esquemáticas (fig. 2.8 e foto 5; figs. 2.9 e 2.10). Estes animais surgem também com frequência associados a cultos da fertilidade em vários contextos da Europa pré-histórica (Gimbutas, 1982). Podem ainda incluir-se neste grupo representações muito explícitas do sexo feminino, com o triângulo púbico e a fenda vaginal bem delimitada (3 exs.) (fig. 2.12 e foto 6).

O terceiro grupo inclui representações de carácter mais abstrato, mas que ocorrem de forma recorrente em várias placas, por vezes em ambas as faces, mas cujo significado nos escapa. É o caso das placas divididas a meio por uma linha, de cujas extremidades irradiam vários traços curvos divergentes (fig. 3.1 e foto 2) (7 exs.), da placa com um losango preenchido com linhas cruzadas (fig. 3.2), das placas com duas incisões perpendiculares, formando uma cruz (18 exs.) (fig. 3.10), das placas com os cantos delimita-

dos por dois traços formando um ângulo obtuso (4 exs.) (fig. 3.12) ou por incisões curvas duplas (5 exs.) (fig. 3.11), das placas com um ou dois rectangulos ao centro (fig. 3.6), por vezes preenchidos com linhas paralelas, e de muitos outros símbolos que só aparecem em um ou dois exemplares.

PARALELOS

Embora se tenham encontrado placas semelhantes em diversos povoados do Litoral Estremenho, na maior parte dos sítios o seu número é reduzido, e raramente apresentam gravuras. O paralelo mais próximo para VNSP é a Pedra do Ouro (Alenquer), onde se encontraram 24 placas, inteiras ou reconstituíveis, oito das quais com gravuras (Leisner & Schubart 1966; Branco, 2007). No pequeno povoado do Penedo (Torres Vedras), encontraram-se 20 placas, inteiras ou reconstituíveis, duas das quais com gravuras idênticas em ambas as faces, e cinco outros fragmentos com gravuras (Spindler 1969, pp. 102-105 e figs.25 e 26). Porém, no Zambujal (Torres Vedras), sem dúvida o sítio com maiores semelhanças estruturais e cronológicas com VNSP, e também escavado em larga escala, mas com uma metodologia muito mais rigorosa, com recolha integral de materiais, apenas se encontrou uma placa completa, mas sem gravuras, e dois fragmentos gravados com motivos geométricos (Sangmeister & Schubart 1981, p.290, Tafel 61, m,p,q). Em Leceia, e também no pequeno povoado do Outeiro Redondo (Sesimbra), onde se encontraram 15 exemplares, dois dos quais com decoração, tudo indica que "o início da produção se verifica no Calcolítico inicial, prosseguindo no Calcolítico pleno sem quaisquer alterações formais" (Cardoso 2010, p. 110). Enfim, qualquer que seja o significado e a função destas placas, parece que a sua utilização não era tão generalizada como se poderia pensar.

CONCLUSÃO

Estas breves reflexões têm por objectivo chamar a atenção para um interessante conjunto de artefactos, cujo estudo exaustivo e sistemático está em preparação, no âmbito de um projecto mais vasto de publicação sistemática do acervo de VNSP existente no MAC.

Entre os aspectos em desenvolvimento, para além do desenho de pormenor de todas as placas com gravuras, trabalho já realizado por Carlos Boavida, de que se apresentam aqui alguns exemplos (figs. 1 a 3), conta-se a análise quantitativa comparada das placas com e sem gravuras, para verificar se existem diferenças significativas, e para se tentar encontrar grupos fisicamente homogéneos, eventualmente pertencentes ao mesmo tear; a reconstituição de um tear com replicas exactas destas placas, para testar o seu modo de funcionamento, e o eventual desgaste produzido nas mesmas; a análise em pormenor das técnicas de gravação, para tentar detectar especificidades individuais; enfim, um estudo comparativo entre as pastas e os estilos de gravação das placas de VNSP e dos restantes arqueosítios do Litoral Estremenho em que ocorrem, para tentar detectar uma eventual rede de circulação de pessoas e bens, tal como sugere Mariana Diniz, num estimulante ensaio sobre a tecelagem no Calcolítico em Portugal (Diniz, 1994, p. 144).

Quanto ao significado destas placas gravadas, como mera hipótese de trabalho, podemos de facto estar perante um conjunto de artefactos que, qualquer que fosse a sua utilidade prática, se afiguram como o suporte durável de um sistema embrionário de comunicação visual, através de representações que podem ter tido uma componente ideográfica, que não chegou a transformar-se num sistema de escrita, semelhante ao desenvolvido por sociedades coetâneas, noutras áreas do Mundo, talvez por as sociedades calcolíticas do Litoral Estremenho não terem atingido o grau de complexidade que o justificasse.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, J.M. e GONÇALVES, J.L. (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1. Lisboa,. p.25-48.

ARNAUD, J.M. e GONÇALVES, J.L. (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 2. Lisboa,. p.11-40.

ARNAUD, J.M. (2005) – Vila Nova de São Pedro revisitada. In: Arnaud, J.M. e Fernandes, C.V., eds. *Construindo a Memória – As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.141-164.

BRANCO, M.G. (2007) – A Pedra do Ouro (Alenquer): uma leitura actual da colecção Hipólito Cabaço. *Trabalhos de Arqueologia*. 49. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.

CARDOSO, J.L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p.9-276.

CARDOSO, J.L. (2010) – O povoado calcolítico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efectuadas em 2005. In V.S. Gonçalves e A.C.Sousa, eds., *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.*. Cascais, Câmara Municipal, p.97-129.

COSTEIRA, C. (2013) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S.Pedro (Redondo), 3º milénio a.n.e.. *Arqueologia e História*. Lisboa. 62-63, p.23-37.

DINIZ, M. (1994) – Pesos de tear e tecelagem no calcolítico em Portugal. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas IV. Trabalhos de |Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 3-4, p.133-149 .

GENNEP, Arnold van (1916) – *Le tissage aux cartons*. Neuchâtel: Delachaux et Niestle.

GIMBUTAS, M. (1982) – *The Goddesses and Gods of Old Europe – 6500-3500BC – Myths and Cult Images*. London. Thames & Hudson.

GINER, C.A.(1984) – *Tejido e Cesteria en la Peninsula Iberica – Historia de su técnica y industrias desde la prehistoria hasta la romanización*. Madrid. CSIC, Instituto Espanõl de Prehistoria.

GOMES, M.V. (2005) – O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas. In: Arnaud, J.M. e Fernandes, C.V., eds.. *Construindo a Memória – As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.165-178.

GOMES, S. (2013) – Tecelagem e pesca: os pesos. In VALERA, A.C. (2013) ed. – *As Sociedades Agropastoris na Margem Esquerda do Guadiana (2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Memórias de Odiana, 2ª série. 6. p.211-228.

LEISNER, V. e SCHUBART, H. (1966) – Die Kupferseitliche Befestigung von Pedra do Ouro / Portugal. *Madrider Mitteilungen .7*. Madrid. p.9-60.

LEROI-GOURHAN, André (1971) – *L'Homme et la matière*. Paris, Editions Albin Michel.

PAÇO, A. (1940) – Placas de Barro de Vila Nova de S.Pedro. *Congresso do Mundo Português,* Porto. 1, p.233-251.

PAÇO, A (1945) – El Castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memórias de la Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria*. 20. Madrid.

Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol.I (1970) e Vol. II (1971).

PAÇO, A. e ARTHUR, M.L.C. (1952) – Castro de Vila Nova de S.Pedro. I – 15ª campanha de escavações (1951). *Brotéria*. 54(3). Lisboa. p.289-309.

PEREIRA, F.A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. 20. Lisboa. p. 107-155.

SANGMEISTER, E. e SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beitrage. 5. Mainz am Rhein. Verlag Philipp von Zabern.

SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart of the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. 1. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 133-148.

SPINDLER, K. (1969) – Die Kupferzeitliche Siedlung von Penedo / Portugal. *Madrider Mitteilungen*. 10. Heidelberg. F.H. Kerle Verlag. p. 45-116.

VALERA, A.C. (2013) ed. – *As Sociedades Agropastoris na Margem Esquerda do Guadiana (2ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Memórias de Odiana, 2ª série. 6.

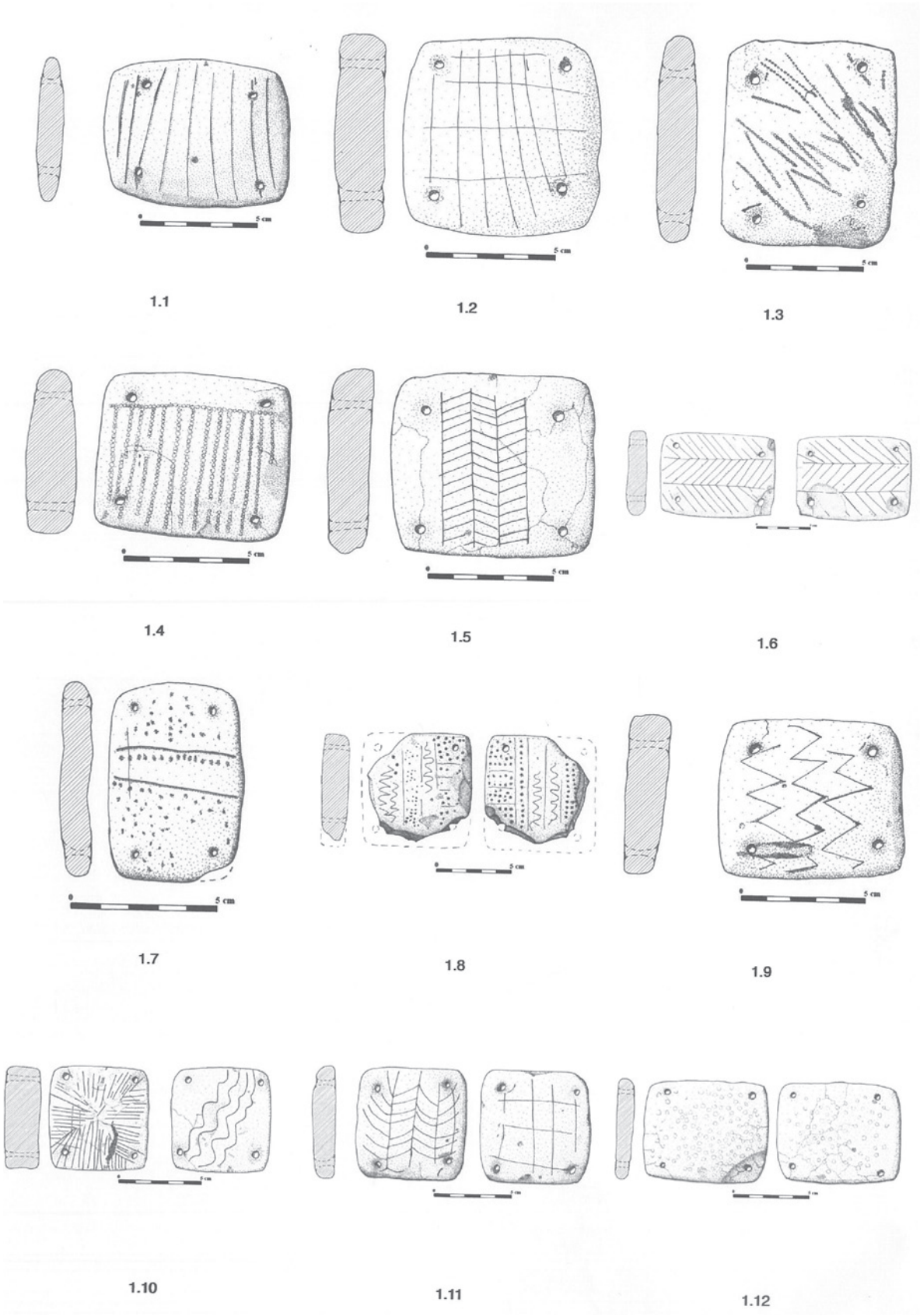


Figura 1 – Gravuras com representações geométricas. Desenhos de Carlos Boavida.

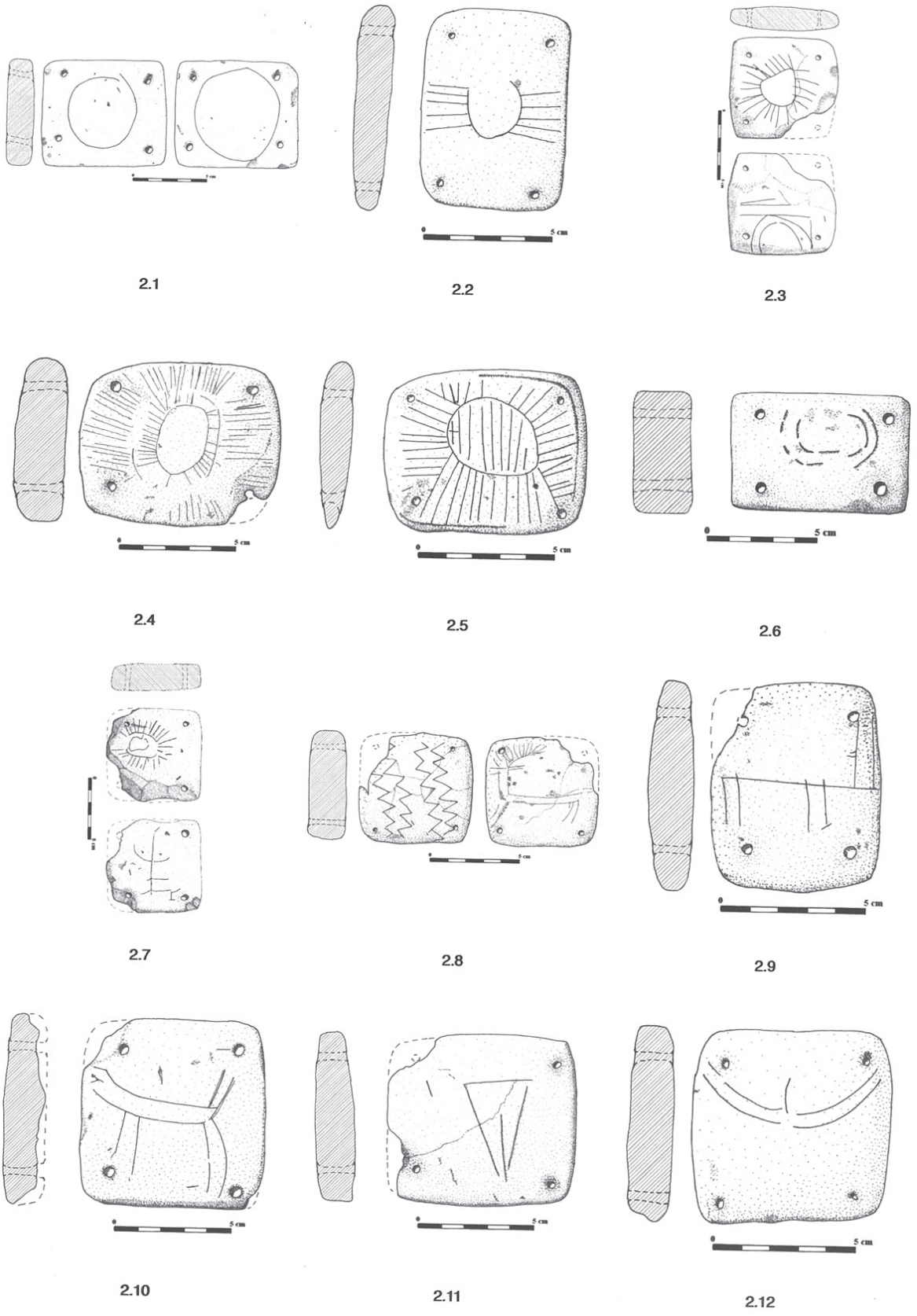


Figura 2 – Gravuras com representações naturalistas, astrais, zoomórficas ou antropomórficas. Desenhos de Carlos Boavida.

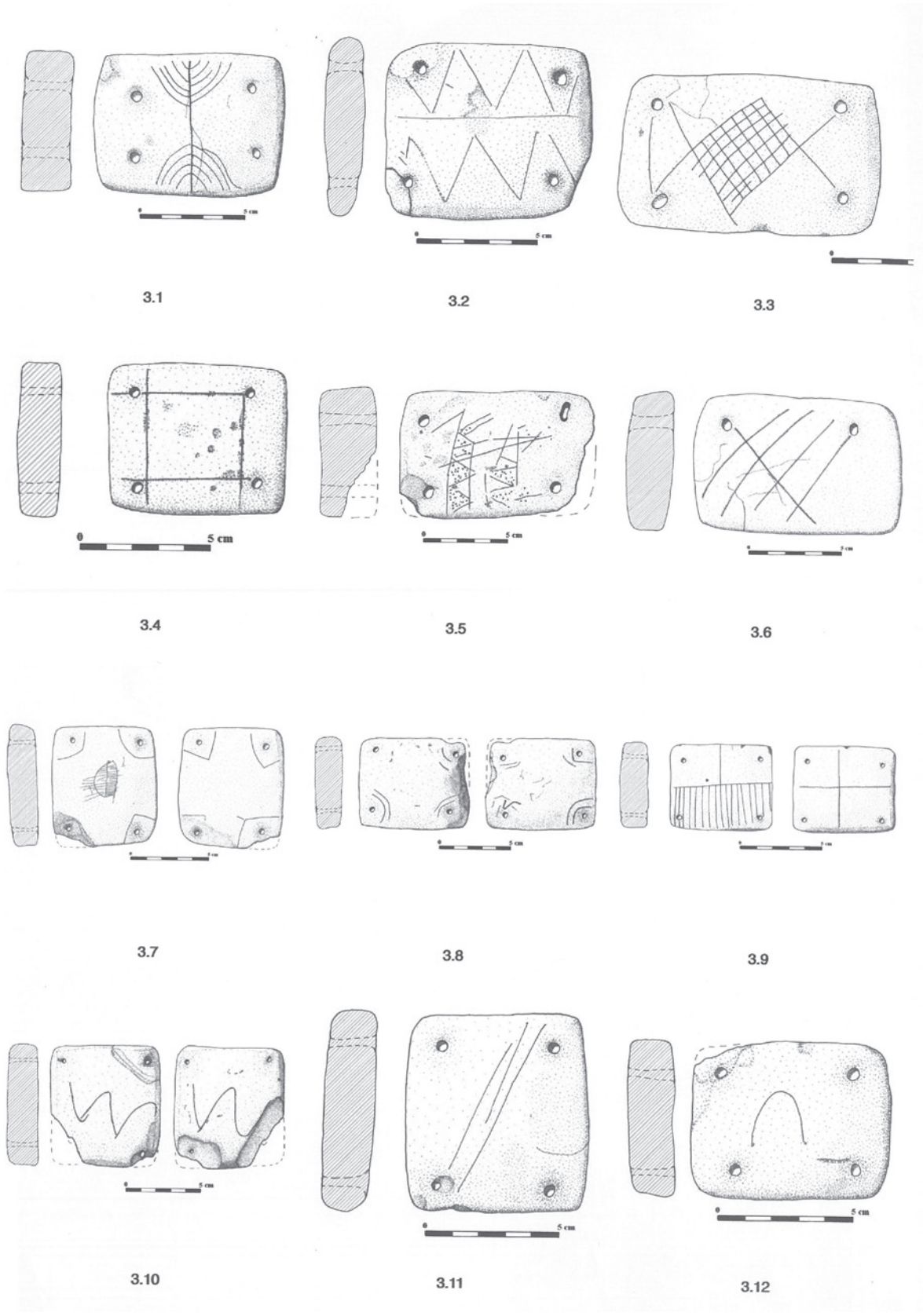


Figura 3 – Gravuras com representações abstractas e simbólicas de significado desconhecido. Desenhos de Carlos Boavida.

Figura 4 – Gravuras geométricas a picotado, feitas com matriz (J. M. Arnaud).

Figura 5 – Símbolo desconhecido (J. M. Arnaud).

Figura 6 – Representação solar (J. M. Arnaud).

Figura 7 – Representação lunar (J. M. Arnaud).

Figura 8 – Representação de cervídeo (J. M. Arnaud).

Figura 9 – Representação sexual feminina (J. M. Arnaud).

COMPONENTES DE ADORNOS DE PEDRA VERDE DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA): ESTUDO DE PROVENIÊNCIAS E REDES DE TROCA NO 3º MILÉNIO A.N.E. NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Carlos P. Odriozola / Dpto. de Prehistoria y Arqueología. Universidad de Sevilla / codriozola@us.es
Ana Catarina Sousa / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / sousa@campus.ul.pt
Rui Boaventura / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Bolseiro PD da Fundação para a Ciência e Tecnologia / boaventura.rui@gmail.com
Rodrigo Villalobos / Dpto. de Prehistoria, Arqueología, Antropología Social y CC y TT. Historiográficas. Universidad de Valladolid / rodrigovillalobosgarcia@gmail.com

RESUMO
Apresentam-se os resultados da análise de composição (XRF) de 121 adornos de pedra verde provenientes do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro e depositados no Museu Arqueológico do Carmo. Verificaram-se adornos produzidos sobre talcos, muscovites e variscites. Em relação aos adornos de variscite foi possível estimar as suas prováveis áreas de proveniência com base na comparação com os valores obtidos de materiais geológicos de Zamora, Huelva e Barcelona, com maior incidência na primeira.

ABSTRACT
This paper presents the results of compositional analysis (XRF) of 121 green ornaments recovered from the Copper Age site of Vila Nova de São Pedro, kept in the Museu Arqueológico do Carmo. Different minerals were used on its production such as muscovite, talc and variscite. Regarding variscite ornaments raw material, it was possible to ascribe its provenance to source areas in Zamora, Huelva and Barcelona. This was conducted by comparison with geological samples composition of those different areas.

1. PARCELA DE UM PROJECTO PENINSULAR

"A origem da calaíte tem dado matéria a muitas discussões de trabalho, mesmo entre nós, desde o Congresso de 1880 até hoje"

(Paço, 1939)

Exóticos pela sua cor e raridade numérica, os artefactos de adorno (e sagrado) de minerais verdes têm sido recorrentemente referidos na bibliografia arqueológica dos contextos neolíticos e calcolíticos numa escala europeia. Vários projectos procuraram proceder a análises químicas destes artefactos, destacando-se o trabalho pioneiro de Huet Bacelar Gonçalves (Gonçalves e Reis, 1983) para o território português, de M. Edo (Edo *et al*, 1997) para o Noreste Peninsular e de Salvador Dominguez Bella (Bella, 2004) para o Sul Peninsular.

Mais recentemente, um dos signatários (C.O.) tem vindo a procurar aliar a realização de um conjunto alargado de análises à escala peninsular com a intervenção na mina de Pico Centeno, localizada em Encinasola (Huelva) (Odriozola, Linares-Catela, Hurtado-Perez, 2010). Estas linhas de pesquisa consubstanciaram a organização de um projecto à escala peninsular apoiado por fundos de investiga-

ção de Espanha (Ministerio De Economía Y Competitividad – HAR2012-34620) e tem contado com a colaboração de numerosos museus, nomeadamente o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Arqueológico do Carmo, onde neste último estudámos o conjunto agora apresentado.

2. "CONTAS E BERLOQUES" – VILA NOVA DE SÃO PEDRO E OS COMPONENTES DE ADORNOS DE PEDRA VERDE

Vila Nova de São Pedro é ainda hoje um sítio epónimo do Calcolítico da Estremadura portuguesa, divulgado entre a comunidade arqueológica peninsular por uma extensa lista de bibliografia (cerca de 30 títulos) que contudo é muito curta para a extensão e intensidade das 28 campanhas aqui efectuadas (Arnaud e Gonçalves, 1990). Em todas as publicações dos primeiros escavadores de Vila Nova de São Pedro são dedicadas algumas linhas ao adorno pessoal, «contas e berloques» (Jalhay e Paço, 1942), ora referindo-se a origem da "calaíte", ora referindo a constituição de colares, juntando recolhas de origens diversas. A coloração verde era destacada: «El verde jade ponia en la eleccíon de matérias que aún hoy nos hacen buen efecto» (Jalhay e Paço, 1945). Devido à ausência de um registo rigoroso das recolhas efectuadas desconhecemos associações e interpretações de carácter periodizante, sendo as contas de Vila Nova de São Pedro genericamente associáveis ao 3º milénio a.n.e..

3. MATERIAIS E MÉTODOS

As formas e cores do elementos de adorno pessoal são bastante diversas, assim como as suas matérias-primas: esteatite, serpentinite, calcários, mármores, micas, xisto, jadeíte, malaquite, fosfatos, quartzos, conchas, dentes, marfim e âmbar, entre outros. Tal variedade de matérias-primas e cores faz com que o uso da variscite e a sua cor esverdeada não pareça ter sido uma regra durante a Pré-História da Península Ibérica, pois além de adornos pessoais de cor verde, registam-se também brancos e pretos, além de outras matizes, agrupados em diversas proporções (Jiménez Gómez, 1995, Ramos Muñoz and Giles Pacheco, 1996, Polvorinos et al, 2002, Varela et al. 2002, Dominguez Bella, 2010, Odrizola et al, 2010, 2013, Odriozola and García Sanjuán 2012).
Genericamente podemos apontar duas vertentes de estudo acerca dos adornos de pedra verde: a caracterização fidedigna das matérias-primas e a proveniência daquelas para eventual reconstrução de redes de troca.
Conhecem-se afloramentos com variscite em Montebras (Creuse, França), Palazuelo de las Cuevas (Aliste, Zamora) (Arribas et al, 1971), Pannecé (Loire-Atlantique, França) (Forestier et al, 1973a e 1973b), Can Tintorer (Gavà, Espanha) (Alonso et al, 1978; Bosch etal, 1996; Villalba, 2002), Sarrabús (Sardenha) (Marini etal, 1989), Trás-os-Montes (Bragança, Portugal) (Meireles et al, 1987), Punta Corveiro (Sanxenxo, Pontevedra) (Moro et al, 1995) e Pico Centeno (Encinasola, Huelva) (Nocete e Linares, 1999). De todas as possíveis fontes de aprovisionamento de variscite mencionadas, apenas duas delas apresentam evidência de exploração mineira pré-histórica: Can Tintorer e Pico Centeno, localizadas na Península Ibérica.
O estabelecimento da proveniência dos adornos de variscite segue os protocolos analíticos descritos por C. Odriozola e colaboradores (2010), que relaciona o quociente atómico P/Al com a paragénese da rocha para assim estabelecer a origem do mineral. Analisou-se a composição elementar de 141 peças de adorno de cor verde do sítio de VNSP segundo procedimentos não destrutivos com equipamento portátil de fluorescência de raios X, Oxford Instruments XMET-7500, utilizando o programa de análise e quantificação (parâmetros fundamentais) SOILS LE. O equipamento contém um tubo de raios X de Rh, um detector SDD (Silicon Drift Detector) e um carregador automático de 5 filtros que o torna especialmente sensível aos elementos ligeiros e analisar desde o Mg ao U. Os resultados obtidos expressam-se pela média de 3 medidas com percentagem de elementos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mineralogia
Foi possível determinar a mineralogia de 121 peças das 141 analisadas, ainda que em alguns casos com um certo grau de incertidão. Identificaram-se genericamente 42 contas como (possível) muscovite e 4 como (possível) talco. Outros 75 elementos de adorno correspondem a variscite (Figura 1).

Proveniência
Não existem estudos sistemáticos acerca da prove-

niência e caracterização de elementos pétreos de cor verde, além dos dedicados à variscite. Assim, qualquer elemento de adorno de pedra verde que não seja variscite será considerado por defeito como um material local, dado que os silicatos são um material muito abundante na natureza. No entanto, a variscite é um mineral raro e escasso na natureza, pelo que uma conta de colar daquele tipo aparecida, distante das fontes conhecidas, considera-se não locais ou fruto de intercâmbios de larga distância.

O postulado de proveniência, indica que "[…] *differences in chemical composition between different natural sources exceed, in some way, the differences observed within a given source*' (Weigand et al., 1977). Assim, a variabilidade natural das fontes poderá ter um papel importante na análise de procedência da peças de adorno.

A fórmula ideal da variscite é [$AlPO_4$ $2H_2O$] o que significa que o quoficiente atómico P/Al deve ser igual a 1, ainda que as substituições de Al por outros iões trivalentes de transição (Fe^{3+}, Cr^{3+}, V^{3+}) podem fazer aumentar este quoficiente. Na maioria dos estudos sobre variscite o quoficiente atómico P/Al é de 1, um problema que poderia dever-se à génese dos depósitos de variscite (Odriozola etal, 2010). Se assumirmos a hipótese de que as variações do rácio P/Al resultam da paragénese do mineral, então aquele é passível de ajudar na discriminação entre fontes. No quadro 1 podemos observar como os valores das fontes se encontram bem definidos e distantes, assim como os valores das contas de VNSP e de outros sítios do SW peninsular coincidem com os valores de uma ou outra mina (Figura 2).

Quadro 1 – Valores médios para o quoficiente P/Al atómico das principais fontes e sítios do SW peninsular.

	Pico Centeno	Palazuelo de las Cuevas	Can Tintorer*	VNSP	Matarrubilla	Pijotilla	Perdigões	Anta Grande Zambujeiro
Media P/Al % atómico	1.74	1.24	1.04	1.32	1.27	1.77	1.77	1.21
DesvioPadrão	0.04	0.07	0.16	0.12	0.04	0.03	0.03	0.13
95% superior media	1.75	1.26	0.98	1.35	1.30	1.86	1.79	1.23
95% inferior media	1.72	1.22	1.10	1.29	1.24	1.68	1.75	1.19
N	38	48	29	73	13	3	16	150

* Dados bibliográficos

Existem, porém, valores de VNSP que não coincidem com aqueles de Palazuelo. Alguns parecem corresponder a Pico Centeno e outros ainda, talvez, a Can Tintorer.

A figura 2 elucida ainda como o quoficiente P/Al das contas e pendentes correspondem a três fontes diferentes. Isto indicaria que teriam chegado a VNSP materiais distintos, à semelhança do que ocorre na anta Grande do Zambujeiro (Odriozola et al, 2013).

5. EM JEITO DE CONCLUSÃO: OS COMPONENTES DE ADORNOS DE PEDRA VERDE DE VNSP E O SEU ENQUADRAMENTO.

Partindo para o enquadramento regional, existe efectivamente uma concentração de achados de componentes de adornos de pedra verde na área da Península de Lisboa, quer em povoados quer em necrópoles (Boaventura, 2009; Sousa, 2010). A análise dos elementos de adorno de VNSP e de outros sítios como La Pijotilla, Perdigões anta Grande do Zambujeiro ou *tholos* de Matarrubilla (Figura 3) registam a presença de variscite tanto de Pico Centeno como de Palazuelo de las Cuevas em variadas proporções (Figura 3).

Resulta significativo que Perdigões e a anta Grande do Zambujeiro, distantes entre si apenas 40 km, registem variscites sobretudo de origens distintas. Isso poderá relacionar-se com questões cronológicas e/ou de redes de trocas específicas cuja valoração está ainda em fase de avaliação e aprofundamento.

AGRADECIMENTOS

Os autores reiteram o mais sincero agradecimento ao Museu do Carmo, nomedamente ao Dr. José Arnaud e Dra. Célia Pereira pelas facilidades de acesso à colecção de VNSP. Também se agradece ao MINECO o financiamento da investi-

gação [HAR2012-34620] e ao MICIN pelo Contrato Juan de la Cierva de C.O. Rodrigo Villalobos García agradece à Universidad de Valladolid a bolsa de doutoramento que permitiu a sua participação nesta investigação.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, M.; EDO, M.; GORDO, L.; VILLALBA, M.J. (1978) – Explotación minera neolítica en Can Tintorer. *Pirenae*. 13-14, p. 7-14.

ARNAUD, J.M. (2005) – Vila Nova de São Pedro revisitada. In ARNAUD, J.M.; FERNANDES, C. – *As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 141-164.

ARNAUD, J.M.; GONÇALVES, J.L.M. (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S.Pedro (Azambuja) – balanço de meioséculo de investigações: 1ª parte. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 25-48.

ARRIBAS, A.; GALÁN, E.; MARTÍN-POZAS, J. M.; NICOLAU, J.; SALVADOR, P. (1971) – Estudio mineralógico de la variscita de Palazuelo de las Cuevas, Zamora (España). *Studia Geologica*. 2, p. 115-132.

BLASCO, A.; EDO, M.; FERNÁNDEZ TURIEL, J. L.; GIMENO, D.; PLANA, F.; VILLALBA, M.J. (1992) – Aplicación de técnicas geológicas al estudio de materiales arqueológicos: el ejemplo de las cuentas de variscita catalanas y el complejo minero Neolítico de Can Tintorer (Gavá, Barcelona). *Cuaternario y Geomorfologia*. 6, p. 71-80.

BLASCO, A.; EDO, M.; VILLALBA, M.J. (1990-1991) – Les perles en callaïs du sud de la France proviennent-elles des mines de Can Tintorer ? *Archéologie en Languedoc,* Congrès Hommage au Dr. Jean Arnal. Colloque international (20/09/1990), p. 279-289.

BLASCO, A.; EDO, M.; VILLALBA, M.J. (1995) – Intercambio de bienes de prestigio en Catalunya durante el Neolítico. El desarrollo de la desigualdad social. *Rubricatum,* I Congrés del Neolitic a la Península Ibérica. Gavá-Bellaterra, 1995, p. 549-556.

BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2 vol.

BOSCH, J.; ESTRADA, A.; NAOIN, M. J. (1996) – La minería neolítica en Gavá (Baix Llobregat). *Trabajos de Prehistoria*. 53, p. 59-71.

DOMINGUEZ BELLA, S. (2004) – Variscite, a prestige mineral in theNeolithicEurope. Raw material sources and possibledistributionroutes. *Slovak Geological Magazine*. 10, p. 147-152.

DOMINGUEZ BELLA, S. (2010) – Objetos ornamentales en el Calcolítico del centro de la Península Ibérica. Estudio analítico de las cuentas de collar de los enterramientos prehistóricos del Valle de las higueras (toledo). In DOMINGUEZ BELLA, S.; RAMOS MUÑOZ, J. & PÉREZ RODRÍGUEZ, M. (eds.) *Minerales y rocas en las sociedades de la Prehistoria*. Cádiz: Universidad de Cádiz.

EDO, M.; BLASCO, A.; VILLALBA, M.J. (1990) – Approche de la carte de distribution de la variscite de can Tintorer, Gavà (Catalogne). *Cahiers du Quaternaire*. 17, p. 287-298.

EDO, M.; FERNÁNDEZ TURIEL, J.L.; VILLALBA, M.J.; BLASCO, A. (1998) – La calaíta en el cuadrante NW de la Península Ibérica. *In:* BALBÍN BEHRMANN, R.D.; BUENO RAMÍREZ, P. (eds.) – *II Congreso Ibérico de Arqueología Peninsular, II: Neolítico, Calcolítico y Bronce.*

FERNÁNDEZ TURIEL, J.L.; GIMENO, D.; PLANA, F.; BLASCO, A.; EDO, M.; VILLALBA GORDO, J. (1990) – Estudio de las mineralizaciones fofáticas del complejo minero neolítico de Can Tintorer (Gavá, Barcelona) y comparación con las cuentas procedentes de ajuares arqueológicos. *Boletín de la Sociedad Española de Mineralogía*. 13, p. 86-87.

FORESTIER, F.H.; LASNIER, B.; L'HELGOUACH, J. (1973a) – Découverte de minyulite en échantillons spectaculaires, de wavellite et de variscite dans les phtanites siluriens près de Pannecé (Loire – Atlantique). *Bulletinde la Société Minéralogique de Cristallographie*. 96, p. 67-71.

FORESTIER, F.H., LASNIER, B.; L'HELGOUACH, J. (1973b) – À propos de la "callaïs", découverte d'un gisement de variscite à Pannecé (Loire-Atlantique), analyse de quelques "perles vertes" néolithiques. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 70, p. 173-180.

GONÇALVES, A.A.H. (1979) – Elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas. Importância do seuestudo mineralógico. En *Actas da 1ª mesa-redonda sobre o Neolítico e o Calcolíticoem Portugal* (pp. 209-226). Porto: Faculdade de Ciências do Porto.

GONÇALVES, V.S. (1993) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. In GONÇALVES, V.(ed.) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1. p. 230-232.

HERBAULT, F.; QUERRÉ, G. (2004) – La parure néolithique en variscite dans le sud de l'Armorique. *Bulletin de la Société préhistorique française*. 101, p. 497-520.

HURTADO, V.; AMORES, F. (1982) – Relaciones culturales entre el Sudeste francés y La Pijotilla (Badajoz) en el Calcolítico: las pastillas repujadas y el campaniforme cordado. *Habis*. 13, p. 189-209.

JALHAY, E. (1943) – O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e suasrelaçõescom o Norte Africano e o Mediterrâneo oriental. In *Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências, 7ª Secção – Ciências Históricas e Filosóficas*. Porto, 4, p. 107-117.

JALHAY, E.; PAÇO, A. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. Notas sobre a 3ª, 4ª e 5ª campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1041. *Brotéria*, Lisboa, 34: 6, p. 635-663.

JALHAY, E.; PAÇO, A. (1945) – El castro de Vila Nova de S. Pedro. In *Actas y memórias de la Sociedad Española de Antropologia: Etnografia y Prehistoria*. Madrid, 20.

LARSEN, E.S. (1942) – The mineralogy and paragenesis of the variscite nodules from Near Fairfield, Utah part 1. *American Mineralogist*. 27, p. 281-300.

MARINI, C.; GIMENO, D.; SISTU, G. (1989) – Le mineralizzazioni a variscite del Sarrabus. *Bol. Soc. Geol. It.*. 108, p. 357-367.

MEIRELES, C.; FERREIRA, N.; LOURDES REIS, M. (1987) – Variscite occurrences in Silurian Formations from Northern Portugal. *Comun. Serv. Geol. Portugal*. 73, p. 21-27.

MORO, M.C.; CEMBRANOS PÉREZ, M.L.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (1995) – Estudio mineralógico de las variscitas y turquesas silúricas de Punta Corveiro (Pontevedra, España). *Geogaceta*. 18, p. 176-179.

NOCETE, F.; LINARES, J.A. (1999) – Las primeras sociedades mineras en Huelva. In *Historia de la provincia de Huelva*. Alosno.

ODRIOZOLA, C. P.; GARCÍA SANJUÁN, L. (2012) – Las cuentas de collar de piedra verde de Matarrubilla (Valencina de la Concepción, Sevilla). *In:* GARCÍA SANJUÁN, L.; VARGAS JIMÉNEZ, J. M.; HURTADO PÉREZ, V.; RUÍZ MORENO, T.; CRUZ-AUÑÓN BRIONES, R. (eds.) – *El asentamiento prehistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla). Investigación y tutela en el 150 aniversario del descubrimiento de la Pastora*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

ODRIOZOLA, C.P.; HURTADO, V.; DIAS, M.I.; VALERA, A.C. (2008) – Produção e consumo de campaniformes no Vale do Guadiana :uma perspectiva ibérica. *Apontamentos de Arqueologia e Património* [Emlinha]. 3, p. 45-52 [Consult. 13 de Jan. de 2010]. Disponívelem WWW: <URL:http://www.nia-era.org>.

ODRIOZOLA, C.P.; LINARES-CATELA, J.A.; HURTADO-PEREZ, V. (2010a) – Perdigões' greenbeadsprovenance-analysis. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 6, p. 47-51 (www.nia-era.org).

ODRIOZOLA, C.P.; LINARES CATELA, J.A.; HURTADO, V. (2010b) – Variscite Source and Source Analysis: Testing Assumptions at Pico Centeno (Encinasola, Spain). *Journal of Archaeological Science*. 37, p. 3146-3157.

ODRIOZOLA, C.P.; MATALOTO, R.; MORENO-GARCÍA, J.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. (2013) – Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el sw peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudos Arqueologicos de Oeiras*. 19, p. 125-142.

PAÇO, A. (1959) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. *Ampurias*. Barcelona, 21.

PAÇO, A. (1960) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. *Zephyrus*. Salamanca, 11: 1-2, p. 105-117.

POLVORINOS, Á.; HURTADO, V.; HERNÁNDEZ, M.J.; ALMARZA, F.J. (2002) – Caracterización mineralógica del ajuar del enterramiento calcolítico (Tumba 3) de La Pijotilla (Badajoz). In *IV Congreso Nacional de Arqueometría, 2002*. Valencia. Universidad de Valencia, p. 315-321.

QUERRÉ, G. HERBAULT, F.; CALLIGARO, T. (2007) – Long distance transport of Neolithic variscite ornaments along the European Atlantic arc demonstrated by PIXE analysis. In Proceedings of the XI International Conference on PIXE and its Analytical Applications Puebla, Mexico, May 25-29, 2007. UNAM, p. 381-384.

QUERRÉ, G.; HERBAULT, F.; CALLIGARO, T. (2008) – Transport of Neolithic variscites demonstrated by PIXE analysis. *X-Ray Spectrometry*. 37, p. 116-120.

RAMOS MUÑOZ, J.; GILES PACHECO, F. (eds.) (1996) – *El Dolmen de Alberite (Villamartín). Aportaciones a las formas económicas y sociales de las comunidades Neolíticas en el Noroeste de Cádiz*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz.

SOUSA, A.C. (2010) *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de doutoramentoapresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada por Victor S. Gonçalves. 2 vol.

VALERA, A.C.; LAGO, M.; EVANGELISTA, L.S. (2002) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar do contexto das prácticas funerárias Calcolíticas no Alentejo. *ERA-Arqueologia*, 4.

VILLALBA, M.J. (2002) – Le gîte de variscite de Can Tintorer: production, transformation et circulation du minéral vert. In GUILAINE, J. (ed.) – *Matériaux, productions, circulations du Neolithique à l'Age du Bronze. Séminaire du Collège du France*. Paris: Errance.

WEIGAND, P.C.; HARBOTTLE, G.; SAYRE, E. V. (1977) – Turquoise source and source analysis: Mesoamerica and the Southwestern U.S.A. *Exchange Systems in Prehistory*. New York: Academic Press.

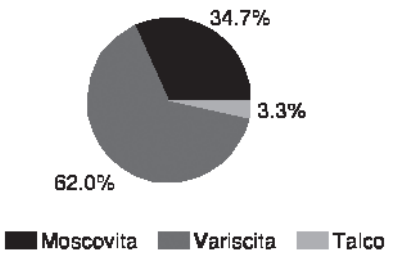


Figura 1 – Percentagem de minerais identificados (N=121; 20 peças não identificadas).

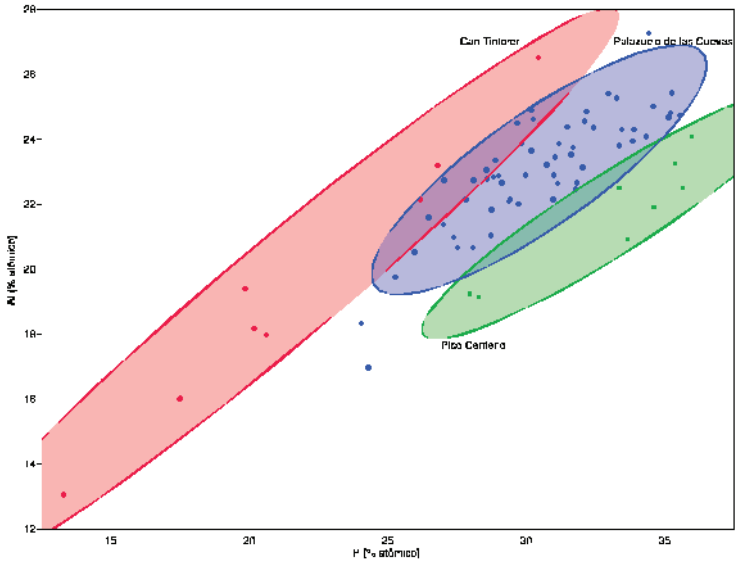


Figura 2 – Composições das contas variscite de VNSP. Elipses de confiança a 90% para os rácios P/Al atómicos de cada fonte.

Figura 3 – Principais sítios mencionados no texto.

ESTUDO DAS EVIDÊNCIAS DE PRODUÇÃO METALÚRGICA NO OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA)

Filipa Pereira[1,2*] / Maria João Furtado[1,2] / António M. Monge Soares / Maria Fátima Araújo[2] / Rui J.C. Silva[1] / João Luís Cardoso[3]

1. CENIMAT/I3N, Departamento de Ciências dos Materiais, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2829-516 Monte de Caparica, Portugal;

2. Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Estrada Nacional 10, ao km 139,7, 2695-066 Bobadela LRS, Portugal;

3. Universidade Aberta, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras),Rua Silva Porto, 16, Funchalinho, 2825-834 Trafaria, Portugal.

* Autor Correspondente: fpsp@campus.fct.unl.pt; fpereira@ctn.ist.utl.pt; filipa.peralta@gmail.com (tel.: +351 212 948 562; fax: +351 212 948 558)

RESUMO

O Outeiro Redondo (Sesimbra) é um sítio arqueológico importante da Estremadura Portuguesa, predominantemente ocupado durante o Calcolítico Pleno/Final (segunda metade do III Milénio a.C.). Este estudo foca-se na caracterização elementar e microestrutural de 12 artefactos em liga de cobre e de um fragmento de cadinho provenientes deste sítio, contribuindo assim para o conhecimento da metalurgia primitiva naquela região. A metodologia aplicada consistiu em espectrometria de fluorescência de raios-X dispersiva de energias, microscopia óptica, microscopia electrónica de varrimento com microanálise de raios-X e microdureza Vickers. O arsénio está presente em todos os fragmentos metálicos, quer como impureza (<2 wt%), quer como elemento de liga (>2 wt%), os quais apresentam constituintes microestruturais característicos de diversos processos termomecânicos. O cadinho mostra evidências de uso em operações metalúrgicas de redução de minérios.

ABSTRACT

The pre-historic settlement of Outeiro Redondo located near Sesimbra is an important archaeological site of the Portuguese Estremadura region, predominantly occupied during the Full/Late Chalcolithic period (second half of the 3rd millennium B.C.). The present study focuses on the elemental and microstructural characterization of a group of 12 copper-based artefacts and a crucible fragment recovered from this settlement, contributing to the understanding of the Chalcolithic metallurgy in this geographic area. The applied methodology consisted of energy dispersive X-ray fluorescence spectrometry, optical microscopy, scanning electron microscopy with energy dispersive spectrometry and Vickers microhardness. Arsenic is present in all the metallic fragments, – whether as impurity (<2 wt%), or as an alloying element (>2 wt%) – which exhibit microstructural features characteristic of several thermomechanical processes. The crucible shows evidence of use in metallurgical operations, namely smelting.

1. INTRODUÇÃO

O povoado fortificado do Outeiro Redondo (OR) localiza-se próximo da vila de Sesimbra, sede do concelho do mesmo nome. Situa-se na região da Estremadura Portuguesa, e por ser um povoado com ocupação calcolítica, da segunda metade do III Milénio a.C. (Cardoso, 2010; Cardoso, Soares e Martins, 2010/11), torna-se importante no estudo da metalurgia deste período, tal como outros grandes povoados (Vila Nova de S. Pedro, Leceia, Zambujal) também com evidências de produção de

metal nesta região (Müller e Soares, 2008; Soares e Cabral, 1993; Soares & *alii*, 1996) (Figura 1).
Das escavações arqueológicas efectuadas no OR foi recuperada uma diversificada colecção metalúrgica, consistindo num fragmento de cadinho com vestígios de uso e em doze fragmentos de artefactos metálicos, que se agrupam em várias tipologias, embora maioritariamente utensílios como anzóis, serras, uma espátula e um punção (Cardoso, 2010).
O uso intencional ou não de arsénio para fabricar uma liga mais dura (Rovira, 2004), assim como a eventual relação entre tipologia e conteúdo em arsénio (Müller e Soares, 2008, Müller e Pernicka, 2009; Pereira & *alii*, 2013) são questões em que o estudo deste tipo de colecção pode ser útil e assim contribuir para a caracterização da produção metalúrgica durante o Calcolítico nesta área.

2. COLECÇÃO METÁLICA

Dos 12 artefactos do conjunto (Figura 2), apenas 2 parecem estar completos (um punção e um anzol, OR02 e OR05, respectivamente). As tipologias reconhecíveis são maioritariamente de cariz utilitário (serras, anzóis, punção, espátula). Para além dos artefactos metálicos, no conjunto consta também um fragmento de cadinho (Figura 2).

3. METODOLOGIA

Amostraram-se por corte os fragmentos dos artefactos metálicos com tipologia determinada, montando-se de seguida em resina epóxida (5 casos), ou efectuou-se a remoção superficial da camada de produtos de corrosão numa pequena área, no caso de artefactos inteiros ou indeterminados (7 casos). Quanto ao fragmento de cadinho, foi amostrada uma zona com escória aderente tendo-se montado a amostra também em resina. Em todos os casos, o polimento final foi dado com pasta de diamante de 1/4 μm de granulometria. Todos os artefactos foram inicialmente analisados por espectrometria de fluorescência de raios-X dispersiva de energias (EDXRF). Os artefactos metálicos, depois de polidos nas áreas amostradas, foram ainda analisados por micro-espectrometria de fluorescência de raios-X dispersiva de energias (micro-EDXRF) para a determinação da composição elementar e depois observados no microscópio óptico (OM) para a caracterização da sua microestrutura, com observações em campo claro (BF), campo escuro (DF) e sob luz polarizada (PL). As áreas polidas foram contrastadas com uma solução de cloreto férrico (e observadas em BF). Sete amostras foram também analisadas por microscopia electrónica de varrimento acoplada a microanálise de raios-X (SEM-EDS). As medidas de microdureza Vickers foram efectuadas aplicando uma força de 0,2 Kgf (HV0,2) durante 10 s num equipamento Zwick-Roell Indentec ZHVμ. Os pormenores relativos à preparação de amostras, bem como aos equipamentos, técnicas e procedimentos analíticos foram anteriormente descritos (Figueiredo & *alii*, 2007; Pereira & *alii*, 2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Composição de liga

Quanto ao cadinho, verificou-se por EDXRF que o bordo interior era o mais rico em cobre e arsénio (em ambas as faces do cadinho foram também detectados outros elementos como Fe, Ca, Rb e Sr, constituintes da argila em que foi manufacturado). Os resultados obtidos por micro-EDXRF indicam que os artefactos metálicos são de cobre com arsénio (entre 0,82 wt.% e 4,61 wt.%). O arsénio pode ser considerado como elemento de liga acima dos 2 wt.%, o que acontece claramente para 4 dos artefactos, podendo ser uma impureza nos restantes. O teor em ferro foi sempre inferior ao limite de quantificação (< 0,05 wt.%), com excepção no artefacto OR11, este com 0,09 wt.% Fe (Figura 3).
As serras são o tipo de utensílio em que existe maior variabilidade nos teores de arsénio: de 0,8 a 4,6 wt.%, enquanto os anzóis têm uma composição mais regular: ~2,65 (±0,21) wt.% As. Os 2 restantes artefactos com tipologia definida (um punção e uma espátula), têm teores de arsénio que se aproximam dos 2 wt.%.

4.2. Caracterização Microestrutural

As principais características microestruturais destes artefactos são as maclas de recozimento e as bandas de segregação (Figura 4, esquerda), indicando que foram sujeitos a ciclos termomecânicos de martelagem e recozimento. Em cinco artefactos (uma serra, um punção, uma espátula e dois indeterminados) foram ainda observadas bandas de deformação (Figura 4, direita), o que reflecte a aplicação de um tratamento final de forjagem (i.e., acabamentos sem posterior recozimento). Apenas o artefacto OR09,

de tipologia indeterminada, e cujo teor de As é inferior a 1 wt.%, apresenta uma microestrutura que evidencia ser de um material vazado, sem processamentos adicionais (Figura 4).

Em duas serras (OR07 e OR10) e um anzol (OR14), com teores de arsénio entre 1,0 e 2,5 wt.%, foram observados claros alinhamentos de inclusões vermelhas (sob iluminação DF ou PL). Estas foram identificadas por SEM-EDS como óxido cuproso (Cu_2O), decorrente de uma decomposição eutética em sistemas Cu-O. Este eutético aparece como uma rede interdendrítica de inclusões de óxidos na matriz de α-Cu (Figura 5). O trabalho mecânico (como a forjagem) contribui para fragmentar essas inclusões e dispersá-las na matriz (Figura 5).

Embora em artefactos com teores de arsénio mais elevados se observe geralmente uma diminuição ou total ausência dos óxidos de cobre devido às propriedades desoxidantes do arsénio (Hook & *alii*, 1991), nos 3 casos mencionados o teor de arsénio e/ou o trabalho mecânico não foram suficientes para, respectivamente, reduzir ou dispersar significativamente essas inclusões.
Foi observada a presença de uma fase azul-acinzentada ao longo dos limites de grão α-Cu (sob iluminação BF, DF e PL no OM). Esta fase foi identificada por SEM-EDS como Cu_3As (γ) (Figura 6). A sua formação é atribuída a um fenómeno da segregação inversa, muito comum nos cobres arsenicais (Craddock, 1995) (Figura 6).

Os fragmentos de cadinho observados por OM e SEM-EDS foram caracterizados como apresentando uma matriz de silicatos. A escória aderente continha nódulos metálicos de Cu+As, para além de óxidos e carbonatos de cobre. Estes vestígios indiciam que este cadinho poderá ter sido usado num processo de redução, para extracção do cobre do minério.

4.3. Medidas de microdureza Vickers (HV)

Contrapondo os teores de arsénio com os valores de microdureza obtidas (Figura 7), verifica-se que há uma tendência para um aumento da dureza com o teor de arsénio na liga, porém outros factores têm que ser tomados em conta, como o efeito do trabalho termomecânico na microestrutura. Os valores de microdureza medidos nas zonas mais centrais foram, na sua maioria, inferiores aos obtidos nas zonas periféricas e/ou de gume, estas últimas com maior trabalho mecânico e um consequente aumento de dureza. O artefacto OR08, apesar de apresentar maior teor em As, provavelmente terá sido sujeito a menor trabalho termomecânico, pelo que não reflete essa tendência (Figura 7).

5. CONCLUSÕES

A colecção do OR apresenta uma liga com grande variabilidade nos teores de arsénio presentes na liga (0,8 wt.% < As < 4,2 wt.%). O reduzido número de artefactos com tipologia identificada não permite observar alguma tendência na utilização da liga de cobre com arsénio (As > 2 wt.%). No entanto observa-se uma tendência da utilização de ligas de cobre com arsénio e os tratamentos termomecânicos efectuados: os artefactos com uma forjagem final apresentam teores de As > 2 wt.%, o que indicia uma intenção em aproveitar a maior capacidade de endurecimento destas ligas por deformação plástica, especialmente nas zonas de gume (verificado pela sua maior dureza). Esta observação está em concordância com os resultados obtidos para os artefactos de Vila Nova de São Pedro, Azambuja (Pereira & *alii,* 2013).
Outros constituintes microestruturais, como as segregações típicas do sistema Cu-As (fase γ, mais rica em As), e a presença de inclusões de óxidos de cobre (Cu_2O), mais ou menos dispersos na matriz metálica, são traços comuns aos artefactos destas povoações.
Estes resultados sugerem que, apesar do aparente domínio dos processos termomecânicos no fabrico destes artefactos, não havia ainda um aproveitamento claro e controlado do efeito do teor de As na optimização das propriedades destas ligas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi efectuado no âmbito do projecto Metalurgia Primitiva no Território Português – EarlyMetal (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). O CENIMAT/I3N agradece à FCT o financiamento através do Projecto Estratégico – LA 25 – 2013-2014 (PEst-C/CTM/LA0025/2013). A primeira autora agradece também a bolsa de doutoramento (SFRH/BD/78107/2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, João Luís (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das escavações efectuadas em 2005, In GONÇALVES, Victor; SOUSA, Ana Catarina, eds. – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o quarto e o terceiro milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 97-129.

CARDOSO, João Luís, SOARES, António M.M., MARTINS, José M.M. (2010/2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 18, pp. 553-78.

CRADDOCK, Paul T. (1995) – *Early metal mining and production*. Cambridge: University Press, pp. 284-292.

FIGUEIREDO, Elin, VALÉRIO, Pedro, ARAÚJO, Maria Fátima & SENNA-MARTINEZ, João Carlos (2007) – Micro-EDXRF surface analysis of a bronze spear head: Lead content in metal and corrosion layers. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research A*. 580, pp. 725-727.

MÜLLER, Roland, SOARES, António M.M. (2008) – Traces of Early Copper Production at the Chalcolithic Fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, pp. 94-114.

MÜLLER, Roland, PERNICKA, Ernst (2009) – Chemical analyses in archaeometallurgy: a view on the Iberian Peninsula. In KIENLIN, Tobias L.; ROBERTS, Ben, eds. – *Metals and Society: Studies in honour of Barbara S. Ottaway*. Bonn: Verlag Dr. Rudolf Habelt GMBH, pp. 296-306.

PEREIRA, Filipa, SILVA, Rui J.C., SOARES, António M.M., ARAÚJO, Maria Fátima (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts: insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 2045-2056.

SOARES, António M.M., CABRAL, João M.P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. In *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33: 3-4, p. 217-235.

SOARES, António M.M., ARAÚJO, Maria Fátima, ALVES, Luís, FERRAZ, M. T. (1996) – Vestígios metalúrgicos em contextos calcolíticos e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 553-579.

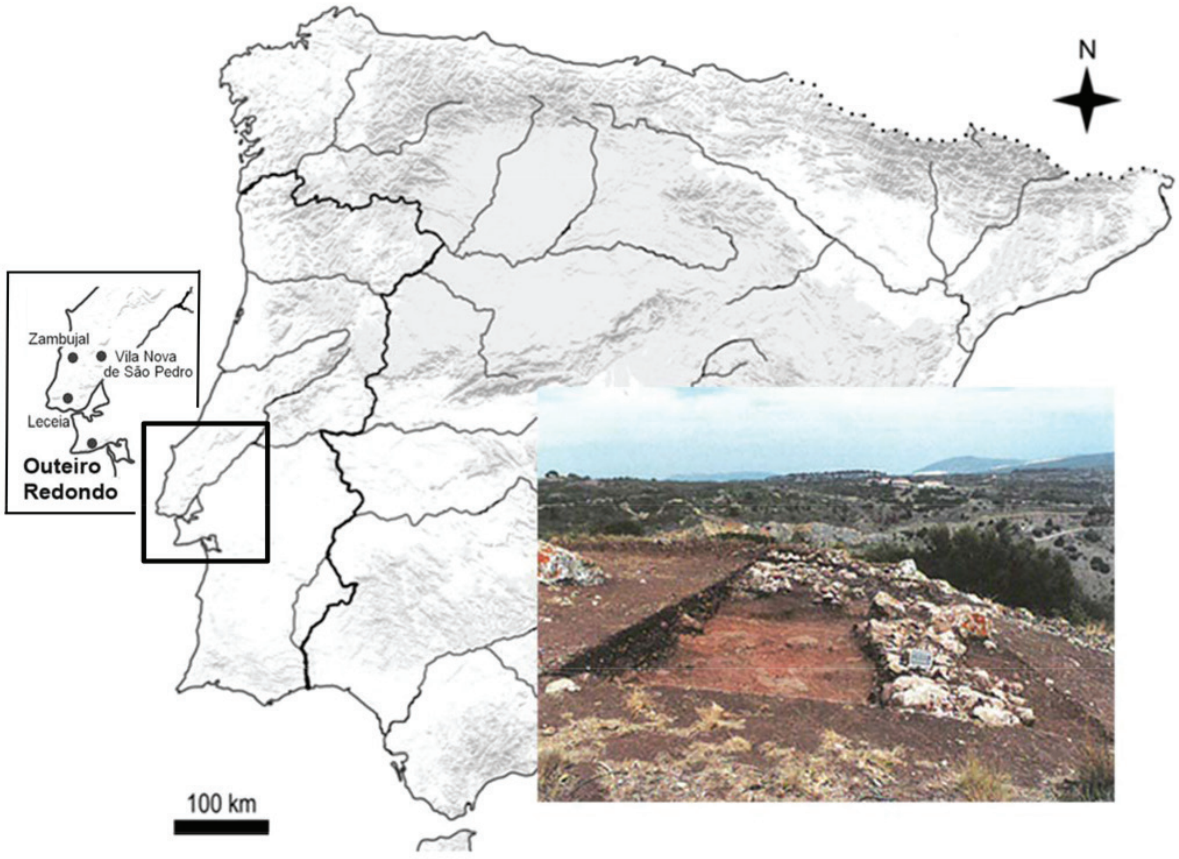


Figura 1 – Localização dos povoados pré-históricos do Outeiro Redondo (Sesimbra), Vila Nova de São Pedro (Azambuja), Leceia (Oeiras) e Zambujal (Torres Vedras). Vista geral do Outeiro Redondo.

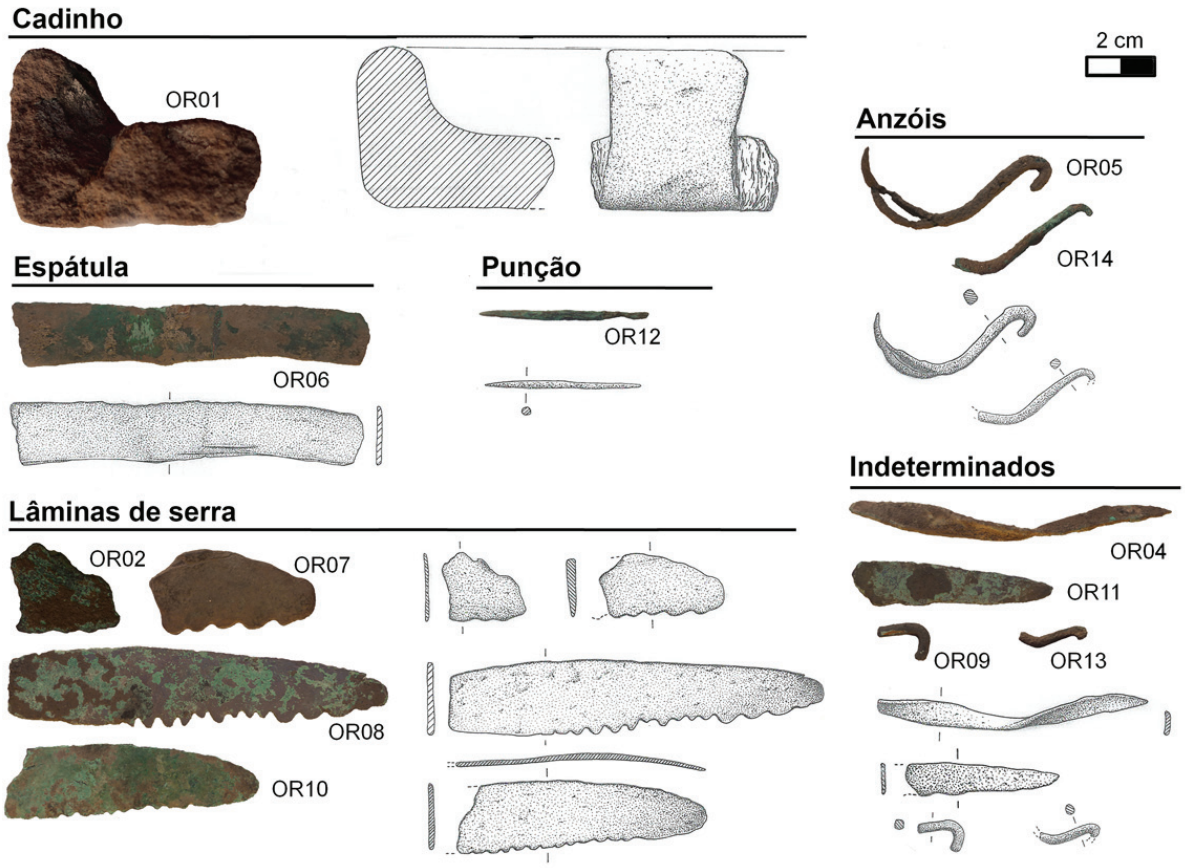


Figura 2 – Conjunto de artefactos recolhidos no povoado do Outeiro Redondo.

Tipologia	Refª do artefacto	Teores Elementares (wt.%)			Zonamento	Fases presentes	Inclusões Cu-O	Microdurezas HV2,0		Sequência Operacional
		Cu	As	Fe				Centro	Periferia/Gume	
Serras	OR02*	99,2	0,8	<0,05	P	α	P	45	67	V+(F+R)
	OR07*	98,3	1,9	<0,05	P	α	P↑	99	111	V+(F+R)
	OR08	95,4	4,6	<0,05	P	α; γ-As	P	87	100	V+(F+R)+FF
	OR10*	98,7	1,0	<0,05	P	α	P↑	98	109	V+(F+R)
Espátula	OR06*	98,3	1,7	<0,05 <0,05	P	α	P	93	109	V+(F+R)
Punção	OR12	97,8	2,1	<0,05 <0,05	P	α	-	-	-	V+(F+R)+FF
Anzóis	OR05	96,5	2,8	<0,05 <0,05	P	α	-	-	-	V+(F+R)
	OR14*	97,5	2,5	<0,05	P	α	P↑	114	128	V+(F+R)+FF
Indeterminados	OR04	97,4	2,6	<0,05 <0,05	P	α	P	-	-	V+(F+R)+FF
	OR09	99,2	0,8	<0,05	-	α; γ-As?	-	-	-	V?
	OR11	98,1	1,9	0,09	P	α	-	-	-	V+(F+R)+FF
	OR13	98,6	1,4	<0,05	P	α	P	-	-	V+(F+R)

Figura 3 – Tabela de composições elementares e características microestruturais dos artefactos do OR. (P: Presente; V: Vazamento; F: Forjagem; R: Recozimento; FF: Forjagem Final; ↑: grande quantidade). Microdurezas Vickers: HV0,2; 10 s. *amostras de artefactos montadas em resina.

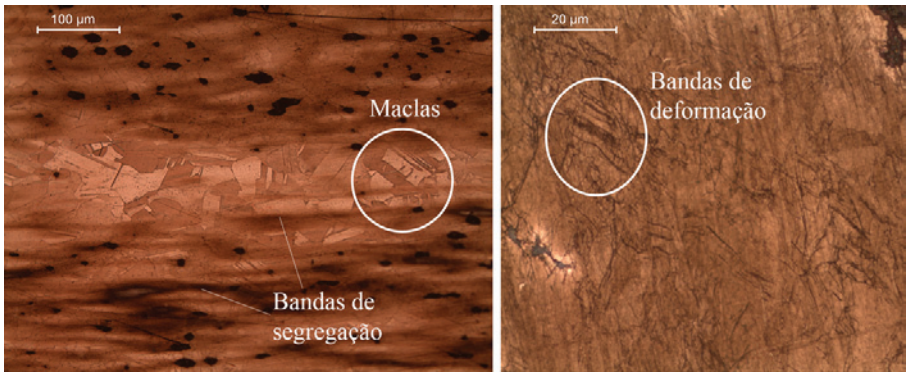


Figura 4 – Microestruturas em OM-BF (contrastadas) dos artefactos OR10 (com zonamento e maclas de recozimento) e OR14 (com bandas de deformação).

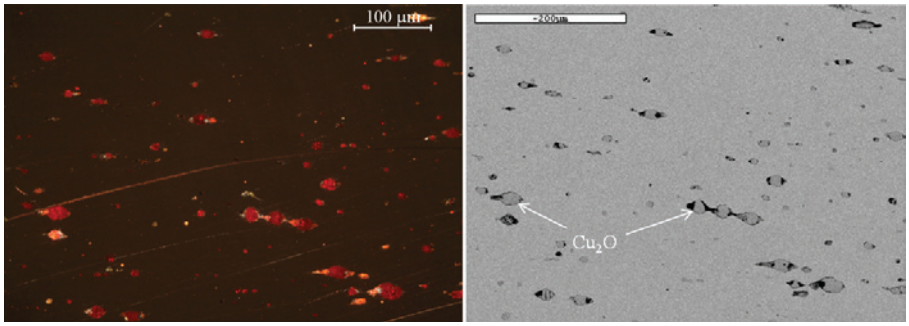


Figura 5 – Microestrutura em OM-PL e SEM-BSE do artefacto OR10 em que são visíveis as inclusões de óxidos de cobre.

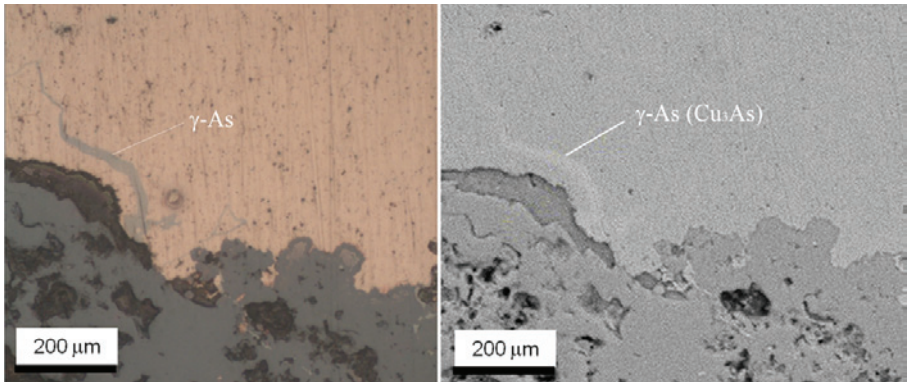


Figura 6 – Microestrutura em OM-BF e SEM-BSE do artefacto OR08 (zona do dente) em que é visível a fase rica em As.

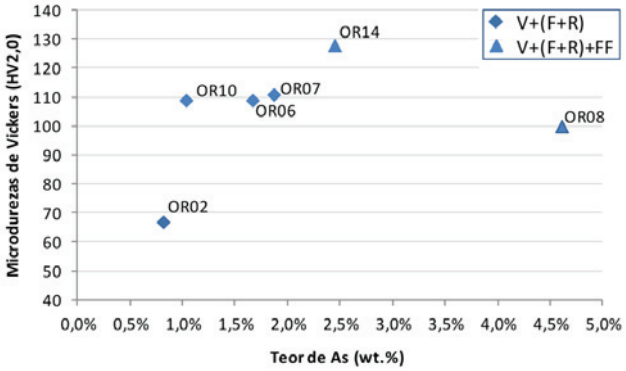


Figura 7 – Teores de As e medidas de microdureza (máximas, nos gumes/periferia) dos artefactos do OR.

CASAL CORDEIRO 5 E O POVOAMENTO (COM) CAMPANIFORME NA ÁREA DA RIBEIRA DE CHELEIROS

Ana Catarina Sousa / UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / sousa@campus.ul.pt

RESUMO

Apesar da Península de Lisboa apresentar uma grande abundância de sítios de habitat com campaniforme, são escassos os dados de escavação, reportando-se essencialmente aos povoados fortificados. Na área da Ribeira de Cheleiros (Mafra, Sintra), na última década foram identificados e escavados novos habitats.

Casal Cordeiro 5, com uma vasta área de escavação (272 m²) apresenta-se como caso de estudo. Trata-se de um sítio aberto, com uma ampla área de dispersão de materiais, conservando-se ainda 3 núcleos correspondendo a 3 cabanas. O modelo de ocupação e a cultura material permitem avançar para uma proposta de transição para o Calcolítico final, no 3º quartel do 3º milénio. Destaca-se a coexistência de cerâmica com decoração folha de acácia e campaniforme.

ABSTRACT

Despite the fact that the Lisbon Peninsula presents a great abundance of settlements with Bell Beakers, we have scarce information regarding excavated habitats, referring mainly to fortified settlements. In the area of Ribeira de Cheleiros (Mafra, Sintra), during the last decade new habitats have been identified and excavated.

Casal Cordeiro 5, with a wide excavation area (272 m2) is presented here as a case study. It is an open site with a wide dispersion of materials, with preserved nuclea corresponding to three huts. The occupation model and the material culture allows us to place it within the transition period of the late Chalcolithic in the 3rd quarter of the 3rd millennium. The coexistence of acacia leaf decorated ceramics and Bell Beakers is highlighted.

1. CONTEXTOS DE INVESTIGAÇÃO

A antiguidade e a elevada frequência das cerâmicas campaniformes na Península de Lisboa tem sido amplamente referida na bibliografia arqueológica, nomeadamente nos modelos interpretativos da génese e difusão das cerâmicas campaniformes (Soares e Cardoso, 1990-1992; Salanova, 2003).

Apesar da profusão de ocorrências na Península de Lisboa, em necrópole ou em povoado, escasseiam os dados contextuais com registo rigoroso.

A maior parte das necrópoles foi objecto de trabalhos arqueológicos antigos dificultando a integração contextual. Quanto aos habitats, encontramos um panorama com enormes limitações interpretativas.

No que se refere aos povoados fortificados, a maior parte dos conjuntos campaniformes foi recolhido sem contextualização estratigráfica. Os dados resultantes das escavações mais recentes evidenciam a grande complexidade estratigráfica derivada da dinâmica construtiva das fortificações, como foi evidenciado por M. Kunst para Zambujal (Kunst, 1975, 1996), existindo propostas muito diferentes para a cronologia das cerâmicas campaniformes e sua integração na história dos povoados (vide Cardoso, 1997-98; Gonçalves e Sousa, 2006 e Kunst, 2001).

Apesar de há muito estarem identificadas numerosas ocorrências de prováveis povoados abertos, com abundantes recolhas de superfície, ainda não foi efectuado qualquer plano de investigação estruturado. Esta situação poderá ainda ser explicada pelo presumido reduzido potencial de conservação dos níveis arqueológicos destes sítios arqueológicos, existindo elevada probabilidade de alterações pós deposicionais, atendendo ao forte impacto antrópico que se regista nesta região e à tipologia de implantação destes sítios, frequentemente em área aberta, com uso agrícola (Figura 1).

Este contexto de investigação encontrava-se também evidenciado na área da Ribeira de Cheleiros, bacia hidrográfica que compreende parte do concelho de Mafra e Sintra (Sousa, 1998).
Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no século 21 permitiram a identificação de oito novos habitats com campaniforme e a escavação de sete sítios com campaniforme.
Deste conjunto de novos sítios escavados, encontramos situações muito distintas.
1. **Penedo do Lexim**, povoado fortificado com presença residual de cerâmica campaniforme: em seis campanhas de escavação e cerca de 11330 fragmentos classificáveis (num universo de 113407 fragmentos), apenas foram recolhidos 2 fragmentos de cerâmica campaniforme.
2. Conjunto de sítios abertos em Mafra, escavados em contexto de arqueologia preventiva da A21 (**Cabecinho da Capitôa 2, Sopé do Cabecinho da Capitôa, Pinhal da Quinta do Mato Grande; Cabeço de Palheiros 2**) que apresentam uma ocupação unifásica, presumivelmente do Calcolítico final. Apesar destes sítios não apresentarem estratigrafias conservadas, a leitura destes conjuntos reveste-se de uma particular importância para o estudo comparativo da cerâmica campaniforme com a cerâmica lisa e com a indústria lítica.
3. **Lapias das Lameiras** sito em Sintra, escavado em contexto de arqueologia preventiva entre 2002 e 2005. (informação pessoal de Teresa Simões).
4. **Casal Cordeiro 5**.

2. CASAL CORDEIRO 5: UM POVOADO EXEMPLAR ?

2.1. Historial

A história da identificação de Casal Cordeiro 5 é reveladora da complexidade em mapear o povoamento neolítico e calcolítico na área da Península de Lisboa e da dificuldade de efectuar uma avaliação sustentada apenas com dados de superfície e sondagens isoladas.
A primeira referência a Casal Cordeiro encontra-se publicada na Carta Arqueológica de Mafra, referindo-se a achado isolado de um machado de pedra polida. Em 2001 foram identificados em prospecção, vestígios de uma ocupação romana nesta área (Diogo e Costa, 2002).
Posteriormente, no âmbito da planificação da A21 (Malveira-Mafra-Ericeira), em 2004 e 2005 foram aqui efectuadas várias sondagens manuais e mecânicas (480 m^2), não tendo sido detectados quaisquer vestígios arqueológicos (Sousa e Sousa, 2005).
Esta imagem viria a ser alterada em 2006 durante a fase de acompanhamento de obra , sendo então identificados contextos pré-históricos em corte. Procedeu-se à escavação integral da área, tendo os trabalhos decorrido entre 1 de Março e 27 de Junho de 2006, num total de 50 dias de trabalho de campo (Sousa, 2006, 2008, 2010 e Miranda, 2006). Os trabalhos foram promovidos pela empresa Mafratlântico EM e Câmara Municipal de Mafra, sob a direcção da signatária e co-direcção de Marta Miranda.

2.1. Localização e implantação

Casal Cordeiro 5 localiza-se no lugar epónimo, freguesia da Ericeira, concelho de Mafra (Coordenadas UTM 29SMD 465116E 4313040N).
Implantado numa área muito próxima do Atlântico (cerca de 1 km), Casal Cordeiro 5 apresenta contacto visual directo com o mar. Implanta-se no interflúvio de pequenas linhas de água subsidiárias da Ribeira da Baleia (altimetria de 104 m), numa área aberta mas sobreelevada.
A escavação arqueológica e os trabalhos de acompanhamento permitiram a identificação de linhas de água subterrâneas, com inúmeros seixos e sedimento de coloração cinzenta escura, o que parece indicar a presença de uma área de drenagem escassa onde houve acumulação e decomposição de matéria orgânica, verificando-se um processo de óxido-redução, de uma área quase lacustre. A própria observação do terreno parece indicar a presença de uma pequena depressão que fomentaria esta situação.
A geologia do local é calcária, localizando-se sobre calcários margosos com *Placenticeras* do Cenomaniano.

2.3. Contextos e estratigrafia

Apesar de, genericamente podermos considerar que o estado de conservação genericamente, dos níveis arqueológicos detectados em Casal Cordeiro 5 é bastante bom, várias condicionantes perturbaram os contextos arqueológicos.
Toda a área terá sido profundamente afectada pelos trabalhos agrícolas, em graus diferenciados, uma vez que a camada superficial é consideravelmente mais espessa em alguns pontos. Por outro lado, a vertente Oeste é cruzada por várias linhas de água que terão potenciado o arrastamento de materiais por toda a vertente.

Esta destruição "agrícola" e "fluvial" explica o grau de arrastamento dos materiais e a dispersão em cinco núcleos de recolha, designados de Casal Cordeiro 1 a 5. Apenas o núcleo Casal Cordeiro 5 pode efectivamente ser designado como «sítio» (CNS 25788).
A intervenção em Casal Cordeiro 5 abrangeu uma área total de 272 m², onde se regista a presença de três núcleos preservados separados por áreas sem quaisquer evidências arqueológicas, correspondendo aos Sectores 1, 2, 3 (Figura 2).

Sector 1 (10 x 5 m)
Apresentava uma potência estratigráfica superior a 2 m, correspondendo à área com melhor preservação, tendo sido identificado um conjunto de estruturas e de camadas de ocupação genericamente integráveis no Calcolítico pleno/final.
O sector 1 evidencia uma estratigrafia aparentemente monofásica, com uma espessa camada superficial (U.E. 1) que cobre um nível de ocupação (U.E. 2), pacote sedimentar que integra várias estruturas. A área encontra-se marcada pela presença de uma estrutura habitacional pétrea de forma semi-circular e muro em pedra seca que integra vários elementos construtivos pétreos, nomeadamente um pavimento interno em seixos (U.E. 5, 6) e solos de ocupação (U.E. 3, 4). A esta cabana poderão estar associadas outras estruturas nomeadamente uma estrutura pétrea (U.E. 14) e uma área de combustão (U.E. 17) na área interior. As estruturas assentam directamente sobre o substrato geológico (U.E. 7, 11) (Figuras 3, 4 e 5).

Sector 2 (4 x 6 m)
Este sector evidencia uma potência estratigráfica de 2,5 m. Regista-se a presença de um nível de abandono e uma estrutura pétrea, com inferior densidade de materiais arqueológicos.
A sequência estratigráfica apresenta apenas uma fase de ocupação, com uma camada superficial cobrindo um nível de ocupação / abandono (U.E. 8). A estrutura identificada apresentava-se muito afectada pelos níveis friáveis.

Sector 3 (3 x 4 m)
Potência estratigráfica de 1,5 m.
O sector 3 apresenta também uma sequência linear de deposição de uma espessa camada superficial (U.E. 1), camada de ocupação (U.E. 2) embalando uma estrutura habitacional tipo cabana (U.E. 18). Localiza-se sensivelmente entre o sector 1 e 2 e também apresenta uma estrutura pétrea, muito destruída e com uma forma semi-circular. Foi muito afectada por perturbações pós-deposicionais (Figuras 6 e 7).

2.4. Materiais arqueológicos

Quadro 2 – Materiais arqueológicos de Casal Cordeiro 5.

	Pedra Lascada		Pedra Polida		Pedra Afeiçoada		Osso Polido		Cerâmica		Metalurgia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sector 1	49	38	3	30	5	50			3582	70,5	3	42,9	3642	69,5
Sector 2	5	3,9	1	10	1	10			444	8,7	0	0,0	451	8,6
Sector 3	4	3,1	0	0	0	0			610	12,0	0	0,0	614	11,7
Acompanhamento	81	55	6	60	4	40	1	100%	448	8,8	4	57,1	533	10,2
Total	**138**	**100**	**10**	**100**	**10**	**100**	**1**	**100%**	**5084**	**100**	**7**	**100**	**5250**	**100**

O espólio recolhido integra um conjunto avultado de materiais, ascendendo a 5250 artefactos. Trata-se de um conjunto onde se encontram presentes os itens artefactuais comuns a povoados desta cronologia, com percentagens relativas próximas das que se verificam no Penedo do Lexim, ainda que, em Casal Cordeiro 5 a pedra lascada atinja valores substancialmente mais reduzidos. Esta proporção resulta de difícil compreensão face à proximidade a Casal Barril, possível mina ou sítio especializado na debitagem de sílex, cujas datações são contemporâneas de Casal Cordeiro 5 (Sousa e Gonçalves, 2011).
Em termos comparativos entre os três sectores, verificamos que o sector 1 evidencia expressivos 69% do total do espólio recolhido, reflectindo uma maior concentração de materiais neste núcleo. Regista-se ainda uma importância relativa do espólio recolhido em acompanhamento arqueológico, nomeadamente a pedra polida.

2.4.1. Pedra Lascada
A indústria de pedra lascada é relativamente escas-

sa, encontrando-se representadas as várias cadeias operatórias da indústria lítica características do 3º milénio: suportes alongados, lascas e foliáceos. Destaca-se a presença de um número considerável de núcleos (lamelas e lascas) e de algumas evidências de debitagem local. Como é frequente em contextos deste tipo, encontra-se ausente a sequência integral de talhe, devendo ter sido introduzidas formas pré tratadas no povoado.

Apesar da proximidade com a mina de sílex de Casal Barril, (situada a escassos 936 m), verificou-se que o sílex de Casal Barril parece não estar presente em Casal Cordeiro 5, ainda que as datações absolutas possam indicar contemporaneidade entre os dois sítios.

Numa leitura preliminar, podemos considerar algumas especificidades de Casal Cordeiro 5:

– A presença de foliáceos, circunstância pouco frequente nos contextos campaniformes (nomeadamente nos pequenos sítios abertos que foram sondados em Mafra);
– A escassez de pontas de seta, contrastando com a sua representatividade no Penedo do Lexim, onde os 24% de pontas de seta do universo dos utensílios contrasta com os 2% de Casal Cordeiro 5;
– A representatividade das lascas face aos suportes alongados, contrastando uma vez mais com Penedo do Lexim, representando tendência do Calcolítico final.

A abundância de lascas, de denticulados e a presença de foliáceos parece assim indicar uma fase de transição entre o Calcolítico pleno e final.

2.4.2. Pedra polida

O conjunto de pedra polida integra 10 artefactos, dos quais três enxós e três machados, os restantes de morfologia indeterminada. A secção dos artefactos é maioritariamente de tipo subrectangular. A matéria-prima dominante é o anfibolito registando-se ainda a presença de matéria-prima local, nomeadamente para as enxós, tendência que usualmente tem sido detectada noutros contextos da Península de Lisboa.

2.4.3. Pedra Afeiçoada

Apenas se registou a presença de 10 artefactos de pedra afeiçoada, incluindo um movente de arenito (Sector 1, U.E, 10) e percutores (basalto, quartzito, calcário).

2.4.4. Recipientes cerâmicos

Apresenta-se aqui ainda uma leitura preliminar do conjunto de Casal Cordeiro 5, sendo essencial proceder ao estudo aprofundado de formas, pastas e técnicas.

Em termos de fabrico, podemos considerar genericamente o tipo de pastas pouco depuradas e com abundantes componentes não plásticos, contrastando com as cerâmicas de conjuntos cronometricamente coevos como as cerâmicas do Penedo do Lexim, onde as pastas são compactas e com tratamentos de superfície cuidados.

A cerâmica lisa corresponde à maior parte dos recipientes cerâmicos, com expressivos 92%, integrando formas simples (pratos, taças, taças em calote, taças em calote alta, esféricos e potes), estando ausentes as formas compostas (formas carenadas, copos).

A cerâmica decorada corresponde a 8% do conjunto das cerâmicas classificáveis, valor sensivelmente equivalente aos 10% registados no Penedo do Lexim.

Ao nível da cerâmica decorada destaca-se a presença de dois grupos decorativos distintos: *Grupo folha de acácia*, *Grupo campaniforme.*

Assume-se aqui o conceito definido para o *Grupo Folha de acácia* enunciado por Victor Gonçalves e pela signatária (Gonçalves e Sousa, 2007; Sousa, 2006): «a expressão "folha de acácia" ou "folha de crucífera" foi usada, inicialmente em contextos muito específicos, onde queria dizer uma coisa e apenas ela. Sabemos hoje que, na realidade, as cerâmicas com este tipo de decorações fazem parte de um grupo maior, de cerâmicas de uso doméstico, praticamente ausentes dos contextos funerários» (Gonçalves e Sousa, 2006, p. 260-261).

Encontramos genericamente três grandes padrões que integram o grupo da cerâmica tipo folha de acácia: 1) linhas horizontais com caneluras muito fundas; 2) impressões designadas como folha de acácia; 3) motivos geométricos executados maioritariamente com a técnica da canelura (triângulos, losangos, linhas intercruzadas, espinhado).

O *Grupo folha de acácia* recolhido em Casal Cordeiro 5 encontra-se representado por 34 fragmentos de cerâmica. Estas cerâmicas estão associadas aos níveis de ocupação dos três sectores, nomeadamente ao solo de ocupação no interior da cabana do sector 1. O conjunto integra cerâmicas decoradas com linhas horizontais (74%), impressões de folha de acácia (23%) e cerâmica com decoração geométrica (3%), incluindo unicamente triângulos.

Apesar do conjunto ser relativamente pequeno e muito fragmentado, podemos identificar algumas diferenças com o «vizinho» conjunto do Penedo do Lexim, onde a proporção entre a cerâmica com decoração geométrica e a que apresenta impressões de folha de acácia é equilibrada (46% e 43%, respectivamente) e as linhas horizontais são residuais, representando 11% do universo das cerâmicas do Grupo Folha de Acácia.
O *Grupo campaniforme* encontra-se representado por 15 fragmentos de cerâmica, que inclui fragmentos de cerâmica campaniforme de vários estilos. Encontra-se disseminado nos dois sectores, inclusive nos solos de ocupação.
Domina o campaniforme inciso (84%), incluindo taças tipo Palmela. O campaniforme marítimo é muito escasso, apenas com três exemplares (Figuras 7 e 8).

Em termos globais, podemos considerar que o conjunto se integra nos catálogos decorativos e formais do Calcolítico pleno. As cerâmicas campaniformes são muito escassas mas ainda assim são relevantes uma vez que surgiram *in situ.*
Na realidade, a questão do faseamento das cerâmicas decoradas do Calcolítico estremenho é um importante indicador relativo mas pode induzir em generalizações abusivas, não sendo certo que a sequência seja idêntica em todos os sítios e que a sequência de Leceia (a melhor datada cronometricamente) seja aplicável a todos os sítios coevos.
A coexistência entre cerâmicas decoradas de tipo folha de acácia e de campaniforme é também claramente compreensível, retomando-se aqui o modelo proposto por M. Kunst para o Zambujal: "Esta ideia pressupõe que, depois do momento de introdução, se segue o período principal de utilização, passando, depois, tal tipo de moda, mais ou menos gradualmente" (Kunst, 1996).

2.4.5. Queijeiras
A presença de queijeiras encontra-se documentada nos dois sectores com estruturas habitacionais preservadas, sector 1 e 3.

2.4.6. Metalurgia
Apesar da área de escavação de dimensões circunscritas, o número de peças recolhidas é bastante elevado, ascendendo a 10 peças.
Não foram realizadas análises químicas do espólio, devendo ser referido que os artefactos apresentam uma pequena dimensão, não permitindo uma classificação tipológica. Regista-se ainda a presença de pingos de fundição (6 registos) o que poderá indiciar metalurgia local. Todos os materiais metálicos foram recolhidos no Sector 1, associados à cabana 1.

2.4.7. Varia
Para além dos artefactos atrás mencionados, deve-se ainda referir a recolha de um cabo de osso polido, único artefacto em osso.
Foi também recolhido um possível fragmento de «ídolo de cornos» em cerâmica, única evidência de artefactos do âmbito do sagrado. Usualmente este tipo de artefactos não está associado a cronologias tão tardias, devendo ser realçado que foi recolhido em acompanhamento de obra.

2.4.8. Fauna
Para além dos artefactos, foram ainda recolhidos restos faunísticos, presentes quase exclusivamente na área 1 (82,8%).
A fauna malacológica já estudada (Miranda, 2006) revelou a presença dominante de *Mytillus* sp. (76%), seguindo-se a *Cerastoderma edule* (18%), a *Patella* sp (4,3%) e o *Thais haemastoma* (1%). Estas espécies apresentam como denominador comum a sua associação a substratos rochosos que aliás estariam facilmente acessíveis em quaisquer das praias da Ericeira. Encontrando-se a menos de 1 km, os recursos aquáticos de Casal Cordeiro 5 contrastam com a fauna malacológica do Penedo do Lexim onde as espécies de ambiente estuarino como a *Venerupis decussata* são largamente dominantes (Miranda, 2006b).
A fauna mamalógica não foi ainda estudada, apresentando-se muito frágil e decompondo-se na fase de escavação. Saliente-se a detecção de uma mandíbula de *Bos* (classificada Marta Moreno-Garcia).

2.5. Cronologia absoluta
(Quadro 10.8)

No âmbito do projecto NEO LEX POV (Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos – Do Neolítico à Idade do Bronze no Penedo do Lexim) foram efectuadas datações de Carbono 14 no Laboratório do Instituto Tecnológico e Nuclear (Sacavém), sob a direcção de A. Monge Soares, a quem se agradece.
Apenas as amostras sobre concha permitiram obter datações absolutas. As datações foram efectuadas sobre duas espécies diferentes – *Patella* sp e *Thais*

Quadro 10.8 – Datações de Casal Cordeiro 5*.

Ref. Lab	Contexto	Amostra	$d^{13}C$	Idade (anos BP)	Data cal BC 1 σ	Data cal BC 2 σ
Sac-2160	U.E. 8	*Thais haemastoma*	+1,34	4100±40**	2266-2135	2336-2049
Sac-2159	U.E. 8	*Patella* sp.	+ 1,34	4520±50**	2856-2798	2883-2614

* Calibrações segundo Stuiver el al (1998) e com base no programa CALIB ver 5.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993).
** Correcção de efeito de reservatório oceânico (Iap = 380+30 anos) – Soares, 1993

Haemastoma. Apesar das amostras serem provenientes da mesma unidade estratigráfica (U.E. 6) as suas datações são completamente distintas. Assim, a amostra Sac-2160, sobre *Thais haemastoma* aponta uma cronologia de finais do 3º milénio, com intervalo entre 2336 e 2049 a.n.e. (datas calibradas) mas a amostra Sac-2159 indica uma cronologia bem mais antiga, de inícios do 3º milénio a.n.e., com intervalo entre 2883-2614 a.n.e.

Face à presença de duas datas que não se recobrem, será fundamental proceder a novas datações, sobre amostras de osso ou de carvão.

Em associação a estas amostras foram recolhidos fragmentos de cerâmica canelada do Grupo Folha de Acácia, pedra lascada, fauna mamalógica e malacológica. O contexto datado corresponde ao piso da habitação do sector 1.

O desfasamento destas datas poderá ainda ser perspectivado face aos crescentes problemas em proceder à calibração de efeito de reservatório. Não nos parece que a estrutura habitacional 1 tivesse sido ocupada durante todo esse período, a avaliar pela sequência estratigráfica e pela fragilidade da estrutura. Curiosamente, os contextos calcolíticos com campaniforme apresentam problemas semelhantes, nomeadamente as datas das cabanas campaniformes exteriores de Leceia, também com datas âmbiguas, uma das quais da primeira metade do 3º milénio (Sac-1317 – 2825-2654) e a outra mais tardia (ICEN--1214: 2825-2654). (Cardoso, 1997/1998).

2.6. Fragmentos da vida em Casal Cordeiro 5: casas, aldeia ?

2.6.1. O povoado – limites e funcionamento

A mancha de dispersão de achados ultrapassa os 2 hectares mas possivelmente a área ocupada será mais restrita. Face à dimensão da amostra escavada, prospectada e acompanhada arqueologicamente, podemos com segurança classificar Casal Cordeiro 5 como um povoado aberto, sem qualquer preocupação com a defensabilidade.

Na realidade, a questão da presença/ausência de barreiras físicas tem implicações profundas no próprio modelo de funcionamento do povoado e relacionamento social intracomunitário (Monks, 1997, p. 9).

A ausência de limites e a dispersão de achados parece indicar um modelo de ocupação disperso. Os sectores em que a intervenção se estrutura correspondem efectivamente a núcleos independentes.

Comparando Casal Cordeiro 5 com Penedo do Lexim, sítios que genericamente são contemporâneos e relativamente próximos, verificamos que as principais diferenças a nível artefactual estão na densidade de materiais recolhidos. Enquanto Casal Cordeiro 5 apresenta uma densidade de 19,3 peças por m^2, o Penedo do Lexim apresenta uma densidade na ordem das 48,3 peças. Esta discrepância pode traduzir a diferente modalidade e intensidade de ocupação.

Aferir a cronologia seria fundamental para uma correcta interpretação dos dados ainda que os dados artefactuais pareçam confirmar uma relativa contemporaneidade dos 3 núcleos.

A morfologia de ocupação disseminada de Casal Cordeiro é aliás sustentada em diversos modelos interpretativos do povoamento no Calcolítico final, onde se regista a desagregação do modelo concentrado de povoamento (Ramos Millan, 2004; Hurtado, 2007).

2.6.2. Os núcleos: casas?

Foram identificados três núcleos em Casal Cordeiro 5, dos quais dois correspondem certamente a "casas" (sector 1 e 2), ainda que seja muito difícil classificar como habitacionais estas estruturas.

A interpretação do modelo de construção destas estruturas é muito difícil, uma vez que há escassos exemplos de estruturas habitacionais bem conservadas para este período. Na realidade, a maior parte dos exemplos estremenhos de "casas" calcolíticas refere-se a contextos fortificados, nomeadamente em Leceia, Zambujal e, em termos locais, Penedo do Lexim. Deve ser realçada a sua dimensão ligeiramente superior à das cabanas dos povoados fortificados,

como aliás já sucedia para as cabanas campaniformes de Leceia.
No caso de Casal Cordeiro 5, todos os materiais utilizados nas construções são de origem local, destacando-se o facto de, tal como sucede em Penedo do Lexim, escassearem as evidências de argila de construção.

2.6.3. Funcionalidades: povoado?

A evidência arqueológica parece indicar que Casal Cordeiro 5 corresponde a um povoado permanente onde se praticavam todas as actividades das comunidades camponesas do 3º milénio, incluindo arqueometalurgia.
Ao nível da subsistência económica, o mau estado de conservação da fauna dificulta uma caracterização mais rigorosa. Localizado em área próxima ao Oceano Atlântico, Casal Cordeiro 5 regista uma diversidade de recursos e actividades que configuram uma ocupação permanente e não um sítio especializado nos recursos aquáticos.

3. CASAL CORDEIRO 5 E O POVOAMENTO CONTEMPORÂNEO

Numa perspectiva mais ampla, podemos inserir Casal Cordeiro 5 no território natural onde se insere, nomeadamente na área designada como bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros (Sousa, 2010). Nesta área foram identificados cinco grandes núcleos de povoamento, integrando-se Casal Cordeiro 5 no núcleo da Área da Ericeira, o qual integra Casal Barril, Quinta do Loureiro 1 e 2 (com campaniforme) e Forte de Mil Regos.
Escasseando os povoados com escavação e datações absolutas, a presença/ausência de fosseis indicadores cerâmicos é um dos escassos indicadores cronológicos, nomeadamente a cerâmica campaniforme.
Recentemente têm sido avançadas propostas de cronologia antiga (anteriores a meados do 3º milénio) para o Campaniforme, nomeadamente para Leceia (Cardoso, 1997/1998) na Estremadura, e para Porto das Carretas no Alentejo (Soares et al, 2007). Estas propostas têm contudo de ser interpretadas de forma global, sendo por ora mais consensual, situar a eclosão das cerâmicas campaniformes no terceiro quartel do 3º milénio a.n.e.
Para além de uma mudança puramente tipológica, verificamos uma real mudança no padrão de povoamento «campaniforme». Na área da Ribeira de Cheleiros, regista-se um povoamento disseminado, com uma grande variedade de tipos de implantação, contrastando com o povoamento concentrado e em altura no Calcolítico inicial.
Está documentada a presença de cerâmicas campaniformes em sítios de altura, alguns dos quais já ocupados previamente. As implantações mais frequentes ocorrem em vertente (44%). A leitura geoarqueológica efectuada para o sitio Cabeço de Palheiros 2, permitiu concluir que em alguns dos casos, os contextos em vertente correspondem a um posicionamento secundário de sítios de topo que foram fortemente erosionados. A inexistência de estratégias de controlo de paisagem encontra-se documentada na presença de sítios em vales e em áreas de planície, como os sítios de Gorcinhos e Casal Cordeiro 5.
Face a um aumento exponencial do número de sítios entre o Calcolítico pleno e o final, as possibilidades de interpretação oscilam sempre nas linhas já apresentadas para a transição Neolítico final / Calcolítico inicial: variações demográficas ou de dimensão dos núcleos de povoamento. Apesar do aumento do número de sítios, não temos quaisquer dados que indiciem crescimento demográfico em finais do Calcolítico. Por outro lado, face à escassez de dados sobre a dimensão dos sítios, parece-nos plausível conceber que se verificou uma redução da área dos povoados na segunda metade do 3º milénio a.n.e., a avaliar pela contracção da área ocupada em povoados fortificados como Leceia e Zambujal.
Entre os sítios de habitat com campaniforme estremenhos avultam as fases de ocupação terminais de povoados fortificados. Efectivamente, na Estremadura apenas Penedo do Lexim, Outeiro Redondo e Columbeira registam a ausência ou presença pouco significativa de cerâmica campaniforme. Esta ausência poderia ser interpretada face a abandono prematuro dos sítios, mas algumas das datações absolutas obtidas no Penedo do Lexim são comparáveis a contextos congéneres com campaniforme, inclusive com Casal Cordeiro 5 (Sousa, 2010).
Podemos ainda considerar a existência de núcleos de sítios com cerâmica campaniforme, os quais podem corresponder a unidades dispersas de um mesmo sítio arqueológico. São exemplo, o complexo de Negrais, o conjunto de Odrinhas ou da Serra do Pipo.
A ruptura com o modelo anterior está ainda bem evidenciada noutras esferas do registo arqueológico, nomeadamente a cultura material. Se po-

demos registar uma continuidade Neolítico final – Calcolítico inicial – Calcolítico pleno, entre a indústria de pedra lascada e os recipientes cerâmicas, a ruptura é mais clara na transição Calcolítico pleno / final. Comparando as indústrias líticas dos sítios com campaniforme com os conjuntos do Penedo do Lexim, são claras as diferenças: as grandes peças foliáceas estão praticamente ausentes, o número de lascas é superior, o número de projécteis é reduzido e regista-se a abundante presença de utensílios com denticulados, lâminas, lamelas, lascas, com claros sinais de lustre de cereal. Em relação às cerâmicas, para além das notórias diferenças ao nível dos padrões decorativos, com a presença dominante das gramáticas campaniformes, as diferenças registam-se ainda a nível das pastas, mais depuradas, mas com escassos tratamentos de superfície, engobes ou espatulamentos, abundantes nas cerâmicas do Calcolítico inicial e pleno, dominando as cerâmicas de cozedura oxidantes. Nas formas, existe continuidade, permanecendo dominantes os recipientes baseados na calote de esfera.

A ausência de conjuntos faunísticos estudados entre os sítios com campaniforme dificulta a leitura paleoeconómica, mas a diversidade de ecossistemas onde se implanta esta malha de povoamento parece indicar a heterogeneidade de recursos explorados.

O modelo de sítios consubstanciado em Casal Cordeiro 5 parece assim corresponder a uma tendência de povoamento disperso, já prenunciada desde o Calcolítico pleno, podendo reflectir uma mudança de carácter social e organizacional na fase posterior ao apogeu dos povoados fortificados. A existência numa mesma faixa cronológica (3º quartel do 3º milénio a.n.e.) de sítios fortificados com e sem campaniforme e de sítios abertos com campaniforme pode indiciar uma fase de mosaico, de transição.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, J. L. (1997-98) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7 (1997-98) 89-153.

DÍAZ-DEL-RÍO, P. (2004) – Factionalism and collective labor in Copper Age Iberia. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 2, p. 85-98.

DIOGO, A. M. D.; COSTA, C. H. (2002) – Notícia do Achado da Estação Romana do Casal Cordeiro, nos Arredores da Vila da Ericeira (concelho de Mafra). *Boletim Cultural 2001*. Mafra; p. 333-338.

GANDRA, M. J. e CAETANO, A. (1994) – Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Mafra. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 243-306.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14c para o Castro da Rotura e o 3º milénio nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa; Vol. 24, série 4.

KUNST, M. (2001) – Invasion? Fashion? Social Rank? Consideration concerning the Bell Beaker phenomenon in Copper Age fortifications of the Iberian Penninsula. In NICOLIS, F., ed. lit. – *Bell Beakers today : pottery, people, culture, symbols in prehistoric Europe : proceedings of the International Colloquium Riva del Guarda, Trento*. Trento : Servizio Beni Culturali, 2001. p. 81-90.

KUNST, M. ; LUTZ, N. (2008) – Zambujal (Torres Vedras, Portugal). Zur Präzision der absoluten Chronologie durch die Untersuchungen an der vierten Befestigungslinie. *Madrider Mitteilungen*.

MIRANDA, M. (2006) – A fauna malacológica do Penedo do Lexim: Campanhas 1 (1998) a (2004). *Boletim Cultural*. Mafra. (2006) 476-492 .

MIRANDA, M. (2006) – A fauna malacológica de Casal Cordeiro 5. Relatório apresentado ao IGESPAR.

MONKS, S. J. (1997) – Conflit and Competition in Spanish Prehistory: the role of Warfare in Societal Development from the Late Fourth to Third Millenium BC. *Journal of Mediterreanean Archaeology*. 10:1, p. 3-32.

RAMOS MILLAN, A. (2007) – Las fortificaciones calcolíticas o el origen de las aldeas: critica global a una teoria legendaria de la Prehistoria Iberica. In JORGE, S. O. ; BETTENCOURT, A. M. ; FIGUEIRAL, I., ed. lit. – *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Peninsula Ibérica: actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 2004: vol. VI*. Faro : Universidade do Algarve, 2007. (Promontoria Monografia ; 8). p. 37-52.

SOARES, A. M. M. ; SOARES, J. ; SILVA, C. T. (2007) – A datação pelo radiocarbono das fases de ocupação do Porto das Carretas: algumas reflexões sobre a cronologia do Campaniforme. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2 (2007) 127-134.

SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21 : uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 411-497.

SOUSA, A.C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2011) – Gathering, stocking and knapping flint during the portuguese Chalcolithic: The Casal Barril file. In Flint mining and quarrying techniquques in Pre and Protohistoric times. The 2nd International conference of the UISSP Commission. BAR.

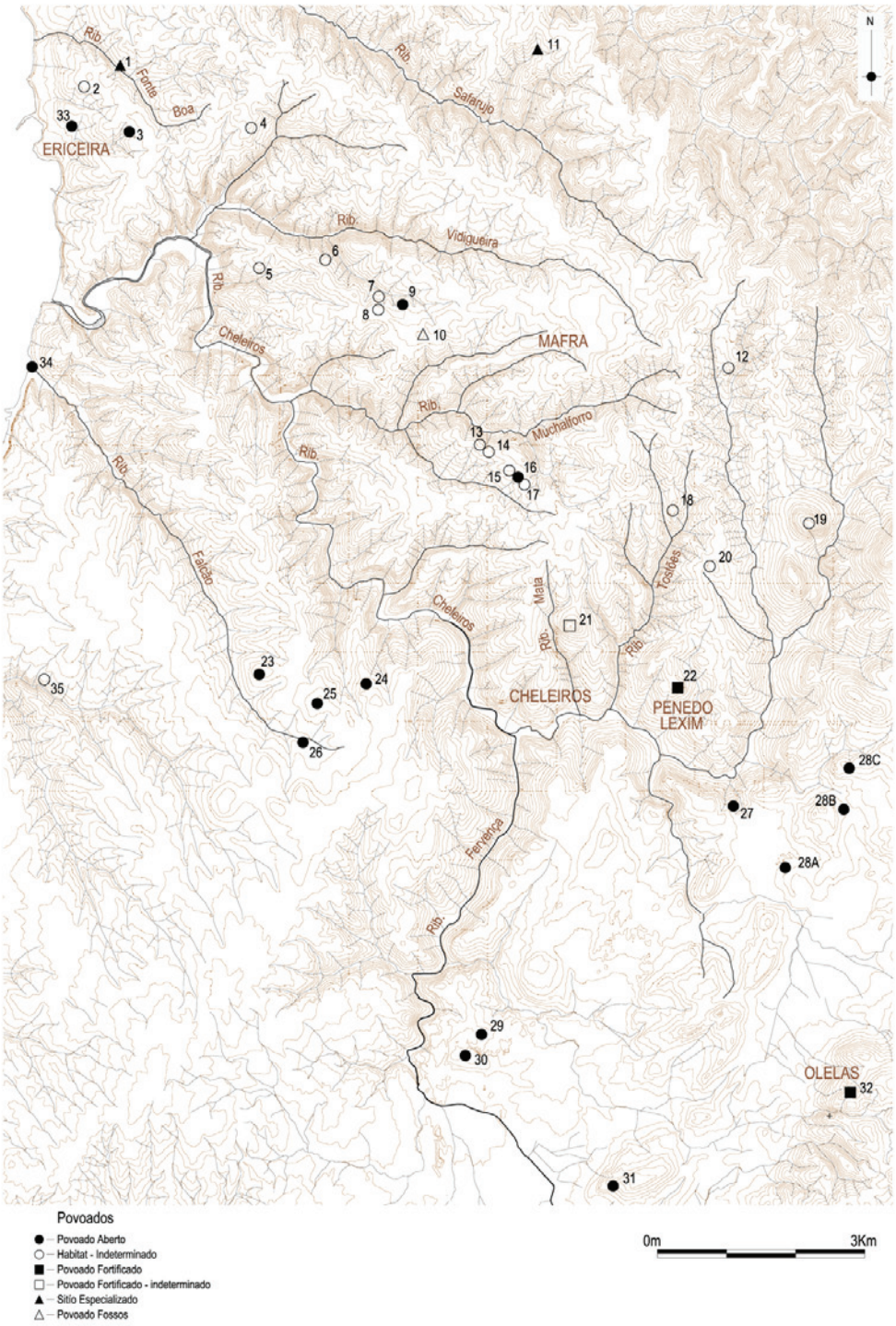


Figura 1 – Localização dos habitats neolíticos e calcolíticos da área da Ribeira de Cheleiros. Assinala-se com um asterisco os sítios com presença de cerâmica campaniforme. 1. Casal Barril; 2. Quinta dos Loureiros*; 3. Casal Cordeiro 5*; 4. Casal Romeirão*; 5. Casas Velhas*; 6. Moinho do Quintal; 7. Quintal 1; 8. Gorcinhos*; 9. Sobreiro; 10. Gonçalvinhos; 11. Cova da Baleia*; 12. Cabeço dos Palheiros 2 *; 13. Serra do Pipo 2; 14. Serra do Pipo 1; 15. Cabecinho da Capitôa 2*; 16. Sopé Cabecinho da Capitôa *; 17. Pinhal Quinta Mato Grande; 18. Louriceira; 19. Cabeço de Alcainça; 20. Marreiros; 21. Cartaxos; 22. Penedo do Lexim *; 23. Alvarinhos; 24. Funchal *; 25. Barreira; 26. Odrinhas; 27. Anços *; 28. Negrais *; 29. Lameiras *; 30. Alto do Montijo*; 31. Penedo da Cortegaça*; 32. Olelas*; 33. Seixal; 34. São Julião; 35. Catribana.

Figura 2 – Núcleos de Casal Cordeiro 5

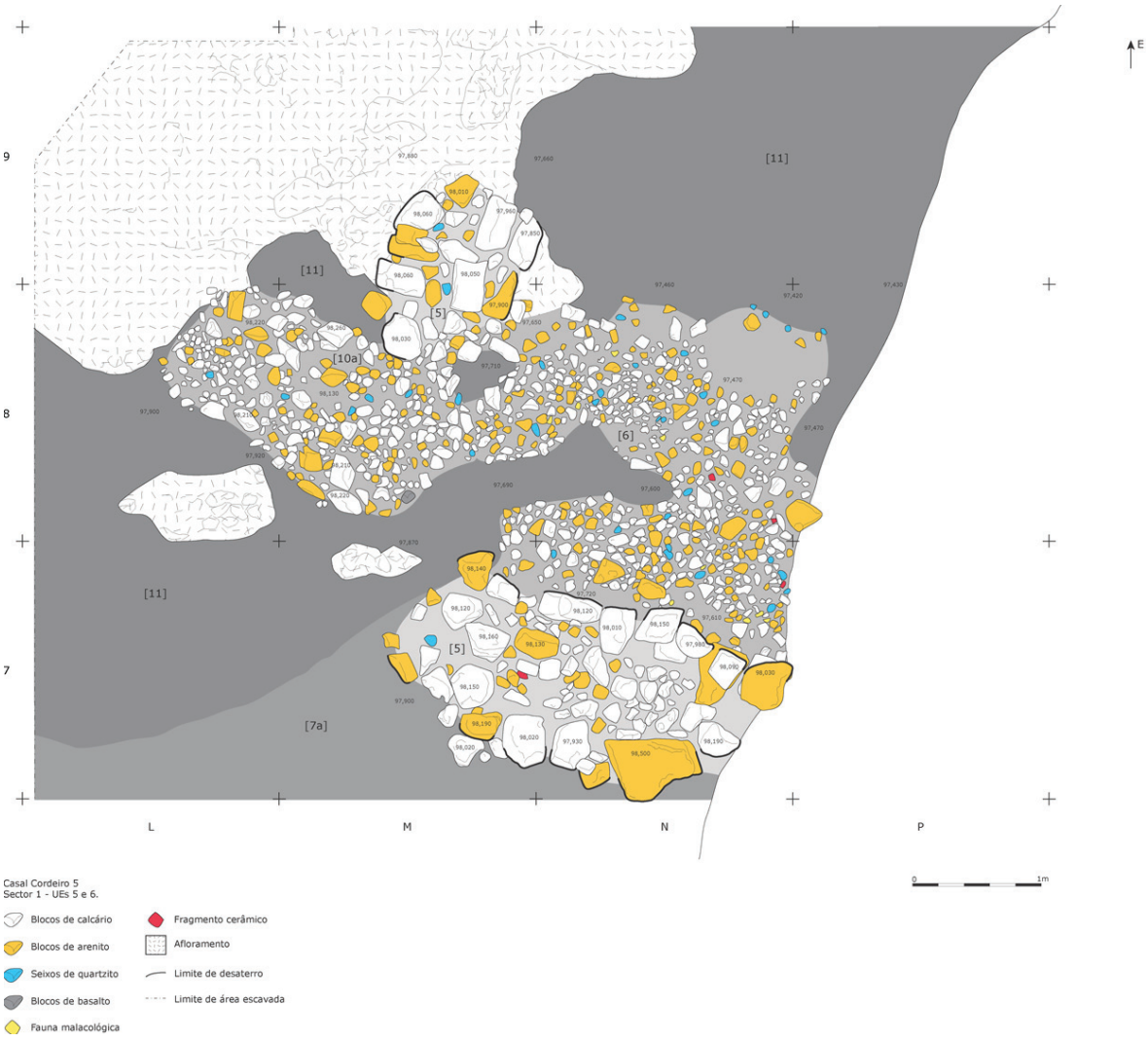


Figura 3 – Planta composta do Sector 1.

Figura 4 – Cabana U.E. 10 – Sector 1.

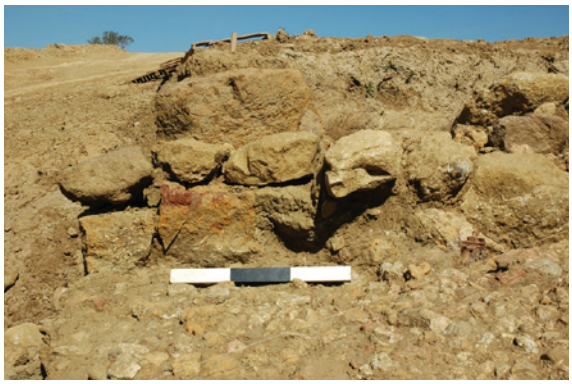


Figura 5 – Alçado da U.E. 10.

Figura 6 – Foto final da escavação no Sector 3

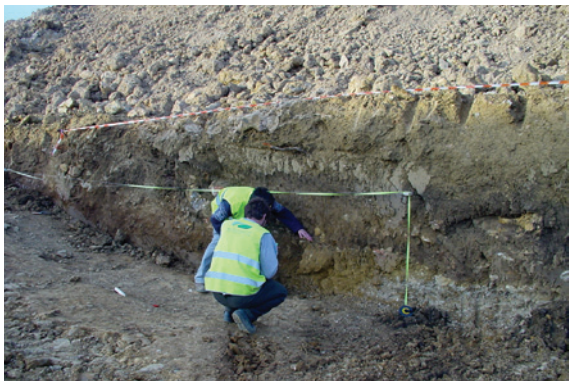


Figura 7 – Foto corte sector 1 aquando da identificação.

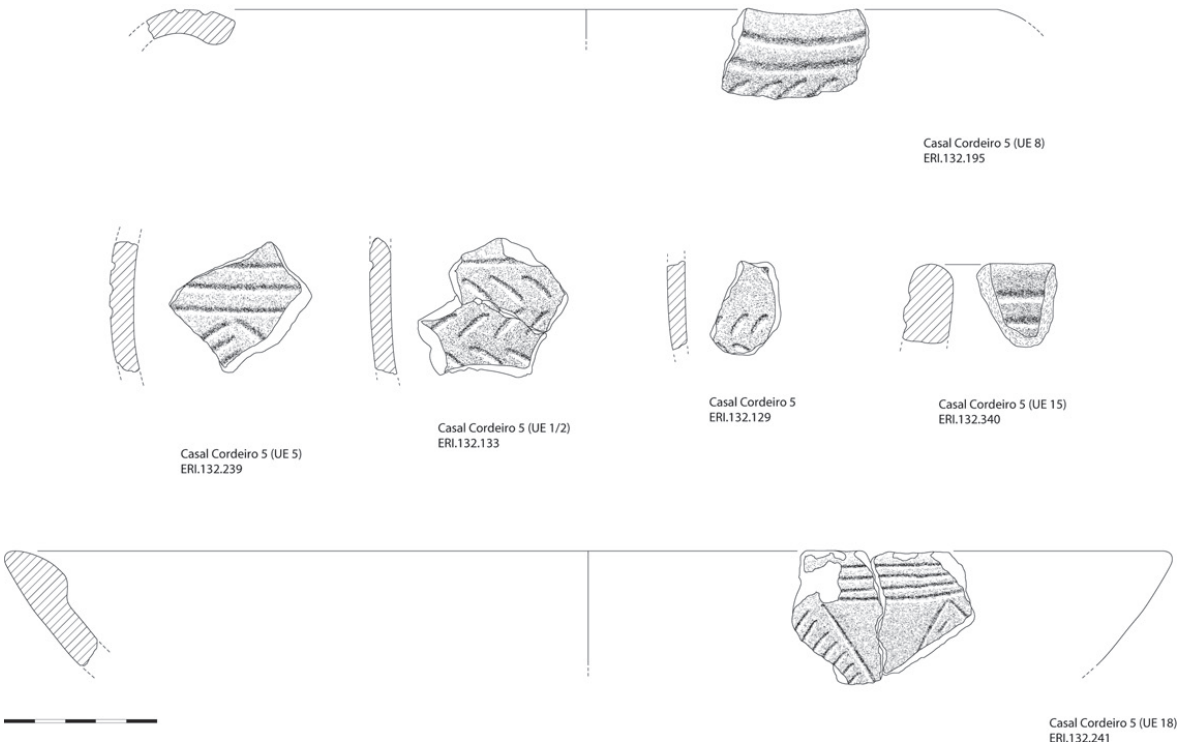


Figura 8 – Cerâmica decorada do Grupo Folha de Acácia.

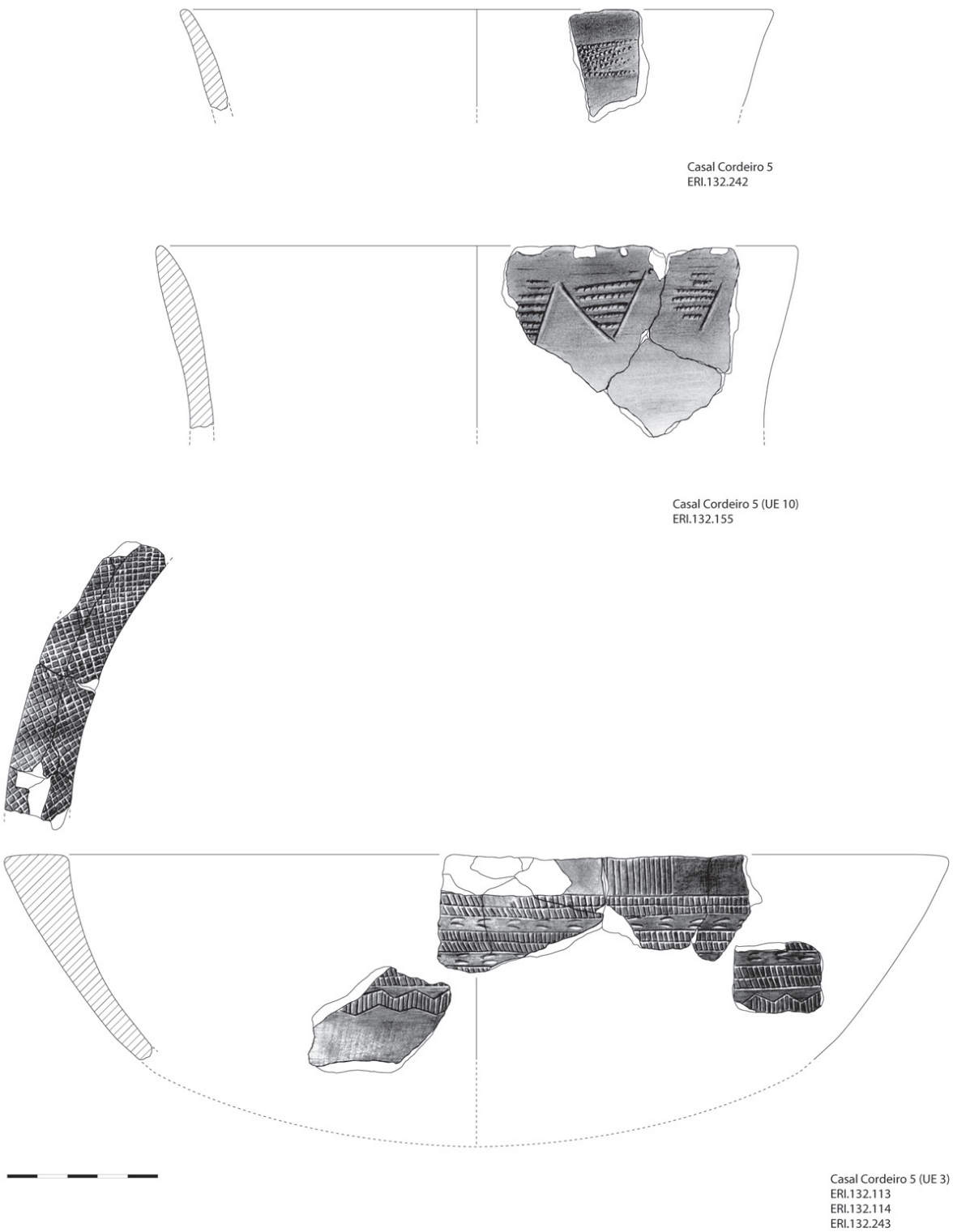


Figura 9 – Cerâmica campaniforme.

O ESPÓLIO CAMPANIFORME DO SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO DO FREIXO (REGUENGO DO FETAL, BATALHA)

Marco António Andrade / FCT; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / folha-de-acacia@iol.pt
Emili Nordén Ramos / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / emiliramos87@yahoo.se

RESUMO

O sítio pré-histórico do Freixo, situado nas encostas setentrionais da Serra de Candeeiros, apresenta ocupações referentes ao Neolítico antigo e ao Calcolítico final, sendo o primeiro período estatisticamente mais expressivo. O espólio relativo ao último período caracteriza-se por cerâmicas campaniformes (lisas e com decoração geométrica incisa) e alguns poucos artefactos líticos claramente associáveis às comunidades calcolíticas (tais como pontas de seta, utensílios sobre lâmina espessa e machados de secção rectangular), permitindo evidenciar uma ocupação ténue do espaço (um pequeno acampamento sazonal?) – sendo a escassez de espólio arqueológico apenas reflexo dessa funcionalidade específica. No entanto, a carência de contextos campaniformes na área da Alta Estremadura legitima a sua divulgação.

ABSTRACT

The prehistoric site of Freixo, located on the northern slopes of the Candeeiros mountain range, presents occupations related to the Early Neolithic and the Late Chalcolithic, the first period being statistically better represented. The artifacts related to the latter period are characterized by Beaker pottery (plain and with incised geometric decorations) and a few lithic tools clearly assignable to the Chalcolithic communities (such as arrow-heads, tools using large flint blades and axes with rectangular cross-section), allowing to recognize a sporadic occupation (a small seasonal campsite?) – the scarcity of the archaeological remains acting only as a reflection of that specific functionality. However, the lack of Beaker contexts in the area of the Upper Estremadura legitimates its disclosure.

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO

O sítio pré-histórico do Freixo situa-se na freguesia do Reguengo do Fetal, concelho da Batalha. Localiza-se nas encostas Noroeste do Maciço Calcário Estremenho, no sopé da Serra da Barrosinha, um dos bastiões mais avançados da Serra de Candeeiros. Implanta-se sobre um esporão alongado, numa paisagem de relevos marcados, na confluência de dois cursos de água subsidiários da Ribeira da Várzea. Geologicamente, situa-se sobre calcários do Oxfordiano a Kimeridgiano (Jurássico), entre argilitos e calcários margosos do Kimeridgiano (Jurássico).
O sítio foi identificado e intervencionado por equipas da Crivarque, Lda., dirigidas pelo primeiro signatário e por Adelaide Pinto, no âmbito de acções de minimização do projecto IC9 – São Jorge/Fátima. Logo desde as primeiras observações de superfície, foram identificadas ocupações relativas ao Neolítico antigo e Calcolítico final – realidade confirmada pelos trabalhos de escavação (Andrade, no prelo) (Figura 1).

2. ESTRATIGRAFIA OBSERVADA E CONTEXTOS DE RECOLHA

A área central do Freixo regista depósitos seriamente perturbados devido à erosão característica de ambientes calcários de topo (encontrando-se o calcário lapializado de base praticamente à superfície em algumas áreas), à exploração manual de pedra registada até meados do século passado e à agricultura de pequena escala efectuada até à actualidade. A estra-

tigrafia registada é simples e comum a todas as áreas escavadas – tendo sido referenciadas, genericamente, quatro unidades estratigráficas.
As UEs 1 e 2 tratam-se, basicamente, do mesmo depósito com diferentes graus de perturbação – correspondendo a UE 1 à camada superficial composta por sedimento siltoso bastante solto e a UE 2 a uma camada de matriz semelhante sendo contudo bastante mais compacta. Estes depósitos continham, sem diferenciação vertical, espólio atribuível ao Neolítico antigo e ao Calcolítico final (este último período especialmente representado nas Áreas 3 e 7). A UE 3 trata-se, basicamente, de uma camada interfacial entre a UE 1/2 e a *terra rossa*, sendo composta pela mistura de ambas. Esta camada encontra-se cortada em certas áreas pelas "bolsas" resultantes da exploração manual de pedra (UE 4), preenchidas com sedimento semelhante à UE 1/2 com presença de clastos calcários e ausência de espólio arqueológico.

3. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O espólio cerâmico é o elemento com maior peso percentual, correspondendo a 61,4% do conjunto. Os exemplares com elementos caracterizadores dividem-se entre registos referentes ao Neolítico antigo (23,6%) e ao Calcolítico final (1,6%), registando-se uma larga percentagem de cerâmica lisa (74,8%). Desta maneira, percebe-se que a ocupação principal do sítio (e o grosso da informação artefactual) corresponderá ao Neolítico antigo. Poder-se-á sempre argumentar que uma qualquer parte da cerâmica lisa poderá corresponder à ocupação campaniforme – no entanto, a comparação morfológica entre as pastas dos elementos lisos e aqueles com elementos caracterizadores permite incluir grande parte do conjunto da cerâmica lisa no Neolítico antigo.
Assim, os critérios de distinção das cerâmicas lisas atribuíveis ao conjunto campaniforme basearam-se em dois factores: na forma (tipos claramente campaniformes, tais como caçoilas, taças de tipo Palmela e taças de bordo espessado externamente); na pasta (elementos não plásticos muito finos, cozeduras maioritariamente redutoras, opondo-se ao comum do conjunto atribuível ao Neolítico antigo do sítio). Tem-se consciência que poderão ser critérios não muito rigorosos, mas baseiam-se na noção empírica do conjunto artefactual do Freixo.
No conjunto isolado no âmbito deste estudo, e a nível morfo-tipológico, reconhecem-se taças de tipo Palmela (20,8%), caçoilas (4,2%), "fruitstands" (4,2%), taças de bordo espessado externamente (20,8%), esferoidais simples (25%), taças simples (4,2%) e formas indeterminadas (20,8%). Independentemente da forma, 62,5% do conjunto corresponde a exemplares lisos – estando os exemplares decorados representados por 37,5%. Referem-se estes últimos a decorações geométricas exclusivamente incisas, compostas por bandas de métopes dispostas abaixo da linha do bordo (sendo esta a temática decorativa melhor representada), caneluras horizontais paralelas e incisões finas convergentes. Nas taças de tipo Palmela, o lábio encontra-se igualmente decorado, com incisões paralelas oblíquas ou bandas de losangos preenchidos.
Os recipientes apresentam pastas compactas a semi-compactas, com elementos não plásticos muito finos (quartzo e calcário), com superfícies maioritariamente alisadas (com alguns poucos exemplares com alisamento espatulado ou com aguada) (Figura 2 e 3).

Em relação ao espólio lítico talhado, e apesar do seu volume relativamente elevado, aquele que é claramente associável ao Calcolítico final é reduzido (cerca de 1,8% do total dos artefactos de sílex). Contam-se, neste conjunto, um "elemento de foice", duas pontas de seta de retoque bifacial cobridor (de base côncava e pedunculada), utensílios sobre lâmina espessa (raspadeiras e furador), lâminas retocadas – para além lâminas simples obtidas por pressão com talão preparado. São, com efeito, elementos que não se enquadram nos conjuntos conhecidos do Neolítico antigo estremenho.
Da mesma maneira, no conjunto dos artefactos de pedra polida, apenas se pode destacar a presença de um machado de secção rectangular e corpo inteiramente polido – claramente distinguível dos exemplares de secção circular/elíptica e corpo picotado atribuíveis às etapas iniciais do Neolítico e presentes igualmente no sítio (Figura 4).

4. O SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO DO FREIXO NO CONTEXTO DO CALCOLÍTICO FINAL DO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO.

O primeiro facto a referir na definição das modalidades de ocupação do espaço durante o Calcolítico na Estremadura portuguesa é a evidente disparidade do número de contextos identificados quando se comparam os dados disponíveis para a Baixa

Estremadura (área estrita da península de Lisboa) com aqueles disponíveis para a Alta Estremadura (área do Maciço Calcário Estremenho e bacias de drenagem adjacentes).

Com efeito, será supérfluo referir os numerosos contextos campaniformes, tanto habitacionais como funerários, registados na área das penínsulas de Lisboa (e Setúbal) – sendo unanimemente aceite que se trata de uma área onde se desenvolve um grupo cultural homogéneo e autónomo no âmbito do Calcolítico pleno e final europeu.

A distribuição campaniforme na Alta Estremadura (a partir do limite setentrional teórico de disposição dos grandes povoados fortificados calcolíticos, marcado pelo eixo estabelecido entre os povoados de Outeiro da Assenta e Vila Nova de São Pedro) encontra-se assim deficientemente caracterizada, consequência de escavações antigas em contextos funerários ou de recolhas de superfície esporádicas em contextos habitacionais – contando-se somente com as recentes tentativas de compilação esboçadas por J. P. Tereso (2004) e J. L. Cardoso (2012). Será desta maneira necessário um maior investimento na investigação desta problemática específica – no âmbito da delimitação de uma rede de povoamento que será, evidentemente, bem mais cadenciada do que aquilo que os dados de que dispomos actualmente permitem delinear – se tivermos em consideração especificamente a disponibilidade de recursos disponíveis nesta área, nomeadamente a quantidade e variedade de matérias-primas siliciosas.

Neste contexto e no âmbito do Calcolítico final, o sítio pré-histórico do Freixo inscreve-se num diagrama de ocupação do espaço ainda não muito bem delimitado. Relação directa poderá ser estabelecida com os níveis campaniformes reconhecidos na gruta do Buraco Roto (informação pessoal de António José Teixeira), relativamente próxima do Freixo (cerca de 2,5 km) e facilmente inscrita na mesma rede de povoamento. Tratam-se, contudo, de escassos fragmentos aparentemente incluídos no grupo Internacional – teoricamente mais recuados, em termos cronológicos, dos recipientes campaniformes reconhecidos no Freixo, em que as temáticas decorativas se inserem exclusivamente no campo dos motivos geométricos incisos.

Com efeito, o conjunto identificado no Freixo enquadra-se culturalmente nos episódios campaniformes atribuíveis ao último terço do 3º milénio a.n.e., caracterizando-se pelas taças de bordo espessado e as cerâmicas com decoração geométrica incisa – destacando-se como motivo mais característico, as bandas de métopes dispostas abaixo da linha do bordo aplicadas em taças de tipo Palmela.

Salienta-se, neste conjunto, a presença de uma "fruitstand", forma rara e normalmente atribuível ao campaniforme tardio (2300-2100 BCE), de acordo com os dados fornecidos pelos exemplares singulares incluídos nos grupos do Baixo Tejo (São Pedro do Estoril 1, Porto Covo), Carmona (El Acebuchal), Ciempozuelos (El Ventorro, Alto del Tomo), Almería (Cova dels Gats) e Salomó/Pirenaico (Pás du Noyer). Tal cronologia confirma-se com a datação (se não directa, pelo menos associável) de São Pedro do Estoril 1. Esta datação, realizada sobre falange humana inserida em espiral de ouro (Beta-178468: 2330-2060 BCE, seg. Gonçalves, 2005, p. 68), pode ser extensível ao célebre "enterramento do casaco" que inclui, para além de uma espiral de ouro, uma das duas "fruitstands" recolhidas naquela gruta artificial (Figura 5).

E neste contexto, onde enquadrar o sítio do Freixo, no âmbito de uma rede de povoamento coesa? Tendo em conta o baixo volume de espólio claramente atribuível às comunidades do Calcolítico final aqui presente, poder-se-á sugerir uma ocupação esporádica do espaço (um pequeno acampamento sazonal, uma pequena unidade familiar) enquadrada num contexto populacional ainda não muito bem definido.

Como referido, o grosso da informação relativa ao Calcolítico final na Alta Estremadura refere-se principalmente a contextos funerários, destacando-se os casos da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia e o conjunto das grutas de Alcobaça (embora em apenas uma de elas, Carvalhal de Turquel, tenha sido recolhida cerâmica campaniforme – recolhendo-se nas restantes espólio de filiação campaniforme, tais como "braçais de arqueiro", pontas de tipo Palmela, punhais de lingueta). Refira-se igualmente a sua presença nas grutas artificiais de Pernes e Ribeira de Crastos, assim como a curiosa ocorrência na gruta de Redondas IX – em que, segundo, R. Harrison (1977, p. 155), um vaso liso campaniforme continha uma grande quantidade de sementes de *hordeum*.

Os contextos habitacionais resumem-se a escassos e mal caracterizados sítios. Será de referir o sítio de Ataíja (informação pessoal de João Maurício), espacialmente associado às grutas de Alcobaça, assim como o recentemente divulgado sítio de São

Gregório, no qual o sítio do Freixo recolhe alguns paralelos a nível crono-cultural (Cardoso, 2012) – não deixando de mencionar igualmente a sua presença no povoado fortificado de Fonte Quente (Batata e Borges, 2011). Destaca-se, contudo, o *cluster* de sítios registado na área de Rio Maior (Bocas, Vale Comprido, Carneira, Senhora da Luz, seg. Cardoso, 2012). É certo que são sítios identificados no âmbito de outros contextos de investigação (daí a parcialidade dos dados obtidos), mas que não poderão ser dissociados da ocorrência de duas importantes fontes de recursos: o sílex e a salmoura (embora, quanto a este último recurso, não haja indícios claros da sua exploração na Pré-História).

Será de referir igualmente a ocupação campaniforme na área de influência directa do estuário do Tejo, representada pelos sítios de Monte Pedregoso e Riba Rio (Cruz, 1998; Pereira, 2005) – possivelmente associadas às ocupações registadas nas áreas de Alpiarça e Muge na margem oposta do Tejo (Kalb e Höck, 1981-82; Andrade *et al*., no prelo).

Seja como for, o sítio do Freixo, à altura da sua ocupação durante o Calcolítico final (e, em princípio, nas suas etapas mais tardias), encontra-se inscrito numa rede de povoamento não muito bem definida – podendo revelar um certo nível de desarticulação, sem aparente comportamento gregário, antevendo já os esquemas de ocupação do território de inícios da Idade do Bronze – questão a que apenas um maior investimento na investigação poderá responder.

Lisboa, Maio de 2013

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marco António (no prelo) – Novos contextos neolíticos nas espaldas setentrionais do Maciço Calcário Estremenho: o caso do sitio do Freixo (Reguengo do Fetal, Batalha). *5º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa.

ANDRADE, Marco António; NEVES, César; LOPES, Gonçalo (no prelo) – Beyond the Mesolithic shell-middens: a chrono-cartographic overview of the ancient peasant communities in Muge. *Muge 150th: Conference on the 150th Anniversary of the Discovery of the Shellmiddens at Muge.*

BATATA, Carlos; BORGES, Nélson (2011) – *A importância da Fonte Quente enquanto "lugar central" no contexto do povoamento pré-histórico do Alto Ribatejo, durante a Pré-História Recente. Estudo arqueológico efectuado em contexto de obra*. Lisboa: Estradas de Portugal.

BERNABEU AUBÁN, Joan (1984) – *El vaso campaniforme en el Pais Valenciano*. Valencia: Diputación Provincial de Valencia (Serie de Trabajos Varios, 80).

CARDOSO, João Luís (2012) – O sítio campaniforme de São Gregório (Caldas da Rainha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, p. 31-45.

CRUZ, Ana R. (1998) – Relatório da intervenção de emergência: Monte Pedregoso. *Techne*. Tomar. 3, p. 11-31.

FERREIRA, Octávio da Veiga (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memórias, 12).

GARRIDO PENA, Rafael (1997) – Bell Beakers in the Southern Meseta of the Iberian Peninsula: socioeconomic context and new data. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 16: 2, p. 187-209.

GONÇALVES, Victor S. (2005) – Cascais há 5000 anos. Tempo, Símbolos e Espaços da Morte das antigas Sociedades Camponesas. In GONÇALVES, V. S. (coord.) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal, p. 63-195.

GONÇALVES, Victor S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 1).

HARRISON, Richard J. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge: Peabody Museum/Harvard University (Bulletin 35).

HARRISON, Richard J.; BUBNER, Thomas; HIBBS, Vivian A. (1976) – The Beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla). *Madrider Mitteilungen*. 17, p. 79-141.

KALB, Philine; HÖCK, Martin (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar das escavações de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*. Porto. 2-3, p. 61-69.

LEMERCIER, Olivier (2003) – Les campaniformes catalans et pyrénéens vus de Provence. Contribution à une problématique historique du Campaniforme de l'Europe Méridionale. In *Pirineus i veins al 3r mil.leni AC. De la fin del Neolitic a l'edat del Bronze entre l'Ebre i la Garona*. Puigcerdà, Institut d'Estudis Ceretans, p. 431-445.

LEISNER, Vera; PAÇO, Afonso do; RIBEIRO, Leonel (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PEREIRA, Júlio Manuel (2005) – Riba-Rio: um povoado calcolítico da bacia do médio Tejo. *Al-madan adenda electrónica*. Almada. 2ª série, 13, p. III.1-III.7.

PRIEGO FERNANDEZ, Carmen; QUERO CASTRO, Salvador (1992) – *El Ventorro, un poblado prehistórico de los albores de la metalurgia*. Madrid: Museos Municipales (Estudios de Prehistoria y Arqueologia Madrileñas, 8).

SOUSA, Ana Catarina (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.

TERESO, João Pedro (2004) – A cerâmica campaniforme no centro-interior estremenho (Portugal): contextos, cronologia e interpretação. In ALLUÉ MARTÍN, E.; MARTÍN UIXAN, J (eds.) – *Actas del 1er Congreso Peninsular de Estudiantes de Prehistoria*. Tarragona, p. 309-314.

VICENTE NAVARRO, Alejandro; RODRÍGUEZ-MALO, Juan Manuel Rojas; LÓPEZ-TRIVIÑO, Javier Pérez; SÃNCHEZ SEGUIDO, Francisco (2007) – El yacimiento campaniforme del "Alto del Romo" (Tarancón, Cuenca). Asentamiento calcolítico en la Mancha Alta. *ARSE:Boletín del Centro Arqueológico Saguntino*. Sagunto. 41, p. 37-73.

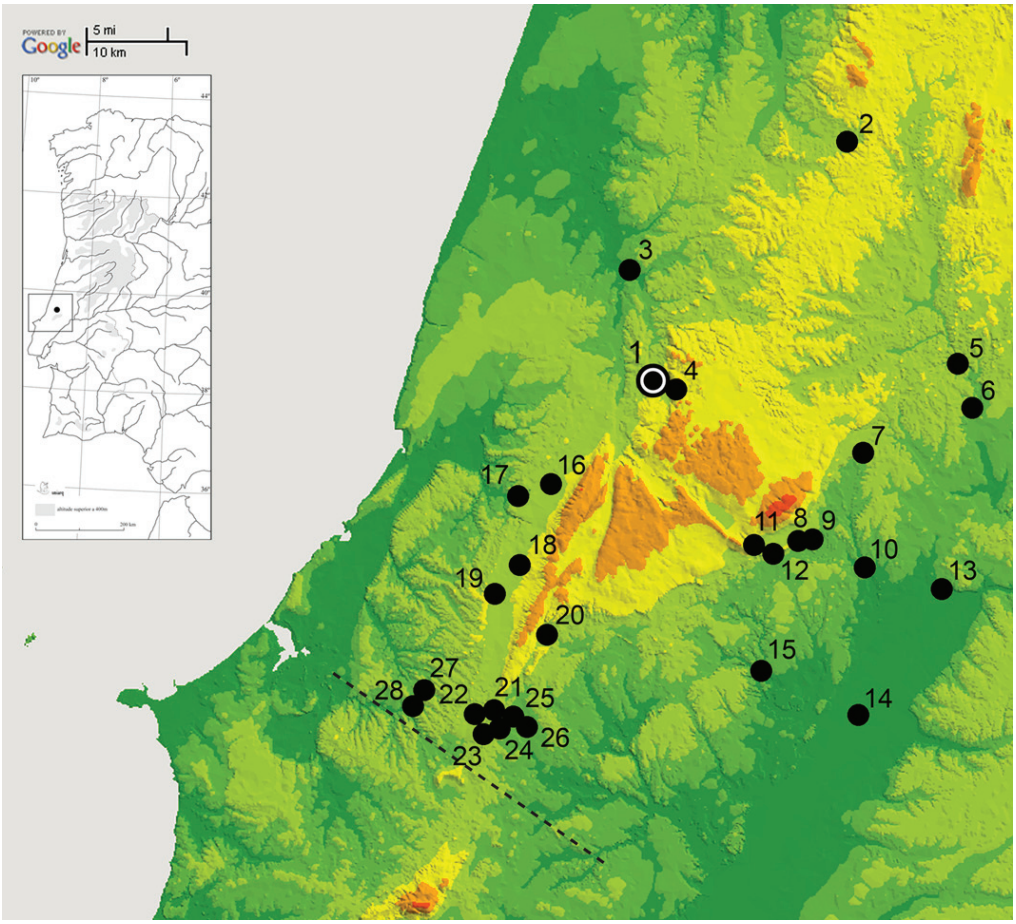


Figura 1 – O sítio pré-histórico do Freixo (1) no contexto das ocupações campaniformes na área do Maciço Calcário Estremenho e bacias de drenagem adjacentes. A linha tracejada indica o limite setentrional teórico do Calcolítico da península de Lisboa, estabelecido pelo eixo entre os povoados fortificados de Outeiro da Assenta e Vila Nova de São Pedro. 2: Vale do Souto, Pombal (abrigo); 3: Castelo de Leiria (povoado); 4: Buraco Roto, Batalha (gruta natural); 5: Nossa Senhora das Lapas, Tomar (gruta natural); 6: Fonte Quente, Tomar (povoado fortificado); 7: Buraca da Moura da Rexaldia, Torres Novas (gruta natural); 8: Almonda, Torres Novas (gruta natural); 9: Lapa da Bugalheira, Torres Novas (gruta natural); 10: Convento do Carmo, Torres Novas (gruta artificial?); 11: Chousas, Alcanena (povoado); 12: Lapa Amarela, Alcanena (abrigo); 13: Monte Pedregoso, Vila Nova da Barquinha (povoado); 14: Riba Rio, Golegã (povoado); 15: Lapa do Saldanha, Santarém (gruta artificial); 16: Ataíja, Alcobaça (povoado); 17: Carvalhal de Aljubarrota, Alcobaça (grutas naturais); 18: Redondas IX, Alcobaça (gruta natural); 19: Carvalhal de Turquel, Alcobaça (gruta natural); 20: Alcobertas, Rio Maior (gruta natural); 21: Bocas, Rio Maior (abrigo); 22: Senhora da Luz, Rio Maior (grutas naturais); 23: Vale Comprido, Rio Maior (povoado); 24: Bocas Sul, Rio Maior (povoado); 25: Buraca dos Mouros, Rio Maior (gruta natural); 26: Carneira, Rio Maior (povoado); 27: Ribeira do Crasto, Caldas da Rainha (grutas artificiais); 28: São Gregório, Caldas da Rainha (povoado). Base cartográfica: Google Maps, 2010.

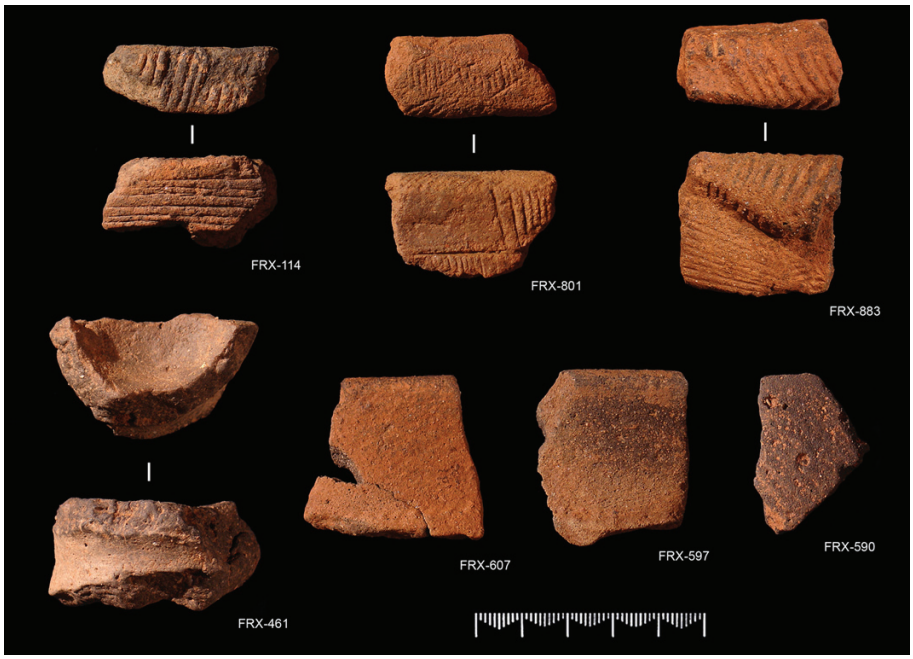


Figura 2 – Exemplos do espólio cerâmico recolhido no sítio pré-histórico do Freixo: taças de tipo Palmela com decoração incisa (FRX-114, 801 e 883); "fruitstand" (FRX-461); caçoila lisa (FRX-607+597); esferoidal com alisamento espatulado (FRX-590).

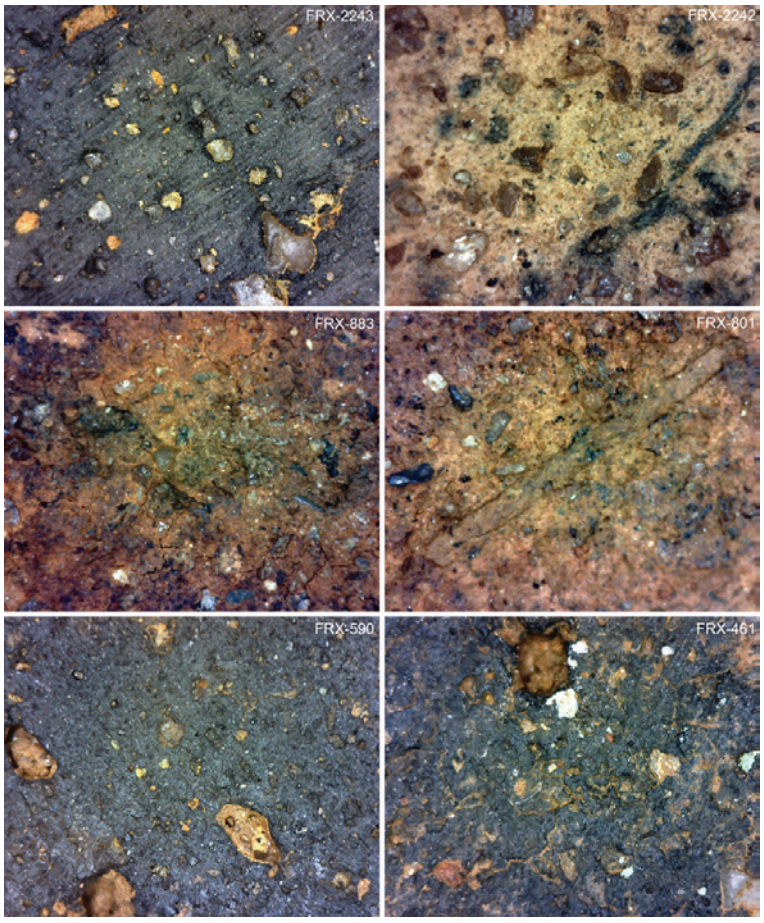


Figura 3 – Aspecto microscópico (x200) da pasta de alguns elementos cerâmicos campaniformes do sítio pré-histórico do Freixo.

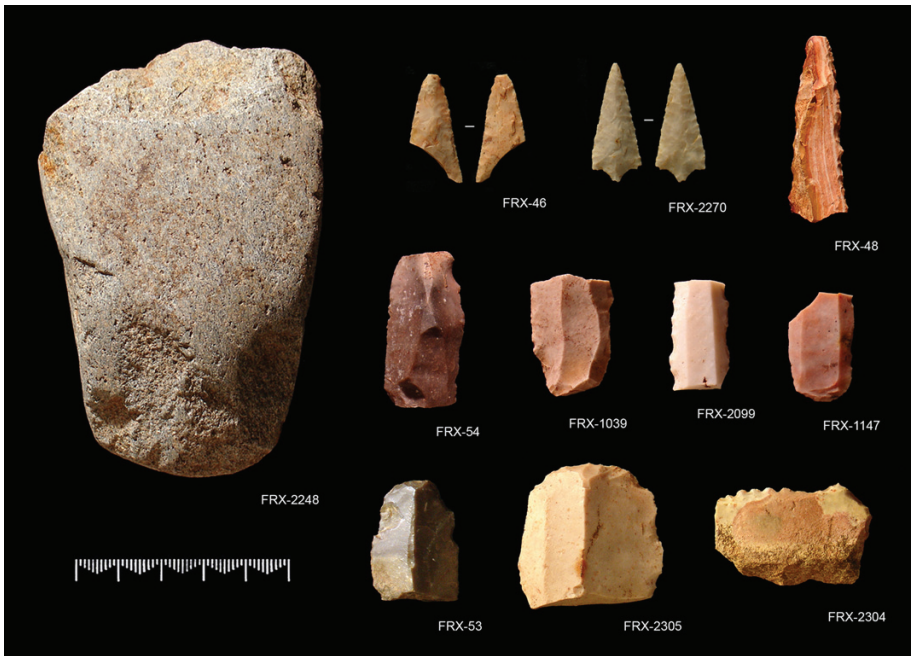


Figura 4 – Exemplos do espólio lítico recolhido no sítio pré-histórico do Freixo: machado de anfibolito (FRX-2248); pontas de seta de sílex (FRX-46 e 2270); furador sobre lâmina de sílex (FRX-48); lâminas de sílex retocadas (FRX-54, 1039,2099 e 1147); raspadeiras sobre lâmina de sílex (FRX-53 e 2305) e "elemento de foice" de sílex (FRX-2304).

Figura 5 – Exemplos de "fruitstands" campaniformes peninsulares. 1-2: São Pedro do Estoril 1, Cascais (adaptado de Leisner *et al.*, 1964, p. 51 e 47, Est. L e K); 3: Porto Covo, Cascais (adaptado de Gonçalves, 2008, p. 130-131, Fig 2.38); 4: El Acebuchal, Carmona (adapatado de Harrison *et al.*, 1976); 5: El Ventorro, Madrid (adaptado de Priego Fernandez e Quero Castro, 1992, fig. 119); 6: Alto del Romo, Tarancón (adaptado de Vicente Navarro & *alli*, 2007); 7: Cova dels Gats, Alzira (adaptado de Barnabeu Aubán, 1984); 8: Grotte du Pás du Noyer, Armissan (adaptado de Lemercier, 2012).

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO MURTAL (CASCAIS)

Paulo Rebelo / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Nuno Neto / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Raquel Santos / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com

RESUMO
O presente artigo pretende dar a conhecer de forma sucinta os materiais recolhidos na intervenção arqueológica de emergência efectuada no Povoado do Murtal, Cascais, em 2003 pela Câmara Municipal de Cascais.

ABSTRACT
This article aims to present in a brief way the materials collected in the emergency archaeological intervention performed in the Povoado do Murtal, Cascais, in 2003 by the municipality of Cascais.

INTRODUÇÃO

O povoado pré-histórico do Murtal localiza-se na encosta SO da povoação do Murtal, freguesia do Estoril, concelho de Cascais. Situa-se a cerca de 56m de altitude, encontrando-se a 700m para Sul a baía de S. Pedro do Estoril e a 400m para oeste a Ribeira de Caparide. A morfologia do terreno apresenta um declive algo acentuado do lado sul, virado ao mar. Este Povoado encontrava-se integrado na complexa rede de assentamentos neolítico–calcolíticos presentes no Concelho de Cascais. Num raio de 2km da estação do Murtal são conhecidos dez assentamentos com ocupação datável do III-IV milénio. É de destacar a existência de três complexos funerários: as grutas artificiais de Alapraia, S. Pedro do Estoril e Murtal (Figura 1). O povoado do Murtal foi descoberto em 1944 por Leonel Ribeiro, que o sondou tendo aí identificado fundos de cabana, apesar do seu elevado estado de destruição (Cardoso, 1991, p.64). Não obstante, o povoado é referenciado pela primeira vez por Afonso do Paço em 1955 (Paço, 1955). Em 1958 Eduardo P. Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, aquando da publicação do estudo referente à estação pré-histórica da Parede, fazem nova referência ao povoado do Murtal, com apenas um breve comentário à descoberta e ao carácter inédito da estação (Vicente e Serrão, 1958, p.8). Na década de 70, J. P. Pereira, no III Congresso Nacional de Arqueologia, apresenta uma comunicação intitulada a "Estação Pré-Histórica do Murtal". Em 2005 os signatários do presente artigo apresentaram no Colóquio Internacional, Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: O 4º e o 3º Milénios a.n.e, decorrido em Cascais, um poster intitulado "O Povoado Pré-Histórico do Murtal – S. Pedro do Estoril, Cascais.

INTERVENÇÃO DE CAMPO

Encontrando-se destinado para a zona do povoado um projecto de construção civil, a Câmara Municipal de Cascais levou a cabo em 2003 trabalhos de acompanhamento arqueológico a fim de salvaguardar eventuais vestígios patrimoniais. Posteriormente, procedeu-se à abertura de duas sondagens de diagnóstico, de 4x4m. No decurso da escavação foi possível detectar a presença de 3 camadas naturais: Camada 1 – Sedimento argiloso de cor castanha clara, com materiais contemporâneos e pré-históricos; Camada 2 – Sedimento argiloso de cor castanha escura compacta, com materiais arqueológicos pré-históricos e contemporâneos; e Camada 3 – Sedimento argiloso de cor castanha alaranjada muito compacto sem materiais arqueológicos. As camadas 1 e 2 são constituídas por contextos revolvidos, onde surgiram vários fragmentos cerâmicos, líticos e fauna pré-histórica, juntamente com fragmentos de cerâmica moderna e contemporânea, estes últimos em menor quantidade. A camada 3 refere-se ao substrato geológico.

CONJUNTO ARTEFACTUAL

Cerâmica

A análise dos recipientes cerâmicos incidiu sobre as suas características morfológicas e tecnológicas. Os critérios utilizados baseiam-se sobretudo nas propostas de análise desenvolvidas por Camps, (1979), Silva e Soares (1976-77) e Valera (1997).

O conjunto estudado é constituído por 2350 fragmentos. Identificaram-se tipologias em apenas 178 fragmentos (8%), o que é demonstrativo do elevado grau de fragmentação do conjunto.

As taças representam a forma que surge em maior número, destacando-se as de forma hemisférica com 39,3%, possuindo a grande maioria bordos simples (81,4%). As taças hemisféricas altas surgem em menor percentagem (12,9%), seguidas das taças hemisféricas rasas (5,6%) (Figura 2). As taças carenadas aparecem representadas em 9 exemplares (5%). Os esféricos são a segunda forma mais comum com 17,9% do total (Figura 3). Já os vasos representam 16,2% do conjunto cerâmico, sendo 14,6% de forma hemisférica. Os vasos troncocónicos atingem apenas os 1,6%. Os pratos (2,2%) e os copos (0,5%) são as formas que surgem com menor peso no conjunto estudado.

A análise do tratamento das superfícies revelou que a grande maioria dos recipientes tem superfícies afagadas (67%), seguindo-se as grosseiras (12%), as polidas (3%) e com engobe (0,5%).

Os dados obtidos referentes aos graus de rolamento mostram que os fragmentos cerâmicos rolados ou muito rolados chegam aos 51,3%, sendo os pouco rolados de 48,7%. Esta diferença mínima entre os índices de rolamento é demonstrativa do elevado grau de revolvimento dos contextos de superfície. No entanto, muitos dos materiais da camada 2 apresentam fracturas vivas, o que comprova que este contexto se encontra menos afectado.

O conjunto de fragmentos que apresentam decoração restringem-se a (0,8%), do total de fragmentos exumados na jazida do Murtal (2350 fragmentos). Com decoração denteada foi encontrado apenas um fragmento de taça hemisférica rasa (5%). A decoração deste fragmento foi obtida por intermédio de impressões sobre o lábio, de forma a prolongarem-se para a superfície interna. Em geral esta decoração denteada surge sobretudo associada a pequenas taças tendo surgido com alguma frequência na Península de Lisboa em sítios do IV milénio a.C. (Sousa, 1998, p.108) (Figura 4). Apenas foi detectado um fragmento decorado com a técnica da "falsa folha de acácia" (5%), não sendo clara a orientação das incisões (Figura 5). Foi também recolhido um fragmento (5%) com decoração em boquique, cuja forma não nos foi possível determinar, devido ao seu elevado estado de fragmentação e rolamento (Figura 6). Um outro fragmento de dimensões muito reduzidas possui quatro pequenas impressões executadas com punção. Para além destes elementos registou-se a presença de três exemplares de cerâmica mamilonada (15%), sendo um de esférico com elemento de preensão sobre o bordo. No Baixo Tejo, os mamilos constituem um aplique plástico usado com grande frequência durante o Neolítico, sendo raros no Calcolítico e reaparecendo esporadicamente na Idade do Bronze (Carreira, 1994, p.61). Foram ainda recolhidos dois fragmentos que ostentam caneluras, um com canelura horizontal larga e profunda, obtida por punção rombo; outro, de taça hemisférica, com quatro caneluras finas horizontais na superfície externa. Com linhas incisas por punção foram apenas recolhidos dois fragmentos, ambos de tipologia indeterminada: um com duas linhas incisas muito finas na superfície exterior e outro com vários traços aleatórios. As caneluras que formam um padrão em triângulos aparecem representadas no interior de um prato com 30 cm de diâmetro (Figura 7). Este género de decoração é muito comum em camadas correspondentes ao Calcolítico Pleno, decorando potes, grandes recipientes esféricos e hemisféricos. Surge ainda um fragmento com decoração penteada na superfície exterior numa sequência de pontilhados impressos que formam uma linha ondulante. Para além destes foi ainda identificado um fragmento de parede decorado com um cordão plástico (5%), obtido por colagem após a peça estar concluída e 3 fragmentos com perfurações. Estas poderiam ter um carácter funcional, de reparação ou simplesmente decorativo. Para além destes elementos, foram recuperados no Povoado do Murtal quatro fragmentos de cerâmica campaniforme incisa. O único que nos permitiu obter a forma é de uma taça hemisférica, ostentando na superfície externa decoração formada por uma banda preenchida por linhas oblíquas (Figura 8). Um dos dois exemplares cuja forma não foi possível identificar possui decoração constituída por linhas horizontais e verticais, sendo o outro decorado com linhas horizontais quebradas por uma banda incisa sem se encontrar preenchida. O grupo inciso caracteriza-se pela uti-

lização da técnica de decoração incisa, por vezes a tender para a excisa. Surge em formas anteriormente utilizadas, como os vasos e caçoilas, embora apresentem características morfologicamente mais vincadas (Soares, 2003, p.108). Quanto aos motivos decorativos, estes atingem uma maior complexidade em padrões geométricos, como: bandas de xadrez, faixas de pequenos traços verticais e paralelos, e métopas. A decoração é altamente densa e "barroca" e a sua integração cronológica em relação ao momento anterior é por vezes de difícil contextualização. Desta forma, a cerâmica campaniforme incisa surge já no final do Calcolítico implantada em contextos abertos de grande aptidão agrícola. Exemplos destes pequenos "casais agrícolas" são sítios como Monte do Castelo (Oeiras), Alto do Montijo (Sintra), Malhadas (Palmela) (Cardoso, 2002, p.312) e Alto do Cidreira (Neto, Rebelo, Santos, 2009).

Pedra lascada

No que diz respeito ao estudo dos artefactos de pedra lascada, estes podem-se enquadrar em dois grupos (Sousa, 1998, p.124): aqueles que possuem uma grande prevalência temporal, de que são exemplo as lâminas, lamelas, lascas, raspadores, etc; e algumas novidades típicas do IV e III milénios a.C., os designados foliáceos ("foicinhas" ovóides ou rectas, alabardas, punhais, pontas de seta de retoque invasor ou cobridor) (Carvalho, 1995/1996, pp. 41-59). O facto de não ter surgido no conjunto em análise qualquer artefacto integrado neste segundo grupo vem dificultar uma possível periodização cronológica e cultural do povoado do Murtal tendo por base uma análise do conjunto.

Em termos gerais, os artefactos em pedra lascada são 91, quase todos em sílex, excepto duas peças (2%): uma em quartzo e outra em quartzito, litologias de obtenção comum na região. Em termos de categorias tecno-tipológicas, destacam-se de uma forma clara os produtos de debitagem (62,6%); os núcleos representam 7,7% do conjunto; enquanto os suportes possuem um peso de 7,5%, não se tendo recolhido nenhuma lasca como suporte. O grupo da utensilagem é composto por 20 peças (21,9%).

Tabela 1 – Inventário geral dos artefactos de pedra lascada.

Tipo	*Sílex*	*Quartzo*	*Quartzo hialino*	*Quartzito*	*Outras*	*Total*	*%*
Núcleos	6	1	0	0	0	7	7,7
Lascas	1	0	0	0	0	1	1,1
Lamelas	4	0	0	0	0	4	4,4
Lâminas	3	0	0	0	0	3	3,3
Prod.debitagem	57	0	0	0	0	57	62,6
Utensílios	18	0	0	1	0	19	20,8
Termoclastos	0	0	0	0	0	0	0
Total	89	1	0	1	0	**91**	**100**

No que diz respeito aos núcleos, a matéria-prima de eleição é o sílex, excepto num caso em que foi utilizado o quartzo. Tipologicamente, 3 enquadram-se como poliédricos e 4 de tipo piramidal, tendo por objectivo a obtenção de lamelas e lascas de pequenas dimensões. As peças tidas como suportes apresentam um peso reduzido na colecção, apenas 8,6%. É de sublinhar que a grande maioria são lâminas e lamelas, incluindo-se apenas uma lasca (1,1%). A grande maioria das lascas recolhidas possui dimensões diminutas entre 0,8cm e 3,9cm, sendo enquadradas como sub-produtos de talhe (62,6%).

A utensilagem é composta por 19 peças (20,8%), 18 em sílex e uma em quartzito. O seu peso no conjunto é demostrativo da sua relevância nas tarefas gerais do quotidiano do Povoado. Uma análise geral mostra que quase metade do conjunto é composto por lascas retocadas que surgem em número de 8 (42,1%). Já as lamelas (5,2%) e lâminas retocadas (21,0%) surgem com um peso inferior (Figura 9). Os furadores resumem-se a dois (10,5%), sendo ambos sobre lasca, um de tipo piriforme, com paralelos no Povoado do Estoril (Pereira, 1916; Gonçalves, Sousa, 2010) (Figura 10). As raspadeiras também são duas (10,5%), ambas sobre lasca. Foi ainda registada uma lasca com entalhe (5,2%).

No que se refere às dimensões do conjunto laminar observa-se que das doze peças, sete se encontravam fracturadas, encontrando-se inteiras apenas uma lâmina e 4 lamelas, optando-se por uma análise geral das larguras. O conjunto lamelar apresenta larguras entre 10 e 12mm, com apenas uma peça de largura inferior a 10mm. Já as lâminas possuem larguras entre os 15mm e os 21mm, registando-se uma lâmina com largura de 31mm.

Pedra Polida/Elementos de Moagem

Os artefactos em pedra polida exumados no povoado do Murtal são apenas três. Todos produzidos em rochas anfibólicas, dois encontram-se muito fragmentados. Identificou-se apenas um gume de machado, sem qualquer vestígios de uso, e uma lasca em anfibolito, possivelmente de um machado. O terceiro exemplar é um machado que apesar de fracturado sobre um dos flancos, apresenta polimento sobre o gume e bordos. De secção sub-rectangular, exibe no gume ligeiros sinais de uso.

Foram ainda recolhidos três elementos de moagem, dois dormentes e um movente. São todos produzidos em arenito, encontrando-se fracturados. Os dormentes possuem picotados distintos, um apagado e outro circunscrito. Devido ao elevado grau de fragmentação não foi possível definir a sua forma.

CONCLUSÕES

Após a leitura dos dados disponíveis, resultantes não só da intervenção arqueológica como também da observação atenta da área envolvente onde se desenvolveria o sítio, concluímos que a constante actividade antrópica a que o local esteve sujeito terá destruído em boa parte o povoado, cujos reais limites e dimensões se desconhecem. Neste sentido, as informações estratigráficas obtidas com a abertura das sondagens arqueológicas não foram conclusivas, revelando que o substrato rochoso funcionou como uma barreira natural na retenção do espólio existente. Foi possível, por intermédio de uma análise essencialmente tipológica e decorativa dos artefactos exumados, verificar que o povoado pré-histórico do Murtal terá tido uma longa ocupação entre o Neolítico e o Calcolítico Final / Bronze Inicial.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Guilherme (1991), "Carta Arqueológica do Concelho de Cascais", Câmara Municipal de Cascais;

CARDOSO, João Luís (1994), "Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico", *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* Câmara Municipal de Oeiras (número especial), Oeiras, pp.1-164;

CARDOSO, João Luís, CARREIRA, Júlio (1995), "O povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa). Resultados das escavações de 1988", Estudos arqueológicos de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, n.5, Oeiras, pp.277-298;

CARREIRA, Júlio (1994), "A pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior)", *Trabalhos de Arqueologia da EAM,* nº.2, Colibri, Lisboa, pp.47-144;

CARVALHO, António Faustino (1995/1996), "O talhe da pedra e a transição Neolítico – Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção", *Trabalhos de Arqueologia da EAM,* nº.3/4, Edições Colibri, Lisboa, pp.41-58;

GONÇALVES, Victor, SOUSA, Ana Catarina (2010), "O Povoado Calcolítico do Estoril, os seus furadores de sílex e os seus tempos" – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénio a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais, Câmara Municipal.

NETO, Nuno, REBELO, Paulo, SANTOS, Raquel (2009), "Dados Preliminares da Intervenção Arqueológica na ZEP da Villa Romana do Alto do Cidreira (Cascais)", *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em Território Português,* Centro Português de Geo-História e Pré-História, Lisboa.

SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina (1976-77), "Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve", *Setúbal Arqueológica,* nº.2-3, MAEDS, Setúbal, pp.179-272.

SOARES, Joaquina (2003), "Os HipoguesnPré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela)", Museu de Arqueologia e Etnografica do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal.

SOUSA, Ana Catarina (1998), "O neolítico final e o calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros", *Trabalhos de Arqueologia*, nº.11, IPA, Lisboa, pp.15-275.

VALERA, António Carlos (1997), "O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): Aspectos da Calcolitização da Bacia do Alto Mondego", Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Lisboa.

VICENTE, Eduardo Prescott, SERRÃO, Eduardo da Cunha (1958), "Estação Eneolítica de Parede – Notícia do seu achado", Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.

Figura 1 – Localização do Povoado do Murtal na CMP, escala 1:25000, folha nº430, com integração de outros assentamentos com ocupação datável do III-IV milénio.

Figura 2 – Taça Hemisférica de bordo em aba.

Figura 3 – Esférico de bordo simples.

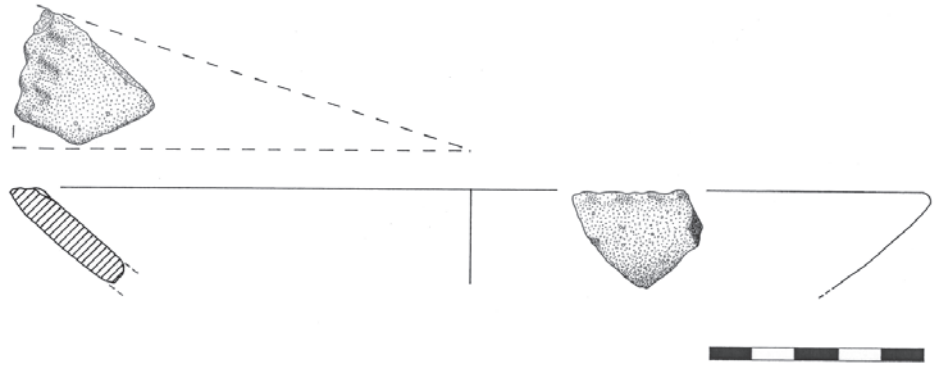


Figura 4 – Taça Hemisférica rasa de bordos denteados.

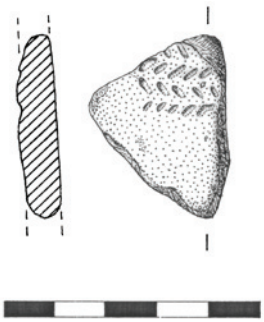


Figura 5 – Fragmento de cerâmica decorada com a técnica da "falsa folha de acácia".

Figura 6 – Fragmento de cerâmica com decoração em boquique.

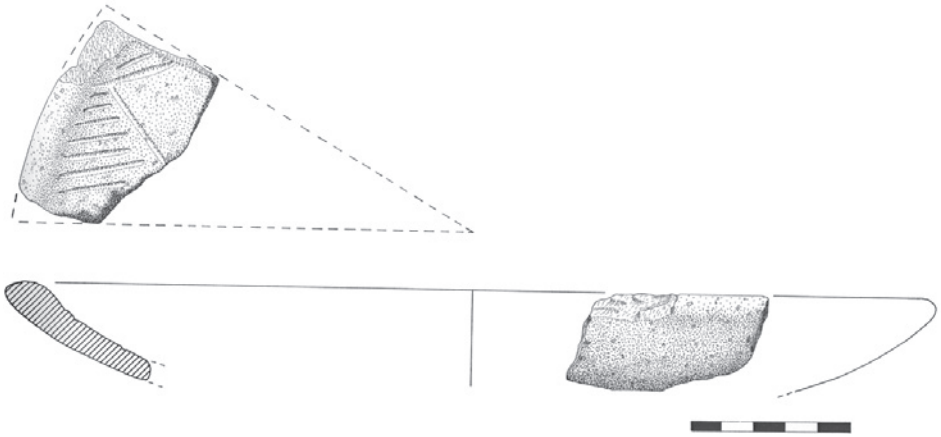


Figura 7 – Prato decorado com caneluras oblíquas pouco profundas, formando uma espécie de triângulo.

Figura 8 – Taça Hemisférica com decoração campaniforme incisa.

Figura 9 – Fragmento de Lâmina em sílex.

Figura 10 – Furador em sílex.

A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA EM PORTUGAL: MUITOS SÍTIOS, MESMAS PESSOAS?

Andrea Martins / Associação Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

RESUMO

Actualmente conhecem-se no nosso território cerca de 65 sítios com pintura rupestre esquemática. A iconografia presente nestes sítios, apesar de mostrar algumas variações regionais, é na sua maioria muito homogénea, resultante do seu enquadramento no universo conceptual das comunidades que habitaram estes territórios durante a pré-história recente. Através da análise iconográfica, tipológica e de implantação destes abrigos foram definidos dois grandes períodos crono-culturais, o primeiro (Arte Esquemática Semi-Naturalista) no momento de emergência das primeiras comunidades agro-pastoris, e o segundo (Arte Esquemática Ideográfica), numa época de consolidação e domínio efectivo do território.

ABSTRACT

Currently, there are about 65 sites with schematic rock art in the Portuguese territory. The iconography present in these sites, despite showing some regional variations, it is very homogeneous. This fact results from its integration within the conceptual universe of the communities who lived in these territories, during the recent prehistory. Through the iconographic and typological analysis of these schematic rock painting shelters, were defined two large chrono-cultural periods: 1º – Semi-Naturalist Schematic Art – at the moment of the emergence of the first agro-pastoralist communities; 2º – Ideographic Schematic Art – at the moment of consolidation and effective control of the territory.

1. A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA: O CONTEXTO PENINSULAR

A Pintura Rupestre Esquemática (PRE) encontra-se em praticamente todo o território peninsular, existindo numerosos estudos e publicações sobre sítios arqueológicos singulares ou regiões abordadas no seu todo. Esta proliferação de estudos é dominante no território espanhol, devido não só a um maior número de investigadores, mas principalmente à maior quantidade de sítios com arte esquemática (o que, por sua vez, é proporcional à área geográfica deste País, mas também devido a condições geomorfológicas que permitiram a existência e conservação dos abrigos). A sua existência e distribuição actual terá de ser encarada em função de diversos factores que funcionam como condicionantes, sejam geológicas e geomorfológicas, sejam de acções antrópicas destrutivas ou a existência de trabalhos de prospecção intensiva que permitiram a sua inventariação sistemática em regiões particulares. Encontra-se concentrada nas cordilheiras centrais da Serra Morena e cadeias montanhosas dos vales do Tejo, Guadiana, Guadalquivir e Douro, surgindo também na faixa cantábrica, na Meseta Norte e em toda a área levantina (Moure Romanillo, 1999: 158). A arte rupestre pós-paleolítica do Levante espanhol foi, no mesmo ano que o Vale do Côa (na reunião de Kyoto em 1998), incluída na lista de Património Mundial, denominando-se *Arte Rupestre Postpaleolítica no Arco Mediterrânico da Península Ibérica*, englobando os diferentes estilos existentes em seis comunidades. Desde então foi efectuado um exaustivo trabalho de levantamento, catalogação, prospecção, conservação e investigação, levando a que outras áreas geográficas onde exista arte levantina ou esquemática passem a fazer parte desta rede. A cooperação entre as várias comunidades (destacando-se o papel das universidades), com a criação de inúmeras publicações, centros de investigação e de

divulgação, congressos temáticos, cursos, Parques Culturais, levou a que a arte do Arco Mediterrânico conhecesse divulgação e projecção a nível mundial. Nas últimas décadas assistiu-se a um crescimento exponencial de investigadores de arte rupestre em Espanha, com inúmeras teses de doutoramento sobre aspectos específicos e inovadores dos estudos de arte rupestre (Hernández Pérez, 2009: 62). Esta situação foi possível pois os responsáveis decidiram apostar na formação, na partilha do conhecimento científico e na abertura a novos investigadores para o estudo dos inúmeros sítios com arte pós-paleolítica. Em Portugal, e apesar das gravuras do Côa terem provocado uma revolução no sistema administrativo patrimonial, a nível científico não houve esta abertura e esta criação de nova massa crítica, de novos investigadores (com pequeníssimas excepções), situação criada pelas universidades e por dirigentes, que simplesmente não cooperaram. Torna-se, aliás, necessário efectuar uma cooperação entre investigadores portugueses e espanhóis, criando uma rede de informação científica e organizando um corpus com os sítios com PRE, procurando assim conhecer a nível peninsular os processos de difusão do fenómeno esquemático.

2. A PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA EM PORTUGAL: DO SÉCULO XVIII À ACTUALIDADE[1]

A suspensão da construção da barragem de Foz Côa para preservar as gravuras daquele vale foi um acontecimento único que marcou a arqueologia e a política portuguesa. Porém, não foi a primeira vez que um sítio com arte rupestre levou a alterações de projectos, sendo também discutido e defendido abertamente no seio da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Na realidade, em finais do século XIX, a existência das pinturas esquemáticas do Cachão da Rapa levaram à construção do túnel da Alegria, que não se encontrava planeado, na então recém-construída linha ferroviária do Douro, preservando assim o maciço rochoso onde se encontra o painel historiado. A destruição do Cachão da Rapa esteve então iminente com a construção da linha férrea e, como refere Possidónio da Silva, "esta singularíssima antiguidade estava condenada a ser destruída, conforme o costume que há entre nós de arrazar tudo o que pertence a épochas remotas. O caminho-de-ferro devia atravessar n'esse ponto, e portanto irremissivelmente havia de sacrificar-se o penhasco, muito embora se desprezasse um dos mais importantes monumentos archeologicos de Portugal. Por fortuna, um digno Par do Reino, alto apreciador das antiguidades nacionais, o senhor Visconde de Seabra, conseguiu da sua câmara recomendar ao Governo que evitasse tal vandalismo, o que se cumpriu, sendo ordenada uma alteração na directriz da linha" (Silva, 1887). Efectuava-se assim a primeira acção de salvaguarda e preservação de um sítio de arte rupestre em Portugal, e neste caso, de um sítio com pinturas esquemáticas.

No nosso território encontram-se identificados 65 sítios[2] com pinturas rupestres esquemáticas, distribuindo-se desde Trás-os-Montes até ao Alto Alentejo, existindo diversos núcleos geográficos. (Tabela 1)

Verifica-se uma grande concentração de abrigos com PRE no norte de Portugal, situação esta que poderá ser entendida por questões geológicas e geomorfológicas, bem como por processos tafonómicos específicos, que, conjuntamente, permitiram índices relativamente elevados de conservação das pinturas. Por outro lado, as prospecções intensivas realizadas por diversos investigadores (destacando-se os trabalhos desenvolvidos por M. Jesus Sanches e os da equipa do extinto CNART e actual PAVC) levaram à identificação destes abrigos, situação que não ocorre em outras áreas do nosso território onde as mesmas condições favoráveis se poderão repetir. Os numerosos trabalhos de minimização efectuados em Trás-os-Montes nos últimos anos, destacando-se os relacionados com construção de infraestruturas hidroeléctricas, também contribuíram para a identificação de novos abrigos com PRE, que, infelizmente, não se encontram ainda devidamente estudados e divulgados.

1. As limitações de espaço levaram-nos a apresentar de forma sucinta e sintética os abrigos com PRE existentes em Portugal, tornando-se numa listagem que futuramente será apresentada de forma detalhada num trabalho académico em elaboração.

2. Estes 65 sítios foram identificados através de referências bibliográficas, consulta de processos no Arquivo Português de Arqueologia, internet e referências orais. Optou-se (devido ao espaço disponível) por não apresentar as referências bibliográficas de cada sítio mas apenas o respectivo CNS (em alguns casos não apresentam CNS atribuído).

Tabela 1

Sítio	Identificação	Área Geográfica	Implantação	Iconografia	CNS	Observações
1 – Cachão da Rapa	1706 (?)	Trás-os--Montes – Rio Douro	Junto da margem direita do rio Douro, num maciço granítico	Motivos geométricos: reticulados e quadrados. Recurso bicromia	186	1738 – 1ª reprodução por D. Jerónimo Contador de Argote
2 – Lapa dos Gaivões	1914 (?), divulgada em 1916 – Aurélio Cabrera	Alto-Alentejo	Grande abrigo aberto em maciço quartzítico, com amplo domínio visual sobre a planície alentejana.	Definidos 10 painéis, com iconografia muito diversa: antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos. Diversas cenas.	758	Henri Breuil realizou o primeiro estudo monográfico (Breuil, 1933-1935).
3 – Pala Pinta	1921 – Horácio Mesquita	Trás-os--Montes	Grande abrigo em maciço granítico com amplo domínio visual.	Motivos soliformes, digitações, pontos, ramiforme e antropomorfo.	992	
4 – Lapa dos Louções	1957 (?) 1960 – O. da Veiga Ferreira e L. Albuquerque e Castro	Alto-Alentejo	Diaclase do maciço quartzítico, de reduzidas dimensões, destacado visualmente na paisagem.	Motivos geométricos: reticulados, barras; antropomorfo.	32795	
5 – Igreja dos Mouros	1957 (?) 1960 – O. da Veiga Ferreira e L. Albuquerque e Castro	Alto-Alentejo	Abrigo de grandes dimensões, com amplo domínio visual.	Antropomorfos, reticulado e ramiformes.	1621	Com preenchimento sedimentar .
6 – Penas Róias	1981 – António Maria Moutinho	Trás-os--Montes	Pequeno abrigo localizado em destacado maciço granítico, com amplo domínio visual.	Antropomorfos, motivos geométricos, reticulados, digitações e barras.	4787	
7 – Fraga d'Aia	1982 – Agostinho Campos Ferreira	Beira Alta	Pequeno abrigo granítico localizado em plataforma sobranceira ao rio Távora. Amplo domínio visual.	Antropomorfos, manchas de pigmento e zoomorfos, sendo o cervídeo de grandes dimensões.	3401	Abrigo com preenchimento sedimentar – Neolítico final – Calcolítico.
8 a 16 – Abrigos do Regato das Bouças	Década de 1980 – Maria de Jesus Sanches	Trás-os--Montes	Vários pequenos abrigos localizados na Serra de Passos, excepto o Buraco da Pala que se destaca visualmente na paisagem, tendo amplo domínio visual.	Antropomorfos, motivos geométricos, reticulados, pontuações, digitações, zoomorfos, esteliformes e ramiformes.	6898 6899 7010 7014 7015 7017 7018 7019 2522	Abrigo do Buraca da Pala com preenchimento sedimentar. Ocupação pré-história recente.
17 – Abrigo Pinho Monteiro	1981 – M.V. Gomes e J.P. Monteiro	Alto-Alentejo	Grande abrigo no topo de maciço quartzítico; amplo domínio visual.	Antropomorfos, ramiformes, zoomorfos, soliformes, barras, pontuações, motivos geométricos.	2879	Abrigo com preenchimento sedimentar. Ocupação pré-história recente.
18, 19 e 20 – Abrigos da Ribeira da Cabreira	1994 (?) – Maria de Jesus Sanches	Trás-os--Montes	Pequenos abrigos junto da linha de água.	Motivos geométricos, barras e pontos.	10648	

21 – Abrigo do Ninho do Bufo	2003 – Margarida Ribeiro	Alto Alentejo	Pequeno abrigo no topo maciço quartzítico. Amplo domínio visual.	Pontos, barras e antropomorfo.	19296	
22 – Gruta do Pego do Inferno	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Junto Ribeira do Abrilongo.	Antropomorfos e ramiformes.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
23 – Cerro das Lapas	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo		Pinturas esquemáticas.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
24 – Louções 2	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Pequeno abrigo no topo do maciço quartzítico dos Louções. Amplo domínio visual.	Dois antropomorfos.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
25 – Outeiro das Pratas	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Pequeno abrigo.	Pinturas esquemáticas.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
26 – Abrigo da Senhora da Penha	2009 (?) – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Abrigo de reduzidas dimensões.	Dois antropomorfos.		Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC. Sem CNS
27 – Ermida da Senhora da Lapa	2009 – Jorge Oliveira e Clara Oliveira	Alto-Alentejo	Abrigo actualmente no interior da ermida.	Antropomorfos, digitações e barras.	32169	Comunicação oral V Congresso Neolítico e consulta processo DGPC.
28 – Lapa dos Coelhos	1997 – Maria Armanda Teixeira	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Abrigo numa escarpa, sob a nascente do rio Almonda. Amplo domínio visual.	Ramiforme e pontuações.	23122	
29 – Abrigo do Lapedo	1998 – Pedro Ferreira	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Abrigo na margem direita da Ribeira da Caranguejeira. Com reduzido domínio visual.	Antropomorfos e motivo geométrico.	12807	
30 – Abrigo doVale das Buracas	2012 (?)	Estremadura – Serra de Aire e Candeeiros	Vale das Buracas.	Antropomorfo e outros motivos indeterminados.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.
31 e 32 – Pego da Rainha 1 e 2	2001 – Equipa multidisciplinar Museu de Mação	Beira Baixa – Médio Tejo	Abrigos no topo de macio quartzítico, com amplo domínio visual e de difícil acesso. Junto de nascentes.	Barras, digitações, semi-circulos e antropomorfo.	20674 20675	
33 – Abrigo Chão do Galego	2010 (?) – Equipa Associação Estudos Alto Tejo	Beira Baixa – Alto Tejo	A meia encosta da Serra das Talhadas.	5 barras.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.
34 – Abrigo do Almourão	2010 (?) – Equipa Associação Estudos Alto Tejo	Beira Baixa – Alto Tejo	Margem direita do rio Ocreza, com visibilidade para as Portas do Ródão.	Digitações, barras, ondulados, possível zoomorfo.		Encontra-se publicado, mas não tem CNS.

35 – Abrigo de Segura	2006 – Luís Nobre	Beira Baixa – Rio Erges	Margem direita rio Erges, num imponente canhão granítico. Abrigo a altitude considerável, de difícil acesso.	Pontuações, soliforme e motivo ovalado.		Inédito. Alvo actual de estudo.
36 – Abrigo do Ribeiro das Casas	2002 – Isabel Magalhães e Carlos Teles	Beira Alta	Junto da margem direita da Ribeira da Pena, num pequeno maciço granítico. Reduzido domínio visual.	Zoomorfo – equídeo e dois antropomorfos.	31587	Em 2006 o abrigo foi vandalizado tendo sido destruída a representação de equídeo.
37 a 45 – Faia	1989 – Francisco Sande Lemos 1995 – equipa do PAVC 2001 – Andrea Martins, Filipa Rodrigues, Marcos Diez, Pedro Souto e João Marício	Beira Alta – Rio Côa	9 abrigos localizados em ambas as margens do rio Côa, numa zona muito encaixada e de difícil acesso. A visibilidade é reduzida, apenas para o próprio rio.	Antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos, soliformes, barras, pectiformes e ramiformes.	Faia 1 – 8478/32726 Faia 2 – 32727 Faia3 – 8480/32738 Faia 4 – 32729 Faia 5 – 8482/32730 Faia 6 – 8483/32731 Faia 8 – 25667 Faia 9 – 17057 Faia 10 – 17065	
46 – Ribeira de Piscos	1995 (?) - PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Abrigo nas margens da Ribeira de Piscos, perto da foz com Rio Côa. Localizado à entrada do troço terminal da ribeira.	Antropomorfos.	8471	
47 – Rocha 3 de Vale de Figueira	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Rocha na encosta da Ribeira de Vale de Figueira.	Um antropomorfo.	8469	
48 – Abrigo da Ribeirinha	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Abrigo granítico localizado na margem direita da Ribeirinha, implantando-se a altitude elevada, numa área planáltica. Grande domínio visual.	Antropomorfos e manchas de pigmento.	8484	
49 – Vale de Videiro	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Rocha localizada na vertente de Vale de Videiro, junto da foz com o Rio Côa.	Antropomorfo masculino.	8467	
50 – Monte de São Gabriel	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Junto do topo do Monte de São Gabriel, num afloramento quartzítico. Amplo domínio visual sobre o Vale do Côa.	Motivo geométrico – pectiforme.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
51 – Abrigo das Lapas Cabreiras	PAVC	Beira Alta – Rio Côa	Em local destacado, sobranceiro ao Vale do Côa, na base de um maciço granítico. Amplo domínio visual.	Utilização de pigmentos de diversas colorações. Pontos, barras, dois antropomorfos e duas representações de mãos		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
52 – Vale d'Arcos	PAVC	Trás-os--Montes Rio Douro	Grande abrigo quartzítico, perto da foz com o Rio Douro.	Antropomorfos.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.
53 – Abrigo do Colmeal	2004 – PAVC	Beira Alta	Quatro abrigos junto das margens de pequena ribeira.	Antropomorfos.		Referenciado no site do PAVC. Sem CNS.

54 – Fraga do Gato	1980 – Nelson Rebanda	Trás-os--Montes	Abrigo localizado em grande parede vertical quartzítica. Amplo domínio visual.	Zoomorfo – lontra (?).	14355	
55 e 56 – Abrigo 1 e Abrigo 3 da Ribeira do Mosteiro	1990 (?) – PAVC 2009 – Sofia Figueiredo e Rita Gaspar	Trás-os--Montes	Pequenos abrigos nas encostas da Ribeira do Mosteiro. Amplo domínio visual.	Ramiformes, pontuações e barras.	31749 31750	
57 – Abrigo da Fonte Santa	PAVC	Trás-os--Montes	Na área superior da nascente da Fonte Santa.	Antropomorfos, barras, grelhas, pectiformes, soliformes e zoomorfo.	17724	
58 – Forno da Velha	2005 – equipa projecto Terras Quentes	Trás-os--Montes	Na margem da Ribeira do Rebolal, perto do Rio Sabor. Formado por vários nichos, destacados na paisagem e com amplo domínio visual.	Antropomorfos, zoomorfos, motivos geométricos e ramiformes.	23820	
59 e 60 – Toca da Moura 2 e 3	2004 – João Maurício e Adelaide Pinto	Trás-os--Montes	Abrigo localizado numa escarpa de falha, sem qualquer visibilidade.	Zoomorfo – serpentiforme e mancha de pigmento.	20383 10136	
61 – Abrigo Rio Tua	2008 – equipa EIA da barragem do Tua	Trás-os--Montes	Junto da foz do Rio Tua com o Rio Douro.	Pintura indeterminada.	32516	
62 – Ribeira de Xedal	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os--Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo na margem da Ribeira do Xedal.	Barras e manchas de pigmento.	11415	
63 – Abrigo da Fraga do Fojo 2	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os--Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo localizado no topo da encosta sobranceira ao Rio Sabor. Amplo domínio visual.	Motivos geométricos – reticulados.	11442	
64 – Abrigo da Ribeira de Moinhos	1997 – equipa do EIA da Barragem do Sabor	Trás-os--Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo com pala, na margem da Ribeira de Moinhos. Escasso domínio visual.	Motivo geométrico e barra.	11410	
65 - Abrigo da Rocha 2 da Ribeira do Medal	2011 – Equipa prospecção AHBS – Barragem do Sabor	Trás-os--Montes Rio Sabor	Pequeno abrigo quartzítico na margem da Ribeira do Medal. Escasso domínio visual.	Digitações e pontuações.		Trabalhos ainda em curso, sem CNS atribuído.

A inexistência de PRE no litoral, Baixo Alentejo e Algarve, por exemplo, poderá ser explicada pelo motivo referido, sendo assim necessário a realização de projectos que contemplem prospecções sistemáticas e intensivas, direccionadas para a identificação de gravuras e pinturas rupestres. No Algarve apenas encontramos uma breve referência de um abrigo na Quinta do Penedo, em São Bartolomeu de Messines, que apresenta arte esquemática, não sendo referido se são gravuras ou pinturas, qual a iconografia presente ou a localização do abrigo (Gomes, 2002, p.173; 2007, p.123), não surgindo também referenciado na base de dados Endovélico. Não é crível, no estado actual da investigação, que as lacunas observadas na distribuição geográfica da PRE se devam a contingências particulares das comunidades neo--calcolíticas (isto é, a factores culturais), devendo aquelas lacunas ser portanto encaradas como deficiências na adequada prospecção desses territórios.

O panorama da historiografia da PRE em Portugal, que à partida pareceria revelar um panorama desolador, revela afinal que talvez nos encontremos numa fase de mudança, onde, devido a factores vários, surgem oportunidades de realização de estudos inéditos, os quais acabam nas mãos de jovens investigadores. Esta democratização dos estudos na arte rupestre portuguesa terá necessariamente de ser acompanhada de uma maior especialização técnica e

académica dos profissionais respectivos, que devem buscar a produção de estudos sistemáticos e científicos, tentando transportar a "arte rupestre" para o centro dos estudos sobre Pré-História de Portugal, articulando-a em pé de igualdade com as outras realidades arqueológicas.

3. O ESPAÇO NATURAL E A SUA TRANSFORMAÇÃO EM ESPAÇO ANTROPIZADO

A PRE encontra-se em diversos tipos de suportes, sendo predominantes em pequenos abrigos ou lapas, por vezes ocultos (Toca da Moura ou Lapa dos Louções), mas também em painéis verticais totalmente expostos (Faia ou Pego da Rainha 1) (Figuras 1 e 2). Os grandes abrigos, locais que poderiam albergar dezenas de pessoas, são mais raros (Lapa dos Gaivões) (Figura 3), existindo outros onde os grupos poderiam ser mais pequenos (Fraga d'Aia, Igreja dos Mouros, Pala Pinta). O substrato geológico condiciona apenas o estado de conservação, sendo esta uma das razões da predominância de pinturas em substratos quartzíticos e graníticos, tornando-se muito residuais as existentes em áreas geográficas calcárias (Lapa dos Coelhos, Abrigo do Lapedo e Abrigo do Vale das Buracas).

Os espaços naturais (abrigos, paredes verticais) são alvo de um processo de selecção baseada na estratégia territorial de cada comunidade/grupo. Após esta escolha são transformados num espaço cultural, onde foram efectuadas pinturas rupestres, que correspondem por vezes ao único vestígio arqueológico preservado. Este espaço cultural faria assim parte da comunidade, que o utilizaria consoante a sua finalidade específica e que estaria enquadrado num espaço geográfico estruturado. A apropriação da natureza seria assim efectuada por estas comunidades pré-históricas através do domínio simbólico de determinados locais específicos na paisagem.

A partir dos modelos criados por Julian Martínez Garcia (1998), podemos preliminarmente definir para os abrigos com arte esquemática pintada no território português 4 tipos de localização específica, correspondentes a distintas estratégias culturais que modificam um espaço natural:

1 – Sítios de Cume ou topo, apresentando um amplo domínio visual da paisagem, localizados no topo de elementos geográficos, sendo facilmente observáveis a média e longa distância. Alguns são de grandes dimensões como o Buraco da Pala ou o Abrigo Pinho Monteiro, outros mais pequenos como Penas Róias, sendo o reportório iconográfico muito variado (Figuras 4 e 5).

2 – Sítios de Montanha ou de visão ampla, apresentando um amplo domínio visual da paisagem, localizados na encosta de elevações, ou próximo de linhas de água e nascentes. Nesta tipologia podemos enquadrar, entre outros, a Lapa dos Coelhos, Pego da Rainha (Figura 2), Igreja dos Mouros, Fraga d'Aia, Ribeira do Mosteiro, Lapas Cabreiras, Lapa dos Gaivões, Pala Pinta ou Abrigo da Fraga do Fojo.

3 – Sítios de Passagem ou de visão limitada, localizados nas margens linhas de água ou de pequenos vales, com dispositivo iconográfico que pode ser reduzido, sendo geralmente de pequenas dimensões e com acesso limitado. Exemplos desta tipologia são o Abrigo do Lapedo, Abrigo do Ribeiro das Casas, Abrigo do Vale das Buracas, Faia (Figura 1), Abrigo da Ribeira de Moinhos, Abrigo da Foz do Medal, Abrigo do Rio Tua, Cachão da Rapa ou Ribeira de Piscos.

4 – Sítios ocultos ou de visão inexistente, localizados em locais de acesso muito restrito e difícil, totalmente ocultos, com pouca ou nenhuma incidência solar directa. O dispositivo iconográfico pode ser muito reduzido como no Abrigo de Segura ou na Toca da Moura, ou muito diversificado como na Lapa dos Louções (Figura 6).

A localização num mesmo espaço geográfico de diversos abrigos, com as mesmas características de implantação, ou, tendo um mesmo elemento geográfico como eixo orientador, originam a definição da categoria de Sítios Complexos ou Rituais. No nosso território (ao contrário do que sucede em Espanha) existem poucas concentrações de abrigos com PRE num mesmo espaço geográfico, sendo de destacar o núcleo da Faia, o núcleo dos abrigos de Arronches e o núcleo da Serra de Passos em Mirandela (Figura 7).

As manifestações gráficas destas primeiras comunidades agro-pastoris apresentam clara ruptura com as figurações paleolíticas, resultado de uma alteração do sistema económico, social e climático. Relativamente à arte esquemática pintada, podemos preliminarmente definir duas fases: a arte esquemática semi-naturalista, com representações zoomórficas de grandes dimensões que evocam a imaginética paleolítica e onde a figura humana sur-

ge com os seus atributos formais definidos. Desta fase são exemplo a Faia no Vale do Côa (Figura 8), alguns motivos da Lapa dos Gaivões (Arronches), a cena de caça da Fraga d'Aia, o motivo zoomórfico pintado a vermelho da Fraga do Gato e o Abrigo do Ribeiro das Casas (Malhada Sorda, Almeida). Cronologicamente trata-se de uma fase antiga do Neolítico (VI-V milénio a.C.).

Com a consolidação do sistema agro-pastoril, surge a segunda fase: a da arte esquemática ideográfica. O modelo conceptual do território volta a alterar-se e com ele o subsistema simbólico, que alcança um elevado grau de esquematismo, transformando-se as representações em ideogramas. A figura humana perde os seus atributos formais, surgindo isolada sem referências espaciais, e os motivos abstractos tornam-se preponderantes. Desta segunda fase, são exemplos o Abrigo Pinho Monteiro, Penas Róias (Figura 9), Cachão da Rapa, Pala Pinta, Ribeira do Mosteiro, Fonte Santa, alguns painéis da Lapa dos Gaivões, a Lapa dos Louções e a Igreja dos Mouros, a segunda fase do Abrigo do Ribeiro das Casas, os antropomorfos da Fraga d'Aia, o ramiforme da Lapa dos Coelhos, o Abrigo do Lapedo, o Pego da Rainha ou o Abrigo de Segura. Esta fase terá início em finais do V milénio a.C., prolongando-se até ao III milénio a.C., acompanhando assim as transformações efectuadas entre o final do Neolítico e o início do período do Calcolítico.

4. UM LONGO CAMINHO A PERCORRER: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve texto pretende ser o ponto de partida para uma abordagem exaustiva aos sítios com PRE no território Português. Diversos aspectos terão necessariamente de ser abordados, não podendo surgir descontextualizados e sem bases crono-culturais, realizando a sua integração num determinado contexto arqueológico. A abordagem deverá partir de estudos regionais, numa escala mais pequena, partindo posteriormente para a sua integração num determinado território. O objectivo final será uma aproximação aos programas conceptuais destas comunidades pré-históricas, que através da marcação em determinados locais, de determinados símbolos, transformaram o espaço natural num espaço antropizado.

Passados mais de 150 anos da identificação do primeiro sítio com PRE as problemáticas continuam actuais e por definir: quem realizou aquelas pinturas? com que objectivo? e porquê? É nosso objectivo encontrar estas respostas ou pelo menos algumas.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

BREUIL, Henri (1933-1935) – *Les Peintures Rupestres Schématiques de la Péninsule Ibérique, Vol. I – Au Nord du Tage, Vol. II – Bassin du Guadiana, Vol. III –Sierra Morena, Vol. IV – Sud-Est et Est de l'Espagne*, Imprimerie de Lagny.

GOMES, Mário Varela (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, *Arqueologia e História, Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*, nº 54, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p.139-194.

GOMES, Mário Varela (2007) – Arte Rupestre em Portugal – os últimos 25 anos, *Al-madan*, IIª série, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 120-124.

HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro (2009) – Arte Rupestre Postpaleolitico en el Arco Mediterráneo de la Peninsula Ibérica. Balance de 10 anos de descubrimientos y estúdios, José Antonio López Mira, Rafael Martínez Valle y Consuelo Matamoros de Villa (eds.), *El Arte rupestre del Arco Mediterráneo de la Peninsula Ibérica – 10 anos en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO – Actas del IV Congreso*, Generalitat Valenciana, Valencia, p. 59-79.

MARTÍNEZ GARCÍA, Julian (1998) – Abrigos y accidentes geográficos como categorías de análisis en el paisaje de la pintura rupestre esquemática. El sudeste como marco, *Arqueologia Espacial*, 19-20, p. 543-561.

MOURE ROMANILLO, Alfonso (1999) – *Arqueología del Arte Prehistórico en la Península Ibérica, Arqueologia Prehistórica*, 3, Editorial Sintesis, Madrid, 207 p.

SILVA, Joaquim Possidónio da (1887) – Explicação da Estampa, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*, série 2, tomo V, nº 5, Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, p. 78-80.

Figura 1 – Faia (PAVC – rio Côa) – painel vertical com pinturas.

Figura 2 – Pego da Rainha 1 (Mação) – localização destacada na paisagem.

Figura 3 – Lapa dos Gaivões (Arronches) – abrigo de grandes dimensões.

Figura 4 – Abrigo Pinho Monteiro (Arronches) – visibilidade para planície alentejana.

Figura 5 – Penas Róias (Mogadouro) – abrigo no topo de maciço rochoso.

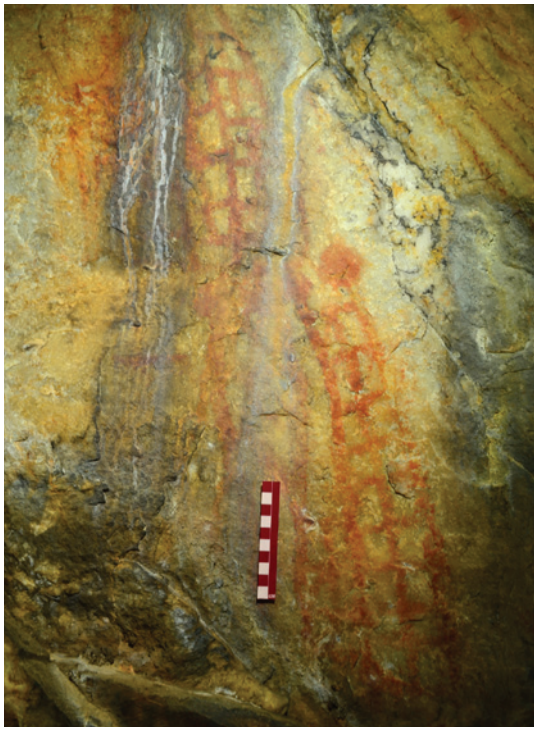


Figura 6 – Lapa dos Loções (Arronches) – motivos reticulados.

Figura 7 – Serra de Passos (Mirandela), destacando-se o Buraco da Pala.

Figura 8 – Faia 1 (PAVC – rio Côa) – motivos zoomórficos.

Figura 9 – Penas Róias (Mogadouro) – antropomorfos esquemáticos.

ABRIGO IGREJA DOS MOUROS – ESPERANÇA – ARRONCHES, NO CONTEXTO DA ARTE ESQUEMÁTICA DA SERRA DE S. MAMEDE

Jorge de Oliveira / CHAIA; Univ. de Évora / joli@uevora.pt
Clara Oliveira / CHAIA / clara_oliveira@hotmail.com

RESUMO

Nesta comunicação apresentamos os resultados dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Abrigo da Igreja dos Mouros e a sua relação com a informação já disponível sobre arte esquemática da Serra de S. Mamede. Divulgam-se, igualmente, as datas de radiocarbono obtidas nos abrigos pintados desta região.

ABSTRACT

In this communication we present the results of the archaeological work carried out in the "Abrigo da Igreja dos Mouros" and its relation with the information already available about schematic art of Serra de S. Mamede. Discloses also the radiocarbon dates obtained to those painted shelters of this region.

ANTECEDENTES

Queremos apresentar nesta comunicação os resultados dos trabalhos arqueológicos que durante o Verão de 2012 desenvolvemos na Igreja dos Mouros, abrigo com arte rupestre esquemática, situado no extremo Sudeste da Serra de S. Mamede, freguesia da Esperança, concelho de Portalegre (cns1621).

Este abrigo foi divulgado pela primeira vez em 1960, por Luís de Albuquerque e Castro e Octávio de Veiga Ferreira, (Castro & Ferreira, 1960-61, p. 203) que no seu interior identificaram arte esquemática pintada.

A Igreja dos Mouros insere-se num amplo complexo de abrigos com arte que se abrem nas mais expressivas cristas quartzíticas da Serra de S. Mamede, dos dois lados da fronteira. Conhecem-se hoje nesta região da fronteira mais de uma vintena de sítios com estas características.

No âmbito do Projecto Ara foi possível até ao momento identificar mais doze locais com arte rupestre na Serra de S. Mamede, a somar aos quatro abrigos conhecidos até 1999 (Gaivões, Louções, Igreja dos Mouros e Pinho Monteiro) (Breuil,1917, p. 17; Ferreira, 1962, p. 1; Gomes,1989, p. 6; Hernandez--Pacheco, 1918, p. 65; Pestana, 1984, p. 66; Pinto, 1932, p. 245; Vasconcelos, 1920, p. 56). De entre os novos sítios identificados haverá que destacar: o do Pego do Inferno, Louções 2, Pedra Torta e Cerro das Lapas no concelho de Arronches; Srª. da Lapa e Srª. da Penha no concelho de Portalegre; Laparona e Castillo de Maiorga, nas imediações da Codoceira em território espanhol, aos quais haverá que juntar os interessantíssimos abrigos de Valencia de Alcântara identificados por Juan Carlos Jimenez e que, em colaboração, recentemente divulgámos.

Para além das prospecções realizadas e que possibilitaram importantes resultados promovemos o levantamento sistemático da arte pintada dos abrigos já conhecidos e dos entretanto descobertos e procedemos a escavações sectoriais na Gruta da Ermida da Srª. da Lapa, por entre as estruturas situadas em frente ao abrigo dos Gaivões e no Abrigo Pinho Monteiro, cujos os resultados já divulgámos anteriormente.

INVESTIGAÇÕES NO ABRIGO DA IGREJA DOS MOUROS

No curto espaço que dispomos para esta comunicação importa-nos divulgar, resumidamente, os resul-

tados das escavações e levantamentos efectuados neste abrigo e que decorreram no Verão de 2012.

Para se aceder à Igreja dos Mouros haverá que atravessar a nova vinha do Monte do Vale do Junco até à íngreme encosta, intervalada por socalques rasgados nos últimos anos, durante a regularização do solo para instalação da vinha. No decurso desses trabalhos foi também destruída uma formação quartzítica que definia um espaço interior, localmente designada por "Pedras do Bezerrinhos". Temos a informação de que nesse local terão aparecido dois "bezerrinhos em ouro", ossos humanos e um machado de pedra polida. Do afloramento hoje já nada subsiste.

O Abrigo da Igreja dos Mouros apresenta a entrada virada a Sudeste (135º) e em frente da porta desenvolve-se um longo e ancestral socalque, provavelmente estruturado. Na formação quartzítica abre-se este abrigo que possui uma profundidade de 6 metros e uma largura máxima de 2,5 metros. A altura máxima ronda os 3 metros. Junto à entrada, do lado esquerdo, um velho zambujo teima em sobreviver por entre alguns blocos de quartzito aí acumulados resultantes do desmoronamento dum muro que em data imprecisa aí foi montado. Este muro de pedra seca destinava-se a limitar a entrada e a proteger quem quer que aí se acolhesse.

O Abrigo da Igreja dos Mouros possui as seguintes coordenadas: 39º9'38''N; 7º10'18''O e uma altitude de 399 metros, abrindo-se na encosta sul da Serra dos Louções. Alguns metros mais acima, encontra-se o Abrigo 1 dos Louções e no topo da linha de cumeada o povoado pré e proto-histórico com o mesmo nome.

Foi nosso objectivo proceder à abertura de duas pequenas sondagens no interior do abrigo e outra na plataforma em frente, na tentativa de obter elementos que nos ajudassem a compreender a sequência ocupacional do espaço e eventualmente a relacionar a arte pintada e esculpida com os contextos de ocupação preservados no solo. A diminuta área a intervencionar justificou-se, por um lado, com os limitados apoios obtidos, exclusivamente provenientes do Município de Arronches, a quem manifestamos os nossos agradecimentos, e sobretudo, para preservarmos uma reserva arqueológica para futuras investigações, atendendo ao diminuto espaço e potência arqueológica existentes.

Os trabalhos iniciaram-se com o corte e limpeza da vegetação que pontualmente se localizava em frente à gruta. Concluída esta tarefa procedeu-se à elaboração da planta e corte do abrigo e à montagem de uma rede de quadrículas que se organizaram em função de um eixo que secciona longitudinalmente o espaço coberto e que forma um ângulo de 120º em relação ao Norte magnético. Estabeleceu-se, assim uma rede de quadrículas de 1x1 metros e cotou-se todo o espaço, estabelecendo-se como ponto de cota 100,00 metros um ponto na rocha, devidamente assinalado, junto da denominada pedra de altar, como se pode ver pela planta em anexo.

Concluída a marcação do terreno seleccionaram-se as duas sondagens a abrir no interior. Estas sondagens foram determinadas, quer pela previsível potência e compactação do solo, quer pela proximidade aos painéis pintados existentes nas paredes do abrigo. A sondagem do exterior do abrigo foi determinada pela presença de alguns blocos de pedra que levemente emergiam da terra e que pareciam ter alguma organização. Assim, procedeu-se à abertura de parte do quadrado (1X1 metro) denominado E3, no recanto mais interior do abrigo, à esquerda da denominada pedra de altar ou mesa de altar, próximo da única pintura a branco. A segunda sondagem abarcou parte do quadrado E5 e D6 e a totalidade do quadrado E6. No exterior abriu-se apenas o quadrado D9.

QUADRADO E3

A opção pela escavação do espaço correspondente a E3 justificou-se por ser a zona que garantiria alguma potência de solo, o que se veio a confirmar, e por se situar próxima da denominada mesa de altar e da pintura a branco. Esta área, ainda que muito reduzida, evidenciou uma potência de solo que chegou aos 35cm na zona mais profunda. Foi possível reconhecer três níveis em sobreposição. O primeiro, com cerca de 15cm, apresentava uma terra mais solta, de cor castanho claro, onde ocorreram filtros de cigarros, um fragmento de vidro de garrafa recente e matéria vegetal não decomposta. Sob esta camada de terra entrou-se noutra mais compacta de cor mais clara onde apenas ocorreram dois fragmentos de quartzito sem vestígios de trabalho humano. Ultrapassado este segundo nível de potência muito irregular, que atingiu junto à parede da gruta cerca de 15cms, entrou-se numa última unidade, ainda mais compacta, de terra avermelhada, onde se identificaram pequenas porções de carvão, que foram recolhidas e submetidas a datação pequenas concentrações de pasta de cor laranja, idêntica às das pinturas pa-

rietais e também de cor branca, provavelmente da mesma matéria que serviu para a pintura a branco que se situa sobre a mesa de altar.

QUADRADOS E5, E6 E D6

Estes quadrados conformam a sondagem aberta junto à entrada da gruta que estrategicamente procuram compreender a face interior duma estrutura de pedra seca que se registava logo à superfície e que parecia estrangular a entrada da gruta, gerando maior protecção a quem nela se resguardasse. A potência estratigráfica desta sondagem reduzia-se drasticamente para Norte devido à presença da rocha de base. Para o lado oposto, junto à parede da gruta onde se identificam os principais painéis pintados a potência estratigráfica ultrapassa os 60cms. É junto à parede da gruta, na face interior do tronco do velho zambujo, logo à entrada, que se reconhece a presença duma lareira estruturada, com claros sinais de contínua utilização e que, tudo indica, ainda muito recentemente terá aquecido algum pastor, ou caçador. Os sinais dos fogos que aí terão sido acesos estão bem presentes no negro de fumo existente na parede da gruta e nos termoclastos ainda *in situ*. Por entre os blocos de quartzito com sinais de fogo ocorrem abundantes carvões e cinzas que, não foram recolhidos, nem desmontados durante os trabalhos efectuados.

Nesta sondagem, para além do nível de lareira superficial, anteriormente descrito, identificámos ao seu redor uma camada de terra solta, de cor castanha clara, com presença de alguma manta morta e fragmentos de quartzito de pequena dimensão. Este nível não ultrapassa, ainda que de forma irregular, os 12cms. Sob este nível entra-se uma camada compacta de terra castanha ainda mais clara, com presença de alguns blocos de quartzito de maior dimensão, aparentemente resultantes de vários derrubes do muro que secciona a entrada da gruta. Nesta unidade, a cerca de 16cms da superfície, na face interior do muro, identificou-se um elemento de mó (movente) em granito e por entre as raízes do zambujo duas pontas de seta em xisto de base côncava. Nesta unidade, à mesma cota das pontas de seta, registaram-se dois fragmentos de prato de bordo espessado e alguns fragmentos de recipientes cerâmicos de forma esférica. Este nível manteve-se até atingir uma profundidade máxima de 35cms, entrando-se, então, noutra camada de terra muito compacta de cor alaranjada que de uma forma irregular revestia a rocha, atingindo uma espessura máxima entre os 10 e os 15cms. Nesta última unidade não se registou qualquer artefacto.

QUADRADO D9

A sondagem que configura o quadrado D9 foi marcada na plataforma que, no exterior da gruta, se estende para nascente. Aí percebia-se pelo aflorar de alguns blocos de quartzito que uma qualquer estrutura estaria aí aterrada. Face ao reduzido orçamento disponível optámos por abrir apenas um quadrado de 1x1 metros que poderia coincidir com a face interior desse provável muro. Logo que se iniciou a decapagem apercebemo-nos que, de facto, aí existia uma estrutura de pedra seca que parecia definir um arco de círculo, fechando para o lado do abrigo.

Nesta sondagem foi possível reconhecer três unidades estratigráficas. A camada superficial de terra que envolvia o topo da estrutura apresentava uma textura muito solta composta por terras claras e abundante matéria orgânica da manta morta existente. Sob esta camada, na face interna do muro, que corresponde à unidade 2, reconheceu-se um nível compacto de terra castanha onde eram visíveis várias pedras resultantes de derrubes do muro e sob os quais se recolheram alguns carvões que foram submetidos a datação. À cota de 98,53m identificou-se um "estilete" de xisto polido, na face interior do muro. Esta pequena peça, apresenta sinais de fractura numa das extremidades e na outra, sinais de uso por fricção.

A ARTE NA IGREJA DOS MOUROS

Provavelmente por ser a mais vertical e com superfícies mais regulares a parede sul do abrigo foi a eleita para conter a quase totalidade das expressões gráficas. Aqui ocorrem as pinturas esquemáticas de cor laranja e a única escultura até hoje reconhecida nesta região. Para além da arte expressa nesta parede, identificámos a única pintura a branco conhecida no extremo Sul da Serra de S. Mamede plasmada numa estreita mas simbolicamente posicionada superfície que se sobrepõe à denominada pedra de altar na zona mais reservada do abrigo. Esta interessante pintura resulta duma técnica muita rara, em que o "artista" aplica, inicialmente uma irregular mancha de cor branca e, algum tempo depois, já em fase de secagem, provavelmente com a unha, reti-

ra a tinta deixando em negativo nove riscos paralelos. Imediatamente abaixo desta pintura notam-se manchas brancas mais diluídas que parece terem resultado da limpeza do dedo de quem aqui pintou esta interessante e enigmática mensagem. Na parede sul são visíveis, pelo menos, três painéis com motivos antropomórficos e ramiformes, comuns tanto em cor como em estilo à gramática figurativa da arte esquemática desta região. Mas é entre estes painéis, que a partir duma fractura natural da rocha foi esculpida uma figura que, pelas dimensões e posicionamento, parece representar uma cabeça e ombros humanos. Esta figura antromórfica ao enquadrar-se nos painéis pintados parece ser contemporânea da restante arte conhecida no interior deste espaço. A enigmática pintura a branco sobrepõe-se a um bloco de quartzito que aparentemente se desprendeu, naturalmente, da inclinada parede poente. A sua forma tendencialmente paralelepipédica e a posição estratégica em que se posicionou deu-lhe um destaque especial que lhe mereceu popularmente o nome de "pedra de altar". A pintura a branco, anteriormente descrita, desenha-se na superfície donde se destacou a denominada "pedra de altar". É pois, assim, o posicionamento da pedra de altar anterior à pintura e a sua posição estratégica não deverá ter passado despercebida aos que na Pré-História recente pintaram nesta gruta e sobretudo utilizaram a cor branca para registar uma mensagem num espaço aparentemente de maior valor simbólico, o fundo da gruta sobre a regular laje do altar.

AS DATAÇÕES

No decurso dos trabalhos desenvolvidos neste abrigo foi possível recolher várias amostras de carvões das quais duas foram submetidas a datação. Carvões recolhidos no quadrado E3, situado junto à "pedra de altar" e sob um dos painéis pintados, associados a pequenas concentrações de pasta de cor alaranjada e também branca, semelhantes às cores utilizadas nas pinturas parietais forneceram a seguinte idade: Beta – 336388: 4320 +/- 30BP, que calibrada a 2 sigmas resulta na data: Cal BC 3080 a 3060. Esta data parece estar em linha, quer com os materiais atribuídos aos inícios do calcolítico identificados nos quadrados E5, E6 e D6, quer com as cronologias normalmente consideradas nesta região para a arte esquemática. A outra amostra de carvões submetidos a datação foi recolhida na sondagem aberta em frente do abrigo (D9), no interior do que parece ser uma estrutura em arco de círculo. Esta amostra forneceu a seguinte idade: Beta – 336387: 920 +/- 30 BP, que calibrada a 2 sigmas resulta numa data no intervalo de: Cal AD 1020 a 1160. Esta data medieval encontra paralelo com a obtida para o nível superficial de carvões recolhidos no interior do Abrigo Pinho Monteiro que resultou na seguinte idade: Beta – 296435: 920 +/- 40 BP, que calibrada a 2 sigmas resulta numa data no intervalo de: Cal AD 1010 a 1170. Esta interessantíssima concordância de datas para abrigos afastados entre si cerca de 4 kms é ainda mais relevante quando verificamos que a denominada Reconquista Cristã desta zona do Alentejo, pelos homens de Afonso Henriques, terá ocorrido entre 1160 e 1170. Parece assim que a instabilidade que as manobras militares de cristãos e muçulmanos provocavam, especialmente nos núcleos urbanos, levaram alguns a procurar refúgio entre os abrigos naturais existentes na zona, ocupando espaços que milhares de anos antes outros também procuraram. Se para as datas históricas temos concordância entre os dois abrigos por nós escavados, já para épocas mais recuadas tal não se verifica. Observámos que na Igreja do Mouros a data pré-histórica obtida está em concordância com a idade e horizonte culturais atribuídos à Arte Esquemática e aos materiais exumados neste abrigo; contudo afasta-se em muitos milénios, das datas e igualmente dos conjuntos artefactuais identificados no Abrigo Pinho Monteiro, a escassos 4 kms de distância. No Abrigo Pinho Monteiro duas amostras recolhidas e já anteriormente por nós divulgadas, remetem-nos para duas ocupações distintas, uma conotada com momentos dos finais do Paleolítico: Beta 296433: 9640 +/-50BP, que calibrada a 2 sigmas resulta em: Cal BC 9250 a 9100 e outra mesolítica: Beta 296434: 8390 +/- 40BP, que calibrada a 2 sigmas resulta em: Cal BC 7570 a 7460. Parece, assim, que no Abrigo Pinho Monteiro, desde, pelo menos, os finais da última glaciação o homem acendeu aqui fogueiras e, já no Mesolítico, voltou a ocupar o lugar voltando a fazer lume e onde talhou sílex e quartzos junto à entrada do abrigo. Mais tarde, já pelos finais do Neolítico e durante o Calcolítico, ou mesmo já a entrar na Idade do Bronze, o abrigo Pinho Monteiro voltou a ser ocupado e alguns dos seus utentes para além de erguerem um muro à entrada do abrigo, conforme interpretação de Mário Varela Gomes (1989, p. 6) pintaram profusamente o tecto mantendo a temática esquemática e cores que variam entre o vermelho e o laranja.

Equipa e apoios:
Direcção: Jorge de Oliveira e Clara Oliveira
Catarina Soares, Ana Leonor Cavaco, Eliana Coelho, Ruben Barbosa, Patrícia Flores Vitorino Gonçalves e Rita Tores

Apoios:
Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora, Câmara Municipal de Arronches, Associação Terra Imponente, Junta de Freguesia da Esperança e Laboratório Hércules.

BIBLIOGRAFIA

BREUIL, Henri (1917), La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, prés de Arronches (Portalegre), *Terra Portuguesa*, Lisboa, 13-14, Fev.-Março , pp 17-26.

CASTRO, Luís de Albuquerque e; FERREIRA, Octávio da Veiga (1960-61), As pinturas rupestres esquemáticas da Serra dos Loções, *Conímbriga,* vol.II-III, 1960-61, pp. 203-229.

FERREIRA, Octávio da Veiga (1962), Pinturas Rupestres em Portugal, *Revista Engenho*, nº17/1-4, Janeiro-Março, Lisboa, 1962, pp. 1-14.

FERREIRA, Octávio da Veiga (1965), Recordação de uma viagem do Padre Henri Breuil ao abrigo de Vale de Junco (Esperança), *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, série III, nº 9, Lisboa, 5p.

GOMES, Mário Varela (1989), Arte Rupestre e contexto Arqueológico, *Almansor Revista de Cultura,* nº 7, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Eduardo (1918), Estudios de arte prehistórico, *Notas da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*, Madrid.

OLIVEIRA, Jorge de (2003), A arte rupestre no contexto megalítico Norte-Alentejano, *Sinais de Pedra*, Fundação Eugénio de Almeida, Ed. Electrónica.

PESTANA, Manuel Inácio (1984), Arte Rupestre, do conjunto pictórico dos Loções ao da Serra do Cavaleiro, agora descoberto, *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nº3, Março.

PINTO, Rui de Serpa (1932), O abrigo pré-histórico de Valdejunco (Esperança), *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,* nº5/3, Porto, pp245-246.

VASCONCELLOS, José de Leite de (1920), Objectos paleolíticos de Arronches remetidos ao Museu Etnológico pelo Sr. Pe H.Breuil, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série 1, nº24, pp. 56-57.

Figura 1 – Vista geral do Abrigo da Igreja dos Mouros.

Figura 2 – Aspecto da escavação no interior do Abrigo da Igreja dos Mouros.

Figura 3 – Identificação de movente em granito no Abrigo da Igreja dos Mouros.

Figura 4 – Escultura antropomórfica no Abrigo da Igreja dos Mouros.

Figura 5 – Pintura a branco no Abrigo da Igreja dos Mouros.

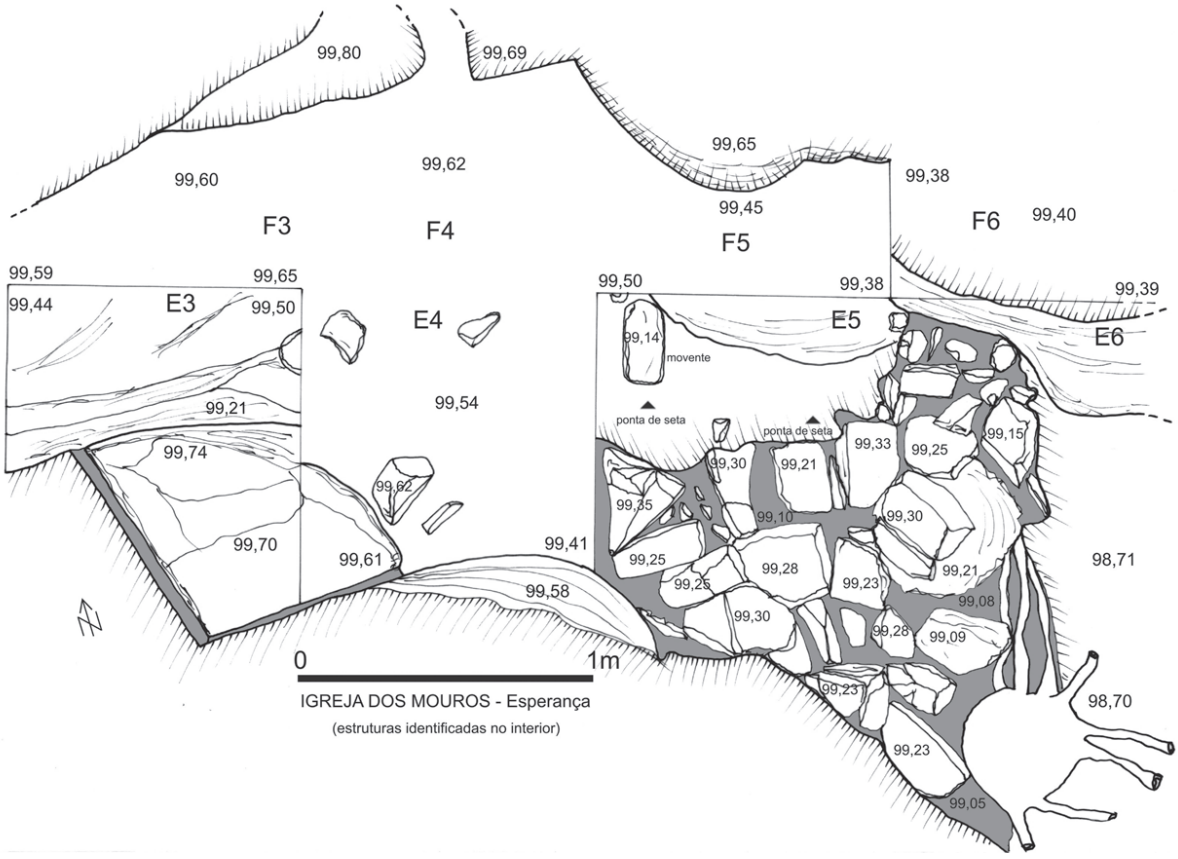


Figura 6 – Planta das estruturas identificadas no interior da Igreja dos Mouros.

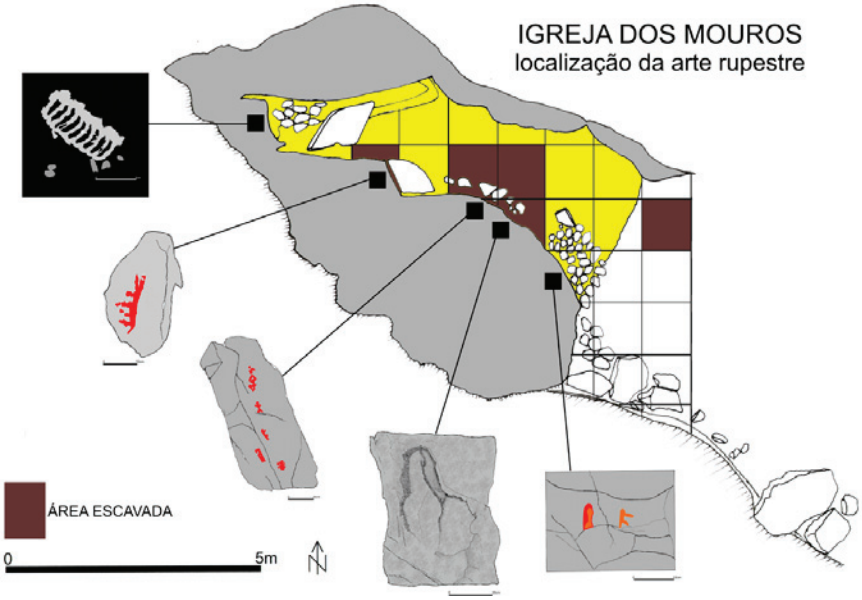


Figura 7 – Planta geral da Igreja dos Mouros com identificação da arte e área escavada.

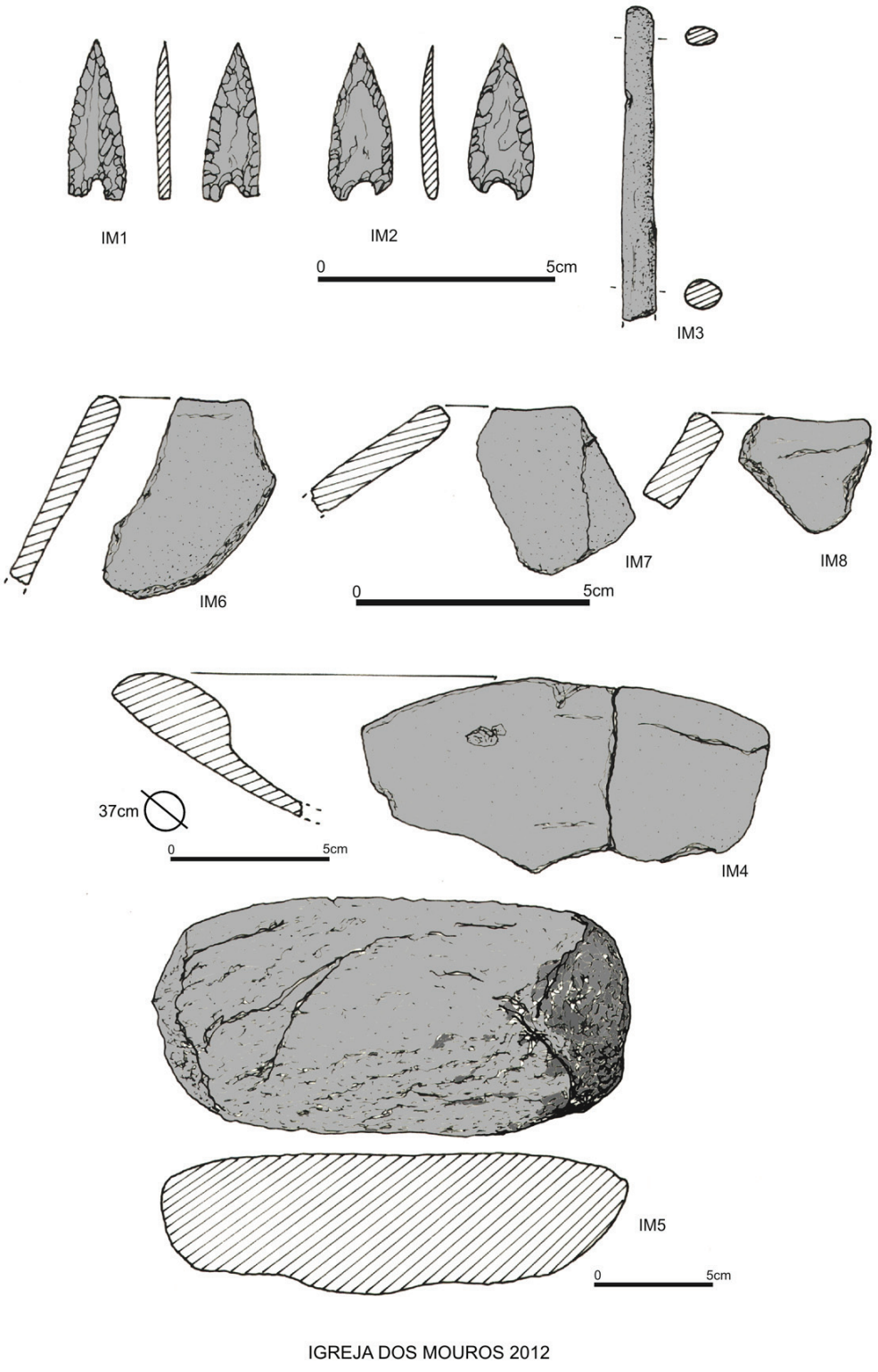


Figura 8 – Materiais recolhidos no interior da Igreja dos Mouros.

UM NOVO ABRIGO COM PINTURA RUPESTRE ESQUEMÁTICA: O ABRIGO DE SEGURA, OU COMO, SÓ SE ENCONTRA AQUILO QUE SE PROCURA

Andrea Martins / Associação dos Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com
Luís Nobre / luis_snobre@sapo.pt

RESUMO
Em 2006 foi identificado um pequeno abrigo localizado na margem direita do Rio Erges, perto da povoação fronteiriça de Segura (Idanha-a-Nova). Este abrigo, denominado de Abrigo de Segura, encontra-se numa área muito encaixada do rio, formada por um imponente canhão granítico, estando a cerca de 30 m de altura, sendo o acesso ao seu interior extremamente difícil. O reportório iconográfico distribui-se por dois painéis, que apresentam motivos esquemáticos, sendo de destacar um interessante motivo soliforme. Através da análise estilística, iconográfica e contexto arqueológico enquadramos este abrigo com pinturas no denominado ciclo da Pintura Rupestre Esquemática (PRE), cuja cronologia se insere na Pré-História Recente.

ABSTRACT
A small rock shelter was identified in 2006 nearby the village of Segura (Idanha-a-Nova, Portugal) in the right bank of the Erges River. The rock shelter is located in a narrow area of the river valley, locally formed by a 30 m high granitic canyon, a topography that greatly hampers the access to the site. The existing iconographic repertoire is distributed into two panels, showing mainly schematic motifs. Combined stylistic, iconographic and archaeological evidence allow us to frame this rock art within the so-called Schematic Rock Art style, which is associated with a Recent Prehistory chronology.

1. O ABRIGO DE SEGURA: IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O Abrigo de Segura foi identificado em 2006 por um dos signatários (L.N.) no âmbito de trabalhos de prospecção intensiva na margem esquerda do rio Erges (margem Espanhola). Devido a condicionantes geomorfológicas deste troço do rio, muito encaixado e com vertentes abruptas, tornou-se necessário nalguns troços a passagem para a outra margem para permitir a progressão no terreno, sendo numa destas fases que ocorreu a identificação do abrigo. Nesta situação apenas foi realizado um simples registo fotográfico, prosseguindo os trabalhos na margem espanhola. Em 2011-2012 iniciou-se um projecto de investigação de responsabilidade dos signatários, sendo que a denominação de Abrigo de Segura foi definida no pedido de autorização e corresponde ao topónimo mais próximo do abrigo.
O Abrigo de Segura localiza-se do ponto de vista administrativo na freguesia de Segura, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco. Encontra-se exactamente sobre a margem direita do Rio Erges, afluente da margem direita do Rio Tejo, no limite Este da freguesia de Segura, fazendo fronteira territorial com Espanha. Trata-se de uma zona de vale muito encaixado correspondendo a um canhão granítico, com paredes abruptas em ambas as margens. O acesso ao abrigo, localizado na margem direita, é feito por uma rampa natural que parte desde o rio Erges (Figura 1).

2. O ESPAÇO E A IMPLANTAÇÃO

O Abrigo de Segura encontra-se a cerca de 20 m de altura do leito do rio e apresenta uma área útil mui-

to reduzida devido à forte inclinação. As pinturas rupestres localizam-se no tecto do abrigo, na zona mais interior e de difícil acesso. O abrigo é assim constituído por uma grande rampa de acesso muito inclinada com cerca de 18 m de comprimento, uma pequena superfície horizontal que forma uma plataforma com cerca de 1,80 m, localizada junto da parede de fundo com 2 m de altura e uma grande pala que cobre parcialmente a rampa de acesso (Figura 2). Encontra-se orientado a Este, virado para montante, sendo o acesso efectuado pela rampa inclinada desde o leito do rio em altura de estio, ficando completamente seco nesta zona. Quando a corrente é forte forma-se nesta área encaixada bastante turbulência, tornando o acesso ao abrigo mais difícil pela água, sendo apenas possível vindo de jusante e após a transposição de enormes blocos graníticos. O acesso pelo topo do maciço granítico é impossível, localizando-se assim o sítio arqueológico num local quase inacessível, escolhido actualmente apenas por um casal de grifos para colocar o seu ninho. A visibilidade do abrigo é inexistente para Norte e Oeste, sendo reduzida para Este e Sul devido à sua implantação numa área de vale muito encaixado. O abrigo apenas é visível da margem esquerda, ou, se nos posicionarmos nos grandes blocos graníticos que se encontram no meio do rio, não sendo visível a partir da margem direita.

O espaço decorado localiza-se no tecto, na superfície mais interior do abrigo, ficando protegido dos elementos meteóricos e apenas tendo incidência solar directa durante um curto espaço de tempo. O tecto é formado por diversas placas graníticas sobrepostas, que originam diferentes planos onde se localizam os painéis com pinturas. A superfície apesar de não ser regular, apresenta poucas fracturas existindo alguns elementos micro-vegetais em formação que cobrem a totalidade da superfície. As paredes e o tecto mostram também algumas manchas negras resultantes da circulação de água proveniente da pala do abrigo. Na rampa de acesso ao abrigo existe apenas uma pequena silva, enquanto na pequena plataforma junto da parede encontra-se o ninho de grifo. O abrigo apresenta um excelente estado de conservação, sendo a presença de água e a formação de líquenes os únicos elementos de possível degradação e destabilização.

Não existia qualquer tipo de sedimento no interior do abrigo, o que nos leva a considerar a inexistência de possíveis camadas arqueológicas que evidenciariam uma utilização do abrigo como possível habitat. Actualmente o interior do abrigo é utilizado apenas como habitat de grifos, sendo os vestígios presentes o ninho e os abundantes dejectos que cobrem parte da rampa de acesso do abrigo.

3. AS PINTURAS RUPESTRES

O dispositivo iconográfico existente no Abrigo de Segura localiza-se no tecto do abrigo, junto da parede de fundo, numa zona mais acessível e menos instável permitindo a permanência em pé e a execução das pinturas. É constituído por dois painéis, definidos pelas fracturas existentes no tecto do abrigo, que originam diferentes planos, estando o painel 1 num plano mais recuado junto do limite do abrigo e o painel 2 numa zona mais destacada. Pela sua localização interior, no começo do tecto do abrigo, os dois painéis encontram-se protegidos, apenas sendo visualizáveis desde o interior do abrigo, após a subida da rampa de acesso. Os motivos pintados também são apenas visíveis junto da parede de fundo, sendo assim a visibilidade a meia e longa distância inexistente. Devido às reduzidas dimensões da plataforma existente no interior do abrigo apenas é possível a permanência em segurança de duas ou três pessoas, sendo que junto das margens do rio também não é possível permanecerem diversas pessoas, situação que se altera na época de estio.

Os dois painéis encontram-se orientados para Este, pois apesar de se localizarem no tecto do abrigo, corresponde a uma superfície bastante inclinada. Têm assim visualização directa para a entrada do abrigo e para o Rio Erges.

Painel 1 – Localiza-se no início do tecto do abrigo, na área mais exterior, correspondendo ao limite externo do abrigo. As pinturas localizam-se na zona mais à direita do painel, ou seja, na área mais afastada do limite do abrigo, sendo porém o acesso difícil devido à irregularidade da parede de fundo que origina diversos patamares inclinados. A superfície apresenta coloração clara, sendo de morfologia regular e plana, de formato quadrangular, com elevada inclinação. O dispositivo iconográfico é constituído por três motivos esquemáticos (Figura 3).

Motivo 1 – Morfologia caracterizada como uma mancha de pigmento. Distribui-se numa superfície de 7 cm de largura por 10 cm de comprimento e localiza-se na zona mais à esquerda do painel. O es-

tado de conservação é muito deficiente sendo o método de aplicação do pigmento impossível de definir. Cor: 2.5YR 7/6 [1].

Motivo 2 – Conjunto de cinco pontos de morfologia elipsoidal, com contornos irregulares e mal definidos, dispostos na vertical. Encontram-se agrupados em duas filas verticais paralelas entre si, sendo a primeira fila constituída por dois pontos alinhados na vertical e a segunda fila por três pontos também dispostos verticalmente. Apresentam na generalidade cerca de 3 cm de comprimento e 1,5 cm de largura máxima. Os dois alinhamentos de pontos encontram-se separados entre si por 3,5 cm e localizam-se à direita do motivo 1 e à esquerda do motivo 3. O estado de conservação é muito deficiente porém o método de aplicação do pigmento foi possivelmente a digitação. Cor: 2.5YR 7/6.

Motivo 3 – Conjunto de nove pontos de morfologia elipsoidal, com contornos regulares e bem definidos, dispostos na vertical. Encontram-se agrupados em três filas verticais paralelas entre si, sendo cada conjunto formado por três pontos alinhados na vertical. Apresentam na generalidade cerca de 2 cm de comprimento por 1 cm de largura máxima. As três filas de pontos encontram-se separadas entre si por 1 cm de distância. O primeiro conjunto de três pontos encontra-se em melhor estado de conservação, sendo bem visível, enquanto os restantes grupos de pontos estão pior conservados devido à camada de concreções existente na superfície do painel. Localiza-se na extremidade direita do painel. O método utilizado para aplicação do pigmento foi a digitação. Cor: 2.5YR 4/6.

Painel 2 – Localiza-se na zona mais interior do abrigo, junto da parede direita e numa superfície mais destacada do tecto. Trata-se de uma superfície que tem início na parede de fundo do abrigo, com elevada inclinação, de formato rectangular tornando-se mais estreita na extremidade superior. Ao localizar-se na zona mais interior do abrigo encontra-se totalmente protegido sendo o seu estado de conservação bom. O dispositivo iconográfico é constituído por quatro motivos esquemáticos (Figura 4).

Motivo 4 – Morfologia tipologicamente associável à categoria dos soliformes. É constituído por um círculo central, que se encontra dividido interiormente por um traço horizontal, originando dois semi-círculos unidos. Ao redor deste círculo encontram-se nove traços de diferentes dimensões, planos, regulares e com os contornos bem definidos. Alguns traços encontram-se em pior estado de conservação sendo mais difíceis de visualizar. A figura apresenta como dimensões máximas 15 cm de comprimento por 12 cm de largura, tendo o círculo central cerca de 7 cm de diâmetro. Trata-se do motivo localizado na zona superior do painel. O método de aplicação utilizado para aplicação do pigmento foi provavelmente a tinta plana. Cor: 2.5YR 7/6.

Motivo 5 – Conjunto de cinco pontos de morfologia elipsoidal, com contornos regulares e bem definidos, dispostos na vertical. Três pontos encontram-se alinhados na horizontal e os restantes dois na vertical partindo do último ponto da horizontal. Apresentam na generalidade cerca de 2 cm de comprimento por 1cm de largura máxima e encontram-se separados entre si por 1 cm de distância. O estado de conservação é deficiente, sendo difícil a sua correcta visualização. Localizam-se na zona inferior do motivo 4 e junto a uma fractura da superfície que apresenta coloração negra devido à circulação de água. O método utilizado para aplicação do pigmento foi a digitação. Cor: 2.5YR 5/6.

Motivo 6 – Morfologia de formato elipsoidal, com contornos regulares e bem definidos, disposta na vertical. Trata-se de uma figura de tipologia indeterminada ou geométrica, formada por uma elipse ou círculo alongado, preenchido interiormente excepto numa pequena área inferior. Apresenta como dimensões 9 cm de comprimento por 4 cm de largura e localiza-se na extremidade direita do painel, junto da parede, encontrando-se isolado. O estado de conservação é bom, estando o pigmento distribuído uniformemente no interior do motivo, excepto na pequena superfície que intencionalmente não foi pintada. O método utilizado para aplicação do pigmento foi a digitação. Cor: 2.5YR 4/6.

Motivo 7 – Morfologia caracterizada como uma mancha de pigmento. Distribui-se numa superfície de 15 cm de largura por 10 cm de comprimento e localiza-se na zona inferior do painel. O estado de conservação é muito deficiente sendo o método de aplicação do pigmento impossível de definir. Cor: 2.5YR 7/6.

1. Foi utilizado para definição cromática o Munsell Soil Color Charts (1975).

4. DO PROCESSO GRÁFICO AO PROCESSO SIMBÓLICO

O Abrigo de Segura localiza-se na margem direita do rio Erges, num troço onde existe um imponente canhão granítico que origina paredes abruptas em ambas as margens. Foi este monumento natural que, seguramente, levou à escolha deste abrigo como o local onde seria executado o reportório iconográfico. A localização a cerca de 25 m de altura do leito do rio e o seu acesso extremamente difícil foram também factores levados em conta no momento de execução.

O reportório iconográfico apresenta pouca diversidade, sendo marcadamente esquemático, com predominância para os pontos, em número de 19, destacando-se a presença de um motivo esteliforme ou soliforme. Os dois painéis encontram-se devidamente organizados no espaço cénico possuindo, apesar do reduzido número e do esquematismo inerente, associações e organização interna. No painel 1 surgem dois grupos de pontos (2 e 3), sendo que o motivo 2 é constituído por cinco pontos e o motivo 3 por nove pontos. Estes pontos encontram-se agrupados em filas verticais de três, sendo que o motivo 2 estará, muito possivelmente, incompleto, fazendo actualmente parte da mancha de pigmento (1). O motivo 3 é assim formado por três filas de três pontos, alinhadas horizontal e verticalmente, formando uma morfologia quadrangular. Encontram-se ligeiramente inclinados para a esquerda, podendo esta inclinação ser resultado do campo de execução. O motivo 5, existente no painel 2, corresponde a outra agrupação de pontos, em número de cinco, distribuídos na horizontal (três deles), estando os restantes dois na vertical, fazendo uma morfologia em ângulo recto. Estes três motivos, formados por conjuntos de pontos, apresentam uma organização interna, quer na sua disposição, como na regularidade das suas dimensões, tendo sido executados através da digitação. Além da óbvia associação entre os pontos de cada conjunto, os próprios conjuntos encontram-se associados entre si, podendo possuir um mesmo conceito inerente.

No painel 2, localizado na área interior do abrigo, junto da parede lateral, surgem dois motivos esquemáticos distintos. Na extremidade direita encontramos um motivo geométrico, de formato elipsoidal, preenchido parcialmente internamente, de coloração vermelho vinhoso, destacando-se, assim, na superfície. Não se encontra, aparentemente, associado aos outros motivos, estando isolado. Ao centro do painel, numa área superior ao motivo 5, surge o motivo 4, caracterizado como uma morfologia esteliforme ou soliforme, simbolizando, estilizadamente, a representação solar. Este soliforme mostra nove raios, que circundam o círculo central, sendo que este mostra uma segmentação interna, dividindo-o em dois. Estará esta representação solar relacionada com os restantes motivos, o conjunto de cinco pontos ou a morfologia elipsoidal? Serão os diversos grupos de pontos algum tipo de contagem, que poderá estar relacionada com o soliforme?

Analisando a organização interna do dispositivo iconográfico existente neste abrigo podemos verificar que os motivos encontram-se desorganizados nos painéis, não existindo um eixo horizontal ou vertical orientador. Esta desorganização poderá corresponder a conceitos e categorias idênticas entre todos os motivos. A inexistência de sobreposições entre motivos e a ausência de variações cromáticas relevantes revela, provavelmente, a execução, de todo o dispositivo iconográfico, num mesmo momento.

5. QUE "ARTE", QUE PESSOAS, PORQUÊ AQUI? BREVES CONSIDERAÇÕES

A iconografia presente no Abrigo do Erges enquadra-se no denominado ciclo de Arte Esquemática Peninsular, formado quer por gravuras como por pinturas rupestres, executadas nos mais diversos suportes, com técnicas variadas e com um reportório iconográfico muito diversificado. A principal característica deste ciclo artístico é a realização dos seus motivos através de um esquema, reduzindo as características formais de uma figura aos seus elementos mais básicos, tornando-se predominantes os motivos abstractos e geométricos (Sanchidrián Tortí, 2002: 445). A aparente heterogeneidade origina a sua divisão em diversos ciclos definidos por parâmetros técnicos e geográficos que adquirem diversas denominações como arte megalítica, arte esquemática negro-subterrâneo, esquemático-abstracto ou esquemática-linear, arte Atlântica ou arte Galaico-Portuguesa ou do Noroeste Peninsular, entre outras. Porém, o universo crono-cultural destes diversos grupos terá, em muitos casos, correspondência imediata, ou seja, o único factor distintivo é o método de execução. A divisão em Pintura Rupestre Esquemática (PRE) (Martínez García, 2002: 65) e

Gravura Rupestre Esquemática (GRE) permite não só uma clarificação em termos técnicos, mas também uma abordagem mais analítica, fazendo com que o estudo de um sítio arqueológico com gravuras ou pinturas rupestres se inicie sem conceitos interpretativos contemporâneos como os inerentes à terminologia de Arte (Martins, no prelo). A arte rupestre é um produto cultural e não um produto artístico (Martínez García, 1998: 543), e por esta razão, o termo "Arte" terá de ser utilizado prudentemente e em determinados contextos.

A PRE tem larga distribuição no território actualmente Português, existindo uma elevada concentração no Norte, nomeadamente em Trás-os-Montes e Beira Alta interior. No centro do território surgem pequenos núcleos como no Maciço Calcário Estremenho e na zona do Alto Tejo e seus afluentes. O núcleo localizado mais a Sul distribui-se pelos contrafortes da Serra de São Mamede, desde Marvão até Arronches, onde se encontra o importante núcleo dos abrigos de Arronches. O Abrigo de Segura corresponde assim a mais um local com PRE no centro interior do território, localizando-se perto dos abrigos da Serra das Talhadas (Henriques *et al.,* 2011a) e, tal como o Pego da Rainha (Cardoso, 2002; 2003), num dos afluentes da margem direita do rio Tejo. Nestes abrigos surgem também representações esquemáticas como pontos ou manchas, tal como no Abrigo de Segura. No entanto a sua integração terá necessariamente de ser realizada a um nível regional, ficando englobado na área geográfica dos numerosos abrigos existentes na província da Extremadura (Espanha), que se inicia a escassos metros do abrigo (Collado Giraldo, 2005; 2009).

Porém esta diferenciação técnica (entre PRE e GRE) não é, como já referimos, crono-cultural, surgindo as mesmas tipologias iconográficas existentes no Abrigo de Segura também representadas nos numerosos grupos de gravuras esquemáticas existentes na área. O rio Erges apresenta desde a sua foz até uma zona a montante de Segura, diversas rochas e pequenos abrigos onde foram executadas gravuras rupestres. Estes grafismos correspondem ao núcleo mais a montante do ciclo artístico do Vale do Tejo, tendo sido identificadas as primeiras rochas nos anos 70, quando se procediam aos trabalhos de levantamento e estudo deste importante sítio arqueológico (Gomes, 1989). A localização marginal e a não afectação da barragem do Fratel levou a que os trabalhos de prospecção não tivessem sido intensivos nesta área. Passados mais de 30 anos diversas equipas (Nobre, 2006; Henriques *et al.,* 2011b) efectuaram prospecções sistemáticas nas margens do Erges identificando mais rochas com gravuras, bem como o abrigo com pinturas de Segura. A iconografia existente nas rochas que se localizam nas margens do rio Erges é formada principalmente por motivos abstractos ou geométricos (Tremal 1, Tremal 2, Tapada da Foz na margem direita (Henriques *et al.,* 2011b) e rochas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 na margem esquerda (Nobre, 2006)) surgindo também motivos antropomórficos de diversas tipologias (Tremal 2, Foz do Ribeiro da Enchacana 1, Tapada da Foz na margem direita (Henriques *et al.,* 2011b) e o Abrigo Catarina na margem esquerda (Nobre, 2006)). Nos motivos geométricos destacam-se as formas circulares, que surgem em diversas tipologias (círculo, semi-círculo, círculos concêntricos), bem como as denominadas "nuvens" de pontos ou manchas.

Os motivos existentes no Abrigo de Segura apresentam paralelos não apenas nas rochas gravadas nas margens do Erges, mas principalmente nos diversos núcleos de gravuras que constituem o complexo artístico do Vale do Tejo, onde surgem numerosos motivos soliformes, manchas e pontos (Gomes, 2010). O elevado grau de esquematismo leva-nos a integrar estas representações na denominada arte esquemática ideográfica, que surge num momento após a consolidação do sistema agro-pastoril, onde o modelo conceptual do território altera-se e com ele o subsistema simbólico, transformando-se as representações em ideogramas (Martins, no prelo). Esta fase terá início no final do IV milénio a.C., prolongando-se por todo o III milénio a.C., correspondendo assim ao Neolítico Final e Calcolítico.

Lisboa, Junho de 2013

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Daniela (2002), Étude *de peintures schématiques dês abris du site Pego da Rainha: region de l'Alto Ribatejo – Portugal,* Mémoire de D.E.A., Institut de Paléontologie Humaine, Paris, texto policopiado.

CARDOSO, Daniela (2003) – Pego da Rainha (Mação), in Ana Rosa Cruz e Luiz Oosterbeek (coord.), Arte Pré-histórica: arqueologia e valorização, *ARKEOS*, 14, Tomar: CEIPHAR, p. 59-72.

COLLADO GIRALDO, Hipólito (2005) – *Corpus de Arte Rupestre en Extremadura. Arte Rupestre en el Parque Natu-*

ral de Monfrague: El Sector Oriental, Vol. I, Junta de Extremadura, 283 p.

COLLADO GIRALDO, Hipólito (2009) – Arte Rupestre prehistórico en Extremadura: 1997-2006, Rodrigo de Balbín Behrmann (Ed.), *Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa-actas*, Junta de Castilla y León, Consejeria de Cultura y Turismo, p. 287-322.

GOMES, Mário Varela (1989) – Arte Rupestre do Vale do tejo – um santuário Pré-histórico, *Cuadernos de San Benito: Encuentros sobre el Tajo, el água y los asentamientos humanos*, nº 2, Alcântara, p. 49-75.

GOMES, Mário Varela (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*, Tese Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 vols.

HENRIQUES, Francisco; CHAMBINO, Mário; CANINAS, João Carlos; PEREIRA, André; CARVALHO, Emanuel (2011a) – Pinturas Rupestres Pré-históricas na Serra das Talhadas (Proença-a-Nova). Primeira Notícia, *Açafa On-line*, nº 4, Associação de Estudos do Alto Tejo, p.2-25.

HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João Carlos; CARDOSO, João Luís; CHAMBINO, Mário (2011b) – Grafismos rupestres pré-históricos no Baixo Erges (Idanha-a-Nova, Portugal), *in* P. Bueno Ramirez, E. Cerrilo Cuenca, A. Gonzalez Cordero (eds.), *From the Origins: The Prehistory of the Inner Tagus Region – BAR Internacional Series 2219*, Archaeopress, Oxford, p. 199-217.

MARTÍNEZ GARCÍA, Julian (1998) – Abrigos y accidentes geográficos como categorías de análisis en el paisaje de la pintura rupestre esquemática. El sudeste como marco, *Arqueologia Espacial*, 19-20, p. 543-561.

MARTÍNEZ GARCÍA, Julian (2002) – Pintura Rupestre Esquemática: el Panel, Espacio Social, *Trabajos de Prehistoria*, 59, nº 1, p. 65-87.

MARTINS, Andrea (no prelo) – Arte Rupestre Neolítica: uma primeira abordagem aos abrigos pintados do território português, *Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular*, Lisboa.

NOBRE, Luís (2008) – Arte Rupestre Pré-Histórica da Margem Esquerda do Rio Erges, *in* Luiz Oosterbeek e Cris Buco (coord.), *Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-Histórica, ARKEOS,* 24, Tomar: CEIPHAR, cd-rom, 112 p.

SANCHIDRIÁN TORTI, José (2001) – *Manual de arte prehistórico*, Ariel Prehistoria, Barcelona, 549 p.

Figura 1 – Vista do abrigo desde o leito do rio Erges, num momento de caudal elevado (imagem esquerda) e noutro sem corrente (imagem direita).

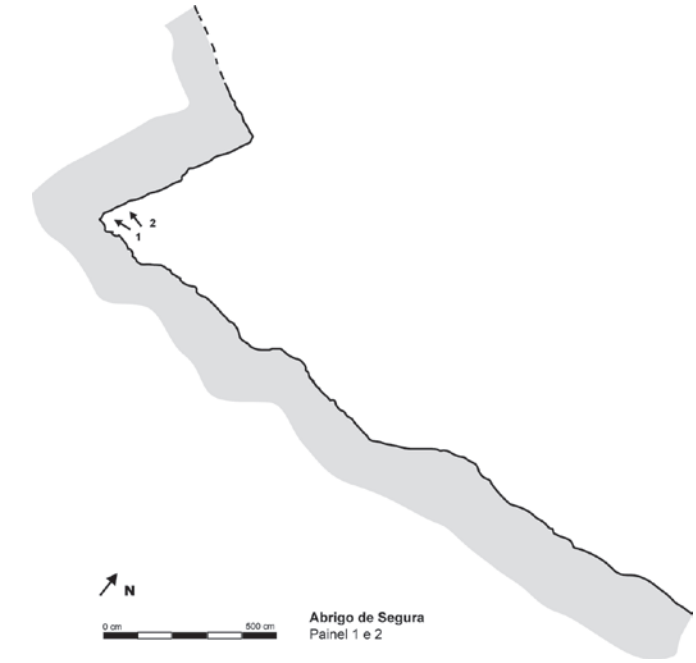


Figura 2 – Abrigo de Segura – perfil.

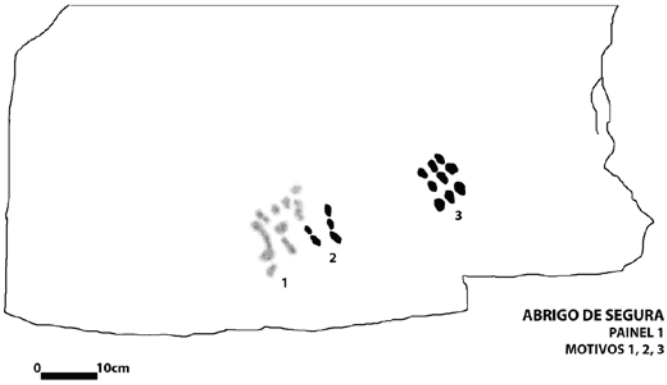


Figura 3 – Abrigo de Segura – painel 1.

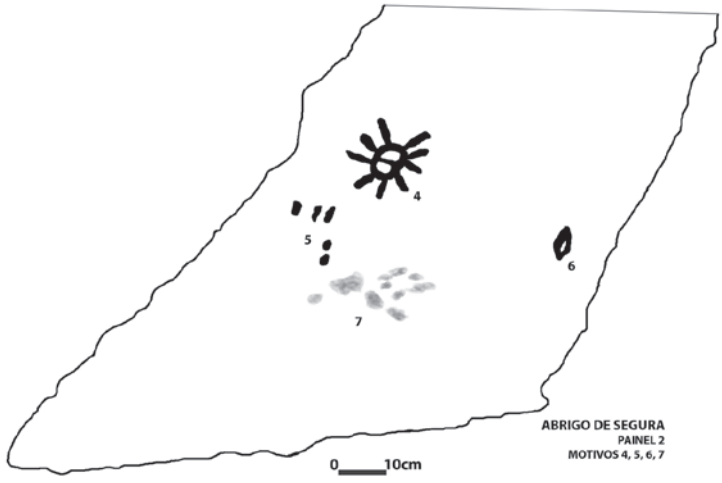


Figura 4 – Abrigo de Segura – painel 2.

PIGMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS NA PENÍNSULA IBÉRICA: CARACTERIZAÇÃO E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

Hugo Gomes / Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo ITM/IPT / hugo.hugomes@gmail.com
Pierluigi Rosina / Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo ITM/IPT / prosina@ipt.pt
Luiz Oosterbeek / Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo ITM/IPT / loost@ipt.pt

RESUMO

Os estudos de pigmentos utilizados nas pinturas pré-históricas permitem alcançar as intenções dos artistas, as matérias-primas selecionadas, as técnicas de preparação e composição dos pigmentos usados.
Sabemos que os poucos dados existentes demonstram uma heterogeneidade das misturas utilizadas e a existência de variados métodos analíticos que se enquadram em cada objetivo específico. A utilização da espectroscopia micro-raman e a microfluorescência-x vêm assim colmatar uma área de investigação em que os resultados obtidos atingem o seu propósito na medida em que são identificadas as substâncias que compõem os pigmentos, alcançando detalhes dos processos de produção destes, tais como o aquecimento, esmagamento ou mistura de substâncias (ex. aglutinantes) no processo de preparação.

ABSTRACT

Pigment studies in prehistoric rock art allow to achieve the intentions of the artists, the selected raw materials, preparation techniques and composition of the used pigments.
We know that the few existing data show the heterogeneity of mixtures used and the existence of different methods that fit in each specific site where the most used colors are red, orange and also black and white. The use of micro-raman spectroscopy and x-microflourescence will thus fill a research area in which the results achieve its purpose: identify the substances that compose pigments, reaching details of the production processes, such as heating, crushing or mixture of substances in the preparation processes.

INTRODUÇÃO

A arte rupestre pintura na Península Ibérica é essencialmente executada com pigmentos de cor vermelha. A escolha do vermelho pode estar relacionado por um lado com a abundância relativa de matérias-primas disponíveis para fazer pigmentos desta cor (Thomas A, 1980; Fuller, C., 1988) e por outro lado pelas suas presumíveis conotações simbólicas (Wreschner E, E, 1980; Michaelsen *et alia*, 2000; Zilhão *et alia*, 2011).
Os pictogramas iconográficos são caracterizados por um caráter eminentemente simbólico estruturado em três grupos tipológicos: figuras humanas, animais e geométricos, as duas primeiras classificações (humana e animal), dependem do grau de naturalismo e o terceiro grupo (figuras geométricas: barras, círculos, triângulos, ondulados, zig-zags, pontos, etc).
Os pigmentos ou corantes podem ser produzidos por uma grande quantidade de substâncias orgânicas e inorgânicas (Benbow, 1989; Gomes *et alia*, 2013). A maioria dos pigmentos identificados nos painéis de arte pré-histórica é constituída por óxidos e hidróxidos de ferro (hematite e goethite) (Chalmin *et alia*., 2006; Gialanella *et alia*, 2011; Hradil *et alia*, 2003; Salomon *et alia*, 2011; Faria *et alia*, 2007, Rosina *et alia*, 2013, entre outros).
Como agentes corantes, os pigmentos de óxido de ferro naturais denominados por ocre foram utilizados pelo homem, pelo menos nos últimos 164 000 anos (Marean *et alia*, 2007). O seu uso foi, provavelmente, relacionado com o início de atividades culturais humanas com base na simbologia das cores, tais

como as pinturas rupestres, os rituais funerários ou o uso de cosméticos (Zilhão & d'Errico, 1999).
Geralmente, as matérias-primas utilizadas para produzir os materiais pictóricos na pré-história são considerados geralmente de proveniência local ou regional; apenas em épocas históricas (Gregos, Egípcios e Romanos) a comercialização de particulares substâncias corantes é difundida (por ex. a purpurina) (Derksen *et alia*, 2004, Puchalska *et alia*, 2003).
Nas análises de pigmentos pré-históricos da Península Ibérica, a substância mineral geralmente identificada é a hematite (Hernanz *et alia*, 2009; Nuevo *et alia*, 2012).
Os pigmentos poderiam ser preparados usando técnicas distintas (por exemplo, esmagamento, eventual queima, etc) (Hradil *et alia*, 2003; Chalmin *et alia*, 2006) e, para uma melhor durabilidade a aplicação de aglutinantes (estes, geralmente de origem orgânica) (Vandenabeele *et alia*, 2000)
A utilização de ocre amarelo é identificado desde á mais de 100 mil anos atrás, mesmo que no início a sua intencionalidade não seja clara (Henshilwood Salomon *et alia*, 2011), foi documentado o uso de ocre queimado pelos Neandertais (Roebroeks *et alia*, 2011), esta tecnologia é bem atestada no Paleolítico Superior pelas pinturas na Europa. A cronologia não parece ser uma justificativa para a evolução das técnicas de preparação. Na Península Ibérica esta técnica de preparação de pigmento (tratamento térmico) é associado somente a pinturas corporais (Vanhaeren & d'Errico, 2002).
O tratamento térmico do ocre é geralmente atribuído á melhoria da cor ou por limitação de matéria-prima (Gialanella *et alia*, 2011). Marshall *et alia* (2004) refere que as diferenças de cor podem estar relacionadas pelo facto de serem compostas por diferentes composições químico-mineralógicas e/ou derivado da forma e tamanho das partículas.
Este trabalho foca-se nas técnicas de preparação de pigmentos pré-históricos, em alguns locais selecionados no âmbito do projeto Rupscience, um projeto interdisciplinar (iniciado em junho de 2010 e ainda em curso) que se centrou no estudo da tecnologia de preparação de pigmentos.
Foram analisados pigmentos (com diferentes tons: vermelho, avermelhado e laranja), com recurso a análises de microfluorescência-x e espectroscopia micro-raman com o fim de determinar os componentes mineralógicos das pinturas e as tecnologias utilizadas para os preparar.

METODOLOGIA

As amostras de pigmentos foram preparadas em laboratório de forma a serem utilizadas em vários aparatos arqueométricos. Os espectros micro-raman das amostras foram obtidos usando um microscópio Olympus BXFM acoplado com um espectrómetro LabRam HR800 (Horiba Jobin Yvon, França) equipado com um detector de CCD arrefecido a ar (1024 x 256 pixels) a -70 ° C. Os espectros Raman foram registados utilizando um laser de He-Ne como fonte de excitação com comprimento de onda de 632,81 nm. A potência do laser foi mantida sempre entre 0,2 e 4 mW e o tempo de exposição variaram entre 5 e 10 segundos, com 10 acumulações. A observação foi obtida com uma ampliação de 50x. O espectrômetro foi calibrado e verificado com silício em 520 cm^{-1}. A remoção dos picos de raios cósmicos e de correção de linha de base (por subtração da fluorescência de fundo) foram realizados com o software LabSpec 5 (Gomes *et alia*, 2013).
Também foi utilizada a análise de microfluorescência-x e microestratigrafia das pinturas em algumas amostras para identificar possíveis acreções. Na microfluorescência-x (μFRX) foi usado o espectrômetro EDXRF (40μÅ intensidade de corrente de 25 kV, tempo de aquisição de 50 segundos, calibrado com Cu). Os espectros foram lidos no programa Amptek. Note-se que este dispositivo permite a deteção de elementos químicos com número atómico >20 (Ca). A microstratigrafia das amostras foi preparada e analisada com um microscópio óptico PCE – MM 200 60x microscópio digital de ampliação de 210x.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados demonstraram que as amostras de pigmento recolhidas são compostas por diferentes minerais ou preparados com técnicas diferentes.
Os pigmentos avermelhados na Península Ibérica são preparados com óxidos e hidróxidos de ferro (Hernanz *et alia*, 2009, Pike *et alia*, 2012), esses elementos cromóforos são geralmente associados com outras substâncias minerais, (as mais comuns são as argilas) para formar ocre. Ocre amarelo contém goethite e o ocre vermelho – hematite (Iriarte *et alia*, 2009).
Análises comparativas de pigmentos e ocres naturais permitem analisar a possibilidade de que o trata-

mento térmico do ocre não pode não estar apenas associado com a melhoria da cor, mas também como, por exemplo, a inclusão de aglutinantes e mordentes. A preparação de pigmentos deve ser o resultado de uma escolha técnica adotada para uma finalidade ainda não identificada. A utilização do tratamento térmico na produção de pigmentos vermelhos pode não estar associada somente com a tonalidade de cor desejada, mas pode estar relacionado com a inclusão de ligantes ou com práticas simbólicas rituais (Vanhaeren & d'Errico, 2002).

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os pigmentos, utilizados nos pictogramas pré-históricos, foram produzidos utilizando diferentes matérias-primas. Os resultados mostram que foram utilizadas diferentes técnicas de preparação e processamento de pigmentos vermelhos: hematite pura ou goethite, sem qualquer tratamento, ocre queimado (composto por hematite e magnetite) resultado do tratamento térmico de goethite (Figura). Os resultados sugerem que o tratamento térmico para obter hematite não está relacionado apenas com a disponibilidade de matéria-prima. Uma explicação alternativa é que o tratamento térmico é parte de um processo tecnológico cujo objetivo não era apenas melhorar a cor vermelha, mas sim a mistura de óxidos de ferro com os ligantes (geralmente de origem orgânica – não identificados neste estudo). Não se pode também excluir que ocre aquecido resultante do tratamento térmico esteja associado a rituais ou processos simbólicos de elaboração de pigmentos vermelhos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos seguintes colaboradores e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho:
Ao Projeto Rupscience FCT; Andrea Martins, Pedro Cura, Hipólito Collado Giraldo – Dirección General de Patrimonio Cultural de la Consejería de Educación y Cultura de la Junta de Extremadura; George Nash – Archaeologist & specialist in Prehistoric and Contemporary art – Department of Archaeology & Anthropology, University of Bristol., Parviz Holakooei – Physics and Earth Sciences Department in Ferrara University, Italy. Museu de Arqueologia e Arte Pré-Histórica de Mação, Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BENBOW, J. (1989) – Iron oxide pigments. Construction adds a touch of colour, *Industrial Minerals*, March, p. 21-41.

CHALMIN, E.; VIGNAUD, C.; SALOMON, H.; FARGES, F.; SUSINI, J. and MENU, M. (2006) – Minerals discovered in Paleolithic black pigments by transmission electron microscopy and micro-X-ray absorption near-edge structure, *AppliedPhysics A*, 83, p. 213-18.

DERKSEN, G. C. H.; LELYVELD, G. P.; VAN BEEK, T. A.; CAPELLE, A. and DE GAROOT, Æ. (2004) – Phytochem. *Anal*, 15, p. 397-406

FARIA, D. L. A.; LOPES, F. N. (2007) – Heated goethite and natural hematite: can Raman spectroscopy be used to differentiate them? Vib. Spectrosc; 45, p. 117-121.

FULLER, Carl (1988) – Natural Colored Iron Oxide Pigments", In: Pigment Handbook, 2nd Edition. Lewis, P. (ed.). New York: John Wiley & Sons. p. 281-286.

GIALANELLA, S.; BELLI, R.; DALMERI, G.; LONARDELLI, I.; MATTARELLI, M.; MONTAGNA, M. and TONIUTTI, L. (2011) – Artificial or natural origin of hematite-based red pigments. *Archaeometry* 53, 5 (2011) 950-962.

GOMES, H.; ROSINA, P.; PARVIZ, H.; SALOMON, T.; VACCARO, C. (2013) – Identification of pigments used in rockartpaintingsinGodeRoriso-EthiopiausingMicro-Raman spectroscopy. Journal of Archaeological Science (2013).

HENSHILWOOD, Salomon C.; D'ERRICO, F.; VAN NIEKERK, K.; COQUINOT, Y.; JACOBS ,Z.; LAURITZEN, S-E.; MENU, M., and GARCIA-MORENO, R. (2011) – A 100,000-Year-Old Ochre-Processing Workshop at Blombos Cave, South Africa.Science, 334: 219-222.

HERNANZ, A. †; RUIZ-LOPEZ, J.; GAVIRA-VALLEJO, M.; MARTIN, S. and GAVRILENKOD, E. (2009) – Raman Microscopy of prehistoric rock paintings from the Hoz de Vicente, Minglanilla, Cuenca, Spain (pages 1394–1399).

HRADIL, D.; GRYGAR, T.; HRADILOVA, J. and BEZDIC, P. (2003) – Clay and iron oxide pigments in the history of painting. *Clay Science* 22, pp. 223-236.

http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2013.04.017.

IRIARTE, E. A.; FOYO, M. A.; SÁNCHEZ and C. TOMILLO (2009) – The Origin and Geochemical Characterization of Red Ochres from the Tito Bustillo and Monte Castillo Caves (Northern Spain)* *Archaeometry* 51, Doi: 10.1111/J.1475 -4754.2008.00397.X

MAREAN, C. W.; BAR-MATTHEWS, M.; BERTNACHEZ, J.; FISHER, E.; GOLDBERG, P.; HERRIES, A. I. R.; JACOBS, Z.; JERARDINO, A.; KARKANAS, P.; MINICHILLO, T.; NILSSEN, P. J.; THOMPSON, E.; WATTS, I. and WILLIAMS, H. M. (2007) – Early human use of marine resources and pigment in South Africa during the Middle Pleistocene, *Nature*, 449, 905-8.

MARSHALL, L.-J. R.; WILLIAMS, J. R.; ALMOND, M. J.; ATKINSON, S. D. M.; COOK, S. R.; MATTHEWS, W.; and MORTIMORE, J. L. (2005) – Analysis of ochres from Clearwell Caves: the role of particle size in determining colour, *Spectrochimica Acta, Part A*, 61, 233-41.

MICHAELSEN, P.; EBERSOLE, T. W.; SMITH, N. W.; BIRO, P. (2000) – Australian ice age rock art may depict Earth's oldest recordings of Shamanistic rituals. *Mankind. Quart*; 14: 131-146.

NUEVO, M. J.; SÁNCHEZ, A. M.; OLIVEIRA, C. and OLIVEIRA, J. (2012) – In situ energy dispersive X-ray fluorescence analysis of rock art pigments from the 'Abrigo dos Gaivões' and 'Igreja dos Mouros' caves (Portugal). X-ray spectroscopy Journal.

OOSTERBECK, L. (2002) – "Le culte de l'eau dans le Alto Ribatejo, Portugal». Arkeos, nº 12, p. 227-256

PIKE, A. W. G.; HOFFMANN, D. L.; GARCIA-DIEZ, M.; PETTITT, P.B.; ALCOLEA, J.; DEBALBIN, R.; GONZALEZ--SAINZ, C.; DELASHERAS, C.; LASHERAS, J.A.; MONTES, R.; ZILHÃO, J. (2012) – «U-Series Dating of Paleolithic Art in 11 Caves in Spain». Science 336 (6087): 1409-1413. doi: 10.1126/science.1219957.

PUCHALSKA, M.; ORLIÑSKA, M.; ACKACHA, M. A.; PAWLAK, K.P. and JAROSZ, M.J. Mass Spectrom., 38 (2003). 1252-1258.

ROEBROEKS, W.; MARK, J.; SIERA, Trine Kellberg Nielsen, Dimitri De Loeckera, Josep Maria Parés, Charles E. S. Arps, and Herman J. Müchere. (2011) – Use of red ochre by early Neandertals.

ROSINA, P.; GOMES, H.; MARTINS, A.; OOSTERBEEK, L. (2013) – Caracterização de Pigmentos em Arte Rupestre. IN 1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo, Vila Nova da Barquinha, Portugal. Arkeos – perspectivas em diálogo, vol. 34. Tomar: CEIPHAR.

THOMAS, Anne Wall. (1980) – Colors From the Earth, New York: Van Nostrand Reinhold.

VANDENABEELE, P.; WEHLING, B.; MOENS, L.; EDWARDS, H.; REU, M. and DE VAN HOOYDONK, G. (2000) – Analysis with Micro-Raman spectroscopy of natural organic binding media and varnishes used in art. Analytica Chimica Acta, 407, 261-274.

VANHAEREN, M.; D'ERRICO, F. (2002) – The Body Ornaments Associated with the Burial in ZILHÃO J.; Trinkaus E. (eds.) Portrait of the artist as a child. The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho and its Archaeological Context. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, 22: 154-186.

WRESCHNER, Ernst E. (1980) – "Red Ochre and Human Evolution: A Case for Discussion." Current Anthropology 21: 631-644.

ZILHÃO J, *et alia* (2011) – Symbolic use of marine shells and mineral pigments by Iberian Neandertals. Proceedings of the National Academy of Sciences 107 (3): 1023-1028.

ZILHÃO, J.; D´ERRICO, F. (1999) – The chronology and taphonomy of the earliest Aurignacian and its implications for the understanding of Neanderthal extinction. Journal of World Prehistory, 13 (1): 1-68.

Figura 1 – Análise de Pigmentos de Pinturas Pré-Históricas.

TRABALHOS DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO TEJO: CERVÍDEOS, ANÁLISES E RESULTADOS

Sara Garcês / Grupo Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (u. ID73 – FCT) – Bolseira FCT (SFRH/BD/69625/2010) – Doutoranda em Quaternário, Materiais e Cultura (UTAD). Instituto Terra e Memória – Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo. Este trabalho foi financiado pelo Estado Português através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/CTE/UI0073/2011 / saragarces.rockart@gmail.com

RESUMO

O projecto Ruptejo (2008-2012) apresentou-se como uma tentativa de colmatar algumas lacunas no estudo da Pré-História do Alto Ribatejo. O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo centrou-se assim como alvo de diferentes abordagens desde a sua descoberta tendo a investigação se concentrado nos seus aspectos mais importantes e nos contextos regionais. A abordagem contextual inclui outros sítios de arte rupestre que se localizam no âmbito da sua bacia hidrográfica. A representação do cervídeo na arte rupestre portuguesa e, principalmente, tagana surge como parte integral da investigação. As associações com outras gravuras, a paisagem e geografia do mesmo poderá revelar o a importância do papel que este animal representa no mundo conceptual das comunidades pré-históricas nesta parte da Europa.

ABSTRACT

The Ruptejo project (2008-2012) was presented as an attempt to bridge some gaps in the study of prehistory of Alto Ribatejo area. The Tagus Valley Rock art Complex is, since its discovery, a targetof different approaches on research focused on their most important aspects and regional contexts. The contextual approach includes other rock art sites that are located within its watershed. The representation of deer in Portuguese and Tagus rock art emerges as an integral part of the research. Associations with other engravings, landscape and geography may reveal the importance of the role that this animal represents in conceptual world of prehistoric communities in this part of Europe.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO

A investigação arqueológica realizada nos últimos anos sobre o Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (CARVT) está associada a uma das lacunas que nas últimas décadas prevaleceu em Portugal: perceber a real extensão e complexidade da arte rupestre da bacia hidrográfica do rio Tejo (Oosterbeek *& alii*, 2012). No início da década de 70 a construção da barragem do Fratel fez com que 90% do então conhecido CARVT submergisse negando na maioria da sua extensão a possibilidade de mais e melhores estudos que um sítio de arte rupestre tão complexo mereceria (Garcês *& alii,* 2010). O CARVT localiza-se num território que se compreende sensivelmente entre a barragem de Cedilho (que marca a fronteira com Espanha) e a foz do rio Ocreza (tributário da margem direita do rio Tejo), apesar de estudos recentes sugerirem uma maior extensão do complexo com a descoberta de arte rupestre no rio Erges (Nobre, 2006).
Ao longo do tempo, algumas contribuições bibliográficas sobre a interpretação deste sítio de arte rupestre foram maioritariamente de carácter geral, centrando-se na questão cronológica, apesar de alguns trabalhos monográficos pontuais terem proposto alguns modelos de interpretação. A dissertação de mestrado da signatária intitulada *O Cervídeo na Arte Rupestre do Vale do Tejo: contributo para o estudo da Pré-História* (Garcês, 2009) permitiram evidenciar a importância da figura do cervídeo, principalmente no plano simbólico das comunidades

pré-históricas do rio Tejo. Estes apresentam particulares associações com um vasto conjunto figurativo, nomeadamente, figuras humanas e animais e, crê-se, surgem em diversos períodos cronológicos (Garcês & Oosterbeek, 2009). Também ainda no âmbito das publicações referentes à arte rupestre do Tejo, Mário Varela Gomes apresenta em 2010 a sua dissertação de Doutoramento sobre a arte rupestre do Vale do Tejo onde propôs uma leitura global do complexo. No âmbito dos trabalhos de arte rupestre do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação e do IPT, iniciou-se um programa de revisão sistemática dos moldes das superfícies das rochas gravadas que na década de 70 se aplicaram como metodologia de levantamento. Estes mesmos moldes foram alvo de um intensivo decalque nos últimos anos no âmbito do projecto Ruptejo e estão neste momento em processo de organização de documentação, fotografia e interpretação. Este trabalho teve como objectivo contribuir para a organização do *corpus* de representações desse complexo e o seu estudo de pormenor. O propósito de elaborar um trabalho centrado na figura do cervídeo decorreu de vários factores: o cervídeo é um dos mamíferos mais representados na arte paleolítica e pós-paleolítica na Península Ibérica e a sua importância não se prende apenas pelo facto de surgir na arte rupestre do Tejo com recorrência mas porque é um factor de importância na economia das sociedades pré-históricas da transição para o agro-pastoralismo Não serviriam apenas como alimento mas como fonte de matéria-prima através do aproveitamento da pele, armação e ossos. Em Portugal, o cervídeo mostra ter tido ainda uma função relevante desde períodos cronológicas recuados como são exemplo os que surgem no Vale do Côa, a partir do final do Pleistocénico passando pelo Holocénico médio (Vale do Tejo e Norte de Portugal) até à Idade do Ferro (Vale do Côa e Sabor, por exemplo). Em Portugal, excetuando as representações no Vale do Côa e Vale do Tejo, o cervídeo não é muito recorrente na arte rupestre e quando ocorre é na esmagadora maioria dos casos em gravura, havendo pouquíssimos registos da representação deste animal em pintura. Um dos poucos casos foi registado em 1988 no abrigo de Fraga d'Aia (São João da Pesqueira, Viseu) onde surgem dois painéis pintados estando no primeiro uma possível cena de caça, onde de acordo com os autores deste estudo (Jorge, Baptista & Sanches, 1988) intervêm um único personagem antropomórfico talvez armado com um arco e um cervídeo com longas hastes figuradas em perspectiva distorcida muito próximo a um estilo subnaturalista. No entanto, a cena parece estar dotada de um certo modo de movimento principalmente a figura antropomórfica. No segundo painel surgem um grupo de variados motivos antropomórficos, dois dos quais associados a um zoomorfo de difícil interpretação.

Também na Lapa dos Gaviões, em Arronches (Gomes, 1989; Pestana, 1984, 1987; Baptista, 1986; Peixoto, 1997) surgem figuras antropomórficas e zoomórficas. No painel do lado poente surge um possível cervídeo sobrepondo uma outra figura (Gomes, 1989).

A representação da figura do cervídeo vai surgindo em certos sítios de arte rupestre sensivelmente no Norte e Centro de Portugal.

No Vale do Sabor as mais recentes descobertas indicam a presença da figura do cervídeo na arte rupestre local. Um dos exemplos, ainda descoberto no ano 2000, é de um cervídeo neolítico num painel de xisto perto do Cabeço do Aguilhão e que tempos mais tarde sofreu atos de vandalismo (Baptista, 2004[1]).

O cervídeo surge também na Idade do Ferro, um período cronológico bem representado na arte rupestre tanto do Côa/Douro como rio Sabor e que apresenta figuras de pequenas dimensões e traço muito fino. Um exemplo recentemente divulgado (*Newsletter Arqueologia Baixo Sabor*, 2012) descreve uma possível cena de caça numa rocha do Vale de Figueira, margem direita do Escalão de Montante, onde surgem, segundo os autores, dois cervídeos, um possível caçador associado a um cavalo.

No Vale do Guadiana, segundo Mila Simões de Abreu (Abreu, 2012, p. 489), várias figuras de cervídeos foram afectadas pela barragem do Alqueva. Há o registo de uma figura de cervídeo em Porto Portel, um macho de perfil gravado através da técnica de filiforme e em Mocissos, um grupo de cervídeo também em filiforme mas que provavelmente datam da Idade do Ferro.

No vale do Côa, os cervídeos (maioria *Cervus elaphus*) figuram como um dos animais mais representados. Este é, sem dúvida, um dos animais mais representados na arte paleolítica no geral mas também na arte holocénica. Os veados Pleistocénicos do Côa são descritos como tendo corpos elegantes mas vigorosos, pescoços espessos e possantes, ca-

1. http://dafinitudedotempo.blogspot.pt/search/label/Vale%20do%20Sabor.

beças curtas e angulosas suportando as bem desenvolvidas armações. As fêmeas fazem-se notar pela ausência de armação mas também pelo perfil mais elegante e triangular da cabeça com orelhas alongadas e ovaladas, um pescoço menos espesso e um corpo menos possante que o dos machos. Quase todas as representações de cervas são animais figurados em traço múltiplo inciso, característico de um estilo figurativo que se pode situar cronologicamente entre o Solutrense recente o Magdalenense antigo (Baptista, 2003). Uma das mais emblemáticas figuras de cervídeos do Côa é o representado na rocha 10 da Penascosa com uma peculiar técnica de execução de raspagem.

No Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (CARVT), havia já desde 1946 registos de "pedras escritas" no Tejo. O etnógrafo Paulo Caratão Soromenho, conhecedor da região em questão, acompanhou alguns elementos do então Grupo para o Estudo do Paleolítico Português no primeiro dia da descoberta das gravuras do Tejo. Estas são, na sua generalidade, obtidas por picotagem sobre as lisas plataformas xistosas, quase sempre dispostas na horizontal. Estas rochas, dispostas em ambas as margens do rio Tejo, sofreram os efeitos erosivos das águas do rio durante milhares de anos, o que as tornou tão propícias para a gravação. No entanto, a resistência é também uma das suas características, daí ter sido possível chegarem até aos dias de hoje bem conservadas (Baptista 1986; Farinha 2005; Oosterbeek, 2008; Santos, 1985; Silva e Alves, 2005). Crê-se que a grande quantidade de seixos de quartzo e quartzite que abundam na região possam ter sido usados como matéria-prima dos incisores. Um recente trabalho de arqueologia experimental apresenta três hipotéticas cadeias operatórias por meio das quais poderia ter sido produzida uma grande parte das gravuras rupestres do sítio do Cachão do Algarve (CARVT) (Santos da Rosa, 2012; Santos da Rosa & Garcês, no prelo).

No vale do Tejo os cervídeos são picotados no xisto. Existem em pelo menos 6 núcleos do CARVT: Alagadouro, Fratel, Cachão do Algarve, Cachão de São Simão, Chão da Velha e Vale da Rovinhosa (Abreu & Garcês, 2011). A seguinte caracterização dos cervídeos da Arte Rupestre do vale do Tejo refere-se apenas aos exemplares que neste momento são possíveis de serem examinados no seu mais completo registo tendo já passado pelo processo de desenho, registo, tratamento de imagem e análise preliminar.

O núcleo de arte rupestre do Alagadouro está localizado na margem esquerda do Tejo, a cerca de 3km para jusante da barragem de Cedilho, no concelho de Vila Velha de Ródão. A investigação em curso permitiu identificar até agora três cervídeos, estando dois deles muito condicionados pelas fracturas que os envolvem na rocha. Na rocha 60 do Alagadouro surgem dois cervídeos e um antropomorfo. As fracturas representadas parecem sugerir que fazem parte da composição como se os cervídeos se mantivessem à distância do antropomorfo mas que ao mesmo tempo estejam associados a este. O estilo figurativo entre os cervídeos e o antropomorfo parece ser diferente, facto já sugerido por M.V.G (Gomes, 1989, 2001). A armação ainda que incompleta está representada num dos cervídeos (macho) estando completamente picotado ao contrário do outro cervídeo que apesar da dificuldade de compreender toda a parte da cabeça, apresenta o corpo em contorno apenas com o pescoço completamente preenchido e com a zona da barriga bem mais larga o que poderá indicar uma gravidez (?). O terceiro cervídeo do Alagadouro é a representação apenas da cabeça de um cervídeo macho adulto com uma armação ramificada. Tem poucos paralelos no próprio Tejo mas na rocha 155 de Fratel encontra-se um outro exemplar de cabeça de cervídeo isolada (Baptista, 1981).

O núcleo de arte rupestre do Cachão do Algarve (CAL) localiza-se na margem direita do rio Tejo, quase em frente ao núcleo da Lomba da Barca. Neste núcleo foram identificados 21 representações de zoomorfos. Neste núcleo surgem algumas das mais bem representadas figuras de cervídeos do vale do Tejo.

Um dos mais emblemáticos cervídeos de toda a arte do Tejo figura na rocha 59 do CAL. A figura no molde está incompleta, facto que se confirma na fotografia da mesma rocha foi publicada por A.M.B. (Baptista, 1981) e pelo decalque de M.V.G. (Gomes, 1989, 2007). No decalque do molde, surge um veado macho de grandes dimensões (60cmx45cm) orientado para a direita, em perfil e com a representação da armação (duas hastes) mas incompleto já que a cabeça não figura no molde. O picotado desta figura varia entre o muito denso (na área do pescoço, cabeça, pernas, hastes e limites do corpo) e o disperso no preenchimento do tronco. As hastes, em U e perspectiva semi-torcida, são muito curvas, apresentam grandes dimensões e estão bastante ramificadas. A cauda foi gravada em posição vertical, orientada para baixo (Santos da Rosa, 2012). Encontra-se sobrepos-

to por várias figuras geométricas mas a sua armação parece sobrepor uma espiral o que levanta questões sobre a sua cronologia, regularmente remetida para o Epipaleolítico (Gomes, 2007) e/ou sobre a extensão cronológica da espiral (Baptista, 1981).

Ainda no Cachão do Algarve se apresentam vários outros cervídeos muito bem definidos anatomicamente como os da rocha 25, 56, 57, 60, 61 e 66. De notar, e em processo de análise, a proximidade das rochas com representações de cervídeos neste núcleo. Aqui será imperativo um estudo da distribuição espacial e a sua importância dentro da área do núcleo do Cachão do Algarve e do Tejo como um todo. O cervídeo da rocha 25, 56 e 60 terão que ser analisados através de fotografias e decalque já publicados por falta dos moldes respectivos na coleção analisada.

O cervídeo da rocha 56 é uma figura associada a uma panóplia de outras figuras geométricas e a uma possível arma o que faz com que seja possível uma possível interpretação mais complexa. O cervídeo, uma representação de um macho adulto, encontra-se registado em perfil com uma armação bastante ramificada em perspectiva semi-torcida. É atravessado por uma linha horizontal no seu corpo em forma ovalada. Está gravado dentro de um grande círculo com outras gravuras, o que parecem ser pequenas linhas encurvadas e uma espiral. É de grande importância o que parece ser uma arma de arremesso espetada no seu corpo.

As armas/instrumentos são extremamente raras no Tejo e a representação de uma figura destas associadas a um animal é de extrema importância e colabora para um melhor entendimento deste animal. Assim, esta figura em específico da rocha 56 do CAL sugere uma ligação à caça já sugerido por A.M.B (Baptista, 1981). O círculo pode ser interpretado como sendo uma armadilha, interpretação ainda a ser melhor analisada no contexto espacial e geográfico mas há já alguns estudos sobre as associações cervídeos/círculos e/ou cervídeos em associação com alguns tipos de geométricos podem representar armadilhas (Hoek, 2003).

Ainda na rocha 56 de CAL, há registo de um outro cervídeo mas representado de maneira completamente diferente do primeiro aqui em análise. Orientado para a direita, o tronco foi delineado com uma forma rectangular apresentando apenas poucos picotados na parte traseira do animal. Na impossibilidade de decalque do molde, a análise prende-se nos exemplares já publicados. As duas variações de decalque publicadas deste animal, a primeira em 1974 por A.M.B e mais tarde por M.V.G em 2007 apresentam algumas variações principalmente na zona da cabeça com o segundo autor a descrever o animal como estando de boca aberta (Gomes, 2007).

Uma outra representação peculiar é o cervídeo da rocha 61 de CAL. Veado macho bem representado com uma armação em perspectiva encontra-se sobreposto com o que parece ser um podomorfo. Esta sobreposição oferece-nos uma oportunidade de trabalhar este tipo de representação segundo a sua cronologia.

O sítio do Fratel, ainda em análise, é sem dúvida um dos núcleos do Tejo que mais e complexas rochas gravadas envolvendo figuras de cervídeos apresenta. Aqui se registaram duas das rochas com mais e distintos cervídeos de todo o complexo rupestre. A rocha 49 e a famosa rocha 155 sendo esta última deveras um marco importante na percepção das gravações temporalmente mais recuadas do Tejo. Um dos aspectos mais importantes sobre este suporte rochoso diz respeito às sobreposições e associações entre zoomorfos e espirais ou círculos. As figuras impressionam pelas suas dimensões, forma e detalhes de execução, acabamento, sobreposição e associação. É deveras uma rocha magnífica que merecerá destaque na avaliação da figura do cervídeo no Tejo e o seu papel para com as comunidades pré-históricas envolvidas.

O núcleo de arte rupestre de São Simão é um dos três restantes núcleos onde é possível, ainda hoje, ter acesso às rochas em determinadas alturas do ano. É considerado um dos locais com maior concentração de arte rupestre do Tejo, juntamente com o núcleo de Fratel e do Cachão do Algarve. Os cervídeos aqui gravados inserem-se em contextos muito interessantes mas o que mais peculiar *cena* apresenta é o cervídeo da rocha 158 – um antropomorfo com o sexo masculino bem definido carrega em ombros um veado morto.

A rodear esta composição encontram-se várias figuras incluindo dois outros cervídeos (um em cima e outro por baixo) representados de maneira diferente do veado morto. Esta espetacular representação impressiona pela composição em si, por percebermos que deve ter tido uma importância acrescida no seu significado porque seria de todo impossível um ser humano carregar literalmente um veado adulto morto aos ombros e pelos detalhes de execução do próprio animal. A armação do veado parece ter sido

fechada à posteriori de modo a criar o que sugere ser a forma de um sol. No Tejo existem algumas figuras extremamente semelhante a esta mas na vez do cervídeo, a figura humana levanta um sol.

Um outro núcleo de arte rupestre ainda visitável e com figuras de cervídeos é o núcleo de arte rupestre do rio Ocreza também prospectado ainda no início dos anos 70. Este é considerado o limite máximo a oeste do Complexo Rupestre do Vale do Tejo. Com uma nova prospecção já no início desta década descobriu-se a figura de um equídeo paleolítico sensivelmente no meio do último troço do rio antes de desaguar no Tejo. Também neste troço se encontram mais 3 rochas com gravuras mas ao contrário do cavalo, estas contêm arte rupestre pós-paleolítica. Excepto uma representação de espiral, as duas outras rochas têm gravadas figuras de cervídeos que apresentam características típicas do Tejo, ou seja, que partilham com outros zoomorfos que surgem na arte rupestre do complexo como os pescoços e cabeça completamente preenchida a acompanhar apenas o contorno do corpo, e a linha que atravessa vários dorsos de zoomorfos, segundo alguns autores, a chamada *linha da vida*. Numa das rochas (rocha dos zoomorfos) os cervídeos apresentados podem ser fêmeas devido à falta de armação.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mila Simões (2012) – *Rock-Art in Portugal. History, Methodology and Traditions*. Volume I. Universidade de Trás--os-Montes e Alto Douro. [Dissertação de Doutoramento].

ABREU, Mila Simões de; GARCÊS, Sara (2011) – Os Cervídeos na Arte Rupestre em Território Português – do Côa ao Tejo. In Guidón, N. - *World Crongress Ifrao – Global Rock Art*; Brasil, pp. 823-843.

BAPTISTA, António Martinho (1981) – *A Rocha F-155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo.* Porto: GEAP. (Monografias Arqueológicas), 85 p.

BAPTISTA, António Martinho (1986) – Arte rupestre pós--glaciária. Esquematismo e abstracção. In *História da Arte em Portugal.* Lisboa.

BAPTISTA, António Martinho (2003) – A fauna plistocénica do Vale do Côa. *Tribuna da Natureza* – a vida selvagem nas quatro estações. Ano 4, nº 13.

GARCÊS, Sara (2009) – *Cervídeos na Arte Rupestre do Vale do Tejo: contributo para o estudo da Pré-História Recente*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre [policopiado]. Instituto Politécnico de Tomar/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

GARCÊS Sara; ABREU, Mila Simões; COIMBRA, Fernando; OOSTERBEEK, Luiz (2010) – A problemática do uso dos moldes de látex no estudo da arte rupestre do Vale do Tejo. *Arkeos*, 28, pp. 79-86.

GARCÊS, Sara; OOSTERBEEK, Luiz (2009) – Cervídeos na arte rupestre do vale do Tejo. Contributo para o estudo da Pré-História recente. *Zahara,* 14, pp. 90-94.

GOMES, Mário Varela (1989) – Arte rupestre e contexto arqueológico. *Almansor: Revista de Cultura* (1ª Série), 7, pp. 225-269.

GOMES, Mário Varela (1989) – Arte Rupestre do Vale do Tejo – um santuário pré-histórico. In *Encuentro sobre el Tajo: El agua y los asentamientos humanos*. Fundacion San Benito de Alcantara. (Cuadernos de San Benito; 2), pp. 49-75.

GOMES, Mário Varela (2001) – Arte rupestre do Vale do Tejo (Portugal) – Antropomorfos (estilos, comportamentos, cronologia e interpretações), *Série Arqueológica – Semiótica del Arte Rupestre.* Academia De Cultura Valenciana, Sección De Prehistoria Y Arqueología. Valência: Diputación Provincial de Valência, pp. 53-88.

GOMES, Mário Varela (2007) – Os períodos iniciais da arte do Vale do Tejo (Paleolítico e Epipaleolítico). *Cuadernos de Arte Rupestre*, 4, pp. 81-116.

FARINHA, Luís (2005) – Uma janela sobre o Ródão. *História*, 80, pp. 56-59.

HOEK, MartenVan (2003) – El círculo, el ciervo y la trampa grabados de cuadrúpedosen rocas com combinaciones circulares en Europa. *Brigantium*, 14, pp. 75-88.

JORGE, Vítor Oliveira; BAPTISTA, António Martinho; SANCHES, Maria de Jesus, (1988) – A Fraga D'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação pré-histórica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* XXVIII, pp. 201-232.

NEWSLETTER, (2012) – *Arqueologia Baixo Sabor.* Dezembro.

NOBRE, Luís (2006) Arte Rupestre Pré-Histórica da Margem Esquerda do rio Erges. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre [policopiado]. Instituto Politécnico de Tomar / Universidade de Trás-os--Montes e Alto Douro.

OOSTERBEEK, Luiz (2008) – El Arte del Tejo (Portugal) en el marco de los studios de Arte Rupestre en Portugal. Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-Histórica. In OOSTERBEEK, L.; BUCO, C., coord. – *Arkeos: perspectivas em diálogo*, 24. Tomar, pp. 11-30.

PEIXOTO, Ana (1997) – A Lapa dos Gaviões. *IBN MARUAN*. Revista Cultural do Concelho de Marvão. Edições Colibri.

PESTANA, Manuel Inácio (1984) – *Arte Rupestre do conjunto pictórico dos Louções ao da Serra do Cavaleiro – agora descoberto*. Edição Câmara Municipal de Arronches.

PESTANA, Manuel Inácio (1987) – Arte Rupestre da Freguesia da Esperança (Concelho de Arronches), *1ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Arronches.
SANTOS, Manuel Farinha (1985) – *Pré-História de Portugal*. Biblioteca das Civilizações Primitivas. 3a Edição. Editorial Verbo. Lisboa, 214 p.

SANTOS DA ROSA, Neemias (2012) – *Contribuição para o estudo do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Portugal): o sítio do Cachão do Algarve*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Tomar. [Dissertação de Mestrado].

SANTOS DA ROSA, Neemias; GARCÊS, Sara (no prelo) – Arqueologia Experimental – contribuição para o estudo do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Portugal). *VI Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Barcelona.

SILVA, António; ALVES, Lara Bacelar (2005) – Roteiro de Arte Rupestre do Noroeste de Portugal. In *Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlântico*. Porto/Vigo: Eixo Atlântico, pp.189-219.

Figura 2 – Lapa dos Gaivões, Arroches. Painel Oeste. Adaptação de GOMES, 1989.

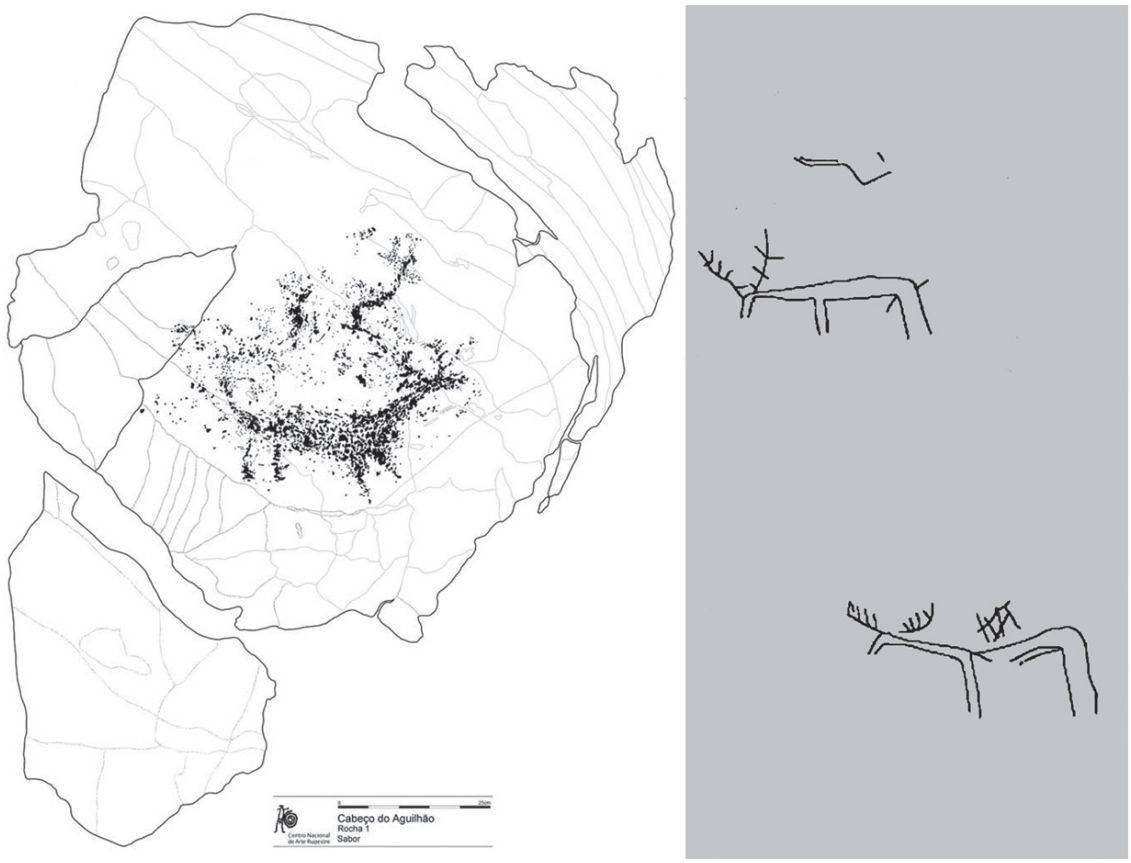


Figura 3 – Cervídeos de Cabeço do Aguilhão à esquerda (neolítico) – adaptação de publicação pessoal de A.M.B. e cervídeos da Idade do Ferro de Vale da Figueira Adaptação de NABS, 2012

Figura 4 – Grande cervídeo raspado da rocha 10 da Penascosa. Foto: Sara Garcês.

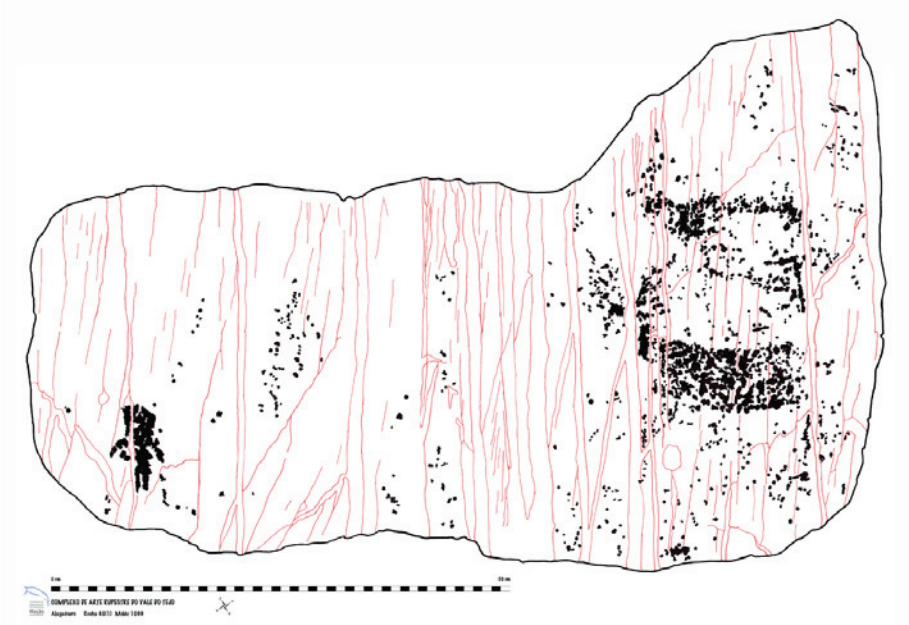


Figura 5 – Rocha 60 do Alagadouro. Fonte: Arquivo Instituto Terra e Memória.

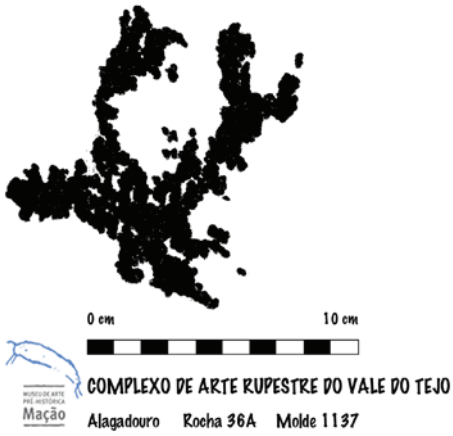
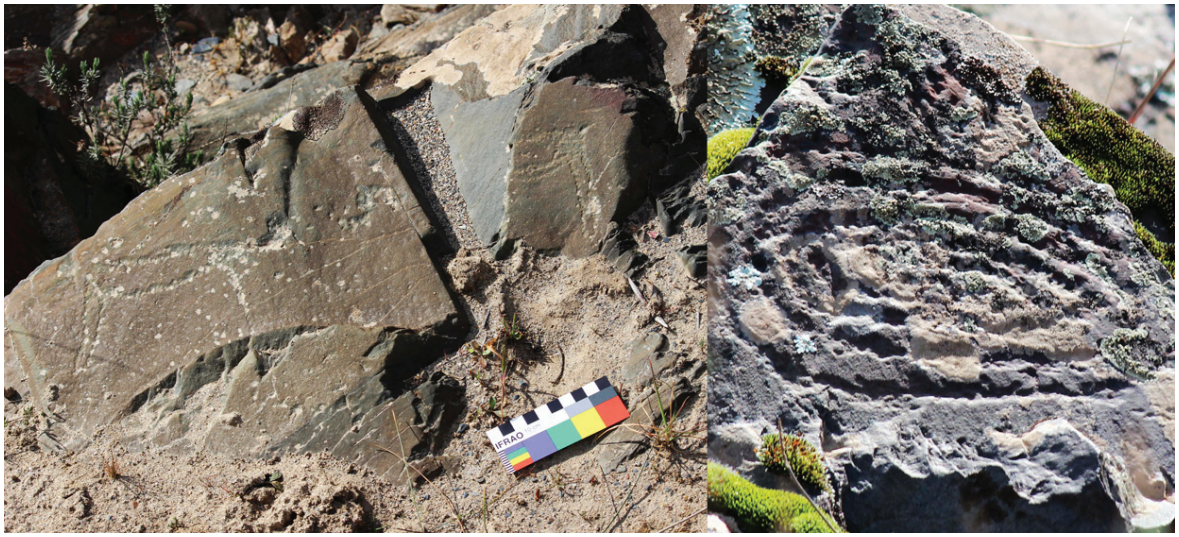


Figura 6 – Cabeça de cervídeo da rocha 36[A] do Alagadouro. Fonte: Arquivo Instituto Terra e Memória.

Figura 7 – Cervídeo sobreposto por podomorfo (?). Rocha 61 do Cachão do Algarve. Fonte: Arquivo Instituto Terra e Memória.

Figura 8 – Rocha 56 do Cachão do Algarve (Baptista, 1981).

Figura 9 – Cervídeo morto carregado por antropomorfo. Rocha 158 de São Simão. Fonte: Arquivo Instituto Terra e Memória.



Figuras 10a e 10b – Rochas dos Veados (em cima à esquerda), Rocha da Espiral (em cima à direita) e rocha dos Zoomorfos (em baixo) no rio Ocreza. Fotos: Sara Garcês. Decalque: arquivo Instituto Terra e Memória.

O SANTUÁRIO RUPESTRE DA VÁRZEA GRANDE (OURIQUE)

Mário Varela Gomes / Instituto de Arqueologia e Paleociências (FCSH-UNL) / mv.gomes@fcsh.unl.pt)
José Daniel Malveiro / Instituto de Arqueologia e Paleociências (FCSH-UNL) / jdbmalveiro@gmail.com
João Ninitas / Instituto de Arqueologia e Paleociências (FCSH-UNL) / joaoninitas@gmail.com

RESUMO

Dá-se a conhecer sítio com arte rupestre, cuja iconografia é esmagadoramente constituída por covinhas. Trata-se de grande superfície, polida pelas águas da ribeira do Barranco do Sambro, pertencente à rede hidrográfica do Mira. A superfície decorada encontra-se ciclicamente submersa, pelo que as gravuras mostram elevado grau de erosão. Frente àquela observa-se escarpa vertical que, por certo, contribuiu para a cenografia dos comportamentos ritualizados que conduziram à realização das gravuras. Além de figuras subcirculares, produzidas por picotagem, registaram-se 195 covinhas, com contorno subcircular ou oval e de diferentes dimensões. Reconheceram-se covinhas organizadas em linhas, assim como alinhamentos paralelos. Dois destes, de maiores dimensões, podem ter constituído tabuleiros de jogos, cuja utilização durante a Pré-História deveria ultrapassar a função lúdica e integrar contexto sócio-religioso. Alguns paralelos permitem atribuir as gravuras da Várzea Grande ao Neolítico Final.

ABSTRACT

This paper will present a new rock art site whose iconography is formed mainly by cup marks. It covers a large surface polished by the waters of the stream of "Barranco do Sambro", belonging to the Mira's hydrographic network. The decorated stone is periodically submerged, causing the engravings to show a high degree of erosion. In front of the decorated rock, one can find vertical bluffs, a scenography, that almost certainly contributed to the ritualized behaviour which was conduciveto the production of the engravings. In addition to the subcircular images which were produced by pecking, 195 cup marks were identified with subcircular or oval outlines and different depths. Cup marks organized in lines such as in parallel lines can be distinguished. Two of which, contain greater dimensionsand could have been gameboards, whose use during Pre-historic times would have reached beyond a playful function to a social religious context. Some parallels allow us to attribute the engravings,of the Várzea Grande,to the Late Neolithic period.

IDENTIFICAÇÃO

Nos finais dos anos setenta da passada centúria, o primeiro dos autores do presente trabalho (M. V. G.), teve conhecimento da existência de possíveis gravuras rupestres na freguesia de Santana da Serra. Anos mais tarde, uma sua aluna da então Variante de Arqueologia da FCSH-UNL, a Dr.ª Alice Gago, natural daquela povoação, haveria de proceder a inventário patrimonial da zona mencionada, nele referindo a existência de podomorfo esquerdo, gravado junto a local da linha de água que corre a nordeste das casas do monte da Várzea Grande. Naquele trabalho, registaram-se gravuras em penedo do Castelo Ventoso, ainda na mesma freguesia, e outras informações arqueológicas conservadas inéditas.

Prospecção da zona do Barranco do Sambro, próxima das casas da Várzea Grande, conduzida pelo segundo signatário (J.D.M.), levou à identificação de laje contendo numerosas covinhas, testemunhos agora dados a conhecer, e do podomorfo acima mencionado, que observação cuidada permitiu concluir tratar-se de forma natural, aliás semelhante a outras que se observam nas proximidades.

Aquela imagem, escavada na rocha pela erosão das águas, era considerada, pela população local, como "pegada dos mouros", existindo não longe pequeno abrigo, de xisto, denominado "buraco dos mouros".

LOCALIZAÇÃO

As gravuras, que denunciam antigas práticas de carácter sócio-religioso, aproveitam superfície da margem direita da linha de água que corre no fundo do barranco do Sambro, a aproximadamente 1 km da sua confluência na ribeira dos Esteiros.
O local mencionado situa-se a cerca de 200 m, para nordeste, de sector do caminho de terra batida que passa entre as casas do antigo monte da Várzea Grande, a 5 km para sudeste de Santana da Serra e a 2 km do limite com o concelho de Almodôvar.
Alcança-se a Várzea Grande, através de estrada que, partindo de Santana da Serra, segue quase paralelamente às ribeiras do Guilherme e dos Esteiros e, depois, à linha de água do Barranco do Sambro.
Administrativamente a Várzea Grande pertence à freguesia de Santana da Serra, ao concelho de Ourique e ao distrito de Beja. As coordenadas geodésicas aproximadas da superfície com gravuras são: 37º 28' 23'' de latitude norte e 8º 15' 2'', de longitude oeste de Greenwich (seg. *C. M. P.*, nº 571, Santa Clara-a-Nova, S.C.E.P., 1978).

AMBIENTE NATURAL

A denominada Várzea Grande, corresponde a trecho de terreno, com aproximadamente 500 m de extensão, que se desenvolve em encosta muito suave, sendo delimitada por meandro do barranco do Sambro.
O substrato rochoso é constituído por xistos e grauvaques, do Carbónico, e o solo de cobertura, em algumas zonas mostrando depósitos de vertente, oferece forte matriz argilosa, sendo aproveitado na agricultura.
A linha de água, do Barranco do Sambro possui assinalável encaixamento e numerosas inflexões, conforme é próprio dos rios e ribeiras existentes em terrenos de xisto.
A rocha contendo as gravuras, muito polidas pela erosão fluvial, encontra-se na margem direita do barranco do Sambro, em zona onde este descreve curva e à altitude de 375 m. Na margem esquerda, frente à superfície decorada, observa-se alta parede rochosa, com amplos degraus, como que constituindo cenário das actividades sócio-religiosas de que as gravuras constituem os derradeiros testemunhos.
A zona em apreço foi, por certo, desde cedo antropizada, ali passando antigo caminho que ligava a Várzea Grande ao casario do Sambro, situado 500 m a norte.

A ROCHA DECORADA

Trata-se de superfície de xisto, de cor cinzenta (5YR 5/1)[1], sub-horizontal, dado mostrar 15º de inclinação no sentido sudoeste-nordeste, medindo 6 m de comprimento e 2,60 m de largura máxima. A sua maior dimensão é perpendicular à linha de água que corre junto e que a submerge durante as estações pluviosas. À data da sua identificação jazia quase completamente coberta por sedimentos muito recentes, pois estes continham, na base, restos de latas de conservas e cartuchos de caça, de plástico, embora alcançando 1 m de potência.
A área exposta daquela rocha, muitíssimo desgastada, encontra-se fraccionada por diversas fissuras e mostra longos mas estreitos veios de quartzo leitoso. É a zona mais alta do suporte descrito que oferece maior número de intervenções, tanto de covinhas e de outras gravuras, como de manchas de negativos, mais ou menos densas (psicogramas).
Dada a presença maciça de covinhas, poderíamos dizer quase exclusiva, não fora a existência das manchas de picotados dispersos e de pouco mais que esboços de figuras subcirculares gravadas, constituídos através da mesma técnica, optámos por não fazer a descrição individual daqueles primeiros motivos, mas apresentá-los através do quadro anexo, onde constam os atributos julgados pertinentes.
Importa desde logo efectuarmos a distinção entre as covinhas possuindo contorno de forma subcircular e as de perímetro oval, somando aquelas primeiras 154 exemplares (79%) e as segundas 41 (21%).
(Tabela 1)

Foi determinada a relação entre o raio e a profundidade de cada covinha, determinando-se índice formal. Quando aquelas apresentavam contorno oval foi feita a média entre o comprimento e a largura, de modo a substituir o diâmetro. O índice obtido diferencia as covinhas, que arbitrariamente considerámos como integrando quatro grandes tipos.
Podemos concluir que a maior percentagem de covinhas oferece forma sub-hemisférica (61,03%), onde o índice correspondente é inferior a 3 e superior a 1,5.
Ao tipo sub-horizontal, quando o índice é igual ou maior que 3, pertencem as covinhas que possuem

1. Os índices cromáticos correspondem às *MunsellSoil-Color Charts* (2010) e, por isso, devem entender-se como aproximados.

Tabela 1 – Covinhas identificadas na Várzea Grande, seus principais atributos e possíveis relações.

Referência	Perímetro	Diâmetro (mm)	Profundidade (mm)	Índice formal	Associação
V.G.R1.1	oval	20 x 32	3	4,3	
V.G.R1.2	circular	19	3	3,2	
V.G.R1.3	oval	19 x 12	3	2,6	
V.G.R1.4	oval	16 x 24	3	3,3	5;6;7;8;9
V.G.R1.5	circular	11	3	1,8	4;6;7;8;9
V.G.R1.6	circular	10	3	1,7	4;5;7;8;9
V.G.R1.7	oval	32 x 21	3	4,4	4;5;6;8;9
V.G.R1.8	oval	11 x 22	3	2,8	4;5;6;7;9
V.G.R1.9	oval	20 x 31	3	4,3	4;5;6;7;8
V.G.R1.10	circular	26	3	4,3	
V.G.R1.11	oval	21 x 15	3	3	
V.G.R1.12	oval	16 x 21	3	3,1	
V.G.R1.13	circular	15	10	0,8	
V.G.R1.14	circular	17	3	2,8	
V.G.R1.15	circular	13	3	2,2	
V.G.R1.16	oval	16 x 12	3	2,3	
V.G.R1.17	circular	16	3	2,7	
V.G.R1.18	oval	20 x 29	2	6,1	19
V.G.R1.19	oval	25 x 13	3	3,2	18
V.G.R1.20	circular	14	3	2,3	
V.G.R1.21	circular	11	3	1,8	
V.G.R1.22	circular	8	3	1,3	
V.G.R1.23	circular	10	3	1,7	
V.G.R1.24	circular	9	3	1,5	25;26
V.G.R1.25	circular	10	3	1,7	24;26
V.G.R1.26	circular	12	3	2	24;25
V.G.R1.27	oval	24 x 18	3	3,5	
V.G.R1.28	oval	23 x 32	3	4,6	29;30
V.G.R1.29	circular	9	3	1,5	28;30
V.G.R1.30	oval	15 x 20	3	2,9	28;29
V.G.R1.31	circular	10	3	1,7	
V.G.R1.32	oval	11 x 20	3	2,6	
V.G.R1.33	circular	10	3	1,7	
V.G.R1.34	circular	11	3	1,8	
V.G.R1.35	circular	13	3	2,2	
V.G.R1.36	oval	37 x 47	7	3	37;38
V.G.R1.37	oval	16 x 25	5	2,1	36;38
V.G.R1.38	circular	30	1	1,5	36;37
V.G.R1.39	circular	14	3	2,3	
V.G.R1.40	circular	20	5	2	41;42;43;44;45;46;47
V.G.R1.41	circular	20	5	2	40;42;43;44;45;46;47
V.G.R1.42	circular	20	5	2	40;41;43;44;45;46;47
V.G.R1.43	circular	25	6	2,1	40:41;42;44;45;46;47

V.G.R1.44	circular	22	5	2,2	40;41;42;43;45;46;47
V.G.R1.45	circular	18	3	3	40;41;42;43;44;46;47
V.G.R1.46	circular	14	3	2,3	40;41;42;43;44;45;47
V.G.R1.47	circular	14	3	2,3	40;41;42;43;44;45;46
V.G.R1.48	oval	19 x 24	3	3,6	
V.G.R1.49	circular	25	8	1,6	
V.G.R1.50	circular	34	7	2,4	
V.G.R1.51	circular	65	25	1,3	52;53;54;55;56;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.52	circular	28	8	1,8	51;53;54;55;56;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.53	circular	32	4	4	51;52;54;55;56;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.54	circular	30	5	3	51;52;53;55;56;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.55	circular	32	8	2	51;52;53;54;56;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.56	circular	33	5	3,3	51;52;53;54;55;67;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.57	circular	30	5	3	
V.G.R1.58	circular	29	4	3,6	
V.G.R1.59	circular	22	5	2,2	
V.G.R1.60	circular	22	3	3,7	
V.G.R1.61	circular	24	5	2,4	62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.62	circular	23	5	2,3	61;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.63	circular	25	5	2,5	61;62;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.64	circular	25	5	2,5	61;62;63;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.65	circular	27	10	1,4	61;62;63;64;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.66	circular	26	5	2,6	61;62;63;64;65;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.67	circular	40	10	2	51;52;53;54;55;56;68;69;70;71;72;73
V.G.R1.68	oval	22 x 40	10	1,6	51;52;53;54;55;56;67;69;70;71;72;73
V.G.R1.69	circular	35	10	1,8	51;52;53;54;55;56;67;68;70;71;72;73
V.G.R1.70	circular	29	5	2,9	51;52;53;54;55;56;67;68;69;71;72;73
V.G.R1.71	circular	26	10	1,3	51;52;53;54;55;56;67;68;69;70;72;73
V.G.R1.72	circular	22	5	2,2	51;52;53;54;55;56;67;68;69;70;71;73
V.G.R1.73	circular	22	5	2,2	51;52;53;54;55;56;67;68;69;70;71;72
V.G.R1.74	circular	25	10	1,3	
V.G.R1.75	circular	16	10	0,8	
V.G.R1.76	circular	30	10	1,5	61;62;63;64;65;66;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.77	circular	30	10	1,5	61;62;63;64;65;66;76;78;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.78	circular	34	12	1,4	61;62;63;64;65;66;76;77;79;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.79	circular	22	5	2,2	61;62;63;64;65;66;76;77;78;80;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.80	circular	37	8	2,3	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;88;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.81	circular	19	5	1,9	
V.G.R1.82	circular	16	3	2,7	

V.G.R1.83	circular	58	25	1,2	
V.G.R1.84	circular	50	20	1,3	85;86;100;101;102
V.G.R1.85	circular	30	5	3	84;86;100;101;102
V.G.R1.86	circular	51	5	5,1	84;85;100;101;102
V.G.R1.87	circular	17	5	1,7	
V.G.R1.88	circular	17	3	2,8	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;89;90;91;92;93;94
V.G.R1.89	circular	13	3	2,2	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;90;91;92;93;94
V.G.R1.90	circular	12	3	2	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;91;92;93;94
V.G.R1.91	circular	15	3	2,5	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;92;93;94
V.G.R1.92	circular	20	5	2	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;93;94
V.G.R1.93	circular	19	5	1,9	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;94
V.G.R1.94	circular	18	3	3	61;62;63;64;65;66;76;77;78;79;80;88;89;90;91;92;93
V.G.R1.95	circular	11	3	1,8	
V.G.R1.96	circular	13	3	2,2	
V.G.R1.97	circular	36	15	1,2	
V.G.R1.98	circular	33	8	2,1	
V.G.R1.99	circular	27	10	1,4	107;108;109;110;111;112
V.G.R1.100	circular	25	10	1,3	84;85;86;101;102
V.G.R1.101	circular	23	5	2,3	84;85;86;100;102
V.G.R1.102	circular	40	15	1,3	84;85;86;100;101
V.G.R1.103	circular	25	10	1,3	
V.G.R1.104	circular	23	5	2,3	
V.G.R1.105	circular	22	5	2,2	
V.G.R1.106	circular	18	5	1,8	
V.G.R1.107	oval	27 x 20	5	2,4	99;108;109;110;111;112
V.G.R1.108	circular	20	5	2	99;107;109;110;111;112
V.G.R1.109	circular	18	5	1,8	99;107;108;110;111;112
V.G.R1.110	circular	20	5	2	99;107;108;109;111;112
V.G.R1.111	circular	22	5	2,2	99;107;108;109;110;112
V.G.R1.112	circular	15	3	2,5	99;107;108;109;110;111
V.G.R1.113	oval	18 x 10	3	2,3	
V.G.R1.114	circular	55	10	2,8	126;128;130;131
V.G.R1.115	circular	20	5	2	
V.G.R1.116	circular	15	3	2,5	
V.G.R1.117	circular	13	3	2,2	
V.G.R1.118	circular	14	3	2,3	
V.G.R1.119	circular	13	3	2,2	
V.G.R1.120	circular	31	5	3,1	121;123
V.G.R1.121	oval	33 x 52	10	2,1	120;123
V.G.R1.122	circular	16	3	2,7	
V.G.R1.123	circular	35	10	1,8	120;121
V.G.R1.124	circular	13	5	1,3	

V.G.R1.125	circular	17	3	2,8	
V.G.R1.126	circular	20	3	3,3	114;128;130;131
V.G.R1.127	oval	35 x 21	3	4,7	
V.G.R1.128	circular	24	3	4	114;126;130;131
V.G.R1.129	circular	15	3	2,5	
V.G.R1.130	circular	36	7	2,6	114;126;128;131
V.G.R1.131	circular	23	1	1,1	114;126;128;130
V.G.R1.132	circular	26	5	2,6	
V.G.R1.133	circular	19	3	3,2	134;136;137;195
V.G.R1.134	circular	17	3	2,8	133;136;137;195
V.G.R1.135	oval	14 x 21	3	2,9	
V.G.R1.136	oval	17 x 25	3	3,5	133;134;137;195
V.G.R1.137	oval	22 x 31	2	6,6	133;134;136;195
V.G.R1.138	oval	18 x 26	3	3,7	
V.G.R1.139	circular	12	5	1,2	
V.G.R1.140	circular	25	5	2,5	
V.G.R1.141	circular	12	3	2	
V.G.R1.142	circular	20	3	3,3	
V.G.R1.143	circular	12	3	2	
V.G.R1.144	oval	13 x 17	3	2,5	
V.G.R1.145	oval	10 x 16	3	2,2	
V.G.R1.146	circular	15	3	2,5	
V.G.R1.147	circular	14	3	2,3	
V.G.R1.148	circular	15	3	2,5	
V.G.R1.149	circular	27	3	4,5	151;152;153;156
V.G.R1.150	circular	9	3	1,5	
V.G.R1.151	circular	25	3	4,2	149;152;153;156
V.G.R1.152	oval	11 x 24	3	3,3	149;151;153;156
V.G.R1.153	circular	34	3	5,7	149;151;152;156
V.G.R1.154	oval	13 x 20	3	2,8	
V.G.R1.155	circular	48	12	2	158;159
V.G.R1.156	circular	23	3	3,8	149;151;152;153
V.G.R1.157	circular	16	5	1,6	
V.G.R1.158	oval	15 x 25	3	3,3	155;159
V.G.R1.159	oval	20 x 29	3	4,1	155;158
V.G.R1.160	circular	14	3	2,3	
V.G.R1.161	oval	20 x 30	6	2,1	
V.G.R1.162	circular	30	3	5	
V.G.R1.163	circular	35	5	3,5	
V.G.R1.164	oval	29 x 19	3	4	
V.G.R1.165	circular	25	5	2,5	
V.G.R1.166	circular	27	5	2,7	
V.G.R1.167	circular	47	15	1,6	168;169;192
V.G.R1.168	oval	32 x 41	10	1,8	167;169;192
V.G.R1.169	oval	25 x 20	10	1,1	167;168;192
V.G.R1.170	circular	21	5	2,1	

V.G.R1.171	circular	23	5	2,3	
V.G.R1.172	circular	21	8	1,3	
V.G.R1.173	circular	40	12	1,7	
V.G.R1.174	circular	33	10	1,7	
V.G.R1.175	circular	12	3	2	
V.G.R1.176	circular	35	12	1,4	
V.G.R1.177	circular	38	12	1,6	
V.G.R1.178	circular	12	3	2	
V.G.R1.179	circular	10	3	1,7	
V.G.R1.180	circular	26	3	4,3	
V.G.R1.181	circular	54	10	2,7	182;183
V.G.R1.182	oval	91 x 69	15	2,7	181;183
V.G.R1.183	circular	55	5	5,5	182;183
V.G.R1.184	oval	12 x 19	3	2,6	
V.G.R1.185	circular	14	3	2,3	186;187;188;189;190;191;194
V.G.R1.186	circular	14	3	2,3	185;187;188;189;190;191;194
V.G.R1.187	oval	12 x 18	3	2,5	185;186;188;189;190;191;194
V.G.R1.188	circular	29	8	1,8	185;186;187;189;190;191;194
V.G.R1.189	circular	17	3	2,8	185;186;187;188;190;191;194
V.G.R1.190	circular	10	3	1,7	185;186;187;188;189;191;194
V.G.R1.191	circular	28	3	4,7	185;186;187;188;189;190;194
V.G.R1.192	oval	24 x 20	3	3,7	165;166;167;168;169
V.G.R1.193	circular	21	5	2,1	
V.G.R1.194	circular	8	3	1,3	185;186;187;188;189;190;191
V.G.R1.195	circular	10	3	1,7	133;134;136;137

profundidade pouco acentuada, sendo evidentes o desgaste e a pouca visibilidade (24,62%).

As covinhas hemisféricas, em que o índice é igual ou menor que 1,5 e igual ou superior a 1, totalizam 13,33%. Este tipo mostra raios com dimensões semelhantes ou iguais às profundidades.

A tipologia menos verificada é a supra hemisférica onde apenas foram identificadas duas covinhas (1,03%). Nestas, a profundidade é superior ao raio, sendo o índice menor que 1 e distinguindo-se perfeitamente, a olho nu, das restantes.

Identificámos apenas as seguintes três imagens picotadas:

Oval (V.G.R1.196) – Pouco mais que um esboço, oferece levantamentos com contorno circular ou oval, de dimensões médias e algo descontínuos. Mede 0,240 m por 0,160m, segundo dois eixos ortogonais;

Círculo (V.G.R1.197) – Foi representado através de negativos, com contorno circular ou oval, de pequenas e médias dimensões, descontínuos. Mede 0,120 m de diâmetro;

Círculo (V.G.R1.198) – Esboço, constituído por picotados descontínuos, com contorno circular ou oval, de pequenas e médias dimensões. Mede 0,050 m de diâmetro.

ARTEFACTO

Os sedimentos que cobriam a superfície decorada aguardavam artefacto lítico cuja tipologia sugere indicar cronologia do Paleolítico Médio. Trata-se de lasca de quartzito (V.G. 2011), vulgarmente denominada "gomo de laranja", com cor cinzenta escura (7.5YR 4/1). Oferece contorno sub-semicircular, conserva superfície cortical no bordo convexo e secção trapezoidal. No reverso reconhece-se bolbo de percussão. Apresenta elevado grau de rolamento. Mede 0,047 m de comprimento, 0,025 m de largura e 0,010 m de espessura máxima, no volume mesial.

COMENTÁRIO

A localização, forma e disposição das covinhas como a presença de manchas e de figuras representadas através de picotados, na Várzea Grande, permitem, claramente, atribuirmos a sua realização aos tempos pré-históricos. De facto, a quase exclusividade daqueles primeiros elementos gravados, onde a terceira dimensão, a profundidade, lhes confere características exclusivas no campo da arte rupestre, encontra paralelos em outras rochas decoradas, não raro também situadas junto de linhas de água, mostrando alinhamentos, por vezes paralelos, de tais elementos.

Encontra-se naquela situação o enorme afloramento decorado quase exclusivamente por covinhas, da ribeira da Parcana, afluente do rio Ocresa, que se integra no complexo de arte rupestre do Vale do Tejo (Monteiro & Gomes, 1974-77).

Outros pequenos abrigos, localizados junto às margens dos rios Ocresa e Erges, ainda no Vale do Tejo, mostram igualmente importantes conjuntos de covinhas.

Também abrigo, situado no sítio da Canada do Inferno, na margem esquerda do rio Côa e actualmente coberto pelas suas águas, mostrava numerosas covinhas, gravadas na superfície rochosa do seu chão, que se documentaram apenas através de fotografias.

No Vale do Guadiana, em São Cristóvão (Monsaraz), conhece-se igualmente abrigo com numerosas covinhas, embora situado em posição elevada em relação àquele rio.

A proximidade das águas fluviais e o facto de as covinhas serem cobertas por aquelas nas estações pluviosas, aparecendo e desaparecendo, parece ter constituído motivo de interesse e atracção por parte das populações pré-históricas ou, pelo menos, daqueles que ali se dedicavam a práticas sócio-religiosas. As águas fluviais constituíram, por certo, elemento indissociável das actividades que conduziram à gravação das covinhas em locais recônditos, onde sacerdotes, xamãs ou "gentes de virtudes" procuravam entrar em contacto com o mundo sobrenatural.

No que respeita às covinhas da Várzea Grande, observámos que a grande maioria corresponde a exemplares possuindo muito pouca profundidade, sub-horizontais e sub-hemisféricas (85%), aspecto que só em parte se pode dever à erosão provocada pelas águas ao longo dos milénios e que deve decorrer, sobretudo, da necessidade de assim realizar tais imagens.

As abundantes covinhas do "santuário" baixo-alentejano, agora dado a conhecer, embora à primeira vista sugiram distribuição dispersa, a sua observação mais cuidada revela que boa parte delas se encontra estruturada, associando-se em pares ou constituindo evidentes alinhamentos, compostos por três a oito elementos, por vezes dispostos em paralelo.

Observaram-se pelo menos sete alinhamentos, cada um com três covinhas, de dimensões distintas e atingindo comprimentos diversos. Dois outros alinhamentos possuíam cinco daqueles elementos, enquanto dois mostravam seis covinhas, um sete covinhas e dois oito.

As orientações dos alinhamentos com menor número de covinhas é maioritariamente sudoeste-nordeste, enquanto os alinhamentos com mais elementos, e também maior comprimento, se encontram preferencialmente dispostos no sentido sudeste-noroeste, ou seja, perpendicular àquela primeira direcção, mas paralelos à linha de terra.

Além das covinhas estruturadas em alinhamentos, isoladas ou dispostas em paralelo, pelo menos cinco (149, 151, 152, 153, 156) parecem definir figura trapezoidal, medindo 0,18 m de comprimento e 0,12 m de largura.

Entre o conjunto de covinhas alinhadas em filas paralelas destaca-se pela sua visibilidade e regularidade o grupo de três de tais alinhamentos, contendo seis, cinco e sete elementos, formando rectângulo.

Três alinhamentos contendo seis, cinco e sete covinhas, dispostos em paralelo e quase juntos, formando rectângulo, sugerem unidade funcional. Outro conjunto, com seis, duas e cinco covinhas oferece características afins da associação acima referida. Estas composições, mais complexas, podem ser interpretadas como tabuleiros ou suportes de jogos, encontrando paralelos em grupos de covinhas organizadas do mesmo modo, como as do santuário exterior do Escoural, onde também ocorrem outras gravuras semelhantes à da Várzea Grande, atribuídas ao Neolítico Final, dada a sua sobreposição por estratos e estruturas calcolíticas (Gomes *& alii*, 1982; 1994).

BIBLIOGRAFIA

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SANTOS, Manuel Farinha dos (1994) – O santuário exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, pp. 93-118.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; SANTOS, Manuel Farinha dos (1982) – O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*. Salamanca. 36, pp. 287-307.

MONTEIRO, Jorge Pinho; GOMES, Mário Varela (1974-77) – Rocha com covinhas na Ribeira do Pracana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III.7-9, pp. 95-99.

Figura 1 – Localização do santuário rupestre da Várzea Grande (Ourique) (seg. a C.M.P., nº 571, Santa Clara-a-Nova, S.C.E.P., 1978).

Figura 2 – Vista, de norte, da rocha decorada da Várzea Grande (foto M. V. Gomes).

Figura 3 – "Pegada dos mouros". Várzea Grande (foto C. Didelet).

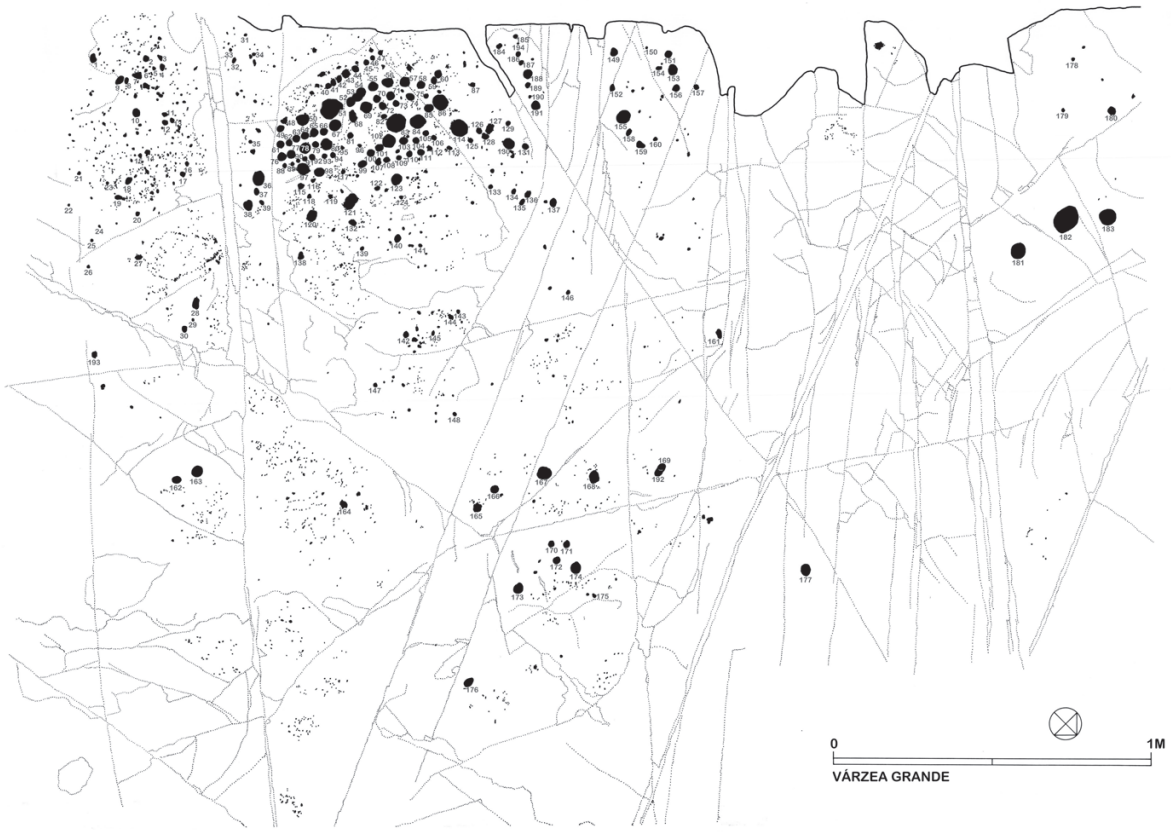


Figura 4 – Levantamento das gravuras da superfície decorada (seg. M. V. Gomes).

Figura 5 – Grupos de covinhas, da zona mais decorada da rocha da Várzea Grande (foto M. V. Gomes).

Figura 6 – Conjunto de covinhas estruturadas da Várzea Grande (foto M. V. Gomes).

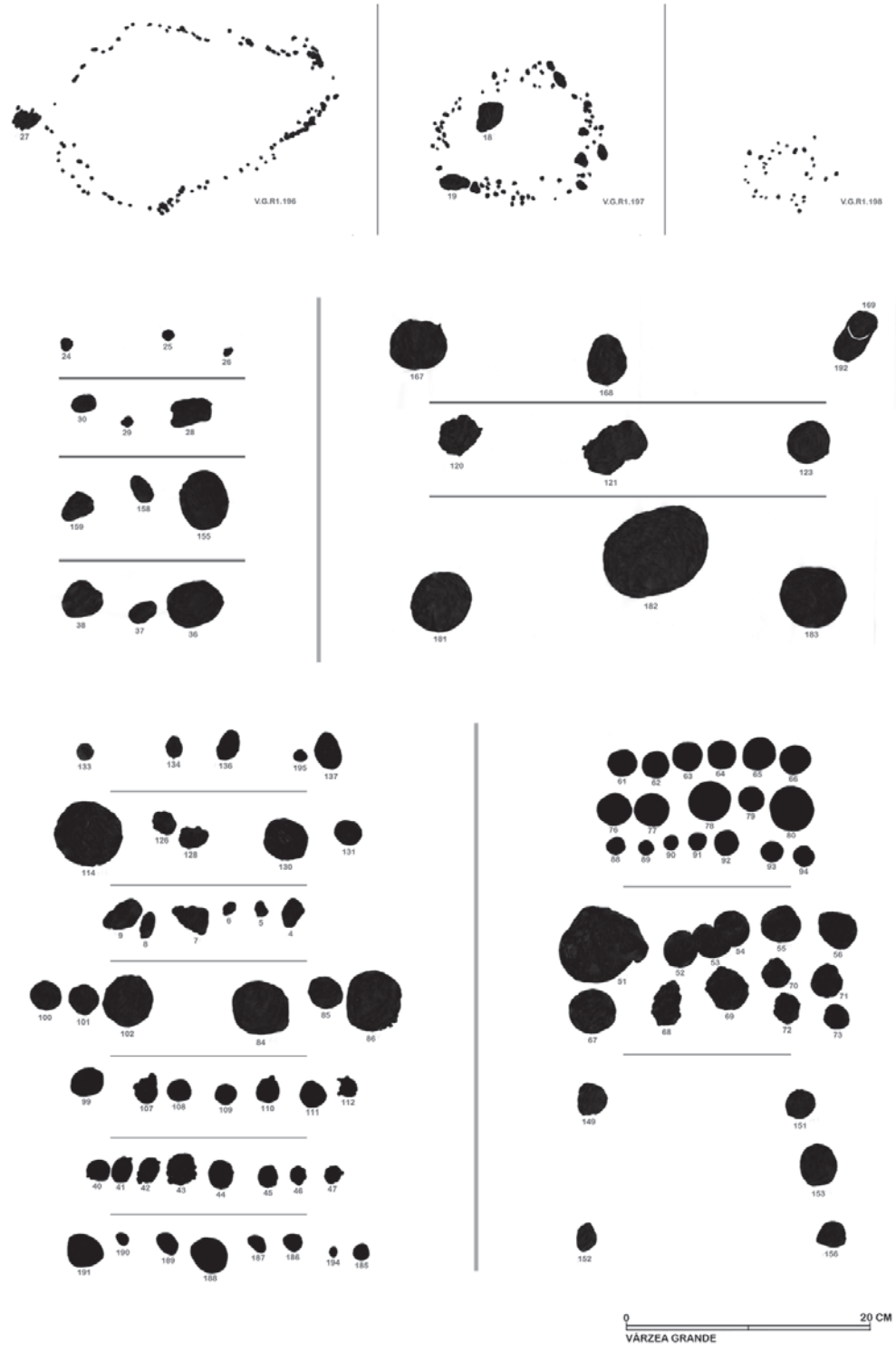


Figura 7 – Gravuras constituídas por negativos punctiformes (V.G.R1.196; V.G.R1.197; V.G.R1.198) e grupos estruturados de covinhas da Várzea Grande.

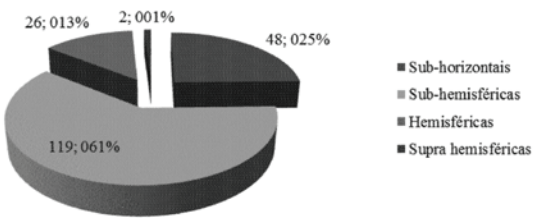


Figura 8 – Percentagens dos tipos de covinhas identificados na Várzea Grande.

A ARTE RUPESTRE ATLÂNTICA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Joana Valdez-Tullett / University of Southampton, FCT, CEAUCP-CAM / Jvt1g12@soton.ac.uk

RESUMO

Na Península Ibérica o reconhecimento e estudo da Arte Atlântica tem início no séc. XIX, prolongando-se até aos dias de hoje. Não obstante, grande parte das abordagens, meramente descritivas, cingem-se à sua apreciação estética, sendo pouco dotadas de profundidade analítica e negligenciando o seu contexto sociocultural. Verifica-se uma ausência de estudos sistemáticos e comparativos que contribuam para a discussão epistemológica inerente à matéria.

Este artigo pretende fazer uma breve revisão crítica da investigação e procedimentos científicos conduzidos ao longo do tempo quanto à Arte Atlântica, bem como procurar perceber de que forma a historiografia influenciou e limitou as interpretações dominantes, propondo futuras linhas de investigação holísticas e interdisciplinares, visando uma compreensão mais ampla do fenómeno, focada na sua contextualização sociocultural.

ABSTRACT

In Iberia the study of Atlantic Rock Art began in the 19th Century extending until today. The majority of these approaches, however, are mostly descriptive and regarding the aesthetic appreciation, missing analytical depth and neglecting its socio-cultural context. There is a lack of systematic and comparative studies that contribute to the subject's epistemological debate.

This paper intends to develop a brief critical revision of the investigation and scientific procedures conducted over time, trying to understand in which way historiography may have influenced and limited the main interpretations. I shall suggest future lines of holistic and interdisciplinary research aiming to a wider understanding of the phenomenon, focusing on its socio-cultural contextualization.

INTRODUÇÃO

A Arte Rupestre é um dos mais emblemáticos e enigmáticos vestígios do registo arqueológico, despertando atenção por parte de investigadores e curiosos. Estes grafismos estão presentes em todos os períodos cronológicos, desde o Paleolítico Superior até aos dias de hoje, se assim o entendermos. São vários os exemplos de símbolos abstractos ou icónicos, alfabetiformes ou outros, lavrados nas rochas em períodos modernos ou contemporâneos, que podem integrar este grupo de vestígios. A definição dos conceitos de Arte (discutido em Valdez, 2010, pp. 17-20) e Arte Rupestre não é consensual, conforme reflecte Jorge de Alarcão (1986, *apud* Gomes, 2002, p. 140): *"Olhando as pinturas ou gravuras do Escoural e do Norte de Portugal, podemos perguntar-nos: Isto é Arte? Nem toda a pintura é arte, como nem toda a construção é arquitectura. Mas como selecionar, e o quê, com que critérios? (...) até onde deve ir a nossa benevolência?*".

Para efeito do presente artigo e devido à carga histórica que a noção acarreta, continuar-se-á a utilizar o termo genérico de "arte rupestre", conscientes porém de que nesta ambígua designação se incluem as pinturas e gravuras depositadas em superfícies rochosas através de uma variedade de técnicas e/ou relevos, que se podem encontrar ao ar livre, nas paredes de abrigos ou grutas, bem como em monumentos megalíticos (Gomes, 2002, p. 139).

A arte rupestre é aqui entendida como um elemento de articulação entre as comunidades e a paisagem circundante, dinâmico e diacrónico, cujas funções e significados se encontram no campo das hipóteses interpretativas. É representativa dos costumes e cosmogonias dos sistemas culturais e sociais dos seus criadores, com os quais se relacionava (Valdez, 2010).

1. BIOGRAFIA DO ESTUDO DA ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL

O estudo da arte rupestre em Portugal afigura-se parco e pouco dinâmico, com algumas excepções. Nos inícios do século XVIII surge a primeira referência a um sítio com arte rupestre em Portugal, o Cachão da Rapa, mencionado na *Corographia Portugueza* de Padre António Carvalho da Silva (1712, p. 436). Já no século XIX aumenta a densidade de ensaios referentes a sítios com arte rupestre, publicados pelas mãos de dois grandes vultos dos primórdios da Arqueologia portuguesa, Francisco Martins Sarmento e José Leite de Vasconcellos. Autores essenciais no desenvolvimento da disciplina em Portugal, publicam, promovem encontros científicos e desenvolvem trabalho de campo, conduzindo à identificação de muitos sítios arqueológicos, recolhem dados junto de informadores locais, bem como peças e artefactos que hoje enchem as salas de várias instituições, como sejam o Museu Nacional de Arqueologia ou o Museu da Sociedade Martins Sarmento.

Enquanto H. Brueil publica a primeira monografia e levantamento gráfico integral de um sítio com grafismos portugueses – Lapa dos Gaviões (Arronches) –, só em 1929 surgem as primeiras (e importantes) sínteses, que destacam as regiões de Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho (Mendes Corrêa, 1929; Serpa Pinto, 1929, *apud* Gomes, 2002). O interesse pela arte rupestre, contudo, verifica-se um pouco por todo o território nacional, reflectido numa diversidade de publicações (e.g. Viana, 1929; Girão, 1921; Souto 1932, *apud* Gomes 2002).

Estes inventários são posteriormente complementados com os importantes contributos de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, sobretudo graças ao seu ensaio apresentado ao Congresso do Mundo Português (Santos Júnior, 1940), onde o autor faz um ponto da situação acerca dos estudos da arte rupestre em Portugal, divulga inúmeras rochas e incide sobre a inventariação das descobertas e sua dispersão geográfica. Nas décadas que se seguem continuam a ser dados à estampa artigos pontuais, em jeito de notícias e com breves descrições de sítios arqueológicos com arte rupestre (i.e. Pedra Escrita de Serrazes por Mário Cardozo em 1941; Carreço em Montedor por Afonso do Paço em 1942, etc.) (Gomes, 2012, p. 155), sentindo-se um hiato nas discussões teórias e interpretativas em torno destas matérias.

A descoberta do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo em 1971, composto por milhares de gravuras espraiadas pelas margens do rio e alguns afluentes, viria a transformar a historiografia da arte rupestre portuguesa para sempre. A construção da barragem de Fratel preconizou o estudo e levantamento sistemático estas manifestações, através de uma diversidade de novas técnicas, num processo de salvamento arqueológico inédito em Portugal, quer pelo tipo de trabalho desenvolvimento, quer pela natureza do sítio arqueológico e sua extensão geográfica, marcando o início de uma nova Era (Valdez-Tullett, 2013, p.357). Aliado a este facto, após a queda do Estado Novo a arqueologia nacional (estatal) é alvo de reorganização e profunda mudança epistemológica, resultando no aumento do número de entusiastas e praticantes, que contribuem para uma maior pujança do meio académico, abrindo caminho à profissionalização (Alves & Reis, 2009, p. 49).

Os anos de 1980 foram sobretudo marcados pelas publicações de António Martinho Baptista (e.g. 1983-1984; 1986), mormente no que refere à arte rupestre do noroeste, e por uma nova tendência interpretativa e de contextualização das evidências.

Na década de 1990, a descoberta das gravuras de Foz Côa, prenunciadas pelo achado dos cavalos do Mazouco, e a polémica que se gerou em torno da sua preservação e da construção da barragem, tiveram um grande impacto na forma como se procedeu em arqueologia nos anos que se seguiram.

Com a diminuição dos financiamentos para a investigação, grande parte da actividade arqueológica é hoje em dia suportada pelas obras públicas e projectos de construção civil, sendo disso exemplo o Plano Nacional de Barragens, os parques eólicos, os sistemas de rega e irrigação. No contexto dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos face a esta nova realidade, foram identificados alguns sítios de elevada importância científica, destacando-se as rochas gravadas que têm sido inventariadas e registadas no vale do Sabor no decurso de intensas campanhas de prospecção e acompanhamento arqueológico, bem como o emblemático abrigo rupestre na foz do rio Tua (Valdez-Tullett, 2013).

2. A ARTE ATLÂNTICA – O OBJECTO DE ESTUDO

A designação Arte Atlântica é aqui atribuída à tradição pré-histórica de arte rupestre que, na Península

Ibérica, se situa na Galiza e Norte de Portugal. É essencialmente composta por motivos geométricos e abstractos, não icónicos, ainda que a imagética na Galiza e na margem esquerda do rio Minho, inclua também zoomorfos, armas, alguns antropomorfos, idoliformes, escutiformes, entre outras figurações mais raras, como sejam os serpentiformes, enquadrados neste estilo pelos autores galegos (Bradley, 1997; Alves, 2003; Valdez, 2010).

A dispersão geográfica destes grafismos é de facto Atlântica, considerando que se espraia pelos actuais territórios do NW da Península Ibérica, Ilhas Britânicas e Bretanha. Conquanto se observe uma uniformidade no que refere a alguns motivos da denominada Arte Atlântica, esta encontra-se crivada de regionalismos, inclusive em pequena escala, observando-se diferenças, por exemplo, entre as manifestações a norte do rio Minho e aquelas que estão para sul da sua margem esquerda.

Até à data o estilo é apenas conhecido sob a forma de gravura, preferencialmente executada através da técnica da percussão (picotagem). Os motivos podem surgir de forma isolada ou em composições monumentais, em conjuntos de algumas rochas, ou difundindo-se por vastas áreas (Bradley, 1997; Alves, 2003; Valdez, 2010).

Quanto à sua implantação na paisagem, encontra-se maioritariamente insculpida em afloramentos graníticos de tendência horizontal, rasos ao solo e localizados em plataformas a meia encosta ou pequenos outeiros que comandam visualmente amplas extensões de território (Valdez, 2010, p. 52).

É em Portugal que se julga situar a fronteira mais meridional deste fenómeno, actualmente situada no rio Vouga, onde se encontram o Forno dos Mouros e o Outeiro dos Riscos (Sever do Vouga). Contudo, a região do Minho revela alguns dos mais belos exemplares de Arte Atlântica em território português, como sejam a Laje das Fogaças e a Laje das Carvalheiras em Lanhelas (Caminha), a Quinta do Barreiro em Valvejo (Valença), o emblemático sítio da Tapada do Ozão (Monte de Fortes, Valença) ou as representações (raras) de armas e idoliformes do Monte da Laje (Gandra, Valença).

Na Galiza, Pontevedra é a província mais rica em ocorrências de Arte Atlântica, contando com muitas centenas de rochas gravadas. Estudos recentes têm contribuído para a identificação de novos sítios nos, até agora quase desconhecidos, territórios da Península de Barbanza (SW de A Coruña) e distrito de Deza (interior da província de Pontevedra (Fábrega Valcarce & Rodríguez-Rellán 2012, pp. 250-251).

O debate em torno da cronologia destas manifestações continua aberto, em particular devido à falta de evidências arqueológicas e à natureza dos suportes onde as gravuras foram executadas. De uma forma geral a maior parte dos autores coloca a génese destas manifestações algures no 4º milénio, sendo que estaria ainda em utilização durante a Idade do Bronze. Exemplos de rochas gravadas sobrepostas por estruturas da Idade do Ferro (e.g. Illkley Moor nas Ilhas Britânicas) (Bradley, 1997) e Santa Tegra na Galiza (Santos Estévez, 2007) situam a baliza *post quem* na Idade do Ferro, sugerindo que estas manifestações não terão sobrevivido para além do 1º milénio AC.

Alguns autores sugerem que a arte rupestre tende a desaparecer numa altura em que se verifica uma intensificação cultural e o estabelecimento de uma economia agrícola assente numa rede de povoados de cariz mais sedentário. Os símbolos nas rochas seriam então mais comuns às comunidades móveis, para as quais os animais teriam um papel significante na economia. Uma vez que essa forma de vida se altera, a arte rupestre cai em desuso.

3. REFERÊNCIAS A UM PERCURSO IBÉRICO

Vários são os estudos que incidem sobre a arte do noroeste da Península Ibérica, sendo genericamente aceite a existência de dois grupos estilísticos, caracterizados com mais ou menos variações, mas que de uma forma geral se podem sintetizar naquilo a que hoje apelidamos de "Arte Atlântica" e "Arte Esquemática".

É importante compreender que a terminologia utilizada pelos investigadores quanto à Arte Atlântica reflecte, de certa forma, as escalas de análise aplicadas às abordagens sendo que na Galiza, os estudos pouco se estendem para-além fronteiras administrativas. Assim, "Arte Rupestre Galega", "Petróglifos Galegos", "Grupo Galego de Arte Rupestre" ou "Gravuras Rupestres Galegas" são as designações mais comuns atribuídas a estas manifestações (Alves 2003:53). Reconhecendo imagéticas semelhantes em território nacional, em Portugal a denominação é complementada dando origem ao "Grupo de Arte Rupestre Galaico-Português" (e.g. Baptista 1983-84; 1986). Em 1951 Eóin MacWhite utiliza, pela primeira vez, o termo "Atlântico", ape-

lidando o estilo de *Atlantic Galician Art*, baseando-se na sua dispersão geográfica. É Richard Bradley (1997) que reassume a designação e se refere a um Estilo Atlântico.

Estes grupos de arte rupestre do noroeste foram estudados de forma exaustiva quer por investigadores nacionais, com acesso directo ao terreno e às evidências, quer por outros cujo contacto com os grafismos fora apenas pontual (Alves, 2008).

As diferentes abordagens à Arte Atlântica apresentam objectivos variados, desde a importância conferida à implantação espacial, ao seu significado (Obermaier, 1925; Sobrino Buhigas, 1935 *apud* Alves, 2003), contexto supra-regional e às relações com outras tradições artísticas em áreas geográficas contíguas (Brueil, 1934 *apud* Gomes 2002; MacWhite 1951). Alguns autores consideram importante a reflexão sobre os paralelos formais entre a imagética do noroeste peninsular, Ilhas Britânicas e Escandinávia, bem como a concepção gráfica das plantas de monumentos pré-históricos (Lorenzo-Ruza, 1954), o balizamento cronológico de determinados motivos ou as técnicas de execução.

As primeiras referências à Arte Atlântica na Península Ibérica surgem no séc. XVIII, começando por ser abordada sob uma perspectiva historicista, aos quais se seguem uma série de pequenos artigos isolados sobre rochas individuais e algumas sínteses (e.g. Cabré Aguiló, 1915, *apud* Alves 2003) com as primeiras propostas cronológicas e diversas teorias interpretativas.

É da Galiza que provém um dos mais emblemáticos trabalhos de levantamento e registo da Arte Atlântica, elaborado por Enrique Campo Sobrino, estando na origem da vanguardista publicação de Sobrino Buhigas, datada de 1935 e intitulada *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae.* Este autor elabora um extenso catálogo com abundantes reproduções fotográficas, estabelecendo tipologias e colocando, cronologicamente, as gravuras entre o final do megalitismo e a Idade do Bronze (Sobrino Buhigas, 1935, 2000 *apud* Alves 2003). A partir de 1940/1950 o ritmo da investigação na Galiza decresce dramaticamente graças à repressão e ao controlo ideológico impostos pelo regime ditatorial de Franco e a investigação científica centra-se sobretudo na origem dos grafismos e sua cronologia (Alves, 2003; Santos Estévez, 2007).

Na década de 1950 surgem os interessantes trabalhos de Eóin MacWhite (1951) e Sobrino Lorenzo-Ruza (1954) que estabelecem analogias entre a arte rupestre do NW da Península Ibérica e as as Ilhas Britânicas., ideias reflectidas nas designações "Galego-Atlântico", e "Arte Rupestre Galego Atlântica" atribuídas, respectivamente, ao fenómeno por estes investigadores. Esta perspectiva inter-regional da arte rupestre não é abraçada por uma maioria dos autores.

De referir é também o trabalho de Anati (1968) cujas ideias, embora não totalmente aceites pelos investigadores locais, tiveram algumas repercussões. O autor define uma sequência evolutiva baseada em Valcamonica, na qual identifica seis diferentes fases de gravação, aplicando-a directamente à evidência da Península Ibérica tomando como exemplo a Pedra das Ferraduras (Fentáns) (Alves, 2003, p. 72). Anati é criticado pelo facto da sua construção diacrónica ser maioritariamente baseada em intuições em vez de análises sistemáticas de sobreposições individuais de motivos (Baptista 1983-84, pp. 71-72), extrapolando modelos interpretativos de outras zonas geográficas (Santos Estévez, 2007, p. 20).

A década de 1970, na Galiza, foi particularmente marcada pelo trabalho de Peña Santos e Vásquez Varela (1979), que se tornou muito influente no quadro das investigações. A arte rupestre é estudada a partir de análises quantitativas e estabelece-se uma sequência cronológica (Santos Estévez, 2007, p. 21).

Entretanto, em Portugal, inicia-se o período áureo da investigação da Arte Atlântica, sobretudo com os trabalhos desenvolvidos por António Martinho Baptista, que estuda diversas rochas no coração da zona de influência destas manifestações em Portugal. As monografias que redigiu acerca de sítios emblemáticos, bem como as sínteses gerais, são ainda hoje importantes referências bibliográficas, nas quais o autor faz uma abordagem organizada e explanatória, criticando o panorama da arte rupestre no noroeste Ibérico (e.g. 1983-84; 1986).

Até aos anos 1980 os estudos de arte rupestre em Portugal, para além de escassos, pouco contribuíram para o desenvolvimento de linhas interpretativas, focando-se essencialmente na análise dos motivos e sua comparação entre estações arqueológicas.

No mesmo período, na Galiza, verifica-se um notável aumento do *corpus* de sítios com grafismos sublinhando-se o litoral sul da Ria de Vigo, uma das zonas de mais elevada densidade de gravuras em todo o noroeste Ibérico (Santos Estévez, 2007, p. 21).

Nos anos de 1990 recupera-se a intensidade da in-

vestigação e assiste-se a um considerável aumento de publicações.

Um importante ponto de viragem dá-se com a chegada de R. Bradley à Península Ibérica onde, juntamente com R. Fábrega Valcarce e F. Criado Boado consolidam uma crescente escola de Arqueologia da Paisagem e importam novas metodologias de estudo (Alves, 2009, p. 82). Compreende-se a necessidade de contextualizar a arte rupestre, procurando entender o seu papel no seio das comunidades pré-históricas, por oposição às preocupações básicas dos estudos galegos de catalogação e definição cronológica. Pretende-se agora abordar a distribuição regional, a aproximação ao significado, funcionalidade, relação espacial com os povoados e com a paisagem, para além dos aspectos estéticos dos painéis e motivos (Santos Estévez, 2007, p. 19).

Também em Portugal esta tendência teve eco, sublinhando-se o trabalho de Lara Bacelar Alves (e.g. 2003, 2008) que aborda a temática da arte do noroeste na Península Ibérica de forma holística, procurando ignorar as actuais fronteiras administrativas, tantas vezes limitadoras nas abordagens arqueológicas. No seguimento deste trabalho, outros se verificam que aplicam conceitos semelhantes, metodologias transversais e inter-disciplinares (e.g. Valdez, 2010).

4. LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES NOS ESTUDOS DA ARTE RUPESTRE ATLÂNTICA

O conhecimento da Arte Atlântica pouco evoluiu desde os primórdios da sua investigação, graças a um conjunto de factores que condicionaram a progressão do saber. Desde logo, a grande maioria dos estudos baseados na descrição detalhada dos motivos insculpidos nas rochas e na criação de tabelas classificativas, apresentam pouca profundidade analítica e ausência de interpretação.

A utilização de designações que remetem para regionalismos, tais como "Petróglifos Galegos", promovem separatismos, só ultrapassados após a adopção, por parte de alguns investigadores, do conceito de "Arte Atlântica" (e.g. Bradley, 1997). A historiografia independente de Portugal e da Galiza é também um entrave ao estudo destes grafismos. A compartimentalização das abordagens teve consequências, conduzindo à fragmentação dos dados disponíveis e condicionando as questões colocadas pelas premissas de investigação (Alves, 2003, p. 20). Este desequilíbrio justifica, em parte, a dificuldade de contextualização sociocultural do fenómeno na Península Ibérica.

A introdução de novas ideias e metodologias vai sendo aceite de forma reticente, mas permanece a teimosia de velhas reflexões, que pouco contribuem para a evolução das interpretações.

Verifica-se a ausência de inventários que combinem aspectos como o relacionamento espacial entre sítios individuais, registo fotográfico, levantamentos rigorosos e a localização na paisagem, assim como a elaboração de estudos monográficos de sítios individuais e/ou conjuntos dos quais façam parte a leitura formal das composições e a sistematização da análise regional (Alves, 2003).

Na Galiza a bibliografia concentrou-se em particular nas abordagens gerais em detrimento de monografias bem documentadas, baseando-se em sinopses ilustradas por um pequeno número de sítios recorrentemente seleccionados, nos quais fora valorizada a iconografia clássica (Alves, 2003). A maior parte dos sítios nunca foi alvo de análises profundas e os levantamentos gráficos ficam aquém do desejado, prevendo-se que em 70% dos casos, estudos anteriores tenham ignorado uma parte significativa das gravuras (e.g. Faxa da Vella, Rianxo, A Coruña) (Fábrega Valcarce & Rodríguez-Rellán 2012, p. 251).

Em Portugal, a investigação padece sobretudo da ausência de um *corpus* com o registo sistemático das ocorrências e a compilação dos dados conhecidos até à data. Em tom de desabafo Susana Jorge refere "*que se encontra por fazer, no nosso território, uma verdadeira investigação em arte rupestre enquanto elemento de um sistema mais vasto de qualificação simbólica das paisagens pré-históricas"* (1999, p. 62 *apud* Alves, 2008).

O tema da cronologia é ainda um debate aberto, sendo que as conclusões se baseiam recorrentemente em inferências e intuições, pouco assentes em verificações arqueológicas (Alves, 2008). Perante a dificuldade de datação das gravuras rupestres, os autores adoptam tendencialmente e de forma acrítica as propostas de outros investigadores, por vezes obtidas através de um exemplo único ou analogias.

As comparações com outras regiões geográficas afiguram-se perigosas. Apesar de alguns elementos da imagética da Arte Atlântica ser comum a tantas outras tradições artísticas, como sejam o Vale do Tejo, os Alpes ou as Ilhas Canárias (Bradley, 1997, p. 44), é necessário ter em consideração que os grafismos rupestres não são artefactos móveis para

os quais se podem procurar analogias estilísticas, da mesma forma que não se podem reduzir à apreciação estética das figurações, ignorando o contexto geográfico, cultural e cronológico que as rodeia (Bradley, 1997, pp. 48).

Para uma efectiva evolução do conhecimento face à Arte Atlântica, será necessário o abandono dos discursos herméticos e pouco afectos a leituras transversais ou transdisciplinares, em detrimento de abordagens holísticas que tenham em consideração um espectro alargado dos factores associados às manifestações artísticas. Não interessa apenas quantificar, descrever e estabelecer tipologias, mas perseguir objectivos mais profundos que incluam os contextos destas grafias, as suas identidades, os seus criadores e as audiências para as quais foram executadas, assim como as suas funcionalidades e significados.

Sublinha-se a importância da introdução de conceitos emergentes e ferramentas empíricas associadas à Antropologia da Arte e à Arqueologia da Paisagem (Alves, 2008). A inclusão de elementos como a localização, implantação geográfica dos sítios e o desenvolvimento de análises espaciais, pode contribuir para a definição de padrões, através de métodos estatísticos e comparativos, associando as manifestações artísticas a factores comportamentais, como sejam o uso do solo ou a exploração de recursos. A Arte Rupestre e a experiência humana são inseparáveis e, como tal, estes indicadores deverão ser relacionados com outros de ordem sociocultural e económica que contribuam para o conhecimento das comunidades, das motivações e esclareçam acerca do papel social das grafias. O divórcio entre os suportes gravados e a paisagem acaba por ser um obstáculo ao estudo das manifestações artísticas, considerando que a implantação das rochas é, para além dos próprios motivos, o único elemento disponível através do qual se pode estudar directamente a arte rupestre. Porque as manifestações artísticas não seriam certamente estanques, e porque nos diz a Antropologia da Arte que uma sociedade pode ter mais do que um estilo artístico (Layton, 1991), será também necessário procurar ultrapassar alguns conceitos e divisões entre "grupos", "horizontes" ou "ciclos" artísticos, concebidos como unidades pouco flexíveis (Alves, 2009) e entre as quais falta articulação.

Finalmente, resta referir que apesar de ser um dos temas mais debatidos quanto à Arte Atlântica, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido da definição de uma datação.

Observações atentas na procura de sobreposições, resultados de escavações arqueológicas adjacentes às rochas lavradas, articulação com outros dados do registo arqueológico, deverão contribuir, de forma conjunta, para a contextualização cronológica das manifestações artísticas.

Defende-se, portanto, que as abordagens à arte rupestre, independentemente do estilo ou tradição nas quais se inserem os motivos, deve ser holística, tendo em consideração uma multiplicidade de elementos, que não são ainda considerados na maioria dos estudos correntes.

5. CONCLUSÃO

Embora a Arte Atlântica se encontre na bibliografia arqueológica, quer seja profissional quer amadora, desde o século XIX, muitas são as questões que se encontram ainda sem resposta. A falta de um *corpus* para a arte do noroeste é uma das causas responsáveis face à fraca progressão das investigações, aliado ao separatismo entre os estudos efectuados na Galiza e em Portugal, que não permitem uma abordagem integral e holística da Arte Atlântica. Neste artigo foi feita uma breve análise da historiografia destas grafias, identificando-se alguns dos principais factores que condicionam e limitam o estudo deste estilo de arte rupestre, sugerindo algumas medidas para obter melhores resultados em abordagens futuras. Desde as designações de cariz regional atribuídas ao grupo artístico, passando pelas metodologias de trabalho de campo, registo e análise, às interpretações herméticas e estanques, há todo um conjunto de factores inibidores do progresso de investigação da Arte Atlântica que é necessário ultrapassar.

Defende-se a promoção de metodologias arqueológicas de trabalho globais, que articulem uma série de dados de proveniências diversas, e que quando aplicadas a múltiplos sítios corroborem, de forma sólida, as conclusões. Pretendeu-se enaltecer os estudos de arte rupestre que englobam a paisagem, alegando que a envolvente é o único elemento, para além dos motivos, directamente relacionável com os grafismos e como tal deve ser tida em conta nas abordagens. Estudos de arte rupestre que incluem metodologias integrantes e complementares têm vindo a obter bons resultados e é disso exemplo o projecto desenvolvido no Monte de Góios (Caminha), que contrapôs Arte Atlântica e Arte Esquemática, na procura do seu contexto sociocultural (Valdez,

2010). Quer seja pré-histórica, histórica ou contemporânea, os grafismos são criados, em alguns casos, para ser vistos e noutros para ser mantidos em segredo. Porém, toda a arte foi criada por alguém, para alguém e a sua posição na paisagem teria sido muito importante, conforme atestam as orientações estratégicas e localizações específicas destas manifestações (Valdez, 2010, pp. 31-32). É, sobretudo, importante não alienar o factor Humano da arte rupestre.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. B. – *The Movement of Signs: post-glacial rock art in the north-western Iberia*. Reading: University of Reading. PhD thesis. 2003.

ALVES, Lara Bacelar – O sentido dos signos. Reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no norte de Portugal. In: BALBÍN BEHRMANN (ed.) *Arte Rupestre al Aire libre: investigación, protección y difusión*. Castilla y Leon: Consejeria de Cultura da Junta de Castilla y Leon. 2008:381-490.

ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário – No limiar das artes? Questões em torno da permeabilidade das fronteiras temporais e espaciais da arte rupestre de Trás-os-Montes Ocidental. In FONTES, J. (coord.) *Revista Aqua Flaviae*-Chaves: Grupo Cultural de Chaves, nº41 (2009), p. 45-92.

ANATI, Emanuel – *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica*. Capo di Ponti: Edizioni del Centro Camuno di Studi Preistorici, Vol. 2, 1968.

BAPTISTA, António Martinho – Arte Rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IV – V (1983-84), p. 71-82.

BAPTISTA, António Martinho – Arte Rupestre Pós--Glaciária. Esquematismo e Abstracção. In *História da Arte em Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Alfa. 1986, p. 31-55.

BRADLEY, Richard – *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe*. Signing the Land. London: Routledge, 1997.

COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portugueza e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*. 3 vol. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1712.

FÁBREGAS VÁLCARCE, Ramón; RODRIGUÉZ-RELLÁN, Carlos – Images in their Time: new insights into the Galician petroglyphs, In JONES, A. M.; POLLARD, J.; ALLEN, M.; GARDINER, J. (ed.) Image, Memory and Monumentality. Archaeological engagement with the material world. Oxford and Oakville: Oxbow Books. 2012, p. 249-259.

GOMES, Mário Varela – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século. *Arqueologia e História*. Lisboa: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Volume nº54, (2002), p. 139 – 194.

LAYTON, Robert – The Anthropology of Art. Cambridge: Cambridge University Press (2nd edition). 1991.

LORENZO-RUZA, R. S. – Petroglifos Prehistoricos europeos. *Congreso Internacional de Ciencias Préhistóricas y Protohistóricas*. Madrid: Ministério da Cultura. 1954, p. 465-468.

MACWHITE, Eóin – Estudios sobre las Relaciones Atlanticas de la Peninsula Hispanica en la Edad del Bronce. Disertaciones Matritenses. Madrid. II, 151. (1951).

PEÑA SANTOS, A. De la; VÁSQUEZ VARELA, J. M. *Los Petroglifos gallegos*. La Coruña:Sada. 30, 1979.

SANTOS ESTÉVEZ, Manuel – *Petroglifos y Paisaje Social en la Prehistoria Reciente del Noroeste de la Peninsula Iberia*, TAPA. Santiago de Compostela: CSIC – Xunta de Galicia. 2007.

SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues – Arte Rupestre em Portugal. *Congresso do Mundo Português*, vol. 1, Lisboa: Alfa. 1940, p. 327 – 376.

VALDEZ, Joana – *A Gravura na Arte Esquemática do Noroeste Peninsular. O caso do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha)*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2010. Dissertação de Mestrado.

VALDEZ-TULLETT, Joana – *O abrigo rupestre de Foz Tua. A ampla diacronia de um espaço significante*. In Arqueología en el Vale del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas. Ediciones de la Ergástula, S. L. (2013), 355-366.

Figura 1 – Penedo dos Sinais (S. Salvador de Briteiros, Guimarães): exemplo de implantação de uma rocha com decoração Atlântica de tipo "clássico". Autoria: CNART.

Figura 2 – Penedo dos Sinais (S. Salvador de Briteiros. Guimarães): exemplo de rocha com iconografia Atlântica. Na imagem são visíveis vários círculos concêntricos e meandriformes. Autoria: Joana Valdez-Tullett.

Figura 3 – Laje das Fogaças (Lanhelas, Caminha). Exemplo de representação zoomórfica. Esta temática inclui-se também na tradição Atlântica de arte rupestre.

ARTE MENÍRICA: COMPARAÇÃO SISTEMÁTICA ENTRE O ALENTEJO CENTRAL E O BARLAVENTO ALGARVIO

Eliana Goufa / NAP; UAlg / e.goufa.arq@gmail.com

RESUMO

No actual território português assistimos a uma paisagem megalítica com espaços sociais diversificados que revelam a coexistência de diferentes expressões culturais. Essas diferenças culturais são notáveis quando analisamos a iconografia apresentada nos menires.

Para obter uma resposta preliminar sobre se existiu ou não uma relação entre as comunidades neolíticas do Barlavento Algarvio e do Alentejo, nomeadamente do Alentejo Central, ao nível da arte menírica, procurou-se fazer uma avaliação global dos menires decorados destas duas regiões com o objectivo de realizar uma comparação iconográfica. As diferenças iconográficas observadas, que parecem suplantar as semelhanças, levantam inúmeras questões e possibilidades interpretativas.

ABSTRACT

In the current Portuguese territory we witnessed a megalithic landscape with diverse social spaces that reveal the coexistence of different cultural expressions. These cultural differences are noticeable when analyzing the iconography presented in menhirs.

For a preliminary answer to whether or not a relationship existed between the Neolithic communities of the western Algarve and Alentejo, including Central Alentejo, regarding the so-called "menhiric" art, we tried to make an overall assessment of decorated menhirs in these two regions with the purpose of performing an iconographic comparasion. The differences observed, which seem to outweigh the similarities, raise numerous of questions and interpretive possibilities.

INTRODUÇÃO

Em Portugal, nas últimas décadas, o megalitismo tem sido tema de um aceso debate no que diz respeito às suas origens, no sentido de se procurar saber quais as primeiras construções a serem erguidas, quando (embora se aponte para o 5º e 4º milénios a.C.) e por que comunidades. O registo da arte rupestre, gravada ou em relevo, em contexto megalítico é também um outro tema que se tem tido em consideração. A sua cronologia e significado são alguns dos parâmetros que ainda continuam por se perceber.

No presente artigo temos como principais objectivos:

A) Apresentar uma análise global dos motivos iconográficos representados nos menires do Alto Alentejo, nomeadamente da região entre Montemor-o-Novo e Évora, e do Barlavento Algarvio;

B) Realizar uma comparação sistemática entre a arte menírica destas duas regiões;

C) Lançar questões que possam servir de apoio para futuros estudos. Note-se que estamos a falar de duas regiões que parecem mostrar comportamentos simbólicos e ideológicos distintos.

Jorge de Oliveira (1997), Leonor Rocha (2010), Manuel Calado (1997), Mário V. Gomes (1997a, 2011) e Victor S. Gonçalves (1999) são alguns dos principais investigadores que têm dado o seu contributo para o estudo não só do megalitismo do Alto Alentejo, como também têm tido a preocupação de registar os motivos iconográficos apresentados neste contexto. Para a região do Barlavento Algarvio, Mário V. Gomes (1997b) tem também publicado várias obras sobre o estudo do megalitismo nesta área, bem como uma breve indicação das decorações representadas. Para o Sotavento Algarvio, temos ape-

nas um trabalho publicado por João L. Cardoso *et alia* (2002) sobre os menires de Lavajo I e II, que inclui os resultados da escavação e os levantamentos gráficos dos três menires de Lavajo I.

MOTIVOS ICONOGRÁFICOS NOS MENIRES DO ALENTEJO CENTRAL

Embora tenhamos algumas referências, mas poucas, de menires decorados no Baixo Alentejo (como o Menir de Mac Abraão, em Vila de Frades, no concelho de Vidigueira, que exibe motivos geométricos, como círculos e linhas picotadas), é sobretudo no Alto Alentejo, nomeadamente na sua região central, que encontramos menires com uma maior variedade iconográfica (Rocha, 2010), que enumeraremos abaixo.

Na região de Évora, nos recintos megalíticos de Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio, com uma cronologia de construção que rodeia o Neolítico Antigo e Médio, prolongando-se, em alguns casos, para o Neolítico Final (Gomes, 2011), observamos vários monólitos com decorações gravadas ou em relevo, em que predominam as representações de báculos e lúnulas (Calado, 1997). Para além disso, entre os vários monólitos decorados temos também as estátuas-menires de figurações antropomórficas existentes nos recintos megalíticos anteriormente referidos. Para Mário V. Gomes (2011), as estátuas-menires surgiram, possivelmente, no Neolítico Final, num momento em que houve o interesse de aplanar uma das faces dos menires com o intuito de criar uma figuração antropóide esquematizada recorrendo à representação de faces oculadas representadas com um nariz largo, em forma de rectângulo, e olhos circulares, em que a boca está praticamente ausente. No entanto, para outros investigadores, as estátuas-menires "(…) são integráveis em momentos neolíticos mais iniciais" (Valera, 2010, p. 35). Associada à face podemos ter a representação de lúnulas (adereço simbólico), seios que, embora raros, podem indicar a feminização, cintos ou cinturões, báculos e linhas ondulantes ou ziguezagueantes (Gomes, 2011).

No que se refere aos báculos e lúnulas, trata-se de artefactos, possivelmente de carácter simbólico, que surgem, sobretudo, em contexto funerário e assumem uma cronologia do Neolítico Final/Calcolítico. Iconograficamente, ambos são constantemente representados nos menires e estátuas-menires do Alto Alentejo. Na Anta da Herdade das Antas e na Anta da Comenda Grande, ambas na região de Montemor-o-Novo, foram identificados báculos em xisto, aproximadamente do 3º. Milénio a.C., que possuem paralelismos com alguns dos báculos representados nos monólitos do cromeleque dos Almendres (Gomes, 1997a).

MOTIVOS ICONOGRÁFICOS NOS MENIRES DO BARLAVENTO ALGARVIO

No Algarve, o Barlavento Algarvio é a região de maior concentração menírica face ao Sotavento, onde só se conhece o conjunto do Lavajo, em Alcoutim (Cardoso *et alii*, 2002). Com base nos dados de Mário V. Gomes (1997b) e João Velhinho (2003, 2005), foram identificados, até 2001, cerca de 332 menires, sendo o concelho de Vila do Bispo o que detém de um maior número, com cerca 206 menires registados, a maioria com decoração gravada ou em relevo.

Segundo o primeiro autor (Gomes, 1997b), a arte menírica da região em questão é caracterizada pela representação constante de três modelos iconográficos: conjunto variável de linhas onduladas dispostas na vertical; sequência de elipses (unidas ou não por uma linha central), que podem variar quanto à dimensão e forma; e uma semi-elipse ou uma sequência de semi-elipses adossadas a uma linha, delimitando a glande fálica. Em algums casos, surge somente uma ou duas linhas a demarcar a glande. As elipses duplas são também um outro motivo decorativo que encontramos, ainda que com menor frequência. As covinhas são também um elemento decorativo presente nos menires do Barlavento Algarvio.

COMPARAÇÃO SISTEMÁTICA ENTRE OS MOTIVOS DO ALTO ALENTEJO E BARLAVENTO ALGARVIO

Quando procuramos encontrar parelelismos entre os motivos iconográficos dos menires do Alto Alentejo e Barlavento Algarvio, notamos que existe um elevado nível de diferenças, para além de os menires destas duas regiões serem também morfologicamente distintos (Figura 1).

Até agora, tanto quanto se sabe, não foram registados menires no interior alentejano com conjuntos de elipses, linhas ondulantes na vertical e semi-elipses adossadas a um cordão que circunscreve a glande

fálica, como se observa no Barlavento Algarvio. No Alto Alentejo, inversamente, as linhas ondulantes são pouco comuns e tende a existir, essencialmente, linhas ziguezagueantes. Para além disso, as elipses são substituídas por conjuntos de pequenos círculos dispersos. Quanto à delimitação da glande fálica, tanto no Alto Alentejo como no Barlavento Algarvio é feita através de uma linha, em relevo ou gravada. Note-se, no entanto, que nesta última região a glande é também delimitada através da representação de semi-elipses. No que se refere à representação de báculos e lúnulas (ou luniformes), são dois motivos iconográficos muito comuns nos menires do Alentejo Central, ao contrário do que acontece no Algarve (ver tabela-síntese de comparação).
Na zona de Silves identificou-se um menir com a representação de um báculo e outro, conhecido por menir da Alfarrobeira (transformado em estela-menir na Idade do Bronze), que tem representado um motivo luniforme (Gomes, 1997b). As evidências parecem sugerir que estes dois artefactos surgiram num momento evoluído do megalitismo do Alto Alentejo (Gomes, 1997a), momento em que na região é, aliás, comum os menires terem a representação de báculos e lúnulas associados.
O que também diferencia a arte menírica destas duas regiões, é o facto de no Alto Alentejo ser usual um menir ser decorado com uma composição que reúne vários motivos iconográficos. No Barlavento Algarvio os menires apresentam, pelo contrário e de uma forma geral, apenas um ou dois motivos decorativos. Os únicos elementos decorativos comuns entre estas duas regiões são as linhas que circunscrevem a glande fálica e as covinhas, cuja simbologia tem sido objecto de debate.
As diferenças observadas entre o Barlavento Algarvio e o interior alentejano parecem-nos indicar que não existiu uma partilha estilística entre as comunidades neolíticas destas duas regiões. Mas, quando nos voltamos para o Sotavento Algarvio, a sua realidade aproxima-se daquilo que observamos no Alentejo, nomeadamente no Alentejo Central, e pode proporcionar-nos uma pista para o entendimento das diferenças que se têm vindo a assinalar entre ambas as regiões. Com efeito, os motivos decorativos do conjunto megalítico de Lavajo I, em Alcoutim, são semelhantes àqueles que registamos nos menires da zona de Reguengos de Monsaraz, em que temos presentes pequenas circunferências, ferraduras e covinhas dispersas e alinhadas, com elevada variedade dimensional (Cardoso *et alia*, 2002).
A partir da análise dos dados preliminares, a inexistência de maiores semelhanças entre o Barlavento Algarvio e o Alto Alentejo pode estar relacionada com o facto de não ter existido, eventualmente, uma linha de comunicação directa entre ambas as regiões, ao contrário do que parece ter acontecido com o Sotavento, em que o Guadiana pode ter permitido contactos directos entre o Sotavento Algarvio e o interior do Alentejo, resultando assim numa certa uniformidade estilística.
A falta de uma investigação mais aprofundada leva a que até hoje ainda não se tenha encontrado respostas cabais para tais perguntas; todavia, não existem dúvidas de que o Barlavento Algarvio e o Alto Alentejo tenham tido expressões culturais distintas, no que respeita, pelo menos, à iconografia megalítica.

CONCLUSÃO

Um dos grandes problemas que se assiste no âmbito da análise da arte menírica é o facto de não serem feitos paralelismos de forma sistemática, a fim de fundamentar melhor as interpretações. No entanto, para além da interpretação iconográfica, no sentido de tentar decifrar a linguagem artística que nos é apresentada, é também fundamental perceber quem eram as comunidades locais e qual o seu modo de vida, a nível social, cultural, económico e religioso. Só desta forma poderemos estabelecer uma relação comum entre os motivos decorativos que observamos, não só em grande parte dos menires, mas em todas as arquitecturas megalíticas existentes, incluindo as antas.
Determinar quando uma construção megalítica foi erguida é de extrema dificuldade pela inexistência de materiais associados ou devido ao carácter ambíguo dessas associações. Assim, no que se refere aos motivos iconográficos presentes na arte menírica, estes não podem ser datados mesmo que o suporte o tivesse sido, visto que a sua elaboração pode ser contemporânea ou posterior à construção do suporte. Estes factores impedem a avaliação rigorosa da cronologia de ambos os conjuntos meníricos aqui estudados, a qual poderia lançar luz sobre as questões que levantam.
Em suma, o que poderá ter impedido uma uniformização estilítica entre estas duas regiões? E o que provocou uma diferença estilística entre as comunidades do Barlavento Algarvio e do Sotavento? Note-

-se que, ao contrário do que acontece na primeira região, pode ter existido entre as comunidades do Sotavento Algarvio e do interior alentejano, principalmente do Alto Alentejo, uma troca de ideias, o que contribuiu para as semelhanças assinaladas. Somente futuros trabalhos de investigação poderão colmatar estas dúvidas.

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos são dirigidos ao Prof. Doutor Jorge de Oliveira por me ter transmitido o gosto pelo estudo desta matéria. Fico também grata ao Prof. Doutor António Faustino de Carvalho pela sua ajuda. Por fim, quero também agradecer à Dr.ª Helena Simões e ao Dr.º Francisco Correia pelo apoio e suporte que me deram para a análise desta temática.

BIBLIOGRAFIA

CALADO, Manuel (1997) – Vale Maria do Meio e as Paisagens Culturais do Neolítico Alentejano. In *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 41-48.

CARDOSO, João L.; CANINAS, João C.; GRADIM, Alexandra; JOAQUIM, A. do Nascimento (2002) – Menires do Alto Algarve oriental: Lavajo I e Lavajo II (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, pp. 99-133.

GOMES, Mário V. (1997a) – Cromeleque dos Almendres: Um dos Primeiros Grandes Monumentos Públicos da Humanidade. In *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 25-32.

GOMES, Mário V. (1997b) – *Megalitismo do Barlavento Algarvio: Breve Síntese*. Setúbal: Setúbal Arqueológica. 11-12, pp. 147-190.

GOMES, Mário V. (2011) – Estátuas-menires antropomórficas da Região de Évora: Novos Testemunhos e Problemáticas. *Actas das IV Jornadas Raianas: Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-História*. Sabugal, pp. 10-36.

GONÇALVES, Victor S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz: Territórios Megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

OLIVEIRA, Jorge de (1997) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Colibri.

ROCHA, Leonor (2010) – Arte Rupestre e Sociedades Camponesas: Uma Associação Sistemática no Alentejo Central (Portugal). *Global Rock Art: Anais do Congresso Internacional de Arte Rupestre*. Piauí: Fundação Museu do Homem Americano. 1:9, pp. 1381-1390.

VALERA, António C. (2010) – Marfim no recinto Calcolítico dos Perdigões (1): "Lúnulas", Fragmentação e Ontologia dos Artefactos. *Apontamentos da Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA. 5, pp. 31-42.

VELHINHO, João (2003) – *Repensar a História de Vila do Bispo*. Vila do Bispo: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo, pp. 28-43.

VELHINHO, João (2005) – *Menires de Vila do Bispo*. Vila do Bispo: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Vila do Bispo.

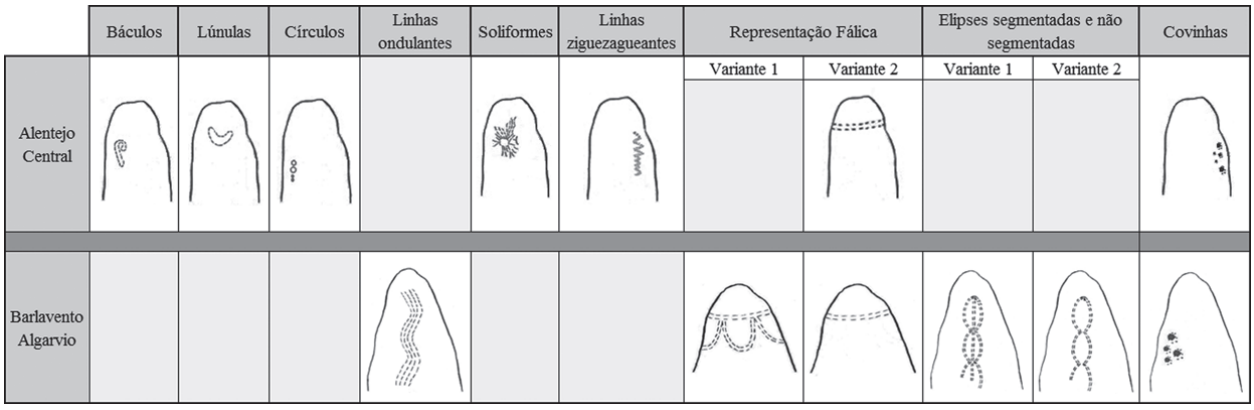


Figura 1 – Tabela-síntese de comparação.

4
Proto-História

OS METAIS DA IDADE DO BRONZE DE TORRE VELHA 3 (SERPA) E OS SEUS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS

Eduardo Porfírio / Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda. / eduardoporfirio@palimpsesto.pt
Miguel Serra / Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda. / miguelserra@palimpsesto.pt
Pedro Valério / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa pvalerio@ctn.ist.utl.pt
António M. Monge Soares / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa / amsoares@ctn.ist.utl.pt
Maria Fátima Araújo / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa / faraujo@ctn.ist.utl.pt
Rui J.C. Silva / CENIMAT/I3N, Departamento de Ciência dos Materiais, Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT, Universidade Nova de Lisboa / rjcs@fct.unl.pt

RESUMO
Os elementos metálicos de Torre Velha 3 datáveis do Bronze Pleno do Sudoeste provêm de hipogeus funerários e de fossas tipo "silo". Se no segundo caso a maioria dos objectos provêm de contextos secundários, tendo mesmo alguns sido recolhidos em estruturas da Antiguidade Tardia, no primeiro caso é certa a sua associação a contextos funerários do Bronze Pleno, alguns já datados pelo radiocarbono. Os metais analisados correlacionam-se com uma metalurgia de cobres arsenicais, exceptuando alguns artefactos que constituem a evidência mais antiga de ligas de bronze no sudoeste ibérico. A composição destes sugere importação de uma região com uma metalurgia desenvolvida, enquanto um punhal com rebites de prata evidencia o caracter de prestígio atribuído aos primeiros bronzes. As cadeias operatórias da manufactura de cobres arsenicais e bronzes apresentam usualmente operações de martelagem e recozimento.

ABSTRACT
The Full Bronze Age artefacts from Torre Velha 3 were recovered in pits and funerary hipogea. If in the first case several objects came from secondary contexts, some of them even collected in Late Antiquity pits, in the second all artefacts are ascribed to funerary practices dated from the second and third quarter of the II Millenium BC. These metallic artefacts from Torre Velha 3 typify a metallurgy of arsenical coppers with the exception of few bronze artefacts that constitute the early evidence of this alloy in the Southwestern Iberia. Composition of these bronzes suggests imports from another region with a more developed metallurgy, while a bronze dagger with silver rivets evidences the prestige associated to those early bronzes. Manufacture of arsenical coppers and bronzes usually include hammering and annealing.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico Torre Velha 3 situa-se na freguesia de São Salvador, concelho de Serpa, distrito de Beja. Ocupa o topo e as encostas de uma pequena elevação rodeada pelo Barranco da Laje, que desagua na Ribeira do Enxoé, afluente da margem esquerda do Guadiana.

Os condicionalismos da intervenção arqueológica realizada neste sítio, as principais fases de ocupação e respectiva caracterização, têm vindo a ser apresentadas em vários encontros científicos e publicadas numa série de trabalhos para os quais remetemos (Alves & *alii*, 2010, 2012, no prelo a, b e c).

Neste trabalho pretendemos apresentar não só as características principais de um conjunto de 40

elementos metálicos, provenientes, na sua grande maioria, de contextos seguros, datáveis do Bronze Pleno do Sudoeste, como também esses mesmos contextos (Figura 1). Os dados apresentados encontram-se ainda em fase de estudo, pelo que se revestem de um carácter preliminar, razão pela qual se apresentam apenas as conclusões gerais, quer as que se referem à produção metalúrgica deste conjunto de metais, quer as referentes aos contextos donde provêm.

2. OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DOS ARTEFACTOS METÁLICOS DE TORRE VELHA 3

O conjunto em estudo é constituído, como já foi referido, por um total de 40 elementos metálicos provenientes de hipogeus e de fossas tipo "silo". Os hipogeus diferenciam-se não só pela sua função estrictamente relacionada com o mundo funerário, mas também pela existência de uma certa normatividade ao nível das suas componentes arquitectónicas. Assim, apesar de em Torre Velha 3 não existirem dois hipogeus idênticos, verifica-se que todos eles repetem uma fórmula arquitectónica definida pela associação de um átrio com uma câmara funerária (Alves *et alii*, 2010). Também ao nível da selagem das câmaras é invariável a presença de grandes blocos pétreos que, por vezes, são colmatados com uma mistura de argila com uma substância orgânica, o que a torna impermeabilizante e com propriedades hidrófugas (Frade *et alii*, no prelo). O próprio ritual funerário documentado nos hipogeus sugere algumas padronizações, evidentes sobretudo ao nível da preferência pela posição fetal, com a flexão dos membros superiores e inferiores, mas também ao nível do espólio funerário.

Verifica-se que em 12 dos 25 hipogeus registados em Torre Velha 3 existem artefactos metálicos como oferendas funerárias depositadas no seu interior. A maioria destas consiste apenas em um artefacto metálico, normalmente um punção, embora este surja sempre em associação com oferendas cerâmicas, cárneas, ou ambas (Alves *et alii*, 2010, p. 142). No entanto, em dois hipogeus, [2550]-[2551] e [2215]-[2231], além de um punção ou de um punhal existem outros artefactos metálicos, nomeadamente elementos associados ao embelezamento e à ornamentação do corpo como, por exemplo, contas de colar e um anel.

A escavação do hipogeu [2550]-[2551] revelou que a actividade da maquinaria da obra afectou a câmara e a antecâmara do monumento. Registou-se, também, a ocorrência de fenómenos pós-deposicionais de outra índole, responsáveis por alterações nos contextos funerários, patentes nomeadamente na deslocação de algumas peças ósseas do indivíduo inumado e da redução a ele associada (Alves *et alii*, 2010, p. 141). De igual modo, também as pedras da estrutura de selagem da câmara foram parcialmente deslocadas da sua posição original. Apesar destes condicionalismos, foi possível constatar que o hipogeu tinha uma orientação Sudoeste-Nordeste. Era composto por um átrio de planta rectangular e por uma câmara de planta sub-ovalada, sendo que a entrada nesta última estava espacialmente demarcada através de um ressalto que vencia abruptamente a diferença de cotas existente.

Nas proximidades da parede Nordeste da câmara foi depositado em decúbito lateral direito, um indivíduo adulto do sexo feminino. Na parede oposta, imediatamente a Oeste da entrada da câmara identificou-se uma redução, constituída por fragmentos de um crânio, alguns ossos longos e vértebras. O espólio funerário encontrava-se indubitavelmente associado à inumação feminina e era constituído por um punção de secção quadrangular em liga de cobre e por um vaso de nervuras verticais. Na zona correspondente ao pescoço da inumada identificou-se um colar composto por oito contas. As contas agrupavam-se aos pares tendo como referência a sua matéria-prima. Assim, para além de um par trabalhado sobre material ósseo e de um outro sobre material conquífero (*Dentalium?*), as restantes contas foram lavradas em liga de cobre e em liga de prata (Alves *et alii*, 2010, p. 141).

O sepulcro [2215]-[2231] apresentava uma orientação Nordeste-Sudoeste (Figura 2). Era constituído por um átrio de planta sub-rectangular cuja base descia em pendente até à entrada da câmara, que apresentava uma planta quadrangular. Nesta área foram depositados vários blocos de granito que selaram a câmara funerária. No interior da câmara, junto à parede Sudoeste, foi inumado em posição fetal, um indivíduo infantil, acompanhado de um anel espiralado de secção circular e de um punhal (faca?) em liga de cobre, assim como de um vaso cerâmico de corpo oval e bordo vertical (Alves *et alii*, 2009).

Um segundo grupo, constituído pelos hipogeus [1267]-[1792], [1298]-[1695] e [2417]-[2418] destaca-se dos restantes por incluir sempre o par punção-

-punhal entre o espólio funerário depositado no seu interior.

O hipogeu [1267]-[1792] encontrava-se orientado de Sudeste para Noroeste (Figura 3). Compunha-se de uma grande antecâmara de planta quadrangular que, através de um suave ressalto, dava acesso a uma câmara de planta sub-circular. A condenação da câmara foi efectuada através da deposição de uma série de blocos de granito colocados em cutelo, tendo os interstícios sido colmatados com a aplicação de uma argila de coloração negra (devido a material orgânico misturado). No interior da câmara, junto à parede Nordeste, foi sepultado um adulto, cujo sexo não foi possível determinar. As oferendas funerárias deste enterramento eram constituídas por um punção de secção quadrangular, por um vaso de corpo oval e bordo vertical que continha no seu interior um pequeno punhal com dois rebites em prata. Identificou-se ainda uma oferenda cárnea constituída pelo fragmento proximal e pela diáfise de um rádio esquerdo de *Bos* adulto (Alves *et alii*, 2010, p. 145).

A estrutura sepulcral [1298]-[1695] orientava-se segundo o eixo Sudeste-Noroeste (Figura 4). Era constituída por um átrio de planta rectangular e base aplanada que, através de uma rampa suave, comunicava com a câmara de planta sub-rectangular. A câmara foi encerrada com a deposição em cutelo de grandes blocos graníticos, e selada com a aplicação de uma argila de coloração castanha avermelhada. No interior da câmara, junto à parede Noroeste, realizou-se a inumação de um indivíduo adulto, maior de 40 anos, de sexo indeterminado. A este enterramento associava-se um rico conjunto de oferendas constituído por cerâmica – um vaso de corpo esférico e bordo vertical e duas taças em calote esférica – e por metal – um punção de secção quadrangular e um punhal. O punhal contava com dois rebites *in situ* embora apresentasse na área de encabamento saliências para mais quatro. A estas dádivas há a acrescentar uma oferenda cárnea composta pelas diáfises da ulna e do rádio esquerdos de um *Bos* adulto (Alves *et alii*, 2010, p. 145).

O hipogeu [2417]-[2418] (Figura 5) foi bastante perturbado pela abertura de várias estruturas negativas na Antiguidade Tardia, daqui resultando a impossibilidade de definir com rigor a planta do monumento. Apesar de tudo, foi possível verificar que o monumento apresentava uma orientação Sudoeste-Nordeste. Também se conservou integralmente a área da câmara correspondente ao enterramento e a estrutura de selagem da câmara. Quanto a esta última, verifica-se que ela repete o esquema já apresentado para os outros hipogeus, ou seja, grande blocos de granito em cutelo, dispostos sobre um ressalto na rampa que comunica com a câmara. Também neste caso se constatou a aplicação de uma argila para colmatar os interstícios dos blocos pétreos. No interior da câmara, que sobreviveu às perturbações da Antiguidade Tardia, identificou-se a inumação em posição fetal de um adulto do sexo feminino, cujo espólio funerário, para além da associação punção/punhal, contava apenas com uma taça de tipo Odivelas (Alves *et alii*, 2009).

O conjunto de artefactos metálicos recolhidos em fossas de tipo "silo" integram-se em duas situações distintas: por um lado, objectos provenientes de estruturas cujos materiais arqueológicos são consentâneos com uma atribuição cultural à Idade do Bronze e, por outro, elementos metálicos técnica e tipologicamente integráveis na Idade do Bronze que, no entanto, foram recolhidos no interior de estruturas utilizadas (e, porventura, algumas escavadas) na Antiguidade Tardia, conforme o comprova a presença de materiais de construção, típicos dessa época, nos respectivos enchimentos. Neste último caso referimo-nos às estruturas [616], [646], [1060] e [1440], onde foram recolhidos respectivamente: 2 fragmentos de uma peça indeterminada (rebite?), um punção, um punhal e um cinzel, todos produzidos numa liga de cobre.

Relativamente às estruturas da Idade do Bronze, - estruturas [1004], [1111], [1139], [1165], [1722] e [1945], estas correspondem à categoria de fossa tipo "silo", caracterizando-se por uma grande variedade ao nível dos perfis, das morfologias e da estratigrafia dos seus enchimentos. Dos artefactos metálicos (Fig. 6) recolhidos nestas estruturas convém destacar, a serra proveniente de [1945], o cinzel de [1004] e o punção de [1722].

As restantes estruturas, [546] e [1139], são constituídas por pequenas depressões escavadas nos *caliços*, de planta e morfologia muito irregular, que são preenchidas por um único sedimento. No primeiro caso recolheu-se uma ponta de seta em liga de cobre (Figura 6), e, no segundo, uma pequena haste em bronze. Refira-se que esta haste constitui o único artefacto metálico em bronze recolhido em fossas de tipo "silo" de Torre Velha 3.

3. A METALURGIA DE TORRE VELHA 3

O conjunto de cerca de 40 artefactos metálicos de hipogeus e fossas de Torre Velha 3 revela uma metalurgia diversificada, predominando os cobres arsenicais, mas existindo igualmente artefactos em bronze, em prata e em cobre, ainda que com frequências algo diminutas ou, no caso do cobre, mesmo residual (Figura 7). A maioria destes utensílios e "utensílios/armas", quer em cobre arsenical quer em bronze, foram produzidos mediante cadeias operatórias longas. Estas cadeias incluíram um ou mais ciclos de martelagem e de recozimento, tendo terminado com uma operação de martelagem final que incrementa a dureza do metal. Algumas das excepções encontradas, tal como um punção em cobre arsenical ou um punhal em bronze, evidenciam um controlo algo deficiente sobre a operação de recozimento, apresentando, no entanto, evidências de trabalho mecânico. Outra excepção à cadeia operatória longa parece estar relacionada com a tipologia do artefacto em causa, como é o caso um anel cuja cadeia operatória não apresenta o processo final de martelagem, porquanto uma dureza elevada não seria relevante neste tipo de ornamento.

Artefactos em cobre com teores variáveis de arsénio são uma característica distintiva da metalurgia em território nacional desde o Calcolítico (Soares & *alii*, 1996). Os artefactos com teores mais elevados de arsénio são, no entanto, minoritários no Calcolítico e estes parecem estar geralmente associados a determinadas tipologias. Por exemplo, os "utensílios/armas" do povoado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) apresentam teores superiores deste elemento quando comparados com os dos restantes exemplares (Pereira & *alii*, 2013). No entanto, tanto as oferendas funerárias dos hipogeus como os artefactos provenientes das fossas de Torre Velha 3 apontam para uma metalurgia com teores elevados de arsénio (Figura 8). A tendência para o aumento dos teores de arsénio parece ser igualmente apoiada por outra colecção de artefactos do Bronze Pleno do Sul de Portugal, a proveniente do Monte da Cabida 3, recentemente estudada (Valério, 2012). Esta evolução cronológica poderá estar relacionada com o aproveitamento da cor prateada conferida ao metal pelos teores elevados de arsénio. Os cobres mais ricos em arsénio seriam uma tentativa de imitar a cor dos ornamentos em prata, os quais apesar de se tornarem mais comuns seriam ainda algo escassos durante o Bronze Pleno.

A presença em Torre Velha 3 de artefactos em bronze, tanto nos hipogeus como numa fossa integrável no Bronze Pleno, constitui um facto de importância fundamental, sendo que este conjunto de bronzes é a evidência mais antiga da presença desta liga no sudoeste ibérico. Os primeiros bronzes da Cultura de El Argar, no sudeste de Espanha, apresentam teores de estanho muito diversos, encontrando-se desde os bronzes muito pobres (2-4 % Sn) até aos mais ricos em estanho (> 16 % Sn), como resultado dos primeiros passos de uma nova tecnologia metalúrgica nesta região (Rovira, 2004). Pelo contrário, os bronzes de Torre Velha 3, apesar do seu reduzido número, nomeadamente 4 punções e um punhal, apresentam ligas de bronze com teores normalizados de estanho, 8 – 12 % Sn (Figura 9). Esta característica é típica de uma metalurgia mais desenvolvida de bronzes, tal como a que iremos encontrar nesta região do sul de Portugal uns séculos mais tarde durante o Bronze Final. Deste modo, é bastante provável que os bronzes de Torre Velha 3 constituam prova de importações durante o segundo e terceiro quartéis do II milénio a.C. de regiões peninsulares, ou mesmo extra peninsulares, com uma metalurgia mais avançada.

Relativamente aos artefactos em prata será de destacar a presença de dois rebites constituídos por este material nobre num punhal de bronze. A reduzida resistência mecânica da prata não conferiria seguramente um caracter utilitário a este punhal. Também no hipogeu de Belmeque (Soares, 1994), entre as ricas oferendas funerárias, um punhal e uma faca em bronze exibem, respectivamente, rebites em prata e em *electrum*, o que evidencia o caracter de prestígio atribuído por estas comunidades do Bronze Pleno aos primeiros artefactos em liga de bronze.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, C; COSTEIRA, C; ESTRELA, S; PORFíRIO, E. e SERRA, M. (2009) – Torre Velha 3. Relatório Final (2.ª fase). Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da Construção da Barragem da Laje (Serpa). Relatórios Palimpsesto 2009.

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFíRIO, Eduardo; SERRA, Miguel; SOARES António M. Monge; MORENO-GARCÍA, Marta (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste ?! *Zephyrus*, LXVI, p. 133-153.

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFíRIO, Eduardo. e SERRA, Miguel (2012) – Torre Velha 3 – dados preliminares. *Al-Madan Online*, 2ª série, n.º 17, tomo 1, p. 31-38.

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFíRIO, Eduardo. e SERRA, Miguel (no prelo a) – Análise preliminar dos contextos da Antiguidade Tardia do sítio Torre Velha 3(Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010). Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.*

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFíRIO, Eduardo; SERRA, Miguel; SOARES António M. Monge; MORENO-GARCÍA, Marta (no prelo b) – Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (Barragem da Laje – Serpa). *Actas do IV Colóquio de Arqueologia de Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010). Beja. 24 a 26 de Fevereiro de 2010.*

ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina, ESTRELA, Susana; SERRA, Miguel. e PORFÍRIO, Eduardo (no prelo c) – Necrópole tardo-antiga da Torre Velha 3, Serpa (Baixo Alentejo, Portugal). *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Villafranca de los Barros (Badajoz), 4, 5 e 6 de Outubro de 2012.*

FRADE, José C.; SOARES, António M. Monge; CANDEIAS, António; RIBEIRO, Maria Isabel M.; PONTE, Teresa; SERRA, Miguel; PORFÍRIO, Eduardo (no prelo) – Bees wax and própolis as sealant of funerary chambers during the Middle Bronze Age in South-western Iberian Peninsula. *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry, Leuven (2012).*

PEREIRA, Filipa; SILVA, Rui J.C.; SOARES, António M.M.; ARAÚJO, Maria F. (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts e insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science.* 40, pp. 2045-2056.

ROVIRA, Salvador (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica. *Norba. Revista de Historia.* 17, pp. 9-40.

SOARES, António M.M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. In: *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, p. 179-197.

SOARES, António M.M.; ARAÚJO, Maria F.; ALVES, Luis; FERRAZ, Maria T. (1996) – Vestígios metalúrgicos em contextos calcolíticos e da Idade do Bronze no sul de Portugal. In: MACIEL, M.J., eds. – *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 553-579.

VALÉRIO, Pedro (2012) – Archaeometallurgical study of pre and protohistoric production remains and artefacts from southern Portugal. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (PhD thesis).

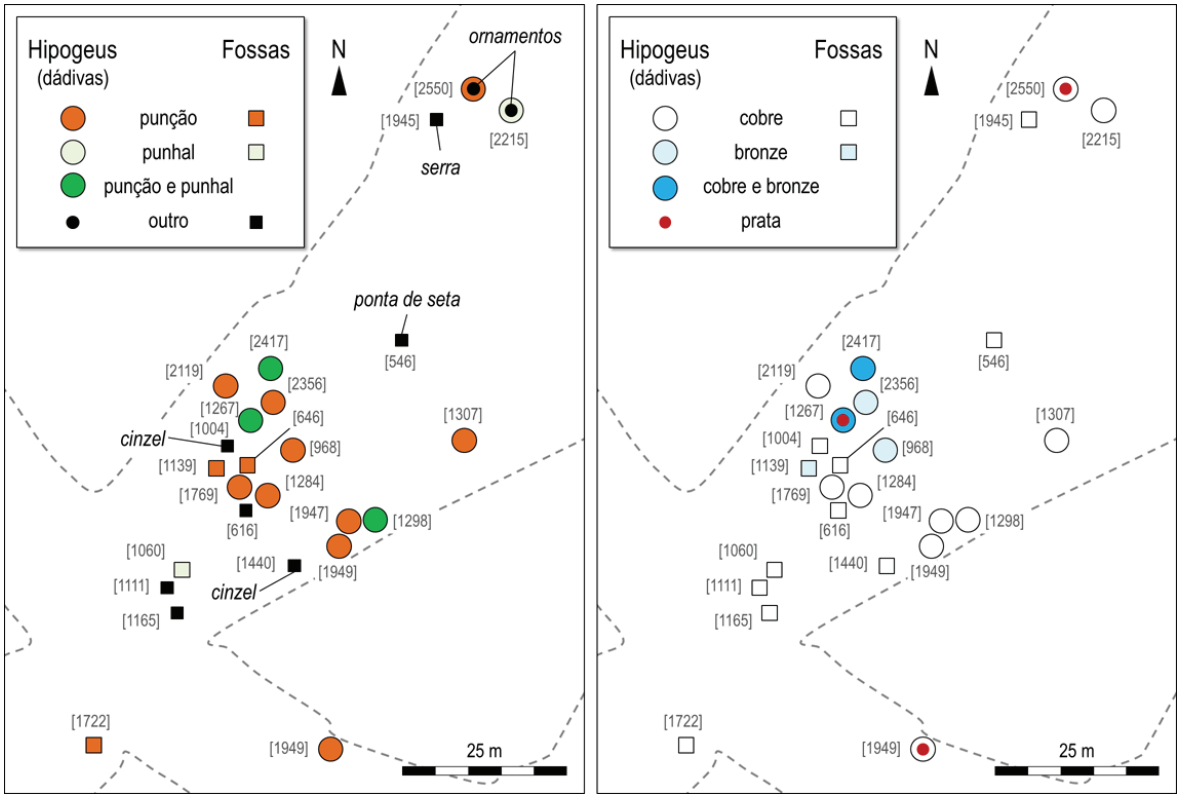


Figura 1 – Distribuição espacial dos contextos arqueológicos e dos artefactos metálicos em estudo (hipogeu [1949] – punção em cobre arsenical com teores significativos de prata).

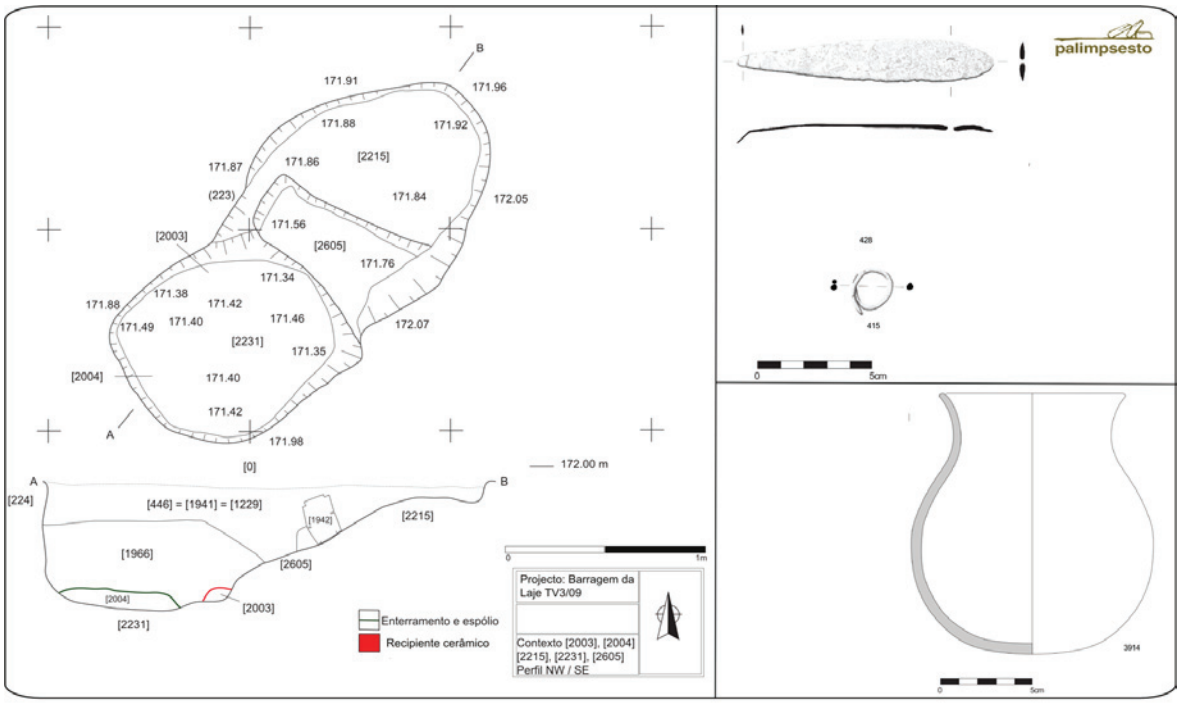


Figura 2 – Planta e perfil do Hipogeu [2215]-[2231] e oferendas funerárias.

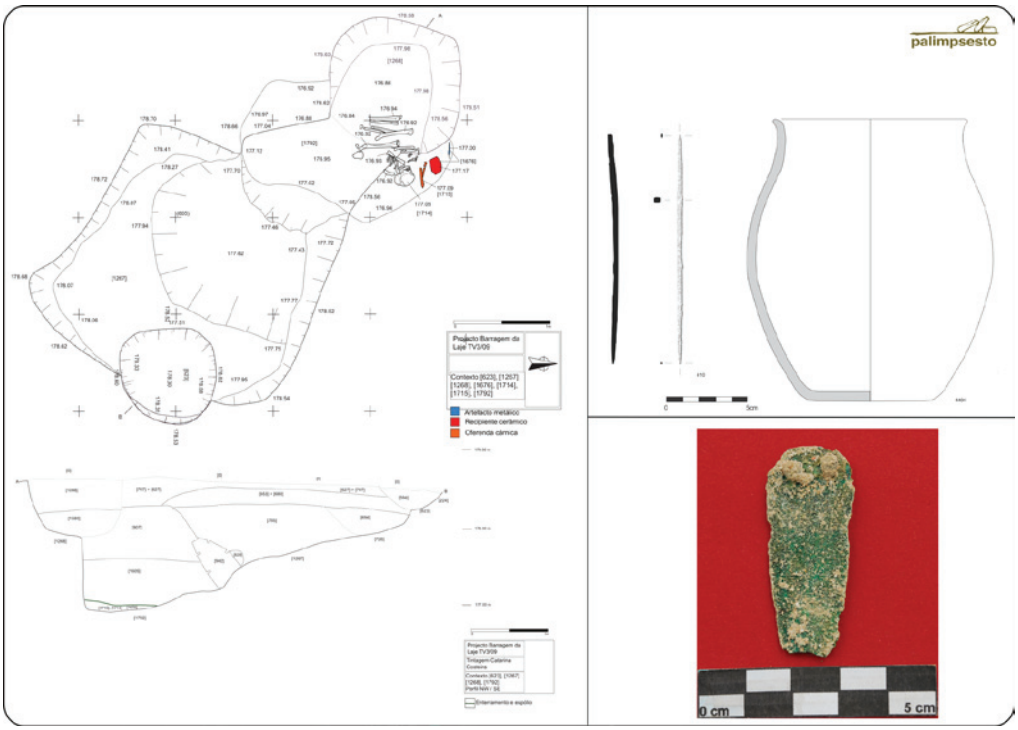


Figura 3 – Planta e perfil do Hipogeu [1267]-[1792] e oferendas funerárias. Fotografia Rui Clemente.

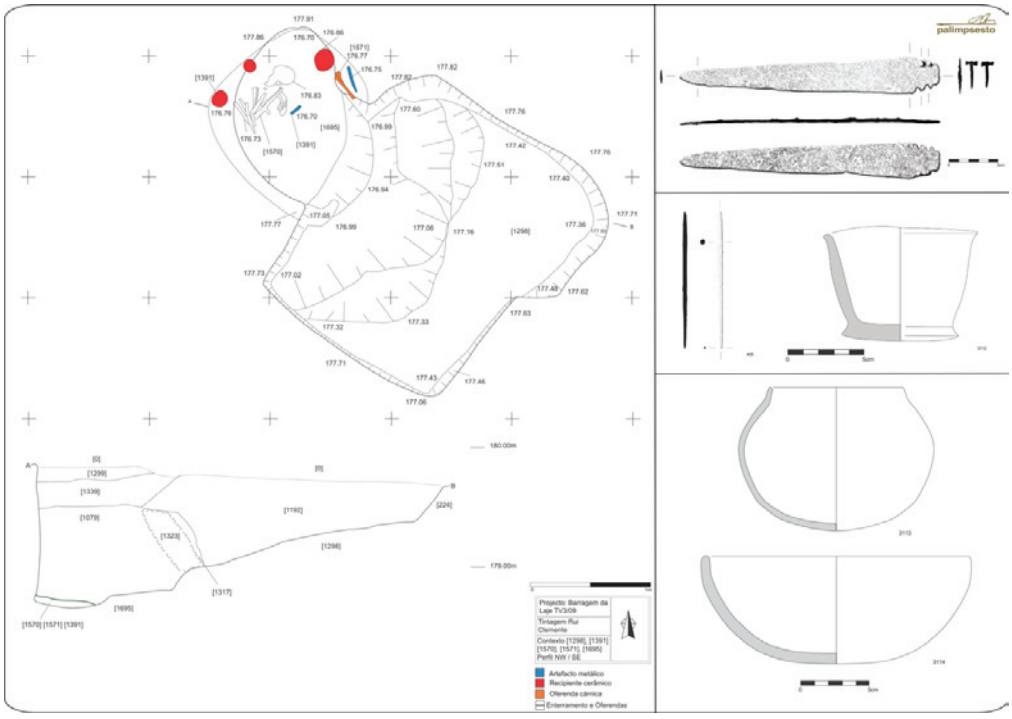


Figura 4 – Planta e perfil do Hipogeu [1298]-[1695] e oferendas funerárias.

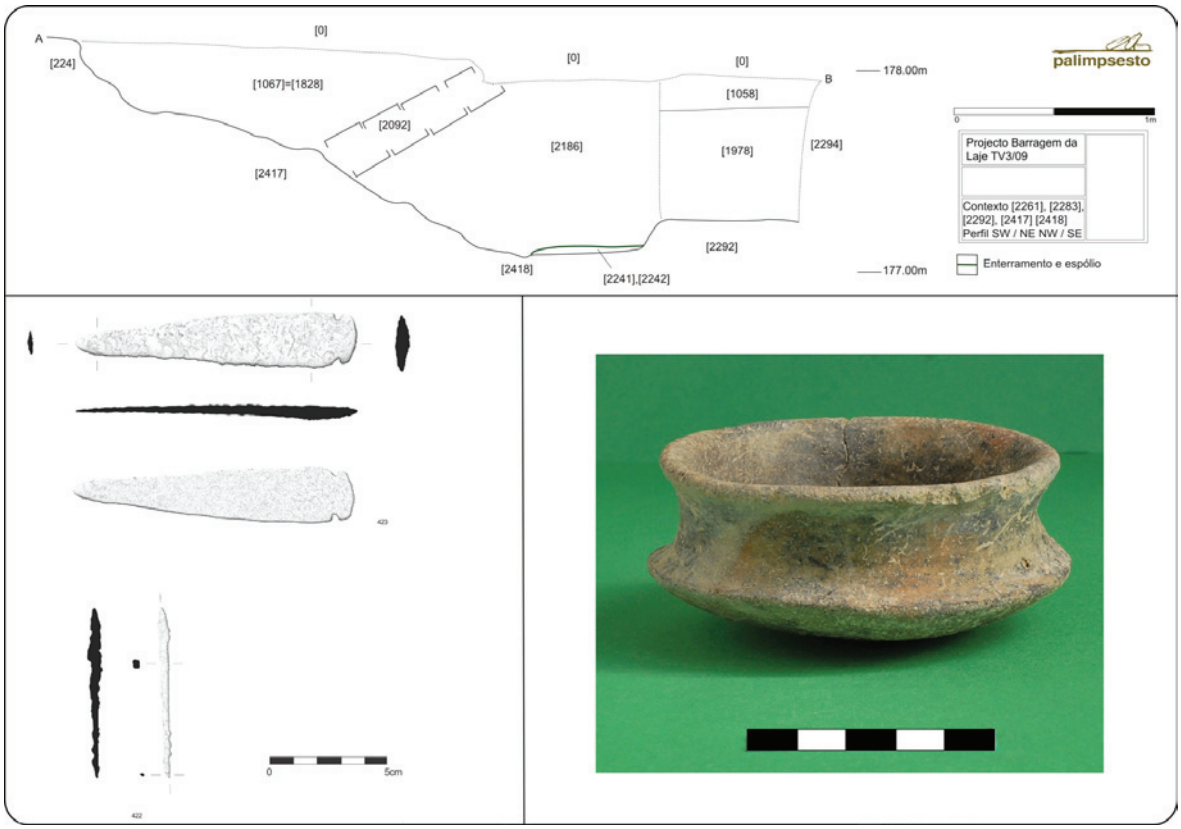


Figura 5 – Perfil do Hipogeu [2417]-[2418] e oferendas funerárias. Fotografia Rui Clemente.

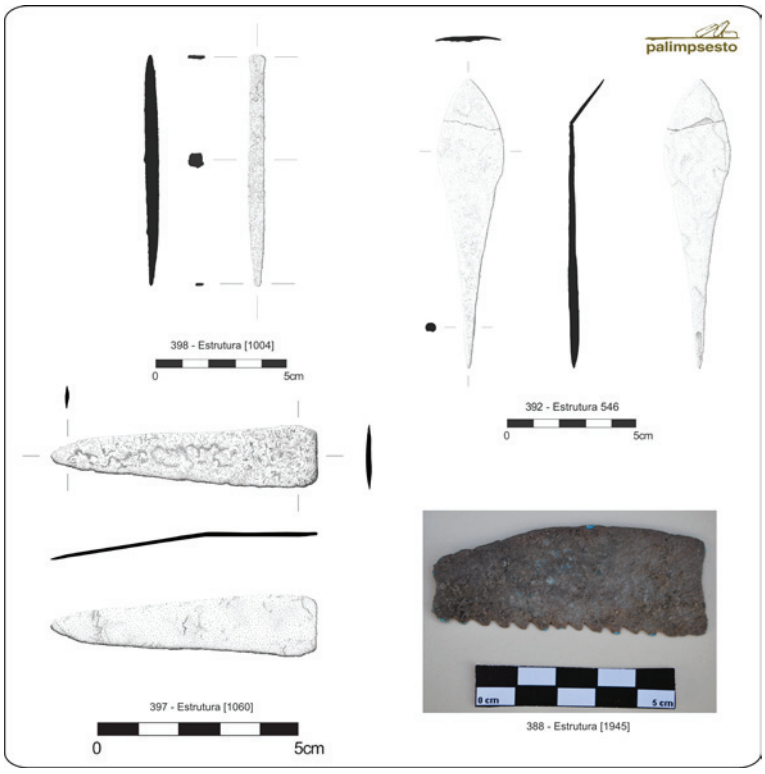


Figura 6 – Elementos metálicos recolhidos nas fossas de tipo "silo". Fotografia Rui Clemente.

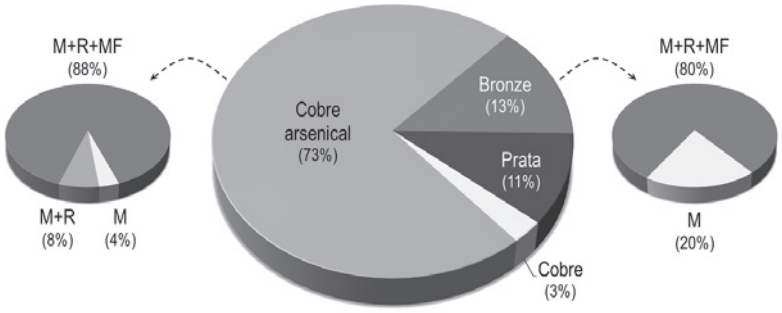


Figura 7 – Distribuição dos diferentes tipos de metais/ligas metálicas e cadeias operatórias de cobres arsenicais e de bronzes em Torre Velha 3 (M: martelagem; R: recozimento e MF: martelagem final).

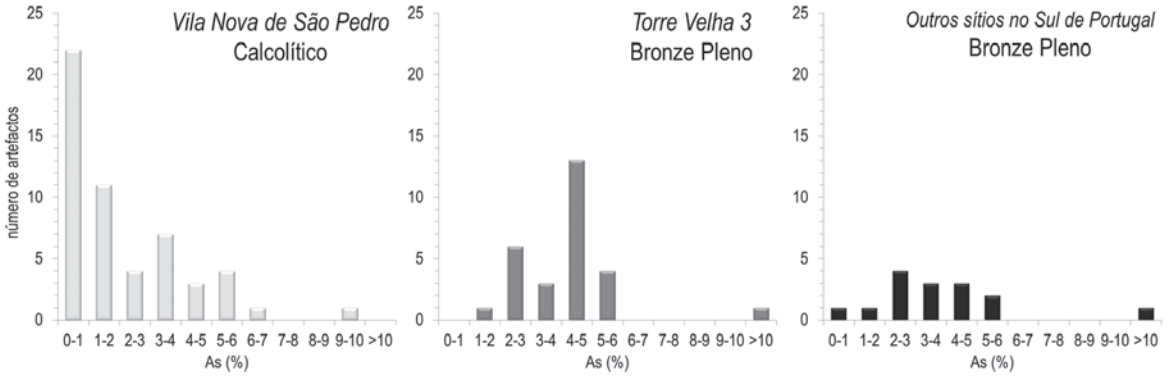


Figura 8 – Distribuição dos teores de arsénio em cobres de Vila Nova de São Pedro, Torre Velha 3 e em outros sítios no Sul de Portugal.

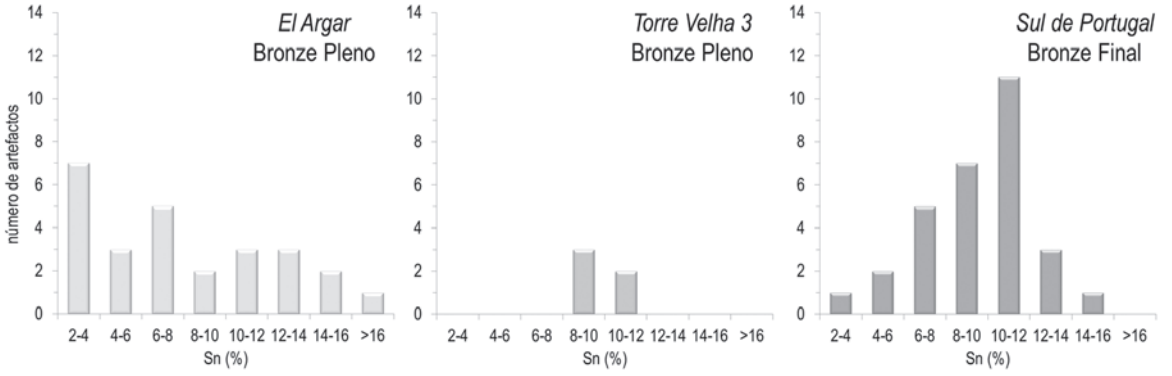


Figura 9 – Distribuição dos teores de estanho em bronzes de El Argar, Torre Velha 3 e em outros sítios do Bronze Final no Sul de Portugal.

DINÂMICAS DE INTERACÇÃO CULTURAL NO BRONZE MÉDIO – A CERÂMICA DECORADA DO SÍTIO DA FRAGA DOS CORVOS (MACEDO DE CAVALEIROS) COMO ESTUDO DE CASO

Elsa Luís / Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / elsavluis@gmail.com

RESUMO

Pretende-se, neste espaço, tomar como ponto de partida de discussão, a colecção de cerâmicas decoradas de inspiração alógena provenientes do Sector A do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) recuperadas nas campanhas de escavação de 2003 a 2011. A identificação de formas e, sobretudo, motivos decorativos semelhantes aos conhecidos para ambientes "Protocogotas" da Meseta Norte, que incorporam o Bronze Médio dessa região, colocou a Fraga dos Corvos na esfera de influências e relações de um "centro" cultural na sua fase formativa.

Numa tentativa de aproximação à natureza dessas relações escolheram-se determinados pontos de reflexão: medir distâncias geográficas e definir áreas preferenciais de relacionamento; discutir formas de adopção e de reinterpretação local.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to consider the exogenously inspired decorated pottery ensemble, from Fraga dos Corvos archaeological site Sector A (Macedo de Cavaleiros, Portugal), recovered during the excavation campaigns between 2003 and 2011. The identification of forms and, above all, decorative motifs, similar to the known "Protocogotas" Middle Bronze Age sites of the Northern Meseta, has placed Fraga dos Corvos within the sphere of influences and interactions of a cultural center in its early stages.

Attempting to understand the nature of such associations, several key-points were taken into consideration: delineate and measure the geographical distances, determine their preferential areas of relationship; discuss the local ways of implementation and reinterpretation of foreign traditions.

O SÍTIO DA FRAGA DOS CORVOS – DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O sítio da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 e, no presente, conta com 10 campanhas de escavação e uma extensa bibliografia, pelo que neste espaço apenas o descreveremos de forma sumária. As evidências arqueológicas correspondentes à ocupação do Bronze Médio localizam-se no que se designou de Sector A (sondagens 2 e 3), situado no topo norte do cabeço virado para a bacia de Macedo de Cavaleiros.

Localiza-se administrativamente na freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, com as coordenadas: Longitude 99 122,194 e Latitude 203 403,721 GAUSS. (Figura 1)

Trata-se de um sítio de altura (cerca de 870m de altitude) num cabeço destacado da Serra de Bornes com bom domínio visual da paisagem mas, no Bronze Médio, sem recurso a aparelho defensivo. Nas imediações existem vários recursos naturais importantes como duas linhas de água permanente; terrenos agrícolas relativamente férteis no sopé do cabeço; territórios com potencial para a caça (ainda hoje subsistem cervos e javalis na serra, esta última espécie presente na fauna recuperada (Luís, Reprezas & Senna-Martinez, 2012), alguma variedade de ma-

térias-primas rochosas (encontram-se utilizadas no sítio arqueológico o xisto, o quartzo, o granito e algumas variedades de xistos moles – vulgo talco/talcoxisto).

Atendendo à evidência estratigráfica preservada, podemos identificar dois grandes momentos de ocupação do Sector A, que se podem subdividir em fases de construção/reconstrução de estruturas provavelmente habitacionais: um primeiro momento, fundacional, imediatamente acima do afloramento rochoso e aproveitando as suas características, no qual se constroem algumas estruturas com fundações em pedra numa lógica de estruturação do espaço adequada à topografia do terreno, incluindo suportes de contenção de terras devido à forte erosão e ao desnível deste local (Luís, Reprezas & Senna-Martinez, 2012). É aqui frequente encontrar materiais arqueológicos relativamente bem conservados, inclusive fragmentados em conexão. O segundo momento de ocupação apresenta estruturas mais leves, recorrendo a matérias-primas perecíveis que apenas deixaram marcas dos buracos onde teriam sido colocados os postes de suporte. Este segundo momento revela várias fases de reconstrução dessas estruturas sendo que entre cada uma dessas reconstruções se deverá ter procedido a acções de limpeza, já que não encontramos vestígios de estruturas (além de pequenas fossas pouco significativas) – caso tenham existido - e os materiais se encontram muito fragmentados e algo rolados (*Idem*; Reprezas, Senna-Martinez & Luís, 2013). Os materiais não apresentam diferenças significativas de um momento para outro, pois deverão tratar-se de fases sequenciais dentro do Bronze Médio (Luís, 2010; Luís, Reprezas & Senna-Martinez, 2012).

Encontra-se aqui documentada a produção metalúrgica de bronzes binários, sendo hoje possível reconstituir praticamente todos os passos da cadeia operatória da produção (Senna-Martinez *et alli*, 2011). Um dos elementos mais emblemáticos é a presença de dois fragmentos de molde para machados planos de tipo "Bujões", tradicionalmente associados a este período cronológico (*Idem*; Luís, Reprezas & Senna-Martinez, 2012).

A indústria lítica talhada é pouco expressiva, de carácter expedito, recorrendo exclusivamente a matérias-primas locais. Foram identificados furadores, buris, elementos de foice, raspadores, denticulados, U.A.D.s e entalhes (Matos, 2011).

De destacar ainda a presença de vários artefactos de pedra polida, em talcoxisto ou outros xistos moles, genericamente de forma paralelepipédica ou subtriangular com uma ou mais perfurações, sem aparente estandardização formal, cuja funcionalidade/significado não se encontra ainda esclarecido (Luís, Reprezas & Senna-Martinez, 2012).

A CERÂMICA DECORADA DE "INFLUÊNCIA PROTOCOGOTAS" DA FRAGA DOS CORVOS

O conjunto cerâmico total é composto por vários milhares de fragmentos entre os quais bojos, bojos decorados, bordos, bordos decorados, colos, carenas, carenas decoradas, bases, elementos de preensão. Em estudo anterior, que inclui os materiais exumados nas campanhas 2003 a 2008, foram contabilizados 9824 fragmentos dos quais se apurou um mínimo de 493 recipientes e 107 fragmentos decorados (Luís, 2010). Nas campanhas subsequentes foram recuperados mais 103 fragmentos decorados, num total de 210 fragmentos.

Em termos gerais e para não repetir aqui informação já publicada (Luís, 2010; Luís, no prelo), foram identificados motivos impressos a pente (pontilhados) como linhas sequenciais de ponto ou espigas, e motivos isolados (linhas, digitações, bordos denteados). Alguns fragmentos revelaram organizações decorativas mais complexas, com associação da incisão e da impressão, combinando espigas, métopas, retículas nas superfícies externa, interna e parte superior do lábio. A tabela de motivos decorativos não é muito diversificada, para que certamente contribui a presença muito significativa de fragmentos de pequeno tamanho que nem sempre permitem compreender a totalidade do motivo ou, muitas vezes, perceber em que parte da peça se localiza.

O conjunto de cerâmicas decoradas de "influência" "protocogotas" é formado por 61 fragmentos num total de 210 (cerca de 29%). A este número somam-se alguns recipientes (aparentemente) lisos cujas morfologias se podem igualmente associar às conhecidas para a Meseta Norte – taças de carena média e baixa.

Estes motivos estão estruturados em torno da *espiga* (por vezes designada espinha de peixe), ou seja, traços incisos dispostos em V's sequenciais dispostos na horizontal. No conjunto que aqui nos ocupa são colocadas em linhas (uma ou mais) ou em áreas delimitadas por pontilhado (métopas). Frequentemente são colocadas imediatamente abaixo do bordo nos lados exterior e interior;

no topo do lábio e ainda acima da linha de carena ou num cordão plástico. Também frequentes são as *retículas*, linhas incisas cruzadas que formam uma malha, colocadas em banda abaixo do bordo (mais uma vez nas três faces do recipiente acima mencionadas). Por vezes, estes motivos podem ser realizados com impressão (a punção lateral ou a pente), mas a incisão é definitivamente a técnica preferencial. Existem ainda casos de recipientes que integram motivos incisos como espigas e retículas com pontilhados em organizações mais complexas. Vestigiais são as técnicas de puncionamento arrastado (*boquique*) – 3 fragmentos – e de excisão – 1 fragmento. (Figura 2)

Quando é possível identificar a forma do recipiente verifica-se a escolha preferencial de formas tipicamente mesetenhas desta época como as taças carenadas, mas também algumas morfologias comuns como taças simples.

Em alguns fragmentos foi possível identificar restos de uma pasta branca que preenche os negativos da decoração (Luís, 2010).

É a combinação destas variáveis – forma; motivos; localização da decoração; técnicas decorativas; pasta branca – que nos permitiu relacionar parte da produção oleira da Fraga dos Corvos com os ambientes culturais da Meseta Norte no Bronze Médio e, por sua vez, permitiu balizar cronologicamente a ocupação do Sector A, à falta de datações absolutas.

CERÂMICA "PROTOCOGOTAS" – CARACTERIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

A cerâmica do designado período formativo de Cogotas I encontra-se, no presente, bem caracterizada por diversos autores (Abarquero Moras, 2005; Rodríguez Marcos, 1993) e pode ser definida, sinteticamente, "*por la escassez o ausência de motivos excisos y de boquique, y por el predomínio de los incisos e impresos: las espigas, reticulados, zig-zags, trazos oblicuos, zonas angulares rellenas de paralelas y algunas líneas incisas com pequenas ondulaciones. Las composiciiones más habituales se distinguen por su sensillez y por una sobriedade relativa; geralmente bandas simples bajo el borde o sobre la carena, abordando también la parte interior del lábio*" (Abarquero Moras, 2005, p. 29-30). Este estilo cerâmico é quase exclusivo no coração da Meseta Norte, e aí também parecem estar as suas datas mais antigas, pelo que, nesse sentido, esta região se designa habitualmente de área nuclear, englobando as actuais províncias de Valladolid, Zamora, Salamanca, León, Palencia, Burgos, Segóvia, Sória, Guadalajara e Madrid – esta será igualmente a área nuclear do período subsequente, Cogotas I. A maior concentração de sítios Protocogotas, atendendo à evidência disponível, parece estar na região de Valladolid, na qual se encontram igualmente os primeiros sítios identificados – como, por exemplo, La Plaza em Cogeces del Monte.

Este estilo cerâmico não é, no entanto, exclusivo da mencionada área nuclear. Em várias áreas regionais, em torno no centro mesetenho (no momento "protocogotas"), foram sendo identificados vários sítios com presença destas cerâmicas, quer em tudo muito semelhantes aos protótipos da meseta, quer perfeitamente mesclados e integrados nas tradições oleiras locais. Interessa-nos, aqui neste particular, o norte interior português, área onde se localiza a Fraga dos Corvos.

Nesta região (Trás-os-Montes – Alto Douro; Beira Transmontana) a presença de cerâmicas protocogotas encontra-se comprovada na Fraga dos Corvos, em Macedo de Cavaleiros; no Fumo, em Vila Nova de Foz Côa (Carvalho, 2004) e ainda em Castelo Velho, em Vila Nova de Foz Côa (Pereira, 1999; 2000).

Existe ainda uma referência a materiais do Castelo de Ansiães, em Carrazeda de Ansiães (Lemos, 1988; 1993) que poderão igualmente assemelhar-se aos "protocogotas".

O maior conjunto é o de Castelo Velho, com 125 fragmentos, e apresenta muitas semelhanças com o já descrito para a Fraga dos Corvos – diferentes tipos de espigas incisas nas faces externa e interna do recipiente e ainda sobre cordão plástico; sequências de espigas delimitadas por pontos (métopas); e sequências de espigas acima de linhas quebradas de pontos; também apresentam preenchimentos a pasta branca. De destacar a ausência de taças com carenas muito acentuadas (ao contrário da Fraga dos Corvos) (Pereira, 1999). Apesar da grande quantidade de fragmentos identificada, estas cerâmicas em Castelo Velho são minoritárias, a excepção, e não uma das partes mais representativas do conjunto (*Idem*).

No Fumo, a presença destas cerâmicas é pouco significativa dentro da esfera dos decorados (Carvalho, 2004).

PENSAR DISTÂNCIAS E VIAS DE CONTACTO

Olhando para a implantação geográfica destes sítios em território hoje português, verifica-se que o elo entre eles é a rede fluvial; rede essa que é também uma das portas de acesso privilegiado ao interior da meseta – falamos obviamente da bacia hidrográfica do Douro. Assim, e caso a caso, a Fraga dos Corvos está muito próxima do rio Azibo, afluente do rio Sabor e, por sua vez, afluente do Douro; Castelo Velho e Fumo muito próximos do Côa, afluente do Douro; e, se o pudermos considerar, Castelo de Ansiães, perto do Tua, também afluente do Douro. O rio seria um corredor de entrada e contacto com a meseta, nomeadamente com a área de Zamora.

Esta região apresenta alguns sítios desta cronologia embora se concentrem na zona centro e Este da província "*dejando el sector ocidental práticamente en blanco"* (Abarquero, 2005, p. 96). No entanto, e apesar dos vários sítios identificados, a informação disponível sobre eles e, concretamente, a sua cultura material, tende a ser escassa ou insuficiente, na medida em que se trata de recolhas/identificações antigas e de poucos contextos escavados, o que nos dificulta o processo de comparações directas entre regiões. De destacar, neste particular, o sítio de Los Verdiales (Madridejos) que apresenta *"bandas horizontales y de zig-zag rellenas de puntillado ancho y espaciado y circulitos estampados ocupando toda la superficie externa – como también resulta original la presencia de formas profundas de tendência globular"* (*Idem*, p. 96-97), ou seja, apresentando aqui ténues diferenças em relação aos sítios clássicos de Valladolid, nomeadamente na maior representatividade do pontilhado e a presença de impressões circulares – ambos documentados na Fraga dos Corvos e em Castelo Velho (Pereira, 1999).

No entanto, recente publicação de Fabián García (2012) permite repensar esta questão. Este autor define dois subgrupos decorativos dentro da zona sudoeste da Meseta Norte – "grupo La Corvera/El Tranco del Diablo" e "grupo Valle Amblés/Valle del Duero" (*Idem*, p. 327). O primeiro destes apresenta notórias semelhanças decorativas com a Fraga dos Corvos sobretudo no que diz respeito à utilização de pontilhados em convívio com os motivos incisos (*Idem*, Figuras 3, 4, 5 e 7). Os três sítios que compõem este grupo - La Corvera (Béjar); El Tranco del Diablo (Béjar) e Cancho Enamorado (Salamanca) – situam-se na província de Salamanca, e, até agora, parecem constituir os "paralelos" mais próximos para o nosso conjunto transmontano (e, provavelmente também Castelo Velho). Neste sentido, e se esta for realmente a "área de contacto preferencial" há que equacionar novas vias de circulação.

A presença de cerâmicas com afinidades protocogotas na Fraga dos Corvos remeteu-nos imediatamente para o grande bloco de sítios conhecido e genericamente situados na área nuclear – permitindo um enquadramento cronológico e enunciando contactos virados a Este. Afinando a comparação de estilos cerâmicos a linha de contacto parece ser a sudeste de Macedo de Cavaleiros, ligando-se a um subgrupo decorativo dentro da própria "área nuclear".

Assim sendo, o eixo do Douro pode não ser, afinal e neste caso, a via preferencial de contacto. Se assumirmos uma via Norte/sSul entre a Fraga dos Corvos e Castelo Velho e a "entrada" na Meseta já na Beira Transmontana ou mais a sul poderemos tecer outro tipo de considerações. Recentemente foi proposta uma "rota" de circulação interior através do corredor do Côa, marcada pelas estátuas-menir armadas, que o autor defende tratar-se de uma via de circulação de estanho e do conhecimento necessário ao fabrico dos primeiros bronzes, que iria desde Ourense à zona do Fundão (Senna-Martinez, 2013, no prelo). Neste sentido a integração da Fraga dos Corvos, onde esta metalurgia se encontra atestada, nesta "rota" poderá explicar a presença de cerâmicas tão semelhantes com as da área de Salamanca. Mais corrobora esta proposta a proximidade de uma estátua-menir armada de espada e alabarda, a de Valdefuentes de Sangusín, a cerca de 7 km do sítio de La Corvera (Fabián García, 2012, p. 340).

Esta correlação entre as cerâmicas decoradas da Fraga dos Corvos e as da área salmantina encontra-se igualmente comprovada para o Bronze Final/inícios da Idade do Ferro (Reprezas, 2013; Senna-Martinez, no prelo), indicando a manutenção de uma zona preferencial de contactos e provavelmente a utilização continuada de vias de passagem e circulação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Este trabalho pretende apenas constituir um ensaio de integração da ocupação do Bronze Médio da Fraga dos Corvos nas dinâmicas de interacção inter-regional suas contemporâneas. O tema não se encontra aqui esgotado, pelo contrário, parece-nos que,

à luz destes dados, muito ainda ficará por indagar e por construir. Foi assim objectivo deste pequeno texto edificar algumas bases de trabalho.

A Fraga dos Corvos, no Bronze Médio, encontra-se perfeitamente integrada nos circuitos de comunicação da época – produz localmente artefactos metálicos incluídos no que tradicionalmente se considera de metalurgia atlântica, ao mesmo tempo que revela fortes afinidades com um dos "centros culturais" peninsulares, a Meseta Norte. Parece-nos, ainda, que estes dois traços poderão estar interligados e fazer parte de uma estrutura única, produzir-se-á metal para circular (oferecer, trocar...) e produz-se cerâmica na qual se imprimem os símbolos de quem se convive nos circuitos comuns à metalurgia – para consumo próprio é certo, mas também para acções de convívio e fortalecimento de relações (como sugere Abarquero, 2012, p. 97).

Seja de que maneira for, e quais forem na realidade as dinâmicas de relação cultural entre estas comunidades, podemos afirmar com segurança que são traços de longa duração no tempo, numa tradição de relacionamentos que chegará às portas da Idade do Ferro.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de investigação foi efectuado no âmbito do projecto EARLYMETAL financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008). A autora agrade à Fundação para a Ciência e Tecnologia a bolsa individual SFRH/BD/72369/2010; ao Dr. Cláudio Pereira e ao Prof. Doutor J. C. Senna-Martinez pela revisão final do texto.

BIBLIOGRAFIA

ABARQUERO MORAS, F. J. (2005) – *Cogotas I. La difusión de un tipo cerâmico durante la Edad del Bronce*. Arqueología de Castilla y León, 4.

ABARQUERO MORAS, F. J. (2012) – Cogotas I más allá del território nuclear. Viajes, bodas, banquetes y regalos en la Edad del Bronce Peninsular. In: RODRÍGUEZ MARCOS, J.; FÉRNANDEZ MANZANO, J. (eds.), *Cogotas I, una cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica*. Universidade de Valladolid, p. 59-110.

ARRANZ MINGUÉZ, J.: GÓMEZ PÉREZ, A.; SÁNCHEZ S.; BELLIDO BLANCO, A. (1993) – El Teso de La Macañorra (Geria, Valladolid), un poblado de la Edad del Bronce en la cuenca media del Duero. *Numantia, Arqueología de Castilla y León*, 4, p. 75-92.

CARVALHO, A. F. (2004) – O Povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7-1, p. 185-219.

FABIÁN GARCÍA, J. (2012) – Proto-CogotasI en el suroeste de la Meseta Norte. Dos facies alfareras en territórios inmediatos. In: RODRÍGUEZ MARCOS, J.; FÉRNANDEZ MANZANO, J. (eds.), *Cogotas I, una cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica*. Universidade de Valladolid, p. 323-348.

GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE, F. (1984-85) – Proto-Cogotas I o el bronce médio dela Meseta: la Gravera de "Puente Viejo" (Ávila). *Zephyrus*, XXXVII-XXX-VIII, p. 267-276.

JIMENO-MARTÍNEZ, A. (1984) – *Los Tolmos de Caracena (Soria) (Campañas de 1977, 1978 y 1979). Nuevas bases para el estúdio de la Edad del Bronce en la zona del Alto Duero*. Excavaciones Arqueologicas en España, Ministerio de la Cultura.

LEMOS, F. S. (1988) – Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na vila fortificada de Ansiães. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 5, p. 51-64.

LEMOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de Doutoramento na especialidade de Pré-História e História da Antiguidade apresentada à Universidade do Minho. 3 Vols. Policopiado.

LUÍS, E. (2010) – *A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: o conjunto cerâmico da sondagem 2 do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LUÍS, E. (no prelo) – Fraga dos Corvos habitat site, Sector A (Macedo de Cavaleiros, Portugal): the ceramic industry in the context of Northern Portugal's Bronze Age. *Actas das I Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero*. Zamora, Outubro 2011.

LUÍS, E.; REPREZAS, J., SENNA-MARTINEZ, J. C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – 1ª Idade do bronze / Bronze Final? *Cadernos Terras Quentes*, 9, p. 15-53.

MATOS, D. (2011) – A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). *Cadernos Terras Quentes*, 8, p. 47-54.

PEREIRA, L. (1999) – *As Cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

PEREIRA, L (2000) – As cerâmicas "Cogeces de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa. *Côavisão*, 2, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.

REPREZAS, J. (2013) – Existe uma I Idade do Ferro" em Trás-os-Montes Oriental? O exemplo da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). *Cadernos Terras Quentes*, 10, p. 123-128.

REPREZAS, J., SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2013) - Resultados preliminares da campanha 10 (2012) no sítio da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) – os sectores A & M. *Cadernos Terras Quentes*, 10, p. 75-88.

RODRÍGUEZ MARCOS, A.; ABARQUERO MORAS, F. (1994) – Intervención arqueológica en el yacimiento de la Edad del Bronce "El Cementerio – El Prado", Quintanilla de Onésimo (Valladolid). *Numantia, Arqueología de Castilla y León*, 5, p. 33-57.

RODRÍGUEZ MARCOS, A. (1993) – "El Carrizal" (Cogeces del Monte, Valladolid): un nuevo yacimiento de fácies Proto/Cogotas I. *Numantia, Arqueología de Castilla y León*, 4, p. 61-74.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. In: MARTINS, C. B.; BETTENCOURT, A. M.S.; MARTINS, J.I.F.P.; CARVALHO, J. (eds.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Miniing in the Atlantic Western Europe*. Proceedings of the First International Congres, Braga, 10th Dezember of 2010. Braga: CITCEM, APEQ, FEUP, p.381-394.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Um rio na(s) rota(s) do estanho: O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *CIRA Arqueologia*. 2.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (no prelo) – Aspectos do Centro-Norte do Ocidente Peninsular no Final da Idade do Bronze: Povoamento, Metalurgia e Sociedade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal.

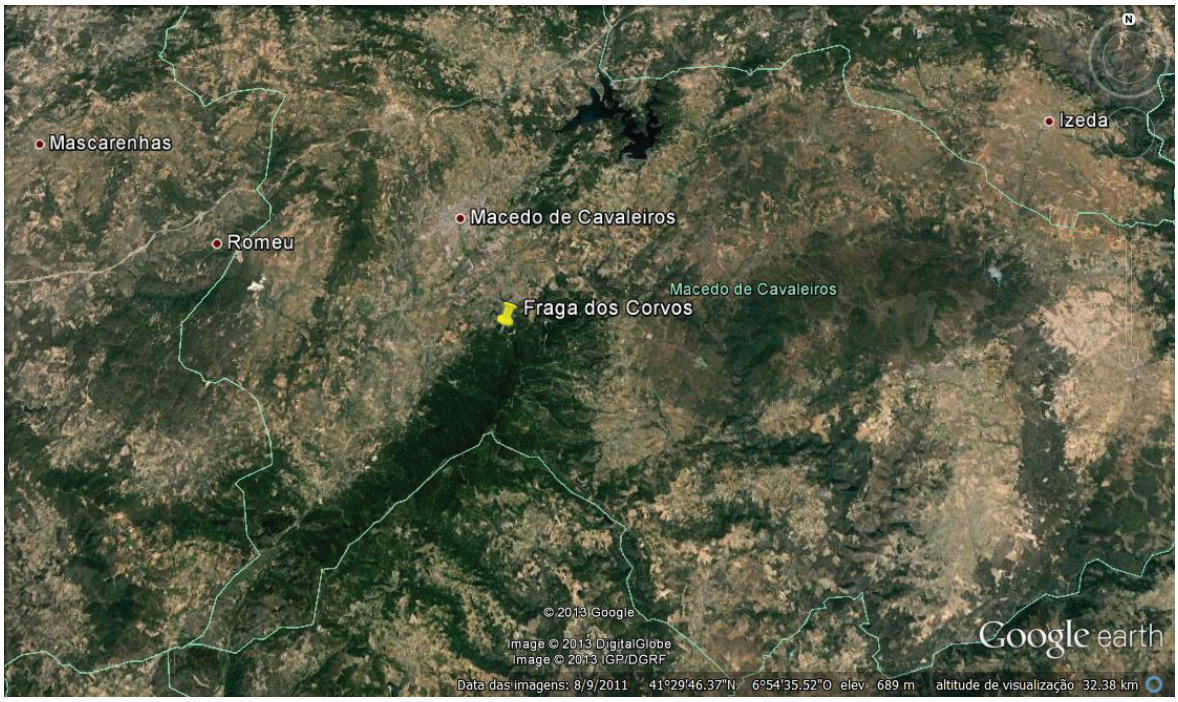


Figura 1 – Localização do sítio da Fraga dos Corvos (vista Google Earth).

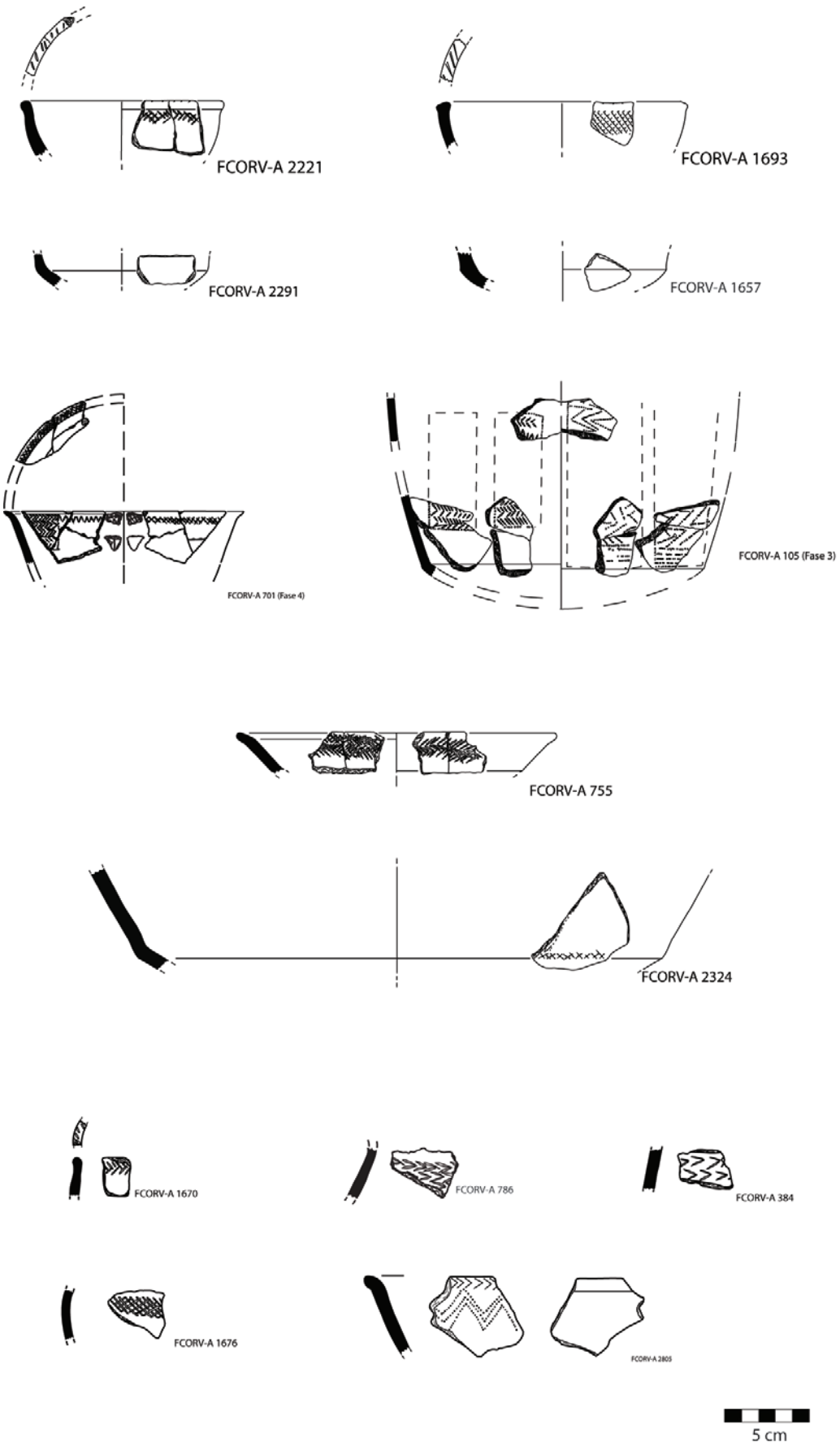


Figura 2 – Materiais "protocogotas" do Sector A, Fraga dos Corvos.

O SÍTIO DO CORGO. UMA ESTAÇÃO DA IDADE DO BRONZE EM VILA DO CONDE

Iva Botelho / Metro do Porto S.A. / iva.botelho@metro-porto.pt

RESUMO

Apresenta-se o Sítio do Corgo, Vila do Conde, descoberto durante o acompanhamento arqueológico das obras do Metro do Porto. Assentamento de estruturas em negativo de comunidade de agricultores-pescadores, estender-se-á entre Árvore e Azurara, espaço ao qual já era anteriormente reconhecido potencial arqueológico, se bem que de fácies romana. Não sem fundamento. Porém, revelaram os trabalhos ocupações remontáveis à Idade do Bronze, para além da possibilidade de ocupação Calcolítica prévia. Assim, à mercê da comunidade científica, coloca-se uma súmula dos resultados obtidos nesses trabalhos, todos nas categorias de arqueologia preventiva e de emergência. Desta forma, alertá-la também para as ameaças que se abatem sobre o sítio, decorrentes tanto da prática agrícola mecanizada como dos planos urbanísticos que pairam no horizonte.

ABSTRACT

The author presents the results of the rescue and preventive works carried out at *Sítio do Corgo*, which was discovered during the archaeological watching brief of Line B of Metro do Porto in Azurara, Vila do Conde.
It was first assumed as being a Later Roman Empire site. However, the archaeological excavation revealed a negative structures' settlement belonging to a fishermen and farmers community of the Bronze Age, although probably having been occupied from the Calcolithic. According to the archaeological survey, its extension goes as far as Lugar da Quintã, which is about 1,5 km South.
But the goal of this paper is also to alert scientific community to this archaeological setlement which is nowadays being damaged by agriculture and urban pressure.

1. INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2005, a *obra de duplicação e dedicação a canal de metro da antiga Linha Ferroviária da Póvoa*[1] chegava às imediações da margem sul do rio Ave. Com ela, o seu acompanhamento arqueológico, medida de mitigação ditada pelo licenciamento ambiental do projeto[2]. Foi assim que o *sítio arqueológico do Corgo*, em Azurara, Vila do Conde, foi descoberto, no dia 23 de fevereiro de 2005. Uns dias depois, a 5 de março, os mesmos trabalhos de mitigação revelariam outro sítio arqueológico a cerca de 1,5 km para sul, no lugar da Quintã, em Árvore.[3]

Descobertas inusitadas, estas, mas não de todo imprevisíveis, dado que à globalidade do espaço era já reconhecido potencial arqueológico relacionado não só pela referência toponímica da Quintã a potencial de fácies romano, como também pela hipotética localização algures por ali do povoado de *Pinitellus*, fundação altimedieval de Azurara[4]. Mas, enfim, sensibilidades não declaradas no referido *procedimento de AIA*.

E foi, por isso, o sítio primeiramente descoberto durante as ações de terraplenagem necessárias à retifi-

1. Linha B (ou Vermelha) na exploração da rede do Metro do Porto.

2. Procedimento de AIA n.º 880, a que se refere também o Processo do IPA 2002/1(171).

3. Sítios descobertos pela Dr.ª Anabela Pereira de Sá, arqueóloga profissional liberal ao serviço da Arqueohoje, Lda.

4. Informações gentilmente cedidas pelo Dr. Paulo Costa Pinto, arqueólogo da Câmara Municipal de Vila do Conde, no Outono de 2004. Na sua base esteve, nessa data, a previsão de um plano de sondagens prévias entre Árvore e Azurara, depois abandonado, dada a relocalização de tal sensibilidade arqueológica na Varziela, a sul, e na encosta sobranceira à Ponte Ferroviária do Ave, a norte. Por meio das sondagens prévias "MP-ARV02.05" e "MP-AZR01.04", tal potencial no primeiro caso foi confirmado, mas no segundo foi refutado.

cação de traçado entre a "*PN da Nacional 104*" e a "*PN do Corgo*". No imediato, seguiram-se-lhes trabalhos arqueológicos de emergência que, em Azurara, foram executados na base de uma parceria entre a Metro do Porto S.A. e a Arqueohoje, L.da[5], e, em Árvore, na base de uma parceria entre a Metro do Porto S.A. e a Arqueologia&Património, L.da[6]. De ambos resultou o diagnóstico de estratificações multisseculares entre a Alta Idade Média e a Idade do Bronze, sendo que na Quintã se destacava sobremaneira a ocupação romana e no Corgo sobressaía a pré-histórica.

Intervenções que estariam terminadas no terreno, não fora a decisão de construção da rua "*Variante do Corgo*", correndo fora o ano de 2005, de que também foi encarregue a Metro do Porto S.A.. Consequentemente, determinou o IPA a realização de trabalhos arqueológicos prévios, desta feita realizados numa parceria entre a Metro do Porto S.A. e a Novarqueologia, L.da[7]. Tais trabalhos viriam a estender-se praticamente a toda a estrada, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2009, englobando uma escavação com cerca de 6000 m², e é neles que se centra esta apresentação.

Ainda por essa altura viria a ser planeada a construção da rua "*Variante à Nacional 104*" que permitiu eliminar a PN epónima localizada entre o Corgo, a norte, e o lugar da Quintã, a sul. Responsabilizada a Metro do Porto S.A. da sua construção, anote-se, todavia, que sobre esta obra não foi exigida qualquer ação de mitigação arqueológica.

2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO E AMBIENTE

Com as coordenadas geográficas 8º 43' 34",29 W Greenwich e 41º 20' 43" N (Carta Militar de Portugal, escala de 1:25.000, Folha n.º 96), a *Estação Arqueológica do Corgo* localiza-se no Lugar do Souto, Freguesia de Azurara, (Concelho de Vila do Conde, Distrito do Porto), estando os espaços intervencionados a cotas médias que variam entre os 25 m, os 32 m e os 35m.

Lugar de Souto que se insere numa *"(…) região de relevos fracos, cortada por muitas linhas de água, na maior parte tributárias do rio Ave (…)".*[8] Segundo a Carta Geológica de Portugal, será de apontar influência marinha para as suas formações geológicas mais recentes. Assim, a área intervencionada implanta-se numa zona de contacto entre um Complexo Xisto – Granítico – Migmatítico (Xyz) e um nível de praia antiga Plio-Plistocénica (Q3), que se lhe sobrepõe. Isto mesmo é destacado na página 14 da Nota Explicativa da Carta Geológica (Figura 1). Materializa-se tal praia em depósito sedimentar de composição siltosa, apresentando tonalidade que grada em profundidade entre o alaranjado e o amarelado.

Topograficamente, esta geomorfologia traduz-se em cumeada aplanada com orientação NW-SE, que vem sofrendo alterações pelas práticas agrícola e silvícola, e pela ocupação urbana. Esta marcada primeiramente pela implantação de vias de comunicação (como as do Caminho-de-Ferro e da Estrada Municipal "Rua do Corgo"), foi depois acentuada pela instalação da Emissora Nacional e de edificado residencial.

Numa visão de conjunto, o espaço escavado resultou no corte de uma faixa de terreno com cerca de 500 m de extensão no sentido este/oeste, circunscrita ao corredor do projeto. Nesta progressão, cortou zona de encosta ocupada por eucaliptal, caindo em escarpa sobranceira à Ribeira do Corgo; cruzando o canal ferroviário, atravessou plataforma agrícola; e, infletindo em curva para NW ao P.K. 0+300, atravessou parcela rústica, a nascente, sobranceira à plataforma agrícola e, a poente, à Costa.

Nesta caracterização do espaço, refira-se também a suscetibilidade ambiental desta estação arqueológica, refletida na mutabilidade das variações cromáticas dos depósitos decorrente da exposição à luz e humidade, fatores cuja combinação equilibrada apenas surgia em fugazes existências, dificultando fortemente a perceção de tais variações.

5. Trabalhos MP-AZR02.05, da Responsabilidade Científica de Iva Botelho, arqueóloga da Metro do Porto.

6. Trabalhos MP-ARV01.05, da Co-responsabilidade Científica de Iva Botelho, arqueóloga da Metro do Porto, com Liliana Barbosa, arqueóloga da Arqueologia&Património.

7. Da Co-responsabilidade Científica de Iva Botelho, da Metro do Porto, com, pela Novarqueologia, Sérgio Gomes, na campanha MP.AZR03.07, e Susana Borges, nas campanhas MP-AZR04.07-08 e MP-AZR05.08-09.

8. Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000, Notícia Explicativa da Folha 9-A, Lisboa, 1965, p.7.

3. BREVES NOTAS SOBRE ESTRATÉGIA E METODOLOGIA UTILIZADAS (DE ESCAVAÇÃO E REGISTO)

Por todas essas razões, supérfluas não serão estas notas com quais se esclarece as opções metodológi-cas feitas, considerando também o enquadramento dos trabalhos.

Assim: *i*), registe-se a implementação de uma estratégia de *open area* reticulada por uma malha de 4m², porém apoiada na manutenção de testemunhos conservados até ao final dos trabalhos, que dividiam o espaço em *setores de escavação nomeados de A a Z*; *ii*), retenha-se o *processo de escavação estratigráfica combinado com a decapagem por planos arbitrários subordinados à estratificação natural*, como forma de garantir o controlo daquela e também do registo tridimensional de artefactos e negativos exumados; *iii*) decorrentemente, retenha-se a opção por um *sistema de referenciação provisória da estratificação* – na nomenclatura dos trabalhos, *complexos* - organizada por séries vinculadas às camadas da estratificação do sítio e, *posteriormente, relacionada entre si, de que resulta já a presente síntese*; *iv*) retenha-se ainda a subscrição da proposta de Martin Carver para prossecução da *referenciação de contextos por séries tipológicas autónomas* (camadas, buracos de poste, fossas e valados); *v*) e, principalmente, esclareça-se que foi critério para o agrupamento dos negativos em planos, o da sua *contextualização conferida pela afinidade reportada à camada superior de todas as que eram cortadas por cada negativo*.

4. RESULTADOS OBTIDOS: ESTRATIGRAFIA, ESTRUTURAS E MATERIAIS

Tem sido gradual e sujeita a revisão, a questão da contextualização da *Estratificação Geral do Sítio*, e o seu início tem-se vindo a problematizar e a recuar no tempo à medida que se vai esclarecendo a história recente do lugar.

Assim, à data da descoberta, no acompanhamento arqueológico da obra, foi o sítio assumido como Altimedieval, dada a mistura observada de *tegullae* com cerâmicas comuns a torno e manual, e tendo também por referência a aludida localização incerta mas próxima do povoado de *Pinitellus*. Contextualização revista pela escavação de emergência MP-AZR02.05, logo subsequente, e nessa altura a jazida foi dada como um sítio multissecular cujas ocupações antrópicas mais significativas se apresentavam cronológica e culturalmente descontínuas, entre um *horizonte do Bronze Pleno* e um *horizonte vestigial Tardorromano ou Altimedieval*. Posteriormente, as escavações em área realizadas previamente a construção do arruamento "*Variante do Corgo*" revelaram que o local tem sido sujeito a grandes impactos causando a eliminação de estratos. De entre estes, destaque para a modelação do terreno, ocasionada pela instalação da Emissora Nacional, de que resultou a eliminação do topo da cumeada, pondo em contacto as ocupações Romana e da I. do Bronze: no espaço atravessado estas ocupações evidenciavam dispersões estratigráficas mutuamente exclusivas, com clivagem drástica marcada à *ordenada 178* da grelha de coordenadas dos Trabalhos MP-AZR 04.07-08. Assim, o *Sítio de fácies romana* desenvolvia-se na vertente para poente, ocupando o *Setor X*, enquanto que o *Sítio de fácies pré-histórica* – um enorme assentamento em negativo, que vem sendo indexado a Idade do Bronze –, se houvera estratificado na vertente nascente.

É sobre o *assentamento da estratificação da I. do Bronze* identificada no Lugar do Souto que se propõe esta aproximação ao sítio e sua contextualização.

4.1. Sequência Estratigráfica Reconhecida

"Let's start at the very beginning,
A very good place to start.
When you read you begin with ABC,
When you dig you begin with - stratigraphy!"

Canção popular inglesa, in Chadwick (1997)

Declarada já a clivagem estratigráfica do sítio e, bem assim, o objeto desta apresentação, para o desenvolvimento que se segue cumpre esclarecer que à *camada 4 da estratigrafia geral diagnosticada e planos de negativos* associados corresponde a *ocupação de fácies romana*. Subordinando agora a exposição ao desenvolvimento do terreno na sua *orientação a nascente da ordenada 178*, esquematicamente, a estratificação inversa associada à jazida pré-histórica desenvolvia-se da seguinte forma.

- **Camada 1b**, ou camada superficial da plataforma da Emissora Nacional sobrejacente à camada 2;
- **Camada 1a**, ou nível de lavra na plataforma agrícola, aí sobrejacente a várias formações (ca-

mada 3a, camada 5b e camada 8a/b); e **Camada 1c**, ou camada humosa superficial no eucaliptal;
– **Camada 2**, agrupando conjunto de formações reportadas ao século XX, destacando-se as relacionadas com as instalações do caminho-de-ferro – designadamente, balastros e depósitos com carvão –, e da Emissora Nacional, aqui destacando-se uma camada uniforme e muito homogénea de saibro compactado;
– **Planos 1 de negativos abertos na Camada 3**, constituído por alguns, raros, valados identificados nas formações assim agrupadas;
– **Camada 3**, que reúne conjunto de formações sedimentares similares contextualizadas na Época Moderna, oferecendo cada uma delas um *corpus* de espólio que associa material romano muito rolado a fabricos modernos vidrados e a torno foscos e também a fabricos manuais;
– **Plano 2 de negativos abertos na camada 5a**, maioritariamente constituído por fossas, algumas das quais de tipologia fechada, ovoide, e geralmente isoladas. Quanto ao espólio, caracteriza-se por, entre os líticos, contar com pesos de rede, mós manuais e algumas placas de arenito; e entre aos cerâmicos, de moldagem manual e dominantemente liso, por poder-se referenciar a identificação de colagens permitindo a reconstituição de formas ovoides, de fundo plano, moldadas pela técnica de rolo[9];
– **Camada 5a,** estendendo-se entre *os Setores O-P, a poente, e E, a nascente*, com uma superfície aplanada, trata-se de um depósito de matriz areno-argilosa cuja tonalidade apresenta gradual variação espacial entre o castanho médio e o castanho alaranjado. Quanto ao espólio, há que destacar, em primeiro lugar, a presença significativa de fragmentos de cerâmica de vasilhame de fabrico manual maciçamente liso e informe, porém, à mistura com alguma inclusão residual de cerâmica de construção (sobretudo *tegullae* muito fragmentadas e roladas), cerâmicas a torno foscas e cerâmicas vidradas; sendo que entre os líticos se verifica a mesma presença de pesos de rede, mós manuais e algumas placas de arenito;
– **Plano 3 de negativos abertos na camada 5b/c**, patenteando considerável conjunto de fossas – de tipologia fechada, ovoide, podendo atingir mais de 1 m de profundidade –, mas também por valados, buracos de poste e algumas, raras, estruturas de combustão. No *Setor E*, assumindo a articulação entre si de um conjunto de buracos de poste, dos quais apenas dois se definiam neste plano – contextualizando-se os restantes abaixo, na camada 8a – , identificava-se uma cabana retangular. Mas, ainda neste plano, é de realçar a contextualização do *fosso* – identificado já no corredor ferroviário –, contextualização dada tangencialmente pela identificação pontual do topo da sua interface cortando a camada 5c no *Setor Z* (localizado no eucaliptal). Refira-se que a sua progressão espacial, desenvolvendo-se de oeste para nordeste, insinuava arco que delimitava por sul o espaço intervencionado. Do acervo artetactual deste plano, há que anotar a semelhança com os do *plano 2* e da camada 5a;
– **Camada 5b/c**, que se estendia continuamente entre os *Setores J-L*, a SO, e *D* a NE, sendo também identificada nos *Setores B* e *Z*: depósito argiloso, de tonalidade castanho-avermelhada ferruginosa, raiado no seu topo por sedimentos amarelados, compacto e de textura fina. Incluía materiais cerâmicos dominantemente manuais e lisos acentuadamente fragmentados, sendo por isso de salientar a presença episódica de exemplares decorados com técnicas puncionadas, unguladas, impressas e incisas;
– **Plano 4 de negativos abertos na camada 6,** identificado nos *Setores H, I* e *D*, e, em descontinuidade, no Setor B. Embora maioritariamente constituído buracos de poste, é de destacar a definição espacial de uma cabana ovalada dada pela aparente articulação entre os valados 120, 35, e 34 (entre os *Setores I* e *D*), em cujo interior se localizava conjunto de fossas de tipologia distinta das dos planos anteriormente descritos; valado 34 que providenciou matéria carbonizada relativamente abundante e tendo em associação fragmentos cerâmicos de vaso ovoide com colo;
– **Camada 6**, estendendo-se de poente para nascente, entre o limite NE do *Setor J*, e o canto NO do *Setor D*, subjaz à Camada 5b. Caracteriza-se pelos seus sedimentos de matriz argilosa muito compacta, de tonalidade castanha muito escura, quase negra, com inclusão intencional de areão,

9. Três destes vasos, exumados na fossa 203, integram atualmente a exposição "*Vila do Conde. Território e Memória*", presente no Centro da Memória de Vila do Conde.

sendo de salientar a superfície bem definida e compactada como piso, mormente, no espaço interior definido pelos valados 120, 35, e 34;

– **Plano 5 de negativos abertos na Camada 7**, parco em espólio sendo maciçamente composto por buracos de poste, embora integrando também valados e fossas, estas morfologicamente distintas das dos planos superiores. No conjunto, este negativos não oferecem qualquer leitura espacial;
– **Camada 7,** corresponde a um depósito de tonalidade castanha escura ferruginosa, matriz argilosa e textura fina, embora possa conter algum areão; apresentando-se muito pobre em termos de espólio artefactual, é por isso de destacar entre este a exumação de uma enxó. A total coincidência da sua dispersão espacial com a da Camada 6 permite indiciar a procedência do areão identificado por contacto com esta, tendo-se também vindo a assumir a sua interpretação como uma transição pedológica entre a Camada 6 e o substrato natural. Aliás, a inexistência de interface entre as camadas 6 e 7, que se sucediam por suavíssima gradação na coloração, corrobora isso mesmo.
– **Plano 6 de negativos abertos na camada 8a/b**, registando dispersão por toda a área de desenvolvimento desta camada, constitui o plano que congrega a maioria das estruturas, nomeadamente fossas, alguns valados, e também elevado número de buracos de poste. No conjunto, não oferecia facilmente uma leitura que denotasse organização funcional do espaço, apesar da notória falta de aleatoriedade na distribuição espacial de negativos. Excecionalmente nos *Setores A* e *M*, pareciam evidentes duas concentrações estruturadas de fossas, dispostas em alinhamentos alternados, desenhando uma espécie de *enxaquetado* no chão.

Quanto à tipologia destas estruturas, há que sublinhar a variabilidade presente em relação aos seus perfis – tanto abertos, como fechados – e especialmente às suas profundidades, de 10 cm a 120 cm (Figura 2). Variação especialmente registada nos *Setores, A, C e D*, há a registar que, aí, este plano subjazia diretamente à camada 1a em 2/3 da sua extensão, aspeto que considero resultante da ocupação de lavra atual que vem desgastando os estratos arqueológicos a que se sobrepõe.

Sendo o espólio artefactual dominante semelhante aos dos planos 2 e 3, há que destacar neste plano a exumação de 5 ex. de cobre, entre os quais um objeto curvo indiferenciado, e um pequeno fragmento de bronze.

– **Camada 8a/b**, depósitos sedimentares argilosos apenas diferenciados na cor devido a uma suave gradação em profundidade entre o laranja e o amarelo. Descrevendo uma extensa superfície declivosa de SW para NE, desenvolve-se desde os limites nascentes dos *Setores M e N* até ao limite nascente da intervenção, identificando-se com o nível de praia plio-pleistocénica, aquelas características dificultaram o seu diagnóstico. Tanto que, e ainda que residualmente e apenas na superfície, providenciava espólio.
– **Planos 7 e 8 de negativos abertos nas camadas 8c/d.** Estes planos de negativos subjazem a contextos cronológico-culturais variados resultantes das acções de regularização topográfica, por corte, que terão eliminado integralmente a estratigrafia antiga nos *Setores Q, S, T, U e V*. No seu conjunto destacam-se pela evidente heterogeneidade cronológica dos mesmos, devido à claríssima presença de negativos contemporâneos. São o caso, por exemplo, das fossas saibreiras preenchidas com restos de demolição e dos valados das antenas para-raios da Emissora Nacional, bem como do valado 63 que, podendo tipologicamente ser de cronologia pré-histórica, cortava duas dessas antenas.
– **Camadas 8c/d**, sucessão de depósitos ainda sedimentares, mas de natureza saibrenta e contendo à mistura seixos rolados quartzíticos, que se sobrepõem a formações graníticas ou xistosas, sendo estéreis em inclusões culturais;
– **Camada 8e** – substrato rochoso (formação granítica alterada tipo W3 ou xistosa).(Figura 3)

4.1. Discussão

Exposição linear, é a que se terminou de fazer, no entanto, deixando entrever alguma complexidade por de trás. Até porque a *história da longa duração do sítio* é ela marcada por uma mobilização contínua de solos com ações de escavação sobre formações naturais e antropogénicas. Ações essas presentemente materializadas em negativos em toda a sequência estratigráfica – 1943 buracos de poste, 198 valados, 386 fossas e 1 fosso -, ainda que com predominância total na sequência estratigráfica pré-histórica; mas

ações também expressas na lavra atual. De resto esta constitui fator antropogénico que terá participado da formação da maioria das camadas descritas: reflexo disso mesmo, serão os raiados sedimentares presentes no todo da camada 5b.

Contribuindo para essa complexidade, mormente no que respeita às formações pré-históricas, temos: *primeiro* _ a natureza sedimentar das formações geológicas superiores, o que dificultou o seu reconhecimento enquanto tal; *segundo* _ as características pedológicas dos solos decorrentes da constituição argilosa desses substratos e os constatados fenómenos de eluviação/iluviação, no presente, estimulados pela lavra mecânica; *terceiro* _ a suscetibilidade ambiental: é de referir a dificuldade da identificação do topo dos negativos, mesmos das fossas – nomeadamente quando o seu enchimento apresentava tonalidades aproximadas à da camada (Ilustração 2) –, e até da leitura estratigráfica geral, quando sob luz intensa, ou após queda de precipitação ou secagem/arejamento dos solos; e *quarto*_ a presença de uma estratificação sincopada pela lavra atual, a nascente, e pela modelação topográfica intencional, a poente.

Destes fatores resulta que é claríssima a contemporaneidade de alguns negativos dos *planos 7 e 8*, dando-o naturalmente como pluri-temporal, não obstante a sua posição estratigráfica. Mas não é por isso que resulta menos problemática a contextualização do *plano 6*, o que congrega a maior quantidade de negativos e espólio, sendo consequentemente fundamental para a aproximação ao sítio. Abrindo-se na camada 8 a/b e sendo sobreposto por sucessivas formações – Contemporâneas, Modernas e Pré-Históricas – será de notar que o *plano 6* apenas contempla buracos de poste quando subjaz diretamente às camadas 6 e 7, mas também que fossas e valados aparecem não só na sequência c.1a ou c.1b/c.8a e c.8b, como também na sequência c.5a ou c.5b/c.8a e c.8b.

Mas, para a discussão estratigráfica, retenha-se também a questão da espacialidade. Assim, salvo raras exceções, é com dificuldade que se reconhecem geometrias funcionalmente significantes entre os negativos: uma cabana retangular, outras duas circulares, e três concentrações de fossas, duas das quais isoladas e a terceira no interior de uma das cabanas… Será quase tudo quanto a vista desarmada consegue vislumbrar das vivências espaciais nos tempos curtos deste sítio. Por outro lado, na intersecção de fossas dentro de um mesmo plano, o indiciamento do alongamento desses tempos, tal como na multiplicação de buracos de poste, certamente manifestação de sucessivas reestruturações do habitar do lugar… No conjunto, em cada plano, teremos então a materialização de palimpsestos de tempos diferentes.

4.2. Proposta de estratificação natural do sítio e contextualização

Ainda assim, e em jeito de síntese, retenha-se a proposta da estratificação natural do sítio e sua contextualização cronológica conseguida até ao momento.

Dada como assente a formação geológica da c. 8, observa-se que, na escalada do tempo, o sítio progrediu de NE para SW dentro do corredor sondado, acompanhando a subida do terreno. Nesta progressão, resultante da alternância com a deposição (natural e/ou antropogénica) de camadas de sedimentos, estratificou-se em várias fases.

Na fase *CORGO I* englobam-se as Camadas 7 e 6 e respetivos planos de negativos 5 e 4. Assume-se para a primeira – paupérrima em espólio e estruturas identificadas - a hipótese de formação por alteração pedogénica entre as camadas 8 e 6. Pelo contrário, a segunda, distinguindo-se na estratificação geral pela feição de piso da sua superfície, afigura-se de claríssima formação antropogénica, com cuidado especial posto na escolha dos seus constituintes, ricos em areão. Eram estas características particularmente evidentes no interior do espaço ovalado definido pelos valados 120, 35 e 34 que era ocupado por fossas.

À fase *CORGO II* correspondem as Camadas 5b/5c e 5a e respetivos planos de negativos 3 e 2. Camadas que se distinguem entre si pela variação na constituição argilosa e pelo tom mais ou menos ferruginoso da sua coloração castanha; mas que se assemelham pela identificação de superfícies sem compactação - aspeto em que reside a diferenciação entre as fases CORGO I e CORGO II -, mesmo ao nível dos planos de decapagem articulados com as estruturas de combustão; como se assemelham na caracterização dos conjuntos artefactuais identificados. Em relação ao espólio cerâmico passível até ao momento de identificação da forma, dir-se-á que dominam vasos maioritariamente lisos ou providos de pontual decoração plástica, patenteando formas ovoides com colo e fundos planos, sendo também de referir a presença de uma taça semiesférica de bordo plano. Numa abordagem comparativa com as tabelas já estabelecidas, estas peças enquadram-se dentro das morfologias 4b, 6a e 18 da tipologia

Bronze reconhecida no Crasto de Palheiros (PINTO 2008: Fig. 25).

Dada a diferenciação das camadas 5a e 5b/c, foram elas articuladas com as seguintes subfases: *CORGO IIa*, momento em que o espaço dado pelo *plano 3* seria delimitado por sul pelo fosso I, e em que entre as formas habitacionais figuraria a retangular; e *CORGO IIb*, altura em que, segundo o *plano 2,* a ocupação chegou mais a poente, em cujo limite se identificou uma outra cabana em segmento de círculo. Possivelmente nesta subfase se integrariam originalmente os negativos pré-históricos dos *planos 7* e *8*. *Planos 7* e *8* que resultarão, afinal, da ação da fase CORGO III sobre o sítio.

Fase *CORGO III*, articulada com as camadas 3, 2 e 1, ou a manifestação da contemporaneidade neste Lugar do Souto. Contemporaneidade que remontará aos finais da Época Moderna! No presente, a atenção fixa-se na modelação topográfica acentuada pela intensificação da ocupação agrícola do sítio e, no Século XX, na sua segmentação pelo atravessamento de infraestruturas da comunicação – telecomunicações, ferroviárias e rodoviárias (estas, presentemente em expansão) – e nela se fixa também a prova indelével do seu potencial de desgaste/eliminação da presença do *habitat arqueológico*. Dos estratos recentes, realce-se acima de tudo a imagem de palimpsesto, dada pela associação estratigráfica de fabricos manuais com cerâmicas a torno foscas e vidradas, bem como com materiais romanos muito rolados (e no conjunto, um alfinete de cobre e a maioria dos raros subprodutos cupríferos recolhidos nestes trabalhos!). Considera-se, contudo, que essa imagem é consentânea com a proposta avançada da sua pedogénese por ação agrícola. Assim, esta variabilidade cronológica de fabricos decorrerá, simultaneamente, do enriquecimento destes estratos por resíduos alógenos e da sua formação a partir da perturbação dos substratos imediatos, de cronologias pré-históricas.

Desta forma, trata-se de fase que importa atender com acuidade, pois da sua compreensão resulta grandemente a perceção da problemática contextualização dos estratos subjacentes, nela remanescendo também informação importante sobre a estratificação pré-histórica do lugar.

Nomeadamente sobre o *plano 6* de negativos, extremamente abundante em estruturas, muitas das quais patenteando indelével destruição: no tempo, virá ele de alhures e situar-se-á também algures entre o CORGO I e II! Pelo menos é o que insinua o espólio aí contextualizado. Simbolicamente, assinalem-se aqui as fossas 116, 290 e 324. Assim, na *fossa 116* (*Setor B*), ovoide com colo e cerca de 90 cm de profundidade, foi exumado um vaso liso, de forma ovoide com colo e fundo plano; na *fossa 290* (*Setor L*), foi unicamente exumado um fragmento de bronze; já na *fossa 324* (*Setor E*), uma calote com 16 cm de profundidade, exumou-se um pequeno vaso – 10 cm de altura - de forma ovoide com asa e fundo esférico, singular pela profusa decoração puncionada e canelada em organização radial (Figura 4).

Assim, dentro da amplitude cronológica-cultural da Pré-História Recente, tem-se proposto como hipótese de enquadramento a *Idade do Bronze Pleno* – ou apenas a *Idade do Bronze* segundo a periodização estabelecida por A. Bettencourt (2000) –, para este *povoado de agricultores-pescadores* (atividades largamente testemunhadas pelos pesos de rede e fragmentos de mós exumados) cujos vestígios remanescem na estratigrafia abaixo da camada 5a, inclusive. Quanto ao conhecimento da *liga*, apenas um fragmento de bronze o testemunha, documentando-se o metal por pouco mais do que raros pingos de cobre. Precioso contributo para a confirmação desta contextualização será, por isso, a obtenção das datações por C14, em curso. Na falta destas, fica a contextualização cultural delineada pelo enquadramento geográfico conferido pelos dados presentes no *Endovélico*[10]. Indica este como jazidas paralelizáveis e contextualizadas também na Idade do Bronze, na bacia de Ave, o povoado do Pego (Braga), e na faixa litoral entre o rio Ave e o rio Douro, os povoados da Bouça da Cova da Moura (Maia), do Paço (Gondomar), e das Areias Altas (Porto).

Não obstante, tendo presente os parcos vestígios calcolíticos, afirme-se a possibilidade de, nas imediações, ainda se conservarem outros mais expressivos dessas ocupações mais antigas, indiciadas pela presença episódica de decorações penteadas, metopadas, triângulos, e ainda de campaniforme, estilo marítimo, variante internacional.

De resto, para a envolvente do corredor da "*Variante do Corgo*" se projeta *o Sítio do Corgo,* e no prolongamento do cume para sul, no seu limite, fica o *lugar de Quintã,* onde também já foi identificada ocupação enquadrada na Idade do Bronze. Nessa

10. http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/portaldoarqueologo.

projeção, possivelmente, os testemunhos estratificados da ocupação Calcolítica do *sítio*.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1965) – Carta Geológica de Portugal (Escala 1/50 000), Notícia Explicativa da Folha 9-A. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

BARBOSA, Liliana; BOTELHO, Iva (2012) – Sondagens Arqueológicas em Quintã e na Faísca, Árvore, Vila do Conde. <http://www.metrodoporto.pt>.

BETTENCOURT, Ana (2000) – O Vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III Milénio aos meados do I Milénio AC. Sequências Cronológico-Culturais. Braga: Universidade do Minho.

BOTELHO, Iva; BORGES, Susana (2009) – Afinal são dois os sítios arqueológicos do Corgo. < http://www.metrodoporto.pt>.

BOTELHO, Iva; SOBRAL, Pedro (2007) – O Sítio do Corgo em Azurara. Um Sítio Multissecular descoberto em Acompanhamento Arqueológico de Obra de Duplicação da Linha P. < http://www.metrodoporto.pt>.

CHADWICK, Adrian (1997) – Archaeology at the edge of chaos: further towards reflexive excavation methodologies. <http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/3/3chad> [Consult. 20 Set.2006].

PINTO, Dulcineia (2008) – Recipientes Cerâmicos da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro. In SANCHES, M. J. (Coord. Científica e Editorial) – O Crasto de Palheiros. Fragada do Crasto. Murça-Portugal. Murça: Câmara Municipal Murça. p. 128-134 e fig. 25.

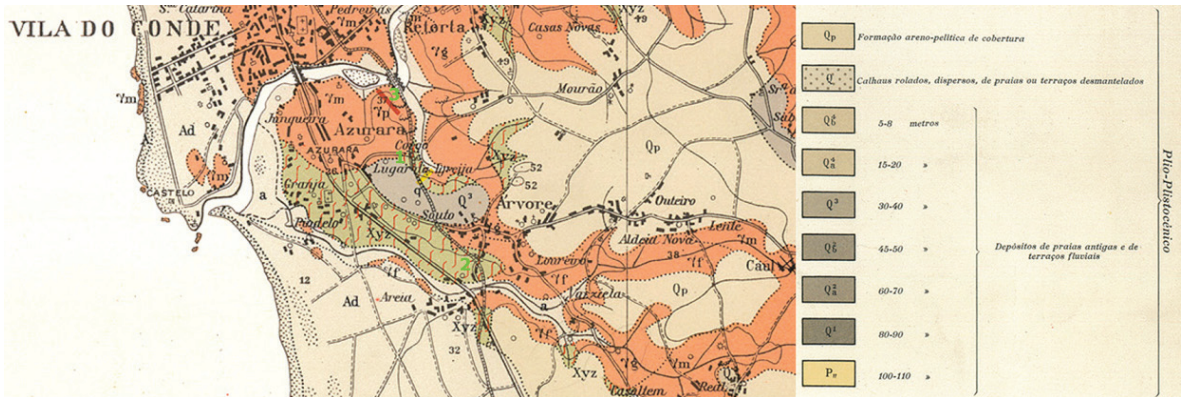


Figura 1 – Imagem do Google, território Azurara-Árvore e Carta Geológica 1/50 000, Folha 9-A, com localização do sítio: 1: Corgo; 2: Quintã; 3. Ponte Ferroviária do Ave.

Figura 2 – Plano 6 de negativos, Fossa 107.

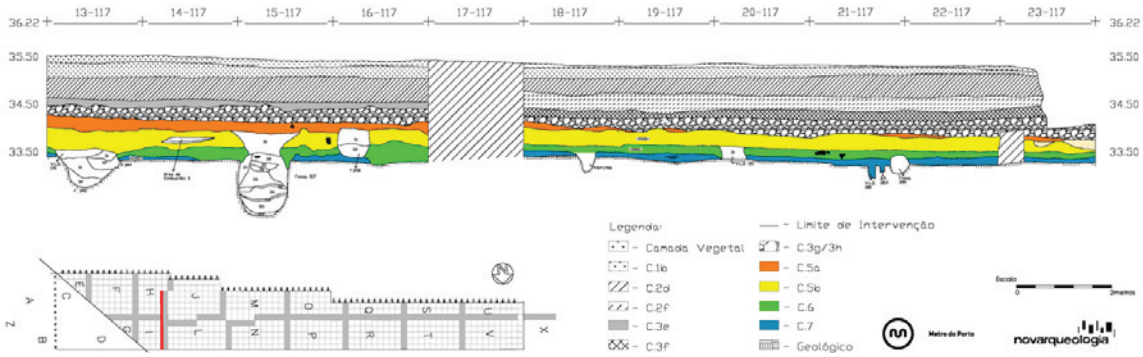


Figura 3 – Campanha MP-AZR04.07-08: Corte 13A.

Figura 4 – Plano 6 de negativos, Fossa 324: exumação e vaso reconstituído.

OS MACHADOS BUJÕES/BARCELOS E AS ORIGENS DA METALURGIA DO BRONZE NA FACHADA ATLÂNTICA PENINSULAR

J. C. Senna-Martinez / Uniarq- Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / smartinez@fl.ul.pt
E. Luís / Uniarq -Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
J. Reprezas / Uniarq -Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
F. Lopes / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-ITN
E. Figueiredo / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-ITN),
M.F. Araújo / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-ITN),
R.J.C. Silva / Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa (IST-ITN),

RESUMO

Os artefactos metálicos produzidos durante a Primeira Idade do Bronze (2250-1250 AC) na Ibéria seguem geralmente modelos e tecnologias conservadoras que, progressivamente, se afastam do utilizado na Europa Ocidental Centro-Atlântica até que, no Bronze Final, se generaliza a produção de bronzes binários.
A introdução dos primeiros bronzes binários parece ocorrer de norte para sul ao longo do Ocidente Ibérico. Protagonistas de tal percurso parecem ser os machados planos de gume largo e aberto de tipo Bujões/Barcelos. Evidências recentes, no Norte Português, de produção de bronzes binários em contextos domésticos do Bronze Médio (1750-1250 a.C.) associadas à revisão e estudo arqueometalúrgico de anteriores achados do Centro-Sul de Portugal permitem-nos reflectir sobre as modalidades de transmissão tecnológica.

ABSTRACT

Iberian produced metallic artefacts during the Early/Middle Bronze Age (2250-1250 BC) generally follow very conservative models and technologies (namely arsenical copper) that, as time goes by, get farther apart from those in use at Centre-Atlantic Western Europe, till the Late Bronze Age when production of binary bronze finally sees a late generalization.
Know-how dispersion to produce binary bronze seems to occur from north to south through Western Iberia, the main role in the process being played by broad edged axes of *Bujões/Barcelos* type.
Early production of binary bronze (1750-1250BC) comes from recent findings in Northern Portugal. This recent evidence and the archaeometallurgical study of ancient finds of axes of the referred types allow the discussion of know-how transmission modalities.

A QUESTÃO DOS PRIMEIROS BRONZES PENINSULARES

Hoje em dia, não parece facilmente contestável a hipótese de uma origem transpirenaica[1] dos primeiros bronzes binários peninsulares (Fernández-Miranda, Montero Ruiz e Rovira Llorens, 1995; Comendador Rey, *et al.* 2008; Pare, 2000).
É, pois, possível considerar a transmissão de exemplares artefactuais – e mesmo do *know-how* necessário à produção de bronze – como tendo ocorrido, numa primeira fase, ao longo da Cornija Cantábrica

1. Datáveis do último quartel do 3º milénio a.C. na Europa Central e Norte de França (Fernández-Miranda, Montero Ruiz e Rovira Llorens, 1995: 67), atingindo o Nordeste Peninsular (Navarra) ainda dentro do primeiro quartel do 2º milénio a.C. (Monte Aguilar, Las Bardenas Reales, com cronologia calibrada entre 1890-1750 a.C. – *Id. Ibid.* 63) e entrando na área argárica apenas a partir de meados do 2º milénio a.C. (*Id. Ibid.* 65).

de oriente para ocidente (Cantábria, Galiza, Minho e Trás-os-Montes) e, depois, para sul pelo litoral oriental e oriente das Mesetas até à área argárica, como propõem Fernández-Miranda, Montero Ruiz e Rovira Llorens (1995).

Mais difícil é pensar uma provável correlativa expansão da metalurgia do bronze ao longo dos vários espaços regionais da fachada atlântica, porque, para sul da bacia do Douro, apenas no Bronze Final existe prova arqueográfica de fabrico local de objectos em bronze nesses espaços (Senna-Martinez, 2013).

Os protagonistas quase exclusivos das primeiras produções de bronze no Norte Português e Noroeste Peninsular (Minho, Trás-os-Montes e Galiza) são os machados planos de gume largo e aberto, designados habitualmente como de tipos Bujões[2] e Barcelos (Harbinson, 1968). Colocados normalmente num Bronze Médio e conhecidos sobretudo a partir de contextos de "depósito" e achados avulsos, a descoberta de contextos domésticos de produção de peças idênticas em bronze binário no sítio de habitat da Sola, Braga (Na fase IIb datada entre 1673-1527 a.C. pela média ponderada de três datas – Bettencourt, 2000: 47; Comendador Rey, *et al.* 2008) e no habitat da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros – Senna-Martinez, *et al.* 2010 e 2011) permitiu certificar a atribuição crono-cultural (possivelmente ainda dentro do segundo quartel do 2º milénio a.C.) e caracterizar como domésticos, em pequena escala e para autoconsumo os respectivos contextos de produção minhotos e transmontanos.

Importantes para comparação com os dados da Fraga dos Corvos são os resultados analíticos publicados referentes a 40 artefactos à base de cobre atribuíveis a um momento Proto-Cogotas (ou Cogeces) na Meseta Norte (Fernández Manzano e Herrán Martínez, 2012: 40) confirmam que 19 (38%) são já bronzes binários. Porém, destes resultados apenas um se refere a um machado próximo do tipo Bujões – o de Montuega (94,4% Cu e 5,18% Sn) com contextualização discutível (Herrán Martínez, 2008: 279) enquanto outra peça com as mesmas características tipológicas de Los Tolmos de Caracena (Jimeno Martínez, 1984: 175, Lâm. XLVII – 1569) é ainda um cobre com pouco arsénico (As = 0,32% – Jimeno Martínez e Fernández Moreno, 1991: 1139) tal como outros objectos associados a uma etapa Cogeces Inicial[3]. Por fim e em ambiente mesetenho refiramos o conjunto de bronzes do depósito de Valdevimbre que incluem uma provável alabarda tipo Cano e dois machados próximos ao tipo que nos ocupa, um dos quais se apresenta "à flor de molde" (Herrán Martínez e Rovira Llorens, 2007). A sua atribuição a um momento sobre a transição Bronze Médio/Bronze Final representa bem a constatação de que este tipo de machados parece atravessar diacronicamente o Mundo Cogotas desde a sua etapa formativa (Cogeces ou Proto-Cogotas – Fernández Manzano e Herrán Martínez, 2012: 45-47).

Outras questões colocam, no que respeita a respectiva atribuição crono-cultural, os objectos em bronze que, além dos machados Bujões/Barcelos e a sul do Maciço Central, podem ser tipologicamente integráveis no que poderemos designar um Bronze Médio.

Sendo escasso o seu número, ele é contudo significativo: (1) da Estremadura Atlântica ou Portuguesa provêm dois machados de talão de primeira geração, um pequeno punhal de rebites da gruta da Cezareda e, finalmente, de Vila Nova de S. Pedro, onde com um machado tipo Bujões, um cinzel e uma alabarda de "tipo Cano" (Senna-Martinez, 2007: 122), em bronzes binários, convivem outros objectos igualmente atribuíveis à Primeira Idade do Bronze mas em cobres arsenicais (Soares, 2005); (2) do Alentejo conhecemos, além do conjunto do enterramento em "covacha" de Belmeque que contém um punhal e uma alabarda tipo Cano em bronze binário (e a que corresponde a data ICEN-142: 3230 ± 60BP = 1670-1390 cal AC[4] – Soares, 1994: 183), as duas chapas e um cinzel da possível sepultura de Moinho de Valadares I (a que pode corresponder a data Sac-1823 3320 ± 45BP = 1736-1504 cal AC – Valera, 2013); finalmente e do Algarve conhecemos a alabarda tipo Cano da sepultura de Antas (Aldeia da Luz, Tavira).

A possibilidade de ligar com uma origem "argárica" estes primeiros bronzes do SW, implícita nas correlações estabelecidas para equipamentos cerâmicos e metálicos (Soares, 1994; Alves, *et al.* 2010; Valério, *et al.* 2012), esbarra numa cronologia semelhante à dos primeiros bronzes argáricos – que dificulta defi-

2. Face à evidência disponível, o tipo Bujões apresenta-se, com algumas variantes (por exemplo as argáricas), como o tipo por excelência dos machados do Bronze Médio do território peninsular.

3. Datada em Los Tolmos de Caracena de 1850-1520 a.C. pela média ponderada de cinco datas (Fernández-Miranda, Montero Ruiz e Rovira Llorens, 1995: 64).

4. As datas calibradas referidas são-no sempre a 2σ.

nir a direcção de eventuais influências – e na falta de correlações sistemáticas que situem os poucos materiais argáricos em bronze e contextualizáveis em termos cronológicos.

Acresce que, dado que em nenhum local da orla ocidental a Sul do Douro conhecemos qualquer evidência de prática da metalurgia do bronze antes do Bronze Final, a presença de objectos em bronze (tipológica e crono-culturalmente integráveis num Bronze Médio?) poderá eventualmente dever-se mais a um processo de percolação gradual de objectos por via das cadeias de solidariedades ou alianças matrimoniais entre elites com a eventual refundição de alguns objectos a explicar o restante. Contudo, as referidas dificuldades de contextualização não permitem ter certezas.

O PROJECTO EARLYMETAL E O CONJUNTO ESTUDADO

1. Contexto e Caracterização Tipológica

O projecto EarlyMetal[5] veio permitir continuar o estudo da metalurgia arcaica em bronze do território hoje português incluindo a continuidade de estudo dos materiais entretanto recolhidos na Fraga dos Corvos[6], do conjunto de Antas (Tavira), bem como de um conjunto significativo de machados de vários tipos, provenientes de diversas regiões do país e totalizando 35 peças, assim distribuídas: 28 machados mais 4 fragmentos distais – 19 (+3) de tipo Bujões, 3 (+1) de tipo Barcelos, 4 planos e 2 de talão de primeira geração – além de uma alabarda tipo Cano, e um punhal de rebites da sepultura de Antas.

Embora sem análises recentes (apenas conhecemos o estudo dos SAM 2 – cf. Junghans, Sangmeister e Schröder, 1968: vol.2, p.29-29, análise nº 1596) consideraremos ainda um outro exemplar de tipo Bujões de Estremoz (MNA 10240).

Para o estudo tipológico dos machados adaptámos para estes artefactos metálicos as propostas de Senna-Martinez para os artefactos em pedra polida (Luís, em preparação – cf. os respectivos atributos em Senna-Martinez, 1989: 579-583).

Contextualmente e excluindo o conjunto da provável sepultura de Antas (que, além da alabarda em bronze, inclui um punhal de rebites em cobre), os machados provêm de sete situações prováveis de depósito – Bujões (Vila Real – 3 exs.), Gonça (Guimarães – 2), Felgueiras (Fafe – 1), Canas de Sabugosa (Tondela – 1) Reguengo Grande (Lourinhã – 2), Escaroupim (Alpiarça – 4), Convento de S. Bento e Pombalinho (Santarém – com 1 exemplar cada) – de um provável contexto funerário – Gruta da Columbeira (Bombarral – 2) – de três prováveis contextos habitacionais – Castro de Pragança (Cadaval – 1), Quinta de Alpriate (Vila Franca de Xira – 1) e Alcáçovas (Évora – 1) – vindo os restantes, apenas com indicação do concelho (2 do Minho, 1 da Guarda, 3 de Grândola, 5 de Évora e 2 de Extremoz), identificados como achados avulsos que poderão ou não corresponder a uma das situações anteriores.

Segundo Harbinson os machados de tipo Bujões (Figura 1) "*… are flat axes with thick and often broad butt, whose sides expand only slightly in the upper half, and in the lower half they splay out widely towards the cutting-edge…*" (Harbinson, 1968: 110) o que os aproxima dos machados argáricos que, contudo, apresentam gumes tendencialmente mais largos (Lull, 1983: 180-5), enquanto os de tipo Barcelos (Figura 2) "*… resemble the axes of type Bujões in that there is a thick butt and in that the sides tend to swing out in the lower half, but the difference between the two, and at the same time the most noticeable characteristic of the Barcelos axes, is the deep and sometimes almost semi-circular cutting-edge…*" (*Id. Ibid.* p.112) de forma marcadamente ancoriforme, acrescentaríamos nós (Figura 1).

Diferenciam-se ambos dos "machados de talão de primeira geração" pelo facto de estes últimos terem o talão moldado, com encaixe bilateral semicircular para o cabo no extremo correspondente ao lado do gume, **e início do gume reforçado por uma nervura central arrancando da moldura do talão (Fig**ura 3). Os dois exemplares estremenhos portugueses (um do depósito do Reguengo Grande, Lourinhã e outro do Pombalinho, Santarém), tão frequentemente esquecidos, encaixam bem na definição e podem ser afins do chamado "tipo Bretão" (considerado do Bronze Médio Francês – i.e. c. 1700-1400 a.C. sg. Briard e Verron, 1976 e Gabillot, *et al*. 2009) (Figura 2).

5. Metalurgia Primitiva do Território Português (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008) aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

6. Estudo iniciado ainda entre 2005 e 2009, no âmbito do projecto METABRONZE (Metalurgia e Sociedade no Bronze Final do Centro de Portugal – POCTI/HAR/58678/2004) também financiado pela FCT. De ambos os projectos foi parceiro o Museu Nacional de Arqueologia, garantindo o acesso aos materiais estudados.

Uma última categoria tipológica é constituída pelos machados planos simples de tradição calcolítica (Figura 4), cujo fabrico em bronze binário, não sendo desconhecido do antecedente, coloca questões de sobrevivência tipológica, extensíveis às alabardas, que abordaremos nas conclusões (Figura 3).

Dentre os diversos ensaios de descriminação estatística que efectuámos entre os vários tipos (Luís, em prep.) **e além dos atributos não quantificáveis já atrás referidos nas definições**, pudemos verificar que, com a excepção dos machados planos todos os restantes têm uma distribuição do seu índice de alongamento[7] que se aproxima ou é mesmo frequentemente superior a 50 (média dos 25 exemplares completos = 54 ± 6,6). Para os 4 machados planos estudados o valor médio é de 43 ± 5,1. Também o índice de abertura do gume[8] é, no primeiro caso, normalmente inferior a 50 (média dos 25 exemplares completos = 43 ± 4,8) e, no segundo, superior a 55 (média = 57 ± 3,3) (Figura 4).

Assim e dentro da amostra estudada, o conjunto dos tipos cuja inserção tipológica no Bronze Médio do Ocidente Peninsular se pode considerar consensual – machados de tipo Bujões, Barcelos e de Talão de Primeira Geração – apresentam uma marcada tendência para gumes abertos e bordos côncavos sobretudo no terço distal do comprimento que os aproximam morfometricamente dos exemplares argáricos os quais são contudo maioritariamente fabricados em cobres frequentemente arsenicados (Lull, 1983; Montero Ruíz, 1994).

Se, para estes três tipos, levarmos em conta o peso dos exemplares completos estudados verificamos que a sua distribuição (Figura 5) corresponde a quatro grupos distintos:

Grupo 1 – Peso entre 588-786 g. Engloba: os exemplares do sítio epónimo do tipo Bujões e, ainda deste tipo, 1 do Minho, 3 dos exemplares de Escaroupim e 1 dos de Évora; os dois exemplares de machados de talão de 1ª geração; e ainda dois exemplares de tipo Barcelos, de Gonça e Felgueiras.

Grupo 2 – Peso entre 360-471 g. Engloba: um exemplar de tipo Barcelos (10990, de Canas de Sabugosa, Tondela) e quatro exemplares de tipo Bujões, 1 dos da Gruta da Columbeira, o de Pragança, 1 de Grândola e 1 de Estremoz.

Grupo 3 – Peso entre 161-274 g. Engloba 5 exemplares de tipo Bujões: o de Alpriate, 1 de Escaroupim, 1 de Estremoz e 2 de Évora.

Grupo 4 – Peso de 76 g. Dois exemplares de tipo Bujões: 1 de Reguengo Grande e outro da Gruta da Columbeira.

A observação macroscópica destes artefactos permitiu ainda verificar que dois deles, o machado de tipo Bujões de Alpriate e o machado de talão de 1ª geração do Reguengo Grande apresentam o mesmo "defeito de fundição", materializado em cada por bolhas de gás, que deixaram um oco, respectivamente, no primeiro caso, uma no lado esquerdo do anverso, sobre a zona onde se inicia o alargamento do gume e, no segundo caso, duas de maiores dimensões e três menores, no anverso e na base do talão, junto à nervura que o separa do gume. Em ambos os casos as cavidades maiores são sub-trapezoidais alongadas, com a base mais larga no sentido do talão e a mais estreita virada para o gume

A existência, posição e dimensões dos negativos das bolhas **são compatíveis com uma fundição em molde duplo e com enchimento pelo lado do talão** (Senna-Martinez, *et al.* 2013). Os moldes conhecidos no Noroeste Peninsular para machados de tipo Bujões (incluindo os fragmentos da Fraga dos Corvos) funcionariam deste modo, como, por exemplo, no caso do molde de Erosa (Ourense – Taboada Chivite, 1973) (Figura 6).

O conjunto de Antas (Figura 6) inclui uma alabarda tipo Cano (Senna-Martinez, 2007: 122) e um punhal de rebites. A lâmina da alabarda, com encabamento por três rebites, apresenta-se fracturada em dois fragmentos, faltando-lhe a ponta. Ao punhal falta igualmente a ponta e apresenta uma lingueta com dois orifícios que conservam os respectivos rebites, além de um entalhe superior para outro não conservado.

ESTUDO ARQUEOMETALÚRGICO

As peças foram sujeitas a análises elementares quantitativas, por espectrometria de micro-fluorescência de raios X, dispersiva de energias (micro-FRX). Para estas análises foi efectuada uma remoção da camada de corrosão superficial numa pequena área no talão do machado (< 25 mm^2) com esmeril eléctrico. Estas superfícies foram posteriormente polidas com cotonete e pasta de diamante (até 1 μm).

7. Índice de alongamento = Inteiro de Largura do Gume/Comprimento x 100.

8. Índice de abertura do gume = Inteiro de Largura do Talão/Largura do Gume x 100.

As análises de micro-FRX foram efectuadas num espectrómetro ArtTAX Pro, instalado no Departamento de Conservação e Restauro, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (DCR/FCT-UNL). Este equipamento efectua análises em áreas <100 μm de diâmetro, tendo sido efectuadas três análises na área preparada, considerando-se a média. As características deste equipamento, assim como do procedimento experimental associado à quantificação da composição do metal encontram-se já publicados em detalhe, por exemplo em Figueiredo *et al*. (2012).

O teor em estanho de sete dos oito machados de tipo Bujões que se incluem no Grupo 1 (Sn =10,7 ± 0,1%) enquadra-os, com a excepção do exemplar 32452 do Minho (Sn = 4,8 ± 0,1), juntamente com os dois Machados de Talão de 1ª Geração (Sn = 9,4 ± 2,3%) e os dois de tipo Barcelos mais o fragmento distal de Gonça, também integrável dimensionalmente neste grupo (Sn = 9,4 ± 1,2%), nos bronzes binários de boa qualidade que constituem a generalidade da amostra dos artefactos deste tipo já publicados no âmbito do Projecto EarlyMetal (teores em estanho entre os 9% e 11% – Figueiredo *et al*. 2012).

Tratando-se do grupo que agrega peças-tipo dos três tipos principais aqui considerados como caracterizando produções de um Bronze Médio (ainda por cima com a sua distribuição centrada a Noroeste, estendendo-se até à bacia do Tejo e com um único exemplar alentejano), os resultados são próximos dos verificados para os materiais da "área de fundição" do Sector A da Fraga dos Corvos (média Sn = 11,9 ± 2,1% – Senna-Martinez, et al. 2011: 383).

No Grupo 2, dos quatro machados de tipo Bujões analisados, um deles (10853), da Gruta da Columbeira, é de cobre arsenical (As = 2,3 ± 0,1%). Os restantes (com a excepção do exemplar 10240 de Estremoz que não foi analisado) são bronzes binários (Sn = 9,5 ± 2,7%) de boa qualidade, tal como o exemplar de tipo Barcelos de Canas de Sabugosa (Sn = 8,9 ± 0,4) morfometricamente incluível neste grupo.

Uma situação algo diferente se regista no Grupo 3. Não só um dos machados de Évora (10237) é, também, em cobre arsenical (As = 1,6 ± 0,2%), como dois dos restantes apresentam teores de Sn bastante mais baixos que nos grupos anteriores (10300 de Escaroupim, Sn = 5,9 ± 0,5%; 10262 de Évora, Sn = 5,5 ± 1,0%), apenas os exemplares de Alpriate (Sn = 10,5 ± 1,3%) e de Estremoz (10240b, Sn = 8,9 ± 0,1%) apresentam teores de Sn que se aproximam dos grupos anteriores.

Dos dois exemplares do Grupo 4, um (10854 da Gruta da Columbeira) é um cobre arsenical (As = 3,1 ± 0,1%) e o outro (10774 do Reguengo Grande) apresenta um teor de Sn = 7,6 ± 0,1. Este último apresenta assim um teor de estanho francamente inferior ao machado de talão de 1ª geração que o acompanha no mesmo contexto (Sn = 11,7 ± 0,4%). Particularmente interessante é também o facto de a alabarda tipo Cano de Antas apresentar um teor de Sn = 7,9 ± 1,1% a acompanhar a tendência para valores menores que encontramos nos machados, nomeadamente de tipo Bujões, com localizações e morfologia que se afastam do modelo original, plasmado aqui nos exemplares do Grupo 1.

Para complementar o presente estudo, efectuou-se a caracterização microestrutural dos machados estudados em duas áreas limpas de corrosão superficial, uma no talão e outra no gume, através de um microscópio óptico Leica DMI 5000 M. As observações das fases metálicas, inclusões e heterogeneidades foram feitas sob três condições de iluminação (campo claro, campo escuro e luz polarizada) e a contrastação das áreas para visualização dos vestígios de trabalho termomecânico foi realizada com uma solução aquosa de cloreto férrico.

No conjunto global dos machados analisados não existem peças que tenham saído directamente do molde. Todas foram alvo de processamento posterior, variando entre: (1) deformação final; (2) ciclos de deformação e recozimento, sem vestígios de deformação final para acabamento nos locais observados; (3) ciclos de deformação e recozimento, com deformação final para acabamento a frio. No conjunto a tendência é para um aumento de trabalho termomecânico dos gumes em relação aos talões.

"CAMINHOS DO BRONZE", DOS COBRES ARSENICAIS AOS BRONZES BINÁRIOS NO OCIDENTE PENINSULAR

Embora estejamos longe de pretender ter a percepção completa do corpus dos machados dos três tipos que vimos referindo, existentes na fachada atlântica, a amostra trabalhada – nomeadamente porque completada com a visão proporcionada pela revisão dos corpus dos SAM (Junghans, Sangmeister e Schröder, 1968) e de Monteagudo (1977) – afigura-se suficiente para podermos tecer algumas conclusões. Os machados dos três tipos principais aqui considerados como caracterizando produções de um

Bronze Médio e que integram os nossos Grupos 1 e 2 reflectem parâmetros de produção (morfométricos e de composição de liga) que os colocam dentro do expectável (nomeadamente para os de tipo Bujões) para peças que podemos considerar como produzidas dentro de padrões crono-culturais relativamente bem definidos (Bronze Médio c. 1750--1250 a.C.). Tipologicamente seguem de perto as peças-tipo conhecidas (depósitos de Bujões e Barcelos e machados de talão sem anéis franceses de "tipo Bretão") e, em termos de liga (Sn = 9,7 ± 2,0), aproximam-se dos teores de estanho identificados para os itens das áreas de trabalho[9] dos sítios de habitat da Fraga dos Corvos (Sn = 11,9 ± 2,1%) e da Sola (Sn = 10-12% – Comendador, *et al*. 2008: 9). Particularmente interessante é o facto dos 3 machados do depósito de Bujões apresentarem teores de estanho dentro do intervalo dos resultados obtidos naqueles dois sítios. Contudo, no Grupo 2 (com exemplares que pesam em média cerca de 2/3 do valor médio registado para as peças-tipo de Bujões) existe um exemplar em cobre arsenical (10853 da Gruta da Columbeira).

Já os resultados obtidos para os machados Bujões dos Grupos 3 e 4 (que se distribuem entre a Estremadura e o Alentejo) revelam exemplares que se afastam das peças-tipo transmontanas, pelas suas menores dimensões incluindo peso (respectivamente e em valores médios de cada grupo, cerca de 1/4 e 1/12 do valor médio do conjunto de Bujões), embora mantenham uma grande semelhança de forma. Também tal afastamento é verificável pela existência de peças ainda em cobre arsenical (entre elas o segundo exemplar da Gruta da Columbeira – 10853) e pelo menor teor médio em Sn das restantes. No sentido contrário à presença de machados Bujões em cobre arsenical, podemos considerar a existência de 4 machados planos de tradição calcolítica em bronzes binários de boa qualidade (Sn = 10,4 ± 0,9%). Por outro lado a alabarda tipo Cano da sepultura de Antas, onde convive com um punhal e respectivos rebites em cobre arsenical (As = 4,9 ± 0,0), revelou um teor de estanho baixo (Sn = 7,9 ± 1,1%).

Os casos dos machados planos e da alabarda da sepultura de Antas (este paralelizável no caso de Belmeque ou da alabarda de Vila Nova de S. Pedro) podem configurar uma situação em que primeiros bronzes aparecem por vezes sob forma de artefactos tipologicamente arcaizantes e convivem com cobres arsenicais. Note-se que, no Bronze do Sudoeste, a convivência iconográfica de machados de gume largo e alabardas tipo Cano – eventualmente marcando exactamente a transição Bronze Antigo/Bronze M**édio – se encontra atestada na tampa de sepultura insculturada do Assento (Beja** – Almagro, 1966: Lâm. XXVI). É, assim, possível que a mais ou menos generalizada substituição, iconográfica e deposicional em contexto funerário, das alabardas por machados (Senna-Martinez, 2009), marcando tal transição, possa comtemplar situações transicionais em que ambos estes "símbolos de poder" convivem (*id*.).

No ponto actual da situação, parece-nos poder avançar como hipótese de trabalho que: (1) num primeiro momento de difusão de objectos em bronze binário (a que corresponderiam as peças que constituem o nosso Grupo 1) se configura uma situação em que, na zona noroeste, surgem maioritariamente bronzes de boa qualidade, correspondendo a exemplares tipologicamente muito próximos das respectivas peças--tipo, que podem chegar à linha do Tejo (caso nomeadamente de três das peças do depósito de Escaroupim) e raramente a sul (um exemplar em Évora); (2) num segundo momento (Grupos 2, 3 e 4) existiria maior diversificação regional, marcada na Estremadura e Sudoeste Portugueses pelo aparecimento de machados, formalmente próximos do tipo Bujões e suas variantes, mas de menores dimensões e, alguns, podendo ser replicados em cobres arsenicais.

Um outro caso, recentemente publicado e cujas dimensões (o peso é desconhecido) o podem integrar no nosso Grupo 2, é o machado de rebordos do Bernardinheiro (Tavira – Gomes, Calado e Nieto, 2004) atribuído a um Bronze Médio. Muito próximo do tipo Bujões, de que pode ser considerado uma variante, trata-se de um bronze de boa qualidade (Sn = 11,7 ± 0,3).

Em comum, as peças dos Grupos 2 a 4 têm o facto de requererem menor quantidade de metal que os "modelos originais" do Grupo 1 (por vezes muito menor) pelo que a sua concentração a sul do que pensamos ser o "núcleo original a ocidente de desenvolvimento da tecnologia de produção de bronzes binários" (o Noroeste Peninsular) não parece casual. A distribuição do Grupo 1 coincide com boa parte da área peninsular rica em estanho de origem aluvionar, recurso fundamental na produção de bronze (Senna-Martinez, 2013 e no prelo).

9. Únicos casos conhecidos para a produção de bronzes no Bronze Médio do território hoje português.

A sul da Bacia do Tejo e no caso do actual território português, a primeira evidência de fabrico local de objectos em bronze é radiometricamente datada do Bronze Final (de forma directa[10]) sendo representada pelo fragmento de valva de molde para machados planos de gume aberto proveniente da fossa 8 do sítio do Casarão da Mesquita 3 (Soares, *et al.* 2007).
Poderemos, deste modo, considerar que entre os primeiros fabricos de bronzes no Noroeste e a chegada da tecnologia ao Sudoeste, poderiam mediar cerca de 250 anos.
Falando de Bronze Final, acresce que, nas regiões peninsulares do Sudoeste e Andaluzia a raridade, senão ausência[11], de machados de talão ou de alvado (Monteagudo, 1977: Taf.137-142) pode ser resultante de desfasamentos na transmissão, para sul da bacia do Tejo, de alguns dos modelos "atlânticos" que já existem na parte central e norte da fachada ocidental peninsular pelo menos desde o último quartel do segundo milénio a.C. – por exemplo no Grupo Baiões/Santa Luzia (Senna-Martinez, *et al.* 2011).
Tal pode implicar que, como o molde do Casarão da Mesquita 3 sugere, mesmo durante os primeiros momentos do Bronze Final do Sudoeste poderíamos ainda ter produção regional de machados planos de gume largo e aberto em bronze, muito próximos do "tipo Bujões", quiçá mesmo alguns dos que integram os nossos Grupos 2 a 4.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de investigação foi efectuado no âmbito do projecto EARLYMETAL financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008). Os autores agradecem também o apoio financeiro concedido ao CENIMAT/I3N através do Projecto Estratégico LA25/2011-2012 (PEst-C/CTM/LA0025/2011). E.L., E.F. e F.L. agradecem à Fundação para a Ciência e a Tecnologia as bolsas individuais SFRH/BD/72369/2010, SFRH/BPD /73245/2010, e SFRH/BD/85329/2012, respectivamente.

10. Data obtida a partir da camada de "*bone black*" resultante de enfumar o negativo do molde a partir da queima de ossos (Soares, et al. 2007): Beta-331981 2830 ± 40 BP = 1122--898 cal a.C. probabilidade de 2σ. Agradecemos ao Doutor António Monge Soares a comunicação desta data ainda inédita.

11. Nomeadamente nos chamados depósitos da Ria de Huelva (c. 1225-825 a.C. – Ruiz-Gálvez, 1995) e de Puertollano (Ciudad Real – cf. Fernández Rodríguez e Esperanza Manterola, 2002).

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, Vol. VIII.

ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; SOARES, A.M. e MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3: O Sudeste no Sudoeste. *Zephyrus*, LXVI, 133-153.

BETTENCOURT, A. M. (2000) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga. Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias. 9.

BRIARD, J. e VERRON, G. (1976) – *Typologie des objets de l'âge du Bronze en France: III – Haches (1). IV – Haches (2), herminettes*. Paris. Société Préhistorique Française.

COMENDADOR REY, B.; REBOREDA, S.; KOCKELMANN, W.; MACDONALD, M.; BELL, T. e PANTOS, M. (2008) – Early Bronze Technology at the Land's End in North Western Iberia. S.A. PAIPETIS *Ed. Science and Technology in Homeric Epics*. Springer. (History of Mechanism and Machine Science, 6). p. 1-21.

FERNÁNDEZ-MANZANO, J. e HERRÁN-MARTÍNEZ, J.I. (2012) – La metalurgia de Cogotas I. J. A. RODRIGUEZ MARCOS e J. FERNÁNDEZ-MANZANO, *Eds. Cogotas I: Una Cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica*. Valladolid. Universidad de Valladolid. Serie Arte y Arqueología, 30, p.39-57.

FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; MONTERO RUÍZ, I. & ROVIRA LLORENS, S. (1995) – Los primeros objetos de bronce en el Occidente de Europa. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52 (1), p. 57-69.

FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C. e LUÍS, E. (2012) – Os primeiros bronzes do território Português: uma primeira abordagem arqueometalúrgica a um conjunto de machados tipo Bujões/Barcelos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 19, p.71-78.

FIGUEIREDO, E. ; MELO, A. A. e ARAÚJO, M. F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raios X. Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 25, p.195-215.

GABILLOT, M. ; FOREL, B. ; MONNA, F. ; NAUDIN, A.; LOSNO, R.; PININGRE, J.-F.; MORDANT, C.; DOMINIK, J. e BRUGUIER, O (2009) – Influences atlantiques dans les productions métalliques en Bourgogne et Franche-Comté au Bronze moyen. A. RICHARD, P. BARRAL, A. DAUBIGNEY, G. KAENEL, C. MORDANT e J.-F. PININGRE. *Eds. L'isthme européen Rhin-Saône-Rhône dans la Protohistoire*. Besançon. Presses universitaires de Franche-Comté, p.133-143.

GOMES, M.V.; CALADO, D. e NIETO, J.M. (2004) – Machado, de bronze, de Bernardinheiro (Tavira). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa.7(2), p.119-124 .

HARBINSON, P. (1968) – Três tipos de machados de bronze do norte de Portugal e suas prováveis origens. *Revista de Guimarães*. LXXVIII, p.49-54.

HERRÁN MARTÍNEZ, J. I. (2008) – *Arqueometalurgia de la Edad del Bronce en Castilla y León*. Valladolid. Universidad de Valladolid (Studia Archaeologica 95).

JIMENO MARTÍNEZ, A. (1984) – *Los Tolmos de Caracena (Soria)(Campañas de 1977, 1978, 1979)*. Madrid. Ministerio de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España, 134).

JIMENO MARTÍNEZ, A. e FERNÁNDEZ MORENO, J. J. (1991) – *Los Tolmos de Caracena (Soria). Campañas de 1981 y 1982. Aportación al Bronce Medio de la Meseta*. Madrid. Ministerio de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España, 161).

JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. e SCHRÖDER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*. Berlin. SAM. 2.

LUÍS, E. (em preparação) – A introdução das ligas de bronze na Estremadura, uma abordagem preliminar.

LULL, V. (1983) – *La "Cultura" de El Argar*. Madrid. Akal.

MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. Munique. (Prähistorische Bronzefunde, IX, 6).

MONTERO RUIZ, I. (1994) – *El Origen de la Metalurgia en el Sureste de la Península Ibérica*. Almería. Instituto de Estudios Almerienses.

PARE, C. (2000) – Bronze and Bronze Age. C. Pare, *Ed. Metals make the world go round: The supply and circulation of metals in Bronze Age Europe*. Oxford. Oxbow Books. p. 1-38.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Um rio na(s) rota(s) do estanho: O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *CIRA Arqueologia*. 2.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2009) – Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 17, p. 467-488.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007) – Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na Fachada Atlântica Peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 15, p. 119-134.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia. 3 Vols. policopiada.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (no prelo) – Aspectos do Centro-Norte do Ocidente Peninsular no Final da Idade do Bronze: Povoamento, Metalurgia e Sociedade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; PIMENTA, J., FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; ARAÚJO, M. F. e SILVA, R.J.C. (2013) – Nota sobre um machado plano em bronze de "Tipo Bujões" de Vila Franca de Xira. *CIRA Arqueologia*. 2.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; Luís, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: The data from Fraga dos Corvos Habitat Site. C.B. MARTINS, A.M. BETTENCOURT, J.I. MARTINS e J. CARVALHO, *Eds. Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga. CITCEM, APEQ, p.377-390.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; VALÉRIO, P. e VAZ, J. L. I. (2011) – Metallurgy and Society in "Baiões/Santa Luzia" Culture Group: Results of the METABRONZE Project. C.B. MARTINS, A.M. BETTENCOURT, J.I. MARTINS e J. CARVALHO, *Eds. Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga. CITCEM, APEQ, p.409-425.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2010) – "Melting the Power" – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In: A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (*Eds.*) *Conceptualising Space and Place.* Oxford. Archaeopress (*BAR International Series*, 2058), p.111-117.

SOARES, A. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In: J. M. ARNAUD e C. V. FERNANDES, (*Eds.*) *Construindo a Memória: As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.179-188.

SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na Margem esquerda do Guadiana: as necrópoles do Concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, p.179-197.

SOARES, A.M.M., VALÉRIO, P., FRADE, J.C., OLIVEIRA, M.J., PATOILO, D., RIBEIRO, I., AREZ, L., SANTOS, F.J.C., ARAÚJO, M.F. 2007. A Late Bronze Age stone mould for flat axes from Casarão da Mesquita 3 (São Manços, Évora, Portugal). *Proceedings of 2nd International Conference Archaeometallurgy in Europe*. Aquileia. Associazione Italiana di Metallurgia. (CD-ROM).

TABOADA CHIVITE, J. (1973) – Los moldes de Erosa. *XII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. p. 227-235.

VALERA, A.C. (2013) – *As comunidades agro-pastoris na margem esquerda do Guadiana*. Beja. EDIA/DRCALEN (Memória de Odiana, 2ª Série, 6).

VALÉRIO, P., ARAÚJO, M.F., SENNA-MARTINEZ, J.C., VAZ, J.L.I. (2006) – Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 289-319.

VALÉRIO, P.; SILVA, R.J.C.; PONTE, T.R.N.; ARAÚJO, M.F. e SOARES, A.M. (2012) – Estudo arqueometalúrgico das dádivas funerárias dos hipogeus do Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 19, p. 203-208.

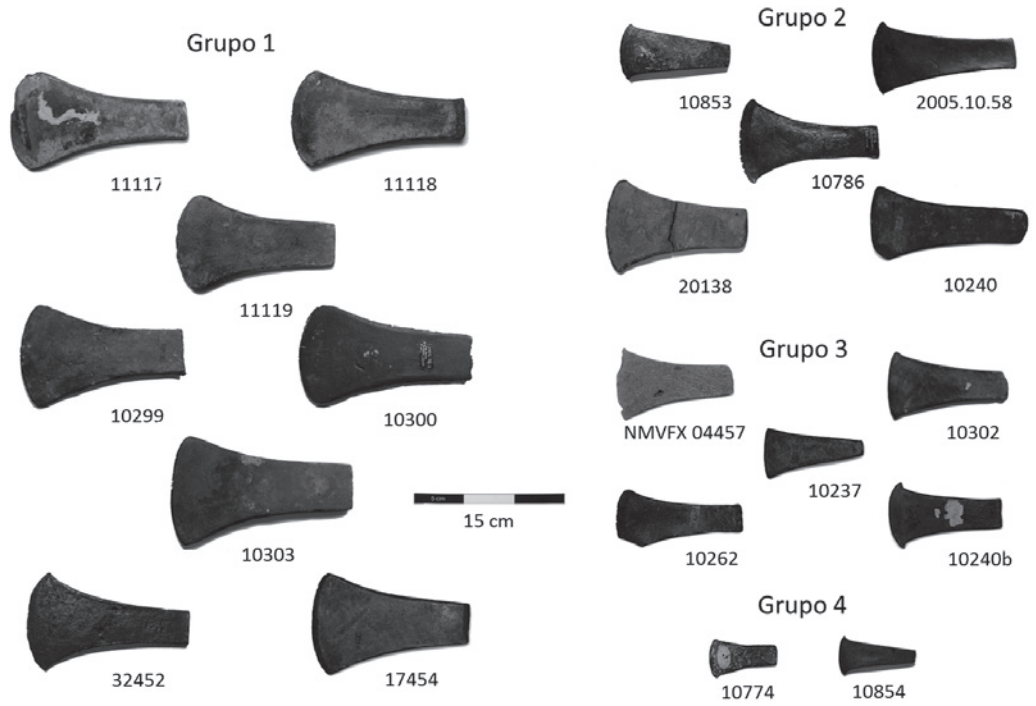


Figura 1 – Conjunto dos 20 Machados de Tipo Bujões alvo de estudo: depósitos de Bujões (11117, 11118, 11119), Escaroupim (10299, 10300, 10303, 10302), Reguengo Grande (10777) e Convento de S. Bento (10786); da Gruta da Colombeira (10853, 10854); dos habitates de Pragança (2005.10.58) e Alpriate (NMVFX 04457); e avulsos do Minho (32452), Grândola (20138), Évora (10237, 10262, 17454) e Estremoz (10240, 10240b).

Figura 2 – Machados Tipo Barcelos estudados. Provenientes, da esquerda para a direita, de Gonça (11051), Felgueiras (11013) e Canas de Sabugosa (10990), pertencendo, respectivamente, aos Grupos 1, 2 e 3.

Figura 3 – Machados de Talão de 1ª Geração do Reguengo Grande e Pombalinho. Enquadráveis no Grupo 1.

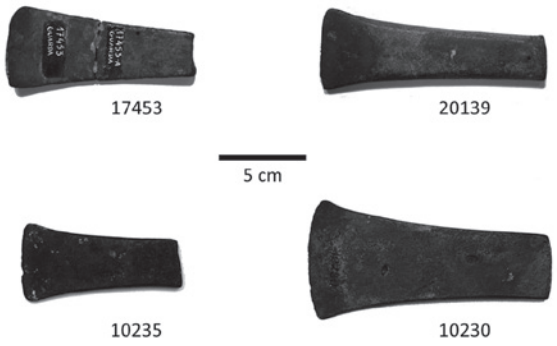


Figura 4 – Machados planos de bronze estudados da Guarda (17453), Campos de Grândola (20139) e Évora (10235 e 10230).

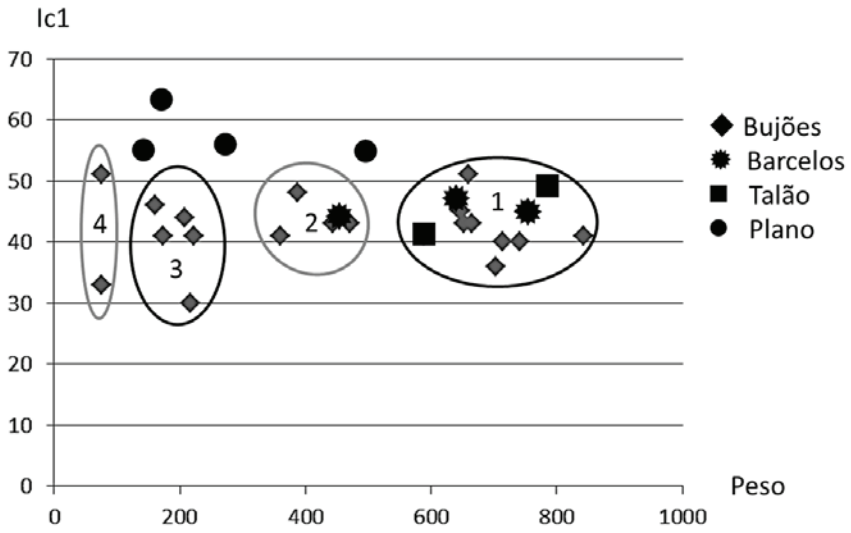


Figura 5 – Distribuição dos 28 exemplares completos dos 4 tipos de machados estudados segundo o índice de abertura (Ic1) do gume e peso (Grupos 1 a 4).

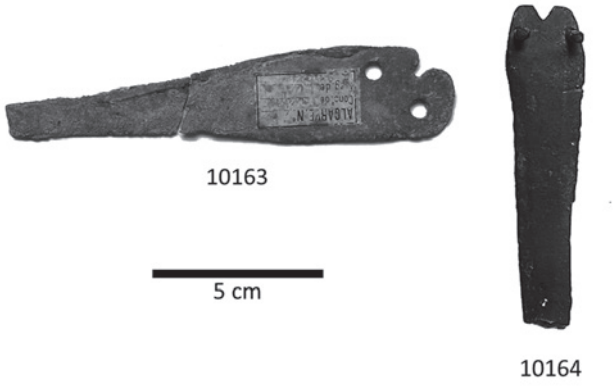


Figura 6 – Alabarda tipo Cano e punhal de rebites de uma provável sepultura de Antas, Tavira.

A ARRÁBIDA NO BRONZE FINAL – LEITURAS E NARRATIVAS

Ricardo Soares / FLUL / arqueo.mike@gmail.com

RESUMO

Análise de questões relacionadas com as estratégias de povoamento, opções de culto, exploração de recursos disponíveis e vias de trânsito trilhadas pelas comunidades que habitaram o território da Serra da Arrábida no decorrer do Bronze Final. Tratando-se de um tema escassamente estudado, mas onde já afloravam contextos particularmente sugestivos, entendeu-se oportuno avançar com um inédito trabalho de síntese dos dados disponíveis. A hora ainda não permite obter uma perspectiva sincrónica e de "curta duração", ainda assim, a informação produzida sugere um coerente complexo demográfico, instalado num território específico e individualizado, com algum grau de diferenciação e de ordenamento político-administrativo, insinuando uma forte articulação com as vias de comunicação, muito em especial as fluvio-marítimas.

ABSTRACT

Analysis of issues related to settlement strategies, cult options, exploration of available resources and transit routes threshed by the communities that inhabited the territory of the *Arrábida* range (*Setúbal*/Portugal) during the Late Bronze Age. This is a poorly studied subject, but particularly suggestive contexts have arisen, and it seemed appropriate to bring forward an unprecedented summary of available data. Time does not provide a synchronic and "short-time" perspective. Still, the information produced suggests a coherent complex demographic, installed in a specific and individualized territory, with some degree of political-administrative differentiation, suggesting a strong connection with the communication routes, most markedly the fluvial-marine.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Genericamente, o trabalho aqui apresentado pretende contribuir para a construção de um modelo relativo às estratégias de povoamento das comunidades que habitaram o território da região da Arrábida, no decorrer do período histórico convencionalmente designado de "Bronze Final" (entenda-se em *lato sensu*). Trata-se do resumo possível da investigação produzida pelo signatário ao longo dos últimos cinco anos, apresentada na fórmula de Dissertação de Mestrado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob o título *A Arrábida no Bronze Final – a Paisagem e o Homem* (Soares, 2013).

A investigação focou-se nas áreas da Serra da Arrábida, propriamente dita, e da Serra do Risco, estendendo-se para poente até às serras dos Pinheirinhos e da Azóia, na plataforma de abrasão do Cabo Espichel, e para nascente até à "Pré-Arrábida" de São Luís, dominante sobre a foz do Sado.

Para o efeito, a Arrábida, cordilheira que coroa a Península de Setúbal, foi entendida como um território "entre águas", definido e circunscrito pelo Tejo, pelo Sado e pelo Oceano, um território de charneira entre o Atlântico e o Mediterrâneo, entre o litoral e o interior, um excepcional ponto de convergência de linhas naturais de acessibilidade e transitabilidade (terrestres, fluviais e marítimas). Um território que, sendo favorecido por um conjunto de particularidades geográficas, designadamente as suas excelentes condições de defesa e abrigo de costa, disponibilidade de recursos hídricos, marinhos e cinegéticos e fertilidade dos seus vales, proporcionou um oportuno quadro, em termos de fixação humana e ao longo da história, particularmente no decurso do Bronze Final.

Neste quadro também foram considerados os locais de culto, ou seja, as necrópoles e os prováveis "santuários naturais", e a dimensão estética das paisagens, aspecto que talvez não tenha sido indiferente às comunidades que por lá se instalaram.

Tratando-se de um tema e de uma região deficita-

riamente estudados, mas onde já afloravam contextos arqueológicos particularmente sugestivos, nomeadamente o povoado do Castelo dos Mouros, a Lapa do Fumo e o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, entendeu-se (pois) oportuno avançar com uma tentativa de síntese, complementada pelas novidades emergentes das campanhas de prospecção arqueológica e espeleológica enquadradas pelas cartas arqueológicas de Sesimbra (Calado *& alii*, 2009) e de Setúbal-Arrábida (Calado, *no prelo*), projectos coordenados por Manuel Calado e integrados pelo signatário na qualidade de arqueólogo, espeleólogo e fotógrafo, e que têm permitido ampliar significativamente a base de dados relativa a algumas facetas da questão.

Assume-se, é claro, como um exercício parcialmente especulativo, tendo em conta o facto de os disponíveis dados de povoamento resultarem unicamente de recolhas de superfície, com carências em termos de sincronias e diacronias. Recorde-se, aliás, que as únicas escavações realizadas em contextos da Idade do Bronze da Arrábida se reportam exclusivamente a sítios de vocação ritual/funerária, levadas a cabo na Lapa do Fumo, na Roça do Casal do Meio e na Lapa da Furada.

Ainda assim, facto é que a Arrábida se afigura hoje como um interessante "*iceberg* de Bronze", no qual se pode descortinar uma florescente e vigorosa cota emersa no horizonte cultural da última fase da Idade do Bronze do Sul da Estremadura.

"PREQUELA" – OS INDÍCIOS CONHECIDOS (1897-2007)

Até 2007, a informação relativa aos achados enquadráveis na Idade do Bronze identificados na região da Arrábida resumiam-se aos seguintes contextos e artefactos: os dois machados de alvado em bronze supostamente referenciados em "Alfarim", Sesimbra (Serrão, 1967, 1973, 1975, 1994); os bronzes de Pedreiras, em Sesimbra, concretamente um machado de alvado de duplo anel lateral e uma foice de talão (*ob. cit.*); o povoado de altura do Castelo dos Mouros, na vertente norte da Serra da Arrábida, em Setúbal (Rasteiro, 1897; Silva & Soares, 1986; Ferreira *& alii*, 1993); o monumento e espólio funerário da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra (Spindler *& alii*, 1973-74; Vilaça & Cunha, 2005; Harrison, 2007); o espólio cerâmico da Lapa do Fumo, na Serra dos Pinheirinhos (Sesimbra), com destaque para a primeira aparição publicada no nosso país dos chamados "ornatos brunidos" (Serrão, 1958, 1959, 1973, 1975, 1994); o conjunto arqueológico exumado na Lapa da Furada, na Serra da Azóia, em Sesimbra (Serrão, 1973, 1994; Cardoso, 1993, 1997; Cardoso & Cunha, 1995). De acrescentar, ainda, o Castro de Chibanes, na Serra do Louro em Palmela, e a já desaparecida Lapa da Rotura, na Serra de São Luís em Setúbal, arqueossítios onde foram referidas cerâmicas de "ornatos brunidos" (Silva & Soares, 1986, cf. Spindler *& alii*, 1973-74).

"SEQUELA" – OS NOVOS DADOS (2007-2012)

A estes dispersos vestígios, no conjunto bem insinuantes, uma mais recente investigação (incorporada pelo signatário) tem vindo a averbar novas evidências de ocupação humana enquadráveis em cronologias do Bronze Final e da 1.ª Idade do Ferro: Carta Arqueológica de Sesimbra (2007-2009 – Calado *& alii*, 2009); Carta Arqueológica de Setúbal-Arrábida (2010-2013 – Calado, *no prelo*); escavação da Lapa da Cova, na Serra do Risco, Sesimbra (2010-2011 – Soares, 2013); prospecções espeleológicas do Centro de Estudos e Actividades Especiais da Liga para a Protecção da Natureza (2008-2010 – Soares, 2013); e investigação pessoal do autor (2007-2012 – Soares, 2009, 2013). Nestes trabalhos, os antigos sítios foram revisitados à luz de perspectivas mais panorâmicas e actualizadas, havendo mesmo casos de redefinição de cronologias de ocupação anteriormente publicadas.

O "MUNDO QUOTIDIANO" – SÍTIOS DE HABITAT

Chegados aqui, torna-se possível propor um esboço para um emergente complexo populacional, manifestado por diversos sítios de *habitat* aparentemente inter-relacionáveis e com funções distintas, mas complementares: o povoado de altura do Castelo dos Mouros – o povoado central? (Soares, 2013); o povoamento aberto das Terras do Risco – a base agro-pastoril? (Calado *& alii*, 2009; Soares, 2013); o povoado de altura da Serra da Cela, anteriormente classificado como "Neolítico/Calcolítico" (Costa, 1907; Ferreira *& alii*, 1993), redefinindo-se agora a sua cronologia para "Bronze Final"– a "porta do mar", a base portuária? (Soares, 2009, 2013); o povoado de cumeada de Valongo – o "vértice de

atalaia"? (Soares, 2013); e o sítio da Quinta do Picheleiro – um "casal agrícola"? (*ob. cit.*).

O "UNIVERSO DO SAGRADO" – NECRÓPOLES E "SANTUÁRIOS NATURAIS"

Entre os conhecidos sítios de vocação mágico-religiosa, individualiza-se, pela sua muito discutida excepcionalidade, o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, a única estrutura destinada ao culto dos mortos até ao momento identificada na Arrábida do Bronze – um *tholos* calcolítico reconstruído e reocupado no Bronze Final (Harrison, 2007; Calado *& alii*, 2009; Soares, 2013). No horizonte poente, na "rota do cabo", a "finisterra sagrada" das lapas do Fumo (uma "gruta-santuário"?) e da Furada (outra "gruta-santuário"?), espaços produzidos por acção da Natureza e posteriormente explorados pelo Homem, enquadrando-se no âmbito dos eventuais "santuários naturais". No epicentro da presumível área de povoamento do Bronze, em pleno Portinho da Arrábida, destaque, ainda, para um possível "santuário natural" na Fenda (Soares, 2013) e para a Gruta do Médico, cavidade onde recentemente foram documentados restos antropológicos associados a cerâmica manual brunida – "gruta-santuário"/necrópole (Soares, 2013).

A REDE DE POVOAMENTO – LEITURAS E NARRATIVAS

Feito o ponto da situação no estado da investigação, mesmo descontando a falta de escavações e de informações cronométricas que permitam atestar diacronias e confirmar presumíveis sincronias, torna-se possível, a partir dos dados coligidos, tecer um conjunto de observações que permitem considerar um complexo demográfico, durante os finais da Idade do Bronze (entenda-se em sentido muito amplo) e num território específico e individualizado, com algum grau de diferenciação e de ordenamento político-administrativo, sugerindo, desde logo, uma forte articulação com as vias de comunicação, muito em especial as fluvio-marítimas. A leitura do terreno permite, ainda, uma certa distinção entre duas diferenciadas áreas geológicas e de ocupação: a "Pré-Arrábida" (serras de São Luís, do Louro e de São Francisco) como preferencial território calcolítico; e as serras da Arrábida e do Rico como território de eleição para a Idade do Bronze.

À partida destaca-se, na história da investigação e pela própria invulgaridade, o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, a que faltava, contudo, uma efectiva compreensão fundacional, ou seja, um povoado (ou povoados) que tenham justificado este empreendimento dos vivos, dedicado aos seus mortos. Com as recentes e já referidas campanhas de prospecção, foi finalmente revelado este lacunar mundo quotidiano: o povoado do Neolítico Final/Calcolítico dos Ouriços, identificado nas Terras do Risco, à vista da Roça do Casal do Meio e onde terão habitado os presumíveis construtores do *tholos* original (Calado *& alii*, 2009; Soares, 2013); e a extensa malha de povoamento do Bronze Final, assinalada ao longo de todo o perímetro prospectável das Terras do Risco, onde aparentemente terão habitado alguns dos indígenas reconstrutores do monumento (*ob. cit.*).

Mas qual seria o papel do monumento funerário da Roça do Casal do Meio, reerguido entre as Terras do Risco e o Castelo dos Mouros? Quem seriam aqueles homens notavelmente diferenciados na morte, sepultados a meio caminho entre o seu "Castelo" e as suas "Terras", dominando-as mesmo além morte?

É de admitir que esta extensa área de povoamento aberto nas Terras do Risco se encontraria associada a um vasto complexo geoestratégico de ocupação, do qual fariam parte outros sítios atribuíveis ao Bronze Final: os "clássicos" povoados de altura e de cumeada (o Castelo dos Mouros, a Serra da Cela e Valongo) e os respectivos "santuários"/necrópoles (a Roça do Casal do Meio e as grutas). Nesta conjuntura, ainda devem ser considerados o pequeno "casal agrícola" da Quinta do Picheleiro e, eventualmente, o mal conhecido (tendo em conta os crónicos condicionalismos da arqueologia urbana) povoamento de *Caetobriga*, instalado na foz do Sado, na actual cidade de Setúbal (Silva & Soares, 1986; Silva, 1990; Soares, 2000a; Arruda, 1999-2000). Todos estes indícios podem ser ponderados numa coerente rede de povoamento, na qual os elementos mais destacados são, evidentemente, o Castelo dos Mouros, pelo seu investimento construtivo e inexpugnável defensabilidade; a área de povoamento das Terras do Risco, ocupando uma área excepcionalmente ampla; e a Serra da Cela, controladora da "porta do mar" do Portinho.

Por um lado, os dados tendem a favorecer a centralidade regional do povoamento do Risco, atendendo à sua dimensão, à evidente relação com a Roça do Casal do Meio e à sugestiva proximidade

com outros povoados de altura, destacando-se a franca intervisibilidade com o Castelo dos Mouros.
Todavia, o Castelo dos Mouros também revela características únicas para se impor como justo candidato à centralidade da rede de povoamento. As suas muralhas não têm rival no contexto regional. Aprumadamente erguidas em "aparelho ciclópico", documentam um ímpar investimento, só justificável por um carácter muito especial na rede de povoamento.
Por seu turno, a Serra da Cela, tendo em conta a sua implantação, relativamente ao mar e ao fundeadouro natural do Portinho, também poderá ter assumido um papel de povoado central. Mais! Se tomarmos em conta o seu perímetro naturalmente fortificado, com uma maior área de implantação em comparação com o Castelo dos Mouros, o povoado da Cela poderia albergar um maior número de habitantes, confrontação que pode ser tida em conta na hierarquização dos povoados conhecidos. Porém, a Cela perde alguns pontos no "*ranking*" da centralidade, por se encontrar mais distante e sem intervisibilidade relativamente à Roça do Casal do Meio e às Terras do Risco. Assim, parece mais razoável atribuir-lhe apenas um exclusivo destaque funcional, enquanto estabelecimento controlador do presumível porto. No "coração" da Arrábida, em pleno Portinho, este povoado encontra-se intimamente relacionável com sítios de vocação eminentemente ritual, destacando-se a sua "umbilical" ligação com a Fenda ("santuário natural"?) e a proximidade relativamente à Gruta do Médico ("gruta-santuário"?/necrópole).
Quanto à lógica de centralidade das Terras do Risco, além da defesa proporcionada pela serra e pelo Castelo dos Mouros, salta à vista a aparente desprotecção dos seus flancos poente e norte, não tendo sido identificados, até ao momento e apesar de "teimosas" prospecções, quaisquer sinais de dispositivos defensivos ou de associáveis povoamentos de altura.
Nesta conjectural conjuntura, e justificando a sua inaudita área, mesmo descontando o actual desconhecimento do seu substrato cronológico e dos respectivos *timings* de ocupação (sincronias e diacronias), o povoamento do Risco, implantado ao longo de toda a orla do mais fértil vale (*polje*) da região, poderá ter sido formado por uma solidária rede de pequenos "casais agrícolas", todos regidos por uma subordinação imposta pela eventual sede de chefatura no Castelo dos Mouros, constituindo a base agro-pastoril da referida macroestrutura de povoamento.
Posto isto, torna-se bastante razoável considerar o povoado do Castelo dos Mouros como a poderosa capital desta presumível rede de povoamento, a morada das suas dominantes elites – os "proto-latifundiários" controladores das subsidiárias paisagens adjacentes, designadamente do "celeiro" do Risco.
Mais acima, no topo da Arrábida, de assinalar o amplo domínio visual, a partir do "vértice de atalaia" aparentemente instalado no povoado de cumeada de Valongo, sobre o litoral, Portinho e Serra da Cela, e o interior, Castelo dos Mouros, Terras do Risco e Quinta do Picheleiro, sítios que parecem ocupar posições aparentemente distintas e complementares. O esporão do Castelo dos Mouros domina por inteiro o fértil vale paralelo e a norte da Serra que, vindo da "Pré-Arrábida", desemboca no *polje* do Risco. A Serra da Cela, um esporão que se destaca na vertente oposta, sobre o mar, assume-se claramente como o guardião da excelente enseada do Portinho. Por fim, o discreto arqueossítio da Quinta do Picheleiro, de eminente vocação rural (documentada pela ocorrência de elementos de foice em sílex, de gume denticulado), permite antever outros suspeitáveis "casais agrícolas" naquelas férteis imediações.
À imagem do monumento funerário da Roça do Casal do Meio, também as muralhas do Castelo dos Mouros revestem-se de uma poderosa carga simbólica, marcando a paisagem envolvente. Se do alto do Castelo dos Mouros é possível controlar visualmente toda a área das Terras do Risco, a partir deste extenso povoamento, aberto nas terras baixas, a silhueta do monte em crista do Castelo dos Mouros surge no horizonte como uma incontornável marca de poder. A sua elevada defensabilidade, além de símbolo paisagístico, constituiria, seguramente, um baluarte para as elites governantes, um recinto defensivo contra ataques exteriores e, sobretudo, contra o próprio campesinato subsidiário – "um arquitectónico discurso de poder". A implantação dos principais povoados, "eriçados" nas mais destacadas elevações (para verem e serem vistos) e junto de importantes cruzamentos de caminhos naturais, permitia-lhes controlar e portajar os circuitos de transitabilidade, possibilitando um desenvolvimento regional em boa parte assente na gestão da circulação de pessoas e bens.

RECURSOS, VIAS E TRÂNSITO – A "ROTA DO SAL" E A "SÍNDROME DO MARINHEIRO"

Desenhado um possível esboço para a rede de povoamento, torna-se possível tecer alguns considerandos relativamente ao acesso e exploração dos recursos disponíveis e das vias de circulação trilhadas por estas gentes.

Relativamente aos seus recursos, é importante realçar o facto de a Arrábida não apresentar qualquer potencial mineiro. Mesmo descontando a falta de escavações nos arqueossítios conhecidos, incluindo o Calcolítico, período em que a investigação atingiu um conhecimento mais aprofundado, a região não parece evidenciar uma significativa actividade metalúrgica, sendo residuais as manifestações desta tecnologia, resumidas a contextos familiares e de autoconsumo.

Ora, se admitirmos o metal como uma das principais fontes do poder das emergentes elites do Bronze, resta para a Arrábida um papel de importador, de consumidor e, sobretudo, de intermediário nesta cadeia, usufruindo da sua dominante situação face a importantes vias de comunicação.

Mas será que os dividendos obtidos com a circulação de matérias-primas de mineração e de bens metálicos foram suficientes para justificar o grau de desenvolvimento atingido pelas comunidades da Arrábida? Não será de considerar outras "moedas de troca", designadamente a expedição de algum excedente cerealífero – *"talvez os únicos bens susceptíveis de serem produzidos excedentariamente na Baixa Estremadura"* (Cardoso, 2000, p. 67). Pouco credível! Os férteis vales da Serra apenas poderiam satisfazer as necessidades locais, sem áreas suficientemente capazes de produzir excedentes para trocas. Posto isto, resta-nos admitir um *ex-líbris* regional, produzido em quantidade remanescente e de valor suficiente para ser trocado por outros bens lacunares – **o sal**!

Ainda que de forma indirecta, o Sado e a própria Arrábida têm vindo a revelar abundantes e significativos indícios que remetem para a exploração de sal, pelo menos desde a Época Romana, não sendo de excluir uma produção, mais rudimentar e de menor escala, em épocas anteriores, tendo em conta a sua excelente qualidade e facilidade de extracção nestas paragens.

A este propósito, recorde-se que, relativamente ao vizinho estuário do Tejo, a salicultura encontra-se documentada pela técnica da *briquetage* desde o Neolítico Final, designadamente no povoado da Ponta da Passadeira, no esteiro da Moita (Soares, 2000b, 2001, 2008), no povoado do Monte da Foz 1 e 9, em Benavente (Coelho, 2005), e no povoado do Monte da Quinta 2, na margem esquerda do vale do Sorraia (Valera *& alii*, 2006).

Se seguirmos uma lógica histórico-evolutiva, considerando a importância e expressão da produção de preparados piscícolas na viragem para a nossa Era, contando que se tratava de uma indústria necessariamente dependente de grandes quantidades de sal, e mesmo na total ausência de suporte arqueográfico da sua extracção, será de admitir que a salicultura já constituiria uma efectiva realidade sadina nos finais da Idade do Bronze, desenvolvendo-se com a complexificação das sociedades indígenas e dos seus esquemas produtivos, atraindo, mais tarde, outros reconhecidos investidores – *"como é óbvio, só um conhecimento prévio da região e contactos anteriores com a população indígena pode justificar esta presença de fenícios do «Círculo do Estreito» no estuário do Sado"* (Arruda, 1999-2000, p. 98). Ainda relativamente à Idade do Ferro e à produção de ânforas pré-romanas, *"para o actual território português, só temos indícios, ainda pouco claros e de incerta datação, do fabrico de ânforas e, consequentemente, da exportação de um qualquer produto, em Alcácer do Sal"* (Fabião, 1993, p. 126).

Também neste particular, a Arrábida parece constituir uma realidade periférica relativamente aos grandes centros de produção agro-pecuária e salineira do estuário do Sado. Ainda assim, usufruiria da sua efectiva proximidade, beneficiando do controlo das grandes vias de circulação, designadamente a entrada e saída do Sado e o acesso ao Atlântico.

Nesta ordem de ideias, além dos tradicionais caminhos terrestres e fluviais, há que considerar em definitivo, para este período e região em particular, os caminhos do mar e os marinheiros – os principais interlocutores destas empresas e promotores de uma actividade altamente especializada. Mesmo navegando em "mares de conjecturas", tendo em conta a difícil detecção no registo arqueológico de indícios associáveis a antigas navegações, estes, ainda que indirectamente, podem contribuir para a construção dos nossos discursos e narrativas.

Considerando a incontornável observação de Orlando Ribeiro, de que *"a Arrábida é a maior quebra de direcção do litoral ocidental português"* (Ribeiro,

2004), qualquer embarcação proveniente de sul, depois de dobrar o Cabo de São Vicente, incorre na inevitabilidade de "esbarrar" no litoral da Arrábida – acidente orógeno que conduz naturalmente os marinheiros para a convidativa placidez das águas do Sado. À margem desta intemporal observação, e por ora, ainda não existem dados arqueológicos relativos a antigas embarcações ou estruturas de apoio à navegação na costa da Arrábida. Contudo, a sua aparente ausência não deverá implicar uma total inexistência. A actual invisibilidade arqueográfica deverá prender-se com a falta de uma investigação dirigida que, por muito aprofundada que seja, nunca poderá garantir sucesso nestas submersas matérias.

Ainda assim, tudo parece indicar que o Sado e o Portinho da Arrábida se terão afigurado, desde cedo e muito naturalmente, como privilegiados pontos de contacto com o Oceano, a meio caminho entre o "mundo mediterrâneo" e o "mundo atlântico". O Portinho surge (assim) como o melhor candidato a um porto do Bronze Final, assumindo-se, não só, como um privilegiado "caminho do peixe" (Gonçalves, 1966, p. 9), mas também, e sobretudo, como a "porta do Sado" e uma "janela sobre o Atlântico" para a principal zona de povoamento coevo identificada na região. A presumível rede de povoamento no seu *hinterland* deverá ter sido beneficiada por contactos a que a relativa marginalidade das suas gentes doutro modo dificilmente aspiraria. Papel análogo e complementar, mas já para a Idade do Ferro, poderá ter sido desempenhado pela baía de Sesimbra, em cujo *hinterland* aparentemente se desenvolveu o principal povoamento atribuível a este período. Portanto, os bem documentados contactos orientalizantes, direccionados prioritariamente ao estuário do Sado, podem bem ter começado pelo litoral da Arrábida, ainda que de forma silenciosa em termos de registo arqueológico.

Em suma, a região da Arrábida pode ser estimada como uma dependente "ocidental praia alentejana", um desaguadouro de influências provenientes do montante interior, a partir dos grandes pólos dominantes do Alentejo Central. Noutra perspectiva, a Arrábida pode ser entendida como um território culturalmente livre e emancipado, um ponto de aportagem de novos estímulos materiais, tecnológicos, sociais e culturais, integrados e retransmitidos ao *hinterland* pelas vias de penetração.

A Arrábida também poderá ser apercebida como a derradeira manifestação, a ocidente, dos cânones paisagísticos do Mediterrâneo, significando uma cénica *finisterra*, uma verdadeira muralha natural entre o "mundo mediterrâneo" e o "mundo atlântico". É de presumir que este quadro não tenha passado indiferente aos primeiros visitantes orientais, que naturalmente se terão identificado com esta paisagem de referência – *"estranhos numa terra (quase) estranha"* (Arruda, 2008).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; vol. 5-6) Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, A. M. (2008) – Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no sul do território actualmenteportuguês.InCELESTINOPÉREZ,S.;RAFAEL, N.; ARMADA, X.-L. (eds.) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*, Madrid: CSIC, pp. 355-370.

CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ALVIM, P.; ROCHA, L.; FERNANDES, R. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: CMS.

CALADO,M.;GONÇALVES,L.;SOARES,R.;FRANCISCO, R.; MENDES, R. (*no prelo*) – *O Tempo das Grutas. Carta Arqueológica da Arrábida-Setúbal*. Setúbal: CMS.

CARDOSO, J. L. (1993) – Primeira Campanha de Escavações Realizada na Lapa da Furada (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 3, pp. 15-17.

CARDOSO, J. L. (1997) – A Cronologia Absoluta do Depósito Arqueológico da Lapa da Furada – Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 6, pp. 10-13.

CARDOSO, J. L. (1998) – Arqueologia da região meridional da península de Setúbal: breve síntese baseada nos principais testemunhos arqueológicos. *Al-madan*. Almada. 2.ª série, 7, pp. 23-36.

CARDOSO, J. L. (2000) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. (Trabalhos de Arqueologia; 14). Lisboa: IPA, pp. 45-70.

CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. (1995) – *A Lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: CMS.

COELHO, M. (2005) – *Descritor do Património do RECAPE da A10. Sub lanço Carregado (A1) / Benavente. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: ERA Arqueológica, S.A.

COSTA, A. I. M. (1907) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 1.ª série: 12. pp. 206-217; 320-338.

FABIÃO, C.(1993) – As ânforas pré-romanas. In MEDINA, J. (ed.) - *História de Portugal*, vol. 2 (coordenado por Victor S. Gonçalves). Lisboa: Ediclube, p. 123-127.

FERREIRA, C. J. A.; LOURENÇO, F. S.; SILVA, C. T.; SOUSA, P. (1993) – *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

GONÇALVES, V. S. (1966) – O castro pré-histórico da Rotura – Setúbal. *Lucerna. Separata de Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, vol. 5. Porto.

HARRISON, R. J. (2007) – A revision of the later Bronze Age burials from the Roça do Casal do Meio (Calhariz), Portugal. In *Beyond Stonehenge: Essays on the Bronze Age in Honour of Colin Burgess*. Oxford: Oxbow Books, pp. 65-77.

RASTEIRO, J. (1897) – Notícias archeologicas da Peninsula da Arrábida. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª série, 1-2, vol. 3, pp. 1-48.

RIBEIRO, O. (2004) – *A Arrábida. Esboço Geográfico*. Sesimbra: CMS e Fundação Oriente.

SERRÃO, E. C. (1958) – Cerâmica Proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra) com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2). pp. 177-186.

SERRÃO, E. C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Lisboa: Instituto da Alta Cultura, pp. 337-359.

SERRÃO, E. C. (1967) – Bronzes de Alfarim e de Pedreiras. *Boletim do Centro de Estudo do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 1, pp. 76-93.

SERRÃO, E. C. (1973) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico Antigo até 1200 d.C.)*. Setúbal: Junta Distrital.

SERRÃO, E. C. (1975) – Contribuições Arqueológicas do Sudoeste da Península de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. vol. I, pp. 199-225.

SERRÃO, E. C. (1994) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Vilafranquiano* Médio até 1200 d.C.). Sesimbra: CMS.

SILVA, C. T. (1990) – Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade. In *Setúbal na História*, Setúbal: LASA, pp. 107-122.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Parques Naturais; 15).

SOARES, J. (2000a) – Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. (Trabalhos de Arqueologia; 14). Lisboa: IPA, pp. 101-130.

SOARES, J. (2000b) – A Ponta da Passadeira e a diversidade do registo arqueológico dos IV/III milénios A.C. In *Actas das 1.ªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Barreiro: CMB, pp. 88-109.

SOARES, J. (2001) – O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios A.C. In *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta, pp. 101-127

SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na Costa Sudoeste Ibérica IV/III milénios BC. O caso da Ponta da Passadeira (Estuário do Tejo). In *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular (tomo II)*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, pp. 356-364

SOARES, R. (2009) – *Povoados Calcolíticos da Região da Arrábida*. Relatório de Seminário de Licenciatura apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: FLUL.

SOARES, R. (2013) – *A Arrábida no Bronze Final – a Paisagem e o Homem*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: FLUL.

SPINDLER, A.; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1973-74) – Le Monument à Coupole de l'Âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, pp. 91-154.

VALERA, A. C.; TERESO, J. P.; REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. In FERREIRA, N.; VERÍSSIMO, H., eds. – *Do Paleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, Setembro de 2004). Faro: Universidade do Algarve, pp. 291-305.

VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. 2.ª série, 13, pp. 48-57.

Figura 1 – A Península da Arrábida na transição Bronze Final /1.ª Idade do Ferro (base cartográfica – Google Earth 2013). O vermelho refere-se aos sítios do Bronze Final, o verde refere-se aos sítios da 1.ª Idade do Ferro: 1 – povoamento do Risco (base agro-pastoril); 2 – povoado do Castelo dos Mouros (povoado central); 3 – povoado da Serra da Cela/Portinho da Arrábida (povoado portuário); 4 – povoado de Valongo (I); 5 – atalaia de Valongo (II); 6 – casal agrícola da Quinta do Picheleiro; 7 – Bico dos Agulhões (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro? – atalaia de costa?); 8 – núcleo artefactual de Pedreiras (integrável nas Terras do Risco); 9 – monumento funerário da Roça do Casal do Meio; 10 – Lapa do Fumo (gruta-santuário?); 11 – Lapa da Furada (gruta-santuário?); 12 – Gruta do Médico (gruta-santuário?/gruta-necrópole); 13 – Lapa da Cova (gruta-santuário); 14 – Fenda (santuário natural?); 15 – povoado da Casa Nova (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 16 – povoado da Meia Velha (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 17 – Necrópole do Casalão (Bronze Final?/1.ª Idade do Ferro); 18 – Bronzes de Alfarim?

ESTUDO DE METAIS E VESTÍGIOS DE PRODUÇÃO DO POVOADO FORTIFICADO DO BRONZE FINAL DO OUTEIRO DO CIRCO (BEJA)

Pedro Valério [a] / **António M. Monge Soares** [a] / **Maria Fátima Araújo**[a] /**Rui J.C. Silva**[b] / **Eduardo Porfírio**[c] / **Miguel Serra**[c]
a) Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal / pvalerio@ctn.ist.utl.pt / amsoares@ctn.ist.utl.pt / faraujo@ctn.ist.utl.pt.
b) CENIMAT/I3N, Departamento de Ciência dos Materiais, Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT, Universidade Nova de Lisboa, 2829-516 Monte de Caparica, Portugal /rjcs@fct.unl.pt
c) Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., Apartado 4078, 3031-901 Coimbra, Portugal. CEAUCP/CAM, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto / Campo Arqueológico de Mértola / eduardoporfirio@palimpsesto.pt / miguelserra@palimpsesto.pt

RESUMO
Artefactos e vestígios de produção metalúrgica do Outeiro do Circo foram objecto de caracterização elementar e microestrutural. A datação pelo radiocarbono dos contextos dos materiais indicou uma cronologia do último quartel do II Milénio a.C. Um cadinho encontra-se associado à produção de ouro e dois nódulos metálicos relacionam-se com operações primárias de produção de bronze. Um cone de fundição atesta o vazamento de um bronze de composição semelhante à dos restantes artefactos metálicos, com excepção de um exemplar, cujo reduzido teor em estanho será devido à utilização de sucata. As cadeias operatórias dos artefactos incluíram operações de martelagem e recozimento. Os materiais analisados enquadram-se na metalurgia coeva do sul de Portugal, caracterizada por bronzes binários com teores apropriados de estanho.

ABSTRACT
Metals and metallurgical remains from Outeiro do Circo were subjected to elemental and microstructural characterization. Radiocarbon dating of contexts established a chronology of last quarter of the II Millennium BC. A crucible was associated with gold production, while bronze nodules were related with bronze metallurgy. A casting jet evidenced the pouring of a bronze alloy with similar composition to the remaining metallic artefacts, with the exception of an item, which reduced tin content probably is due to the use of scrap. The manufacture involved hammering and annealing operations. The analysed materials are in agreement with the coeval metallurgy from southern Portugal, being characterized by binary bronzes with suitable contents of tin.

1. INTRODUÇÃO

Escavações arqueológicas realizadas entre 2008 e 2011 num troço de muralha localizado no sector sudoeste da cortina defensiva do povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja) permitiram recolher um pequeno conjunto de vestígios de produção metalúrgica bem como alguns artefactos metálicos (Serra e Porfírio, 2012). As evidências de operações metalúrgicas consistem num cone de fundição, num fragmento de cadinho com a superfície interna vitrificada e com vestígios de metal, e em dois pequenos nódulos metálicos (Figura 1). Estes vestígios atestam a prática de diferentes operações metalúrgicas no interior do povoado. O conjunto de materiais arqueológicos inclui igualmente um anel, um pendente e uma argola (Figura 1).
O estudo integrou a caracterização elementar e microestrutural dos vestígios de produção metalúrgica e artefactos metálicos, assim como a datação

Tabela 1 – Datas de radiocarbono para o Outeiro do Circo (* intervalos de maior probabilidade a negrito).

Ref. Lab.	Proveniência	Data ^{14}C (BP)	$\delta^{13}C$ (‰)	Data Calibrada (cal BC)*	
				1σ	2σ
Sac-2884	Camada 12	2880±45	-21,8	**1128-994** 988-980	**1211-925**
Sac-2885	Camada 6	2900±45	-21,5	1190-1178 1159-1144 **1131-1010**	1259-1231 **1219-973** 957-939

por radiocarbono de contextos arqueológicos investigados na intervenção de campo e donde os materiais analisados provêm. Pretendeu-se identificar as operações metalúrgicas que deram origem aos vestígios de produção, bem como as ligas e as cadeias operatórias dos artefactos. O cadinho e os nódulos metálicos podem resultar de operações primárias de produção de metal como, por exemplo, a redução de minérios, enquanto o cone de fundição resultará de uma subsequente fusão e vazamento do metal produzido.

2. CRONOLOGIA

Dataram-se por radiocarbono duas amostras de restos ósseos de fauna mamalógica provenientes das camadas 6 e 12 do corte efectuado no sector da muralha atrás referido. Apresentam-se as datas obtidas (Tabela 1), bem como o resultado da sua conversão em datas de calendário solar fazendo uso da curva de calibração IntCal09 (Reimer & alii, 2009) e do programa CALIB (Stuiver e Reimer, 1993). As duas datas determinadas não são diferenciáveis estatisticamente e indicam que os contextos arqueológicos em causa são enquadráveis no último quartel do II Milénio a.C (Tabela 1).

3. METODOLOGIA

A identificação dos elementos presentes nos vestígios de produção metalúrgica foi realizada por espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF). As análises foram realizadas num espectrómetro Kevex 771 equipado com uma ampola com ânodo de Rh, alvos secundários, filtros de radiação e um detector de Si(Li) com uma resolução de 165 eV a 5,9 keV. A caracterização microestrutural dos vestígios de produção foi realizada por microscopia óptica e por microscopia electrónica de varrimento e microanálise por raios X (SEM-EDS). Para esta última recorreu-se a um microscópio Zeiss DSM 962 acoplado a um espectrómetro Oxford Instruments INCAx-sight EDS, sendo os materiais observados em modo de electrões retrodifundidos.

A composição elementar dos metais foi determinada através de análises por micro-EDXRF. Áreas preparadas foram analisadas num espectrómetro ArtTAX Pro equipado com uma ampola com ânodo de Mo e com um detector de Si com uma resolução de 160 eV a 5,9 keV. A cadeia operatória foi estabelecida através de observações num microscópico óptico Leica DMI 5000M. As observações foram efectuadas em áreas preparadas e utilizando campo claro, campo escuro e luz polarizada. As superfícies metálicas foram contrastadas com uma solução ácida de cloreto férrico. As durezas foram obtidas através de ensaios de microdureza Vickers realizados num microdurómetro Zwick-Roell Indentec. A preparação dos materiais, condições de análise, precisão e exactidão, encontram-se descritas em Valério *& alii* (2013).

4. RESULTADOS DOS VESTÍGIOS DE PRODUÇÃO METALÚRGICA

4.1. Metalurgia do ouro

O cadinho 8517 apresenta uma superfície interior vitrificada com diversos nódulos dourados. A composição elementar destes nódulos foi analisada por micro-EDXRF, verificando-se que são compostos por ligas de ouro e prata com impurezas de cobre (Tabela 2). O teor variado de prata (9,4 – 15,1 %) indicia a produção primária de uma liga de ouro ou a sua utilização em diversas operações de fusão de jóias de ouro. De qualquer das formas, os teores de prata e cobre são característicos das ligas de ouro do Bronze Final desta região (Valério, 2012). (Tabela 2)

4.2. Metalurgia do bronze

A análise por micro-EDXRF dos nódulos metálicos e do cone de fundição do Outeiro do Circo permitiu determinar a sua composição elementar (Tabela 3) – bronze (Cu + Sn) com reduzidos teores de im-

Tabela 2 – Composição dos nódulos metálicos no cadinho do Outeiro do Circo.

Tipo	Referência	Au (%)	Ag (%)	Cu (%)
Nódulo metálico	I	84,2 ± 1,5	15,1 ± 1,6	0,71 ± 0,10
Nódulo metálico	II	87,9 ± 1,1	11,8 ± 1,1	0,20 ± 0,02
Nódulo metálico	III	90,5 ± 0,2	9,4 ± 0,2	0,17 ± 0,01
Nódulo metálico	IV	84,8 ± 0,1	15,1 ± 0,2	0,41 ± 0,06

Tabela 3 – Composição de vestígios de produção do Outeiro do Circo.

Tipo	Referência	Cu (%)	Sn (%)	Pb (%)	As (%)	Fe (%)
Nódulo metálico	99A	89,0	10,5	0,16	0,33	<0,05
Nódulo metálico	99B	91,3	8,0	0,34	0,30	<0,05
Cone de fundição	92	88,4	11,4	0,18	<0,10	<0,05

purezas, nomeadamente chumbo, arsénio e ferro. Os resultados de composição elementar permitem associar os dois nódulos à produção de bronze, assim como o cone de fundição ao vazamento de uma liga semelhante.

As observações de microscopia óptica aos nódulos metálicos identificaram microestruturas com grão irregular e dimensão elevada (Figura 2). Estas características indicam um arrefecimento lento, o qual é compatível com o arrefecimento dos nódulos dentro de um cadinho. Pelo contrário, nódulos resultantes de perdas metálicas durante a fundição de artefactos usualmente denominados por pingos de fundição apresentam uma microestrutura dendrítica, resultante de um arrefecimento muito rápido. A título de exemplo observe-se na Fig. 2 a microestrutura dendrítica do pingo de fundição 41B do Casarão da Mesquita 4, Évora (Valério, 2012). Outras características microestruturais incluem uma densidade elevada de poros de desgaseificação no nódulo 99A e a presença comum de inclusões de Cu_2S, as quais são resultantes de impurezas de enxofre nos minérios de cobre utilizados como matéria-prima. (Figura 2).

O estudo de cadinhos, escórias e nódulos metálicos recuperados numa oficina metalúrgica de Entre Águas 5 (Serpa) forneceu os primeiros dados sobre a produção de bronze durante o Bronze Final nesta região do sul do actual território nacional (Valério & alii, 2013). Um dos processos identificados nesta oficina metalúrgica consiste na co-redução de minérios de cobre e cassiterite em cadinhos abertos. Este processo primitivo resulta na formação de escória imatura e de elevada viscosidade, bem como de nódulos metálicos de forma irregular, reduzida dimensão e composição diversa. Após arrefecimento, os nódulos seriam recolhidos do interior do cadinho para posterior fusão e vazamento de lingotes ou artefactos. Diversos estudos têm vindo a demonstrar que este seria o método mais comumente utilizado na produção de bronze na Península Ibérica durante o Bronze Final (Rovira, 2007; Figueiredo & alii, 2010). Deste modo, podemos afirmar que as características dos nódulos metálicos recolhidos no Outeiro do Circo sugerem a sua formação numa operação primária de produção de bronze. No entanto, neste povoado produzir-se-iam também artefactos, como atesta o cone de fundição 92 recuperado durante as escavações arqueológicas. A sua microestrutura dendrítica com zonamento (Figura 2) indica o arrefecimento relativamente rápido após vazamento da liga.

5. RESULTADOS DOS ARTEFACTOS

A análise por micro-EDXRF dos artefactos metálicos do Outeiro do Circo permitiu determinar a sua composição elementar (Tabela 4). Estes são manufacturados em bronze com teores reduzidos de chumbo, arsénio e ferro. Deste conjunto de artefactos destaca-se o anel, por ser composto por uma liga pobre em estanho, enquanto os restantes apresentam teores similares aos valores observados nos vestígios metalúrgicos. (Tabela 4).

O estudo de cerca de 30 artefactos do Bronze Final, provenientes de diversos povoados e depósitos do sul do território nacional Entre Águas 5 (Serpa), Baleizão (Beja), Salsa 3 (Serpa), Casarão da Mesquita 3

Tabela 4 – Composição dos artefactos metálicos do Outeiro do Circo.

Tipo	Referência	Cu (%)	Sn (%)	Pb (%)	As (%)	Fe (%)
Anel	98	97,5	2,4	n.d.	<0,10	<0,05
Pendente	99	92,6	7,0	0,22	0,16	<0,05
Argola	107	91,5	8,3	n.d.	0,12	<0,05

(Évora), Santa Margarida (Serpa) e Quinta do Marcelo (Almada) indicou a utilização quase exclusiva de bronzes binários com um teor médio de estanho de cerca de 10 % (Valério *& alii*, no prelo). Deste modo, o pendente e a argola do Outeiro do Circo, assim como a possível ponta de lança, da qual só resta o cone de fundição, enquadram-se na metalurgia coeva desta região. O teor reduzido de estanho no anel poderá ser explicado pela utilização mais significativa de sucata, uma vez que a refusão de um bronze conduz ao empobrecimento de estanho na liga devido á oxidação preferencial deste elemento face ao cobre.

A observação das microestruturas dos artefactos identificou matrizes de fase alfa do cobre recristalizadas (Figura 3). Estas características indicam cadeias operatórias com ciclos de martelagem e recozimento após o vazamento. Para além disso, a argola apresenta bandas de deformação que indicam um trabalho final de martelagem. As microestruturas apresentam ainda inclusões de Cu_2S. No caso do pendente, as bandas de deformação apresentam uma densidade mais elevada e estão circunscritas a uma área determinada na extremidade do artefacto (Figura 3). Esta área parece corresponder a uma região específica do pendente, talvez um fecho ou o arranque de um outro elemento. A título de comparação veja-se, por exemplo, o aro com as extremidades rebitadas representado na Figura 3, as quais sofreram seguramente uma maior deformação devido ao processo utilizado para as unir. (Figura 3).

Os artefactos do Outeiro do Circo foram também sujeitos a medições de microdureza Vickers. Tratando-se de ornamentos e de uma argola, a sua manufactura não terá sido necessariamente direccionada para a obtenção de uma dureza elevada. No entanto, a comparação dos valores obtidos permite estimar quais os parâmetros daquelas cadeias operatórias que influenciariam significativamente a dureza deste tipo de artefacto (Figura 4). A dureza reduzida do anel 98 (66 ± 1 HV0,2) resulta do baixo teor de estanho nesta liga e da ausência de uma martelagem final. O aumento do teor de estanho na liga aumenta por si só o valor da dureza (pendente 99: 85 ± 2 HV0,2), enquanto o efeito cumulativo do elemento de liga e da martelagem final, resulta num artefacto ainda mais duro (argola 107: 108 ± 5 HV0,2). De qualquer das formas, estes artefactos apresentam durezas relativamente reduzidas quando comparados com artefactos coevos de tipologia semelhante do sul do território nacional (Figura 4).

6. CONCLUSÕES

O estudo dos metais e dos vestígios de produção permitiu identificar a produção de ligas de bronze e de ouro nos séculos XII-XI a.C. no povoado fortificado do Outeiro do Circo. Note-se que estes vestígios de produção de bronze constituem os vestígios mais antigos até agora encontrados no sudoeste ibérico, uma vez que antecedem de um ou dois séculos os registados em Entre Águas 5 (Valério *& alii*, 2013) e Casarão da Mesquita 3 (Mataloto *& alii*, 2013). Os artefactos, cone de fundição e nódulos metálicos indicam uma metalurgia conservadora de bronzes binários com teores pouco variáveis de estanho e reduzidos teores de impurezas, permitindo enquadrar estes escassos materiais metalúrgicos na metalurgia do Bronze Final do sudoeste ibérico.

De destacar que, pela primeira vez, a metalurgia do ouro com vestígios de produção se encontra atestada em povoados do Bronze Final do Sudoeste e, curiosamente, as dimensões do cadinho são bastante grandes para aquilo que seria, porventura, expectável, a não ser que estejamos perante a produção, no Outeiro do Circo, de quantidades apreciáveis de ouro ou de jóias de alguma dimensão. Esta produção de bronze e de ouro constitui mais um indício da importância deste povoado na rede de povoamento do Bronze Final do interior alentejano.

AGRADECIMENTOS

O estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Projecto EarlyMetal (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008). Agradece-se o apoio ao CENIMAT/I3N pelo PEst-C/CTM/LA0025/2013 (Projecto Estratégico–LA25–2013-2014). Os autores agradecem ao Departamento de Conservação e Restauro (DCR/FCT/UNL) pela utilização do espectrómetro de micro-EDXRF.

BIBLIOGRAFIA

FIGUEIREDO, Elin; SILVA, Rui J. C.; FERNANDES, Francisco M. B.; ARAÚJO, Maria F.; SENNA-MARTINEZ, João C.; VAZ, João L. I. (2010) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Jounal of Archaeological Science*. 37, pp. 1623-1634.

MATALOTO, Rui; MARTINS, José M.M.; SOARES, António M.M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20 (no prelo).

REIMER, Paula J.; BAILLIE, M.G.L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J.W.; BLACKWELL, P.G.; BRONK RAMSEY, C.; BUCK, C.E.; BURR, G.S.; EDWARDS, R.L.; FRIEDRICH, M.; GROOTES, P.M.; GUILDERSON, T.P.; HAJDAS, I.; HEATON, T.J.; HOGG, A.G.; HUGHEN, K.A.; KAISER, K. F.; KROMER, B.; McCORMAC, G.; MANNING, S.; REIMER, R.W.; RICHARDS, D.A.; SOUTHON, J.R.; TALAMO, S.; TURNEY, C.S.M.; VAN DER PLICHT, J.; WEYHENMEYER, C. E. (2009) – IntCal09 and Marine09 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. 51, pp. 1111-1150.

ROVIRA, Salvador (2007) – La producción de bronces en la Prehistoria. In: MOLERA, Judit; FARJAS, Jordi; ROURA, Pere; PRADELL, Trinitat, eds. – *Avances en Arqueometría 2005. Actas del VI Congreso Ibérico de Arqueometría*. Girona: Universitat de Girona, p. 21-35.

SERRA, Miguel; PORFÍRIO, Eduardo (2012) – O Bronze Final nos "Barros de Beja". Novas perspectivas de investigação. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, p. 133-148.

SESTIERI, Anna M. B.; MACNAMARA, Ellen (2007) – *Prehistoric metal artefacts from Italy (3500-720BC) in the British Museum*. London: British Museum.

STUIVER, Minze; REIMER, Paula J. (1993) – Extended ^{14}C Data Base and Revised CALIB 3.0 ^{14}C Age Calibration. *Radiocarbon*. 35, pp. 215-230.

VALÉRIO, Pedro (2012) – *Archaeometallurgical study of pre and protohistoric production remains and artefacts from southern Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (PhD thesis).

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. M.; SILVA, Rui J. C.; ARAÚJO, Maria F.; REBELO, Paulo; NETO, Nuno; SANTOS, Raquel; FONTES, Tiago (2013) – Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze Age metallurgical workshop from Entre Águas 5 (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 439-451.

VALÉRIO, Pedro; SOARES, António M. M.; ARAÚJO, Maria F.; SILVA, Rui J. C. (no prelo) – Tradição indígena e orientalizante na metalurgia do bronze da bacia do Guadiana entre os séculos VIII e VI a.C. In *Sidereum Ana III: El Río Guadiana Y Tartessos*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.

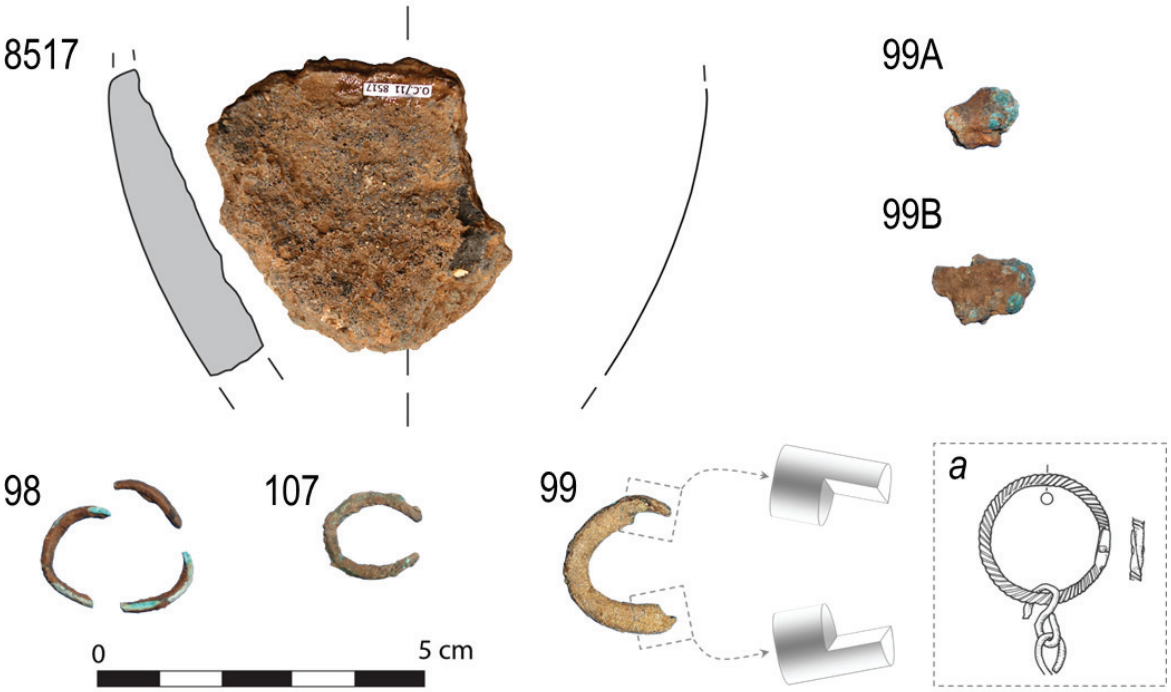


Figura 1 – Cadinho (8517), nódulos (99A e 99B), anel (98), argola (107) e pendente (99) do Outeiro do Circo (com representação do cadinho e das extremidades do pendente; a: aro com as extremidades rebitadas da 1ª Idade do Ferro, ~5 cm de diâmetro, Sestieri e Macnamara, 2007: nº 549, pgs. 186 e 228).

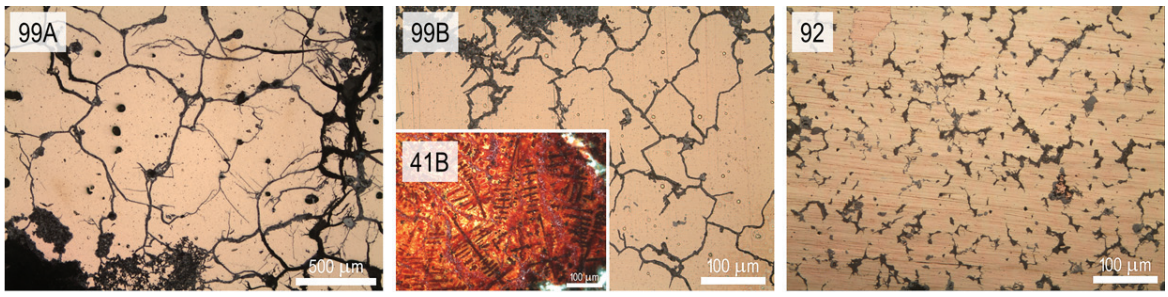


Figura 2 – Microestruturas de vestígios de produção do Outeiro do Circo e do pingo de fundição 41B do Casarão da Mesquita 4.

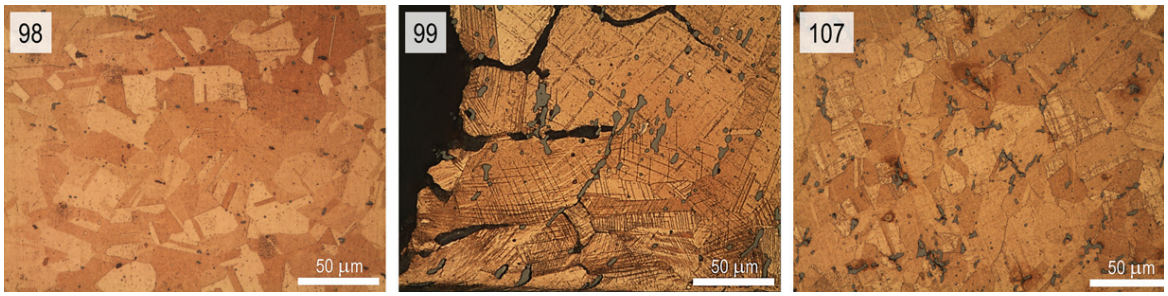


Figura 3 – Microestruturas do anel 98, pendente 99 (extremidade) e argola 107 do Outeiro do Circo.

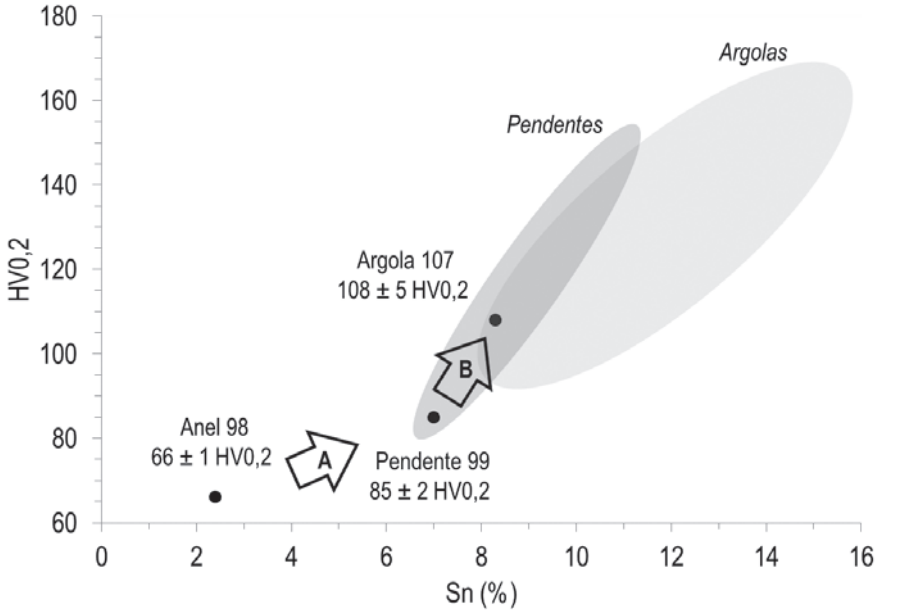


Figura 4 – Microdurezas de artefactos do Outeiro do Circo (HV0,2 = média ± desvio padrão; A: efeito do elemento de liga; B: efeito da martelagem final; pendentes e argolas do Bronze Final do sul do território nacional, Valério, 2012).

AFINAL HAVIA OUTRA... TESTEMUNHOS DE UMA FASE DE OCUPAÇÃO MAIS ANTIGA, NA VILA DE ARRAIOLOS

Sara Oliveira Almeida / sara_almeida11@hotmail.com
Ricardo Costeira da Silva / Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEUACP-CAM) / ricardo_silva78@hotmail.com
Cidália Matos / Arkhaios, Lda / mariacidaliamatos@gmail.com

RESUMO
No quadro de uma acção de arqueologia preventiva, revelaram-se indicadores que permitem alimentar a discussão de uma fundação anterior ao Bronze Final, na Vila de Arraiolos. Substancia-se, assim, uma ocupação enquadrada no Bronze do Sudoeste na fronteira geográfica e cronológica do povoado estrategicamente instalado na colina do Castelo.

ABSTRACT
Within an intervention of preventive archeology, data emerged to support the discussion of a foundation in Arraiolos village earlier then Late Bronze Age. Seems thus we are dealing with an occupation framed in the so called Southwest Bronze Culture, bordering geographically and chronologically with the settlement strategically located on the castle hill.

INTRODUÇÃO

O povoado de S. Pedro de Arraiolos tem merecido a atenção de estudos recentes, votados à sua ocupação proto-histórica ancorada, tanto quanto é dado saber, num momento final da Idade do Bronze (Almeida *et alii*, 2009; Almeida *et alii*, 2012). Situado na colina do castelo medieval, este núcleo arqueológico referenciado desde meados do século passado (Ventura, 1959; Paço, 1965; Marques, 1969; Marques, 1974) era tido, até ao momento, como o mais antigo marco do estabelecimento de comunidades humanas no local. Relativamente a esta afirmação, a intervenção arqueológica desenvolvida pela firma Arkhaios, Lda.[1] em 2012 e dirigida por uma das signatárias (C.M.) no Antigo Hospital do Espírito Santo, traz a lume novos dados para discussão, dos quais se dá nota no presente artigo.

1. Instituição à qual agradecemos a disponibilidade e o apoio prestado.

ENQUADRAMENTOS

Estabelecida na "peneplanície posição alta" das colinas de Arraiolos, inscrita na unidade paleográfica e geotectónica da "Zona da Ossa-Morena", a vila é dotada de enquadramento paisagístico espraiado em relevos suaves, muito embora localmente deformado por factores de origem estrutural ou litológica, sendo frequentes os cabeços com altitudes entre os 340 e 400 m (Carvalhosa, 1999). Em termos geológicos, o território caracteriza-se por constituições do maciço antigo, englobando o complexo xisto-grauváquico, paleozóico e formações hercínicas de granitos alcalinos (Silva e Perdigão, 1998, p. 22).
O núcleo de S. Pedro (ou do castelo) implanta-se no cume mais elevado da "cadeia" das colinas de Arraiolos (a 399 m de altitude), sensivelmente no seu extremo NW, sendo dotado de um domínio visual notável, limitado pelas serras de Palmela, da Arrábida, de Sintra, de Montejunto, da Gardunha, de Portalegre, da Estrela, de Olôr, de Sousel, de Portel e d`Ossa (Lopes, 2008, p.3). Já o Antigo Hospital do Espírito Santo localiza-se numa plataforma aplanada

(aos 345 m) virada a N, quase equidistante (a cerca de 300 m) da colina do castelo a E, e de uma outra elevação a W (Figura 1 e 2).
Este edifício integrado na malha urbana, consolidada em Época Moderna, foi alvo de trabalhos arqueológicos de salvaguarda (Figura 3) em virtude do projecto de requalificação do espaço, promovido pela autarquia que prevê aí instalar o futuro Centro de Interpretação do Tapete de Arraiolos.

VESTÍGIOS DA IDADE DO BRONZE NO ANTIGO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO

Durante a intervenção em causa e mais concretamente na escavação das salas nº 8 e 10, foram detectadas inúmeras estruturas em negativo, nomeadamente fossas/silo escavadas no substrato geológico brando (Figura 4). Destas destacam-se duas ([811] e [1016]) que se distinguiam pelo formato, recheio e espólio.
Efectivamente e por oposição às restantes fossas, de cronologia moderna, estas revelavam boca ampla, fundo plano largo e paredes esvasadas e pouco profundas (Figura 5 e 6). O preenchimento das fossas distinguia-se igualmente dos demais por ser constituído por saibro degradado, arenoso e de coloração clara, compatível com o substrato geológico, conquanto menos consistente, o que permitia distinguir a estrutura ao nível do topo. Ou seja, as duas estruturas negativas compartilhavam o mesmo desenho e encontravam-se colmatadas com um pacote sedimentar semelhante, em termos de coloração, constituição, textura e compacticidade. No interior das duas fossas registou-se um reduzido número de artefactos de cerâmica. Assim na camada [814], a par de alguns fragmentos sem forma, que remetem para recipientes de grande porte, foi recolhido o conjunto aqui figurado (Figura 7, nº 1 a 4). Deste constam pequenos vasos de carena média a alta, suave, com bordo reentrante ou aprumado; uma forma com carena muito pronunciada; e uma taça carenada com bordo boleado esvasado[2]. No depósito [1018] foram exumados fragmentos amorfos (com cerca de 2 cm de espessura) e uma taça carenada de bordo extrovertido (Figura 7, nº 5).
O material cerâmico revela uma matriz eminentemente granítica, com pastas pouco a moderadamente compactas, com abundante inclusão de feldspato, quartzo, palhetas de mica (e por vezes nódulos ferruginosos ou elementos orgânicos) mal calibrados. Quanto ao tratamento superficial apenas se registou o alisamento grosseiro, acusando, por vezes, erosão ao nível interno. Face ao descrito sublinhe-se que as características técnicas associadas a este lote se dis-tanciam das produções associadas ao núcleo do castelo, marcadas pela elevada qualidade técnica (Almeida *et alii*, 2012).
Quanto ao perfil morfológico, embora a escassa quantidade de recipientes recuperados dificulte a integração num horizonte crono-cultural bem definido, despontam do conjunto traços enquadráveis no Bronze do Sudoeste[3]. Assim, apontam-se para estes modelos formais paralelos em contextos de natureza variada, dispersos pelo território alentejano, estendendo-se à baixa Estremadura e Estremadura espanhola, para um horizonte cronológico fixado no II Milénio a.C. e extensível aos inícios do I. Assim, e apenas a título exemplificativo, enumeram-se peças similares em contextos funerários, como na cista de Santa Justa – Serpa (Soares *et alii*, 2009, fig. 10, nº 1), na Anta II de São Gens – Nisa (Oliveira, 1999-2000), nas necrópoles do Pessegueiro – Sines (Silva e Soares, 2009, fig. 19) e Atalaia – Ourique (Shubart, 1965, fig. 15 e 16) e nas necrópoles de cistas de Papua II e Barranqueta – Aracena (Pérez Macias, 2010, fig. 8 e 10). Assinalam-se igualmente paralelos em contextos ocupacionais como o sítio de planície do Casarão da Mesquita 3 – Évora (Santos *et alii*, 2008, fig. 15 nºs 1, 4 e 11), a ocupação do Bronze Médio detectada junto dos menires de São Sebastião – Évora (Mataloto, 2007, fig. 7, p.132) e o povoado do Catujal – Oeiras (Carreira, 1994, fig. 5 e 6).
A esta realidade cultural poder-se-á associar, então, o já conhecido machado plano (Figura 8), recolhido na zona da alcáçova (Paço, 1965) e que se afigurava como um achado destoante do material conhecido até ao momento.

DISCUSSÃO

Apesar da escassez dos testemunhos materiais recomendar circunspecção nas ilações a aduzir, são de destacar algumas linhas de interpretação.

2. Destas destaca-se o nº 2, que continha no seu interior um conglomerado extremamente resistente cuja natureza não foi de momento possível determinar.

3. Expressamos o nosso agradecimento à Doutora Raquel Vilaça pelo auxílio na classificação do material cerâmico.

Analisando os factos disponíveis, sobrevêm a ocorrência de estruturas a cota negativa cujo espólio artefactual remete para um episódio ocupacional estanciado no Bronze Pleno, localizado numa plataforma virada a N, a pouca distância do povoado que se estabelecerá no cume da colina do castelo no Bronze Final.

Este facto harmonizar-se-ia com um modelo conceptual em que às instalações abertas e de planície se seguiria a ocupação de pontos destacados na paisagem - hipótese ocasionalmente desmentida pelo recente registo arqueológico (Antunes *et alii*, 2012). No entanto, desconhece-se a dimensão do povoado (admitindo com reservas que se trata de um povoado) atribuível ao Bronze Pleno, bem como o perímetro do arqueoosítio durante o momento seguinte. Ou seja, ignora-se se terá ocorrido uma sobreposição dos sítios – tal como se tem verificado noutros locais (Santos *et alii*, 2008), o que excluiria assim a hipótese de deslocalização. A comprovar-se, contudo, de futuro, essa "deslocalização", então há que ponderar as razões que podem estar na base da transferência (de 300 m) do núcleo ocupacional para o ponto mais alto do território. Avultam desde logo motivações defensivas como as mais evidentes para justificar esta opção. Muito embora podendo encontrar-se associado a outras causas, dificilmente se entenderia este fenómeno salvo num quadro de incremento da instabilidade social ou da afirmação explícita e manifesta do poder aí instaurado.

Em resumo, a cada nova aquisição de conhecimento consagrada pela arqueologia, soma-se um crescente número de questões a esclarecer relativamente às primitivas fases de ocupação de Arraiolos. Paradoxalmente será certamente através da promoção de futuras intervenções arqueológicas que se poderão resolver as dúvidas existentes, sabendo-se, de antemão, que por arrasto novas interrogações se sucederão. É com expectativa nesta dinâmica que se aguarda a descoberta de futuros achados que substanciem a presente discussão.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, S.; SILVA, R. C.; OSÓRIO, A. B. (2009) - O povoado proto-histórico de S. Pedro de Arraiolos – Expressões da cultura artefactual in *Actas IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste*, *Aracena, 2008*. J. A. Pérez Macias e E. Romero Bomba (Eds.), Universidad de Huelva Publicaciones. p. 592-605.

ALMEIDA, S.; SILVA, R. C.; OSÓRIO, A. B. (2012) – O povoado de S. Pedro de Arraiolos (Alentejo) – Novos dados para o seu conhecimento. *Siderum Ana II – El rio Guadiana en el Bronce Final. Anejos de Archivo Español de arqueologia*. Mérida. Javier Jiménez Ávila (ed.). p. 229-247.

ANTUNES, A. S. [et. al.] (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana *Siderum Ana II – El rio Guadiana en el Bronce Final. Anejos de Archivo Español de arqueologia*. Mérida. Javier Jiménez Ávila (ed.). p. 277- 307.

CARREIRA, J. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM 2*. Lisboa. p. 47-144.

CARVALHOSA, A. (1999) – *Notícia Explicativa da Folha 36-C Arraiolos*. Departamento de Geologia. Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa.

LOPES, B. (2008) – *O Castelo de Arraiolos*. Lisboa.

MARQUES, G. (1969) – Estação do bronze do Mte de S. Pedro (Arraiolos). Comunicação. In *Actas, Secção Arqueologia da Soc. Geograf. Lisboa, sessão de 20 de Fevereiro de 1969, Boletim da Soc. Geograf. Lisboa*. S. 87, nº 1-3 e 4-6, p. 147.

MARQUES, G.; ANDRADE, M. (1974) – Aspectos da Proto-História do Território Português, 1 – Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto. p. 125-191.

MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista portuguesa de Arqueologia*, 10:1, p. 123-140.

MONTEAGUDO L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München, Prähistorische Bronzefunde, IX, Band 6.

OLIVEIRA, J. (1999-2000) – A Anta II de São Gens (Nisa). *Ibn Maruán*. Marvão. 9-10, p. 181-238.

PAÇO, A. (1965) – Castelo de Arraiolos. Junta Distrital de Évora. Évora. *Boletim* 6, p. 189-191.

PÉREZ MACIAS, J. A. (2010) – Anotaciones sobre el Bronce del Suroeste. Necrópolis de cistas en el entorno del embalse de Aracena. Universidade de Huelva. p. 9-30.

SANTOS, F. J. C.; [et. al.] (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas "silo" do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. V. 11, nº 2, p. 55 – 86.

SILVA, A. C.; PERDIGÃO, J. (1998) – *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*. Câmara Municipal de Arraiolos.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (2009) – Práticas funerárias no Bronze Pleno do litoral Alentejano: O monumento II do pessegueiro. *Estudos arqueológicos de Oeiras*: 17. Oeiras. p. 389-420.

SOARES, A. M.; SANTOS, F.; DEWULF, J.; DEUS, M.; ANTUNES, A. S. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste – Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* 17. Oeiras, Câmara Municipal. p. 433-456.

SCHUBART, H. (1965) – *Atalaia – Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo*.

VENTURA, J. F. (1959) – Antas e Castros no Alentejo. *Alto Alentejo*, 4. Évora.

Figura 1 – Localização do Antigo Hospital do Espírito Santo, Arraiolos (base do Google Earth).

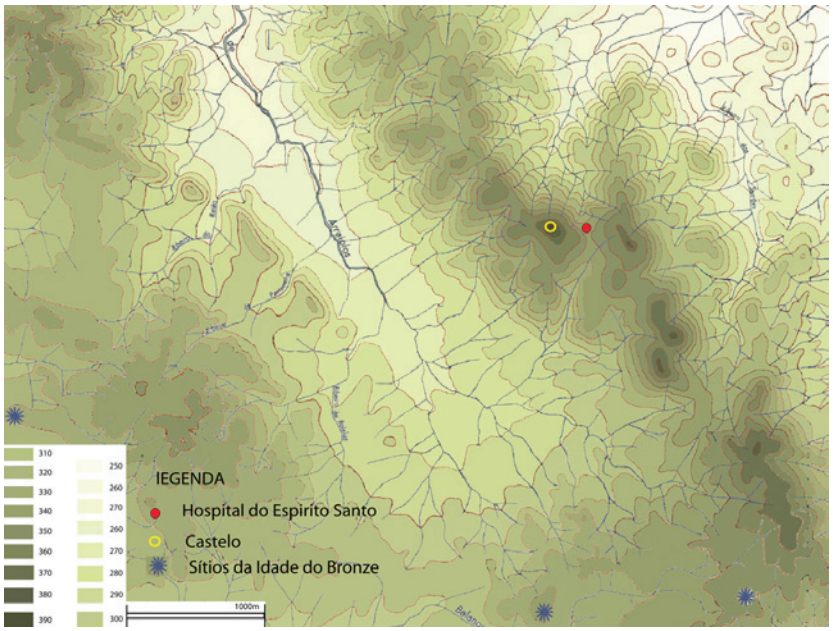


Figura 2 – Localização dos núcleos arqueológicos na cadeia de colinas de Arraiolos.

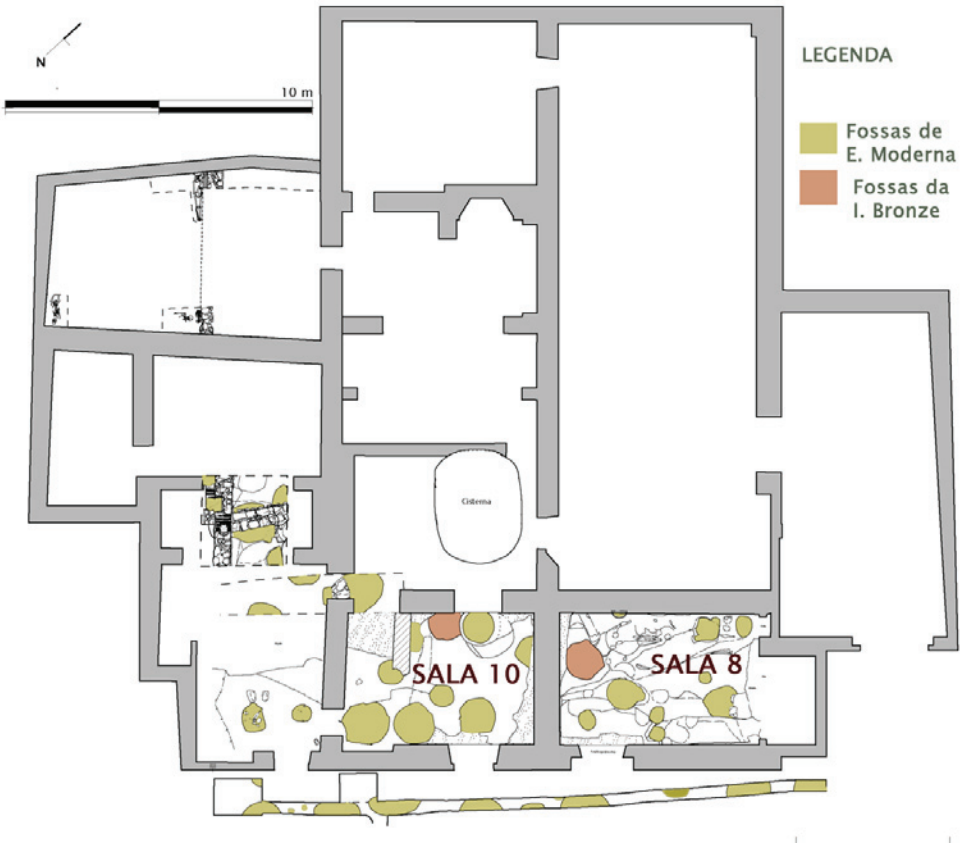


Figura 3 – Planta do edifício com indicação das fossas identificadas.

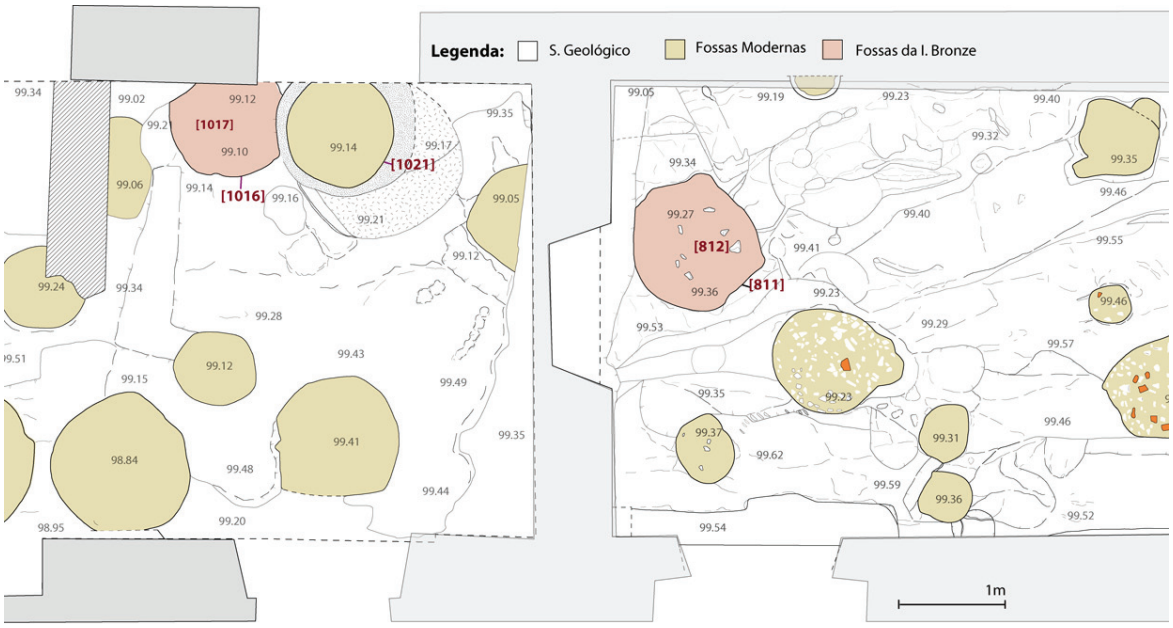


Figura 4 – Plano parcial da implantação das fossas identificadas nas salas 8 e 10.

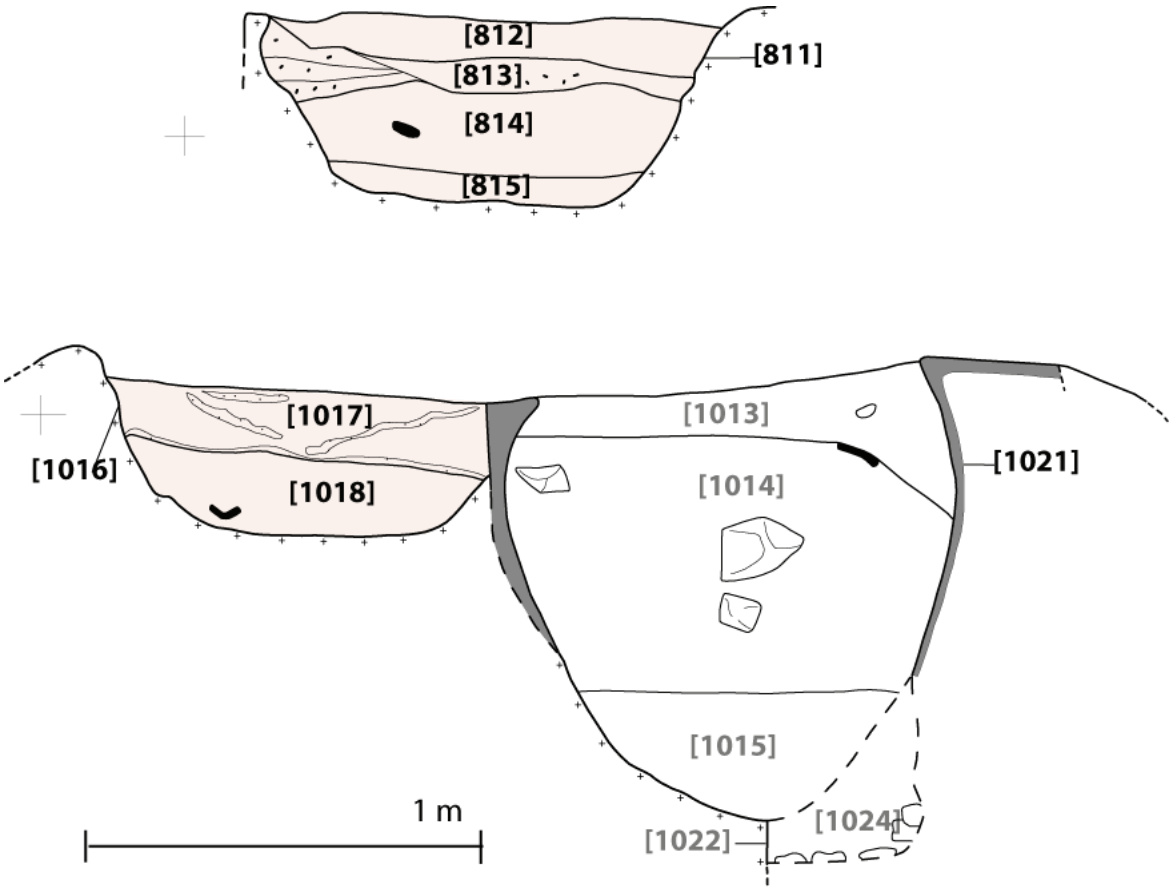


Figura 5 – Corte das fossas [811] acima e [1016] cortada pela [1021] abaixo.

Figura 6 – À direita, em primeiro plano, a fossa [1016] com a fossa [1021] ao fundo. À esquerda, pormenor da escavação de secção da fossa [811].

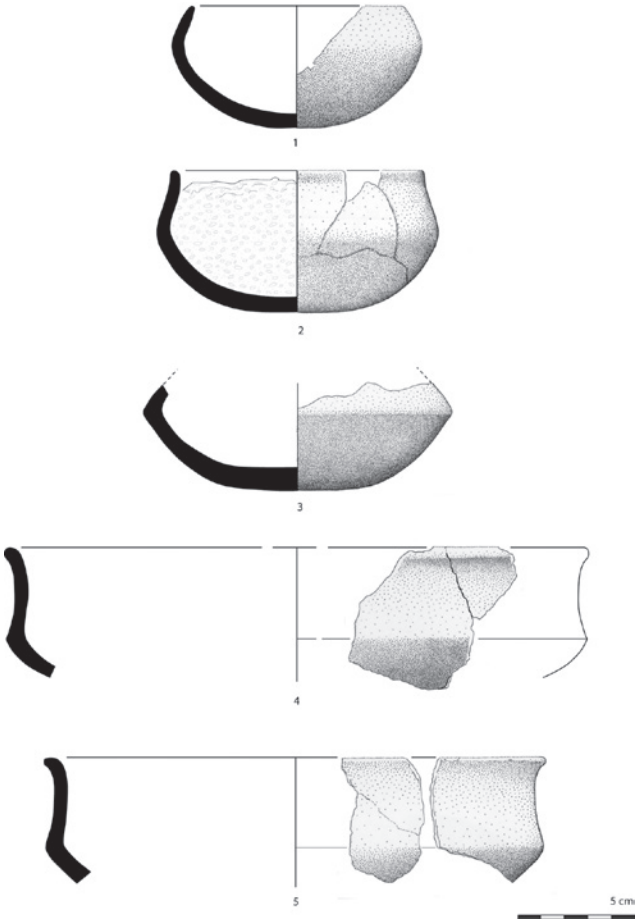


Figura 7 – Cerâmica exumada nas fossas: 1 a 4 – [814]; 5 – [1018].

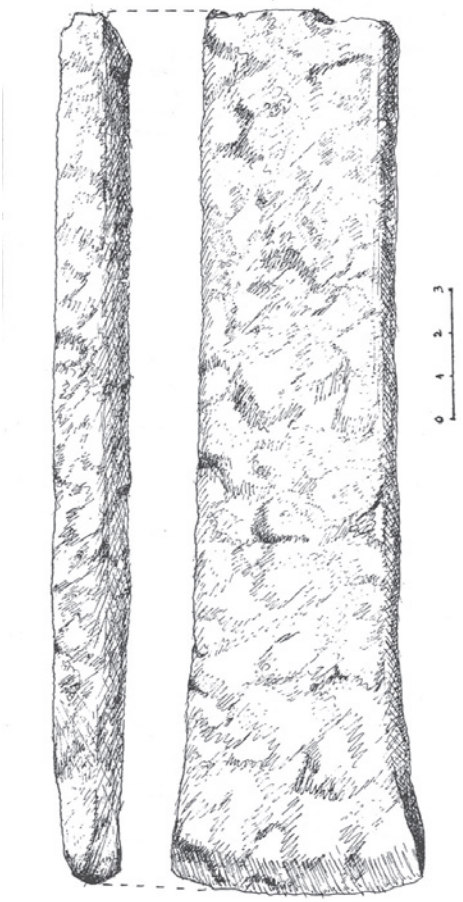


Figura 8 – Machado plano de bronze (seg. Paço, 1965, fig. 1).

AS ESTELAS DE CASTELÕES E AS REPRESENTAÇÕES PROTO-HISTÓRICAS DO PODER

Armando Coelho Ferreira da Silva / Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória – CITCEM / acfsilva@sapo.pt
João Ribeiro Parente / Historiador; Investigador do CITCEM
Maria José Folgado Lobato / Mestre em Arqueologia / Investigadora do CITCEM
Raquel Jorge / Engenheira Civil / Investigadora do CITCEM

RESUMO
Dando notícia preliminar de um achado recente de duas estelas, ditas do sudoeste, no lugar de Castelões, freguesia de Calvão, concelho de Chaves, distrito de Vila Real, apresenta-se a sua análise descritiva com reconsideração da problemática da territorialidade e da simbólica do poder local e regional a partir da distribuição geográfica e formatos de representação, sublinhando a originalidade da tipologia destes monumentos no quadro evolutivo da escultura de pedra do noroeste peninsular.

ABSTRACT
Introducing the preliminary news of a recent finding of two stelae, said from the southwest, in the place of Castelões, Calvão, Chaves, Vila Real district, here is its descriptive analysis with reconsideration of the ter--ritoriality and symbolic power from local and regional geographic distribution and representation formats, highlighting the unique typology of these monuments within sculpture of northwestern peninsular.

1.

Foram por nós referenciadas duas novas estelas decoradas, tipologicamente ditas do sudoeste, na aldeia de Castelões, freguesia de Calvão, concelho de Chaves, distrito de Vila Real, que, segundo as informações dos autores da sua descoberta, a primeira terá aparecido em meados de Julho de 2012, por ocasião de uma caminhada pedestre de três membros da mesma família (Maria Albertina Pinto Martins, o marido Armindo Cunha Rodrigues e o filho Rui Miguel Martins Rodrigues) até ao Alto de Castelões, e a segunda no dia 1 de Setembro a cerca de 12 metros de distância para oeste relativamente à anterior.
A primeira encontrava-se enterrada lateralmente, com reverso visível, e a outra deitada de dorso, a cerca de 250 metros a nordeste do marco geodésico de Forninhos (996,00m), às seguintes coordenadas geográficas: Longitude 07º 34' 20.73", Latitude 41º 48' 19.87" e Altitude 960 m.
As suas dimensões e iconografia são similares, de que se resumem as principais características:

ESTELA DE CASTELÕES 1

Matéria – granito local, de tonalidade acinzentada, conhecido justamente como "granito de Castelões", com muito quartzo e mica preta.
Morfologia – Peça completa constituída por um monólito de espessura regular, de cerca de 20,00cm, 150,00cm de altura (cerca de 25,00cm enterrados) e 120,00cm de largura média, apresentando, genericamente, uma conformação retangular sobreposta por um semicírculo com o perfil boleado, enquanto a parte inferior, para enterramento, não terá vestígios de especial tratamento. O anverso da laje é plano e foi previamente alisado para a figuração, enquanto o reverso se apresenta tosco, ao natural.
Iconografia – A distribuição dos objetos gravados, que representam armamento, é a seguinte: um escudo, emblemático, ocupa o lugar central da composição, adequando a sua localização ao perfil semicircular. O escudo tem chanfradura em V, que interrompe os três aros exteriores, sendo constituído por cinco círculos concêntricos, o exterior com 60,00cm de diâmetro,

o quarto com 40,00cm de diâmetro, o terceiro com 32,00cm de diâmetro, o segundo com 24,00cm de diâmetro, e o círculo central, de 14,00cm, com traço horizontal de braçadeira ou pega diametral. É evidente a regularidade da linha de incisão com cerca de 1,00cm de largura e profundidade.

Por baixo do escudo, está figurada em posição horizontal, com orientação da direita para a esquerda, uma espada completa, com cerca de 66,00cm de comprimento, com empunhadura que aparenta pomo em calote e folha pistiliforme (Coffyn, 1985, pp.75-82,168-169; fig. 34-36), com 6,00cm de largura máxima, aparentando analogias com exemplares de bronze de maior proximidade tipológica à espada de Sobrefox (Coffyn, 1985, fig. 59). As diferenciações dos relevos, mais leves na zona central, permitem supor a existência da nervura caraterística deste modelo.

À direita do escudo, perpendicular à espada, está uma lança, com 56,00cm de comprimento, sendo 36,00cm de haste e 20,00cm de ponta foliácea com 5,00cm de largura máxima, com parentesco mais próximo em dois exemplares do depósito de Solveira, Montalegre, das imediações deste achado (Coffyn 1985, p.319; pl. XLIII, 4-5).

Para além do armamento, à esquerda do escudo, visualiza-se, em posição invertida, um espelho, de disco subcircular com pé, que se reconhece como produto de luxo resultado do intercâmbio com o mundo mediterrânico.

Mas a maior originalidade desta composição poderá encontrar-se na representação da orla periférica da estela, que apresenta vestígios de ter sido totalmente ornamentada com denticulado em zig-zag contínuo, com um espaçamento irregular que varia entre 6,00cm e 8,00cm nos vértices. A ancestralidade deste motivo observado em suportes líticos e peças de ourivesaria desde o Bronze Inicial manifestará a carga simbólica desta representação (Figura 1).

ESTELA DE CASTELÕES 2

Matéria – granito de tom amarelado, não existente no local, com muito feldspato, quartzo miúdo, pouca moscovite e muita biotite.

Morfologia – monólito com cerca de 15,00cm de espessura, 150,00cm de altura (cerca de 25,00cm enterrados) e 115,00cm de largura média, de configuração congénere à anterior, com o anverso igualmente plano e alisado e o reverso tosco, ao natural. A parte superior foi igualmente boleada, enquanto a parte inferior, para enterramento, não terá vestígios de especial tratamento.

Iconografia – A distribuição dos objetos, que representam armamento e outra iconografia acessória, é a seguinte: o escudo ocupa o lugar central, sendo constituído por três aros concêntricos, com chanfradura em V, à direita. O diâmetro máximo é de 48,00 cm no círculo exterior, o terceiro é de 36,00 cm, o segundo de 24,00 cm e o círculo central com 14,00 cm. O realismo da representação que se observa na pormenorização da chanfradura pode ser ainda notado na figuração da pega central marcada por duas linhas paralelas incisas e sobretudo pelo cravejamento visível em todos os aros, que fixariam as tiras de couro ou chapas de metal ao suporte, de madeira ou de metal.

Por baixo do escudo, está figurada uma espada completa em posição quase horizontal, com orientação da direita para a esquerda e dimensões de 60,00 cm de comprimento, com empunhadura de hastes bifurcadas e ponta da lâmina estrangulada em língua de carpa típica das espadas do depósito da ria de Huelva (Coffyn, 1985, pp. 82-84, 205-207; fig.48-49).

Na parte superior está representada uma lança com haste comprida e ponta foliácea com 68,00 cm no total, sendo 25,00 cm de ponta com 7,00 cm de largura máxima, e, do lado direito, na parte inferior do escudo, em posição vertical, singulariza-se uma ponta de lança, de 15,00 cm, a completar a panóplia guerreira.

Na parte inferior, do lado esquerdo da peça, entre a espada e o escudo, há uma série de outros motivos, de que se destaca uma representação antropomórfica estilizada, com 25,00 cm de altura, na qual se percebe um círculo de 4,00 cm de diâmetro, representando a cabeça, e linha dorsal vertical com membros superiores e inferiores abertos. Aos pés da figura, do lado esquerdo, parece estar um pequeno zoomorfo, canídeo ou cervídeo, com cauda, patas e orelhas ou armadura representadas por segmentos lineares, e, do lado direito, um motivo geométrico, com dois círculos quase concêntricos de 10,00 cm e 4,00 cm de diâmetro, de aspeto lunular, a que se anexa um pequeno círculo complementar, podendo interpretar-se como um espelho.

A orla exterior com denticulado em zig-zag contínuo com um espaçamento mais regular é ainda visível em quase todo o seu perímetro.

Nestas circunstâncias, queremos sublinhar o notá-

vel contributo destas estelas, não tanto pela multiplicação de novos achados, mas sobretudo pelo que elas significam para o conhecimento de aspetos da sua distribuição geográfica, análise espacial, contextualização arqueológica e cronologia, interpretação funcional e simbólica (Figura 2).

2.

Na última síntese, da autoria de Marta Díaz-Guardanimo, depois das obras pioneiras de M. Almagro-Basch (1966) e M. Almagro-Gorbea (1977), sobre as estelas decoradas na Pré-história da Península Ibérica, o único registo de peças congéneres (*estelas de guerreiro* ou *estelas do sudoeste* ou *estelas de tipo extremeño* conforme a diversidade das designações que se lhes reportam), sinalizado fora do sudoeste peninsular, em sentido geral, resumia-se à estela de Luna, Valpalmas, Zaragoza, além dos três casos conhecidos do oppidum de Substantion e de Buoux 1 e 2 do sudoeste francês (Díaz-Guardanimo, 2010, fig.192-3), informação que por vezes ainda se mantém em publicações da especialidade (Vg., Quesada Sanz, 2013, p. 88).

E uma das maiores curiosidades registadas nas IV Jornadas Raianas, dedicadas ao estudo das *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história* (Vilaça 2011), residiu na observação de uma série de achados recentes que, ao reforçarem a configuração de um importante núcleo em torno do ocidente da Cordilheira Central, lhes conferia simultaneamente uma dimensão de maior atlantização, resultante do seu carácter indígena, inerente a determinados motivos representados, mas sobretudo assinalada pela referenciação de uma estela em Tojais, Cervos, Montalegre, na região do Alto Tâmega do noroeste peninsular (Vilaça; Osório; Santos, 2011, p. 357).

Maior surpresa, porém, terá sido o reforço deste núcleo com a descoberta de duas novas unidades na Beira Baixa de Portugal, uma na Zebreira, Idanha-a-Nova (Figura 3-4, 12) recentemente publicada (Henriques; Chambino; Caninas, 2012), e outra em curso de estudo (Raquel Vilaça), nas suas proximidades, na freguesia do Telhado, concelho do Fundão (Figura 3-4, 11) e, mais ainda, por este par de estelas, de que aqui se dá notícia, que, associadas à de Tojais (Figura 3-4, 4; Alves; Reis, 2011), nas suas vizinhanças, e à de Pedra Alta (Figura 3-4, 1), igualmente próxima, em Castrelo do Val, junto de Verín (Reboreda, 2012), constitui um conjunto expressivo dessa atlantização, a reivindicar outra designação de natureza geográfica que não confinada ao sudoeste.

As estelas 1 e 2 de Castelões, de dimensões e iconografia similares, mostram uma composição caraterizada pela presença canónica de um escudo, com chanfradura, em posição central, que está enquadrado, numa superiormente e noutra lateralmente, na vertical, por uma lança e, na parte inferior, por uma espada aparentemente pistiliforme e em língua de carpa, a que se somam motivos complementares, um antropomórfico, um zoomórfico e um geométrico, na estela 2, conformando-se aos tipos B e B+O de Díaz-Guardanimo (2010) ou I e II de Celestino Pérez – Salgado Carmona (2011) esquematizados nessas Jornadas.

A observação do local do achado num planalto de amplíssimo horizonte visual, à altitude próxima dos 1000m, sem vestígios de função funerária, terá importância para a sua interpretação, como expressão do domínio territorial emergente no final da Idade do Bronze relacionável com a formação da cultura castreja, que se vem notando genericamente na viragem do II para o I milénio a.C. (1200 - 800), que se pode associar, na região, mais imediatamente ao Facho de Castelões, que lhe é próximo (Silva, 2007, p. 146, nº 599), e eventualmente também ao Outeiro dos Mouros, mais afastado (Silva, 2007, p. 146, n.º 600), de que se conhecem materiais compatíveis com essa cronologia.

Assinalando uma rutura no processo organizativo da sociedade indígena, conforme vem sendo cada vez mais corroborado por estudos sobre o habitat, a economia e a ergologia com correspondências nos registos de índole sociocultural, estes testemunhos representam uma expressão excecional do incremento da hierarquização, que terá acentuado o poder de algumas chefaturas, não raro indiciado por outros numerosos bens de prestígio, denunciadores de uma acumulação extraordinária de riqueza.

Tendo ocorrido esta fase de formação em contexto atlântico, de ótimo climático e económico, relacionada com o desenvolvimento excecional da atividade metalúrgica, com relações centro-europeias e ao mundo mediterrânico, de efeitos multiplicadores na atividade económica e no progresso social, cumpre invocar a abundância de recursos mineiros por toda a região, designadamente de estanho e particularmente de ouro no Vale do Terva, da bacia superior do Tâmega, cuja exploração poderá ser denunciada por inúmeros blocos de quartzo, porven-

tura aurífero, esparsos pela plataforma, onde as estelas foram implantadas, sinalizando o domínio do território e dos mecanismos de produção e intercâmbio dos produtos metálicos pelas elites locais. A relação deste sítio com a via XVII, que unia *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, com passagem por *Aquae Flaviae*, mais denunciará, como se tem observado para outras situações (vg., Lopes; Silva; Parente; Centeno, 1994), casos de pervivência de caminhos tradicionais.

Limitando as presentes observações a uma nota sobre a interpretação iconográfica destes monumentos, queremos relevar a emblematização das armas figuradas, em particular do escudo, como a representação do universo, como se o guerreiro que o usava opusesse o cosmos aos seus adversários, como expressão de personagens heroicizadas, protetoras da comunidade e do seu território. Simbolizando, na mitologia heliolátrica, o disco astral, a auréola de zig-zag periférica poderá significar os raios solares, como os que orlam o escudo da estela congénerede Luna, Zaragoza (Figura 3-4, 36), ou o corpo da estátua-menir da Nave, Moimenta da Beira, em Viseu, e da estátua-estela de Erratzu, Elizondo, em Navarra, datáveis do Bronze Inicial/Médio, entre 2200 e 1200 a.C., (Díaz-Guardanimo, 2010), assim interpretando tais manifestações artísticas, como expressão das inovações do universo espiritual e religioso associáveis à expansão indo-europeia, protagonizadas por uma divindade masculina solar, apolínea, quadrando bem com novos paradigmas sobre a questão das origens célticas (vg., Kruta, 2006).

Localizadas em pleno território calaico, confinado ao Alto Tâmega, porventura identificando entidades étnicas que vão aparecer na lista do Padrão dos Povos, a de Tojais com os *Equaesi*, a de Pedra Alta com os *Bibali,* e as de Castelões com os *Turodi*, futuros *Aquiflavienses*, não podemos deixar de observar a coincidência desta situação com o núcleo das estátuas de guerreiros castrejos da região, que referenciam a transferência do culto dos heróis para o interior do aglomerado urbano. Conferindo-lhes antecedência, como que intermediam uma linha sequencial com as restantes representações iconográficas de pedra, que se reconhecem na região, de cronologia mais antiga, desde o Calcolítico/Bronze Inicial, de que as mais significativas são as do Cabeço da Mina, em Assares, Vila Flor, sugerindo "continuidade de povoamento num tempo longo", como também se observa na área lusitana (Henriques; Chambino; Caninas, 2012, p. 41), onde igualmente se sugere a paternidade dos novos achados de *estelas de guerreiro*, designadamente a da Pedra da Atalaia 1 (Figura 3-4, 5) como sendo dos *Banienses* (Silva, 2011), a de Aldeia Velha (Fig. 3-4, 9) como sendo dos *Lancienses Transcudani,* a do Telhado (Figura 3-4, 11) dos *Lancienses Ocelenses* e a de Zebros (Fig.3-4, 12) dos *Igaeditani*, a destacar entre o vasto conjunto de povos havidos como lusitanos (Alarcão, 2001) que ocupavam um vasto território, alongado diagonalmente, de noroeste para sudeste, entre as atuais regiões da Beira Interior (distritos da Guarda e Castelo Branco) e a Extremadura espanhola (Henriques; Chambino; Caninas, 2012, pp. 26,36).

Seja como for, não se poderá jamais ignorar o "ar de família" destas estelas calaicas com as lusitanas, podendo somar-se doravante entre os elementos de maior simbolização de uma comunidade lusitano-galaica, tradicionalmente reconhecida desde o Atlas antroponímico de J. Untermann (1965) por registos desse teor, a que se poderá associar, como manifestação de práticas identitárias, a série de teónimos maiores relacionados com rituais de tipo *suovetaurilium*, entre outros, ainda documentados por todo o território dessas mesmas regiões, desde Braga a Penafiel, Lamas de Moledo, Cabeço de Fráguas, Arroyo de la Luz e ora mais confirmados na epígrafe "lusitana"de Arronches (Ribeiro 2010), quando se forjavam novas identidades ligadas ao quadro administrativo provincial romano.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, pp. 293-349.

ALMAGRO-BASCH, Martín (1966) – *Las estelas decoradas del suroeste peninsular*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 2)

ALMAGRO-GORBEA, Martín (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 14).

ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (2011) – Memoriais de pedra, símbolos de identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real), in VILAÇA, Raquel, coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas (Sabugal, 2009).* Sabugal, pp. 417-448.

CELESTINO PÉREZ, Sebastián; SALGADO CARMONA, José Ángel (2011) – Nuevas metodologías para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular, in VILAÇA,

Raquel, coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas (Sabugal, 2009)*. Sabugal, pp. 417-448.

DÍAZ-GUARDANIMO, Marta (2010) – Las *estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense.

HENRIQUES, Francisco; CHAMBINO Mário Lobato; CANINAS, João Carlos (2012) – A estela de guerreiro (lusitano) de Zebros (Idanha-a-Nova). *Sabucale*. Sabugal. 4, pp. 25-44.

KRUTA, Venceslas (2006) – L'ethnogenèse dês Celtes et son role dans la formation de l'Europe. *Actes du Colloque Les Celtes aux racines de l'Europe*. Mariemont. (Monographies du Musée royal de Mariemont: 18), pp.11-26.

LOPES, António Baptista; SILVA, Armando Coelho Ferreira da; PARENTE, João Ribeiro; CENTENO, Rui Manuel Sobral (1994) – A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar). *Portugalia*. Porto. Nova Série. 16, pp.147-153.

QUESADA SANZ, Fernando (2013) - Approche chronologique des stèles et statues du domaine ibérique à travers les réprésentations de l' armement. *Documents d'Archéologie Méridionale*. 34, pp.85-98.

REBOREDA, Alberte (2012) – Estatua-menhir da Pera Alta. *Gallaecia Petrea* (Cidade da Cultura de Galicia – Museo de Galicia). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp.170-171.

RIBEIRO, José Cardim (2010) – Algumas considerações sobre a inscrição em "lusitano" descoberta em Arronches, *Serta Palaeohispanica J. de Hoz – Palaeohispanica*. Zaragoza; Institución "Fernando El Católico". 10, pp. 41-62.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira (2ª ed.; 1ª ed.,1986).

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2011) – *Ordo Zoelarum*. Bragança: Museu do Abade de Baçal – Instituto Português dos Museus.

UNTERMANN, Jürgen (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antiqua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Bibliotheca Praehistorica Hispana; 7).

VILAÇA, Raquel, coord. (2011) – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas (Sabugal, 2009)*. Sabugal.

VILAÇA, Raquel; OSÓRIO; Marcos; SANTOS, André Tomás (2011) – Nova peça insculturada da região raiana do Sabugal (Beira Interior, Portugal: uma primeira abordagem, in VILAÇA, Raquel (2011) – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas (Sabugal, 2009*). Sabugal, pp. 343-367.

Figura 1 – Estela de Castelões 1.

Figura 2 – Estela de Castelões 2.

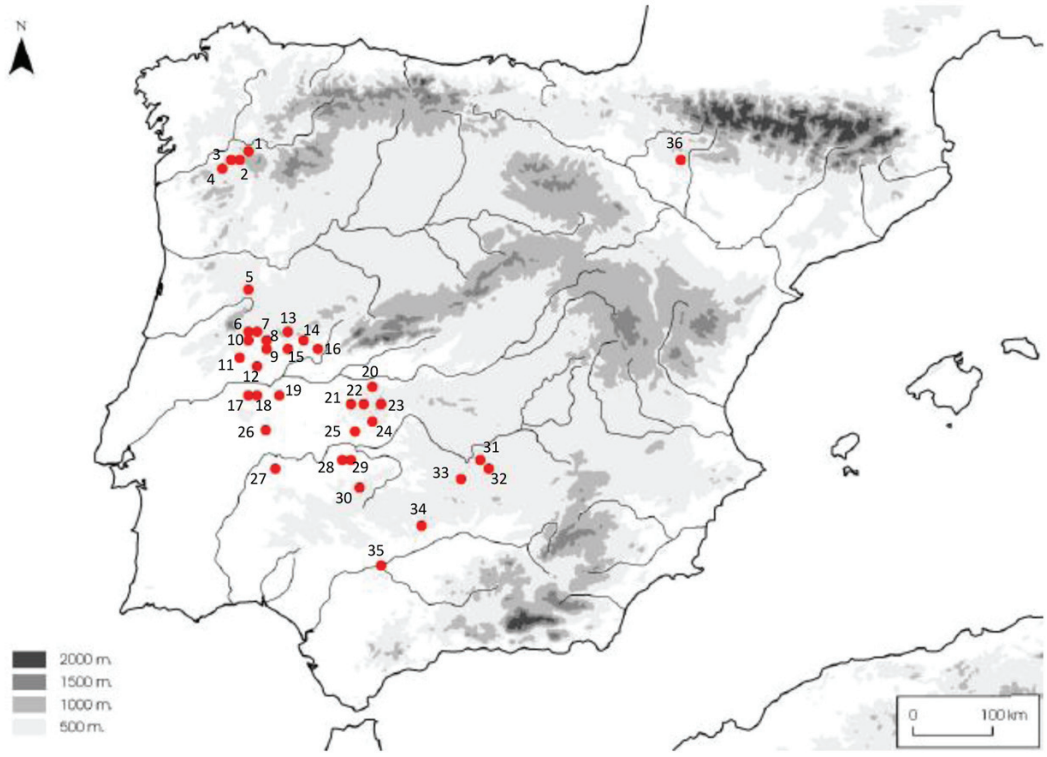


Figura 3 – Mapa.

Figura 4 – Estelas decoradas peninsulares de tipo básico do final da Idade do Bronze.

N.ª	Localização	Alt. máx. (cm)	Larg. máx. (cm)	Esp. máx. (cm)	Escudo chanfr./circ.	Espada	Lança	Arco/Flecha	Capacete cornos/crista	Espelho	Pente	Fíbula	Diadema	Cinto	Carro	Antropomorfo	Zoomorfo	Geométrico	Tipologia
1	Our., Castrelo do Val, Pedra Alta	175	70	30	x/	x	x								x			x	B+O
2	VR, Chaves,Calvão, Castelões 1	150	120	20	x/	x	x			x								x	B+O
3	VR, Chaves,Calvão, Castelões 2	150	115	15	x/	x	xx			x?						x	x?		B+O
4	VR, Montalegre, Cervos, Arcos, Tojais	70	74	20	x/	x	x										x		B+O
5	Gu., Celorico da Beira, Pedra da Atalaia 1	138	60	22	x/	x	x?			x									B+O
6	Gu., Sabugal, Baraçal 1, Piçarreiras	155	83	36	x/	x	x												B
7	Gu., Sabugal, Baraçal 2	190	64	24	x/	x	x			x									B+O
8	Gu., Sabugal, Fóios, Eiras	93	66	9	x/	x	x					x?							B+O
9	Gu., Sabugal, Aldeia Velha	188	53	28	x/	x	x		?								x		B+O
10	CB, Penamacor, Meimão, Cabeça Gorda	83	69	?	x/	x	x												B
11	CB, Fundão, Telhado, Galegos	266	85	?	x/	x	x		/x	x									B+O
12	CB, Idanha-a-Nova, Zebreira, Zebros	50	30	17	x/	x	x		?										B?
13	Sal., Robleda, El Pinar de Descargamaría	150	49	18	x/	x	x			x									B+O
14	Các., Cabez.del Valle, Puerto de Honduras	124	62	15	x/	x	x			x									B+O
15	Các., S.Martín de Trevejo, Los Herraderos	150	78	21	x/	x	x			x									B+O
16	Các., Hernán Pérez, La Dehesa	83	40	35	/x	x													B
17	Các.,Valencia de Alcántara 1, Las Mayas	122	43	12	x?/	xx				x					x				B+O
18	Các.,Valencia de Alcántara 2, Las Mayas	126	48	19	x?/	x									x				B+O
19	Các., Brozas, Dehesa de las Pueblas	142	75	20	x/	x	x			x	x	x							B+O
20	Các., Torrejóndel Rubio 1, El Oreganal	117	75	15	x/	x	x	x/x		x		x			x				B+O
21	Các., Trujillo, El Carneril de la Ramira	124	50	16	x/	x	x												B
22	Các., Santa Ana de Trujillo, La Cabeza	185	44	23	x/	x	x		/x	X?									B+O
23	Các., Robledillo del Trujillo, El Oreganal	105	54	16	x?/	x	x												B
24	Các., Ibahernando, Santa Maria de la Jara	161	50	35	x/	x	x												B
25	Các., Montánchez, Almoharín	80	53	19	x/														B

26	Bad., Albuquerque, Tres Arroyos	?	?	?	x/	x	x			x									B+O
27	Bad., Almendralejo, Arroyo Bonaval	75	75	30	x/	x	x												B
28	Bad., Valdetorres 1, Cerro de lo Santo	101	58	28	x/	xxx	xx		x/	x				x		xx			B+O
29	Bad., Valdetorres 2	100	70	12	/x										x				B+O
30	Bad., Benquer. dela Serena, La Dehesa	77	71	10	x/	x	x								x	x			B+O
31	CR, Poz.Calatrava, Baños San Cristóbal	?	?	?	x/	x?													B
32	CR, Aldeia del Rey 1, El Cliquero	97	51	16	x/	x	x			x									B+O
33	CR, Almodóvar del Campo, Bienvenida 2	70	45	?	x/	x								x					B+O
34	Cór., Espiel	41	36	14	x/		x					x							B+O
35	Cór., Córdoba, Cortijo de la Vega	100	66	16	/x		x										x		B+O
36	Zar., Valpalmas, Luna, Tiñadel Royo	133	68	44	x/													x	B

TARTESSOS E TARTÉSSIOS, DE ESTESÍCORO A ÉFORO

Pedro Albuquerque / Uniarq e CLEPUL (Universidade de Lisboa) / Bolseiro de Doutoramento da FCT / skapedroalbuquerque@gmail.com

RESUMO

As críticas mais recentes aos fundamentos da construção da imagem de Tartessos ao nível da análise das fontes escritas como no papel da Arqueologia neste processo, são o ponto de partida para uma reflexão crítica sobre as referências escritas a Tartessos nas fontes gregas entre finais do séc. VII e meados do séc. IV a.C.. Questiona-se o significado deste nome, bem como as suas variações nestas fontes, enquanto entidade indígena diferenciada dos Fenícios, ao mesmo tempo que se apresentam alguns aspectos metodológicos para a leitura dos textos.

ABSTRACT

The recent critiques pertaining to Tartessos' image in the written sources and the role of Archaeology in this process, are the starting point to a critical reflection about the written references to Tartessos in Greek sources between the end of 7th to the middle of the 4th centuries BC. This article calls into question the meaning of this name, as well as its variations, as an indigenous entity, different from the Phoenicians. At the same time, it presents some methodological questions about the reading of these texts.

I.

Nos últimos anos, a crítica aos fundamentos da construção da "questão tartéssica" através da análise do percurso historiográfico do tema (Martí-Aguilar, 2005) tem vindo a introduzir na comunidade científica um debate mais profundo sobre a representação de Tartessos e dos Tartéssios nas fontes escritas e no discurso arqueológico. Este trabalho incide sobre a produção textual grega, considerando, sobretudo, a importância da sua discussão para questionar a imagem arqueológica de Tartessos como entidade "puramente" indígena.

O volume de informações e bibliografia sobre este tema é inabarcável num trabalho que se pretende breve, conduzindo o signatário a optar por limitar, selectivamente, as referências bibliográficas e a assinalar algumas questões metodológicas que podem ser importantes para a leitura das fontes escritas gregas que referem Tartessos entre finais do séc. VII e meados do séc. IV a.C., i.e., entre Estesícoro e Éforo. Optou-se também por prescindir de citações longas das fontes.

Os autores e obras analisados (Estesícoro, Anacreonte, Hecateu, Heródoto, Herodoro, Teopompo e Éforo) formam um conjunto pequeno e heterogéneo de *representações* (i.e., imagens fabricadas, num contexto social diferente da entidade representada, num discurso escrito, oral ou visual). Estas representações produzem-se nos "limites e possibilidades dos referentes culturais do observador" (Horta, 1995, p. 190). Observador e autor não são, nestes casos, a mesma pessoa (i.e., estes autores nunca visitaram a Península Ibérica), deixando no discurso o espelho de critérios que presidiram à individualização de uma região ou comunidade. Dito isto, é necessário questionar de que modo estes documentos representam contactos inter-culturais, e se testemunham a história de quem os produz ou a história das comunidades representadas.

Para responder a estas questões, há que ter em linha de conta: (1) o contexto (social e político) em que viveu o autor; (2) o contexto de recepção e os objectivos do seu discurso; (4) o conhecimento que o autor tinha sobre o seu objecto de representação; (5) os critérios de individualização; (6) o papel que o texto analisado desempenha no conjunto da obra e (7), o modo esta chegou até nós. Porém, nem sempre é possível responder a todas estas questões.

II.

A *Gerioneida,* de Estesícoro de Himera, é a referência grega mais antiga a Tartessos (finais do séc. VII/ inícios do séc. VI a.C.), restando da obra alguns fragmentos (Rodríguez, 2001)[1]. Sabe-se que relata o Décimo Trabalho de Héracles em *Erytheia* (associada a Gadir por Hdt. IV, 8; Plin., *N.H.* IV, 120, etc.), ou o roubo das vacas do tricéfalo Gérion. O fragmento transmitido por Estrabão (III, 2.11, fr. 184 *PMG*) assinala que Gérion nascera "casi enfrente de la ilustre Eritía junto a las fuentes inagotables del río Tarteso de raíces de plata en la cavidad de una roca" (Trad. F.J. Gómez Espelosín/ Cruz, García e Gómez, 2009). Apesar dos problemas de tradução desta passagem (Ballabriga, 1986, pp. 45ss.; Rodríguez, 2001, p. 160), parece evidente que reproduz um tópico literário (Hes., *Th.* 281 – 282, *apud* Ballabriga, 1986, pp. 49-50, sobre o nascimento de Pegaso junto às fontes do Oceano), o que justificaria a introdução do hidrónimo, por um lado, e manifestaria a confluência de temáticas homéricas e hesiódicas nos seus poemas, por outro (cf. Rodríguez, 2001, p. 129; Robbins, 2008, p. 830).

Pouco se conhece da vida e obra de Estesícoro. Pensa-se que o seu poema influenciou as representações do episódio de Héracles nas cerâmicas áticas durante o séc. VI a.C. (Shapiro, 1997, p. 71), mas este começou a ser representado com anterioridade, a julgar por uma *pyxis* coríntia, datada de meados do séc. VII a.C. (*LIMC*, *s.v.* Geryoneus, 11; cf. Robertson, 1969, p. 207). Não se sabe, contudo, se estes artistas tinham em mente Tartessos quando elaboraram estas representações, uma vez que outras versões (como aquela que conhecia Hecateu de Mileto) localizavam o episódio na Ambrácia (Arr., *An.* II,16.5; *THA* IIA, 22/ *FGrH,* 1, fr. 26). De qualquer modo, parece inegável que, pelo menos em Himera, Tartessos era visto como um hidrónimo associado aos trabalhos de Héracles.

A definição de Tartessos como uma região ou, eventualmente, um topónimo, surge na poesia de Anacreonte na segunda metade do séc. VI a.C.; tal como Estesícoro, a vida e a obra do autor são conhecidos através de escassos *testimonia* e fragmentos. Aquele que aqui se assinala foi também transmitido por Estrabão (III, 2. 14, fr. 361 *PMG*) quando descreve a "sua" Turdetânia e a longevidade e a desprocupação dos seus habitantes[2]: "No quisiera yo ni el cuerno de Amaltea ni ser rey de Tarteso ciento cincuenta años" (Trad. F.J. Gómez Espelosín/ Cruz, García e Gómez, 2009). É interessante verificar que o poeta terá sido acolhido por Polícrates de Samos em c. 536 – 522 a.C. (cf. Hdt. III, 121; *THA* IA, p. 125), permitindo relacionar este excerto com o relato do Sâmio Colaios (*infra*, Hdt. IV, 152) e dos Foceenses (Hdt. I, 163), admitindo que Anacreonte se refere à longevidade destes habitantes dos confins do mundo.

Quase ao mesmo tempo que Anacreonte, Hecateu de Mileto (c. 520 a.C.) apresenta um discurso e objectivos bem diferentes daqueles que presidem à elaboração dos poemas dos autores supracitados. Tartessos surge em *Periegesis* (cf. Nenci, 1954, pp. XV-XVI) como corónimo (Tartessos e Tartésside), associado a duas cidades: Elibirge e Ibila (St. Byz., s.v. Ἐλιβύργη/ *FGrH*, 1 fr.1 e Ἴβυλλα/ fr. 45 Nenci; cf. Martí-Aguilar, 2009, p. 90). Estes excertos foram transmitidos indirectamente por Estêvão de Bizâncio, autor de uma obra com preocupações gramaticais e filológicas (séc. VI d.C.). Estêvão concebia Tartessos como uma cidade (s.v. Ταρτησσός), o que permite descartar a hipótese de que os excertos que referem a *Europa* de Hecateu resultem de uma interpretação do bizantino.

Estes fragmentos parecem constituir uma primeira dificuldade, sobretudo pelos significados de Tartessos como rio, região ou cidade. Estes documentos acompanham a transformação de um significado ao longo dos tempos? Ou modos de representar uma realidade distante e desconhecida em contextos diferentes?

Estas questões adquirem pertinência quando nos debruçamos sobre a obra de Heródoto (c. 430 a.C.). Conhecedor e crítico da obra de Hecateu (West, 1991), e assumido desconhecedor do Extremo Ocidente (Hdt. III, 115), o historiador de Halicarnasso ou Túrios apresenta nas suas *Histórias* dois sentidos para Tartessos: como *emporion* (IV, 152) e como um (aparente) corónimo que dá origem a um etnónimo (I, 163). A importância da *autopsia* ("ver com os próprios olhos") para Heródoto é, provavelmente, um

1. Ao longo destas linhas, utilizam-se os termos "fragmento" e "*testimonium*". No primeiro incluem-se citações, directas ou indirectas, feitas por autores posteriores, a uma obra ou parte dela. O segundo diz respeito a informações que um autor transmite sobre a vida e obra de outro.

2. O tema da Turdetânia não será aqui discutido, pelo que remeto para García Fernández, 2003 e Moret, 2011, com a bibliografia pertinente.

dos motivos para que estas referências (ou a opinião de Hecateu a este respeito) não tenham grande valor no contexto geral da sua obra, para além de ser evidente que este território não se enquadrava nos objectivos da sua obra (i.e., descrever a etnografia dos povos conquistados pelos Persas).

Heródoto viajou por boa parte do mundo conhecido para responder à questão que coloca no prólogo da sua obra: as razões que levaram ao confronto entre Gregos e Bárbaros. O autor viveu parte da sua vida em Samos, onde tomou contacto com a aristocracia local e onde adquiriu um conjunto importante de informações (Hdt. IV, 151; Albuquerque, 2010, p. 37, com bibliografia), com destaque para a viagem de Colaios. Segundo a tradição sâmia, quando o protagonista saiu de Plateia em direcção ao Egipto, foi surpreendido por uma tempestade que o levou, com "amparo divino", a Tartessos, um *emporion* vagamente localizado a Ocidente das Colunas de Héracles (Estreito de Gibraltar) e que estava inexplorado (*akeraton*) em c. 630 a.C.; como agradecimento pelas riquezas que adquiriu, Colaios ofereceu um *krater* de bronze no templo de Hera, que posteriormente terá sido visto por Heródoto.

O autor pode ter adquirido a informação no Heraion de Samos, onde, aliás, se identificaram pentes de marfim de muito provável origem no mundo "Fenício ocidental" do Baixo Guadalquivir (Aubet, 1978). Do "lado de cá", os achados de cerâmicas sâmias em Huelva surgem no contexto de um importante porto fenício utilizado, pelo menos, desde finais do séc. X a.C., acompanhando o aumento exponencial de importações gregas (González, 2004, p. 320).

O outro relato herodotiano (I, 163) descreve uma viagem de meados do séc. VI a.C., desta vez protagonizada por uns anónimos Foceensees (note-se que em Hdt. IV, 152, os interlocutores de Colaios são anónimos), que encontram uma região governada por Argantónio, um tirano que, segundo o texto, viveu cento e vinte anos. Há razões para pensar que este relato é similar à cena de hospitalidade entre o generoso (e, provavelmente, longevo) Alcínoo e Odisseu (*Odisseia*) ou entre o rei de Melinde e Vasco da Gama (*Os Lusíadas*), desempenhando um papel fundamental na construção da narrativa (Albuquerque, 2010; 2008). Trata-se, em todo o caso, de uma tradição oral, do mesmo modo que o texto anteriormente comentado.

Note-se que o citado texto de Anacreonte foi incluído na obra de Estrabão (III, 2. 14) para estabelecer uma comparação com a longevidade de Argantónio. De facto, o texto daquele poeta pode remeter para a representação de Tartessos como região, como parece ser o caso de Hdt. I, 163. Porém, considerando a presença de Anacreonte em Samos, é muito provável que o poeta se refira a um *emporion*, já que tanto ele como Heródoto são posteriores à viagem de Colaios. Ou, em alternativa, que tenha havido uma ligeira mudança no modo como se concebia Tartessos em Samos no séc. V a.C.

Heródoto (I, 163) assinala também um etnónimo (Argantónio, "rei dos Tartéssios")[3]. Trata-se da referência mais antiga a um possível *ethnos*, mas a variedade de significados do termo na sua obra não permite determinar os critérios utilizados para a individualização deste grupo populacional (Albuquerque, 2013). Além disso, o autor não revela grande interesse pela explicação deste relato, uma vez que surge para justificar a importância da muralha foceense. Não se sabe ao certo se Heródoto refere os súbditos de Argantónio (i.e., habitantes de Tartessos) ou um povo que se designa desse modo (Martí-Aguilar, 2009, p. 92), tornando difícil outorgar um conteúdo étnico a este nome. O pouco conhecimento e desinteresse que Heródoto apresenta pelo Extremo Ocidente aconselham, por conseguinte, alguma prudência na valorização dos seus textos. Estes baseiam-se em tradições orais que fazem parte da memória colectiva daquelas comunidades e que não se regiam pelos mesmos objectivos do historiador de Halicarnasso ou Túrios (cf. Albuquerque, 2010).

Nos *Tratados sobre Héracles* (c. 400 a.C.), uma obra que utiliza a figura do herói para apresentar um discurso geográfico e etnológico e da qual se conhecem bastantes fragmentos (*FGrH*, 31), Herodoro de Heracleia assinala também os Tartéssios. O texto resenhado (*FGrH*, 31, fr. 2a/ Const. Porph. *Adm. Imp.* 23/ St. Byz. s.v. Ἰβηρίαι; *THA* IIa, 46) é estruturado por dois termos: *génos* e *phylê* ("povo" e "tribo"). No primeiro, o autor integra os Iberos e, no segundo, Cinetes (também em Hdt. II, 33 e IV, 49), Gletes, Tartéssios, Elbissínios, Mastienos e Celcianos. Não há, infelizmente, dados que permitam determinar

3. No texto grego surge a expressão *basileus tôn tartêssion*. Note-se que, na tradução portuguesa de M.ª de Fátima Silva e F. Ribeiro Ferreira (Lisboa: Verbo, 2001), a passagem é traduzida por "rei local". Para a necessidade de apresentar um etnónimo quando se refere um *basileus*, cf. Jones, 1996.

a origem e a cronologia destas informações e, por conseguinte, afirmar com relativo grau de certeza que o texto transmite "la existencia de un grupo humano que se reconoce como *tartesio*" (Martí-Aguilar, 2009, pp. 92-93).

O mesmo pode ser dito em relação aos trabalhos historiográficos de Teopompo (*FGrH*, 115) e Éforo (*FGrH*, 70), ambos discípulos de Isócrates e com actividade em meados do séc. IV a.C.. O conteúdo das suas obras pode ser reconstituído a partir dos vários fragmentos que chegaram até nós. Sabe-se, por exemplo, que foram estruturadas por um discurso moral que espelha a produção historiográfica resultante da desintegração da *polis,* bem como a consequente procura de novos valores para a sociedade (Schepens, 1977, pp. 97-98). Um desses valores, bebido de Isócrates, é a união dos Gregos contra os Persas (Signes & Guzmán, 2007, pp. IX ss.; cf. Isoc. IV, 3, de c. 380 a.C.). Sabe-se também que o primeiro incidiu sobre personalidades individuais e o segundo sobre personalidades colectivas (Pawnall, 2007, p. 151).

Os textos de Teopompo que fazem parte desta análise provêm, novamente, de Estêvão de Bizâncio. Aí assinalar-se-iam uma região (Massia; St. Byz., s.v. Μασσία; *FGrH,* 115, fr. 200) e um *ethnos* (Tletes; St. Byz., s.v. Τλῆτες; *FGrH,* 115, fr. 201) como vizinhos dos *Tartéssios*. Nestes fragmentos, contrariamente a Hecateu, Massia é um corónimo e Tartéssios um etnónimo (cf. Martí-Aguilar, 2009, p. 95). A obra de Teopompo, *Filípicas,* coloca, assim, três (entre outros) problemas de leitura: (1) o sentido de *ethnos*, que pode estar próximo da definição aristotélica (i.e., *ethnos* como referente de povos estrangeiros e o oposto de *polis*: Chantraine, 1968, s.v. ἔθνος), ou da definição de *grupo* que vimos em Heródoto; (2) o papel que os Tartéssios desempenham na história do percurso individual de Filipe II da Macedónia e (3) a falta de enquadramento cronológico dessa referência. Um aspecto marcante das *Filípicas* de Teopompo é o conjunto de desvios à narrativa principal (Pawnall, 2007, com uma análise detalhada), o que pode justificar a integração de um tema que parece marginal em relação ao conjunto da obra, tal como verificámos com os textos de Heródoto. Tão pouco se sabe qual o grau de conhecimentos que o autor tinha sobre a Península Ibérica, quais as suas fontes de informação e, em última análise, os critérios que utiliza para individualizar um *ethnos.*

Podemos apontar os mesmos problemas à obra de Éforo, amplamente citada e discutida por Estrabão por se tratar de uma das suas principais fontes. O fragmento aqui assinalado adquire um interesse muito particular: segundo o geógrafo de Amásia, Éforo aponta os Tartéssios como fonte de informação para o conhecimento dos movimentos dos Etíopes no Mediterrâneo (Str. I, 2.26 / *FGrH,* 70, fr. 128, *apud* Martí-Aguilar, 2009, p. 95). Novamente, não se sabe se esta informação é contemporânea de Éforo ou se este se baseia num outro texto, o que, aliás, não seria de estranhar; de facto, Políbio refere-o como um "historiador de gabinete" (XII, 25ss., *apud* Schepens, 1977, p. 96; Cruz, García & Gómez, 2009, p. 378). Flávio Josefo, por seu turno, aponta as debilidades das suas observações etnográficas (*Ap.* I, 67-68).

A questão parece complicar-se quando se constata que a obra de Éforo abarcava um percurso histórico compreendido entre 1069 e 341/ 340 a.C. (Marincola, 2007, p. 172), ficando por saber o contexto exacto em que os Tartéssios (ou os Etíopes) surgiram em todo esse percurso. Atendendo ao citado *testimonium* de Políbio, o autor não recorreu à *autopsia* como Heródoto e terá adquirido informações noutras obras; essas podem ser todas aquelas que tratámos até este momento, ou outras que desconhecemos. Por conseguinte, repete-se um problema transversal aos textos aqui analisados: a indefinição do significado do etnónimo, do mesmo modo que a localização da região ou do famoso *emporion*.

III.

Os textos posteriores começaram a conferir a Gadir um papel extraordinário nas várias tentativas de localização de Tartessos, associando muitas vezes o etnónimo a esta cidade (mais recentemente, Martí-Aguilar, 2007). Poderíamos, ainda que muito remotamente, ver o início dessas tradições no texto de Éforo, mas é pouco prudente seguir esta via de interpretação. Em todo o caso, a II Guerra Púnica acabou por marcar um ponto de viragem no percurso histórico da Península Ibérica e, consequentemente, das representações; a partir da conquista romana, a integração de novos territórios num sistema político mais amplo conduziu à necessidade de obter informações detalhadas sobre os povos conquistados e sobre o seu passado. Em suma, gerou novos interesses. Isto justifica o facto de conhecermos boa parte dos textos de autores mais antigos nas obras de Políbio, Estrabão ou Plínio-o-Velho,

etc., bem como o aumento (quantitativo e qualitativo) do volume e tipo de informação sobre relatos de fundação (Gadir em Str. III, 5.5) ou de tradições orais que vinculam Gadir a Tartessos, para apontar dois exemplos significativos.

É natural que os acontecimentos históricos moldem a identidade de uma comunidade, condicionando ou determinando o modo como esta representa os outros, ou como se representa a si própria. As fontes acabam, assim, por conservar uma das várias fases que uma tradição (escrita ou oral) tem na memória colectiva de uma comunidade, espelhando a sua história, ou melhor, a sua imagem histórica. Podemos, portanto, questionar até que ponto estes documentos são fiáveis como fontes históricas para delimitar os contornos da "sociedade tartéssica".

É por este motivo que Avieno foi excluído desta análise, uma vez que *Ora Maritima* é, no essencial, um poema do séc. IV d.C. e não um périplo massaliota do séc. VI a.C., como muito bem demonstrou F. González Ponce (1995). Foi Schulten quem lançou as bases para esta leitura.

IV.

Este investigador pode ser considerado o "inventor" da ideia de uma "civilização tartéssica" que germinou no Ocidente, fundada, primeiro, por Gregos (em 1924, na primeira edição de *Tartessos*") e, depois, por Tirsenos (1945[2]). Como é do conhecimento geral, procurou identificar a cidade de Tartessos a partir de Avieno, mas sem sucesso. Com razão, Maluquer de Motes (1955) apercebeu-se da principal debilidade da obra de Schulten (a Arqueologia) e, reclamando uma origem autóctone de Tartessos, propôs a procura de vestígios dessa sociedade indígena cujos testemunhos seriam, genericamente, os materiais que não podiam ser classificados como "orientais" ou "fenícios". Esta premissa foi fundamental para a análise de El Carambolo por Carriazo a partir de 1958, bem como para o "*boom*" de escavações estratigráficas em sítios como Carmona, Cerro Macareno, Colina de los Quemados, etc., destinadas a apreender as fases de um processo que resultaria na imagem transmitida pelas fontes[4].

A "Arqueologia Tartéssica" fundou-se, portanto, na convicção de que as fontes escritas eram autoridades inquestionáveis. O Congresso de Jerez de la Frontera (1968) é um testemunho eloquente de toda esta renovação e reorientação da análise de Tartessos como problema arqueológico (cf. Torres, 2002; Martí-Aguilar, 2005). Em poucas palavras, Tartessos acabou por ser vista como uma "civilização" cujo centro estaria no Baixo Guadalquivir (cf. Str. III, 2. 11, com a identificação do hidrónimo de Estesícoro com o Betis/Guadalquivir), originando-se no Bronze Final; a colonização fenícia seria parte deste processo, impulsionando a complexificação social e a orientalização, resultando na formação de monarquias como a de Argantónio; esta localização no Baixo Guadalquivir foi, por sua vez, fundamental para considerar como "tartéssicos" os topónimos que se concentram nessa área e para fundamentar hipóteses posteriores sobre uma "colonização tartéssica" noutras regiões da Península (Almagro & Torres, 2009).

Assim, o reconhecimento de todo um percurso historiográfico da imagem de Tartessos (Martí-Aguilar, 2005), é fundamental para perceber as limitações do conceito de "sociedade tartéssica". É também fundamental para verificar que esta imagem arqueológica é, igualmente, uma representação feita a partir de um conjunto de critérios que procuram justificar o apriorismo de uma sociedade puramente indígena e diferenciada dos Fenícios, cuja essência se manteve ao longo de vários séculos.

V.

Pelo que vimos até este ponto, a imagem que as fontes escritas transmitem sobre Tartessos não é uniforme: pode ser um rio (Estesícoro), uma região (Anacreonte? Hecateu, Heródoto) ou um *emporion* (Anacreonte? Heródoto). Nota-se, no entanto, que a partir de finais do séc. V a.C., estes textos começam a assinalar um etnónimo (Heródoto, Herodoro, Teopompo e Éforo). Este percurso revela, por um lado, a progressiva integração de Tartessos num mundo grego racionalizado (Cruz Andreotti, 1995) e, por outro, a variedade de sentidos que o nome pode ter em cada um dos contextos assinalados. Se esta entidade é diferente dos Fenícios, ou se representa os "Fenícios ocidentais", as fontes nada dizem a esse respeito.

Atendendo, por outro lado, ao registo arqueológico contemporâneo dos textos, parece evidente que a

4. Nas palavras de Maluquer, "las fuentes literarias [...] nos presentan en definitiva el resultado, la consecuencia, de la acción colonial; callan, sin embargo, las etapas de su proceso" (Maluquer, 1955, p. 242).

representação grega incidiria sobre um mundo marcado pela matriz oriental. Os achados de Huelva, por exemplo (González, Serrano & Llompart, 2005), surgem na sequência de um importante porto "fenício", e parecem corresponder, *grosso modo*, às representações de Sâmios (Hdt. IV, 152) e Foceenses (Hdt. I, 163). Os pentes de marfim identificados em Samos (Aubet, 1978, fig. 9-10), por seu turno, podem ter sido produzidos no Baixo Guadalquivir, onde, aliás, também se nota uma forte presença oriental, intensificada a partir do séc. VII a.C.

Este registo pode testemunhar o modo como estas fontes interpretaram estes contactos e representações, mas, sobretudo, como os transmitiram no seu próprio contexto. O seu uso para definir a história das comunidades representadas, como podemos ver pelo conteúdo dos textos, está sujeito a muitos problemas, sobretudo porque não dispomos de informações suficientemente claras sobre os critérios de individualização (tanto dos autores como da entidade representada), comentário que se estende à localização de Tartessos.

Neste sentido, a leitura arqueológica da "questão tartéssica" pode ser pautada por um outro olhar, emancipando-se dos apriorismos essencialistas que marcaram a investigação a partir da década de 50 do século passado, no sentido de uma Arqueologia crítica que contribui, com os meios que tem à sua disposição, para a discussão das fontes escritas (e *vice-versa*), e não para a reprodução de pensamentos já há muito ultrapassados no domínio da crítica textual.

BIBLIOGRAFIA

As abreviaturas das fontes clássicas seguem o *Greek – English Lexicon*, de Lidell e Scott (1958), e Oxford Latin Dictionary, editado por Glarke (2012²).

ALBUQUERQUE, Pedro (2008) – Camões e Tartessos: leituras em torno de dois excertos d'*Os Lusíadas*. *Spal*. Sevilla. 17, pp. 137 - 168.

ALBUQUERQUE, Pedro (2010) – *Tartessos: Entre mitos e representações*. Lisboa: Uniarq, Universidade de Lisboa (*Cadernos da Uniarq*, nº 6).

ALBUQUERQUE, Pedro (2013) – Alguns pontos de interrogação sobre identidade(s) e território(s) em Tartessos. *Spal*. Sevilla. 21, pp. 39 - 52.

ALMAGRO-GORBEA, Martín; TORRES ORTIZ, Mariano (2009) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿Fenicios o Tartesios? *Paleohispanica*. Zaragoza. 9, pp. 113-142.

BALLABRIGA, Alain (1986) – *Le Soleil et le Tartare: L'image mythique du monde en Grèce archaïque*. Paris: EHESS.

AUBET SEMMLER, María Eugenia (1978) – Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir, I: Cruz del Negro. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 44, pp. 15-88.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (1995) – La Península Ibérica en los límites de la ecumene: el caso de Tartessos. *Polis*. Alcalá de Henares, 7, p. 39-75.

CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; GARCÍA QUINTELA, Marco; GÓMEZ ESPELOSÍN, Javier (2009) – *Estrabón: Geografía de Iberia*. Madrid: Alianza Editorial.

CHANTRAINE, Pierre (1968) – *Dictionnaire* éthimologique *de la langue grecque: Histoire des mots*. Paris: Klincksieck.

FGRH: JACOBY, Felix (1954-1963) – *Die Fragmente der Griechischen Historiker*. Leiden: Brill.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2003) – *Los Turdetanos en la Historia: análisis de los testimonios literarios grecolatinos*. Écija: Gráficas Sol.

GONZÁLEZ DE CANALES, Fernando; SERRANO PICHARDO, Leonardo; LLOMPART GÓMEZ, Jorge (2005) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-750 a.C.)*. Madrid: Biblioteca Nueva.

GONZÁLEZ PONCE, Francisco (1995) – *Avieno y el Périplo*. Écija: Gráficas Sol.

HORTA, José da Silva (1995) – Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História de Africa: Actas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de junho de 1994*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 181-200.

JONES, C.P. (1996) – Ἔθνος and Γένος in Herodotus. *Classical Quaterly*. Cambridge. 46: 2, pp. 315-320.

LIMC: AAVV (1981 - 1999) – *Lexicon Iconographicum Mithologiae Classicae*. Zürich [etc.]: Artemis & Winkler.

MALUQUER DE MOTES, Juan (1955) – El proceso histórico de las primitivas poblaciones peninsulares II. *Zephyrvs*. Salamanca. 6, pp. 241-255.

MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez (2005) – *Tarteso: La construcción de un mito en la historiografía española*. Málaga: CEDMA.

MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez (2007) –Arganthonius Gaditanus: La identificación de Gadir y Tartessos en la tradición antigua. *Klio*. Berlin. 89 (2), pp. 477-492.

MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez (2009) – Identidad y Etnia en Tartessos. *Arqueología Espacial*. Zaragoza. 27, pp. 79-111.

MORET, Pierre (2011) – ¿Dónde estaban los *Turdetani*? Recovecos y metamorfosis de un nombre, de Catón a Estrabón. In Martí - Aguilar, Manuel Álvarez, ed. – *Fenicios en Tartessos: nuevas* perspectivas. Oxford: Archaeopress (BAR *international Series*, nº 2245), pp. 235-248.

NENCI, Giuseppe (1954) – *Hecataei Milesi: Fragmenta*. Firenze: La Nuova Italia Editrice.

PAWNALL, Frances (2007) – *Lessons from the Past: The moral use of History in Fourth – Century Prose*. [S.l.]: University of Michigan Press.

PMG = PAGE, Denys Lionel (1962) – *Poetae Melici Graeci*. Oxford: Clarendon Press.

ROBBINS, Emmet (2008) – Stesichorus. In Cancik, Hubert; Schneider, Helmut, eds.– *Brill's New Pauly: Encyclopaedia of the Ancient World*, Vol. 13. Leiden, Boston: Brill, pp. 829-830.

ROBERTSON, Martin (1969) – Geryoneis: Stesichorus and the Vase-Painters. *The Classical Quarterly*, New Series. Cambridge. 19: 2, pp. 207-221.

RODRÍGUEZ ADRADOS, Francisco José (2001) – *Lírica Griega Arcaica (poemas corales y monódicos, 700-300 a.C.)*. Madrid: Gredos.

SCHEPENS, Guido (1977) – Historiographical problems in Ephorus. In *Historiographia Antiqua: Commentationes Lovanienses in Honorem W. Peremans Septuagenarii Editae*. Leuven: Leuven University Press, pp. 95-118.

SCHULTEN, Adolf (1945) – *Tartessos*. Madrid: Espasa – Calpe.

SHAPIRO, Harvey Alan (1997) – *Mith into Art: Poet and Painter in Classical Greece*. London, New York: Routledge.

SIGNES CODOÑER, Juan; GUZMÁN HERMIDA, Juan Manuel (2007) – *Isócrates. Discursos*. Madrid: Gredos.

WAGNER, Carlos González (2005) – Fenicios en el Extremo Occidente. Conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, pp. 177- 192.

WEST, Stephanie (1991) – Herodotus' Portrait of Hecataeus. *Journal of Hellenic Studies*. Cambridge. 111, pp. 144-60.

CONJUNTOS CERÂMICOS DA IDADE DO FERRO DO TEATRO ROMANO DE LISBOA: AS CERÂMICAS DE ENGOBE VERMELHO

Marco Calado / Técnico de arqueologia / Colaborador do Museu do Teatro Romano / marcocalado1@hotmail.com
João Pimenta / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) / Museu Vila Franca de Xira. Mestre em Pré-história e Arqueologia / pimentamarques@iol.pt
Lídia Fernandes / Coordenadora do Museu do Teatro Romano (Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa) / Arqueóloga. Mestre em História de Arte / lidia.fernandes@cm-lisboa.pt
Victor Filipe / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) / victor.filipe7@gmail.com

RESUMO
Analisa-se o conjunto de cerâmicas de engobe vermelho exumado no decurso das últimas campanhas de escavação realizadas no Museu do Teatro Romano.
O objectivo desta apresentação é o estudo deste grupo de materiais, analisando-se o respectivo enquadramento no contexto diacrónico da ocupação deste local.
O facto de terem sido exumadas algumas estruturas de contextos sidéricos e republicanos, em ambos os casos destruídas pela edificação do teatro nos inícios do séc. I d.C., permitiu o reconhecimento da ocupação anterior à época romana. O aparecimento de inúmeros fragmentos classificada tradicionalmente como "cerâmica de engobe vermelho", a qual surgiu em múltiplos estratos arqueológicos, revela uma diacronia de contextos que suscitam interessantes considerações.

ABSTRACT
The set of red glaze ceramics that have been exhumed during the last excavations at the Roman Theatre Museum is analysed. The goal of this presentation is to study these elements to analyse their diachronic framework in the context of the occupation of this site. The recognition of the occupation prior to the Roman era was possible. This is due to the fact that some of the structures exhumed had Republican and Siderian age. The appearance of fragments traditionally classified as red glaze ceramics in many archaeological strata gives a diachrony of contexts leading to very interesting considerations.

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se expõe procura dar continuidade à apresentação sistemática do espólio cerâmico recolhido ao longo das várias campanhas efectuadas no interior do Museu do Teatro Romano.
A constituição deste museu em 2001, englobando áreas distintas entre si e localizado a sul do monumento romano, permitiu a realização de escavações arqueológicas em áreas não edificadas. Procurou-se, de igual modo, intervir em áreas circundantes que possibilitassem um melhor entendimento do tipo de ocupação antrópica em redor do teatro como aconteceu com duas sondagens realizadas em 2009 no Pátio do Aljube e na Rua Augusto Rosa, defronte da fachada sul do museu.
Sublinhamos, no contexto do trabalho que se apresenta, o primeiro local (Fernandes *& alii*, no prelo) pelo espólio que forneceu atribuível a contextos orientalizantes da Idade do Ferro, enquadráveis entre os meados/finais do séc. VIII a.C. e o séc. VI a.C., destacando-se o aparecimento de estruturas de pedra seca, possivelmente socos de muros em adobe, de cariz habitacional.
O elevado número de material de cronologia sidérica recolhido ao longo das várias campanhas ar-

queológicas, exigiu uma abordagem parcelar dos dados, razão pela qual se optou pela apresentação exclusiva das cerâmicas de engobe vermelho. O número, qualidade e tipologia das peças deste tipo justifica uma apresentação particular.

1. CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A construção do edifício do teatro, no âmbito do novo gizar do urbanismo romano de *Olisipo*, implicou profundos trabalhos de desaterro e construção de amplos e profundos alicerces inerentes a uma estrutura desta dimensão. Este preâmbulo às questões do contexto arqueológico de proveniência destes materiais de cronologia pré-romana parece-nos imperativo, pois apesar de ser omnipresente a constatação, em todos os estratos, da presença de materiais de cronologia pré-romana estes encontram-se sempre em deposição secundária. O conjunto que se analisa foi, deste modo, recolhido ao longo das múltiplas campanhas arqueológicas realizadas no Museu do Teatro Romano, desde 2005, quando se iniciaram os trabalhos, até 2011 (Figs. 1 e 2).

O presente conjunto é proveniente, na sua maioria, da segunda fase dos trabalhos aí implementados, após a identificação da grande estrutura do *post-caenium* e integram-se em contextos, genericamente, de cronologia romana[1].

Constata-se assim, que estas evidências de ocupações pretéritas do povoado pré-romano surgem em claro contexto secundário. Contudo, o seu estudo ainda que encarado numa perspectiva meramente tipológica, pode contribuir para a construção do conhecimento da diacronia da urbe subjacente à *Olisipo* romana.

2. A CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO ENQUANTO ELEMENTO DE ESTUDO

A cerâmica de engobe vermelho que essencialmente integrava o serviço de mesa, constitui-se como uma das categorias cerâmicas que mais atenção tem recebido por parte dos investigadores que se dedicam ao estudo de materiais da Idade do Ferro. No contexto do reportório das cerâmicas da chamada fase orientalizante, o estudo daquele tipo de materiais poder-se-á considerar privilegiado pois permite o estabelecimento de melhores cronologias que grande parte de outros materiais, constituindo-se inicialmente como um material exógeno e revelador de contactos com as populações do Mediterrâneo Oriental (Sousa, 2011).

A introdução da roda de oleiro por aquelas populações exógenas viria a modificar, em grande medida, o reportório cerâmico no Ocidente peninsular, permitindo e potenciando, simultaneamente, o aparecimento de um fenómeno de imitação das cerâmicas orientalizantes por parte das populações indígenas. Este tipo de cerâmica de engobe vermelho viria a ser amplamente imitada e produzida regionalmente, estando essa produção local/regional atestada no conjunto que ora se dá à estampa.

A investigação sobre este tipo de cerâmica em âmbito peninsular, embora recue ao século XIX, iniciou-se essencialmente em meados do século passado, podendo-se globalmente sintetizar em três fases: a primeira caracterizada pela produção de sínteses gerais sobre o tema; outra mais direcionada para os reportórios cerâmicos de âmbito regional; e a actual, que procura uma interpretação unitária da cerâmica fenícia, visando as relações entre os protótipos orientais e as produções regionais ocidentais (Freitas, 2005). Nesta perspectiva, ganha relevo o estudo minucioso das produções locais, formas e fabricos, procurando captar a evolução e dispersão de cada uma (Sousa, 2011).

Há igualmente que destacar as diversas tipologias sobre cerâmica de engobe vermelho sucessivamente elaboradas desde meados do séc. XX e que, no fundo, marcam o estado actual do conhecimento acerca do estudo deste tipo de cerâmica[2].

3. O CONJUNTO DA CERÂMICA DE ENGOBE VERMELHO DO TEATRO

Entre os milhares de fragmentos de cronologia pré-romana recolhidos nas escavações realizadas no teatro, optou-se por separar a amostragem por conjuntos cerâmicos coerentes e assim estudá-los numa metodologia que permita extrair o máximo de in-

1. Exceptuam-se os exemplares provenientes das camadas 2-a – comum a várias valas de sondagem – por ser atribuível a contextos medievais /modernos.

2. Entre outros, poder-se-ão referir os trabalhos de Cuadrado (1953, 1962 e 1969), Tarradel (1958 e 1960), Schubart (1976), Aubet (1976), Rufete Tomico (1988-89) e Mancebo Dávalos (1996). Mais recentemente, e no contexto do território actualmente português, poder-se-ão referir os trabalhos de Vera Freitas (2005) e Elisa Sousa (2011).

formação para o estudo da dinâmica de ocupação do espaço e da dinâmica do povoado da colina do castelo na sua diacronia. Entre a cerâmica a torno sobressaiu desde logo o conjunto de cerâmica de engobe vermelho, com centenas de fragmentos, tendo sido possível reconstituir e representar graficamente 34 indivíduos.

A análise macroscópica das suas pastas e engobe permitiu definir um único grupo de fabrico. Este caracteriza-se por uma pasta compacta e bem depurada, de tom castanho (Mun. 2,5 YR 5/6), apresentando escassos elementos não plásticos bem distribuídos, de dimensões reduzidas. Estes são constituídos por quartzos, micas douradas e alguns vacúolos alongados. O engobe que cobre as superfícies destes recipientes é de boa qualidade, espesso e muito aderente, variando a sua tonalidade entre o vermelho (Mun. 10 R 5/6) e o castanho avermelhado (Mun. 10 R 5/4), sendo o resto da peça alvo de uma aguada do tom da pasta ou simplesmente alisada.

3.1. Pratos

Os pratos, correspondem ao grupo mais significativo de todo o conjunto, não fugindo à realidade documentada para as estações da Iª Idade do Ferro no actual território português nem para os restantes contextos ibéricos. O nosso conjunto (Est. 1 e 2) é representativo das tipologias mais comuns entre os momentos iniciais dos contactos com o mundo orientalizante, século VIII a.C. e o século V a.C. Os exemplares da Figura 3 podem-se incluir na forma P1 de Rufete Tomico (1988-89, pp. 15-16), datados, tradicionalmente, entre a segunda metade do século VIII e a primeira metade do século VII a.C. No território actualmente Português, é precisamente no Vale do Tejo onde encontramos os melhores paralelos para estes pratos, nos níveis mais antigos da Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002, pp. 184-186) e em alguns exemplares do povoado do Almaraz (Barros, Cardoso & Sabrosa, 1993).

3.2. Taças carenadas

As taças carenadas, revestidas interna e externamente parcialmente até à zona da carena encontram-se representadas por quatro exemplares (Est. 3, n.º 29 a 32). Esta forma encontra-se particularmente bem atestada no Povoado de Almaraz (Barros, Cardoso & Sabrosa, 1993) e em Lisboa, no Claustro da Sé (Arruda, 1999-2000, pp. 116-117) e na Rua de São Mamede n.º 15 (Pimenta, Silva & Calado, no prelo).

Estas taças encontram-se bem documentadas em níveis de meados do século VII em Huelva, onde Rufete Tomico os engloba no seu tipo C3b (Rufete Tomico, 1988-89).

Os exemplares de taças carenadas n.º 34 e 35, permitem constatar as estreitas relações entre os povoados da foz do Tejo. Estas ficam bem evidenciados pelos paralelos entre estes materiais e o conjunto de engobe vermelho já conhecido do povoado de Almaraz. O bordo n.º 34 e o fundo n.º 35 recolhidos no teatro parecem corresponder a uma taça de pé alto, similar à recolhida em Almaraz (Barros, Cardoso & Sabrosa, 1993, p. 180). Elisa de Sousa (2011, p. 166), engloba na sua proposta de tipologia cerâmica a partir da escavação do Núcleo Arqueológico da R. dos Correeiros, uma série de peças molduradas revestidas a engobe que lembram a peça em questão, (série 4: Páteras), porém face ao estado de conservação dos materiais que apresenta não é clara qual a sua forma, sendo por outro lado claro que estaríamos neste caso perante cronologias mais recentes que poderiam ter como antecedente estes modelos.

3.3. Taças esféricas

Ainda que apenas representado por um fragmento, podemos detectar um invulgar bocal de contentor de tendência esférica com caneluras junto ao bordo, coberto externamente com engobe vermelho e com pintura geométrica vermelha e negra (Est. 3, n.º 28). Esta forma encontra-se bem representada em contextos da primeira metade do século VII a.C. em Huelva (Forma C1a de Rufete Tomico, 1988-89), no Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata & Pérez, 1995, fig. 21) e em Mogador (López Pardo & Habibi, 2002, fig.56). No extremo ocidente peninsular há paralelos em Castro Marim (Freitas, 2005), em Abul no horizonte 1C (Mayet & Silva, 2000, fig. 20 n.º 75), Santarém (Arruda, 2002, p. 187, fig. 119, n.º 5), em Lisboa (Pimenta, Silva & Calado, no prelo) e no Povoado de Santa Sofia – Vila Franca de Xira (Pimenta & Mendes, 2010-2011).

3.4. Jarros (?)

A peça que apresentamos sob o número 27, é o único fragmento associado a formas fechadas (Est. 3). Pelo diâmetro e inflexão do colo acima da carena, podemos afastar a presença de formas comummente designadas por "boca de seta". Peças similares surgem em contextos bem datados do século VIII a.C., como acontece com os exemplares de Morro de Mezquitilla

(Maass-Lindemann, 1999), integrados nas primeiras formas de vasos piriformes (Orsingher, 2010).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, apesar das limitações de natureza contextual, permite contribuir para um maior conhecimento do povoado pré-romano da colina do Castelo de Lisboa. Apesar do despontar das intervenções de arqueologia urbana no casco antigo nas duas últimas décadas, continuam a ser parcas as publicações e projectos de investigação em torno das ocupações mais recuadas da cidade. O conjunto de cerâmica agora analisado permite, a par dos restantes conjuntos já conhecidos (Claustro da Sé; R. de São Mamede, São João da Praça, Marquês de Angeja e NARC), vislumbrar uma produção coerente e autónoma, a nível das pastas e das tipologias. A existência de um centro produtor de cerâmicas de engobe vermelho na foz do estuário do Tejo, que abasteceria os dois grandes povoado de Almaraz e Lisboa foi aventado pela primeira vez por Ana Margarida Arruda (1999-2000, p. 120), tendo em conta a homogeneidade das produções e características singulares das suas formas.

Os dados de que dispomos para Lisboa, permitem afirmar que, se numa primeira fase ainda assistimos à importação de algumas cerâmicas de engobe vermelho dos centros meridionais, rapidamente a presença de populações orientais ou fortemente orientalizadas, passaram a fabricar estes novos serviços, tão ao gosto do mundo fenício.

A análise do conjunto de cerâmicas de engobe vermelho pré-romanas provenientes das escavações do teatro romano de Lisboa, apesar de recolhidas em níveis de deposição secundária, datados na sua maioria de época romana, reportam-se a uma fase antiga dentro da Idade do Ferro, correspondendo, face aos paralelos estabelecidos, a uma cronologia que se situa entre os meados do século VIII e o séc. V a.C.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6)

AUBET, M. E. (1976) – La cerámica púnica de Setefilla. *Studia Archaeologica*. Valladolid, 42. pp. 19-65

AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A.; PÁRRAGA, M. (1999) – *Cerro del Villar. I. El asentamiento fenício en la desembocadura del rio Guadalhorce y su interacción com el hinterland*. Sevilha: Junta de Andalucía.

BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa, IV, pp. 143-181

CUADRADO, E. (1969) – Origen y desarrollo de la cerâmica de barniz rojo en el mundo tartéssico. In *Tartessos y sus problemas. V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular (Jerez de la Frontera, 1968)*. Barcelona, pp. 257-290

DELGADO HERVÁS, A. (2011) – La produccion de cerâmica fenicia en el extremo occidente: hornos de alfar, talleres e industrias domésticas en los enclaves coloniales de la andalucia mediterrânea (siglos VIII-VI a.C.). In Benjami Costa e Jordi H. Hernandes, ed. – *Yõserim: La produccion alfarera fenicio-punica en occidente*, actas XXV jornadas de arqueologia fenicio-punica (Eivissa, 2010), pp. 9-48.

FERNANDES, Lídia (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. Almada, IIª Série, 15, pp. 27-39.

FERNANDES, Lídia; PINTO, António Nunes (2009) – Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 12: 1, pp. 169-188.

FERNANDES, Lídia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (no prelo) – Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*.

FREITAS, V. (2005) – *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. Produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes (edição policopiada).

MAASS-LINDEMANN, G. (1999) – La cerámica de las primeras fases de la colonización fenicia en España. In *La cerámica fenicia en Occidente. Centros de Producción y áreas de comercio*. Actas del I Seminario Internacional sobre temas fenicios. Alicante, pp. 129-148.

MANCEBO DÁVALOS, J. (1996) – La cerámica de barniz o engobe rojo de la Cuenca Baja del Guadalquivir. *Tabona*. La Laguna, IX, pp. 353-378.

ORSINGHER, A. (2010) – Le oil bottles fenicie: analisi dei contestie considerazioni crono-tipologiche. *Sardinha, Corsica et Baleares Antiquae* VIII, pp. 37-69.

RAMON TORRES, J. (2010) – La cerámica fenicia del mediterráneo extremo occidental y del atlántico (s. viii – ir. 1/3 del vi ac). Problemas y perspectivas actual. In *Motya and the phoenician ceramic repertoire between the levant and the west, 9th – 6th century b. C.*, Proceedings of the International Conference held in Rome, 26th February 2010.

RUFETE TOMICO, P. (1988-89) – Las ceramicas com engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueologica*, vol. X-XI, 3, p. 10-40.

SCHUBART, H. (1976) – Westphonizische teller. *Rivista di Studi Fenici*. Roma, IV, pp. 179-196.

SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C.* Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

TARRADELL, M. (1958) – Notas acerca de la primera época de los fenícios en Marruecos. *Tamuda*. Rabat, VI, pp. 71-88

TARRADELL, M. (1960) – Nuevos datos sobre la cerámica prerromana de barniz rojo. *Hesperis-Tamuda*. Rabat, I-2, pp. 235-252.

TOMBER, R.; VEGAS, M. (1998) – Cerámica punica procedente del sector septentrional de Cartago (1986). *Cuadernos de Arqueologia Mediterranea,* 4, pp. 165-172.

Figura 1 – Perspectiva de nascente para poente do pátio (R. S. Mamede nº 3-b) onde foi realizada a intervenção arqueológica entre 2005 e 2010, observando-se em primeiro plano as estruturas da Idade do Ferro e de época republicana. Do lado esquerdo da imagem, a estrutura de contenção do teatro.

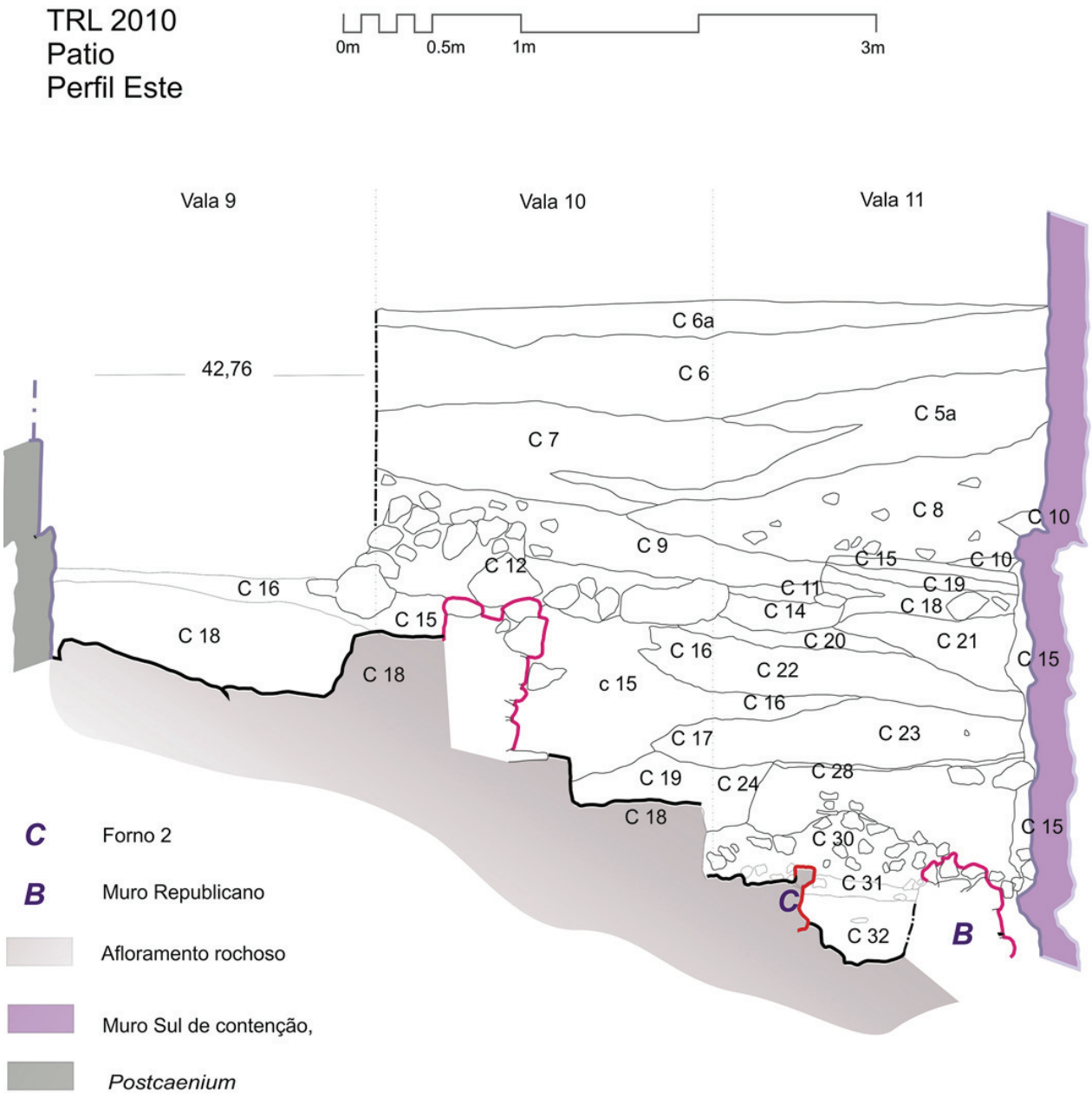


Figura 2 – Perfil nascente da parte sul do pátio onde se registou a maior concentração de cerâmica de engobe vermelho. A área do lado direito registou as estruturas da Idade do Ferro e de época republicana.

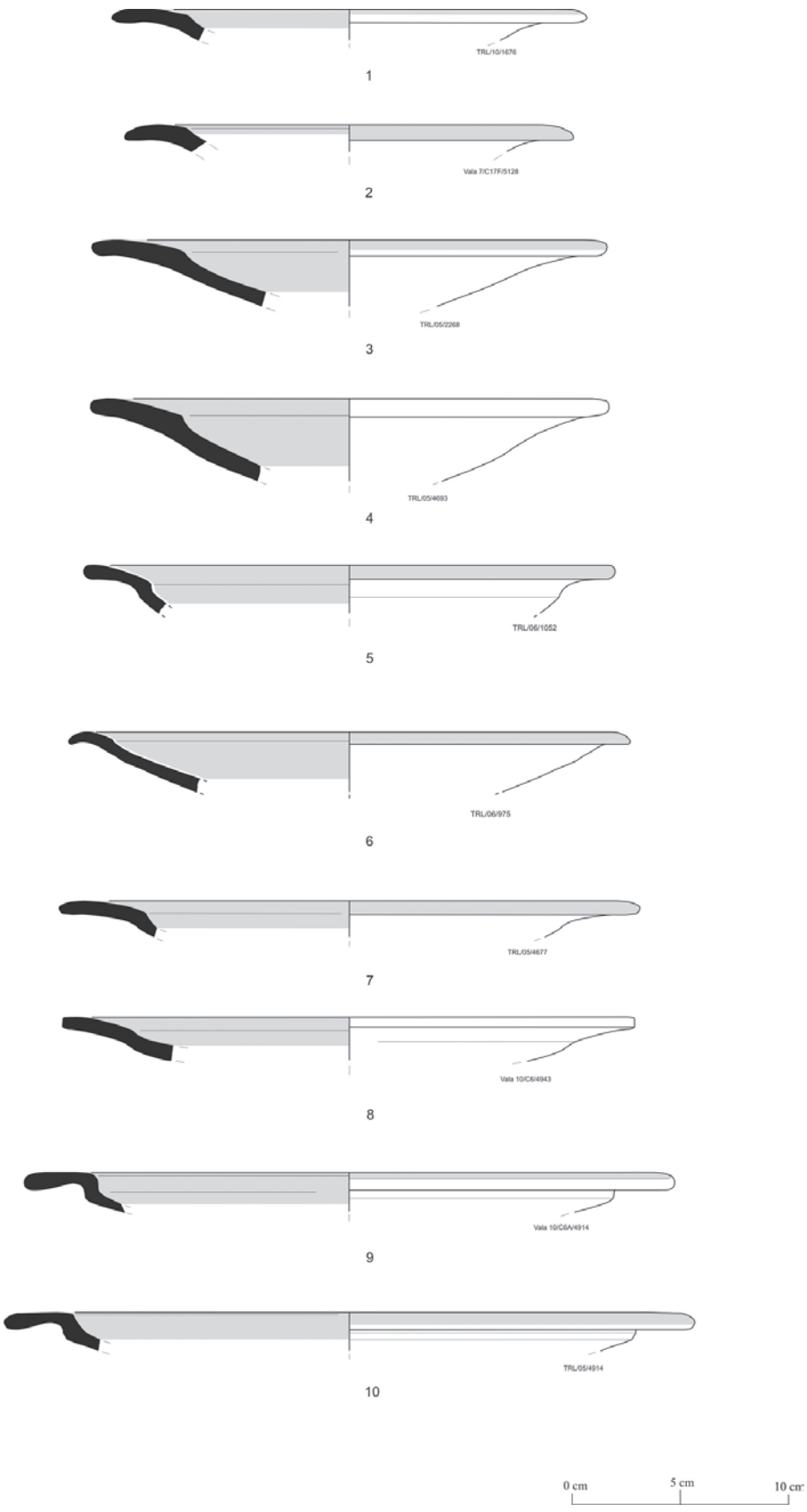


Figura 3 – Pratos de engobe vermelho.

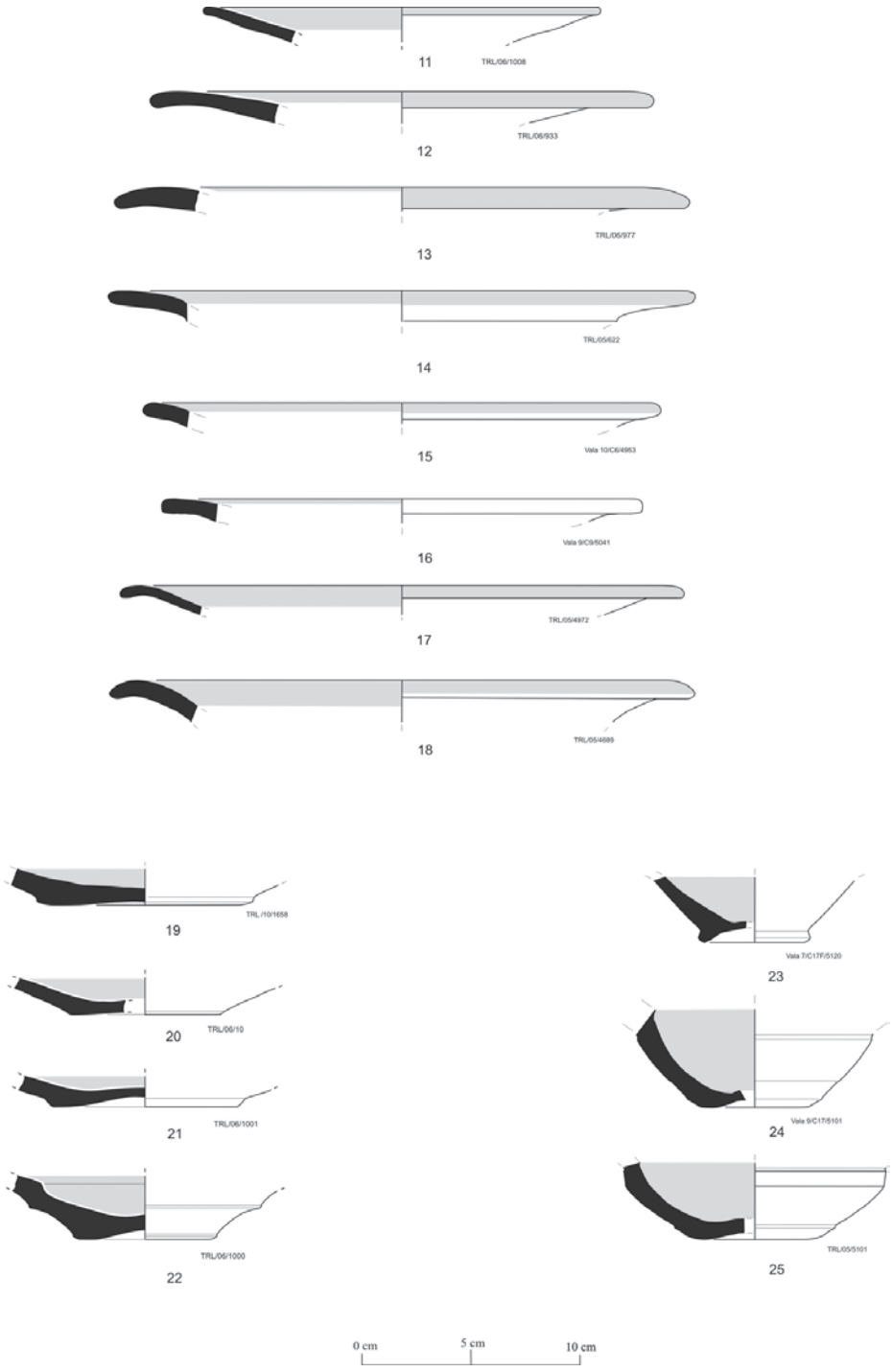


Figura 4 – Pratos de engobe vermelho.

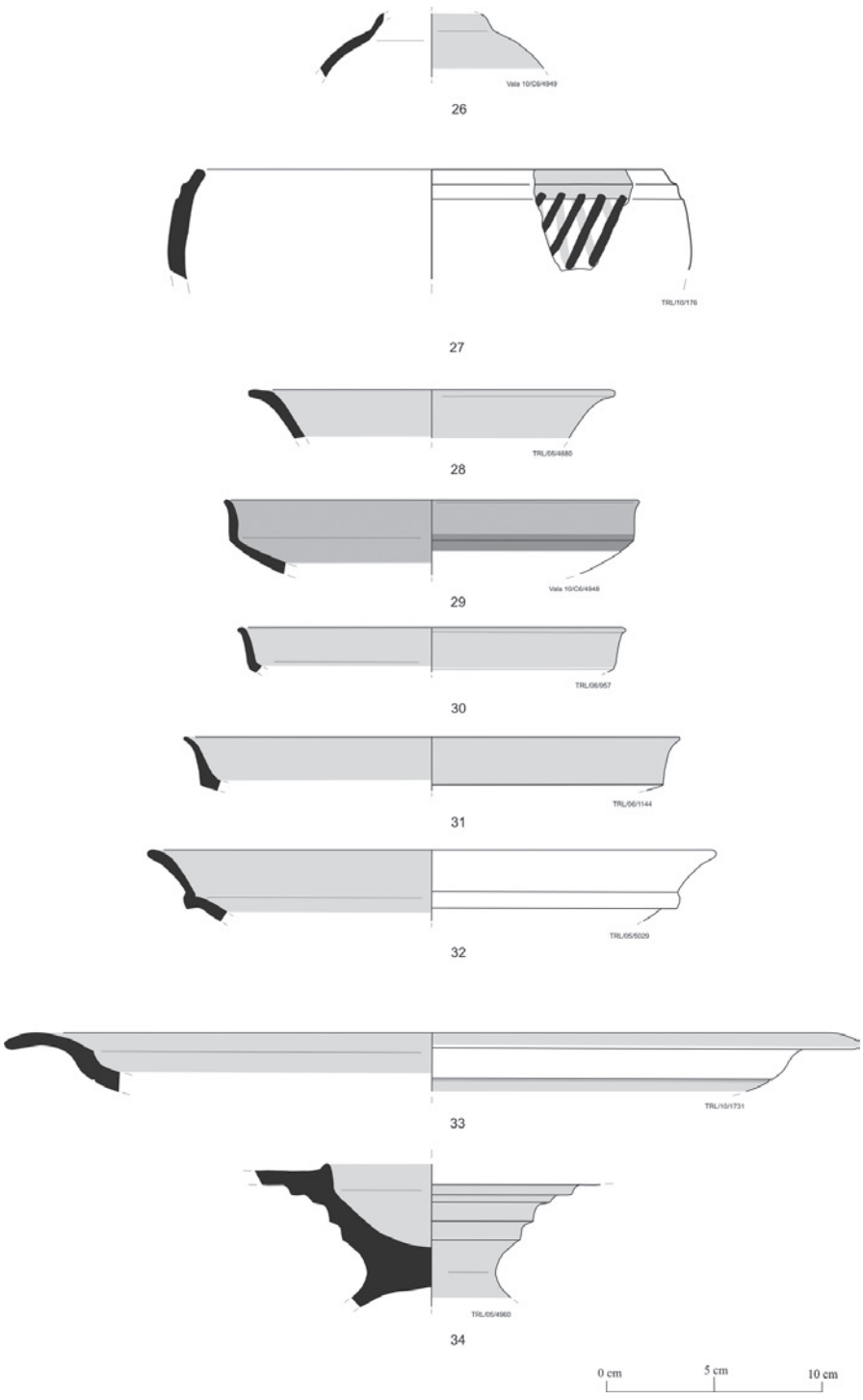


Figura 5 – Taças de engobe vermelho.

A CERÂMICA DE TIPO *KUASS* DE MONTE MOLIÃO (LAGOS)

Elisa de Sousa / UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / el@fl.ul.pt
Ana Margarida Arruda / UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / a.m.arruda@fl.ul.pt

RESUMO

As intervenções realizadas em Monte Molião (Lagos) permitiram exumar um conjunto significativo de cerâmicas de tipo Kuass. Os estudos destas produções de matriz helenística, fabricadas na área meridional da Península Ibérica e no litoral atlântico marroquino, têm sido intensificados durante a última década, subsistindo, contudo, algumas problemáticas relativas ao seu enquadramento cronológico, concretamente quanto à fase final da produção. A existência de contextos estratigráficos conservados no sítio algarvio, que se estendem desde a Idade do Ferro até ao período romano-republicano, constitui um recurso privilegiado para a análise dos padrões de importação destas cerâmicas. Neste trabalho, pretende-se analisar a evolução das suas características morfológicas, de fabrico, e ainda a sua expressividade no conjunto artefactual pré-romano e republicano, face a outros tipos de cerâmica de mesa.

ABSTRACT

In the course of archeological fieldwork that took place in Monte Molião (Lagos) it was possible to recover a significant assemblage of Kuass ware. The studies of these Hellenistic productions, manufactured in the south of the Iberian Peninsula and in the Atlantic coast of Morocco, have intensified during the last decade, subsiding, however, some problems related to their chronological framework, particularly in the final phase of production. The existence of preserved stratigraphic contexts in Monte Molião, from the late Iron Age to the Roman-republican period, is a privileged resource for the analysis of the patterns of imports of these ceramics. In this paper, we will analyze the evolution of their morphological characteristics, fabrics, and also it´s significance in the pre-roman and republican assemblage, when compared to other categories of tableware.

1. INTRODUÇÃO

A cerâmica de tipo Kuass assumiu, durante a última década, um papel essencial na identificação da fase mais tardia da Idade do Ferro na área meridional do território peninsular. A sua produção, que se estende desde o último quartel do séc. IV a.C. até ao período romano-republicano, passa por diferentes fases de evolução morfológica, que se transformaram em indicadores essenciais para uma delimitação, mais específica, das cronologias de ocupação humana no sul da Península Ibérica.

No início da produção, a cerâmica de tipo Kuass caracteriza-se, sobretudo, pela imitação de formas do repertório da cerâmica grega de verniz negro, convertendo-se, no séc. III a.C., na cerâmica de mesa por excelência da área do Círculo do Estreito de Gibraltar (Niveau, 2003). Com a integração da área meridional peninsular no quadro da ocupação romana, estas cerâmicas serão progressivamente substituídas pelas produções campanienses. No entanto, ao longo do séc. II a.C., observa-se ainda alguma capacidade de adaptação dos centros oleiros ocidentais, que passam a incluir algumas formas itálicas no seu repertório, permanecendo activos até finais da centúria e, muito provavelmente, até meados do séc. I a.C., apesar de neste momento assumirem já uma expressão claramente residual (Sousa, 2009 e 2010).

A estratigrafia identificada ao longo das cinco campanhas de escavações que tiveram lugar em Monte Molião (Lagos), que engloba justamente estes momentos finais da Idade do Ferro e o período romano-republicano, permite uma análise pormenorizada dos padrões de importação das cerâmicas de tipo Kuass num centro de consumo que se en-

contra plenamente integrado nos circuitos comerciais do Extremo Ocidente.

Estas intervenções (2006-2011), realizadas no âmbito de um projecto de investigação que envolveu o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) e a Câmara Municipal de Lagos, permitiram uma reconstituição fundamentada das diversas fases de ocupação humana (Arruda & alii, 2008).

Localizado numa colina elipsoidal na margem esquerda da ribeira de Bensafrim, que na Antiguidade corresponderia a uma pequena península (Pereira, Dias & Laranjeira, 1994), este núcleo usufruiu de um amplo domínio visual do território envolvente, condições que seguramente contribuíram para a fixação de comunidades humanas.

A sua fundação parece ter ocorrido, contudo, apenas em momentos tardios da Idade do Ferro, concretamente em finais do séc. IV a.C. (Arruda & alii, 2008; Sousa & Arruda, 2011). O conjunto artefactual recolhido nos níveis sidéricos engloba ânforas da baía e campiña gaditana e também de outras áreas mais interiores (série 12 de Ramon Torres, tipos 8.1.1.2., 8.2.1.1., D e B/C de Pellicer). A cerâmica comum, mais abundante, é proveniente sobretudo da área gaditana, notando-se, contudo, alguma expressividade das produções locais (Sousa & Arruda, 2011). Dados mais concretos sobre o faseamento pré-romano estão disponíveis em outros trabalhos entretanto publicados (Arruda & alii, 2008; Sousa & Arruda, 2011).

A partir do último terço do séc. II a.C., registam-se as primeiras evidências de uma ocupação romana em Monte Molião, fase que se prolonga até às primeiras décadas do séc. I a.C. O espólio recolhido nestes contextos estratigráficos inclui ânforas de produção itálica (Greco-Itálicas e Dressel 1A), africana (Tripolitana Antiga e Maña C2) e gaditana (Maña C2, Castro Marim 1, D de Pellicer, Dressel 1A, Maña Pascual A4, Carmona, 9.1.1.1) (Arruda & Sousa, 2013). Entre a cerâmica de mesa, destaca-se, para além da cerâmica de tipo Kuass, a cerâmica campaniense (de tipo A e Calena) (Dias, 2010) e alguns vasos de paredes finas. Entre a cerâmica comum e pintada, observa-se uma clara continuidade com a fase anterior, com um domínio absoluto das produções gaditanas, que convivem com conjuntos menos expressivos provenientes do interior do Guadalquivir, da costa oriental da Península Ibérica, e também da Península Itálica (Sousa & Arruda, no prelo).

2. A CERÂMICA DE TIPO KUASS DE MONTE MOLIÃO

No decurso das cinco campanhas de escavação realizadas em Monte Molião, foram recolhidos 410 fragmentos inventariáveis de cerâmica de tipo Kuass (308 NMI). Correspondem, respectivamente, a nove vasos de perfil completo (9 NMI), 276 bordos (265 NMI), 107 fundos (33 NMI) e 18 paredes (1 NMI).

As suas características de fabrico são idênticas às de outros conjuntos algarvios já analisados, como é o caso de Faro e do Castelo de Castro Marim, indiciando que foram os mesmos centros de produção que abasteceram toda a costa algarvia durante a Idade do Ferro e período romano-republicano. Assim, foi possível transpor, para este trabalho, os mesmos grupos de fabrico diferenciados para os restantes sítios já citados (Sousa, 2009; Sousa & Arruda, 2011, pp. 961-963).

Os três primeiros (Grupo I – fabrico A e B; Grupo II; Grupo III – fabrico A e B) são, muito provavelmente, originários da área de Cádis. Em relação ao Grupo IV, e apesar de se ter assumido uma provável proveniência do litoral atlântico marroquino em trabalhos anteriores (Sousa, 2009; Sousa & Arruda, 2011), a recente identificação de uma área de produção na área do Guadalquivir (Moreno Megías & alli, no prelo) permite agora considerar também a possibilidade de uma origem peninsular.

Entre a cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião, os grupos I (I-A e I-B) e III (III-A e III-B) são os mais expressivos, representando, respectivamente, 47,73% e 45,78%, sendo os grupos II (2,92%) e IV (45,78%) minoritários.

2.1. Cerâmica de tipo Kuass recolhida em contextos da Idade do Ferro

Entre o conjunto artefactual proveniente das unidades estratigráficas que constituem a fase da Idade do Ferro de Monte Molião, a cerâmica de tipo Kuass representa 8,2% do conjunto (95 fragmentos - 77 NMI) (Sousa & Arruda, 2011, p. 961). É, a par de alguns escassos fragmentos de cerâmica grega, a cerâmica de mesa por excelência deste período cronológico.

As formas mais bem representadas correspondem aos pratos de peixe da forma II-A de Niveau (30 frag. – 26 NMI) e às taças de bordo reentrante da variante IX-A (30 frag. – 30 NMI). Seguem-se outras variantes da forma IX, concretamente a IX-B (3 frag. – 3 NMI) e IX-C (9 frag. – 9 NMI). As formas menos expres-

sivas correspondem aos tipos VII (1 frag. – 1 NMI), VIII (2 frag. – 2 NMI) e X (1 frag. – 1 NMI), para além dos fragmentos de fundo que não permitem uma classificação tipológica precisa (13 frag. – 5 NMI). Em termos de fabricos, o grupo I é maioritário (56 NMI – 72,73%) nesta fase, seguindo-se os grupos III (10 NMI – 12,99%), IV (6 NMI – 7,79%) e II (5 NMI – 6,49%).

2.2. Cerâmica de tipo Kuass recolhida em contextos romano-republicanos

Nos contextos de cronologia romano-republicana (último terço do século II / primeiras décadas do séc. I a.C.), foram recolhidos 149 fragmentos de cerâmica de tipo Kuass (115 NMI). Entre as categorias que constituem o serviço de mesa (campaniense, paredes finas e cerâmica megárica), as produções de Kuass atingem ainda percentagens elevadas (em torno aos 40% – quase tanto como a cerâmica campaniense). Tal situação evidencia que, durante este período, a cerâmica de tipo Kuass desempenha ainda um papel importante no abastecimento de cerâmicas de mesa no sul peninsular, concorrendo ou suprimindo eventuais carências das redes de comercialização e distribuição da cerâmica campaniense.

Em termos formais, mantém-se a alta representatividade das taças da variante IX-A de Niveau (34 frag. – 34 NMI), assim como dos pratos de peixe do tipo II (46 frag. – 39 NMI). Em relação a estes últimos, cabe assinalar a predominância dos que não exibem a canelura junto ao bordo (tipo II – 21 frag. / 21 NMI), particularidade típica da fase mais tardia (Niveau, 2003), frente aos que ainda mantém essa característica (variante II-A – 12 frag. / 12 NMI). Quanto à forma IX-A, deve também assinalar-se a presença de dois exemplares, ambos de perfil completo (n.º 14220 e n.º 11190), que exibem um fundo plano, característica algo singular entre os vasos deste tipo, que se poderá associar também à fase mais tardia da produção. O restante elenco tipológico engloba as formas IV (1 frag. – 1 NMI), V (3 frag. – 3 NMI), VII (2 frag. – 2 NMI), VIII (3 frag. – 3 NMI), IX-B (2 frag. – 2 NMI), X (5 frag. – 5 NMI), XI (2 frag. – 2 NMI), Morel 1331 (2 frag. – 2 NMI) e Morel 2256 (2 frag. – 2 NMI). Importa ainda destacar que, entre este conjunto, foi possível reconhecer o primeiro fragmento de lucerna de tipo Kuass identificado em território português (n.º 19234). Trata-se de um exemplar integrável na forma XVI de Niveau (1 NMI), concretamente na variante XVI-D-2, que corresponde a um tipo de lucerna aberta que parece conjugar elementos típicos quer das produções gregas quer das antigas lucernas fenícias (Niveau, 2003, p. 91). Identificou-se também entre o conjunto da fase romano-republicana dois exemplares (2 NMI) que correspondem a um tipo formal que não integra as tabelas tipológicas já estabelecidas para as cerâmicas de tipo Kuass. Trata-se de duas taças de paredes rectas (n.º 14838 e 12592), com orientação diagonal, fundo ligeiramente convexo e pé destacado. Corresponderá, com grande probabilidade, a uma forma que surge também apenas neste momento mais tardio de produção. Os exemplares que não permitiram uma integração tipológica (44 fragmentos – 17 NMI) encerram o repertório tipológico desta fase.

Durante o período republicano, a representatividade dos fabricos altera-se em relação ao quadro verificado durante a Idade do Ferro. O grupo III, que se presume originário da baía de Cádis (Sousa, 2009) é agora maioritário (68 NMI – 59,13%) face ao I (40 NMI – 34,78%), enquanto os II (2 NMI – 1,74%) e IV (5 NMI – 4,35%) permanecem pouco expressivos.

2.3. Cerâmica de tipo Kuass recolhida em contextos secundários

A cerâmica de tipo Kuass recolhida em contextos secundários, de cronologia imperial e moderna / contemporânea, é abundante (166 frag. – 116 NMI). Em linhas gerais, verifica-se a mesma situação identificada nas fases já analisadas, com uma notável predominância dos tipos IX-A (50 frag. – 50 NMI) e II (27 frag. – 27 NMI da variante II-A; 17 frag. - 17 NMI sem canelura junto ao bordo; 17 frag. de fundo e lábio – 3 NMI). O restante elenco tipológico é constituído pelas formas V (2 frag. – 2 NMI), VII (6 frag. – 5 NMI), VIII (2 frag. – 2 NMI), X (1 frag. – 1 NMI) e por formas indeterminadas (44 frag. – 9 NMI). Entre estas, destaca-se o único fragmento de Monte Molião com decoração no fundo interno, que corresponde a parte de uma palmeta (n.º 6747). Nos fabricos, os grupos III (63 NMI – 54,31%) e I (51 NMI – 43,97%) são maioritários, sendo o II (2 NMI – 1,72%) raro e o IV completamente ausente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião resulta, em grande parte, da sua associação primária a momentos de ocupação concretos, que permitem uma análise contextual essencial para

uma melhor compreensão do quadro evolutivo desta produção (Figura 1).

Em termos gerais, observa-se o mesmo quadro de importações já detectado em outros sítios algarvios, concretamente em Faro e no Castelo de Castro Marim (Sousa, 2009), com a preeminência dos tipos II e IX-A, que se mantém ao longo das fases de ocupação humana de Monte Molião.

Durante a Idade do Ferro, concretamente a partir do último quartel do séc. IV a.C., as produções de Kuass correspondem, quase exclusivamente, às cerâmicas integráveis no serviço de mesa, sendo de considerar que as formas importadas seriam utilizadas no consumo de alimentos quer sólidos quer líquidos.

Na fase republicana, estes recipientes parecem manter uma importância considerável nos conjuntos artefactuais algarvios. Com efeito, a importação das cerâmicas de tipo Kuass no sul do território português entre os finais do séc. II a.C. e os inícios da centúria seguinte não parece indicar uma fase de decadência destas produções, uma vez que, em Monte Molião, esta mantém um peso bastante expressivo (cerca de 40%) no conjunto da cerâmica de mesa, a par dos vasos de paredes finas e de cerâmica campaniense. Esta situação parece ser, contudo, exclusiva da área meridional do território peninsular, uma vez que estas produções são escassas ou estão mesmo ausentes de outros conjuntos coetâneos do território português, como é por exemplo, o caso de Lisboa (Pimenta, 2005) ou de Santarém. Tal fenómeno poderá ser justificado pela profunda integração do território algarvio, desde a Idade do Ferro, nas esferas comerciais, culturais e mesmo sócio-políticas da área do Círculo do Estreito de Gibraltar, que parecem permanecer ininterruptas durante a fase romano-republicana.

O sucesso das produções de Kuass nesta fase mais tardia pode relacionar-se com hábitos de consumo especificamente meridionais que se traduzem na utilização de formas concretas (como é o caso do prato de peixe) que não são produzidas, entre os finais do séc. II e os inícios do séc. I a.C., em cerâmica campaniense.

No entanto, é neste período que se verifica uma crescente influência da cerâmica de mesa itálica nas produções de tipo Kuass, que se traduz na imitação de algumas formas de cerâmica campaniense, como é o caso dos tipos Morel 1331 e 2256, também identificadas em Faro e nas imediações de Monte Molião (Sousa, 2009; 2010). Pensamos que a nova forma que foi agora identificada, a taça de paredes rectas, se enquadra na mesma situação, podendo corresponder a uma imitação do tipo 31 ou 33 de Lamboglia, diferenciando-se, contudo, deste na morfologia do fundo.

Entre o repertório das cerâmicas de tipo Kuass da fase pré-romana e do período republicano cabe, contudo, assinalar uma maior diversidade do elenco tipológico durante os momentos mais tardios, situação já verificada em outros contextos de idêntica cronologia da costa algarvia (Sousa, 2009; 2010). Tal evidência é um outro factor que permite sustentar que estas produções não se encontram ainda num momento de acentuado declínio, e que a sua procura é ainda significativa entre os centros de consumo meridionais (Figuras 2, 3, 4 e 5).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; BARGÃO, Patrícia; LOURENÇO, Pedro (2008) – Monte Molião (Lagos) - Resultados de um projecto em curso. Xelb. Silves. 8, pp. 161-192.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2013) – Ânforas Republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). Spal. Sevilha. 22, pp. 101-141.

DIAS, Vanessa (2010) – A cerâmica campaniense de Monte Molião. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

MORENO MEGÍAS, Violeta; SÁNCHEZ SOTO, Pedro José; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; RUIZ CONDE, António (no prelo) – Caracterización mineralógica y físico-química de las imitaciones de vajilla Tipo Kuass en el valle del Guadalquivir.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana Maria (2003) – Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.

PEREIRA, Ana Ramos; DIAS, João Manuel; LARANJEIRA, Maria Manuela (1994) – Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Rel. n.º 35, pp. 75-89.

PIMENTA, João (2005) – As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SOUSA, Elisa (2009) – A cerâmica de tipo Kuass no Algarve. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Cadernos da Uniarq, 4).

SOUSA, Elisa (2010) – The use of "Kouass ware" during the republican period in Algarve (Portugal). Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta .41, pp. 523-528.

SOUSA, Elisa; ARRUDA, Ana Margarida (2011) – A gaditanização do Algarve. Mainake. Málaga. 32 (II), pp. 951-974.

SOUSA, E.; ARRUDA, Ana Margarida (no prelo) – Italics and Hispanics in Southwest Iberia in the dawn of the Roman-Republican period: the common ware of Monte Molião (Lagos – Portugal).

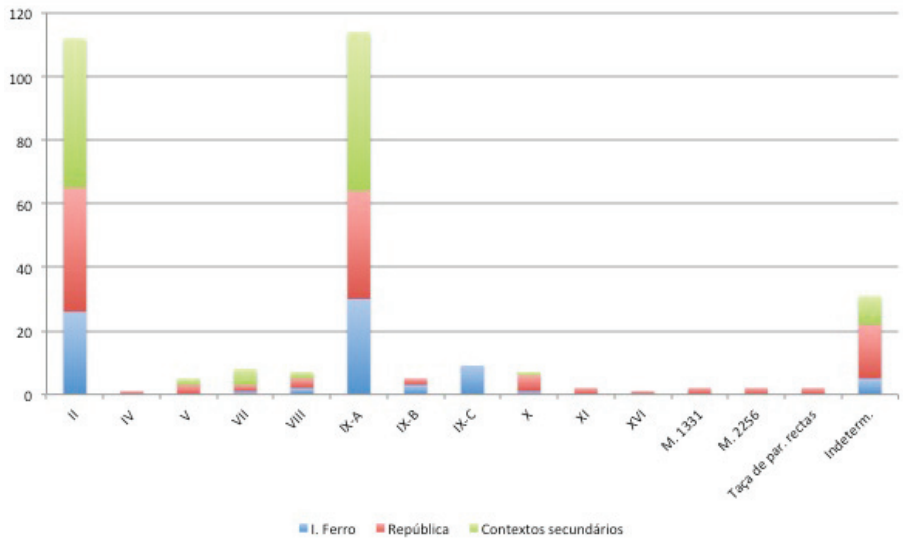


Figura 1 – Distribuição dos tipos formais da cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (base NMI).

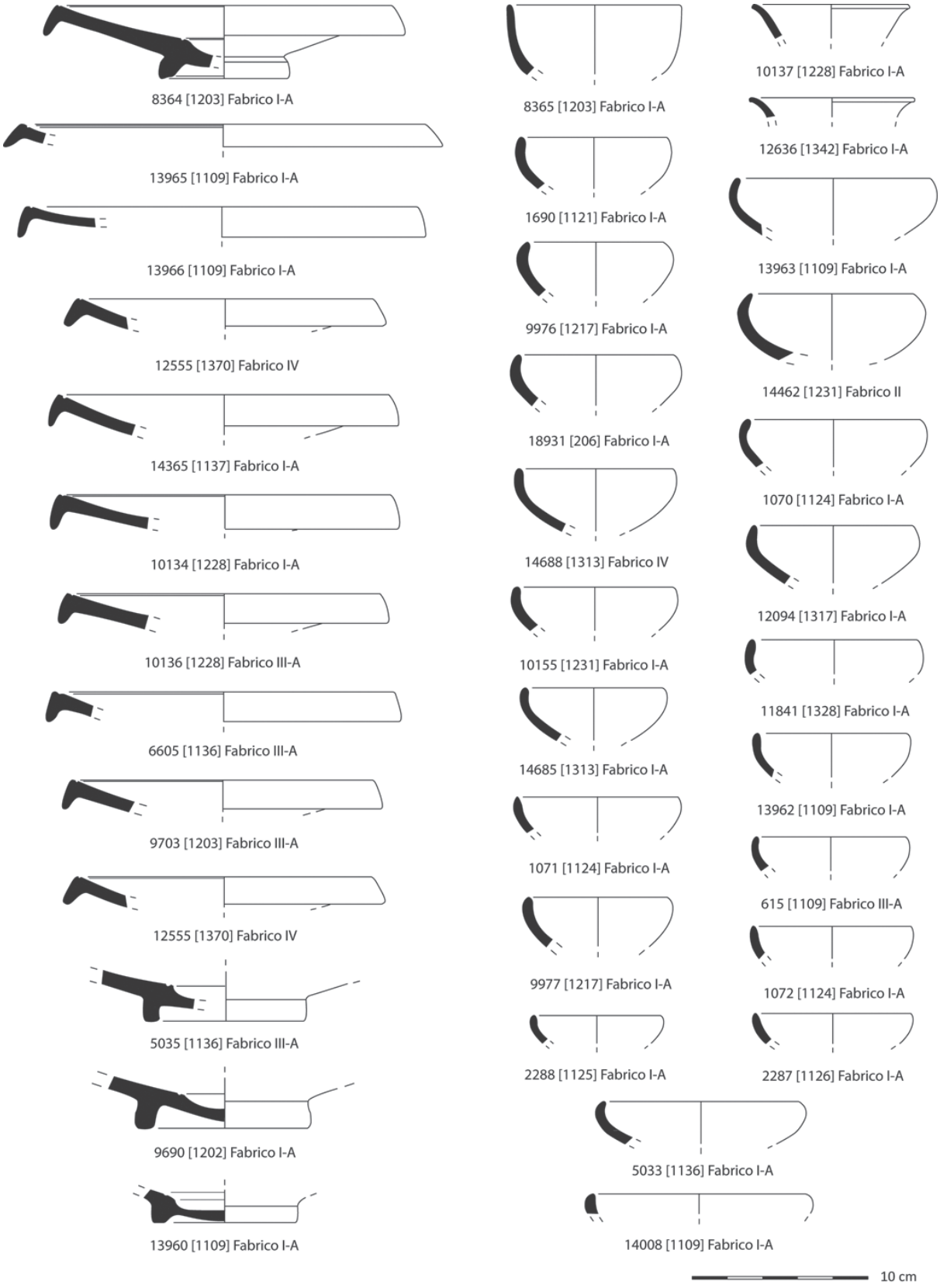


Figura 2 – Cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos da Idade do Ferro: forma II-A (8364, 13965, 13966, 12555, 14365, 10134, 10136, 6605, 9703, 12555), II (5035, 9690, 13960), VII (8365), VIII (10137, 12636), IX-A (1690, 9976, 18931, 14688, 10155, 14685, 1071, 9977, 2288, 13963, 14452, 1070, 12094, 11841, 13962, 615, 1072, 2287) e IX-B (5033, 14008).

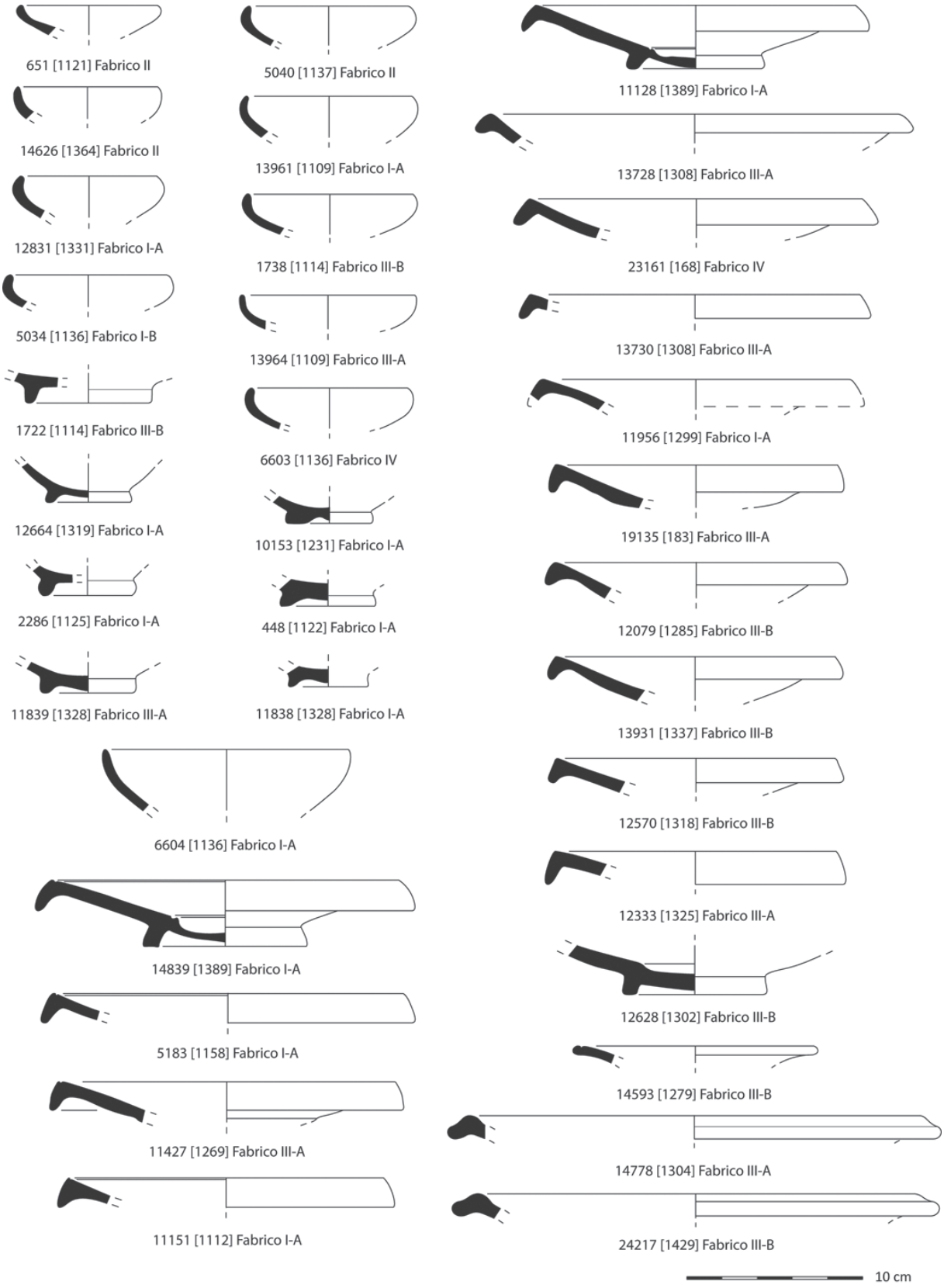


Figura 3 – Cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos da Idade do Ferro: forma IX-C (651, 14626, 12831, 5034, 5040, 13961, 1738, 13964, 6603), indeterminadas (1722, 12664, 2286, 11839, 10153, 448, 11838) e X (6604); cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos republicanos: forma II-A (14839, 5183, 11427, 11151), II (11128, 13728, 23161, 13730, 11956, 19135, 12079, 13931, 12570, 12333, 12628), IV (14593) e V (14778, 24217).

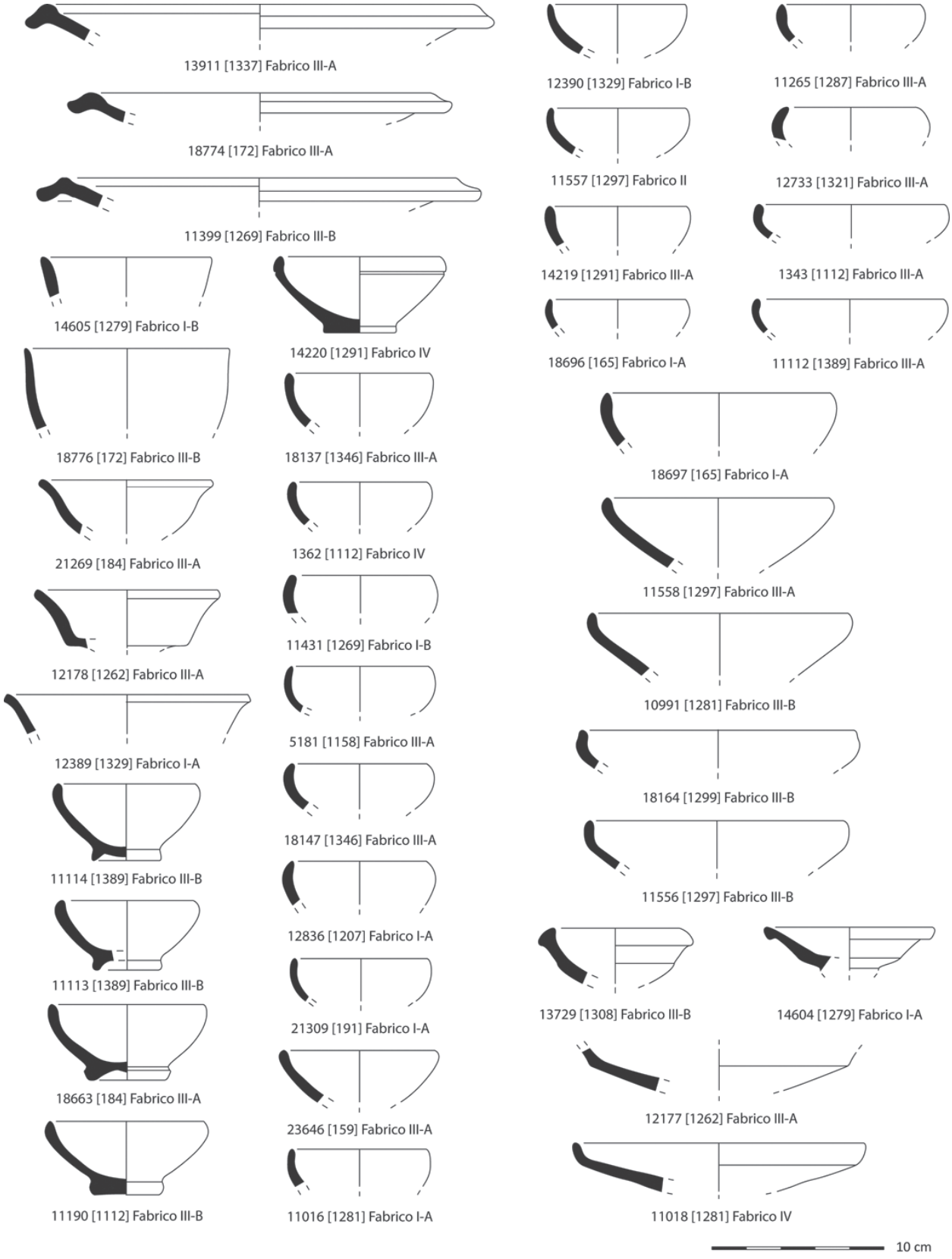


Figura 4 – Cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos republicanos: forma V (13911), Morel 1331 (18774, 11399), VII (14605, 18776), VIII (21269, 12178, 12389), IX-A (11114, 11113, 18663, 11190, 14220, 18137, 1362, 11431, 5181, 18147, 12836, 21309, 23646, 11016, 12390, 11557, 14219, 18696, 11265, 12733), IX-B (1343, 11112), X (18697, 11558, 10991, 18164, 11556), XI (13729, 14604) e Morel 2256 (12177, 11018).

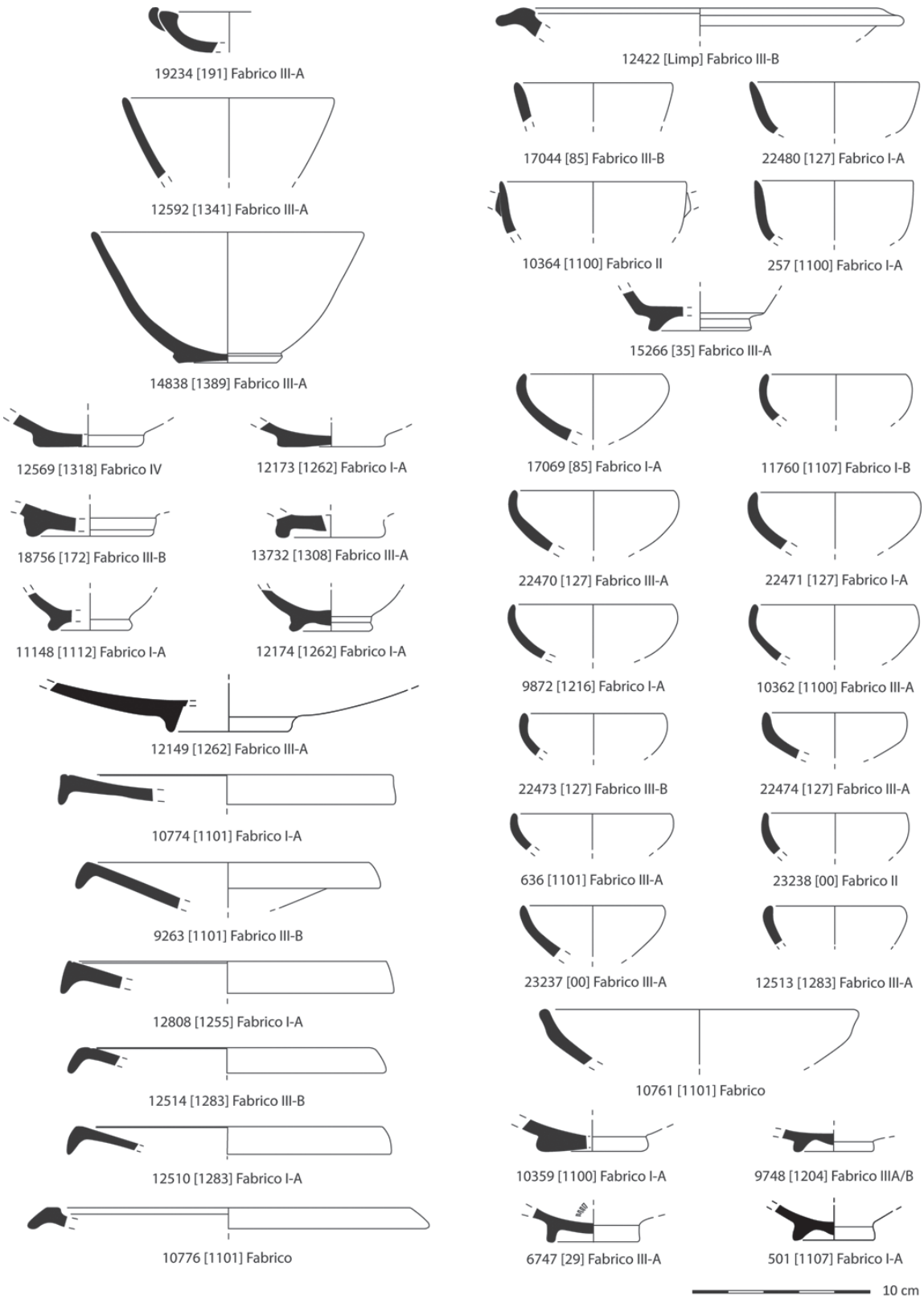


Figura 5 – Cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos republicanos: forma XVI (19234), taças de paredes rectas (12592, 14838), indeterminadas (12569, 18756, 11148, 12173, 13732, 12174, 12149); cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião recolhida em contextos secundários: forma II-A (10774, 12808, 12514), II (9263, 12510), V (10776, 12422), VII (17044, 10364, 22480, 257, 15266), IX-A (17069, 22470, 9872, 22473, 636, 23237, 11760, 22471, 10362, 22474, 23238, 12513), X (10761) e indeterminadas (10359, 9748, 6747, 501).

A NECRÓPOLE DA NORA VELHA 2 (OURIQUE). NOVOS DADOS E INTERPRETAÇÕES 20 ANOS APÓS A SUA ESCAVAÇÃO

Rui Monge Soares / UNIARQ, Universidade de Lisboa / ruigusmao@hotmail.com
Artur Martins / Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel / artur.martins@mun-aljustrel.pt

RESUMO
Decorridos 20 anos desde a escavação da Necrópole da Nora Velha 2, a revisão dos elementos já publicados, bem como a análise dos materiais e dados ainda inéditos desta necrópole, permitem um novo olhar sobre um dos sítios arqueológicos mais interessantes para a compreensão das práticas funerárias na Idade do Ferro na região de Ourique e consequentemente, no Baixo Alentejo.

ABSTRACT
20 years since the excavation of the Nora Velha 2 Necropolis, the review of information already published as well as the analysis of materials and unpublished data of this necropolis, allow a new look at one of the most interesting archaeological sites for the understanding of burial practices in the Iron Age in the region of Ourique and therefore in Alentejo.

1 . HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO DA NORA VELHA 2

A necrópole da Nora Velha 2 foi descoberta e escavada em Junho e Julho de 1991 e em Janeiro e Dezembro de 1993, por uma equipa liderada por José Morais Arnaud (de que fazia parte um dos signatários – A.M.), no seguimento de trabalhos de acompanhamento arqueológico motivados por uma florestação (Correia, 1993, p. 366; Arnaud, Martins & Ramos, 1994, pp. 199-210). A primeira publicação (Arnaud, Martins & Ramos, 1994, pp. 199-210) foi preliminar e apresentada antes da conclusão dos trabalhos no sítio. Posteriormente, a planta e os resultados finais foram apresentados por Artur Martins no II Encontro de Arqueologia do Sudoeste, em Faro, em 1996, embora daí não tivesse resultado uma publicação. Desde então, os resultados finais, bem como algum do espólio mais relevante, foram sendo publicados parcialmente em sucessivos artigos e por diversos autores (Correia & Parreira, 2002, pp. 60-61; Jiménez Ávila, 2002-2003; Vilhena, 2006, pp. 54-56; Vilhena, 2008, pp. 381-383). Assim, consideramos ter chegado o momento de dar a conhecer em pormenor os restantes elementos ainda inéditos. Relembramos, contudo, que a necrópole não foi porventura integralmente escavada, restando possivelmente ainda algumas estruturas por descobrir no local, como poderá ser o caso de um aglomerado de pedras, localizado debaixo de uma árvore, a NE das sepulturas postas a descoberto, no topo da crista da elevação onde a necrópole da Nora Velha 2 se implanta.

2. RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO

A Nora Velha 2 (Figura 1) consiste numa necrópole da Idade do Ferro, semelhante a várias outras conhecidas na região de Ourique. É composta por um agrupamento de quatro pequenos covachos simples escavados no afloramento, por três pequenas estruturas pétreas tumulares de planta ortogonal, as quais enquadram no seu interior pequenos covachos abertos no afloramento, e ainda por uma grande estrutura de planta circular (VIII), que contém no seu interior duas pequenas estruturas tumulares de planta ortogonal, também enquadrando covachos abertos

no afloramento rochoso. Em volta da moldura deste monumento, no lado Este-Norte-Sudoeste, por baixo das pedras de derrube, foram detectadas inúmeras placas de xisto negro, as quais pareciam formar um patamar em redor da moldura. Já no lado Este-Sul-Sudoeste, situado a uma cota mais baixa devido à inclinação do cabeço, detectou-se a existência de uma argila mais amarelada com grande concentração de pequenas lascas de xisto, possivelmente formando uma estrutura de contenção do monumento. No centro desta estrutura tumular, encontram-se duas sepulturas escavadas na rocha (VIIIA e VIIIB) e orientadas no sentido Norte-Sul.

A sepultura VIIIA (Figura 2), mais profunda que a VIIIB, encontrava-se coberta por uma laje de xisto azul escuro partida *in situ* e era composta por duas sepulturas sobrepostas em dois níveis (Nível 1 e Nível 2), separadas por uma outra laje horizontal de xisto azul escuro partida em duas metades, que assentava em apoios abertos no afloramento rochoso situados na parede dos topos da sepultura.

A sepultura do nível superior (Nível 1 – Figura 2) continha pequenas esquirolas de osso queimado e alguns carvões, uma tigela (Figura 3, n.º3), depositada a meio da cista, sobre a laje divisória das duas sepulturas, duas pontas de lança (Figura 6, n.º27 e 29) e uma faca de ferro (Figura 6, n.º 31), encontrando-se preenchida por sedimento. Já a sepultura do nível inferior (Nível 2 – Figura 2), continha igualmente pequenas esquírolas de osso queimado, alguns carvões, uma tigela com um mamilo horizontal perfurado (Figura 3, n.º4), depositada na extremidade Norte da sepultura e dois ferros em forma de espeto, possivelmente contos de lança ou *soliferreum*, um deles torcido (Figura 6, n.º 28 e 30). Esta sepultura encontrava-se completamente preenchida por sedimento.

No que toca à sepultura VIIIB (Figura 2), esta apresentava uma moldura de pedras sobrepostas, não possuindo lage de cobertura nem qualquer tipo de divisão como a VIIIA, apresentando uma menor preocupação com o acabamento. O fundo da sepultura foi escavado na rocha, apresentando secção em V. No seu interior, continha apenas alguns carvões depositados no fundo.

Além da grande estrutura circular (VIII), devemos igualmente fazer referência ao túmulo VII (Figura 1), medindo 2,2x2,2 metros e possuindo duas molduras, sendo a exterior provavelmente um degrau semelhante aos conhecidos em outras necrópoles, enquadrava uma pequena concavidade circular com 10 centímetros de diâmetro. Dentro desta estrutura, encontravam-se vários fragmentos cerâmicos de um grande pote com asa em ferradura (Figura 4, n.º11), os quais colavam com os fragmentos recuperados em volta do covacho II. Vários fragmentos deste recipiente encontravam-se espalhados no sentido E-O, tudo indicando que a sua dispersão deverá ter resultado da passagem de um arado que inclusivamente terá danificado a parede Oeste da sepultura. Além do vaso, no interior da estrutura tumular foram recuperadas duas contas de pasta vítrea azul, com sinais de exposição a altas temperaturas (Figura 5, n.º 21) e uma outra intacta (Figura 5, n.º 19). Já por baixo dos fragmentos do pote de asa cega, foram recuperadas mais seis contas de pasta vítrea azul (Figura 5, n.º 23), todas ligadas entre si por acção do fogo e ainda uma conta de pasta vítrea negra de grandes dimensões, oculada a branco e fragmentada em duas metades (Figura 5, n.º 17). Junto dos fragmentos do pote, que se encontravam dispersos próximo do covacho II, possivelmente por acção da já mencionada destruição mais recente, foram encontrados um pendente de xisto (Figura 5, n.º 24) e uma outra conta fundida pelo fogo (Figura 5, n.º 22), sendo que estes artefactos poderiam, provavelmente, encontrar-se originalmente no interior do recipiente em questão, tendo posteriormente sido dispersos aquando da referida destruição.

Fora dos túmulos, foram ainda recuperados, sem contexto, uma conta de rocha branca (Figura 5, n.º 25) e outra de pasta vítrea azul escuro (Figura 5, n.º 20), bem como vários fragmentos cerâmicos. Além disso, recuperou-se um fragmento de laje de grauváque com algumas marcas que foram interpretadas como possível fragmento de escrita do sudoeste (Arnaud, Martins & Ramos 1994, pp. 202 e 205), embora nos pareça que correspondem apenas a marcas de arado.

3 . DISCUSSÃO

Analisados no seu conjunto, os dados conhecidos na Necrópole da Nora Velha 2 revelam-nos a presença de um espaço funerário importante para o conhecimento das práticas e rituais funerários durante a Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular. A sua arquitectura peculiar, com a presença de túmulos com moldura pétrea rectangular (I, VI e VII) e por vezes com um degrau (VII), bem como a presença de co-

vachos simples escavados na rocha virgem (II, III, IV e V), desprovidos de qualquer estrutura pétrea envolvente, constitui presença habitual nas diversas necrópoles sidéricas conhecidas em Ourique. Já a grande estrutura pétrea circular (VIII – Figura 1), contendo no seu interior sepulturas, encontra paralelo na necrópole de Fernão Vaz (Correia & Parreira 2002, p. 50), Casarão (Correia & Parreira 2002, p. 54), Pego da Sobreira (Beirão, 1986, planche III; Correia & Parreira, 2002, p. 56) e Chada (Beirão, 1986, p. 85). Contudo, o monumento VIII da Nora Velha 2 apresenta como particularidades a presença não de uma, mas de duas sepulturas no seu interior (Figura 2).

Em relação aos materiais arqueológicos, também estes se enquadram no espólio habitualmente recuperado em necrópoles sidéricas, fornecendo uma importante contribuição para o enquadramento cronológico e cultural da Necrópole da Nora Velha 2. A cerâmica recuperada tanto no interior das sepulturas como um pouco por toda a àrea intervencionada da necrópole, permite tecer várias considerações, sendo contudo de notar que esta se encontra bastante afectada pela acidez do solo xistoso, o que dificulta a percepção do tipo de manufactura empregue nas peças bem como do cuidado no seu acabamento, embora seja possível dizer que os materiais de cronologia sidérica são, na sua maioria, feitos ao torno.

No que diz respeito à urna de cerâmica manual com digitações e linhas incisas (Arnaud, Martins & Ramos 1994, p. 209; Vilhena, 2008, p. 384) recuperada no covacho V (Figura 1, n.º 33), esta forma e decoração ocorre tanto em contextos de necrópole como de povoado, desde o século VIII ao século VI a.C. (Torres, 2002, p. 163), possuindo paralelos regionais no túmulo II da Herdade do Pêgo (Dias, Beirão & Coelho, 1970, p. 206) e no Castro da Cola (Correia & Parreira 2002, p. 60; Correia 1999, p. 28; Arnaud, Martins & Ramos 1994, p. 201), sendo ainda possível citar vários outros exemplos no Baixo Alentejo, ocorrendo por exemplo em sítios como a pequena ocupação rural do Passo Alto, datada do século VI a.C. (Soares et al. 2009, fig. 10, n.º1).

Sobre as tigelas recuperadas, contam-se três exemplares, de bordos simples e sem decorações, tendo sido recolhidos dois exemplares na sepultura VIIIA (Fig. 3, n.ºs 3 e 4) e um exemplar no exterior (Figura 3, n.º 1). Note-se que a tigela recuperada na sepultura VIIIA, Nível 1 (Figura 3, n.º 3), se encontrava incompleta mas *in situ*, tendo sido encontrado apenas exactamente metade do recipiente. Contudo, um fragmento do fundo deste recipiente foi recuperado no exterior da sepultura, próximo da sepultura VIIIB (Figura 1, n.º 34). Este facto não deixa de ser curioso, dado que a tampa da sepultura VIIIA se encontrava *in situ*, apesar de quebrada, facto que parece descartar um qualquer fenómeno pós-deposicional. Então, se parece certo que apenas e só metade da tigela foi intencionalmente depositada na sepultura, fica por explicar o motivo que levou à prática deste acto deposicional, encontrando-se fragmentos do recipiente no exterior. Tratou-se de uma quebra intencional, ou eventualmente ritual, à semelhança do que sucede com as lanças de ferro, ou, pelo contrário, ficou a dever-se a algo mais mundano como, por exemplo, uma quebra acidental pré-deposição? Isso são questões para as quais não temos resposta.

O caso da tigela do Nível 2 da sepultura VIIIA (Figura 3, n.º 4) merece também um comentário. Este exemplar possui um pequeno mamilo único, alongado e perfurado, o qual parece corresponder a um elemento de suspensão, de função exactamente idêntica às duplas-perfurações habitualmente registadas em tigelas e pratos durante a Idade do Ferro (Soares, 2012, pp. 51-53). A opção do oleiro por um mamilo perfurado ao invés de simplesmente realizar duas perfurações no bojo, poderá constituir uma marca cronológica arcaizante, pois a técnica de suspensão de pequenos recipientes abertos, por meio de mamilos perfurados, verifica-se apenas no Bronze Final, sendo que durante toda a Idade do Ferro são apenas utilizadas as dupla-perfurações sob o bordo. Assim, podemos especular se esta peça corresponde a um momento de transição, em que numa tigela, própria da Idade do Ferro, é aplicado um elemento de suspensão aparentado aos utilizados no Bronze Final. A escassez ou ausência de paralelos para esta peça, será explicada pelo sucesso e rápida difusão durante a I Idade do Ferro da técnica da "dupla-perfuração" sob o bordo, tecnicamente menos complexa e provavelmente mais resistente e durável que a aplicação de um mamilo perfurado.

Já o pote com asas de ferradura e bordo plano (Figura 4, n.º 11) parece corresponder a uma bacia/alguidar de produção local/regional, cujas funções são tradicionalmente associadas à utilização para ablu-ções ou preparação de alimentos, em virtude da sua forma aberta, sem restrições no acesso ao interior. Aparentemente este recipiente terá servido como urna funerária, como parecem indiciar os artefactos encontrados em seu redor. Note-se que o fundo deste

vaso possuia "gatos", provavelmente feitos de uma qualquer matéria perecível, uma vez que não foram encontrados. A sua presença indicia que o vaso terá sido parcialmente quebrado e reconstituido, antes da sua deposição na sepultura. Neste caso particular, os gatos não terão sido utilizados para reparar um recipiente de valor elevado como é habitual em cerâmicas importadas ou excepcionais, mas apenas para permitir a sua reutilização final como urna funerária e já sem valor por se encontrar quebrado.

Este recipiente regista paralelos em vasos de características semelhantes (nomeadamente, o bordo recto e as asas cegas), recuperados em contextos do século V a.C. no Sudoeste peninsular, nomeadamente no Cabeço Redondo (Soares, 2012, p. 71) e em Cancho Roano (Celestino Pérez & Jiménez Ávila 1993, p. 122, n.º15). O caso particular dos elementos de preensão deste recipiente, as "asas cegas" ou de "ferradura", constituem uma evolução dos elementos de preensão do Bronze Final (Mataloto 2004, p. 88), registando-se a sua utilização principalmente ao longo de toda a I Idade do Ferro.

Adicionalmente, recuperaram-se ainda diversos fragmentos de recipientes um pouco por toda a necrópole, registando-se a presença de recipientes fechados de pequena (Fig. 3, n.º 5) e grande dimensão (Fig. 3, n.º 9), além de alguns fundos planos (Fig. 3, n.ºs 2, 8 e 10) ou em "bolacha" (Fig 3, n.º 7) do mesmo tipo de recipientes.

Em relação aos objectos de adorno, regista-se a presença de nove pequenas contas de colar de pasta vítrea azuis escuras (Fig. 5, n.ºs 19-21 e 23) e três contas de cor azul marinho (Fig. 5, n.ºs 18, 21 e 22), oculadas a branco e azul escuro, bem como uma grande conta negra oculada a branco (Fig. 5, n.º 17). Adicionalmente, recuperou-se um fragmento de pendente de xisto (Fig. 5, n.º 24), possivelmente em forma de sanguessuga de xorca, uma conta tubular em rocha branca (Fig. 5, n.º 25) e um anel de bronze com conta azul (Fig. 5, n.º 26), afectado pela exposição ao fogo, cuja presença encontra paralelos em outras necrópoles, como na Mealha Nova (Arruda, 2001, p. 247; Dias, Beirão & Coelho, 1970, p. 200), na Fonte Santa (Beirão, 1986, planche VI) e na Necrópole do Gaio (Beirão, 1986, planche III).

No que diz respeito a armamento, as duas lanças dobradas da sepultura VIIIA, Nível 1 (Fig. 6, n.ºs 27 e 29), com 41 e 50 centímetros de comprimento respectivamente, encontram paralelo na Herdade do Pêgo (Dias, Beirão & Coelho, 1970, p. 211), ao passo que a faca de ferro afalcatada (Fig. 6, n.º 31) encontra paralelo em diversos contextos ao longo de toda a I Idade do Ferro. Já a presença no Nível 2 da sepultura VIIIA, de dois ferros compridos e finos em forma de "espeto" (Fig. 6, n.ºs 28 e 30), com 60 e 68 centímetros de comprimento respectivamente, encontra paralelos na necrópole de Chada (Beirão, 1986, p. 90, Fig. 24), parecendo assemelhar-se pela sua morfologia a contos de lança (Quesada Sanz, 1997, pp. 427-431), ainda que armas do tipo *pilum/soliferreum* (Quesada Sanz, 1997, pp. 309, 328) também possam ser uma hipótese. Neste caso, não podemos deixar de notar o interessante facto de os dois artefactos se encontrarem na sepultura do Nível 2, estando apenas um deles dobrado, ao passo que as duas lanças, ambas dobradas, se encontravam no Nível 1. Se aceitarmos que os ferros em questão são os contos das duas lanças da sepultura superior, este facto reforça a possibilidade de estarmos perante dois enterramentos em simultâneo, cujo significado da distribuição dos elementos das lanças não nos é ainda possível perceber.

Em relação aos elementos de cronologia estranha à Idade do Ferro, registe-se a peça n.º 6 da Figura 3, a qual possui pasta alisada/polida e uma carena arredondada, semelhante às pequenas taças da Idade do Bronze, presentes em sítios regionalmente próximos (Schubart, 1965, Fig. 12-j e Fig. 19-a; Correia & Parreira 2002, p. 38). O facto de um recipiente da Idade do Bronze ter sido aqui encontrado não parece estranho, dado que o local onde esta necrópole sidérica se implanta, poderá possuir outros enterramentos e outras sepulturas, porventura da Idade do Bronze, como poderá ser a estrutura pétrea já referida inicialmente, que se parece localizar próximo da necrópole. Esta associação possivelmente propositada de uma necrópole sidérica a uma necrópole da Idade do Bronze, nada teria de estranho, dada a possível procura de identificação por parte das populações da Idade do Ferro com os "sinais dos antepassados", como se verifica na aparente imitação das estruturas funerárias gregárias da Idade do Bronze, em Ourique. Aliás, a permanência deste local como terreno sacralizado com "sinais dos antepassados" é notória, uma vez que numa pequena elevação a 50 metros de distância, se situa a *Tholos* da Nora Velha (Viana, 1960), com utilização no Calcolítico e reocupação durante a Idade do Bronze. Podemos ainda apontar a grande laje que fecha a passagem do corredor para a câmara deste monumento, como sendo uma antiga estela-menir de

Tabela 1 – Datas de radiocarbono da Nora Velha 2 (calibração fazendo uso da curva IntCal09 (Reimer et al. 2009) e do programa CALIB (Stuiver e Reimer1993).

Ref. Lab.	Amostra	Contexto	$\delta^{13}C$ (‰)	Data ^{14}C (BP)	Data calibrada (cal BC) 1σ	2σ
ICEN – 1102	Madeira carbonizada	Sep. VIIIA--Nível 2	-24,88	2720±50	905-819	976-800
ICEN – 1103	Madeira carbonizada	Sep. VIIIB	-25,57	2540±90	801-716; 695-539	827-408

períodos mais recuados, nomeadamente Neolítico.
Adicionalmente registou-se no local, a presença de alguns materiais de cronologia islâmica, nomeadamente, vários fragmentos de asas de pote (Fig. 4, n.ºs 12-14), um fragmento de vidrado (Fig. 4, n.º 15), um fundo de um pequeno recipiente (Fig. 4, n.º 16) e um fragmento de uma telha, possivelmente indiciadores de uma pequena ocupação rural medieval. Por fim, recuperou-se ainda um pequeno resto de talhe de sílex (Fig. 6, n.º 32). Este poderá indiciar uma presença pré-histórica no local, ou revelar uma qualquer utilização desconhecida associada à necrópole sidérica.
Em relação aos carvões recuperados na estrutura tumular circular VIII, estes foram datados pelo radiocarbono, não tendo, contudo, sido identificadas as espécies a que pertenciam. Assim, notamos que no túmulo VIIIA, os carvões do nível inferior possuem uma data calibrada, a 2 sigma, de inícios do século X a finais do século IX a.C., o que indicaria uma cronologia do Bronze Final para este túmulo. Já os carvões do túmulo VIIIB, possuem uma data aceitável, de finais do século IX a finais do V a.C.
Em relação ao nível superior (Nível 1) do túmulo VIIIA, este não continha carvões suficientes para uma datação convencional (embora esta seja possível de ser efectuada actualmente por AMS), pelo que estes carvões não foram datados juntamente com os outros. Este facto permitiu a sua preservação, pelo que, na sequência do presente estudo, foi possível identificar as espécies de origem, tendo-se revelado a presença de 9 fragmentos de *Quercus suber* (sobreiro) e 1 possível fragmento de *Quercus suber/rotundifolia* (sobreiro/azinheira).
É importante reforçar que as espécies a que pertencem os carvões datados da sepultura VIIIB e do Nível 2 da sepultura VIIIA não foram determinadas, pelo que, ignoramos se estaremos perante o efeito de madeira antiga, no que diz respeito às datas obtidas em ambos os casos. Esta possibilidade parece plausível, dado que os fragmentos de carvões identificados no Nível 1 da sepultura VIIIA correspondem todos a espécies de vida longa. Desta forma, a tese de que as datas obtidas na necrópole da Nora Velha 2 corroboram uma suposta antiguidade das necrópoles sidéricas de Ourique (Vilhena 2006, p. 62; Vilhena, 2008, pp. 381 e 382), proposta por V.H. Correia (1993), encontra-se sem fundamento (pelo menos no que toca ao apoio em datas de radiocarbono), dado que a hipótese do efeito de madeira antiga é bastante provável.

4. CONCLUSÕES

A análise produzida neste artigo sobre a necrópole da Nora Velha 2, permitiu rever algumas das questões em relação ao enquadramento crono-cultural da necrópole. Assim, algumas propostas anteriores avançadas para esta necrópole, de uma extensa diacronia e arquitectura evolutiva, bem como as consequências daí resultantes, como a precocidade dos túmulos de planta circular sobre os de planta ortogonal nas necrópoles sidéricas (Vilhena, 2008, p. 382), parecem-nos carecer de um fundamento mais sólido, dado que a sua principal base de apoio, as datações de radiocarbono obtidas para a sepultura VIIIA – Nivel 2 e VIIIB, não só não comprovam a precocidade dos túmulos circulares, como também não podem ser utilizadas para propor uma cronologia precisa para a utilização da necrópole da Nora Velha 2.
A cronologia da necrópole sidérica da Nora Velha 2 deverá então situar-se, ainda que com cautela e com base apenas no espólio recuperado (e na ausência de elementos mais antigos e mais tardios), num intervalo cronológico entre o século VII e o século V a.C., não sendo possível, em virtude dos elementos registados e analisados, reduzir ou ampliar com segurança este intervalo.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, J.; MARTINS, A.; RAMOS, C. (1994) – Necrópole da Nora Velha (Ourique). Informação da 1.ª campanha de escavação. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Vol. 2. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 199-210.

ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2., pp. 153-160.

BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud de Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: De Broccard.

CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1993) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano I: El sector Norte*. Badajoz: Junta de Extremadura e B. Gil Santa Cruz. 261 p.

CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal: arquitectura e rituais. In *Actas II do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia;* 33: 3-4), pp. 351-375.

CORREIA, V. H. (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*. Aljustrel. 8, pp. 23-31.

CORREIA, V. H.; PARREIRA, R. (2002) – *Cola. Circuito Arqueológico*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 8).

DIAS, M. Alves; BEIRÃO, C. M.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 4, pp. 175-219.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002-2003) – Estructuras tumulares en el suroeste ibérico. Entorno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de Arqueologia*. Madrid. pp. 81-118.

MATALOTO, R. (2004) – *Um "monte" da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 37).

QUESADA SANZ, F. (1997): El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.). *Monographies Instrumentum*. Montagnac. 3.

VILHENA, J. (2006) – O sentido da permanência. As envoventes do Castro da Cola nos 2º e 1º milénios a.C. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.

VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do "Ferro de Ourique" (Sul de Portugal). In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. – *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueologia.* Madrid: C.S.I.C. 46, pp. 327-351

SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 22, pp. 7-136.

SOARES, A. M.; ANTUNES, A. S.; DEUS, M.; SOARES, R.M.; VALÉRIO, P. (2009) – A ocupação sidérica do Passo Alto (V.V. de Ficalho, Serpa). In *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aracena. 27-29 Noviembre 2008*. Huelva, pp. 544- 554.

SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.

REIMER, P.J., BAILLIE, M.G.L., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J.W., BLACKWELL, P.G., BRONK RAMSEY, C., BUCK, C.E., BURR, G.S., EDWARDS, R.L., FRIEDRICH, M., GROOTES, P.M., GUILDERSON, T.P., HAJDAS, I., HEATON,T.J.,HOGG,A.G.,HUGHEN,K.A.,KAISER,K.F., KROMER, B., McCORMAC, G., MANNING, S., REIMER, R.W., RICHARDS, D.A., SOUTHON, J.R., TALAMO, S., TURNEY, C.S.M., van der PLICHT, J., WEHENMEYER, C.E. (2009) – IntCal09 and Marine09 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon,* 51(4), pp. 1111–50.

STUIVER, M., REIMER, P.J, (1993) – Extended 14C database and revised CALIB radiocarbon calibration program. *Radiocarbon*, 35, pp. 213-230.

TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la História (Studia Hispano-Phoenicia; 1).

VIANA, A. (1960) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, XVII. pp. 181-188.

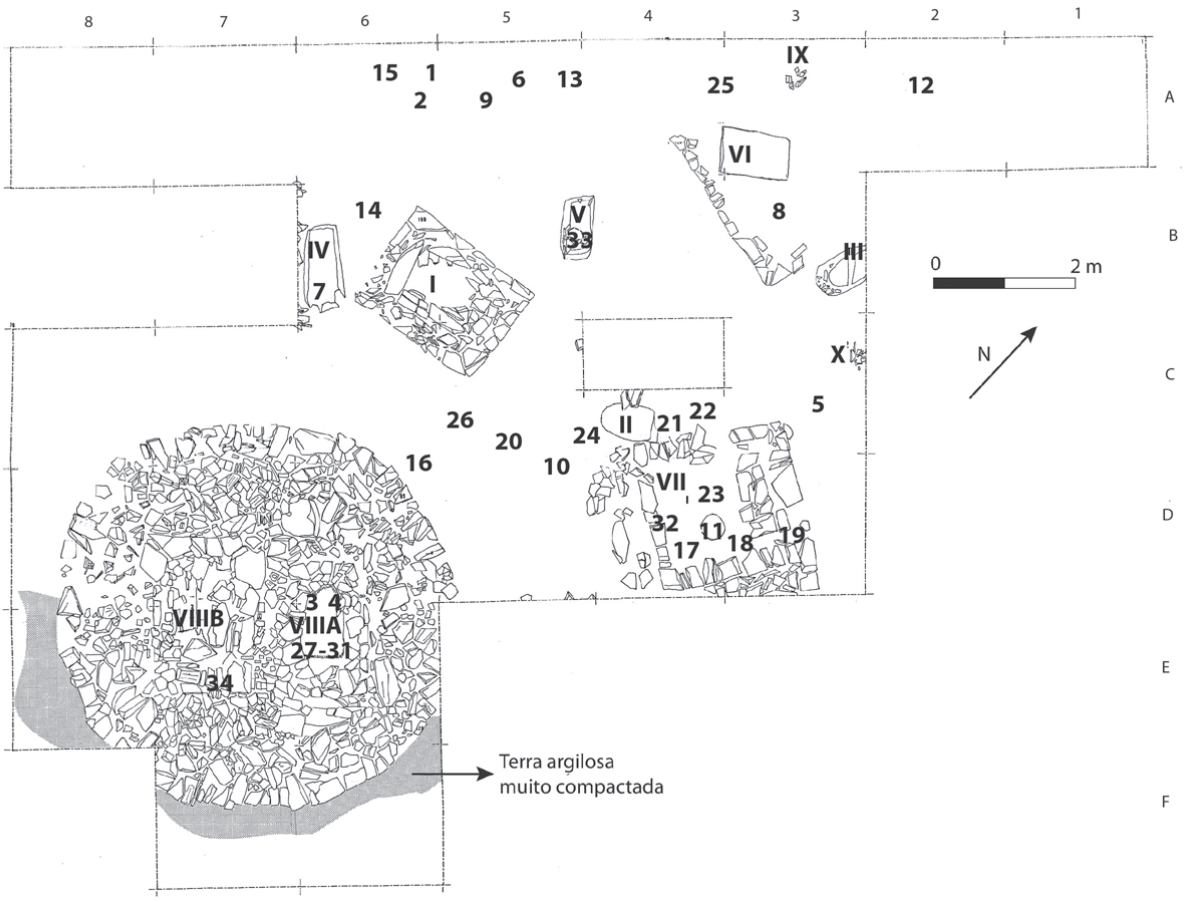


Figura 1 – Planta da Necrópole Nora Velha 2. Estruturas (I-X) e localização aproximada do espólio (1-34).

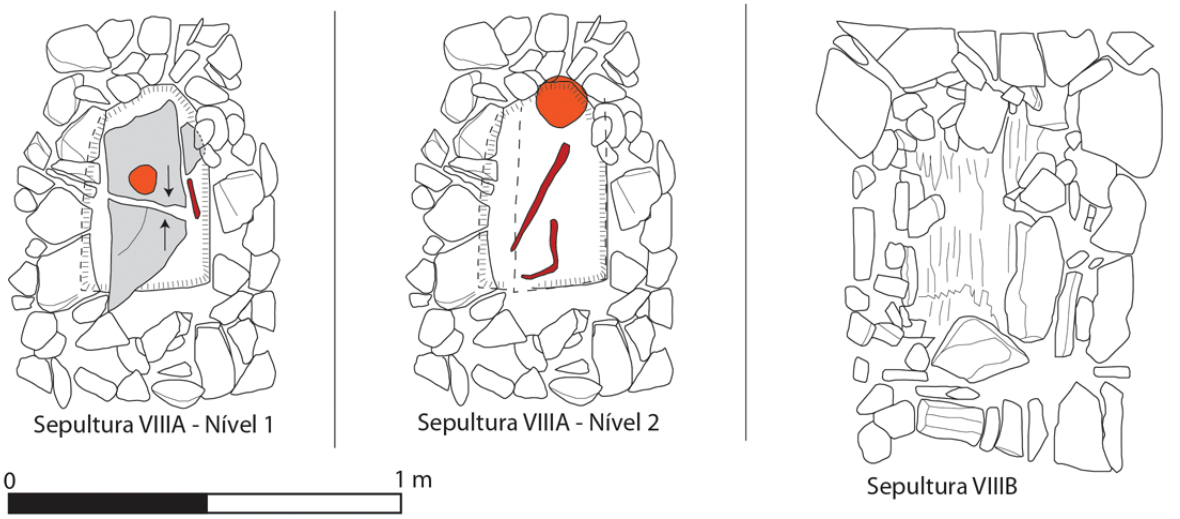


Figura 2 – Planta de pormenor da sepultura VIIIA, Nível 1 e Nível 2 e da sepultura VIIIB.

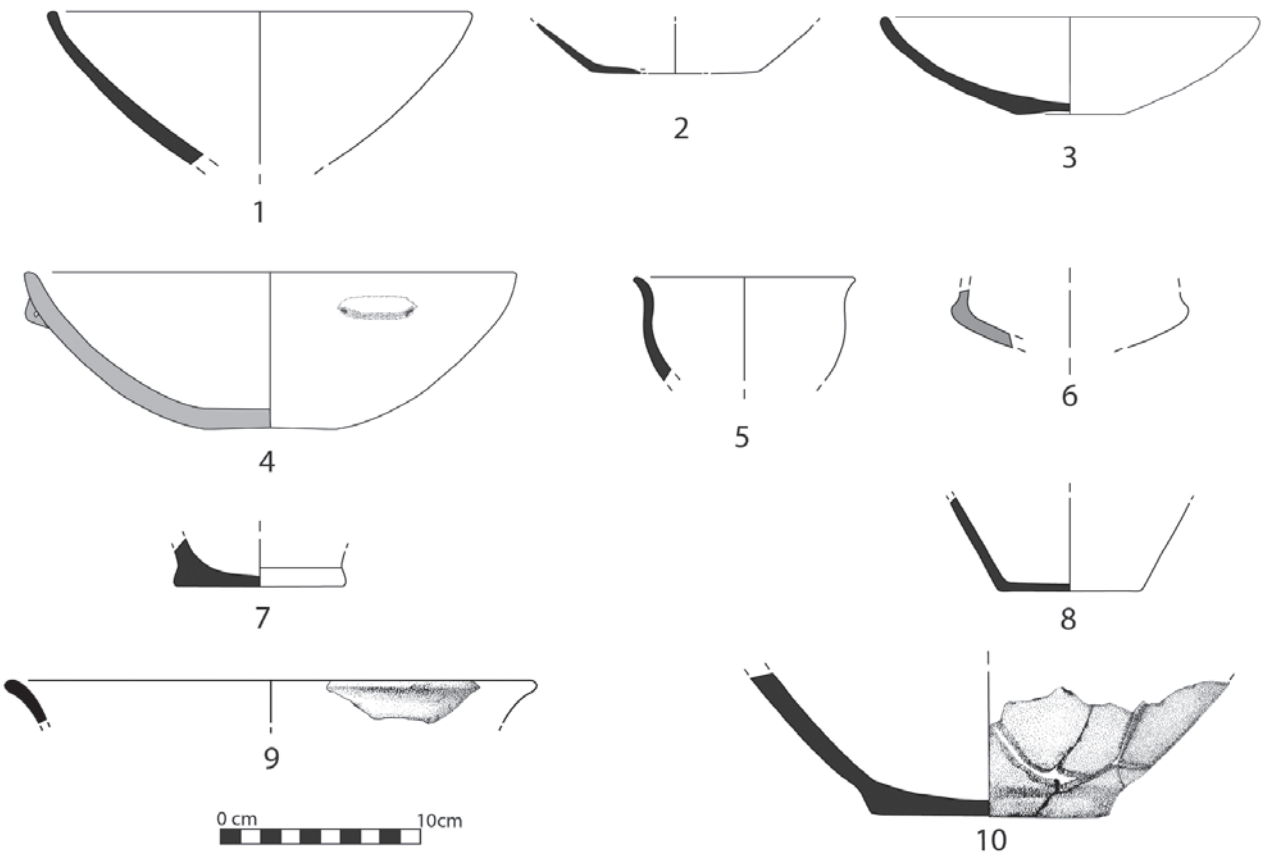


Figura 3 – Recipientes cerâmicos.

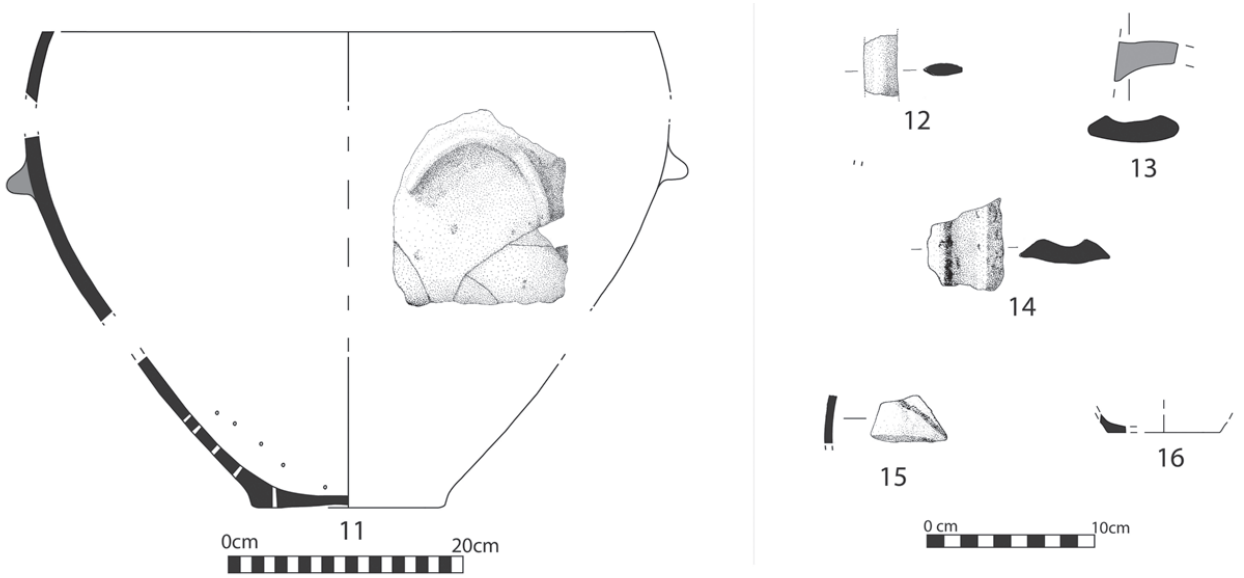


Figura 4 – Recipientes cerâmicos.

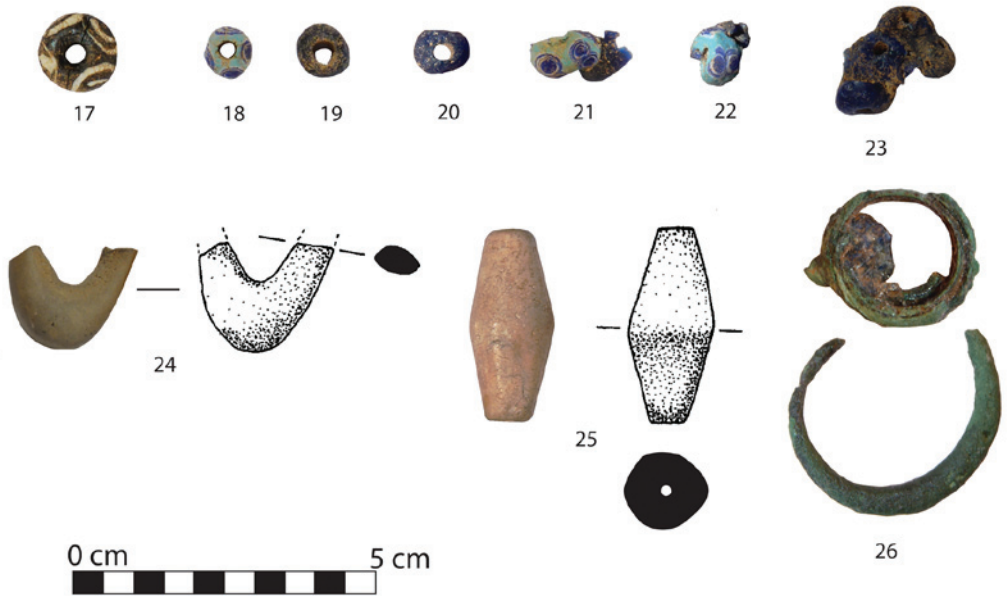


Figura 5 – Elementos de adorno.

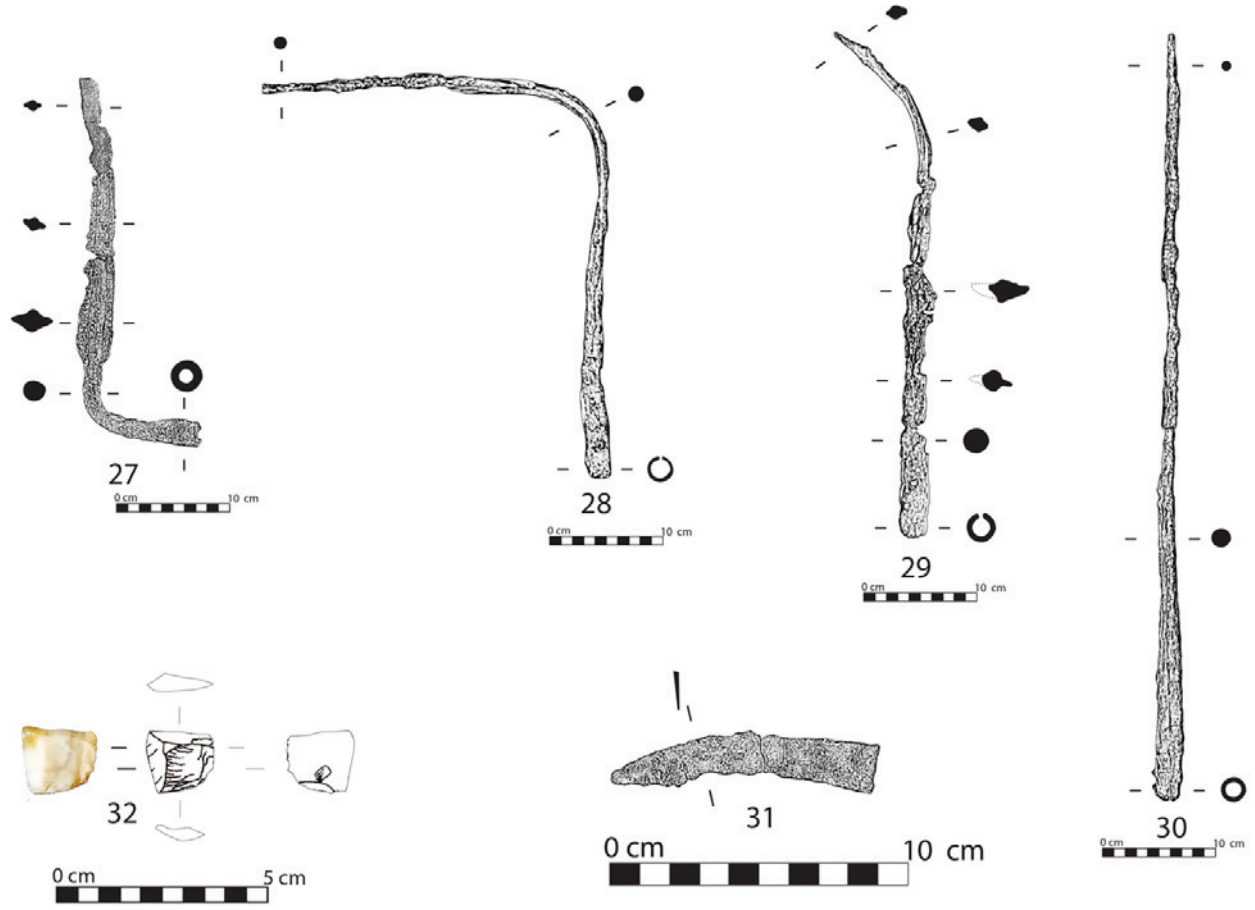


Figura 6 – Metais (27-31) e sílex (32).

UM DEPÓSITO FUNDACIONAL DO SÉCULO II A.C. EM MESAS DO CASTELINHO (ALMODÔVAR). UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Susana Estrela / estrela.susana@gmail.com

RESUMO

Num momento indeterminado do século II a.C., a inauguração de um dos compartimentos do povoado de Mesas do Castelinho é realizada mediante um depósito intencional de artefactos com origens e funções diversificadas. Associando o estudo do conjunto artefactual à estratigrafia, reconstitui-se um dos capítulos desta história antiga de mais de dois mil anos, na qual o cenário de fundo mostra uma longa tradição e um são convívio entre os elementos exógenos e aqueles produzidos local e/ou regionalmente. Dela faz parte a caracterização do tecido social e cultural que subjaz a este episódio de depósito de artefactos.

ABSTRACT

In an uncertain moment of the II century BC, the opening ceremony of one of Mesas do Castelinho's compartments is manifested by the intentional deposit of artefacts with different origins and functions.
Putting together the artefactual set analysis with the stratigraphy, one reassembles this ancient history chapter, older than two thousand years, in which the background picture shows a long tradition and a sane companionship between the foreign and the local/regional artefacts. One characterizes the social and cultural structures that lie behind this artefact drop episode.

1. PRELÚDIO, OU O PRIMEIRO PASSO PARA UM DETERMINADO DESFECHO

Em finais do século V a.C. é fundado o povoado fortificado de Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar), na fronteira entre os contrafortes setentrionais da Serra do Caldeirão e os limites meridionais da peneplanície baixo-alentejana. Estira-se em duas plataformas principais, com perto de 3,5 hectares, num ponto relativamente alto mas com fraco domínio territorial para Sul e com boa visibilidade apenas para Norte (Figura 1). Ocupado em continuidade até ao século II d.C., o "*povoado de ribeiro*" (Berrocal-Rangel, 1992, p. 205), situado a Sul da Ribeira de Mora (tributária do Rio Mira) implanta-se num quadro natural mais húmido e verde que o actual, com mais áreas florestadas e de pastagem, no qual a caça de cervídeos detinha um papel importante, de acordo com os dados paleoambientais decorrentes do estudo dos restos faunísticos (Valenzuela-Lamas & Fabião, 2012).

A fisionomia de Mesas do Castelinho explicará, por si só, a sua vocação enquanto núcleo habitacional localizado nas proximidades de uma via de circulação ou funcionando como ponto de defesa. O registo arqueológico da ocupação sidérica fornece as provas de um povoado amuralhado que pode ser visto como uma marca na paisagem, mais do que como um local inexpugnável (Estrela, 2010, vol. I, p. 95). Com pequenos matizes, a situação pode ser estendida à ocupação romana, que já não conhece as linhas de muralha, construindo sobre elas.

O povoado, assim dissimulado na paisagem, deixa-se no entanto ver. As provas são as construções humanas que desenham o perímetro amesetado que confere parte do nome ao sítio arqueológico, apesar de tudo muito mais imponentes e visíveis na aproximação à ribeira a Norte que pelo lado de Sul.

A sua localização num cenário de uma passagem de vias é melhor conhecida para a época romana, com troços de calçadas que terão prolongado ou aperfeiçoado os caminhos anteriormente existentes.

O peso desta temática pode ser encontrado, aliás, no momento final da ocupação romana. Algures nos inícios do século II d.C., a rede viária então implementada não contempla a localização de Mesas do Castelinho e o local é abandonado (Guerra & Fabião, 2010, p. 485).

Recuando no tempo e debruçando-nos no tema agora em agenda, os dados de um determinado momento de inauguração de um dos muitos compartimentos romanos republicanos de Mesas do Castelinho dão os sinais da ausência de uma fronteira deste (e neste) povoado que, desde tempos precoces da Romanização, prova a manutenção dos seus modos essenciais de vida. O marco desta nova etapa da sua história equaciona-se a partir daquilo que é proporcionado pela leitura da estratigrafia das construções e das ocupações humanas, polarizadas em duas fases diferentes (mas não distintas a nível cronológico), a seguir apresentadas.

2. O SÉCULO II A.C. EM MESAS DO CASTELINHO

Os vestígios arqueológicos do século II a.C., que testemunham a etapa final da Idade do Ferro e os primeiros contactos com artigos importados da Península Itálica, que marcam o início do período romano-republicano, apenas são observáveis na plataforma inferior do sítio (Figura 2).

O Sector B2, junto do talude ocidental, limite artificial criado com a construção da muralha, é particularmente profícuo para a caracterização dos momentos finais da Idade do Ferro. A organização interna mantém-se inalterada, com um "povoado cego" com um quotidiano em parte estabelecido no interior do perímetro desenhado pela muralha. A principal novidade reside na amortização desta, que surge mais como uma infra-estrutura antiga que apoia a construção vertical dos compartimentos do que propriamente como uma verdadeira linha de defesa. A continuidade da aquisição de artigos cerâmicos importados desde a área gaditana é patente, ao mesmo tempo que se assiste à manutenção das tradições relacionadas com as técnicas e motivos decorativos das cerâmicas manuais e à chegada de elementos inovadores nas produções a torno (Estrela, 2010, vol. I, *passim*; 2013, pp. 111-112).

A história, porém, não termina aqui e muito menos abruptamente. A cultura material testemunha a ocupação ininterrupta, também esta essencialmente relacionada com o entorno rural mas sobremaneira desenvolvida a nível arquitectónico, com um urbanismo organizado em torno de três artérias de circulação praticamente paralelas entre si e orientadas *grosso modo* de Norte para Sul. Pela primeira vez na história do sítio baixo-alentejano são erigidas construções que ocupam o interior do povoado com espaços habitacionais e de trabalho.

A escavação para Este do Sector B2, no Sector B3, que se prolonga praticamente até ao talude oriental do sítio arqueológico, permitiu a identificação das Ruas 1, 2 e 3, definidoras de conjuntos arquitectónicos bem delimitados, com ritmos de ocupação e funcionalidades muito próprios, aos quais se convencionou chamar quarteirões.

A Rua 1 permitiu um desenho romano-republicano que se caracteriza, no Sector B2, pela manutenção dos traços gerais da arquitectura da fase final sidérica, mantendo a mesma orientação entre os compartimentos e permitindo a circulação para Este. Nesta direcção, assistimos à construção de dois edifícios subdivididos internamente em dois espaços, comunicantes para poente (para a Rua 1) mas com paredes cegas para nascente. Estes compartimentos do Sector B3 definem o momento inaugural do designado 1º Quarteirão, que mantém o uso antigo das matérias-primas localmente disponíveis, o xisto e a terra, mas que incrementa a qualidade da técnica construtiva. Os compartimentos mais meridionais funcionaram como espaços de trabalho, com uma área de fogo localizada ao centro de um dos ambientes, sobre a qual existiu uma chaminé construída com elementos terrosos. Já os espaços setentrionais podem ser encarados como áreas residenciais, de preparação e tomada de refeições e mesmo como áreas de descanso.

O espaço construído entre as traseiras destes edifícios e os limites orientais da Rua 2 foi designado como 2º Quarteirão. Na actual área de intervenção é possível discernir, nesta porção do povoado, a existência de sete compartimentos, quase todos comunicantes com aquela artéria, localizada a Este de todos eles, sendo que podemos intuir uma comunicação interna entre alguns deles, estabelecida no sentido Norte-Sul. Neste momento inaugural datam o Ambiente XXIV a Sul, os ambientes XXV, XXVI e XXVII a Norte, XXXIII a Este e os ambientes XXX e XXIX a Oeste, nas traseiras dos edifícios do 1º Quarteirão.

Estas construções apresentam traços que os vincu-

lam a espaços de trabalho, nomeadamente daqueles relacionados com a metalurgia, visíveis quer no Ambiente XXIV quer na própria Rua 2. Mas também existem espaços habitacionais, com uma cultura material e áreas de combustão com características distintas com traços suficientes para esta caracterização. Este quarteirão conhece construções cuja ortogonalidade não é totalmente conseguida e técnicas de menor qualidade, quando comparadas com as usadas no 1º Quarteirão.

O 3º Quarteirão é definido a Oeste pela Rua 2 e a Este pela Rua 3 e podemos apontar a existência, no momento inaugural, de três compartimentos principais: um espaço de armazenagem no Ambiente XIII, uma divisão assimétrica no Ambiente XIV que deixa entender uma organização interna enquanto cozinha e área de descanso e o Ambiente XVI, onde terá funcionado uma área de trabalho metalúrgico.

3. ARQUITECTURA E ESTRATIGRAFIA DO DEPÓSITO FUNDACIONAL DO AMBIENTE XXXVIII

Este espaço do 2º Quarteirão estabelece-se num momento não imediatamente fundacional do urbanismo romano-republicano de Mesas do Castelinho mas a cultura material aponta para um momento do século II a.C., cronologia consentânea com a criação dos restantes quarteirões.

Possui uma planta rectangular, comunicante a Este com a Rua 2 e a Sul com o Ambiente XXIV. A Norte confina com os ambientes XVII e XXV e a Oeste tem inicialmente ligação com os ambientes XXX e XXIX e depois com o Ambiente XXXV (Figura 3, A). Trata-se, bem visto, de um espaço relativamente estreito, com pouco mais de 10 m² de área útil e com circulação algo limitada, situação que apenas pode ser interpretada equacionando a conjugação dos dados deste espaço e dos espaços que com ele funcionam.

O momento inaugural é marcado pela deposição intencional, no vão que estabelece a passagem para os ambientes XXX e XXIX, a Oeste, de uma série de artefactos cerâmicos e vítreos, com origens e funções diversificadas. Alguns deles estavam quebrados em conexão, num piso de terra batida que se apoiava às estruturas definidoras deste espaço. Estamos, portanto, perante um episódio de destruição propositada de peças, em jeito de celebração do novo espaço criado.

O piso inicial do Ambiente XXXVIII sobrepõe-se a uma estrutura vertical premeditadamente destruída, a parede que antes separava o Ambiente XXX do Ambiente XXIX (Figura 3, B). Num momento subsequente, dá-se a construção e utilização de uma pequena forja, com paredes feitas de escória de ferro e de uma lareira estruturada, ambas associadas a um piso de terra batida.

Da etapa inaugural não foi possível apurar, dentro da área da intervenção arqueológica, quaisquer outros indícios construtivos que auxiliassem numa caracterização funcional deste espaço. Serão os materiais que poderão delinear, para lá da óbvia cronologia desta ocupação, os traços do tecido social e cultural deste compartimento e em concreto, deste momento inaugural.

4. O CONJUNTO ARTEFACTUAL DO DEPÓSITO FUNDACIONAL

Nas peças importadas, a cerâmica de mesa está representada pela taça Campaniense A da forma F2820/Lamb.27c (Figura 4, n.º 1), produção datada do século II a.C. (Alves, 2010, vol. I, p. 88) e pela presença de um "prato de peixe" em cerâmica "de tipo Kouass" – forma II de Niveau de Villedary y Mariñas/Lamb.23 (Figura 4, n.º 2), com uma cronologia que pode ser apontada para os inícios do mesmo século atendendo aos formalismos da peça, que ostenta maiores dimensões e pestanas grossas e abauladas (Niveau de Villedary y Marinãs & Córdoba Alonso, 2003, p. 132).

A cerâmica de transporte está patente na ânfora T-8.2.1.1. (Figura 3, n.º 3), produzida desde a primeira metade do século IV até aos meados do século I a.C. (Saéz Romero, 2008, p. 641). Trata-se da forma anfórica mais representada no sítio, surgindo quer em contextos sidéricos quer em contextos romanos republicanos e a origem gaditana é exclusiva. É também aquela que conhece a maior percentagem de exemplares a nível nacional (Filipe, 2010, p. 65). O exemplar agora dado à estampa apresenta na superfície interna restos de resina, elemento que corrobora a sua produção para o transporte de preparados piscícolas.

A única peça vítrea identificada neste depósito fundacional corresponde a um fragmento de pé, fundo e pança de um "*unguent-bottle*" (Figura 4, n.º 4), forma 2 do Grupo Mediterrânico 3 de Harden (1981, p. 122). Apresenta uma base estreita e discóide, em vidro de cor verde-água, no fundo de um recipiente apontado

que se desenvolve para um corpo ovóide e profundo, sem asas e com paredes finas em vidro azul-cobalto. O bordo seria recto e com aba. A técnica é apurada, lembrando os primeiros vidros soprados, embora se trate de um recipiente fabricado sobre núcleo de areia ou argila que surge durante o século III e que perdura até aos inícios/meados do século seguinte. É de presumir a sua origem na Península Itálica, atendendo à massiva exportação deste Grupo 3 para Espanha e para as Baleares (Harden, 1981, pp. 124 e 136). O exemplar de Mesas do Castelinho corresponde ao primeiro recipiente desta forma conhecido no actual território português.

Na cerâmica de produção local/regional, o depósito fundacional é marcado pela presença de um pequeno pote asado (Figura 4, n.º 5) produzido manualmente e cozido em ambiente redutor, ao qual se encontra apensa, na zona imediatamente abaixo do colo e no início do bojo uma linha horizontal de incisões oblíquas, atestando uma certa evolução das formas (Estrela, 2010, vol. I, p. 52 e vol. II, Est. 6) e uma clara perduração das técnicas de decorar as peças manuais, observada desde momentos da Idade do Ferro (*Idem*, *ibidem*, vol. I, p. 53 e vol. II, Est. 13).

As formas torneadas, por vezes pintadas em bandas, lembram formas produzidas na área "turdetana", como os chamados vasos tulipiformes – Figura 4, n.º 8 (García Fernandez & García Vargas, 2010, pp. 122 e 126). Já os "pratos de peixe" se inspiram na cerâmica ática, distinguindo-se deles pelo tratamento das superfícies, por vezes pintadas em círculos concêntricos (Figura 4, n.ºs 9 e 10), situação também observada no interior andaluz, onde são sempre maioritários relativamente àquela produção cerâmica e até em relação à mesma forma produzida em cerâmica "de tipo Kouass" mas genericamente tardios e minoritários, em contextos dos séculos III e II a.C. (*Idem, ibidem*, pp. 126 e 129). Em Mesas do Castelinho observam-se desde o século III a.C. (Estrela, 2010, vol. I, p. 57 e vol. II, estampa 17).

O cossoiro bitroncocónico com paredes rectas e decorado com incisões (Figura 4, n.º 6) remete para actividades de fiação. E um "queimador", asado e com janelas triangulares (Figura 4, n.º 7) poderá relacionar-se com esta actividade, como noutros casos e para cronologias mais antigas já se considerou (Estrela, 2010, vol. I, p. 72; 2013, p. 110).

Mas a peça mais interessante deste depósito fundacional será uma pequena estatueta em terracota de inspiração helenística e em estilo *kourotrophos,* composta por três fragmentos: a cabeça de uma figura feminina, coroada por um diadema sobranceiro a um rosto de traços puramente clássicos, porção da respectiva indumentária, sendo visíveis as pregas do manto ou túnica de onde parece poder ser vislumbrado o sobressair do braço esquerdo, e parte da cabeça da criança, em estado deficitário de conservação (Figura 5). Como o próprio nome indica, trata-se da representação de uma figura feminina em pé carregando uma criança, tema iniciado no Mediterrâneo oriental (Niveau de Villedary y Mariñas & Córdoba Alonso, 2003, p. 132). A peça é maciça e feita a molde, numa argila depurada de cor bege, com ténues sinais de pintura, cumprindo a tradição da policromia das estatuetas (Ramos, 2008, p. 777).

A maioria das terracotas romanas identificadas na Península Ibérica encontra-se datada em torno dos séculos I-II d.C. (Ramos, 2008, p. 780), de que o conjunto do depósito B de Castrejón de Capote – Badajoz, do século I d.C., será um bom exemplo, numa estética porém bastante distinta e com traços muito mais grosseiros (Berrocal-Rangel, 2004, pp. 113 e 114). Outros exemplares, mais antigos, aparentam uma aproximação em termos de qualidade de execução, como os identificados em diversos espaços rituais de Cádis datados em torno dos séculos III-II a.C. (Niveau de Villedary y Mariñas & Córdoba Alonso, 2003, pp 130-132).

A estatueta de Mesas do Castelinho terá servido como adorno do lar familiar ou do compartimento, devendo tratar-se de um objecto de culto, situação corriqueira para este tipo de peça (Ramos, 2008, p. 781), neste caso relacionado com a maternidade e a fertilidade. Resta-nos entender a que divindade pertence. Argumentamos uma origem itálica para a figura curótrofa, atendendo aos descritores físicos que ostenta e portanto parte integrante do lote dos novos artigos e dos novos costumes que acompanham a Romanização do actual território português.

Em síntese, vestígios materiais relacionados com um universo feminino que, conjugados com os dados da arquitectura, apontam no sentido da inauguração de um espaço que rompe de alguma forma com os usos anteriores desta porção do povoado, porventura sinónimo da aquisição feita por um novo proprietário ou grupo familiar, que implementa funcionalidades oficinais numa área até então essencialmente residencial.

5. MAIS QUE UM ESBOÇO, O CENÁRIO SOCIAL E CULTURAL

O modelo explicativo atrás enunciado para a implantação de Mesas do Castelinho assenta numa relação de reciprocidade. Estabelece a existência de um povoado encastelado com alguma importância que promove a passagem de vias de comunicação nas suas imediações. As linhas seguintes conjugam este modelo com os dados concretos do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII.

A ânfora T-8.2.1.2. e o "prato de peixe" em cerâmica do "tipo Kouass" dão conta da manutenção da comercialização e respectivos circuitos de escoamento dos artigos originários da baía gaditana, ao passo que a taça Campaniense A estabelece um momento precoce da aquisição por parte da população do povoado baixo-alentejano de um artigo indissociável da Romanização. Atente-se que Mesas do Castelinho detém o maior conjunto de cerâmica campaniense estudado a nível nacional, com perto de setecentos fragmentos tipologicamente classificados (Alves, 2010, p. 25).

Entre uns e outros, a terracota de inspiração helenística estabelece a devida ponte entre aquilo que era a tradicional integração do povoado nos "antigos" circuitos comerciais e a chegada de novos artigos e rituais, originários de rotas entretanto estabelecidas, que alteram de alguma forma os costumes antigos, com a sacralização feita através da presença de figurações de divindades (Berrocal-Rangel, 2004, p. 118).

Outros artefactos provam a antiguidade da Romanização do sítio. Os denários encontrados são todos do século II a.C. (Fabião, 2001, p. 125). Ao contrário do que aparentemente se poderia pensar, não se associam à presença efectiva de contingentes militares, como não o faz a cerâmica campaniense. Pode-se, no entanto, equacionar a proximidade de tropas e a ocupação romana do território, que teriam sido responsáveis por alguma instabilidade, tanto mais que a zooarqueologia revela o aumento substancial do consumo de espécies selvagens, como o coelho e especialmente o veado e o aproveitamento dos equídeos para fins alimentares (Valenzuela-Lamas & Fabião, 2012, p. 420).

Podemos assim concluir que, ainda que por via indirecta e de modo escasseado (excepção feita à massiva presença da cerâmica campaniense), os artigos importados continuam a chegar. Ao mesmo tempo, o povoado terá tido alguma relevância na distribuição da cerâmica local ou regionalmente produzida. Os vestígios apontam para a existência de um aglomerado populacional de dimensões consideráveis, urbano também ele na verdadeira denominação do termo mas com características rurais que o descrevem como uma aldeia.

Estes dados são particularmente expressivos no referente à ocupação sidérica. A difícil distinção cronológica dos materiais do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII relativamente aos momentos finais da Idade do Ferro prova a ausência de rupturas num povoado indígena que mantém os traços dos seus modos de vida de sempre. A arquitectura do 2º Quarteirão, na qual se inclui a inauguração do Ambiente XXXVIII é particularmente expressiva de um dinamismo que não se coaduna com descontinuidades e mudanças significativas a não ser as do óbvio incremento construtivo e do planeamento urbanístico que passa pela ocupação da área interior do povoado.

Em concreto, os materiais do depósito fundacional podem ser vistos como a intencionalidade de quebrar, de alguma forma, com os usos antigos desta porção do 2º Quarteirão, que parecem indicar contextos essencialmente domésticos e femininos, desvelando funcionalidades novas, relacionadas com espaços de trabalho do ferro, elaborado por mãos masculinas. E a ruptura é particularmente visível no próprio estado das peças ali identificadas, muitas delas quebradas em conexão, relacionadas, por sua vez, com um episódio ritual enraizado no mundo mediterrânico e até então ausente do povoado indígena de Mesas do Castelinho.

Em suma, um povoado sem sinais de conflituosidade ou crise, uma população em crescimento e com grande capacidade de adaptação aos novos tempos que se anunciam.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Catarina (2010) – *A Cerâmica Campaniense de Mesas do Castelinho*. Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em http://hdl.handle.net/10451/2994].

BERROCAL-RANGEL, Luis (1992) – *Los Pueblos Célticos de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Complutum Extra; 2).

BERROCAL-RANGEL, Luis (2004) – Banquetes y rituales colectivos en el Suroeste peninsular. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autonoma de Madrid*. Madrid, 30, pp. 105-119.

ESTRELA, Susana (2010) – Os Níveis Fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os Contextos Arqueológicos na (*Re) Construção do Povoado*. Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols. [disponível em http://hdl.handle.net/10451/3009].

ESTRELA, Susana (2013) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): uma aldeia amuralhada na paisagem da Idade do Ferro do Baixo Alentejo. *Arqueologia & História*. Lisboa, 62-63, pp. 101-115.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território hoje Português*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 Vols. [policopiado].

FABIÃO, Carlos (2001) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era Arqueologia*. Lisboa. 3, pp. 108-131.

FILIPE, Victor (2010) – As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, pp. 57-88.

GARCÍA FERNANDEZ, Francisco José; GARCÍA VARGAS, Enrique (2010) – Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). In MATA PARREÑO, Consuelo; PÉREZ JORDÁ, Guillem; VIVES-FERRÁNDIS-SÁNCHEZ, Jaime, eds. – *De la cuina a la taula. IV reunió d' economia en el primer millenni a.C. Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de València*. València: Department de Prehistòria i Arqueología / Universitat de València (Extra; 9), pp. 115-134.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (2010) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia. In GORGES, Jean Gérard; NOGALES BASARRATE, Trinidad, eds. – *VII Table Ronde Internationale sur la Lusitanie Romaine. Naissance da Lusitanie Romaine (Ier av. – Ier ap. J. C.). Toulouse, 8-9 novembre 2007*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, pp. 459-488.

HARDEN, Donald. B (1981) – *Catalogue of Greek and Roman Glass in the British Museum. I: Core-and Rod-formed Vessels ans Pendants and Mycenean Cast Objects*. London: British Museum Publications Limited.

NIVEAU DE VILEDARY Y MARIÑAS, Ana María; CÓRDOBA ALONSO, Ignacio (2003) – Algunas consideraciones sobre la religiosidad de *Gadir*. Nuevos datos para su estúdio. *Saguntum. Papeles del Laboratorio de Arqueología de València*. València. 35, pp. 123-145.

RAMOS, María Luisa (2008) – Terracotas y elementos de coroplastia. In BERNAL CASASOLA, Darío e RIBERA i LACOMBA, Albert., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 775-785.

SAÉZ ROMERO, António M. (2008) – La producción de ánforas en la área del Estrecho en época tardopúnica (siglos III-I aC.). In BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA i LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 635-659.

VALENZUELA-LAMAS, Silvia; FABIÃO, Carlos (2012) – Ciervos, ovejas y vacas: el registo faunístico de Mesas do Castelinho (Almodôvar) entre la Edad del Hierro y Época Romana. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste. Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar, pp. 413-432.

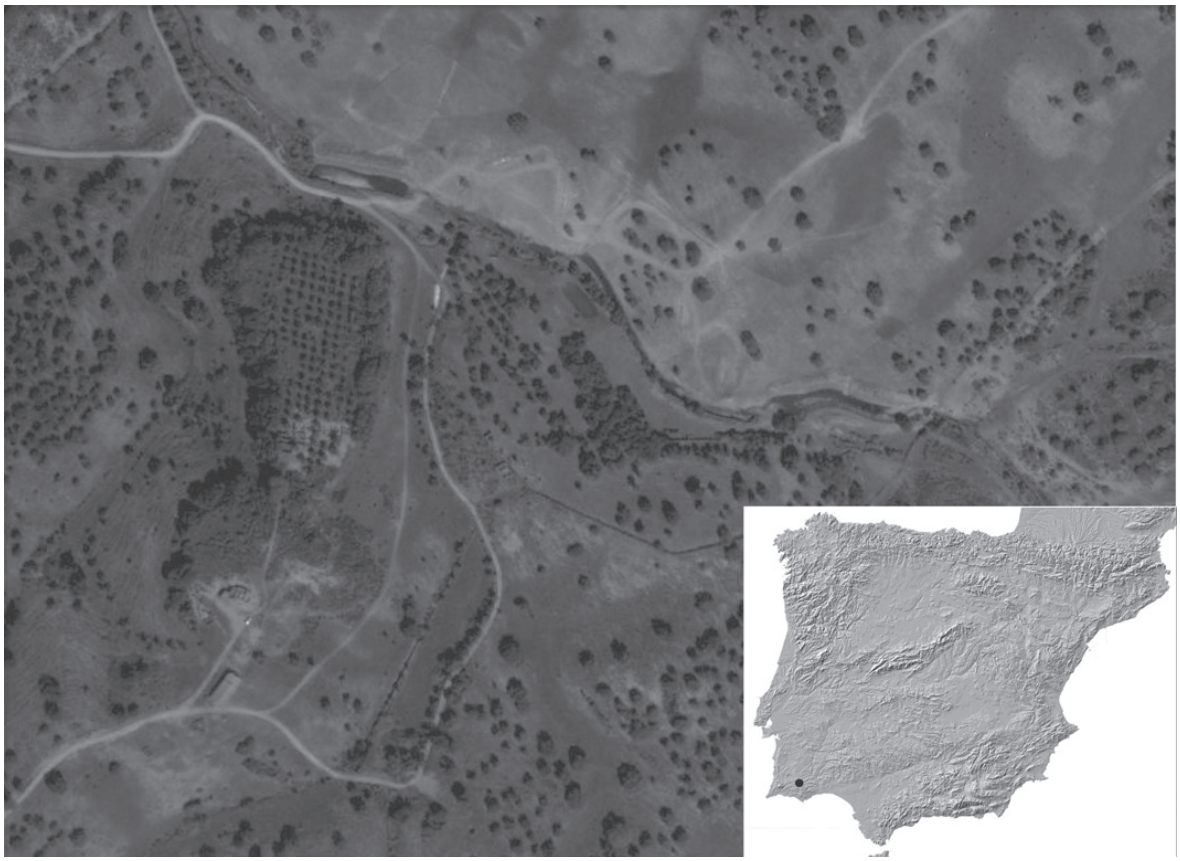


Figura 1 – Mesas do Castelinho na fronteira entre a peneplanície alentejana e a serra algarvia (foto aérea - fonte Google Earth) e seu enquadramento na Península Ibérica.

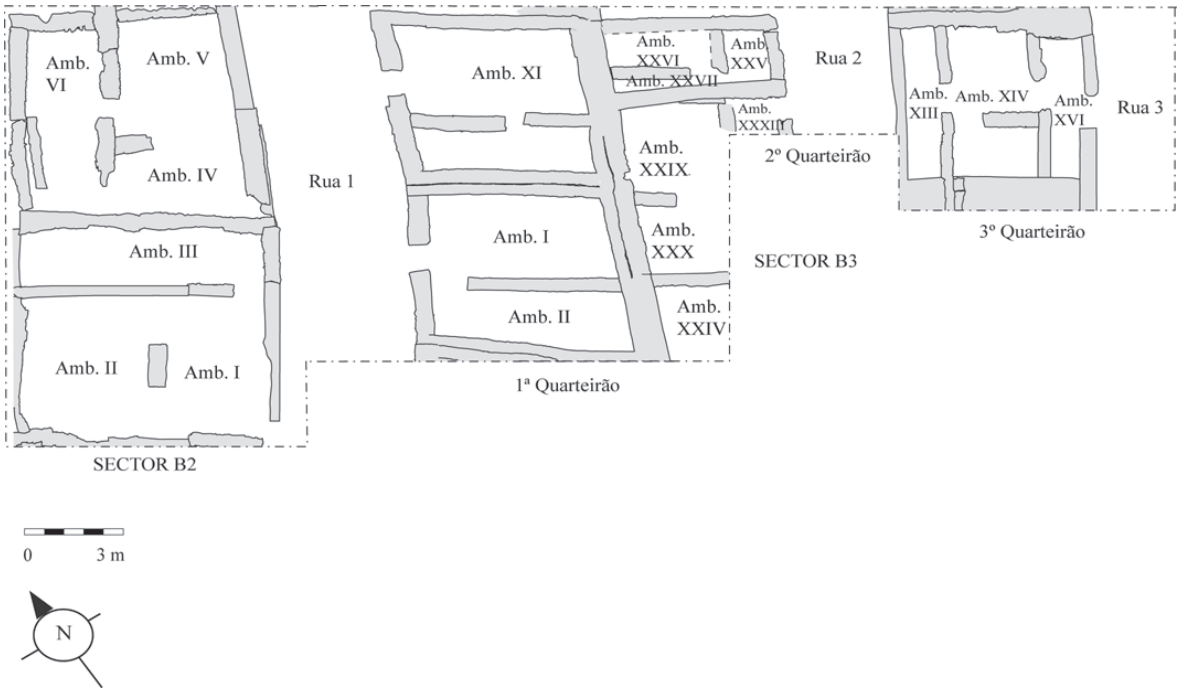


Figura 2 – Arquitectura do século II a.C. na plataforma inferior de Mesas do Castelinho.

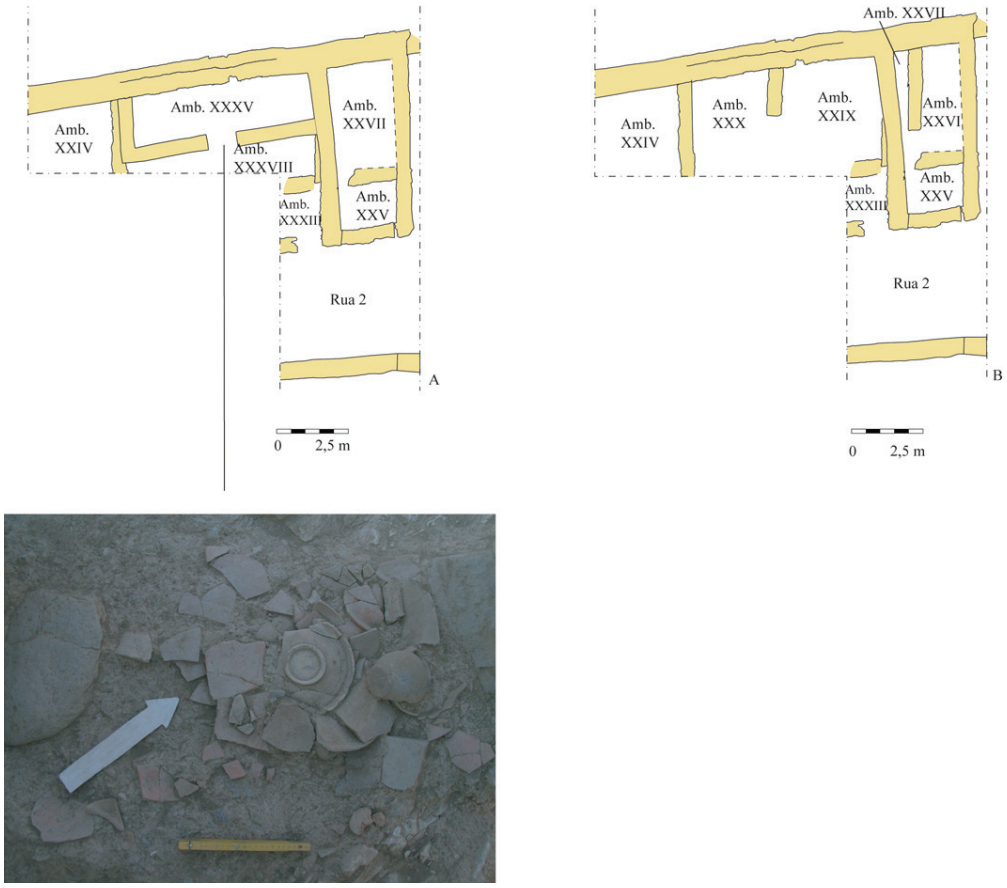


Figura 3 – Evolução da arquitectura dos primeiros momentos do 2º Quarteirão de Sector B3 com parte do conjunto artefactual do depósito fundacional do Ambiente XXXVIII.

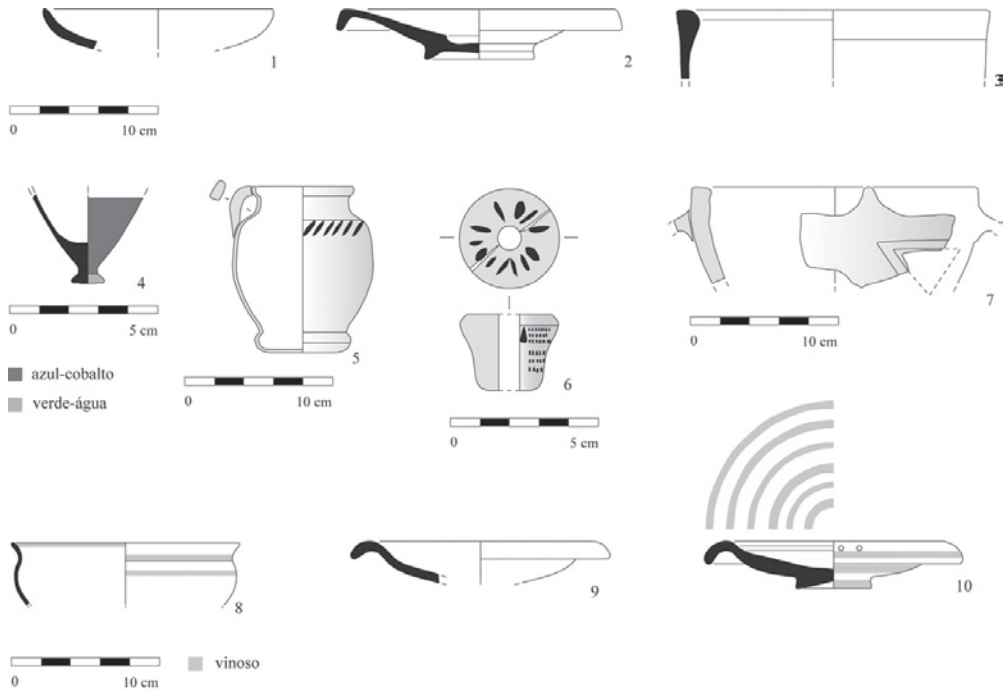


Figura 4 – Parte dos artefactos do depósito fundacional.

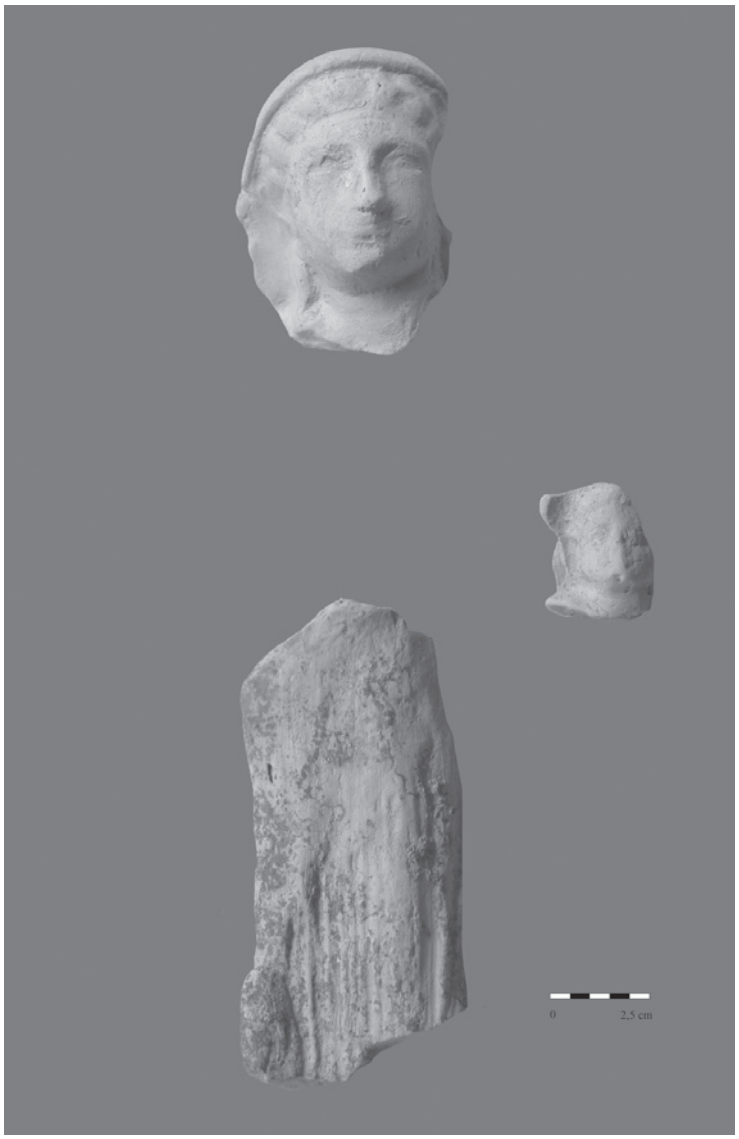


Figura 5 – Elementos da terracota identificada no depósito fundacional.

POR UM FIO: TIPOLOGIA E FUNÇÃO DO CONJUNTO DE COSSOIROS DE CABEÇA DE VAIAMONTE (MONFORTE/PORTUGAL)

Teresa Rita Pereira / FCT/ Uniarq / teresa.rita.pereira@gmail.com

RESUMO

O conjunto de cossoiros do sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte apresenta-se como um dos mais numerosos da península ibérica, totalizando 1660 exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Apesar de se encontrarem desprovidos de contextos estratigráficos, o seu lato número permitiu a criação de uma tipologia com base na forma, fabrico, técnica e motivos decorativos, peso e também pela utilização de grafitos, com os quais poderemos delinear novas questões que se prendem com a função deste objecto. A fiação será obviamente a função primária, no entanto deverá ser ponderada uma outra função para este conjunto, que será facilmente compreendida quer pelo número insólito e inusitado de exemplares quer pela profusão decorativa (43%).

ABSTRACT

The set of spindle whorls from the archaeological site of Cabeça de Vaiamonte presents itself as one of the most numerous of the Iberian Peninsula with a total of 1660 specimens deposited in the Museu Nacional de Arqueologia. Despite being devoid of stratigraphic contexts, his broad number allowed the creation of a typology based on the shape, manufacturing, technical and decorative motifs, weight and also by the use of inscribed signs, with which we can design new issues related to the function of this object. Spinning will obviously be the primary function, however it should be considered another function for this set, that will be easily understood by both unexpected and unusual number of specimens or for the decorative profusion (43%).

O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte, localizado no distrito de Portalegre, concelho de Monforte (Coordenadas UTM: Lat. 39º 5´ 22", Long. 7º 38´ 35", C.M.P. 1: 25000, folha 384, Monforte), encontra-se num outeiro isolado que se destaca claramente na paisagem pela sua implantação a 393 metros de altitude, enquadrado pelas bacias do Sorraia/Tejo e do Caia/Guadiana. Constitui um dos mais paradigmáticos sítios de habitat do nordeste alentejano e foi alvo de várias campanhas de escavações arqueológicas dirigidas por Manuel Heleno entre 1951 e 1964 (Fabião, 1998, pp. 151-152). Apesar do vasto conjunto artefactual recuperado e hoje depositado no Museu Nacional de Arqueologia[1], os dados de leitura arqueográfica e estratigráfica do sítio apresentam-se de difícil extrapolação, uma vez que o registo efectuado pelos seus principais intervenientes – Manuel Heleno e João Lino da Silva, limita, em muito, a tentativa de relacionar os materiais e a realidade ocupacional deste espaço. Desconhecem-se por isso com exactidão quais as zonas intervencionadas, que área abrangiam e se se terão cingido à encosta Sudeste do cabeço (Fig. 1). Apesar de todas estas dificuldades, e mesmo impossibilidades, a tese de doutoramento de Carlos Fabião (1998) propôs o provável faseamento de ocupação do sítio.

1. Desejo expressar o meu profundo agradecimento ao Museu Nacional de Arqueologia que viabilizou este projecto de estudo; à orientação do Prof. Dr. Carlos Fabião; ao Prof. Dr. José Antonio Correapelo incentivo na produção de um catálogo de grafitos deste conjunto; à disponibilidade do Prof. Dr. Amílcar Guerra e do Dr. António Marques de Faria para análise de alguns grafitos; à Prof.ª Dr.ª Catarina Viegas e à Prof.ª Dr.ª Inês Vaz Pinto pela ajuda na identificação de alguns aspectos dos grupos técnicos e ao Dr. João Almeida por ter realizado as fotografias das peças aqui apresentadas.

O CONJUNTO DE COSSOIROS E A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM TIPOLÓGICA

Cabeça de Vaiamonte apresenta um dos maiores conjuntos de cossoiros conhecido na Península Ibérica. Trata-se de um conjunto de 1660 cossoiros cerâmicos e líticos (0,5%), que foram agrupados por grupos de fabrico, forma, metrologia, técnica decorativa aplicada e contexto (apesar das referências generalistas).

Os exemplares cerâmicos parecem ter sido produzidos quer manualmente (35,5%), apresentando nestes casos uma notória assimetria, quer com recurso a técnicas de moldagem (64,5%). As marcas de torno não foram identificadas em nenhum dos exemplares mas a simetria de alguns destes objectos parece indiciar esta prática. As perfurações deverão ter sido obtidas por rotação rápida com instrumentos de cariz diverso: cilíndricos e cónicos, no caso de perfurações circulares ou ovaladas; e piramidais ou paralelepipédicos, nas perfurações quadrangulares. O diâmetro destas perfurações é extremamente variável sendo o mais pequeno de 2 mm e o maior de 19 mm. Em muitos dos cossoiros surgem imperfeições, sob a forma de relevo ao redor destes orifícios, que sugerem uma perfuração após a secagem da peça mas antes da sua cozedura. Já nos cossoiros líticos ou naqueles que foram obtidos através de reaproveitamentos cerâmicos (2 exemplares), o orifício é caracterizado pela sua forma bitroncocónica. Outros são os casos em que os cossoiros ou não são perfurados (variante 5), ou recebem apenas marcas de perfuração que não chegam a ser finalizadas e por isso não são transversais a toda a peça (variante 6). Em ambos os casos estaremos perante objectos que não exerceram a função primária para a qual estariam a ser produzidos: a de sujeição à base do fuso para fiação.

Luís Berrocal-Rangel (2003, p. 225) sugere que estes exemplares que não possuem orifícios transversais à peça (variante 6) ou que apresentam o eixo de rotatividade descentrado (18,9% dos casos de Capote e 7,66% em Cancho Roano), impedem ou dificultam a sua função no fuso, podendo tratar-se de elementos inseridos no topo da roca. No caso da nossa variante 5, nem essa função poderá ser apontada, pelo que desconhecemos qual o motivo para a total ausência de orifícios.

O estudo formal e de variedade tipológica (Fig. 2) tem por base o sistema aberto criado por Zaida Castro Curel (1980, p. 138) para os cossoiros dos povoados ibéricos e alterado por Maria Luisa De Sus (1986, pp. 186-188). Este sistema baseia-se nas formas geométricas primárias: cone, esfera e cilindro. O conjunto de Cabeça de Vaiamonte veio acrescentar os tipos em calote esférica (H.) e em dupla calote esférica (I.); e ainda os subtipos simétrica bicôncava (D.d.) e cilíndrico-cónica assimétrica côncava (E.e.). Tal como na maioria dos conjuntos de cossoiros provenientes de povoados proto-históricos, Cabeça de Vaiamonte assiste a uma primazia das formas bitroncocónicas, que a nível funcional são muito mais eficientes do que as cónicas e/ ou cilíndricas (Berrocal-Rangel, 2003, p. 224). As formas bitroncocónicas simétricas são as mais frequentes nos conjuntos de Capote (55,9%), Cancho Roano (54,51%) (*Ibidem*) e Puig de St. Andreu, Ullastret (37,8%) (Castro Curel, 1980, p. 136), enquanto em Los Castellares (61,4%) (De Sus, 1986, p. 187), Puig d´en Rovira/ La Creueta (62,5%), Castell de la Fosca/ Palamós (54,5%), Cabezo de Alcalá/ Azaila (80%) (Castro Curel, 1980, pp. 136 e 140) e Cabeço de Vaiamonte (50,3%) as formas bitroncocónicas assimétricas são maioritárias.

A análise de fabricos teve por base apenas a observação da superfície exterior uma vez que apenas um reduzido número de peças se encontram parcialmente fragmentadas. Com base nesta avaliação macroscópica foram definidos seis grupos técnicos, dos quais os primeiros cinco representam pastas argilosas não calcárias que deverão representar argilas locais-regionais compostas por minerais brancos, sílicas e micas. Apenas o grupo 6 é formado por dois exemplares que se distinguem dos demais, uma vez utilizarem pasta calcária/ caulínitica. Um dos exemplares parece tratar-se de um fundo de cerâmica de paredes finas que foi reaproveitado como cossoiro, uma vez que são visíveis as marcas de polimento das paredes junto ao fundo de pé anelar e a perfuração do orifício, de cariz bitroncocónico, indicia que o mesmo foi efectuado pós-cozedura.

O grupo 1 (21%) é talvez o grupo mais característico do conjunto, devido à presença de elementos não plásticos de grande e média dimensão sob a forma de micas prateadas que lhe conferem um brilho único, acentuado pelas superfícies polidas, que se distinguem facilmente dos restantes grupos que apresentam superfícies alisadas, que só em alguns casos recebem uma aguada laranja ou avermelhada. O modo de cozedura A é francamente maioritário,

com as pastas de coloração alaranjada e beje-acastanhada a representarem 77,5% do conjunto, face ao modo de cozedura B, de pastas cinzentas ou enegrecidas, com uma expressividade de 22,5%.
Um dos aspectos importantes no estudo destes conjuntos é o do peso destes objectos, uma vez que "(…) *a espessura do fio depende do peso do fuso*(…)" (Castro Curel, 1980, p. 142). No caso de Cabeça de Vaiamonte (Fig. 3), e à semelhança do conjunto de Los Castellares (De Sus, 1986, p. 191), o intervalo de peso entre os 15 e os 20 gr. é o mais frequente (22,1%), seguido dos pesos entre 20 e 25 gr. (18,5%). De qualquer forma, e apesar de uma notável variabilidade de pesos entre 1,89 e 111,15 gr, a verdade é que à semelhança do conjunto de Capote (Berrocal-Rangel *& alli*, 1994, p. 212), assistimos a uma notável concentração nos valores 16, 18-20 e 24-25 gr.

TÉCNICAS DECORATIVAS APLICADAS AOS COSSOIROS DESTE CONJUNTO

As técnicas decorativas aqui apresentadas foram aplicadas às distintas faces dos cossoiros: no topo (A.), na aresta superior (B.), na aresta inferior ou lateral (C.) e na base ou fundo (D.). No caso deste conjunto as decorações surgem maioritariamente no topo e na aresta superior das peças, uma vez que seria a zona superior do cossoiro que formaria o encaixe no fuso, e que ficaria visível para quem fiasse usufruísse dessa decoração. A orientação das peças é facilmente reconhecível quer pela decoração, quer pela concentração de elementos não plásticos e pelo desgaste nas bases dos objectos ou pelo diâmetro do orifício para introdução no fuso (topo mais largo, base mais estreita).
No caso do conjunto de cossoiros de Los Castellares a decoração surge em 71,6% dos cossoiros, sendo que as técnicas utilizadas se circunscrevem à incisão e impressão (De Sus, 1986, p. 192), já em Capote, 45,66% do conjunto apresenta decoração (Berrocal-Rangel, 2003, p. 225). Esta representatividade aproxima-se daquela a que assistimos neste conjunto, com 43% dos cossoiros a apresentarem decoração. As técnicas decorativas utilizadas, segundo as normas de inventário para a cerâmica utilitária em Arqueologia (Cruz *& alii*, 2007), foram bastante variadas, sendo que a incisão (42%), o puncionamento (26%) e a aplicação mista destas duas técnicas (10%) se destacam das demais. Curioso ainda notar a presença de um cossoiro com decoração impressa / "estampilhada" por matriz quadrangular preenchida a malha fina, semelhante a muitos fragmentos cerâmicos decorados com esta técnica (Arnaud *& alii*, 1974-77).

MARCAS DE LITERACIA OU MEROS ACASOS? CATALOGAÇÃO DOS GRAFITOS IDENTIFICADOS

As inscrições e os grafitos sobre cerâmica, nomeadamente sobre cossoiros, são efectuados com recurso a técnicas distintas, sendo reconhecida a utilização do pontilhado efectuado com o puncionamento de um objecto afilado ou a técnica linear com recurso à incisão da peça. Estas técnicas poderão ter sido utilizadas *ante coctionem* ou *post coctionem*, interpretação esta que nos poderá facultar alguns dados sobre a literacia de quem produz ou utiliza estes objectos.
Os signos alfabéticos ibéricos surgem representados com frequência, como nos comprovam os achados de Castell de Palamós/Gerona onde surge um cossoiro inscrito com três marcas de pontuação que formam as possíveis palavras (Prescot, 1980, p. 147), Azaila, Margalef com 13 signos inscritos no topo de um cossoiro, Castell de La Fosca em que um exemplar apresenta um total de 17 signos divididos por três grupos de palavras, San Antonio de Calaceite, Las Madrigueras e Los Castellares (De Sus, 1986, p. 195).
Na área de âmbito celtibérico conhecem-se até ao momento cinco cossoiros inscritos com pelo menos uma palavra em escrita celtibérica: Ségeda, Botorrita, Monreal de Ariza e Las Ruedas de *Pintia* (De Bernardo Stempel *& alli*, 2010, pp. 405-406). Este mesmo signário celtibérico também parece ter sido utilizado isoladamente sob suporte cerâmico como nos demonstram, entre outros, os casos de Castrejón de Capote onde surgem dois signos em uma panela decorada (Berrocal-Rangel, 1989, p. 290, Fig. 32, n.º 9) e o de Cerro de El Berrueco (Salamanca) com um fragmento de cossoiro exumado de um contexto balizado entre o século II a.C. e I d.C., que apresenta dois grafitos incisos no topo que parecem identificar-se com os signos de escrita celtibérica **n** e **u**. No entanto, e uma vez que não se conhecem inscrições pré-romanas em Salamanca, os autores deste artigo não arriscam conjecturas acerca da escrita destes grupos, pois como afirmam, trata-se de uma evidência sobre um objecto "portátil" (López Jiménez *& alii*, 2009, p. 122).
Apesar de o uso do alfabeto não ser generalizado a nível popular, e de se conhecerem alguns signos e talvez

se tentasse imitar outros (De Sus, 1986, p. 206), será curioso notar a repetição de símbolos, signos e esquemas decorativos utilizados nestes conjuntos peninsulares, que não se encontram restringidos a uma área, surgindo em áreas tanto de influência ibérica como celtibérica. No entanto, e apesar de já ter sido expresso por muitos investigadores (*vide* Berrocal-Rangel, 2003, p. 237) que existe um conjunto de factores que afastam uma utilização exclusiva destes objectos para fiação, a verdade é que o desconhecimento do seu verdadeiro significado e ausência de leituras viáveis para estes signos isolados, tem impossibilitado a atribuição de novas funções. A leitura de algumas inscrições sobre cossoiros galos tardios, onde surgem pequenas frases e dedicações de carácter erótico tem servido de guia para a interpretação dos exemplares que se apresentam com inscrições ibéricas e celtibéricas (De Bernardo Stempel *& alli*, 2010, p. 405).

No caso do conjunto de Cabeça de Vaiamonte, foi um dos cossoiros com maior número de grafitos que proporcionou uma análise mais cuidada a todos os outros signos entretanto reconhecidos em outros objectos deste tipo. Esse cossoiro apresenta no topo da peça um círculo inciso, com quatro linhas rectas transversais que se dirigem ao orifício e que formam as divisões que recebem os sete signos incisos (Fig. 4). Esta divisão do espaço, bem como os signos, foram efectuados num momento anterior à cozedura (*ante coctionem*), uma vez que é visível o excesso e transbordo de argila em redor do orifício superior, que terá sido efetuado após a incisão dos grafitos que em alguns casos surgem parcialmente cobertos. A fotografia deste cossoiro foi enviada a alguns investigadores (Prof. Dr. Amílcar Guerra, Dr. António Marques de Faria, Prof. Dr. Joan Ferrer i Jané e Prof. Dr. José Antonio Correa - desde já agradeço a disponibilidade de todos), sem que fosse possível avançar com qualquer leitura. Não obstante, a opinião do Prof. Dr. José Antonio Correa é a de que nesta «pseudo-inscrição» surgem signos que podem ser identificados com o das escritas meridionais e ibérica e que pela extensão de grafitos se deduz claramente que serão textos escritos e não meras marcas de propriedade, ainda que, num primeiro momento não possam ser entendidos[2].

2. Opinião transmitida através de e-mail onde o Prof. Dr. José Antonio Correa também sugere a criação de um catálogo de grafitos com indicação de técnicas utilizadas: incisão/ pontilhado, *ante/post coctionem*.

Esta extensão é marcada pelos 89 grafitos identificados (Figs. 8 e 9), dos quais 29 apresentam-se isolados, 12 em par, 18 com três ou mais signos, 24 com repetição do mesmo signo e 6 em sequência alternada entre dois signos, sendo que estes signos parecem pertencer quer ao signário ibérico como ao celtibérico. A maioria dos grafitos recorreu à incisão (85 exemplares – v. Fig.5), apesar de um conjunto diminuto ter sido efectuado com recurso ao puncionamento sob a forma de pontilhado (4 exemplares – v. Fig.6). Estas técnicas foram utilizadas maioritariamente *ante coctionem* (68 exemplares), apesar de um conjunto significativo de cossoiros (21 exemplares) ter recebido estes signos num momento *post coctionem*, facilmente reconhecíveis pelas linhas rectilíneas (Fig. 7) que contrastam fortemente com as linhas curvas efectuadas pré-cozedura. A disposição destes grafitos é mais expressiva na aresta inferior ou lateral (C: 47%), seguida da aresta superior (B: 40%) e do topo (A: 13%), não tendo sido identificado qualquer grafito na base (D) destes objectos.

POR UM FIO? A ALEGORIA DA EXPRESSÃO NUMÉRICA

Tal como referido por outros investigadores, os cossoiros representam o elemento associado à actividade têxtil mais numeroso entre os sítios proto-históricos peninsulares (Berrocal-Rangel, 2003, p. 215). A sua relativa abundância, a que se soma o facto de muitas vezes serem recuperados em conjuntos confinados a um mesmo espaço, fez com que por vezes fossem confundidos com pesos de tear vertical, apesar de não oferecerem a uniformidade de peso que seria necessária para o seu funcionamento (*Ibidem*).

Entre estes conjuntos mais numerosos e emblemáticos refira-se o exemplo de 127 exemplares, dos quais 58 decorados, dispostos sobre o altar de Castrejón de Capote e que num lugar como este nos fazem supor funções distintas para além da fiação (Berrocal-Rangel, 1989, p. 254) podendo ter correspondido a funções mais complexas, cultuais ou comerciais (*Idem*, 2003, p. 237). Para além dos conjuntos de várias dezenas procedentes da Casa 2 do povoado celtibérico de Los Castellares (Zaragoza) que se encontravam dispostos num suposto colar ou ábaco, ou os 343 exemplares recuperados nas escavações do Edifício A do Palácio-Santuário de Cancho Roano (*Idem*: 216).

Tal como facilmente poderemos constatar, nada que

se aproxime do número de cossoiros recuperados em Cabeça de Vaiamonte. Este número excepcional e extravagante de elementos de fiação faz-nos questionar, à semelhança de outros investigadores que se debruçaram sobre conjuntos bem mais diminutos, qual a verdadeira função destes objectos.

A total ausência de qualquer referência a uma contextualização estratigráfica, expressa por 38,9% do conjunto, dificulta em muito as leituras que poderíamos efectuar, pelo que neste caso, cingimo-nos à melhor análise possível dos dados que foram disponibilizados. Uma vez que não se conhecem plantas de localização das áreas escavadas, foi uma análise metódica dos cadernos de campo produzidos entre 1952 e 1958 pelo encarregado das escavações, João Lino da Silva (Silva, 1952/1958), que permitiu contabilizar o número de referências efectuadas a este tipo de achado e afastar definitivamente a hipótese de parte deste conjunto poder pertencer a outro sítio arqueológico que era escavado em simultâneo, a *villa* romana de Torre de Palma. Esta contabilização de referências explícitas a "cossoiros" nos relatórios permitiu aferir que juntamente com a designação "cerâmica" (que se refere genericamente a fragmentos de cerâmica comum, uma vez que o autor dos cadernos de campo diferencia a cerâmica "manual", "grosseira", "pintada", "grega" - campaniense?, "ornamentada" - estampilhada?) representa a categoria artefactual mais mencionada.

No total foram isolados 424 contextos distintos que englobam quer contextos estratigráficos referentes a níveis artificiais (p.e. "*camada 25-50*"), quer contextos mais generalistas (p.e. "*mandei abrir uma nova Sonda*") ou mesmo, no caso de alguns relatórios, a referência exclusiva a um novo dia de trabalho. Os "cossoiros" surgem em 277 dos 424 contextos identificados, quase equiparados com a "cerâmica" que surge em 284. No entanto, nos anos de 1953 e 1954 as referências aos "cossoiros" superam qualquer outra categoria de artefactos, sendo assim o achado mais frequente deste sítio arqueológico nesses anos. Note-se ainda que o autor dos cadernos começa por contabilizar os cossoiros quando estes surgem em número inferior a 12, sendo que sempre que o número é superior surgem os pronomes: "*poucos*", "*alguns*" ou "*muitos*".

Para além da expressividade numérica, que não encontra paralelo em nenhum outro sítio alentejano (Estrela, 2010, pp. 68-69), junte-se o facto de 43% do conjunto ter recebido decoração e 5,4% apresentar um ou mais grafitos. O facto de surgirem traços alfabéticos pode-nos levar a pensar em uma mensagem cuja estrutura nos escapa, como uma forma de escrita que utiliza elementos gráficos para a sua expressão que o emissor/ receptor conhece ou reconhece, seja com todo o seu significado ou já desprovido dele (De Sus, 1986, p. 206). Segundo Luís Berrocal-Rangel (2003, p. 237), esta simbologia chega-nos desprovida de sentido e por isso ignoramos tratar-se de uma linguagem exclusiva destes objectos, que poderá até representar um sistema de contabilidade.

Para este sistema de contabilidade muitos investigadores têm tentado uma aproximação funcional devido à concentração em determinados valores de peso. No entanto, e apesar de esta ser uma ideia tentadora, o que este conjunto de 1660 cossoiros veio confirmar é que apesar de algumas concentrações, assistimos a uma frequência dispersa por todos os valores entre os 2 e 70 gr. Esta dispersão poderá ser facilmente justificada pelo próprio processo de produção, sendo que a preparação, secagem e cozedura destes objectos poderá explicar as oscilações de peso, mesmo entre cossoiros que foram produzidos no mesmo molde – como assistimos em alguns destes objectos. Ou seja, a padronização metrológica poderá ter valores aproximados mas não consegue valores absolutos próximos, assistindo a variações acentuadas.

Uma vez que desconhecemos os contextos estratigráficos destes achados não podemos avançar com propostas cronológicas estanques, apesar de o tipo de formas e grafitos aplicados (com aquilo que parecem ser signos ibéricos e celtibéricos) serem coerentes com os conjuntos de cossoiros exumados de vários povoados ibéricos e celtibéricos, e muito semelhante ao conjunto datado entre o século IV e II a.C. depositado em Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel, 1989, p. 252). Esta semelhança ocorre quer na temática decorativa como na proporção de grafitos (signos ibéricos) representados em 3% do conjunto (Berrocal-Rangel, 1994, p. 223). Apesar desta evidente associação a contextos proto-históricos, uma vez que em época romana ocorre o aparente desaparecimento deste objecto (De Sus, 1986, p. 184), é possível que este conjunto reflicta não só uma larga diacronia como também uma distribuição espacial muito distinta como nos comprovou a análise dos cadernos de campo.

A função deste número inusitado de cossoiros neste sítio arqueológico continuará a ser uma incógnita,

uma vez que a fiação pressupõe a utilização máxima de dois cossoiros por utilizador: um que funcionaria como contrapeso no fuso e outro aplicado na roca. Apesar de a actividade têxtil parecer irrefutável em Cabeça de Vaiamonte, uma vez que foram exumados um pente de cardar, 75 agulhas/sovelas e 24 pesos de tear, nada parece justificar esta presença excessiva de elementos de fiação que pressuponham um mínimo de 830 utilizadores. Talvez a futura leitura e interpretação dos grafitos que aqui se apresentam, e que serão alvo de um estudo mais pormenorizado, permita avançar com algumas hipóteses que neste momento poderão apontar para um carácter ritual que a ausência de contextos não nos permite acentuar, apesar da grande concentração cerâmica registada neste sítio assemelhar-se a outros depósitos votivos, como Garvão ou Castrejón de Capote.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, José Morais; GAMITO, Teresa Júdice (1974--77) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeça de Vaiamonte – Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7-9, pp. 165-202.

BERROCAL-RANGEL, L. (1989) – El asentamiento "céltico" del Castrejón de Capote (Higuera La Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 16, pp. 245-295.

BERROCAL-RANGEL, Luis; MAFFIOTTE, I.B.;RUIZ TRIVIÑO, C. (1994) – V. Las Fusayolas. *In* BERROCAL-RANGEL, L., coord. – *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp.201-230.

BERROCAL-RANGEL, L. (2003) – El instrumental têxtil en Cancho Roano: consideraciones sobre sus fusayolas, pesas y telares. *In* CELESTINO PÉREZ, S., Ed. Científico – *Cancho Roano VIII. Los materiales arqueológicos I*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC/Junta de Extremadura, pp. 213-297.

CASTRO CUREL, Zaida (1980) – Fusayolas ibéricas, antecedentes y empleo. *Cypsela*. III, pp.127-146.

CRUZ, M. D.; CORREIA, V. H. (2007) – *Cerâmica utilitária. Normas de inventário – Arqueologia*. Ministério da Cultura / Instituto dos Museus e da Conservação.

DE BERNARDO STEMPEL, Patrizia; SANZ MÍNGUEZ, Carlos; ROMERO CARNICERO, Fernando (2010) – Nueva fusayola com inscripción en signario celtibérico de la necrópolis vaccea de Las Ruedas de "Pintia" (Padilla de Duero--Peñafiel, Valladolid). *Palaeohispánica*. 10, pp. 405-426.

DE SUS GIMÉNEZ, Maria Luisa (1986) – Fusayolas del poblado celtibérico de Los Castellares (Herrera de los Navarros, Zaragoza). I. Tipología y función. *Boletín de lMuseo de Zaragoza*. Zaragoza. 5, pp. 183-208.

ESTRELA, Susana (2010) – *Os níveis fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LÓPEZ JIMÉNEZ, O; MARTÍNEZ CALVO, V. (2009) – Nuevos resultados en la investigación de la Segunda Edad del Hierro en el Cerro de El Berrueco (Salamanca): el poblado y la necrópolis prerromana de "LosTejares". *In* SANABRIA MARCOS, P.J., ed. – *Memorias 9. Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*. Cáceres: Junta de Extremadura, pp. 117-130.

PRESCOT, A.E. (1980) – Estudio de la inscripción inédita de la fusayola del poblado ibérico de Castell de Palamós (Gerona) y sus relaciones com otros textos. *Cypsela*. III, pp.147-151.

SILVA, João Lino da (1952) – *Relatório das escavações na Herdade da Torre de Palma, Monforte (Alentejo)*. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/MNA.

SILVA, João Lino da (1953) – *Relatório das Escavações Arqueológicas na Villa Lusitano-Romana. Herdade de Torre de Palma e no Cabeço de Vaiamonte; Concelho de Monforte; Distrito de Portalegre*. Arquivo Pessoal Manuel HelenO /MNA.

SILVA, João Lino da (1954) – *Relatório das Escavações na Herdade de Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte, Cemitério do Pombal*. Arquivo Pessoal Manuel Helen /MNA.

SILVA, João Lino da (1955) – *Relatório das Escavações na Herdade de Torre de Palma, Cabeço de Vaiamonte e Monte do Pombal*. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/MNA.

SILVA, João Lino da (1956) – *Escavações na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo)*. Arquivo Pessoal Manuel Heleno / MNA.

SILVA, João Lino da (1957) – *Relatório das Escavações na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo)*. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/MNA.

SILVA, João Lino da (1958) –*[Escavações] na Cabeça de Vaiamonte (Alentejo)*. Arquivo Pessoal Manuel Heleno/ MNA.

Figura 1 – O sítio de Cabeça de Vaiamonte.

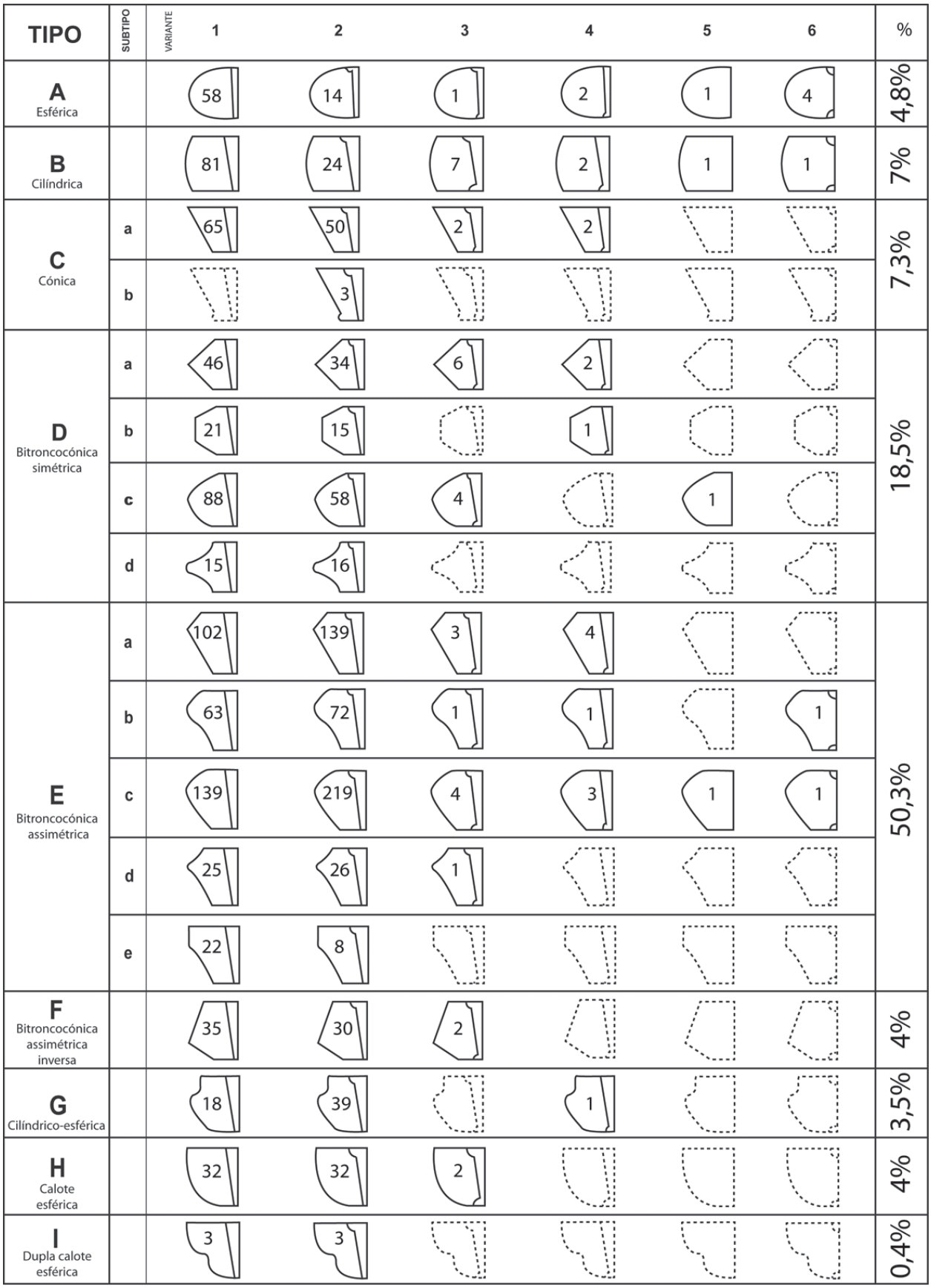


Figura 2 – Tipologia do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte – alterado a partir de CASTRO CUREL, 1980: 138, modificado por DE SUS, 1986: 187, Figura I.

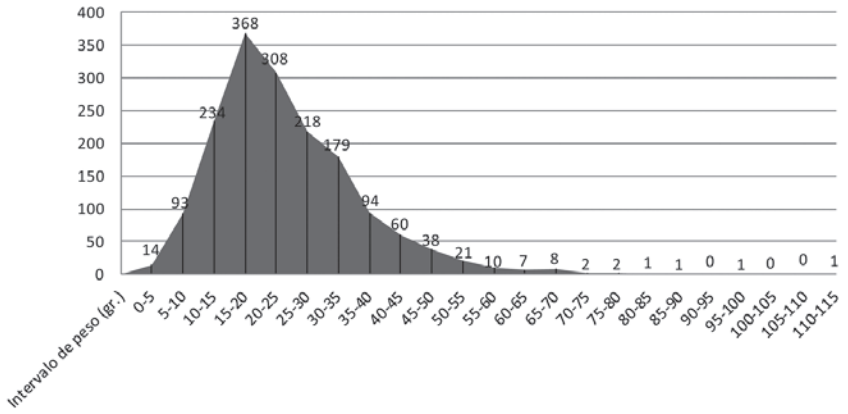


Figura 3 – Gráfico com representação do número de cossoiros por intervalo de peso (gr.).

Figura 4 – Pormenor do topo de cossoiro que apresenta vários grafitos incisos ante coctionem com delimitação circular, divisão do espaço onde surgem grafitos com orientações distintas e uma marca de pontuação. João Almeida.

Figura 5 – Pormenor da aresta superior de cossoiro que apresenta vários grafitos incisos ante coctionem com uma orientação centrípeta (onde se reconhece o signo ka). João Almeida.

Figura 6 – Pormenor da aresta superior de cossoiro que apresenta vários grafitos pontilhados ante coctionem com uma orientação centrípeta. João Almeida.

Figura 7 – Pormenor da aresta inferior de cossoiro que apresenta um grafito (signo be) isolado e inciso postcoctionem. João Almeida

1 GRAFITO	N.º	*Ante*	*Post*	A	B	C	D
	1	1				1	
	2	2			2		
	1		1		1		
	1	1				1	
	2	2			2		
	1	1				1	
	1	1				1	
	2	2				2	
	3	3				3	
	2	2				2	
	2		2			2	
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1				1	
	1		1			1	
	3	3				3	
	1	1			1		
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1				1	

2 GRAFITOS	N.º	*Ante*	*Post*	A	B	C	D
	1		1			1	
	1		1			1	
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1			1		
	1	1		1			
	1	1			1		
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1				1	

SEQUÊNCIAS ALTERNADAS	N.º	*Ante*	*Post*	A	B	C	D
	1	1			1		
	1		1		1		
	1		1		1		
	1	1		1			
	1	1			1		
	1	1			1		

Figura 8 – Tabela de grafitos isolados (30), em pares (12) e em sequências alternadas (6) presentes nos cossoiros de Cabeça de Vaiamonte, com indicação de: número de exemplares; execução ante- ou post-coctionem e localização do grafito no cossoiro (A- topo, B- aresta superior, C-aresta inferior ou lateral, D- base).

REPETIÇÕES	N.º	*Ante*	*Post*	A	B	C	D
	1	1				1	
	1	1		1			
	1	1			1		
	1	1				1	
	1	1		1			
	1		1			1	
	1		1		1		
	1		1			1	
	1	1			1		
	6	5	1	1	5		
	1	1		1			
	1	1		1			
	1	1			1		
	1		1		1		
	1		1		1		
	1		1		1		
	1	1			1		
	1	1			1		

VÁRIOS GRAFITOS (>3)	N.º	*Ante*	*Post*	A	B	C	D
	1	1			1		
	1	1				1	
	1	1				1	
	1	1			1		
	1	1			1		
	1	1				1	
	1	1			1		
	1	1		1			
	1		1			1	
	1	1		1			
	1		1	1		1	
	1		1			1	
	1			1			
	1		1		1		
	1	1			1		
	1	1			1		
	1	1		1			
	1	1			1		

Figura 9 – Tabela de grafitos repetidos (24) e distintos - em número superior a três (18) presentes nos cossoiros de Cabeça de Vaiamonte, com indicação de: número de exemplares; execução ante- ou post-coctionem e localização do grafito no cossoiro (A- topo, B- aresta superior, C-aresta inferior ou lateral, D- base).

CONTINUIDADE E MUDANÇA NAS ESTRATÉGIAS AGRÍCOLAS NA IDADE DO FERRO E ÉPOCA ROMANA NO NOROESTE PENINSULAR

João Pedro Tereso / CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos /Universidade do Porto) / jptereso@gmail.com

RESUMO

A romanização do território noroeste peninsular teve profundas consequências ambientais, económicas e sociais. Porém, os dados arqueobotânicos existentes permitem discernir, a par de algumas inovações, abundantes evidências de uma continuidade nas escolhas agrícolas. De facto, o conjunto de cultivos utilizado em época romana permanece muito semelhante ao da Idade do Ferro.

Embora não se possa excluir a hipótese de existir um enviesamento de dados provocado pela tipologia e cronologia predominantes das jazidas romanas estudadas, parece evidente que os sinais de continuidade devem ser interpretados à luz das dinâmicas ambientais e de povoamento específicas da região.

ABSTRACT

The romanization of the NW Iberian territory had profound environmental and social consequences. However, the available archaeobotanical data suggests that, despite some novelties, there seems to have been major continuities on what agricultural choices is concern. In fact, the assemblage of Roman crops is very similar to that of the Iron Age.

Although we cannot exclude the hypothesis of a bias related to the type and chronology of settlements that provided plant remains, it seems clear that the signs of continuity must be interpreted in the light of the environmental and settlement dynamics of the region.

1. INTRODUÇÃO

A integração no império romano trouxe importantes consequências a nível social, cultural e económico para as populações conquistadas, ainda que muitas destas estivessem em contacto com o mundo romano desde muito antes da efectiva integração territorial. Assim, um conjunto de características são usualmente assumidas como sendo comuns a muitas das províncias imperiais, tais como, a existência de um complexo sistema baseado na complementaridade entre áreas rurais bem estruturadas e produtivas e as cidades mais próximas, pressupondo a existência de grandes *villae*; um peso significativo da tríada mediterrânica (trigo, oliveira e vinha) na economia e nas estratégias agrícolas; uma orientação mercantil e monetarização das actividades produtivas, facilitada por uma reorganização territorial e pela introdução de novas tecnologias e infra-estruturas (Blázquez, 1967; Alarcão, 1988; Fabião, 1992).

Contudo, ainda que estas características sejam identificadas em diversas regiões peninsulares, como o Sul de Espanha e Portugal (Sáez Fernandez, 1987; Fabião, 1992), devemos questionar se estes modelos foram aplicados de forma uniforme em todas as províncias imperiais e se não estamos, na verdade, a homogeneizar uma realidade bem mais complexa. Essa complexidade está bem patente no território peninsular que, aquando da conquista romana e muito além desta, se encontrava habitado por uma significativa diversidade de povos, num território vasto e bastante diverso a nível de solos, clima e recursos biológicos.

Interessa, por isso caracterizar cada região, de modo

a compreender a que nível existiram diferenças na assimilação dos modelos económicos e sociais romanos. Aqui aborda-se a agricultura através dos dados arqueobotânicos existentes para o noroeste peninsular.

2. A ÁREA DE ESTUDO ENTRE A IDADE DO FERRO E A ÉPOCA ROMANA

A área de estudo, o noroeste da Península Ibérica corresponde, grosso modo, ao Norte de Portugal e Galiza (Figura 1).

Embora a presença romana no ocidente peninsular date de inícios do século II a.C., só na segunda metade do mesmo século ocorreram as primeiras incursões romanas no noroeste, nomeadamente em 139 a.C., durante a guerra contra os Lusitanos. Em 138-136 a.C., depois de controlado o território a Sul do Douro, *D. Iunius Brutus*, governador da Hispânia Ulterior organizou uma segunda expedição, ao longo do litoral, alcançando o rio Minho com pouca resistência (Alarcão, 1988; Santos Yanguas, 1988; Fabião, 1992; Morais, 2004). Não existem, contudo, evidências da manutenção de qualquer corpo militar na região. Depois de uma expedição pacífica de *P. Licinius Crassus* em 96-94 a.C., a campanha militar de *C. Iulius Caesar* em 61-60 a.C. atingiu *Brigantium* (A Coruña) (Santos Yanguas, 1988; Fabião, 1992; Morais, 2004). A ambiguidade dos dados existentes faz com que coexistam na bibliografia interpretações opostas acerca da existência, ou não, de um efectivo controlo sobre a região a partir destas datas (Alarcão, 1992; Peña Santos, 2005). É claro, no entanto, que a partir das guerras cantábricas (29-19 a.C.) Augusto terminou a conquista do território peninsular e, aparentemente, este conflito ocorreu principalmente fora da área tida como galaica (Santos Yanguas, 1988; Martins, 1990; Morais, 2004; Peña Santos, 2005).

Ainda no reinado de Augusto, iniciou-se um esforço de integração administrativa da região, criando-se três conventos, com sede em três cidades fundadas nesta época: *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga) (Morais, 2004). A consolidação da administração romana ocorreu já na época flaviana, na qual se verificou uma renovação dos centros urbanos, a criação de novas cidades e um melhoramento da conectividade territorial (Carvalho, 2008). Nesta mesma dinastia acelerou-se o processo de abandono dos castros, já iniciado no início do século I d.C. Entretanto, o sistema de povoamento foi-se alterando, diversificando-se, surgindo diferentes tipologias de estabelecimentos rurais (Morais, 2004; Carvalho, 2008).

Desconhecem-se os verdadeiros efeitos da crise do século seguinte – século III – na região noroeste. Embora esta crise esteja frequentemente associada a uma quebra das trocas comerciais, a verdade é que as investigações realizadas até agora em *Bracara Augusta* não permitem detectar alterações significativas. Na verdade, esta mesma cidade viria a tornar-se sede de uma nova província, a *Callaecia* (Alarcão, 1988; Fabião, 1992; Morais, 2004).

No início do século V, na sequência de conflitos internos no império, os Suevos, Vândalos e Alanos entraram na Península Ibérica e estabelecem-se no noroeste (Alarcão, 1988; Fabião, 1993).

3. OS DADOS DA ARQUEOBOTÂNICA

Embora estejam referenciados abundantes sítios arqueológicos com cultivos no noroeste peninsular (Ramil Rego, 1993; Ramil Rego *et alii*, 1996; Dopazo Martínez, 1996; Oliveira, 2000; Tereso, 2012), a atribuição cronológica de muitos dos conjuntos arqueobotânicos tem uma base factual muito frágil. Na verdade, muitos conjuntos carpológicos encontram-se referenciados como proto-históricos ou romanos com base unicamente no facto de terem sido recolhidos em povoados com determinadas características, nomeadamente castros. No entanto, tendo em consideração que diversos castros apresentam níveis de várias cronologias, usualmente entre a Idade do Bronze e a Idade Média (Silva, 1986), torna-se impossível fazer assumpções de cronologias específicas, sem datações de radiocarbono ou um conhecimento aprofundado dos contextos arqueológicos nos quais os macrorrestos vegetais foram recolhidos.

Como tal, esta síntese baseia-se unicamente em conjuntos carpológicos que considerámos apresentarem uma integração cronológica fidedigna. As jazidas excluídas deste estudo, assim como as razões da sua exclusão, foram apresentadas em trabalho anterior (Tereso, 2012).

São apresentados dados de presença/ausência de cultivos (Tabelas 1 e 2). Embora esta opção nivele espécies abundantes e menos abundantes, tem a vantagem de esbater o peso de contextos com macrorrestos vegetais muito abundantes cujo conteúdo carpológico, pela sua excepcionalidade, pode não ser representativo da fase e da jazida de onde provêm.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Principais cultivos

A agricultura no noroeste peninsular durante a Idade do Ferro caracteriza-se por um predomínio de algumas espécies de cereais, nomeadamente os trigos de grão vestido (*Triticum turgidum* subsp. *dicoccum* e *Triticum aestivum* subsp. *spelta*), trigos de grão nu (*Triticum aestivum/durum/turgidum*), cevada de grão vestido (*Hordeum vulgare* subsp. *vulgare*), aveia (*Avena*) e ainda milho-miúdo (*Panicum miliaceum*). A fava (*Vicia faba*) é também um cultivo muito importante. Esporadicamente, surgem vestígios de ervilhas (*Pisum sativum*), cevada de grão nu (*Hordeum vulgare* var. *nudum*) e *Triticum monococcum*.

Os dados carpológicos existentes para jazidas da Idade do Ferro do noroeste peninsular tornam claro que as comunidades da região tinham à sua disposição um variado leque de cultivos, sendo provável que, por questões de falta de preservação e escassez de estudos com base em amostragens sistemáticas, uma parte da diversidade, nomeadamente no que respeita às leguminosas, não esteja representada nos conjuntos arqueobotânicos. O mesmo acontece com os registos arqueobotânicos de época romana. (Tabela 1)

Noutro local (Tereso, 2012) fizemos notar a grande relevância que os trigos vestidos tiveram na agricultura do Noroeste, em contraste com os períodos anteriores, apontando o contraste que representa face a outras regiões peninsulares nas quais se verifica uma tendência oposta. Esta peculiaridade poderá resultar de uma adaptação face a uma eventual degradação climática, ao relevo acidentado da região, assim como à evolução negativa dos solos, potenciada pelas estratégias de exploração territorial e agrícola anteriores.

Também nas jazidas romanas verifica-se um predomínio das culturas cerealíferas, em particular de trigo de grão nu, milho-miúdo e cevada de grão vestido. No entanto, também os trigos de grão vestido – as mesmas espécies que são abundantes na Idade do Ferro – assim como a aveia, são cultivos bastante importantes. O milho painço (*Setaria italica*) e centeio (*Secale cereale*) surgem representados em poucas jazidas. Fazemos notar também a presença de vestígios microbotânicos em Agro de Ouzande (Silleda) que sugerem a moagem de *T. dicoccum*, trigo nu, milho-miúdo e bolotas, assim como o consumo de Brassicaceae (Juan-Tresserras & Matamala, 2002). (Tabela 2)

Entre as leguminosas, a fava é o único cultivo relevante, sendo inclusive um dos cultivos mais importantes na região. Ervilhas só foram recolhidas em duas jazidas - S. Cibran de Las (San Amaro) (Tereso, 2012; Tereso *et alii*, 2013) e Petón do Castro (Dopazo Martínez, 1996) e *Vicia sativa/angustifolia* foi recolhida em Monte Mozinho, desconhecendo-se, neste caso, se se trata de uma espécie doméstica ou silvestre (Tereso *et alii*, 2013b).

A única jazida com sementes de linho é Petón do Castro (Dopazo Martinez, 1996), embora o linho dos *Zoelae,* cuja área central de ocupação seria o Nordeste de Portugal, surja mencionado por Plínio (Nat. Hist., 19, 1). É, no entanto, difícil de avaliar a importância deste cultivo na agricultura e economia da região. A afirmação de Plínio não é suficiente para deduzir uma ampla produção e exportação deste cultivo ou dos seus produtos manufacturados. Afinal, o mesmo autor refere o linho de outras regiões, ibéricas e não só, mais próximas de Roma e com longa tradição comercial com a sede do império.

No que respeita à presença de frutos, os dados disponíveis são escassos. Salienta-se a jazida de Areal, em Vigo pela quantidade e preservação excepcional do material carpológico baixo imperial (Teira Brión, 2010). Trata-se de uma jazida sem paralelo na região, demonstrando o consumo de castanhas (*Castanea sativa*), nozes (*Juglans regia*), figos (*Ficus carica*), cerejas (*Prunus avium*), abrunhos/ameixas (*Prunus insititia*), pêssegos (*Prunus persica*) e uvas (*Vitis vinifera*). Porém, exactamente por não ter paralelo no noroeste peninsular, não é possível avaliar a sua representatividade regional.

4.2. A vinha e a oliveira

A assumpção de que a vinha era cultivada no noroeste peninsular encontrou suporte em inventários de lagares rupestres identificados ao longo da bacia hidrográfica do rio Douro (Almeida, 1996) pareciam evidenciar uma abundante produção que, a julgar pela quantidade de estruturas, teria grande peso na economia regional. Contudo, não existem dados suficientes para aferir, com certeza, uma cronologia romana para as referidas estruturas, com excepção do lagar e grainhas de uva baixo-imperiais encontrados em plena jazida de Rumansil (Coixão & Silvino, 2006).

De um modo geral, as grainhas de uva não são muito abundantes nos conjuntos arqueobotânicos, ainda que tenham sido recolhidas em jazidas na metade Sul da área de estudo. É possível, no entanto, que ex-

ista uma subrepresentação destes vestígios por o seu processamento não se verificar em proximidade de fogo, não potenciando, assim, a sua carbonização e, consequentemente, preservação.

Grainhas de uva foram recolhidas em Areal (Teira Brión, 2010), Briteiros (Guimarães) e Monte Mozinho (Penafiel) (Tereso et *alii*, 2013a, b). Foram recolhidas também em níveis pré-históricos e da Idade do Ferro de outras jazidas do Noroeste de Portugal (Tereso, 2012). O N.O. de Portugal trata-se da região do N.O. Ibérico onde encontramos maiores evidências de contactos e influências do mundo mediterrânico em época pré-romana (González Ruibal, 2003), podendo ter-se estabelecido numa fase mais antiga o hábito do consumo de uva e/ou vinho. É também onde encontramos um clima propício para o cultivo da vinha. Contudo, a presença de grainhas não é uma evidência directa de produção de vinho, podendo sim testemunhar, na melhor das hipóteses, o consumo de uvas.

Na nossa área de estudo, as evidências da presença e consumo de vinho em época romana restringem-se às ânforas vinárias. Estas são comuns no início do período romano e testemunham a grande relevância das importações de vinho de diversas origens, salientando-se a Bética, durante o final do século I a.C. e ao longo do século I d.C. (Morais 1997/1998; 2004) o que poderia sugerir a que a produção de vinho na região era escassa, nesta fase. Pelo contrário, a diminuição da presença de ânforas a partir do século II d.C. deveria apontar para um incremento da produção local, que abasteceria a região (Morais 1997/1998; 2004). De qualquer forma, esta assumpção precisa de ser verificada por outras fontes, pois as redes comerciais poderiam ter sofrido alterações e outros tipos de recipientes poderiam ser utilizados para o transporte deste produto.

Não ignoramos a forte hipótese de ter-se cultivado vinha no Noroeste Ibérico em Época Romana, em especial na metade Sul. Tal é claramente sugerido pelos dados de Rumansil. Vários outros vestígios arqueológicos apontam nesse sentido, embora na sua maioria possam ser alvo de outras interpretações, exigindo a realização de um plano de investigação interdisciplinar direccionado a esta problemática. Compreender a relevância económica e o impacte ambiental deste cultivo, nesta época, é, neste momento, impossível.

No que respeita à produção de azeite, os dados são ainda mais escassos. Embora tenham sido recolhidos vestígios carpológicos de *Olea europaea* nos níveis romanos de Ermidas (Vila Nova de Famalicão) (Queiroga, 1992) e Areal (Teira Brión, 2010), estes são raros e, tal como no caso anterior, só atestam a presença e consumo de azeitonas. Estes também foram identificados em jazidas pré-históricas da região (Tereso, 2012).

À semelhança das uvas, e pelo mesmo motivo, é possível que exista uma subrepresentação dos vestígios de azeitonas no registo carpológico da região. Os registos palinológicos do N.O. Ibérico não parecem confirmar um crescimento da presença de *Olea* durante o período romano (Muñoz Sobrino et al., 1997; Ramil Rego et al., 1998). Contudo, a maioria das sequências palinológicas foram obtidas em áreas de clima atlântico, em território galego ou no extremo N.O. de Portugal, longe das áreas de clima mediterrâneo, que teriam maior aptidão para este cultivo.

Se são escassas as evidências de cultivo de oliveiras no N.O. peninsular, são também escassas as evidências da importação de azeite. De facto, R. Morais (1997/1998, 2004) refere a escassez de ânforas de azeite no Norte de Portugal, sugerindo que, neste aspecto, Estrabão (III,7) poderia estar certo quando mencionou que os povos das montanhas, na altura das campanhas de Augusto, consumiam manteiga invés de azeite, hábito que poderá ter tido continuidade pelo menos durante a fase inicial do domínio romano.

Vestígios de estruturas relacionadas com a produção de azeite registam-se somente na jazida da Fonte do Milho (Peso da Régua) – de cronologia incerta dentro do período romano, mas provavelmente do Baixo-Império (Morais, 1997-98) – e na *villa* de Fontão (Matosinhos) (Brun, 1997), embora neste caso os dados disponíveis sejam ainda mais escassos.

5. CONCLUSÕES: CONTINUIDADE E MUDANÇA ENTRE A IDADE DO FERRO E A ÉPOCA ROMANA

Da lista de jazidas romanas com cultivos, salienta-se o facto de quase todos os dados carpológicos advirem de estabelecimentos de tipologia indígena, muitos deles com amplas ocupações pré-romanas. Tal advém da forte incidência da arqueologia da região neste tipo de jazidas pelo que, tendo em conta a evolução do povoamento da região, não é surpreendente que tenhamos uma principal incidência sobre vestígios dos séculos I/II d.C. Este facto constitui um constrangimento importante.

Os dados que temos, com estes constrangimentos,

sugerem, tal como foi já indiciado, alguma continuidade entre os cultivos da Idade do Ferro e de Época Romana: um predomínio de trigos nus e vestidos, cevada de grão vestido, milho-miúdo, aveia e fava. Como tal, é pouco provável que os sistemas agrícolas das populações que habitavam povoados de tipologia indígena se tenham alterado significativamente, atestando uma continuidade cultural demonstrada por outros indicadores arqueológicos.

Por outro lado, identificamos três indícios de mudanças ao nível agrícola:

1. Introdução ou expansão do cultivo da vinha (vide supra).
2. Expansão do cultivo de *Setaria italica* (milho painço) – Existem três sítios arqueológicos romanos com *Setaria italica*: Monte Mozinho, São Lourenço e Terronha de Pinhovelo. Tratam-se de vestígios carpológicos baixo-imperiais que contrastam com a inexistência deste cultivo durante a Idade do Ferro, pelo menos em contextos fiáveis. Como tal, é possível que date também de época romana a expansão deste cultivo na região, ainda que sejam necessários mais dados para comprovar esta hipótese.
3. Eventual expansão de *Secale cereale* (centeio) – as evidências desta expansão no noroeste peninsular são escassas e advêm essencialmente dos dados de Monte Mozinho. Contudo, dados do centro de Portugal (Tereso et al., 2010) assim como do Nordeste Peninsular (Buxó, 2005) apontam neste sentido. Com o centeio as populações locais poderiam fazer face à pobreza de solos e às características bioclimáticas e topográficas de parte da região de estudo. Os trigos vestidos poderão ter tido também esta função, justificando assim a sua manutenção nos sistemas agrícolas assim como a tardia afirmação do centeio.

Ainda assim, estas evidências de mudança não alteram a perspectiva geral de continuidade fornecida pelo registo carpológico, possivelmente influenciada pela particular incidência em contextos dos séculos I/II d.C. Salienta-se, igualmente, que os três exemplos de inovação parecem conectar-se com momentos avançados da presença romana na região.

Rui Morais (1997/1998) salienta a continuidade do tipo de povoamento proto-histórico nos momentos iniciais da ocupação romano, pelo que seria de esperar que existisse continuidade ao nível dos sistemas agrícolas. Contudo, estão documentadas alterações importantes ao nível de povoamento durante o domínio romano, em especial a partir do século II, com o abandono de alguns castros e a contracção da área habitada de outros e a afirmação de outras tipologias de estabelecimentos. A diversificação de povoamento verificada deverá ter implicado uma diversificação de estratégias económicas, coexistindo na região, estabelecimentos maioritariamente produtores (*villae* e quintas) e outros tendencialmente consumidores (cidades, *mutationes* e estabelecimentos mineiros) no que aos bens agrícolas diz respeito.

Os impactos desta reestruturação territorial nos sistemas agrícolas é ainda desconhecida, sendo notória a ausência de dados paleoambientais de estabelecimentos rurais de tipologia romana. Ainda assim, a diversidade de povoamento na região, incluiu outras estratégias de implantação, salientadas por F. S. Lemos (1993), J. Alarcão (1998) e Pérez Losada (2000). A existência de estabelecimentos de pequenas a médias dimensões, aos quais se poderia eventualmente chamar de aldeias, numa rede que poderia incluir alguns dos castros que se mantinham ocupados, constituiu-se como uma alternativa ao binómio *villae* – cidade. Ou seja, poderia manter-se nestes locais uma lógica produtiva predominantemente direcionada à auto-subsistência da aldeia. Contudo, o estado actual dos estudos paleoambientais e paleoetnobotânicos não permite compreender eventuais padrões diferenciais de acordo com a tipologia ou cronologia dos estabelecimentos. Estas diferenças estão patentes, porém, nos dados zooarqueológicos existentes para a região, nos quais se documentam realidades distintas para os castros que permanecem ocupados e para as cidades recém-fundadas (Férnandez Rodríguez, 2000).

Por fim, salientamos que a escassez de estudos realizados em contextos de cronologias mais avançadas e, em particular, em estabelecimentos de tipologia romana torna difícil avaliar totalmente as alterações dos sistemas agrícolas provocadas pela conquista romana. A obtenção de dados de qualidade depende de uma alteração dos modelos de intervenção arqueológica, com a incorporação plena de abordagens interdisciplinares que incluam, entre outras técnicas, estratégias de amostragem pré-concebidas, com vista à obtenção de dados de arqueobotânica.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. (1992) – A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. 31, pp. 39-71.

ALARCÃO, J. (1998) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. 37, pp. 89-119.

ALMEIDA C. B. d. (1996) – O cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro. Ponto da situação. *Douro - Estudos & Documentos*. 1:2, pp. 18-30.

BLÁZQUEZ, J.M. (1967) – Estructura económica de la Bética al final de la República romana y a comienzos del Imperio (años 72 a.C.-100 d.C.). *Hispania*. 27, pp. 7-62

BRUN, J.-P. (1997) – Production de l'huile et du vin en Lusitanie Romaine. *Conimbriga*. 36, pp. 45-72.

BUXÓ, R. (2005) – L'agricultura d'època romana: estudis arqueobotànics i evolució dels cultius a Catalunya. *Cota Zero*. 20, pp. 108-120.

CARVALHO, H. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Dissertação de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

COIXÃO, A. S.; SILVINO, T. (2006) – O Sítio Arqueológico do Rumansil I (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa - Portugal). *Côavisão. Cultura e Ciência*. 8, pp. 118-137.

DOPAZO MARTÍNEZ, A. (1996) – *La dieta vegetal del Noroeste Ibérico durante el Holoceno. Una aproximación a través del análisis paleocarpológico*. Dissertação de licenciatura, Universidad de Santiago.

FABIÃO, C. (1992) – O Passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, J. (Ed.), *História de Portugal,* 1, *Antes de Portugal*. Círculo de Leitores, pp.77-299.

FABIÃO, C. (1993) – A Antiguidade tardia e a desagregação do Império. In Medina C. (Ed.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, 3. Amadora: Ediclube, pp. 11-32.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (2000) – *Los macromamíferos en los yacimientos arqueológicos del Noroeste peninsular: un estudio económico*. Dissertação de doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2003) – *Arqueología del Primer Milenio a.C. en el Noroeste de la Península Ibérica*. Dissertação de doutoramento, Madrid: Complutense University of Madrid.

JUAN TRESSERRAS, J.; MATAMALA J. (2002) – Análisis de materia orgánica. In PRIETO MARTÍNEZ, M.; ABOAL FERNÁNDEZ, R.; AYÁN VILA, J. (Eds.), *Arqueología en la ACEGA 1: el yacimiento galaicoromano de Agro de Ouzande (Silleda, Pontevedra). CAPA: cadernos de arqueoloxía e património*. 16, pp. 43-45.

LEMOS, F. (1993) – *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

MORAIS, R. (1997-98) – Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização. *Cadernos de Arqueologia*. 14-15, pp. 175-182.

MORAIS, R. (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Dissertação de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.

MUÑOZ SOBRINO, C.; RAMIL REGO, P.; RODRÍGUEZ GUITIÁN, M. (1997) – Upland vegetation in the north--west Iberian peninsula after the last glaciation: Forest history and deforestation dynamics, Vegetation History and Archaeobotany. 6, pp. 215-233.

OLIVEIRA, M. (2000) – *O registo paleocarpológico do NO peninsular entre o IIIº e o Iº milénios a.C. Contributo para o estudo da alimentação pré e proto-histórica*. Dissertação de mestrado, Braga: Universidade do Minho.

PEÑA SANTOS, A. (2005) – Breve síntesis de la prehistoria e arqueología do Eixo Atlántico. In HIDALGO CUÑARRO, J. (Eds.), *Rutas Arqueolóxicas do Eixo Atlántico/Roteiro Arqueológico do Eixo Atlântico*, pp. 3-42.

PÉREZ LOSADA, F. (2000) – *Poboamento e ocupación rural romana no noroeste peninsular (Núcleos agrupados romanos secundarios en Galicia)*. Dissertação de doutoramento, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

QUEIROGA, F. (1992) – *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. PhD thesis, University of Oxford.

RAMIL REGO, P. (1993) – Paleoethnobotánica de yacimientos arqueológicos holocenos de Galicia (N.O. Cantábrico). *Munibe*. 45, pp. 165-174.

RAMIL REGO, P.; DOPAZO MARTÍNEZ, A.; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (1996) – Cambios en las estrategias de explotación de los recursos vegetales en el Norte de la Península Ibérica. *Férvedes*. 3, pp. 169-187.

RAMIL REGO, P.; MUÑOZ SOBRINO, C.; RODRÍGUEZ GUITIÁN, M., GÓMEZ ORELLANA, L. (1998) – Differences in the vegetation of the North Iberian Peninsula during the last 16,000 years. *Plant Ecology*. 138, pp. 41-62.

SÁEZ FERNANDEZ, P. (1987) – *Agricultura Romana de La Betica*. Sevilha: Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla.

SANTOS YANGUAS, N. (1988) – *El ejército y la romanización de Galicia: conquista y anexión del Noroeste de la Península Ibérica*. Oviedo: Universidad de Oviedo.

SILVA, A.C.d. (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

TEIRA BRIÓN, A. (2010) – Wild fruits, domesticated fruits. Archaeobotanical remains from the Roman saltworks at O Areal, Vigo (Galicia, Spain). In DELHON, C., THÉRY-PARISOT, I., THIÉBAULT, S. (Eds.), *Des hommes et des plantes. Exploitation du milieu et gestion des ressources végétales de la préhistoire à nos jours. XXXe rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes*, Éditions APDCA, pp. 199-207.

TERESO, J. (2012) – Environmental change, agricultural development and social trends in NW Iberia from the Late Prehistory to the Late Antiquity, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

TERESO J.; CARVALHO, T.; ALMEIDA DA SILVA, R.; RAMIL REGO P. (2010) – Cultivos e armazenagem em Monte Mozinho: dados preliminares. In BETTENCOURT, A.M.S., ALVES, M., MONTEIRO RODRIGUES, S. (Eds.), *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*, Braga: APEQ e CITCEM, pp. 149-158.

TERESO J.; RAMIL REGO, P.; ALMEIDA DA SILVA, R. (2013). – Roman agriculture in the conventus Bracaraugustanus (NW Iberia). *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 2848-2858.

TERESO J.; RAMIL REGO P., CARVALHO, T.; ALMEIDA DA SILVA, R.; VAZ, F. (2013b – no prelo) – Crops and fodder: evidence for storage and processing activities in a functional area at the Roman settlement of Monte Mozinho (northern Portugal). *Vegetation History and Archaeobotany*.

Tabela 1 – Cultivos de jazidas de c.500 a.C. até à viragem da Era.

Jazida	Crasto de Palheiros	As Laias	Crastoeiro	S. João de Rei (2)	Castrovite	Alto do Castro	As Laias	Lesenho	Castro de Vixil	S. João de Rei (3)	Briteiros	El Castrelin	Montaz
Cronologia	5/4 BC	5 - 3BC	4-2 BC	4-2 BC	4/3-1 BC	2-1 BC	2-1 BC	2-1 BC	1BC-1AD	1BC-1AD			
Cereais													
Avena													
Hordeum													
Hordeum vulgare var. nudum													
Hordeum vulgare subsp. vulgareHordeum vulgare subsp. vulgare													
Panicum miliaceum													
Panicum/Setaria													
Triticum aestivum													
Triticum aestivum/ durum/turgidum													
Triticum dicoccum/spelta													
Triticum turgidum subsp. dicoccumTriticum turgidum subsp. dicoccum													
Triticum monococcum													
Triticum aestivum subsp. speltaTriticum aestivum subsp. spelta													
Triticum													
Cereals – undetermined													
Leguminosas													
Pisum sativum													
Vicia faba													

Tabela 2 – Cultivos de jazidas da viragem da Era ao século V.

	Conventus Bracaraugustanus						*Conventus Lucensis*				*C. Asturicensis*
Jazida	**San Cibran de Las**	**Briteiros**	**Crasto de Palheiros**	**Ermidas**	**Monte Mozinho**	**São Lourenço**	**Castro Pedro**	**Montaz**	**Petón do Castro**	**Viladonga**	**Terronha de Pinhovelo**
Cronologia	I a.C./I d.C.	I a.C./I d.C.	I d.C.	I d.C.	III/IV	IV/V	I a.C./I d.C.	I d.C.	II		IV/V
Cereais											
Avena		■			■				■	■	
Hordeum			■						■		
Hordeum vulgare subsp. vulgare	■	■	■	■	■						■
Panicum miliaceum		■	■	■	■			■			■
Panicum/Setaria		■	■	■	■				■		
Secale cereale					■						
Setaria italica					■	■					■
Setaria				■							
Triticum aestivum					■						
Triticum aestivum/ durum/ turgidum		■		■	■	■					■
Triticum “stubby grains”					■						■
Triticum dicoccum/spelta			■		■						■
Triticum turgidum subsp. dicoccum		■	■								■
Triticum monococcum											■
Triticum aestivum subsp. spelta			■				■				■
Triticum		■	■	■	■	■			■	■	■
Cereals – undetermined			■	■	■						■
Leguminosas											
Pisum sativum	■								■		
Vicia faba	■		■						■		■
Vicia		■			■						
Outros											
Linum									■		
Olea europaea				■							
Vitis vinifera		■			■						

VISSAIUM. A IDADE DO FERRO EM VISEU

Nádia Figueira / nfigueira@arqueohoje.com
Carla Santos / csantos@arqueohoje.com
Sónia Cravo / scravo@arqueohoje.com

RESUMO

Viseu carece ainda hoje de dados essenciais que possam colmatar hiatos na evolução da sua história. No entanto, e graças ao progressivo aumento do número de intervenções na malha urbana, sentidas desde 1997, no âmbito das imposições legais referentes ao Centro Histórico, começa-se a delinear um esquema evolutivo da cidade, alicerçado em dados arqueográficos. Efectivamente, hoje podemos falar da ocupação proto-histórica de Viseu, aspecto apenas seguro na bibliografia da viragem deste milénio.

É precisamente com esse espírito de divulgação tão necessário para a compreensão do processo histórico, que apresentamos alguns resultados obtidos em intervenções de carácter preventivo efectuado na malha urbana de Viseu. Os dados foram seleccionados de acordo com a sua cronologia, dando apenas a conhecer os resultados essenciais da ocupação do povoado da Idade do Ferro, com base nos resultados obtidos através de intervenções arqueológicas efectuadas pela Arqueohoje, traduzindo-se num conjunto de espaços de carácter doméstico, económico e defensivo.

ABSTRACT

Viseu, nowadays, still in need of essential information that may help to close the gap and fill in the lack of information about its historical evolution. However, thanks to the increase of the number of interventions in the urban tissue, felt since 1997, in relation to the legislation of the historical center, it starts to develop a city's evolution plan, based on archaeographic data. Actually, we may talk about Viseu's proto-historical occupation, issue only ensured in the bibliography of the turn of the Millennium.

It is precisely with that sense of diffusion so needed to the comprehension of the historical process, that we would like to presente some of the results obtained in preventive interventions that ocurred in Viseu's urban tissue. The information was selected according to its chronology, showing only the results of the occupation of the Iron Age populated, wich was possible through archaeological interventions made by Arqueohoje, wich result in a set of domestic, economic and defensive places.

ENQUADRAMENTO DO SÍTIO

Envolvido numa paisagem de configuração regular e aplanada a que o despontar de altas colinas e o encaixe das linhas de água conferem movimento, o Morro da Sé pouco se destaca, coroando um modesto esporão fluvial, de encostas suaves, à excepção da vertente NO que se precipita abrupta sobre o rio Pavia.

Aqui, o substrato geológico é constituído por granito porfiróide, com tendência para a disfunção, dando origem a grandes blocos arredondados, actualmente pouco visíveis, já que a presente fisionomia do cume reflecte o arrasamento e aplanamento empreendido nos finais do período imperial romano.

Os elementos que confirmam e sustentam a implantação de um povoado proto-histórico no Morro da Sé são múltiplos e distintos quanto à sua natureza e procedência. Contamos com um leque informativo gerado pela acumulação de registos, decorrentes de acções de escavação e acompanhamento arqueológico, realizadas em diferentes pontos do centro histórico, que originaram o achado de contextos bem preservados, bem como de espólio em deposição secundária (Figura 1).

Nestas circunstâncias contam-se as recolhas de material cerâmico efectuadas no Antigo Mercado 2 de Maio, Rua D. Duarte, Praça D. Duarte, Rua Nossa Sr.ª da Piedade, Rua do Comércio, Rua Direita nº 172/176 e nº 229, Largo da Misericórdia e Rua do Chantre.

Mais frutíferas se revelaram as escavações nos nos 1/3 da Praça D. Duarte, na Rua do Gonçalinho, Museu Grão Vasco, Rua D. Duarte nos 60/66, na Rua Sr.ª da Piedade nº 24/28, no nº 107 do Largo Mouzinho de Albuquerque, no Paço Episcopal e na Calçada de Viriato e zonas envolventes, permitindo a identificação de níveis preservados desta época, nos quais se destacam construções de cariz doméstico e defensivo.

CONTEXTOS HABITACIONAIS

Os vestígios de arquitectura doméstica reportam-se a seis pontos, localizados no Museu Grão Vasco, no nº 1/3 da Praça D. Duarte, na Rua do Gonçalinho, no nº 24/28 da Rua Sr.ª da Piedade, no Paço Episcopal e Calçada de Viriato e zonas envolventes.

Os trabalhos de caracterização e avaliação patrimonial no Museu Grão Vasco, desencadeados no âmbito do projecto de remodelação do edifício, concentraram-se na escavação do claustro Oeste. Esta revelou a complexidade estratigráfica característica dos espaços urbanos, evidenciando várias fases de ocupação, à primeira das quais correspondem vestígios atribuíveis à II Idade do Ferro. Reportam-se a este momento um reduzido conjunto de testemunhos estruturais de carácter doméstico e respectivos contextos de ocupação e destruição, escalonados em patamares desnivelados.

Estabelecida no patamar mais elevado, a estrutura 12 correspondia à fundação de uma cabana de planta tendencialmente circular, definida por uma fiada de pedras de granito, assentes directamente no substrato rochoso, prolongando-se sob a parede Sul do pátio. Por sua vez, a estrutura 13 desenvolvia-se no patamar intermédio, registando-se os seus vestígios em negativo, através de um sulco delimitativo que traça os limites circulares do piso sobre a alterite granítica, bem compactada e nivelada. O referido piso, com 4,5m de diâmetro, era formado por uma camada de argila, com 0,10m de espessura, perfurada pela implantação de dois buracos de poste.

Já a inclusão da estrutura 11, nas fases de ocupação do sítio revela-se problemática. Trata-se de um forno de produção de cerâmica, de cronologia imprecisa, reduzido à câmara de combustão, de planta circular, constituída por placas de argila cozida sobre blocos graníticos, com pilar central e revestida com argila refractária. Muito embora os factos não autorizem a integração deste elemento nos níveis de ocupação proto-históricos, esta não deverá, contudo, ser descartada.

Voltando à análise dos vestígios habitacionais, o testemunho mais oriental situa-se sensivelmente a meio da Rua do Gonçalinho, onde, sob um nível de entulhos, se encontrava um piso de argila, ao qual se associavam restos cerâmicos de fabrico manual. Contudo, apesar deste achado fixar uma coordenada fundamental quanto à extensão do povoado, a exiguidade da área intervencionada não permite caracterizar a estrutura em termos de dimensão e planta.

A Este, no nº. 1/3 da Praça D. Duarte, assim como no nº 24/28 da Rua da Sr.ª da Piedade, identificaram-se estruturas semelhantes. Estes dois pavimentos correspondem a um conglomerado compacto de argamassa de argila, encerrando fragmentos de cerâmica manual e elementos carbonosos. Também aqui, o reconhecimento da planta original foi inviabilizado, desta feita, por factores pós-deposicionais.

Na Rua Sr.ª da Piedade 24/28, os vestígios do pavimento apontam para que a cabana se encontrasse adossada a um bloco granítico de grande dimensão.

Na área correspondente à Calçada de Viriato e zonas envolventes, identificou-se um conjunto de estruturas habitacionais, com plantas indefinidas, correspondendo a um muro de cantos arredondados (Cabana 1) e um muro associado a um sulco, dois buracos de poste e fragmentos de um pavimento (Cabanas 2 e 3). Estas estruturas corresponderiam a três cabanas, pertencentes a dois momentos de edificação cronologicamente sucedâneos, ambos quase certamente a rondar o século III a.C.

O espaço interior da Cabana 1 é definido por um muro, com cerca de 4m de comprimento, distribuindo-se, junto a esta, alguns fragmentos de piso de argila e uma estrutura de combustão. A Oeste desta, a cerca de 2m de distância, identificou-se uma segunda habitação (Cabana 3), de planta tendencialmente circular, definida por uma fiada de pedras graníticas de pequena dimensão e reaproveitando um fragmento de mó giratória. Esta assentava, parcialmente, sobre um sulco, semicircular, com cerca de 20cm de largura, associado aos vestígios de um pavimento em argila cozida, devendo tratar-se de uma pequena vala de fundação para a inserção de troncos ou outro tipo de materiais perecíveis, que formariam uma paliçada (Cabana 2).

Os materiais exumados associados a estas cabanas são na sua maioria cerâmicos. Contudo, destacam-se igualmente os elementos de adorno, com especial

referência para as contas de colar de pasta vítrea, uma conta oculada e uma fíbula, demonstrando influências mediterrânicas, trazidas pelo comércio colonial. Não podemos deixar de mencionar a presença de um fragmento de bordo de um lêkythos, cujo estudo, da responsabilidade de Sara Almeida, revelou uma origem ática, tratando-se de um recipiente de óleos perfumados, com uma utilização quase exclusivamente funerária e raramente exportada para fora da Ática (Figura 2).

Alguns dos exemplares cerâmicos decorados associam impressões de uma ou mais de uma matriz, mostrando grande variedade de motivos de carácter geométrico ou fitomórfico, sendo disso exemplo a técnica da estampagem com combinações diversas de S, círculos concêntricos e triângulos com ou sem besantes, demonstrando uma certa tradição hallstáttica. Surgem ainda fragmentos cerâmicos com uma matriz inspirada nas arrecadas celtibéricas, datáveis do século I a.C., conhecidas como arrecada de apêndice "em cacho". A presença destas diversas temáticas demonstra a contemporaneidade e miscigenação dos influxos culturais atlânticos, mesetenhos e meridionais.

Paralelamente às estruturas de carácter habitacional, cabe sublinhar a descoberta de onze fossas/silos abertas no saibro, de planta tendencialmente circular, fundo plano, paredes ligeiramente côncavas e com diâmetros que variam entre o 1,20m e os 2,20m, atestando a proximidade e coexistência entre áreas de vocação laboral e doméstica. Esta proximidade poderá evidenciar estruturas de armazenagem mais particularizadas ou familiares, ligadas ao consumo imediato dos habitantes do povoado.

Junto à Cabana 1 identificou-se um conjunto de estruturas negativas que terão servido primitivamente para o armazenamento de alimentos, tendo sido, posteriormente, cortadas pela Fossa 34, com 3m de diâmetro e 1,46m de profundidade, que as terá reaproveitado como entradas de ar. Esta destaca-se do conjunto pela sua dimensão, características morfológicas e complexidade.

Ainda durante a Idade do Ferro, esta estrutura foi preenchida por sucessivas camadas sedimentares e selada por um piso decorado, com fragmentos cerâmicos incorporados. Pela sua complexidade, é-nos difícil avançar no momento com uma hipótese concreta quanto à sua funcionalidade, parecendo-nos, porém, que se trata de uma estrutura de armazenagem de excedentes de produção, adaptada a estrutura de combustão, possivelmente, um forno de cozedura de um alimento nobre, o pão, reutilizado, mais tarde, como lareira. Com o decorrer dos anos, a população terá sentido necessidade de reorganizar este espaço. Desta forma, sobre o piso foram-se sobrepondo sucessivas camadas de conglomerados compactos de argamassa de argila, com fragmentos de cerâmica manual, sementes, pregos, pedras de pequena dimensão e uma elevada quantidade de carvões associados. A destruição e remodelação de estruturas semelhantes encontram-se atestadas pela recolha de inúmeros fragmentos de piso de cabana, alguns deles apresentam duas camadas sobrepostas, testemunhando reparações e reformas nas construções habitacionais, sendo igualmente admissível que alguns, com indícios de escorificação, possam provir de lareiras (Figura 3 e 4).

Esta realidade é também testemunhada no Paço Episcopal, intervenção que comprova irrefutavelmente a ocupação sidérica da zona mais ocidental do esporão fluvial, onde se insere o povoado. Aqui, os testemunhos desta presença desenvolvem-se em duas áreas, aparentemente, distintas, correspondendo uma a um espaço de estruturas negativas do tipo fossa/silo e outra associada a estruturas de cariz doméstico (pisos de cabana).

CONTEXTOS DEFENSIVOS

Em 1999, na Rua D. Duarte, no âmbito do acompanhamento arqueológico à abertura de uma vala, foi identificada uma estrutura escavada na rocha, com cerca de 0,50m de largura e 0,50m de profundidade, com materiais cerâmicos de cronologia proto-histórica na camada 1 do enchimento. Considerando a reduzida área de intervenção, não foi possível aferir mais dados relativamente às suas dimensões reais, morfologia e consequente funcionalidade. Só mais tarde, em 2007, com a intervenção arqueológica realizada no interior do edifício nº 60-66 da mesma rua, foi possível compreender que estaríamos perante um tramo do fosso, com uma pendente acentuada de Oeste para Este e um desnível de 3m, que delimitaria o povoado proto-histórico.

Já em 2008, na intervenção realizada no n.º 107 do Largo Mouzinho de Albuquerque, foi possível identificar um outro tramo, com características muito semelhantes às do primeiro. Neste caso, a estrutura orienta-se de NO-SE, com cerca de 1,20m de largura por 2,20m de comprimento e uma profundidade

variável entre os 0,90m e 1,20m. Ambos os tramos apresentam um perfil subtrapezoidal, paredes ligeiramente oblíquas e o enchimento bastante homogéneo. O espólio procedente do entulhamento do fosso corresponde quase inteiramente a artefactos cerâmicos, enquadráveis nas produções indígenas da II Idade do Ferro, constituído por peças de fabrico manual, com pastas compactas e razoavelmente depuradas, de matriz granítica. As peças mais completas denotam uma escassa diversidade morfológica, circunscrita a recipientes fechados, lisos e de médio porte, destinados ao armazenamento, serviço e confecção de alimentos.

O facto de não terem sido detectados vestígios materiais de época romana nos níveis de entulhamento do fosso, levanta a hipótese de ter havido uma reorganização do espaço ainda durante a II Idade do Ferro.

Como qualquer fosso, este foi implantado considerando as condições do terreno, contornando os acidentes geológicos de forma a reforçar a defesa, em zonas de maior vulnerabilidade, e tendo em con-ta o desnível topográfico pouco acentuado. Gostaríamos ainda de destacar o facto do recinto amuralhado atravessar a vertente NO do Morro da Sé a uma cota altimétrica tão inferior à do próprio morro, sugerindo que o povoado proto-histórico se desenvolveria pelo menos até esta zona. Por outro lado, poderemos estar perante duas linhas defensivas, uma a uma cota superior, com um perímetro reduzido e outra a uma cota inferior, delimitando a totalidade do castro?

Partindo do pressuposto de ser uma única linha defensiva, não nos parece, de momento, razoável que a comunidade deste castro se decidisse pela condenação desta linha de entrincheiramento, num momento tão recuado, a não ser que esta fosse substituída por um novo perímetro de defesa, mais amplo. Em alternativa, a dar-se o entulhamento da estrutura por ocasião da integração do sítio sob domínio romano, é possível que esta presença não se fizesse notar no conteúdo dos aterros utilizados.

ARA

Durante um largo período de tempo, discutiu-se a questão das origens remotas do nome de Viseu, nem sempre com grande rigor. O achado da ara, no âmbito das obras na Calçada de Viriato e zonas envolventes, vem contribuir decisivamente para a solução do problema, permitindo reconstituir o topónimo pré-romano (Figura 5).

Trata-se de um altar de carácter votivo, em granito, de grandes dimensões [101cm x 43,5cm x 34,5cm], apresentando um elegante capitel com frontão triangular, toros laterais e, no seu topo, um fóculo, destinado às libações dos crentes que aí queimariam essências em honra das divindades invocadas.

Em termos gerais, é um monumento bem proporcionado, que revela um trabalho de canteiro notável, cuja qualidade conta com escassos paralelos na região das Beiras.

O estudo, efectuado por Luís Fernandes, revelou que o texto documenta uma invocação formular, certamente de carácter oral, às "deusas e deuses vissaieigenses", numa formulação que poderá ser equivalente à do latim *diis deabusque* e expressões similares, bem documentadas na Península Ibérica.

Tendo em conta o epíteto utilizado (*vissaieigobor*), que remete para um nome de lugar, a ara teria sido consagrada às divindades locais, protectoras de uma localidade chamada *Vissaium*, eventualmente ligada a uma entidade étnica de nome *Vissaieici*. Na última linha, a fórmula u(*otum*) s(*oluit*) l(*ibens*) m(*erito*) assinala que *Albinus*, o dedicante, cumpriu o voto feito às divindades, ou seja, a promessa de lhes colocar um altar, caso respondessem às suas preces.

CONCLUSÕES

Reportámos aqui as intervenções arqueológicas que forneceram dados mais significativos do ponto de vista contextual e estrutural sobre a implantação do castro proto-histórico em Viseu, estimando que este se desenvolveria numa extensão de cerca de 12ha, comprovando assim de forma inequívoca a importância que Viseu teve como pólo central, numa época em que as elites locais se encontravam numa fase de apogeu.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sara (2005), *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: o Caso do Morro da Sé*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Coimbra (policopiado).

FERNANDES, Luís; CARVALHO, P. S.; FIGUEIRA, N. (2008), Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal), *Syllogue Epigraphica Barcinonensis (SEBarc)*, volume VI, pp. 185-189.

FIGUEIRA, Nádia (2008), *Prestação de Serviços de Escavação e Acompanhamento Arqueológico de Obras da ViseuPolis – 3ª. Campanha: Calçada de Viriato e Zonas Envolventes em Viseu*, Relatório Final, IGESPAR, policopiado.

PERPÉTUO, João (2002), *Museu Grão-Vasco, Viseu – Sondagens e Escavações Arqueológicas de Avaliação e Acompanhamento*, Relatório Preliminar, policopiado.

SANTOS, Carla (2008), *Construção de edifício no Largo Mouzinho de Albuquerque nº. 107 (Centro Histórico de Viseu)*. Relatório Final, IGESPAR, policopiado.

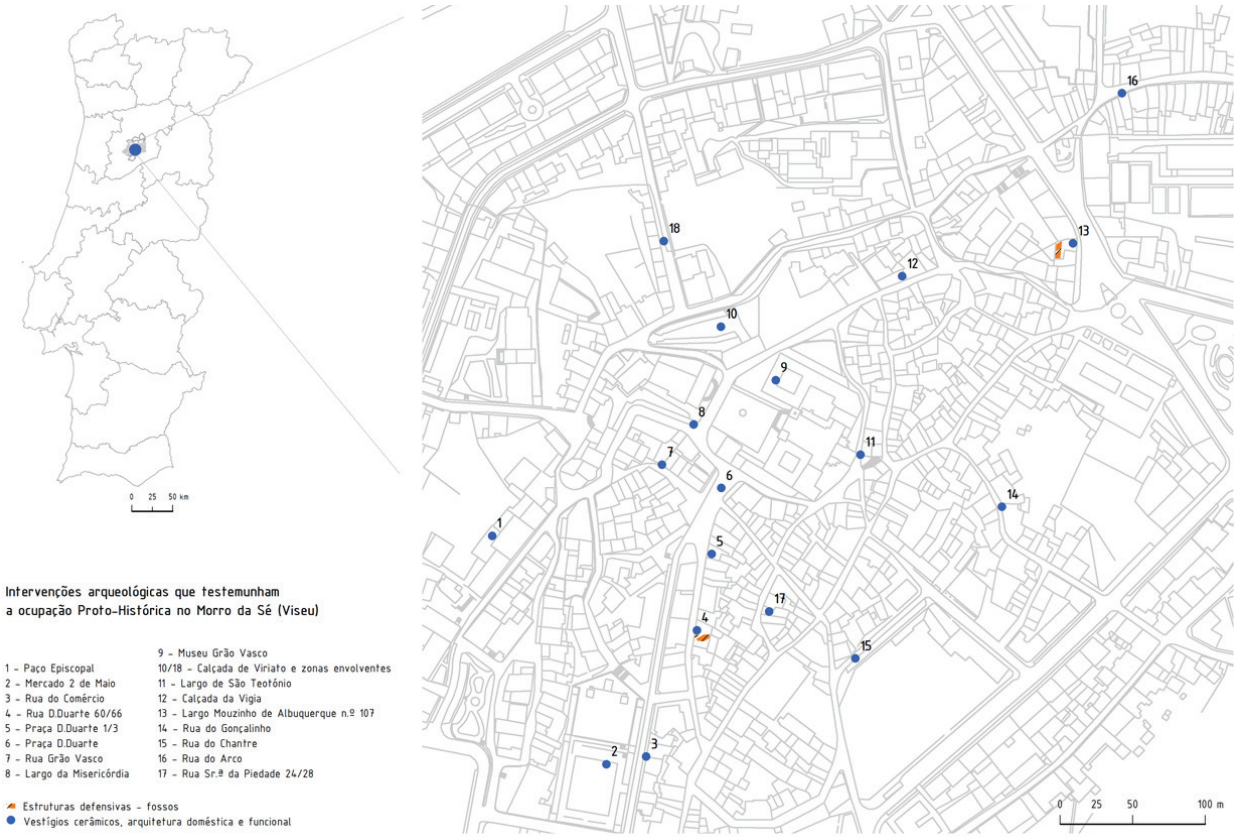


Figura 1 – Mapa das intervenções arqueológicas desenvolvidas em Viseu.

Figura 2 – Fragmento de lêkythos.

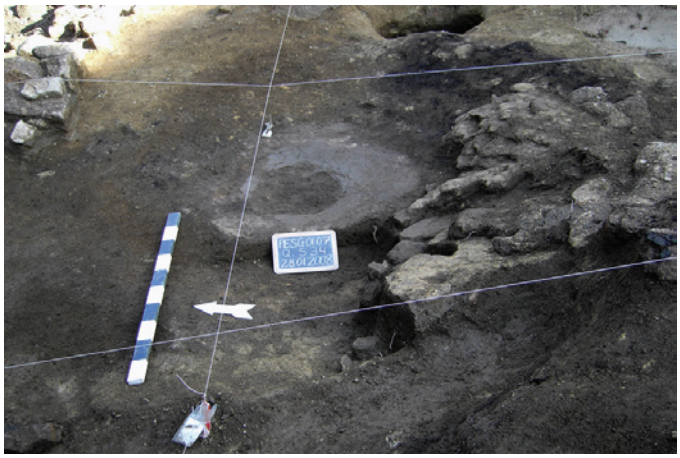


Figura 3 – Calçada de Viriato. Piso decorado com sucessivas remodelações.

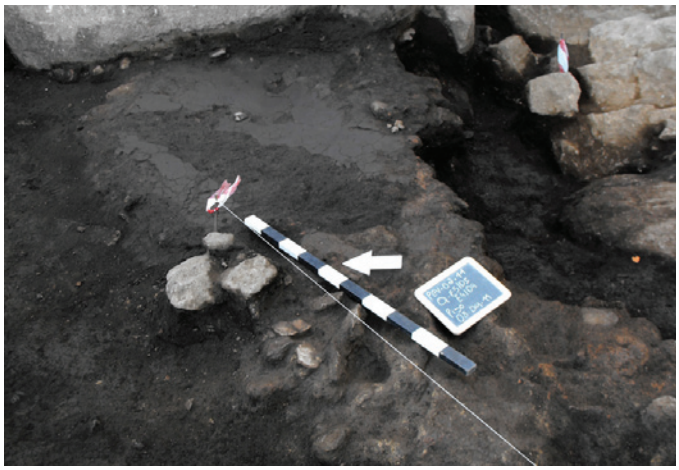


Figura 4 – Paço Episcopal. Pormenor do piso decorado de cabana.

Figura 5 – Ara votiva.

5
Antiguidade Clássica e Tardia

O CONCEITO DE "ROMANIZAÇÃO" E O PANORAMA ACADÉMICO PORTUGUÊS

Vincenzo Soria / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / vinso84@hotmail.it

RESUMO

De maneira sintética, analisam-se criticamente os significados implícitos no conceito de romanização com referimento ao contexto académico português. Propõe-se também uma leitura do fenómeno baseada numa relação biunívoca entre a componente indígena e romana, facto que permite uma compreensão mais adequada dos dados arqueológicos.

ABSTRACT

In this paper, we analyze critically the meanings implicit in the concept of Romanization also related to the Portuguese academic context. We also propose a reading of the phenomenon based on a two-way relationship between the indigenous component and the Roman one, because it allows a more adequate understanding of the archaeological data.

1. INTRODUÇÃO: O TERMO "ROMANIZAÇÃO"

O termo "romanização" foi introduzido e utilizado pela escola inglesa durante o séc. XIX como resultado do debate politico sobre a comparação entre o imperialismo romano e britânico contemporâneo em Índia e Africa. O significado do termo baseia-se na ideologia transmitida dos autores clássicos. Estes, numa deliberada ação de legitimação da política romana de expansão (Polibio e Lívio), recorrem ao conceito de "barbaridade" das populações indígenas como justificação moral da conquista territorial. Esta é vista como uma "divina missão civilizadora dos bárbaros ocidentais" (Hingley, 2005, p.24; Woolf, 1997, p.339) interpretando o conceito de *humanitas*, que está à base desta visão, para indicar a civilização e o progresso (Hingley, 2005, p.27 e 62; Hingley, 2006, p.3) indispensáveis para alterar o *status* de "bárbaro". Portanto o termo romanização muitas vezes utilizado superficialmente traz consigo o fardo ideológico do período histórico no qual foi concebido e que hoje em dia é necessário superar não só porque insatisfatório do ponto de vista teórico mas também porque condiciona a interpretação do dado arqueológico. Se o Hingley, assim como outros autores (Hingley, 2005, cap. 2, nota 1), auspicia o abandono do termo e da inerente abordagem (Hingley, 2005, p.14), Keay acha aceitável quando utilizado para descrever a integração das comunidades indígenas nas relações politicas e económicas com Roma sendo que o mesmo autor o considera inadequado em termos culturais em quanto sublinha similaridades em detrimento de diferenças e implicitamente cria uma oposição entre romanos e indígenas (Keay, 2001).

2. PROBLEMAS INERENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS:

2.1. Conceito de romanização ligado às ideologias modernas

Os estudos sobre o mundo romano são o reflexo da ideologia corrente no momento em que são pensados e escritos. Em tempos recentes isto é bastante evidente quando pensamos às "distorções" em clave nazis (Krebs, 2011) da pretensa descrição da "arianidade" dos Germanos de Tácito[1] ou de como os atuais EUA se apoderaram dos modelos clássicos através da arquitetura e do cinema, justificando as próprias ações bélicas baseando-as mais ou menos publicamente sobre o conceito de "barbaridade"[2]. Devemos

1. Tacito, *De origine et situ Germanorum*, geralmente conhecida como *Germania.*

2. Para um exemplo recente, http://www.themontrealreview.com/2009/Is-America-the-New-Rome.php, consultado no dia 03/06/2013.

salientar que o termo "romanização" nunca foi utlizado pelo autores clássicos mas foi concebido em época moderna como resultado duma exigência da comunidade científica para etiquetar um complexo processo histórico. O termo em si, portanto, foi condicionado pelo background cultural da época e que é constantemente objeto de revisões (Hingley, 2005, p.12). Por isto, ao longo dos anos, varias escolas de pensamento contribuíram para afinar o conceito, cada uma focando numa determinada área geográfica quais a Península itálica, o Ocidente e o Oriente mediterrânico porque são consideradas zonas com características culturais próprias. As perspectivas adotadas nos diferentes âmbitos académicos (com as próprias nuances e diferenças) têm um comum denominador ou seja o facto de considerar a conquista territorial e cultural romana como portadora de benefícios às populações "bárbaras" ou "menos civilizadas" (Hingley, 2005, p.17) porque estas eram estranhas à cultura greco-romana.

2.2. Perspectiva dominada pelos autores clássicos

Se o termo "romanização", do ponto de vista semântico, é o produto dos estudos históricos da época moderna, estes são diretos "discípulos" da cultura literária clássica que sempre foi considerada como recurso principal para a compreensão das dinâmicas históricas (Keay, 2001, p.119). Este método de investigação é viciado pelo caracter "adulador", não autóptico e etnocêntrico de obras edificantes as tradições de estudos de antiguidades quais aquelas de Tito Lívio, Estrabão, Polibio, Plínio-o-Velho, só para citar os que tratam do período em análise. Estes contribuíram à difusão da ideia da mudança cultural for devido à direta influencia romana que representou o inevitável triunfo duma cultura superior sobre as tradições culturais indígenas percebidas como inferiores[3]. Assim, o conceito de "romanização" procede desta ideia de "elevação social", posteriormente adaptada ao próprio contexto histórico pelos primeiros autores.

Não obstante o caracter fragmentário e limitado dos dados contidos nos textos clássicos (Guerra, 2005, p.331), estes continuem a ser privilegiados pelos investigadores modernos (para uma espécie de *horror vacui* que frustra a reconstrução dos eventos passados) aos dados arqueológicos. De facto, o uso simplicista e acrítico que se faz das fontes históricas conduz a um crescente sentido de insatisfação na hora de relacioná-las com o dado arqueológico: este é considerado conscientemente ou não como subordinado à história contada pelas fontes. A tendência a querer modelar o primeiro (as fontes) sobre o segundo (os vestígios) é um exercício a evitar porque os âmbitos de estudo se situem sobre "dois níveis paralelos" que se intersectam só em raros casos[4].

2.3. O conceito de romanização ligado ao estudo multidisciplinar

Para evitar de aplicar inapropriados modelos interpretativos modernos à antiguidade clássica[5] e tratar os textos clássicos de maneira que nos proporcionem dados verificáveis através de outras abordagens metodológicas, é necessário um estudo integrado de várias perspectivas de análise. Estas devem ter em conta não só o estudo crítico dos autores clássicos e dos dados arqueológicos (como por exemplo o estudo pormenorizado da urbanística, da cultura material e dos restos faunísticos exumados), mas também da análise da paisagem em *lato sensu*. Além destas não devemos esquecer outras mais tangentes, das quais as arqueométricas, geológicas e geofísicas. Obviamente a escolha da combinação destas deve ter como fim a resposta a perguntas históricas especificas[6]. Desta forma, o caracter parcial dos dados histórico-arqueológicos vem a encontrar-se com–pensados pela complexidade e pelo cruzamento de diferentes níveis de dados que aportem uma leitura tridimensional à leitura histórica dum determinado território, contribuindo à determinação diacrónica das dinâmicas ocupacionais.

3. AS ABORDAGENS À ROMANIZAÇÃO EM PORTUGAL:

No que concerne ao debate académico em Portugal, aqui parece estar bem enraizada a noção de que as noticias relatadas pelas fontes clássicas descrevem o território peninsular de maneira distorcida e/ou aproximada, tanto do ponto de vista geográfico,

3. Pode-se citar a expressão "*bellum iustum ac pium*" presente nos escritos de Catão-o-Velho e Cícero. Cfr. Eilers (ed.) 2009.

4. Para este propósito, lembra-se o caso de Valentia e do cerco numantino.

5. Fabião 1998, 173-174, vol. II: evitar de "traspor para o passado o modelo desenhado para as sociedades modernas".

6. Simon Keay na ponencia da sessão 1 do *CIAC* 2013.

como etnográfico (Fabião, 1998, p.52, vol. I). Esta noção não exclui uma abordagem que privilegie um estudo crítico das mesmas (Guerra, 2005) e nem um "cruzamento entre elas e os dados epigráfico, numismáticos e arqueológicos" (Fabião 1998, 54, vol. I e 1998, 7, vol. II), abordagem esta que continua a ser subestimada quer pelos investigadores de história antiga, quer pelos arqueólogos (Fabião, 1998, p.187, vol. II). Na perspectiva destes últimos, a base deste acanhamento metodológico reside no temor de cair na tentação de "contextualizar na Grande História todas as ocorrências arqueologicamente documentadas" (Fabião, 1998, p.58, vol. I). Contudo a atitude de prestar atenção em evitar forçadas abordagens ligadas aos eventos históricos e a valorizar todas as informações disponíveis[7] nem sempre resulta ser o objetivo primário das reconstruções históricas locais.

Neste cenário deve-se salientar que, na interpretação teorética do processo de romanização, parece persistir a abordagem típica acima referida. O processo é intendido como unidirecional, ou seja, de uma "cultura aculturante" (romana) a uma para aculturar (indígena), na qual a primeira "insinuava e instalava novos hábitos, novos modos de vida e comportamentos" (Fabião, 1998, p.552, vol. II). Tudo isto é visto como o resultado de "processos coercitivos e violentos" (Fabião, 2001b, p.110) que, contudo, não encontram evidentes confrontos no registro arqueológico se não através evidencias de reestruturações urbanísticas que afetam ou que se sobrepõem às anteriores (Fabião, 2001b, p.116-117). Contudo a cultura material demostra uma perduração da presença de "fundos indígenas" (Fabião, 2001a, p.238) que sobrevivem junto com materiais de importação itálica, realidade que remete para interpretações do processo de conquista por vezes contraditórias quando associadas ao conceito de "romanização" descrito.

4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS:

4.1. A abordagem multidisciplinar acima referida necessita de um framework teórico-interpretativo diferente àquele utilizado no passado. O conceito de "romanização" como imposição político-militar e cultural sozinho se afigura como inadequado para a interpretação dos cada vez mais complexos dados arqueológicos. Neste artigo se propõe uma perspectiva diferente: "romanização" como globalização[8] ou, por outras palava, *unity-in-diversity*[9]. Nesta óptica, o processo de fusão de duas culturas com tradições próprias não está ligada exclusivamente a uma imposição direta e unilateral. Esta pode ser também entendida de forma biunívoca, facto que não exclui a possibilidade que se possa vir a criar uma necessidade de construção duma nova identidade numa nova e mais ampla estrutura politica.

Não parece, portanto, metodologicamente correto pôr em contraposição uma cultura com uma outra (a romana contra a indígena e vice versa!) pois os principais conflitos ocorriam entre grupos sociopolíticos por motivos económicos, militares, entre outros.

O reconhecimento de "culturas regionais" integradas num heterogéneo mas unificado "império" (Hingley, 2005) permitiria uma leitura dos dados arqueológicos mais atenta à identificação de materiais "minoritários" caracterizantes de vários grupos em estudo, facto que está na base duma acurada interpretação dos momentos de contactos (Fabião, 2001b), fundamentais para a definição do processo em geral.

4.2. "Koiné cultural"[10] e identidade na Península Ibérica

O momento de forte interação entre elementos indígenas e exógenos durante a época Tardo-Republicana na Península Ibérica e a produção de artefatos a esta ligada bem se adapta à expressão "cultura hispano-romana". Sendo um termo cuja interpretação pode ser muito variada, adaptando-se a momentos históricos diferentes, afigura-se importante defini-lo na perspectiva de romanização propos-

7. A titulo de exemplo se quer lembrar a recente publicação de Alarcão, Carvalho, Gonçalves (Coord.) 2010.

8. Hingley 2005 utiliza o termo "globalização" aplicado ao mondo romano para criar uma conexão com o mundo atual. Para ele o estudo do presente e do passado estão estritamente ligados. Não deve ser confundido com homologação e homogeneização cultural como propugnado pelo Mommsen (1886).

9. Woolf 1997 *apud* Woolf 1992: "It is more productive to see Roman imperial culture as a structured system of differences that was highly differentiated, by region, class, social locale, age and gender among other dimensions of variability. Such an approach enables us to admit both the unity and the diversity of imperial culture".

10. Neste caso o termo *koiné* cultural è intendido não como relação e dependência económica: esta visão conduziria a afirmar que situações históricas de crise geravam um efeito domino nas diferentes regiões mediterrânicas (Fabião 1998, 173, vol.II.).

ta neste trabalho. Com este conceito pretende-se evitar a sobrevalorização de um elemento sobre o outro, premiando-se um "equilíbrio" entre os dois protagonistas principais e, ao mesmo tempo, aceitar situações ou atores imperceptíveis, embora determinantes, para o bom êxito da interação.

Este conceito está estritamente ligado aquelas produções chamadas "cerâmicas hispano-romanas" (Bernal Casasola; Ribera I Lacomba, (eds.) 2008 e 2012; *SECAH,* 2013) as quais se afiguram como as diretas testemunhas duma especifica identidade que se veio a criar ao longo do tempo no território em questão. Entre estas, há algumas definidas como "imitações" porque reproduzem formalmente os protótipos forâneos em auge num determinado período (Soria (no prelo); Alves, Mataloto, Soria, (no prelo)): também neste caso devemos intende-las não simplesmente como uns indícios que confirmem a superioridade cultural romana sobre aquela indígena. De facto, a criação duma imitação não implica necessariamente a perda da própria identidade[11] e, por isto, pode ser considerada (sempre a aguardar mais adequadas confirmações sobre o contexto socioeconómico da produção!) como o reflexo duma particular reelaboração cultural. Nesta perspectiva, é muito importante superar o monolítico conceito de "identidade romana"[12], herdado do velho conceito de romanização, através o conceito de "identidade romana fragmentada" (Hingley, 2005, nota 316, cap. III). Assim a cultura romana é modificada e redefinida e, portanto, desconectada de territórios específicos mas ligada a grupos inseridos num amplo contexto social (Hingley, 2005, Ibid., p.53). Se, a título de exemplo, o exército é geralmente considerado como o principal agente de difusão do *modus vivendi* itálico, nesta óptica não podemos não redefinir a sua monolítica caracterização acrescentando que o próprio vinha influenciado, num sentido ou no outro, pelas tradições locais do lugar em que desempenhava voluntariamente ou não prolongadas estadas.

4.3. Romanização para definir um período histórico

Refletindo sobre estas análises ceramológicas, resulta promissor estabelecer (quando em presença de contextos arqueológicos não muito peculiares) o grau de interação entre as componentes indígenas e exógenas sem ter a necessidade de interpretar, por exemplo, a ausência de cerâmica itálica como uma fase de "não romanização"/resistência indígena ou de explicar a forte presença de material itálico como um "forte processo romanizante" ou duma "aculturação" indígena (Berrocal, 1992). Conviria interpretar a presença/ausência dos materiais arqueológicos forâneos afastando-nos da dicotomia "indígena/romano" e dos implícitos critérios de superioridade cultural pondo a tónica nos momentos de interação com o fim de ampliar as margens de interpretação de situações específicas. A arqueologia demonstra o alto grau de variabilidade dos modos de assentamento romano no território português (Fabião, 1998, p.331, vol. I) e é por esta razão que são necessários novas e mais afinadas ferramentas interpretativas.

O processo cultural, definido como "romanização", também é utilizado para determinar a cronologia de sítios (Fabião, 2001b) e áreas geográficas medindo as varias fases com base em "quanto" o elemento indígena tenha sido aculturado pela presença de materiais romanos (Berrocal, 1992, p.119-120). As possibilidades de interpretação do dado arqueológico aumentariam se se adoptasse uma abordagem que não reconheça o elemento indígena como um passivo recetor (nem como uma unidade monolítica!) mas capaz de condicionar e refuncionalizar as influencias culturais externas. As "tensões culturais" que se verificaram nos territórios anexados por Roma (Terrenato, 2005, p.70), e das quais podemos inserir o território peninsular, já não podem ser vistas como "conflito étnico" mas como tensões "entre conservadorismo cultural de pequena escala e *trends* globais, entre poder tradicional e jogos políticos em escala mediterrânica, entre formas habituais de circulação do *surplus* e elementos de economia de mercado" (Terrenato, 2005, p.70 *apud* Buscemi, 2012, p.148). Este ulterior desenvolvimento do debate sobre a romanização tende a "*combining a global framework with sensitivity for the context*" (Terrenato, 2005, p.62) e a olhar com mais atenção os grupos maioritários (que definimos plebe) (Mattingly, 2002), frequentemente subestimados na investigação arqueológica.

4.4. Constranger e permitir

O quadro até aqui esboçado não pode deixar de ter em conta dum importante fator histórico qual a "negociação com as elites locais". Os complexos es-

11. Enzo Lippolis na ponencia da sessão 6 do *CIAC* 2013.

12. É mais útil utilizar o conceito de "identidade romana" quando se tratam assuntos sobre relações de poder (Hingley 2005, 93) do que relações culturais.

tádios deste processo são direta consequência das variabilidade nas formas de resposta e nos compromissos ('*cultural bricolage*') (Terrenato, 1998) entre elites indígenas e Roma, relações que estão na base da sobrevivência e da duração dum sistema de tipo "imperial" romano. Obviamente este processo pode ter tido consequências negativas quais genocídios, deportações, escravatura e exploração das povoações por causa da violenta imposição duma nova ordem político-administrativa, facto que sem duvida teve o seu peso em determinar o processo de expansão territorial romana (Fabião, 1998, p.206, vol. II). Admitindo o grande grau de variabilidade e incertezas que podemos observar na interpretação arqueológica dos eventos sucintamente descritos, parece mais frutífero adotar uma perspectiva que considere a anexão territorial por parte de Roma não só como uma subjugação de várias culturas ou diferentes grupos étnicos (Woolf, 1997, p.341) porque nesta maneira restringimos as interpretações a meras constatações de ordem estratégico-militar. Até à atualidade, parecendo o território português privo de traças macroscópicas de acontecimentos bélicos relevantes (talvez por causa da centenária ação antrópica e natural ou por causa da congénita parcialidade da investigação arqueológica!) não parece fora de lugar ver neste caso um dos efeitos da diplomacia romana[13] concretizada através de tratados e acordos embora não de maneira sistémica e regulamentada. Mas o que por vezes não se consegue identificar por falta de testemunhos escritos e compreender em pleno é a "influencia velada" de Roma em determinar as politicas das varias comunidades e de que maneira estas interagiram na definição duma nova estruturação territorial consoante as vontades mais ou menos assumidas de Roma.

4.5 O estudo e a análise do processo de romanização do território português é fundamental para o desenvolvimento do debate sobre os modos de assentamento romano no Ocidente Peninsular. A perspectiva acima referida ("*unity-in-diversity*") pode converter-se num estímulo a pensar ou repensar este fenómeno que é um ponto nevrálgico para o desenvolvimento de novos conceitos, facto que também conduz a potenciar as metodologias atuais de investigação arqueológica. Uma das necessidades que Fabião advertiu baseia-se na ausência de "uma ampla base empírica" (Fabião, 1998, p.59, vol. I) sobre a qual debater acerca dos modos de assentamento romano no território peninsular. Como foi referido, uma leitura diferente do conceito de romanização permitiria uma abordagem diferente aos dados arqueológicos valorizando elementos subestimados e adotando vários métodos de investigação, quais a arqueologia *stricto sensu*[14], a ceramologia, a análise paisagística, as análises arqueométricas e a análise crítica das fontes históricas. Se a expressão "se encontram as coisas sabendo como e o que procurar" aplica-se perfeitamente a estas considerações, convém, contudo, acrescentar que esta procura deve assentar "numa base teórica solida".

Com este estudo tentamos alertar sobre as possíveis consequências da utilização do conceito de "romanização" e sobre a sua bagagem semântica. Simultaneamente pretendemos propor um contributo ao debate sobre a interpretação dum complexo processo histórico que a escola portuguesa não pode evitar enfrentar.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento vai ao Dr. Carlos Pereira pela revisão do texto e pelas sempre "desafiantes" observações e ao Dr. Stephen A. Collins-Elliott pelas suas sugestões metodológicas. A responsabilidade dos erros ou omissões nas linhas escritas é somente atribuível ao autor.

13. Para maiores detalhes: Claude Eilers (ed.), 2009.

14. O estudo arqueológico deve ser considerado independente daquele histórico e como ferramenta adequada a fornecer (embora auspiciosamente integrado com outras disciplinas!) um quadro que se vem a enriquecer cada vez mais graças a estudos pormenorizados em âmbito local e regional.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de; CARVALHO, Pedro C.; GONÇALVES, Ana (Coord.) (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*, in Studia Lusitania 5.

ALVES, Catarina; MATALOTO, Rui; SORIA, Vincenzo (no prelo) – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no interior Sul do território actualmente português. *II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana* (Braga, de 3 a 6 de abril de 2013).

BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) (2008) – *Cerámicas Hispanorromanas. Un Estado de La Cuestión*. Cádiz: UCA.

BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert (eds.) (2012) – *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionale.* Cádiz: UCA.

BERROCAL RANGEL, Luis (1989-1990) – Cambio cultural y Romanización en el suroeste peninsular, in *Anas*, 2-3, pp. 103-122.

BERROCAL RANGEL, Luis (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste de la península Ibérica*. Madrid: Complutum Extra, 2.

BUSCEMI, Francesca (2012) – Processi di contatto e interazione culturale nel mondo romano. Per un riesame delle posizioni teoriche in *Syndesmoi 3*, pp. 141-151.

CIAC (2013) – XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica – *Centro y periferia en el mundo clásico.* – Merida, Maggio 2013.

EILERS, Claude (ed.) (2009) – *Diplomats and Diplomacy in the Roman World.* Mnemosyne, Supplements 304. Leiden/ Boston: Brill.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. 3 vols. Lisboa. (dissertação de Doutoramento, policopiada).

FABIÃO, Carlos (2001a) – O povoamento do sudoeste peninsular na segunda metade do I Milenio a.C: continuidades e rupturas, in Berrocal-Rangel, L. e Gardes, P., eds, *Entre Celtas e Iberos* , Real Academia de la Historia, Casa Velazquez, Madrid, pp. 227-246.

FABIÃO, Carlos (2001b) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança, in *ERA-arqueologia* n.3, Julho de 2001, pp. 108-131.

GUERRA, Amilcar (2001) – Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: defesa do território e identidade linguística, in *ERA-arqueologia* n.3, Julho de 2001, pp. 150-167.

GUERRA, Amilcar (2005) – As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico, in *Xelb* 6, vol. I, pp. 329-338.

HINGLEY, Richard (2005) – *Globalizing Roman Culture*, Routlegde: London & New York.

KEAY, Simon (2001) – Romanization and the Hispaniae, in Keay, S., N. Terrenato, N. eds, *Italy and the West: Comparative Issues in Romanization* , Oxford: Oxbow Books, pp. 117-144.

KREBS, Christopher (2011) – *A Most Dangerous Book. Tacitus's Germania from the Roman Empire to the Third Reich*, London and New York: W.W. Norton and Company.

MATTINGLY David (2002) – *Vulgar weak "Romanization", or time for paradigm shift?*, in *JRA*, 15, 536-540.

MOMMSEN, Theodor (1886) – *The Provinces of the Roman Empire: From Caesar to Diocletian, Parts 1 and* 2, translated by W. P. Dickson, London: Macmillan and Co.

SECAH (2013) – II Congreso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana *"Las producciones cerámicas de imitación en Hispania"*. Braga, del 3 al 6 de abril de 2013

SORIA, Vincenzo (no prelo) – Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal. *VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular* (Villafranca de los Barros- Badajoz, 4 -6 Octubre de 2012).

TERRENATO, Nicola (1998) – The romanization of Italy: global acculturation or cultural bricolage?, in Forcey C., Hawthorne J., Witcher R., eds., *Theoretical Roman Archaeological Conference*, 97, Oxford, pp. 20-27.

TERRENATO, Nicola (2005) – The deceptive archetype. Roman colonialism and post-colonial thought, in Hurst H., Owen S., eds., *Ancient colonization. Analogy, Similarity and Difference*, London- Duckworth, pp. 59-72.

WOOLF, Greg (1992) – The unity and diversity of Romanisation, in *Journal of Roman Archaeology*, 5, pp. 349-52.

WOOLF, Greg (1997) – Beyond Romans and Natives, in *World Archaeology* 28, n. 3, pp. 339-350.

A CERÂMICA CAMPANIENSE PROVENIENTE DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA CIDADE DE LISBOA. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR

Vanessa Dias / vsitimadias@gmail.com

RESUMO:
É intenção da signatária apresentar os vários conjuntos de cerâmica campaniense recolhidos em contexto de arqueologia urbana de diversos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa: Praça da Figueira, Palácio dos Condes de Penafiel, Zara, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Teatro Romano de Lisboa.
O estudo dos exemplares deste tipo cerâmico torna-se bastante importante, pois estes integram, em parte, o período da romanização deste núcleo indígena no extremo ocidente da Península Ibérica.
Assim, os fragmentos de cerâmica de verniz negro de época romana aqui representados ilustram momentos importantes da chegada do exército romano, da sua instalação e consequentemente da alteração dos padrões de consumo na actual Lisboa entre meados da segunda metade do século II a.C. e finais do I a.C.

ABSTRACT:
It is the intention of the author to present multiple sets of campanian ceramic collected in the context of urban archeology of several archaeological sites of Lisbon Praça da Figueira, Palácio dos Condes de Penafiel, Zara, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Teatro Romano de Lisboa.
The study of the specimens of such ceramic becomes quite important because they integrate, in part, the Romanization period of this indigenous centre in the far west of the Iberian Peninsula.
So, the fragments of this roman black gloss pottery represented here, illustrate important moments of the arrival of the Roman army, its installation and consequently the change of consumption patterns in Lisbon between middle of the second half of the second century BC and the end of the first BC.

INTRODUÇÃO

Entender e estudar as dinâmicas de ocupação antiga de uma cidade como Lisboa não resulta fácil. Vários são os factores que dificultam a compreensão da história tão recuada deste núcleo urbano em constante remodelação: os factores naturais e antrópicos que levaram às alterações do território que esta região ocupa, as próprias dinâmicas de instalação, construção e reconstrução da malha urbana, a dificuldade que a arqueologia em meio urbano encontra, pois os dados obtidos tendem a resultar sempre de intervenções de salvaguarda levadas a cabo por diversas entidades, com todos os seus condicionantes.
Resulta difícil ao arqueólogo a colagem de todos os fragmentos arqueológicos que surgem aleatoriamente pelas várias áreas do centro histórico da antiga *Olisipo*. Acrescente-se que no caso deste estudo e no que à época romana diz respeito, torna-se necessária uma leitura completa de todos os dados existentes sobre a ocupação da cidade. O manancial e o potencial do "documento cerâmico" é grande, e é a partir da sua análise qualitativa e quantitativa que vamos acrescentando conhecimento sobre os modos de vida e de morte desde a chegada do exército romano à desagregação do império neste polo criado no extremo da Península Ibérica.
O conhecimento que podemos retirar das produções de verniz negro romanas descobertas nos vários sítios arqueológicos intervencionados nas últimas décadas na cidade de Lisboa é essencial para compreendermos não só a cronologia da chegada

do exército romano ao vale do Tejo, mas também a lógica de ocupação do território e os ritmos de consumo a partir da segunda metade do século II a.C. e o terceiro quartel do século I a.C.
Estão aqui em análise os fragmentos de cerâmica campaniense exumados nas intervenções de 1999--2001 da Praça da Figueira, de 1994 do Palácio dos Condes de Penafiel, de 2000 da Zara, das várias intervenções realizadas entre 1991 e 1995 no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e de 2005, 2006 e 2011 do Teatro Romano de Lisboa.

1. OS CONJUNTOS DE CERÂMICA CAMPANIENSE

1.1. Praça da Figueira

Nas intervenções realizadas na Praça da Figueira entre 1999 e 2001 (Silva, 2009), recolheram-se oito fragmentos de cerâmica romana de verniz negro: um de campaniense B Etrusca, dois do tipo A e cinco de fabrico caleno.
Apenas três são passíveis de identificar formalmente (fig. 1). O n.º 1 é um fragmento de uma pátera 7 de Lamboglia (2270 de Morel) em cerâmica campaniense A atribuível a uma fase de produção tardia, o n.º 2 pertence a uma forma 31 de Lamboglia (2960 de Morel) e o n.º 3 faria parte de um pé da forma 2 de Lamboglia (1222 de Morel), ambos em cerâmica campaniense B de Cales, enquadráveis entre 100 a.C. a 20 a.C.
A presença maioritária das produções calenas em detrimento dos fragmentos do tipo A e B Etrusco pode evidenciar uma cronologia de ocupação tardia, uma hipótese difícil de confirmar, uma vez que todos estes elementos se encontram em deposição secundária.
De acordo com esta datação estão os contextos atribuídos à 1.ª fase de ocupação detectada nas escavações modernas da Praça da Figueira, onde dois fragmentos de campaniense e uma parede de ânfora do tipo Dressel 1 permitem um enquadramento cronológico de meados do século I a.C., confluente com o momento de assoreamento do esteio do Tejo que por ali passava desde épocas recuadas (Silva, 2009, p. 104).

1.2. Palácio dos Condes de Penafiel

Das escavações arqueológicas efectuadas no Palácio dos Condes de Penafiel provêm quatro fragmentos de campaniense: dois de cerâmica campaniense do tipo B de Cales, um do tipo A e um do tipo B Etrusco. Apenas conseguimos classificar formalmente dois exemplares, o nº 4 é um fabrico caleno na forma 3 de Lamboglia (7557 de Morel) e o nº 5 é um fragmento da forma 4 de Lamboglia (1413-1414 de Morel) de cerâmica campaniense B, com engobe apenas no exterior (fig. 2).
Ambos os fragmentos se enquadram entre a segunda metade do século II a.C. e o terceiro quartel do século I a.C., muito provavelmente, representativos de uma realidade pré-existente e anterior à construção das "Termas dos Cássios".

1.3. Zara

Exumaram-se nove fragmentos de cerâmica campaniense nas intervenções da ERA – Arqueologia na loja Zara sita na Rua Augusta. A maioria, sete, são do tipo B de Cales, e dois foram produzidos em cerâmica campaniense de pasta cinzenta. Foi possível classificar formalmente quatro fragmentos: um bordo da forma 7 de Lamboglia (2270 de Morel) (n.º 6), um bordo da forma 31 de Lamboglia (2960 de Morel), n.º 7 e um fundo da forma 1 de Lamboglia (2322-2323 de Morel), n.º 8, com dois círculos concêntricos impressos no fundo interno, produzidos em cerâmica campaniense do tipo B de Cales. O n.º 9, uma produção em cerâmica campaniense de pasta cinzenta, parece corresponder à forma 3121/3122 de Morel. (fig. 3)
Todos estes fragmentos foram encontrados em contextos de deposição secundária, níveis de areia correspondentes à colmatação do esteio que na antiguidade por ali passava para desembocar no Tejo, sendo que apenas a UE[126] nos consegue fornecer algumas pistas quanto à cronologia precisa destes materiais (Jorge, Ferreira & Ramos, 2000).
Esta unidade formou-se a partir do transporte de sedimentos e posteriormente sobre ela foi construída uma estrutura de função desconhecida datada de época Flávia (Jorge, Ferreira & Ramos, 2000, p. 95).
No caso das cerâmicas campanienses exumadas nesta e noutras unidades, o conjunto corrobora com níveis de ocupação republicana tardios. Ressalve-se a inexistência dos fabricos da Câmpania Meridional, estando o tipo B de Cales em clara maioria e representado por formas da sua fase tardia, como é o caso do prato 7 de Lamboglia e da taça 1 de Lamboglia, assim como a presença dos fragmentos de pasta cinzenta, muito provavelmente provenientes do Guadalquivir, produzidos já durante o século I a.C.
Além do verniz negro, aparecem outros fabricos atribuíveis à república, como é o caso dos recipien-

tes ânfóricos do tipo Haltern 70 e Dressel 7B da Bética, produções já da segunda metade a finais do século I a.C. (Jorge, Ferreira & Ramos, 2000, p. 76, 83).

1.4. O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros

Durante as intervenções arqueológicas realizadas nas instalações do Banco Comercial Português (Milenium BCP/actual NARC), entre 1991 e 1995 (Bugalhão, 2001) exumaram-se 13 fragmentos de cerâmica campaniense.

A grande maioria provem do Sector 1NE de níveis constituídos por areias (praia) anteriores à construção da via romana e que se formaram naturalmente, através do transporte de sedimentos, sobre os contextos de Idade do Ferro, modificando/estreitanto o esteio de água que desembocava no Tejo e aumentando a área de praia que aí se desenvolvia (Bugalhão, 2001; Bugalhão *et alia*, no prelo, p. 246 e 247).

Dos Sectores 3SE e 3NE provêm apenas três fragmentos dos mesmos níveis de praia fluvial onde em finais do século I a.C. se vieram implantar as primeiras sepulturas da necrópole (Bugalhão, 2001; Bugalhão *et alia*, no prelo).

A cerâmica campaniense dos tipos A e B Etrusca encontram-se totalmente ausentes, estando as produções calenas em maioria, com nove fragmentos, seguida das produções de pasta cinzenta. (fig. 4)

Ao nível formal, foi-nos possível classificar onze fragmentos. No conjunto, predominam as formas 5/7 e 7 de Lamboglia (2250 e 2270 de Morel) (n.º 10, 11 e 13) de fabrico caleno e de pasta cinzenta (n.º 12), seguidas de duas taças da forma 31 de Lamboglia (2960 de Morel) de pasta cinzenta, existindo, ainda, um exemplar da forma 27 de Lamboglia (2820 de Morel) em cerâmica campaniense do tipo B de Cales. De referir que de entre os exemplares de verniz negro de pasta cinzenta se distinguem dois fabricos através das características das pastas. O exemplar n.º 12 apresenta uma pasta cinzenta escura depurada, com poucos minerais brancos e um engobe negro acetinado e homogéneo nos dois lados da peça. Os exemplares 14 e 15 correspondem a fabricos de pasta cinzenta clara, porosa, com muitas partículas de mica, pequenos nódulos de argila e engobe descascado.

Apesar destes materiais não pertencerem a um contexto específico, integrando um grande nível de areal juntamente com espólio mais antigo, as características formais deste conjunto balizam a sua presença no sítio entre o terceiro e o último quartéis do século I a.C. Contribuem para esta datação a ausência dos fabricos de cerâmica campaniense do tipo A e a predominância das produções calenas tardias, como é o caso dos pratos 5 e 7 de Lamboglia (n.º 10 e 16), acompanhadas pelos fabricos de pasta cinzenta do Guadalquivir produzidos até épocas bastante tardias do século I a.C.

Os recipientes ânforicos, também, retirados destes níveis, correspondem em grande parte a produções contemporâneas das cerâmicas campanienses. Surgem vários fragmentos de ânforas do tipo Dressel 1A, Maña C2, Maña Pascual A4 e Haltern 70 Lusitanas produzidas na bacia do Tejo, cuja cronologia de produção é congruente com a ocupação do espaço durante a república (Sabrosa & Bugalhão, 2004; Dias *et alia*, 2012; Bugalhão *et alia*, no prelo, p. 267). Á semelhança do que acontece nos contextos do Castelo de São Jorge estudados por João Pimenta (2005) e nos contextos antigos do Teatro Romano de Lisboa (Filipe, 2008).

Este conjunto sugere a ocupação desta área e/ou das suas proximidades desde a segunda metade do século I a.C., que depois encontra continuidade na ocupação do espaço enquanto necrópole (sectores 3SE e 3NE), no último quartel deste século e na construção de uma via romana próxima dos complexos industriais de preparados piscícolas (sector 1NE).

1.5. O Teatro Romano de Lisboa

O conjunto de Cerâmica Campaniense que aqui se apresenta é proveniente das sondagens arqueológicas realizadas em 2005, 2006 e 2011 no pátio do n.º 3 da Rua de São Mamede, área sul anexa ao Teatro, mais concretamente no seu *postcaenium* (Fernandes, 2009, p. 5; Fernandes & Filipe, 2007, p. 229).

Foram exumados 37 fragmentos de cerâmica romana de verniz negro nos níveis de aterro e nivelamento anteriores à fundação do edifício do Teatro, que sabemos ser de meados do século I d.C. (Fernandes & Caessa, 2006-2007) (fig. 5). Dominam as produções calenas com 22 exemplares, seguidas das campaniense do tipo A, 11 fragmentos, estão, também presentes um exemplar de B Etrusca e três de pasta cinzenta. Foi possível classificar formalmente 21 fragmentos, sendo que as formas mais representadas são os pratos 5 e 7 de Lamboglia (2250 e 2270 de Morel) (nº 17, produção calena), 11 fragmentos que representam 29,73% da amostra total, seguidos das formas 1 de Lamboglia (nº22, pasta cinzenta) (2322-2323 de Morel), em menor quantidade estão também presentes as formas 25 (nº 20, produção calena), 27c (nº19, tipo A), 31 (nº

18, tipo A) e 36 de Lamboglia (nº 21, tipo B Etrusco) (2780, 2820, 2960 e 1312 de Morel).
É neste conjunto que nos surge um maior número de decorações, nomeadamente os círculos concêntricos e a decoração a guilhoché fino incisos no fundo das peças, as bandas brancas pintadas no interior das formas 31 de Lamboglia em Campaniense A e as caneluras nos bordos externos da taça 1 de Lamboglia.
A cerâmica campaniense exumada nestas unidades de aterro identificadas na encosta do Castelo insere-se cronologicamente entre segunda metade do século II a.C. e meados da segunda metade do século I a.C., fase final da sua difusão no Mediterrâneo.
No que respeita aos recipientes ânfóricos, nesta época predominam os fabricos da Península Itálica e da Baía Gaditana, nomeadamente os contentores Greco-Itálicos tardios, Dressel 1 de transição e Maña C2b (Filipe, 2008, p. 109 e 110), concordantes com a cronologia apontada para a cerâmica de verniz negro.
Pretende-se desenvolver uma análise mais pormenorizada sobre este conjunto em estudos futuros.

1.6. Outros

Existem, ainda, publicados ou não, outros sítios onde se exumaram fragmentos de cerâmica campaniense que importa referir e que em estudos futuros nos trarão novos dados sobre a ocupação republicana de Lisboa.
O sítio de São João da Praça localiza-se na encosta oriental do Castelo e foi algo de intervenção em 2001, esta dirigida por Manuela Leitão (Pimenta, Calado & Leitão, 2005, p. 314). Neste sítio exumou-se um contexto de abandono contendo um fragmento de Dressel Itálica e um fragmento inclassificável de cerâmica campaniense do tipo A, datado de meados da segunda metade do século II a.C. (Pimenta, Calado & Leitão, 2005, p. 320). Identificou-se, também, um fragmento de fundo do tipo B de Cales em níveis de deposição secundária atribuíveis ao final do século II a.C., inícios do I a.C. (Pimenta, Calado & Leitão, 2005, p. 321, Fig. 10).
Na Casa dos Bicos, durante as intervenções da década de oitenta identificou-se um fragmento de uma taça de asa bífida de cerâmica campaniense do tipo B Etrusco da forma Pasquinucci 127, produzida entre 100 e 25 a.C. (Amaro, 2000, p.14), forma bastante rara nos contextos do território actualmente português. Nestes mesmos níveis encontrou-se, também, um fragmento de uma taça de produção de pasta cinzenta que possui afinidades com a forma 2 de Lamboglia (Amaro, 2000, p.44, peça nº4).
No que diz respeito à área do Castelo de São Jorge (topo e encostas), conhecem-se inúmeros sítios onde foram intervencionados contextos datados da primeira fase de ocupação romana, a grande maioria inserido no projecto de estudo das ocupações antigas do Castelo dirigido pelas arqueólogas da DGPC, Ana Gomes e Alexandra Gaspar.
Alguns materiais resultantes desse projecto foram alvo de estudo por João Pimenta na sua tese de mestrado (Pimenta, 2005), nomeadamente, os contentores ânfóricos. Aí, o autor apresenta-nos oito fragmentos de cerâmica campaniense, seis do tipo A, onde predominam as formas 6 e 31 de Lamboglia, um do tipo B etrusco, e uma forma 5 de Lamboglia do "círculo da B, associados a fragmentos de ânfora dos tipos Greco-Itálico, Dressel 1 Itálico, Maña C2b, Tripolitana antiga e classe 9.1.1.1. Estes contextos permitem estabelecer uma cronologia de ocupação do Castelo em época republicana entre 140 e 130 a.C. (Pimenta, 2005, p. 31 a 45).
No início de 2011 contextos semelhantes foram escavados nos nºs 31-35 da Rua do Espírito Santo (Filipe *et alia*, 2013). Aí escavaram-se várias unidades de aterro do período romano republicano, cuja cronologia é semelhante à das outras áreas escavadas no Castelo, meados da segunda metade do século II a.C. Juntamente com os fragmentos de cerâmica campaniense dos tipos A e B, encontraram-se exemplares de ânforas Greco-Itálicas, Dressel 1, Maña C2b e T-9.1.1.1. (Filipe, 2013, p. 8).
Contextos semelhantes foram alvo de intervenção recentemente no Beco do Morro do Castelo, nº16-20. Aqui surgiram níveis de ocupação republicana com diversos materiais em bom estado de conservação, incluindo um grande conjunto de cerâmica campaniense. Estes materiais encontram-se em estudo pelos responsáveis da intervenção arqueológica.
A Era-Arqueologia procedeu a uma acção de salvamento na Rua do Recolhimento onde, também, se exumaram alguns fragmentos de campaniense.
Finalmente, próximo da área do Teatro Romano, já nos limites da encosta do Castelo, no Claustro da Sé foram identificados, durante as intervenções dos anos 90, contextos que se inserem no momento de romanização de *Olisipo*.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS. EM TORNO DA CERÂMICA CAMPANIENSE DE LISBOA

O estudo deste conjunto conduz-nos a várias questões relacionadas com as dinâmicas de instalação, ocupação do espaço e economia antigas que importa realçar. Ao analisar estes dados temos de ter em consideração, primeiro, que o conjunto desta classe de cerâmica fina representa um pequeno grupo face ao que seria o valor real da chegada dos produtos itálicos ao vale do Tejo no período referido e, também, que o reforço do que aqui é escrito depende de um estudo de maior envergadura sobre o tema.

A figura 6 representa o mapa da cidade de Lisboa com a configuração topográfica que teria há dois mil anos atrás (Pimenta, Calado e Leitão, 2007), aí estão assinalados os sítios que foram abordados neste estudo e onde surgiram fragmentos de cerâmica campaniense. Confrontando o mapa com os dados que retiramos da análise da cerâmica de verniz negro conseguimos reconstituir, com as devidas ressalvas, o que pode ter sido o padrão de instalação dos contingentes itálicos que em meados do século II a.C. iniciaram o seu domínio sobre o extremo ocidente.

Conforme demonstram os contextos arqueológicos dos sítios do Castelo, é no seu topo que se encontram os exemplares de cerâmica campaniense mais antigos, cerca de 140 a.C. a 130 a.C. (Pimenta, 2005). Este facto relaciona-se com a geografia das ocupações militares romanas, com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, a conquista do núcleo indígena de Olisipo que se situaria no topo do Castelo, e a consequente instalação das tropas e dos primeiros "colonos" itálicos.

Verificamos que num primeiro momento os vernizes negros chegam pelas mãos dos militares e que pouco depois se tornam usuais nos contextos domésticos romanizados. Dominam os fabricos em cerâmica campaniense do tipo A, estando as produções da Etrúria e de Cales em minoria e as pastas cinzentas totalmente ausentes, a par com contentores anfóricos produzidos e difundidos na mesma época, o caso das Tripolitana Antiga, T-9.1.1.1, Greco-Itálicas, Dressel 1 Itálicas e Maña C2b (Pimenta, 2005; Filipe, 2013).

No entanto, no que diz respeito aos contextos tardo-republicanos, estes são mais evidentes nas áreas de encosta e no sopé do Castelo. Observamos essa realidade através dos materiais do Teatro Romano de Lisboa, onde apesar de surgirem vários exemplares do tipo A, as produções de Cales já se encontram em maioria, tal como nos aparecem alguns fragmentos de cerâmica campaniense de pasta cinzenta. Os recipientes ânfóricos acompanham essa tendência (Filipe, 2008).

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, o Palácio de Penafiel e a Zara, localizados no sopé do Castelo e junto ao antigo braço de água que desaguava no Tejo fornecem-nos datações mais tardias, balizadas em meados da segunda metade do século I a.C., o que aponta para uma deslocação da ocupação de *Olisipo* para as zonas baixas e próximas da costa ainda em época "pré-industrial" e que ganha folego no período dos Flávios. Nestes sítios encontramos apenas fragmentos pertencentes a peças de cerâmica campaniense B de Cales e de pasta cinzenta, alguns deles correspondendo a formas de produção tardia.

Devemos ter em atenção que o espólio aqui tratado surge-nos em deposições secundárias, unidades de aterro ou sedimentação, logo torna-se difícil atribuir cronologias mais precisas. Observamos a existência de uma dinâmica na ocupação do território, num primeiro momento, esta centra-se no topo da área do Castelo de São Jorge, expandindo-se ao longo do século I a.C. pela sua encosta e nas zonas costeiras, muito provavelmente aproveitando os recursos desta cidade portuária.

AGRADECIMENTOS

Drª. Jacinta Bugalhão, Drª Lídia Fernandes e Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva.

BIBLIOGRAFIA

ADROHER AUROUX, A. M. e LÓPEZ MARCOS, A. (1996) – Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica*. Granada: Universidad de Granada. Nº7. P. 11 a 37.

ADROHER AUROUX, A. M. e LÓPEZ MARCOS, A. (2000) – Contextos de barniz negro en la Alta Andalucia entre los siglos II y I a.C. In AQUILUÉ ABADÍAS, X; GARCÍA ROSELLÓ, J; GUITART DURÁN, J coords. (2000) – *La cerámica de vernis negre dels segles II i I a.C.. Centre productors mediterranis e comercilización á la Península Ibérica. Taula Redona* (Empúries, 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Universitat Autónoma de Barcelona, p. 149-176.

AMARO, Clementino, ed. (1995) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.

AMARO, Clementino (2000) – Percurso Arqueológico através da Casa dos Bicos. In AMARAL, Mª Conceição; MI-

RANDA, Tiago (coords) (2000) – *De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissão Nacional Para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. 72p.

AQUILUÉ ABADÍAS, X; GARCÍA ROSELLÓ, J; GUITART DURÁN, J coords. (2000) – La cerámica de vernis negre dels segles II i I a.C.. Centre productors mediterranis e comercilització á la Península Ibérica. Taula Redona (Empúries, 1998). Mataró: Museu de Mataró/Universitat Autónoma de Barcelona.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 15).

BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; DUARTE, Cidália (no prelo) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16. Lisboa: DGPC.

DIAS, Mª Isabel; TRINDADE, Mª; FABIÃO, Carlos; SABROSA, Armando; BUGALHÃO, Jacinta; RAPOSO, Jorge; GUERRA, Amílcar; DUARTE; Ana Luisa; PRUDÊNCIO, Mª (2012) – Arqueometria e o estudo das ânforas lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de centros produtores do Tejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 19. Oeiras: Câmara Municipal. p. 57 a 70.

FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006-2007) – O *proscaenium* do teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Revista Arqueologia e História*. nº 58/59. Lisboa: AAP. p. 83-102

FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor (2007) – Cerâmicas de Engobe Vermelho Pompeiano do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 10. Número 2. Lisboa: DGPC. P. 229 a 253.

FERNANDES, Lídia (2009) – *Intervenção arqueológica no Teatro Romano de Lisboa. Campanhas arqueológicas de 2005 e 2006*. Relatório de progresso [não publicado].

FILIPE, Victor (2008) – *As Ânforas do Teatro Romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].

FILIPE, Victor; CALADO, Marco; FIGUEIREDO, Margarida; CASTRO, Anabela (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan Online*. Nº17. Tomo II. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 6 a 12.

JORGE, Ana Sofia; FERREIRA, Mª Mulize; RAMOS, Rita (2000) – Intervenção preventiva do edifício da Zara na Rua Augusta (75 e 61-69), Lisboa. Relatório de escavação [não publicado].

LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una classificazione preliminare de la ceramica campana. In *I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera: Instituto Internazionale di Studi Liguri, p. 139-206.

LAMBOGLIA, N. (1958) – Lo studio della ceramica campana. *Rivista di Studi Liguri*. Bordighera. 24:1-2, p. 187.

MARÍN JORDÁ, C; RIBERA I LACOMBA, A (2001) – Las ceramicas de barniz negro de Cales en Hispania (y las Galias). in PEDRONI, Luigi dir. (2001) – *Ceramica Calena a vernice nera*. Prudozioni idiffusioni. Cittá di Castello: Pedruzzi editore. P. 246 a 295.

MOREL, J.-P. (1978) – A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne. *Archéologie en Languedoc*. LOCAL. 1.p. 149-168.

MOREL, J-P (1980) – La céramique campanienne: acquis et problémes. In

MOREL, J.-P. (1981) – *La Céramique Campanienne. Les Formes*. Bibl. Ec. Fr. d'Athènes et Rome. 2 vols. Roma.

MOREL, J-P; PICON, M (1994) – Les céramiques étrusco--campaniennes; recherches en laboratoire. In-OLCESE, G dir. (1994) - Ceramica *romana e archeometria : lo stato degli studi*. Florence: Atti delle giornate internazionali di studio (Castello di Montegufoni, 1993). p.23-46.

PEDRONI, Luigi (1986) – *Ceramica a vernice nera da Cales*. Nápoles: Liguori. 408p.

PEDRONI, Luigi (1990) – *Ceramica a vernice nera da Cales II*. Nápoles: Liguori. 296p.

PEDRONI, Luigi dir. (2001) – *Ceramica Calena a vernice nera*. Prudozioni i diffusioni. Cittá di Castello: Pedruzzi editore.

PÉREZ BALLESTER, J. (2009) – La cerâmica de barniz negro. In BERNAL CASASOLA, D; RIBERA I LACOMBA, A. Coords. (2009) – *Ceramicas Hispanorromanas. Un estado de la question*. (Actas do XXVI Congreso Internacional de la Associación Rei Cretariae Romanae Fautores). Universidade de Cádiz. p. 263 a 275.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos em Arqueologia 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 163p.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 313 a 334.

PY, M. dir. (1993) – Lattara 6, Dicocer: dictionnaire des céramiques antiques (VIIème s. av. n. è. - VIIème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan). France: Edition de l'Association pour la recherche archéologique en Languedoc oriental.

SABROSA, Armando; BUGALHÃO, Jacinta (2004) – As ânforas béticas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Cor-

reeiros, Lisboa. In: *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, Universidade de Cádis, Noviembre 2003. BAR – International Serie 1266. Oxford, p. 571-586.

SILVA, Rodrigo Banha da (2009) – Arqueologia Viária Romana Em Lisboa: A I.A.U. Da Praça Da Figueira. *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*. p. 98 a 116.

RIBERA I LACOMBA, A.; CALVO GALVEZ, M. (1995) – La primera evidencia arqueológica de la destrucción de Valentia por Pompeyo. *Journal of Roman Archaeology 8*. E.U.A: Ann Arbor. P. 19 a 40.

RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) (2013) – *Manual de Cerámica romana del Mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Museu Arqueológico Regional. 500p.

VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (1985) – La cerámica campaniense "C" y pseudocampaniense de pasta gris en la Provincia de Sevilla. *Lucentum*. Alicante. 4. p. 125-132.

VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (2000) – La ceràmica de barniz negro de los siglos II – I a.C. en Andalucía Occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X; GARCÍA ROSELLÓ, J; GUITART DURÁN, J coords. (2000) – *La cerámica de vernis negre dels segles II i I a.C.. Centre productors mediterranis e comercialització á la Península Ibérica. Taula Redona* (Empúries, 1998). Mataró: Museu de Mataró/Universitat Autónoma de Barcelona. p. 177-215.

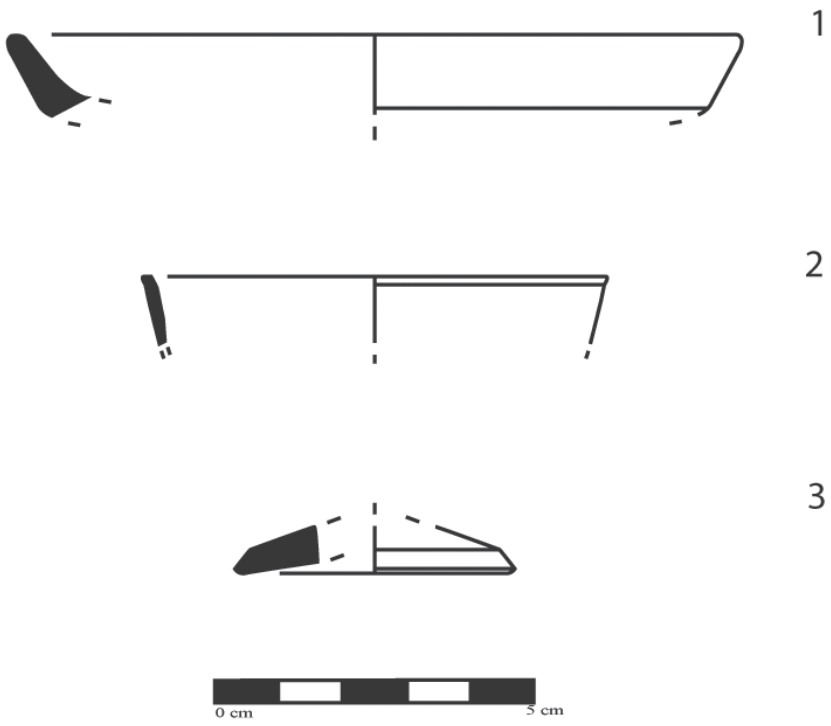


Figura 1 – Cerâmica Campaniense da Praça da Figueira. (autoria: Vanessa Dias)

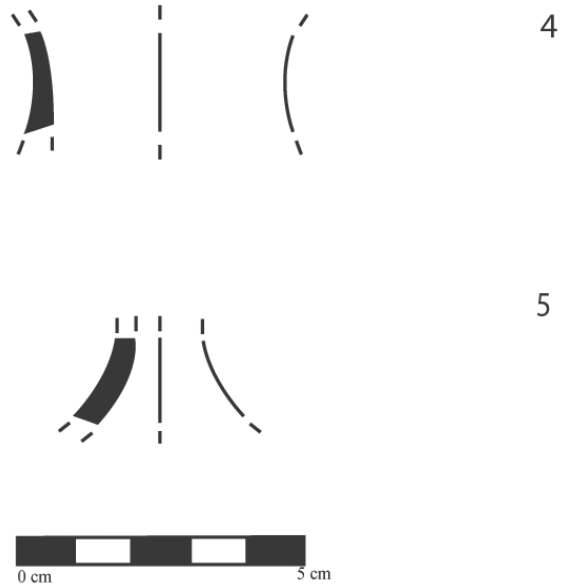


Figura 2 – Cerâmica Campaniense do Palácio dos Condes de Penafiel. (autoria: Vanessa Dias)

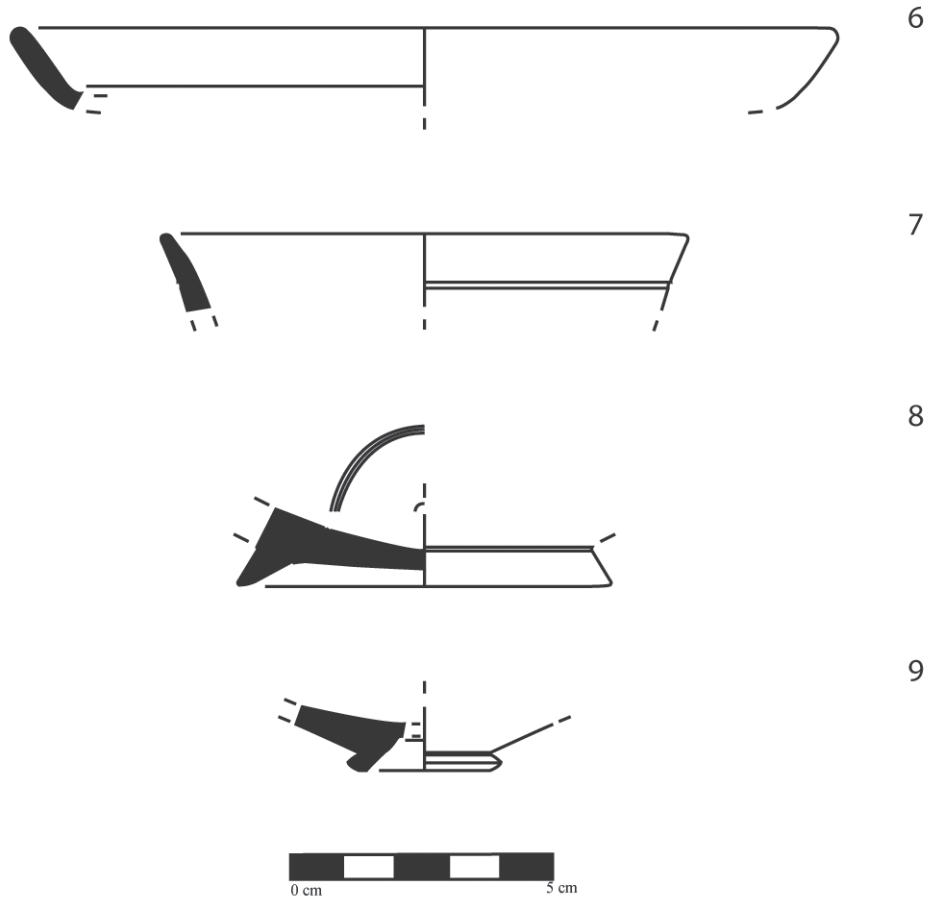


Figura 3 – Cerâmica Campaniense da Zara. (autoria: Vanessa Dias)

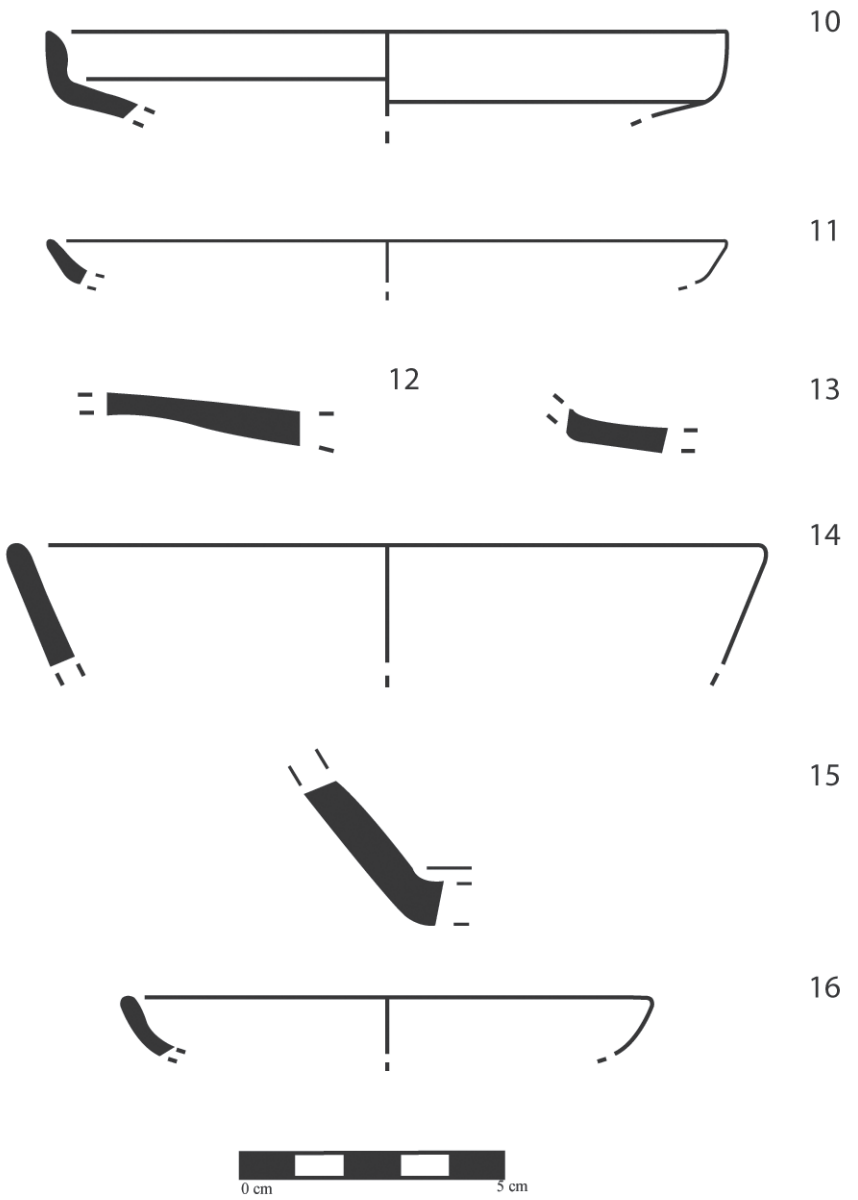


Figura 4 – Cerâmica Campaniense do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. (autoria: Vanessa Dias)

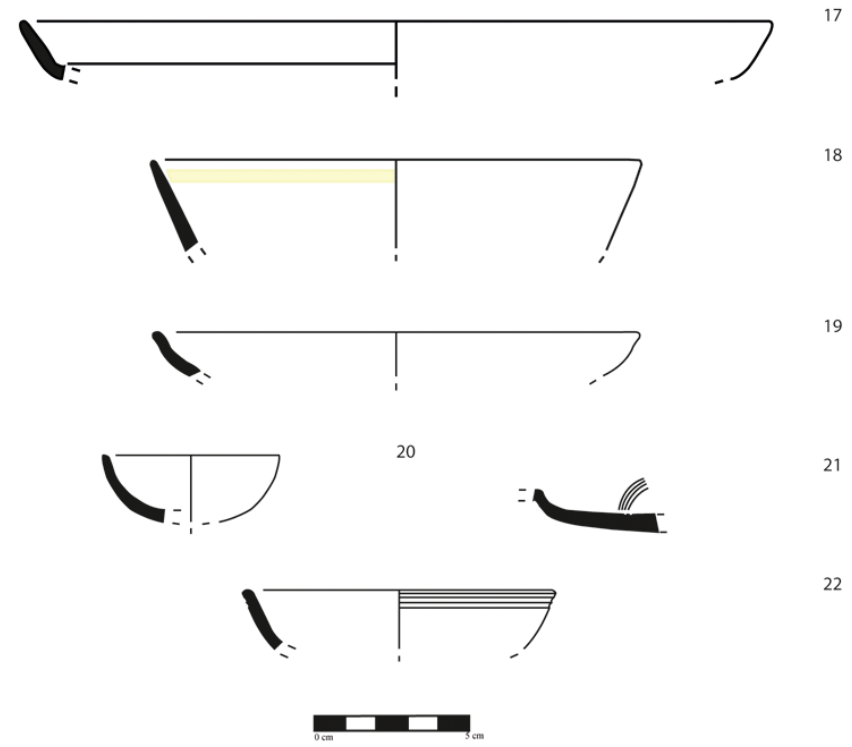


Figura 5 –Cerâmica Campaniense do Teatro Romano de Lisboa (Rua de São Mamede). (autoria: Vanessa Dias)

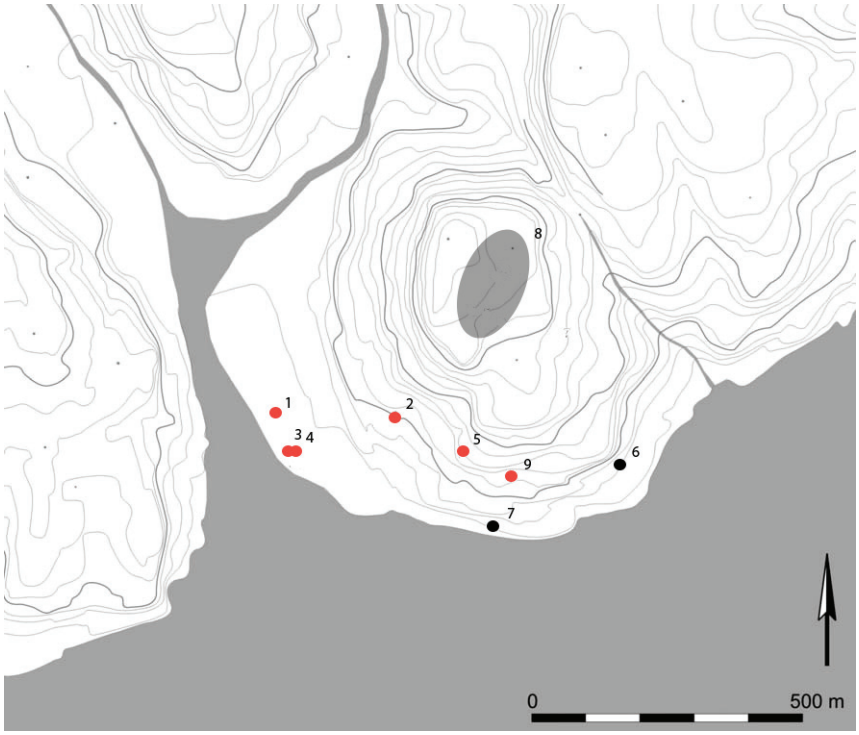


Figura 6 –Mapa dos sítios arqueológicos com cerâmica campaniense. (Pimenta, Calado e Leitão, 2007, adaptado).

1 – Praça da Figueira. 2 – Palácio Condes de Penafiel, 3 – Zara, 4 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, 5 – Teatro Romano de Lisboa, 6 – Rua São João da Praça, 7 – Casa dos Bicos, 8 – Núcleo do Castelo, 9 – Sé.

ÂNFORAS ROMANAS DE ÉPOCA IMPERIAL DE MONTE MOLIÃO (LAGOS): AS DRESSEL 20

Catarina Viegas / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / c.viegas@fl.ul.pt
Ana Margarida Arruda / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / a.m.arruda@fl.ul.pt

RESUMO

As ânforas Dressel 20 recolhidas em Monte Molião são numerosas, variando tipologicamente de acordo com a própria cronologia de ocupação do sítio (séculos I e II). Estão presentes quer as de tamanho normalizado quer as *parvae*. Se bem que muitas delas tenham sido encontradas em níveis de deposição secundários, um grupo considerável foi recuperado num contexto homogéneo, o que permitiu um estudo integrado, também no que se refere à sua própria utilização, bem como à do produto que transportaram, uma vez que esse contexto está associado a uma unidade doméstica de produção de preparados de peixe.

ABSTRACT

The Dressel 20 amphorae found at Monte Molião are numerous, varying typologically according to the roman chronology of site (1st and 2nd centuries AD). Are present in the standard size and in the *parva* variant. Many of them have been found in revolved levels, but a considerable group was recovered in a homogeneous context, which allowed an integrated analysis, considered its use and re-use, considering this context is directly linked to a domestic unit of fish sauce production.

1. INTRODUÇÃO: LOCALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO

As escavações arqueológicas efectuadas em Monte Molião (Lagos) entre 2006 e 2011 decorreram no quadro de um protocolo que a Câmara Municipal de Lagos, a Faculdade de Letras de Lisboa e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) assinaram com vista ao estudo daquele sítio localizado no litoral ocidental do Algarve (Figura 1.1). Os trabalhos de campo permitiram recolher um abundante conjunto de dados sobre as suas ocupações antigas, que está consubstanciado em estruturas e materiais cronologicamente balizados entre o século IV a.n.e. e a 2ª metade do século II (Arruda, Sousa, Bargão e Lourenço, 2008; Arruda e Pereira, 2010; Arruda, Sousa e Lourenço, 2010; Arruda, Viegas e Bargão, 2010; Arruda e Sousa, 2012). Mais tarde, no finais do século IV/inícios do V, o sítio volta a ser visitado, ainda que os vestígios materiais desse momento sejam diminutos, sobretudo se os compararmos com os anteriores, não sendo visíveis quaisquer construções, o que evidencia uma ocupação consideravelmente ténue (Arruda, Viegas e Bargão, 2010).

2. AS ÂNFORAS ROMANAS DE MONTE MOLIÃO

2.1. O conjunto

As ânforas de Monte Molião totalizam 1136 indivíduos, das quais 400 são datadas do Alto Império, integrando-se duas em momentos tardios da ocupação romana, século IV/V.

São diversificadas quanto à origem, mas a Bética constitui-se como o centro abastecedor por excelência, sobretudo no alto império (94,5%), ainda que outras áreas também tenham contribuído para o provimento de produtos alimentares a Monte Molião, concretamente o Norte de África (0,27%), a Gália (3,25%) e mesmo a Lusitânia (1,90%) (Figura 2.1).

No que diz respeito às importações da província senatorial, deve ainda dizer-se que estas são oriundas quer da área costeira (sobretudo baía de Cádis) quer dos vales do Guadalquivir e do Genil. Neste último

caso, e para além das ânforas (Haltern 70 e Dressel 20) outros recipientes também chegaram a Monte Molião, nomeadamente os alguidares e os *dolia*.
Neste trabalho, optámos por tratar apenas um único tipo anfórico com origem no vale do Guadalquivir/ Genil – a Dressel 20, uma vez que a natureza diversificada da totalidade do conjunto anfórico, quer no que se refere às áreas exportadoras quer quanto à cronologia, levanta problemáticas excessivamente vastas, cuja discussão merece um espaço que não é compatível com o que foi disponibilizado para este trabalho. Por outro lado, um número muito significativo destes contentores béticos foi recolhido num único contexto muito homogéneo, e ao qual pode ser atribuída uma cronologia segura, bem como uma funcionalidade específica, que importa analisar numa óptica muito concreta. Trata-se, neste caso concreto, dos Compartimentos 5 e 6, cujo desabamento das suas paredes "enterrou" espólios, que surgem cobertos pelas camadas de derrubes, e onde se identificaram dois tanques destinados a preparação de produtos piscícolas (Figuras 1, 2 e 3).

2.2. As ânforas Dressel 20 de Monte Molião

Em Monte Molião, as ânforas de tipo Dressel 20 assumem um particular destaque, quer quando comparadas com as restantes recuperadas no sítio, inclusivamente no conjunto das importações do Guadalquivir, concretamente frente às Haltern 70, quer em termos absolutos. De facto, o seu número, 143, constitui uma excepção no território português, mesmo atendendo à área escavada (800 m^2).
São, como dissemos, 143 indivíduos, ainda que se repartam por diversas variantes de acordo com os seus parâmetros cronológicos. Correspondem a 38,8% das ânforas do alto império, o que constitui uma percentagem muito elevada quando comparada com a que se obteve para os núcleos urbanos do Algarve Oriental - em Castro Marim, *Balsa* e Faro, a percentagem de Dressel 20 é bastante menor: 16,7%, 10,5% e 19,5%, respectivamente (Viegas, 2011).
As que se inserem em formas mais antigas são escassas (dez), cabendo a grande maioria no tipo B de Berni (1998: p.30) (Fig. 2, nºs 1-7). A cronologia habitualmente proposta para este tipo, primeiras quatro décadas do século I, não é passível de ser discutida com os dados das escavações de Monte Molião, atendendo ao facto de os nossos fragmentos parecerem ser residuais nos níveis em que foram recuperados (datados entre a dinastia Flávia e o reinado de Trajano). Não pode contudo deixar de se referir, desde já, que alguns deles caberiam também em outras formas ovóides produzidas no Guadalquivir, concretamente na Oberaden 83 ou mesmo na Classe 67, distinção impossível de concretizar tendo em consideração a escassa dimensão dos exemplares em análise.
Um outro grupo ligeiramente mais tardio (Figura 2, nºs 8-17), mas ainda escasso em termos numéricos em Monte Molião, é constituído por bordos que entram facilmente no grupo das Dressel 20 clássicas, tipo I de Berni (2008: p. 59). São ânforas júlio-cláudias, datadas entre 30 e 50, com bordo de secção circular, côncavo, e engrossado externamente e asa de secção circular. Os contextos de recolha em Monte Molião são quase todos de revolvimento e aterro (UEs 0, 75, 85). As que apareceram em níveis conservados são raras (Figura 2, nº11, 12, 17), e podem corresponder a materiais residuais correspondentes a uma fase muito mal documentada no sítio, pelo menos nas áreas escavadas, sobretudo no que se refere a estruturas construídas.
A grande maioria das Dressel 20 cabe contudo no que corresponde à chamada Etapa Flávio-Trajana da produção, datada de 80/130 (Figura 3, nºs 1-16 e 4, Figura 4, nºs 1-8). Com efeito, as características dos bordos e dos lábios (planos e virados para o interior), o desenho das asas, a sua implantação e a dimensão do espaço inter-ansal, bem como a altura dos colos apontam nesse sentido (Martin Kilcher, 1987; Berni, 1998, 2008). Surgiram quer em tamanho normal, quer na variante *parva* (Figura 3, nºs 10-16, Figura 4, nºs 3-5), sendo surpreendente os valores elevados que estas últimas alcançam no conjunto, ao contrário do que costuma acontecer em outros locais, onde são sempre muito minoritárias (Berni, 1998: p. 36).
A importação de azeite bético prolongou-se, ainda que em menor quantidade, até à última década do século II, como ficou evidenciado pela presença de alguns bordos de ânforas de tipo Dressel 20 (Figura 4, nºs 9-16) que pudemos enquadrar no tipo IV de Berni, no que corresponde à sua Etapa Antonina (2008: p. 61). É de facto o que podemos deduzir do perfil dos bordos, que apresentam lábio triangular, já que não foi possível ligar nenhum deles às muitas asas, fundos e fragmentos de colo e bojo com pastas características do Guadalquivir, e que podem, indistintamente, integrar qualquer dos tipos de Dressel 20.

2.3. A epigrafia

Entre o conjunto de Dressel 20 do Monte Molião, regista-se quatro marcas, todas *in ansa*, sendo a di-

recção directa e o relevo em *litt. extantibus*. Duas delas permitem leitura: LMA (Ceipac nº 1113, Berni, 2008, p. 579) e SERAVT (Ceipac nº 2292, Berni, 2008, p. 603) (Figura 4, nº 17 e 18), desconhecendo-se, contudo, qual a *figlina*, do Vale do Guadalquivir, de onde são originárias. Infelizmente as restantes duas encontram-se truncadas, deixando apenas ler a primeira letra do nome que aí se encontraria. Num dos casos trata-se de um L (Mola nº 10190) e no outro de um B (Mola nº 14076).

Fig. 4, nº 17: Nº inv. 20830; Ceipac nº 1113; Forma: Dressel 20; Marca: LMA; Leitura: L. M( ) A( ); Local: *in ansa* ; Direcção: directa; Relevo: *litt. Extantibus*; Observações: forma IV (Remesal 1986: 162); Figura 4, nº 18. Nº inv. 20829; Ceipac nº 2292; Forma: Dressel 20; Marca: SERAVT; Leitura: Ser(viana, -viliana) Aut(; Local: *in ansa*; Direcção: directa, Relevo: *litt. Extantibus*.

3. O PEIXE NO AZEITE: OS CONTEXTOS E O SEU SIGNIFICADO

As ânforas Dressel 20 recolhidas em Monte Molião merecem ainda ser discutidas de acordo com os contextos específicos em que foram encontradas.

Como já referimos antes, as que se integram nos tipos antigos (B e I de Berni) apareceram todas descontextualizadas, quer em níveis de revolvimento e/ou aterros quer em estratos datados do reinado dos Flávios/Antoninos, o que lhes impõe, neste caso, uma condição residual. O mesmo se passa com as que incluímos no tipo IV da mesma tipologia.

Mas um grupo muito significativo, em termos numéricos, das que correspondem à chamada Etapa Flávio-Trajana (quer as de tamanho convencional quer as *parvae*) surgiu no que pode considerar-se um mesmo contexto (UEs 108, 117, 121, 131, 133) que corresponde ao ciclo de utilização e abandono dos Compartimentos 5 e 6. Foi nesta área do sector A que se detectaram os exemplares mais completos, com grandes partes do corpo fragmentadas *in situ* (Figura 5, nº 1 a 3), parecendo importante referir, desde já, que num desses compartimentos, o 6, foi possível escavar uma cetária e limitar boa parte de outra, bem como uma área pavimentada a *opus signinum*, que certamente constituiu o pátio/plataforma de laboração dessa unidade produtiva de preparados de peixe (Figura 1, nº 3; Figura 4, nº 4).

Importante parece ser mencionar que uma das Dressel 20 de pequeno tamanho estava depositada no interior de uma das duas cetárias identificadas no Compartimento 6 (Figura 5, nº 4; Figura 4, nº 2). Refira-se ainda que não estava inteira, mas que foi possível recuperar todos os seus fragmentos, incluindo o seu opérculo (Figura 4, nº 2). Muitas outras, quer as que se encontravam no interior desse compartimento quer as identificadas no que lhe estava anexo, o Compartimento 5, estavam também fracturadas *in situ,* tendo-se verificado que o seu interior, concretamente o corpo, continha abundantes restos ictiológicos misturados com um sedimento esbranquiçado, idêntico ao que se recuperou no interior das cetárias, no que constitui, certamente, *garum*, ou outro qualquer produto similar (Figura 5, nº 5).

Por outro lado, muitas das ânforas recolhidas neste mesmo contexto mostram evidentes sinais de o seu colo ter sido separado do corpo propositadamente. Os "levantamentos" que tiveram origem no impacto do instrumento (cinzel?) que produziu o corte são bem visíveis em alguns casos. Esta realidade não é inédita e foi já descrita para fenómenos relacionados com a reutilização deste mesmo tipo de contentores (Martin-Kilcher, 1987: 177), mesmo que outros métodos, como a utilização de uma serra, tenham sido também já identificados (Peña, 2007: p. 121-123).

A verdade é que a reutilização de ânforas para armazenar produtos alimentares distintos dos originais implicou muitas vezes a sua modificação física, caso que cabe no tipo C de Peña (2007: 10). Nessa reutilização para produtos distintos, as ânforas Dressel 20 tinham a grande vantagem de não serem pesgadas, ainda que a remoção dos resíduos da sua utilização primária pudesse condicionar essa reutilização (*Ibidem*: p. 70). Contudo, o uso de ânforas oleárias para embalar produtos piscícolas foi já documentado, bem como aliás o contrário (*Ibidem*). O peixe e o azeite parecem pois ser compatíveis em várias circunstâncias. Cabe ainda dizer a este propósito que há dados que permitem levantar a hipótese de, em Monte Molião, ambas as partes das ânforas que foram cortadas terem sido utilizadas. Se a identificação de restos ictiológicos no interior do corpo de algumas não deixa muitas dúvidas sobre o seu destino final, a permanência, no mesmo contexto, dos colos (Figura 3, nº 1 a 3), a que, pelo menos em um caso (Figura 3, nº 3), foi suprimido o bordo, permite equacionar a possibilidade de o uso destes colos como funis, facto já comprovado em outras geografias (*Ibidem*: p. 148).

Parece ainda importante referir, no entanto, que o conteúdo das ânforas Dressel 20 pode também ter

sido usado na própria elaboração do produto piscícola que foi manufacturado no compartimento 6. Por outro lado, sabemos que a adição de azeite aos preparados de peixe de época romana foi uma prática comum, e o facto de em Monte Molião a produção do preparado piscícola estar relacionada com uma área habitacional permite defender, para este caso concreto, essa prática.

De qualquer forma, a verdade é que a associação de ânforas oleícolas, concretamente de Dressel 20, a fábricas de produtos piscícolas é conhecida, inclusivamente no território actualmente português, para onde há dados por exemplo na Casa do Governador, em Belém, Lisboa (Filipe, 2011, p. 49). Nas áreas onde a produção de pastas de peixe é inexistente, as importações hispânicas dos dois produtos alimentares estão sempre representadas em proporções muito semelhantes, sobretudo se tivermos em consideração as capacidades das duas ânforas que os transportaram – Dressel 20 (60 a 70 litros), Dressel 7 (14-18 litros) (Ejstrud, 2005).

Por fim, resta-nos chamar a atenção para a importância da confirmação do fabrico no Algarve de produtos piscícolas em época romana relativamente antiga, facto que era já intuído para o Algarve ocidental (Ramos, Almeida e Laço, 2006), mas que nunca tinha sido confirmado arqueologicamente a não ser justamente em outra área de Monte Molião (Bargão, 2010), onde dois tanques associados a espólios Flávio-trajanos foram identificados e escavados. Por outro lado, esta mesma produção documenta-se num tipo de estrutura relativamente rara, uma vez que não se desenvolve de acordo com o modelo mais comum, uma unidade produtiva com vários tanques, distribuídos em torno de um pátio, mas trata-se de dois pequenos tanques, de escassa capacidade, com pequena área pavimentada a *opus signinum* anexa, que constitui o pátio/plataforma de laboração. Esses tanques estão, aparentemente, relacionados com uma área habitacional. Assim, estaremos perante uma produção de carácter doméstico e não a uma outra destinada à exportação regional, como parecem ser os casos das unidades reconhecidas no restante Algarve, à excepção talvez do verificado também em Cerro da Vila, concretamente nos edifícios E e F (Teichner, 2008, p. 248 e 248 e 366).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona, Universitat de Barcelona. *Collecció Instrumenta, 28*.

ARRUDA, A. M. e PEREIRA, C. (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romano-republicana. *Xelb* 10: 695-716.

ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2012) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 21, p. 93-133.

ARRUDA, A. M., SOUSA, E. e LOURENÇO, P. (2010) – A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb* 10: 267-283.

ARRUDA, A. M., SOUSA, E., BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb*, 8, I, p. 137-168.

ARRUDA, A. M., VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb*, 10, p. 285-304.

BARGÃO, P. (2010) – Monte Molião *cetariae* (Lagos, Portugal). In *Acta 41 Rei Cretariae roman Fautorum*. Bona: Rei Cretariae roman Fautorum, p. 345-351.

BERNI, P. (1998) – *Las* ánforas *de aceite de la* Bética y *su presencia en la Cataluña romana*. Barcelona: Universtitat.

BERNI, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la* Bética. *Nuevas formas de analisis*. Barcelona: Universitat. *Collecció Instrumenta, 29*.

BERNI, P. (2011) – *Tipología de la Haltern 70 bética*. Ánforas romanas de Lugo. In Carreras, C.; Morais, R.; González Fernández, E. (coords.). Traballos de Arqueoloxía, 3. Lugo: 80-107.

EJSTRUD, B. (2005) – Size Matters: Estimating Trade of Wine, Oil and Fish-sauce from Amphorae in the First Century AD. In Bekker-Nielsen (ed.) *Ancient Fishing And Fish Processing In The Black Sea Region*. Langelandsgade: Aarhus University Press.

FILIPE, I. M. B. (2011) – *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana.* Dissertação de Mestrado apresentada à FL-UL. Edição policopiada.

MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels – und Kulturgeschichte. 7.1. Die südspanischen Ölamphoren.* August.

PEÑA, J. T. (2007) – *Roman pottery in the archaeological record*. Cambridge: University Press.

RAMOS, C, ALMEIDA, R. e LAÇO, T. (2006) – O complexo industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas principais problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 83-100.

TEICHNER, F. (2008) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Studia Lusitana 3. Mérida: Museo de Arte Romana.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Lisboa: UNIARQ.

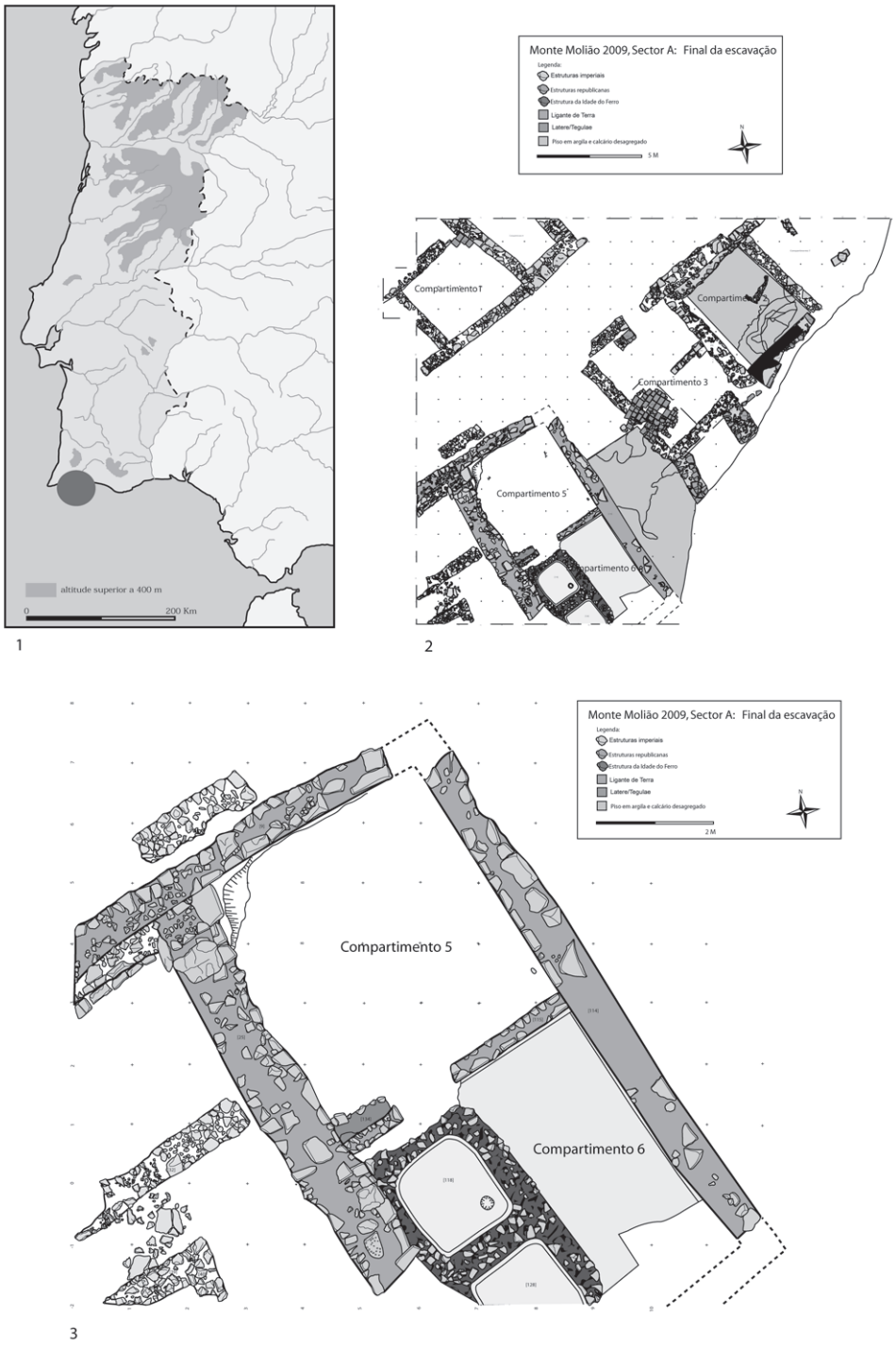


Figura 1 – Monte Molião no território português; 1.2 – Sector A, no final da escavação de 2009; 1.3 – Planta dos compartimentos 5 e 6.

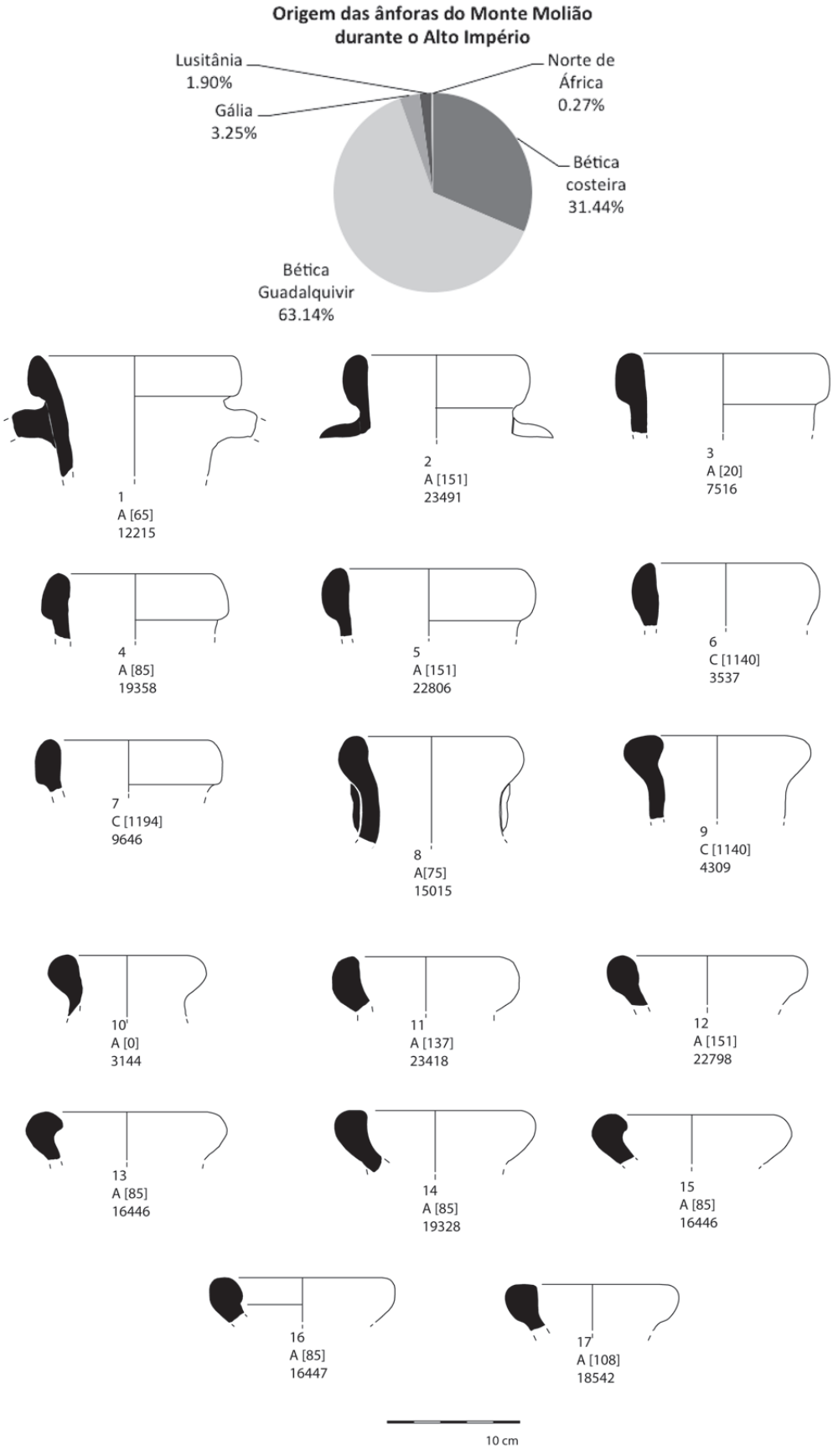


Figura 2 – Distribuição percentual da origem das ânforas de Monte Molião durante o Alto –Império. Nºs 1 a 7– As ânforas oleárias antigas; nº 8 a 17 Dressel 20 Júlio-cláudias.

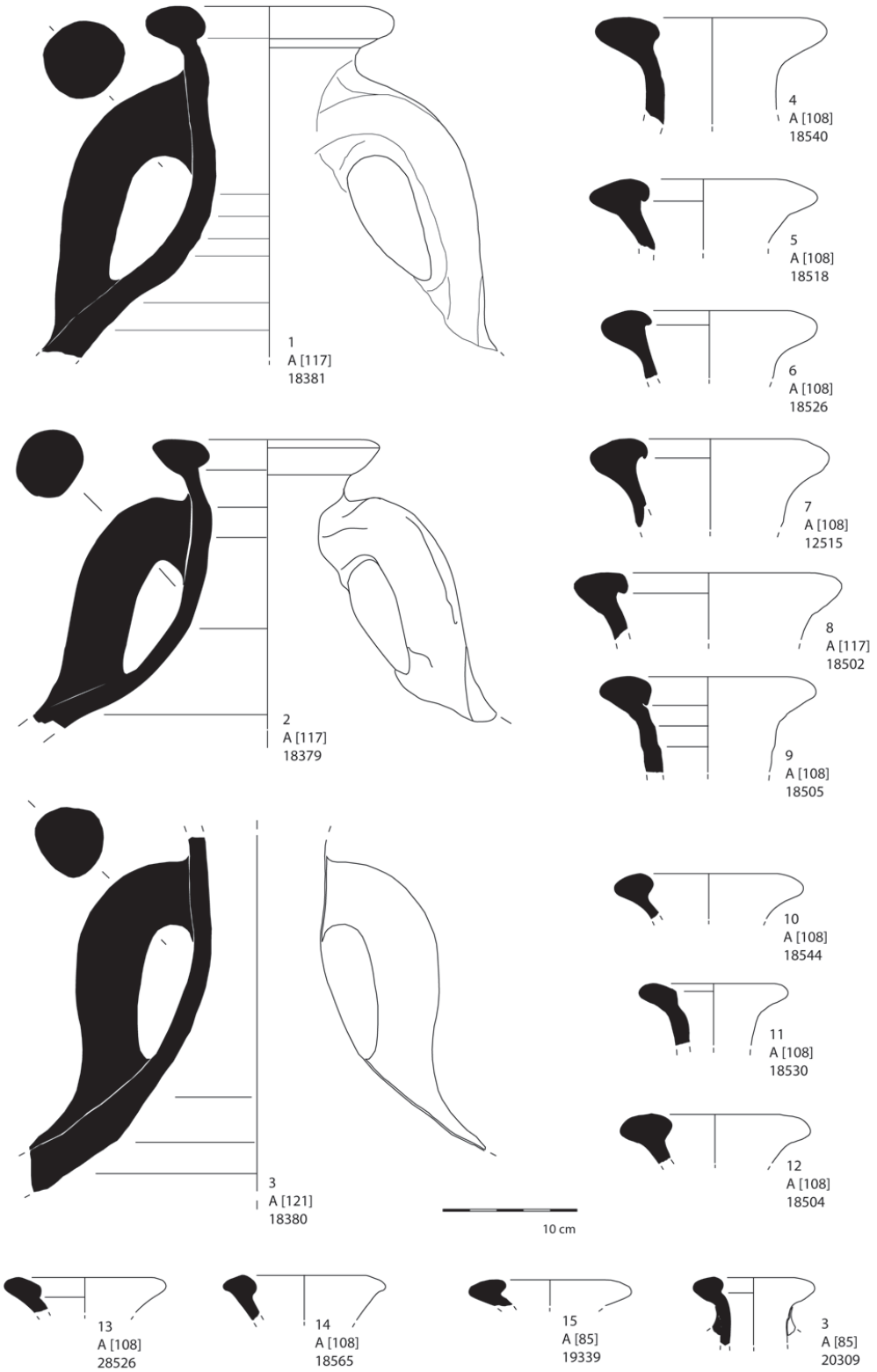


Figura 3 – As ânforas Dressel 20 Flávio-trajanas das UE 108, 117, 121. Nº 1 e 2 – bordos e colos, nº 3 colo de onde foi removido o bordo. Variantes Flávio Trajanas nº 4-9, versão *parva* nº 10-16.

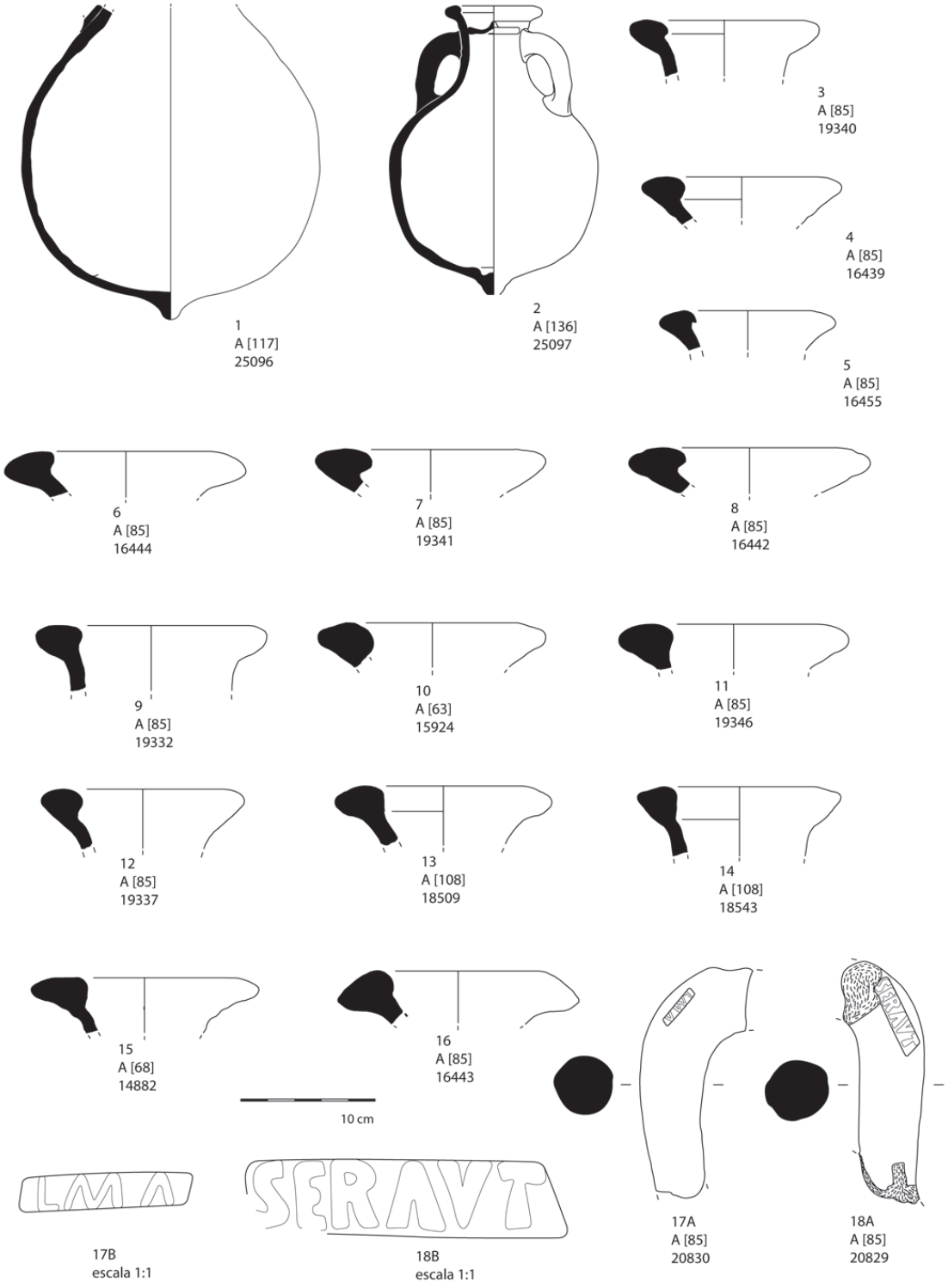


Figura 4 – nº 1 Corpo de Dressel 20 do compartimento 5, reutilizado; nº 2 Dressel 20 *parva* com opérculo, do interior da cetária; nº 3 - 8 Dressel 20 Flávio-trajanas; nº 9 a 16 Antoninas; nº 17 e 18 marcas de oleiro.

1

2

3

4

5

Figura 5 – 1 - O compartimento 5 com algumas das ânforas Dressel 20 *in situ*. 5.2 - Corpo de Dressel 20 *parva*, *in situ*, no compartimento 5; 5.3 - Corpo de Dressel 20, *in situ*, no compartimento 5; 5.4 - A Dressel 20 *parva* no interior da cetária do Compartimento 6; Restos ictiológicos do interior de uma ânfora Dressel 20 do compartimento 5.

50 ANOS DEPOIS: AS ÂNFORAS ROMANAS DA PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA)

Rui Roberto de Almeida / Bolseiro de Doutoramento da FCT / UNIARQ / Tema de doutoramento: "Ex Baetis ad Occidentem. O comércio marítimo de alimentos desde o Guadalquivir para a Lusitânia (séculos I a.C. – V/VI d.C.)" / rui.dealmeida@gmail.com
Victor Filipe / Bolseiro de Doutoramento da FCT / UNIARQ / Tema de doutoramento: "Economia e comércio em Olisipo: uma leitura a partir do estudo das ânforas dos períodos Republicano e Alto Imperial" / victor.filipe7@gmail.com

RESUMO
Neste trabalho apresenta-se o estudo das ânforas romanas recolhidas nas escavações realizadas por Irisalva Moita e Bandeira Ferreira na Praça da Figueira (Lisboa) durante as obras de construção do metro de Lisboa no princípio dos anos 60 do século XX. São abordados os vários aspectos relacionados com a especificidade desta colecção de materiais, mas sobretudo do significado que a referida colecção tem no estudo da economia e das relações comerciais da antiga cidade de *Olisipo*, no âmbito do Império Romano.

ABSTRACT
In this paper the authors present the study of the roman amphorae gathered in the excavations conducted by Irisalva Moita and Bandeira Ferreira in Praça da Figueira (Lisbon) during the construction of the Lisbon subway in the early 60s of the twentieth century. The study covers the various aspects related with the specificity of this sample, but mainly the importance and meaning that this collection has for the study of the economic and commercial relations of the ancient city of *Olisipo* under the Roman Empire.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta surge na sequência da coincidência de determinados objetos de estudo nas investigações de doutoramento que nos encontramos a realizar atualmente, ambas financiadas pela FCT, com as quais se pretendem analisar aspectos e âmbitos cronológicos diferentes, mas complementares, de uma mesma realidade: a da importação de produtos alimentares na Lisboa romana[1].

Os estudos dedicados às ânforas e ao comércio alimentício para a cidade de Lisboa, desenvolvidos principalmente durante a última década, revelam uma enorme pujança e demonstram, simultaneamente, a tomada de consciência da crescente importância que tem esta "nova" classe cerâmica como fonte de informação privilegiada e, como consequência directa, o lugar de relevo que esta adquiriu para o conhecimento do comércio e da história económica antiga. No entanto, apesar do crescente número de trabalhos realizados, persiste uma escassez de conjuntos numerosos e quantificados na sua totalidade, deparando-nos recorrentemente com diferentes níveis de conhecimento: o de análises parciais de grandes conjuntos, que compreendem apenas partes de intervenções (campanhas, sectores, contextos particulares, etc...), blocos cronológicos ou conjuntos formados a partir de formas/proveniências, que não permitem avançar grandes con-

1. A Praça da Figueira é uma das componentes obrigatórias da investigação que cada um de nós pretende desenvolver. Pareceu-nos que o único cenário viável e proveitoso seria partilhar, explorar devidamente esta comunhão de interesses comuns e elaborar um trabalho conjunto, sem que do mesmo adviesse qualquer tipo de prejuízo para as referidas investigações paralelas que se encontram em curso, evitando assim situações prejudiciais derivadas da impossibilidade de acesso a materiais ou informação (infelizmente ainda muito frequentes no nosso panorama...).
À excepção da minuciosa síntese/interpretação da escavação e do estudo da *terra sigillata* daí proveniente realizado por R. Banha da Silva (2005) e do estudo parcial das ânforas realizado por C. Fabião (1993-94), a Praça da Figueira e o seu espólio parecem estar destinados a um letargo, que, paradoxalmente, o tempo e o (des)conhecimento se encarregaram de converter numa referência incontornável da arqueologia urbana portuguesa.

siderações ou leituras; e o de conjuntos estudados integralmente mas estatística e/ou diacronicamente pouco representativos.

Para a Praça da Figueira, o caso que agora directamente nos ocupa, embora disponhamos dos dados resultantes de todas as ânforas recuperadas, carecemos actualmente de coordenadas crono-estratigráficas e da leitura passível de ser realizada das realidades escavadas, que nos permitam uma correcta contextualização dos mesmos. Não obstante este *handicap*, os resultados da análise do conjunto podem ser posteriormente complementados e contrastados com os disponíveis para outras zonas e conjuntos da cidade. Apesar de estarmos conscientes de que não se trata de um conjunto muito numeroso, entendemos que é, no entanto, suficientemente abrangente e significativo, desde um ponto de vista estatístico. Deste modo, o que almejamos com este trabalho não é tanto descrever ou discutir as problemáticas inerentes a cada tipo (que excederia o âmbito e a extensão que aqui se pretende), mas, a partir dos mesmos, focar mais o seu significado e delinear as principais tendências, na tentativa de estabelecer, ou pelo menos esboçar, um quadro mais completo e fidedigno do consumo de produtos alimentares na parte baixa/limítrofe da *urbe*, e, em última instância, na própria *Olisipo*, particularmente no período que decorre entre os anos que antecedem a viragem da Era e o século III d.C.

2. A INTERVENÇÃO DE 1961-62

A escavação arqueológica realizada na Praça da Figueira no início dos anos 60 do século passado constitui-se como uma das mais emblemáticas intervenções urbanas na arqueologia de Lisboa. Tal deve-se principalmente ao facto de esta ter sido a primeira grande actuação moderna de arqueologia urbana na cidade, realizada no âmbito das obras de escavação do Metro de Lisboa; não faltou, à semelhança do que hoje acontece, um confronto entre os interesses da investigação arqueológica e dos promotores do empreendimento bem como, no que se refere à gestão do património, uma certa tensão entre o poder autárquico e o poder central (Fabião, 1994).

A primeira intervenção teve início em 1960 com a escavação de uma área significativa do Hospital de Todos-os-Santos, sob a responsabilidade de Irisalva Moita, então conservadora-adjunta dos Museus Municipais. Porém, após essa escavação e por opção da autarquia, a acção de Irisalva Moita viria a ficar condicionada apenas ao acompanhamento dos trabalhos das obras do metro. Já em 1961, durante uma visita rotineira de acompanhamento, Irisalva Moita detecta vestígios de uma necrópole de época romana na Praça da Figueira. Ao longo daquele ano e no início do seguinte viria a efectuar várias visitas ao local e recolhas de espólio, identificando diversos conjuntos de sepulturas (Moita, 1968; 1994; Silva, 2005; 2013).

Irisalva Moita veio a dirigir escavações aí entre 5 e 9 de Fevereiro de 1962, tendo registado 25 sepulturas e várias estruturas associadas. Entretanto, e novamente por opção da autarquia, a responsabilidade dos trabalhos acaba por ser delegada à Junta Nacional da Educação, tendo as escavações sido assumidas por Bandeira Ferreira ainda durante o mês de Fevereiro desse ano (Silva, 2005; Silva, 2005; 2013).

Uma das primeiras acções empreendidas por aquele arqueólogo, para além de ter identificado uma via romana que Irisalva Moita não tinha reconhecido enquanto tal, foi definir vários sectores na área de escavação, a Oeste e a Este da via, com base nos restos construtivos que se observavam (Silva, 2013). Os muros foram todos identificados com numeração romana, tendo ainda sido atribuída a mesma letra do alfabeto grego aos muros de cada um dos compartimentos (Silva, 2013).

Embora o volume de documentação produzida seja bastante significativo, sendo visível uma grande preocupação metodológica no decorrer da execução da escavação (Silva, 2013), os resultados da intervenção de Bandeira Ferreira mantêm-se praticamente inéditos[2].

3. O CONJUNTO DAS ÂNFORAS: PROVENIÊNCIAS, TIPOS/PRODUTOS DOCUMENTADOS, PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E RITMOS DO CONSUMO

O conjunto anfórico da intervenção de 1961-62 na Praça da Figueira é composto por 287 fragmentos diag-

2. O facto de a sistematização de todo o volume de informação contida no "*Diário das escavações*" de Bandeira Ferreira (1962) se encontrar ainda por fazer permite considerar a possibilidade (mais que provável) de se vir a conseguir estabelecer a associação entre os materiais exumados e contextos estratigráficos específicos. Naturalmente, não caberá aqui, nem mesmo no âmbito das nossas teses, realizar tamanha tarefa que, a nosso ver, dificilmente teria correspondência em termos de tempo investido e resultados úteis verdadeiramente significativos para os nossos estudos.

nosticáveis, que correspondem a um Número Mínimo de 121 Indivíduos (NMI) (*vide* Figura 2). A maior parte dos mesmos é inédita, mas era já conhecida a existência de ânforas oleícolas, algumas delas com epigrafia (Fabião, 1993-94), e vinárias da Bética (Fabião, 1998), dadas à estampa numa abordagem preliminar através de estudos específicos realizados por C. Fabião, embora não se tivessem então avançado dados relativos à sua quantificação.

Numa primeira linha de análise de carácter global, desde uma perspetiva temporal, constata-se a existência de 95 indivíduos (78,5%) pertencentes ao período Alto Imperial, contra apenas 16 (13%) atribuíveis genericamente aos séculos III-V d.C. e 10 (8,5%) indeterminados. A distribuição dos valores do consumo segundo estes grandes blocos cronológicos parece ganhar consistência nas prováveis realidades arqueológicas documentadas, pois, tal como se propõe com base nas posteriores intervenções de 1999-2001, a maior parte da evidência correspondente diz respeito à via e à necrópole associada, com um uso preferencial documentado entre os meados do século I e os inícios do III d.C. (Silva, 2005, pp. 40-50).

Por sua vez, numa segunda ordem de análise, na leitura desde a óptica da origem dos contentores, o aspecto de maior relevo é a importância que detêm no total da amostra os artigos produzidos em âmbito local/regional, consubstanciado nos 48% que representam as ânforas lusitanas das olarias dos vales do Tejo/Sado. As produções da Lusitânia são apenas secundadas pelas importações da vizinha província da Bética (35,5%), as únicas a alcançar valores que, apesar de inferiores, se lhes podem de algum modo equiparar em significado, revelando as restantes importações um abastecimento diversificado, com origem em distintas províncias e regiões do Mediterrâneo, mas com um caráter claramente minoritário no quadro do consumo.

É no período compreendido entre o último quartel do século I a.C. e o século II d.C. que se observam maiores diferenças nas origens e nos tipos/artigos consumidos (Figuras 2-3). Os tipos identificados revelam um panorama controlado pelos produtos lusitanos, com 55%, apresentando os do Vale do Guadalquivir um registo muito significativo com 27,4%, representando 60,5% do total das importações, em detrimento de uma presença reduzida de 6,3% da costa bética, ou ainda de outras presenças apenas vestigiais, mas não por isso menos relevantes, de 2,1% da Tarraconense, de 3,2% da Gália, de 4,2% da península itálica, de 1,1% das áreas adjacentes do Mediterrâneo central e de 1,1% do Mediterrâneo oriental.

Este cenário espelha aspectos que devem ser devidamente matizados, e que entendemos serem mais compreensíveis desde a óptica de análise dos (prováveis) conteúdos relacionados. Da observação da Figura 3 sobressai imediatamente um consumo relativamente desequilibrado ao nível dos pilares da alimentação, em que os preparados piscícolas alcançam os 45%, os produtos vitivinícolas os 33% e o azeite 21%. Um primeiro aspecto de registo é a fraca expressão das salgas oriundas da costa bética ocidental em ânforas Dressel 7-11 e Beltrán IIB, que representam apenas 14% no consumo dos produtos haliêuticos, claramente suplantadas pelos 86% com origem nas fábricas do Tejo/Sado, envasados em tipos de difícil caracterização – tradicionalmente enquadradas no universo das produções "ovoides" – que preferimos agrupar sob a designação de "Lusitanas Antigas", e em Dressel 14 (Figuras 2 e 3).

As proporções relativas destes tipos indicam que, desde um primeiro momento – que *grosso modo* se pode localizar entre o virar da Era, ou mesmo no quartel anterior, e os meados do século I – se assiste na região de Lisboa a um progressivo aumento e demanda dos produtos locais/regionais face aos produtos importados da Bética, que se acentuará a partir da segunda metade do séc. I e se consolidará no século II d.C., tal como se pode deduzir da hegemonia da Dressel 14 comparativamente às Beltrán IIB. Esta não é exclusiva da Praça da Figueira ou de Lisboa, tendo sido já assinalada nos conjuntos do Teatro Romano (Filipe, 2008a) e da Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008b).

No que respeita ao consumo do vinho, também aqui são pertinentes alguns comentários. Tal como seria de esperar, verifica-se que durante o século I d.C., sobretudo durante o período Júlio-cláudio, foi a Bética, particularmente a região do Guadalquivir, a principal fornecedora destes produtos, mas estando igualmente bem representadas as importações itálicas[3]. Não obstante, não se presencia um domínio do tipo Haltern 70, tal como acontece de um modo

3. A inexistência de dados estratigráficos leva-nos a entender as Dressel 1 itálicas como elementos residuais, ou em alternativa, a considerar a sua hipotética aquisição e atribuição às realidades definidas como Fase I, entre os finais do século II a.C. e o segundo terço do I a.C. (Silva, 2005, p. 38).

geral nos contextos destes momentos na fachada atlântica (Morais & Carreras Monfort, 2003, pp. 98-100). Esta aparente quebra pode estar directamente relacionada quer com o facto de os contextos da Praça da Figueira se poderem reportar em maior número a momentos atribuíveis à segunda metade do século I e ao II d.C., quer com o maior índice de outros tipos da mesma região (Dressel 2-4 e Dressel 28) e de outras províncias (Pascual 1 e Dressel 2-4 tarraconenses; Dressel 2-4/5 orientais) com conteúdos análogos. Indiscutível parece ser o facto de que todas estas origens se viram suplantadas pela produção local durante o século II d.C., tal como atesta a importante percentagem de Lusitanas 3.

O comércio e consumo do azeite é, no nosso entender, elemento que merece também destaque. O azeite, proveniente única e exclusivamente do Vale do Guadalquivir em ânforas Ovoide 7 (=Oberaden 83) e Dressel 20, representa uma quinta parte durante este período e cerca de 46% do total das importações. As morfologias identificadas apontam para um maior consumo no período Júlio-cláudio, seguido de uma diminuição em época Flávia e um posterior "ressurgimento" no período antoniniano, tal como aliás tinha sido já comentado (Fabião, 1993-94, p. 232). Esta realidade, especialmente para o primeiro momento, era já visível no conjunto do Teatro (Filipe, 2008a). Os valores e a importância que alcançam, que agora se puderam quantificar, destronam categoricamente qualquer leitura que defenda a sua hipotética escassez, confirmando as propostas anteriormente avançadas por C. Fabião, designadamente a da relação directa existente entre a sua difusão e a rota atlântica (Fabião, 1993-94, pp. 231-232, 238-239).

Por último, para o período compreendido entre os séculos III-V d.C. é escasso o conjunto e as considerações a partir do mesmo, considerando a fiabilidade da amostra disponível. Ainda assim são possíveis algumas, parecendo verificar-se uma alteração nos padrões de consumo da cidade no que se refere aos três grandes grupos de produtos. Por um lado, uma aparente diminuição do consumo de vinho e derivados vínicos (12%) – embora isto possa reflectir apenas uma reorientação de contentores e/ou as dificuldades na sua identificação – que se encontra atestado apenas pela presença das formas Lusitana 9, de produção local/regional, e Kapitän II, do Mediterrâneo oriental; por outro lado, a manutenção do consumo de azeite bético, cuja presença de ânforas Dressel 20 de morfologia mais tardia, mas também de Dressel 23 e Tejarillo 1 confirmam não só a vitalidade e a importância da sua comercialização para contextos ocidentais, como também a inexistência de uma hipotética substituição pelo africano; por último, a "eterna" preponderância dos preparados piscícolas lusitanos, testemunhada pela hegemonia da Almagro 51C, sem que, no entanto, a costa bética tenha desaparecido do mercado, verificando-se uma significativa presença de Keay XVI/XXII em sítios como Lisboa ou Tróia (Diogo; Paixão, 2001).

A modo de conclusão, a cidade de *Olisipo*, com excelentes condições portuárias e uma localização geoestratégica invejável, que funcionava já desde tempos precedentes como polo articulador entre o Atlântico e o Mediterrâneo, adquiriu no âmbito provincial romano a primazia enquanto "centro abastecedor" da Lusitânia atlântica, desempenhando o papel de "capital litoral" da Província (Mantas, 1990, p. 160).

Este papel vê-se reflectido na recepção de grande quantidade e variedade de produtos exógenos. No entanto, assistir-se-á também a uma consequente (e como que inevitável) concentração das indústrias locais no seu entorno imediato, destinadas a produzir produtos análogos que, a partir de Olisipo, se apropriarão dos mercados provinciais de forma contundente em momentos algo posteriores.

Essa sua condição de primeiro porto provincial, que parece ter-se desenhado a partir dos momentos finais da República/inícios do Império, ter-se-á visto incrementada em importância e dinamismo seguramente a partir de meados do século I d.C., em função do que agora se apresenta, parecendo ganhar plena consistência a hipótese de que Lisboa teve usufruto directo da "abertura" e uso regular/intensificação da rota atlântica (Fabião, 1993-1994), concebida essencialmente para a circulação de produtos anonários, de carácter institucional, destinados aos contingentes militares do *limes* germânico e da *Britannia* (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort; Funari, 1998), mas a partir da qual poderão ter derivado outro tipo de circuitos e mercados. Contudo, é necessário avaliar mais detidamente e em maior profundidade, de preferência com um maior volume de dados, para que se possa precisar de que forma, em que medida e em que moldes, a "dimensão atlântica" interagiu com *Olisipo*, com as principais cidades localizadas na costa atlântica e com outras cidades localizadas no hinterland imediato das suas principais regiões estuarinas.

BIBLIOGRAFIA

CARRERAS MONFORT, C.; FUNARI, P. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo. Estudios sobre el comercio de aceite bético y africano en Britannia*. Barcelona: Universitat de Barcelona (Collecció Instrumenta; 5).

DIOGO, A.M.; PAIXÃO, A.C. (2001) – Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Troia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 4:1, pp. 117-140.

FABIÃO, C. (1993-94) – O azeite da Baetica na Lusitânia. *Conímbriga*. Coimbra, 32-33 pp. 219- 245.

FABIÃO, C. (1994) – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penélope- Ler e Desfazer a História*. Lisboa, 13, pp. 147-162.

FILIPE, V. (2008a) – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

FILIPE, V. (2008b) – Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, pp. 301-324.

FERREIRA, F. B. (1962) – *Diário das escavações sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*. Junta Nacional da Educação, Lisboa (manuscrito – exemplar policopiado a partir de microfilme).

MANTAS, V.G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia In *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 149-205.

MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Ano 19, 116-117, pp. 33-71.

MOITA, I. (1994) – *O Livro de Lisboa. Expo'98, Lisboa'94*. Lisboa: Livros Horizonte.

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Geografia del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les* àmfores *Haltern 70*. Girona (Monografies del Casc; 5), pp. 93-112.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) – *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.

SILVA, R. B. (2005) – *As "marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Policopiado.

SILVA, R. B. (2013) – *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.

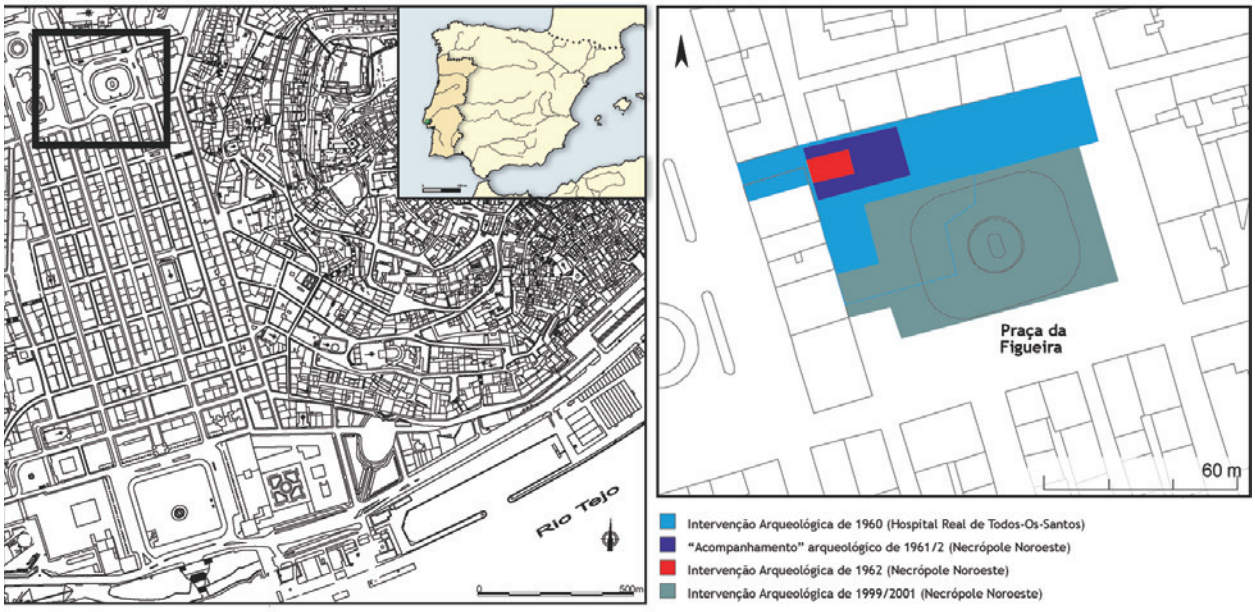


Figura 1 – Localização da Praça da Figueira e das diferentes intervenções arqueológicas realizadas no local (planta da direita segundo Silva, 2005; modificado).

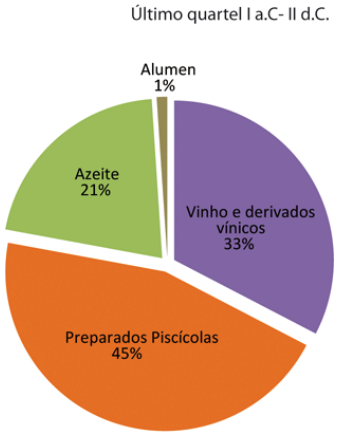
Proveniência	Tipo	Frag.	% Frag.	NMI	% NMI	% na Região	% na Província	% Extra Provinciais
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	1,7%	5	4,1%	8,6%	8,6%	
	Dressel 14	105	36,6%	32	26,4%	55,2%	55,2%	
	Lusitana 3	43	15,0%	15	12,4%	25,9%	25,9%	
	Almagro 51C	5	1,7%	3	2,5%	5,2%	5,2%	
	Almagro 51A-B	1	0,3%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
	Lusitana 9	1	0,3%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
	Indeterminado	2	0,7%	1	0,8%	1,7%	1,7%	
	Total	162	56,4%	58	47,9%	100%	100%	
Bética, costa ocidental	Dressel 7-11	4	1,4%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
	Beltrán IIB	9	3,1%	4	3,3%	36,4%	9,3%	6,7%
	Keay XVI	5	1,7%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
	Keay XXII	3	1,0%	1	0,8%	9,1%	2,3%	1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%	18,2%	4,7%	3,3%
	Total	24	8,4%	11	9,1%	100%	25,6%	18,3%
Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	9	3,1%	3	2,5%	9,4%	7,0%	5,0%
	Dressel 2-4	3	1,0%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
	Dressel 28	2	0,7%	1	0,8%	3,1%	2,3%	1,7%
	Ovóide 7 (=Oberaden 83)	2	0,7%	1	0,8%	3,1%	2,3%	1,7%
	Dressel 20	51	17,8%	21	17,4%	65,6%	48,8%	35,0%
	Dressel 23	2	0,7%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
	Tejarillo 1	2	0,7%	2	1,7%	6,3%	4,7%	3,3%
	Total	71	24,7%	32	26,4%	100%	74,4%	53,3%
Tarraconense	Pascual 1	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Dressel 2-4	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Total	2	0,7%	2	1,7%			3,3%
Gália	Gauloise 4	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	Gauloise 5	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Total	4	1,4%	3	2,5%			5,0%
Península Itálica	Dressel 1	4	1,4%	2	1,7%			3,3%
	Dressel 2-4	4	1,4%	2	1,7%			3,4%
	Total	8	2,8%	4	3,3%			6,7%
Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	Total	4	1,4%	3	2,5%			5,0%
Mediterráneo central	Richborough 527	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Total	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4/Dressel 5	2	0,7%	1	0,8%			1,7%
	Kapitän 2	1	0,3%	1	0,8%			1,7%
	Indeterminado	3	1,0%	2	1,7%			3,3%
	Total	6	2,1%	4	3,3%			6,7%
Indeterminada	Indeterminado	5	1,7%	3	2,5%			
Total		**287**	**100%**	**121**	**100%**			

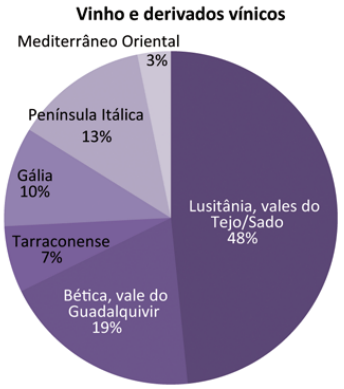
Proveniência	Tipo	Frag.	NMI	% NMI	% Extra Prov.
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	5	5,3%	
	Dressel 14	105	32	33,7%	
	Lusitana 3	43	15	15,8%	
	Total	153	52	54,7%	
Total Lusitânia		153	52	54,7%	
Bética, costa ocidental	Dressel 7-11	4	2	2,1%	4,7%
	Beltrán IIB	9	4	4,2%	9,3%
	Total	13	6	6,3%	14,0%
Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	9	3	3,2%	7,0%
	Dressel 2-4	3	2	2,1%	4,7%
	Dressel 28	2	1	1,1%	2,3%
	Ovóide 7(=Oberaden 83)	2	1	1,1%	2,3%
	Dressel 20	46	19	20,0%	44,2%
	Total	62	26	27,4%	60,5%
Tarraconense	Pascual 1	1	1	1,1%	2,3%
	Dressel 2-4	1	1	1,1%	2,3%
		2	2	2,1%	4,7%
Gália	Gauloise 4	3	2	2,1%	4,7%
	Gauloise 5	1	1	1,1%	2,3%
	Total	4	3	3,2%	7,0%
Península Itálica	Dressel 1	4	2	2,1%	4,7%
	Dressel 2-4	4	2	2,1%	4,7%
	Total	8	4	4,2%	9,3%
Mediterráneo Central/Ocidental	Richborough 527	1	1	1,1%	2,3%
	Total	1	1	1,1%	2,3%
Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4/Dressel 5	2	1	1,1%	2,3%
	Total	2	1	1,1%	2,3%
Total Outras Provincias		92	43	45,3%	100%
	Total	**245**	**95**	**100%**	

Proveniência	Tipo	Frag.	NMI	% NMI	% Extra Prov.
Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Almagro 51C	5	3	18,8%	
	Almagro 51A-B	1	1	6,3%	
	Lusitana 9	1	1	6,3%	
	Total	7	5	31,3%	
Total Lusitânia		7	5	31,3%	
Bética, costa ocidental	Keay XVI	5	2	12,5%	18,2%
	Keay XXII	3	1	6,3%	9,1%
	Total	8	3	18,8%	27,3%
Bética, Vale do Guadalquivir	Dressel 20 (século III)	5	2	12,5%	18,2%
	Dressel 23A	1	1	6,3%	9,1%
	Dressel 23	1	1	6,3%	9,1%
	Tejarillo 1	2	2	12,5%	18,2%
	Total	9	6	37,5%	54,5%
Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	1	6,3%	9,1%
	Total	1	1	6,3%	9,1%
Mediterrâneo Oriental	Kapitän 2	1	1	6,3%	9,1%
	Total	1	1	6,3%	9,1%
Total Outras Provincias		19	11	68,8%	100%
	Total	**26**	**16**	**100%**	

Figura 2 – Praça da Figueira, 1961-1962. Tabelas de proveniências/tipos identificados. Global (em cima) e por períodos: último quartel I a.C. – II d.C. (em baixo, à esquerda) e séculos III-V d.C. (em baixo, à direita).

Conteúdos	Proveniência	Tipo	NMI	% NMI	% NMI / conteúdo	% Extra-Prov. / conteúdo
Vinho e derivados vínicos	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Lusitana 3	15	15,8%	48,4%	
		Total	15	15,8%	48,4%	
	Bética, Vale do Guadalquivir	Haltern 70	3	3,2%	9,7%	18,8%
		Dressel 2-4	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Dressel 28	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	6	6,3%	19,4%	37,5%
	Tarraconense	Pascual 1	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Dressel 2-4	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	2	2,1%	6,5%	12,5%
	Gália	Gauloise 4	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Gauloise 5	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	3	3,2%	9,7%	18,8%
	Península Itálica	Dressel 1	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Dressel 2-4	2	2,1%	6,5%	12,5%
		Total	4	4,2%	12,9%	25,0%
	Mediterrâneo Oriental	Dressel 2-4 / Dressel 5	1	1,1%	3,2%	6,3%
		Total	1	1,1%	3,2%	6,3%
	Total		31	32,6%	100,0%	
Preparados Piscícolas	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	"Lusitanas Antigas"	5	5,3%	11,6%	
		Dressel 14	32	33,7%	74,4%	
		Total	37	38,9%	86,0%	
	Bética, costa ocidental e/ou oriental	Dressel 7-11	2	2,1%	4,7%	33,3%
		Beltrán IIB	4	4,2%	9,3%	66,7%
		Total	6	6,3%	14,0%	100,0%
	Total		43	45,3%	100%	
Azeite	Bética, Vale do Guadalquivir	Ovóide 7 (=Oberaden 83)	1	1,1%	5,0%	5,0%
		Dressel 20	19	20,0%	95,0%	95,0%
		Total	20	21,1%	100,0%	100,0%
	Total		20	21,1%	100%	
Alumen	Mediterrâneo Central / Ocidental	Richborough 527	1	1,1%	100,0%	100,0%
		Total	1	1,1%	100,0%	100,0%
	Total		1	1,1%	100%	
		Total	95	100%		





Conteúdos	Proveniência	Tipo	NMI	% NMI	% NMI / conteúdo	% Extra-Prov. / conteúdo
Vinho e derivados vínicos	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Lusitana 9	1	6,3%	50,0%	
		Total	1	6,3%	50,0%	
	Mediterrâneo Oriental	Kapitän 2	1	6,3%	50,0%	100,0%
		Total	1	6,3%	50,0%	100,0%
	Total		2	12,5%	100,0%	
Preparados Piscícolas	Lusitânia, vales do Tejo/Sado	Almagro 51C	3	18,8%	42,9%	
		Almagro 51A-B	1	6,3%	14,3%	
		Total	4	25,0%	57,1%	
	Bética, costa ocidental e/ou oriental	Keay XVI	2	12,5%	28,6%	66,7%
		Keay XXII	1	6,3%	14,3%	33,3%
		Total	3	18,8%	42,9%	100,0%
	Total		7	43,8%	100%	
Azeite	Bética, Vale do Guadalquivir	Dressel 20 (século III)	2	12,5%	33,3%	33,3%
		Dressel 23A	1	6,3%	16,7%	16,7%
		Dressel 23 (não determinável)	1	6,3%	16,7%	16,7%
		Tejarillo 1	2	12,5%	33,3%	33,3%
		Total	6	37,5%	100,0%	100,0%
	Total		6	37,5%	100%	
Indeterminado	Norte de África	Africana IIIA-IIIC	1	6,3%	100,0%	100,0%
		Total	1	6,3%	100,0%	100,0%
	Total		1	6,3%	100%	
		Total	16	100%		

Figura 3 – Praça da Figueira, 1961-1962. Último quartel do I a.C. – II d.C. Distribuição de conteúdos/proveniências/tipos.

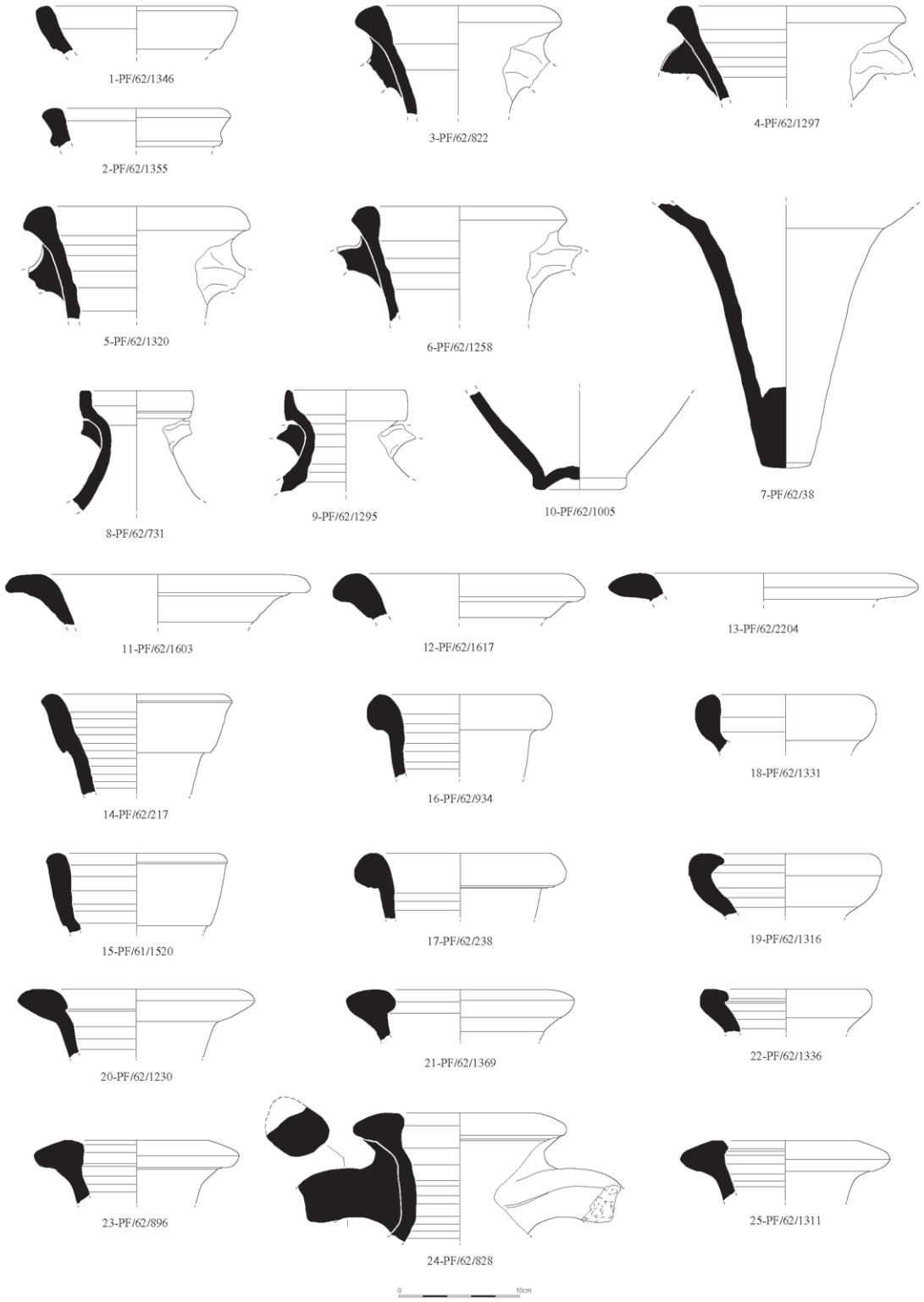


Figura 4 – Praça da Figueira, 1961-1962. Lusitânia, Vales do Tejo/Sado: "Lusitanas Antigas" (1-2), Dressel 14 (3-7), Lusitana 3 (8-10); Bética, costa ocidental: Dressel 7-11 (11-12), Beltrán IIB (13); Bética, Vale do Guadalquivir: Haltern 70 augustana-tiberiana (14), Haltern 70 claudiana-neroniana (15), Dressel 2-4 (16-17), Dressel 20 júlio-cláudia (18-19), Dressel 20 flaviana-trajana (20-21), Dressel 20 parva flaviana-trajana (22), Dressel 20 antoniniana (23-25).

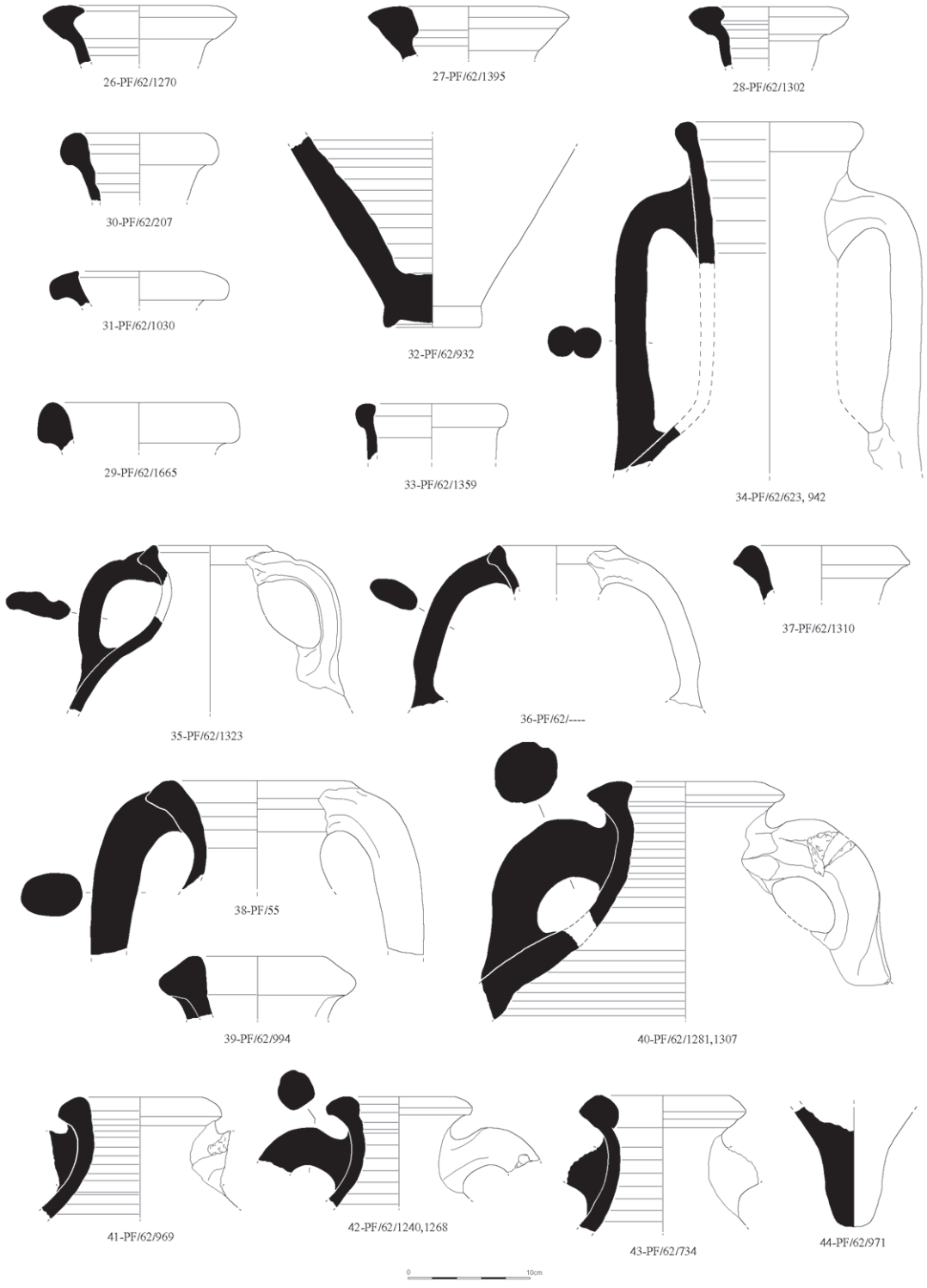


Figura 5 – Praça da Figueira, 1961-1962. Bética, Vale do Guadalquivir: Dressel 20 antoniniana (26-27), Dressel 20 *parva* antoniniana (28); Tarraconense: Dressel 2-4 (29); Gália: Gauloise 4 (30 e 32), Gauloise 5 (31); Mediterrâneo oriental: Dressel 2-4 / Dressel 5 (33); Península itálica: Dressel 2-4 (34); Lusitânia, Vales do Tejo/Sado: Almagro 51C (35-36); Bética, costa ocidental: Keay XXII (37), Keay XVI (38); Bética, Vale do Guadalquivir: Dressel 20 século III (39-40), Dressel 23A (41), Tejarillo 1 (42-43); Norte de África: Africana III (44).

O FUNDEADOURO ROMANO DA PRAÇA D. LUÍS I

Jorge Parreira / ERA, Arqueologia / jorgeparreira@gmail.com
Marta Macedo / ERA, Arqueologia

RESUMO

No canto Noroeste da Praça D. Luís I, Lisboa, foi identificado um contexto romano, directamente sob a grade maré do século XVII aqui descoberta, tratando-se provavelmente de uma área de fundeadouro. Este contexto contém exclusivamente materiais de época romana distribuídos por uma zona de forte concentração, envolta por material disperso, composta nomeadamente por ânforas de fabrico lusitano, muitas das quais conservam ainda no interior vestígios de resina do revestimento, mas também de origem exógena. São também abudantes a cerâmica comum, a *terra sigillata* sudgálica, hispânica e africana. No centro deste conjunto encontrava-se uma peça naútica com 9 metros de comprimento com numerosos entalhes de tipologia romana. Em menor quantidade ocorrem ainda restos de fauna e outras matérias orgânicas.

ABSTRACT

In the Northwest corner of Praça D. Luís I, Lisbon, it was identified a roman context, directly under the 17th century shipyard ramp discovered here, which would probably have been an anchorage area. This context has exclusively objects from roman chronology, accumulated in an area of strong concentration, surrounded by more scattered artifacts, mainly composed of Lusitanian amphorae, many of which still retain traces of resin from the inside coating, and also import amphorae. Common ware and South Gaulish, Hispanic and African *terra sigillata* are also abundant. In the centre of this set there was a nine meter long nautic board, with many roman type sheave slots. A lesser amount of fauna remains and other organic materials was also recovered.

INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento do Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I em Lisboa.

Os trabalhos adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Serparque corresponderam ao acompanhamento arqueológico e escavação do contexto romano, posto a descoberto em Janeiro último, tendo a escavação decorrido entre Janeiro e Março de 2013.

Em termos gerais foi anteriormente exposto neste local um vasto conjunto estrutural, do qual se destaca um cais de madeira e alvenaria (segunda metade do século XVII), um estaleiro naval de grandes dimensões (segunda metade do século XVII), paliçadas (finais do século XVII), o cais do Forte de São Paulo (finais do século XVII), o cais da Casa da Moeda (século XVIII) e os resquícios estruturais de uma unidade industrial - Fundição do Arsenal Real, enquadrável já na segunda metade do Século XIX.

Em Janeiro do presente ano, na sequência da retoma do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação mecânica na área NO do empreendimento, que correspondeu ao levantamento dos sedimentos remanescentes (com uma potencia, ainda, de cerca de 1m a 1,50m) sob o Estaleiro Naval aqui registado em Fevereiro de 2012, foi identificado uma sétima realidade arqueológica diversa das observadas até ao momento, e que faz recuar, até à época romana os vestígios de utilização/ocupação desta área da cidade de Lisboa.

Em traços largos trata-se de uma grande e concentrada mancha, distribuída por área de cerca de 254 m², composta por cerâmicas de cronologia exclusivamente romana de ampla diacronia, maioritariamente constituída por ânforas, embora com assinalável presença de cerâmica comum e fina e de alguns elementos orgânicos, nomeadamente pinhas, organizada em dois grandes eixos: para NE/SO mais

denso e para NO/SE menos concentrado. Entre estes elementos identificaram-se três grandes toros de madeira dispersos, sem entalhes, mas também um grande barrote (com cerca de 9m) de orientação NE/SO, que apresentava entalhes e mechas, elementos técnicos que sugerem esquemas de fixação característicos da construção naval romana. A presença de incrustações calcárias nas peças e o facto do elemento em madeira se apresentar colonizado por taredo sugere que o contexto se encontrava em ambiente húmido.

A intervenção arqueológica da ERA Arqueologia, S. A., no Contexto Romano, contou, como no passado, com a assessoria do CHAM – Centro de História Além – Mar da Universidade Nova de Lisboa, executada por uma equipa interdisciplinar.

AS ÂNFORAS

O conjunto anfórico, composto por um número mínimo de 44 indivíduos (Figura 1), encontra-se representado sobretudo por produções de fabrico local, que constituem 64% deste tipo cerâmico, apresentando na sua totalidade um fabrico muito homogéneo caracterizado por pasta dura, castanha clara ou alaranjada, pouco porosa, por vezes alisada no exterior, com ENP's frequentes compostos por minerais brancos, quartzo feldspato de pequena e média dimensão e micas. São frequentes as fissuras e o vacúolos de pequena e média dimensão.

Assinala-se que no período republicano, as importações de ânforas perfazem a totalidade dos exemplares (figura 4 – ACH. 160), no entanto, estas representam uma pequena proporção do universo da Praça D. Luís I, em linha com os conjuntos de sítios exteriores ao centro de *Olisipo*, na colina do castelo de S. Jorge. A partir do século I d.C., o desenvolvimento industrial da região observa-se claramente aqui no elevado número de contentores do tipo Dressel 14, a que se junta na centúria seguinte a forma Lusitânia 3 (figura 4 – ACH. 112), enquanto as importações são comparativamente marginais, compondo-se apenas por alguns exemplares de ânforas Africana 2/3, Gauloise 4 (figura 4 – ACH. 51) e Dressel 20 (figura 4 – ACH. 161). Esta tendência volta a inverter-se com a passagem para o baixo império, observando-se um conjunto composto essencialmente por ânforas do tipo Keay XVI oriundas da Bética, enquanto as produções locais estão apenas representadas por dois exemplares da forma Almagro 50.

Apesar de não ter existido uma relação directa durante a recolha em escavação e se tratar apenas de uma hipótese de trabalho, acreditamos que poderá existir uma ligação entre as pinhas recuperadas e algumas destas ânforas. A possibilidade da utilização de pinhas como selante de contentores anfóricos surgiu após uma vista de Carlos Fabião, que amavelmente nos comentou a existência de paralelos em que pinhas foram utilizadas neste sentido. Tendo-se constatado então o facto de terem apenas sido recolhidos opérculos cerâmicos compatíveis com o modelo Dressel 14, foi testada a possibilidade destas pinhas possuírem a dimensão adequada para o fecho de outros tipos anfóricos, tendo sido obtido um encaixe nos bocais de ânforas Lusitana 3 e Almagro 51C, onde permaneceu inclusive espaço em redor para a introdução de resina.(Figura 1).

A CERÂMICA FINA

No que concerne à cerâmica fina de importação, de mesa e de cozinha, identificada neste contexto, e pondo de parte todas as reservas quanto à natureza do mesmo, os fragmentos encontram-se em bom estado mas as superfícies exteriores muito alteradas. Os elementos do alto-império, encontram-se materializados, nas cerâmicas de paredes finas, entre as quais se identificaram, com alguma reserva, as formas Mayet II e Mayet XIII, uma taça com decoração vegetalista moldada, de produção sudgálica e um bojo com aplicação de areia, de produção bética (Mayet, 1975, pp. 27, 51, 118; Alarcão *et alii*, 1976, p. 30). Incluem-se neste grupo a *terra sigillata*, de produção hispânica, com um reportório de formas monótono: as taças Drag. 24/25, Drag. 27 e Drag. 33 e, minoritariamente, o prato Drag. 15/17, sendo os fabricos de Trício pouco mais representativos que os de Andújar. Duas marcas foram identificadas nos fundos internos de taças Drag. 24/25 e Drag. 27, infelizmente de difícil leitura. Curiosamente recolheu-se uma peça, praticamente completa de imitação de *sigillata* de tipo itálico da forma Consp. 20.1 cujo protótipo data de Tibério (Viegas, 2003, p. 61). Este conjunto aponta, grosso modo, uma cronologia entre o século I d. C e inícios do século II d. C, podendo ser um pouco mais tardio, dado o exemplar de imitação.

Já os exemplares do baixo-império apresentam-se mais numerosos (com cerca de 77% do total de cerâmica fina de mesa e cozinha), tendo sido aqui incluídos também os fabricos de *sigillata* africana A

e C. Assim, registam-se alguns exemplares, pouco numerosos, de *terra sigillata* africana, nomeadamente dos fabricos atrás referidos, onde encontramos, em maioria, o prato Hayes 50 A (fig. 5 - ACH. 38), mas também os pratos Hayes 27, Hayes 32 e a tigela Hayes 45 A, este último apresentando fino *guilhoché* na aba (Viegas, 2003, pp. 171, 173 e 329). Estas peças apontam uma cronologia, grosso modo, de meados do século II/1ª metade do século III d. C. Insere-se neste segundo grupo, um conjunto de peças muito interessante, e bastante numeroso que são as cerâmicas de imitação de *sigillata* africana, onde encontramos cópias dos fabricos A, materializados, maioritariamente, nas tigelas Hayes 14/17 mas também na tigela Hayes 3 B e no prato Hayes 27. Os fabricos africanos D apenas observados em imitações, reconhecem-se nas tigelas Hayes 91 (mais frequentes), nos pratos Hayes 58 A e Hayes 59 e na grande tigela Hayes 67. De referir o fundo interno, de grande prato (provavelmente Hayes 61 A ou Hayes 67), com decoração estampada em folhas de palma combinadas com crescentes (fig. 5 – ACH. 6), que Hayes data entre finais do século IV a meados do século V d. C. (Hayes: 1972, 232, 243). Finalmente, com uma larga diacronia (grosso modo entre o século II d. C. a inícios do século V d. C. e praticamente acompanhando as presenças atrás referidas encontramos a cerâmica de cozinha africana, com escassos exemplares de não imitação, como a caçarola Hayes 23 e o tacho Hayes 197, que se repetem nas formas de imitação, sendo as mais frequentes, uma vez mais, o tacho Hayes 197 (fig. 5 – ACH. 306), a que se junta o prato/tampa Hayes 196 A e o prato Hayes 181.

Em Espanha têm vindo a ser identificados vários centros produtores (e contextos estratigráficos seguros) que registam fabricos locais de peças de imitação, quer de *sigillata* africana quer de cerâmica de cozinha africana, entre a 1ª metade do século II d. C. até à 1ª metade do século V, cujos reportórios formais incluem as formas atestadas no contexto romano da Praça D. Luís I (Aquilué, 2008, p. 555). Refira-se a título de hipótese que, apesar de se desconhecer a sua proveniência, as pastas de matriz quartzítica das peças de imitação da Praça D. Luís I, podem eventualmente ter uma filiação em produções de imitação do Guadalquivir, nomeadamente nos elementos de imitação registados na *villa* de Cercadilla em Córdova, cujas características físicas parecem partilhar (Moreno Almenara, 1997, p. 146).

A presença destas peças de imitação (nomeadamente de cerâmica de cozinha Africana, e nos fabricos D, do fragmento decorado com palmetas e a presença da tigela Hayes 91 (fig. 5 – ACH. 263), remete a "utilização" deste contexto até, pelo menos, meados do século V / inícios VI d. C ou mesmo para uma época um pouco mais tardia, dado tratarem-se de cópias de originais com essa cronologia. Pode-se igualmente referir que, a presença destes produtos na Praça D. Luís I, eventualmente fabricos de imitação peninsular, documentariam a sua comercialização/distribuição e aceitação em mercados locais, neste caso em áreas periféricas à cidade de *Olisipo*. (Figura 2)

A CERÂMICA COMUM

A cerâmica comum recolhida neste sítio apresenta uma grande variabilidade formal, (fig. 6), tendo sido recolhidos fragmentos pertencentes a um número mínimo 54 indivíduos, distribuídos entre pratos, tigelas, panelas, potes, almofarizes, potinhos, bilhas e jarros, tampas, pesos, alguidares, *dollii* e tachos. Apesar de entre este conjunto dominarem os fabricos locais, deve assinalar-se a existência de uma grande quantidade de fabricos minoritários cuja origem não foi possível clarificar. As bilhas em particular poderão revestir-se de particular interesse, uma vez que neste conjunto surgem quatro colos pertencentes a bilhas (fig. 6 – ACH.22 e 108), muito semelhantes entre si, e para os quais não foi possível encontrar paralelo até ao momento, a que se junta ainda o facto de todos estes exemplares possuírem um revestimento interior de resina. Deve ainda destacar-se a presença de peças incomuns no território português, como um almofariz do tipo Dramond D2 (fig. 6 – ACH.25).

Um dos achados mais relevantes trata-se de um fragmento de bojo, provavelmente de um potinho, no qual foi desenhado um longo grafito, (fig. 6 – ACH. 9), com um mínimo de duas linhas, onde poderá ler-se em primeiro lugar PAVPIIRI ou, mais provavelmente, PAVPERI na primeira, não sendo possível uma leitura segura da segunda linha. (Figura 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a maior parte dos exemplares cerâmicos recolhidos neste sítio apresentar um estado de conservação claramente acima da média, destaca-se o facto dos achados 3 e 4 (fig. 4), as duas ânforas melhor conservadas, apresentarem ambos a ausência

do bico fundeiro cuja fractura é antiga. Deste modo poderá colocar-se a hipótese de se tratarem de recipientes cujo fundo foi intencionalmente quebrado para esvaziar o seu conteúdo a bordo de uma embarcação aqui fundeada e seguidamente lançadas ao rio.
Poder-se-á apontar, para o sítio romano da Praça D. Luís I, o "padrão de importação" de cerâmicas finas de alguns sítios costeiros peninsulares onde a presença, neste caso não muito forte, dos produtos hispânicos (mas que explicaria, eventualmente, a mais fraca implantação dos produtos itálicos e sudgálicos) seria "facilmente" substituída (sobretudo na segunda metade do século II d. C.) pelas importações de *sigillata* africana A, aqui inclusive, pelas imitações dessa mesma produção (Viegas, 2003, pp. 165, 297). Resta por explicar como, numa longa diacronia de "utilização", este contexto ficou plasmado numa única mancha concentrada de artefactos cerâmicos.
Através da comparação do quadro tipológico da cerâmica comum da Praça D. Luís I com a de centros de consumo como São Cucufate (Vaz Pinto, 2004), foi possível observar uma distinção assinalável na proporção de potes e bilhas relativamente às restantes formas, visto no sítio em análise os potes e bilhas constituírem quase metade do universo enquanto em São Cucufate estes tipos possuem uma proporção muito inferior. Este dado, aliado ao facto de um número significativo de fundos apresentarem um revestimento de resina, levanta a hipótese de muitos destes exemplares, mesmo no caso das bilhas, normalmente consideradas apenas parte do serviço de mesa, se destinarem também ao transporte de alimentos ou outras mercadorias.
Apesar do conjunto de cerâmica comum ser quase inteiramente constituído por formas com paralelos no território lusitano, o elevado número de fabricos minoritários observados e a hipótese de estes achados constituírem em parte uma carga maioritariamente proveniente dos centros produtores locais, mas também parte de serviços de bordo pertencentes a tripulações provavelmente frequentadoras de portos distantes, levanta a questão de se encontrarem aqui presentes exemplares de cerâmicas de outras províncias que geralmente não seriam importadas por existirem equivalentes locais, mas que neste caso teriam sido adquiridas devido à passagem por diferentes portos.
As intervenções levadas a cabo recentemente a Oeste da Praça do Comércio têm ajudado também a elucidar as realidades existentes junto à linha de costa durante o período romano. Durante a abertura de um poço de ventilação para o metropolitano surgiu no pátio do edifício da Marinha, sob camadas estéreis, um depósito de argilas cinzentas escuras onde foram recolhidos fragmentos de ânforas e *terra sigillata* com cronologias entre os séculos I a.C. e IV d.C., a uma cota de -3,25 m (Marques, Sabrosa & Santos, 1997). Também durante as actuais obras do novo edifício sede da EDP surgiram fragmentos de ânforas romanas em depósitos de argila com conchas muito frequentes (Sarrazola & Nascimento, 2013).
Deste modo, apesar dos sítios acima referidos apresentarem concentrações de material claramente inferiores às das Praça D Luís I, deve colocar-se a hipótese de este ser um contexto que se prolonga por uma extensa área ribeirinha, ainda que com locais de utilização mais intensa, particularmente no canto Noroeste da actual Praça D. Luís I.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília; PONTE, Salete da (1976) – *Fouilles de Conimbriga: VI Céramique diverse et verres*. Paris: Diffusion de Boccard.

AQUILUÉ ABADÍAS, Xavier. (2008) – Las imitaciones de cerámica africana en Hispania. In Bernal Csasola, D; Ribera i Lacomba, A. eds - *Cerámicas Hispanorromanas: Un estado de la cuestión*. Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 553-561.

HAYES, John (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome;

MARQUES, João António; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor Manuel (1997) – Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 6, pp. 166 e 167.

MAYET, Françoise (1975) – *Les céramiques a Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard;

MORENO ALMENARA, Maudilio. (1997) – *La villa Altoimperial de Cercadilla (Cordoba): análisis arqueológico*. Sevilla: Junta de Andalúcia, Consejeria de Cultura;

SARRAZOLA, Alexandre; NASCIMENTO, Rui (2013) – *Nova sede corporativa da EDP – Acompanhamento arqueológico*. No prelo.

VAZ PINTO, Inês (2003) – *A cerâmica comum das* Villae *Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

VIEGAS, Catarina. (2003) – *A* terra sigillata *de Alcáçova de Santarém: Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 26).

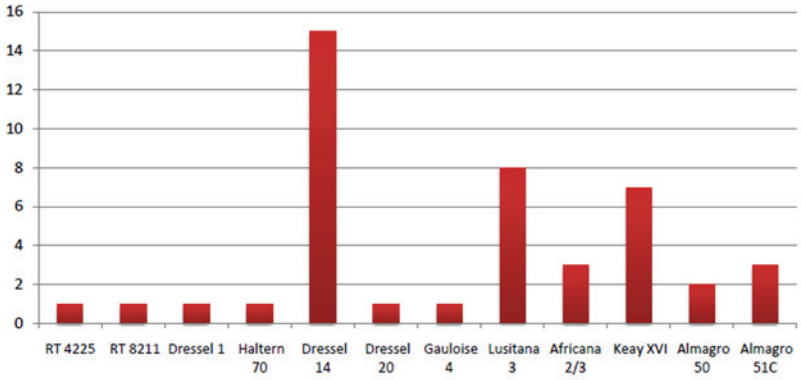


Figura 1 –Representação tipológica do conjunto anfórico.

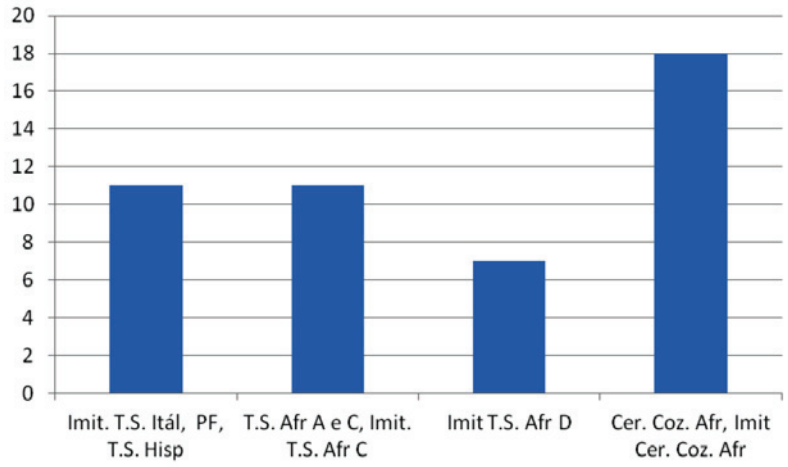


Figura 2 –Presença dos grupos de cerâmicas finas.

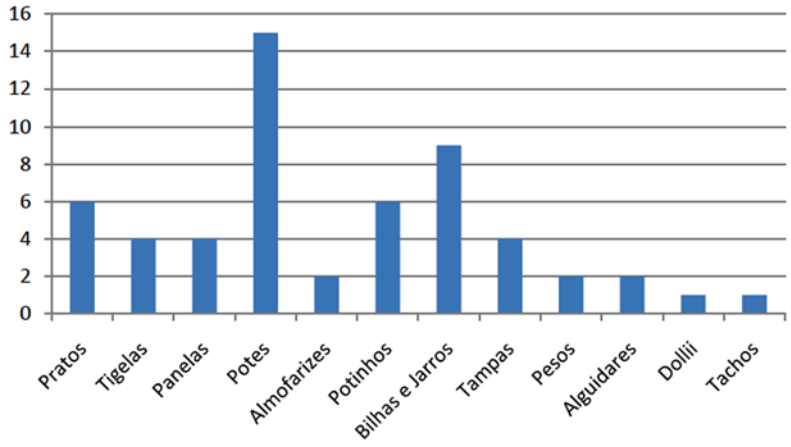


Figura 3 –Representação tipológica do conjunto de cerâmica comum.

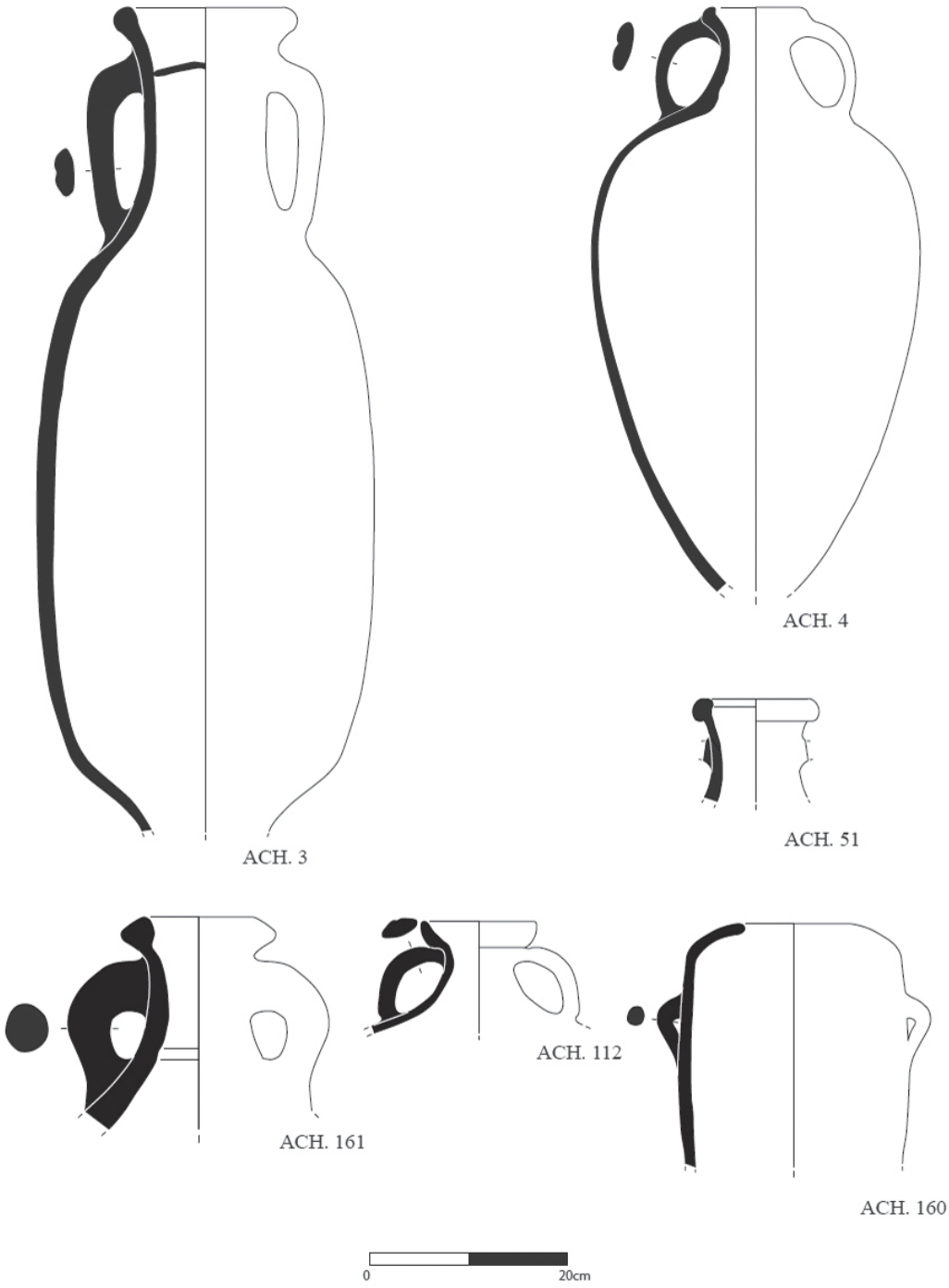


Figura 4 –Ânforas.

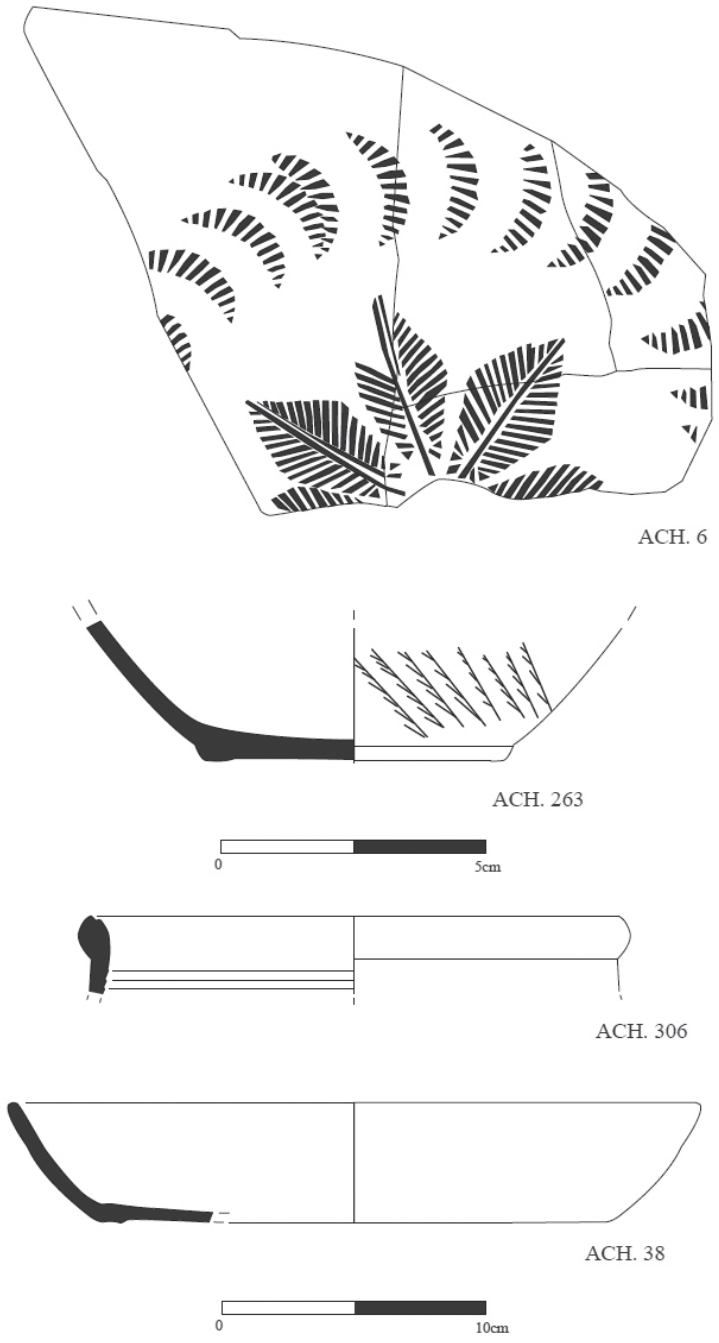


Figura 5 – Cerâmica comum.

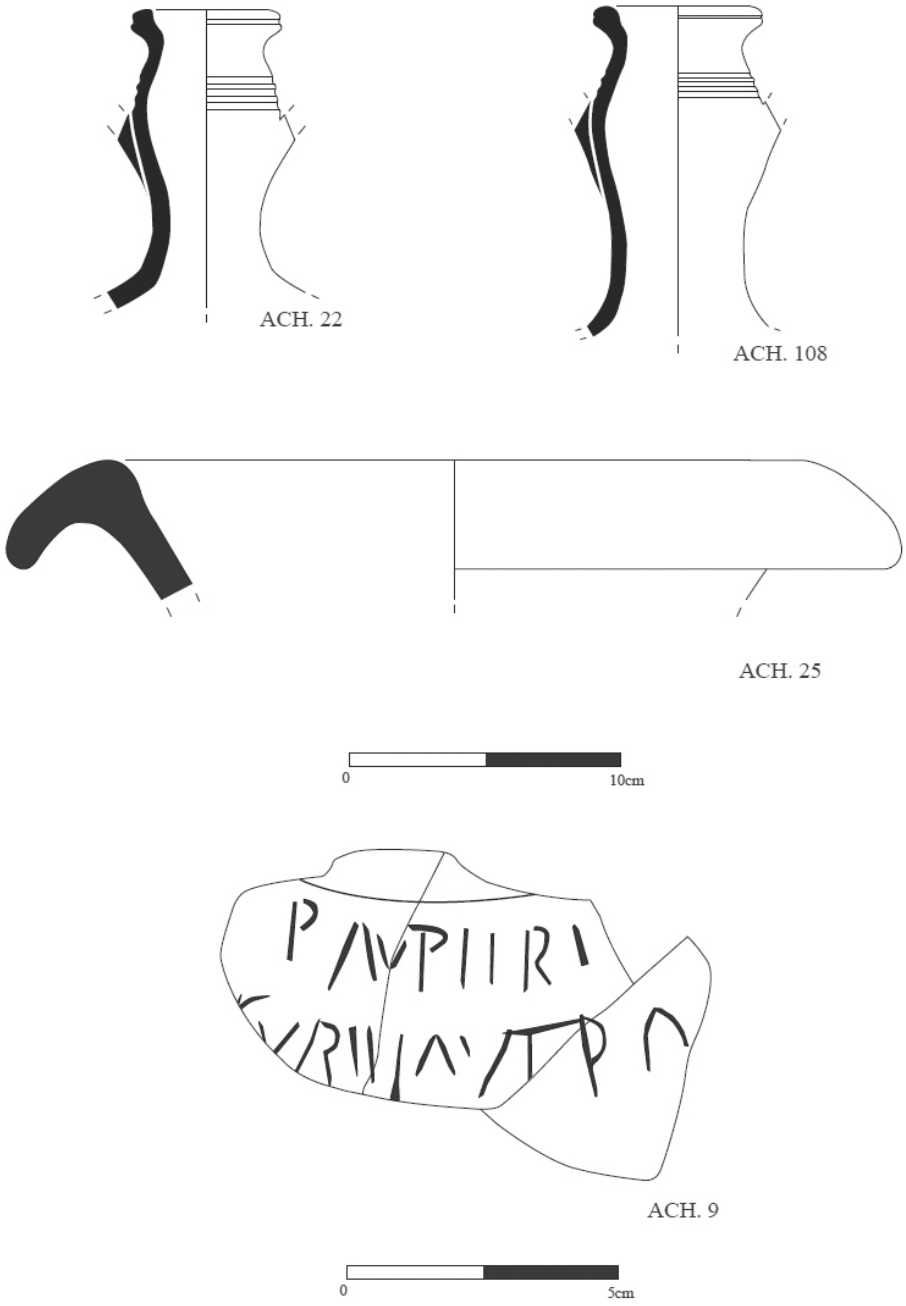


Figura 6 –Cerâmica fina.

COMPLEXO INDUSTRIAL ROMANO DE PREPARADOS DE PEIXE DA BAIXA. SUA ABORDAGEM A PARTIR DE DOIS NOVOS EQUIPAMENTOS

Clementino Amaro / Arqueólogo / clementinoamaro@gmail.com
Cláudia Rodrigues Manso / IAP (Instituto de Arqueologia e Paleociências)
Eurico Sepúlveda / Associação Cultural de Cascais

RESUMO

Um armazém de período romano, datado de século 5 d.C. foi encontrado durante escavações que ocorreram em Lisboa no Verão de 2011. Um conjunto de ânforas para armazenamento de produtos piscícolas, dos tipos Almagro 51C e 50, foram encontradas juntamente com *terra sigillata* clara africana. Esta unidade está localizada no cruzamento da Rua da Madalena com a Rua de S. Julião, na Baixa de Lisboa.

ABSTRACT

A storage house of Roman times with chronology of the 5th century was found during excavations that took place in Lisbon in the summer of 2011.A set of amphorae for storage of sauce and salt fish production, types Almagro 51C and 50, were found with ARSW. This unit is located in Rua da Madalena with Rua de S. Julião, in downtown Lisbon.

A área histórica de Lisboa, a Baixa, tem-se destacado pela identificação de uma sucessão de unidades fabris de preparados de peixe do período romano, a partir de 1982, com o primeiro registo a acontecer na Casa dos Bicos.

O registo em 2011 de estruturas identificáveis com a presença de um armazém no cruzamento das ruas da Madalena e de S. Julião, subsistindo ainda duas fiadas de vasilhame anfórico, e a detecção em 1991 de dois tanques de salga que integrariam uma unidade fabril na Rua dos Fanqueiros nº 51-57, da qual se apresenta agora um registo gráfico da mesma, constituem o ponto de partida para uma curta abordagem sobre esta indústria transformadora, sua dispersão e período de funcionamento, implantada ao longo do esteiro da Baixa até, pelo menos, à Casa dos Bicos, de acordo com os dados disponíveis.

O complexo de transformação de preparados de peixe de *Olisipo* desenvolvia-se na zona baixa da cidade enquadrado por uma colina a poente e o morro do Castelo, ambos com vestígios já do período republicano, altura a partir da qual se terá esboçado algum urbanismo, com uma via ligando a urbe ao território a ocidente (Est. I). Justino Maciel propõe mesmo, a partir do texto original grego, que Júnio Bruto terá mandado levantar uma fortificação fronteira ao *oppidum* (Maciel, 1994, pp. 33-34).

A organização dos núcleos fabris ao longo do esteiro até à zona ribeirinha leva a que estes apresentem uma implantação em leque (cujo fulcro imaginário ficaria na alcáçova do Castelo).

O registo destes dois equipamentos fabris vêm, em certa medida, concorrer para o gradual preenchimento de espaços vazios dentro da mancha de ocupação do complexo fabril de *Olisipo* (Est. I).

No Verão de 1991 foi detectada a abertura de uma cave na Pastelaria "O Farnel" cuja intervenção foi realizada em dois dias, em que se procedeu apenas a um registo gráfico e ao salvamento de uma colecção de peças cerâmicas atribuíveis ao século XVI, depositadas num dos tanques, a anteceder o desmoronamento do perfil (Est. I).

Quanto à implantação física dos dois tanques da Rua dos Fanqueiros e atendendo à sua presença a cerca

de 1.50m abaixo do actual pavimento pombalino, estes encontram-se junto à praia fluvial e a jusante do núcleo fabril da Rua dos Correeiros (NARC).

O segundo sítio arqueológico foi intervencionado durante a Primavera/Verão de 2011. O edifício confronta, ao nível do interior do quarteirão, com a igreja da Madalena. Localiza-se no troço final da pendente da rua que se desenvolve no sentido Noroeste/Sudeste e ficaria já próximo do designado *esteiro da Baixa*, localização que justifica a identificação de uma estrutura romana associada ao universo de preparados de peixe amplamente registado na zona ribeirinha. De entre outros vestígios romanos na envolvente, destaca-se o templo de Cíbele e as Termas dos Cássios.

Na sequência da escavação da Vala 2 (PT – infraestruturas de telecomunicações) e após ter sido levantado um troço de calçada pré-pombalina, e da unidade de assentamento da mesma (depósito secundário que incluía o bordo de uma ânfora Dressel 14 e Almagro 50 – Est. V, 1 e 2), detectou-se a presença de um muro, com uma orientação aproximada Norte-Sul, sob a área do lancil e prolongando-se sob a estrada (Est. II, junto à Vala 1). O tramo identificado apresenta uma abertura (presumível porta) e no interior do compartimento subsistiam grandes áreas de um piso à base de argamassa de cal. Apresentava sinais de uma reparação do mesmo. O muro tem uma espessura média de 0.48m e conservou-se ainda com uma altura de cerca de 0.47m junto à abertura. É construído por blocos de pedra bem aparelhados e argamassados e insere-se numa tipologia romana.

O estrato imediatamente sobre o pavimento corresponde presumivelmente à fase de abandono, com a presença exclusiva de materiais atribuíveis ao período tardio onde se destaca um fragmento de bordo de ânfora de Almagro 51c (Est. V, 3), um bordo de panela em cerâmica comum e um bordo de almofariz em *terra sigillata* clara D (Est. VI, 7).

A Rua de S. Julião (com início na Rua da Padaria) apresenta uma acentuada pendente no sentido Nordeste/Sudoeste. A Vala 3 foi reaberta neste sentido, tendo atingido o substrato geológico.

Na continuação da reabertura para Sudoeste detectou-se, por fim, um muro – U.E. [310] – adossado ao substrato geológico e que delimitava, a Nordeste, um compartimento – U.C. [002] – (Est. III). Um aspecto que se mostrou relevante foi o facto de se encontrar um conjunto anfórico ainda apoiado na parede constituído por duas fiadas: a primeira junto à parede com duas ânforas esmagadas da forma Almagro 51c e uma cortada pelo ombro Almagro 50; a segunda é constituída por três ânforas inteiras Almagro 51c (Est. III, pormenor).

Após o levantamento do conjunto anfórico e escavação integral do pavimento do armazém – U.E. [308], cota média de 4.88m –, verificou-se que existia uma sétima ânfora na primeira fiada, embora esmagada, no seguimento do muro para Norte (no sentido do edifício) que, por razões de segurança, apenas se procedeu ao seu registo fotográfico.

O armazém tem cerca de 2.50m de largura. O chão apresenta, tal como no caso detectado na vala 2, um pavimento em argamassa de cal, em razoável estado de conservação. O muro Sudoeste é feito com tijoleira, com cerca de 0.40m de espessura –U.E. [311].

Quanto ao conjunto anfórico exumado no interior do armazém, constituído por cinco exemplares de Almagro 51c, tem a particularidade de todos eles apresentarem um engobe aguado esbranquiçado e que ainda se revela uniforme em alguns casos.

As três ânforas inteiras apresentam uma altura muito aproximada, entre os 69 e os 71cm (Est. IV). As 2 e 4 apresentam lábio extrovertido, asa sub-rectangular, bojo fusiforme, com pé cilíndrico bem diferenciado, alto e oco e de base com marcado *omphalus* central. Um outro exemplar de boca Almagro 51c, e um opérculo, (Est. V, 4 e 8) foi exumado no derrube do muro (Est. III, U.E. [305]). Em conjunto com uma outra fragmentada apresentam a particularidade de conterem uma marca com duplo círculo imediatamente abaixo de ambas as asas, presumivelmente de controlo de oleiro executada, como é sugerido, a partir de um marcador atribuível a uma pequena cana.

O terceiro exemplar inteiro (Est. IV, 1), embora de características formais semelhantes, apresenta o bordo extrovertido e espessado externamente e sem qualquer marca junto às asas. A boca de uma das ânforas esmagadas apresenta igualmente um espessamento externo bem acentuado (Est. V, 5).

O tipo de pé característico deste conjunto (Est. IV e V) tem paralelo na produção dos fornos do Porto dos Cacos (Raposo, 1990, p. 132 e p. 149, nº68).

Por sua vez a forma Almagro 50 encontra-se fragmentada perto do ombro (Est. IV, 3) tendo um pé cónico, oco, de base em botão saliente.

No complexo industrial do NARC, já no interior do esteiro e a cerca de 200m a Oeste do armazém, encontra-se bem representada a forma Almagro 51c e

ainda a Almagro 50 associadas à produção de preparados piscícolas pelo menos até ao século IV (Bugalhão, 2001). No entanto está ausente o tipo de pé bem diferenciado das Almagro 51c exumadas no armazém.

A localização deste poderia sugerir, num primeiro momento, fazer parte da unidade fabril na loja *Napoleão*, que distam entre si 50/60m (Diogo & Trindade, 2000).

A Sul do armazém, a cerca de 60m, foram identificadas quatro cetárias de outra unidade fabril no prédio de esquina da Rua dos Bacalhoeiros com a Rua da Padaria, com presumível abandono do sítio no decurso do século IV (Fernandes, 2006).

No entanto parece-nos mais plausível que os compartimentos de apoio agora identificados pertençam a um centro de preparados de peixe compreendido entre as duas anteriores, e igualmente junto à margem do esteiro. Esta interpretação, para além da existência de espaço disponível, baseia-se no facto de a unidade fabril da loja *Napoleão* apresentar indícios de prolongamento para poente. Por sua vez a da Rua dos Bacalhoeiros, não deve ter laborado no período tardio dada a total ausência de vasilhame anfórico daquela fase (Filipe, 2008).

Fora do esteiro, a unidade fabril da Casa dos Bicos, sobranceira à antiga margem (Amaro & Miranda, 2002), permite-nos antever uma continuidade de estabelecimentos fabris (e até de cais/ancoradouros) na antiga zona ribeirinha, à semelhança de Tróia onde foi identificado um *armazém* de ânforas do Alto Império, dispostas na vertical e assentes num piso de saibro (Etienne, Makaroun & Mayet, 1994; Pinto, 2011, pp. 135-137).

O espólio obtido de materiais romanos, na escavação das Valas 2 e 3, apresenta-nos uma característica pouco vulgar na medida em que, para além do material anfórico e de alguma cerâmica comum, é constituído, no que diz respeito à cerâmica fina de mesa, apenas por *terra sigillata* africana nos fabricos A, C e D, importações de origem tunisina. Para além destas constam também peças de cerâmica de cozinha que fazem parte do reportório dos mesmos centros oleiros magrebinos.

O conjunto de *sigillatae* é constituído por 33 fragmentos que proporcionaram a identificação de 7 formas, enquanto as cerâmicas de cozinha totalizam, apenas 2 fragmentos a que correspondem formas diferentes.

Pertencentes aos centros oleiros do Norte da Tunísia, na fase de produção da *sigillata* africana A, identificaram-se duas formas - a taça Hayes 15, com um exemplar, e a Hayes 26 ou 27, com dois exemplares, as quais possuem diacronias que irão definir um intervalo que se irá estender desde meados do séc. II até meados do III (Hayes, 1972, pp. 49-50).

A continuação do consumo de produtos norte africanos verifica-se pela aquisição de louça fina fabricada, agora, na zona centro daquela região, o que se traduz em mais duas formas da *sigillata* africana C. Uma das formas será possivelmente uma taça forma Hayes 46 que corresponde a um fragmento de um bordo em aba, enquanto outros dois fragmentos são identificáveis com o prato Hayes 50, que é tão característico desta produção durante a 2ª metade do séc. IV até inícios do V (Quarema, 2012, p. 177).

Finalmente, a produção da *sigillata* africana D, também se encontra presente no espólio da Vala 2, no cruzamento da rua da Madalena com a de S. Julião, com 3 formas, a grande travessa Hayes 59/variante El Mahrine 2.1 ou 2.2 (Mackensen, 1993, tafel 52), a taça pequena Hayes 78 e a taça com aba e bico vertedouro/almofariz Hayes 91B/Bonifay 51, variante tardia (2004, pp. 178-179, fig.95). Todas estas formas apresentam cronologias que, quando conjugadas, podem variar desde 320 até meados do séc. VI.

No que diz respeito às cerâmicas de cozinha as formas encontradas referem-se a uma caçarola do tipo Hayes 23B, com origem provável em Cartago durante os flávios/inícios do séc. II e com final da produção para finais do séc. III (Quarema, 2012, p. 216), e a uma tampa Hayes 196/Bonifay tipo 11, que possivelmente, serviria para tapar a caçarola com uma diacronia, portanto do séc. III.

Pensamos que as cronologias apontadas são um contributo fiável para se poderem apresentar intervalos mais finos para o conjunto das ânforas Almagro 51C que foram exumadas, conjuntamente, com o espólio constituído pela *sigillata* africana.

Assim, e conjugando as cronologias atrás apresentadas, com as características tardias evidenciadas pelas ânforas do tipo Almagro 51c, e algumas semelhanças com o vizinho sítio da loja Napoleão, tudo aponta para um abandono da unidade fabril, na qual se insere o presente armazém, já na segunda metade do século V.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, I. M. (2004) – Caracterização geológica do esteiro da Baixa. *Monumentos*. 21. Direcção Geral de Edifícios e Monumentos.

AMARO, C.; MIRANDA, T. (2002) –. *De Olisipo a Lisboa, A Casa dos Bicos*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), Lisboa.

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford, BAR International Series 1301.

BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Trabalhos de Arqueologia 15. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

DIOGO, A.M. Dias; TRINDADE, L. (2000) – *Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 3, número 1.

ETIENNE, R.; Makaroun, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un Grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal)*. Diffusion E. de Boccard, Paris.

FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V.; CALADO, M. (2006) – *Intervenção Arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros*. Al-madan, II Série (14). Centro de Arqueologia de Almada.

FILIPE Victor (2008) – *Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros*. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 11, número 2.

HAYES, John (1972) – Late Roman Pottery. Londres.

HAYES, John (1980) – Supplement to Late Roman Pottery. Londres.

MACKENSEN, Michael (1993) – *Die spätantiken sigillata und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien) Studien zur nordafrikanischen feinkeramik des 4. bis 7. Jahrhunderts*. Munique: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung.

MACIEL, J. (1994) – Lisboa Romana. Olisipo. Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa", II Série, nº1, p.33-42.

MOUSSA, Moncef Ben (2007) – La production de sigillées africaines. Recherches d'Histoire et d'Archéologie en Tunisie septentrionale et centrale. Barcelona. Collecció Instrumenta, 23.

PINTO, I. V. (2011) – *O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelli Bocchi*. Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Academia Portuguesa da História e Real Academia de la Historia, p.133-168.

QUARESMA, José (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano*. Lisboa: UNIARQ. Estudos & Memórias 4.

RAPOSO, J. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina deprodução de ânforas romanas do vale do Tejo. *As Ânforas Lusitanas; Tipologia, Produção, Comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Mission archéologique Française au Portugal, p. 117-151.

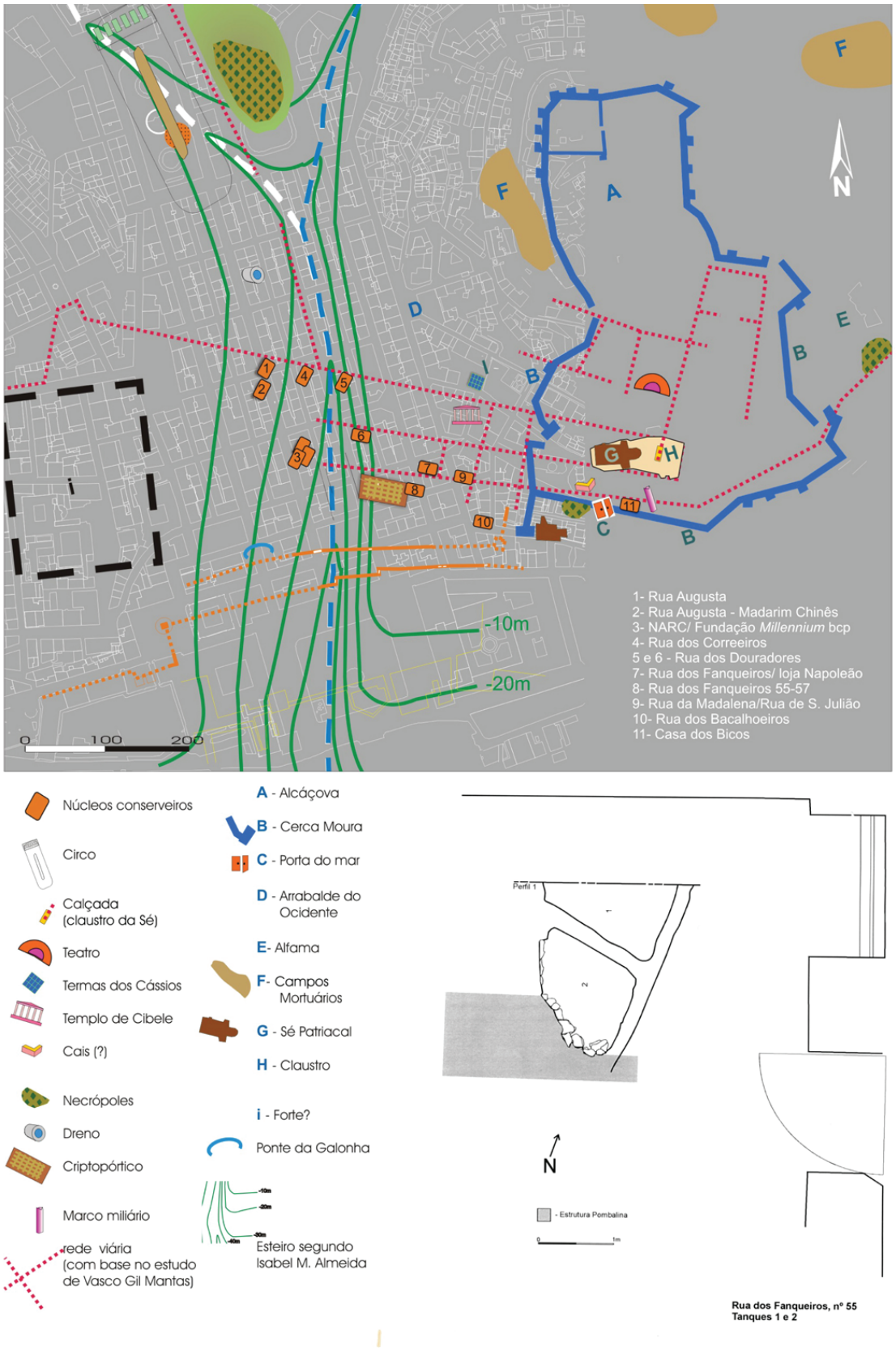


Figura 1 – Complexo fabril de preparados de peixe na Baixa. Vestígios de uma unidade fabril na Rua dos Fanqueiros nº55.

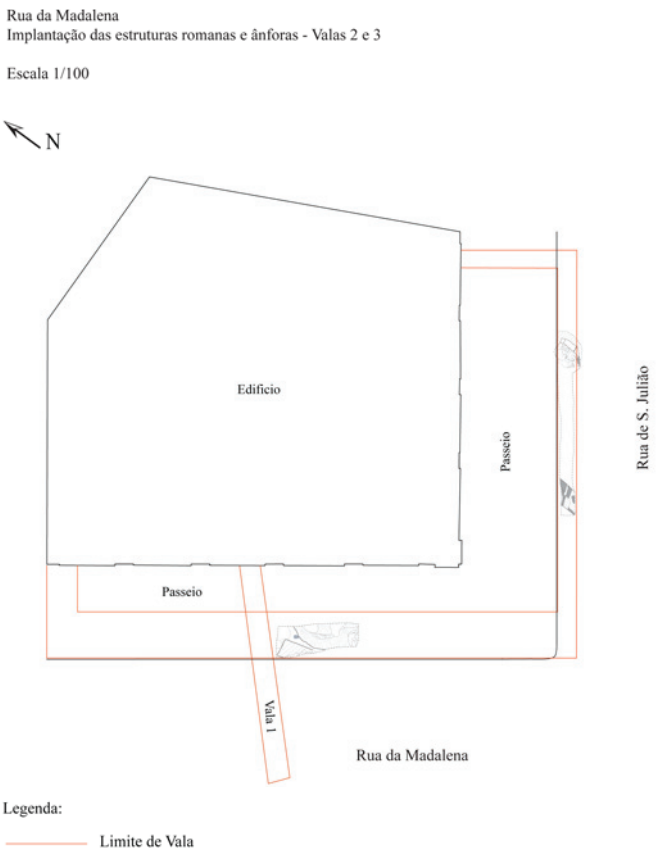


Figura 2 – Implantação das estruturas romanas (Valas 2 e 3).

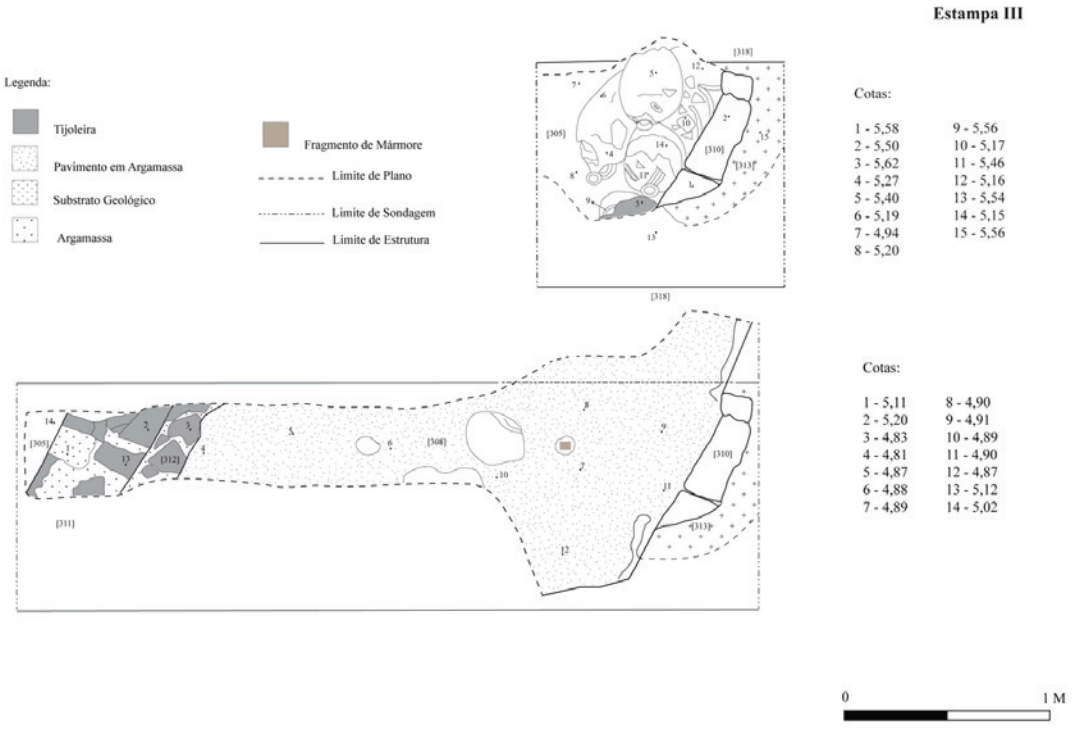


Figura 3 – Pormenor das ânforas in situ e do compartimento romano onde se encontravam após a sua escavação integral (Vala 3).

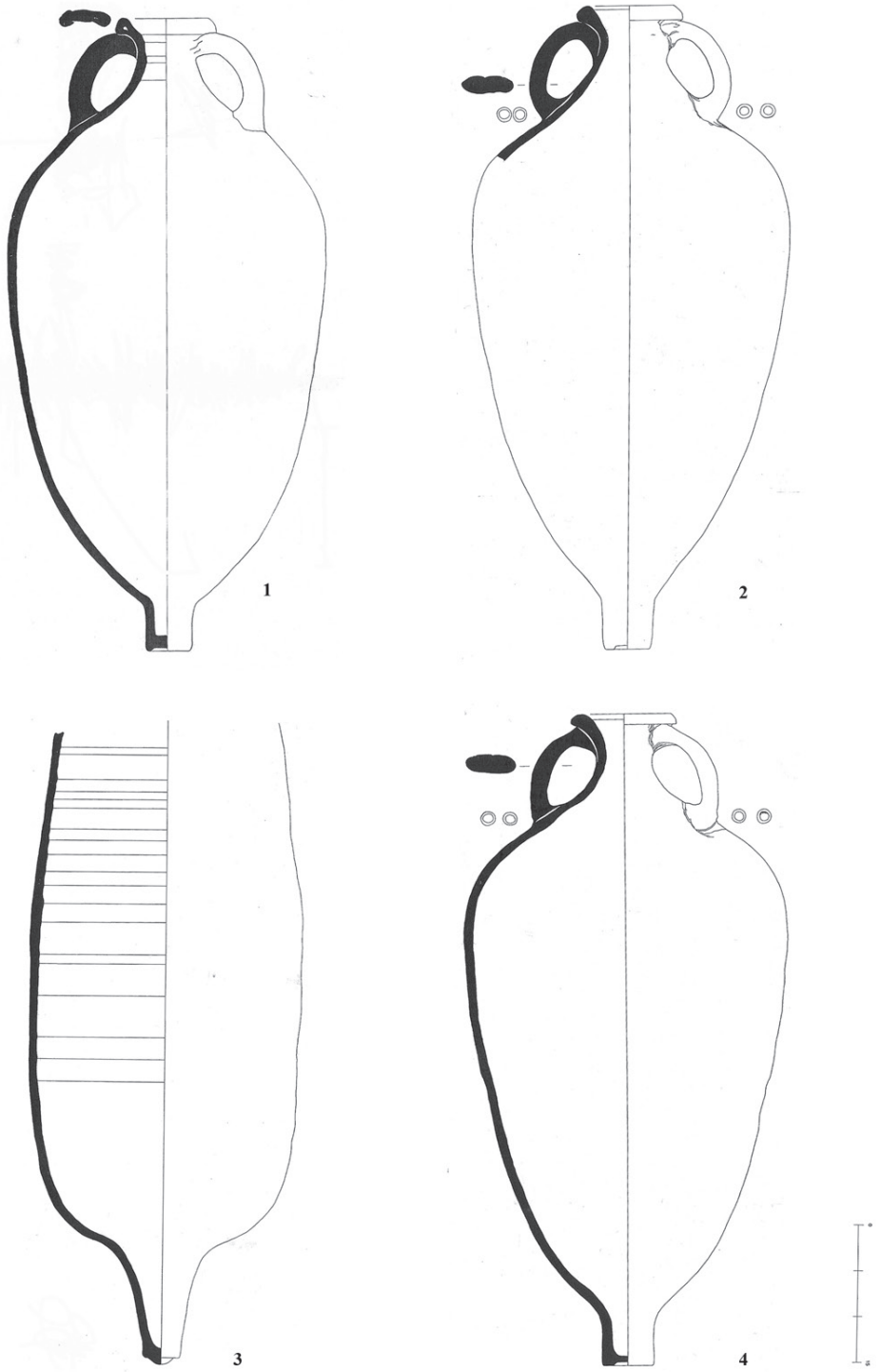


Figura 4 – 1, 2 e 4. Ânforas Almagro 51c; 3. Ânfora Almagro 50.

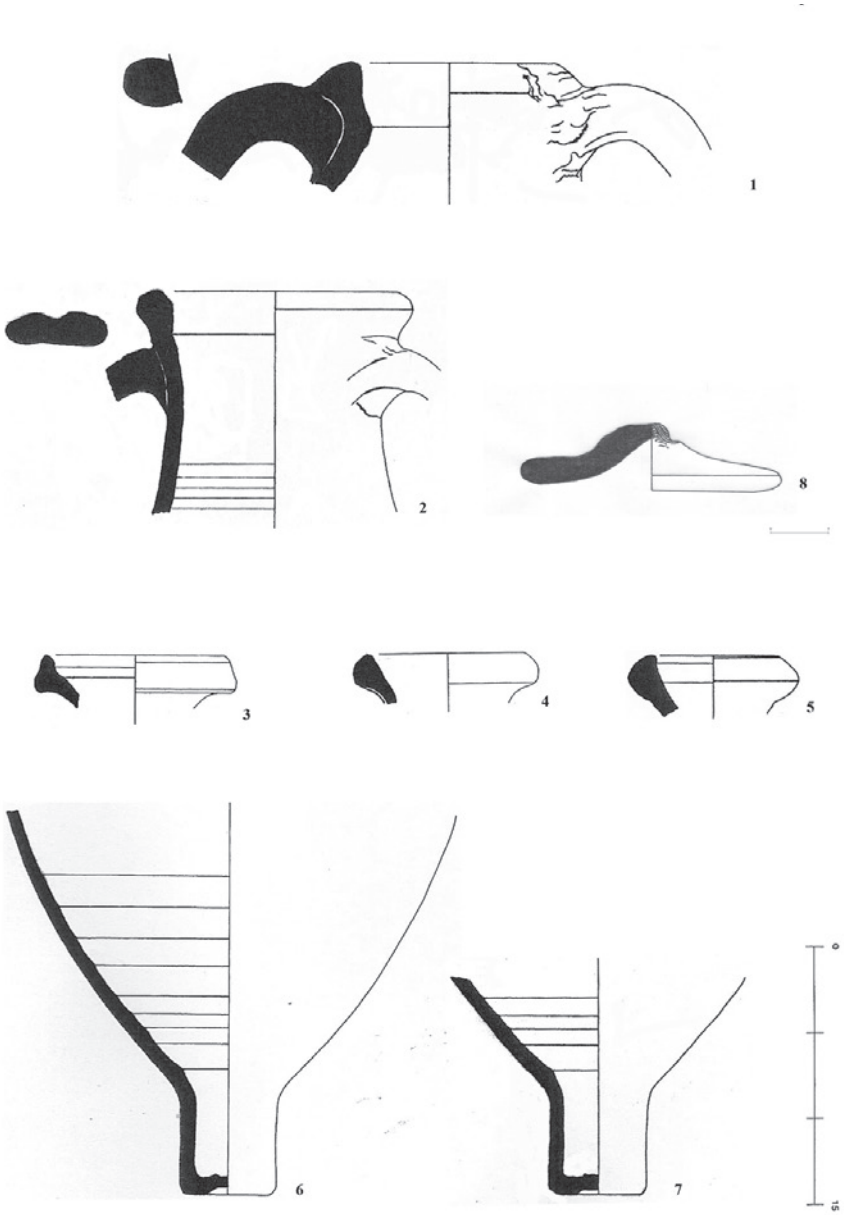


Figura 5 – 1. Ânfora Almagro 50; 2. Ânfora Dressel 14; 3 a 7. Bocas e fundos de ânfora Almagro 51c.

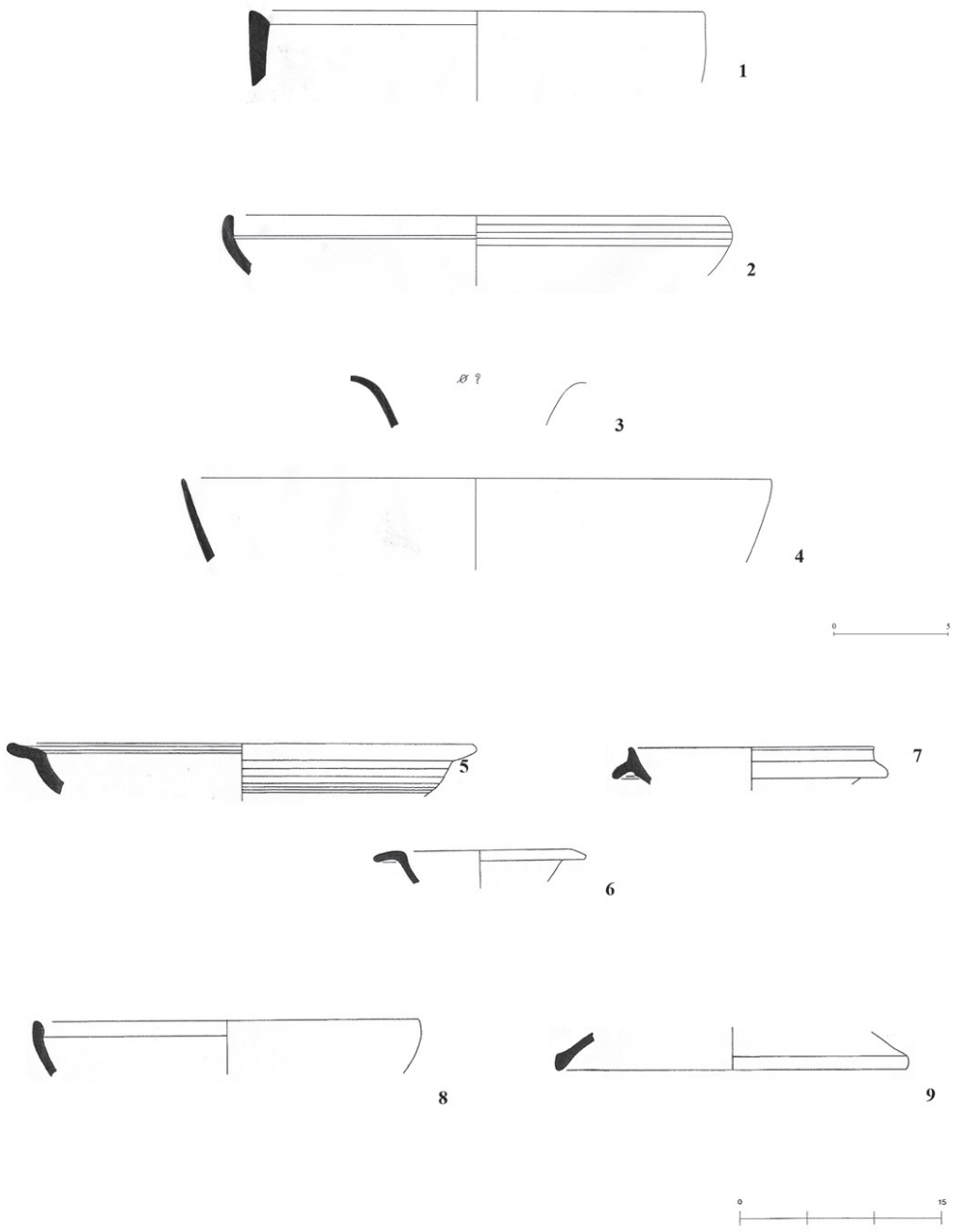


Figura 6 –Formas de terra sigillata e de cozinha africana: A – 1. Hayes 15; 2. Hayes 26 ou 27. C – 3. Hayes 46; 4. Hayes 51. D – 5. Hayes 59; 6. Hayes 78; 7. Hayes 91B. 8. Hayes 23B; 9. Hayes 196.

TEATRO ROMANO DE OLISIPO: A MARCA DO NOVO PODER ROMANO

Lídia Fernandes / Coordenadora do Museu do Teatro Romano de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa) / Arqueóloga. Mestre em História de Arte / lidia.fernandes@cm-lisboa.pt

RESUMO

A edificação do teatro nos inícios do séc. I d.C. inaugurou uma nova realidade urbanística na antiga cidade de *Olisipo*. A escolha do local para a construção deste edifício, situado a meia encosta de uma colina de acentuado declive, obrigou a um ambicioso projecto de engenharia e uma profunda contenção da encosta.

A criação de terraços, ou plataformas, na vertente a sul do teatro, vencendo um acentuado desnível, obrigou à remoção de um enorme volume de terra e a uma cuidada planificação da construção.

Um sábio aproveitamento dos recursos naturais e uma solução construtiva engenhosa foram factores decisivos para a transformação deste monumento cénico numa marca emblemática da cidade de *Olisipo*.

ABSTRACT

The construction of the theater at the beginning of the first century AD, ushered in a new urban reality in the ancient city of *Olisipo*. The choice of location for the construction of this building, situated in the slope of a very steep hill, forced an ambitious engineering project and deep slope containment.

On the south side of the theater, terraces or platforms were created to overcome the sharp slope, forcing the removal of a huge soil amount and a careful planning of the construction.

A wise use of natural resources along with an ingenious constructive solution were, undoubtedly, determining factors for the transformation of this building into an iconic landmark in the city *Olisipo.*

INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica levada a cabo na parte sul do monumento cénico foi suscitada pela criação, em 2001, do Museu do Teatro Romano. O facto de este museu englobar vários edifícios, abrangendo uma vasta área, levou a que, ainda no decurso das obras de adaptação, se realizassem campanhas arqueológicas no local.

Passado mais de uma década do início daqueles trabalhos, finalizados em 2011, pensamos poder apresentar algumas conclusões quer sobre o tipo de ocupação que este local sofreu, quer sobre as soluções de engenharia que possibilitaram a edificação do teatro neste preciso local – actualmente na confluência entre as ruas de S. Mamede e da Saudade – nos inícios do séc. I d.C. (Figura 1).

O encerramento do Museu do Teatro Romano por um período de cerca de nove meses[1], destinado à implementação da "2ª fase do Projecto de Recuperação e Valorização", prevê igualmente a integração dos vestígios arqueológicos colocados a descoberto de forma a possibilitar a sua fruição pública.

O enorme volume de informação que fomos recolhendo ao longo de múltiplas campanhas de escavação, abrangendo contextos cronológicos muito mais amplos que o do próprio monumento cénico (genericamente desde a Idade do Ferro até ao séc. XIX) permitem a formulação de ideias mais claras sobre a evolução histórica deste local antes e depois da edificação do teatro romano.

1. A ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

Localizada junto à foz de um rio navegável, *Olisipo* desde cedo tirou partido desta situação privilegiada. O relevo acentuado promoveu a defesa natural

1. O Museu do Teatro Romano foi encerrado no dia 2 de Maio de 2013 e prevê-se a sua reabertura para inícios do próximo ano.

do local e a criação de hierarquias construtivas definidas pela proximidade/afastamento em relação ao rio. O substracto geológico, de enorme variedade, favoreceu o seu aproveitamento, recorte e hábil utilização, no alicerçamento de edifícios ou como matéria-prima.

O elevado número de achados de cronologia sidérica registados junto à zona ribeirinha (entre outros Bugalhão, 2001), evidencia uma ocupação intensa de toda a orla costeira, mas que se estende, de igual modo, na zona de encosta, o que é comprovado pelos achados detectados na área intervencionada junto ao *postcaenium* do teatro, no interior do Museu do Teatro Romano (Fernandes & Coroado, no prelo) - os quais também apresentamos neste encontro - ou ainda nas imediações do mesmo, como aconteceu na intervenção arqueológica, realizada em 2009, no Pátio do Aljube (Fernandes *& alii*, no prelo), na Rua de S. Mamede nº 15, (Pimenta, Silva & Calado, no prelo) ou na Sé de Lisboa (Amaro, 1993). Em 2010, na parte sul do pátio do Museu do Teatro Romano (nº 3-b da Rua de S. Mamede), exumaram-se, a uma profundidade superior a 9m (c. 32m c.a.) dois fornos de produção cerâmica, enquadráveis nos sécs. III/II a.C. (Fernandes & Coroado, no prelo), assim como algumas estruturas de época republicana (Figura 2).

Estes achados, evidenciam um intenso aproveitamento do subsolo. As estruturas, escavadas no substracto argiloso, demonstram que a vegetação pré-existente foi intensamente aproveitada, certamente utilizada para a laboração dos próprios fornos, não tendo sido registado qualquer indício paleobotânico. Estas estruturas negativas, levaram à criação de sumários patamares na encosta, a qual evidencia acentuado declive, de forma a aproveitar o terreno a meia encosta, sobranceiro ao rio.

Sobrepostas a estas estruturas e responsáveis pela sua desactivação, foram registados alguns muros em pedra vã que enquadramos cronologicamente no séc. II a.C. pelos materiais cerâmicos então recolhidos. Posterior a todas as estruturas mencionadas, uma outra, de maiores dimensões, sobrepôs-se, aproveitando também a rocha.

A edificação do teatro de *Olisipo* foi responsável pela destruição de todas as construções que acabamos de mencionar. Uma vez que se encontravam escavadas no afloramento, a edificação do teatro mais não fez que as absorver na própria construção.

2. OS TRABALHOS INICIAIS DA CONSTRUÇÃO

Podemos hoje admitir que os primeiros trabalhos de construção do teatro se iniciaram pela realização de um ambicioso projecto de engenharia que determinou as necessárias soluções para a concretização da ideia de edificação de um teatro em tão acentuada pendente. A ideia, ou projecto, é prévia e responde ao objectivo do investimento, o qual, em nossa opinião, terá que provir, obrigatoriamente, do poder central ou de um seu directo representante, em situação muito próxima da que encontramos em *Emerita Augusta* onde o teatro é mandado fazer por Marco V. Agripa (Álvarez Sáens de Buruaga, 1982, p. 311).

Significa isto que, antes da verdadeira edificação do edifício cénico, foi a encosta sul que atraiu as principais preocupações dos arquitectos/engenheiros, sendo o local onde se verificaram os primeiros trabalhos de engenharia.

A opção de construir um tão grande edifício numa encosta virada a sul e não em sítio plano, mostrando evidente oposição aos preceitos vitruvianos (Livro V, Cap. III), leva a considerar que profundas fundamentações informaram tal opção. Apesar de não conhecermos com precisão o paleosolo deste local, estamos em presença de um desnível topográfico com cerca de 16 m, que se desenvolve numa dimensão de quase 22 m entre a parte central do edifício cénico e o *decumanus* que, possivelmente, se localizaria próximo do traçado da actual R. Augusto Rosa (Mantas, 1997, pp. 25-26).

As várias campanhas arqueológicas desenvolvidas na parte sul do teatro, em área abrangida pelo museu dedicado ao monumento, assim como as levadas a cabo no pequeno largo defronte da fachada do museu, junto à Rua Augusto Rosa (Fernandes, Sepúlveda & Antunes, 2012, pp. 44-55), permitiram a obtenção de novos dados e o registo de múltiplos vestígios, possibilitando novas interpretações. Com efeito, partindo do edifício cénico e não da análise individual das estruturas detectadas desde 2001, podemos estabelecer uma visão de conjunto e um entendimento do faseamento da obra e amplitude do projecto de engenharia.

3. O SISTEMA DE ENGENHARIA

A primeira estrutura que surgiu nas intervenções arqueológicas iniciadas em 2001 – aquando das obras

de adaptação dos edifícios pombalinos a Museu do Teatro Romano – foi a enorme estrutura do *postcaenium*. Tendo surgido a pouco mais de 20cm do pavimento actual, esta estrutura conserva, em alguns locais, mais de 9m de altura. Apresenta um comprimento total de quase 21m² tendo sido atingido o seu limite na parte nascente. O seu prolongamento por baixo do actual edifício pombalino, mostra claramente que foi reutilizado para o assentamento das fachadas com frente para a Rua de S. Mamede nsº 3-a e 3-b. Esta pré-existência condicionou, assim, as opções arquitectónicas e urbanísticas até aos nossos dias, uma vez que a parte mais elevada da R. S. Mamede coincide precisamente com a implantação do *postcaenium* (Fernandes & Almeida, no prelo) e, igualmente, com a fachada cénica.

Esta estrutura emprega de forma sistemática o *opus caementicium*, com recurso à pedra local, o biocalcarenito (coloração bege/amarelada), também observável no interior do edifício cénico: degraus da *imma cavea*; infra-estruturas superiores que suportariam as restantes bancadas; enchimento do *aditus maximus* nascente (face norte). Nestes locais, a rocha é aproveitada, servindo simultaneamente de "cofragem" para o enchimento da restante área com *opus caementicium*. A utilização de cal viva na argamassa pos-sibilitou uma maior rapidez construtiva. Por outro lado, a areia empregue neste aparelho é essencialmente quartzítica, oferecendo um maior poder de agregação. O emprego deste cimento de excepcionais qualidades foi generalizado no teatro de *Olisipo*. Na estrutura do *postcaenium* foi também empregue o *opus quadratum* e *incertum*. Com efeito, observam-se simultaneamente estes sistemas ainda que empregues em áreas específicas. O primeiro é utilizado no cunhal da estrutura do lado nascente (o único exumado) onde se observam *in situ* cinco fiadas de cantarias, dispostas alternadamente em face/testa, numa altura conservada de quase 3m. Na parte poente desta estrutura, outros três locais apresentam estas cantarias, funcionando como "contrafortes": um no limite poente da área intervencionada, mantendo quatro fiadas de silhares (o maior com uma dimensão de 1,30mX0,46m) numa altura de c. 3,5m, outro por baixo da actual parede pombalina com 4,5m de altura conservada e por fim, um outro, próximo do cunhal acima referido com 2,50m (Figura 3).

Estes "contrafortes" apresentam uma largura mais ou menos constante de cerca de 1,50m (cerca de 5PR) ainda que o distanciamento entre si não seja constante[3]. Esta enorme construção, com uma largura de 4,50m (15,2 PR), possuía no seu interior espaços ocos, criando compartimentos que poderiam ser utilizados para guardar adereços das encenações ou para qualquer outro fim. A existência destes espaços rectangulares vazios agilizava esta estrutura, e permitia o aproveitamento da sua área interna (Figuras 4 e 5).

Curiosamente, foi numa destas áreas que, no séc. XII se implantou uma unidade habitacional, aproveitando-a e escavando, no *opus caementicium*, um silo (Fernandes, Coroado & Calado, 2012, no prelo).

Para além desta enorme estrutura, a continuação da escavação na zona do pátio do museu[4] permitiu exumar uma outra, também conservada numa altura superior a 9m e que se implanta na zona sul do pátio por baixo do actual terraço. Este enorme muro pode ser atribuído aos sécs. XVI/XVII na sua parte superior mas o seu embasamento, conservado em cerca de 4m de altura, é claramente romano, coevo da construção do *postcaenium*, do qual dista para sul, cerca de 5,46m (18.5 PR) (Figura 6).

Este enorme muro prolonga-se para nascente e poente, não tendo sido possível, no primeiro sentido, encontrar o seu limite uma vez que outras estruturas, de cronologia posterior, adossam à sua face (Figura 7). Na direcção poente esta estrutura ultrapassa a área do pátio (prolonga-se subjacente à casa pombalina), tendo sido reaproveitada como parede de uma habitação do séc. XVII, à semelhança, aliás, do que aconteceu com o *postcaenium* o qual constitui a parede norte dessa mesma habitação.

Temos, assim, duas estruturas, sensivelmente paralelas entre si que têm por função a contenção da colina e a criação de plataformas artificiais entre si. A intervenção arqueológica permitiu concluir por esta funcionalidade uma vez que a totalidade dos depósitos encontrados – exceptuando os níveis republicanos e da Idade do Ferro identificados na parte mais profunda deste espaço, junto à rocha – correspondia

2. Deste comprimento 8,76m foram identificados em 2001 e a dimensão restante exumada entre 2005 e 2006.

3. Temos de poente para nascente, afastamentos de 22PR (6,60 m), 25PR (7,30 m) e, por último e até ao cunhal desta estrutura, 12PR ½ (3,70m), medidas estas tomadas do eixo, num total de quatro "contrafortes" visíveis até a o momento.

4. Zona expectante onde se localizava o antigo jardim da casa pombalina.

a uma deposição secundária, ou seja, a uma reposição artificial do terreno.

Outro aspecto interessante, e voltando aos sistemas construtivos identificados, é o facto de se observar na parte inferior destes dois muros romanos, um sistema construtivo distinto dos anteriormente analisados (*opus caementicium*; *opus incertum* e *opus quadratum*). Falamos de fiadas, quatro no total, sensivelmente horizontais e regulares, com uma altura que varia entre os 50/60cm, compostas por *opus caementicium* muito grosseiro e que foi colocado em fiadas sucessivas, deixando secar a anterior, sendo que as linhas de junção são perfeitamente visíveis. Esta estrutura foi construída de sul para norte, não tendo sido identificada qualquer vala de fundação, tendo-se apoiado directamente no afloramento rochoso.

O facto de o teatro de *Olisipo* se ter implantado numa zona de acentuada inclinação obrigou, para além do reforço do seu alicerçamento, à criação de uma área que permitisse a edificação de outras infraestruturas de apoio ao monumento.

Não sendo possível tecer considerações fundamentadas em relação ao real aproveitamento desta plataforma, a provável existência de um peristilo e de um templo, possivelmente de culto ao imperador, são hipóteses não despiciendas, sobretudo se compararmos com idênticas soluções em edifícios cénicos do Império Romano.

Se, pelos dados arqueológicos não é possível obter mais informações, a análise do edificado e a arqueologia da arquitectura são vertentes pelas quais enveredámos e que facultam novas interpretações para algumas das soluções adoptadas a sul do teatro.

Com efeito, se analisarmos o actual Museu do Teatro Romano, edificação sobre a qual por diversas ocasiões nos debruçámos (entre outros: Fernandes & Almeida, no prelo) quer no que respeita à sua configuração interna e implantação, é obrigatório correlacionar estes dados com os obtidos pela arqueologia. As relações a estabelecer devem abarcar as estruturas de época romana, acima sumariamente descritas, mas também as referentes à época moderna e destruídas pelo terramoto de 1755.

Tendo estas premissas como pressuposto, pensamos ser bastante verosímil o facto de o pequeno corredor que ocupa longitudinalmente a parte norte do interior do museu[5] poder corresponder a um troço de um criptopórtico. Esta interpretação permite justificar a actual organização interna do museu o qual, apesar de corresponder a uma reedificação pós terramoto, foi reerguido sob o antigo edifício do Celeiro da Mitra que aqui existia. Este celeiro, pertença da Mitra, apesar de não ter sofrido grandes danos em 1755[6], foi reconstruído de forma a que a sua fachada fosse realinhada com os novos arruamentos, acentuadamente mais largos, o que aconteceu igualmente com o edifício do Aljube, localizado a poente (Fernandes, Almeida & Loureiro, no prelo).

A proposta que agora apresentamos - ainda que peque pela ausência de vestígios que a malha urbana e as catástrofes naturais foram absorvendo – toma por base o edificado e tenta perceber de que modo este evoluiu e se metamorfoseou. A ideia de um criptopórtico permite explicar como o teatro se implantou numa vertente tão inclinada, solução arquitectónica que não seria estranha em *Olisipo*, já que se encontram registados um na actual Rua da Prata, sendo o possível embasamento do fórum corporativo ou mercantil de que falava José d'Encarnação (1973, pp. 4-6) e Cardim Ribeiro (1994, pp. 75-95) e outro, a nascente, nos antigos "armazéns Sommer" (Gomes *& alii*, 2004).

Se explanarmos esta solução verificamos que a mesma se adequa perfeitamente ao espaço construído existente e, em simultâneo, à modulação definida por Vitrúvio em relação ao teatro romano. A planificação do desenho, inteiramente regular em planta mas dificilmente perceptível no terreno pelo ruído introduzido pelas inumeráveis edificações que foram aproveitando o teatro, permite observar uma coincidência de implantações fruto, não de justaposições casuísticas, mas que respeitam pré-existências marcantes que subjazem no imbricado do tecido urbano.

O efeito cenográfico do conjunto decerto marcou a cidade, solução arquitectónica que, descendendo dos exemplos do Campo de Marte em Roma, se repetiu e diversificou nos teatros construídos nas províncias, com paralelos próximos, apenas mencionando a *Hispania*, com Bilbilis, Sagunto, Medellín ou Málaga.

---

5. Com uma largura de 2,70m (c. 9 PR) e cujo muro que estabelece a separação com a sala do museu possui uma espessura de 0,90m (3 PR).

6. O Tombo de 1755 refere claramente que "o celeiro e o Aljube ficaram de pé e habitados" (fl. 24) (*Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 . . .*).

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luís, CARDOSO, João Luís; SABROSA, Armando (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, pp. 143-181

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em* Olisipo*: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

CALADO, Marco (2008) – *Olisipo pré-romana: um ponto da situação*. Lisboa: Apenas.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894. Museu da Cidade (Texto Policopiado).

ENCARNAÇÃO, José d' (1973) – Criptopórtico romano no subsolo de Lisboa, em plena Baixa. *Jornal da Costa do Sol* [Cascais], 01-09-1973, pp. 4-6.

FERNANDES, Lídia (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 15, pp. 27-39.

FERNANDES, Lídia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio - (2012) Teatro Romano de Lisboa – sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo. *Al-madan*. IIª Série. 17. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. p. 44-55.

FERNANDES, Lídia; PINTO, António Nunes (2009) – Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 1, pp. 169-188

FERNANDES, Lídia; COROADO, João (no prelo) – Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010). In *8º Encontro de Arqueologia do Algarve A Arqueologia e as outras Ciências* (Silves, 21-23 Outubro 2010).

FERNANDES, Lídia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (no prelo) – Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15.

FERNANDES, Lídia; COROADO, João CALADO, COSTANTINO, Chiara (no prelo) – Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa: o caso do aproveitamento do *postcaenium* no decurso do século XII. In *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, Outubro 2012).

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António; MENDES, Henrique; GUERRA, Sandra; PINTO, Paula; RIBEIRO, Susana, (2004) – Primeiros resultados da intervenção arqueológica nos armazéns Sommer (Lisboa). Comunicação apresentada ao *IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, Setembro de 2004).

MANTAS, Vasco Gil (1997) – Olisipo e o Tejo. In *Actas do IIº Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha* (Padrão dos Descobrimentos, 2-4 Julho 1997). Lisboa: Ed. CML, pp. 15-41.

PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela (no prelo) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça. In *Actas 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005 (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha da; CALADO, Marco (no prelo) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a intervenção arqueológica urbana da rua de São Mamede ao Caldas n.º 15. *In Actas 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005 (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

RIBEIRO J. Cardim (1994) – Felicitas Iulia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-madan*. Almada. II série, 3, pp. 75-95.

ÁLVAREZ SÁENZ DE BURUAGA, J. (1982) – Observaciones sobre el teatro romano de Mérida. In *El teatro en la Hispania Romana*. Madrid. pp. 303-31l.

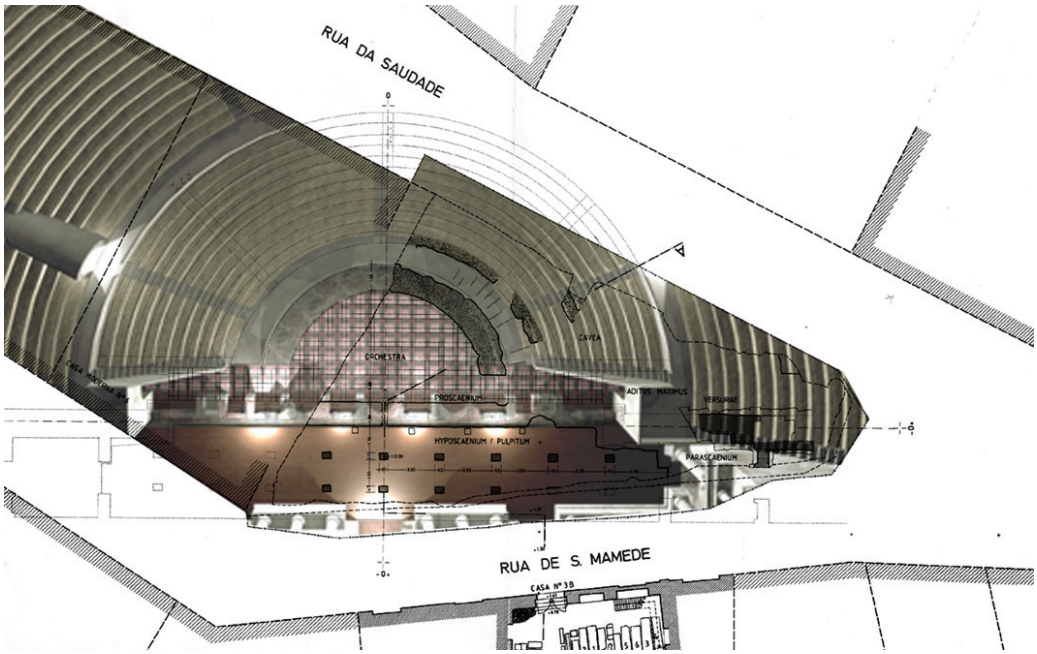


Figura 1 –Localização do teatro romano na planta actual da cidade de Lisboa, com a reconstituição da parte do interior do edifico cénico descoberto na década de 1960.

Figura 2 – Perspectiva de poente para nascente da área do pátio – Museu do Teatro Romano (R. S. Mamede nº 3-b). Em primeiro plano o afloramento rochoso onde se alicerça o *postcaenium* (estrutura do lado esquerdo da imagem) e do lado direito, as estruturas da Idade do Ferro e republicanas.

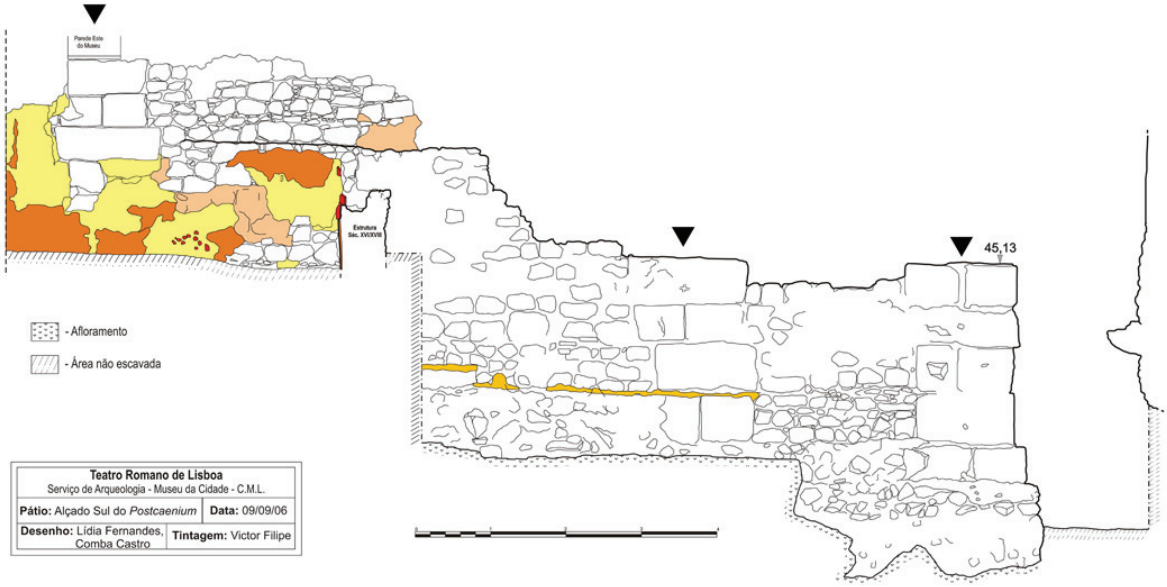


Figura 3 – Levantamento gráfico da face sul da estrutura do *postcaenium*, ainda com os rebocos (a cores) de época moderna. Área escavada em 2005. As setas indicam a localização dos "contrafortes" em *opus quadratum*.

Figura 4 – Perspectiva de nascente para poente observando-se o interior do *postcaenium*. Todos os muros e o pavimento são realizados em opus *caementicium*. Ao fundo, um dos contrafortes que emprega o *opus incertum*.

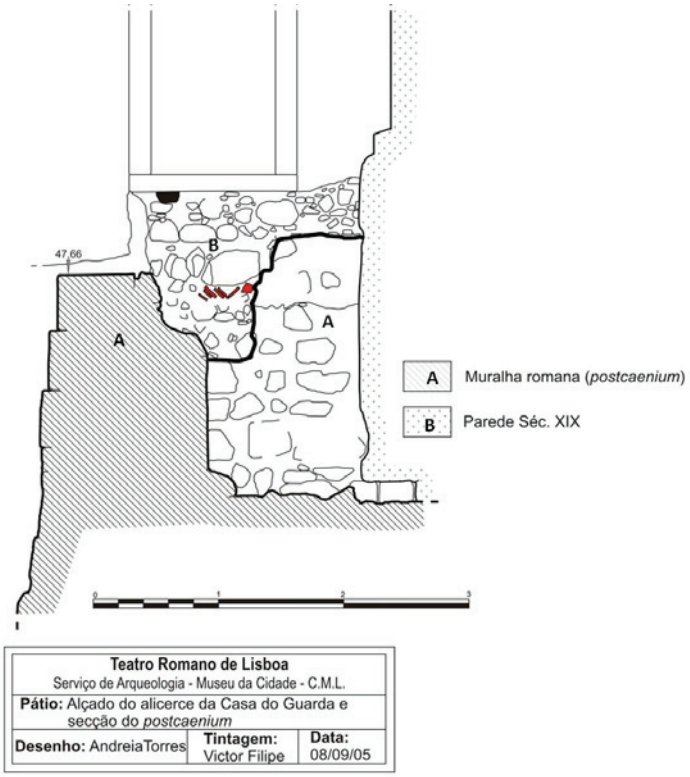


Figura 5 – Desenho da parede de topo da imagem anterior com a indicação dos dois tipos de aparelho.

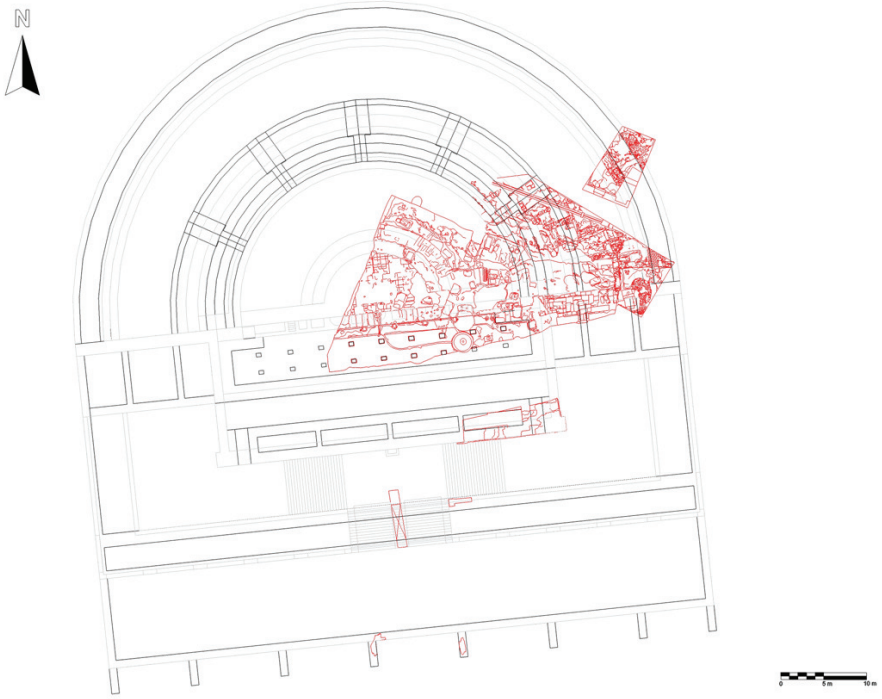


Figura 6 – Planta de reconstituição do teatro romano com representação das estruturas arqueológicas detectadas e das métricas do edifício. (Desenho de Carlos Loureiro, Museu da Cidade, C.M.L.).

Figura 7 – Muro de contenção a sul do *postcaenium*. O tracejado indica o limite do muro de época moderna (parte superior) e, inferiormente, a estrutura romana.

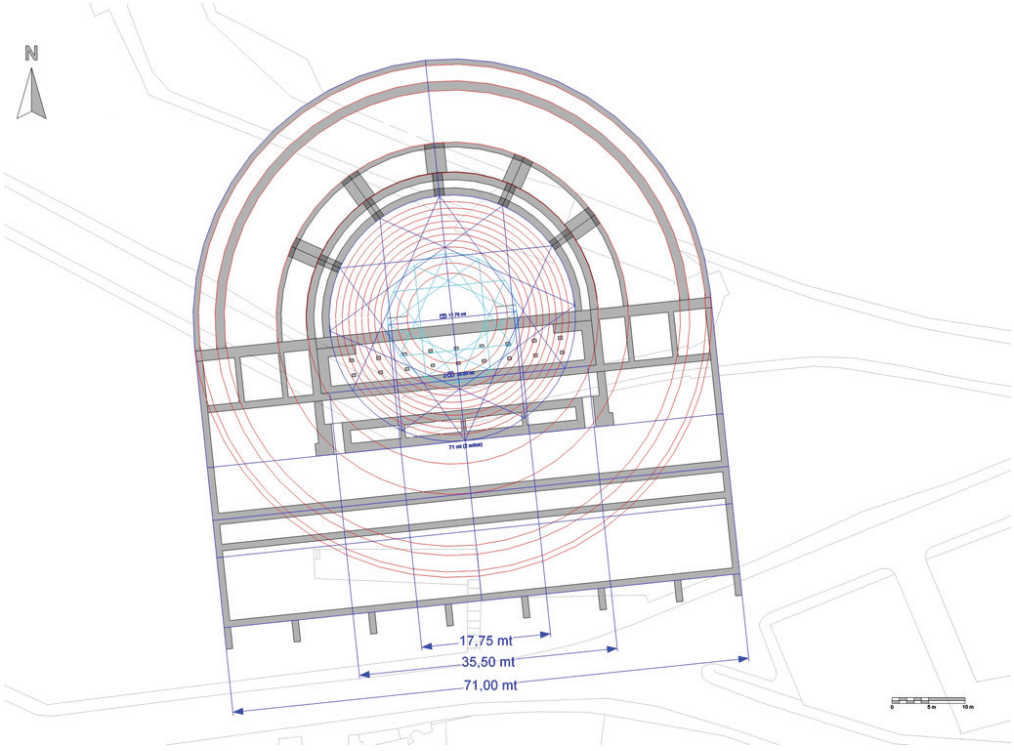


Figura 8 – Planta de reconstituição do teatro romano e da parte sul: *postcaenium* e estruturas de acesso. Está também representada a planificação vitruviana. Os muros rectilíneos posicionados mais à direita correspondem às estruturas de contenção do terreno referidas no texto e às detectadas no interior do actual Museu do Teatro Romano. (Desenho de Carlos Loureiro, Museu da Cidade, C.M.L.).

A *TERRA SIGILLATA* DO ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO DE ALTO DOS CACOS (ALMEIRIM)

Rodrigo Banha da Silva / Arqueólogo / Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Doutorado em História, especialidade de Arqueologia / rodrigobanhadasilva@gmail.com
João Pimenta / Arqueólogo / Mestre em Arqueologia e Pré-História / Museu Municipal de Vila Franca de Xira / pimentamarques@iol.pt
Henrique Mendes / Arqueólogo / Pós-Graduado em História e Arqueologia Medieval / Museu Municipal de Vila Franca de Xira / henriquecale@sapo.pt

RESUMO
Os autores publicam a *terra sigillata* do acampamento militar romano de Alto dos Cacos e reflectem sobre o significado de uma presença castrense na região no período imperial romano.

ABSTRACT
The authors publish the samian ware from the military camp of Alto dos Cacos (Almeirim) and reflect on the meaning of this military presence in the region in the Roman Empire.

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo aborda o conjunto de *terra sigillata* recolhido no sítio arqueológico de Alto dos Cacos, colectado no âmbito de prospecção superficial pelo Dr. Eurico Henriques em 1981 e 1982 (Pimenta *& alii*, 2012). O desenvolvimento de um projecto de estudo sobre produção oleira em época romana no Vale do Tejo por um de nós (J.P.), despoletou um novo momento de trabalhos de prospecção do local (J.P. e H.M.), tendo em vista aferir e precisar a informação antes reunida. O retomar do interesse sobre Alto dos Cacos, dada a sua importância científica e patrimonial, motivou o encetar do projecto do estudo e publicação sistemática da documentação artefactual, de que a presente publicação constitui um dos contributos, aproveitando os estudos sobre *terra sigillata* dos territórios de *Scallabis, Olisipo* e *Eburobrittium*, promovidos por outro dos autores (R.B.S.).

2. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

O sítio do Alto do Cacos implanta-se sobre uma área arenosa que constitui um extenso terraço plistocénico sobre a margem esquerda do paul de Vale de Peixes, com uma altitude média de 14m. Do ponto de vista geológico tratam-se de formações quaternárias antigas, representadas por argilas e areias com calhaus rolados (Zbyszewski, 1953).
Enquadrando-se administrativamente na freguesia e concelho de Almeirim, a cerca de 1,5 km a Este do centro histórico da cidade, detém as coordenadas lat. 39º 10' 23'' e long. 0º 28' 17'', constando da folha n.º 363 da *Carta Militar de Portugal* à escala 1:25000 (Figura 1).
Implantado nas imediações da Vala de Alpiarça e do rio Tejo, as características topográficas do local favorecem a implantação humana. Possuindo uma plataforma relativamente plana de orientação NE-SE, dispõe de excelente visibilidade e apresenta, apesar da sua escassa altura, uma posição francamente dominadora sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.
O seu *ubi* permite um contacto visual directo com espaços de ocupação romana e pré-romana da região: mesmo defronte, do outro lado do Rio Tejo, situa-se em posição de sobranceria a cidade de Santarém, antiga *Scallabis*; na mesma margem, também em perfeita conexão visual, ergue-se alguns quilóme-

tros para NE o povoado pré-romano e campo militar romano dos Chões de Alpompé; na mesma margem que Alto dos Cacos, a cerca de 2 km, situa-se o antigo povoado do Cabeço da Bruxa e, a 3 km, o *oppidum* do Alto do Castelo.

3. ALTO DOS CACOS: UM ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO

Os dados aferidos a partir do estudo dos materiais recolhidos no início dos anos oitenta, e dos recentes trabalhos de prospecção, permitem destacar a relevância que o sítio apresenta em época romana republicana. É a este período que se reporta a maior parte dos artefactos colectados durante as destruições de 1981-1982, elevando-se a várias centenas as cerâmicas de diversas classes (Pimenta *& alii*, 2012).

Os estudos em curso em torno da colecção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente a cerâmica campaniense, lucernas, "paredes finas" e ânforas, levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio. Apesar de estes carecerem de quaisquer coordenadas estratigráficas, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação centrada no século I a.C. É nesta fase que o antigo povoado pré-romano de Alto dos Cacos sofre uma brus ca e profunda transformação, sendo provavelmente desmantelado, e sobre ele instalado um acampamento romano de traçado regular, que em muito excede a dimensão do antigo assentamento indígena (Pimenta *& alii*, 2012). Esta interpretação assenta em três vectores, que reputamos de sólidos: primeiro nos dados objectuais, que permitem verificar a existência de uma expressiva ocupação de época tardo-republicana romana de perfil com paralelo noutros assentamentos castrenses do ocidente hispânico, casos da Lomba do Canho, em Arganil (Fabião, 1989), a própria Alcáçova de Santarém (Arruda & Almeida, 1999; Viegas, 2003; Bargão, 2006; Almeida, 2008), ou o Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira (Pimenta & Mendes, no prelo; Pimenta, 2013); segundo, nos artefactos bélicos presentes nas colecções depositadas na A.D.P.H.C.C.A., que atestam o cariz militar da presença romana republicana em Alto dos Cacos; por último, os dados da detecção remota que permitem vislumbrar, em consonância com o que se observa no terreno, a existência de uma antiga estrutura positiva subrectangular, regular e de cantos arredondados, possivelmente um recinto definido por muralhas de talude em terra, rodeada de fossos, fisionomia claramente assimilável a um assentamento castrense romano.

4. O CONJUNTO DA TERRA SIGILLATA DE ALTO DOS CACOS

O conjunto desta classe de cerâmica fina de mesa romana oriunda do sítio ribatejano é composto por 66 fragmentos, distribuídos de forma desigual pelos fabricos de distintas origens e cronologias. A sua avaliação quantitativa foi elaborada de acordo com as recomendações do "Protocolo de Mont Beuvray" (Arcelin & Tuffreau Libre, 1998), metodologia seguida pela investigação portuguesa mais actual sobre a matéria (Viegas, 2003, 2011; Quaresma, 2003, 2013; Silva, 2012). Aferidos deste modo, predominam globalmente as produções de modo itálico, sendo possível adscrever aquela península a proveniência da totalidade dos recipientes deste tipo de fabrico, em função das características macroscópicas de pastas e revestimentos. Pelas mesmas razões, os exemplares gálicos serão oriundos de La Graufesenque, ou dos centros seus subsidiários como Le Rozier, estando os vasos gauleses representados ligeiramente abaixo dos níveis atingidos pelos seus congéneres itálicos. Em menor grau, com cerca de metade do valor das produções citadas, surgem as elaborações hispanas, onde se constata um equilíbrio entre origens setentrionais riojanas e de Andújar, estando os restantes fabricos, africanos e do Mediterrâneo Oriental, documentados por um ou dois vasos apenas.

O conjunto analisado encerra um profundo significado quanto à dinâmica do sítio, com um impacte nas leituras acerca do processo de romanização do Vale do Tejo e restante região ribatejana.

O achado de um framento de *terra sigillata* oriental A, pertencente a um grande prato/pratel, por hipótese da forma Hayes 3 (Figura 2, n.º1), vem juntar-se à atestação da importação destes fabricos orientais verificada na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003, p. 41), comprovada também em Castro Marim e Faro (Idem, 2011). Não sendo garantida, é admissível equivaler aos primeiros consumos regionais de loiça de mesa vermelha, com elevada probabilidade ainda durante o período tardo-republicano, no séc. I a.C. Ora, este tipo de atestação, apesar de pouco expressiva quantitativamente, de um ponto de vista socio-cultural é do maior interesse por testemunhar, de forma categórica, a presença de indivíduos

Tabela 1 – Quadro de síntese dos vasos em terra sigillata do sítio de Alto dos Cacos.

Forma	Bordo	Carena	Fundo	Parede	Frag.	% Frag	Nmi	% Nmi
Hayes 3 ?	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Oriental A	0	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 2.1.1	2	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 11.1.4	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 18.2	2	0	0	0	2	3,2	2	4,4
Consp. 19.2	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 20.1	2	0	0	0	2	3,2	2	4,4
Consp. 20.3.2	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. B.1.2	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Prato Indeterminado	0	0	2	3	5	7,5	3	6,5
Consp. 22.1	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 22.5	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 22.6	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 34.1	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Consp. 36.4	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Taça Tronco-Cónica	0	2	0	3	5	7,5	0	0,0
Cálice	0	0	1	1	2	3,2	1	2,2
Total T.S.Itálica	14	2	4	7	27	39,6	18	39,4
Drag. 15/17	0	0	3	0	3	4,5	3	6,5
Drag. 18	6	0	1	0	7	10,5	6	13,0
Prato Indeterminado	0	0	0	2	2	3,2	0	0,0
Prato R Indeterminado	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Drag. 24/25	3	0	0	0	3	4,5	3	6,5
Drag. 27	1	1	1	0	3	4,5	1	2,2
Drag. 35	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Tigela Indeterminada	0	0	0	1	1	1,5	0	0,0
Hermet 18 ?	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Sudgálica	11	1	7	3	22	33,2	16	34,8
Drag. 15/17 Tr.	1	2	0	0	3	4,5	2	4,4
Drag. 15/17 And.	0	1	0	0	1	1,5	1	2,2
Prato Interm. And.	0	0	1	0	1	1,5	0	0,0
Drag. 27 Tr.	0	0	0	2	2	3,2	1	2,2
Drag. 27 And.	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Drag. 37 Tr.	1	1	0	0	2	3,2	1	2,2
Taça Decorada Tr.	0	0	0	1	1	1,5	0	0,0
Taça Decorada And.	0	0	0	1	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Hispânica	3	4	1	4	12	18,4	7	15,4
Hayes 14/17	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Prato Indeterminado	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Cl.Afr. A	1	0	1	0	2	3,2	2	4,4
Prato Indeterminado	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Cl.Afr. C	0	0	1	0	1	1,5	1	2,2
Hayes 59A	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Total T.S.Cl.Afr. D	1	0	0	0	1	1,5	1	2,2
Total	31	7	14	14	66	100	46	100

familiarizados com hábitos de consumo de elevada especificidade, muito profundamente romanizados, itálicos, aspecto que não podemos deixar de colocar em relação com o perfil que se entrevê militar para os ocupantes do local. O mesmo tipo de observação é, aliás, extensível ao prato em modo itálico Consp. 2.1.1 (Figura 2, n.º2), cuja cronologia remete ainda para os finais da centúria antes da Era, elemento prévio ao grande volume de importação de vasos similares com a mesma origem.

O remanescente do conjunto de recipientes de modo itálico testemunha uma maior intensidade de consumo no período tardo-augústeo e tibério, com correspondência nos dados da vizinha Santarém (Viegas, 2003) e que ocorre também em Lisboa (Silva, 2012), o centro portuário a partir do qual a comercialização dos vasos fazia a sua penetração no Vale do Tejo.

As duas "marcas de oleiro" com esta origem atestam elaborações da oficina arretina de *Caius Memmius*, através do seu escravo *Anthus* (OCK 1139 – Est. III, n.º 19), como do pisano *Valerius* (OCK 2291 – Est. III, n.º20), este último presente em âmbito hispano apenas em Tarragona, Ampúrias e Elche (OCK). Ambas as impressões são concordantes com cronologias augústeas, merecendo saliência a primeira citada dado que o artesão é conhecido apenas por pratéis e um prato, como aqui acontece, dos quais apenas um exemplar de Roma tem tipologia conhecida, Consp.3.1. No mesmo sentido, do escasso número de vasos por ele marcados apenas se conhece um tipo de punção, conjunto de elementos que permite supor uma produção especializada, muito limitada no volume e no tempo, que, apesar disso, conhece uma ampla difusão: Alexandria (1x), Roma (4x+2?), Ampúrias (2x), Tarragona (1x) (OCK-CD ROM), e Santarém (1x) (Viegas, 2003). A sua presença simultânea no campo de Alto dos Cacos e na colónia enfatiza uma vez mais a estreita ligação entre ambos os arqueossítios e ilustra o papel da cidade de *Scallabis* como centro redistribuidor a nível regional nos inícios do Império Romano, como havia já sido entrevisto (Viegas, 2003).

O mesmo perfil de importação mantém-se ao longo da fase de domínio dos mercados pelos produtos oriundos da Gália, que se estende genericamente desde finais do principado de Tibério ao de Domiciano (c.30 a 95 d.C.), onde estão presentes as morfologias de prato e tigela mais comuns, Drag.15/17, 18 (Figura 3, n.ºs 22 a 24 e III, n.º28), 24/25 (Figura 4, n.ºs 29-30) e 27 (Figura 4, n.ºs 32-33), a tigela Drag.35, de cronologia seguramente flávia, como também elementos que denotam um consumo socialmente diferenciado, casos do pratel de servir à mesa, ou da forma Hermet 18 (?) (Figura 4, n.º31), pouco vulgarizada em contextos lusitanos. Duas "marcas de oleiro" comprovam a origem em La Graufesenque, uma ilegível (Figura 4, n.º 28) e outra atribuível ao artesão *Aper* (Figura 4, n.º 27). Terá sido nos finais deste mesmo período, ao longo da dinastia flávia, que os vasos hispanos concorreram com os gálicos (Figura 4, n.ºs 34-40), todavia admitindo-se uma maior longevidade até meados do séc. II d.C. para estas elaborações oleiras.

Com segura posteridade aos meados do séc.II d.C, estendendo-se até ao séc. IV d.C., rareiam os testemunhos desta classe cerâmica. Esta evidência implicará, necessariamente, o abandono do local como sítio militar e a sua transformação noutro tipo de ocupação, rural, cujo carácter manifestamente é impossível de determinar no momento dada a falta de elementos. Os escassos artefactos com estas cronologias corroboram esta imagem de fraca presença humana, caso de um prato em *terra sigillata* clara africana D da morfologia Hayes 59A (Figura 4, n.º41), dois fragmentos de bocais de ânforas lusitanas da forma Almagro 51C, um antoniniano de Galieno (253-268 d.C.) e da referência oral a ter sido recolhido um outro numisma, atribuível ao dominado de Constantino (306-337 d.C.).

5. DE CAMPO MILITAR ROMANO A ELEMENTO ESTRUTURANTE E ESTRUTURADOR DO TERRITÓRIO.

Como ficou acima demonstrado pela apresentação do conjunto da *terra sigillata*, o sítio militar de Alto dos Cacos não é de todo abandonado com o fim dos conflitos bélicos dos finais da República. De facto, entre os materiais colectados preserva-se uma colecção coerente, e quantitativamente relevante, de materiais que atestam uma clara continuidade da ocupação, mantendo-se o local activo ao longo do século I d.C., só entrando em franco declínio a partir dos Flávios para, possivelmente, ser abandonado no século II d.C.

Os materiais apresentados colocam, portanto a questão: qual a razão da manutenção deste sítio de cariz militar numa época onde este já não faria aparentemente sentido, dada a *pax romana*? Terá o acampamento mantido a sua função inicial? E se

sim, terá esta estado conotada com a dedução colonial de *Scallabis* e a necessidade de uma presença militar, e nesse caso com que fundamento?

Não é aqui o sítio para discutir a questão da data exacta da fundação da colónia, que aliás não é ainda um tema totalmente consensual (ver sobretudo Mantas, 1993; Faria, 1995; Alarcão, 2002 e Viegas, 2003). Importa reter, porém, que o primeiro gizar de um programa de criação de cidades de estatuto privilegiado e de uma política coerente de colonização corresponde, na Península Ibérica, ao final das guerras civis entre César e Pompeu (Mantas, 1993). Independentemente da *Colonia Scallabitana* ser uma criação de César ou já de Octávio, algo que é indiscutível é ter tido na sua génese uma origem militar, inserindo-se a sua fundação numa estratégia de defesa ou prevenção da linha do Tejo (Mantas, 1993, p. 485).

A chegada e implantação de um conjunto considerável de colonos, possivelmente veteranos das campanhas cesarianas, desencadeou um processo de enérgicas transformações no território, que segundo a investigação, ainda hoje marcam a paisagem (Mantas, 1996, 2002; Quinteira, 1996). A implantação da colónia teve, deste modo, efeitos práticos sobre o seu território. De facto, implícita ao estabelecimento dos colonos encontra-se a centuriação do seu território, destinada aos novos habitantes terra tenentes, a quem terá sido entregue uma parcela de terreno a explorar. Segundo Vasco Mantas, "não faltam vestígios dessa grande operação de ordenamento económico e administrativo, cujo módulo foi o da *centuria quadrata* de 50 hectares (c. 710×710m)" (Mantas, 2002, p. 111).

Qual o papel do acampamento romano de Alto dos Cacos neste novo desenho político? Como já referimos, a comprovada permanência da sua ocupação ao longo do século I d.C., pelo menos, numa fase já de paz e num novo cenário à escala do território, leva-nos a propor que a sua continuidade esteja relacionada com a fundação e implementação física da *Colonia Scallabitana*. Propomos assim, e como hipótese de trabalho, que o acampamento de Alto dos Cacos, se terá mantido como elemento estruturante e estruturador de uma nova paisagem política, em cuja construção os militares terão tido um papel de relêvo, entre outros aspectos no assegurar de obras de engenharia essenciais como as construções viárias ou a acção de parcelamento agrário do território, matérias para os quais estariam especialmente vocacionados, inclusivé pelo seu "saber fazer".

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (2002) – Scallabis e o seu território. In A.M.Arruda, C.Viegas e M.J.Almeida (dir.), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 37-46.

ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C.; GONÇALVES, A. (coord.) (2010) – *Castelo da Lousa Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. In *Stvdia Lvsitana*, n.º 5. Mérida.

ARCELIN, P.; TUFFREAU LIBRE, M. (dir.) (1998) – *La quantificacion des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)* (Collection Bibracte, 2). Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray.

ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios* (Collecció Instrumenta, 28). Barcelona: Universitat de Barcelona.

ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999) – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie Romaine*. Madrid, Casa de Velásquez, p. 307-337.

BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa orientada pela prof.ª Dr.ª Ana Margarida Arruda (policopiado).

FABIÃO, C. (1989) – *As ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)* (*Estudos,* 1). Lisboa: Uniarq.

FARIA, A. M. (1995) – Plínio-O-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas Hispano-Romanas localizadas no actual território português. In *Vipasca-Arqueologia e História*, 4. Aljustrel, p. 89-99.

MANTAS, V. G. (1993) – As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 467-500.

MANTAS, V.G. (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

MANTAS, V. G. (2002) – A rede viária de Scallabis. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (dir.), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-152.

OCK= Oxé, A.; Comfort, H. e Kenrick, P. (2000), *Corpus Vasorum Arretinorum* (2ª Ed., revista e ampliada) (Antiquitas, 41). Bona: Dr. Rudolf Habelt GMBH.

PIMENTA, J. (coord.) (2013) – *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo*. Lisboa e Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos* – Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (no prelo) – Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Cientifica «As paisagens da romanização-fortins e ocupação do território no séc. II a.C.-I d.C.»* (Anejos de Archivo Español de Arqueología).

QUINTEIRA, A. J. (1996) – *Scallabis. Análise Contextual e Perspectivas de Futuro*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia apresentada Universidade do Minho (policopiado).

QUARESMA, J. C. (2003) – *Terra Sigillata Sud-Gálica num Centro de Consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)* (Trabalhos de Arqueologia, 30). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

SILVA, R. B. (2012) – *As "marcas de oleiro" na* terra sigillata *e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, orientada pela Prof.ª Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio* (Trabalhos de Arqueologia, 26). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve, Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias, 3). Lisboa: Uniarq.

ZBYSZEWSKI, G. (1953) – *Carta Geológica de Portugal. Na Escala 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 31-A Santarém*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

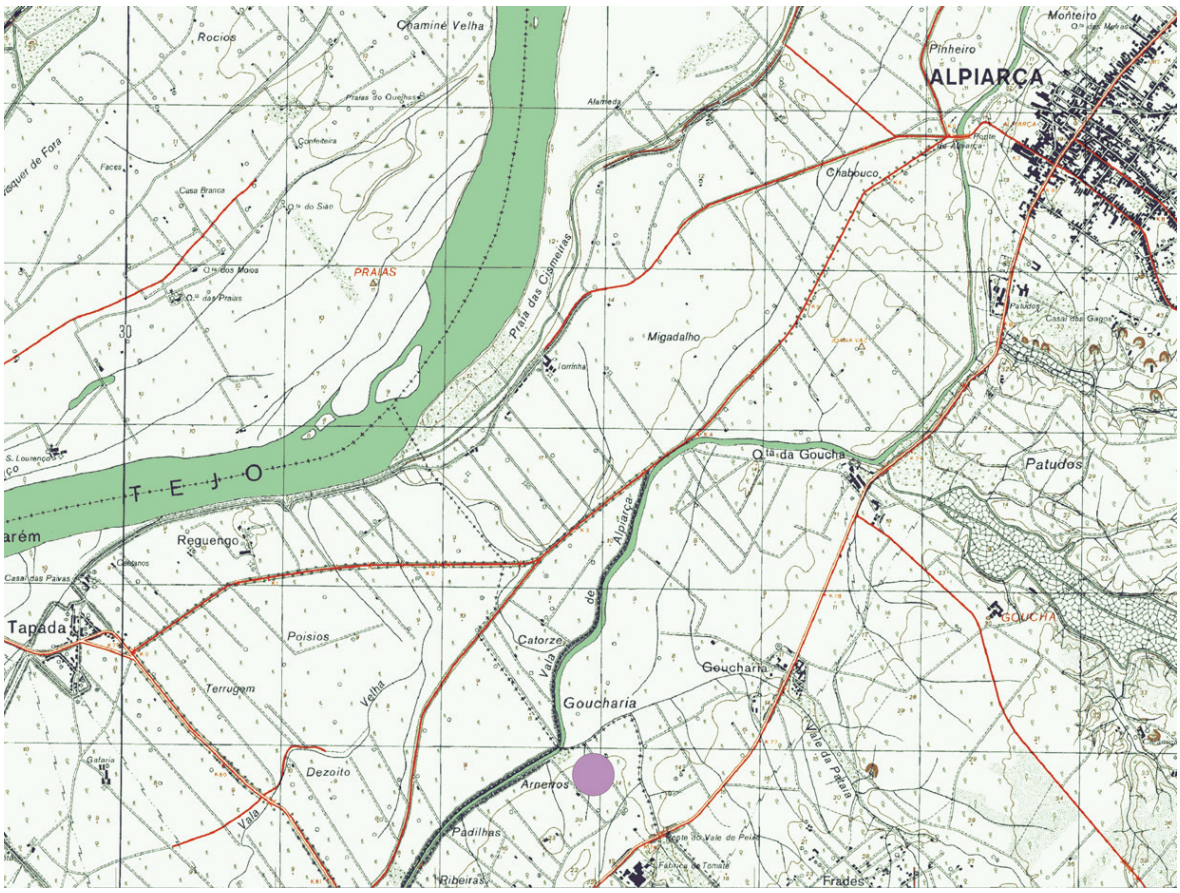


Figura 1 – Localização da estação de Alto dos Cacos na folha n.º 363 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25000.

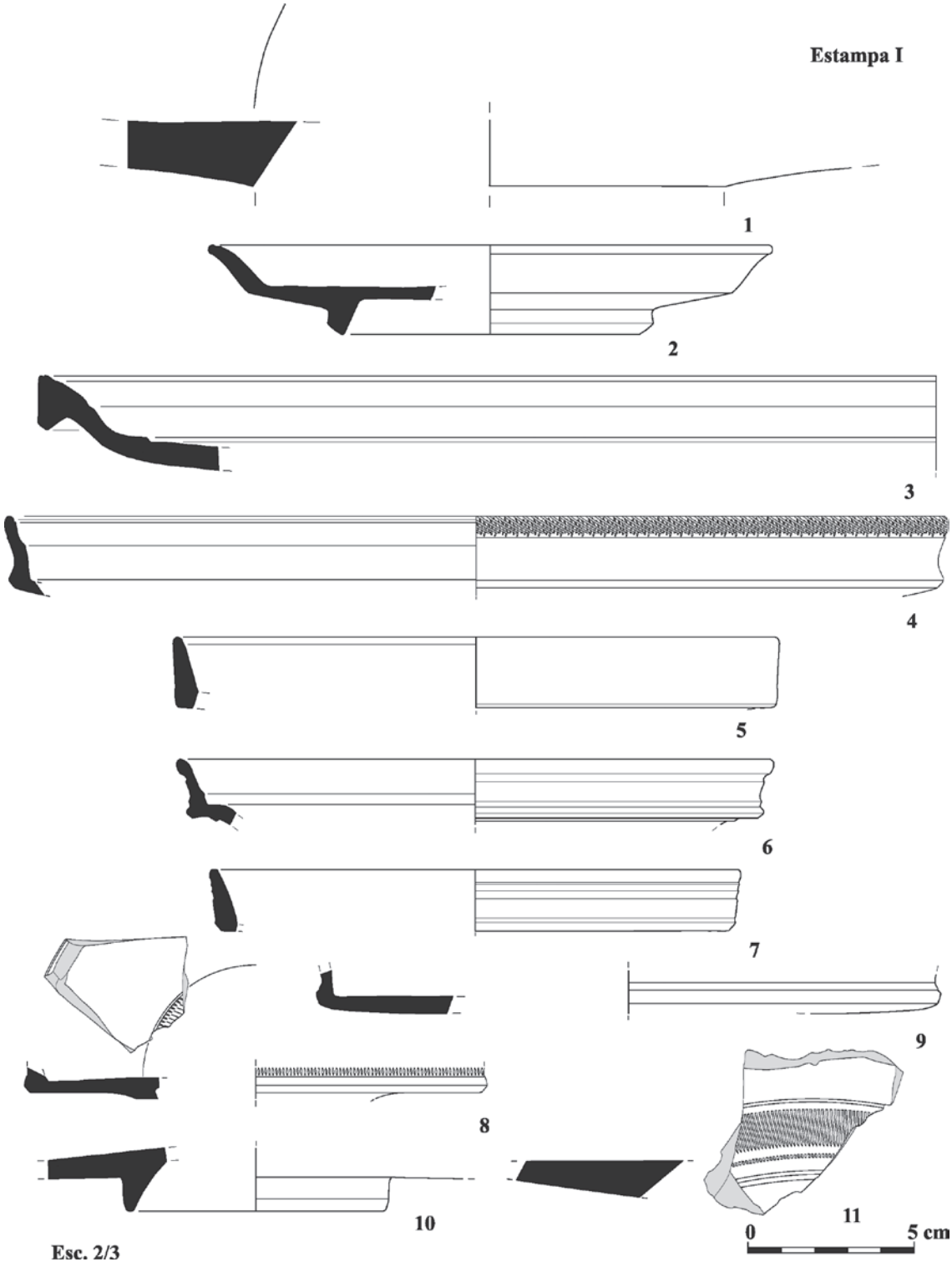


Figura 2 – Terra Sigillata Oriental A (n.º1) e de modo itálico (n.ºs 2-11) de Alto dos Cacos (Almeirim).

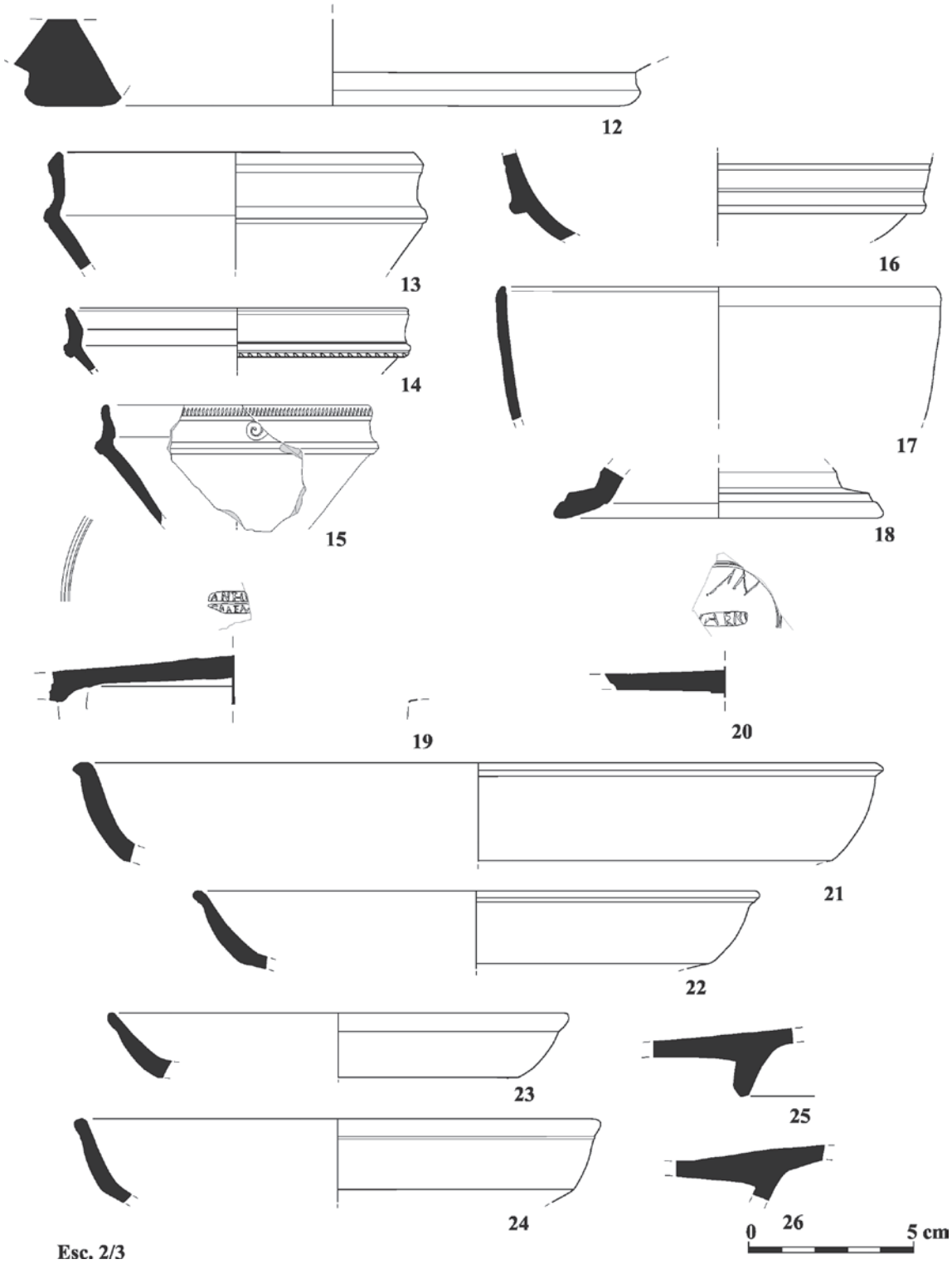


Figura 3 – Terra Sigillata de modo itálico (n.ºs 12-20) e sudgálica (n.ºs 21-26) de Alto dos Cacos (Almeirim).

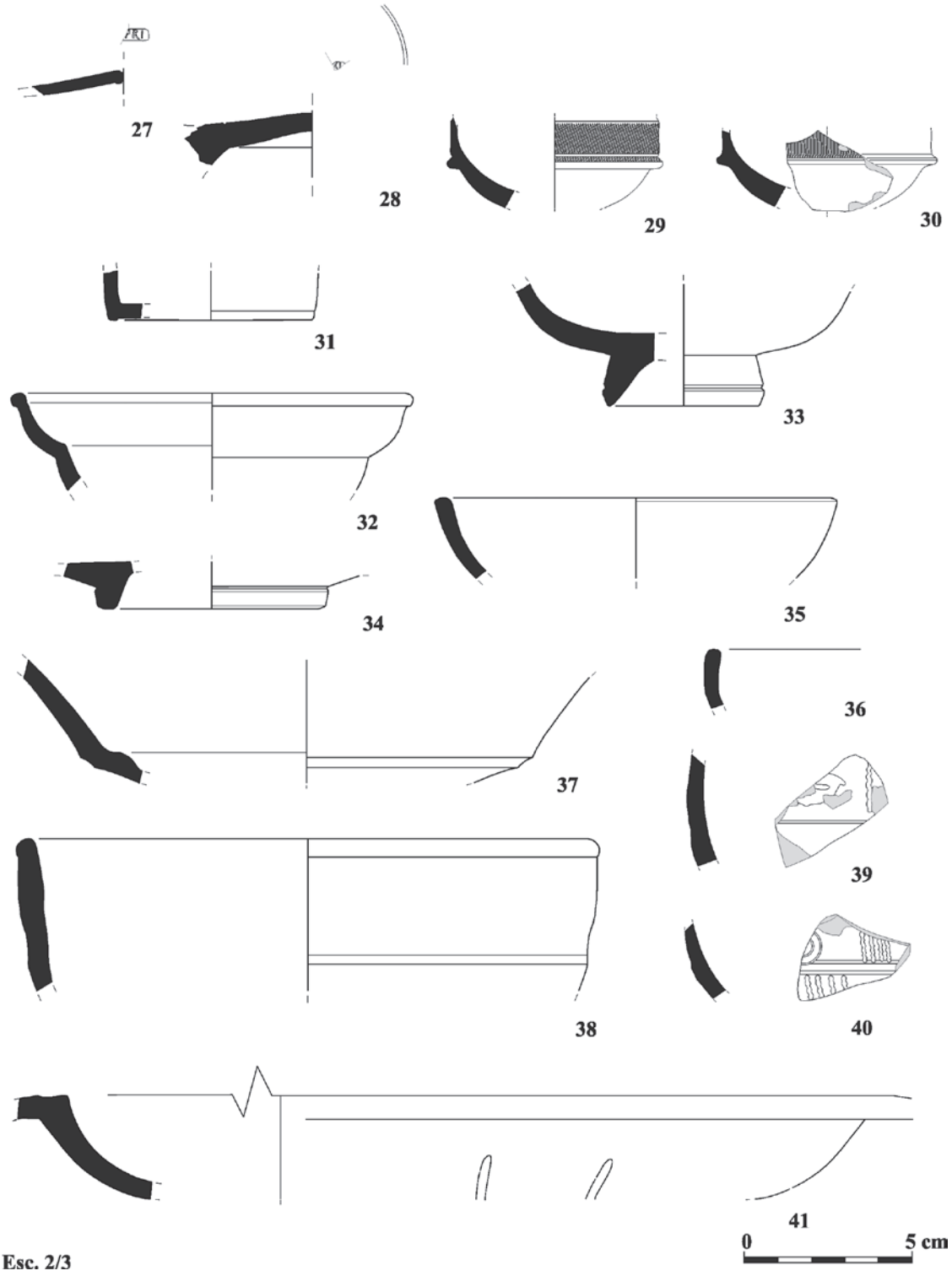


Figura 4 – Terra Sigillata sudgálica (n.ºs 27-32), hispânica (n.ºs 33-40) e africana clara D (n.º 41) de Alto dos Cacos (Almeirim).

O COMPLEXO MINEIRO ROMANO DE TRESMINAS E JALES

Carlos Batata / Doutorando em Arqueologia de Minas na Universidade de Évora / carlosambatata@gmail.com

RESUMO

O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales, situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar, onde se explorava essencialmente ouro, representou para os romanos uma importante fonte de riqueza para sustentar o crescimento do Império Romano.

Tendo sido iniciada pelo sistema de exploração de poços e galerias que atingiram os 120 m de profundidade, viria, ao longo dos sécs. II/III a tornar-se uma exploração intensiva a céu aberto, tendo sido escavadas duas grandes cortas mineiras que impressionam pelo seu tamanho. A exploração terminou em meados do séc. III d.C..

O Complexo encontra-se muito bem conservado, tendo-se identificado três barragens, vários canais, 1 cisterna, 2 povoados (um deles com 6 ha), uma necrópole e um recinto talvez religioso.

ABSTRACT

The Roman Mining Complex of Tresminas and Jales, in the municipality of Vila Pouca de Aguiar, where they mined essentially gold, represented to the Romans an important source of gold in order to sustain the growth of the Roman Empire. Having been initiated by the operating system of shafts and galleries that reached 120 m deep, was, throughout the 2nd and 3rd century AD to become an intensive exploration in the open pit mine, having been excavated two large "cortas" that impress by their size. The operation ended in the middle of the 3rd century AD. The complex is very well maintained and we identified three dams, many canals, 1 cistern, 2 villages (one with 15 ac), a necropolis and an enclosure with perhaps religious origin.

INTRODUÇÃO

O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales (Figura 3) é o conjunto mais importante de estruturas mineiras do Império Romano e o melhor conservado. Para além das 7 cortas mineiras conhecidas (duas delas de grande envergadura) (Figuras 1 e 2), apresenta um grande número de galerias, com funções diversas.

Entre 2007 e 2010, realizou-se um Projecto de Investigação Arqueológica em Tresminas, da responsabilidade do signatário, cujo programa incidiu sobre a escavação do povoado mineiro, lavarias (tanto em Jales como em Tresminas), cisterna, recinto, aqueduto, povoado da Idade do Ferro e identificação dos canais que levavam água para a exploração (Batata, 2011).

Entre 2011 e 2015 prepara o autor a sua tese de doutoramento dedicada exclusivamente ao importante complexo mineiro que impressionou engenheiros de minas e arqueólogos de reconhecido mérito. W. R. Jones (1955) referiu-se assim a Tresminas: "(…) *Near the village of Covas in the Province of Montes, Portugal, there occur some of the most spectacular ancient workings to be found anywhere in Europe* (…)". R. A. Mackay (1957) disse: "(…) *In considerable experience of ancient working in Cyprus, Serbia, Spain and the Middle East I have seen nothing approaching the size of these excavations* (…)". Por seu lado Jorge de Alarcão (1988) afirmou: "(…) *As minas romanas mais importantes de Portugal, são sem dúvida as de Três Minas* (…)".

MINAS DE JALES

A área de Jales, fazendo parte do complexo mineiro de Tresminas, apresenta uma exploração subterrânea de filão, tendo sido encontrados, numa galeria romana do 2º piso, lucernas, martelos-picão, couro, e traves de entivação. A maior parte da exploração romana foi destruída por trabalhos de mineração realizados no séc. XX. A oeste das minas romanas

encontra-se o povoado mineiro com cerca de 2 ha de tamanho, em bom estado de conservação.
Um pouco a norte encontra-se uma exploração a céu aberto (Gralheira), numa extensão de 1 km, realizada através do desmonte superficial do filão numa largura entre 1 e 3 m. Os trabalhos parecem ser de origem indígena, embora a única prova indirecta seja a proximidade do povoado castrejo de Cidadelha de Jales. As escavações arqueológicas dirigidas pelo signatário comprovaram a ligação efectiva do povoado castrejo à mineração romana. Para além da existência de casas muito rudes de habitação, parcialmente escavadas na rocha, no que parece ser um hábito mineiro, a escavação de uma plataforma, encostada à face interna da muralha sul, revelou a presença de camadas de estéril das minas, utilizadas para nivelamento do piso.
Na margem direita do rio Tinhela, abaixo da exploração, encontra-se uma lavaria, existindo espalhadas nos terrenos, em grande profusão, mós de trituração da rocha e bases de moinhos de pilões. Realizámos aí alguns trabalhos de escavação. Junto à linha de água escavámos o designado Forno dos Mouros, tendo obtido a planta de um forno de fundição. Na encosta, por cima do forno, foi definida a planta de um edifício e escavado um dos compartimentos. A sua função estará ligada a actividades metalúrgicas, embora seja necessário escavar o resto do edifício para perceber a sua funcionalidade.
Um pouco mais a norte deveria existir uma barragem na Ribeira dos Peliteiros, pois na margem direita encontra-se um canal escavado na rocha, provindo duma área que se chama o Lago. Embora não existam restos da barragem, o canal dirige-se ao local onde se encontra a lavaria anteriormente referida.
Nas cabeceiras da Ribeira da Peliteira encontra-se uma barragem de terra, em bom estado de conservação, que deveria abastecer uma outra mina de filão, situada junto à estrada nº 206 (Mina de Fragas da Varanda), faltando ainda identificar o mineral explorado. Esta encontra-se muito abatida, sendo reconhecíveis diversos poços de arejamento ou de extracção.

MINAS DE TRESMINAS

Após os trabalhos de levantamento topográfico efectuados pela Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, no sentido do aproveitamento turístico das minas, as medidas obtidas para a Corta de Covas cifram-se em 450 m de comprimento por 140 m de largura e uma altura de cerca de 60 m.
Várias galerias aí foram escavadas: a Galeria do Texugo (Buraco dos Santos) foi escavada a cerca de 110 m de profundidade dentro da montanha, no lado norte da exploração; nesta galeria foram encontrados nichos escavados nas paredes bem como lucernas do I e II séc. d.C., fragmentos de cerâmica, uma fíbula em prata e moedas de Cláudio. A Galeria do Pilar, deriva o nome do facto de ter um pilar lá dentro, sustendo a parte terminal dum poço e está situada a norte da corta, a 90 m de profundidade, com um comprimento de 320 m dos quais são visitáveis 140 m, medindo de largura entre 2,90 e 4,30 m e altura de 1,80/1,90 m (Dormergue, 2008: 103), também com nichos para as lucernas; ao longo desta galeria foi escavado um canal profundo (23 m) com largura entre 0,90 a 1,1 m (Almeida, 1973: 560), ligando à Galeria do Texugo. A 125 m da entrada apresenta um alargamento da galeria, de formato circular com 5,5 m de diâmetro e 3,5 m de altura, onde pode ter existido um engenho (cabrestante) para eventual elevação de rochas mineralizadas provenientes das galerias inferiores. Apresenta rodados dos carros de transporte, com largura (de eixo a eixo) de cerca de 1,2/1,3 m.
A Galeria dos Alargamentos situa-se a este, a 50 m de profundidade e tem cerca de 150 m de comprimento, dos quais são visitáveis 145 m, por 2 m de largura e 1,5 m de altura. Apresenta rodados dos carros de transporte, com largura (de eixo a eixo) de cerca de 1,2 m e uma bifurcação a 135 m da entrada, com uma galeria pedonal com degraus à esquerda, galeria de acesso à corta em frente e do lado direito, um poço de ventilação com ligação às galerias inferiores e algumas galerias de exploração subterrânea. Deriva o seu nome do facto de ter 4 alargamentos na galeria que permitiam a passagem de carros nos dois sentidos.
A Galeria Esteves Pinto, situada a sul da Corta de Covas, é uma galeria de transporte e escoamento do minério, existindo rodados dos carros no seu piso. Situada cerca de 25 m abaixo do topo da exploração deve ser a galeria mais antiga, e tem o comprimento de 170 m e largura de 2,8 m, dos quais são visitáveis 30 m.
As medidas topográficas da Corta da Ribeirinha, revelam que a corta tem 385 m de comprimento por 125 m de largura e 100 m de profundidade do lado sul e 40 m do lado norte. Tem duas galerias de transporte pedonal e evacuação de águas e uma outra na

encosta. As galerias são de dimensões menores e menor comprimento, sendo o minério transportado manualmente. As sondagens geológicas realizadas em 1987-1988 (Farinha e Meireles, 1988 e 1988a), revelaram que a camada de entulhos é pequena, tendo os romanos atingido a profundidade máxima de 120 m, nalguns pontos, não existindo galerias nem havendo mineralizações abaixo desta cota. A corta foi totalmente explorada, não tendo os romanos deixado nenhum filão por explorar.

A Galeria do Buraco Seco apresenta uma largura de cerca de 1,5 m, altura de 1,9 m e comprimento de 90 m. A Galeria dos Morcegos apresenta uma altura de 1,6 m, largura de 3, 5 m e comprimento de 160 m.

A Corta dos Lagoinhos ou dos Laguinhos é uma exploração subterrânea de filão através de galeria, abatida na sua parte inicial. Tem 60 m de comprimento, 4 m de largura e uma altura de 12 m, apresentando muitos poços de diversos tamanhos, ao nível do solo. O Poço 1 da Corta de Lagoinhos não parece apresentar, à primeira vista, ligação com a Corta de Lagoinhos. Porém, uma área entulhada no topo noroeste da galeria pode estar ligada à rede de galerias desta mina.

A exploração foi iniciada através da construção de um poço com 1,3 x 1,3 m de lado e profundidade de 5,5 m, a partir do qual se abriu uma galeria para noroeste com 8 m de comprimento, largura de 0,7 m e altura de 1,3. Para sudeste também se abriu uma galeria com 6,5 m de comprimento, largura de 0,8 a 1 m e altura de 1,5 m.

Um pouco afastada, a mina mais oriental (Mina de Lagoinhos) apresenta características um pouco diferentes da exploração anterior. No início terá sido aberto um poço quadrado, com as dimensões de 1,3 x 1,3 m de lado e 4 m de profundidade, dando para uma galeria descendente, com 12 m de comprimento, acompanhando o filão de orientação sudeste-noroeste, tendo no final uma galeria-travessa, com 2 m de comprimento, orientada a nordeste. Esta galeria teria uma largura de 1 m e altura variando entre 1,5 m inicial e 1,7 m no cotovelo, diminuindo depois na travessa até à altura de 95 cm. Os resultados da galeria de prospecção terão sido fracos, pois não existem desmontes. A galeria-travessa e a junção com a galeria principal apresenta cinco nichos para lucernas.

A 2ª fase consistiu na abertura de um poço rectangular, no chão da galeria, de 1 x 1,3 m de lado, até profundidade desconhecida, pois este poço encontra-se entulhado, só sendo possível descer 4,5 m. No entanto, como não acumula água, parece indicar a existência de galerias num andar inferior. Para construir este poço e galerias inferiores, a galeria inicial foi transformada para facilitar o trabalho de extracção. Assim, a galeria foi rebaixada, tendo ficado com a altura de 3,5 m, rampeando depois através de degraus até ao poço. O andar inferior deve ter sido proveitoso, pois houve necessidade de abrir um poço até à superfície, no enfiamento do que dava acesso às galerias inferiores, num eixo excêntrico, cuja lógica nos escapa. As dimensões deste poço são iguais às do primeiro, situando-se este a 8 m de distância. Seria por ele que se faria todo o transporte de estéreis e minerais.

No primeiro poço, a parede nordeste foi demolida, tendo sido construído um lance de degraus que facilitavam o acesso à mina.

Mais afastada mas no alinhamento da mineralização, a Mina da Gralheira caracteriza-se pela abertura inicial de um poço rectangular de 1 x 1,3 m e profundidade de 7,5 m, a partir do qual se abriu uma galeria para sudeste, acompanhando o filão que tem a mesma orientação, com a extensão de 19 m. Aos 3 m foi aberta uma galeria-travessa, com o intuito de localizar eventuais filões paralelos. Estas galerias tinham 1,10 m de largura e uma altura de 1,5 m. A abertura destas galerias permitiram determinar o fim do filão ou da bolsada, em comprimento e em largura. No sentido contrário, ou seja, para noroeste, foi aberta outra galeria, a uma cota inferior, mas seguindo também o filão, aprofundando-se o poço para os 9,5 m. Esta galeria tem o comprimento de 16,5 m, com a mesma largura e altura das anteriores. A parte terminal apresenta evidenciada a técnica de abertura da galeria, apresentando uma reentrância semi-circular junto ao tecto da galeria, que seria aberta a ponteiro e martelo, sendo o resto, até ao chão da galeria, aberto com martelo-pico, mais pesado, mais demolidor e mais rápido. Também deste lado foi aberta uma galeria-travessa, a 4 m do poço. Permitiu determinar com rigor o comprimento e largura da bolsada, que se apresentava com 27 m de comprimento e uma largura máxima de 5 m; em termos de profundidade apresentava uma possança também de 5 m. Pensamos que podem existir outras galerias em pisos inferiores, pois apesar do entulho na base do poço, toda a água que escorre para dentro da mina, vinda da encosta, desaparece, sem formar lago.

Para abastecer a exploração foram construídas duas barragens de terra no Rio Tinhela, situadas a 5 km em linha recta, perto da povoação de Tinhela de

Baixo. Estas ligavam-se à exploração através de canais de água em terra, sustidos por paredes em xisto, nas encostas das serras. Quando não era possível contornar os afloramentos rochosos os canais eram abertos nestes, normalmente com a largura de 50 cm. No caso de existirem montes mais elevados, abria-se um canal subterrâneo para a passagem das águas. O percurso do canal da Barragem da Ferraria é mais ou menos conhecido, encontrando-se vestígios do mesmo em diversos pontos.

A Barragem do Vale das Veias abastecia também a exploração mineira de Tresminas, sendo uma parte do percurso feito através de um túnel subterrâneo (Túnel do Pedroso) com 250 m de comprimento e 5 respiradores, cujos montículos de terra se encontram ainda no cimo e encostas da serra. A água de ambas as barragens viria desaguar a uma cisterna (identificada por Jürgen Wahl (1993) existente perto da Corta de Covas, de onde era depois derivada para as diversas lavarias. Destas estão já identificadas quatro: uma à saída da Galeria do Pilar, outra na saída da Galeria de Esteves Pinto, uma por baixo do povoado romano e a última no Vale de Braceiros, a oeste do povoado mineiro.

Em Cevivas, uma povoação situada a norte do complexo, existem vários troços de canais escavados na rocha que apontam para a existência de mais barragens romanas no Rio de Curros e outras lavarias.

O número de peças artefactuais ligadas à exploração mineira é impressionante. Mais impressionante é a quantidade de inscrições romanas encontradas (2 na zona de Jales e 17 em Tresminas), que nos dão dados importantes sobre a caracterização social, religiosa e militar das populações que viveram e trabalharam no complexo mineiro romano. Seis destas inscrições são votivas, o que nos remete para a provável existência de um templo, ainda não localizado. As restantes são funerárias. Assim, destaca-se a quantidade de indígenas romanizados e romanos de Clúnia, em número de 7, provavelmente operários especializados; destaca-se a presença, em momentos diferentes, de militares de duas legiões (a VII Legião Gemina Félix e I Coorte Gálica Equitata). A inscrição funerária do Campo de Jales, a que se poderá juntar a inscrição de Reboredo (Gestal), a denunciar a existência de duas necrópoles, a primeira ligada ao povoado mineiro de Jales e a segunda a uma possível *villa* romana, referem-se a inscrições funerárias, a primeira de indígenas e a segunda provavelmente de libertos, ambas datáveis do séc. I/II d. C.

Os outros locais de achados, situados mais longe, nos vales, deverão certamente ser interpretados sobretudo como locais de preparação e tratamento metalúrgico (lavarias), para cuja localização a proximidade da água era a condição prévia mais importante.

CONCLUSÃO

Em face das investigações levadas a cabo entre 2007 e 2010, conclui-se pela existência de uma exploração subterrânea inicial, baseada na abertura de poços e galerias de prospecção, seguida de desmonte das bolsadas de filão na horizontal e em profundidade. Claude Domergue foi o primeiro a apontar a hipótese de Tresminas ter tido uma fase inicial de abertura de poços e galerias, com desmontes subterrâneos, antes de se ter passado à fase de desmonte a céu aberto. Baseou-se no facto de existirem dois poços paralelos na parede este da Corta de Covas, a 10 m um do outro, um deles com apoios para os pés (Domergue, 2008: 140-141). O estudo aprofundado da realidade existente comprova a hipótese avançada por esse investigador.

É possível que a exploração tenha começado na Mina da Gralheira, avançando depois para oeste. A exploração por poços e galerias pode ter começado como uma exploração concessionada como aconteceu com os poços em Vipasca (Aljustrel). O mesmo problema se põe quanto à sua cronologia. A exploração tanto pode ter começado em Época Romana, como ainda na Idade do Ferro.

Todas as cortas têm uma exploração inicial deste tipo. A exploração a céu aberta é tardia, talvez do séc. II d. C. Nesta fase, as explorações da Mina da Gralheira, Mina de Lagoinhos, Poço 1 e Corta de Lagoinhos não foram reexploradas. A exploração deve ter incidido sobre a Corta da Ribeirinha esgotando o filão, como o comprovam diversos estudos geológicos. A topografia da corta sugere que, ao contrário do que aconteceu na Corta de Covas, o material era transportado com carros, utilizando uma passagem a céu aberto para o exterior da corta que permitia a passagem de veículos nos dois sentidos.

A última corta a ser explorada terá sido a Corta de Covas, pois a sua profundidade só atingiu os 80 m. Quer isto dizer que os romanos só não escavaram até aos 120 m de profundidade, devido à crise de meados do séc. III d. C. que paralisou definitivamente a exploração mineira.

O povoado mineiro situava-se inicialmente sobre o morro onde se situa a Corta de Covas, enquan-

to a exploração por poços e galerias se fazia mais a oriente (desde a Mina da Gralheira até à Corta da Ribeirinha). A partir do séc. II, com a exploração a céu aberto, a parte oriental do povoado foi destruída com o avanço da exploração da corta, tendo este sido deslocado para oeste e sul. A sudoeste, o povoado foi construído sobre uma antiga zona mineira tipo trincheira, onde existia também uma área de moagem do mineiro, mais primitiva e um sistema de decantação igualmente arcaico.

No total, os vestígios do complexo mineiro estendem-se numa área com cerca de 200 km², não se conhecendo a totalidade de galerias e poços existentes, bem como o número de barragens e de canais de abastecimento. O que foi observado encontra-se em bom estado de conservação, dado se situarem numa zona montanhosa que tem permanecido quase incólume às vicissitudes dos tempos modernos, apesar de se assistir nos dias de hoje a uma maior ameaça à sua integridade, através da plantação de castanheiros e lavras de terrenos, que têm destruído bastantes vestígios romanos.

Apesar dos constantes alertas sobre a necessidade de uma efectiva protecção do couto mineiro, a Tutela não tem desenvolvido qualquer acção no sentido da preservação dos vestígios mineiros romanos. A área não tem nenhuma ZEP e a sua classificação como Imóvel de Interesse Público assenta numa lacónica publicação em Diário da República.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Adília Moutinho (1997), Portugal Romano, A Exploração dos Recursos Naturais. Catálogo: Museu Nacional de Arqueologia, p. 98-123.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – O Domínio Romano em Portugal. Publicações Europa-América. Lisboa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973), Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Trêsminas (Trás-os--Montes), 12º Congreso Nacional de Arqueología, Jaén, 1971, p. 553-562. Secretaria General de los Congresos Arqueologicos Nacionales. Zaragoza.

BATATA, Carlos (2011), Relatório Final do projecto arqueológico – Caracterização arqueológica da exploração romana de Trêsminas, 4ª campanha (Agosto/Setembro de 2010). Relatório aprovado, não impresso.

DOMERGUE, Claude (2008), Les Mines Antiques, La production des métaux aux époques grecque et romaine. Éditions A. et J. Picard. Paris.

FARINHA, João A.L.B. (geólogo) e auxiliar de campo (Manuel C. MEIRELES) (1988), Projecto Três Minas (Vila P. de Aguiar), DGGM – SPE, Relatório das actividades desenvolvidas desde Maio-1987 até início de Fevereiro-1988. Arquivo da DGGM. LNEG, Lisboa.

FARINHA, João A.L.B. (geólogo) e auxiliar de campo (Manuel C. MEIRELES) (1988a), Projecto Três Minas (Vila P. de Aguiar), Prospecção de metais nobres: ouro e prata – Acordo de Prestação de Serviços DGGM-SPE (7 Set. 1987), Relatório dos trabalhos de prospecção e pesquisa referentes à 1ª fase: Novembro 1988. Arquivo da DGGM. LNEG, Lisboa.

JONES, W. R., D. Sd., D. I. C., F. G. S. e M. I. M. M. (1955), Report of Três Minas. Escola Real de Minas, Londres.

MACHAY, R. A., D. Sc. e M. I. M. M. (1957), Stage I Report on Três Minas, Powell Duffryn Technical Services Lmited. Londres.

WAHL, Jürgen e WAHL, R. (1993), Minas Romanas de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar. Edição da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, tradução de F. Cordoeiro VOGES.

Figura 1 – Vista geral da Corta de Covas.

Figura 2 – Vista geral da Corta da Ribeirinha.

COMPLEXO MINEIRO ROMANO DE TRESMINAS E JALES
Escala : 1/50 000
Lavaria
Minas
Barragem
Túnel
Povoado Fortificado
Povoado Romano
Sítio Romano
Tresminas
Jales
Ribeira
Ribeirinha
Granja
Serrinhos
Quinta
Ribeiro
Estalagem
Ribeiro de Baixo
Ribeiro de Cima
Ribeiro de Jales
Ribeiro de Jales
Ribeiro de Jales

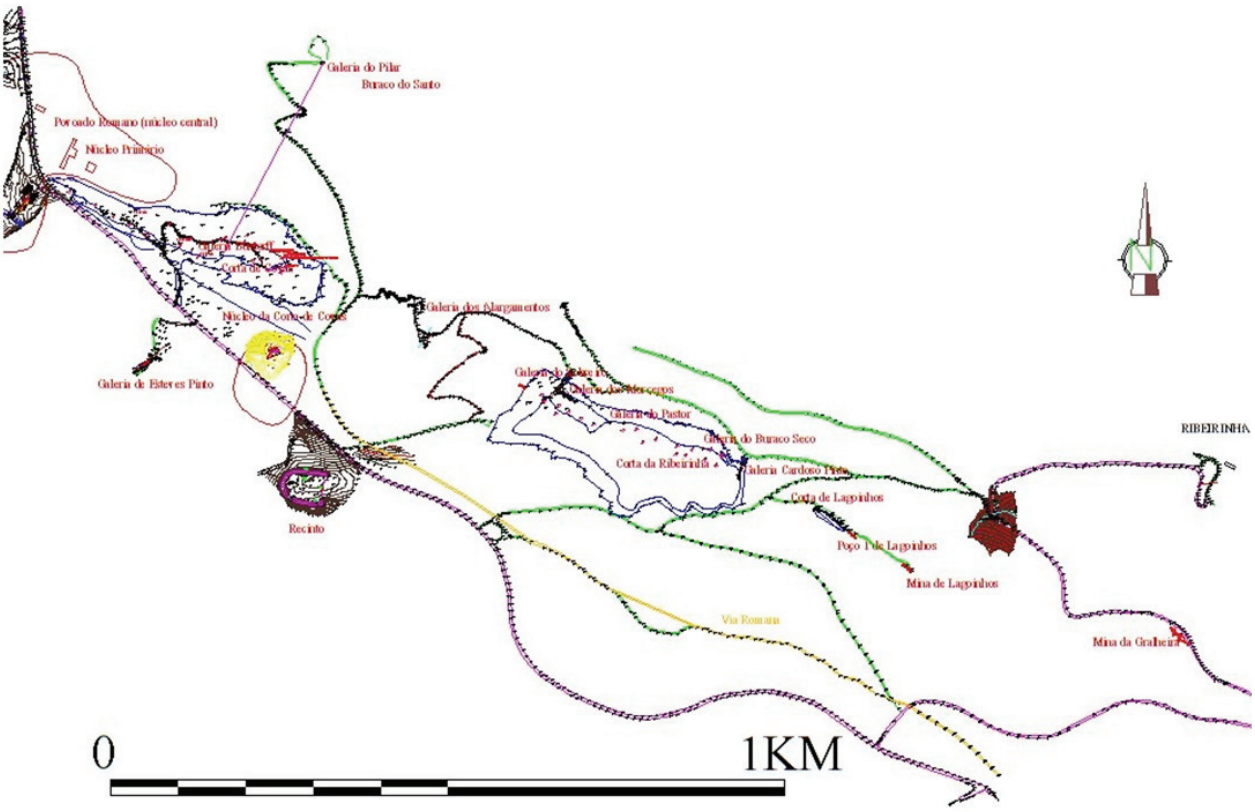


Figura 4 – Planta geral dos vestígios romanos.

AS TERMAS MEDICINAIS ROMANAS DE CHAVES

Sérgio Carneiro / Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Chaves / sergio.carneiro@chaves.pt

RESUMO

O complexo termo-medicinal de Aquae Flauiae é um conjunto monumental do qual se conhecem até ao momento três piscinas, duas das quais de grandes dimensões, três salas com pavimento em opus signinum, um tanque de depuração e distribuição das águas termais e um complexo sistema de abastecimento e escoamento das águas. Abordar-se-á a problemática do termalismo antigo da perspectiva da exploração e administração do território em época romana.

ABSTRACT

Since 2006, archaeological excavations brought to light a roman healing-spa in Chaves, Northern Portugal (Aquae Flauiae), of which there was no previous knowledge. It's a monumental bathing complex with three pools known to date, three rooms with *opus signinum* flooring, a *castellum aquae* and an intricate system of water conveying and disposal. Roman hydrotherapy is discussed in the perspective of the roman exploitation and use of the territory.

INTRODUÇÃO

Em 2006, na sequência do projecto de construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo do Arrabalde em Chaves, cujas sondagens arqueológicas prévias haviam detectado a presença de estruturas monumentais de época romana (Silva *et al.* 2007), deu-se início à escavação arqueológica do Balneário termal romano de Aquae Flauiae, com vista ao seu estudo e valorização.

Trata-se de um edifício notável pela sua monumentalidade e excelente estado de preservação, comparáveis com os dos grandes complexos termais medicinais como Bath (Cunliffe 1969), Badenweiler (Mylius 1936) ou Hammam Salehine (Gsell 1901, p. 236).

O presente texto é redigido enquanto decorrem as escavações, no âmbito da construção do Museu das Termas Romanas de Chaves, dos taludes deixados pela nossa escavação de 2006/2008. Novas áreas do balneário, fundamentais para o esclarecimento de questões relacionadas com a arquitectura, cronologia e funcionamento deste monumento estão a ser estudadas e não poderão ser, para já incluídas nesta comunicação, pelo que deve ser lida como uma apresentação preliminar do sítio arqueológico, remetendo-se as conclusões definitivas da intervenção para a monografia a sair, previsivelmente, em Dezembro de 2013.

LOCALIZAÇÃO

O monumento localiza-se no Largo do Arrabalde, em Chaves, uma ampla praça entre o perímetro amuralhado medieval e o início da ponte romana, e foi atravessado, até à década de 70 do séc. XIX, pelo meio baluarte da Vedoria, parte da praça-forte setecentista. Antes da descoberta deste balneário pensava-se que o estabelecimento termal romano se teria localizado noutros pontos da cidade, onde Tomé de Távora e Abreu (1721-1729) refere vestígio de tanques com água termal.

A exploração de diversas nascentes termais está documentada noutras estações termais romanas, como Baia (Maiuri 1951), Montegrotto Terme (Lazzaro 1981) ou Baden-Baden (Sanner 2000). No actual território português, as Caldas de Vizela parecem também ter disposto de vários balneários (Frade 1990, p.880). De resto, as designações aquae, fontes, ou τα ὕδατα, surgem sempre em plural quando referentes a estabelecimentos termais. Segundo Varrão isto dever-se-ia a, num mesmo local, serem usadas várias nascentes para a cura de doenças[1].

1. Ling. IX.69.

O ESTUDO DO TERMALISMO ANTIGO

O fenómeno da utilização das águas minero-medicinais na antiguidade tem sido estudado de forma parcelar, e subsiste, apesar do esforço dos investigadores que se têm dedicado ao assunto, um equívoco generalizado entre termas higiénicas e terapêuticas[2]. Em Portugal o trabalho pioneiro de Helena Frade na inventariação das termas terapêuticas romanas (1990, 1997) não teve, infelizmente, sequência em projectos de investigação e o único balneário escavado com metodologia moderna continuava a ser até hoje o de S. Pedro do Sul (Frade & Moreira 1992).

ESTRATIGRAFIA

Após a remoção mecânica com acompanhamento arqueológico dos aterros contemporâneos, verificou-se que a muralha setecentista se encontrava ainda bem conservada, dividindo a escavação em duas áreas com estratigrafias totalmente distintas, uma para o exterior da muralha, onde estava situado o fosso, aterrado em 1870; outra, no interior, onde se tinha conservado a estratigrafia medieval e moderna e que foi a primeira a escavar-se.

Após a escavação da área intra-muros até ao interface de destruição das estruturas romanas, foi removido mecanicamente o aterro do fosso e escavados os depósitos setecentistas coevos à utilização deste, sob os quais se encontravam, intactos, os níveis de derrube da cobertura da piscina A e o pavimento da sala 1, bem como as fundações dos muros e as cloacas 1 e 2.

Procedemos ao registo minucioso do derrube organizado da abóbada de canhão em *opus latericium* que apresentava grandes tramos ainda em conexão e parte do revestimento em *opus signinum*, denunciando uma derrocada súbita, num movimento único e abrupto. Esta interpretação viria a ser confirmada pela presença de esqueletos humanos sob o derrube, vítimas do colapso do edifício.

Posteriormente escavámos as lamas subjacentes, que foram integralmente crivadas e de onde se exumou um notável conjunto artefactual selado. As sigillatas hispânicas tardias foram já apresentadas em congresso (Carneiro & Lopes, no prelo). Trata-se de um conjunto cronologicamente muito homogéneo, datável da última década do séc. IV ou primeira do V d.C. Também o conjunto de numismas corrobora esta cronologia.

Caída no fundo da piscina A, estava uma cabeça de mármore representando uma jovem com o penteado feminino da dinastia dos Severos, datável da primeira metade do séc. III, e uma pequena ara anepígrafa, também em mármore. Estas peças poderiam fazer parte da decoração inicial da piscina A, o que nos daria uma data para a sua construção, mas esse dado será confirmado pelas datações de radiocarbono das madeiras de cofragem do muro em *opus caementicium* que imbrica com a parede Sul e do muro de divisão do *castellum aquae* (*vide infra*).

AS ESTRUTURAS CONSERVADAS

Terminada a escavação de ambos os lados da muralha, procedeu-se ao desmonte desta, no tramo que havia sido construído sobre as estruturas do balneário romano, ficando por remover os taludes circundantes, que se estão a escavar no momento de redacção destas linhas. Na área escavada até ao momento (28 x 30 m), foram descobertas as seguintes estruturas:

Piscina A: Tem (13,22 x 7,98 m) e é alimentada por duas entradas de água termal, uma directamente a partir do *castellum aquae* e a outra entre o terceiro e o quarto dos seis degraus a toda a largura do lado Norte. Este tipo de piscinas é um elemento característico dos estabelecimentos termo-medicinais romanos, tanto pela sua forma e dimensões, como pela localização central, e comunicação com as restantes áreas do complexo. Os degraus teriam também a função de bancos que permitiam aos aquistas sentarem-se a diferentes alturas, mergulhando só parte do corpo ou a sua totalidade, dependendo das doenças de que padeciam (Allen 1998, p. 68).

A sala desta piscina era coberta por uma grande abóbada de canhão em *opus latericium* com os *laterae* paralelos à geratriz e algumas fiadas de lajes graníticas rectangulares. Os *laterae* utilizados eram do tipo *longum pedale* (45 x 30 cm). A abóbada era revestida exteriormente a *opus signinum*. O fundo da piscina é composto por grandes lajes irregulares. A parede Este é feita de *opus caementicium* com um

2. Quase todas as publicações dedicadas ao assunto do uso terapêutico da água em época romana começam por explicar a distinção entre este e o uso higiénico. Escusamo-nos aqui de o fazer, remetendo para a excelente distinção nos Parágrafos iniciais de Peréx Agorreta (2012). Como exemplo da confusão entre os dois tipos: Núñes Hernández (2008), engloba, num mesmo estudo comparativo termas higiénicas e terapêuticas.

reforço em *quadratum* junto ao canto sudeste e era revestida a *opus signinum* que se degradou por acção química das águas restando apenas alguns vestígios. A parede Sul é também em *caementicium*, mas com dois pilares de reforço em *quadratum*. Nesta parede, ao centro, junto ao chão, um orifício de 15 cm de diâmetro com uma *fistula* em chumbo permitia o esvaziamento total para limpeza e um outro a 1.46 m do fundo (profundidade máxima da piscina) funcionava como tubo ladrão. Ambos descarregavam num tanque coberto por telhado de *tegulae* e *imbrices* que comunicava com a cloaca 2. No muro exterior da sala da piscina A, um arco em pedra enquadrava o tubo ladrão, proporcionando um efeito visual e sonoro da água a sair em cascata, semelhante ao existente em Bath (Cunliffe 1969, p. 18). A parede Oeste é em *opus quadratum* e contém, no seu interior, uma conduta de águas sujas alimentada por um tubo ladrão. O lado Norte é integralmente ocupado pelos seis degraus graníticos, com uma média de 24 cm de altura. Existem dois tubos ladrões entre o primeiro e o segundo degraus a contar de cima e um orifício de entrada de água termal entre o terceiro e o quarto.
Ao cimo dos degraus existe um átrio com 9,25 x 3m formado por duas camadas de grandes lajes graníticas sobre um *substratum* de *nucleus* de tijolo moído e pedras graníticas pequenas e médias. O pavimento deste átrio, assim como o capeamento das bordas da piscina, eram inclinados para fora, de forma a que se mantivessem secos. O átrio dá acesso à piscina B através de uma soleira com 1 m de largura no seu extremo Oeste e comunicaria, presumivelmente, com a sala 2, uma vez que a abóbada cobria as duas salas, como é visível pelo derrube.
Os degraus não perfazem toda a largura da piscina, existindo um remendo de 12 cm em *opus signinum* entre estes e a parede Este, o que sugere uma alteração ao projecto durante a construção da piscina. O referido remendo prolonga-se para o átrio. Um outro indício de alterações é o facto de haver um sétimo degrau que se encontra ao nível do fundo da piscina, que foi subido, durante a construção, ou em fase posterior.

Piscina B: Parcialmente escavada no momento em que se redigem estas linhas, tem seis degraus graníticos a toda a volta com uma altura média de 28 cm. Não foram detectados quaisquer indícios da cobertura desta piscina.
Esta estrutura é anterior às restantes áreas do complexo: os muros do edifício da piscina A, o átrio desta e a sala 2, assim como o da piscina C, encontram-se adossados aos desta piscina e adaptam-se à sua preexistência.

Piscina C: É uma piscina pequena (2,90 x 2.41 m), possivelmente para banhos individuais, cujo acesso era feito a partir da berma da piscina A por seis degraus abertos na largura do seu muro exterior Oeste. É integralmente feita em *opus quadratum* e o fundo são grandes lajes regulares. É alimentada por uma conduta directamente do *castellum aquae* que desemboca na parede Sul. Um tubo ladrão, ao centro da parede Oeste, a 1 m de altura, estabelece a profundidade da piscina. Não parece existir escoamento ao nível do chão para limpeza. O acesso foi emparedado, provavelmente após o derrube da abóbada, nos finais do séc. IV, inícios do V d.C., pela construção de um muro sobre o quarto degrau a partir de baixo. Presumimos ser desta altura a alteração da cobertura, de uma pequena abóbada de canhão em *laterae* do tipo *longum semipedale*, cujo arranque é ainda visível no topo dos muros Norte e Sul da piscina, para um telhado de duas águas em *laterae* e *imbrices*, cujo derrube organizado foi encontrado sobre o fundo. Este tipo de piscinas mais pequenas para uso restrito ou individual, frequentemente anexas à grande piscina central, é muito comum nas termas salutíferas, vejam-se os casos, entre muitos outros, de Civitavecchia (Kölher 1999); Amélie-les-Bains (Grenier 1960, p.409) e Djebel Oust (Ben Abed & Scheid, 2005)

Sala 1: As escavações em curso revelaram tratar-se de uma enorme área pavimentada a *opus signinum* com 35 x 5m actualmente escavados, delimitada por um muro com um banco corrido que seria também forrado a *signinum*. Dois degraus a meio da parede Oeste davam acesso a uma estreita área porticada e abobadada, da qual se encontrou o derrube de *laterae* em aduela, capiteis e troncos de coluna e que estabelecia a ligação com o corpo central do balneário sobre a cloaca 1. Assemelha-se à tipologia tradicional de uma *palaestra*. No seu estremo Sul, foram detectados na escavação em curso três grandes degraus de entrada no complexo termal, delimitando-o a Sudeste.
A existência de *palaestrae* nos balneários medicinais romanos não é frequente, no entanto, escavações recentes no balneário de Lugo revelaram uma sala muito semelhante a esta (Meijide & Hervés 2000, p. 217). A interpretação dos escavadores é refutada por

Sílvia González Soutelo (2012, p. 175) que a interpreta como servindo para o descanso dos aquistas após os tratamentos. No presente caso, o banco corrido junto ao muro Este poderia ter essa função, mas esta é também uma característica comum nas *palaestrae* (cf. Por ex. a das termas Stabianas de Pompeia).

Sala 2: Contígua ao átrio da piscina A e a Norte desta, era também coberta pela abóbada de canhão em *opus latericium*. Apresentava vestígios de um pavimento em *opus signinum* que foi muito danificado pelo derrube da cobertura. Estende-se para o corte Norte da área, apenas tendo sido escavada uma pequena parte. Para quem vinha da entrada do balneário a Sudoeste, através da sala 1 era através desta sala que se tinha acesso ao átrio da piscina A e, consequentemente, às piscinas A, B e C.

Sala 3: A Oeste da conduta 1 e a Sul da piscina B, junto ao canto Noroeste da área escavada, foi detectada uma pequena parte de outra sala com pavimento em *opus signinum*. Daqui veio a maior parte dos fragmentos de lucerna encontrados no complexo, com uma cronologia entre os finais do séc. I, inícios do II d.C.

Sala 4: Trata-se de uma sala pequena (6,5 x 3 m) aquecida pelo sistema de hipocausto. Não foram detectados quaisquer vestígios de aquecimento das paredes (*tubuli* ou *tegulae mamatae*). Apenas se conservou parte do pavimento em *opus signinum* sobre um muro que, a Este, limitava a *suspensura*, que seria em lintel sobre as *pilae*, mediante a utilização de *laterae bipedales* dos quais foi encontrado um exemplar quase inteiro reutilizado como braseiro para a confecção de alimentos na sala de aquecimento, separando-a de uma parte não aquecida da sala.
A sala de aquecimento é aproximadamente do mesmo tamanho da sala aquecida e corresponde ao tipo 2 (Degbomont, 1984, p. 44). O *praefurnium* é exterior à zona aquecida, não apresentando "negativo" de caldeira e prolongando-se para a zona aquecida apenas no seu pavimento em *laterae*. Assemelha-se, assim, ao tipo I de Degbomont (1984, p. 86), embora sem as paredes laterais para o interior.
A presença de uma conduta em *laterae* que recolheria a água do piso suspenso e descarregava na cloaca 1, não deixa dúvidas quanto à utilização deste hipocausto para o aquecimento deste elemento. A questão que se põe é se se trataria de água termal, que nasce a menos de 5 m a 78º, em cujo caso apenas seria razoável aquecê-la para a produção de vapor, ou de água não mineral, criando uma área de banhos higiénicos. Não encontrámos, no entanto, nenhum tipo de condução de água não termal para o complexo.

Castellum aquae: tem 4 m de largura por 5,90 de comprimento. A parede Sul é em *opus caementicium*, capeado a silhares almofadados e tem na base um orifício com uma conduta em madeira por onde entra a água termal directamente da nascente. A parede Norte é semelhante mas mais estreita. Esta parede atravessa o muro exterior da sala da piscina A e o muro interior desta, pelo que o *castellum aquae* é coevo à construção daquela e encosta à conduta 1, que alimenta através de um orifício. Um outro orifício nesta parede alimenta a conduta da piscina C. A parede Oeste está sob o que resta da muralha setecentista e a parede Este é constituída pelo muro exterior da piscina A. Uma parede interior em *opus caementicium* divide o espaço em dois no sentido Este-Oeste. A primeira tábua de cofragem para construção deste muro divisório e três escoras em madeira contra a parede Este estão ainda *in situ* e encontravam-se cobertas pela fina areia que, cobrindo o fundo, garantia a decantação da água antes da sua distribuição pelas três piscinas. Um derrube em *tegulae* e *imbrices* encontrado sobre as lamas que enchiam este espaço indicam-nos que este foi o último tipo de cobertura do edifício, na fase da segunda utilização da piscina C.

Conduta 1: Saindo do *castellum aquae*, esta conduta (9,25 x 2,20m) é construída em *opus caementicium* forrado a grandes blocos graníticos que formam três degraus de cada lado e cuja função é alimentar a piscina B a duas alturas diferentes e seguir sob o pavimento desta, para alimentar outras áreas a Norte, ou percorrer uma distância maior e ligar com a entrada de água termal na piscina A entre os degraus alimentando-a com água arrefecida de forma a controlar a temperatura do banho.

Cloaca 1: Conduta de recolha das águas sujas que circunda o complexo, construída em *opus quadratum* com 72 cm de largura por 1.20 m de profundidade. É coberta com tampas graníticas irregulares. A conduta começa, na parte já escavada, dentro do edifício da piscina A, inflecte para Este sob a sala 2, atravessa o muro exterior Este e contorna o edifício. Ao longo

do seu percurso, recolhe as águas sujas provenientes de um primeiro afluente sob a sala 2, oriundo dos tubos ladrões das piscinas A, B e C. A seguir a esta sala, um novo afluente recebe as águas da sala 1. Foi detectado um cuidado especial no isolamento entre esta conduta e a sala da piscina A, para evitar a contaminação, com o recurso a uma argamassa de cal com a adição de gordura, como recomendado por Plínio o Velho para a adução de água a partir das nascentes[3]. No limite da área de escavação, desemboca na **Cloaca 2**, uma conduta em *opus latericium* com 50 cm de lado por 1,20 m de profundidade que recebe também as águas da piscina A e descarrega directamente no rio.

Muro cortado: Sob o *nucleus* que colmata a zona delimitada pela sala da Piscina A, conduta 1, *castellum aquae* e piscina C, foi detectado um muro em alvenaria de pedras irregulares, com a direcção Este – Oeste, anterior à construção do balneário e cortado pelo muro Este da conduta 1 e pelo muro exterior Oeste da sala da piscina A. O facto da orientação corresponder exactamente à do balneário e a proximidade à nascente termal, leva-nos a pensar que se trate de um vestígio de um balneário anterior. Infelizmente, não foram detectados quaisquer materiais associados, pelo que não dispomos da sua cronologia.

FASES E CRONOLOGIA

Foram detectadas as seguintes fases de utilização do balneário: Fase I: Muro cortado pela construção do balneário. Fase II: Sala 3 e Piscina B. Aguardamos a escavação do talude Norte da área, para obter dados quanto à cronologia desta estrutura. As lucernas encontradas na sala 3 podem indicar uma cronologia flávia provisória para esta fase. Fase III: Construção do *castellum aquae*, da sala central abobadada contendo a piscina A, o átrio e as salas 1 e 2. A cloaca 1 parece ter sido desviada aquando da construção deste conjunto, fazendo com que saísse do edifício, o contornasse e se unisse com a Cloaca 2. Aguardamos as datações de radiocarbono das madeiras das cofragens dos muros de *opus caementicium* desta fase para termos dados quanto à sua cronologia. Fase IV: construção da sala 4 aquecida por hipocausto. O muro Este do *praefurnium* encosta à sala da piscina A e é claramente posterior à construção desta podem pertencer a esta fase as alterações à cloaca 1 visíveis no exterior Sul da piscina A; Fase V: Alteração da cobertura da piscina C, conduta 1 e *castellum aquae*, após a derrocada das abóbadas. Última década do séc. IV, primeiros anos do V d.C.

Aguardamos o final dos trabalhos de escavação do complexo para uma clarificação das diferentes fases.

TIPOLOGIAS E PARALELOS

Ao contrário das termas higiénicas, os balneários medicinais romanos não possuem um circuito rígido de banhos. A sua arquitectura adapta-se à localização das nascentes e aos tipos de tratamento ministrados, encontrando-se assim uma enorme variabilidade nas plantas dos balneários. Dito isto, algumas características comuns são perceptíveis: a presença, quase constante, de uma grande piscina central ladeada por outras salas e piscinas complementares; os *alveus* ou piscinas individuais e a complexidade do sistema de abastecimento e escoamento das águas. O controlo da temperatura da água era muito importante, sobretudo no caso das águas hipertérmicas como a de Chaves (78ºC). Era conseguido pela disposição das piscinas, mais ou menos afastadas da nascente, com tanques de decantação e condutas que percorriam distâncias maiores antes de alimentarem as piscinas.

Apesar da grande variabilidade de soluções adoptadas na sua construção, alguns autores propuseram tipologias para os balneários terapêuticos, assim, Yegül (1992 p. 110-111) estabelece três tipos ou fases: 1) uma simples piscina com alguns anexos; 2) uma estrutura mais elaborada em torno de uma piscina central; 3) um complexo integrando elementos com água termal e elementos de aquecimento artificial (hipocaustos). Esta tipologia classificativa é seguida por autores como Petteno (1998, p. 136-138) que inclui numa quarta super-categoria os estabelecimentos de Baia e Hammat Gader (Israel). Gonzáles Soutelo (2010 p. 16-17) baseia-se na mesma tipologia mas acentua o facto de os balneários se encontrarem em áreas mais ou menos urbanizadas e destaca os estabelecimentos com o nome Aquae.

A distinção com base na presença de hipocaustos parece-nos arbitrária, uma vez que estes não representam um maior desenvolvimento dos estabelecimentos termais, mas sim uma necessidade. Em primeiro lugar há que distinguir os hipocaustos que embora integrados em complexos minero-

3. Nat. Hist. XXXI, 31.

-medicinais, utilizam água normal[4], dos que têm como função aquecer uma sala ou a água termal. Neste último caso, a água poderia ser aquecida por se pretender uma temperatura ainda mais elevada para determinados tratamentos, ou para produzir vapor que alimentasse um *sudatorium* de uso terapêutico.

A categorização das cidades com o nome Aquae não nos parece adequada porquanto esta designação, exactamente equivalente a topónimos actuais como Caldas ou Banhos, serviu, como servem estes, para designar sítios muito díspares quanto às suas dimensões ou estatuto jurídico. Também os balneários romanos conhecidos nas cidades Aquae são, em muitos casos diferentes quanto à arquitectura, dimensões e soluções adoptadas. Por outro lado, muitas cidades termais romanas não tinham o elemento aquae no seu nome. O aproveitamento das nascentes termais em época romana deve ser analisada no quadro geral da exploração dos recursos naturais, com vista ao seu uso medicinal.

A utilização na *tabula Peutingeriana* de uma vinheta muito destacada para os estabelecimentos termais; o facto de estes se situarem muitas vezes no fim de estradas, não sendo apenas pontos de passagem e repouso (Allen 1998, p. 9); a utilização, pelos romanos da esmagadora maioria das nascentes de água termal conhecidas, bem como o facto de a exploração dos balneários parecer ter sido quase sempre de iniciativa pública (*idem*, cap. 7), apontam no sentido de as cidades termais terem funcionado como uma espécie de rede de saúde pública, que a nível provincial terá tido inicialmente uma função sobretudo militar.

4. Como por exemplo em Alhama de Múrcia (Seguí *et alii,* 1999)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, T. d. T. e (1721). Noticias geographicas e historicas da provincia de Trás dos Montes [manuscrito]. *Biblioteca Nacional de Portugal.*

ALLEN, T. J. (1998). *Roman Healing Spas in Italy: A Study in Design and Function.* Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Alberta.

BEN ABED, A., & SCHEID, J. (2005). Nouvelles recherches archéologiques à Jebel Oust (Tunisie). *Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, *149*, 321-349.

CARNEIRO, S., & LOPES, R. *Terra Sigillata Hispânica Tardia dos níveis selados das Termas Medicinais Romanas de Chaves.* Actas do II Congresso Internacional da SECAH, Braga.

CUNLIFFE, B. (1969). *Roman Bath* (XXIV). Oxónia: Oxford University Press.

DEGBOMONT, J. M. (1984). *Hypocaustes* (2.ª ed.). Liège: Université de Liège.

FRADE, H. (1993). *As termas medicinais de época Romana em Portugal.* Actas do II Congresso de História Antiga, Coimbra.

FRADE, H., & Moreira, J. B. (1992). A arquitectura das Termas romanas de S. Pedro do Sul. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, *V*, 515-544.

GONZÁLEZ SOUTELO, S. (2010). La configuración arquitectónica de los balnearios de aguas mineromedicinales en época romana: una propuesta de estudio. *Bollettino di Archeologia on line*, *I*, 13-21.

GONZÁLEZ SOUTELO, S. (2012). El balneario romano de Lugo: una nueva interpretación arquitectónica y funcional. *Saguntum*, *44*, 167-182.

GRENIER, A. (1960). *Manuel d'archéologie gallo-romaine. Vol IV: Les monuments des eaux. Villes d'eau et sanctuaires de l'eau.* Paris: A. et J. Picard.

GSELL, S. (1901). Les Monuments antiques de l'Algérie (I). Paris: Albert Fontemoing.

HIRSCHFELD, Y. (1997). *The Roman Bath of Hamat Gader, Final Report.* Jerusalem: The Israel Exploration Society.

KÖHLER, J. (1999). Die Terme Taurine bei Civitavecchia. Publikationsstand – Chronologie - Bibliotheck. *Römische Mitteilungen*, *106*, 365-376.

LAZZARO, L. (1981). *Fons Aponi, Abano e Montegrotto nell'antichitá.* Pádua: Francisci.

LÓPEZ SEGUÍ, E., Baños Serrano, J., & López Martínez, F. J. (1999). Termas de Alhama de Murcia. Excavación arqueológica y consolidación parcial de la zona occidental del conjunto termal romano. *Memórias de arqueología*, *14*, 355-386.

MAIURI, A. (1951). Terme di Baia, scavi, restauri e lavori di sistemazione. *Bolletino d'Arte*, *36*, 359-364.

MEIJIDE CAIMESELLE, G., & HERVÉS RAIGOSO, F. (2000). *Un nuevo espacio en las termas de Lugo*. Actas de Termas romanas en el Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional, Gigón, 215-220.

MYLIUS, H. (1936). *Die romischen Heilthermen von Badenweiler*, Berlim, W. de Gruyter.

NÚÑES HERNÁNDÉZ, S. I. (2008). Conjuntos termales públicos en ciudades romanas de la cuenca del Duero. *Zephyrus*, *LXII*, 163-193.

PERÉX AGORRETA, M. J. (2012). Uso terapéutico del agua en época romana: el caso de Navarra. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 24, 131-141.

PETTENO, E. (1988). Le aquae e le terme curative dell'Africa romana. *Antiquités africaines*, *34*, 133-148.

RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997), Aquae Flaviae. I – Fontes epigráficas da gallaecia Meridional Romana, Chaves: Câmara Municipal de Chaves.

SANNER, B. (2000). Baden-Baden a Famous Thermal Spa with a Long History. *GHC Bulletin*.

SILVA, A. C. R. d., PINTO, F., QUINTINO, N., & TEIXEIRA, V. (2007). Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves. *Revista da Faculdade de Letras, I Série*, *V-VI*, 549-565.

YEGÜL, F. K. (1992). *Baths and bathing in classical Antiquity*. Nova Iorque: Architectural History Foundation.

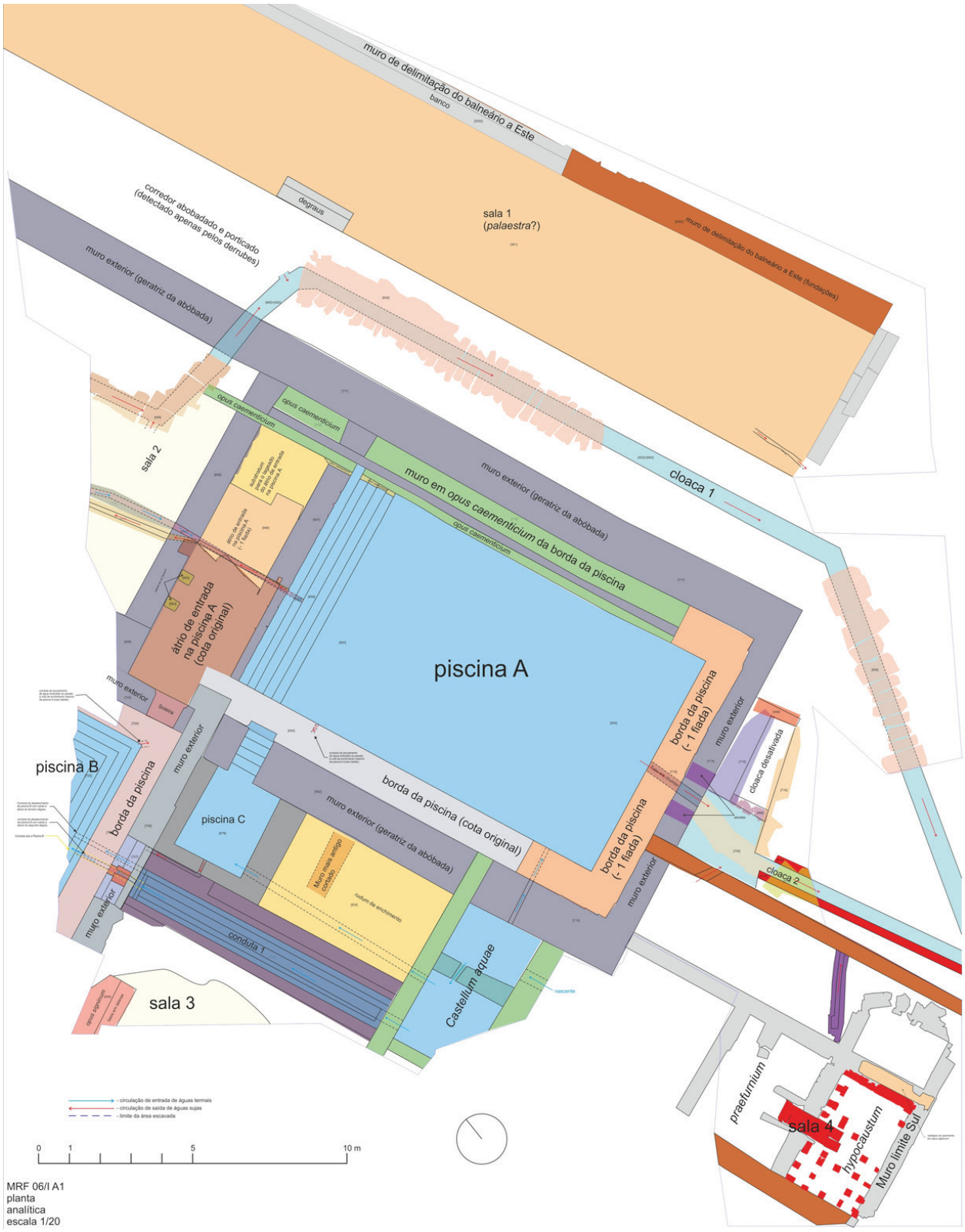


Figura 1 – Planta geral analítica.

Figura 2 – Derrube da abóbada sobre a piscina A e a sala 2.

Figura 3 – Piscina C: vista do arranque da abóbada.

Figura 4 – Piscina B.

Figura 5 – Sala 1.

Figura 6 – Piscina A, lado Norte.

Figura 7 – Hipocausto.

O RITUAL FUNERÁRIO NOS AGRI OLISIPONENSIS. NOVOS CONTRIBUTOS PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO

Alexandre Marques Gonçalves / Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas / alexandre.masmo@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos realizaram-se um conjunto de intervenções que permitiram a identificação e escavação de vários contextos funerários nos *agri* do Município Olisiponense, contribuindo assim para uma melhor caracterização destas manifestações no referido território.

Neste trabalho são apresentados alguns contextos funerários inéditos da zona mais ocidental da vasta área do Município Olisiponense, contribuindo assim para a sua caracterização num âmbito cronológico que se centra essencialmente no período entre Augusto e o início do século II d.C., quando o ritual predominante corresponde à cremação com deposição dos vestígios osteológicos humanos e cinzas em urna. O século II d.C. é marcado por profundas transformações no ritual funerário, de que se destaca a queda da prática da incineração, que entra progressivamente em desuso na passagem do século II para o III d.C., apesar das persistências tardias da sua utilização.

ABSTRACT

In recent years, a number of archaeological interventions allowing the identification and excavation of some funerary contexts in the *agri* of the *Olisiponense Municipium* were conducted, thus contributing to a better characterization of this region's related practices.

In this work, some of these contexts from the western area of the *olisiponense municipium* are presented in greater detail, spanning a chronological period between the emperorship of Augustus and the beginning of the 2nd century AD, a time marked by profound changes in the funerary rite, chief among which is the transition from the practice of incineration – gradually abandoned during the turn from 2nd to 3rd century AD – despite the persistence of later use.

São apresentados neste trabalho alguns contextos funerários romanos inéditos, designadamente da Granja dos Serrões e do Casal do Silvério, Sintra, procurando-se depois enquadrá-los num quadro evolutivo do ritual funerário de um território específico, os *agri* do *municipium* de *Felicitas Iulia Olisipo*, no qual estão registados cerca de sete dezenas de sítios. Verifica-se, no entanto, que muitos correspondem a notícias antigas, muitas vezes pouco desenvolvidas e frequentemente impossíveis de confirmar actualmente, constatando-se assim que a grande quantidade de locais reconhecidos não é complementada por escavações ou publicações extensas (Monteiro, 2003). A maior parte dos locais reconhecidos correspondem a pequenas necrópoles associadas a *villae* ou a reduzidos aglomerados populacionais, ainda que aqui sejam também estabelecidos alguns paralelos com o ritual praticado nas cidades, designadamente em *Olisipo* (Figura 1).

1. GRANJA DOS SERRÕES

As escavações dirigidas por Claudia Belchior neste sítio arqueológico em meados da década de 1990 permitiram identificar uma ocupação que terá inícios possivelmente ainda no século I a.C. e que se prolongará até à Alta Idade Média (Belchior, 1995 e 1996). A fase mais antiga está documentada por um fragmento de cerâmica campaniense A, para a qual é proposta uma cronologia entre meados do século II a.C. a meados do século seguinte (Sousa, 1996, p. 56-57; Est. II, nº.15). Desta fase mais antiga regista-se ainda a re-

colha no local da inscrição funerária de "*Doreta*, filha de *Docquirus*", patente na exposição permanente do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, datável da segunda metade do século I a.C.

Nas proximidades da *villa*, concretamente na orla setentrional do vasto campo de lapiás da Granja dos Serrões, foi escavada uma sepultura de incineração no âmbito de uma intervenção de emergência, não tendo sido possível determinar se no local existem outros contextos funerários. Não foi também observada a presença de qualquer evidência que suporte a realização de uma cremação em *busta*, pelo que pressupomos tratar-se de uma deposição secundária dos restos osteológicos e cinzas resultantes da cremação no interior da grande urna de cerâmica, dentro da qual se encontrava uma segunda urna de duas asas, contendo igualmente material osteológico (Silva, 1999). A datação sobre madeira carbonizada recuperada entre os fragmentos osteológicos do interior das urnas (referência ICN-1059) (Silva, 1999, p. 2) revelam as seguintes datas: 2010+/-50 BP, equivalente a 116 cal BC a 89 cal AD (*ibidem*).

A urna de maiores dimensões (Figura 3, nº. 1) tem uma pasta compacta com abundantes elementos não plásticos (ENP) de quartzo de média dimensão e mica menos frequente. A sua cor é castanha e a superfície apresenta vestígios de engobe igualmente castanho. Apesar destes grandes contentores corresponderem a formas de grande difusão e muito sujeitas a alterações regionais, sendo por isso difícil estabelecer paralelos com significados cronológicos precisos (Nolen, 1981, p. 111), a grande urna desta sepultura apresenta alguns paralelos formais com algumas peças da necrópole de Casal de Pianos, Sintra, designadamente com as urnas da sepultura 1, provenientes de um contexto datável da primeira metade do século I d.C. através da associação a outros materiais de cronologia mais fina (Monteiro, 2003, p. 21, Est. I, CPF/R/80/1 e CPF/R/80/11). Outros paralelos para estas urnas com bordo em forma de aba soerguida e com gargalo baixo podem ser encontrados na cerâmica comum da *villa* do Alto do Cidreira, Cascais, estando igualmente documentadas em Conímbriga, em camadas de época Flávia (Nolen, 1988, p. 123, Est. X, nº. 74) ou na urna C 4.1.(1) da necrópole de Santo André (Nolen e Dias, 1981, Est. VI), associada a um unguentário de vidro da época de Cláudio-Tito (*Idem*, p. 43).

A urna de menores dimensões e com duas asas (Figura 3, nº. 2), que se encontrava no interior da peça maior, tem uma pasta de melhor qualidade de cor beije, pouco compacta e a superfícies externa conserva vestígios residuais de engobe castanho. Apesar de muito fragmentada e sem bordo, a peça conserva ainda assim o perfil praticamente completo, com o bojo arredondado e sem carena, com duas asas de fita. Apresenta paralelos formais muito próximos da urna 502 da necrópole da Horta das Pinas (Nolen, 1985, p. 131, Est. XLVIII), que Jeannette Nolen associa à peça B7.1 (1) da necrópole de Santo André que se encontra datada por associação a outros materiais do século I d.C., provavelmente de época Flávia (Nolen e Dias, 1981, p. 35;130, Est. XVI). Uma vez que na Granja dos Serrões está referenciada a presença de materiais de uma ocupação anterior ao século I d.C., será sempre difícil definir com precisão a cronologia das urnas funerárias recuperadas neste enterramento, já que não foi identificado outro tipo de espólio que permita uma aproximação cronológica mais específica ao contexto, para além das urnas de cerâmica comum. No entanto, quer o ritual utilizado, quer a tipologia dos materiais parecem convergir para uma cronologia que se pode situar em torno da viragem da Era, extensível eventualmente até aos Flávios.

2. CASAL DO SILVÉRIO

Este sítio arqueológico encontra-se referenciado na Carta Arqueológica de Sintra como necrópole romana, possivelmente associado a uma *villa*, conservando-se nas reservas do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um conjunto bastante significativo de materiais arqueológicos que resultam de recolhas efectuadas naqueles terrenos por parte de munícipes. A quantidade de materiais justificam só por si um estudo mais detalhado, que não se enquadra no âmbito do trabalho agora apresentado, e que está a ser elaborado pelo signatário em colaboração com a antropóloga Filipa Cortesão Silva, responsável pelo estudo dos vestígios osteológicos humanos dos conjuntos funerários ali escavados em 2007 no âmbito de uma intervenção de emergência (Gonçalves, 2011a).

A realização daqueles trabalhos permitiu escavar várias sepulturas associadas a uma construção constituída por dois muros paralelos entre si e que se encontrariam originalmente ligados através de uma outra estrutura parcialmente destruída pela abertura da vala que motivou a intervenção. Os blocos e lajes de calcário encontram-se ligados entre si apenas por

terra argilosa e sem qualquer evidência de utilização de argamassa de cal, situação que parece reflectir uma construção pouco sólida, particularmente se tivermos em consideração que assentam directamente no substrato geológico de características argilosas. A ausência de telhas nos níveis de abandono associados à estrutura, ainda que não reflicta necessariamente a ausência de cobertura, parece também excluir a presença de um edifício funerário de maiores dimensões, do tipo mausoléu. A recolha de epigrafia no actual casal, provavelmente proveniente desta necrópole, autorizam uma possível relação entre estas construções e alguns tipos de monumentos funerários líticos, ainda que não seja fácil determinar qual a sua tipologia. Outra possibilidade a considerar na interpretação desta construção, será a de a mesma corresponder apenas à delimitação de um recinto funerário associado a um grupo, reflectindo eventualmente relações familiares.

Em estreita associação a esta construção, foram identificados e escavados pelo menos seis enterramentos, alguns deles particularmente afectados pela abertura da referida vala. Em pelo menos dois contextos verificou-se que foram arrastadas as cerâmicas e os conteúdos das urnas, ossos e cinzas, situação que torna difícil a distinção dos diferentes enterramentos. Por essa razão não é absolutamente claro que os contextos funerários identificados com os números IA e IB não possam corresponder efectivamente a dois enterramentos distintos ou apenas a uma sepultura contendo mais do que um contentor. Foi precisamente junto destes contextos mais destruídos que foram recolhidas as únicas evidências concretas de espólio votivo associado aos contentores funerários, sendo igualmente esta a única situação documentada de utilização de ânfora – do tipo Dressel 7-11/Classe 16 (Peacock e Williams, 1986, p. 117-119) – para deposição dos restos da cremação. Nas terras remexidas associadas à destruição destes contextos foram ainda recuperados alguns elementos de parede de ânfora do Vale do Guadalquivir, provavelmente de Dressel 20/Classe 25 (Peacock e Williams, 1986, p. 136), ainda que não tenha sido possível determinar se correspondem a um enterramento autónomo destruído ou se foram apenas utilizados alguns fragmentos como elemento de cobertura para outro contentor. A utilização de ânforas Dressel 20 como contentor funerário de cremações com deposição secundária está documentada nesta região, designadamente em quatro enterramentos da encosta de Sant'Ana, Lisboa (Gonçalves, *& alii*, 2010). Para além dos contentores funerários de cerâmica registou-se ainda a presença de uma urna de chumbo, recuperada em muito mau estado de conservação, mas que tinha originalmente uma forma cilíndrica.

Todos os enterramentos do Casal do Silvério encontravam-se dispostos em torno da referida construção de pedra, claramente associados à mesma e sem qualquer sobreposição física de sepulturas (conforme figura 2), esta última situação análoga à necrópole de Casal de Pianos (Monteiro, 2003), reflectindo uma utilização pouco densa destas necrópoles rurais, ainda que noutras regiões se verifiquem pontualmente sobreposições físicas de alguns enterramentos, como em Valdoca (Ferreira e Andrade, 1966, p. 6).

O ritual utilizado nas cremações da necrópole de Casal do Silvério apresenta poucas variações, correspondendo sempre à sua deposição secundária em urnas, que foram depois colocadas directamente em covas abertas no substrato geológico argiloso. Em alguns enterramentos verificou-se que estas valas continham ainda algumas cinzas no seu interior, encontrando-se a urna depositada sobre elas, sem que no entanto aqueles contextos se possam confundir com cremações em *busta*. Na área escavada não foi também identificada qualquer evidência que se possa relacionar com a área de *ustrinum* que, presumivelmente, existiria associado ao espaço funerário.

A associação inequívoca de espólio registou-se, como se viu, apenas nos enterramentos parcialmente destruídos pela abertura da vala, aspecto que condiciona muito não apenas a percepção da composição dos conjuntos originais, mas também a sua localização precisa no âmbito específico do contexto funerário em análise, uma vez que a deposição do espólio poderia ter sido efectuada dentro da vala juntamente com as urnas e sem especial organização, ou ser colocado sobre aqueles contentores. A semelhança na composição dos dois eventuais conjuntos votivos, ambos com uma lucerna e com um potinho, parece reforçar a perspectiva de corresponderem efectivamente a dois enterramentos distintos, um em panela de cerâmica comum e o outro em ânfora. O estudo dos vestígios osteológicos, que se encontra ainda a decorrer, poderá ajudar a fundamentar ou esclarecer esta questão, designadamente através da possibilidade de determinar pelo menos um indivíduo distinto em cada contexto.

Apesar de se encontrarem muito incompletas, as duas lucernas relacionadas com o espólio daquelas

sepulturas correspondem, ainda assim, aos únicos materiais arqueológicos que permitem definir de forma mais precisa a cronologia do conjunto de enterramentos associados à construção. Os atributos conservados daquelas peças permitem a sua integração no grupo das lucernas imperiais de disco, apresentando uma delas a orla larga e decorada com uma coroa de óvulos, com a área do disco – que não se conservou – separada por uma canelura. Estes elementos aproximam-na da forma VII A de Deneuve, com paralelo nas formas 17, 18 e 20 da tipologia de Dressel-Lamboglia, que começam a surgir no início da segunda metade do século I d.C. (Deneauve, 1969, p. 165), com cronologias que se podem situar especialmente desde os Flávios até meados do século II (Pereira, 2008, p. 67).

A segunda lucerna recuperada encontra-se em pior estado de conservação, apenas com parte da orla separada do disco por uma canelura, registando-se ainda o arranque do bico com parte de uma voluta. Um fragmento muito reduzido de disco permite constatar que teria decoração, como aliás é frequente nestas formas, ainda que seja completamente impossível caracterizar os motivos representados. As características dos elementos conservados aproximam-se de algumas variantes da forma V de Deneauve, equivalente à forma Dressel-Lamboglia 11, com cronologias do século I d.C. (Deneuve, 1969, p. 126).

A pasta das duas lucernas é creme amarelada, fina e muito porosa, conservando na superfície vestígios muito residuais de engobe castanho, correspondendo provavelmente a produções béticas.

Os dois potinhos que integram igualmente os conjuntos votivos encontram-se, à semelhança das lucernas, muito fragmentados, apesar de se conservarem os principais elementos para determinar a sua forma. As pastas são cinzentas com algumas áreas castanhas, finas mas com alguns componentes não plásticos de quartzo e mica, com as superfícies cinzentas, embora uma das peças possa registar vestígios muito ténues de engobe castanho. As duas peças apresentam o bordo virado para o exterior e o corpo arredondado com um pequeno pé reentrante, registando-se ainda num deles vestígios de decoração com roleta no bojo. Estas formas têm paralelos, uma vez mais, no conjunto da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo, designadamente nos potinhos das formas 1 e 2 de Jeannette Nolen (1985, p. 114). A decoração do bojo com roleta surge nas formas da sua variante 1-a, datada da segunda metade do século I d.C. até inícios do II (*Idem*, 1995/97, p. 374). Para as variantes lisas, que apresentam algumas semelhanças com a peça do Casal do Silvério são propostas cronologias desde a segunda metade do século I d.C. em diante, frequentemente a partir dos Flávios até ao século II (*Ibidem*).

No caso das sepulturas do Casal do Silvério, a utilização de uma ânfora Dressel 7-11 serve também como indicador cronológico, já que se trata de uma forma produzida na Bética entre Augusto e os Flávios (Peacok e Williams, 1986, p. 117-119), e ainda que tenha sido recuperada em contexto secundário de utilização, a sua cronologia não deverá afastar-se muito das datas propostas para a sua produção, sendo coerente com os restantes materiais.

Os restantes contentores utilizados naquela necrópole como urnas funerárias são produções de cerâmica comum, tendo sido identificados três fabricos. O mais frequente é grosseiro, com abundantes ENP de quartzo de médias dimensões e mica menos frequentes, apresentando pastas de cor castanho-escuras ou cinzentas (Figura 3, 3-4). Um segundo fabrico tem características semelhantes com o anterior, mas a densidade de ENP é menor, originando uma pasta laranja mais fina e de melhor qualidade (Figura 3, 5). Um dos contentores recuperados – e não representado por se encontrar em restauro – apresenta um terceiro fabrico, com uma pasta laranja avermelhada com grande quantidade de ENP de quartzo de tamanho médio e grande, o que lhe confere um aspecto muito rugoso e grosseiro.

Todos os contentores têm a base plana e o bojo oval, registando-se uma maior diversidade formal ao nível dos bordos, que podem ser rectos e evasados ou contracurvados formando garganta interna. O primeiro tipo tem paralelos na cerâmica comum do Alto do Cidreira (Nolen, 1988, Est. X, nºs. 79) e corresponde a uma forma recorrente em várias épocas, enquanto o segundo tipo tem paralelos nos potes da forma IX-C-1 de São Cucufate, também com uma longa perduração temporal, destacando-se a sua presença no horizonte 1 de ocupação da *villa* (Pinto, 2003, p. 394), datado da segunda metade do século I d.C. ao primeiro terço da centúria seguinte (*Idem*, p. 145).

A ausência de espólio nos restantes conjuntos escavados nesta necrópole constitui de facto um aspecto relevante no estudo destes enterramentos, desde logo pela dificuldade em estabelecer limites cronológicos para os mesmos com base apenas nas urnas de cerâmica comum. A possibilidade de outros materiais terem sido colocados sobre o topo das urnas e que

por essa razão de posicionamento não se conservaram deverá naturalmente ser colocada, à semelhança do que se constatou para a metade superior daqueles recipientes, que não se conservaram intactos. No entanto, seria de esperar encontrar alguns vestígios de tais materiais durante o processo de escavação, o que não se verificou. Esta ausência persistiu com poucas alterações mesmo depois da realização de trabalhos de prospecção no terreno envolvente e ainda ao analisarmos alguns materiais em depósito nas reservas do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

O conjunto de materiais passível de enquadrar cronologicamente os contextos intervencionados no Casal do Silvério restringe-se, assim, às lucernas, aos potinhos de cerâmica cinzenta e ao contentor anfórico do tipo Dressel 7-11, que se podem situar no século I d.C., podendo alcançar a época flávia ou mesmo o início do século II. Para além daqueles materiais, a própria materialização do ritual funerário, com a utilização exclusiva da deposição dos vestígios osteológicos humanos resultantes da cremação dentro da urna, enquadra-se claramente nas práticas documentadas para o século I d.C. (Frade e Caetano, 1993, p. 864).

Do conjunto recuperado em escavação e em prospecções antigas naquele sítio, regista-se um possível fragmento de cerâmica de imitação de campaniense (Sousa, 1996, p. 45), estando a *terra sigillata* documentada apenas por nove fragmentos, dois deles de produção itálica sendo os restantes provenientes das oficinas do sul da Gália, tendo sido possível identificar um bordo da forma Dragendorff 24/25 com esta origem. Entre o material anfórico encontram-se representados os fabricos béticos, designadamente através da forma Dressel 7-11, que havia sido também já documentada em associação aos contextos funerários escavados. Entre estes materiais regista-se ainda a presença de elementos pertencentes a grandes contentores de cerâmica, designadamente bordos e fundos, mas também alguns fragmentos de vestígios osteológicos humanos com evidentes sinais de exposição ao fogo, materiais provavelmente resultantes da destruição de sepulturas de incineração e evidências, pois, de uma área funerária de maiores dimensões. Entre as produções de cerâmica comum foram também recuperados alguns fragmentos de prato, forma que para além de poder integrar os conjuntos votivos pode também ter sido utilizada como simples tampa dos grandes contentores funerários.

No actual casal agrícola da propriedade, situado a algumas dezenas de metros da área recentemente intervencionada, foram localizados dois monumentos epigráficos de cariz funerário, designadamente uma estela datável do século I d.C., com a inscrição: CASSIA C F AMOENA. H.S.E., "*Cassia Amoena*, filha de *Cassio*, está aqui sepultada", e uma cupa com a inscrição: P SVLPICIVS P F GAL SEVERVS H. S. E., "*Publius Sulpícius Severus*, filho de *Publius*, (inscrito) na tribo Galéria, está aqui sepultado" (Ferreira, 1977).

A escavação deste conjunto de enterramentos permite naturalmente um maior conhecimento sobre a necrópole do Casal do Silvério, no entanto a dispersão de materiais à superfície e mesmo a existência de epigrafia funerária no local indicam uma área funerária maior e mais complexa, devendo as conclusões aqui apresentadas serem válidas apenas para o pequeno sector já intervencionado. Ainda assim, note-se que entre os materiais recuperados à superfície, regista-se apenas a presença de *terra sigillata* itálica e sudgálica, espelhando uma relativa coerência para o conjunto de materiais, de superfície e de escavação, que podem definir uma cronologia em torno do século I d.C. que não deverá ultrapassar muito a época flávia, quanto à utilização da necrópole.

3. A GRANJA DOS SERRÕES E O CASAL DO SILVÉRIO NO CONTEXTO DO RITUAL FUNERÁRIO NOS AGRI OLISIPONENSIS

A prática funerária preponderante no século I e início do II d.C. é a cremação com deposição dos vestígios osteológicos humanos em urna, que corresponde também ao rito praticado nesta região em época pré-romana, verificando-se assim uma certa continuidade do ritual funerário, designadamente no tratamento dado ao corpo (Fabião, 1998). Em alguns cemitérios verifica-se mesmo uma utilização em continuidade do mesmo espaço, ainda que possivelmente com algum hiato temporal, como se verifica na necrópole de Santo André, Montargil (Viegas, 1981) ou em Freiria, Cascais (Cardoso e Encarnação, 1999).

Numa análise de síntese sobre as necrópole do Nordeste Alentejano, Helena Frade e José Carlos Caetano (1993) constatam que naquela região a utilização de urnas é mais frequente no período cláudio-flaviano, podendo prolongar-se o seu uso alguns anos para além da etapa flávia, mas desaparecendo no século II d.C., justamente quando os enterramentos em cova com a deposição de espólio e cinzas misturados se

tornam mais frequentes. Esta alteração poderá documentar uma mudança de ritual com reflexos na expressão material do enterramento, onde a utilização da urna como contentor funerário, com algumas excepções, está documenta apenas durante o século I d.C., podendo corresponder a uma persistência do ritual da Idade do Ferro, situação verificada, por exemplo, na parte mais antiga da necrópole da Chaminé (Frade e Caetano, 1993, p. 864).

Aquela expressão material dos enterramentos, com deposição secundária do vestígio da cremação em urna, está também documentada na região olisiponense em contextos do século I d.C., designadamente na Granja dos Serrões, no Casal do Silvério, em Casal de Pianos (Monteiro, 2003), em Alenquer (Pereira, 1970) e em *Olisipo*, sob a actual rua dos Correeiros (Bugalhão, 2001) e na necrópole da praça da Figueira (Gonçalves *& alii*, 2010), estando igualmente atestada a realização de cremações em *busta* em alguns destes locais. Para além daquelas sepulturas mais discretas, regista-se igualmente neste território a utilização de monumentos funerários com outra monumentalidade, muitos com epigrafia, de que se destaca o conjunto proveniente de São Miguel de Odrinhas-Faião, praticamente todos do século I e II d.C. (Cardim Ribeiro, 2013) e que estão igualmente associados à deposição secundária dos vestígios resultantes da cremação.

Ainda que na maior parte das necrópoles rurais deste território não tenham sido registados vestígios do local de *ustrinum*, a sua utilização depreende-se através da identificação de varias evidências, designadamente nas Almoinhas (Coelho *& alii,* 2006) e em *Olisipo* (Gonçalves *& alii*, 2010; Bugalhão, 2001). A sepultura da Granja dos Serrões pode documentar justamente uma destas situações, já que a presença de vestígios osteológicos de dois indivíduos (Silva, 1999, p. 9), para além de poder revelar uma cremação múltipla, pode também reflectir apenas a recolha acidental dos vestígios de mais de uma pessoa numa área de *ustrinum* com múltiplas utilizações.

A prática do rito da cremação continua em uso na região olisiponense durante os séculos II e III d.C., e talvez mesmo depois desta data, registando-se porém durante este período algumas transformações na expressão material da sepultura, desde logo através da forma da deposição dos vestígios osteológicos humanos. Nesta fase mais tardia parece verificar-se uma tendência para o abandono da utilização da urna como contentor funerário, passando agora os vestígios resultantes da cremação a ser depositados directamente na vala ou em caixas construídas com diferentes materiais, sendo as cinzas e os ossos frequentemente misturados com o espólio votivo. A ausência de urna para deposição dos vestígios resultantes da cremação do corpo está também documentada na sepultura dois da necrópole do Casal do Rebolo, Sintra, o único contexto de incineração daquele cemitério que, apesar de parcialmente destruída, permitiu caracterizar estes aspectos do ritual, tratando-se também de um contexto tardio que pode alcançar a primeira metade do século III d.C. (Gonçalves, 2011b, p. 81). Situações semelhantes relativas à deposição de restos de cremações tardias registaram-se nas Almoinhas, Loures (Oliveira, 1996, p. 22; *Idem*, 1998, p. 35).

Este momento de transição está documentado na necrópole de Casal de Pianos, onde se verifica que as cremações com deposição secundária de cinzas e vestígios osteológicos em urna correspondem, de um modo geral, a contextos datados do século I ao início do II d.C., sendo três deles cremações em *busta* (Monteiro, 2003, p. 17). A deposição dos vestígios da cremação dentro das valas e misturados com o espólio no seu interior, sem utilização de urna, ainda que esteja já documentada em dois contextos de século I d.C. é claramente superior nas sepulturas dos séculos II e III d.C. (*Ibidem*), numa época em que noutras necrópoles regionais provavelmente se praticaria já a inumação.

AGRADECIMENTOS

Todos os desenhos de materiais que acompanham este trabalho são da autoria de Ana Neves e o mapa e planta foram feitos por Joel Marteleira, ambos do MASMO, a quem agradeço a preciosa ajuda.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1974) – A necrópole do Monte Farrobo (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. XIII, pp. 5-32.

ALARCÃO, Jorge de & ALARCÃO, Adília (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. V, pp. 7-104.

BELCHIOR, Cláudia (1995) – *A villa* romana da Granja dos Serrões: resultados preliminares da escavação de emergência (1994). Relatório de escavação.

BELCHIOR, Cláudia (1996) – A segunda intervenção arqueológica na Granja dos Serrões – 1995 (Concelho de Sintra). Relatório de escavação.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em *Olisipo*: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: 15.

CAETANO, José (2002) – Necropoles e ritos funerarios no Ocidente da Lusitania romana. In VAQUERIZO GIL, Desiderio, ed. – *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5–9 junio, 2001)*. Cordoba: Universidad. Vol. I, pp. 313–334.

CARDIM RIBEIRO, José (2013) – "Ptolomeu, *Geogr.* II, 5, 6: XPHTINA ou "APHTINA", in volume monográfico editado pelo Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa [no prelo].

CARDOSO, Guilherme & ENCARNAÇÃO José d' (1999) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *Villa* Romana de Freiria Norte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Volume Especial, II.

COELHO, Manuela; RAMOS, Ana; FERREIRA, Ângela; PINTO, Marina (2006) – Relatório final dos trabalhos arqueológicos da villa romana das Almoinhas (Loures). Policopiado.

DENEUVE, Jean (1969) – *Lampes de Carthage*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.

FABIÃO, Carlos (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes.

FERREIRA, Octávio (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto–históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos (3ª. Parte). *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, 83.

FERREIRA, Octávio da Veiga & ANDRADE, Ruy Freire de (1966) – A necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. V.

FRADE, Helena & CAETANO, José (1993) – Ritos Funerários Romanos no Nordeste Alentejano. In *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas* (Coimbra, 1990). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

GONÇALVES, Alexandre (2011a) – Relatório dos trabalhos arqueológicos de emergência na necrópole do Casal do Silvério (Sintra).

GONÇALVES, Alexandre (2011b) – *A necrópole romana do Casal do Rebolo, (Sintra)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.

GONÇALVES, David; DUARTE, Cidália; COSTA, Cláudia; MURALHA, João; CAMPANACHO, Vanessa; COSTA Ana; ANGELUCCI, Diego (2010) – "The Roman Cremation Burials of the Encosta de Sant'Ana (Lisbon, Portugal)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*.13: 1.

MONTEIRO, Margarida (2003) – *A necrópole romana de Casal de Pianos, Sintra*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.

NOLEN, Jeannette (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, Jeannette (1988) – A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais). Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra, XXVII, pp. 61-140.

NOLEN, Jeannette (1995-1997) – Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 13/15, pp. 347-392.

NOLEN, Jeannette & DIAS, Luísa (1981) – A necrópole de Santo André. Os materiais (II). *Conimbriga*. Coimbra. XX.

PEACOK, D. & WILLIAMS, D. (1986) – *Amphorae and Roman Economy*. London: Longman.

PEREIRA, Carlos (2008) – *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

PEREIRA, Maria Amélia Horta (1970) – O dolium cinerário com *skyphos* vidrado a verde da necrópole de Paredes (Alenquer). *Conimbriga*. Coimbra. 9.

PINTO, Inês (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Colecção teses. Lisboa: Universidade Lusíada.

SILVA, F. (1999) – *Estudo de restos ósseos cremados descobertos na Granja dos Serrões (Relatório)*.

VIEGAS, João (1981) – A necrópole de Santo André (I). *Conimbriga*. Coimbra. XX, pp. 5-31.

Figura 1 – Localização da área do Município olisiponense no mapa da Península Ibérica com a indicação dos principais sítios referidos no texto: 1: Granja dos Serrões, 2: Casal do Silvério, 3: Casal de Pianos, 4: Casal do Rebolo, 5: Almoinhas, 6: Alto do Cidreira, 7: Freiria, 8: São Miguel de Odrinhas. © Joel Marteleira / Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

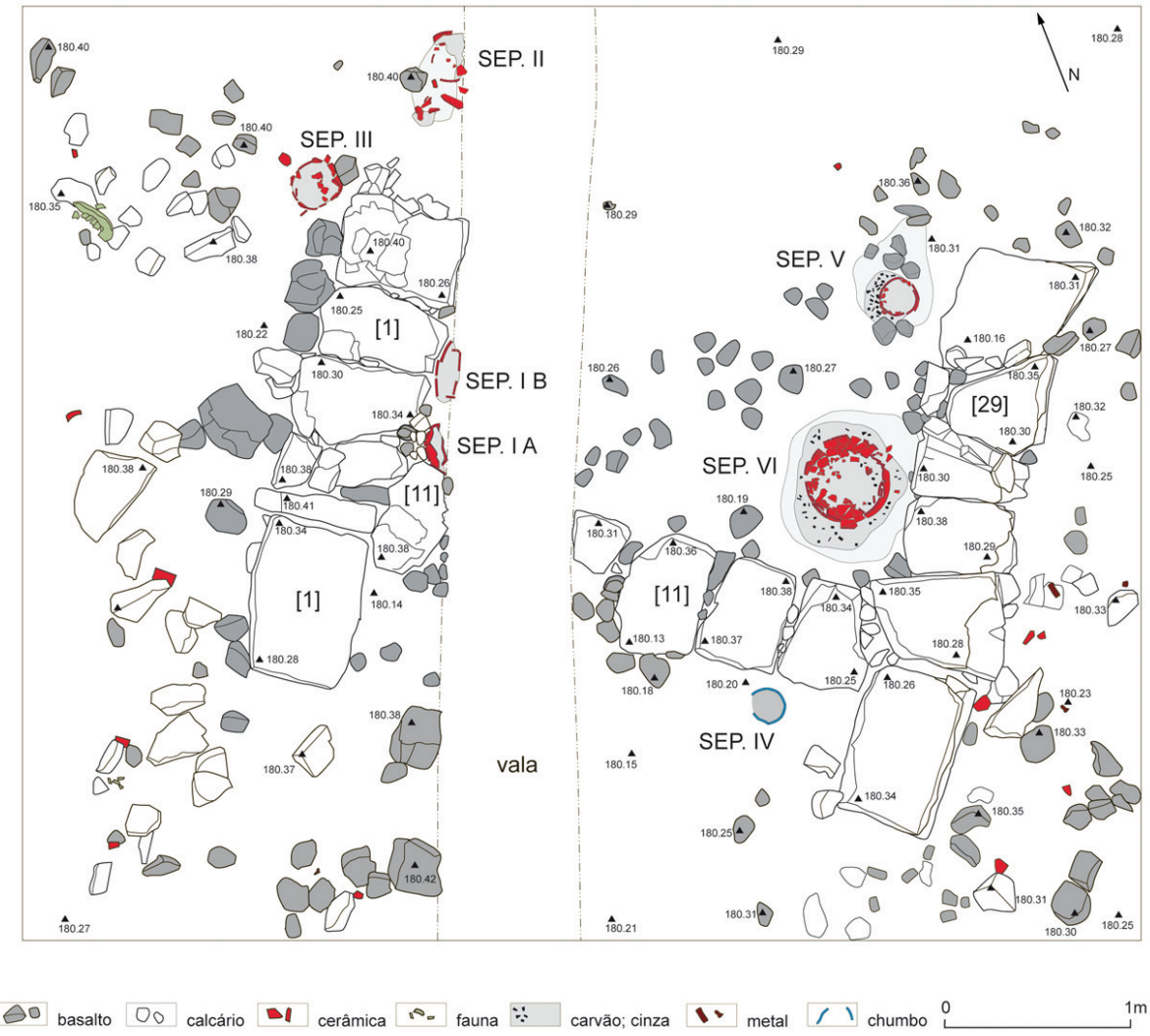


Figura 2 – Planta da construção escavada na necrópole do Casal do Silvério com a localização das sepulturas identificadas. © Joel Marteleira / Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

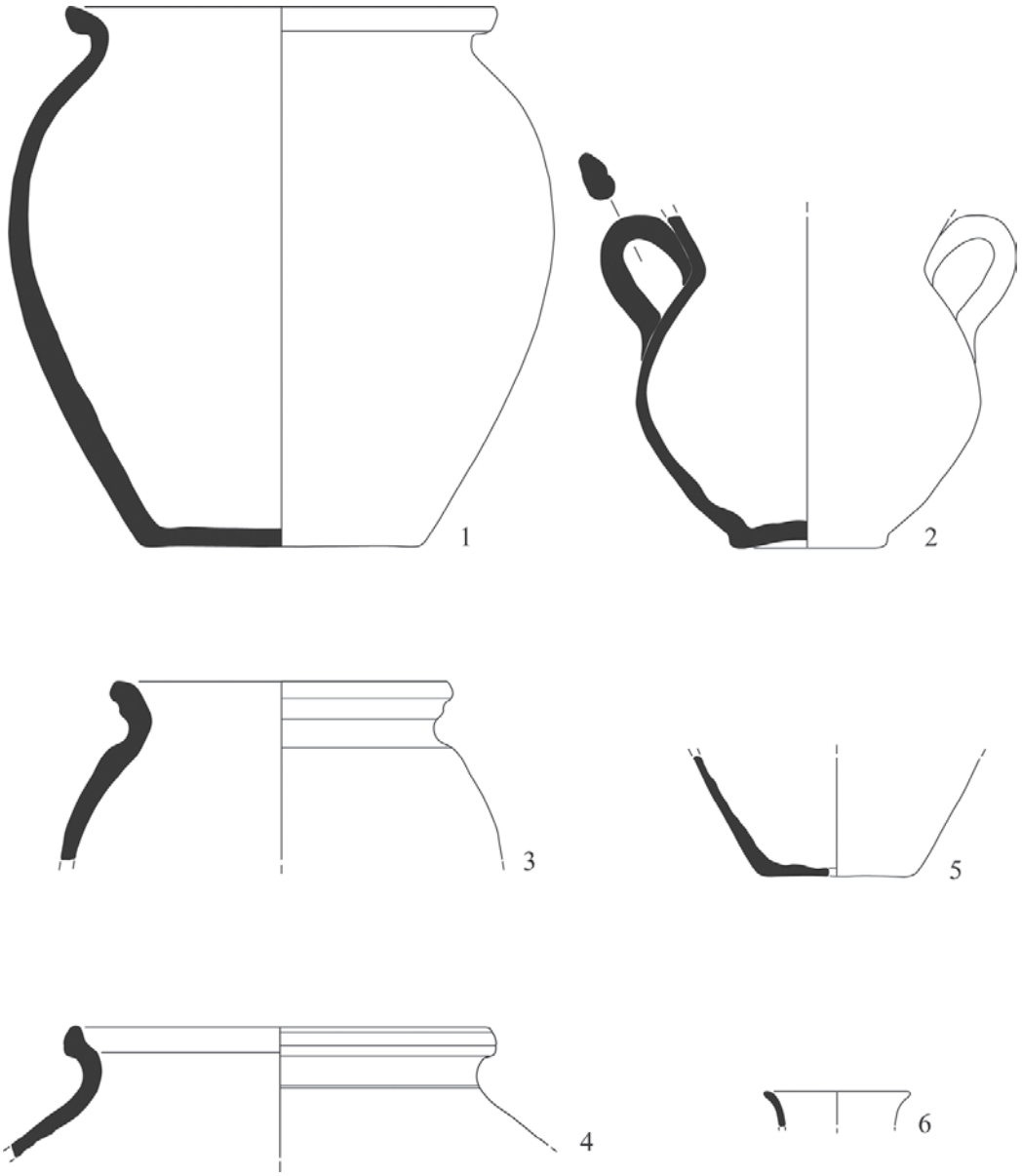


Figura 3 – 1-2: Urnas da Granja dos Serrões; 3 a 5: urnas do Casal do Silvério; 6: bordo de potinho de pasta cinzenta da mesma necrópole. Com excepção da urna 1, representada à escala 1/4, todas as outras peças estão à escala 1/3. © Ana Isabel Neves, Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

VIDROS ROMANOS DAS NECRÓPOLES DE ALCÁCER DO SAL DEPOSITADOS NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Francisco B. Gomes / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / FCT / franciscojbgomes@gmail.com

RESUMO

O espólio vítreo de cronologia alto-imperial proveniente do Olival e da Azinhaga do Senhor dos Mártires, embora não numeroso, reveste-se de um inegável interesse pela sua relativa diversidade e estado de conservação. Apresenta-se aqui um conjunto de peças inéditas, actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, que constituem uma amostra do repertório vítreo típico dos ambientes funerários dos séculos I-II d.C..

ABSTRACT

The glass material of early imperial chronology from the Olival and Azinhaga do Senhor dos Mártires, albeit not abundant, presents an undeniable interest due to its relative diversity and good conservation state. A study of a group of previously unpublished pieces currently deposited in the Museu Nacional de Arqueologia is presented, which constitutes a sample of the typical repertoire of funerary contexts of the I-II centuries AC.

INTRODUÇÃO

A área envolvente da ermida do Senhor dos Mártires, sensivelmente um quilómetro a Oeste da elevação onde se implantou o Castelo de Alcácer do Sal, é conhecida desde há muito como uma das áreas funerárias por excelência tanto da **Beuipo* sidérica como da *Salacia* romana. Com efeito, e ainda que as importantes descobertas atribuíveis à Idade do Ferro (Arruda, 1999-2000, pp. 72-86) tenham merecido maior atenção, pelo menos desde finais do século XIX que se conhece igualmente a existência de uma ocupação de época romana nesta mesma área (Silva, 1875; Baptista, 1896).

A investigação posterior viria a consagrar a divisão desta zona em dois sítios distintos: por um lado, o Olival do Senhor dos Mártires (OSM), conhecido pela sua intensa utilização funerária ao longo da Idade do Ferro (Correia, 1925 e 1928; Paixão, 1970 e 1983) e, por outro, a Azinhaga do Senhor dos Mártires (ASM), onde se veio a localizar o núcleo principal da necrópole romana imperial (Paixão, 1970. p. 92; 1979 e 1981).

Esta divisão, contudo, não é totalmente concordante com os dados arqueológicos. Com efeito, é possível assinalar a presença de materiais de cronologia imperial no OSM (p. ex., Viegas, *no prelo*), podendo de igual modo assinalar-se a presença de materiais de cronologia pré-romana em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) provenientes da ASM. Estes dados apontariam para a existência de situações, de resto naturais, de sobreposição entre ambos os conjuntos funerários, hipótese que o presente estudo permite de alguma forma reforçar.

OS VIDROS DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES

O conjunto de vidros de cronologia romana que pude identificar entre o espólio do OSM depositado no MNA consta de apenas cinco peças, facto que poderá relacionar-se com o carácter periférico desta zona em relação ao núcleo da necrópole imperial. Os exemplares em apreço apresentam, por outro lado, uma assinalável unidade funcional, correspondendo de forma exclusiva a unguentários, típicos de ambientes funerários.

Unguentários piriformes

Provêm do OSM três unguentários de morfologia piriforme (Fig. 1: nn.2, 5 e 6); o mais completo desses exemplares, o n.2, pode atribuir-se à Forma 8 defini-

da por C. Isings (1957: 24), a que aquela investigadora atribui uma cronologia genérica do século I d.C. O exemplar em estudo apresenta um estrangulamento baixo, sensivelmente a meio do corpo, que permite situá-lo na segunda metade daquela centúria, no período entre Cláudio e Tito (Alarcão & Alarcão, 1963ª, pp. 181-182). Deve também mencionar-se uma outra peça similar, exumada pelo Professor Vergílio Correia nos anos 20 do século passado no próprio OSM e já publicada (Alarcão & Alarcão, 1963b, n.14).

Peças com morfologias paralelas são frequentes em ambientes funerários, podendo mencionar-se exemplares das necrópoles de Fonte Velha de Bensafrim (Alarcão & Alarcão, 1964, nn.8-14), Serrones e Horta das Pinas (Elvas) (Alarcão & Alarcão, 1967, nn.62-65), de Torre d'Ares-*Balsa* (Alarcão, 1968, nn.2 e 5; Nolen, 1994, p. 176) ou de Santo André (Viegas, Nolen & Dias, 1981, p. 43). Também no Noroeste peninsular se considera esta morfologia como «[r]*elativamente comum, sobretudo em necrópoles*» (Cruz, 2009, p. 208), atribuindo-se-lhe igualmente uma cronologia do século I d.C.. É também relevante a sua presença na área do Castelo de Alcácer do Sal (Alarcão, 1978ª, n.22), por se tratar do núcleo urbano correspondente à necrópole que venho tratando.

Os outros dois exemplares de unguentários piriformes do OSM encontram-se muito incompletos, conservando-se apenas os respectivos depósitos e parte dos colos, pelo que a sua adscrição tipológica oferece reservas. A peça 5 enquadrar-se-á igualmente na Forma Isings 8 antes comentada; quanto à peça 6, hesito em atribui-la a uma forma concreta; a sua adscrição à Forma Isings 8 não parece impossível, mas seria possível também aproximá-la dos unguentários ditos "em gota" ou "em pingo de mel" (cf. *infra*) ou atribuir-lhe um carácter intermédio entre a Forma Isings 8 e a Isings 82, nomeadamente na sua variante B1 (Isings, 1957, pp. 98-99); qualquer destas hipóteses situá-la-ia no século I d.C. ou, quando muito, nos inícios do século II d.C..

Unguentários bulbiformes

O outro grupo morfológico de unguentários presente no OSM poderia descrever-se genericamente como possuindo depósito bulbiforme e colo cilíndrico desenvolvido (Fig. 1: nn.7-8); estas peças aproximam-se da Forma Isings 28A (*idem*: 42), embora não se enquadrem completamente na morfologia desta. A sua cronologia genérica no Ocidente romano parece prolongar-se entre os meados do século I, em que são ainda raros, e os séculos II-III d.C., a que se atribuem a maioria dos exemplares (Alarcão & Alarcão, 1963b, pp. 369-370).

São peças pouco frequentes, embora estejam atestadas em diversos sítios portugueses, como Conimbriga (Alarcão & Alarcão, 1965: n.66), Jerumenha e Horta das Pinas (Alarcão & Alarcão, 1967: nn.49-51), Aramenha-*Ammaia* e Mértola (Alarcão, 1978b: nn.19-21) ou ainda em Torre d'Ares-*Balsa* (Nolen, 1994: 177). A maioria destes exemplares atribui-se à segunda metade do século I – inícios do século II a.C.

OS VIDROS DA AZINHAGA DO SENHOR DOS MÁRTIRES

O conjunto vítreo proveniente da ASM e resultante, sobretudo, dos trabalhos ali desenvolvidos pelo Dr. António Cavaleiro Paixão nos anos 70 e 80 do século passado (Paixão, 1979 e 1981), ainda que não abundante, é bastante mais numeroso que o do OSM. Pude, com efeito, contabilizar vinte e cinco peças que apresentam igualmente uma maior diversidade formal e funcional, embora os unguentários sejam, também aqui, predominantes, somando dezoito exemplares.

Unguentários tubulares (Forma Isings 8)

Também na ASM se exumaram unguentários de morfologia tubular, de que a peça 1 (Fig. 1) é o exemplo mais completo. Este recipiente enquadra-se perfeitamente na antes comentada Forma Isings 8, apresentando um estrangulamento a um terço da altura da peça, detalhe que permite atribui-lo à primeira metade do século I d.C. (Alarcão & Alarcão, 1963a, pp. 181-182). Peças com esta mesma particularidade foram exumadas em outros contextos funerários do Sul de Portugal, podendo citar-se exemplos de Almeirim (*idem*: n.4), da Horta das Pinas (Elvas) (Alarcão & Alarcão, 1967, nn.60-61), de Torre d'Ares-*Balsa* (Alarcão, 1970, n.52) ou de Alcácer do Sal, sem contexto preciso, possivelmente correspondendo a recolhas do século XIX na própria ASM (Alarcão, 1971a, n.1).

As peças 3 e 4 (Fig. 1), por se encontrarem muito incompletas, oferecem reservas quanto à sua atribuição tipológica; parece contudo razoável a sua adscrição a esta mesma forma.

Unguentários bulbiformes

Os unguentários bulbiformes estão representados na ASM por duas peças (Fig. 1: nn.9-10). Parece lícito atribui-las à Forma Isings 26 (Isings, 1957: 40--41), que é contudo bastante rara no actual território português, estando atestada apenas na necrópole da Horta das Pinas (Alarcão & Alarcão, 1967, nn.55-56; Alarcão, 1968, n.50). Também de Alcácer do Sal provêm peças que poderão atribuir-se a esta forma (Alarcão, 1971a, nn.9-11), sem contexto seguro, embora possivelmente recolhidas no final do século XIX na ASM. Não é possível, por outro lado, precisar se o bordo e o colo a que atribuí o nº 11 (Est. I) correspondem a uma peça de morfologia bulbiforme, embora pareça provável.

Unguentários de colo alto e depósito troncocónico (Forma Isings 28B)

A peça 12 (Fig. 2), que apresenta um longo colo cilíndrico separado do depósito, troncocónico, por um estrangulamento bem marcado, enquadra-se plenamente na Forma Isings 28B (Isings, 1957, pp. 42-43), cuja produção se concentra entre o período de Cláudio/Nero e os inícios do século II d.C., embora as peças com o bordo liso, como o exemplar em apreço, pareçam sobretudo características do século I d.C. (Alarcão & Alarcão, 1964, p. 84).

Peças com esta morfologia são muito frequentes em contextos funerários, podendo mencionar-se paralelos da Fonte Velha de Bensafrim (*idem*: nn.3-4), da necrópole do Monte Molião (*idem*: nn.6-7; Alarcão, 1968: nn.30-31; Arruda, Sousa & Lourenço, 2010, Figs. 7-8), de Torre d'Ares-*Balsa* (Alarcão, 1970, nn.36, 37 e 40; Nolen, 1994, p. 176), da necrópole de Santo André (Viegas, Nolen & Dias, 1981, pp. 43--44) ou ainda da necrópole da Rouca (Alandroal) (Rolo, 2010, p. 108).

Inclino-me a atribuir a esta mesma forma as peças 13 a 16 (Fig. 2), embora admitindo que o seu grau de fragmentação não permite uma atribuição indiscutível. O mesmo se verifica com o exemplar a que atribuí o número 17 (Fig. 2), que poderia corresponder a uma peça dessa mesma morfologia, embora a escassa porção da parede do depósito preservada permita entrever que aquele teria um perfil mais arredondado, o que aproximaria mais esta peça da Forma Isings 82A1 (Isings, 1957: 97-98), que não conta contudo com paralelos assinaláveis em contextos portugueses.

Unguentários ditos em forma de "gota", ou de "pingo de mel"

As peças 18 a 21 (Fig. 2) apresentam um característico perfil piriforme, sem estrangulamento, que os aproxima de um grupo bastante frequente em contextos do actual território português que, contudo, não se enquadra de forma clara nas principais tipologias disponíveis para o material vítreo. Usualmente designados como unguentários em "pingo de mel" ou em "gota", estas peças, atribuídas ao período entre Augusto/Tibério (Alarcão & Alarcão, 1964, p. 82) e Cláudio (Alarcão, 1968, p. 4-5), estão presentes em Fonte Velha de Bensafrim (*idem*: n.1), na necrópole do Monte Molião (*idem*: n.2), na da Horta das Pinas (Alarcão & Alarcão, 1967: nn.57-58), na de *Balsa* (Alarcão, 1968, n.3; 1970, n.51; Nolen, 1994, p. 176), na de Santo André (Viegas, Nolen & Dias, 1981, p. 43), na de Valdoca (Alarcão & Alarcão, 1966) ou numa sepultura de Almeirim (Alarcão & Alarcão, 1963b, n.5). Existem também exemplares desta forma depositados no Museu Municipal de Alcácer do Sal (Alarcão, 1971ª, nn.6-7) que poderão provir da ASM. Em contextos não funerários, haveria a referir a presença de peças desta morfologia em Conimbriga, amortizadas em níveis de época flávia (Alarcão *et al*., 1976: nn.38-40).

Unguentários de tipo "candlestick" (Forma Isings 82)

Para além da já comentada peça 17, que poderia, como ficou dito, atribuir-se à Forma Isings 82A1, existem entre o espólio da ASM dois outros exemplares (Fig. 2: nn.22-23) que poderiam enquadrar-se, embora com reservas, no grupo formal dos chamados unguentários em forma de candelabro. A peça 22, de que se conserva apenas o bordo e parte do colo, poderia com efeito pertencer a uma peça desta forma, sem que possa precisar-se qual a variante em que se integraria. Quanto ao exemplar a que atribuí o número 23 parece possível, apesar do seu mau estado de conservação, classifica-lo na Forma Isings 82B2 (Isings, 1957: 99), a que se atribui uma cronologia entre finais do século I e inícios do III d.C..

As peças desta morfologia não são desconhecidas em contextos funerários do território actualmente português, podendo mencionar-se exemplares da necrópole do Monte Molião (Alarcão & Alarcão, 1964, n.15), da Sepultura de Bela Mandil (Olhão) (Alarcão, 1968, n.9), de Torre d'Ares-*Balsa* (Alarcão, 1970, nn.42-45; Nolen, 1994, p. 177), de Tróia (Alar-

ção, 1971a: n.15), do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar) (Fabião *et al.*, 1998), de Valdoca (Alarcão & Alarcão, 1966), da Herdade de A do Rico (Alarcão & Alarcão, 1967, n.54) ou do Pombalinho (Alarcão, 1968b). No Noroeste, considerou-se que esta forma é rara, estando sobretudo presente em necrópoles (Cruz, 2009, p. 213). Em contextos não funerários, haveria a assinalar a sua presença em Conimbriga (Alarcão & Alarcão, 1965, n.161) e em Aramenha-*Ammaia* (Alarcão, 1978b, n.17).

Tampa (Forma Isings 66B)

Para além dos unguentários que venho comentando, pude identificar entre o espólio da ASM um pequeno número de peças com funcionalidades distintas. Entre estas, cumpriria destacar uma tampa (Fig. 2: n.24) enquadrável no Tipo Isings 66B (Isings, 1957: 85-86), a que se atribuiu uma cronologia entre meados do século I e, provavelmente, inícios do século III d.C. (*ibidem*). A peça da ASM, que não encontra paralelos exactos nos espólios vítreos do actual território português, serviria de cobertura a uma das urnas de vidro da Forma Isings 67A (Isings, 1957: 86-87) já publicadas (Paixão, 1981, p. 168; Nolen, 2002), a que se atribuiu uma cronologia entre meados do século I e o final do II d.C. (*ibidem*). Trata-se, de resto, de uma das poucas peças cuja posição na necrópole conhecemos, ao figurar na planta publicada por António Cavaleiro Paixão (1981, p. 169).

Taças

A peça 25 (Fig. 2) corresponde a uma pequena taça de bordo moldurado, ligeiramente reentrante, de coloração azul ultramarina, que não se enquadra em nenhuma tipologia conhecida, embora não fosse impossível aproximá-la da Forma Isings 81 (Isings, 1957, p. 97), cuja cronologia, extensa, recobriria os séculos I a III d.C. (*ibidem*). Não pude identificar nenhum paralelo satisfatório para esta peça em conjuntos do actual território português.

Cumpre ainda mencionar neste apartado a existência de uma taça pertencente à Forma Isings 2 (*idem*: 17) igualmente em vidro de coloração azul ultramarina, já publicada (Nolen, 2002), com uma cronologia da primeira metade do século I d.C. (*idem*).

Conta ou cossoiro

Há também a registar a presença de uma pequena peça de perfil troncocónico em vidro verde gelo opaco (Fig. 2: n.26) que poderá corresponder tanto a uma peça de adorno, hipótese que me parece mais provável, como a um elemento funcional, ligado à fiação.

Peças de forma indeterminada

Finalmente cabe aqui resenhar quatro outras peças que, pelo seu estado de conservação, não permitem uma qualquer atribuição funcional ou tipológica. A peça 27 (Fig. 2) corresponde a uma asa de tendência aparentemente sub-horizontal, pertencente a uma peça cuja morfologia é impossível de determinar. A peça 28 (Fig. 2) é um fundo côncavo, de vidro verde azeitona, impossível de enquadrar tipologicamente e cuja própria atribuição cronológica a um momento antigo merece reservas, comentário que estenderia também à peculiar peça 29 (Fig. 2), invulgar pela robustez das suas parede e pelo perfil troncocónico de fundo muito côncavo que parece evidenciar. Finalmente, a peça n. 30 (não ilustrada) corresponde a um estreito colo cilíndrico, sem dúvida de um unguentário, de forma indeterminada.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os materiais que tive oportunidade de apresentar, de forma necessariamente sucinta, nas páginas anteriores correspondem, como seria de esperar, de forma cabal ao repertório vítreo típico de ambientes funerários, com paralelos em numerosos sítios do actual território português que tive oportunidade de mencionar.

No que diz respeito à sua cronologia, as peças estudadas apresentam uma considerável coerência interna, abarcando um arco cronológico que inclui todo o século I d.C. e o século II d.C., podendo prolongar-se até aos momentos iniciais do III d.C., balizas plenamente consentâneas com a cronologia proposta pelo escavador da necrópole (Paixão, 1981, p. 168).

O espólio vítreo, a que podem acrescentar-se, como mencionei, outros materiais, permite por outro lado defender a sobreposição, pelo menos parcial, entre a necrópole romana e a necrópole proto-histórica, com a presença de depósitos funerários de época imperial no OSM. O presente estudo constitui, assim, uma modesta contribuição para um melhor conhecimento do mundo funerário da antiga *Salacia*.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de & LOURENÇO, Pedro (2010) – A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 10, pp. 267-283.

ALARCÃO, Jorge de (1968a) – Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*, 7, pp. 7-39.

ALARCÃO, Jorge de (1968b) – Espólio de uma sepultura luso-romana do Pombalinho (Santarém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.III:2, pp.77-86.

ALARCÃO, Jorge de (1970) – Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III:4, pp. 191-200.

ALARCÃO, Jorge de (1971) – Mais algumas pequenas colecções de vidros romanos. *Conimbriga*. Coimbra. 10, pp. 25-43.

ALARCÃO, Jorge de (1978a) – Vidros do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, pp. 155-166.

ALARCÃO, Jorge de (1978b) – Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia. *Conimbriga*. Coimbra. 17, pp. 101-112.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1963a) – Vidros romanos do Museu de «Martins Sarmento». *Revista de Guimarães*. Guimarães. 73:1-2, pp. 175-208.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1963b) – Quatro pequenas colecções de vidros romanos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 73:3-4, pp. 367-395.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1964) – Vidros romanos do Museu Municipal de Figueira da Foz. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74:1-2, pp. 79-130.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1965) – *Vidros romanos de Conimbriga*. Condeixa-a-Velha: Museu Monográfico de Conimbriga.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. 5, pp.7-104.

ALARCÃO, Jorge de; ALARCÃO, Adília (1967) – Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conimbriga*. Coimbra. 6, pp. 1-45.

ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília; PONTE, Salete da (1976) – *Fouilles de Conimbriga. VI. Céramiques Diverses et Verres.* Paris: Éditions du Boccard.

CORREIA, Vergílio (1925a) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*. Coimbra. 1:7, pp.347-363.

CORREIA, Vergílio (1928) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*. Coimbra. 75, pp.190-201.

CRUZ, Mário (2009) - *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de* Bracara Augusta. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Vol. II. Edição Policopiada.

FABIÃO, Carlo; GUERRA, Amílcar; LAÇO, Terese; MELRO, Samuel & RAMOS, Ana Cristina (1998) – Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, pp. 199-220.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman Glass from Dated Finds*. Groningen: J. B. Wolters.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre d'Ares. Balsa.* Lisboa: IPM.

NOLEN, Jeannette U. Smit (2002) – 220 – Urna cinerária; 221 – Urna cinerária; 222 – Taça. In RIBEIRO, José Cardim, coord. – *As Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: MNA-IPM, pp.517-518.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada. 2 volumes.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1979) – Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, pp.76-79.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1981) – Intervenção de emergência na Necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires – Alcácer do Sal – Distrito de Setúbal. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, pp.165-169.

PAIXÃO, António Cavaleiro (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4:1, pp.273-286.

ROLO, Ana Mónica (2010) – *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUL. 2 volumes. Edição policopiada.

VIEGAS, João Rosa; NOLEN, Jeannette U. Smit; DIAS, Luísa Ferrer (1981) – A necrópole de Santo André. *Conimbriga*. Coimbra. 20, pp. 5-180.

VIEGAS, Catarina (*no prelo*) – *Terra Sigillata* imports in *Salacia* (Alcácer do Sal – Portugal). In *Acta Rei Cretariae Romanae Favtorum 43*. Bona: Dr. Rudolf Habelt GmbH Verlag.

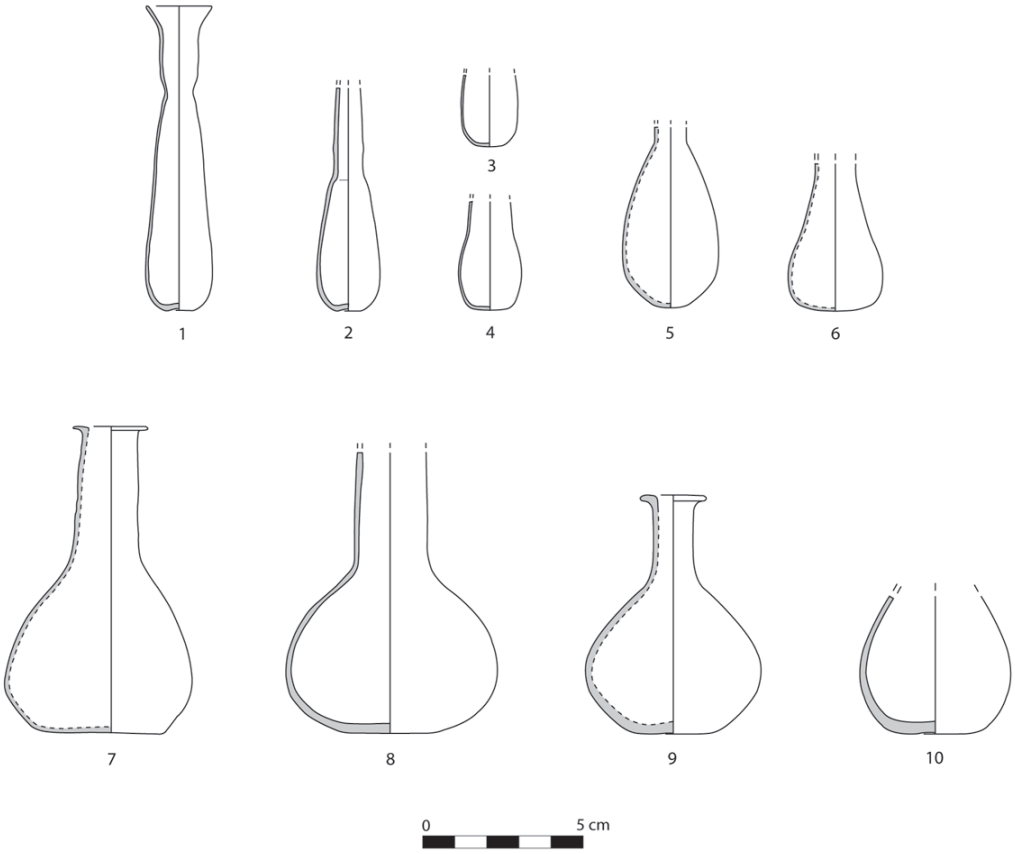


Figura 1 – Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal (1).

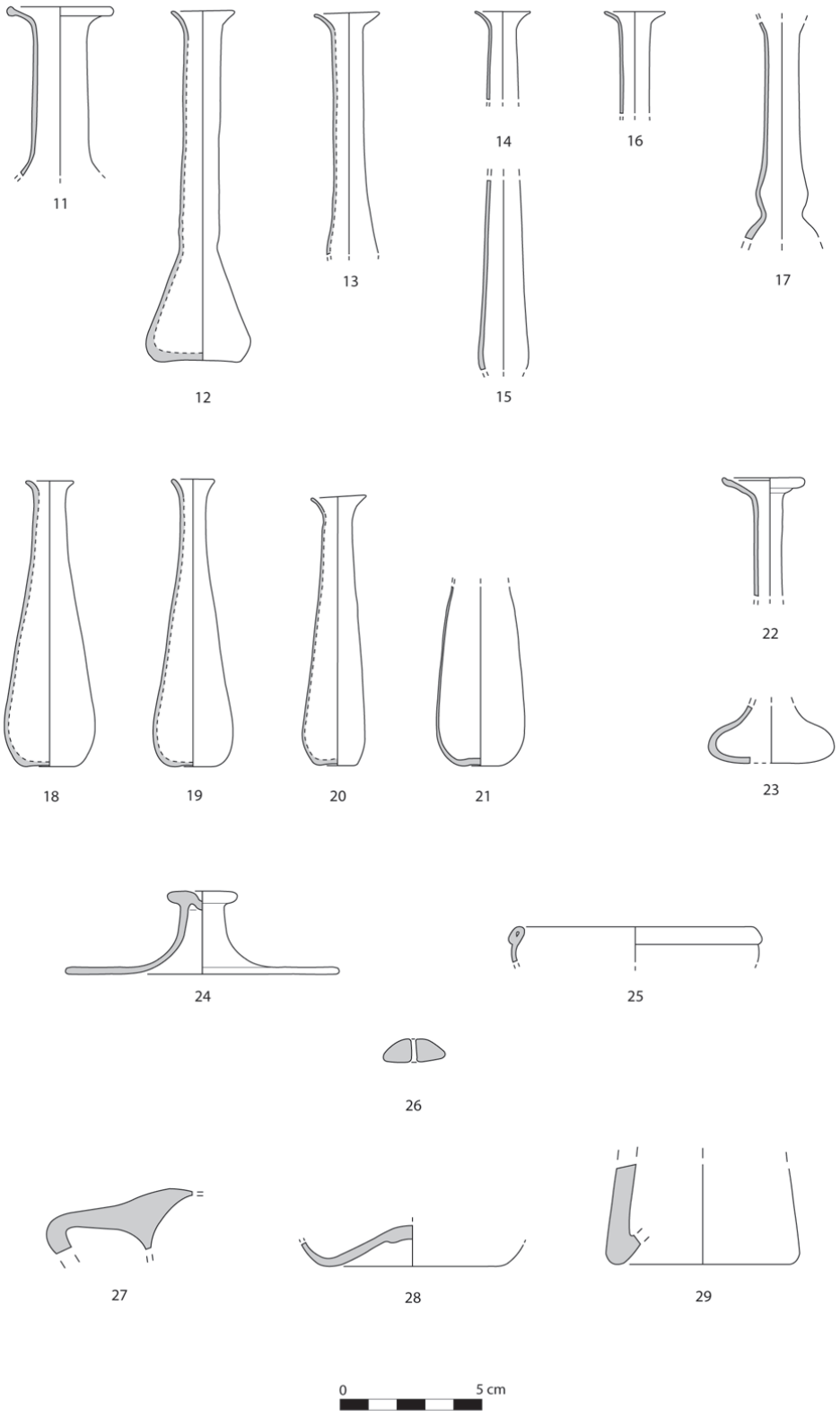


Figura 2 – Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal (2).

Vidros Romanos das necrópoles de Alcácer do Sal - tabela descritiva									
#	Nº. Inv. MNA	Prov.	Fragmento	Forma	Class. (Isings)	Coloração	Alt. cons.	Ø Bordo	Ø Fundo
1	2010.59.2	ASM	Inteiro	Unguentário tubular com colo estrangulado	8	Incolor, translúcido	8,9cm	2cm	0,8cm
2	13903	OSM	Colo/Depósito	Unguentário tubular com colo estrangulado	8	Incolor, translúcido	6,9cm	***	0,8cm
3	2007.28.5	ASM	Fundo	Unguentário tubular com colo estrangulado?	8?	Incolor, translúcido	2,2cm	***	0,8cm
4	2007.28.4	ASM	Fundo	Unguentário tubular com colo estrangulado?	8?	Incolor, translúcido	3,2cm	***	1cm
5	13898	OSM	Depósito	Unguentário piriforme	8?	Incolor, translúcido	5,6cm	***	c.0,8cm
6	2004.509.1	OSM	Depósito	Unguentário piriforme	8/82B1?	Incolor, translúcido	4,5cm	***	c.1,6cm
7	13895	OSM	Inteiro	Unguentário bulbiforme	28A?	Incolor, translúcido	9,5cm	2,2cm	3,4cm
8	13901	OSM	Colo/Depósito	Unguentário bulbiforme	28A?	Incolor, translúcido	8,7cm	***	2,5cm
9	2009.42.1	ASM	Inteiro	Unguentário bulbiforme	26	Incolor, translúcido	6,4cm	2,2cm	2,2cm
10	2004.510.1	ASM	Depósito	Unguentário bulbiforme	26	Verde claro, translúcido	4,2cm	***	2cm
11	2003.3.25	ASM	Bordo/Colo	Unguentário	Ind.	Azul claro, translúcido	5,9cm	3,6cm	***
12	2003.3.15	ASM	Inteiro	Unguentário de colo alto e depósito cónico	28B	Verde gelo, translúscido	12,2cm	2,2cm	2,8cm
13	2004.391.4	ASM	Bordo/Colo	Unguentário de colo alto e depósito cónico	28B?	Azul muito claro, translúcido	8,3cm	2,2cm	***
14	2007.28.3	ASM	Bordo/Colo	Unguentário de colo alto (e depósito cónico?)	28B?	Incolor, translúcido	4,1cm	1,8cm	***
15	2004.391.8	ASM	Colo	Unguentário de colo alto e depósito cónico	28B?	Azul claro, translúcido	6,5cm	***	***
16	2004.391.7	ASM	Bordo/Colo	Unguentário de colo alto (e depósito cónico?)	28B?	Azul muito claro, translúcido	3,5cm	2,2cm	***
17	2003.3.24	ASM	Colo	Unguentário de colo alto (e depósito cónico? achatado?)	28B? 82A1?	Verde, fosco	7,6cm	***	***
18	2004.508.2	ASM	Inteiro	Unguentário em forma de "gota"	***	Verde claro, translúcido	9,9vm	1,8cm	1,8cm
19	2004.508.1	ASM	Inteiro	Unguentário em forma de "gota"	***	Verde claro, translúcido	9,9cm	1,4cm	1,8cm
20	2003.3.16	ASM	Inteiro	Unguentário em forma de "gota"	***	Incolor, translúcido	9,3cm	1,9cm	1,4cm
21	S/nº. Inv.	ASM	Depósito	Unguentário em forma de "gota"	***	Verde gelo, translúcido	6,2cm	***	1,4cm
22	2003.115.3	ASM	Bordo/Colo	Unguentário	82?	Incolor, translúcido	4,1cm	2,9cm	***
23	2003.3.27	ASM	Depósito	Unguentário com depósito achatado	82B2	Indeterminado; muito alterado	c. 2cm	***	c.2,8cm
24	999.106.2	ASM	Perfil Compl.	Tampa	66B	Azul muito claro, translúcido	2,9cm	9,6cm	2,4cm
25	982.404.7	ASM	Bordo	Taça de bordo moldurado	***	Azul ultramarino, fosco	1,3cm	8cm	***
26	2004.391.3	ASM	Inteiro	Conta ou cossoiro	***	Verde gelo, baço	0,7cm	0,8cm	2,2cm
27	S/nº. Inv.	ASM	Asa	Indeterm.	***	Verde gelo, translúcido	***	***	***
28	S/nº. Inv.	ASM	Fundo	Indeterm.	***	Verde azeitona, fosco?	1,5cm	***	6,1cm
29	S/nº. Inv.	ASM	Fundo?	Indeterm.	***	Verde gelo claro, translúcido	3,5cm	***	6cm?
30	2004.391.5	ASM	Colo	Unguentário?	***	Azul muito claro, translúcido	***	***	***

Figura 3 – Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal – tabela descritiva.

NOTÍCIA SOBRE A CERÂMICA COMUM DA CIDADE DE AMMAIA: ALMOFARIZES DE IMPORTAÇÃO BÉTICA

Vítor Manuel da Silva Dias / Bolseiro de Doutoramento da FCT. Investigador do CIDEHUS / vitorsilvadias@gmail.com

RESUMO

A informação apresentada materializa uma primeira abordagem ao conjunto de 20 fragmentos de almofarizes provenientes dos setor da porta sul e das termas da cidade de *Ammaia*. A seleção iniciada em 2011, apresenta os resultados provenientes do espólio exumado durante as campanhas de 1995, 1996, 1999, 2001, 2002 e 2009.

Propõe-se materializar análise quantitativa, caracterização morfológica e técnica, com aprofundamento da associação entre fabrico e forma, bem como a apresentação das respetivas orientações cronológicas do conjunto identificado.

Relembramos que o primeiro estudo onde se aborda a cerâmica comum proveniente de São Salvador de Aramenha é da autoria de Josefa Neves (Neves, 1972). Acrescenta-se com esta sucinta análise o número de formas provenientes da região de São Salvador de Aramenha.

ABSTRACT

The present paper reports a first analysis of the set of 20 fragments of mortars extracted from the southern sector of the door and spa of the city of Ammaia. The selection made started in 2011, and the study presented results from the analysis of a selection of pieces exhumed during the archeological excavations conducted in 1995, 1996, 1999, 2001, 2002 and 2009. Here we propose to materialize a quantitative, morphological and technological study, giving particular emphasis to the relationship between manufacture and shape, along with a chronological perspective. Therefore, here, with this brief but detailed analysis, we increase the information obtained, together with the type of forms found among the common ware pieces exhumed from the region of São Salvador de Aramenha.

A CIDADE DE AMMAIA: PORTA SUL. ALMOFARIZES. ANÁLISE QUANTITATIVA

Significativo é o hiato ocorrido desde 1972, data da publicação onde Josefa Neves aborda um conjunto de recipientes de cerâmica comum, *terra sigillata* e vidros (Neves, 1972). Quatro décadas representativas dos lentos avanços que a temática da cerâmica comum tem sido alvo. O lento ritmo da investigação arqueológica cadencia lacunas consideráveis na análise da dimensão local/regional dos hábitos de produção e consumo de grande parte do atual território nacional.

A presente análise é uma original oportunidade para a apresentação de resultados, ainda que necessariamente parciais, do doutoramento dedicado ao tema da cerâmica comum de *Ammaia*. O projeto iniciado com a orientação do Professor Doutor Frank Maurice Vermeulen é presentemente continuado com a orientação dos Professores Doutores Carlos Soares Fabião e Filipe Themudo Barata.

A seleção de fragmentos provenientes das diversas campanhas de escavação (1995, 1996, 1999, 2001, 2002 e 2009) realizadas na cidade de *Ammaia* resultou no estudo de 20 fragmentos exumados, sendo 13 oriundos do setor da Porta sul e 7 do setor termas. No setor Porta Sul destacam-se os quadrados 2534, 2734, 2735, 2736 e a Estrutura 2 todos com dois fragmentos cada, exceto o quadrado 2736 com quatro. Esta distribuição espacial acentua uma predileção pela torre Este e áreas circundantes.

Nas termas é o ambiente D (AMB D) que com quatro exemplares sobressai em toda a área. Igualmente neste setor estão representados os quadrados nº 1009, 1110 e 1209 todos com um fragmento. Deste conjunto desenvolve-se especialmente os fragmentos de importação bética.

BREVE CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA, MORFOLÓGICA E FUNCIONAL

O papel de destaque que tem sido atribuído aos almofarizes como categoria morfológica com potencial informativo cada vez mais relevante foi já explorado por diversos autores (Arruda & Viegas, 2004; Pinto, 2003), tendo sido alvo de reflexões contextualizadoras no que diz respeito à morfologia, cronologia, fabricos e proveniência (Quaresma, 1995-1997 e 2008). Dado o inquestionável valor informativo desta forma seguiremos os critérios já valorizados com o objetivo de permitir uma aproximação e posterior confronto com os dados já conhecidos essencialmente a sul do Tejo, mas também em Conímbriga ou na Tarraconense.

O diâmetro externo do bordo apresenta valores que oscilam entre 12 cm e 42 cm. Desta característica formal o que mais sobressaí é a grande variedade de diâmetros. Apesar disso são os diâmetros com 34 cm, 35 cm, 38 cm e 41 cm, que mais se repetem, registando todos dois exemplares.

A altura dos fragmentos demonstra o elevado índice de fragmentação dos indivíduos exumados, situando-se entre os 2,4 cm e os 7,4 cm.

O tipo de bordo mais representado é o bordo extrovertido de aba horizontal com 11 casos, seguido de longe pelo bordo extrovertido simples (4). Os bordos introvertidos são meramente residuais (1+1), acontecendo o mesmo com os fundos (1+1) e bojos (1).

A forma preponderante é naturalmente a esvasada variando o lábio entre o boleado, ou amendoado, por vezes com toro na orla superior, parede arqueada oblíqua, com ou sem estrias nas paredes superiores.

Os fabricos retratam a influência bética do conjunto estando 6 fragmentos associados a pastas nitidamente béticas (J). A importância quantitativa deste valor assume dimensão de especial relevo nesta categoria morfológica, se tivermos em conta que em toda a área escavada apenas foram identificados até ao momento, 15 fragmentos originalmente béticos. Seguem-se as pastas calcárias de tons claros e beges identificados com as siglas C (3) e D (5) possivelmente locais/regionais. Este conjunto perfaz 14 do total de 20 fragmentos, representando 70% do conjunto em análise. Os restantes fabricos H1 (1), O (2), E (2) e B (1) significam escassos 30 %. Optou-se por não pormenorizar a temática dos fabricos apesar da individualização tecnológica ter sido a primeira das tarefas desenvolvidas. Esta decisão prende-se com o facto de ainda estar em progresso a análise arqueométrica realizada em parceria com o Centro Hércules da Universidade de Évora. Por este motivo deixamos em aberto a possibilidade das pastas claras (C e D) serem uma produção local/regional.

O tratamento de superfície mais frequente é a decoração incisa (4), sucedendo-se o engobe (2), alisamento (1) e aguada (1).

ORIENTAÇÕES CRONOLÓGICAS

As indicações estratigráficas dos setores termas e Porta Sul resultam não só, da análise da cerâmica comum, mas igualmente, da confrontação estratigráfica de cerâmicas finas, como são o caso de *terra sigillata* ou lucernas e mesmo de vidros, estudados por José Carlos Quaresma (Quaresma, 2010-2011). As unidades estratigráficas que registam presença de almofarizes no setor das termas são a Ue [154] com 2 indivíduos e a Ue [170] e Ue [147], ambas com um único fragmento. Na área correspondente à Porta Sul o registo arqueológico não permitiu informação estratigráfica válida.

A crono-estratigrafia das termas indica a presença de fragmentos de almofariz associados a dois momentos. O primeiro, de época Cláudio-Nero e o segundo mais tardio, enquadrado no período Flávio-Antonino. Esta indicação é facultada pela análise do conjunto dos materiais onde se encontravam depositados os fragmentos nº 24 e 17, associados à Ue [154], e pela informação dos níveis da Ue [147] donde foi exumado o nº 18. É interessante constatar que todos os fragmentos têm origem bética (fabrico J).

Almofarizes de importação bética

Os seis fragmentos de produção bética apresentados são exemplo da capacidade importadora da cidade de *Ammaia* (Figura 2). Os números 782 e 340 aproximam-se da forma 4 identificada em Santarém, sendo o nº 782 mais comparável ao nº 3 e o nº 340 ao nº 6 de *Scallabis* (Arruda & Viegas, 2004, 346). O elevado índice de fragmentação não permite clarificar a ausência ou existência de moldura externa da parede, típica da fase 1 sequenciada por Quaresma para os bordos arredondados. Todavia, a fratura parece supor a inexistência desta característica. Partindo deste pressuposto enquadram-se na fase 2, surgindo apenas na segunda metade do século I d. C. (Quaresma, 2006, 164, nº 20 e 21), o que confere com a informação estratigráfica dos números 17 e 20. O nº 340 atesta igualmente semelhanças com o bor-

do de Conímbriga, datado de Trajano (Alarcão et al., 1976, pl. XVII, nº12). As semelhanças são ainda mais evidentes com o nº1 da forma IV-A-2 de São Cucufate (Pinto, I. V., 1999, 311, nº 83. 232-9). Este caso de estudo acrescenta que esta forma geralmente desenvolve o fundo levemente alteado sendo pouco destacado (Pinto, I. V. , 2006, 172).

Ambos os autores (Quaresma, 2006, 158 e Pinto, I. V. , 2006, 172) enumeram diversas cronologias conhecidas, de famosas estações arqueológicas: Munigua, Braga, Conímbriga, Santarém, Ilha do Pessegueiro, Povos, São Cucufate, Pisões, Monte da Cegonha, Balsa. Apesar do detalhe temporal de cada sítio, apresentam em comum balizamento situado entra a segunda parte do século I e o início II d.C. O contributo *ammaiense* não ajuda ao esclarecimento da possível continuidade desta forma até ao Baixo-Império como é sugerido no caso de Povos (Vila Franca de Xira) e de São Cucufate (Quaresma, 2006, 165, nº 158).

Os fragmentos nº17 e nº 20 foram ambos exumados no setor das termas em níveis Cláudio – Nero. O bordo regista alguma afinidade formal com a taça nº 4 do teatro de Málaga (Serrano Ramos, E., 2000, p.47, nº4) e o fundo com os exemplos de Santarém (Arruda&Viegas, 2004, 347, nº1 e 3) e de São Cucufate (Pinto, I. V. , 2006, 171, nº8). Apesar das estrias concêntricas do fundo nº 20 significarem cronologia tardo republicana/augusto-tiberiana (Pinto, I. V., 2006, 172) e por isso não o aproximarem do bordo nº 17, sem moldura externa mais típica da segunda metade do século I d. C., o registo arqueológico relaciona-os. Não fazendo crer pelos motivos apresentados que pertençam ao mesmo recipiente, aproxima-os a unidade estratigráfica, a raridade de fragmentos béticos oriundos do mesmo contexto (6), a proximidade das pastas e a aparente harmonia no tamanho, forma e orientação das paredes. Do mesmo modo, parece o fundo ser mais alteado e destacado do que anelar (Pinto, I. V. , 2006, 171, nº8). Recorda-se que no caso de Santarém os exemplares de fundos não estão associados a nenhuma forma específica (Arruda & Viegas, 2004, 347). De acordo com os resultados do registo arqueológico seria menos orientador não expor esta indicação do que a sua omissão. De qualquer modo, esta possibilidade perante as atuais condicionantes deverá ser devidamente atestada por investigações futuras.

O nº 356 tem algumas semelhanças com o nº 84. 5204-2A de São Cucufate enquadrado na forma IV-C-1. Com 36 indivíduos, alguns com vertedouro e frequentemente com estrias, tal como no caso *ammaiaense*, é uma produção local (Pinto, I. V., 1999, 317). A semelhança com as pastas acontece mais com o caso de Conímbriga dado que as pastas regionais são igualmente alaranjadas, contrastado com o tom claro das importações semelhante aos exemplares da Vidigueira. Tal como nos exemplos apresentados pelos nºs 924, 1093, 691 e 1161 da *Ammaia*, também neste caso a autora encontra semelhanças com a forma Dramont 1. A influência parece nítida, sendo que este exemplar *ammaiense* se distancia dos restantes casos por apresentar bordo menos horizontal parecendo ser uma diferente interpretação local da forma itálica. É este modelo mais próximo do nº 537 de Conímbriga (Alarcão *et al.* , 1976, 93, pl. XXVI, nº 537) do que os paralelos sugeridos para São Cucufate (Alarcão *et al.*, 1976, 77, 137, 138).

O nº 18 é semelhante à provável forma fechada de São Cucufate (Pinto, I. V., 2006, 117, nº 59).

SIGNIFICADO DOS RESULTADOS

O destaque da região Bética manifesta-se nos resultados inclusive na amostra quantitativa desta forma, representando as importações 30% dos fabricos de almofarizes identificados. Com enquadramento estratigráfico associado às épocas de Cláudio-Nero e de Flávio-Antonino, reporta-se para estes períodos a capacidade económica importadora da cidade de *Ammaia* e a predileção por almofarizes desta região. A importância das importações béticas na categoria morfológica dos almofarizes é ainda mais expressiva se tivermos em consideração, que em todo o acervo de cerâmica comum da cidade de *Ammaia,* apenas foram identificados até ao momento, 14 fragmentos originalmente béticos (6 almofarizes; 2 potes?; 3 potinhos? e 3 bilhas).

Curioso é constatar que as pastas de origem clara que se aproximam do tom bético significam 40% do total de fabricos. Representam em conjunto, as importações e as produções locais/regionais de tom claro 70% do total desta categoria morfológica.

O conjunto de 20 almofarizes apresenta igualmente casos de convincente influência morfológica itálica materializada nas produções locais/regionais pelas formas *Emporiae 36,2* e Dramont 1 e Dramont 2. Não sendo possível neste contexto desenvolver o tema da influência morfológica itálica nas produções locais, os resultados indiciam que esta inspiração em modelos itálicos aparenta ter uma rota

meridional de origem Bética. Relembra-se que esta primazia geográfica é reforçada igualmente pelos casos documentados na forma IV-C-1 de São Cucufate (Pinto, I.V. , 2003, 172), e na forma 1 de Santarém (Arruda & Viegas, 2004, 343), ambas de produção Bética e com influência da forma itálica Dramont 1. De igual modo, em Monte Molião os dados crono-estratigráficos documentam não só, maior antiguidade às importações béticas, como influência e imitação de modelos béticos no início da produção local (Arruda *et al*., 2010, 10-11).

BIBLIOGRAFIA

AGUAROD OTAL, C. (1991) *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución "Fernando el Católico".

ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga. V: la céramique commune locale et régionale*. Paris: De Boccard.

ALARCÃO, J. [et al.] (1976) – *Fouilles de Conimbriga. VI: céramiques diverses et verres*. Paris: De Boccard.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule: actes du Congrès de Vallauris, 20-23 mai 2004*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 341-349.

ARRUDA, A. M.; *et al.* (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião, in *Xelb* 10. *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve*, (Silves, 2009), Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 285-304.

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987) – *Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil*, separata *Da Pré-*

-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Lisboa: Delta, p. 287-308.

MAYET, F.; SILVA, C. T. da (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: De Boccard.

MORAIS, R. (2004) – Os almofarizes béticos em Bracara Augusta. In BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L., eds. - *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.). Actas del Congresso Internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). Vol. II*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 1266), p. 567-70.

NOLEN, J. U. S.; CATARINO, H. (1994) – A cerâmica comum local e regional. In NOLEN, J. U. S. - *Cerâmicas e vidros de Torres de Ares. Balsa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

PEREIRA, A., MONTEIRO M. (2011) – Cerâmica comum romana no concelho de Castelo de Vide (Estudo Preliminar), AÇAFA On Line, nº 4. Associação de Estudos do Alto Tejo. Retirado de http://www.altotejo.org/acafa/docsn4/Ceramica_Comum_Romana_de_Castelo_de_Vide.pdf

PINTO, I. V. (1999) – *A Cerâmica Comum de São Cucufate*, Partes I-IV. Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Lusiada (Policipiado). PINTO, I. V. (2003) - Common ware from the Roman villae at São Cucufate (Beja, Portugal). *Rei Cretariæ Romanæ Favtorvm*. AbIngdon. Acta 38, p. 331-338.

PINTO, I. V. (2006) – Cerâmica comum de provável origem bética das *villae* romanas de São Cucufate. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1, p. 167-184.

QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. *Cira*. Vila Franca de Xira.7, p. 25-46.

QUARESMA, J. C. (2006) – "Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos." *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1, p. 149-166.

QUARESMA, J. C. (2010-2011) – *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal) no âmbito dos intercâmbios de bens e de gentes com o Norte peninsular durante o Alto-Império. *Oppidum*. 6-7, p.85-102.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M.ª Á. (1992) – *Cerámica común romana de Mérida: estudio preliminar*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SERRANO RAMOS, E. (1995) – Producciones de cerámicas comunes locales de la Bética. In *Ceràmica comuna romana d'època alto-imperial a la Península*

Ibèrica. Estat de la questió. Empuries: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies Emporitanes; 8), p. 227-50.

SERRANO RAMOS, E. (2000) – *Cerámica común romana: siglos II a.C. al VII d.C.: materiales importados y de producción local en el territorio malacitano*. Málaga: Universidad.

VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Universidad, Instituto de Arqueología y Prehistoria.

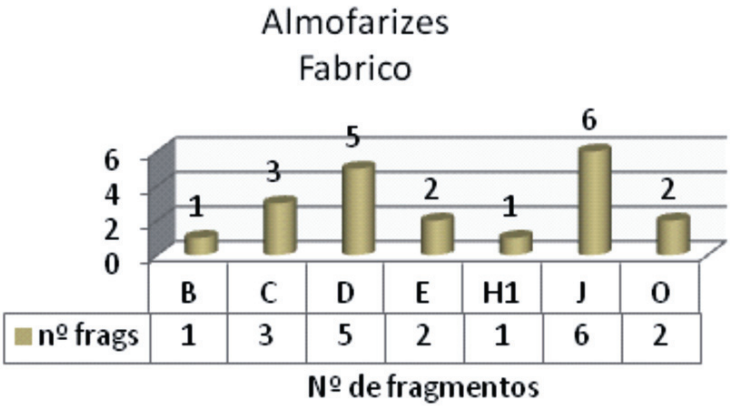


Figura 1 – Distribuição de fragmentos por grupo de fabrico.

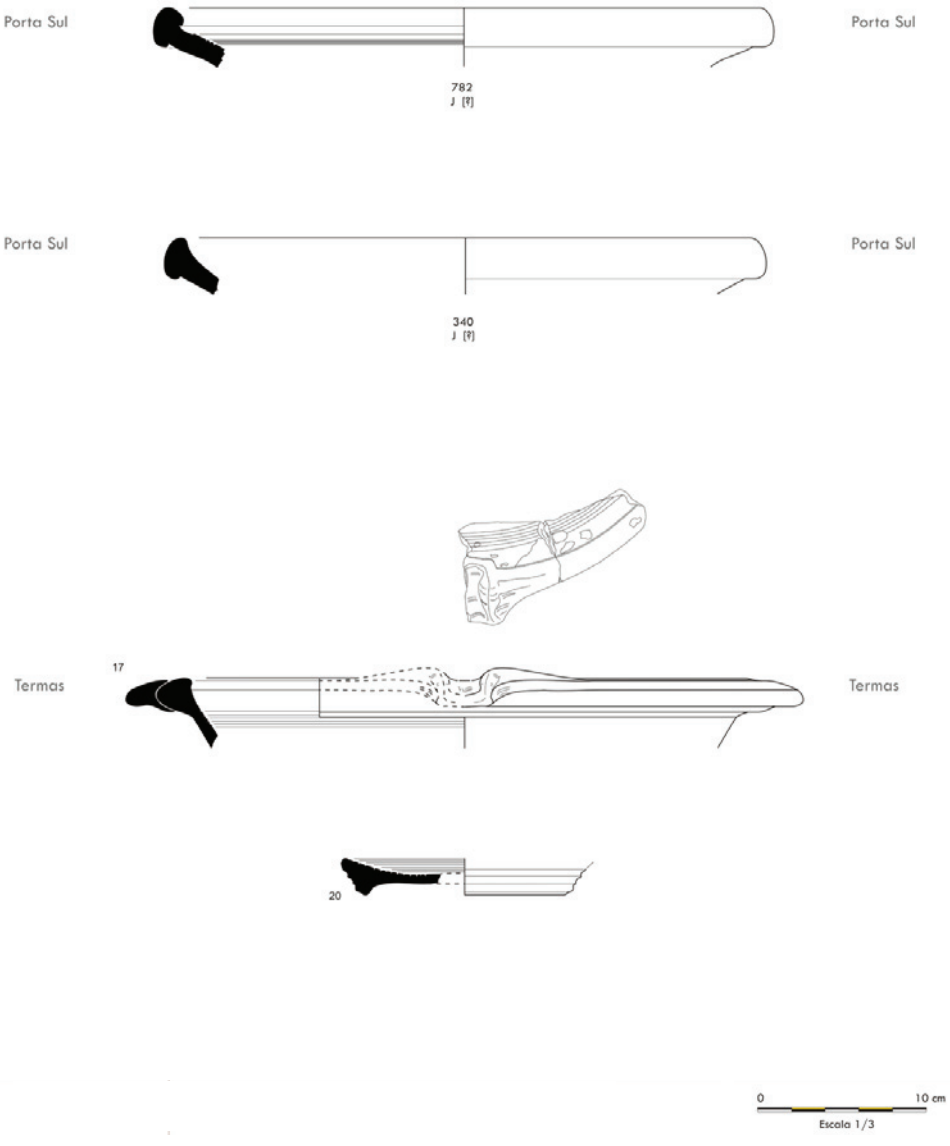


Figura 2 – Almofarizes de importação Bética.

UMA *INSULA* EM *VISSAIUM*

Carla Santos / Arqueohoje, Ld.ª / csantos@arqueohoje.com
Sónia Cravo / Arqueohoje, Ld.ª / scravo@arqueohoje.com
Nádia Figueira / Arqueohoje, Ld.ª / nfigueira@arqueohoje.com

RESUMO

A intervenção arqueológica efectuada, em 2009/2010, num edifício do Centro Histórico de Viseu, permitiu colocar a descoberto os alicerces de uma habitação romana, datada dos finais do séc. I e inícios do séc. II d.C, provavelmente pertencente a uma *insula*. No presente trabalho destacamos o achado *in situ* de parte de um pavimento composto por tijolos em losango (*opus spicatum*), visível num dos compartimentos.

A descoberta desta estrutura, constituiu um contributo fundamental para a construção histórica do desenvolvimento urbano da cidade romana de Viseu. O facto de este edifício se encontrar próximo do traçado de um dos eixos principais da cidade, o *decumanus maximus*, apontado para a Rua do Gonçalinho, é consentâneo com a distribuição ortogonal da malha urbana.

ABSTRACT

The archaeology intervention made in 2009/2010, in a building in Historic Center of Viseu, allowed to show the foundation of a roman house, dated from the end of first century to the beggining of the second century A.C., that probably belongs to an *insula*. In the present work we highlighted the finding in situ of part of pavement composed by lozenge bricks (*opus spicatum*), visible in one of the compartments.

The discovery of this structure, was a fundamental contribution to the historic construction and urban development in the roman city of Viseu. The fact that this building is located near the course of one of the main axis of the city, the "*decumanus maximus*" pointing to the Gonçalinho street, is in accordance to the orthogonal distribution of the urban tissue.

A cidade romana de Viseu tem sido, ao longo dos anos, alvo de inúmeros estudos e teorias no que respeita à sua importância e, sobretudo, à sua implantação e estruturação no espaço urbano. Desde os alvores do séc. XX que muito se têm conjecturado sobre a dinâmica urbana da cidade romana, com vários investigadores a debruçarem-se sobre a sua malha e os espaços limítrofes. Até então, os vestígios dessa presença romana, apesar de bem atestados, eram ainda parcos e desprovidos de um estudo científico mais aprofundado. Só a partir da década de 80 é que se iniciaram as primeiras escavações arqueológicas que levantaram a ponta do véu do potencial existente no subsolo da actual cidade, sendo progressivamente mais intensas a partir de 1997, e que de forma paulatina tem contribuído para uma visão arqueográfica dessa ocupação (Vaz & Carvalho, 2009, pp.31-33).

Apontando como capital de *civitas*, com fundação de Augusto, Alarcão propunha ainda ser este o território dos *Interannienses*, (Alarcão, 1989, p.19). Espaço de extrema importância, muito se debateu sobre qual o seu nome primitivo. À luz dos recentes achados, a descoberta de uma ara votiva, do séc. I d.C., cuja inscrição trouxe o nome do povo pré-romano que aqui habitava, os *Vissaiegi*, contribuiu para a reconstituição do topónimo pré-romano, *Vissaium* (Fernandes, Carvalho & Figueira., 2009, p.149-150).

Neste panorama de intervenções arqueológicas ocorridas no centro histórico de Viseu, resultantes de projectos de reabilitação e desenvolvimento de infraestruturas urbanas, destacamos aqui a descoberta dos alicerces de parte de um edifício, datado dos finais do séc. I e inícios do II d.C., aventando-se a hipótese de poder pertencer a uma *insula*. Este achado ocorreu durante a intervenção arqueológica preconizada no âmbito do projecto de reconstrução do edifício nº.70-72 da Rua da Prebenda, em Viseu (figura 1). Acção promovida pela Viseu Novo, SRU – Sociedade de reabilitação Urbana de Viseu, foi executada pela empresa Arqueohoje, entre Abril e Maio de 2009,

tendo-se prosseguido ao restauro e musealização das estruturas preservadas, em 2010.

O sítio localiza-se numa zona de pendente pouco acentuada, no sopé do morro da Sé, junto ao que seria uma das principais vias romanas da cidade, o *decumanus maximus*, correspondendo à actual Rua do Gonçalinho.

Os trabalhos iniciaram-se com abertura de uma sondagem arqueológica, de 5 m x 5 m, passando a escavação em área, após os resultados da sondagem terem revelado o topo de um muro e de um pavimento em *opus signinum*. Tendo em conta a área a ser afectada pelo novo projecto de construção do edificado (130 m²), urgia a necessidade de se proceder à intervenção da totalidade do espaço, a fim de se avaliar a potencialidade dos vestígios arqueológicos postos a descoberto na sondagem. Acrescentando à evidência dos factos, tínhamos já conhecimento prévio da existência de uma construção de época romana, no espaço confinado ao edifício adjacente, resultante da intervenção arqueológica realizada por Helena Frade, em 1997, aquando do projecto de reconstrução do mesmo. Esses resultados demonstravam uma dispersão arquitectónica, desse corpo edificado de época romana, para a área presentemente em estudo.

OS RESULTADOS

No processo inicial de remoção dos primeiros níveis estratigráficos, identificaram-se algumas estruturas associadas à construção do edifício do séc. XIX, tais como canalização e embasamentos pétreos das paredes internas. No que se refere a estes embasamentos, verificou-se o seu assentamento directo sobre as estruturas romanas.

No decorrer dos trabalhos, o espaço intervencionado presenteou-nos com a excelente preservação dos alicerces de um edifício de cariz urbano, edificado dentro de uma gramática construtiva tipicamente romana.

Não obstante os constrangimentos espaciais desta intervenção, que dificultam uma leitura da dispersão arquitectónica do edifício, bem como as intrusões e destruições ocorridas em épocas mais recentes, foi-nos possível afigurar algumas considerações e delinear o traçado urbanístico para esta zona da cidade.

A hipótese do traçado do *decumanus maximus* a passar na Rua do Gonçalinho, situada a N-NE do presente sítio, está em consonância com a implantação deste edifício, delineando um plano perfeitamente ortogonal da malha urbana.

De planta rectangular, o corpo edificado dispunha-se de NE-SO, sendo visíveis apenas dois compartimentos, com um terceiro a prolongar-se para NE, integrando as estruturas murárias descobertas por Helena Frade (a quem agradecemos a cedência da planta da sua intervenção), como havíamos já mencionado (figura 2). No caso em estudo, as construções apresentavam parte dos seus alicerces bem preservados, assim como o seu nível de circulação, com os pavimentos quase intactos.

Tecnicamente, esta casa exibia um aparelho em *opus incertum*, utilizando pedra irregular de granito, com apenas a parede a Este a assentar sobre um lastro de pedra irregular, de pequena e média dimensão, preservando-se ao longo de 11,72 m de comprimento e cerca de 1 m/1,22 m de largura. A fraca resistência do terreno parece justificar a construção deste embasamento, com o objectivo de conferir solidez e estabilidade ao assentamento do paramento, uma vez que se registou a tendência para a acumulação de águas e aparecimento de pequenas nascentes no solo, resultado da existência de níveis freáticos no subsolo. Assim, de forma a reforçar a fundação do edificado, o piso de circulação foi criado a cerca de 1 m/1,30 m acima do nível de base das paredes, cuja largura média é de 0,54 m.

A interpretação funcional dos dois compartimentos, bem como a articulação entre os mesmos é dificultada pela ausência de vestígios arquitectónicos e materiais, que testemunhem o espaço de circulação entre ambos. A única evidência arquitectónica é a soleira (com 2,12 m de comp.) do compartimento 2, perfeitamente centralizada, que daria acesso ao interior do complexo, partindo de um espaço que pressupomos ser de exterior (figura 3).

O compartimento 1 apresentava uma planta rectangular, dispersando-se numa área de 15,48 m² [4,30 m x 3,60 m]. Trata-se de uma divisão mais modesta, relativamente às restantes, exibindo um pavimento em *opus signinum*, preservado numa área de 2,56 m² [2,14 mx1,20 m].

O compartimento 2 detinha apenas três das suas paredes originais, conservando-se apenas o arranque da parede Sul, visível na intersecção com a parede Oeste (muro 5), o que nos permitiu traçar o seu limite. Assim, esta divisão, de planta tendencialmente quadrangular, dispunha-se numa área de 22,98 m² [5,04 m x 4,56 m]. Este corresponderia a um espaço mais

distinto, com dimensões superiores ao primeiro, ostentando um magnífico pavimento, composto por pequenos tijolos em cerâmica, com a forma de losango, ou romboidais [8 cm x 5 cm x 3 cm], compondo um *opus spicatum* (figura 4), com tonalidades a variar entre o laranja, castanho claro, vermelho e cinzento. Por sua vez, estes assentavam sobre um conglomerado de argamassa compacta de tonalidade alaranjada, sobre a qual ainda era possível observar os negativos da colocação dos mesmos. Esta foi a que se manteve melhor preservada, relativamente aos pequenos tijolos, dos quais apenas se conservaram duas parcelas (respectivamente uma com 76 cm x 46 cm e a outra com 36 cm x 33 cm).

Apenas encontramos paralelos da aplicação deste tipo de pavimento no sítio do Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira), datado de época republicana (Pimenta, 2013, p. 36), com tijolos de dimensões consideravelmente superiores. Surgem ainda alguns destes elementos soltos em sítios igualmente de cronologia romana republicana e de cariz militar, nomeadamente o acampamento militar de Alto dos Cacos (Almeirim) (Pimenta, Henriques & Mendes, 2012, p. 63-64), Chões de Alpompé e Cáceres del Viejo (Fabião, 2004, p. 58). Refira-se ainda a presença destes tijolos na tipologia dos materiais cerâmicos de construção produzidos em Conimbriga (Correia *& alii*, 2004, p. 302).

A escavação dos níveis estratigráficos sob o pavimento permitiu a exumação de um fundo de *marmorata* e um fragmento de taça Drg.18/31 de *t.s.* sudgálica, bem como de uma moeda, tratando-se provavelmente de um *as* de Domiciano ou de Trajano[1] que aponta a datação desta construção para os fins do séc. I/inícios do II d.C.

Numa leitura diacrónica dos dados arqueológicos, determinou-se a existência de uma 2ª fase de ocupação do corpo edificado, materializada na transformação de um dos paramentos bem como da destruição parcial do pavimento em *opus spicatum*.

Esta fase resulta na remodelação da casa e não tanto na transformação arquitectónica.

O aparelho da parede Este (muro 1) exibia duas fases construtivas distintas (figura 5), sendo a 1ª fase contemporânea à construção de todo o complexo edificado. Já nos finais do império, ocorreu um desmantelamento, desconhecendo-se se foi consequência de uma demolição intencional ou desmoronamento acidental, permanecendo preservada a última fiada. Imediatamente sobre esta, ter-se-á procedido à sua reconstrução, destacada pela sua irregularidade e técnica construtiva, de certa forma atabalhoada e sem rigor arquitectónico, incorporando blocos graníticos de dimensões muito variáveis, com destaque para o reaproveitamento de um bloco de pedra aparelhada com um entalhe em U, possivelmente pertencente a um sistema de condutas primitivo. A recolha de fragmentos de *terra sigillata* hispânica e africana nos interstícios do paramento desta fase, remete-nos para o séc. III/IV.

A esta reestruturação associamos a recolocação de parte do pavimento do compartimento 2, com a aplicação de *opus signinum* (em Q. D5/E5/F5) sobre os níveis de preparação do *opus spicatum*, tendo-o destruído parcialmente e os seus tijolos usados para a colmatação dos interstícios da 2ª fase do muro.

O momento de desactivação deste edifício, ainda que pouco preciso, correspondeu ao momento da abertura de uma fossa de planta rectangular (2,60 m x 2,40 m), que atingiu cerca de 1,48 m de profundidade, realizada intramuros, no canto norte do compartimento 2, tendo por isso destruído parte do seu pavimento, bem como os níveis inferiores de assentamento. O propósito desta acção escapa-nos, mas teria ocorrido num momento de abandono, sendo que o seu aterro foi realizado de uma só vez, composto por um depósito de terras homogéneas que integram vários blocos de pedra de média dimensão, resultante do derrube dos muros envolventes, e inúmeros fragmentos de cerâmica, ainda de época romana, na sua maioria de construção (*tegulae* e *imbrex*). Deste enchimento destacamos ainda a inclusão de mais de uma centena de tijolos romboidais, provenientes da destruição do *opus spicatum*. Posto isto, e sem dados reveladores do momento exacto desta desactivação, apontamos a sua ocorrência ainda algures entre o séc. III/IV, imediatamente após à 2ª fase de ocupação do espaço.

De uma fase posterior, que ocorre após a abertura e aterro daquela estrutura negativa, encontrámos os vestígios de um outro nível de pavimento em *opus signinum*, colocado sobre o nível de enchimento da fossa, bem como do nível de preparação de assentamento dos losangos e da soleira do edifício primitivo. Infelizmente, não podemos conjecturar a dispersão de ocupação do espaço associado a esta fase, uma vez que o que possuímos são as reminiscências

1. Esta moeda foi tratada nos laboratórios do Museu Monográfico de Conimbriga e estudada pelo Dr. José Ruivo.

do nível de circulação, sem podermos percepcionar a existência de estrutura arquitectónica associada a este momento.

A conjugação da dispersão arquitectónica deste edifício com sua a implantação geográfica leva-nos a colocar como hipótese de trabalho que este complexo pertença a uma *insula*, provavelmente implantada na área compreendida entre as actuais Rua da Prebenda e Av. Capitão Silva Pereira.

No caso em análise, pouco podemos aferir quanto à funcionalidade dos espaços. Habitação ou estabelecimento comercial? No entanto, o achado deste edifício constitui um contributo fundamental para a (re)construção do traçado urbano da cidade romana de Viseu. Tendo em conta os limites da muralha baixo-imperial (Vaz & Carvalho, 2009, p. 36), poderíamos estar perante um espaço onde se encontravam várias *insulae*, onde os cidadãos habitavam e estabeleciam as suas lojas comerciais, dando alma e vida a uma cidade em contínuo crescimento e desenvolvimento, tornando-a num centro urbano importante dentro da província da Lusitânia.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1989) – *A Cidade Romana de Viseu*, Câmara Municipal de Viseu.

CORREIA, V. Hipólito; COROADO, J.; FERNANDES, L. da Silva; RUIVO, J.; TRIÃES, R. (2004) – Produção e difusão de cerâmicas industriais em Conímbriga e territórios limítrofes, *V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: Las Comunicaciones.* (Cáceres,7, 8 y 9 de noviembre de 2002), Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y Trinidad Nogales Basarrate (Eds.), pp. 297-320.

FABIÃO, C. (2004) – Arqueología militar romana da Lusitania; textos e evidencias materiais. *In Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Coords. Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, pp. 53-73.

FERNANDES, Luís; CARVALHO, P. S.; FIGUEIRA, N. (2009) – Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu, *Actas do X Colóquio Internacional sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas, in Palaeohipanica 9*, pp. 143-155.

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – O Acampamento romano do Alto dos Cacos – Almeirim. Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

PIMENTA, J. (2013) – A Arquitectura do Monte dos Castelinhos. In Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo. Catálogo de exposição do MNA, pp. 31-42

VAZ, J. Inês e CARVALHO, P. Sobral (2009) – Viseu, a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana., *Viseu – cidade de Afonso Henriques*, Avis – Associação para o debate de ideias e Concretizações culturais de Viseu, pp. 31-46.

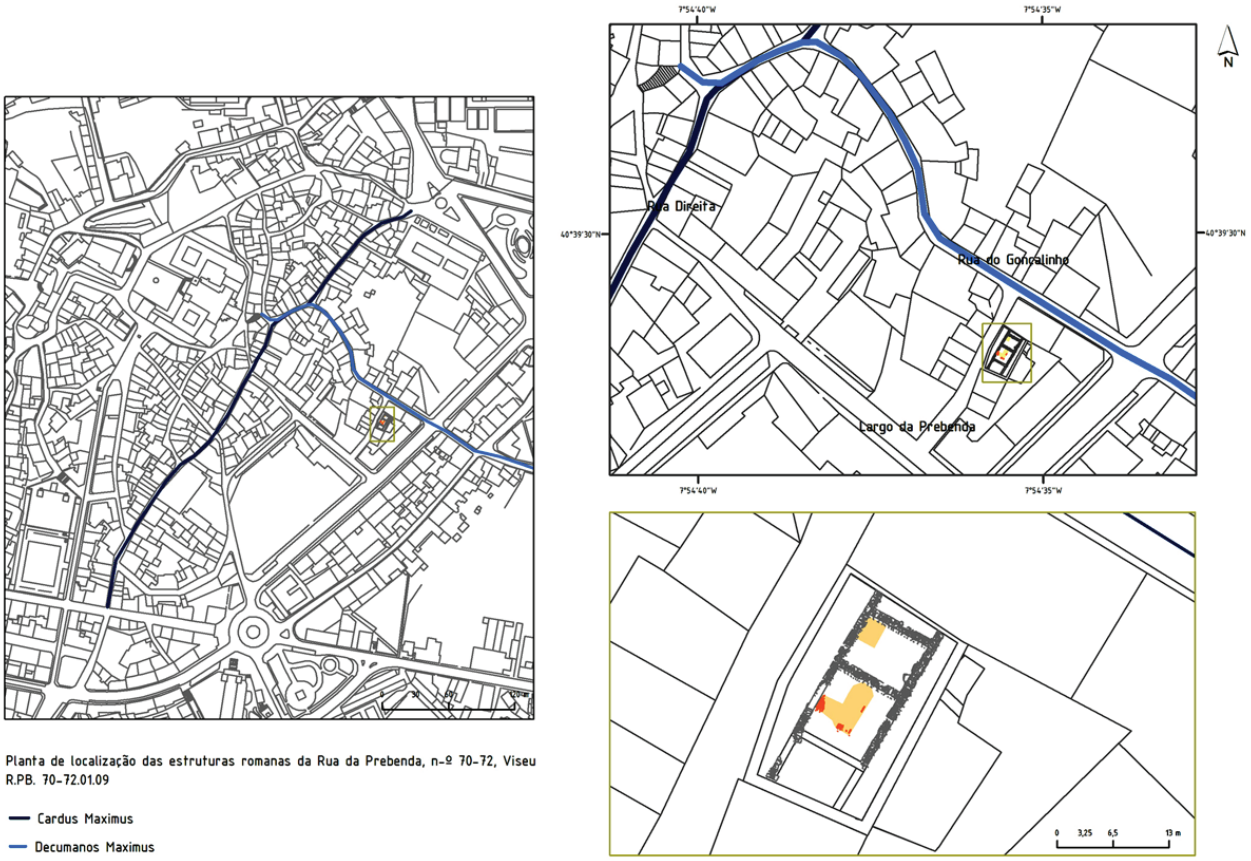


Figura 1 – Planta de localização das estruturas arqueológicas.

Figura 2 – Planta do corpo edificado, com as intervenções desde 1997 e 2009.

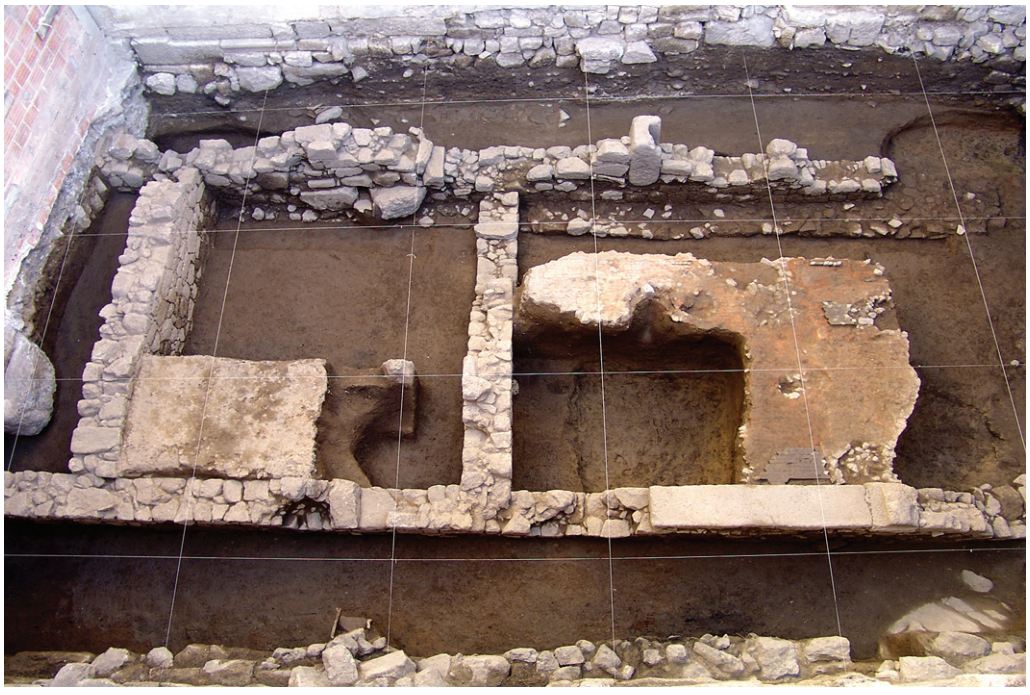


Figura 3– Vista geral das estruturas romanas.

Figura 4 – Pormenor do opus spicatum.

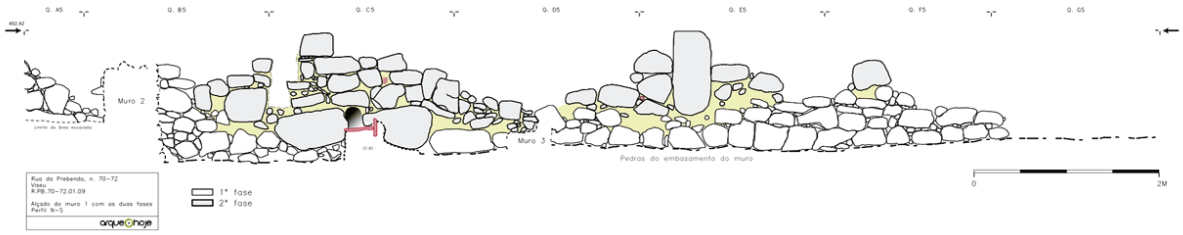


Figura 5 – Alçado do muro 1.

CARACTERIZAÇÃO ISOTÓPICA DO Pb EM *GLANDES PLUMBEAE* DO ALTO DOS CACOS (ALMEIRIM)

Susana Sousa Gomes[1], Pedro Valério[1], Maria de Fátima Araújo[1*], António M. Monge Soares[1], Amílcar Guerra[2]
1. Campus Tecnológico e Nuclear, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa
Estrada Nacional 10, km 139,7, 2695-066 Bobadela, LRS – Portugal
2. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Campo Grande, 1600-214 Lisboa
* faraujo@ctn.ist.utl.pt

RESUMO

Durante a Época Romana, o chumbo foi utilizado em larga escala, nomeadamente para fins militares, como nos projécteis de chumbo para funda (*glandes plumbeae*). Neste trabalho apresenta-se um estudo preliminar sobre a caracterização elementar e isotópica do chumbo de 24 *glandes plumbeae,* de tipologias diversas, provenientes do Alto dos Cacos (Almeirim) e possivelmente associadas ao Exército Romano da Hispânia Ulterior. Os artefactos foram analisados por espectrometria de fluorescência de raios X e por espectrometria de massa com plasma acoplado por indução. A análise elementar permitiu identificar a presença de alguns elementos vestigiais numa matriz de chumbo. A composição isotópica do chumbo sugere a existência de dois grupos distintos, independentemente das tipologias dos artefactos.

ABSTRACT

During Roman times, lead was widely used, namely for military weapons, like leaden sling projectiles (*glandes plumbeae*). This work presents a preliminary study of elemental and Pb isotope analysis of 24 *glandes plumbeae* with different typologies accidentally discovered at Alto dos Cacos (Almeirim) and possibly related to the Roman army from Hispania Ulterior. The artefacts were analyzed by energy dispersive X-ray fluorescence (EDXRF) and quadrupole based inductively coupled plasma mass spectrometry (ICP-QMS). The elemental analysis indicates some trace elements in the lead matrix. The lead isotope composition analyses distinguish two groups, regardless of typologies.

INTRODUÇÃO

A exploração crescente da prata durante o período Orientalizante, devido à influência fenícia (Hunt-Ortiz, 2003), resultou na produção de grandes quantidades de chumbo o qual, durante a Época Romana, passou a ser utilizado em larga escala. A sua aplicação foi muito vasta, desde tubagens para o sistema hidráulico de cidades e *villas*, à união de elementos de estatuária ou arquitectónicos, bem como em pequenos artefactos como pesos, artigos de joalharia e ainda para fins militares, como nos projécteis de chumbo para funda, designados em latim por *glandes plumbeae*. Guerra (1987) refere que, com base no testemunho de muitos escritores gregos, os projécteis de chumbo para funda já eram utilizados na Grécia e no Oriente, o que também é atestado em obras de arte através de representações de fundibulários. Manufacturadas em moldes, caracterizam-se por dimensões reduzidas e de pequena resistência ao ar, tornando-se de difícil visibilidade em voo quando projectadas pela funda. Esta arma de arremesso de fácil manufactura, baixo custo, simples e letal é considerada a mais antiga da Humanidade a seguir à lança, sendo ainda utilizada nos dias de hoje (Dohrenwend, 2002).

A determinação das fontes do chumbo reveste-se da maior importância na identificação de rotas comerciais, em particular, as que se referem ao Império Romano (Craddock, 1995). Estudos de proveniência baseados na composição química revelaram ser difí-

cil estabelecer uma relação directa entre o minério e o artefacto, uma vez que ocorrem variações mineralógicas e químicas dentro de um mesmo depósito de minério. Para além disso, pode ocorrer alteração nos teores dos elementos vestigiais como consequência do processo metalúrgico de transformação do minério em metal (Vlad *et al*., 2011). Contudo, no que se refere à composição isotópica do Pb, esta depende apenas da idade geológica do depósito de minério, não ocorrendo fraccionamento isotópico durante as diversas etapas metalúrgicas, possibilitando assim a sua utilização em estudos de proveniência de artefactos metálicos. Os estudos de proveniência com os isótopos do Pb baseiam-se nas diferentes proporções dos quatro isótopos estáveis ^{208}Pb, ^{207}Pb, ^{206}Pb e ^{204}Pb presentes nos minérios utilizados como matérias primas e que se encontram relacionados com a sua história geológica. Tal facto permite caracterizar geograficamente as fontes do metal de acordo com o padrão isotópico do Pb (Hauptmann, 2007; Stos-Gale, 2001).
Neste trabalho estudou-se um conjunto de 24 *glandes plumbeae* de diversas tipologias possivelmente associadas ao Exército Romano, descoberto acidentalmente no Alto dos Cacos, Almeirim, através de um detector de metais, peças que integram um conjunto mais amplo, já sumariamente dado a conhecer (Pimenta et al. 2012; Guerra & Pimenta, 2013). Este tipo de vestígios encontra-se verosimilmente ligado às movimentações militares registadas na Hispânia Ulterior, muito provavelmente em período tardo-republicano, com especial incidência no período das Guerras Sertorianas (80-72 a. C.) ou das Guerras Civis entre Pompeio e César, que decorrem entre 49 e 45 a. C. (Guerra, 1987). Realizou-se análise elementar superficial semi-quantitativa (dada a existência de uma camada de corrosão) e isotópica do Pb. Os resultados sugerem a formação de dois grupos distintos, independentemente das tipologias dos artefactos.

MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Conjunto artefactual

O conjunto de artefactos de chumbo estudados é constituído por 24 *glandes plumbeae* com diversas tipologias e processos de fabrico (moldagem e placa batida). De acordo com a nomenclatura utilizada por Guerra (1987), num estudo sobre projécteis para funda de chumbo na Lomba do Canho, estas glandes (Figura 1) podem ser classificadas da seguinte forma (Ferreira & Sequeira, 2011): oblonga, bitroncocónica, bicónica e oliviforme (uma única).

2.2 Metodologia analítica

A caracterização química elementar consistiu na análise não invasiva dos artefactos de chumbo por espectrometria de fluorescência de raios-X dispersiva de energias (EDXRF), recorrendo a um espectrómetro KEVEX 771 (Araújo *et al*., 1993) (Tabela 1).
A determinação das razões isotópicas do Pb foi realizada num espectrómetro de massa de quadrupolo simples com plasma acoplado por indução (ICP--QMS) Elan DRC-e, PerkinElmer Sciex, *Axial Field Technology* (Tabela 2).
Para a calibração das razões isotópicas do Pb foi utilizado o material de referência certificado NIST 981 (*Common Lead Isotopic Standard*) do *National Institute of Standards and Technology* de composição isotópica: $^{206}Pb/^{204}Pb$ = 16,9371; $^{207}Pb/^{206}Pb$ = 0,9146; e $^{208}Pb/^{206}Pb$ = 2,1681.
A preparação analítica consistiu na remoção da camada de corrosão das glandes com a ajuda de uma broca HSS DIN 338 com 1,5 mm de diâmetro, sendo em seguida retirado de cada uma, cerca de 5 mg de chumbo metálico, do interior não corroído. Em seguida, procedeu-se à dissolução do chumbo metálico em 10 ml de HNO_3 a 20% bidestilado, num banho de ultra-sons a 35 ºC durante 1 h, seguido de diluição de modo a que o valor total de sólidos dissolvidos a ser introduzido no nebulizador fosse inferior a 1 g/l.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise elementar não invasiva por EDXRF do conjunto das 24 glandes permitiu determinar que estas são constituídas maioritariamente por chumbo e identificar a presença de alguns outros elementos como Fe, Cu, Zn, Ag, Ba, Cd, Sn e Sb com teores baixos, mais ou menos variáveis. No entanto, os resultados obtidos na análise por EDXRF referem-se a uma camada muito superficial que se encontra muito alterada e que, em artefactos arqueológicos, apresenta normalmente materiais de solo agregados, resultando na presença de teores significativos e variáveis de Fe (Valério *et al*., 2006), o que se verifica também nestes artefactos. Para além disto, a presença de outros elementos na camada superficial é igualmente influenciada por processos de alteração ocorridos durante o período de enterramento. Por exemplo, o Sn pode apresentar teores 4 a 5 vezes su-

periores à superfície, no caso de artefactos de bronze (Valério *et al.*, 2007). Tal facto pode explicar, pelo menos em parte, a notória variabilidade dos teores de Sn nos 24 artefactos de chumbo, variando entre <0,02 e, aproximadamente, os 4% (Figura 2).

Os resultados da composição isotópica do Pb ($^{206/204}$Pb e $^{208/206}$Pb versus $^{207/206}$Pb) por ICP-QMS dos projécteis de chumbo estão apresentados na Fig. 3 assinalando-se as diferentes formas/tipologias.

A composição isotópica do Pb parece indicar a existência de dois grupos distintos, apesar do erro associado aos valores de desvio padrão obtidos. O grupo I é composto por glandes oblongas, bitroncocónicas e bicónicas, cujas razões isotópicas variam entre os seguintes valores:

– $^{206/204}$Pb entre 18,3420 e 18,5476;
– $^{208/206}$Pb entre 2,0792 e 2,1077;
– $^{207/206}$Pb entre 0,8451 e 0,8504.

O grupo II, constituído pelas glandes oblongas, bicónicas e oliviforme, apresenta a seguinte assinatura isotópica:

– $^{206/204}$Pb entre 18,1025 e 18,2198;
– $^{208/206}$Pb entre 2,0929 e 2,1036;
– $^{207/206}$Pb entre 0,8542 e 0,8581.

Salienta-se que o grupo II é composto apenas por artefactos que, aparentemente, apresentam teores mais reduzidos de estanho.

Dada a diversidade de tipologias e de processos de fabrico das glandes, procurou-se estabelecer alguma correlação entre essas características e as razões isotópicas de Pb, dado que poderiam ser indicativas de uma origem comum. Contudo, não foi possível associar grupos com assinatura isotópica distinta à tipologia e/ou processo de fabrico. Assim, a diversidade observada pode sugerir uma produção metalúrgica dinâmica e diferenciada, sugerindo que as glandes dos grupos I e II terão sido fabricadas com materiais de origens distintas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado no âmbito do projecto Metalurgia Primitiva no Território Português – Earlymetal (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). A primeira autora agradece à FCT a bolsa de doutoramento concedida (SFRH/BD/88002/2012). Os autores gostariam ainda de agradecer aos arqueólogos João Pimenta e João Sequeira a disponibilização dos artefactos para este estudo.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria F.; ALVES, Luis C.; CABRAL, João M. P. (1993) – Comparison of EDXRF and PIXE in the analysis of ancient gold coins. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research*. B75, pp. 450–453.

CRADDOCK, Paul T. (1995) – *Early metal mining and production*. Cambridge: The University Press. 363 p.

DOHRENWEND, Robert E. (2002) – The Sling – Forgotten Firepower of Antiquity. *Journal of Asian Martial Arts*. 11:2, pp. 29 – 49.

FERREIRA, Ana F. & SEQUEIRA, João (2011) – *As glandes de chumbo romanas do Alto dos Cacos, em Almeirim*. Trabalho para a unidade curricular de Arqueologia Militar, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 28 p

GUERRA, Amílcar (1987) – Acerca dos projécteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5, pp. 161-177.

GUERRA, Amílcar & PIMENTA, João (2013) – Os projécteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. *Monte do Castelinho (Castanheira do Ribatejo), Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira / Lisboa: Câmara Municipal / Museu Nacional de Arqueologia, p. 47-58.

HAUPTMANN, Andreas (2007) – *The Archaeometallurgy of Copper – Evidence from Faynan, Jordan*. Verlag Berlin Heidelberg: Springer, 338p.

HUNT-ORTIZ, Mark A. (2003) – *Prehistoric mining and metallurgy in south west Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress. 418 p.

PIMENTA, João; HENRIQUES, Eurico; MENDES, Henrique (2012) – *O acampamento romano do Alto dos Cacos*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

STOS-GALE, Sophie (2001) – The Development of Spanish Metallurgy and Copper Circulation in Prehistoric Southern Spain. *IIn: III Congresso Nacional de Arqueometria*, Eds. B.M. Gomez Tubio, M.A. Respaldiza and M. Luisa Padro Rodriguez. Secretariado de Publicaciones Universidad de Sevilla, pp. 445-456.

VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria F.; SENNA-MARTINEZ, João C.; VAZ, João L. I. (2006) – Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 24, pp. 289-319.

VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria F.; CANHA, Alexandre (2007) – EDXRF and micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal). *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research* B. 263, pp. 477–482.

VLAD, A.-M; NICULESCU, G.; VILLA, I.; KASPER, H.U.; CHIRIAC, C.; SÂRGIE, I. (2011) – The origin of lead Archaeological artifacts using mass spectrometry analysis. *Archaeology Ethnology & Anthropology of Eurasia*. 39:1, pp. 50-55.

Tabela 1 –Condições instrumentais de análise por EDXRF.

Alvo secundário	Diferença de potencial (kV)	Intensidade de corrente (mA)	Tempo de aquisição (s)
Ag	35,0	0,5	200
Gd	57,0	2,0	200

Tabela 2 –Condições instrumentais de análise por ICP-QMS.

Potência RF	1100 W
Fluxo do Argon	
Plasma	15 l/min
Nebulizador	0,80 l/min
Dwell time	
^{208}Pb	10
^{207}Pb	20
^{206}Pb	20
^{204}Pb	50
Sweeps	400
Scan mode	*Peak hopping*

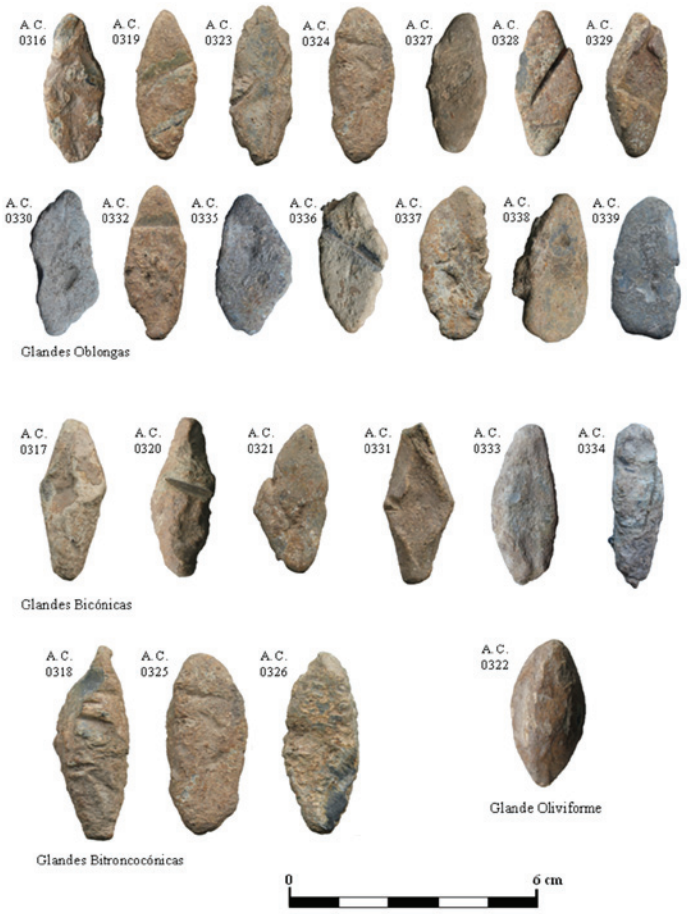


Figura 1– Projécteis de chumbo para funda (*glandes plumbeae*), provenientes do Alto dos Cacos (Almeirim), agrupados segundo a sua tipologia.

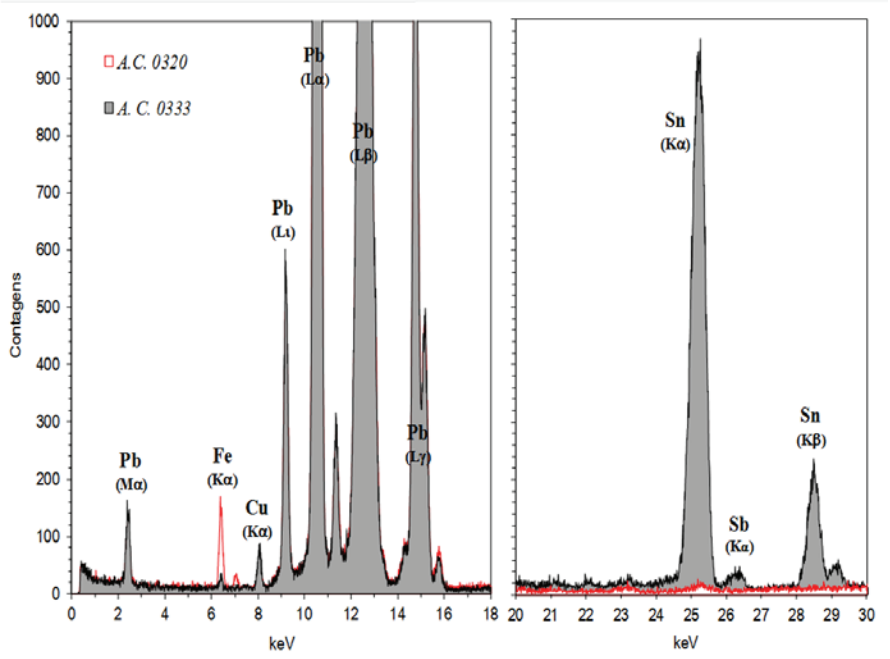


Figura 2 – Espectros por EDXRF da camada superficial dos projécteis de chumbo A.C. 0320 e A.C. 0333 (Intensidade máxima picos: PbLa = 12334; PbLb = 13128 contagens).

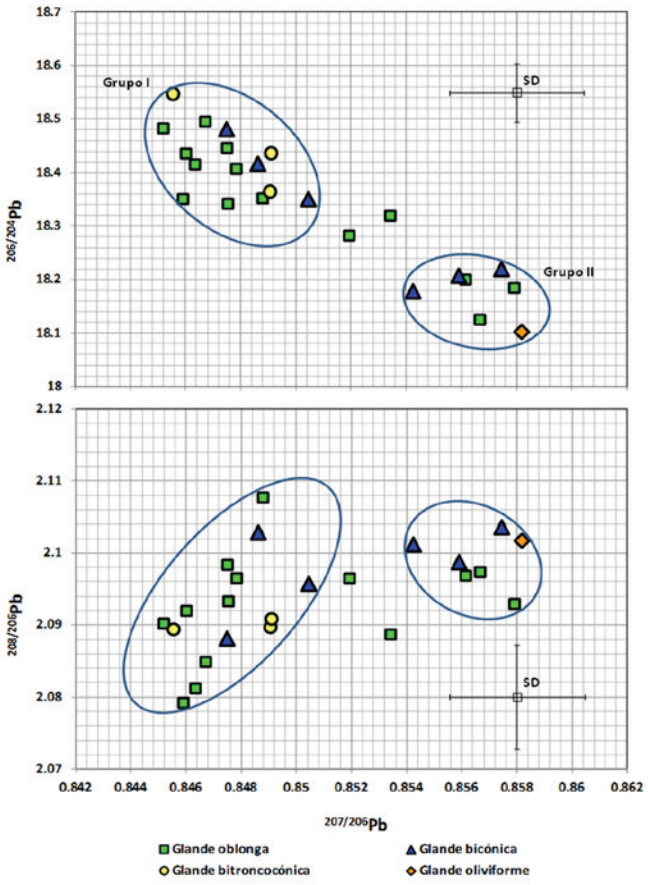


Figura 3 – Representação gráfica das razão isotópicas do chumbo $^{206/204}$Pb e $^{208/206}$Pb versus $^{207/206}$Pb para os projécteis de chumbo para funda.

TORRE VELHA 1: UMA VILLA NA ANTIGUIDADE TARDIA

Teresa Ricou / Independent researcher / teresaricou_2@hotmail.com
Ana Gonçalves / Arkhaios – Profissionais da Paisagem e Arqueologia, Lda.
Consuelo Gómez / Independent researcher

RESUMO

Apresenta-se de forma sumária alguns dados obtidos nas campanhas de minimização da jazida Torre Velha 1 (Serpa) afetada pela construção e enchimento da albufeira da Barragem da Laje (Serpa), no âmbito do EFMA.
Torre Velha 1 graças à presença de uma serie de outras jazidas contemporâneas da sua sequência ocupacional (cemitério e estabelecimentos rurais dispersos no território), num espaço geográfico relativamente restrito, revela-se uma jazida de particular interesse para tentar compreender como funcionava a propriedade de que formava parte a (s) *villa(*e) e o que sucedeu ao longo da diacronia de ocupação do sítio, em termos arquitetónicos.

ABSTRACT

It is presented in a summary manner, some data obtained in the campaigns of minimizing excavations of the archaeological site of Torre Velha 1 (Serpa) affected by the construction and filling of the reservoir dam of Laje (Serpa), under the EFMA.
Torre Velha 1 thanks to the presence of a number of other sites of its contemporary occupational sequence (cemetery and farms scattered in the territory), in a relatively small geographic area, revealed as a site of particular interest to try to understand how it worked the property that was part of the (s) villa(e) (e) and what happened along the diachronic occupation of the site in terms of architectural planning.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se, de uma forma sumária, dados obtidos nas campanhas de minimização da jazida Torre Velha 1 (Serpa) afetada pela construção e enchimento da albufeira da Barragem da Laje (Serpa), infraestrutura de armazenamento de água que integra a Rede Primária do Subsistema de Rega do Ardila, um dos três subsistemas do Sistema Global de Rega do Alqueva, da responsabilidade da Edia S.A.
O sítio foi alvo de duas campanhas de minimização: uma primeira a cargo da empresa Palimpsesto, Estudos do Património Cultural*, Lda*, sob a direção de Adriaan De Man, em 2008 e a segunda a cargo da empresa ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem *Lda*. sob a direção de Teresa Ricou, em 2010-11. É a esta segunda campanha de escavação que reportam as atuais considerações e resultados apresentados, embora por vezes não possamos deixar de fazer referência aos resultados anteriores.

LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A jazida arqueológica Torre Velha 1 implanta-se no distrito de Beja, concelho de Serpa, Freguesia de São Salvador. Enquadrada pelo Barranco da Laje a Oeste e o Barranco da Amoreira a Este, afluentes da Ribeira do Enxoé, o sítio implanta-se em uma suave ondulação do terreno, orientada E-O, oscilando as cotas reais entre os 181,7 m (topo da elevação) e os 166 m. Os vestígios de ocupação, à superfície estendiam-se, aproximadamente ao longo de 2,5 ha.
Implantando-se em uma zona de solos de tipo C, a proximidade de solos de tipo B (Carta de Capacidade de Uso do Solo, 1: 50 000 de 1965) conjugado com o fácil acesso à água, o seu posicionamento face a outros núcleos de povoamento rural, bem como a distância próxima de vias de comunicação nomeadamente a do traçado da via *Onuba-Pax Iulia*, proposta por Conceição Lopes (2002, 242), certamente condicionou ou propiciou a implantação neste local

de um estabelecimento agrícola desta natureza e a manutenção da ocupação em momentos cronológicos posteriores ao período romano.

HISTORIAL DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LOCAL

O local foi nas décadas de 80-90, do século passado, intervencionado por José Olívio Caeiro, no âmbito de um projeto de investigação subordinado ao tema do estudo da ocupação humana compreendida entre o século III d. C e o séc. IX d. C, no Alentejo. Aqui se realizaram duas campanhas de escavação, bem como na *villa* «vizinha» da Cidade das Rosas, sumariamente referidas, à exceção de uma curta notícia informativa relativa à execução desses mesmos trabalhos (INF. ARQ. p. 32.).

Em 1998 na «Arqueologia do Concelho de Serpa» (Lopes, Carvalho & Gomes, 1998, p.55) o sítio é descrito, baseando-se os autores nos escassos dados publicados e em recolhas efetuadas durante as prospeções, de fragmentos de TSH, TSA C e D, propondo uma ocupação do sítio, centrada em finais do Alto-Império e Baixo-Império (idem). É ainda estimada uma área de dispersão de vestígios, à superfície, de cerca de 1 hectare (idem). Com base nos taludes artificiais do terreno e nos paredões em *opus incertum,* que afloram nesses taludes, é sugerida (devido à sua adaptação aos contornos do relevo: duas plataformas), uma implantação da instalação agrícola de tipo *villa* em socalcos (Lopes, Carvalho & Gomes, 1998, p. 55). Os autores da Carta Arquelógica referem, ainda, dentro do período romano, a recolha à superfície de cerâmicas finas e elementos arquitetónicos que indiciam a opulência da instalação, nomeadamente mármores de revestimento; bem como outros elementos que testemunhariam o carácter agrícola da *villa*, tais como mós e cerâmica de armazenagem – *dolia* (idem, p.55). A atestar a importância do local em período romano, encontra-se no Museu Arqueológico de Serpa um altar sacrificial que consta daqui ser proveniente (Lopes, Carvalho & Gomes, 1998; pp. 55-56).

Em 2005-06 no âmbito da construção e plantação de um olival de regime intensivo, efetuaram-se novos trabalhos arqueológicos no sítio da responsabilidade de Teresa Ricou. Os trabalhos consistiram em ações de prospeção, acompanhamento arqueológico e sondagens arqueológicas. Todavia, as sondagens nunca foram terminadas, pois o proprietário a meio dos trabalhos de escavação decidiu suspender o projeto de irrigação (que pretendia instalar no sítio) e optar por um sistema de rega aéreo. Informado o IPA, este assentiu e as sondagens foram registadas e cobertas com geotêxtil. Cerca de 3 meses depois o Proprietário cumpriu o projeto original de rega do olival.

Finalmente, em 2008, no âmbito da minimização de impactes derivada da construção da Barragem da Laje, a empresa Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, efetua duas sondagens, acompanhando as plataformas e os taludes artificiais do terreno, pondo a descoberto um complexo «palimpsesto» de ocupação e sobreposição de estruturas e pavimentos.

CAMPANHA DE 2010-11: RESULTADOS

As escavações em estudo permitiram apreender a existência de dois corpos de edifícios, aparentemente autónomos, com funcionalidades distintas: um de cariz residencial e o segundo, não deixando de ser residencial, com funções termais (fig. 1)

Durante a intervenção constatou-se a existência de uma ablação significativa da estratificação pré-existente e de um processo reiterado de revolvimento de depósitos, níveis e estruturas arqueológicas, derivado à utilização agrícola do sítio ao longo do tempo. Se excetuarmos a construção da barragem e a respetiva submersão, a mecanização da agricultura e mais recentemente a plantação de um olival em regime intensivo em 2005-06, perturbaram violentamente a estratificação natural do sítio, apesar de, ao mesmo tempo, terem permitido delimitar a extensão dos vestígios arqueológicos construtivos da (s) *villa (s*) da Torre Velha 1. Por um lado, uma das «impressões» retiradas da escavação foi a de que os edifícios, particularmente o denominado Edifício II (sondagens.5, 6 e 7) terá estado a descoberto, até há relativamente pouco tempo, sendo reutilizados não apenas como uma fonte de matérias – primas diversas, mas também como armazéns e/ou malhadas para o gado. Por outro lado, sabemos por sondagens efetuadas em 2006, ao longo da vertente Sul e Este da encosta, e pelos resultados obtidos na 1.ª fase de minimizações do sítio em 2008, que o local permanece ocupado pelo menos até ao Califado. Ora nas três sondagens, particularmente na sondagem 5, os primeiros níveis da sequência estratigráfica, resumem-se à presença de camadas de revolvimento recentes de origem agrícola, ao nível de derrube ou melhor lixeira, compacta, mencionada.

FASES DE OCUPAÇÃO

A origem da *villa* romana de Torre Velha deve ser procurada no Alto-Império. Todavia pouco se sabe desta primeira fase de ocupação do estabelecimento. A grande quantidade de reformas levadas a cabo na *villa* mascarou ou destruiu muitas das estruturas pertencentes a este primeiro momento. Construído *ex--novo*, uma vez que não se encontraram precedentes ocupacionais pré-romanos no local, documentou-se melhor nas intervenções de 2008 efetuadas pela empresa Palimpsesto. Ali na sua designada sondagem 1 escavaram-se vestígios de um edifício de planta quadrada com cronologia Imperial, ainda que continuamente ocupado e reformulada, ao longo de todo o período de vigência da *villa*, materializado na construção e posterior amortização de estruturas, compartimentos e na sucessão de pavimentos constatada nas sondagens 1, 2, 3 e 4 que culminou com abertura de uma série de fossas de despejos e suportes para talhas com cronologias do período Califal, precedida do acrescento ao edifício original, após a amortização da parede de limite Sul original do edifício, em época difícil de precisar, de um corpo estranho, cuja planta e funcionalidade não se conseguiu apurar.

Mas, a primeira fase está sobretudo representada a nível do espólio, que ilustra de uma maneira geral uma primeira instalação em período Flaviano em sincronia com o verificado em outras *villae* da região. Entre o espólio recolhido destacam-se a TSH, nas formas Drag. 15 – 17 ou 18. Estes pratos apontam para uma cronologia entre Cláudio/Nero e Vespasiano, numa primeira fase, e continuam em época Flaviana em grande número, começando a escassear em finais do século I d. C. sendo raros os que atingiram a época de Trajano (Carvalho, 1998, p. 71). Sublinhe-se ainda as Drag. 37, decoradas quer com séries de círculos concêntricos, ou decoradas com faixa de *chevrons,* seguida da clássica divisão por métopas, formadas por 3 cordões serpenteantes e nova faixa de *chevrons* que encerra motivos decorativos, muito erodidos de inspiração sud-gálica (Viegas, 2009, p. 333). Por último, entre as *sigillatas*, refiram-se as formas Drag. 27 e as 24-25. A estes materiais associam-se fragmentos de paredes finas de fabrico emeritense e ânforas das formas Dressel 20, de fabrico bético e Dressel 14 de fabrico lusitano.

A presença de materiais do período Alti-Imperial com perdurações até ao Baixo-Império, entre os quais se destacam: um fragmento de bordo de uma ânfora Dressel 20, cuja produção se inicia com Augusto, alcança o apogeu no período de Cláudio e perdura até finais do séc. III ou mesmo o século IV, segundo alguns autores (Morais, 1998, p. 55) e fragmentos de TSC A com uma cronologia de fabrico desde o século II até ao século III d. C (Viegas, 2003) assegura a continuidade da ocupação do sítio ao longo deste período.

Mas é no século IV d. C. que são patentes grandes alterações na evolução arquitectónica do sítio Torre Velha 1. É de atribuir a este período a construção de um segundo edifício, implantado a uma cota inferior com funções balneárias. O século IV d. C, na Hispânia é um século excecional para o desenvolvimento e florescimento da arquitetura termal, associado a importantes *villae*, caracterizando-se por uma complexidade arquitetónica e planimétrica relacionada a luxuosos acabamentos e ornamentos (García Entero, 2005-05, p. 61). Comum a estes complexos, transformados desde finais do século III d. C. e ao largo do século IV d.C., é o papel predominante que os seus espaços frios assumem (*vestibula, apodytera, frigidaria*, etc.) parecendo converter-se em salas de receção, de uma elite aristocrática que reforça a sua coesão através, do uso de grandes complexos termais privados. A arquitetura balnear privada, transforma-se assim em um dos veículos da aristocracia tardo-romana para evidenciar a *dignitas*, estatuto social e riqueza do proprietário (García Entero, 2005-06, p. 62).

Porém será também desde finais deste século e, sobretudo, ao longo dos séculos V e VI d. C. que este tipo de instalações começam a sofrer uma série de transformações, abandonando o seu caracter termal para adotar outro tipo de funções, quer sejam religiosas, funerárias ou produtivas (García Entero, 2005--06, p. 62), tendência que se vê confirmada, no caso apresentado, como mais à frente veremos.

A identificação dos ambientes e compartimentos, deste edifício como elementos de um *Balnea* baseou-se numa série de fatores relacionados quer com a planimetria de alguns dos ambientes, particularmente o 7 e o 9 com cabeceiras em abside, bem como na existência de pormenores construtivos e materiais de construção típicos deste tipo de instalação (ladrilhos de entalhe, *tubuli,* revestimentos, etc).

AMBIENTE VIII FRIGIDARIUM?

Esta abside semicircular implanta-se no extremo sudoeste do Edifício II e as suas dimensões exteriores deverão ser 4 metros de longitude por 2, 70 m de

largura, e o semicírculo 2, 20 m de largura (cabeceira de planta absidiada). Para propormos estas medidas, uma vez que não possuímos a planta completa do ambiente, sustentamo-nos nas dimensões do semicírculo da cabeceira, que neste ambiente é de 2, 20 m. O aparelho utilizado na construção da piscina alterna fiadas, algo incertas mas com tendência para a regularização, de elementos pétreos com fiadas de regularização em tijolo. Os tijolos utilizados nas fiadas de regularização possuem 0,26 m de comprimento por 0, 6 cm de espessura. Entre os elementos pétreos utilizados como matéria – prima destacam-se os pórfiros, xistos e calcários. A superfície foi então coberta com uma argamassa esbranquiçada, à base de cal. Na face voltada a Oeste do muro é visível um canal de escoamento de águas de secção transversal quadrangular, com as dimensões de 12 cm por 12 cm, à cota de 175,60 m. A este canal corresponde no interior da piscina, ao nível do pavimento original: um sifão em cerâmica para escoamento das águas sujas provenientes do interior da piscina.

Os dados obtidos na escavação do *frigidarium*, do qual apenas se escavou parte da zona da abside, permitem avançar, com base na recolha sob o pavimento original da piscina, em *opus signinum*, de um fragmento de uma TSA D Hayes 61, uma cronologia do séc. IV, inícios do V d. C. para a sua construção, cronologia essa confirmada com os dados obtidos nos níveis de enchimento de um *alveus* (Ambiente VII) aí identificado. (Fig. 2)

AMBIENTE VII; ALVEUS

O ambiente VII corresponde a um *alveus,* com uma planta com cabeceira em abside e as seguintes dimensões: comprimento – 2, 40 m, largura 2, 20 m. No eixo central da abside, coberto apenas pela terra vegetal, surgiu uma moldura em reboco, onde assentavam dois fragmentos de *tubuli,* encaixados, em posição horizontal, com a função de escoarem, ou drenarem a água, que este compartimento conteria, em direção à plataforma inferior.

Este tipo de tubagem habitualmente encontra-se relacionado com a circulação de ar quente nas paredes dos edifícios, dispostos em posição vertical, sendo também, por vezes, empregue na construção das abóbodas dos edifícios, como forma de aligeirar a construção.

Entre os níveis de enchimento, escavados no seu interior, destacam-se, como elementos datantes, dois fragmentos em TSA D de uma Hayes 59 B e de uma Hayes 49, corroborando a datação obtida para a construção e funcionamento do *frigidarium,* de finais do séc. IV d. C (Viegas, 2009, p. 139)

AMBIENTE IX-FORNO

Este ambiente implantava-se, a sul, do ambiente VII. Esta estância originalmente configuraria um compartimento com uma função semelhante à do Ambiente VII, ou seja um *alveus*, geminado ao primeiro, ainda que de menores dimensões. Basta observar o arranque, nítido, de uma segunda parede em abside no topo superior dos muros, que configuram estes compartimentos e na planta geral. Esta 2ª abside seria delimitada a Sul por um muro com 0,60 m de espessura, com as fiadas superiores em tijoleira, à qual se encostou a parede ou muro semicircular de limite Este do forno, mas do qual é ainda bem visível o seu testemunho no paramento Este. A continuação a Sul deste muro é constituída pela u.e. [750], absorvida em período indeterminado e com função indeterminada pela construção do (s) muro (s) u.e. (s) [712,751 e 752]. Em relação a este muro colocam-se duas hipóteses: intencionalmente desmantelado para a construção do forno, ou então uma vez abandonada a função original deste compartimento, enquanto parte integrante do complexo termal, talvez por ruína da zona da abside, construiu-se o forno.

A implantação do forno neste local é apta para uma localização semienterrada das estruturas, ideal para a função pretendida. O forno reconhecido certamente é relacionado com a atividade oleira, particularmente com o fabrico de materiais de construção, pois no seu interior registavam-se em número elevado. A estrutura escavada situava-se em uma zona de suave declive, aproveitando os níveis argilosos para a sua escavação. O forno é de planta aproximadamente circular, (o facto de ter aproveitado estruturas pré-existentes, adaptando-as as suas necessidades contribuiu para a sua planta algo irregular), com 2,20 m de raio no eixo N-S, e no eixo E-O, o raio da câmara é de 1,9 m. Quanto às dimensões do forno, em termos de alçado a estrutura máxima conservada é de 1,50 m e em termos de diâmetro máximo interno será de 3,80 m. Dos dois níveis internos que compõem um forno apenas se conserva em bom estado, o nível inferior, da câmara de combustão, bem como parte do acesso da câmara de combustão ao *praefurnium,* escavado via uma

galeria que atravessa o miolo da parede de limite Oeste do complexo termal, afunilando em direção a Oeste (exterior), com solo em argamassa e em declive. De comprimento o corredor tem conservado 0,90 m e de largura 0,78 m. A câmara de combustão está segmentada transversalmente por três grossos pilares, orientados NO-SE, paralelos entre si, sobre os quais assentam os arranques de três arcos com fiadas conservadas de cada arco até cinco elementos em ladrilhos e tijolos de adobe muito toscos. Não se conseguiu recuperar nenhum tijolo de adobe inteiro de forma a determinar as dimensões. Os arcos estavam distanciados entre si em cerca de 0,46 m. É de registar, encostadas aos arcos, a presença de tubeiras em adobe. Destaque-se na câmara de combustão a vitrificação parcial das paredes, devido às altas temperaturas atingidas, no interior da câmara de combustão. Sobre a câmara de combustão são, ainda, visíveis vestígios da grelha, em duas fiadas de pedra paralelas, dispostas nas paredes laterais Norte e Sul do Forno, às quais se encostam os três pilares em adobe já mencionados. São ainda visíveis em alguns dos arranques das arcaturas, as tubeiras com saídas de ar que comunicariam com as paredes exteriores do forno. De assinalar a conservação de parte da instalação refratária interna, constituída por uma capa interna de argila que recobria as paredes em adobes, ladrilhos e pedras.

Ainda em termos de estruturação interna do forno, na ligação da câmara de combustão com o *praefornium* desenvolvia-se um arco em adobe, hoje em dia, muito destruído. É de realçar também a existência pelo menos, junto ao alçado sul da estrutura de uma parede dupla, cuja face exterior seria em adobe, separada da parede em pedra por um vão oco de cerca de 0,20 m.

O nível superior nestes fornos de tipo vertical é tradicionalmente composto pela grelha e pela abobada que delimita a denominada câmara de combustão, da de cozedura regulando a temperatura que passa de uma para outra. Em relação à cúpula do forno permanece por decifrar se seria permanente, neste caso teríamos de ter detetado o seu derrube no interior do forno. Desta estrutura não encontramos mais testemunhos do que o estreitamento das paredes de limite externas do forno formando uma ligeira curvatura para o arranque da abóboda ou da cúpula.

Não se detetou, como seria de esperar, a existência de uma zona de acumulação de lenha para combustível do forno. Outro fenómeno curioso é o da ausência de acumulações de cinzas e carvões, resultantes do período de laboração deste.

Analisados os níveis de enchimento do forno, no qual apenas recolhemos um fragmento de cerâmica comum de um pote com bordo em aba, sem implicações de ordem cronológica, pensamos que a construção do forno deve ter estado relacionado com o fabrico de materiais de construção, pois também não encontramos nenhum indício da existência de despejos da atividade do forno , apenas no seu interior vestígios de cerâmica de construção.

AMBIENTE X

Na zona exterior ao forno (Ambiente X), a Este e exterior ao possível *frigidarium*, a Oeste recolheram-se, provenientes de espessas e fortes camadas de derrube, alguns elementos artefactuais de forte identidade, entre os quais se incluem telhas digitadas com linhas de *ziguezague* ao mais puro estilo visigótico-omíada, cobrindo um pavimento/nível de circulação, cujos materiais indicam cronologias desde o segundo quartel do século IV – forma Hayes 67 (Viegas, 2002, p. 181), até aos séculos VI-VII forma Hayes 99 (Viegas, 2002, p. 186). Estas cerâmicas em TSA D conjugavam-se com a presença de ânforas Almagro 51C, com um longo intervalo de fabrico desde os finais do séc. II, inícios do III até à segunda metade do séc. V d. C. (Etienne & Mayet, 2002, p. 143), existindo evidências no Algarve, em Lagos, do seu fabrico até pelo menos o século VI d. C (Fabião & Brazuna, 2007), bem como ânforas, de fabrico Africano da forma *Keay* LXI. Estes níveis de derrube correspondem ao derruir e provável abandono de pelo menos, parte do complexo termal da *villa,* com uma cronologia estimada, com base nos materiais presentes nestes níveis do derrube, até ao séc. VII d. C. para o funcionamento do balneário.

CONCLUSÕES

A reconversão funcional e a amortização dos espaços é um fenómeno que na Hispânia se começa a verificar ao longo do séc. IV e se generaliza ao longo dos séculos V e VI d. C. (García Entero, 2005-06, p. 63).

Do exposto, a partir do período tardo-antigo mantem-se a ocupação no sítio, mas diminui-se a área ocupacional e existe uma reconversão das zonas anteriormente ocupadas com caracter de lazer e higie-

ne para um caracter produtivo. De registar que, normalmente, as alterações da funcionalidade do espaço associam-se ao âmbito funerário, cultual ou habitacional, tal como é o caso por exemplo do Monte da Cegonha (São Matias), onde sobre as termas se constrói uma basílica, sendo mais raro a reutilização produtiva dos balneários das villae, no entanto esta situação verifica-se, por exemplo, em Freiria (García Entero, 2005-06, p. 68).

Em síntese, no caso em estudo, é possível afirmar que em um momento indeterminado da Antiguidade tardia, parte do complexo termal da *villa* terá sido inutilizado e reconvertido em espaço produtivo, materializado na destruição de um dos *alveus* identificados (Ambiente VII*)* e na construção de um forno (Ambiente IX), sabemos também que em meados do século VI-VII d.C. o forno já não está em funcionamento. Relacionado com este fenómeno poderá estar a amortização do possível *frigidarium* e a sobrelevação dos espaços de circulação particularmente bem exemplificada nas sondagens 6, 5 e 7. Todavia sabemos que esta área continua a ser ocupada, pois sobre estes níveis de derrube regista-se a presença de canalizações, ainda que muito destruídas associadas a prováveis níveis de pavimento, materializados na presença, no interior do Ambiente V e IV por camadas de argamassa com muitos materiais de construção, com um espólio cujo leque de formas é muito reduzido: potes e/ou panelas de perfil em S, panelas ou púcaras com a asa a nascer do bordo, bordos boleados, ou com sulco em barbela interna, para encaixe da tampa, colos muito curtos e oblíquos, corpos globulares e fundos planos; pratos e alguidares com fundo plano e paredes retilíneas divergentes e tampas manuais planas. As decorações são feitas basicamente a partir da aplicação de cordões plásticos digitados, linhas incisas em ondulado, com ungulações ou em ziguezague e impressões com corda, com paralelos em Jazidas no Alto algarve Oriental compreendidas entre os séculos V e VIII d. C. (Catarino, 2005-06, p.120) e mesmo do século IX a. C.

Esta cronologia não é de estranhar, pois acompanha o que se conhece da jazida e confirma a continuidade da ocupação do sítio, ao longo de um grande intervalo de tempo, que culminará no Califato, de acordo com uma tendência constatada nas regiões do Sul, onde as antigas *villae* continuam a ser habitadas pelo menos até ao século XI (Macias & Lopes, 2012, p.309) embora com uma dinâmica funcional bem diferente.

BIBLIOGRAFIA

CATARINO, Helena (2005-06) – Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V-X), In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOPES, Conceição; FÉRNANDEZ OCHOA, Carmen, coords, *Formas de ocupación rural en la 'Gallaecia' y en la'Lusitania' durante la antigüedad tardía y la alta Edad Media: (Sesión monográfica realizada en el marco del IV Congreso derqueología Peninsular, celebrado en la Universidade do Algarve – Faro, Portugal – en Septiembre de 2004)*; Madrid: Universidad Autónoma, (Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia, 31-32), pp. 117-136.

DURÁN, M.ª Rosália; RODRÍGUEZ, Germán; MORILLO, Ángel (2005-06) – Arquitectura y sequencia ocupacional en las villae de las Vegas Bajas del Gaudiana, el caso de Torre Águila (Montijo, Badajoz), In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOPES, Conceição; FÉRNANDEZ OCHOA, Carmen, coords, *Formas de ocupación rural en la 'Gallaecia' y en la'Lusitania' durante la antigüedad tardía y la alta Edad Media: (Sesión monográfica realizada en el marco del IV Congreso de arqueología Peninsular, celebrado en la Universidade do Algarve – Faro, Portugal – en Septiembre de 2004)*; Madrid: Universidad Autónoma (Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia, 31-32), pp. 9-27.

GARCÍA-ENTERO, Virginia (2005-06) – Las Transformaciones de los balnea rurales domésticos durante la Antiguidad Tardía en Hispania (SS. IV-VI), In LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOPES, Conceição; FÉRNANDEZ OCHOA, Carmen, coords., *Formas de ocupación rural en la 'Gallaecia' y en la'Lusitania' durante la antigüedad tardía y la alta Edad Media: (Sesión monográfica realizada en el marco del IV Congreso de arqueología Peninsular, celebrado en la Universidade do Algarve – Faro, Portugal – en Septiembre de 2004)*; Madrid: Universidad Autónoma. (Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia, 31-32), pp. 61-82.

LOPES, Conceição; CARVALHO, Pedro; GOMES, Sofia (1998) – *Arqueologia do concelho de Serpa.* Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

MACIAS Santiago, LOPES Conceição (2012) – O território de Beja entre a Antiguidade Tardia e a Islamização, in CABALLERO ZOREDA Luis; MATEO CRUZ, Pedro; CORDERO RUÍZ Tomaz, eds., *Visigodos y Omeias: el Território*; Mérida: CSIC, (Anejo do Archivo Espanol de Archeologia, LXI), pp. 305-328.

ROSSELÓ MESQUIDA, Miquel; COTINO VILLA, Fernando (2005) – Panorama cerámico de los siglos V-VII d. C. en Cullera (Ribera Baixa, València)*, in SAGVNTUM (Papeles del Laboratario de Valencia).* Valencia, 37, pp. 139-152.

VIEGAS, Catarina (2002) – *A terra sigillata da alcáçova de Santarém: cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

VIEGAS, Catarina *(2009) – A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no Período Romano.* Lisboa: UNIARQ.

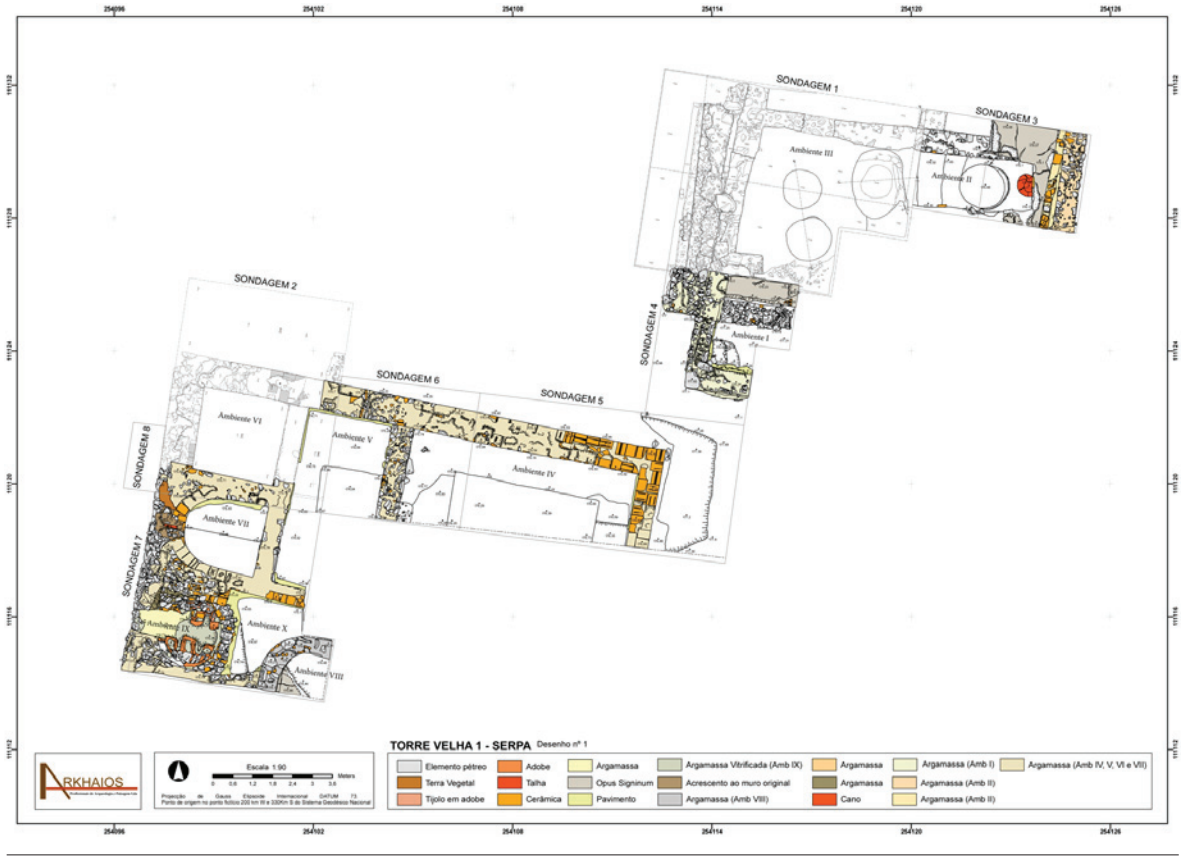


Figura 1– Planta Geral do sítio Torre Velha 1.

Figura 2– Termas, visto do Alveus (Ambiente VII), visto de Sul.

UM CONTEXTO TARDO-ANTIGO DO NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS (NARC), LISBOA

Carolina Grilo / FCT / UNIARQ / ramosgrilo.carolina@gmail.com
Carlos Fabião / FLL-UNIARQ / cfabiao@fl.ul.pt
Jacinta Bugalhão / FCT / UNIARQ / jacintabugalhao@gmail.com

RESUMO

A indústria de preparados de peixe constituía uma das actividades económicas centrais de *Olisipo*, tendo a sua produção cessado em época indeterminada, presumivelmente, entre o século V e o VI.

Após o abandono dos complexos de produção de preparados de peixe do NARC, parece verificar-se nesta zona da cidade alguma regressão urbana conservando-se, no entanto, níveis de ocupação do espaço que fornecem espólio com cronologia tardo-antiga.

Apresentam-se os dados de um contexto tardio identificado junto ao eixo viário ocidental à cidade, onde constam cerâmicas finas (*sigillata* africana, *DSP* gálica e *sigillata* foceense), ânforas e produções cerâmicas locais e regionais, que suscitam questões relacionadas com as ocupações tardias dos espaços periurbanos, com a caracterização dos contextos arqueológicos e com a dinâmica comercial urbana da segunda metade do século V e inícios do século VI.

ABSTRACT

The fish processed industry was a major economic activity at Olisipo until Late Antiquity (Fifth to Sixth centuries). We believe that after the abandonment of the NARC's factories there was some sort of urban regression in the area. However, some evidence of late antique occupation was preserved.

The following article presents the data from a significant late context next to one of the occidental roman vias of the city, with imported fine wares, (ARS, gaulish DSP and Late Roman C) amphorae and regional common wares. Its analysis raises questions regarding the late occupations of the peri-urban spaces and urban commercial dynamics between the second half of the Fifth and the first half of Sixth centuries.

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), área arqueológica musealizada na Baixa Pombalina de Lisboa, foi escavado entre 1991 e 1995. A intervenção trouxe ao conhecimento níveis relevantes da ocupação urbana antiga, desde o século V a.C. até construção pombalina (finais do século XVIII) e remodelações posteriores.

Merecem especial menção os bem conservados contextos de época romana, que incluem uma necrópole datada da transição da Era (Bugalhão *& alii*, no prelo), um conjunto de unidades industriais de preparados de peixe que terá laborado entre os séculos I e V, umas termas do Baixo Império e um troço do eixo viário sudoeste de *Olisipo* (Bugalhão, 2001).

Nos níveis subsequentes, foi identificado um enterramento aparentemente isolado atribuído genericamente a cronologia tardo-antiga (Duarte, 2001), parecendo contudo que a ocupação urbana desta área registou algum abrandamento, até finais do século X quando um dos arrabaldes da cidade islâmica aqui se implanta (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007).

Não parece contudo verosímil, quer pela proximidade ao centro urbano consolidado e muralhado, quer pela localização junto à via referida e a outros equipamentos urbanos importantes, quer pela proximidade à margem ribeirinha (pólo de atração de diversas atividades urbanas, nomeadamente, comerciais, artesanais e portuárias), que a zona baixa da cidade tenha sido propriamente "abandonada".

Assim, à semelhança de outros contextos já analisa-

dos no casco urbano de *Olisipo*, (Diogo & Trindade, 2000; Silva & De Man, 2012, Pimenta & Fabião, no prelo) apresentam-se algumas realidades estratigráficas que permitem comprovar a continuidade da ocupação do local em momentos tardios, após a desactivação das unidades fabris e sua ruína. Ainda que não possamos efectuar uma caracterização rigorosa da funcionalidade e significado desta ocupação, a sua localização na área limítrofe de um eixo viário da cidade romana, permite afirmar que este espaço seria frequentado em momentos tardo-antigos, não sendo contudo legítimo supor que esta ocupação pudesse estar relacionada com a produção de preparados piscícolas.

2. ELEMENTOS ESTRATIGRÁFICOS

O conjunto em análise foi exumado sobre a designada Unidade 4 (Figura 1) do complexo industrial do NARC (Bugalhão, 2011). Foi analisada a sequência estratigráfica correspondente ao período entre o abandono da unidade industrial e os níveis de ocupação islâmica, que remontam ao final do século X (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007, p. 323-324).

Num primeiro momento, há a referir a fase imediatamente subsequente à interrupção de laboração da unidade fabril, ao qual correspondem os níveis conservados no fundo dos tanques 19, 25 e 26, e áreas confinantes, incluindo por vezes restos ictiológicos e também espólio cerâmico (Camadas: 51, 96, 97, 157, 158, 159 e 161).

Segue-se um conjunto de estratos correspondentes à fase de ruína das estruturas industriais, nomeadamente ao derrube dos seus telhados, que sela os contextos referidos anteriormente e que terá ocorrido num momento não muito distante no tempo. Estes contextos foram identificados no interior dos tanques (incluindo o 27), sobre o troço de pátio situado a Nascente do tanque 19, sobre os muros que delimitam a área industrial a Sul e na área pedonal junto à via. Caracterizam-se pela cor clara, com sedimentos soltos, constituídos essencialmente por abundante material cerâmico de construção, argamassa e fragmentos de *opus signinum* desagregados, resultantes do abandono e destruição das unidades fabris (camadas 52, 87, 137, 141, 146, 151, 152 e 160).

O espólio resultante dos níveis de colmatação destas estruturas permitiu determinar um *terminus* de laboração para esta unidade entre os finais do século IV e os inícios do seculo V (Bugalhão, 2001, p.145), baseado nas cerâmicas finas (*TSAfr D* H61), nas ânforas (particularmente nas formas Almagro 51c) e nas cerâmicas de produção local e regional.

Sobre estes níveis foi identificado um conjunto de estratos de características diversas, que integravam espólio romano e de época posterior. Refira-se que estes depósitos cobriam a sequência de abandono e colmatação da Fábrica 4, encontrando-se depostos sobre toda área ocupada por esta e também sobre a área de circulação pedonal junto à via. Estes níveis, pela sua cota de implantação elevada e pela ausência de construções que os contivessem, foram muito expostos a perturbações posteriores, nomeadamente medievais.

Por outro lado, sublinha-se que não se verificou qualquer associação directa destas camadas a estruturas, embora se admita como provável, pela sua implantação estratigráfica que, em alguns casos, possam ter sofrido remeximentos e intrusões na fase da reurbanização do local a partir do século X, fenómenos, além do mais, determinantes na leitura destas realidades sedimentares, em muitos casos, de si, pouco expressivas e com espólios pouco abundantes e muito fragmentados.

Integravam este conjunto as camadas 59, 75, 84, 89, 90, 91, 95, 104, 105, 136, 138, 140 e 147, distribuídas sobre as distintas áreas da Unidade 4 e na área de circulação pedonal junto à via. Destas, apenas as unidades 75 e 140 puderam ser atribuídas com segurança ao horizonte de ocupação posterior ao abandono do complexo fabril, estendendo-se junto da área confinante do eixo viário, localizado a sul (Figura 1). As demais, apesar de incorporarem grande número de materiais residuais desta fase, provaram estar muito afectadas por perturbações posteriores, em particular a zona a Nascente do tanque 19, onde o pavimento de *opus signinum do* pátio se apresentava destruído.

3. ESPÓLIO

Para datar este momento tardo-antigo assumiu assim especial relevância o conjunto material recuperado nestas unidades estratigráficas, onde se documentou espólio composto maioritariamente por cerâmicas finas, ânforas, cerâmica comum, recolhidos, em alguns casos, em mais do que um destes estratos, sugerindo uma utilização deste espaço num intervalo de tempo não muito prolongado (Figuras 2, 3 e 4).

Particularmente expressivo para este propósito, re-

velou-se o espólio da unidade 140 (Figura 2), onde foi exumada *TSAfr D* das formas Hayes 58 (n.º 3021), 59A (n.º 3019) e 61, tipo B (n.º 3025) de Bonifay (2004, p. 168), um exemplar de produção cinzenta com decoração estampada do grupo das *DSP* da forma Rigoir 3 (n.º 8426) e quatro exemplares de *TSFT* da forma 3 de Hayes, nas variantes 3C (n.ºs 3013, 3022 e 7366) e 3C/E (n.º 3023) esta última com caneluras sobre o bordo e sem roleta, ostentando, na ligação com a parede, uma moldura suave, característica da variante.

Cabe aliás destacar que a realidade estratigráfica 140 foi o único contexto do NARC, onde foram exumadas cerâmicas finas orientais, à exceção de um exemplar recolhido em estratos claramente posteriores. Estas funcionaram como referência cronológica quer para o restante conjunto cerâmico, quer para a ocupação, datada entre a segunda metade do século V e a primeira metade do VI. A relevância deste conjunto é reforçada pela sua associação com importações mediterrânicas como as *DSP*, também documentadas de modo quase episódico nos contextos do local e na região olisiponense, revestindo-se assim de extrema importância, confirmando, pelo menos para a fábrica 4, o *terminus post quem* da sua desactivação.

No tocante às ânforas, haverá a registar, na camada 75 (Figura 4), um fragmento de bocal de uma LR2, egeiana (n.º 3649), datável do século VI (Reynolds, 2005). Esta forma estava já documentada em outros contextos tardios da cidade (Pimenta & Fabião, no prelo), registando-se ainda algum material residual (n.ºs 3660 e 3713). Já na camada 140 (Figura 2), as formas documentadas são fundamentalmente lusitanas, Keay 16 (n.º 3042), Almagro 50 (n.ºs 3045, 3087 e 3088) e Almagro 51c (n.º 3043). A sua presença neste contexto suscita algumas interrogações. Em perspetiva tradicional, dir-se-ia que constituem materiais residuais presentes nestes estratos mais tardios. Contudo, a muito expressiva presença destas mesmas formas lusitanas tardias nos armazéns Sommer (Pimenta & Fabião , no prelo), sugere fortemente uma maior longevidade para o fabrico destes contentores e, naturalmente, uma maior longevidade para a produção de preparados de peixe no baixo Tejo. Não são seguramente estes contextos que permitirão aclarar a questão, mas parece-nos importante deixar este apontamento, para futuras averiguações. Regista-se, também, nesta camada a presença de materiais importados, como exemplares de Keay 16 de fabrico bético (n.ºs 3044 e 3046) e um fragmento de bordo de ânfora africana de difícil classificação, por se tratar de um fragmento diminuto (n.º 3090). Pelo perfil em bico, pode integrar-se no tipo 27 de Bonifay (2004, p. 119-122), ou Keay 25, particularmente no subtipo 3, com cronologias entre os finais do séc. IV e a primeira metade do V. Se está correta a nossa observação, trata-se de um exemplar mais residual do que propriamente útil para datar este contexto.

Entre as produções cerâmicas destaca-se ainda parte de um grande recipiente de armazenagem ou de uma ânfora, oriundo da região do vale do Guadalquivir, que apresenta como particularidade pintura vermelha disposta em padrão reticulado (Figura 3, n.º 8988).

Entre a cerâmica comum, a quase totalidade dos materiais recuperados enquadra-se, formal e tipologicamente, nas produções de tradição romana dos centros oleiros do vale do Tejo com paralelos reconhecidos nos conjuntos da Quinta do Rouxinol, Seixal (Santos, 2011) do Porto dos Cacos, Alcochete (Raposo & Duarte, 1986) e nos demais contextos oficinais do NARC (Amaro, 1995) e de outras áreas industriais da Baixa (Diogo & Trindade, 2000). As formas representadas (Figura 3) integram a panóplia oleira da Antiguidade Tardia – tampas (n.ºs 8442 e 8444), pratos (n.º 8485), almofarizes (n.ºs 7972 e 8480), panelas (n.º 8451), tachos (n.º 8445, 8450 e 8768) e, com maior expressão, potes de colo estrangulado (n.ºs 8440, 8441, 8452 e 8462), com vestígios que sugerem uma utilização na confecção e preparação de alimentos a quente – observando-se uma tendência para a simplificação formal.

A nível tecnológico, o conjunto é dominado pelas produções montadas a torno, sendo de sublinhar a presença, ainda que residual, de formas do tipo pote, conformadas de modo manual ou a torno lento, com pastas friáveis e pouco decantadas (n.ºs 8483 e 8492) e de um fragmento com incisões onduladas sobre o bojo (n.º 8471), bem reconhecidos no registo material da cidade (Silva & De Man, 2012) e no seu território (Batalha, 2009, p.113, n.º13), em momentos tardo-antigos.

Outro expressivo elemento datante destes estratos corresponde ao fragmento de *TSAfr D* da forma Hayes 99 (Figura 4, n.º 7377) que corrobora as cronologias obtidas com os restantes materiais.

Em função destes conjuntos, a cronologia proposta para estas realidades deve centrar-se entre os finais do século V e os meados do século VI, refor-

çando alguns dados já conhecidos para o casco urbano de *Olisipo* (Amaro, 1995; Diogo & Trindade, 1999; Diogo & Trindade, 2000; Sepúlveda, Gomes & Silva, 2003; Fabião, 2009a, 2009b; Pimenta & Fabião, no prelo), onde a presença de importações orientais e, em menor número, do Mediterrâneo central e do norte de África, é reveladora de uma dinâmica comercial continuada, embora com menor intensidade que nos séculos IV e V.

Esta tendência, já sublinhada por alguns autores, parece estar também relacionada com o papel que a cidade desempenharia na rota de ligação do Mediterrâneo central ao Atlântico norte e ao abastecimento das cidades da costa atlântica (Fabião, 2009a; Fernández, 2010, p. 380; Silva; De Man, 2012).

Por último, cabe igualmente salientar a presença de exemplares da forma Hayes 3F em *TSFT* (Figura 4, n.º 7363) e de outras formas das séries tardias de *TSAfr D* (Hayes 103A, n.º 3011) entre os materiais das camadas sobrejacentes a esta área, assim como cerâmicas comuns de produção manual, com decorações incisas e plásticas digitadas identificadas sobre o pátio da fábrica 4 (camada 59, n.ºs 8998, 8999, 9000 e 9001). Embora na região olisiponense a maioria dos paralelos conhecidos para estas últimas se inscreva em contextos dos séculos VIII e IX (Bugalhão & Fernandes, 2012), a sua presença em contextos tardo-antigos é hoje um dado consolidado no litoral hispânico (Reynolds, 1985; Gomes & Gomes, 2004; Ramos, Almeida & Laço, 2006) revestindo-se de extremo interesse para a caracterização dos conjuntos cerâmicos da transição do mundo pós-romano e das suas cronologias de produção e utilização.

A sua presença no NARC, tal como em outros contextos do casco urbano de *Olisipo*, onde se observa uma tendência para linearidade formal dos modelos cerâmicos de tradição romana e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de produções de diferentes características tecnológicas e novos modelos decorativos (Diogo & Trindade, 1999; Diogo & Trindade, 2000; Silva; De Man, 2012), poderia, a título de hipótese, também inscrever-se nesta fase, como testemunho de uma alteração dos processos de produção oleira, de tradição local e regional em momentos tardo-antigos.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C., ed. (1995) – *Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.

AMARO, C. (1995) – Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de – Lisboa. In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)*, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa (Monografies de la Secció Histórico-Arqueólogica, IV), pp. 337-342.

BATALHA, L. (2009) – Cerâmica comum tardo-romana e visigótica. In *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, pp. 113-119.

BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, J., ARRUDA, A. M., SOUSA, E., DUARTE, C.(no prelo) – Uma necrópole na praia – o cemitério romano da Rua dos Correeiros. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 16.

BUGALHÃO, J.; FERNANDES, I.C. (2012) – A cerâmica islâmica nos Estuários do Tejo e Sado. *Arqueologia Medieval*. Porto. 12, pp. 71-90.

BUGALHÃO, J.; GOMES, A. S.; SOUSA, M. J. (2007) – Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 10: 1, pp. 317-343.

BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la cerámique romaine tardive d'Afrique. BAR International Series*, 1301, Oxford.

C.E.V.P.P. (1991) – Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 49-67.

DIOGO, D.; TRINDADE, L. (1999) – Ânforas e *sigillata*s tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, pp. 83-95.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação de pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 3: 1, pp. 181-196.

DUARTE, C. (2001) – Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica. In BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 162-166.

FABIÃO, C. (2009a) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4 / 2009. http://www.nia-era.org (acedido em Junho de 2013).

FABIÃO, C. (2009b) – A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano? In: Gorges, J.-G.; Encarnação, J.; Nogales, T.; Carvalho, A., eds. – *Lusitânia Romana entre mito e realidade – actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*. Cascais, pp. 53-74.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2010) – Resultados Preliminares del Estudio de la T.S. Focense (LRC) aparecida en Vigo (Galiza, España). In *Rei Cretariae Romane Fautorum*, Acta 41. pp. 375-384.

GOMES, M.V.; GOMES, R. V. (2004) – Cerâmicas alto-medievais de Silves. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, pp. 23-47.

HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. The British School at Rome, London.

SANTOS, C. (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (policopiado). http://hdl.handle.net/10451/6119 (acedido em 30 de Junho de 2013).

PIMENTA, J.; FABIÃO, C. (no prelo) – *Ânforas orientais em Vlixippona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana.* In Simpósio "A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana". Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006.

RAMOS, A C.; ALMEIDA, R.; LAÇO, T. (2006) – O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In: Silva, C. T.; Soares, J., eds. –*Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 13). pp. 83-100.

REYNOLDS, P. (1985) – Cerámica tardorromana modelada a mano de carácter local, regional y de importación en la província de Alicante. *Lucentum*, 4. pp. 245-267.

REYNOLDS, P. (2005) – Hispania in the Late Roman Mediterranean: ceramics and trade. In: BOWES, K.; KULIKOWSKI, M., eds. – *Hispania in Late Antiquity: current perspectives*. Leiden / Boston: Brill, pp. 369-486.

RIGOIR, J. (1968) – Les Sigillées Paléochrétiennes grises et orangées. *Gallia*, XXVI, fasc. 1. Paris, pp.177-244.

SEPÚLVEDA, E.; GOMES, N.; SILVA, R. (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/ Rua de S. Nicolau (Lisboa). 1: a terra *sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6:2, pp. 401-414.

SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2012) – Palácio dos Condes de Penafiel: A significant late antique context from Lisbon. Poster apresentado ao *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves, 22 a 27 de Outubro de 2012)*. http://www.camertola.pt/sites/default/files/MAN_SILVA.pdf (acedido em 30 de Junho de 2013).

Figura 1 – NARC – Planta da Fábrica 4.

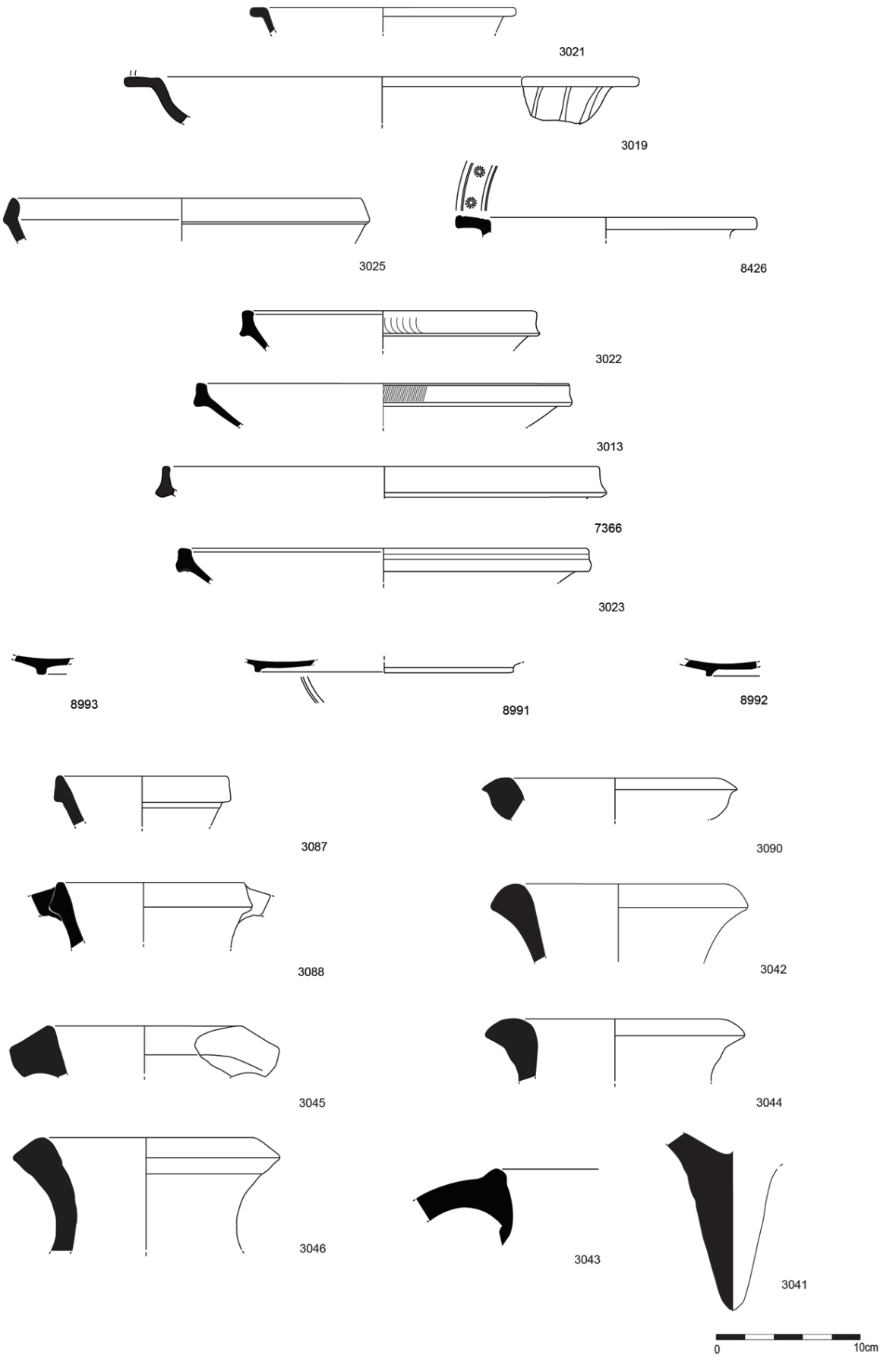


Figura 2 – Espólio da U E 140: cerâmicas finas e ânforas.

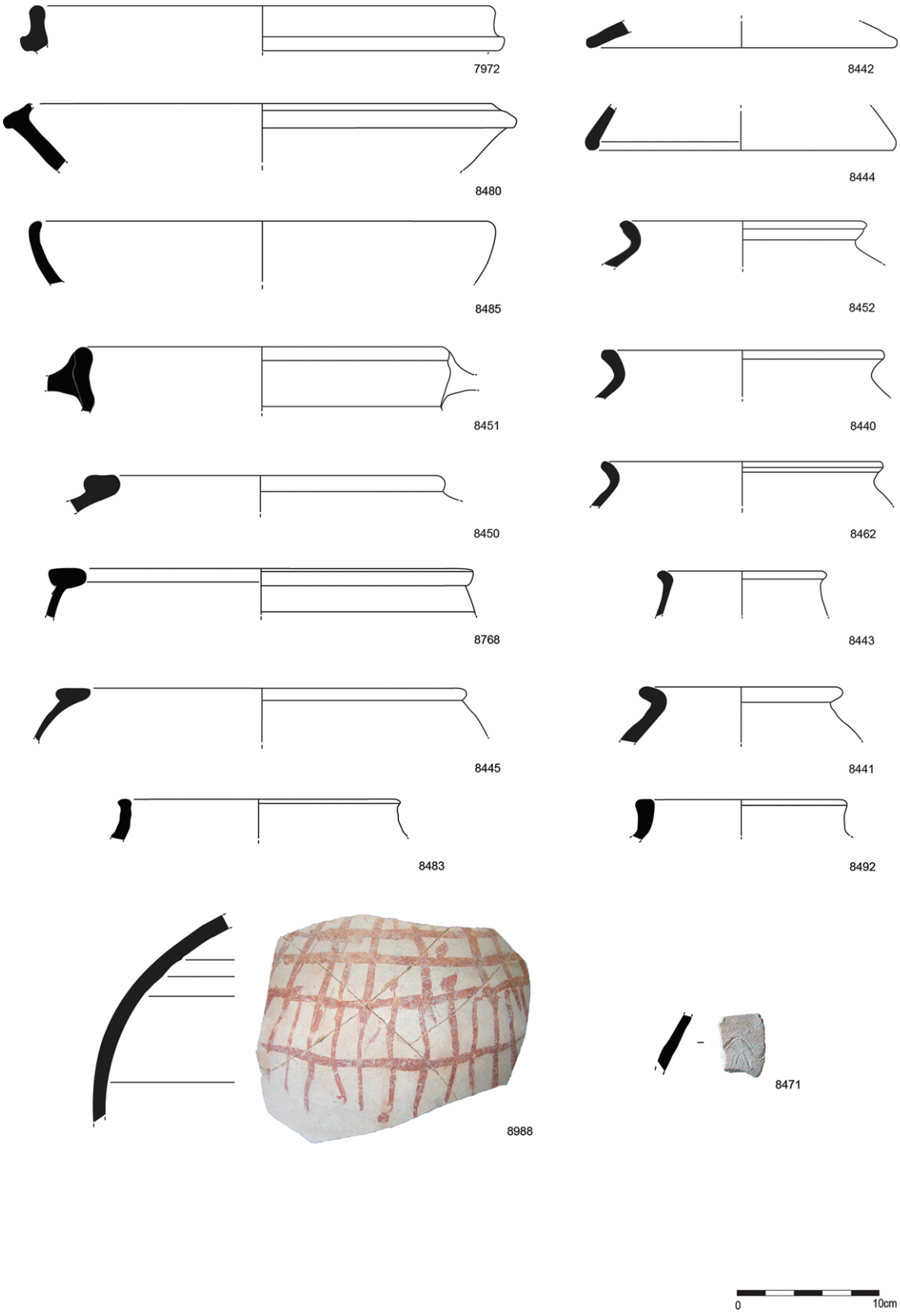


Figura 3 – Espólio da U E 140: cerâmica de produção local e regional.

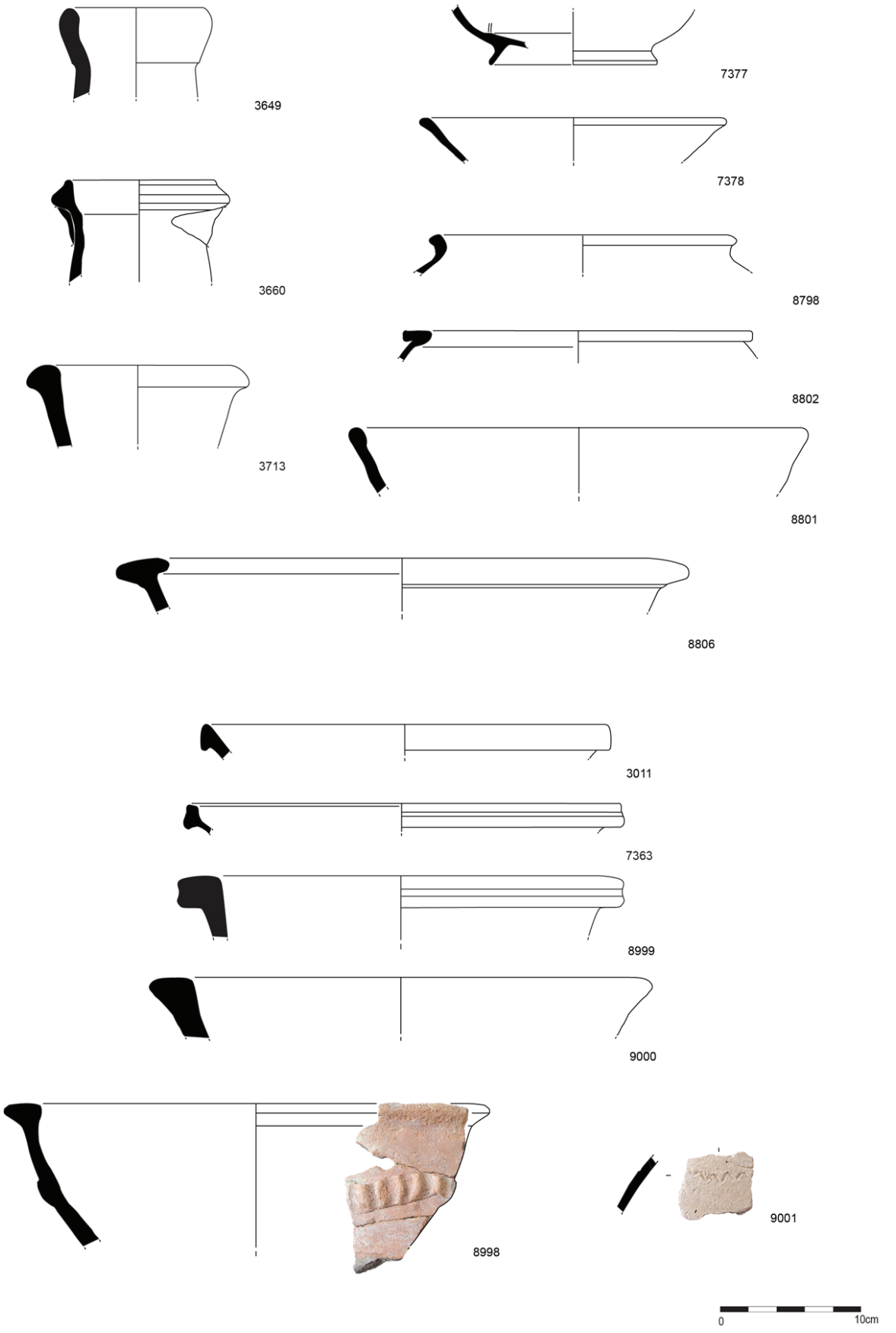


Figura 4 – Espólio da U E 75 (nºs 3649, 3660, 3713, 7377, 7378, 8798, 8802, 8801 e 8806). Materiais das camadas sobrejacentes de cronologia tardo-antiga (nºs 3011, 7363, 8998, 8999, 9000 e 9001).

ENTERRAMENTOS INFANTIS TARDO-ANTIGOS NA RUA DE S. NICOLAU (LISBOA)

Sílvia Casimiro / IEM / FCSH-UNL / CRIA / smcasimiro@gmail.com
Rodrigo Banha da Silva / CAL /C.M.L. / FCSH-UNL / rodbs@netc.pt

RESUMO

Uma intervenção arqueológica de salvamento, desenvolvida em 1997 pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (Lisboa), identificou três enterramentos infantis na zona da esquina NE do cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores (RSN3), em plena Baixa lisboeta. A relação destes elementos com as entidades arqueológicas da envolvência, em particular uma zona de acumulação detrítica e vestígios de uma construção (RSN4), permitem articular a informação e postular a existência de um espaço funerário datável da Antiguidade Tardia, presença cujo significado urbanístico se analisa aqui.

ABSTRACT

During a rescue archaeological excavation, carried out in 1997 by the Archaeology Service of the City Museum (Lisbon), three infant burials were identified in the NE corner of the intersection of Rua de São Nicolau to Rua dos Douradores (Sond.2) in Downtown Lisbon. The relation of these elements with the surroundings archaeological entities, particularly a detritic accumulation (Sond.3) and construction zone (Sond.4) allow to articulate the information and postulate the existence of a late antique funerary space, presence whose urbanistic significance is analyzed here.

1. INTRODUÇÃO

A renovação da rede de telecomunicações e gás no subsolo da Baixa lisboeta revelou, em 1997, um importante conjunto de elementos respeitantes à cidade romana e da tardo-antiguidade.

No quarteirão mais a sul da Rua dos Douradores os trabalhos revelaram a pouca profundidade, e por isso já afectados por acções urbanas anteriores, restos construtivos dos espaços oficinais de produção piscícola em funcionamento ao longo da Época Romana Imperial (Sepúlveda *et al.,* 2003), sobejamente conhecidos noutros pontos do antigo subúrbio de *Olisipo* que se desenvolvia no Vale da Baixa (Bugalhão, 2001).

De igual forma, na mesma zona constatou-se que os trabalhos de reconstrução de Lisboa que se seguiram ao cataclismo de 1755 obliteraram de forma generalizada os vestígios de ocupações posteriores ao período do Dominado. Assim, os elementos que agora se apresentam mostravam-se muito fragmentários e incompletos. Contudo, a raridade de vestígios com esta cronologia em Lisboa, como a especificidade do segmento etário dos inumados representados, justificam o presente estudo.

2. ENQUADRAMENTO DA ÁREA FÚNEBRE

No período imperial a área do primeiro quarteirão sul da Rua dos Douradores evidenciou, como fizemos referência antes, uma forte presença de unidades de produção piscícola, que o condicionamento à cota de obra dos trabalhos arqueológicos efectuados em 1997 não permitiu reconhecer de forma mais ampla. Note-se, aliás, que uma intervenção em curso no antigo Convento do Corpus *Christi* (O Corvo) veio corroborar de maneira sólida a leitura antes produzida (Sepúlveda *et al*., 2003), e que os dados agora estudados foram identificados junto à fachada do antigo espaço religioso de origem seiscentista.

Para este da área fúnebre assinalada em RSN3, e sem relação estratigráfica directa com ela, foi iden-

tificada uma sequência onde consta um depósito de acumulação detrítica [1012-4], uma lixeira, contendo abundante cerâmica em estado muito fragmentário. Apesar desta entidade indiciar a existência de uma estrutura negativa que a continha, nomeadamente por ter revelado materiais que testemunharão a afectação de níveis mais antigos, da Idade do Ferro e Alto-Imperiais, ela encerra marcada coerência cronológica: a *terra sigillata* africana D domina amplamente, estando presentes os tipos Hayes 62?, 67, 67B e C (1x), 91(1x-2x?) e 99/104 ou afim (1x) (Sepúlveda *et al*., 2003: p. 408-9, revisto); nas ânforas assinalam-se os tipos lusitanos Almagro 51C (3x), 50 (2x) e Lusitana 9 (1x) e, entre as cerâmicas comuns, é evidente o paralelo com os fabricos e as morfologias regionais correntes nos séculos IV e V d.C., com paralelos próximos na cetária da Rua dos Fanqueiros (Diogo e Trindade, 2000) e Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Bugalhão, 2001). As balizas cronológicas apontadas para o conjunto de cerâmicas finas de mesa aponta, com maior probabilidade, para uma formação gerada em torno de meados do séc.V d.C., embora seja admissível atingir a transição para a centúria seguinte, pelo mais (Bonifay, 2004).

Quase na confluência da Rua de São Nicolau com a dos Fanqueiros, na extremidade este da sondagem RSN4, foi detectado acima dos níveis que se supõe de lixeira do séc.V d.C. restos discretos da esquina de uma construção que se sobrepunha a eles. A fraca potência estratigráfica, e o facto de daquela estrutura se conservar somente a base do alicerce, impedem que se possa afirmar categoricamente tratar-se de uma evidência de edifício datado da Antiguidade Tardia.

Na sondagem RSN3, o complexo de depósitos de matriz arenosa grosseira foi rompido para a implantação de valas destinadas a inumações. Num dos casos, o da sepultura 3, a mais bem conservada do grupo, parece que a abertura da estrutura negativa ovalada rompeu uma outra anterior, pois no enchimento desta se identificaram a mandíbula e o maxilar superior de um quarto indivíduo. Segundo testemunho oral, na esquina oposta, do lado sul, as obras de rebaixamento em um piso de parte de um estabelecimento comercial, não peritadas arqueologicamente, terão provocado o aparecimento e destruição de outros enterramentos; bastante mais a sul, num depósito detectado na sondagem RDD2, [504], equivalente ao revolvimento e transporte de terras em época contemporânea recente, foram colectados outros restos humanos de permeio com fauna mamalógica. Embora com a fragilidade óbvia dos dados enunciados, é legítimo entrever na área a existência de uma zona fúnebre mais vasta, de que os únicos elementos seguros disponíveis serão os que agora se tratam.

3. OS ENTERRAMENTOS INFANTIS DA RUA DE SÃO NICOLAU

Os dados estudados foram alvo de uma análise preliminar, segundo uma observação unicamente macroscópica. Na determinação da idade à morte foram utilizados o método de Maresh (1970), para o comprimento dos ossos longos e o método de Ubelaker (1979), para o desenvolvimento dentário. De notar que os restos osteológicos analisados não evidenciavam qualquer marca de trauma, malformação ou enfermidade.

Sepultura 1 – Identificada na extremidade oeste da sond RSN3. O contexto foi profundamente cerceado por acções urbanas recentes, tendo-se somente reconhecido parte de uma estrutura negativa contendo restos osteológicos. A profundidade do coval é indeterminável, dado que a sua zona superior foi também destruída pela instalação de infra-estruturas urbanas contemporâneas, desconhecendo-se se se encontrava originalmente assinalada ao nível do solo coevo.

O mau estado de conservação deste indivíduo impossibilitou a análise morfológica do mesmo, estando representado somente por pequenos fragmentos ósseos e uma costela. Ainda assim, e com frágil base comparativa, tratar-se-ia de um indivíduo com mais de 6 anos e menos de 10.

No enchimento foi colectado um pequeno fragmento inclassificável de fundo com canelura em *terra sigillata* africana clara D.

Sepultura 2 – Contígua, para este, à sepultura 1. Como a anterior, foi profundamente truncada por acções urbanísticas recentes, tendo-se apenas reconhecido alguns restos osteológicos em posição anatómica, sobretudo dos membros inferiores. Praticada no interior de coval, como para a anterior não existem dados que permitam entrever se estaria originalmente assinalada ao nível do solo coevo e, em caso positivo, a forma como esta seria feita.

O inumado, em decúbito dorsal, corresponde a um

indivíduo com idade compreendida entre os 2,5 e os 4 anos de idade, segundo o método de Maresh (1970).

Sepultura 3 – A este das anteriores, denota a inexistência de um espaçamento regular na abertura dos covais. Tratava-se do único caso onde se preservou a cobertura: quatro *imbrices* dispostos transversalmente à fossa de tendência ovalada, cobrindo a sua totalidade. Na sua abertura ter-se-á violado uma outra inumação anterior, documentada eventualmente por um depósito arenoso e com pedra de pequeno porte [813], onde se recolheram o maxilar e cerca de metade da mandíbula de um indíviduo com idade compreendida entre os 6 e os 10 anos de idade, a avaliar pelo método desenvolvido por Ubelaker (1979). Na mesma unidade estratigráfica colectou-se um fragmento de parede em *terra sigillata* de modo itálico (Sepúlveda *et al*., 2003, revisto).
No enchimento da estrutura negativa da sepultura 3 [814] foram colectados dois fragmentos de taças distintas em *terra sigillata* focense tardia, um fundo do tipo Hayes 3 e um bordo da sua variante 3F (Hayes, 172, 1980) como uma parede arqueada e com canelura interna em fabrico africano claro D, verosimelmente assimilável ao tipo Hayes 104. O conjunto dos elementos de cerâmica fina de mesa do contexto fixam um *terminus posde quem* para a prática fúnebre em finais do séc. V d.C., sendo aliás provável, em função destes e das características dos elementos de olaria de construção empregues na cobertura da sepultura, uma data dentro do séc. VI d.C.
O inumado na Sepultura 3 teria uma idade compreendida entre os 6 e os 12 meses de idade, de acordo com o método Maresh (1970).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discretos vestígios de uma área utilizada como espaço funerário na Rua de São Nicolau constituem um valioso contributo para a leitura da dinâmica urbana da Baixa lisboeta entre o final do Império Romano e a Antiguidade Tardia, dada a raridade deste tipo de evidências neste período.
Como hoje bem se conhece (Bugalhão, 2001), esta zona suburbana da cidade romana encerrou um importante carácter manufactureiro durante um espaço de tempo alargado. Os indícios colhidos na Sondagem 34 da Rua dos Correeiros (Fernandes, 1997), como num ponto do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (adiante NARC- Bugalhão, 2001), sugerem mostrar que no século III d.C., pela sobreposição a construções oficinais de estruturas de carácter habitacional ou termal pavimentadas a mosaico, poderá ter existido pressão urbanística suficiente para justificar a desactivação de *officinae* de *garum* e/ou que problemas na laboração justificaram a sua substituição por espaços com finalidades privadas, domésticas.
Num panorama que aparenta ser geral para a área suburbana ocidental de *Olisipo*, uma boa parte das unidades produtivas deixaria de laborar até meados do séc.V d.C.: o facto de sequências estratigráficas mostrarem o colapso de alguns telhados sobreposto no interior das cetárias a acumulações detríticas pré-existentes, onde as cerâmicas encerram estas datações, assim o sugere (Silva, 2011). Será neste quadro que se deverá integrar o depósito de lixeira identificado na sondagem RSN4, anterior às tumulações infantis que aqui se tratam.
Em função dos coerentes dados contextuais, articulados com as indicações cronológicas aferidas para as sepulturas, neste ponto da Baixa ter-se-á instalado no séc. VI d.C. uma área de necrópole, muito provavelmente mais vasta do que os elementos identificados em 1997. É difícil explicar porque apenas se registaram quatro indivíduos não adultos, com idades compreendidas entre os 6 meses e um máximo de 10 anos: a área tanto poderá equivaler a um espaço de sepultamento especializado, como a uma parte especializada dentro de um âmbito fúnebre maior e mais diversificado, como ainda ser o resultado de factores circunstanciais estritos. De qualquer das formas, ela traduz, para o período em causa, um cenário ocupacional distinto do identificado na área: na cetária da Rua dos Fanqueiros n.º77, num depósito algo potente, muito "limpo" e compacto, identificou-se um vaso globular com pegadeira alongada transversal ao bordo, que os autores designaram de "*tacho visigótico*" (Diogo e Trindade, 2000), com paralelos noutros contextos lisboetas do séc. VI d.C. (Silva e De Man, no prelo), panorama que tem correspondência em diversos pontos do NARC (Bugalhão, 2001), onde os hiatos na estratigrafia ou a ausência de outras evidências que não as deposicionais parecem também equivaler a uma não ocupação dos espaços, o que se repete igualmente no Rossio (Vale, 2000) e na vasta área da Praça da Figueira (inédito).
En sentido contrário, o interior da cidade protegida pela muralha tardia romana denuncia no séc. VI d.C. uma forte pressão urbanística, com a ocupa-

ção de áreas outrora do domínio público, casos da Sé (Amaro, 1995), do Teatro (Diogo, 1993) ou das Termas dos Cássios (Silva, 2012).

Qual, então, o fundamento para a utilização deste ponto específico da Baixa, numa época em que esta antiga área periférica da cidade parece registar um panorama de forte abandono? A leitura mais pláusivel é a de que esta presença se deverá ter relacionado com a passagem muito próxima do itinerário equivalente à antiga via romana que atravessava o vale, mais tarde fossilizada como eixo de primeira importância no urbanismo medieval e moderno de Lisboa, sendo impossível, em função dos elementos disponíveis, assegurar que a área fúnebre estaria associada à presença de um edifício religioso cristão, de que o resto construtivo detectado na sondagem RSN4 não é mais do que uma hipotética sugestão (Figura 1).

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C. (1995) – "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa", in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 28-30 de Setembro / 1-2 de Outubro de 1992)*,. Barcelona, Institut D´Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, U.N.L. (Col. *Monografies de la Secció Histórico-Arqueològica*, IV), p. 337 - 342.

BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d´Afrique.* Oxford, Archaeopress (Col. *B.A.R., International Series*, n.º 1301).

BUGALHÃO, J. (2001) – *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa: I.P.A. (Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15).

DIOGO, A. M. D. (1993) – "O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as atuais escavações", in *Teatros Romanos de Hispania*. Múrcia, Collegio de Arquitetos de Múrcia (Col. *Cuadernos de Arquitetura Romana*, n.º 2), p.217 - 224.

DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, Laura (2000) – "Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa", in *Revista Portuguesa de Arqueologia* , vol. 3, n.º 1. Lisboa, IPA, p. 181-205.

FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental (Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, F.C.S.H.-U.N.L. (policopiado).

HAYES, J.W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Roma, British School of Rome.

HAYES, J.W. (1980) – *Supplement to Late Roman Pottery*. Roma, British School of Rome.

MARESH, M.M. (1970) – Measurements from roent genograms. In: *Human Growth and Development* (R.W. McCammon, Ed.), p. 157–200. Springfield IL, C.C. Thomas.

SEPÚLVEDA, E.; GOMES, N.; SILVA, R.B. (2003) – "A Intervenção Arqueológica urbana da Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Lisboa): 1- A *terra sigillata",* in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 6, fasc. 2. Lisboa, IPA, p. 401 - 414.

SILVA, R.B. (2011) – "Olisipo", in *El tratamiento de los Resíduos Sólidos en las Ciudades de la Hispania Romana Omenage a X.Dupré i Raventós*. Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Col. *Anexos del Archivo Español de Arqueología*, n.º LX), p. 201 - 213.

SILVA, R.B. (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia).* Lisboa, F.C.S.H.-U.N.L. (policopiado).

SILVA, R.B.; DE MAN, A. (no prelo) – "O contexto da Antiguidade Tardia do Palácio dos Condes de Penafiel", in *Actas do Simpósio «Nova Lisboa Medieval».* Lisboa, F.C.S.H.-U.N.L.

UBELAKER, D. H. (1979) – Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis and Interpretation. Washington, Smithsonian Institute Press.

VALE, A.P. (2000) – *Relatório da Intervenção Arqueológica na Praça D.Pedro IV (Lisboa)*, vol. II. Lisboa, Ippar (policopiado).

O CORVO: http://ocorvo.pt/2013/06/17/vestigios-da-lisboa-romana-encontrados-entre-a-rua-dos-douradores-e-a-rua-dos-fanqueiros (consultado em 17/06/2013).

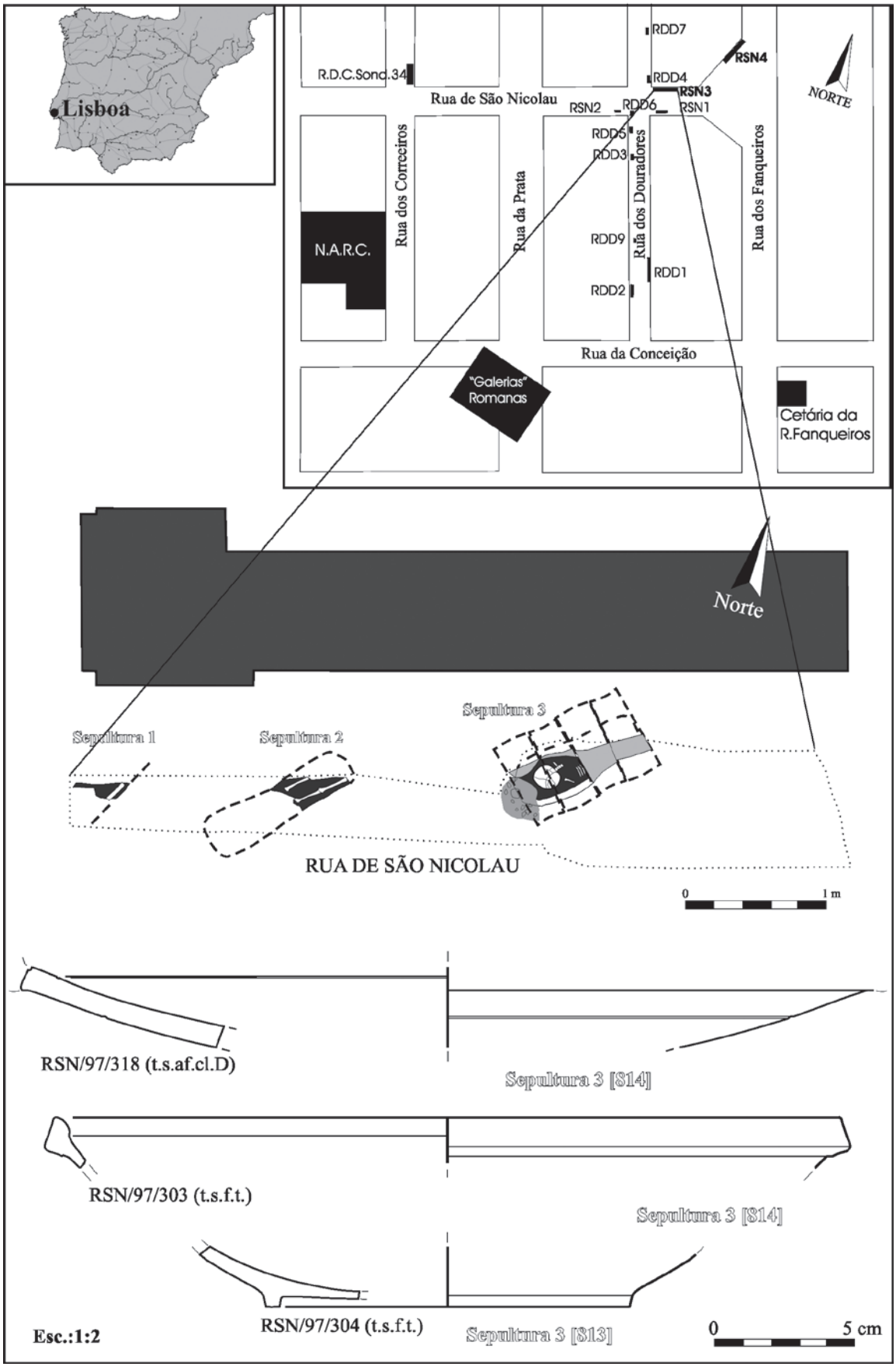


Figura 1 – Localização, plaimetria e elementos materiais datantes colectados nas sepulturas tardo-antigas da Rua de São Nicolau (Lisboa).

O CASAL TARDO-ROMANO DA MALAFAIA (AROUCA), EXEMPLO DE UMA MODALIDADE DE OCUPAÇÃO ROMANA MENOS CONHECIDA NO NORTE DE PORTUGAL

António Manuel S. P. Silva / Centro de Arqueologia de Arouca. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Minho) / amspsilva@hotmail.com.
Paulo A. P. Lemos / Centro de Arqueologia de Arouca / paplemos@gmail.com.
Manuela C. S. Ribeiro / Centro de Arqueologia de Arouca / mcsribeiro29@hotmail.com.

RESUMO

Implantado numa encosta do vale do Arda, o casal tardo-romano da Malafaia (Arouca) exemplifica, no Norte de Portugal, um tipo de instalações agrícolas romanas que vem sendo designado por casal, quinta ou granja. Objecto de intervenções arqueológicas desde 1995, este sítio arqueológico é composto por alguns edifícios com vários compartimentos, revelando conjuntos artefactuais relativamente modestos, onde predomina a cerâmica comum de produção local e regional, sendo muito raros os itens que possam considerar-se como indicadores de prestígio. A sua implantação deve remontar ao século II, estando todavia melhor representada a época entre o Baixo Império e o período suevo-visigótico; por alturas do século X verificou-se uma reocupação pontual do sítio, documentada por cerâmicas e confirmada por datações de ^{14}C.

ABSTRACT

Roman site of Malafaia (Arouca, North of Portugal) exemplifies a kind of rural settlement described in recent archaeological Portuguese literature as a *casal*, i.e. a single family farm unit which should exploit a *fundus* much smaller the one a traditional *villa* was expected to do. The site, excavated since 1995, exhibits ruins of several buildings and compartments. Artefacts are relatively modest, mainly local and regional common wares, being scarce the items that may be considered as indicators of prestige. First settlement may be dated in 2nd century AD, but most of the evidence is related to 4th-6th centuries AD. Later on the site was abandoned and by the 10th century there was a new and perhaps short-time occupation.

Situado na freguesia da Várzea (Arouca, Aveiro), o sítio arqueológico da Malafaia[1] está localizado num terreno de encosta, a 330 metros de altitude, dominando um importante alvéolo agrícola do vale do rio Arda, um afluente Sul do rio Douro. A estação arqueológica foi identificada em 1987 e tem sido objecto de trabalhos arqueológicos desde 1995 (Silva, 2004, p. 255-61), estando actualmente em curso trabalhos preventivos e de acompanhamento no âmbito de um projecto municipal de requalificação do sítio.

Com uma área escavada próxima dos 270 m^2 e uma potência estratigráfica por vezes espessa, o que possibilitou a preservação de alguns muros com razoável alçado, a interpretação da estação arqueológica tem vindo a complexificar-se ao longo das campanhas, nomeadamente no que se refere ao faseamento construtivo e respectivos momentos de ocupação. Dadas as limitações de espaço, limitar-nos-emos a expor brevemente as informações essenciais respeitantes a cada uma das fases de utilização do sítio,

1. O sítio arqueológico tem as seguintes coordenadas geográficas (WGS84): 40º 55' 43,5" N.; 8º 18' 6,3" O.

revendo alguns aspectos de pormenor apresentados em publicação anterior (Silva *& alii*, 2008) e afinando um pouco os contextos cronológico-culturais em função de algumas datações ^{14}C entretanto obtidas (Soares & Martins 2012) e cujos resultados são pela primeira vez divulgados, se bem que esteja em preparação trabalho mais aprofundado para a discussão das datas obtidas.

No geral, podemos situar a ocupação da Malafaia a partir do séc. II, prolongando-se provavelmente até aos séculos V-VI, sendo depois o local abandonado. Voltaria a ser reocupado na época da Reconquista, aparentemente no século X. A natureza precisa dessas ocupações não é ainda totalmente clara, para o que é indispensável concluir a escavação arqueológica de alguns sectores da estação.

1. OS HORIZONTES ROMANO E TARDO-ANTIGO

Os edifícios da época romana, correspondendo a várias fases construtivas, configuram no essencial dois conjuntos, de orientação sensivelmente divergente, implantados numa plataforma aberta no solo natural (Figura 9). A Nordeste, a designada Estrutura 4 é composta por duas paredes de uma construção de grandes dimensões, de planta ortogonal, que se encontra cortada nos restantes lados (Figura 1); no sector Sudoeste identificou-se uma outra construção – a Estrutura 2 – com vários compartimentos internos, definindo provavelmente um pátio (Figuras 2 e 3).

Da Estrutura 4 só restam duas paredes, ambas truncadas, formando um ângulo de 90º, tendo sido a parte em falta da construção destruída por uma estrada e um caminho. Por esta razão, não é possível determinar a configuração geral da planta, que definia um espaço de razoáveis dimensões, medindo no mínimo 47 metros quadrados[2]. No interior deste edifício observam-se alguns entalhes no saibro granítico natural que podem relacionar-se com compartimentação interna (Figuras 1 e 9).

A Estrutura 2, melhor conservada, apresenta-se mais complexa. Parece definir-se por dois extensos muros perimetrais. O superior, de orientação aproximada Sudoeste/Nordeste, tem cerca de 13 metros de extensão, medindo o perpendicular, cortado por um caminho a Sudeste, cerca de 8,6 metros, delimitando uma superfície interna no mínimo com c. de 112 m² (Figuras 3 e 9). A estes muros perimetrais foram adossados outros que delimitam um ou dois compartimentos. O primeiro, mais a Sudeste e designado como Estrutura 2B, tem planta aproximadamente quadrangular, com 4,8 metros de lado e entrada pelo lado Sudoeste (Figuras 2, 3 e 9). O segundo ambiente, a Noroeste, designado convencionalmente como Estrutura 2A, é definido apenas por um tramo de parede adossado ao muro de delimitação superior e que pode desenhar também um outro compartimento (Figura 3). Nesta área foram identificadas diversas lareiras estruturadas com *tegulae* (Figura 4).

Na área situada a Sudoeste, onde a escavação está ainda por concluir, detectaram-se, para além de indícios da ocupação medieval, que adiante referiremos, evidência de outros espaços por enquanto pouco claros, e talvez restos da primeira fase de ocupação, porventura ligados a um nível mais profundo detectado numa pequena sondagem de controle estratigráfico, não sendo possível por ora adiantar outros dados (Figuras 5 e 9). Do mesmo modo, não pudemos ainda caracterizar cronologicamente outros momentos construtivos da época romana, relacionados nomeadamente com as estruturas identificadas no extremo Noroeste da área escavada.

Para além de abundantes fragmentos de *tegula* e *imbrex* e de outro espólio que não iremos descriminar, tem sido recolhida na Malafaia quer louça comum, quer louça fina de mesa, importada ou de fabrico regional, registando-se ainda fragmentos de *dolia* ou recipientes maiores destinados a armazenamento. A par das produções locais detectam-se outras de âmbito regional, como as cerâmicas cinzentas finas polidas, datadas normalmente entre a 2ª metade do século I e o século II, e outras produções mais cuidadas, parecendo imitar tipos cerâmicos importados. A localização de alguns fragmentos de *terra sigillata* revelou-se essencial para aferir o faseamento cronológico da ocupação do sítio, identificando-se produções hispânicas alto-imperiais, designadamente fragmentos de Drag. 29 e Hisp. 15-17, com cronologias entre os anos 50 e 120, e materiais tardios, como um bordo de TSCD Hayes 91B (370/385-500), uma imitação de uma taça Hayes 104 (530-600)[3] e algumas imitações de DSP, datáveis dos séculos V e VI.

2. Aproveitamos para rever algumas das medidas gerais apresentadas em trabalho anterior (Silva *& alii*, 2008), que saíram com gralha por erro de escala.

3. Agradecemos a Teresa Pires de Carvalho a classificação destas cerâmicas.

2. O HORIZONTE MEDIEVAL

A ocupação medieval da Malafaia é assinalada sobretudo por diversas lareiras, associadas a cerâmicas características do período da Reconquista, e por alguns muros de má construção, feitos sobre a camada de abandono das estruturas romanas.

As lareiras apareceram concentradas e por vezes sobrepostas numa área particular, a Sudoeste do sector em escavação, e definiam-se essencialmente como manchas de carvões, assentes directamente sobre os níveis de derrube da ocupação romana (Figura 7). Na envolvência imediata identificaram-se restos de pisos em terra batida. Os pequenos muretes que parecem associar-se à ocupação medieval, que por enquanto não configuram qualquer planta, são constituídos de um modo geral por alinhamentos de pedras relativamente pequenas, sem qualquer vala de fundação.

É possível que correspondam a esta fase de ocupação medieval algumas estruturas em escavação na área correspondente aos Quadrados E, F e G 1, o e – 1, nomeadamente o que aparenta ser um muro de delimitação, relativamente tosco, feito com grandes blocos de pedra rudemente aparelhada (Figs. 8 e 9), e, eventualmente, o que parece ser outro compartimento, aparentemente reaproveitando estruturas da época romana (Figura 5 e 9). O espólio ceramológico deste horizonte de ocupação, datável do século X por análises radiocarbónicas (Soares & Martins, 2012), está em curso de publicação (Silva & Ribeiro, no prelo).

3. FASEAMENTO DA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Na presente fase de investigação podemos sintetizar da forma seguinte os grandes momentos de ocupação do casal da Malafaia.

a) **Malafaia I** – Alto Império – entre a 2ª metade do séc. I e os finais do século II ou começos do séc. III, segundo a sugestão dos resultados do radiocarbono (Tabela I; Soares & Martins, 2012). Desconhecemos se no final deste ciclo houve qualquer abandono temporário ou reformulações arquitectónicas de vulto.
b) **Malafaia II** – Baixo Império/tardo-antiguidade – séculos III/IV a VI ou VII (?). No final desta fase houve um período de abandono, associado ao derrube das construções romanas, em condições desconhecidas. Não dispomos de datações radiométricas para esta fase.
c) **Malafaia III** – Alta Idade Média/Reconquista – reocupação talvez de curta duração (?), centrada para já no século X, de acordo com a série de datações efectuadas (Tabela I; Soares & Martins, 2012).

Tabela 1 – Datas de radiocarbono para Malafaia (seg. Soares & Martins, 2012).

Ref. de Lab.	U.E.	Tipo de Amostra	$\delta^{13}C$ (‰)	Data ^{14}C (anos BP)	Data calibrada 1σ 2σ (cal AD) (cal AD)		Data calibrada modelada 1σ 2σ (cal AD) (cal AD)	
Ocupação de Época Romana								
Sac-2092	246	carvão	-26,0	1770±45	170-340	130-390	**140-320**	**120-360**
Sac-2091	229	carvão	-26,5	1860±40	80-220	60-250	**140-240**	**70-320**
Ocupação de Época Medieval								
Sac-2093	257	carvão	-24,9	1100±40	890-990	820-1030	**890-970**	**870-1010**
Sac-2095	286	carvão	-25,9	1160±45	780-950	720-990	**870-970**	**810-990**
Sac-2094	281	carvão	-26,3	1060±40	900-1030	890-1030	**890-990**	**890-1020**
Sac-2096	287	carvão	-25,4	1160±40	780-950	770-980	**870-970**	**810-990**
Soma					870-1020	770-1030	**890-970**	**830-1020**

Convém recordar que não é ainda totalmente clara a articulação das estruturas arquitectónicas escavadas, onde se notam diversas fases construtivas, com o faseamento geral da ocupação romana. Pela mesma razão, não se discutem ainda em detalhe as datas radiocarbónicas disponíveis, nomeadamente as do horizonte romano.

Temos vindo a caracterizar o sítio da Malafaia como um casal agrícola romano e tardo-antigo (Silva 2004, p. 255-61), classificação enquadrável nos parâme-

tros da tipologia desenvolvida por Jorge de Alarcão (1990; 1995; 1998), que propôs que se considerassem como "pequenos casais" as propriedades agrárias de dimensão compreendida entre os dois e os dez hectares que apresentem no plano arqueológico uma área de dispersão de achados, (relativamente modestos e sem itens de prestígio), entre os 100 e os 1.000 m² (Alarcão 1998, p. 94-5), sugestão que tem sido objecto de diversas glosas e revisões regionais (Lopes, Carvalho & Gomes 1998, p. 139-40; Lopes 2003, p. 241-8; Carvalho 2004; Vieira 2004, p. 30-1; Osório 2006, p. 109-10; Bernardes 2007, p. 19-20; Carvalho 2007, p. 287-308, 409-12; Carvalho 2008, p. 49-50) que no essencial não alteram significativamente a taxonomia daquele Autor, não obstante as evidentes dificuldades de caracterização da pequena propriedade agrícola romana (Kuznetsova-Resende, 2003) e a variabilidade e imprecisão destas classificações arqueológicas, baseadas apenas na dispersão dos achados de superfície ou mesmo após a escavação dos sítios, como também salientam a maior parte dos autores atrás citados.

Cingindo-nos aos *aedificiae* nucleares do sítio, uma vez que não temos qualquer noção do *fundus* que exploraria nem sequer inequivocamente delimitado o conjunto em escavação, observamos um modelo planimétrico que encontra poucos paralelos integralmente escavados no Norte de Portugal, podendo apontar-se algumas similaridades com o sítio da Bouça do Ouro (Boelhe, Penafiel), situado na margem direita do Douro, a cerca de 25 km da Malafaia, um conjunto de dois edifícios utilizados entre a 2ª metade do séc. I e os séculos III-IV e registando profundas reformulações no Baixo-Império (Soeiro, 1998). A uma distância significativamente maior, mas também com notáveis semelhanças planimétricas, regista-se o sítio do Casal do Relengo (Sabugal), uma unidade aparentemente familiar de planta atípica, com vários compartimentos e dois momentos de ocupação descontínuos, o primeiro de finais do séc. I e outro dos séculos IV-V (Osório *& alii*, 2008). A classificação do sítio da Malafaia como mero casal agrícola pode ser questionada pelo achado de alguns itens que podem indiciar um *status* social mais elevado dos residentes, à semelhança aliás do que observam, em situação algo paralela, os responsáveis pela escavação do Sabugal (Osório *& alii*, p. 113), elementos que na Malafaia correspondem a alguma *terra sigillata*, vidros ou fíbulas em bronze, para além de um capitel jónico liso em granito (Figura 6), mas o tema requer discussão que não cabe no âmbito desta notícia, que pretende antes de mais trazer a público novos elementos para a melhor percepção da paisagem do *ager* romano no extremo Noroeste da Lusitânia, certamente bem mais diversificada e complexa daquela que a historiografia arqueológica nos transmitia há algumas décadas.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1990) – A produção e a circulação dos produtos. In ALARCÃO, J. (coord.) – *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença [Nova História de Portugal, 1], p. 409-441.

ALARCÃO, Jorge de (1995) – Aglomerados urbanos secundários de Entre Douro e Minho. *Biblos*. 71. Coimbra, p. 387-401.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. 37. Coimbra, p. 89-119.

BERNARDES, João P. (2007) – *A ocupação romana na região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve [Promontoria Monográfica, 6].

CARVALHO, Pedro C. (2004) – Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. In Lopes, Maria C. & Vilaça, Raquel (coord.) – *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra/Porto: CEAUCP, p. 121-140.

CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)*. Fundão/Coimbra: Câmara Municipal/IAFLUC [Anexos Conimbriga, 4].

CARVALHO, Helena P. A. (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do* Conventus Bracarensis. [Braga]: Universidade do Minho, texto policopiado. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

KUZNETSOVA-RESENDE, Tatiana (2003) – Sobre a economia rural hispano-romana (sécs. I-IV). In SANTOS, A. Ramos [*& alii*] – *Mundo Antigo, Economia Rural*. Lisboa: Colibri, p. 83-122.

LOPES, Maria C. (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Anexos Conímbriga, 3].

LOPES, Maria C.; CARVALHO, Pedro C. & GOMES, Sofia M. (1998) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal.

OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal [Territoria, 1.]

OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo C.; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008) – O Casal Romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa. In *Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: actas das*

sessões. Vol. 3 – Do Paleolítico à Contemporaneidade. S. l. [Freixo de Numão]: ACDR, p. 98-115.

SILVA, António Manuel S. P., coord. (2004) – *Memórias da Terra: património arqueológico do concelho de Arouca.* Arouca: Câmara Municipal.

SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A.; ABREU, João M.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2008) – La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania. In Fernández Ochoa, C. *& alii* (eds.) – *Las* villae *tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón.* Gijón: Trea, p. 719-29.

SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (no prelo) – Cerâmicas do período da Reconquista no vale do Arda: castelo de Arouca e casal da Malafaia. In *Actas do 1º Encontro de Cerâmica Medieval do Norte e Centro de Portugal (Museu Monográfico de Conimbriga, 2012)*. Lisboa.

SOARES, António M.; MARTINS, José M. (2012) – *Casal romano da Malafaia (Arouca): Datas de Radiocarbono.* Lisboa. Relatório inédito em vias de publicação.

SOEIRO, Teresa (1998) – *O sítio romano da Bouça do Ouro. Boelhe – Penafiel.* Penafiel: Museu Municipal [Cadernos do Museu. 4 – Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, III], p. 5-62.

VIEIRA, Marina A. (2004) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 36].

Figura 1 – Aspecto geral das ruínas, vistas de Norte. Em primeiro plano a designada Estrutura 4.

Figura 2 – Vista geral das estruturas 2A e 2B, sensivelmente a partir de Oeste.

Figura 3 – Perspectiva de Sudoeste das Estruturas 2Ae 2B.

Figura 4 – Pormenor de uma das lareiras dos horizontes romanos.

Figura 5 – Vala de sondagem, observando-se estruturas da fase mais antiga.

Figura 6 – Capitel jónico em granito, no momento da sua descoberta.

Figura 7 – Contexto medieval com lareiras, relacionadas com a reocupação do sítio.

Figura 8 – Muro de delimitação, provavelmente ligado à reocupação medieval.

Figura 9 – Localização do sítio arqueológico na Península Ibérica e planta geral das ruínas (2008), com identificação das diferentes estruturas.

A DESAGREGAÇÃO DO COMÉRCIO MEDITERRÂNICO NO BAIXO GUADIANA TARDO-ANTIGO: ANÁLISE DA *TERRA SIGILLATA* AFRICANA E FOCEENSE TARDIA

Edgar Fernandes / Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / edgarmcmfernandes@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a desagregação do comércio mediterrânico no Baixo Guadiana, durante a Antiguidade Tardia, através das informações fornecidas pela *terra sigillata* africana e foceense tardia. Salvo notáveis excepções (Delgado, 1988 e 1992; Coutinho, 1997), estas classes cerâmicas não têm sido alvo de estudos sistemáticos que informem sobre as relações económicas entre as regiões implicadas. Assim, produzimos aqui uma síntese dos dados de dois trabalhos de investigação recentes (2012 e 2013). Esta procurará observar as semelhanças e diferenças entre um território rural (Alcoutim) e um centro urbano (Mértola) do Baixo Guadiana, tendo por objectivo uma compreensão preliminar – porque baseada apenas em cerâmicas de mesa exógenas – das dinâmicas económicas tardo-antigas.

ABSTRACT

The present paper intends to examine the breakdown of the Mediterranean trade in the Lower Guadiana during the Late Antiquity, through information yielded by the African and Phocaean Red Slip Wares. Excluding important exceptions (Delgado, 1988 and 1992; Coutinho, 1997), these pottery classes have not undergone systematic studies informative of the economical ties between the regions involved. Therefore, here we produce a synthesis of the data from two recent research works (2012 and 2013). This synthesis will seek to observe the similarities and differences between a rural territory (Alcoutim) and an urban center (Mértola) in the Lower Guadiana, having as a goal the preliminary understanding – because is relies only on exogenous tableware – of Late Antique economical dynamics.

1. INTRODUÇÃO

O Baixo Guadiana é uma região que se sabe prolífica em testemunhos arqueológicos datáveis da Antiguidade Tardia, desde que Estácio da Veiga efectuou ali trabalhos de emergência em 1877. Conhecem-se actualmente diversos vestígios tardo-antigos, nos concelhos de Alcoutim e Mértola, cuja relação com o mundo mediterrânico, em especial com o Norte de África e o Oriente, tem vindo a ser evidenciada. No entanto, os estudos socioeconómicos baseados na análise de cerâmicas importadas de centros produtores mediterrânicos – nomeadamente a *terra sigillata* africana (doravante, TSAf) e foceense tardia (doravante, TSFT) – não têm sido muito frequentes para esta região. Com honrosa excepção feita a Manuela Delgado, que publicou dois artigos contendo cerâmicas finas do Mediterrâneo Oriental recolhidas em Mértola (1988 e 1992), e a Helder Coutinho, que escreveu um livro sobre a TSAf na *villa* do Montinho das Laranjeiras, em Alcoutim (1997), poucas cerâmicas provenientes de escavações arqueológicas têm sido publicadas.

Em 2012, elaborámos uma tese de mestrado em Arqueologia dedicada ao estudo das cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais, produzidas entre os séculos V e VII, encontradas no Baixo Guadiana – mais propriamente em três arqueossítios rurais do actual concelho de Alcoutim (*villa* do Montinho das Laranjeiras, *villa* da Lourinhã e

Cercado da Ferrugem e Mina do Barranco da Quebrada) e em dois locais da vila de Mértola (Bairro da Alcáçova e Biblioteca Municipal). Já no início de 2013, co-autorámos um artigo sobre a importação de cerâmicas finas e culinárias norte-africanas e mediterrânicas orientais, no território de Alcoutim, entre os séculos IV e VI. Neste último trabalho, integraram-se peças de mais nove arqueossítios rurais: São Bento Velho; Cabeço das Corgas – Tacões; Vale da Zorra; Curralinhos do Pessegueiro; Curral das Pocilgas – Diogo Dias; Sítio do Abrigo/Sítio da Igrejinha – Vale de Condes; Cerca das Alcarias – Cerro da Vinha; Montinho 2 – Corte da Seda; e Cerro do Castelo de Corte das Donas.

O presente artigo pretende avaliar a desagregação do comércio mediterrânico no Baixo Guadiana tardo-antigo a partir da análise elaborada em 2012 e 2013. Trata-se de uma observação parcial, focada apenas sobre uma classe de artefactos que não constituiria o móbil fundamental das grandes transacções comerciais. Ainda assim, já que as cerâmicas finas constituem, até ao momento, os únicos testemunhos quotidianos tardo-antigos estudados no Baixo Guadiana, o nosso artigo analisará a amostra possível.

2. *TERRA SIGILLATA* AFRICANA E FOCEENSE TARDIA NO ACTUAL CONCELHO DE ALCOUTIM (SÉCULOS IV-VI)

O estudo de Helder Coutinho (1997) sobre a TSAf da *villa* do Montinho das Laranjeiras abriu caminho aos nossos trabalhos mais recentes, que pretendem analisar a presença de cerâmicas finas mediterrânicas na totalidade do actual concelho de Alcoutim. No artigo que co-autorámos, foi analisada TSAf e TSFT produzidas entre os séculos IV e VI. A ausência de estratigrafias – apenas o Montinho das Laranjeiras foi reescavado e todos os outros sítios foram apenas prospectados – obrigou-nos a tomar como referência as cronologias de produção contidas em obras tipológicas como *Late Roman Pottery* (Hayes, 1972), *Atlante delle forme ceramiche I* (Carandini, ed., 1981) e *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique* (Bonifay, 2004). Sendo certo que tratávamos de contextos de descarte, o facto de o nosso estudo ter incidido sobre o fenómeno da importação destes bens torna a utilização das tipologias perfeitamente aceitável.

No início do século IV, a TSAf C é praticamente hegemónica, devido à forte representatividade da forma Hayes[1] 50A, de longe a mais frequente no território em questão. Na década de 330, o panorama comercial inverte-se e a TSAf C entra em quebra irreversível, ao passo que a TSAf D, residual durante o primeiro quartel do século IV, se torna preponderante e assim permanecerá até à desagregação dos contactos comerciais com o Mediterrâneo. O apogeu da ocorrência da TSAf D dá-se em inícios do século V. Por volta de 420, começa a desenhar-se um decréscimo que não cessará e que se tornará muito mais evidente a partir de c. 450, com a diminuição do repertório formal e das quantidades importadas. É a partir de meados do século V e até ao final do primeiro quartel do século VI que a TSFT se apresenta modestamente no território alcoutenejo, nunca se aproximando dos níveis registados para a TSAf D em igual período. As importações norte-africanas cessam pela mesma altura que as foceenses, ou talvez apenas um quarto de século mais tarde. As formas mais recentes que registámos, já totalmente inseridas no século VI, são H. 91C (c. 500-c. 600+), H. 103A (c. 480/500-c. 575), H. 104A2 (c. 525-c. 550) e Fulford 52 (c. 500-c. 550), em TSAf D, e H. 3G (c. 500-c. 525), em TSFT, todas mais escassamente representadas do que nunca. Nenhuma destas peças mais tardias terá sido importada após a primeira metade do século VI (Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

À partida, consegue perceber-se que mesmo durante o período em que a desagregação do comércio mediterrânico ocorre no actual concelho de Alcoutim (c. 420-c. 550) não há diferenças qualitativas e cronológicas entre as aquisições das áreas mais próximas do Guadiana e do *hinterland*. A forma H. 103A – com duas ocorrências em todo o território – encontra-se a ≈3 km do rio, junto à aldeia de Corte da Seda, e também a ≈30 km de distância desse curso de água, no Curral das Pocilgas, próximo da aldeia de Diogo Dias (*ibidem*). Durante o período de desagregação do comércio mediterrânico, as formas de grande diâmetro, possivelmente utensílios para consumo colectivo de alimentos ou até para servir à mesa, são qualitativa e quantitativamente mais frequentes do que aquelas cujos diâmetros sugerem usos individuais.

1. Doravante, a denominação «Hayes», correspondente ao apelido do autor da obra tipológica de referência *Late Roman Pottery* (1972), que é a mais comumente utilizada, será substituída pela abreviatura «H.».

Finalmente, refira-se, para que retomemos este tópico por ocasião das conclusões do presente artigo, a existência de dois fragmentos de TSAf D – um que pertence à forma H. 61A/B3 (c. 400-c. 450) e outro com estampilhas do estilo A(ii) (c. 350-c. 420) –, os quais ostentam orifícios mais largos no anverso do que no reverso, que terão sido elaborados após a cozedura, por perfuração, utilizando um instrumento pontiagudo com o qual se fizeram movimentos rotativos do interior para o exterior. Sendo escassos em número e localizando-se sempre junto a fracturas, deverão tratar-se de furos destinados à reparação das peças, de modo a prolongar-lhes a sua vida útil (Fernandes, 2012, pp. 113-114; Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

3. *TERRA SIGILLATA* AFRICANA E FOCEENSE TARDIA NA ACTUAL VILA DE MÉRTOLA (SÉCULOS V-VI/VII)

Os estudos desta índole em Mértola foram iniciados, como atrás se disse, pelos artigos pioneiros de Manuela Delgado (1988 e 1992), sobre a TSFT e a *terra sigillata* cipriota tardia. No entanto, o desenvolvimento de diversos trabalhos arqueológicos não encontrou efectiva correspondência em estudos científicos sobre cerâmica tardo-antiga até 2012, por meio da tese de mestrado que elaborámos. Aí pôde entrever-se, através da loiça fina de mesa norte-africana e foceense, a evolução dos fluxos comerciais mediterrânicos, em *Myrtilis*, entre os séculos V e VI/VII. A ausência de deposições primárias conduziu-nos novamente ao uso das cronologias dos trabalhos tipológicos referidos no ponto anterior.

Nos inícios do século V, o desempenho da TSAf D em Mértola cifrava-se em pouco mais de dez exemplares por decénio. Sucedeu-se-lhe um ligeiro decréscimo para as dez unidades, durante a década de 420, seguindo-se uma recuperação significativa até ao final da década de 450, em que se atingiu a probabilidade de importação de 15 exemplares. É neste período de crescimento que, a partir de c. 440, se inserem algumas peças raras de TSAf C5, correspondentes às formas H. 84 e H. 85B. A década de 460 abre um intervalo de retracção económica, que se manterá até c. 480. Este período testemunha a entrada da TSFT em Mértola, com uma das variedades formais mais assinaláveis no actual Portugal, mas que nunca ultrapassa quantitativamente a TSAf – muito embora atinja o auge na década de 460. Entre c. 480 e c. 520/530, as importações mediterrânicas atingem o seu auge em Mértola, com um aumento exponencial da TSAf D que conduz as probabilidades a mais de 20 unidades adquiridas por década. Embora graficamente a década de 520 se apresente como uma época de diminuição das importações, acreditamos que se trata de um resultado que decorre do uso das datações fornecidas pelas tipologias, já que muitas formas presentes em Mértola deixam de ser produzidas c. 520, ao passo que apenas duas – H. 99B e H. 104A2 – começam a ser fabricadas nesse decénio. Acreditamos, assim, que a década de 520 deverá ser ainda inserida no período de apogeu aquisitivo (Fernandes, 2012, p. 102 e pp. 106-109).

A desagregação do comércio mediterrânico em Mértola é claramente observada a partir de c. 530 e perdura até finais do século VI ou, com menos probabilidade, até inícios do século VII. A princípio (c. 530-c. 550), assistiu-se a uma quebra gradual, ainda que constante, motivada pelo desaparecimento de algumas formas muito bem representadas, que eram produzidas desde épocas anteriores, como H. 91A/B (c. 400/420-c. 530), com 30 indivíduos, ou como H. 104A1 (c. 480-c. 530), com 13 indivíduos. Estas formas não foram substituídas por outras em iguais quantidades, evidência de comportamento de recuo na importação de cerâmicas finas norte-africanas. Note-se que, por esta altura, a TSFT já tinha deixado de ser importada por *Myrtilis* – embora se produzam formas que correspondem a essas datações, mas que não atingem o Baixo Guadiana, como H. 5B (c. 500-c. 550) e H. 9 (c. 520-c. 600). Assim, entre a época de apogeu e c. 550, a probabilidade de importação por década caiu de mais de 20 unidades para cerca de dez, uma quebra de ≈50% (*ibidem*: 109-110; 133, fig. 9).

Os meados do século VI vão iniciar uma época de decréscimo que nos parece muito mais violento, já que, em termos probabilísticos, entre c. 550 e c. 560, se registou uma quebra de 75% do volume de importação de TSAf D. Esta redução ficou a dever-se essencialmente ao desaparecimento das formas H. 99A (c. 480-c. 550), com 25 indivíduos, e H. 104A2 (c. 525-c. 550), com cinco. Mais uma vez, estas formas não foram substituídas por outras em quantidade suficiente para contrariar o declínio das aquisições norte-africanas em *Myrtilis*. Por volta de 580, a introdução das formas H. 91, var. *Atlante*, XLIX, 10, H. 99C, H. 105A e H. 107 – com um exemplar cada – contribuiu apenas para estabilizar uma decadência

que se afigurava irreversível desde há meio século e que deverá ter terminado c. 600, já que não ocorrem quaisquer formas exclusivas do século VII (*ibidem*: 110-112; 133, fig. 9).

No período de desagregação do comércio mediterrânico em Mértola (c. 530-c. 600), percebe-se que as formas introduzidas são maioritariamente de grandes dimensões, denunciando, tal como em Alcoutim, usos colectivos ou funções de serviço à mesa. Refira-se igualmente que, à semelhança do que acontece naquele território rural a jusante, se observou um grande prato, correspondente à forma H. 104A1, que apresenta dois orifícios para reparação junto a fracturas (*ibidem*: 113-114).

4. A DESAGREGAÇÃO DO COMÉRCIO MEDITERRÂNICO NO BAIXO GUADIANA TARDO-ANTIGO: ALGUMAS CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Após análise dos dados fornecidos pelos dois mais recentes trabalhos sobre cerâmicas finas mediterrânicas tardo-antigas no Baixo Guadiana, será imprescindível complementar este artigo com a procura de explicações processuais para as flutuações económicas registadas. Assim, será natural que boa parte da nossa interpretação das causas da desagregação do comércio mediterrânico no Baixo Guadiana remeta para reflexões contidas naqueles dois estudos anteriormente citados.

Comecemos por referir que embora o Baixo Guadiana seja talvez a única região do actual Portugal em que se estudaram importações tardo-antigas em meios urbano e rural, os comportamentos que espelha não são desligados, pelo menos em parte, do restante Sul da *Lusitania*. Não se pode analisar o Baixo Guadiana como um todo sem examinar primeiro cada uma das partes – o centro urbano em Mértola e o território rural em Alcoutim –, uma vez que traduzem realidades socioeconómicas distintas que devem ser comparadas, mais do que sobrepostas (Fernandes, 2012, p. 101). No trabalho em co-autoria que efectuámos sobre o território alcoutenejo, o seguimento dessa metodologia deu frutos quando se achou útil estabelecer uma comparação entre os ritmos de importação das zonas rurais e dos centros urbanos na *Lusitania* meridional.

De facto, após confrontar o comportamento importador de Alcoutim com os de seis arqueossítios rurais e cinco centros urbanos, chegou-se a dois modelos distintos de importação, que podem, *grosso modo*, ser aplicados a cada uma dessas duas realidades. O mundo rural sofre uma quebra severa nas importações durante a década de 420, da qual nunca recuperará. Assim, ao território de Alcoutim juntam-se as *villae* de Tourega (Pinto, Viegas & Dias, 2004), São Cucufate (Alarcão, Étienne & Mayet, 1990), Represas (Lopes, 1994), Loulé Velho (Maia, 1978; Gomes & Serra, 1996; Luzia, 2004; Bernardes, 2008) e Quinta do Marim (Silva, Soares & Coelho-Soares, 1992; Graen, Kleinschmidt, Schierl & Zimmermann, 2008). Também Chãos Salgados (Quaresma, 2012) e Faro (Viegas, 2009) parecem cessar o grosso das suas importações durante o século V, muito embora Faro continue a importar quantidades relevantes de cerâmicas finas até ao final desta centúria (Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

A maior parte do mundo urbano da *Lusitania* meridional e da *Baetica* costeira, por seu turno, prolonga as importações durante o século VI. Mértola chega mesmo a atingir o auge de consumo de cerâmica fina mediterrânica entre c. 480 e c. 530, como vimos atrás. *Balsa* (Viegas, 2009) e *Baelo Claudia* (Bourgeois & Mayet, 1991) também apresentam ainda bons níveis de importação durante a primeira metade do século VI. Os meados desta centúria marcam o início da desagregação do comércio mediterrânico nestas duas últimas cidades, ao mesmo tempo que Mértola – onde o recuo já é visível desde c. 530 – passa a apresentar quantidades residuais de cerâmicas finas mediterrânicas e já não renova praticamente o repertório morfológico. Se *Balsa* e *Baelo Claudia* ainda apresentam percentagens a ter em conta, em finais do século VI e inícios do século VII – incluindo algumas formas que, presentemente, parecem ser exclusivas desta última centúria, como H. 91D (*Balsa*) ou H. 106 (em *Baelo Claudia*) –, o mesmo não se passa em Mértola, onde não existem formas restritas ao século VII e a percentagem de peças posteriores a c. 580 é de ≈1,28% do total de exemplares atribuíveis aos séculos V e VI. Todavia, este panorama não é exclusivo dos grandes centros urbanos, já que a *villa* do Cerro da Vila (Diogo, 2001; Teichner, 2006) cessará também as suas importações no final do século VI (*ibidem*).

Em relação ao Baixo Guadiana, é possível encontrar, na prossecução e na desagregação do comércio mediterrânico, um território a dois ritmos, como de resto já havíamos referido (Fernandes, 2012, p. 80 e pp. 101-102). De facto, percebe-se que Alcoutim

inicia um processo de afastamento das redes comerciais mediterrânicas cerca de um século antes de Mértola. No entanto, o espólio alcoutenejo, sendo bastante mais escasso do que o existente no centro urbano mertolense, apresenta apenas cinco formas que não ocorrem também naquele, durante os séculos V e VI – e note-se que muitas peças já exumadas faltarão estudar em Mértola, não acontecendo o mesmo em Alcoutim. Este facto demonstra, a nosso ver, que o comércio de cerâmicas finas mediterrânicas tardo-antigas no Baixo Guadiana estaria subordinado a *Myrtilis*, na medida em que ali se importaram 18 formas que ocorrem também em Alcoutim e 50 outras formas que são exclusivas do centro urbano mertolense, durante os séculos V e VI (Fernandes, 2012, pp. 103-106, tabela 11; Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

O processo de desagregação do comércio mediterrânico no Baixo Guadiana não se prova apenas através da redução de quantidades e de diversidade formal. Existem outros aspectos de cariz socioeconómico que devem ser mencionados e que dizem respeito aos orifícios para reparação que se encontram em algumas cerâmicas daquela região. No caso de Alcoutim, observámos duas peças que apresentavam esses orifícios (H. 61A/B3: c. 400-c. 450; estilo A(ii): c. 350-c. 420) e em Mértola, existe uma outra (H. 104A1: c. 480-c. 530). Os três fragmentos apresentam boas porções das peças de que faziam parte e talvez seja por isso que estes furos se preservaram. A existência de orifícios para reparação em cerâmicas finas sugere, segundo J. Theodore Peña (2007, pp. 248-249), falta de poder económico ou insuficiências graves no abastecimento de loiças finas a determinadas localidades ou regiões. No caso de Alcoutim, o recuo irreversível inicia-se c. 420, agudizando-se c. 450, e as peças reparadas datam-se da segunda metade do século IV ou da primeira metade do século V; em Mértola, o artefacto consertado data-se de entre c. 480 e c. 530, enquanto a ruptura nas importações começa a fazer-se sentir c. 530, agravando-se c. 550 (Fernandes, 2012, pp. 113-114).

Em consequência, cumpre reflectir sobre as possíveis causas para este fenómeno de desagregação. No geral, estamos a lidar com quatro datas-chave (c. 420, c. 450, c. 530 e c. 550) em torno das quais a nossa argumentação assentará. Assim, procuraremos explicações endógenas ou exógenas que possam eventualmente justificar estas quebras.

A redução de c. 420 sentiu-se muito ligeiramente em Mértola, mas marcou sem dúvida o início da desagregação das importações em Alcoutim. O Norte de África ainda se encontrava em paz sob o governo do *comes* Bonifácio (m. 432), oficial romano que controlava a *Dioecesis Africae*. A instabilidade chegaria em 429, quando os Vândalos, comandados por Genserico (r. 428-477), invadiram a região, conquistando Cartago em 439. Se a explicação não pode ser encontrada no Norte de África, poderá estar relacionada com a instabilidade sentida na Península Ibérica desde 409, causada pelas invasões germânicas. De facto, sabe-se que os Vândalos Asdingos migraram para a *Baetica* em 419, onde viveram impunes do saque de localidades. Em 422, um exército romano que foi enviado para derrotá-los não conseguiu cumprir essa tarefa (*Chronicon*: 63, 67, 68, 71, 74, 77; Mattoso, 2006, pp. 15-16). É provável que esta instabilidade política e militar tenha causado o início da ruptura das importações no território rural do Baixo Guadiana (Fernandes, 2012, pp. 106-107; Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

Os meados do século V representam o afundamento final das importações mediterrânicas em Alcoutim (c. 450) e um decréscimo considerável das mesmas em Mértola (c. 460-c. 480). Em relação ao território alcoutenejo, o recuo, algo anterior ao da vila mertolense, poderá dever-se simultaneamente a factores endógenos e exógenos. Em relação aos primeiros, há que referir que a instabilidade política e militar na *Lusitania* prosseguia, desta vez por mão dos Suevos. Em 440, o rei suevo Réquila (r. 438-448) aprisionou, em Mértola, o *comes* Censório, embaixador romano que lhe tinha sido enviado e que regressava aos territórios imperiais; o mesmo monarca conquistou Sevilha, em 441 (vd. *Chronicon*: 121, 123). Os factores exógenos, por seu turno, prendem-se com a conquista vândala do Norte de África. Entre c. 440 e c. 475, ter-se-á registado um declínio na exportação de produtos norte-africanos, motivado por uma crise económica nos centros produtores, compensada pela entrada em cena de fabricos cerâmicos orientais como a TSFT (Reynolds, 2010, p. 57). O recuo das importações em Mértola, c. 460, já não se explica tão facilmente por factores endógenos, mas pode dever-se aos mesmos factores exógenos que mencionámos. Ainda assim, a quebra da TSAf terá sido grandemente suavizada pela entrada de uma boa quantidade de TSFT datada do terceiro quartel do século V (Fernandes, 2012, pp. 107-108; Fernandes, Almeida & Gradim, no prelo).

Relativamente aos decréscimos do século VI, a queda de c. 530, que afectou sobretudo *Myrtilis*, não parece poder ser explicada por factores endógenos. Epigraficamente, atesta-se, nessa época, a presença de uma comunidade oriental ligada sobretudo a cargos eclesiásticos (Dias, 1993, pp. 102-138; Fernandes & Valério, entregue para publicação; Fernandes, 2012, pp. 92-100). Também se conhecem, no Bairro da Alcáçova de Mértola, mosaicos de inspiração oriental, datados da primeira metade do século VI, por leituras estratigráficas e traços estilísticos (Lopes, 2008, pp. 38-39), devendo certamente ter sido dispendiosos. Haveria muito provavelmente meios para pagar loiça de mesa importada, mas a TSFT desaparece por completo e o repertório e quantidades de TSAf reduzem-se consideravelmente. A causa mais provável para esta quebra relaciona-se com a conquista bizantina do Norte de África (533-534) e com a necessidade de abastecer os exércitos que lutavam em Itália (535-555) através da *annona*. Sabe-se também que os Mauros se opuseram fortemente ao poder bizantino até meados do século VI (*ODB II*: 1318), o que poderá ter causado perturbações no aparelho produtivo norte-africano (Fernandes, 2012, p. 110).

Relativamente ao grande decréscimo de meados do século VI, que extingue definitivamente as importações de cerâmica fina mediterrânica em Alcoutim e atira as percentagens de Mértola para níveis quase residuais, poderá encontrar explicações endógenas e exógenas, a nosso ver. A justificação interna, não referida na nossa tese de mestrado, poderá prender-se com a guerra civil entre os Visigodos, que opunha Ágila (r. 549-554), em Mérida, a Atanagildo (r. 554-568), em Sevilha, e que terá durado entre 550 e 554 (Collins, 2004, pp. 46-48). No entanto, há que referir que este conflito, concentrado entre Mérida, Sevilha e Córdova, talvez não tenha sido relevante para o comportamento das importações mediterrânicas no Baixo Guadiana, região servida por uma rota comercial marginal a todo esse contexto. A explicação exógena prende-se com a conquista bizantina do Levante Ibérico, em meados do século VI (551 ou 552), tendo a nova província da *Spania* lutado contra os Visigodos pela sua sobrevivência até c. 625, sem sucesso. Perguntamo-nos, assim, se os mecanismos da *annona*, aplicados a esta província, mas também à Itália, não poderão ter contribuído decisivamente para apartar as loiças norte-africanas do Baixo Guadiana (Fernandes, 2012, p. 111).

Por outro lado, permanece por compreender a questão das contrapartidas comerciais. Não é nítido que esta região ainda produzisse e exportasse cobre em grande quantidade, como em épocas históricas anteriores e posteriores (Gomes, 1998, pp. 112-113), mas sabe-se que os mercadores mediterrânicos – em especial os orientais – procuravam aceder, na *Gallaecia* e na *Britannia I*, ao estanho que escasseava no Oriente (Vallejo Girvés, 1993, pp. 13 e 66; Cooper, 2000, pp. 99-100). Partindo do princípio hipotético de que o *hinterland* da *Lusitania* meridional ainda produzia cobre durante a Antiguidade Tardia, é bastante plausível supor que este metal fosse adquirido pelos comerciantes mediterrânicos em *Myrtilis* e que, *a posteriori*, estes pudessem ir trocá-lo por estanho à *Gallaecia* e à *Britannia I*. Ademais, sabe-se que o grosso do comércio mediterrânico dirigido a esta última província cessa em meados do século VI (Reynolds, 2010, pp. 105 e 108), altura em que o mesmo acontece no Baixo Guadiana. No entanto, também não se pode pôr de parte a existência de um comércio de bens de luxo (vinhos orientais de elevado preço, sedas, etc.) ligado a elites, do qual existem provas documentais e arqueológicas (Fernandes, 2012, p. 116).

É provável que a Igreja não fosse alheia a este comércio. A diocese de *Emerita* foi regida, entre c. 530 e c. 570, pelos bispos orientais Paulo e Fidel e a diocese de *Pax Iulia* – a que provavelmente pertenceria *Myrtilis* – foi governada pelo bispo Apríngio, cujo nome se vincula com a região da Síria (Fernandes & Valério, entregue para publicação; Fernandes, 2012, pp. 95-96), durante o reinado do visigodo Teudis (531-548). O desaparecimento daqueles prelados e das elites eclesiásticas orientais atestadas pelas epígrafes gregas de Mértola coincide, *grosso modo*, com o período final de desagregação do comércio mediterrânico tardo-antigo naquele centro urbano (c. 550-c. 600). Assim, acreditamos que a relação entre influência eclesiástica e transacções comerciais, bem evidente em muitas outras regiões do antigo Império Romano do Ocidente, também não deve ser subestimada no Baixo Guadiana da Antiguidade Tardia.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Mestre Mariana Almeida (Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa), pelo auxílio prestado na composição da parte gráfica deste artigo, e ao Mestre Miguel Valério (Univer-

sidade de Barcelona), pelas diversas leituras críticas do texto e pelas sugestões que apresentou. Ainda assim, todas as ideias inéditas expressas neste estudo são da responsabilidade única do autor.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion de Boccard.

BERNARDES, João Pedro (2008) – Intervenção Arqueológica de Emergência no Sítio Romano de Loulé Velho (Quarteira). *Al-Ulyã*, Loulé, 12, pp. 11-22.

BOURGEOIS, Ariane; MAYET, Françoise (1991) – *Belo VI: Les sigillées – Fouilles de Belo*. Madrid: Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez, n.º 34).

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1301).

CARANDINI, Andrea, ed. (1981) – *Atlante delle forme ceramiche, I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (medio e tardo impero)*, *Enciclopedia dell'arte antica classica e orientale*. Roma: Ist. Enciclopedia Italiana.

Chronicon = HYDATIVS (1974) – *Chronique* (TRANOY, A, ed.). Paris: Les Éditions du Cerf (Sources Chrétiennes, 218, tomo 1).

COLLINS, Roger (2004) – *Visigothic Spain, 409-711*. Oxford--Malden: Blackwell Publishing.

COOPER, Harold. K. (2000) – *Analysis of Late Roman--Byzantine Copper Alloy Artifacts from Northern Jordan*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Arkansas (texto policopiado).

COUTINHO, Hélder (1997) – *Terra sigillata clara do Montinho das Laranjeiras –1990-1991*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.

DELGADO, Manuela (1988) – Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*, Braga, série II, 5, pp. 35-49.

DELGADO, Manuela (1992) – Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente, *Arqueologia Medieval*, Mértola/Porto, 1, pp. 125-133.

DIAS, Maria Manuela Alves (1993) – Epigrafia. In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, eds. – *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 102-138.

DIOGO, António Manuel Dias (2001) – Escavação de uma unidade de processamento de berbigão, na estação romana do Cerro da Vila, Loulé. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 4/1, pp. 109-115.

FERNANDES, Edgar (2012) – *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

FERNANDES, Edgar; ALMEIDA, Mariana; GRADIM, Alexandra (no prelo) – Le commerce méditerranéen sur les sites ruraux de la Lusitanie méridionale dans l'Antiquité tardive: le cas d'Alcoutim (Algarve, Portugal). *Res Antiquae*, Bruxelas, 10.

FERNANDES, Edgar; VALÉRIO, Miguel (entregue para publicação) – Comunidades helenografas en la Lusitania visigoda (s. VI). *Pyrenae, Revista de Prehistòria i Antiguitat de la Mediterrània Occidental*, Barcelona.

GOMES, Mário Varela (1998) – Proto-História do Sul de Portugal. In SILVA, Armando Coelho Ferreira da; GOMES, Mário Varela – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

GOMES, Mário Varela; SERRA, Manuel Pedro (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé) – Resultados da Primeira Campanha de Escavações Arqueológicas (1996). *Al-Ulyã*, Loulé, 5, pp. 29-50.

GRAEN, Dennis; KLEINSCHMIDT, Torsten; SCHIERL, Thomas; ZIMMERMANN, Klaus (2008) – The Site of Quinta de Marim (Olhão): Results and Perspectives of Investigation. *Xelb*, Silves, 8/1, pp. 223-241.

HAYES, John W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome.

LOPES, Maria da Conceição (1994) – *A sigillata de Represas – Tratamento informático*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Arqueologia (Conimbriga/Anexos 2).

LOPES, Virgílio (2008) – A arquitectura e os mosaicos do complexo baptismal de Mértola. *Revista de História da Arte*, Lisboa, 6, pp. 33-41.

LUZIA, Isabel (2004) – O sítio arqueológico de "Loulé Velho". *Al-Ulyã*, Loulé, 10, pp. 43-131.

MAIA, Maria (1978) – Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da "sigillata luzente" e da "Late Roman C Ware". In SERRÃO, Eduardo da Cunha; MAIA, Maria, eds. – *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 293-307.

MATTOSO, José (2006) – "As histórias do Poder". In MATTOSO, José – *História de Portugal*, *Volume II – Antes de Portugal*. 2.ª edição. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 15-31.

ODB II = KAZHDAN, Alexander, ed. (1991) – *The Oxford Dictionary of Byzantium*, vol. II. Oxford: Oxford University Press.

PEÑA, J. Theodore (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Inglaterra/Estados Unidos da América: Cambridge University Press.

PINTO, Inês Vaz; VIEGAS, Catarina; DIAS, Luísa Ferrer (2004) – *Terra sigillata* and amphorae from the Roman *villa* at Tourega (Évora, Portugal). In PASQUINUCCI, Marinella; WESKI, Timm, eds. – *Close Encounters: Sea and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1283), pp. 117-127.

QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (col. Estudos & Memórias, 4).

REYNOLDS, Paul (2010) – Hispania *and the Roman Mediterranean, AD 100-700. Ceramics and trade*. Londres: Duckworth.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; COELHO-SOARES, Antónia (1992) – Estabelecimento de produção de salga da Época Romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 9-10, pp. 335-374.

TEICHNER, Felix (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 13, pp. 69-82.

VALLEJO GIRVÉS, Margarita (1993) – *Bizancio y la España tardoantigua (ss.V-VIII). Un capítulo de la historia mediterránea*. Alcalá de Henares, Universidade de Alcalá de Henares (Memorias del Seminario de Historia Antigua IV).

VIEGAS, Catarina (2009) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

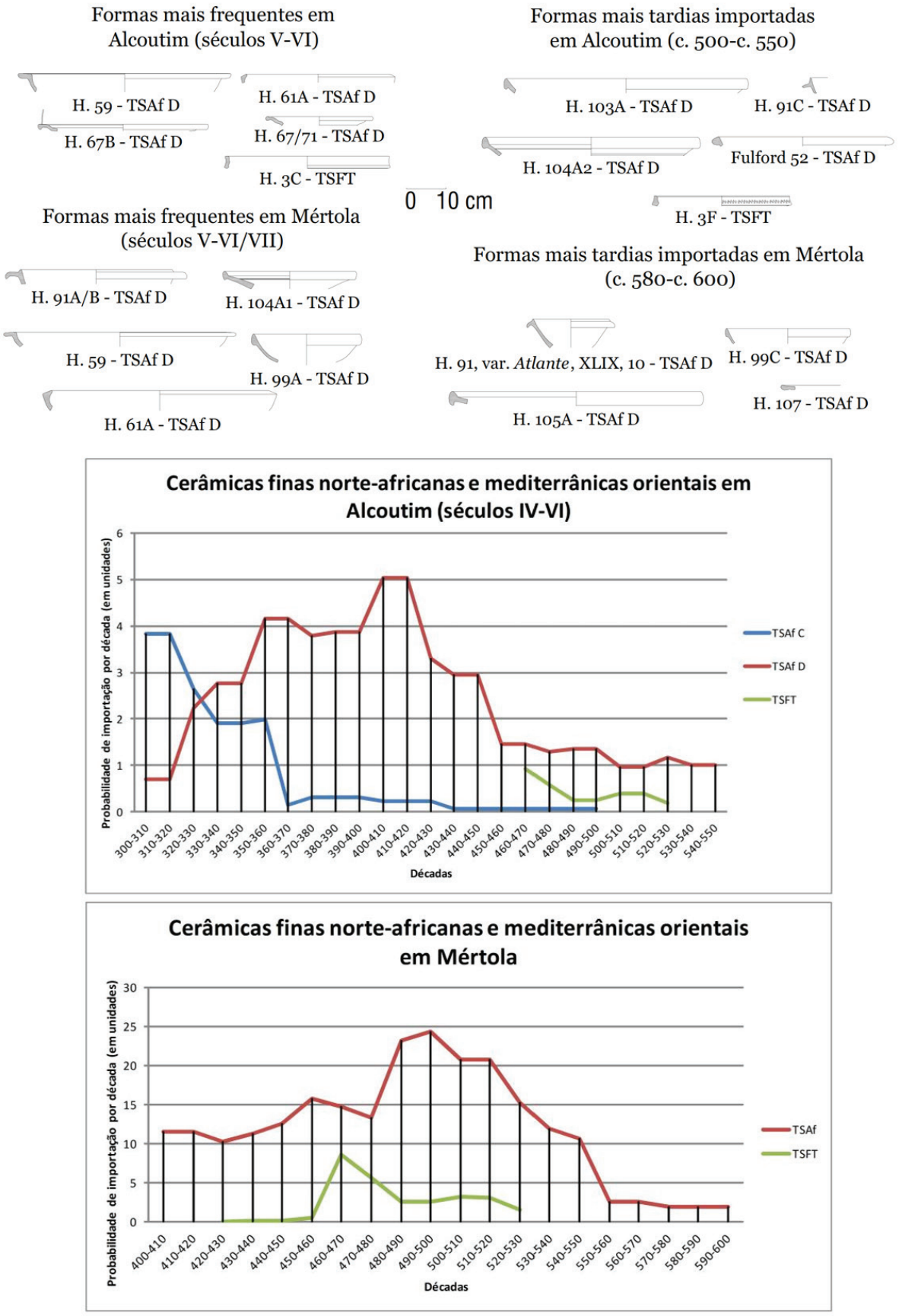


Figura 1 – Formas mais frequentes e mais tardias de cerâmicas finas mediterrânicas em Alcoutim (séculos V-VI) e Mértola (séculos V-VI/VII). Gráficos de probabilidades de importação de cerâmicas finas mediterrânicas em Alcoutim (séculos IV-VI) e Mértola (séculos V-VI/VII).

O CASTELO DE CRESTUMA (VILA NOVA DE GAIA) E A OCUPAÇÃO TARDO-ANTIGA NO BAIXO DOURO

António Manuel S. P. Silva / Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-Confraria Queirosiana). Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidades do Minho e Porto) / amspsilva@hotmail.com.
J. A. Gonçalves Guimarães / Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-Confraria Queirosiana) / ggui@portugalmail.pt.

RESUMO
O Castelo de Crestuma, um esporão rochoso na margem sul do Douro, é objecto de investigação arqueológica desde 2010. Os trabalhos têm revelado uma estação extremamente complexa, com testemunhos da Idade do Ferro, tardo-antiguidade (V-VI) e Reconquista Cristã (X-XI). A par da ocupação em altura, possivelmente fortificada, registam-se outros indícios nos areais ribeirinhos do sopé, tendo-se identificado o que parece ser uma estrutura de atracagem, actualmente submersa. Tal evidência poderá contextualizar o achado de um diversificado conjunto de importações, nomeadamente *sigillata* tardia foceense e norte-africana, vidros e outros itens. Os vestígios de construções correspondem principalmente a estruturas negativas, nomeadamente centenas de "buracos de poste", aplanamentos e outros entalhes que cobrem toda a superfície rochosa do monte.

ABSTRACT
Crestuma's Castle is a rocky hill in the Southern bank of river Douro, North of Portugal. There, an archaeological project started in 2010, revealing a complex multiperiodal site, with evidence of human dwelling since the Iron Age. A main settling period seems to have occurred by the time of the first Barbarian Iberian kingdoms, during the 5th and the 6th centuries, but another relevant phase is related with the Christian "reconquest" of the areas Moorish had invaded in 711. Concerning Late Antiquity, evidence suggests not only a settlement on the hill top, probably fortified, but also some structures at the foot, by the river, namely what seems to be a small mooring dock, currently submerged. In this area digs have found fine wares as ARSD or LRC, as well as East Mediterranean amphorae or late Roman glass shards. In the top and the slopes of the hill a huge amount of negative structures, like post-holes and other rock-cuts are the main archaeological features, being a hard task to assign them a chronology.

O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DE CRESTUMA: EVIDÊNCIA E HISTORIOGRAFIA

A elevação designada tradicionalmente como *Castelo* situa-se no encontro da freguesia gaiense de Crestuma com o Douro, perto da foz do rio Uíma, hidrónimo que se terá associado ao radical *castr-* (fortificação aparentemente coincidente com o *Castelo*) para em conjunto formarem o nome do lugar, como em meados do século XVIII registou o padre Luís Cardoso no seu Dicionário (Cardoso, 1751, p. 155), explicando um topónimo cuja forma mais arcaica documentada será *Castrumiœ*[1].

Trata-se de um relevo sobranceiro ao rio Douro com cerca de 57 metros de altitude máxima[2], (Figuras 1 a 3) cujas encostas deveriam ser originalmente mais escarpadas, imagem que se alterou, salvo um pequeno trecho a Sudeste, pela criação de diversas pla-

1. Segundo um documento falso, atribuído a 922, publicado nos *Diplomata et Chartae* com o nº 25.

2. O local tem as seguintes coordenadas geográficas (WGS 84): 41º04'06.97"N/8º30'12.53"O.

taformas ligadas à longa ocupação humana do local (Figura 2). Encontra-se numa área de rochas metassedimentares pertencentes ao Grupo do Douro do Super-grupo Dúrico-Beirão, nomenclatura actual para a designação tradicional do Complexo Xisto-grauváquico e que constitui uma grande unidade litoestratigráfica que integra sequências ante-ordovícicas representadas por xistos, metaconglomerados, alguns níveis de metagrauvaques e rochas carbonatadas (Sá *& alii*, 2009, p. 20). O morro do Castelo enquadra-se na área descrita como de Xistos estaurolíticos (Xistos de Fânzeres) por Medeiros, Pilar & Fernandes (1964, p. 33-5), ou seja, xistos quartzo-micáceos intercalados com níveis de metagrauvaques e onde podem também encontrar-se faixas de metaconglomerados e filões de quartzo leitoso (*Idem*, p. 30-3), podendo estes últimos observar-se no próprio sítio do Castelo.

Esta colina ribeirinha é ladeada, a Este e a Oeste, por duas zonas arenosas (Figuras 1 e 3). A Este, o areal do Esteiro ou da Praia, onde desagua o ribeiro das Touças, foi há poucos anos profundamente alterado no âmbito da reabilitação e adaptação do edifício de uma antiga fábrica de fundição construída no sopé do Castelo para sede do Clube Náutico de Crestuma; a Poente, o pequeno areal de Favaios, junto à foz de outra pequena ribeira, a da Lagoa, constitui uma zona de evidente interesse arqueológico, sendo comum topar-se no areal, entre marés, restos de *tegulae* ou cerâmicas antigas, nomeadamente romanas. Imediatamente a Sul-Sudoeste do morro do Castelo situa-se outra elevação, conhecida como Vessada ou Outeiro, que igualmente exibe vestígios de ocupação arqueológica, vendo-se tijolaria antiga nos taludes de um velho caminho, marcado por profundas rodeiras e com tradição de via compostelana (Magalhães, 1992, p. 8), que conduzia os viandantes de Sul a uma travessia do Douro. A separar ambos os cabeços, o do Castelo e o do Outeiro, rasga-se um fosso artificial, de cronologia incerta (Figura 4).

Mais de um século após o *Dicionário Geográfico* ter registado a tradição de um local fortificado em Crestuma, outro dicionarista afirmava, agora inequivocamente referindo-se ao local de que tratamos, a presença de vestígios de construções antigas, identificadas como "uma torre ou castelo" (Leal, 1874, p. 447), mas seria apenas em meados do século XX que o local chegaria à historiografia arqueológica. Arlindo de Sousa, um investigador regional, visitou Crestuma e recolheu notícias de achados diversos feitos no Castelo e imediações entre 1943 e 1957, referindo-se nomeadamente a pelo menos três locais distintos:

a) no areal a Nascente do Castelo, entre a antiga "fábrica do Rufino" (actuais instalações do Clube Náutico) e o Esteiro, onde o Uíma desagua no Douro, ter-se-ão encontrado, quando se procedia a abertura de fundações para uma construção, "telhas, fragmentos de cornijas, vidros, bilhas" e outros elementos, entre os quais um "triângulo", aparentemente em cobre (Sousa, 1957, p. 18);
b) na parte Sul do monte do Outeiro/Vessada, junto à estrada nº 109-2, Arlindo de Sousa observou várias sepulturas cavadas na rocha (Sousa 1945, p. 405-6, nota 5; 1957, p. 16), precisando que quando se construíam os muros laterais da dita estrada "apareceram diversas sepulturas, cavadas nas fragas, de vários tamanhos, isoladas ou em grupos, principalmente de duas, havendo dentro delas fragmentos de cal, de tijolos e de telhas, estando algumas cobertas com terra e outras com pedaços de lousa" (Sousa 1957, p. 17). Aparentemente em ligação com esta notícia, informadores locais recordam o aparecimento de moedas romanas, provavelmente relacionadas com a necrópole (Guimarães *& alii*, 2013, p. 47);
c) talvez proveniente desta área, regista também Arlindo de Sousa o achado de uma inscrição romana, o fragmento de uma estela ou placa onde se gravou o epitáfio de uma menina de 14 anos, epígrafe datada da 2ª metade do século I/primeira metade do século II (Sousa 1945, p. 405-6, nota 5; 1957, p. 17; Silva 1994, p. 121; Guimarães; Guimarães 2001, p. 45-6);
d) aludindo mais especificamente ao morro do Castelo, o mesmo estudioso identificou o profundo fosso que o isola a Sul/Sudoeste (e na altura talvez também a Sudeste, uma vez que a zona foi afectada por obras modernas) e referiu "muitas covas redondas e rectangulares (…) cavadas na pedra firme; fragmentos de tégulas, de tijolos e louças; um fragmento de lousa preta (…) com desenhos; um fragmento de mó manuária; muitos restos de muralhas, etc…", não deixando de registar a presença de muitas pedras de granito, estranho à geologia local (Sousa 1957, p. 17-18).

Posteriormente, o Castelo de Crestuma foi ainda objecto de observações por parte de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que o considerou como uma estação tardo-romana à qual teria sucedido um castelo roqueiro medieval (Almeida, 1978, p. 36, 51), caracterizando mais tarde o sítio como um "castelo estranho" do século V (Almeida, 1989, p. 43; 1992, p. 374). Nas últimas décadas, estudaram-se alguns exemplares de telha romana recolhidos à superfície no Castelo e nos areais subjacentes (Guimarães, 1993) e o sítio foi registado num inventário arqueológico regional (Silva, 1994, p. 66) e na carta arqueológica do Plano Director Municipal (Silva, 2007).

Entretanto, várias infra-estruturas de vulto, executadas sem os devidos cuidados de salvaguarda, destruíram vestígios arqueológicos, como sucedeu com o gasoduto, na década de 1990, que atravessou o Douro pelo areal de Favaios; e especialmente a instalação de uma ETAR, que descaracterizou o fosso (Guimarães & Guimarães, 2001). A aquisição de parte dos terrenos do Castelo pela Câmara Municipal de Gaia e sua adaptação a Parque Botânico, inaugurado em 2009, marcaram por fim um novo tempo de salvaguarda, estudo e valorização para o complexo arqueológico, proporcionando condições para o lançamento de um programa de investigação no âmbito do qual têm sido realizadas campanhas anuais de escavação desde 2010 (Guimarães *& alii*, 2010).

Como ponto de partida para este programa de investigação arqueológica tomaram-se principalmente em conta as evidências observáveis no Castelo e no pequeno areal de Favaios (Figuras 3 e 4). Neste último salientava-se a significativa quantidade de espólio de superfície, numerosos entalhes abertos nos afloramentos rochosos próximos e também a identificação, feita durante a campanha de trabalhos arqueológicos de 2010, de um conjunto de grandes silhares graníticos trabalhados, evidenciando aparelho almofadado e marcas de *forfex*, sugerindo terem pertencido a uma construção de vulto de época romana (Silva & Guimarães, 2013, p. 15), pedras que se encontravam nas imediações do areal de Favaios e terão sido desenterradas das margens do rio, segundo informadores locais, durante os trabalhos de instalação do gasoduto.

No monte do Castelo, para além de cerâmicas superficiais de várias épocas, destacavam-se os elementos assinalados por A. Sousa (1945; 1957), como a utilização de silhares em granito nos muros xistosos das plataformas e, sobretudo, as tais "covas redondas e rectangulares cavadas na pedra firme" (Sousa, 1957, p. 17). Na verdade, trata-se de uma quantidade enorme de entalhes, de diferentes tipologias, incluindo quer os correntemente conhecidos como "buracos de poste", de plano circular, quer outros de planta quadrangular, rectangular ou mais irregular, de profundidades muito variáveis, para além de aplanamentos, cortes e muitos outros negativos, que surgiam em praticamente todas as superfícies rochosas aflorantes. Estes vestígios denunciavam a existência de antigas construções em madeira, como também em pedra, considerando os numerosos silhares dispersos pelo monte e os entalhes claramente abertos para o seu assentamento. Localizou-se ainda uma base de coluna, também em granito, reutilizada numa construção moderna no topo do monte, havendo notícia do achado de um fuste, entretanto perdido.

TRABALHOS REALIZADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS

Nas campanhas de 2010 e 2011 os trabalhos de escavação incidiram apenas em dois pontos, o designado sector A, localizado no topo da elevação, junto a uma eira e a uma dependência agrícola moderna; e o sector P, situado no areal de Favaios (Figura 5); em 2012 prosseguiram-se as escavações naqueles sectores e abriram-se outros dois: o sector T, uma plataforma intermédia algumas dezenas de metros a Nordeste do sector A, e o sector L, correspondente a uma pequena sondagem feita numa construção erguida na margem do rio que, pelo menos modernamente, foi utilizada como pesqueira, próximo do areal de Favaios. Nesta última campanha foi também feita uma intervenção pontual, com meios mecânicos, no próprio areal de Favaios, para verificar a existência de alguma estrutura enterrada sugerida pelos grandes blocos ali aparecidos e por trabalhos de georadar entretanto efectuados (Dryas, 2011), tendo-se confirmado, a pouca profundidade, a presença de uma construção de grande porte coincidente com os indícios disponíveis (Silva & Guimarães, 2013, p. 15). A área total escavada, não contabilizando esta última acção, totaliza cerca de 480 m^2. Por limitações de espaço abordaremos neste texto apenas os resultados dos trabalhos no sector A.

Neste sector (Figura 5) a evidência arqueológica inicial incluía, para além de cerâmica de superfície, numerosos entalhes feitos na rocha, de diferentes tipologias, uma extensa eira em parte talhada no

xisto e em parte pavimentada com grandes lajes do mesmo material e o ângulo de uma construção em pedra seca, de aparelho indistinto e cronologia indefinida. Abriu-se assim uma primeira sondagem de orientação aproximada Norte-Sul, que quase de imediato deu origem a uma escavação em área para ampliar a leitura espacial das estruturas entretanto detectadas.

Por efeitos da erosão e das modernas utilizações do terreno a possança estratigráfica revelou-se muito reduzida; a maior parte da área escavada apresentava o substrato rochoso já exposto ou coberto apenas por um fino depósito, e apenas num ou noutro ponto se conservaram depósitos numa espessura de 30 ou 40 cm. Esta circunstância, associada às naturais perturbações do solo resultantes da florestação, condicionou muito a leitura estratigráfica da área, sobretudo nas campanhas de 2010 e 2011. As estruturas positivas identificadas são muito escassas e limitam-se ao muro aparentemente moderno, a que já voltaremos, a um pequeno alinhamento de blocos, de uma só fiada e assente sobre terra e a algumas lajes de xisto dispostas horizontalmente em alguns pontos do sector. A maior parte das evidências referem-se a entalhes e outros interfaces negativos, como aplanamentos e "buracos de poste".

Começando por estas últimas, as estruturas negativas estão contabilizadas em mais de duas centenas apenas neste sector (Fig. 6) e constituem também a evidência mais notória de todo o sítio arqueológico, como dissemos. Como forma de organizar os elementos observáveis, ensaiámos uma primeira tentativa de tipificação, do que resultou o seguinte quadro.

Quadro 1 – Proposta de classificação tipológica dos entalhes e outros interfaces na rocha.

SUPERFÍCIES EM QUE INCIDEM	ORIENTAÇÃO DO INTERFACE	TIPOS	DESIGNAÇÃO COMUM
Interfaces em superfícies horizontais ou oblíquas	**Horizontal**	Aplanamentos simples	Aplanamento simples
	Horizontal-Vertical	Aplanamentos delimitados por interfaces verticais	Aplanamento delimitado
		Aplanamentos articulados com interfaces verticais [degraus]	Degrau
	Oblíquo	Aplanamentos simples	Aplanamento oblíquo
		Sulco em V	Entalhe linear
		Aplanamentos articulados [em espinha]	Degraus em espinha
	Vertical	De plano angular [essencialmente subrectangular]	Entalhe subrectangular
		De plano subcircular	Entalhe subcircular
		De plano oblongo	Entalhe oblongo
		De plano irregular	Entalhe irregular
Interfaces em superfícies verticais ou bastante oblíquas		[ainda não tipificadas]	

Apresentamos esta proposta, meramente operativa e ainda em trabalho, como forma de divulgar uma linha de pesquisa que entendemos útil para a leitura morfológica deste género de contextos e também para eventualmente suscitar reacções e o diálogo com estudiosos de estruturas negativas afins. A tabela original (Guimarães *& alii*, 2011) incluía, além de ilustrações dos diferentes tipos (que não poderemos reproduzir por limitações de espaço), um escalonamento de cada entalhe em quatro níveis de profundidade, elemento que, pelas mesmas razões, deixaremos para futura avaliação.

A tipificação dos entalhes assenta, num primeiro nível, na disposição das superfícies em que foram produzidos, ordinariamente horizontal ou levemente oblíqua, de acordo com a orientação da rocha de base; mas podendo ocorrer – em casos ainda não verificados em escavação mas observáveis noutros pontos do cabeço do Castelo – também em painéis rochosos parietais, parecendo corresponder nestas situações a

entalhes para assentamento de travejamentos, portas ou outros suportes de estruturas horizontais.
Os entalhes ou interfaces realizados sobre superfícies rochosas horizontais ou levemente oblíquas podem apresentar diferentes orientações. Um primeiro grupo diz respeito ao simples aplanamento para regularizar a rocha de base, procurando talvez criar superfícies de circulação ou ajustar a altimetria natural do afloramento em função das construções de um dado momento. Tais aplanamentos simples, umas vezes mais perceptíveis que outras, parecem incidir em áreas relativamente restritas (Figura 6), se bem que em certos casos se estendam por mais de dois metros. Observam-se em diferentes patamares altimétricos, sobretudo na fiada 30 da malha de escavação (quadrados F30 a L30), prolongando-se depois para Nordeste (M31 a N34) e para Oeste (J24-27), decorrendo de uma observação de conjunto (Figura 6) uma nítida orientação, em fiadas relativamente regulares, no sentido geral Oes-Sudoeste/Es-Nordeste.
Ocorrem também diversas situações de zonas desbastadas horizontalmente que se encontram delimitadas por um interface vertical com um rebordo mais ou menos expressivo. Estes aplanamentos delimitados podem corresponder a pequenas superfícies de plano mais ou menos regular, como acontece em alguns pontos que parecem corresponder a assentamentos de silhares, servindo o pequeno rebordo ou moldura para melhor fixar e travar o bloco de pedra aí colocado ou, em casos mais localizados, à delimitação de áreas aparentemente funcionais, como se verifica sobretudo no espaço dos Quadrados K-M34-36 (Figuras 6 e 9), onde se observa um nítido rebaixamento da rocha natural com aplanamento da base, onde foram abertos diversos entalhes, nomeadamente um profundo "buraco de poste" de planta rectangular, localizado junto ao murete já referido (Figura 9).
Outro tipo de aplanamentos é o que se articula com interfaces verticais ou oblíquos, produzindo o efeito, senão mesmo a função, de degraus. Na área escavada os degraus ocorrem apenas num ponto localizado, centrado nas quadrículas N34-35, podendo corresponder quer a fundações de um muro escalonado, uma vez que estão no rebordo do afloramento, quer mesmo a eventuais escadas de acesso a um local de cota superior, admitindo-se a hipótese dos aplanamentos e outras estruturas negativas contíguas poderem ter servido de base a um muro espesso.
A grande maioria dos entalhes corresponde a interfaces verticais, com diferentes planos de abertura e profundidades muito variáveis. Numerosíssimos por todo o cabeço e visíveis praticamente em todos os locais onde aflora a rocha natural, estes entalhes são normalmente classificados como "buracos de poste", caracterização funcional certamente correcta em muitos casos, mas que entendemos não será exclusiva no Castelo de Crestuma, tamanha é a sua diversidade, muitos deles com dimensões e profundidade que sugerem outros usos (Figuras 7 e 8).
A datação destes interfaces é muito dificultada, como já se observou, pela pouca espessura do aterro que os cobre. Muitos encontravam-se expostos à superfície ou preenchidos por material humoso subcontemporâneo, sendo o conteúdo artefactual dos sedimentos que enchiam muitos deles relativamente heterogéneo, se bem que se contem algumas excepções, que estão em análise conjunta. Por outro lado, ocorrem diversos casos em que interfaces diferentes se interceptam, observando-se aplanamentos e entalhes verticais, ou sobretudo entalhes rectangulares e circulares justapostos e por vezes truncados, evidenciando assim um faseamento construtivo desses entalhes, sem que a sequência da sua execução seja sempre clara.
As estruturas positivas ou construídas são por ora escassas. Um pequeno tramo de murete localizado entre os quadrados L34 e L35 é formado por apenas uma fiada de pedras, integrando blocos de granito, xisto e quartzo (Figuras 6 e 9); tem cerca de um metro de extensão por 0,40 m. de largura, encontrando-se assente em terra e aparentemente articulado com um aplanamento delimitado de significativa área e profundidade. Observam-se também, em alguns pontos, conjuntos intencionais de lajes de xisto alinhadas e dispostas horizontalmente (Figs. 6 e 10), quer em aparente relação com aplanamentos da rocha, quer talvez para nivelar os desníveis do afloramento e porventura sobre elas se fundarem muros.
Por fim, há a referir dois muros em pedra, articulados sensivelmente em ângulo recto, localizados entre os quadrados H25 e M27, que actualmente servem de divisão de propriedade (Figura 6). Um deles, com orientação geral OSO./ENE., tem cerca de 9,3 metros de extensão; o oposto (SSE./NNO.) tem aproximadamente 7 metros. São muros mal construídos, de aparelho irregular, combinando blocos de xisto, com pedras em granito, quartzo ou outras rochas, exibindo uma largura média na ordem dos 0,4 ou 0,5

metros. Estas estruturas, aliás com alguns prolongamentos que parecem adivinhar-se parcialmente soterrados, não evidenciam grande antiguidade.

Para ensaiar leituras e hipóteses de organização planimétrica ou altimétrica destes interfaces (Figura 6), estamos a cruzar várias abordagens, desde a tipológica já enunciada, até à sua relação estratigráfica e análise do espólio recolhido em cada contexto, com as dificuldades já aduzidas, a que haveremos de reunir os resultados de datações radiométricas que esperamos obter proximamente. Não obstante, parece clara, testando quer a leitura espacial dos entalhes exclusivamente circulares, quer a dos interfaces de plano angular ou mesmo de todos os tipos reunidos (Figura 6), uma orientação geral destas estruturas em sentido OSO./ENE., que sobretudo nos Quadrados LM30-31, M32 e MN33-34 parece acompanhar o rebordo do maciço culminante. Será talvez menos evidente (mas todavia perceptível nos Quadrados LM31-32, 36-37 e LMN34, integrando o pequeno murete) uma orientação perpendicular dos entalhes no sentido SSE./NNO. Curiosamente, os muros extensos, aparentemente modernos, que atrás assinalámos, exibem uma orientação geral concordante com esta, o que nos levou a proceder à desmontagem de um tramo no ponto em que apresentava maior espessura de depósitos subjacentes (LM27), do que parece estar a resultar a identificação de uma estrutura anterior com o mesmo alinhamento.

FASEAMENTO DA OCUPAÇÃO ATÉ À IDADE MÉDIA

Os vestígios mais antigos de ocupação humana no morro do Castelo remontam à Idade do Ferro e traduzem-se por alguns objectos em bronze e um conjunto crescentemente significativo de cerâmicas de fabrico manual ou com torno incipiente, de pastas micáceas, localizadas quer no sector A, quer nas restantes áreas em escavação, não podendo ainda relacionar-se com estas louças qualquer estrutura ou depósito estratigráfico homogéneo (Silva & Guimarães, 2011; *Idem*, 2013, p. 10).

Durante a maior parte do período do domínio romano na Península, as evidências identificadas no Castelo são escassas, salvo raros fragmentos de cerâmica ou de vidro, se bem que devamos levar em conta a cronologia alti-imperial do epitáfio que referimos. Parece claramente situar-se na tardo-antiguidade, ou se quisermos, no trânsito entre o fim do Império e os primeiros reinos bárbaros da Península (séculos IV/V a VI/VII), a ocupação mais expressiva do sítio. Com efeito, o espólio recolhido, essencialmente no sector P mas também no sector A, inclui importantes conjuntos cerâmicos desta época, nomeadamente *terra sigillata* clara norte-africana (TSCD), foceense e hispânica tardia, ânforas orientais e norte-africanas e cerâmicas cinzentas tardias, algumas imitando formas das Derivadas da *Sigillata* Paleocristã; no mesmo sentido conflui a classificação dos vidros e de outros elementos, sendo ainda de meados do século IV a única moeda antiga exumada (Silva & Guimarães, 2013, p. 7, 11-13). Desconhecemos se esta fase de ocupação do Castelo teve continuidade para além da segunda metade do século VI ou primeira metade do VII, data mais tardia a que podemos fazer chegar algumas ânforas ou cerâmicas finas. A possibilidade de um abandono nos começos do século VIII, hipoteticamente ligado à invasão muçulmana e à queda do reino visigótico não é despicienda, mas não se confirma pelo registo arqueológico.

O seguinte conjunto cerâmico reconhecido, em sequência cronológica, respeita a materiais que podem datar-se globalmente entre os séculos IX e XI e que integram potes e panelas de paredes decoradas com linhas incisas onduladas ou cordões plásticos digitados, asas de jarro puncionadas, alguidares de fundo em disco, etc. (Silva & Sousa, no prelo). Por aquela altura, em data certamente posterior à presúria do Porto (868), acompanhando o primeiro movimento expansionista do reino asturiano em tempos de Afonso III, ter-se-á instalado na elevação um castelo roqueiro, aproveitando as penedias escarpadas e visando o controlo estratégico da navegação e do atravessamento do Douro (Silva *& alii*, no prelo).

CONCLUSÃO

Não dispondo ainda de datações absolutas e atentas as dificuldades de cronologia relativa das evidências estruturais, positivas e sobretudo negativas, como interpretar o palimpsesto de acções humanas que tem vindo a ser revelado no sector A? Face aos vestígios visíveis, parece clara a existência de construções em pedra, fossem totalmente em granito, fossem em articulação com o xisto local ou madeira; estas construções incluiriam alguns elementos de particular qualidade estética, recordando a base de coluna e a notícia de outra, e estariam certamente cobertas pelo sistema de *tegula/imbrex*, consideran-

do a grande quantidade destes materiais cerâmicos recolhida em cada campanha.

Do mesmo modo, teremos talvez de relacionar uma boa parte dos entalhes do sector A com a construção em madeira, não obstante os casos em que a tipologia ou profundidade dos entalhes tornam esta função aparentemente inadequada. Estas construções poderão ter-se traduzido quer por eventuais estacadas defensivas, quer por estruturas mais complexas, não sendo igualmente de descartar a possibilidade de em madeira se terem executado estrados, plataformas, rampas e outros dispositivos que facilitassem o acesso e a circulação nas áreas mais irregulares do morro. A popularidade do uso da madeira como material construtivo a partir do século V está bem documentada na Península Ibérica (López Quiroga, 2009, p. 59-111), tanto para a arquitectura doméstica como para a edilícia sacra (Real, 2012) ou militar (Barroca, 2003, p. 98), mas a circunstância de ser um material perecível, multifuncional e utilizado em estruturas muito diversificadas torna mais difícil a interpretação dos negativos do seu emprego ou a identificação de paralelos construtivos.

O modelo que temos vindo a aprofundar como hipótese interpretativa do complexo arqueológico de Crestuma, considerando em particular a ocupação tardo-antiga do sítio, considera a possibilidade de ainda no século IV, ou já na centúria seguinte, após as invasões bárbaras e o desmantelamento das estruturas da administração romana, poder ter sido erigida no topo do Castelo uma fortificação, provavelmente para defesa do cais ou fundeadouro instalado no areal de Favaios, porventura um ponto de atravessamento do rio ligado à rica região aurífera das serras de Valongo, a Norte do Douro (Mesquita, 2009, p. 54). Com efeito, nos últimos anos, tem vindo a ser reconhecida na Península Ibérica uma fase precoce de encastelamento precisamente a partir desta época (Quirós Castillo, 2012), traduzindo quer fenómenos de crescimento populacional, quer o controle viário ou económico de certas áreas por parte de elites locais (Sánchez Pardo, 2012).

A bacia terminal do rio Douro parece a este propósito apresentar um dinamismo particular, nomeadamente a partir de meados do século V e tendo como referente *Portocale* no limite meridional da área nuclear do reino suevo. O elevado número de sítios e achados tardo-antigos localizados em ambas as margens aguarda ainda estudo de conjunto e os dados provenientes de trabalhos arqueológicos recentes tardam em vir a público. Não obstante, entre Tongobriga e a sua área de influência tradicional, *Portocale* e, na margem esquerda, o Castelo de Gaia, desenhou-se um polígono de mais que prováveis interacções, centrado no rio Douro como principal eixo de comunicação e que pode bem ter em Crestuma outro dos seus vértices.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A. F. (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar para apresentação de provas de doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado

ALMEIDA, Carlos A. F. (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. *In* Moreira, Rafael, dir. – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 38-54

ALMEIDA, Carlos A. F. (1992) – Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil.* Santiago de Compostela: Universidade, p. 371-85

BARROCA, Mário J. (2003) – Da Reconquista a D. Dinis. In BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno S. (dir.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 21-161

CARDOSO, Luís (1751) – Crestuma. In *Diccionario Geografico, ou Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares...* Tomo 2. Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real

DRYAS OCTOPETALA (2011) – Relatório Preliminar. CRES'11. Crestuma (Vila Nova de Gaia). Reconhecimento geofísico por GPR (Ground penetrating RADAR). Coimbra: Dryas Octopetala, Set. 2011. Texto dactilografado

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993a) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*. *Lvcerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto, 2.ª série, 3 (Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia, 1987), p. 217-35

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993b) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. Gaia: Câmara Municipal/ Solar Condes de Resende

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2010) – O Castelo de Crestuma, parque botânico e sítio arqueológico. *Casa da Cultura*. 14 (Ag. 2010). Vila Nova de Gaia, p. 30-31

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana Gonçalves (2001) – O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-madan*. 2ª série. 10. Almada, p. 43-7

GUIMARÃES, J. A.; SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2010) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma. Vila Nova de Gaia. Projecto CASTR'UÍMA*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História, Arqueologia e Património. Texto dactilografado.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; SILVA; António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; SOUSA, Laura C. P. (2011) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma – Vila Nova de Gaia. Projecto CASTR'UÍMA. Relatório da 1ª Campanha de Trabalhos Arqueológicos (2010)*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR/CQ). Texto dactilografado.

LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho (1874) – Crestuma. In *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico...* Vol. 2. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 447-8.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2009) – *Arqueologia del habitat rural en la Península Ibérica (siglos V al X)*. Madrid: La Ergástula ediciones.

MAGALHÃES, Arlindo de (1992) – *A caminho de Santiago (Da Serra do Pilar a S. Pedro de Rates)*. [S.l.]: Associação de Amizade de S. Pedro de Rates.

MEDEIROS, Artur C.; PILAR, Ludgero; Fernandes, A. P. (1964) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-B. Castelo de Paiva*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

MESQUITA, António (2009) – *O Entre-Douro-e-Vouga na formação de Portugal: recensão histórico-bibliográfica*. S.l.: Ed. A.

PEREIRA, Pedro (2011) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Crestuma (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. 2. Porto, p. 303-5.

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. (2012) – Defensive sites of the Early Middle ages in Northwest Spain, In BARKER, John; BROOKES, Stuart J. & REYNOLDS, Andrew (eds.) – *Landscapes of Defence in the Early Medieval Europe*. Turnhout: Brepols [Studies in the Early Middle Ages, 28].

REAL, Manuel L. (2012) – Materiais de construção utilizados na arquitectura cristã da alta Idade Média em Portugal. In MELO, Arnaldo S. & RIBEIRO, Maria C. (coord.) – *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM/LAMOP, p. 89-126.

SÁ, Artur A.; BRILHA, J.; ROCHA, D.; COUTO, H.; RÁBANO, I.; MEDINA, J.; GUTIÉRREZ-MARCO, J.; CACHÃO, M. & VALÉRIO, M. (2009) – *Arouca Geopark: Geologia e património geológico*. Arouca: Associação Geoparque Arouca.

SÁNCHEZ PARDO, José C. (2012) – Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI). In QUIRÓS-CASTILLO, Juan A. & TEJADO SEBASTIÁN, José M. (eds.) – Los castillos altomedievales en el noroeste de la Península Ibérica. S.l.: Universidad del Pais Vasco [Documentos de Arqueologia Medieval, 4] p. 29-55.

SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado.

SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico. Relatório Final*. Vila Nova de Gaia. Texto dactilografado. Disponível em http://www.gaiurb.pt/pdm.htm.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2011) – O Castelo de Crestuma revelado pela Arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vol. 13, n.º 73. Vila Nova de Gaia, p. 5-13.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura C. P. (no prelo) – Cerâmica do período da "reconquista" (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). In *Actas do 1º Encontro de Cerâmica Medieval do Norte e Centro de Portugal (Museu Monográfico de Conimbriga, 2012)*. Lisboa.

SILVA, António Manuel S. P.; PINTO, Filipe M. S.; GUIMARÃES, J. A. G.; SOUSA, Laura; (no prelo) – O castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): de fortificação tardo-romana a castelo roqueiro?. In Silva, António M. S. P. (coord.), *No tempo dos Mouros: castelos do Baixo Douro ao Mondego na época da Reconquista. Actas do Colóquio realizado em Arouca em 2011*. Arouca, no prelo.

SOUSA, Arlindo de (1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana (...). *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Ano 10 (2). Madrid, p. 399-412.

SOUSA, Arlindo de (1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Rio de Janeiro.

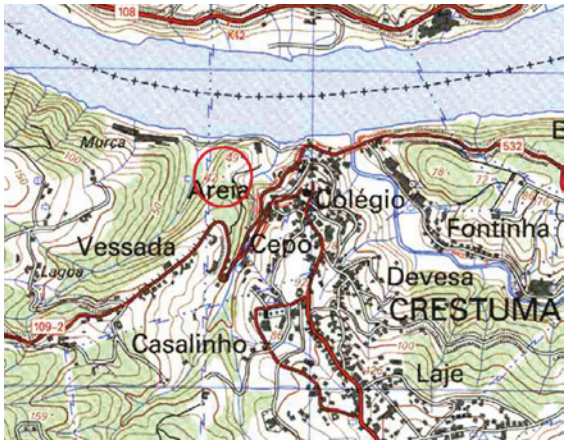


Figura 1 – Localização do Castelo de Crestuma (círculo) na CMP nº 134 à escala 1:25.000 (red.).

Figura 2 – O monte do Castelo, visto de Sudeste.

Figura 3 – O monte do Castelo, visto da margem norte do rio Douro. À direita, o areal de Favaios.

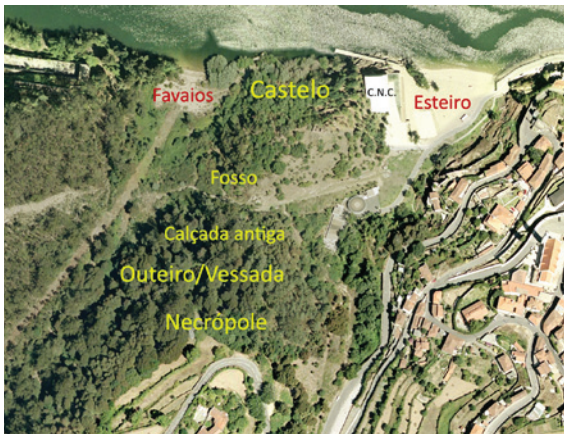


Figura 4 – Vista aérea do complexo arqueológico de Crestuma.

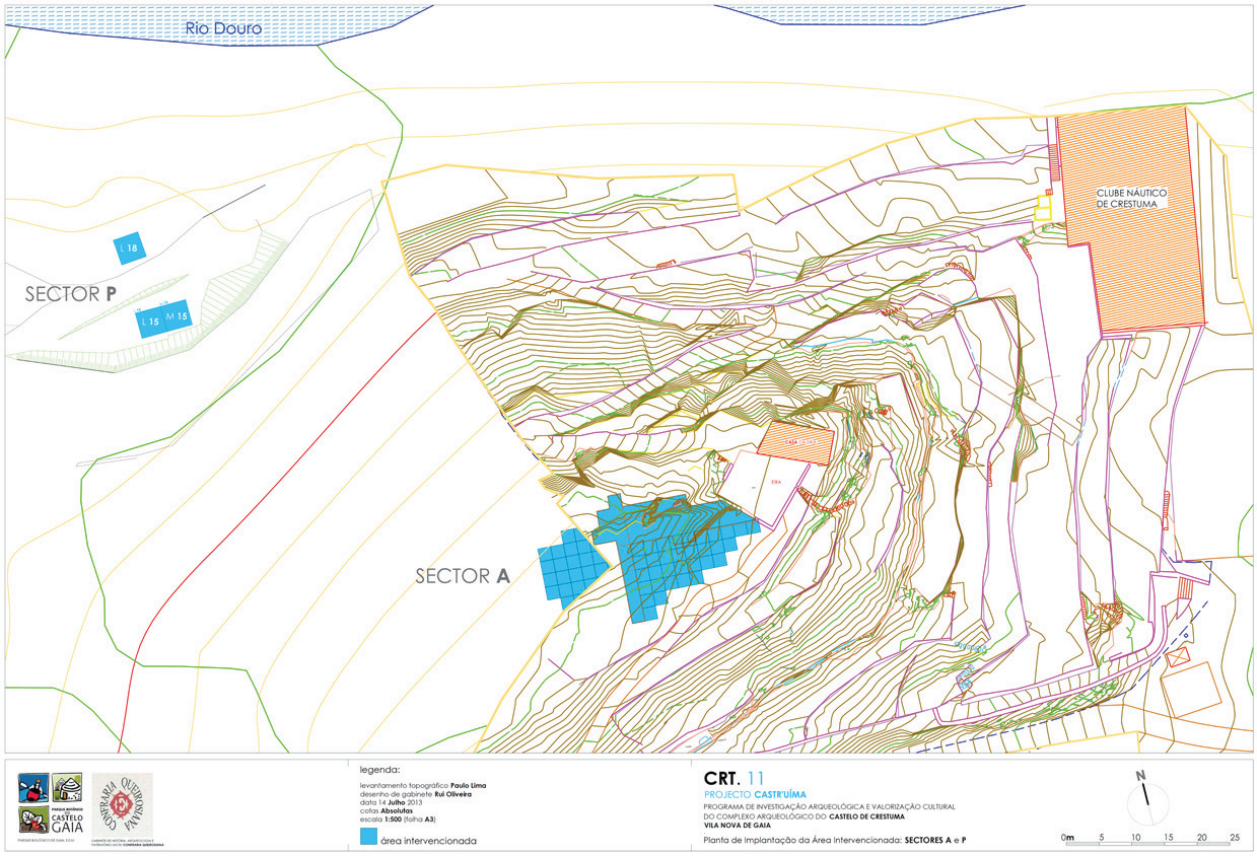


Figura 5 – Levantamento topográfico do morro do Castelo (área do Parque Botânico) com implantação dos sectores escavados até 2011.

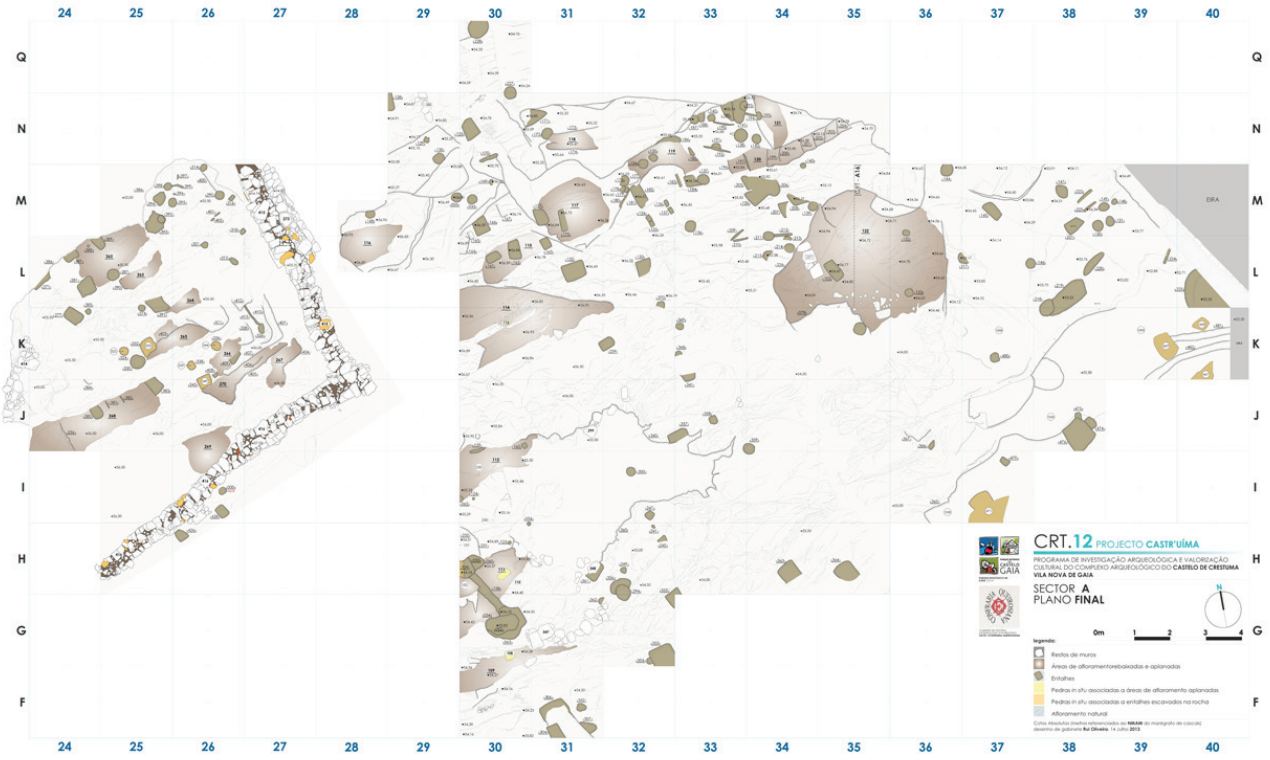


Figura 6 – Planta geral do Sector A, no final dos trabalhos de 2012.

Figura 7 – Diferentes tipos de entalhes no monte, numa área não escavada do Castelo.

Figura 8 – Sector A: entalhes de diferentes tipos e dimensões.

Figura 9 – Aplanamento delimitado com entalhe subrectangular, junto a murete.

Figura 10 – Lajes de xisto dispostas para nivelamento do afloramento.

UM FORNO ALTO-MEDIEVAL NA *VILLA* ROMANA DA HERDADE DO POMAR/ MONTE DA RAMADA 1 (ERVIDEL)

Luís Fialho / luisfilipes@hotmail.com
Consuelo Gómez
Vânia Pirata

RESUMO

O Estudo de Impacte Ambiental dos troços de ligação Pisão-Beja e Pisão-Roxo, do projeto hidroagrícola do Subsistema de Rega de Alqueva, preconizado pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, permitiu identificar a estação Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1. A intervenção apresentada enquadra-se nos trabalhos de acompanhamento arqueológico da empreitada do Bloco de Rega de Ervidel. No contexto de arqueologia preventiva, estes trabalhos de minimização revelaram um forno doméstico, dedicado à produção de cerâmica de construção e de uso comum, sugerindo uma cronologia Visigótico/Emiral.

ABSTRACT

The Environmental Impact Study of the sections connection Pisão – Beja and Pisão – Roxo, of the hydro agriculture Project, of the Alqueva Irrigation Subsystem, advocated by the development Alqueva Multi--Purpose Project, identified the station Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1. The intervention presented is relevant to the work of archaeological monitoring of the construction of the Irrigation Block of Ervidel. In the context of preventive archeology, these works of minimization revealed a domestic kiln, dedicated to production, of construction and common use ceramics, suggesting a Visigothic/Emirate chronology.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1 localiza-se na freguesia de Ervidel, concelho de Aljustrel, distrito de Beja, na região do Baixo Alentejo.

Os vestígios que agora apresentamos fazem parte de um sítio arqueológico já identificado em fase do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) dos Troços de ligação Pisão-Beja e Pisão-Roxo com o topónimo *Villa* da Herdade do Pomar / Monte da Ramada. O EIA assinalava, para esta *villa*, uma vasta área de dispersão de materiais arqueológicos, de 18 ha, caracterizada pela presença de cerâmicas de uso doméstico (vermelha, cinzenta e vidrada, *dolia*) e de construção (*tegula*, tijolo de quadrante?), integráveis, em termos cronológicos, nos períodos Romano, Medieval e Moderno.

Mas foi no âmbito da empreitada dos Blocos de Rega de Ervidel que houve, efetivamente, a necessidade de minimizar a estação Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1, uma vez que a mancha de dispersão de materiais arqueológicos era atravessada por duas infra-estruturas do projeto. Apesar de ainda não estarem disponíveis os resultados finais daquela intervenção, o relatório preliminar confirma a ocupação romana do sítio e assinala dois momentos, um deles já em época tardia.

2. ASPECTOS FORMAIS DA ESTRUTURA

A intervenção arqueológica realizada no sítio Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1 permitiu a identificação de uma piro estrutura dedicada à produção de cerâmica. Apesar de não dispormos da planta completa desta construção, uma vez que os trabalhos de escavação mecânica afetarem a zona Sul da mesma, destruindo parte do alçado da câmara e da boca do forno ou *praefurnium*, podemos apontar algumas das suas características arquitetónicas.

O forno conhece uma orientação Este-Oeste e foi aberto em depósitos preexistentes e no próprio substrato geológico. Relativamente às suas dimensões, a câmara, de planta circular, apresenta um diâmetro de 1,50m e uma altura conservada de 0,85m. No seu interior, foram levantados quatro pilares, de planta tendencialmente quadrangular e com uma altura máxima conservada de 0,40m. Um destes pilares, o situado mais a Sul da câmara, foi, em algum momento da vida útil desta estrutura, reforçado, evidenciando, em certa forma, o uso continuado da mesma. Estes pilares serviriam de suporte à grelha, da qual não se conservam vestígios.

A delimitação física entre a câmara de combustão e a câmara de cozedura, ou *laboratorium,* esteve dificultada pela inexistência de vestígios da grelha, como já referimos. Por outro lado, também não registámos nenhuma descontinuidade no alçado da parede que evidenciasse tal divisão. Contudo, identificámos, na parede Norte, um pequeno orifício ou tubeira, de forma quadrangular, que terá funcionado como saída ou entrada de ar no controlo do processo de cozedura. Situa-se a 0,45m, relativamente à base do forno. Da câmara de cozedura, apenas resta o arranque da parede. Relativamente à cobertura, e uma vez que não detetámos quaisquer evidências do seu derrube, pensámos que não seria permanente, sendo destruída depois de cada cocção.

Do *praefurnium*, orientado a Este, desconhecemos a sua longitude total, uma vez que extravasava os limites da área intervencionada, sendo apenas possível escavar a sua conexão com a câmara de combustão. Está escavado no substrato geológico, em rampa, seguindo a inclinação natural do terreno. Apresenta uma largura máxima de 0,60m e uma altura de cerca de 0,45m. Da sua cobertura, não nos restaram quaisquer evidências materiais (Figura 1).

Considerando as condicionantes acima descritas, resulta difícil, senão impossível, adaptar o forno da Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1 aos tipos estabelecidos na bibliografia, sendo apenas passível a sua classificação a nível formal, situando-o dentro do Tipo I (planta de forma circular) (Tremoleda, 2000, pp. 37-38) não existindo paralelos conhecidos no que ao sistema de suporte se refere. Contudo, esta classificação carece de relevância para a datação da estrutura.

Uma das particularidades deste forno é que, todo ele, foi construído com material cerâmico reutilizado, fator que, em certa forma, tem servido para balizá-lo em termos cronológicos.

Para a construção das paredes da câmara foram utilizados, principalmente, *imbrices* e tijolos, se bem que também observámos a inclusão de outros elementos, como um bordo e um bojo de *Dolium,* com decoração cordada impressa de duas linhas paralelas, apresentando paralelos, por exemplo, no sítio Ribeira do Matoso II (Montemor-o-Novo), enquadrado no período Tardo-Romano (Silva e Brazuna, 2004, p. 37), assim como no conjunto de materiais da Azinheira I (Montemor-o-Novo) datados entre os séc. VII e o X (Ricou, 2000, pp. 11-16).No que se refere aos pilares, estes foram construídos sobretudo com tijolos, ladrilhos e *lateres*. Contudo, ressalta-se a utilização de bojos de *dolia* e de um fragmento de uma peça de fabrico manual, com semelhanças com os *tabaq* e sobre o qual nos debruçaremos no capitulo do espólio.

Mas este carácter de reaproveitamento do material construtivo na própria edificação do forno fica bem patente pela utilização, num dos pilares, de um *later* com entalhe em negativo, um tipo de material de construção que apresenta uma ampla difusão em época imperial e que é utilizado com exclusividade em edifícios termais e balneares, concretamente na construção das abóbadas das salas refratárias, sobretudo dos *tepidaria* e dos *caldaria* (Cánovas Guillén, 2005, p. 188). Outro indício, ainda, é o uso, num pilar, de um fragmento de *later* com uma depressão oval, a modo de encaixe, que terá tido, muito possivelmente, um primitivo uso enquanto soleira de porta.

Relativamente à proveniência da maior parte do material utilizado na construção desta estrutura, não temos dúvidas que resulta do reaproveitamento dos distintos edifícios da *Villa* da Herdade do Pomar, situada a escassos 150m a Nordeste, sendo para nós evidente que parte desses edifícios, se não todos, já não estariam em funcionamento aquando da construção do forno.

Outra singularidade, no que à técnica construtiva se refere, é a utilização de *opus spicatum* nas paredes da câmara, nomeadamente, na área que é ocupada pela câmara de cozedura. Na aplicação deste aparelho foram reutilizados fragmentos de telhas de meia cana. Se bem que este tipo de aparelho aparece habitualmente associado a pavimentos, como se deduz da obra de Vitrúvio, também é possível a sua utilização em paramentos. Contamos com vários exemplos no vale médio do Guadalquivir, de fornos dedicados à produção de ânforas Dressel 20 e que utilizam,

precisamente, restos destas ânforas na aplicação do aparelho (Remesal Rodriguez, 2003).
Relativamente ao seu enquadramento económico, e tendo como fator de conta a pequena dimensão da estrutura, consideramos que estamos perante uma indústria de carácter doméstico, possivelmente ligada a uma exploração agrícola tipo villa e sem difusão fora dela.

3. CONTEXTO ARTEFACTUAL

O espólio cerâmico registado é constituído por cerâmica de construção e escassa cerâmica de uso comum e de contenção.
Morfologicamente, a generalidade da cerâmica de construção recolhida corresponde a tipos tradicionalmente tidos como típicos do mundo romano. Contudo, alguns elementos construtivos – Imbrices, semelhantes aos romanos pela morfologia, apresentam na superfície decorações digitadas em ziguezague ou longitudinais, registando-se ainda dois casos com caneluras longitudinais. De acordo com Helena Catarino, num período situado entre a Antiguidade Tardia e o período Emiral/Califal, há um predomínio de telhas profusamente decoradas, com padrões decorativos em ziguezague, ondulados, etc., feitos com os dedos, com um punção ou com um pente, sendo raros em sítios romanos sem continuidade de ocupação em época islâmica (Catarino, 1997/98, pp. 718-719).
No caso do forno em estudo, a cerâmica de construção não funcionará, na sua maioria, como um indicador cronológico, uma vez que se encontra em contexto de reutilização.
A cerâmica comum recolhida é numericamente pouco significativa, na grande maioria constituída por bojos. No entanto, reconheceram-se a nível formal dois bordos de taça carenada, um de panela e um fundo.
As formas carenadas são abertas, com carena alta, herdeiras do serviço de mesa fino tardo antigo, mantendo uma significativa presença no período Visigótico, contrastando com o período Emiral, onde escasseiam as formas abertas (Alba e Gutierrez, 2008, pp.588 e 594). Peças semelhantes encontram-se, por exemplo, em Gózquez de Arriba, em contextos datados entre o séc. VI e o VIII (Vigil-Escalera,2000, pp. 25-26).
O bordo de panela identificado – de difícil adscrição tipológica dado o grau de fragmentação da peça – exvertido, soerguido e colo arqueado, parece apresentar uma pequena moldura interna para assentamento de uma tampa. A peça apresenta, na superfície externa, decoração ungulada. Podemos enquadrá-la na tipologia definida para a Cora de Tudmir, dentro das formas T6.2, inserida cronologicamente na segunda metade do séc. VII (Gutierréz, 1992, p. 441). Esta forma perdura no tempo, registando-se ainda em estratos do séc. IX, no Tolmo da Minateda, contudo com um aspeto mais tosco que os exemplares do séc. VII (Gutierréz, 1997-98, p.82). Em relação à decoração ungulada, encontramos paralelos, por exemplo, no sítio de Folha da Vereda 3 (Serpa), onde foram identificados alguns potes com este tipo de decoração, inseridos num conjunto artefactual Visigótico/Emiral (Batista, 2012, pp.28 e 29).
Dentro da cerâmica de contenção e armazenamento, destaca-se um fragmento de bordo, horizontal, amendoado, enquadrado na forma XIII A-1 de São Cucufate. De acordo com Inês Vaz Pinto, é uma forma de longa duração que em São Cucufate tem um maior predomínio em níveis Baixo-Imperiais (Pinto, 2003, p.452). Foram ainda recolhidos, dois bojos de *Doliae* com decoração cordada impressa de duas linhas paralelas, idênticos ao já referido bojo registado na estrutura do forno.
Dentro do conjunto estudado, destaca-se um grupo de peças de fabrico manual, de bordos ligeiramente boleados, paredes curtas, verticais ou ligeiramente envasado e base plana ou ligeiramente convexa. A superfície interna, o bordo e as paredes são alisadas, contrastando com a irregularidade da base. Devido à irregularidade do bordo, não é possível determinar o diâmetro, contudo, serão peças de grande dimensão, com fisionomia ligeiramente ovalada (Figura 2). Morfologicamente apresentam semelhanças com os pratos disco, destinados a cozer pão, os denominados *tabaq,* identificados na serie 8 da tipologia definida para a Cora de Tudmir, ou no povoado de Gozques de Arriba (Gutierréz, 1992, p. 441; Vigil-Escalera, 2000, p.25). Estes recipientes registam-se em vários sítios da península, desde época tardorromana até época Almóada (Gutierréz, 1990, p.172). No castelo de Salir estão referenciadas formas abertas, com provável função culinária (amassar e levedar o pão), semelhantes ao nosso conjunto, distintas apenas na altura das paredes (Catarino, 1997-98, p.502). A nível regional, no sítio Cortes 1 (Mombeja, Beja), foi intervencionado um forno genericamente datado da antiguidade tardia.

Aqui, foi identificado um conjunto de formas abertas de grande diâmetro e perfis pouco profundos (Porfírio, Barbosa e Valinho,2010,pág. 746), com grandes semelhanças com o nosso conjunto.
Gostaríamos ainda de salientar a semelhança morfológica das nossas peças com os denominados contentores de adobe, identificados, quer num contexto Emiral de Mérida (Alba e Feijóo, 2001, pág. 351 e 363), quer no conjunto de materiais da Ribeira do Barranco 3 (Beja), balizados entre os séculos VII e IX (Bàez, 2011, pág. 59 e 61). Ao contrário da função culinária dos *tabaq*, estes teriam a função de armazenar viveres no interior dos silos (Alba e Feijóo, 2001, pág. 351).
Convém, ainda, referir um conjunto de elementos cerâmicos, devido à sua importância na caracterização produtiva do forno aqui estudado, os quais foram interpretados como escória de cerâmica. Na generalidade, apresentam um aspeto informe. Contudo, é possível observar cantos retos em duas peças, e uma base plana com arranque de parede numa terceira. Este conjunto leva-nos a apontar, para este forno, uma função de produção de cerâmica de construção e comum.

BIBLIOGRAFIA

ALBA, Miguel; FEIJOÓ, Santiago (2001) – Cerámica emiral de Mérida, in *Garb. Sitios islámicos del Sur Peninsular.* IPPAR, Lisboa, pp.328-375.

ALBA CALZADO, Miguel; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2008) – Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX). In *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión /* coord. por Darío Bernal Casasola, Albert Ribera i Lacomba, pp. 585-616.

BÁEZ GARZÓN, Beatriz, ed. (2011) – *Ribeira do Barranco 3. Trabalhos de Minimização de Impactes sobre o Património Cultural (Troço de Ligação Pisão-Beja). Escavação Arqueológica – 3ª fase – Relatório Final*. Arqueoguia.

BATISTA, Lidia, ed. (2012) – *Intervenção Arqueológica em Folha da Vereda 3: Blocos de Rega de Brinches-Enxoé.* Relatório Final. Histórias & Tempos.

CÁNOVAS GUILLÉN, Pablo (2005) – *El material cerâmico de construção en la Antigüedad y la alta Edad Media: El Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete*). Instituto de Estudios Albacetenses "Don Juan Manuel" de la Excma. Diputación de Albacete. Serie I. Estudios. Número 155.

CATARINO, Helena, (1997/98) – *O Algarve Oriental durante a ocupação Islâmica: povoamento rural e recintos fortificado, 3 vols., Al'Ulyã, nº6,* Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1990-1991) – Panes, hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en Al-Andalus: el hornillo (tannur) y el plato (tabaq). In *Lucentum: Anales de la universidad de Alicante. Prehistoria, arqueología e historia antigua,* Nº 9-10, pp. 161-175.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, (1992) – *El tránsito de la antiguedad tardía al mundo islâmico en la Cora de Tudmir: Cultura material y poblamiento paleoandalusí*, Tesis doctoral defendida en Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Alicante.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1999) – *La cerámica emiral de Madinat lyih (el Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete): Una primera aproximació.* In *Arqueología y territorio medieval*, Nº 6, pp. 71-112.

PINTO, Inês Vaz, ed. (2003) – *A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja),* Coleção Teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

PORFÍRIO,Eduardo;BARBOSA,Rui;VALINHO,Alexandre (2010) – *A ocupação da Antiguidade Tardia do sítio Cortes 1 (Monte das Cortes, Mombeja, Beja).* Atas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Almodôvar, pp. 735-749.

REMESAL RODRÍGUEZ, José. (2003) – Alfares y producciones cerâmicas en la provincia de Córdoba. Balance y perspectivas. In *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. Universidad de Cádiz. B.A.R., int. ser.,1266, Oxford, 2004, pp.349-362.

RICOU, Teresa, (2000) – *Relatório Preliminar Azinheira 1: Escavações Arqueológicas na Barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo)*. Etnos. Porto.

SILVA, Inês; BRAZUNA, Sandra,. (2004) – *Ribeira do Matoso II, 2ª Fase,* Relatório dos Trabalhos Arqueológicos, Barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo). Era Arqueologia.

TREMOLEDA I TRILLA, Joaquim. (2000) – *Industria y artesanato cerâmico de época romana en el nordeste de Cataluña (Época augústea y altoimperial)* BAR International Series 835. Oxford.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2000) – Evolución tecnotipológica de la ceramica de Gózquez de Arriba (S. Martin de la Vega, Madrid) entre los siglos VI y VIII A.D. In *4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu estudo*. Tondela, Portugal, pp.23-26.

Figura 1 – Vista Sul da estrutura

Figura 2 – Possíveis pratos disco de fabrico manual, denominados *Tabaq*.

6
Época Medieval

PAISAGEM E POVOAMENTO RURAL NO TROÇO MÉDIO DO VALE DO GUADIANA ENTRE A ANTIGUIDADE TARDIA E A IDADE MÉDIA

João António Ferreira Marques / CHAIA – Centro de História da Arte e da Investigação Artística /Universidade de Évora / jmarques64@gmail.com

RESUMO

A problemática da transição do mundo antigo para o mundo medieval tem ocupado vários investigadores, mas do ponto de vista do povoamento rural para a região Sul de Portugal, a questão não tem sido investigada de forma sistemática através da análise de um território restrito. No final dos anos noventa do século XX foi empreendido na região do Alentejo, no vale do rio Guadiana, um programa de minimização dos impactes sobre o património arqueológico resultantes da construção da barragem de Alqueva. A partir dos dados então obtidos procura-se efetuar a caracterização da paisagem rural do troço médio do Guadiana, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, tentando responder como se processaram, nesse ambiente, os fenómenos de transição socio-económica e de aculturação, com evidentes continuidades.

ABSTRACT

The transition from the ancient to the medieval world has been focused by several researchers but, from the point of view of rural settlements in the Southern region of Portugal, the issue has not been systematically investigated through the analysis of a restricted territory. In the late 1990s, a program to minimize the impacts on the archaeological heritage resulting from the construction of the Alqueva dam was undertaken in the Alentejo region, more precisely in the Guadiana River valley. From the obtained data, a characterization of rural landscape of the Guadiana's middle section has been made, between Late Antiquity and the Middle Ages, in an attempt to understand how socio-economic and acculturation phenomena evolved during this transition.

1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

Os trabalhos arqueológicos relativos ao Bloco 14, Medieval/Moderno, desenvolveram-se na área da Bacia do Degebe e em Reguengos, a sul do Álamo, no âmbito das medidas de minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico da Barragem de Alqueva, tendo como objectivo avaliado o respectivo valor científico e patrimonial de 33 sítios e, numa fase posterior, efectuada a recolha e registo exaustivo da informação das estações mais significativas. Entre 1997 e 2000 foram efectuadas três campanhas de trabalhos em 29 dos sítios iniciais, tendo sido concluídos em 2001-2002.

A área abrangida situa-se nos concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Portel, Distrito de Évora, na região do Alentejo, no Sul de Portugal nos vales do rio Guadiana e do rio Degebe, no concelho de Reguengos de Monsaraz, freguesias de Campinho e de Campo e no concelho de Portel, freguesias de Amieira e de Alqueva (Figura 1).

Reguengos de Monsaraz é confinado a Norte pelos concelhos de Redondo e Alandroal, a Este pelo concelho de Mourão, a Sul pelos concelhos de Moura e Portel e a Oeste pelos concelhos de Évora e parte do de Portel, abrangendo uma área de cerca de 474 km^2. O concelho de Portel ocupa uma área de cerca de 601 km^2.

Esta região é dominada pelo rio Guadiana que é um dos maiores rios da Península Ibérica que apresenta caudais sazonais irregulares, que ou originam cheias catastróficas ou estiagens prolongadas sem periodi-

cidade fixa atravessando áreas com características climatéricas semi-áridas Do ponto de vista geológico esta área integra-se na denominada "Zona de Ossa-Morena", que abrange não só parte do actual Alentejo como da confinante Extremadura, e que é formada por rochas metamórficas paleozóicas, acompanhadas por rochas ígneas e por coberturas sedimentares terciárias e quaternárias (Angelluci, 2003, 8).

A região tem clima mediterrânico com influência atlântica proporcionando Verões quentes e secos e Invernos curtos e chuvosos. A maioria dos solos são esqueléticos, com elevados riscos de erosão, afloramentos rochosos e muito baixa fertilidade. Têm uma fraca produtividade sendo, na sua maioria, rochosos e coberta por mato. Predomina a grande propriedade latifundiária com culturas extensivas e zonas de caça. As culturas predominantes são a vitivinicultura, a olivicultura e a cerealífera.

Esta região encontrar-se-ia centrada, pelo menos desde a Idade do Ferro, em Évora, a *Liberalitas Iulia Ebora* romana, integrou a província da Lusitânia, com capital em *Augusta Emerita*, actual Mérida, no respectivo *Conventus Emeritensis.* No período emiral e califal, este território encontrar-se-ia na área de influência da *kura* de Mérida, até à fundação de Badajoz em 875, que com a fragmentação do Califado de Córdova, no início do século XI e até à invasão almorávida em 1094, foi sede de um reino taifa que dominou grande extensão da península.

À islamização e arabização do território sucede, após a conquista cristã, nos séculos XII e XIII, um modelo político, económico e social senhorial. Monsaraz foi conquistada em 1167, por Geraldo Sem Pavor tendo o primeiro Foral sido concedido por D. Afonso III, em 15 de Janeiro de 1276. Já o concelho de Portel tem origem a partir de 1257, quando D. João Peres de Aboim, que viria também a ser conhecido por D. João de Portel, entra na posse de uma extensa área, destacada do concelho de Évora, sendo outorgado à vila foral em 1262. O modelo senhorial com base no latifúndio foi-se adaptando às alterações sócio-políticas mantendo como característica a exploração de mão-de-obra desapossada da terra, numa persistente longa duração neste território até meados do século XX.

2. SÍTIOS INTERVENCIONADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS

Não se pode deixar a nota que no âmbito dos trabalhos do Bloco 14 foram escavados quatro sítios que se verificaram tratar-se cronologicamente da Idade do Ferro: Espinhaço 9, Monte Roncanito 2A, Monte Roncão 11 e Monte Roncanito 4. Estes apresentam como factor comum o seu carácter habitacional e doméstico, materializado nos espólios recolhidos e num conjunto de soluções arquitectónicas pautadas pelo recurso ao material pétreo local, recuperado no entorno directo dos habitats, apresentando características comuns a alguns habitats rurais do Alentejo Central e da Extremadura (Marques *& alii*, no prelo).

Relativamente aos sítios intervencionados, o Cabeçana 4 revelou-se um dos mais importantes do conjunto tendo sido possível identificar dois núcleos, certamente relacionados entre si e que corresponderá a um assentamento rural de uma pequena comunidade, como uma família alargada, dada a abundância de grandes contentores exumados, tendo sido interpretado como um espaço rural ou habitação rural permanente ligada a uma exploração alargada, apontando-se para uma ocupação contínua desde meados do século V até ao final do século VIII, apresentando o espaço evidências de adaptações a novas necessidades e condições que levaram a diferente compartimentação dos espaços (Marques *& alii*, no prelo) (Figura 2 e 3).

O sítio Espinhaço 7, que se encontrava muito destruído, mas que ainda assim revelou uma estrutura de habitat, apontando, o muito fragmentado espólio cerâmico, a um enquadramento cronológico lato e impreciso, na Alta Idade Média, entre os séculos VI e VIII.

Na proximidade deste sítio arqueológico, junto da mesma linha de água tributária do rio Guadiana, encontra-se o Espinhaço 11, porventura um habitat de que somente restava o material que eventualmente constituiu os muros da estrutura, como pedras em quartzo e xisto, e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha. Situou-se cronologicamente a sua ocupação, também de forma imprecisa, na Alta Idade Média.

As sondagens efectuadas no sítio Monte Roncanito 13 permitiram identificar, apesar de este se encontrar muito destruído, uma estrutura pétrea e exumar algum espólio cerâmico com interesse, apontando para uma ocupação no período de transição entre a

Antiguidade tardia e o período islâmico, possivelmente centrada à volta dos séculos VIII-IX.
A proximidade deste sítio com o similar do Monte Roncanito 14 sugere a possibilidade de existir um povoamento baseado em pequenos casais agrícolas, eventualmente em conexão uns com os outros.
Noutra área, situa-se o Monte Roncão 13, também muito afectado pelos trabalhos agrícolas mas que revelou estruturas habitacionais bem organizadas e que cronologicamente se situou, de forma imprecisa, e de acordo com as características técnicas do espólio que se assemelhava ao de outros conjuntos, na transição entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, séculos VII e X.
Já o sítio Monte Roncanito 10 desdobrava-se numa plataforma alongada onde se identificaram três núcleos com ocupação simultânea. O núcleo principal de habitação, de razoáveis dimensões e onde se concentra quase todo o espólio encontrado, estava implantado num dos extremos da plataforma, próximo dos caminhos actuais, e deveria ter sido composto por vários espaços, tendo sido edificado com recurso a uma variedade de técnicas construtivas que revelam uma diversidade significativa de soluções na utilização da matéria-prima local, em que o pavimento consistiria no afloramento xistoso regularizado. A cerca de 130 m encontrava-se a estrutura designada como Monte Roncanito 10B, de difícil caracterização devido à escassez dos vestígios murários e do espólio, mas a homogeneidade de técnicas e materiais permite considerar tratar-se contemporânea, constituindo uma dependência de apoio do núcleo principal, com cerca de 10 m^2, que poderia servir como curral.
A cerâmica exumada evidencia tratar-se sobretudo de produções de carácter regional que remetem para relações com núcleos urbanos onde as trocas com outras áreas geográficas seriam frequentes, de que será exemplo o achado de um fragmento de candil, reunindo características que encontramos em conjuntos cerâmicos urbanos em cronologias dos séculos IX-XI. Esta estação parece tratar-se, assim, de um conjunto habitacional sendo algumas das estruturas dedicadas à residência e outras, eventualmente a atividades agro-pastoris.
O sítio Monte Roncanito 18 encontrava-se quase totalmente destruído. Subsistiam vestígios de uma estrutura habitacional com pelo menos uma divisão, constituídos por escassos restos de muros em perpianho, com enchimento de terra argilosa, e blocos pétreos de quartzo e xisto menores, com vestígios no seu interior, junto do vão de acesso, de um nível de pavimento de terra batida, tendo sido aqui exumada grande quantidade de telha. A tipologia construtiva, com base na matéria-prima local, terra, xisto e quartzo, é similar a grande parte dos restantes sítios com cronologias coevas, como é o caso do Monte Roncanito 10, apontando os vestígios para uma ocupação centrada no período islâmico, nos séculos X-XII.
Os trabalhos efetuados em Cabeçana 3 permitiram evidenciar o elevado grau de destruição do sítio tendo somente revelado a presença de dois troços de muros de uma estrutura, de planta desconhecida, construídos em xisto e quartzo de pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa. A ausência de materiais arqueológicos expressivos impediu determinar uma cronologia concreta, embora os traços gerais indiquem uma atribuição alargada no período medieval/moderno.
Já a estrutura quadrangular identificada no sítio Espinhaço 4 deverá corresponder a um pequeno habitat ou a uma instalação de apoio aos trabalhos agrícolas no meio rural. O espólio encontrado pouco contribuiu para esclarecer a cronologia do sítio, tendo sido genericamente enquadrado no período medieval.
A proximidade deste sítio com o de Espinhaço 5, junto à mesma linha de água tributária do rio Guadiana, permite equacionar um padrão de implantação de pequenos casais agrícolas, disseminados em pequenas elevações junto aos interflúvios e pequenas várzeas, que, apesar do seu grau de destruição, não deixam de ser relevantes para o entendimento do modelo de povoamento rural medieval desta área (Marques *& alii*, no prelo).
O Monte Roncão 10, apesar de se encontrar completamente arrasado, com uma quase total ausência de estruturas murárias, apresentou o mais numeroso espólio deste conjunto de sítios, o que permitiu a sua ampla análise. No local deveria ter existido um conjunto habitacional de grandes dimensões, onde foram identificados três núcleos de estruturas separadas entre si e que, ou poderiam pertencer a um único complexo, com espaços abertos interiores, como pátios, ou logradouros, ou a um habitat com distintos espaços de utilização.
No espólio cerâmico exumado dominam as formas de cozinha, de armazenamento e de transporte, aumentando significativamente a percentagem de loiça de mesa, devido a uma maior influência dos

meios urbanos, sobrevivendo no entanto formas muito rudimentares, características endémicas do mundo rural onde o sítio se insere, enquadrando-se o espólio recolhido entre os séculos XIV e XVI, com predominância das formas dos séculos XIV e XV (Marques *& alii*, no prelo).

O Monte Roncão 10 destaca-se assim como um habitat rural do período cristão, posterior à conquista feudal, revelando uma cultura material que destaca a singularidade do sítio neste contexto rural.

O Monte Barbosa 5 encontrava-se muito destruído pelas lavras agrícolas, facto que pudemos visualizar após os trabalhos arqueológicos, sendo os dados recolhidos sobretudo correspondentes à cerâmica recolhida, nomeadamente de construção, e de uma estrutura negativa, de onde se exumou variado espólio cerâmico que evidencia a existência de uma ocupação permanente entre finais da Idade Média e os inícios do período moderno, séculos XV-XVI.

O sítio arqueológico Cabeçana 7 enquadra-se no panorama geral das ocupações medievais/modernas da área, correspondentes a habitats localizados sobre pequenas elevações próximas de linhas de água de cariz sazonal, com vestígios de construções muito afectadas pelos trabalhos agrícolas. No local foram identificados três troços de muros, construídos sobre o afloramento rochoso, que integravam um complexo habitacional com diferentes espaços interiores. A exiguidade dos vestígios apenas permite supor a existência de um pequeno habitat, provavelmente de cariz rural, com uma ocupação bastante limitada no tempo, em que a análise da cerâmica exumada aponta para uma cronologia de finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna, séculos XIV a XVI.

Em Monte Musgos 3 foram efectuados trabalhos de limpeza e sondagens que permitiram a identificação de uma estrutura pétrea em xisto e argamassa composta por três muros. A sua funcionalidade afigurou-se, contudo, desconhecida, dada a exiguidade da área escavada e em virtude da suspensão dos trabalhos face à presença de cerâmicas manuais pré-históricas provenientes de ocorrências do topo da rechã e que permitiram a identificação do habitat Monte Musgos 11. Já a prospeção nas imediações do sítio nas margens do rio permitiu a identificação de outras estruturas murárias, que foram sumariamente limpas e que apontam para uma ocupação do local medieval ou moderna, que poderia estar também relacionada com a travessia do rio, ou com uma estrutura de apoio à mesma.

Em Espinhaço 5 foi identificada uma única construção, aparentemente isolada, de planta rectangular, construída com as técnicas comummente utilizadas nos restantes sítios intervencionados. O espólio recolhido é muito pobre e contribuiu pouco para esclarecer as características funcionais e a cronologia da ocupação do sítio indiciando poder tratar-se de um espaço de habitação, que foi cronologicamente situado no final da Idade Média ou inícios do período moderno, nos séculos XIV a XVI.

O grau de destruição do sítio Monte Roncanito 14, situado nas proximidades do Monte Roncanito 13, impede qualquer tipo de conclusão para além de enquadrar o sítio, de forma vaga, num contexto rural de época medieval/moderna, onde só a presença de telha, e de um pequeno silo e dos três outros fragmentos cerâmicos evidencia ocupação atrópica.

As sondagens efectuadas no núcleo designado como Monte Roncanito 2 permitiram identificar uma sepultura isolada de cronologia imprecisa e eventualmente violada.

Já os trabalhos no Monte Roncão 12 correspondem a um pequeno assentamento rural, com estruturas cuja forma não foi possível definir na sua totalidade, e com um espólio reduzido e inexpressivo mas que aponta para um espaço de habitação com uma cronologia de ocupação imprecisa, que se situará entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna (séculos XIV a XVI).

Os resultados da intervenção no Monte do Balanco, situado na margem direita do Degebe, também foram limitados pela destruição provocada pelos trabalhos agrícolas, traduzidos em abundantes vestígios superficiais e escassos restos construtivos preservados. Das cerâmicas exumadas depreende-se a utilização num contexto habitacional eventualmente existente no local. Esta estação parece representar uma ocupação num contexto cronológico já tardio na Época Moderna.

O conjunto das estruturas escavadas no em Monte Roncanito 23 parece traduzir um sítio rural com especialização funcional das construções observadas em três áreas. No Sector 1, uma estrutura secundária, provavelmente usada para o armazenamento de produtos agrícolas e/ou como curral, e que estaria ligada ao espaço observado no Sector 2, a área se situaria a estrutura de cariz habitacional, dadas as suas dimensões e a presença de outras estruturas secundárias como os silos. A grande quantidade de telha decorada exumada e o restante espólio cerâmico

recolhido sugerem, apesar da estratigrafia revolvida, uma ocupação permanente. No Sector 3 a reduzida área escavada não permitiu avançar uma interpretação da funcionalidade da estrutura e a correlação com as identificadas nos outros sectores. Este sítio constituía assim um pequeno complexo agrícola, cuja ocupação e destruição parecem estar bem delimitadas num curto espaço de tempo, provavelmente em meados do século XVII.

O Monte da Tapada 40, apesar da limitada a área escavada, revelou-se fértil em achados, permitindo vislumbrar um conjunto habitacional, um monte, com uma ocupação de meados do século XVII. Estes vestígios parecem determinar encontrarmo-nos, pelo menos, perante quatro compartimentos o que atesta uma dimensão relativamente grande da estrutura detectada. O espólio encontrado, dada a sua quantidade e qualidade, atestam também a importância que da ocupação em presença (Marques *& alii*, no prelo).

No Monte Roncanito 26 foi identificada e escavada integralmente uma estrutura que devia, em tempos muito próximos, ter constituído parte de uma estrutura sazonal de apoio aos trabalhos no campo, tendo servido de corta-vento para a lareira detectada, pelo que o seu interesse se pode considerar de âmbito etno-arqueológico. No entanto, o espólio exumado indica uma possível datação que poderá centrar-se nos finais do século XVII ou ao longo do século XVIII.

O sítio designado como Rocha da Gramacha 2 encontra-se implantado em duas plataformas junto ao rio Guadiana, próximo da formação rochosa que lhe dá o nome, onde se situava uma eventual fortificação. Aqui os trabalhos arqueológicos procederam à limpeza das estruturas que eram visíveis e que se encontravam em relativo bom estado de conservação, tendo-se identificado uma habitação com uma única divisão, com lareira e, no exterior da mesma e em anexo, um forno em alvenaria. O espólio cerâmico recolhido demonstra um aprovisionamento de bens de consumo em meios urbanos, em olarias que dominam técnicas de fabrico elaboradas e que utilizam pastas bem tratadas e depuradas, em que o reportório funcional e o requinte no vasilhame utilizado variado indicam uma certa capacidade de aquisição (Marques *& alii*, no prelo). Cronologicamente, aponta-se para uma ocupação de época moderna/contemporânea, pelo conjunto cerâmico e a presença, atestada pela presença de uma moeda de D. José I, da segunda metade do século XVIII, encontrada *in situ*.

O sítio do Monte Barbosa 7, distando cerca de 200 metros do Monte Barbosa 5, revelou uma sequência estratigráfica homogénea, pautada pela escassez do solo local e pela ausência de níveis arqueológicos conservados. A estrutura identificada, de construção pétrea de xisto de grandes blocos aparelhados com terra e em pedra seca e de forma semicircular, foi classificada como um chafurdo, de técnica construtiva e dimensões com paralelos com outras estruturas do mesmo tipo conhecidas na região, e associado a uma rede de construções de apoio às actividades agro-pecuárias e, eventualmente, ao próprio sítio Monte Barbosa 5.

As sondagens realizadas no sítio do Monte Roncanito 17 permitiram observar uma estratigrafia bastante reduzida e homogénea, tendo-se identificado duas estruturas circulares (alvéolos), parcialmente destruídas pelas lavras, construídas com pedra de xisto, aparelhadas com um ligante constituído de terra mais argilosa. O espólio associado não permite grandes considerações sobre o local, cuja cronologia deverá situar-se no período contemporâneo, tendo por base as cerâmicas vidradas. Estas estruturas têm paralelos noutras conhecidas localmente, no concelho de Reguengos de Monsaraz, caso de Defesinha 11 (Silva, 1999, p. 223) e que são caracterizadas funcionalmente como chafurdos.

O sítio Monte Roncanito 5, apesar de se encontrar quase totalmente destruído, ainda possibilitou a recolha de um conjunto de dados com algum interesse arqueológico, nomeadamente a estrutura identificada, que poderá eventualmente corresponder aos vestígios de um chafurdo circular e pelo espólio cerâmico exumado, que ponta para uma datação em torno aos séculos XIX-XX. Dada a proximidade deste sítio com o do actual Monte Roncanito, sugere que se pode tratar de uma estrutura de apoio à produção suína desse núcleo rural.

Já a área Espinhaço 6 revelou-se estéril em termos arqueológicos tendo os vestígios da estrutura aqui existente sido interpretados como sendo etno-arqueológicos, correspondentes a um chafurdo, bastante recente, de meados do século XX.

PROBLEMÁTICA DO POVOAMENTO RURAL

A história local e a micro-história das comunidades rurais não têm sido um objecto de estudo procurado pelos investigadores.

Deste modo, também não tem sido avaliada a incidência que sobre os pequenos núcleos rurais exerceram as várias culturas que, sobretudo ao longo da Idade Média, se sobrepuseram no território da Península Ibérica.

De acordo com estudos comparativos entre várias regiões do antigo Império Romano, ao longo dos séculos V, VI e VII produziram-se uma série de crises ligadas à contracção e desequilíbrio do sistema de trocas e a um processo de recuo e de reduzida continuidade urbana, produzindo uma cultura material menos complexa que a tardo-romana. O século VIII surge assim como um período de reduzidas trocas no mediterrâneo assinalando-se a natureza regional dos sistemas económicos, que se tornam predominantemente locais (Wickham, 2004, p. 27 e 32).

Esta problemática da transição do mundo antigo para o mundo medieval, nomeadamente do povoamento rural islâmico na região Sul de Portugal, tem ocupado vários investigadores, destacando-se as abordagens de Cláudio Torres (1992 e 1995), e os trabalhos de H. Catarino (1997/1998) e de James Boone (2001).

Na área de estudo, os solos magros, pouco propensos à agricultura, deixam entrever uma exploração baseada sobretudo na pastorícia, podendo-se especular sobre a existência já em períodos históricos remotos de um sistema agro-pecuário baseado no montado de sobro e azinho.

Este fraco conjunto de recursos sustentou durante centenas de anos, pequenas comunidades camponesas distribuídas num povoamento disperso nos terrenos do troço médio do vale do Guadiana, na área situada entre os rios Degebe e Guadiana, funcionando como elemento condicionante ao tipo de povoamento e ao modelo de exploração económica destas comunidades (Marques *& alii*, no prelo).

A maioria dos sítios analisados localizava-se em rechãs ou pequenas plataformas situadas nas zonas interfluviais, junto a talvegues pouco pronunciados e, nalguns casos, em terraços fluviais ou junto a pequenas várzeas abertas, que denuncia um padrão de assentamento baseado sobretudo na proximidade dos tributários do rio Guadiana, principal recurso da área de estudo e nas suas linhas de água subsidiárias (Marques *& alii*, no prelo).

Quanto à organização e modelo do habitat, o conjunto das estações intervencionadas foi agrupado em três principais tipos de sítios: por um lado os montes, conjuntos formados por moradia e edificações de apoio para unidades agrícolas de reduzida dimensão, onde viveria ou uma família nuclear ou uma família alargada; por outro lado as casas de apoio a trabalhos agrícolas, com ocupações ainda que eventualmente sazonais, podendo também observar-se uma variante correspondente a um grupo de pequenos casais, constituídos por edificações isoladas, eventualmente em conexão uns com os outros, articulando-se através do núcleo central do latifúndio; e por último as construções de apoio a actividades pastoris, como as pocilgas ou chafurdos, de acordo com a designação regional (Marques *& alii*, no prelo).

São exemplos do primeiro grupo de sítios, os montes: temos o Cabeçana 4, com ocupação sobretudo alto medieval (séculos V-VIII), o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI), o Monte Roncão 10, habitat da Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV), e ainda os sítios atribuídos ao período moderno, Monte Roncanito 23 (século XVII) e Monte da Tapada 40, além de hipoteticamente se poder integrar neste grupo o arrasado Monte Barbosa 5.

Verifica-se que em todos os períodos encontramos este tipo de estruturas que, embora com localizações diferentes, espelham a continuidade de uma forma específica de ocupação do território em que prima a proximidade do grupo camponês ao meio que lhe providencia o sustento (Marques *& alii*, no prelo).

No segundo grupo tipológico, as casas de apoio as actividades agrícolas, temos como exemplos o Espinhaço 4 e o Espinhaço 5, Rocha da Gramacha 2, em que a estrutura habitacional é reduzida ao mínimo para albergar uma família, e ainda, eventualmente, os muito destruídos Espinhaço 7 e Cabeçana 7.

O terceiro grupo, que se refere às construções de apoio a actividades pastoris, integra os chafurdos identificados no Monte Barbosa 7, no Monte Roncanito 5, no Monte Roncanito 17 e no Espinhaço 6.

Pode-se ainda referir um subgrupo de apoio aos trabalhos do campo, constituído por uma lareira estruturada para apoio, por exemplo, aos trabalhos de ceifa, caso do Monte Roncanito 26.

O facto de os trabalhos arqueológicos se encontrarem limitados à cota 152 metros – nível pleno de armazenamento (NPA) da barragem de Alqueva – poderá explicar algumas das lacunas detetadas no povoamento e a serem desenvolvidas na linha de investigação que nos encontramos a desenvolver nesse âmbito: a ausência de espaços funerários bem estruturados e a aparente ausência de espaços de

sociabilidade, como no caso dos locais e edificações de culto.

Relativamente à tipologia dos edifícios e sua evolução, a estrutura mais complexa revelou ser na Antiguidade Tardia e na transição para o período islâmico, como se pode constatar no caso do sítio Cabeçana 4, que albergariam pouco mais do que uma unidade familiar alargada (Marques *& alii*, no prelo).

O estudo de uma tipologia de pequenos núcleos rurais, que habitualmente não são objecto de investigação devido à sua pobreza material, permitiram exumar elementos da cultura material das populações, que numa ampla diacronia, ocuparam e exploraram este território.

Sobretudo, por volta dos séculos VII-VIII, vai-se intensificar o processo de ruralização da sociedade que marca o início da Idade Média, que dá lugar a multiplicação de pequenos núcleos de povoamento em muitos casos alheios às influências urbanas, verificando-se que da Alta Idade Média até à conquista cristã, a ocupação deste território deverá ter mantido alguma continuidade populacional e de alguns aspectos da cultura material (Marques *& alii*, no prelo).

Também durante a Idade Moderna e mesmo até à Época Contemporânea verifica-se que vão persistir alguns destes modelos de povoamento e destas tipologias e técnicas construtivas.

BIBLIOGRAFIA

ANGELLUCI, Diego E. (2003) – *Estudos de geoarqueologia no Castelo da Lousa – Mourão*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (Cadernos do CIPA; 40). 42 p.

BOONE, James L. (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri. ISBN 0874-9701. N.º 4 (2001) pp. 105-121.

CATARINO, Helena (1997/1998) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *al-'ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. N.º 6 (1997/1998) 3 vols., 1306 p.

MARQUES, João *& alii* (no prelo) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno). Bloco 14: – Intervenções e estudos no Alqueva.*

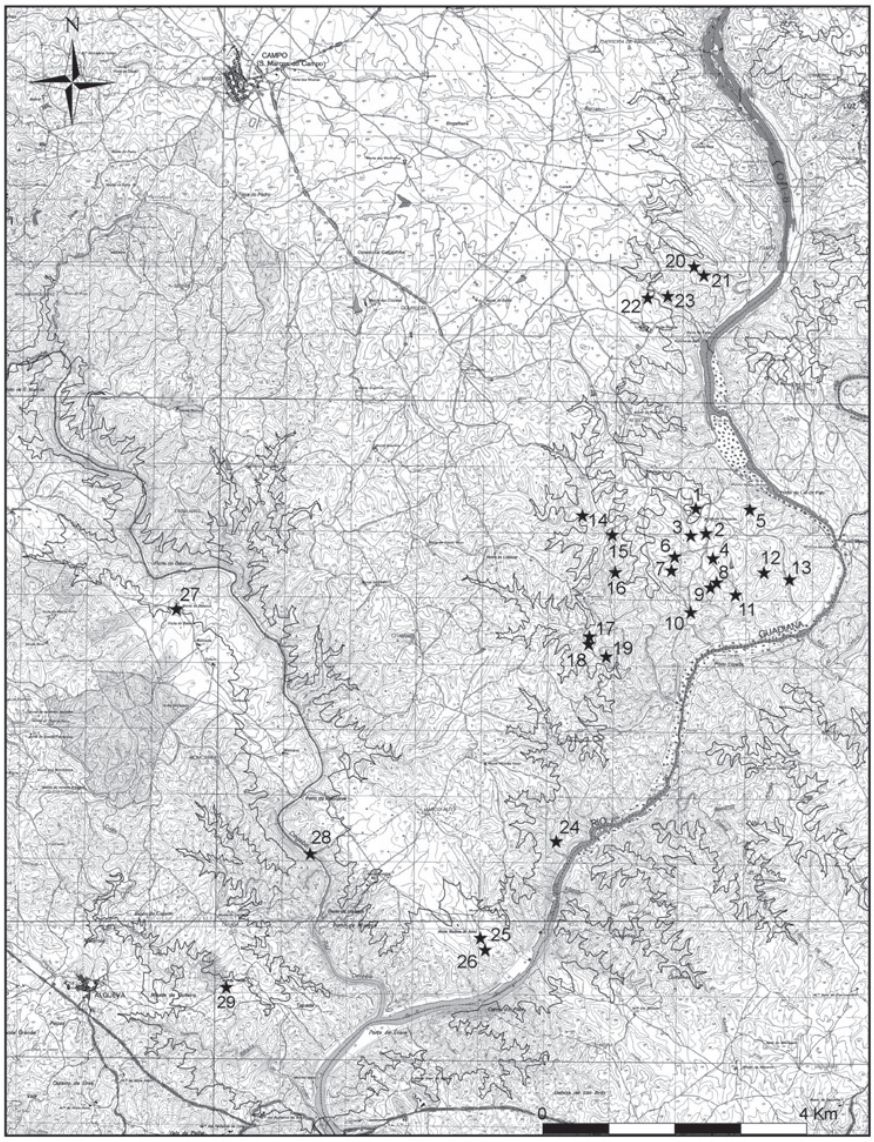
SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana. Do inventário patrimonial à minimização dos impactes*. Memorias d'Odiana, n.º 1. Beja: EDIA. 416 p.

TORRES, Cláudio (1992) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica*". Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 1, pp. 189-202.

TORRES, Cláudio (1995) – O Garb Al-Andaluz. Identidade de um território. In *Actas do Seminário Identidade, Mudança e Criatividade: A Liderança do Futuro*. Lisboa: Ed. Academia Militar. pp. 15-29.

WICKHAM, Chris (2004) – Sobre la mutación socioeconómica de larga duración en occidente durante los siglos V-VIII. *Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 22, pp. 17-32.

Localização em Portugal Continental da área do regolfo da Barragem de Alqueva.



Zona de estudo do Bloco 14 e situação dos sítios arqueológicos - extracto das Cartas Militares Portuguesas (CMP) n.ºs 482, 491 e 501, à escala 1:25 000.

1 - Monte Roncanito 2
2 - Monte Roncanito 5
3 - Monte Roncanito 4
4 - Monte Roncanito 10
5 - Monte Roncanito 26
6 - Monte Roncanito 13
7 - Monte Roncanito 14
8 - Monte Roncanito 17
9 - Monte Roncanito 18
10 - Monte Roncanito 23
11 - Cabeçana 3
12 - Cabeçana 4
13 - Cabeçana 7
14 - Espinhaço 7
15 - Espinhaço 9
16 - Espinhaço 11
17 - Espinhaço 4
18 - Espinhaço 5
19 - Espinhaço 6
20 - Monte Roncão 13
21 - Monte Roncão 12
22 - Monte Roncão 11
23 - Monte Roncão 10
24 - Rocha da Gramacha 2
25 - Monte Barbosa 5
26 - Monte Barbosa 7
27 - Monte do Balanco
28 - Monte Musgos 3
29 - Monte daTapada 40

Figura 1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados.

Figura 2 – Vista do regolfo de Alqueva desde o sítio Cabeçana 4, em 2002.

Figura 3 – Cabeçana 4, plano final.

QUINTA DA GRANJA 1 (MAIORGA, ALCOBAÇA): NOVOS DADOS SOBRE O POVOAMENTO DA ESTREMADURA NA ALTA IDADE MÉDIA

Cristina Gonzalez / Arqueóloga, CRIVARQUE, Lda / cgonzalez@crivarque.net

RESUMO

A cerca de 500 m a sul da povoação da Maiorga, Alcobaça, foi recentemente identificado e escavado o que restava de um sítio de ocupação alto-medieval. Situava-se num local com domínio visual sobre a vasta planície que se estendia para oeste até à Nazaré. Pelas suas características, a Quinta da Granja 1 parece-nos passível de ser classificada como um local de habitat permanente, embora de relativamente pequenas dimensões. Encontrava-se consideravelmente mal preservado, subsistindo apenas ao nível de estruturas negativas escavadas no substrato geológico.

A sua importância prende-se sobretudo com o pouco conhecimento acerca das populações existentes nesta região no período que decorre entre a desagregação do império romano e a Reconquista cristã.

ABSTRACT

In recent times, the remains of an early medieval site were identified and excavated about 500 m south of Maiorga, a village in Alcobaça (Leiria). The site was located on the top of a small natural hill with significant visual dominance over the vast plain that extends westwards until Nazaré. Quinta da Granja 1's characteristics indicate that it was used as a small scale permanent habitation. The site was badly preserved with only negative structures dug in the geological substrate remaining.

The site is significant because of the lack of knowledge that exists concerning the populations that occupied the region between the fall of the Roman Empire and the Christian reconquest.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2010, a CRIVARQUE realizava os trabalhos arqueológicos associados à construção do recentemente inaugurado IC9, via de ligação entre Tomar e a Nazaré. Nesse ano, em particular no troço entre Nazaré e Alcobaça, onde se situa hoje o nó de Maiorga, a arqueóloga Joana Vivas detectou em acompanhamento vários sítios nas imediações do topónimo "Quinta da Granja". O primeiro a ser descoberto, de cronologia medieval, é o que será tratado neste âmbito, deixando para outra oportunidade os restantes[1]. A sua inevitável destruição pela sobreposição total com o traçado da via levou à escavação integral das estruturas, bem como à despistagem de toda a área envolvente.

ENQUADRAMENTO

O sítio Quinta da Granja 1 situava-se no distrito de Leiria, concelho de Alcobaça, freguesia de Maiorga, entre as Quintas da Granja e das Cidreiras. Localizava-se no topo de um pequeno cabeço natural, com cotas máximas de 39 m, referenciado

1. A escavação da Quinta da Granja 1 decorreu entre Outubro e Novembro de 2010. Nos meses que se seguiram, prolongando-se pelo ano de 2011, foram intervencionados nas imediações outros dois sítios, que se inseriam na mesma área de afectação provocada pelo nó de Maiorga, designados como Quinta da Granja 2 e 3 que não se deverão confundir com o sítio que aqui tratamos, com cronologias no âmbito da Pré-história recente.

na folha nº 317 da Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000 (Figura 1), que hoje se encontra profundamente alterado pela construção do IC9 (coordenadas Hayford-Gauss, Datum 73 de Lisboa: M -73065.40, P -10341.14, A 38,78).

Do ponto de vista geológico, encontrava-se sobre formações do Jurássico superior indiferenciado designadas de "Grés superiores com vegetais e dinossáurios" (Figura 2). São descritas como um complexo de grés e argilas de tons acinzentados, azulados, arroxeados, avermelhados e amarelados (França e Zbyszewski, 1963, p. 26).
O topo do cabeço onde se implantou o sítio constituía na verdade uma plataforma relativamente plana, que se destacava como a primeira elevação mais marcada no terreno a este das povoações da Maiorga e da Fervença. Imediatamente a oeste, situa-se a actual planície aluvial da Nazaré. Esta corresponde a uma área de depressão que se estende desde a faixa costeira da Nazaré, passando por um estreitamento na Ponte das Barcas e alargando novamente para sul até Famalicão e depois de Valado dos Frades até à Fervença, Maiorga e Casalinho onde encontra os seus limites a este. Os limites entre a planície aluvial e o complexo de grés do Jurássico superior e as "Camadas de Alcobaça" do Lusitaniano superior na área genericamente triangular entre Valado dos Frades, Fervença e Maiorga parecem coincidir com o traçado de uma falha, marcada por troços da ribeira de Fanhais e do rio Alcôa e por uma brecha vulcânica a oeste da Póvoa (Henrique e Dinis, 2006, p. 6).
A planície aluvial, também designada de várzea, terá sido formada por erosão durante os períodos glaciares do Quaternário e particularmente no mais recente (Würm), em que o nível do mar se encontrava muito mais baixo que o actual e o terreno muito mais exposto. Durante o Holoceno, a subida do nível do mar, principalmente durante a Transgressão Flandriana, inundou a planície formando uma extensa laguna que chegaria até à Fervença e Maiorga, e que é frequentemente chamada de Lagoa da Pederneira (*ibidem*, p. 2). A lagoa seria navegável pelo menos até ao final do século XII, conforme as descrições medievais que Vieira Natividade refere sobre a circulação de embarcações provenientes de Lisboa que vinham carregar madeira ao porto da Fervença, no ano de 1201 (1960, p. 102). É provável, contudo, como tem sido revisto em estudos mais recentes, que nessa altura apenas navegassem no seu interior barcos de menor envergadura e o porto da Fervença estivesse já desactivado, ao invés do porto que se situaria em frente à Pederneira (na entrada da laguna) e que continuava a ser um importante ponto de escala e distribuição (Guincho, 2010, p. 33). A lagoa foi sendo a partir da Baixa Idade Média progressivamente assoreada, o que se tem tradicionalmente atribuído às acções de arroteamento desenvolvidas pelos monges cistercienses para conquista de terra agrícolas, mas também devido ao abate intensivo de árvores ao longo do século XV e consequente erosão dos terrenos (*ibidem,* p. 44). No século XVIII, os terrenos de tipo paúl foram finalmente drenados e dão lugar a uma planície de campos extremamente férteis.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA – METODOLOGIA

Na sequência dos trabalhos de acompanhamento arqueológico foram então identificadas treze manchas de sedimento acinzentado que indiciavam tratarem-se de estruturas de planta sub-circular escavadas no substrato geológico de arenito. Após a remoção da camada vegetal que cobria a plataforma natural, observava-se de imediato o substrato geológico, o que levou a que a escavação arqueológica incidisse somente no interior de cada uma das estruturas (Figura 3). De modo a delimitar a extensão do sítio, procedeu-se também à prospecção do terreno envolvente, bem como à realização de dez sondagens de 2 m² cada na vertente a sudeste de onde se detectaram as estruturas, com o objectivo de se recolher um volume artefactual significativo para completar a caracterização do sítio.
Apesar de como referimos, terem sido detectadas treze estruturas, apenas iremos considerar aqui doze delas, pois a estrutura nº 8 parece remontar a cronologias mais recuadas, provavelmente em torno da Idade do Bronze.

CARACTERIZAÇÃO DO POVOADO

A Quinta da Granja 1 enquanto sítio alto-medieval apresentava-se então na forma de doze estruturas negativas de plantas tendencialmente circulares, escavadas no substrato geológico de arenito. Encontravam-se todas relativamente próximas umas das outras (Figura 4), dispersando-se sobre uma área total de cerca de 1000 m². Apresentavam

algumas variações no que respeita a dimensões, perfis e composição dos seus enchimentos, que as permitem diferenciar quanto à natureza das suas funções (Quadro 1).

Quadro 1 – Morfologia das estruturas negativas escavadas na Quinta da Granja 1 com cronologia medieval.

Estrutura	Categoria	Planta	Perfil	Fundo	Dimensões (m)	
					Diâmetro	Profundidade
1	Combustão	Oval/irregular	Em "U"	Plano	1,00 – 1,20	0,10
2	Silo/Combustão	Sub-circular	Hemisférico	Côncavo	1,30	0,40
3	Combustão	Sub-circular	Côncavo	Plano	1,30 - 1,35	0,10
4	Combustão	Sub-circular	Côncavo	Côncavo	1,00 - 1,10	0,20
5	Combustão	Sub-circular	Em "U"/irregular	Plano	0,90 - 1,10	0,15
6	Silo	Circular	Hemisférico	Plano	1,30 - 1,35	0,60
7	Silo/fossa	Circular	Hemisférico	Plano	1,10 - 1,20	0,60
9	Silo	Circular	Em "U"	Plano	1,20 - 1,25	0,35
10	Silo/fossa	Sub-circular	Em "U"/irregular	Plano	1,10	0,95
11	Silo/fossa	Oval/irregular	Irregular	Plano	0,90 - 1,05	0,70
12	Silo/fossa	Circular	Hemisférico	Plano	1,05 - 1,10	0,55
13	Silo/fossa	Circular	Em "U"	Plano	1,15	0,80

Quatro destas estruturas (1, 3, 4 e 5) identificaram-se como lareiras realizadas em *cuvette*. A sua planta de cariz mais irregular parece não apresentar a mesma preocupação visível nas estruturas construídas para terem maior profundidade. O seu enchimento apresentava vestígios de utilização de fogo, quer através da presença de carvões no sedimento, blocos de arenito com marcas de exposição ao calor, fauna queimada (elevada presença na estrutura 1) e argila cozida (com grande abundância na estrutura 4, aqui também associada a sementes carbonizadas; Figura 5).

A estrutura 2 suscitou algumas dúvidas quanto a considerá-la uma estrutura de combustão construída de início para esse efeito ou um silo utilizado como fossa de despejo após a sua desactivação. O seu enchimento revelava um primeiro depósito de sedimento avermelhado muito argiloso e posteriormente um nível repleto de blocos de arenito queimados. A pouca profundidade da estrutura (40 cm) associada aos vestígios deixados pelo fogo, sugere uma função ligada à combustão. No entanto, a sua planta e perfil tão regulares, bem como a abundância de cerâmica utilitária doméstica, alguns fragmentos de telhas, e elevado volume de fauna coincide com um enchimento característico de uma fossa de despejo. Parece-me talvez mais provável tratar-se do que restou da base de um anterior silo aproveitado como fossa, onde o fogo teria lugar para queimar os detritos acumulados.

As outras sete estruturas parecem ter sido construídas com uma função de armazenagem enquanto silos. A escavação das estruturas 6 e 9 revelou um enchimento único ([601] e [902]) com muito pouco espólio associado, parecendo denunciar um processo rápido entre a desactivação da estrutura e o seu preenchimento. No interior da estrutura 11 foi também recolhido um volume muito reduzido de espólio, que contrasta com uma profundidade maior relativamente às estruturas atrás referidas. O seu perfil bastante irregular desperta contudo algumas dúvidas se teria sido construído para servir inicialmente enquanto silo ou fossa.

As estruturas 7, 10, 12 e 13 revelaram um enchimento faseado, com momentos que indicam a realização de "queimadas" no interior das estruturas, e um considerável volume de espólio (Figura 6). Do ponto de vista formal, parecem demonstrar algum investimento na sua construção bastante regular, de perfil hemisférico ou em "U". O que poderá ter sido construído como silo, foi seguramente aproveitado enquanto fossa/lixeira durante um período de tempo continuado.

O conjunto artefactual proveniente do enchimento das estruturas é diversificado quanto à sua composição e consideravelmente homogéneo de um ponto de vista cronológico. Não esquecemos algumas

excepções, como a presença de um fragmento de *terra sigillata* hispânica e de elementos líticos (particularmente lascas sobre sílex e quartzito) que surgem de forma residual e podem ser explicados com a existência comprovada de outros núcleos de povoamento na zona envolvente. No entanto, globalmente, o espólio associado enquadra a Quinta da Granja 1 na Alta Idade Média, num intervalo de tempo que podemos delimitar entre os séculos VII e IX, parecendo reunir influências visigóticas e emirais.

O espólio cerâmico é o mais significativo em volume, dominado por recipientes de cariz utilitário para cozinhar sobretudo e para transportar/servir alimentos à mesa e armazenagem. A clara maioria dos fragmentos cerâmicos pertence a formas fechadas, principalmente panelas ou potes, jarros, jarrinhas, cântaros e talhas (Figura 7).

Destaquem-se as panelas, numa forma sem asas que é bastante comum nos séculos VIII e IX (Figura 7. 1-3), podendo ser encontrada com frequência em diversos contextos peninsulares da transição do período visigótico para o emiral ou plenamente emiral, como em Alcoutim (Catarino, 1999, Est. I.1), El Gatillo, Cáceres (Caballero Zoreda, 1989, fig. 11.3-7), Navalvillar, Madrid (*ibidem*, fig. 9.4) ou Tolmo de Minateda, Albacete (Gutiérrez Lloret, Gamo Parras e Amorós Ruiz, 2003, fig. 26.3, 27.1-3). São de referir os jarros trilobados, de corpo bojudo e estreitamento no colo (Figura 7. 5), e jarros e uma jarrinha de clara tradição islâmica, com corpo globular, colo alto demarcado e bordo direito (Figura 7. 6-8), formas que se podem encontrar com frequência em sítios emirais e califais da Península como Tolmo de Minateda (*ibidem*, fig. 20.5, fig. 21.6), Mérida (Alba e Feijoo, 2003, fig. 11B *jarro* 4-5) e Ronda, Málaga (Acién Almansa *& alii*, fig. 19.133-136). A inexistência de qualquer traço de pintura ou vidrado nestas peças pode indicar uma cronologia mais precoce, estreitamente emiral. Refira-se ainda um grande recipiente, que designámos como "talha" devido à cronologia medieval em que se insere, cuja forma bastantes autores continuam a designar como *dolium* por aproximação aos modelos romanos. Tem sido encontrada em níveis do século VI e inícios do VII (*ibidem*, fig. 3.25; Murcia Muñoz e Guillermo Martinez, 2003, fig. 4.25-27), embora possa sobreviver até períodos mais avançados, tendo sido registada já em período emiral (Alba e Feijoo, 2003, fig. 12 D. *tinaja* 1).

As formas abertas são bastante mais raras, reduzindo-se a alguidares, uma forma de tipo queijeira/escoador e duas possíveis taças, que não podemos assegurar devido à pequena dimensão dos fragmentos.

Do ponto de vista dos fabricos, a cerâmica produzida a torno é maioritária, sobretudo entre as cerâmicas de cozinha e serviço/transporte. A técnica manual continua a ser aplicada no fabrico de peças de grandes dimensões, como as talhas, mas ocasionalmente ainda nalguns jarros (Figura 7. 4). As pastas são maioritariamente castanhas a cinzentas-escuras ou mesmo negras, com cozeduras redutoras algo irregulares, no caso das panelas e jarros/púcaros. Outras peças como as jarrinhas de pastas mais depuradas, e algumas panelas/potes apresentam também pastas mais claras, castanhas a alaranjadas, com cozeduras oxidantes e redutoras/oxidantes. O tratamento das superfícies é bastante simples, alisado e nalguns casos com um ligeiro engobe. Não existem peças vidradas e a única decoração que se pode encontrar resume-se a simples linhas incisas onduladas abaixo do bordo e linhas "cordadas" impressas na superfície de algumas talhas.

É significativa ainda a cerâmica de construção, bastante abundante, sob a forma telhas de meia cana (*imbrices*), não se verificando qualquer elemento de *tegula*. Encontram-se também com frequência nódulos de argila cozida e fragmentos de cerâmica com pastas muito mal cozidas e vestígios da acção do fogo, que poderiam pertencer às próprias estruturas de combustão.

Surgem contudo alguns objectos do quotidiano com influências estéticas islâmicas, cujos paralelos podemos observar em contextos mais tardios de época almoada em sítios do Sul, como Silves e Mértola. É o caso de um elemento em cobre, pertencente talvez ao cabo de alguma peça, com decoração num padrão de pequenos círculos lembrando os motivos sobre os objectos de fiação em osso encontrados no arrabalde de Silves (Gonçalves, Pereira e Pires, 2008) e um cossoiro em osso (Figura 8) com decoração incisa de bandas concêntricas com linhas interiores em "zigue-zague", com paralelos em objectos de morfologia semelhante em Silves (*ibidem*, p. 192) e Mértola (Macias, 1996, p. 90). É de referir também as semelhanças de uma tesoura em ferro recolhida no interior da estrutura 13 com outro exemplar proveniente da mesma localidade alentejana (*ibidem*, p. 91).

O conjunto osteológico recolhido no interior das

estruturas é de um volume relevante, que importaria também estudar com maior detalhe no futuro. É constituído maioritariamente por fauna mamalógica, mas também ornitológica, ictiológica e malacológica. Na fauna mamalógica destaca-se a presença de bovídeos (*bos taurus*), ovelha ou cabra (*ovis/capra*), javali ou porco (*sus scrofa/domesticus)* e lebre (*lepus sp.*).

A QUINTA DA GRANJA 1 E AS EVIDÊNCIAS DE POVOAMENTO ALTO-MEDIEVAL

Quando pensamos nesta região da Estremadura, e no concelho de Alcobaça em particular, de um ponto de vista histórico não conseguimos desassociar da presença do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e da influência que os monges cistercienses exerceram sobre este território desde que nele se instalaram na segunda metade do século XII. No entanto, apesar da discussão sobre o ermamento ou não desta região aquando do seu "repovoamento" pelos colonizadores pós-Reconquista cristã ainda estar algo presente no seio da historiografia medieval, existem algumas evidências arqueológicas que atestam a existência de comunidades fixadas num período imediatamente anterior e nas quais a Quinta da Granja 1 se inclui.

Para o período romano os vestígios arqueológicos são mais numerosos, sendo que alguns apresentam uma continuidade de ocupação pela Alta Idade Média. Destaca-se nas proximidades a *villa* de Parreitas, na freguesia de Bárrio (Alcobaça), e sítios que subsistem em período pós-romano ainda que com reestruturações de carácter construtivo e/ou ao nível do tipo de ocupação, como é o caso de um assentamento com algum relevo em Póvoa de Cós, da *villa* do Arneiro, em Maceira já no concelho de Leiria, ou da igreja medieval de São Gião (Nazaré) construída sobre estruturas romanas (Bernardes, 2005, p. 567).

Dos séculos que se seguem à desgregação do império romano do ocidente chegam-nos poucos vestígios conhecidos, deparando-nos principalmente com dúvidas quanto à caracterização de sítios que nos chegam através da tradição historiográfica ou mesmo oral, mas na sua maioria através de prospecções. Com efeito, foram em grande parte identificados através de materiais à superfície pouco diferenciadores, sobretudo cerâmica de construção (*imbrices*), por vezes escória, que remetem para um fundo comum romano/alto-medieval (Figura 9). A escavação arqueológica resolveria seguramente uma grande parte destas dúvidas. A igreja paleocristã de São Gião, no concelho da Nazaré, é por isso um monumento de extrema importância. A sua primeira fase construtiva é situada entre os séculos VII e XII (Fontes e Machado, 2010, p. 38), revelando a existência de uma significativa comunidade cristã, moçárabe, que se mantém no mesmo espaço durante e após a ocupação muçulmana.

A Lagoa da Pederneira, como uma importante entrada do mar para o interior, estava marcada por outro tipo de construções que praticamente não sobreviveram até aos nossos dias se não através dos relatos escritos: torres com funções de vigia, defesa, controle da entrada dos barcos e mercadorias ou simplesmente faróis. Seriam em número de oito, segundo consta das descrições dos monges cronistas e de Manuel Vieira Natividade, podendo ter sido construídas em período visigótico ou islâmico, mas provavelmente ocupadas durante o último (Barbosa, 1990, p. 9). É referida a existência de uma na Fervença, na freguesia da Maiorga, a "Torre das Colmeias" (Marques, 1994, p. 156), embora não se conheçam quaisquer vestígios arqueológicos que a comprovem. A Torre de D. Framondo, em Famalicão da Nazaré, é a única da qual se conhecem as ruínas, cuja planta foi realizada por Eduíno Borges Garcia nos meados do século XX (Barbosa, 1990, p. 4). Em Póvoa de Cós existe também a tradição de um castelo sobranceiro à Lagoa da Pederneira (Marques, 1994, p. 134)., desconhecendo-se se anterior ou posterior ao domínio islâmico, mas que não aparece referenciado no registo arqueológico (base de dados Endovélico).

A povoação existente na Quinta da Granja 1 teria sido em parte contemporânea do funcionamento da igreja paleocristã de São Gião. A análise do espólio parece indicar estarmos perante uma ocupação alto-medieval, particularmente centrada entre os séculos VII e IX, reunindo tradições locais tardo-romanas e visigóticas às emirais, o que nos leva a considerar uma continuidade das mesmas populações sob domínio islâmico. Estas podiam tratar-se de moçárabes ou *muladis*, sendo que o consumo de carne de porco como se verificou neste sítio apenas nos indica que não estamos perante populações exógenas vindas com a conquista muçulmana, que podendo terem sido ou não convertidas não respeitavam os novos ritos.

Podemos imaginar um território com um povoamento de fraca densidade, que apenas voltará a conhecer uma organização jurídico administrativa relevante após a Reconquista, mas onde subsistem e se implantam alguns centros de ocupação em torno da Lagoa da Pederneira. A comunidade que habitava a Quinta da Granja 1 não escolheu um sítio protegido e pouco destacado na paisagem para se instalar, fugindo aos tempos "conturbados" das invasões. Pelo contrário, seria relativamente acessível, situado a uma cota de 39 m, com vasto domínio visual sobre a Lagoa. A sua economia estaria em parte ligada a este importante recurso (denote-se a presença de fauna ictiológica e malacológica) e tendo ou não existido a Torre das Colmeias, junto à Fervença, é plausível considerarmos a hipótese de ter funcionado algum equipamento portuário que estabelecesse a relação com esta e outras comunidades por identificar.

BIBLIOGRAFIA

ACIÉN ALMANSA, Manuel; CASTAÑO AGUILAR, José Manuel; NAVARRO LUENGO, Ildefonso; SALADO ESCAÑO, Juan Bautista; VERA REINA, Manuel (2003) – Cerámicas tardoromanas y altomedievales en Málaga, Ronda y Morón. *Cerámicas tardoromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 411-454.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2003) – Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral. *Cerámicas tardoromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 483-504.

BARBOSA, Pedro Gomes (1990) – O Medievalista e a Arqueologia (reflexões sobre o caso português). *Revista ICALP.* Lisboa. 19. [Consult. 12 Junho 2013]. Disponível em WWW: URL:http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/medievalista.pdf

BERNARDES, João Pedro (2005) – Entre romanos e medievos. O problema do povoamento da região de Leiria durante a Alta Idade Média. *Arquipélago – História*. Ponta Delgada. 2ª série, IX, pp. 563-576.

CABALLERO ZOREDA, Luis (1989) – Cerámicas de "época visigoda y postvisigoda" de las provincias de Cáceres, Madrid y Segovia. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid. 3, pp. 75-107.

CARVALHO, Susana; CARVALHO, Vânia (2007) – Relatório de progresso da Carta Arqueológica de Leiria (2004--2007). Leiria: Câmara Municipal [Não publicado].

CATARINO, Helena (1999) – Cerâmicas omíadas do Garb Al-andalus: Resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim). *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén. 6, pp. 113-132.

FONTES, Luís; MACHADO, André (2010) – *São Gião da Nazaré. Trabalhos Arqueológicos. Fase III – Sondagens nos alçados e no solo. Relatório Final.* Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

FRANÇA, José Camarate; ZBYSZEWSKI, Georges (1963) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 26-B Alcobaça*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

GONÇALVES, Maria José; PEREIRA, Vera; PIRES, Alexandra (2008) – Ossos trabalhados de um arrabalde islâmico de Silves: aspectos funcionais. *Xelb. Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves. 8, pp. 187-214.

GUINCHO, Carlos Abílio (2010) – *O povoamento na área da Lagoa da Pederneira (da ocupação romana até ao século XII)*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. Vol.I. Lisboa: Universidade Aberta.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia; GAMO PARRAS, Blanca; AMORÓS RUIZ, Victoria (2003) – Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el Sudeste de la Península Ibérica. *Cerámicas tardoromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 119-168.

HENRIQUES, Maria Virgínia; DINIS, Jorge (2006) – Avaliação do- enchimento sedimentar holocénico na planície aluvial da Nazaré (Estremadura Portuguesa). *X Colóquio Ibérico* de Geografia. Évora. [Consult. 12 Junho 2013]. Disponível em WWW: URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/079.pdf.

MACIAS, Santiago (1996) – *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII--XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico.

MARQUES, Maria Zulmira (1994) – *Por terras dos antigos coutos de Alcobaça. História, Arte e Tradição.* Alcobaça: [s.n.].

MURCIA MUÑOZ, Antonio Javier; GUILLERMO MARTÍNEZ, Martín (2003) – Cerámicas tardoromanas y altomedievales procedentes del teatro romano de Cartagena. *Cerámicas tardoromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 169-223.

NATIVIDADE, Manuel Vieira (1960) – *Mosteiro e Coutos de Alcobaça. Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento.* Alcobaça: Tipografia Alcobacense.

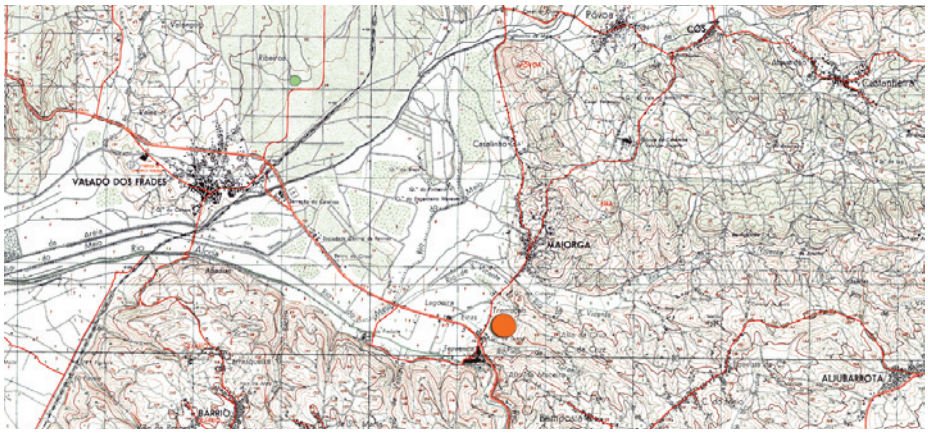


Figura 1 – Localização geográfica da Quinta da Granja 1 (folhas 307 e 317 da CMP, esc. 1:25 000).

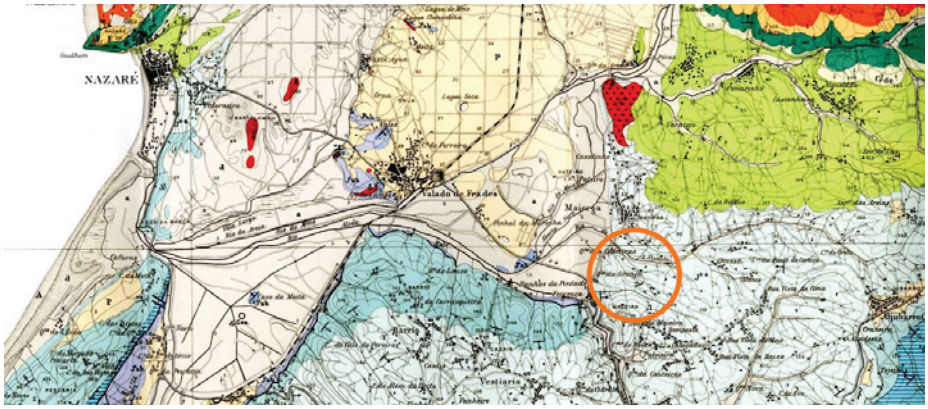


Figura 2 – Localização na folha 26-B Alcobaça da Carta Geológica de Portugal, esc. 1:50 000, sobre as camadas do Jurássico superior (azul-claro).

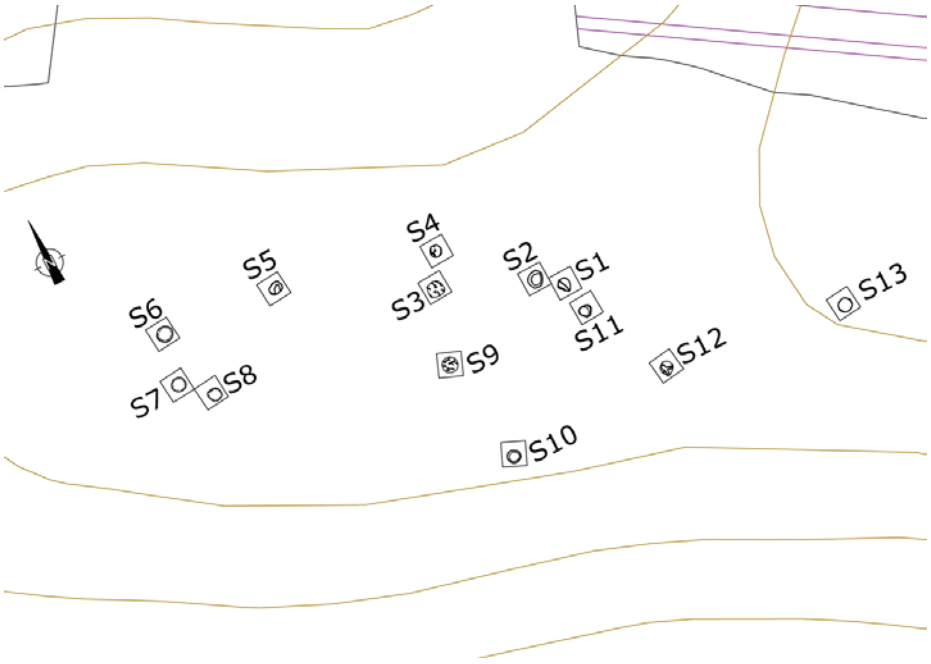


Figura 3 – Distribuição espacial das estruturas detectadas e implantação de áreas de escavação sobre cada uma delas (S1, S2, etc.).

Figura 4 – Vista para este sobre as estruturas 6, 7 e 8 (e a 5 ao fundo à esquerda).

Figura 5 – Estrutura 4. Lareira escavada em *cuvette*, coberta por níveis de cinzas e argilas.

Figura 6 – Estrutura 13. Silo reutilizado como fossa de despejo, preenchida por depósitos com bastantes blocos de arenito e grande volume de espólio.

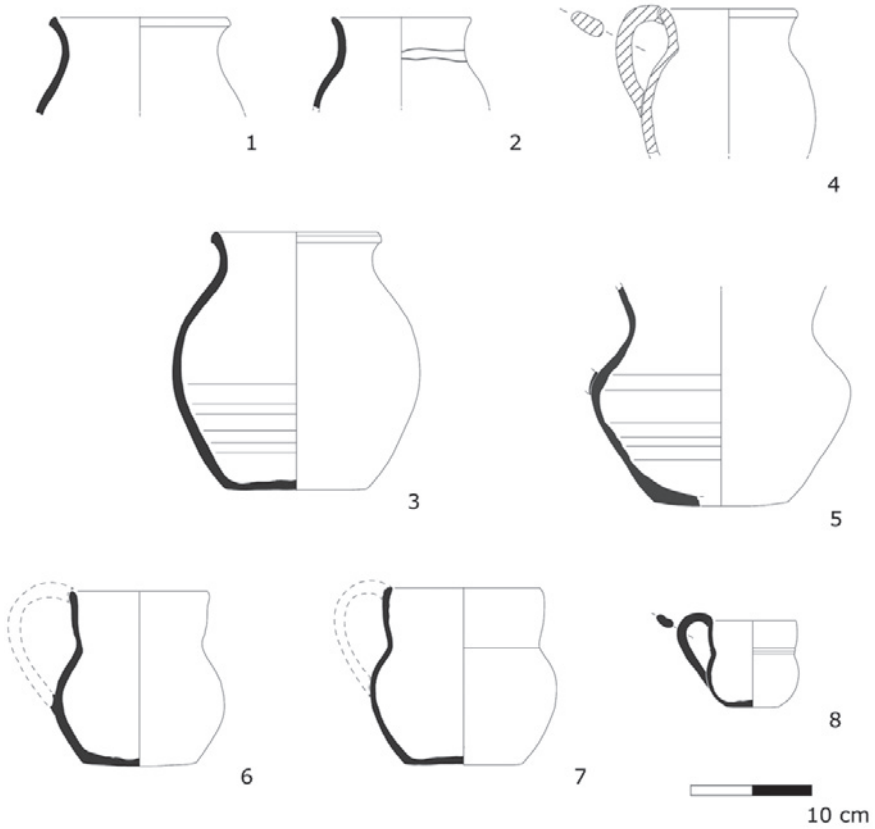


Figura 7 – Algumas das formas mais representativas: nº 1-3 panelas/potes, 4-7 jarros, 8 jarrinha.

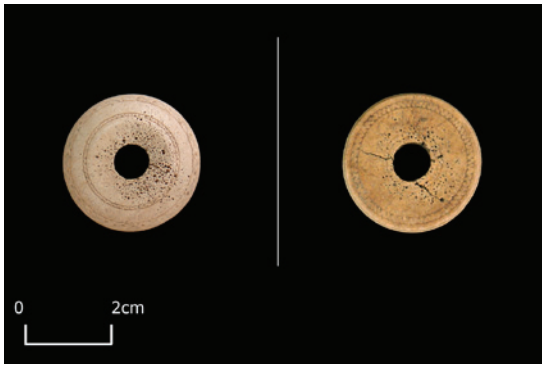


Figura 8 – Cossoiro em osso com decoração geométrica (estrutura 3, [301]).

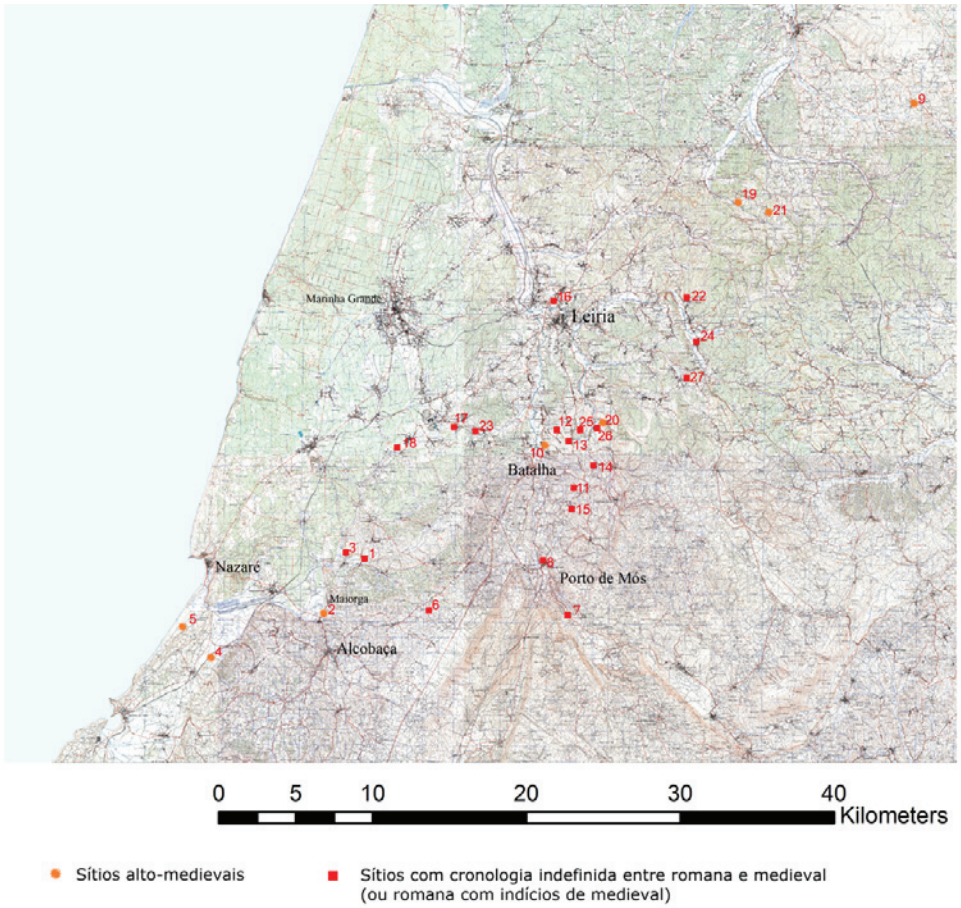


Figura 9 – Distribuição de sítios arqueológicos na região entre Alcobaça e Leiria com base em *Endovélico*, J. Pedro Bernardes (2005, p. 576) e Carta Arqueológica de Leiria (Carvalho e Carvalho, 2007). 1 – Santa Rita (Coz, Alcobaça), 2 – Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça), 3 – Póvoa de Cós (Coz, Alcobaça), 4 – Torre de D. Framondo (Famalicão, Nazaré), 5 – São Gião (Famalicão, Nazaré), 6 – Cumeira de Baixo (Juncal, Porto de Mós), 7 – Covinha da Laje/Zambujal de Alcaria (Alcaria, Porto de Mós), 8 – Escorial do Castelo (S. João Baptista, Porto de Mós), 9 – Igreja matriz de Abiul (Abiul, Pombal), 10 – Casal Vieiro (Golpilheira, Batalha), 11 – Casal das Carvalhas (Batalha, Batalha), 12 – Hortas 1 (Golpilheira, Batalha), 13 – *Collippo* (Golpilheira, Batalha), 14 – Vale Freixo (Reguengo do Fetal, Batalha), 15 – Arengões/Alcanadas? (Reguengo do Fetal, Batalha), 16 – Martim Gil (Marrazes, Leiria), 17 – Arneiro (Maceira, Leiria), 18 – A-do-Barbas (Maceira, Leiria), 19 – Cabeço do Pedrogo/Carrascal (Colmeias, Leiria), 20 – Arrifes (Cortes, Leiria), 21 – Alcouvim/Vale dos Lagares (Memória, Leiria), 22 – Casal do Fagundo (Caranguejeira, Leiria), 23 – Costa de Cima (Maceira, Leiria), 24 – Escorial 1 (Caranguejeira, Leiria), 25 – Galhetes (Cortes, Leiria), 26 – Ulmeiro (Cortes, Leiria), 27 – São Bento (Arrabal, Leiria).

O BAIRRO DE MĀDINA YĀBURA

Vanessa Galiza Filipe / IAP FCSH; UNL / nessa_filipe@hotmail.com

RESUMO

As intervenções arqueológicas desenvolvidas no espaço do actual Museu Municipal de Évora foram realizadas nos anos de 1996 e 1997 pela empresa de arqueologia Arkhaios em estreita colaboração com Theodor Hauschild e o Instituto Arqueológico Alemão. A abordagem arqueológica centrada nos níveis de ocupação islâmica permitiu o desvelar de informações sobre o legado civilizacional islâmico em Évora, nomeadamente o processo de urbanização do bairro residencial situado no interior de mādina Yābura.

ABSTRACT

The archaeological interventions developed in the space of the current Municipal Museum of Évora were performed in the years 1996 and 1997 by the company of archeology Arkhaios in close collaboration with Theodor Hauschild and the German Archaeological Institute. The archaeological approach centered on the levels of islamic occupation has allowed the unveiling of information about the Islamic civilization legacy in Évora, in particular the process of urbanization of the residential neighborhood located in the interior of mādina Yābura.

MĀDINA YĀBURA

Évora, cidade de origem romana, é incorporada na órbita de influência islâmica por 'Abd al -'Azīz, entre os anos de 714 a 716.

A memória escrita de Évora nos dois primeiros séculos de ocupação muçulmana prima pela sobriedade informativa. Este facto é sucedâneo, em parte, da instabilidade política e social sentida na sede de Kūra, Beja.

Contudo, à luz de um contexto militar no ano de 913, nomeadamente o ataque do rei asturo-leonês Ordonho II à urbe eborense (descrito por Ibn Hayyān, no Muqtabis V, e por um autor anónimo na Crónica Anónima de Abd al-Rahmān III al-Nasir), obtemos respostas sobre o estado imerso em que se encontrava a cidade.

A observação histórica das informações e elementos revelados neste episódio elucida-nos, de uma forma geral, sobre o tecido urbano da cidade de Évora, revelando-nos uma continuidade da malha urbanística romana aproveitada pelos muçulmanos eborenses, ao mesmo tempo que nos alerta para outros aspectos político-administrativos, sociais e culturais como a presença de um 'āmil na cidade, o medo da intrusão berbere, a fuga de aristocratas para Beja, a quantificação demográfica da população que habitava o núcleo urbano, entre outros.

A presente crónica também equaciona a conjuntura geopolítica, em 914, que beneficiou a cidade de Évora, colocando-a sob a alçada de Badajoz. Estratégicamente localizado na rede viária e topograficamente dominante face ao território envolvente, o centro eborense era um importante ponto de apoio militar para a cidade de Badajoz. Noção que Ibn Marwān possivelmente levou em conta, pois providenciou a reconstrução de seu perímetro amuralhado e juntou-o à causa muladí nomeando para o governo seu aventureiro amigo al-Surunbāqi.

A desagregação das autonomias regionais coloca Évora sob o poder do califa omíada 'Abd al-Rahmān III. De acordo com o seu empreendedorismo político, ideológico e construtivo, o impacto simbólico de uma muralha urbana estreitamente ligada às figuras políticas que a reconstruíram seria considerado uma debilidade na sua acção política. Por isso, a apropriação ideológica desse acontecimento fundacional (914) e, como julgamos nós, a construção de uma alcáçova e edificação da mesquita aljama de acordo com a política califal de controlo urbano e emergência de edifícios monumentais, expressão da hegemonia califal.

A desagregação da unidade califal, a partir de 1012, terá como consequência a passagem de todo o espaço islâmico peninsular a uma nova malha de estruturas político-administrativas (reinos).

A Taifa de Badajoz consagrar-se-à como um dos mais poderosos reinos do século XI. O principado dos Aftácidas compreendia o distrito militar noroeste, estendendo-se a sua autoridade pelas cidades de Coimbra, Santarém, Lisboa, Sintra, Évora, Alcácer do Sal e Beja.

Évora, cujas afinidades e ligações sociopolíticas mantinha com a urbe de Badajoz desde o século X, tornou-se a segunda cidade mais importante do reino aftácida. O florescer económico de Évora prende-se com a sua localização geográfica, preeminente para os objectivos comerciais, militares e políticos de Badajoz. Nesta base de entendimento, o território de Évora, posiciona-se como o ponto central da via comercial mais importante para o reino aftácida em direcção às suas duas cidades portuárias: Lisboa e Alcácer do Sal. O interesse comercial pelos portos litorais, excedentários em riquezas alimentares e importantes para o domínio marítimo e económico das grandes rotas mercantis, provoca a atracção pelo percurso económico este-oeste, revelando-se este quadro essencial para o desenrolar da história de Évora neste período.

A alteração do estatuto político e jurídico da cidade e região eborense no século XI para segunda cidade da Taifa de Badajoz, apoiada possivelmente numa elite culta e inovadora, permitiu a experiência governativa sobre um espaço económico, no qual a cidade de Alcácer do Sal era sua dependente. Não esqueçamos, que Muhammad b.' Abd Allāh, al – Muzaffar " (…) colocou nela o seu filho al-Mansūr." (Rei, 2000, p. 24), escolhendo o seu filho primogénito para a administração da urbe eborense de entre todas as cidades que existiam no seu reino. A morte do monarca de Badajoz leva ao trono o então senhor de Évora, causando a revolta de seu irmão Umar b. Muhammad al – Mutawakkil, também ele com pretensões ao trono da dinastia aftácida. Muhammad al – Mutawakkil assume o cargo de governador de Évora, mas sempre com a intenção de se tornar rei de todos os territórios de Badajoz.

As lutas entre os dois irmãos pelo reino de Badajoz, conduziu a uma nova etapa na história de Évora. Pensamos que a cidade tende a individualizar-se c omo espaço político autónomo, durante cerca de três ou quatro anos, duração do reinado de al-Mansūr em Badajoz, pois existe cunhagem de moedas em nome de al–Mutawakkil e um esplendor cultural confirmado por uma corte onde poetas, músicos e artistas deliciavam o seu senhor.

A morte prematura de al-Mansūr vai de encontro aos reais propósitos de al-Mutawakkil. O seu poder é legitimado enquanto rei da taifa aftácida e o território é unificado sob a sua autoridade, concluindo Évora o seu promissor papel de capital de um reino autónomo.

O enfraquecimento político e a debilidade militar vivenciada pelos reinos de Taifa, favoreceram a progressão cristã e foram o leitmotiv para a entrada, em 1086, de uma nova ordem política no Gharb: os Almorávidas.

Durante o período de dominação almorávida sabemos que o território eborense é controlado politicamente pelo chefe militar Sidrāy Ibn Wazīr. O seu percurso na hierarquia militar almorávida confere-lhe a patente e o domínio sobre um território estratégicamente importante.

Com o fenómeno de desagregação territorial emerge a personagem de Ibn Qasī, místico sufí, que funda em 1144 o primeiro reino independente anti-almorávida em Mértola. Num primeiro momento Ibn Wazīr adere ao movimento muridine propagado por Ibn Qasī, posteriormente a sua ânsia pelo poder coloca-o frente a frente com o seu antigo líder espiritual, confluindo na criação de um estado independente, com capital em Évora. A absorção de vários centros urbanos (Beja, Silves, Mértola) que outrora se enquadravam nos domínios de Ibn Qasī, formaram um reino de dimensões consideráveis.

A urbe de Évora enquanto capital de um reino desfrutou de uma duração efémera, consequência da submissão de todos os potentados locais por uma nova dinastia magrebina, os Almoadas.

Porém, Ibn Wazīr não saiu dos quadros administrativos andaluses. Assumindo-se como representante da soberania almoada nessa área, apenas lhe são limitados os poderes e confinados à região de Évora e Beja. Posteriormente, é nomeado governador de Silves e desprovido de quaisquer poderes sobre a região de Évora, sendo esta entregue ao almóada Mu'nis Ibn Yahyā al-'Arabī no ano de 1151.

A instabilidade política sentida no Gharb al-Andaluz e a crescente pressão do reino português para sul conduzirá à conquista cristã da cidade de Évora em 1165, por Geraldo Sem Pavor, inserindo-se a urbe alentejana num plano táctico de ocupação sucessiva dos pontos de apoio militar que rodeavam Badajoz.

O BAIRRO ISLÂMICO

Os testemunhos arquitectónicos e materiais descobertos aquando da intervenção arqueológica são evidência do estado fragmentário em que encontravam três habitações islâmicas. Apesar de se encontrarem bastante degradadas tais pervivências estruturais permitiram-nos concluir tratar-se de um bairro residencial localizado no interior da medina.

Comecemos então por analisar a distribuição espacial do complexo habitacional numa tentativa de perceber a organização interna e possíveis funcionalidades atribuídas aos compartimentos identificados (fig.1).

A casa I desenvolvia-se pelas sondagens 215, 216 e 219, compreendendo possivelmente uma área total de 120 m^2.

A importância da esfera do privado e do secreto para a comunidade muçulmana é bem retratada pela disposição formal da entrada e seu átrio presentes na sondagem 216. Neste caso, a ante-câmara da entrada configurava um pequeno compartimento de forma quadrangular, observando-se os vãos descentrados. O pavimento registado em desenho era formado por lajes de pedra de tamanho variável.

A passagem entre o mundo familiar e privado e o espaço público era assim realizada através do saguão. Compreendido como o compartimento menos íntimo da casa islâmica, o saguão caracterizava-se pela sua entrada em cotovelo impedindo os olhares curiosos viandantes sobre o ambiente.

Deste espaço em diante para o interior da casa só passava a família ou pessoas com vínculos familiares. Normalmente acedia-se directamente do saguão ao pátio interior da casa. O pátio, área central da casa, não foi totalmente escavado no arqueossítio em análise. A aproximação a este espaço é nos dada tendo em conta o esquema organizacional das casas islâmicas reconhecidas em Silves, Mértola, Tavira, Lisboa, Badajoz entre outras estações arqueológicas.

Em todos os sítios arqueológicos mencionados, o pátio é o elemento que define o modelo habitacional islâmico. Os compartimentos são organizados em redor deste espaço plurifuncional, tal como podemos observar pela divisões colocadas a descoberto nas sondagens 215, 216 e 219, usufruindo estes da iluminação natural e da ventilação fornecida pela área em aberto.

Outro elemento que nos permite conjecturar sobre localização do pátio é a presença de pavimento em tijoleira, identificado nas sondagens 216 e 219, precisamente no espaço em frente aos compartimentos escavados. A aplicação deste tipo de revestimento nos pátios, "opção favorita" (Macías, 2006, p. 383) quer pela sua beleza quer pela adaptabilidade a múltiplas fórmulas estéticas, é também o mais resistente às modificações climáticas que sofre um espaço em aberto e o mais fácil de limpar.

Num âmbito doméstico e familiar, o pátio motivava o convívio e lazer familiar além de promover as actividades domésticas que na sua prática necessitavam de iluminação. Adscrito a este último aspecto e a corroborar o facto identificámos na sondagem 216, uma torre de roca e um separador de fios, testemunhos materiais da produção de téxteis usualmente conectados com o universo femenino.

O reconhecimento de uma talha decorada na sondagem 219, pressupõe a existência provável de tal recipiente no pátio contendo água para refrescar os habitantes que aí se encontravam.

Na planimetria de uma casa medieval muçulmana o acesso à latrina realizava-se através do pátio, arejando-se consecutivamente esta divisão da casa.

A existência de uma latrina no complexo habitacional, identificada a leste na sondagem 216, transmite desde logo o cuidado e importância que a civilização islâmica dava à higiene pessoal, à privacidade e intimidade.

Característica singular das casas islâmicas, a latrina localizava-se num compartimento independente de planta rectangular, com cerca de 1 m de largura, apresentando pavimento em lajes de pedra. Adossada ao muro meridional a latrina encontrava-se elevada sobre uma plataforma construída em pedra, consistindo numa superfície composta por duas lajes em pedra de forma rectangular com cerca de 0,200 m, delimitando a abertura central com cerca de 0,100 m.

A instalação da latrina segue dogmas jurídicos, sendo proibida a sua orientação para Meca. No caso desta infra-estrutura, ela segue o alinhamento norte-sul, estando por isso de acordo com as normas religiosas perpetradas pelo Islão.

A latrina era vinculada directamente à fossa asséptica correspondente situada no espaço exterior à casa, a rua.

A fossa asséptica coberta por lajes de xisto poderia conectar-se com a latrina através de uma abertura no solo, recebendo os resíduos de usos domésticos e higiénicos.

A construção deste equipamento surge da proibição de deitar águas sujas na via pública, instalando-se a fossa asséptica na rua junto ao espaço habitacional ocupado pela latrina. Deste modo também não se importunavam os habitantes da casa com o mau cheiro da fossa.

A escavação arqueológica das sondagens 215 e 219 colocou à vista um possível compartimento doméstico, de forma imperceptível. Comunicando directamente com o pátio através de uma entrada central, com cerca de 0,50 m, a presente divisão poderia corresponder a um salão, pavimentado em tijoleira, apesar das dificuldades de adscrição funcional face aos poucos elementos estruturais reconhecíveis.

Os salões eram os espaços onde o senhor da casa e a sua família podiam descansar nas suas alcovas, usufruir de uma refeição e guardar ou até expôr peças de realce estético e económico. Adequado a este último aspecto, os materiais cerâmicos recolhidos na sondagem 219 expressam na sua maioria bens sumptuários exógenos, com funções expositivas, salientando o poder económico do chefe de família.

Na sondagem 206 foi descoberta uma conduta de saneamento construída em pedra argamassada e coberto por lajes de pedra, notando-se a reutilização de elementos arquitectónicos de origem romana. O canal permitiria a evacuação de águas pluviais ou domésticas do pátio directamente para a via pública a sul, aproveitando a vertente do sítio. Em relação a outros arqueossítios no al-Andalus, a eliminação de resíduos domésticos através de canalizações construídas sobre os pavimentos conectava por vezes diversas casas, tal como acontece em Mértola, Silves e Sīyasa a título de exemplo.

De encontro a nordeste, realizaram-se as sondagens 222, 50 e 51 que conformam a casa II. A primeira sondagem mencionada oferece planta provavelmente rectangular, com abertura central de acesso à sondagem 50. Morfológicamente apresentando forma rectangular, a divisão doméstica configurada na sondagem 50, parece marcar o final nordeste da casa, corroborando o facto de a sua parede nordeste se revelar uma parede-mestre e a disposição espacial do compartimento (virado para o interior) reflectir este pressuposto.

Os pavimentos destes compartimentos eram possivelmente elaborados em terra batida dada a ausência de outros vestigíos de revestimento.

No que se refere à funcionalidade destes dois compartimentos podemos conjecturar sobre a sondagem 50 representar um espaço de armazenamento ou sítio de preparação das comidas de acordo com a sua constituição estrutural e que a sondagem 222 conjugaria-se com o compartimento da sondagem 50, abrangendo uma área dedicada à confecção de comida, a cozinha. Contudo, o pressuposto elaborado não encontra confirmação arqueológica na medida em que não foi descoberta nenhuma estrutura de combustão, propriamente dita, na sondagem 222, mas a leitura do relatório da escavação arqueológica informa sobre a presença de um complexo estratigráfico composto por sedimentos de tom escuro com abundantes carvões.

Na sondagem 51, e no alinhamento da infra-estrutura sudoeste presente na sondagem 50 surge um pequeno troço de muro sugerindo uma outra divisão doméstica.

Por último, nas sondagens 211 e 201 exumou-se um espaço conformado por três muros, denotando-se a inexistência de uma entrada (situando-se provavelmente a norte). Neste caso, a exiguidade dos fragmentos cerâmicos recolhidos em ambas as sondagens associado à difícil apreensão estrutural e funcional do espaço invalidam uma teorização sobre a sua importância e função no contexto arqueológico em análise. Não obstante, acreditamos estar perante a casa III, abrangendo uma área provável de 120 m^2.

INTEGRAÇÃO CULTURAL

A extensão original dos horizontes arqueológicos exumados não é conhecida. A este propósito, a prática de uma arqueologia de emergência; a impossibilidade de escavar em toda a superficíe do edifício; a anulação e sobreposição de muros efectuada por novas gerações e as destruições operadas pelas comunidades predecessoras, dificultaram a sua apreensão gráfica e científica. Mas, os dados disponíveis permitem-nos tecer alguns comentários pertinentes.

Os testemunhos arqueológicos revelam em primeiro lugar uma organização racional do espaço apresentando uma distribuição espacial de âmbito doméstico bem estruturada, reflectindo essencialmente um planeamento urbanístico prévio revelado pela construção de um sistema de saneamento (sondagem 206) efectuada necessariamente antes da edificação e pavimentação da casa.

Reconhecendo-se arqueológicamente três casas, somos ainda da opinião que o bairro islâmico de-

senvolvia-se-se para sudoeste, tendo em conta que a conduta de saneamento exumada na sondagem 206 poderia ser partilhada pela casa I e outra habitação localizada a oeste da primeira casa. Além disso, o bairro habitacional era delimitado a este pela alcáçova, a norte pelo templo e praça romana e a sul pela rua (fig.2), confinando-se necessariamente o seu desenvolvimento urbanístico para sudoeste.

A presença de uma via pública, com direcção nordeste-sudoeste, é confirmada pelo sistema de esgoto, típicamente islâmico, posicionado fora do compartimento correspondente à latrina (sondagem 216), aludindo às normas construtivas e higiénicas muçulmanas que alertam para a localização das fossas assépticas na rua.

Realçamos agora a pervivência desta via de circulação no traçado urbano islâmico eborense desde o Período Romano. Aspecto este que corrobora o facto de não existir uma ocupação da rua, como observado em outras cidades do al-Andalus, mantendo-se inalterado o sistema viário de origem romana nesta zona da cidade de Évora.

As habitações domésticas também não foram construídas sobre o pavimento em mármore da praça romana, sugerindo uma adaptação social a este elemento urbano, abandonado pela população visigoda conformando todavia um espaço em aberto onde se realizariam possivelmente pequenas vendas de mercado. Apenas foi violado pela comunidade islâmica eborense por razões de âmbito económico (construção de silos) e religioso (inumação de três indivíduos em período de cerco militar).

A urbanização do bairro islâmico nessa área da medina usufrui da proximidade da mesquita-aljama e dos mercados, tal como acreditamos que estaria perto de uma fonte de abastecimento de água como o exemplifica o alcatruz exumado. Era, portanto, um bairro habitacional bastante central.

A reprodução no al-Andalus do modelo mediterrânico de habitação doméstica observado agora em Évora, deduz uma forte islamização da população e um intercâmbio de ideias e homens a uma escala geográfica alargada. Condicionantes que, em conexão com o espólio cerâmico estudado, revelador de uma cultura material maioritariamente presente entre os séculos X a XII, com atenção para os numismas de Muhammad al – Mutawakkil (século XI), sugerem cronológicamente a edificação deste complexo habitacional centrado nesses séculos de desenvolvimento político, urbano, económico e sócio-cultural em Évora (da segunda metade do século X à primeira metade do século XII).

No que respeita à organização espacial das casas determinámos uma área de pátio, uma divisão com latrina, um ou mais salões, um possível espaço de armazenamento e uma entrada com vestíbulo associado, faltando apenas dados concretos para a identificação de um compartimento classificado como cozinha. Os elementos espaciais e funcionais reconhecíveis podem não constituír parte de todas as habitações domésticas, existindo variantes na determinação espacial de carácter doméstico enunciadas por motivos sócio-económicos (número de familiares versus riqueza do proprietário).

Neste âmbito sócio-económico compreendemos através das fórmulas arquitectónicas empregues pelos habitantes do bairro islâmico de Évora, particularmente a inexistência de elementos decorativos nas paredes como estuque ou azulejos, de mármore a revestir os solos da casas, de capiteís a decorarem as entradas dos salões, que as famílias que aí viviam não eram necessariamente abastadas, mas possuíam algum poder de compra sublinhando-se as peças importadas exumadas no contexto arqueológico.

Expressão de influências económicas, sócio-culturais e religiosas a casa muçulmana reflecte o modus vivendi de uma civilização. Uma das primeiras acepções traduz-se na importância dada à higiene pessoal, plasmada na presença de uma latrina e de sistemas de saneamento, conduzindo a uma mentalidade culturalmente elevada em relação à posterior sociedade medieval cristã.

O carácter intimista das casas islâmicas, onde o pátio central assegurava um espaço aberto e seguro na vida familiar adquire significação cultural na medida em que as actividades quotidianas de preparação de comida, tecelagem e outras, estavam longe dos olhares alheios, protegendo a honra da família, tão importante para a civilização islâmica.

Por fim, a ocupação islâmica do sítio abrange dois períodos temporais, o primeiro configurado por uma planta ilegível de funcionalidade indeterminada, constando apenas para o informe cronológico os materiais cerâmicos atribuídos ao período emiral. Neste âmbito, a morte e a escravidão perpretada pelas hostes cristãs aos habitantes eborenses (913) e a fuga de alguns notáveis para Beja corroboram a nossa acepção de uma cidade despovoada e logicamente o abandono das estruturas habitacionais até à chegada de Mas'ūd ibn Sa'dun Surunbāqi, no ano de 914.

O segundo momento de ocupação enquadra a primeira metade do século X até à conquista cristã de Évora em 1165, onde os elementos estruturais interpretados em conjunto com o espólio material reflectem tais datações.

No que concerne ao abandono da área residencial, o bairro islâmico foi possivelmente desactivado após a conquista cristã da cidade, num processo de entulhamento da zona até ao reinado de D.Sancho II, como o confirmam os numismas exumados, os elementos de vestuário e a presença de esporas do século XII e XIII associados aos militares da conquista cristã de Évora.

BIBLIOGRAFIA

BAZZANA, André. (1992) – *Maisons d'Al-Andalus: habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. Madrid: Casa de Velásquez.

BUGALHÃO, Jacinta. (2009) – Lisboa Islâmica: uma realidade em construção. In *Xelb* 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – *O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Muncipal de Silves. pp. 377-391

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra. (2009) – Um (novo) olhar sobre Tavira Islâmica. In *Xelb* 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – *O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Muncipal de Silves. pp. 429-443.

FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia (2007) – O urbanismo de Évora no período medieval. In *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 26, (coord.) Margarida Alçada. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. pp. 6-15.

GOMES, Rosa Varela. (2006) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano.* Trabalhos de Arqueologia 44. Lisboa: IPA.

GONÇALVES, A.; HAUSCHILD, T.; TEICHNER, F. (1997) – Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996. In *3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada.

MACIAS, Santiago. (2006) – *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Vol. I, II, III, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MATESANZ VERA, Pedro; SAUCEDA, Sofia. (2004) – Intervención arqueológica en la remodelación de la Plaza de España de Badajoz. Seguimiento, supervisión y excavación de urgencia. In *Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz*. Actas. Badajoz: Museo Arqueológico Provincial de Badajoz. p.p. 169 – 191.

PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. París: Maisonneuve et Larose.

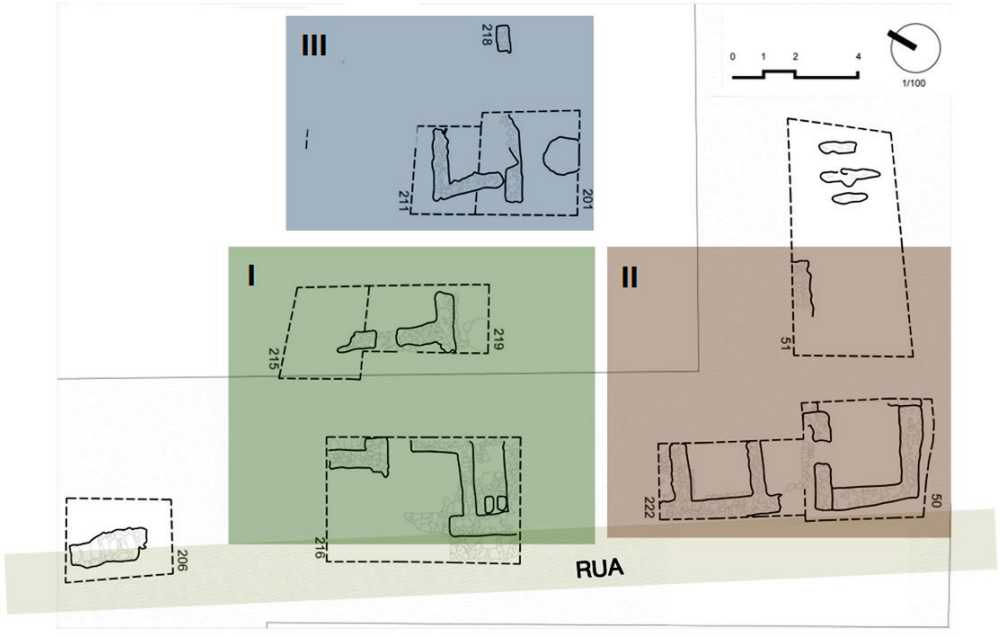


Figura 1 – Planta das estruturas islâmicas exumadas.

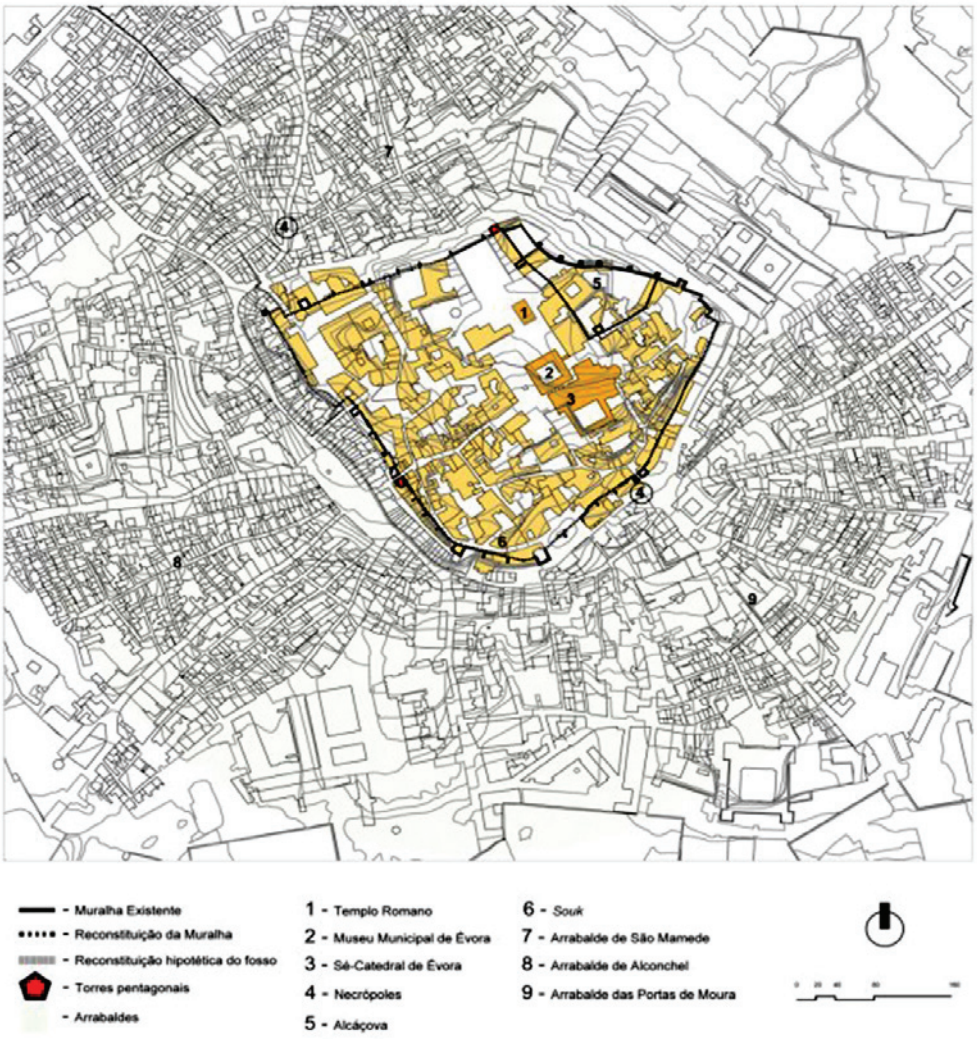


Figura 2 – Reconstituição hipotética da cidade de Évora entre 914 a 1165.

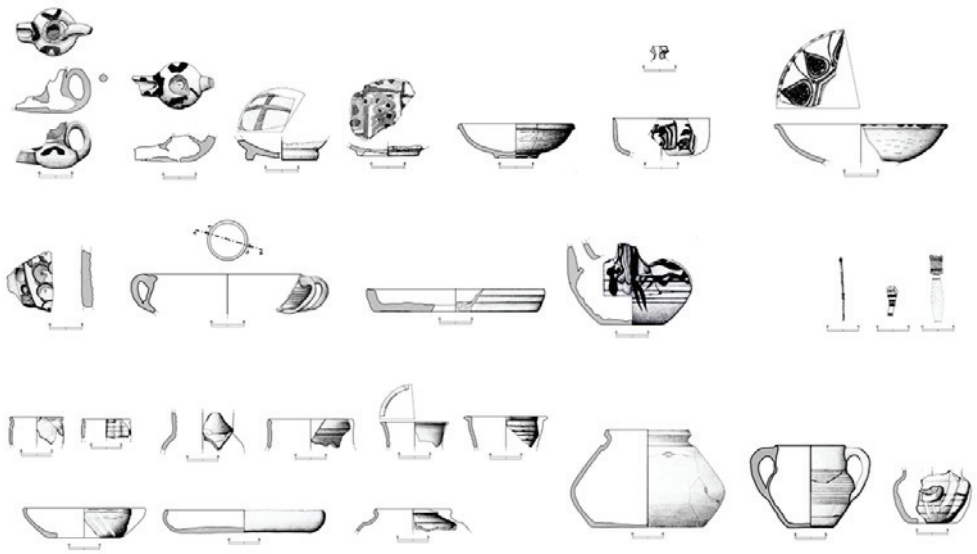


Figura 3 – Representação geral do acervo arqueológico identificado para os séculos VIII a XII.

RITUAIS FUNERÁRIOS NA NECRÓPOLE MEDIEVAL ISLÂMICA DE BEJA

Inês Martins / FCSH/UNL / ines.estevao@hotmail
Raquel Santos / Neoépica, Ld.ª / neoepica@gmail.com

RESUMO
O presente trabalho tem como objectivo a apresentação de alguns dados arqueológicos correspondentes à necrópole medieval islâmica da cidade de Beja. O conteúdo em análise provém das intervenções arqueológicas efectuadas pela empresa Neoépica, Lda. entre 2009 e 2011 no âmbito de obras de remodelação da Escola Secundária Diogo de Gouveia a cargo da Parque Escolar, E.P.E. Esta abordagem contempla as diferentes áreas intervencionadas dentro do espaço da escola secundária onde se identificaram enterramentos muçulmanos, dando assim a conhecer o ritual funerário ali praticado. Deste estudo resulta uma visão individualista dos diferentes espaços intervencionados, mas que nos permitirá obter uma leitura global desta necrópole medieval islâmica da cidade de Beja.

ABSTRACT
The present article aims to present some archaeological data corresponding to the Islamic necropolis in the city of Beja. The information in analysis was collected from the archaeological excavations carried out by Neoépica between 2009 and 2011 in the scope of rehabilitation works in the school Diogo de Gouveia, by Parque Escolar EPE. This approach focuses on the different areas within the space intervened where muslim burials were identified and the funeral ritual practiced. This study shows an individualistic view of the different intervention spaces, but will allow us to get an overall reading of this islamic necropolis in the city of Beja.

1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA NECRÓPOLE MEDIEVAL ISLÂMICA DE BEJA

Os testemunhos arqueológicos apresentados ao longo deste estudo são provenientes da intervenção efectuada pela empresa de Neoépica entre 2009 e 2011. Essa acção preventiva teve lugar na Escola Secundária Diogo de Gouveia em Beja, no âmbito de obras de remodelação desse mesmo espaço.
As escavações decorreram numa área total de quase 2200m², distribuída por 6 zonas diferentes, tendo sido identificadas 257 estruturas funerárias medievais islâmicas, 21 sepulturas cristãs, 37 silos, 16 estruturas positivas e 103 estruturas negativas (buracos de poste).
Apesar dos vários níveis de ocupação observados nesta intervenção, apenas os testemunhos medievais muçulmanos serão abordados, sendo que estes foram identificados no Pátio Interno, Pátio Oeste, Cantina, Pátio Oeste II, Estacionamento Oeste e Campo de Jogos (figura 1). Assim, todos os espaços que integram este complexo funerário estarão em análise, como também serão mencionados os rituais aí observados.

Não podemos ainda deixar de referir que a identificação de estruturas funerárias que integram a necrópole medieval islâmica de Beja neste local não foi completamente inesperada, visto que em 2006 a empresa de Arqueologia Palimpsesto pôs a descoberto sepulturas da mesma cronologia, numa zona muito próxima.

2. PÁTIO INTERNO

No Pátio Interno foram postas a descoberto 49 sepulturas de cronologia medieval islâmica. Todas estas estruturas encontravam-se escavadas na rocha, bem como se apresentam em fossa.
Quando analisamos a tipologia da cobertura encontramos algumas variações: 3 cobertas por telhas (figura 2), outras 3 cobertas por lajes de cerâmica

(figura 3) e uma cuja cobertura é a mistura dos dois elementos anteriormente referenciado (figura 4). Nas restantes 45 sepulturas não foi possível identificar nenhum tipo de estruturação ou cobertura, quer pela sua inexistência ou reaproveitamento ao longo do tempo.
Os indivíduos encontravam-se todos em decúbito lateral direito, no entanto quanto à orientação do corpo podemos distinguir duas situações: 29 inumações que se desenvolvem de Sudoeste para Nordeste (figura 5) e 19 de Sul para Norte (figura 6). Fora deste conjunto ficou apenas um caso, cuja orientação foi definida como indeterminada pela má conservação do espólio osteológico.
Foram também identificadas as orientações dos crânios, sendo que 23 indivíduos apresentavam a cabeça virada a Este, um a Sul e nos restantes 25 não foi possível determinar este parâmetro.

3. PÁTIO OESTE

A intervenção arqueológica deste espaço possibilitou a identificação de 52 sepulturas, sendo que 50 foram classificadas como pertencentes à ocupação medieval muçulmana e as restantes postas em dúvida quanto à sua cronologia, devido ao facto de se encontrarem muito danificadas.
À semelhança do espaço anteriormente descrito, também no Pátio Oeste todas as estruturas funerárias eram em fossa. Não obstante, nesta zona 45 foram escavadas na rocha, 2 no sedimento e em 3 delas foi impossível encontrar o interface das sepulturas.
No conjunto das 50 sepulturas muçulmanas apenas sete apresentavam cobertura: 5 estruturadas por telhas e 2 por lajes de cerâmica.
Passando agora à análise dos enterramentos, podemos observar que se encontravam todos em decúbito lateral direito, porém com variações ao nível da orientação dos indivíduos, pois 36 encontravam-se posicionados de Sudoeste para Nordeste, 2 de Oeste para Este (figura 7) e 11 casos classificados como indeterminados. Ao nível da posição do crânio podemos destacar duas orientações: a Este, que conta com 27 casos e apenas um direccionado a Sul. Nos restantes 21 enterramentos onde não foi possível identificar a sua posição.
Realçamos que a esta descrição das orientações foi deixada de lado uma estrutura funerária pela inexistência de inumação na mesma.

4. CANTINA

Esta área deu a conhecer apenas 2 sepulturas correspondentes ao período em análise e infelizmente encontravam-se em muito mau estado de conservação, o que impossibilitou um estudo a este conjunto de estruturas funerárias semelhante às zonas anteriormente expostas.
Podemos apenas referir que ambas apresentavam a mesma tipologia das anteriores, que foram escavadas na rocha e que não se encontravam associadas a qualquer tipo de estruturação ou cobertura.
Os indivíduos inumados nestas sepulturas apresentavam-se em decúbito lateral direito, no entanto apenas num se conseguiu definir a orientação do corpo, Sudoeste – Nordeste. Quanto à posição da cabeça ficou indeterminada em ambas as situações.

5. PÁTIO OESTE II

À semelhança da Cantina, também no Pátio Oeste II foram postas a descoberto 2 sepulturas de cronologia medieval islâmica e igualmente em mau estado de conservação.
Continuamos a poder designá-las como estruturas em fossa e ambas escavadas na rocha, sem qualquer tipo de cobertura.
Em relação aos indivíduos, estes seguiam a deposição estabelecida na religião islâmica, decúbito lateral direito. No entanto, a orientação do corpo e do crânio não foi passível de identificação.

6. ESTACIONAMENTO OESTE

No Estacionamento Oeste foram contabilizadas 74 estruturas de cariz funerário que se encaixam na baliza cronológica em estudo.
Desse universo, 72 casos são referentes a sepulturas, sendo que duas não foram escavadas pelo facto de não se encontrarem dentro do espaço afectado pela obra. Foi possível identificar ainda um ossário (figura 8) e uma redução (figura 9).
As setenta sepulturas escavadas, tal como em todas as outras zonas, são em fossa. Destas, 65 encontravam-se escavadas na rocha, num caso utilizou-se a rocha e o sedimento e nos restantes 3 não foi possível caracterizar o seu suporte.
Esta área de intervenção possibilitou-nos também observar o uso das telhas em 3 sepulturas e das lajes de cerâmica também em 3 sepulturas como forma

de cobertura, tipologias anteriormente identificadas em alguns dos espaços descritos.
Mais uma vez os inumados apresentam-se na totalidade dos casos em decúbito lateral direito, mas diferenciando-se quanto às orientações, sendo que 42 indivíduos apresentavam-se de Sudoeste para Nordeste, 7 de Sul para Norte, 9 de Oeste para Este e 12 cuja orientação ficou por determinar. Também a análise da direcção da face deu a conhecer algumas variações, onde se pode concluir que em 17 casos os indivíduos tinha esta orientada para Este, 5 para Sul e em 48 esqueletos este parâmetro não pôde ser avaliado.
Ao contrário de todos os outros enterramentos e das normas estipuladas pelo Islão, na área do Estacionamento Oeste aparece um individuo que se faz acompanhar por um par de esporas na zona dos calcanhares (figura 10). Esta excepção no ritual funerário medieval islâmico faz-nos questionar quem terá sido este indivíduo e qual o seu papel na sociedade que lhe permitiu esta diferenciação.
São ainda observados outros casos excepcionais no Estacionamento Oeste, como o ossário e a redução, a última delimitada por tijolos na vertical. Estas duas estruturas vão contra o princípio estabelecido pela fé islâmica de que cada sepultura deve ter um carácter individual.

7. CAMPO DE JOGOS

O Campo de Jogos constitui a última área intervencionada, onde foram identificadas 77 estruturas funerárias que se encaixam no período em estudo. Deste conjunto podemos destacar um ossário e setenta e seis sepulturas, sendo que três não foram escavadas porque estavam localizadas fora da zona afectada pela obra.
A par de todas as outras áreas descritas, também no Campo de Jogos, as sepulturas se apresentavam em fossa, mas variando o seu suporte pois 38 estruturas foram escavadas na rocha, 32 utilizaram o sedimento e 2 conjugaram os dois elementos.
Algumas sepulturas revelaram as tipologias de cobertura anteriormente observadas, dado que 6 eram caracterizadas pelo uso das telhas e uma por lajes de cerâmica.
Os enterramentos apresentam-se todos em decúbito lateral direito, no entanto, essa coerência não é representada nas orientações do corpo, onde 39 dos indivíduos aparecem de Sudoeste para Nordeste, 4 de Oeste para Este, 3 de Sul para Norte e 26 indeterminados pelo facto do espólio osteológico estar muito danificado. As variações continuam ainda na direcção da cabeça, sendo que em 13 enterramentos foi observada a Este e nos restantes 59 não se conseguiu definir.
Por fim, torna-se necessário mencionar a exclusão de quatro sepulturas que não foram classificadas segundo estes parâmetros, dado que três não chegaram a ser escavadas, como já foi referido, e a última por apresentar dúvidas quanto à sua cronologia, pois tratava-se do enterramento de uma mulher grávida em decúbito dorsal. Perante este caso não se pode ignorar que estamos diante de uma posição comum no ritual funerário cristão, mas que ao mesmo tempo aparece ao nível de estruturas medievais islâmicas.

8. NOTAS FINAIS

Este estudo pretende enfatizar a importância do contexto arqueológico intervencionado na Escola Secundária Diogo de Gouveia. Não só pelo carácter preventivo da intervenção, que possibilitou a salvaguarda de várias ocupações através do seu registo e estudo, mas principalmente por ter posto a descoberto uma das maiores necrópoles medievais islâmicas conhecidas no território português, tendo proporcionado ainda o estabelecimento de novos limites deste complexo funerário.
A individualização e descrição das várias áreas onde foram localizadas estruturas funerárias permitem-nos uma análise mais pormenorizada do ritual ali praticado, mostrando assim que embora estabelecido em Beja o povo muçulmano continuava a reger-se segundo as práticas do Islão.
Esta abordagem mais individualista de cada espaço intervencionado permite-nos discernir quais as práticas mais frequentes, como uso das sepulturas em fossa escavadas na rocha, a orientação destas desenvolver-se de Sudoeste para Nordeste e ainda o facto de os enterramentos se apresentarem em decúbito lateral direito e isentos de espólio funerário. Apenas raras excepções ao ritual chamam a nossa atenção para a miscigenação cultural que ocorria na península ibérica durante esse período cronológico.

BIBLIOGRAFIA

MACIAS, Santiago (2005) – Islamização de Beja. Reflexões para um Debate. Análise Social, Lisboa. 39: 173, pp. 807-826.

SANTOS, Raquel; CARVALHO, Maria Luís Vilhena; GOMES, Mónica – A necrópole medieval islâmica e cristã de Beja. Dados preliminares. *8º Encontro de Arqueologia do Algarve. A Arqueologia e Outras Ciências*, Silves: Câmara Municipal de Silves.

SANTOS, Raquel; CARVALHO, Maria Luís Vilhena; GOMES, Mónica – Entre mouros e cristãos. Dados preliminares de uma intervenção de emergência na Escola Secundária Diogo de Gouveia (Beja). *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Almodôvar, 18, 19 e 20 de Novembro de 2010*, Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar.

SERRA, M. (2009) – Necrópole Islâmica de Beja – Notícia preliminar da sua identificação, *Xelb 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 643-650.

SERRA, M. (2009a) – Arqueologia urbana em Beja. Intervenção de salvaguarda na rede de abastecimento de água, in *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Huelva: Universidad de Huelva Publicaciones, pp. 1358-1373.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) – O Legado Islâmico em Portugal, Circulo de Leitores, Lisboa.

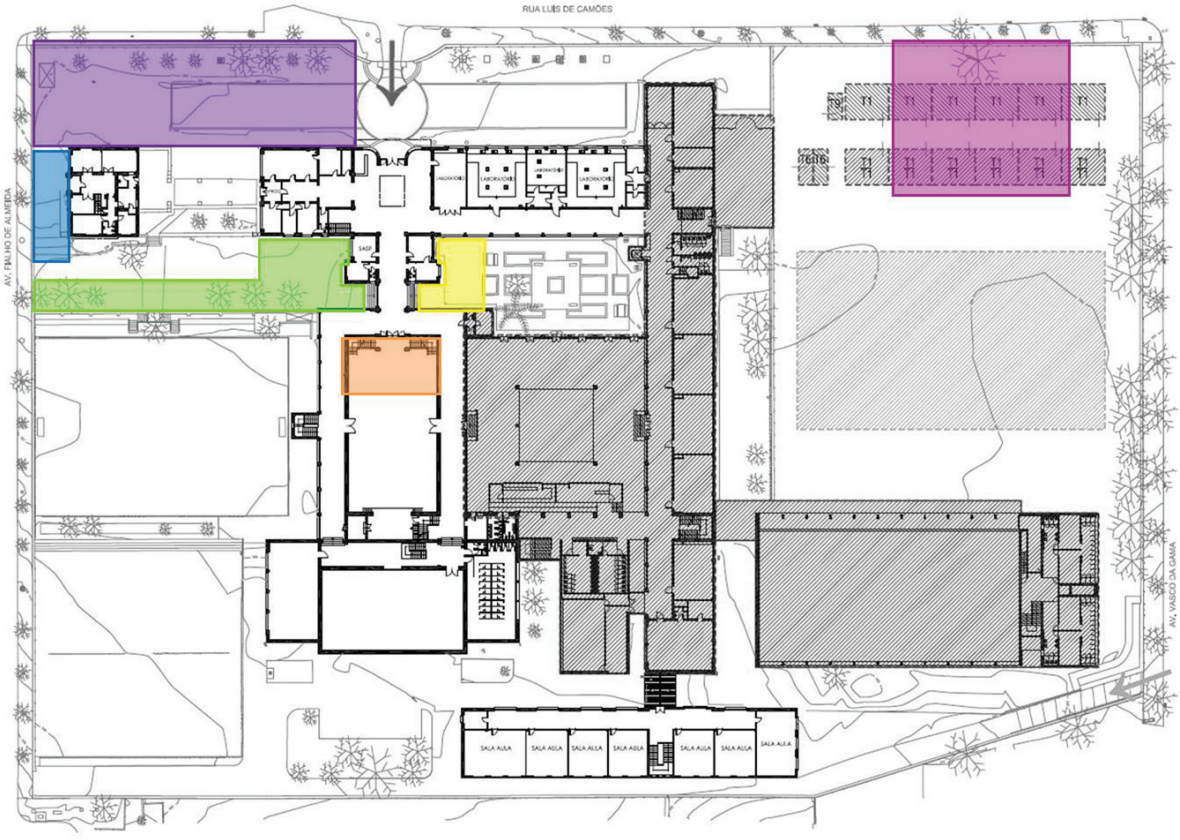


Figura 1 – Planta geral da Escola Secundária de Diogo Gouveia: a amarelo – Pátio Interno; a verde – Pátio Oeste; a azul – Pátio Oeste II; a laranja – Cantina; a roxo – Estacionamento Oeste; a rosa – Campo de Jogos.

Figura 2 – Sepultura coberta com telhas.

Figura 3 – Sepultura coberta com lajes de cerâmica.

Figura 4 – Sepultura coberta por telhas e lajes de cerâmica.

Figura 5 – Sepultura com Orientação Sudoeste – Nordeste.

Figura 6 – Sepultura com Orientação Sul – Norte.

Figura 7 – Sepultura com orientação Oeste – Este.

Figura 8 – Ossário.

Figura 9 – Redução delimitada por tijolos.

Figura 9 – Enterramento com par de esporas nos calcanhares.

SILOS MEDIEVAIS DA TRAVESSA DAS CAPUCHAS (SANTARÉM): ESTRUTURAS E CULTURA MATERIAL

Carlos Boavida / IAP-FCSH/UNL / AAP / cmpboavida@gmail.com
Tânia Manuel Casimiro / Bolsa pós-doc FCT / IAP-FCSH/UNL / ARPA / AAP / tania-casimiro@gamil.com
Telmo Silva / IAP-FCSH/UNL / ARPA / telmoaps@gmail.com

RESUMO

Durante trabalhos de acompanhamento arqueológico de obras para substituição de infra-estruturas de electricidade, água e saneamento na cidade Santarém, identificaram-se diversas estruturas negativas e positivas. Entre aquelas destaca-se conjunto de vinte e dois silos, escavados no substracto argiloso, onde foram exumados materiais cerâmicos de produção local e de importação, metálicos e vítreos, a par de diversa fauna, atribuíveis aos finais do século XIV, cronologia assegurada pelos diversos numismas ali identificados, colocando a datação *terminus ante quem* no reinado de D. João I.

No mesmo local foram identificados vestígios de outras edificações e de necrópole islâmica, muito danificada, na qual foram reconhecidos diversos enterramentos, associados a escassa cultura material.

ABSTRACT

During the replacement of sanitary infrastructures in Santarém several archaeological structures were identified. Inside a group of twenty two storage pits, excavated in the bedrock, were remains of locally produced and imported pottery, metals and glass, as well as many animal and other food remains, dated from late 14th century. The chronology, based on the type of artefacts is secured by many coins found inside these structures, placing a *terminus ante quem* date in King John I reign.

In the same site other buildings and a very destroyed islamic necropolis were also found.

INTRODUÇÃO

O conjunto de silos aqui dado a conhecer foi identificado na Travessa das Capuchas e Largo Pedro António Monteiro durante os trabalhos de remodelação e substituição de ramais de electricidade, água e saneamento. A obra foi promovida pela EDP – Electricidade de Portugal e Águas de Santarém e os trabalhos arqueológicos realizados pela ARPA – Arqueologia e Património, sobre responsabilidade dos signatários, com o apoio de Filipe Oliveira e Dário Neves.

A obra e o respectivo acompanhamento arqueológico, decorriam à data de submissão deste artigo, ainda que não de forma permanente, pelo que a equipa ainda não teve a possibilidade de inventariar ou tratar adequadamente todos os materiais recuperados.

LOCALIZAÇÃO

A Travessa das Capuchas situa-se no Bairro do Pereiro, na zona sul do centro histórico de Santarém. O lado norte é limitado pela cerca do Convento das Capuchas, fundado em 1677, no local do antigo Hospital dos Inocentes, instalado ali por volta de 1415 (Mendonça, 1996); e o lado sul alberga alguns edifícios residenciais e quintais devolutos, onde em meados do século XIV, era o local das carniçarias, nas proximidades do curral do gado (Beirante, 1980: 87).

O Largo Pedro António Monteiro, que corresponde ao antigo rossio da Amoreira (Beirante, 1980: 87-88), fica no extremo leste da Travessa das Capuchas.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A obra caracterizou-se pela abertura de vala a toda a largura da faixa de rodagem (em média 3,20 m), cuja cota de afectação não ultrapassou os 2,00 m. Até cerca de 1,00 m de profundidade, em toda a extensão da rua, o sítio apresenta contextos muito revolvidos provocados pela abertura das valas de implantação das infraestruturas agora substituídas, que ali foram colocadas desde finais do século XIX. Estas camadas superficiais tratam-se de estratos argila-arenosos, de tom castanho claro a escuro, por vezes muito compactos, aos quais surgem associados diversos restos de fauna mamalógica, nomeadamente de bovídeos, a par de outros elementos da cultura material.

As valas que acolhem as estruturas de saneamento encontram-se escavadas no substrato geológico constituído por argilas margosas miocénicas, cobertas com os depósitos criados durante a sua abertura. Os achados arqueológicos foram identificados abaixo das infraestruturas e nos espaços que se preservaram entre elas.

SILOS

Na Travessa das Capuchas e no Largo Pedro António Monteiro foram identificados vinte e dois silos. Embora nenhum tenha sido intervencionado na totalidade, considerando que a obra apenas os afectou parcialmente, verificou-se que todos haviam sido danificados pela instalação das primeiras infraestruturas acima referidas, nomeadamente pelo maciço de betão que envolve os cabos telefónicos. Assim sendo, em todos eles não se preserva a parte correspondente à boca.

Os silos apresentam perfil sub-hemisférico ou periforme, cujo diâmetro varia entre 1,40m e 2,10m. Atendendo que na maioria o fundo está abaixo da cota de afectação da obra, logo abaixo dos 2,00m, não foi possível aferir qual a sua profundidade e, consequentemente, capacidade de armazenamento (figs. 1A e 1C).

No silo 5, ao contrário do que sucedeu nos restantes, devido a questões de organização da obra e dos trabalhos arqueológicos, foi possível intervenção quase total. Tem 1,70m de diâmetro máximo e o fundo encontra-se a 2,30m de profundidade. Até 1,15m, a parte superior está destruída pelo maciço de betão (fig. 1E). Naquele silo, tal como em outros dois (6 e 8) as paredes encontravam-se rebocadas com argamassa de cal e areia, aplicada manualmente ou com recurso a ferramentas como atestam algumas marcas digitadas ou espatuladas. Este tipo de tratamento talvez servisse para impermeabilização ou reforço das paredes (Boavida, Casimiro & Silva, 2013). A mesma situação já havia sido detectada noutros silos existentes também em Santarém, no Largo do Seminário (Batata, Barradas & Sousa, 2002: 72) e na Rua Miguel Bombarda (Almeida, 2003: 84), assim como na Rua Luís de Camões, em trabalhos ocorridos recentemente sobre co-responsabilidade de um dos signatários.

Este tipo de estruturas negativas de armazenamento é muito frequente nesta cidade ribatejana, tendo sido encontrados um pouco por todo o centro histórico, em particular no planalto de Marvila. São exemplos disso os já mencionados silos do Largo do Seminário e da Rua Miguel Bombarda, mas também os da Travessa da Lameira (Mendes, Pimenta & Valongo, 2002), da Rua Tenente Valadim (Mendes & Almeida, 1999), na Casa do Brasil (Almeida, 1997), no Convento de São Francisco (Lopes & Ramalho, 2001), bem como em outras intervenções em vias de publicação. Os materiais ali recuperados são quase sempre de época islâmica, embora por vezes surjam misturados com outros de cronologia medieval cristã ou moderna.

Outra das características dos silos da Travessa das Capuchas / Largo Pedro António Monteiro é a sua diferenciação em termos de enchimento. Nove dos vinte e dois silos estavam preenchidos com diversos elementos da cultura material, nalguns deles muito abundantes, enquanto que nos restantes esses elementos eram praticamente inexistentes, identificando-se a presença de telhas e pedras de pequena e média dimensão e apenas ocasionais achados metálicos e cerâmicos. Constatou-se igualmente que este tipo de enchimento, com materiais de construção, estava sobretudo associado aos silos que se localizam sob o edifício do actual convento das capuchas.

ESPÓLIO

A maioria dos materiais arqueológicos agora apresentados foram recolhidos nos silos 5, 9 e 19. Tratam-se de peças de cerâmica comum, normalmente louça de cozinha ou de armazenamento e/ou transporte. Existem também algumas formas tradicionalmente associadas ao consumo de alimentos à mesa e contentores de fogo.

São objectos produzidos com barros vermelhos e expostos a cozeduras oxidantes. Predominam as panelas de uma asa (raramente duas) e as frigideiras de cabo com argola, que nalguns casos apresentam o interior brunido (fig. 4). Este tratamento das superfícies, a par das aguadas da mesma cor que a pasta cerâmica, repete-se nas peças usadas à mesa, como as canecas e algumas bilhas (fig. 3).

Neste conjunto destaca-se bilha (fig. 3.8) que mostra gargalo alto e largo sobre corpo esférico achatado, cujo fundo possuí ônfalo bastante acentuado. Foram identificadas formas semelhantes em Santarém (Batata, Barradas & Sousa, 2002: 111; Mendes, Pimenta & Valongo, 2002: 268, n.os 2-3) e em Évora (Teichner & Schierl, 2009: 984, fig. 6.4), mas em nenhum dos casos o corpo é tão achatado e nos exemplares de Santarém o fundo é plano. Tratam-se de peças atribuídas aos séculos XIII-XV.

Caneca com fundo plano destacado é forma algo invulgar (fig. 3.2), demonstrando afinidades com dois copos, atribuídos ao século XIV, recuperados em Alenquer, embora aqueles não apresentem o fundo tão destacado (Matos, 1971: 573 e Est.1.7-8).

Dentro da cerâmica comum inclui-se ainda numerosa colecção de testos de várias dimensões e de pratos ou tampas com o interior brunido (fig. 4.3-4 e 4.2). Há também várias candeias (fig. 4.13).

Foi ainda recuperado pequeno conjunto de cerâmicas de pastas rosadas, esmaltadas a branco estanífero com decoração a azul de cobalto ou com a técnica do reflexo metálico dourado, que poderão ter sido manufacturadas nas oficinas andaluzas (fig. 6A). Oriundas de oficinas francesas são algumas peças de cerâmica fina, de pasta branca acinzentada, vidradas a verde ou melado escuro, quase sempre na face externa, por vezes com decoração em relevo (fig. 6B). Estas importações são frequentes nos contextos arqueológicos nacionais, sobretudo em ambiente urbano, tais como Lisboa (Gaspar & Amaro, 1997: 339, Est. 2; Fernandes, Marques & Torres, 2008: 166, figs. 13-14) ou Porto (Gomes & alii, 2004: 91-92).

No silo 5 foram recolhidos alguns fragmentos de peças em vidro de tonalidade amarela, de importação veneziana, nomeadamente bordo de copo (fig. 5.8) e de pequena taça. Foi igualmente identificado fragmento de de torre de roca ou possível peça de xadrez (Hintzen-Bohlen, 2001, 37), em osso, no interior do silo 6 (fig. 5.9). No fundo do silo 19 foi encontrada a sua tampa (fig. 1B).

Também se recuperaram objectos metálicos (fig.5.1-5.6), entre os quais algumas agulhas de cozer, alfinetes, pintadeira, pequeno cinzel ou escopro e a possível ponteira de uma bainha de espada.

Os numismas são o objecto metálico mais frequente, mesmo associados aos silos que pouco espólio ofereceram, onde foi possível identificar diversas moedas, que apontam a cronologia dos achados para os finais do século XIV, inícios do XV, predominando os dinheiros de D. Fernando I (1367-1383) (fig. 6C).

Os vestígios arqueozoológicos são tão ou mais numerosos que a cerâmica comum, incluindo fauna mamalógica, malacológica, ortinológica e ictiológica. No que diz respeito à primeira, a maioria corresponde a bovídeos, ovi-cabrinos e suídeos, embora se tenha verificado a presença de algumas pequenas espécies. Dentro da avifauna destaca-se a presença do crâneo de um pato (fig. 6D).

OUTROS ACHADOS

No mesmo espaço onde se encontravam os silos, mas entre as condutas de água e saneamento da Travessa das Capuchas, junto à igreja daquelas religiosas, foi identificado mais um núcleo funerário da cidade de Santarém (fig. 1D). Apesar da sua localização, a deposição dos indivíduos em *decubitus lateral* e orientação canónica, denunciou a sua cronologia islâmica (fig. 1F).

Trata-se de grupo de cinco sepulturas, danificadas pela abertura dos silos e pela instalação das infraestruturas agora substituídas. Apenas em três delas permaneciam os restos osteológicos aí inumados. As outras duas encontrava-se muito destruídas, permanecendo no entanto, no interior de uma delas, junto ao corte sul, associado a uma fragmento de úmero, botão quadrangular em quartzo hialino (fig. 5.7). Este é idêntico a um outro recuperado em níveis atribuídos aos séculos IX-X, sobre o cemitério moçárabe do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa (Cunha & Ferreira, 1998: 132 e fig. 97).

Na mesma zona da Travessa das Capuchas, sobre a caleira sul, no corte foi possível identificar outras duas sepulturas, que atendendo ao facto de não se encontrarem na área de afectação da obra, permaneceram *in situ* após o seu registo.

No troço oeste da via, paralela à cerca do convento, foi registada a existência de conduta de saneamento desactivada. A estrutura foi construída em tijolo, no interior de vala aberta para o efeito no substrato geológico, sendo pavimentada a tijoleira. Não havia

vestígios de qualquer tipo de cobertura. No interior da conduta foram recolhidos diversos materiais de época contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sítio intervencionado tem ocupação, pelo menos, desde época islâmica, período em que estaria localizado nos arrabaldes da cidade, tendo em conta que, comummente, as necrópoles daquela religião não se localizavam no interior dos espaços urbanos. No entanto, com o crescimento da cidade e o possível aumento demográfico, este local foi integrado na urbe, sendo aí instalado um dos muito celeiros que existiriam em Santarém.

Não é possível aferir com certeza quando se registou o seu abandono, mas tendo em conta a cronologia dos achados, podemos constatar que os silos terão sido colmados em finais do século XIV, inícios do XV.

Em relação aos materiais recuperados é certo que se tratariam dos lixos domésticos, nomeadamente os restos faunísticos muito provavelmente provenientes das carniçarias, ali bem perto naquela época, e onde muitos dos alimentos dos scalabitanos seriam adquiridos.

Duas questões de difícil resposta, podem encontrar clarificação com a continuidade do estudo dos materiais ali recuperados: Terá este conjunto de estruturas de armazenamento ter sido desactivado devido à construção do Hospital dos Inocentes que já aqui se encontraria em 1415?

Seriam estes objectos pertença da casa de João Fernandes Pacheco (1340-1420), 9.º Senhor de Ferreira de Aves, cuja família deteve importantes cargos nas cortes de D. Afonso IV e D. Fernando I? A residência deste nobre localizava-se nas proximidades do rossio da Amoreira (Beirante, 1980: 87), actual Largo Pedro António Monteiro. Atendendo que seria das poucas famílias na zona com posses para a aquisição de algum deste espólio, o seu estudo poderá contribuir para a clarificação do quotidiano de casa nobre medieval.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M.ª José (1997) – Intervenção arqueológica na *Casa do Brasil*, Rua Vila de Belmonte n.º 13/15 – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos (policopiado).

ALMEIDA, M.ª José (2003) – Resultados da intervenção arqueológica na Rua Miguel Bombarda (Santarém): algumas ideais sobre a ocupação do planalto de Marvila. *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora: Câmara Municipal/ARQA (pp. 81-94).

BATATA, Carlos; BARRADAS, Elisabete; SOUSA, Vanessa (2004) – Novos vestígios da presença islâmica em Santarém. *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578)*. Câmara Municipal de Santarém (pp. 68-77).

BEIRANTE, Ângela (1980) – *Santarém Medieval*, Lisboa: FCSH/UNL.

BOAVIDA, Carlos; CASIMIRO, Tânia Manuel, SILVA, Telmo (2013) – Travessa das Capuchas (Santarém). Silos e espólios trecentistas numa necrópole islâmica – primeira notícia. *Al-madan adenda electrónica* 18.1. Centro de Arqueologia de Almada (pp. 134-136).

CUNHA, Armando Santinho; FERREIRA, Fernando E. Rodrigues (1998) – *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. s.l.: Hugin.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, Ant.º Cunha; TORRES, Andreia (2008) – Ocupação Baixo Medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidraúlica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval* 10. Porto: Edições Afrontamento (159-183).

GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La céramique médiévale en Méditerranée: Actes du 6e congrès*. Aix-en-Provence: Narrtion Éditions (pp. 337-345).

GOMES, Paulo Dórdio.; MELO, M.ª do Rosário.; OSÓRIO, M.ª Isabel Pinto; SILVA, Ant.º Manuel; TEIXEIRA, Ricardo Jorge (2004) – Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto: primeira notícia. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos* 3. Barcelos: Câmara Municipal (pp. 89-96).

HINTZEN-BOHLEN, Brigitte (2001) – Xadrez por Sevilha. In Andaluzia. col. Arte e Arquitectura. trad. Sandra Vinagre e Patrícia Oliveira. Koln: Konemann (pp. 36-39).

LOPES, Carla; RAMALHO, M.ª Magalhães (2001) – Presença islâmica no Convento de São Francisco de Santarém. *Garb – Sítios islâmicos do sul peninsular*. Lisboa: IPPAR (pp. 31-87).

MATOS, José Luís (1971) – Notícia de uma colecção de cerâmica medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II; Coimbra: Junta de Educação Nacional (pp. 571-576).

MENDES, Henrique; PIMENTA, João; VALONGO, Ant.º (2002) – Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 – Centro Histórico de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5.1. Lisboa: IPA (pp. 259-276).

MENDES, Henrique Calé; ALMEIDA, M.ª José (1999) – Intervenção arqueológica na Rua Tenente Valadim, n.º 14 – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos (policopiado).

MENDONÇA, Isabel (1996) – Hospital dos Inocentes / Convento das Capuchas. *http://www.monumentos.pt* (27 Jun. 2013).

TEICHNER, Félix; SCHIERL, Thomas (2009) – A olaria medieval da Porta da Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal). *Actas do VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, T. II, (pp. 975-986).

Tabela 1 – Relação do espólio encontrado nos silos da Travessa das Capuchas.

	Silo 1	Silo 2	Silo 3	Silo 4	Silo 5	Silo 6	Silo 7	Silo 8	Silo 9	Silo 10	Silo 11	Silo 12
Cerâmica Comum	X	X	X		X	X	X	X	X			
Cerâmica Vidrada e Esmaltada					X				X			
Vidros					X							
Artefactos em osso						X						
Metais	X	X	X		X	X	X	X	X			
Numismas			X		X	X	X	X	X			
Artefactos pétreos					X							
Fauna	X	X	X		X	X	X	X	X			
Argamassa					X	X		X				
Pedras miúdas	X	X	X	X		X	X	X		X	X	X
Telhas	X	X	X	X		X	X	X				X
Danos em sepulturas				1	2		5					

Tabela 2 – Relação do espólio encontrado nos silos do Largo Pedro António Monteiro.

	Silo 13	Silo 14	Silo 15	Silo 16	Silo 17	Silo 18	Silo 19	Silo 20	Silo 21	Silo 22
Cerâmica Comum				X			X			X
Cerâmica Vidrada e Esmaltada				X						
Vidros										
Artefactos em osso										
Metais				X			X		X	X
Numismas				X			X	X		
Artefactos pétreos							X			
Fauna				X			X			X
Argamassa										
Pedras miúdas	X	X	X		X	X		X	X	
Telhas	X	X	X		X	X		X	X	
Danos em sepulturas										

Figura 1 – Diferentes aspectos da intervenção arqueológica. Fotos: C. Boavida, T. Casimiro, T. Silva e F. Oliveira.

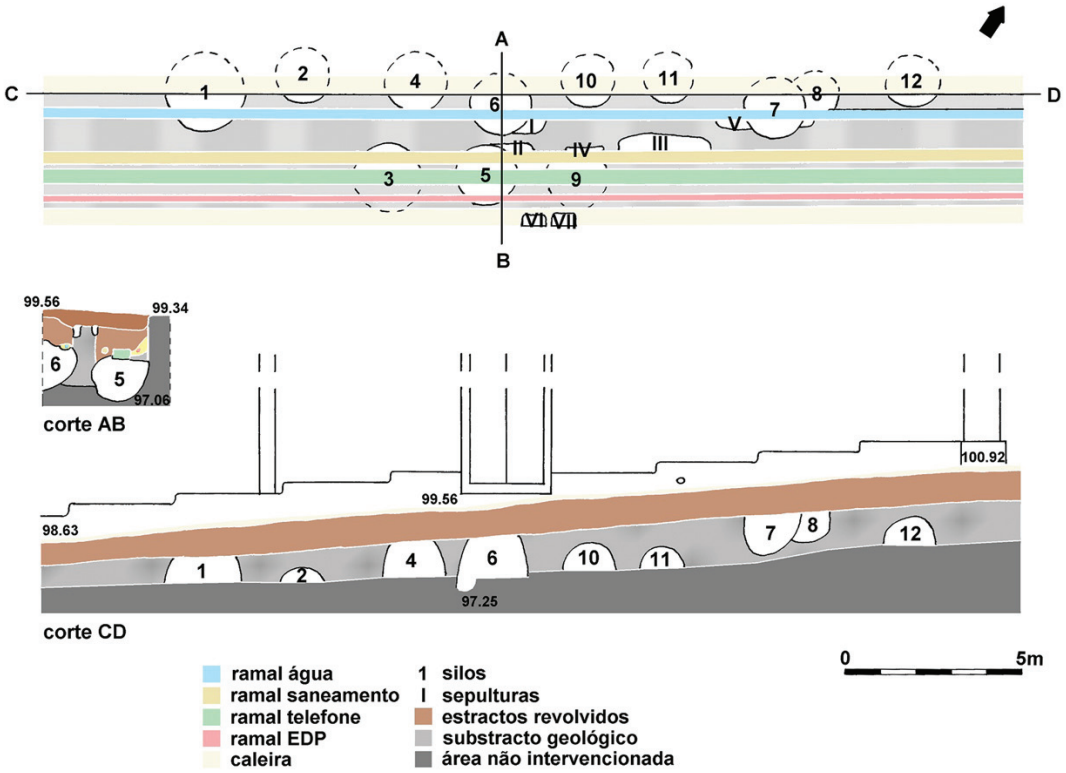


Figura 2 – Planta e cortes da área dos silos e da necrópole na Travessa das Capuchas.

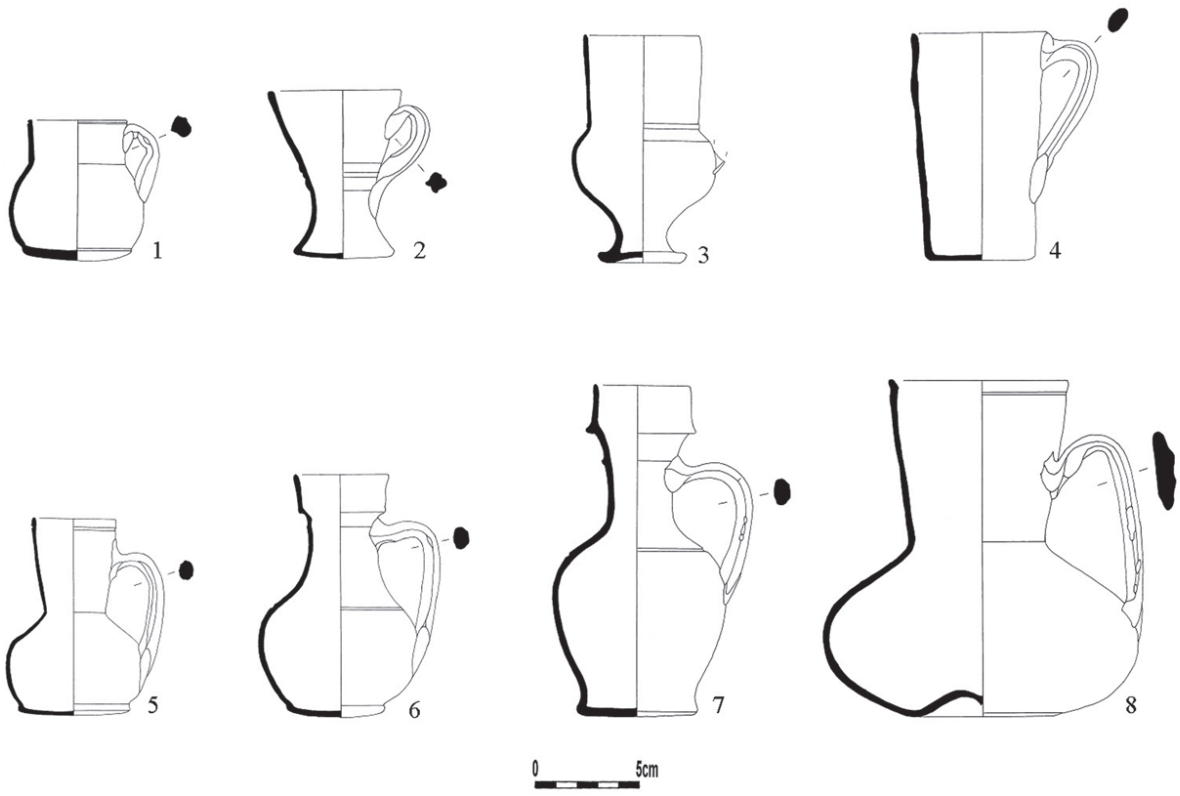


Figura 3 – Contentores de líquidos: loiça de mesa e de armazenamento e/ou transporte (púcaros, canecas, infusas e bilhas). Proveniência: silo 5 (1-5), 9 (7-8) e 19 (6). Desenho: C. Boavida.

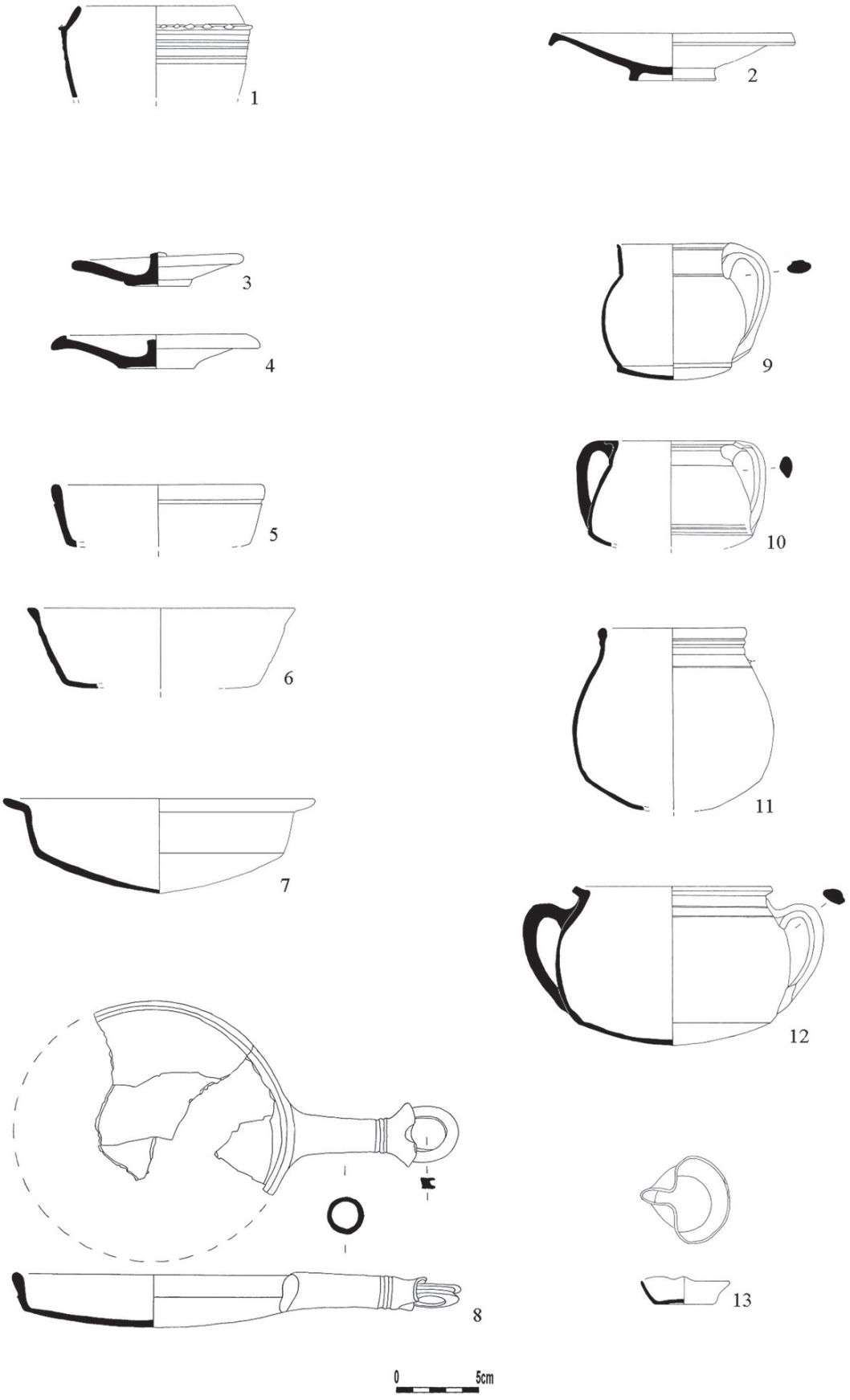


Figura 4 – Loiça de mesa (prato?); loiça de armazenamento e/ou transporte (cântaro); loiça de Cozinha (panelas, testos, caçarolas e frigideira); contentor de fogo (candeia). Proveniência: silo 5 (2-4, 7-10, 13), 9 (1, 5-6) e 19 (11-12). Desenho: C. Boavida.

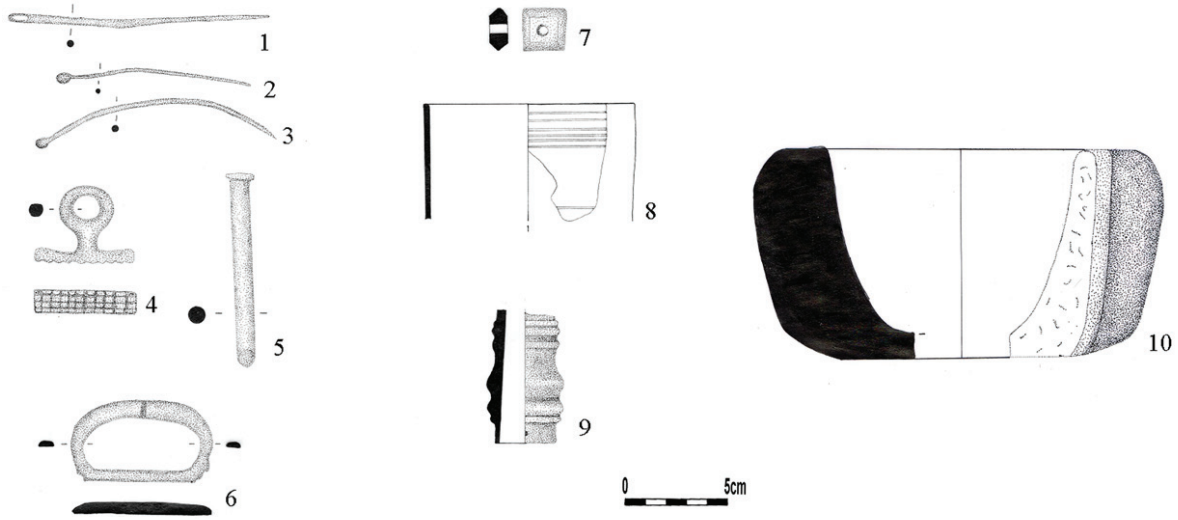


Figura 5 – Objectos metálicos (agulha, alfinetes, pintadeira, fivela, cinzel ou escopro); botão em quartzo hialino; objectos vítreos (copo); objectos em osso (torre de roca); objectos pétreos (almofariz). Proveniência: silo 5 (1-3, 5, 8, 10), 6 (9), 9 (4, 6) e sepultura V (7). Desenho: T. Casimiro.

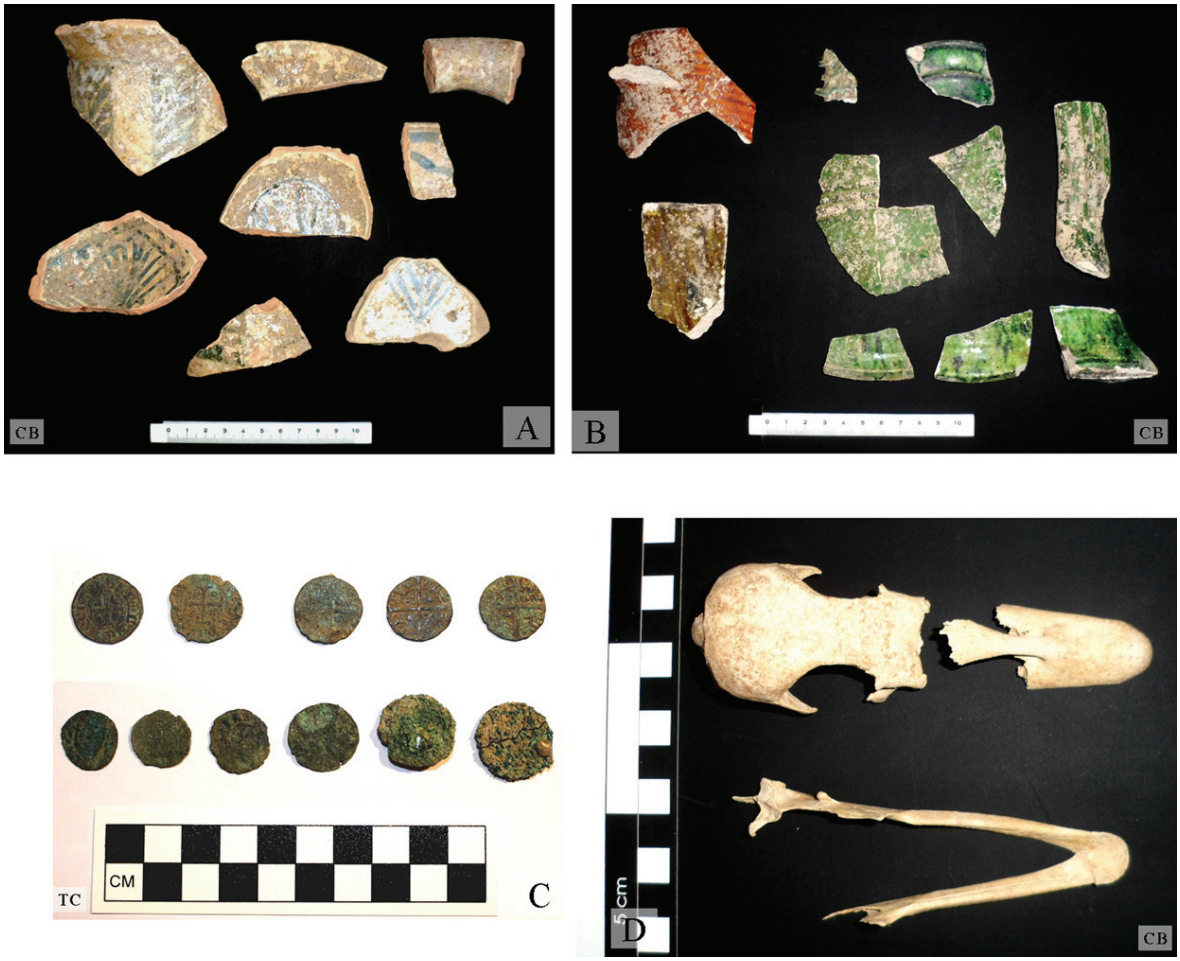


Figura 6 – Cerâmicas de oficinas andalusas; cerâmicas de oficinas francesas; numismas dos silos 5 e 19; crânio de pato (silo 5). Fotos: C. Boavida e T. Casimiro.

ASPETOS FORMAIS, TÉCNICOS E CULTURAIS DO UNIVERSO CERÂMICO DA SANTARÉM MEDIEVAL. UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Marco Liberato / IEM-UNL/FCSH / marcoliberato@hotmail.com
Helena Santos / lenamps@hotmail.com

RESUMO

A partir da análise integrada de várias dezenas de amostras artefactuais, cujos processos de deposição sugerem uma elevada homogeneidade cronológica dos materiais recolhidos, recuperadas durante uma intervenção arqueológica nos n.ºs 2 a 8 da Avenida 5 de Outubro, em Santarém, pretende-se esboçar uma apresentação preliminar dos aspectos crono-tipológicos e culturais da cerâmica que circulou nesta cidade entre os séculos XI e XIV. Tenta-se assim demonstrar que, mau grado a existência de algumas dissonâncias ao nível local, se denota uma evidente unidade cultural na região do Baixo Tejo, em que os caracteres mediterrânicos permaneceram amplamente dominantes mesmo após a sua integração no reino portucalense.

ABSTRACT

The authors pretend to describe and analyze comparatively – using several artifactual samples recovered during an archaeological intervention in Avenida 5 de Outubro n.ºs 2-8, in Santarém, whose deposition processes suggest a high chronological homogeneity of the materials – the chrono-typological and cultural aspects of the pottery that circulated in this city between the 11th and 14th centuries.

The main goal of this methodological process is to demonstrate that, despite the existence of some local differences, we can individualize a distinct cultural unit in the *Baixo Tejo* region, in which the mediterranean characters remained largely dominant even after the integration of this area in the christian political dominium.

O PERÍODO ISLÂMICO – SÉCULOS XI-XII

À semelhança do que ocorre para outras cidades do território actualmente português, a amostra artefactual disponível não permite analisar a cultura material medieval nos momentos anteriores ao Califado. Neste texto em concreto, foram considerados cinco contextos islâmicos, correspondendo a um total de nove unidades estratigráficas[1], cujo momento de deposição terá ocorrido num período já tardio, mais concretamente entre o século XI e a conquista cristã de 1147.Correspondem, na sua totalidade, a sedimentos recolhidos no interior de estruturas negativas, comummente interpretadas como silos. Assinale-se que as publicações sobre materiais destas cronologias provenientes da cidade são exponencialmente superiores em comparação com os períodos subsequentes, alargando o *corpus* de informação aproveitável para esta análise.

Sinteticamente, destaca-se desde logo que o universo cerâmico destas cronologias se caracteriza por uma grande diversidade formal a que escapam apenas as panelas, o que aliás não espanta: sendo o recipiente mais comum, com uma longa tradição de utilização, a sua morfologia seria mais estanque a inovações e à integração de novas variantes desen-

1. As limitações de páginas não permitem apresentar todos os materiais estudados numa escala consonante com uma análise rigorosa dos seus aspectos formais. No entanto, os mesmos encontram-se representados nos anexos da tese de mestrado de um dos redactores (LIBERATO, 2012), que podem ser descarregados no repositório da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6023.

volvidas localmente ou a partir de influências externas, uma vez que a sua imutabilidade – ou "mutabilidade de baixa intensidade" – se relacionaria com a eficácia demonstrada ao longo de gerações nas actividades culinárias em que eram empregadas. Mas essa multiplicidade morfológica não colide com outro aspecto: o reportório cerâmico em circulação na Santarém taifa/almorávida estaria muito padronizado, o que revela uma elevada especialização na sua produção, demonstrando uma divisão do trabalho típica de uma sociedade altamente urbanizada. É certo que existem muitas variantes, especialmente no que toca às tigelas, escudelas e jarros\jarras, mas praticamente todas as cambiantes formais de produção local que observamos tinham já sido identificadas noutros pontos da cidade (Viegas e Arruda, 1999.) (Almeida, 2003) (Amado e Mata, 2004) (Arruda, Viegas e Almeida, 2002).

Nestas cronologias, os dados disponíveis – quer os utilizados neste estudo quer os que se encontram publicados – demonstram que os paralelos morfológicos mais evidentes correspondem a produções de urbes estruturadas em torno da bacia do Tejo, esboçando uma imagem de forte unidade cultural, que sai reforçada pela utilização das mesmas soluções decorativas, nomeadamente no que diz respeito aos motivos da pintura a branco, a técnica mais frequentemente utilizada (Liberato, 2011, p. 49). No entanto, observam-se também coincidências formais e decorativas com a cultura material de povoações da costa algarvia e as áreas de contactos parecem estender-se à Meseta, bem como às urbes plenamente mediterrânicas da Andaluzia e Múrcia, em especial no que toca às cerâmicas presumivelmente importadas, como cordas secas e pintadas a vermelho sobre pastas claras. Um exemplo paradigmático é a peça [1107] – 8209 que morfologicamente se assemelha bastante aos grandes jarros de colo alto com bordo em aba, decorados com corda seca total, que surgem em Almeria (Flores, Monuz e Lirola, 1999, p. 4) ou em Jaén, onde estão datados do século XII (Déléry, 2006, p. 1432).

Em síntese, os paralelismos identificados parecem demonstrar que a cerâmica de Santarém se filia numa unidade geográfica-cultural de clara matriz mediterrânica\islâmica, que se havia sobreposto total e definitivamente às tradições oleiras anteriores. À semelhança do observado para a antiga *kora de Tudmir* logo no século X, estaremos «ya ante una sociedad plenamente islamizada con independencia de su origen.» (Gutiérrez, 1996, p. 160). Precisamos de mais estudos sistemáticos sobre as produções locais de forma a estabelecer rigorosamente a diacronia deste processo, mas um desfasamento temporal face à bacia mediterrânica é concebível à partida, condizente com o seu posicionamento na periferia geográfica e política da rede urbana do *Garb al-Andaluz* (Fernandes, 2002, p. 48), que de resto se materializa num certo arcaísmo das produções evidenciado por outros autores, verificando-se a circulação de alguns tipos que se vão sucedendo temporalmente sem alterações formais assinaláveis (Gómez, 2005, p. 216). O que não invalida que Santarém represente o limite setentrional da islamização total da cultura artefactual. Mesmo na área do Mondego, cuja bacia facilitaria a integração comercial e cultural com o mundo mediterrânico, aparentemente este processo não se completou. Por exemplo em Conímbriga, onde as funções urbanas asseguradas durante o período clássico e alto-medieval se encontrariam fortemente decadentes, parece predominar, entre os séculos X-XI, uma tradição oleira onde as influências islâmicas praticamente não se fazem sentir (Man, 2006, p.157). Mesmo na *medina* de Coimbra, os contextos que se formaram num momento imediatamente anterior à integração definitiva no reino de Castela e Leão demonstram a presença de cerâmicas de "luxo" islâmicas coexistindo com soluções oleiras locais (Catarino, Filipe e Santos, 2009, p. 347), que não recorriam à «tecnologia mas exigente y [a] una maior especializacion y complejidad de la estrutura de produccion» (Gómez, 2005, p. 216) que caracterizavam as cerâmicas meridionais.

TRANSIÇÃO DE PODERES E OSMOSES CULTURAIS. PRODUÇÃO E CONSUMO DE CERÂMICA ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XII E A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIII

Os dados recolhidos permitem perspectivar uma imagem de forte continuidade com as soluções islâmicas durante a centúria subsequente à integração da cidade no domínio político cristão. Destaque-se, pela possibilidade de observação da manutenção das técnicas de produção, a identificação de quatro fornos como a estrutura [1579], que permite estabelecer, sem reservas, que a produção de cerâmica pintada a branco continuou muito para além da conquista cristã, uma vez que as correlações estratigrá-

ficas demonstram que iniciou a sua laboração já no século XIII.

Morfologicamente, também não se verificam grandes alterações quando se analisam os materiais recuperados no depósito [1030] e que correspondem, sem dúvida, às produções deste forno, uma vez que os 25 fragmentos recuperados apresentam sinais evidentes de terem estalado durante a cozedura. De entre eles destacam-se as grandes asas pintadas a branco com depressão central, que correspondem a cântaros amplamente documentados nas escavações da Alcáçova (Viegas, Arruda, 1999, p. 161). O mesmo elemento, bem como um bordo, permitem reconhecer que as típicas jarras islâmicas continuaram a ser produzidas nesta estrutura.

Foram considerados mais três contextos em que a presença de moedas demonstra que a sua formação ocorreu num período posterior à conquista da cidade. Num dos casos, observa-se mesmo uma clara divergência entre esta integração cronológica e a que seria proposta se recorrêssemos exclusivamente às importações como elemento de datação, pelo que alguns dos dados aqui apresentados devem ser encarados com extrema precaução. De facto, não abundam publicações que apresentem materiais deste período de transição, sendo mesmo inexistentes para a cidade de Santarém, o que compromete uma abordagem comparativa que apoie as considerações expostas.

O conjunto artefactual recolhido na estrutura negativa [1631], um eventual silo colmatado com o depósito [1598], parece demonstrar a circulação generalizada de materiais claramente islâmicos – classificação que neste contexto remete para um universo cultural e não para uma periodização cronológica – cerca de um século depois da conquista da cidade, estando, neste caso específico, associados a moedas cunhadas entre 1211 e 1245. Destacam-se dois fragmentos decorados com a técnica de corda seca total, sendo que a decoração em rosácea patente na escudela com pé anelar que apresentamos ([1598]-11663) é um motivo documentado frequentemente – surgindo, por exemplo, em Maiorca – e enquadrado entre a segunda metade do século XI e a primeira metade do século XII, enquanto os exemplares recolhidos em Almeria, Ceuta, Málaga ou Mértola são compagináveis com a peça de Santarém, na medida em que foram enquadrados cronologicamente entre 1200 e 1250 (Déléry, 2006, pp. 1215, 1333, 1534 e 1569). O mesmo motivo surge também noutras peças provenientes de Santarém, decoradas com técnica idêntica e recuperadas num contexto bastante afectado por perturbações estratigráficas posteriores, mas que parece estar relacionado com uma olaria, podendo corresponder à base de um forno ou de uma fossa de descarte[2], o que tem mesmo feito levantar a hipótese de uma produção autóctone deste tipo de cerâmica (Déléry, 2006, p. 1804) e que poderia justificar a sua continuidade no registo arqueológico para além da captura da cidade por D. Afonso Henriques, que certamente condicionou no imediato a circulação de produções com origem meridional. Surge ainda um fragmento com pintura a vermelho ([1598]-11662), opção decorativa que parece desaparecer, em Lisboa, nos contextos formados entre a segunda metade do século XII e primeira metade da centúria seguinte (Gomes, et. al., 2005, p. 225). Já o bordo em aba da panela [1598]–11654 corresponde, de facto, a perfis de panelas muito comuns durante os séculos XII-XIII, um elemento mais convergente com a presença dos dinheiros da I dinastia nesta unidade estratigráfica. Só o surgimento de novos estudos ou contextos poderão demonstrar se as cerâmicas de corda seca ou pintadas a vermelho eram, de facto, ainda comuns durante o século XIII, ou se a formação deste conjunto foi absolutamente circunstancial, decorrente de um processo muito específico que não pudemos descortinar. De facto, a generalidade das peças encontra-se muito fragmentada, o que poderia denunciar que estamos perante uma deposição "terciária", com um hiato temporal razoável entre a sua utilização, um primeiro momento de descarte das peças e o seu transporte definitivo para o interior da estrutura negativa, já misturadas com materiais cronologicamente mais recentes. No entanto, a homogeneidade "cultural" dos fragmentos cerâmicos não parece reforçar esta hipótese.

Menos dúvidas nos oferece a associação material recolhida no interior da estrutura [2466], um silo colmatado com um único depósito, o sedimento [91]. Foram recolhidos alguns perfis bastante completos, o que permite vislumbrar de forma mais documentada uma amostra da cultura material presente na transição do século XII para o XIII, uma vez que se encontra datada pela presença de 6 dinheiros da

2. Identificada durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da Rua João Afonso / Rua 1º Dezembro, coordenados por Helena Santos.

primeira dinastia que demonstram que este depósito se formou já no século XIII (Liberato, 2011,p.68). Sem este elemento de datação contextual, a escudela carenada [91]-1986, bem como a candeia de depósito aberto [91]-1988, apontariam para uma cronologia em torno do século XII, mas verosimilmente anterior à conquista cristã. Completando o quadro de formas muito correntes em contextos muçulmanos, assinala-se a presença de jarras com colo alto, que poderiam induzir no mesmo sentido.

No entanto, assinale-se desde já que os exemplares recolhidos desta forma apresentam diferenças de pormenor face às congéneres undecentistas, nomeadamente na curvatura do colo, e surgem novas soluções como a representada pela peça [91]-1981. De facto, embora seja cedo para firmar certezas, parece existir na cerâmica escalabitana, ao longo do século XIII e da centúria seguinte, uma tendência para o aumento de alterações plásticas, como estrias, caneluras ou incisões, face ao período anterior, característica partilhada com as cerâmicas lisboetas coevas (Gomes, 2005, p. 226). Também em Palmela, o estriamento é considerado a opção ornamental mais comum no século XIII (Fernandes, 2004, p. 151).

Enquadramos ainda neste âmbito cultural o enchimento do silo [2172], composto pelas unidades [2171] e [2144], que ofereceram sete moedas. Mais uma vez encontramos neste contexto materiais que constituem elementos de evidente continuidade com a tradição oleira pré-1147, como as cerâmicas vidradas com traços de manganês e a pintura a branco, coexistindo com a presença de panelas com bordo quadrangular – possivelmente uma evolução, por espessamento do lábio, do perfil em aba que se vulgariza no século XII, com eventual origem em protótipos almóadas – ou com a tendência para as tigelas apresentarem espessamentos e/ou molduras nos lábios, caracteres mais comummente divulgados em épocas mais tardias, o que nos impele a propor uma cronologia mais avançada para a formação deste contexto, talvez mesmo já durante a segunda metade do século XIII.

A par destes conjuntos que poderíamos classificar globalmente como "epi-islâmicos", assinalam-se episódicos elementos claramente excêntricos à estrutura produtiva que enquadrava o fabrico cerâmico nesta cidade entre os séculos XI e XII e, em última análise, ao universo técnico e cultural meridional: panelas com asas puncionadas, alguidares de fundo em disco e o jarro brunido com cozedura redutora [2244] – 15043, que apresentam paralelos evidentes com produções nortenhas.

Assinale-se que este tipo de cerâmicas estão totalmente ausentes dos conjuntos islâmicos recuperados no Convento de S. Francisco, em Santarém (Lopes e Ramalho, 2001)[3], na Alcáçova (Viegas e Arruda, 1999), na Rua Miguel Bombarda (Almeida, 2003), bem como nos contextos indubitavelmente depositados num momento anterior à conquista cristã que estudámos, não sendo provável portanto que correspondam a resquícios de uma tradição oleira pré-islâmica. Por outro lado, os seus aspectos formais ou perfis claramente derivados desses protótipos não se terão enraizado na tradição oleira local, a julgar pela sua ausência nos conjuntos materiais dos finais do século XIII e XIV, cujas morfologias remetem, na sua esmagadora maioria, para antecedentes claramente "mediterrânicos". Verifica-se assim que após a conquista da cidade coexistiram duas tradições cerâmicas completamente divergentes e que certamente correspondem a dois grupos populacionais distintos: indivíduos culturalmente islamizados, independentemente do credo religioso e populações cristãs alógenas. Naturalmente que a investigação carece de mais dados, nomeadamente da publicação de outros conjuntos cerâmicos, para que se possa verificar da importância relativa destas "contaminações" setentrionais, determinando se foram sempre percentualmente residuais e se a sua circulação se restringiu aos séculos XII e XIII, como nos sugerem os contextos que estudámos.

Este quadro sucinto, quando comparado com Lisboa apresenta evidentes pontos de contacto, como sejam a manutenção de morfologias islâmicas, a aparente continuidade de contactos culturais com áreas sob domínio almóada demonstrada pela integração de caracteres formais mais frequentes neste horizonte crono-cultural e a sobrevivência de técnicas decorativas como as pinturas a branco e a vermelho. A única divergência será eventualmente o âmbito cronológico da utilização de caracteres culturais com uma

3. Nesta afirmação não ignoramos uma panela islâmica recolhida nesta escavação e datada entre os séculos X e XI, que surge representada com alterações plásticas na asa, que no entanto não corresponderão a puncionamentos profundos, uma vez que foram obtidos «por meio de incisões». De resto, a coloração da pasta, entre o branco e o laranja (LOPES e RAMALHO, 2001, p. 55), afastam-na definitivamente das características técnicas das cerâmicas que agora apresentamos.

origem indiscutivelmente islâmica, como a pintura, que parece prolongar-se mais em Santarém.

SANTARÉM ENTRE O ATLÂNTICO E O MEDITERRÂNEO. FINAIS DO SÉCULO XIII – SÉCULO XIV.

Infelizmente não foram identificados muitos contextos trecentistas. Assim, o hipotético silo [828] foi aterrado com o sedimento [829], enquanto no interior de uma estrutura semelhante, que recebeu a designação de [396], foram escavadas 4 unidades estratigráficas registadas como [388], [395], [397] e [407].
Os elementos mais seguros para atribuir uma datação aproximada do momento da deposição destes sedimentos correspondem aos materiais cerâmicos provenientes da escavação da Rua dos Correeiros em Lisboa, que decorreu na década de 80 do século passado. De facto, atesta-se que as características formais das panelas, cântaros, jarros/jarras, púcaros, tigelas e escudelas provenientes desta escavação arqueológica apresentam absolutas semelhanças com as cerâmicas escalabitanas dos contextos [828] e [396]. Na "capital" do reino, estavam associadas a importações provenientes da área de Santoinge, centro oleiro francês cujos típicos pichéis com decoração policromática aportavam a povoações de toda a fachada atlântica, sendo exemplos as cidades inglesas, onde ocorrem frequentemente em contextos datados entre 1280 e 1310 (Gaspar e Amaro, 1997, p. 339), sendo que estudos mais recentes apontam o primeiro quartel do século XIV como o *terminus* da sua exportação massiva para as ilhas britânicas (Haggart, 2006, p. 28).
O período entre os finais do século XIII e inícios da centúria seguinte é de facto crucial para o estabelecimento de rotas comerciais que integraram as costas atlântica e mediterrânica. A partir de 1278, Génova inicia ligações anuais com o Mar do Norte, o que demonstra que a transposição do estreito de Gibraltar era novamente segura para as embarcações dos reinos e cidades-estado da cristandade (Fonseca, 1980, p. 128), facto que evidentemente dinamizou o transporte de mercadorias com origens diversas, revelado também no registo arqueológico.
Em Portugal, a distribuição de produções oriundas da Europa Central alarga-se a cada nova escavação demonstrando, em última análise, como o Oceano era sulcado cada vez mais frequentemente. Naturalmente, por uma questão de posição geográfica, estas produções parecem ser mais frequentes nas cidades costeiras do Norte do País e no seu *hinterland*, mas abasteciam também alguns mercados claramente mais periféricos. Contactos comerciais e culturais com a fachada atlântica que se atestam também na Santarém medieval, sem que possamos no entanto asseverar se directos, se por intermédio das ligações a Lisboa – que a julgar pela percentagem crescente de cerâmicas vidradas assinalada a partir de finais do século XIII estará plenamente integrada nos circuitos comerciais atlânticos (Gomes, et. ali, 2005, p. 227) – como nos comprova o fragmento de jarro com losangos incisos sob vidrado verde que faz parte do espólio exumado do depósito [829]. As suas características técnicas, nomeadamente as pastas avermelhadas, a aplicação de engobe branco antecedendo o vidrado, bem como a decoração geométrica, tornam verosímil a sua origem no centro oleiro Paris-Rouen, cujas produções trecentistas já foram identificadas nas cidades portuárias atlânticas de Lisboa (Fernandes, Marques e Torres, 2008, p. 165) e do Porto (Gomes, 2004, p. 91) – certamente também a origem das cerâmicas francesas coevas identificadas em Guimarães (Faure, 2007) – e até em pequenas vilas do interior, como Castelo Novo, onde surgiram associadas a moedas de D. Sancho II a D. Pedro I, (Silvério e Barros, 2005, p. 69), o que concorda com a cronologia proposta.
No conjunto artefactual recuperado no contexto [396] surge um pequeno fragmento cerâmico com origem claramente mediterrânea e que corresponde a um fundo anelar de secção para-circular, coberto com esmalte branco e apresentando traços de reflexo metálico. Este perfil de fundo, associado à técnica decorativa, surge frequentemente em produções *nazaris* trecentistas, com epicentro em Málaga, nomeadamente nos jarros de colo alto e bico vertedor cuja difusão em Portugal começa a desenhar-se, como se pode ver pelos exemplares recuperados em Alcochete (Correia, 2004, p. 651). No entanto, esta forma fazia também parte dos reportórios valencianos (Pascual e Martí, 1986, p. 164) sendo impossível esclarecer definitivamente a sua origem a partir de um fragmento tão reduzido. Como é conhecido, estas produções mudéjares levantinas serão especialmente frequentes nas cidades portuguesas durante o século XV, mas na centúria anterior já aportavam a Lisboa (Fernandes, Marques e Torres, 2008, p. 173) e ao Porto (Gomes, 2004, p. 93). O seu impacto cultural em Santarém foi certamente intenso e dina-

mizou mesmo o surgimento de uma tradição ornamental pintada a branco durante o século XV, que já analisamos noutro local (Liberato, 2011, p. 112).

Apesar da multiplicação de influências e referentes que circulavam na Santarém trecentista, assinala-se que a produção local de cerâmica comum como que "depurou" os reportórios dos períodos antecedentes e concentrou-se em poucas formas já conhecidas, embora se referenciem algumas alterações de pormenor que permitem uma individualização face aos protótipos mais antigos. Esta evolução demonstra *per si* que a matriz mediterrânica não só se manteve como se foi actualizando, em linha com as tendências que se verificavam também no sudeste peninsular, de que são exemplo a afirmação progressiva das bases anelares nas jarras ou dos perfis carenados nas escudelas (Acién, 1995, p. 139). Considerações que se apoiam nos materiais recuperados nesta escavação mas também nas outras publicações que apresentam cerâmicas trecentistas de Santarém (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002; Amado e Mata, 2004; Arruda, Viegas e Almeida, 2002) e que, em grande medida, parecem corresponder também à realidade de Lisboa.

Verifica-se assim que a cultura material das principais cidades do Vale do Tejo, é agora absolutamente semelhante, altamente padronizada e pouco diversificada morfologicamente quando comparada com os séculos anteriores. No entanto, a frequência da pintura a branco em Santarém durante o século XIV parece demonstrar, tal como para períodos anteriores, que as tradições islâmicas tiveram uma perduração temporal superior nesta cidade. Se estamos perante um simples traço de conservadorismo ou a demonstração de vitalidade da comunidade muçulmana local, demograficamente e/ou socialmente mais relevante que a sua congénere de Lisboa, surge como uma questão que só poderá ser dirimida com a cumulação de estudos ceramológicos sobre as produções destas duas urbes.

BIBLIOGRAFIA

ACIÉN Almansa, Manuel (et.al.) (1995) – Evolución de los tipos cerámicos en el SE de al-Andalus in *Actes du* 5ème *Colloque sur la Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale.* Rabat: Institut National des Sciences de l' Archéologie et du Patrimoine, pp. 125 – 139.

ALMEIDA, Maria José de (2003) – Resultados da intervenção arqueológica na Rua Miguel Bombarda (Santarém): algumas ideias sobre a ocupação do planalto de Marvila.» in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10--12 Novembro 2000)*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, pp. 81- 94.

AMADO, Carlos; MATA, Luís, coord. (2004) - *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém.* Santarém: Câmara Municipal de Santarém.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José de (2002) – *De Scallabis a Santarém.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS Constança (2009) – Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo*. pp. 333-376.

CORREIA, Miguel (2004) – Três exemplares de cerâmica azul e dourada, provenientes de Alcochete, *Revista Portuguesa de Arqueologia.7*, n.º 1, pp. 645-652.

DÉLÉRY, Claire (2006) – *Dynamiques économiques sociales et cutureles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du Xesiècle-première moitié du XIIIe siècle)*. 7 vols, dissertação de doutoramento, Toulouse.

FAURE, Francisco (2007) – Céramiques Françaises Médiévales à Guimarães Portugal, *4th International Congress of Medieval and Modern Archaeology. http://medieval-europe--paris-2007.univ-paris1.fr/C%C3%A9ramiquesGuimaraes.pdf* [Consult. 11 Nov. 2012].

FERNANDES, Hermenegildo (2002) – Em torno de Santarém: posição e funções in *De Scallabis a Santarém.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 47-58.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia (2008) – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval,* 8, pp. 159-183.

FLORES Escabosa, Isabel; MOÑUZ Martin, Maria del Mar; LIROLA Delgado, Jorge (1999) – Las producciones de un alfar islamico en Almeria. *Arqueologia y Territorio Medieval*, 6, pp. 207 – 239.

FONSECA, Luís (1980) – «O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época Moderna), *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, vol.3, pp. 127-139.

GOMES, Paulo Dórdio, *et. al*,(2004) – *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos,* 2ª série, 3 (duplo), pp.89-96.

GOMES, Ana; et. al. (2005) – Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII), Mário Jorge Barroca; Isabel Fernandes (eds.)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Universidade do Porto, pp. 221-236.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005) – Cerámica islámica entre Tajo y Duero in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII), Mário Jorge Barroca; Isabel Fernandes (eds.)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/ Universidade do Porto, pp. 215-220.

GUTÍERREZ, Sónia (1996) – *La cora de Tudmir de la Antigüedad Tardia al mundo islâmico. Poblamiento y cultura material*. Madrid: Casa de Velázquez.

HAGGART, George (2006) – *A gazetteer and summary of French pottery in Scotland c.1150-c.1650*. Edinburgh: National Museums of Scotland.

LIBERATO, Marco (2011) – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*, dissertação de mestrado em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa.

LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães (2001) – Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém in *Garb – Sítios islâmicos do sul Peninsular*. Lisboa/IPPAR: Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 31-88.

MAN, Adriaan de (2006) – *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Edições Silabo.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João; VALONGO, António (2002) – Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 – Centro Histórico de Santarém». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, n.º 1, pp. 259-276.

PASCUAL, Josefa; MARTÍ, Javier (1986) – *La cerámica verde-manganeso bajomedieval valenciana*. Valencia: Ajuntament de Valência.

SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís (2005) – *Arqueologia no Castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002-2004). Resultados preliminares*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

VIEGAS, C.; ARRUDA, A.M. (1999) – «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia,* 2, n.º 2, pp. 105-186.

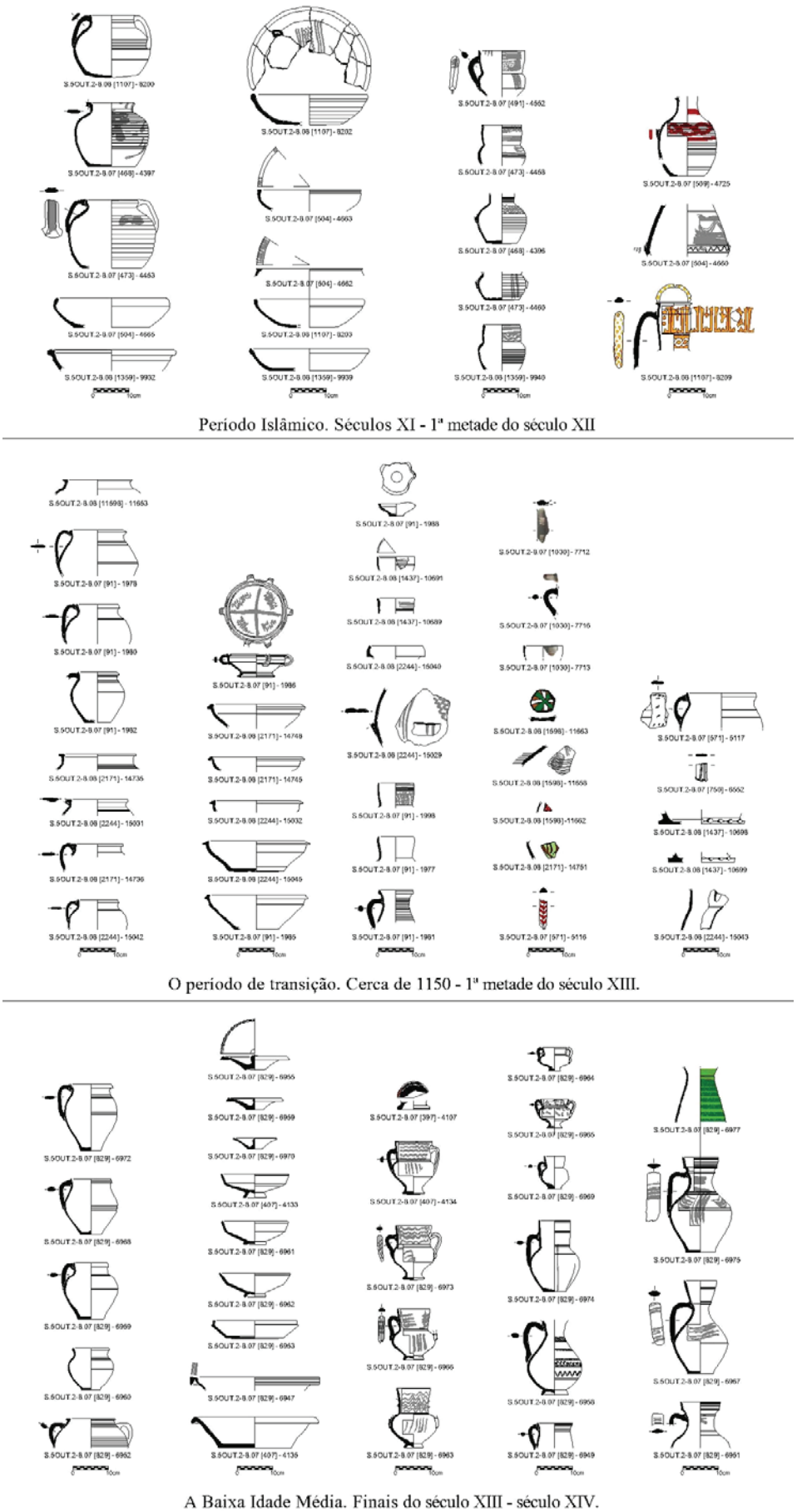


Figura 1 – Alguns materiais da amostra considerada.

UM FRAGMENTO DE *MAQABRĪYYA* MUDÉJAR DE SANTARÉM

Gonçalo Lopes / g.simoeslopes@gmail.com
Helena Santos / lenamps@hotmail.com

RESUMO

Analisa-se um fragmento de uma epígrafe funerária mudéjar, uma *maqabrīyya* datada do ano de 1298, exumada de um espaço habitacional baixo-medieval no decorrer dos trabalhos arqueológicos realizados no ano de 2007 na Av. 5 de Outubro n.ºs 2-8, em Santarém. Apesar de se ignorar a sua proveniência original, a raridade deste tipo de epígrafes, associada aos seus aspectos formais, fazem dela um testemunho de capital importância para a compreensão das relações externas da comuna mudéjar de Santarém, bem como dos influxos remanescentes do Islão peninsular durante a baixa Idade Média.

ABSTRACT

The authors analyze a fragment of a funerary mudejar epigraph, a *maqabrīyya* dated from the year 1298, collected in a medieval living space, during the archaeological works that took place in 2007 on Avenida 5 de Outubron. 2-8, in Santarém. Although ignore its original provenance, the rarity of this type of epigraphs, associated with its formal aspects, make it a testimony of capital importance for the understanding of the external relations of the mudejar commune of Santarém, as the remaining inflows of the peninsular Islam during the Middle Ages.

INTRODUÇÃO

A *maqabrīyya* agora em análise foi descoberta no decorrer da intervenção arqueológica dos n.ºs 2 a 8 da Avenida 5 de Outubro, em Santarém, no âmbito da minimização de impactos resultante da construção de um empreendimento residencial. Esta intervenção, que decorreu em 2007 e 2008, abrangeu uma área de 1000m² e permitiu estabelecer a diacronia de ocupação humana daquele espaço entre o século I e o século XVIII, bem como recuperar importantes informações sobre a cultura material dos vários horizontes culturais que se foram sucedendo na cidade. Situado num ponto charneira entre os dois principais núcleos de povoamento medieval, a Alcáçova (a SE) e o Planalto de Marvila (a Oeste), o local assume-se como preferencial para a compreensão das sucessivas ocupações humanas e dos ritmos de expansão urbana (Figura 1).

Assim, a primeira ocupação efectiva do espaço terá sido com uma necrópole de incineração romana imperial. Posteriormente o espaço foi sucessivamente acolhendo inumações (cerca de 140) cujas características se coadunam com as alterações verificadas ao nível dos rituais funerários nas urbes peninsulares entre os século III e VIII, decorrentes das conjunturas políticas e sociais que foram ocorrendo.

Ainda em período islâmico assinala-se uma mudança na funcionalidade do espaço, com a escavação de estruturas negativas, genericamente interpretadas como silos. Nos primeiros momentos do domínio cristão, a área continuou a acolher actividades típicas das periferias dos núcleos urbanos, como fornos de cerâmica, pedreiras e alcaçarias.

O processo de urbanização só se intensificará a partir dos séculos XIII-XIV, registando-se vários espaços de habitação margeando arruamentos, muito embora, ainda no século XV, a presença de parcelas vazias de construções (certamente dedicadas à agricultura) e as evidências de actividades metalúrgicas demonstrem que a malha urbana não seria ainda especialmente densa nos finais da Idade Média.

É justamente de um destes espaços habitacionais que foi exumada a peça em questão. Sob o entulhamento efectuado após o abandono do compartimento, no canto Sudeste, foram identificadas nove

interfaces sub-circulares (de entre as quais a [551] colmatada com o depósito [552], de onde provém a epígrafe), com diâmetros entre os 50cm – 1m e profundidade entre os 10 – 30cm, que parecem corresponder a negativos de talhas ou ao que resta de pequenos silos. Do seu enchimento, claramente derivado da necessidade de aterrar estas depressões quando já não estão em utilização, foram exumados vários fragmentos de cerâmica vidrada a verde ou melado e de cerâmica comum (como panelas, testos, púcaros, tigelas, escudelas, pratos, alguidares, cântaros, etc.) cuja morfologia é frequente nos contextos baixo-medievais de Santarém (Liberato, 2011) (Figura 2).

SOBRE AS *MAQABRĪYYAT*

O termo *maqabrīyya* (sing.) ou *maqabrīyyat* (plur.) é utilizado sobretudo em Marrocos (Monroe, 1997, p. 227) para designar as estelas funerárias horizontais prismáticas colocadas longitudinalmente sobre a sepultura. A raiz etimológica advém de *qabr*, sepultura, a qual originou também o termo *maqbara*, cemitério.

A forma prismática tenta reproduzir o montículo de terra que, segundo as regras do funeral islâmico, descritas na *Sunna*, deve cobrir as sepulturas, para que não se confundam com o chão do cemitério.

Existem feitas nos mais variados materiais de construção, embora o uso de um bloco (prismático) de pedra seja o mais frequente, preferencialmente mármore, dependendo a qualidade de execução em grande medida das posses da família do defunto. E é disso que se trata, um monumento funerário ligado às classes sociais mais abastadas fazendo, quase sempre, parte de estruturas mais complexas como mausoléus familiares e/ou *qubba/*s (proibidos pela *Sunna*).

As *maqabrīyyat* distribuem-se de forma regular pelo Mediterrâneo ocidental com particular incidência nas cidades costeiras ou com ligações portuárias, perdendo importância nas áreas de influência otomana a partir do século XVI. Até aqui, são vulgares em toda a Ifrīqīa, Marrocos e al-Āndalus, sendo utilizadas até ao século XX, sobretudo em Marrocos.

A descontinuidade geográfica entre os exemplares datados mais antigos não permite isolar a sua génese e associá-la a um lugar específico do Maghreb, se Qayrawān, com uma *maqabrīyya* de 1032, se Almería com outra de 1062. De qualquer modo, pela grande quantidade de estelas descobertas em Almería percebe-se que é um dos principais centros difusores de *maqabrīyyat* do al-Āndalus, com uma florescente oficina a operar entre o final das taifas e o período almóada.

ASPECTOS FORMAIS

Este monumento funerário foi talhado em mármore branco cuja origem de extracção não foi possível determinar, embora não seja de descartar uma procedência da zona de Estremoz -Vila Viçosa.

Trata-se de um prisma triangular com um dos topos chanfrados, como é usual neste tipo de estelas, tendo a outra extremidade desaparecido truncando a peça em mais de metade. Todas as faces do prisma estão inscritas e este assenta sobre um plinto escalonado, pouco saliente, de dois degraus, de talhe irregular.

Apresenta as medidas 30cm x 14,3cm x 10,4cm, sendo o comprimento uma medida relativa porque não está completa. Em termos gerais, as dimensões não diferem muito das restantes epígrafes funerárias, sobretudo das que se encontram no al-Āndalus para o período almóada.

Nas superfícies notam-se várias fases de escultura e acabamento, bem como os instrumentos utilizados. Inicialmente, o desbaste do bloco foi efectuado com pico, do qual se vêem vestígios na base, onde se vêm vários golpes desta ferramenta usada para abrir a cavidade que serviu para fixar a estela à sepultura. A fase seguinte do desbaste foi feita utilizando escoda, que deixou as características marcas denteadas no bordo da base. O trabalho restante, de gravação e alisamento foi feito com cinzel.

É de registar ainda a existência de restos de argamassa aderentes à base, que mostram ter sido fixada numa estrutura em alvenaria, conforme é habitual em túmulos deste tipo (Figura 3).

CARACTERIZAÇÃO EPIGRÁFICA

A inscrição foi elaborada em cúfico florido, que se mantém como um dos estilos caligráficos "clássicos" da epigrafia árabe, nomeadamente em territórios onde a escola *mālikī* teve maior preponderância, como o foi em todo o Maghreb, e em particular no al-Āndalus.

Observa-se algum cuidado e regularidade na gravação do texto, por exemplo no arranjo das hastes das letras e dispersão dos elementos decorativos,

de modo a evitar espaços vazios, embora também seja notória alguma difuculdade no desenho de algumas letras.
É visível alguma rudeza no talhe da letra "sīn" (س), constituída por um rectângulo dividido na vertical por duas linhas incisas a simular as três hastes da letra que, normalmente, é escrita com essas mesmas hastes em sentido descendente. A letra "mīm" final (م) apresenta alguma variabilidade, embora siga, curiosamente, o cursivo e não o cúfico (caligráfico). Não existem pontos diacríticos nem vocalizações, aliás bastante raros em epigrafia e completamente ausentes quando o estilo utilizado é o cúfico (Figura 4).
Transcrição:
Face A: [...] بسم الله العظيم هاذا قبر)
Face B: [...] ه عام سبع و تسعين و ست مائة
Topo: الله [و]حده
Tradução:
"Em nome de Deus o Imenso, esta sepultura [...]
[...] ano sete e noventa e seiscentos. (1298 d.C.)
Deus é único"

O texto em si apresenta algumas particularidades que o distinguem da generalidade das inscrições funerárias islâmicas āndalusī/s:
1º – A *basmaLhah* inicial (Face A) foi substituída por uma fórmula semelhante, mas em vez de reproduzir os dois nomes divinos "o Clemente, o Misericordioso", utiliza somente *al-ʿAżīm* (traduzido vagamente por o Imenso, o Magnificente, etc.). Este epíteto, fazendo parte dos 99 nomes divinos, foi muito parcamente utilizado, e surge algumas vezes no Alcorão embora não seja dos mais populares, estando por isso ausente de textos epigráficos, nomeadamente funerários.
2º – Na Face B, o sistema de datação, embora vulgar (unidades/dezenas/centenas), é antecedido por uma forma muito pouco usual para a palavra "ano". Em vez de "sana" (**سنة**) é utilizada a palavra "`ām" (**عام**), relativamente rara em fórmulas de datação.
3º – Outra particularidade reside na palavra "hādhā" (esta), na Face A, cujo primeiro "ālif" nunca é grafado, aqui aparece por extenso, ou seja em vez de **هذا** surge **هاذا**. Não se trata propriamente de um erro ortográfico mas sim do costume de se utilizar nalgumas palavras o que se designa de *ālif kanjarīyya*, que não é mais que um pequeno traço vertical, sobrescrito, a indicar que naquela parte da palavra existe um "a" longo. Por se tratar de um símbolo acessório, comparável aos signos de vocalização breve, nunca é grafado quando texto não é vocalizado. Neste caso, o autor da inscrição estaria familiarizado com o árabe falado correctamente, mas desconhecia as excepções escritas da língua. Não se trata de um caso isolado de confusão entre o árabe escrito e o falado. No verso de um documento proveniente do mosteiro de Alcobaça (1238), existe uma situação semelhante em que num apontamento que regista a *sūra al-Fātīha*, foi confundida a representação gráfica com a reprodução oral de algumas palavras (ANTT, Corporações Religiosas, Santa Maria de Alcobaça, 1ª Inc., m.7 doc.2).
O topo da lápide foi reservado a uma expressão de importante significado religioso que declara a unicidade de Deus – *Allāhu Wahdahu* – Deus é Único, gravada usando igualmente a escrita cúfica, mas de contornos geométricos adaptados ao espaço triangular deixado pela extemidade do prisma. É um tipo de composição que surge frequentemente na decoração de edifícios naṣrī/s e merínidas na qual parece filiar-se.
O campo epigráfico está moldurado por um "cordão da eternidade" de dois cabos, que consiste na incisão de linhas descontínuas sobre as faixas deixadas pela área de escrita.
Uma vez que só resta parte da estela, toda a informação relativa ao nome e titulatura do defunto, referências corânicas e a data completa do falecimento (a existirem), desapareceram irremediavelmente na metade perdida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *maqabrīyya* de Santarém constitui, portanto, uma das epígrafes árabes mais interessantes dentro do contexto mudéjar peninsular, não sendo conhecido, até ao momento qualquer peça semelhante.
Existem núcleos de epigrafia mudéjar em torno de Lisboa e em Moura (Borges e Macias, 1997, pp. 65--69) sabendo-se também, através da documentação coeva, que as lápides do *almacavar* de Lisboa foram reutilizadas no Hospital Real de Todos os Santos (Barata, 1998, p. 152). Deste sítio foi recolhida a estela de *al-ʿAbbās Ahmad*, datada de 1389, mas distinta da de Santarém quer na forma quer nas características epigráficas.
A excepcionalidade desta peça levanta inevitavelmente a questão da sua real proveniência. Tratando-se de um objecto único neste contexto geográfico,

terá sido executado para servir de epitáfio a um habitante de Santarém medieval ou, pelo contrário, será um elemento exógeno trazido de território islâmico? Alguns factores poderão, à partida, tornar verosímil a segunda hipótese, começando pela ausência de paralelos arqueológicos e seguida da possibilidade de ter sido trazida como troféu/curiosidade das conquistas portuguesas do Norte de África ou, de forma mais surpreendente, como lastro de embarcações, como a *maqabrīyya* encontrada na cidade de Cartagena (Martínez Enamorado, 2009, p. 138).

Porém, o reduzido desgaste da peça associado a restos de argamassa da estrutura onde estava colocada que dificilmente ocorreriam num transporte de longa distância. Aliás, parece ter havido um manuseamento mínimo após ter sido deslocada do sítio original até ser depositada no contexto arqueológico onde foi encontrada uma vez que todas as fracturas e golpes a que foi sujeita não estão patinados.

Há ainda a ter em conta que a comunidade mudéjar de Santarém era uma das mais importantes do País, quer em população quer em recursos, não sendo, portanto, descabida uma encomenda algo "exótica" para os padrões locais. Não seria ainda estranho pertencer a alguém destacado da comuna escalabitana e, sobretudo, viajado, conhecedor do que se fazia em "terra de mouros". Há numerosos casos de mudéjares que se deslocavam frequentemente a Granada e Norte de África, pelos mais variados motivos (Barata, 1998, p. 125).

Um movimento contrário, provindo de terras islâmicas também se poderia verificar e influenciar directamente o fabrico desta peça. Sabe-se que o mestre de obras do castelo de Alandroal (1294-1298) seria granadino ou afecto aos naṣrī/s, deixando o seu lema na lápide fundacional do mesmo. Não esquecendo que uma construção de vulto implica grande número de trabalhadores e artífices, será legítimo supôr que este mestre tenha trazido gente da sua confiança para ali trabalhar. Gente esta que, durante a Idade Média, vai vivendo de forma itinerante conforme o volume e a geografia das obras a obriga, sendo um importante agente difusor de ideias.

Assim, não será tão perturbadora a presença de uma lápide funerária islâmica, de características únicas, dentro de uma cidade que, em virtude das suas condições naturais de receptora e disseminadora de gentes, bens e cultura, venha a beneficiar dessa mesma condição.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ANTT, *Corporações Religiosas*, Santa Maria de Alcobaça, 1ª Inc., m.7 doc.2

Estudos

BARATA, Mª. Filomena (1998) – *A comuna muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV.* Lisboa: Hugin.

BORGES, Artur G. de Melo; MACIAS, Santiago (1992) – Almocavar de Moura: Localização e epigrafia. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 1, pp. 65 – 69.

LIBERATO, M. (2011) – *A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI.* Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FLUL da Universidade de Lisboa.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgílio (2009) – La maqabriyya "tunecina" del Museo Arqueológico de Cartagena. *Mastia*. Cartagena. 8, pp. 131 – 137.

MONROE, James (1970) – *Medieval Iberian Peninsula: Texts and studies (sixteenth century to the present)*. Leiden: J. Brill, p. 227.

SANTOS, Helena; LIBERATO, Marco; PRÓSPERO, Ricardo, (no prelo), *Alterações urbanísticas na Santarém pós-medieval. A diacronia do abandono de uma rua no planalto de Marvila*, Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna, Lisboa, pp. 61-66.

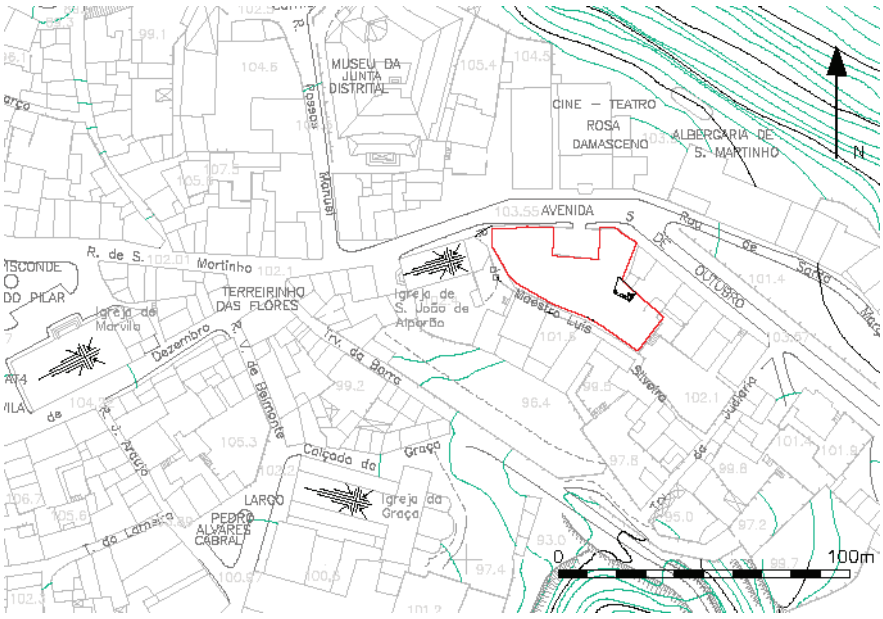


Figura 1 – Localização da escavação arqueológica num extracto da carta cadastral de Santarém (adaptação).

Figura 2 – Vista geral do compartimento de onde foi exumada a *maqabrīyya*.

Figura 3 – *Maqabrīyya* exumada na Av. 5 de Outubro, n.ºs 2-8, em Santarém.

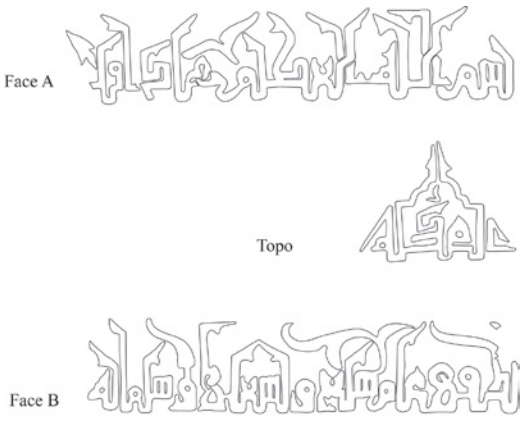


Figura 4 – Decalque da inscrição.

CASTELO DE CASTELO BRANCO – ACHADOS FORTUITOS NAS COLECÇÕES DO MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

Carlos Boavida / IAP-FCSH/UNL / AAP / cmpboavida@gmail.com

RESUMO

Embora tenham ocorrido diversos trabalhos arqueológicos na alcáçova albicastrense, nomeadamente nas décadas de 1980 e de 2000, naquele local verificaram-se alguns achados fortuitos ao longo do século XX que permanecem na sua maioria inéditos. Grande parte destes achados integrava a colecção pessoal de Francisco Tavares Proença Júnior, que esteve na origem do actual museu com o seu nome, onde hoje se encontram em depósito.
Este conjunto de materiais recolhidos no castelo e na sua área envolvente inclui peças de diversas épocas, com destaque para as dos períodos romano e medieval.

ABSTRACT

In addition to archaeological digs in the Castelo Branco fortress in the beginning of the 1980's, there are some fortuitous findings in the place from all over the 20th century. Most of them are unpublished and are part of the private collection of Francisco Tavares Proença Júnior, who has created an archaeological museum in 1910, which is named after him today.
There were some artifacts from the castle and the surrounding area, mainly from the Roman and Medieval Era.

INTRODUÇÃO

O Museu de Castelo Branco foi criado em 1910 com as colecções arqueológicas reunidas por Francisco Tavares Proença Júnior ao longo da 1ª década do século XX (Ferreira, 2004: 9). Dessas colecções faz parte um conjunto de materiais, nem todos inéditos, provenientes da *zona do castelo* de Castelo Branco, que se desconhece se foram recolhidos na totalidade pelo próprio ou entregues a este investigador por terceiros.
A designada *zona do castelo* é relativamente extensa, incluindo não só a fortificação, mas também a sua área envolvente, assim como algumas ruas da parte alta do casco histórico daquela cidade beirã. Além das peças da colecção de Francisco Tavares Proença Júnior, o conjunto de materiais recuperados no local inclui também uma série de achados aí ocorridos ao longo do século XX.
O espólio dos trabalhos arqueológicos no local, coordenados por João Henriques Ribeiro entre 1979/1984 (Ribeiro, 1984, 1985, 1987 e 2010), objecto da dissertação de mestrado do signatário (Boavida, 2009), também integra o conjunto dos materiais recuperados na *zona do castelo*, tal como os colectados por Joaquim Baptista, na Rua do Arresário, após o desabamento de um muro (Baptista, 1982: 14).

LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O castelo de Castelo Branco foi mandado edificar pelos cavaleiros da Ordem do Templo em 1215, no alto do Cerro da Cardosa, e aí instalaram a sua sede até à extinção da ordem em 1314 (Capelo, 2007: 195). Deste local domina-se visualmente todo o planalto de Castelo Branco, no centro do qual o cerro se encontra.
O mesmo sucede com o Monte de São Martinho, localizado 3 km para sul. No entanto, ao contrário deste último, conhecido pelo povoado do Bronze Final aí identificado (Proença, 1910), com ocupa-

ção humana que poderá remontar ao Neolítico ou Calcolítico (Vilaça, 2004), pouco ou nada se sabe sobre a antropização anterior à Reconquista Cristã na Cardosa.

Os autores das primeiras monografias históricas sobre a capital da Beira Baixa consideram que as origens da mesma, seriam de época romana ou até mesmo anteriores, mas além da tradição popular em torno da origem do topónimo – Castra Leuca – apresentam poucos dados concretos que atestem essa antiguidade (Silva, 1853; Roxo, 1891). Algumas das referências citadas são a presença nas muralhas da cidade de pedras com inscrições ou relevos, claramente de cronologia romana, que desapareceram após derrocada de algumas partes dessa estrutura (Roxo, 1891: 9-10; Júnior, 1907: 172-175; Vasconcelos, 1918: 8; Santos, 1958: 12).

No interior do castelo, os templários terão erguido ou reerguido uma igreja dedicada a Santa Maria, eventualmente sobre templo moçárabe pré-existente (Cardoso, 1953: 24-25). Juntamente com um pano de muralha e duas torres, este edifício, muito adulterado devido à sua destruição e reconstrução sucessiva após diversos conflitos bélicos, constitui tudo o que resta da fortificação mandada construir pela Ordem do Templo.

ESPÓLIO

Da colecção original de Francisco Tavares Proença Júnior fazem parte acima de tudo objectos metálicos e vítreos, alguns já publicados no âmbito de alguns trabalhos que abordam determinados conjuntos tipológicos existentes no acervo do MFTPJ. É o caso de uma fíbula (inv. 10.43) tipo *aucissa* (Camul. 17B), em bronze, atribuída aos séculos I-II d.C. por Salete da Ponte (1986: 38, n.º 7 – Est. 1.7). Igualmente de bronze é uma outra fíbula, de tipo transmontano (Schule 4h), que aquela autora considera ser dos séculos IV-III a.C. (1986: 31-32, n.º 3 – Est. 1.3). Esta última foi primeiramente publicada por José Leite de Vasconcelos (1919/20:107).

No castelo foi também recolhido um conjunto de peças metálicas sub-rectangulares (inv. 10.2159--10.2163), para as quais se desconhece a função. Numa das faces exibem decoração em relevo, constituída por cordões entrelaçados, semelhante à de placa apotropaica existente em Albufeira. Embora nas primeiras referências aquela tenha sido considerada como visigótica, a sua análise permitiu atribuí-la ao século X, apesar da temática decorativa ser conhecida desde do século IX (Gomes, 2002: 340-341). As restantes faces são lisas.

Foi também colectado um pequeno peso em chumbo (inv. 10.723) e dois anéis em bronze, um deles mostra pedra de vidro azul-escuro muito desgastada, decorada em relevo, com representação de equídeo. Estas duas jóias constam na base de dados *Matriz*[1], onde o primeiro anel (inv. 10.722) é classificado como sendo do baixo-império, enquanto o outro será do século III d.C. (inv. 10.721). Peças com caraterísticas idênticas (inv. Au 638 e Au 640), mas atribuídas à centúria anterior, estão presentes na colecção Bustorff Silva, no Museu Nacional de Arqueologia[2].

Está igualmente publicado fragmento de vidro transparente incolor, decorado com fios relevados incolores, que Maria Helena Simões indica ser de taça romana (inv. 10.724), de forma indeterminada, cuja cronologia será entre o século I e o século V d.C. (1986: 147, n.º 7). Foi recuperado também um fragmento de galheta unida, *à façon de Venise*, em vidro transparente incolor, que corresponde à união das bolsas com o pé (inv. 10.726). Este modelo foi produzido na fábrica de Coina na 1ª metade do século XVIII, sendo em meados daquela centúria, igualmente fabricado na Marinha Grande (Custódio, 2002: 189; 323, n.º 80).

Ainda dos materiais integrados no museu em 1910 fazem parte uma asa de lucerna (inv. 10.725), uma epígrafe romana (inv. 10.11), que se encontra publicada (Garcia, 1984: 99-100, 164) e actualmente na exposição de arqueologia patente no museu e uma escultura em mármore (inv. 10.58). Esta última, não se encontra concluída e poderá ser imagem religiosa proveniente da Igreja de Santa Maria ou da Capela de São Brás, nas suas proximidades, mas no exterior do castelo.

No espólio colectado na Rua do Arresário inclui-se um bico de candil (inv. 77.759), cuja forma larga e curta denuncia a sua cronologia tardia, sendo semelhante a outros recuperados no castelo de Silves, atribuídos a meados do século XII (Gomes, 2011: 399) e também alguns fragmentos muito diminutos de *terra sigillata hispânica*, para os quais não foi possível apurar a forma, o mesmo sucedendo para alguns restos de cerâmicas de fabrico manual (inv. 77.764).

1. matriznet.dgpc.pt

2. museuarqueologia.pt

Nas peças entregues ao museu, em datas diversas, consta um capitel em granito cinzento (inv. 77.221), com decoração vegetalista, semelhante à de outros existentes na colecção do Museu Arqueológico do Carmo, de proveniência desconhecida, datados dos séculos XIII-XIV (Fernandes, 2005, p. 346, n.º 1252, 1253 e 1255). Do mesmo material foi encontrado também na zona do castelo um tramo de uma aduela de porta (inv. 77.219), que apresenta motivo antropomórfico na zona proximal, associado a outro de carácter geométrico que acompanha a curvatura da peça. Existe um outro fragmento em *terra sigillata hispânica* (inv. 86.344), que corresponderá a bordo de taça da forma Drag. 37, datável entre a 2.ª metade do século I d.C. e o início do século IV d.C.

Nas reservas do museu existe também uma cruz de caravaca, em bronze (inv. 38.3). Este tipo de peça é frequente em contextos hispânicos do século XVII, apresentando nos exemplares mais tardios, alguns dos inícios do século XVIII, pequenos espaços internos usados como relicários (Deagan, 2002: 60--62, 80). Esta cruz enquadra-se nesta tipologia, sendo o seu interior totalmente oco, para guardar eventuais relíquias, que seriam visíveis nos orifícios existentes na face anterior. Apresenta decoração profusa, onde se destaca Cristo crucificado, N.ª Sr.ª da Conceição, um Bispo e outras figuras humanas associadas aos símbolos da Paixão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se desconheça o contexto arqueológico em que os materiais, que agora se publicam, foram recolhidos, o seu estudo, a par com o de outros já recuperados na alcáçova albicastrense, entretanto dados à estampa (Boavida, 2012), é um novo contributo para o conhecimento da história e evolução daquele espaço.

AGRADECIMENTOS

Dr.ª Aida Rechena, directora o Museu Francisco Tavares Proença Júnior.
Arq. Mário Varela Gomes, à Prof.ª Dr.ª Rosa Varela Gomes. Dr.ª Carla Fernandes; Mestres Paulo Fernandes, Edgar Fernandes, Inês Ribeiro, Joana Gonçalves e Filipe Oliveira; Dra. Sónia Brochado.

BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, J. (1982) – Elementos para um inventário de estações arqueológicas/Prospecções e reconhecimento: distrito de Castelo Branco. *Informação Arqueológica* 2; Lisboa: Departamento de Arqueologia - IPPC (p. 14).

BOAVIDA, C. (2009) – Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: FCSH/UNL (policopiado).

BOAVIDA, C. (2012) – Castelo de Castelo Branco (1979--1984 e 2000): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos e principais conclusões. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 15. Lisboa: DGPC (pp. 195-218).

CAPÊLO, J. M. (2007) – Castelo Branco, a Cidade-Capital Templária em Portugal: de 1215 a 1314 – As Sedes Templárias em Portugal.*Codex Templi*. s.l: Zéfiro (pp. 159-220).

CARDOSO. J. (1953) – Castelo Branco e o seu alfoz: achegas para uma monografia regional. Ed. autor.

CUSTÓDIO, J. (2002) – A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos. *Cadernos* 5. Lisboa: IPPAR.

DEAGAN, K. (2002) – Artifacts of the Spanish colonies of Florida and the Caribbean 1500-1800. 2: Portable personal possessions. Washington and London: Smithsonian Institution Press.

FERNANDES, Carla Varela (2005) – Vida, fama e morte: reflexões sobre a colecção de escultura gótica *in* ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord) *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (pp. 300-355).

FERREIRA, A. M. (2009) – Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior. s.l: IPM.

GARCIA, José Manuel (1984) – Epigrafia lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: MC / IPPC / MFTPJ.

GOMES, M. V. (2001) – Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento. *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela (pp. 337-346).

GOMES, R. V. (2011) - Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos. *Trabalhos de Arqueologia* 53. Lisboa: IGESPAR, I.P.

JÚNIOR, Francisco Tavares de Proença (1907) – Inscripções romanas de Castello Branco. *O Archeologo Português* S.1-12. Museu Ethnológico Português (pp. 172-178).

PONTE, M. S. (1986) – Nove fíbulas de Castelo Branco.

Trebarvna 2; Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira (pp. 29-38).

RIBEIRO, J. H. (1984) – Trabalhos de Campo (1981): Castelo Branco. *in Informação Arqueológica* 4; Lisboa: Departamento de Arqueologia - IPPC (pp. 57-59).

RIBEIRO, J. H. (1985) – Trabalhos de Campo (1982/83): Castelo Branco. *Informação Arqueológica* 5; Lisboa: Departamento de Arqueologia - IPPC (pp. 63-64)

RIBEIRO, J. H. (1987) – Cerâmica medieval nas escavações da zona do castelo de Castelo Branco (Portugal). *Actas do II Colóquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterraneo Ocidental* (pp. 277-281).

RIBEIRO, João Henriques (2010) – Escavações no castelo de Castelo Branco: resultados. *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro*. s.l. (pp. 299-307).

ROXO, A. (1891) – Monographia de Castello Branco. Elvas: Typographia Progresso.

SANTOS, M. T (1958) – Castelo Branco na História e na Arte. Ed. autor.

SILVA, J. P. (1835) – Memorial chronológico e descriptivo da cidade de Castello Branco. Lisboa: Typografia Universal.

SIMÕES, M. H. (1986) – Vidros romanos do Museu de Castelo Branco. *Conímbriga* 25; Instituto de Arqueologia / Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra (pp. 143-152).

VASCONCELOS, José Leite de (1918) – Antigualhas da Beira Baixa: escultura do castelo de Castelo Branco. *O Archeologo Português* S.1-23. Museu Ethnológico Português (pp. 1-8).

VASCONCELOS, José Leite de (1919/20) – Estudos sobre a época do ferro em Portugal: fíbula de bronze do Museu de Castelo Branco. *O Archeologo Português* S.1-24. Museu Ethnológico Português (p. 107).

VILAÇA, R. (2004) – O Monte de São Martinho, Castelo Branco, na Idade do Bronze. Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior. s.l: IPM (pp. 56-61).

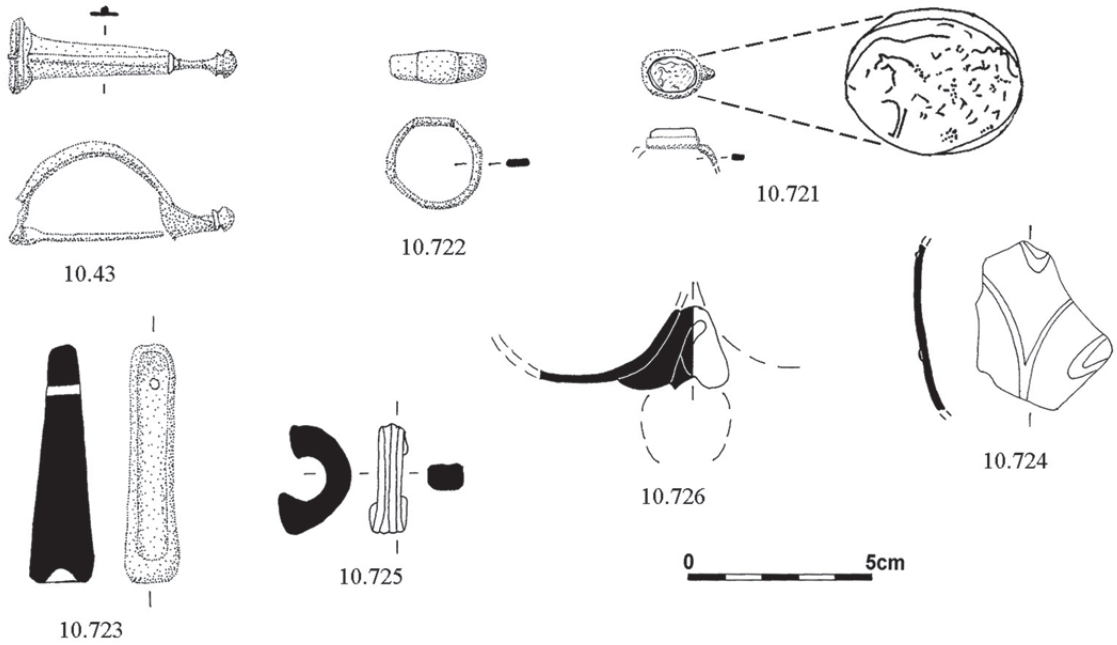


Figura 1 – Espólio que integrava a colecção original de Francisco Tavares Proença Júnior.

Figura 2 – Escultura que integrava a colecção original de Francisco Tavares Proença Júnior.

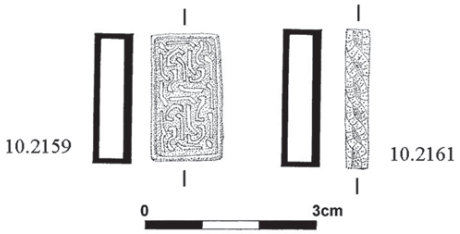


Figura 3 – Peças de função indeterminada que integravam a colecção original de Francisco Tavares Proença Júnior.

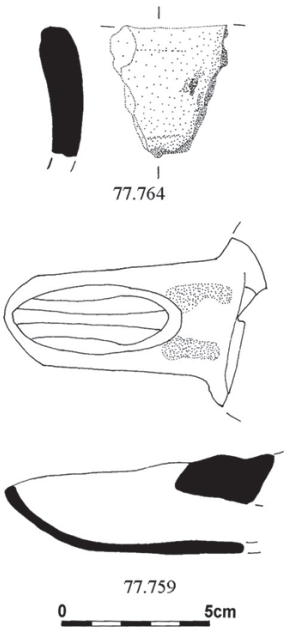


Figura 4 – Espólio recolhido na Rua do Arresário.

Figura 5 –Elementos arquitectónicos – achados fortuitos doados ao MFTPJ.

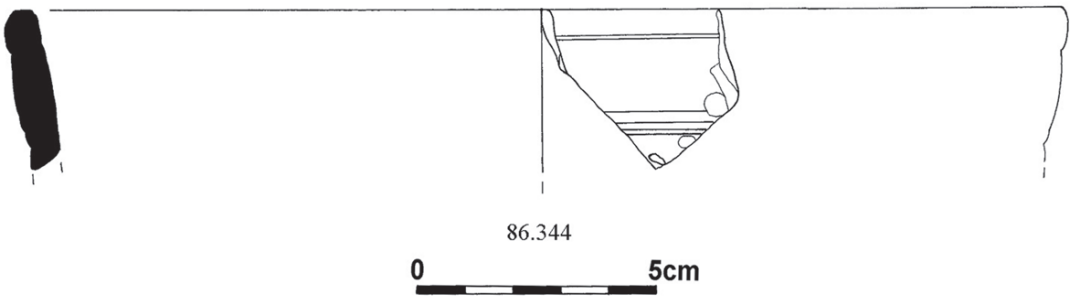


Figura 6 – Taça de *terra sigillata hispânica* Drag. 37 (?) – achado fortuito doado ao MFTPJ.

Figura 7 – Cruz de Caravaca (relicário) – achado fortuito doado ao MFTPJ.

A TORRE DE ANTO NA HISTÓRIA DAS MURALHAS DA CIDADE DE COIMBRA À LUZ DAS NOVAS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Susana Temudo / Arqueóloga responsável pelos trabalhos científicos e de acompanhamento / susanathemudo@gmail.com
Luísa Maria Silva / Historiadora de Arte no Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra / luisa.silva@cm-coimbra.pt

RESUMO
Apresentação dos resultados arqueológicos auferidos da intervenção realizada na Torre de Anto, no âmbito da sua reabilitação para a instalação da *Casa-Museu da Guitarra do Fado de Coimbra*, promovida pelo Gabinete do Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, e na qual se identificaram vários elementos que permitem um novo contributo informativo na história das muralhas da cidade.

ABSTRACT:
Presentation of archaeological results from the intervention in Anto Tower, in the framework of its rehabilitation works for the installation of Casa-Museu da Guitarra do Fado de Coimbra (House-Museum of Fado de Coimbra Guitar, promoted by the Office for the Historic Core (Coimbra City Council), in which several elements were identified, enabling an all new informative contribution to the History of the City Wall.

INTRODUÇÃO

Todas as histórias locais são produtos dos vários contributos que vão surgindo ao longo dos tempos, independentemente das fontes informativas. Deste modo, a história da cidade de Coimbra não será diferente, na medida em que, sendo ela um local de excelência no panorama nacional, nomeadamente quanto ao seu registo arqueológico, neste breve artigo pretende-se acrescentar mais alguns pontos à discussão/estudo sobre as "muralhas" da cidade, à luz das novas evidências arqueológicas encontradas no âmbito da intervenção decorrente da implementação do projeto de Reabilitação da Torre de Anto, para a instalação da Casa-Museu da Guitarra do Fado de Coimbra.
Estas novas informações resultam das várias sondagens efetuadas junto das suas fachadas (exceto alçado Norte) em conjunto com as informações obtidas da leitura dos seus paramentos.

SINOPSE HISTÓRICA

Parte integrante da muralha de Coimbra, a Torre de Anto integra um vasto conjunto de edificações que constituíam a cidade fortificada, tornando-a num local seguro e protegido de qualquer tipo de ataque. Juntamente com a Torre da Contenda, protegia as portas de Almedina e a Nova, bem como a judiaria que se encontrava no morro uns metros abaixo.
De acordo com as fontes históricas e bibliográficas, sabe-se que esta torre encontrava-se adossada ao pano de muralha que delimitava o então centro urbano. Atribui-se a sua construção ao período medieval, embora aquando das invasões das tropas de Fernando Magno (século XI) a Torre de Anto já estava construída, pois surgem referências específicas nos relatos da época.
A Torre de Anto sofreu várias intervenções de restauro ao longo das eras, a destacar as ocorridas no período moderno, com as reconversões das várias torres defensivas a partir do século XV, em residências. Nesta altura, vivia na torre Martim Domingues,

Prior do Ameal, que a emprazou, aí vivendo ainda em 1514, como consta do texto do contrato celebrado entre o Licenciado João Vaz e Bastião Gonçalves (Silva Gaio, 1943, p. 134).
Nos inícios do século XVI deram-se grandes transformações nesta torre, abrindo-se/reformulando-se as janelas de arco quebrado dos três pisos inferiores, dando-lhes vãos mais largos (onde anteriormente existiam seteiras).
Nos finais da centúria de quinhentos, o lanço da muralha desde a Torre de Anto à Porta Nova foi ocupado pela construção do Colégio de Santo Agostinho, servindo-lhe uma parte como embasamento, sendo grande parte da muralha desmantelada e reutilizados os materiais. Não é de colocar de lado a hipótese da existência de mais torres neste espaço, pois encontrava-se a uma cota mais baixa da maior parte da muralha, sendo importante proteger naquela zona a judiaria bem como, e mais importante ainda, o Mosteiro de Santa Cruz.
No século XIX a Torre de Anto sofre novas alterações, sobre a alçada do mestre António Augusto Gonçalves, com a reformulação e abertura das janelas geminadas na fachada orientada para a rua de Sub-Ripas, sendo ainda o caminho do adarve alterado, com o rebaixamento do muro exterior. Foi acrescentado um piso rematado por um telhado de quatro águas de beirado triplo e uma chaminé de dimensões exageradas.
O seu nome atual deve-se ao facto de nela ter habitado o poeta António Nobre enquanto estudante na cidade, nos finais do século XIX, sendo igualmente conhecida como a torre do Prior do Ameal (Silva, 2003).
Posteriormente e apesar de ter sido classificada por decreto nº 26 141, DG, I Série, n.º 287, de 10 de dezembro de 1935 como Monumento Nacional, continuou a funcionar como residência, tendo a 21 de outubro de 1965 sido doada à Câmara Municipal de Coimbra, pelo proprietário João Rodrigues da Silva Couto, sendo à época o Dr. Joaquim Moura Relvas presidente do município. Na escritura surgia então a seguinte descrição da torre: "*umas casas de rés-do-chão, primeiro andar e sótão, com passadiço, que confronta de nascente com a dita rua (rua de sub-ripas), de poente com o quintal de António Xavier Perestrelo Corte Real e irmão, e do norte com o Doutor Pimentel das Caldas e do sul com as casas dos meninos Perestrelo*".
A partir desta data e após a saída do último inquilino, que em 1967 teve ordem de despejo por ter as rendas em atraso, o município foi dando várias utilizações ao espaço.
A 26 de novembro de 1968 encarrega o Arq. António Ribeiro Patrício Proença Madeira de Portugal de fazer um estudo de recuperação e integração da Torre de Anto nas suas linhas primitivas, tendo então os antigos Serviços Culturais da Câmara promovido a recuperação.
Em 1974 foi ocupada pela Comissão de Moradores da Freguesia de Almedina de Coimbra e, em abril de 1979, é inaugurada Casa de Artesanato, a qual esteve até ao seu encerramento em dezembro de 1995. Desde então permaneceu encerrada até ao início da presente recuperação e estudo, esperando-se a sua abertura ao público como Casa Museu da Guitarra do Fado de Coimbra, onde serão apresentadas à cidade as guitarras oferecidas por Carlos Paredes ao município.

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

De inquantificável valor histórico, a Torre de Anto assume-se na historiografia da cidade como um dos últimos testemunhos da história militar de Coimbra. Detentora de uma diacronia cronológica extensa e durante a qual sofreu várias alterações, embora sem que por isso ocultassem na totalidade a sua primitiva função, depreende-se que este imóvel caracteriza-se por ser um edifício espacial vertical, de planta retangular, edificado em alvenaria de pedra calcária e encimada por uma chaminé paralelepipédica junto do ângulo SE, rematada por um telhado de quatro águas, composto por telha de meia-cana e beiral triplo.
Nas suas fachadas apresenta vários vãos com tipologias e cronologias diferentes, distribuídos ao longo dos quatro patamares de forma irregular e que lhe permitem a atual imagem habitacional, e interligados por uma escadaria de madeira em caracol e posicionada no canto NE.
Junto da fachada S, apresenta uma escadaria em cantaria a anteceder o portal de entrada na Torre, inserível nas cronologias quinhentista, e que ocultou o prolongamento do adarve existente entre esta e o Palácio de Sub-Ripas. Igualmente junto da fachada N contém uma escadaria em cantaria, com corrimão e guarda metálica, que permite o acesso às traseiras dos prédios existentes a N e a O do colégio de Santo Agostinho, assim como aos dois "espaços verdes" existentes a SO da Torre, distribuídos por dois patamares desnivelados e divididos por um muro em betão.

O DISCURSO ARQUEOLÓGICO[1] E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO RELATO

Pela contextualização apresentada conseguimos depreender que muito se diz da Torre de Anto, mas na realidade pouco se sabe. De facto, sobre este monumento singular, adormecido na colina NO da cidade e posicionada no alinhamento da cerca medieval, escondiam-se várias reminiscências históricas que com a presente intervenção foi possível evidenciar todo um conjunto informativo que atesta a sua longa vivência desde o momento da fundação até à contemporaneidade.

Os trabalhos arqueológicos comprovaram a presença de níveis estratigráficos que apontam a ocupação do local desde o século IV d.C. até meados do séc. XX. Destes últimos atestou-se a presença de uma antiga estrutura associada ao jardim que outrora caracterizou o patamar subjacente aos paramentos S e O da Torre, e documentado na cartografia da cidade de 1872-73, da autoria dos irmãos Goullard (Fig. 4).

Ainda contemporâneos desses achados, embora cronologicamente anterior, na zona fronteira da torre, detetou-se a presença da antiga calçada de seixo cartografada na carta de Izidoro Baptista (1834), assim como o antigo vão situado no alçado N da torre e seu consequente corredor de acesso. Uma estrutura importante, na medida em que ela própria marca a presença do adarve e consequente posição do alinhamento da muralha para N. Aliás, uma evidência documentada no interior da torre ao nível do piso 03 e correspondente ao anterior nicho da casa de banho (alçado S), e atestada no exterior no encontro do cunhal da fachada S com a E.

Recuando mais um pouco, foram igualmente identificados depósitos estratigráficos de época moderna, nos quais constavam inúmeros fragmentos de cerâmica de carácter doméstico, a destacar os fragmentos de faiança de produção coimbrã, entre outros de produções de Vila Nova ou de Lisboa (?). Cerâmicas que atestam a funcionalidade palaciana da torre e que nos permitem colocar essas vivências em pleno séc. XVII, sendo possível recuar até ao séc. XV/XVI.

Contudo se estes contextos arqueológicos permitem assegurar a dimensão civil da Torre, os materiais integráveis nos espólios cerâmicos medievais (Séc. XI-XII) de uso doméstico marcado pela presença de panelas, potes e algumas tigelas, poderão apontar para a presença de uma "guarnição" militar. Para além desses, não podemos esquecer a presença de uma pequena candeia de câmara aberta que tipologicamente nos permite inseri-la no séc. VIII/IX, embora nos contextos peninsulares apenas surja no último terço do séc. XII, com os Almoadas (Gomes, 2009, p. 71).

Por último, teremos a presença dos contextos inseríveis no período alto-medieval e que destacam a fundação da torre. Destes exumaram-se vários artefactos cerâmicos de construção e de cerâmica comum, a destacar a presença de um bordo de cerâmica fina de um pote e a presença de um numisma do período do baixo-império romano atribuível ao império de Constâncio II - Juliano Augusto (355-361 d.C.) (Fig. 5).

Da leitura dos paramentos interiores e exteriores do monumento, pôde-se registar a existência de vários elementos arquitetónicos que marcaram a sua evolução desde a fundação até ao presente, ainda que com algumas interrupções temporais que o registo arqueológico não conseguiu clarificar.

Do período fundacional observaram-se vários blocos pétreos de talhe romano, sendo as duas primeiras pedras fundacionais pertencentes a uma cornija (Fig. 6), sugerindo o seu aproveitamento de um edifício de grande imponência. Silhares embutidos no afloramento rochoso, sobre o qual assentaram outros de diferentes dimensões, aparelhadas e dispostas ligeiramente de forma desordenada. Posteriormente a esse teremos então um tipo de aparelho construtivo de características medievais, com a colocação de elementos defensivos típicos da arquitetura militar, com a presença das seteiras de grande dimensão no interior da torre ao nível do piso 02, assim como outras sitas a uma cota superior (piso 01) e de dimensão inferior, aparentando, exteriormente, corresponder a pequenos rasgos verticais, sugerindo a ideia de estarmos perante frestas encimadas pelas ameias e merlões, e, aparentemente, em conexão com umas estruturas que se assemelham a "goteiras". Para além destes elementos, contam-se algumas siglas de pedreiro, estando entre elas alguns exemplares constantes na Torre de Almedina e na Sé Velha de Coimbra.

Mas, se exteriormente se detetaram elementos que nos permitem definir algumas das temporalidades

1. Refira-se que os resultados aqui apresentados resultam de uma primeira análise, encontrando-se a investigação ainda em curso, reservando-se para futuro uma apresentação mais detalhada.

da torre, no interior esse balizamento não foi tão expressivo.

Interiormente, conforme mencionado, a torre divide-se em quatro pisos, sendo que todos eles apresentaram diferentes características arquitetónicas não só quanto ao tipo de aparelhos construtivos, mas também relativamente à distribuição e funcionalidades dos espaços.

A abertura das janelas em pleno séc. XV permitiu a transformação e organização do interior da torre. Pelo que das estratigrafias analisadas, depreendeu-se que a sua divisão terá ocorrido em vários momentos cronológicos, tendo chegado até aos dias de hoje o que se acredita ter sido, maioritariamente, a divisão ocorrida no séc. XIX/inícios do séc. XX, apesar de algumas técnicas construtivas permitirem a possibilidade de alguns alçados terem sido erguidos na centúria de setecentos. A destacar o aparelho posto a descoberto nos pisos 02, 03 e 04, que se caracterizou por ser do tipo "gaioleiro". Uma espécie de aparelho em tabique, de estrutura principal composta por vários barrotes de secção quadrangular, dispostos na vertical e outras de espessura inferior colocadas perpendicularmente formando uma espécie de "gaiolas" de formato retangular, preenchidas por uma pregagem em fasquiado de madeira, revestido por argamassa de coloração alaranjada com fragmentos de chacota (Fig. 7). Um tipo de construção utilizada no período posterior ao pombalino e que contrastou com a técnica utilizada no último andar – tipo "costaneiras", de fasquiado em madeira e revestido por argamassas cimentícias. Ao que parece ser seguro dizer, que o mesmo poderá ser atribuído à reformulação ocorrida aquando da instalação da Casa do Artesanato (1979-1995), ainda que apresente uma técnica construtiva de tradição arcaica.

Por último, relativamente ao piso 03, refira-se a presença do pequeno troço parietal da parede N, localizado na área de implantação da escada interior. A única parte de paramento idêntico ao evidenciado nas paredes interiores da torre ao nível dos pisos 02 e 03, uma vez que as restantes revelaram uma alvenaria miúda erguida em pedra colmada por argamassa em cal e correspondente ao acrescento efetuado no século XIX.

Este pequeno troço (Fig. 8), em alvenaria de pedra com aparelhamento pseudo-isódomo e semelhante ao existente em toda a torre, acredita-se que será uma das reminiscências do que outrora correspondeu ao topo da torre. Caso contrário, este não estaria alinhado pela sua face interior nos pisos inferiores, bem como pelo cunhal existente no piso 03 e que marca a saída para o adarve na fachada N.

Ainda em relação ao piso 04, importa referir a presença da escadaria em caracol (comum nas construções do período gótico) composta por degraus com pedra talhada, com espelho em "focinho". Por certo uma das reminiscências da transformação ocorrida no séc. XV.

Em suma, com os novos dados obtidos da intervenção arqueológica, é possível acrescentar algumas considerações relativamente ao que se conhece da edificação da cerca medieval de Coimbra.

Diz-nos o registo arqueológico que no séc. IV a torre já se encontrava edificada. A presença do numisma em contextos selados e atribuíveis ao império de Constâncio II – Juliano Augusto (355-361 d.C.) é relevante, pois sabemos que a cidade, nos finais do séc. III/inícios do séc. IV terá sofrido uma refortificação durante o tempo do imperador Constâncio (Alarcão, 2008, p. 252). Por outro lado, não esqueçamos a presença dos silhares romanos embutidos na base fundacional da torre. Um aproveitamento corrente no baixo-império e documentado em várias cidades da altura, nomeadamente na vizinha cidade de Conímbriga.

Todavia a presença desta torre já no séc. IV atesta o defendido por J. Alarcão ao inserir a torre de Anto no perímetro da cerca urbana de *Aeminiun*, com base na hipotética distância entre torres atribuída para o baixo-império. Obviamente que as muralhas desse período apresentam disparidades quanto a essas distâncias. Apesar de ser comum os 20m, como refere Alarcão em Angers (França), a distância média é de 50m, sendo a de Conímbriga de 20 a 25m (Alarcão, 2008, p. 259). No caso presente, a torre dista da Contenda cerca de 47m, a qual se afasta de Almedina aproximadamente 53m. O que sugere uma certa consistência no controlo do paramento da muralha. No entanto, o facto de estarmos perante algo que nos parece fiável, a verdade é que pouco sabemos acerca das outras duas torres. Pela análise dos seus paramentos atualmente visíveis, a Contenda, à primeira vista sugere um tipo de aparelho mais tardio e diferente no que concerne ao talhe e disposição dos seus silhares, relativamente ao constante naquele que se interpretou como sendo o primeiro patamar de construção da torre de Anto, e sobre o qual assenta uma hipotética segunda fase assinalada, à cota visível, pela presença dos cunhais de pedra calcária branca.

O primeiro momento correspondente à fase fundacional (agora ocultado pelas terras do patamar inferior) denunciou a utilização de pedra que encontramos semelhanças com a existente em Almedina, ao nível da base do designado setor B do alçado ocidental e setor A do alçado oriental (Alarcão, 2008, pp. 232 e ss). Embora no caso do alçado ocidental somente quanto ao tipo de pedra e não relativamente ao seu aparelho construtivo, uma vez que o mesmo aparenta ser um exemplar de um aparelho pré-românico, o que ao corresponder efetivamente a essa técnica, contrariamente ao que diz J. Alarcão, a sua construção poderás ser mais antiga, ainda que não muito distante do apontado pelo autor, mas suficiente para justificar a discrepância relativamente ao alçado oriental, apesar do tipo de pedra ser semelhante. O que relativamente à torre de Anto é interessante, pois este alçado é o que mais se assemelha! Efetivamente, as três primeiras fiadas de pedra existentes na fachada S apresentam uma disposição organizacional que temos a certeza que será contemporânea do séc. IV, e que nada tem em comum com o que se passa estratigraficamente acima, a qual poderá corresponder a uma reformulação ocorrida posteriormente e da qual não temos certeza quanto à cronologia.

Se tivermos em conta o corte existente ao nível da fundação, este sugere um rearranjo desta estrutura e o qual se acredita corresponder à cota dos cunhais de pedra calcária branca. Um tipo de pedra que nada tem a ver com a denominada pedra de Ançã nem com o calcário dolomítico presente em todos os edifícios medievais da cidade, tais como na Sé Velha, Mosteiro de Santa Cruz, Igreja de S. Salvador, de S. Tiago, Torre de Almedina, Torre da Contenda, etc. É um tipo de calcário que conseguimos encontrar em Almedina, na base do cunhal do alçado oriental que J. Alarcão refere como sendo fruto da reforma fernandina (2008, p. 234). Ou seja, séc. XIV. Uma cronologia que não parece corresponder ao que encontramos na torre de Anto.

A presença destes silhares é correspondente, em cota, em todas as fachadas (exceto, por razões óbvias, no alçado virado para a rua de Sub-Ripas) permitindo-nos colocar a questão se não estaremos na presença de uma primeira reforma desta estrutura militar? Pois, para além dos cunhais, essa cota é consistente com o topo do adarve encontrado junto do alçado S, assim como também parece coincidir com o topo do piso encontrado no interior da torre ao nível da cave (04) (embora esta cota possa estar alterada, uma vez que se acredita que este último piso poderá ter sido desaterrado num momento posterior ou contemporâneo da abertura da janela). Uma espécie de argamassa muito compacta, com pedra calcária e associada ao tipo encontrado no castelo de Coimbra, cuja fundação se acredita remontar ao séc. IX (Duarte, 2005, pp. 94-95).

A aceitar esta opção, teríamos uma torre com mais de 8m de altura, composta por blocos de pedra talhada que nos sugestionam um formato quadrangular, rematados pelos cunhais de pedra branca associada ao talhe romano. Um tipo de aparelho ao qual não conseguimos atribuir qualquer tipo de nomenclatura, uma vez que ele não se insere nas tipologias apontadas para os períodos contemporâneos ou posteriores ao séc. IX.

Historicamente sabe-se que a invasão sueva, a partir de 409, acarretou vários tumultos na península ibérica. Coimbra terá sido atacada pelos suevos em 465, a propósito de uma contenda com o conde Egídio, sendo dois anos depois, em 467, a vizinha Conímbriga, culminando a invasão com a ocupação de Lisboa em 469 (Idácio, 1982, p. 47). Um período conturbado que acarretou constantes reformulações das estruturas defensivas, promovida pela instabilidade entre os suevos e esbatida pelo processo de sedentarização dos povos bárbaros, nomeadamente com a consolidação a partir de 585 e unificação do espaço peninsular sob a administração visigótica (Barroca, 1991, p. 91). Uma estabilidade e desmilitarização que terá contribuído para o rápido avanço da hoste muçulmana em 711.

Imediatamente acima deste nível, temos a presença de um aparelho construtivo que podemos incluir nas tipologias medievais, com silhares mais estreitos e de forma retangular (por oposição à métrica do registado abaixo), sugerindo a presença de um aparelho isódomo, e o qual poderá marcar o segundo momento de edificação, no qual se insere as duas grandes seteiras. Um momento afetado pela abertura das janelas do séc. XV, mas que ainda assim permitem tecer algumas considerações.

Com este aparelho encontram-se paralelos noutras torres da cidade, nomeadamente na da Contenda e Almedina. Para além disso, são paramentos totalmente edificados com calcário dolomítico. Uma presença constante nos monumentos da cidade datados do séc. XII/XIII. O que não quer dizer que esta parte da torre seja efetivamente desta época.

Se seguirmos a cronologia dos tempos históricos, quando Coimbra é reconquistada em 1064 e entregue a D. Sesnando, a torre de Anto já existia. Tanto que a reconquista da cidade ocorreu ao fim de seis meses de cerco (Barroca, 1991, p. 101), o que significa que a cidade se encontrava bem protegida. Não queremos com isto dizer que esta fase construtiva corresponda ao tempo de D. Sesnando, apenas queremos reafirmar a probabilidade da continuidade desta estrutura até ao início do período condal e tempos seguintes.

De acordo com as características encontradas no que do exterior pareciam ser pequenos respiros, na verdade esses corresponderam a antigas seteiras, colocadas no que outrora correspondeu ao topo da torre. Estes elementos militares encontram-se em articulação com as "goteiras", surgindo sempre duas por fachada e diretamente coroadas pelos merlões e ameias. Que pelas dimensões apresentadas poderão se inserir dentro dos padrões românicos. Uma articulação metricamente ponderada e que não é condicente com as reformas impostas por D. Dinis a partir da década de 80 do séc. XIII até à 2ª metade do séc. XIV (Barroca, 1998, p. 802). No entanto, não poderemos descartar a possibilidade de também ela ter sido alvo de reformulações, uma vez que, em períodos anteriores, a cidade foi alvo de obras militares reais, nomeadamente as atribuíveis a D. Sancho I e concernentes à torre Quinária (1198) e Belcouce (1211) (Barroca, 1998, p. 809). Posteriormente, apenas se conhecem relatos da intervenção de D. Fernando, a propósito do ataque castelhano sob o comando de Henrique II, em 1373 (Coelho, 1992, p. 342). Uma investida que causou bastantes danos, nomeadamente a destruição da judiaria velha, localizada logo abaixo (Temudo & Almeida, 2012). Altura em que empreende uma série de reformas, tal como a ordem para a construção da barbacã (Coelho, 1992, p. 336) e nomeadamente a última grande alteração na torre de Almedina. Pelo que fica assim a dúvida se o último momento da torre de Anto corresponde a uma hipotética intervenção anterior a D. Dinis ou quiçá da autoria de D. Fernando?

Assim, por tudo o que se acabou de descrever, esperamos que estas novas informações, contribuam para a discussão das "muralhas" de Coimbra, acreditando igualmente que a continuação do estudo aprofundado da torre de Anto, possa trazer outras mais informações que auxiliem na compreensão da evolução da cerca da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (2008) – *Coimbra: a montagem do cenário urbano.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BARROCA, Mário (1991) – Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XIII). *Revista Portugália, 1990-91.* Porto. Nova série. XI-XII, pp. 89-136.

BARROCA, Mário (1998) – D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*: *História* Porto. Série II, Vol. XV, n.º 1, pp. 801-822.

COELHO, M. H. da Cruz (1992) – Coimbra Trecentista: a cidade e o estudo. *Revista Biblos.* Coimbra. LXVIII, pp. 335-356.

DUARTE, Berta (2005) – Coimbra, Cidade Muralhada. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra. XXXVIII, pp. 93-108.

FERNANDES, Isabel (2006) – *Reis e Rainhas de Portugal.* Lisboa: Texto Editores.

IDÁCIO (1982) – *Crónica de Idácio, descrição e invasão da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V); Versão e apontamentos de José Cardoso;* Braga: Universidade do Minho;

TEMUDO, S.; ALMEIDA, S. (2012) – *Relatório Final: acompanhamento arqueológico e escavação arqueológica. Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da Rua Corpo de Deus e Largo da Capela de Nossa Senhora da Vitória de Coimbra*. Relatório Técnico, policopiado;

TRINDADE, Luísa (2006) – O Paço Sobre a Riba: Histórias de uma Torre na Cerca Coimbrã. Conimbriga. Coimbra. 45, pp. 398-436.

SILVA, Gaio (1943) – Sub-Ripas. *Arquivo Coimbrão.* Coimbra. VII, pp.129174.

SILVA, Luisa (2003) – *Levantamento Histórico-Artístico dos Imóveis da Alta de Coimbra,* Policopiado, Vol. I, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Figura 1 – Excerto da ilustração da autoria de Pierre Baldi (1669), sendo a Torre de Anto a última à esquerda.

Figura 2 – Colégio de Santo Agostinho e a Torre de Anto.

Figura 3 – Área de intervenção.

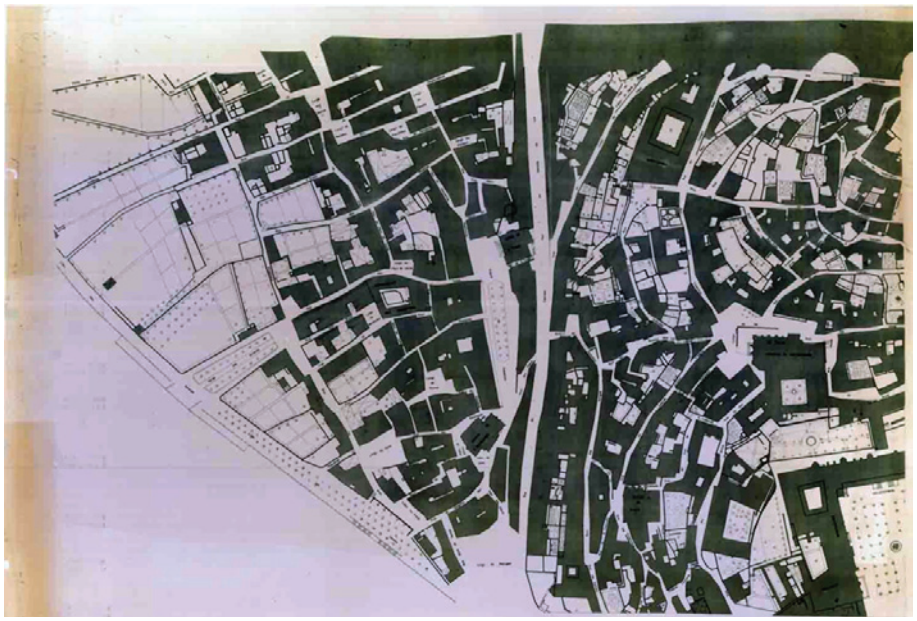


Figura 4 – Excerto da carta topográfica dos irmãos Goullard (1873-74).

Figura 5 – Moeda romana em liga de bronze.

Figura 6 – Pedras fundacionais constantes no alçado S.

Figura 7 – Piso 03: pormenor do aparelho construtivo designado por "gaioleiro".

Figura 8 – Piso 04: pormenor do troço em alvenaria de pedra em perpianho da fachada N.

Figura 9 – À esquerda o alçado N e O, e à direita o alçado S da torre de Anto, no decurso dos trabalhos de recuperação.

ESTELAS FUNERÁRIAS MEDIEVAIS, DO DISTRITO DE BEJA – FORMAS, SUPORTES E ICONOGRAFIA

José Daniel Malveiro / Instituto de Arqueologia e Paleociências. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL / jdbmalveiro@gmail.com

RESUMO

Apresenta-se o resultado do estudo de conjunto, constituído por duzentas e trinta e oito estelas medievais, provenientes do Distrito de Beja, também conhecidas por estelas discóides e estelas rectangulares ou bem como cabeceiras de sepultura. A quando do início deste trabalho, conheciam-se setenta e uma estelas publicadas, correspondendo a 30% do conjunto agora estudado, ou seja, mais cento e sessenta e nove monumentos inéditos, correspondendo a 70% do conjunto. Foi elaborado catálogo de todos os exemplares até agora descobertos, na região mencionada, procedeu-se ao seu enquadramento histórico-arqueológico e estudaram-se os diferentes aspectos que aqueles monólitos proporcionam, o seu suporte e forma, mas nomeadamente a diversa simbologia que patenteiam. Nesta destaca-se iconografia relacionada com práticas religiosas, mas também actividades económicas e militares.

ABSTRACT

This is the result of the study of two hundred and thirty-eight medieval Stelae found in the District of Beja. These Stelae are also known as Discoid Stelae, Rectangular Stelae or Gravestones. In the beginning of this paper, were published seventy one stelae, corresponding to 30 % of the set now in study. The others 70% are totally unknown and are presented in this work for the first time. A catalogue of all the Stelae found in this district, until now, has been made, as well as its historical-archaeological frame of reference. The different aspects of these monolithic stones have been studied, namely the diverse symbolism shown. We can point out the iconography of religious practices, but also economic and military activities.

O TERRITÓRIO

O Distrito de Beja localiza-se no coração da vasta planície Alentejana, sendo a própria cidade de Beja a sua capital e igualmente sede do Município. Aquela foi o principal centro funcional do Baixo-Alentejo na Época Romana, Muçulmana, durante a Idade Média e até aos dias de hoje. O Distrito de Beja é constituído por catorze concelhos, embora só em nove se detectaram estelas funerárias. (Figura 1)

AS FORMAS

Os duzentos e trinta e oito monumentos registados no Distrito de Beja, apesar de alguns se encontrarem incompletos, ou por falta do espigão ou do disco (ou parte de ambos).

Pela quantidade destes monólitos cremos ser conveniente, antes da abordagem à terminologia utilizada, mencionar os exemplares que se encontram fragmentados ou o que conhecemos da sua estrutura morfológica.

Das estelas analisadas, cinquenta e nove conservam o espigão, o que significa 25% do total. Encontraram-se noventa e nove fragmentadas ou sem espigão, representando a maioria com 43%. Os fragmentos são sessenta e dois, constituindo 27% e as que se encontram replantadas são doze, correspondendo a 5%.

Podemos classificar as estelas medievais do Distrito de Beja, com base na sua estrutura morfológica, em dois grandes grupos: discóides e rectangulares.

No presente contexto, entende-se por estela, monólito, de diferentes dimensões e formas, produzido para ser colocada verticalmente a assinalar sepultura.

Estelas discóides – Correspondem a este tipo de monumentos duzentos e trinta e tres exemplares, que representam 98% do inventário. Mostram grande unidade formal. A denominação discóide faz referência à forma circular, ou de disco, que a estela oferece.
Devemos notar que os exemplares correspondentes a estelas discóides, apresentam variantes morfológicas, nomeadamente em relação às formas que adquirem os seus espigões, e apenas duas estelas de Beja apresentam decoração lateral ou no perfil.
Estelas rectangulares – A este tipo correspondem cinco estelas, o que perfaz 2% do total do conjunto. De todas elas somente uma, supostamente encontrada na freguesia de Messejana e embora um pouco danificada, apresenta forma rectângular no espigão e ligeira curvatura no volume distal. As restantes quatro estelas apresentam formas rectangulares, oferecendo espigão com algumas variações.

OS SUPORTES

Os tipos de rochas utilizados no fabrico das estelas, do Distrito de Beja, foram o mármore, com cento e noventa e um monumentos, correspondendo a 91 % do conjunto, seguido pelo xisto (5%) com dez monólitos, existindo cinco em calcário (2%) e quatro em granito (2%). Não foi possível verificar nos dezoito monólitos restantes qual a matéria-prima neles usada.
O xisto apareceu nas oito estelas de Garvão e só em duas das cinco da Messejana. O calcário surgiu apenas no concelho de Moura e o granito nas de Mértola e Serpa. O mármore, possivelmente de Trigaches, concentra-se principalmente na cidade de Beja, correspondendo à matéria-prima usada em todos os cento e vinte e cinco monumentos ali presentes.
É difícil poder afirmar que o mármore, das estelas medievais do Distrito de Beja (91% do conjunto), seja todo ele procedente da pedreira de Trigaches/ São Brissos. Foram recolhidos por nós, relatos orais da presença de pequenas pedreiras a norte do Alvito e a norte de Marmelar. Estas permitiam mais fácil acesso e, por isso, tornaria a matéria-prima muito menos dispendiosa no que toca ao seu transporte. As distâncias apresentadas são muito significativas, tendo em conta a rede viária e as condições de transporte então disponíveis, aspectos que, por certo, em muito encareceriam aqueles monólitos, tornando-os, desde logo, apenas acessíveis a populações com maior poder económico.(Figura 2)

A ICONOGRAFIA

O presente conjunto de estelas medievais do Distrito de Beja, constituído por duzentos e trinta e oito exemplares corresponde a quatrocentas e setenta e seis faces, ou seja, o anverso e o reverso de cada um dos monólitos. Contudo, contam-se trezentas e dezanove faces "decoradas", por gravação ou relevo, encontrando-se as restantes cento e cinquenta e oito anicónicas, ou seja, originalmente sem qualquer tipo de imagem ou onde aquelas foram destruídas, não possibilitando a sua identificação. Independentemente das suas variantes, os motivos gravados dividem-se, genericamente, pelas seguintes categorias: cruciformes, ofícios, geométricos, fitomórficos, epigráficos, heráldicos, zoomórficos e antropomórfico.
Das duzentas e quarenta faces com iconografia, os motivos cruciformes aparecem em grande maioria (67%). Seguindo-se, e por ordem de quantidade, os relacionados com os ofícios da época, encontrados em cinquenta faces e correspondendo a 14 % do total. A iconografia geométrica observa-se em vinte e duas faces e corresponde a 9%. Os motivos fitomórficos ocorrem em catorze faces (3%), os epigráficos em seis (2%) e os heráldicos em quatro, totalizando 1%. Os motivos zoomórficos são apenas três (1%). Detectou-se apenas um motivo antropomórfico que corresponde a 0.3% da amostra. (Figura 3)

Os motivos cruciformes (67%) da iconografia classificada incluem as seguintes variantes formais: cruz templária, cruz grega, cruz pátea, ornamento cruciforme, cruz latina e cruz de tau. Entre as figurações crucíferas destacam-se as cruzes de lados e extremidades curvas (cruzes templárias) (64%), e as cruzes de lados curvos e extremidades rectas (cruzes páteas) (10%). Estas duas formas, em conjunto, representam 74% do grupo de motivos cruciformes. Reconheceram-se também as cruzes gregas (21%), os ornamentos cruciformes (4%), as cruzes latinas (1%) e um exemplar de cruz de tau.
Registaram-se nos motivos geométricos catorze pentalfas ou estrelas de cinco pontas, quatro hexalfas ou estrelas de seis pontas, um septograma ou estrela de sete pontas e um octograma ou estrela de oito pontas. Estes motivos encontram-se tanto gravados como incisos, ocorrendo principalmente como elementos que ocupam a totalidade dos discos das estelas. Observou-se, em dois monumentos

provenientes de Beja, um pentalfa relacionado na mesma face com uma epígrafe, e aquela forma associada a arado e a possível machado. (Figura 4)

Considerando apenas os vinte e dois monólitos com motivos geométricos, constactou-se que catorze encontram-se associados com cruz na face oposta, enquanto dois apresentam-se sem decoração no reverso e outros dois que conjugam o pentalfa com outros motivos. Também se identificaram estelas com motivo geométrico no anverso, contendo no reverso elemento fitomórfico ou desconhecido.

Os pentagramas, ou estrela de cinco pontas, encontram-se relacionados com a fonte da luminosidade ou fonte de luz. Traçada entre o Céu e a Terra, representa o homem abnegado, radioso como a luz, no meio das trevas do mundo profano (Chevalier & Gheerbrant, 1992, p. 528).

O hexagrama, figura feita de dois triângulos equiláteros sobrepostos, ou entrecruzados, um apontado para cima, outro apontado para baixo, de modo a que o conjunto constitua uma estrela de seis pontas, é uma das representações simbólicas mais universais. Entre os hebreus, cristãos e muçulmanos, é conhecido como selo ou símbolo de Salomão. Esta figura é interpretada como contendo os quatro principais elementos do Universo. O triângulo com o vértice para cima representaria o fogo, o triângulo com o vértice para baixo a água, o triângulo do fogo truncado pela base do triângulo da água simbolizaria o ar. Por outro lado, o triângulo da água truncado pela base do triângulo do fogo corresponderia à terra. (Chevalier & Gheerbrant, 1992, p. 593)

Registámos, embora em menor quantidade, outras formas de estrelas, designadamente de sete e oito pontas. O seu carácter celeste faz delas símbolos do espírito, e a existência de pontas, elementos apotropaicos. (Figura 5)

Onze motivos fitomórficos mostram flor de seis pétalas, dispostas em posição radial e unindo-se ao centro. Identificaram-se também três rosáceas. No registo estudado, a flor ocupa todo o disco ou o centro de motivos geométricos e apresenta seis pétalas. Dentro destas representações, as flores de seis pétalas ou hexafólios, são as mais frequentes. Em termos representacionais são muito semelhantes, com paralelos em muitas outras estelas discóides, nas quais as pétalas estão organizadas em torno de circunferência ou ponto central. Estes motivos são recorrentes em estelas medievais portuguesas. Trata-se de símbolo bastante antigo e frequente já em estelas tumulares romanas. Segundo a tradição mítica, representaria o Sol e, na tradição religiosa cristã, corresponderá a símbolo de Cristo, luz da vida. As rosetas, hexafólios ou rosáceas de várias pétalas, também muito frequentes no Médio Oriente, consideram-se como tendo, especificamente, significado profiláctico contra o mau-olhado, podendo figurar o Sol.

Identificaram-se três motivos soliformes, todos em estelas de Beja, dois em relevo e um inciso. Estes integram simbologia sócio-religiosa desde tempos pré e proto-históricos, fazendo parte nomeadamente de iconografia castreja, embora tenham sido bastante utilizados durante o Período Romano em estelas funerárias, onde encontramos motivos afins daqueles que coligimos nas estelas medievais do Distrito de Beja. De facto, parece ter havido continuidade na representação daquele motivo durante a Idade Média, como se verifica nas igrejas românicas do Norte de Portugal.

Identificaram-se sete motivos epigráficos, com dimensões idênticas e formas distintas. Quatro monumentos de Beja encontram-se em falso relevo, enquanto os outros três, um de Serpa e dois de Beja, foram incisos ou gravados.

Registaram-se quatro representações de motivos heráldicos, concretamente três imagens de flores-de-lis e um escudo de contorno subtriangular, contendo cinco pontos. Estela de Serpa (SERP.CALV-24) possui cruz e, na parte superior, flor-de-lis, motivo também descrito por Abel Viana (1949, p. 75) e José Beleza Moreira (1984, p. 337).

Foram identificadas motivos zoomórficos em três estelas medievais com representações de animais, todas procedentes da cidade de Beja. As suas dimensões são quase idênticas, mas oferecem formas distintas. Em dois monumentos observam-se duas representações de bovídeos, e noutra, dois animais aparelhados, podendo corresponder a um bovídeo e um muar.

Foi identificada representação de *"cabeça toscamente insculpida"* (Viana, 1955, p. 15) em estela de Beja. Aquela foi gravada e não está orientada em relação à posição do disco. No anverso, apresenta cruz grega, com as extremidades em flor-de-lis. Não se conhecem paralelos para este motivo, embora se registem antropomorfos associados a instrumentos agrícolas, conforme acontece em estela do Museu Arqueológico de São João de Alporão (Santarém) (Moreira, 1990, p. 192), em exemplar do Convento

de Cristo (Tomar) (Moreira, 2002, p. 761), ou em outro de Torres Vedras, com a representação de Jesus crucificado. A imagem da estela bejense pode corresponder a máscara burlesca, mas também de carrasco ou algoz.

Foram identificados cinquenta e quatro imagens de artefactos, com diversas variantes. Entre as figurações oficinais destacam-se os arados, com onze representações, tesouras, com seis, cinco podoas, quatro machados, três relhas, três fusos, e três bestas. Com duas representações encontram-se solas ou formas de sapatos, maços, espadelas ou cutelos, lançadeiras, rocas e rodízios. Detectámos apenas uma representação para serrote de carpinteiro, pá de padeiro, crestadeira, alicate, punhal ou espada, navalha, pincel e possível grade. (Figura 6)

Constatou-se que trinta e três estelas conjugam motivo cruciforme numa face e artefactos na noutra. Apenas dois monumentos patenteiam possíveis artefactos em ambas faces. Observa-se numa estela de Beja a associação de artefactos com um motivo geométrico na mesma face, e, no noutro exemplar, podemos reconhecer artefacto em uma das faces e na face oposta motivo soliforme com cruz ao centro. Apenas se identificou, na vila de Garvão, uma estela com artefacto no reverso e com o anverso destruído. Esta apresenta outros motivos que não se observam no estudo de José Beleza Moreira (1990), "Instrumentos de ofício de lavrador em estelas discóides portuguesas".

Entre a simbologia registada importa relevar, dada a sua raridade, as estelas que apresentam ofícios que, por ora, não possuem paralelos, como as de Beja (BEJA.MRB-24, BEJA.MRB-21) e de Serpa (SERP. MMAS-05 e SERP.MMAS-16), correspondendo às ocupações profissionais relacionadas com a produção têxtil, a apicultura, a metalurgia do ferro ou a profissão de magarefe.

É patente a associação da cruz ao elemento que distingue a profissão do defunto, como uma conjugação entre a vida, a morte e a ressurreição. No entanto, o significado dos artefactos reflecte-se a diversos níveis, nomeadamente na vertente material, dado aqueles serem representativos de ofícios. (Figura 7)

CONCLUSÕES

As estelas medievais do Distrito de Beja concentram-se nos antigos grandes centros urbanos, nomeadamente Beja, onde surgiram em maior número. Podemos dizer que se trata sobretudo de um fenómeno urbano. Por outro lado, a presença daqueles monumentos está relacionada com o poder económico daqueles a quem eram dedicados e das suas famílias, correspondendo principalmente a estratos sociais que habitavam os centros urbanos;

A totalidade das estelas encontrava-se associada a templos urbanos. São excepções as estelas da Igreja de São Romão (Alvito), Igreja de Nossa Senhora da Visitação ou Nossa Senhora do Outeiro (Albergaria dos Fusos), Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Alfundão), Igreja de Santa Margarida (Peroguarda), Igreja Matriz de Vila Ruiva (Vila Ruiva) e Igreja de Santa Maria de Vilas Boas (Ferreira do Alentejo), uma vez que provêm de pequenas igrejas rurais;

As rochas locais predominam no conjunto estudado. A principal matéria-prima usada nas estelas medievais do Distrito de Beja foi o mármore, nomeadamente o da região São Brissos – Trigaches. Esta matéria-prima oferece melhor qualidade e aspecto estético do que as restantes rochas utilizadas na produção dos monólitos, como é o caso do granito, o xisto e o calcário,

A forma mais utilizada nas estelas foi a discóide, sendo raro as rectangulares, aspecto que se deve, por certo, ao simbolismo daquela, não só de carácter antropomórfico, como solar. Não esqueçamos que aqueles monólitos deveriam representar os defuntos, mas também a ligação ao mundo transcendente. A pedra erecta, a forma e os símbolos de profissão de fé e de ofícios, parecem comprovar o que se refere.

A cruz de braços iguais, nas suas formas e dimensões variadas, designadamente na que é considerada a cruz templária, constitui o motivo mais recorrente da iconografia das estelas medievais estudadas. A cruz parece assumir-se, assim, como símbolo cristão, de identificação do defunto com a sua religião e não meramente um motivo decorativo (Viana, 1949, p. 85). A preponderância da cruz sob diversas formas revela concepção cristã da morte e o desejo simbólico do crente em morrer junto dela, tendo em vista a ressurreição conforme o exemplo de Cristo.

A cronologia das estelas medievais do Distrito de Beja não permite atribuições diacrónicas finas. Todavia, podemos indicar que elas terão começado a ser utilizadas após a Reconquista (séculos XII--XIII) e previveram até ao século XV, não () excluindo a hipótese de haver ocorrências ulteriores. (Figuras 8 e 9)

BIBLIOGRAFIA

CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. (1992) – *Dicionário dos Símbolos, Teorema, Lisboa.*

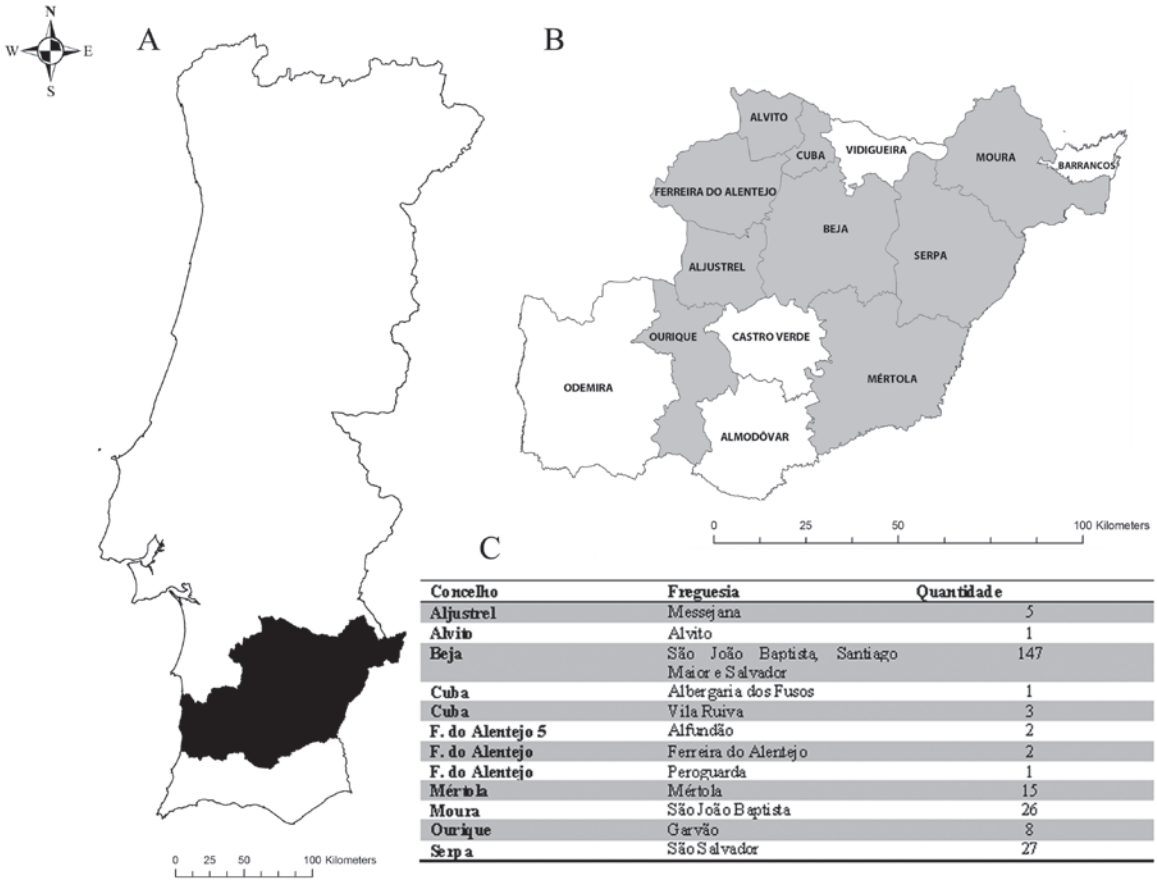
MOREIRA, J. B. (1984) – Typologie des stèles discoidales du Portugal, *Actes du Colloque Internacional sur la Stèle Discoidale*, Hil Harriak, pp. 319-345, Bayonne.

MOREIRA, J. B. (1990) – Instrumentos de ofício de lavrador em estelas discóides portuguesas, *Signalisations de Sepultures et Stèles Discoidales. V^e^-XIX^e^ Siècles,* pp.191-198, Centre d´Arqueologie Médievale du Languedoc, Carcassonne.

MOREIRA, J. B. (2002) – Profissões representadas em estelas rectangulares portuguesas, *Actas del VII Congreso Internacional de Estelas Funerarias*, tomo III, pp. 759-769, Fundación Marcelino Botín, Santander.

VIANA, A. (1949) – Estelas discóides do Museu de Beja, *Arquivo de Beja*, vol. VI, pp. 37-85.

VIANA, A. (1955) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, vol. XII, pp. 3-53.



C

Concelho	Freguesia	Quantidade
Aljustrel	Messejana	5
Alvito	Alvito	1
Beja	São João Baptista, Santiago Maior e Salvador	147
Cuba	Albergaria dos Fusos	1
Cuba	Vila Ruiva	3
F. do Alentejo 5	Alfundão	2
F. do Alentejo	Ferreira do Alentejo	2
F. do Alentejo	Peroguarda	1
Mértola	Mértola	15
Moura	São João Baptista	26
Ourique	Garvão	8
Serpa	São Salvador	27

Figura 1 – ?????????????? (sem legenda)

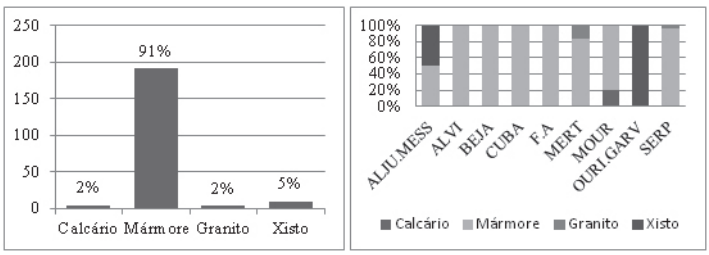


Figura 2 – ?????????????? (sem legenda)

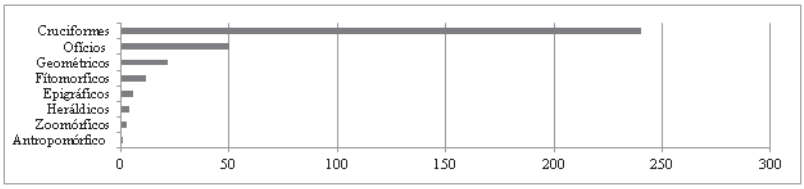


Figura 3 – ?????????????? (sem legenda)

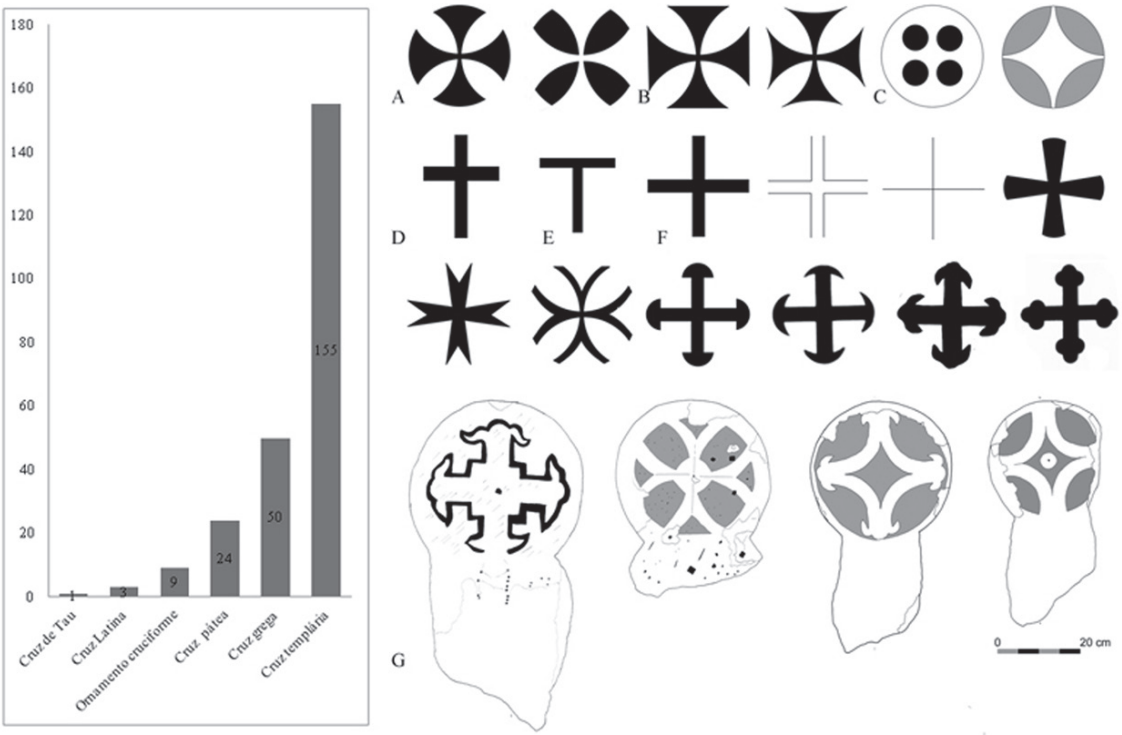


Figura 4 – ?????????????? (sem legenda)

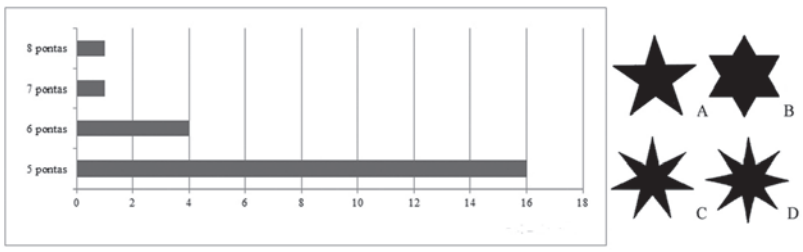


Figura 5 – ?????????????? (sem legenda)

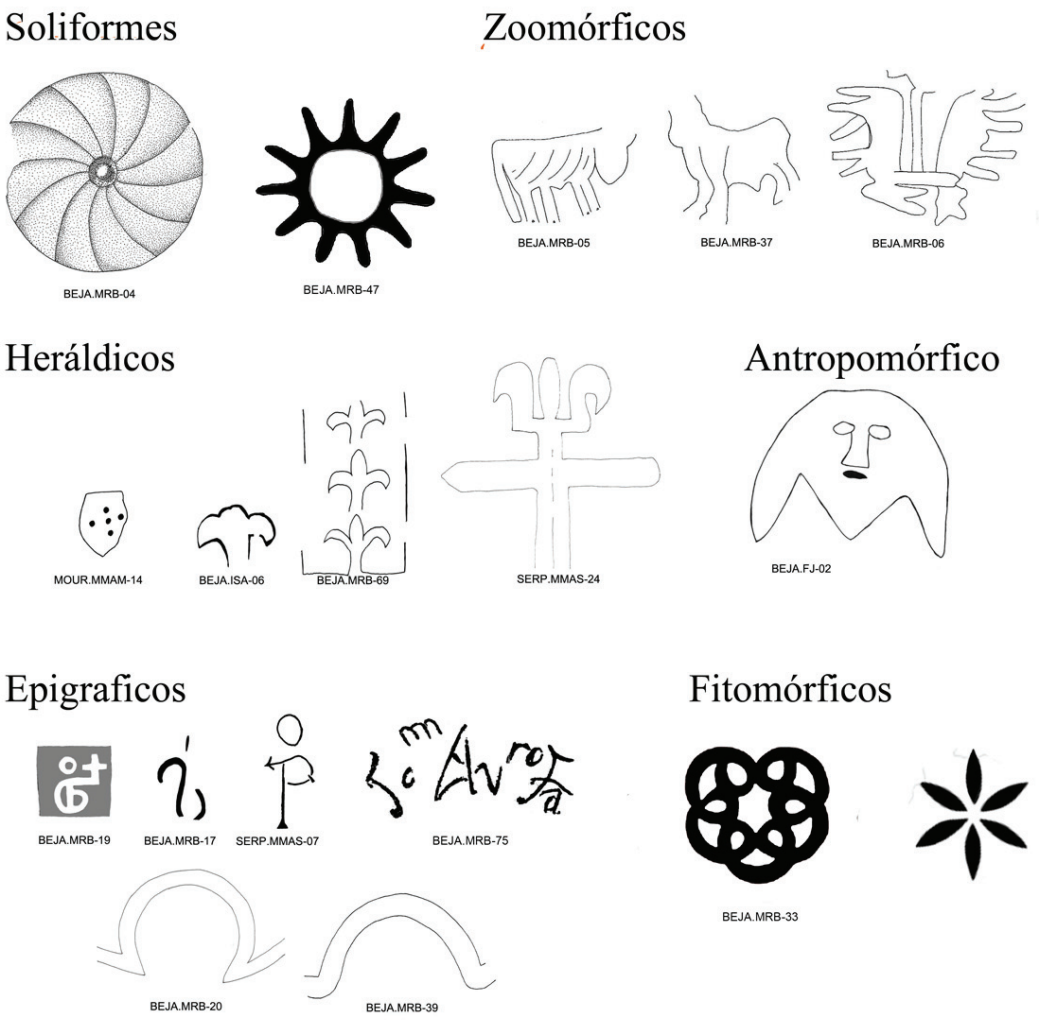


Figura 6 – ?????????????? (sem legenda)

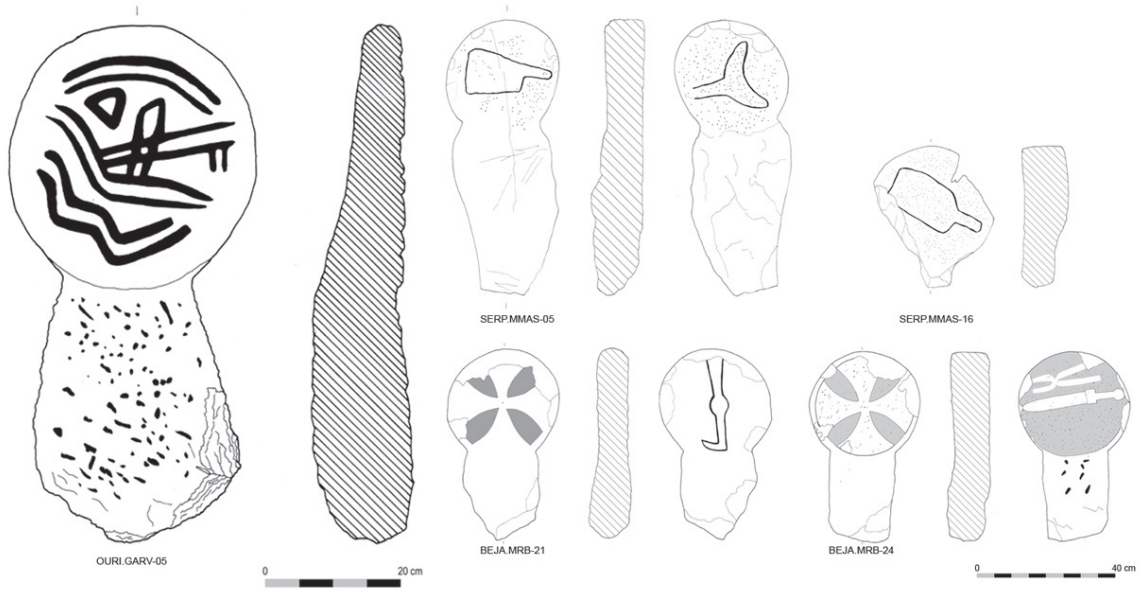


Figura 7 – ?????????????? (sem legenda)

Figura 8 – ?????????????? (sem legenda)

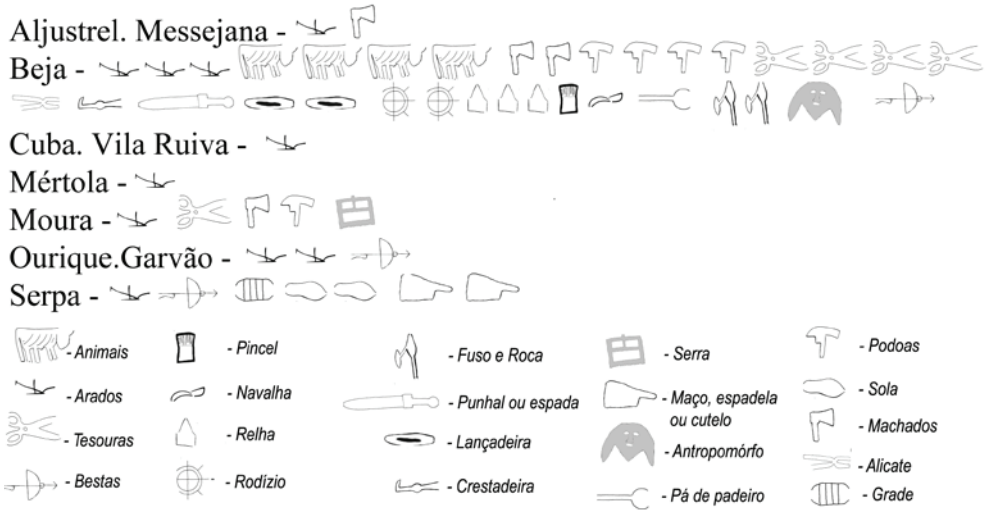


Figura 9 – ?????????????? (sem legenda)

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO TERRITÓRIO MEDIEVAL

André Donas-Botto / Mestre em Arqueologia e Território / adonasbotto@gmail.com

RESUMO

Nesta comunicação tentaremos explicar de forma resumida o trabalho por nós desenvolvido aquando da elaboração da nossa dissertação de mestrado com o intuito de receber o grau de mestre em Arqueologia e Território na especialização em Arqueologia Medieval. Para além de abordarmos a disciplina da *arqueologia extensiva* faremos uma breve menção aos métodos por nós aplicados, assim como os principais dados obtidos e conclusões. A existência de dois territórios medievais, a proposta de Paredes da Beira como Omina e a presença de um Eremitério alto-medieval em São Salvador do Mundo apresentam-se como os principais dados desta investigação.

ABSTRACT

In this communication we will try to explain briefly the work developed by us in our dissertation in order to receive a master's degree in *Arqueologia e Território* specialization in Medieval Archaeology. In addition to approach the discipline of archeology extensive we will briefly mention the methods applied by us, as well as key data and conclusions. The existence of two medieval territories, the proposed Paredes da Beira as Omina and the presence of a high-medieval Hermitage in St. Savior of the world present themselves as the main data of this investigation.

A presente comunicação pretende resumir a dissertação por nós realizada com o intuito de receber o grau de Mestre em Arqueologia e Território. Focamos a nossa atenção no actual concelho de São João da Pesqueira – São João da Pesqueira é um concelho na Região Norte e Sub-Região do Douro no limite setentrional do distrito de Viseu, sediado na vila do mesmo nome. Este concelho situa-se na margem esquerda do rio Douro, que o limita a norte. Os concelhos de Tabuaço, Sernancelhe, Penedono e Vila Nova de Foz Côa limitam-no a oeste, sudoeste, sudeste e este, respectivamente – no período Medieval. Decidimos incidir no período da *Reconquista*, focando a nossa atenção no reinado de Fernando Magno, sobretudo no que diz respeito à famosa *Campanha das Beiras*.

Levando a cabo uma breve contextualização arqueológica da nossa área de estudo. A ocupação mais antiga terá ocorrido entre os finais do Vº milénio ou inícios do IVº milénio a.C. no abrigo da Fraga D´Aia em Paredes da Beira. Possivelmente, durante o mesmo período ter-se-á procedido à construção do *Dólmen I de Areita,* Paredes da Beira Tal como os restantes testemunhos do megalitismo na nossa área de estudo, os conjuntos de São Domingos e Senhora do Vencimento nas freguesias de Castanheiro do Sul e Nagoselo do Douro respectivamente. No que respeita a povoados proto-históricos podemos visitar um total de onze. Neste território contamos com um total de vinte e um sítios atribuíveis ao período romano. Finalmente, para o período cronológico abordado no nosso estudo inicialmente estavam apenas identificados cinco sítios, que concernem apenas a baliza temporal da Idade Média. Estes relacionam-se estritamente com o "mundo da morte". Falamos aqui de núcleos de sepulturas escavadas na rocha e sarcófagos pétreos, e uma estela funerária medieval existente na antiga igreja Matriz de Riodades. Acrescentamos ainda a este rol de sítios medievais a aldeia e Igreja abandonadas de Covas, na freguesia da Pereiros. De todo este conjunto, os vestígios mais significativos encontram-se distribuídos entre as freguesias de Paredes da Beira, com quase a totalidade dos sítios romanos e proto-históricos e o

sítio de S. Salvador do Mundo na freguesia de S. João da Pesqueira com ocupação humana entre a pré-história recente e a Idade Moderna. A este sítio se devem as primeiras referências bibliográficas no que respeita à arqueologia na nossa área de estudo. Estas devem-se a: André de Resende (Sé. XVI), Contador de Argote (Séc. XVII) e Pinho Leal e José Augusto Mendes (Séc. XIX) (Donas-Botto, 2012, pp.14-21).

Tentamos abordar este *Território Medieval* numa postura extensiva sem recurso à escavação arqueológica. Não devemos esquecer que a Arqueologia Extensiva é vista como algo preventivo. Baseada sobretudo nos estudos que muitas vezes se tomam por precedentes à escavação. Devemos entender a Arqueologia Extensiva como uma Arqueologia não destrutiva, que vá de encontro à recolha de informações de cariz historiográfico, quer através das fontes escritas, bibliografia já publicada para determinado sítio, fontes orais; assim como se avancem com estudos de cariz arqueológico, arqueogeográfico e prospecções geofísicas (Donas-Botto, 2012, p.34).

É com a Nova Arqueologia que os estudos de *Arqueologia Espacial* – de facto, o termo mais amplamente utilizado é *Arqueologia Espacial*, no entanto, recorremo-nos da utilização do término *Arqueologia Extensiva* empregado por André Bazzana (1994, p.7) – ganham protagonismo. São também os processualistas que dão ênfase aos estudos regionais, mais do que aos das estações isoladas (Alarcão, 1996, p.14). Sendo nos anos 70 do século passado através de investigadores como David Clarke e Ian Hodder que se dão os maiores avanços nesta disciplina. Muitas poderão ser as definições para esta "partição" da Arqueologia: Espacial, do Território, da Paisagem entre outras. O mais importante é focarmo-nos na sua incidência num aspecto "globalizante" na investigação, que propõe estudar todos os parâmetros de determinada realidade histórica. Esta distribuição terminológica leva-nos ao perigo de criar a aparência de estarmos perante diversas Arqueologias. Cada uma delas com a sua entidade própria, isolada (Donas-Botto, 2012, p.34). Estas "falsas Arqueologias" como G. Ruiz Zapatero e F. Burillo Mazota (1988, p.45) designam; levar-nos-iam a uma postura epistemológica extremamente perigosa. As "falsas arqueologias" não são mais do que aproximações específicas a objetos de estudo particulares de cada investigação, sobretudo no estudo do Território, que se deve também focar como um dos temas dentro da concepção globalizante da Arqueologia (*Ibidem*).

Numa perspectiva teórica, resultou da formulação de questões sobre padrões de distribuição de sítios, evolução do povoamento, ou aspectos de organização económica e social do passado, que exigiram a recolha sistemática de dados de superfície (Ribeiro, 2001, p.27). Neste campo devemos definir dois objectivos essenciais dentro do âmbito geral da Arqueologia Extensiva: um estático, a visão sincrónica; e outro dinâmico, a visão diacrónica (Donas-Botto, 2012, p.34). No que respeita ao ponto de vista sincrónico este assenta no estudo de um modelo de povoamento de determinada época; para a vertente diacrónica devemos focar-nos na evolução desse mesmo modelo de povoamento na área estudada (Zapatero e Mazota, 1988, p.47). Segundo David Clarke devemos analisar o território tendo em conta três níveis: Macro (Região); Semi-micro (sitio arqueológico e área circundante) e Micro (dentro do sitio arqueológico) (Donas-Botto, 2012, p.34).

No nosso caso decidimos inicialmente incidir numa abordagem sobre o nível *Semi-micro*, ou seja, ao nível local para posteriormente cruzar os dados ao nível Macro, definindo como a região o território do actual concelho de São João da Pesqueira. Assim, procuramos compreender as relações entre grupos humanos e os espaços geográficos que ocuparam. Tentando abranger os motivos que levaram determinado grupo humano a ocupar determinado sítio, que lugares ocuparam e porquê. Em suma, ao estudarmos o território devemos ter em atenção as características Natureza-Homem, Homem-Natureza e Homem-Homem. Ou seja ter em atenção aspectos como o clima, tipos de solo, tamanho dos sítios arqueológicos, tipos de exploração e materiais existentes (Zapatero e Mazota, 1988).

As fontes orais, toponímia assim como estudos anteriormente realizados para a nossa área de estudo serviram-nos como rampa de lançamento para a análise espacial que nos propusemos levar a cabo. No nosso caso, após esse estudo prévio, socorremo-nos dos SIG; "Arqueologia da Arquitectura"; Arqueometria, através da prospecção geofísica, e Arqueogeografia; para além da utilização de métodos de prospecção arqueológica (Donas-Botto, 2012, p.36). De facto, a Arqueologia Extensiva conduz à utilização de outras ciências dentro da Arqueologia, mas sempre com a preocupação de utilizar métodos não destrutivos (*Ibid*).. Citando André Bazzana, propusemo-nos a realizar uma "arqueologia sem escavações" (Bazzana, 1994, p.8).

Decidimos recorrer ao método da prospecção intensiva por amostragem. No que diz respeito à prospecção intensiva por amostragem, esta permite, alargar um pouco a área de estudo, visto apenas algumas parcelas serem prospectadas. Para tal são definidas amostras, locais a prospectar, de preferência de pequenas dimensões e no maior número possível. Deve-se sempre tentar cobrir pelo menos 20% do total da área analisada de forma a obter uma melhor representatividade no estudo (Carvalho, 2006, p.69). Este tipo de prospecção pode ser de dois tipos: dirigido ou estatístico. A prospecção intensiva dirigida consiste, basicamente, na selecção prévia de certos tipos de áreas – geralmente escolhidas por oferecerem à partida mais garantias de apresentarem povoamento antigo. Se essas unidades de prospecção forem posicionadas em lugares específicos e com um potencial arqueológico alegadamente maior, poderemos ver aumentadas as probabilidades de um maior número de sítios serem registados, e com um gasto menor de tempo e de recursos (Donas-Botto, 2012, p.41).

Tendo em atenção esta metodologia, prospectamos um total de catorze locais em toda a área de estudo. Na sua maioria preferimos levar a cabo relocalizações visto existir uma diferença de quase vinte anos entre a sua identificação e o nosso estudo. Estas relocalizações prenderam-se também ao facto de não concordarmos com uma cronologia atribuída estritamente ao período romano. Obtivemos assim um total de sete sítios relocalizados, acrescentando *Castelo Velho, Quinta do Mileu* e *Quinta de Covas*, mais uma área de aproximadamente 7km2 entre São João da Pesqueira e o sítio *do Cerro do Bastião,* e as três áreas urbanas de São João da Pesqueira, Trevões e Paredes da Beira. Acrescentando o sítio de Forna da Telha – encontrado por acaso – perfazendo assim o total de catorze sítios, percorremos assim aproximadamente 28km^2 o que nos aproxima do valor mínimo de 20% de área a prospectar (*Ibid*, pp. 41-44).

Após os exercícios de prospecção arqueológica, recorremo-nos da disciplina da arqueogeografia, com o intuito de realizar uma leitura das formas urbanas da vila de São João da Pesqueira. Não devemos esquecer que: "a forma é a totalidade da unidade complexa organizada que se manifesta fenomenicamente enquanto todo no tempo e no espaço" (Morin *apud* Costa, 2010, p.43). As formas apresentam-se de diversos modos, não obedecendo a um tempo cíclico, são um testemunho daquilo que já foi. Revelam-se como fósseis do passado na paisagem rural e urbana! (Donas-Botto, 2012, p.48). Analisando uma fotografia aérea vertical, foi então possível apresentar uma proposta do traçado da muralha medieval de São João da Pesqueira. Também para o estudo do centro histórico da vila foram realizados trabalhos de prospecção geofísica na Praça de Stª Maria. Foram utilizados os métodos da resistividade eléctrica e o método sísmico. Esta prospecção prende-se com o objectivo de identificar a igreja de Santa Maria, a mais antiga da vila, embora não se tenham identificado anomalias atribuíveis a estruturas foram detectadas anomalias que se podem atribuir a enterramentos provando assim a proximidade do templo que se tentou localizar. Socorremo-nos ainda também da "arqueologia da arquitectura", identificando e registando um silhar em cotovelo reaproveitado na Porta do Sol no centro histórico de São João da Pesqueira, tal como outros dois elementos do mesmo género num muro no sítio de São Salvador do Mundo. Estes elementos ajudam a provar uma ocupação efectiva do território durante a Alta Idade Média, visto serem testemunhos arqueitectónicos pré-românicos. Foi realizada também uma leitura parietal da igreja medieval abandonada de Covas.

A quantidade de vestígios romanos existentes em torno de Paredes da Beira, tal como uma rede viária fortemente implementada em seu redor. Leva-nos a acreditar e a propor estarmos perante uma capital de civitas. Ora, estando a nossa área de estudo em pleno território *arabrigense* apontamos, Paredes da Beira como o sítio mais seguro para essa localização. Jorge de Alarcão informa-nos que *Omina* seria o topónimo dessa capital (Alarcão, 2001, p.167; *Ibid*, 2004, p.330).

Deixando de parte o período romano, esta informação revela-se importante devido ao facto da localização de paróquias corresponder, grosso modo, à localização da anterior capital de *civitas* (Fernandes, 1997,pp. 32 a 34). Esta será a forma administrativa mais importante para nós, pois acabará por influenciar toda a organização territorial durante a Idade Média. O paroquial suevo é também um importante documento para ponto de partida de investigações, devido à riqueza toponímica aí existente. Embora não tenha existido uma continuidade na toponímia, nada leva a crer que o paroquial tenha sido uma falsificação, só por essa toponímia já não existir. Aliás, seria mesmo necessária uma grande imaginação por parte

do forjador para criar uma toponímia tão rica e tão vasta como a existente no documento (Fernandes, 1997, pp. 47 a 49). Já Pierre David tinha aludido ao mesmo, garantindo a autenticidade do documento para a época em que foi redigido65 assim como a sua genuinidade (David, 1947, pp. 75 e 82).

Teve então inicialmente a organização paroquial o seu desenvolvimento no *territorium civitatis* (Fernandes, 1997, p.34). Mesmo tendo, as *civitas,* um lugar preponderante na organização territorial, estas não seriam sempre o mesmo para a sede de bispado. Estes eram em número muito inferior ao das capitais de *civitas*. Muitas destas sedes seriam inicialmente apenas sedes paroquiais, vindo a tornar-se em bispados, mais tardiamente, por volta do séc. VI, como por exemplo Lamego que é o caso que nos interessa (Ibidem). O território por nós abordado teria alternado entre as dioceses de Viseu, Calábria/ Caliabrica e Lamego, contudo acabou por ficar definitivamente dentro do território diocesano de Lamego (Ibid, pp.125 a 129).

O facto de não existir nenhuma relação toponímica com Omina no nosso território, não acreditamos que tal seja impeditivo desta proposta ganhar força. A sugestão desta localização assenta, tal como já referimos, nos vestígios materiais presentes em Paredes da Beira, assim como da análise territorial efectuada na sua envolvência. Na verdade, a toponímia não é algo estático e vai sofrendo alteração (Donas-Botto, 2012, p. 72). Pensarmos que o topónimo se manteria inalterado, ou simplesmente se manteria, é induzirmo-nos a nós próprios em erro, a movimentação de pessoas e ideias acaba por levar à alteração da toponímia existente na área onde residem (David, 1947, pp.74/5; Fernandes, 1997, p.13). Neste caso, parece dever-se a Fernando Magno a atribuição do topónimo "Paredes" devido à enorme quantidade de "paredes velhas" ai existentes (Costa, 1979, Vol. II, p. 212/3).

A par destes dados apontoamos a atribuição de carta de foral por parte de Fernando Magno entre 1055 e 1065 no contexto da *campanha das beiras*, como prova da importância de Paredes da Beira. Pensamos ainda, que o nosso território estaria incluído não numa área marginal do bispado de Lamego, mas sim, numa posição mais central, visto entendermos Marialva, *civitas Aravorum*, como a paróquia de *Aravoca*, também esta pertencente a Lamego. Desta forma, o território diocesano seria mais "compacto" e mais regionalizado, sem ter uma longa extensão para ocidente (Donas-Botto, 2012, p.73).

Embora se tenham vivido momentos de instabilidade após a conquista árabe da Hispânia, o quadro paroquial parece ter tido continuidade após esta, e mesmo durante a Reconquista (David, 1947, p.117). Tendo a maioria das populações de entre o Douro e O Tejo pactuado com o invasor, as dioceses visigóticas dessa região não terão sofrido muitas destruições com a conquista, nem acabaram por ser militarizadas como aconteceu no Sul69 (Catarino,2005, p.195). De facto, durante todo o período que vai do início da reorganização paroquial até à Reconquista, podemos assistir a uma certa conservação da organização agrária e, mesmo, das *villae* durante o período após a queda do império à reestruturação eclesiástica (Fernandes, 1997,pp.26 a 29).

No que diz respeito aos territórios rurais, o espaço da *villa* durante este período seria constituído por um conjunto de herdades, quintas ou casais (Brochado, 2004, p.80) e não apenas por uma propriedade dividida entre*pars rustica* e *pars urbana.* Esta divisão existia, mas agora de forma bastante mais ampla. Contudo, não devemos esquecer a transição de um mundo hispano-godo para uma Península Ibérica mais "cosmopolita", que com a chegada de populações árabes e berberes conheceu novas formas de ocupação territorial e exploração agrária. Com esta nova abordagem conhecem-se novas divisões territoriais e ocupações, com um outro cariz, que não só o agrário, multiplicando-se a fortificação de espaços habitados (López Quiroga, 2009, pp.113 a 115).

No que diz respeito aos aglomerados populacionais estamos perante duas área distintas: uma numa zona mais de serra; e uma outra junto ao vale do Douro. Mas antes de nos focarmos nesta matéria devemos fazer menção a outro aspecto. Grosso modo, estes aglomerados mantiveram-se ocupados até aos dias de hoje, correspondendo às localidades que actualmente compõem o concelho que engloba a nossa área de estudo. Estamos indubitavelmente perante aglomerados agro-pastoris, que acabaram por se fixar muitas das vezes próximo de antigos povoados como iremos ver (Donas-Botto, 2012, pp.73/4). Após a evolução vincada na predominância inicial das *villae*, estas terão desencadeado uma ocupação territorial mais vasta e complexa dando lugar a um habitat mais amplo e aglomerado, as aldeias (López Quiroga, 2009, pp.54 a 57).

Para além de Paredes da Beira, São João da Pesqueira e São Salvador do Mundo nas suas proximidades são outro exemplo do percurso evolutivo na ocupa-

ção territorial desta área. O sítio mais importante, inicialmente, seria indubitavelmente São Salvador do Mundo, como já tratamos algumas vezes até este momento. Com uma diacronia ocupacional desde a pré-história recente, durante a Idade do Ferro terá sido um importante povoado (Donas-Botto, 2012, p.76). É no sítio de São Salvador do Mundo que encontramos o mais importante testemunho alto-medieval de São João da Pesqueira, um eremitério rupestre. O ermitério de São Salvador do Mundo está localizado numa plataforma a meio do monte entre as capelas número cinco e seis do santuário, nas imediações do santuário proto-histórico romanizado (*Ibid*, p.99).

O acesso ao local é feito por degraus em parte escavados no afloramento granítico, no último degrau desta escadaria podemos encontrar uma cruz gravada na rocha assim como negativos de uma porta96 que marcaria a entrada do local. Deparamo-nos logo com uma primeira antecâmara, toda escavada em afloramento granítico com um pequeno nicho escavado na rocha. É a partir desta antecâmara que se tem acesso ao eremitério propriamente dito. Através de uma entrada vertical, sendo necessário recorrer a uma escada, descemos ao corredor que dará acesso à câmara principal. Este é escavado no granito aproveitando a união de dois grandes blocos. O corredor tem a largura de sensivelmente oitenta centímetros com uma altura de quase dois metros por um comprimento de dez metros aproximadamente. Após este corredor encontramos o salão principal, ou câmara, do ermitério com aproximadamente cinco metros de diâmetro e sete de altura. Neste local encontramos cinco nichos escavados no afloramento granítico a meio da parede norte da estrutura parece ser visível uma inscrição gravada na vertical: "A M", existiria nesta câmara um acesso a uma outra inferior (*Ibid*, pp.99 a 100). Este é mais um dos testemunhos que nos levam a cada vez mais desacreditar teoria do ermamaneto do Douro durante a Alta Idade Média.

No nosso ponto de vista estamos mesmo perante três fases de evolução espacial. Uma primeira perante uma situação de estabilidade tardo-romana, em que as influências territoriais se mantêm em torno da capital de *civitas* e os aglomerados habitacionais surgem estritamente relacionados em torno das *villae* (Gutiérrez González, 2011, p.13). A segunda fase corresponderia a um momento de transição territorial onde São João da Pesqueira ganha importância em relação a Paredes da Beira, mas onde São Salvador do Mundo ainda possuiria uma ocupação habitacional efectiva. Por fim, a terceira fase corresponderá a um período em que a situação alto-medieval experimenta uma alteração mais radical e existe uma ruptura com as divisões anteriores, surgindo uma divisão territorial semelhante à que existiria aquando da conquista de Fernando Magno (Donas-Botto, 2012, p.79).

Nesta terceira fase terá existido uma organização territorial dos termos, para que reunissem os aglomerados sobre os quais, tanto Paredes da Beira como São João da Pesqueira, exerciam influencia (Mapa VI), principalmente sobre as antigas *villae* e explorações agrícolas. Assim, do território de Paredes da Beira fariam parte: Paredes da Beira; Riodades; Trevões e Várzea de Trevões. O território de São João da Pesqueira englobaria: São João da Pesqueira; Covas; Nagoselo e Soutelo do Douro; Ervedosa; Vilela (posteriormente Vilarouco) e Vale de Figueira. Covas e Vilela seriam locais periféricos do termo de São João da Pesqueira, próximos do rio Torto que marcaria a fronteira entre Paredes da Beira e São João da Pesqueira. Esta organização corresponderá certamente ao século X, quando a aristocracia (sobretudo régia) começa a agrupar pequenas explorações agrícolas em grandes territórios, existindo também uma restruturação militar, como abordaremos no subcapítulo dedicado às defesas, e uma organização monástica que levará ao reaparecimento de referências escritas em alguns locais. Esta estruturação territorial serve como prova de uma constante ocupação deste espaço. Se estivesse abandonado, certamente não assistiríamos a esta fragmentação de um grande território em dois, nem tão pouco à existência de vestígios altomedievais em algumas das *villae,* como os exemplos de *Chões de Vilela* e *Acheira (Ibid, p.80)*.

Concluindo, a partir dos recursos da Arqueologia Extensiva foi-nos possível levar a cabo uma leitura do desenvolvimento territorial na nossa área de estudo. Durante a análise que fizemos, constatámos que, tal como aconteceu em outras regiões, também esta parece ter seguido aquilo que acabou por se tornar um frequente percurso evolutivo entre a antiguidade tardia e os tempos mediévicos. O abandono dos povoados abertos para reocupar os topos dos montes, ou, então, locais mais facilmente defensáveis parece surgir como norma na nossa área de estudo. A reocupação, total ou apenas com intuitos militares, utilizando como atalaia, os antigos

povoados da Idade do Ferro parece ser também uma das outras constantes, não só nesta como em outras regiões. Através da quantidade e qualidade dos vestígios existentes em torno de Paredes da Beira será, nesta etapa – Antiguidade Tardia – seguro afirmar ser nesta localidade que Omina, capital de *civitas* romana, se poderá ter convertido em paróquia sueva. A vasta rede viária com formação radioconcêntrica em torno desta localidade transforma-se num perfeito indicador dessa mesma importância, que se prolonga na Alta Idade Média, e acaba por dar, na nossa opinião, consistência à nossa proposta teórica. Por fim, afirmando uma vez mais que todos os dados por nós apresentados poderão ser a prova da continuidade ocupacional deste território, durante a Alta Idade Média, parece-nos interessante observar a transferência de importância entre Paredes da Beira e São João da Pesqueira. Se, durante o período Romano e inícios da Alta Idade Média, Paredes da Beira, sem sombra de duvidas, seria o local mais importante, pela segunda metade do ano mil, essa importância já teria recaído sobre São João da Pesqueira, que aparece, tanto no foral de Fernando Magno como nas confirmações seguintes, citada em primeiro lugar, e que continua a evoluir rapidamente, mantendo o seu castelo e cerca vilã, enquanto Paredes da Beira nunca chegou a possuir uma cerca muralhada, e mesmo tendo sido sede de concelho acabou por ser englobada no concelho de São João da Pesqueira. Este fenómeno é, na nossa opinião, em tudo semelhante à transferência de importância de Marialva para Mêda.

Em suma, embora o nosso estudo esteja dedicado a São João da Pesqueira, estivemos perante duas realidades medievais: um em torno do território medieval de Paredes da Beira, hoje paróquia e freguesia; e a realidade em torno do território de São João da Pesqueira, hoje sede de concelho e arciprestado do Bispado de Lamego.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1996) – Para Uma Conciliação das Arqueologias – "Histórias e Ideias", 7, Edições Afrontamento, Porto.

ALARCÃO, Jorge de (2001) – *As paróquias suévicas do território actualmete português. In* F. VILLAR e M. P. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania* – Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 29-59.

ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I – *In: Revista portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 1, pp. 317-342.

BAZZANA, André (1994) – Arqueologia Estensiva. Metodos y Algunos.

Resultados – *In: Paisajes rurales e paisajes urbanos: Metodos analisis en historia medieval*, Actas do III Seminário de Historia Medieval, Universidade deZaragoza, Zamora, pp. 7-27.

BROCHADO, Cláudio Roberto Laranjeira (2004) – *Povoamento tardo-romano e altimedieval na bacia terminal do rio Lima (Séculos IV – XI)* – Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

CARVALHO, Pedro C. (2006) – *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)* – Dissertação de Doutoramento em Arqueologia.

CATARINO, Helena (2005) – "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra" – *In: Muçulmanos e Cristão entre o Tejo e o Douro (Sécs.VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, pp.195-214.

COSTA M. Gonçalves da (1977) – *História do Bispado e Cidade de Lamego* – vol. 1 e 2.

DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècles* – Lisboa, Portugália Editora.

DONAS-BOTTO, André (2012) – São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval – Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

FERNANDES, A. De Almeida (1997) – *Paróquias suevas e dioceses visigóticas* – Arouca.

GUTIÉRREZ GONZÁLES, J. Avelino (2011) – "Modelos de transformación del paisaje antiguo y configuración de los nuevos espacios de ocupación en el norte penincular" In: PÉREZ LOSADA, F. (Ed.) – Hidacio da Limia e o seu tempo: a Gallaecia sueva / A Limia na época medieval – Serie Cursos e Congresos nº 5, Xinzo de Limia.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2009) – *Arquología del hábitat rural en la Península. Ibérica (siglos V al X)* – Biblioteca básica 2, Madrid.

RIBEIRO, Maria do Carmo F. (2001) – *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico* – Dissertação de Mestrado em Arqueologia: Especialização de Arqueologia Urbana, Universidade do Minho, Braga.

ZAPATERO, G. Ruiz e MOZOTA F. Burillo (1988) – "Metodología para la investigación en arqueología territorial" – *In: MUNIBE (Antropología y Arqueología)*, San Sebastian, pp. 45-64.

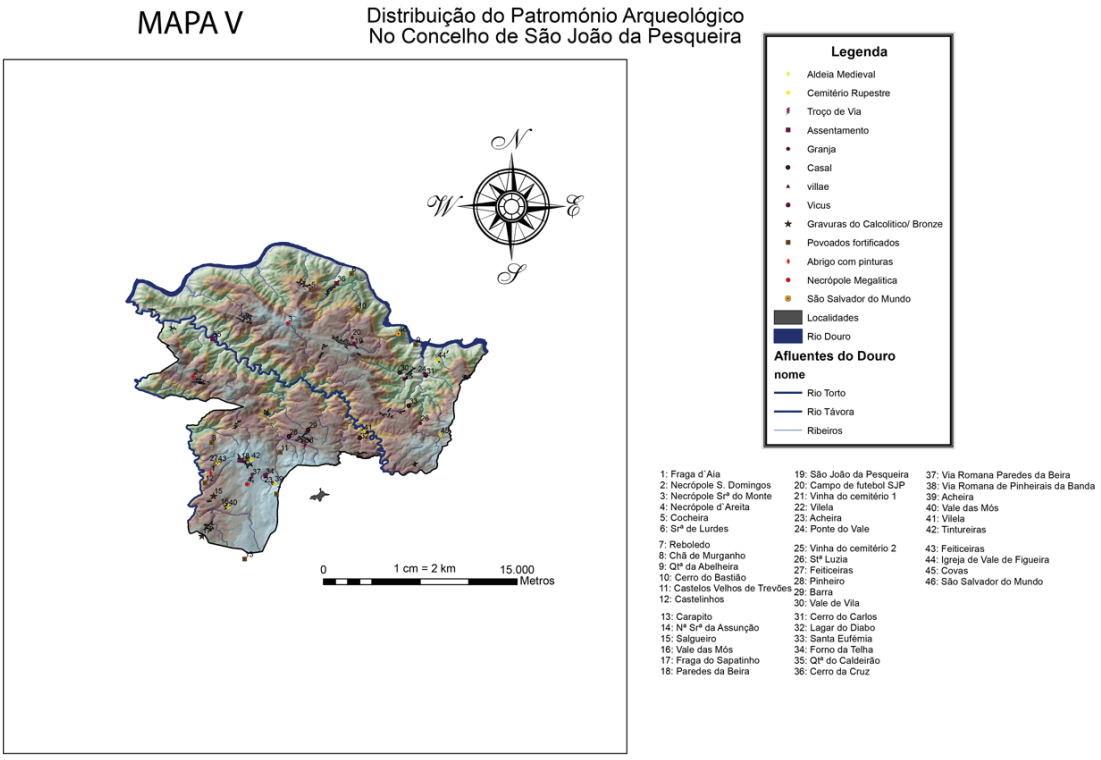


Figura 1 – Mapa de São João da Pesqueira com localização dos sítios arqueológicos.

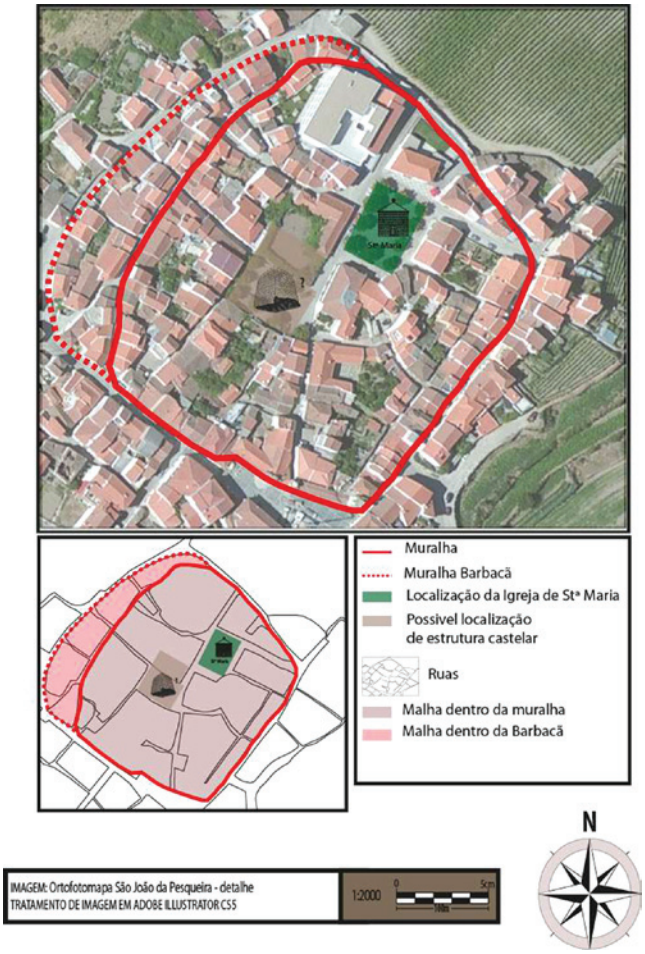


Figura 2 – Exercício de arqueogeografia sobre uma foto oblíqua do centro histórico de São João da Pesqueira.

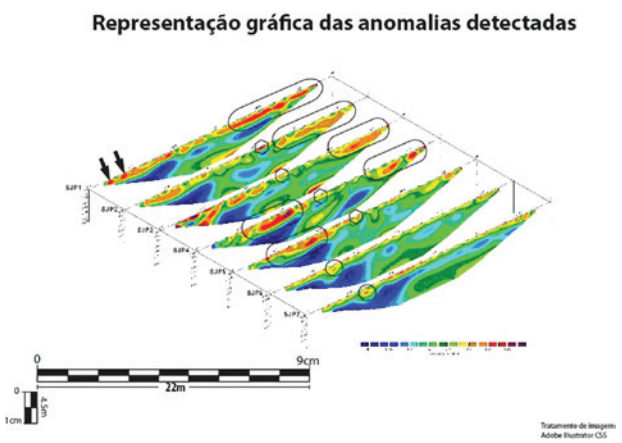


Figura 3 – Anomalias detectadas durante a prospecção geofísica.

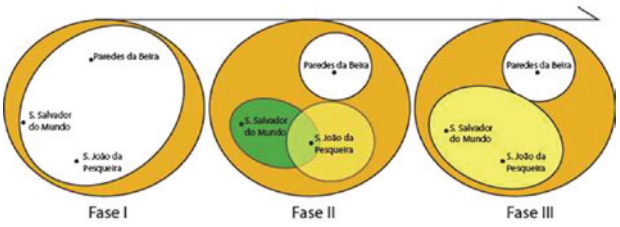


Figura 4 – Esquema exemplificativo da evolução territorial de São João da Pesqueira.

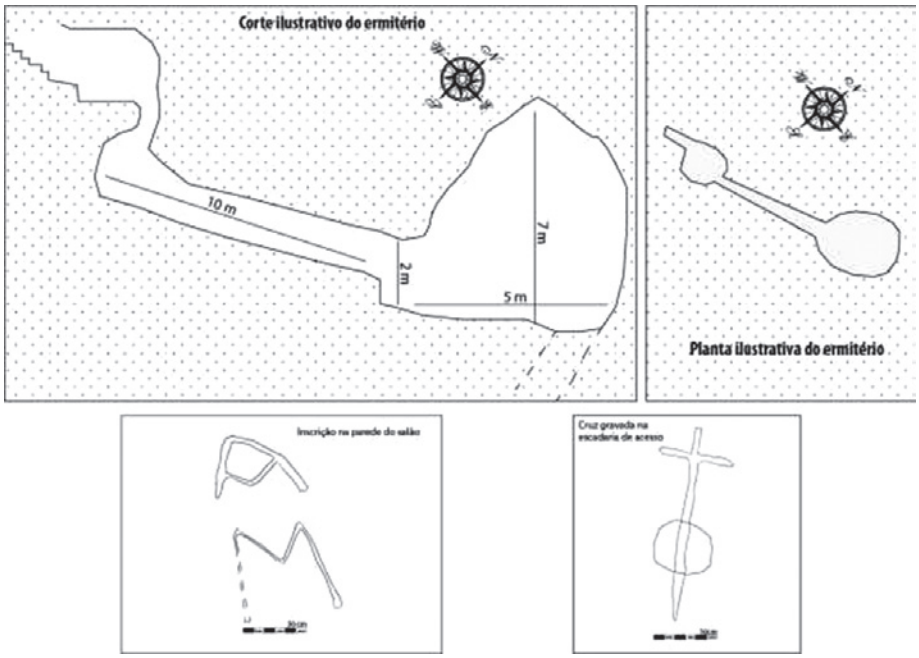


Figura 5 – Representação gráfica do eremitério.

Figura 6 – Eremitério de São Salvador do Mundo.

PRODUÇÃO MONETÁRIA EM PORTUGAL

Tiago Gil Curado / Durham University / tiago.gic@gmail.com

RESUMO

A distribuição e cronologia da produção monetária em Portugal durante a monarquia varia de acordo com cada reinado. Vários monarcas escolheram cunhar moeda em diferentes cidades.

No poster é analisada a mudança de casas de cunho segundo as situações socioeconómicas portuguesas de cada monarca. É ainda acrescentada a tecnologia do fabrico da moeda.

ABSTRACT

The distribution and chronology of coin production in Portugal during the monarchy (AD 1143 – 1910) varies according to each period of reign. Different monarchs chose to mint coins in different cities. At the times one or more cities were used by several rulers over a longer period of time.

This poster explores the changing pattern of coin production in relation to the reigns of monarchs and major historical events of significance in the history of Portugal sovereigns. Different types of information will be crossed and there will be some conclusions.

A numismática num ponto de vista histórico, arqueológico, social e económico tem tido pouca expressão na investigação científica. É no coleccionismo privado praticado hoje em dia que encontramos uma maior frente de investigação. É por esse factor, pelo prazer na arqueologia e o gosto por este tipo de objectos que decidi desde o início da formação académica debruçar-me sobre esta temática.

Um dos vectores que integram a característica de Estado-Nação que Portugal possui há quase 900 anos é a economia. Esta prende-se não só com o intercâmbio comercial de trocas directas, como também através de uma unidade monetária; dinheiro, moeda.

Desde o início da formação do território português a cunhagem de moeda foi levada a cabo todos os soberanos e regentes ainda que durassem apenas meses (Figura 1).

Foi na Cidade Berço, Guimarães, que se cunhou a primeira moeda dita portuguesa por D. Afonso I. Este foi o único monarca a amoedar nesta cidade. D. Sancho I e D. Afonso II elegeram Coimbra para instalar a casa de cunho. De D. Sancho II a D. Pedro I esta função estatal passou para Lisboa. Após este último monarca, diferentes reis abriram e fecharam postos de monetização não só por todo o reino, mas também na Galiza. É o caso de D. Fernando, em cujo reinado funcionaram ao todo 7 casas de cunho. Este aumento foi o resultado do enorme custo das sucessivas guerras com Leão e Castela. O maior número de locais de cunhagem é detido por D. João IV, onde 11 estabelecimentos produziam moedas em resposta ao gasto e investimento nacional resultante da deposição da dinastia filipina de Habsburgo.

É possível portanto estabelecer um padrão causa-efeito relativo aos acontecimentos sociais e ao número de casas de cunho. As maiores situações de crise e instabilidade financeira, deram azo à abertura de mais locais de cunhagem. Na contagem, depois de D. João IV e D. Fernando, com 11 e 7 postos de amoedação respectivamente, seguem-se os seguintes soberanos; D. João I e D. Manuel I com apenas 3 casas, evidenciando mais uma vez os dois grandes acontecimentos nefastos para a economia nacional em época monárquica.

A emissão exagerada de moeda aliviava momentaneamente a depressão financeira mas provocava uma inflação de demanda a médio prazo.

Ter presente a proveniência dos numismas encontrados em contextos arqueológicos permite tirar conclusões sobre as cidades de maior influência económica e sobre o intercâmbio socioeconómico ao longo da história.

Nos restantes reinados, apenas uma ou duas casas de cunho funcionaram em Portugal. Sendo que em 1721 D. João V centralizou definitivamente a produção monetária em Portugal continental na

cidade de Lisboa, permitindo um maior controlo das cunhagens.

O século XVIII, como consequência do ouro proveniente do Brasil, caracterizou-se economicamente pela sua grande liquidez monetária. O crescimento económico abrupto levou a uma grande inflação, porém esta foi mitigada através da emissão de moeda mais forte, em ouro e foi durante os reinados de D. Pedro II, D. João V e D. José – sobretudo nos dois últimos – que a moeda de ouro portuguesa chegou a ser tomada como padrão nas trocas comerciais internacionais atlânticas.

É importante salientar também que não só em Portugal continental foi emitida moeda. Nos Açores e Madeira a produção foi iniciada por D. José e D. Maria II respectivamente. Já nas colónias em Angola foi D. Pedro II; no Brasil, D. João IV; na Índia, D. Manuel I; em Moçambique, D. João V; em São Tomé e Príncipe, D. João VI e em Timor, D. Carlos. Em alguns destes casos a moeda era tida também como meio de comunicação com a comunidade colonizada. É o exemplo da Índia, onde no reinado de D. João III algumas moedas incluíam a figura S. Tomé, Apóstolo da Índia, tão simbólica para a população autóctone, já que teria sido nesse local que este santo se tinha tornado mártir. Este "conforto religioso" legitimava de certa forma a presença portuguesa. É este um dos exemplos de poder social da moeda enquanto objecto distanciado da sua função financeira.

A tecnologia utilizada na produção monetária foi variando ao longo do tempo. Desde a formação de Portugal até 1678, a cunhagem era levada a cabo com recurso a martelo manual (Figura 2). Foi a partir deste ano, 1678, que chegou a Portugal a técnica de prensa manual, onde num sistema de balancés de parafusos o aparelho, através da força humana, ia definindo a moeda (Figura 3). Mais tarde, em 1835, com a tecnologia do vapor foi introduzida a prensa de rosca na Casa da Moeda em Lisboa, sendo esta uma das primeiras máquinas a vapor do país (Figura 4). Em 1866 a anterior máquina foi substituída pela poderosa prensa monetária em série de marca Ulhorn comprada em Inglaterra à firma Boulton and Watt, idêntica à da Royal Mint de Londres. Estas são antepassadas das que ainda hoje cunham o nosso dinheiro (Figura 5).

BIBLIOGRAFIA

FERRO TAVARES, Mª José P., (1978) – *Catálogo de moedas portuguesas do Gab. de Numismática da Biblio. Nac. de Lisboa*, Volume 1. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal.

GOMES, Alberto, (2006) – *Moedas Portuguesas e do Território que é hoje Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

JOHANNESSON, Kurt, (1998) – 'The portrait of the prince as a rhetorical gesture', in ELLENIUS, Allan (ed.) – *Iconography, propaganda and legitimacy*. Oxford: Oxford University Press.

LOPES FERNANDES, Manuel Bernardo, (1856) – *Memoria das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos até o anno de 1856*. Oxford: Oxford University.

NOGAMI, Otto, (2007) – *Economia*. Curitiba: IESDE BRASIL SA.

ÓNODY, Oliver, (1960) – *A inflação brasileira, 1820-1958*. Rio de Janeiro.

SALGADO, Jaime & SALGADO, Xavier, (2009) – *20 anos Numisma-Leilões 1989 – 2009*. Lisboa: Numisma Leilões.

TEIXEIRA DE ARAGÃO, A. C., (1875) – *Descripção Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* – Tomo I, II & III. Lisboa: Imprensa Nacional.

www.incm.pt/site/historia.html (Junho de 2013).

www.facm.pt/facm/facm/pt/servico-educacao/recursospedagogicos/Casa-da-Moeda-do-Porto (Junho de 2013).

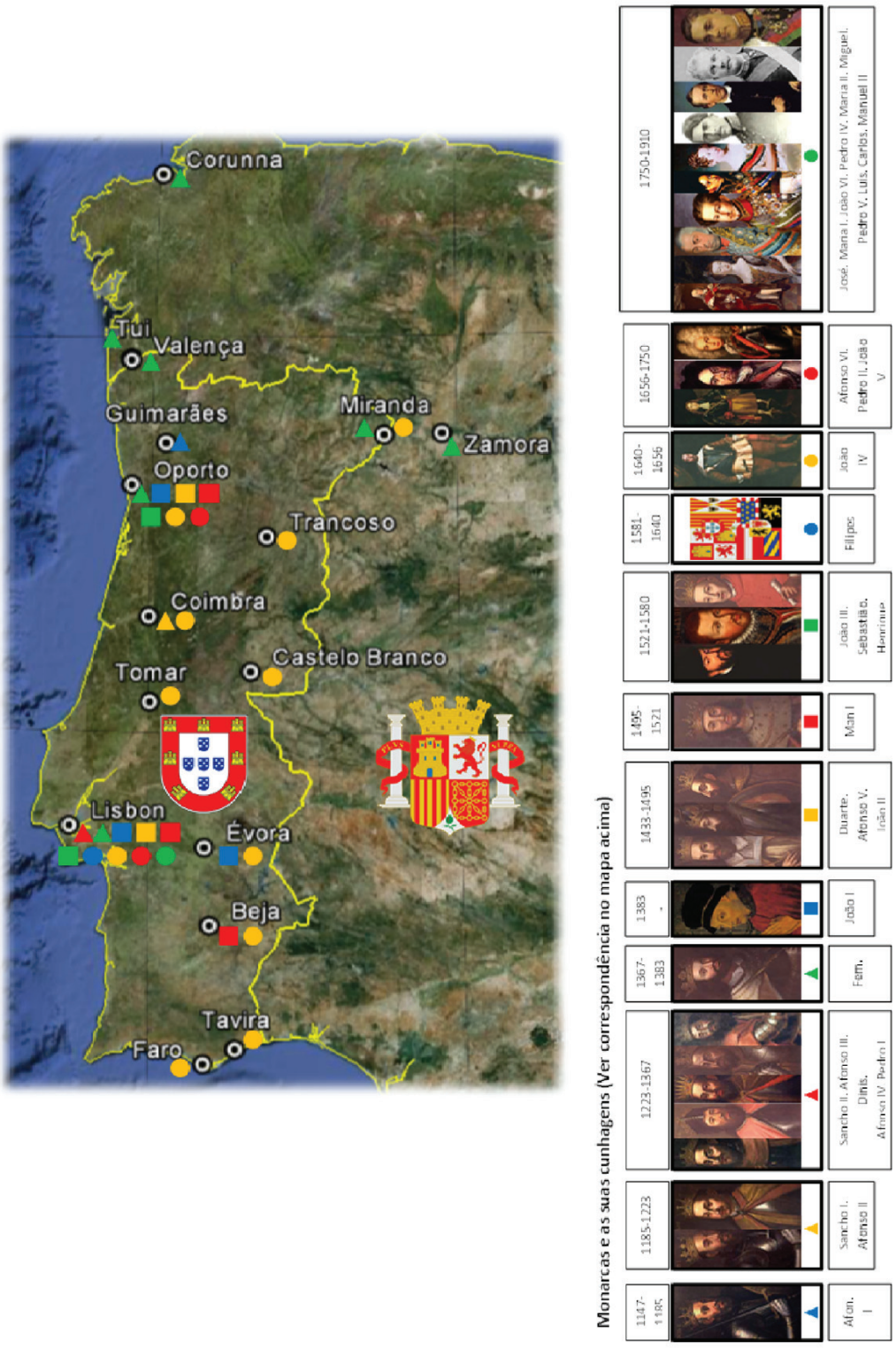
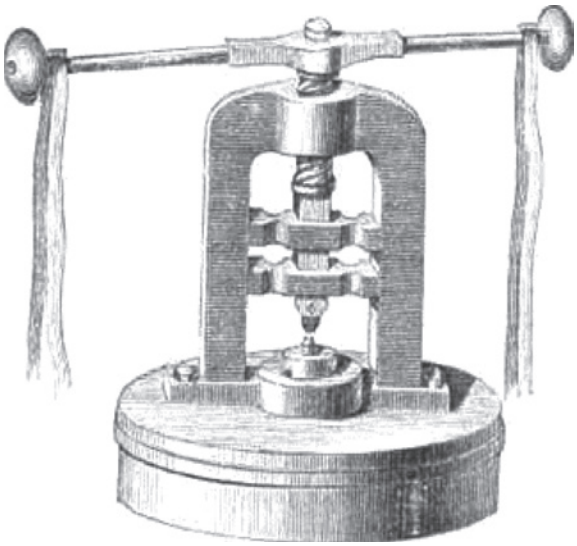
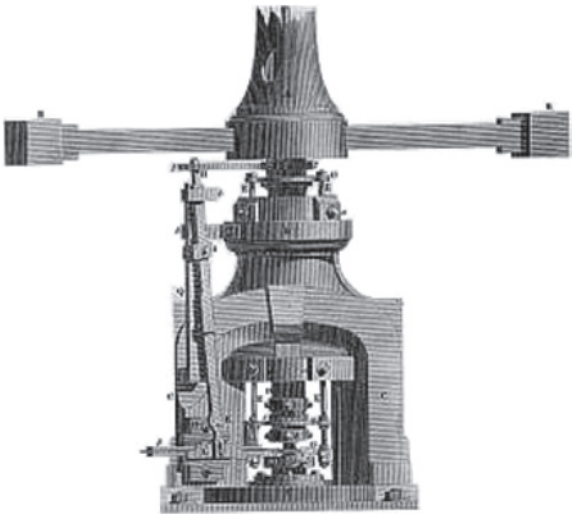
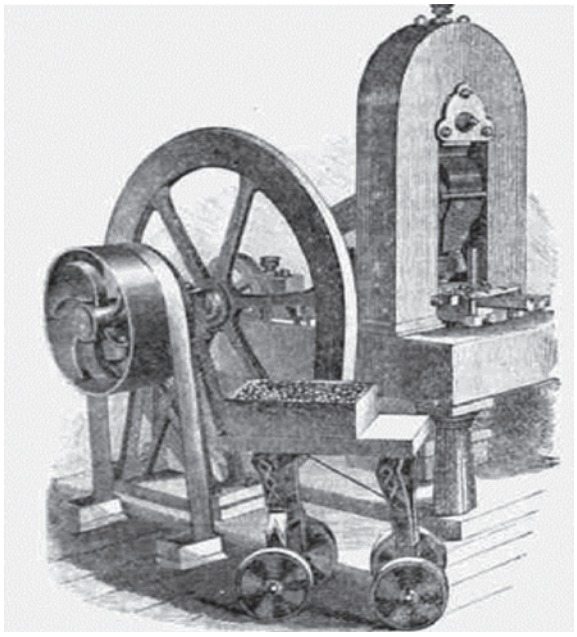


Figura 1 – Mapa de distribuição da produção monetária em Portugal segundo o soberano.







Figuras 2, 3, 4 e 5 – Tecnologia de cunhagem.

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DE MONSARAZ – OS RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO REVELIM DE SÃO JOÃO

Maria Margarida Ataíde Nunes / Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH – Universidade Nova de Lisboa / margarida.ataide@gmail.com

RESUMO

Apresenta-se o resultado do trabalho de sondagem e escavação arqueológica efectuado em 1996. Foram postas a descoberto estruturas arqueológicas habitacionais até então desconhecidas e identificou-se o sistema construtivo. Embora o muro que integra a fachada da hoje Ermida de São João Baptista (conhecida como Cuba) possa ter pertencido a construção anterior, o corpo que forma um cubo pertence, muito provavelmente, ao século XVI. Nesta data foram construídas no mundo rural alentejano ermidas análogas.

Este trabalho permitiu ainda a identificação de pinturas murais existentes nas estruturas arqueológicas escavadas e no interior daquela Ermida, já referidas por Túlio Espanca. Foi possível traçar a origem e evolução da «Cuba», de forma a contribuir para o conhecimento de mais uma peça fundamental da história de Monsaraz.

ABSTRACT

The results of the survey work and archaeological excavation, which were carried out in 1996, are presented. Archaeological housing structures that were unknown until then were discovered and the building system was identified. Although the wall that incorporates the façade of today's Chapel of St. John the Baptist (known as Cuba) may have belonged to a previous construction, the body that forms the cube belongs most probably to the sixteenth century. Similar hermitages were constructed in rural Alentejo in the same period.

This work also allowed the identification of existing wall paintings in the archaeological structures excavated and inside the Chapel, referred by TulioEspanca. It was possible to trace the origin and evolution of "Cuba" in order to contribute to the knowledge of another fundamental piece of the history of Monsaraz.

O Revelim de São João integra-se na estrutura fortificada seiscentista que envolve a vila medieval de Monsaraz (concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora) (Fig. 1). Situa-se em relação a esta a NNE, e sobreposto ao caminho que ligava a porta principal desta vila fronteiriça (através de caminhos calcetados) à Capela de Santa Catarina e às nascentes extramuros que abasteciam Monsaraz. As coordenadas de um ponto central deste arqueossítio são SW 659 644 (C.M.P., Monsaraz, esc.: 1:25.000, S.C.E., 1968) (Fig. 2).

As visitas ao local anteriores à intervenção permitiram verificar a existência de vestígios arqueológicos no interior do revelim, desconhecidos até então, constituídos por um fragmento de calçada de xisto disposto em cutelo, visível num dos três principais derrubes que a muralha exterior do Revelim de São João apresentava.

Os trabalhos de sondagem estrutural, de patologias e arqueológica (autorizados pelo IPPAR – Proc.º n.º 2.10.011 Loc 8, ofº. refª 713/96, de 23.05.1996), incluindo a Ermida de São João Baptista e o Revelim de São João, foram coordenados pelo Professor Doutor Arquitecto João Rosado Correia e dirigidos pela autora.

A Ermida de São João Baptista, conhecida como «Cuba Árabe», situada na vila medieval de Monsaraz, foi referida por José Pires Gonçalves (1961, p. 74-75) como uma «*antiga capela muçulmana purificada pelos cristãos da reconquista e depois adaptada ao*

culto da religião pregada por Jesus», e considerada de tradição templária. A passagem pela Capela era obrigatória para aqueles que chegavam a Monsaraz pelo lado nascente, seguindo os caminhos ainda hoje visíveis, construídos em calçada tradicional de xisto em cutelo, e que se dirigiam de Santa Catarina para Monsaraz, passando por São Lázaro.

A ermida original está documentada desde 1320, tendo chegado a ser considerada «Igreja Matriz» quando da visitação eclesiástica de 1534 (Gonçalves, 1961, p. 75). Foi objecto de intervenção em 1622, com a aposição de pinturas a fresco ao edifício já existente. Túlio Espanca (1978, pp. 377-378) menciona-a igualmente, identificando-a como tendo curado próprio até 1524; a investigação documental e histórica a que procedeu atesta a destruição do primitivo templete de São João no séc. XVI devido à peste de 1569. As Memórias Paroquiais de 1758 (Gonçalves, 1961, p. 81; Espanca, 1978, p. 378), coligidas pelo padre António José Guião, prior da Igreja Matriz de Santa Maria da Lagoa, em Monsaraz, avançam a informação relativa ao arrasamento daquele edifício devido à peste. A transferência da mesma afirmação para a igreja matriz (Santa Maria da Lagoa) que, de facto, se reergueu de raiz a partir de 1560, pode ser considerada improvável. Túlio Espanca refere a «*[…] vasta necrópole rupestre admissivelmente de origens pré-romanas, que se prolongava pelo arrabalde de S. Bartolomeu […]*» e sobre a qual aquele monumento se situaria; contradiz ainda José Pires Gonçalves no tocante às origens islâmicas medievais da Cuba, referindo a existência de exemplos de outras construções cristãs do século XVI. Segundo o autor, o presente templete teria substituído o medieval, de estilo gótico, no final do reinado do cardeal D. Henrique (1575-78) (Espanca, 1978, pp. 377-378).

1. O PAVIMENTO EXTERIOR E A ZONA DO TERRAPLENO DAS MURALHAS (AS ESTRUTURAS MEDIEVAIS)

1.1. As estruturas medievais

As estruturas descobertas durante a sondagem arqueológica no terrapleno do revelim de São João certamente continuariam sob o Revelim da Alcoba (no sentido ascendente), o Revelim de São José e o Arrabalde, e encontravam-se anexas à Ermida de São João Baptista. Foi identificada uma calçada medieval, em xisto aplicado de cutelo. As estruturas mencionadas vêm atestar a antiguidade da ocupação urbana em Monsaraz; esta não se limitava ao espaço intramuros de Monsaraz, antes se estendia pela encosta em que aquela Ermida se implanta. A ocupação urbana organizava-se, assim, nos mesmos moldes reticulados que constituem o espaço intramuros daquela vila medieval.

Consideramos, por isso, ser absolutamente admissível que as estruturas encontradas no interior do revelim correspondam a dois tipos de ocupação: um (o mais antigo, datável através dos numismas dos séc. XIII-XIV) (Fig. 3), com um carácter mais rústico e aparelho construtivo menos cuidado, que terá sido aproveitado como zona de serviços ou armazenamento durante o período de ocupação da construção que lhe está anexa. Esta, de carácter civil, distingue-se das restantes construções existentes em Monsaraz – de tradição rural e um único piso – podendo atribuir-se a um proprietário de maiores capacidades económicas. É imputável, através dos numismas encontrados, aos séc. XIV a XVI. Está separada do pavimento exterior por um espaço murado, ao qual se acedia por um portão de grandes dimensões.

Os compartimentos 1 a 5 fazem parte desse edifício posterior (Fig. 4), facilmente detectável, sobretudo no que diz respeito à forma (e respectivas proporções, que aparentam ter sido projectadas por algum arquitecto militar ou mestre-de-obras de fortificações, pela erudição que não se encontra em construções rurais ou urbanas encontradas em Monsaraz) e à disposição em que se encontramos compartimentos.

Pelos dados provenientes da escavação arqueológica efectuada em 1996 (existência de degraus que conduziriam a um piso superior, a entrada lateral, a janela que apresenta no exterior um tanque, assim como a calçada exterior mostrando um degrau calcetado e bem definido que conduz à entrada no compartimento principal) é possível afirmar que esta construção se enquadra numa tipologia que não tem muitos paralelos em Monsaraz, a saber, a de uma casa – possivelmente sobradada – com dois pisos, zona de serviços (cozinhas, cavalariças e zona de armazenamento) e capela privada envolvida por um pátio exterior vedado (Fig. 5).

A capela privada, correspondente ao compartimento 1 das estruturas encontradas no interior do Revelim de São João, mostrava ainda na parede persistente (orientada a NNE-SSW) três camadas de estuque pintado: uma inicial, em cal branca; a segunda com pinturas a ocre, que parecem datar

do séc. XIV (D. João I), e de que restava um rodapé pintado a vermelhão; finalmente, a última camada, presumível do final do séc. XVI, assemelha-se às pinturas existentes no interior da «Cuba», datadas de 1622 (Serrão, 2008). Os fragmentos de estuque provenientes da destruição deste compartimento preenchiam a totalidade do mesmo, misturando-se com tijolos argamassados, e encontravam-se espalhados pelo pavimento do átrio referido (Fig. 6).

Em época não determinada, mas que poderá atribuir-se ao séc. XVI, esta estrutura habitacional terá sido reutilizada (dadas as suas proporções arquitectónicas e dimensões pouco comuns, assim como a existência de capela privada, a que já aludimos), como edifício religioso. Para tal facto concorre a descoberta no compartimento 2, lateralmente à entrada, de uma janela, de cuja soleira, que media de vão 0,70 m de largura (extremidades laterais), saem duas tubagens, interrompidas, no seu término, pelo reforço posterior da estrutura exterior; essas condutas levariam provavelmente a água a um pequeno tanque existente no átrio a uma cota inferior e que poderia posteriormente ter conduzido a água sacralizada de uma pia baptismal no lado interior da sala (capela), num segundo período de ocupação.

Foi já anteriormente referido que se atribui a existência e destruição de um antigo templete de São João (causada pela peste de 1569) ao local ocupado pela Igreja Matriz de Monsaraz (Santa Maria da Lagoa). Refere-se ainda, documentalmente, que durante a construção da mesma Igreja Matriz, em inícios do séc. XVI, o título teria sido temporariamente atribuído a esse templete pela Visitação Eclesiástica de 1534 (Gonçalves, 1961, pp. 74-75).

Importa salientar que, se atendermos à designação da capela (São João Baptista) os rituais do baptismo reproduziam os descritos na liturgia: aquela figura bíblica baptizava os convertidos à fé cristã no rio Jordão, dando origem a que, primitivamente, esse acto ritual se realizasse no exterior dos templos.

Parece-nos que as dimensões dos muros ainda hoje visíveis no compartimento 2, embora inicialmente tenham correspondido a um espaço habitacional, associadas às dimensões das soleiras e a qualidade que apresentam; a janela e, sobretudo, o tanque exterior que poderia ter sido reutilizado como baptistério; a presença de vestígios de combustão ritual (provavelmente velas queimadas) nos degraus à entrada desta sala; a existência de numerosos fragmentos de pintura mural, a «falso fresco», descobertos nos materiais resultantes das demolições que constituíam o enchimento do compartimento 1 (com semelhanças estéticas e estilísticas, e em termos de tratamento espacial, com as pinturas murais visíveis na actual Ermida de São João Baptista); e, finalmente, a disposição das duas salas contíguas (compartimentos 3 e 4), como se fossem capelas colaterais (funerárias ou mortuárias), nos levam à conclusão que os elementos acima mencionados comprovam a possibilidade de atribuição deste título ao espaço estrutural recém-descoberto.

Do mesmo modo, concorrem para a mesma conclusão a disposição da escada, conduzindo a um primeiro piso: este poderia ter sido utilizado em edifício habitacional como acesso a uma varanda pelo exterior (Fig. 7). A escada, em L, desemboca num átrio calcetado, com uma organização espacial diferente da calçada exterior, e apresenta, no canto formado pelo ângulo do L, um montículo de cal viva, sem dúvida com funções de desinfecção (hábito ancestral nas casas alentejanas, sobretudo em épocas de epidemia), se tivermos em conta que o período de ocupação plena desta estrutura é o da peste de 1569 (segunda metade do séc. XVI). Como edifício cultual, posterior – como já mencionámos supra – poderia ter mantido a mesma função, ou ter possibilitado o acesso a um coro alto improvisado.

Os sinais de combustão no interior dos compartimentos 3 e 4 e a caiação do pavimento do compartimento 2, bem como os montículos de cal viva visíveis nos cantos desta sala e da escada em L que referimos anteriormente, vêm demonstrar que foi este, num segundo momento, o primitivo templete de São João, demolido devido à falta de controlo provocada pela epidemia de peste de 1569: os frescos do compartimento 1 datam de finais do séc. XVI; este espaço teria funcionado não só como espaço mortuário, mas provavelmente também como local de depósito de moribundos e infectados com a terrível epidemia, levando à necessidade de desinfecção e desinfestação através do uso de fogo e cal viva.

Um outro factor que comprova esta destruição extremamente rápida é a presença das soleiras, ombreiras e padieiras das portas, todas ainda no interior das respectivas salas e em muito bom estado de conservação, embora fragmentadas. Só a ameaça de contaminação poderia afastar os habitantes de uma fonte de materiais construtivos recentes e em bom estado, aplicáveis em qualquer edifício novo ou em construção na época.

Por outro lado, a existência à época de uma população de c. 2 000 habitantes é incompatível com um espaço de dimensões tão reduzidas como as existentes na actual Ermida de São João Baptista, e esta nunca poderia ter funcionado como igreja matriz. A demolição do antigo templete levou à rápida necessidade de construção de um outro templo no mesmo local, para que o orago não se perdesse, tendo sido aproveitado o portal ou muro de separação do espaço funerário anexo, ao qual foram adossados os paramentos que constituem hoje a ermida. Este novo edifício religioso foi então alindado e decorado – o bom estado dos frescos vem demonstrar que as pinturas murais não teriam estado muito tempo sujeitas aos elementos ou à acção do tempo.

Os compartimentos 6 a 10 poderiam ter correspondido num primeiro momento a uma construção mais antiga (facto facilmente comprovável pelas cronologias fornecidas pelos numismas aí encontrados, dos reinados de D. Afonso III, D. Dinis e D. João I), que estava separada daqueles compartimentos por uma parede contínua, de dimensões mais grosseiras, interceptada de ambos os lados pelos reparos exterior e interior do Revelim.

A construção constituída pelos compartimentos a que aludimos supra é atribuível a um possível albergue para almocreves (a sua localização às portas da vila, na zona extramuros, de uma área que parece ter servido como área de serviços ou de armazenamento, e de arcos divididos por pelo menos uma coluna quadrangular assim o demonstram), muito corrente no período medieval (recordamos a descoberta de numismas correspondentes principalmente a reinados que vão dos séc. XII a XVI). Num segundo momento, quando da construção do edifício constituído pelos compartimentos 1 a 5 (incluindo capela privada, um compartimento de grandes dimensões – sala –, possibilitando o acesso a duas salas contíguas, assim como a existência de uma cavalariça e de um espaço exterior vedado, em época posterior), esta zona teria sido utilizada como zona de armazenamento ou anexos.

O pavimento exterior, cuja autorização fora solicitada a D. Afonso V, é semelhante quer no interior do pátio vedado quer na calçada exterior às estruturas arquitectónicas encontradas no decurso da escavação arqueológica de 1996, construída em xisto colocado de cutelo e com guias de condução de águas pluviais, que teria tido ligação à calçada medieval (de que ainda existem vestígios) que conduz às Ermidas de São Lázaro – a leprosaria medieval – e de Santa Catarina.

1.2. O espólio

O espólio estudado poderá servir de baliza cronológica às estruturas arquitectónicas encontradas. Na sua maioria constituído por peças cuja atribuição cronológica parece pertencer aos séc. XV, XVI e XVII, de uso doméstico e sem características especiais (a cerâmica comum encontrada nos compartimentos 8 e 10 reveste-se de carácter rústico) têm sem dúvida um limite cronológico: a construção das muralhas entre 1640 e 1646, selando o resultado das demolições utilizadas como terrapleno do Revelim de São João.

De facto, o conjunto do espólio cerâmico exumado é quase exclusivamente constituído por produções comuns, de origem local ou regional (relembramos a existência na envolvente de várias olarias, assim como do grande centro oleiro que sempre foi a Aldeia do Mato, designação medieval da actual São Pedro do Corval), com especial destaque para as peças de ir ao lume – panelas e frigideiras – que constituem uma percentagem elevada (um total de 22,62% dos artefactos recuperados), compatível com a gastronomia ainda hoje existente na região (ensopados e açordas tão característicos do Alentejo). À categoria da louça de cozinha pertencem igualmente os alguidares, as tigelas e as infusas ou cântaros.

As restantes categorias – louça de mesa e louça de armazenamento – estão também representadas através das taças e dos pratos (Fig. 8), no primeiro caso, e das bilhas e potes, no segundo. Do mesmo local provêm ainda fragmentos de talhas. Registamos aqui a sua existência, não contabilizada em termos de percentagem. Quanto à lamparina encontrada, era normalmente utilizada em diversas zonas habitacionais, não nos permitindo afirmar, apenas pela sua presença, que estaria relacionada com uma área específica da habitação posta a descoberto no Revelim de São João.

As únicas excepções encontradas fora do âmbito da cerâmica comum são os fragmentos, pouco expressivos, de faiança portuguesa. Embora as formas que descrevemos como taças sejam semelhantes a peças descritas por Mário e Rosa Varela Gomes (Gomes & Gomes, 1996, p. 158, 159, Fig. 14) como sendo datáveis dos séc. XV, XVI e XVII, o seu acabamento não é totalmente idêntico. De facto, tais peças, provenientes do poço-cisterna de Silves e denominadas

malagueiras, apresentam acabamento a esmalte, com estanho, de cor branca.

2. A ERMIDA DE S. JOÃO BAPTISTA

Se, por um lado, é apenas possível especular sobre a forma e tipologia real de uma habitação cujos restos foram encontrados nas escavações arqueológicas, sem que contudo saibamos, com certeza, se o restante aparelho construtivo que não sobreviveu ao período de construção das muralhas (Restauração da Monarquia no séc. XVII) seria efectivamente aquele que pensamos ter sido utilizado, não temos dúvidas que a ermida que lhe está próxima tem o seu período de construção bem datado.

De facto, a Ermida de São João Baptista é contemporânea de outros imóveis de carácter cultual do Alto Alentejo, do Baixo Alentejo, assim como de outros dos distritos de Coimbra e do Algarve (Alvor). Tais imóveis, dentro de uma política defendida pelo cardeal D. Henrique (Serrão, 2008), povoaram quase todo o território, segundo um modelo de planta centralizada, em alguns casos alterado em épocas posteriores com o adossamento e prolongamento do espaço ocupado, recorrendo a técnicas e materiais construtivos diferenciados.

No tocante à Ermida que nos ocupa, podemos concluir os seguintes aspectos: 1) só os cunhais NNE e ESE mostram aparelho de construção misto de xisto e granito trabalhado como reuso; 2) a irregularidade da tijoleira do arco abatido sobre a padieira de xisto leva a considerar que estamos em presença de um vão aberto em parede já existente, no alçado SO; 3) o arco de volta inteira interior encostado à parede SO (acesso principal) confirma que, não merecendo confiança a parede existente, foi construído um arcobotante com nascimento nas paredes de elevação NO e SE, sendo inteiramente visível o encosto deste arco à parede do acesso principal; 4) a parede fronteira SO é anterior à construção da ermida; 5) as pedras de granito aparelhadas (aparelho medieval de reuso) nos cunhais NNE e ESE foram aplicadas como reforço dos mesmos. A sua não aplicação nos cunhais NNO e SSO confirma a existência da parede SO (época anterior) com prolongamento para Oeste e para Sul, conforme se verifica no local; 6) o nicho interior e a sua base em xisto são de introdução posterior; 7) o nicho das galhetas e a pia introduzida, bem como o altar, são de construção adossada (correspondendo ao início de seiscentos em que a capela foi orago e começou a substituir a demolida em 1569). Não é referida a entidade; 8) as paredes de elevação NO, NE e SE apresentam aparelho da mesma época; 9) a parede SO apresenta aparelho de época anterior; e, finalmente, 10) verifica-se o encastramento dos paramentos verticais no plano de acesso principal (original). O paramento NO encosta e o paramento SE encastra.

O edifício conhecido como «Cuba Árabe» (Ermida de São João Baptista) foi construído em época posterior à que lhe é geralmente atribuída, ou seja, ao período histórico de ocupação muçulmana de Monsaraz. Para esta conclusão contribuem as análises do aparelho e do sistema construtivos utilizados. Quase todo o edifício é do mesmo período de construção, exceptuando o alçado SO (alçado principal), ao qual os restantes paramentos estão adossados ou mesmo encastrados. Este facto não invalida, antes comprova, a existência de uma outra estrutura prévia, provavelmente o portal ou a fachada de um perímetro funerário. Por outro lado, a diferença de orientação do alçado principal pode estar intimamente relacionada com essa pré-existência. A utilização de peças reaproveitadas de outras construções de carácter românico atesta-o igualmente.

As alterações sofridas durante as campanhas de restauro da DGMN terão de ser tidas em conta, principalmente no que diz respeito à cobertura primitiva da ermida, originalmente de telha, como ainda hoje é visível em outros templos existentes dentro do perímetro fortificado de Monsaraz (Igrejas da Misericórdia, de Santiago e de Santa Maria da Lagoa), encimados por um pináculo que terá tido não apenas fins religiosos mas igualmente práticos, funcionando simultaneamente como respiradouro. No caso em estudo, tal não teria existido, uma vez que o espaço que se apresentaria vazio se encontra ocupado com a figura do Precursor.

No que concerne às pinturas murais, foi possível, após a intervenção, identificar tanto as figuras iconográficas como o nome do próprio autor (monograma na cartela, em duplicado, de um lado e outro da data de finalização da decoração interior do templo (Fig. 9) (Espanca, 1978, pp. 377-378; Serrão, 2008, p. 11). Foi identificado como José de Escobar, artista da escola de Évora, que fazia parceria com seu irmão, Pedro de Escobar, este igualmente autor das pinturas murais da Ermida de São Bento (em 1629, data posterior ao falecimento de José de Escobar, constituindo, assim, um trabalho atribuível aos

seus discípulos). A qualidade estética de ambos os trabalhos, e as semelhanças visíveis na composição dos quadros e representação das figuras e nos pigmentos utilizados levam a essa primeira conclusão. Deste modo, é possível identificar a Ermida de São João Baptista como sendo uma construção de finais do séc. XVI e inícios do séc. XVII, em substituição de um outro edifício destruído por uma razão que estaria ainda hoje por descobrir, não fossem as sondagens arqueológicas efectuadas.

3. O ADRO DA ERMIDA E AS NECRÓPOLES

A análise efectuada ao espaço envolvente da Ermida leva-nos à conclusão de que existem várias fases de ocupação funerária de um mesmo espaço, a saber:

– O núcleo de 9 sepulturas existente na zona lateral da ermida, com orientação distinta de todas as outras sepulturas visíveis, poderia corresponder a um primeiro momento de ocupação, este sim islâmico. As características funerárias e a cultura religiosa que os sepultados professariam (Torres & Macias, 1996, pp. 32-35) não são identificáveis, devido ao estado de degradação do substrato rochoso e consequente desagregação do xisto e ainda na ausência de intervenção arqueológica que as comprove;

– A sepultura existente junto ao alçado SE da ermida seria provavelmente de feição templária: a atestá-lo, a estela discóide que apresenta a cruz dos Templários (Fig. 10);

– As sepulturas visíveis sob a calçada afonsina descoberta no terrapleno do Revelim apresentam uma orientação e uma forma compatíveis com as estruturas encontradas, mas mostram diferenças apreciáveis de qualquer um dos outros núcleos. São de feitura medieval, sem dúvida contemporâneas das estruturas, que remontam aos reinados de D. Afonso III, D. Dinis e D. João I, com predominância deste último;

– Por fim, as sepulturas existentes no espaço fronteiro da ermida, orientadas segundo a direcção que o alçado principal apresenta, pertencem certamente ao período de abandono/destruição das estruturas, enquanto esse espaço era utilizado como local funerário, ainda antes do início do uso da ermida como espaço sacralizado e religioso. Isto é, correspondem a meados do séc. XV: estão sob a calçada afonsina, que se encontra interrompida pelo reparo interior do revelim.

De qualquer forma, é de simples dedução que tanto o pavimento fronteiro à Ermida de São João Baptista como o que se encontra sob o terrapleno, emergindo do contraforte, confirmam a sua pré-existência em relação ao período cronológico da Restauração.

Pensamos ter sido possível, com o presente trabalho, traçar a origem e evolução da «Cuba», de forma a contribuir para o conhecimento de mais uma peça fundamental da história de Monsaraz.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – História da Arte em Portugal. O Românico, vol. III, Lisboa: Publicações Alfa.

GONÇALVES, José Pires (1961) – Monsaraz e seu Termo (Ensaio Monográfico). *Boletim da Junta Distrital de Évora*, nº 2.

ESPANCA, Túlio (1978) – Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora, vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

GOMES, Mário Varela (1992) – Necrópole de S. Bartolomeu. Relatório da Campanha de Escavações de 1992, relatório enviado ao IPPAR, Lisboa.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. In *Silves nos Descobrimentos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia e Câmara Municipal de Silves (Xelb; 3), pp. 143-205.

SERRÃO, Vítor (2008) – As Pinturas Murais da Capela de São João Baptista em Monsaraz (1622). Programa Artístico e Iconológico e Fixação de Autoria. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Serviços Cartográficos do Exército Português (1968) – Carta Militar de Portugal (Monsaraz: n.º 474), Edição 2, Lisboa.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996) – Rituais Funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mérida. In Mattoso, José, dir. – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa.

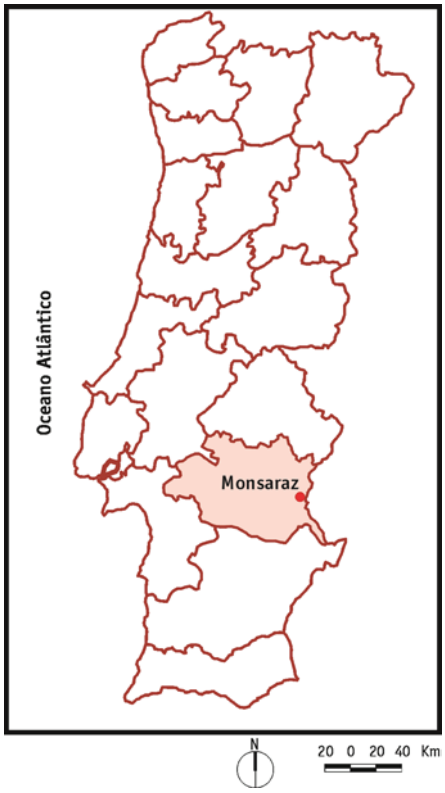


Figura 1 – Mapa de Portugal mostrando a localização de Monsaraz (extraído de http://www.geocid.pt; http://www.geosapo.pt).

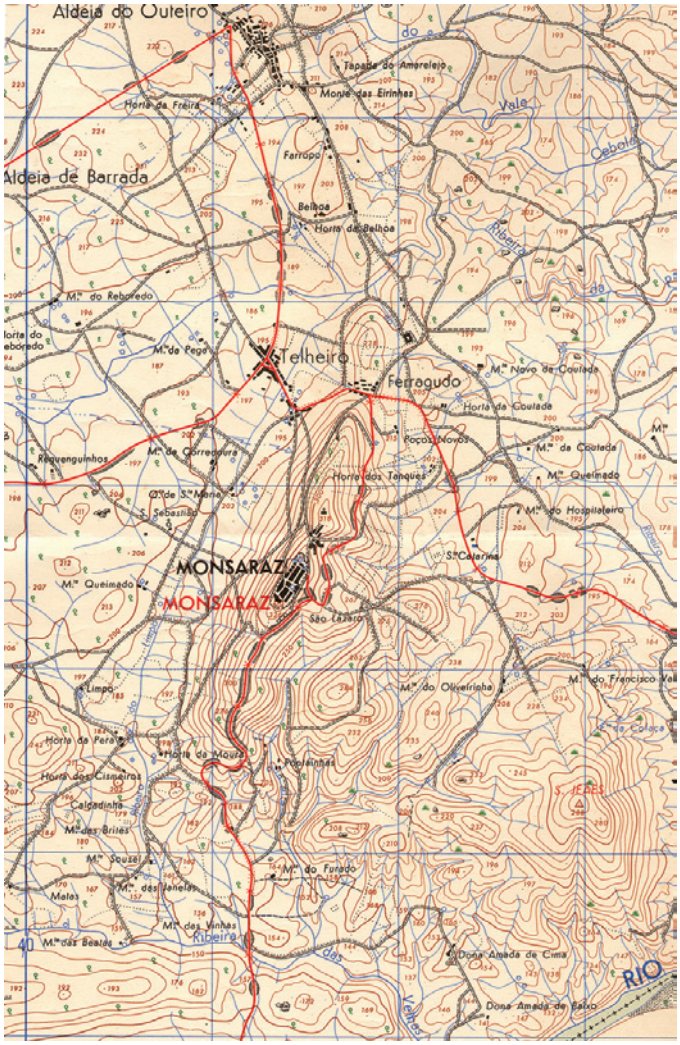


Figura 2 – Monsaraz, Carta Militar de Portugal nº 474. Serviços Cartográficos do Exército, 1968.

Figura 3 – Real de 3 ½ libras, de bolhão (CA/RSJ/III-S1/Q96-1) – Cunhado no reinado de D. João I (1385-1433). Ana Machado.

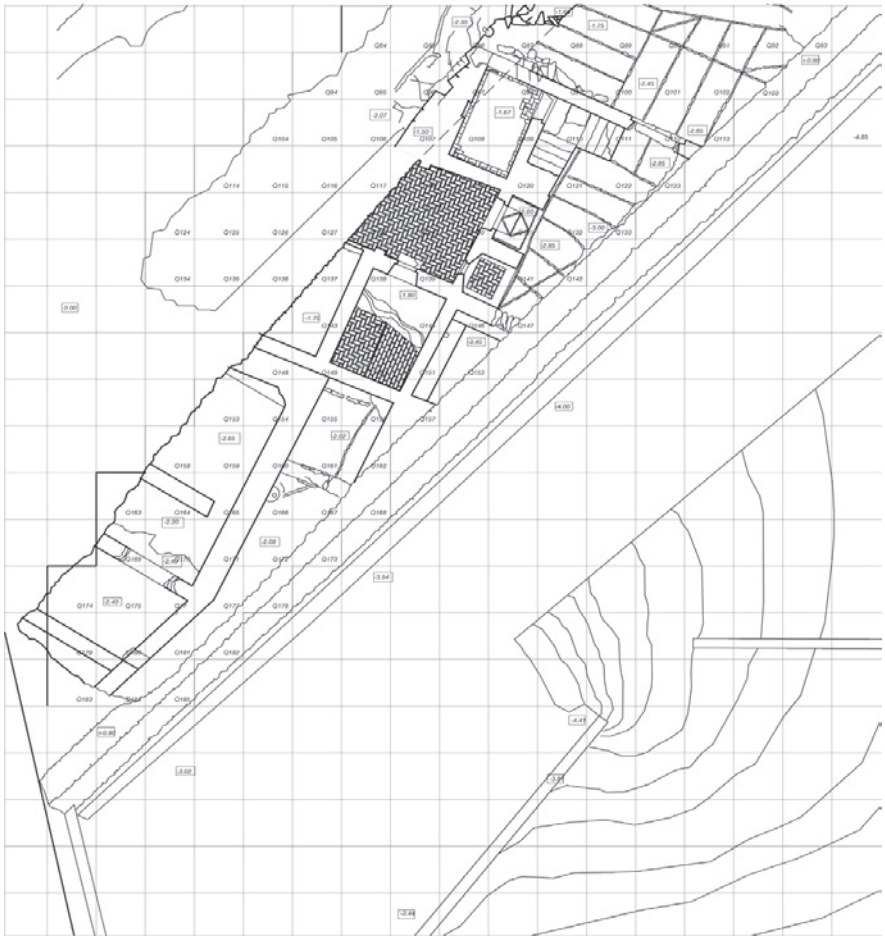


Figura 4 – Revelim de São João: estruturas arqueológicas encontradas e respectiva quadrícula. Margarida Ataíde.

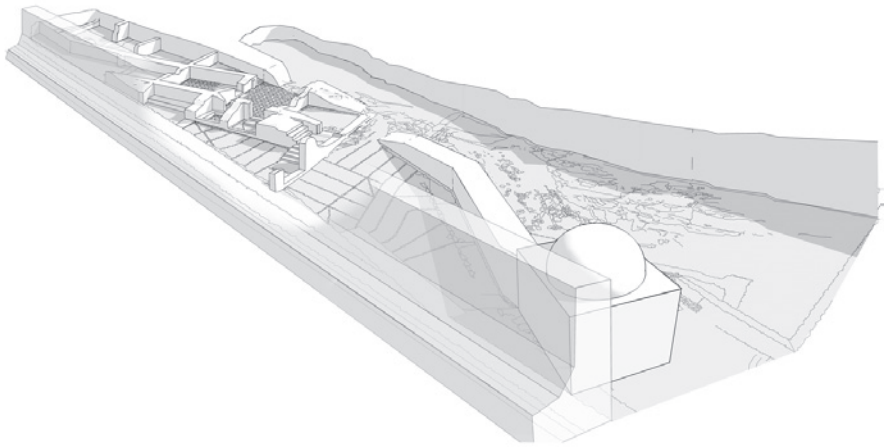


Figura 5 – Desenho perspectivado com ponto de fuga das estruturas encontradas no interior do Revelim de São João, Monsaraz, apresentando a muralha (transparente). © Margarida Ataíde e Luís Teixeira.

Figura 6 – Compartimento 1: fragmentos de estuque pintado a falso fresco. É visível a qualidade das representações iconográficas. Margarida Ataíde

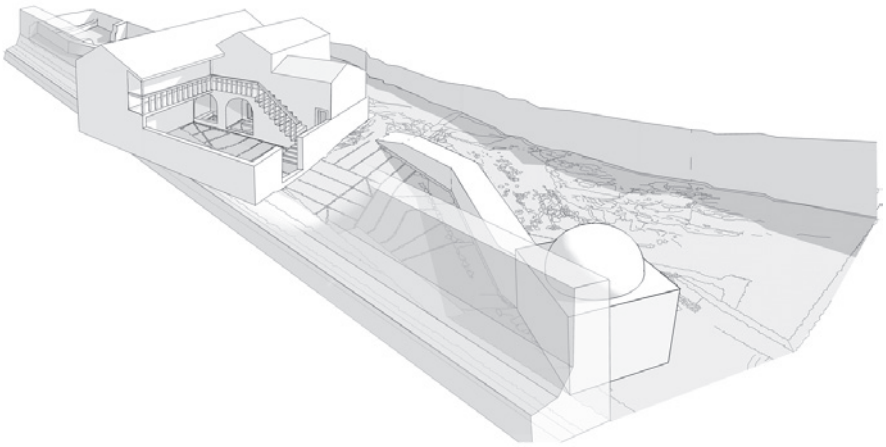


Figura 7 – Reconstituição das estruturas descobertas no interior do Revelim de São João, apresentando a muralha (transparente). © Margarida Ataíde e Luís Teixeira.

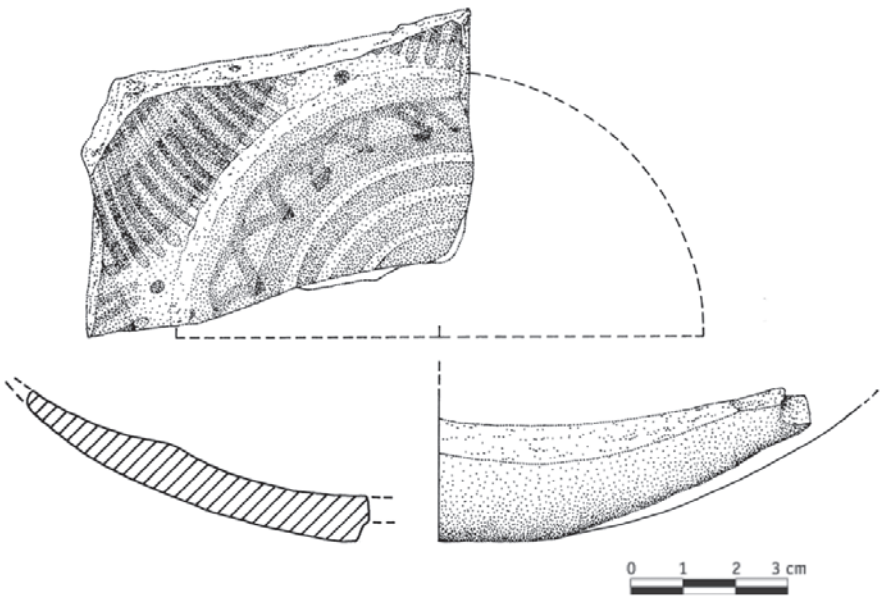


Figura 8 – Louça esmaltada – Prato (CA/RSJ/III-S8/83) – Fragmento correspondendo a porção do corpo e fundo. Ana Machado.

Figura 9 – Data de 1622 – Emoldurada, encontra-se por cima da fresta, e apresenta de ambos os lados, monograma do autor. Margarida Ataíde.

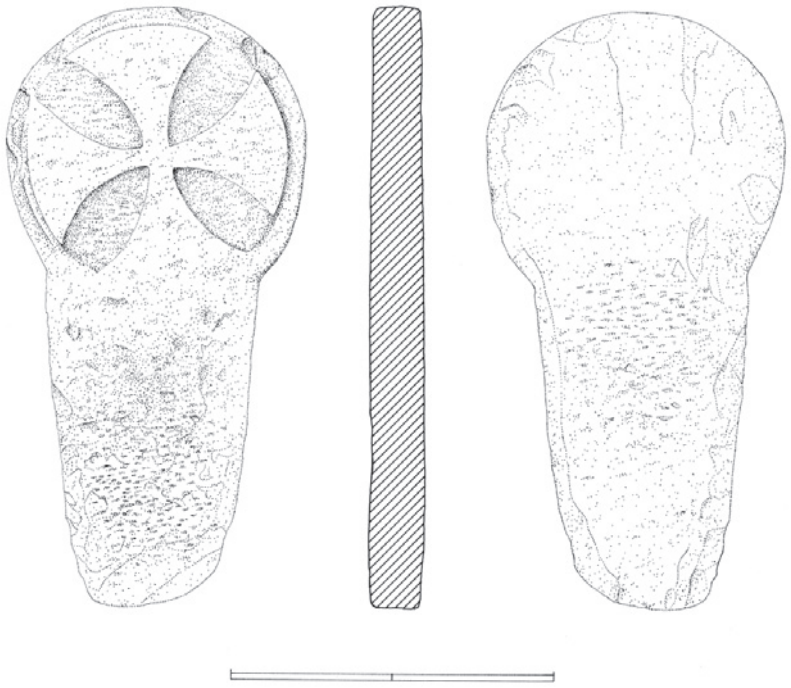


Figura 10 – Estela discóide (CA/RSJ/I/Q54-1) – Monumento talhado em calcário, de cor amarelada. O anverso mostra, na extremidade distal em falso relevo, uma cruz grega, com os lados dos braços e as extremidades curvilíneas, cortada em bisel e integrada em cartela gravada.O reverso exibe face lisa. Ambas as faces apresentam sinais de bojardagem, mostrando zonas fracturadas. Ana Machado.

7
Época Moderna e Contemporânea

EDIFÍCIO SEDE DO BANCO DE PORTUGAL EM LISBOA. UM PRIMEIRO BALANÇO DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Artur Jorge Ferreira Rocha / artur.j.rocha@gmail.com
Jessica Levy Reprezas / jessicareprezas@gmail.com
João Nuno Miguez / joao.miguez@gmail.com,
Joana Rosa Correia Inocêncio / Inocencio.joana@gmail.com

RESUMO

A recente reformulação do quarteirão pombalino ocupado pela Sede do Banco de Portugal em Lisboa, obra com implicações tanto no conjunto edificado como no subsolo, foi acompanhada por uma intervenção arqueológica de grande escala. A importante massa de dados nela recuperada permite caracterizar de forma mais concreta a evolução da Baixa lisboeta entre a época Romana Imperial e a actualidade. Nesta comunicação apresenta-se uma primeira e sintética leitura dos resultados, destacando-se: os níveis de praia/aluvião Romanos, Islâmicos e Medievais Cristãos; a muralha de D. Dinis, monumento nacional inédito até à data; os vestígios do Paço Real da Ribeira; a estacaria e restante construção pombalina; a necrópole da Igreja de São Julião, da primeira metade do século XIX.

ABSTRACT

The remodeling of the city block occupied by the Bank of Portugal headquarters in the city of Lisbon targeted the building itself as well as an extensive underground excavation. This project was accompanied by a large--scale archaeological intervention that took place between the years 2010 and 2012. The important mass of data compiled in this intervention allows a unique insight into the evolution of Lisbon's downtown, between the Roman Imperial era and present times. In this paper it is shown a first synthetic look at the results of the archaeological intervention, with special focus on: the Roman, Medieval, Islamic and Christian levels, the D. Dinis' Wall, a National Monument unpublished to date, the remains of the Royal Palace of Ribeira, the piling from the Marquês do Pombal's era as well as the remaining architechture from this period and the necropolis found at São Julião's Church, bellonging to the first half of the nineteenth century.

CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

A intervenção arqueológica realizada pela empresa Arqueohoje e dirigida por um dos signatários (Rocha, 2011) acompanhou a remodelação da Sede do Banco de Portugal entre os anos de 2010 e 2012, incidindo sobre todo o quarteirão delimitado pelo Largo de São Julião e pelas ruas de São Julião, do Ouro e do Comércio. O conjunto edificado pombalino subdivide-se em dois blocos distintos: a Este, os edifícios correntes, antigos prédios de rendimento entretanto aglomerados; a Oeste, a Igreja de São Julião, imóvel actualmente em fase de reconversão no Museu do Dinheiro. No processo de escavação observaram-se assimetrias consideráveis entre ambos os blocos, em função dos impactes diferenciais das obras de Engenharia e Arquitectura, sentidos com maior profundidade no subsolo dos edifícios correntes. Esta divisão teve o seu reflexo no tipo e volume de dados arqueológicos recolhidos, mais complexos e extensos no saguão dos edifícios correntes e nos "edifícios de sacrífício", denominação adoptada no contexto de obra para a parcela destes que foram alvos de demolição interna total e nos quais o subsolo foi mais afectado.

Conjugando os dados obtidos – cujos números são significativos, tendo-se contabilizado cerca de 130 000 fragmentos cerâmica e de 310 esqueletos *in situ*

e 30 ossários, para lá de um conjunto de várias dezenas de milhar de fragmentos de fauna – foi possível reconstruir uma parcela considerável do percurso histórico desta parte da cidade. Da vasta panóplia de testemunhos, distribuídos desde a época Romana Imperial até à actualidade, salientam-se: a descoberta dos níveis de praia romanos e islâmicos; da muralha de D. Dinis e da malha urbana tardo-medieval a ela associada onde se incluem as ruas da Judiaria Nova e do Morraz; as partes remanescentes do Paço Real da Ribeira e a Igreja Patriarcal de São Tomé; a necrópole da Igreja de São Julião.

ÉPOCA ROMANA E ISLÂMICA

Na área ocupada pelo Edifício Sede do Banco de Portugal, os primeiros vestígios de urbanização remontam à Idade Média, coincidindo com a significativa expansão então registada em Lisboa. Nesta fase a Oeste, a cidade ultrapassaria de forma definitiva o Esteiro da Baixa, até então obstáculo de monta ao seu crescimento e, mais a Sul, quer por depósitos naturais primeiro, quer por aterros de origem antrópica mais tarde, consolidou a sua malha urbana no espaço anteriormente ocupado pelo Rio Tejo.

No caso particular por nós estudado, as primeiras edificações assentaram sobre a plataforma deixada pelo assoreamento progressivo do leito do rio, do qual resultará a substituição da zona anteriormente submersa por um extenso areal, datável entre os séculos I e XIII d.C. Desta fase pré-urbana, identificaram-se alguns dos níveis de aluvião depositados pelo Tejo, distribuídos por vários horizontes sedimentares, com cerca de um metro de espessura cada, e dos quais os melhor caracterizados são os de época Romana Imperial e Islâmica. Estes níveis de areia, maioritariamente identificados nos "edifícios de sacrificio", embalavam um grande volume de materiais arqueológicos, mormente cerâmica e fauna, elementos a partir da análise dos quais se podem adiantar algumas reflexões quanto à natureza deste espaço e à dinâmica da zona envolvente.

De época romana, uma percentagem significativa do espólio corresponde a ânforas. Foram encontrados 2022 fragmentos inventariáveis, um conjunto de dimensão considerável. Destes foi possível identificar várias proveniências, com clara predominância das produções Lusitanas das zonas do Tejo/Sado, 1215 exemplares (60,1%), seguidos de exemplares do vale do Guadalquivir, com 210 fragmentos (10,4%), da baía Gaditana, 286 exemplares (14,1%) e, em menor quantidade, exemplares Itálicos, Africanos, Gauleses e do Mediterrâneo Oriental, onde se destacam a forma Agora M54. No que toca às tipologias dominantes, destacam-se os exemplares do tipo Dressel 14, 614 exemplares (30,4%), Dressel 20, 182 exemplares (9%), Almagro 51C, 177 exemplares (8,8%), Lusitana 3, 139 exemplares (6,9%) e outros tipos minoritários como o Almagro 50 ou Keay XVI. Tendo-se identificado doze grafitos, dois tituli picti e quatro marcas, surge com particular relevo um fragmento de asa de Dressel 20, cuja marca "SPERA" corresponde a "SPERATVS", com paralelos documentados bibliograficamente apenas na costa croata, em Split mais precisamente (Cambi, 1983, pp.373-377, fig. 18), e em França (Étienne e Mayet, 2004).

A elevada presença destes contentores denuncia uma intensa actividade mercantil, associada a um cais ou fundeadouro nas imediações abrigado dos ventos de Norte e Oeste pela encosta de São Francisco. Não se afasta a hipótese de alguns destes fragmentos cerâmicos corresponderem ao arrasto de peças provenientes de naufrágios.

Em conjunto com o material anfórico, foram identificadas ainda 1182 ocorrências de terra sigillata, onde cerca de 642 (54,3%) são relativos a produções claras. Por outro lado, dos 26 fragmentos atribuiveis a categoria de almofariz identificaram-se tipos de bordo arredondado, em martelo e de lábio reentrante, Dramont D1, e, com maior destaque, Dramont D2, cujos 8 exemplares representam cerca de 1 terço do total, número pouco habitual nos contextos ocidentais e meridionais da Península Ibérica. A análise das produções corrobora os dados apontados para as morfologias, sendo de destacar o peso relativo que as produções itálicas, do vale do Tibre, assumem em todo o conjunto. O equilíbrio entre estas e as produções lusitanas e béticas, é um dado igualmente de registo. Um dos exemplares do tipo Dramont D2 apresenta uma marca de oleiro, onde se pode ler "DIONYS(I?) DOM LVCIL(I?)", peça que discrimina o *officinator* – Dionysius – e a proprietária – Domitia Lucilla, a Menor, herdeira de uma das mais destacadas linhagens romanas dos séculos I e II d. C., os *Domitii*, e mãe do imperador Marco Aurélio (Rocha e Miguez, em preparação).

Nestes níveis observa-se ainda a escassez de cerâmica de construção, grupo onde surgem algumas *tesselae* descontextualizadas e escassas placas de

mármore, facto concomitante com a reduzida urbanização sugerida para o entorno.

Os materiais de época islâmica, por seu turno, apresentam características substancialmente diferentes, correspondendo a uma gama maioritariamente associável aos consumos domésticos e produções oleiras locais, mormente o conjunto de cerâmica comum, com relevo para os testos, onde abundam as marcas de fogo. Encontramos ainda: a cerâmica pintada a branco, maioritariamente decorada com bandas rectilíneas paralelas, 2084 exemplares correspondentes a 98,7% do total; e em número ligeiramente menor a cerâmica vidrada, integrando-se neste período a maior parte dos 1479 exemplares identificados no total da escavação. Referência ainda para uma talha decorada cuja cronologia aponta para o séculos XII – XIII.

Apesar da abundância de evidências materiais e do seu implícito carácter doméstico, a urbanização observada efectivamente mais a Norte (Bugalhão: 2001; 2008) não se terá aqui concretizado. Pese embora a deposição sucessiva de sedimentos aluvionares tenha criado uma praia com cotas progressivamente mais altas, toda esta zona estaria ainda no raio de acção das flutuações do Tejo, o que inviabilizaria qualquer tipo de construção perene. A origem dos fragmentos cerâmicos e da abundante fauna, para aqui plausivelmente transportadas pelas águas do Esteiro e do rio Tejo, deverá ser encontrada precisamente nas habitações e oficinas a montante, áreas que se encontram bem documentadas (Bugalhão *et al*., 2008).

SÉCULOS XIII A XVIII

A paisagem e paradigma de utilização desta área será profundamente alterada, já após a reconquista, mais precisamente no final do século XIII, data em que a construção da Muralha de D. Dinis, uma longa cortina paralela à margem do Tejo se torna o episódio fundamental, não só separando a cidade em expansão do rio como, pela sua envergadura condicionando toda a construção envolvente até 1755.

Em 2010, e pela primeira vez numa escavação arqueológica, foi identificado um troço desta estrutura (Rocha, n.p), que, enquadrada nas cercas de Lisboa, se encontra classificada como Monumento Nacional. A muralha era composta por dois segmentos, um com cerca de 40 metros identificado sob o saguão e nos "edifícios de sacrifício", e outro com cerca de 2 metros sob o deambulatório da Igreja de São Julião. Ambos tinham a mesma espessura – cerca de 1,6 metros no corpo superior e um máximo de 2,7 metros na sapata. Originalmente tratar-se-ia de um único troço, ininterrupto e sem zonas de passagem, sendo a sua separação actual nestes dois segmentos devida à destruição ocorrida aquando da colocação das fundações da Igreja de São Julião.

Durante a primeira fase de vida desta muralha, nos séculos XIV e XV, a urbanização da área envolvente, já iniciada com a construção das Tercenas a Sul, contemplaria a construção a Norte da Judiaria Nova. Deste bairro, para o qual alguns Judeus se mudariam na primeira metade do século XIV, foi possível identificar o traçado das duas ruas que o delimitavam, a da Judiaria Nova e a de Morraz, bem como as subdivisões internas dos prédios entre ambas. A planta entretanto obtida na escavação arqueológica corrobora as hipóteses avançadas por Vieira da Silva (Silva, 1987) a partir da documentação da época, acerto que reforça o incontornável papel deste autor no estudo da Muralha de D. Dinis e do espaço adjacente.

A Sul, a obliteração de quase toda a informação arqueológica no século XX impediu a confirmação das estruturas das Tercenas, instalações ligadas à actividade naval, também elas documentadas historicamente, e sobre as quais se mantêm algumas dúvidas sobre a fisionomia e relação com a Muralha de D. Dinis.

Entre os inícios do séc. XVI e até ao terramoto de 1755, será registada uma outra versão urbana deste espaço com a construção do Paço Real da Ribeira, episódio que marca a mudança definitiva do centro de poder do alto do Castelo para a Baixa. Sob os edifícios correntes foram identificados vários pavimentos e paredes associadas à face Sul da Muralha de D. Dinis, entretanto absorvida por este novo complexo palatino, passando a integrar o seu tardoz a Norte.

Ainda na fase pré-terramoto, e imediatamente sob a actual Igreja de São julião levantou-se uma parte considerável da Igreja Patriarcal de São Tomé, associada ao Paço Real. Desta foram identificadas várias paredes e alguns pavimentos, nomedamente em tijoleira. Desta época, o espólio arqueológico, exumado maioritariamente na área do saguão e na sondagem 30, integra vários elementos de cerâmica comum, de faiança, e de porcelana.

PERÍODO POMBALINO

O período pombalino ocupa, no âmbito dos trabalhos no Banco de Portugal, natural lugar de destaque. Após o grande cataclismo de 1755, esse "civilisador à bruta" como justamente referiu Julio Castillo (Castillo, 1893), assistir-se-á a uma mudança radical na fisionomia do espaço construído, cuja evolução assentará em duas etapas: o entulhamento e aterro das ruínas, e consequente subida das cotas soleiras, e a reorganização da planimetria dos edifícios.

O quarteirão actualmente visível, que resulta da aglomeração paulatina de diversas construções independentes pós-terramoto, permite a caracterização arqueológica de forma muito concreta deste período Pombalino, encontrando expressão particular nos fenómenos de natureza arquitectónica, subdivididos em dois universos distintos mas interligados: as "soluções enterradas", mormente as estacarias, registadas no âmbito da Arqueologia de Cota Negativa; o edificado propriamente dito cujos resultados se materializam nos levantamentos da Arqueologia Parietal.

No que aos dados da Arqueologia de Cota Negativa concerne, destaca-se claramente o conjunto de estacas. Como é sabido, a estacaria, embora não se trate de uma criação pombalina, constitui uma das soluções arquitectónicas características deste período, e marca, ainda hoje, o imaginário dos habitantes da cidade de Lisboa. Constitui o embasamento "flexível" dos alicerces dos edifícios, estabilizando-os sobre realidades sedimentares muito instáveis, como o são as areias e os siltos da zona ribeirinha lisboeta.

As escavações no quarteirão do Banco de Portugal permitiram, de forma inédita, o registo exaustivo de uma complexa e extensa malha de estacaria, nas suas variadas modalidades. O seu levantamento gráfico e topográfico permitiu a compilação de um avultado manancial de informação em bruto, que permitirá realizar, no futuro, estudos mais aprofundados, nomeadamente do seu comportamento mecânico e do seu real papel nos projectos de estabilidade dos edificados pombalinos.

A estacaria divide-se, grosso modo, em duas categorias distintas: as grelhas horizontais, compostas por barrotes toscamente afeiçoados com trabalho de carpintaria sumário sobrepostos perpendicularmente, e as estacas cravadas a pino, aguçadas na extremidade inferior de forma a facilitar a sua cravagem, provavelmente por martelagem, e afeiçoadas no corpo em formas poligonais.

Estas soluções encontram-se muitas vezes em alicerces de natureza composta, grelha no topo e estacas verticais na base. Surgem também episódios em que as estacas cravadas verticalmente surgem isoladas, em manchas que nem sempre suportam estruturas verticais, utilizadas então apenas para estabilização do subsolo.

O único caso em que surge uma estrutura horizontal sem suporte de estacas verticais diz respeito à base de um poço, identificado nos edifícios de sacrífício.

Importa ainda sublinhar o excelente estado de conservação destas madeiras, com excepção para aquelas cujo topo esteve sujeito às variações do nível freático.

Ainda de época pombalina merece referência a descoberta de cinco poços, todos eles de tipologia semelhante, formados por aduelas de diâmetros e altura semelhantes, fenómeno que reforça a elevada standartização e massificação da reconstrução da Baixa lisboeta nos séculos XVIII e XIX.

Os trabalhos de Arqueologia Parietal cingiram-se às estruturas da actual Igreja de São Julião, cuja génese se insere na reconstrução pombalina da Baixa Lisboeta, e cujo levantamento permitiu fixar, com base em evidências físicas, a memória dos episódios construtivos do edifício religioso. Ela encontra-se cristalizada na estratigrafia vertical, cujos resultados fundamentais aqui se resumem.

Em termos genéricos, foi efectuado um levantamento exaustivo dos paramentos, o qual permitiu desde logo assinalar três diferentes fases construtivas na Igreja de São Julião: a fundacional, terminada em (1810); a reconstrutiva de meados do séc. XIX, após um incêndio de grandes proporções ocorrido em 1816; e as remodelações do séc. XX em virtude da compra do imóvel pelo Banco, em 1933 (Costa, 1939).

Neste edifício destacam-se as diversas alvenarias mistas como solução maioritária no levantamento de paredes, a recorrente utilização de alvenarias de tijolos nos vãos; a natural profusão de cantarias decoradas nas áreas de culto, muitas delas plausivelmente reaproveitadas a partir da destruição de outros edifícios de culto nas imediações; e a escassa presença de madeira nas estruturas verticais, fenómeno em contraciclo com a praxis mais habitual neste tipo de construção, a "gaiola pombalina".

Relativamente à estrutura desta Igreja, e como elemento de referência em todo este conjunto, surge o tardoz da Igreja, comum aos edifícios correntes ocidentais. Esta, sendo conhecida desde a base – a partir da estacaria identificada no âmbito da sonda-

gem 9 – não revelou, a nível vertical, uma interface de destruição clara, pelo que estamos em crer que, apesar das diversas alterações relativas à abertura de zonas de passagem, essas sim perfeitamente discerníveis, a estrutura da parede manteve-se genericamente igual desde a sua construção na primeira década do séc. XIX, não tendo sofrido uma destruição expressiva no incêndio de 1816.

A partir dos dados obtidos, cujo processamento ainda não se encontra totalmente realizado, pensamos que após o incêndio terá sido realizada uma remodelação de grande monta implicando a construção de novas paredes praticamente desde a base, tendo sido os elementos carbonizados removidos. Nas paredes menos afectadas, ala Norte e capela lateral Sul, por seu lado, observaram-se remodelações de menor monta, mantendo-se quase integralmente e conservando, por consequência, ainda vestígios de fogo.

Após o abandono do culto são várias as alterações produzidas na fisionomia da Igreja, quase todas chegando ao presente. As alterações foram especialmente notadas ao nível dos espaços de circulação, com a criação de novos pisos e concomitante abertura e fecho de passagens. Distinguem-se duas fases construtivas díspares, a de meados do séc. XX, que modificou a Igreja de acordo com as novas necessidades do proprietário, em que foram empregues sobretudo materiais tradicionais, como argamassas e tijolo, e a de finais do mesmo século com a colocação das caixas fortes de betão e da portaria no nartéx.

NECRÓPOLE DE SÃO JULIÃO

Foi precisamente na Igreja de São Julião, atrás descrita, que se identificou uma extensa necrópole da primeira metade do século XIX.

Em termos genéricos a vida desta Igreja foi pontuada por diversas datas; o final da construção original em 1810, embora o início do culto começasse em 1802; um devastador incêndio em 1816; o início das obras de remodelação em 1824 e o seu termo em 1854 (Costa, 1939).

Ainda que haja referências de que o regresso se fez a 22 de Outubro de 1853 (Costa, 1939), a ocupação do templo parece ter sido constante, pois os registos paroquiais demonstram que após o incêndio de 1816 a igreja continuava as suas funções, celebrando casamentos, baptizados e funerais. O último culto em S. Julião foi celebrado a 2 de Junho de 1934 (Costa, 1939).

Nas escavações arqueológicas de 2010/11 efectuou-se o levantamento de 310 esqueletos *in situ* e 30 ossários cujos resultados, compilados no relatório de escavação (Lourenço, 2011), agora se resumem

A Igreja apresentava o altar-mor a Oeste, o que justifica que a orientação mais comum seja a de Este – Oeste, 69,4%, seguida da Este – Oeste, 11,6%; havendo ainda casos de orientação Norte-Sul, 5,8%, Sul-Norte, 7,7%, e outras, 5,5%.

Da nave central da igreja, sondagem 5, identificaram-se 264 inumações, sendo que 72,6% dos indivíduos encontravam-se orientados a Oeste-Este e apenas 9,8% a Este-Oeste. Na ala Sul da igreja, sondagem 13, apenas recuperámos 4 inumações, das quais 3 em caixões. Na ala norte, correspondente à sondagem 27, foram levantados 22 indivíduos, 54,5% orientado Oeste-Este, e a Este-Oeste e Sul-Norte 4,5% cada. Ainda nesta ala, na sondagem 25, recuperaram-se 20 enterramentos, dos quais 55% se encontravam orientados a Oeste-Este, apenas 2% a Este-Oeste, e 35% Sul-Norte.

A antropologia funerária caracteriza-se maioritariamente pela inumação em fossa simples, 68,1% – 211 indivíduos, mas também pela presença de caixão, com ou sem cal no seu interior, 31,9% – 99 indivíduos. Temos vários indícios da presença de mortalhas fúnebres, com os respectivos alfinetes espalhados em torno do corpo, mesmo nos casos de inumação sem caixão. Os caixões eram feitos de madeira, decorados por tachas, possivelmente de bronze, e nos casos perceptíveis, a formar desenhos em cruz, com fechos e pegas metálicas, possivelmente em ferro.

Quanto à posição da inumação, a maioria apresentava-se em decúbito dorsal, 91,2% – 281 indivíduos, seguida pelo decúbito ventral, 4,5% – 14 indivíduos, decúbito lateral, 2,9% - 9 indivíduos, e posição fetal, 1,3% – 4 indivíduos. Os membros inferiores estavam na sua maioria esticados e paralelos, enquanto os superiores flectidos junto ao peito ou na zona do osso coxal.

O espólio, ainda que não muito abundante, é bastante variado, nos não-adultos o mais comum é arame em cobre, formando por vezes pequenas flores, em volta da cabeça ou cintura – provavelmente cintos ou tiaras, e pequenos pedaços de metal junto ao crânio, possivelmente associados a toucas. Nos adultos encontramos botões, botões de punho, colchetes, medalhas, anéis, medalhas religiosas, cruzes, possíveis terços, pela existência de contas junto à zona abdominal, entre as mãos.

Na definição do perfil biológico efectuou-se a estimativa da idade à morte, análise da diagnose sexual, avaliação da ancestralidade, análise de caracteres discretos, estimativa da estatura, determinação de índices de robustez, análise da lateralidade, análise paleobiológica e paleopatológica, e estimativa do número minímo de indivíduos (NMI) para os óssarios.
A separação etária entre adultos e não-adultos foi efectuada em duas etapas: uma para as 310 inumações primárias e outra para o total de inumações e ossários. Nas inumações primárias cerca de 72.9% são adultos e 27,1% não-adultos; no total, que inclui os ossários e corresponde a um número mínimo de 529 individuos, 76% seriam adultos e 24% não-adultos.
Nos adultos *in situ*, 98 são do sexo feminino, 105 do sexo masculino e em 23 não foi possível determinar o sexo. No total de ossos recuperados 147 indivíduos mínimos são mulheres, 170 homens, e 85 indeterminados.
A avaliação da ancestralidade foi pouco conclusiva, dado que muitos dos crânios recuperados se encontravam fracturados, ainda assim nenhum indivíduo mostrou características que não se coadunassem com uma ancestralidade caucasiana.
Sempre que a integridade dos ossos longos o permitiu, estimou-se a estatura, neste caso em 170 adultos. A média de ambos os sexos é de 159,74 cm. A média para o sexo feminino baixa para 154, 72 cm, com um valor mínimo de 142,6cm e um máximo de 166,45cm. Para o sexo masculino a média é 164,87cm, mais próxima do valor máximo feminino, com um valor mínimo de 155,23cm e um máximo de 179,51cm. O dimorfismo entre sexos é de 10,15cm.
Na análise paleobiológica e paleopatológica, a análise de campo detectou 89 indivíduos com evidências de entesopatias, 86 indivíduos com presenças de alterações degenerativas articulares e 36 indivíduos com evidências de infecção. Para a patologia traumática 12 indivíduos apresentam fracturas ante ou perimortais, havendo um caso particular em que o tratamento da mesma levou à colocação de um implante cirúrgico ortopédico na zona da anca. Apenas dois osteomas cranianos foram detectados no campo da patologia neoplásica.
A patologia metabólica manifesta-se essencialmente com a osteoporose, em 6 indivíduos, maioritariamente femininos, mas também com dois possíveis casos de escorbuto em 2 não-adultos. A patologia congénita é mais variada apresentando entre outras uma displasia da articulação coxo-femoral esquerda, o que provocou osteofitose, ou o foramen do corpo esterno e processo xifóide fundidos. Outros casos, como a bifurcação da 1ª costela esquerda, a ausência do arco posterior do atlas e sacralizações bilaterais da L5 foram também detectadas.
Os "males da boca" manifestam-se, de modo geral, com 36,5% – 113 indivíduos com desgaste dentário, 25,2% – 78 indivíduos com perda de dentes ante morte, 30% – 93 indivíduos com tártaro, 21,3% – 66 indivíduos com cáries, 2,6% - 8 indivíduos com periodontite, 1,6% – 5 indivíduos com hipoplasias lineares do esmalte dentário e 4,48% – 14 indivíduos com quistos periapicais (abcessos).
Na análise dos registos paroquiais após Outubro de 1816 e até ao último registo, em Setembro de 1834 (Inocêncio, 2012), observamos que em 18 anos foram enterrados 176 indivíduos no solo desta igreja. Destes apenas registam 11 não-adultos, número que dista bastante dos 402 indivíduos adultos e 127 não adultos que foram identificados na escavação arqueológica. Acreditando que a média nos primeiros anos de actividade da Igreja seria semelhante à final, isto numa fase em que os dados paroquiais relativamente à fase anterior a 1816 ainda não se encontram em fase de tratamento, o número subiria para a casa dos 370-380, ainda assim inferior ao registo arqueológico actual. Se a isto acrescentarmos que a necrópole não foi integralmente escavada, pelo que o número de enterramentos/ossários também é efectivamente superior ao de que agora dispomos, percebemos que os registos não deveriam ser muito rigorosos.
Apenas dois registos eram mais pormenorizados – a de uma referência a uma mulher mulata e a de uma idosa de 90 anos. Na presente amostra apenas dois casos se coadunam com a mulher idosa. Mas a inexistência de métodos que permitam uma estimativa da idade mais precisa faz com que não tenhamos correspondências fiáveis. No caso da mulher mulata, a determinação da ancestralidade na amostra mostrou-se pouco eficaz dado o estado dos ossos, pelo que não obtivemos nenhum caso compatível.

CONCLUSÃO

O grande volume e elevado potencial da informação recolhida nas escavações do Edifício do Banco de Portugal em Lisboa exigirão a realização de diversos trabalhos, mais concisos e especializados, que per-

mitam uma leitura mais aprofundada e global, permitindo cimentar uma visão muito aproximada da História deste espaço durante os últimos 2000 anos.

BIBLIOGRAFIA

BUGALHÃO *et allii* (2008) – Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa:conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieva*l. Porto: Edições Afrontamento, Nº 10, p. 113-134.

CASTILLO, J. (1893) – *A Ribeira de Lisboa: descripção histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o--Velho.* Lisboa: Imprensa Nacional.

CAMBI, N.(1983) – Le anfore Dressel 20 nella Jugoslávia. In: *Produccion y Comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, p. 363-389.

COSTA, M. (1939) – *A Igreja de S. Julião e o seu patrono: uma freguesia que Lisboa perdeu.* Revista Municipal, 88/89, p. 5-22.

ÉTIENNE, R., MAYET, F. (2004) – *L'huile hispanique. Corpus des timbres amphoriques sur amphores Dressel 20*. 2 vols. Paris: De Boccard. – nº 1182.

INOCÊNCIO, J. (2012) – *Estudo antropológico do material osteológico do séc. XIX proveniente da Igreja de São Julião*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Medicina de Lisboa, policopiado.

LOURENÇO, M. (2011) – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010--2011 – vol IID Igreja de São Julião. Antropologia.*

ROCHA, A. (2011) – *Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2010-2011*. Lisboa. Relatório policopiado entregue ao IGESPAR, 11 vol.

ROCHA, A. (n.p.) – A *Muralha de D. Dinis e a Cidade de Lisboa. Fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Museu do Dinheiro. No prelo.

ROCHA e MIGUEZ (em preparação) – *Os almofarizes do Edifício Sede do Banco de Portugal, Lisboa.*

SILVA, V. (1987) – *As Muralhas da Ribeira*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 1 – Vista dos trabalhos nos edifícios correntes após demolição dos pisos superiores. © Artur Rocha/Arqueohoje.

Figura 2 – Vista dos trabalhos na Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.

Figura 3 – Troço da muralha de D. Dinis descoberta nos edifícios correntes. © Artur Rocha/Arqueohoje.

Figura 4 – Vista de troço de estacaria pombalina e da parte remanescente dos alicerces da Rua da Judiaria Nova. © Artur Rocha/Arqueohoje.

Figura 5 – Trabalhos de escavação da necrópole da Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.

Figura 6 – Enterramento na Igreja de São Julião. © Artur Rocha/Arqueohoje.

PRISÃO DO ALJUBE NO SÉC. XVI – VIDROS, MAJÓLICA ITALIANA E CERÂMICA ESMALTADA ESPANHOLA

Clementino Amaro / clementinoamaro@gmail.com
Vanessa Filipe / nessa_filipe@hotmail.com
José Pedro Henriques / jpedrohenriques@hotmail.com
Cláudia Rodrigues Manso / c.manso@hotmail.com

RESUMO

No decorrer da intervenção arqueológica realizada na antiga prisão do Aljube, nos anos de 2004 e 2005, foram exumados distintos contextos adscritos a uma larga diacronia cronológica. Daqueles, destaca-se um depósito realizado num único momento, datado do séc. XVI. Neste artigo, privilegiámos de forma introdutória três desses conjuntos: vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola.

ABSTRACT

During the archaeological intervention in the old Aljube prison, in 2004 and 2005, different contexts were exhumed and added to a large chronological diacronie. Of those it stands out a deposit accomplished in one single moment, dated from the XVIth century. In this article we privileged in an introductory way three of those contexts: glass, Italian maiolica and Spanish lustreware.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A designação "Aljube" deriva da palavra árabe "*al-jubb*", que significa "poço" associado (ou não) a "cisterna". O termo surge também na Península Ibérica, por evolução semântica, com o sentido de "masmorra". Após longos séculos como cadeia episcopal, é como prisão política (*espaço do futuro museu da resistência*) que chega aos anos sessenta do século XX.

Remetendo-nos para o período em análise, as obras levadas a cabo pelo arcebispo D. Miguel de Castro (por volta de 1590) poderão estar associadas, num primeiro momento, a um surto de peste que tenha atingido a cidade e o cárcere do foro episcopal do Aljube.

Assim, todo o recheio móvel das celas, cozinha e outros serviços de apoio, associado a um residual material de construção, é lançado num pátio e, em simultâneo, selado, um dos métodos então usados no combate à pestilência.

Na abordagem que é feita às pestes e epidemias que atingiram o país, e particularmente Lisboa, na época quinhentista (Rodrigues, 1993, p.220), refere a dado momento: *"Com as tropas inglesas vem a «modorra», epidemia que alguns identificam como tendo origem pestífera e que faz alguns estragos nos primeiros meses de 1589, não só a bordo das galés, como nos cárceres da cidade."*.

Parece-nos, como tal, pertinente a proposta de que o arcebispo de Lisboa (1568 a 1625) tenha aproveitado a situação de excepção vivida para a transferência dos presos sobreviventes e procedido a obras de adaptação para anexo, pelo menos temporariamente, do paço episcopal, (ou ainda como segunda residência junto à Sé) ou até, numa solução de compromisso, integrando um espaço exclusivo para presos do foro eclesiástico.

Esta hipótese coloca-se no seguimento da nota inserta no Regimento da Freguesia da Sé (Macedo, 1981) de que:*"Aos 13 que foi terça feira pella manhã [Novembro de 1590] mandou o Ill.mº sôr Arcebispo prender metade do cabido no Aljube."*

Outro indício que reforça esta tese é a menção do edifício do Aljube como «Palácio dos Arcebispos» no painel de azulejos que representa a capital vista do rio, produzido entre 1700 e 1725, hoje exposto no Museu Nacional do Azulejo.

Com base nas *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, publicadas em 1588, os cárceres do Aljube são mencionados já em 1536 como sendo usados igualmente para delinquentes de delito comum. É o caso referido no mesmo Regimento (Macedo, 1981) onde se destaca a ocorrência de que *"aos 15 dias deste janr.º de 1586 faleçeo no Aliube stando presa por culpas de feitiçarya Isabel João molher velha. . ."*
Saíam igualmente do Aljube para a cadeia da cidade, os condenados a degredo para o Brasil, África ou para as galés (de acordo com o estatuto social), a fim de serem depois embarcados.

VIDROS

Numa abordagem geral sobre o espólio vítreo verificou-se a elaboração por sopragem, livre ou a molde, constatando-se em diversos fragmentos a marca do pontel. Em relação às cores utilizadas o estado de irisamento dos vidros dificulta a sua apreensão, sendo no entanto possível verificar a predominância do vidro incolor sobre o vidro em azul e verde, ambos com variações cromáticas. Também foi possível observar que a maioria dos objectos vítreos serviam para receber/conter líquidos.
Um dos elementos essenciais numa mesa é o copo, com ou sem pé, para beber vinho, licores ou outras bebidas apreciadas na época. Os copos sem pé apresentam uma forma cilíndrica reconhecendo-se apenas, até ao momento, dois fragmentos levemente troncocónicos (Figura 1a). Primam pela ausência de decoração na sua maioria. Face a esta simplicidade estética encontramos copos ornamentados no bordo e copa através da aplicação de fios brancos opacos colocados em relevo na horizontal (Figura 1b).
Os cálices assentam numa base cónica com rebordo tubular individualizando-se pelas diversas formas dadas aos botões que unem a base à copa e pelas temáticas decorativas presentes em copas troncocónicas, algumas bastante acentuadas. Em relação à configuração dos botões estes podem ser duplos ou triplos, mais alongados ou achatados, adaptando-se assim à colocação dos dedos de maneira a facilitar a sua utilização (Figura 1c). Do ponto de vista da decoração são vários os exemplares com aplicação em relevo de fios brancos opacos em redor do bordo e do bojo (Figura 1d); um outro decorado por caneluras acentuadas com recurso a molde; e um fragmento de copa ornamentado por cordões verticais trabalhados a pinça, distando entre si por 1cm, aplicando-se nas reentrâncias dos cordões gotas de vidro branco opaco (Figura 1e). Este último sugere uma influência da ourivesaria, lembrando-nos a colocação de pedras preciosas nos entretantos dos cordões em ouro presentes nos cálices.
As jarras, que podiam inclusive ser utilizadas para colocar flores, demonstram uma larga variedade formal e diversas modalidades decorativas. Morfológicamente os bordos podem ser extrovertidos, em aba, alguns em aba ligeiramente pendente e com rebordo tubular. As bases são cónicas e discoídes com rebordo tubular, oferecendo as últimas botões largos reforçando deste modo a sustentabilidade da peça (Figura 1f). Os corpos e colos encontram-se severamente fragmentados não permitindo a sua reconstituição. A nível decorativo a aplicação de fios brancos opacos fundidos sobre a superfície da peça é uma constante. A ornamentação "*vetro a fili*" conjuga-se com o efeito a *reticello* e com linhas verticais a branco opaco embutidas numa base cónica estéticamente rica. Caso único a presença de um botão em forma de balaústre decorado por fios brancos a *penne* (Figura 1g).
Contamos com a presença de um único exemplar de jarro com bico, sem decoração, usado no serviço de bebidas à mesa (Figura 1h).
As influências islâmicas encontram-se documentadas pelas garrafas em forma de cabaça, observadas no arqueossítio através dos bordos levemente extrovertidos ou em aba e pela forma de cabaça adscrita ao corpo. Outro exemplo da herança muçulmana é a garrafinha em tons de azul apresentando caneluras com recurso a molde que se desenvolvem pelo corpo globular (Figura 1i).
As garrafas de colo alto cilíndrico compreendem um vasto repertório decorativo composto pelas caneluras diagonais elaboradas através de molde; pelo uso de fios brancos aplicados verticalmente em relevo ou embutidos na peça e ainda pela técnica da "*mezza filigrana*", com efeito a "*fili*" (Figura 1j). No que diz respeito às garrafas com boca em forma de funil são vários os fragmentos recolhidos, uns simples na ornamentação outros com decoração formada por fios brancos verticais em relevo aplicados sobre a superfície das garrafas.
O uso de perfumes ou águas com cheiros florais encontra-se representado pela presença de frascos de pequenas dimensões. Conservando apenas porção de bordo e colo, apresentamos um frasco produzido em tom de azul-escuro ornamentado em

redor do bordo por um cordão liso em vidro azul claro opaco. (Figura 1k). Outro tipo de contentor para *toilette* corresponde a um pequeno frasco de corpo globular achatado decorado através de reduzidos puxões realizados por pinça ao longo da sua base (Figura 1l).

Os fragmentos atribuíveis a taças mostram bordos em aba ou extrovertidos e paredes rectas. A gramática decorativa revela-se bastante homogénea pela aplicação constante de fios em branco opaco na parte superior das peças (Figura 1m). Em termos funcionais, as taças poderiam ser utilizadas para o consumo de alimentos no interior da prisão do Aljube.

A descoberta de uma pulseira lisa, de secção circular, produzida em vidro negro sugere o uso de adornos corporais em ambiente prisional.

MAJÓLICA ITALIANA

As peças que encontramos no sítio do Aljube são provenientes de dois dos mais importantes centros produtores do século XVI: Montelupo e Líguria. Queremos destacar a forte presença deste último, que em cerca de meio século da sua existência se conseguiu afirmar perante produções mais antigas e estabelecidas.

Assim, entre as produções lígures encontramos pratos de aba planos e fundos, típicos das produções de século XVI, com esmalte azul *berettino* sobre o qual é aplicada diversa decoração a azul.

As peças com motivo *calligrafico con volute di tipo B* (Figura 3A) são produzidas a partir da segunda metade do século XVI e inspiram-se em peças de Iznik dos finais do século XV e inícios do XVI, na porcelana chinesa do período *Shuen Te* (1425-1435) e até mesmo em cerâmica de reflexo metálico de Manises. A sua cronologia enquadra-se completamente dentro do nosso contexto, bem como as suas formas mais comuns.

No caso dos fragmentos com decoração *calligrafico a volute rinascimentale* (Figura 3B) é muito semelhante ao que referimos anteriormente, mas os motivos apresentam um traço mais fino e cuidado. É normalmente aplicado nas abas e fundos de pratos, como sucede com os nossos exemplares, e a sua produção tem início ainda na primeira metade do século XVI.

A finalizar a presença lígure temos uma peça única com decoração a *fiori* e *frutti policromi* (Figura 3C), que no nosso caso apresenta decoração externa. É inicialmente produzida nos inícios do século XVI nas oficinas de Faenza e Veneza, mas acaba por expandir-se um pouco por todos os centros produtores italianos. Através de uma comparação estilística, cromática e de pastas foi possível determinar que o prato encontrado no Aljube é proveniente da Líguria.

No que respeita às importações montelupinas verifica-se um maior espectro decorativo e formal, com taças e pratos planos. Nos pratos encontramos decoração policroma *a fiori centrale* (Figura 3D), com *spirali arancio* (Fig.3E) e *blu graffito* (Figura 3D e F), enquanto as taças apresentam motivos *a scacchiera* azul sobre azul (Figura 3G) e a *blu graffito tardo* (Figura 3H).

O prato com *fiori centrale* ostenta uma flor estilizada no fundo, em azul, verde, amarelo e castanho, e conjuga-se com *blu graffito* ao longo do bordo em azul, verde, laranja, branco e amarelo. O *blu graffito*, pode ser constituído por uma miríade de formas, neste caso pequenas cintas coloridas em, amarelo, verde, azul e laranja, sobre o qual se gravam motivos geométricos triangulares que revelam o esmalte branco. No caso da Figura 3 F ocorre com cintas amarelas, laranja e azul onde se inscrevem pequenas cruzes e círculos. Já a peça com *spirali arancio* apresenta as tradicionais cores deste tipo decorativo – amarelo, laranja, azul e verde – representado apenas em formas abertas. Tal como as decorações anteriores é característica do século XVI, especialmente da segunda metade, e no seu caso particular o laranja constitui uma reminiscência das cerâmicas com reflexo metálico espanholas.

O motivo de *scacchiera* é tipicamente policromo, mas no nosso caso é aplicado o azul sobre azul, enquanto a taça com *blu graffito tardo* corresponde às típicas produções de século XVI, nas cores e na forma, visto que também aqui é aplicada em ambas as superfícies numa saladeira com pé em forma de campânula, o que lhe confere o nome de *alzata campaniforme*.

CERÂMICA ESMALTADA ESPANHOLA

O conjunto de cerâmica de reflexos metálicos valenciana recuperada nas escavações em apreço, é constituído por apenas 4 fragmentos, correspondentes a três peças distintas, sendo elas uma escudela e uma tigela, que aqui apresentamos, e dois fragmentos de prato, de grandes dimensões, dos quais não é possível reconstituir a forma nem a respectiva decoração.

A tigela (Figura 2A) oferece decoração na superfície externa de traços ondulantes que se entrecruzam, e

na superfície interna de motivos fitomórficos (fruto ou pinha) em forma de lágrima e enrolamentos de *"atauriques carnosos"*, intervalados por linhas onduladas com pérolas na ponta.
A escudela com pega fabricada a molde, de forma trapezoidal, espessa e ligeiramente pendente com recorte em ondas (Figura 2B), oferece decoração na superfície interna organizada em cartelas radiais, separadas por linhas verticais que separam motivos reticulados constituídos por traços entrecruzados e motivos fitomórficos. A pega oferece decoração em três traços paralelos.
Ambas oferecem forma hemisférica baixa, e no caso da escudela (Figura 2B) a pega espessa e pendente constitui uma característica formal deste tipo de produções na primeira metade de séc. XVI.
Este tipo de decoração é tradicionalmente atribuído às produções de Manises, no entanto, os paralelos formais da escudela que aqui apresentamos oferece claras semelhanças com produções das oficinas de Paterna na primeira metade do séc. XVI (Mesquida Garcia, 1995 e 1998) evidenciando assim a produção de cerâmica de reflexos metálicos neste dois centros produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da sumária análise destes três conjuntos podemos inferir que todos são cronologicamente integráveis no séc. XVI.
No entanto, não podemos deixar de observar que embora se trate de um contexto prisional, o luxo reflectido por estes objectos de importação, tanto em quantidade como qualidade, demonstra-nos que não só os responsáveis da prisão, mas também alguns dos reclusos, tinham muito provavelmente a possibilidade de ter na sua cela algumas peças de carácter distinto.
Apenas a evolução deste estudo poderá comprovar com maior precisão esta hipótese.

BILIOGRAFIA

CARTA, Raffaella (2007-2008) – *Difusión e influencia de la producción de la cerâmica italiana entre la baja Edad Media y la primera Edad Moderna. El caso de Granada.* 2007-2008. (Texto Policopiado).

FERREIRA, Manuela Almeida (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares. R*evista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, pp. 541-583.

GIACOMOTTI, Jeanne (1961) – *La Majolique de la Renaissance*. Presses Universitaires de France, Paris.

MACEDO, Luiz Pastor de (1981) – Lisboa de lés-a-lés. Câmara Municipal de Lisboa. Vol. I. 3ª edição.

MEDICI, Teresa (2005) – The glass finds from Rua da Judiaria, Almada, Portugal (12th–19th century). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, pp. 535-569.

MESQUIDA GARCIA, M. (1995) – La cerâmica azul y dorada de Paterna: formas y decoraciones. *1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo.* pp. 97-107.

MESQUIDA GARCIA, M. (1998) – La produccion alfarera de Paterna en la primera mitad del siglo XVI. *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo.* pp. 267-281.

Figura 1 – Vidros.

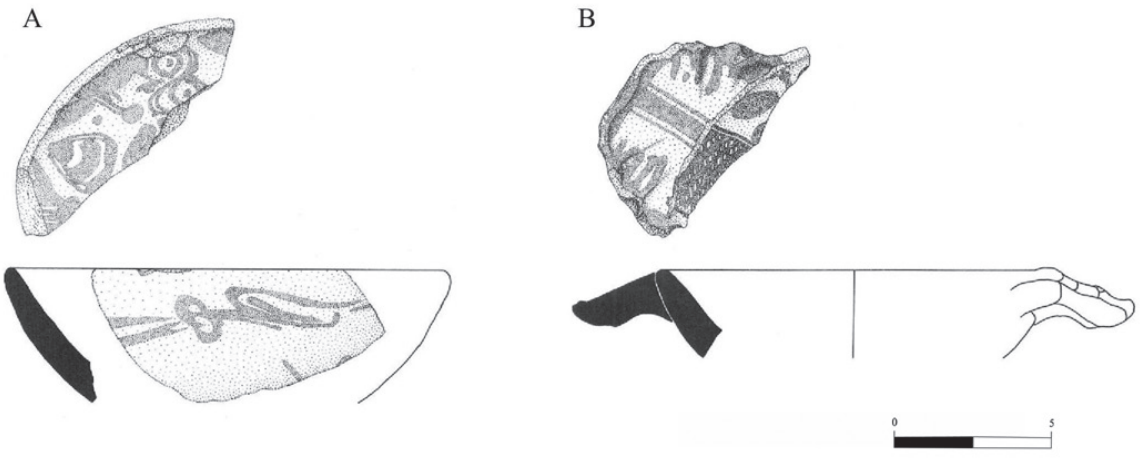


Figura 2 – Cerâmica esmaltada espanhola.

Figura 3 – Majólica italiana .

REDESCOBRINDO A HISTÓRIA DE CARNIDE: A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LARGO DO CORETO E ENVOLVENTE

Ana Caessa / Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa / ana.caessa@cm-lisboa.pt
Nuno Mota / Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa / nuno.miguel.mota@cm-lisboa.pt

RESUMO

No âmbito do Projeto de Requalificação do Largo do Coreto de Carnide e Ruas Adjacentes realizaram-se trabalhos arqueológicos entre Março de 2012 e Abril de 2013. Esta intervenção permite considerar Carnide como um grande celeiro do termo de Lisboa, entre os séculos XIV e XVII. Detetaram-se 166 silos escavados no substrato geológico. Encontrados em fase de abandono, servindo de lixeira, forneceram espólio relevante (cerâmicas comuns, faianças, porcelanas, vidros, moedas, objetos metálicos e restos de alimentação) refletindo a vida da população de Carnide na Época Moderna. A mancha de distribuição dos silos, a identificação de um poço de origem medieval, dos vestígios da Ermida do Espírito Santo e necrópole, conduzem a reflexões sobre a evolução urbanística do casco antigo de Carnide.

ABSTRACT

The archaeological works, carried out from March 2012 and April 2013 in Coreto Square and adjacent streets, allows for the consideration of Carnide as one large barn, between the 14th and 17th century. 166 silos were detected, excavated in the geological stratum. These silos found in a state of abandonment, were being used as a dumping ground. However, they provided a relevant collection of artifacts and traces of food leftovers which reflect the life of the population in the Modern Era. The distribution of the silos, the identification of a medieval well and the traces of the Chapel of the Holy Ghost and its necropolis leads to a reflection on the evolution of the urban planning of the old Carnide.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos de arqueologia no Largo do Coreto de Carnide desenvolveram-se entre Março de 2012 e Abril de 2013, decorrentes das obras de requalificação paisagística do Largo do Coreto e ruas adjacentes, nomeadamente a Rua Neves Costa, a Rua do Machado, a Travessa do Machado, a Travessa do Jogo da Bola, a Estrada da Correia e o topo Este da Estrada da Pontinha.

À data do início dos trabalhos, o Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML), em vigor (o de 1994) colocava todo o núcleo histórico de Carnide em área de sensibilidade arqueológica de nível 2, o que significava que qualquer remeximento no subsolo dessa área teria que ser alvo de acompanhamento por uma equipa de arqueologia que garantisse, em caso de aparecimento de vestígios arqueológicos, o seu registo. Entretanto encontrando-se já em fase adiantada os trabalhos preparatórios para o classificação deste conjunto urbano e o processo para a aprovação uma nova versão do PDML (a de 2012) que colocaria a mesma zona em área de Nível II (área de potencial valor arqueológico elevado), obrigando, agora a trabalhos arqueológicos prévios e não apenas de acompanhamento, a tutela, então a Direção Geral de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) exigiu que os trabalhos arqueológicos a realizar integrassem além do acompanhamento, a realização de duas sondagens 4x4m atingindo de preferência o substrato geológico, uma em cada topo do Largo.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

2.1. Metodologia

Ainda nos inícios de Abril de 2012, tanto a realização das sondagens exigidas pela tutela, como o acompanhamento das atividades da obra com impacto no subsolo (levantamento de pisos para repavimentação, abertura de valas para saneamento e outras infraestruturas, entre outros) já tinham comprovado a alta sensibilidade arqueológica do sítio em questão.

A escavação das sondagens de diagnóstico ofereceu resultados distintos. Na sondagem do lado Oeste do largo, não foram detetadas quaisquer evidências arqueológicas e o substrato geológico surgiu a menos de 0,50 m de profundidade. No lado Este do largo, foram identificados seis silos de forma ovoide, escavados no substrato geológico, atingido aproximadamente a 0,60 m de profundidade (Figura 1). Os dois únicos silos que se encontravam totalmente inseridos na área da sondagem foram escavados integralmente e forneceram espólio abundante, sobretudo material cerâmico de mesa e cozinha (incluindo peças inteiras) datável dos fins do século XVI aos inícios do século XVII (Figura 2).

Por outro lado, o acompanhamento das atividades da obra com impacto no subsolo, nomeadamente das valas para saneamento, através de escavação mecânica, levou ao registo de um troço de alicerce na zona Noroeste do largo, que ao ser intervencionado arqueologicamente permitiu identificar dois enterramentos que lhe estavam associados. Uma vez que estes enterramentos não iam ser afetados pela obra não foram levantados tendo sido apenas protegidos com manta geotêxtil, antes de serem novamente aterrados. A escavação mecânica para abertura das valas permitiu também a identificação de um poço em pedra, e nos cortes de algumas das valas na parte central do largo foram identificados seis silos cujas barrigas e conteúdos foram muito perturbados.

Perante esta situação, as entidades da tutela foram con–tactadas e da deslocação dos técnicos ao local, ficou decidido que todas as evidências arqueológicas de valor patrimonial sempre que afetadas pela obra deviam ser integralmente escavadas.

Impunha-se, portanto, uma mudança de estratégia e o redimensionamento e adaptação da equipa de arqueologia[1]. O avanço da obra implicaria previsivelmente a destruição de muitas realidades arqueológicas que teriam que ser escavadas integralmente. Por outro lado, a provável afetação de eventuais enterramentos, no lado Oeste do largo, exigia a integração de um antropólogo físico na equipa de Arqueologia[2].

A metodologia seguida, no Largo do Coreto e nos locais das ruas adjacentes onde iriam ser colocadas infraestruturas, consistiu na decapagem dos níveis de aterro recentes até ao topo do substrato geológico (maioritariamente biocalcarenitos, com intercalações episódicas de calcários brancos compactos) de forma a identificar os vestígios arqueológicos e proceder à sua escavação prévia antes da sua inevitável destruição pela obra. Esta abordagem permitiu a escavação de sessenta e duas sondagens correspondentes às valas projetadas. Considerando que os silos constituíam o principal vestígio arqueológico detetado e surgiam em grande número optou-se por individualizá-los por Ambiente, dentro de cada sondagem, para além da sua identificação em Unidades Estratigráficas. No restante espaço, alvo do projeto de requalificação, onde se procedeu apenas à repavimentação, com impacto negativo mínimo, realizou-se somente a identificação e registo dos vestígios arqueológicos.

2.2. Resultados (estruturas, contextos e materiais)

Esta intervenção arqueológica revelou uma série de estruturas e contextos que importa analisar, embora preliminarmente uma vez que toda a informação recolhida se encontra ainda em fase de estudo (Figura 3).

Em primeiro lugar foi detetada uma terraplanagem muito bem marcada arqueologicamente que se traduzia num interface de destruição de todas as estruturas e depósitos arqueológicos existentes no local e no corte do substrato geológico sensivelmente sempre à mesma cota, apenas coberto com aterros relativamente recentes.

No lado Noroeste do largo foi posto a descoberto um troço de alicerce com orientação Este-Oeste, construído em alvenaria de pedra calcária e argamassa com fiadas relativamente regulares e vala de

1. À equipa inicial constituída pelos arqueológos signatários e pelo técnico de arqueologia Romão Ramos, juntaram-se Diana Dinis arqueóloga estagiária, Anabela Castro, Catarina Bolila, Pedro Martinho, arqueólogos; Margarida Rocha, técnica de arqueologia; Jorge Ramos, operário de arqueologia.

2. Soraia Lorena Batista, antropóloga física sob a coordenação de Susana Garcia, docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

fundação no substrato geológico. Apresentava 7 m de comprimento por 0,80 m de largura e uma profundidade máxima de 0,50 m.

Junto ao alicerce e para Sul foi encontrada uma zona de cemitério, donde se exumaram dezoito indivíduos. Oito correspondem a inumações em decúbito dorsal com orientação Este-Oeste e os outros dez a um ossário. Recolheram-se ainda restos osteológicos humanos dispersos. No conjunto, foi possível identificar nove indivíduos do sexo masculino e doze do sexo feminino de várias idades, com patologias ósseas e dentárias próprias de cada idade, não se tendo assinalado qualquer patologia degenerativa, traumática ou infeciosa (Batista, 2013).

Sensivelmente no centro do largo identificou-se um poço de planta circular, construído em pedra sem ligante com um diâmetro de aproximadamente de 3 metros, uma profundidade estimada em cerca de 15 metros, com água até aos 9 metros. Esta estrutura encontrava-se coberta com uma laje de ferro e cimento e apresentava uma abertura de visita construída com tijolo perfurado contemporâneo.

Foram registados cento e trinta e seis silos (oitenta e oito no Largo do Coreto, dezasseis na Rua do Machado, treze na Travessa do Jogo da Bola e dezanove na Rua Neves Costa), dos quais setenta e um foram escavados. Estas estruturas apresentam uma forma em secção tendencialmente oval e com fundo plano. As dimensões destas estruturas variam pouco, salvo raras exceções, apresentando em média um diâmetro máximo de 1,5 a 2 m e igual medida em profundidade, embora esta medida fosse superior uma vez que os topos estão cortados (Figura 4). Em quase todos os silos foram recuperadas as tampas no seu interior. Talhadas em rocha calcária, a sua morfologia é também relativamente homogénea, variando entre as que exibem uma forma circular ou semicircular (por vezes são mós reaproveitadas) e quadradas, em menor número. Todos os silos que foram escavados apresentavam a parte superior truncada pela terraplanagem já referida restando cerca de dois terços do que seria a sua totalidade. Alguns apresentavam também cortes nas paredes, causados por operações urbanísticas anteriores. A sua disposição no terreno é aparentemente aleatória, não se tendo detetado qualquer tipo de organização de natureza urbanística, antes um aproveitamento máximo do substrato mais adequado e disponível para a sua construção.

O espólio recuperado no interior dos silos apresenta-se relevante em quantidade, qualidade e diversidade. Recolheram-se sobretudo peças de cerâmica comum, vidrada e pintada a branco, brunida, de mesa e de cozinha, (malgas, taças, tigelas, pratos, púcaros, cálices, copos medidores, alguidares, tachos, panelas, frigideiras, especieiros, …), de iluminação, brinquedos, mealheiros, ocarinas (Figura 5). Menos frequente, mas também em quantidade relevante, a cerâmica modelada e de imitação, cerâmica pedrada, esmaltada (pratos, tigelas, malgas, especieiros), faiança (com decoração a azul sobre branco – decorações com círculos concêntricos e vegetalistas – e azul sobre azul) e porcelana da Dinastia Ming (decoração vegetalista, paisagens e zoomórficas), majólica, Paterna-Manises de reflexos metálicos (Figura 6). Estes materiais, juntamente com as peças em vidro (destacando-se as importações venezianas), algumas inteiras, nomeadamente cálices e taças, os numismas (cerca de trezentos, maioritariamente moeda de baixo valor, sobretudo ceitis dos reinados de D. Afonso V a D. Sebastião), os objetos em metal (especialmente ferramentas de trabalho domésticas e de lavoura,…), apontam para uma cronologia entre os fins do século XVI e a primeira metade do século XVII. Os restos de alimentação (fauna mamalógica, malacológica e ictiológica), depois de estudados poderão também trazer informações de natureza cronológica relacionadas com novos hábitos de consumo decorrentes da expansão ultramarina.

3. REDESCOBRINDO A HISTÓRIA DE CARNIDE

Até à última década do século XX a história de Carnide foi sendo feita unicamente a partir de fontes arquivísticas e bibliográficas. Se as fontes arquivísticas estão ainda deficientemente identificadas, a bibliografia disponível, não muito numerosa, raramente ultrapassa o nível da repetição (Araújo, 1977; Calado, 1991; Castilho, 1935, 43-44; Consiglieri, 1993, 53-72; Gonçalves, 1994a, 213-214; Gonçalves, 1994b, 854-855; Jorge, 1994, 214-216; Moita, 2000a, 222-229; Moita, 2000b, 229-231; Moita, 2000c, 231-235; Moita, 2000d, 235-238; Moita, 2000e, 238-241; Moita, 2000f, 241-242; Moita, 2000g, 243-244; Pereira, 1910, 87--146; Pereira, 1914-1916).

Assim se fica a saber que o topónimo Carnide já era utilizado nos finais do século XII, correspondendo, nessa altura, a uma área de herdades agrícolas, propriedade de particulares abastados e de casas

religiosas de Lisboa. Uma verdadeira aldeia só terá surgido em meados do século XIII e há referências que indicam que, nos inícios do século XIV, a povoação de Carnide já tinha uma igreja dedicada a São Lourenço com o seu cemitério, uma fonte, "covas", um "rocio" e, especificamente no lugar conhecido por "Alto do Poço" (actual Largo do Coreto), uma Ermida dedicada ao Espírito Santo, outro cemitério, uma leprosaria e (claro) um poço. Para o século XV há notícias de que Carnide se transformara em local de descanso da família real e de outros elementos da Corte (o que indicia a existência de casas nobres). A partir do século XVI e até, pelo menos, ao terramoto de 1755 (que provocou muitas destruições na zona), foram-se instalando, ao redor da aldeia de Carnide, os conventos e as casas senhoriais, com as suas ermidas e as suas quintas. Na segunda metade do século XIX, Carnide pertenceu a uma efémera Câmara Municipal de Belém que promoveu, entre outras iniciativas a transformação do "Alto do Poço" num largo, o actual Largo do Coreto.

Foi este tipo de informações, juntamente com alguns edifícios e sítios classificados ou inventariados na Carta Municipal de Património, que justificou a inclusão do núcleo histórico de Carnide em área de sensibilidade arqueológica. E desde que esses regulamentos que complementam a lei de protecção e valorização do património cultural estão em vigor, muitos locais onde ocorrem obras em Carnide têm sido alvo de trabalhos arqueológicos, o que tem permitido descobertas (algumas das quais foram até musealizadas, como os silos no Largo do Jogo da Bola) e um melhor conhecimento da história do sítio.

Esta intervenção arqueológica vem portanto confirmar, clarificar e acrescentar informação aos dados até agora disponíveis.

A terraplanagem detetada em toda a área intervencionada corresponderá portanto àquela que foi operada em 1860 pela Câmara Municipal de Belém que teve como objetivo criar uma plataforma nivelada e o arranjo do largo.

O poço que provavelmente justificaria o topónimo "Alto do Poço" e que será talvez um dos poços referidos nas fontes medievais, foi nesta altura (em 1859) encimado por uma fonte com roda e é ainda visível na *Planta Topográfica de Lisboa*: *Plantas 5Q e 6Q* [Serviço de Obras Públicas / 3ª Repartição; Direcção de J. A. V. da Silva Pinto; Desenhada por D. Florez, Lisboa], de 1908.

Com o mesmo objetivo e acompanhando os movimentos anticlericais que invadiram todo o século XIX e inícios do XX, a Ermida do Espírito Santo foi demolida e o cemitério que lhe estava anexo trasladado em 1858. Não é, por isso de surpreender que apenas um troço de alicerce encaixado no substrato geológico tenha sobrevivido e que se tenham recolhido tantos restos osteológicos humanos dispersos nas suas imediações.

Os enterramentos registados, cujas sepulturas e respetivos depósitos foi praticamente impossível identificar, estavam assentes diretamente no geológico, voltados para Este, como era o hábito antes do Concílio de Trento (1545-1563). Ou seja, sobreviveram à trasladação porque estavam enterrados a maior profundidade e eram dos mais antigos. O único espólio recolhido junto dos enterramentos que parece não resultar de remeximento de terras foram dois elementos de crucifixo e algumas contas que podem ter pertencido aos terços e/ou rosários que era comum colocar nas mãos dos defuntos. A análise dos restos osteológicos humanos não encontrou qualquer patologia relacionada com doenças degenerativas e infeciosas que pudessem ser relacionadas com a existência de uma gafaria eventualmente associada à Ermida do Espírito Santo.

A primeira informação arquivística que refere a existência dos silos – covas de pão – data de 1311 (Azevedo, 1905, 11), indiciando o teor da documentação que são mais antigos. O espólio arqueológico recuperado nos silos, no momento em que já estão a ser utilizados como lixeira, leva a crer que o abandono da sua função original se situa ainda na primeira metade do século XVII. A homogeneidade cronológica do material mais fragmentado datado desta centúria, a par do descarte de peças do século XVI, muitas delas inteiras, moedas obsoletas de baixo valor ou silos preenchidos inteiramente com depósitos de formação rápida com entulhos de obra, levanta ainda a suspeita de se tratar de um episódio aparentemente rápido e generalizado.

O limite do espaço ocupado pelos silos foi possível de definir a Este e a Oeste, ficando por perceber a extensão da mancha para Norte e Sul. Estes limites coincidem com a mudança da geologia do terreno. A Oeste, na zona onde foi identificado o cemitério e ermida, o substrato torna-se mais rochoso, com afloramentos de calcários compactos que tornariam penosa a escavação destas estruturas. Ainda assim, detetou-se um silo que começou a ser escavado nesta zona mas que foi abandonado provavelmente

por essa razão. A Este, o terreno torna-se argiloso e pouco apto para a construção destas estruturas subterrâneas. Embora se tenham encontrado dez silos neste tipo de substrato, a sua distribuição era mais espaçada, não havendo uma concorrência pelo espaço tão acentuada como na área onde o geológico é composto por calcarenitos. A natureza do terreno terá sido, pelo menos em parte, um fator importante na quantidade e densidade destas estruturas no Largo do Coreto, Rua Neves Costa, Rua do Machado e Largo do Jogo da Bola, providos deste substrato geológico. Aliás, ao número de silos identificados nesta intervenção arqueológica há ainda a acrescentar aqueles que foram registados pela equipa de arqueologia da empresa de Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. (vulgo CME) que na mesma altura atuou no mesmo espaço e identificou mais seis silos na Rua do Machado e mais vinte e três no Largo do Coreto. Se a estes se juntarem os seis musealizados no Largo do Jogo de Bola (Diogo, 1998, 49-52) e mais um no interior de uma habitação entre o largo e a Rua do Machado, identificado em intervenção arqueológica anterior, atinge-se um total de cento e setenta e dois silos.

É de assinalar que a Rua Neves Costa era conhecida por Rua Direita (provavelmente direta ao Santuário da Luz ou outro ponto importante de Carnide). Essa designação costuma ser associada a caminhos fósseis e, portanto, esta artéria tem sido considerada como uma das mais antigas de Carnide. No entanto, a identificação de dezanove silos ao longo do seu troço, dois dos quais no lado Oeste, encontrados cortados junto ao fundo, parece inviabilizar essa hipótese. Por um lado, esta rua foi alvo de uma grande transformação topográfica, possivelmente também no século XIX, e por outro a densidade de silos não leva a crer que aqui houvesse uma rua primitiva.

A configuração urbana e viária atual não se parece coadunar com o que seria a antiga ocupação do local como sítio de armazenagem densamente ocupado. Tendo existido caminhos ou parcelas articuladas com a exploração ou propriedade destas estruturas, seria pouco provável a edificação habitacional ou outra no mesmo espaço ou mesmo a existência de vias que permitissem a fácil circulação de carros de tração animal e pessoas. Neste sentido, a mancha de dispersão de silos registada permite abrir a discussão em torno do urbanismo antigo do sítio de Carnide.

No fundo todos estes vestígios arqueológicos eram expectáveis, o que não se previa era a elevada quantidade de silos, que demonstra que Carnide foi um local importante para a produção e armazenamento de cereais, bem como as novidades perspetivadas para a história da evolução do urbanismo de Carnide.

4. CONCLUSÃO

A título de conclusão, no estado atual do estudo que tem vindo a ser desenvolvido desde o início desta intervenção arqueológica, resta apontar pistas de investigação para o futuro para concluir que está quase tudo por fazer.

Relativamente ao urbanismo de Carnide, há muito a explorar sobre a localização da aldeia primitiva, em relação ao terreiro dos silos, à Igreja de São Loureço, à Ermida do Espírito Santo e respetivos cemitérios.

Relativamente aos silos, há toda uma pesquisa arquivística por fazer que esclareça sobre a sua origem, propriedade e razões para o abandono aparentemente rápido.

O tratamento do espólio exumado do interior dos silos, que se encontra numa fase inicial, contribuirá para reconstituir o quotidiano da população de Carnide nos séculos XVI e XVII, tanto dos privilegiados como dos humildes.

FONTES CARTOGRÁFICAS

Planta Topográfica de Lisboa: *Plantas 5Q e 6Q* [Serviço de Obras Públicas / 3ª Repartição; Direcção de J. A. V. da Silva Pinto; Desenhada por D. Florez, Lisboa], de 1908.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, António de Sousa (1977) – *O Santuário da Luz: Glória de Carnide*. Lisboa: edição de autor.

AZEVEDO, Pedro (1905) – Urraca Machado, dona de Chellas. *Archivo Histórico Portuguez*, volume III, pp. 1-33.

BATISTA, Soraia Lorena (2013) – *Relatório Antropológico da Escavação do Largo do Coreto e Estudo Laboratorial do Material Osteológico Exumado (Carnide, Lisboa)*. Policopiado.

CALADO, Maria; FERREIRA, Vítor Matias (1991) – *Lisboa: Freguesia de Carnide*. Lisboa: Guias Contexto.

CASTILHO, Júlio de (1935) – *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, volume. I, Lisboa, CML, 2ª ed.

CONSIGLIERI, Carlos *et alii* (1993) – *Pelas Freguesias de Lisboa (Benfica, Carnide, Ameixoeira, Charneca e Lumiar)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

DIOGO, A. M. Dias; ; VITAL, Nestor Fatia (1998) – Estudo das moedas encontradas nos silos do Largo do Jogo da Bola. *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, 2ª série, 6, pp. 49-52.

GONÇALVES, Julieta da Cunha (1994a) – Carnide (palácio dos condes de). In SUCENA, Eduardo; SANTANA, Francisco, eds. – *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa: Lisboa94, pp. 213-214.

GONÇALVES, Julieta da Cunha (1994b) – Santa Teresa de Carnide (convento de), In SUCENA, Eduardo; SANTANA, Francisco, eds. – *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa: Lisboa94, pp. 854-855.

JORGE., Maria Júlia (1994) – Carnide (sítio de)., In SUCENA, Eduardo; SANTANA, Francisco, eds. – *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa: Lisboa94, pp. 214-216.

MOITA, Irisalva (2000a) – Carnide o Velho: o Sítio. In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds.- *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 222-229.

MOITA, Irisalva (2000b) – Igreja de São Lourenço de Carnide. In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa.* volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 229-231.

MOITA, Irisalva (2000c) – Convento de Santa Teresa de Carnide. In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 231-235.

MOITA, Irisalva (2000d) – Quintas Nobres da Rua do Norte, Quinta dos Azulejos, Quinta da Marquesa, Quinta das Barradas. In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 235-238.

MOITA, Irisalva (2000e) – Palácio dos Condes de Carnide. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte (coord. M. Maia Ataíde e M. Micaela Soares), Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 238-241.

MOITA, Irisalva (2000f) – Quinta do Bom Nome (Quinta do Sarmento). In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 241-242.

MOITA, Irisalva (2000g) – Quinta da Boa Vista (Casal do Falcão). In ATAÍDE, M. Maia; SOARES, M. Micaela, eds. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 243-244.

PEREIRA, Gabriel (1910) – Notícias de Carnide (1898). In PEREIRA, Gabriel, *Pelos Subúrbios e Vizinhanças de Lisboa*, Lisboa: Clássica Editora, pp. 87-146.

PEREIRA, José Baptista (1914-1916) – Memórias de Carnide. *O Instituto: Revista Scientifica e Literária* , volumes 61-63, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Figura 1 – Sondagem de diagnóstico no lado Este do Largo do Coreto, atravessada por uma vala de cabos elétricos, mostrando seis silos.

Figura 2 – Aspeto de um silo em fase de escavação, observando-se a tampa e espólio arqueológico em grande quantidade.

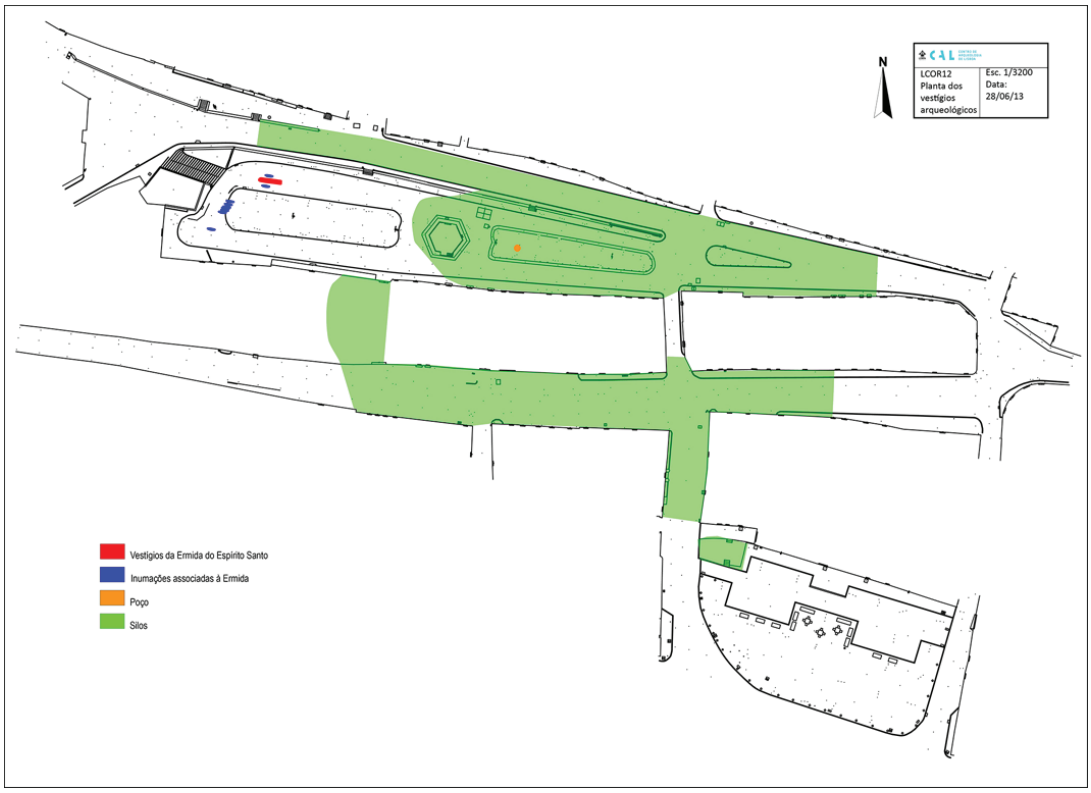


Figura 3 – Implantação das estruturas e contextos identificados na intervenção arqueológica.

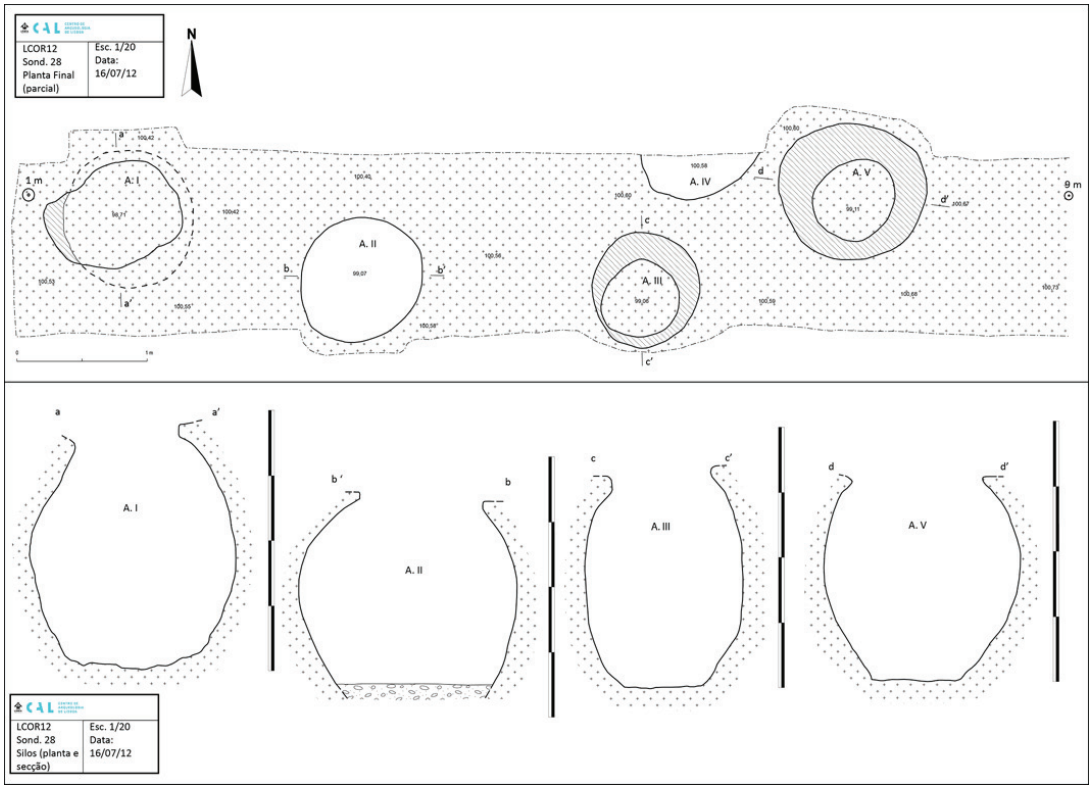


Figura 4 – Registo gráfico de quatro dos treze silos identificados na sondagem 28, no lado Norte do Largo do Coreto.

Figura 5 – Conjunto de peças de cerâmica comum, vidrada, pintada a branco, brunida e modelada e pedrada.

Figura 6 – Conjunto de peças em cerâmica esmaltada, faiança, porcelana, majólica, reflexos metálicos e outros objetos de uso quotidiano.

A EVOLUÇÃO DE UM CONTEXTO HABITACIONAL DE IDADE MODERNA, NO BECO DAS BARRELAS, ALFAMA

Filipe Santos Oliveira / Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) – Assistente de investigação / filipe.alexandre.so@gmail.com
Vasco Alexandre Correia Noronha Vieira / Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP) – Assistente de investigação / vav@sapo.pt

RESUMO
Os autores apresentam o contexto habitacional de um arqueossítio, em Idade Moderna, da cidade de Lisboa. O sítio do Beco das Barrelas em Alfama, localizado numa área de longa ocupação humana, sofreu durante a Modernidade um conjunto de processos construtivos que resultaram no desenvolvimento de um espaço habitacional, cujo traçado, em alguma medida, sobreviveu até aos nossos dias. O local destaca-se pela preservação no registo estratigráfico de múltiplos vestígios estruturais dos diferentes momentos de ocupação e fases de remodelação do espaço e os respectivos conjuntos materiais. Procura-se assim caracterizar a evolução do espaço ao longo da sua história ocupacional, e com recurso a dados contextuais estratigráficos, definir cronologias para estas transformações.

ABSTRACT
The autors present an archaeological site containing a habitacional context of Modern Age Lisbon. The Beco das Barrelas in Alfama, located in an area marked by a prolonged human presence, suffered during the Modern Age a series of transformations that resulted in the development of a living quarter, whose frame, survived, in some extent to this day. This place stands out for having preserved in its stratigraphy several structural remains, from the different occupational stages and architectural changes, together with a vast collection of household materials. It's our objective to analyse the evolution of this place throughout its history the Modern age, to this day, with the help of the structural data and the materials, and define chronologies for these transformations.

1.

O foco do presente estudo é um sítio lisboeta onde os trabalhos arqueológicos expuseram um contexto habitacional moderno, um caso particular, que apresentava preservado na sua estratigrafia um claro registo da evolução do edificado. As estruturas exumadas e a cultura material recuperada foram posteriormente analisadas (Oliveira, 2012), o que permitiu obter um conhecimento algo detalhado da sua história ocupacional.
Ao longo deste trabalho tentaremos apresentar uma perspectiva da evolução deste edificado, desde a sua formação até ao seu abandono, recorrendo quase exclusivamente aos dados arqueológicos, devido ao cariz inexistente ou parcelar da informação documental referente a esta zona de Lisboa.

2. A INTERVENÇÃO

O arqueossítio do Beco das Barrelas nº.8-12 situa-se na rua do mesmo nome, junto ao Largo de S. Rafael, em Alfama, Lisboa (fig.1). O local é hoje ocupado por um edifício habitacional de quatro pisos, apresentando uma traça típica dos inícios do século XIX.
A execução de trabalhos arqueológicos resultou da necessidade de proceder à reabilitação do edifício.
A intervenção, iniciada em 2005, foi coordenada por uma equipa do Museu da Cidade, composta pelo Doutor Rodrigo Banha da Silva e pela Dr.ª Cristina

Nozes, e ainda pelo Dr. Pedro Miranda da U.P.A. Num primeiro momento os trabalhos resumiram-se à abertura de diversas sondagens de planta quadrangular ao longo da área interna do edificado, de modo a reconhecer o seu potencial estratigráfico. No entanto, entre 2008 e 2009 o espaço foi intervencionado na totalidade tendo os trabalhos contado com a participação de diversos alunos de Licenciatura de Arqueologia da FCSH-UNL, no decorrer do seu estágio prático. O restante espaço do edificado, uma área situada a SE, foi ainda intervencionada em 2012, desta vez apenas pela Dr.ª. Cristina Nozes e pelo Dr. Pedro Miranda (fig.2).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Os trabalhos permitiram expor um complexo registo estratigráfico, muito exemplificativo da longa diacronia ocupacional que marcou esta área da cidade de Lisboa, e dos quais o espaço moderno é indissociável. Os testemunhos mais antigos correspondem a vários silos escavados no substrato geológico, desactivados e selados aquando da expansão da cidade para os seus arrabaldes. Os materiais recolhidos do seu interior colocam este processo nos finais da ocupação islâmica ou inícios do período cristão, momento a partir do qual se terá procedido à gradual urbanização deste espaço.

Neste local o processo de desenvolvimento da malha urbana terá sido fortemente influenciado pela presença da Cerca Moura, e sobretudo da Torre de S. Pedro de Alfama, e ainda pela formação da "Judiaria de Alfama", ali presente, pelo menos, desde o segundo quartel do século XIV (Schwartz, 1953, p. 59). Apenas um elemento, um grande muro de silharia exposto durante a intervenção, se demonstrou passível de ser associado a este período cronológico, embora tendo sido impossível confirmar a natureza do espaço em que estaria incluído. A ligação com o espaço da judiaria plausível, sendo até relacionável com a Sinagoga, que alguns autores apontam para este espaço (Schwartz, 1953, pp. 60-61). Esta edificada durante o reinado de D. Fernando I foi mandada encerrar por este, em 1374, por os seus rituais perturbarem o funcionamento da Igreja de S. Pedro de Alfama (Silva, 2008, p. 248).

A desactivação do templo terá promovido a integração do espaço na malha urbana, existindo referências de que o edifico terá sobrevivido até aos inícios do século XVI (Silva, 1987, pp. 120-121).

O desenvolvimento da área terá prosseguido, sendo que o Largo de S. Rafael, em finais no último quartel do século XVI, mostrava um urbanismo orgânico muito desenvolvido, como é visível na Gravura de Leiden. Aqui pudemos observar um aglomerado de casas com três pisos, mostrando telhado de duas águas, e fachadas rectas marcadas por duas janela. No entanto, e contrariando estas fontes, o arqueossítio do Beco das Barrelas parece ter estado desocupado neste momento, tendo sido do espaço localizado a SE do arqueossítio, o actual edifício nº.12 do Beco das Barrelas, na altura ocupado nesta fase, donde partiu o seu processo de desenvolvimento.

4. O CONTEXTO HABITACIONAL

Formação – fase I

O desenvolvimento da área do Beco das Barrelas iniciou-se aquando do entulhamento e nivelamento do espaço, com vista ao preparar do terreno para a edificação posterior. Os sedimentos aqui usados apresentavam grande número de fragmentos cerâmicos, proveniente de descartes domésticos, os quais, misturados com cal, atribuíam maior consistência ao pavimento. A cultura objectual recuperada (fig.3a) mostra grande diversidade, incluindo peças de cozinha e serviços de mesa em barro vermelho, os ocasionais alguidares e penicos de superfícies vidradas, e ainda produções mais finas como a faiança portuguesa, os vidrados de sal alemães e a porcelana chinesa, sobretudo de período Wan-li. Este acervo associado a um ceitil de D. Sebastião recuperado de entre estes níveis, permitiu colocar o início dos trabalhos de construção nas primeiras décadas do século XVII.

O espaço, após a preparação do terreno, foi calcetado com seixo basáltico de pequena e média dimensão, tendo a sua disposição tido em consideração a inclinação natural do terreno (NO-SE) (fig.4). Este processo construtivo esteve, segundo a nossa perspectiva, fortemente ligado à integração da área do Beco das Barrelas nº.8 num espaço habitacional, mais alargado, com base o compartimento quadrangular a SE. Uma evidência a favor desta proposta será a inclusão no centro da calçada de uma pequena vala de escoamento, no sentido NE-SO, disposta de forma a desviar as águas pluviais da entrada desse espaço.

A incorporação deste espaço, como uma área aberta, dentro de um contexto habitacional superior, parece ser a materialização do modelo de casa de pátio

interior. O espaço calcetado formaria assim uma área aberta, mas interior, provavelmente fechada por emparedamentos ou muros, formando assim um compartimento privado, onde, interessantemente, é possível observar duas estruturas opostas, em argamassa e tijoleira, de forma paralelepipédica, que funcionariam provavelmente como bancos, denotando um cariz lúdico.

O desenvolvimento do espaço – fase II

O espaço do Beco das Barrelas seria posteriormente readaptado, à medida que o desenvolvimento da habitação prosseguia. Este processo parece ter sido iniciado com a substituição da anterior calçada de seixos por um novo piso, este agora em terra batida e argila. O novo pavimento foi colocado directamente sobre o anterior, tendo, à semelhança da primeira fase, sido utilizados lixos domésticos na sua consolidação. Estes eram compostos por cultura material característica do segundo quartel do século XVII (fig.3b), permitindo-nos assim datar esta modificação.

Prosseguindo com a transformação do espaço foram colocadas cinco dormentes de mós desactivadas, dispostas ao longo da área, as quais terão sido usadas na sustentação de um segundo piso. Um lance de escadas foi também acrescentado na parede NO do compartimento, permitindo assim o acesso ao piso superior. O espaço foi ainda compartimentado, por meio da colocação de tabiques de madeira apoiados nos postes de sustentação do segundo piso, formando assim uma divisão sub-quadragular, de maiores dimensões, definida como C.1, que apresentava ligação com o edifício a SE e a entrada para o vão de escadas. Outra de perfil rectangular, o C.2, a Norte do primeiro e a este ligado por uma porta. O C.3 é um pequeno espaço de planta rectangular, ligado ao C.1, e localizado sob as escadas. Esta nova disposição do arqueossítio parece reflectir uma alteração da lógica ocupacional, com a área calcetada a perder o seu propósito e a ser reorganizada e integrada na habitação.

O novo edifício apresentaria uma tipologia semelhante às registadas por Hélder Carita no Bairro Alto, mostrando dois ou mais pisos de compartimentos estreitos e compridos (Carita, 1994, p.107), algo comum em áreas de grande densidade populacional. A sua área ficou registada na Planta de Lisboa, produzida por João Nunes Tinoco, em 1650, sendo possível notar que grandes semelhanças com aquela que apresentará em fases posteriores.

Reformulação do espaço – fase III

A organização definida na segunda fase do edificado foi, *grosso modo*, mantida aquando do novo processo construtivo. Este caracterizou-se pelo manter da disposição dos compartimentos sendo, no entanto, os tabiques substituidos por emparedamentos de argamassa e tijolo sobre estruturas de madeira (fig.8). As diferentes divisões foram ainda repavimentadas, tendo nos espaços de maiores dimensões, o C.1 e o C.2, sido colocado um pavimento de seixo rolado, enquanto no C.3 e num dos cantos do C1 foram construídos pavimentos de tijoleira (fig.5). Estes trabalhos parecem ter ocorrido durante as primeiras décadas do século XVIII, tendo sido recuperada entre os pavimentos uma moeda de D.João V, cunhada em 1727, cuja datação confirma a cronologia do acervo material recolhido.

As alterações observadas nesta fase parecem demonstrar que a lógica previamente observada, de aumento da área habitacional através da expansão do espaço "coberto" do edificado, foi nesta fase alterada. Agora os seus ocupantes parecem focar-se na qualidade do próprio espaço habitacional, através do reforço da estrutura interna dos compartimentos, trocando as divisórias perenes por emparedamentos mais robustos, o que permitiu também uma melhor sustentação do piso superior, como é possível observar na nossa proposta de reconstituição (fig.7), o que poderá indicar que este também terá sofrido alterações. O reformular dos pavimentos reflecte uma lógica clara de organização espacial, sendo os compartimentos maiores, provavelmente áreas comuns calcetadas e os menores funcionando como espaços de armazenamento apresentavam tijoleira, ao mesmo tempo que representa uma tentativa de tornar o espaço habitacional mais salobro.

O espólio recuperado desta fase demonstra que as alterações observadas na organização do edificado foram acompanhadas por mutações na cultura material dos seus ocupantes (fig.3c), de que se destaca a substituição dos serviços de mesa em barro vermelho, por pratos e taças em faiança portuguesa, ou a adopção de novos hábitos lúdicos como o consumo de tabaco, indicado pela presença de vários cachimbos de grês holandeses.

Consolidação do espaço – IV fase

Representando o consolidar do processo até agora observado, durante esta fase o espaço é submetido a duas alterações. A disposição dos compartimentos,

quer a sua organização como a sua natureza é mantida inalterada, com a excepção do C.1, que foi repavimentado com um soalho em tabuado de madeira, cujo negativo ficou totalmente preservado na estratigrafia do local (fig.6), e o C.3, a dispensa, onde o anterior pavimento em tijoleira foi substituído por outro de terra batida. O C.2 não apresentou alterações tendo a calçada de seixos, colocada no terceiro momento, sido mantida aparentemente intacta.

A remodelação do espaço habitacional observada nesta fase poderá resultar de uma modificação na funcionalidade de alguns dos compartimentos desta habitação. A colocação do chão em soalho de madeira no C.1 estará provavelmente associada com a transformação desta divisão numa área de cariz residencial (fig.8), onde um tabuado de madeira apresentaria vantagens sobre uma calçada de seixo, permitindo uma maior conservação térmica, e em geral criando um espaço habitacional mais apropriado.

Em relação ao C.3, os trabalhos arqueológicos permitiram compreender que um momento destrutivo, um incêndio, que deixou profundas marcas no pavimento em tijoleira, tendo, interessantemente, os ocupantes deste espaço optado por substituir por outro em terra batida.

O fim desta fase foi marcado por um evento destrutivo cuja consequência foi a desactivação do espaço. O registo estratigráfico mostrava marcas de incêndio e indícios de danos estruturais, tendo sido expostas grandes unidades de cinza e muita cerâmica de construção e argamassas, o que associado à preservação *in situ* de muitos vestígios, como duas talhas no canto NO do C.2, enterradas pelos entulhos, ou o conjunto de peças em ferro[1], ainda arrumadas no C.3, evidenciando um processo de destruição rápido. A cultura material recuperada de entre os entulhos (fig.3d) em associação com um numisma de D. José, datado de 1757, recuperado de entre os níveis de entulhamento deste contexto, permite-nos supor que estes danos foram causados pelo terramoto de 1755.

Após este evento a habitação foi mantida a uso, tendo sido colocado um pavimento de calçada sobre os entulhos, aparentemente até aos finais do século XVIII ou inícios do século XIX. Eventualmente o espaço foi abandono sendo substituído pelo edifício actual, o qual aproveitou a planta do espaço original, aspecto visível no interior do C.3, onde é observável a sobreposição das paredes-mestre de ambas as casas. No entanto, é igualmente possível notar algumas modificações estruturais ainda hoje presentes, como o vão do portão,ou o arco que se encontra sobre o perfil SE, já típicas dos finais do século XVIII e inícios do XIX.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu-nos conhecer um pouco do complexo desenvolvimento de uma habitação na cidade de Lisboa durante a Modernidade. Ao longo da formação deste contexto, desde os inicios do século XVII até aos meados do século XVIII, a iniciativa privada demonstrou-se como o principal catalizador de mudança. Quer representada pelas pequenas alterações ao edificado produzidas ao longo de gerações, como pelas grandes modificações que afectaram a própria malha urbana do largo de S. Rafael, este factor demonstrou determinante no processo evolutivo deste arqueossítio, algo fascinante quando consideramos que provêm dos estratos mais baixos da sociedade.

No entanto este arqueossítio também demonstra a importância na formação do registo arqueológico da casualidade, na forma de eventos inesperados, tão comuns à existência humana, que obrigam a alterações de planos ou objectivos. Aqui o exemplo dominante será a transformação observada no C.3 na transição da III para a IV fase, onde a destruição de um pavimento obrigou à sua substituição por outro tecnologicamente inferior.

No geral o Beco das Barrelas demonstrou-se como um interessante objecto de estudo, fornecendo muita informação sobre esta tipologia de contexto, no entanto, não podemos deixar de afirmar que o processo aqui estudado é representativo de um conjunto de eventos particulares a um sítio, o que dificulta a sua extrapolação para a generalidade da sociedade portuguesa de Idade Moderna.

Esta situação não retira importância aos dados obtidos do seu estudo, devendo sim ser encarados como mais um contributo para o nosso conhecimento da cidade de Lisboa de Idade Moderna, e do *modus vivendi* das comunidades que a habitavam.

1. O conjunto incluía umacomplexa parafernália, mostrando dois caldeirões, um machado, uma pá, pregos de diversas dimensões, um aro, pertencente e uma tina de madeira, uma faca, e algumas balas de canhão de pequena dimensão.

BIBLIOGRAFIA

CARITA, Hélder (1994) – *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos,* 2ª edição, Câmara Municipal de Lisboa.

OLIVEIRA, Filipe Santos, (2012) – *Espólio de Idade Moderna do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa* (Dissertação de Mestrado), Lisboa: FCSH-UNL (http://hdl.handle.net/10362/9244).

SILVA, Carlos Guardado da Silva, (2008) – *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Edições Colibri, Lisboa.

SILVA, Augusto Vieira da Silva, (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol.II, Lisboa.

SCHWARTZ, Samuel, (1953) – A Sinagoga de Alfama. *In*: *Revista Municipal*, nº.56, ano XIV, Lisboa, pp. 57-61.

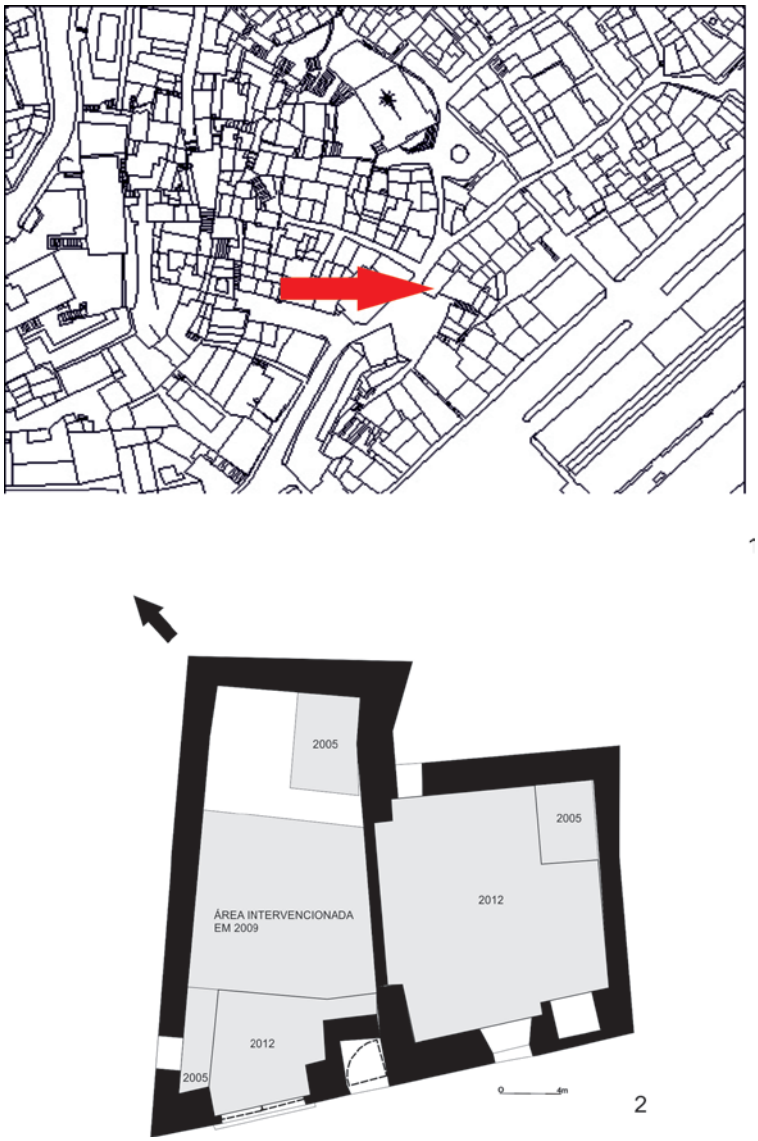


Figura 1 – 1) Planta do Largo de S. Rafael – Alfama, com Beco das Barrelas, nº8 assinalado (Fonte: CML). 2) Planta do nº8, com as áreas intervencionadas assinaladas.

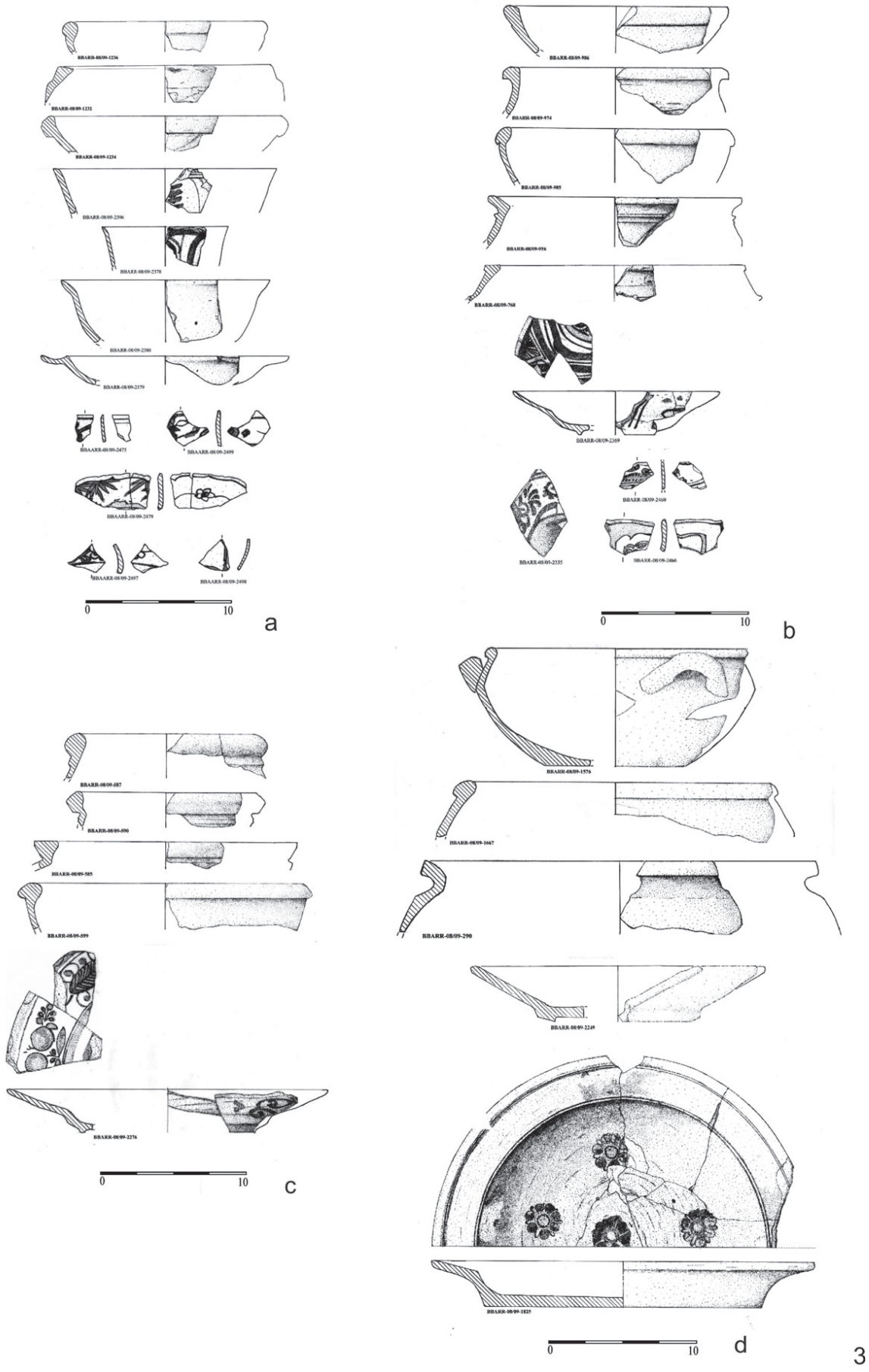
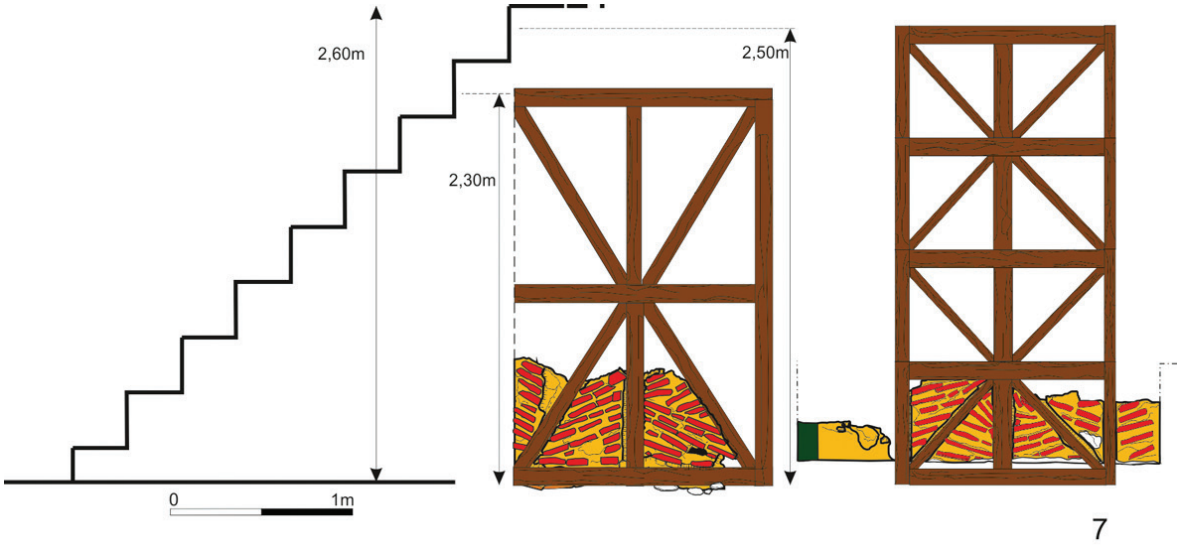


Figura 2 – Cultura Material: a) Fase I; b)Fase II; c) Fase III; d) Fase IV.

Figura 3 – 4) Planta da fase I; 5) Planta da fase III; 6) Planta da fase IV.



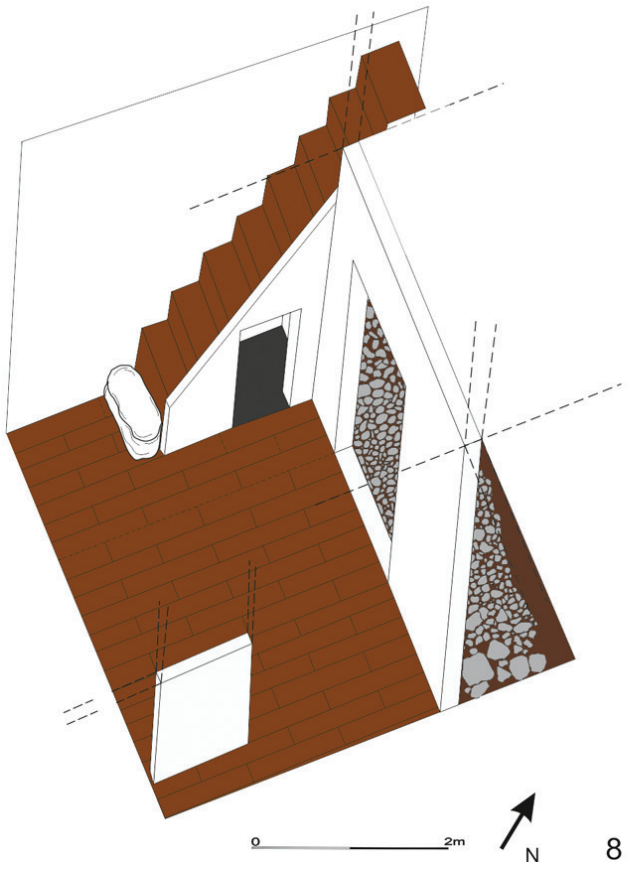


Figura 4 – 7) Proposta de reconstituição dos tabiques e das escadas, fase III, com base nos negativos to travejamento e dos degraus apresentados; 8) Proposta de reconstituição da área, Fase IV.

A MEMÓRIA DE UM ESPAÇO URBANO – TRABALHOS DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO NA REABILITAÇÃO DO N.º 2 DA RUA DA SAUDADE (FREGUESIA DE SANTIAGO, LISBOA)

Sara Prata / Arqueóloga, Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa / saramseprata@hotmail.com
Diana Dias / Arqueóloga / dianaah.dias@gmail.com
Fabián Cuesta-Gómez / Arqueólogo, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León / jfabian.cuestag@usal.es

RESUMO

O presente artigo trata questões de arqueologia de salvaguarda em meio urbano. Tomamos como ponto de partida os trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados durante a recuperação de um edifício no coração histórico de Lisboa: o n.º2 da Rua da Saudade. O objectivo deste artigo é dar a conhecer os vestígios arqueológicos identificados e também apresentar algumas medidas que podem ser aplicadas em projectos de reabilitação urbana. Pretendemos garantir que o conhecimento obtido através dos achados arqueológicos identificados em obras no centro das cidades é de alguma forma conservado na nova paisagem urbana.

ABSTRACT

The present paper considers matters of rescue archaeology in urban areas. Our starting point was the development-led archaeology works that took place during the rehabilitation of apartment building number 2 of Saudade Street (Lisbon). We aim to bring to light our findings and also to set an example of measures that can be applied in urban development projects. Our goal is to ensure that the knowledge obtained from archaeological findings in urban centres is somehow preserved in the new urban landscape.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge na sequência dos trabalhos de acompanhamento arqueológico da obra de reabilitação realizada no edifício n.º 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa), realizados entre 2011 e 2012. O objectivo deste artigo é dar a conhecer os nossos resultados e também expor algumas medidas que podem ser aplicadas em projectos de reabilitação urbana,assegurando assim que os resultados obtidos a partir dos trabalhos arqueológicos são de alguma forma mantidos na nova paisagem urbana.

O imóvel agora em análise localiza-se na zona histórica de Lisboa, inserindo-se numa área de Nível II (segundo os Indicadores de Monitorização do Plano Director Municipal de Lisboa) e ainda nas imediações da Zona Especial de Protecção do Teatro Romano de Lisboa (monumento classificado: Z.E.O, D.G., 2ª série, n.º71 de 25/3/1996).

Os trabalhos realizados para requalificação do edifício, datado de 1870 na sua forma actual, foram condicionados pelo Plano Director Municipal de Lisboa e ainda pelo Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo. Consequentemente, embora o interior da estrutura viesse a sofrer profundas alterações, a aparência da fachada foi integralmente mantida. A presença de um arqueólogo em obra foi obrigatória em todos os trabalhos que implicaram revolvimento do subsolo ou afectação do edifício original.

Importa ainda referir a realização de três campanhas de trabalhos arqueológicos previamente efectuados pela empresa ERA Arqueologia S.A na área do edifício. Durante estes trabalhos foi possível iden-

tificar pelo menos três momentos estratigráficos distintos: um nível romano, um nível de ocupação pré-pombalina e níveis de aterros contemporâneos embora estes últimos afectassem profundamente os anteriores (Ferreira, 2004; Brazuna, 2005 e 2006). Estes três factores – a localização do edifício, a antiguidade do imóvel e os resultados obtidos nos trabalhos arqueológicos anteriores – ajudaram a reforçar a importância de assegurar um acompanhamento arqueológico continuado na obra de reabilitação do edifício e nortearam as nossas opções metodológicas.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As áreas intervencionadas bem como a profundidade de escavação atingida foram sempre limitadas pelas cotas de afectação do projecto o que dificultou a leitura da estratigrafia e a análise dos vestígios identificados.

Por motivos de organização dividimos o espaço em *locus* funcionais, individualizando cada um com uma centena estratigráfica própria, garantindo assim uma sequência de registo autónoma. Esta medida facilitou a documentação em *locus* que não foram escavados de forma contínua e foi especialmente útil quando vários *locus* estavam a ser intervencionados em simultâneo, evitando duplicidade de registo.

A própria estrutura do edifício foi alvo de acompanhamento arqueológico. Esta medida deveu-se ao interesse histórico – inerente à antiguidade do imóvel e à possibilidade de serem detectadas preexistências construtivas na edificação – mas também devido à proximidade com o teatro romano. A possibilidade de existirem reaproveitamentos de elementos arquitectónicos, provenientes do monumento romano, foi um dado que tivemos em conta. Realizou-se o levantamento fotográfico de todas as paredes e foi devidamente registada a presença de reaproveitamentos arquitectónicos inseridos no seu interior. Todos os trabalhos de demolição foram também acompanhados por um arqueólogo.

3. A EVIDÊNCIA ARQUEOLÓGICA

Os resultados obtidos durante os trabalhos de escavação foram condicionados pela própria geografia do local, já que o edifício se encontra entre duas colinas, e também pela presença dos níveis de aterro criados a partir dos escombros do terramoto. Consequentemente, a estratigrafia identificada apresenta um elevado nível de revolvimento, dado suportado pela constante convivência de espólio cerâmico de cronologias díspares. Iremos focar-nos nas duas áreas onde identificámos vestígios parcialmente conservados: o *locus* do *Restaurante* e o *locus* do *Jardim* (Figura 2).

Os trabalhos realizados no *locus* do *Restaurante* corresponderam à escavação para implantação da estrutura periférica de contenção do edifício: *sapatas I* a *VI*. Após a remoção do pavimento actual foi possível constatar que este assentava directamente sob o substrato geológico em quase toda área do *Restaurante*. As unidades estratigráficas aqui identificadas correspondem aos níveis de enchimento das sapatas do imóvel, exibindo materiais cerâmicos contemporâneos da construção do edifício. No entanto, foi também possível identificar materiais de cronologia anterior, certamente fruto da remoção de terras próximas para enchimento. Apenas no canto Sudeste deste *locus* se documentaram níveis anteriores à construção do edifício. Ao escavar a *sapata I* identificou-se um muro com orientação Este-Oeste e o que parece ser outra estrutura murária com orientação Norte-Sul. As áreas intervencionadas para a colocação das *sapatas II* e *III* foram essencialmente escavadas no substrato geológico. No entanto, na abertura da *sapata IV* foram detectados vestígios estruturais, nomeadamente a esquina de um outro muro. É possível que estas estruturas estejam de alguma forma relacionadas com as identificadas na *sapata I*, devido à composição semelhante destes muros: argamassas amarelas, pedras mal afeiçoadas e/ou não afeiçoadas de todo, estuques brancos nas faces interiores. Todas estas estruturas assentam directamente sobre o estrato geológico e foram afectadas com a construção do edifício actual. Durante a escavação da *sapata V* identificou-se uma caixa colectora de esgoto delimitada por lajes pétreas e cimento inserida no estrato geológico, muito provavelmente contemporânea da construção do Restaurante[1]. Após o levantamento da laje pétrea que constituía o seu limite inferior foi detectada uma mancha de terras castanhas muito escuras encostada ao corte Sul da caixa (Figura 3.2). A escavação do seu interior revelou restos de fauna malacológica e algum material cerâmico. Esta unidade

1. A construção do restaurante *O caminho do Castelo* no rés-do-chão, pela firma Casimiro, José & Manuel, Lda. decorreu entre 1977 e 1980.

estratigráfica estava delimitada no substrato rochoso, tendo uma profundidade máxima de apenas 35 cm (Figura 3.3).

Acreditamos que esta unidade consiste na base de uma estrutura negativa, que terá sido destruída durante os trabalhos de nivelação do substrato para a construção desta área do edifício. Os fragmentos cerâmicos identificáveis recolhidos nesta unidade são coerentes com as produções de época medieval islâmica. Pensamos poder tratar-se do fundo de um silo, amortizado como lixeira[2]. Devido ao mau estado de conservação das estruturas identificadas no *Restaurante*, não foi possível averiguar a existência ou ausência de uma relação directa com a estrutura negativa.

As escavações realizadas no *locus* do *Jardim* prenderam-se com a necessidade de remodelar o paredão que sustenta o patamar onde seria construído o actual duplex. Durante a escavação desta área foi possível identificar um conjunto de estruturas que correspondem aos vestígios de um edifício anterior (Figura 4).

As estruturas apresentam um relativo nível de robustez, sendo construídas essencialmente em blocos de pedra de média e grande dimensão, travados com argamassa amarela esbranquiçada e apresentando alguns elementos de tijolo no enchimento. As paredes desta estrutura quadrangular apresentam-se estucadas, constituindo possivelmente o compartimento interior de um edifício de dimensões superiores às conhecidas. Esta ideia é reforçada pela presença de uma escadaria na face Oeste exterior do compartimento. A profundidade atingida na escavação desta área pôde apenas ultrapassar em 30 cm aquela imposta pela cota de afectação da obra, não sendo possível atingir o nível de ocupação deste espaço nem tão pouco a base das estruturas identificadas. Os níveis aqui escavados apresentaram materiais de época moderna. A presença frequente de nódulos de argamassa e de muita quantidade de telhas sugere que tenhamos escavado apenas o nível de amortização do compartimento que terá sido aterrado aquando da construção do edifício actual.

No extremo Sul da área do *Jardim* foi demolido o muro exterior que separa esta área do Beco do Bugio. Após a sua demolição identificaram-se os vestígios de uma estrutura de construção muito semelhante ao conjunto anteriormente referido, podendo ser parte do mesmo edifício de época moderna. Depois de demolida esta estrutura foi possível observar o vestígio de um pavimento de seixos rolados. A sua camada de assentamento parece continuar para Oeste, no entanto o seu mau estado de conservação impossibilita a interpretação segura da sua funcionalidade, sendo possivelmente o pavimento de um espaço exterior (Figura 3.4).

4. O ESPÓLIO

Começaremos por apresentam os materiais identificados durante o acompanhamento das demolições. A demolição dos muros internos do edifício revelou um conjunto de elementos pétreos reaproveitados, sendo na sua maioria blocos afeiçoados sem nenhuma característica individualizante que permita atribuir cronologias ou procedências prévias. No entanto, existem uma série de elementos reconhecíveis. Destacamos uma imposta do século XVI e um conjunto de elementos trabalhados, possivelmente de época moderna, que parecem corresponder a molduras de portas e janelas. O exemplar mais relevante trata-se sem dúvida de um fragmento em forma de joelho com drapeado parcial esculpido em mármore branco (Figura 5). A sua elevada semelhança geológica com outros elementos de estatuária permite-nos afirmar que seria parte de uma escultura do conjunto decorativo do teatro romano de Lisboa. Recuperámos ainda um tambor de coluna em mármore rosado com um diâmetro e uma altura de cerca de 42cm que poderá igualmente pertencer ao aparato arquitectónico do teatro romano[3].

O espólio arqueológico recuperado durante o acompanhamento da obra foi muito abundante. Quase todo este material é atribuível às épocas moderna e contemporânea, existindo alguns fragmentos de épocas declaradamente anteriores.

O espólio apresentado consiste numa pequena amostragem dos materiais recolhidos durante o acompanhamento das escavações. Foi possível constatar que a percentagem mais significativa de fragmentos cerâmicos é atribuível à época moderna. Do conjunto de fragmentos identificáveis desta cronologia destacam-se as peças de cerâmica comum e cerâmi-

2. Conhecem-se para a área de Lisboa paralelos de silos de cronologia islâmica, escavados no substrato rochoso com níveis de lixeira (Calado e Leitão, 2005).

3. Agradecemos à Dra. L. Fernandes pelo apoio com a análise dos materiais arquitectónicos.

ca comum vidrada de uso quotidiano. Embora consistam essencialmente em fragmentos de recipientes de armazenamento e de cozinha, destacamos um conjunto de quatro candeias trilobadas (Figura 6.3). Ainda para esta cronologia, em percentagens muito inferiores, foram identificados alguns fragmentos de faiança portuguesa e de porcelana de importação chinesa. Estes materiais carecem ainda de um estudo aprofundado que permita a atribuição de cronologias finas. Foram ainda recuperados vários azulejos de época moderna dos quais alguns exemplares de aresta, procedentes de oficinas sevilhanas do século XVI (Domínguez Caballero, 1998). Identificámos ainda fragmentos de cachimbos, produções locais em cerâmica comum e produções inglesas em caulino (Calado, Pimenta & Silva, 2003). Referimos ainda a identificação de uma panela manual, das designadas peças de cerâmicas primitivas, possivelmente do século XVII (Barro & Cardoso, 2008).

No que diz respeito aos materiais de época contemporânea os fragmentos mais abundantes são, sem dúvida, os elementos de cerâmica industrial. Assinalamos os fragmentos das típicas produções de cerâmica da Fábrica de Sacavém mas também exemplares de importação de produção inglesa, dos centros de produção de Leeds e Staffordshire, datáveis de finais do século XVIII. Destacamos um conjunto de fragmentos em *Basaltware* com pequenos gatos metálicos, demonstrando a preocupação em manter a integridade deste exemplar do século XVIII, também de procedência inglesa (Figura 6.4). Para esta cronologia identificámos uma quantidade considerável de materiais em vidro, e ainda alguns objectos metálicos de uso quotidiano.

Os únicos materiais recuperados de um nível arqueológico estanque são os do possível fundo de silo identificado no *Restaurante*. O fragmento melhor conservado consiste num bordo com arranque se asa de uma jarra em cerâmica comum, de pasta cinzenta, decorada com linhas pintadas a branco. Trata-se de uma peça tipicamente islâmica, do século XI (Calado & Leitão, 2005 p. 466) (Figura 6.2). Referimos que em outras zonas de aterro escavadas durante os trabalhos em obra se identificaram fragmentos de cerâmica comum pintada e uma boca de candil também de cronologia medieval muçulmana. A presença destes materiais descontextualizados em vários pontos da obra em paralelo com a estrutura negativa identificada leva-nos a considerar a possibilidade de um espaço ocupacional muçulmano.

Surgiram também alguns materiais de cerâmica de época romana, essencialmente bojos de pequena dimensão e difícil identificação, e três fragmentos de *terra sigilatta,* um deles identificado como uma TSH Drag. 37, dos centros de produção de La Rioja (c. 70 – 110 d.C.)[4] (Figura 6.1). Estes materiais de época romana que pontualmente surgem podem-se justificar pela alteração de níveis inferiores de cronologia imperial, como consequência das sucessivas construções neste espaço.

5. MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA DO EDIFÍCIO

O facto dos trabalhos de acompanhamento nem sempre gozarem da publicidade e divulgação que os tornariam mais acessíveis faz com que exista um desconhecimento generalizado de qual o propósito dos trabalhos arqueológicos desta natureza. Acreditamos que mais do que a sua fundamental divulgação científica, devemos tentar que os resultados obtidos tenham um impacto positivo junto do público geral. Numa tentativa de fomentar esta postura procurámos encontrar formas de inserir o conhecimento obtido através dos vestígios arqueológicos recuperados na estrutura definitiva do edifício. Alguns dos elementos arquitectónicos de maior dimensão serão reentregados no novo jardim, devidamente acompanhados de uma placa explicativa, e tentaremos ainda que sejam colocados painéis nas zonas comuns do edifício onde sejam incluídos os desenhos das estruturas identificadas e algumas imagens do espólio recuperado.

Estas pequenas medidas encontram muitas vezes receptividade por parte dos donos de obra – que as podem ver como formas de enriquecer o imóvel – e permitem que os contributos do acompanhamento arqueológico sejam integrados nos edifícios actuais, ajudando a manter *in situ* a memória destas ilhas de paisagem urbana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras de acompanhamento desenvolvidas nesta zona urbana permitiram-nos documentar a utilização deste espaço em quatro momentos históricos diferentes. No entanto, o carácter da intervenção, o

4. Agradecemos ao Professor Doutor R. Banha da Silva pela ajuda com a análise do espólio de cronologia romana.

comportamento geológico do substrato e as sucessivas construções existentes na área analisada, não permitiram uma caracterização individualizada das realidades presentes. A sucessiva criação de níveis de aterro e enchimentos, posteriores ao terramoto de 1755 e contemporâneos da construção do edifício de 1870, provocaram o revolvimento dos diferentes níveis arqueológicos outrora existentes e respectivo espólio associado. A informação obtida oferece-nos apenas uma versão débil e fragmentada da história deste espaço urbano. Ainda assim, existem alguns níveis estratigráficos cuja leitura nos fornece dados importantes.

Se dos níveis romanos os nossos trabalhos apenas permitiram registar espólio cerâmico descontextualizado, a presença pontual destes materiais nos níveis de aterro apenas confirma a afectação dos níveis arqueológicos mais recuados. Cabe-nos no entanto recordar a documentação de níveis conservados para esta cronologia durante as intervenções arqueológicas anteriores (Brazuna, 2006). Essa profunda alteração sofrida pelos níveis prévios é exemplificada pelo arrasamento do possível silo de época islâmica do qual nos chegou apenas o fundo da estrutura. Devemos assinalar também a documentação dos vestígios de um edifício certamente de época moderna, e de um pavimento de seixo rolados, profundamente afectados pela nivelação do solo para a construção do logradouro do prédio de 1870.

Embora com as suas limitações, a importância da divulgação científica dos resultados obtidos no acompanhamento da reabilitação do n.º2 da Rua da Saudade deve ser vista a uma escala maior. O cruzamento desta informação segmentada com dados obtidos em trabalhos análogos ao nosso aumenta o conhecimento sobre as realidades arqueológicas conservadas. Os vestígios por nós identificados são, no fundo, condutores cronológicos da ocupação deste espaço, significativos para o conhecimento do passado histórico da cidade de Lisboa.

Por fim, a integração dos resultados obtidos na estrutura do edifício reabilitado não só direcciona o público geral para a importância dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos centros urbanos como garante que a memória das ocupações anteriores, identificada no registo arqueológico, se cristaliza na paisagem urbana actual.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme (2008) – Cerâmicas manuais dos séculos XVI a XVIII de Almada, Cadaval e Cascais. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2. pp. 347-360.

BRAZUNA, Sandra (2005) – *Rua da Saudade n.º2 (Lisboa) Relatório dos Trabalhos arqueológicos*. Era – Arqueologia S.A. Texto policopiado.

BRAZUNA, Sandra (2006) – *Relatório do acompanhamento arqueológico no edificio da Rua da Saudade, n.º 2/2C*. Era – Arqueologia S.A. Texto Policopiado.

CALADO, Marco; PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo (2003) - Cachimbos de cerâmicas provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa. *Estudos Património*. Lisboa, 5, pp. 83-95.

CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco (2005) – A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, pp. 459-470.

CORREIA, Ana; SILVA, Carolina (2004) – Azulejaria de interior na Baixa Pombalina: um contributo para o seu estudo. *Revista Monumentos*. Lisboa.

DOMÍNGUEZ CABALLERO, Rosa María (1998) – Evolución del azulejo sevillano desde el siglo XIII. Técnicas. In *Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, A Coruña, pp. 139-144.

FERREIRA, Ângela (2004) – *Trabalhos arqueológicos no n.º 2 da Rua da Saudade (Lisboa), Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Era – Arqueologia S.A. Texto Policopiado.

FERNANDES, Lídia (2009) – *Intervenção Arqueológica no Teatro Romano de Lisboa de 2001 – Relatório preliminar.*Lisboa.Serviço de Arqueologia na Câmara Municipal de Lisboa.

MECO, José (1993) – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa.

MOORE, Hudson (1942) – *Theold China book including Staffordshire, wedgwood, lustre another English pottery and porcelain*. New York: JJ Little & Ives Company.

TORRES, Joana (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa.* Dissertação de mestrado em arqueologia da FCSH – UNL. Texto policopiado.

Obra n.º 9.888. Processo da Rua da Saudade n.º2, Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 1 – Localização do edifício (fonte Google Earth 2013). Fachada do edifício.

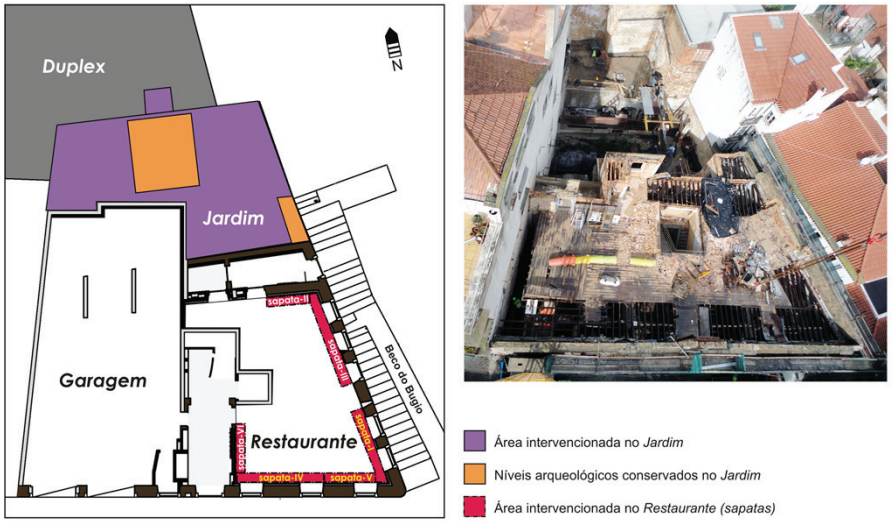


Figura 2 – Croqui do piso térreo do edifício com indicação dos *locus*. Vista superior do edifício durante os trabalhos de demolição.

Figura 3 – Vista de pormenor das estruturas identificadas durante a escavação da *sapata IV*; 2) Aspecto geral do possível fundo de silo identificado na *sapata V*; 3) Aspecto de pormenor do perfil do possível fundo de silo; 4) Vista do pavimento identificado na zona do *Jardim* contígua ao Beco do Bugio.

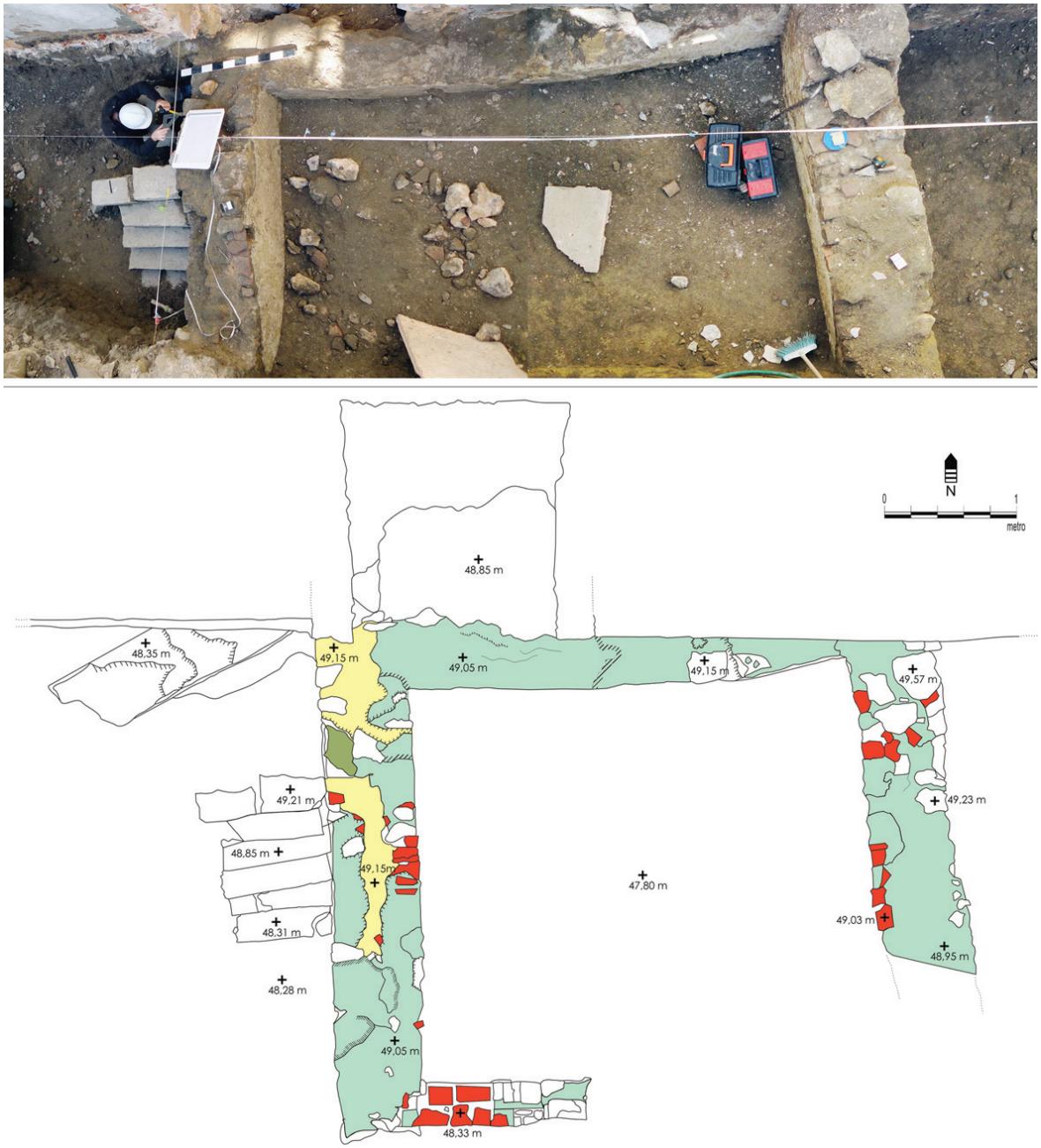


Figura 4 – Fotografia e desenho arqueológico dos vestígios do edifício de época moderna identificado na zona Norte do *Jardim* (Desenho vectorizado a partir do original de Márcio Martingil).

Figura 5 – Fragmento de elemento de estatuária de mármore em forma de joelho com drapeado.

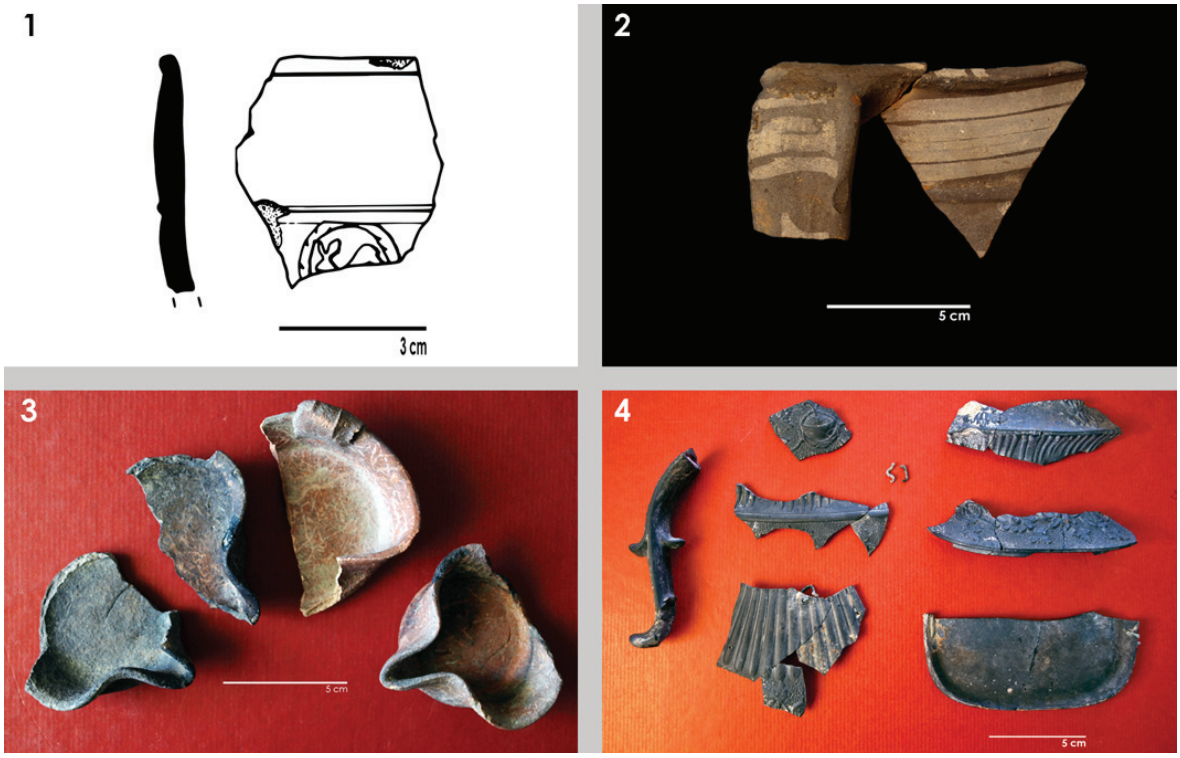


Figura 6 – Fragmento de *terra sigillata*; 2) Bordo de jarra recolhido no interior do possível fundo de silo; 3) Candeias de época moderna; 4) Fragmentos de *Basaltware* com pequenos gatos metálicos.

PÁTIO LINHEIRO, LARGO DOS TRIGUEIROS: UM EXEMPLO DA LISBOA SEISCENTISTA

André Bargão / Aluno da licenciatura em Arqueologia / FCSH-UNL / andrebargao@gmail.com
Sara Ferreira / Aluna do mestrado em Arqueologia / FCSH-UNL / sara.isabel91@hotmail.com

RESUMO

A realização de três sondagens geotécnicas no Pátio Linheiro (Largo dos Trigueiros, Mouraria), em 2010, permitiu a concretização de trabalhos arqueológicos, que possibilitaram a aferição da evolução urbanística desta zona na Idade Moderna. Colocando-se a descoberto um nível de aterro foi possível recolher um considerável e variado espólio, formado por cerâmica comum, cerâmica modelada, faiança portuguesa, porcelana chinesa e fragmentos de outras produções mais singulares, como um cachimbo de origem holandesa ou um *Martaban*. Este considerável espólio, em conjunto, aponta para segunda metade do século XVII, traçando o quotidiano da Lisboa moderna como uma cidade da Expansão, através do comércio estabelecido, não só com a Europa do Norte, mas igualmente com o Extremo Oriente.

ABSTRACT

The construction of three geotechnical surveys on the Pátio Linheiro (Largo dos Trigueiros, Mouraria) in 2010 allowed an archaeological campaign that enabled the measurement of the urban evolution in this area in the early modern period. Discovering a level of landfill, it was possible to collect a considerable and varied amount of archaeological finds. These included earthenware, Portuguese faience, Chinese porcelain and other more singular productions, such as a Dutch pipe or a *Martaban* vessel. Dated from the second half of the 17th century, these archaeological remains allow us to trace the daily life of Lisbon as a city of overseas expansion, through the established commerce with Northern Europe and the Far East.

1. INTRODUÇÃO

O Pátio Linheiro, situado no nº10 do Largo dos Trigueiros, encontra-se na actual freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, nas proximidades da Rua do Poço do Borratem, localizando-se a intervenção no tardoz da Casa de João das Regras[1]. Contudo, devido à escassa e parca documentação existente sobre o local, baseámo-nos na informação toponímica. Assim, sugere-se que este espaço urbano teria um acentuado cariz industrial, associado ao trabalho do couro, como se depreende do Beco dos Surradores.
Observando a malha urbana delimitada pela Cerca Fernandina constata-se a proximidade à porta de acesso à Mouraria de Lisboa. Júlio Castilho refere que, nas redondezas do local, estariam edificados em período moderno vários palácios, como o de São Cristóvão, o do Marquês de Tancos e o dos Caldas, persistindo como área palaciana até ao terramoto de 1755 (Castilho, 1955, pp.117). A primeira representação cartográfica do Largo dos Trigueiros após catástrofe surge no levantamento topográfico elaborado às freguesias de Lisboa nesse ano, denotando-se já a delimitação actual do pátio, que parece corresponder a um espaço privado (Figuras 1).

1. Espaço classificado como Imóvel de Interesse Público, Diário da Republica, 24 de Janeiro, 1983.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Aquando da intenção da Unidade de Projecto da Mouraria de concretizar um projecto de requalificação do Largo dos Trigueiros, que visava a construção de equipamentos de cariz sociocultural, foram levadas a cabo demolições de oito estruturas de habitação precária. O Pátio Linheiro, situado em área de grande sensibilidade, exigiu a presença de trabalhos

arqueológicos, realizados pelos arqueólogos Ana Caessa e António Marques, juntamente com a geóloga Eva Leitão, do Museu da Cidade de Lisboa. O remexímento do solo obrigou à realização de cinco sondagens, duas mecânicas (A e B), e três arqueológicas, denominadas por poços (C, D e E) (Figura 1).
O poço C, localizado nas paredes Oeste e Sul do pátio, tinha 1,50 por 1 m, atingindo 1,50 m de profundidade. Foram identificadas três camadas que, devido à recolha de materiais de construção contemporâneos, foram interpretadas como remexímento. No que diz respeito ao espólio foram recolhidos exemplares em cerâmica comum, faiança portuguesa, porcelana chinesa e azulejos contemporâneos. Foi igualmente identificada, a 1,50 m de profundidade, uma estrutura interpretada como sendo o embasamento do muro de contenção Oeste do Pátio Linheiro, sobranceiro ao logradouro do tardoz da denominada Casa de João das Regras.
No canto Sudeste do Pátio localizava-se o poço D, com 1,46 por 0,84 m, atingindo o afloramento rochoso a 0,99 m de profundidade. Foram igualmente identificadas três camadas, sendo que apenas a inferior não tinha materiais contemporâneos. No afloramento rochoso foi registada uma estrutura negativa com cerca de 0,57 m de diâmetro, cuja utilização pode ser anterior ao século XVI, tendo em conta a presença de um fragmento de majólica que, devida à sua decoração composta por paletas estilizadas em tons de azul, aponta para as oficinas quinhentistas de Deruta.
O poço E localizava-se no canto Nordeste do Pátio. De dimensões compreendidas entre 1,40 m e 1,20 m, apenas atingiu o 1,80 m de profundidade devido a questões de segurança. Neste apenas se identificou uma camada, onde foi exumada uma abundante quantidade de materiais cerâmicos seiscentistas, incluindo cerâmica comum, cerâmica fina, faiança portuguesa, porcelana chinesa e um fragmento de *Martaban*. A recolha de materiais contemporâneos comprometeu a estratigrafia do local, sugerindo um remexímento na segunda metade do século XX.

3. MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Devido à semelhança tecnológica e tipológica de boa parte das produções cerâmicas optou-se por não individualizar a proveniência no espaço intervencionado, sendo que a grande maioria do conjunto é oriunda do Poço E.

3.1. Ceramica comum

Foram recolhidos um total de 1283 fragmentos de cerâmica comum, sendo que, deste valor, 53 correspondem ao Poço C, 85 ao Poço D e os restantes ao Poço E. Todo o conjunto corresponde a peças em barro vermelho com elevada semelhança na coloração das pastas e frequência de elementos não plásticos, com predomínio de quartzos, micas e fragmentos pétreos de pequeno calibre.
Devido à grande fragmentação do espólio não foi possível atribuir uma categorização tipológica a 587 fragmentos. Nos restantes 696 destaca-se a presença de panelas (321 fragmentos), cântaros (105), pratos (67), tachos (28) e fogareiros (25). Com menor frequência foram identificadas tigelas e púcaros (13 cada), testos (12), bispotes (7), cantis (2), uma medida e uma garrafa (figura 4). Trata-se de um conjunto cuja funcionalidade relaciona-se com a cozinha (em grande maioria das formas), da própria confecção (devido à presença de marcas de fogo em fogareiros, panelas e caçoilas) e de armazenamento (cântaros).
No que diz respeito ao acabamento de superfície identificaram-se apenas dois revestimentos, o brunido e o vidrado. O primeiro corresponde aos fragmentos classificados enquanto caçoilas (50 fragmentos), o segundo aos alguidares (50) e ao pote (Figura 1). O brunido proporcionava anti aderência na confecção de alimentos e, tal como o vidrado, promovia a higienização e impermeabilização. O pragmatismo e a simplicidade funcional destas formas do quotidiano transparecem na ausência de elementos decorativos, verificando-se unicamente a delimitação dos bordos dos alguidares com corda ou cordão.

3.2. Faiança portuguesa

Foram exumados um total de 617 fragmentos de faiança portuguesa, em que 102 correspondem aos Poços C e D, distribuídos proporcionalmente, e 515 fragmentos ao Poço E. A generalidade das pastas é composta por areias siliciosas e "cerâmica moída", podendo ser divididas em quatro grupos: pasta de cor amarelada, que devido à sua pouca compactação, favorece a desintegração; pasta de cor branca amarelada, compacta, a predominante; pasta de coloração rosada e muito compacta; e, por fim, e pouco expressiva, pasta de cor avermelhada e muito compacta. É no conjunto dominante, constituído por fragmentos de produção lisboeta, que inserimos, ainda que com reservas, os fragmentos de faiança azul sobre azul,

sugerindo que, para além de oficinas de Veneza e Sevilha, este tipo decorativo seria igualmente produzido em Lisboa.
Quanto às formas predominam as taças, subdivididas em paredes altas e baixas (137 fragmentos), e os pratos (102), estando neste grupo incluídos os rasos e altos (Figura 1). Com menor frequência registaram-se saladeiras (22) (Figura 1), os especieiros (17) (figura 9), os jarros (figura 10) e os potes (2 fragmentos cada), uma garrafa (Figura 2) e uma fruteira (Figura 2). Paralelamente a este grupo existe um conjunto de peças de cariz decorativo e utilitário, como duas estatuetas, uma figura de configuração antropomórfica e uma tampa de recipiente/caixa. Porém, e devido à ausência de peças completas, alguns fragmentos foram classificados como indeterminados (237).
A grande maioria dos fragmentos deste grupo apresenta um revestimento a azul sobre branco, seguindo-se a loiça tipo malagueira e escassos exemplares em manganês e em azul sobre azul. Não descurando a grande variedade decorativa, característica da faiança portuguesa, a temática deste conjunto assume-se essencialmente enquanto geométrica, sendo composta por linhas, círculos e semicírculos, espirais, escamas, rendas, pérolas, gomos e contas. O motivo de "contas" é sobejamente utilizado na segunda metade do século XVII, início do século XVIII. Paralelamente, é visível a influência vegetalista (flores, frutos, espigas, boninas, folhas, pétalas e aranhões), figurativa (antropomórfica, zoomórfica e paisagens) e, por fim, heráldica (brasões).
Contrastando com o conjunto de cerâmica comum, estas peças em faiança seriam de levar à mesa, atestado o predomínio de tigelas e pratos. A observação da civilização asiática e da forma como as suas refeições eram degustadas culminou na progressiva redução das formas. A alimentação, outrora realizada em comunhão, numa reminiscência medieval, reduz-se à escala individual. O medo de pestes, epidemias e doenças contagiosas favoreceu esta alteração no quotidiano em época moderna.

3.3. Cerâmica fina

Sendo exclusivamente exumado do Poço E, o conjunto da cerâmica fina (modelada, lisa, pintada e pedrada) é composto por 116 fragmentos, tendo como principal característica as formas abertas, como púcaros, queimador, caçoila de reduzida dimensão, sino e potes.
Relativamente à temática decorativa, a sua maioria corresponde a incisões e à digitação, que culmina na deformação de bordos e na ocorrência de formas ovoides nas paredes das peças. Escassas são as peças que apresentam recurso a estampilhado, sobretudo nos bordos reticulados. As superfícies apresentam um acabamento, por vezes pouco cuidado, resultante da colocação de asas e da pressão exercida pelos instrumentos para a modelação das paredes. Estas são disfarçadas pela aguada, que confere às peças um toque aveludado e uma cor contrastante, fazendo sobressair a temática decorativa, que resulta num jogo entre relevos e depressões (Figura 2).
A maioria dos fragmentos apresenta uma pasta de coloração bege/castanho claro, com a ocorrência de elementos não plásticos de pequenas dimensões e em reduzida quantidade. Grande generalidade dos fragmentos, apresenta um acabamento de superfície em aguada de tom avermelhado. Por sua vez, a cerâmica pedrada é composta por fragmentos de reduzidas dimensões de calcários, exercendo um caracter vegetalista à decoração. Nos fragmentos correspondentes à cerâmica fina pintada, verifica-se a presença de listas verticais de pigmentação branca (anexos, Figura 2).
Em termos funcionais estas peças servem para a contenção de líquidos ou, no caso das peças que apresentam deformação do bordo, meramente como decorativas. Sabe-se com mais clareza que o uso deste tipo de recipiente cerâmico se generalizou nos finais do século XVI, atingindo uma grande difusão do seu uso em pleno século XVII. Constituía uma mais acessível alternativa à loiça fina importada, sendo utilizada enquanto recipiente para beber água ou relacionado com a confecção de doces.

3.4. Porcelana

Foram recolhidos nos três poços em estudo 20 fragmentos de porcelana chinesa, 16 pertencentes ao Poço E, 3 ao Poço C e apenas 1 no Poço D. Atendendo à reduzida dimensão dos fragmentos, apenas quatro permitiram uma aferição tipológica, incluindo 3 taças e uma tigela (Figura 2). Os exemplares decorados a azul de cobalto bastante vivo, ostentando um vidrado espesso e brilhante, apresentam temáticas decorativas alusivas à Dinastia Ming, em particular ao reinado de Wanli (1573-1619). Iconograficamente surgem cenas Taoistas (gralhas e pinheiros) e enrolamento de nuvens, peónias em flor e garças.
A porcelana chinesa decorada a azul e branco era tida como dos mais apreciados objectos exóticos pe-

los Europeus, considerando-a um objecto de luxo. Como tal, não supreende o facto de um dos pratos identificados apresentar o vestígio de gatos, sinal da sua longevidade.

3.5. Majólica

O único exemplar de proveniência italiana, presente no poço D, é constituído unicamente por um fundo com arranque de parede, provavelmente uma taça. Apresenta um esmalte estanífero de boa qualidade, bastante espesso, com uma decoração em tons de azul, manganês e amarelo. Em teremos decorativos verificam-se temas vegetalistas, nomeadamente palmetas estilizadas a tons de azul, tema muito comum, representado em Deruta no século XVI (Castro, 2009, pp.144). A presença de óxido de manganês será provavelmente o testemunho da herança das produções arcaicas, anteriores ao século XV.

3.6. *Martaban*

Relativamente a este tipo cerâmico foi apenas possível recuperar um fragmento de parede. A espessura do fragmento (1,6 centímetros) aponta para a grande dimensão da peça, assim como a sua robustez, ostentando uma pasta de tonalidade negra, cor também do vidrado que a reveste. Este tipo de pote corresponde a produções do Sudeste Asiático, nomeadamente Indonésia e Filipinas, com cronologias desconhecidas. Quanto à sua funcionalidade sabe-se que foram concebidos para armazenamento, conserva de bens alimentares e água a bordo (Coelho, 2008, pp.76). O fragmento é um testemunho das activas trocas comerciais efectuadas na região sul do continente asiático com Portugal, entre os finais do século XVI e os inícios do século XVII.

3.7. Cachimbo holandês

O único exemplar de cachimbo em cerâmica (caulino) foi exumado no Poço D. É constituído apenas por parte da fornalha, arranque de haste e pedúnculo. A sua pasta bastante depurada e a temática decorativa, com as armas da cidade de Gouda nas laterais do pedúnculo e a marca impressa "B" na sua base, permitem atribuí-la a esta cidade holandesa. Esta última marca aponta também uma cronologia entre 1661 e 1871/1875, tendo a ela associados os seguintes fabricantes: *Jan Bastiaenz* (1704)*; Nicolas Van Blokland* (1845-1850)*; Bastiaan Overwesel* (1737-1770)*, Jan Overwesel* (1730-1746)*; e Cornelis Jooste Smient* (1686) (Calado; Pimenta; Silva, 2003, pp. 88). Sobre o pedúnculo verifica-se a impressão de um "S", letra que indica a baixa qualidade do produto: *Slegt*, que significa "mau" ou "inferior" (Martins, 1998, pp. 12).
A presença deste material no registo arqueológico atesta a evolução do hábito de fumar e o sucesso que o mesmo atingiu na Europa a partir do século XVI, de tal forma que a produção de tabaco rapidamente se tornou em larga escala, fazendo parte das plantações nos mais recentes territórios descobertos. Consumir tabaco em cachimbos de caulino tornou-se corrente durante todo o século XVII, tornando assim emergentes as produções artesanais deste tipo de cachimbos na Inglaterra, Países Baixos e França.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao porto de Lisboa afluíram todo um conjunto de novidades com consequências incontornáveis no quotidiano lisboeta. Estas difundiam-se entre os estratos mais elevados, propagando-se à restante população. A alimentação foi uma das áreas do quotidiano que sofreu importantes transformações: o contacto com novos produtos e costumes originou novos hábitos e formas de estar à mesa e, com eles, novos recipientes cerâmicos. A afluência e integração de novos produtos fez surgir uma diversidade de novos utensílios. Bules e chávenas traduzem o degustar de duas bebidas proveniente do "Novo Mundo", o chá e café. As especiarias, uma apreciada inovação do paladar quinhentista, teve como reflexo o surgimento de uma nova forma, o especieiro. A par das cerâmicas importadas e o surgimento de novas formas, na análise de cerâmica comum verifica-se a redução da sua dimensão, à escala individual. Porém, não apenas no âmbito da alimentação os Descobrimentos influenciaram o homem moderno. Novos hábitos foram adquiridos, entre eles a inalação da planta do tabaco, onde o seu consumo fez surgir durante o século XVIII a ampla difusão de peças sobre a forma de cachimbos cerâmicos.
A intervenção arqueológica decorrida no Largo dos Trigueiros, em Lisboa, apesar do elevado nível de contaminação estratigráfica, a par do grande grau de fragmentação do espólio, permitiu reunir um conjunto cerâmico exemplificativo do quotidiano lisboeta. Na sua globalidade denota-se a elevada frequência de cerâmica comum, que por sua fez corresponde na sua maioria a formas de apoio à cozinha, deixando as formas mais cuidadas para as peças de mesa, como a faiança portuguesa. Todas as produ-

ções registadas encontram paralelo em muitas outras intervenções na área desta cidade.
Partindo de característica relativas de aferição cronológica, nomeadamente a temática decorativa presente na faiança portuguesa, pode balizar-se a maioria do conjunto na segunda metade do século XVII. A presença de exemplares como os fragmentos de majólica e porcelana chinesa poderiam recuar o conjunto para a centúria anterior, assim como a presença de um cachimbo holandês o avança para o século XVIII. Porém, o elevado nível de remeximento de subsolo, atendendo a um contexto de aterro, explica a discrepância cronológica. A presença de espólio quinhentista, atendendo ao seu valor, poderá explicar-se pela sua longevidade, facto comprovado pelos vestígios de gatos existentes num dos pratos de porcelana.

BIBLIOGRAFIA

CALADO, Marco; PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha da (2003) – Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa. *Património e Estudos,* Lisboa. Nº5, pp. 83-95.

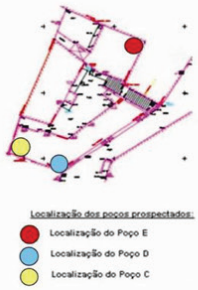
CASTILHO, Julio, 3ª ed. (1995), *Lisboa Antiga, bairros Orientais.* Vol. III. Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L.

CASTRO, Ana Sampaio e (2009) – *Cerâmica Europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV--XIX).* Dissertação de Mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

COELHO, Inês (2008) – *A cerâmica Oriental da Carreira da Índia no Contexto da Carga de uma Nau – A presumível Nossa Senhora dos Martíres.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdades de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Miguel (1998) – Três cachimbos do Hospital de Todos-os-Santos. *Revista Municipal.* Lisboa. Nº23, pp.16-18.

Figura 1: Planta Topográfica de Lisboa. Serviços de Obras Públicas; direcção de J.A. Silva Pinto, Lisboa, 1911.
Figura 2: Topografia actual so sitio em estudo. http://lxi.cm-lx.pt/lxi, 2010.



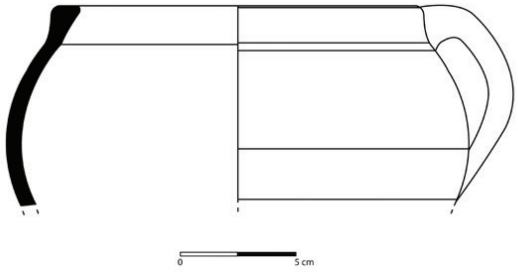
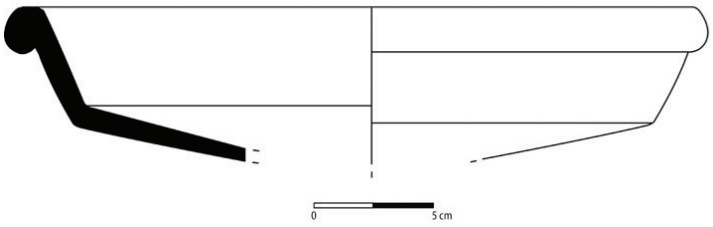


Figura 3: Plano de localização dos poços de prospecção geológica.
Figura 4: Fragmento de bordo, parede e asa de panela, cerâmica comum. (nº inventário: PL10.CC.0748).



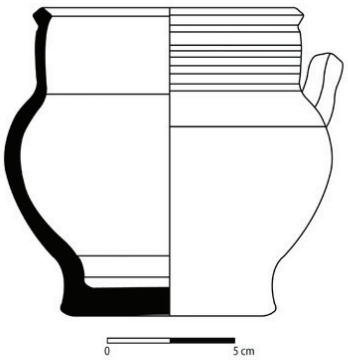
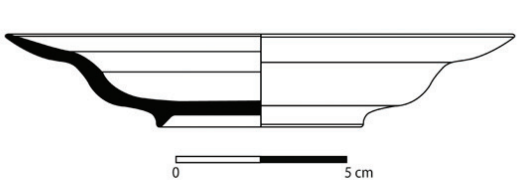


Figura 5: Fragmento de bordo e parede de caçoila, cerâmica comum (nº inventário: PL10/CC/2001).
Figura 6: Fragmento de bordo, parede, asa e fundo de pote, cerâmica comum vidrada (nº inventário PL10/CC/0254).



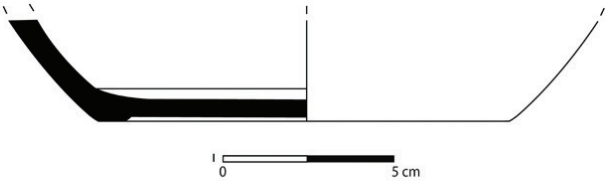


Figura 7: Fragmento de bordo, parede e fundo de prato, faiança portuguesa (nº inventário: PL10/F/0112).
Figura 8: Fragmento de parede e fundo de saladeira, faiança portuguesa (nº inventário PL10/F/425).

Figura 1 – Localização do Pátio Linheiro, Largo dos Trigueiros; desenhos de exemplos de peças de cerâmica comum e faiança portuguesa.

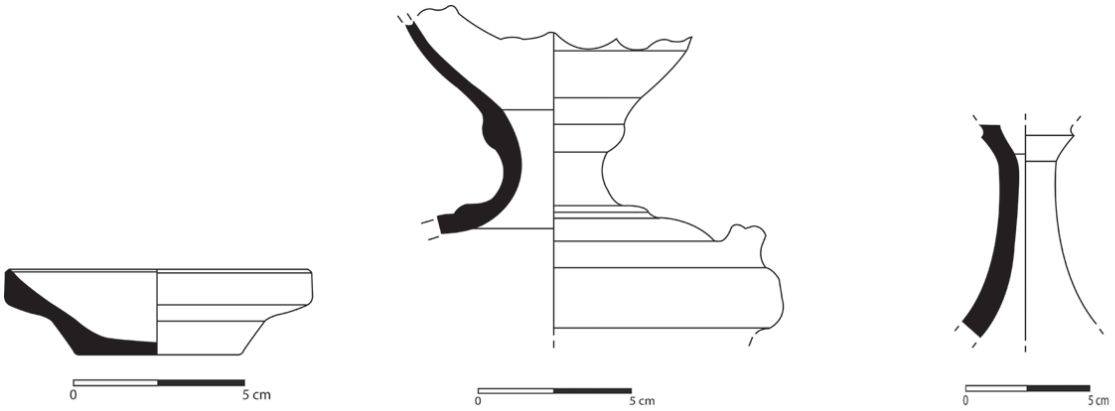


Figura 9: Fragmento de bordo, parede e fundo de especieiro (nº inventário PL10/F/0001).
Figura 10: Fragmento de bordo e parede de jarro em faiança portuguesa (nº inventário PL10/F/0505).
Figura 11: Fragmento de parede de garrafa em faiança portuguesa (nº inventário PL10/F/0507).

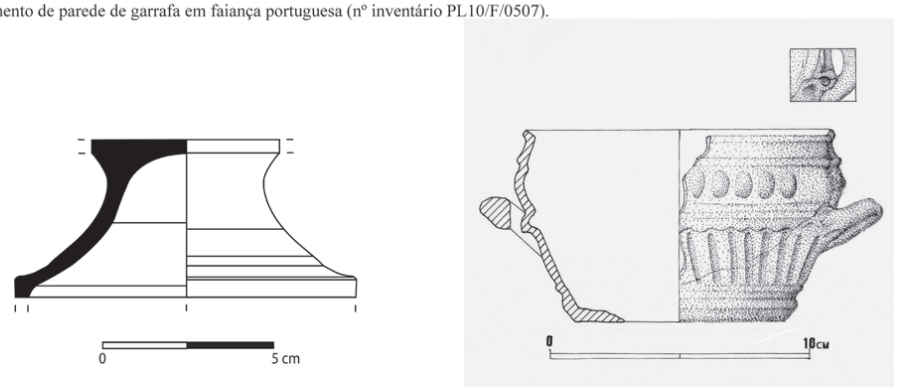


Figura 12: Fragmento de base de fruteira em faiança portuguesa (nº inventário PL10/F/0140).
Figura 13: Fragmento de bordo, parede e fundo de cerâmica modelada (nº inventário PL10/CC/0255). Desenho por Ângela Loureiro.

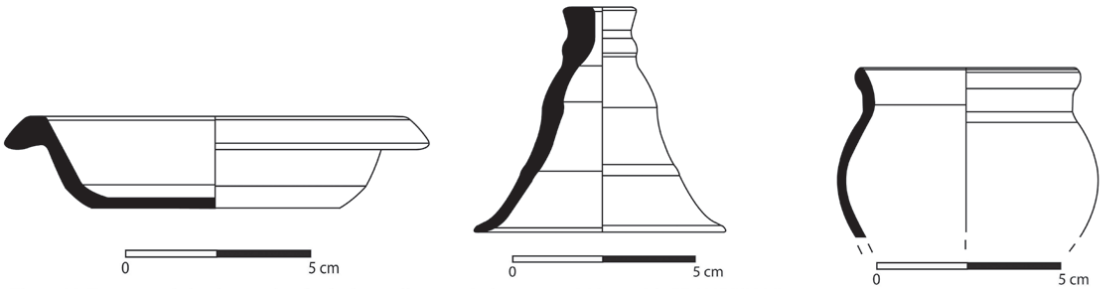


Figura 14: Fragmento de bordo, parede e fundo de caçoila em cerâmica comum (nº inventário PL10/CC/0304).
Figura 15: Fragmento de bordo, parede e fundo de sino em cerâmica comum (nº inventário PL10/CC/00306).
Figura 16: Fragmento de bordo e parede em cerâmica comum (nº inventário PL10/CC/0311).

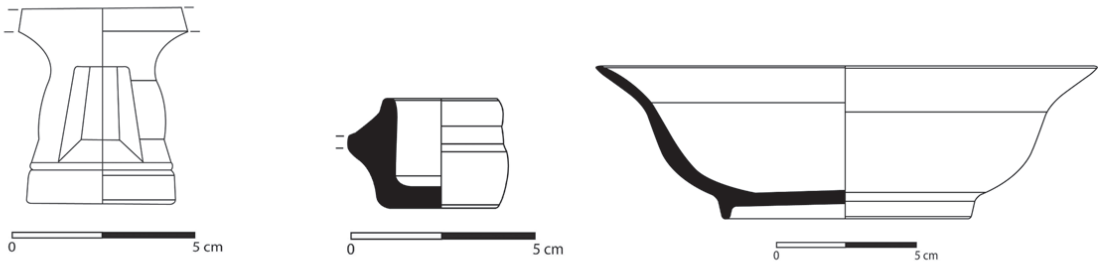


Figura 17: Fragmento de queimador em cerâmica comum (nº inventário PL10/CC/0317).
Figura 18: Fragmento de bordo, parede e fundo de medida em cerâmica comum (nº inventário PL10/CC/372).
Figura 19: Fragmento de taça em porcelana chinesa (nº inventário PL10/P/005).

Figura 2 – Desenhos de exemplos de peças em faiança portuguesa, cerâmica fina e porcelana.

CONVENTO DE SANTANA (LISBOA). ESTUDO PRELIMINAR DO ESPÓLIO DA FOSSA 7

Rosa Varela Gomes / IAP, FCSH da UNL / rv.gomes@fcsh.unl.pt
Mário Varela Gomes / IAP, FCSH da UNL / mv.gomes@fcsh.unl.pt
Mariana Almeida / IAP, FCSH da UNL / mariana.brit.almeida@gmail.com
Carlos Boavida / IAP, FCSH da UNL / cmpboavida@gmail.com
Dário Neves / IAP, FCSH da UNL / dario.ramosneves@hotmail.com
Kierstin Hamilton / IAP, FCSH da UNL / kierstinhamilton@hotmail.com
Carolina Santos / IAP, FCSH da UNL / carolinassantos5@hotmail.com

RESUMO

O Convento de Santana de Lisboa, cuja construção se iniciou no século XVI, localizava-se onde actualmente se erguem instalações da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa. As intervenções recentes no local permitiram identificar várias estruturas pristinas, nomeadamente fossas utilizadas como lixeiras, muito ricas em espólio, dando-se agora a conhecer, preliminarmente, o conteúdo de uma delas. Dali provém cerâmica de mesa, de cozinha ou de armazenamento, tal como objectos ligados ao culto e materiais de edificação. Este acervo, com cronologia de finais do século XVI e inícios da centúria seguinte, indica a presença de instituição poderosa, onde habitaria elite com elevado estatuto social, capaz de deter e consumir bens de prestígio, alguns de origem exógena e dispendiosos, possuindo gosto requintado.

ABSTRACT

The Convent of Santana of Lisbon, whose construction began in the sixteenth century, is today the location of some installations of the Faculdade de Ciências Médicas, part of Universidade Nova de Lisboa. Recent construction projects lead to the identification of several pristine structures, namely waste pits rich in remains, one of which will be addressed in the following article. Large quantities of ceramics have been found including tableware, kitchenware, storage vessels, objects linked to worship and construction materials. The collection, which dates back to the late 16th, early 17th centuries, attests to the presence of an elite group with high social status, exquisite taste and the ability to procure prestigious and expensive objects, often of exogenous origin.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

As obras de construção de novas instalações afectas à Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa, no espaço que correspondia ao antigo Real Instituto de Bacteriologia, depois Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, situado na colina de Santana, em Lisboa, possibilitaram, em duas fases (2002-2003 e 2009-2010), a realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico, com vista à salvaguarda das estruturas e espólios que pudessem subsistir, nomeadamente os que, espectavelmente, se relacionariam com o antigo Convento de Santana que fora erigido, naquele local, no século XVI (Gomes e Gomes, 2007).

Dos trabalhos ocorridos, entre 2009 e 2010, sob a zona a que correspondia o designado "edifício de difteria" do Instituto Bacteriológico, a um pouco mais de 3 metros do limite da rua Câmara Pestana, a noroeste do claustro do antigo convento, foi detectada fossa-lixeira. Esta media cerca de 5,5 m de comprimento, 3,5 m de largura, 0,5 m de profundidade e continha grande quantidade de espólio arqueológico, nomeadamente restos de fauna, a par de artefactos metálicos, de vidro e, principalmente, de cerâmicas, de cujo estudo preliminar agora se dá conta.

A escavação da referida fossa (F7) permitiu concluir que, provavelmente, correspondia a um único momento de despejo, dado ter-se encontrado fragmentos das mesmas peças a diferentes cotas. Tratava-se, pois, de estrutura negativa, formada a partir da acumulação de detritos, constituindo lixeira, situada no espaço exterior do Convento.

ESPÓLIO CERÂMICO

O conjunto de cerâmica em estudo é constituído por 2672 fragmentos, que integram diversas classes, como a porcelana chinesa, as cerâmicas esmaltadas, importadas ou de produção nacional, as possuindo superfícies vidradas, as de paredes finas ou moladas e a cerâmica comum.

Foram identificados 103 fragmentos de porcelana chinesa, representando 4,23% do total, maioritariamente pratos e taças, com decoração pintada na cor azul de cobalto sobre fundo branco, representando motivos zoomórficos, geométricos e vegetalistas.

Identificaram-se faianças, tanto provenientes de oficinas italianas como espanholas, a par de exemplares de produção nacional, totalizando, respectivamente, 0,71% e 6,36% do conjunto. As faianças importadas e as de produção nacional são, na maioria, fragmentos de pratos e de taças. Entre as produções nacionais contam-se especieiros. Os exemplares produzidos nas oficinas venezianas mostram pastas muito homogéneas e compactas, contendo elementos não plásticos imperceptíveis, de cor bege. Oferecem decoração pintada, com motivos fitomórficos e geométricos, de cor azul intensa sobre fundo azul claro ("*berretino*"). Algumas taças e pratos, esmaltados de cor branca, oferecem decoração constituída por conjuntos de linhas horizontais na cor azul de cobalto. (Gráfico 1)

As cerâmicas vidradas representam 11,60% do total, tendo-se identificado, maioritariamente, formas destinadas à confecção de alimentos e ao seu armazenamento.

Elas apresentam pastas homogéneas e compactas, contendo elementos não plásticos com granulometria fina a média, de cor avermelhada, oferecendo uma ou ambas superfícies revestidas com vidrado, cuja cor pode variar entre a verde e a castanha amarelada. (Gráfico 2)

As cerâmicas de pastas finas, bem depuradas, com as superfícies afagadas ou, até, brunidas, tendo constituído maioritariamente recipientes de mesa e com pequenas dimensões (púcaros, especieiros, jarros), também denominada modelada, podem oferecer decorações diversas (plástica, incisa, pedrada, pintura, engobe). (Gráfico 3)

As cerâmicas com decoração pedrada e incisa, constituindo motivos florais e geométricos, com a integração de pedrinhas de quartzo branco, por vezes também com aplicações plásticas, mostram, em geral, aguada ou engobe de cor vermelha, em tons de cor-de-laranja ou de cor castanha, mais ou menos clara. Os exemplares identificados correspondem a loiça de mesa, maioritariamente a púcaros e taças. Um dos púcaros, encontrado inteiro, mostra profusa decoração na superfície exterior. As jarras, jarros e os testos são outras das formas identificadas. (Gráfico 4)

As peças mostrando apenas decoração modelada caracterizam-se por apresentarem formas em relevo, no bordo, no corpo ou nas asas, quando as têm. Utilizam molduras, cordões, excisões, bossas, mossas e incisões, nas superfícies interiores e exteriores, caso se tratem de peças de forma aberta ou fechada.

As superfícies oferecem engobe ou aguada, de cor vermelha ou cor-de-laranja. Algumas, mostrando decoração pintada de cor branca, apresentavam conjuntos de linhas verticais ou oblíquas junto ao bordo. Este tipo de cerâmica corresponde a loiça de mesa, designadamente a púcaros e a jarros.

Fragmentos de cerâmica de pastas finas, muito bem depuradas, homogéneas e compactas, contendo escassos elementos não plásticos visíveis macroscopicamente, com as superfícies cor-de-laranja ou vermelha, fizeram parte de recipientes de mesa, como púcaros, especieiros e/ou saleiros, jarros, jarras, taças, mas também de panelas com pequenas dimensões e de contentores de fogo, como as candeias. (Gráfico 5)

A cerâmica comum constitui o maior acervo deste conjunto, correspondendo a 45,40% da totalidade dos fragmentos exumados. Considerou-se como daquela classe a loiça produzida com pastas nem sempre bem depuradas, de superfícies pouco alisadas e sem decoração, constituindo peças utilitárias, principalmente de cozinha e armazenamento (panelas, frigideiras, alguidares, fogareiros). Entre as formas representadas, é de realçar o predomínio de fragmentos de panelas e púcaros. O número de testos é também significativo, dado que poderiam associar-se às formas mencionadas. A loiça de mesa encontra-se bem representada, nomeadamente os púcaros, os especieiros, taças e garrafas, embora se tenha reconhecido apenas dois fragmentos de pratos. (Gráfico 6)

Por outro lado, também a loiça de cozinha, além das panelas, encontra grande expressão, tendo-se identificado exemplares pertencentes a frigideiras, alguidares, fogareiros e a pequenas panelas. As restantes categorias funcionais figuram em menor número, havendo, para a loiça de armazenamento, quantidade ainda considerável de fragmentos de infusas e de cântaros. Os objectos lúdicos, como as marcas de jogo, são, comparativamente ao restante espólio, residuais, registando-se, apenas, dois exemplares.

PARALELOS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

Conforme acima referimos, as cerâmicas são maioritariamente de produção nacional, dado o tipo de pastas, decorações e formas. Todavia, outras foram importadas, como a porcelana chinesa e exemplares esmaltados, provenientes de oficinas italianas e espanholas.

Os fragmentos de porcelana chinesa integram-se no grupo que se denomina família azul e branca, produzida sob o domínio das grandes dinastias Ming e Qing (Gomes e Gomes, 1998, p. 347), abrangendo período que vai desde os finais do século XVI ao primeiro quartel do século XVII (Figura 1-A). Trata-se parcialmente de produções da chamada *Kraak Porcelain*, realizadas com o intuito de exportação para o mundo ocidental (Pope, 1981, ests 90, 101, 102; Rinaldi, 1989, p. 94).

Fragmentos de pratos e de taças puderam ser atribuídos a importações italianas, das oficinas de Veneza (Piccolpasso, 2007, pp. VII-XI). Um fragmento terá sido produzido nas oficinas de Talavera *(*Seseña Díez, 1981, p. 78)*,* inserindo-se na cronologia que compreende a primeira metade do século XVI, e um outro é atribuível ao século XVII (Figura 1-B).

A maior quantidade de faianças esmaltadas de cor branca corresponde às primeiras produções nacionais, mostrando as superfícies revestidas por esmalte estanhífero de cor branca, manufacturada desde o século XVI (Figura 1-B). Alguns dos exemplares possuem duas linhas concêntricas junto ao bordo ou junto ao fundo, de cor azul de cobalto (Casimiro, 2011, p. 144).

No que respeita à cerâmica vidrada (Figura 1-C), a maioria dos testemunhos correspondia a loiça de cozinha, nomeadamente, a alguidares, e a loiça de mesa, taças e pratos, bem como a alguns contentores, de que são exemplo os potes e os vasos de noite. Ela encontra paralelos, formais e decorativos, em cerâmicas exumadas no Poço-Cisterna de Silves, atribuídas ao século XVI (Gomes e Gomes, 1996, pp. 164, 165), tal como em exemplares do Convento de São Francisco de Alferrara, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 244) ou da Casa do Infante, no Porto (Osório e Silva, 1995, pp. 302-304, 306, 309), datados dos séculos XVI e XVII.

São procedentes do navio *La Trinidad Valencera*, naufragado em Kinnagoe Bay (Co. Donegal, Irlanda), no ano de 1588, fragmentos de panelas vidradas de cor verde e contendo porção do bordo (Martin, 1979, pp. 293, 294, fig. 11), semelhantes a exemplar agora dado a conhecer. São ainda muito semelhantes a peças aqui apresentadas, taça com pé anelar, igualmente vidrada de cor verde, assim como taças e pratos esmaltados, de cor branca, do mesmo naufrágio (Martin, 1979, pp. 293, 294, fig. 11).

As cerâmicas modeladas, de pastas finas (Figura 2-A), surgem um pouco por todo o país, referindo-se, a título de exemplo, o caso de Silves, onde se detectaram fornos para a sua produção (Gomes, 2008) e o espólio do Convento de São Francisco de Alferrara, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997), ambos com cronologia dos finais do século XVI e inícios da centúria seguinte.

A decoração pedrada e incisa, de que é exemplo púcaro, bem como fragmento de taça, têm paralelos em outros exemplares exumados no Convento de Santana em Lisboa (Etchevarne e Sardinha, 2007, pp. 345-372; Gomes e Gomes, 2007, pp.75-92) ou do edifício do Aljube, também em Lisboa, datados nos séculos XVI e XVII (Santos, 2008, pp. 325-345).

No que concerne à cerâmica comum (Figura 2-B)., conseguiu-se identificar as três seguintes variantes de panelas, devido à forma do bordo: as que mostram bordo subvertical, demarcado na base por duas caneluras e possuindo lábio de secção semicircular; as de bordo espessado e extrovertido; as que oferecem lábio de secção biselada. A primeira forma pode indicar cronologia mais antiga, do século XVI (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p. 62) e a terceira mais recente abrangendo os séculos XVII e XVIII (Diogo e Trindade, 1998, p. 353).

No caso das frigideiras, dos alguidares, dos pratos, taças, fogareiros e testos, parece existir pervivência clara ao longo da Idade Moderna, encontrando-se modelos análogos ao da fossa 7, entre outros locais, designadamente em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1995) e Silves (Gomes e Gomes, 1996), datados dos séculos XVI e XVII.

AZULEJOS

Encontrámos apenas três fragmentos de azulejos, correspondendo a exemplares de padrão do século XVII, tendo-se conseguido atribuir padrão específico a dois deles (Figura 2-C), seguindo a tipologia proposta por Santos Simões (1997). O padrão P-11 (módulo 2x2) é usado em composições de "caixilho compósito", em que os quatro azulejos completando o tema decorativo não oferecem continuidade, sendo destinados ao centro de painéis, associando-se a azulejos de enxaquetado. Pode ser atribuído ao primeiro terço do século XVII (Simões, 1997, p.17).
Outro fragmento constitui variação do padrão C-123, usado como cercadura às composições de padrão. O motivo descrito por Santos Simões (1997, p.160), de óvulos alongados, inclui pequeno friso de círculos e alguma policromia, com amarelo e laranja. O fragmento da fossa 7 apresenta decoração simplificada, tendo apenas pintura de cor azul e sem o friso, sugerindo fabrico menos cuidado. A cronologia do padrão C-123 situa-se no segundo e terceiro quartéis do século XVII, embora devido às suas especificidades seja difícil a atribuição cronológica segura.

METAIS

O conjunto de artefactos metálicos é muito reduzido (Figura 2-D), sendo a maioria produzidos em liga de cobre. É este o caso de fecho de livro, com contorno trapezoidal e que, na parte mais larga, é decorado com três incisões circulares, a par de outras muito finas formando ziguezagues e criando motivo plúmeo. Na zona distal mostra ligeiro alargamento, simulando encordoado. Trata-se de peça que poderá ter sido usada em missal ou Bíblia, muito semelhante às procedentes de missões da Florida, de meados do século XVII ou eventualmente algo anteriores (mosteiro franciscano de St. Augustine e Missão de Santa Catalina, na Ilha Amélia) (Deagan, 2002, p. 309, fig. 14.28).
Foi igualmente recuperado címbalo com característico formato circular, côncavo na parte central, mostrando orifício circular. Utilizados tanto nas cerimónias religiosas como profanas, em pares ou associadas a pandeiretas, os címbalos foram muito divulgados, sendo conhecidos nas colónias espanholas da América durante os séculos XVI e XVII (Deagan, 2002, pp. 303, 304, fig. 14.20).
Também foram exumados alguns acessórios de vestuário, nomeadamente agulhetas e vários fragmentos de alfinetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espólio em estudo indica cronologia de deposição, na fossa-lixeira donde foi exumado, que corresponde aos finais do século XVI e à primeira metade do século XVII. Constituem excepção as faianças italianas e algumas porcelanas, dado suportarem datações algo mais recuadas. Este aspecto pode justificar-se devido ao tipo de uso a que aquelas peças estariam sujeitas, dado o alto valor estético e material que as caracterizava, não sendo de uso quotidiano, conservando-se intactas durante longo tempo. O facto de poderem integrar o dote de alguma das freiras do convento, como objectos sumptuários, pode ter contribuído de igual modo para para sua mais longa conservação.
As cerâmicas de pastas finas, com decoração incisa, pedrada, modelada e pintada de cor branca, podem corresponder a produções das oficinas de Estremoz (Baart, 1992, pp. 273-278), de Coimbra e, talvez também, de Lisboa. As restantes cerâmicas terão sido produzidas nas olarias de Lisboa ou dos seus arredores. As porcelanas chinesas, as faianças italianas e espanholas, e o restante numeroso espólio, demonstram grande poder económico daquele que foi um dos maiores conventos femininos do país, evidenciando a presença de elite com elevado estatuto social e possuindo gosto requintado.

BIBLIOGRAFIA

BAART, Jaan (1992) – Terra Sigillata from Estremoz, Portugal. In *Everyday and Exotic Pottery from Europe c. 650--1900. Studies in Honour of John G. Hurst.* Oxford: Oxbow Books, pp. 273-278.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – *Portuguese Faience in England and Ireland.* BAR International Ser. Great Britain: British Archaeological Reports.

DEAGAN, Kathleen (2002) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Portable Personal Possessions.* 2. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.

DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Laura (1998) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36--44, na Mouraria em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-266.

ETCHEVARNE, Carlos; SARDINHA, Olinda (2007) – A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 23, pp. 345-372.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1998) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-256.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1997) – A loiça seiscentista do Convento de São Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-252.

GOMES, Mário Varela (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) - notícia preliminar. In *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do Poço Cisterna de Silves. *Xelb.* Silves, 3, pp. 143-206.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1998) – Cerâmicas dos séculos XV a XVIII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo.*Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 315-348.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados Preliminares. *Olisipo.* Lisboa. Série II. 27, pp. 75-92.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela, CARDOSO, João Luís (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *Xelb.* Silves, 3, pp. 33-78.

MARTIN, Colin J. M. (1979) – Spanish Armada pottery. *The International Journal of Nautical Archeology and Underwater Exploration*, vol. 8 (4), pp. 279-302.

OSÓRIO, Maria Isabel N.A. Pinto; SILVA, António Manuel S.P. (1995) – Cerâmicas vidradas da época Moderna no Porto. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós--Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 283-214.

PICCOLPASSO, Cipriano (2007) – *Les Trois Livres de l'Art du Potier.* Paris: Éditions la Revue de la Céramique et du Verre.

POPE, John Alexander (1981) – *Chinese Porcelains from Ardebil Shrine*. Londres: Sotheby Parke Bernet Publications.

RINALDI, Maura (1989) – *Kraak Porcelain. A Moment in the History of Trade*. Londres: Bamboo Publishing.

SANTOS, Patrícia Augusto (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 11: 2, pp. 325-345.

SESEÑA DÍEZ, Natacha (1981) – Talavera y Puente del Arzobispo. In *Cerámica Esmaltada Española.* Barcelona: Labor Editorial, pp. 75-92.

SILVA, Augusto Vieira da (1960) – *Dispersos.* Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1997) – *Azulejaria em Portugal no Século XVII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

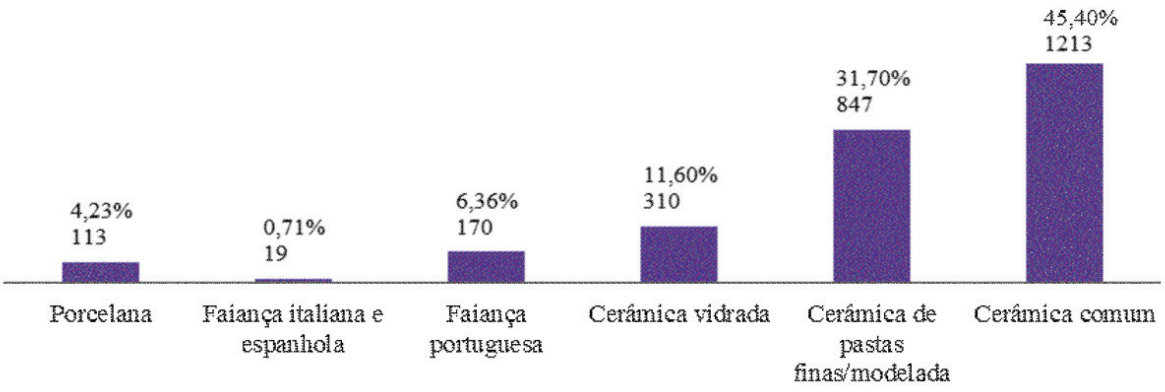


Gráfico 1 – Percentagem de cada classe de cerâmica da fossa 7.

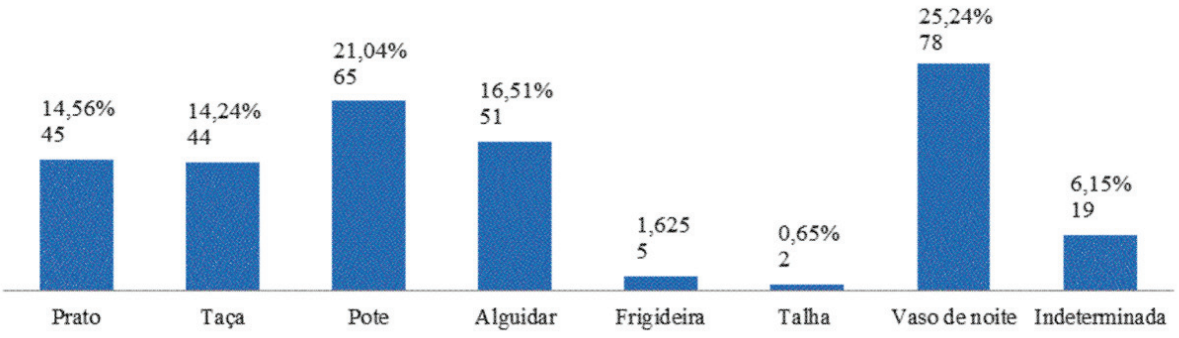


Gráfico 2 – Formas identificadas na cerâmica vidrada da fossa 7.

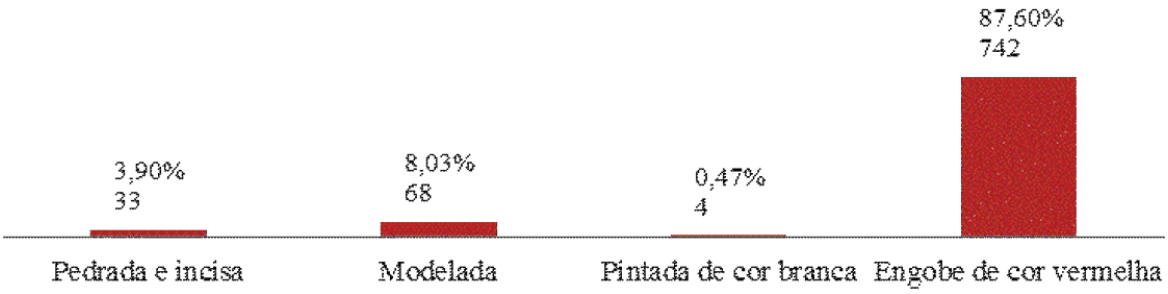


Gráfico 3 – Tipos de decoração das cerâmicas de pastas finas, da fossa 7.

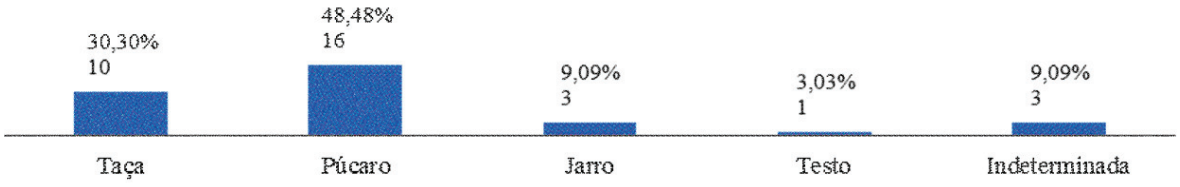


Gráfico 4 – Formas identificadas na cerâmica de pastas finas com decoração pedrada e incisa, da fossa 7.

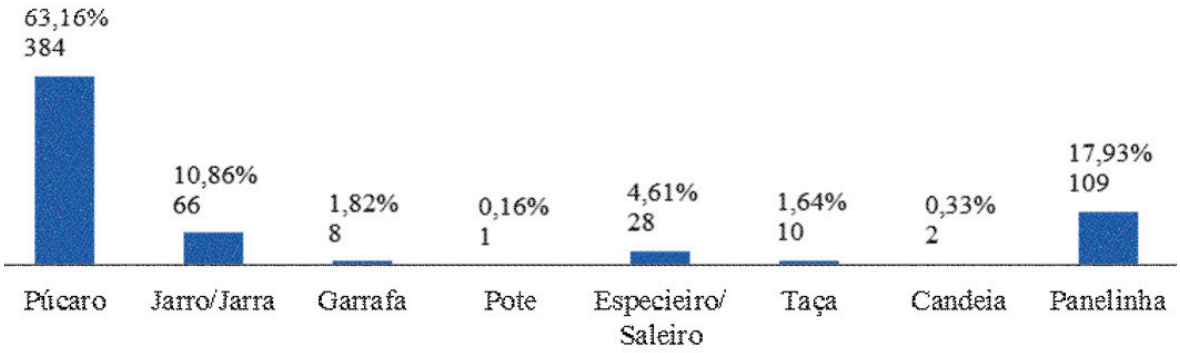


Gráfico 5 – Formas identificadas na cerâmica de pastas finas, com as superfícies engobadas de cor vermelha ou cor-de--laranja, da fossa 7.

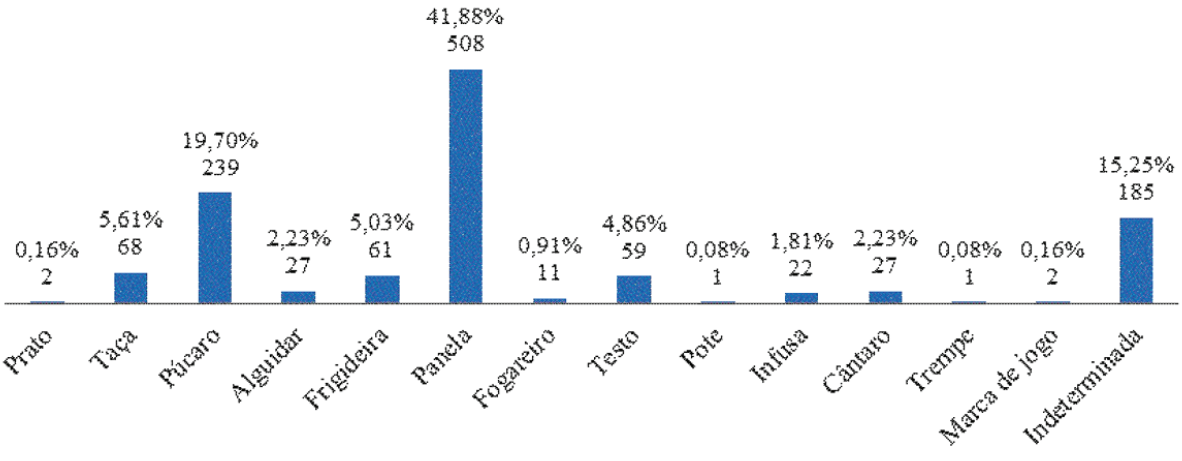


Gráfico 6 – Formas identificadas na cerâmica comum da fossa 7.

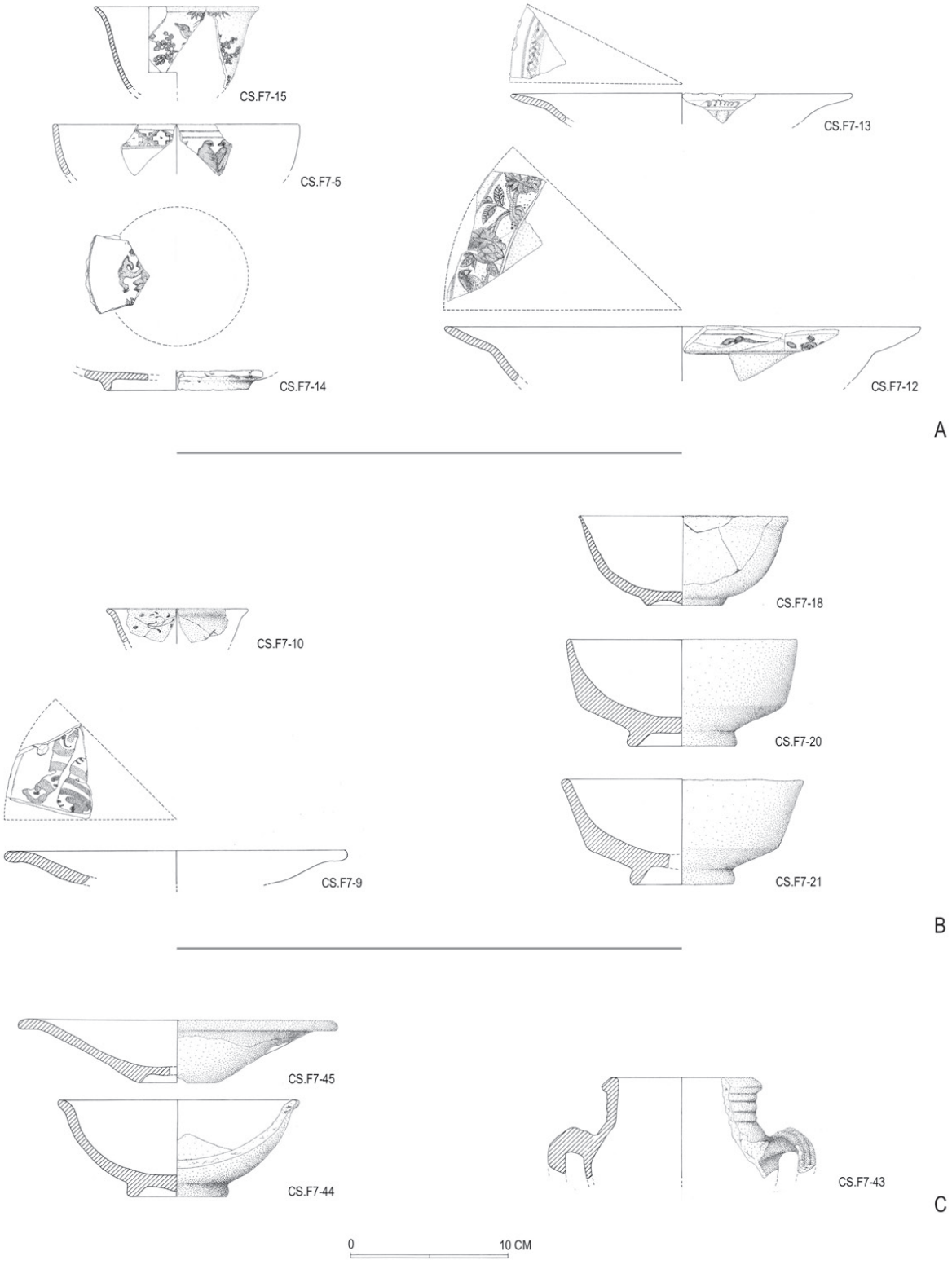


Figura 1 – A: Porcelana Chinesa. B: Faiança italiana, espanhola e nacional. C: Cerâmica vidrada.

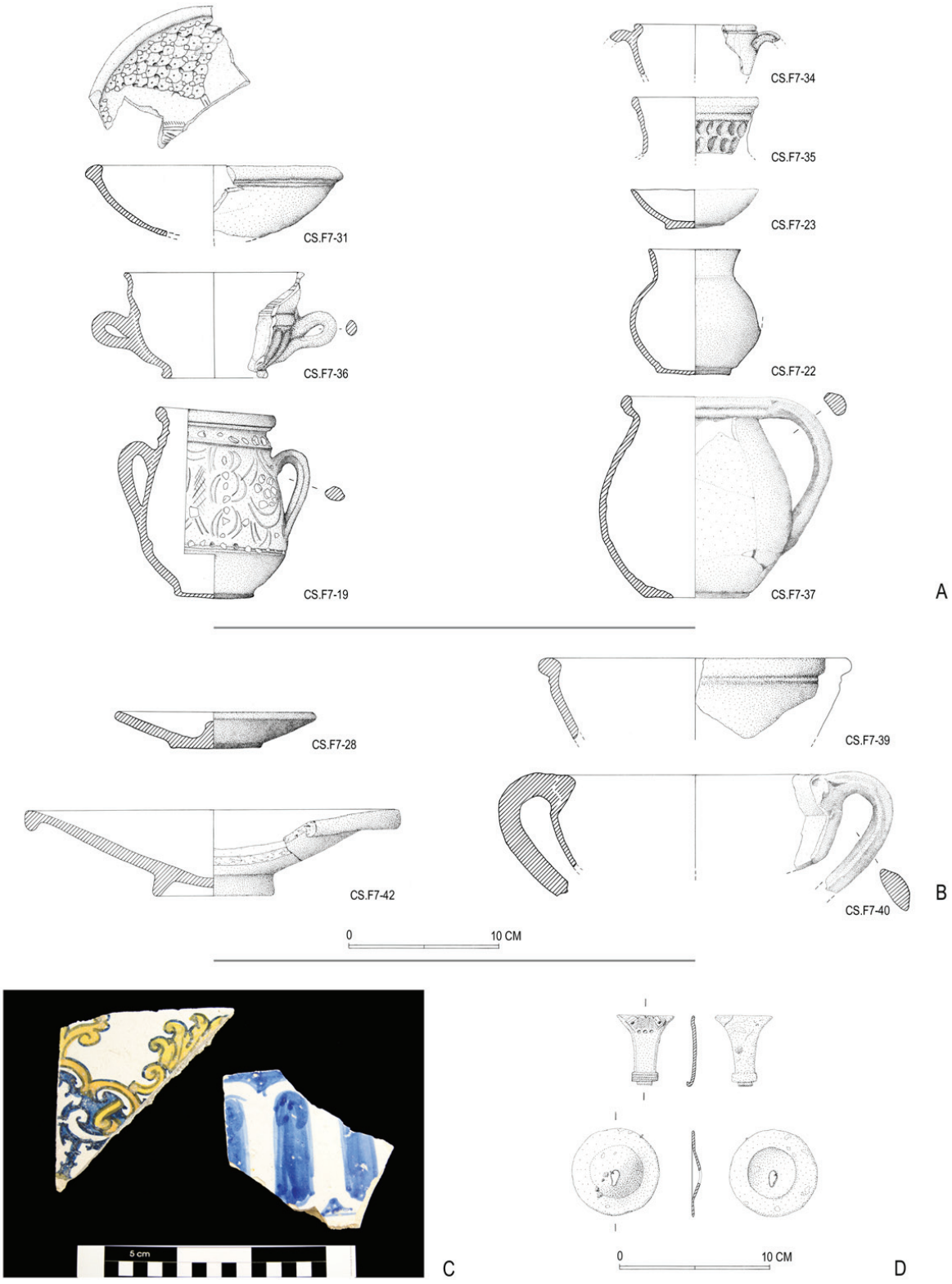


Figura 2 – A: Cerâmica de pastas finas/modelada. B: Cerâmica comum. C: Azulejos. D: Metais.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO BECO DO LOUREIRO

Raquel Santos / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Paulo Rebelo / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com
Nuno Neto / Neoépica, Lda. / neoepica@gmail.com

RESUMO
O presente artigo pretende apresentar de forma sucinta os dados resultantes da escavação arqueológica no Beco do Loureiro, Lisboa. A execução de duas sondagens, numa área total de mais de 100m², permitiu a identificação de um conjunto estrutural de época Moderna/Contemporânea, constituído por uma rua calcetada, ladeada por dois edifícios, um deles relacionado com uma pequena indústria ou forja.

ABSTRACT
This paper aims to present briefly the data resulting from the archaeological dig in Beco do Loureiro, Lisbon. The execution of two surveys, in a total area of more than 100m², allowed the identification of a set of modern/contemporary constructions, consisting of a paved road, flanked by two buildings, one related to a small industry or forge.

I. INTRODUÇÃO

Os trabalhos de arqueologia realizados no Beco do Loureiro, nº 16, no Bairro de Alfama, em Lisboa, foram levados a cabo pela Neoépica, Lda. entre Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012, consistindo na abertura de duas sondagens de diagnóstico.
Em 2005 a área tinha já sido alvo de uma intervenção arqueológica (Silva & Nozes, 2005), que consistiu na realização de três sondagens arqueológicas, tendo sido identificados materiais de cronologia medieval e quinhentista, embora não tenham sido encontrados contextos preservados desta cronologia.
A intervenção de cariz preventivo levada a cabo pela Neoépica, Lda., focou-se em duas zonas – uma que coincide (embora abrangendo uma área mais alargada) com uma das áreas anteriormente intervencionadas e outra em terreno que ainda não tinha sido sondado.

II. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

II.1. Metodologia

A metodologia arqueológica adoptada na escavação das sondagens procurou responder aos objectivos da intervenção e adequar-se à realidade previamente conhecida.
Do ponto de vista metodológico optou-se por, inicialmente, remover mecanicamente os níveis contemporâneos (cerca de 1,50m), passando posteriormente à escavação manual, segundo os princípios de Barker e Harris, através da remoção de cada Unidade Estratigráfica (U.E.) seguindo os seus contornos naturais e pela ordem inversa à sua formação. Foram realizados registos descritivos, gráficos e fotográficos de todos os contextos e unidades estratigráficas (Figura 1).

II.2. Sondagens arqueológicas

Os trabalhos arqueológicos contemplaram a escavação de duas sondagens de diagnóstico, implantadas em locais previamente seleccionados com o objectivo de recolher uma boa amostragem do potencial arqueológico da área a ser afectada pela obra e complementar as informações anteriormente recolhidas na campanha de 2005.

II.2.1. Sondagem I

A Sondagem I, inicialmente com 9x10m e posteriormente alargada para Norte (cerca de 2m), foi implantada no extremo Sudoeste do terreno, área onde anteriores trabalhos arqueológicos haviam identificado uma estrutura habitacional.
Nesta sondagem foi possível colocar a descoberto a totalidade da estrutura identificada em 2005, que se

resume a uma pequena casa de habitação e/ou oficina, constituída por dois compartimentos, um com piso de tijoleira, em mau estado de conservação (compartimento 1), com as faces rebocadas e uma lareira no canto Sudeste, datada de 1773, também já anteriormente identificada (Figura 2).

Na face Este encontra-se uma pequena janela em fresta, com entalhe para tranca, e uma porta de entrada que permite o acesso ao compartimento através de dois degraus. Na ombreira Norte da porta reconhece-se uma gravura efectuada no reboco que representa uma cruz de malta inscrita em círculo. O compartimento encontrava-se preenchido por materiais enquadráveis entre a segunda metade do século XIX e o século XX, entre os quais entulhos, cinzas, cerâmica de construção, argamassas de cal e blocos de parede (relacionados muito possivelmente com o desmonte dos pisos superiores aquando da transformação deste espaço num pátio aberto) (Figura 3).

O segundo compartimento (compartimento 2), que só terá sido utilizado ao nível do primeiro piso, não apresenta, no nível escavado, qualquer vestígio de revestimento nas faces internas, nem se registou qualquer vestígio de piso ou níveis de ocupação. Este compartimento encontrava-se preenchido por um nível de entulhos e um depósito composto por sedimentos argilosos, e a sua análise leva a acreditar que este nunca terá tido uma ocupação efectiva, tendo sido entulhado logo após a sua construção.

O conjunto artefactual recolhido enquadra-se entre os séculos XV e XVII, havendo mesmo alguns elementos possivelmente mais antigos.

A Este deste compartimento encontrou-se uma estrutura de combustão, possivelmente uma forja, que reaproveitou duas estruturas prévias na sua construção (Figura 4). Esta estrutura encontra-se separada da zona de entrada no compartimento 1 por um pequeno murete de tijoleira e pedra de pequenas dimensões e preenchido por uma espessa camada de despejo com origem na forja. Uma análise mais pormenorizada leva a crer que a forja estaria activa em dois momentos, um em que o compartimento 1 estaria em funcionamento e um segundo momento já com aquele espaço entulhado. Sobre esta estrutura encontraram-se materiais que apontam para cronologias entre os séculos XIX e XX, pelo que a sua construção deverá ser pelo menos anterior à segunda metade do século XIX (Figura 5).

Para Norte, desenvolve-se em sentido E-O um caminho calcetado. A calçada é constituída por pedra calcária de forma e dimensão muito variável. Existe uma zona, já bastante destruída, que se encontra colmatada com dois pisos de terra batida que constituem momentos diferentes de reparação do caminho. Novamente, os materiais encontrados sobre esta estrutura forneceram cronologias enquadráveis entre os séculos XIX e XX, pelo que a sua construção deverá ser pelo menos anterior à segunda metade do século XIX (Figura 6).

No extremo Este, esta passagem é fechada por um pequeno murete de tijoleira unida por sedimento argiloso local, que apresenta ao centro uma passagem, acedendo ao espaço da calçada através de um degrau.

Surgem mais dois compartimentos a Norte do espaço calcetado, que motivaram o alargamento da sondagem. O primeiro (compartimento 3) apresenta um vão, não emparedado, que abre directamente para o espaço da calçada, embora o seu piso interior se encontre a cerca de 50cm abaixo desta. Neste compartimento é visível a reutilização de peças de mó na parede. Os materiais encontrados neste compartimento apontam para realidades entre os séculos XIX e XX (Figura 7).

Existe uma ombreira em cantaria chanfrada, cuja função seria permitir a comunicação com um outro compartimento (compartimento 4), este constituído por uma estrutura cujo topo apresenta duas soleiras de porta e que teria ao nível térreo um piso de terra batida. A soleira a Este apresenta características que apontam para uma janela sobrelevada que fornecesse luz ao interior e a soleira a Oeste apresenta ligação com um patamar de entrada em laje de pedra calcária e respectivo degrau que sobe a partir da calçada, também ele calcetado. Junto a esta soleira surge o negativo de uma escada de acesso a um primeiro andar, do qual não restam quaisquer outros vestígios. À semelhança do compartimento 3, os materiais encontrados enquadram-se entre os séculos XIX e XX.

Surge ainda uma outra estrutura (compartimento 5), composta por um muro de pedra argamassada que constitui a ombreira da porta de acesso ao compartimento 4, e um pequeno muro de tijoleira e sedimento argiloso local. Não foi possível apurar a função desta estrutura, por se encontrar já no limite da área escavada, mas os enchimentos no interior deste compartimento revelaram também materiais enquadráveis entre os séculos XIX e XX (Figura 8).

Na área da forja, das entradas para os compartimentos 1 e 4 e degrau de acesso ao espaço calcetado é vi-

sível um piso de terra batida que é testemunho da comunicação e contemporaneidade (pelo menos em dado momento) destas estruturas e espaços.
Toda a área onde se identificaram as referidas estruturas encontrava-se coberta por uma espessa camada de entulhos constituída por argamassas, material de construção (nomeadamente tijolo e tijoleira), pedra de grandes dimensões, areão e até fragmentos de paredes ainda apresentando reboco nas faces, o que parece indicar que o derrube e desmonte das estruturas se terá dado num mesmo momento. Sobre este nível de entulho foi encontrada uma moeda de Dona Maria Pia, de 1855, o que indica que o abandono deste espaço poderá ter-se dado em meados do século XIX. Sobre esta camada encontrava-se um estrato constituído por terra vegetal de superfície e sob ela a camada de despejo proveniente da forja. A maior parte do material arqueológico recolhido nestas camadas de enchimento é contemporâneo, situando-se entre a segunda metade do século XIX e o século XX.

II.2.2. Sondagem II

A Sondagem II, de 2x2m, foi implantada na área mais a Norte de forma a diagnosticar os níveis arqueológicos que aí pudessem existir. Nesta sondagem identificaram-se diversas camadas de enchimento, homogéneas e compactas, de tendência horizontal, denotando desde logo uma diferença em relação à Sondagem I. Uma análise preliminar do material recolhido permite-nos apontar para a existência de contextos com uma cronologia entre os séculos XV e XVI. Logo abaixo dos níveis de terra vegetal e entulhos superficiais surgiu uma estrutura de grande expressão, com orientação N-S, constituída por pedra argamassada, apresentando cerca de 80cm de espessura e uma altura superior a 2m. Devido à sua grande dimensão é possível tratar-se de uma estrutura cuja funcionalidade seria possivelmente relacionada com a canalização de água do chamado "caneiro de Alfurja" (Figura 9).
Através da análise da estratigrafia foi possível apontar três possíveis momentos de ocupação: uma primeira fase com depósitos enquadráveis entre os séculos XV-XVI, uma segunda fase em que estes depósitos são cortados aquando da implantação da estrutura e uma última fase correspondente à deposição dos níveis de superfície que cobrem todo o conjunto marcando o seu abandono entre os séculos XIX e XX.
Os materiais recolhidos nos sedimentos afectados pela construção desta estrutura, bem como aqueles que se lhe sobrepunham levam-nos a enquadrar cronologicamente a sua construção entre os séculos XV-XVI e a segunda metade do século XIX, com maior probabilidade para o século XVII (Figura 10).
A cerca de 3m de profundidade, no canto Sudoeste da sondagem, surge um crânio humano, associado a diverso material cerâmico e faunístico de meados do século XV e início do século XVI, em bom estado de conservação mas sem conexão com quaisquer outras partes anatómicas, facto que descarta a hipótese de tratar-se de um enterramento *in situ*. Ao invés, a hipótese mais plausível é de que se trate de uma afectação antiga ocorrida no local da necrópole junto à Igreja de Santo Estevão. Trata-se do crânio de um indivíduo juvenil/adulto jovem, apresentando características que apontam para que seja do sexo feminino.

III. MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Os vários fragmentos e peças que constituem o corpo artefactual recuperado no Beco do Loureiro (Lisboa) representam um significativo testemunho para a caracterização cronológica das estruturas identificadas. Por outro lado, eles documentam de forma parcial o quotidiano das populações de Lisboa e, mais especificamente, do espaço em que se inserem. Para além dos comuns artefactos cerâmicos foram exumados em número considerável material osteológico, malacológico, metal, vidro e ainda líticos, objectos ósseos e numismas.
As duas sondagens mostraram realidades diferentes, no que toca ao espólio recolhido.
Na primeira sondagem foi recolhido um número elevado de fragmentos cerâmicos, com relevo para a cerâmica fosca e para a faiança. Denota-se a ocorrência de louça em vidrado plumbífero, majólicas, porcelana, produções espanholas e louça de pasta grés.
A cerâmica recuperada destinava-se essencialmente ao armazenamento, preparação, cozedura e serviço de alimentos (Fernandes, 2003, p. 63), existindo ainda peças usadas para outros fins (higiénicos, recreativos, etc.). Seguindo os critérios formais, de um modo geral, a cerâmica fosca e vidrada de barro vermelho tinha utilização como louça de cozinha (panelas, tachos, etc.) e a faiança como louça de mesa (pratos, taças, malgas, saladeiras, etc.).
Recolheu-se ainda algum espólio osteológico e malacológico, metálico e vítreo, bem como oito numismas; um de X réis de 1850 da Rainha D. Maria

II, um de III réis de 1714 do Rei D. João V e seis sem identificação.
O espólio conta ainda com alguns líticos (fragmentos de pedra de cantaria, uma pedra de amolar, um pilão, um peso, entre outros) e objectos ósseos (botões e moldes de botões, escovas), a que se juntam vários nódulos de barro cozido, uma estatueta de bovídeo, um peso de tear (?) e um peso de rede.
Na sondagem II, na generalidade, a leitura dos dados enquadra o espólio exumado entre meados do século XV a inícios do século XVII, observando-se ainda alguns materiais mais tardios, de época medieval e um possivelmente da Idade do Ferro.
Esta sondagem exibiu um número elevado de fragmentos cerâmicos. A grande maioria do conjunto é de cerâmica fosca, existindo ainda louça em vidrado plumbífero e estanífero, faiança e majólica. Entre o espólio cerâmico podemos encontrar a habitual louça de cozinha e mesa (panelas, tigelas, pratos, etc.), bem como outros contentores de armazenamento/transporte (cântaros, potes, etc.) e contentores de lume ou outros objectos cerâmicos.
Algumas destas cerâmicas revelam afinidades com materiais encontrados em contextos tardo-medievais e modernos de Cascais, Palmela e Lisboa (Cardoso & Rodrigues, 1991; Fernandes & Carvalho, 1995; Cardoso & Rodrigues, 1999; Diogo & Trindade, 2003; Fernandes & Carvalho, 2003), tal como se verifica na Sondagem I.
Surge ainda algum espólio osteológico, malacológico, metálico e vítreo, bem como vários nódulos de barro cozido, um botão em osso, um peso de rede e um seixo e um bloco lítico truncados.

RESULTADOS

A escavação das sondagens arqueológicas no Beco do Loureiro permitiu aprofundar os conhecimentos já existentes acerca do valor patrimonial do local e ao mesmo tempo dar a conhecer realidades até então desconhecidas.
Verificou-se a existência de uma ocupação da área em época Moderna/Contemporânea, patente numa área habitacional mas também numa pequena indústria, que aproveitaria certamente a linha de água que ali corria.
Uma análise geral dos dados obtidos permite avançar com uma hipótese para a sucessão de diferentes momentos de ocupação deste espaço: (1) o primeiro momento datará do início da época moderna (séculos XV a XVII); (2) um segundo momento relacionar-se-á com a ocupação deste espaço possivelmente entre o século XVII e a 2ª metade do século XVIII; (3) um terceiro momento a partir de finais do século XVIII ou inícios do século XIX, em que todo este espaço terá entrado em processo de degradação, de que são prova elementos como a reparação do piso do compartimento 1, a implantação da forja e o uso do compartimento 1 como vazadouro dos restos daí oriundos e o levantar de pequenos muros em tijoleira; (4) e finalmente um último momento, já no século XIX, com a destruição e abandono de todo este conjunto estrutural, cujas paredes superiores terão servido para entulhar os diferentes compartimentos, criando-se um espaço aberto usado como horta e jardim ao longo do século XX.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Guilherme (2009) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval). In *Actas do 1º Encontro de Cultura e Património do Cadaval*. Cadaval: Câmara Municipal, pp. 43-82.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Actas do IV Congresso Internacional*.Mértola: Campo Arqueológico, pp. 575-586.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – Tipologia e cronologia das cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Mértola, 6, pp. 193-212.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1998a) – Intervenção arqueológica na Rua João de Outeiro, nºs 36 – 44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1998b) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (2003) – Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na calçada de São Lourenço, nº 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-214.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, Rafael A. (1995) – Cerâmicas Baixo-Medievais da casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela). In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica*

Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo. Porto; Câmara Municipal de Tondela, pp. 77-96.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, Rafael A. (2003) – A loiça seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-214.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV e XVI, do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb* Silves, 3, pp. 143-206.

SILVA, R. B. da; NOZES, C. (2005) – Resultados da primeira campanha de Trabalhos Arqueológicos no Beco do Loureiro, Alfama – principais resultados, opções patrimoniais e desenvolvimento futuro dos trabalhos. Informação entregue à Câmara Municipal de Lisboa, Divisão de Museus e Palácios em 11-11-2005.

SILVA, Rodrigo Banha da (1998) – Fontes arqueológicas. In SILVA, Rodrigo Banha da; GUINOTE, Paulo, *O Quotidiano da Lisboa dos Descobrimentos, Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 41-176.

CARTOGRAFIA

Filipe Folque, "Carta Topográfica da Cidade de Lisboa", 1856-1858.

João Nunes Tinoco, "Planta da Cidade de Lisboa", 1650.

Júlio António Vieira da Silva Pinto, "Planta Topográfica de Lisboa", 1909.

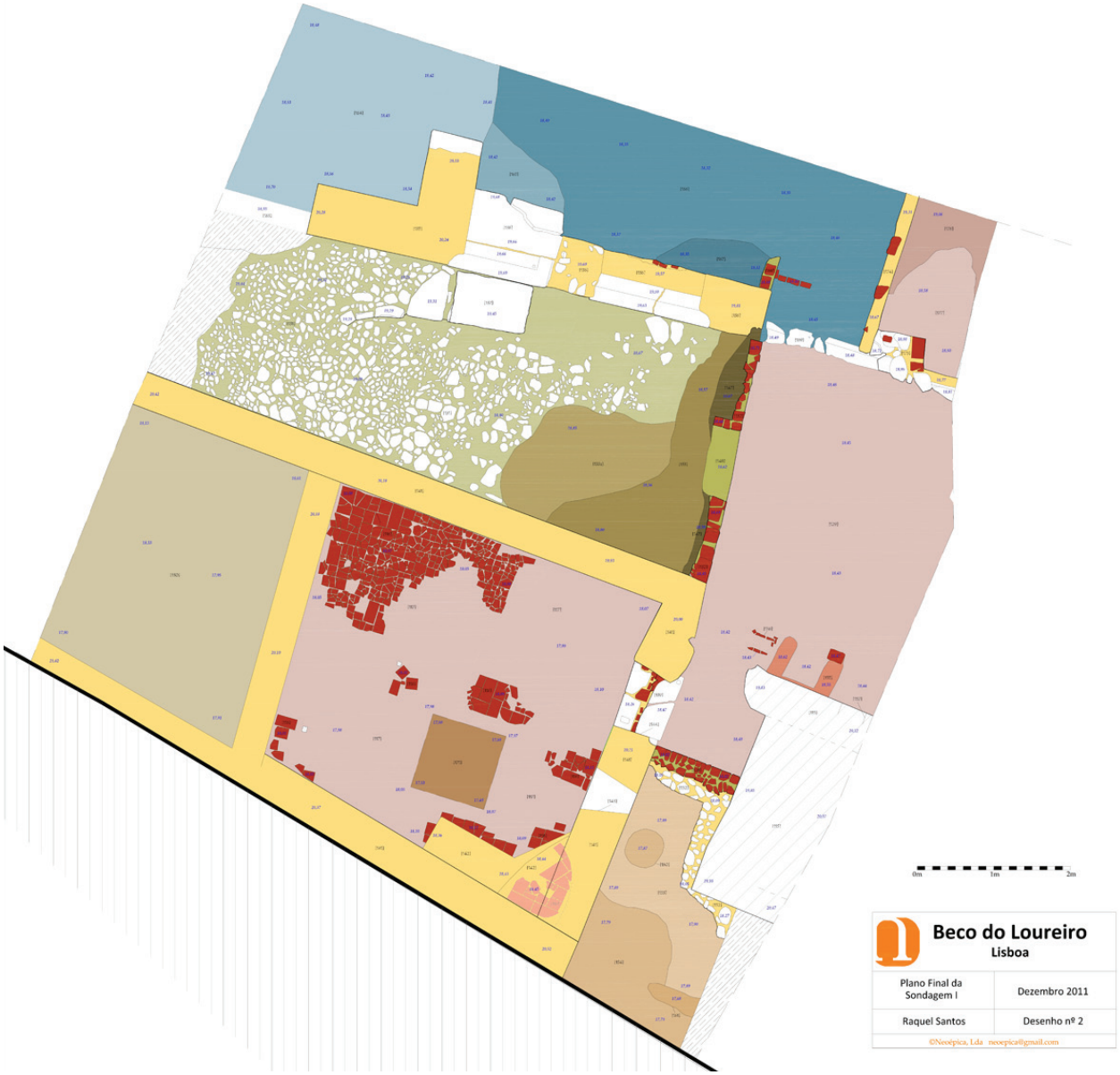


Figura 1 – Plano final da Sondagem I.

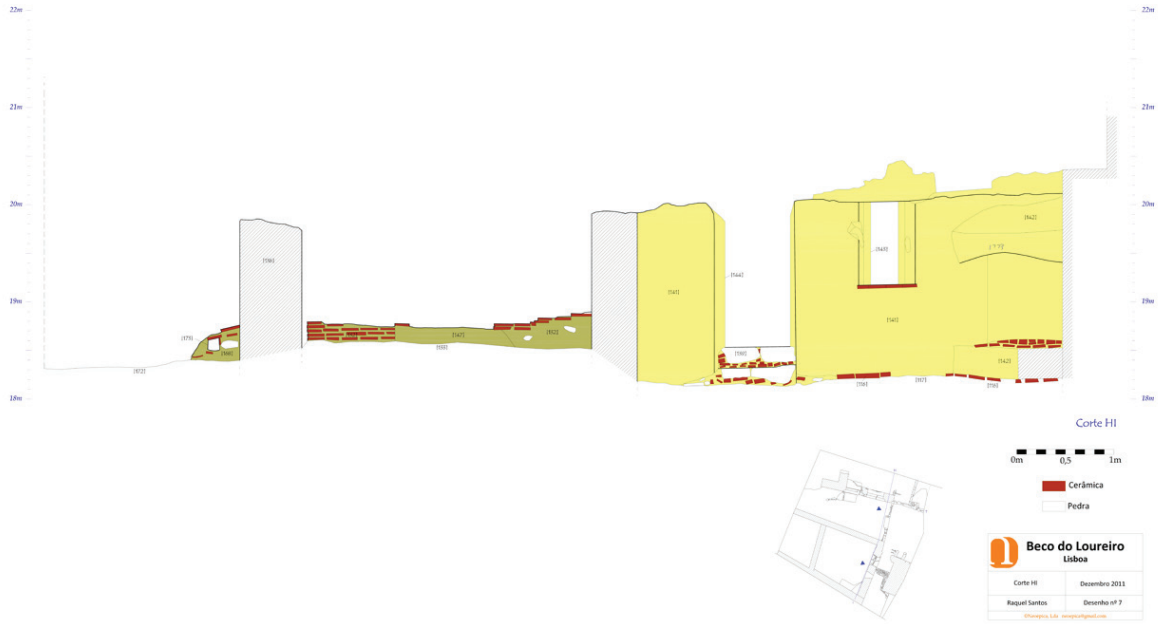


Figura 2 – Representação gráfica do alçado do compartimento 1.

Figura 3 – Sondagem I, Compartimento 1.

Figura 4 – Sondagem I, Estrutura de forja.

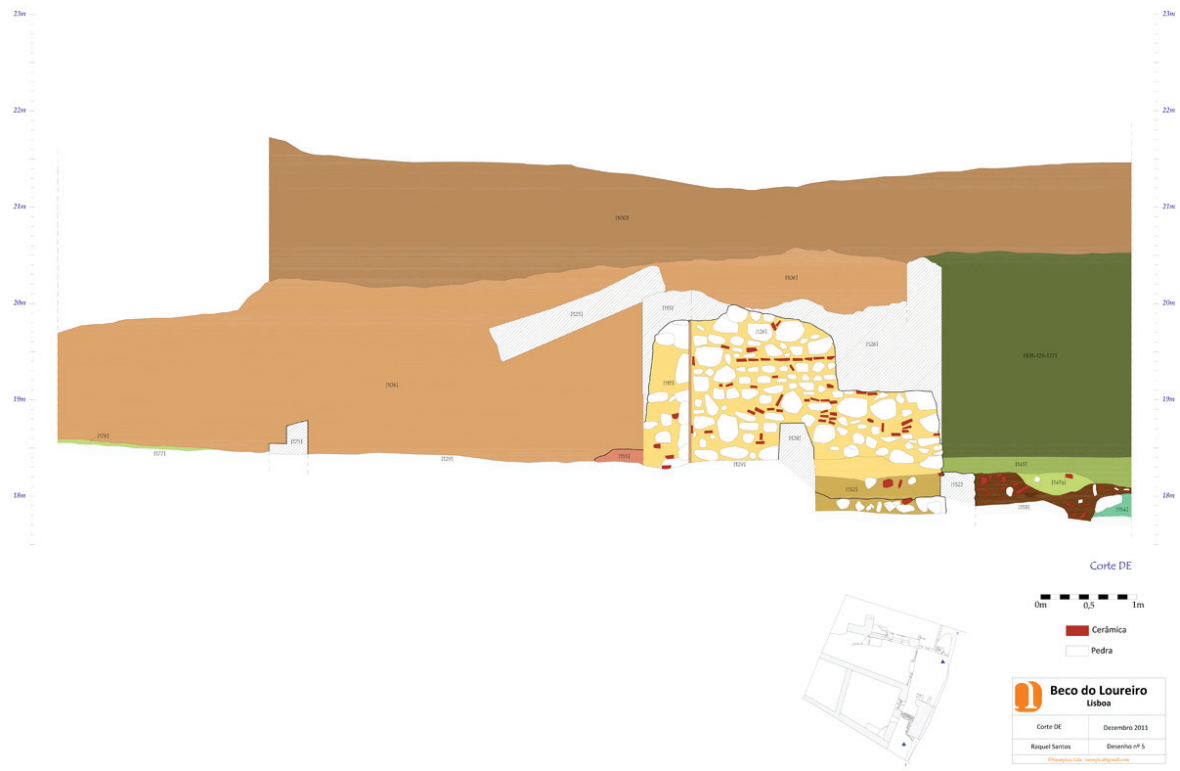


Figura 5 – Representação gráfica do corte SE com alçado da estrutura de forja.

Figura 6 – Sondagem I, Calçada.

Figura 7 – Sondagem I, Compartimento 3 e 4.

Figura 8 – Sondagem I, Compartimento 5.

Figura 9 – Sondagem II, Estrutura.

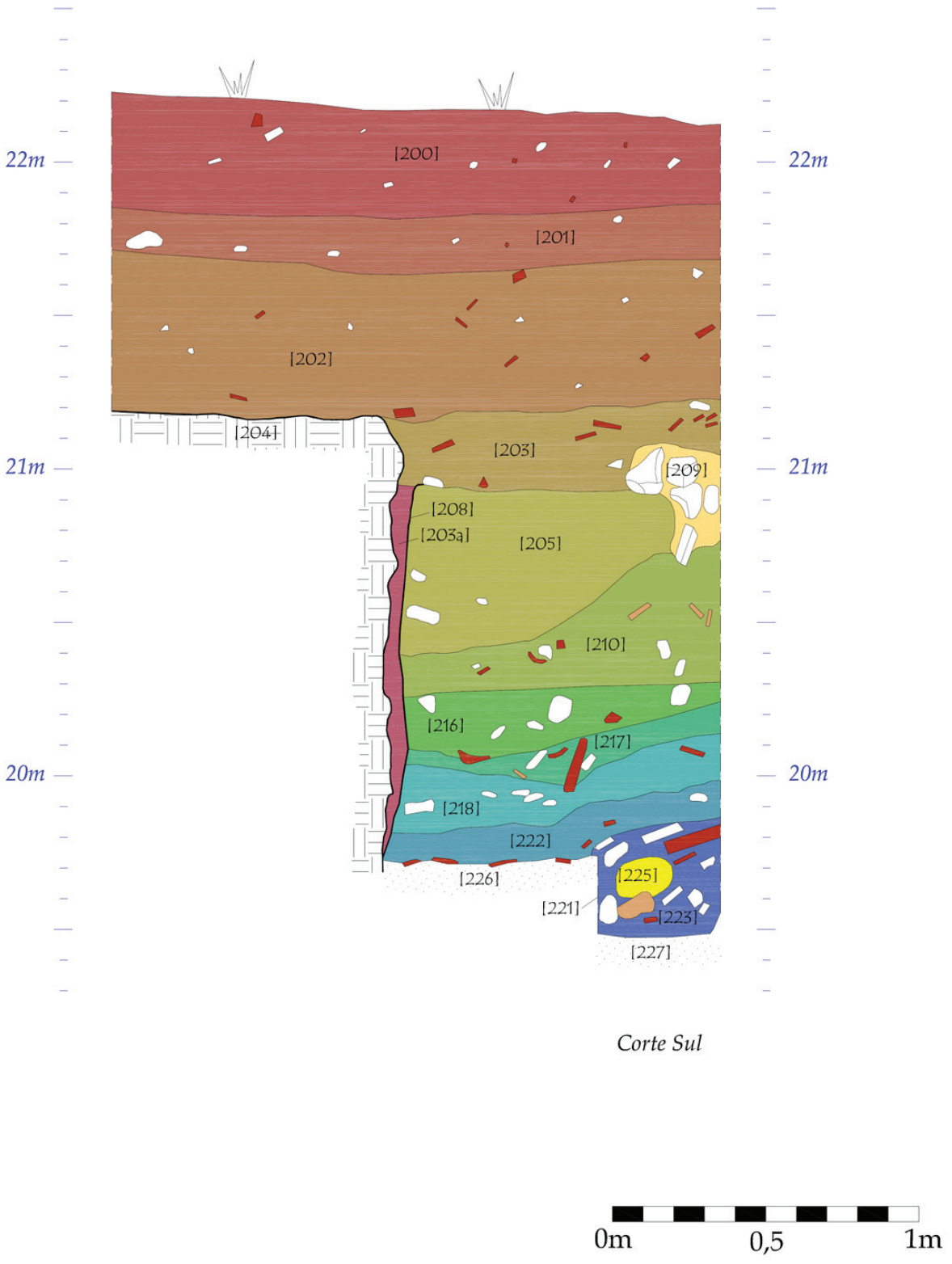


Figura 10 – Sondagem II, estratigrafia detectada.

A FONTE SETECENTISTA DA QUINTA DE SANTO ANTÓNIO DA BOIÇA – OLIVAIS VELHO (LISBOA)

António Valongo / antonio.valongo@gmail.com
Marco Calado / marcocalado1@hotmail.com

RESUMO
A fonte apresentada encontra-se localizada no canto noroeste de uma área ajardinada. Encontra-se decorada pela técnica de embrechado nos quais se utilizaram fragmentos de vidro, conchas, fragmentos de porcelanas e contas de pasta vítrea. Os pequenos fragmentos de porcelana permitiram-nos aferir a construção ao Séc. XVIII.

ABSTRACT
The present fountain is located in the northwest corner of a garden. It's decorated by *bréche* technique with glass fragments, shells, porcelain and glass beads embedded. The porcelain fragments allowed us to gauge her to the eighteenth century.

INTRODUÇÃO

A Praça Viscondessa dos Olivais localiza-se em pleno casco histórico da Freguesia dos Olivais na denominada área dos Olivais Velho, concelho e distrito de Lisboa (fig. 1). Os trabalhos prévios com vista à avaliação de impacto decorreram entre Fevereiro e Março de 2013 no espaço ajardinado que será reabilitado como equipamento hoteleiro.
No início dos trabalhos foi identificada uma estrutura envolta em matagal, implantada no muro norte que limita a atual propriedade. Não estando previsto no plano inicial de trabalhos procedeu-se à limpeza da área pondo-se a descoberto uma fonte que certamente será uma mais-valia ao projeto de reabilitação.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Criada por D. João Eanes, então arcebispo de Lisboa em 6 de Maio de 1397 e confirmada por bula papal de Bonifácio IX em 1400, a freguesia dos Olivais conhece forte desenvolvimento cerca do século XVI nas cercanias da Igreja Matriz. Tal desenvolvimento dá-se inicialmente com a instalação de comunidades religiosas como é o caso do Convento de São Cornélio fundado por frades arrábidos e do Convento dos Candeeiros pelas freiras Servas de Nossas Senhora de Fátima. Construções posteriores correspondem a casas de campo e quintas nobres, que procuram os "bons ares" rurais às portas do buliço urbano. Com a transferência destas famílias, deslocam-se as modas e requintes que se irão expressar no estilo arquitetónico.

A FONTE

A fonte localiza-se no canto noroeste do jardim e encontra-se incorporada no muro limítrofe da atual propriedade. Conserva 2,90 m de altura por 3.00 m de largo e 0,60 m em profundidade. Formalmente apresenta uma moldura exterior com um friso horizontal que define o limite inferior entre a arquivolta, a abside e as pilastras. Foi efetuada com tijoleiras e pedras de pequeno, médio e grande calibre sendo o ligante de argamassa amarelada. A decoração embrechada utiliza materiais variados tais como fragmentos de vidro (branco, rosa, verde e roxo); fragmentos de porcelanas; conchas de amêijoa branca; contas de pasta vítrea tubulares azuis (0,025 m x 0,001 m); contas de colar grandes (0,006 m x 0,004 m), contas de colar pequenas (4mm x 2mm) com colorações azuis, pretas, verdes, vermelhas e amarelas. As pilastras encontram-se em muito mau estado de conservação. Superiormente são definidas por um friso chanfrado. Embora não se tenha recuperado todo o padrão, foi possível verificar que se encon-

trava decorada externamente por um motivo definido pela aplicação de pequenas contas de vidro cuja disposição sugere padrão escamado sobre o qual foi encastrado um pequeno modilhão. Na face interna destas, verificou-se a existência de dois modilhões oblongos; o superior orientado verticalmente e o inferior horizontalmente.

Tal como as pilastras, a parede interna encontra-se em mau estado (com evidências de cimento, malha metálica e pregos). Não se identificou o elemento de boca-de-água original, mas graças a um esclarecimento prestado pela atual proprietária, foi-nos possível apurar que este corresponderia a um pequeno golfinho.

A moldura externa apresenta uma bordadura em conchas de amêijoa branca dispostas de forma a reproduzir um efeito de cordame. O plano de fundo é efetuado com fragmentos de vidro branco. Sobre ele destaca-se o negativo de dois modilhões com cercadura interna de conchas e cercadura externa em contas de colar, nos quais se encontravam encastrados dois pratos de porcelana. De cada modilhão partem duas folhas de acanto, com contorno efetuado por contas azuis e preenchidas com fragmentos de porcelana. A nervura central das folhas é limitada por pequenas contas pretas com preenchimento interno em fragmentos de conchas.

A arquivolta apresenta uma bordadura externa em conchas de amêijoa branca encastradas de modo interpolado, definindo novamente a representação de cordame. Ao longo dela são evidentes os negativos de sete modilhões onde estariam colocados pequenos pratos ou taças de porcelana, contornados por uma moldura interna em conchas e uma moldura externa em grandes contas de coloração indeterminada. O modilhão central exibe de ambos os lados contas tubulares azuis dispostas diagonalmente, que procuram representar a pedra chave do arco, sendo o interior preenchido com fragmentos de porcelana. Os restantes modilhões estão enquadrados por uma cercadura interna em conchas; uma cercadura meal em contas grandes de coloração indeterminada e uma cercadura externa em pequenos círculos de argamassa alternados com grandes contas azuis. Intercaladas pelos modilhões e sobre fundo executado com fragmentos de vidro branco, destaca-se a estilização de liras. O desenho destas é em pequenas contas pretas com preenchimento interior em fragmentos de porcelana. São dotadas ao centro de um círculo executado com pequenas contas vermelhas, e a nível superior com um botão floral em fragmentos de vidro rosa com pequenas pétalas em vidro azulado e folhas em contas verdes. A abside encontra-se limitada ao nível inferior, novamente pela representação estilizada de cordame em conchas de amêijoa branca. O preenchimento do plano de fundo é efetuado com fragmentos de vidro branco. Ao centro destaca-se o negativo de um modilhão central onde se encontraria encastrado (provavelmente) um prato de porcelana. Foi possível recuperar o desenho da estilização de lírios, cujos contornos exteriores foram executados com contas pretas e o seu preenchimento com fragmentos de porcelana, sendo a representação de nervuras executadas com pequenas contas verdes. As cornucópias, também se encontram presentes. São limitadas por grandes contas pretas e preenchidas com fragmentos de porcelana. Apresenta ainda a estilização de papiros executados com contas pequenas verdes e quatro pequenas representações de trevos com duas linhas de contorno bem definidas. O contorno exterior de duas delas foi executado com pequenas contas verdes e o contorno interior com contas pequenas amarelas revelando o seu preenchimento com fragmentos de vidro amarelo e castanho. As duas restantes são delimitadas com uma linha exterior de pequenas contas vermelhas e o contorno interior por pequenas contas amarelas sendo o preenchimento com fragmentos de vidro. O botão central foi executado com fragmentos de vidro verde delimitado por contas pequenas pretas. Importa referir ainda, a representação de pequenos malmequeres dos quais o caule é feito com apliques de pequenas contas verdes, as folhas com fragmentos de vidro verde, o botão central com uma conta preta e as pétalas em pequenos fragmentos de vidro. Entre os fragmentos de porcelana foi possível identificar elementos da "Família Rosa".

Esta técnica decorativa (embrechado) poderá sugerir uma certa celeridade na aplicação dos elementos que implicaria um grande domínio e mestria. Ainda actualmente se utilizam práticas que permitem contornar esta situação, possibilitando um maior cuidado e detalhe. A argamassa de cal fina com areia muito gomada pode ser conservada em cista ou covacho, devidamente protegida dos elementos por uma tampa ou outra cobertura, mantendo-se fresca pela adição regular de água. Esta forma de controlo permite manter a plasticidade durante um período considerável de tempo. Para respeitar a simetria na decoração da moldura exterior e arquivolta, pode

ser utilizada uma linha de apoio na horizontal que organiza modelarmente a área a decorar, permitindo a fiel replicação do padrão no lado oposto. Após esta fiada ter obtido consistência (e com ela a melhor fixação dos motivos), aplica-se a segunda linha, repetindo-se o processo. Na abside pode-se utilizar uma linha de apoio vertical ao centro, da qual partem os pontos de referência para a projeção do desenho que poderá ser através do método de compasso ou reproduzido um dos lados numa superfície maleável e replicado no lado inverso.

Compete agora mencionar dois exemplos representativos de fontes decoradas com a técnica de embrechados datados do século XVIII na área de Lisboa, muitas outras ficarão infelizmente por referenciar. A primeira corresponde à Fonte da Carranquinha, localizada nos jardins do Palácio do Marquês de Fronteira (hoje pertencente à Fundação das Casas de Fronteira e Alorna), que pelo seu estado de conservação oferece o melhor modelo de ostentação desta forma decorativa. O segundo exemplo corresponde a uma pequena fonte identificada no Quarteirão dos Lagares na Mouraria em contextos de trabalhos arqueológicos que se desenvolveram em duas campanhas (1999 e 2005) da responsabilidade de Clementino Amaro (Bugalhão *et alia*, 2007).

BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA, I. (1997) – Os embrechados na Arte Portuguesa dos jardins. Arquipélago. História, 2ªSérie II.

ATAÍDE, M. Maia, MECO, José, SOARES, Maria Micaela (2007) – Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa. vol. V – 5º tomo

BUGALHÃO, J.; CARVALHO, E.; MONTEIRO, J. L. (2007) – Quarteirão dos Lagares. *Relatório de escavação* (policopiado)

CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília (1993) – Pelas freguesias de Lisboa. *Lisboa Oriental*. Lisboa.

DELGADO, Ralph (1969) – A antiga freguesia dos Olivais

DIAS, Francisco Silva, DIAS, Tiago Silva (1993) – Lisboa. Freguesia de Santa Maria dos Olivais

FERNANDES, J. Santa-Rita (1968) – Plano de Reconversão da Praça da Viscondessa dos Olivais. *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação da C.M.L.*

JORGE, Maria Júlia (1994) – Olivais (Sítio de). *Dicionário da História de Lisboa*

MATOS, Maria A. Pinto de, (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

Figura 1 – Implantação de Praça Viscondessa dos Olivais 13-15.

Figura 2 – Planta geral com localização da fonte.

Figura 3 – Estado atual de conservação da fonte.

Figura 4 – Proposta de reconstituição decorativa.

Figura 5 – Fonte, pormenor de botão central.

Figura 6 –Pormenor de malmequer.

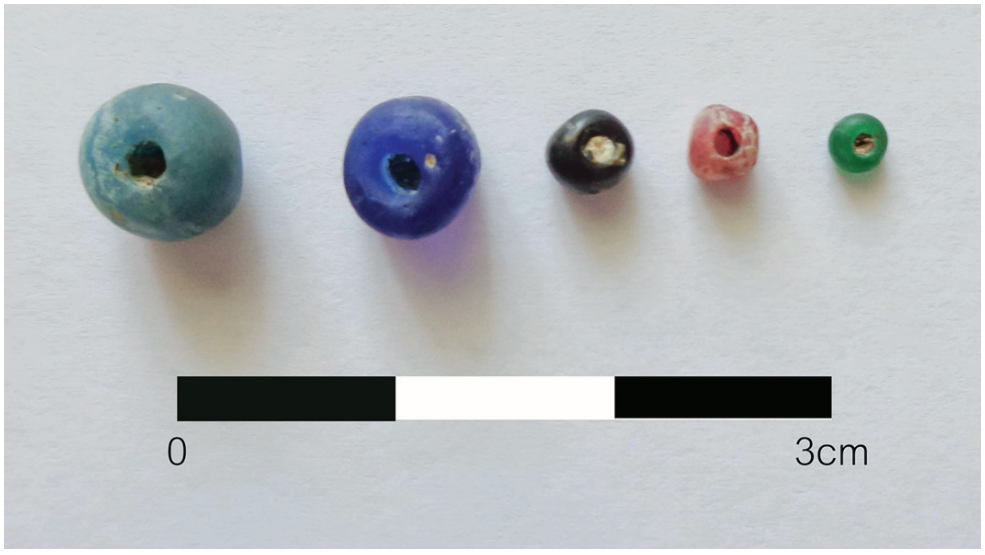


Figura 7 – Contas de vidro.

A CASA DOS BICOS: ESTUDO ARQUEOLÓGICO DE UM ESPAÇO E QUOTIDIANO PALACIANO NA LISBOA RIBEIRINHA (SÉCULOS XVI-XVIII). ANÁLISE PRELIMINAR.

Inês Pinto Coelho / Bolseira de Doutoramento da FCT / Investigadora do CHAM – FCSH / UNL | UAÇ / inespintocoelho@fcsh.unl.pt

RESUMO

Os trabalhos arqueológicos realizados na Casa dos Bicos revelaram contextos da Idade Moderna, fundamentais para o estudo do quotidiano da época e da região. É através da análise dos dados provenientes dessas intervenções que se procura integrar o edifício no urbanismo da cidade de Lisboa, compreender a sua arquitectura enquanto espaço social e perceber de que forma a cultura material influenciou o modo de viver dos seus habitantes.
O presente tema integra o projecto de doutoramento da autora, que se iniciou em Abril de 2012 e, portanto, este é ainda um trabalho em curso, iniciado recentemente, pelo que, para além das problemáticas que se pretendem investigar, serão apresentados somente os resultados preliminares, até ao momento obtidos.

ABSTRACT

The archaeological work conducted since the early 1980's, in *Casa dos Bicos*, revealed several contexts, essentials to the study of the everyday life of the region at that time. With this work, through the study of the Early-Modern materials, we aim to understand this House in the urban structure of Lisbon, its architecture as a social space, and to realize the influence of material culture in the construction of the daily life of its inhabitants.
The present theme integrates the authoress PhD project which began on April 2012. This is a work in progress recently started; besides the problematic that we intent to investigate in this paper will be presented only the preliminary results obtained at the moment.

1. INTRODUÇÃO

No século XVI Lisboa tornou-se numa das mais movimentadas cidades da Europa, devido ao aumento do volume de mercadorias que aí aportavam, provenientes de todo o mundo através das novas rotas oceânicas. Esta época foi de reforma do espaço urbano, através da construção de edifícios de grandes dimensões, aptos a apoiar as mais variadas actividades do comércio ultramarino e a enobrecer o poder real. Estas obras irão espelhar a importância da ligação "cidade-rio", deslocando o centro político e económico da capital para o espaço ribeirinho. Paralelamente assistiu-se a um importante surto de construção de espaços habitacionais aristocráticos, dos quais se destaca a Casa dos Bicos, edifício ímpar no contexto urbano português mandado construir pela família Albuquerque, durante o século XVI.
Entre 1981/1982, a Casa dos Bicos foi alvo de intervenções arqueológicas com o objectivo de adaptar o edifício a um dos cinco núcleos da *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*. A intervenção permitiu recuperar um número significativo de artefactos e colocar a descoberto um conjunto de estruturas que remontam à época romana, uma parte da *Cerca Moura* e, sobretudo, uma parcela do piso original da sala central da loja da casa quinhentista, vestígios do alçado traseiro, para além das demais fachadas da loja e sobreloja, que subsistiram ao terramoto de 1755 (AAVV, 2002, pp. 11; 19-26).
A Casa dos Bicos, situada junto ao Campo das Cebolas, no bairro da Sé, em Alfama, comunica, na sua

fachada Norte, com a rua Afonso de Albuquerque e, na Sul, com a rua dos Bacalhoeiros. Destaca-se ainda hoje na paisagem da antiga frente ribeirinha de Lisboa, como um dos escassos vestígios de edifícios habitacionais que permaneceram da cidade quinhentista. Ela é citada por autores nacionais e estrangeiros e surge nas mais antigas representações da cidade, de que é exemplo o painel de azulejos do Museu da Cidade ou no painel do *Grande Panorama de Lisboa* (Museu Nacional do Azulejo) (Figura 1).

Apesar do mau estado de preservação, o edifício foi classificado como Monumento Nacional em Junho de 1910 e, em 1955, foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa (Amaro, 1982, p. 96) que para ali concebeu um conjunto de projectos relacionados com a cultura luso-oriental, que acabaram por não se concretizar (AAVV, 2002). Foi também ali instalada a sede da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses até à sua extinção em 2002. Desde 2008, a Casa dos Bicos alberga a Fundação José Saramago.

2. ESTADO DA QUESTÃO E PROBLEMÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO

A historiografia acerca da cidade de Lisboa e do seu quotidiano no período da expansão marítima portuguesa é extensa, incluindo estudos clássicos (como o de Castilho, 1893) e contributos mais recentes (Moita, 1983; Castelo-Branco, 1990; Moita [coord.], 1994). De um modo geral, estes trabalhos evidenciam Lisboa como um dos principais portos do comércio mundial durante a Idade Moderna e permitem obter conhecimento sobre o espaço urbano e edifícios de maior destaque. São ainda de realçar os trabalhos que se têm debruçado sobre a transformação da zona ribeirinha, tendo em conta a organização funcional dos seus espaços e as arquitecturas nela erguidas (Carita, 1999; Senos, 2002 e Caetano, 2004).

Na segunda metade do século XX ocorreu uma renovação da investigação sobre a evolução histórica e urbanística da zona ribeirinha, numa perspectiva de análise diacrónica, merecendo destaque os trabalhos de Irisalva Moita e de Iria Gonçalves, nos campos da história e da arqueologia (Moita, 1994; Gonçalves, 1996). São ainda de realçar alguns estudos que incidem sobre a dinâmica de ocupação dos espaços aristocráticos, em particular na zona da Ribeira, dando ênfase à influência de objectos "raros" e "exóticos" na sociedade (Gschwend, 1998, pp. 123-141).

Menos conhecido é o impacto das transformações urbanas, económicas e culturais no quotidiano das populações, sendo neste ponto fontes essenciais as descrições coevas (como Góis, 1988) e os relatos de viagens (Santos, Rodrigues e Nogueira, 1996), estes últimos reveladores da visão dos estrangeiros sobre a sociedade e os seus costumes. As fontes escritas são, em todo o caso, bastante limitadas, impedindo traçar um quadro completo desta realidade.

Durante o século XVI surgem as primeiras notícias que referem o interesse de alguns eruditos pelo remanescente arquitectónico de ruínas soterradas no subsolo da cidade de Lisboa; contudo, só aquando das obras de reurbanização pombalina, após o Terramoto de 1755, este interesse veio a demonstrar-se de forma mais evidente (Bugalhão, 2008, p. 218). A partir da década de 1960 realiza-se a primeira intervenção arqueológica em Lisboa sobre vestígios modernos, nas ruínas do grande edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos, aquando das obras de construção do Metropolitano da Praça da Figueira (Moita, 1964/66).

Em 1980, com a criação do Instituto Português do Património Cultural, retomam-se os trabalhos arqueológicos na cidade, com as referidas escavações na Casa dos Bicos, dirigidas por Clementino Amaro (Amaro, 1985, pp. 143-154; Silva e Guinote, 1998, p. 46) e simultaneamente surgem diversas equipas integradas em intervenções de salvaguarda e de investigação em outras áreas urbanas do país (Barreira, Dórdio & Teixeira, 1998, pp. 145-184; Sousa, 2012).

Ao longo das últimas décadas, tem sido possível reforçar a imagem de Lisboa como cidade marítima e a sua transformação associada às descobertas, evidências para as quais têm contribuído os trabalhos de arqueologia subaquática, através do estudo dos destroços de uma nau da Carreira da Índia, a presumível *Nossa Senhora dos Mártires*, que naufragou ao largo de S. Julião da Barra, em 1606 (AAVV, 1998; Coelho, 2008); e de arqueologia náutica e portuária, de que são exemplos vestígios de embarcações e de estruturas portuárias colocadas a descoberto no âmbito de intervenções ocorridas na zona ribeirinha de Lisboa (Bugalhão, 2005, pp. 151-154).

No domínio das estruturas palatinas, refiram-se o Hospital Real de Todos-os-Santos (Moita, 1964-66), o Palácio dos Marqueses de Marialva (Marques e Fernandes, 2006), ou o Palácio dos Corte-Real (Sabrosa, 2008, pp. 109-142). Quanto à Casa dos Bicos, a par de abundante documentação escrita e

do remanescente arquitetónico, já analisados brevemente (Carita, Conceição e Pimentel, 1983), os materiais ali exumados constituem uma oportunidade única para aprofundar o conhecimento sobre as origens, os modelos de construção e o quotidiano da nobreza Lisboeta, entre os séculos XVI e XVIII.

Apesar destes avanços e das inúmeras intervenções, inclusive em contextos palacianos, a arqueologia ainda não deu o contributo que poderia para a história da cidade de Lisboa desta época, face ao potencial e à boa preservação de muitos contextos arqueológicos escavados.

O presente trabalho integra o projecto de doutoramento intitulado "A Casa dos Bicos: estudo arqueológico de um espaço e quotidiano palaciano na Lisboa ribeirinha (séculos XVI-XVIII)", que se encontra a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cuja instituição de acolhimento é o Centro de História de Além-Mar (CHAM-FCSH/UNL|UAç). O espólio em estudo encontra-se depositado no Museu da Cidade, desde 1982, e tem sido alvo de trabalhos académicos e trabalhos científicos.

De um modo geral, o estudo de colecções arqueológicas recuperadas no âmbito de intervenções realizadas no passado levanta algumas questões que poderão ter um impacto no decorrer de projectos de investigação que visam a sua divulgação e valorização. Por um lado, um dos aspectos a realçar diz respeito à disponibilização da documentação de campo, sendo de extrema importância que esteja contemplada nos relatórios entregues às instituições que tutelam o património ou, em alternativa, que o acesso à mesma seja garantido pelos responsáveis pelas escavações. Por outro lado, outro aspecto relevante diz respeito à importância da referenciação dos materiais, que tem de ser preservada em condições adequadas, considerando que o manuseamento sucessivo e sem controlo poderá implicar a deturpação e até mesmo, nalguns casos, a perda total de informação.

Actualmente, o estudo decorre no Centro de Arqueologia de Lisboa, onde se tem procedido à lavagem e registo do espólio. Paralelamente têm-se procedido à recolha e análise de bibliografia sobre o tema e iniciou-se, em Abril deste ano, o estudo dos materiais, assim como a análise/interpretação dos respectivos contextos. Neste quadro este projecto surge com o objectivo de contribuir para um melhor conhecimento do quotidiano lisboeta na época da expansão a partir dos dados arqueológicos, mas numa perspectiva integrada de análise de fontes escritas, cartográficas e iconográficas. Elegem-se, por isso, três problemáticas de análise essenciais: a integração da Casa dos Bicos no urbanismo de Lisboa, a arquitectura da Casa enquanto espaço social e a influência da cultura material na construção do quotidiano dos seus habitantes.

2.1. A Casa dos Bicos no Urbanismo de Lisboa

No que diz respeito à integração da Casa dos Bicos no urbanismo de Lisboa, compreender-se-á de que forma esta habitação e os restantes edifícios seus coetâneos acompanharam o movimento de passagem do centro político do país, do Castelo de S. Jorge para a zona da Ribeira (Carita, 1999). A construção deste edifício, entre 1521 e 1523, por Brás de Albuquerque (filho de Afonso de Albuquerque, 2.º Governador da Índia, 1509-1515), enquadrou-se num movimento de reformulação e ampliação da cidade em direcção ao Tejo, tal como é demonstrado pela edificação de um novo palácio real, o Paço da Ribeira, que substituiu definitivamente a antiga Alcáçova como residência régia (Senos, 2002).

Quando D. Manuel I sobe ao trono, está perante uma cidade com características medievais (Pereira, 1995, p. 70). Nesse sentido, o seu projecto arquitectónico de reordenamento da cidade de Lisboa teve como princípio básico a criação de uma nova imagem urbana que acompanhasse o crescente afluxo de bens e de gentes à cidade, iniciado durante o advento da expansão portuguesa (Carita, 1999, p. 63; Senos, 2002). Destruindo ou aproveitando antigos troços da Cerca Fernandina, esta campanha de obras englobou o alargamento de um conjunto de vias e a construção de novas ruas e a edificação de novos edifícios e habitações, que cresceram sobretudo na frente ribeirinha da cidade, destinados a alguns membros da nobreza e de uma nova burguesia enriquecida, numa tentativa de acompanhar o monarca (Pereira, 1995, p. 77). Esta situação manteve-se até ao Terramoto de 1755, após o qual questões relacionadas com epidemias e dificuldades de acesso e circulação, bem como condicionalismos de índole política, social e cultural implicaram a passagem dos grupos sociais mais abastados para Ocidente, reservando-se a zona da Ribeira para as actividades comerciais (Amaro, 1982, p. 109).

2.2. A Casa dos Bicos, arquitectura e espaço social

Da primitiva estrutura da Casa dos Bicos persistiu até aos nossos dias a fachada da loja e sobreloja, um

portal quinhentista, que supostamente daria acesso a uma escada pública junto à empena nascente, a parte inferior da ombreira do portal manuelino que dava acesso ao pátio interior, um pavimento em espinha e vestígios de um outro pavimento em tijoleira, ambos situados no rés-do-chão (Amaro, 1982, pp. 106-110).
Do ponto de vista arquitectónico a Casa dos Bicos era composta por quatro pisos, dois superiores e dois térreos, implantados no declive da colina. Apesar de pequena, quando comparada com os palácios vizinhos, marcou desde sempre a fisionomia da cidade. A sua fachada Sul, virada para o Tejo, apresentava uma malha de bicos talhados em forma de diamante (AAVV, 2002, pp. 28-41). A originalidade da sua estrutura parietal terá sido inspirada pela viagem que Brás de Albuquerque fez a Itália (Paolleti, Radke, 2005[3], p. 343) no ano de 1521, quando integrou a armada que acompanhou a Infanta D. Beatriz (1504-1538), filha de D. Manuel I e de D. Maria (1428-1571), para esta contrair matrimónio com Carlos III, duque de Sabóia.
Organizada em torno de um pátio interior orientado a norte, onde seria a entrada nobre, a Casa era composta por loja, sobreloja e dois andares. Com o Terramoto de 1755, ela perdeu os dois pisos superiores, ficando reduzida aos inferiores, loja e sobreloja, desaparecendo por completo o pátio interior e, com este, a primitiva estrutura e disposição espacial da habitação. Neste tipo de edifícios, os pisos superiores seriam destinados à intimidade e vida social dos proprietários, enquanto, nos pisos térreos, as *lógias*, abertas para um dos lados exteriores (Senos, 2002, p. 117-118, 191), seriam as divisões destinadas ao armazenamento e ao alojamento dos criados que serviam a casa.

2.3. A cultura material na construção do quotidiano

Os artefactos podem constituir uma evidência da utilização de um espaço e, simultaneamente, reflectir o estatuto social, assim como, o género dos seus antigos proprietários e ocupantes (Gerrard, Gutiérrez, Vince, 1995).
Na passagem do século XV para o século XVI, com o incremento da expansão marítima, as cerâmicas e outros materiais revelam o desenvolvimento comercial da cidade e a intensificação do tráfico marítimo. A cerâmica comum, a vidrada e a modelada eram a loiça mais acessível à generalidade da população, revelando os aspectos mais elementares do quotidiano, carecendo-se ainda de estudos quanto aos centros de produção nacionais, restritos a um escasso número de jazidas intervencionadas (Torres, 2005; cit. por Sebastian, 2010) que não permitem ter uma visão global desta actividade.
Já os materiais exógenos são reveladores dos contactos comerciais e gostos da sociedade portuguesa destas épocas. Entre os séculos XIV e XV, as cerâmicas de importação estão muito restritas ao levante hispânico, e algumas produções cerâmicas provenientes da região de Bordéus. As trocas comerciais do século XV e XVI irão trazer-nos as majólicas italianas. Na mesma época, mas sobretudo na segunda metade do século, surgem as peças de porcelana chinesa, bem como objectos provenientes de outras regiões do Índico (Silva e Guinote, 1998, pp. 71-79).
Do mesmo modo, surgem-nos também cachimbos; sabe-se que entre o final do século XVI e o século XVII, a utilização dos cachimbos em caulino superava o consumo de tabaco enrolado (Silva, Guinote, 1998, p. 88) tendo-se desenvolvido, nos Países Baixos e em Inglaterra, uma indústria artesanal destinada à sua produção (Leclaire, 1986, pp. 21-44). Em Portugal o seu achado é comum, quer em contextos urbanos (Silva, Guinote, 1998, p. 89; Martins, 1988, pp. 16-18), quer em sítios de ancoradouro ou naufrágio (Bettencourt, Carvalho, 2011, pp. 139-152).
Nos trabalhos arqueológicos realizados na Casa dos Bicos, os depósitos da Idade Moderna revelaram diversas categorias de materiais, algumas das quais foram já publicadas por outros autores (Silva e Guinote, 1998, pp. 98-115; 124-125; 152-153 e 170-171). Entre os artefactos que comporiam o quotidiano dos seus habitantes destacam-se o espólio cerâmico – cerâmica comum de uso quotidiano (loiça de mesa, loiça de cozinha e loiça destinada ao transporte e armazenamento de líquidos e sólidos), vidrada, modelada, faiança e cerâmica importada (entre as quais majólicas e porcelana chinesa) – materiais em ferro, peças em liga de cobre (tais como dedais) e materiais em vidro (Figura 2). No que diz respeito aos últimos, nomeadamente a um significativo conjunto de garrafas, em particular, estão em curso análises químicas a vestígios sólidos encontrados no seu interior, com o intuito de os identificar.

3. CONCLUSÕES

Contexto fundamental para o conhecimento da história da zona ribeirinha da cidade e do próprio processo da expansão marítima, a Casa dos Bicos é um exemplo simbólico e importante de uma casa apalaçada quinhentista de Lisboa, permitindo o seu

estudo depreender as influências culturais sofridas na época pelas relações comerciais estabelecidas, evidentes, desde logo, na arquitectura do edifício, e no substrato de origem moderna, visível na utilidade dos diversos pisos.

Mais do que um estudo sobre dos contextos arqueológicos e dos artefactos a estes associados, o presente trabalho é, sobretudo, sobre as pessoas que os adquiriram e utilizaram. Este projecto pretende assim ligar a micro-história do quotidiano com a macro-história da expansão portuguesa.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Dr. Clementino Amaro a disponibilização da documentação das intervenções; aos funcionários do Museu da Cidade a disponibilidade prestada desde sempre e, a Jacinta Bugalhão, José Bettencourt e João Coelho as sugestões e a revisão final do texto.

BIBLIOGRAFIA

AAVV. (1998) – *Nossa Senhora dos Mártires – a última viagem*. Lisboa: EXPO'98 – Pavilhão de Portugal, Verbo, 279p.

AAVV. (2002) – *De Olisipo a Lisboa. A Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Des–cobrimentos Portugueses.

AMARO, Clementino (1982) – Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica. In *Arqueologia*. Porto. 6, p. 96-111.

AMARO, Clementino (1985) – Casa dos Bicos – A Cidade e a Arqueologia. In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Setúbal: Instituto Português do Património Cultural, pp. 143-154.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2011) – A história submersa da baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no «naufrágio do marfim» (primeiro quartel do século XVIII). *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 139-152.

BUGALHÃO, Jacinta (2005) – Lisboa "Sempre" Ribeirinha in *Almadan*, 13, II Série. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 151-154.

BUGALHÃO, Jacinta (2008) – Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. In *Era Arqueologia – revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*. Lisboa. 8. pp. 217-230.

CAETANO, Carlos (2004) – *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa, Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Pandora, 285p.

CARITA, Hélder; CONCEIÇÃO, João Paulo; PIMENTEL, Miguel (1983) – *Elementos para um Estudo da Casa dos Bicos*. Lisboa: Pisa Babel, 73p.

CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 255p.

CARVALHO, Cátia e RIBEIRO, Madalena (2009) – Índia: Governadores e Vice-Reis (Listagens). [Consult. a 2 Setembro 2013]. Disponível em WWW:URL:http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/.

CASTILHO, Júlio de (1893) – *A Ribeira de Lisboa: Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 334p.

CASTELO-BRANCO, Fernando (1990) – *Lisboa Seiscentista*, 4.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 262p.

COELHO, Inês Pinto (2008) – *A cerâmica oriental da Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível «Nossa Senhora dos Mártires»*. Teste de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

GERRARD, Christopher, GUTIÉRREZ, Alexandra; VINCE, Alan (1995), *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles/Cerâmica medieval española en España y en las Islas Británica*s. Oxford: Tempos Reparatum (Bar Internacional Series, 610), pp. 371-374.

GÓIS, Damião de (1988) – *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 83p.

GONÇALVES, Iria (1996) – *Um olhar Sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 266p.

GSCHWEND, Anne-Marie Jordan (1998) – Produtos exóticos da carreira da Índia e o papel da corte portuguesa na sua difusão. In SIMONETA, Luz Afonso; D'INTINO, Raffaela; SOROMENHO, Miguel, dirs. – *Nossa Senhora dos Mártires – a última viagem*. Lisboa: EXPO'98 e Verbo, pp. 123-141.

LECLAIRE, André ; LECLARIRE, Mariette (1986) – *Naissance de La Pipe en Terre a Saint – Quentin – La – Poterie*. Tome I : Tradition et Activité e Tome II : Fabrication et Production. Avignon: Atelier de L'Office Culturel.

MARQUES, António; FERNANDES, Lídia (2006) – O Palácio dos Marqueses de Marialva. Intervenção Arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa, 1999-2000). In *Revista Estudos e Património*. Lisboa. 9, pp. 195-212.

MOITA, Irisalva (1964-66), *Hospital Real de Todos-os-Santos* [Policopiado]: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960 [nº 101/102 (1964), 104/105 (1965), 106/107 (1965), 108/109 (1966), 110/111 (1966) da Revista Municipal]. Lisboa.

MOITA, Irisalva, org. (1983) – *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 265p.

MOITA, Irisalva, coord. (1994) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo98/ L94/ Livros Horizonte, 527p.

PAOLETTI, John; RADKE, Gary (2005) – *Art in Renaissance Italy*, 3.ª edição. United Kingdom: Laurence King Publishing, 567p.

PEREIRA, Paulo, dir. (1995) – *História da Arte Portuguesa*, Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores.

SABROSA, Armando (2008) – As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 109-142.

SANTOS, Piedade Braga; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá, (1987) – *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 86p.

SEBASTIAN, Luís (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

SENOS, Nuno (2002) – *O Paço da Ribeira. 1501-1581*. Lisboa: Notícias, 262p.

SILVA, Rodrigo Banha da; GUINOTE, Paulo (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 285p.

TORRES, Cláudio (2005) – *A Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos Séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.

Figura 1 – a) Imagem da Ribeira Velha, datada de inícios do século XVIII, antes do Terramoto de 1755, onde podemos ver a Casa dos Bicos, entre os demais edifícios seus vizinhos (Museu da Cidade, MC.AZU.PF.59, http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Azulejaria/Paginas/Mercado-da-Ribeira-Velha.aspx) | b) Pormenor da Casa dos Bicos representada no painel de azulejos do Grande Panorama de Lisboa (Museu Nacional do Azulejo, Gabriel Barco, c.1700).

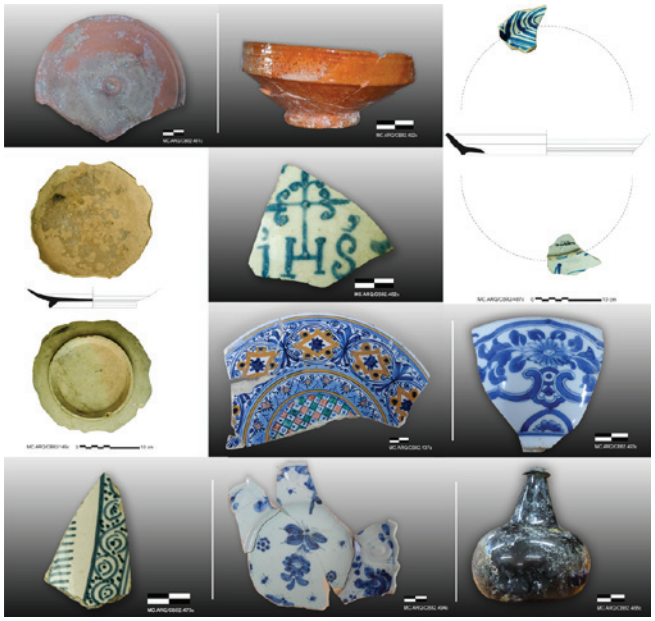


Figura 2 – Amostragem de alguns dos artefactos que fazem parte do núcleo de materiais em estudo.

SUBSÍDIOS ARQUEOLÓGICOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA DO CONVENTO DO CARMO (LISBOA)

António Augusto da Cunha Marques / Arqueólogo, Centro de Arqueologia de Lisboa / C.M. Lisboa / antonio.a.marques@cm-lisboa.pt.
Margarida Almeida Bastos / Historiadora, Museu da Cidade / C.M. Lisboa / margarida.bastos@cm-lisboa.pt.

RESUMO
Na sequência das intervenções arqueológicas realizadas entre 2008 e 2011, no âmbito dos trabalhos preparatórios de implantação do projeto de Requalificação Urbana do local pela autarquia, foi possível recuperar alguns episódios construtivos marcantes para a história arquitetónica da Igreja do Convento do Carmo. Entre estes destacam-se a reedificação integral da fachada Sul nos finais do séc. XVI, em cujo programa se incluiu a abertura de uma nova porta lateral e a criação de uma nova capela (Capela do Santo Cristo Cativo), conferindo uma configuração distinta a este templo, situações que serão ignoradas pela reconstrução pombalina. No tardoz identificou-se um sistema de consolidação e contenção da encosta, coevo da fundação do monumento, que foi recuperado após 1755.

ABSTRACT
Following the archaeological excavations carried out between 2008 and 2011, it was possible to recover some constructive episodes relevant for the architectural history of the Convento do Carmo. Among these stand out the reconstruction of the south façade, by the end of the XVIth century, including the opening of a new side door and the building of a new chapel (Chapel of the Holy Christ Captive), giving a new configuration to this temple. In the rear façade a consolidation system was identified defining the containment of the slope, dating from the monument's foundation, which was also recovered after the Earthquake.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES[1]

Os trabalhos arqueológicos que tiveram lugar na envolvente da Igreja e Convento do Carmo, em 2008 e 2010/2011, decorreram dos estudos preparatórios e de diagnóstico, com vista à definição e implementação do Projeto de Requalificação Urbanística da envolvente do monumento, da autoria do Arqt.º Álvaro Siza Vieira. Na campanha de 2008 fez-se uma primeira abordagem à realidade arqueológica do espaço, através de sondagens de diagnóstico na Travessa de D. Pedro de Menezes, no Adro Sul da Igreja e no tardoz do cenóbio, onde se localizam os denominados Terraços do Carmo. Na campanha posterior procurou-se sobretudo avaliar o estado de conservação e a valia patrimonial de estruturas edificadas e arqueológicas, passíveis de serem integradas ou afetadas pelo mencionado Projeto, bem como exumar parte dos indivíduos sepultados na sua antiga necrópole, localizada entre o Largo do Carmo e o Adro Sul da Igreja.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O convento do Carmo foi mandado edificar no ano de 1389 por D. Nuno Alvares Pereira em ação de graças pela vitória alcançada em Aljubarrota, tendo a construção da igreja ficado concluída logo nos inícios do séc. XV. Desconhece-se contudo a morfolo-

1. Para o presente artigo gostaríamos de agradecer a todos aqueles que participaram nestes trabalhos e às Dr[as]. Isabel Cameira e Anabela Castro o apoio dispensado na elaboração do presente artigo. Salientamos ainda a colaboração do técnico do Museu da Cidade Carlos Loureiro, responsável pela elaboração da reconstituição gráfica apresentada.

gia original das dependências monacais que, segundo Paulo Pereira (1989, p. 101) seriam modestas.
Devido ao grande declive onde assentava a estrutura e ao seu solo arenoso e instável, os trabalhos de construção da igreja decorreram de forma bastante acidentada, verificando-se o desmoronamento dos alicerces logo após o lançamento da empreitada. Consequentemente os primeiros mestre-de-obras foram demitidos e substituídos por outros o que não evitou um novo desabamento do edifício. O Condestável fez então uma terceira tentativa (Pereira 1989: p.92-96), contratando uma equipa composta por Afonso Anes, Gonçalo Anes e Rodrigues Anes, bem como os melhores canteiros de Lisboa (Lourenço Gonçalves; Estêvão Vasques; Lourenço Afonso e João Lourenço) e os mais especializados amassadores de cal (Judas Acarron e Benjamim Zagas).
De acordo com Frei José de Santa Maria (*appud* Pereira: 1989), cronista do convento e da ordem, para evitar outro desmoronamento a nova equipa promoveu a construção de um poderoso jorramento sob a cabeceira do templo, cujos trabalhos de edificação dos primeiros alicerces e do cruzeiro da igreja terminaram em 1397. As obras prosseguiam a bom ritmo com a construção das naves, quando um quarto desabamento fez abrir a frontaria entre o pórtico e o cunhal da parte sul. A fim de solucionar a situação e fazer frente às dificuldades geológicas do local, esta parede foi reforçada "com huns arcos, que a sustivessem, para o efeito de não dar mais de si aquella parte" (Pereira: 1989, p. 95), para tal D. Nuno Álvares Pereira adquiriu por troca, em 1399, terrenos no lado Sul, pertencentes ao Almirante Pessanha, o que permitiu a construção de cinco botaréus para suporte das tensões laterais da edificação, que se encontram representados em alguma iconografia anterior ao terramoto de 1755 (Figura 1).
Tudo aponta para que a estrutura do templo seguisse de perto a configuração da igreja do Mosteiro da Batalha (Pereira: 1989, p. 96), cujo estaleiro se encontrava em plena laboração. A fachada principal da igreja, escalonada em altura, apresentava no pano central correspondente à nave maior, um portal de seis arquivoltas enquadrado por um arco contracurvado, inscrito num gablete subquadrangular, sobrepujado por rosácea. Em data que não foi ainda possível precisar documentalmente, esta frontaria sofreu alterações, tendo as empenas laterais, que seguiam originalmente a tipologia gótica de uma só água inclinada, sido transformadas em empenas triangulares, integrando dois janelões retangulares que substituíram as frestas primitivas.
A fachada lateral sul, muito alterada, apresentava ao que tudo indica, um alçado de dois andares, com janelas no primeiro e segundo piso, configurando um clerestório que iluminava a nave central. Na zona do transepto mantém ainda um janelão em arco quebrado na parte superior, sob o qual exibe um portal gótico de três arquivoltas inscrito num gablete idêntico ao da fachada principal, ainda que com uma configuração mais esguia. Nesta frontaria, bastante danificada pelo terramoto de 1531, foi aberta uma porta travessa no ano de 1591 e em 1603 foi edificada, junto ao transepto, uma capela (do Santo Cristo Cativo) que rompeu com o seu alinhamento primitivo. Tal poderá ter implicado a reconstrução total da mesma, tal como os trabalhos arqueológicos realizados parecem sugerir.
Até ao fatídico 1º de Novembro de 1755 o conjunto deve ter continuado a receber sobretudo obras de melhoramento e de enriquecimento da sua faustosa decoração. Após o cataclismo os frades rapidamente procederam à reedificação das paredes do templo, sem contudo terem conseguido realizar a sua cobertura. Relativamente à fachada Sul, a solução para a sua estabilidade rejeitou a reconstrução dos botaréus, conforme adiante explicitaremos. Em registos gráficos dos inícios do séc. XIX são visíveis algumas construções adossadas a esta fachada da igreja, encontrando-se o espaço dos antigos botaréus parcialmente ocupado pelo novo palácio Valadares.
Cerca de um século mais tarde, para vencer o desnível que separa a Rua do Ouro do Largo do Carmo, foi construído um elevador vertical da autoria de Raoul Mesnier de Ponsard. A obra, executada em ferro, num estilo *fin de siècle*, ficou concluída em 31 de Agosto de 1901, sendo inaugurada em 10 de Junho de 1902, implicando uma substancial alteração da estrutura urbana pré-pombalina, designadamente a subida considerável da cota de circulação no lado Sul.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA: CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO MONUMENTO

Apesar de sobejamente estudado e referido nas diferentes publicações que versam sobre os monumentos e a história da cidade de Lisboa, os presentes trabalhos arqueológicos constituíram uma oportunidade para a sistematização e calibração da informação existente. Consequentemente identificaram-se aspe-

tos que embora referenciados pelas fontes escritas, haviam sido excluídos pelos esforços historiográficos de reconstituição da evolução do edifício, desde a sua fundação, até à sua reconstrução pós Terramoto.
Deste modo, ao confrontar-se com realidades arqueológicas contextuais bem definidas e preservadas no subsolo, a intervenção aportou-nos a ocorrência de intervenções no edificado que contribuíram necessariamente para uma nova visão da evolução do monumento e sua envolvente, sobretudo entre os finais do séc. XVI e 1755.
Entre estas salientam-se as informações recolhidas relativamente ao traçado e implantação da Fachada Sul da Igreja, em que se inclui a solução de reforço estrutural consubstanciado na construção dos cinco botaréus; a abertura de uma nova porta lateral; a edificação da Capela do Santo Cristo Cativo e ainda a existência de uma calçada com uma pendente considerável, entre o Adro Sul e o Largo do Carmo, designada como "Passagem do Carmo". Aspetos que seguidamente desenvolveremos.

3.1. A Passagem do Carmo

Localizada no lado Sul do templo (actual Trav. de D. Pedro de Menezes), tal como se pode observar na planta da figura 2, nas vésperas do Terramoto, aí se encontrava definido um pequeno largo que correspondia ao Adro Sul da Igreja, onde existiam diversas casas de habitação, a que se acedia desde o Rossio, através do denominado Caracol do Carmo, no cimo do qual se localizava a Capela de N. Sr.ª da Piedade, embutida na fachada da Igreja. Com os presentes trabalhos arqueológicos expuseram-se pequenos vestígios da sua antiga calçada, predominantemente em calcário branco, de onde se subia, pela Passagem do Carmo até ao Terreiro do Carmo, sensivelmente desde a cota 38.44 (tardoz da Capela do Santo Cristo Cativo) até à cota 41.46 (nível da calçada pré-pombalina exumada).
Pela análise comparativa entre a perspetiva de Jorge Bráunio (*in Civitates Orbis Terrarum*, vol. V, 1593) e a gravura de Debrie (Fig. 1) constata-se as alterações que esta área sofreu entre finais do séc. XVI e 1755. A construção do Palácio dos Marqueses de Vila Real (Santana; Sucena, 1994), possivelmente nos finais do séc. XVI, assim como a edificação de diversas casas de renda pertencentes à Ordem do Carmo durante o séc. XVII, confinantes com os arcos botantes da Igreja (Figura 2), definiam a matriz urbana existente nas vésperas do grande Terramoto, traduzindo-se numa dinâmica integradora deste espaço na malha urbana da cidade, pelo menos desde o séc. XIV.
Para além da circulação de pessoas, esta área também teve utilização cemiterial que, de acordo com os resultados entretanto alcançados, parece ter sido mais restrita, não apenas pelo menor número de indivíduos identificados durante os trabalhos arqueológicos, mas também cronologicamente, pois tal funcionalidade terá abrandado com a construção do casario envolvente. No adro da frontaria e no início desta via, o número de indivíduos foi bastante superior, atestando-se a sua utilização até às vésperas de 1755.
Deste modo, após terem sido levantados os níveis decorrentes das obras de reconstrução da fachada Sul da Igreja (ainda em período pombalino) e do aterro colocado no âmbito dos arranjos introduzidos cerca de 1901, colocou-se à vista uma calçada em pedra basáltica e calcária, de calibre médio e pequeno, intercalada com alguns seixos e fragmentos cerâmicos grandes, dispostos de forma relativamente arbitrária. Contudo, nalguns locais, regista-se uma maior concentração de elementos cerâmicos, podendo corresponder a áreas de enterramento muito pontuais, assinalando-se uma maior utilização de pedra basáltica na metade Poente e de pedra calcária na metade oposta, próximo do Largo do Carmo.
A exposição desta calçada permitiu observar, sensivelmente entre o início da subida da Passagem e o Adro Sul, à cota 38.70m, um motivo decorativo, realizado com pedras basálticas de calibre médio e pequeno, sobre fundo calcário branco (Figura 3). Este elemento foi parcialmente removido pela vala de reconstrução da fachada, sobrevivendo apenas a sua metade Sul. Considerando que o paramento inicial teria uma espessura e implantação distinta da atual, conforme explicitaremos adiante, consideramos que primitivamente, consistiria num losango integrado numa cercadura aproximadamente quadrangular, sinalizando o local onde, em 1591, foi aberta a nova porta lateral (Figura 4).

3.2. A Fachada Sul

Uma observação atenta do atual paramento desta fachada permite distinguir três tipos de tratamento diferentes. No extremo W, logo após a frontaria, na esquina com a Trav. de D. Pedro de Menezes, ainda persiste o paramento gótico primitivo, executado em cantarias de calcário branco cristalino, bem esquadriadas e sigladas. No seguimento, surge um outro constituído por pequena silharia não facetada, apro-

ximadamente retângular, onde se rasga um grande janelão com remate ogival, que termina no contraforte existente. A partir deste elemento a restante fachada corresponde à reconstrução pós 1755, integrando elementos arquitetónicos reaproveitados.

Sabemos que o complexo religioso foi alvo da proteção dos monarcas, nomeadamente D. João III, D. Sebastião e Filipe I de Portugal que, durante o século XVI, lhe fizeram generosas dádivas, algumas utilizadas em pequenas intervenções, nomeadamente ao nível da capela-mor. De referir também enquanto trabalhos de maior fôlego, a abertura da nova porta travessa, obra que seguramente, pela sua complexidade, motivou grandes alterações nos acabamentos e na disposição do seu paramento interno.

Efetivamente, apesar de por contrato feito em 1542 com o então Governador de Ceuta, D. Nuno Álvares Pereira, se determinar que a primitiva entrada sul do templo, situada no transepto, se não poderia fechar "de modo a que da Rua se visse e adorasse a Imagem de Cristo Crucificado da sua capela que ficava fronteira" (Sá, 1721), os religiosos consideravam que a constante entrada de fiéis perturbava os ofícios do Coro da capela-mor. Por este motivo os frades carmelitas conseguiram obter autorização do Papa Sisto V, através do Breve de 3 de Março de 1586, para entaipar aquela abertura e proceder à abertura de uma outra porta travessa em 1591 (Sequeira, 1939, vol. I, p.373), conforme aliás se constatou durante os trabalhos arqueológicos realizados.

Em 1727, Frei Manuel de Sá (p. 140 a 147), religioso carmelita, descreve o interior do templo carmelita, enumerando sete capelas do lado da Epistola, todas fundadas durante o primeiro quartel do séc. XVII, a mando de benfeitores endinheirados. Com efeito, as escavações realizadas neste espaço permitiram-nos registar arqueologicamente alguns destes episódios construtivos, em especial a reformulação da primitiva fachada Sul, ainda que desta alteração apenas nos tenha chegado o testemunho arqueológico de um grande reforço estrutural dos seus fundamentos.

Foi então aberta uma grande vala ao longo da fachada, com sacrifício da função cemiterial do espaço, definida pelas Camadas 1a e 8 (Figura 5), com vista à colocação de uma espessa estrutura em alvenaria de pedra e argamassa (Estrutura 15), revestida com lajes bujardadas retangulares em calcário, colocadas obliquamente (Figura 6). Os materiais recolhidos neste contexto, designadamente numismas e espólio cerâmico (comum, porcelana e faiança), apontam para que esta intervenção tenha ocorrido em meados da segunda metade do séc. XVII.

De salientar que a execução da Estrutura 15 implicou a desmontagem do primeiro botaréu de contenção da fachada, observando-se que na sua remontagem o respetivo alicerce (Estrutura. 13.1) assentou diretamente sobre as lajes calcárias da contenção (Figuras 6 e 7), respeitando-se a solução de contenção primitiva. Aliás, em nosso entender, a fachada Sul primitiva teria o alinhamento atual deste troço quinhentista, cerca de 1.5m mais para Norte, razão pela qual apresentámos um motivo decorativo losangular na reconstituição do troço de calçada que atrás descrevemos (Figura 4).

Mais tarde, logo após o Terramoto de 1755, a Estrutura 15 é reforçada superiormente, com a colocação de um segundo massame em argamassa (Estrutura 12), preservando-se o paramento de finais do séc. XVI. Contudo, na reconstrução pombalina a opção de contenção da fachada levou ao seu espessamento na zona onde hoje existe um trifório com janelas para o exterior, assim como a criação dos contrafortes existentes atualmente, em detrimento da solução medieval dos botaréus.

3.3. Capela do Santo Cristo Cativo

Bastante referida na documentação do século XVII e da primeira metade do século XVIII, a memória da Capela do Santo Cristo Cativo, das mais ricas e cultuadas do templo, perdeu-se na sequência após 1755.

A sua construção remonta a 1603, quando Francisca Brandoa, uma abastada viúva, contratou com a comunidade em 22 de Setembro desse mesmo ano, a fundação de uma capela com cerca de 40 palmos de fundo por 27 de largo, cobertura de abóbada. A sua construção implicou a desmontagem da fachada, comunicando com a nave da epístola através de um arco aberto no paramento entre o transepto e a nova porta travessa. A edificação, que encostava à capela do Santíssimo Sacramento (localizada no local da primitiva porta lateral entretanto entaipada), com uma profundidade igual, recebeu inicialmente a invocação de Espírito Santo, possuindo no seu subsolo uma cripta com abóbada de berço, que serviu de carneiro para a família Brandão.

A capela, que à data da morte da fundadora em 1620, se encontrava já terminada, passou a ser conhecida, pouco tempo depois por capela de Santo Cristo Cativo, por nela ter sido colocada aquela "prodigiosa" imagem que, após peripécias várias, regressou

à capital, perante grandes demonstrações de fé pelos crentes lisboetas. Foi alvo de especial devoção pelas Rainhas Luísa de Gusmão e D. Catarina de Bragança, que em muito enriqueceram a sua decoração (Sá 1727, p. 133-140).

Devido à exiguidade do espaço, em 1743 Frei José do Carmo pediu autorização D. João V para ampliar a capela para Sul (Arquivo Municipal de Lisboa, Processo de obra ADMG-E-61-3571) implicando retirar cerca de 4 palmos e meio à passagem pública para as "Escadinhas da Piedade" (Figura 2). O rei mandou consultar o Senado que, na sequência de uma vistoria, considerou improcedente, uma vez que, entre outras questões, a referida serventia ficaria apenas com quinze palmos de largura.

Não satisfeito com o despacho, o sacristão da Capela do Santo Cristo Cativo fez novo requerimento a D. João V, obtendo desta vez a autorização do monarca que "Attendendo ao uso que o suplicante determina fazer da pequena parte do chão que pede, hei por bem conceder-lhe licença desta obra (...)" (Oliveira, 1904, p.167). Porém, na intervenção arqueológica não foram identificados vestígios da sua ampliação, desconhecendo-se a razão pela qual esta não foi realizada.

Os trabalhos arqueológicos revelaram-nos a existência de uma estrutura residual que se destacava do corpo principal da Igreja (Figura 8), com substancial projeção para o exterior, até ao alinhamento da face externa do Portal Sul. Tratava-se de uma capela lateral distinta das demais, não só pelo seu tamanho, mas igualmente pela riqueza do seu revestimento interno, que joga com cantarias de coloração e natureza distinta, bastante ao gosto maneirista, à qual se acedia através de um arco triunfal.

Com efeito, ao nível do pavimento ressaltou a sua exuberância cromática definida por lajes de calcário negro de Mem Martins, intercaladas com lajes em calcário com rodistas brancas (lioz) e calcário com rodistas rosa (abancado), num patamar mais rebaixado, ao qual se segue um outro em tijoleira, onde estaria a figura do Santo Cristo Cativo jacente, em caixão de prata. Ainda que residualmente preservados, os revestimentos parietais repetem o mesmo tipo de pedraria, acrescentando ainda lajes em calcário margoso fossilífero e calcário cristalino cinzento.

Com a reconstrução pombalina esta estrutura foi excluída. Todavia tudo indica que tenha sido parcialmente preservada e integrada no casario/barracas que entretanto surgiram neste espaço. De referir que nos contextos subjacentes à capela, além da referida cripta, foram identificados dois níveis distintos de enterramentos, sendo que num dos níveis (anterior a 1603) os indivíduos estão dispostos em função da orientação da Igreja (Este/Oeste), e no segundo em função da capela (Norte/Sul).

3.4. Os Terraços do Carmo

Situados no tardoz do edifício conventual, sobranceiros ao Rossio, são formados por três patamares dispostos em cotas altimétricas distintas, que comunicam entre si através de escadas e rampas, constituindo um arranjo posterior ao Terramoto de 1755. Com efeito, em época anterior tudo leva a crer que apenas os dois patamares superiores pertencessem à Ordem do Carmo, devendo o inferior corresponder a uma área de servidão pública com habitações, atravessada por um caminho de acesso entre o Rossio e o Caracol do Carmo (Sequeira, 1939, vol. 2, p. 150-151).

Neste espaço efetuaram-se 6 sondagens de diagnóstico em 2008, distribuídas pela totalidade do espaço. Apesar da exiguidade da área intervencionada foi possível fazer uma aproximação à sua realidade arqueológica, como seguidamente desenvolveremos.

3.4.1. A contenção da encosta e da fachada tardoz

A abertura de uma sondagem no patamar inferior (Sondagem 6), sobranceiro à Rua do Carmo, permitiu-nos colocar a descoberto a face posterior da denominada Muralha do Carmo, assim como analisar os contextos arqueológicos que lhe estão associados, cujos materiais, em especial alguns raros fragmentos de cerâmica valenciana, nos permitem concluir que a sua construção terá ocorrido nos finais do séc. XIV.

Expôs-se o topo da muralha (Estrutura 5), observando-se que atualmente possui uma espessura de 12.35m, não nos sendo possível obter a sua dimensão primitiva, em virtude das sucessivas alterações de que foi sendo alvo. Constatou-se ainda que a sua construção obedeceu a um programa ambicioso de contenção da encosta e do tardoz da Igreja do Carmo, onde igualmente se procedeu à abertura de uma sondagem (Sondagem 4) que nos permitiu verificar que a sua cabeceira assenta sobre uma espessa base de alvenaria de pedra e argamassa, cuja profundidade não nos foi possível determinar.

Com efeito, na sondagem realizada sobre a muralha, registou-se no seu perfil Norte (Figura 9) a existência de um muro (Estrutura 7), com orientação aproximada Este/Oeste que tudo indica seguirá em direção ao massame de sustentação da Igreja menciona-

do, definindo o que poderá ser um sistema radial de contenção da encosta formado pela muralha e por muros individuais que certamente ligarão essa mesma muralha ao embasamento da igreja, revelando um programa de engenharia sofisticado, apropriado para as dificuldades geológicas e topográficas do terreno, indo ao encontro das adversidades construtivas iniciais a que já aludimos. Esta estrutura ainda mantém a sua função, tendo sido igualmente reparada após o Terramoto de 1755 (Estrutura 6).

3.4.2. Piso térreo conventual

Localizado no patamar superior, onde apenas se abriu uma sondagem (Sondagem 5) encostada à primitiva fachada tardoz da antiga sacristia, o piso em tijoleira identificado pertenceria ao edificado conventual. Efetivamente, os resultados alcançados indicam que, apesar do colapso registado na sequência do Terramoto de 1755, este piso se mantenha preservado sensivelmente a cerca de 1 metro de profundidade em relação à cota atual, admitindo-se como possível a reconstituição da sua planta, apontando os níveis arqueológicos subjacentes para que esta construção tenha sido realizada em meados do séc. XVII, situação que apenas poderá ser esclarecida com a persecução dos trabalhos arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1904) – *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*. Vol. 14: 1. Lisboa: Tipografia Universal.

PEREIRA, Luiz Gonzaga (1927) – Monumentos Sacros de Lisboa em 1833, Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

PEREIRA, Paulo (1989) – *A Igreja e o Convento do Carmo: Do gótico ao Revivalismo. In* Actas da Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 87-113.

SÁ, Manuel de (1721) – Notícias do Real Conv[en]to do Carmo de L[i]x[bo]a Occidental: Biblioteca Nacional de Portugal, manuscrito.

SÁ, Manuel (1727) – Memorias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal, vol. 1, Lisboa: Of. Joseph Antonio da Sylva.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (1994) - *Dicionário de História de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados – Consultores.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1939) – O Carmo e a Trindade, Lisboa: Publicações da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 1 – Gravura de G. Debrie, cerca de 1740, na qual se observam na parte superior as traseiras do Convento do Carmo e na parte inferior a sua fachada principal e o seu enquadramento urbanístico (Museu da Cidade MC.GRA.0665).

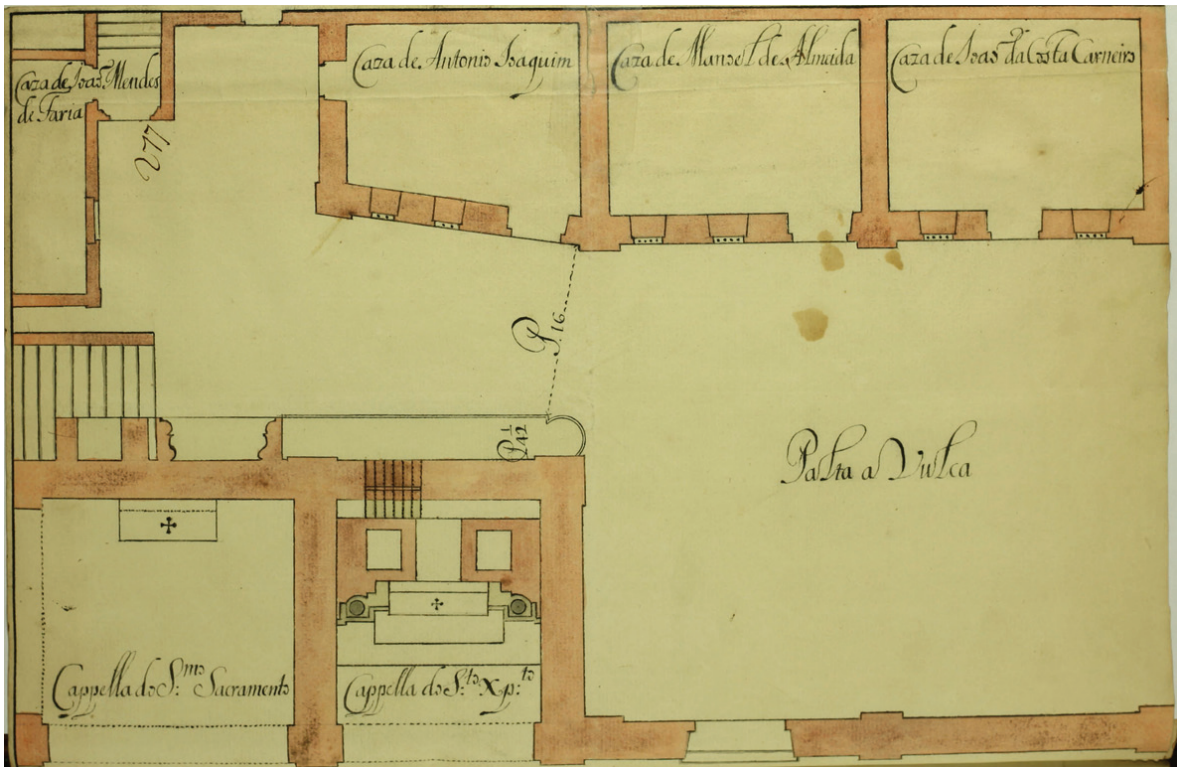


Figura 2 – Planta anterior ao Terramoto (vide nota 5), onde se observa o casario existente na Passagem do Carmo, assim como a localização da Porta Travessa (Arquivo Municipal de Lisboa).

Figura 3 –Pormenor decorativo da calçada pertencente à Passagem do Carmo, que assinala o local da Porta Travessa.

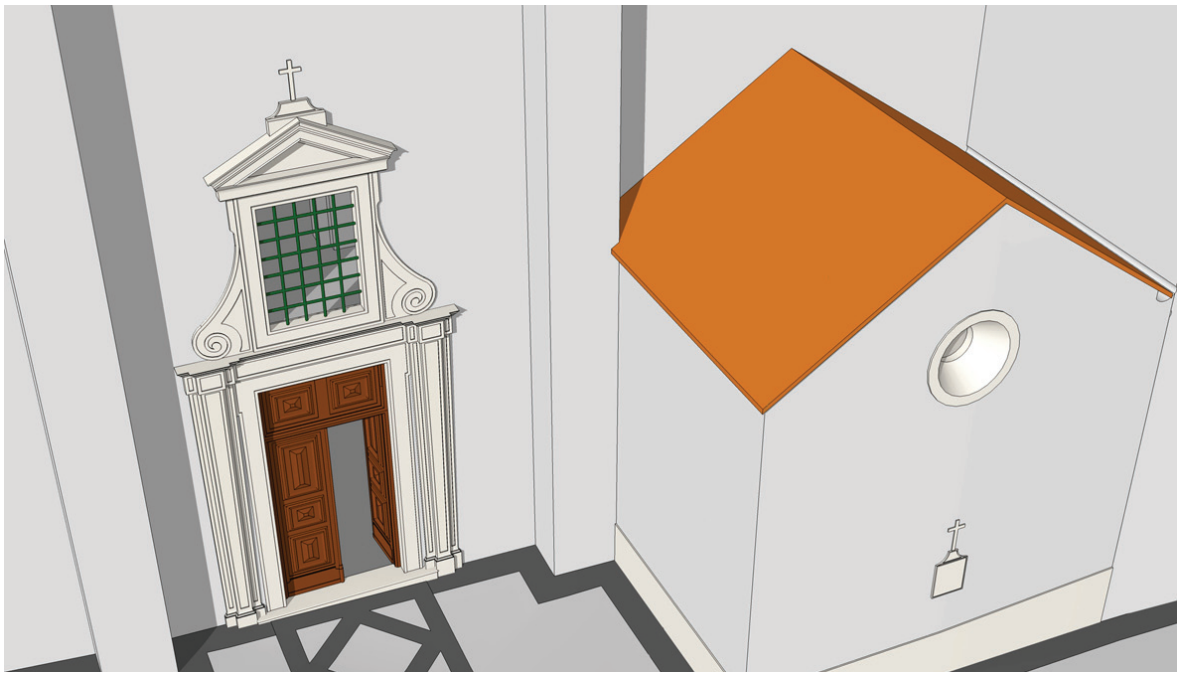


Figura 4 – Reconstituição hipotética da antiga Porta Travessa, do motivo decorativo exumado, assim como das trasei-ras da Capela do Santo Cristo Cativo (Carlos Loureiro).

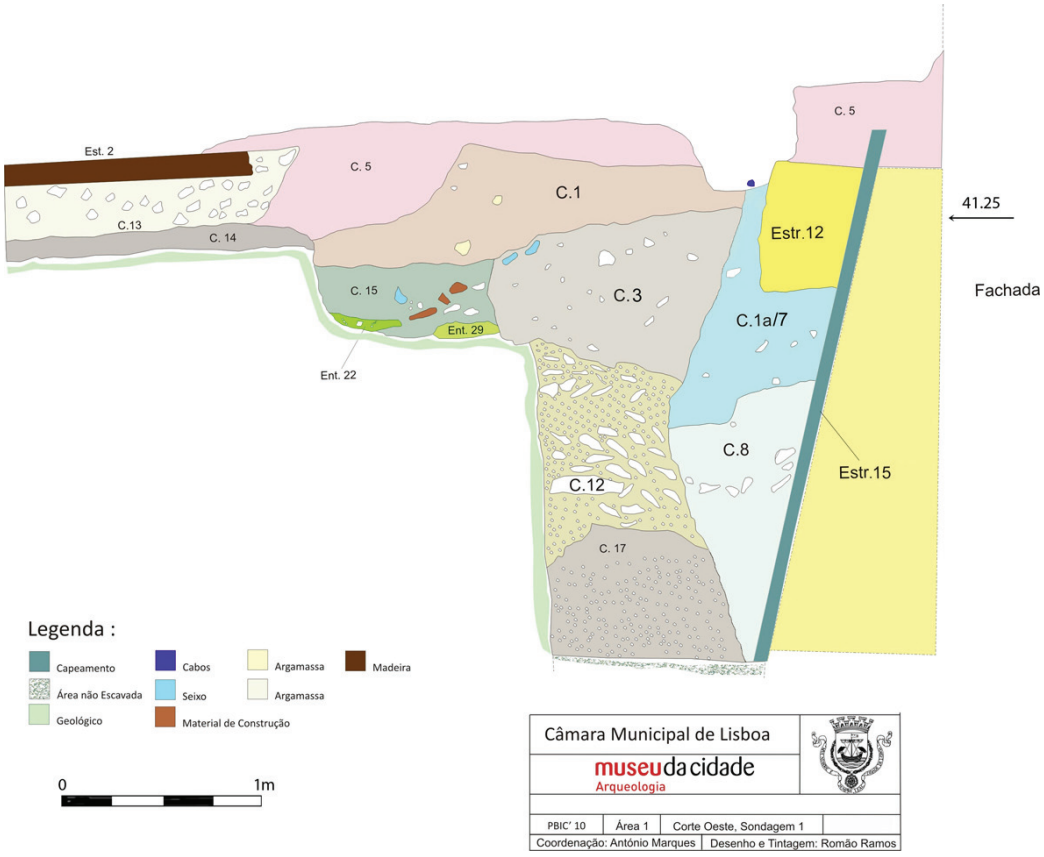


Figura 5 – Perfil do limite Poente da intervenção na Travessa de D. Pedro de Menezes, onde se observam as diferentes realidades arqueológicas registadas.

Figura 6 – Panorâmica geral do reforço estrutural da fachada Sul (Estruturas 12 e 15), observando-se no lado direito sobreposição do alicerce do arranque do botaréu sobre a Estrutura 15.

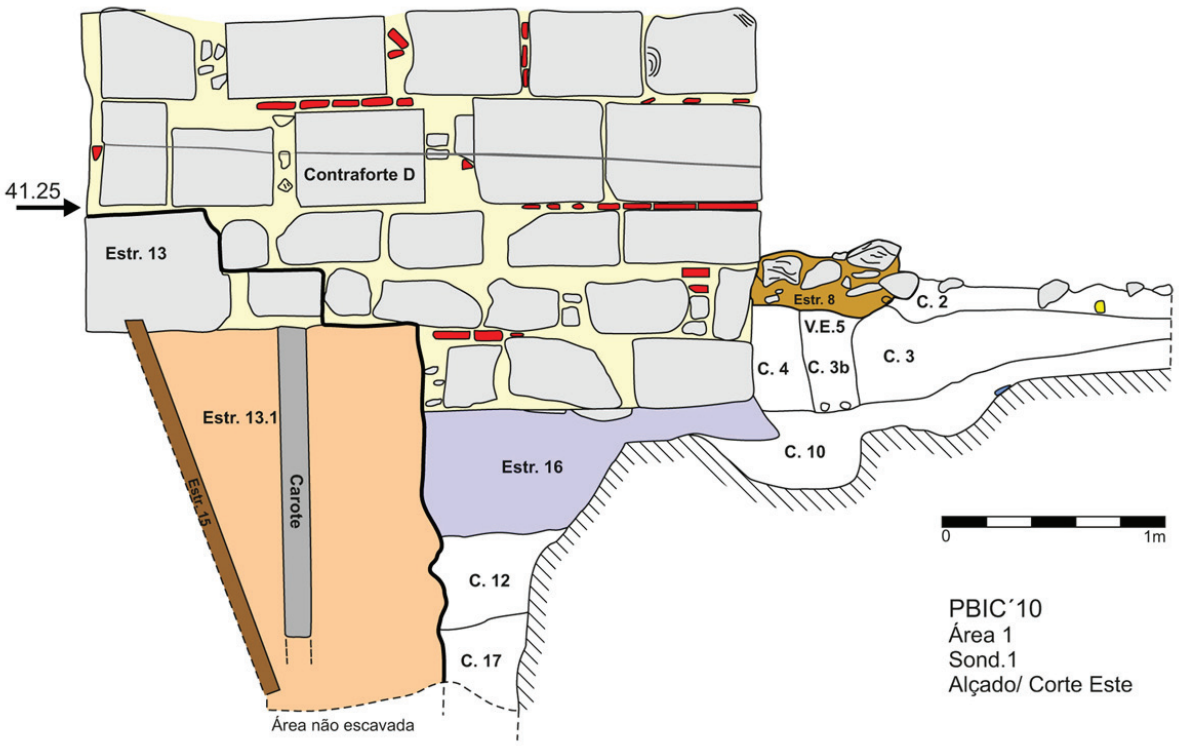


Figura 7 – Alçado inferior do contraforte, observando-se igualmente o arranque inferior e o embasamento do antigo botaréu (Estrutura 13 / 13.1).

Figura 8 –Vista sobre as estruturas pertencentes à antiga Capela do Santo Cristo Cativo.

Figura 9 – Perfil onde se regista o tardoz da Muralha do Carmo (Estr. 5) e o arranque de um muro radial de contenção (Estr. 6 e 7).

PANORAMA GERAL DO ESPÓLIO OSTEOLÓGICO EXUMADO NA NECRÓPOLE DO EXTINTO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (LISBOA, SÉCULO XV A XVIII)

Francisca Alves Cardoso / CRIA-FCSH, Universidade Nova de Lisboa / francicard@fcsh.unl.pt
Sílvia Casimiro / IEM-FCSH/UNL / CRIA –FCSH/UNL
Sandra Assis / CIAS – FCT/Universidade de Coimbra.

RESUMO

Durante a intervenção arqueológica de emergência na Praça da Figueira (Lisboa, 1999-2001), foi exumado material osteológico humano associado à necrópole do antigo Hospital Real de Todos os Santos, uma referência europeia no tratamento da sífilis e da lepra, assim como de outras enfermidades. A sua história inicia-se em 1492 e termina em 1773, com a gradual perda da sua funcionalidade, em consequência do terramoto de 1755. Durante o estudo preliminar foram identificados 15 esqueletos. De entre estes destaca-se um indivíduo adulto, cuja análise pormenorizada e respectivo diagnóstico diferencial revelaram um conjunto de lesões ósseas coincidente com um possível caso de sífilis venérea. O estudo desta necrópole corrobora os registos documentais, e confere uma nova dimensão à história desta instituição.

ABSTRACT

During the rescue archaeological excavation, carried out in Praça da Figueira (Lisbon 1999-2001), human osteological remains associated with the necropolis of the extinct Royal Hospital of All Saints were exhumed. The hospital was an European reference in the treatment of syphilis, leprosy and other diseases. Its history began in 1492 and ends in 1773, with the gradual loss of functionality as a result of the 1755 earthquake. During the preliminary study, 14 skeletons were identified. Among these, we highlight an adult female, whose detailed analysis and differential diagnosis of the lesions seems to indicate a possible case of venereal syphilis. The study of this necropolis corroborates the documentary record, giving a new dimension to the history of this institution.

1. INTRODUÇÃO

O estudo de material osteológico humano, recuperado em contextos arqueológicos, é tido como uma das principais fontes de informação sobre o passado (Larsen, 1997; Larsen, 2002). Este conhecimento transita, na sua forma mais clássica, entre a reconstrução de comportamento humano, com inferências a questões relacionadas com o *género*, divisão sexual do trabalho, transição entre períodos de subsistência (Alves Cardoso, 2008; Cohen & Armelagos, 1984; Grauer & Stuart-Macadam, 1995); a reconstrução demográfica e perfis populacionais, para os quais a estimativa do sexo e da idade à morte dos indivíduos são pilares fundamentais (Bocquet-Appel & Masset, 1982; Hoppa & Vaupel, 2002); e os estudos das alterações do esqueleto associadas, por exemplo, a condições patológicas (Aufderheide & Rodriguez-Martin, 1998; Grauer, 2012). Recentemente aplicam-se novas formas de análise do material osteológico em que processos mais técnicos, tais como a análise biomolecular e de isótopos estáveis, exploram e apresentam novas abordagens ao estudo paleodemográfico e paleopatológico (Brown & Brown, 2011; Katzenberg, 2008). A análise do material osteológico deve ser sempre contextualizada, devendo entender-se este con-

ceito como a integração dos dados decorrentes da análise antropológica, com a informação recolhida no âmbito da Arqueologia, da História e de disciplinas afins que sejam relevantes para a interpretações do espólio humano (Gowland & Knusel, 2006). O objectivo é ser-se menos subjectivo e tendencioso nas interpretações com base em material osteológico humano, evitando-se estudos simplistas e de cariz anedóctico (Hawkes & Wells, 1975; Jurmain & Roberts, 2008; Oates *et alii,* 2008). Da mesma forma não se deve supor que um contexto de cariz particular, tais como necrópoles associadas a contextos de guerra, ou hospitais conterão, obrigatoriamente, material humano com evidências de trauma, ou de outras enfermidades. Para evitar tais interpretações deverá ter-se em consideração o Paradoxo Osteológico (Wood *et alii*, 1992): o paradigma que explora um conjunto de factores que poderão condicionar a interpretação dos dados antropológicos, tais como a demografia, a mortalidade diferencial e a heterogeneidade individual. A questão subjacente ao paradigma pondera se a suposta relação entre a saúde e a comunidade poderá ser observada nos esqueletos. Concomitantemente, alvitra-se se a dimensão social e cultural da vida humana, expressa na construção social dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade, é passível de ser averiguada no material esquelético (Alves Cardoso, 2008; Grauer, 1995; Jurmain & Robert, 2008; Jurmain *et alii,* 2012; Sofaer, 2006). O presente trabalho enquadra-se na necessidade de discutir e interpretar cuidadosamente os dados osteológicos e a sua relação com o contexto funerário, usando como exemplo o espólio exumado no antigo Hospital Real de Todos os Santos (HRTS).

2. O HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (H.R.T.S.)

2.1. Enquadramento histórico e funcionalidade

Fundado em 1492, no reinado de D. João II, o HRTS ocupava uma área inactiva e de localização centralizada na capital. Pensado e erguido para ocupar uma horta pertencente ao convento de S. Domingos, o local não foi, contudo, o mais indicado para a cura dos doentes uma vez que era húmido e pouco arejado, sendo inclusivamente inundado, por vezes, pela Ribeira de Lisboa, o que justificou a localização das enfermarias no segundo piso do edifício hospitalar. O HRTS foi edificado num complexo abrangente. Este englobava o hospital, propriamente dito, e outros edifícios nas suas dependências como as aposentadorias «para inválidos e carentes», residências «para oficiais e serventuários» além de espaços de serviços de apoio como cozinhas e botica (Moita, 1993, p. 41). No edifício principal, no primeiro piso localizavam-se as enfermarias de São Vicente, São Cosme e Santa Clara. Estas dedicavam-se ao internamento de enfermos passíveis de cura. Existia ainda uma enfermaria para os sifilíticos, uma «Casa dos Doudos», bem como uma enfermaria para os doentes incuráveis (hospital-hospício dos «Entrevados Incuráveis») e até um Criandário (que acolhia as crianças «enjeitadas») (Moita, 1993, p. 44). A contínua procura de atendimento no local levou a sucessivas alterações e acrescentos, pelo que até à transferência do hospital em 1775 se passaram a contar com duas enfermarias de sifilíticos, cinco «Casas dos Doudos», havendo ainda referência a novas enfermarias (S. Damião, S. Francisco, Madre de Deus e Santa Maria Madalena), desconhecendo-se neste último caso se corresponderiam a novas instalações ou a anteriores enfermarias para as quais foi atribuída uma denominação concreta (Moita, 1993, p. 40). O Hospital Real foi a primeira grande instituição estatal portuguesa dos tempos modernos (Moita, 1993, p. 40) e terá funcionado num sistema que hoje se designaria de auto-gestão (Moita, 1993, p. 41). Nele eram internados os pobres que padeciam de doenças infecto-contagiosas tratáveis. Os não tratáveis estariam colocados nas aposentadorias também instaladas no complexo. Estas albergavam ainda peregrinos numa lógica herdada da tradição medieval. Neste sentido, esta necrópole poderá ter recebido indivíduos com causas de morte bastante distintas: patologias infecto-contagiosas e/ou terminais; pessoas que ali estariam albergadas; indivíduos com distúrbios mentais, entre outros.

A preocupação da centralização da Coroa incluiu a unificação de várias unidades de assistência médico-social da capital no HRTS. Era do interesse da Coroa o controlo da rede hospitalar que, orgânica e naturalmente, se criaria ao longo dos pontos de influência portuguesa além-mar (Juma, 1992, p. 96). Em menos de um século ergueu-se uma rede de hospitais que ia do Brasil ao Japão e que incorporava desde os mais simples edifícios, com poucas condições para uma prática efectiva e capaz, aos mais complexos e imponentes, como é o caso do Hospital Real do Espírito Santo da velha cidade de Goa, que seguia o modelo do HRTS (Juma, 1992, p. 95).

O HRTS foi uma construção de inovação e destaque para a época, não só em Portugal como também na Europa. A sua arquitectura terá sofrido várias alterações ao longo dos tempos, numa tentativa de dar resposta ao aumento de número de doentes. A estrutura sofreu ainda dois incêndios, em 1601 e em 1750, e dois abalos sísmicos, mas o seu funcionamento terá cessado apenas por volta de 1775, quando este foi transferido para o antigo Colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo, com a fundação do Hospital Real de S. José.

2.2. A intervenção arqueológica

O espólio que serve de base ao presente artigo resulta de uma intervenção arqueológica que decorreu no ano 2000. Esta foi desenvolvida pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade de Lisboa, num contexto de acompanhamento da obra para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça da Figueira, tendo sido identificado, entre outros contextos, a necrópole do extinto Hospital Real de Todos os Santos (HRTS). Na zona do antigo tardoz do edifício original do Hospital (fim do séc. XV), documentou-se uma grande reforma com ampliação para leste das instalações e desactivação do muro quatrocentista. Neste espaço, o novo corpo, provavelmente edificado durante o reinado de D. João V, recebeu diversas sepulturas no piso térreo, em áreas de provável circulação. Toda a área seria desmantelada após 1770, a partir da decisão de transferência da instituição para o antigo Colégio dos Nobres dando origem, desta forma, ao actual Hospital de S. José. Em 1773, e já com a zona aterrada, ter-se-á constituído a Praça da Figueira (agradecemos estas informações ao arqueólogo Rodrigo Banha da Silva).

3. MATERIAL E MÉTODOS

O espólio recuperado desta necrópole, é composto, essencialmente, por 15 inumações primárias. Contudo, é pertinente mencionar que conjuntamente com as inumações primárias foram recuperados inúmeros vestígios osteológicos desarticulados. Tendo em consideração que a análise laboratorial dos restos ósseos desarticulados ainda se encontra a decorrer, os resultados a apresentar no que concerne à sua composição demográfica são apenas preliminares. Para os indivíduos analisados, a estimativa da idade à morte foi feita com base nas metodologias descritas em Buikstra & Ubelaker (1994), Black & Sheuer, L. (2009) e White & Folkens (2005). A estimativa da idade à morte em *não adultos* teve em consideração o desenvolvimento dentário e ósseo, as dimensões das diáfises dos ossos longos, assim como os *timings* de fusão epifiseal. Devido às problemáticas associadas aos métodos clássicos utilizados na estimativa da idade em adultos (Hens *et alii,* 2008; Mulhern & Jones, 2005; Villa *et et alii,* 2013) não foram estabelecidos intervalos etários, optando-se por considerar os adultos como uma amostra única. No que concerne à diagnose sexual esta foi estimada somente para os *adultos*, uma vez que a estimativa do sexo em indivíduos cujo dimorfismo sexual é incipiente está sujeita a erro interpretativo (Cardoso & Saunders, 2008; Galdames *et alii,* 2009). A diagnose sexual para os indivíduos *adultos* foi estimada com base na observação do coxal (Bruzek, 2002), assim como nas metodologias complementares descritas em Buisktra & Ubelaker (1994) e White & Folken (2005). Uma metodologia específica para a estimativa do sexo foi desenvolvida para a amostra em estudo, i.e. mediante a análise osteométrica foram determinados valores médios de diferenciação sexual tendo por base os indivíduos cujo sexo foi estimado inicialmente com base nos coxais. O estudo das afecções patológicas procedeu-se macroscopicamente, apenas um dos indivíduos [1310] foi submetido a análise radiológica e a tomografia computorizada utilizando os recursos disponibilizados pelo Hospital de Santo António dos Capuchos – Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E. (Lisboa).

4. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até ao momento foram contabilizados 15 esqueletos, dos quais 73% (11/15) foram classificados como *adultos* e 27% (4/15) como *não adultos*. Dos onze adultos identificados 45,5% (5/11) foram classificados como sendo do sexo feminino e 36,4 % (4/11) como do sexo masculino. Os restantes permaneceram com sexo "indeterminado.

No que concerne à análise de alterações ósseas foram registados casos de trauma; afecções orais, designadamente patologia congénita de mal oclusão dentária; fusão diferencial do sacro e das vértebras lombares; e reacções periósteas de etiologia diversa (figuras 1 e 2).

As lesões traumáticas foram exclusivamente observadas em indivíduos adultos, já as alterações da

cavidade oral e do periósteo foram observadas em indivíduos *adultos* e *não adultos*. De todos os casos observados destacou-se um conjunto de lesões em particular, que devido ao ser contexto de inumação – Hospital Real de Todos os Santos – merece particular atenção. Trata-se do esqueleto identificado com [1310]: um indivíduo adulto, provavelmente do sexo feminino. A análise macroscópica do esqueleto revelou uma profusão de lesões simétricas disseminadas pelo crânio, membros superiores, extremidade distal dos fémures, tíbias e fíbulas e caracterizadas pela deposição de osso novo. No crânio, múltiplas lesões em distintos estados de remodelação foram observadas na superfície ectocraniana do osso frontal e do osso parietal direito. As lesões de aparência irregular e bordos suaves descreviam um padrão radiado denominado de *caries sicca* (figura 3). Paralelamente observou-se uma extensa porosidade no osso frontal. A observação do crânio foi complementada com análise radiológica e aplicação de tomografia computorizada. A primeira revelou uma ligeira radiopacidade que se estendia da sutura coronal até à porção anterior do osso frontal; a segunda revelou múltiplas irregularidades pontuadas por sulcos de diferentes dimensões no osso frontal (figura 3).

Nos ossos do membro superior foram observadas reacções periósteas em diferentes estados de remodelação. Nos úmeros as lesões circunscreviam-se à extremidade distal e eram essencialmente do tipo proliferativo. Nos rádios, as lesões simétricas estavam localizadas na extremidade distal e eram acompanhadas de alguma porosidade. As lesões mais exuberantes foram observadas nos membros inferiores, designadamente nos fémures e nas tíbias. Nos fémures foi observada uma expansão bilateral do terço médio inferior da diáfise acompanhada por estriação longitudinal e porosidade. Neste caso a análise radiológica revelou um estreitamento da cavidade medular e um aumento da densidade do tecido cortical. Nas tíbias observou-se uma extensa expansão da diáfise associada a uma deformação simétrica (figura 4). Macroscopicamente as tíbias exibiam um arqueamento localizado no terço médio da diáfise em forma de sabre, e uma extensa deposição de osso novo em diferentes estados de remodelação. Nódulos e placas de osso denso foram observados na face medial da tíbia esquerda. A análise radiológica revelou que o arqueamento das tíbias não era estrutural, mas uma manifestação secundária à extensa deposição de osso novo (figura 4).

Concomitantemente observou-se alguma expansão do córtex associada a um estreitamento da cavidade medular. As fíbulas exibiam alguma deposição longitudinal de osso novo de aparência estriada. No que concerne ao diagnóstico diferencial, várias são as condições patológicas que poderão ter causado as alterações ósseas observadas (Aufderheide & Rodríguez-Martín, 1998; Ortner, 2003). Algumas patologias, tais como, a doença de Paget e a lepra poderão ser excluídas, visto o esqueleto não apresentar os seus traços mais distintivos. O mesmo poderá ser referido para a tuberculose (Zimmerman & Kelley, 1982; Aufderheide & Rodríguez-Martín, 1998; Ortner, 2003). A ausência de cloaca permite excluir um possível caso de osteomielite apesar da grande dilatação observada na diáfise do fémur e da tíbia (Ortner, 2008). Tendo em consideração o tipo de lesões observadas, a sua morfologia e a respectiva distribuição é possível avançar com um possível caso de treponematose. Contudo, e de entre as várias treponematoses, é possível descartar a piã e a bejel na medida em que a sua natureza endémica e respectiva distribuição geográfica não coincidem com o caso descrito. As lesões ósseas observadas podem igualmente ser atribuídas à sífilis congénita ou à sífilis adquirida. Contudo a ausência de dentes de Hutchinson (presentes na sífilis congénita) e de uma verdadeira deformação das tíbias, favorece um possível diagnóstico de sífilis adquirida. A presença de *caries sicca* reforça o diagnóstico avançado (Ortner, 2008). A sífilis adquirida é uma forma venérea de treponematose caracterizada por três estados de desenvolvimento, o último do quais com repercussões severas no esqueleto, principalmente no crânio e nas tíbias. As lesões cranianas denominadas de *caries sicca* são recorrentemente consideradas patognomónicas da sífilis adquirida na literatura paleopatológica (Aufderheide & Rodríguez-Martín, 1998; Ortner, 2003). Este provável caso de sífilis observado no espólio exumado na necrópole do HRTS poderá constituir um testemunho da funcionalidade do mesmo. Afinal, durante os séculos XVI a XVIII, o HRTS foi constituído como um hospital de referência no cuidado de patologias como a sífilis e a tuberculose, bastante comuns na época. Foi também o palco do desenvolvimento, exercício, e ensino da cirurgia em Portugal, reflectindo a evolução gradual das práticas e terapêutica médica (Juma, 1982). O HRTS poderá ter acolhido pobres e peregrinos que padeciam de doenças infecto-contagiosos, algumas delas incapa-

citantes e debilitantes de duração prolongada. Esta realidade poderá justificar a presença de esqueletos com lesões crónicas, algumas delas provavelmente activas no momento da morte. No entanto, outras lesões observadas, como é o caso dos traumas, poderão ter pouca ou nenhuma relação com o HRTS.

Apesar dos cuidados interpretativos que deverão existir na análise de lesões ósseas e respectiva relação com o contexto de inumação, para o espólio osteológico do HRTS parece existir uma concordância entre o contexto e o espólio. A presença de um indivíduo cujo diagnóstico diferencial é indicativo de sífilis, assim como de outros indivíduos com lesões de cariz infeccioso e inflamatório, parece sugerir que algum do espólio osteológico estaria associado ao hospital e ao seu papel activo no tratamento de algumas enfermidades, tais como a sífilis. No entanto, é pertinente mencionar que o estudo da doença no passado com base em vestígios osteológicos é limitado e a sua interpretação deverá ser baseada em dados concretos e fundamentados, e não em conjecturas.

BIBLIOGRAFIA

ALVES CARDOSO, F. (2008) – A Portrait of Gender in Two 19th and 20th Century Portuguese Populations: A Palaeopathololological Prespective. Department of Archaeology. University of Durham. Durham.

AUFDERHEIDE, A.C.; RODRIGUEZ-MARTIN, C. (1998) – *The Cambridge encyclopedia of human paleopathology*. Cambridge University Press.

BERNOFSKY, K.; ALVES CARDOSO, F; HENDERSON, C.; JACKOB, T.; POMP, K.; PONCE, P.; ROBERTS, C.; SHARMAN, J.; SPENCER, R. (2012) – Palaeopathology: studying the origin, evolution and frequency of disease in human remains from archaeological sites, *in Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS), Archaeology,* ed. UNESCO-EOLSS Joint Commitee. Oxford.

BOCQUET-APPEL, J. P.; MASSET, C. (1982) – Farewell to paleodemography.*Journal of Human Evolution*, 11:4, p.321-333.

BROOKS, S.; SUCHEY, J.M. (1990) – Skeletal age determination based on the os pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks methods. *Human Evolution*, *5*:3, p.227-238.

BROWN, T.A.; BROWN, K. (2011) – *Biomolecular Archaeology: An introduction.* Oxford. Wiley-Blackwell.

BRUZEK, J. (2002) – A method for visual determination of sex, using the human hip bone, *American Journal of Physical Anthropology,* 117:2, p.157-68.

BUIKSTRA, J.E.; UBELAKER, D.H (1994) – *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains.* Fayetteville, Arkansas Archaeological Surevey.

CARDOSO, H. F.; SAUNDERS, S. R. (2008) – Two arch criteria of the ilium for sex determination of immature skeletal remains: A test of their accuracy and an assessment of intra-and inter-observer error. *Forensic science international*, *178*:1, p.24-29.

CARMONA, M. (1954) – *O Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa*, P.E. Lisboa.

COHEN, M.N.; ARMELAGOS, G.J. (1984) – *Paleopathology at the Origins of Agriculture.* Orlando. Academic Press.

GALDAMES, I.C.S.; MATAMALA, D.A.Z.; SMITH, R. L.; SUAZO, G.; ZAVANDO, M.; SMITH, R. (2009) - Sex determination in mandibles in the first year of life by a quantitative approach. *International Journal Morphology,* 27:1, p.113-116.

GOWLAND, R.; KNUSEL, C. (2006) – *Social Archaeology of Funerary Remains.* Oxford: Oxbow.

GRAUER, A.L.; STUART-MACADAM, P. (1995) – *Sex and Gender in a Paleopathological Perspectiv.* Cambridge. Cambridge University Press.

GRAUER, A.L. (2012) – *A Companion to Paleopathology*. Oxford. Wiley-Blackwell.

GRAUER, A.L. (1995) – *Bodies of Evidence: Reconstructing History Through Skeletal Analysis.* New York . Wiley-Liss.

HAWKES, S.C.; WELLS, C. (1975) – Crime and punishment in an Anglo-Saxon cemetery? *Antiquity*, 49: 194, p.118–122.

HENS, S.M.; RASTELLI, E.; BELCASTRO, G. (2008) – Age Estimation from the Human Os Coxae: A Test on a Documented Italian Collection. *Journal of Forensic Sciences*, *53*:5, p.1040-1043.

HOPPA, R.D.; VAUPEL, J.W. (2002) – Paleodemography: age distribution from skeletal samples. *Cambridge Studies in Biological and Evolutionary Anthropology*. Cambridge. Cambridge University Press.

JUMA, I. (1992) – *A medicina nos descobrimentos*. Lisboa. Roche D. L.

JURMAIN, R.; Roberts, C. (2008) – Juggling the evidence: the purported "acrobat" from TEll Brak. *Antiquity*, 82: 318.

JURMAIN, R.; ALVES CARDOSO, F.; HENDERSON, C.; VILLOTE, S. (2012) – Bioarchaeology's Holy Grail: the reconstruction of activity, in A. L. Grauer (ed), *Companion to Paleopathology*. Malden. Wiley/Blackwell, p.531-52.

KARSENTY, G. (2003) – The complexities of skeletal biology. *Nature*, *423*, p.316-318.

KATZENBERG, M.A. (2008) – Stable isotope analysis: a tool for studying past diet, demography, and life history, in Katzenberg, M. A., & Saunders, S. R. (eds.), *Biological anthropology of the human skeleton*. Wiley-Liss. p.413-442.

LARSEN, C.S. (1997) – *Bioarchaeology. Interpreting Behaviour from the Human Skeleton.* Cambridge. Cambridge University Press.

LARSEN, C.S. (2002) – Bioarchaeology: The lives and lifestyles of past people. *Journal of Archaeological Research*, 10, p.119-66.

LE GOFF, J. (1985) – *As doenças têm história. Pequena História*. Lisboa. Terramar.

LOVEJOY, C.O.; MEINDL, R.S.; PRYZBECK, T.R.; MENSFORTH, R.P. (1985) – Chronological metamorphosis of the auricular surface of the ilium: a new method for the determination of adult skeletal age at death. *American Journal of Physical Anthropology*, *68*:1, p.15-28.

MOITA, I. (1993) – As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos, in *Hospital Real de Todos-Os-Santos: Séculos XV/XVIII*. Catálogo, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, p. 20-22.

MULHERN, D.M.; JONES, E.B. (2005) – Test of revised method of age estimation from the auricular surface of the ilium. *American journal of physical anthropology*, *126*:1, p.61-65.

OATES, J.; MOLLESON, T.; SOLTYSIAK, S. (2008) – Equids and an acrobat: closure rituals at Tell Bra. *Antiquity*, Vol. 82; p.390 – 400.

ORTNER, D.J. (2003) – *Identification of Pathological Disorders in Human Skeletal Remains.* San Diego, California Academic.

ORTNER, D. J. (2008) – Differential diagnosis of skeletal lesions in infectious disease, in Pinhasi,R.; Mays,S. (eds.). *Avances in human palaeopathology*. Chichester, John Wiley & Sons, Ltd: 191-214.

SHAEFER, M; BLACK, S. e SHEUER, L. (2009) – *Juvenile Osteology. A Laboratory and Field Manual.* Amsterdam. Academic Press.

WHITE, T.; FOLKENS, P. (2005) – *The human bone manual.* Amsterdam Acad. Press.

WOOD, J.W.; MILNER, G.R.; HARPENDING, H.C.; WEISS, K.M.; COHEN, M.N.; EISENBERG, L.E.; WILLINSON, R.G. (1992) – The osteological paradox: problems of inferring prehistoric health from skeletal samples [and comments and reply]. *Current Anthropology*, *33*:4, p.343-370.

ZIMMERMAN, M.; KELLEY, M. (1982) – *Atlas of human paleopathology*. NewYork. Praeger Publisher.

Figura 1 –Exemplos de peças ósseas com alterações: a) extremidade distal dos fémures de um indivíduo não adulto onde são visíveis lesões líticas longitudinais bem delimitadas; b) vértebras sagradas não fundidas de um não adulto exibindo cavidades de diferentes dimensões na face anterior dos corpos; c) maxilar superior de um indivíduo adulto, onde se observa a mal oclusão dentária do incisivo central direito.

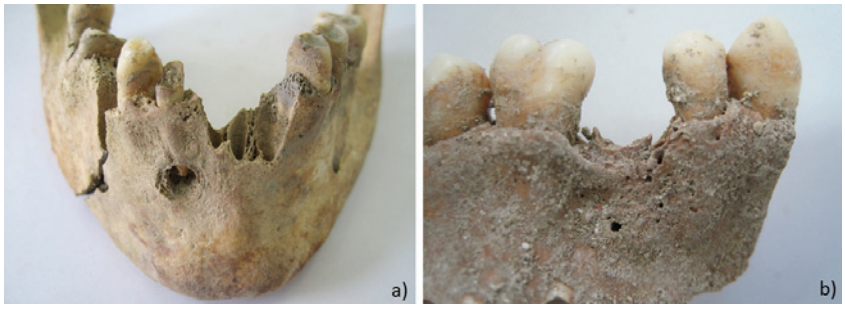


Figura 2 –Exemplos de patologia oral: a) mandíbula exibindo uma cárie severa com destruição completa da coroa do incisivo lateral direito. Esta lesão cariogénica terá conduzido, provavelmente, à formação de um abcesso periapical no alvéolo de suporte de incisivo lateral direito; b) perda ante mortem do 2º pré-molar superior esquerdo com remodelação do alvéolo.

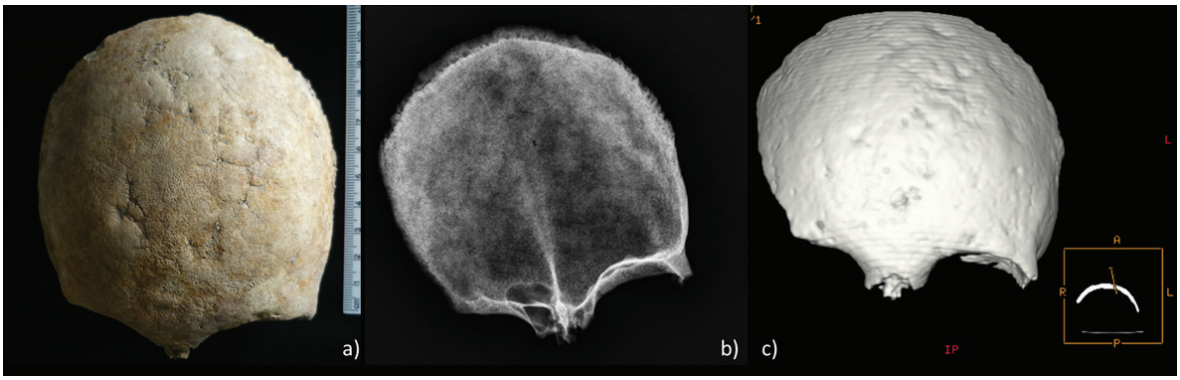


Figura 3 –Lesões ósseas observadas no osso frontal do indivíduo [1310]: a) imagem macroscópica das lesões irregulares e radiadas denominadas de caries sicca; b) imagem radiológica exibindo alguma radiopacidade do osso frontal, particularmente na sua porção anterior; c) imagem tomográfica enfatizando a topografia irregular do osso frontal composta por irregularidades pontuadas por sulcos de vários tamanhos e formas.

Figura 4 –Lesões ósseas observadas nas tíbias do indivíduo [1310]: imagem macroscópica onde é notório o arqueamento da diáfise, em forma de sabre, assim como extensa deposição de osso novo (imagem central e do lado esquerdo, norma lateral). Imagem radiológica onde é visível a extensa deposição de osso novo, assim como os contornos originais da diáfise (lado direito).

A NECRÓPOLE MEDIEVAL/MODERNO DE ARRUDA DOS VINHOS

Nathalie Antunes-Ferreira / Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde e CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia / natantfer@gmail.com
Guilherme Cardoso / Assembleia Distrital de Lisboa / gijpcardoso@gmail.com
Filipa Santos / Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra / filipa.amado1@gmail.com

RESUMO

Em 2012 foi realizada uma intervenção de cariz preventivo no adro da igreja de Nossa Senhora da Salvação, em Arruda dos Vinhos. Foram reveladas sepulturas em caixa delimitadas por ortóstatos, cobertas ou não por lajes, e em covacho, em níveis sobrepostos. A necrópole situa-se cronologicamente nos períodos Medieval e Moderno, entre os séculos XIV e XVI. Exumaram-se 80 indivíduos provenientes de inumações primárias – 41 adultos (16 do sexo feminino e 18 do masculino) e 39 não-adultos, bem como milhares de ossos desarticulados. A arqueologia e a antropologia funerária permitirão a abordagem sobre o mundo dos mortos, dando a conhecer as concepções mentais ante a morte desta comunidade. A reconstituição da vida deste grupo será revelada a partir da análise paleobiológica.

ABSTRACT

In 2012, a preventive intervention was carried out at the churchyard of Nossa Senhora da Assunção, in Arruda dos Vinhos. Several graves were identified, delimited by orthostats, covered or not by various slabs and also in pits, in multiple overlapping levels. The necropolis discovered belongs to the Medieval and Modern periods, between the fourteenth and sixteenth centuries. Eighty individuals were exhumed from primary burials – 41 adults (16 females and 18 males) and 39 non-adults, as well as thousands of disarticulated bones. The archaeology and funerary anthropology will allow a better understanding of the world of the dead, providing information about this community›s mental conceptions of death. Through the paleobiological analysis of the remains recovered, it will be possible to reconstruct the life of these individuals.

INTRODUÇÃO

Entre Março e Julho de 2012 foi realizada uma intervenção arqueológica de cariz preventivo no adro da igreja de Nossa Senhora da Salvação, em Arruda dos Vinhos, sob a responsabilidade científica de dois dos signatários (NAF e GC).

Pretende-se apresentar os principais informes sobre esta necrópole e os indivíduos exumados. A arqueologia e a bioantropologia ao estudar a organização espacial da necrópole, as sepulturas, o espólio e os esqueletos pretendem reconstituir a vida e a morte das populações pretéritas. Com efeito, a combinação de conhecimentos e competências destas disciplinas é imprescindível para a reconstituição do que foi a população viva que utilizava a necrópole e reconhecer o modo como esta exprimia a sua relação com a morte. A análise do esqueleto providencia duas abordagens complementares e interdependentes: a do mundo dos mortos e a do mundo dos vivos. Na primeira, pretende conhecer-se os gestos e práticas funerários e os conjuntos sepulcrais, de maneira a se poderem tecer ilações sobre as concepções mentais da comunidade ante a morte e, deste modo, perceber os discursos, representações e o processo de transformação nas atitudes relativas à morte. Em relação à segunda, pretende-se a reconstrução da vida da paleopopulação, são analisadas a sua demografia, morfologia e patologia. Deste modo compete ao esqueleto a função de "fazer a ponte" entre as abordagens, providenciando uma valiosíssima fonte de informação sobre a cultura e a biologia.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Na sequência dos trabalhos inseridos no projecto de reabilitação e requalificação dos arruamentos de

Arruda dos Vinhos, os quais abrangiam, entre outras, a Rua do Adro, junto à igreja Matriz de Nossa Senhora da Salvação (IIP, Decreto nº 33587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944), foi solicitado pela Câmara Municipal o devido acompanhamento arqueológico. Foi projectado para aquele local a colocação de manilhas de esgoto pluvial e doméstico e a construção de uma conduta técnica. A proximidade ao edifício levantou a suspeita que naquela área poderiam existir sepulturas, pelo que se realizaram, numa primeira fase, sondagens mecânicas, as quais colocaram a descoberto imediatamente abaixo da calçada restos osteológicos. Para além disso, as descrições feitas por Tito de Bourbon e Noronha (1944) referem que durante os trabalhos de construção das antigas condutas de esgoto junto à igreja apareceram "*restos de construções, colunas truncadas, capitéis trabalhados, grossas telhas e tijolos de formas e tamanhos vários, um anel cortado em um osso tendo incrustado um lindo e bem trabalhado camafeu em pedra escura, representando uma cabeça feminina*".

Os trabalhos arqueológicos limitaram-se ao traçado da obra devido a condicionalismos como: tempo, custos e segurança dos moradores. O excelente diálogo entre os serviços camarários e o empreiteiro da obra permitiu minimizar diversos impactos negativos.

Após as sondagens realizadas na envolvência do adro e no lado norte da igreja, procedeu-se à abertura de duas áreas perpendiculares que ocuparam um espaço com cerca de 53 m^2, entre o antigo edifício da cadeia e a igreja.

A escavação foi realizada em extensão procurando individualizar cada moimento, de modo a entender a complexidade deste tipo de necrópoles urbanas da baixa Idade Média, com grandes revolvimentos devido aos sucessivos enterramentos praticados em áreas diminutas.

As primitivas sepulturas encontravam-se abertas no substrato geológico, encontrando-se algumas delas sobre os vestígios de um piso do período romano. No canto sudeste da intervenção, onde o desnível entre a superfície e as camadas mais profundas era maior, as sepulturas apinhavam-se umas sobre as outras até à camada onde assentava a calçada dos finais do século XIX que atapetava a rua. Foram estas condições de depósito que levaram à quase total destruição dos vestígios de antigas construções, mas, no meio das terras revolvidas, aquando da edificação dos moimentos, foram retirados objectos que permitiram caracterizar as diversas ocupações do sítio ao longo dos tempos e reconstituir um pouco da história daquele espaço. Algumas lascas de sílex e de quartzo que foram recolhidas entre moimentos são vestígios de talhe do Neolítico/Calcolítico, não se encontrando qualquer fragmento de cerâmica que nos possibilitasse clarificar com precisão o período correcto.

Das camadas mais profundas em contacto com o substrato geológico ou em estratos de revolvimento provêm fragmentos de cerâmicas de feitura manual e cinzentas finas de bordos de secção em voluta características de uma população indígena do final da 2ª Idade do Ferro. Pelo tipo de cerâmica e formas pode dizer-se que as mais antigas são do século II a.C. e as mais recentes dos finais do século I a.C.

Por todo o vale do rio Grande da Pipa existem vestígios da época Romana. O sítio da vila de Arruda dos Vinhos só vem confirmar a realidade e a importância desta região de passagem entre o Tejo e o mar a norte de *Olisipo*.

Os primeiros vestígios encontrados na área da escavação datam ainda do período Republicano Romano, sendo notório a importância que deteve durante os principados de Augusto e Tibério durante os inícios do Alto Império.

Para além dos fragmentos de telhas, tijolos, louças e raros artefactos de ferro, encontraram-se restos de um tanque e um piso de terra batida de uma possível habitação que não foi possível reconstituir devido ao limitado espaço da escavação e às destruições a que estiveram sujeitas as suas edificações nos séculos seguintes ao seu abandono. O fragmento de uma inscrição (Encarnação, 2012), um fragmento de fuste de coluna de lioz de nervuras róseas, provavelmente oriundo das pedreiras de Figueiredo (Runa) e vidros de janela, evidenciam as posses económicas do seu proprietário. No serviço de mesa utilizavam louças finas originárias da Península Itálica, da Tarraconense e do norte de África. Os raros fragmentos de ânforas recolhidos indicam que parte do vinho tinha origem na Península Itálica, o azeite na Bética e os preparados piscícolas provinham do estuário do Tejo.

Algumas intrusões verificadas nos estratos mais profundos evidenciam uma característica comum no mundo tardio visigodo: o rebaixamento dos pisos de habitação. As cerâmicas eram na sua maioria de produção à roda lenta, cozidas em ambiente redutor e com raras decorações incisas.

Embora raros, os vestígios da época da ocupação Islâmica existem em Arruda dos Vinhos. São constituídos por pequenos fragmentos de cerâmica, de

pastas duras, cozeduras redutoras e oxidantes, onde aparecem vestígios de decoração pintada. Os fragmentos de telhas apresentam-se, na maioria dos casos, mais finas e, algumas, ostentam decoração incisa em SSS.

Em suma, a intervenção arqueológica possibilitou identificar e caracterizar uma necrópole de época Medieval e Moderna, bem como ocupação do sítio durante a Pré-história e épocas Romana, Tardo-romana e Islâmica.

O MUNDO DOS MORTOS

O local de inumação

O local onde o defunto seria sepultado era extremamente relevante, todos deveriam ser inumados em solo sagrado de modo a garantir a Salvação da sua alma. A escolha da área específica dependia do estatuto socioeconómico do indivíduo: os ricos eram sepultados nas igrejas mais importantes, e nestas usavam o seu interior, onde possuíam túmulos familiares, enquanto a esmagadora maioria da população, teria de se contentar com o adro, solo sagrado devido à sua proximidade com a igreja e por ter sido benzido, bem menos oneroso, mas também bem menos apetecível por se encontrar mais distante do altar. A morte não é afinal a grande "niveladora", é verdade que todos os seres humanos morrem, mas há grandes diferenças no tratamento do falecido, as hierarquias sociais que existem em vida são transpostas para a sepultura.

A escavação de parte do adro da igreja revelou que este foi intensivamente reutilizado durante séculos. Na organização deste espaço limitado ocorreram três tipos de situações: (1) os sepultamentos mais recentes eram colocados directamente sobre os mais antigos, ocorrendo sobreposição de indivíduos, (2) o esqueleto do ocupante mais antigo da sepultura era desarticulado – ou parcialmente desarticulado (Fig. 1) – e afastado para um dos extremos da sepultura, providenciando-se espaço para uma nova inumação e (3) os ossos eram removidos das sepulturas e colocados em ossários.

Sepulturas e organização espacial da necrópole

Foram identificadas sepulturas em caixa delimitadas por ortóstatos, cobertas ou não por lajes (Fig. 2), e em covacho, em níveis sobrepostos. Inicialmente os moimentos eram abertos no substrato margoso remexendo as camadas arqueológicas de antigas ocupações antrópicas do local. Em dois casos podemos estar em presença de antigos rituais anteriores ao século XV, verificando-se num a abertura de um encaixe para a cabeça e noutra, contigua à anterior, com o crânio entre duas pequenas lajes (Fig. 3) de modo a manter a cabeça, evitando que resvalasse lateralmente após a degradação dos tecidos moles do pescoço. Muitas das sepulturas eram delimitá-las por esteios laterais colocados em cutelo, característica que era habitual no *ager olisiponensis* desde o século III d. C. e que se manteve até à segunda metade do século XVI. A área do campo santo deveria ser muito reduzida, obrigando a sucessivos enterramentos no mesmo ponto, fundamentalmente os que se encontravam mais próximos do templo. Por volta dos finais do século XV inícios do seguinte, ocorreram diversas remodelações e certamente um aumento da área da igreja matriz, resultando que alguma da terra que se retirou para os caboucos do templo foi colocada sobre a área das sepulturas que se encontravam no lado oriental da rua do Adro, possibilitando a subida da cota para nivelamento do terreno e que se colocassem novos moimentos sobre os mais antigos sem os voltar a remexer.

Características das inumações

Os defuntos eram depositados na sepultura em decúbito dorsal, com os membros inferiores estendidos e as mãos, normalmente, sobre a região abdominal. Foram identificados poucos casos em que os membros superiores se encontravam noutra posição (estendidos paralelamente ao corpo ou cruzados sobre o peito). A cabeça estava de frente, olhando para o céu. A orientação era a Este-Oeste, estando o indivíduo virado (cabeça) para Este, ou seja, para Jerusalém Celeste, aguardando pelo dia do Juízo Final. Foi identificado um único sepultamento que não seguia estas normas (Fig. 4).

Espólio

Os alfinetes de liga de cobre foram as peças encontradas com maior frequência. Estas serviriam para prender o sudário (excepto dois deles de maiores dimensões decorados com fio de prata enrolado e coberto por folha de ouro e que se estavam associados a um crânio de um indivíduo adulto). Foram igualmente recolhidas duas agulhetas de cordão, em sepulturas diferentes, o que nos leva a supor que teriam sido utilizadas para prender peças de roupa. Em algumas sepulturas encontraram-se moedas (Fig. 5) junto aos

esqueletos ou nas falanges das mãos, o que indicia que foram colocadas nas mãos dos cadáveres antes de este serem sepultados. Este costume tem origem na Grécia, os Romanos adoptaram esse costume que trouxeram para a Lusitânia. Com o aparecimento do cristianismo manteve-se o hábito, perdendo-se lentamente a razão de tal uso pela população que o praticava. No século XVI a tradição mantinha-se por todo o país embora o povo tenha perdido a noção das razões de tal costume, ao nível cultural era bem patente o seu conhecimento como podemos ver no caso da trilogia do Auto das Barcas de Gil Vicente. O primeiro auto é o da Barca do Inferno que leva à cena em 1517, no Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa. No ano seguinte é representado o Auto da Barca do Purgatório, e, em 1519, o Auto da Barca da Glória que é estreado em Almeirim perante D. Manuel I. Além dos Diabos e Anjos, este auto conta com a presença da Morte que vai trazendo consigo os remadores celestiais. Nele a Morte representa Caronte que faz a passagem das almas dos que morrem para o Inferno, para o Purgatório ou para o Céu.

No Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foram excluídas muitas das tradições praticadas pelos cristãos, o que nos leva a pensar que terá sido nesta época que foram proibidas as práticas de se sepultarem defuntos em moimentos com esteios e o costume de colocar na mão ou junto aos corpos, moedas, embora tal não tenha sido erradicado por completo pois ainda tomámos conhecimento da prática de colocar uma moeda no caixão, no concelho de Cascais, durante os finais do século XX.

Relativamente a objectos de cariz religioso foram identificadas contas de osso e missangas de vidro na sepultura 10, que terão pertencido eventualmente a um terço, tendo sido a única sepultura que fornece este tipo de material.

O MUNDO DOS VIVOS

O número de esqueletos articulados/parcialmente articulados perfaz 80 indivíduos. Os milhares de ossos provenientes das reduções ósseas encontradas nas sepulturas e dos ossários aumentarão largamente o número de indivíduos exumados. Os resultados que se apresentam referem-se à análise antropobiológica efectuada para as inumações primárias.

Examinaram-se o perfil biológico (Buikstra & Ubelaker, 1994; Scheuer & Black, 2000; White *& alii*, 2012) de cada indivíduo e as principais patologias com expressividade nos tecidos duros (Buikstra & Ubelaker, 1994; Ubelaker, 1989; White *& alii*, 2012).

Foram exumados 41 adultos e 39 não-adultos, registando-se fetos, bebés com menos de 1 ano, crianças, adolescentes, adultos jovens, adultos maduros e idosos. Constata-se a predominância de crianças com menos de 3 anos e de adultos jovens (18-25 anos). A estimativa sexual realizada para os indivíduos adultos permitiu identificar 16 mulheres e 18 homens. No cálculo da estatura a mulher mais baixa mediria cerca de 1,42 m e a mais alta 1,51 m, quanto aos homens a estatura mais baixa seria de aproximadamente 1,51 m e a mais alta 1,65 m.

O estudo patológico encerra algumas limitações que convém esclarecer: geralmente o esqueleto é o último sistema corporal a ser afectado; numerosas enfermidades não causam sinais visíveis sobre o osso, assim como as que deixam podem induzir reacções ósseas muito similares, tornando-se complicado discernir sobre qual é especificamente a doença que as estimulou; as condições patológicas agudas ou acidentes fatais não se manifestam, sendo sobretudo as doenças crónicas que eventualmente produzem sinais macroscópicos; a própria natureza do tecido ósseo caracterizada por uma resposta limitada a uma condição anómala dificulta o diagnóstico das lesões do esqueleto. E finalmente, a causa de morte do indivíduo raramente pode ser deliberada.

Na patologia oral registaram-se um elevado número de indivíduos com cáries e desgaste acentuado das superfícies oclusais (zona contacto dente com dente e alimentos). Esta última situação foi inclusivamente identificada nos dentes-de-leite de crianças com 4-5 anos. Embora o exame antropobiológico seja ainda preliminar, estes dados apontam para uma dieta rica em alimentos cariogénicos (batata, pão e.g.) contendo elementos duros e abrasivos (farinha mal triturada e/ou com micropartículas pétreas da mó e.g.). Na patologia degenerativa identificaram-se vários indivíduos com osteoartrose e lesões da *enthesis*. Nas condições infecciosas também se registaram algumas situações como a periostite que afecta sobretudo as tíbias. Nos traumatismos físicos observaram-se vários indivíduos com fracturas, algumas bem consolidadas, mas outras indicando a ausência de tratamento médico na sua redução. Identificaram-se duas possíveis situações de doença de Perthes, uma patologia do foro circulatório. Por fim, destacam-se as crianças que praticamente não exibem lesões patológicas, sugerindo que faleceram devido a doenças

agudas. Efectivamente na era anterior aos antibióticos e vacinas a mortalidade infantil era elevadíssima, sendo as principais causas de morte os problemas respiratórios agudos (broncopneumonia e.g.) e as gastroenterites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área intervencionada corresponde ao adro da igreja de Nossa Senhora da Salvação, tendo sido utilizado como cemitério durante, pelo menos, os séculos XIV e XVI, havendo hipóteses de ter começado um pouco antes e de se ter prolongado até aos inícios do século XVII. O tipo de organização da necrópole insere-se na cultura autóctone que já foi registada em várias necrópoles de adros da Baixa Estremadura.
Foram identificados 80 indivíduos provenientes de inumações primárias e milhares de ossos desarticulados, tendo sido registados indivíduos de ambos os sexos e de praticamente todas as classes etárias, ocorrendo uma predominância de indivíduos não-adultos. Para além do perfil biológico dos indivíduos exumados, procurou-se conhecer as patologias com expressividade no esqueleto que afligiram estes indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

BOURBON e NORONHA, Tito de (1944) – Arruda dos Vinhos: notas históricas e arqueológicas. *Estremadura*. Lisboa. 2ª Série. 5, pp. 29-34.

BUIKSTRA, Jane; UBELAKER, Douglas (1994) – Standards for data collection from human skeletal remains. *Arkansas Archaeological Survey Research*. Arkansas. Series No. 44, pp.1-206.

CARDOSO, Guilherme (2006) – Estelas do concelho de Cascais. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 3, pp. 571-595.

ENCARNAÇÃO, José d' (2012) – Fragmento de inscrição funerária de Arruda dos Vinhos (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico* 101, inscrição nº 449.

LEMOS, Francisco Sande; MARCOS, Domingos (1985) – A necrópole Medieval de Vila dos Sinos – Mogadouro segunda campanha de escavações – 1982. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 2, pp.127-146.

SCHEUER, Louise; BLACK, Sue (2000) – *Developmental juvenile osteology*. London: Academic Press.

UBELAKER, Douglas (1989) – *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. Washington: Taraxacum Washington.

WHITE, Tim; BLACK, Michael; FOLKENS, Peter (2012) – *Human Osteology*. San Diego: Elsevier, Academic Press.

Figura 1 – O sepultamento do indivíduo que caracteriza a inumação 3 perturbou o enterramento 2, provocando a desarticulação dos ossos do lado esquerdo.

Figura 2 – Tampa da sepultura 8.

Figura 3 – Crânio do indivíduo da sepultura 34 ladeado por lajes.

Figura 4 – Esqueleto de indivíduo não-adulto depositado, em cova sem estruturas delimitadoras, numa posição incomum.

Figura 5 – Moedas recolhidas entre as falanges das mãos do indivíduo adulto da sepultura 39.

IGREJA MATRIZ DO COLMEAL (GÓIS): UM ESPAÇO SEPULCRAL DO SÉCULO XV AO SÉCULO XIX

Rui Pinheiro / Arqueólogo / Arqueologia e Património, Lda. / ruipinheiro14@sapo.pt
Zélia Rodrigues / Antropóloga / Arqueologia e Património, Lda. / zelia1382@gmail.com

RESUMO

A intervenção arqueológica realizada na Igreja Matriz do Colmeal englobou toda a área da nave, capela-mor, capela de S. José e um pequeno anexo, perfazendo um total de cerca de 165m² . Os trabalhos permitiram constatar que este espaço serviu como local de enterramento durante cerca de 450 anos, tendo sido identificados 4 níveis de enterramentos bem definidos que nos remetem para o final da Idade Média e Idade Moderna/ Contemporânea. Foram exumados uma quantidade significativa de indivíduos que atesta a intensa utilização deste espaço como um espaço sepulcral e cujo estudo contribui para a reconstrução das práticas funerárias e da paleobiologia das antigas populações da aldeia do Colmeal.

ABSTRACT

The archeological intervention taken place in the Colmeal Church, Colmeal, Góis, comprised the entire space of the nave, the High Altar, the S.Joseph 's side Chapel and a small outbilding, in a total of 165m2. The field works allowed to uncover a funerary area used for almost 450 years. It was discovered and surveyed four levels of burials raging from the Midlle Age to the Modern Era, exhuming a great quantity of individuals that support the idea of an intense usage of this specific sepulchral space. The inherent study of these individuals it's a valuable input in the reconstruction of the funerary practices as well as of the paleobiology of the ancient population of these village.

Este artigo tem como objectivo divulgar os dados, ainda que preliminares, resultantes da escavação arqueológica realizada na Igreja Matriz da Freguesia do Colmeal, concelho de Góis, tendo as seguintes coordenadas Lat: 40º 8`30``; Long: 8º 0`5``; Alt: 390m. (fig. 1).

Apesar de ter sido uma intervenção arqueológica em área, os dados desta mesma intervenção serão apresentados divididos pelas diferentes zonas escavadas.

A intervenção arqueológica realizada nesta Igreja, promovida pela Comissão Fabriqueira da Igreja do Colmeal, esteve a cargo da empresa Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Arqueologia Lda., com sede em Matosinhos, sob a coordenação e direcção científicas do Rui Pinheiro; arqueólogo; e de Zélia Rodrigues; antropóloga; signatários do presente artigo, e decorreu em duas fases.

Numa primeira fase, decorrida entre os dias 21 e 25 de Fevereiro de 2011, os trabalhos arqueológicos empreendidos circunscreveram-se à realização de uma sondagem de avaliação arqueológica encostada à parede Sul da nave da igreja com cerca de 10 m2 e tiveram como principal objectivo avaliar o potencial e os níveis arqueológicos afectados pela execução da obra.

Mediante os resultados aferidos, a partir desta sondagem de avaliação arqueológica, foi decidida a escavação em área da nave, da capela-mor, da capela de S. José e de um pequeno anexo localizado entre a capela de S. José. Esta fase de escavação em área decorreu entre os dias 14 de Março a 21 de Julho de 2011, perfazendo um total de cerca de 165 m².

A igreja do Colmeal, constituída por uma só nave, sofreu várias alterações arquitectónicas ao longo dos séculos. A Sul desta estão situadas a torre sineira; construída em inícios do século XIX e a capela de São José, construída em honra deste santo em finais do século XIX. A Norte da igreja, encostada à capela-

-mor, foi implantada a sacristia em data desconhecida para nós, mas no século XVIII já estaria construída. A data de construção desta igreja, aumentando uma pequena capela dedicada a S. Sebastião pré-existente, podemos situá-la cerca de 1560, quando o Bispo de Coimbra D. João Soares promoveu o Colmeal a sede de freguesia, mantendo-se o orago a S. Sebastião.

CAPELA-MOR E NAVE DA IGREJA

4º Nível de enterramentos

Este nível de sepulturas aberto/escavado no substrato geológico, que é constituído por um xisto bastante friável, é o mais antigo. Ocupa toda a área do corpo da igreja, embora a sua maior concentração seja no Cruzeiro (zona localizada junto à entrada da capela-mor), podendo ainda, eventualmente, prolongar-se para o interior da capela-mor e para próximo da porta de entrada principal da igreja (Oeste), já que a escavação, e pelo facto de já estarmos abaixo da cota de afectação da obra, terminou em dois pisos, um deles constituídos por uma espécie de argamassa de cal, material de construção moído e areia junto à porta principal da igreja anterior ao século XVI e um outro na capela-morconstituído por terra e saibro compactado datável do século XV, pois foi recuperado do seu interior um Ceitil de Afonso V. Este último piso está associado às estruturas identificadas na capela-mor as quais pertenceriam, muito provavelmente, à antiga capela Baixo-Medieval, ou anterior, dedicada ao culto de S. Sebastião (fig. 2).

Este nível de sepulturas pode ser datado, de grosso modo, do século XV, embora seja possível que todo este nível seja anterior ao século XV ou pelo menos algumas destas mesmas sepulturas sejam anteriores a este século. Trata-se de sepulturas em covachos de forma ovalada, sepulturas antropomórficas ou com feições antropomórficas ou sepulturas em covacho de forma sub-rectangular, embora estas últimas sejam raras (Fig. 3). A orientação destas é canónica, W-E, com os pés virados a Este, embora cinco sepulturas (559, 560, 565, 578, 569, 581 e 579) inflictam ligeiramente para uma orientação NW-SE. Esta pequena inflexão poderá ter a ver com as características do substrato geológico ou da altura do ano em que estas sepulturas foram construídas.

É de notar que as sepulturas com feições antropomórficas foram todas cortadas por sepulturas em covacho de forma ovalada, notando-se também uma maior concentração destas junto ao Cruzeiro da igreja, local onde estaria a antiga capela dedicada ao culto de São Sebastião.

Assim deste nível temos um total de 26 sepulturas, 5 antropomórficas, 19 em covacho de forma ovalada e 2 em covacho de forma sub-rectangular, exumando-se um total de 3 indivíduos em inumação primária, sendo dois do sexo feminino e um de sub-adulto.

É de salientar que este nível de sepulturas sofreu várias destruições pelos níveis de sepulturas mais recentes.

3º Nível de enterramentos

Este nível de sepulturas constituído, maioritariamente por covachos de forma ovalada, os quais são mais visíveis e bem organizados junto à porta de entrada da igreja, ou seja, na zona Oeste do corpo desta, é datável dos finais do século XVI e século XVII (Fig. 4), sendo, desta forma, coevo da fundação da Igreja Matriz do Colmeal.

A este mesmo nível podemos associar um piso em saibro compactado, localizado junto à parede Norte da Nave da igreja, estando a mesma construída sobre este piso que serviria como uma espécie de corredor a este nível de enterramentos.

As sepulturas que constituem esta fase foram bastante destruídas pelo nível de sepulturas imediatamente posterior. Similarmente, foram cortadas pelas valas de fundação dos pilares Sul e Norte, de sustentação do coro alto.

Neste nível de enterramentos que foi aberto/construído sobre uma camada de terra de matriz arenosa, de grão médio que cobria o piso e a estrutura localizada junto à porta da igreja e que enchia algumas sepulturas do 4º nível de enterramentos; foram identificadas 23 sepulturase exumados 45 indivíduos em inumação primária, 33 adultos e 12 sub-adultos e um ossário. Dos 33 indivíduos adultos 6 são do sexo masculino, 13 do sexo feminino e 14 indeterminados. Refira-se que os indivíduos sub-adultos foram todos eles inumados na zona do Cruzeiro.

A nível de material recolheram-se contas de terço/rosário, solas de sapato, alguma cerâmica (comum e faiança) e alguns numismas datáveis do século XVII.

2º Nível de enterramentos

Este 2º nível de enterramentos é formado por 49 covachos de forma ovalada e uma sepultura em covacho de forma sub-rectangular, abertos num sedimento de matriz arenosa de coloração acinzentada e que têm uma orientação canónica, W-E, com os

pés virados a Este (Fig. 5). Tal como o nível anterior, estas sepulturas estão mais bem organizados e visíveis junto à porta da igreja até, mais ou menos, ao meio do corpo da mesma onde o substrato geológico começa a aparecer-nos a uma cota superior. A "desorganização" verificada junto ao Cruzeiro, ou seja, junto à capela-mor, para além de ter a ver com o facto do substrato geológico estar a uma cota superior, tem, principalmente, a ver com os costumes da época, quanto mais perto da capela-mor o corpo ficasse melhor. Era nesta mesma capela-mor que as relíquias da igreja se encontravam, deste modo, o defunto estaria assim mais protegido na sua viagem até ao momento da ressurreição final.

Neste nível de enterramentos existem sepulturas não só apenas com um indivíduo, mas também, em alguns casos, com 3 a 4 indivíduos em cada interface vertical de abertura de sepultura (Fig. 6). Foram ainda identificadas inumações para as quais não é perceptível qualquer covacho.

De todos os níveis, este parece-nos ser o mais bem representado e podemos datá-lo, com toda a segurança do século XVIII. Foram encontradas diversas moedas de D. João V, associadas directamente aos indivíduos ou ao enchimento das sepulturas. Para além destes elementos surgiu-nos também diversas contas de terço em azeviche, vidro ou de madeira, cruzes, crucifixos em bronze ou em madeira, alguns objectos de uso pessoal, restos de vestuário, sapatos, entre outros (Figs. 7 e 8).

Associados a este nível de enterramentos, quer dentro das sepulturas, quer imediatamente no topo destas ou em interfaces verticais abertos propositadamente para o efeito, identificaram-se e escavaram-se uma série de ossários, alguns de dimensões consideráveis e no meio dos quais surgiram várias conexões anatómicas isoladas, o que demonstra de forma inequívoca que nesta altura houve uma necessidade muito grande de efectuar novos enterramentos e que os corpos eram "manipulados" ainda com tecidos moles.

Assim deste nível de sepulturas, século XVIII, escavaram-se um total de 50 sepulturas, 31 ossários e exumou-se 93indivíduos em inumação primária; 54 indivíduos adultos e 39 sub-adultos. Dos indivíduos adultos 18 são do sexo masculino, 30 do sexo feminino e em 18 indivíduos não se conseguiu fazer a diagnose sexual. Tal como no nível anterior os indivíduos sub-adultos foi na sua totalidade inumada na zona do Cruzeiro.

1º Nível de enterramentos

Este nível de enterramentos, datável do século XIX, final do século XVIII a meados do século XIX, encontra-se muito remexido já que por cima tínhamos o soalho de madeira que formava o actual piso da igreja.

Neste nível encontrámos várias conexões anatómicas que nos possibilitaram a identificação de várias inumações primárias, embora não nos fosse possível ver os enchimentos das sepulturas ou os interfaces verticais das mesmas. Similarmente, foram exumados diversos ossários alguns deles de alguma dimensão.

Destaca-se a escavação, junto à porta da igreja de restos ósseos de um indivíduo com orientação contrária à orientação canónica, isto é os pés estão virados para Oeste e de um caixão de madeira localizado junto à parede Sul da nave da igreja, cuja vala de enterramento deste corta sepulturas do 2º nível (século XVIII).

O enterramento, arqueologicamente, mais recente foi efectuado na sepultura localizada na capela-mor com uma orientação E-W, portanto, contrária à orientação canónica, com os pés virados a Oeste, e que nos forneceu um numisma do reinado D. Maria do ano de 1844. Esta sepultura, quer pela sua orientação quer pela sua localização pertenceria, muito provavelmente, a um sacerdote, o que é atestado pela análise bioantropológica aos restos ósseos exumados da mesma. Recuperou-se além de um ossário no qual estão representados dois indivíduos adultos do sexo masculino um esqueleto em conexão anatómica também de um indivíduo adulto do sexo masculino. Este último possuía nos pés as fivelas em ferro dos seus sapatos (fig. 9).

Deste nível de enterramentos, século XIX, foram escavadas 3 sepulturas em covacho de forma ovalada e um caixão de madeira, tendo sido exumados dois ossários e 10 indivíduos em inumação primária: 4 indivíduos adultos, 1 do sexo masculino, 1 do sexo feminino e 2 de sexo indeterminado e 6 sub-adultos; estando estes inumados no Cruzeiro e junto ao pilar Sul de sustentação do coro alto.

Refira-se ainda, em particular, a escavação de uma sepultura, identificada pela unidade estratigráfica 551, localizada entre os pilares de apoio do coro alto que podemos inserir, provisoriamente, no 4º nível de sepulturas. O enchimento desta sepultura, com uma orientação aproximadamente NW-SE, estava coberto pelo nível de terras/aterro que foi feito para "construir" o 3º nível de sepulturas (século XVII),

no entanto, e mesmo após a sua escavação não nos foi possível compreender se esta corta a estrutura constituída por lajes de xisto com barro a servir de ligante, identificada com a UE 552, ou se ambas formam uma sepultura, sendo a estrutura pétrea a cabeceira da mesma. Desta sepultura exumou-se um indivíduo com cerca de 7/8 anos e recolheu-se uma moeda que nos poderá permitir balizar cronologicamente esta sepultura e assim compreendê-la melhor (fig. 10).

ANEXO E CAPELA DE S. JOSÉ

Quer o pequeno anexo, localizado a Sul da Capela-mor, quer a Capela de S. José, ambas construídas em meados do século XIX, não forneceram níveis com interesse arqueológico, intervencionando-se arqueologicamente, apenas um sedimento de coloração avermelhada de matriz arenosa, pouco compacta até à cota de afectação da obra, cerca 60 cm de profundidade.

CONCLUSÃO

Os dados aqui expostos são preliminares, estando o relatório técnico em fase de conclusão. Não obstante podemos já avançar com algumas conclusões, obtidas a partir dos dados de campo e do trabalho de gabinete já realizado:

Este espaço serviu como lugar de enterramento durante um período de tempo mais ou menos longo, pelo menos desde o século XV até meados do século XIX, ou seja, cerca de 450 anos.

De todos os níveis de enterramentos o mais bem representado e o mais bem conservado é o nível do século XVIII, isto poderá ter várias explicações: ou a freguesia do Colmeal durante este século teria bastante população ou houve uma necessidade de inumar muito grande, entre outras explicações.

Foi possível escavar as estruturas localizadas na capela-mor que constituiriam, provavelmente, parte da antiga capela dedicada a S. Sebastião. Estas estruturas são datáveis, e tendo como base o cruzamento dos dados arqueológicos com os dados documentais, pelo menos do século XV.

A actual igreja teve várias evoluções arquitectónicas ao longo do tempo. De uma pequena ermida baixo-medieval dedicada a S. Sebastião construi-se a actual igreja matriz do Colmeal em 1560, com a elevação a sede de freguesia pelo Bispo de Coimbra D. João Soares. Já em fins do século XVII a igreja sofre profundas alterações com a construção do coro alto, com a reformulação da parede Norte da nave da igreja, com o arranjo do arco do cruzeiro e com a construção de um piso na capela-mor constituído por grandes lajes de xisto. No século XIX, no primeiro quartel constrói-se a torre sineira e em meados do século constrói-se a Capela dedicada a S. José a Sul da nave da igreja comunicando com esta através de um grande vão. Já em finais do século XIX ou mesmo já em inícios do século XX constrói-se um pequeno anexo entre a capela-mor e a capela dedicada a S. José. O último grande momento de reformulação/transformação da igreja foi em 2011 com a substituição do pavimento, arranjos exteriores, restauro dos tectos, dos altares, substituição da cobertura da igreja que motivou esta intervenção arqueológica.

Intervencionou-se cerca de 165 m² , escavando-se 107 sepulturas, 4 interfaces verticais para colocar ossários, 37 ossários e exumando-se um total de 151 indivíduos em inumação primária.

Identificaram-se 4 níveis de enterramentos: século XV ou anterior; finais século XVI/XVII; século XVIII e século XIX.

Da Capela de S. José e do pequeno anexo localizado a Sul da Capela-mor não se encontraram níveis com interesse arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe (2000) – *O Homem perante a Morte I*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ARIÈS, Philippe (1988) – *O Homem perante a Morte II*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (texto policopiado).

BRITES, Maria José; ALMEIDA, Paula Cardoso; RESENDE, Sónia; GONÇALVES, Eduardo (2008) – Atlas *de Portugal. Beira Alta, Beira Interior, Beira Litoral, Maciço Central Natureza e Meio Ambiente*. Vols. 5 e 6, Matosinhos: QN – Edições e Conteúdos, S.A.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STOUKAL, M. (1980) – Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9, pp. 517-549.

FERREIRA, J. M. Simões (2009) – *Arquitectura para a Morte. A questão cemiterial e seus reflexos na Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

GOMES, Alberto (2007) – *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

HARRIS, Edward C. (1991) – *Príncipios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.

Instituto Geográfico do Exército (1992) – *Carta Militar de Portugal* – Góis, Escala 1/25000. Série M 888; Folha 243, Edição 2.

MENEDEZ, José Jorge Arguello; TEIXEIRA, Sofia Alexandra da Silva (2008) – *Catálogo do espólio fúnebre e funerário do Cemitério da Ordem do Carmo*. Porto: Vessants Arqueologia i Cultura.

SCHEUER, L.; BLACK, S. (2000) – *Developmental Juvenile Osteology*, London: Academic Press.

WHITE, T. (2000) – *Human Osteology*. 2nd ed, San Diego: Academic Press.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

www.cm-gois.pt

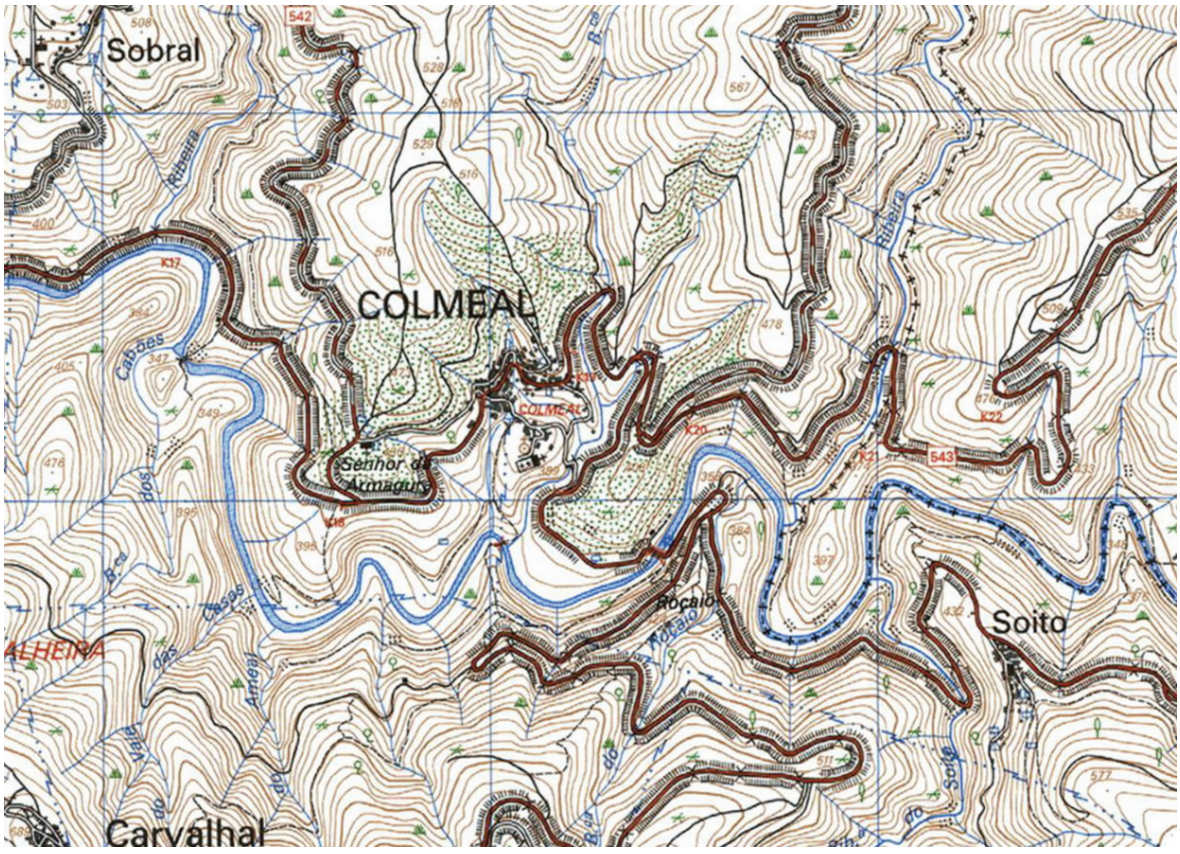


Figura 1 – Localização da Igreja Matriz do Colmeal.

Figura 2 – Vista geral sobre as estruturas e piso associados à antiga Ermida Medieval dedicada a S. Sebastião.

Figura 3 – Vista geral sobre o 4º nível de sepulturas.

Figura 4 – Vista geral sobre o 3º nível de sepulturas.

Figura 5 – Vista geral sobre o 2º nível de sepulturas. Covachos e enchimentos das sepulturas.

Figura 6 – Inumações primárias do século XVIII. 2º nível de sepulturas.

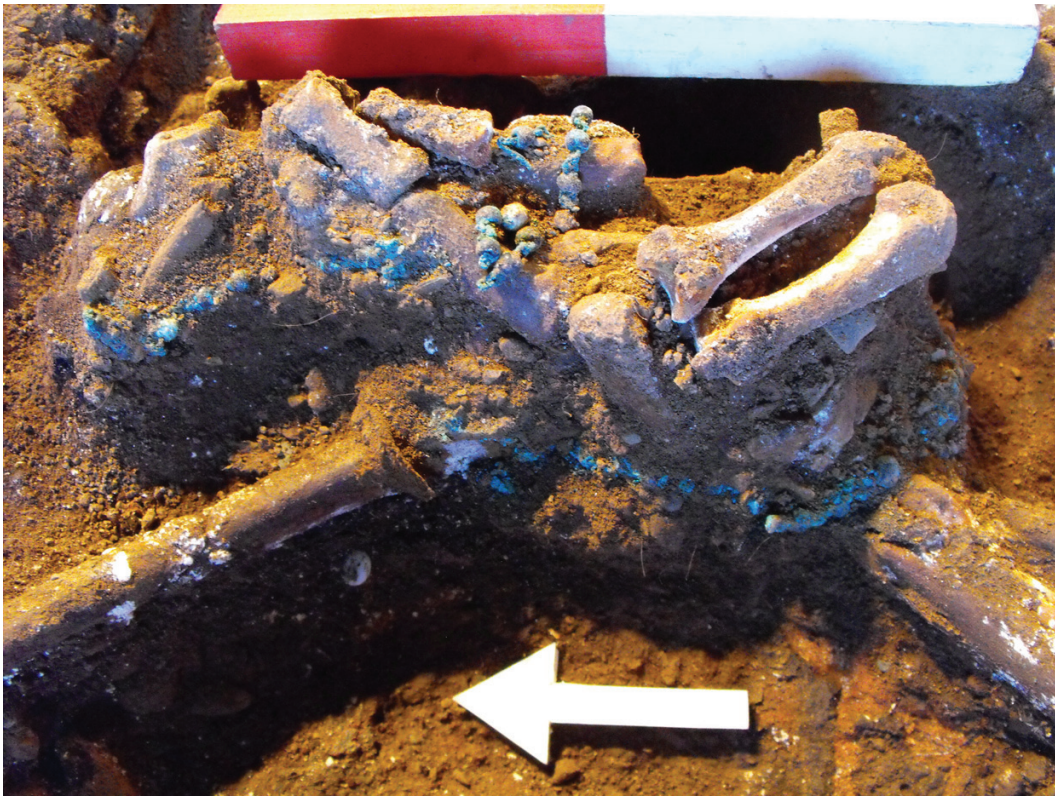


Figura 7 – Pormenor de Terço "in situ". 2º nível de sepulturas.

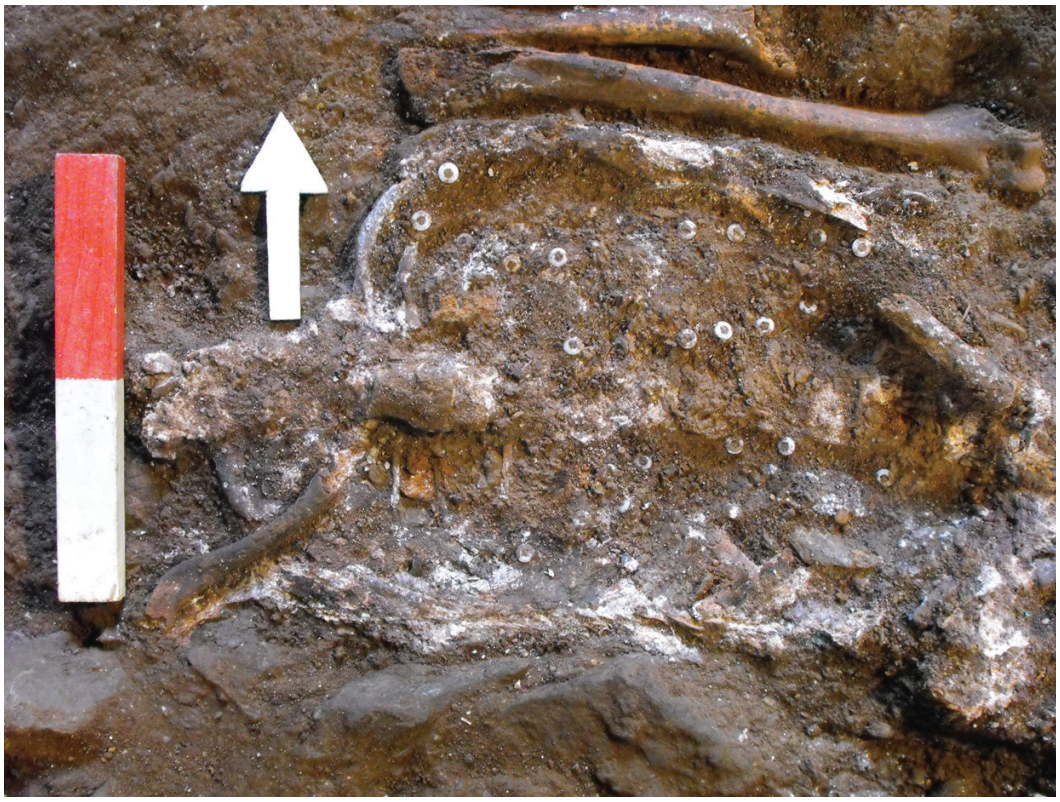


Figura 8 – Vestígios de roupa e botões "in situ". 2º nível de sepulturas.

Figura 9 –Sepultura de um sacerdote localizada na capela-môr. 1º nível de sepulturas. Século XIX.

Figura 10 – Sepultura localizada entre os pilares do coro alto.

O CASTELO DE ALMEIDA: ORIGEM MEDIEVAL, REFORMAS MANUELINAS E REUTILIZAÇÃO MODERNA. BALANÇO DE UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

André Teixeira / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores/ texa@fcsh.unl.pt
Luís Serrão Gil / Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

RESUMO
O castelo de Almeida terá sido o espaço fundador da vila e o seu centro político-militar até finais da Idade Média, permanecendo como armazém de material de guerra da praça-forte seiscentista até inícios do século XIX, quando uma enorme explosão o arruinou. Tendo uma origem medieval, a fortificação é também um dos melhores exemplares em Portugal da arquitectura militar de transição. Pouco foi, porém, o contributo da arqueologia para o seu estudo e valorização, facto que levou ao surgimento do projecto cujos resultados aqui se sintetizam (2007-2012). Os trabalhos permitiram incrementar o conhecimento sobre a evolução da configuração interna do recinto no flanco Norte e Este, que havia sido intervencionado pela DGEMN, bem como das suas ocupações medievais e modernas.

ABSTRACT
The castle of Almeida may have been the founding place of this village and its political centre until the end of medieval age. From the 17th until the beginning of the 19th century, it remained as arsenal storage, when a huge explosion destroyed it. Having a medieval origin, the fortress is also one of the best examples in Portugal of the so called transition style in European military architecture. However, since archaeology's contribute to its study and valorisation was almost inexistent, we have decided to develop this new project, which results are presented here (2007-2012). This work allowed a better knowledge on the evolution of the internal configuration of the North and East wings of the perimeter (an area already intervened by DGEMN) as well as its medieval and modern occupation.

1. INTRODUÇÃO

O castelo de Almeida terá sido o espaço fundador da vila, o local de assentamento do primeiro núcleo de povoadores e o centro do poder político-militar até finais da Idade Média. Tendo uma origem medieval, é também um dos melhores exemplares em Portugal continental de fortificação de finais do século XV e inícios da centúria seguinte, a denominada «arquitectura militar de transição», na qual se procurou adaptar os velhos recintos defensivos aos novos desafios da arte da guerra; nesta época foi construída uma barbacã pontuada por quatro cubelos ultra-semicirculares, sob as ordens de mestre-de-obras Francisco Danzilho. O castelo permaneceu depois como um elemento importante do aglomerado, sobretudo como local de armazenamento de armas e munições. Após a enorme tempestade de 1695, quando um raio caído numa das torres que servia de paiol causou enorme explosão, a fortificação perdeu a sua muralha interna de origem medieval, sendo apenas refeita a barbacã. Finalmente, em 1810, no âmbito da terceira invasão francesa a Portugal, uma bombarda dos sitiantes fez explodir

as munições que se encontravam guardadas no recinto, condenando-o à destruição (Carvalho, 2006; Teixeira *et alli.*, no prelo).

O castelo é Monumento Nacional, a par das muralhas abaluartadas da praça-forte, erguidas após a Restauração de 1640 e continuamente reformadas ao longo dos séculos XVII a XVIII[1] (Conceição, 2002; Quinta, 2008). Contudo, ao contrário destas, encontra-se hoje em ruína, não tendo sido até há pouco objecto de estudos aprofundados, nomeadamente de carácter arqueológico, permanecendo igualmente como um elemento pouco valorizado desta vila histórica. Durante o século XX foi sujeito a intervenções por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, embora consolidando o remanescente arquitectónico, foram assaz lesivas para o seu património arqueológico, com amplas remoções de terras a serem realizadas sem preocupação estratigráfica. Parte das estruturas arqueológicas detectadas no interior do recinto foram também deixadas ao ar livre.

Estes factos levaram ao surgimento do projecto «O Castelo de Almeida: origem medieval, reformas manuelinas e reutilização moderna» (2009-2011), integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, seguindo-se a uma campanha de sondagens de diagnóstico (2007) (Teixeira, 2008, p. 44-55)[2]. São os resultados destes trabalhos arqueológicos que aqui se abordam, incluindo-se também dados da campanha de 2012. A estratégia da intervenção deu clara prioridade à limpeza, registo e interpretação das estruturas a descoberto deixadas pelas referidas intervenções da DGEMN, ao invés de abrir novas áreas de escavação. Assim, os trabalhos arqueológicos incidiram fundamentalmente na zona Norte/Este do castelo. Com esse intuito efectuou-se a limpeza superficial e registo de todas as estruturas junto à torre ultra-semicircular Este, realizando-se três sondagens em espaços intersticiais e ainda a limpeza, registo e escavação superficial de todo o sector Norte, aquele que apresentava à superfície o maior conjunto de estruturas, efectuando-se duas pequenas sondagens (Figura 1).

2. TORRE ULTRA-SEMICIRCULAR ESTE

O trabalho de limpeza de estruturas no sector junto à torre ultra-semicircular Este do castelo consistiu essencialmente na remoção de escasso sedimento humoso e solto, contendo espólio indiferenciado ou de várias épocas, embora sobretudo de inícios do século XIX e de meados da centúria seguinte (Figura 2).

Por um lado, reconheceu-se um volume quadrangular, do qual se conservam três paramentos, sobrepostos ou encostados ao afloramento rochoso talhado propositadamente para a sua implantação (estrutura 2, Figura 3). Os silhares estão bem aparelhados e compõem-se de grandes blocos de pedra regulares bem talhados, unidos por escassa argamassa conservada; pontualmente estes blocos estão fracturados, resultado provável de explosão. O seu perfil foi revelado essencialmente na sondagem Q5/6, que analisaremos adiante: as fiadas superiores estão sucessivamente recuadas face às inferiores cerca de 2 a 5 cm, conformando uma estrutura de tendência piramidal. Esta preserva-se em cota superior no paramento SE (nos Q12 e Q13), progressivamente inferior quanto mais para Norte do paramento NE (no Q5) e novamente superior no Q21. No cerne da estrutura resta apenas o afloramento rochoso, por vezes em desagregação (sobretudo no lado Oeste), bem como pequenas pedras fincadas entre os seus interstícios e os referidos paramentos. Corresponde certamente à base da torre quadrangular Este do castelo medieval, representada na planta de Duarte de Armas de 1509 (Castelo Branco, 1997, fl.128v), destruída na referida explosão de 1695.

Por outro lado, registou-se um muro com orientação sensivelmente Norte/Sul nos Q13, Q12 e Q5, inflectindo neste último para Oeste, desaparecendo na intersecção com o Q21 (estrutura 1, Figura 4). O primeiro troço é medianamente aparelhado, com 90 cm de espessura média, limitado e sustentado por alguns blocos de pedra de grande dimensão, relativamente

1. Dec. nº14985, DG28 de 03/02/1928; Dec. nº28536, DG66 de 22/03/1038; ZEP, DG97 de 24/04/1962.

2. Agradece-se a participação nas campanhas arqueológicas dos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como voluntários locais empenhados na história da sua terra. Uma palavra também para os colegas do Centro de História de Além-Mar que participaram nos trabalhos, bem como ao João Coelho, que voluntariamente fez a conservação de parte dos materiais arqueológicos recuperados. Reconhecimento igualmente à Câmara Municipal de Almeida, na pessoa do seu presidente, pelo apoio dado ao projecto, bem como ao António Almeida, engenheiro topógrafo da autarquia, que realizou anualmente os levantamentos base de alguns dos desenhos aqui apresentados.

talhados nas extremidades, interligados no seu interior por pedras de pequena dimensão e argamassa. Do segundo troço resta apenas a fiada de base, bem aparelhada, com grandes blocos de pedra a servir de paramento e pequenas pedras de enchimento, com 120cm de espessura média. A estrutura assenta no afloramento rochoso no Q13 e sobre a mencionada torre medieval nos Q12 e Q5. Deverá corresponder a um dos compartimentos de armazenamento de munições construídos após a destruição geral do castelo em 1695, conforme a planta de José Hermosilla, de 1762 (Carvalho, 2006, p.93). A sua destruição ocorreu certamente, como o remanescente do demais castelo, aquando da terceira invasão francesa, em 1810.

Finalmente foi detectado um grande volume de pedras, dispostas com orientação NO-SE, relativamente bem aparelhadas no paramento SO, mas sem estruturação consistente nos demais flancos e com cerne composto por pedras de pequena a grande dimensão dispostas muito aleatoriamente. A denominada estrutura 3, detectada nos Q3, Q4 e, sobretudo, Q5 e Q6, contorna interiormente o parapeito da muralha do castelo, reconstruído pela DGEMN no século XX, tanto no pano Norte, como na torre ultra-semicircular Este. Termina a NO sem qualquer aparelhamento, como se observou na intervenção do Q26. As escavações realizadas permitiram aferir que se trata de uma construção de época contemporânea, cuja edificação perturbou grandemente os contextos mais antigos neste sector.

Com efeito, a correcta compreensão destas três estruturas foi consideravelmente auxiliada pela realização da sondagem Q5/6, inserida no seu espaço intersticial (Figura 5). A sucessão estratigráfica permitiu estabelecer a seguinte relação: a C6 é a vala de fundação da torre medieval deste sector do castelo (a estrutura 2), não tendo sido possível datá-la devido à inexistência de espólio arqueológico[3]. A C5 deverá reportar-se a entulhos de época medieval provavelmente aqui colocados aquando da obra de remodelação do castelo realizada em início do século XVI por Francisco Danzilho, construindo-se nessa data a barbacã e o cubelo ultra-semicircular. A C4B poderá ser o piso da utilização desta zona nos séculos XVI e XVII, até à explosão de 1695. Já a C3 deverá reportar-se às reformulações operadas depois desta data, nomeadamente aquando da construção dos citados compartimentos de armazenamento figurados por Hermosilla (estrutura 1), sobrepondo a torre medieval, contendo no entanto espólio medieval. Finalmente, a C2 é uma vala realizada em estratos anteriores para implantação da estrutura 3, já no século XX.

Já a sondagem 6/7 visou compreender a própria torre ultra-semicircular Este do castelo (Figura 6). Assim, os vários estratos denominados por C1 referem-se à colmatação de uma vala aberta na metade Sul da torre, provavelmente aquando das obras de restauro da DGEMN. As camadas classificadas como C2 deverão corresponder a uma perturbação também de época contemporânea, eventualmente os mesmos trabalhos do século XX, que culminaram no reperfilamento do coroamento da torre (a estrutura 3). Seguem-se a C3 e a C4, com espólio pertencente a deposição dos finais da Idade Moderna, talvez coincidente com a renovação desta torre nos inícios do século XVIII. Já a C5 articula-se com os vestígios de um paramento de muro rectilíneo (estrutura 4), orientado sensivelmente Nordeste-Sudoeste, provavelmente os restos de uma das habitações destruídas nos inícios do século XVI para implantação da barbacã, tal como figurado por Duarte de Armas (Castelo Branco, 1997, fl.128v) (Figura 7).

Por fim, a sondagem 21/26 destinou-se a verificar a continuidade para Oeste das estruturas 1 e 2, sobretudo esta última (Figura 8). De facto, os vestígios da torre medieval encontravam-se em cota inferior neste sector, obrigando à realização de escavações mais profundas. Os estratos identificados como C1 pertencem a deposição recente e à colmatação de uma vala aberta aquando das campanhas de trabalho neste local da DGEMN para implantação da estrutura 3. Esta acção amputou o canto Norte da torre medieval (estrutura 2), que ainda assim se conservou em cota inferior. Já a C2 deverá corresponder à época de desactivação desta mesma torre, na sequência da tempestade de 1695 e construção dos compartimentos de armazenamento registados na citada planta de 1762, a denominada estrutura 1. Esta deveria sobrepor o afloramento rochoso neste Q21, mas a escassa potência sedimentar conservada impediu a sua preservação.

3. O SECTOR NORTE

Na área compreendida entre os Q30 e Q38 fez-se inicialmente a remoção do escassíssimo sedimento que cobria a grande quantidade de estruturas à vista nes-

3. A análise de datação por radiocarbono do único fragmento de carvão exumado neste estrato foi inconclusiva.

te sector, humoso e solto, com espólio arqueológico raro e indistinto, resultante de acumulação posterior à intervenção da DGEMN no século XX (Figura 9). O registo em planta foi uma primeira tentativa de interpretação, objectivo que se viu relativamente gorado, dado que os muros afloram mal aparelhados e desconexos, quase parecendo resultar de uma remontagem recente, talvez aquando das citadas obras da DGEMN. Apenas um grande lanço com orientação sensivelmente NO-SE, bastante bem aparelhado com grandes blocos pétreos, mas conservando-se apenas numa fiada (estrutura 5), pode ser associado a um dos compartimentos erguidos no castelo no século XVIII, neste caso não logo após a tempestade de 1695, mas aquando das obras pombalinas no recinto, implantando-se junto à respectiva porta (Carvalho, 1988, p. 283 e 296-97). As sondagens realizadas no Q35/30 e no Q38 foram inconclusivas, dada a quase ausência de material arqueológico.

Já depois do término deste projecto, fez-se o mesmo tipo de trabalho de limpeza na área correspondente aos Q39 a Q47 (Figura 10). Por um lado, registou-se o paramento inferior da torre de menagem do castelo, circunscrito a duas fiadas de blocos pétreos, sendo o superior recuado face ao superior, permitindo antever uma base escalonada; na face externa observaram-se siglas de canteiro. Não obstante o assinalável grau de destruição, que reduziu a centímetros os 23m de altura medidos por Duarte de Armas nos inícios do século XVI (Castelo Branco, 1997, fl.128v), a implantação da estrutura e as suas características construtivas permitem identifica-la com esta torre principal da fortificação medieval.

Por outro lado, detectou-se um muro com cerca de 90 cm de espessura, sobrepondo uma boa parte do paramento da torre de menagem. Um primeiro troço arranca da muralha do castelo, estendendo-se por cerca de 7m com orientação Oeste-Este; um segundo segmento inflecte para Sul, alongando-se uns 14m. Este último sobrepõe a referida estrutura medieval, ao passo que o primeiro assenta em sedimento rosado, colocado propositadamente para colmatação e nivelamento da área após a destruição de 1695. Conformou-se, assim, um compartimento quadrangular encostado à cortina Oeste do castelo, muito próximo do local onde esta entroncava com a torre ultra-semicircular Norte. Confrontando os dados da escavação com a mencionada planta de José Hermosilla resulta evidente que estas estruturas detectadas a Nascente correspondem aos alicerces dos mencionados armazéns de apetrechos militares e as identificadas a Norte à base da casa da armaria, edifícios erguidos após a destruição geral do castelo de 1695.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos arqueológicos realizados no castelo de Almeida entre 2007 e 2012, embora limitados no tempo e nos meios, foram globalmente positivos do ponto de vista do conhecimento científico e da salvaguarda patrimonial.

Por um lado, têm-se acrescentado paulatinamente dados importantes sobre as diversas ocupações e configurações deste sítio arqueológico, embora circunscritos pelo facto da nossa opção ter recaído em reescavar sectores intervencionados aquando das obras da DGEMN. Da época medieval destaca-se o reconhecimento da base da torre quadrangular Este do recinto e da torre de menagem, elementos que se vêm juntar ao poço existente no pátio central como testemunhos mais antigos da ocupação do espaço, cuja data de fundação se desconhece. As obras manuelinas deixaram sobretudo o seu testemunho na destruição de uma habitação existente no local onde se veio a erguer o fosso e a barbacã, bem como materiais arqueológicos relacionados com a vida militar e económica da vila. A reutilização do sítio na época moderna como local de armazenamento de armas e munições ficou registada arqueologicamente numa série de compartimentos erguidos no seu interior após a tempestade de 1695, uma época de profunda reformulação do espaço, exumando-se também materiais cerâmicos coevos. A explosão de 1810, na terceira invasão francesa a Portugal, foi a responsável pela ruína do conjunto, deixando os seus traços nos inúmeros projécteis de artilharia à superfície. Finalmente, as intervenções da DGEMN perturbam aqui e acolá todo este registo arqueológico.

Por outro lado, os trabalhos deste projecto permitiram o registo de toda a informação disponível, sobretudo ao nível das estruturas, mas também dos estratos arqueológicos preservados, garantindo-se as condições necessárias à correcta conservação do monumento. Diríamos que sem este trabalho teria sido impossível perspectivar um plano para a salvaguarda das estruturas deixadas à vista pelas intervenções anteriores, trabalhos que podem a partir de agora ser gizados com maior conhecimento do sítio, a fim de alterar decisivamente o estado a que o monumento tem estado votado nas últimas décadas.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. V. de (1988) – *Almeida – Subsídios para a sua História*. 2ª edição, Almeida: Câmara Municipal de Almeida, 2 vols..

CARVALHO, J. V. de (2006) – *O Castelo de Almeida. Origem, história e destruição. Controvérsias*. 2ª edição, Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

CASTELO BRANCO, M. da S., ed. (1997) – *Livro das fortalezas*. 2ª edição, Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Edições Inapa.

CONCEIÇÃO, M. T. da (2002) – *Da vila cercada à praça de guerra: formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.

QUINTA, A. L. (2008) – *A fortaleza de Almeida: uma perspectiva arquitectónica*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

TEIXEIRA, A. (2008) – Sondagens arqueológicas no castelo de Almeida e envolvente: síntese de resultados (2007). *CEAMA. Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida*. Almeida. 2, p. 44-55.

TEIXEIRA, André; GIL, Luís Serrão; NEVES, César Augusto; COSTA, Teresa (2013) – *O Castelo de Almeida: arqueologia de um espaço de guerra multissecular. Catálogo da exposição*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

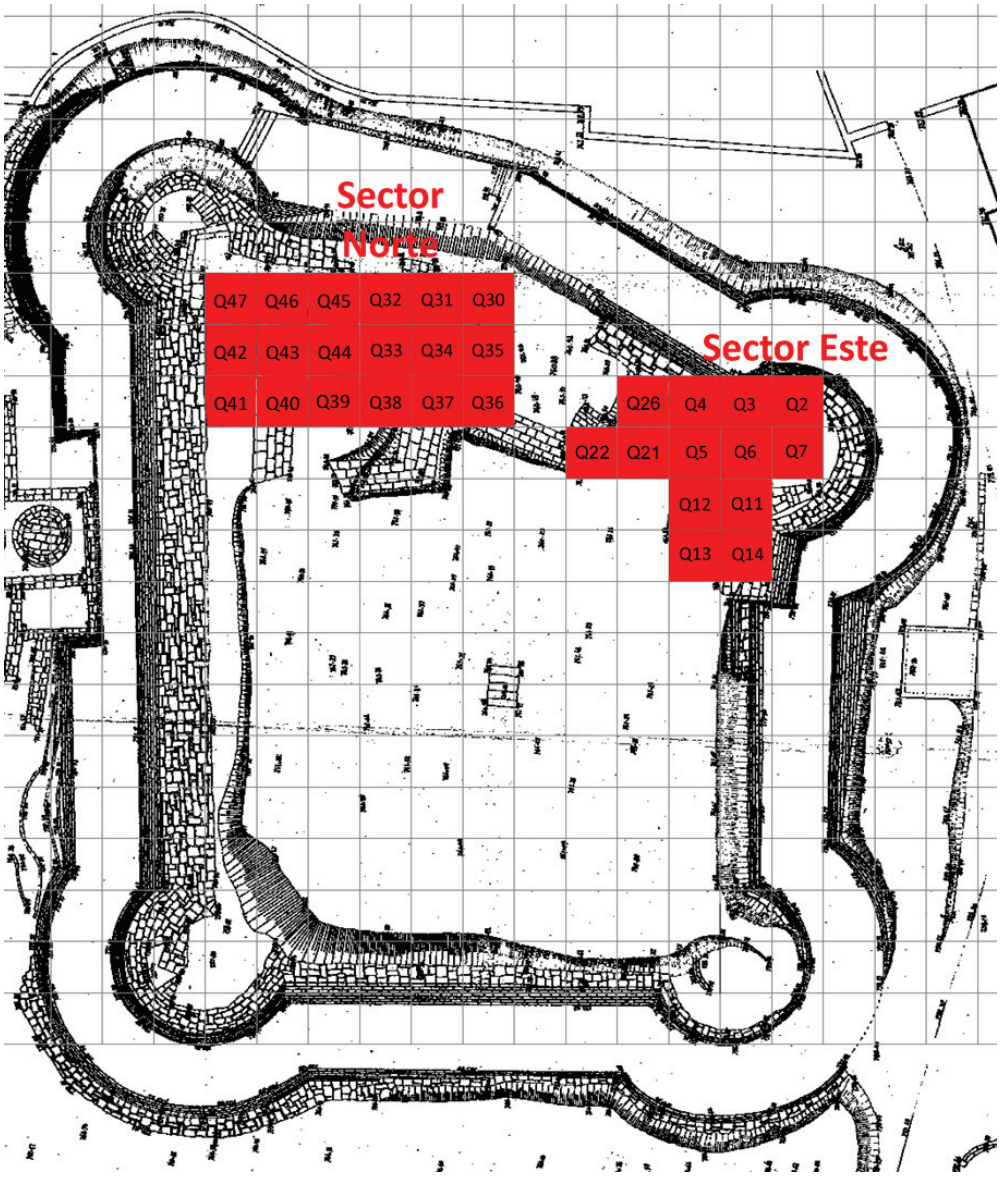


Figura 1 –Área de escavação

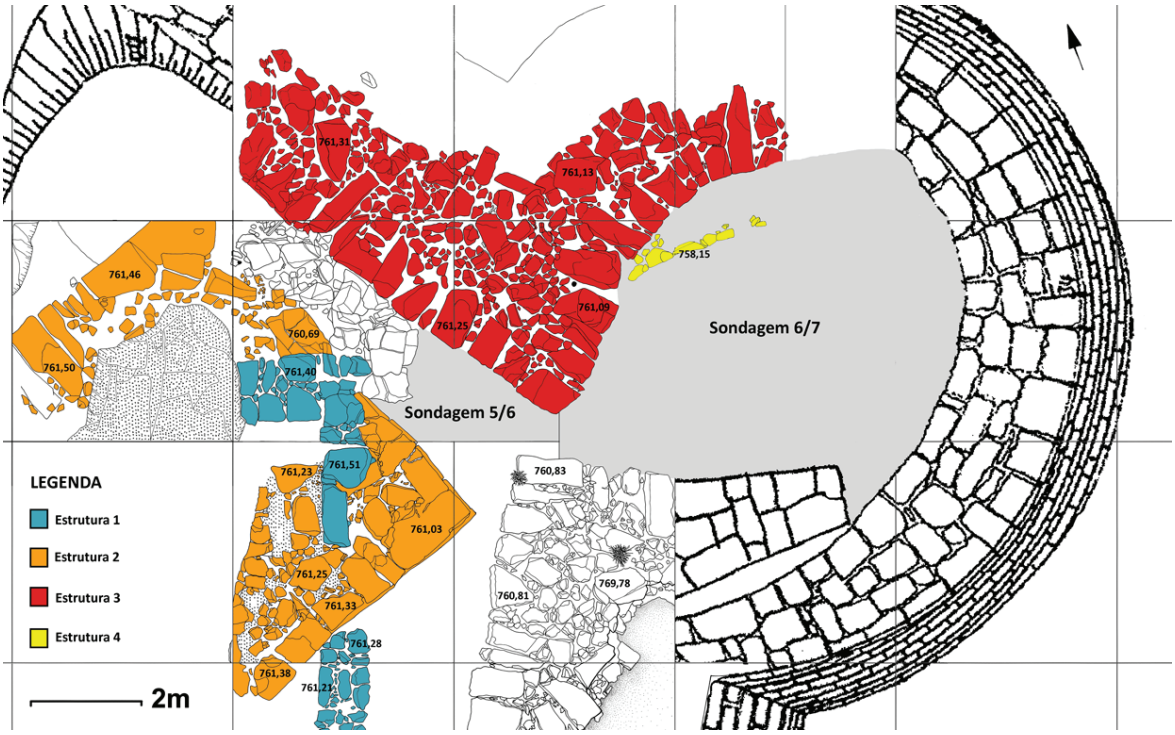


Figura 2 –Planta das estruturas no sector Este do castelo.

Figura 3 –Torre medieval Este.

Figura 4 – Muro de armazém Setecentista sobre a torre medieval Este.

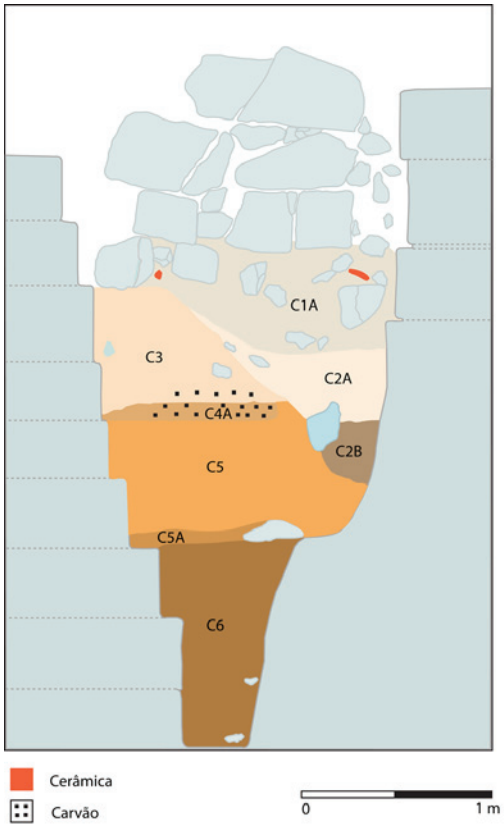


Figura 5 – Perfil Oeste da sondagem 5/6.

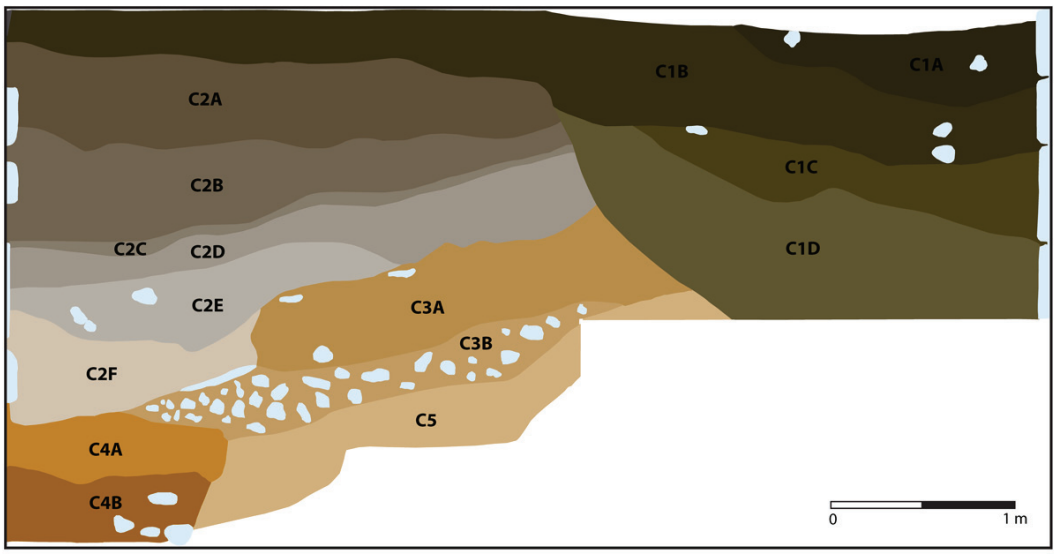


Figura 6 – Perfil longitudinal da sondagem 6/7.

Figura 7 – Estrutura 4, na base da torre ultra-semicircular Este.

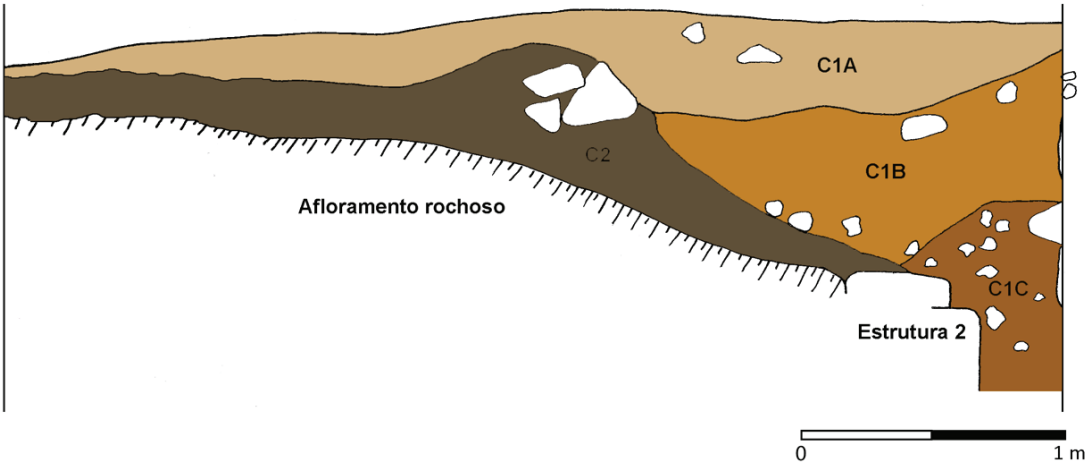


Figura 8 – Perfil Norte da sondagem 21/26.

Figura 9 – Planta do sector Norte do castelo.

Figura 10 –Muro de armazém Setecentista Norte sobre a torre de menagem medieval.

NECRÓPOLE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PENA (CASTELO DE LEIRIA) – PRIMEIROS RESULTADOS

Vânia Carvalho / Câmara Municipal de Leiria / CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde / vcarvalho@cm-leiria.pt
Isabel Inácio / Arqueohoje, Lda.
Marina Lourenço / Arqueohoje, Lda.
Sandra Assis / CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde / FCT-Universidade de Coimbra

RESUMO

No âmbito do projeto de investigação arqueológica do Castelo de Leiria, desenvolvido pela Câmara Municipal de Leiria, e cofinanciado pela autarquia, maisCENTRO, QREN e União Europeia, realizaram-se, em 2011, diversas intervenções, entre as quais sondagens arqueológicas de diagnóstico, na envolvente e no interior da Igreja de Nossa Senhora da Pena/ Santa Maria da Pena de que se apresentam os primeiros resultados. Em 2011, identificaram-se onze indivíduos em inumação primária e um ossário, em diferentes tipos de sepulturas, estruturadas de acordo com os ritos canónicos. Em 2013, a identificação de um esqueleto no claustro da colegiada, revelou que esta área foi também usada como espaço sepulcral.

ABSTRACT

Several archaeological interventions were conducted, in 2011, at the Castelo de Leiria, namely at the church of Nossa Senhora da Pena/Santa Maria da Pena and surrounding areas, under the scope of an archaeological research project that is being carried out by the Municipality of Leiria and is co-funded by the municipality, as by maisCENTRO, QREN and the European Union. The archaeological excavation allowed the identification of eleven primary inhumations and one ossuary deposited in distinct types of sepultures and organized according to the canon law. In the year of 2013, a human skeleton was identified at the "claustro da colegiada" showing that this space was also used to funerary purposes. Here the preliminary results of this project are presented.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A Igreja de Nossa Senhora da Pena / Santa Maria da Pena localiza-se no Castelo de Leiria, no interior da segunda linha de muralhas (núcleo A), tendo funcionado como Igreja matriz até ao século XVI. O acesso é efetuado, provindo da entrada do Castelo, pela "Porta da Buçaqueira" e prosseguindo por uma rampa que termina numa porta ogival, através da qual se acede ao templo e aos "Paços Novos". A Igreja apresenta uma planta retangular, com a capela-mor orientada a nascente e o portal de acesso virado a sul, onde se situa o adro/galilé. Este apresenta uma área retangular, circunscrita a nascente pelo muro com porta ogival, a sul, por uma parede, com vestígios de degraus, e a poente pela estrutura do edifício anexo ao "Coro Alto". O edifício atualmente existente foi mandado erguer por D. João I, em finais do século XIV, no local de uma antiga ermida ou igreja, cuja fundação remontará ao reinado de D. Afonso Henriques: "*E suposto que é o mesmo sitio o da Igreja presente que o da primeira, contudo não é esta a mesma que fez o dito rei D. Afonso Henriques, que era mais pequena e de diferente feitio. Esta presente mandou fazer El-Rei D. João o 1º…*" (Anónimo[4], 2011, p.26). Deste templo, que foi sede, em Leiria, dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, nenhum vestígio se terá preservado, desconhecendo-se a sua localização exata. Durante o reinado de D. Dinis terão sido efetuadas obras de melhoramento e embelezamento, sendo que no séc. XIV dois testamentos referem a existência de um espaço funerário: em 1329, um cavaleiro de Elvas deseja ser sepultado na Igreja de Santa Maria de Leiria

(Gomes, 2004, p.282) e em 1344 menciona-se a capela de S. Brás, na Igreja de Santa Maria do Castelo de Leiria, como local de enterramento (Gomes, 2004, pp.153-154). Na sequência da subida ao trono de D. João I são feitas importantes obras no Castelo, como a construção do "Paço Real" e, a reedificação da Igreja de Nossa Senhora da Pena. O "Claustro da Colegiada", situado nas traseiras da Igreja, e pela qual se acede, serviria de habitação ao vigário geral (Anónimo[4], 2011, pp.39-40). Em 1545, com a criação da Diocese de Leiria, a Igreja é elevada a Sé Catedral, mas, por não apresentar condições para a nova função, inicia-se a construção da nova Sé. Apesar do abandono do Castelo e da ruína das habitações dos clérigos, a Igreja continua a funcionar (Gomes, 2004, p. 390), até 1810, data em que foi destinada a usos profanos, tendo entrado em estado de ruína (Zúquete, 2003, p.106). Ernesto Korrodi, em finais de Oitocentos, procede a estudos com o objetivo de recuperar o edifício, que sofrerá diversas intervenções ao longo do séc. XX, promovidas pela Liga de Amigos do Castelo de Leiria, pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e por outras entidades de tutela.

2. PROSPEÇÃO GEOFÍSICA E SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS – PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA

No interior e na envolvente da Igreja de N. Sr.ª da Pena foram realizados trabalhos de prospeção geofísica e sondagens arqueológicas de diagnóstico, com os objetivos de identificar a respetiva necrópole e recolher informação acerca da densidade de ocupação e cronologia de utilização do espaço sepulcral. A prospeção geofísica (Eletromagnetismo e Georadar) foi executada no interior da nave e no adro/galilé. Foram implantadas sondagens arqueológicas nos diferentes espaços relacionados com a Igreja, designadamente: no acesso ao "Paço Real" (onde já era visível uma sepultura, parcialmente coberta pela calçada); no adro/galilé; no interior da Igreja (no "Coro Alto", dada a opção de não escavar na nave, motivada pela necessidade de manter integro o lajeado); e no "Claustro da Colegiada", zona para a qual se reporta a notícia da descoberta de ossadas humanas e cabeceiras de sepultura, durante os trabalhos efetuados pela DGEMN entre 1940-1950 (Gomes, 2004, p.152), bem como, referências (não confirmadas) sobre a existência de uma sepultura escavada na rocha, antropomórfica, entre a parte terminal da igreja e a cisterna (Zúquete, 2003, p.105). Os procedimentos subjacentes à antropologia de campo foram idênticos para todas as sondagens, incluindo após a escavação/exposição/limpeza, o registo fotográfico e gráfico das estruturas funerárias, o preenchimento de uma ficha antropológica de campo (Santos *& alii,* 1991/1992) e a exumação do espólio osteológico. A metodologia utilizada na recolha de informação baseou-se na descrição dos parâmetros respeitantes à antropologia funerária e na observação macroscópica de determinadas particularidades morfológicas passíveis de diagnosticar o sexo e estimar a idade à morte. Apenas a determinação do comprimento máximo dos ossos longos, do astrágalo e do calcâneo esteve dependente de análise métrica. A diagnose sexual e a estimativa da idade à morte nos adultos seguiram as recomendações propostas por Ferembach *& alii* (1980), Buikstra e Ubelaker (1994) e por Wasterlain (2000). Para indivíduos não adultos, e no que concerne à estimativa da idade à morte, recorreu-se aos métodos baseados na calcificação e na erupção dentárias (Ubelaker, 1989); no comprimento das diáfises dos ossos longos (Stloukal & Hanáková, 1978) e na fusão epifiseal (Maclaughlin, 1990). A abordagem aos parâmetros supra mencionados é bastante condicionada, na medida em que a sua análise requer a aplicação de métodos mais rigorosos, impossíveis de executar no terreno.

3. A NECRÓPOLE DE NOSSA SENHORA DA PENA – RESULTADOS PRELIMINARES

3.1. Adro da Igreja de Nª Sr.ª da Pena

No exterior da Igreja (sond.8), confirmou-se a presença de uma sepultura, antropomórfica com orientação Oeste – Este, em aparelho de pedra argamassada e reboco interno. Cortada pelo muro que delimita o acesso ao adro, conserva 1,90 m de comprimento, 0,48 m de largura máxima (ombros) e 0,34 m de largura mínima (pés), e a sua localização permite questionar a real extensão e cronologia do adro. No adro/galilé, foi implantada uma sondagem (sond.6) adossada à fachada da Igreja, e cuja localização foi condicionada pela presença de uma árvore de grande porte e de vestígios de valas. A escavação, numa área de 6 m^2, com 1,30m de profundidade máxima, mas sem atingir a rocha de base, permitiu identificar um espaço de necrópole. Foram escavadas sete sepulturas (algumas das quais sugerindo diferentes momentos de enterramento), tendo sido identificadas, nos perfis da sondagem, outras duas. As estruturas, alinhadas com a fachada da igreja, beneficiaram de todo o espaço disponível,

através de sobreposições e/ou cortes, permitindo identificar três fases de ocupação. Das sete sepulturas intervencionadas, seis apresentavam-se estruturadas: quatro com aparelho em pedra (incluindo a utilização do alicerce da Igreja como parede lateral), uma das quais antropomórfica; outra com aparelho em pedra e ladrilho, este colocado à altura dos ombros; e uma última com caixa em pedra revestida por argamassa, antropomórfica. Foi definida uma sepultura em cova simples, de forma oval, com a particularidade corresponder a enterramentos infantis. Dois outros enterramentos (dos quais não foi possível definir com exatidão os limites) coincidem, no espaço, com uma sepultura estruturada de adulto. A sobreposição e/ou corte das sepulturas não permitiram aferir as dimensões reais de todas as estruturas, que apresentam comprimentos entre 1,70 m e 1,50 m, largura média de 0,40 m e profundidade interna entre os 0,25 m /0,40 m. O tipo de cobertura destas sepulturas (difícil de avaliar devido às sobreposições e cortes) seria em lajes ou simplesmente em terra, não tendo sido identificados vestígios de eventuais estelas funerárias. Regista-se a presença de um numisma e de uma meia moeda, esta associada a um enterramento infantil, mas o desgaste impede a sua leitura. Nesta sondagem, foram identificados, com segurança, 10 indivíduos em inumação primária e 1 ossário. Destaca-se o caso da sepultura 3 (caixa antropomórfica em pedra revestida por argamassa), que apresentava um ossário de indivíduos adultos e uma inumação de criança, ato para o qual foi afastada uma anterior inumação de adulto, que estaria sepultado em decúbito lateral direito. A prospeção geofísica, realizada neste espaço, detetou anomalias oblongas, que poderão corresponder a sepulturas.

3.2. Igreja de Nossa Senhora da Pena

No Coro Alto, a sondagem 21 (adossada ao degrau do portal manuelino, proveniente da Igreja de Santo António do Carrascal, e remontado neste local, em 1963) revelou um enterramento, muito destruído, em caixão, do qual ainda se conservava alguma madeira e pregos. Esta inumação, terá sido efetuada em época relativamente recente, quando as funções funerárias do espaço já seriam residuais. De referir ainda que a prospeção geofisica efetuada na nave da Igreja permitiu detetar anomalias ovais, que deverão corresponder a enterramentos e sepulturas.

3.3. "Claustro da Colegiada"

Nas sondagens efetuadas, em 2011, no "Claustro da Colegiada" não foram identificados vestígios de enterramentos. Contudo, a queda de uma árvore, em 2013, que se encontrava a cerca de 5 m para Sudoeste da sondagem 18, permitiu a identificação de um enterramento, com caraterísticas próximas do da sondagem 21, revelando que esta área foi também usada como espaço de necrópole.

3.4. Plataforma superior

Importa ainda referir a existência de vestígios osteológicos humanos avulsos, recolhidos em níveis de aterros e escorrimentos, nas sondagens efetuadas na plataforma superior do Castelo. As sondagens implantadas no terreiro fronteiro ao "Paço Real" não permitiram identificar enterramentos, apesar das informações orais acerca da existência de vestígios osteológicos humanos neste local. Pelos indícios arqueológicos pode-se colocar a questão da existência de um espaço funerário, eventualmente destruído com as obras efetuadas ao longo do período medieval e/ou moderno, e situado no topo e/ou na encosta do cerro, onde se localiza o "último reduto" do Castelo de Leiria.

4. OS VESTÍGIOS OSTEOLÓGICOS: RESULTADOS PRELIMINARES

A intervenção arqueológica permitiu a identificação, na área da necrópole de Nossa Sr.ª da Pena, em 2011, de onze inumações primárias, sendo que nove esqueletos foram escavados e levantados integralmente e dois permaneceram no local. Exumou-se ainda um ossário, assim como, vários ossos descontextualizados, conjunto ao qual se somou mais um esqueleto em 2013. A presença do ossário poderá dever-se ao uso recorrente da mesma área para novas inumações, podendo corresponder a um caso de redução de corpos, indício da reutilização do espaço funerário. Em algumas circunstâncias, a recuperação do material osteológico viu-se impossibilitada por dois fatores, nomeadamente, condicionantes de cariz tafonómico, como a humidade do solo ou a intensa proliferação de raízes, e de cariz espacial, associadas à edificação. Estes fatores condicionaram a preservação dos enterramentos e a qualidade da informação subtraída a nível funerário, paleodemográfico e paleopatológico. No que concerne à antropologia funerária da amostra, identificada em 2011, verificou-se que a necrópole estava estruturada de acordo com os preceitos canónicos. A maioria dos esqueletos encontrava-se em decúbito dorsal, existindo dois indivíduos que se encontravam em decúbito la-

teral direito, e um outro indivíduo em posição semi-fetal. Registaram-se variações na posição do crânio, e dos membros superiores, em extensão ou fletidos sobre a região abdominal e dos membros inferiores, em extensão ou ligeiramente fletidos. Todos os indivíduos se apresentavam com a orientação Oeste-Este, exceto um recém-nascido que estava com orientação inversa (Este-Oeste). Os esqueletos identificados, em 2011, estavam dispostos em oito sepulturas, das quais quatro alojavam um único esqueleto cada, sendo que nas restantes houve um reaproveitamento do espaço, assim como sucessivas reutilizações, com sobreposição de indivíduos. O esqueleto identificado em 2013 encontrar-se-ia alojado numa sepultura individual, correspondendo a um indivíduo adulto, possivelmente do sexo masculino, inumado em decúbito dorsal, segundo os ritos canónicos, e provavelmente em caixão, dada a associação a pregos, tachas e fragmentos de madeira. No domínio da paleodemografia os dados aqui apresentados são provisórios, requerendo uma reavaliação munida de instrumentos mais precisos de análise. Quando considerada a totalidade dos esqueletos identificados em 2011, incluindo os dados do ossário, verifica-se a existência de oito indivíduos adultos, com estaturas compreendidas entre 154,65±3,62cm e 163,80±3,56cm, e de seis indivíduos não adultos. De entre os indivíduos não-adultos, foram identificados quatro infantes, uma criança e um adolescente. Relativamente à diagnose sexual desta amostra, apuraram-se três indivíduos do sexo masculino, dois do sexo feminino e três onde esta análise se mostrou indeterminada. Do ponto de vista paleopatológico detetaram-se algumas lesões em campo, circunscrevendo-se a maioria das observações a algumas alterações da cavidade oral, como desgaste dentário (médio a ligeiro, algumas cáries e depósitos de tártaro), assim como alterações articulares e da entese. Ainda no domínio patológico registou-se a presença de reações periósteas num esqueleto (sond.21), contudo a quase total ausência da metade superior deste não permite, por agora, uma maior especificidade. Aparece ainda um pequeno caso de anomalia congénita (sinfalangismo) no esqueleto 2 da sepultura 3, na formação dentária do indivíduo da sepultura 2 e ainda neste, uma agenesia de uma vértebra torácica e de uma costela direita e outra esquerda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço funerário associado à Igreja de Santa Maria da Pena observa-se uma cuidadosa disposição das sepulturas (localização e orientação) indicando que a área foi utilizada intensamente (sucessão de enterramentos e de deposições secundárias) como necrópole, após a construção do atual edifício, que datará de inícios do reinado de D. João I. Uma vez que não se sabe a localização exata, nem a orientação do primitivo templo afonsino, algumas sepulturas identificadas poderão anteceder a construção joanina, enquanto outras poderão ser de época contemporânea. Identificaram-se, nas sondagens arqueológicas realizadas em 2011, onze indivíduos em inumação primária (N=11) e um ossário (N=3), sendo que a esta amostra se soma mais um esqueleto exumado em 2013, o que nos permite apurar, preliminarmente, um número mínimo de quinze indivíduos. Considerando os dados globais observou-se uma diferenciação na tipologia das sepulturas: inumação primária e ossário em sepulturas estruturadas com coberturas de lajes; inumação em covacho entre sepulturas estruturadas; e enterramentos em caixão de madeira. É imprescindível referir que o estado de preservação de alguns enterramentos condicionou severamente determinados parâmetros da análise paleobiológica. Contudo, na generalidade, o material ósseo apresenta uma preservação mediana e facultou informações importantes, que não descuram, no entanto, um estudo mais aprofundado e amplificado desta pequena amostra populacional. A necrópole de Santa Maria da Pena integra agora um importante conjunto de espaços funerários medievais/modernos, já objeto de intervenção arqueológica, e que se encontram associados às igrejas paroquiais medievais de São Pedro, de São Martinho e de Santo Estevão, bem como, aos Conventos de Santo Agostinho e Santana, e que urge estudar numa perspetiva global.

BIBLIOGRAFIA

ANÓNIMO (2011) – C*ouseiro ou memórias do bispado de Leiria*. 4ª Edição ou transcrição da 2ª edição, de 1898. Leiria: Textiverso.

BUIKSTRA, Jane; UBELAKER, Douglas (1994) – *Standards for data collection from human skeletal remains*. Fayetteville, AK: Arkansas Archaeological Survey.

FEREMBACH, Damien; SCHWIDETZKY, Ilse; STLOUKALl, Milan (1980) – Recomendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution,* 9 (7), pp. 517-549.

GOMES, Saul (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

MACLAUGHLIN, Sue (1990) – Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern Portuguese skeletal sample. *Antropologia Portuguesa.* Coimbra. 8, pp. 59-68.

SANTOS, Ana Luísa; CUNHA, Eugénia; DÂMASO, Nuno; MARRAFA, Carmo (1991/1992) – Ficha antropológica: a utilizar na escavação. *Antropologia Portuguesa*, 9, pp.10:67.

STLOUKAL, Milan; HANÁKOVÁ, Hana (1978) – Die Länge der Längsknochen altslawischer Bevölkerungen – Unter besonderer Berücksichtigung von Washstumsfragen. – *Homo* 29: 53–69.

UBELAKER, Douglas (1989) – Human Skeletal Remains. Washington D.C.: Taraxacun Press.

WASTERLAIN, Sofia (2000) – *Morphé. Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.* Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra: Universidade (policopiado).

ZÚQUETE, Afonso (2003) – *Monografia de Leiria: A cidade e o Concelho – 1950*. Leiria: Folheto.

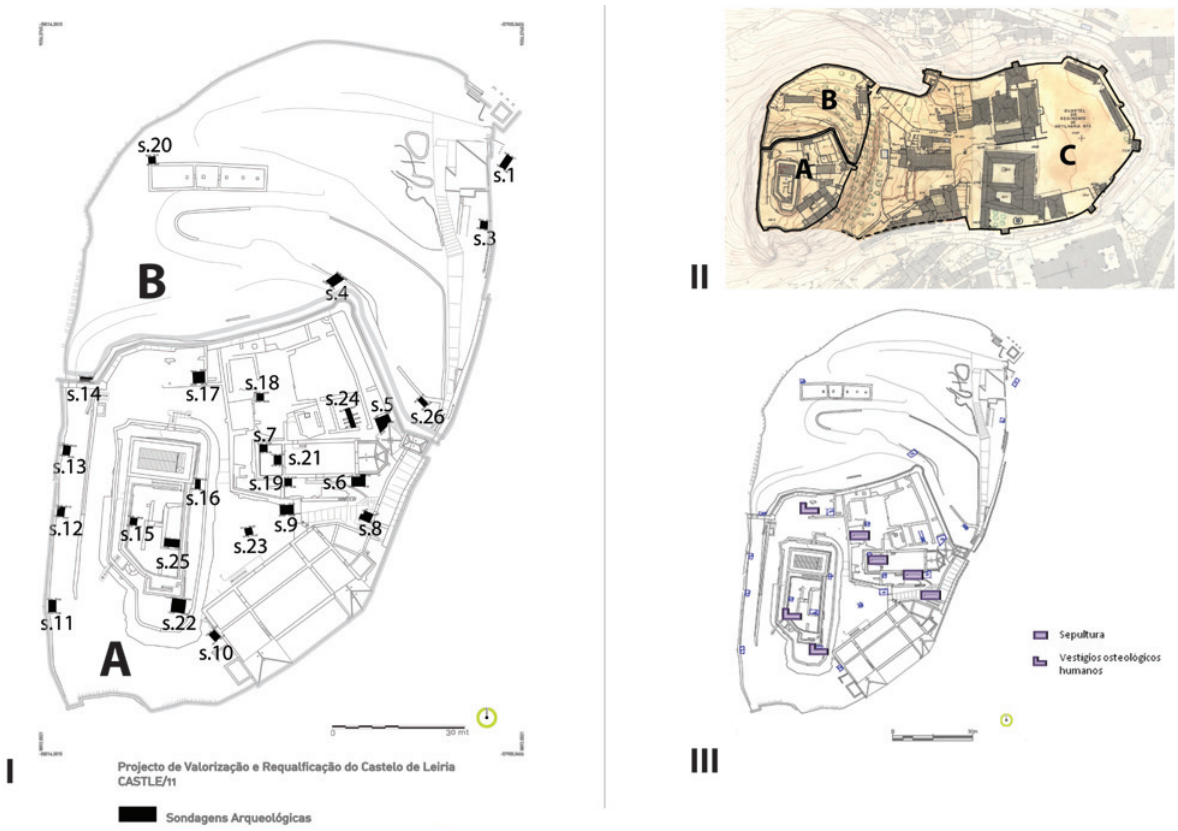


Figura 1 – I – Localização das sondagens; II – Identificação dos núcleos do Castelo; III – Localização dos vestígios osteológicos humanos. ©Augusto Aveleira.

OBJECTOS DO QUOTIDIANO NA PINTURA DE JOSEPHA D'AYALLA. IMAGINÁRIO OU REALIDADE ARQUEOLÓGICA?

Joana Gonçalves / Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / joanafrgoncalves@gmail.com.

RESUMO

Enquanto arqueólogos, o nosso propósito deverá sempre ser o de procurar construir uma realidade que ficou no tempo e à qual apenas temos rasgos de informação, seja através de espólios, vestígios de estruturas, documentação escrita e pictórica. Devemos, por isso, utilizar todas as informações que consigamos obter para o período que nos propomos estudar e, entre elas, parece-nos que a documentação pictórica, a existir, só pode ser encarada como uma mais-valia na construção do conhecimento.

Assim, pensámos utilizar a obra de reconhecida pintora seiscentista, Josepha d'Ayalla e Cabrera, como ponto de partida para o estudo de objectos do quotidiano do século XVII em Portugal. Procurou-se classificar os objectos por ela representados, comparando-os com as evidências arqueológicas seiscentistas, estabelecendo paralelos formais e interpretações utilitárias dos mesmos.

ABSTRACT

As archaeologists our aim is to build a reality which stayed back in time. A reality reaching us through small dashes of information provided by finds, architectural structures, written or pictorial evidence. Thus, an archaeologist should use every available information for the study of past periods and among those it seems that pictorial information, when existent, as to be considered as an added value to knowledge.

Supported by this idea, the painted work of the famous 17th century artist, Josepha d'Ayalla e Cabrera, was used as a starting point for the study of daily objects in Early Modern Portugal. Our aim was to classify those objects, comparing them to 17th century archaeological finds establishing formal parallels and its utilitarian interpretations.

Optou-se por integrar no estudo, apenas o espólio produzido em cerâmica, metal e vidro, excluindo-se cestaria, couros, tecidos e a joalharia. Os primeiros por serem realizados em materiais perenes que, por norma, não subsistem, em ambientes arqueológicos, em território nacional, e a joalharia por não nos parecer revestir-se de carácter quotidiano mas sim sumptuário, aspecto reforçado pela forma como aparece representada nas obras da autora em apreço. Na análise que se fez de quadros com representações de objectos, verificámos que, das cerca de 103 obras, publicadas, atribuídas a esta artista, foi possível reconhecer representações, dos objectos em estudo no presente trabalho, em trinta e cinco, o que equivale, sensivelmente, a um terço. Estas podem, por sua vez, ser distribuídas em três categorias temáticas: naturezas-mortas (60%); temas religiosos (28,57%); outros temas (11,43%). Identificaram-se 67 peças em cerâmica, 27 em metal e 6 em vidro, num total de cem, numa clara predominância dos objectos cerâmicos. Destes, reconheceram-se exemplares em cerâmica comum, cerâmica fina, cerâmica vidrada, faiança, portuguesa e importada, e porcelana.

Conforme se verifica, a maioria das peças representadas são de cerâmica, no entanto, os artefactos em metal surgem-nos aqui com uma representatividade de 27% o que, em contextos arqueológicos se revela bastante mais escasso. Essa produção, mais frágil e bastante mais económica, a maioria pelo menos, proliferaria com muito maior abundância nos contextos seiscentistas. Nos arqueossítios portugueses, no que ao metal diz respeito, encontram-se essencialmente peças em ferro e em liga de cobre/bronze. Surgem também, claro, algumas excepções,

com peças de prata e mesmo de ouro, nestes casos quase sempre objectos de adorno ou joalharia mais pequenos e mais fáceis de se perderem e, por isso, de chegarem até hoje. A maioria das peças representadas são de prata, o que leva a crermos que, para chegarem até à actualidade, seriam conservadas e permaneceram em colecções e museus, caso contrário seriam derretidas para aproveitar o valor do seu metal. Os vidros surgem, tal como em contextos arqueológicos, em número bastante reduzido, apenas 6%. Revelando-se artefactos bastante frágeis é natural que poucos chegassem até à actualidade, além de que à época seriam peças de prestígio e de custo elevado, por isso, igualmente, mais raras.

As produções de cerâmica são, como podemos constatar, bastante variadas, bem como ampla é a sua variedade formal. Neste sentido, as representações mais simples que encontramos são as de peças produzidas em cerâmica comum.

Uma das formas mais singela produzida em cerâmica comum e representada por Josepha d'Ayalla é, por certo, taça hemisférica que surge em três quadros. Recipiente de pequenas dimensões, corpo hemisférico e bordo espessado exteriormente, utilizado para consumo individual de alimentos, para guardar ou para os servir à mesa.

Peças semelhantes foram recolhidas em escavações um pouco por toda a região centro. Em Palmela, em contextos do séc. XVI (Fernandes e Carvalho, 1998, pp. 214, 225, 246, nos 109-116). Em Lisboa, na rua dos Correeiros (Trindade e Diogo, 2003) e na Calçada de São Lourenço, em entulhos, dos séc. XVI/XVII (Diogo e Trindade, 2003), bem como no Hospital Real de Todos-os-Santos (Moita, 1964 e 1965, est. XXIV). Em Cascais foram recolhidos exemplares destas taças, em contextos dos séculos XVI/XVII, no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 2002, pp. 271, 279) e em contextos de finais do séc. XVI, na Sociedade Musical de Cascais e no Beco dos Inválidos (Cardoso e Rodrigues, 1999, pp. 202, 203, nos 27-29) e no Casal do Geraldo (Cardoso e Encarnação, 1990). Também em Sintra, contexto de finais do século XVI e século XVII providenciou peças afins (Ferreira, 2003, pp. 280, 281). Em escavação na Azenha de Santa Cruz, Torres Vedras, foi possível identificar semelhante forma (Luna e Cardoso, 2008, p. 264), em contexto dos séculos XV/XVI e um fragmento em estrato dos séculos XVI/XVII. Também no Convento de Cristo, em Tomar, em contexto datado entre a 1ª metade do século XVII e o seguinte foram recolhidos exemplares de tais peças (Ferreira, 1994, p. 178, nº 320), assim como em escavação realizada na vila de Óbidos, na Casa do Pelourinho, em 2002 (Gonçalves, 2004) (Figura 1.1).

Muito difundidas neste período são as bilhas e os cântaros, ambos utilizados para conter líquidos, muito em especial água. Identificaram-se restos de bilhas no Convento de S. Francisco, em Lisboa, contexto do século XVII (Ramalho e Folgado, 2002, pp. 265, 266), com colo estrangulado, no entanto não tão alto como os representados por Josepha. De norte a sul do país surgem cântaros, sem decoração, em contextos dos séculos XVI e XVII. Exemplos de tais ocorrências, em Lisboa, na Calçada de São Lourenço (Diogo e Trindade, 2003, pp. 207, 211), em Tomar, no Convento de Cristo (Ferreira, 1994, pp. 164-172), no Porto, na escavação da Casa do Infante (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998, pp. 170, 171, fig. 46), assim como na Casa do Pelourinho, em Óbidos (Gonçalves, 2004). No Convento de Cristo e em Coimbra (Ferreira, 1994, p. 193; 1995, p. 158, est. 5) surgem exemplares com asas em cordão de dois cabos como a asa de cântaro representado no quadro *Natureza Morta*. No Convento de S. Francisco, em Lisboa, podem-se observar exemplares de cântaro com decoração incisa (Ramalho e Folgado, 2002, pp. 263, nº 16), idêntica à representa pela pintora obidense. Na Azenha de Santa Cruz, identificou-se fragmento de bojo com decoração pedrada (Luna e Cardoso, 2008, p. 271). Infusa do Convento de Santa Ana, Lisboa (Sardinha, 1990-1992, pp. 492, 494), apresenta relevos de cerâmica, aplicados, em forma de botão, com incrustações de quartzo, na asa, como ocorre em cântaro representado no quadro *Mês de Junho*, contudo, enquanto essa possui incrustações variadas e aleatórias, a pintada por Josepha apresenta quatro pedaços em cada relevo (Figura 1.2).

A acompanhar a forma anteriormente mencionada não pode faltar tampa, de fecho hermético, normalmente de corpo troncocónico e pega central destacada. Tais peças foram recolhidas na Calçada de São Lourenço, sem qualquer decoração (Diogo e Trindade, 2003, pp. 208, 209, 213, nº 47). No Edifício do Aljube, em Lisboa, em contexto datado de meados e 2ª metade do séc. XVI, recolheram-se exemplares desta forma, com decorações variadas (Santos, 2008, pp. 335, 336). Manuela Almeida Ferreira (1995, p. 160, est. 7.1-3) identifica três tampas deste tipo, com decoração diversa, uma delas pedrada. De igual

modo ocorre com peça identificada no Convento de Santa Ana, em Lisboa (Sardinha, 1990-1992, pp. 500, 501) e em peça recolhida em Óbidos, na escavação da Casa do Pelourinho (Gonçalves, 2004). No Convento de S. Francisco, em Lisboa (Ramalho e Folgado, 2002, p. 258, nº 4), observa-se decoração com sulcos fundos que provocam aspecto lobulado/gomado (Figura 1.3).

Uma outra forma utilizada para cobrir recipientes utilizados para a confecção e guarda de alimentos, normalmente potes e panelas, é o testo. Produzido em cerâmica comum, corpo troncocónico, por vezes com bordo em aba e pega central em botão, surge um pouco por todo o território e com variadas dimensões que correspondem aos diferentes recipientes onde pode ser aplicado.

Em Palmela, foram identificados artefactos destes no Convento de S. Francisco de Alferrara (Fernandes e Carvalho, 2003, pp. 236, 237, 248, nº 41), na Rua de Nenhures, forno da Rua de Nenhures e Convento dos Capuchos (Fernandes e Carvalho, 1997; 1998, pp. 229, 250, nºs 160, 161, 163). Em Lisboa, recolheram-se testos no Hospital Real de Todos-os-Santos (Moita, 1964 e 1965, est. XXI.189), Calçada de São Lourenço (Diogo e Trindade, 2003, pp. 207, 209, 212, nºs 33, 34), Rua dos Correeiros (Trindade e Diogo, 2003, pp. 289, 290, 293, fig. 6.24) e, mais tardiamente, em lareira de uma cozinha destruída pelo terramoto de 1755 (Rua de Santa Justa/Rua dos Correeiros) (Diogo e Trindade, 1995, pp. 169, 170). Também em Cascais foram identificadas formas destas, na Sociedade Musical de Cascais, no Beco dos Inválidos e no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 199, nºs 1-6; 2002, pp. 270, 271, 278, est. I). Escavação no Casal de Santo António, em Sintra, atribuível aos finais do século XVI e século XVII, também providenciou tal material (Ferreira, 2003, pp. 280, 281, fig. 6.b), assim como escavação na Azenha de Santa Cruz (Luna e Cardoso, 2008, pp. 258, 259) e no Convento de Cristo, em Tomar (Ferreira, 1994, p. 189) (Figura 1.4). É uma forma que persiste, desde tradição islâmica até à actualidade, praticamente imutável seja em termos formais como utilitários (Gomes e Gomes, 1996, p. 63).

Produzido ainda em cerâmica identificámos castiçal, e não candelabro como por vezes aparece identificado na bibliografia, já que comporta apenas uma vela ao passo que o candelabro acomodaria mais do que um foco de iluminação. Nas escavações do forno de S. António da Charneca, no Barreiro, foi recolhido exemplar produzido em pasta de cor rósea, em contexto identificado como pertencente aos fins do século XV e 1ª metade do seguinte, com restos de produção vocacionada para consumo quotidiano da população regional (Barros, Cardoso e Gonzalez, 2003, pp. 300, 302, est. I.3). Igualmente em contexto de produção regional, na Ria de Aveiro B, foi identificada forma similar (Alves *et alii*, 1998, pp. 206, 208, 209, fig. 48a, b). Em ambos os casos os castiçais recuperados apresentam forma mais simples do que as representadas na pintura (Figura 1.5).

A par das peças de cerâmica comum Josepha d'Ayalla representa peças mais delicadas, de menores dimensões e com paredes menos espessas, essencialmente cerâmica de mesa, como púcaros e garrafas, que podem ser integradas na categoria de cerâmica fina.

No caso das garrafas, representadas em três quadros, foram identificadas peças com alguma similitude no Convento de Santa Clara, em Moura, com cronologia atribuída ao século XVII (Rego e Macias, 1994, pp. 157, 158; Macias e Rego, 2005, pp. 42, 43). A classificação atribuída pelos autores é a de unguentário, contudo, tendo em vista a utilização que a pintora obidense faz de tais peças parece-nos que a classificação das mesmas como pequenas garrafas, ou mesmo miniaturas, será mais apropriada. No entanto uma diferença é evidente, enquanto as peças alentejanas ostentam decoração, com motivos vegetalistas, executada através de incisões, punções e ônfalos, as representadas nos quadros seiscentistas revelam decoração, vegetalista, mas pintada, nas cores amarela e branca, sobre a superfície vermelha (Figura 2.1). Desconhecemos qualquer peça, proveniente de arqueossítio, com tal decoração.

A grande maioria das peças produzidas em cerâmica fina podem ser integradas na categoria formal de púcaro que, no nosso entender, deverá englobar qualquer recipiente de pequenas dimensões, com corpo globular ou outro, com colo, alto ou curto, possuidor de uma ou duas asas, verticais ou horizontais, destinado à utilização individual, que serve para beber, normalmente água. Daí se possa encarar sem estranheza a variedade de pormenores de cada uma das peças identificadas como púcaro. É uma das formas mais recorrente nos quadros de Josepha d'Ayalla, por nove ocorrências em cinco quadros, correspondendo a seis peças distintas, já que algumas formulações se repetem.

Decorados através de técnica de modelagem, e atendendo à especificidade técnica, manual, que pro-

porciona quase sempre peças únicas, é natural que não se encontrem paralelos exactos, contudo a sua presença é constante em escavações um pouco por todo o país, oferecendo-nos casos em que é possível identificar características que são, mais ou menos, constantes neste tipo de peças, como as séries de incisões que demarcam a base e proporcionam um efeito ziguezagueante da mesma, as grandes mossas ovais, modelações várias das pastas, bordos polilobolados, entre outras podem ser observadas em peças recolhidas, por exemplo, nas escavações de dois fornos, dos séculos XVI/XVII, em Silves (Gomes, 2008), trabalho onde se efectua excelente relação dos locais, nacionais e estrangeiros, onde até à data se recolheu este tipo de produções. No Convento de S. Francisco de Alferrara, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 2003, pp. 237, 252), no Convento de Santa Clara, em Moura (Rego e Macias, 1994, p. 151; Macias e Rego, 2005). Em Lisboa, no Hospital Real de Todos-os-Santos (Moita, 1964 e 1965, est. XXIV), no Convento de Sant'Ana (Etchevarne e Sardinha, 2007; Gomes e Gomes, 2007) e no Edifício do Aljube (Santos, 2008). Em Cascais, no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 2002, pp. 273, 283, est. 6.26, 27). Na Azenha de Santa Cruz (Luna e Cardoso, 2008, pp. 273, 274), no Convento de Cristo (Ferreira, 1994, pp. 193-198), ou na Casa do Infante (Real *et alii*, 1995, pp. 183, 184), assim como na escavação da Casa do Pelourinho, em Óbidos (Gonçalves, 2004) (Figura 2.2).

Passando para a cerâmica vidrada, observamos cinco potes, um jarro e uma tampa. Dos cinco potes representados, dois são cobertos com pano e os restantes com testo. São potes vidrados, de cor castanha clara e aspecto melado, com escorrências de negro.

Encontramos paralelos para estes potes em Palmela, no Convento de S. Francisco de Alferrara, em pote de asas horizontais, pasta castanha e superfícies cobertas a vidrado de cor castanha e aspecto melado (Fernandes e Carvalho, 2003, pp. 236, 246, nº 31) e nos Passos do Concelho, neste caso com pasta alaranjada (Fernandes e Carvalho, 1998, pp. 216, 235, nºs 9, 10). No Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, em Cascais, encontramos paralelo formal mas com as superfícies vidradas na cor verde (Cardoso e Rodrigues, 1999, pp. 210, 211, nº 76; 2002, pp. 274, 284, est. 7). Para as peças de asa vertical, que são as que surgem representadas com testo, os únicos paralelos de que dispomos são produzidos em cerâmica comum, sem superfícies vidradas, como exemplo, no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade (Cardoso e Rodrigues, 2002, pp. 271, 279, est. 2.9) ou nos Paços do Concelho, Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006, p. 111, nº 66) (Figura 2.3).

Passando para as faianças, a forma que mais se destaca é o prato, que surge por dez vezes, seguida de taças, em número de cinco e um pequeno pote.

A taça hemisférica, presente no quadro *Natureza morta: flores, frutos e legumes* é um exemplo claro de faiança portuguesa, com paralelo em termos formais e de decoração da superfície exterior em Torres Vedras, na escavação de poço dos Paços do Concelho (Luna e Cardoso, 2006, p. 109, n.49, 50). Esta peça encontra-se decorada com o motivo das rendas no exterior e as paredes interiores apresentam dois pêssegos e a extremidade de um aranhão (Figura 2.4). Arqueologicamente nunca foi identificada uma peça que combinasse estas duas ornamentações.

Taça, de faiança portuguesa, representada no quadro *Natureza morta com doces e barros* apresenta nova questão, neste caso relacionada com o brasão que ostenta. Por um lado, a julgar pela representação, de excelente qualidade, atribuiríamos esta peça a oficina lisboeta, por outro, a única outra vez em que se identificou este brasão foi em fragmento de prato, recolhido nas escavações da Garagem Avenida, em Coimbra, mas com qualidade técnica francamente inferior à representada na pintura seiscentista (fotografia de L. Sebastian, seg. Casimiro, 2010, p. 570). Não nos foi ainda possível identificar as famílias a que pertenceria, podendo os círculos estar associados aos Castro e as linhas verticais aos Lima (Figura 2.5).

A grande taça polilobolada constante no quadro *Natureza morta com doces e flores* (1676) parece-nos poder ser identificada com *crespine*, ou seja "prato canelado", de oficina italiana de Montelupo. Caracterizavam-se por se tratar de produção fina, com esmalte azul acinzentado, típico desta oficina, em ambas superfícies, possuírem pés altos, anelares, extrovertidos, copiando formas de recipientes metálicos, assim como lhes tentam imitar o efeito metálico da superfície, como Josepha tão bem ilustra. Foi recolhido fragmento de uma destas peças, em Amsterdão, que possui, na superfície interior, em cada lóbulo, decoração vegetalista, alternando entre as cores amarela e azul, e com cercadura a azul, com cronologia entre 1575 e 1600 (Hurst *et alii*,1986, pp. 22, 23, fig. 8) (Figura 2.6).

No que às peças metálicas concerne, a forma que

mais se repete nos quadros da pintora obidense é a salva de pé alto. Surge representada em oito quadros diferentes, no entanto cremos tratar-se sempre da mesma peça, em prata, com pé circular troncocónico alto e prato plano, de orla relevada. Não encontrámos quaisquer referências a peças similares recolhidas em ambiente arqueológico, contudo identificámos peça idêntica, com cronologia atribuída ao século XVII, no Museu Nacional Machado de Castro (*MatrizNet*, inv. 6170;O91). No mesmo Museu identificou-se salva de pé, do século XVII (*MatrizNet*, inv. 6170;O90) e par de salvas datado de 1680/1720 (*MatrizNet*, inv. 6507;O189 e 6508;O190), em prata branca, com decoração nas paredes formada por incisões oblíquas que proporcional efeito igual ao representado por Josepha em tabuleiro, representado em dois dos seus quadros (Figura 3.1).

Pequeno pote com tampa, representado em dois quadros distintos, *Santa Maria Madalena* e *Calvário* apresenta classificação difícil. Por um lado, o único paralelo formal que encontramos para peça similar encontra-se no Victoria and Albert Museum, identificado como pertencente às oficinas de Gubbio, produzida por volta de 1515/1530 (Chompret, 1949, p. 96, fig. 751; Caiger-Smith, 1985, p. 152, fig. 96), logo em majólica italiana, elaborada a molde, de modo a imitar formas metálicas. Contudo, em outras pinturas da mesma época observam-se recipientes afins, identificados como sendo produzidos em estanho. Parece-nos pouco provável que a pintora possuísse uma peça cerâmica, de tal forma rara, que ainda hoje só se conheça exemplar presente em colecção de museu inglês e que lhe tenha decidido alterar a cor para a aparentar a um objecto produzido em estanho quando é bastante mais provável que detivesse peça nesse metal (Figura 3.2).

No mesmo quadro, *Santa Maria Madalena*, observa-se outra peça metálica, uma candeia. Esta apresenta corpo cilíndrico, com orifício superior para a mecha, espelho cónico e fina corrente que permite a sua suspensão. Dois exemplares afins foram recolhidos em escavação no Convento de Nª Srª das Neves (Cadaval), em contexto atribuído ao século XVIII (Cardoso, 2009, p. 64, figs 57-59) (Figura 3.3).

Ainda em metal, identifica-se representação clara de talheres, colher e faca, com três representações cada. As colheres, duas de prata, que julgamos tratar-se do mesmo objecto representado em dois quadros diferentes, e uma de ouro, são bastante sóbrias. A colher de prata encontra paralelo em colher recolhida em 1996, aquando da escavação do naufrágio da nau Nossa Senhora dos Mártires (AAVV, 1998, p. 220) (Figura 3.4).

Em vidro identificaram-se seis peças, sendo que dessas, cinco correspondem a garrafas, de dois tipos distintos, e uma a pequeno recipiente decorativo.

Quatro garrafas similares, produzidas em vidro escuro, negro, encontram paralelo em peça recolhida na Casa dos Bicos (AAVV, 1983, p. 258) e em peças do Museu Nacional Soares dos Reis, realizadas em vidro verde, escuro, através da técnica do vidro soprado, atribuíveis ao século XVII e provenientes do Convento de Santa Clara, de Vila do Conde (*MatrizNet*, inv: 222 Vid CMP/MNSR; 223 Vid CMP/MNSR) (Figura 3.5).

A garrafa de cabaça tem paralelo em peças escavadas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, sendo uma forma que resulta de herança islâmica e produções europeias meridionais (Ferreira, 2004, pp. 553--557, 578, fig. 4.a, c, d, f, est. IV.6), assim como no Hospital Real de Todos-os-Santos (Boavida, s.d., pp. 2, 5, 8, est. I.3) (Figura 3.6).

Foi possível identificar paralelos, em contextos arqueológicos dos séculos XVI e XVII, para a maioria das peças que Josepha representa, bem como em colecções museológicas. Excepção para os casos de "devaneio artístico", como nos parece ser o caso de cântaro profusamente decorado, constante no quadro *Natureza Morta com doces e barros*.

As formas representadas são, como se constata, bastante variadas, bem como as proveniências de algumas delas. De um modo geral, podemos interpretar as formas representadas como duas realidades distintas, por um lado as peças de tradição mais antiga, por outro as peças que são recentes, fruto de uma nova dimensão artística que se reflecte também no espólio, o Barroco.

Em Portugal, o expoente da estética barroca fez-se sentir, no que à produção cerâmica diz respeito, na cerâmica fina, com decorações modeladas, e nas peças com decoração dita pedrada. Apesar do seu reduzido valor, em termos económicos, os púcaros, deste período, adquirem valor estético e são apresentados a par de cerâmicas bastante mais onerosas como as faianças e as porcelanas e dispostos, em escaparates, a par de peças fabricadas em metais preciosos como a prata (Pleguezuelo, 2000, p. 130).

Como se constata, as peças representadas por Josepha d'Ayalla nos seus trabalhos são suas contemporâneas. Parece-nos que a artista estaria atenta a modas e ino-

vações e deteria algum espólio, relativamente novo, nacional e internacional, que lhe terá possibilitado alternar e variar as composições que executa.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco J. S.; RODRIGUES, Paulo J. P.; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do séc. XV, *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo)*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

AAVV (1983) – *Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento / XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*, vol. 6 – *Casa dos Bicos: o homem e a hora são um só: a dinastia de Avis*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

AAVV (1998) – *Nossa Senhora dos Mártires. A Última Viagem*. Lisboa: Verbo.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme; GONZALEZ, António (2003) – Primeira notícia do forno de S. António da Charneca – Barreiro. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 295-307.

BOAVIDA, Carlos (s.d.) – Espólio vítreo de um poço do Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, Portugal) [http://www.museudacidade.pt/arqueologia/estonline/Publicacoes/Esp%C3%B3lio%20v%C3%ADtreo%20de%20um%20po%C3%A7o%20do%20Hospital%20Real%20de%20Todos-os-Santos%20(Lisboa).pdf].

CAIGER-SMITH, Alan (1985) – *Lustre Pottery: Technique, Tradition and Innovation in Islam and the Western World.* Londres: Faber and Faber.

CARDOSO, Guilherme (2009) – Sondagens arqueológicas no Convento de Nossa Senhora das Neves (Serra de Montejunto, Cadaval). In *Actas do 1º Encontro de Cultura e Património*. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp. 43-82.

CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril – Cascais). *Arquivo de Cascais*. 9, pp. 45-62.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999) – Tipologias e cronologias de cerâmica dos séculos XVI, XVII, e XIX encontrados em Cascais. *Arqueologia Medieval*. 6, pp. 193-212.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais. In *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 269-288.

CASIMIRO, Tânia (2010) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*, Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de Arqueologia, à Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].

CHOMPRET, Joseph (1949) – *Répertoire de la Majolique Italiene*, vol. II. Milão: Editioni San Gottardo.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1995) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo Terramoto de 1755. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 163-170.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (2003) – Cerâmicas de Barro Vermelho da Intervenção Arqueológica na Calçada de São Lourenço, nos 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-213.

ETCHEVARNE, Carlos; SARDINHA, Olinda (2007) – A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 23, pp. 345-372.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1997) – Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela). *Setúbal Arqueológica*. 11-12, pp. 279-295.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (2003) – A loiça seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-251.

FERREIRA, Manuela Almeida (1994) – Vidro e cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo. *Mare Liberum*. 8, pp. 117-201.

FERREIRA, Manuela Almeida (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 151-161.

FERREIRA, Manuela Almeida (2003) – Vidro arqueológico da região de Sintra (séculos XVI e XVII). *Arqueologia Medieval*. 8, pp. 279-291.

FERREIRA, Manuela Almeida (2004) – Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, nº 2, pp. 541-583.

GOMES, Mário Varela (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) – notícia preliminar. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do Poço Cisterna de Silves. *Xelb*. 3, pp. 143-206.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2007) – Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados Preliminares. *Olisipo*. II. 27, pp. 75-92.

GONÇALVES, Joana (2004) – *Cerâmicas modernas provenientes do Q1. Casa do Pelourinho (Óbidos)*, trabalho apresentado na disciplina de Arqueologia Moderna na FCSH-UNL [texto policopiado].

HURST, John G; NEAL, David S.; BEUNINGEN, H. J. E. van; CLARK, Ann (1986) – *Pottery Produced and Traded in North-West Europe, 1350-1650*. Rotterdam, Stichting 'Het Nederlandse Gebruiksvoorwerp' (Rotterdam Papers; 6).

LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste.* Cadaval: Câmara Municipal Cadaval, pp. 99-112.

LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2008) – *Azenha de Santa Cruz, Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos 2004-2007*, vol. II, Torres Vedras.

MACIAS, Santiago; REGO, Miguel (2005) – *Convento de Santa Clara (Moura). Um Conjunto Cerâmico do Século XVII.* Moura: Câmara Municipal de Moura.

MOITA, Irisalva (1964) – Hospital Real de Todos-os-Santos – I. Relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L., de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. ano XXV. 101/102, pp. 76-100.

MOITA, Irisalva (1965) – Hospital Real de Todos-os-Santos – II. Relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L., de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. ano XXVI. 104/105, pp. 26-103.

PLEGUEZUELO, Alfonso (2000) – Cerámica para agua en el barroco español: una primera aproximación desde la literatura y la pintura. *Ars Longa*. 9-10, pp. 123-138.

RAMALHO, Maria M. B. Magalhães; FOLGADO, Deolinda (2002) – Cerâmicas modeladas ou o requinte à mesa do Convento de São Francisco de Lisboa. In *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal Almada, pp. 247-268.

REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; MELO, Rosário Figueiredo (1995) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-186.

REGO, Miguel; MACIAS, Santiago (1994) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura). *Arqueologia Medieval*. 3, pp. 147-159.

SANTOS, Patrícia Augusto (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11(2), pp. 325-345.

SARDINHA, Olinda (1990-1992) – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 8/10, pp. 487-512.

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (2003) – Cerâmicas de Barro Vermelho de Entulhos do Terramoto de 1755 Provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.

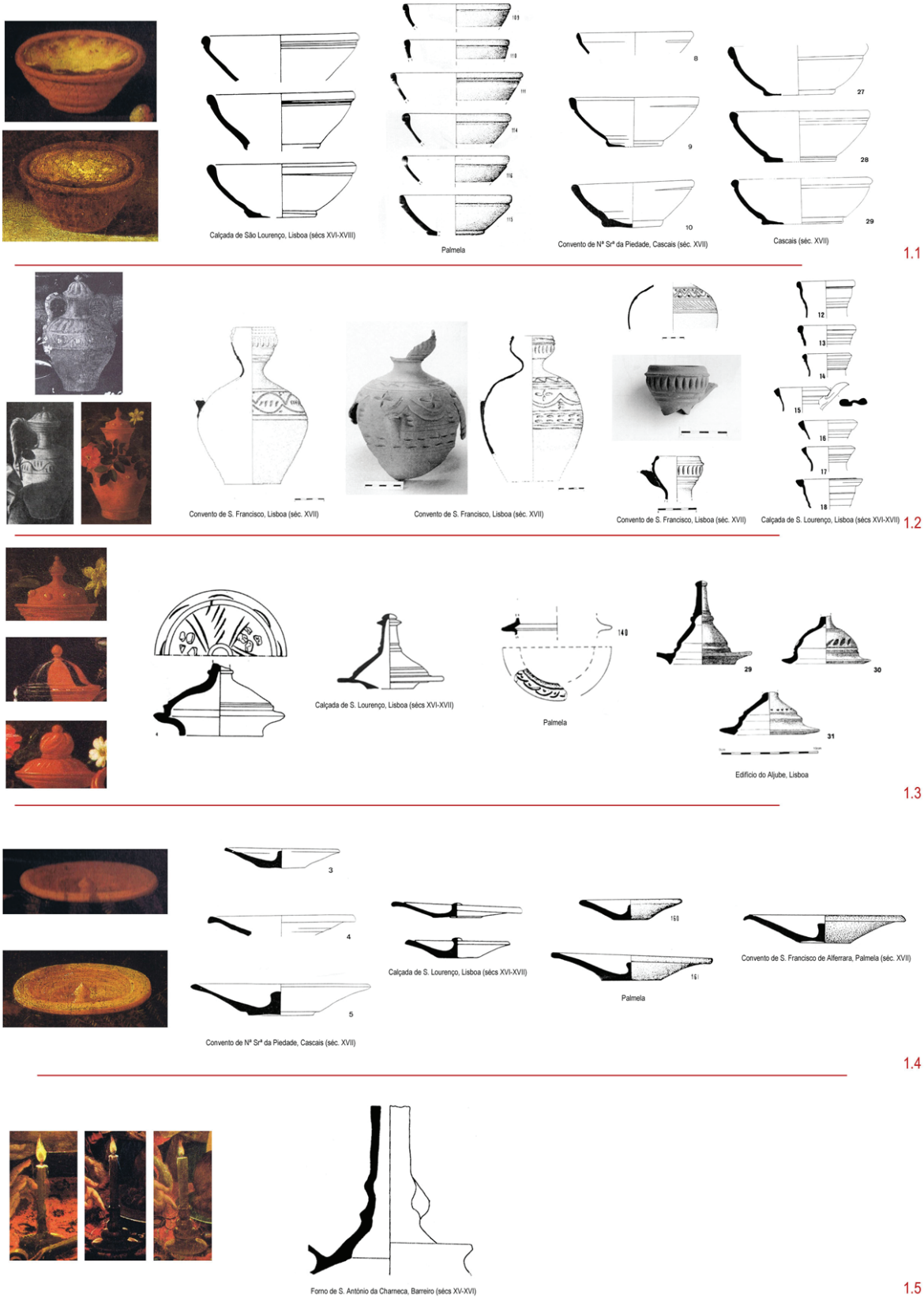


Figura 1 – Cerâmica comum. Peças representadas e paralelos.

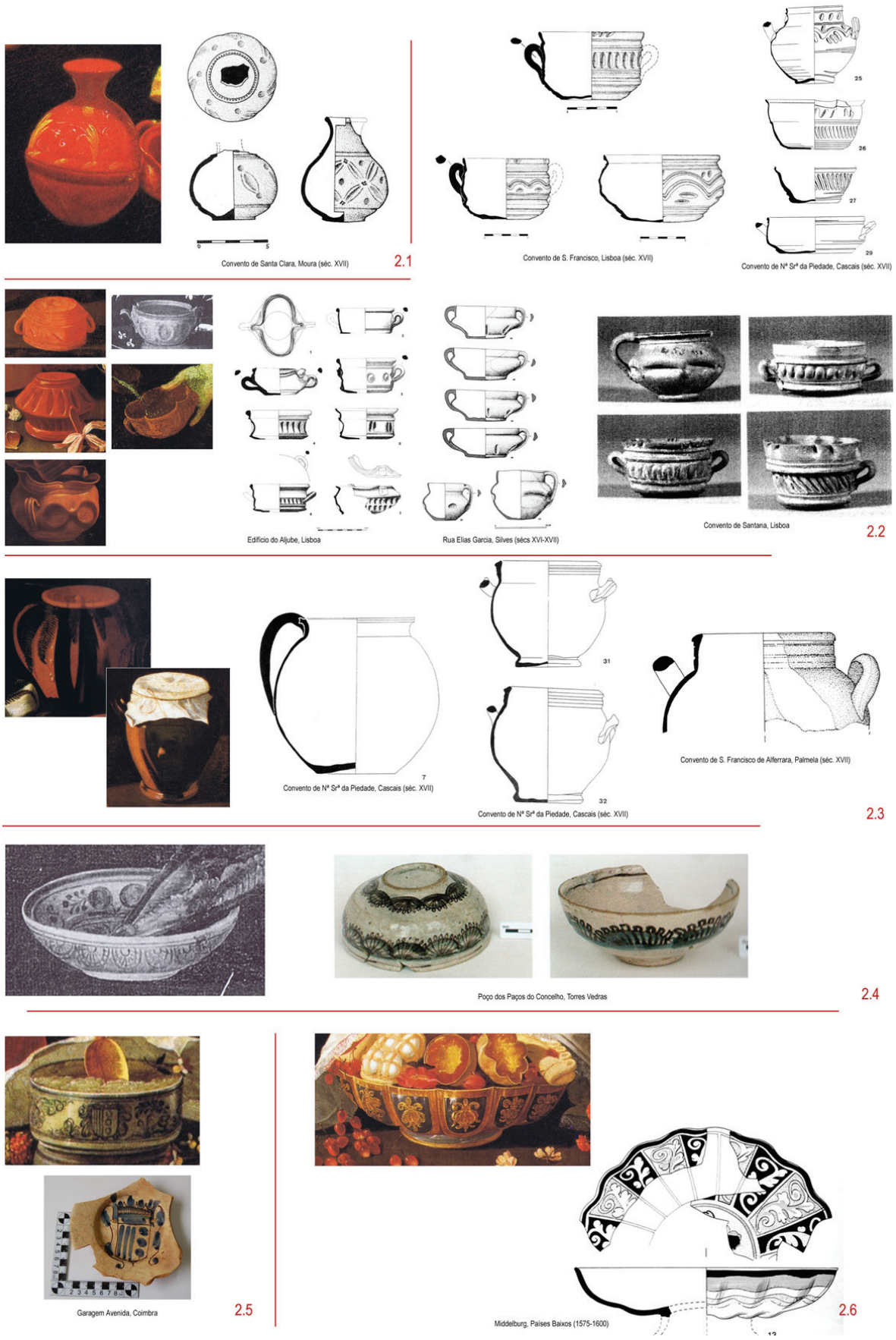


Figura 2 – Cerâmica fina, vidrada, faiança portuguesa e majólica italiana. Peças representadas e paralelos.

Figura 3 – Metais e vidros. Peças representadas e paralelos.

AS CERÂMICAS DE IMPORTAÇÃO DO CONVENTO DE JESUS DE SETÚBAL: MAJÓLICAS ITALIANAS E PORCELANAS CHINESAS

Mariana Brito Almeida / Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa / mariana.brit.almeida@gmail.com

RESUMO

O Convento de Jesus de Setúbal foi alvo de escavações arqueológicas em duas campanhas distintas: 2005-2006 (interior) e 2007-2008 (exterior). Exumou-se então uma pequena colecção de cerâmicas importadas e uma grande quantidade de peças de produção portuguesa: faianças, cerâmicas vidradas e cerâmica comum. Proporcionalmente, a cerâmica nacional apresenta quantidades muito superiores às das peças de proveniência exógena. No que respeita às peças importadas, reconheceram-se exemplares de porcelana chinesa, bem como fragmentos de majólica provenientes de diversas oficinas. Este artigo tem por objectivo estudar essas cerâmicas exógenas, claramente minoritárias, utilizando como contraponto os dados relativos à faiança portuguesa e os relatos produzidos por membros da comunidade monástica sobre a história e os quotidianos do Convento de Jesus.

ABSTRACT

The Convent of Jesus of Setúbal has undergone archaeological excavations in two different campaigns: 2005--2006 (on the inside) and 2007-2008 (on the outside). It was then exhumed a small collection of imported ceramics and a large amount of pottery produced in Portugal: faience, glazed wares and common wares. Proportionally, the Portuguese pieces far outnumber the ones with a foreign provenance. Concerning imported wares, examples of Chinese porcelain and majolica fragments from different workshops were recognized. This article aims to study these ceramics clearly minority, exogenous pieces, using as a counterpoint the data on Portuguese faience and the chronicles produced by members of the monastic community about the history and daily life within the Convent of Jesus.

A COLECÇÃO

A colecção de peças presentemente em estudo representa parte das importações exumadas em duas campanhas de escavação no Convento de Jesus de Setúbal. A primeira efectuou-se entre 2005 e 2006, no interior do edifício do convento, em diversas salas e nalguns pontos do claustro. Nela foram exumados 16 fragmentos de peças exógenas (11% do total). A segunda campanha, em 2007/2008, teve lugar no exterior do espaço conventual, mas no interior da cerca, junto à fachada nascente do convento e dos seus contrafortes, e aí foram exumadas 129 peças (89%). Devido à diferença ente o número de peças no interior e no exterior do convento, não será feita a distinção entre os sítios, no interior do convento, onde foram exumadas as peças.

As cerâmicas de origem espanhola não serão integradas neste estudo, devido à sua curta diacronia – efectivamente, só as reconhecemos para o século XVI – e à exiguidade do espaço de que dispomos para este artigo. Essas peças serão estudadas noutra ocasião, com a devida integração neste universo de importações.

A colecção de porcelanas exumada nas duas campanhas de escavação em estudo conta com 43 exemplares, correspondendo a 29% do total de importações. As peças distribuem-se, pelo espaço conventual, da seguinte forma: seis ocorrências no interior e 37 no exterior. As majólicas italianas constituem a maior parte da colecção de cerâmicas importadas, com um

total de 88 peças, sendo que 79 foram recolhidas nas escavações do exterior do convento e apenas nove no interior. Quanto à única peça atribuível a França, fortemente influenciada por padrões italianos, foi exumada do exterior.

PORCELANAS

Encontramos cinco formas distintas nesta colecção. São elas, por ordem quantitativa descendente: prato (20 ocorrências, 46%), tacinha (12 peças, 28%), tampa (três exemplos, 7%), taça (três exemplares, 7%) e tigela (três casos, 7%). Apenas não foi possível atribuir forma a duas peças, constituindo estas 5% do total. A forma mais recorrente, o prato, é, possivelmente, a mais frequente em contextos arqueológicos e em colecções particulares de Portugal.

Constatamos, também, que 35% das peças estão relacionadas com o costume oriental do consumo do chá. Esta análise parece contradizer a anterior consideração de que o consumo de chá no Convento de Jesus fosse residual por só haver dois fragmentos de bule em faiança portuguesa (cf. Almeida, 2012, p. 94). Curiosamente, não foram identificados bules entre as porcelanas. Parece-nos pouco provável que o chá fosse preparado em bules de faiança portuguesa e tomado individualmente em tacinhas de porcelanas chinesa. Embora 15 peças seja um número reduzido para confirmar um consumo regular de chá, é suficiente para atestar que este seria mais do que residual entre as freiras do Convento de Jesus, apesar de o chá não fazer parte das rendas ordinárias do convento (vd. Neto, 2010).

A nível de tipos produtivos, encontramos cinco produções representadas nesta colecção, sendo que não foi possível adscrever produção a três fragmentos (7%). A *kraakporselein* encontra-se em clara maioria, com 35 peças, representando 82% do total. Depois, existem dois fragmentos de porcelana de tipo *Swatow* (5%) e as restantes produções apresentam apenas um fragmento cada (2%), sendo estes de porcelana *wucai, kinrande* e *imari* chinês.

As peças que foram atribuídas à produção de *kraakporselein* apresentam todas as características enunciadas por Maria Antónia Pinto de Matos (1996, pp. 29-31) e Teresa Canepa (2008, pp. 23-26), nomeadamente: as paredes e bordos finos; as bases ligeiramente grosseiras e convexas; nervura em espiral na base; anel da base em V e ligeiramente inclinado para dentro; arestas sem vidrado, sendo este fino e de tom ligeiramente azulado; aderência de areias nas bases; variação entre um tom de azul-escuro e profundo e tons de azul aguados e mais claros.

As peças às quais atribuímos as cronologias mais antigas, correspondendo ao período Jiajing (1522--1566), não entram na cronologia das peças de *kraakporselein,* que tradicionalmente só se inicia no reinado de Wanli (1573-1619), mais concretamente depois do fecho do porto de Lisboa ao comércio externo em 1594 e ao estabelecimento da V.O.C. em 1602 (Matos, 1996, p. 29). No entanto, apresentam muitas das características que definem essa produção e, desse modo, tomámos a opção de as incluir nesse grupo, por considerarmos que foram produzidas com menos cuidado técnico e decorativo, com o propósito de se destinarem ao mercado europeu, tal como a *kraakporselein*.

Encontramos paralelo para a decoração de teoria de figuras geométricas estilizadas entrelaçadas, presente no interior do bordo da peça com o número de inventário 11530, na colecção da Casa-Museu Anastácio Gonçalves, onde está datada do período Zhengde (1506-1521) (Matos, 1996, p. 48). No entanto, pode tratar-se de uma cópia posterior de modelos decorativos mais antigos, pois, apesar da decoração exterior ser muito bem executada, o motivo interior é muito descuidado. Já na colecção Amaral Cabral, uma outra peça, datada do período Jiajing, apresenta esta mesma decoração interior; no entanto, o exterior é muito distinto (Desroches, Loureiro & Matos, 1997, pp. 84-85).

Encontramos paralelo muito próximo para um prato em estudo, com o número de inventário 4189, na colecção da Casa Museu Anastácio Gonçalves, com os oito emblemas budistas na aba e a cercadura de cabeças de *ruyi* cercando o medalhão central com duas peónias. Essa peça está datada do período Jiajing (Matos, 1996, pp. 94-95). Ainda deste período, temos paralelo para a peça com o número de inventário 11523, em que observamos um cavalo inserido num círculo, na colecção Amaral Cabral (Desroches, Loureiro & Matos, 1997, p. 72).

Com a decoração encartelada típica do período Wanli, que encontramos em quatro peças da colecção em estudo (números 9021, 11521, 11525 e 11549), verificamos paralelo decorativo na colecção de pratos encontrados no naufrágio da nau Nossa Senhora dos Mártires, em 1606 (Desroches, 1998, p. 242), ou em peças recolhidas no naufrágio do San Diego, de 1600 (Desroches, 1994, pp. 340-341). Neste naufrágio, en-

contramos também paralelo formal para as pequenas taças destinadas ao consumo de chá sobre as quais já discorremos. Ainda no San Diego, encontramos paralelo decorativo para a peça em estudo com o número de inventário 11527, sendo que o prato do navio apresenta um animal, muito estilizado e de pintura descuidada, que o autor descreve como sendo uma fénix mas que nos parece, à semelhança daquele do Convento de Jesus, uma ave como um ganso ou um grou, animais bastante usuais na porcelana chinesa.

Os dois fragmentos de porcelana *Swatow* – assim chamada devido ao nome do porto chinês de Shantou a partir do qual eram expedidos para a Europa –, possivelmente parte da mesma peça (com os números de inventário 11539 e 11540), apresentam as mesmas características de outra peça da mesma produção, presente na colecção da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves: espessura da base; vidrado branco e opaco; aderência de areias ao pé. Também o cromatismo dos fragmentos aqui analisados encaixa naquele apresentado nas peças *Swatow* (Matos, 1996, p. 146).

A porcelana *wucai* (literalmente «cinco cores») surge no período de transição entre as dinastias Ming e Qing. Apesar deste nome, nem sempre são utilizadas todas as cinco cores, nem este é o número máximo de possibilidades cromáticas. Esta técnica requer a fixação de óxidos numa segunda cozedura (Matos, 1996, p. 31), certamente encarecendo o produto. Para o único fragmento desta produção em estudo, n.º 11519, encontramos paralelos decorativos na colecção da Casa-Museu Anastácio Gonçalves, datados da segunda metade do século XVII (Matos, 1996, pp. 155-156).

O fragmento com o número de inventário 11623 é consistente com as produções de *imari* chinês. Esta produção é uma imitação chinesa do estilo decorativo *koimari*, fabricado no Japão e que alcançava um preço mais alto do que as produções chinesas de azul e branco, sendo principalmente exportada para a Europa pelos holandeses. Os chineses vão imitar esta produção, a preço mais baixo e com melhor qualidade. A nível decorativo, estes irão continuar a utilizar os motivos tradicionais da porcelana. A produção na China iniciou-se no princípio do século XVII, tendo o seu apogeu entre 1720 e 1730 (Matos & Salgado, 2002, p. 113). Encontramos paralelo na colecção Carmona e Costa, datado de inícios do século XVII (Matos & Salgado, 2002, pp.118-119).

O fragmento com o número de inventário 6876 do Convento de Jesus é consistente com as produções *kinrande*, com pasta branca de excelente qualidade, um espesso vidrado azul-escuro no exterior e pintura a ouro, quase apagada. Para esta peça, encontramos paralelo na Casa Museu Anastácio Gonçalves, sobretudo ao nível da cor do vidrado, mais escuro do que o habitual nestas produções, em dois potes datados do período Yongzheng (1723-1735) (Matos, 1996, pp. 240-241).

MAJÓLICA

Da grande diversidade de oficinas que exportaram peças da Península Itálica para Portugal, encontramos apenas cinco centros produtores diferentes: Pisa e vale do Arno; Faenza; Montelupo; Savona; e a zona da Ligúria. Proporcionalmente, as três primeiras cidades apresentam percentagens nitidamente inferiores. Para Pisa, reconhecemos apenas um fragmento (1%); para Faenza, dois (2%); e para Montelupo, quatro (5%). A zona da Ligúria, de onde a cidade de Savona é apenas um dos centros produtores, é a grande exportadora de peças cerâmicas para o Convento de Jesus de Setúbal, com 40 peças para a cidade de Savona (45%) e 41 produzidas em centros produtores lígures que não podemos precisar (47%).

O único fragmento presente nesta colecção consistente com as produções de Pisa e vale do Arno corresponde a um prato com decoração marmoreada polícroma (*marmorizzatta*) e o número de inventário 11611. Não foram apenas estas oficinas a produzir peças marmoreadas, também as da Lombardia, Veneto e Emilia-Romagna, mas aparentemente apenas as provenientes de Pisa entraram nos circuitos comerciais internacionais (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 14). Esta técnica decorativa consiste na aplicação de engobe branco sobre a peça ainda húmida, seguindo-se nova aplicação de engobes mais aguados de modo a que a escorrência e mistura das cores produza um efeito semelhante ao mármore. A peça é cozida duas vezes: a primeira vez após o emprego dos engobes e a segunda depois da aplicação do esmalte (Moore, 2005, pp. 188-189). Obtivemos paralelo para esta peça em Barcelona, com datação de finais do século XVI, inícios do século XVII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 14). A mesma cronologia é apontada para estas peças por Rafaella Carta, somente avançando o *terminus ante quem* para meados do século XVII (Carta, 2008, p. 739).

Identificaram-se quatro fragmentos produzidos em Montelupo, de três famílias decorativas distintas.

O fragmento com o número de inventário 11596 pertence à decoração *blu graffito*, possivelmente a decoração mais associada a este centro produtor, com as típicas faixas azuis com decoração estilizada a branco, junto ao bordo. Para esta peça, encontramos paralelos em Silves datados sensivelmente de meados do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, pp. 191-192). Em Barcelona, estas peças estão datadas de entre os finais do século XVI e a primeira metade do século XVII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 22). Em Granada, são datadas da primeira metade do século XVI (Carta, 2008, p. 791). Deste modo, conjugando esta informação, podemos atribuir ao fragmento uma cronologia de entre o início do século XVI e meados do século XVII. Também fabricados nas oficinas de Montelupo foram os três fragmentos encontrados no interior do convento (números 11632, 11633 e 11634), com decoração polícroma denominada de *losangue* ou *nodi orientali*, com linhas azuis cruzadas formando losangos largos no interior dos quais se encontram pequenos círculos. Encontramos paralelos para estas peças em Barcelona, sendo que aí se data a maioria delas do século XVII, fazendo a ressalva que algumas peças podem ser ainda de finais do século XVI e outras já das primeiras décadas do século XVIII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 20). Em Granada, fragmentos com estas características foram datados de meados do século XVI e das primeiras décadas do século XVII (Carta, 2008, p. 791). Desse modo fixamos a data das peças em estudo entre meados do século XVI e todo o século XVII.

As duas peças consistentes com as produções de Faenza (peças nº 11594 e 11588) apresentam decoração *alla porcelana*, que imita os motivos decorativos e a estética decorativa da porcelana chinesa. Para estas peças, encontramos paralelos em Granada, datados de finais do século XVI até aos princípios do século XVII (Carta, 2008, p. 797).

Das 92 peças lígures que encontramos na colecção em estudo, conseguimos adscrever 40 às oficinas de Savona. Estas peças partilham características que nos levam a esta atribuição, nomeadamente a cor azul-esverdeada do esmalte, sendo este espesso, homogéneo, destacando-se muitas vezes da pasta; a pasta é amarela e muito bem depurada. Muitos autores não distinguem as produções de três centros produtores lígures (Savona, Albisola & Génova) por oferecerem todas estas características (cf. Beltrán de Heredia & Miró, 2010, pp. 26-27). No entanto, escolhemos atribuir estas 40 peças a Savona devido às marcas de que encontram no fundo de algumas delas: o brasão de Savona (que se encontra nas peças 11556, 11569, 11680 e 11610) e a lanterna (11580), que apontam para esta proveniência. É a decoração que atribui cronologia a estas peças. Assim, encontramos três peças cuja decoração não é expressiva o suficiente para adscrever a um tipo decorativo (fragmentos n.ºs 11557, 11580 e 11626) e, por isso, não obtivemos paralelos nem cronologias. Com a decoração *a tappezzeria* (assim denominada por apresentar motivos semelhantes à tapeçaria do período), encontramos 15 peças na colecção do Convento de Jesus (com os números de inventário 11581, 11583, 11584, 11586, 11589, 11590, 11591, 11592, 11593, 11599, 11610, 11613, 11614, 11615 e 11616), para os quais encontramos paralelos em Barcelona, datados do segundo quartel do século XVII até princípios do século XVIII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, pp. 44-45). Em Granada, estas peças estão datadas da primeira metade do século XVII (Carta, 2008, p. 783), estendendo um pouco a cronologia. Com a decoração de *calligrafico naturalistico,* em que a principal influência é a porcelana chinesa e a sua estética, encontramos três peças no Convento de Jesus (9018, 11640 e 11625). Existem paralelos para elas em Barcelona, datados do primeiro quartel do século XVII até princípios do século XVIII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 41). Em Granada, estas peças são datadas do século XVII (Carta, 2008, pp. 781-782). Finalmente, encontramos a decoração *descenografia barocca,* em que as influências chinesas são substituídas por motivos centrais de inspiração mitológica e bíblica, representando-se paisagens naturais e arquitectónicas. Adscritas a esta decoração, encontramos 19 peças na colecção em estudo (com os números de inventário 11556, 11569, 11595, 11597, 11598, 11600, 11601, 11602, 11603, 11604, 11605, 11606, 11607, 11608, 11609, 11612, 11624, 11628 e 11629), para as quais encontramos paralelos em Barcelona, datados da primeira metade do século XVII até inícios do século XVIII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 47). A única peça de que conseguimos reconstituir o motivo central, um prato com o número 11595, representa muito possivelmente o nascimento de Vénus.

As peças lígures às quais não conseguimos adscrever uma oficina específica são 47, constituindo a maioria das peças italianas. Destas, 27 (com os números de inventário 3827, 11558, 11559, 11560, 11561, 11562, 11563, 11564, 11565, 11566, 11568, 11572, 11573, 11574, 11575, 11576, 11577, 11578, 11579, 11582, 1619, 11620,

11621, 11622, 11630, 11631 e 11635) são peças com decoração de azul sobre azul, ou *blu berettino*, mais concretamente pertencentes ao estilo *calligrafico a volute* tipo C, em que junto ao bordo se encontra uma faixa formada por motivos vegetalistas de folhas e ramos, mais ou menos estilizados, com pequenas flores espaçadas. Encontramos, para elas, paralelos em Barcelona, em peças datadas de meados de século XVI até princípios do século XVII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 33). As restantes cerâmicas lígures dividem-se em três tipologias decorativas. Duas delas já atrás mencionámos e têm cronologia semelhante às de Savona: a decoração *a tappezzia* (nas peças 11570 e 11571) e *calligrafico naturalistico* (peças 3908, 11585, 11587, 11618, 11627, 11636, 11637, 11638 e 11639). Depois, encontramos duas peças, com os números de inventário 3874 e 5167, que pertencem à decoração *alla francesa*, em que se assiste à simplificação dos motivos decorativos. Encontramos paralelos para esta decoração em Barcelona, datados de finais do século XVII a princípios do século XVIII (Beltrán de Heredia & Miró, 2010, p. 48).

FRANÇA

Conseguimos atribuir somente uma peça a produções francesas, nomeadamente de Nevers, na Borgonha. Esta atribuição fez-se a partir de um paralelo formal e decorativo com peça presente na colecção do Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque, datada de cerca de 1630-40 (McNab, 1987, p. 15). Esta cidade começou a produzir faiança sob o patrocínio do conde Luís Gonzaga (1539-95), tendo boas reservas de barros brancos para essa actividade. Os primeiros oleiros a operar neste centro eram oriundos de Albissola, na Ligúria, pelo que as semelhanças com as peças de Nevers são imensas. Esta última cidade deteve o monopólio do fabrico de faiança em França durante décadas, tendo atraído oleiros de outras regiões da Itália e abrindo o leque das decorações e paleta de cores, tornando-se as peças muito semelhantes às italianas (McNab, 1987, p. 12).

CONCLUSÕES

Setúbal sempre teve uma relação privilegiada com o seu porto. O comércio do sal enriqueceu uma elite que apoiava financeiramente o Convento de Jesus, para além do patrocínio régio que este já recebia. Este comércio, com uma vocação principalmente europeia, era auxiliado em terra por uma população imigrante, principalmente genovesa (Dias, 1998, p. 50), holandesa (Rau, 1963) e alemã (Braga, 1998, p. 69). A presença genovesa pode explicar a forte ocorrência de majólicas lígures no convento, em detrimento de outras produções italianas. Por outro lado, a forte presença de norte-europeus parece não se consubstanciar em peças cerâmicas desses centros produtores, facto que parece estranho. Efectivamente, não estão publicadas muitas peças norte-europeias em Setúbal. Esta falta generalizada pode prender-se com uma saturação do mercado sadino com peças nacionais e lígures, de preço mais baixo. Prova disso é a proporção de cerâmicas nacionais e exógenas no Convento de Jesus. Foram estudadas 1474 peças de faiança decorada (que correspondem a cerca de dois terços do total da faiança portuguesa), tendo-se chegado a conclusões interessantes sobre o cumprimento da regra e os padrões de consumo de faiança portuguesa ao longo do tempo de funcionamento do Convento de Jesus (1496-1888) (vd. Almeida, 2012). Para esse trabalho, foi elaborado um gráfico que mostrava as flutuações do consumo de faiança portuguesa, baseando-se nas datas de produção das peças. Seguindo esse raciocínio, expandimos o gráfico e a informação nele contida de modo a comparar o consumo de cerâmicas nacionais e importadas. Verificamos que as importações são muito inferiores em número à faiança portuguesa, nunca ultrapassando uma probabilidade aquisitiva de dez exemplares por década. O pico de consumo de majólicas e de porcelanas, entre 1550 e 1600, corresponde a uma altura em que a produção nacional de faiança ainda não é predominante nos contextos nacionais, pelo que as peças importadas parecem colmatar essa falta. Após essa data, o consumo de majólica e porcelana mantém-se muito residualmente, até atingir um novo pico sensivelmente entre 1640 e 1730, o que corresponde ao período descrito nas crónicas como o de "relaxamento" da regra, altura em que entra a maioria das peças de faiança portuguesa no convento (vd. Almeida, 2012, pp. 96-97). A ocorrência de importações cessa definitivamente em meados do século XVIII.

Quanto à qualidade geral das peças importadas, encontramos diversos defeitos, principalmente nas majólicas. A nível decorativo, as importações recolhidas no Convento de Jesus são mais simples e menos cuidadas que as que observamos nas colecções museológicas e mesmo nalgumas colecções arqueológicas. Este facto pode dever-se a uma opção de não

adquirir bens de prestígio, no seguimento do cumprimento da regra coletina, que obrigava ao despojamento material. As boas peças, como alguns pratos de porcelana e majólica muito bem executados, podem ter sido ofertas ao convento, como sabemos ter acontecido no Convento da Madre de Deus, em Xabregas, em 1511, ao qual D. Manuel I (r. 1495-1521) ofereceu 12 pratos de porcelana (Corte Real *& alii*, 2008, p. 117). As mais recentes escavações no Convento de Jesus de Setúbal, que terminaram há pouco tempo e cujas peças ainda não foram contabilizadas, podem mudar este panorama.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mariana Brito (2012) – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: faiança decorada.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BELTRÁN DE HEREDIA, Julia; MIRÓ, Núria (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, Institut de Cultura.

BRAGA, Paulo Drummond (1998) – *Setúbal Medieval (séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

CANEPA, Teresa (2008) – Porcelana Kraak: o desenvolvimento do comércio global no final do século XVI e início do século XVII. In WELSH, Jorge e VINHAIS, Luísa, eds. – *Porcelana Kraak: o desenvolvimento do comércio global no final do século XVI e início do século XVII*. Londres: Jorge Welsh Books, pp.17-64.

CARTA, Rafaella (2008) – *Difusión e influencia de la producción de la cerâmica italiana entre la Baja Edad Media y la primeraEdad Moderna. El caso de Granada.* Granada: Editorial de la Universidad de Granada.

CÔRTE-REAL, Artur; LEAL, Catarina; MUNHÓS, Miguel; MACEDO, Francisco Pato de; BERNARDO, Luís Miguel; FERREIRA, Manuela Almeida; SANTOS, Paulo César (2008) – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: Investigação, musealização e síntese de aspectos orientalizantes no espólio. In *As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica, actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Universidade do Algarve*, pp. 113-128.

DESROCHES, Jean-Paul, (1998) – Cerâmicas orientais e porcelanas. In AFONSO, Simonetta Luz, ed. *Nossa Senhora dos Mártires a última viagem*. Lisboa: Verbo, pp.229-252.

DESROCHES, Jean-Paul (1994) – La Chine à table. In CARRÉ, Dominique; DESROCHES, Jean-Paul; GODDIO, Franck, eds. – *Le San Diego: Untrésorsous la mer*. Paris: Éditions Carré, pp. 300-359.

DESROCHES, Jean-Paul; LOUREIRO, Rui Manuel; MATOS, Maria Antónia Pinto de (1997) – *Azul e branco da China Porcelana ao tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

DIAS, João Alves. (1998) – A população. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, eds. – *Nova História de Portugal, vol. V*: pp. 11-50.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. *XELB 3*. Pp.143-205.

MATOS, Maria Antónia Pinto de (1996) – *A Casa das Porcelanas – Cerâmica chinesa da Casa-museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

MATOS, Maria Antónia Pinto de; SALGADO, Mary (2002) – *Porcelana chinesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

McNAB, Jessie (1987) – *Seventeenth-century french ceramic art*. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art.

MOORE VALERI, A. (2005) – La cerâmica marmorizzata in Tuscana (1550-1650). *Azulejos. Rivista di studi Ceramici. Produzione, consumo, commercio in età Postclassica*, pp. 157-196.

RAU, Virgínia (1963) – *Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII*, Sep. da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III série, n.º 7, Lisboa.

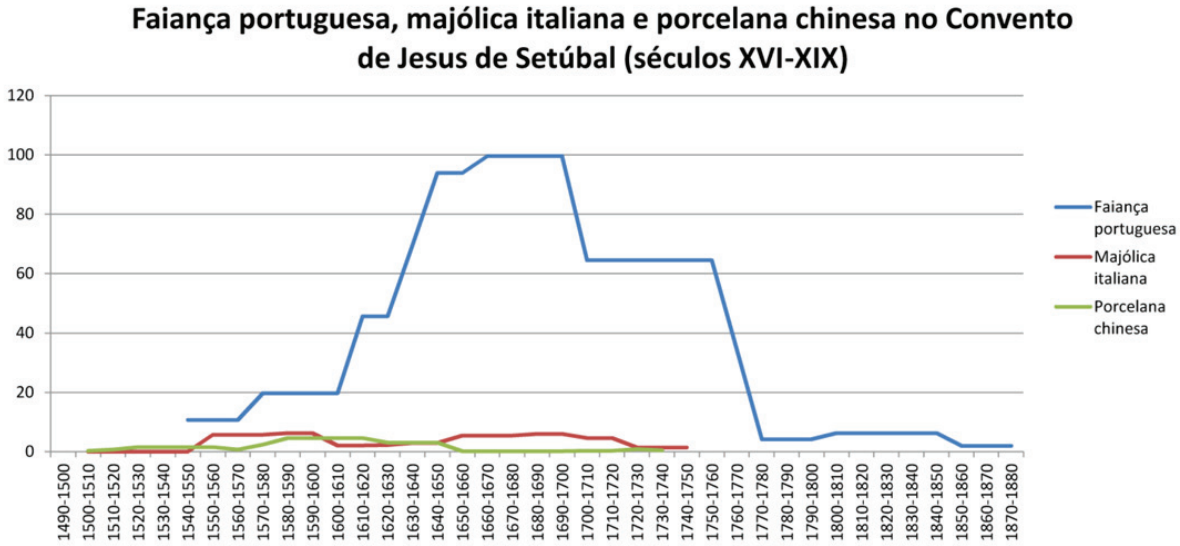


Figura 1 – Gráfico com probabilidades de ocorrência de peças de faiança portuguesa decorada, majólica italiana e porcelana chinesa no Convento de Jesus de Setúbal.

Figura 2 – Estampa com desenhos e fotografias de peças de majólica italiana, francesa e porcelana chinesa provenientes do Convento de Jesus de Setúbal.

O MERCADO DA AGUARDENTE NO JARDIM DO MARQUÊS DO POMBAL

Luís Filipe C. Gomes / Arqueohoje, Lda. / arq@arqueohoje.com
Iva Botelho / Metro do Porto SA. / iva.botelho@metro-porto.pt

RESUMO

A construção da Estação do Marquês do Metro do Porto obrigou à realização de trabalhos arqueológicos naquele Jardim. Trabalhos determinados pelo Estudo de Impacto Ambiental, dada a conhecida referência da localização por ali do Mercado da Aguardente, infraestrutura municipal que teria conhecido vida efémera no séc. XIX. Para trás, também por ali o Largo da Aguardente, à época, para lá dos confins da urbe e, por isso, local para localização da barreira fiscal e da bateria militar da Aguardente.

Assim, pretende-se pela presente comunicação divulgar os resultados da intervenção realizada. Designadamente, os dados recolhidos que contribuem para o conhecimento da arquitetura do mercado e, bem assim, os relativos ao programa da política de expansão urbana da cidade e ordenamento do território.

ABSTRACT

As it was determined by Environmental Impact Statement for Metro do Porto, archaeological works have been taken at *Jardim do Marquês*, in Porto. The target was the investigation of some historical information about the localization of *Mercado da Aguardente* over there. This had been a public building constructed in the second half of the 19th century, having been demolished even before the end of the century.

By those days, the place was still in the surroundings of Porto that was growing into that direction.

So the goal of this paper is to present the results about the market design as well as other archaeological data that light up the town's planning policies in the late 19th century.

"(…) Tal como irei ao Largo da Aguardente. Muitos dos que me escutam na hora de ponta do Porto não saberão onde fica o antigo Largo da Aguardente. Germano Silva conta que era esse o nome dado à actual Praça do Marquês de Pombal, desenhada na continuação da Rua Bela da Princesa, assim chamada em homenagem à futura rainha D. Carlota Joaquina. E a parte superior da rua do Bonjardim, onde costumo jantar só para ouvir histórias de um velho empregado de mesa que as sabe, das boas, chamava-se Rua da Aguardente.

Fernando Alves TSF, 11-11-11, a propósito do lançamento do livro "*Porto nos Lugares da História*", de Germano Silva

1. INTRODUÇÃO

Na sequência do *Estudo de Impacte Ambiental*[1] para a primeira fase de construção da rede de Metro do Porto, foram realizados trabalhos prévios de escavação arqueológica no Jardim do Marquês de Pombal da cidade do Porto[2]. Foram os mesmos decididos na sequência da avaliação efetuada dentro do descritor *património cultural*, que para ali, previa potencial arqueológico relacionado com a antiga localização do "Mercado da Aguardente" e também da "*vendagem*

1. Procedimento de AIA n.º 505, a que se refere também o Processo do IPA 98/1(79). Posteriormente, o local foi objeto do n.º de Inventário CNS16827.

2. Trabalhos realizados no ano de 2002, sob a corresponsabilidade de Iva Botelho e Filipe Gomes, divididos em duas fases. Assim, a fase de *escavação arqueológica* decorreu sob o acrónimo MP-MRQ01.02, e a fase de *acompanhamento arqueológico da obra* sob o acrónimo MP-MRQ02.02.

de hortaliças", segundo o Livro dos Autos de Arrendamento. Equipamento municipal edificado por volta de 1882, fora ele demolido logo em 1897. Quanto ao Jardim do Marquês, ocupa ele a placa central da Praça do mesmo nome, tendo sucedido já nos finais do século XIX a um antigo largo.

Quanto aos trabalhos executados, não obstante em sede de EIA apenas terem sido previstas sondagens *nas entradas da Estação do Marquês*, o desenvolvimento do projeto e a execução da obra ditaram que eles viessem a distribuir-se quer por sondagens e escavação em área na zona central do jardim, quer por acompanhamento arqueológico da obra. Do conjunto destas ações resultou a possibilidade efetiva de salvaguarda pelo registo científico do *Mercado da Aguardente*.

2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DADOS DE REFERÊNCIA HISTÓRICOS

Mas, para compreender os resultados obtidos, ajudará ter presente o enquadramento geográfico e histórico previamente conhecido sobre este espaço da cidade.

Com as coordenadas geográficas 8º 36' 15",92 W Greenwich e 41º 9' 40",29 N (Carta Militar de Portugal, escala de 1: 25.000, folha nº 122), poder-se-á dizer que atualmente o Jardim do Marquês se encontra implantado em pleno centro urbano da cidade do Porto, onde integra a freguesia de Paranhos. Segundo Domingas Vasconcelos, este espaço localiza-se também em virtual eixo central da cidade com orientação aproximada norte-sul, no ponto em que este cruza a linha topográfica marcada pela rua da Constituição. Situa-se, assim, perto do ponto mais alto da Cidade, a uma altitude média de 148 m. O próprio lugar ainda em finais da Época Moderna era conhecido como o "*Alto da Aguardente*".

E "*da Aguardente*" era já o tal *largo* que se abria na *Estrada de Guimarães*. Apresentando-se de configuração triangular, ao mesmo se acedia pela rua do Bonjardim e dali se prosseguia o caminho na referida estrada, pela rua do Lindo Vale. Plausivelmente, justifica-o Domingas Vasconcelos pela necessidade de pausa após calcorreado percurso de subida: "*Quem aqui chega, de onde quer que venha – quer do norte quer do sul – termina um percurso ascensional e prepara-se para a descida.* (...) *Daqui se enxergava todo o caminho andado e para andar.*" (Vasconcelos, 2004, p. 18). Naquela linha de cumeada, entretanto disfarçada pelo ordenamento urbano atualmente marcado pela referida rua da Constituição, o largo da Aguardente localizava-se, assim, em plenos arrabaldes do burgo Medieval e Moderno.

Estatuto de arrabalde que duraria ainda por largas décadas no século XIX, apenas aparecendo o espaço cartografado nos Planos da Cidade do Porto coordenados por Telles Ferreira, saídos a lume em finais do século. Ou seja, altura em que já havia sido implantado o *Jardim do Marquês* com a forma chegada ao presente: um espaço arborizado de configuração alongada, ovalada. Com efeito, a restante documentação cartográfica oitocentista conhecida para a cidade do Porto é toda ela omissa em relação a este espaço. Mesmo a Carta da Cidade de Frederico Perry Vidal, de 1844, se perde pouco após os confins apenas rudemente urbanizados da rua de St.ª Catarina.

Entretanto o planeamento urbano e desenho da cidade encetados pelos Almadas vinham já desde os fins do século XVIII almejando ditar o abraço do local pela malha urbana em expansão, como ditado pelos projetos de vários eixos e, no caso, da regularização planimétrica e topográfica do local: no topo da "*rua Bela da Princesa*", entretanto, definitivamente nomeada de "*St.ª Catarina*", começava a ser pensado um quadrilátero surgido da retificação poente daquele espaço triangular que vinha desde a Época Moderna. Rua de St.ª Catarina, "(...) *uma das obras que a cidade moderna deve aos arrojados e meritórios Almadas* (...)" (Guia de Portugal. Entre Douro e Minho. Fundação Calouste Gulbenkian citado por Vasconcelos, 2004, p. 28), cuja continuação "(...) *na direcção para a parte do Norte até ao sítio chamado da Aguardente, para aumentar à cidade esta nova, e mais cómoda servidão, que lhe é necessária*" se encontra assim justificada no Plano de Melhoramentos de 1784. E no limite desta projetada rua, lá refere a documentação almadina a existência de uma "*caza da Agoa Ardente*", tratando-se esta da única referência encontrada por Domingas Vasconcelos que justifique a toponímia do sítio. Continua a investigadora, "*concordamos que esta seria uma boa localização para fábricas de aguardente: no caminho para a cidade, aí ficava o engaço e na volta já se levava a aguardente, entretanto destilada, juntamente com o resultado dos negócios no burgo.*" (Vasconcelos, 2004, p. 19).

Quantos aos planos urbanos para a zona, ainda de 1797 data a proposta de alçado para o lado meridional da "*Praça da Agoa ardente"*, de Teodoro de Sousa Maldonado, logo seguida de desenho de proposta de quadrilátero em 1802 que, todavia, não se

concretizaria e viria até a ser abandonado. Com efeito, suceder-se-ão planos apenas prevendo a retificação do alinhamento poente do triângulo descrito pelo largo e, mesmo assim, sucessivamente protelados. Até porque ainda durante a primeira metade do século XIX continuava o dito "*largo ainda (…) um sítio periférico e excêntrico relativamente à cidade.*" (Vasconcelos, 2004, p. 23) Tanto situação geoestratégica como localização periférica em relação ao centro da urbe Moderna do Porto valeram-lhe até a localização, por ali, da "*barreira da Aguardente*", para a cobrança municipal de impostos, e da "*Bateria da Aguardente*", esta com presença na história da cidade pela forma como não resistiu ao General Soult em 1809, mas também por ter valido a sério às tropas de D. Pedro IV durante o Cerco do Porto (1832-1833).

Somente dobrada a centúria viriam a surgir novos projetos com definitivas propostas de quadriláteros: os de 1858, de 1864, de 1866[3] e, finalmente o de 1878 (Vasconcelos, Vol. II, p. 91), este último já com a previsão de placa central ovalada e arborizada.

É esta a configuração que consta do Plano Topográfico da Cidade do Porto coordenado por Telles Ferreira e datado de 1892. Neste é de salientar a representação de uma estrutura retangular centrada segundo o eixo menor do jardim e desviada aproximadamente para SSW, segundo o eixo maior, que se deu como hipoteticamente correspondendo ao Mercado da Aguardente. Quanto à sua curta vivência, um outro apontamento de Telles Ferreira, incidente apenas no Jardim do Marquês, anota a projeção de uma estrutura sobreposta à representação anterior, que corresponde à configuração do lago que se encontrava presente no centro do jardim à data do arranque destes trabalhos: uma estrutura com configuração resultante da intersecção de uma elipse com um retângulo e que tinha uma profundidade aproximada de 80 cm. Considerada a suposta correspondência do retângulo com a representação do Mercado da Aguardente, elucidava-nos este desenho que se apresentaria tal edifício com corpos levemente avançados ao centro, nas suas fachadas NNE e SSO, indiciando um espaço interior tripartido.

3. Peças que podem ser consultadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP).

3. OBRA E MITIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Embora a construção da Estação do Marquês do Metro do Porto tenha sido inicialmente pensada para ser desenvolvida pelo modo de escavação mineira, veio a mesma a ser concretizada pelo sistema construtivo de "*cut&cover*", a partir da execução de um poço de geometria "ovoide" aberto por meio da escavação de patamares de 1,5 m. Foi assim integralmente afetada uma área com cerca de 1400 m², sensivelmente no centro do jardim, desde a superfície até a uma profundidade de 30 m. Tal implicou também a remoção do lago e de 2 plátanos, operações executadas pelo empreiteiro Consórcio Normetro A.C.E..

Tendo por referência o objetivo de reconhecimento dos vestígios do Mercado da Aguardente e inseri-lo na sequência da tipologia de ocupação deste espaço, e também considerando a hipotética implantação daquele equipamento dada pela Carta Telles Ferreira, planeou-se esta intervenção recorrendo-se a um esquema enxaquetado para implantação das diversas sondagens, a partir da marcação de um eixo longitudinal coincidente com o eixo maior do Jardim. Desta forma, previa-se uma fase de escavação inicial de cerca de 146 m², área que seria sujeita aos alargamentos necessários em função dos resultados obtidos.

Plano, todavia, repensado já no terreno, em virtude das grandes ruturas deixadas pela remoção quer do lago quer dos dois plátanos. Desta forma, concentrou-se a área prevista para escavação nessas depressões, que foram designadas de sondagens 1, 3 e 4); complementarmente, foram implantadas mais duas sondagens (uma a norte e outra a sul do lago), para melhor cobertura do espaço hipoteticamente ocupado pelo Mercado (sondagens 2 e 5). No cômputo total, procedeu-se ao diagnóstico de 356 m² abarcando um espaço com cerca de 1664 m²; diagnóstico esse feito por processo de escavação estratigráfica, sendo de referir também que para o mesmo houve recurso a meios mecânicos para escavação dos depósitos de reduzida relevância científica, o que foi sendo aferido pelo tipo de espólio encontrado. Concretizou-se, assim, o reconhecimento ocupacional preliminar do sítio, após o que o espaço foi liberto para obra, embora e condicionada a acompanhamento arqueológico. Por meio deste, apoiado em quatro técnicos da área de arqueologia e um operário, completou-se a planta integral das estruturas arqueológicas presentes no subsolo do Jardim do Marquês.

De referir também que, em termos de referenciação de contextos, seguiu-se a proposta de Martin Carver (1990), e foram criadas séries independentes de acordo com o tipo de contexto. Em gabinete, foi efetuada correlação entre as diversas sondagens, sendo esta a referência que se integra nesta memória.

4. RESULTADOS OBTIDOS: SEQUÊNCIA OCUPACIONAL DO LUGAR

Foi uma ocupação simplificada e circunscrita no tempo aos séculos XVIII e XIX a que se identificou nos trabalhos executados e acompanhamento arqueológico da obra efetuado.

4.1. Estratigrafia e Materiais

Numa leitura diacrónica natural, reconheceu-se a seguinte sequência estratigráfica:

Nível I: Substrato geológico de natureza granítica alterada.

Nível II: Paleossolo anterior ao final da Época Moderna, sendo identificado com a sequência dos *estratos 06* (camada de terra castanha homogénea) e *05* (fina camada de terra negra), depósitos estes completamente estéreis em termos de inclusões culturais.

Nível III: identificado com camada saibrenta homogénea extremamente compactada correlacionada com o *estrato 4b*, (pontualmente coberta pelo *estrato 4a*, de tonalidade castanho-escuro), a qual assentava nos substratos anteriores e aparecia cortada pelas estruturas pétreas posteriores, integradas no Nível IV da estratificação do local. Identificada por toda a área intervencionada, ainda que rompida, por exemplo pelos plátanos removidos, foi esta camada reconhecida como o piso referente ao "Largo da Aguardente", espaço triangular que, entrado o século XIX, era definido a Sul, entre o topo da rua Bela da Princesa e o da rua da Aguardente (como era designado o trecho terminal da rua do Bom Jardim), e o início pela rua do Lindo Vale, a Norte.

Nível IV: estrato articulado com a implantação da maioria das estruturas de alvenaria de pedra identificadas, cuja planimetria global as fizeram corresponder com o Mercado da Aguardente, reconhecido ao nível das fundações, aparecendo estas estruturalmente articuladas com conjunto de infraestruturas identificadas como aquedutos. Edificado que cortava o piso referenciado ao estrato 04b descrito acima, e que se relacionava com vários depósitos que foram interpretados como sendo testemunhos do nível de estaleiro para a sua construção (concretamente, os *estratos de d.3a a d.3c*); bem como se relacionava com os vários depósitos individualizados que preenchiam os respetivos caboucos. No conjunto, estes depósitos apresentam-se heterogéneos, de constituição saibrenta medianamente compactada, caracterizando-se também devido à presença relativamente abundante de material de construção, nomeadamente azulejo, que foi recolhido por amostragem.

Mais, interpretou-se este estrato como sendo correspondente à fase de criação da Praça do Marquês do Pombal, de que teria sido sincrónica a edificação do Mercado da Aguardente. Uma necessidade de regularização de cota do terreno com afinação decidida pela do extremo norte (mais elevada) terá levado ao seu alteamento, por forma a conseguir-se a cota atual, criando-se simultaneamente a possibilidade de conservação do piso anterior do Largo da Aguardente.

Nível V: corresponde à demolição do mercado, ocorrida em 1897, e assentamento do lago de alvenaria envolvido pelo Jardim do Marquês. Identificado como *estrato 02*, caracteriza-se este pela sua heterogeneidade e constituição saibrenta e pedregosa, sendo de referir a presença abundante de azulejo, que também foi recolhido por amostragem.

Inserta neste nível, foi exumada estrutura murada desenhando segmentos em arco intersetados por segmentos retos, que seria correspondente a uma primitiva implantação do lago presente à data de 2002 no jardim do Marquês. Aliás, em termos planimétricos e na sobreposição que faz à estruturas integradas no nível IV, corresponde o conjunto ao esquisso de Telles Ferreira apresentado na "Ilustração 1, III".

Nível VI: corresponde à cota de afetação pelo atual *Jardim do Marquês*, a qual tem perturbado a profundidades variáveis a estratificação anterior.

Entretanto, não foi identificada qualquer evidência material do historial do lugar relacionado com a sua posição bélica na defesa da cidade, ou com a sua configuração triangular.

Quanto à tipologia do espólio recolhido, relativamente parco em quantidade e sem grande relevância patrimonial, antes de mais registe-se que, cronologicamente, é ele todo inserível nos séculos XIX/XX. Resumiu-se também a fragmentos de *vasilhame doméstico*, incluindo vidro (fragmentos de garrafa), cerâmica comum fosca e vidrada, como porcelanas e faianças (na generalidade já de fabricos

industriais, evidenciando motivos decorativos, polícromos ou a azul sobre fundo branco, tanto pintados à mão, como por estampilha e, residualmente, por decalque); e *material de construção* (telhas, azulejo e pregos). Aliás, destacava-se do espólio inserto na estratificação diagnosticada o conjunto volumoso de azulejo, que foi recolhido por amostragem.

Mas principalmente há que sublinhar a similitude artefactual entre os depósitos de demolição e os de construção, ao nível da tipologia dos azulejos recolhidos, maciçamente, integrando o mesmo motivo decorativo: padrão unitário obtido por estampilha a azul sobre esmalte branco, descrevendo losangos perlados que, em filas alternadas, são intersectados nos vértices por cruciformes com pontas em flor-de-lis, apresentando friso a rematar o topo, feito de linhas sinuosas descrevendo trilóbolos.

Consultado o Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto, verificou-se que se tratava de padrão bastante comum que integrava a produção das fábricas do Porto e Gaia, sendo também de referir a articulação desta decoração com o azulejamento de paramentos interiores. Quanto à proveniência de fabrico, precisamente, analisado o tardoz e observada a inscrição "… OUZA LI…" num azulejo, verificou-se que os azulejos exumados se integram em produção da Fábrica de Massarelos, concretamente, na designada "*Fase João da Rocha e Souza Lima*", que laborou cerca de 1878.[4]

A similitude entre amostras, ao mesmo tempo que reforça a interpretação funcional atribuída aos depósitos em questão, permite inferir sobre as características do próprio edifício, fazendo relacionar tais azulejos com o revestimento do mesmo. É até de assinalar a presença de um pequeno fragmento do mesmo tipo de azulejo que foi recolhido numa das estruturas do edificado colocado a descoberto.

4.1. Estruturas

Mas detalhemos melhor essas estruturas identificadas no nível IV da estratificação reconhecida.

De alvenaria de granito argamassado, desenvolviam-se segundo uma planta retangular com 28 m x 13,80 m de extensão, cujos alicerces das fachadas, compostos por espessos muros com 1 m de largura média e 1,14 m de altura máxima preservada (por vezes integrando grandes blocos graníticos com 0,40 m de espessura, combinando fiadas alternadas de pedras lieiras com juntouras), definiam um espaço interno com 26 m x 12 m, apresentando-se o lado maior sensivelmente orientado a 30 graus Norte.

Em ambas as fachadas menores identificaram-se as respetivas entradas, apresentando um vão de 4,20 m a existente no lado NNE e 2,20 m no lado oposto. A maior possuía ainda um pavimento lateral, com cerca de 2,20 m de largura.

No interior desse conjunto murado foi identificado um duplo conjunto de sete estruturas subquadrangulares com 1,20 m de largura média, cada, e com uma altura máxima preservada de 0,80 m. Este duplo conjunto com disposição paralela, distava cerca de 7 m entre si, apresentando-se em cada fiada espaçadas de 2 em 2 metros. A identificação das marcas ferruginosas em dois desses elementos levou-nos à sua interpretação como sendo bases de elementos de sustentação. Ao largo da fachada ESE, localizava-se um poço em alvenaria com mais de dez metros de profundidade e um diâmetro de 1,20 m, cuja cobertura era composta por três grandes blocos graníticos com 2,20 x 1,90 m.

Estruturalmente articulado com o espaço murado, indicando contemporaneidade de construção, encontrava-se um sistema de aquedutos também de alvenaria de granito argamassada, composto por um aqueduto principal que, de NNE para SSO, atravessava sensivelmente a meio a Praça do Marquês, recebendo as descargas de três aquedutos transversais regularmente espaçados, e dois laterais periféricos, estes junto às fachadas nordeste e sudoeste.

Em síntese, foi identificado ao nível dos alicerces um edifício retangular que apresentava o espaço interior tripartido pelo alinhamento de duas fiadas de elementos de sustentação vertical, possivelmente de ferro, marcados pelos alicerces quadrangulares de alvenaria, tendo a implantação de todas estas estruturas rasgado o piso do Largo da Aguardente. Quanto aos seus paramentos interiores, seriam eles azulejados, com azulejo de padrão unitário estampilhado a azul sobre fundo branco, desenhando losangos perlados intersectados por cruciformes de pontas em flor-de-lis, fila sim, fila não. Edifício que se articulava com rede de canais transversais e periféricos (estes pelo seu exterior), que se articulavam com o canal maior que atravessava ao eixo central do jardim NNE – SSO (das pluviais deste?), pendendo para ele.

4. Agradece-se a disponibilidade e prestimosa ajuda dada pela Dr.ª Maria Augusta Marques, responsável pelo Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto.

5. CONTRIBUTO DAS FONTES ARQUIVÍSTICAS

Aliás, apraz registar que o "*Projecto A"* do Mercado da Aguardente conservado no Arquivo Histórico Municipal do Porto é perfeitamente coincidente com os planos obtidos pela presente intervenção arqueológica. Senão comparem-se as ilustrações 8 e 9. Assim, não só o espaço era tripartido por duas fiadas de elementos verticais implantadas no alinhamento dos avançamentos localizados nos topos do edifício, onde se rasgavam as entradas, como tais elementos eram constituídos por colunas de ferro (que sustentavam a cobertura tripartida com alteamento das duas águas ao centro). Quanto à hipótese de revestimento azulejado, surge ela corroborada pela representação de um lambrim a meia altura no interior do edifício no interior, o que se encontra presente nos cortes que fazem parte das peças de projeto.

Mas é também de salientar a articulação estrutural das fundações do mercado com um sistema de canais, observando-se não só a presença de drenos transversais e periféricos como a articulação dada pelos cortes de todo eles com o canal maior que corre ao eixo o jardim.

Tais peças demonstram a efetiva coetaneidade da implementação projeto do Mercado da Aguardente com a criação do Jardim do Marquês de Pombal, sito no Porto no lugar do antigo Largo da Aguardente.

É, assim, de sublinhar este enquadramento do Jardim do Marquês em plano de urbanização e ordenamento do território que eliminou antigo espaço triangular com desenho irregular, substituindo-o pelo novo quadrilátero com placa central ovalada, assistindo ao seu planeamento a previsão de infraestruturas de águas pluviais. Igualmente, é de assinalar a articulação de raiz das infraestruturas do mercado com as mesmas, certamente ao nível da descarga de residuais.

Solução problemática mas, certamente, a ser compreendida à luz da época, sendo aqui de realçar a questão da articulação de projetos no planeamento da cidade em expansão.

Entretanto, para a História que se segue, aqui fica este apontamento:

"*Este livro hade servir para nelle se lavrarem os autos de arrendamento das barracas do mercado coberto da Praça do Marquês de Pombal.*

Porto, Paços do Concelho, 22 d'outubro de 1884
O Presidente da Ex.ma Câmara Municipal,
Rui Augusto . . . Antunes"

BIBLIOGRAFIA E ARQUIVO

AAVV, *Estudo de Impacte Ambiental* para o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto. Relatório Síntese, COBA, 1997

NONELL, Anni Günther, Coord. (s/data) *O Mercado do Bolhão*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CARVER, M. (1990) Digging for data: archaeological approaches to data definition, acquisition and analysis. In FRANCOVICH, RICARDO; MANACORDA, Daniele – *Loscavo archeologico dalla diagnosi all'edizione.* Siena: Universitá di Siena, pp. 45-120.

GOMES, Filipe; BOTELHO, Iva (data) – Trabalhos Arqueológico no Jardim do Marquês Relatório Final, policopiado.

VASCONCELOS, Domingas (2008) – *A Praça do Marquês do Pombal na Cidade do Porto: das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Ano de 2004. Porto: FAUP.

Carta da Cidade do Porto de Frederico Perry Vidal, de 1844, (AHMP).

"Plano mandado levantar pela Ill.mª Junta das Obras Públicas. . .", de Joaquim da Costa Lima Sampaio (1823) , (AHMP).

"Planta topográfica de Telles Ferreira" (1892), folhas 292 e 293 (AHMP).

"Plano mandado levantar pela Ill.mª Junta das Obras Públicas. . .", de Joaquim da Costa Lima Sampaio (1823), (AHMP).

"Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente" (AHMP).

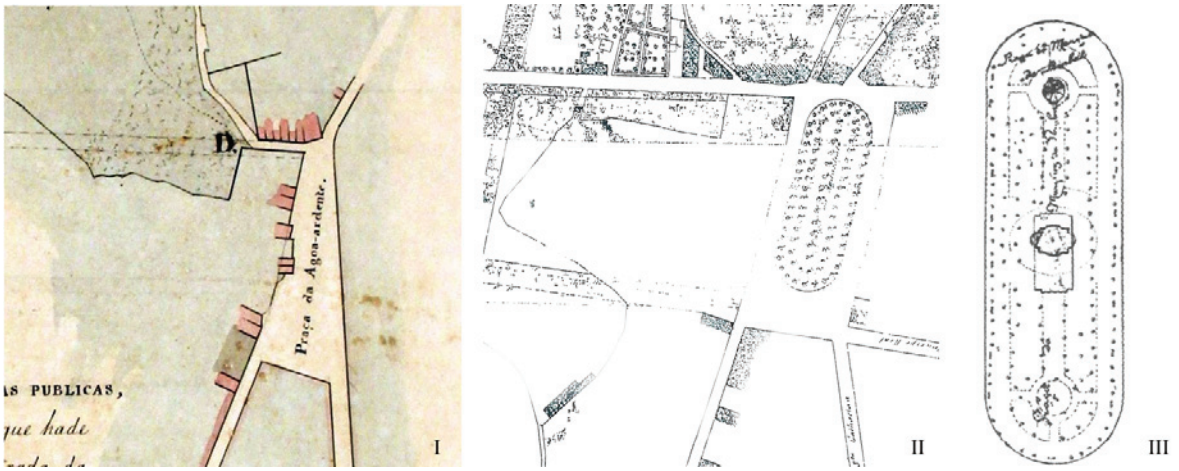


Figura 1 – Evolução do espaço do Jardim do Marquês: I: Praça da Aguardente, 1823; II. Extrato do projeto para a Rua de Faria de Guimarães, de 1878, onde aparece também desenhado o jardim do Marquês; III. Esquiço de Telles Ferreira, 1892. Arquivo Histórico Municipal do Porto (composição Arqueohoje, Lda).

Figura 2 – Poço para construção da Estação do Marquês. Foto Engenho/Metro do Porto.

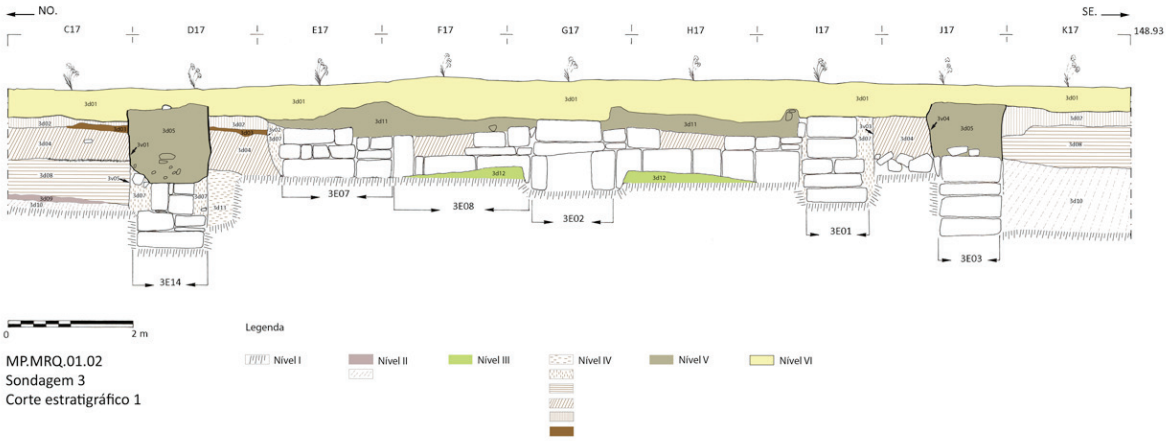


Figura 3 – Corte estratigráfico obtido na sondagem 3. Filipe Gomes.

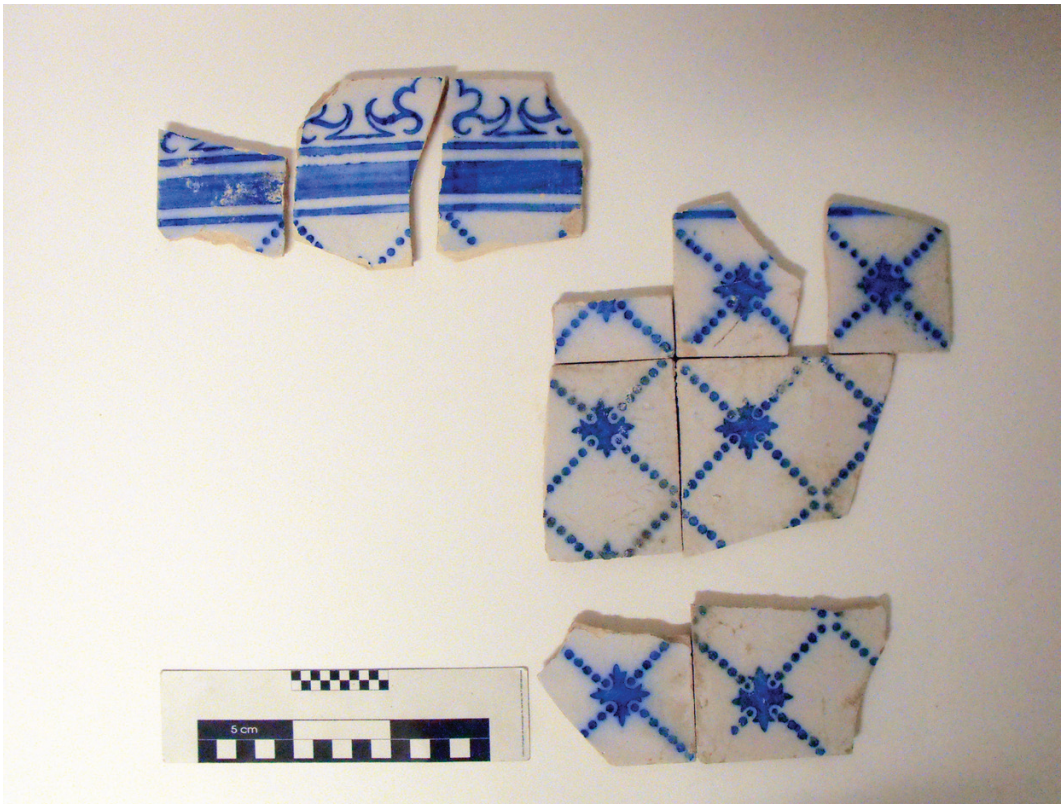


Figura 4 – Azulejos exumados. Iva Botelho.

Figura 5 – Faianças de vasilhame, de uso doméstico inserto no estrato 02. Iva Botelho.

Figura 6 – Sondagem 3: alicerces do mercado intersetado pelo lago. Filipe Gomes.

Figura 7 –Vestígios do mercado da Aguardente no interior poço para construção da Estação do Marquês registado durante o acompanhamento arqueológico da obra. Iva Botelho.

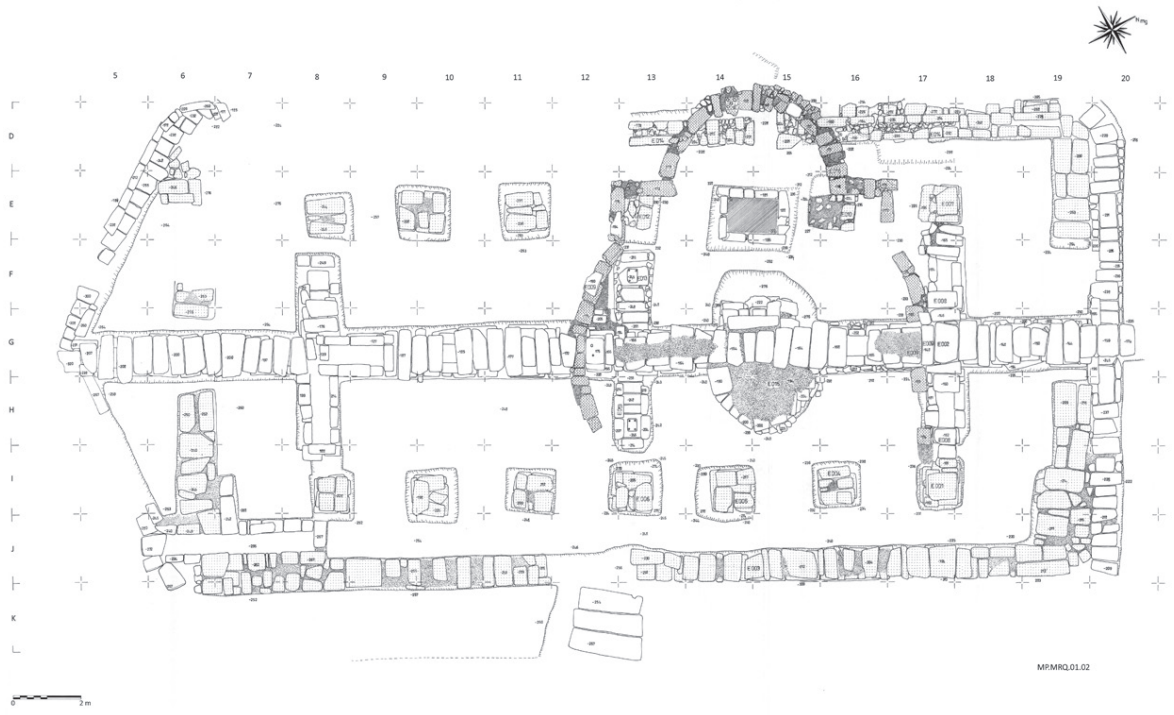


Figura 8 – Planta final dos alicerces Mercado da Aguardente, sobreposta pelos alicerces do lago. Filipe Gomes.

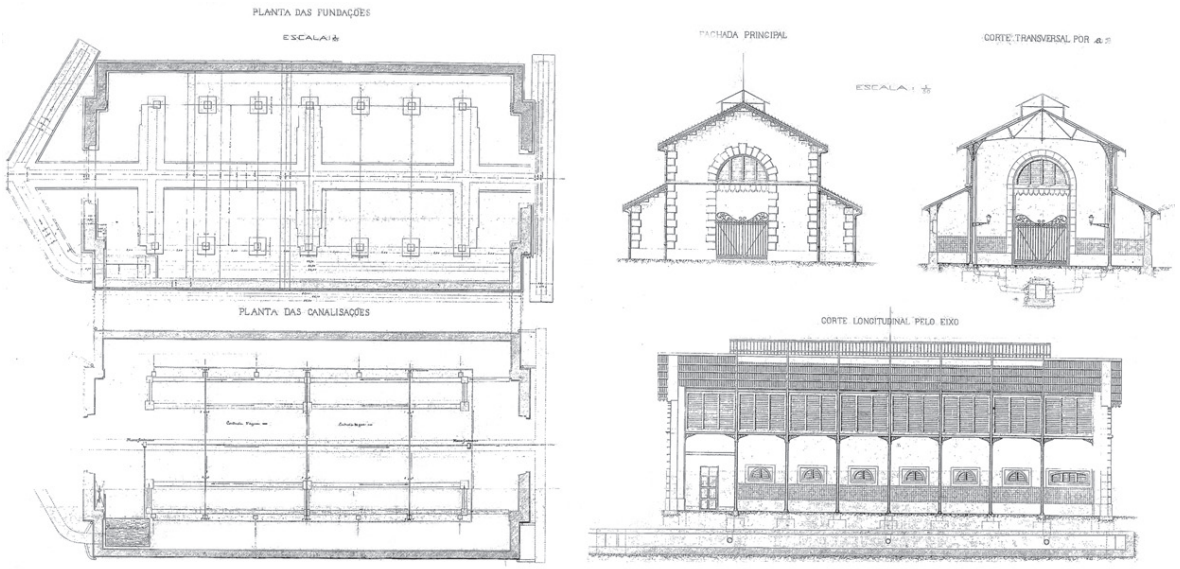


Figura 9 – "Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente" (AHMP): projeto de alicerces e infraestruturas, e cortes. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

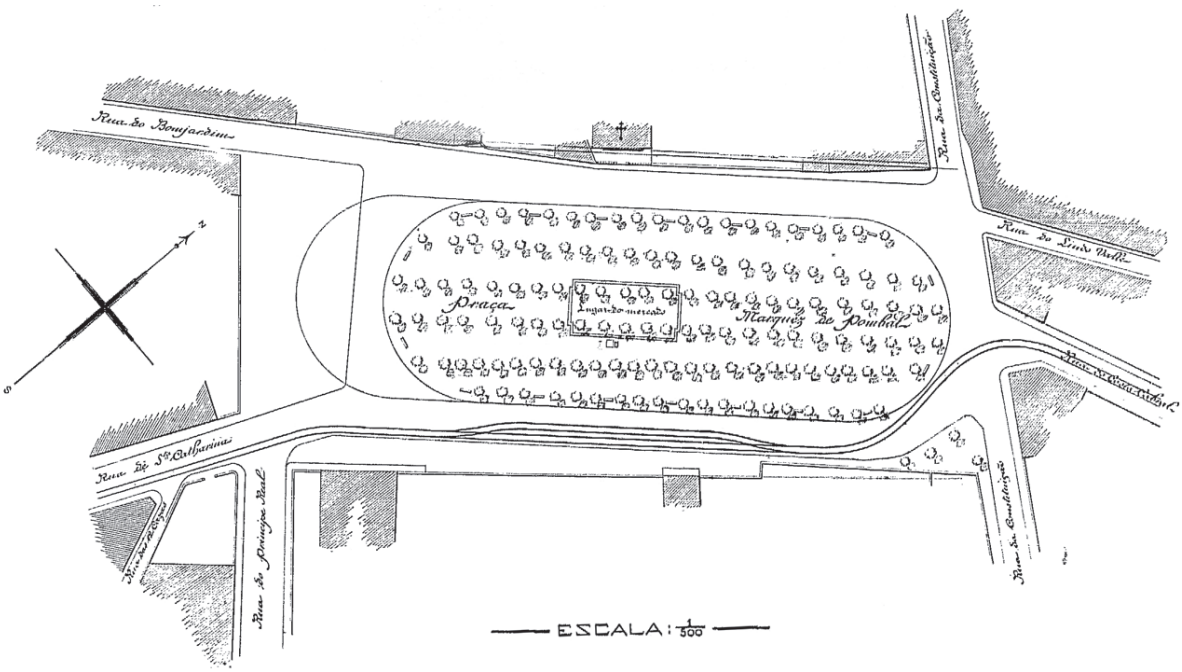


Figura 10 – "Projecto A da Planta do Mercado da Aguardente" (AHMP): implantação na Praça do Marquês de Pombal. Arquivo Histórico Municipal do Porto.

CONTRIBUTOS PARA UMA ARQUEOLOGIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA EM CONTEXTOS TERRESTRES DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Ana Catarina Garcia / CHAM – Centro de História de Além-Mar. UNL e UA / catarinagarcia@gmail.com
Brígida Baptista / FCSH-UNL / bribaptista@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação visa apresentar alguns dos resultados de intervenções arqueológicas decorridas em dois contextos urbanos das ilhas dos Açores, nomeadamente a ilha Terceira e a ilha de S. Maria, no âmbito de acções de minimização de impacte. As intervenções nos sítios H*ospital Militar da Boa Nova* em Angra do Heroísmo e na *Casa do Capitão*, em Vila do Porto constituem um importante contributo para a construção de referentes de base no arquipélago relativos à sua cultura material, à ocupação do espaço urbano e ao tipo de estratigrafia em contexto insular que até à data conta com poucos trabalhos como referentes científicos.

ABSTRACT

This paper has the objective to present the results of two archaeological interventions in the Azores, in Terceira and in S. Maria Islands, both in the context of archaeological impacts relating and comparing the two contexts. The interventions on the sites H*ospital Militar da Boa Nova* and *Casa do Capitão* were an important contribution to the construction of references in the archipelago related with his material culture and related with the occupation of the space and also related with the stratigraphy in insular contexts.

The main goal with this presentation will be present to the archaeological community this works and the most relevant results contributing this way to the knowledge of the human occupation on this territory.

1. INTRODUÇÃO

A investigação arqueológica na Região Autónoma dos Açores, em contexto terrestre, tem-se caracterizado por uma actividade esporádica e pouco sistemática. A falta de profissionais habilitados e a ausência de projectos científicos sobre problemáticas insulares não têm levado à ocorrência de trabalhos regulares na Região, podendo apenas referir-se neste âmbito os projectos que têm sido levados a cabo pelo CAEM na ilha de S. Maria desde 2008 até 2013. Muitas das problemáticas possíveis, especialmente aquelas que estão relacionadas com primeiras formas de povoamento ou com os primeiros assentamentos nas ilhas ao longo dos séculos XV -XVI, por exemplo, nunca se consubstanciaram em interpretações com base em dados arqueológicos, sendo conhecida apenas a realidade revelada pelas fontes escritas que, para estes períodos, muitas vezes são escassas e com diversas lacunas. Contudo, podemos registar nesta região já alguns trabalhos, maioritariamente isolados, mas que se revestem de extrema importância para a construção de referentes arqueológicos.

Os primeiros trabalhos arqueológicos nos Açores ocorreram entre 1967 e 1982, em Vila Franca do Campo, com a coordenação do Arqueólogo Sousa d'Oliveira. Também na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, ocorreram trabalhos arqueológicos no contexto do Convento de Jesus, fundado em 1555.

Apesar da ocorrência destes projectos na Ilha de S. Miguel já nos anos 60, a aplicação das normas de

minimização patrimonial e arqueológica em contexto terrestre só ocorre pela primeira vez nos Açores em 2004 com a primeira intervenção de acompanhamento de obra em contexto terrestre no sítio do Antigo Convento de S. João, em Ponta Delgada. Esta intervenção decorre da aplicação da Lei *Lei 19/2000* de 10 de Agosto que transfere as competências na área da arqueologia para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o que ocorreu apenas em Agosto de 2000, tendo os serviços de património da Região assumido pela primeira vez a sua total gestão[1] e protecção. Esta mudança levou a uma tomada de consciência para a necessidade de se salvaguardar o património arqueológico em contexto terrestre, já que este sempre se confundiu com as acções de valorização do património arquitectónico descorando-se por completo as especificidades da arqueologia e respectivas problemáticas científicas.

É neste enquadramento que surgem as duas intervenções que ocorreram em 2010 e 2011 e que serão apresentadas neste artigo, referentes às intervenções no *Hospital da Boa Nova* na ilha Terceira e na *Casa do Capitão* na ilha de S. Maria respectivamente, promovidas pela Direcção Regional da Cultura, tendo como responsável científica a 1ª AA. e como responsável de campo a 2ª AA.

Os dois sítios intervencionados são imóveis pertencentes ao Governo Regional, mais propriamente à Direcção Regional da Cultura, para onde se projetava a edificação de dois novos núcleos museológicos[2]. Neste âmbito, os dois trabalhos de diagnóstico procuraram fornecer dados sobre os reais impactes para o património e qual o potencial arqueológico de cada um.

2. *HOSPITAL DA BOA NOVA.* PROBLEMÁTICA E INTERVENÇÃO

O Hospital Militar da Boa Nova localiza-se na freguesia da Sé, concelho de Angra do Heroísmo na ilha Terceira e foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pela resolução do Governo Regional dos Açores n.º 98/80 de 16 de Setembro de 1980[3].

A primeira referência histórica que se conhece relativa este hospital de carácter militar data de 1583, indiciando o objectivo de aí acolher os doentes e feridos da expedição militar que submeteu a ilha Terceira a Filipe II de Espanha. O primeiro governador militar dos Açores durante a ocupação espanhola na ilha, Juan de Urbina, mandou instalar em Angra um hospital para a sua infantaria, que segundo Meneses teria sido edificado à semelhança do que possuía o Marquês de Santa Cruz.

Este hospital foi edificado com a missão única de tratar dos militares tendo, contudo a sua acção acabado por ser alargada aos habitantes da cidade. Relativamente à estrutura, as fontes históricas sobre o seu funcionamento remontam a 1583 e são várias as referências ao topónimo *Boa Nova* durante a ocupação filipina, entre 1583 e 1641. Durante a ocupação militar do castelo de S. João Baptista a ermida da Boa Nova está documentada, contudo as referências ao hospital são em menor número, porém a descrição que consta da obra *História Insulana* faz referência aos dois edifícios. A ocupação deste sítio como hospital militar permaneceu até ao séc. XX e durante a Segunda Guerra Mundial funcionou como enfermaria regimental, tendo a sua utilização para fins militares sido definitivamente abandonada na década de 90.

Os trabalhos arqueológicos de diagnóstico realizados pretenderam perceber a dinâmica ocupacional do local, identificar eventuais impactes relevantes no património assim como identificar possíveis vestígios arqueológicos que se possam encontrar preservados *in situ* nas zonas sondadas. No exterior do edifício, na zona do logradouro, foram realizadas as duas sondagens (S1 e S2) de diagnóstico arqueológico com 2 X 2m, procedendo-se em paralelo à picagem de paredes no interior e exterior do imóvel, com o objectivo de obter alguma informação que explicasse a ocupação do espaço.

2.1. Problemática de ocupação do espaço

A lacuna de informação documental sobre o Hospital Militar da Boa Nova dificultou em certa medida a compreensão das realidades arqueológicas identificadas no local durante os trabalhos de diagnóstico. Os trabalhos no logradouro foram um importante meio de obtenção de informação sobre a ocupação do espaço tendo-se registado nas duas sondagens S1 e S2 sedimentos junto ao nível geológico, sem deturpação actual, os quais comportavam espólio que permitiu a datação destes depósitos mais antigos. Em relação à

1. http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20125311624l9.pdf

2. O imóvel da Boa Nova é actualmente posse do Governo Regional dos Açores encontrando-se à data a ser edificado o futuro Núcleo Museológico de História Militar Baptista de Lima.

3. Cf. Jornal Oficial I Série, nr. 31.

construção do edifício, considerou-se que o mesmo se encontra associado com a primeira fase de ocupação do período filipino nas áreas que foram definidas como 2, 3, 4 e a Ermida. No entanto surgiram dúvidas de como se desenvolvia a área da entrada (A1) e a área anexa à ermida. O restante edifício está datado do século XVIII, altura em que ocorreu uma expansão do espaço do hospital, construindo-se a enfermaria maior e os edifícios em redor do logradouro, assim como o muro correspondente à UE [206] que o delimita a Oeste. De construção mais recente (século XX) assinalam-se os dois anexos implantados no logradouro, a Sul e a Norte. Um dos elementos que permitiu uma aproximação cronológica das fases construtivas do edifício foi a janela entaipada identificada no corredor da A1 e que pelas técnicas construtivas e dimensões visíveis parece enquadrar-se numa cronologia entre a 2ª metade do século XVII/princípios do século XVIII. Por este dado se indicia que a edificação onde este elemento se integra poderá ser anterior à construção da enfermaria maior (século XVIII) ou mesmo contemporânea da fase mais antiga do edifício (contígua à ermida, voltada para o Largo da Boa Nova). A construção da estrutura UE [206] parece ter acontecido durante os finais do século XVII, princípios do século XVIII, pelo facto de se identificar no alicerce do muro um lintel de janela característico do século XVII. Reaproveitado na estrutura, este muro é obrigatoriamente posterior à datação do elemento arquitectónico que integra. Nas duas sondagens abertas observam-se realidades de ocupação diferenciadas, apesar dos níveis mais antigos que cobrem o nível geológico, serem coincidentes na datação. A S1 sofreu uma maior deturpação de depósitos da época contemporânea, com a colocação de duas infra-estruturas: caixa de esgoto/canalização e tubo de PVC, observando-se também aí depósitos de entulho.

Na S1, a primeira fase e mais significativa caracteriza-se pela acumulação de depósitos do século XVI (provavelmente na 2ª metade) até ao século XVII, que cobrem o nível geológico – tufo vulcânico. Identificou-se um significativo conjunto de faiança, cerâmica comum e dois rebites de cadeira de couro datados de século XVII. A ocupação contemporânea foi a mais visível durante a escavação da sondagem, com a identificação de diversos depósitos de entulho e da implantação de infra-estruturas de esgotos e água.

No caso da S2, a 1ª fase é definida por uma sucessão de depósitos que se acumulam sobre o nível geológico a partir da 2ª metade do século XVI até à época contemporânea (século XVIII). A 2ª fase é caracterizada pela abertura de uma vala, datada do século XVIII para a construção de um muro de delimitação do jardim/logradouro do hospital e as hortas adjacentes. Por último há uma nova acumulação de depósitos de cronologia contemporânea, desde o alicerce da estrutura referida anteriormente, abandonando o provável nível de circulação que a estrutura definia.

Quanto ao espólio recuperado a cerâmica comum apresenta-se como o grupo exumado mais significativo com 2049 fragmentos e caracteriza-se pela ausência nas superfícies (interna e externa) de um acabamento vitrificado, porém regista-se a presença de engobes e brunidos. Deste conjunto inclui-se a cerâmica preta, vermelha e regional (Figura 1 e 2).

A cerâmica vidrada compõem um terceiro conjunto cerâmico com 241 fragmentos abrangendo quatro séculos de história (século XVII a XX). Regista-se neste conjunto um elevado leque de colorações de vidrados: melado, amarelo, castanho, castanho- escuro, verde-claro e verde-escuro.

A faiança constitui o segundo conjunto mais numeroso, contabilizando-se 403 fragmentos datados entre o século XVI e o século XXI. Relativamente à gama de cores esta varia entre o policromado, para as épocas mais recentes, e os simples (uma ou duas cores) ou sem decoração para as épocas mais recuadas. Em relação aos motivos decorativos identificam-se os motivos vegetalistas, "contas", "rendas", geométricos, linhas, entre outros. Em relação à louça *malagueira* assinala-se a sua identificação nos estratos mais antigos da S1 e S2, do início da ocupação do espaço. Associado a este conjunto regista-se também a presença de cerâmica comum, cerâmica vidrada e uma moeda na UE [219]. Em relação à faiança do tipo majólica (século XVI), esta caracteriza-se por peças com esmalte azul claro no fundo e com desenhos vegetalistas pintado a azul-escuro. Assinala-se ainda como dado relevante a presença de um fragmento de bordo de prato de louça de imitação inglesa da série *Willow Pattern* e ainda a presença de faiança decorada com motivos simples a azul ou em azul e vinoso (castanho escuro).

O conjunto de porcelana apresentado é reduzido e fragmentário não permitindo extrair perfis completos que ajudariam na reconstrução das peças. Ao todo identificaram-se 8 fragmentos da série azul e branca onde se distinguem dois fundos, um arranque de fundo, dois bordos e três fragmentos inde-

terminados, identificados nas UE's. A maior parte dos fragmentos apresenta pastas de tonalidades brancas muito bem depuradas, com esmalte brilhante e homogéneo.
O metal que apareceu em maior número foi o ferro, representando os pregos/cavilhas a maior percentagem. De mais significativo no conjunto assinala-se uma moeda em cobre, em mau estado de conservação, que foi identificada como um *ceitil*, contudo não foi possível identificar a sua cronologia.

3. *CASA DO CAPITÃO*. PROBLEMÁTICA E INTERVENÇÃO

A intervenção no sítio denominado de *Casa do Capitão* corresponde igualmente a um imóvel classificado como de Interesse Público pelo Decreto nº 44452, de 5 Julho de 1962, inserindo-se na Zona Classificada de Vila do Porto instituída pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/92/A, de 21 de Outubro. O potencial deste sítio revestiu-se para a arqueologia dos Açores de elevado interesse já que Vila do Porto, na ilha de S. Maria, é um dos referentes ocupacionais mais antigos dos Açores. Os dados recolhidos desta intervenção permitiram analisar melhor a história da ocupação da ilha de S. Maria e de Vila do Porto e desmistificar alguns aspectos relativamente ao sítio denominado de "Casa do Capitão".
Consciente de que a intenção de implantar neste espaço qualquer tipo de edificação urbanística poderia colocar em risco de destruição eventuais vestígios arqueológicos aí existentes, a realização de trabalhos arqueológicos prévios tornou-se assim essencial para diagnosticar o seu potencial e para que com maior segurança se pudessem determinar as mais adequadas medidas de salvaguarda. Igualmente se considerou uma oportunidade, até à data inédita em S. Maria, de intervencionar arqueologicamente num sítio urbano de cronologia recuada, correspondente à fase de povoamento dos Açores, onde havia potencialidade para aí ocorrerem realidades cronológicas que poderiam remontar ao séc. XV.
Como primeira ilha a ser povoada, Santa Maria e mais particularmente Vila do Porto assumiu uma importante função institucional no início do povoamento dos Açores comportando a sede de município e capitania. Nesta ilha onde ocorreu a implantação do povoamento inicial do arquipélago dos Açores torna-se essencial estudar e preservar os seus contextos arqueológicos considerados de elevada importância científica para o entendimento de toda esta problemática da expansão portuguesa e do povoamento açoriano.
As referências documentais da existência de uma casa habitacional pertença dos Capitães Donatários são muito ténues e reportam principalmente aos dados fornecidos pelos cronistas do século XVI, como Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas que mencionam a habitação do Capitão Donatário. Contudo, a referência mais recuada é a de Frei Diogo das Chagas que se refere ao segundo Capitão Donatário (1492-1499). Já Gaspar Frutuoso refere uma habitação, durante a descrição biográfica do quarto Capitão Donatário, Pedro Soares de Sousa (1573 – 1580), no seu *Livro Terceiro das Saudades da Terra.* As referências à habitação do Capitão Donatário surgem também nas obras dos autores do século XVI, Frei Diogo das Chagas – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* e Gaspar Frutuoso.
Decorrente da análise do terreno já sem o coberto vegetal e das evidências que ocorreram nesta fase foram definidas várias áreas de diagnóstico onde se implantaram 4 sondagens (S1,S2, S3 e S4) arqueológicas todas orientadas no sentido dos pontos cardeais (Norte, Sul, Este, Oeste) e de acordo com o potencial e os elementos estruturais que se tornaram evidentes – fachada, lajedo e "poço". Com este trabalho foi também efectuado o levantamento rigoroso da implantação do terreno bem como das estruturas e alçados existentes, essencial para o decurso do trabalho arqueológico.
A S1, localizada junto à fachada interior do edifício foi aberta com o objectivo de perceber a estratigrafia arqueológica do local, mas também para compreender a data da construção do edifício/fachada. Esta sondagem foi projectada com as dimensões 2x2 metros. A S2 foi projectada junto ao lajeado UE [201] localizado junto à fachada interior e ao edifício anexo, o qual não há referência de construção projectada com as dimensões 2x2m. Já no caso da S3, esta foi implantada de forma a registar a estrutura circular identificada no centro do logradouro – tanque e foi projectada com as dimensões 3x3m. Por fim, a S4 foi localizada na área Noroeste do logradouro, em frente ao barracão de madeira existente actualmente, projectada com as dimensões 2x2m.
Na S3 foi identificada uma pequena estrutura em mau estado de conservação UE [306], localizada junto ao canto Oeste da sondagem, com orientação SW/NE. Apenas foi identificada uma fiada de pedras (alçado),

assente em depósitos mais antigos e deste modo surgiu a necessidade do desmonte da mesma, de forma a escavar estes depósitos. Com a identificação de uma nova fase de acumulação de depósitos que cobriam um nível de incêndio, composto por duas camadas, foi identificada a presença de cerâmica de construção e cerâmica comum (superfícies brunidas e com engobe). No interior da vala, registaram-se dois níveis de entulho, datados dos finais do século XVIII e princípios do século XIX.

Na S4 o depósito mais significativo foi o nível de incêndio da UE [405] (coberto pela UE [404]), provavelmente uma fogueira, na qual se recolheu um grande conjunto cerâmico. Foi também identificada uma vala UE [408] que cortava o nível de incêndio e da argila geológica da UE [406] que cobria o nível de tufo vulcânico UE [409]. No interior da vala, registou-se um nível significativo de entulho UE [407], esta realidade foi também identificada no extremo SE do alargamento da S1 - UEs [116] e [117] – e na sondagem 2 – UEs [206] e [207]. Apesar de época contemporânea e considerados mais tardios, como é o caso do depósito UE [404], foi identificado nesta unidade um fundo de taça em faiança de esmalte branco, com decoração a azul e com uma inscrição com a letra R (provavelmente do século XIX, atribuída à Faiança da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, Vila Nova de Gaia, fundada em 1784 pelo genovês Jerónimo Rossi, que terá laborado até 1930 (Figura 3).

Como análise global o espaço parece evidenciar ter servido durante várias décadas como quintal e vazadouro de lixos e entulho de antigas casas anexas ao espaço. As camadas identificadas com a presença de carvões são várias, porém identificam-se depósitos caracterizados com níveis de incêndio que poderão estar relacionados com a referência que o autor Miguel de Figueiredo Côrte-Real, fez seu no artigo sobre as ruínas do imóvel, onde indica que "aquela fachada é o resto de 2 ou 3 moradias de rés-do-chão e primeiro andar, que um incêndio devorou há muitos anos." Contudo, esta referência temporal não cede datações, mas terá que ser anterior ao século XX, visto que a fachada já existia em 1905, quando o pai do autor a adquiriu.

3.1. Problemática de ocupação do espaço

A lacuna documental relativa à *Casa do Capitão* dificultou a compreensão das realidades arqueológicas identificadas no local. Os trabalhos no logradouro foram um importante meio de obtenção de informação sobre a ocupação do espaço desde o século XVI até à actualidade. Nas quatro sondagens escavadas arqueologicamente, registaram-se sedimentos junto ao nível geológico, sem deturpação actual, os quais comportavam espólio que permitiu a datação destes depósitos mais antigos. Nas quatro sondagens abertas observaram-se realidades de ocupação diferenciadas, apesar dos níveis mais antigos que cobrem o geológico, serem coincidentes na datação.

Atendendo ao facto de os resultados apresentados serem relativos a quatro sondagens, a informação arqueológica recolhida é considerada uma amostragem das eventuais realidades que possam estar depositadas na zona de logradouro. Em termos tipológicos foram recolhidos os seguintes tipos de artefactos: cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, porcelana, vidro, metal (ferro e cobre), lítico, fauna mamalógica (osso animal) e fauna malacológica (conchas). Os conjuntos tipológicos apresentam-se muito fragmentados com a quase ausência de perfis completos – excepto no caso de uma sertã, porém foi possível a atribuição de tipologias a alguns fragmentos através da consulta de paralelos cerâmicos do Museu de Santa Maria. Todos os fragmentos identificados foram produzidos a torno rápido, sendo possível identificar na cerâmica comum e, em alguns casos da cerâmica vidrada, marcas desta técnica de produção cerâmica. As técnicas de cozedura variam entre as redutoras (conferindo ás peças uma coloração negra) e as oxidantes (coloração avermelhada/alaranjada), estas últimas predominantes no global do conjunto recolhido. Em relação ao espólio da sondagem 4, foi recolhido no depósito UE [404] – nível de entulho – um fundo de taça em faiança de esmalte branco e com decoração a azul com uma inscrição – Letra R.

4. CONCLUSÃO

As duas intervenções arqueológicas nos sítios do Hospital da Boa Nova e da Casa do Capitão representam importantes trabalhos de referência para futuros estudos do contexto terrestre da ocupação nos Açores. Apesar do seu carácter de diagnóstico contribuem para a delimitação de balizas temporais dos diversos estratos identificados e para a criação de referentes futuros.

O maior obstáculo para a interpretação dos dados arqueológicos e da ocupação do espaço foi a escassez de fontes históricas e a falta de outros referentes arqueológicos em contexto terrestre nos Açores. Contudo,

identificaram-se alguns paralelos com casos insulares, especialmente no que diz respeito à cerâmica, com os dados recolhidos no Convento de São João, actualmente localizado no Teatro Micaelense; no Recolhimento de Santa Bárbara, todos em Ponta Delgada, ilha de São Miguel; do naufrágio *Angra D*, Convento de São Gonçalo em Angra do Heroísmo; Alfândega na Praia da Vitória na ilha Terceira e no naufrágio Nª Sr.ª da Luz na ilha Faial[4]. Almeja-se que num futuro próximos outros locais possam ser sujeitos a trabalhos arqueológicos e aí se reúnam mais dados e paralelos que possam igualmente fornecer materiais cerâmicos semelhantes e/ou novas informações que permitam gerar novas interpretações sobre a ocupação do arquipélago, sobre as suas relações com o *interland* e com o mundo exterior com o qual esta região se relacionou intensamente. Da análise do espólio recolhido percebe-se uma diacronia que foi balizada entre o século XVI até a actualidade.

BIBLIOGRAFIA

GREGÓRIO, Rute Dias (2008) – *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar (Teses).

OLIVEIRA, Manuel de Sousa d' (1989) – *Escavações Arqueológicas na Cidade da Ribeira Grande*. Arrifes: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, (texto policopiado).

BENTO, Carlos Melo (1990) – *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982*. Ponta Delgada: Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores.

MOURA, Mário (2010) – Terras do ex-Mosteiro do Santo Nome de Jesus. Escavações Arqueológicas, In *A Ponte – Revista Cultural da Ribeira Grande*. Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande, 1:26-33.

MENESES, Avelino de Freitas de (1987) – *Os Açores e o Domínio Filipino*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira (2 Vol).

CORDEIRO, António, (1981) – *História Insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental,* Angra do Heroísmo: Região Autónoma dos Açores, Secretária Regional da Educação e Cultura.

FRUTUOSO, Gaspar (2005) – *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, (6 vols.).

CHAGAS, Diogo das (Frei) (1989) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Ponta Delgada: Secretária Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional da Cultura, Universidade dos Açores, (CEDGF).

GRADIM, Alexandra (2006) – *Alcoutim urbano e rural: dos finais da Idade Média ao fim do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Colibri.

Ruínas da Casa do Capitão Donatário, João Soares de Sousa em Vila do Porto. Baluarte de Santa Maria. Data (22 de Dezembro de 1983), Vila do Porto: p. 2.

4. Os Relatórios Finais referentes a estes trabalhos encontram-se depositados e para consulta da DRaC, em Angra do Heroísmo, nos respectivos processos de Carta Arqueológica dos Açores.

Figura 1 – Fragmentos de faiança e porcelana. Hospital da Boa Nova S1 e S2. © Catarina Garcia.

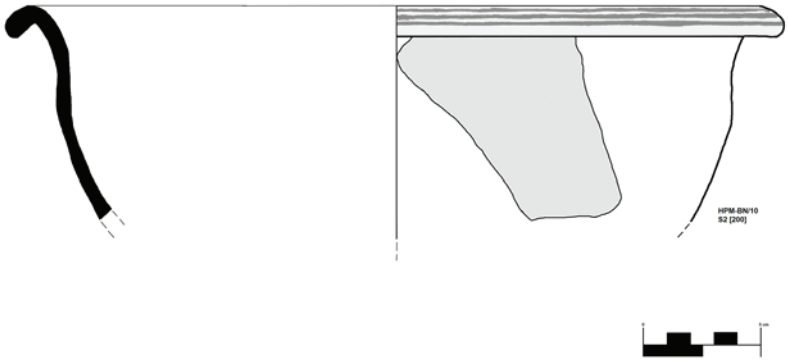


Figura 2 – HPN-BN/10 – Desenho das peças em cerâmica comum S2[200]. © Catarina Garcia.

Figura 3 – CAP-VP/11-S4 [404] – Fundo. Faiança decorada. Foto Catarina Garcia.

8

Paisagens Culturais Ribeirinhas e Marítimas

ENTALHES, MECHAS E CAVILHAS: EVIDÊNCIAS DE UM NAVIO ROMANO NA PRAÇA D. LUÍS I (LISBOA)

Cristóvão Fonseca / Centro de História de Além-Mar (CHAM) / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores / cristovaofonseca@gmail.com
José Bettencourt / Centro de História de Além-Mar (CHAM) / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores / jbettencourt.cham@gmail.com
Teresa Quilhó / Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) / terisantos@isa.utl.pt

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados preliminares dos trabalhos de registo e avaliação de um elemento naval em madeira identificado durante os trabalhos de escavação arqueológica na Praça D. Luís I em Lisboa.
A peça encontrava-se num contexto portuário, onde se registaram materiais de época romana, que datam entre o século I a.C. e o século V.
As medidas, a morfologia e o sistema de fixação desta peça sugerem que fez parte da estrutura de um navio da antiguidade clássica, podendo corresponder a uma peça longitudinal, tábua de forro ou quilha.
Na ausência de outros vestígios de navios desta época na costa portuguesa, a peça da Praça D. Luís I constitui um vestígio singular, com importância científica de excepção.

ABSTRACT

This paper presents the preliminary results of the survey and evaluation of a ship timber, identified during the archaeological excavation at D. Luís I Square, in Lisbon.
The timber was found in a harbour context, where there were also other artifacts of the Roman era, dating from the first century B.C. to the fifth century A.D..
Mortise-and-tenon joinery and the timber measurements suggest that this was part of a ship of the Classical antiquity, corresponding to a longitudinal piece, a ceiling plank or a keel.
In the absence of other ships remains in the Portuguese coast, this timber is a singular artifact, with a high scientific value.

No âmbito da colaboração com a ERA-Arqueologia, SA[1], em intervenções arqueológicas na zona ribeirinha de Lisboa, o CHAM realizou em Fevereiro e Março de 2013 o registo e avaliação científica de um elemento em madeira identificado durante os trabalhos de escavação arqueológica na Praça D. Luís I, no local da construção de um parque de estacionamento da Emparque (Figura 1).
Esta peça encontrava-se num contexto com funções portuárias (fundeadouro ou desembarcadouro), abaixo do nível médio do mar (entre as cotas -3,6 e -3,85m), onde se registaram materiais exclusivamente de época romana (na sua maioria ânforas), que datam entre o século I a.C. e o século V (Sarrazola *et al*., no prelo) (Figuras 2 e 3).
Orientado no sentido sudoeste-nordeste, este elemento encontrava-se fracturado em duas secções principais e pequenos fragmentos com pouca expressão. Ambas encontravam-se em mau estado de conservação, fragilizadas devido à colonização da madeira por *teredo navalis*, o que indica que a peça integrou um ambiente exposto sobre o fundo antes do enterramento definitivo, em sedimentos finos de origem fluvial. O mesmo acontece com o espólio

1. Agradecemos à ERA-Arqueologia, SA, a cedência dos ortos e cartografia utilizados na elaboração das plantas do presente artigo.

cerâmico, no qual se observaram incrustações calcárias. Estas características e a associação estratigráfica directa com espólio de ampla diacronia (de pelo menos seis séculos) indicam que estamos perante uma realidade arqueológica que terá sido influenciada por uma complexa e enérgica hidrodinâmica. Na verdade, este contexto apenas terá conhecido uma estabilidade sedimentar num momento posterior ao século V, quando a zona deixa de ser regularmente utilizada. A construção de uma grade de maré no século XVII (Sarrazola, *et al.*, no prelo), sobre o contexto de época romana, contribuiu de forma decisiva para a estabilização e preservação deste último.

A madeira media, pelo menos, 9,36 m de comprimento total: 3,14 m no troço sudoeste e 5,58 m no troço nordeste. O troço melhor preservado e com maiores dimensões era o nordeste. Nele foram medidas duas secções nos locais de corte, que foram seleccionados para desmontagem e levantamento, com valores irregulares, de 33,5 x 7 cm e de 26 x 14 cm. Perante estes resultados, considerando que se trata da mesma peça sujeita a processos de erosão complexos (que terão incidindo de forma diversa em zonas diferentes), pode-se concluir que o elemento naval de madeira linear teria pelo menos 9,36 m e uma secção superior a 33,5 x 14 cm (Figura 4).

A espécie arbórea foi identificada através de exame macro e microscópico de uma amostra, que revelou corresponder ao género *Quercus* spp. (Figura 5). As suas características anatómicas podem aparecer nas espécies *Q. faginea* ou *Q. pyrenaica*, ambas carvalhos com ampla representação na Península Ibérica, já identificados em contextos arqueológicos de época romana (Tereso, 2009) e usados na construção naval. Apesar da erosão das arestas e das superfícies, foi possível observar o sistema de ligação desta peça a outros elementos, constituído por entalhes, mechas e cavilhas em madeira. A distância entre as mechas é irregular, variando entre 42 cm e 63 cm (medidas centro a centro, a confirmar em laboratório). A largura da mecha também varia, a maioria entre 11 e 14 cm. A profundidade não pôde ser medida devido ao estado de conservação, que não permitiu a preservação de nenhuma mecha na sua totalidade, mas seria superior a 11 cm. A espessura foi medida numa mecha, onde atinge aproximadamente 2,8 cm. Apenas foram observadas duas cavilhas, uma com 1,7 cm e outra com 1,8 cm de diâmetro (Figura 6).

As medidas, a morfologia e o sistema de fixação confirmam que este elemento fez, sem dúvida, parte da estrutura de um navio, podendo corresponder a uma peça longitudinal, tábua de forro ou quilha. No entanto, a hipótese de se tratar de uma tábua de forro perde força se tivermos em consideração a secção da peça em estudo: pelo menos cerca de 33,5 x 14 cm. A título de exemplo, refira-se que no navio mercante de Madrague de Giens, de grande porte e que transportava vários milhares de ânforas, a tábua de resbordo do forro exterior media no máximo cerca de 12 cm de espessura (Figura 7).

O sistema de fixação entre as tábuas ou destas à quilha data este elemento da antiguidade clássica, tendo sido globalmente utilizado em todo o mundo mediterrânico em navios de pequeno porte, como o de Kyrénia do séc. IV a.C., ou de grande tonelagem, como o de Madrague de Giens, do séc. I a.C. (Rieth, 1996: 16-24). Também a nível cronológico se verifica o recurso a esta técnica de uma forma alargada, desde a Idade do Bronze, no navio Uluburun, até ao início do séc. VII no navio Pantano Longarini (Pomey *et al.*, 2012, p. 268, 289 e 291).

Neste sistema de construção em "shell first", de forro liso, as tábuas eram ligadas sistematicamente por mechas em madeira embutidas em entalhes nas costuras de cada tábua que, depois, eram bloqueadas com cavilhas colocadas perpendicularmente ao plano do forro. Numa fase inicial, estas mechas eram distribuídas ao longo do casco de uma forma regular. Por exemplo, no navio de Madrague de Giens estas mechas tinham entre 8 e 8,5 cm de largura, 10 a 12 cm de profundidade e 1,2 a 1,5 cm de espessura, sendo o intervalo entre cada mecha de 6,5 a 7,5 cm (Rieth, 1996: 17-18; Steffy, 1994: 62-65).

Ao longo da época romana este sistema foi-se alterando significativamente (Figura 8). À progressiva redução da dimensão das mechas[2] encontra-se associado um aumento do intervalo entre cada ponto de ligação. Este espaçamento aumenta, mais de 30 cm, nos navios tardios dos séculos IV e V (Yassiada 2, Akko Marina, Dramont F e Fiumicino 1). Em County Hall e Dramont E, dos séculos IV e V, respectivamente, a grande variação do padrão de distâncias depende da localização das mechas no casco (no primeiro caso destaca-se um espaçamento excepcional de 97 cm na zona central do navio). Os

2. Apenas no navio Dramont E (século V) se verifica uma excepção: a largura das mechas chega a um máximo de 11 cm de largura na ligação da tábua de resbordo à quilha (Pomey *et al.*, 2012, tab. 2, p. 288 e 289).

grandes intervalos de cerca de 100 cm são evidentes nos naufrágios do século VII: St-Gervais 2, Yassiada 1 e Pantano Longarini (Pomey *et al.*, 2012, p. 249 e 297). Esta evolução é actualmente explicada pelo recurso a uma construção naval mista, em "shell first" e "skeleton first", e à própria transição entre os dois sistemas, que ocorreu ao longo do 1º milénio de forma complexa, considerando factores regionais, económicos e sociais.

A uma escala mais específica, esta peça tem outra característica relevante. Como vimos, apenas duas ligações apresentam cavilhas a travar as mechas, o que uma vez mais a aproxima de cronologias mais tardias. Nos navios County Hall, Yassiada 2 e Dramont F, do século IV, apenas algumas mechas apresentam cavilhas de fixação. Entre finais do século IV e inícios do século VII, o recurso a mechas não cavilhadas começa a ser mais frequente, como se verifica em Fiumicino 1 e Dor D. Em Parco di Teodorico, St-Gervais 2, Yassiada 1 e Pantano Longarini (entre os séculos V e inícios do VII) nenhum dos pontos de ligação estava reforçado com cavilhas (Pomey *et al.*, 2012, tab. 2, p. 288 e 289 e 295).

Ou seja, o sistema de fixação da peça da Praça D. Luís I tem paralelos, quanto ao padrão, em navios da fase final da época romana, entre os séculos IV e VII. No entanto, apresenta uma diferença muito significativa em relação aos casos estudados até à data, que se relaciona com a grande dimensão das mechas da peça da Praça D. Luís I. Sem paralelos disponíveis, esta característica não pode ser interpretada, mas poderá remeter para a problemática da construção naval romana adaptada ao Atlântico, para a qual não são conhecidos contextos até à actualidade.

Na ausência de outros vestígios de navios da antiguidade na costa portuguesa, que até esta descoberta se circunscreviam a um pequeno fragmento localizado no estuário do rio Arade (Alves, 2005) em contexto secundário, a peça da Praça D. Luís I constitui um vestígio singular, com valor científico de excepção. A continuação do seu estudo, que deverá considerar trabalho de laboratório de fundo (registo arqueográfico pormenorizado, dendrocronologia e datação radiocarbono) e a confrontação exaustiva dos dados com bibliografia especializada poderão apresentar novos dados que permitam contribuir para colmatar o actual desconhecimento sobre os navios e a navegação atlântica na antiguidade clássica.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco (2005) – Apontamento sobre um fragmento de tábua de casco de navio dotado do sistema de fixação por encaixe-mecha-respiga, típico da antiguidade mediterrânica, descoberto em 2002 no estuário do rio Arade. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. N.º 2, pp. 449-457.

POMEY, Patrice; KAHANOV, Yaacov; RIETH, Éric (2012) – Transition from Shell to Skeleton in Ancient Mediterranean Ship-Construction: analysis, problems and future research. *The International Journal of Nautical Archaeology*. 41. 2, pp. 235–314.

RIETH, Éric (1996) – *Le maître-gabarit, la tablete et le trébucher: essai sur la conception non-graphique des carènes, du Moyen Âge au XXe siècle*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, André (no prelo) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *Revista Património*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural.

STEFFY, John Richard (1994) – *Wooden Ship Building and the Interpretation of Shipwrecks*. College Station: Texas A & M University Press.

TCHERNIA, André; POMEY, Patrice; Hesnard Antoinette (1978) – *L'épave romaine de la Madrague de Giens (Var)*: chap. VII. XXXIVe sup. Gallia. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

TERESO, João (2009) – Plant macrofossils from the roman settlement of Terronha de Pinhovelo (NW Iberia). *Vegetation History and Archaeobotany*. 18, pp. 489-501.

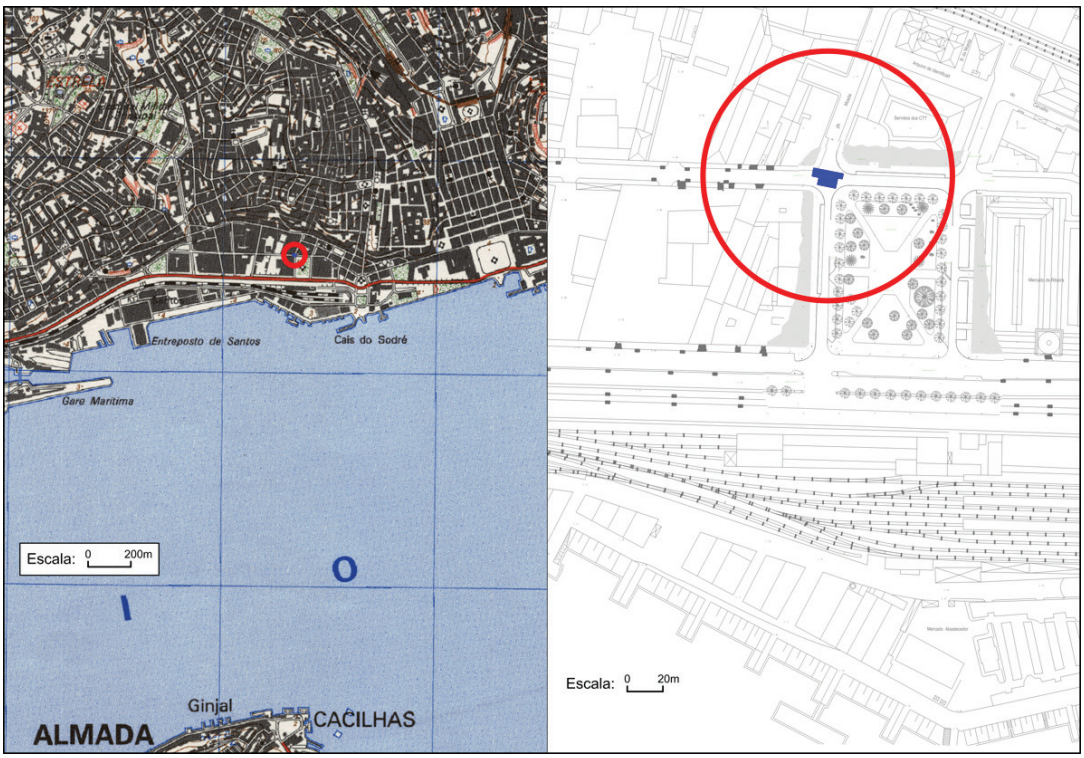


Figura 1 – Localização do sítio arqueológico (excerto da C.M.P., folha 431, IGeoE; levantamento topográfico de Lisboa).

Figura 2 – Aspecto geral do contexto arqueológico.

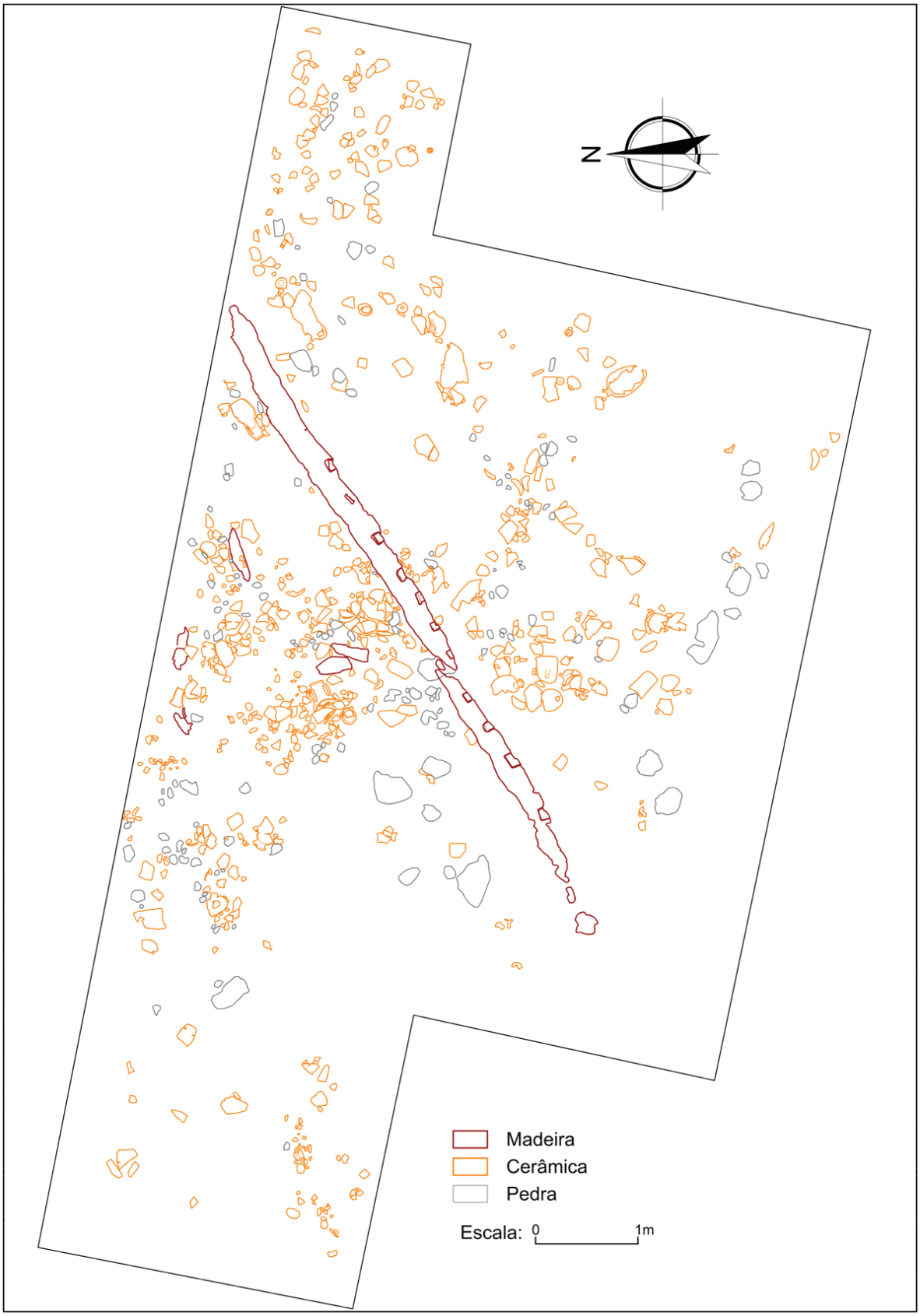


Figura 3 – Planta geral do contexto arqueológico romano da Praça D. Luís I (vectorização a partir de montagem fotográfica rectificada realizada pela ERA-Arqueologia, SA).

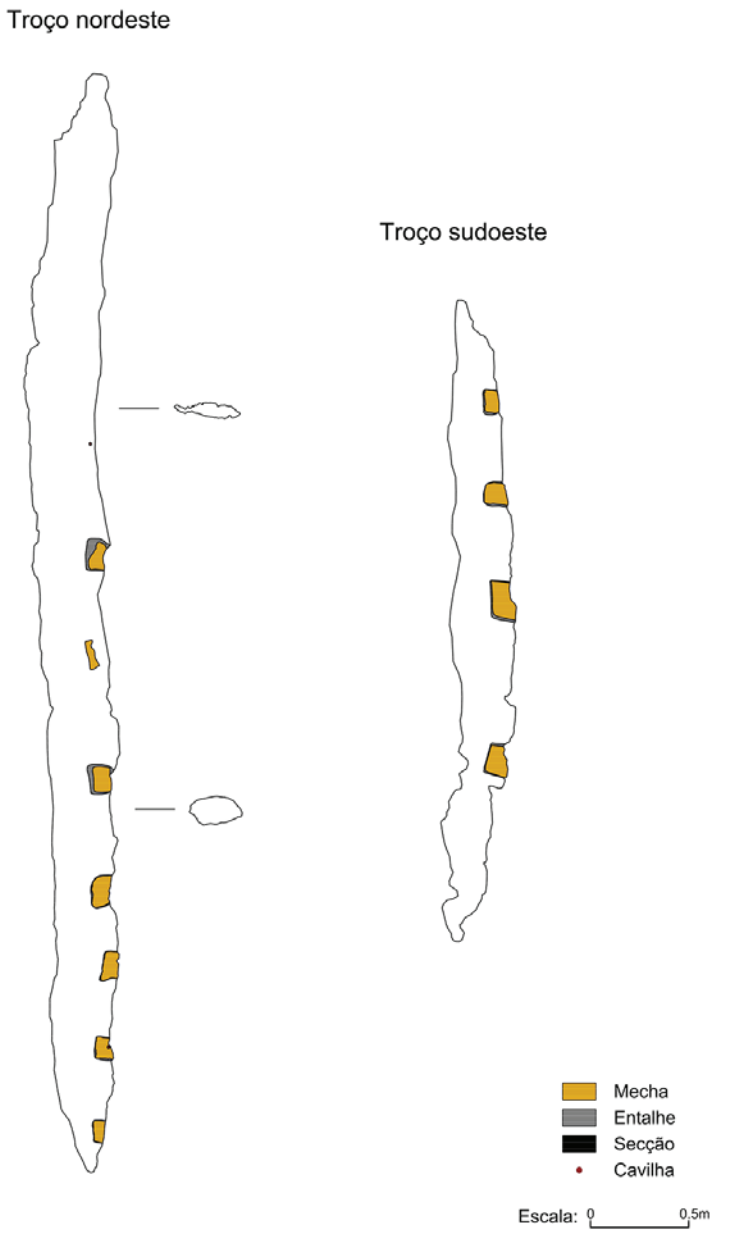


Figura 4 – Desenho dos dois troços da madeira com os pormenores do sistema de construção naval: entalhes, mechas e cavilhas em madeira.

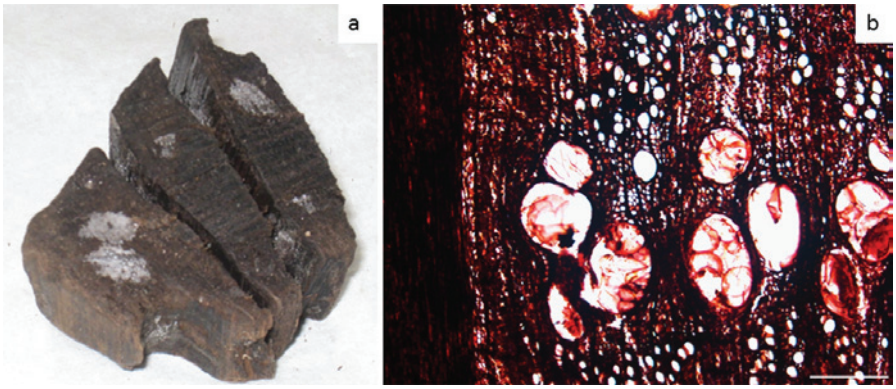


Figura 5 – Amostra analisada de madeira de Quercus sp.(a); observada ao microscópio em secção transversal (b), escala = 400µm.

Figura 6 – Mechas – à direita pormenor da cavilha que travava a mecha.

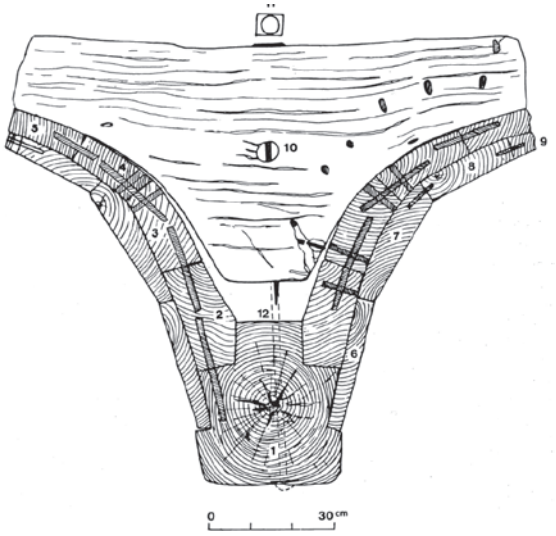


Figura 7 – Secção transversal da caverna M104 do navio Madrague de Giens (Pomey, et al., 1978, fig. 10).

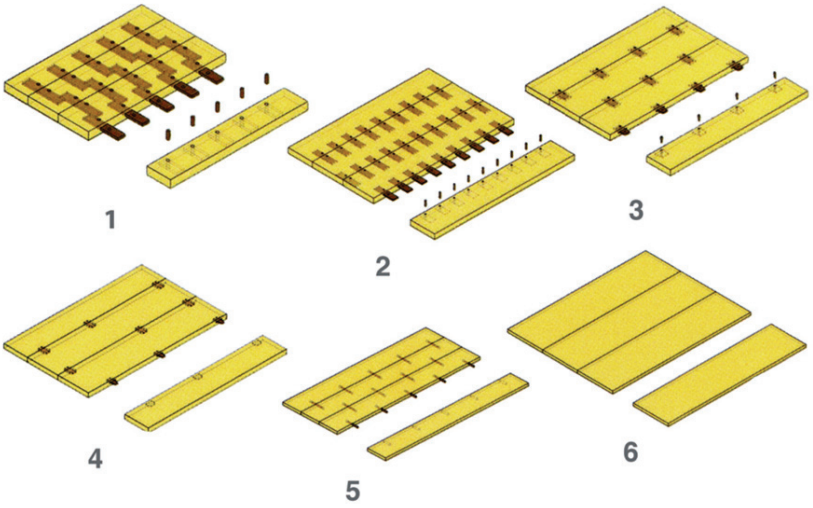


Figura 8 – Evolução do sistema de ligação entalhe-mecha-cavilha: 1 – Uluburun, c. 1325 a.C.; 2 – Kyrenia, final séc. IV a.C.; 3 – Yassiada 2, séc. IV; 4 – Yassiada 1, séc. VII; 5 – Yenikapi 14, c. 900; 6 – Serçe Limani, c. 1025 (reproduzido a partir de C. Pulak, INA; Pomey, et al., 2012, fig. 90).

ORLA RIBEIRINHA DE LISBOA: CONTEXTOS NÁUTICOS DE ÉPOCA MODERNA (RECENTES DESCOBERTAS)

Alexandre Sarrazola / ERA-Arqueologia / alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

RESUMO

A ERA-Arqueologia tem vindo a realizar o acompanhamento permanente das obras de construção do Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I (Emparque) e da Nova Sede Corporativa da EDP, que se inserem em plena zona ribeirinha de Lisboa. O resultado das intervenções arqueológicas efectuadas até ao momento representa um contributo de inequívoca importância para a história da cidade, particularmente no que concerne à sua vocação marítima. Pelo seu interesse, raridade e pela natureza interdisciplinar das intervenções arqueológicas destacam-se a Grade de Maré (século XVII/XVIII) e as embarcações Boa Vista 1 e Boa Vista 2 (século XVII/ XVIII).

ABSTRACT

The construction of a car park and an institutional building near the river front of Tagus River in Lisbon has enabled a spectacular discovery of a 17th century naval dockyard and remains of two shipwrecks (17th/ 18th century), which have few known parallels in Western Europe. The archaeological excavations, conducted by an interdisciplinary team of land, nautical and underwater archaeologists, attest to the pivotal role that Lisbon played in those days, a bustling metropolis where people and cargoes from distant places converged. A major multidisciplinary project is being assembled as there are many questions that need to be answered.

"O estudo dos centros portuários e da origem dos centros urbanos situa-se na charneira entre duas vertentes da arqueologia (...)"

Maria Luísa Pinheiro Blot, 2003

"Mas ninguém poderá conhecer uma cidade se não a souber interrogar, interrogando-se a si mesmo."

José Cardoso Pires, 1997

A ERA-Arqueologia tem vindo a realizar o acompanhamento permanente das obras de construção do Parque de Estacionamento da Praça Dom Luís I (Emparque) e da Nova Sede Corporativa da EDP, que se inserem em plena zona ribeirinha de Lisboa. O resultado das intervenções arqueológicas efectuadas até ao momento representa um contributo de inequívoca importância para a história da cidade, particularmente no que concerne à sua vocação marítima. De um amplo conjunto de evidências arqueológicas, dois contextos de Época Moderna se destacam pelo seu interesse, raridade e pela natureza interdisciplinar da intervenção arqueológica: Grade de Maré (século XVII/XVIII), embarcações Boa Vista 1 e Boa Vista 2 (século XVII/ XVIII).

Nos dois casos a complexidade dos contextos conduziu a ERA-Arquelogia a associar-se a especialistas de diversas áreas da arqueologia terrestre, náutica e subaquática, paleobotânica e geomorfologia, nomeadamente ao Centro de História Além-Mar das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores (CHAM), numa desejável parceria entre empresas e academia que integra também o CINAV- Escola Naval - Marinha. O interesse do tema suscitou, aliás, a formulação de um projecto de investigação sobre a Lisboa Ribeirinha, com uma abordagem que se pretende holística e interdisciplinar, articulando os meios terrestre e aquático.

Acresce que ambos os trabalhos têm na sua génese acções programadas de minimização de impacte, porém de natureza diversa. No caso da Praça Dom Luís I procedeu-se preliminarmente a sondagens de diagnóstico enquadradas no planeamento da obra, sucedidas de acompanhamento e intervenções específicas. Na Nova Sede Corporativa da EDP o facto

da área de intervenção estar (à data de início da obra) fora da zona protegida pelo Plano Director Municipal, implicou (após solicitação de entrada *em campo* por parte da EDP à ERA) a elaboração de uma carta de risco com zonamentos de potencial interesse arqueológico que se vieram a efectivamente confirmar no decorrer dos trabalhos. Em suma, para projectos desta natureza, envergadura e localização estratégica impõe-se um incremento da articulação entre a tutela, a autarquia, os promotores de empreendimentos e a sociedade civil numa fase tão antecipada quanto possível, permitindo o delineamento antecipado e ponderado de soluções adequadas e potenciadoras de um salutar equilíbrio entre desenvolvimento urbano e valorização patrimonial. O potencial arqueológico da zona ribeirinha de Lisboa impõe, pela sua relevância histórica e transversalidade identitária, um esforço conjugado de todas as instituições envolvidas, conducente à preservação da identidade, memória e cidadania, pilares indispensáveis de uma fruição democratizante do património histórico e cultural da cidade.

GRADE DE MARÉ DA PRAÇA DOM LUÍS I – SÉCULOS XVII/XVIII (PARQUE DE ESTACIONAMENTO/ EMPARQUE)

Em Lisboa, capital por excelência da diáspora portuguesa e ibérica, as estruturas portuárias ocupavam, em época moderna, uma extensa faixa do amplo estuário do Tejo. Recentemente – em Março de 2012 - ocorreu a descoberta de uma grade de maré da segunda metade do século XVII/início do século XVIII (de que só se conhecem escassos paralelos no resto do território ocidental europeu, nomeadamente em Amsterdão) hipoteticamente associável à Ribeira da Junta do Comércio (c. 1670-1720).

A intervenção foi executada por uma equipa interdisciplinar, integrando investigadores de arqueologia terrestre, náutica e subaquática, cientistas de paleobotânica e geomorfologia, com expressão assídua em eventos científicos e intensamente acompanhada pelos *media*.

O trabalho de investigação em curso assume, desde início, uma dupla componente de rigor científico e divulgação para um público generalizado.

A organização arquitectónica da grade de maré (de cerca de 300m2 e três níveis de três centenas de barrotes ortogonais, numa pendente de meio metro orientada de Norte para Sul e 2,75% de inclinação) integra uma extensa quantidade de mais de setenta peças de navio reaproveitadas na sua estruturação e seriautilizada em actividades relacionadas com a construção ou reparação de navios. As evidências materiais recolhidas em contexto arqueológico preservado – quer de âmbito artefactual, quer botânico – atestam a amplitude cultural, social, e económica da diáspora Portuguesa dos meados da Época Moderna, quando Lisboa assumia no mundo um papel de inequívoca importância. (Figura 1)

EMBARCAÇÕES BOA VISTA 1 E BOA VISTA 2 DA AVENIDA 24 DE JULHO – SÉCULOS XVII/ XVIII (NOVA SEDE CORPORATIVA DA EDP)

Em Setembro de 2012 foi detectada a primeira de duas embarcações que viriam a ser designadas por Boa Vista 1 e Boa Vista 2. A presença do couce da popa, no primeiro caso, e da roda de proa, no segundo, acrescida em ambos os navios ao recurso a um forro do costado em madeira que dotam tais achados de uma inusitada raridade. A componente material que surge associada nos níveis sedimentares que os protegeram (cachimbos de caulino, faianças e vidros) permite datá-los da transição do século XVII para o século XVIII. O navio Boa Vista 1, de pequeno porte, apresenta "assinaturas arquitectónicas" comuns ao espaço mediterrânico, embora não se encontrem paralelos claros em nenhum vestígio publicados até ao presente. O navio Boa Vista 2, de maior porte, também não encontra paralelos claros no estado actual dos nossos conhecimentos. Ambos constituem, por isso, fontes essenciais e únicas para o estudo da construção naval pós-medieval na Europa. (Figura 2 – Boa Vista 1; Figura 3 – Boa Vista 2)

NOTA FINAL

As intervenções arqueológicas realizadas na zona ribeirinha de Lisboa, na Praça e na Rua de D. Luís I/ Avenida 24 de Julho, vieram revelar dados de notável importância para o conhecimento da dinâmica urbana, marítima e portuária da cidade ao longo dos tempos. Os achados arqueológicos constituem-se, igualmente, como fontes importantes para o conhecimento de aspectos relativos à navegação e aos contactos a longa distância, ao cosmopolitismo e às trocas comerciais, à complexidade social e aos encontros culturais no território actualmente português.

De uma outra perspectiva, como já se afirmou, afigura-se indispensável (face ao exposto) um esforço articu-

lado das diversas entidades e organizações envolvidas na dinâmica actual de transformação urbana de Lisboa, conducente à preservação daqueles que constituem os pilares indispensáveis a uma fruição democratizante do património histórico e cultural da cidade: *i.e.* identidade, memória e cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Norberto de (1944) – *Inventário de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de (1993) – *Peregrinações em Lisboa*, XIII vol. Lisboa: Vega.

BARKER; Philip (1993) – *Techniques of Archaeological excavation*. Routledge: London.

BLOT, Maria Luísa (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*; Trabalhos de Arqueologia 28: Instituto Português de Arqueologia.

CALADO, Maria (1993) – *Atlas de Lisboa. A cidade no espaço e no tempo*. Lisboa: Contexto.

CALADO; Rafael Matias (1986) – *Cinco séculos do azulejo em Portugal*. Lisboa: Edições Asa.

CARITA, Hélder (1999) – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.

CARDOSO PIRES, José (1997) – *Lisboa. Livro de Bordo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CASTILHO; Júlio de (1893) – *A Ribeira de Lisboa. Descripção historica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORDEIRO; Graça Índias, GARCIA; Joaquim (1993) – *Lisboa: Freguesia de S. Paulo*. Lisboa: Contexto.

FRANÇA, José Augusto (1989) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, vol. 12: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

HARRIS; Edward (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*. London: Academic Press.

HENRIQUES, Paulo, Introd. (2004) – *Lisboa antes do Terramoto. Grande vista da cidade, entre 1700 & 1725*:Gótica.

MACEDO, Luis Pastor de (1955) – *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*, Vol. I, 2ª ed.. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

MACEDO, Luis Pastor de (1960) – *Lisboa de Lés a Lés, Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*, Vol. II, 2ª ed.. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

MACEDO, Marta Lacasta; SARRAZOLA, Alexandre (2013) – *Parque de Estacionamento da Praça de Dom Luís I. Relatório de Progresso*: Era, policop.

MAGALHÃES, J. Romero; GARCIA, J. Carlos; FLORES, J. Manuel coord. (1997) – *Cartografia de Lisboa Séculos XVII a XX, Catálogo de Exposição*: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Museu da Cidade.

MAIO, J. ; SERRA, M.; CARVALHEIRA, J. (1991) – *Mercado 24 de Julho*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

MATOS, M. A. Pinto de, (1996) – *A casa das porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

MECO; José (1989) – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa.

MEDEIROS; Carlos, PIÇARRA; Mariano (1994) – *Antigos lugares de vender: Feira da Ladra, Mercado da Ribeira*. Lisboa: Eurolitho.

PINTO, M.; CHANOCA, C., MIGUEL, L. (2004) – *Mercado da Ribeira, Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*, Lisboa: ERA – Arqueologia SA, policop.

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José António; ALVES DE FREITAS, Teresa; *et all.* (2013) – "Notícia dos últimos achados arqueológicos na zona ribeirinha de Lisboa. Evidências de uma vocação marítima milenar": *Al-madan*, [no prelo].

SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, TEIXEIRA, André (2013) – "Lisboa, o Tejo e a expansão portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da zona ribeirinha": *Museu Nacional de Arqueologia – Catálogo*, [no prelo].

SARRAZOLA, Alexandre; TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, (2013) – "Lisboa Ribeirinha: novos contextos navais e portuários de Época Moderna. Primeiros resultados de um projecto de investigação em curso", *Revista iPatrimónio*: DGPC, [no prelo].

VARANDA; Paulo (2001) – *Mercado da Ribeira*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 1

Figura 2

Figura 3

A PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DA RIA DE AVEIRO (SÉCS. XV-XIX): UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

Patrícia Carvalho / Bolseira de doutoramento FCT / CHAM | FCSH-UNL | UAç / patriciasanchescarvalho@gmail.com

RESUMO

A ria de Aveiro influenciou a ocupação humana do centro de Portugal dando origem a comunidades fortemente marcadas pelas actividades marítimas. As características naturais deste espaço resultaram num registo arqueológico subaquático diversificado, constituído por quase uma dezena de sítios arqueológicos, e na formação de uma paisagem onde abundam elementos relacionados com actividades marítimas, nomeadamente portuárias. Com vista à integração cultural dos sítios subaquáticos, pretende-se abordar a evolução da laguna entre os séculos XV a XIX. Serão considerados aspectos económicos relacionados com o povoamento ou com o aproveitamento de recursos naturais. Procurar-se-à também caracterizar as alterações naturais e culturais na navegação lagunar, analisando o seu impacto na paisagem. Este estudo procura assim abordar o património cultural marítimo desta região, analisando também fontes escritas e iconográficas.

ABSTRACT

The *Ria de Aveiro* lagoon influenced the human occupation of central Portugal resulting in communities strongly related to maritime activities. Its natural features resulted in a diverse underwater archaeological record, of nearly a dozen archaeological sites, and the formation of a landscape with several elements related to maritime activities, mainly port activities. Searching the cultural integration of these underwater sites, we intended to approach the evolution of the lagoon between the XV to XIX, considering economic aspects related to the settlement and the use of natural resources. We will also try to characterize the natural and cultural changes in the lagoon, analyzing its impact on the landscape. Therefore, this study will approach the maritime cultural landscape in the lagoon, using also written and iconographic sources.

O estudo da Ria de Aveiro é um tema tratado há várias décadas, sobretudo no âmbito de estudos de geomorfologia costeira, ocupação do território e exploração de recursos naturais. Vejam-se os diversos trabalhos históricos relacionados com a abertura da barra e o porto de Aveiro (Cunha, 1930; Cunha, 1959; Loureiro, 1904; Amorim, 2008c), os estudos de geomorfologia e dinâmicas sedimentares (Corrochano *& alii*, 1999a, 1999b e 2000) ou os trabalhos monográficos sobre a cidade de Aveiro medieval (Silva, 1991) e moderna (Amorim, 1997b). No que diz respeito à exploração de recursos naturais os trabalhos abrangem várias problemáticas que envolvem, por exemplo, estudos recentes sobre a biodiversidade e o ecossistema lagunar (Jemuce, 2008) ou estudos históricos relacionados com a pesca, as marinhas de sal ou a apanha do moliço (Amorim, 1997a; Amorim e Marnoto, 2001; Castro, 1943). Estudos mais recentes têm dedicado atenção às comunidades marítimas que se desenvolveram no seio da laguna e às artes da pesca (Garrido, 2001; Nunes, 2008; Sarmento, 2008). O património cultural constitui ainda tema introduzido em trabalhos monográficos sobre algumas localidades da ria, como por exemplo a *Monografia da Gafanha* do Padre João Vieira Resende (1944) ou o ensaio geo-histórico sobre a Murtosa (Pereira, 1995), ou em publicações periódicas como o *Arquivo do Distrito de Aveiro* ou o Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, que reúnem uma série de artigos sobre temáticas relacionadas com a ria e a cidade de Aveiro.

Nas últimas décadas, surgiram também vários estudos sobre os achados arqueológicos na laguna

(Alves *& alii,* 2001; Bettencourt e Carvalho, 2007--2008; Bettencourt, 2009; Coelho, 2009) ou sobre o património das localidades contíguas (Almeida e Fernandes, 2001), mas que não abrangem a diversidade da paisagem cultural marítima lagunar. De facto, o conceito de paisagem cultural marítima define como objecto de estudo todo e qualquer vestígio cultural marítimo, quer se encontre em terra, quer se encontre no mar (Westerdahl, 1992). Esta abordagem rejeita a existência da fronteira terra na utilização humana do mar e defende um estudo integrado dos vestígios antrópicos relacionados com o espaço marítimo. O âmbito destes trabalhos deve assim ser alargado e incluir aspectos de natureza material, por exemplo vestígios arqueológicos ou património edificado, e de natureza imaterial, como *conhecenças* ou práticas comunitárias tradicionais. Através destes elementos, pretende-se não só apreender a paisagem edificada e visível, mas também intuir a paisagem cognitiva subjacente à paisagem física.

Neste sentido, e dada a multiplicidade de problemáticas de investigação abrangidas pelo conceito de paisagem cultural marítima, propusemo-nos apenas introduzir uma das temáticas relacionadas com a abordagem, deixando para outro trabalho mais exaustivo as restantes. Assim sendo, neste artigo pretendemos abordar as evidências da navegação na laguna, considerando não só a sua evolução geomorfológica, mas também aspectos económicos relacionados com o povoamento ou com o aproveitamento de recursos naturais.

1. O QUADRO GEOGRÁFICO

A navegação na Ria de Aveiro foi fortemente condicionada pela evolução geomorfológica da laguna ao longo dos séculos. Na verdade, a sua formação iniciou-se por volta do século X, altura em que se começou a desenvolver uma flecha arenosa, enraizada na zona de Espinho, para sul, atingindo uma expressão morfológica próxima da actual apenas em meados do século XVII. Com efeito, por volta do século X, a região de Aveiro apresentava uma costa aberta, com uma baía exposta ao mar. Por volta do século XII a restinga situava-se já a norte da Torreira e no século XV atingia a zona de São Jacinto. No século XVIII a barreira arenosa chegou a Mira, encontrando-se terminado o processo de formação lagunar (Corrochano *& alii*, 2000). Foram então cerca de sete séculos de transformações geomorfológicas, que condicionaram a navegação, influenciaram o sistema portuário da laguna e deixaram a sua marca na paisagem e no modo de vida das populações locais que passaram de uma posição costeira para um espaço lagunar.

O povoamento desta região foi, também por isso, marcado pelas transformações da laguna. Durante a época moderna a estrutura de povoamento foi profundamente condicionada pela sua evolução. Por exemplo, às povoações de Ovar, Esgueira, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira, circunscritas na Provedoria de Aveiro, foram sendo acrescidas novas áreas de povoamento que ocuparam gradualmente as áreas baixas recentemente formadas pelo assoreamento progressivo da costa (Amorim, 2008c).

De entre estas, destacam-se as áreas da Gafanha, da Costa Nova e São Jacinto (concelhos de Ílhavo e Aveiro), hoje densamente ocupadas. A cartografia antiga destas áreas, do século XVII, apenas representa algumas construções de carácter militar, religioso ou pequenas povoações. Estes espaços eram então constituídos por extensos areais formados por dunas móveis expostas aos ventos, que foram sendo ocupados sobretudo a partir do século XVIII. De facto, a análise da cartografia de 1759 mostra ainda nesta área uma paisagem árida, com excepção de uma zona em torno do Forte Novo representada aos retalhos, sinónimo de terrenos ocupados (Amorim, 2008c, pp. 46). Noutra carta, também de 1759, são representadas marinhas nas proximidades do mesmo forte (Amorim, 2008c, pp. 44-45). Já o desenho de 1764 apresenta algum casario na zona mais a norte da Gafanha, próximo do Forte Novo e junto ao canal que vai para Aveiro, o que coincide com a carta de 1759 (Amorim, 2008c, pp. 47). Apesar deste desenvolvimento, a cartografia do século XIX mostra ainda um povoamento disperso, embora uma planta da ria entre a Torreira e a costa de Mira de 1876 represente habitações ao longo da margem do canal de Mira (Amorim, 2008c, pp. 54-55).

2. A RIA DE AVEIRO ENQUANTO ESPAÇO ECONÓMICO

O povoamento foi também influenciado pelas actividades económicas da população em torno da ria que, além da agricultura, se dedicava à exploração de sal, à pesca e à recolha do moliço. Estas actividades económicas, muitas vezes complementares e de carácter sazonal, marcaram também a paisagem lagunar.

A exploração de sal na ria é bem conhecida e está documentada desde o século X (sobre este assunto ver, por exemplo, Silva, 1991, Amorim, 2008a). Esta actividade económica resultava de condições geográficas favoráveis. A vasta extensão de terrenos alagadiços e a constante salinidade da água constituíram factores determinantes para a intensificação da produção de sal desde o século XIII (Rau, 1984). Com efeito, este produto, fundamental na conservação do pescado, abasteceu o norte de Espanha, nomeadamente a Galiza e Astúrias, durante os séculos XVI e XVII, e também o mercado holandês sobretudo após a Restauração (Amorim, 2008b; Antunes, 2008).

Também a pesca constituiu uma das principais actividades das povoações ribeirinhas, embora numa perspectiva complementar e por vezes de ocupação sazonal. Os vestígios desta actividade são escassos. No entanto, um mapa, possivelmente do século XVIII, recentemente descoberto na Torre do Tombo, representa a arte da pesca costeira praticada na costa da Torreira e de S. Jacinto (Pinto, 2011). Aqui uma embarcação arrasta uma ponta da rede, a partir de terra, descrevendo um círculo, que depois vai fechar novamente em terra. A rede é mantida à superfície por bóias. Depois ambas as extremidades da rede são puxadas à força de braços pelos pescadores, fechando o cerco ao peixe e trazendo-o até à margem (sobre a pesca na costa de Aveiro no século XVIII ver, por exemplo, Amorim, 1997a).

O carácter sazonal desta actividade levou à criação de ocupações costeiras, também elas sazonais, que no mapa referido surgem representadas por tendas, e cujos paralelos mais recentes serão os palheiros dos pescadores, existentes, por exemplo, na Costa Nova, na Vagueira ou em Mira, referidos na cartografia do princípio do século XX (Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, Carta de Portugal 1/50000, folhas 9-C e 10-C).

A actividade piscatória tinha no entanto um carácter internacional. De facto, ainda no século XVI, o levantamento de 1552 sobre a frota de Aveiro documenta, entre os 72 navios no rol da vila, alguns com destino à Terra Nova para a pesca de bacalhau (DGARQ/TT, CC, p. I, mç. 87, nº 115). No início do século XVII, oito naus da região estavam na pesca do bacalhau na Terra Nova, referindo-se que esta actividade era uma das principais ocupações dos marinheiros das vilas de Aveiro e de Esgueira (DGARQ/TT, CC, p. I, mç. 115, nº17).

3. A NAVEGAÇÃO NA LAGUNA

A navegação na ria faz-se por canais, designados cales e esteiros. A cale é um canal onde se pode navegar com qualquer maré. Nos esteiros só se pode navegar na preia-mar, porque na baixa-mar não existe água suficiente (Dias, 1996).

Partindo desta diferença procurámos caracterizar as principais vias de navegação na ria nos séculos XVIII e XX. Pretendemos também determinar as alterações à morfologia da ria, numa época em que a barra ainda não estava definida e tendia a assorear e a migrar cada vez mais para sul.

Neste exercício comparámos alguma da vasta cartografia histórica produzida durante os trabalhos de abertura e melhoramento da barra de Aveiro, entre os séculos XVIII e XX. (Amorim, 2008c; Amorim e Garcia, 2008). Concluímos que os canais que surgem sempre referenciados são os de Mira, S. Jacinto Espinheiro e da Cidade[1] (Figura 1). Seriam estes os principais cursos de água navegáveis, que davam acesso aos portos no interior da laguna desde início da Época Moderna, embora seja a partir da segunda metade do século XVIII e até ao século XX que a sua representação cartográfica é precisa.

Com efeito, as sucessivas alterações da posição da barra, cada vez mais a sul de Aveiro, tornavam o canal de Mira muito importante, pois era através dele que se navegava para o mar. O canal de S. Jacinto permitia aceder a Ovar, o porto mais a norte da laguna, e a cale do Espinheiro subia até ao rio Vouga. O canal da cidade (ou da vila) dava acesso a Aveiro.

As dinâmicas da navegação na ria nos últimos seis séculos ficaram também documentadas em diversos vestígios arqueológicos relacionados com a navegação que, desde a década de 1970, têm vindo a ser registados, quer em terra, quer debaixo de água (Figura 3). Os primeiros vestígios arqueológicos conhecidos foram descobertos em 1973, identificando-se restos de um navio (1) presumivelmente do século XIX junto ao Farol da Barra (Bettencourt, 2009). A esta descoberta sucederam-se, na década de 1990, o sítio de naufrágio Ria de Aveiro A, em 1992, e os restos das embarcações Ria de Aveiro E e F. O primeiro corresponde a um pe-

1. A designação utilizada para o mesmo canal pode variar, por exemplo, o canal de Mira, como hoje é designado, tomou os nomes de cale Grande, em 1759 e canal da Barra Velha, em 1858 (Amorim, 2008c, p. 46; Amorim e Garcia, 2008, p. 54).

queno navio de tradição ibero-atlântica dos séculos XV ou XVI, com uma carga de cerâmica de fabrico regional (Figura 2) (Alves *& alii,* 2001; Bettencourt e Carvalho, 2007-2008; Carvalho e Bettencourt, 2012). O segundo foi descoberto em 1999 no âmbito das prospecções efectuadas aquando das obras da SIMRIA, e corresponde a um núcleo de pedras de lastro, um pequeno fragmento de cavername datado do século XV e cerâmica. Por seu lado, Aveiro F, descoberto durante uma campanha de dragagens no Porto de Aveiro em 2002, corresponde a vestígios de uma embarcação com características de origem mediterrânica datada do século XV ou XVI e onde foram identificados destroços do navio, peças de poleame, lastro e pequenos fragmentos de cerâmica (Rodrigo, 2002; Bettencourt, 2009). Mais recentemente foram ainda encontrados vestígios de um navio construído em casco trincado denominado Aveiro G, datado dos séculos XIV ou XV com características que o filiam na construção naval do noroeste europeu, nomeadamente biscainha (Alves e Ventura, 2005; Bettencourt, 2009).

Além dos vestígios náuticos, diversos achados isolados documentam actividades marítimas na periferia da cidade de Aveiro, como por exemplo um astrolábio junto à antiga Lota com a data de 1575 gravada e cerâmicas que parecem corresponder a vestígios de diversos naufrágios e de actividades portuárias, das quais se devem destacar as numerosas formas de açúcar (Coelho, 2013). Este conjunto de achados dispersos, aparentemente perturbados por dragagens nos anos 70 do século XX, tem vindo a ser identificado no Canal Principal, no sítio designado por Ria de Aveiro B-C. Entre os materiais identificados, além da cerâmica comum semelhante aos exemplares recuperados em Aveiro A, contam-se ainda fragmentos de cachimbos de caulino, faianças, anforetas e vidrados de sal alemão (Coelho, 2009; Bettencourt, 2009).

A dispersão espacial destes sítios indica que os naufrágios ocorreram em áreas de acesso à cidade de Aveiro (Figura 3). Mais expressiva torna-se a sua distribuição considerando a sua cronologia: os sítios mais antigos, Ria de Aveiro G e F (séculos XIV a XV), encontram-se por altura da entrada na barra em 1500; o sítio Ria de Aveiro A (séculos XV-XVI) localiza-se no canal de Mira, que na altura dava acesso à barra, que desde finais do século XVI até ao século XVIII foi sempre descendo para sul.

Exceptuam-se os vestígios do navio localizado nas fundações do Hotel da Barra, que presumimos estarem numa zona exterior à laguna até ao século XIX. Outros vestígios relacionados com a navegação e que constituem marcas na paisagem são as fortificações. Com efeito, o acesso às vilas e cidades era geralmente vigiado por sistemas defensivos, quer na via terrestre, quer na via marítima. Estes complexos articulavam-se para defesa do território e controle económico e fiscal dos bens transaccionados.

Na laguna estão documentadas duas fortificações - o Forte Velho e o Forte Novo – embora surjam também referências a uma torre que terá existido junto à entrada da barra (c. 1584) e a uma guarita para aviso à navegação no século XVIII.

O Forte Velho surge representado na cartografia dos séculos XVIII e XIX, produzida no âmbito dos estudos para melhoramento da barra, como o desenho de c.1764 do cônsul holandês em Aveiro (Amorim, 2008c, p. 47), onde se indica que estaria demolido. Encontra-se também num levantamento de 1759 dos franceses François Hiacinte de Polchet e Louis d'Alincourt e no mesmo ano na *"Planta da Ria de Aveiro desde a bouca Vouga athe a Barra. . .."* (Amorim, 2008c, p. 44, 45 e 47). Aparece ainda numa carta de 1778 copiada por Silvério Augusto da Silva em 1876 e no século XIX é retratado na planta de 1856 elaborada pelo mesmo (Amorim, 2008c, pp. 128,129). De um modo geral, este forte é situado na Vagueira e constituía um ponto de referência à navegação, sobretudo porque marcava a posição da barra, que entre os anos de 1643 e 1838 se foi localizando ora a norte, ora a sul desta estrutura (Cunha, 1959, p. 27).

Verificámos, no entanto, a existência de uma discrepância na localização desta estrutura. Em dois mapas do século XVIII o Forte Velho surge em frente a São Jacinto, e não junto à Vagueira, como na cartografia acima referida. Trata-se do mapa encontrado nos arquivos da Torre do Tombo e publicado por Pedro Pinto (2011), sem cronologia precisa (c. XVIII), e do *Projecto de abertura do Porto de Aveiro* elaborado por Carlos Mardel (c.1756; Amorim, 2008c, p. 114). No primeiro caso, o Forte está na margem da Gafanha, oposta a S. Jacinto, e mesmo em frente ao sítio da "Barra Antiquíssima do Anno 1500". Na mesma cartografia, além do "Forte Velho", surge outra estrutura militar designada "Forte Moderno", situada próximo da Lagoa de Mira, que corresponderia, *grosso modo*, ao Forte Velho representado na cartografia de oitocentos. Mais ainda, próximo do Forte Moderno, vem referida a "Barra Velha", numa posição mais interior e mais a norte da referida estrutura. O Forte

Moderno marca ainda a paisagem após a entrada na barra, posicionando-se no canal de acesso à barra aberta e em utilização. No segundo caso, o Forte Velho surge também frente a S. Jacinto com a referência da ermida de Nossa Senhora das Areias.

Estas diferenças na posição da fortificação podem estar relacionadas com uma utilização anterior da estrutura, ou com a existência de um forte mais antigo naquela área. Com efeito, em 1802, o Engenheiro Luis Gomes de Carvalho, responsável pelos trabalhos da barra, menciona o achado de uma lápide durante as obras, com o ano de 1643 inscrito (Amorim, 2000, p. 616). O topónimo sobreviveu, sendo que o levantamento cartográfico 1:25000 de 1975 coloca-o na ilha da Mó do Meio (IGeoE, col. Continente, série M888, folha 184).

O Forte Novo encontra-se representado na mesma cartografia que referimos para o Forte Velho, embora no desenho de 1764 o autor mencione que estaria inacabado (Amorim, 2008c, p. 47). Com efeito, já em 1759 o capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro, alertava para a necessidade de se acabar o Forte Novo, ao qual faltava apenas uma pequena cortina, para defesa e vigilância da barra. A preocupação resultava da falta de meios dos pilotos da barra para adquirir embarcações de modo a controlar e rebocar os navios que entravam na ria (Amorim, 2008c, p. 117). Esta estrutura militar, localizava-se mesmo à entrada da barra nova, aberta em 1808, e controlava a entrada na ria, na confluência do canal de Mira com o canal de S. Jacinto. Hoje em dia parte desta estrutura sobrevive conhecida como Forte da Barra.

Além destas estruturas militares, a paisagem estava marcada por outros elementos importantes para a navegação, como a capela da Senhora dos Navegantes e o cruzeiro em São Jacinto, várias vezes cartografados entre os séculos XVII e XIX. No seu conjunto, estas estruturas serviram como referencial geográfico. Por exemplo, a torre na barra de Aveiro, descrita num alvará régio de 29 de Maio de 1584, quando já se encontrava em ruína, era utilizada para demarcar a zona de franquia e ancoragem dos navios que entravam na ria. O monarca decidia então que a referência da franquia para os navios que entravam na barra passava a ser a capela da Senhora dos Navegantes nas areias de São Jacinto e o cruzeiro junto a ela (Cunha, 1959, p. 7). Com efeito, na representação da costa de Portugal, entre Viana e o Mondego (c.1583), por Lucas Waghenaer, é visível um edifício, semelhante a uma igreja, na língua de areia correspondente a S. Jacinto. Também no desenho da entrada na barra de Aveiro do Atlas de Pedro Teixeira de Albernaz (c.1634) estão representados na zona de São Jacinto a capela de Nossa Senhora da Conceição e o que pensamos que poderá corresponder a um cruzeiro (Amorim, 2008c, p. 43). O mesmo acontece na carta de Viana a Aveiro (c.1638) de Willem Blaeu, onde se encontra, por altura de S. Jacinto, um edifício destacado (Amorim, 2008c, p. 39).

A existência de uma guarita para aviso da navegação surge na descrição dos trabalhos de abertura da barra conduzidos pelo capitão-mor de Ílhavo em 1757. Tratava-se de uma construção em madeira, com 80 palmos de altura, que o oficial tinha construído às suas expensas para substituir uma antiga, erguida por ordem da Câmara de Aveiro (Amorim, 2008c, p. 116). A estrutura constituía uma marca na paisagem que servia como referência aos navios que entravam na barra. Em 1865, 1874 e 1890 vamos encontrar o topónimo na cartografia dos projectos de melhoramento da barra, situado no areal da Costa Nova, próximo da barra actual (Amorim, 2008c, pp. 154--155, 162-163; Amorim e Garcia, p. 57)[2].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação à paisagem cultural marítima da Ria de Aveiro veio revelar a diversidade e complexidade de temas a tratar – evolução da ria, povoamento, economia marítima ou funcionamento do porto, por exemplo. A informação necessária ao seu estudo resulta de trabalhos arqueológicos, mas também de fontes escritas, iconográficas ou tradições orais, com metodologias de análise distintas e necessariamente interdisciplinares. No entanto, esta linha de investigação, agora iniciada, mostra-se essencial à integração cultural dos sítios arqueológicos subaquáticos descobertos nas últimas décadas e poderá constituir também um instrumento para a valorização integrada do património marítimo da laguna.

2. Neste momento da investigação não nos é possível estabelecer qualquer outra relação entre a estrutura e o topónimo nem tecer mais considerações acerca da mesma.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Brochado; FERNANDES, Francisco (2001) – Carta arqueológica do concelho de Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal.

ALVES, Francisco; RIETH, Eric; RODRIGUES, Paulo; ALELUIA, Miguel; RODRIGO, Ricardo; GARGIA, Catarina; RICCARDI, Eduardo (2001) – Ria de Aveiro A: a shipwreck from Portugal dating to the mid-15th century: a preliminary report. *International Journal of Nautical Archaeology,* 30:1, pp. 12 –36.

ALVES, Francisco; VENTURA, Pedro (2005) – *Relatório da intervenção arqueológica de emergência no sítio dos destroços do navio do século XIV/XV Ria de Aveiro G.* [em linha]. Lisboa, Série Trabalhos do CNANS nº 31, Dezembro de 2005. [consultado a 26 de Novembro de 2007] Disponível em URL http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/

AMORIM, Inês (1997a) – A estrutura das "Artes Novas" da costa de Aveiro, ao longo da 2ª metade do séc. XVIII: mão-de-obra, divisão de trabalho, formas de propriedade e divisão do produto. In *Antropoloxía Mariñeira, Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde.* Pontevedra: Consello de la Cultura Galega, pp. 159-185.

AMORIM, Inês (1997b) – *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico.* Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

AMORIM, Inês (2000) – Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII, *Análise Social,* vol. XXXV.156, pp. 605-650.

AMORIM, Inês (coord.) (2008a) – *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos.* Porto: Universidade do Porto – Instituto de História Moderna.

AMORIM, Inês (2008b) – Monopólio e concorrência: a "roda do sal" de Setúbal (Portugal) e as rotas internacionais (segunda metade do século XVII a inícios do de XIX). In AMORIM, Inês coord. - *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos.* Porto: Universidade do Porto Instituto de História Moderna.

AMORIM, Inês (2008c) – *Porto de Aveiro: entre a terra e o mar*. Aveiro: Administração do Porto de Aveiro.

AMORIM, Inês; GARCIA, João (coord.) (2008) – A barra e os portos da Ria de Aveiro 1808-1932. Aveiro: Administração do Porto de Aveiro-Câmara Municipal de Aveiro.

AMORIM, Inês; MARNOTO, Mário (2001) – *Aveiro e os caminhos do sal: da produção ao consumo (sécs. XV a XX)*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

ANTUNES, Cátia (2008) – The comercial relationship between Amsterdam and the Portuguese salt-exporting ports: Aveiro and Setubal, 1580-1715. In AMORIM, Inês (coord.) – *A articulação do sal português aos circuitos mundiais: antigos e novos consumos*. Porto: Universidade do Porto – Instituto de História Moderna.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2007-2008) – A carga do navio Ria de Aveiro (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural. *Cuadernos de Estudios Borjanos* Borja: Centro de Estudios Borjanos e Instituición Fernando el Católico, L-LI, pp. 257-287.

BETTENCOURT, José (2009) – Arqueologia marítima da Ria de Aveiro: uma revisão dos dados disponíveis. In ALVES, Francisco e GARRIDO Álvaro (coords.) *Octávio de Lixa Filgueiras, Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora, pp. 165-188.

CARVALHO, Patrícia; BETTENCOURT, José (2012) – De Aveiro para as margens do Atlântico: a carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época moderna. In *Actas do Congresso Internacional em Arqueologia Moderna Velhos e Novos Mundos* (no prelo).

CASTRO, Domingos José (coord.) (1943) – Os moliceiros, estudos etnográficos. Instituto Português para a Alta Cultura.

COELHO, Inês Pinto (2009) – A cerâmica do sítio arqueológico Ria de Aveiro B-C: tipologias e significado histórico-cultural. In ALVES, Francisco e GARRIDO, Álvaro (coords) *Octávio Lixa Filgueiras. Arquitecto de Culturas Marítimas*. Lisboa: Âncora Editora, pp. 163-186.

COELHO, Inês Pinto (2013) – As formas de açúcar do sítio arqueológico subaquático Ria de Aveiro B-C: uma aproximação histórico-social. Comunicação apresentada no congresso internacional *O Açúcar: paisagens, civilização material e economia (séc. XV-XX)*. Machico, Junho 2013.

CORROCHANO, Angel; GALERA, M.; BARBA, Pedro; BERNARDES, Cristina (1999a) – Facies y evolución Holocenareciente en el canal Mareal de Mira (Portugal). In *Main changes in marine and terrestrial Atlantic realm during the Neogene (Second Congress RCANS)*. Vol. 12, Salamanca: Rev. Soc. Geol. España, pp.123-135.

CORROCHANO, Angel; GALERA, M.; BARBA, Pedro; BERNARDES, Cristina (1999b) – Procesos mareales y depósitos correlativos en el canal de Mira, Aveiro (Portugal). *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 86, pp. 227-254.

CORROCHANO, Angel; GARCIA MERINO, S.; BARBA, Pedro; BERNARDES, Cristina (2000) – Los sedimentos del canal mareal de Mira (Aveiro, Portugal): propriedades texturales, procedência y modelo paleogeográfico. *Stvdia Geologica Salmanticensia,* 36, pp. 143-160.

CUNHA, Silvério (1930) – *Relance da Histórica Económica de Aveiro: soluções para o seu problema marítimo, a partir do século XVII*. Aveiro: Imprensa Nacional.

CUNHA, Silvério (1959) – O Porto de Aveiro: conferência realizada a 5 de Maio de 1923 na sede da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Aveiro: Tipografia "A Lusitânia".

DIAS, Diamantino (1996) – *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da Ria de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal.

GARRIDO, Álvaro (coord.) (2001) – A pesca do bacalhau - história e memória: Colóquio Internacional da História da Pesca do Bacalhau, I, Ílhavo. Lisboa: Notícias

JEMUCE, Santos Vicente (2008) Os peixes da Ria de Aveiro, biodiversidade e conservação: tese de mestrado em ecologia. Aveiro: Universidade de Aveiro (texto policopiado).

LOUREIRO, Adolfo (1904) – O porto de Aveiro. Lisboa: Imprensa Nacional.

NUNES, Francisco Oneto (org.) (2008) – *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora.

PEREIRA, Lopes (1995) – *Murtosa terra nossa: ensaio geo-histórico da sua origem, paisagem e arquitectura do seu povo*. Murtosa: Câmara Municipal

PINTO, Pedro (2011) – A importância do fundo dos Feitos Findos na Torre do Tombo para a história local: o caso de Aveiro. *Patrimónios*. 9, Ano XXXI, 2ª série, pp. 187-196.

RAU, Virgínia (1984) – *Estudos sobre a história do sal*. Lisboa: Presença.

RESENDE, João Vieira (1944) – *Monografia da Gafanha*. Coimbra: Coimbra Ed.

RODRIGO, Ricardo (2002) – Relatório preliminar de escavação e acompanhamento arqueológico [em linha]. Lisboa, Série Trabalhos do CNANS nº 6, Dezembro de 2002. [consultado a 30 de Abril de 2007] Disponível em URL http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/

SARMENTO, Clara (2008) – *Cultura popular portuguesa: práticas, discursos e representações*. Porto: Afrontamento.

SILVA, Maria João (1991) - *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal.

WESTERDAHL, Khrister (1992) – The maritime cultural landscape, *International Journal of Nautical Archeology*, 21:1, pp. 5-14.

Figura 1 – Pormenor da entrada da barra na ria de Aveiro e principais canais. (*Plano hydrographico da barra e porto da ria de Aveiro* por A.M. dos Reis e C.A. Costa 1887 – Biblioteca Nacional de Portugal C.C. 1443 A.)

Figura 2 – Cerâmicas do navio Ria de Aveiro A (José Bettencourt).

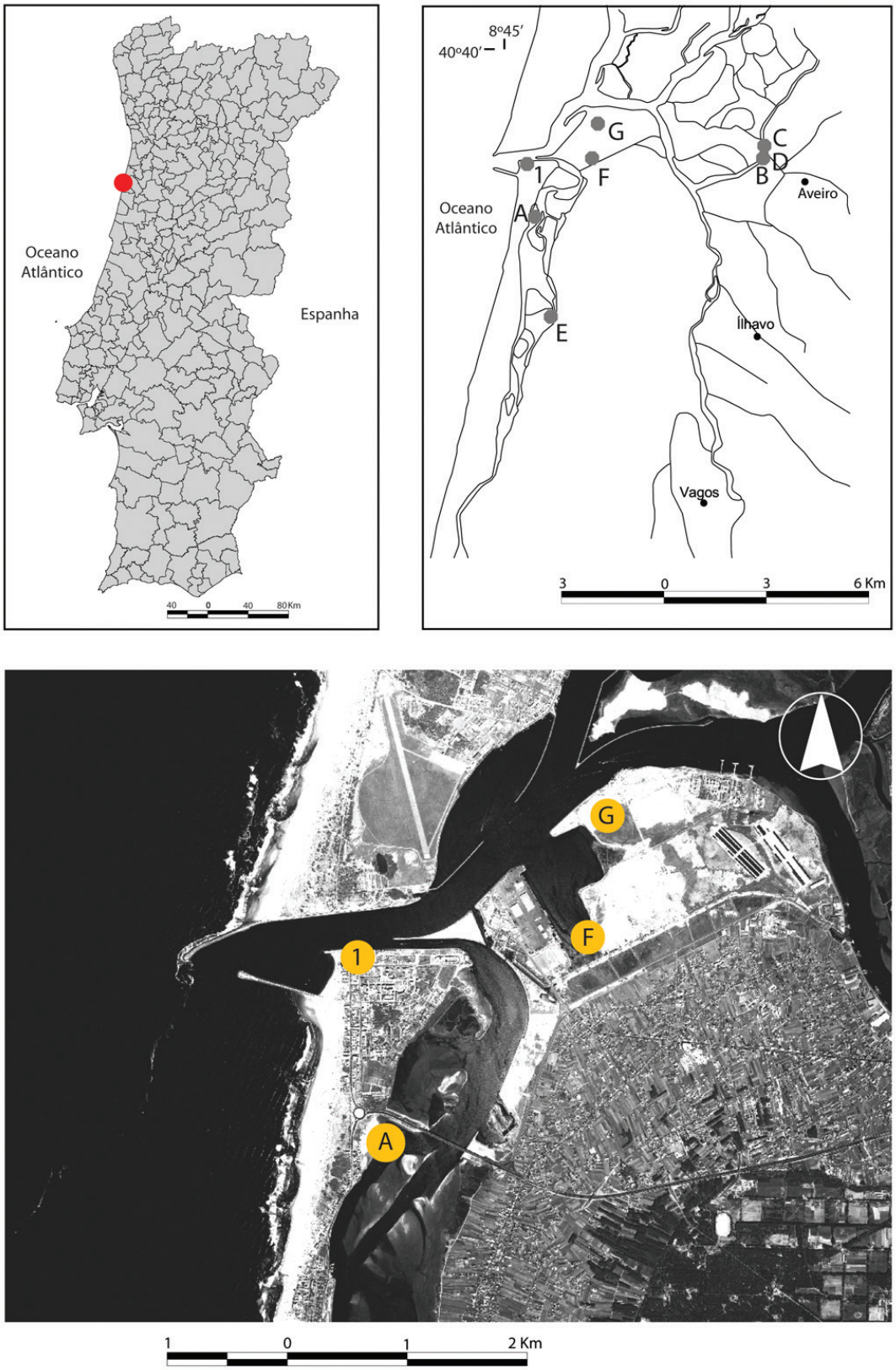


Figura 3 – Localização dos sítios arqueológicos na laguna.

PROJECTO DE CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE LAGOS (2006-2010): HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTOS.

Tiago Miguel Fraga / CHAM UNL /UAç / arqsublagos@gmail.com

RESUMO

O projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos, sob a direcção da Camara Municipal de Lagos, ocorreu entre 2006 e 2010 e serviu para identificar e cartografar preliminarmente o património cultural subaquático existente no concelho. Durante a vigência do projecto descobriu-se cinco naufrágios, diverso património cultural submerso, que permitiu a iniciação de dois projectos separados de investigação e ter uma noção da evolução histórica da interface marítima de Lagos.

ABSTRACT

The underwater cultural heritage surveys of Lagos' Municipality, under the purview of the Council of Lagos occur from 2006 to 2010. This project intended to identify and chart existing underwater cultural heritage in the Lagos council waters. During its duration was located five wrecks, isolated artifacts and served has a stepping stone to two child projects and giving a notion

INTRODUÇÃO

Na presente comunicação aborda-se o papel de Lagos no panorama marítimo nacional e internacional e como esse papel determinou a existência de um potencial arqueológico elevado nas águas do concelho da Cidade de Lagos no Barlavento Algarvio. Esse potencial levou à criação do Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos sob a direcção da Camara Municipal de Lagos. Este projecto explicado em detalhe nesta comunicação, durou quatro anos para identificar e cartografar o património cultural subaquático, numa dupla vertente de gestão de património cultural e de investigação científica. Originando a descoberta de diverso património subaquático e uma nova perspectiva sobre o interface marítimo de Lagos.

LAGOS

Lagos, pela sua posição geográfica e morfologia costeira oferece condições ideais para o acolhimento de trafego marítimo proveniente do Mediterrâneo, com destino ao Atlântico (Barbosa, 1993, 24). Essas condições levaram à predominância de Lagos como a principal cidade marítima na zona do Barlavento Algarvio.

A ocupação humana da área de Lagos inicia-se no período pré-histórico, com as primeiras ocupações temporárias do território no 5º Milénio a.C., e novamente no 2º Milénio a.C. (Morán, 2006). Seguiu-se a ocupação permanente do espaço que se suspeita ser anterior à romanização do território, essa ocupação teria já características marítimas (Blot, 2003, 275). No período clássico Lagos é descrito como um dos principais portos da antiguidade na zona do barlavento algarvio (Formosinho, 1992, 29). Durante esse período a Urbe transfere-se da sua área inicial em Monte Molião para a localização actual de Lagos (Arruda e Pereira, 2010). Durante a época Medieval-Islâmica, Lagos é uma das localidades fortificadas que protegem a capital muçulmana de Silves (Coutinho, 2001, 13). Após a sua incorporação no território nacional, Lagos torna-se uma das cidades parte da linha de defesa costeira. Não obstante o seu papel defensivo, a população de Lagos continua a desenvolver relações comerciais com os territórios muçulmanos, tornando-se num importante porto de escala nas rotas do comércio internacional que na época ligavam o Mediterrâneo aos principais centros mercan-

tis do Norte de África (Loureiro, 1991, 16-17). Estas rotas, aliadas às tensões existentes entre Cristãos e Muçulmanos, são o palco perfeito para o corso português (Barbosa, 1993, 25). Essa capacidade destaca novamente Lagos aquando a escolha de uma base marítima, pelo Infante D. Henrique, para as expedições dos Descobrimentos (Coelho, 1992, 13). Barbosa (1993, 16) apresenta Lagos como o ponto de partida para as caravelas dos Descobrimentos. Sem dúvida que Lagos teve uma participação relevante na história das descobertas portuguesas já que em Lagos encontravam-se as primeiras sedes responsáveis pelas feitorias de Arguim e da Mina, no norte de África (Coelho, 1992, 13).

Loureiro (1991, 65) afirma que em 1460, data da morte do Inf. D. Henrique, Lagos detinha a preponderância, entre todos os portos nacionais, no comércio com o litoral oeste-africano a sul do cabo Bojador, baseando o seu crescimento económico e desenvolvimento urbano nas relações mercantis com o continente africano.

Lagos perde parte da sua relevância marítima com a transferência para Lisboa da Parceria de Lagos, da Casa da Guiné e de outras companhias (Paula, 1992, 38). O acesso a água potável, as boas zonas de varação e as amplas áreas de ancoragem, são as razões que levam as embarcações a escolher Lagos como ponto de paragem de preferência, mantendo-se a cidade como um dos principais portos de abastecimento do Algarve.

O declínio de Lagos como a principal cidade marítima, inicia-se com o terramoto de 1775. Este, além de arrasar por completo cidade, foi também responsável pelo assoreamento da barra de acesso ao porto. No século XIX Lagos continua a ser uma cidade marítima com uma relevante comunidade piscatória (Paula, 1992, 74). A decadência geral do sector das pescas eliminou nos últimos anos do século XX o grosso desta actividade. Actualmente Lagos detém três infra-estruturas portuárias, duas das quais viradas para o turismo náutico e uma de apoio à pesca.

PROJECTO DE CARTA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA DO CONCELHO DE LAGOS

O Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos (PCASCL) iniciou-se em 2006 e terminou em 2010. Este projecto serviu para efectuar a pesquisa sistemática da área marítima do concelho de Lagos, com o intuito de identificar e cartografar património cultural subaquático (PCS) da área (Fraga, 2007a). Através do projecto tencionou-se cumprir três propósitos:

a) Avançar o conhecimento sobre navios através da promoção de futuros projectos de investigação no PCS localizado;
b) Integrar na Câmara de Lagos o PCS no planeamento do desenvolvimento sustentado;
c) Promover o turismo cultural através de exposições, itinerários subaquáticos e enriquecimento das oportunidades culturais.

Desta forma o projecto trabalhava duas esferas distintas, uma científica e outra focada na gestão do património cultural. A investigação tenciona perceber a interface marítima de Lagos através das evidências materiais. Em Portugal este tipo de estudos iniciou-se em 2005 com Carta Arqueológica Subaquática de Cascais (ProCASC), desenvolvido pela Camara Municipal de Cascais (Freire, Bettencourt & Fialho, 2012). O estudo de PCS com vista a entender o desenvolvimento portuário de um local já tinha ocorrido em Cascais (Carvalho & Freire, 2011) e em Angra do Heroísmo, Terceira (Bettencourt, Carvalho & Fonseca, 2009). No plano de gestão o objectivo era localizar e identificar património cultural que enriquecesse a oferta cultural de Lagos e ao mesmo tempo assegurasse a protecção do património localizado. A maneira mais simples de concretizarmos estes objectivos seria dividir a área de trabalho por grelhas de sondagens e efectuar missões de campo sistemáticas. Porém, devido à extensão da área a ser intervencionada pelo projecto, decidimos por uma metodologia por fases, na qual cada fase operava sobre os resultados da anterior. Esta metodologia permitia-nos concentrar recursos nas zonas mais críticas do projecto e garantir resultados em todas as fases (Fraga, Marreiros & Jesus, 2008, 26-33).

TRABALHOS

No primeiro ano (2006), a equipa do projecto desenvolveu trabalho de gabinete e de campo (Fraga, 2007a). Esta primeira fase permitiu perceber o potencial arqueológico do Concelho de Lagos. Para tal desenvolveu-se trabalho de recolha sistemática de informações referentes a achados fortuitos, naufrágios, batalhas e outros eventos que nos permitissem obter um panorama inicial das zonas mais propícias a PCS (Figura 1). Essa investigação debruçou-se sobre os casos de achado fortuito e referencias a naufrágios

existentes na base de dados e arquivos do CNANS, ex-IPA, em recessões bibliográficas de obras relacionadas com o tema, em pesquisa arquivística e documental nos principais arquivos nacionais e regionais e por ultimo etnografia marítima e entrevistas para determinar a existência de indivíduos em Lagos com conhecimento sobre PCS, ou que detivessem colecções de artefactos. Dos mesmos desenvolveu-se diversas acções de sensibilização para que entregassem os mesmos a museus, ou que os tornassem disponíveis à actual e futuras investigações. Esse trabalho foi sintetizado numa publicação do projecto (Fraga, Marreiros & Jesus, 2008).

Durante a vigência do projecto ocorreu diversas missões de campo, como o projecto era de natureza não intrusiva, a maioria dos trabalhos foram de prospecção visual (Fraga, 2007a; 2007b; 2008; 20010). As áreas prospectadas foram a enseada da Cama da Vaca, a baía da Praia da Luz, a zona sul e este da Ponta da Piedade, alguns pontos na baía de Lagos e diversos corredores na área da Meia Praia. Além das prospecções pela equipa, o projecto organizou e recebeu duas escolas de verão de estudantes de arqueologia, a primeira em 2006, liderada por Luís Filipe de Castro, com alunos da Texas A&M University (Castro et alia, 2006; Castro, 2007), a segunda em 2009, liderada por Adolfo Silveira Martins e Alexandra Figueiredo (Fraga & Martins, 2009). Ambas com intuito de formar os alunos em técnicas de prospecção e escavação.

Para a realização das mesmas e para enriquecimento do projecto, contou-se com a doação de dados provenientes de missões de detecção remota, gentilmente cedidos pelo Instituto Hidrográfico, e pela ESGEMAR. Das mesmas resultou quase duas centenas de alvos para verificar, o que juntamente com a missão de detecção remota do Instituto Superior Técnico de Lisboa / Blue Edge Systems em colaboração com o projecto, elevou o número para duas centenas e meia.

O projecto durante a sua duração recebeu diversos voluntários, sem os quais não se poderia dar conta do elevado grau de trabalho que se foi verificando. Do qual destacamos o apoio da Dir-Portugal que fez a verificação de diversos alvos profundos através de mergulho técnico.

Inicialmente previsto durar até 2016, o projecto foi interrompido em 2010 devido a constrangimentos financeiros. Não foi desenvolvido trabalho de campo nesse último ano, somente organização dos arquivos do projecto e a sua síntese para fins de publicação e divulgação.

RESULTADOS

Do projecto resultou a descoberta de património cultural subaquático isolado e de cinco naufrágios (Lagos A a Lagos F). Porque os parâmetros do projecto eram somente a localização de PCS em prospecção não intrusiva, esses naufrágios receberam somente uma inspecção cursiva para determinar a sua extensão e tipologia. No caso de Lagos A, foi possível rapidamente identificar o naufrágio como provavelmente o *Feira-mar* uma embarcação convertida da II Guerra Mundial e perdida na década de XX em frente a Lagos, isto através da descoberta da matricula da embarcação. O caso de Lagos B continua por desvendar, já que o mesmo é composto por um tumulus de 22 metros de pedra e escória de ferro, necessitando de uma operação intrusiva para determinar a sua idade e tipologia. Ambos naufrágios foram descobertos graças a sua detecção remota por uma equipa do Instituto Hidrográfico que gentilmente cedeu os dados da sua localização. Lagos C a Lagos F foram também referenciados como anomalias na missão de detecção remota da ESGEMAR, e descobertos durante a verificação das mesmas pelo projecto. Lagos C corresponde aos restos dispersos de uma embarcação do século XX. O mesmo é composto por dois núcleos afastados entre si por 170 metros a uma profundidade de 12 metros. Um terceiro núcleo totalmente coberto por redes poderá pertencer também ao naufrágio, mas requer uma prospecção intrusiva. Na sequência de várias missões no local foram identificadas peças do navio como o motor a diesel, o veio, a hélice, o leme, um guincho eléctrico, um guincho para cabo, um motor com guincho eléctrico e um depósito com combustível. Suspeita-se que Lagos D será a Canhoneira Faro, uma embarcação da Marinha naufragada devido a colisão em 1912. Construída no Reino Unido pela Thames Iron Works Shipbuilding and Engineering Company, a Canhoneira Faro, adquirida juntamente com a canhoneira Tejo e a Guadiana, as três de casco em ferro, marca a introdução na marinha portuguesa de canhoneiras construídas completamente em ferro (Fraga & Salgado, 2012).

A Faro com 27 m de comprimento, 4.7 m de boca, 136 t de deslocamento e propulsão mista (à vela e a vapor), esteve inicialmente ao serviço da Alfandega algarvia até ser entregue à armada em 1879. Manteve-

-se nos efectivos desta como patrulha do litoral algarvio, à excepção de uma segunda comissão nas alfândegas, de 1881 a 1883. A 27 de Fevereiro de 1912 naufragou, em frente ao Alvor, devido a uma colisão com o rebocador Josefina. Lagos D é composto por dois núcleos numa área de 792 m2. A zona da popa manteve-se relativamente intacta adornando com a deposição para bombordo. A excepção é uma peça circular, que tombou para a proa e para bombordo. Para estibordo dessa peça, uma parte do casco colapsou, o que permitiu registar vestígios do cavername ligado a um forro exterior. Além da estrutura do casco, a jazida arqueológica é composta por diversos vestígios, a maioria, metais concrecionados.

Suspeitamos que Lagos D é os destroços da canhoneira Faro, baseados na tipologia, no tipo de propulsão, nalguma da carga e na sua posição geográfica (Fraga e Martins, 2009). Este será, por enquanto, o único exemplar conhecido de uma canhoneira com casco em ferro adquirida nos estaleiros navais ingleses e pertence a um grupo restrito de novidades tecnológicas e militares do último quartel do século XIX. O último naufrágio localizado pelo projecto é uma completa incógnita, Lagos F, foi detectado numa missão de prospecção visual, estando completamente coberto por redes, sendo possível descortinar algumas madeiras. A confirmação do mesmo, através da limpeza das redes numa área específica que permitisse confirmar e classificar o mesmo navio, era um dos objectivos do trabalho de campo de 2010, o que não se chegou a realizar. Desconhecemos inclusive a total extensão do mesmo.

Como parte dos objectivos deste projecto a localização da maioria destes naufrágios foi divulgada e os mesmos fazem parte dos itinerários de mergulho das principais empresas de mergulho locais e regionais. Foi inclusive através dessa colaboração que foi possível identificar Lagos B como o Feira-Mar e é através dessa colaboração que o projecto monitorizava a condição e evolução dos naufrágios.

Todos os naufrágios foram disponibilizados para investigação académica e Lagos D foi alvo de um projecto de investigação de dois anos pela Universidade Autónoma de Lisboa em colaboração com o Instituto Politécnico de Tomar, com vista a sua confirmação como a Canhoneira Faro.

Além desse projecto o trabalho de síntese permitiu elaborar uma primeira aproximação a interface marítima de Lagos, em termos da provável localização das suas infra-estruturas portuárias, os principais ancoradouros da cidade, e a provável localização de algumas das suas artes de pesca. Porém diversas dúvidas ainda restam e principalmente areas de prospecção por efectuar.

Durante a vigência do projecto desenvolveu-se uma série de acções de divulgação e sensibilização para este tipo de investigação, o qual resultou num grupo de apoio ao projecto constituído maioritariamente por voluntários locais. Após o término do PCASBL, os mesmos organizaram-se para continuar parte do trabalho e objectivos do projecto num sistema de total voluntariado e cujo financiamento parte da iniciativa privada das instituições colaborantes. Através desta logística iniciou-se o Projecto de Investigação – Carta Arqueológica Baía de Lagos (PCASCL), o qual tenciona de 2012 a 2014 continuar a trabalhar segmentos resultantes do projecto anterior e efectuar prospecção em áreas ainda por verificar. As recém-descobertas deste novo projecto em conjunção com os resultados do projecto anterior, permitiram o estudo académico das mesmas. Esse estudo focado numa tipologia de artefactos específica é sujeito de uma tese de mestrado de um aluno da Universidade Nova de Lisboa.

CONCLUSÕES

A cidade de Lagos, localizada no Barlavento Algarvio, foi um polo marítimo relevante desde a antiguidade clássica até ao século XVIII. Esse polo originou um trafego marítimo de âmbito internacional que levou ao desenvolvimento de um depósito de património cultural subaquático na zona. Considerado como um dos principais portos do algarve, foi o local escolhido para um projecto de carta arqueológica. Este sob a direcção da Camara Municipal de Lagos, foi um dos primeiros da sua espécie em Portugal. Com a duração de quatro anos, o mesmo tencionava identificar e cartografar o património cultural subaquático no concelho de Lagos, numa dupla vertente de gestão de património cultural e de investigação científica. A equipa do projecto, em conjunção com voluntários e parceiros institucionais realizou trabalhos de investigação de pesquisa arquivística e bibliográfica, prospecções visuais e detecção remota, originando a descoberta ou confirmação de cinco estações arqueológicas submersas, diverso património cultural subaquático. O mesmo, seguindo o exemplo de Blot e Freire permitiu desenhar o panorama da interface marítima de Lagos desde a antiguidade até ao período contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (2010) – Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época Romano-Republicana. *Xelb.* Silves. 10, pp. 695-716.

BARBOSA, Pedro Gomes (1993) – O porto de Lagos no final da Idade Média: algumas reflexões. *Cadernos Históricos.* IV, pp. 15-26.

BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; FONSECA, Cristóvão (2009) – The PIAS Project (Terceira Island, Azores, Portugal): Preliminary results of a historical-archaeological study of a transatlantic port of call. *SKYLLIS* 9:1, pp. 62-71.

BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

CARVALHO, António; FREIRE, Jorge (2011) – Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta. In *XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial "Roma y Las Províncias: Modelo Y Difusión*, pp. 727 - 735.

CASTRO, Luís Filipe (2007) – Lagos and the Algarve: Three millennia of seafaring history. *INA Quarterly*. College Station. 34.1, pp. 14-16.

CASTRO, Luís Fraga; FRAGA, Tiago Miguel; CREASMAN, Paul, DUBARD, Bryanna; CATSAMBIS, Alexis; SCHWARZ, George; KOEPNICK, Sam (2006) *Lagos Summer School Ship Lab Report*,. Relatório. Disponível em Texas A&M University.

Coelho, A. B. (1992) – Introdução, in R. M. Paula (ed.) *Lagos*, Lagos.

COUTINHO, Valdemar (2001) – *Dinâmica defensiva da Costa do Algarve do Período Islâmico ao século XVIII.* Portimão: Instituto de Cultura Ibero Atlântica

FORMOSINHO, J. (1992) – A Lenda da sua Fundação no Paul, in R. M. Paula (ed.) *Lagos, Evolução Urbana e Património*, Lagos.

FRAGA, Tiago Miguel; MARTINS, Adolfo Silveira (2009) – *Projecto de estudo de um naufrágio meia praia b – provável Canhoneira Faro, Lagos*. Relatório. Em depósito na DGPC.

FRAGA, Tiago Miguel (2007a) – *Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos 2006, Lagos*. Relatório. Em depósito na DGPC.

FRAGA, Tiago Miguel (2007b) – *Relatório de progresso PCA SCL 2007 Lagos*. Relatório. Em depósito na DGPC.

FRAGA, Tiago Miguel (2008) – *Projecto de Carta Arqueológica do Concelho de Lagos 2007/8, Lagos*. Relatório. Em depósito na DGPC.

FRAGA, Tiago Miguel (2010) – *Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Lagos 2009, Lagos.* Relatório. Em depósito na DGPC.

FRAGA, Tiago Miguel; MARREIROS, João; JESUS, Luís de (2008) – *Contos Inacabados: A história submersa de Lagos.* Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

FRAGA, Tiago Miguel; SALGADO; Augusto (2012) – A Canhoneira Faro. *Revista da Marinha*.

FREIRE, Jorge; BETTENCOURT, José; FIALHO, António (2012) – Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural Subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais, in I. Hidrográfico (ed.), *2as Jornadas de Engenharia Hidrográfica*, 365-368. Lisboa

LOUREIRO, Rui Manuel (2008) – *Lagos e os Descobrimentos até 1540*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

MORÁN, E. (2006) – Arqueologia urbana no centro histórico de Lagos: Estratégia de intervenção e balanço dos resultados obtidos. *Xelb.*6: 103-110.

PAULA, Rui Mendes (1992) – *Lagos, Evolução Urbana e Património.* Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

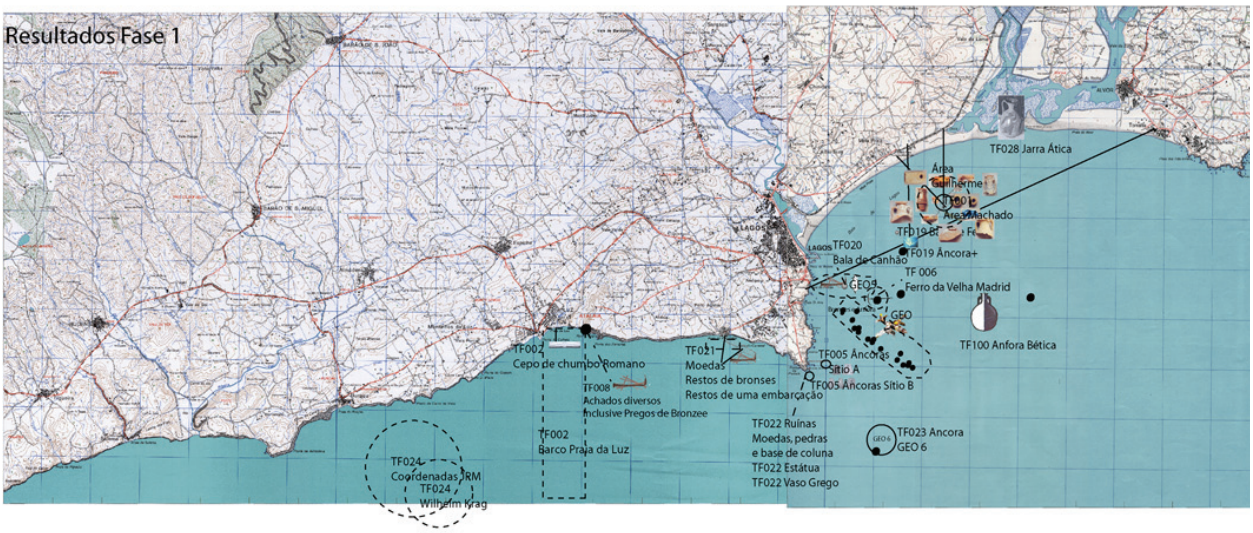


Figura 1 – Resultados da primeira Fase.

A PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE CASCAIS: O MODELO DE INVESTIGAÇÃO E DE GESTÃO DO LITORAL

Jorge Freire / Centro de História Além-Mar da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / jorge.vfreire@gmail.com
António Fialho / Câmara Municipal de Cascais / antonio.fialho@cm-cascais.pt

RESUMO
O conceito de paisagem Cultural Marítima é, na arqueologia subaquática portuguesa, de discussão muito recente. Com este artigo pretendemos analisar parcialmente o impacto que este tipo de abordagem tem numa costa que é fortemente recortada e num litoral que é morfologicamente complexo, pois têm influência do Oceano Atlântico e do Estuário do Rio Tejo. O litoral de Cascais, localizado junto a Lisboa, é espaço que pretendemos confrontar com este paradigma epistemológico. As relações e as redes entre o homem e os vestígios do passado náutico, directos e indirectos, são perspectivados na *longue durée* e numa abordagem espacial de zonas de transporte.

ABSTRACT
The discussion of the Maritime Cultural landscape concepts is, in Portuguese maritime archaeology, very recent. In this work we present the research impact that this type of approach can lead to, in the heavily diverse and morphologically complex Cascais' coastline. A shoreline shaped from influences of the Atlantic Ocean and the Tagus River estuary. The seaside town of Cascais, located next to Lisbon, is the epistemological paradigm of this approach. These relationships and networks between man´s direct and indirect cultural heritage traces, are planned in the *longue durée* and spatial approach transport areas.

O objectivo deste artigo, inserido numa investigação mas lata, têm uma dupla perspectiva: em primeiro lugar, continuar a fornecer ao Projecto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais um substrato epistemológico para a gestão do litoral, enquanto espaço cultural marítimo; e, em segundo lugar, procura dar uma maior abrangência aos dados recolhidos no litoral. Em bom rigor, tem como finalidade permitir uma nova abordagem às questões arqueológicas, mas também potenciar novas áreas de investigação. Com este tipo trabalho procuramos também contribuir para a protecção dos sítios arqueológicos subaquáticos identificados, nomeadamente na sua valorização científica e patrimonial, dando particular ênfase às actuais questões de reordenamento do território (Freire, 2012: 12).
De facto, como a erosão costeira e o desenvolvimento urbanístico do litoral têm vindo a tornar-se uma preocupação efectiva, este tipo de estudo contribui com uma nova base científica e técnica para as políticas de ordenamento do litoral (Ford, 2011: 763). É, objectivamente, uma investigação continuada e orientada para a arqueologia costeira (Paddenberg e Hession, 2008: 150), onde a paisagem marítima não é representada como uma planície estéril de azul cativante repleta de naufrágios históricos mas na multiplicidade dos elementos directos e indirectos pertencentes à navegação e à ocupação humana do litoral: "*the whole network of sailing routes, with ports, havens and harbours along the coast, and its related constructions and other remains of human activity, underwater as well terrestrial*" (Westerdahl 2008: 212).
As Paisagens Culturais Marítimas abordam múltiplas questões que se centram nas *continuidades e dinâmicas*, *aspectos sociais*, e *percepções mentais e naturais* de uma região que, no caso da costa de Cascais, é de utilização milenar. Propomos neste pequeno trabalho a análise desta região numa lógica de *zona de transporte* na perspectiva de *longue durée* (Rönnby 2007: 65) e de *transit points* (Westerdahl, 2006: 339-341).

ZONAS DE TRANSPORTE

O actual desenvolvimento da Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais parte da condição de que o litoral é um espaço de *zonas de transporte* (*transport zone*) que condiciona a capacidade de navegação e a construção de formas de orientação (Westerdahl, 1999: 135-143)

A hipótese de *zonas de transporte* possui uma essência profundamente cultural dos corredores de transporte, das rotas e da organização, que expressa melhor a prática social, os hábitos sempre em mudança e os mapas mentais; na verdade, um campo social dos que utilizam este espaço. Devemos compreender esta hipótese como cultura marítima que, em boa parte, é também um gesto de resposta à natureza.

Nesta perspectiva, o conceito de zona de transportes pode muito bem ser usado de forma dinâmica, para cobrir algumas das mais complexas interacções entre natureza e a cultura. Os elementos da natureza estão relacionados com a cultura através do contexto hidrográfico e dos pontos de trânsito. Esta realidade de transporte tem implicações óbvias, nas imagens do mundo e no espaço em que estamos a trabalhar, sendo necessário atribui-lhe uma dimensão antropológica e cognitiva (Freire, 2012: 73-89).

A manipulação desta zona é determinada de forma correspondente a uma lógica de interpretação em rede, partindo dos elementos que melhor caracterizam a paisagem e que melhor definem esta dicotomia terra-mar.

O registo desta zona é estabelecido, em primeiro lugar, pela condição natural em que insere, sustentada pela história da antropização costeira e pela proliferação de contextos subaquáticos. Estas zonas são, obviamente, mitigadas mentalmente por via da cartografia, dos *roteiros marítimos e das práticas populares* (Ransley, 2011:879-904). Alguns destes documentos foram utilizados para ilustrar o padrão da *zona de transporte* (Westerdahl, 1999: 135-143), principalmente, para confrontar com os bens arqueológicos e históricos.

ZONA DE TRANSPORTE ESTUARINO

A zona de Carcavelos faz parte do conjunto hidrográfico da entrada do Tejo. Do ponto de vista da hidrodinâmica, esta área é fortemente afectada, sobretudo no período da vazante. Ao contrário dos locais da Guia ou do sítio arqueológico subaquático *Thermopylae/* Pedro Nunes, que são unicamente influenciados pela hidrografia da embocadura do Estuário, esta zona não só é influenciada como influi directamente na acção dentro do Estuário do Tejo. Os mergulhos aí realizados, principalmente, na Ponta de Rana, sofrem desta realidade estuarina, que prejudica e condiciona a imersão para o registo arqueológico.

A Ponta de Rana é um pequeno promontório cujo fundo subaquático é composto por um longo planalto rochoso. Situado num dos vórtices gerado pelo estrangulamento da embocadura do Tejo, as zonas da Parede e de Carcavelos apresentam, em determinados momentos da maré, uma corrente marítima intensa dificultando os trabalhos que aí se possam realizar. Para além da corrente marítima intensa provocada e gerada pela proximidade do Estuário do Tejo, o facto de estarmos a pouca profundidade expõe-nos directamente à força gerada pelo vento sobre a superfície. Assim, qualquer que seja intervenção nestas zonas terá que ter em conta esta conjuntura: a influência do estuário do Tejo – correntes e amplitude de maré – assim como, a direcção e intensidade do vento.

O número de naufrágios históricos registados ascende a perto de uma centena de acidentes. A maior evocação nas fontes é a perda nos cachopos, seguindo a referência a Ponta de Rana e, finalmente, São Julião da Barra. A documentação revela a ocorrência frequente de naufrágios, desde pelo menos o século XVI. As mesmas fontes indicam também a sua diversidade cultural, com registos relacionados com navios portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e germânicos.

Entre 1976 e 2012, foram recolhidos perto de 2616 artefactos da proximidade de São Julião da Barra. A expressão quantitativa deste espólio é dividida por 57 % de metais, 23 % de cerâmicas, 17 % de materiais orgânicos e 1 % dos restantes grupos (rocha, materiais osteológicos e vidros). Dentro dos metais, a prata (Ag) assume a maior relação com 50 % dos artefactos, seguindo-se o chumbo (Pb), com 23 % e o cobre (Cu), com 18 %. O ferro (Fe) tem 1 %, enquanto o ouro (Au) e o latão têm uma representatividade residual. Os tipos com maior recolha foram, sem dúvida, os numismas, com aproximadamente 600 exemplares recolhidos. As balas, em chumbo, representam perto de 300 exemplares. Merece, igualmente, destaque a pregadura, com 100 exemplares em cobre e cerca de 76 em bronze. Dos objectos recolhidos, a *tsuba*, os peitorais, os astrolábios, os compassos e os conjuntos de medidas são, inequivocamente, os objectos

de maior valor patrimonial e museológico. No caso das cerâmicas, a vidrada é a mais expressiva (44 %), seguindo-se a cerâmica comum (23 %), as porcelanas (21 %) e a faiança (12 %). Por fim, nos materiais orgânicos a esmagadora maioria são caroços de fruta (87 %), a pimenta (4 %), tal como o coco e a cana (Gráfico 3). O estudo preliminar do espólio efectuado por José Bettencourt (Freire, Bettencourt e Fialho, 2011) permitiu-nos correlacionar alguns dos artefactos aos naufrágios do *Royal Navy HMS Kinghfisher* e a navios portugueses vindos do Brasil.

Registados, *in situ*, estão 83 evidências, entre canhões, âncoras e destroços de navios distribuídos espacialmente, em torno da fortaleza até uma profundidade de 10 metros (Freire, Bettencourt e Fialho, 2011).

A geografia do risco de naufrágio, na entrada da embocadura do Tejo, é indirectamente referida pelas fontes escritas como nos *Discursos* de Leonardo Turiano. Observado no espectro cartográfico desta obra, alimentado pela cartografia do século XVI ao século XX, obtemos dados sobre as *conhecenças* para entrar e sair do Tejo. A variação desta amostra conduz-nos nos momentos das alterações sedimentares do sítio, mas também na volatilidade das zonas de acidente. A carreira de Gião ou a de Santo António da Barra ficou conhecida pela dificuldade em navegar mas, mesmo assim, era mais operativa para as embarcações de época moderna. Num primeiro momento, por volta de 1590, temos como orientação *Santa Marta* com a *Guia* para Oeste; *Cabra Assada* (serra de Sintra) com um *Moinho* para Norte; o Baluarte de *São Filipe* com a praia de *Oeiras* para Nordeste.

Para concluir, os enfiamentos, no alvor do século XVII as marcas de navegação em terra mudam, sobretudo para fugir à sedimentação temos como rumo *Marta-Guia* com o *Bugio*, sentido Oeste-Este; *Cabra Assada* com o *Moinho* para Norte, e *Baluarte de São Filipe* com o *Forno* (Praia da torre) para Nordeste. Deste momento, registado pelo arquitecto italiano, sobressai a práctica continuada, ainda hoje, de utilização do enfiamento de Santa Marta – Guia com o Bugio (Oeste-Este); *Boa viagem* com a *marca da mama (Nordeste)* para navegar dentro e fora do Tejo (Freire, 2012: 73-89) (Figura 1).

ZONA DE TRANSPORTE DE TRANSIÇÃO

Alinhando o enfiamento de Santa Marta - Guia pousamos numa outra zona que foi alvo de registo arqueológico. Geograficamente é uma enseada orientada no sentido Norte/Oeste, protegida dos ventos dominantes, mas exposta aos ventos de Sul. A hidrografia atribui a esta zona o limite do estuário do Tejo, sofrendo por isso a sua influência. A morfologia de fundo é variável, a partir da batimétrica dos 5 metros, entre as grandes planícies de areia e fundo rochoso. Junto à linha costa, o fundo apresenta-se geralmente rochoso, vítima da acção de desgaste da falésia.

Aproximando-nos das pré-existências, observámos *in situ* destroços de dois navios em ferro, âncoras em ferro e dois canhões de época moderna. Desta área foram recolhidos cepos em chumbo de âncora romana e uma âncora em pedra. Este espólio confere a este espaço uma baliza cronológica que recua à época proto-histórica.

Inserida na *Enseada da Maceira*, fértil em zonas de viveiros, é ainda hoje utilizada como local de pesca. O topónimo *pombeira*, entre outros, testemunha uma longa prática desta actividade. Na memória da toponímia também estão as referências a navios como *Pedra da Nau*; ou acções humanas, como a laje do *Ramil ou Ramela*. São também registo, ligações ao anterior concelho, como Pau Amarelo.

Novamente com base nos factos históricos, a Guia tem como arquivo 6 naufrágios, entre o século XVI e o século XX (Freire e Fialho, 2009: 10). Apesar de termos materiais arqueológicos enquadráveis na época moderna – canhões e âncoras – não é possível à luz dos actuais conhecimentos arriscar a proveniência cultural. Com menos incertezas estão os destroços em ferro, seguramente, de origem inglesa ou portuguesa. Neste caso, a lista de navios da época contemporânea reduzem-se a cinco: iate Nova Esperança (1879), *SS Earl of Dumphrie*s (1883), SS Bemptom (1889) e duas embarcações de pesca. A notícia do afundamento e, do subsequente relatório do acidente assente nos arquivos ingleses de Southampton, contribui para analisar este espaço como um local de transição entre o Oceano Atlântico e o Estuário do Rio Tejo.

Não deixa de ser curioso, no entanto, que, como forma de minimizar ou evitar os acidentes marítimos, ali tenha sido construído o mais antigo dos faróis portugueses como guia para entrar no porto de Cascais e/ou na embocadura do Tejo.

Nesta região, nem sempre é visível o perigo. Em épocas mais recentes, a ajuda à navegação foi reforçada com um novo farol – o de Santa Marta. Tanto um como outro, marcam a entrada da enseada, designada por baía de Cascais.

A cartografia dos achados sugere uma navegação antiga e uma ocupação permanente, ou semi-permanente, do porto, situado na baía de Cascais. Neste caso, temos que recuar a nossa problematização diacrónica à época romana para analisarmos a importância desta zona no contexto da cultura marítima. As ânforas dos tipos Haltern 70, Dressel 1-A, Lusitânia 2, e outras formas não identificadas tipologicamente, que se conservam na actual DGPC, recolhidas pelos navios de arrasto, na batimétrica dos 50 metros, foram por nós e por António Carvalho interpretadas, como uma evidência do percurso que era feito pelos navios romanos, ao longo da costa da Lusitânia (Carvalho e Freire, 2009). Contudo, resta-nos saber se, neste período, o porto de Cascais seria utilizado como porto de escala ou como porto de refúgio dos navios de grande porte. Temos poucas dúvidas sobre a utilização da baía como porto natural de pesca, em face da presença no lado poente da margem da Ribeira das Vinhas de uma fábrica de produção de preparados piscícolas, escavada parcialmente, em 1992, junto ao troço conservado da muralha medieval do castelo de Cascais, na Rua Marques Leal Pancada; bem como, da recolha de dois cepos de âncora em chumbo: um junto à praia da Duquesa e outro ao largo de Santa Marta. Na margem contrária da foz da Ribeira, no corte efectuado para construção do edifício dos aprestos, na Rua das Flores, foi recolhido um fragmento de fundo de ânfora do tipo Lusitana 2 (Diogo e Cardoso, 1992: 12).

Todos estes dados permitem-nos supor que a baía de Cascais era, já na época romana, um ponto de intercepção dos dois "circuitos de navegação", porque apresenta condições geomorfológicas para ter sido utilizada como um *hormos* de apoio à navegação de longo curso e, em simultâneo, como pequeno porto piscatório. Das situações portuárias referidas pelo *Itinerarium Maritium* (Namaciano, *De reditu suo*: *It. Mar*., 497-508) e o *Digesta* (DIGESTA XLIX, 15,2), a baía de Cascais pode ser classificada como uma *statio* porque se enquadra num conjunto de pequenos portos, mais ou menos abrigados, onde os navios podiam fundear com segurança, e que correspondiam a pontos de abordagem, já com alguma organização (Mantas, 2000).

Nas épocas seguintes, esta posição viu-se reforçada pelas construções fortificadas que lhe deram uma importância significativa enquanto porto do complexo portuário de Lisboa. Efectivamente, a rota milenar seguida pelos navios para entrar e sair da barra do Tejo é ainda hoje quebrada pela paragem junto à antiga *statio* romana da baía de Cascais (Carvalho e Freire, 2009: 859), para abrigo, para desenvolvimento de actividades, ou para permitir a entrada do piloto da barra. Outros testemunhos dessa antiguidade serão arqueologicamente mais invisíveis, como o fundeadouro da baía, mas que são retratados e conservados na memória cartográfica e popular.

Se combinarmos os dados arqueológicos que dispomos, a identificação de 5 âncoras isoladas, entre a zona de Santa Marta e Cascais, apontam para essa evidência material (Freire e Fialho, 2009: 29-32; Freire e Fialho, 2011: 26-28). Na mesma zona dos achados, o *Plano Hidrográfico barra do porto de Lisboa* (1857) e o *Plano hidrográfico da Baía de Cascais* (1926) marcam os enfiamentos de aproximação ao porto, numa orientação que segue os pontos de apoio da Ribeira das Vinhas e da capela construída no Monte Peninha. Uma outra variação diz respeito ao enfiamento que liga a *ribeira das vinhas* à *casa de luís Figueira* (Nordeste).

Não deixa de ser curioso, porém, a existência de um mapa, datado de 1922, que também retrata o levantamento hidrográfico da baía de Cascais, mas com duas nuances distintivas da restante cartografia. A primeira é a posição de dois locais de fundeadouro, junto de Cascais, numa linha de enfiamento orientada ao ponto de apoio *casa de luís Figueira* (Norte-Oeste). Mais peculiar se torna o segundo local para abrigo, na zona de São João Estoril, também ele com ponto de apoio, no *Chalet Bruno dos Santos* (Norte). Importante para análise é a intervenção arqueológica subaquática desenvolvida, em 2008, no âmbito de um estudo de impacto ambiental para a colocação de um recife artificial em S. Pedro Estoril. A prospecção sistemática efectuada numa área de 400 por 400 m, possibilitou a identificação de um conjunto de 5 âncoras em ferro, de tipologia e de tamanhos variados, em contexto de abandono ou de perda fortuita. Também é relevante o trabalho de monitorização a oeste desta área, cerca de 100 metros, realizada em 2011 no sítio arqueológico *Estoril 1,* que permitiu registar dois canhões e identificar três âncoras em ferro (Freire, 2012: 73-89) (Figura 2).

ZONA DE TRANSPORTE OCEÂNICA

Numa primeira síntese, a memória da navegação nas zonas orientais da costa de Cascais é evidenciada pelo registo de naufrágios e identificação arqueológica, apoiada nos elementos terrestres, fortes e faróis, mas muito pela cartografia.

A paisagem cultural da zona ocidental difere, pois esta é pressionada pelo corte topográfico muito mais acidentado por uma situação marítima atlântica, e por uma cartografia que já não privilegia as *conhecenças*. Não obstante, conserva o registo toponímico de uma costa hostil, perigosa e provocadora de naufrágios. Surgem em períodos históricos as narrativas lendárias de pirataria e as religiosidades. Povoam os contextos económicos que exaltam hoje a etnografia piscatória patente no museu do Mar Rei D. Carlos.

Dentro da nossa abordagem, esta zona da costa aclama o misticismo que é profusamente aceite e estudado nos levantamentos efectuados por Tuddenham (2008) e Westerdahl, para costas nórdicas que são fortemente influenciadas por questões metafísicas (Westerdahl, 2005: 8-54).

Os testemunhos arqueológicos desta zona pendem para a validação dos naufrágios e dos contextos económicos. Analisando de mais perto a costa, cuja antropização fez-se de uma forma mais lenta e mais dispersa, verificamos pontos onde a linguagem das pedras e a dinâmica humana ficaram registadas.

Topónimos como Nau de Prata, Ponta do *Melissa*, *Margarida* ou Ponta do Navio, referem-se a tragédias marítimas. Julgamos que a Ponta do Navio, nome usado no mapa dos pesqueiros, diz respeito à memória do naufrágio do vapor *Açor*, em 1954, que foi georreferenciado no decurso dos trabalhos, em 2009. *Nau de Prata* é um nome que acompanha a cartografia, pelo menos desde o século XIX, numa costa em que o registo de naufrágios está balizado entre os séculos XVIII e XX (Freire e Fialho, 2009: 8).

Os dados dos sítios arqueológicos são, nesta zona, condicionados por informações obtidas na base de dados da tutela da cultura e da Câmara Municipal de Cascais e, residualmente, por intervenções do projecto. As condições naturais desta parte da costa, menos abrigada, e de fortes características Atlânticas, dificultam o acesso aos locais com potencial arqueológico. Sítios como a Praia do Abano ou o Cabo Raso contêm enumeras evidências de destroços cujos contextos ainda não foram devidamente analisados. Entre estes encontra-se os restos dos navio Florentino *Grande Princesa da Toscania*, sobre o qual o historiador Patrick Lizé conseguiu, em 2003, localizar um conjunto de documentos em arquivos italianos. Os achados de época moderna estendem-se em toda esta faixa, até *Promotorium Magnum* fruto da intensa navegação regional, inter-regional e global. De facto, se os canhões em bronze do Cabo Raso permitem identificar a natureza identitária dos destroços, os restantes achados permitem atestar a existências de trocas comerciais e dos movimentos bélicos, de que é exemplo a batalha naval do Cabo da Roca (1703), inserida nas lutas da sucessão espanhola.

A cadência da navegação na época contemporânea também é fortemente registada pela ocorrência de naufrágios, com uma percentagem elevada de vapores. Se compararmos, quantitativamente, os naufrágios com a zona oriental, esta tem seguramente um maior número. A interpretação para este facto não se prende só pela dificuldade da costa. Visto num outro ângulo de análise, os elementos humanos da costa que auxiliavam as manobras para a franquear este local são invisíveis. Exceptua-se o farol do Cabo Raso, de construção muito recente, em 1894, seguramente em resposta as enumeras tragédias ocorridas nos séculos anteriores. Se tivermos atentos à variação percentual de ocorrências, verificamos que junto à entrada do Tejo existe uma diminuição comparativa de naufrágios fruto da *longue durée,* das *conhecenças* e de marcos de apoio na costa.

Não obstante, a toponímia permite-nos hoje aferir enfiamentos na costa, cuja utilização é muito anterior à época moderna. Interpretámos o topónimo costeiro pedra da *Azoia* com o local do interior do Concelho *Azoia*, *Almoinhas com Almoinhas velhas*; *Pedra da Malveira com a Malveira* e, pela segunda vez*, Ponta Amarella* com o monte do mesmo nome. Estes enfiamentos serão completados por outros topónimos da memória de gestos humanos, como *Ponta do Assobio*, Pêro- Sinal, ou *ponte dos passantes* (Freire, 2012: 73-89) (Figura 3).

O elemento chave deste projecto tem sido olhar para um litoral que está limitado por dois pontos geográficos; Cabo da Roca e São Julião da Barra, e descortinar a dinâmica humana e natural. O espaço marítimo manifesta-se através dos elementos directos da presença humana do passado, revisitados nos materiais arqueológicos subaquáticos, na história dos naufrágios, nas construções e no pensamento humano.

Estes relacionam-se com elementos não directos, mas incubadores da atitude e do gesto humano, através da manipulação ou utilização do meio ambiente. A rede criada entre os elementos humanos e não humanos teve, no caso de Cascais, uma relação de continuidade em práticas milenares.

Explorada na dinâmica de *longue durée*, é uma problemática de análise em que a *zona geográfica de transporte* é fundamentalmente de influência du-

pla: oceânica e estuarina. Influência essa que dentro da nossa abordagem foi analisada em três micro-espaços, caracterizados a partir da identificação de pontos ou marcas de trânsito.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, António; FREIRE, Jorge (2009) – Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta. *Roma y las provincias: modelo y difusión. Actas del XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial.* Hispania Antigua, Serie Arqueológica de L´Erma di Brestchneider, Vol. II, pp 855-864.

DIAS, Diogo; CARDOSO, João Pedro (1992) – Fundo de ânfora Lusitana 2 proveniente de Cascais. *Artefactos*, vol. 1, 12.

FREIRE, Jorge (2012) – À vista da Costa: A Paisagem Cultural Marítima de Cascais. Tese de Mestrado. Faculdade Ciências sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

FREIRE, Jorge, FIALHO, António (2012) – Paisagem Cultural Marítima. Uma primeira aproximação ao litoral de Cascais. *Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna.* Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade dos Açores, pp. 305-312.

FREIRE, Jorge; BETTENCOURT, José; FIALHO, António (2012) – *ProCASC - Estudo, valorização e monitorização do complexo Arqueológico Subaquático de São Julião da Barra/Carcavelos – relatório dos trabalhos de 2011.* Câmara Municipal de Cascais, Centro de História Além-Mar, Lisboa.

FREIRE, Jorge; BETTENCOURT, José; FIALHO, António (2012b) – Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais. *2ª Jornadas de Engenharia Hidrográfica, 20,21,22 de Junho.* Instituto Hidrográfico, Lisboa, pp 365-368.

FREIRE, José; FIALHO, António (2009) – Relatório do Projecto: Carta Arqueológica Subaquática de Cascais do Ano 2009. Câmara Municipal de Cascais.

FORD, Benjamim (2011) – Coastal Archaeology. In Catsambis, A., Ford, B. Hamilton, D.L. (Eds), *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. Oxford University Press, pp. 763-785.

MANTAS, Vasco Gil (2000) – *Portos Marítimos Romanos*. Lisboa. Academia de Marinha.

PADDENBERG, Dietlind; HESSION, Brian (2008) – Underwater Archaeology on Foot: a Systematic Rapid Foreshore Survey on the North Kent Coast, England. *International Journal of nautical Archaeology*, 37, 1: 142-152.

RANSLEY, Jesse (2011) – Maritime Communities and Traditions. In Catsambis, A., Ford, B. Hamilton, D.L. (Eds), *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. Oxford University Press, pp. 879-904.

RÖNNBY, Joan (2007) Maritime Durées: Long-Term Structures in a Coastal Landscapes. *Journal of Maritime Archaeology, 2*, pp 65-82.

TUDDENHAM, David Berg (2010) Maritime Cultural Landscapes, Maritimity and Quasi Objects. Journal of Maritime Archaeology 5 (1): 5-16.

WESTERDAHL, Christer (1992) The Maritime Cultural Landscape. *The International Journal of nautical Archaeology 21(1)*, pp 5.14.

WESTERDAHL, Christer (2006) From River to Sea Catching the Monsoon, Concepts of the Maritime Landscapes. In Varadarajan, L. (ed.): *Indo-Portuguese Encounters, Journeys in Science, Technology and Culture.* Indian National Science, New Delhi and Centro de Historia de Alem-Mar, Universidade de Lisboa, lisbon and Aryan Books International, New Delhi vol. 1, pp. 334-350.

WESTERDAHL, Christer (2008) Fish and Ships. Towards a theory of maritime culture. *Deutches Schiffahrtsarchiv Wissenschaftliches Jahrbuch des Deutchen Schiffahrtsmuseums 30*, pp. 191-236.

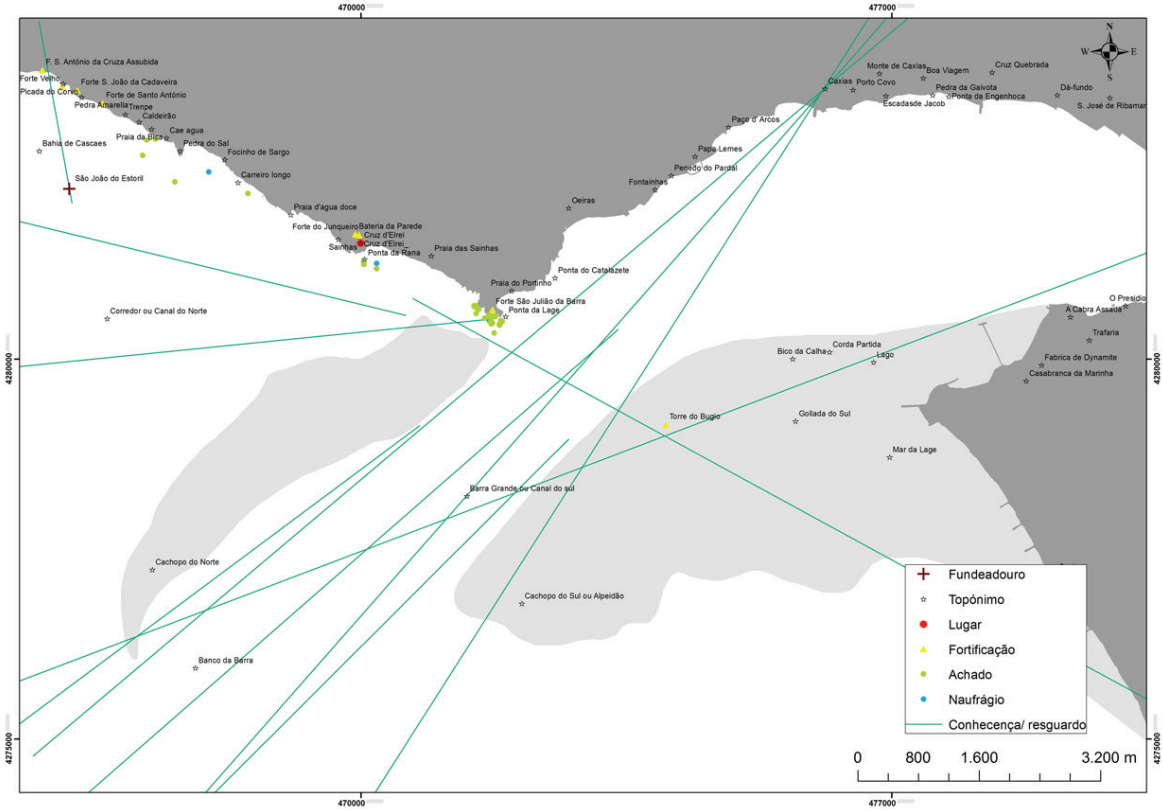


Figura 1 – Zona de Transporte Estuarino. © José Bettencourt.

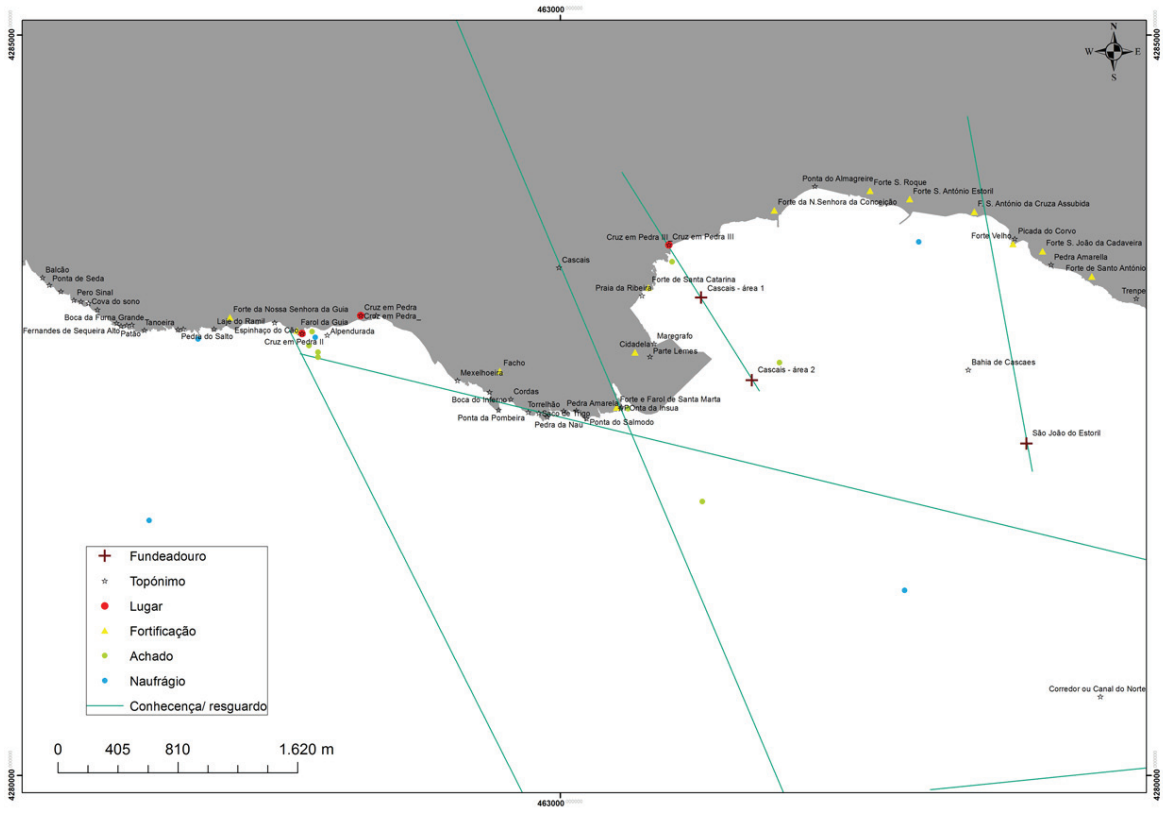


Figura 2 – Zona de Transporte de Transição. © José Bettencourt.

Figura 3 – Zona de Transporte Oceânica. © José Bettencourt.

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

FUNDAÇÃO Millennium bcp

Apoio institucional

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

GOVERNO DE PORTUGAL

Parques de Sintra
Monte da Lua